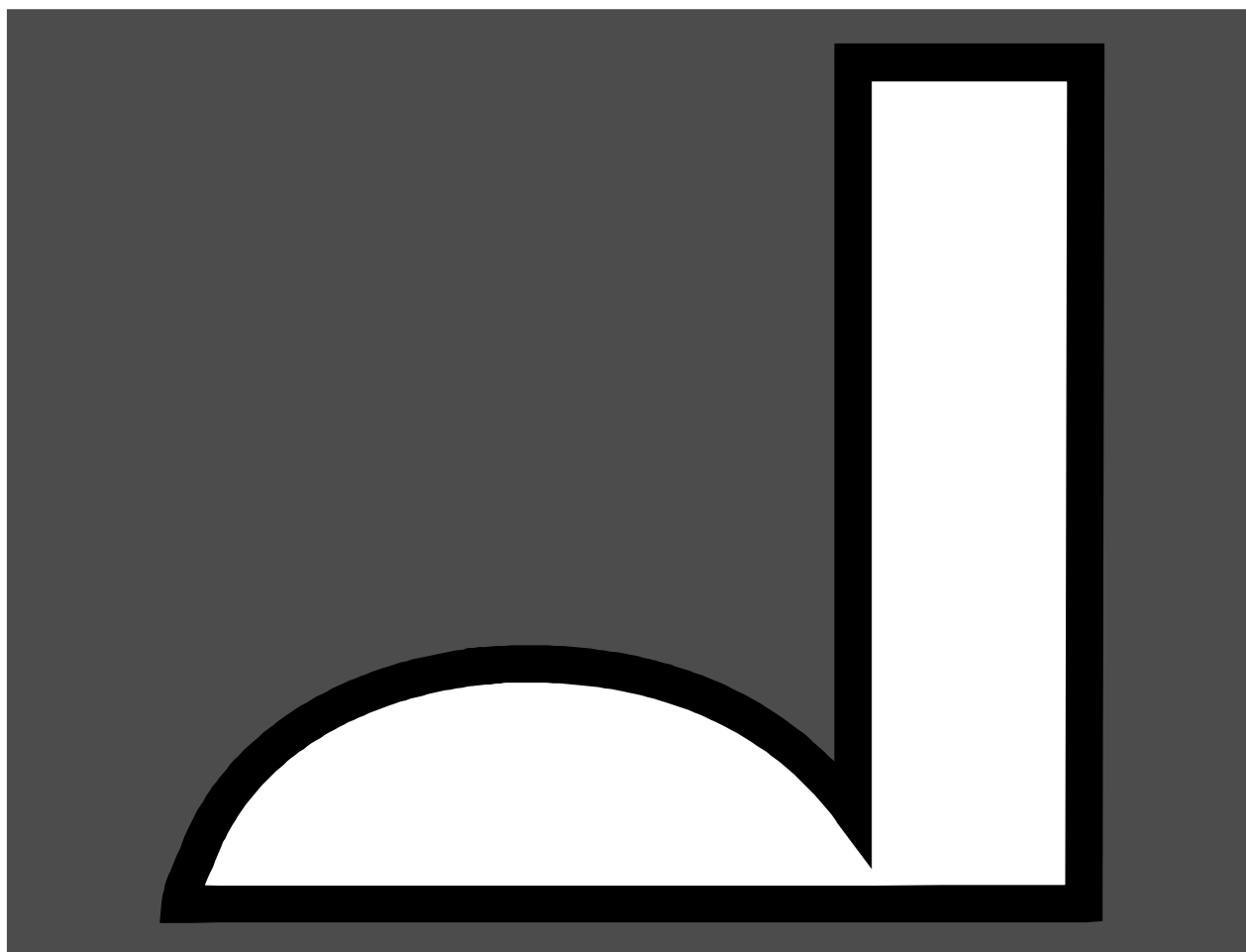




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS – CPMI DOS CORREIOS

Reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento Nº 3, de 2005-CN,
para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por
Agentes Públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
(Reuniões da Comissão e das Sub-Relatorias: Plenário, Contratos, Fontes Financeiras,
Fundos de Pensão, IRB e Normas de Combate à Corrupção)

VOLUME VIII/IX

ANO LXI - SUP. AO Nº 120 - TERÇA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago) LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS – CPMI DOS CORREIOS

1.1 – Plenário

1ª Reunião, em 09/06/2005	5	38ª Reunião, em 22/09/2005	3202
2ª Reunião, em 14/06/2005	19	39ª Reunião, em 29/09/2005	3208
3ª Reunião, em 21/06/2005	50	40ª Reunião, em 04/10/2005	3222
4ª Reunião, em 23/06/2005	209	41ª Reunião, em 05/10/2005	3293
5ª Reunião, em 28/06/2005	322	42ª Reunião, em 06/10/2005	3294
6ª Reunião, em 29/06/2005	470	43ª Reunião, em 19/10/2005	3362
7ª Reunião, em 30/06/2005	508	44ª Reunião, em 25/10/2005	3367
8ª Reunião, em 30/06/2005	543	45ª Reunião, em 09/11/2005	3413
9ª Reunião, em 05/07/2005	638	46ª Reunião, em 10/11/2005	3450
10ª Reunião, em 06/07/2005	802	47ª Reunião, em 16/11/2005	3506
11ª Reunião, em 07/07/2005	966	48ª Reunião, em 22/11/2005	3565
12ª Reunião, em 12/07/2005	1097	49ª Reunião, em 30/11/2005	3592
13ª Reunião, em 13/07/2005	1240	50ª Reunião, em 01/12/2005	3623
14ª Reunião, em 14/07/2005	1410	51ª Reunião, em 05/12/2005	3693
15ª Reunião, em 19/07/2005	1456	52ª Reunião, em 06/12/2005	3761
16ª Reunião, em 20/07/2005	1586	53ª Reunião, em 07/12/2005	3842
17ª Reunião, em 21/07/2005	1735	54ª Reunião, em 14/12/2005	3899
18ª Reunião, em 26/07/2005	1742	55ª Reunião, em 15/12/2005	3901
19ª Reunião, em 27/07/2005	1838	56ª Reunião, em 21/12/2005	3901
20ª Reunião, em 02/08/2005	1868	57ª Reunião, em 18/01/2006	3941
21ª Reunião, em 03/08/2005	1894	58ª Reunião, em 01/02/2006	3979
22ª Reunião, em 04/08/2005	2028	59ª Reunião, em 02/02/2006	4013
23ª Reunião, em 09/08/2005	2096	60ª Reunião, em 09/02/2006	4045
24ª Reunião, em 11/08/2005	2109	61ª Reunião, em 15/02/2006	4073
25ª Reunião, em 11/08/2005	2256	62ª Reunião, em 21/02/2006	4152
26ª Reunião, em 16/08/2005	2370	63ª Reunião, em 15/03/2006	4160
27ª Reunião, em 17/08/2005	2389	64ª Reunião, em 29/03/2006	4211
28ª Reunião, em 18/08/2005	2393	65ª Reunião, em 04/04/2006	4263
29ª Reunião, em 23/08/2005	2488	1.2 – Contratos	
30ª Reunião, em 24/08/2005	2599	1ª Reunião, em 30/08/2005	4362
31ª Reunião, em 25/08/2005	2701	2ª Reunião, em 13/09/2005	4414
32ª Reunião, em 31/08/2005	2755	3ª Reunião, em 22/09/2005	4437
33ª Reunião, em 01/09/2005	2827	4ª Reunião, em 27/09/2005	4492
34ª Reunião, em 01/09/2005	2827	5ª Reunião, em 05/10/2005	4558
35ª Reunião, em 14/09/2005	2855	6ª Reunião, em 18/10/2005	4618
36ª Reunião, em 15/09/2005	3035	7ª Reunião, em 19/10/2005	4683
37ª Reunião, em 21/09/2005	3081	8ª Reunião, em 20/10/2005	4786
		9ª Reunião, em 25/10/2005	4850
		10ª Reunião, em 08/11/2005	4943
		11ª Reunião, em 09/11/2005	4981

12ª Reunião, em 10/11/2005	5016	12ª Reunião, em 13/02/2006	7321
13ª Reunião, em 16/11/2005	5077	13ª Reunião, em 14/02/2006	7383
14ª Reunião, em 23/11/2005	5104	14ª Reunião, em 15/02/2006	7436
15ª Reunião, em 24/11/2005	5145	15ª Reunião, em 16/02/2006	7437
16ª Reunião, em 29/11/2005	5179	16ª Reunião, em 20/02/2006	7484
17ª Reunião, em 30/11/2005	5220	17ª Reunião, em 21/02/2006	7535
18ª Reunião, em 13/12/2005	5223	18ª Reunião, em 22/02/2006	7667
19ª Reunião, em 14/12/2005	5290	19ª Reunião, em 02/03/2006	7669
20ª Reunião, em 15/12/2005	5350	20ª Reunião, em 06/03/2006	7743
21ª Reunião, em 21/12/2005	5379	21ª Reunião, em 07/03/2006	7799
22ª Reunião, em 28/12/2005	5387	22ª Reunião, em 08/03/2006	7810
23ª Reunião, em 03/01/2006	5492	23ª Reunião, em 09/03/2006	7883
24ª Reunião, em 17/01/2006	5582	24ª Reunião, em 10/03/2006	7940
25ª Reunião, em 25/01/2006	5682	1.5 – IRB	
26ª Reunião, em 26/01/2006	5729	1ª Reunião, em 06/10/2005	7981
27ª Reunião, em 02/02/2006	5785	2ª Reunião, em 15/12/2005	8003
28ª Reunião, em 07/02/2006	5868	3ª Reunião, em 10/01/2006	8012
29ª Reunião, em 08/02/2006	5912	4ª Reunião, em 11/01/2006	8026
30ª Reunião, em 09/02/2006	5979	5ª Reunião, em 02/03/2006	8059
31ª Reunião, em 16/02/2006	6081	6ª Reunião, em 14/03/2006	8082
32ª Reunião, em 22/02/2006	6196	7ª Reunião, em 14/03/2006	8106
33ª Reunião, em 02/03/2006	6218	1.6 – Normas de Combate à Corrupção	
34ª Reunião, em 07/03/2006	6267	1ª Reunião, em 10/01/2006	8133
35ª Reunião, em 08/03/2006	6313	2ª Reunião, em 17/01/2006	8228
36ª Reunião, em 09/03/2006	6432	3ª Reunião, em 19/01/2006	8289
37ª Reunião, em 14/03/2006	6442	4ª Reunião, em 24/01/2006	8330
38ª Reunião, em 15/03/2006	6515	5ª Reunião, em 26/01/2006	8395
39ª Reunião, em 16/03/2006	6527	6ª Reunião, em 31/01/2006	8427
1.3 – Fontes Financeiras		7ª Reunião, em 01/02/2006	8474
1ª Reunião, em 13/09/2005	6566	8ª Reunião, em 02/02/2006	8497
2ª Reunião, em 20/09/2005	6621	9ª Reunião, em 06/02/2006	8517
3ª Reunião, em 27/09/2005	6633	10ª Reunião, em 07/02/2006	8553
4ª Reunião, em 04/10/2005	6707	11ª Reunião, em 08/02/2006	8584
5ª Reunião, em 06/10/2005	6742	12ª Reunião, em 09/02/2006	8610
6ª Reunião, em 11/10/2005	6774	13ª Reunião, em 13/02/2006	8645
7ª Reunião, em 18/10/2005	6841	14ª Reunião, em 14/02/2006	8660
8ª Reunião, em 16/11/2005	6851	15ª Reunião, em 02/03/2006	8697
1.4 – Fundos de Pensão		16ª Reunião, em 06/03/2006	8722
1ª Reunião, em 11/01/2006	6878	17ª Reunião, em 08/03/2006	8738
2ª Reunião, em 12/01/2006	6903	18ª Reunião, em 09/03/2006	8754
3ª Reunião, em 24/01/2006	6934	19ª Reunião, em 14/03/2006	8766
4ª Reunião, em 25/01/2006	6997	20ª Reunião, em 14/03/2006	8785
5ª Reunião, em 26/01/2006	7039	21ª Reunião, em 16/03/2006	8808
6ª Reunião, em 30/01/2006	7070	22ª Reunião, em 22/03/2006	8823
7ª Reunião, em 31/01/2006	7103		
8ª Reunião, em 02/02/2006	7169		
9ª Reunião, em 07/02/2006	7203		
10ª Reunião, em 08/02/2006	7231		
11ª Reunião, em 09/02/2006	7265		

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA DE FUNDOS DE PENSÃO

Ata da 7ª Reunião, realizada em 31/01/2006.

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às dez horas e quarenta e oito minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. E com as presenças dos Senadores Ideli Salvatti, Sibá Machado, Valdir Raupp, Jefferson Peres, Helóisa Helena, Romeu Tuma e os Deputados Jorge Bittar, Carlos Willian, Onyx Lorenzoni, Gustavo Fruet Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Dr. Rosinha, Jamil Murad e Sílvio Torres. Reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva dos senhores: Josemar Pereira dos Santos, Sérgio de Moura Soeiro, Jorge Luiz Gomes Chisprim e João Luiz Ferreira Carneiro, que vêm na condição de testemunhas, para prestarem esclarecimentos perante essa CPMI. O senhor Josemar foi convidado para compor a mesa e compareceu acompanhado do Advogado Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior (GEAP). O depoente fez uma breve apresentação pessoal e logo em seguida o Presidente iniciou seus questionamentos. O Presidente convida o senhor César Buzin, também da GEAP, para compor a mesa e auxiliar o senhor Josemar em seu depoimento. O Presidente solicita a sua assessoria que inicie à apresentação de slides que tem como conteúdo tabelas de operações da GEAP com várias corretoras, na qual, solicita aos depoentes esclarecimentos sobre o desempenho dessas corretoras com e sem a intervenção da GEAP. O Presidente continua seus questionamentos. Pela ordem de inscrição, Deputado Jamil Murad, que presta um testemunho sobre os trabalhos da GEAP. O Presidente agradece ao Deputado Jamil Murad e aos depoentes e pede que a GEAP não meça esforços para cooperar

com os trabalhos dessa CPMI. A Reunião foi suspensa às doze horas trinta e quatro minutos e às quatorze horas e cinquenta minutos foi reaberta a reunião, para as oitivas dos Srs. Sérgio de Moura Soeiro, Jorge Luiz Gomes Chisprim e João Luiz Ferreira Carneiro, o depoente João Luiz Ferreira Carneiro, acompanhados por seus Advogados Doutores: Marcelo Leal e José Rollemberg Leite Neto, o depoente João Luiz Ferreira Carneiro não compareceu por problemas de saúde e foi apresentado um atestado médico por seus Advogados. Em seguida a Presidência concedeu a palavra aos depoentes para suas considerações e a seguir o Relator passa a arguição dos depoentes. O Relator pede que seja distribuído um resumo de operações da Euro para os presentes na reunião. A sessão foi suspensa por cinco minutos às dezesseis horas e quinze minutos. Reaberta a sessão o relatório continua sendo analisado pelo Relator e pelo depoente. O Deputado Jorge Bittar pede esclarecimentos sobre as operações. Pela ordem de inscrição o Deputado Carlos Willian, senhor Jorge Luiz Gomes Chisprim o que leva vossa senhoria comparecer a esta CPMI, amparado de uma liminar se não existe nada que lhe comprometa, o Sr. Jorge responde que é para preservar os seus clientes e parceiros, em seguida o Deputado Carlos Willian questiona o Presidente da sessão e o Sub-relator se eles tinham conhecimento de uma liminar recente concedida pelo Sr. Ministro e presidente do STF Nelson Jobim, manifestando ter conhecimento das medidas cautelares, a Presidência deu continuidade da reunião, com a solicitação do Deputado Carlos Willian para que a acessória da mesa providenciasse uma busca nos arquivos da comissão, dentro da continuidade da seção a secretária da CPMI passou as mãos do Sub-relator da comissão que apresentou a cópia da decisão da medida cautelar do mandado de segurança datada do dia 25/01/2006. O Deputado Carlos Willian pela ordem manifestou que a forma que estava sendo inquirido os depoentes, caracterizava quebra de sigilo, mesmo que intrinsecamente ou seja embutidamente, e solicitou o Sub-relator para que tomasse conhecimento da liminar posta a mesa pelo secretário. Em seguida após tomar conhecimento o Presidente suspendeu a sessão para consultar a acessória jurídica do Senado Federal, pedindo para completar ligação telefônica para o Dr. Shalom Einstoss Granado, em seguida deu-se continuidade a sessão onde o Sub-relator manifestou-se que conforme orientação do Dr. Shalom Einstoss Granado, a liminar não altera em nada as limitares anteriores, e que assumiria as responsabilidades jurídicas. A sessão é suspensa às dezessete horas e quarenta minutos, às dezessete horas e cinquenta e dois minutos foi reaberta a sessão dando continuidade

às arguições do Deputado Carlos Willian, Deputado Arnaldo Faria de Sá, às dezoito horas a sessão passa a ser reservada, às dezenove horas e doze minutos fica suspensa à reunião e às vinte horas e vinte e cinco minutos reabre a sessão. Encerra-se a presente reunião às vinte horas e vinte e oito minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro aberta a sétima reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada, através do requerimento número 3/2005, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Sobre a mesa a ata da reunião anterior, a qual coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovada. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se às oitavas dos senhores: Josemar Pereira dos Santos – Diretor Financeiro da GEAP -, Sérgio de Moura Soeiro, Jorge Luiz Gomes Chrispim e José Luiz Ferreira Carneiro – ambos sócios da CORRETORA EURO. Convido para tomar assento à mesa o Sr. José Pereira dos Santos, Presidente, Diretor Financeiro, perdoe-me, da GEAP. Enquanto o Sr. José toma assento, eu queria esclarecer o motivo do nosso atraso: na verdade, eu fui procurado pelo Dr. Fernando Pimentel, Presidente da ABRAPI. Tivemos uma reunião agora na CPMI, uma reunião que considero extremamente produtiva. Quero, portanto, registrar publicamente a minha satisfação de manter esse diálogo e de estabelecer uma linha positiva de comunicação com a ABRAPI. Espero poder contar com o apoio da ABRAPI para que o trabalho em curso possa chegar a um bom termo. E vamos, inclusive, começar a discutir uma série de propostas que podem ser sugeridas no bojo deste relatório final, que será apresentado em março. E eu tenho absoluta certeza que a ABRAPI com esse espírito colaborativo poderá contribuir muito para a conclusão da nossa investigação. Sobre a mesa o termo de compromisso assinado pelo Dr. Josemar Pereira dos Santos. Eu indago se o senhor está acompanhado de seu advogado. [Inaudível]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor é o advogado? O senhor pode se identificar, por favor?

ADVOGADO DR. OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR: Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior, OAB/DF 16.275, consultor jurídico da Fundação GEAP Seguridade Social.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agradeço. Sr. Josemar, queria lhe dar as boas vindas em nome da CPMI dos CORREIOS, da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão, agradecer a presença de V.Sa. aqui entre nós. E, imediatamente, lhe passar a palavra para que o senhor tenha a oportunidade de tecer os comentários iniciais que achar oportuno, de apresentar o seu currículo profissional, de apresentar a sua qualificação técnica e também de ter a liberdade de tratar de qualquer assunto concernente a GEAP que o senhor queira fazer em caráter de apresentação inicial.

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Meu nome é Josemar Pereira dos Santos, casado, graduado em ciências contábeis, funcionário público cedido à GEAP desde 2001, residente em Brasília.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Josemar, o senhor passou a exercer o cargo de Diretor Financeiro da GEAP em 2001?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Passei a exercer a partir de setembro de 2001.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Setembro de 2001. Como é que se deu o processo de indicação do senhor para este cargo?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Eu sou cedido, eu sou um técnico do Ministério da Saúde, cedido desde essa data e vim através do Diretor Executivo da época, o Dr. Ricardo Ackel.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Dr. Ricardo Ackel é quem indicou o senhor para a Diretoria Financeira?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Exatamente, eu trabalhei com ele no primeiro período que foi de 1966 até 99, onde ele saiu, eu voltei ao Ministério. Ele retornou em 2001 e eu acompanhei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já tinha alguma experiência diretamente ligada à área de finanças, a investimentos em mercado, enfim, dentro das atividades que o senhor realizou antes de assumir a Diretoria Financeira? Que tipo de experiência o senhor acumulou nessa área específica?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: É... Eu, como já falei, eu sou formado em ciências contábeis. Eu passei 4 anos na GEAP como coordenador de contabilidade, voltando em 2001 para a área de

administração e finanças. Na área de investimento, a GEAP, ela trabalha, essa função é segregada, tem um consultor de investimento que toda essa linha de investimento é feito na consultoria de investimento. A minha parte é a parte financeira e administração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo, então seria interessante que o senhor pudesse nos explicar um pouco melhor sobre a estrutura da diretoria que está sob os seus cuidados. Primeiro, eu queria saber exatamente quais são as atribuições do senhor. Depois, como a sua diretoria está estruturada e quem são as pessoas que estão ao lado do senhor exercendo as atividades na Diretoria Financeira?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: A GEAP, ela funciona como uma entidade fechada de previdência complementar. Ela tem um Conselho Deliberativo, abaixo do conselho uma diretoria executiva. A Diretoria Executiva tem os seus assessores. Assessor de consultor de investimento e consultor jurídico. Abaixo da diretoria também são cinco diretores, um deles sou eu, de administração e finanças. Na minha área tem uma coordenaria de material e serviços gerais, uma de recursos humanos, uma de arrecadação, uma orçamentária financeira e uma de contabilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A coordenadoria ou gerência de investimentos, ela está subordinada à diretoria de V.Sa.?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Ela é subordinada à Diretoria Executiva, é uma consultoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É uma consultoria?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Consultoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem exerce essa atividade no momento?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Sr. César Buzin, está aqui presente nesse...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. César é o consultor de investimentos desde quando da GEAP?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Ele está na GEAP desde 1998.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exercendo essa mesma atividade?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: De investimento. Sempre de investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Consultor de investimentos.

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Foi selecionado no mercado através da empresa CATHO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo. Agora, a responsabilidade por todas as decisões que são tomadas – depois nós vamos detalhar essas decisões –, a responsabilidade pelos investimentos que são realizados, pela política de investimentos da Fundação, ela é da Diretoria Financeira ou ela é exclusivamente da consultoria de investimentos?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: A política de investimento da GEAP, ela é de responsabilidade do comitê de investimento. Nós já estamos estruturados com o comitê, onde faz parte do comitê o diretor de administração o diretor de serviço, a Diretora Executiva, o consultor de investimento, o assessor de risco, nós temos hoje atendendo até a CNPC 13, e o diretor de previdência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, mas V.Sa. faz parte--

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Diretor da administração faz parte do comitê.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do comitê. Até porque, eu vejo aqui, por exemplo, que um documento que foi preparado pela GEAP com o objetivo de contestar o trabalho realizado pela CPMI conta aqui com a assinatura do senhor também. Assinam a Diretora Executiva, Sra. Regina Parisi, o senhor, como diretor de administração e finanças, o consultor de investimentos, o Sr. César Buzin e o assessor de conformidade e risco, senhor Júlio Vieira, todos esses senhores e essa senhora ainda se mantêm nesses mesmos cargos?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo. Então, só para esclarecer melhor, a consultoria de investimentos, ela está subordinada à Diretoria Executiva diretamente?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Diretoria Financeira tem algum tipo de interface, alguma relação direta ou indireta com a consultoria de investimentos? Evidentemente que o senhor já nos disse que o senhor participa do comitê de investimentos, mas eu queria saber se existe uma interface direta entre a Diretoria

Financeira e qual é essa interface com a consultoria de investimentos?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Não, Deputado, a nossa, a participação da Diretoria de Administração e Finança é só a participação dentro do comitê. Esse trabalho é feito diretamente pelo, pela consultoria de investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero fazer uma indagação ao senhor e ao plenário. Está aqui conosco presente, conforme foi anunciado pelo Dr. Josemar, o Sr. César Buzin, que é o consultor de investimentos. Eu gostaria de convidá-lo para tomar assento à mesa a fim de que ele pudesse assessorar o senhor.

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nas principais respostas sobre os investimentos realizados pela Fundação. Ele estaria aqui na condição de convidado, não de testemunha nem de investigado, porque o seu requerimento não foi aprovado. Acho que seria importante para contribuir com os esclarecimentos técnicos que talvez o senhor sozinho não tenha condições de apresentar. Se não houver objeção do plenário, do doutor César, eu o convidaria para que ele pudesse também tomar assento à mesa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. César, o senhor seja bem-vindo, eu agradeço o senhor ter aceito o nosso convite e indago a V.Sa. como se deu o processo de escolha do senhor para consultor de investimentos da GEAP que, segundo informações do Dr. Josemar, aconteceu em 1998.

SR. CÉSAR BUZIN: Eu fui contratado pelo processo de seleção realizado em 98, em novembro de 98, pela empresa de headhunter, a CATHO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor é um prestador de serviços para a GEAP desde 98, é isso?

SR. CÉSAR BUZIN: Não, apesar do nome consultoria de investimentos eu sou contratado pela Fundação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É contratado, apesar do nome consultoria de investimentos. Eu indagaria ao senhor, Dr. César, qual foi a orientação que o senhor recebeu da Diretoria Executiva, da diretoria de administração e finanças e do comitê de investimentos em geral para a política de investimentos da GEAP, ou seja, para que exercesse esta política com

um perfil mais moderado ou com um perfil mais arrojado, mais agressivo?

SR. CÉSAR BUZIN: A GEAP, ela sempre teve a postura de ter uma política de investimento super-conservadora, Sr. Deputado. Isso, tanto é verdade que nós temos aí, no período em análise – nós nunca tivemos – no mínimo, 80% em aplicações de títulos públicos, considerados como menor risco do mercado. Então sempre isso foi uma preocupação da Diretoria Executiva, que eu acompanhei mais de uma Diretoria Executiva, e é isso que tem norteado os investimentos da Fundação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quantos diretores executivos passaram pela Fundação nesse período em que o senhor é o consultor?

SR. CÉSAR BUZIN: Deixe-me ver, pensar um pouco. Quatro diretores executivos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quatro diretores executivos. O senhor teria como fazer aqui uma breve declaração dos nomes desses diretores, dos seus períodos?

SR. CÉSAR BUZIN: Eu não tenho aqui em mãos esses períodos, mas o Josemar pode até me ajudar, ele está lá desde 2001 também. Inicialmente, em 2000, nós tivemos o Ricardo Ackel, depois nós tivemos, num período curto, o Moisés. Na sequência, o Johanny Zech (F) e, por último, a Dra. Regina.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A doutora Regina exerce as suas atividades de Diretora Executiva desde quando?

SR. CÉSAR BUZIN: Desde junho de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Junho de 2003. Dr. Josemar, o senhor, como membro do comitê de investimentos, poderia aqui nos ajudar a entender um pouco como se davam as discussões no âmbito do comitê com relação à definição das metas de rentabilidade da Fundação? O senhor teria condições de nos informar?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Eu gostaria, se fosse possível, o Dr. César respondesse isso aí, porque o trabalho dessa organização toda, das metas, das políticas e de seleção é feita dentro da consultoria. Quando ela chega para o comitê, ele vem realmente com uma série de produtos já selecionados para o comitê deliberar. Então eu gostaria que essa seleção, se fosse possível, fosse feita pelo, quer dizer, essa indagação fosse feita para o Sr. César.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. César, para

que a gente possa entender um pouco melhor, a consultoria de investimentos, subordinada à Diretoria Executiva, presumo eu, submetia e submete à Diretoria Executiva as possibilidades de investimentos da GEAP e então isso é levado ao comitê de investimentos. Eu queria entender um pouco qual é o nível de autonomia para a tomada de decisões da consultoria em investimentos da Diretoria Executiva e, ao fim, do comitê. Ou seja, o comitê tem o hábito de tomar as decisões, de referendar as decisões que são sugeridas pela consultoria? Como é que são feitas essas discussões? Quem é que tem, efetivamente, participação nas decisões que são tomadas de como, quando e onde aplicar os recursos da GEAP?

SR. CÉSAR BUZIN: De acordo com o regimento do comitê, todas as decisões são por unanimidade. E essa, esse processo de, dentro das atribuições da consultoria de investimentos está a de levar propostas para deliberação. Um outro ponto da pergunta, senhor Deputado, é o seguinte: esse seria o regime de alçada, tanto da consultoria quanto do comitê. A GEAP sempre teve a preocupação de todas as decisões serem realizadas no comitê, ou seja, a alçada é 100% do comitê de investimento. A consultoria, ou qualquer outro dirigente não tinha autonomia para tomar nenhuma decisão sem que fosse submetido inicialmente à decisão do comitê de investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A GEAP tem o hábito de descentralizar os seus investimentos através da composição de fundos exclusivos, transferindo para gestores do mercado, portanto instituições financeiras, a responsabilidade pela aplicação desses recursos? Eu queria o que senhor nos dissesse como é que se divide a carteira da GEAP entre os investimentos feitos em carteira própria e os investimentos destinados a aplicação pelos fundos exclusivos.

SR. CÉSAR BUZIN: Atualmente, 35% é de gestão própria e o restante em fundos terceirizados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 35%, em carteira própria?

SR. CÉSAR BUZIN: Isso, atualmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Presumo eu que as decisões adotadas para dar segmento aos investimentos em carteira própria, elas passam diretamente pela consultoria de investimentos.

SR. CÉSAR BUZIN: É, mais uma vez, a gente leva as decisões para o comitê de investimentos. Dentro das atribuições da consultoria, dentro das atribuições da consultoria de investimento está levar pro-

postas de resgates e aplicações e de alternativas de investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a análise técnica é feita pela consultoria?

SR. CÉSAR BUZIN: Sim. Atualmente nós temos uma área de risco, que também contribui bastante para a análise da parte de controles internos de desempenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É o senhor Júlio Vieira que exerce a atividade de assessor de conformidade de risco?

SR. CÉSAR BUZIN: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, presumo eu que o senhor Júlio Vieira, ele tem uma interface muito direta com a consultoria de investimentos para definir como serão aplicados os recursos em carteira própria.

SR. CÉSAR BUZIN: A área de, a GEAP, em atendimento a CGPC 13, ela atende plenamente o que essa Resolução prevê. Essa resolução trata de princípios e práticas de governança corporativa, controles internos e gestão. A GEAP, para evitar conflito de interesse, há uma segregação das funções de risco, controles internos com a função de gestão. Então, é uma área independente que tem dentro da GEAP e cuida dos controles internos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até quero aqui ressaltar que essa é uma das deficiências que a gente verifica em outras Fundações. Algumas delas mostram que não existe qualquer área de compliance, qualquer área de controle de conformidade e, pelo visto, a GEAP, neste caso, já procurou se resguardar e constituiu uma área destinada apenas para isso. Eu lhe pergunto: esses 35% que são destinados para aplicação em carteira própria seguem aquela mesma lógica de 80% estarem destinados a títulos públicos? Como é que se estrutura esses 35% dos recursos investidos em carteira própria?

SR. CÉSAR BUZIN: Ok. Aí vale a pena comentar um pouquinho, senhor Deputado, o seguinte: de 2002 para 2003, os Fundos de Pensão, de maneira geral, migraram para aplicações de títulos públicos de longo prazo, tendo em vista as atratividades que você poderia colocar na curva, o papel e, principalmente, pelo prêmio oferecido por esses títulos. Então, a indústria de Fundos de Pensão certamente tem um peso muito grande nessa estratégia de alongamento de prazo. E a GEAP também seguiu o exemplo – eu inclusive faço parte da comissão nacional de inves-

timento da ABRAPI, então a gente acompanha bem de perto isso aí – nós fizemos, então, uma migração gradual com o estudo, com parecer do (?), que trata a respeito da possibilidade, da capacidade financeira da Fundação para alongamento de prazo. Então, todas as aplicações em títulos públicos, a partir de 2003, houve algumas compras e vendas definitivas, mas logo em seguida, nós começamos a comprar todos os papéis para levar até o vencimento, ou seja, os títulos que nós chamamos de títulos na curva. Em atendimento, que é permitido, de acordo com a resolução CGP C, 4 de janeiro de 2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor confirma a existência de 18 Fundos exclusivos ligados a GEAP?

SR. CÉSAR BUZIN: No período de 2000 a 2005, sim, acho que, acredito que até mais, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Atualmente, quantos Fundos exclusivos estão ligados ao GEAP?

SR. CÉSAR BUZIN: Atualmente a GEAP tem cinco Fundos exclusivos que são: ITAÚ, BANCO DO BRASIL, BOSTON, PACTUAL, SAFRA e BNB, na verdade são seis. BNBPARIBAS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que se deu o processo de seleção de gestores desses Fundos exclusivos?

SR. CÉSAR BUZIN: O processo atual, nós temos o processo atual e o anterior, desde que a gente começou em 2004 em atendimento a CGPC 13 e nós ficamos aí mais de um ano, que a gente está aperfeiçoando esses controles internos, e gestão também. Esse processo, atualmente, ele é um processo rigoroso, técnico, que, inicialmente a gente verifica o volume administrado de cada instituição, a comprovação do volume administrado. Na segunda etapa a gente verifica o risco daqueles Fundos, se é compatível com a política de investimento da Fundação através da volatilidade, o intervalo de volatilidade desses Fundos. Na terceira etapa nós também levamos em consideração a análise dos Fundos pelo índice de Sharp, pela relação risco/retorno. Na quarta etapa a gente envia um questionário de mais de 60 perguntas para esses selecionados e a gente, na próxima etapa, há um processo, uma visita às instituições para realizar um due diligence. E, por último, submetido ao comitê, mais de uma instituição para a decisão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mais de uma instituição? Sem dúvida alguma, o peso dessa institui-

ção no mercado acaba tendo um valor decisivo nesse exame que o comitê de investimentos realiza?

SR. CÉSAR BUZIN: É, atualmente sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Atualmente sim?

SR. CÉSAR BUZIN: Atualmente sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu tenho aqui uma lista completa dos Fundos exclusivos ligados a GEAP e da alteração de seus gestores. A gente percebe que nesse período de 2001 a 2005 houve algumas alterações. Em geral, a que o senhor atribui essas mudanças de gestores dos Fundos exclusivos?

SR. CÉSAR BUZIN: Bom, a GEAP, ela, nesse período também a gente tinha um processo de seleção que, seleção e de avaliação também rigoroso. A gente levava em consideração quatro itens para avaliar um gestor, se ele ia continuar trabalhando com a GEAP ou não. Então, o primeiro item era o desempenho dele em relação ao benchmark; o segundo item em relação à meta, que muitas vezes é maior que o benchmark; o terceiro item era o desempenho dele em relação ao mercado, à indústria de Fundos e, por último, uma análise qualitativa, que a gente observava o atendimento operacional que ele tinha com a GEAP nesse período. Aqueles gestores que não atendessem a no mínimo três desses requisitos, existia uma substituição. Então, eu atribuo a uma quantidade grande de gestores, justamente porque a GEAP tinha um processo técnico independente de escolha e de contratação. Com isso, aqueles que não atendiam o desempenho satisfatório das instituições a gente, era punido com a troca de gestor ou o encerramento do fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Havia um monitoramento constante, portanto, do desempenho de cada um desses gestores à frente dos Fundos exclusivos?

SR. CÉSAR BUZIN: Sim, tinha um acompanhamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse acompanhamento era feito diretamente pela consultoria de investimentos subordinado ao senhor?

SR. CÉSAR BUZIN: Durante um período sim e depois, posteriormente, pela área de controles internos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores entendem – e aí a pergunta eu dirijo também ao senhor Josemar – os senhores entendem que os recursos aplicados através dos Fundos exclusivos e geridos por

essas instituições, seu resultado são de responsabilidade da Fundação?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Sim, a responsabilidade também é da Fundação. A seleção, o acompanhamento pela Fundação e as reuniões são mensais. O resultado, o desempenho dele chega até o comitê de investimento através da consultoria de investimento e, sem dúvida, também recai a responsabilidade por quem selecionou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Por favor.

SR. CÉSAR BUZIN: Senhor Deputado, a minha avaliação também, em complementação ao que o Josemar falou, existe essa responsabilidade da Fundação, mas, de acordo com a instrução 409, nós temos que o administrador e o gestor responde junto à CVM e ao BANCO CENTRAL pelo cumprimento da política de investimento. Então, a GEAP é responsável pela contratação e também pelo acompanhamento. Mas na hipótese de algum gestor estiver descumprindo a política de investimento ou o regulamento, então, se for comprovada alguma má-fé, a GEAP certamente tomará as medidas judiciais. Não houve nenhum caso para que a gente, necessário tomar essas medidas. Então, eu acredito que também tem, o gestor tem as atribuições definidas na 409. E a nossa função é ficar fiscalizando, acompanhar e contratar. Nós somos também responsáveis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse período não houve nenhuma anormalidade na gestão dos Fundos exclusivos que levasse a GEAP a ter que tomar a decisão de destituir a instituição responsável pela administração e escolher uma nova instituição?

SR. CÉSAR BUZIN: Não, não houve. Inclusive nenhuma auditoria interna dos Fundos de Pensão, desculpe, dos gestores, identificou qualquer irregularidade. Dentro das atribuições de controles internos das auditorias e na análise anual não há nenhum parecer que aponta perdas, perdas ou qualquer outro descumprimento da política de investimento. Então são várias as auditorias independentes que prestam serviço a esses Fundos, dentre os quais a KPMG, ERNEST YOUNG e outros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Em geral, como eram escolhidas as corretoras que operavam no mercado com a GEAP? Essa escolha das corretoras, tanto nos investimentos em carteira própria como nos investimentos em Fundos exclusivos, ela passava por uma discussão do conselho, passava por uma discussão da Diretoria Executiva, ela se dava

apenas no âmbito da consultoria? Queria saber mais propriamente sobre o processo de seleção das corretoras que estavam autorizadas a operar com a GEAP nos mais diversos mercados. Para o senhor e para o Doutor Josemar, aquele que se sentir em condições de responder.

SR. CÉSAR BUZIN: O processo de contratação das corretoras nos Fundos Terceirizados é de responsabilidade, estava dentro das atribuições dos gestores e administradores. Então a GEAP não interferia nesse processo. Com relação às corretoras da carteira própria, para títulos públicos o processo atual, ele é um processo que também evoluiu bastante e eu gostaria de falar brevemente também como está. Ele hoje é um processo que, na primeira etapa, é de caráter eliminatório, ele, a gente tem o processo de eliminação daquelas corretoras que, após uma pesquisa junto ao mercado, junto aos órgãos de fiscalização como o SPC, CVM, Serasa dentre outros, se tiver alguma, junto a essa pesquisa se tiver algum impedimento das corretoras, inclusive dos donos da Corretora, isso já é o primeiro item para o processo eliminatório que não pode trabalhar com a GEAP. Aí o segundo, terceiro e quarto item já trata da parte de middle office, de back office e de front office, ou seja, do grau de atendimento, a prestação de serviços com a GEAP, quer seja na parte de técnica, na parte de que agrega valor para a instituição, como a compra e venda dos títulos. Vai ser analisado também se a área de risco está em condições de avaliar os preços praticados, e também a retaguarda que nós chamamos de, um termo inglês, de back office, que também existe um processo de análise. A partir daí a gente estabelece um ranking e submete ao comitê. Esse é o processo atual. E é importante--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele foi implementado quando?

SR. CÉSAR BUZIN: Ele foi implementado no início de 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então ele é muito recente?

SR. CÉSAR BUZIN: É recente. O processo anterior para a compra de títulos públicos, a GEAP adotava o seguinte: não tinha restrição para atuar com corretoras. A gente buscava as melhores ofertas de mercado, especificamente para título público, então era aberto para operar com qualquer instituição que quisesse cotar e tivesse o título no qual a GEAP já tinha autorizado, via comitê, a aquisição daqueles títulos com o objetivo de alongamento do prazo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas eu presumo

que nos recursos administrados em carteira própria havia também um controle dessa área de compliance da GEAP dos resultados apresentados pelas operações com aquelas corretoras selecionadas?

SR. CÉSAR BUZIN: Foi feito um trabalho, a GEAP está discutindo esse assunto desde junho, quando começou a sair alguma coisa na imprensa. E de lá para cá, a área de compliance, que é responsável por esse levantamento de dados, foi feito um trabalho submetido ao comitê, que mostra que a GEAP está dentro dos padrões de aderência ao mercado. Então tem feito toda uma avaliação estatística, uma avaliação técnica e foi submetida ao comitê também, foi pedido esclarecimentos para a consultoria de investimento, que foi, via comitê também, solicitou esses esclarecimentos adicionais sobre esse tema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Durante esses cinco anos, de 2000 a 2005, houve alguma operação que envolvesse determinada Corretora considerada como anormal pela GEAP, que chamasse a atenção dos senhores e que merecesse uma correção de rumos?

SR. CÉSAR BUZIN: Não, não houve. Não houve nenhuma identificação de problema com corretora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em geral, as corretoras que estavam autorizadas a operar com a GEAP, elas tinham uma relação e um contato com a consultoria de investimentos, responsável por ela é V.Sa.. Então, V.Sa. conhece as corretoras que estavam autorizadas a operar com a GEAP?

SR. CÉSAR BUZIN: Não necessariamente a gente conhece, porque depois da implantação do SPB, você não tem mais o risco das corretoras. Então, conforme eu falei anteriormente, a gente cotava mercado. Não existe nenhuma relação de, não era, muitas dessas corretoras eram clientes eventuais porque não havia nenhum risco de, da instituição, da Corretora quando a gente operava esses títulos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como, em geral, eram tratados os relatórios de compliance relativos à deficiência na administração e à efetividade de resultados, ou seja, caso a área de compliance verificasse algum tipo de problema, como é que aquele problema era tratado e se isso aconteceu regularmente nesse período de cinco anos?

SR. CÉSAR BUZIN: Não, não houve nenhuma, nenhum fato que chamou a atenção da área de compliance. Mas dentro das atribuições do compliance está de fazer esse levantamento permanente dos preços praticados. Esse trabalho tem sido feito com sucesso aí já dentro dessa nova linha de acompanhamento de

preços médios e de outros instrumentos de, que se usa para controle, gerenciamento de risco em Fundos de Pensão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Perguntaria ao Dr. Josemar. O que o senhor pode nos dizer a respeito de um levantamento feito pelo COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras -, que diz que a GEAP teve movimentações financeiras incompatíveis com a sua capacidade econômico-financeira presumida? O senhor tem conhecimento desse relatório do COAF?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Tive, Deputado. Tive, primeiramente eu tive conhecimento dele através da imprensa. E foi feito, no momento do conhecimento, foi feito um levantamento dessa movimentação no Rio de Janeiro e houve um equívoco aí da informação do COAF, do BANCO CENTRAL. Porque a nossa capacidade financeira, a movimentação financeira no estado do Rio de Janeiro, ela é bem superior ao que foi comentado nos jornais e no relatório do COAF.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me parece que o COAF identificou uma retirada em 5 de dezembro de 2003 no valor de 210 mil reais e uma outra retirada em 4 de dezembro de 2003 no valor de 144 mil reais e que justamente com referência a essas retiradas é que existiria o problema, ou seja, essas retiradas foram feitas em contas de baixa movimentação que eram incompatíveis com os valores sacados. Então o senhor afirma aqui que o COAF errou, que o BANCO CENTRAL errou na informação detectada?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: O COAF errou porque esses dois pagamentos citados aí de 144 mil e 201 mil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 210.

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: 201, o COAF informou 201, e os 144 mil foram pagamento de serviços prestados da empresa de UTI móvel no Rio de Janeiro. Foi feito um débito na conta da GEAP, foi um cheque, pago em cheque. Foi feito um débito na conta da GEAP e um crédito no BANCO ITAÚ no mesmo dia. Eu tenho essa informação do BANCO DO BRASIL e o 201, 201 mil foi também um pagamento a diversos peculistas do Rio de Janeiro no valor, de 27 peculistas, depósito debitado, desculpe, foi um cheque nominal ao BANCO DO BRASIL e que foi creditado nas contas de nossos peculistas. Ali entrou poupança, conta corrente, transferência, TED e eu recebi aqui uma informação já do BANCO DO BRASIL, recebi, se não me engano, em setembro, fazendo essa observação que realmente não houve saque em espécie e recebi

também do COAF uma informação bem recente, de ontem, que ele disse que realmente foi incorrida indevidamente essa informação. Vou passar também para o Deputado aqui a informação do COAF.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria solicitar à nossa assessoria que, por favor, viabilizasse a apresentação do desempenho da GEAP no mercado de derivativos. Preliminarmente, Dr. César, eu sei que essas questões agora serão direcionadas ao senhor. Eu queria lhe informar qual é o propósito desta sub-relatoria. Nós fizemos um levantamento dos ajustes negativos e dos ajustes positivos realizados na BM&F no primeiro dia das operações em que a GEAP participou. Muito bem. Do lado desses ajustes negativos, que nós chamamos de perda, nós queríamos entender se havia ou não alguma coisa que merecesse a nossa atenção, ou seja, se aqueles ajustes negativos, eles estavam completamente de acordo com o padrão de mercado, se eles atendiam à normalidade dos procedimentos verificados na BM&F ou se existiriam questões que precisariam ser respondidas a partir daqueles ajustes negativos. Eu tive a oportunidade de receber e li essa contestação que foi feita pela GEAP, e a GEAP afirma que não teve prejuízos nas operações com derivativos. E esta sub-relatoria nunca falou em prejuízos. Esta sub-relatoria falou em perdas que significam justamente esses ajustes negativos verificados. E, analisando o comportamento das negociações com ajustes negativos e verificando as corretoras que estavam presentes, nós percebemos que algumas dúvidas precisam ser esclarecidas e eu queria que os senhores pudessem nos ajudar no esclarecimento dessas dúvidas. Então, esse primeiro quadro, se o senhor tiver dificuldade de ler daí eu posso lhe conceder aqui a minha cópia. Esse primeiro quadro indica como é que se comportou a GEAP na BM&F a partir do desempenho das corretoras nas posições de ajuste negativo. O senhor pode ver no primeiro aqui que essas duas, quatro, seis corretoras têm um desempenho questionável, seja pela quantidade de operações, seja pelo volume das operações. O que eu quero dizer? E vamos buscar, por exemplo, a BÔNUS BANVAL que é uma Corretora conhecida, que já vem sendo investigada pela CPI. A BÔNUS BANVAL, quando operou com a GEAP nesse período de cinco anos, ela registrou 92% de vezes ajustes negativos para a Fundação, correspondendo a 98% do valor negociado. São 306 operações com ajustes negativos e apenas 25 operações com ajustes positivos. O senhor pode ver que excetuando no caso ali duas corretoras, que é a BANCO CIDADE e a STOCK MÁXIMA, todas as outras registram um percentual em quantidade de vezes superior a 70% e em

valor negociado superior a 88%. Então, nos causou estranheza por que essas corretoras, quando operando no mercado de derivativos com a GEAP, elas registraram, nessas operações, resultados negativos para a Fundação. Eu peço o próximo. E aí o senhor pode ver. Volte ali, por favor! O senhor pode ver o seguinte: que com essas duas, quatro, seis corretoras prevalecem os ajustes negativos, e com outras trinta e cinco corretoras a GEAP vai ter ajustes positivos. Então há uma concentração de ajustes negativos com uma quantidade pequena de corretoras em detrimento de uma dispersão, de uma desconcentração de ajustes positivos. Eu pediria o próximo. Aí o senhor pode ver, em quadro comparativo daquelas mesmas corretoras com os Fundos de Pensão em geral, excluindo a GEAP. E a gente vai ver que no caso da WALPIRES, da BÔNUS BANVAL, do BANCO CIDADE e do MERCOBANK, que nesses casos essas corretoras também apresentam um desempenho insatisfatório quando operam com outras Fundações no mesmo mercado de derivativos. Ali nós temos o desempenho das corretoras listadas com as EPPCs, tirando a GEAP, o que confirma essa lógica. A próxima, por favor. Depois, o desempenho das corretoras em todo o seu universo. Aí a gente considera as EPPCs e considera também o mercado. E o senhor vai ver que já há uma mudança nos percentuais. Quando o mercado entra na avaliação de desempenho, incluindo as Fundações, o senhor pode ver que os percentuais caem da casa, muitas vezes de 70, 80, 90% para a casa de 50, no máximo 60%. E aí o que mais interessa é esse último quadro: desempenho das corretoras listadas com o mercado, excluindo EPPC. Ou seja, quando a Corretora está operando que não com Fundo de Pensão, somente operando com o mercado, veja o senhor. No caso da WALPIRES, eu vou lhe pedir aqui apenas a possibilidade de voltar. A WALPIRES, quando está operando com a GEAP, ela tem um desempenho de 83% de vezes nas quantidades de operação negativa com 93% dos valores. Quando é com o mercado. Não, deixa no seguinte, por favor, no último, ali. Então, o desempenho que é de 83% negativo para a GEAP correspondendo a 93% dos valores passa a ser de 50 a 50 no caso da WALPIRES quando operando com o mercado. No caso da BÔNUS BANVAL, o que era 92% das vezes de operação com 98% dos valores negociados. Não, me deixa só lá, concentrado nessa última. Passa a ser de 50% das operações e 49% dos valores negociados. No caso do BANCO CIDADE, veja o senhor, no caso do BANCO CIDADE, em 55% das operações ele atribui resultados negativos à GEAP, correspondendo a 58% dos valores negociados. Quando ele opera com o resto do mercado é zero, ou seja, ele só opera com

as Fundações, atribuindo, na maior parte das vezes, ajustes negativos às Fundações. No caso da DIMARCO são 84%, no caso da DIMARCO com a GEAP, 84% das operações correspondendo a 88% dos valores negociados. Quando a gente vê o desempenho da DIMARCO com o mercado, veja o senhor como ele cai. São 22% das operações correspondendo a 14% dos valores negociados. E assim sucessivamente. Então, o que nos parece ser inexplicável é por que essas corretoras têm um desempenho insatisfatório quando operam com a GEAP, e algumas delas quando operam em geral com Fundos de Pensão, e, no entanto, têm um desempenho, de acordo com o padrão de mercado, ou até abaixo do padrão do mercado em desfavor do mercado e não mais dos Fundos, quando estão operando com outros agentes, com outras instituições, conforme esses dois quadros comparativos que o senhor pode ver e que, certamente, o senhor terá acesso. Questiono ao senhor: existe algum tipo de explicação que possa ser dada por parte da Fundação para justificar esses ajustes negativos concentrados nessas corretoras que, em geral, só apresentam resultados insatisfatórios com a Fundação, diferente, portanto, do comportamento registrado no mercado?

SR. CÉSAR BUZIN: Sim. Foi realizado um levantamento interno pela área de controles internos da GEAP que identificou que praticamente todas as operações da BM&F se referem aos Fundos exclusivos, ou seja, gestão terceirizada. Então, de posse desses números a GEAP, ela vai checar e, se necessário for, vão pedir explicações para os gestores e se necessário for, identificado, comprovada alguma má-fé ou dolo, a GEAP vai tomar as providências judiciais necessárias. É importante lembrar também, senhor Deputado, que isso aí se trata do primeiro dia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso.

SR. CÉSAR BUZIN: Nós temos também o ajuste positivo. O mercado de, o mercado de derivativos, ele é um mercado complexo, então é importante olhar o conjunto das operações. Eu também, eu acredito muito que a BM&F, que é a responsável pelo controle dessas operações, possui controles rígidos de acompanhamento sobre qualquer tipo de manipulação de mercado. Mas a posição da GEAP, nesse momento, é o seguinte: de posse do material nós vamos aprofundar a discussão interna, dentro da GEAP, para verificar o que de fato aconteceu e pedir explicações para os gestores e os administradores dos Fundos. Inclusive.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. CÉSAR BUZIN: Vale à pena comentar que a BÔNUS BANVAL não realizou nenhuma operação com a carteira própria em títulos na BM&F.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu só queria entender muito bem o seguinte: todas as operações feitas em BM&F foram realizadas por intermédio dos Fundos exclusivos, é isso?

SR. CÉSAR BUZIN: Praticamente todas sim, mais de 90%.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mais de 90%. Então essas incompreensões e por que há uma concentração de ajustes negativos em certas corretoras, elas todas se devem a operações realizados pelos Fundos exclusivos?

SR. CÉSAR BUZIN: A grande maioria sim. E vale a pena comentar também que existem as auditorias independentes dos Fundos exclusivos que não detectaram, não informaram para a GEAP qualquer prejuízo nesse período de cinco anos ou qualquer ressalva nos seus balanços a respeito de problemas identificados no mercado de derivativos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Apesar de todos nós conhecermos os limites legais daquilo que é competência e responsabilidade dos gestores dos Fundos exclusivos, eu só queria mais uma vez registrar que é fundamental que a Fundação apure o porquê deste desempenho, afinal de contas, os recursos são de propriedade dos segurados do fundo de pensão.

SR. CÉSAR BUZIN: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então é importante sempre profetizar isso porque não há como tentar se eximir da responsabilidade por aquilo que é feito através dos Fundos exclusivos. Por mais que a responsabilidade possa ser deles, mas é evidente que a Fundação precisa estar atenta a esse tipo de desempenho que nós consideramos extremamente suspeito e questionável no mercado de derivativos.

SR. CÉSAR BUZIN: É, esse processo de seleção das corretoras nos Fundos exclusivos é de responsabilidade deles. Então a GEAP, mais uma vez, o interesse todo é de prestar esse esclarecimento e até, ao fim, como já vem realizando há seis meses a gente está discutindo esse assunto internamente, não tinha acesso a essas informações e, a partir de agora, nós temos todo o interesse de dar seqüência e tomar as providências necessárias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria passar adiante para tratar dos títulos públicos. Elimina essa

primeira tabela. Tem como ficar apenas a segunda? Essa segunda tabela, ela indica perdas registradas em operações com títulos públicos onde a GEAP figura ou como compradora ou como vendedora de títulos. Claro que sim. Primeiro nós fizemos ali um corte ano a ano e também Corretora por Corretora. E há uma identificação de problemas mais graves no ano de 2003, mais propriamente em operações realizadas pela Corretora TUFA, que também pode ser conhecida como EURO, porque a TUFA foi sucedida pela EURO, certo? Esse é o quadro geral do desempenho da GEAP com títulos públicos, mas eu quero ir adiante para lhe mostrar uma determinada cadeia negocial do ano de 2003 que, ao nosso ver, apresenta problemas. Aqui nós temos o seguinte: no dia 6 de junho de 2003, a GEAP, o senhor pode ver GEAP CENTURY FIF (F) 60 SANTOS SANTOS, imagino eu que seja um dos Fundos exclusivos da GEAP. Então, no dia 6 de junho de 2003, a GEAP estava negociando títulos NTNC com vencimento para o 1º/03/2011, a GEAP CENTURY FIF(F) vende esses títulos para a BRASIL CENTRAL S.A. DTVM. São exatamente cinco mil unidades e a GEAP vende a um preço unitário de 1249 reais e 35 centavos. No mesmo dia, os mesmos títulos, na mesma quantidade, são vendidos pela Brasil Central para a TUFA a um preço unitário de 1249 reais e 37 centavos. Essa variação é de apenas dois centavos. O que, evidentemente, está completamente de acordo com o padrão do mercado. Só que, no mesmo dia, esses mesmos títulos, a mesma quantidade, são vendidos pela TUFA à FUNTERRA – Fundo de previdência do TERRACAP – por um preço unitário de 1495 reais e 39 centavos. Nesse mesmo dia, portanto, a negociação dos títulos implica numa diferença de um milhão, duzentos e trinta mil, duzentos e quatro reais. Ou seja, se a GEAP tivesse negociado diretamente esse título ou com a FUNTERRA ou com qualquer outra instituição do mercado poderia ter realizado a mais do que realizou, um milhão, duzentos e trinta mil, duzentos e quatro reais. E eu queria chamar a atenção para uma outra coisa. Tanto a CORRETO-RA BRASIL CENTRAL, como a CORRETORA TUFA, principalmente a TUFA, ela figura em negociações de títulos públicos envolvendo Fundos de Pensão bastante suspeitas. Então ela vai aparecer em perdas registradas na PRECE, ela vai aparecer em perdas registradas na NÚCLEOS e vai aparecer nessa perda, ao nosso ver, expressiva, para um dia, um milhão duzentos e trinta envolvendo a GEAP. Eu queria que o senhor pudesse, obviamente se estiver dentro do seu conhecimento, nos dar algum indicativo, especialmente dessa operação, inclusive tecendo comentários a respeito da TUFA, se o senhor conhece essa Corretora, se o senhor sabe quem são os seus proprietários, se

o senhor, nos seus balanços e na prestação de contas desse Fundo Exclusivo, identificou essa operação. Se o senhor se preocupou em ver essa operação, se o senhor se preocupou em questionar o gestor desse fundo exclusivo do porquê de no mesmo dia, o mesmo título, na mesma quantidade, ter sido negociado com um deságio para a GEAP de um milhão, duzentos e trinta reais, duzentos e quatro centavos?

SR. CÉSAR BUZIN: Ok, essa operação não se refere a carteira própria. É um Fundo aí do BANCO SANTOS. Eu não tinha conhecimento dessa operação, mas, à primeira vista, nessa preliminar, senhor Deputado, tem que ter um pouco de cuidado nessa avaliação, porque nós não temos parâmetros suficientes para afirmar se a GEAP é que vendeu barato ou uma outra instituição é que comprou caro, tá? Existem outros parâmetros de mercado para avaliar como desvio padrão, como taxa da ANDIMA que, por enquanto, eu não tenho esses dados para análise. E, de qualquer maneira, isso aí não foi uma, não foi da gestão interna da GEAP. Nós estamos tomando conhecimento e, a partir daí, mais uma vez, vamos pedir explicações, pedir explicações aí para o responsável pelo Fundo atualmente. Mas nós temos que ter um pouco de cuidado nessa avaliação, mais uma vez, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Olha, nós iríamos adotar o parâmetro da ANDIMA e, depois, por uma discussão com o mercado, resolvemos não fazê-lo. Mas quando verificado o padrão ANDIMA, que é um referencial, não deixa de ser um referencial, percebe-se que justamente o preço de mercado no dia foi o preço finalmente vendido da TUFA para o FUNTERRA. Certo? Eu lhe trago essa informação porque eu acho que ela é importante no momento em que senhor for buscar explicações com o gestor desse Fundo. Lhe pergunto: O BANCO SANTOS geriu esse fundo exclusivo até quando?

SR. CÉSAR BUZIN: Esse Fundo Century, ele, nós fizemos o resgate, ele foi criado em 99 ou 98, não tenho a precisão, e a GEAP já, com o Josemar presente, nós fizemos o resgate desse Fundo. Por mau desempenho a gente trocou o gestor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando é que houve a mudança?

SR. CÉSAR BUZIN: Entre 2000 e 2001.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então nesse momento não era o BANCO SANTOS o gestor desse fundo?

SR. CÉSAR BUZIN: Não, era o BANCO SANTOS sim mas era um Fundo já antigo, anterior a 2000.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo bem. Nós estamos falando de uma operação realizada em 2003.

SR. CÉSAR BUZIN: Não, então esse Fundo. Me desculpe, porque houve mais de um Fundo lá. Esse Fundo de 2003 é -- eu preciso checar não estou, porque realmente 2003 não existia mais esse Fundo Century, teria que checar para quem ele foi passado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É, porque pode ser que para o controle da Selic esteja ainda essa nomenclatura. Então seria importante o senhor verificar.

SR. CÉSAR BUZIN: Em complementação à resposta, senhor Deputado, a CORRETORA TUFA, a GEAP não operou diretamente nenhuma operação, não tivemos nenhuma operação com a CORRETORA TUFA, não conhecemos ninguém dessa instituição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tiveram em carteira própria?

SR. CÉSAR BUZIN: Em carteira própria. Diretamente, diretamente eu teria que checar aqui que essa informação nós não tínhamos acesso anteriormente. Eu precisava checar se, via gestores, diretamente houve alguma operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá. Muito bem. A aquisição de títulos da dívida agrária, ela está dentro da política de investimentos determinada pela consultoria de V.Sa.?

SR. CÉSAR BUZIN: Esses títulos de TDA, eles foram adquiridos, me parece a data ali.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 2000.

SR. CÉSAR BUZIN: 2000. Esses títulos foram adquiridos com o objetivo de transferência para garantia de um depósito judicial da GEAP, não foi para a carteira de investimentos. E esses títulos, esses títulos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor confirma, só, me perdoe. O senhor confirma aquele valor de dez milhões, aproximadamente, de aquisição em TDAs?

SR. CÉSAR BUZIN: Confirmo o valor e esses títulos são todos cetipados, o que dá a garantia da existência do título, não é aqueles títulos que tinham a imagem negativa no mercado há muito tempo atrás. Esses títulos são de garantia do Tesouro e que não tinha risco de crédito e nem risco também de não existir o título. Existiu a preocupação da GEAP em só realizar a compra desses títulos, que não era para investimento no CETIP, que é uma Câmara que vali-

dava, que registrava a existência desses títulos. Então, esses títulos são títulos de baixo risco de crédito, senhor Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Depois dessa aquisição, em 2000, não houve novas aquisições de TDAs?

SR. CÉSAR BUZIN: Não, que eu me lembre não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não houve mais?

SR. CÉSAR BUZIN: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu tenho aqui algumas perguntas, agora, imagino eu que direcionadas para o Dr. Josemar, pois muito ligadas a essa área administrativa. Existe um contrato de Call Center da GEAP com a empresa ALGAR. Me parece que contrato este datado de 30 de setembro de 2002, cujo valor total é algo em torno de treze milhões de reais, doze milhões e novecentos mil reais. Eu queria o que senhor, por favor, Dr. Josemar, pudesse nos dizer qual é o objeto desse contrato e também que o senhor pudesse detalhar a natureza e a extensão e ainda a abrangência desse contrato.

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Ok, esse contrato foi feito através de uma seleção, através de pregão, isso em 2002, para atender toda a clientela da GEAP, que, na área de saúde, está mais de 750 mil vidas em todo o Brasil, são 34 patrocinadores que a GEAP trabalha, todas elas públicas. A GEAP hoje, ela está presente em mais de 2700 municípios, seus clientes. E ela foi adquirida exatamente, essa ferramenta, para tornar melhor a vida desses segurados, desses clientes da GEAP. Foi feita através de uma seleção, foram 17 empresas que participaram dessa seleção. A GEAP, a ACS sagrou-se vencedora do certame. ACS ALGAR.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): ALGAR.

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: ACS ALGAR, do certame. E com a estrutura que tem o GEAP hoje, 20 superintendência estaduais, sete representações, com a responsabilidade de mais de 75 mil peculistas, que hoje a GEAP trabalha com pecúlio facultativo, também é outro produto. A GEAP tem dois produtos: um que é pecúlio facultativo e um de saúde. Na área de pecúlio facultativo, que realmente registrou a GEAP como previdência, apesar de ser previdência, ela não tem participação do governo. Esse dinheiro é só dos funcionários públicos. Então, essa ACS foi exatamente para tornar a estrutura da GEAP mais bara-

ta, porque em 2001 nós já estávamos com, além das vinte superintendências e sete representações, nós estávamos estendendo aí em todo o Brasil, já tinha dezenove núcleos. E fazer um atendimento corpo a corpo para 750 mil vidas realmente torna a estrutura cara, uma estrutura pesada, uma estrutura realmente que teria que tirar dinheiro da saúde para pagar essa estrutura cara. E nós temos também, senhor Deputado, vários patrocinadores, como eu já falei, do tipo polícia rodoviária federal, onde ele está caminhando em todo o Brasil, a Polícia Federal, que está nas fronteiras, patrocinadora como a FUNAI, que está em Fernando de Noronha essa patrocinadora, e tem que ter uma ferramenta que deverá ser dada no atendimento aonde ele possa, através de um Call Center, consultar onde tem um médico, onde tem um atendimento de urgência. E para atender uma estrutura, um número de clientes que a GEAP tem, mais de 750 mil vidas só na área de saúde, ele tem que ter uma ferramenta realmente de precisão e que torne viável um atendimento mais rápido. Então foi por isso que foi contratada a ACS. Ela é um contrato, foi um contrato de cinco anos, se não me engano, e renovável, quer dizer, todo o ano se renova. Elas são atendimento por PA, atende 24 horas a clientela da GEAP. Isso tornou exatamente a estrutura mais barata. E com a vinda da ACS ALGAR, nós extinguimos os núcleos, dezenove núcleos em todo o Brasil na época que foi feito o contrato com a ACS. Então, a ACS veio realmente facilitar a vida dos nossos clientes e tornar mais barata a estrutura da GEAP.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Naquele processo de contratação da ALGAR, o senhor nos falou que houve um pregão. A ALGAR ofereceu a menor, quer dizer, a melhor proposta, o menor preço? Esses doze milhões correspondem ao melhor preço à época oferecido entre todas as empresas que concorreram?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Com certeza, a ALGAR, além de ela ser uma estrutura realmente, para quem conhece a ALGAR é de primeiro mundo, ela tem hoje mais de 3 mil PAs (F), e realmente ofereceu o menor preço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Todo esse processo está documentado?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Esse processo está documentado, senhor Deputado. E nós encaminhamos também à comissão. Encaminhamos toda a documentação que foi solicitada à GEAP, nós encaminhamos para a comissão com todos os contratos feitos, renovações, os ajustes que foram feitos e a ALGAR, ela continua com a GEAP até hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Indagaria ao senhor sobre o contrato da GEAP com a empresa MONT-SERRAT TURISMO, datado de 15/03/2002, cujo valor total é de dois milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, novecentos e vinte e um reais e dezesseis centavos. Quer dizer, causou estranheza à nossa equipe técnica da CPI o porquê de uma Fundação realizar um contrato em 2002 de três milhões de reais com uma empresa de Turismo. Daí que também eu queria saber do senhor qual o objeto efetivo desse contrato, qual a natureza do serviço, qual a sua extensão, qual a sua abrangência, como esse serviço é prestado, qual o processo de seleção da empresa MONT-SERRAT TURISMO. Eu queria que o senhor pudesse detalhar um pouco informações a respeito desse contrato.

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: É, esses contratos que são feitos através da GEAP, de maneira geral, até porque a GEAP tem uma cultura pública, ela veio da patronal e apesar dela não ter, não ser exigida para atender a 866, todas elas é feita através de licitação. A questão da contratação da MONT-SERRAT, ela é uma empresa que realmente o pagamento é feito através dos bilhetes que ele realmente imprime. Esse contrato, esse valor, ele é acumulado no período, a gente paga ela mensalmente de acordo com o uso. E a MONT-SERRAT, ela foi contratada porque é o seguinte: a GEAP, eu acho que ela é um dos órgãos hoje mais fiscalizado, ela tem um conselho regional, em todo o Brasil, tem um representante regional, ela tem um conselho consultivo, ela tem um conselho deliberativo e ela tem o conselho fiscal. A contratação da empresa oferece as vantagens das passagens mais baratas, quando ela tem condições de fazer isso, e com um número de superintendência que nós temos em todo o Brasil e representações e com a fiscalização que a GEAP exerce, que a GEAP é uma auto-gestão, ela é administrada realmente pelas suas patrocinadoras, com o número de conselheiros que nós temos, só uma empresa dessa trabalhando com a gente, oferecendo as melhores vantagens e o melhor preço. Porque ele pega as promoções, ela tem cultura com o mercado para pegar as promoções. Então, ela é feita, o pagamento dela, apesar de ter esse valor aí o que senhor falou, senhor Deputado, mas ela é feita mensalmente de acordo com o uso, com a entrega dos bilhetes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, nesse dia 15/03/2002, efetivamente foi realizado um contrato de dois milhões e seiscentos mil com essa empresa de turismo. Presumo eu que pode se selecionar uma empresa de turismo para que ela forneça as passa-

gens aéreas e outras coisas mais, porém que o pagamento é feito mediante a prestação do serviço. Então eu queria entender o porquê de um montante tão expressivo de dois milhões e seiscentos mil reais. Quer dizer, houve algum tipo de arbitramento desse valor? Como se chegou a esse valor? Ele corresponde a que exatamente?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Senhor Deputado, eu não sei o período, mas com certeza absoluta esse pagamento não foi feito dessa forma, dois milhões. Ele é feito à MONTSERRAT, ela hoje tem um faturamento médio de oitenta mil reais/mês e ele é pago de acordo com o serviço prestado mensalmente. Esse valor de dois milhões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, só é feito o pagamento depois que o serviço é prestado?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: 30 dias depois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque aqui, esses dados foram encaminhados pela Secretaria de previdência Complementar. A gente verifica quatro pagamentos feitos em 15/03/2002. Um no valor de cento e sessenta e nove mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos, o outro no valor de quinhentos e seis mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos, um outro no valor de novecentos e trinta e cinco mil, setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos e, por último, um quarto pagamento no valor de um milhão, quarenta e um mil, catorze reais e cinquenta e um centavos, totalizando aqui o que eu lhe disse. Então são quatro pagamentos feitos no mesmo dia que, somados, dão dois milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, novecentos e vinte e um reais e dezesseis centavos. Eu queria saber referente a que prestação de serviços esse pagamento pode ser verificado, ou seja, o que é que justifica, no mesmo dia, quatro faturas diferentes totalizarem mais de dois milhões e seiscentos mil que a GEAP desembolsou para uma empresa de turismo?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Eu conheço o relatório, senhor Deputado, porque quem encaminhou esse relatório foi eu. Eu conversei com o nosso coordenador de contabilidade, o que ele fez? Ele pegou ano de competência e houve uma falha aí na digitação, quer dizer, não uma falha na digitação, mas no documento que ele encaminhou. Esse documento, esses valores aí é anual. Ele foi feito no regime de competência tirado dos balancetes acumulados ano a ano, um período longo. Ele não foi feito um pagamento integral desses valores que foram, que foi informado nesse documento. E, com certeza absolu-

ta, esse pagamento é feito mensalmente nessa média que eu lhe falei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então houve um equívoco na informação que foi repassada pela GEAP para a SPC, é isso?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: O contador, quando ele fez o documento ele colocou a data do primeiro processo. Se o senhor olhar aí está o mesmo processo. Então ele conservou as datas de uma forma errada. Então esses valores foram feitos, tirado da nossa contabilidade, da nossa contabilidade, ele foi feito pelo regime de competência, é ano isso aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Desde quando a MONTSERRAT presta serviço para a GEAP?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Olha, Deputado, eu realmente, o período eu não sei, eu não, não tenho ele gravado aqui. Mas ele, já faz bastante tempo. Ele prestou serviço e a GEAP sempre renova essas empresas, quando elas nos prestam um bom serviço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu gostaria que V.Exa., V.Sa., no encaminhamento dessas informações, pudesse detalhar toda a prestação de contas dos serviços da MONTSERRAT.

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O contrato da GEAP com a SERPRO no valor de, no valor total de doze milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, cento e setenta e seis reais e vinte e dois centavos, são dois, são dois contratos, um de cinco milhões, setecentos reais e fração e outro de seis milhões, quinhentos e tantos reais. Eu queria saber, mais uma vez, qual é o objeto desses contratos, qual a natureza do serviço, como é que se deu a contratação da SERPRO? Como é que é feita a prestação de conta desses serviços referentes aos mais de doze milhões destinados a SERPRO?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Bom, esse contrato com a SERPRO é de pagamento da linha de contracheque. Todos os nossos assistidos, eles são funcionários públicos. E ele é feito através de consignação. Cada linha do SERPRO, nós pagamos um real e vinte e cinco centavos por linha. Ele é um contrato, ele é um Decreto do Presidente que obriga as empresas que têm esse tipo de consignação com o SERPRO pague pelo serviço de processamento de dados. O Decreto está aqui e é pago através, por força do De-

creto, senhor Deputado. Ele é pago por linha utilizada em contracheque dos funcionários públicos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A que período esse contrato se refere?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: A GEAP sempre teve essa despesa com o SERPRO. Eu acredito que desde 1990 que nós estamos pagando, 2000, eu preciso checar esses dados e que esse contrato é feito exatamente atendendo o Decreto Presidencial que obriga a todas as empresas que têm consignação com o SERPRO a pagar esse valor de um real e vinte e cinco centavos por linha utilizada. Por lançamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Há mais um contrato que eu queria indagar a V.Sa., que é o contrato da GEAP com a DINÂMICA SERVIÇO DE LIMPEZA. Bom, aqui mais uma vez o que nos causou estranheza foi a ocorrência de diversas faturas no mesmo dia, que é o dia 1º/12/2001, primeiro de dezembro. O valor total desse contrato é de um milhão, oitocentos e cinco mil, setecentos e dezoito reais e setenta e oito centavos. Por favor, o senhor pode nos explicar?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: O erro da comunicação no primeiro, aliás, nos contratos que foram encaminhados é o mesmo, ele colocou o início do contrato, não colocou os termos aditivos. E essa informação também foi tirada da contabilidade pelo regime de competência e os valores são pagos mensalmente, através do serviço prestado para atender a Superintendência Estadual do Distrito Federal, com limpeza, conservação, vigilância, a parte de recepção, como também a Direção Geral da GEAP, que tem uma área, a Direção Geral, junto com a Superintendência, tem uma área de mais de cinco mil metros quadrados. Então foi contrato, houve um erro aí nas datas e o pagamento é feito mensalmente, de acordo com o serviço prestado. Ele colocou o valor tirando da contabilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor me falou que a Dra. Regina Ribeiro Parisi Carvalho assumiu a Diretoria Executiva da GEAP em junho de 2003. O senhor saberia nos informar qual era a atividade que a Sra. Regina realizava antes de assumir a diretoria da GEAP?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Era Presidente do Conselho Federal de Medicina, em São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Conselho Fede-

ral de Medicina, em São Paulo. O senhor sabe como é que se deu a indicação dela?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Bom, antes da Dra. Regina, como eu falei, era o Dr. Ricardo. Eu conheci a Dra. Regina quando ela foi apresentada em junho de 2003 e se deu por troca, o Conselho Deliberativo, nosso Conselho Deliberativo é formado por dois representantes do Ministério da Saúde, dois representantes do Ministério do Trabalho e Emprego e dois representantes do INSS e ele fez a troca em junho, quem trocou foi o Conselho Deliberativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor sabe quem teve peso decisivo na recomendação do nome dela?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Eu conheci, como lhe falei, eu conheci a Dra. Regina em junho, foi apresentada a mim em junho, no dia da sua posse. A informação que eu tenho é que foi a substituição através do conselho. Informação não, que eu conheço é exatamente, foi substituída pelo Conselho Deliberativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores que já eram diretores da GEAP tinham informações de que importantes membros do governo desejavam modificar a Diretoria Executiva e que a Sra. Regina teria sido indicada diretamente pelo então Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: O conhecimento que eu tenho, Deputado, é que realmente ela foi substituída pelo conselho. Eu sei realmente que ela, ela resolvia as coisas, porque a GEAP trabalha com 34 patrocinadores, toda ela pública, e ela tinha realmente, tinha as comunicações e as visitas, mas tudo para resolver problema dentro do governo. Agora a substituição, que eu tenho conhecimento, ela foi feita pelo Conselho Deliberativo formado por esses três patrocinadores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. César, que tipo de participação a Dra. Regina tem nas discussões sobre os investimentos realizados pela GEAP?

SR. CÉSAR BUZIN: A exemplo dos demais membros do comitê, ela participa como Presidente do comitê. É um dos membros--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas ela se envolve nas discussões técnicas?

SR. CÉSAR BUZIN: Não. Não, ela participa exclusivamente nas reuniões do comitê.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu faço essa

pergunta porque notícias veiculadas largamente pela imprensa dão conta, e aí eu separei aqui o trecho de um jornal de circulação nacional, o seguinte: “que a Sra. Regina Ribeiro Parisi Carvalho é mais um exemplo da velha militante petista acolhida pelo governo Lula depois de amargar fracasso eleitoral”. Os senhores têm alguma informação se a Sra. Regina já foi candidata a alguma coisa?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Ela foi candidata a Deputada pelo Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo PT?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Pelo PT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então as notícias não são inverídicas. Isso obviamente reforça toda a suspeita de que a Sra. Regina foi indicada diretamente pelo Partido dos Trabalhadores. Os senhores saberiam dizer se algum outro dirigente da GEAP já concorreu a cargos eletivos, já exerceu função política?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: O diretor que me convidou para voltar à GEAP em 2003, ele é um técnico do INSS, é um médico e, pelo conhecimento que eu tenho, ele nunca concorreu, ele não é político. Ele não se envolve com essa área política.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por último, eu questionaria se também outras notícias que nós temos e foram amplamente comentadas dentro da CPI são verdadeiras ou não. A respeito principalmente da influência e de uma participação muito constante e permanente do então Ministro Humberto Costa, Ministro da Saúde, na discussão das grandes questões que envolviam a GEAP. Ele tinha esse hábito de participar, de se inteirar das coisas da GEAP, de influenciar nas decisões de GEAP?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Eu não tenho conhecimento, Deputado. Eu, como eu falei, no Ministério da Saúde ele participa com dois conselheiros, um indicado pelo Ministro e o outro, ele é eleito pelos funcionários do Ministério da Saúde. Então, eu não tenho esse conhecimento desse envolvimento da Dra. Regina com o Ministro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu ainda questionaria, já encerrando, os recursos ligados a área de previdência da GEAP. Eles subsidiam ou já subsidiaram os planos de saúde?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: A GEAP passou em 2000, 2001, desculpa, 91, 92, por um processo de intervenção, isso lá atrás, exatamente por uso indevido dos recursos misturando a contabi-

lidade, aliás, o lançamento contábil de previdência e saúde. Mas depois da intervenção isso não acontece. A GEAP tem uma contabilidade segregada, os Fundos são todos separados dentro da contabilidade e é proibido por lei se utilizar de dinheiro de previdência para custear a saúde e vice-versa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa intervenção aconteceu quando?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: 91, 92, se não me engano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 92.

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: 92.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De lá para cá não houve mais?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Não, senhor. De lá para cá, todo o dinheiro, toda a contabilidade da GEAP é totalmente segregada, separada, é uma contabilidade fácil até de se analisar. Não se usa, não se mistura dinheiro de previdência com saúde porque é proibido por lei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A partir de 2003 foram feitas novas contratações de funcionários para a GEAP?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Deputado, contratação de funcionário sempre se dá, (?)... Está em torno de--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas aumentou o quadro de funcionários da GEAP?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Não, o quadro da GEAP é definido pelo conselho, ele tem uma estrutura realmente rígida e que não se aumentou o número de funcionários dentro da GEAP.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O TCU, ele tem a competência de examinar as contas da GEAP?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Não, a GEAP, a prestação de contas dela é feita através, para a previdência, Secretaria de previdência Complementar. O envolvimento do TCU com relação às contas da GEAP é porque o seguinte: os Ministérios, as patrocinadoras, eles têm toda a prestação de contas que é exigida para anexar a seu balanço e é encaminhado junto para a patrocinadora e, naturalmente, a patrocinadora sendo fiscalizada pela Secretaria de previdência Complementar, eles têm acesso, sim, porque é feita a prestação anual de tudo que circula dentro da GEAP.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só que uma fiscalização mais direta só é realizada por órgãos do próprio Governo Federal, portanto, portanto podemos entender que a GEAP, diferente das outras Fundações, ela não está suscetível ao mesmo acompanhamento e a mesma fiscalização do TCU?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Não, a prestação de contas da GEAP é feita para a Secretaria de previdência Complementar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu acho que inclusive essa discussão precisa ser estabelecida a partir do nosso relatório porque nada justifica que a GEAP, ela tenha um regime diferenciado de prestação de contas. Quer dizer, a Secretaria de previdência Complementar é um órgão do governo. O Secretário de previdência Complementar é indicado pelo Ministério da previdência, o Ministério da previdência é um dos patrocinadores da GEAP, então em rigor a GEAP é fiscalizada por uma instância ligada a sua patrocinadora. Não há uma fiscalização independente e autônoma como seria do TCU.

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: A GEAP, enquanto pertence à previdência complementar, ela é obrigada a prestar conta à Secretaria de previdência Complementar essa é a prestação de contas feita anualmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me permita mais uma pergunta. Os contratos, em geral, que são celebrados pela GEAP, eles ocorrem com ou sem processo licitatório?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: A prestação, os contratos feitos na área administrativa, todo o contrato é feito através de licitação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Todos?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Todos. Agora na questão médica é uma questão que realmente isso, órgão nenhum faz licitação para contratar médico, hospital. Isso aí realmente existe uma definição por lei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor está se referindo ao credenciamento de hospitais e etc.

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Isso, exatamente. Credenciamento. Agora todos os contratos feitos pela GEAP, sem estar ligado à área médica, ele é feito através de licitação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, na área de previdência há a licitação, na área médica não há

licitação? O senhor sabe que, inclusive, há na Câmara dos Deputados a manifestação de um grupo de parlamentares que tem solicitado, sobretudo à Chefia da Casa Civil, a mudança nessa regra no sentido de obrigar a GEAP a estabelecer processo licitatório para o credenciamento de unidades médicas e para os serviços médicos em geral? O senhor sabe disso?

SR. JOSEMAR PEREIRA DOS SANTOS: Deputado, eu acho que isso aí é um caso que eu não tenho conhecimento, mas eu não sou ligado à área médica, nós temos duas diretorias médicas que lida com isso aí dentro da GEAP. Mas eu, eu realmente não sou a pessoa competente para discutir a seleção de profissionais médicos. Essa seleção é feita através de licitação, que eu acho que realmente é impropriedade. Eu não sei se tem Norma do Ministério da Saúde, inclusive, da Organização Mundial de Saúde, não se contrata médico, nem profissional, nem hospital através de licitação. Tem local onde o senhor só tem um hospital, só tem um médico, então é inviável e impraticável. Eu realmente não sou autoridade para falar sobre esse assunto, mas eu acredito que é complicado contratar um profissional da área médica através de um processo de licitação. Eu realmente, eu não domino a área mas é complicado. Eu acho que quem é médico sabe disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não nos cabe entrar nessa discussão. É apenas uma citação que eu fiz por ter recebido um documento de uma série de parlamentares nesse sentido. Eu, antes de indagar aos deputados presentes se eles querem fazer uso da palavra, eu concedo, para mais uma consideração, a palavra ao Sr. César, que me parece quer tecer algum comentário a respeito de operações com títulos públicos.

SR. CÉSAR BUZIN: Ok, comunicar que a GEAP já aderiu, com o objetivo aí de ser mais transparente, cada vez mais, a plataforma eletrônica de negociações de títulos públicos do CETIP e da BM&F. Também e comunicar também que a GEAP inovou, senhor Deputado, em todo o processo de normatização que foi realizado que trata da procedimentos operacionais para a compra e venda de títulos públicos, contratação de gestores, de Corretora e também todo o mapeamento que foi feito na área de investimento e de risco, isso está blindado, por quê? Porque nós estamos submetendo, já foi submetido ao Conselho Deliberativo da Fundação. Ou seja, não pode fazer nenhuma alteração da norma sem que seja pedido autorização do Conselho Deliberativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu indago ao

Deputado Jamil Murad, que nos prestigia com a sua presença, se ele quer fazer uso da palavra?

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCDOB-SP): Eu queria cumprimentar os depoentes, convidados, cumprimentar o Presidente Sub-relator Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. Eu acho, Deputado, que eu me considerei no dever de fazer uma consideração sobre a GEAP. Eu sou médico do antigo INAMPS, hoje é o Ministério da Saúde, e eu fui associado da GEAP. Era descontado no nosso holerite, mensalmente, um dinheiro para a GEAP. E fui usuário dos serviços da GEAP. Lá pelos idos de 81, 82 até 1991, quando eu me tornei Deputado Estadual e tive, por lei, que me afastar do Hospital, lá em São Paulo. E, de lá para cá, eu sou testemunha de que houve um aprimoramento do funcionamento da GEAP. Essa, até a exposição feita aqui pelos dirigentes da GEAP mostra isso. O Poder Legislativo tem a obrigação de cobrar, de fiscalizar, de questionar, mas a minha observação mais geral é que, com as minhas limitações, porque o mercado de investimento é muito complexo, eu não conseguiria pegar dez mil reais e, diretamente, fazer aplicações. Porque certamente eu iria perder esse dinheiro no primeiro dia. Por quê? Porque é complexo. V.Exa., pela performance aqui na sub-relatoria, certamente entende muito mais dessa questão do mercado de capitais, do mercado de investimento. Agora, eu quero falar sobre o que eu ouvi e o que eu estudei aqui. O que é mostrado é que a GEAP, de 2000 a 2005, ela apresenta uma rentabilidade acima do CDI. Ficou com a rentabilidade, com a sua meta atuarial também de 119,2% daquela que, daquela meta planejada pelo plano. Também ouvi aqui questionamentos sobre dois cheques. Eu fui investigar e verifiquei que os destinos do cheque não eram, os destinos do cheque era a determinadas instituições ou beneficiários. Um dos casos era a favor da Bandeirantes Emergências Médicas, UTI Volante e a outra, o outro cheque era vinte e sete contas de beneficiários de plano de pecúlio facultativo. Então, eu acho importante questionar, quer dizer, na dúvida, questionar. Essa é até uma obrigação nossa, nós não podemos abrir mão disso. Mas eu estou vendo aqui a citação do número do cheque, o destino dele e, portanto, a minha impressão é que há uma explicação satisfatória. Agora, eu queria dizer que a GEAP também, ela funciona, isso mais de 15 anos atrás, quando eu era atendido pela GEAP, não é, depois eu me tornei Deputado Estadual e agora Deputado Federal, então não sou atendido mais pela GEAP. Mas naquela ocasião o atendimento já era bom. A informação que eu tenho, que eu recolhi de amigos, é que houve até uma melhora nesse atendimento. Eu quero também registrar que existe uma disputa política muito grande porque a GEAP, ela é um plano de

previdência e de saúde que atende os servidores federais. E, nesse sentido, os outros planos babam de vontade de pegar esse mercado porque são pessoas, são os vários escalões dos vários Ministérios e autarquias do Governo Federal e que pegam uma camada de profissionais, técnicos altamente especializados e que, logicamente, o holerite, o vencimento é maior. E, portanto, qualquer plano gostaria de ter essas pessoas como seus clientes. Então, existe uma disputa permanente querendo bombardear a GEAP para que os outros planos possam se beneficiar desse mercado, dessa clientela especial, que são os servidores públicos federais, particularmente, aqueles que são mais especializados e que ganham mais. Então, nós temos que ter tranquilidade. Eu ouvi V. Exa falar inclusive da Dra. Regina aqui. Dra. Regina, eu era médico do Hospital, ela era médica residente, ela é lá do meu estado, não só do meu estado como do Hospital do Servidor do Estado aonde eu trabalhei até me aposentar. É uma profissional de qualidade, uma profissional séria. E que foi candidata mesmo pelo Partido dos Trabalhadores, como poderia ser candidata, outras pessoas podem ser candidatas por outros partidos. Porque já se passou o tempo de um indivíduo, ao ser candidato, as pessoas falar: “Ih, esse é político! Então não, oh, eu não gosto de mexer com político.” Hoje não, felizmente o povo quer políticos sérios, não tem receio de tratar com políticos ou de mexer com a política. Porque se nós fugirmos da política, como dizia o Brescht, os pilantras vão tomar conta da política. Então nós temos mesmo que nos envolver com política e escolher para dirigir as instituições ou o Governo Federal, Estadual, Municipal, para a Câmara dos Deputados, escolher os melhores, segundo o entendimento de cada eleitor, de cada cidadão brasileiro. Então, no passado mexer com político o indivíduo não podia ser eleito para o Sindicato, não podia, nenhuma amizade mais séria podia ter porque ele era político, tinha sido candidato. Hoje não. Hoje ser da política quer dizer que quer participar dos destinos do Brasil. Isso foi uma coisa muito importante porque no tempo da ditadura se procurava afastar o povo da política. Tanto esforço nós fizemos, eu já era membro do Partido Comunista do Brasil, PCdoB, que é forte na Bahia, não é, Deputado Neto? Então, desde aquele tempo o nosso grande esforço era entusiasmar o povo, mobilizar o povo, conscientizar o povo que ele precisava participar da política, das decisões políticas para influir nos destinos do Brasil, nos destinos do seu estado, do seu município. Então, eu posso dizer que Dra. Regina foi mesmo candidata, ela é, trabalha até lá no hospital do servidor do estado, trabalhava até se afastar, e isso é um mérito e não um demérito. Queria, então, prestar esse testemunho. Eu acho que houve

aqui uma apresentação da GEAP que tem uma grande missão, uma grande função, é o Fundo de previdência dos servidores Federais, dá assistência à saúde, aos servidores federais. É uma garantia que se precisar de um tratamento também caro não vai ser negado. Porque os outros planos privados, eles tentam cercear os gastos para sobrar mais lucro. A GEAP não é assim. A GEAP, se o indivíduo tem um câncer, precisa fazer uma quimioterapia faz, se precisar fazer uma ressonância magnética faz, sem tergiversação. Então eu acho que é uma instituição, uma entidade que, como servidor federal que sou, pertencente ao Ministério da Saúde, antigo INAMPS, eu tinha a obrigação, como Deputado Federal aqui, prestar esse testemunho para que a sociedade brasileira, aqueles que estão nos ouvindo ou vendo, tomem conhecimento da nossa opinião. Agora, a fiscalização, a vigilância permanente para a instituição agir corretamente e atuar bem, isso é o normal, não só em torno da GEAP como qualquer outra entidade. Obrigado, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço ao Deputado Jamil. Agradeço ao Sr. Josemar, agradeço também ao Sr. César. Quero solicitar a ambos que não poupem esforços no sentido de tentar, imediatamente, acionar os gestores dos Fundos Exclusivos do período que foi citado, para nós termos, brevemente, as justificativas sobre o porquê dessa concentração duvidosa nas operações com derivativos em certas corretoras, assim como também para esclarecer a dúvida com relação às operações de títulos públicos em que pode ter havido uma negociação desfavorável para a Fundação. Solicito ainda, também, que todas aquelas respostas ao questionário dos contratos possam ser encaminhadas. E suspendo a presente reunião porque quando a assessoria da CPMI agendou os três sócios da EURO, ela marcou para às 14h30. Então, oficialmente, nós só poderemos começar as oitavas às 14h30. Eu quero, então, suspender esta reunião e informar que retomaremos neste mesmo plenário às 14 horas e 30 minutos para ouvir o senhor Sérgio de Moura Soeiro, Jorge Luiz Gomes Chrispim e João Luiz Ferreira Carneiro, ambos sócios da Corretora EURO. Está suspensa a reunião.

Sessão suspensa às 12h35

Sessão reaberta às 14h49

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro reaberta a sétima reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão e, imediatamente, convido para que tomem assento à nossa Mesa de trabalho os senhores Sérgio de Moura Soeiro, Jorge Luiz Gomes Chrispim e José Luiz Ferreira Carneiro. Os senhores aqui, o advogado.

Eu peço aos senhores advogados que, por favor, procedam as suas identificações. [Inaudível]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode, por favor, ligar o microfone? Muito bem.

ADVOGADO DR. JOSÉ ROLLEMBERG LEITE NETO: Excelência, José Rollemberg Leite Neto, OAB/SE 2603, eu represento os dois que serão ouvidos hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo. V.Sa. está acompanhado de algum outro advogado? [Inaudível]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A identificação dele, por favor.

ADVOGADO DR. MARCELO LEAL: Marcelo Leal de Lima Oliveira, também pelos dois depoentes, OAB 21932 do DF.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu indago aos dois depoentes a razão pela qual, ou aos seus advogados, a razão pela qual não está presente, no dia de hoje, o Sr. João Luiz Ferreira Carneiro?

ADVOGADO DR. MARCELO LEAL: Sr. Presidente, conforme já anteriormente, na primeira convocação já havia sido exposto, o Sr. João Luiz, ele passa por dificuldades de saúde. Nós já apresentamos a documentação referente e colocamos, inclusive, o Sr. João Luiz à disposição para, eventualmente, se essa Casa quiser proceder a uma eventual constatação médica nesse sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem aí, por favor, uma cópia do atestado médico concedido ao Sr. João Luiz Ferreira Carneiro?

ADVOGADO DR. MARCELO LEAL: Eu faço a entrega do atestado nesse momento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Faço conhecer a esta comissão Parlamentar Mista de Inquérito que: “O Sr. Marcelo Piquet Carneiro Pessoa dos Santos, CRM5259571-8, declara que João Luiz Ferreira Carneiro permanece em tratamento médico, tendo sido orientado a evitar toda e qualquer atividade laborativa ou potencialmente geradora de estresse, pelo período mínima de 15 dias”. Este documento está datado do dia 28 de janeiro de 2006. Eu apenas gostaria de um esclarecimento a respeito do atestado médico, caso seja possível. Existe algum grau de parentesco entre o Sr. João Luiz Ferreira Carneiro e o Dr. Marcelo Piquet Carneiro Pessoa dos Santos?

ADVOGADO DR. MARCELO LEAL: Desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Apenas porque a gente verifica que os sobrenomes são--

ADVOGADO DR. MARCELO LEAL: Mas quer me parecer que é uma mera coincidência de sobrenomes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Feita essa indagação, eu informo à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que estou acatando o atestado médico e, a partir daquilo que seja apresentado pelos dois depoentes que estão conosco, o senhor Sérgio e o senhor Jorge, se houver alguma dúvida, se houver algum questionamento que permaneça pendente, nós então avaliaremos a necessidade de promover a remarcação da oitiva do Sr. João Luiz Ferreira Carneiro. Eu, mais uma vez, concedo a palavra ao nobre advogado no sentido de que ele possa formular a pretensão de que os seus representados não assinem o termo de compromisso para que, então, essa Mesa possa analisar a formulação apresentada.

ADVOGADO DR. MARCELO LEAL: Sr. Presidente, eu gostaria de ressaltar que, em *ultima ratio*, em última análise, está se investigando a EURO DISTRIBUIDORA, tanto isso é verdade que a EURO teve quebrado o seu sigilo bancário, que foi defendido, posteriormente, através de um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal. Ora, os representantes da EURO, enquanto pessoas naturais, enquanto pessoas físicas, são eles que são os responsáveis pela prática de atos pela Distribuidora. De tal forma que... Da mesma forma que no momento em que se investiga a Distribuidora, a Corretora, está se investigando os atos próprios dos depoentes. Razão pela qual, nós entendemos que eles se encontram aqui na condição de investigados e por isso não podem tomar compromisso legal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero me manifestar a respeito do assunto, afirmando que considero os proprietários da CORRETORA EURO, o Sr. Sérgio de Moura Soeiro e o Sr. Jorge Luiz Gomes Chrispim, considero ambos como investigados desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, até por estarmos diante de documentos que demonstram uma série de possíveis irregularidades que esta Corretora tenha cometido em operações com Fundos de Pensão, de tal forma que não posso deixar de considerar o pleito aqui exposto deferindo a aplicação da condição de investigados a ambos e isentando-os da assinatura do termo de compromisso. Fazendo, contudo, uma advertência no sentido de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, espera dos depoentes uma

colaboração efetiva com o objetivo de esclarecer uma série de dúvidas que recaem sobre a conduta da CORRETORA EURO, até para que não paire qualquer tipo de suspeita sobre as ações que foram adotadas por essa instituição. Faço assim o apelo para que ambos, mesmo não tendo a obrigação de assumir o termo de compromisso, que possam colaborar com a CPI, falem a verdade, né? Estejam dispostos a responder as perguntas que são formuladas. Comunico, ainda, que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, através da Advocacia do Senado apresentou ao Supremo Tribunal Federal o pedido de reconsideração da decisão que impede a análise dos dados sigilosos da CORRETORA EURO. Nós, efetivamente, já havíamos iniciado o exame da movimentação financeira desta Corretora. Quando houve a decisão do Supremo, ficamos proibidos de manusear esses dados e respeitando o Poder Judiciário Brasileiro, determinamos que todos os documentos fossem imediatamente lacrados. De tal forma que nós não vamos utilizar, apesar de já termos trabalhado, nós não vamos utilizar as informações fruto da quebra de sigilo da EURO, porém, dados serão aqui apresentados, serão examinados que envolvem a EURO a partir da transferência de sigilo dos Fundos de Pensão. Então, aquilo que concerne a transferência de sigilo da EURO enquanto pessoa jurídica não será objeto dos questionamentos nesta sessão. Aquilo que for objeto da transferência de sigilo dos Fundos, certamente estará nas nossas perguntas. Quero ainda observar a ambos, tanto ao Sr. Jorge como ao Sr. Sérgio, de que os dois estão aqui, as perguntas serão formuladas e eu peço que na medida do possível, as perguntas sejam respondidas por ambos. Quando um tiver mais conhecimento da área do que outro, esse que tiver mais conhecimento pode se manifestar. O que nos interessa é saber a posição da Corretora. Eu imagino que os senhores estão aqui como representantes legais da Corretora. Mas, a priori, formularei as perguntas e ambos terão o direito de se pronunciar a partir das perguntas feitas. Quando houver o desconhecimento pela parte de algum dos dois, esse desconhecimento pode ser manifestado. Como é hábito nesta CPMI, eu quero facultar ao Sr. Jorge Luiz Gomes Chrispim e ao Sr. Sérgio de Moura Soeiro, a oportunidade de apresentarem os seus esclarecimentos iniciais, a oportunidade de tecer comentários sobre o envolvimento da sua Corretora em irregularidades com os Fundos de Pensão, a oportunidade de fazer as suas qualificações profissionais e técnicas franqueando assim a palavra para todas as considerações iniciais por tempo livre que ambos considerarem oportunas. Então eu passo a palavra, inicialmente, para o Sr. Jorge e, logo depois, para o Sr. Sérgio.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Primeiramente, boa tarde senhor, excelência. Está ligado. Eu milito no mercado financeiro há mais de duas décadas, sempre trabalhei em empresas de porte no sistema financeiro. Com isso carrego uma grande experiência em ativos financeiros federais. A partir de 95, com a federalização dos Bancos, o mercado financeiro no Rio de Janeiro, e logicamente em 89 o fechamento da Bolsa, o mercado se esvaziou, ele ficou esvaziado e visualizamos uma expectativa de crescermos como empresários em empresa financeira, até porque, não tinha mercado compatível para operadoras. Então constituímos a EURO em 31/10/2001 que foi homologado pelo BANCO CENTRAL em 11/04/2002 e, a partir daí, efetivamos operações em mercado financeiro qualificados como distribuidores. E, logicamente, intermediários de títulos financeiros. Isso quer dizer que eu estou apto a operar em qualquer mercado, eu estou habilitado, por legislação, a operar em qualquer ativo financeira e com qualquer empresa financeira e agentes autônomos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Sérgio, o senhor tem a palavra.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Eu trabalho no mercado financeiro desde 1970, sempre trabalhei na área administrativa. As minhas atribuições sempre foram de controle dos sistemas operacionais, o sistema de processamento de dados, limites operacionais, contratos de concessionárias, bem, aquela parte toda administrativa que se eu for elencar são todas elas que dizem respeito a um administrador de uma instituição financeira, não ligado a área operacional, mas voltado a tudo o que ocorre dentro de uma instituição financeira e que deságua dentro da administração. O sistema de contabilidade, sistema de custódia, sistema de tesouraria. Bem, enfim, tudo aquilo que a instituição faz vai passar, obviamente, por esses tramites normais de registro e de contabilidade e de apuração, mas nunca voltado a área operacional. Isso desde 1970 para cá eu sempre trabalhei nessa área administrativa. Esse é o meu currículo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu posso então subentender, e se eu estiver errado, por favor, V.Sa. me corrijam, que o Dr. Jorge Luiz Chrispim ele, dentro da estrutura operacional da Corretora, sempre exerceu atividades mais ligadas aos investimentos, às operações de mercado e que o Dr. Sérgio estava mais voltado para as questões administrativas de controle interno, de acompanhamento da sistemática da empresa, é exatamente isso?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: É, tudo aquilo que compete ao administrador, controle de limites operacionais, todas as obrigações de publicações legais, todas as obrigações de envio de informações ao BANCO CENTRAL, balanços, balancetes, bem, declaração de Imposto de Renda, DCTF, tudo aquilo que envolve a administração em si de uma empresa, e uma empresa do mercado financeiro, nada além disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores já nos informaram aqui que a EURO foi oficialmente constituída no dia 31/10/2001 e que teve o seu registro de funcionamento deferido no dia 11/04/2002. Eu pergunto a cada um: Antes desse período, imediatamente antes desse período V.Sa. exerciam atividades no mercado financeiro? Em caso positivo, a que instituição estavam vinculados?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu, a partir de 1973 eu trabalhei no Bradesco, até 77. De 77 a 87, eu trabalhei na PATENTE CORRETORA. De 87 a 89, eu trabalhei na DIVERJ, que é a Distribuidora de Títulos e Valores do Estado do Rio de Janeiro vinculado a Secretaria da Fazenda. A partir de 89 eu trabalhei no BANCO BMC, até, 89, 92. Trabalhei no BANCO GRAFITE até 94, trabalhei na MAXI DISTRIBUIDORA até 96, a partir de 96, em função de uma certa crise de mercado, de demanda de mão-de-obra especializada, como profissional de mercado, comecei a trabalhar como agente autônomo autorizado por legislação, pela CVM. Exerci a função de autônomo até a abertura da empresa em 2001, quando logramos êxito com a homologação do BANCO CENTRAL, assumindo uma posição de Diretoria de Renda Fixa. E só para ilustrar mais, na nossa Ata de primeira reunião ficou acertado que o Soeiro seria o administrador da empresa, eu seria responsável pela área de Renda Fixa, que são os ativos federais e o João Luiz, que é um especialista em renda variável, que é Bolsa de Valores, ele sempre trabalhou em Bolsa de Valores, e nós pretenderíamos trabalhar no futuro com Bolsa também. Tanto é que abrimos uma sede em São Paulo, que não tivemos êxito então retornamos para o Rio de Janeiro, para exercer melhor, pegar um nicho melhor de mercado. A Bolsa ficou muito ruim, resolvemos não atuar em Bolsa. João Luiz ficou dando uma pré-assistência a mim. Ele ficou, não subordinado, mas dando assistência à minha atuação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Sérgio.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Bem, comecei a trabalhar em 1970, fui até 73 na Corretora Viva, de 73 a 80 na CORRETORA MAZA, de 80 a 81 na DTVM OMICROM(F), de 81 a 94 no BANCO BANCORP, de 94 a setembro de 96, no BANCO DESTAQUE. Man-

tenho um serviço ainda dentro do mercado financeiro paralelo ao que eu faço hoje, que é na massa falida do BANCO BANCORP, onde eu respondo pela contabilidade, pela administração dessa massa. E de 2001 a 2006, sócio da EURO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Existem uma série de notícias que indicam que a EURO, antes de ter esse nome se chamava TUFA, os senhores poderiam nos explicar essa mudança de nomenclatura, por que se deu, se procede, quando é que ela se chamou TUFA?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Posso. A EURO, ela foi feita uma estratégia de mercado, nós mudamos a denominação social dela para a EURO, por ser um nome atualizado, a TUFA não é um nome mercadologicamente em mercado bem aceito, é um novo difícil, é um nome que não entende-se, criava-se palavras trufa, enfim. EURO era um nome para o sistema financeiro melhor adequado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora a idéia de constituir a TUFA, ela se deu também no ano de 2001? Ou a TUFA chegou a operar,--

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ela chegou--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Os senhores chegaram a operar com o nome TUFA?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ela chegou a operar com o nome TUFA de 2001 a 2003 e posteriormente o BANCO CENTRAL autorizou a troca da denominação social.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando dessa mudança de denominação social, houve também uma mudança da composição societária da Corretora ou ela se manteve exatamente a mesma?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Creio que não sou eu...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não. Dr. Sérgio.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: A princípio--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só solicitaria ao senhor o microfone.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: A princípio nós fizemos o nome, a mudança do nome porque achávamos que esse nome aqui estava mais atual, era um nome mais apropriado para uma instituição financeira, independente da TUFA que nós tínhamos colocado. Mas nesse momento, nós já estávamos em processo

de uma mudança de quadro societário. Não ocorreu nesse mesmo momento, ou se ocorreu eu me.... Me falha a memória agora. Eu precisava verificar porque eu não... por favor, me dá licença.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Daí se o senhor puder também nos informar em quem consistiu essa mudança no quadro societário.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Me perdoe, mas eu não entendi como foi a pergunta?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se houve uma mudança no quadro societário isso pode ter levado a implicação na entrada, ou na saída ou em ambos de sócios. Na modificação de sócios. Então eu queria saber se houve essa modificação? E quem entrou, quem saiu, enfim...

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Não, não houve entrada nenhuma de sócio. Houve apenas uma transferência de ações baseado na mesma proporção anterior aos sócios que já existiam e uma parte dessas ações não foi para nenhum sócio, ficou em tesouraria do sócio que se retirou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, então houve a retirada de um sócio?

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Houve a retirada de um sócio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode declinar o nome desse sócio que saiu?

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Posso. Eric David Bello.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eric David Bello. Ele foi sócio da Corretora de vocês de quando a quando?

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: De 31 de outubro de 2001, quando nós constituímos até, se não me falha a memória, até a homologação. Porque a Ata, eu trouxe? Não trouxe. Trouxe. A Ata, ela é um pouco antes, mas a homologação do BANCO CENTRAL ocorreu em 1/3/2004. Aqui vale para efeito final de conclusão do processo. Porque não adianta eu fazer e o BANCO CENTRAL não homologar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Então homologou, vale aqui. Então, 1/3/2004, foi a época que ele saiu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o Sr. Eric Bello foi sócio da Corretora de 2001, final de 2001 até

início de 2004? Confirma-se a informação de que Eric Bello, ele é filho de Ruy Bello, ex-presidente do Rio Previdência, de maio a dezembro de 2002?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Procede, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Procede essa informação. A que se deveu a saída do Sr. Eric Bello da sociedade de V.Sa.?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ele era sócio investidor e como as atividades... Sócio investidor em Bolsa de Valores, em renda variável, ele sempre atuou em Bolsa, e como nós não atuamos em São Paulo de forma adequada, ficou restrito, ele era sócio investidor da empresa. Ficou restrita a atuação dele, ele preferiu sair.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele preferiu sair. Então, a posição dele era de sócio investidor, ele não exercia uma atividade?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Nenhuma atividade administrativa nem financeira na empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sei, a...

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Até porque--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Até porque, antes mesmo de nós termos concluído, ele já havia manifestado a intenção de sair e fez uma carta solicitando que nós afastássemos ele do quadro de acionistas, ele estava renunciando aqui, ele não era diretor estatutário, ele era acionista. Ele fez um documento solicitando isso e, por um acaso, eu não trouxe, mas em uma oportunidade eu posso até vir a trazer. Mas que ele fez essa carta, fez. E nós aceitamos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo. As relações pessoais com o Sr. Eric Bello se mantiveram normais depois da saída dele?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não houve nenhum prejuízo?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Nenhuma restrição, nenhum prejuízo, nada que afetasse um relacionamento pessoal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo, eu indago a V.Sa., com quais Fundos de Pensão a EURO/TUFA, quando eu perguntar EURO eu vou me referir a todo o período de 2001 até hoje. Em quais Fundos de Pensão

a Corretora operou nesses anos, né? Se não lembrarem de todos os Fundos de Pensão pelo menos aqueles cujas operações tenham sido mais expressivas.

SR. JORGE LUIZ GOMES: A EURO tem como característica operar em mercado de balcão, que é um mercado que não tem, ele não é registrado em sistema nenhum. Ele é um mercado livre de negociação. A EURO opera com qualquer empresa capacitada de mercado. Eu lhe digo que operei com quase todos os Fundos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com quase todos os Fundos? V.Sa., pois não.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Alguns Fundos diretamente, outros, por seus gestores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo. Eu queria então que V.Sa. pudessem me citar os exemplos mais significativos, tanto dos Fundos com quem operaram diretamente como também com os Fundos Exclusivos ligados a Fundos de Pensão.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Como foi objeto já divulgado em jornais, objeto da CPI, particularmente a EURO fez uma operação com a POSTALIS, eu tenho os dados aqui, foi em janeiro de 2005 e eu posso até pegar a operação na totalidade, mas eu sei alguns nomes de cabeça porque--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A POSTALIS com operação carteira própria ou Fundos--

SR. JORGE LUIZ GOMES: Carteira própria. Eu fiz uma operação com a POSTALIS em 2005 e foram 17 milhões de reais e eu auferi um lucro de 89 mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa operação com a POSTALIS foi de?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Títulos de renda fixa federal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Títulos públicos federais?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Federais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós vamos chegar lá.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito, mas eu já vou entregar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí eu vou pedir ao senhor que... Muito bem, o senhor citou a POSTALIS, o senhor poderia citar outros Fundos?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu tenho uma relação, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo menos os mais importantes, com o maior volume.

SR. JORGE LUIZ GOMES: FUNTERRA. Eu posso pegar a relação, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor.

SR. JORGE LUIZ GOMES: O senhor me ajuda a pegar naquela caixa? Se eu não elencar todas eu me comprometo a oferecer depois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E eu ficarei aguardando o encaminhamento.

SR. JORGE LUIZ GOMES: O senhor prefere que eu caminhe todas?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas se o senhor tiver aí eu não me incomodo de aguardar.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu não imaginei que fosse... Um minutinho só, por favor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu peço um pouco de paciência aos Parlamentares, porque eu acho que é importante deixar os depoentes terem acesso aos documentos.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. JORGE LUIZ GOMES: De imediato, eu lhe diria FUNTERRA, essa é também, ELETRA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): FUNTERRA.

SR. JORGE LUIZ GOMES: ELETRA, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): ELETRA.

SR. JORGE LUIZ GOMES: ELETRA essa... Excelência, minhas posições com os Fundos diretamente que eu tenho registrados, posso rever também em minha contabilidade, sem estar operando com gestores ou Fundos exclusivos foram esses diretamente. POSTALIS, ELETRA e FUNTERRA, que eu tenho registrado, posso rever.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Com relação aos Fundos exclusivos, sem querer saber aqui detalhadamente cada fundo exclusivo, queria o que senhor falasse apenas dos Fundos de Pensão, em geral, ao qual esses Fundos exclusivos estão vinculados. Quais foram os principais Fundos de Pensão?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu diria, o que está sendo objeto também de, divulgado em jornal a PRECE e a NÚCLEOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): PRECE e NÚCLEOS, também operações títulos públicos?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Todas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo. Então, dentro do escopo da nossa investigação, existem três Fundos de Pensão com os quais vossa Corretora operou mais diretamente, a POSTALIS, operando em carteira própria e a PRECE e a NÚCLEOS operando através de Fundos exclusivos.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo. Como é que se deu, no caso da POSTALIS, o processo de escolha da EURO para realizar essa operação em 2005?

SR. JORGE LUIZ GOMES: 2005?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, porque parece que o senhor me falou que a operação foi de 17 milhões em 2005. Pelo menos foram dados que o senhor apresentou aí.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito. Foi no dia 7 de janeiro de 2005, a EURO comprou da POSTALIS uma NTNC, eu não tenho o vencimento, comprei numa empresa(?) de mercado e vendi no empresa(?) de mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo, eu questionaria ao senhor como é que se deu essa operacionalização dessa compra e venda, ou seja, na POSTALIS havia um gerente de investimentos que deu o comando para que a operação se realizasse? Como é que houve essa...

SR. JORGE LUIZ GOMES: Normalmente, excelência, quando você é um operador e está no mercado, de balcão, é um mercado que ele não tem uma regra específica, ele opera com valores fora de padrões, volumes normalmente residuais. Existe uma, pela ANDIMA, que é a associação nacional, lotes padrão de dez mil títulos, então quando você compra lote fracionado que é o caixa da Fundação, cria uma certa dificuldade. E quem tem, alguns Bancos que têm o papel ou têm venda e não querem quebrar o seu lote, por isso cria-se uma certa demora. Isso leva às vezes um dia, dois, até que sabe-se que alguém está comprando o papel. Você está no mercado, você liga, liga, liga e você acha o comprador e o vendedor. Ou você tem o vendedor e acha o comprador ou vice-versa. Então foi o que aconteceu com a operação em janeiro de 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É, com relação a essa operação eu, de antemão, digo a V.Sa. que não

há, por parte nossa, nenhuma dúvida. Até porque, me parece que ela de fato ocorreu dentro dos padrões de mercado. Diferente de outras operações que nós vamos mostrar daqui a pouco de títulos públicos envolvendo principalmente a PRECE e a NÚCLEOS cujos valores, a priori não se justificam e por isso que nós vamos querer ouvir V.Sa.s. Com relação as negociações com os gestores dos Fundos exclusivos, V.Sa., a Corretora de V.Sa. tem um volume expressivo de operações especialmente com esses dois Fundos exclusivos, com esses dois Fundos de pensão através de seus Fundos exclusivos, NÚCLEOS e PRECE. Existe, a priori, algum elemento que motive essa concentração de negócios com títulos públicos feita por esses dois Fundos de Pensão com a CORRETORA EURO?

SR. JORGE LUIZ GOMES: A EURO é uma empresa atuante de mercado diariamente e opera em função de demandas, ofertas e demanda. Eventualmente, Fundos que, por sua vez, tenham recursos oriundos de sua mantenedora ou de seus funcionários apropriados, eles têm recursos mensais que demandam títulos federais no seu enquadramento. Isso é praxe no mercado. É sabido que todos os Fundos, mensalmente, têm recursos para serem enquadrados. E eles são objetos de demanda de papel.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, o ajuste dos preços, como é que ele normalmente se dava?

SR. JORGE LUIZ GOMES: O mercado de balcão, ele não tem ajuste de preço, ele tem a lei de mercado que é a lei de oferta e procura, você está vendendo papel, você oferece, o comprador acata ou não. Até porque, todo operador de mercado, ele tem que estar qualificado e tem que estar autorizado a operar via CVM ou algum órgão que o valha para ter autonomia de operacionalidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então nos casos que a EURO vendeu papéis, títulos públicos para, ou Fundos exclusivos da NÚCLEOS ou da PRECE, nesses casos, a EURO vendendo, quem definia o preço era a EURO?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não necessariamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não necessariamente, então essa lógica que o senhor colocou aqui não é a lógica universal de que quem está vendendo oferece por um preço e quem está comprando aceita ou não esse preço ofertado.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Seria, se ele aceita, ele compra, se ele não aceita, ele não compra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas é isso que eu quero saber. V.Sa., nas vezes que vendeu títulos públicos para a NÚCLEOS e para a PRECE, na maioria delas, V.Sa. definia o preço unitário daquele título e oferecia o fundo exclusivo ou havia um entendimento com o gestor para a definição do preço?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Quando eu vendo papel eu deponho o meu preço. E quando ele compra, ele depõe, vice-versa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, o senhor quer me dizer que quando o senhor vende o papel o senhor depõe o preço. Define o preço, se na outra parte o Fundo Exclusivo aceita comprar, problema dele que aceitou o seu preço.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Perfeito é isso?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Todas as operações com Fundos exclusivos da NÚCLEOS e da PRECE seguiram essa lógica?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Sempre é o princípio de mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o contrário também posso presumir que também ocorreu. Ou seja, quando era um Fundo exclusivo que queria vender o seu papel, ele definia o preço e se o senhor quisesse comprava ou não?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito, eu tenho autonomia para isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ok, como é que se dava essa relação dos senhores com os gestores dos Fundos exclusivos? Havia algum tipo de relação pessoal com esses gestores?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Nada pessoal, pelo contrário, alguns Fundos têm até vários gestores, até porque, quando um Fundo compra, ele existe o comitê de ativos que pede para que o gestor faça a compra. O gestor nem sempre, mesmo ele sendo autorizado a comprar, nem sempre ele tem autonomia para isso. Tem um colegiado que mando ele comprar uma situação tal. E ele, posteriormente, nos Fundos existem o conselho fiscal, ou o consultivo que analisa a operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que nem sempre analisa. Mas, muito bem. Os senhores mantiveram algum tipo de relação com dirigentes de Fundos de

Pensão e aí eu já não questiono mais sobre os gestores dos Fundos Exclusivos, eu pergunto sobre pessoas que ocupavam cargos na Diretoria Financeira, nas diretorias de investimento, nas gerências financeiras, os senhores mantiveram algum tipo de contato com ocupantes de cargos ou de funções importantes dentro dos Fundos de Pensão?

SR. JORGE LUIZ GOMES: A EURO particularmente, nem eu pessoalmente não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então a relação da EURO com os Fundos de Pensão era totalmente marcada pela impessoalidade?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Até porque os negócios efetivados são efetivados por telefone e muitas das vezes em sistema próprio de telefonia que é da Bolsa de Valores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): As precauções que a EURO buscava tomar, nas operações com os Fundos de Pensão, elas seguiam exatamente o mesmo padrão que a Corretora de vocês procurava adotar com as outras instituições de mercado ou havia algo que diferenciava as operações com os Fundos de Pensão com o restante do mercado?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não entendi sua pergunta, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto o seguinte, pensando nas características das operações que a EURO realizou com os Fundos de Pensão, certo? Nos controles dessas operações, nos critérios da tomada de decisão de comprar e vender ou de não comprar e não vender, né? Os balizadores eram os mesmos, exatamente os mesmos, assim como também os controles, eram os mesmos que a EURO adotava para as operações com o mercado em geral, com outras instituições financeiras, com outras corretoras?

SR. JORGE LUIZ GOMES: O sistema, ele é único, ele é feito em sistema próprio que é o SELIC, que é do BANCO CENTRAL--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei, eu pergunto do ponto de vista interno da Corretora.

SR. JORGE LUIZ GOMES: É normal a todos. O mercado, eu trato o mercado como um todo igualmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em algum momento houve algum tipo de questionamento por parte

de qualquer dos Fundos de Pensão, sobre as transações que tivessem sido realizadas pela CORRETORA EURO, mesmo que essas transações tenham acontecido por intermédio dos Fundos Exclusivos?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Poderia me repetir a pergunta, por favor?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se algum momento houve algum tipo de questionamento, de questão levantada por parte dos Fundos de Pensão, de diretores ou do colegiado, enfim, da instituição, né? A respeito de operações que envolvessem a EURO com aquele Fundo?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca? Em geral, quais eram as medidas adotadas para o controle do resultado das operações feitas com os Fundos Exclusivos, com os gestores dos Fundos exclusivos? Havia algum controle interno por parte da EURO?

SR. JORGE LUIZ GOMES: O sistema, ele é único, ele tem uma... Eu tenho uma abertura de caixa, as operações são lançadas no sistema próprio. Ao final do dia é feito o (?) Contábil por competência, não é fiscal é competência mais e menos, em acontecendo lucro eu contabilizava e oferecia a tributação à Receita Federal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu perguntaria a V.Sa., como era feito por parte da EURO o acompanhamento dos preços praticados nas transações de compra e venda de títulos? E aí eu faço referência especialmente aos títulos públicos tendo em vista o volume que a Corretora negociou, mas se for o caso também outros títulos que a Corretora tenha participado de transações. Porque o senhor aqui já citou a ANDIMA como referencial, nós não estamos usando ele justamente porque é questionado por diversos Fundos de Pensão como não válido. Mas, na minha opinião é um referencial, serve de parâmetro. O preço unitário médio do dia é outro referencial que pode ser verificado. Então, como é que era feito esse acompanhamento dos preços para determinar se uma compra e venda de títulos, ela era boa, era vantajosa ou não?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Fora a lei de oferta e procura, que é uma lei primária no mercado existiam variáveis que davam oscilações de mercado, tanto política quanto econômica. Eventualmente aconteciam situações de mercado, no momento você estava numa posição vendida ou comprada e havia oscilações de mercado violentas. E poderia, nesse momento, se tornar lucro ou prejuízo. O mercado, ele é acompanhado em função de uma lei de oferta e procura. Eu tenho um

papel para vender, ofereço o preço “x”, o comprador, entendendo ser bom para ele, ele compra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria entrar propriamente em questionamentos que envolvem os títulos públicos e solicito à assessoria que me traga aqui uma cópia porque, pela proteção que a PRECE tem da preservação do sigilo, nós não podemos demonstrar no painel. Bom, a análise das operações de títulos públicos foi realizada detalhadamente por esta Sub-relatoria e nós apuramos perdas expressivas envolvendo os Fundos de Pensão tomando o seguinte parâmetro, nos interessava ver a cadeia negocial dentro de um mesmo dia e sempre nós tratávamos do mesmo título em negociação, negociado nas mesmas quantidades e como no mesmo dia não tão vulnerável às oscilações de mercado e procurávamos apreciar o preço negociado onde a Fundação está comprando ou vendendo aquele título. Comparando com o preço praticado exatamente na outra transação ou, no caso de cadeias com mais de duas transações, nas outras transações. E nós verificamos primeiro um dado extremamente curioso que eu perguntei a V.Sa. e não me convenci da resposta, por isso irei refazê-la: Por que é que a PRECE e a NÚCLEOS, esses dois Fundos de Pensão concentraram um volume tão relevante de operações justamente com a CORRETORA EURO nas negociações de títulos públicos? Por que a EURO foi escolhida a Corretora preferencial pela PRECE e também com um nível razoável de presença na NUCLEOS, para operar essa compra e venda de títulos públicos? É a primeira pergunta que eu faço a V.Sa..

SR. JORGE LUIZ GOMES: Primeiro o senhor está me perguntando se eu confirmo essas operações que o senhor está mostrando?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, as operações, não perguntei ainda isso. Eu perguntei o porquê do volume. As operações estão aqui eu vou mostrar a V.Sa..

SR. JORGE LUIZ GOMES: Os volumes se o senhor reparar eles são fracionados. Como eu lhe falei anteriormente, é um mercado, ele entende como lote padrão, um lote de dez mil títulos. Se o senhor reparar todos os volumes são lotes fracionados, portanto, é passivo de, dependendo do momento, da hora e da demanda haver, houver, haver diferença de precificação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, a minha pergunta, ela vai um pouco além disso. E aí eu já mostro aqui para facilitar esse quadro ao senhor. Aqui nós estamos diante de um resumo de perdas das operações

no mercado de títulos públicos envolvendo os Fundos de Pensão examinados pela CPMI e a Corretora de V.Sa.. Nós fizemos aqui um corte específico e eu vou pedir, já sei o que a Deputada Denise solicitará,--

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Uma cópia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): ---eu vou pedir à assessoria que por favor distribua uma cópia de todos os dados, para que os senhores Parlamentares imediatamente tenham acesso.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Olha, analisando o sites do Supremo Tribunal Federal, que eu estou acompanhando um caso em Minas Gerais e eu deparei-me, por surpresa, e até lamento da CPMI não divulgar e não apresentar estes documentos para os Deputados que compõem a CPMI, principalmente no caso das Sub-relatorias, eu deparei-me com uma liminar concedida, não me lembro o Ministro, que eu li muito em *en passant*, está aí? Então eu gostaria que o senhor--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, V.Exa. não chegou no início da reunião.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se tivesse chegado teria ouvido eu comunicar que foi concedida.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu não quero que V.Exa. justifique o horário que eu cheguei. Eu gostaria de tomar conhecimento, porque não fui eu que cheguei, chegou eu, chegou o Senador, chegou os Deputados. Eu não estou fazendo nada, por gentileza, excelência, se o senhor não quiser, eu gostaria de tomar conhecimento. O senhor me desculpa então, e desculpa o meu atraso, por gentileza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está desculpado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Espero não estar atrapalhando o trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Exa. está desculpado, só não quero que V.Exa. faça questionamentos como fez, dizendo que não é dado o conhecimento aos membros da Comissão, que a Sub-relatoria não manifesta as decisões que vem do Supremo. Porque esse tipo de observação é uma observação perigosa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Tá bom, excelência, se V.Exa. quer entrar por este assunto me dê a data da contrafé, por favor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero dizer a V.Exa..

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Que dia a CPMI recebeu?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No início, eu quero que V.Exa. ouça, no início desta reunião eu informei ao plenário que havia uma decisão do Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, que impede que a CPMI trate dos dados sigilosos da CORRETORA EURO. Essa decisão foi cumprida fielmente e nós determinamos que todos os dados fossem lacrados e aqui, Deputado Carlos Willian, nós não estamos tratando dos dados sigilosos da CORRETORA EURO, nós estamos tratando dos dados dos Fundos de Pensão. Eu tenho e tive acesso a toda a movimentação financeira da CORRETORA EURO, que é de arrear. Mas eu, infelizmente, não posso usar e não usarei, em cumprimento a decisão do Supremo.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Senhor Relator.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): V.Exa.--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já concederei a palavra à Deputada Denise.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora eu quero apenas que V.Exa. saiba que antes de chegar aqui me foi apresentado pelo advogado do depoente um atestado médico justificando a ausência de um dos sócios da Corretora, eu acatei. Me foi solicitado pelo advogado do depoente um enquadramento de ambos na condição de investigados, que os exime da necessidade de assinar termo de compromisso, eu acatei. Assim como já havia conversado com o advogado dos depoentes a respeito dos termos dessa liminar dizendo que ela seria cumprida rigorosamente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Tem um equívoco, excelência, permite. Eu acho que é porque V.Exa. não deixou eu complementar. O que eu vi no site do Supremo Tribunal é uma nova liminar concedida à PRECE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que sentido, Deputado Carlos Willian?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Uma nova liminar que saiu essa semana, no início da semana, não me lembro bem a data. Sobre a PRECE--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que sentido?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Reafirmando--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Este sub-relator não foi notificado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não tomou conhecimento?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não foi notificado dessa liminar, o que me parece valer é a última liminar que a PRECE teve concedida pelo Ministro Nelson Jobim, que não autoriza o tratamento público dos seus dados. E eles não estão sendo tratados publicamente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então é justamente nesse o fato. É justamente esta liminar que eu tomei conhecimento e é ela que eu estou dizendo que agora que V.Exa. está comunicando o Plenário, porque eu não me lembro de outras vezes que essa liminar foi concedida ao plenário--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela foi comunicada no dia que os dirigentes da PRECE aqui estiveram Deputado Carlos Willian, portanto muito mais de 15 dias.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então eu estou enganado, eu vou levantar para tirar dúvida, nobre Relator, na PRECE vou dar mais uma analisada. Agora só queria deixar registrado é que a apresentação dos dados, conforme está sendo divulgada da seguinte forma: "Olha, isso aqui a PRECE teve prejuízo em tal data. Isso aqui é tal Corretora teve prejuízo. Aqui ela ganhou, aqui ela perdeu". Para mim, subliminarmente V.Exa. está divulgando aparentemente os dados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não estou, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não está divulgando os números, mas está apresentando o resultado, que por mim não tem problema nenhum. Eu só gostaria de estar registrado esse meu posicionamento, inclusive consignado em Ata, porque se porventura posteriori houver algumas consequências jurídicas por quebra de decisão judicial, eu não quero ser responsabilizado por isso, seria só isso. E

quanto a liminar, eu vou verificar no site, vou pedir à minha assessoria para dar uma analisada para ver se por um acaso o que eu li foi errado, porque, pelo que eu me recorde, é coisa recente. E vou mostrar a V.Exa. ou então retirar o que eu disse.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero primeiro reafirmar o cuidado que esta Sub-relatoria vem tendo no tratamento dos dados sigilosos. Segundo, eu quero que V.Exa. se lembre da nossa reunião de ontem, V.Exa. estava aqui presente, quando ouvimos os diretores da CORRETORA LAETA, sobretudo o Sr. César Sassu(F) e imagino que V.Exa. deve se lembrar que eu não tratei publicamente dos números referentes a movimentação da PRECE, porque existe essa liminar. Inclusive eu tive a oportunidade de rever toda a sessão pela TV Senado, foi transmitida por volta das 11 horas da noite e nenhum dado, nenhum dado, nenhum número da PRECE foi apresentado. Eu estou exatamente seguindo a mesma atitude que adotei ontem, estão aqui os dados, eles vão ser disponibilizados para os senhores Parlamentares, que têm todo o direito de ter acesso e eles estão sendo mostrados ao depoente. O que não implica no tratamento público, na divulgação. Nós não estamos aqui manifestando para que seja de conhecimento da imprensa esses números, nós estamos aqui apenas, de forma objetiva e técnica, abordando e sobretudo, demonstrando ao depoente, afinal de contas, é a empresa dele a responsável por essas operações em uma das pontas. Então, se V.Exa. tem algum fato novo que possa trazer em termos de informação de decisões do Supremo, V.Exa. tem todo o direito de fazer. Estou aqui para cumprir todas as decisões do Supremo, inclusive as que eu discorde, porque eu quero informar também a V.Exa. que depois da presença dos proprietários da EURO aqui, eu irei ao Supremo Tribunal Federal para acompanhar esse pedido de reconsideração da decisão que concedeu a liminar em favor da EURO, por entender que é inadmissível que a CPI não tenha acesso a movimentação financeira dessa Corretora. Agora, se V.Exa. tiver qualquer outra nova decisão pode trazer a este plenário que será cumprida imediatamente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu vou fazer a consulta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria poder

retomar, a menos que a Deputada Denise Frossard tenha alguma colocação ou não?

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Não, senhor Relator, é apenas que V.Exa. de uma certa forma colocou. É bom deixar bem claro que as decisões judiciais devem ser cumpridas, mas, evidentemente, depois de notificadas, evidentemente, antes de notificado à comissão, evidentemente que não há nada. Agora, o acesso, conforme V.Exa. bem disse aqui, o acesso de cada um dos membros às informações são absolutamente garantidos. A decisão judicial não toca nisso. Nós apenas estamos obrigados ao sigilo que é transferido a nós enquanto não for alterada, que espero que V.Exa. tenha, tenha êxito nisso, espero que tenha e terá, estou certa. Agora, de forma que basicamente isso. Não houve notificação, não há nada o que ser aqui debatido. E, evidentemente, nós temos acesso livre a toda e qualquer informação e a nós é transferida a cláusula do sigilo a que nos obrigamos, mas evidentemente que temos acesso a tudo. Eu vou até além, Sr. Presidente, se no plenário quando for julgada alguma coisa e tiver algum documento grampeado lá e é sigiloso e o Juiz natural, que somos todos, quisermos: Quero ver, tem que ver. É como nos júris. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então nós damos continuidade, pedindo desculpas aos nobres depoentes. Essa tabela, ela reúne todas as operações realizadas por algumas EPPCs que estão na nossa investigação com a Corretora de V.Exa. TUFA/EURO.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ok.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu chamo atenção principalmente para a PRECE. Eu peço que sejam distribuídos imediatamente esses dados. Para a PRECE, o senhor pode ver aqui, 2002, 2003, 2004, nada muito relevante em 2005 com esse total. A GEAP, cuja principal dúvida recai sobre o ano de 2003. A REFER não tem--

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Senhor Relator, pela ordem, é que parece que há um olhar de dúvida aqui, o que vai ser distribuído? V.Exa. poderia transmitir aos assessores?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Posso, posso.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Por favor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós precisamos distribuir toda... Primeiro um resumo dos títulos públicos com os anexos que são as cadeias negociais de Fundo a Fundo com a CORRETORA EURO e tam-

bém vamos distribuir aquelas operações com títulos da dívida agrária e as debêntures. Enfim, uma cópia de todas as operações que tiverem aí no documento. Bom, então aqui nós temos a REFER, sem grande significação, a PETROS também não é nada muito relevante, aí vem a NÚCLEOS com problemas em 2004 e 2005. E a SERPROS, com algum problema em 2004. Então pode se ver, segundo o nosso critério que determina perdas nas operações com títulos públicos, que há um envolvimento muito significativo da CORRETORA EURO com algumas fundações, né? Chamo a atenção destacadamente para a PRECE e para a NÚCLEOS pelo volume. Aqui nós temos anos a ano todas as cadeias negociais. O senhor pode ver aqui, PRECE 2002, então estão aqui as cadeias negociais de 2002, PRECE 2003, PRECE 2004, PRECE 2005 e aí continua com os outros Fundos de Pensão. Vamos aqui a um dos exemplos, para o senhor tentar nos explicar, que envolva a PRECE. Vamos a esse aqui de 2003.

SR. JORGE LUIZ GOMES: O senhor tem uma data mais recente, excelência?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 19/08/2003.

SR. JORGE LUIZ GOMES: O senhor teria uma data mais recente?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Teria. Teria.

SR. JORGE LUIZ GOMES: 2004?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode ser, claro. Só queria saber.

SR. JORGE LUIZ GOMES: É porque eu fiz um estudo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu levantei todos, se o senhor tiver 2004 eu preferia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A minha idéia seria abordar.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Vou lhe explicar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A minha idéia é abordar um de 2002, um de 2003, um de 2004 e um de 2005. Assim eu acho que fica mais--

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu analisei 2004 e 2005 e teria que ver 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós vamos apresentar ao senhor, inclusive o senhor vai ter acesso a esses dados, para que possa fazer as críticas.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito, eu tenho inclusive a análise. Se possível o senhor puder me dar 2004 já teria uma análise.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vou conceder ao senhor, mas primeiro eu quero citar esse exemplo de 2003, porque é um exemplo expressivo no montante, tá? Aqui em 2003, no dia 19/08/2003 foram negociados NTNA3 com vencimento para 15/04/2004. O senhor pode ver aqui.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito, estou vendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A BRASIL CENTRAL S.A. DTVM, vende para a Corretora do senhor 2500 quantidades desse papel a esse preço unitário aqui, que eu não vou citar por respeito ao sigilo. No mesmo dia, o mesmo título, portanto o mesmo papel é negociado da TUFA para o mercado PROFIT FIF, um Fundo exclusivo da NÚCLEOS, o, da PRECE, perdão, o senhor pode ver é a mesma quantidade, é o mesmo título, por esse preço unitário. Então o senhor pode ver aqui uma elevação extremamente substantiva do preço negociado na primeira cadeia, ou seja, a EURO compra, por um determinado preço da Brasil Central e depois vende para um Fundo exclusivo da PRECE com um aumento de mais de 30%. Quer dizer, uma elevação extremamente significativa. Eu pergunto que tipo de explicação nós podemos encontrar para essa elevação do preço unitário? É a primeira pergunta.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Primeiramente, excelência, eu não tenho a análise 2003 para lhe explicar isso, porque pode ter uma outra operação que está elencada a essa operação. 2004 eu tenho--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, espera aí, já vamos a 2004 eu queria primeiro que nós chegássemos a um termo para discutir o que fazer com 2003.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu me comprometo a mandar uma análise completa dessa operação fazendo a entrada e a saída dela.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Porque o fato de ter comprado e vendido aqui, poderia ter uma outra operação que me gerou um prejuízo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo. Mas então o senhor--

SR. JORGE LUIZ GOMES: O conceito de compra e venda aqui está perfeito, eu estou entendendo que está perfeito. Só que eu tenho que analisar, se eu tenho

a contraparte de perdas do outro lado. De repente eu posso ter ganho aqui e perdido em outra operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, mas a minha primeira questão levantada, ela vai muito menos no prisma da Corretora de V.Sa. e muito mais no prisma do Fundo Exclusivo. É razoável que esse Fundo Exclusivo, ele pague pelo mesmo título, no mesmo dia esse valor enquanto o que o senhor pagou pelo menos 35% a menos?

SR. JORGE LUIZ GOMES: O conceito de ter comprado nesse preço, não quer dizer que ele tenha sido um mau comprador, o vendedor pode ter vendido mal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas eu quero saber o seguinte, essa diferença ela se explica como?

SR. JORGE LUIZ GOMES: O lucro que eventualmente eu possa ter auferido aí, não quer dizer que tenha sido oriundo e prejuízo da Fundação, da Fundação que eu digo é o mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem perdeu nisso?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Pode ter sido o vendedor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A BRASIL CENTRAL.

SR. JORGE LUIZ GOMES: De repente eu fiz uma operação com a BRASIL CENTRAL que eu efetivei um prejuízo em outra operação e eu neutralizei isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe que a BRASIL CENTRAL, ela recorrentemente também aparece nas cadeias negociais desses títulos públicos?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Por isso que eu estou lhe dizendo que eventualmente pode ter havido uma outra operação, que eu vou rever nas minhas operações, que podem estar batendo, eu tenho um prejuízo que neutraliza essa operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então vamos a 2004.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor fez o levantamento de 2004, não fez?

SR. JORGE LUIZ GOMES: 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em 2005 os volumes não são tão altos. Mas vamos a 2004, vamos ver

aqui quantas são as operações em 2004, uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez. São dez operações, o senhor confirma?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito, uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove... Confirmando nove. Uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove operações, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode então verificar aqui, porque existe uma diferença e seria interessante o senhor ver.

SR. JORGE LUIZ GOMES: TUFA, TUFA, TUFA, TUFA, TUFA, TUFA. Eu vou lhe explicar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, então são dez operações.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para nosso controle interno é importante haver rigorosamente.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Pela data eu lhe explico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então vamos.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Posso lhe oferecer?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor. O senhor não fale os números.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ok, não vou falar em nome de empresas, até porque... Os números e empresas também. Em 28/10.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. JORGE LUIZ GOMES: A TUFA efetuou uma compra da BRASIL CENTRAL de 1500 títulos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ela auferiu um lucro de um milhão e quinhentos. Concorde?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. JORGE LUIZ GOMES: E--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu preferia que o senhor não falasse dos números.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Dos números. A MERCATTO comprou da TUFA o mesmo título pelo teor de tanto, auferindo o lucro de 545 mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu insisto apenas que o senhor não faça referência aos números.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito, desculpe. No mesmo dia é uma troca de ativos, isso é uma operação estrutura, você compra um título que lhe dá um prejuízo e vende um outro que te dá um lucro que no saldo contábil do dia me auferiu esse... Fiz a “auferização” desse lucro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Desse lucro. Sim, pois não.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Então eu tenho uma, duas, três, quatro, cinco, seis, só diretamente com os Fundos exclusivos. Eu fiz a troca com o mesmo Fundo, eu comprei e vendi. Realizei prejuízo no mercado, porque o senhor só olhou o prejuízo eventual do Fundo, o senhor não olhou a minha contabilidade do prejuízo que eu auferi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me perdoe, eu vou repetir uma coisa que lhe disse reservadamente, o nosso foco investigativo não é a Corretora.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O nosso foco investigativo é o Fundo,

SR. JORGE LUIZ GOMES: Então eu estou lhe dizendo que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --me interessa saber esses dados da Corretora do senhor, porque adicionalmente isso vai importar muito para as nossas conclusões sobre a sua participação, tá? Mas é importante entender, é uma soma disso aqui.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Então estou lhe mostrando que nessas datas foram feitas trocas de ativos, eventualmente eu fiz prejuízo na ponta de compra ou venda de um vencimento qualquer, um papel qualquer e na venda outra eu efetivei um lucro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Isso é normal de mercado é uma operação estrutura, é uma operação de mercado, uma operação de balcão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, só para eu entender aqui esses números eu vou pedir a V.Exa. que me entregue esse papel. A somatória disso aqui é quanto a empresa de V.Sa. realizou de resultado positivo?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito. Eu posso identificar mais?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor, apesar

de que ainda quero depois voltar a alguns questionamentos sobre 2004, mas pode ir.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu tenho... Essa última aqui que não está. Mas tudo bem. Essa operação aqui, excelência, eu olhando na minha contabilidade hoje eu refiz, tá? Eu tenho só que só--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode falar no microfone?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Essa antepenúltima operação, eu revi na minha contabilidade que e o lucro foi menor, tá? Não foi uma coisa tão exorbitante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me diga qual foi o dia?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Foi no dia 14/04.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí já é 2005, né?

SR. JORGE LUIZ GOMES: 2005, foram operações em dias diferentes, mas com o mesmo significado. Existe operação que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu não estou enxergando aqui, é porque na verdade o senhor trouxe dados de dezembro de 2005, que não estão dentro da nossa análise. Então eu tenho que ficar preso aqui a essas três primeiras.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Interessante também mostrar ao senhor. Eu só queria que o senhor entendesse que o mercado, eu não operei só fazendo esse lucro que o senhor... O senhor me repara em 2005, mês 12, isso eu estou lhe mostrando confidencialmente até porque, olha os prejuízos que eu tive. Isso aqui foi prejuízo da minha Corretora e eu aferi lucro em outras operações de mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso em 2005?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Com a PRECE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso em 2005?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Então essas operações--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E em 2004?

SR. JORGE LUIZ GOMES: 2004 eu tenho algumas também. Tenho algumas também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nessas aqui o senhor registrou?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Prejuízo, porque quando eu vou--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com a própria PRECE?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Com a própria PRECE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Então quando eu vou a mercado às vezes não justifica só ganhar, eu posso comprar um papel para atender uma demanda de alguma, de alguma empresa, o fato de eu perder 100 mil reais eu perco de um lado e ganho 150 do outro. Isso aí eu faço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Hipoteticamente, a conta que está perdendo poderia representar, hipoteticamente, o senhor não precisa reagir, mas a conta que está perdendo poderia representar um laranja?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Laranja não, porque eu só opero com empresas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto hipoteticamente.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque veja, o que nos parece muito estranho, eu quero insistir aqui. Nós estamos examinando nove ou dez operações de títulos públicos e sempre quem sai vendendo é a BRASIL CENTRAL, sempre, em todas elas, o senhor está vendo, em todas elas quem sai vendendo é a BRASIL CENTRAL. E a BRASIL CENTRAL vende todas as vezes para quem? Para a Corretora de V.Sa.. Depois, em todas elas a Corretora de V.Sa. vende para quem? Para Fundos exclusivos da PRECE, variando do DREI ROLAND GARROS, MERCATTO e outros mais. O que se verifica? Em todas elas uma diferença significativa nos preços unitários praticados. Então o que a gente percebe aqui é uma padronização, em que V.Sa. está certo, ou a BRASIL CENTRAL tomou o pau, desculpe o termo, mas ou a BRASIL CENTRAL vendeu por um preço que não podia vender, ou a PRECE pagou por um preço que jamais poderia pagar. Como os Fundos de Pensão são o foco principal da nossa análise, a gente parte do pressuposto, inclusive analisando o preço da ANDIMA e verificando que a cadeia é a mesma, que a PRECE pagou o que ela não podia pagar. Mas eu não sei o que é mais grave neste caso, se a BRASIL

CENTRAL vendeu pelo que não podia vender ou se a PRECE pagou pelo que não podia pagar. Porque, neste caso, se a BRASIL CENTRAL, em todas as operações com a empresa de V.Sa. e a PRECE vendeu por, os títulos públicos por preços unitários abaixo do que depois V.Sa. vendeu para a PRECE, então ela aqui está procurando mascarar alguma coisa. E é por isso que eu perguntei se, em tese, eu não conheço a BRASIL CENTRAL, o senhor conhece a BRASIL CENTRAL?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Lógico, excelência, é uma empresa no mercado bem atuante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É parceira do senhor?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Como toda empresa e eu diria que ela não é a única empresa que opera--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe dizer se o Eric Bello, ele é ou já foi um dos integrantes da BRASIL CENTRAL?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou o senhor não sabe dizer?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Como sócio nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu não pergunto como sócio, eu pergunto como uma pessoa de peso com influência e que opere bastante com a BRASIL CENTRAL.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu não tenho essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque a nossa informação é que um ex-sócio do senhor tem vínculos muito fortes com a BRASIL CENTRAL.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Como pessoa física?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como pessoa física.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu não tenho essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não. [Inaudível]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei que ele é uma agente autônomo. Mas ele foi sócio de V.Sa.s e, de repente, existe a suspeita de que ele tem um volu-

me grande de operações com a BRASIL CENTRAL. Agora, ainda assim, nós estamos, eu quero insistir, nós estamos diante aqui de um padrão que, por si só, ele não se explica. Nesse ano de 2004, o total deu isso aqui, o senhor pode ver, certo? Foi um total verificado nesse ano de 2004 nas nove ou dez operações, isso aí nós vamos verificar para definir quem é que está com o número preciso, mas, eu insisto, quer dizer, você tem a BRASIL CENTRAL sempre vendendo para a EURO, a EURO sempre vendendo para um Fundo Exclusivo da PRECE e sempre havendo uma elevação representativa do preço unitário.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Excelência, na minha listagem de negociação eu vejo o contrário, excelência, a BRASIL CENTRAL, ela é igual, eu lhe mostro aqui, a essa empresa, a essa empresa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, nós estamos falando no ano de 2004.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que foi o ano a que V.Sa. fez referência.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito, perfeito, perfeito. 2004 aqui, realmente, a BRASIL CENTRAL, opere com esse Banco, mais uma do BRASIL CENTRAL, duas. Operei com esse Banco. Operei com esse banco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode ver o seguinte, que todas as cadeias negociais de títulos públicos quando a PRECE está pagando um preço a mais do que deveria ou quando, segundo a visão do senhor, a BRASIL CENTRAL está vendendo por um preço muito abaixo do que poderia, mas sempre, Deputado Bittar, sempre verifica-se esse mesmo padrão. É a BRASIL CENTRAL vendendo os mesmos títulos na mesma quantidade primeiro para a EURO e depois a EURO passando para um Fundo exclusivo com uma elevação de preço unitário nesse inexplicado.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Analisando pelo ativo, excelência, imagino que a BRASIL CENTRAL tenha tido um nicho de venda, ou de compra, não é? No caso, de papéis NTB que foram efetivados ao longo de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas que não justificariam jamais essa padronização.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Como é ela compradora sempre de então note bem, se o senhor comparar, ela deveria ter um outro Fundo dela comprando esses ativos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Onde é que o

senhor, o senhor pode me mostrar novamente aqueles números que o senhor registrou em 2004?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Esses?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esses, exatamente. Por dever do sigilo não vou aqui verbalizar. Mas, a somatória disso aqui, que dá um valor significativo em um ano, V.Sa. concorda?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi um lucro registrado na empresa de V.Sa.?

SR. JORGE LUIZ GOMES: O senhor tem que ver a contraparte, na saída.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, mas isso aqui eu estou entendendo que é o líquido porque V.Sa. já fez a depuração aqui.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ok, essa operação, eu comprei e eu vendi a outra parte, fiz a troca de ativos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor então me dê esses números aqui.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu só fiz a PRECE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu estou querendo saber aqui.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Isso é real.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso é real.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. não concorda que são números muito interessantes, muito expressivos.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não senhor, como eu já tive lucros maiores e menores. V.Sa. me permite.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, qual é o resultado anual da Corretora de V.Sa.?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu preferia que o senhor...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Antes um minuto, por favor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu queria mostrar também, antes de 2005, só para o senhor saber como é que existe uma curva de repente demandando ou

papel ou vendendo, que eu também realizei prejuízos fortes com ela, a PRECE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é porque nesse período aqui, eu insisto, nós não estamos aqui.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ok, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós não temos nem como analisar.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Para a análise fria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, eu não tenho como fazer essa análise, me perdoe, do final de 2005 porque eu não tenho sequer informação.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Mas o senhor concorda que isso aqui é uma coisa que também deveria ser levada em consideração em função--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu concordo que tudo o que for até agosto de 2005 tem que ser levada em consideração e será pela CPMI.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que for anterior e posterior não será. Esse mesmo cálculo, o senhor fez para as operações com a NÚCLEOS?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Fiz, sim, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode me mostrar, por favor?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente, sou Presidente acumulando também como sub-relatoria, o senhor permite um aparte?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Olha, eu queria pedir desculpa mais uma vez que quando eu me referi não foi referente a liminar concedida pela NÚCLEOS. Eu só o fiz, como forma de alertar essa CPMI para os cumprimentos das decisões judiciais e, realmente, eu consegui uma cópia, na própria CPMI, foi uma decisão recente do dia 25/01. Hoje nós estamos no dia 31 então é uma decisão de cinco dias apenas. Que, inclusive eu venho me somar a V.Exa. que eu não concordo nenhum mandado de segurança, nenhuma liminar nem da PRECE, nem da NÚCLEOS, nem da Corretora que está aqui depondo, que é a EURO. Eu não concordo de nenhum desses mandados de segurança e não estou aqui fazendo também nenhuma defesa de nenhuma liminar concedida pelo Supremo Tribunal. Eu acho que a CPMI, a Casa Legislativa, o Congresso Nacional, ainda mais se tratando de uma

CPMI Mista, ela se torna independente no que conste a essas investigações. Então eu acho e me somo a V.Exa. neste coro de protesto ao Supremo Tribunal Federal. Mas como advogado militante, membro dessa CPMI, presente na sessão e entendendo que, na verdade, o último parágrafo do Ministro, deixe-me ver, do Ministro Nelson Jobim, Presidente do Tribunal, onde ele disse: “Ante o exposto, defiro a liminar para determinar a autoridade coatora que em audiência pública, na tomada de depoimentos, se abstenha de utilizar ou divulgar dados sigilosos da impetrante obtidos em razão da *ads closer* de sua intimidade”. Então é que eu entendo e se assim eu fosse advogar que não é o caso, aqui eu estou no lado como o Juiz, eu entenderia que estas suposições: “Olha, a EURO”, não conheço nenhum dos depoentes, inclusive no meu questionamento eu vou salientar porque o motivo do mandado de segurança, qual é o objetivo, o que está por trás disso, mas V.Exa. me responde depois. Mas o que eu entendo é que quando é apresentado e divulgado e gravado “por que é que a EURO teve 30% de prejuízo? Por que é que tal empresa teve 50? Por que é que aqui o senhor perdeu? Por que é que aqui o senhor ganhou?”. Na verdade eu acredito, e a responsabilidade já não é minha, é de V.Exa. como sub-relator e também como presidência. Eu acredito e entendo que, realmente, os dados, mesmo que de forma não exata, acaba sendo divulgado os atos, os atos não, os dados. Só não está dando numericamente, mas está dado inclusive percentualmente. Então eu só queria me eximir da responsabilidade de aqui estar presente e não poderia deixar de aqui estar manifestando esse meu ponto de vista. Mas não estou nem discordando e nem censurando de forma nenhuma o trabalho que está sendo feito e investigado até o presente momento. Muito obrigado, Sra. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu acabei de receber uma cópia exatamente do mesmo documento que V.Exa. tem em mãos e a sua conclusão me parece clara “ante o exposto defiro a liminar para determinar à autoridade coatora que em audiência pública, na tomada de depoimentos, se abstenha de usar ou divulgar à imprensa – o que não está sendo feito de jeito nenhum – dados sigilosos da impetrante obtidos em razão da *ads closer* de sua intimidade”. Eu interpreto, porém, quero dividir essa interpretação com os nobres parlamentares, que como nós não estamos verbalizando nem apresentando os números sigilosos fruto da quebra do sigilo da PRECE, não há nenhum desrespeito à interpretação do Ministro Nelson Jobim que não traz nenhuma novidade. Na verdade essa decisão aqui é exatamente a reafirmação da primeira.

Entendo até desnecessária. Então eu queria entender melhor do Deputado Carlos Willian, o que você V.Exa. sugere neste caso, tendo em vista que nós não estamos tratando dos números da PRECE.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Quem sou eu para propor, eu só estou me eximindo da responsabilidade, mas aqui no despacho de S.Exa., o Presidente, ele não fala em números, ele fala em dados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Então 30% de perda nessa operação. Isso é dados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, isso é uma análise.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pessoal?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, isso é uma análise objetiva porém não reveladora do sigilo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Está certo, excelência. Então vamos continuar com o trabalho, está indo muito bem. Eu só gostaria de ficar registrado em ata para que eu não possa assumir nenhuma responsabilidade depois. Mas vamos continuar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor também me desculpa quando eu fiz a intervenção foi referente a esse mandado, V.Exa. concorda que o senhor não tinha conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado, óbvio que não tinha e vejo que ele nada acrescenta.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porém, eu suspenderei essa reunião até que haja um posicionamento da Advocacia do Senado a respeito do que deve ser feito à luz da decisão do Ministro Nelson Jobim, a reunião está suspensa.

Sessão suspensa às 16h13

Sessão reaberta às 16h16

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu reinicio a presente sessão informando que depois de conversar com o Advogado Geral do Senado e tendo ele conhecimento da decisão mais recente adotada pelo Ministro Nelson Jobim, ele informa que inclusive à luz de uma

série de precedentes que já aconteceram tanto em comissões parlamentares mistas de inquérito quanto em comissões isoladas do Senado da República, não há nenhum problema que tratemos dos dados da PRECE. Sem, no entanto, podermos revelar com exatidão os números que estão sendo abordados. Então, presumo eu que vinha adotando essa conduta desde ontem, pelo cuidado que procurei ter a uma decisão anterior do Ministro Nelson Jobim e procurarei manter este mesmo comportamento, não me intimidarei, inclusive, por nenhum tipo de ameaça judicial porque acho que estou cumprindo o meu dever parlamentar e agora estou calçado no parecer jurídico do Senado respeitando, como sempre respeitarei, as decisões do Supremo seja as que já foram tomadas, seja essa última do dia 25. Eu peço mais uma vez ao depoente que trate das situações sem fazer referência aos números para mantermos o mesmo respeito que a gente vem tendo.

ADVOGADO DR. MARCELO LEAL: Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

ADVOGADO DR. MARCELO LEAL: Só me traz a preocupação, gostaria de um esclarecimento, se diante dessa, dessa liminar a qual nós também não tínhamos conhecimento, se o meu receio é que o meu cliente acabe descumprindo a ordem, a determinação do Supremo Tribunal Federal. Na medida em que mesmo em que não se esteja tratando de números exatamente, estamos abordando pessoas jurídicas envolvidas, inclusive percentuais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, primeiro não é regimental o pedido de pela ordem de V.Sa., mas como eu tenho procurado dar espaço para que todos se manifestem, inclusive V.Sa., como advogado, eu quero dizer que se ele adotar o mesmo comportamento que eu estou adotando de não fazer referência aos números, apenas aos exemplos, ele não estará descumprindo a decisão judicial. Mas digo ainda mais, o cliente de V.Sa. não assinou o termo de compromisso, ele pode se negar a responder o que ele quiser. De acordo com aquilo que lhe for mais conveniente. Acho que não há nenhum risco de descumprimento da ordem judicial. Estamos apenas impedidos de tratar dos números propriamente ditos. Mas podemos fazer referência aos exemplos sem especificá-los.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Bom, voltando ao NÚCLEOS, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Na data de 18/12.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos só conferir quais são as operações?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem aí operações de compra e venda ou só de--

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu tenho todas as compras e vendas que eu fiz com a NÚCLEOS, só especificamente com a NÚCLEOS. Eu não tenho a contraparte de outras companhias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, não, tudo bem, é porque eu conto aqui, nós estamos falando de que ano?

SR. JORGE LUIZ GOMES: De 2003 a 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pegou todo o período de 2003 e 2005 no caso da NÚCLEOS?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu peguei de 18/12 a 24/02, foi o que eu identifiquei em meus controles contábeis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque aqui eu tenho na NÚCLEOS de 2004, eu tenho 2004 e 2005.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Então eu elimino 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque na verdade o que interessa ver--

SR. JORGE LUIZ GOMES: O senhor me cedeu essa hora eu lhe cedo agora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como há uma diferença, pode ser que em 2003 não tenhamos verificado isso.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito. Foi favorável, o senhor repara aqui que eu ganhei isso, perdi isso, e estava devendo isso em 27/07/2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está aqui.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu ganhei, por gentileza o senhor veja aqui. Eu ganhei esse número.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, pois não.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perdi esse. Ganhei esse, não é um número expressivo, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Concorde com o senhor, concordo. Essa é uma operação pequena.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Todas são pequenas, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Temos algumas mais significativas.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Vamos lá! 2/09.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 02/09. Eu não tenho esse registro aqui de 02/09.

SR. JORGE LUIZ GOMES: 1/09.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também não.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Mas teve operação, então só para registrar aqui, eu ganhei isso e perdi isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é porque, deve ter, exatamente isso, porque a nossa linha de corte foram cinqüenta mil reais.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Deixa eu lhe explicar aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deixa eu explicar a V.Sa. por que não está aqui. A nossa linha de corte foram cinqüenta mil reais, o senhor pode ver que todas essas operações, elas têm um volume inferior a cinqüenta mil reais. Então elas não teriam como figurar aqui.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ok, então 20/09.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 20/09.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu gravei o número, 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos ver aqui, o senhor me perdoe.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O nosso controle aqui é a diferença do preço unitário pago pela Corretora, ou pago pela Fundação.

SR. JORGE LUIZ GOMES: O meu é contábil, o que entrou no meu caixa e o que saiu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa também não consta, 20/09.

SR. JORGE LUIZ GOMES: O senhor vê que isso aqui é real.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, mas são operações, é bom informar aqui, Deputado Jorge Bittar, Deputados Carlos Willian, Dr. Rosinha, há uma diferença dos dados trazidos aqui pelo nosso nobre depoente com os dados que eu estou apresentando porque, deixa eu explicar o senhor para o senhor enten-

der que é importante também e para os parlamentares entenderem. Quando a diferença na compra, que é a maioria dos casos, ou na venda, no volume total, ela é superior a cinquenta mil, certo? Então aí nos interessa analisar. Quando é inferior a cinquenta mil, não nos interessa a analisar. E aí, esse parâmetro de ser superior ou inferior a cinquenta mil é o que o fundo de pensão pagou na compra ou recebeu na venda. É por isso que nós não temos essas informações porque essas aqui são consideradas como regulares, como normais. São operações que a Corretora de V.Sa. fez com o FUNDO NÚCLEOS que não levantaram nenhum tipo de dúvida da nossa parte.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ok. Entendendo assim também digo que quando houver o lucro da parte, o senhor teria que analisar a contraparte. Porque eu tive prejuízo do outro lado também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu insisto que mesmo admitindo no caso da PRECE que a gente já viu os números aí para o senhor ver da NÚCLEOS, mesmo admitindo essa argumentação do senhor, o senhor teve um resultado extremamente positivo que depois os parlamentares podem ter acesso, naquilo que sobrou para a Corretora do senhor. Mas o que nos interessa saber aqui é a diferença que o fundo de pensão ou pagou ou recebeu.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Mas como o senhor tem os meus números contábeis, o senhor há de convir que os números, o meu lucro operacional não foi um lucro, ou prejuízo que a PRECE ou a NÚCLEOS registrou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Registrou eventualmente. Concorde inteiramente o senhor está certo nisso.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Veja bem se eu lhe mostrar que ele teve um lucro naquela data eu vou mostrar que eu também fiz uma prestação.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor está certo, uma coisa não tem necessariamente a ver com a outra.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Também dizer que a NÚCLEOS ou a PRECE teve prejuízo em função da operação não é verdadeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí nós vamos divergir.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Porque a contraparte pode ter vendido melhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria mos-

trar para o senhor aqui essas operações porque me parece que a maioria delas não está aí.

SR. JORGE LUIZ GOMES: é difícil não estar, excelência porque eu tenho um controle contábil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor veja aqui, TURFA, a Corretora do senhor, a data aqui é 15/06/2004.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu não tenho essa operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não tem.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Em compensação eu tenho outras que o senhor não tem também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): TURFA a Corretora do senhor. Sim, as que eu não tenho eu acabei de explicar para o senhor.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Volume abaixo de 50.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu não tenho porque o volume é abaixo de cinquenta mil porque foram tidas como regulares por nós, não chamou a atenção e não mereceu entrar nessa lista. A TURFA novamente aqui em 16/06/2004. O senhor também não tem?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Desculpe, eu não tenho essa operação, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem essa daqui da TURFA no dia 27/07?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De 2004?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Tenho, 27/07.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para a gente ver se é a mesma?

SR. JORGE LUIZ GOMES: 27/07, 2004, a EURO comprou dessa empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 27/07/2004 São Paulo vende para a TURFA e--

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu não falaria o nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu posso, não tem problema.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Depois eu banquei papel, o senhor não tem a banca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, aqui, o

senhor me perdoe, o senhor se refere a venda dessa Corretora para a Corretora do senhor?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu só achei esse número aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Não senhor. Nós estamos falando de operações diferentes.

SR. JORGE LUIZ GOMES: NTB.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente. Qual é a data do vencimento do título?

SR. JORGE LUIZ GOMES: NTB 2045, eu tenho de cabeça.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse é 2024. São operações diferentes.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Mas os valores não estão batendo? Não, pode ser, porque o NTB excelência, ele é hiperdata, ele tem vários vencidos, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, mas é possível que tenha sido uma outra operação e que senhor não registrou aí.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Olha por aí.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: A quantidade aqui, Jorge.

SR. JORGE LUIZ GOMES: A quantidade está aqui, 462, a quantidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, não é a mesma operação.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Então não tem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Operação do dia 23/11/2004, o senhor tem aí?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não tenho também, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 25/11/2004.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu tenho uma em 21/09.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que o senhor acha que tem essa diferença tão grande. Porque todas essas operações que nós levantamos o senhor não tem aí?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu levantei com carinho todas as operações inclusive para análise aqui na CPI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor incluiu as operações realizadas pelos Fundos exclusivos? Sim porque todos são Fundos exclusivos.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu só coloquei o que foi publicado na mídia que eu achei que seria necessário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, não é o que foi publicado na mídia, é o que eu estou trazendo para lhe mostrar.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu lhe prometo e me comprometo, eu prometo e me comprometo a rever toda –

[inaudível]

>> qual é a operação de 27.04?

>> 27.04?

>> é 27/07

>> 27/07.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 27/07.

>> Qual é a operação?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): NPB.

SR. JORGE LUIZ GOMES: A quantidade. Só um minutinho senhor.

>> NPB está aqui.

SR. JORGE LUIZ GOMES: é essa daqui?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Cinco mil, aqui bate.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Será que é essa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente. Essa daqui bate. O senhor quer checar de novo as outras?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, está certo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, as outras, pode ser que o senhor tenha passado aqui as informações erradas.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Para cá, é esse aí.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, eu vou me basear em cima desse, excelência. Tira isso daí. Vamos lá, vai.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 15/06/2004?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu tenho duas operações. Uma de quatro mil e de dois mil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aqui nós temos uma que nos interessa.

SR. JORGE LUIZ GOMES: é a 284.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor, por favor, não fale. Exatamente. Então essa daqui *Ok*, bate.

Vamos lá, 16/06/2004. NPB. Essa aqui bate. Qual é a quantidade aí?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Dois mil e seiscientos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá. 27/07/2004? Bate. 23/11/2004? 23/11/2004.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Está aqui, está aqui, está aqui. Vê a quantidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bate. O senhor está vendo aqui?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 25/11/2004. Bate.

SR. JORGE LUIZ GOMES: 23/11.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bate. 29/11/2004.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Esse número aqui. Bate.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bate. 2/12/2004.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Bate.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 23/02/2005.

SR. JORGE LUIZ GOMES: 23 do? Tenho duas nessa data, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): São 5450 unidades. Tá, bate. 23/02/2005.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Olha aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 1960 unidades.

SR. JORGE LUIZ GOMES: 1960.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está aqui, bate. 24/02/2005.

SR. JORGE LUIZ GOMES: 24/02.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Essa aqui em cima, Jorge.

SR. JORGE LUIZ GOMES: 5850, essa aqui mesmo. Bateu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é essa e por último 24/02/2005.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Qual a quantidade, excelência?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é essa aqui. Bate.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Bate.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode ver que os dados são exatamente os mesmos, a informação está absolutamente correta. O senhor teria, aquela soma que o senhor fez na PRECE, com as operações da PRECE, do que--

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu prefiro rever até para que eu refazer todos os cálculos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá, então eu vou aguardar que o senhor nos caminhe.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Até porque, excelência, eu tenho outros números de vermelho, porque quando, se eu tenho o lucro mas eu tenho a perda também, no lucro também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode, veja, para uma questão de defesa da sua Corretora eu acho fundamental que o senhor mande.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Todos os seus números, inclusive com as perdas que o senhor registrou.

SR. JORGE LUIZ GOMES: A princípio, eu, para ser sincero juro que eu trouxe com boa-fé. E trouxe, até vou rever tudo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é, a minha preocupação muito grande é que está clara a ocorrência de uma prática evidentemente questionável. Porque o senhor pode ver, inclusive com a NÚCLEOS, a BRASIL CENTRAL vai aparecer em diversas situações, aquela mesma Corretora. E por falar em BRASIL CENTRAL, eu queria chamar a atenção da CPMI. Nós temos aqui um documento da Receita Federal que coloca o Sra. Eric David Bello como tendo sido sócio da Corretora e depois tendo sido excluído da sociedade.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Qual Corretora?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da BRASIL CENTRAL.

[Inaudível]

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Uma questão de a documentação ter sido pronta e eu não ter feito. Vou jogar a culpa agora em cima de mim. Porque eu não coloquei, não atualizei o quadro societário sendo que isso não é--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, o senhor não entendeu eu havia questionado aos senhores se o Sra. Eric David Bello, que foi sócio da EURO, já havia figurado como sócio da BRASIL CENTRAL e os senhores me disseram que não tinham conhecimento.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: é isso eu não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é, então eu trago aqui um documento da Receita Federal que atesta que o Sra. Eric David Bello já vigorou como acionista, acionista diretor da BRASIL CENTRAL depois tendo sido excluído em uma alteração do contrato social que foi realizado.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Excelência, em que data isso?

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): a exclusão? A exclusão se deu, ele vigorou de 30/07/1999 até 23/10/2003. Como ele entrou em 2001 na Corretora de V.Sas., ele passou, oficialmente, dois anos como sócio de ambas as corretoras, da BRASIL CENTRAL e da EURO.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: O senhor me permite?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não, claro.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Vou voltar ao mesmo assunto que ocorreu até comigo lá na EURO. Pode ser, eu não estou garantido, mas seria bom se verificar isso, a pessoa sair, renunciar ao cargo e às vezes o contador, ou aquele que está fazendo a legalização não ir lá e não alterar o quadro societário junto ao CNPJ. Eu não estou afirmando, eu estou apenas colocando a possibilidade de ter ocorrido isso. Pode ser que ele tenha saído antes e que o quadro societário não foi mudado e vai aparecer aí. Como apareceria de qualquer pessoa que não alterou o quadro societário. Isso é uma questão de se verificar antes de se chegar a conclusão definitiva.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O fato concreto é que nós temos nas operações de títulos públicos na PRECE e também na NÚCLEOS a BRASIL CENTRAL compondo uma cadeia negocial em que a EURO também participa e que traz, na nossa opinião, perdas significativas para os Fundos de Pensão e há um elemento que liga as duas corretoras inquestionavelmente, óbvio que nós temos que fazer a conferência temporal. Mas o Sra. Eric David Bello, ele foi sócio da BRASIL CENTRAL, pelo menos oficialmente, não é? E foi sócio da CORRETORA EURO. Então, é um ele-

mento que liga ambas as corretoras e que as aproxima. Não por acaso, as aproxima de um fundo de pensão que registrou problemas nas operações com títulos públicos. Mas vamos em frente porque eu tenho uma série de questionamentos ainda. Nós fomos--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): O senhor me permite só uma solicitação de esclarecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não, claro.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Num determinado momento que estava se checando as informações sobre títulos públicos, o senhor se referiu a possibilidade de existência de operações estruturadas, operações de troca de ativo. Eu não sou especialista no assunto, entendo que existam essas operações estruturadas quando se trata de mercado derivativos para proteger determinadas é, em que circunstâncias podem ocorrer operações estruturadas em que uma parte da operação com títulos públicos leve a ganhos e de outro lado a perdas? Em que circunstâncias?

SR. JORGE LUIZ GOMES: São duas operações distintas com ativos diferentes. Uma eu compro para viabilizar, eu compro um ativo, realizo um prejuízo e ofereço um outro com situação atuarial melhor, tanto é que o gestor, ele acata e o comitê operacional e atuarial do gestor acata a operação e é feita essa troca.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Quer dizer, mesmo que seja com um valor, vamos dizer assim, discrepante em relação aos valores médios de mercado.

SR. JORGE LUIZ GOMES: O discrepante é meio relativo, excelência, porque muitas das vezes eu tenho um lucro numa operação de um lado e tenho prejuízo de outro. Esses números que aparecem aí.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Essas operações são comuns de ocorrer?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Toda hora, excelência.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): E o senhor acha que boa parte dessas operações que registraram perdas significativas podem estar casadas com outras que geraram ganhos?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Pelo que eu mostrei para o Presidente, 80% das operações que eu tenho em mãos que eu vou rever também, porque ele mostrou uma série de operações que eu não tenho. Elas são casadas. Estruturadas.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Então o senhor fica, em função que o senhor afirma na obrigação de nos demonstrar esse tipo de coisa.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito, vou mandar, vou rever todas as minhas posições.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Tá bom. Era só isso. Só queria entender.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não tem nada de derivativa, de SWAP entendeu?

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eu entendo....

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não é mercado de SWAP.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Porque não entra na minha cabeça que alguém opere no mercado previsível, que é o mercado de títulos de renda, renda fixa para perder significativamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é o caso da EURO, o Deputado Jorge Bittar. Não é o caso da EURO. Eu queria que V.Exa. entendesse aqui que nós estamos tratando de duas coisas distintas. Então, há um registro que nós estamos denominando de perdas que o Fundo de Pensão realizou baseado na diferença do preço que o Fundo pagou pelo mesmo título, a mesma quantidade, dentro de uma mesma cadeia negocial, *Ok?*

SR. JORGE LUIZ GOMES: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Poderia se pensar, aqueles que eventualmente estivessem desaviados, que não sei quantos milhões que o Fundo, em tese, pagou a mais teriam sido objeto de um lucro da Corretora que passou. E isso não é verdade, e é isso que o depoente está explicando.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Não, não. O que eu estava indagando ele. Como ele se referiu, eu não havia entendido, pedi esse esclarecimento. Ele se referiu a operações estruturadas de troca de ativos. Poderia, segundo ele, prevalecer. Isso eu não, a idéia de que essas operações, algumas dessas operações que geraram perdas para os Fundos, como demonstra essa cadeia negocial, possam estar casadas com outras que representam ganhos, operações de troca de ativos, é o que ele está. Eu não entendo isso. E é exatamente isso que eu queria entender.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Me permite--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Ele quer dizer, o Fundo perde por aqui mas pode eventualmente estar ganhando por ali. Eu queria saber em que circunstâncias que situações dessas podem ocorrer. Eu entendo essa situação quando é uma operação de *red* para proteger uma determinada operação. Eu posso estar perdendo aqui no *red* e estar ganhando lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas não é.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Pois é, não se trata disso, é por isso que eu não entendo exatamente por isso que eu pedi o esclarecimento.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Só para ilustrar melhor, na mesma operação com a PRECE eu fiz operação em 2005 que não está sendo objeto de análise, que me deu um prejuízo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque é dezembro de 2005.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Dezembro, mas o senhor viu os números e são números também expressivos. Então, a contraparte eu teria um prejuízo com a PRECE e tive um lucro na outra parte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas nós estamos, infelizmente nós temos um período de análise.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Trocou um papel pelo outro é isso?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Isso, às vezes eu sou obrigado, veja bem excelência, se eu tenho a opção de fazer a troca de papel, eu sei que a NÚCLEOS, ela está vendendo, eu vou realizar um prejuízo de um milhão, eu tenho uma operação que eu tenho a capacidade de ganhar um milhão e cem eu vou comprar da PRECE um milhão, até porque eu não tenho outro vendedor, é papel fracionado, não é lote padrão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Olha, eu queria interromper aqui, não, só para dizer o seguinte, o depoente, ele se refere a operações de dezembro de 2005 como se nós estivéssemos desconsiderando que ele pode eventualmente nessas operações ter realizado um prejuízo com a PRECE.

SR. JORGE LUIZ GOMES: E realizei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A questão é que a CPI analisa de 2000 a agosto de 2005, e que também seria muito suspeito, o senhor me perdoe com o devido respeito, a PRECE viesse realizando uma série de prejuízos com o senhor ao longo de anos e que justamente no final de 2005, em dezembro de 2005, quando essa CPI já existia, quando o sigilo de V.Exa. já tinha sido quebrado, quando o sigilo da PRECE já tinha sido quebrado, quando as conexões já tinham sido feitas, quando diversas matérias na imprensa tinham sido divulgadas V.Exa. começar a registrar prejuízos com a PRECE. Então eu queria me manter limitado a nossa investigação e ao nosso período de análise, por favor.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Falando das de-

bêntures, V.Exas. têm aí? O senhor pode ver, o senhor tem também os dados de debêntures?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não fiz, excelência, só fiz títulos federais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá, as cadeias negociais estão aqui. A sistemática é parecida com a dos títulos públicos. V.Sa. vai ter acesso para poder realizar aquele mesmo estudo que realizou no caso da PRECE. Mas, pode ver aqui que nós temos, com relação a PRECE, essa primeira operação em carteira própria e todas as outras operações por meio de Fundos exclusivos, dando um total, em 2002, que é o ano que a gente verificou uma somatória que chama a atenção disso aqui, certo? Com relação a NÚCLEOS, com relação a NÚCLEOS, a gente percebe esse total da somatória dividido dessa forma.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Por ano, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso, 2002, 2003, 2004. Sendo que o próprio ano de 2002, ele vai, acho que aqui há um, eu queria pedir um momento para corrigir. Acho que aqui há um erro na nossa tabela. Há uma repetição, V.Exas. podem ver, há uma repetição do valor total colocado para a PRECE aqui embaixo na NÚCLEOS sem a descrição de nenhuma operação.

[Inaudível]

>> no anterior tem total NÚCLEOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é zero, Ah, tá, então perfeito, são esses os dados aqui.

SR. JORGE LUIZ GOMES: é porque esse total aqui dá esse mais esse.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente são esses os números.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Esse total é da PRECE e da NÚCLEOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente. Então nós temos uma série de operações de debêntures que em tese também registraram um desempenho desfavorável para essas fundações, sobretudo, eu chamo a atenção para a PRECE em 2002 onde a CORRETORA TURFA participou de compra ou venda de debêntures. E aí, eu queria chamar a atenção de V.Sa. porque, logo em seguida, então aqui nós temos as debêntures, já apresentamos os títulos públicos, mas não destituído da dívida agrária. E o que a gente percebe, Deputado Jorge Bittar? Isso eu tentei extrair dos nobres depoentes e ainda não consegui fazê-lo com muita precisão. A gente, analisando o mercado de títulos públicos vê um volume altíssimo de opera-

ções da Corretora com os Fundos PRECE e NÚCLEOS. Analisando debêntures, vê também a presença da Corretora operando com a PRECE. Analisando os títulos da dívida agrária, que normalmente são papéis não usualmente negociados por Fundos de Pensão, porque são papéis de altíssimo risco, V.Sa. sabe disso. Então como os Fundos de Pensão têm uma política em geral conservadora, não deve se recomendar a aquisição de títulos de dívida agrária e quando a gente vê a PRECE também realiza uma série de aquisições de TDAS com a EURO, 2003, 2004, 2005. O senhor pode ver que é um volume --

[inaudível]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, por favor, eu peço que imediatamente seja repassado para os senhores parlamentares.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Excelência, esses números eu estou, realmente me surpreende os valores. Eu não saberia dizer se isso aqui foi o número financeiro da operação. Eu não trouxe, se for é financeiro total. E nem, e nem existe isso aqui para se dar lucro nessa ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, mas não é lucro. Aqui são os números da operação.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ah, o valor de venda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): São os números negociados.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Isso aí é passível. Porque o Fundo, ele tem um enquadramento, ele tem que ter um portfólio de carteira, se o gestor, ou o administrador achar por bem enquadrar, como tem CRI, o senhor deve achar uma operação de CRI, que é imobiliária, ele enquadra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De quem foi a idéia dessa negociação de TDAS? Partiu da própria PRECE ou partiu da Corretora?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Normalmente a TDA, como ele é um mercado pequeno realmente, normalmente é oferecido da minha parte. Não é um mercado de grande movimentação, é um mercado pequeno, é um mercado restrito e você oferece, logicamente eu não tenho só com a PRECE ou com a venda de TDA eu tenho com outras empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas dos Fundos de Pensão em análise por essa CPI quais são os outros?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu não tenho em nomes mas com certeza tenha vendido para outros em datas diferentes, com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu questiono esse período de 2000, a 2005.

SR. JORGE LUIZ GOMES: é outra coisa que eu me comprometo a informar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria que V.Sa. por favor verificasse isso, esses números, como eu tinha dito são números.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Aqueles totais ali em três anos, eles não são absurdos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): São, ao nosso ver incompatíveis com a política conservadora que deve ser a dominante de um Fundo de Pensão. Até porque, quando a gente compara as outras fundações, verifica-se que a PRECE é aquela que mais investe em títulos da dívida agrária. Pois não, fique à vontade.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Tem que ter um enquadramento, não é? O gestor que faz a composição.

SR. JORGE LUIZ GOMES: é o que falei. O portfólio.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: é ele que procura o papel.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu falei.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Se ele procura o papel ele vai achar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não foi isso, o que o senhor seu Jorge nos disse aqui é que em geral a EURO oferecia e ofereceu à PRECE.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não só à PRECE, a qualquer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas nesse caso ofereceu à PRECE.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Como ele tem que enquadrar o portfólio de carteira dele ele compra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ofereceu à PRECE através de Fundos exclusivos ou carteira própria?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Nunca operei com a PRECE...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só com Fundos exclusivos?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Só com Fundos exclusivos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O jornal A FOLHA DE SÃO PAULO do dia 6/12/2005, afirma que o documento do COAF aponta conexões da EURO com a GUARANHUNS, com a NATIMAR, que a Polícia Federal suspeita pertencer ao doleiro Najun Turner, que estão sendo investigados pela CPMI e com a CORRETORA BÔNUS BANVAL. Então essa matéria da FOLHA DE SÃO PAULO estabelece três ligações da EURO com a GUARANHUNS, com a NATIMAR e com a BÔNUS BANVAL. De acordo com o COAF, e estou usando esse dado porque é um dado público, já foi publicado pela matéria da FOLHA DE SÃO PAULO. De acordo com o COAF, a EURO teria transferido quinhentos e vinte e cinco mil reais para a NATIMAR entre maio e julho de 2004 e a NATIMAR teria depositado duzentos e setenta e cinco mil reais na RS ADMINISTRACÃO, *offshore* no Panamá ligada a empresa RS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES que tem a senhora Kátia Rabelo, do BANCO RURAL, como uma das principais acionistas. Feitas tais afirmações, eu indago a V.Sa. se existe algum fundo de verdade nesta denúncia feita pelo jornal A FOLHA DE SÃO PAULO exatamente quais são as conexões que a EURO possui ou negócios com a GUARANHUNS, com a NATIMAR e com a BÔNUS BANVAL?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Diretamente, nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Indiretamente?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu tenho que rever meus, meus contábeis para ver se houve algum pagamento, alguma coisa nessa ordem como o senhor falou de quinhentos e vinte e cinco mil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor leu essa matéria da FOLHA DE SÃO PAULO?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não leu essa matéria, não tomou conhecimento?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor, porque normalmente no Rio de Janeiro lê-se mais O GLOBO e o JORNAL DO BRASIL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor operou ou opera com o Sra. José Carlos Batista?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca houve negócios da EURO com o Sra. José Carlos Batista?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Que eu tenha feito diretamente, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto o senhor, não é o senhor, eu pergunto o senhor a pessoa jurídica.

SR. JORGE LUIZ GOMES: José Carlos Batista?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): José Carlos Batista, ele figura como proprietário da GUARANHUNS.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E com esta empresa NATIMAR?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com certeza?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Diretamente, não. Eu nunca operei diretamente com essa empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas eu pergunto, pode ter havido transferência de recursos da EURO para a GUARANHUNS ou para a NATIMAR?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Se tiver eu vou confirmar na minha contabilidade qual a motivação que levou e lhe reporto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque eu quero insistir que esses são dados atribuídos ao COAF. Segundo o COAF foram transferidos quinhentos e vinte e cinco mil reais da EURO, sua Corretora, para a NATIMAR. E que uma parte desse dinheiro a NATIMAR teria depositado na RS ADMINISTRAÇÃO, que eu repito, é uma *offshore* no Panamá ligada a uma empresa de propriedade da senhora Kátia Rabelo, do BANCO RURAL. O senhor conhece a sra. Kátia Rabelo?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já estabeleceu algum tipo de negócio com o BANCO RURAL?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca. V.Sa. já manteve negócios com o Sra. Najun Turner?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também não. E com relação a BÔNUS BANVAL?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu creio que fiz uma operação em 2002, me parece.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que tipo de operação o senhor fez?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não me lembro. Eu sei que tem esse nome em mente, mas não tenho esses dados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não tem esses dados?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Em mãos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é verdadeira a informação de que a EURO mantinha relações com o ERNST BANKING, empresa do Sra. Lúcio Bolonha Funaro?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode ter havido transferência de recursos da EURO para ERNST BANKING?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Repito, vou ver nos meus contábeis e volto a lhe reportar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E para a STOKLOS AVENTIS, também empresa do Sra. Lúcio Funaro?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Da mesma forma, excelência, até porque eu só posso operar com entidades financeiras ou agente autônomo. Eu não tenho ligação direta de negociação com empresas que não são pertinentes ao mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor não tem como afastar imediatamente a possibilidade de ter transferido recursos para o ERNST BANKING, para a STOKLOS AVENTIS?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Com certeza, mas vou rever.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Sra. Lúcio Funaro?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca ouviu falar dele?

SR. JORGE LUIZ GOMES: No jornal, toda hora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, excetuando por jornal nunca tiveram nenhum tipo de negócio juntos?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também não.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Agora, não, não quer dizer que ele, por uma quebra de necessidade de, como ele está tão envolvido, algum Fundo desse aí ele pode ter ligado em nome dessa empresa para a minha empresa para alguma demanda administrativa. Algum lançamento de operação. Eu nunca falei com ele pessoalmente por nada. Agora, se houve ligação dele à minha empresa em nome de algum Fundo para ver alguma negociação, algum lançamento. Porque demora às vezes muita gente entra cobrando e liga para o *set* número não liga para o *spot*, que é um número exclusivo de mercado. E nós não questionamos. Como é uma coisa que não interfere na operação em si. Nós não questionamos as pessoas que ligam porque muitas vezes é retaguarda, liga, operação tal, tal, já foi lançada? Isso é normal de mercado, pode ser que tenha havido ligação de Funaro para a minha empresa, não vou negar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Existem, as suspeitas que foram levantadas a partir dessa análise do COAF de que esta conta poderia, depois ter alimentado contas ou operações na Corretora de V.Sa.. O que V.Sa. teria a dizer sobre isso?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Essa parte...

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Nesse sentido não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é possível que esses vinte e cinco milhões que entre setembro de 2003 e março de 2004 o ERNST BANKING movimentou no extinto BCN possam ter depois servido para abastecer operações na TURFA, já era EURO, na EURO?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ele alimentou a operação na minha empresa, não?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é impossível?

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Impossível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é possível que já tenha havido transferência de recursos?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Porque, excelência, só podem ser feitas operações em sistema eletrônico. Não é possível haver uma entrada de recursos, ainda mais uma empresa que não é financeira, de sistema bancário, TED ou o que seja para a minha empresa fazer negócio não tem condições.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A EURO ou a

TURFA tinha conta no extinto BCN ? Tinha conta bancária no BCN ?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca teve?

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Nunca teve.

>> Em qual Banco teve?

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Bancos? Só UNIBANCO, CRUZEIRO DO SUL--

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ultimamente o UNIBANCO.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: UNIBANCO, eu falei, UNIBANCO e CRUZEIRO DO SUL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é possível que tenham sido transferidos recursos do Sra. Haroldo de Almeida Rego ou de um de seus familiares e aí incluo Christian de Almeida Rego e outros a partir da conta da empresa de V.Sa.?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não conheço Haroldo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não conhece o Haroldo, mas também não descarta que eventualmente ele tenha participado de operações?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ele teria que ter um cadastro na minha empresa e não existe cadastro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não existe, ou seja é completamente descartada a possibilidade de ter havido transferência do Haroldo.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Operação comigo, não. Operacionalidade comigo não tem nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Naquele mesmo molde que o senhor não afasta, no caso do Lúcio Funaro.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é a mesma coisa, ou seja, o senhor não pode nem descartar completamente mas também não pode considerar?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Aí eu coloco que fugindo ao meu controle pode ter havido do Lúcio Funaro que é um operador de mercado que está na mídia aí, de ele ter havido alguma ligação para a minha empresa, agora esse, através de algum Fundo.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Através de algum Fundo, uma operação de instituição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas através de algum Fundo pode ter acontecido?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Pode ter acontecido através de algum Fundo.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Pessoa física não.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Pessoa física é impossível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. conhece o Sra. Valdir Vicente do Prado, operador do mercado.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Valdir?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vicente do Prado.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conhece.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Qual é a empresa dele, o senhor pode ver?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele já operou bastante para a BÔNUS BANVAL e para a RS ADMINISTRAÇÃO.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A então CORRETORA TURFA, me parece, entre outras empresas, foi penalizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro a devolver trinta e um milhões a RIO PREVIDÊNCIA em operações de compra e venda de títulos públicos federais. Diante desses fatos indago: A Corretora chegou a devolver esses recursos que foram determinados pela Justiça do Rio de Janeiro?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Até agradeço essa pergunta.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Primeiramente, nós não podemos devolver trinta e um milhões se nós não ganhamos isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a que se deve, a que se deve esse parecer do Tribunal de Contas do Estado.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Mas ele não diz isso, ele não diz isso da TURFA, ele não diz que a TURFA deve trinta e um milhões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor tem o direito de justificar exatamente qual é o parecer desse processo do Tribunal.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Pode ver no relatório dele que, no máximo, se ele tiver que cobrar alguma coisa a gente vai provar. Primeiro, porque nós demos lucro, segundo, ele vai ter que provar que o prejuízo que ele está apontando não é o lucro que nós

estamos apontando. Ele está cobrando muito menos do que isso que o senhor está falando, o senhor pode, V.Exa., o senhor pode confirmar no relatório. Porque tem outras empresas aí que operaram com ela e não foi, não fomos só nós. E o nosso valor é bem menor do que esse aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas uma vez, eu sei, mas eu sei que existem outras empresas.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu gostaria de alongar nesse sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Até agradecendo V.Exa. pela oportunidade de nos defendermos. Porque não houve oportunidade. Eu, a princípio, ofereço ao senhor a nossa defesa ao Tribunal de Contas. Depois, claro, esse aí é o original, tá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Posteriormente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. tem a palavra.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu gostaria de colocar para o senhor um parecer de uma pessoa de extrema capacidade operacional, técnica, o senhor chama-se José Tupi Caldas de Moura que foi diretor de fiscalização do BANCO CENTRAL por 15 anos e que elaborou uma defesa prévia em função das especificações feitas quando a EURO, a TURFA na época, com a RIO PREVIDÊNCIA e que nos exime de toda a responsabilidade. Até porque, erros grosseiros foram efetivados no tal relatório. Usando particularmente o preço ANDIMA, que eu não considero como a melhor precificação de mercado. Tenho também um documento da própria ANDIMA, se o senhor me permitir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu mandei uma carta solicitando que a ANDIMA formalmente se pronunciasse com relação a precificação, uma coisa que tanto se fala e tanto se debate. Em sua carta V.Sa. informa ter retirado do trecho, o qual tomamos a liberdade de transcrever abaixo a sessão de mercados secundários e perguntas e respostas no site ANDIMA como segue. “Não é condição necessária que a taxa indicativa esteja dentro do *spread* das taxas máximas e mínimas, uma vez que um operador pode entender que o preço justo desse determinado papel não se encontra nesse intervalo”. Esse trecho está no site da ANDIMA, está no estatuto, está na precificação. Um minutinho só, por favor. Aí a ANDIMA, eu vou dar esse documento aqui. “De

fato a ANDIMA divulga para um conjunto expressivo de vencimentos dos títulos públicos federais em mercado taxas de referência calculadas a partir de amostragem representativa de mercado que são Bancos--". Eu vou dizer que são Bancos escolhidos pela ANDIMA para darem preços, nem houve negócio e eles dão preços. "A metodologia utilizada contempla a peculiaridade do mercado para restrita liquidez para a maior parte do segmento. A simetria de formação decorrente do baixo número de negócios efetivamente realizados, com momentos de volatilidade que pode gerar episódios desse tipo. Ademais, cabe destacar que a natureza e metodologia de informação divulgada para tanto transcrever mais uma vez trecho documento precificação de ativos financeiros manual de referência. As taxas requisitadas para títulos mencionados acima são de duas naturezas: Máximas e mínimas, *spread* praticados observável ao longo do dia. Indicativas, taxas avaliadas pela instituição com referência de preço justo de negócio para cada vencimento de acordo com suas curvas individuais, independente de ter havido negócio ou mesmo o título tenha sido cotado no mercado secundário no decorrer do dia. Essas últimas devem ser calculadas após o fechamento de mercado. O que, em geral, ocorre às 16h30min., quando já teriam sido encerrados os negócios em mercado. No tocante ao segundo trecho mencionado na correspondência em epígrafe, eu mandei, igualmente reproduzido a seguir V.Exa. afirma ter retirado a sessão declaração e exoneração de responsabilidade do mesmo site ANDIMA do site abaixo. Alertamos aos usuários entretanto, isso a ANDIMA na sua precificação, alertamos aos usuários entretanto que todas as informações necessárias no site da ANDIMA, seja de que natureza forem, possuem caráter e objetos estritamente referenciais e indicativos não devendo jamais ser considerados ou utilizados como números estatística, opiniões ou dados oficiais. Recomendações de investimento ou como fundamento para a realização de transações comerciais, financeiras ou quaisquer outras disponíveis no mercado. Há que se dizer, em relação a esse ponto, que a declaração acima encontra-se inserida em termo genérico de exoneração de responsabilidade da ANDIMA. O que a exemplo, a exemplo do que habitualmente se lê na maioria dos sites disponíveis no mercado tem objetivo de advertir aos usuários que o fato de que os dados disponibilizados por estarem submetidos a certo grau de vulnerabilidade em razão de sua circulação eletrônica não devem pautar as decisões de investimento daqueles que o consultam. Assim sendo, esperando haver atendido satisfatoriamente sua solicitação, informamos que os trechos acima transcritos, ambos constantes da sessão diversos do site ANDIMA, real-

mente corresponde pelos exemplos os critérios acima expostos a política de informação e divulgação dessa associação, fazendo parte na íntegra de sua publicação". Assinada pelo superintendente Paulo Eduardo. Paulo Eduardo Sampaio. Eu gostaria--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria explorar um pouco esse assunto que é importante.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Primeiro eu gostaria também depois de colocar sobre a referência, continuando aquele assunto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi por isso. O senhor leu a carta da ANDIMA mas, me permita fazer umas perguntas e aí o senhor vai respondendo de acordo com as respostas, eu tenho certeza que o senhor vai--

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu tenho--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não quer as minhas perguntas? E ia fazer as perguntas para conduzir--

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, eu então sugiro que não vai atender. Mas vamos desculpe a interrupção--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O interrogatório. Eu agradeço.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Esse é o original o senhor gostaria?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu peço à assessoria que por favor possa providenciar uma cópia dos documentos.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Essa é a solicitação e essa é a resposta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Poderia solicitar já duas de uma vez e fornecer uma?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Por favor, excelência, eu poderia eliminar todos os dados que eu tenho sobre precificação para depois o senhor vir com a pergunta, por favor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu preferia não, porque isso pode comprometer a nossa lógica.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na verdade por que eu estou recorrendo a esse fato da RIO PREVIDÊNCIA? Por alguns motivos.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu agradeço até a--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O primeiro naturalmente para dar ao senhor a oportunidade de se justificar. O segundo porque esses problemas com as informações de *day-trade*, me parece que começaram a recair dúvidas sobre o comportamento da EURO justamente nesse episódio da RIO PREVIDÊNCIA. Então me parece que entender bem esse episódio nos ajuda também a quem sabe entender o comportamento da Corretora agora na nossa investigação, certo? Na época me parece o que nome da Corretora ainda era TURFA, certo?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então vamos lá, vou fazer aqui uma breve apresentação já com os números precisos para que V.Sas. possam tratar do assunto. No mês de maio de 2002 a TURFA afirmou um convênio para a broqueragem com a ODACREM CONSULTORIA FINANCEIRA EMPRESARIAL COMERCIAL E SERVIÇOS dos srs. Antônio Afonso de Araújo e Armelindo Fabiano Pereira. O mesmo tipo de convênio foi instituído pelas corretoras ELLO, CQJR e FLOAT com outras empresas de consultoria. Assim a TURFA, com capital de setecentos e trinta e cinco mil reais, afirma o relatório do BANCO CENTRAL, apurou um resultado de três milhões e cinco reais em maio e julho de 2002. Então a primeira pergunta que eu faço: é comum, no mercado, surgirem empresas no caso corretoras, com tamanha rentabilidade logo de início? É a primeira pergunta que faço. Nós não estamos ainda no caso específico.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Excelência, o mercado, ele, o fato de você, de você ter começado uma empresa do zero não quer dizer que a tua capacidade operacional esteja começando também do zero. Você tem um, todo um histórico, todo um passado, você tem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o capital social de V.Sas., no momento da constituição era de setecentos e trinta e cinco mil reais e logo nesses meses de maio e junho de 2002 registraram um lucro de 3,5 milhões, é isso? Só para confirmar os números.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Confirmado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá. Os ganhos da TURFA no conhecido processo contra a RIO PREVIDÊNCIA, no TCU do Rio de Janeiro, segundo o relatório do próprio BANCO CENTRAL, foi de setecentos e vinte e oito mil reais. A primeira pergunta que eu fa-

ria é a seguinte: Será que existia alguma coincidência com o fato de Eric David Bello ser sócio de V.Sas. e filho de Ruy Mesquita Bello, então Presidente da RIO PREVIDÊNCIA?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Primeiramente, excelência, existe um erro conceitual de precificação como eu já falei, na ANDIMA, com a, na minha defesa eu falo muito bem isso. E tenho também a defesa do Tupi Caldas. Que esse número, ele é viciado de erro. Esse relatório tem vícios.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O BANCO CENTRAL então errou.

SR. JORGE LUIZ GOMES: O BANCO CENTRAL não, o TCE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá mas baseado em dados que foram fornecidos pelo BANCO CENTRAL.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, o BANCO CENTRAL teria que ter dado preço de ANDIMA não justifica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até porque nós aqui não trabalhamos com preço ANDIMA, então nesse aspecto não há contradição.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eliminando o preço ANDIMA que não é verdade, esse número então não é real. Ele mostra aqui as operações que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor, o senhor pode encaminhar isso oficialmente?

SR. JORGE LUIZ GOMES: é sua.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): ótimo.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Deixa eu lhe explicar, no dia 27/06/2002, a RIO PREVIDÊNCIA comprou da TURFA LFT 14/2006, quatro mil títulos, uma diferença enorme de títulos, lote fracionado, negociação esse, financeiro esse e corrigiu o papel pela variação da LFT que é o melhor, melhor índice de correção para valorização de ativo. Valorizei o papel. O RIO PREVIDÊNCIA vendeu, não sei para quem, no futuro. Não sei para quem não, está no relatório, só não botei para não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, claro.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ele vendeu, ele comprou em 27/06, vendeu em 26/08, o mesmo papel a esse preço. Corrigidos os valores, aplicados, Ok, aqui ativo e passivo. Ele ainda auferiu um lucro real acima da correção da LFT meros valores pequenos porém juros real. Outra operação. Ele comprou em 8/07 da TURFA, LFT, papel também fracionado, corrigido pela

LFT, vendeu em futuro, em 49, também corrigida, passivo antigo e auferiu esse valor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só queria saber qual é o índice de correção que V.Sa. aplicou?

SR. JORGE LUIZ GOMES: LFT, LFT no período, o erro sistemático ali que eles usaram o seguinte, o erro clássico e viciado. Esperaram, aplicou cinco milhões, depois mais cinco milhões, mais cinco milhões, pegou o período, viu o lucro ali e no relatório diz que foi abaixo de poupança. Isso não é, isso é brincadeira de mau-gosto. Não é, um técnico dessa empresa que foi a BEN RIGHT(F), que fez essa análise, desculpe, ele não leu bem, não leu a lição direito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O resumo seria esse aqui.

SR. JORGE LUIZ GOMES: O resumo seria esse aí, é lucro real, é a correção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que a RIO PREVIDÊNCIA teria registrado.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Com a TURFA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Isso aí, eu gostaria que seus técnicos pegassem as operações do relatório do Tribunal de Contas, pegassem as operações da TURFA, corrigisse por qualquer índice, eu fiz o pior, e o senhor, e V.Exa. há de convir--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor acha que nesse caso errou a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro?

SR. JORGE LUIZ GOMES: A Assembléia não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Errou o Tribunal de Contas do Estado.

SR. JORGE LUIZ GOMES: O Tribunal de Contas fez o relatório, acredito que com o, de cunho político e elaborou tal relatório que me levou a uma CPI e que hoje está em, no Ministério Público.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse suposto ganho contra a RIO PREVIDÊNCIA teria cabido a ODACREM como cliente da TURFA. Só que a TURFA não pagou a ODACREM e sim depositou os ganhos em favor de diversas pessoas jurídicas e físicas, em especial pagou ao Sra. Gilberto Antunes Matos a quantia de cento e oitenta e dois mil, sendo este também beneficiário de depósitos em outras corretoras que trabalhavam sob convênio com outras consultorias.

Essa informação também está errada? Quem é o Sra. Gilberto Antônio Matos?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Desconheço quem é o Sra. Gilberto porém, digo ao senhor que o lucro da operação que houve, ele foi contabilizado e dado a tributação na Receita. Foi oferecida a tributação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem conhecimento de algum processo que a CVM e que o BANCO CENTRAL conjuntamente tenham instaurado contra a EURO?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu não tenho conhecimento, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem nenhum processo que V.Sa. tenha conhecimento?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Até o momento, eu desconheço qualquer processo contra a EURO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Envolvendo aí Fundos exclusivos.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Desconheço, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu perguntei genericamente porque eu não posso usar esses dados.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu não fui notificado ainda, então eu desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu não posso usar esses dados porque são dados fruto de um documento sigiloso que foi requerido por esta CPMI à CVM e ao BC. Mas só para informar a data, é nove de setembro de 2005.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Mas eles não nos notificou ainda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Evidente que se nós conseguirmos rever a liminar, esse processo será objeto da nossa análise e ele estará também dentro do escopo do nosso relatório. Mas, eu não tenho o processo aqui, ele está lacrado, só tenho uma referência a ele mas V.Sa., V.Sas. podem acionar o BANCO CENTRAL, mas principalmente a CVM, parece que é uma diligência conjunta dos dois órgãos e me parece que a EURO Corretora, ela figura como sujeito passivo desse processo. A EURO tem sido muito ativa no mercado de CVS. Entre novembro de 2003 e junho de 2005, a EURO pode ser ganho milhões em operações de CVS. Não vou citar aqui as cifras em respeito ao Supremo. Ao examinar os valores das transações de *day-trade* nesse mercado. Pediria a atenção do senhor. Então ao examinar os valores das transações de *day-trade*

nesse mercado, verifica-se que a EURO é a principal responsável pela elevação dos preços desses papéis na cadeia negocial. Este é um segmento com um número limitado de participantes, seja de intermediários ou de compradores finais. Isto equivale dizer que a informação é concentrada, ou seja, não há amadores neste mercado e não há espaço para falhas de informação. Pergunto: Por que a EURO, com destacada participação, consegue quase sempre multiplicar o valor do preço do papel nessas operações de day-trade envolvendo CVS?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Se o senhor reparar em 2005, excelência, eu diria ao senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Peço apenas que não faça referência aos números.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, eu só vou lhe mostrar a PRECE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá.

SR. JORGE LUIZ GOMES: O senhor há de convir que os números que eu tenho em 2005 são ao contrário, o senhor pode ver. O senhor vai ver para trás eu realmente tive lucro. E no futuro--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu estou me referindo a novembro de 2003 até junho de 2005.

SR. JORGE LUIZ GOMES: E eu até junho?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De 2005, é isso.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ok, então até 6/04, eu realizei um prejuízo. Depois 12, totalizando sete, desculpa. Isso foi um CVS também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode voltar ao início das operações, o senhor já está no fim.

SR. JORGE LUIZ GOMES: 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor está me mostrando aqui. Só um minuto. O senhor me mostra aqui que realizou prejuízos em dezembro de 2005.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero insistir que nós não estamos discutindo as operações de dezembro de 2005.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero inclusive, pedir ao senhor que não insista nisso por um

motivo, eu acho que uma Corretora realizar lucros até o início de uma investigação e só depois realizar prejuízos é muito suspeito. Eu não quero levantar essas suspeitas...

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu não faria prejuízo sabendo que viria para cá deliberadamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então fiquemos até agosto de 2005 que é o período que nos interessa.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Mas tem aqui. Aqui também tem.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu sei, eu sei mas fazer o que. Em 2004, excelência, em algumas datas o senhor repara também que há prejuízos expressivos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito menores que os lucros.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu estou ali para ganhar dinheiro, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei, mas eu entendo--

SR. JORGE LUIZ GOMES: Com todo o respeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu entendo que o senhor está aí para ganhar dinheiro mas não desta forma envolvendo um Fundo de Pensão com valores dessa expressão.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Muitas das vezes o prejuízo que eu tenho é compatível com o lucro na contraparte e o lucro que eu tenho na Fundação também tem um prejuízo na contraparte. Então tem que haver esse casamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu acho que o senhor encontra uma forma delicada e inteligente de diminuir um pouco o montante do que se verifica das diferenças dos papéis em favor teórico de lucros da sua empresa, da sua Corretora. O que eu insisto e nada altera o fato do Fundo de Pensão estar do outro lado negociando com preços, a nosso ver, completamente absurdos, certo? Porém, lhe darei o mesmo direito dos títulos públicos de fazer a análise das contrapartes para a gente saber o resultado final.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Outro detalhe também, excelência, a CVSB, ele é um ativo realmente com pouca liquidez. É um ativo demandado em função da sua característica porém com pouca liquidez. Alguns Fundos mais arrojados, alguns Fundos gestores mais arrojados se aventuram a comprá-los, porém os preços são eco distantes realmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. sabia que a PRECE foi o único Fundo de Pensão que registrou problemas expressivos com a negociação de CVS?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ele deve ter os motivos dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse é o motivo que nós estamos procurando saber. Agora, não raro essas negociações envolviam a empresa de V.Sa..

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito. Da mesma forma que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então a responsabilidade aqui continua sendo dos gestores dos Fundos exclusivos.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Da mesma forma eu vou lhe mandar, a V.Exa., perdão, os documentos comparativos com entrada e saída de NTF da CVSB.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se por um lado a gente percebe uma recorrência muito grande do aparecimento da Corretora de V.Sa. com a BRASIL CENTRAL nas operações de títulos públicos. Aqui nas operações de CVS aparece muito a Corretora de V.Sa. e a QUANTIA, V.Sa. conhece os proprietários da QUANTIA?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eles operam bastante com V.Sa.?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Operam.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Operavam.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Me parece que a quantia é--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não mais operam?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ela virou empresa de representação, ele não está mais atuante no mercado. Mas enfim, no passado, alterou a data da sua análise. Me permite também excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Isso aí mostra, excelência, que em certos ativos algumas corretoras, algumas distribuidoras se concentram em alguns nichos de mercado. Eles têm outras empresas, outros Bancos que é feito um contrato para que essa empresa, ela trabalhe única e exclusivamente aquele ativo que por quê? Vamos supor que um Banco de grande porte, sem falar nome mas, um Banco de grande porte, se ele entrar no mercado comprando ou vendendo

uma posição de ativo qualquer, logicamente vai haver uma oscilação desfavorável à sua posição. Então, é colocado numa Corretora de sua confiança completa para trabalhar esse ativo. Agora, ele trabalha ao longo de tempo, ele não faz uma operação na totalidade e realiza lucro ou prejuízo, enfim. Ele sai trabalhando o papel e leva seis meses às vezes para vender uma porção de grande porte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor quer com isso justificar a ocorrência permanente da BRASIL CENTRAL e da QUANTIA?

SR. JORGE LUIZ GOMES: é isso, o senhor está vendo, está visualizando, por exemplo. CVSB a QUANTIA operou um número melhor. Então, eventualmente, pode vir na cadeia, eu não gosto de falar esse nome, pode ser na seqüência operacional que ele deve operar com Bancos, com Banco único que lhe deu ordens permanentes. Da mesma forma que a BRASIL CENTRAL deve ter um Banco que deve ter dado ordens permanentes para ela trabalhar.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Relator. Por que o senhor não gosta de falar de cadeia?

SR. JORGE LUIZ GOMES: É um nome feio, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem conhecimento das ligações Eric Bello e principalmente do seu pai, o Ruy Bello com o Sra. Marcelo Sereno?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Desconheço que os dois tenham algum contato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor desconhece qualquer contato do Sra. Marcelo Sereno?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Com o Eric.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E com o Rui?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também desconhece?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Até porque o meu relacionamento com o Ruy é bem restrito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem informações a respeito das relações políticas do Eric Bello?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Desconheço que ele tenha relações políticas. Para mim o Eric Bello é um investidor físico, investidor físico, eu desconheço ligações políticas dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor particularmente conhece o Sra. Marcelo Sereno?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conhece. O senhor tem ou já teve contato com alguma autoridade pública ou no Rio de Janeiro, ou em qualquer outro estado do país?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito menos com nenhum militante partidário?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não tenho, não tenho nada político. Eu sou apolítico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece a sra. Fabiana Carneiro Carnaval?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca ouviu falar?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não sabia que ela já ocupou a gerência de investimentos da NÚCLEOS?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor. Até por que eu nunca operei com a NÚCLEOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já operou com os Fundos exclusivos da NÚCLEOS.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Com os Fundos exclusivos essa senhora não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu aproveito, já que falamos em NÚCLEOS, o senhor deve ter tido conhecimento de que a NÚCLEOS, atual diretoria contratou os serviços da KPMG, que é uma empresa de consultoria independente de renome internacional para fazer uma avaliação na contabilidade da empresa, para apurar possíveis irregularidades. E se o senhor não está satisfeito com o número que eu lhe apresentei, a própria KPMG, e tendo sido isso reconhecido pelo atual diretor financeiro da NÚCLEOS, analisando um período menor do que o que a CPI analisou e analisando apenas as operações em que a NÚCLEOS, ela comprou títulos, então não aparece nas operações onde ela vendeu. Apresenta perdas de até 22,7 milhões com títulos públicos. E esse relatório aponta a EURO como responsável por 31% das negociações. Se eles avaliassem exatamente com a mesma base de dados que nós avaliamos eles chegariam as mesmas conclu-

sões e a atual diretoria da NÚCLEOS está convencida disso. O senhor acha então que também esse relatório da KPMG, ele está equivocado?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Como nós mostramos anteriormente, lucro e prejuízo às vezes são operações estruturadas, ele pode ter esquecido de ver o prejuízo, só viu, quer dizer, viu o prejuízo e não viu o lucro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Sra. Carlos Eduardo Carneiro Lemos?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o Sra. Paulo Martins, ex-gerente de investimento da PRECE?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também não faz a menor idéia de quem seja. Muito bem. Deixarei outras perguntas para depois de ouvirmos os senhores parlamentares. Eu, pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Jorge, como já manifestei aqui no início, como parlamentar eu acho um absurdo as intervenções jurídicas feitas pelo Tribunal onde tentam, de uma forma até direta, cercear o trabalho de investigação da CPMI. Por que é que o senhor veio amparado por um mandato de segurança? Só concluindo. O que é que V.Exa. tem que não pode ser divulgado? O que o senhor, o que V.Sa. entende que nós poderíamos ter perguntado ao senhor aqui e o senhor não poderia ter respondido? Haja vista que, pelo que me parece, aliás, pelo que me parece não, pelo que o senhor deixou a entender e até contestando alguns dados do Sub-relator, o senhor não teria que estar amparado por um mandato de segurança. Qual é o verdadeiro motivo?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu vim de peito aberto, falando a verdade e não me furtei a responder as perguntas do ilustre Relator. Porém, porém, para preservar os meus clientes, até porque o mercado financeiro, a partir desse momento, quando você coloca a público toda uma cadeia operacional, ele expõe--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): O senhor tem medo de cadeia?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Com certeza, excelência, dizem que mulher e cadeia é feito para homem mas eu não gosto não.

[Risos]

SR. JORGE LUIZ GOMES: Desculpe, excelência. Mas eu não gosto não, excelência, de cadeia. De mulher, com certeza. Se minha mulher estiver vendo isso vai ficar com vergonha. Desculpe. Desculpe. Mas,

Deputado, com todo o respeito. Você expor seus clientes me colocaria numa situação muito desconfortável, eu não teria como retornar ao mercado, certo? Você quebrando o seu sigilo bancário, exporia todos os meus clientes, todas as minhas operações, todos os meus envolvidos, meus pares, porque eu tenho pares. Isso aí me prejudicaria e muito e eu teria que pegar a minha empresa e torná-la uma empresa de participação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A REAL GRANDEZA é um de seus pares?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu não me lembro de ter operado diretamente com REAL GRANDEZA.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E com os Fundos exclusivos dela?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Posso ter operado, sim, senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A ARBOR também é um de seus pares.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Quem?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): ARBO.

SR. JORGE LUIZ GOMES: ARBO, não conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): ARBOR.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E a SINTONIA DTVM?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Também, não senhor. Ela não é operante no mercado. SINTONIA, não é uma empresa atuante no mercado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não estou ouvindo.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não é uma empresa atuante em mercado de títulos de renda fixa. Pode ser em BM&F, em Bolsa de Valores, em renda fixa, desconheço essa empresa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Já que o senhor está falando de mercado, o senhor já ouviu falar sobre a ARBOR no mercado?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor. Porque ela deve atuar em outro segmento de mercado que não seja renda fixa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O Sra. Lúcio Funaro está agendado para vim depor semana que vem. Eu não achei muito convincente a forma que o senhor respondeu o ilustre Sub-relator sobre o seu relacionamento com o Haroldo Rego Almeida e o Murilo Rego Almeida, filho dele, que o senhor deve ter visto falar e Christian Rego Almeida. E da mesma forma o Sra. Lúcio Funaro, que vai vim depor nessa CPMI. O senhor tem ou não tem relacionamento?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor intermediou ou não intermediou?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu não intermediei operação nenhuma com Lúcio Funaro. A minha ligação não existe com ele. Se ligou para a minha empresa eu só abri uma brecha para o ilustre Relator se caso ele tenha ligado para a minha empresa foi via ou intermédio ou demanda própria de Fundos exclusivos que ele possa ser operador.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mas o senhor não tem certeza?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não tenho certeza.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sei. Sr. Benito Siciliano, o senhor conhece?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois é, o senhor, como corretor, nos dados que foram apresentados pelo ilustre Relator, ele mostrou perdas e ganhos. Essa, o senhor disse que a responsabilidade era do senhor, o senhor que comprava, o senhor que vendia. Então essas perdas que foram apresentadas, elas são de responsabilidade do senhor? O senhor assumiria essa responsabilidade dessas perdas?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perdas de que excelência?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Perdas na negociação de títulos.

SR. JORGE LUIZ GOMES: De quem?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Da PRECE, da NÚCLEOS.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu desconheço essas perdas porque eu fiz um lucro. A perda poderia vim da contraparte, excelência. Por que da NÚCLEOS? O vendedor, se a NÚCLEOS e a PRECE foi compradora eu não poderia ter ganho do vendedor? O vendedor não poderia ter vendido num preço que me favorece? Por que a NÚCLEOS e a PRECE foi a--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então vamos inverter.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Vamos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A perca que teve a NÚCLEOS e a perca que teve a PRECE poderia ser o senhor o responsável?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Também não, se eu comprei eu assumi uma posição, eu perdi consciente. Se eu fiz uma operação estruturada como o senhor já viu anteriormente eu mostrei. Se eu tive uma perda é porque eu tive um ganho na contraparte. Eu não posso ter, o BANCO CENTRAL não me permite que eu tenha prejuízo, excelência. Se eu fechar o dia e o meu sistema operacional, ele demonstrar prejuízo, o BANCO CENTRAL, no outro dia está intervindo a minha empresa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Então esses dados sigilosos que foram apresentados para o senhor aí pelo ilustre Relator não houve perda? Eu ouvi claramente: Houve uma perda de 30% nessa operação. Houve uma outra perda nessa, houve ou não houve perda no entendimento do senhor?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu não falei em percentual. Eu não falei em percentual. Eu não lembro do Relator ter falado, porém, se houve perda houve um ganho do outro lado.

SR. JORGE LUIZ GOMES: E outra coisa excelente, tem operações que eu perco e tem operações que eu ganho.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor entende que houve irregularidades?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não há irregularidades?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nem nos dados que o senhor não se lembra eventualmente--

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não pode haver irregularidades num gestor que tem uma, uma comissão, um comitê operacional que delibera sobre o que vai comprar e a que preço vai comprar. Não sou eu que dou preço nem, de repente nem o operador ou o gestor que está operando tem isso. Ele recebe a demanda do que for fazer. Existe todo, todos os Fundos, existe o gestor e o administrador, e esse, tem um grupo de pessoas que deliberam a esse respeito. Eu não tenho influência direta sobre isso. E não me cabe, até porque é proibido para corretores e distribuidores interferir diretamente ou indiretamente de qualquer forma na conduta de negociação de quem quer que seja, ou financeira ou física. Isso aí a CVM tem uma normatização da CVM que proíbe nós corretores e distribuidores a induzirmos preços de quem quer que seja, é proibido.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu gostaria de uma informação do ilustre Relator. Quando V.Exa. citou o Banco RURAL, a sra. Kátia Rabelo. [Soa a campanha]

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E o COAF, o senhor disse que tinha os dados do COAF e falou também sobre a matéria na imprensa. Os dados são os dados do COAF ou os dados da matéria da imprensa que citou o COAF?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então as matérias são da imprensa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do jornal FOLHA DE SÃO PAULO.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então são do jornal não são do COAF.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Imagino eu que o jornal se baseou no COAF.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então, eu só queria saber em que V.Exa. se baseou?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Porque tinha me deixado uma dúvida muito grande porque o depoente não se lembra dessas transações e transações, aparentemente, que não deveria, se tivesse uma compensação--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O depoente sequer leu a matéria pelo que ele nos disse aqui.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu nem li, eu não leio o jornal de São Paulo até por falta de tempo. Eu leio o jornal pela manhã e acompanho todo o noticiário por sistema é, digitalizado que eu tenho.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor sabe, o objetivo dessa CPMI é essas irregularidades nos Fundos de pensões públicos. E o senhor foi convocado aqui para ajudar neste sentido, públicos federais. Eu não entendi muito bem quando o senhor comentou sobre o relatório do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro referente a operação com a RIO PREVIDÊNCIA. O senhor até iria começar a falar alguma coisa sobre a defesa e acho que não, pelo menos para mim não ficou mais claro. O senhor poderia completar? Isso se o nobre Relator me conceder mais alguns minutos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu só pediria a V.Exa., o tempo de V.Exa. já expirou, o Deputado Arnaldo já está inscrito também para se pronunciar. É possível que tenhamos outros oradores. Então eu peço a V.Exa. que seja bem breve e peço que marquemos aí mais dois minutos para que V.Exa. possa continuar e concluir a sua indagação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Qual o tempo que V.Exa. me deu?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dois minutos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não, antes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dez minutos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Mas o normal dessa CPMI é 15 minutos depois prorroga por mais 5.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Exa. terá 15 minutos, eu peço que conceda mais 5 minutos para o Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Se houver necessidade.

SR. JORGE LUIZ GOMES: O senhor gostaria que eu elencasse.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Gostaria que o senhor comentasse rapidamente e inclusive fizesse um comentário sobre a relação dessa, dessa operação da RIO PREVIDÊNCIA com os assuntos inerentes dessa CPMI.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Observações? Perdão eu não ouvi.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Sobre os fundamentos dessa CPMI, ou seja os motivos que o senhor vem aqui para falar sobre esse assunto.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Na RIO PREVIDÊNCIA?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

é.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Essa CPI foi totalmente política.

>> A do Rio de Janeiro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Tá.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não é isso que o senhor quer saber?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): é, ela já chegou ao final.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, está em Ministério Público.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Está em andamento.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Foi feita a CPI, foi feita a defesa no Tribunal de Contas e foi remetida ao Ministério Público que já remeteu ao DRACO. Me permite ler uma passagem?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pois não.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Aquele documento do DRACO com o Tupi Caldas? Eu vou chegar lá, por favor. Eu não tenho nada, cadê o Tupi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu peço, eu peço. Eu peço desculpa aos depoentes, eu vou suspender por cinco minutos. Está havendo uma votação nominal

e nós retomaremos tão logo voltemos e retornemos. Portanto cinco minutos de suspensão.

Sessão suspensa às 17h40

Sessão reaberta às 17h52

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu declaro reaberta a nossa sétima reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão imediatamente devolvendo a palavra ao Deputado Carlos Willian e solicitando a assessoria que marque o tempo de cinco minutos porque somados aos dez iniciais e aos três adicionais ele não terá do que reclamar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Ok. Cinco com os três adicionais dão oito. Não vou pedir o desconto da-- [Risos]

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Olha, Sra. Jorge, nós paramos sobre a CPMI do Rio de Janeiro. Eu gostaria de saber de V.Sa. que período foi este período que existe essas ações do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, da Assembléia Legislativa, como se deu essas operações? O que foi atribuído ao senhor e, rapidamente, por causa do prazo, qual que é o entendimento do senhor referente a isso?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Bom. A TURFA é, efetivou-- eu não posso falar nome, não é excelência?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu não posso falar não nome?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, veja, eu com toda a honestidade não sei exatamente quais são os limites do sigilo desse episódio da Rio Previdência. Imagino que por já existir um documento oficial da Assembléia Legislativa e do próprio Tribunal de Contas do Estado eles não estejam guardados no sigilo, agora fica V.Sa.-- **DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP):** O sigilo de lá não vale para cá aqui é outra CPMI, pode falar à vontade. Sigilo de lá não vale para cá não.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Então com relação a operação RIO PREVIDÊNCIA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, Deputado Arnaldo.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu efetivei a primeira operação em 27/06/2002 e a última operação, setembro, 26/08, 22/10/2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Inclusive o Dr. Jorge encaminhou aqui um quadro com o resumo de

toda as operações que estavam em análise nesse episódio.

SR. JORGE LUIZ GOMES: E que eu corrijo as compras e vendas. Porque só é lucro e prejuízo quando não deixa resíduo em carteira própria. Isso é uma, é uma tese de, de lucro e prejuízo, *Ok*, contábil. Quando você tem um título, e ele continua em sua carteira, como é que você vai arbitrar o que é que é lucro e o que é prejuízo? Se ele tem uma correção pós fixada. Se você tem um papel comprado numa data e o papel vendido em outra você tem condições de arbitrar aí um ganho real, *Ok*? E foi imputado à TURFA que à época das operações a TURFA imputou um prejuízo de seiscentos e vinte e oito mil ao RIO PREVIDÊNCIA. Que eu discordo como fiz defesa ao Tribunal de Contas que está sendo objeto de análise pela, pelo Ministério Público. O nobre Relator falou em trinta milhões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque na verdade foi uma informação.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Me permite corrigir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que depois eu mesmo corriji dentro dos documentos mas V.Sa. pode tratar dos números--

SR. JORGE LUIZ GOMES: Mas aí é bom falar em números reais da minha empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Pode dar a entender aos demais, seus pares, a TURFA EURO, à época, auferiu lucro de trinta milhões, não é verdade, foram setecentos e vinte e oito mil reais, *Ok*?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que foram corrigidos inclusive.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Que foi corrigido quando o senhor leu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E parece que trinta e um milhões foi o montante total somando todas as empresas.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu desconheço todas as empresas que está no contexto do relatório. Então eu não analisei as outras operações. Me detive nas minhas. E digo para o senhor que a operação, em termos de lucro real, ela foi positiva. Alguma coisa a mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Satisfeito, Deputado.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu tenho uma análise de Tupi Caldas, só que ele é longo, não sei se V.Exa. me permitiria ler.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu acho que o resumo é suficiente.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu leria o final.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até porque o Deputado Carlos Willian perguntou por que é que esse assunto veio parar aqui na nossa discussão? Por um único motivo, porque são operações que, supostamente, a TURFA teria realizado com a RIO PREVIDÊNCIA na negociação de título, S.Exa. exatamente parecidas com as que nós estamos examinando hoje, obviamente com parâmetros diferentes do que naquela oportunidade eles recorreram ao padrão da ANDIMA e nós aqui não estamos usando padrão da ANDIMA, isso já foi colocado claramente. Mas é justamente por isso que essa, esse assunto foi suscitado, Deputado Carlos Willian.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Só para ilustrar mais, o Tupi Caldas, como eu disse anteriormente, é um ex-diretor de fiscalização do BANCO CENTRAL, 15 anos, e ele diz, na sua análise que nós solicitamos e que depois foi objeto dele ir ao DRACO fazer, é testemunha, *Ok*, eu tenho o documento aqui também, se o senhor quiser eu lhe forneço, que ele diz o seguinte: “Se o preço unitário efetivo de um título é aquele que o vendedor e o comprador acordam no momento da negociação e que é inclusive computado para a formação de preço médio do título após o fechamento das operações do dia”. Isso a análise dele. “Alguns técnicos cometem o erro de considerar o P1 médio do título como referência para cotejar e questionar o resultado de uma operação de compra ou venda final de títulos públicos. Essa taxa média ou estatística serve usualmente para o parâmetro de atualização das carteiras e fundos de investimentos administrados pela instituição financeira”. Então não quer dizer que uma média seja considerada para efeito de lucro ou prejuízo. O preço, ele pode variar dentro de uma tendência ou de demanda ou de necessidade de título em quantidade, enfim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. Se V.Exa. quiser pode se inscrever.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não, eu gostaria de ter só a cópia desse documento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tem V.Exa. a palavra, Deputado Arnaldo. **DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP):** Sr. Sérgio, Sra. Jorge, quem são seus advogados?

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Marcelo Leal e Dr. Rollemberg.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Por que é que o João Luiz não veio?

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Ele não veio por ele já estar doente há algum tempo. Ele ficou internado durante 30 dias. Ele já vem num processo de internação já de uns seis meses atrás. E nós temos toda a documentação que comprova isso. Só que culminou já há uns 20 dias, ele teve uma recaída. Aí teve uma melhora e o médico insistiu de que ele ficasse internado em função da, ele está muito debilitado. Primeiro que está tomando remédios fortes e que ele não pode sofrer qualquer tipo de pressão a ponto até de sofrer alguma lesão.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Vocês estão sendo pressionados?

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Ele.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Não, vocês?

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Eu não, nem ele, estamos aqui tranquilos. Mas ele, na debilidade dele, ele pode achar o que ele quiser. Ele, o médico que disse isso, não sou eu.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Qual a doença dela?

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Oi.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Qual a doença dele?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Alcoolismo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Alcoolismo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Arnaldo, informo a V.Exa. que logo no início da nossa sessão me foi entregue pelo advogado um atestado médico justificando a ausência do Sra. João Luiz Pereira.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): O que alega o atestado médico, Sra. Relator?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é um atestado genérico que trata apenas de tratamento médico. Não especifica a doença.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): O advogado quer fazer uma manifestação.

ADVOGADO MARCELO LEAL: Sr. Presidente, por favor, eu gostaria de reiterar conforme o fizemos no momento da entrega do atestado médico de que caso essa CPML entenda por bem de que deva remeter uma junta médica para avaliar as condições do Sra. João Luiz, ele está à disposição.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Na verdade isso é uma decisão soberana da Mesa da CPML e eu entendo, Sr. Presidente, que o motivo alegado não é motivo suficiente para que a pessoa

não compareça. Eu acho que, é lógico que as informações que o Sérgio, o Jorge poderão nos dar talvez sejam suficientes, mas se alguma dúvida restar, eu acho que o alcoolismo não pode isentar o João Luiz de vir depor aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Exa. tem razão, inclusive eu já havia feito essa observação de que se necessário fosse nós iríamos insistir na convocação do Sra. João Luiz.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Trazer uma garrafa aqui resolve.

[Risos]

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Presidente, enquanto o senhor faz aí, eu queria só dar um testemunho para o Deputado Arnaldo Faria de Sá que meu pai foi alcoólatra durante 18 anos e, lamentavelmente, o alcoolismo é uma doença que impede as pessoas de muita coisa. Eu fico até triste em ter tocado neste assunto aqui. Mas dependendo do nível de alcoolismo realmente a pessoa fica totalmente incapaz. Não sei se esse que é o caso não.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Desculpa, Deputado, não queria fazer lembrança a V.Exa. desse episódio. É que na verdade eu não tinha conhecimento do motivo do atestado médico e aí então estou indagando aos pares que aqui estão.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Doutor Arnaldo Faria se me permitir eu tenho as duas internações. Um minutinho, por favor. As duas internações anteriores ao do meu sócio e que diz todo o procedimento médico e--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Qual a data, Jorge?

SR. JORGE LUIZ GOMES: E ambulatorial. Foi em 22/11/2004, ficou internado durante 15 dias e 22/06/2004, ele é reincidente se o senhor quiser eu lhe dou uma cópia, inclusive com a medicação toda praticada.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: O histórico.

SR. JORGE LUIZ GOMES: O histórico de, enfim, está tudo documentado, eu trouxe para dar uma satisfação maior à presidência.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Eu gostaria o que senhor entregasse à Mesa.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Pois não. O primeiro atestado. Nós, anteriormente, quando nós fomos convocados e foi cancelado, nós já tínhamos o atestado e esse, o médico ratificou o atestado e proibiu de, proibiu não, aconselhou a não vir à CPI.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Numa resposta anterior ao Sra. Relator, o senhor falou que em algumas aplicações, em algumas movi-

mentações o senhor fazia em respeito aos seus pares. Quem são seus pares?

SR. JORGE LUIZ GOMES: São todas as empresas ativas e permanentes no mercado.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Dessas ativas no mercado, quais são aquelas que são mais pares seus?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Empresas que estejam habilitadas a operar pelo BANCO CENTRAL e que tenham posições de operacionalidade ativos a oferecer ou a demandar.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Por que você não quer citar quais são as empresas.

SR. JORGE LUIZ GOMES: São todas, excelência, são duzentas e poucas empresas que eu posso operar.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Tudo bem, mas dessas duzentas e tantas quais são mais concorrentes?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu posso falar o nome das empresas?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro. À vontade.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu opero bastante com a DILO, eu opero com a ADC, eu opero com a, os Bancos ITAÚ, HSBC, que são os grandes vendedores de papel. BRADESCO, CAIXA ECONÔMICA.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Estadual ou federal?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Federal. CAIXA ECONÔMICA, enfim, várias, aí, no momento, eu opero a empresa que está numa situação de negociabilidade comigo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): A atividade desenvolvida pela sua Corretora é basicamente no Rio de Janeiro ou tem outras, outras praças que--

SR. JORGE LUIZ GOMES: Nós, em 2003 para 2004, visualizamos uma situação de ampliarmos, transferimos a sede para São Paulo para abrir em Bolsa, para ampliar o nosso leque, nosso nicho de mercado. Por nosso sócio estar com problema à época, que ele era o especialista em renda variável, que é Bolsa de Valores, nós achamos por bem não dar prosseguimento. E como não cabia outro sócio na mesma especialidade, resolvemos retroceder da idéia. Até, nós chegamos a transferir a empresa para São Paulo e iríamos atuar em Bolsa. Como o João Luiz ficou numa situação prejudicada, nós achamos por bem não--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Você falou de nicho de mercado. Qual é o seu nicho de mercado?

SR. JORGE LUIZ GOMES: é título de renda fixa, ativos federais.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Operado para quem?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Com quem estiver habilitado a operar perante ao BANCO CENTRAL.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Com quem tiver habilitado a operar perante o BANCO CENTRAL. Desses que estão habilitados a operar com o BANCO CENTRAL, quais concorrentemente você tem feito operação?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Excelência, é uma questão... NOMINAL, SENSO, SPRENDI, ELITE, CRUZEIRO DO SUL, QUANTIA, não mais, BRASIL CENTRAL, POSITIVA.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): QUANTIA não mais?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não mais porque ela agora é uma empresa de representação, ela me parece que ela desativou. POSITIVA, ADIPAR, DILO, NOVOINVEST, GAMEX, COLUNA, SÃO PAULO CORRETORA, ERG, ABN AMRO, ITAÚ, BRADESCO, HSBC, satisfaz?

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Por que é que nas duas relações, esta última e a anterior, em nenhuma delas aparece a PRECE e a NÚCLEOS se todas as atividades básicas da EURO estão concentradas na PRECE e na NÚCLEOS?

SR. JORGE LUIZ GOMES: é porque eles operam, excelência, com Fundos exclusivos. A NÚCLEOS e a PRECE, eles delegam a certos gestores e administradores a execução das suas atividades de compra e venda.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Por que há uma série de operações da EURO com a NÚCLEOS e com a PRECE?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Motivação que levou eles a comprarem e venderem de livre competência do gestor. Eu estando no mercado, atuando dentro do mercado que existe uma demanda ou uma oferta de ativos por parte deles eu faço.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): O senhor sabia que operando com a PRECE, certamente o senhor ganharia?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ou perderia.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Não, o senhor só ganhou.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, senhor. É porque o senhor não acompanhou desde o começo, mas operações contínuas, elas são estruturadas tem hora que eu perco e tem hora que eu ganho. Até porque--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para assessorar.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): à vontade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o Deputado me permite.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu acho fundamental que V.Sa. possa nos encaminhar um balanço de perdas e de ganhos com a Fundação.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Globais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque V.Sa. pode estar, só para que fique ainda mais claro, V.Sa. pode estar ganhando com a Fundação e perdendo para terceiros.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo? Então isso é normal. Eu queria que dentro desse balanço que o senhor ficou de nos encaminhar, que houvesse um corte específico destinado para os negócios feitos pela EURO e TURFA, quando tinha esse nome, especificamente com os Fundos de Pensão.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito. Porque V.Exa. anteriormente não chegou a ouvir a base da nossa conversa com o Relator, mas já elenquei uma série de operações. O Relator tem e eu não possuo em mãos mas vou reencaminhar à CPI.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Jorge, eu vejo que você é uma pessoa bem articulada e se nós deixarmos você falar você vai acabar vendendo alguma coisa para a gente aqui. Então nós temos que ter alguns cuidados com suas colocações. Mas eu quero afirmar uma coisa com toda a clareza. Os gestores da PRECE e da NÚCLEOS, para mim, independente da sua avaliação, são maus gestores e você, por isso operava com essas empresas?

SR. JORGE LUIZ GOMES: O gestor, ele é regido por um comitê operacional. De repente ele cumpre até ordens desse comitê. Se um comitê que normalmente é composto de seis pessoas que dão ordem para a compra, se eles são incompetentes, eu não saberia avaliar.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Você ganha com o incompetente.

SR. JORGE LUIZ GOMES: No mercado quando um ganha normalmente outro perde e a Corretora está apta a ganhar sempre. Ela está lá para ganhar.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): E quando você perde você perde para algum laranja?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu não opero com laranja, excelência. Eu não opero com laranja.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Não é que você opera, você perde para um laranja. Porque eu tenho respeitado a decisão judicial e portanto eu vou, vou me cingir a isso, mas eu tenho títulos que você compra a novecentos e que você vende para um Fundo desse a dois e cem. E não é uma vez só, são várias vezes.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Deixa eu colocar mais uma posição. Todo operador, ou o gestor, ou o administrador, ele, por legislação, ele é obrigado a estar qualificado perante uma entidade de classe atuante, tipo CVM, FEBRABAN para operar em mercado. Então ele não é leigo no assunto.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Gostei que você reconhece que você não é leigo.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não é leigo. Não existe bobo nesse mercado. **DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP):** Eu sei que você não é bobo.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Nem eles. **DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP):** Você também não.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Se ele está comprando é porque ele tem interesse, eu estou lá para ganhar, eu não sou covarde, a covardia não existe no mercado.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Acho bonito você assumir essa posição, está certo você, você está lá para ganhar, agora o trouxe está jogando dinheiro fora.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Esse termo trouxe.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Trouxa, entre aspas, não é o dele que está queimando.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu não diria.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Se você comprou um título por novecentos reais e vendeu por dois mil e cem, isso é recorrente não é uma operação, são várias operações, de oitocentos por mil, de novecentos por dois mil e cem, de setecentos por um mil e oitocentos, quer dizer, é constante isso. Em vários dias e meses diferentes, e anos diferentes. Quer dizer-

[Soa a campanha]

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Posso concluir?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tem todo o tempo que for preciso.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Então quer dizer, acho que é uma situação estranha que é sempre alguém que, que está predisposto a perder com alguém que está sempre predisposto a ganhar. Você é o ganhador.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Se o senhor me permitir, eu não tenho, eu vou mandar mas eu tenho algumas operações aqui, mas não vale à pena mandar agora exibir para ele porque falta alguns dados. Mas, normalmente as operações, ela tem a contraparte, se você ganha um dia você perde o outro lado, se você ganha você tem a contraparte. O lucro não é essa totalidade.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Jorge, se eu ganho mil e perco cem no dia seguinte eu estou ganhando novecentos. Então você ganha muito a expressão ganhar e perder como se o teu ganhar e perder fosse equilibrado o teu ganhar é lá em cima, o teu perder é aqui embaixo. Você é um bom operador. Agora eu respeito você ser um bom operador mas eu só fico indignado que quem está perdendo é um Fundo de Pensão que é público, é dinheiro de funcionários públicos. E aí é que, que eu fico preocupado. Você não ficou preocupado em nenhum momento sabendo que esses Fundos de Pensão poderiam gerar problemas no futuro?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Gerar que tipo de problema futuro, excelência? Se você está vendendo papel para um Fundo que tem uma curva convergente de atuarial que vai melhorar a sua situação no futuro, isso não é prejuízo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Mas, Jorge, pelo amor de Deus, como que um papel que custa novecentos, você vende por dois mil e cem, como esse Fundo vai ganhar.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Agora, por que é que o comitê dele aceitou a compra?

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Porque é macumunado, porque é manco remunerado.

SR. JORGE LUIZ GOMES: É um juízo de valor.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Isso é uma cadeia. Por isso você não quer falar a palavra cadeia. Isso é uma cadeia! é lamentável, Sra. Relator! Eu peço a V.Exa. o direito de reinscrição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA):

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Meu caro Relator eu não vou mais me manifestar acho que poderia continuar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu tinha mais duas perguntas e depois eu devolvo a palavra ao Deputado Arnaldo. V.Exa. fez referência a DILO, a DILO é uma Corretora, não é isso.

SR. JORGE LUIZ GOMES: É uma Corretora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Citando uma série de nomes V.Sa. fez referência a DILO. Qual é a maioria dos negócios que a DILO guarda com a EURO?

SR. JORGE LUIZ GOMES: A DILO é uma empresa ativa em mercado e ela tem algumas operações com a EURO guardadas as proporções devidas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E comparativamente quem mais opera com a EURO, a DILO ou a CORRETORA SÃO PAULO?

SR. JORGE LUIZ GOMES: A DILO opera mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A DILO. Nessas perdas casadas com possíveis ganhos que o senhor teve nessas operações de títulos públicos, normalmente quem é a contraparte da perda? O senhor está perdendo para quem quando o senhor ganha para a NÚCLEOS, quando o senhor ganha para a PRECE, que o senhor disse que ganha de um lado mas pode estar perdendo de outro?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Volto aquela mesma situação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente o senhor perde para quem?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Dependendo do ativo que esteja negociando e uma Corretora tem na mão um nicho de mercado que ele está atendendo a uma demanda de algum Banco que tem uma posição de algum ativo e ele trabalha longo tempo sobre o seu ativo. E, logicamente, nós exploramos esse nicho. Se ele está vendendo sempre aquele papel, um papel que não tem demanda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não fez esse levantamento de normalmente quem é que ganha quando o senhor perde?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu fiz da NÚCLEOS e da PRECE em função da--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é que aparece ganhando quando o senhor perde?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu tenho. O senhor tem aí também?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, não fiquei com isso.

SR. JORGE LUIZ GOMES: O senhor ficou. É a contraparte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sequer me entregou.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu mandei--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor ficou de encaminhar documento completo.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Quando, vamos pegar aqui uma situação. Essas são pequenas o senhor não gosta, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pega 2004, PRECE.

SR. JORGE LUIZ GOMES: PRECE, 2004, TURFA, MERCATTO, EURO, LAETA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos só devagar... Entender quem é que ganha quando o senhor perde.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu não posso falar nome, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode, não tem problema nenhum.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Vamos pegar uma operação aqui, essa aqui está boa? Vamos pegar essa grande aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essas aqui que estão indicadas aqui ao lado. Essa primeira.

SR. JORGE LUIZ GOMES: TURFA comprou em BRASIL CENTRAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim quem é que ganha por último?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu ganhei aqui porque eu compro ROLAND GARROS. EURO compra ROLAND GARROS, venda BRASIL CENTRAL, EURO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá bom.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ele deve ter feito alguma operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então aqui era o BRASIL CENTRAL de um lado.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Comprando e vendendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Primeiro o BRASIL CENTRAL comprando e depois vendendo.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Depois vendendo, foi uma troca também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa daí foi uma troca entre a EURO e a BRASIL CENTRAL?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nessa daqui.

SR. JORGE LUIZ GOMES: TURFA comprou, BRASIL CENTRAL vendeu para a... EURO, SELUS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que é SELUS?

SR. JORGE LUIZ GOMES: SELUS é uma empresa de mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa foi a operação que o senhor mais ganhou?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Isso aqui não é Fundação, é uma empresa de mercado que opera que foi que eu mais ganhei que pode ter havido um erro aqui que eu vou conferir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa daqui foi a que o senhor mais ganhou, a segunda o que senhor mais ganhou é a LAETA que está aqui?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Essas não estão no seu coisa porque são menores, os valores são menores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Eu queria mais uma vez reforçar a necessidade de nós termos essa lista completa.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu vou preparar para o senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu tenho mais uma seguinte pergunta, eu aqui e até o Deputado Carlos Willian depois veio nessa linha. Eu perguntei ao senhor se poderia ter havido transferência de recursos da EURO para Lúcio Funaro, para a BÔNUS BANVAL, para a STOKLOS AVENTIS, para o ERNST BANKING que são empresas do Funaro e o senhor me disse que pode ter havido. Eu queria entender melhor em que circunstâncias pode ter havido transferência de recursos

da vossa empresa para a empresa do Sra. Funaro? Para ele como pessoa física ou para a BÔNUS BANVAL ou para qualquer outra empresa.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Se essas empresas forem, vou verificar nos meus registros, se elas forem empresas que têm empresa de participação de negócios, elas podem operar. E se houve negócios, logicamente houve pagamento para ela.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então elas podem ter feito negócios com a EURO, suponhamos que todos eles estejam habilitados para fazer negócios.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então elas podem ter feito negócios com a EURO, elas podem ter ganho a partir destes negócios e se houve esses ganhos para estas empresas então houve transferência de recursos da EURO para elas?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu vou rever, eu me comprometi com o senhor em mandar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então eu queria que o senhor fosse muito diligente nesse encaminhamento porque é muito importante para a gente fechar as cadeias de relacionamentos que estão sendo analisadas por esta CPMI.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu devolvo a palavra ao nobre Deputado reinscrito para se pronunciar, Deputado Arnaldo Faria de Sá. V.Exa. tem a palavra, Deputado.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Jorge, em 2001/2002, o senhor não estava metido nesses rolos aí. Quando a EURO começou e o senhor operava muito com a ODACREM, de quem era a ODACREM?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ficou acertado, excelência, que a parte administrativa o Soeiro falaria.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): à vontade. ODACREM, apenas para lembrar é mercado ao contrário, não é?

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: é, parece, parece não, com certeza o nome da pessoa que administrava a empresa era Armelindo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Não sabe o sobrenome?

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Pereira, a gente conhecia mais como Armelindo Pereira.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Armelindo Pereira. E depois desse período da EURO, a partir do momento que o atual governo assumiu a

EURO se desloca para o Fundo de Pensão. Quem que norteou vocês para isso? Quem sugeriu, quem orientou, quem sinalizou, quem foi o *big shot* aí?

SR. JORGE LUIZ GOMES: O mercado, a partir de 2002, o BANCO CENTRAL emitiu ativos que, para justamente comprou a carteira de Fundo de Pensão com ativos de longo prazo. única e exclusivamente para compor carteira e volto a falar para aumentar o prazo de curva atuarial, de convergência de curva atuarial. Então houve grande demanda desses ativos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Alguém do governo sinaliza essa questão de Fundos. Ou alguém do governo tem seu intermediário, tem pessoa que sinaliza?

SR. JORGE LUIZ GOMES: O que ocorre é que quando o mercado, os grandes Bancos que hoje são todos internacionalizados, eles fiz examinam a situação e eles compram a totalidade dos ativos que o BANCO CENTRAL coloca em disponibilidade. Não dando chance aos propensos compradores de, no momento de leilão adquirir esses ativos. E depois, eles ficam colocando esse papel nos Fundos. Como falei anteriormente, quando um Banco compra um lote grande de leilão eles ficam um longo “time” tentando vender os papéis, alocando para os Fundos. E quando nós, logicamente, descobrimos que existe um vendedor ou o banco coloca, ou o Banco coloca uma Corretora, uma distribuidora para ser seu *broker*, *broker* aquela figura que opera única e exclusivamente em nome de um Banco.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Quem emite o título não é o governo, é o BANCO CENTRAL, não é?

SR. JORGE LUIZ GOMES: O Tesouro Nacional, via BANCO CENTRAL.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): E essa sinalização de operações com os Fundos de Pensão quem do governo faz a ponte com vocês?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Não, o leilão é público, *Ok?* E os Fundos, ele infelizmente, eles não têm a agilidade que têm os grandes Bancos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Quem?

SR. JORGE LUIZ GOMES: O Fundo, até chegar a tomar a decisão, ele tem o comitê dele, se reúne.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Você procura se escudar atrás do comitê e o comitê está no esquema. Não vem se escudar no comitê porque aí vai acabar sobrando para você. Nós sabemos que você não é o culpado, você foi o operador e serviu a alguém. E esse comitê faz parte de um jogo e nós não queremos envolver você no jogo. Eu sei, você é operador de mercado. Eu respeito a tua posição. Agora,

eu só acho que você começa a se complicar quando você está querendo esconder o lado de alguém. Então eu queria te sugerir que você não tentasse esconder. Você está tentando esconder o lado de alguém, e eu não estou achando que você seja culpado de ter ganhado demais porque você fez a tua parte no mercado. Quer dizer, foi quando eu falei. Agora você procura se esconder atrás do comitê. Eu não quero culpar você, eu não quero culpar você. Você estava lá para ganhar e você foi ganhar. Agora alguém armou o jogo para perder e é esse alguém que eu quero, não é você. Você está certo, continua no teu jogo, vai ganhando. Enquanto tiver os tais trouxas que eu chamo por aí você vai operando. Agora o que eu quero é descobrir quem é esse alguém, entre aspas, que está escondendo e fazendo essa operação. Que você sabe quem é. E se você ficar escondendo vai sobrar para você.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Posso responder?

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Toda a liberdade.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu só opero, excelência, com empresas autorizadas a operar pelo BANCO CENTRAL em sistema próprio eletrônico. Eu não opero com pessoa física, não opero com, como o senhor falou, com laranja, com doleiro. Eu não opero com essas pessoas, eu opero com empresas autorizadas a operar pelo BANCO CENTRAL em sistema eletrônico.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Eu não disse que você opera com laranja, também não disse que você opera com doleiro. Eu disse que algum laranja perdeu, não disse que você opera com laranja. Agora esse Fundo Montecarlo o que é que é?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ele é o-- fonte exclusiva da PRECE.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): E esse Fundo...

SR. JORGE LUIZ GOMES: A PRECE tem até três Fundos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Quais são?

SR. JORGE LUIZ GOMES: é o Roland Garros, Montecarlo e French Middle.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Quem joga tênis?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Deve ser alguém da QUALITY que registrou.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Joga no Fundo da quadra ou junto a rede?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Deve ser aquela paralela que pega assim. A NÚCLEOS, se o senhor.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): A vontade.

SR. JORGE LUIZ GOMES: A Nucleos é Fundo exclusivo de zircônio, manacitas e megawatts.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Pedras?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eles têm essa maneira para dissimular.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Exatamente, dissimular.

SR. JORGE LUIZ GOMES: É, porque a PRECE, o lucro, se ela aparecer comprando papel o senhor acha que vai acontecer o quê? O pessoal vai detonar com ela, nós não sabíamos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Todo mundo detona ela sem conhecer, imagina se conhecer então.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me perdoe, tentando me conter porque eu achei o comentário de V.Exa. extremamente oportuno. Agora, o mercado inteiro sabe quando aparece Roland Garros, Montecarlo, French Middle, zircônio e manacitas, todos sabem que são Fundos exclusivos vinculados ao Fundo de Pensão. Aliás os Fundos de Pensão, eles fazem questão de não esconder isso, pelo contrário, até como uma forma de tentar se escudar das suas responsabilidades por tudo de errado que eventualmente tenha acontecido na gestão desses Fundos exclusivos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Nobre Relator, isso não é Fundo de Pensão é pensão sem Fundos, não é?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Esses nomes foram vinculados a esses Fundos. Recentemente isso aí no passado era totalmente segredo. Então o Fundo exclusivo, quer dizer, zircônio, manacita e megawatts.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): A BRASIL CENTRAL é de quem, Jorge?

SR. JORGE LUIZ GOMES: A BRASIL CENTRAL é do... São dois sócios é o... João Carlos Seabra e Cláudio Roberto.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): E o Eric Bello, quem é?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eric Bello foi ex-sócio da EURO e não é mais hoje.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): E ele não tem nenhuma ligação com a BRASIL CENTRAL?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Desconheço. O nobre Relator já colocou que na CNPJ existe uma interposição entre ele, BRASIL CENTRAL anteriormente e depois com a TURFA. Eu desconheço esse--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Arnaldo, para a informação de V.Exa. eu já havia apre-

sentado esse documento, mas o Sra. Eric David Bello, ele consta como acionista da BRASIL CENTRAL de 30/07/99 a 23/10/2003.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Essa é a informação que eu tenho.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu desconheço isso até porque.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Você é uma pessoa tão antenada, tão ligada, trabalha no paralelo, como falou agora.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Paralelo?

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Você falou agora, na quadra de tênis falou na paralela.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Eu esqueci isso, como eu esqueci do lance da cadeia.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Mas eu não esqueci nem da cadeia nem da paralela.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Essa eu esqueci, excelência.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Como você não sabe que uma pessoa que foi teu sócio teria sido sócio da BRASIL CENTRAL.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Excelência, ele pode ter sido sócio, como ele foi sócio da TURFA à época eu não tinha atividade administrativa nem financeira. E não exercia atividade ele era investidor, investidor. Ele era capitalista. Ele não exercia nenhuma atividade financeira nem administrativa na empresa.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, mas se ele é um capitalista, quer dizer, ele põe dinheiro ele quer saber onde está indo o dinheiro dele, quer saber com quem o dinheiro dele está namorando?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Ele queria na verdade.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Está andando, está viajando?

SR. JORGE LUIZ GOMES: Toda a Corretora.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Pode falar... Fala no microfone.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Eu fiquei inclusive de verificar essa situação a qual o Relator colocou aqui sobre a mesa, que ele permanece até 2003 como sócio da BRASIL CENTRAL. Porque eu estou achando isso muito estranho. Há, inclusive...

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Eu também estou achando muita coisa estranha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse documento é da Receita Federal, não é meu.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: É, mas esse documento, ele pode não estar representando a rea-

lidade jurídica da situação. Pelo seguinte, se eu faço um contrato e peço ao meu administrador para ir lá na Junta registrar, ele, depois de fazer isso ele tem 30 dias para alterar o quadro societário da empresa junto à Receita Federal. Se ele não o fizer, se passar dez anos, dez anos eu vou ficar aparecendo nesse quadro societário ali.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Então a culpa é do contador?

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Oi?

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): A culpa é do contador?

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Não, não estou dizendo isso. Eu estou dizendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu poderia fazer uma pergunta agora.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Eu estou dizendo que eu vou verificar caso a alteração foi naquela data ele tem alguma coisa realmente aí que não está casando. Agora pode ser--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Na verdade, desculpe, Sra. Relator, o mercado que vocês trabalham é um mercado de alta confiabilidade e quem trabalha no mercado de alta confiabilidade não pode desconhecer que uma pessoa que trabalha com você, como teu sócio, foi sócio de uma empresa ou sai, deixa vai ser sócio de outra empresa. Isso tem que ser de conhecimento. Quer dizer, se alguém esconde alguma coisa de alguém pode estar escondendo operações também.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Senhor, eu trabalho no mercado desde 1970 e eu conheço muita gente no mercado que já rodou pelo menos em quase todas as empresas financeiras, passando como operador, como sócio, sai de uma, vai para a outra. Isso não quer dizer nada. O mercado--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Eu quero lhe fazer uma pergunta, mas antes o Relator, depois, para não perder o raciocínio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, me perdoe Deputado Arnaldo, eu queria fazer duas perguntas em uma só. Primeiro se eles sabiam que o Sra. Eric Bello era filho do Ruy Bello, é a primeira pergunta. Que era então Presidente da RIO PREVIDÊNCIA. E segunda pergunta que eu faço é, se não é estranho duas corretoras que tinham e têm o hábito de negociar em mesmas cadeias negociais, a central e a EURO, durante um período terem tido o Sra. Eric Bello como sócio de ambas.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Filho do Ruy Bello.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A questão, além de ser filho do Ruy Bello, não é isso. Me perdoem os senhores, não é uma coisa que possa ser facilmente compreendida ele figurar como sócio de uma Corretora, figurar como sócio de outra. Eu jamais aceitaria, não tenho empresa, mas eu jamais aceitaria um sócio sem saber exatamente qual é a sua vida profissional, onde é que ele tem sociedade, a quem ele está ligado, qual é o seu histórico. Eu não aceitaria isso. Quer dizer, é uma coisa difícil de ser compreendida, muito difícil. Será que ele não foi chamado para figurar na central, na BRASIL CENTRAL. Será que ele não foi chamado para figurar na EURO por essa sua relação de parentesco com o Ruy Bello que conhecidamente era um dirigente de Fundo de Pensão e que poderia ter uma interferência ampla nas decisões que Fundos de pensão pudessem adotar? É a pergunta que faço.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Primeiramente, acontece o seguinte, quando nós tivemos a idéia de constituir a EURO, isso foi nos meados de 2001. Não tinha nada a ver o seu Eric, o seu Ruy Bello estar na diretoria da RIO PREVIDÊNCIA. Então, há uma incoerência nessa parte? Há uma incoerência sim porque nós montamos uma empresa toda em papel em junho de 2001. E seu Ruy Bello foi entrar lá em abril ou junho de 2002. O BANCO CENTRAL não me autoriza--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Foi aí que vocês começaram a ganhar dinheiro.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Oi.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Foi aí que vocês começaram a ganhar dinheiro.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Não senhor, aí o senhor, me desculpe, me perdoe--

SR. JORGE LUIZ GOMES: Aí é juízo de valor, ensejo o senhor está fazendo juízo de valor aí é uma coisa--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Relator.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Relator, eu queria sugerir a V.Exa. que a gente transformasse a nossa reunião em reservada porque eu vou ter alguns dados que eu não posso utilizar e o fato de não poder utilizar nós estamos sendo enganados aqui. E eu estou constatado o que está sendo falado e o que eu tenho de informação e eu fico pasmo. Então eu acho que V.Exa. poderia transformar em reservada porque nós temos que passar a limpo algumas informações aqui que são escabrosas, Sra. Relator.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu submeto

ao plenário a proposta do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Presidente, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, um dos integrantes mais participativos dessa CPMI e dentro desse raciocínio, eu acompanho o raciocínio dele e acho lógico a propositura e realmente tenha que clarear e esclarecer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então está deferida a solicitação. Eu peço à imprensa e à assessoria que, por favor, se retirem da nossa sala porque a partir de agora a sessão será transformada em sessão reservada. E que na quinta-feira, logo depois da reunião administrativa que está marcada para às 10 horas da manhã, nós ouviremos o Sra. José Carlos Batista, proprietário da Corretora GUARANHUNS. Concluindo assim os trabalhos dessa semana e, ao longo também de quinta-feira, anunciarei oficialmente a agenda para a semana que vem. Não havendo mais o que declarar, eu declaro como encerrada a sessão.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não, Deputado.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Só o compromisso dele da remessa de documentação.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Nos comprometemos a entregar em breve. Coloco também, diria também que no prazo de uma semana. Porque eu levei uma semana, excelência, para elaborar parte do material que eu trouxe. Porque nós temos poucos funcionários. Eu vou até solicitar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor terá o prazo de dez dias para encaminhar os documentos.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Perfeito.

SR. SÉRGIO DE MOURA SOEIRO: Eu anotei aqui todos os pedidos que foram feitos e vou ajudar o sócio a providenciar isso.

SR. JORGE LUIZ GOMES: O que faz a auditoria nossa, os nossos auditores que nos auxiliem, entendeu, porque eu fiz isso via, o Soeiro, via o meu contador, que é terceirizado e vou pedir à minha auditoria que também me ajude.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Não havendo mais o que tratar. Declarado encerrada a presente sessão.

SR. JORGE LUIZ GOMES: Agradeço também a forma educada com que fomos tratados. Agradeço

ao ilustre Relator a educação com que foi prestada a nós e não até breve, espero que satisfaça as nossas respostas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito obrigado. Até a próxima sessão.

Sessão encerrada às 20h28

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

SUB-RELATORIA DE FUNDOS DE PENSÃO

Ata da 8ª Reunião, realizada em 02/02/2006.

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às doze horas e trinta e seis minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. E com a presença dos Senadores Ideli Salvatti, Sibá Machado, Valdir Raupp, Jefferson Peres, Heloísa Helena, Romeu Tuma e os Deputados Jorge Bittar, Carlos Willian, Onyx Lorenzoni, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Dr. Rosinha, Jamil Murad e Sílvio Torres. Reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva do senhor José Carlos Batista (proprietário da Garanhuns Empreendimentos, Intermediações e Participações S/C Ltda), que vem na condição de investigado e está acompanhado de seu advogado Celso Renato D'Ávila e Raimundo Hermes Barbosa. O depoente é convidado para compor a mesa. Com a palavra, o senhor José Carlos inicia fazendo sua apresentação pessoal e faz algumas declarações a respeito das acusações que tem recebido. O depoente afirma que vem amparado por Habeas Corpus, mas é contestado pelo Presidente, pois está fora do prazo de validade do mesmo e em conseqüência disso não pode se utilizar o direito constitucional do silêncio. O Presidente inicia seus questionamentos iniciais. Em seguida o Deputado Jorge Bittar questiona se o depoente vem na condi-

ção de investigado. O Presidente solicita a Secretaria da Comissão que localize o Dr Shalom (Advogado do Senado) para dar seu parecer sobre os direitos constitucionais do investigado e continua suas indagações. Com a palavra novamente, o Deputado Carlos Willian, que esclarece ao depoente que as perguntas feitas até o momento pelo Relator são técnicas, são perguntas a respeito da empresa que ele possui, ou seja, ainda não foi indagado sobre as questões concernentes a essa Comissão, e se continuar negando tudo ou dizendo que se recusa a responder poderá se subentender que ele realmente está comprometido com as acusações que tem recebido. A reunião é interrompida às treze horas e vinte e quatro minutos para que o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto receba o entendimento do Dr Shalom quanto aos direitos do depoente. A reunião é reaberta às treze horas e vinte e sete minutos. O Relator continua seus questionamentos ao senhor José Carlos. A Presidência neste momento passa a ser do Deputado Asdrúbal Bentes e conseqüentemente o Deputado ACM Neto assume somente a relatoria. O Presidente toma conhecimento dos fatos, esclareceu que o Habeas corpus concedido em trinta de agosto de dois mil e cinco para o depoimento na CPI do Mensalão, estendeu-se aos trabalhos da CPMI dos Correios e passa a palavra ao relator. Com a palavra o Relator. O depoente recusa-se a responder as questões sobre suas sociedades com outras empresas. O Relator acaba de receber do Dr. Shalom uma decisão do STF datada em dez de setembro de dois mil e cinco que julgou prejudicado o Habeas corpus do senhor José Carlos Batista, não havendo proteção para a presente reunião. O Deputado ACM Neto solicita suspensão para tentar resolver essa questão. O Presidente suspende a reunião às treze horas e cinqüenta minutos, por quinze minutos. Reaberta a sessão é apresentado um relatório de movimentação financeira, operações com fundos de pensão. O relator faz análises e perguntas sobre a empresa. A sessão foi suspensa por cinco minutos. Reaberta a sessão o relator continua as perguntas. Pela ordem o Deputado Carlos Willian faz suas perguntas, e solicita que o Senhor Lúcio Funaro seja convocado para esta CPMI, à presidência afirma que na próxima quarta ele virá. E solicita a convocação do Presidente da BMF e do Imigliano da CCVM e ainda a transferência de sigilo da Gamel, fonte operada pelo Benito Siciliano. Com a palavra o Deputado Jorge Bittar que faz seus questionamentos. A sessão foi suspensa. Reaberta a reunião, com a palavra o Deputado Gustavo Fruet faz seus questionamentos. O depoente resguarda o direito de ficar calado. Com a palavra o Relator que afirma não tem mais perguntas. O Presidente agradece a presença de todos. Encerra-se a presente

reunião às quinze horas e trinta e sete minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro aberta a Oitava Reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do requerimento número 3 de 2005, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Sobre a mesa a ata da reunião anterior a qual coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se a oitiva do senhor José Carlos Batista e de imediato convido para tomar assento à mesa o nobre depoente. Eu indago ao senhor José Carlos Batista se ele se faz acompanhar de advogado?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode, por favor, solicitar a identificação do seu advogado? Celso Renato D'Ávila. Pelo que eu vejo aqui, Dr. Celso, não há a identificação da sua inscrição na Ordem, o senhor, por favor, poderia decliná-la?

ADV. CELSO RENATO D'ÁVILA: Pois não, OAB-360/DF.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): OAB-360, Distrito Federal. Senhor José Carlos Batista, o senhor já esteve na Comissão Mista de Inquérito dos Correios, convocado para prestar esclarecimentos sobre o envolvimento da empresa GARANHUNS com o esquema do senhor Marcos Valério e com os procedimentos identificados do Mensalão. Nesta oportunidade, nós o convocamos para prestar esclarecimentos sobre a participação da empresa GARANHUNS e do senhor enquanto pessoa física em possíveis irregularidades envolvendo operações com Fundos de Pensão. Antes de iniciar o questionamento, eu passo a palavra ao senhor para que o senhor possa fazer mais uma vez a sua apresentação e para que o senhor tenha a liberdade de tecer qualquer comentário de caráter preliminar caso ache oportuno e conveniente.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Muito obrigado, Excelência. Bom, eu sou José Carlos Batista, eu vou

ler aqui para os senhores uma carta que eu redigi aqui, eu gostaria de ler para os senhores. Posso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: “Aos senhores Parlamentares, profissionais de imprensa e público em geral. Nos últimos meses, tenho sido alvo de uma avalanche de ilações, críticas e acusações. Muitas delas sem qualquer embasamento, muitas vezes, motivadas por questões que nada tem a ver com o alegado respeito interesse público em buscar a verdade. Fui.” Desculpa, é que sou míope. “Fui e continuo sendo mostrado como uma espécie de fantoche ou laranja. Que de uma hora para outra apareceu para ser utilizado como ferramenta em mirabolantes esquemas. Tendo minha história profissional desrespeitada, nunca foi levado em consideração, ou ao menos destacado minha experiência de décadas como operador ou profissional de mercado financeiro. Com mais de 30 anos de carreira. Tendo participado ativamente nas mais destacadas instituições do país. Me sinto profundamente ofendido por ter essa história de sucesso profissional apagada simplesmente porque, talvez, porque a desconstrução de minha imagem profissional e pessoal seja preponderante para tornar palatável a mídia a versão que está sendo vendida. Minha experiência anterior em depor na CPI deixou clara a certeza que o nervosismo e descontrole experimentado com dezenas de interrogadores prejudica meu fluxo de idéias, me passando uma sensação de que se defender é impossível. Passando ao público a impressão que nem sempre é verdadeira. Decidi assim escrever esta carta onde ao menos posso registrar não só a cronologia dos fatos investigados pela CPI, mas também falar de minha carreira e experiência. Gostaria antes de mais nada, de elogiar o trabalho desempenhado por esta Casa que apesar do pouco tempo disponível obteve bons resultados. Iniciei minha carreira como operador de mercado financeiro na década de 70, entre 75 e 87 trabalhei em uma das maiores corretoras do país como ASPA, LOJICRED e por quase 4 anos na corretora do Banco Itaú, onde permaneci até 87. Durante a década de 90 trabalhei na Franco Corretora, PNC Internacional, LAVRA e entre 97 e 2000 na MAGLIANO Corretora de Valores, uma das mais tradicionais instituições do país e de propriedade do atual presidente da Bovespa. Trabalhei entre 2000 e 2002 na agenda corretora, última empresa onde fui operador. Como pode ficar claro, tenho mais de 30 anos de mercado e na maior parte do tempo trabalhando em grandes instituições. Não é razoável que um profissional de mercado financeiro que não seja competente e eficiente em seu trabalho tenha passagem por essas empresas e

tenha se mantido neste competitivo ramo de trabalho. Um laranja ou mesmo um profissional medíocre não teria a carreira tão longa e produtiva no mercado financeiro. Ao contrário do que tem sido vinculado, a capacidade e a seriedade profissional sempre pautaram minha atuação como operador, em mais de 30 anos de profissão nunca tive uma condenação na CVM, somente agora em 2004 que tive um processo administrativo instaurado, sendo certo que foi apresentado minha defesa ao qual previamente será acolhida. Ou seja, o processo administrativo ainda sequer foi julgado. Entre questões que têm sido levantadas, uma das mais que refuto é a acusação de vínculos irregulares ou favorecimento junto a fundos de pensão. Desde 2000 quando me desliguei da MAGLIANO não tenho mais qualquer tipo de contato com clientes institucionais. Na MAGLIANO, atendi como operador aos fundos FUNCEF, CENTRUS, BANRISUL e CORSAN. Meus últimos contatos com entidades de previdência. Na agenda, seja em função de pequeno porte da corretora, seja por desinteresse meu, jamais mantive contato com fundações. Depois passei a me dedicar a minha atividade como empresário, sem aval de uma instituição financeira seria impossível o vínculo direto com qualquer entidade de previdência. Da forma como os números foram colocados, fica a impressão de que de um momento para outro passei a ser laranja operações contra clientes que desconhecia. E como se eu, de repente, tivesse descoberto o mercado ou mesmo desconhecesse a natureza das operações. Durante toda a minha vida profissional, sempre operei como pessoa física, felizmente, com histórico altamente positivo, sem retroceder muito no tempo, apenas para exemplificar durante meus 3 anos na MAGLIANO, efetuei mais de 140 operações, nos mais diferentes mercados, com alto índice de sucesso, demonstrando claramente um histórico operacional consistente como um profissional de mercado com minha experiência. Apresentar dados de resultados e lucros dentro de um período de tempo tão limitado como relatado na CPI, causa a impressão errada de que minha atuação se atenha aquele prazo. Conforme uma análise mais apurada pode demonstrar que não alterei após 2001 minha estratégia operacional. O que ocorreu de fato foi uma maior alavancagem. Gostaria de ressaltar que nunca fui comitente e inadimplente na Bovespa ou BM&F. Nunca dei prejuízo para instituições financeiras em que operei no mercado. O que posso adiantar, mesmo antes da leitura dos relatórios.... O que posso adiantar mesmo antes da leitura dos relatórios disponibilizados pela CPI, é que a BM&F é a maior culpada pelos fatos que ocorreram. Isso porque se julgou que havia algum problema operacional nas operações realizadas e des-

tacadas nesse relatório seja esse problema qual for, deveria determinar as corretoras que estavam realizando a aludida operação, que cessassem essas operações consideradas suspeitas, ou seja, a BM&F tem o poder e o dever de fiscalizar todas e qualquer operação realizada naquela instituição. Deve ser ressaltado também que estou tendo meu direito de defesa cerceado, pois não tenho acesso, ao contrário dessa casa aos relatórios de auditoria da BM&F. Assim sendo, não tenho como saber em que posso ajudar nessa CPI. Visto que não posso esclarecer operações que desconheço ou que não lembro, podendo somente mencionar operações em tese, conceitualmente. Por outro lado, sem o relatório da auditoria, também não sei quem são as contrapartes de minhas operações. Ainda que a maior parte das posições assumidas resultassem em resultados positivos, tivemos casos onde os prejuízos ocorreram por diversas vezes, inclusive de carregar posições desfavoráveis. Ressalto que as ordens eram passadas das corretoras e nunca tomei conhecimento das contrapartes envolvidas. Não conheço, não reconheço como verdadeiro o alto volume de resultados que o relatório feito pela CPI atribui a mim, até porque este não computa as perdas que tive ao longo do tempo. Muito menos posso assumir as acusações que me beneficiava de desvios feito contra Fundos de Pensão, visto que não sei e não tinha como saber quem eram as contrapartes de minhas operações. Em outubro de 2004 prestei esclarecimentos à Comissão de valores mobiliários, onde descrevi as mesmas explicações que dei acima. Naquela época, seria impossível prever a criação, quase um ano depois, da CPI, ou ainda os desdobramentos que levariam a Sub-relatoria dos fundos de pensão, da mesma forma não posso ser acusado de inventar desculpas ou versões oportunistas na cronologia em que descrevo. Durante meu depoimento anterior, fui ironizado como milionário de vida miserável, segundo nota que saiu na imprensa. Minha origem é humilde, não me fiz adquirir alguns hábitos e padrões da elites, como carros caros e grandes casas, até porque sei que minha rentabilidade é sazonal. Dependendo das variáveis do mercado financeiro que certamente são muitas, razão pela qual sempre tive uma vida comedida. Sempre obtive do mercado o suficiente para manter o padrão de vida confortável que me agrada e nas vezes que não consegui assim como todos os chefes de família deste país, contrai dívidas, me desfiz de bens. Acho um absurdo, no entanto, me ver obrigado a tornar pública a minha intimidade e meus defeitos, apenas para ilustrar o que não fiz. Ao longo da execução de uma estratégia com derivativos, uma série de lançamentos financeiros são efetuados tanto favoravelmente como

negativamente, prêmios, ajustes, margens de garantias, etc. O que tenho observado é que muitas vezes os auditores somam e consideram como lucro grandes volumes relativos a devoluções de margens de garantia, esse procedimento distorce enormemente o lucro apurado. Ao longo de 2002 e 2003, todas as operações que eu efetuei, todas as operações que efetuei foram executadas dentro da normalidade do mercado e registrados pela BM&F. Que possui uma área de risco que avalia todas as posições executadas pelo mercado e exibindo assim distorções prejudiciais aos clientes. Se a própria BM&F entendeu que minhas operações como regulares nas datas que efetuei, como posso aceitar agora que sejam taxadas de irregulares? Ainda sem me explicar por que estão taxando de irregulares. Só posso imaginar que minhas operações como pessoa física foram alvo de interesse da CPI, em face das reivindicações que sofro como proprietário da GARA-NHUNS. Ainda assim as operações de minha empresa sempre envolveram instituições privadas. Em nenhum caso, Fundos de Pensão ou qualquer órgão da Administração Federal. Refuto novamente com todas as forças quaisquer acusações sobre minha participação ou favorecimento em operações com Fundos de Pensão. Minhas posições foram assumidas sem o conhecimento prévio contra, das contrapartes e dentro das regras de atuação e parâmetros de mercado financeiro. Basta uma análise isenta da própria cronologia dos fatos para perceber que as acusações não fazem sentido. A simples aferição e consolidação de alguns dados sem o entendimento técnico necessário, não dá nenhuma instituição, pessoa, o direito de destruir a minha carreira e reputação, conquistado com anos de trabalho no mercado financeiro. Acredito que terei a oportunidade de me defender de forma isenta e apropriada, tendo minha presunção de inocência respeitada, bem como meus sigilos, inclusive com acesso amplo de direito de defesa que a Constituição Federal dá a todos. Já respondo a diversos processos, inclusive como indiciado. Vou usar meu Direito Constitucional, vou usar o meu Direito Constitucional ao silêncio. É isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu indago inicialmente ao senhor se o senhor vem aqui protegido por um *habeas corpus*?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode nos dar uma cópia, por favor, da decisão e quando ela foi concedida?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Senhor Sub-relator, eu gostaria de uma cópia dessa carta dele agora para eu...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu lamento informar, mas esse *habeas corpus* ele foi concedido no dia 30 de agosto de 2005 e ele tinha validade para a primeira convocação do senhor. Hoje o senhor está aqui desprotegido de *habeas corpus*, eu quero lhe informar isso. Então não lhe é dado o direito do silêncio.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Pelo que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não. O senhor pode falar no microfone.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Esse *habeas corpus* aí é uma extensão daquele primeiro. Foi exatamente para essa, para essa sessão que era, era para ter sido realizada no dia 30 do ano passado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, não, o senhor está equivocado. Eu queria contestar essa afirmação. Aqui há uma decisão que o Ministro Marco Aurélio em 30 de agosto de 2005. Nessa data, sequer a Sub-relatoria de Fundos de Pensão havia sido criada. A convocação do senhor José Carlos Batista ela foi votada no mês de dezembro de 2005 e nós agendamos a vinda dele exatamente há 2 semanas, portanto, já no mês de janeiro de 2006, não há qualquer extensão, se houvesse uma decisão deste mês, portanto, de janeiro de 2006 ela seria prontamente acatada pela CPMI, mas como não há, eu quero informar que o senhor Batista está aqui sem qualquer proteção constitucional ou legal do *habeas corpus* e, portanto, está obrigado a falar a verdade, a responder a todas as perguntas sob pena de ter contra si todos as implicações legais. Então, esta Sub-relatoria desconhece qualquer medida judicial porque ela não existe.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Só para um esclarecimento, o senhor José Carlos Batista está aqui, em que condição ele está depondo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Bittar, ele está depondo na condição de investigado.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Investigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E por isso não lhe é obrigado a assinar o termo de compromisso. Porém, ele não está protegido pelo *habeas corpus*. São duas questões--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Não tem a proteção do *habeas corpus*, mas tem todos os direitos constitucionais de depoimento de qualquer--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De investigado, com certeza.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Só para esclarecer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Batista, qual a formação acadêmica e profissional de Vossa Senhoria?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu sou operador de mercado. Eu sou operador de mercado, como já relatei aqui na minha carta, trabalhei em várias instituições, tenho uma longa experiência sempre dentro de corretoras de valores. O que o senhor queria saber, não entendi pergunta?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor se considera operador de mercado?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, o senhor se formou em quê?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu não tenho formação universitária. Ultimamente eu estava até cursando, mas eu não sou formado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Imediatamente antes de entrar na GARANHUNS, o senhor trabalhou em que outra instituição?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Como eu relatei, Excelência, eu comecei dentro de uma corretora, comecei a trabalhar na ASPA, corretora de valores, isso há muito tempo atrás, eu passei dentro de uma corretora em todos os departamentos. Então, ali foi, começou a minha experiência, né? Dentro do mercado. Mesa de operações, backoffice, aí foi o início da minha carreira profissional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei, mas eu questiono o senhor imediatamente antes da GARANHUNS.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Como assim, eu não entendi. Antes da--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Antes da GARANHUNS?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu trabalhava no mercado, corretoras--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi a corretora?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu trabalhei na MAGLIANO e trabalhei na Agenda Corretora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está certo. Qual é exatamente o patrimônio de Vossa Senhoria e de seus familiares? Sua esposa e filhos.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: O meu patrimônio declarado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: O que eu tenho? Carro, um carro, eu não tenho patrimônio declarado. O meu Patrimônio é pequeno.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não tem patrimônio declarado? E qual é o patrimônio não declarado o que senhor possui?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: O senhor diz em valores hoje?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim. Em valores e em bens.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, eu posso, devo ter o que, uns 200 mil, 300 mil reais, coisa assim nesse sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então se fosse possível fazer uma avaliação patrimonial do senhor, computando os bens que possui e valores depositados em contas bancárias, aplicações, investimentos, totalizariam 300 mil reais?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Acredito que sim. Mais um pouco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que o senhor não declara o seu patrimônio?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, Excelência, eu vou, vou ficar em silêncio. Eu tenho que responder isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu gostaria que sim. É importante para a CPMI.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu não declarei, eu já estou respondendo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor é um sonegador fiscal?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Posso? Excelência, eu já sou, eu estou aqui na condição de investigado. Qualquer coisa eu estou sendo investigado por vários... Então qualquer coisa que eu falar vai depor contra mim. Vai me prejudicar na minha defesa posterior. Então vou me reservar no direito de me calar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe

que se o senhor comprometer o trabalho dessa sessão nós podemos, inclusive lhe dar voz de prisão?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então eu quero lhe alertar disso, porque não pouparei esforços para extrair do senhor todas as informações necessárias. E se for preciso lhe dar voz de prisão, lhe darei.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então eu queria saber--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não, deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não querendo atrapalhar a investigação, mas me parece que a ordem de prisão só pode ser dada pelo presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu estou presidindo essa reunião da Sub-relatoria. Senhor José Carlos Batista, eu quero insistir na necessidade do senhor contribuir e colaborar com esta CPMI, nós não queremos aqui impor nenhum meio coercitivo, nós queremos lhe oferecer o ambiente mais tranquilo possível, para que o senhor possa nos ajudar com as informações necessárias, entendeu? Faço essa advertência porque como presidente desta sessão, na condição de Sub-relator, quero lhe informar que aplicarei as previsões legais. Agora isso apenas como última medida. Então, como eu não quero jamais tomar nenhuma atitude que seja inclusive, eu diria que, desnecessária para esse contexto, então eu queria saber mais uma vez por que é que o senhor resolveu não declarar o seu patrimônio? Então o senhor omitiu, o senhor não tem declaração de bens, por que é que o senhor preferiu não declarar o seu patrimônio?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu vou manter. Eu vou permanecer no meu direito de permanecer em silêncio, Excelência. Eu me sinto até numa situação difícil, mas eu vou permanecer no meu direito de me calar. A Constituição me dá esse direito e eu vou ficar calado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu, inclusive gostaria preliminarmente de fazer uma consulta ao advogado geral do Senado da República, para que nós tenhamos conhecimento de quais são os limites do senhor José Carlos Batista nesta sessão. Ele aqui está como investigado, porém, sem a proteção do *habeas*

corpus. Eu, por favor, solicito um pronunciamento do senhor Shalom, porque caso se verifique que o senhor está obstruindo os trabalhos eu não hesitarei em dar voz de prisão, quero repetir isso. O senhor responde a processo por sonegação fiscal?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de ter acesso ao *habeas corpus* dele e dar uma analisada e--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não está comigo, está com o advogado dele.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Dele? Eu gostaria de dar uma analisada no--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O *habeas corpus*. Está com o assessor da Comissão. Por favor, eu pediria a assessoria da Comissão que desse uma cópia do *habeas corpus* de 30 de agosto, que foi concedido para o senhor Batista pelo Ministro Marco Aurélio para o deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor suspendesse a sessão por uns 5, 10 minutos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, eu não suspenderei.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então deixa eu dizer a V.Exa.--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, eu vou prosseguir a oitiva.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu gostaria que V.Exa. então convocasse um dos Deputados para presidir a sessão, porque eu não acho que seja coerente, veja só, a minha preocupação de novo é e em relação aos atos. Eu não quero ser responsabilizado, futuramente, por descumprimento de uma determinação judicial. V.Exa. aí leu e já constatou e V.Exa. mesmo já indeferiu o *habeas corpus* sem nós--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É de 30 de agosto de 2005!

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A palavra está comigo, senhor presidente!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está retirada a palavra de V.Exa. e eu dou continuidade a oitiva.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senhor presidente, o senhor não pode ser Relator e nem presidente. O senhor convida então um dos Deputados presentes para presidir a sessão!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, está indeferida a sua questão, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu gostaria... Então eu vou continuar, nós temos que tomar uma decisão, o senhor vai ter que chamar a segurança para me tirar. Eu não concordo de V.Exa. ser Sub-relator e Presidente ao mesmo tempo! O senhor não pode tomar decisão, o senhor não pode ficar questionando, presidindo, quem fala, quem não fala, se não tiver um presidente para intermediar. Ou então eu gostaria de V.Exa. verificasse o quorum, para saber se nós temos quorum suficiente para iniciarmos a nossa sessão! Questões regimentais. Não estou aqui defendendo, não o conheço, não conheço a empresa dele nem nada. Eu só quero ter a garantia constitucionais e regimentais dessa Casa!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode ter aqui uma cópia. Primeiro, eu só sairei da Presidência se aqui chegar o Senador Delcídio ou Deputado Asdrúbal que são, respectivamente, Presidentes e Vice-presidente da CPMI.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Segundo o Regimento, não estando o Presidente, questões de ordem então no Regimento. Segundo o Regimento, não estando presente o Presidente nem o vice, será presidido pela pessoa mais idosa que tiver na reunião. Isso é questão de ordem que eu gostaria que fosse consultado o Regimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, nós estamos numa reunião de Sub-relatoria que tem-

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu gostaria que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --como procedimento ser conduzida pelo Sub-relator. Eu quero dizer que indefiro a questão de V.Exa., estou na Presidência desta sessão, indefiro a questão de V.Exa. e caso aqui chegue o Deputado Asdrubal Bentes ou o Senador Delcídio, imediatamente, conduzirei a um dos dois a condução desse processo. Caso contrário, darei prosseguimento. O senhor pode ter aqui uma cópia do exato teor da decisão do dia 30 de agosto de 2005. Encaminhe ao Deputado Carlos Willian, por favor, uma cópia. Enquanto isso, eu dou seqüência.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Senhor Sub-relator--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não, Deputado.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Vamos procurar serenar, porque o nosso objetivo é ouvir o senhor José Carlos Batista. Como foi visto, ao entendimento geral, ele tem todo o direito de ficar em silêncio quando lhe convier, na condição de investigado que é. Então vamos, respeitando isso, vamos prosseguir com as suas indagações e etc.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu concordo.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): A menos que haja... Para que a gente possa avançar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Concordo com V.Exa., estou fazendo uma consulta justamente ao advogado geral do Senado.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Isso, saber quais são os limites.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para que saibamos quais são os limites do que é obstrução dos trabalhos e do que é o direito dele como investigado.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Perfeito, vamos seguindo com serenidade que é o que nos interessa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Olha, ouvindo...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu estou solicitando a vinda do Senador Delcídio, porque é importante que ele presida essa sessão. Até a chegada dele, continuarei na condução dos trabalhos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ok. Questão de ordem, presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não, Deputado Carlos Willian, qual é o artigo do Regimento?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Fui comunicado... Então pela ordem. Fui comunicado que eu não estou com Regimento em mãos, fui comunicado agora pela assessoria que está tendo votação nominal no plenário. Gostaria que V.Exa. enquanto aguarda o Senador Delcídio, que fosse suspenso dez minutos para que possamos votar e retornar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu consulto a assessoria da CPMI para que haja uma confirmação de que está ocorrendo votação nominal na Câmara. Se estiver ocorrendo votação nominal suspenderei, para que os senhores Deputados possam votar e depois retome. Caso não esteja ocorrendo votação nominal darei seqüência e até a confirmação a reunião está mantida. Senhor Batista, quem é o proprietário do apartamento que Vossa Senhoria aluga em Santo André?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu tenho um apartamento sim. Eu já inclusive eu declarei isso, na CPI anterior aqui, eu declarei que eu tinha um apartamento que estava de nome de um amigo meu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é o nome do seu amigo?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Renato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nome completo dele.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Renato Luciano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Renato Luciano.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Galli.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Renato Luciano Galli é ou já foi sócio do senhor Lúcio Bolonha Funaro?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu acho que essa pergunta o senhor tem, o senhor está dirigindo a mim, acho que teria que dirigir a ele. Desculpa, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem conhecimento disso?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não conheço, conheço o Renato que é meu amigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se ele é seu amigo, o senhor obviamente sabe se é ou não é sócio do senhor Lúcio Bolonha Funaro.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu conheço o Renato, mas eu acho que essa pergunta teria que ser dirigida a ele. Me desculpe, Excelência. Conheço o Renato, já trabalhei junto com ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então eu informo a Vossa Senhoria que o Renato Luciano Galli é sócio do Lúcio Bolonha Funaro e trataremos desse assunto logo em seguida. Qual era o rendimento nos anos de 2002, 2003 e 2004 de Vossa Senhoria à frente da empresa GARANHUNS?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu não entendi a pergunta, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O rendimento de Vossa Senhoria?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: O que eu ganhava?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Dois mil e?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 2002, 2003 e 2004.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: 2004, acho que era mínimo. Dois mil e... Eu não me lembro, Excelência não, dá para precisar valores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não como precisar?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não tenho como precisar, tenho que verificar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esses rendimentos também não foram declarados ao FISCO?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu acredito que foram declarados sim, Excelência. Não tenho como precisar agora para o senhor. Mas acho que foi declarado sim. Eu tenho que verificar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando é que foi instaurado o processo de sonegação fiscal contra o senhor?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, eu fui indiciado assim que foi... Antes para depor aqui na CPI, na CPML anterior eu fui indiciado por tudo isso. Sonegação e... São 4. O senhor pode até me dizer, doutor Celso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas referente ao exercício fiscal de que ano?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, eu não sei precisar o ano, mas é geral, né? É uma devassa aí que estão, eu sou enquadrado em todos esses crimes. Inclusive de sonegação fiscal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem votação nominal, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Por gentileza, não é essa a informação. E acabou de encerrar a votação nominal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não teve votação nominal? Não, encerrou agora a votação nominal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, o que houve foi o seguinte... O que houve foi o seguinte, o encerramento da sessão extraordinária que foi convocada pelo presidente Aldo Rebelo para votarmos a PEC do FUNDEB, votamos a PEC do FUNDEB, a sessão

extraordinária foi encerrada, o painel foi mantido e às 14 horas terá início a sessão ordinária da Câmara dos Deputados. Então, os parlamentares podem ficar aqui sem nenhum prejuízo ao cumprimento dos seus deveres para com o plenário da Casa. O senhor se dá por esclarecido?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Plenamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito obrigado. Mas então quer dizer que esse processo de sonegação fiscal ele se refere a quantos anos? A partir de que ano?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu acredito que 5 anos, 6 anos, alguma coisa assim. Eu não posso precisar para o senhor, mas eu fui enquadrado nisso estou respondendo por isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não está preocupado em conhecer os detalhes desse processo em que o senhor foi indiciado?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Claro, que estou preocupado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como o senhor não sabe a que anos ele faz referência.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: É tanta coisa que está acontecendo na minha vida de 6 meses para cá, Excelência, que é muito difícil eu precisar qualquer coisa para o senhor. Mudou completamente a minha vida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria insistir na questão patrimonial porque ela será fundamental para a gente entender uma série de movimentações que o senhor fez operando no mercado. Exatamente hoje, além desse apartamento em Santo André que estava ou está em nome do senhor Renato Luciano Galli, quais são os outros bens que o senhor possui, que totalizam 300 mil reais?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, Excelência, eu vou, eu vou ficar em silêncio. Eu não vou, eu acho que tudo, qualquer coisa como eu estou sendo investigado, nessa condição, eu vou permanecer, vou exercer o meu direito de ficar calado, porque eu acho que isso vai complicar a minha defesa. Então eu vou ficar em silêncio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicito mais uma vez a nossa consultoria, que possa ter um parecer imediato do Dr. Shalom. Exatamente qual é o objeto social da GARANHUNS?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Intermediação. Desculpa, é que eu não estou sabendo...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Intermediação de?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Participações em negócios, operava bolsa, tudo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Participação em negócios?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela estava autorizada e credenciada para operar no mercado?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que mercados?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu acredito que operar em bolsa, que é um mercado que a gente atou mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor operava ou já operou na BM&F?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Já operei na BM&F.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E na Bovespa?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor tinha credenciamento para operar nas duas bolsas?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor aqui diz não se lembrar qual era a retirada que fazia na empresa GARANHUNS como sócio. Eu queria insistir nesse tema para entender com que periodicidade o senhor fazia essas retiradas? Eram retiradas mensais? Eram retiradas a partir do desempenho dos negócios da empresa? Como é que elas aconteciam?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Pode ter acontecido de acordo com o desempenho da empresa, mas eu não posso precisar para Excelência como eram feitas as coisas, não dá para precisar. Eu tenho que verificar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Batista é muito difícil, por mais que a gente queira ter paciência com o senhor, é muito difícil que o senhor como sócio da empresa, como responsável pelas operações da empresa não saiba sequer as retiradas que fez e como elas se davam.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Veja só, Excelência, é que foram tantas, tantas coisas aconteceram, que não dá para precisar para o senhor eu retirei X, X, Y, retirei, com certeza! Que eu vivia disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor não tem a menor condição de precisar?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não tenho, não tenho condição de precisar. Isso daí tem que verificar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor vivia com quanto por mês?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, vivia bem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bem de que forma?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Bem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas bem de que forma?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: O que é bem, de repente bem para mim...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por isso que eu quero ter uma idéia para saber se a sua boa vida, na visão do senhor, está de acordo com o que a gente vai mostrar dos dados logo a seguir.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Acredito que, não sei se dá para precisar, 20 mil reais, qualquer coisa nesse sentido. Pode ser.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por volta de 20 mil reais? E ainda assim o senhor não declarou o seu patrimônio à Receita Federal durante todos esses últimos anos.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Excelência, como eu estou, eu repito para o senhor, eu estou aqui na condição de investigado. Estou respondendo a vários processos, estou respondendo à receita, a CVM, então eu acho que qualquer coisa que eu disser aqui vai me prejudicar a minha defesa. Então eu vou-- vou reservar no meu direito. Eu vou ficar calado com relação a essas coisas.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Deixa eu fazer um apelo ao senhor, pegar o nome dele aqui. Senhor José Carlos, olha, eu até fiz algumas intervenções em referência aos direitos do senhor que aqui não estão sendo cerceados. Tomei conta do

habeas corpus, tomei conhecimento aqui do *habeas corpus*, que é uma liminar de extensão. O Sub-relator está perguntando para o senhor questões técnicas, números de uma empresa que o senhor tem. Problemas, problemas não, indagações com o FISCO para saber se o senhor está em dia ou não com o Imposto de Renda. Isso são perguntas primárias, ele nem entrou ainda no cerne das questões o que senhor deverá responder. Eu consideraria que o senhor não está querendo responder como verdadeiras. Então eu faço um apelo ao senhor em nome da CPMI, para que o senhor facilite o trabalho, ainda mais que o senhor já disse que está respondendo vários processos, responda também porque isso aqui também é um processo. É uma forma processual. Então eu gostaria que o senhor consultasse o seu advogado, conversasse pelo bom senso e o senhor colaborasse com essa CPMI. Faça esse apelo a V.Exa. O nosso objetivo não é incriminar o senhor, é saber o que acontece dentro deste envolvimento, dentro desta situação, dentro dessas coisas que ainda não foram clareadas. E o senhor, obviamente, pode estar inclusive aqui mostrando uma possível inocência do senhor se for o caso. Mas se o senhor continuar negando, não respondo, continua não negando não, faço, tal. Aí o senhor realmente vai estar demonstrando, pelo menos publicamente, a culpabilidade do senhor. Então eu faço um apelo o que senhor converse com o seu advogado, que entre num bom senso e que responda, por gentileza.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, eu vou responder para o senhor. Eu me sinto, eu vim aqui, veja só, para colaborar. Mas eu... Eu estou me sentindo assim, eu tenho o direito de permanecer calado, acho que a Constituição me dá esse direito. São coisas que eu sinto que vão me prejudicar, como eu disse, eu vim aqui não condição de indiciado em vários... Então eu não vou responder aquilo que eu acho, que eu entendo que vai me prejudicar, ainda mais. Então eu vou permanecer, vou continuar usando o meu direito de ficar em silêncio, o que eu puder responder, o que eu achar que devo responder eu vou responder no meu entender. Estou consultando aqui o meu advogado. Então é isso que eu posso falar para o senhor, mas eu não vim aqui para... Eu vim disposto a colaborar, tanto que eu estou aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian eu agradeço o apelo de V.Exa. ao depoente, darei continuidade aos questionamentos enquanto aguardo uma resposta da consultoria do Senado. E se o entendimento for de que o senhor Batista deve responder as perguntas que lhe são dirigidas, eu refarei todas as perguntas. E na primeira pergunta que

ele não responder nós iremos aplicar aquilo que está previsto na lei. Senhor Batista, o senhor por favor pode falar no microfone?

ADV. CELSO RENATO D'AVILA: Lembrá-lo do artigo 186 do Código Penal, exatamente nesse aspecto que o meu cliente está, está se negando a responder essas perguntas. Porque todas elas poderão trazer prejuízos a ele. E eu gostaria então que o assessor do Senado aí jurídico, ele examinasse o teor do artigo 186 do Código Penal, por favor. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Batista, sobre a GARANHUNS empreendimentos incorporações e participações, pergunto, por que o endereço oficial desta empresa é em um terreno baldio?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Essa empresa, desculpa, Excelência, essa empresa ela não foi montada por mim, ta? Ela... Já existia esse endereço. Isso aí foi usado até, tem várias empresas nessa cidade onde está que é simplesmente para, problema com imposto, é mais barato e tudo mais, mas e hoje para se ter uma empresa você pode ter uma empresa virtual, você recebe todas as...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas essa empresa não foi montada pelo senhor, então foi montada por quem?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Acho que é público, foi montada pelo senhor Lúcio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Lúcio Bolonha Funaro?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Atualmente onde ficam os negócios físicos da GARANHUNS?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Veja só, a GARANHUNS é uma empresa que já, não tem mais atividade nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas enquanto a GARANHUNS realizava negócios de intermediação e operações nos mais diversos mercados, onde é que ela estava fisicamente situada?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, eu acho que operei na GARANHUNS foi quando, ano de 2000, acho que 2001 que passou para mim, certo? 2001, novembro de 2001, certo? Eu não tinha o endereço, eu estava na minha casa, eu operava de qualquer lugar, eu não preciso estar em determinado lugar, num telefone celular faz-se qualquer operações, liga-se para a corretora, compra-se, vende, faz o que quiser. Isso é normal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até 2001 o proprietário da GARANHUNS era o senhor Lúcio Funaro?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor passou a figurar no contrato social da empresa somente a partir de 2001?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu passei a figurar no contrato a partir de novembro de 2001.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A partir de novembro de 2001? O senhor confirma que todas as correspondências continuaram a ser encaminhadas para o endereço indicado pelo senhor Lúcio Bolonha Funaro?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Como assim? Não estou entendendo, que endereço?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque o senhor Lúcio Funaro informou que a partir de 2001, mesmo não sendo mais proprietário da GARANHUNS, as correspondências encaminhadas para a empresa via Correio, enfim, ainda eram dirigidas para o endereço anterior, terreno esse de propriedade do senhor Lúcio Funaro.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, toda as correspondências que tinha na GARANHUNS eu as recebi. 2001, a contabilidade mandou todas as correspondências para mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que razão o senhor Funaro saiu da sociedade?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, eu acho que essa pergunta teria que ser dirigida a ele. Eu comprei a empresa numa época que eu precisava operar no mercado, eu tinha dificuldades e eu acho que eu tendo uma empresa seria mais fácil para me ingressar no mercado. Já declarei isso inclusive anteriormente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Funaro é reconhecidamente um operador de mercado exitoso. Ele amealhou um patrimônio considerável nos últimos anos, inclusive tido como um empresário rico. Eu pergunto: O sucesso do senhor Lúcio Funaro, os êxitos por ele obtidos, eles são anteriores ou apenas posteriores ao momento da saída dele da sociedade da GARANHUNS?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, eu conheço o senhor Lúcio Funaro já faz tempo e o senhor Lúcio Funaro, a meu ver, no meu entender, é um grande operador de mercado, é um... Sabe operar um jovem,

inteligente que sabe o que está fazendo, conhece o mercado financeiro. E obteve e obtém sucesso no mercado, isso eu posso falar para o senhor, conheço ele, sou amigo dele e é isso que eu posso falar, que ele já é uma pessoa que já tinha uma situação patrimonial, acredito que muito boa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, enquanto ele operou com a GARANHUNS ele também teve bons resultados?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim. Uma pessoa que é um operador de mercado. É que já vem de longe, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero interromper por apenas 2 minutos enquanto eu converso aqui com o advogado do Senado.

Sessão suspensa às 13h24

Sessão reaberta às 13h26

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu reabro a reunião solicitando a presença do Deputado Carlos Willian. Eu reabro a presente sessão informando que o entendimento da consultoria do Senado é que o senhor tem direito de não responder a todas as perguntas que lhe possam incriminar. Porém, esse mesmo direito não se estende a perguntas que, eventualmente, digam respeito a terceiros e que, eventualmente também, incriminem a terceiros. Então o senhor só tem o direito de se calar, o senhor só tem direito de se omitir a aquelas perguntas que estritamente incriminem o senhor. Mas isso não se estende para todas as outras que eventualmente digam respeito a terceiros. Dando prosseguimento, eu o indagaria: Em que circunstâncias o senhor conheceu o Lúcio Funaro?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu conheço, eu conheço o senhor Lúcio Funaro a bastante tempo, né? De mercado, acho que foi em 2000, 2000 não, 95, 96 eu já o conhecia. Conhecia assim de mercado, né? Éramos amigos de conversar assim. E depois estreitamos aí as nossas amizades, né? Conheci ele acho que 96 ou 97, uma coisa assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas quando é que passaram a ser amigos?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sempre fui amigo dele, sempre trocamos idéias a respeito de mercado financeiro e tudo mais, pela minha experiência eu sempre... Entre operador de mercado tem sempre esse papo, esse Happy Hour de o que é para comprar, para vender o que se faz. Agora, efetivamente, eu vir a trabalhar com... Cheguei a trabalhar junto com ele,

não para ele, foi em 2000, dois mil e pouco na Agenda, nós trabalhamos juntos numa mesma mesa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na Corretora Agenda?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria é ou já foi sócio da ESFORT TRADING?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria sabe quem são os sócios dessa empresa?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também não sabe?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: NÃO. EX... desculpa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): ESFORT TRADING?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não, não sei, não sei, desculpa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não sabe?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A ESFORT TRADING já figurou como sócia da GARANHUNS?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como o senhor não conhece a ESFORT TRADING?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: É que eu, desculpa Excelência não, entendia sua pergunta. O senhor pode perguntar tudo de novo para eu responder. Eu não entendi, me perdoe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro, Vossa Senhoria é ou já foi sócio da ESFORT TRADING.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu tenho 1% da GARANHUNS a ESFORT TRADING é a outra acionista da GARANHUNS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que Vossa Senhoria disse que não conhecia a ESFORT TRADING?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu não entendi, eu entendi outra... Eu entendi como outra empresa,

não entendi a sua pergunta. Talvez seja aqui o meu nervosismo. Porque--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então Vossa Senhoria tem 1% da GARANHUNS.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a ESFORT TRADING 99%?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem são os proprietários da ESFORT TRADING?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: é uma Offshore, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem são os proprietários?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, Offshore é um negócio tão fácil de se ter uma Offshore. Então é um...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Batista, quem são os proprietários da ESFORT TRADING? Ela detém 99% da empresa do senhor! O senhor não sabe quem são os controladores extremamente majoritários da empresa do senhor?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não sabe quem são os sócios da ESFORT TRADING? Os seus sócios?!

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, eu vou permanecer calado, não vou responder essa pergunta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas eu não vejo o que isso lhe incrimina, senhor Batista.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu acredito que me incrimina, eu entendo que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que senhor Batista?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu já fui... Excelência?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso não lhe incrimina, pode incriminar terceiros, não lhe incrimina, senhor Batista.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Excelência, entendo assim, já foi dito, já li através de jornais que a ESFORT TRADING, associaram isso até com narcotráfico! Até com uma série de coisas, como eu vou responder uma coisa dessa?! Então eu vou ficar calado.

{TROCA DE PRESIDENTE}

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Primeiro eu gostaria de tomar conhecimento do que se passa, fui chamado às pressas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Presidente Asdrúbal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Estava na outra Sub-relatoria.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Primeiro a presença de V.Exa. é extremamente honrosa para todos nós. Segundo porque o senhor José Carlos Batista, o nosso depoente, ele veio a essa CPMI na condição de investigado, portanto, não lhe é dado a obrigação, não lhe é dada a obrigação de assinar o termo de compromisso. Existe uma interpretação dúbia com relação ao *habeas corpus*, que foi concedido no dia 30 de agosto de 2005, oportunidade em que o senhor Batista veio aqui pela primeira vez na CPMI protegido, esse *habeas corpus* o senhor pode ver aqui, foi concedido pelo Ministro Marco Aurélio no dia 30 de agosto. A nossa convocação é superveniente, ela aconteceu em dezembro de 2005 e o agendamento em janeiro de 2006. Mas justamente por esse terceiro item do *habeas corpus* existe a dúvida com relação a interpretação dele. Porém, para não incorrerem em qualquer desrespeito constitucional, as garantias que são dadas ao senhor Batista, o consultor jurídico do Senado nos orientou que o senhor Batista tem o direito de se calar em todas aquelas perguntas que possam, eventualmente, incriminá-lo. Porém, esse direito não é extensivo para as perguntas que incriminem a terceiros. Ele pode se recusar a responder perguntas que lhe incriminem, mas não perguntas que incriminem a terceiros. Foi a interpretação do consultor jurídico que eu adotei, mas que submeto agora a análise de V.Exa. que além de tudo é um juro consultor de primeira linha e que a partir de agora eu passo a ter a honra de ter V.Exa. diretor e condutor dessa sessão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu agradeço a V.Exa. pela confiança demonstrada mais uma vez no modesto advogado provinciano, volto a repetir. E embora eu não seja criminalista, eu quero fazer minhas as palavras do consultor jurídico do Senado, mas vou mais além, eu creio que embora ele não esteja nesta condição, mas o princípio do direito romano de em dúvida pró-réu, me permite que entenda que ele acobertado que está, protegido que está por este, este *habeas corpus*, ele poderá se recusar realmente a dizer, até porque eventualmente as declarações que ele prestar com relação a terceiros, numa interpretação mais ampla elas poderão incriminá-lo. E porque, nobre, nobre Relator, eu

creio que nós devemos manter aquele princípio que esta CPMI vem sempre mantendo, mais amplo respeito às garantias individuais, não é? E se ele desejar responder que o faça. Se não, que não o faça e nós poderemos ter o direito de reconvocá-lo e buscar uma interpretação, até um entendimento com o próprio ministro Relator, para que nós não possamos transformar esta CPMI numa instituição que venha ferir os direitos e garantias individuais. É o meu entendimento e rogo com a devida vênia a V.Exa., que assim o faça para que amanhã esta CPMI não venha a ser acusada de infratora do que há de mais sublime no ser humano, além da vida, que é a liberdade.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Batista, repetirei a pergunta. O senhor conhece os sócios da ESFORT TRADING?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor não conhece os seus sócios?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não, não conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nos disse aqui que não é sócio da ESFORT TRADING?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu não entendi a sua pergunta.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que não figura no contrato social da ESFORT TRADING? Sim?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Como que é Excelência? Repita a pergunta, por favor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Primeiro o senhor disse que não conhecia a ESFORT TRADING, agora o senhor conhece.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu conheço a ESFORT TRADING, é a sócia, eu repeti para o senhor que ela é sócia da GARANHUNS, ela detém. Só que com a legislação lá fora, uma Offshore é transferido, é transferível, é um título de transferência.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, agora o senhor figura como sócio da empresa ESFORT TRADING? Eu já Sei que ela é sua sócia na GARANHUNS, mas o senhor é sócio dela? Figura no contrato da empresa ESFORT TRADING?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Excelência, eu vou ficar em silêncio. Eu acho que eu não vou responder essa pergunta, eu vou exercer o meu direito de me calar com relação a isso aí.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse caso, é melhor o senhor real-

mente... É melhor realmente o senhor não falar, porque senão o senhor vai ter que mentir. Nós estamos aqui com um documento--

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Relator, permita-me só um esclarecimento do Presidente. Este *habeas corpus* do Deputado Asdrúbal é referente a esse depoimento de hoje ou é referente a CPMI do Mensalão?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi referente a CPI do Mensalão.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Portanto não está hoje, ele não tem caráter extensivo? Dentro da interpretação que foi dada.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É uma interpretação dúbia, Deputado Gustavo Fruet, por causa do último item.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): E terceiro, estendo a liminar deferida, considerados os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, CPMI Correios, estendeu os efeitos a esta CPMI.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Obrigado, presidente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Estendeu naquela oportunidade. Evidentemente, que a convocação dele foi superveniente, nós não estamos falando sequer de uma reconvocação, porque ele foi convocado a prestar depoimento na Sub-relatoria dos Fundos de Pensão, que nem existia na época. Agora, porque evidentemente nós temos que adotar uma interpretação cuidadosa, então eu acato o entendimento do Presidente Asdrúbal. Mas eu dizia aqui, senhor Batista, nós temos aqui um documento de número 654769 que atesta, documento escrito em língua espanhola, presumo eu que esse documento seja do Uruguai, sede da ESFORT TRADING, que atesta que o senhor é sócio da ESFORT TRADING. Então diante desse documento, o senhor pode nos responder se o senhor é sócio ou não é sócio da ESFORT TRADING.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: O senhor tem o documento, eu vou ficar em silêncio. O senhor tem o documento na mão.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Diz ainda o seguinte, eu faço questão aqui de ler um item do documento: "O senhor José Carlos Batista foi designado como presidente do diretório desta empresa, na Assembléia Geral de acionistas, celebrada em 7 de dezembro de 2001." As atas inclusive estão em anexo. O senhor foi eleito pela Assembléia Geral de acionistas da ESFORT TRADING, presidente da diretoria da empresa e o senhor primeiro não conhecia, depois não sabia que era sua sócia,

depois não sabia que era sócio dela e, além disso, o senhor foi escolhido pelos acionistas da ESFORT TRADING como presidente do diretório da empresa. Está aqui um documento registrado em cartório com todas as assinaturas e autenticações necessárias. Senhor Deputado Carlos Willian, é um documento lavrado em cartório pela escritã Carmen Garcia Doval. Eu vou passar uma cópia para o senhor com todas as autenticações.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Só queria saber que tipo de documento. É uma ata?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me parece que é uma ata. Me parece que é uma ata.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Tá.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Batista que tipo de operações Vossa Senhoria costumava realizar através da ESFORT TRADING?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, eu não fiz nenhuma operação na ESFORT TRADING.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que o senhor fazia como presidente do diretório da empresa?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Como disse para o senhor, eu não fiz nenhuma operação em nome da ESFORT TRADING.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor aceitou ser indicado presidente do Diretório da ESFORT TRADING?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Excelência, eu não vou, eu não vou me manifestar a esse respeito, não vou falar porque eu acho que isso vai me prejudicar. Como disse para o senhor, estou aqui na condição de indiciado e isso vai me prejudicar a minha defesa posterior. Só vou falar sobre isso em juízo, posteriormente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A ESFORT TRADING passou a ter 99% da GARANHUNS, exatamente também em 2001 quando o senhor passou a figurar como sócio da empresa?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim? No mesmo tempo. E com quem o senhor conversou para compor a sociedade da GARANHUNS?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Excelência.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor disse que não conhece os sócios da ESFORT TRADING. Conversou com quem?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Excelência, vou ser repetitivo de novo, eu não vou manifestar a esse respeito. Eu acho que isso vai me prejudicar. Então vou continuar exercendo o meu direito de me calar com relação a GARANHUNS, a essa ESFORT TRADING.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): As decisões da GARANHUNS eram tomadas exclusivamente pelo senhor ou eram compartilhadas com outras pessoas?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Que decisões, Excelência?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que decisões? As decisões em geral. As decisões de como aplicar no mercado, dos investimentos a fazer, das operações. Das negociações comerciais, enfim.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Hoje, veja só, eu acho que quem, um operador de mercado, bolsa ou qualquer outro tipo de mercado você sempre consulta pessoas, você vê a tendência, o que está acontecendo no mercado. Isso eu posso falar para o senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem respondia por essas decisões pela GARANHUNS era o senhor?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim, estava em contrato.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exclusivamente o senhor.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sou eu.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor prestava conta das suas ações para os sócios da ESFORT TRADING?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Excelência, vou tornar a repetir para o senhor. Eu não vou falar nada sobre a ESFORT TRADING porque eu acho que isso me prejudica. Estou aqui numa condição de indiciado, eu acho que isso vai me prejudicar. Vou falar isso em juízo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe que existem sérias suspeitas de que o verdadeiro proprietário da ESFORT TRADING seja o senhor Lúcio Bolonha Funaro? O senhor já ouviu essas suspeitas?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, Excelência, eu li tanta coisa nos jornais ultimamente, que tem tanta coisa que se diz que uma a mais já li tudo, né? Os jornais cada hora sai uma novidade. Então... O que eu posso falar? Proprietário de tanta coisa, tantas empresas. Eu não posso afirmar nada.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, creio que os rumos da nossa reunião vão começar a ser diferentes. O Dr. Shalom, o advogado do Senado, nos traz aqui uma

decisão de 13 de setembro de 2005 do Ministro Marco Aurélio. Com o comparecimento do senhor Batista a CPMI do Mensalão, o Ministro Marco Aurélio considerou prejudicado o mandado de segurança, o *habeas corpus*. Considerou prejudicado o *habeas corpus*. Portanto, ele não tem mais validade. Eu submeto essa decisão de 13 de setembro a V.Exa. com a interpretação do Dr. Shalom. Peço a sua reconsideração para que possamos reindagar o senhor Batista.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Não se pode fazer qualquer julgamento, digamos assim, extra autos. Realmente nós desconsideraríamos que no julgamento do mérito do pedido de *habeas corpus*, aqui era apenas uma liminar. Posteriormente a concessão da liminar que foi do dia 30 de agosto de 2005 e com o comparecimento do depoente àquela Comissão, houve por bem o Ministro Marco Aurélio de no mérito assim decidir: Com a liminar deferida, viabilizou-se o comparecimento dos pacientes à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, munidos de salvo conduto, alcançou-se objetivo da impetração. Ante o quadro, declaro o prejuízo pedido final formulado. Publique-se, Brasília, 13 de setembro de 2005. Ministro Marco Aurélio. Tem a palavra Vossa Senhoria.

ADV. CELSO RENATO D'AVILA: Ele não compareceu na sessão. Essa sessão não foi adiada para agora. O mandado de segurança está valendo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem adiamento nenhum. Essa convocação é nova.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Um minutinho. Eu entendo a posição, posicionamento de Vossa Senhoria. Mas eu não posso me opor ao que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal. Ele julgou prejudicado o *habeas corpus*.

ADV. CELSO RENATO D'AVILA: Sim, porque já teria comparecido. Não compareceu, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim, mas de qualquer maneira julgou prejudicado. Eu não vou saber aqui se ele compareceu ou não compareceu. Eu vou me basear no que foi decidido pelo Ministro Marco Aurélio, que era o relator do processo. Julgando prejudicado o pedido final formulado. De maneira que eu gostaria que Vossa Senhoria então, a partir deste momento, não é? Atentasse porque já não está protegido por este *habeas corpus*.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Excelência, então eu me, peço a proteção do artigo 186 do Código Penal que diz claramente, posso lê-lo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Pode, por favor.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: “Devidamente qualificado e certificado o inteiro teor de acusação, o acusado será informado pelo juiz antes de iniciar o interrogatório do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas. O silêncio que não importará em confissão não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.” Esse é a nossa legislação vigente. E eu creio que a nobre Comissão tem que se ater aos dispositivos legais vigentes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu sou escravo da lei e do Regimento, de maneira que diante do disposto no artigo 186 do Código Penal, eu defiro o pedido de Vossa Senhoria.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, eu quero--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Para que nós possamos, em nenhum momento, possa pairar sobre esta Comissão sequer dúvida de que nós cerceamos o mais amplo direito à defesa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, eu peço a suspensão por um breve tempo, para que a gente possa conversar com o advogado do Senado para saber dos limites da interpretação e aplicação do artigo 186 do Código Penal. Porque eu entendo que não havendo a proteção do *habeas corpus*, o investigado ele tem compromissos para com esta Comissão, até para que ele não tenha condições de obstruir os nossos trabalhos, os trabalhos parlamentares que interessam a Ordem Pública e esse também é um preceito constitucional. Então, eu queria suspender para que nós pudéssemos conversar com o advogado do Senado e chegar a uma interpretação final de como deve ser aplicado o artigo 186 e como deve ser interpretado o fato do depoente não ter o *habeas corpus*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Suspendo a reunião pelo prazo de 15 minutos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou menos, pode até ser menos.

Sessão suspensa às 13h50

Sessão reaberta às 13h57

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Declaro reaberta a reunião e retorno a palavra ao senhor relator ACM Neto.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor José Carlos Batista, o senhor nega o fato de Lúcio Bolonha Funaro ser um dos sócios da ESFORT TRADING?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Repita para mim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nega o que senhor Lúcio Bolonha Funaro seja um dos sócios da ESFORT TRADING?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Nego.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nega?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Nego, ele não é sócio da ESFORT TRADING?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor sabe quem são os sócios?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Tem um contrato que senhor leu que está dizendo que sou eu.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, não apenas o senhor. Se o senhor sabe que ele não é então o senhor sabe quem são os sócios da ESFORT TRADING.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu vou ficar em silêncio. Eu não vou responder essa pergunta. Eu--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Olha, eu quero com toda a tranquilidade, olha, nós já tivemos situações muito parecidas com essa e eu sempre fui uma voz moderadora no sentido de não coagirmos os depoentes. Agora evidente, que declinar o nome dos sócios da ESFORT TRADING que possui 99% do controle da GARANHUNS, em nada irá incriminá-lo. Pode incriminar os sócios da ESFORT TRADING. Portanto, incriminar a terceiros. Eu peço o que senhor colabore. Eu peço que o senhor colabore. Porque nós vamos chegar a uma fase muito objetiva com números que eu vou mostrar ao senhor e eu quero ver se o senhor vai ter a mesma coragem de se recusar a responder ou de negar coisas que são verdadeiras. Mas vamos continuar, pois então o senhor saiba que não apenas esta CPMI, mas inclusive jornais de circulação nacional como o Correio Braziliense em determinada oportunidade e a Revista Época em outra, já levantaram suspeitas de que os sócios ocultos da ESFORT TRADING, seriam entre vários o Lúcio Bolonha Funaro e o senhor Ricardo Sérgio. Então, já que o senhor não quer nos ajudar apenas para que o senhor tenha essa informação. O senhor nega também o que senhor Ricardo Sérgio seja sócio oculto da ESFORT TRADING?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Nem conheço o senhor Ricardo Sérgio.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria detém algum tipo de negócio no Uruguai?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não, não tenho nenhum negócio no Uruguai.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhum negócio no Uruguai?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Naturalmente que Vossa Senhoria está afirmando isso desconsiderando os negócios da ESFORT TRADING.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu, José Carlos, não tenho nenhum negócio no Uruguai.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o José Carlos, diretor, presidente da ESFORT TRADING? Sócio da ESFORT TRADING. Tem negócios no Uruguai.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não tenho negócios no Uruguai.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E onde é que fica a ESFORT TRADING?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: No Uruguai. É uma empresa Uruguaia.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria já fez remessa de divisas para o exterior?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria conhece a corretora BÔNUS BANVAL?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Conhece os proprietários da corretora BÔNUS BANVAL?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: De nome.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Fishberg (F) e o senhor Quadrado, é isso?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria já realizou negócios com a corretora BÔNUS BANVAL?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Já.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que tipos de negócios foram esses?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Comprei e vendi lá. Comprei, fiz operações normais, operações de bolsa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E em geral Vossa Senhoria mantinha contatos com quem?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Na BÔNUS BAN-VAL. Qualquer pessoa da mesa que podia me atender.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas nunca com o senhor Quadrado e o senhor Breno?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria poderia detalhar a esta CPML o contrato assinado juntamente com o senhor Marcos Valério, para a compra de certificados de participação em reflorestamento no valor de 10 milhões.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, eu já falei sobre isso anteriormente, né? Eu acho inclusive, eu não vou falar sobre a GARANHUNS. Eu vou ficar calado, eu não vou falar sobre esse contrato. O contrato existe e eu já entreguei aqui na outra Comissão, entreguei aqui para vocês, tá? Está aqui. Foi entregue.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei, eu tenho uma cópia do contrato. Agora eu queria saber o que é que levou a realização desse contrato entre a GARANHUNS e o Marcos Valério? O senhor foi o responsável na GARANHUNS pelos contatos com o senhor Marcos Valério para a realização desse contrato de 10 milhões?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Como declarei anteriormente, eu fui procurado por um advogado. Só isso que eu posso--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem foi o advogado?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha não me lembro do nome da pessoa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não lembra ou o senhor não quer revelar o nome?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu não me lembro.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E esse advogado apresentou o senhor Marcos Valério?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu não conheço como já declarei, não conheço o senhor Marcos Valério.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas ainda assim fez um contrato de 10 milhões com ele?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim, tenho, o contrato está aí, era para comprar certificados.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem o hábito de fazer contratos dessa monta com pessoas que o senhor não conhece?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, veja só, para operar no mercado financeiro você não precisa conhecer. Não precisa conhecer as pessoas pessoalmente ou quem quer. Qualquer cliente chega, pode chegar e preencher um, fazer um contrato, qualquer coisa, não há necessidade de conhecer a pessoa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu até concordo com o senhor em algumas circunstâncias, mas o senhor Marcos Valério não é operador do mercado financeiro. Ele é publicitário, ele é, enfim, pode se dar qualquer denominação, menos operador do mercado financeiro.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Para mim era uma pessoa, o Marcos Valério, José, qualquer um para mim é uma pessoa normal, não tem diferença nenhuma.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria julga que tenha enriquecido durante a sua trajetória profissional?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não, não enriqueci.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não enriqueceu?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Queria que Vossa Senhoria a partir de agora nos justificasse milhões de reais que foram transacionados em seu nome. Eu perguntaria a nossa assessoria se a gente tem condições de apresentar os dados. Antes disso, por uma questão de esclarecimento, como é que Vossa Senhoria normalmente administra suas finanças pessoais?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não estou entendendo a sua pergunta.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, em geral, o senhor é um homem reservado, procura ser mais conservador nas suas operações? Procura poupar, enfim, ou gosta de arriscar com o seu patrimônio pessoal?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu, eu sou, meu pessoal eu sou um cara que gosto lógico de ganhar dinheiro, sou compulsivo, gasto mais do que eu ganho sempre, tá? Tenho esse tipo de problema. E eu não entendi direito a sua pergunta, onde o senhor quer...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor vai entender daqui a pouco. De onde são provenientes os recursos que Vossa Senhoria investe no mercado financeiro?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não entendi a pergunta.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quero saber sobre os recursos que Vossa Senhoria ou através da GARANHUNS ou como pessoa física então de onde são provenientes esses recursos?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha uma pessoa para operar no mercado financeiro, não tem necessariamente de ter muito dinheiro. Não precisa Ter... Existem operações no mercado, que uma pessoa pode chegar e ser um especulador. É lógico que ele tem que ter alguma coisa, ele arrisca alguma coisa, mas ele pode chegar lá comprar uma opção, chegar e fazer uma operação de alto risco e ganhar um bom dinheiro. Receber só o resultado da operação sem necessariamente colocar o dinheiro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Tem a palavra pela ordem.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Gostaria que V.Exa. disponibilizasse já de imediatamente uma cópia do material que vai ser exibido. Para que esse Parlamentar pudesse analisar, voltar página, analisar, fazer uma análise mais detalhada.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Com a palavra o senhor relator.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, eu vou pedir que a assessoria prepare, porque diferente da modalidade dos fundos de pensão, nós aqui fizemos um interrogatório misturado de perguntas e de dados. Então eu vou pedir a assessoria que separe os dados e que possa disponibilizar para V.Exa., para o Deputado Bittar, para o Deputado Asdrúbal.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Agora ou posteriormente?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tão logo fique pronto. Já imediatamente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Agradeço V.Exa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor, o desempenho do senhor Batista. Senhor Batista, em geral o senhor na BM&F operava com a GARANHUNS ou na pessoa física?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Física.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pessoa física? O senhor concorda

que para operar na pessoa física é preciso que o senhor tenha um suporte financeiro. Concorde?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: É incrível--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que o senhor possua recursos significativos, que dêem garantia e suporte às operações que o senhor realiza.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu concordo, desde, concordo e discordo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No que o senhor concorda e no que o senhor discorda?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Se a corretora permitir que eu opere e me dê a cobertura necessária eu opero como eu quiser.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está pronto? Enquanto eles prepararam. Senhor Batista, o senhor conhece o Waldir Vicente Prado?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conhece. O senhor Waldir Vicente Prado jamais operou com a sua corretora?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Com a minha corretora?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu não tenho corretora.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me perdoe. Com a empresa GARANHUNS?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Carlos Alberto Quaglia?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conhece?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Descarta também operações da GARANHUNS com a NATIMAR.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Descarto. Não conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Descarta? O Doleiro Alberto Yusuf?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Não conhece?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor Richard Waterloo, também doleiro.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Também não conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O Doleiro Dario Messer?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O doleiro Najum Turner.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não, não conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Não conhece? Está pronto? O senhor através da GARANHUNS operou com Fundos de Pensão?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não. Não operei não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Não operou?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Então é impossível que existam operações detectadas na BM&F do senhor com os Fundos de Pensão?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu não, veja só, Excelência, eu desconheço qualquer contraparte em qualquer operação.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Por favor. Peço um pouco de paciência, porque está ficando pronto aqui.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Sem nenhum problema.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O Renato Luciano Galli ele é o proprietário, pelo menos oficial, do apartamento que o senhor dispõe lá em Santo André.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Muito bem, o Renato Luciano Galli é sócio do Lúcio Funaro. O Lúcio Funaro já foi dono da GARANHUNS e ao que tudo indica é um dos sócios da ESFORT TRADING que controla a GARANHUNS. Isso tudo é mera coincidência?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu acredito que sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor acredita que sim?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Carlos Eduardo Carneiro Lemos?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): E o Paulo Martins.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Também não conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Gerente de investimentos da PRE-CE?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Não conhece? E a Fabiana Carneiro Carnaval.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor não conhece nenhum dirigente de Fundo de Pensão?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não, eu como eu já li aqui na minha carta aqui, contatos--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor pode falar no microfone, por favor.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Desculpa. O contato que eu tive, últimos contatos que eu tive relacionado a fundos que eu atendi como operador, trabalhando dentro de uma instituição, foi o que eu relatei aqui na minha carta. Foi a CENTRUS, aquela relação que eu dei aqui.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): E naquele período o senhor tinha contatos diretos com os dirigentes do Fundo de Pensão?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu falava na mesa de operações.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Apenas?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Apenas, cobrava ordens, pedia ordens, recebia ordens.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Por que está demorando aí? Problema tecnológico.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É um defeitinho que fica atrás da máquina.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Acontece. O senhor conhece o senhor André Figueiredo?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não, não conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas ele era da mesa da PRECE.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conhece?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não conheço, André.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Folha de S.Paulo do dia 6 de dezembro de 2005, afirma que documentos do COAF apontam conexões da corretora EURO, da empresa GARANHUNS, da NATIMAR e da corretora BÔNUS BANVAL. São documentos do COAF. “De acordo com o COAF, a EURO teria transferido 525 mil reais para a NATIMAR. E a NATIMAR, por sua vez, 275 mil para a RS ADMINISTRAÇÃO, offshore com sede no Panamá.” Existem processos administrativos da CVM e existe esse documento do COAF que envolvem o senhor com a corretora BÔNUS BANVAL, com a corretora EURO e com a empresa NATIMAR. O que o senhor nos diz disso?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Que eu desconheço isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor desconhece completamente todos os procedimentos da CVM?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu desconheço. Isso daí que o senhor está me falando eu desconheço. Como eu disse para o senhor, estou respondendo vários processos, estou respondendo CVM, né? Mas isso daí eu desconheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A gente vai lhe ajudar. A empresa GARANHUNS empreendimentos, incorporações e participação, foi apontada como tendo feito negócios com a CENTRUS, Fundo de Pensão do Banco Central. Vossa Senhoria tem conhecimento desses negócios com a CENTRUS?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não tenho conhecimento.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então eles foram anteriores a gestão de Vossa Senhoria na GARANHUNS?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Que ano que foi? Excelência.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos já. O jornal Correio Braziliense de 10 de agosto de 2005 publica: “A CVM encontrou o primeiro elo concreto entre a GARANHUNS, empresa protagonista do Mensalão, e um dos grandes Fundos de Pensão brasileiros, a CENTRUS. A descoberta ocorreu por acaso, em meio a investigação de denúncia da SPC. Segundo auditoria da gerência de análise de negócios da CVM, a GARANHUNS intermediou operações financeiras entre a Centrus e um grupo de investidores. Só por ter comprado ações e títulos de um

e os repassado a outros, a GARANHUNS levou 527 mil reais. Um pedaço mínimo dos 36 milhões mordidos do patrimônio da CENTRUS. A maior parte ficou com 8 investidores. Os detalhes do esquema constam num relatório em poder do Correio Braziliense, registrado como análise 4/2005 e assinado pelo analista da CVM Vicente Rosseto. Ele foi a campo investigar operações da CENTRUS a partir de denúncias de favorecimento a um grupo de amigos de diretores do Fundo. Esmiuçou diversas operações e identificou ligações antigas entre a CENTRUS e a GARANHUNS.” Eu pergunto: O senhor desconhece completamente essas informações? Porque aqui não há referência do período.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu desconheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Elas podem ter havido, elas podem ter ocorrido antes de 2001?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha eu desconheço a operação. Agora, período não sei, aí teria que verificar. Mas eu desconheço qualquer relacionamento da GARANHUNS--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando chegou lá não tomou conhecimento que existia um procedimento da CVM com a GARANHUNS? Porque hoje o senhor é responsável pela GARANHUNS.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por mais que não tenha sido no período do senhor, o senhor como atual responsável teria que por diligência ter acesso a essas informações. E o senhor desconhece completamente?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Desconheço, eu não tenho essa informação.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor. Por favor, apresentação. Operações do senhor José Carlos Batista na BM&F. Aqui nós temos, claro que são, veja, são operações onde há participação de Fundos de Pensão. Nós vamos fazer uma distinção entre as que há um mercado como um todo e também aquelas em que o senhor figura com Fundos de Pensão. É porque eu acabei, acabei de pedir para preparar, Deputado Bittar. Bom, esse primeiro dado, nós podemos ver o seguinte, as corretoras Laeta, São Paulo, Mercobank Master, BÔNUS BANVAL e Ipanema, foram selecionados pelos desempenhos que apresentam em operações com o senhor. Esse quadro aqui é um quadro geral, porque nós registramos ganhos da ordem de 16 milhões contra perdas da ordem de 9 milhões realizadas pelo senhor. Então o senhor ganhou 16 e perdeu 9. Nós temos aí um saldo exatamente de 7 milhões de reais.

A gente tem a composição desses 7 milhões? Seria interessante mandar preparar a composição dos 7 milhões. Mas--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Só para informação, pelo visto essas operações se referem a operações com Fundos de Pensão?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, essas são operações--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Está escrito lá EPPC, isso que eu não entendi.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, eu vou explicar, porque aqui a gente está vendo o desempenho do senhor Batista de ajustes negativos e positivos e fizemos uma conta de quanto ele ganhou e quanto ele perdeu na BM&F de 2000 a 2005. Depois a gente vai ver exatamente só com Fundos de Pensão, Deputado Bittar. Então, o senhor pode ver que existem registros de 7 milhões de ganhos líquidos, o senhor nos disse aqui que tem um patrimônio de 300 mil reais. Como é que a gente compatibiliza esse líquido de 7 milhões com um patrimônio de 300 mil reais?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha. Primeiro eu não reconheço isso daí. Eu não ganhei isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguém pode ter operado em nome do senhor?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não, veja só. As operações estão ali e estão dizendo que é minha. São minhas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certamente são suas.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Certo. Mas eu não reconheço, como eu disse, tem muita coisa, número absurdo desse.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto ao senhor--

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu questiono esse número.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá bom. Eu pergunto--

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu não acredito nisso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É possível que o senhor estivesse operando para alguém?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é possível?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não é possível.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor estava operando para si próprio?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode ver ali, nós destrinchamos inclusive com as principais corretoras com as quais o senhor operou, o senhor conhece a corretora Laeta?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Conhece o senhor César Sassoun?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: De nome conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mantém muitos negócios com a corretora Laeta?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Fui cliente da corretora Laeta.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi cliente da corretora Laeta?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim senhor. Mas esse número eu não reconheço. Como eu disse aqui na minha carta, não reconheço esses números, esses números para mim são números absurdos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Números absurdos.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Muito grandes. Acho que isso daí--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): São números da quebra do sigilo do senhor.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Pode ser quebra de sigilo, mas está errado, alguma conta está errada aí.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não está errado não.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Está errado sim, Excelência.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem patrimônio que é completamente incompatível com as movimentações que fez nos mais diversos mercados. Por favor, o próximo slide. Aqui, a gente tem... Isso aqui... Essas são operações... Movimentação financeira do senhor em 20 de setembro de 2002. Extrato bancário do senhor José Carlos Batista no Banco do Brasil. A gente percebe que o senhor nesse dia fez essas operações com a Laeta, com a BÔNUS BANVAL e com a OVERJET. O senhor conhece a OVERJET INFORMÁTICA?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não me lembro não, não me lembro. Tem tanta coisa que não--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não se lembra da OVERJET INFORMÁTICA?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não me lembro. Tanta coisa aqui na minha cabeça que agora não me lembro de nada.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No dia 20 de setembro de 2002, a que se devem essas operações com a Laeta e com a BÔNUS BANVAL?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Excelência, é para responder isso para o senhor?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu não vou me lembrar de 2002, tantas que eu estou vivendo atualmente, que eu não vou me lembrar desse tipo de operação. Não vou me lembrar disso, números muita, muita coisa na minha cabeça. O senhor me desculpa, eu não--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós fazemos aqui duas constatações. A primeira é que os recursos que financiaram o pagamento de 580 mil feito a OVERJET, referem-se às transações no mercado financeiro. Visto que a corretora Laeta creditou na conta de Vossa Senhoria o valor de um milhão 484 mil 194 reais e 91 centavos, no mesmo dia do referido pagamento. Poderia estar havendo uma transferência de recursos da Laeta para OVERJET?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu não vou lhe responder essa pergunta. Eu acho que não devo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não deve?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não vou responder essa pergunta. Não tenho conhecimento.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não quer dizer quem são os proprietários da OVERJET?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Vou me reservar no direito de permanecer--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Faz sentido uma empresa que movimentava em um só dia 580 mil reais ser classificada como microempresa?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não vou, acho que não sou eu para classificar isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): As microempresas estão limitadas a um faturamento anual de até 1,2 milhões.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Excelência, vou me calar.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa seria mais uma forma de burlar o FISCO?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Fico calado, Excelência, vou permanecer calado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Verifica-se que os créditos que suportam os débitos em cheques e transferências em sua conta-corrente, são predominantemente oriundos de corretoras que operam no mercado financeiro, algumas delas inclusive muito conhecidas nossas. Não é muita coincidência haver um volume muito grande de transações da BÔNUS BANVAL com o senhor, transferências da BÔNUS BANVAL e negociações em geral com o senhor e justamente ser a GARANHUNS e a BÔNUS BANVAL, as duas empresas escolhidas para transferir os recursos do Mensalão? Que afinidades eram essas, entre a GARANHUNS e a BÔNUS BANVAL?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, eu vou ficar em silêncio. Eu vou ficar no meu direito, né? De ficar em silêncio. Não vou responder essa pergunta, me reservo no direito de permanecer calado com relação a isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Toda vez que o senhor se reserva ao direito de permanecer calado eu presumo que são coisas que vão incriminá-lo. Se são coisas que vão incriminá-lo é porque a afirmação desse Sub-relator ela tem coerência. Vossa Senhoria poderia nos dizer se os recursos que financiaram os pagamentos a políticos poderiam ter sido provenientes de operações com corretoras de valores e Fundos de Pensão no mercado financeiro?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, Excelência, eu não vou responder isso para o senhor. Não sei dizer isso para o senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não vai responder?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria só apresentar aquele esquema das movimentações financeiras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Suspendo a seção por 5 minutos a pedido do depoente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Movimentação financeira envolvendo o senhor José Carlos Batista. Isso.

Sessão suspensa às 14h28

Sessão reaberta às 14h30

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Está reaberta a reunião. Com a palavra o senhor Relator.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Depois do 2002 a GARANHUNS continuou mantendo negócios com a OVERJET?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Essa, eu não conheço, eu me reservo ao direito de permanecer calado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor se reserva ao direito de permanecer calado. Nós fizemos aqui uma constatação, certo, de pagamentos realizados por Vossa Senhoria em 2002, em 2002 no valor de 580 mil reais a essa empresa OVERJET. Certo? Seria uma primeira constatação de que é uma empresa que tem negociações com a GARANHUNS. Agora, existem suspeitas que a partir de 2002, a OVERJET continuou operando com o senhor. O senhor sabe que a OVERJET INFORMÁTICA LTDA teve o sigilo quebrado por esta CPMI?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Desconheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabia que a sugestão de quebra do sigilo foi feita pela Sub-relatoria de movimentação financeira?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Desconheço, Excelência.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por desconfiar, justamente dos negócios irregulares da OVERJET com a GARANHUNS?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não tenho conhecimento.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Continua desconhecendo. Eu não vou mostrar aqui o quadro da PRECE, poderia até porque o sigilo do senhor Batista está quebrado. Mas para o deputado Carlos Willian já não reagir, eu vou apenas comentar e apresentar ao senhor Batista.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Presidente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Tem a palavra nobre Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Gostaria de deixar claro que por minha parte, não existe nenhum incômodo em apresentar nenhum dados. Assim como V.Exa. é advogado e eu também sou e a prova disso até que apresentasse nessa CPMI uma decisão final do processo que nós não tínhamos conhecimento, nós temos que velar pela lei, as leis que nós mesmos fazemos nessas Casas. Então, por mim, pode apresentar qualquer dado de qualquer pessoa, de qualquer empresa, de qualquer corretora. Desde que a pessoa que o faça responsabilize perante as determinações judiciais que nós temos nessa Casa. Muito obrigado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu continuo. Nós constatamos, eu não vou mostrar o quadro, nós constatamos em diversas ocasiões que Vossa Senhoria operou na BM&F e Vossa Senhoria vai dizer que não sabia, mas que não tinha como saber, mas verificou-se que em muitas das operações que Vossa Senhoria fez, as contrapartes eram Fundos de Pensão. Sobre tudo a PRECE. Claro que eu não posso aqui querer achar que a PRECE ou que irregularidades com a Prece puderam ter contribuído para o enriquecimento do senhor e a conseqüente transferência de recursos para o senhor Marcos Valério. Não estou fazendo essa associação ainda e acho difícil porque a PRECE é um Fundo do Rio de Janeiro, são outros problemas, problemas colaterais. Mas muito bem, o que é que se verifica? Que em muitas operações a PRECE incorreu em perdas e com o ajuste positivo era atribuído ao senhor. Essas operações, chamo atenção, essas operações eram intermediadas em geral, em geral, pelas corretoras BÔNUS BANVAL e Laeta. Então, eram operações onde a PRECE registrava ajustes negativos, o senhor registrava ajustes positivos e no meio das operações estavam as corretoras BÔNUS BANVAL e Laeta. Eu tenho aqui operações do dia 30 do 10 de 2002, do dia 7 do 5 de 2003, dia 14 do 7 de 2003, 25 do 9 de 2003, a maioria delas, portanto, em 2003. Como é que Vossa Senhoria classifica o desempenho da BÔNUS BANVAL e da Laeta quanto a prestação dos serviços de cada uma delas? É bom, é ruim?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu analisar as corretoras?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim. Nos negócios que a BÔNUS BANVAL e a Laeta realizaram com Vossa Senhoria, em geral, elas tinham bom ou mal desempenho?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu operei na Laeta corretora, fui sempre muito bem atendido, não tenho nada contra, a BÔNUS BANVAL foi, o que operei lá foi pequena, não tive quase operações lá e isso que eu posso dizer. E fui muito bem atendido, só isso. Agora não vou classificar a corretora e mais uma vez desconheço qualquer contraparte em qualquer operação de bolsa. Não tenho que saber quem é contraparte.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não considera que também é muita coincidência estar de um lado um Fundo de Pensão, do outro lado o senhor, Fundo de Pensão ter o ajuste negativo, o senhor ter o ajuste positivo e no meio as duas corretoras que intermediavam as operações justamente eram a BÔNUS BANVAL e a Laeta.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não, como estou explicando para o senhor, eu desconheço qualquer

contraparte em qualquer operação. Se compra na bolsa não sei se eu estou comprando, não sei se está vendendo se é o A, B, Joaquim ou se é o José. Isso eu posso falar para o senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós verificamos na quebra do seu sigilo, que em 30 de 10 de 2002, o senhor foi beneficiado por uma operação de futuro que lhe rendeu 103 mil e 800 reais. Em detrimento de um resultado negativo para a PRECE. A que o senhor atribui exatamente essa operação?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Como acabei de falar para V.Exa., eu não sei quem é o contrapartida. É claro que se alguém ganha alguém perde, isso é normal, agora quem é contrapartida do mercado eu desconheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei que Vossa Senhoria vai continuar insistindo nessa linha, agora não é anormal, não é estranho que nas operações de BM&F Vossa Senhoria sempre tivesse figurando de um lado que estava ganhando e o Fundo de Pensão figurando de um lado que estava perdendo?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Como eu falei para Vossa Senhoria, eu não sei quem que está perdendo, eu desconheço contraparte. A operação... Se tive sucesso na operação tudo bem, agora quem perdeu, desconheço. Continuo afirmando para V.Exa..

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não seria natural que, pelo menos, em algumas operações o Fundo tivesse ajustes positivos? Aí eu me pergunto como conhecedor do mercado, vamos falar em tese, não seria natural que pelo menos em algumas operações os fundos ganhassem?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Excelência, eu... Eu vou ficar calado mas, o que eu vou responder? Eu vou ficar calado com relação a essa pergunta. Vou exercer o meu direito de ficar calado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá bom. Eu vou então recorrer a outras operações. O senhor realizou 12 operações no mercado de opções flexíveis de dólar sem garantia. O que é que significa dizer sem garantia da bolsa? Significa dizer que o senhor não tinha como não saber a contraparte porque eram operações sem garantia, então o senhor sabia quem estava do outro lado. Essas operações elas aconteceram entre janeiro de 2002 e março de 2003. 10 destas operações foram de vendas registradas pela corretora São Paulo e duas foram opções de compra registradas pela corretora Laeta. O ganho verificado foi de 7 milhões 410 mil e 270 reais para o senhor. Nós temos como apresentar as operações? Porque aí ele não vai ter como não... Tem no

slide? Não, não, não. Então eu peço ao Presidente que me permita. Então o senhor pode ver aqui, nós temos a lista completa de todas as operações, são 12, certo? São opções flexíveis de dólar sem garantia, o senhor já sabe e as corretoras que intermediaram essas operações foram a corretora São Paulo e a Laeta. Está aqui, o senhor pode ver. Certo?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. O senhor--

>> Quem são as contrapartes.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós vamos chegar, Deputado. O senhor vendeu o direito de a São Paulo corretora lhe vender dólar a preço sempre abaixo do dólar spot, na data da operação. O detalhe é que em 2002, segundo o Relatório Focus do Banco Central, a expectativa de mercado era de valorização cambial, como mostra essa tabela que eu trouxe para ajudar o senhor. O senhor pode ver aqui. Então eu farei as perguntas: Por que a São Paulo corretora aceitava comprar de Vossa Senhoria o direito de lhe vender dólares a um preço de exercício sempre abaixo da cotação spot do dia, uma vez que o mercado sinalizava e o relatório está aqui, a expectativa de desvalorização ao longo de 2002?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu acho que essa pergunta não cabe a mim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Cabe a quem?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: A São Paulo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabia que em outros moldes, porém, quase muito próximo desse mesmo procedimento a corretora São Paulo, já se verificou que a corretora São Paulo com o senhor Lúcio Funaro promoveram uma perda de 30 milhões para o Banco do Brasil?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Desconheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foram 10 operações nas quais a São Paulo lhe pagou prêmios no total de 3 milhões 942 mil e 270 reais. Eu lhe pergunto: A corretora São Paulo lhe pagou prêmios de 3 milhões, 942 mil, 270 reais.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Que ano?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso, Deputado Bittar, entre janeiro de 2002 e março de 2003. Eu lhe pergunto: A corretora São Paulo jogou dinheiro fora?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu, eu torno a responder para V.Exa., essa pergunta tem que ser dirigida a São Paulo. Não a mim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esses 7 milhões totais que nós vimos aqui que o senhor teve de resultado, são compatíveis com o patrimônio de 300 mil reais que o senhor nos diz ter?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Excelência, eu vou, como eu disse para o senhor, eu já estou respondendo a vários processos, inclusive receita e tudo mais. Isso daqui... Então eu vou ficar calado, não vou responder isso para o senhor. Vou permanecer no meu, vou exercer o meu direito.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Jorge Ribeiro dos Santos, diretor geral da corretora São Paulo, responsável pelas operações e que estará aqui na semana que vem, declarou em 21 do 9 de 2004 à Comissão de inquérito da CVM, que a concessão de crédito a Vossa Senhoria, nessas operações, sem garantia, se deu porque a corretora São Paulo conhecia a sua situação financeira e patrimonial. Essa foi uma declaração do proprietário da corretora São Paulo. Acontece que na sua ficha cadastral na própria corretora datada de 23 do 10 de 2001, o seu patrimônio era de um milhão 965 mil reais, composto por imóveis no valor de um milhão e 900 mil reais e de um veículo no valor de 65 mil reais. Em 22 do 8 de 2002 o seu patrimônio havia caído para um milhão 495 mil reais. Veja, o senhor reconhece que esse foi o patrimônio que o senhor registrou no cadastro da corretora São Paulo?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não vou, Excelência, eu não vou... Vou exercer o meu direito de ficar calado. Não vou falar sobre números, não vou fazer juízo de números, eu estou respondendo a processos referente a tudo isso. Isso vai me prejudicar, então eu vou exercer o meu direito de permanecer calado. Me desculpe.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor registrou no cadastro da corretora São Paulo um patrimônio de um milhão 965 mil reais. Só para frisar, o senhor fala aqui em 300 mil como seu patrimônio. Porque o senhor não gosta de ser chamado de laranja, senhor Batista. Não é verdade?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não sou laranja.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor tem que ajudar a entender as movimentações que o senhor fez e a compatibilidade dessas movimentações com o patrimônio do senhor, mas vamos lá, eu lhe pergunto: Vossa Senhoria daria crédito para uma pessoa com o patrimônio registrado de um milhão 965 mil reais, para realizar esse montante de operações que foram realizadas com a corretora São Paulo?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Excelência, eu torno a repetir para o senhor, isso é uma pergunta que tem que ser dirigido ao dono da corretora São Paulo. Se ele me deu o crédito, eu realizei, se ele me desse um crédito de novo, se eu for operar lá, que não opere e ele me desse um crédito eu operaria, eu entraria no mercado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como após lucrar cerca de 7 milhões de reais ao longo de 2002, o seu patrimônio caiu e aqui eu vou pegar um único dado que nós temos que o dado cadastral da Corretora São Paulo, que indica uma queda de um milhão 965 mil para um milhão 495 mil, uma queda de 500 mil no patrimônio, o senhor registrou em 2002 no cadastro da corretora São Paulo, mas lucrou com a própria corretora São Paulo 7 milhões de reais. Como é que isso se justifica?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Torno a afirmar, o senhor pergunta para o proprietário da São Paulo Corretora. Isso ele que tem que responder.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele teria que responder, porque aceitou a declaração de redução do patrimônio, mas o senhor precisa nos responder por que motivou essa declaração.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu vou ficar calado, Excelência.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós temos aqui um dado que mostra que justamente as corretoras com quem o senhor mais ganhou nas operações de mercado, e eu chamo atenção para esse dado. As corretoras com quem o senhor Batista mais ganha quando opera no mercado nesses 5 anos, são justamente as corretoras que mais perderam para os Fundos de Pensão. Então, a corretora está perdendo para o Fundo de Pensão, o senhor Batista está ganhando para a corretora, senhor Batista tem um patrimônio incompatível com o que declara, o senhor Batista participa de um processo de transferência de recursos para o senhor Marcos Valério. Então nós temos, eu repito, o Fundo perdendo, o senhor Batista ganhando, porque o fundo perde para a corretora nas operações que envolvem a corretora, o senhor Batista ganha nas operações que envolvem a corretora, não necessariamente nesse caso aqui, operações do Batista com os Fundos, mas operações do Batista com a corretora. Depois o senhor Batista é chamado a transferir recursos para o senhor Marcos Valério. Eu pergunto: Será que nesses recursos que foram transferidos para o senhor Marcos Valério não tinham também recursos de Fundos de Pensão?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu desconheço que eu tenha transferido qualquer recurso para o se-

nhor Marcos Valério. Eu nunca transferei recursos para o senhor Marcos Valério.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E as transferências o que senhor fez para o Partido Liberal?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu declarei na outra CPI que eu estive aqui, que eu recebi recursos do senhor Marcos Valério através da GARANHUNS e esses recursos foram repassados ao PL. Essa é a declaração que eu fiz.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: E eu transferei, desculpa, Excelência, eu transferei recurso para o senhor Marcos Valério? Eu não transferei nenhum recurso para o senhor Marcos Valério. Nem o conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo bem, o senhor transferiu para o Partido Liberal, agora o senhor tinha esse controle de contabilidade do que é o que senhor recebia do senhor Marcos Valério e do que o senhor recebia de outras fontes? Ou a contabilidade era uma só? As contas eram as mesmas?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Excelência, eu vou permanecer, vou usar o meu direito de permanecer calado. Desculpa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que pode significar que recursos que o senhor recebeu em operações com certas corretoras, corretoras que ganham inexplicavelmente com os Fundos de Pensão, significa dizer que esses recursos que o senhor ganhou em operações financeiras no mercado, eles tiveram a mesma entrada que tiveram os recursos do senhor Marcos Valério. É isso?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu não entendia pergunta, Excelência, pode repetir?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Posso repetir.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Pois não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Marcos Valério, segundo o senhor nos disse, repassou recursos para o senhor que depois o senhor repassou para o Partido Liberal. A fonte receptora desses recursos, as contas da empresa do senhor que receberam esses recursos eram exatamente as mesmas o que senhor recebia das operações que ganhava e que operava em geral no mercado financeiro?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Excelência, eu vou--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A contabilidade era a mesma?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu vou permanecer calado, Excelência, eu vou exercer o meu direito, eu vou permanecer calado com relação a isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor continua... Sr. Presidente, eu tenho ainda algumas outras perguntas, mas eu quero fazer um exame de dois dados, então eu vou devolver a palavra a V.Exa. para que os demais Parlamentares possam se pronunciar e depois eu retomaria os questionamentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Carlos Willian. Pelo prazo improrrogável de 15 minutos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Agradeço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Depoente tem que tomar medicamento?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois não, a vontade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Suspendo por 5 minutos.

Sessão suspensa às 14h50

Sessão reaberta às 14h55

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Reabro a reunião e devolvo a palavra ao deputado Carlos Willian. Antes, informando aos presentes, a presença do Dr. Raimundo Hermes Barbosa, que também é advogado do depoente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois bem, Sr. Presidente, senhor Carlos Batista, eu gostaria de saber se a GARANHUNS, GARANHUNS fez alguma contribuição para alguma campanha política ou algum político?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Dá para o senhor especificar? Eu recebi recursos que foram... É público, né? Eu recebi recursos que foram transferidos para o PL.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Só para o PL? No Rio de Janeiro o senhor transferiu mais algum recurso para algum político ou partido político?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, que eu me lembre, que eu me lembre não. Pode ser que eu tenha recebido alguma ordem, alguma coisa para transferir algum recurso, mas eu não, especificamente não me lembro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece o senhor Carlos Eduardo Valente?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, não me é estranho, não me é estranho, já ouvi esse--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Eu vou falar para o senhor quem é. Ele é casado com a prima do chefe de gabinete do Prefeito César Maia do Rio de Janeiro e ele foi tesoureiro das campanhas políticas do PFL, que está envolvido na CPMI dos bingos, conforme matéria colocada pela revista que está aqui. Que chama Casa dos Amigos, e ele foi também, houve um requerimento para ele ser ouvido na CPMI dos bingos. E pelo que me consta, ainda não apurado, mas é o nosso objetivo, que a GARANHUNS fez doações políticas para este senhor que tem o nome de Carlos Eduardo Valente, onde ele ajudou na campanha política do PFL. O senhor se lembra de alguma coisa a respeito disso?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Já até tinham me feito, já fui inquirido por um jornalista, me fez essa pergunta inclusive eu para não cometer nenhuma injustiça, eu trouxe aqui uma série de documentos que eu pedi junto aos bancos aonde a GARANHUNS tem contas, pedi especificamente para não cometer nenhuma... Pedi as cópias, cheques, transferências desde a abertura da conta da empresa até o encerramento, então eu fiz esse pedido, eu tenho até o protocolo aqui para--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Bom, então o senhor responde que não?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Só um minuto. Vossa Senhoria poderia encaminhar esses documentos ao Relator?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, eu posso pedir todos... Porque eu trouxe aqui para lhe entregar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Pode passar a nossas mãos? Podemos estabelecer o seguinte, logo após o término da reunião, Vossa Senhoria pode reunir com o Relator ACM Neto e passar esses documentos, por favor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Senhor José Carlos então a resposta a minha pergunta é não?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Veja só, eu não posso afirmar, nem que sim e nem que não, eu já solicitei tudo junto aos bancos que eu possuo conta tanto na pessoa física como na jurídica, todos os, as transferências.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Então eu posso entender que o senhor não discorda de que tenha ajudado financeiramente o PFL na campanha política?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não entendi, repete, por favor, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

A minha pergunta primeira, se o senhor ajudou o PFL através do senhor Carlos Eduardo Valente que é ca-

sado com a prima do chefe de gabinete do Prefeito César Maia em campanha política?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu não conheço essa pessoa, eu não conheço. Posso, como eu estou falando para o senhor, posso ter feito alguma transferência, qualquer coisa nesse sentido, porque já me fizeram a pergunta, então eu tomei a liberdade, eu tomei, de pedi todos os meus extratos para posteriormente esclarecer isso.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Ok. Pois bem, o senhor disse que não conhece, o senhor disse que conhece, é amigo do senhor Lúcio Funaro?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ele

tem e está constantemente citado nessa CPMI como um dos possíveis articuladores, dessas possíveis irregularidades que estão ocorrendo em desvio de Fundos de Pensão. O senhor como amigo dele, o senhor confirma que realmente ele está envolvido ou não?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não. Eu sou amigo do Lúcio a muito tempo, acho, a impressão, já me fizeram essa pergunta, uma pessoa muito inteligente, que sabe operar, um super operador na bolsa, um cara que conhece e sabe o que está fazendo. Isso que eu posso dar referência sobre o senhor Lúcio Funaro que é meu amigo, isso eu posso dizer, afirmar isso, jamais.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Sr. Presidente, eu insisto a esta Mesa, que tome as providências para que o senhor Lúcio Funaro venha a esta CPMI.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Quarta-feira, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Quarta-feira? O mais rápido possível. E ainda sugiro que a V.Exa. que tome as medidas, de cautelas para que não ocorra citação de última hora, igual já ocorreu com alguns depoentes que eu convoquei a essa CPMI e como também já aconteceu com o Deputado ACM Neto e assim como outros depoentes, para que essa CPMI já tome as providências o mais rápido possível, para que ele não deixe realmente de estar aqui, porque eu acho que é uma, um dos passos mais importantes desta CPMI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL

BENTES (PMDB-PA): A Mesa adotará as providências, senhor Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Muito obrigado. Senhor José Carlos, o senhor teve ganho e teve perdas.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

E aqui também nós tivemos dados fornecidos pela

BM&F que o senhor contestou. O senhor acha que os dados da BM&F são dados concretos? São dados duvidosos?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, eu só acho que o que apresentaram, o número absurdo, tá? Eu discordo disso, eu estou, me sinto até tipo perseguido pela BM&F, CVM, uma série de coisas que divulgo antes de concluir qualquer coisa, divulgam até na imprensa saiu o depoimento meu, coisa que--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É absurdo o senhor ganhar 7 milhões?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, como disse para o senhor, eu não concordo com os números que estão falando.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Presidente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é? Não-- porque ele disse que são absurdos os números.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Estão divulgando que eu ganhei 16 milhões de reais.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A gente está vendo aqui em operação com a corretora de São Paulo que o senhor ganha 7. Então aquele 7 de lá são absurdos e esses daqui não são? Por favor, o senhor explique?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, eu vou permanecer calado, Excelência. Eu disse para o senhor, eu acho um número, o número é muito grande.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu venho reafirmar mais uma vez a necessidade de convocar a essa CPMI, o representante da BM&F para poder esclarecer. Porque quase todos os depoentes que venham aqui discordam dos dados. Vou providenciar este requerimento para que possa ser votado na semana que vem, mais uma vez vou requerer e vou reiterar. Sr. Presidente, senhor José Carlos Batista, desculpe, Vossa Senhoria sabe informar se existe alguma autoridade do mercado financeiro, Banco Central, qualquer coisa nesse sentido, que trabalhava na MAGLIANO sociedade anônima que é a CCVM? Ou seja, o senhor conhece o senhor Rui?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Rui?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Lui, L-U-I.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Tinha, na minha época que eu trabalhei na MAGLIANO tinha uma pessoa que chamava Lui.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ele é primo do Luiz Figueiredo?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Pelo que eu ouvia falar sim.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Presidente, também acho importante nós colocarmos em votação a convocação da MAGLIANO CCVM, que ainda não foi escolhido e não foi dado prioridades para que seja votado e aqui comparecesse o representante da MAGLIANO. O senhor conhece o senhor Francisco Cavalcante?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O que o senhor pode me falar?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu trabalhei com ele na Lavra Corretora e foi através dele que eu fui trabalhar na MAGLIANO Corretora de valores.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor... Ok. Ele é ex-patrão do senhor, não é?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ex-patrão do senhor?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ele operava com a MAGLIANO?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Nós somos, nós somos, é que acontece entre as corretoras, é... Quando a Lavra terminou, fechou, acho que vendeu as cartas patentes, então nós fomos trabalhar numa corretora. Na MAGLIANO corretora, então nós fomos numa equipe para lá, né? depois firmamos lá.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece o Fundo Guimel Fund(F)?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não conheço, ouvi alguma coisa mas não conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Esse Fundo Guimel Fund(F) ele era operado pelo senhor Benito Siciliano, o senhor conhece o senhor Benito Siciliano?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não, não conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois bem, Sr. Presidente, caro Sub-relator, eu sugiro também que nós deveríamos quebrar, quebrar os sigilos deste Fundo Guimel Fund(F) que é ligado ao senhor Benito Siciliano, que foi inclusive convocado para estar aqui aprovado hoje.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que fundo é esse?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Esse fundo é ligado e era operado pelo senhor Benito Siciliano.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, qual é a qualificação desse fundo? É um fundo de investimento financeiro?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Fundo de investimento financeiro. O senhor pode me

dizer quais as fundações que operavam com a MAGLIANO?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Fundações que operavam com a corretora eu não, eu posso dizer para o senhor como já disse na minha carta o seguinte: Que eu atendia como operador a essas fundações na MAGLIANO, mas não as fundações eu jamais vou... Os clientes da corretora eu não tenho que saber. Os clientes que eu atendia como operador lá dentro que foi a Centrus, a Funcef, a Fundação Bannisul e a Fundação Corsan. Essas fundações eu atendia.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, o senhor conhece, aproveitando o que senhor falou sobre algumas fundações, o senhor conhece a NUCLEOS? pessoas da NUCLEOS?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Da Centrus?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Da Centrus eu atendi.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Da Previ?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Cheguei a atender a Previ também.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Da Prece?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não conhece ninguém dos Fundos de Pensões PRECE não, conhece a PRECE?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Conheço de jornais.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Já operou com a Prece?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não operei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Vou restabelecer 3 minutos a V.Exa. pela intervenção do Sub-relator.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Além da procura de documentos, 5 minutos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Não chegou a meio minuto.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): 5 minutos, Sr. Presidente. O senhor conhece o doleiro Paulo Tiepo?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não, esse nome não me é estranho, né? Eu conheço, acho que existia até uma corretora com esse nome, tá?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece o senhor Marco Antônio Cursini?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não, não conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece o senhor Isaque Kerson (F)?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não, não conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece o senhor Marcelo Duarte?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É? O senhor sabe dizer se ele era cliente da MAGLIANO CCVM?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu cheguei a atendê-lo lá como cliente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Como cliente da MAGLIANO.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sei. Qual que era a profissão do senhor antes da entrar no mercado?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Como assim, a minha profissão?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É. Sempre foi essa?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Desde que eu me conheço, sempre comecei a trabalhar nesse mercado eu tinha 13 anos, eu estou até hoje?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ok. O senhor conhece o senhor Adonis Assunção.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Adonis Assunção?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Adonis, aqui está com acento. Adonis.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Existe um relacionamento dele com a MAGLIANO?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu o atendi como cliente também na MAGLIANO Corretora.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece o senhor Ulisses Pereira?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece o senhor Antônio Aureliano Filho?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Existe um relacionamento dele com a MAGLIANO CCVM?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Conheci, atendi como disse para o senhor, eu atendi, atendi a vários clientes, entre eles, atendi como cliente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sei. Vossa Senhoria conhece a sintonia DTVM.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sintonia, uma distribuidora que operava com a gente. [Campainha tocando]

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece o senhor Denis Guerson?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Denis? Era um estagiário, né? Acho que era um estagiário.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor o conheceu aonde?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Conheci na MAGLIANO, se não me engano é isso, Denis.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor acha que com todas essas corretoras que foram quebrados os sigilos, que estão vindo aqui na CPMI pelo objetivo da CPMI, o senhor acha que a MAGLIANO também deveria vir aqui prestar esclarecimentos?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu não vou dizer isso para o senhor, eu não posso falar uma coisa dessa, quem sou eu para dizer quem vem e quem não vem? Vou ficar calado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Acho que pode estar envolvido com os mesmos casos das outras corretoras?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, eu vou ficar calado. Eu não vou dar a minha opinião aqui, dizer quem tem que vir, quem tem que não vir. Vou permanecer calado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Presidente, exatamente encerrado o meu prazo, eu agradeço V.Exa. a consideração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu louvo a V.Exa. por ter cumprido o tempo regimental. Concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar pelo prazo de 15 minutos.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sr. Presidente, eu queria em primeiro lugar caracterizar o seguinte, nós estamos numa Sub-relatoria de fundos. O nosso objetivo é investigar possíveis prejuízos imputados a Fundos de Pensão, que possam eventualmente ter beneficiado pessoas físicas, pessoas jurídicas e o que quer que seja. Desse particular, embora esteja claro que como declarou o nosso depoente, até como admitiu publicamente o nosso depoente que ele está enrolado por uma série de circunstâncias que envolvem já até processos, estando ele indiciado em alguns processos, visto que está evidente que o nosso, o nosso depoente hoje aqui apresenta movimentações financeiras que são incompatíveis com o seu patrimônio declarado, isso, evidentemente, está absolutamente evidente e isso tem implicações sérias para o nosso depoente. No entanto, o objeto fundamental de nossa investigação aqui hoje, não é o de apenas avaliar a evolução patrimonial do nosso depoente e as suas movimentações financeiras, mas também na medida em que elas se relacionam com Fundos de Pensão, porque caracterizado o problema dessa movimentação,

isso é um problema dentre outros, da Receita Federal. Me causa até uma certa estranheza que a Receita Federal não tenha cruzado as movimentações de CPMF, as movimentações financeiras com as declarações de renda do senhor José Carlos Batista que, pelo visto, seriam facilmente detectável que elas são incompatíveis, que elas mostram incongruência. Agora no que diz respeito com relação com Fundos eu confesso que até agora eu estou frustrado pela investigação. Isto porque o nosso Relator, Antônio Carlos Magalhães Neto, tem uma tese que ele procura demonstrar que está expresso no esquema que ele chegou a projetar aqui, que supostamente Fundos de Pensão operando com mercados financeiros, Bovespa, BM&F, Selic, teriam gerado perdas para corretoras e o senhor, a tese do nosso Sub-relator é que o senhor José Carlos Batista teria funcionado como elo para permitir que esses recursos pudessem chegar a beneficiários, sejam eles políticos ou não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É uma hipótese.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Oi?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É uma hipótese.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim, uma hipótese.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é uma conclusão.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Divulgado por V.Exa.. Estou trabalhando exatamente o que está aqui, sou obrigado a fazer os comentários que me pareçam importantes. Isso daí para que a gente possa aprofundar o trabalho de nossa investigação. Sobre as movimentações financeiras, a primeira de 2002, o primeiro quadro, é absolutamente evidente e demonstra essa incompatibilidade. Agora essas movimentações... Então é de se supor até que operações financeiras incongruentes com o patrimônio são anteriores ao atual governo e anteriores talvez mesmo ao ano 2000 que é o início do processo de nossa movimentação. Há... Não tenha dúvida. É. É possível que sim. Já a tabela que mostra operações, o senhor José Carlos Batista, ao se deparar com a tabela que foi aqui apresentada, em que aparece de um lado a PRECE intermediada pela corretora BÔNUS BANVAL ou pela corretora Lata e de outro lado operações que geraram ganhos para o senhor, como pessoa física, é o que eu entendi, não é isso? Operador aqui como pessoa física. Não é? Como pessoa física, quer dizer, o senhor desconhece essas operações? O senhor não, não identifica que essas corretoras intermediaram contratos entre o senhor e a PRECE?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu identifico que eu operei nas corretoras. Agora, o número eu contexto, acho um número muito grande, não é esse número, eu discordo. Agora, eu, eu digo o seguinte, que eu desconheço qualquer operação a contraparte, quem está do outro lado, se é João, Pedro ou qualquer um que seja. Isso eu desconheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Bittar, é bom esclarecer eu até peço ao Presidente que desconte o tempo que vou interromper--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Claro, o objetivo é esclarecer.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --do Deputado Bittar. Pediria a nossa assessoria que projetasse aquele volume de operações que o senhor Batista achou absurdo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Solicito a paralisação do cronômetro.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eu tenho 10 minutos ainda.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É, 10 minutos. 10 minutos. Bom, essa tabela aqui ela não foi projetada, Deputado Bittar, em respeito a PRECE.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Tá.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então ela não foi projetada. Mas aqui são exatamente 4 operações onde a PRECE perde, o senhor Batista ganha e o valor é esse aqui que o senhor vê aí. Certo?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Presidente, vou pedir uma cópia também do material.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro que já deve ter.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É esse aqui, aqui não fala sobre PRECE não.

>> Fala sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Bittar, os 16 milhões que o senhor Batista não compreende, cadê? Sumiu? O que a gente procura mostrar nesse total de 16 milhões? Nós fizemos um corte com essas corretoras. Por que com essas corretoras? Porque essas corretoras perderam muito nas operações, quer dizer, elas não perderam, elas participaram de operações que ocasionaram perdas para os fundos de pensão. Então o senhor pode ver ali, Deputado Bittar, que operando com a Laeta, o senhor Batista ele ganha 8 milhões 533 e perde 5 milhões 315. Isso gera um líquido de 3 milhões, mais ou

menos. Operando com a São Paulo, o senhor Batista ele ganha 5 milhões 992 e perde 3 milhões 506.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): No período de 2000 a 2005?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Período 2000 a 2005, com certeza porque é o nosso período de investigação. E aí no total, o senhor pode ver ali em baixo, Deputado, 16 milhões 212 é o que ele ganha e 9 milhões 275 é o que ele perde. Essa diferença dá aproximadamente 7 milhões, certo? E isso são operações que incluem Fundos de Pensão, mas são operações com o mercado como um todo. O que eu quero mostrar ali é que o senhor Batista ele ganha muito com duas corretoras, principalmente com duas corretoras que é a corretora Laeta e a corretora São Paulo, que por sua vez não perder muito, vão ocasionar graves perdas para Fundos de Pensão. E aí eu peço da corretora Laeta, o senhor pode ver ali, Deputado Bittar, o desempenho da corretora Laeta, sobretudo, registrando problemas com a PRECE e com a SISTEL. Peço da São Paulo, e a corretora São Paulo, sobretudo, registrando problemas com a PRECE também com a SISTEL.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Agora é fundamental verificar-se a sincronidade dessas operações. Ou seja, se uma operação aconteceu em 2000--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro, claro. Não, mas aí eu posso--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): E essa afirmação terá sentido se elas tiverem sincronismo--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E eu posso.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Se ocorrerem em períodos absolutamente próximos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Perfeito, perfeito. Eu posso garantir ao senhor, a V.Exa., Deputado Bittar, que no caso da PRECE eu posso lá já lhe responder que sim, que sim. Da SISTEL eu preciso apurar e solicitaria a nossa consultoria que fizesse.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): A SISTEL, diga-se de passagem, hoje é uma fundação privada ligada a uma empresa privada também. Aliás... num dos fundos. Então, o que eu disse que me causou frustração até agora, porque até agora, embora haja números que indiquem que vale a pena uma investigação aprofundada, não há como se, não há como se tirar nenhuma conclusão acerca das coisas, a não ser conclusões desse tipo, ou seja, movimentações financeiras do senhor José Carlos Batista são incompatíveis com suas declarações patrimoniais. Por coincidência,

senhor José Carlos Batista, o senhor constrói uma relação estreita com o senhor Lúcio Funaro que por sua vez também opera já há bastante tempo com mercados. Parece que o senhor Lúcio Funaro de alguma maneira se beneficia da sua competência como operador do mercado financeiro e da sua competência com o mundo político também, ou seja, dessa relação, vamos chamar assim, entre aspas, virtuosa entre essas duas competências no que tudo indica. Porque as notícias em jornais dão conta de relações com Parlamentares, do senhor Lúcio Funaro, a ponto dele pagar aluguel de apartamentos, dão conta de uma série de relações com o mundo político que não são, enfim, propriamente éticas, não são propriamente apropriadas para uma relação adequada desse ponto de vista. Que comentários o senhor faria sobre essa relação entre o senhor... Porque também a relação com o senhor Lúcio Funaro no que diz respeito ao controle da GARANHUNS, quer dizer, o senhor diz que comprou a GARANHUNS, mas ao mesmo tempo o senhor disse que tem 1%. Então o senhor não comprou a GARANHUNS, o senhor tem 1% só o senhor não comprou a GARANHUNS, mas ao mesmo tempo os outros 99% são de uma empresa que de nome EXPORT sediada no Uruguai, da qual o senhor é presidente. Então, por conta disso, é que o senhor diz que é presidente, porque na verdade o senhor tem 100% pelo lado da... 100%, entendo, porque a menos que na EXPORT o senhor compartilhe a sociedade dessa outra empresa.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Excelência, eu não estou entendendo até onde o senhor, com relação a ESFORT TRADING, GARANHUNS, eu não vou falar, eu prefiro manter, me calar, manter o meu direito. Como eu disse para o senhor, vim aqui numa condição de indiciado.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Respeito, apenas--

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Então vou me calar com relação a isso, com relação ao senhor Lúcio Funaro o que eu tenho a declarar é o seguinte, sou amigo pessoal dele, conheço ele faz algum tempo, um pessoa que eu tenho relacionamento. Isso eu posso falar, gosto da pessoa, meu amigo.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): É tudo que tem a declarar--

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: O que eu tenho a declarar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): -- e o que o senhor deseja declarar nesse momento.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Isso, com relação a isso.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Acerca disso. E com relação a Fundos, o senhor insiste em

dizer que a única relação que o senhor manteve foi explícita. Foi quando o senhor estava na corretora MAGLIANO, é isso?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: A única relação que eu tive com Fundos que eu operei como operador, atendendo os Fundos, executando ordens, comprando, vendendo, exercendo as minhas atividades foi até 2000 que eu atendia esses clientes junto a MAGLIANO Corretora. Posterior a isso eu não tive mais contato--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Tá bom, isso é uma fase anterior a 2000?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Uma fase anterior a 2000.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Nesse caso o senhor se relacionava com Fundos a partir da gestão de carteira própria desses fundos ou de Fundos Exclusivos?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim, atendia, ligava, porque o que um operador faz? Ele liga para os fundos, geralmente se conhece alguém, pede ordem. Nós vivemos do que? De corretagens e tudo mais. Então tem que pedir as ordens, tem alguma coisa... Sempre estava em contato e executando as ordens que eles nos davam.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sei.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Que passavam para mim, eu os atendia. Isso é que eu posso afirmar e é a verdade.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Está certo. Sr. Presidente, me dou por satisfeito. Quer dizer, insatisfeito, na verdade, porque pouco foi esclarecido, mas satisfeito na medida que eu não tenho mais pergunta. O senhor Relator já insistiu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Novamente eu suspendo a reunião para atender a necessidades do depoente.

Sessão suspensa às 15h26

Sessão reaberta às 15h32

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Reaberta a reunião, concedo a palavra ao deputado Gustavo Fruet.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Obrigado, Presidente, é bem objetivo. Senhor José Carlos, se o senhor puder explicar um pouco dessa operação da GARANHUNS com o Partido Liberal? Quer dizer, como é que se deram os depósitos, eram através de transferência eletrônica ou através de cheques?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, como já disse na outra, acho que o senhor não estava aqui.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Não foi, não.

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Eu vou só, o que eu tenho a declarar que eu declarei da outra vez foi o

seguinte, a GARANHUNS recebeu os recursos através da SMP&B e repassou ao PL. Foi isso que eu declarei e que eu tenho para falar para o senhor.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Qual a razão dessa triangulação que, por que foi utilizado a GARANHUNS?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Aí o senhor me perdoa, vou ficar... Vou usar o meu direito de me calar. Que eu posso, já afirmei da outra vez, estou afirmando para o senhor, foi recebido e foi repassado.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E a SMP&B fazia algum outro tipo de aplicação na GARANHUNS?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não, não teve nenhuma, a aplicação que foi, teve aquela compra, teve o negócio daquele certificados que gerou tudo isso e que foi repassado esses recursos para o PL.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E também só para constar, qual a relação da GARANHUNS com Delúbio Soares?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Nenhuma. Eu que eu saiba não tem nenhuma relação com Delúbio Soares.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Com Jacinto Lamas?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Também não. Só conheço de nome que era tesoureiro e mais nada.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Com Antônio Lamas?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Nenhuma.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E a GARANHUNS recebeu para fazer essa intermediação ou foi uma mera passagem de recursos?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Lógico, ninguém faz nada, ganhei alguma coisa, ganhei um numerário, tive uma Comissão para fazer isso.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Do senhor?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Então, quer dizer, o senhor que foi o responsável por esse contato?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Isso, eu recebi uma Comissão para isso.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Quem era o contato do senhor junto a SMP&B? Com quem o senhor falava?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Olha, eu vou permanecer, agora vou exercer, vou ficar calado. Não vou responder isso para o senhor.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Esses pagamentos eram periódicos, a sua corretagem?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não, eu recebia uma Comissão e foi só. Uma Comissão única.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Por fim, e com relação aos pagamentos que foram efetuados, segundo o levantamento, a partir de 2003 até... Durante o ano de 2003?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: 2003, eu apresentei inclusive os extratos bancários aí que foi onde... Tinha uma conta que foi recebido os recursos.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Está bem. E por fim, só para constar também, Maria Teresa da Silva Batista é sua esposa?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Sim, minha esposa.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Mas o senhor tem procuração, teve procuração dela? Para poder participar de contrato social de alguma empresa, seja no Brasil ou no exterior?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Não, não, nenhuma. Nunca tive, nunca, nunca.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Não tem, o senhor nega?

SR. JOSÉ CARLOS BATISTA: Nego.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Ok, obrigado Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Obrigado, Deputado Fruet. Devolvo a palavra ao senhor Relator.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, eu não tenho mais perguntas, eu queria apenas registrar mais uma vez que nós vamos seguir na nossa linha investigativa. Cada vez aproximando mais as irregularidades dos Fundos de Pensão com outras irregularidades já analisadas por esta CPMI. A gente pode perceber que muitas figuras são as mesmas e, coincidentemente, elas se apresentam em diferentes campos. Mas sempre com problemas. Queria comunicar que na semana que vem na terça-feira nós vamos ouvir os diretores da Serpros e da Postales. Que na quarta-feira nós vamos ouvir o senhor Lúcio Funaro e o proprietário da corretora São Paulo e que na quinta-feira nós vamos ouvir o senhor Christian de Almeida Rego, a senhora Rogéria Costa Beber e a senhora Fabiana Carnaval Carneiro. Agradeço a V.Exa. e me dou por satisfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu que agradeço a V.Exa. pela confiança que demonstrou me convocando para aqui estar no momento difícil dos trabalhos, agradeço a presença do depoente, dos seus advogados, dos assessores, da imprensa e quero dizer àqueles que por acaso tenham se sentido frustrados pela decisão que adotei, é que eu não posso entender que se trans-

forme uma Comissão que se destina a apurar e que deve fazer inquirição numa inquisição que é coisa do passado. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 15h37

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO

Ata da 9ª Reunião, realizada em 07/02/2006.

Ao sétimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às onze horas e cinquenta e cinco minutos, na sala 09, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, e com a presença dos Senhores Parlamentares, Senador Ney Suassuna, Deputado Jorge Bittar e Deputado Onyx Lorenzoni, reúne-se a SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO – DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva do senhor Hélio Afonso Pereira (ex-Diretor Financeiro do POSTALIS – Instituto de Seguridade Social), que vem na condição de investigado e está acompanhado do Sr. Adilson da Costa, que era gerente de investimento à época que o depoente era Diretor Financeiro e que atualmente ocupa esse cargo. O Presidente solicita esclarecimento sobre o número desta reunião. Ele afirma que é a décima primeira. Informações da Secretaria das Comissões corrigem dizendo que é a nona reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. O depoente é convidado para compor a mesa. Com a palavra, o senhor Hélio Afonso Pereira que inicia fazendo sua apresentação pessoal e faz algumas declarações a respeito das acusações que tem recebido, informando estar acompanhado do senhor Adilson Florêncio da Costa, atual Diretor Financeiro do Instituto Postalís, o qual se coloca à disposição da Comissão para ser inquirido como for considerado adequado. O Presidente aceitou a presença do Senhor Adilson na

qualidade de depoente/informante. O Presidente inquiriu os depoentes. Foi feita apresentação em telão. O Senhor Ademir entregou ao Presidente relatório elaborado pelo Postalís que o Presidente solicita que seja autuado como documento da Sub-Relatoria Fundos de Pensão. Com a palavra o Deputado Jorge Bittar, inscrito para questionar os depoentes. Com a palavra o Deputado Carlos Willian, inscrito para inquirir os depoentes. O Presidente retoma a palavra e informa sobre mudanças na agenda dos próximos dias. O Presidente agradece a presença de todos. Encerra-se a presente reunião às quatorze horas e trinta e quatro minutos. E, para constar, eu, *José Roberto de Oliveira Silva*, Secretário de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro aberta a 9ª Reunião da Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do requerimento número 03 de 2005, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos, praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Sob a Mesa a ata da reunião anterior, a qual eu coloco em votação propondo a dispensa da leitura os que aprovados permaneçam como se encontram. Aprovada. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se a oitiva do senhor Hélio Afonso Pereira, ex-diretor financeiro da POSTALES e de tal forma convido o senhor Hélio para que tome assento a Mesa diretora dos nossos trabalhos. Gostaria de comunicar a nossa assessoria da CPMI, apenas para controle, que a reunião da quinta-feira com a objetivo de ouvir o senhor José Carlos Batista, que era inicialmente uma reunião plenária, foi transformado em reunião da Sub-Relatoria. Então aquela reunião ao que me parece, deve ter o reconhecimento como a 9ª reunião, está que nós estamos fazendo com o senhor Darci a 10ª e está aqui a 11ª. Seria interessante fazer apenas essa checagem, eu solicito a assessoria que o faça para não haver nenhum equívoco. O senhor Hélio Afonso Pereira se faz acompanhar do senhor Adilson Florêncio da Costa, o senhor a Adilson era o gerente de investimentos no período que o Dr. Hélio Afonso Pereira, ocupou a Diretoria Financeira e o senhor Adilson o sucedeu, ou seja, é o atual diretor financeiro da POSTALES, eu facultei a possibilidade que ele estivesse aqui conosco, na condição de convidado, a fim de que se exista alguma colocação do ponto de vista técnico, que ele

possa fazer para a contribuir com o depoimento do Dr. Hélio, ele terá essa liberdade, ele terá está abertura. Então fica aqui autorizada a participação dele, consulto o Plenário se há alguma objeção e desde já eu passo a palavra ao Dr. Hélio Afonso Pereira, a fim de que possa fazer seus esclarecimentos, o senhor tem direito de fazer uma apresentação inicial, uma breve apresentação, preferencialmente declarando aqui a qualificação profissional, o histórico profissional de Vossa Senhoria, certo? E também tendo liberdade para tecer qualquer comentário de natureza preliminar a fim de que possa contribuir no início dos nossos trabalhos. O senhor fique a vontade para prestar os esclarecimentos que achar conveniente, para colaborar com esse início da nossa sessão e logo em seguida nós passaremos as arguições.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Muito bom dia, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, Sub-relator da Comissão, da CPMI dos CORREIOS, Relator para o fundo de pensão. Bom dia Deputados, e demais pessoas presentes, de antemão eu agradeço o convite em estar aqui para tentar colaborar com essa Subcomissão, naquilo que me for possível, eu acho que essa Comissão tem feito um brilhante trabalho nessa área e daqui acredito que conseguiremos melhorar aí a fiscalização e outras coisas mais sobre Fundo de Pensão. Meu nome é Hélio Afonso Pereira, eu sou economista, com residência em São Paulo, minha vida profissional iniciou-se em 1970, quando fiz um estágio no departamento econômico do BANCO CENTRAL no Rio de Janeiro, posteriormente atuei na sociedade oral brasileira em São Paulo, no Metrô de São Paulo, na construção de linha norte e sul, onde exerci a função de capitação de recurso contratos. Posteriormente vim para a Telebrás onde permaneci por vinte anos, nesse interregno eu fui Diretor Administrativo da SISTEL, posteriormente diretor de aplicações dessa mesma fundação, exerci atividade privada em São Paulo, onde eu tive uma franquía da Vaspex, e na Telebrás, na época de Telebrás eu tive a oportunidade de ser conselheiro fiscal de diversas empresas do sistema como Roraima, Amazonas, Pará, da própria SISTEL quando eu saí, eu fui conselheiro fiscal de lá também. Então essa é a minha vida profissional. Fiquei por 20 anos na TELEBRAS sempre atuando na área financeira e no Metrô também atuando na área financeira. Vim para a POSTALES no, assumi no dia 08 de abril de 2004, onde permaneci até 31 de agosto de 2005, e nesse período nós conseguimos no meu entendimento fazer um bom trabalho. Houve... Proporcionamos o incremento no patrimônio do POSTALES em 600 milhões de reais, nesse um ano e pouco em que ela permaneci. Promovemos uma rentabilidade no ano de

2004 de 40% acima da meta atuarial, 2005 50% acima da meta atuarial. Procuramos fazer da nossa gestão, a melhor gestão possível. Erramos, com certeza erramos. ninguém só acerta, mas acertamos muito também. Acho que eu teria que falar Deputado, eu acho que ficaria por aqui. POSTALES é uma fundação que hoje mantém 109 mil associados, 109 mil pessoas a quem a gente tem que dar satisfação, eu tive que dar satisfação durante a minha permanência por lá. Hoje essa incumbência passou para a Dr. Adilson, como a diretoria executiva como um todo e Ok. O que tinha a dizer era isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Hélio, exatamente qual foi a função que o senhor exerceu antes de abril de 2004, oportunidades em que foi chamada a ocupar a Diretoria Financeira da POSTALES?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Eu tinha um negócio próprio Deputado, o qual eu participo em São Paulo, no Interior de São Paulo, que é o ramo ótico. Eu tenho 50% de uma ótica no Interior de São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já exerceu alguma atividade na operação de mercado ou seja, já foi ou prestou serviços, ou foi funcionário de alguma instituição financeira, de alguma corretora, de alguma instituição que opere no mercado?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nós disse aqui que já foi funcionário da SISTEL, é isso?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Fui não só funcionário, como participante pela TELEBRAS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, quais eram a atividades do senhor na SISTEL?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Na SISTEL eu fui Diretor Administrativo num pequeno período e depois passei a diretoria de aplicação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De aplicação.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Investimento cada um tem uma particularidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, Vossa Senhoria antes de assumir o cargo de Diretor Financeiro da POSTALES, já tinha experiência na área de investimento com Fundo de Pensão?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Já tinha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tendo em vista que ocupou esse mesmo cargo na SISTEL. Como é que deu a indicação de V.Sa. para o cargo de Diretor Financeiro, quem foi o principal responsável pela recomendação do nome do senhor para esse cargo?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Na POSTALES?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Na realidade, a indicação ela parte da patrocinadora e acima da patrocinadora tem um patrocinador maior, que é o ministério ao qual ela está vinculado, quando o Ministro Eunício assumiu, nós já nos conhecíamos a algum tempo e acho que pela minha experiência técnica no assunto, ele me perguntou se eu estaria disposto a ajudá-lo, e meu coloquei a disposição e foi daí que eu vim para o POSTALES, devidamente aprovado pela patrocinadora, pelo Conselho Deliberativo e foi quando eu assumi a Diretoria Financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O convite foi feito diretamente pelo então Ministros Eunício Oliveira.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhecia o Ministro antes?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Conheci antes dele ser Ministro, antes de ele ser Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem foi o antecessor do senhor na Diretoria Financeira?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Foi o doutor Veiga, Luis Eduardo Veiga Lopes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que essa mudança de diretoria em 2004, ela se deu por motivos políticos, ou seja, acompanhando também a mudança que aconteceu no Ministério das Comunicações? Porque houve uma transferência de controle partidário do Ministério das Comunicações em 2004. Era Ministro o Deputado Miro Teixeira, assumiu o sucedendo o Ministro e também Deputado Eunício Oliveira. Então o senhor acha que essa mudança na Diretoria Financeira da POSTALES, ela respeitou exatamente a esse critério?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Deputado eu acho que ela respeitou o critério mais técnico, eu não sou político, não sou filiado a nenhum partido e acho que pela minha experiência anterior, que o Ministro Eunício, por bem me convidar, para esse cargo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O antecessor do senhor também não tinha um perfil técnico?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Nessa área não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe como é que se deu a indicação do antecessor do senhor?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que o desempenho das suas funções, como é o nome do antecessor do senhor?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Veiga.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor o desempenho das atividade do Veiga não estava satisfatório, no ponto de vista técnico, daí porque houve a mudança .

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Isso eu não posso afirmar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque veja, só podem existir dois fatores que determinem uma mudança, no caso em abril da 2004, ou o fator técnico, porque o antecessor do senhor não estava qualificado à altura para exercer as funções, ou obviamente por fator político e a priori eu queria lhe dizer, que o fator político não é depreciativo e coincide a mudança, também pela mudança do ministério, que era controlado pelo PDT e passou a ser controlado pelo PMDB e a gente percebeu que houve uma mudança significativa também na estrutura, por exemplo, da diretoria dos CORREIOS, que é patrocinadora da POSTALES, tudo isso é coincidência ou quando o senhor quando foi convidado também o foi por essa mudança no controle dos Ministério das Comunicações, que passava naquele momento a ser gerido por um outro grupo político?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não eu acho que, por exemplo, quando o senhor citou a mudança nos CORREIOS, a mudança nos CORREIOS aconteceu em toda a diretoria em decorrência das denúncias que apareceram e--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mais aí já é a última mudança, a mudança de 2005, nós estamos falando da mudança que aconteceu nos CORREIOS em 2004, quando houve a mudança no controle do Ministério das Comunicações, é sabido que inclusive a própria Presidência dos CORREIOS foi modificada. Então com assunção do PMDB naquele ministério, houve uma mudança significativa dos cargos de confiança

do ministério e a gente percebe que o senhor passa a exercer suas funções, justamente nesse período, quando o PMDB foi convidado a assumir o ministério, eu quero repetir que eu não considero isso necessariamente um elemento depreciativo e não estou dizendo isso, até porque tenho respeito ao Deputado Eunício Oliveira, não estou querendo desmerecer a indicação do senhor, eu apenas queria ter a confirmação ou não, de se essa mudança, ela veio acompanhada de uma transferência do controle do Ministério das Comunicações e por isso é que houve a decisão do novo Ministro de convidar uma nova pessoa, para ocupar o cargo de diretor financeiro da POSTALES.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não, eu acredito que o Ministro, quando ele assumiu o posto, ele... O que acontece? Ele se cerca de pessoas da confiança dele, eu acho que é um dos motivos que talvez ele tenha mudado a diretoria dos CORREIOS naquela época. Eu não posso afirmar, porque não tenho essa informação, mas eu acredito que seja por aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu digo mais propriamente a mudança da diretoria das POSTALES, com a vinda do senhor, os CORREIOS não está em discussão agora. O senhor concorda que o senhor foi chamado, porque era uma pessoa da confiança do Ministro e, portanto essa indicação tem uma natureza preponderantemente política?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Eu acho que não é política, Deputado, eu acho que é mais técnica, porque ele conhecia o meu trabalho e já me conhecia há algum tempo, não é um aspecto político não. Eu acho que é um aspecto técnico realmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Adilson trabalha na POSTALES desde quando?

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: Eu trabalho na POSTALES desde 20 de março de 1984, 22 anos. Eu poderia até, Deputado, se permitir, traçar um histórico do que realmente aconteceu nesse período que eu estou lá, que eu acho que eu tenho uma boa memória, em razão... Até que eu estou aqui para dar um apoio para a Dr. Hélio. O POSTALES até 1993, tinha como dirigente basicamente empregados da patrocinadora, a partir de 1993, com a entrada do Ministro Hugo Napoleão do Ministério de Comunicações e com a permissão, o estatuto do POSTALES permitia que gestores externos pudessem exercer essa atividade internamente, iniciou-se um processo, que eu concordo com o senhor com Vossa Excelência, é isso que aconteceu. Então eu acho que é uma combinação de uma indicação política, com uma qualificação técnica que própria legislação exige hoje. A partir de 93 e durante

todo o governo Fernando Henrique, nós tivemos efetivamente uma gestão vinculada ao *status quo* que era PSDB e PFL, com as entradas do PT a partir de 2003, houve uma mudança, o ministério como V.Exa. bem lembrou, foi ocupado pelo PDT, pelo Deputado Miro Teixeira e dois gestores foram indicados sim pelo PDT do POSTALES, o Veiga era um deles, agora corrigindo um pouco a informação que o senhor Hélio não tenha, o Dr. Veiga atendia sim aos critérios técnicos, inclusive era o conselheiro de uma fundação no Paraná que é a origem dele. Após a saída do PDT entrou o PMDB e naturalmente como V.Exa. colocou de forma muito positiva, o Ministro quis se cercar de pessoas da sua confiança e com o as qualificações que o cargo exige. Esse é o testemunho evidentemente que não existe dentro da formalidade, nada que direcione para isso, a indicação é feita, como lembrou o Dr. Hélio, pela patrocinadora assim diz o estatuto, com a aprovação do Conselho Deliberativo. Desde que atendidos alguns pré-requisitos. Quer dizer todos os gestores que passaram até hoje, atenderam os pré-requisitos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu questão V.Sa. Desde quando V.Sa. ocupou o cargo de gerente de investimento da POSTALES?

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: Julho de 1997.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Julho de 97. Então de lá para cá, mesmo com as mudanças de governos e de diretorias, o senhor foi mantido no cargo?

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Voltando ao Dr. Hélio eu indagaria: por que o senhor saiu em agosto de 2005? Por que houve a substituição do senhor pelo Dr. Adilson, que inclusive está conosco aqui, foi um ato voluntário, o senhor manifestou o desejo de deixar a diretoria ou senhor foi convidado a sair, como é que se deu o processo de saída do senhor da Diretoria Financeira?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Eu, na realidade, eu tinha um compromisso com o Ministro Eunício, de ficar enquanto ele tivesse no Ministério, a partir do momento que ele saiu do Ministério, eu já não me sentia mais confortável de continuar o POSTALES, eu acho que mudança foi muito positiva, porque elegeram-se uma pessoa da Casa, com experiência também e uma pessoa querida lá dentro, para ocupar o meu lugar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que está estruturada a Diretoria Financeira da POSTALES? Por-

que a gente percebe que cada Fundo de Pensão tem uma estrutura própria, alguns mantêm similitude, porém em geral há uma variação. Eu queria saber como é a Diretoria Financeira de vocês?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: A Diretoria Financeira dos POSTALES, ela tem uma gerência de aplicações patrimoniais, ela tem a gerência de contabilidade, tem a assessoria do diretor, tem a área de empréstimos, de imóveis e também está dentro da Diretoria Financeira o comitê de investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Comitê de investimento, quem compõe o comitê investimento?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: O comitê é composto por três técnicos estatutários e coordenado pelo diretor financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): São três elétricos que são funcionários da fundação?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Funcionário do POSTALES, é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se eu bem entendi, existe a Diretoria Financeira com algumas gerências, certo? Dentre essas gerências, existe a gerência de investimento, existe a gerência de empréstimos, existe a gerência de aplicação imobiliárias, certo? E como um órgão auxiliar, existe o comitê de investimento e acima da Diretoria Financeira está o Conselho Deliberativo da fundação.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Na realidade, a diretoria é composta pelo Presidente e três diretores. Agora, os Diretores se reportam ao Presidente isso em qualquer organização não é? E a Diretoria Executiva ela está subordinada ao Conselho Deliberativo e fiscalizada pelo Conselho fiscal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente a política de investimentos era definida em que instância? Em qual dessas instâncias era definida a política de investimentos?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: A política de investimentos, ela é proposta, ela já existe, ela tem um horizonte de cinco anos e é revista anualmente. Então, ela é revista todo ano no âmbito da Diretoria Executiva e submetida ao Conselho Deliberativo, para sua aprovação ou não, ou os ajustes que se fazem necessários no entendimento do conselho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, as discussões mais corriqueiras sobre os investimentos realizados pela fundação, elas são feitas pela Diretoria

Executiva e Financeira, que depois remetem a uma decisão final do Conselho Deliberativo. É isso?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não. Os investimentos?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em geral, os investimentos em geral.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não, o que é submetida ao Conselho Deliberativo é a proposta da política. E as aplicações, os investimentos que são feitos são submetidos ao Conselho em toda a reunião que se faz, que são reuniões mensais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sei. Mas propriamente a discussão sobre as metas atuárias, sobre como os recursos seriam aplicados, a discussão sobre a divisão entre carteira própria e fundos exclusivos. Enfim, as discussões que tinham uma relação direta com a aplicação dos recursos em diversos mercados e os investimentos em geral, elas se davam de que forma? E aí eu queria saber qual era o nível de autonomia, que possuía a gerência de investimento. Qual era o nível de autonomia da Diretoria Financeira do Conselho de investimento, enfim eu queria o senhor pudesse traçar um pouco o perfil de cada uma dessas instâncias, para que a gente pudesse entender as responsabilidades de cada uma e ter clareza de como eram feitas as discussões, de quando como e onde aplicar os recursos da fundação?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Deputado, as propostas de investimento no Fundo de Pensão chegam todos os dias em diversas instituições e isso vai para o comitê de investimento, esse comitê é um comitê técnico. Ele analisa as propostas, são reuniões semanais que se fazem e essa proposta, vamos dizer, com o parecer técnico, é submetido ao Diretor Financeiro e submete-se, se conveniente, submete ao Presidente. Então a decisão é uma decisão colegiada, não é uma decisão isolada. Eu não tenho, vamos dizer, eu como diretor, eu não tinha poderes para isoladamente decidir uma aplicação. Tampouco no caso nosso do POSTALES, nem o Presidente. O Presidente tinha poder de veto, mas não de mando da aplicação e essas propostas só seriam encaminhadas para frente, se houvesse o parecer favorável do comitê de investimentos, se aprovado no comitê. Senão aprovado no Comitê, ela seria arquivada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então verifica-se uma responsabilidade solidária de todos que participam da Comissão?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: Se V.Exa. me permite, sobre a política de investimento. A política realmente, o nascedouro dela é na Diretoria Financeira, é desenvolvida uma primeira minuta com a colaboração dos consultores externos. Essa minuta é submetida ao comitê de investimento, o comitê de investimento analisa todas as questões relacionadas a locação propriamente dito. É feito um trabalho de macro alocação, um trabalho de definição de limites de recurso que poderão ser terceirizados, ou seja, todos os detalhes inerentes para aplicação para o exercício interno. Após o comitê apreciar, é submetida a política a Diretoria Executiva que encaminha ao Conselho Deliberativo, para a aprovação final, é feita uma apresentação técnica, a discussão da política inicia em setembro, geralmente, para vigir no ano seguinte e encerrada na última semana do mês de dezembro, com o envolvimento de todos os órgãos estatutário da fundação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo. Dr. Hélio, como foi o relacionamento da Diretoria Financeira da POSTALES, com a diretoria das patrocinadoras no período em que o senhor exerceu suas atividades? E aí se o senhor puder nos dizer também, em geral como é que se dá esse tipo de acompanhamento, que as patrocinadoras exercem sobre a diretoria do POSTALES?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: O acompanhamento na realidade é feito pelo Conselho Deliberativo. O Conselho tem, no nosso caso, são seis conselheiros, dos quais três são eleitos pelos participantes e três indicados pela patrocinadora. E então, vamos dizer, o relacionamento maior é do Conselho com a diretoria da patrocinadora. Poucas vezes eu estive na patrocinadora, a não ser por reuniões de trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. E aí essa pergunta fica franqueada a qualquer um dos dois, aquele que se sentir mais a vontade para respondê-la. Como é que era feita a divisão dos investimentos da POSTALES, tendo como parâmetro aquilo que era destinado a aplicação por carteira própria e aquilo que era descentralizado para aplicação através dos fundos exclusivos? Como é que se dava esse nível de prioridade e como é que era feita essa divisão?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Deputado, o POSTALES ele... A própria política de investimento define o limite de até 50%, como volume para a terceirização. O POSTALES ele tem atualmente quatro fundos exclusivos, fundos geridos pelo BANCO DO BRASIL, pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL até novembro pela MAXIMA ASSET, pelo MELLON

e atualmente no lugar da MAXIMA o Banco Espírito Santo. Estes são os gestores, que devem dar mais ou menos um milhão e meio, cerca de 50% do patrimônio total dos POSTALES. Uma peculiaridade é que há uma oscilação significativa nesses fundos, porque o fundo do Banco do Brasil particularmente, que hoje tem cerca de 800, 900 milhões de reais é um fundo de liquidez, é um fundo DI, é um fundo conservador, que é utilizado como reserva para outras aplicações da carteira própria também, esse é mais ou menos o encaminhamento que a gente tem dado para os investimentos, no que concerne investimentos pela carteira própria e por terceiros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então 50% dos recursos são investidos em carteira própria?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E aí presumo eu que o senhor como então gerente de investimentos, hoje diretoria financeiro. Enfim, a estrutura da Diretoria Financeira é quem mais de perto acompanha as definições e, sobretudo acompanha os resultados do desempenho daquilo que é investido em carteira própria?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Como é que se divide, dentro desses recursos em carteira própria as prioridades? Em termos de renda fixa, renda variável, enfim como é se divide primeiro sobre a carteira própria, depois a gente vai para os fundos exclusivos.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: A própria política de investimento já estabelece a diretriz, nós temos uma definição maior, que são estratégicas, que define a locação em cada marco segmento e em cada carteiras e temos locação táticas também, dentro do comportamento do mercado. Dependendo do comportamento do mercado, nós podemos estar no segmento de renda fixa. Se o mercado demonstrar e se os cenários demonstrarem que o mercado de renda variável está atrativo, em determinado momento nós migramos parcela do recurso para aquele outro segmento. Tem outros dois segmentos, que é o segmento de empréstimos e financiamentos, que são os empréstimos concedidos aos participantes do POSTALES, que tem um peso significativo também, apresenta atualmente 10% do patrimônio e tem um outro segmento que o POSTALES não aplica mais, que é o segmento mobiliário que hoje representa 3,5% do patrimônio tendendo a nossa saída desse mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Penso eu que quando a gente se refere aos investimentos feitos em carteira própria, eu suponho que Vossas Senhorias tinham um contato direto com os operadores de mercado, ou seja, com as corretoras, com as distribuidoras, com a que administradoras, enfim. Com todos os agentes de mercado, que eram responsáveis por realizar as operações, quando tratamos de recurso em carteira própria?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Perfeito, é isso mesmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo, depois nós vamos levantar aqui alguns nomes, para ver que tipo de relação a POSTALES possui com essas instituições. Com relação ao critério para a escolha dos gestores dos fundos exclusivos, eu sei que os senhores estavam a poucos instantes atrás acompanhando a audiência com o Secretário de Previdência complementar Dr. Adacir e os senhores devem ter visto que uma das minhas angústias é perceber que em certos Fundos de Pensão, não há nenhum critério objetivo para escolha dos gestores dos fundos exclusivos. Eu queria saber se existiu critérios na POSTALES e se existe, quais são esses critérios?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Existe critério sim. Novamente traçando histórico, os quatro fundos que eu citei inicialmente, com exceção de Espírito Santo, são fundos que estão com o POSTALES já há muito tempo, eu acho que antes de 2000 inclusive, não tenho certeza. Mas a partir da entrada em vigor da resolução 28, 29 que antecedeu a atual 31,21 o POSTALES definiu na política de investimento critérios para a seleção e para avaliação dos fundos contratados. Dentro desse processo de seleção, obedecendo a caracteriza evidente de cada um fundo, os atuais fundos permaneceram como selecionados e outras instituições também entraram. Esse trabalho de fato foi concluído em maio do ano passado e nós devemos fazer alguma alteração, no que concerne os volumes de recursos aplicados. Os fundamentos técnicos para os critérios da seleção, eles estavam vinculados a critérios quantitativos e qualitativos e aí entra uma série de indicadores, que no final estabelece uma classificação entre as instituições, hoje nós temos cerca de quinze instituições que estão selecionados para operar com o POSTALES e além desse processo de seleção, está previsto também na política de investimento, critérios de acompanhamento desses fundos de avaliação, com o objetivo de inclusive excluir as subjetividades das movimentações financeiras que

são realizadas entre a carteira própria e os fundos na transferência de recurso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A que se deveu essa última mudança que indicou as atividades, sendo transferidas para o BANCO ESPÍRITO SANTO?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Foi basicamente a mudança de foco do gestor. A MÁXIMA, o fundo que nós tínhamos com ela foi criado em 99. Na época ele tinha um objetivo específico que era aproveitar um processo de reestruturação, que ocorreria por conta de privatização da maioria das empresas do setor de telecomunicações. O fundo teve um sucesso absoluto, uma rentabilidade excepcional só que com o decorrer do ano com a execução e com a ocorrência efetiva dessas estratégias, começou a perder o foco, quer dizer, não tinha muito mais sentido e culminando com o ano de 2005, que foi um ano que teve mudanças dentro apropriado fundo também, na nossa avaliação mudança entre os gerentes que estavam lá, entre os gerentes que estavam lá, que acabou culminando com a nossa sugestão de mudança para a Banco Espírito Santo, que era um dos selecionados no nosso trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Dentre essas 15 instituições, que em tese estariam habilitadas para estabelecer a função de gestor, desse fundo exclusivo, por que exatamente o Banco Espírito Santo foi o escolhido?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Era um caráter subjetivo, não teve uma classificação entre as 15 instituições no trabalho em que foi feito, feito com, inclusive vale frisar, com a contribuição de uma consultoria externa também. Quer dizer, foi escolhido pelo fato de avaliarmos que o foco das pessoas, dos gerentes que estavam conduzindo o Banco naquele momento, serem apropriados para o fim que gente estava querendo dentro do fundo, que era um fundo multimercado, que a gente estava criando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me preocupa muito quando eu ouço de um dirigente de um Fundo de Pensão, que o que pautou sua decisão foi a caráter subjetivo. Então eu queria entender qual a subjetividade que determinou a seleção do Banco Espírito Santo? Por que ele? Isso precisa ficar muito claro. Eu acho que o espaço para a subjetividade em decisões que envolvem Fundos de Pensão de estatais tem que ser mínimo. Eu queria saber exatamente como é que se deu essa subjetividade da escolha do Espírito Santo?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Na realidade entre os mais de duzentos gestores que temos hoje, o Espírito Santo obedeceu a diversos critérios técnicos,

ele foi selecionado e dentro do perfil de cada gestor e aí vem, Deputado, a subjetividade para a gente corrigir, na avaliação interna nossa, nós percebemos que aquele fundo seria, aquela instituição seria a mais adequada para assumir a gestão do Fundo Máximo, foi uma mudança de gestão. Ele necessariamente obedeceu a critérios técnicos, ele passou por um processo de seleção efetivo, então é a subjetividade, tem que ser corrigida, porque ele atendeu os pré-requisitos, agora nós tínhamos 15, que não tinham uma ordem. Nós poderíamos assumir diversos critérios, o porte, por exemplo, poderia assumir que entre os 15, o selecionado seria o de maior porte. Nós fomos pela qualificação na nossa avaliação, na avaliação do comitê a instituição mais qualificada para gerir aquele banco dentro do modelo que nós queríamos, que era um fundo muito mercado, que é fundo que tinha uma complexidade maior, era o Banco Espírito Santo e aí vai pelo contato e pelo o conhecimento que a gente tem com as pessoas e com gestores de todas as instituições.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas qual é o contato que os senhores têm com os dirigentes do Espírito Santo?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Comercial com todas as instituições. Eles nos visitam, eles oferecem produtos, eles demonstram a capacidade da instituição em gerir e foi tanto o Espírito Santo, quanto todas as outras instituições fazem o mesmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem são esses diretores, que fazem uma interface direta com a POSTALES.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: O diretor é o Marco Aurélio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele é diretor de que área do Banco?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Da ASSET.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele é diretor da ASSET. Eu estou fazendo esse tipo de questionamento, porque me preocupa esse caráter subjetivo e me preocupa mais ainda, porque está se fazendo referência a uma instituição financeira, que foi direta é indiretamente relacionada aqui nesta CPMI, em outras investigações quando da vinda tanto do ex-deputado Roberto Jeferson, como do senhor Marcos Valério. Vale lembrar que o Banco Espírito Santo, tem relações societárias com a PORTUGAL TELECOM, que foi uma das empresas de telefonia que acabaram entrando no centro da nossa investigação e existe aquela célebre viagem que o Marcos Valério fez a Portugal, para discutir en-

fim negócios com a própria PORTUGAL TELECOM. E de repente o Banco espírito Santos, mais uma vez aparece, só que agora como escolhido para gerir um dos fundos exclusivos da POSTALES e ao meu ver, havendo uma margem para dúvidas da nossa parte, porque o senhor mesmo, que a caráter foi subjetivo. Eu perguntaria e gostaria que o senhor citasse o nome se possível dessas outras instituições, ou de algumas delas que estão ou estavam habilitadas para operar com a POSTALES e que no caso concorreram com o Banco Espírito Santo e foram preteridas por ele.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: As atuais Banco do Brasil, CAIXA, MELLON, ITAÚ, BOSTON, VOTORANTIN, BANIF, UNIBANCO, tem várias eu acho que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mesmo o senhor tendo nos citado aqui, as principais instituição do mercado, os grandes bancos. Isso também não quer dizer absolutamente nada, apenas que são instituição que a priori gozam de respaldo e de credibilidade, por que o Banco Espírito Santo, ele na visão do senhor, sendo ela subjetiva ou objetiva, enfim eu já entendi que o Banco Espírito Santo estava habilitado, porque reunia as condições técnicas, agora por que o Banco Espírito Santo prestaria um serviço melhor do que o Bradesco, UNIBANCO, o BANCO DO BRASIL, a CAIXA ECONÔMICA, o ITAÚ, enfim, o BANK BOSTON? Por que o Banco Espírito Santo teria maiores qualificações, do que o ITAÚ, UNIBANCO ou qualquer um desses bancos?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: A nossa avaliação, Deputado é a questão de foco. Dentro eu volto a dizer, do que a gente conhecia dessas instituições profissionais, que estão a frente dessas instituições e considerando as característica do produto que a gente estava desenvolvendo e transferindo para eles, o comitê julgou que aquela instituição era a mais adequada para gerir, para assumir a gestão do fundo que estava com a máximo até então.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem teve uma posição decisiva nessa escolha do Espírito Santo, dentro do Comitê quem é que defendendo o nome do Espírito Santo?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: O diretor financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Hélio?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Eu. Foi na minha gestão já.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Entendi. O senhor falou que a Maximo perdeu o foco.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que significa a perda de foco?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: A perda de foco significa, por exemplo, a perda de profissionais que trabalhavam especificamente focado em renda variável ou em fundo específico, em um fundo multimercado e isso também afetando inclusive os resultados do fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E essa perda de foco ela foi verificada a partir, por exemplo, de uma queda do desempenho desse fundo exclusivo ou também respeitou a critérios subjetivos de V.Sa.?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Deputado, foi detectado no desempenho do fundo no exercício de 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, o desempenho foi insatisfatório?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Apesar do que o senhor nos disse aqui, eu me recordo bem, que na avaliação do senhor a MAXIMO ela desempenhou muito bem as atividade, produziu resultados muito interessantes para a POSTALES, mas agora no ano de 2005, o desempenho dela foi insatisfatório.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Querendo detalhar um pouco mais, com que bases técnicas se deu essa verificação do desempenho insatisfatório? Quais foram os investimentos realizados, que deram retorno abaixo do que era esperado pela Diretoria Financeira.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: A composição do fundo era um misto de renda fixa e renda variável, é o que caracteriza o fundo multimercado, a possibilidade de operar em diversos mercados. Isso foi deliberado nós tomamos essa decisão no exercício de 2004 ainda, porque a configuração de um fundo multimercado, se parece muito com a gestão, com o que é permitido para uma fundação fazer segundo a resolução 31,21, então é basicamente foi isso, a composição do fundo não demonstrou grande variação, eles tinham as aplicações deles, em renda fixa e em renda variável e o conjunto dessa aplicação no decorrer do exercício, não demonstrou um resultado esperado por nós. Está certo que em janeiro a transição foi feita no ano de 2005,

e nós analisamos também e dê depuramos isso, em fevereiro ele se transformou num fundo de mercado e passou a locar parcelas do recurso em renda fixa, que está colocada anteriormente em renda variável, em um mês que foi muito bom para a Bolsa, isso impactou também, a gente depurou, mas apesar disso a gente acredita que houve uma mudança efetiva de foco além de desempenho, com a perda de alguns profissionais que são focados também em renda variável.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que os senhores fazem o acompanhamento do desempenho dos gestores nesses quatro fundos exclusivos da POSTALES? Em que periodicidade esse acompanhamento é feito? Quais são os parâmetros que balizam a avaliação de V.Sas. sobre o desempenho dessas instituições, que são responsáveis pela gestão dos fundos exclusivos?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Nós temos uma consultoria que se chama Risk Office, que faz análise de risco e quinzenalmente é apresentado um relatório de desempenho dos fundos exclusivos e também da carteira própria, um relatório completo que abrange praticamente tudo e todas as operações realizadas pelo fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Existe uma área de compliance dentro da POSTALES?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Está sendo criada é a CGPC, resolução CGPC 13, que criou essa exigência, hoje já existe o profissional destacado para assumir essa área de compliance e a partir desse mês de fevereiro ela já deve estar com essas funções plenamente ativas, lá internamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como nós vamos iniciar a demonstração de alguns dados sobre o desempenho de investimentos das POSTALES, o primeiro mercado a ser abordado é o mercado de derivativos, nós vamos mostrar alguns números da BMF. Eu preliminarmente lhe questionaria: Quais os critérios, se e que existem, para a definição das corretoras que operam com as POSTALES, evidentemente operações essas realizadas em carteira própria?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Existe também definido na política de investimento, critérios muito claros com relação a seleção de corretoras, esse processo que foi concluído, esse processo foi concluído também no ano passado, e a própria política de investimento prevê a seleção de cinco corretoras e um rodízio entre as selecionadas. Nós temos cinco corretoras contratadas para realizar operações. Aí eu só destaco, que

tem algumas excepcionalidades em que a gente pode operar com qualquer corretora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais são as excepcionalidades?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Por exemplo, numa operação de underlight(F) na abertura de capital que aquela corretora é a única que vai negociar os papéis, esse é um caso. Um outro caso, quando há o interesse do instituto em adquirir um papel no mercado secundário, em que apenas um intermediário tem. Existem casos como esse, títulos públicos em liquidez, que é oferecido e aí a gente não tem como incluir mais uma corretora para alongar a cadeia de intermediação. Não há necessidade dentro do nosso entendimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais são as cinco corretoras atualmente habilitadas para operar com a POSTALES?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: BRSCAN, PLANER, SOCOPA, ATIVA--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): BRSCAN, só um minutinho. PLANER, SOCOPA.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: ATIVA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): ATIVA.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Falta uma e FINABANK.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): FINABANK. Com que periodicidade ocorre a mudança dessas corretoras, porque o senhor disse que há um rodízio, como é que é feito esse rodízio?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: A política de investimento prevê um rodízio anual, essas corretoras, elas foram selecionadas e iniciaram os trabalhos em maio do ano passado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Maio de 2005?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: No próximo mês de maio agora, será alterada com tenho certeza e novas corretoras deverão entrar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem como lembra quais eram as cinco corretoras habilitadas para operar em 2003 e 2004?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não, Deputado. Pela carteira própria eu abro um parênteses, nesse período nós não operamos na Bolsa e essas corretoras foram contratadas basicamente para operar no mercados secundários da Bolsa, de Bovespa e de derivativo e--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mais é isso eu pergunto em mercado de derivativos.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não, nós não operamos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até 2005, não operaram? com carteira própria?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Só através de fundos exclusivos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe como é que era feita a seleção a partir dos gestores dos fundos exclusivos, das corretoras que operavam os recursos da POSTALES?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não, cada gestor tem os seus critérios de seleção e a nossa política não prevê a obrigatoriedade de que os gestores externos operem com as corretoras, que foram pare selecionadas para carteira própria. Cada fundo tem autonomia para fazer o seu próprio processo seletivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, essas cinco corretoras, elas forma selecionadas em 2005, por que foi a parti daí, que os senhores começaram a operar BMF.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Desculpa excelência só corrigindo, BMF não, só Bovespa, nós não operamos BMF em 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Carteira própria nada?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só pelos Fundos Exclusivos?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: BMF nós operamos de janeiro a abril de 2000 e a partir de então nós não operamos mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só fundos exclusivos?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Só.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ta. Mas tudo bem, Bovespa, eu pergunto ao senhor: Quais foram exatamente os critérios do ponto de vista objetivo, para se chegar a essas cinco corretoras? Porque o mercado possui N corretoras, centenas de corretoras.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Eu vou tentar lembrar aqui alguns critérios. Não vou lembrar de todos, mas um deles é a reciprocidade na questão de setor de análise. Quer dizer, essas corretoras também

são prestadoras de serviço e tem setores de análises, que fornecem informações para as fundações. Outra é a devolução de corretagem, que tem um peso grande, infelizmente esse é um item considerado, que acaba muitas vezes por prejudicar as corretoras independentes, que têm o menor poder de trabalhar com esse tipo de devolução. Eu me lembro desses dois tendo um peso maior a questão da devolução, mas tem outros critérios, têm vários critérios também, que é feito a análise cadastral de todas elas, aquelas que estão com problemas ou impedidas a operar pela CVM, também são excluídas, é feita uma consulta na CVM sobre todas as que estão aptas e é solicitado inclusive informações sobre as selecionadas pela própria CVM.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Alexandre Pereira Reis exerceu a Diretoria Financeira quando?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: O senhor Alexandre Pereira Reis, ele entrou em junho de 1993 e saiu da fundação em maio de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Saiu da fundação em maio de 2003?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porém ele não foi em 2002 e 2003, o diretor financeiro?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Foi o diretor financeiro, 2003 até maio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até maio de 2003, ele era diretor financeiro durante todo esse período?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores têm conhecimento de um processo movido pela CVM, contra o senhor Pereira Reis, por operações que ele tenha realizado junto à BMF no período de 97 a 99, que podem ter gerado prejuízo no montante de 1,6 milhões de reais?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Temos. É um processo que já foi concluído pela CVM. É um processo de número 4 de 2001, que não foi só o Dr. Reitor, mas todos os gestores ligados diretamente a POSTALES foram arrolados nesse processo. Ele foi julgado no ano passado e está em fase de recurso no Conselho de Gestão lá... No Conselho de Recursos lá do BANCO CENTRAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que operações foram essas na BMF que ocasionaram esse processo?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Nós tínhamos dentro da fundação uma carteira, como temos até hoje, uma carteira vista e em determinados momentos, íamos ao mercado futuro de índice Bovespa, para estabelecer uma proteção ou em alguns momentos até para, dependendo do volume de recursos que a gente estava alocado nesse segmento de renda variável, até para alavancar um pouco mais a posição. Então basicamente eram operações desse tipo. O que aconteceu que gerou esse inquérito? Na transmissão das ordens, na execução pela corretora e no momento da especificação, as ordens acabavam sendo desviadas para terceiros. E aí a CVM detectou isso através de seus controles e abriu o processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para eu entender. Eram dadas as ordens--

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No entanto, as corretoras não cumpriam as ordens?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Nós operávamos com três corretoras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais eram?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: [inaudível], COPA e TELES. Diz respeito a uma corretora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é a corretora?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: A TELES.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): TELES. Então há aí um problema na prática da locação. Ou seja, no momento de atribuição dos valores, eram dadas ordens e, no entanto, esses valores não eram atribuídos da forma que as ordens eram dadas.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Exato. As ordens eram dadas ao mercado, elas ficavam em aberto, no final do dia eram confirmadas através de fax e enfim era um período que acabou ficando vago e que deu oportunidade para que, segundo as investigações que nós tivemos acesso, a se mudar o direcionamento dessas ordens. Foi o que aconteceu de fato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que isso pode ter acontecido mais recentemente no período de 2000 a 2005, quando das operações feitas pelos fundos exclusivos da BMF?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Perfeitamente possível. Não existe nenhum procedimento investigativo que nós temos conhecimento com relação aos fundos, mas de fato é totalmente possível e até acompanhando

do o depoimento do Adacir e a vinda do Presidente da CVM, o Dr. Marcelo Trindade, fica aqui também uma sugestão para se ouvir os responsáveis pela BMF. Por que da BMF? Porque a BMF é a única instituição que tem também dentro os seus regulamentos a obrigação de fiscalizar, de identificar esse tipo de procedimento dentro da minha avaliação. Então, eu acho que eles podem dar uma contribuição para que isso seja coibido, bastando para tanto talvez assumir os procedimentos que hoje são assumidos pela Bovespa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicitaria então a demonstração do primeiro quadro da BMF. Vamos reduzir a iluminação para que ele fique mais visível. Eu solicitaria a nossa secretaria da CPMI que pudesse... Ah, claro. Peço também a nossa equipe que providencie uma cópia dos dados, para que seja fornecida imediatamente para o Deputado Jorge Bittar, se é que já não tem aí uma. Me parece que já temos uma aí, Deputado. Bom, vamos lá. O que é que nos interessa saber e aí eu queria fazer uma pequena explicação inicial, para os senhores entenderem. Eu estou analisando no mercado BMF, o vício no processo de alocação. São os ajustes feitos no primeiro dia da operação onde a atribuição de resultados positivos e negativos para cada uma das partes que operam naquele determinado dia, negociando aquele mesmo determinado derivativo. O que a gente percebe? O senhor pode ver ali. Que quando a POSTALES ela operou no mercado de derivativos, houve uma concentração com oito corretoras, de atribuições de valores negativos para a fundação. E houve uma dispersão, uma desconcentração em 21 corretoras da atribuição de valores positivos, só que eu quero chamar a atenção para um dado, que me parece ser muito, muito sério que é o seguinte: Nós fizemos de um lado os negativos e de outro lado os positivos. E a POSTALES é uma das poucas fundações, é um dos Fundos de Pensão que tem no líquido, que tem no líquido, um déficit de atribuição de valores negativos. Os senhores podem ver ali o total de valores negativos atribuídos, são 41 milhões 963 mil 955 reais. O total de atribuição de valores positivos são 17 milhões 246 mil 688 reais. Então, o que é que significa isso? Que no líquido, no líquido, no total, 74% das vezes em que a POSTALES operou, foram atribuídos valores negativos, correspondendo a 71% do volume negociado, e em contrapartida, de valores positivos atribuídos foram 26% das operações, com 29% do volume negociado. Na maioria das vezes, a gente verifica que existem problemas por trás do processo de alocação para os Fundos de Pensão com a concentração em algumas corretoras para os Fundos de Pensão, porém poucas são as vezes em

que o líquido, a redução do positivo com o negativo, dá desfavorável para a fundação, e nesse caso a gente verifica que corre com a POSTALES.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Excelência, só um esclarecimento. O período é de 2000 a 2005?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso. E aí o que a gente percebe? Em volumes, em 48 milhões de atribuição de valores negativos, há uma concentração aí com oito corretoras, e as outras 21 que atribuem mais valores positivos, só atribuem 1 milhão 151 mil 218. Ok, vamos ali para as corretoras de cima. A ESTOQUE MAXIMA, os senhores podem ver, nessa quantidade de operações com esse volume negociado, 72% das vezes atribuiu valores negativos correspondendo a 65% dos valores. A SLW 77% das vezes, correspondendo a 73% dos valores, a Cruzeiro do Sul 84% das vezes, atribuindo 87% do volume negociado. Da SOCOPA, 86% das vezes, atribuindo 76% dos valores negociados. A INDUSVAL 89% das vezes, atribuindo 91% dos valores negociados. A TELES 97% das vezes, atribuindo 99% dos valores negociados e veja que no caso da TELES foi justamente aquela corretora objeto do processo da CVM em 97 e 99, ela aparece novamente com o problema a partir de 2000, operando com os Fundos Exclusivos que Vossa Senhoria me disse que não houve recursos operados com carteira própria, mas também aparece a SOCOPA, que estava habilitada naquele período e também a SOCOPA aparece aqui habilitada nesse momento para operar com a carteira própria. Mas enfim, os senhores podem ver, que é absolutamente inexplicável o resultado final, a média que engloba todas as corretoras, 74% das vezes, com 71% dos valores negociados, eu insisto. A POSTALES foi uma das poucas fundações, não vou dizer a única, mas uma das poucas fundações com um resultado líquido negativo nesse processo de alocação e podem perceber a concentração expressiva nessas corretoras. E vejam os volumes negociados, sobretudo, pelas três primeiras que destoa STOCK MAXIMA, a SLW e a CRUZEIRO DO SUL. Queria também apresentar um outro quadro, que demonstra o seguinte: Bom, aqui nós temos, vamos pegar só do período do Dr. Hélio, um quadro só do período do Dr. Hélio. Passe aí, por favor, que está adiante. Então, fazendo um corte só no período em que o Dr. Hélio exerceu as suas atividades na POSTALES, a gente percebe que se repete essa mesma concentração, chamando a atenção, mais uma vez, para a contribuição da CRUZEIRO DO SUL, da SLW e da STOCK MÁXIMA. E os senhores podem ver que daqueles 41 milhões 963 mil 955, 29 milhões 969 mil 533, dizem respeito exclusivamente ao período que o Dr. Hélio Afonso Pereira exerceu as

suas atividades como diretor financeiro. Vamos aí a um quadro que mostra o desempenho das corretoras com o mercado. Desempenho, não, aí é com as EPPCs, eu quero saber com o mercado. Esse último quadro aqui. Desempenho dessas mesmas corretoras, certo, com outros agentes do mercado, quando estão operando para qualquer outra instituição que opera no mercado, excluindo o desempenho delas com os Fundos de Pensão. Os senhores podem ver que no caso da CRUZEIRO DO SUL, está ali. Em 49% das vezes, correspondendo a 37% das operações, atribuiu-se valores negativos. Ou seja, é muito mais positivo do que negativo para o mercado. A SOCOPA, que é outra que tem uma participação efetiva, 47% das vezes, correspondendo a 52% do valor negociados. A STOCK MÁXIMA, 38% das vezes, correspondendo a 26% dos negócios. E EPC e a INDUSVAL, a TELES e a CLW não operam com o mercado, só operam com Fundos de Pensão, certo? Só operam com fundos de pensão. Muito bem, feitas essas demonstrações que serão todas elas fornecidas para Vossas Senhorias, eu gostaria de saber se ou o Dr. Hélio, ou o Dr. Adílson eles encontram algum tipo de justificativa lógica, de justificativa razoável dentro da experiência que possuem no mercado, para esse tipo de desempenho verificado pelas corretoras. Uma colocação já foi feita, que esses recursos foram aplicados pelos Fundos Exclusivos, mas eu insisto, é de responsabilidade da direção da POSTALES. Eu quero saber que tipo de explicação os senhores podem encontrar? Se os senhores concordam que há uma completa despadronização, um comportamento completamente atípico, estranho, que a priori é injustificável, mas quem os senhores podem nos ajudar a entender.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Excelência, só para fazer uma observação sobre o último quadro apresentado. A TELES eu acho que ela saiu do mercado depois desse inquérito, então por isso que ela não aparece operando com Fundos de Pensão. As outras duas eu não saberia explicar. Com relação ao levantamento feito, aonde ficou demonstrado que os ajustes negativos superaram largamente os ajustes positivos, nós não temos como contestar, porque eu tenho certeza que o trabalho foi feito de forma aprofundada e com todo o cuidado que o tema merece, eu não tenho dúvida, e nós sabemos que essa Sub-relatoria está sendo muito bem assessorada por diversas pessoas do mercado. Agora, nós tomamos a liberdade diante de algumas notícias que saíram no jornal, de solicitar também uma análise das operações de derivativos, não de forma isolada. Nós não analisamos somente os ajustes gerados pelas operações de derivativos, nós analisamos a estratégia adotada por cada fundo. Foi feito realmente

a maioria dessas operações, foram feitas por Fundos Exclusivos, através de Fundos Exclusivos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A maioria ou a totalidade?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Eu não diria a totalidade, porque de janeiro a abril nós operamos. No primeiro quadro que Vossa Excelência mostrou aparece a TELES, o que denota que essas operações da TELES foram feitas conosco. E aí vem um detalhe, apesar, e aí pode se fazer uma observação, mas não existia um inquérito de 98, o fato gerador de 98, e vocês continuaram operando até 2000? Sim, existia, mas nós só fomos tomar conhecimento desse procedimento administrativo da CVM, praticamente no final do ano de 2000, eu acho que no início de 2001. Então, eu acho que isso que seria a justificativa. Mas esse trabalho elaborado, que nós que ela analisou a RISK OFFICE elaborar, que ela analisou a estratégia e os ajustes ocorridos no período, no que concerne a derivativos, o resultado final realmente foi negativo, nós chegamos a essa conclusão, não no valor exato, mas um valor um pouco menor, mas é realmente negativo. Agora quando nós comparamos essas operações de derivativos com os ativos objetos, com a estratégia montada por cada fundo, nós constatamos que o resultado final para a fundação foi extremamente positivo. Quer dizer, é um trabalho também, que da mesma forma nós gostaríamos de tomar a liberdade de deixar com Vossa Excelência, para que fosse analisado também pelos técnicos para que a gente procure alguma explicação que justifique esse tipo de procedimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Veja, eu sei que o senhor recorre a um argumento, que praticamente é universal para todos os fundos, que é justamente o de levar em consideração o hedge cambial e a verificação do desempenho da fundação nos outros mercados, para exatamente saber o que é que ali estava protegido, o que não estava sendo protegido. Nós não levamos em consideração hedge porque não nos interessou saber a cadeia da negociação.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nos interessou saber justamente um possível problema no processo de alocação, feito ao primeiro dia, e apenas ao primeiro dia. Claro que para sermos justos, nós precisávamos confrontar o negativo com o positivo, daí a verificação no caso da POSTALES de um negativo muito maior do que positivo. Porém, eu diria mais, além disso, nos interessou e nos interessa saber e entender exatamente essa grande concentração com as corretoras.

O senhor pode ver, é uma grande concentração com as corretoras. Então eu acho que a diretoria da POSTALES precisa imediatamente, e em posse dessas informações da CPMI, também provocar os gestores dos Fundos Exclusivos para buscar uma explicação, do por quê disso.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas quero dizer que recebo o documento encaminhado por Vossa Senhoria e vamos levar todas as informações em consideração.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pediria a nossa equipe técnica, que verificasse se está tendo algum processo de votação do Plenário, porque há um aviso aqui que pode estar tendo. Você verifica? Por favor, Vanderlei. Vamos adiante. Saindo, agora, dos derivativos, em títulos públicos nós não verificamos nenhum problema que chame tanto a atenção da CPMI, certo? Então nós vamos passar diretamente para os CDBs. Próximo. Aí nós temos um quadro das aplicações feitas pela POSTALES no Banco Santos em 2004, com as respectivas datas: 15 do 04 de 2004, 1 milhão 364 mil. 7 do 05 de 2004, 8 milhões. 1 do 10 de 2004, 15 milhões, 28 do 10 de 2004, 4 milhões. Totalizando 28 milhões 364 mil. Eu queria o próximo quadro, por favor. Mais a frente, depois a gente volta pra esse. E aí nós temos as aplicações realizadas em cotas de FIF do próprio BANCO SANTOS: Agosto de 2004, 13 milhões 650, setembro de 2004, 6 milhões e 100, outubro de 2004 6 milhões 290, novembro de 2004, 4 milhões 750, totalizando 30 milhões 790 mil. Sendo que ali embaixo a gente chama a atenção para aquelas realizadas em novembro, que totalizando os 4 milhões 750. E a gente vai verificar que elas aconteceram, no dia 1 de novembro, 5 de novembro, 9 de novembro, 10 de novembro e 12 de novembro, e que 12 de novembro vem a ser exatamente a data de intervenção do BANCO SANTOS. Mas vamos voltar para os CDBs depois a gente faz os questionamentos dos FIFs. O próximo quadro, por favor. Nós fizemos um levantamento completo nesse período de cinco anos, já não mais apenas em 2004, que diz respeito ao período da sua diretoria, de como é que se comportou a prioridade dada pela POSTALES nas aplicações em CDBs. Ou seja, normalmente a POSTALES recorreu a quem? Prestigiou que instituições? Selecionou que bancos? Enfim. E a gente percebe o seguinte: Que a instituição financeira que mais teve aplicações em CDB da POSTALES é o BANCO SANTOS, com 147 milhões 270 mil no período. A segunda

instituição é o banco BMC, com 64 milhões 960 mil. Vem, em terceiro, o BANCO RURAL, com 46 milhões 420 mil e assim sucessivamente nessa ordem que está ali colocada. Banco PANAMERICANO, MERCANTIL, FIBRA INDUSTRIAL E COMERCIAL, BMG, PAIME, CACIQUE, CHAIM, UNIBANCO, BANCO SOFISA e outros mais. Muito bem. 85% das aplicações em CDBs feitas pela POSTALES, foram concentradas em instituições sem grande expressão no mercado, cujo risco de crédito é superior a bancos de primeira linha. Essa é uma constatação nossa a partir de uma agência de riscos que serve de parâmetro para a CPMI. BANCO RURAL e SANTOS concentram juntos 34% das captações feitas pela POSTALES, pelas aplicações feitas, me perdoe, feitas pela POSTALES. Muito bem. Está aí o quadro, BANCO SANTOS lidera o ranking, o BANCO RURAL é o terceiro do ranking e essas instituições, a maioria delas são instituições não de primeira linha no mercado. Próximo, por favor. Muito bem. Aí a gente faz um corte específico na questão do BANCO SANTOS e mostra que a POSTALES aplicou 147 milhões em CDBs no período. E as demonstrações financeiras da POSTALES registram perda de 36 milhões referentes as aplicações com o BANCO SANTOS. Ou seja, a própria POSTALES, a própria fundação provisionou para a perda e fez incluir nas suas demonstrações financeiras 36 milhões de prejuízo com o BANCO SANTOS. E eu diria inclusive, o seguinte: Que a POSTALES me parece que foi a segunda fundação que mais perdeu com o BANCO SANTOS. A primeira disparado na frente foi a REAL GRANDEZA e a segunda foi a POSTALES. Observa-se que 15 dias antes da intervenção do BANCO CENTRAL, a POSTALES aplicou 4 milhões de reais em CDBs do BANCO SANTOS. Daqui a pouco a gente passa para as cotas de FIF. Então, diante desse quadro que foi aí apresentado, eu particularmente tenho dificuldade de entender, como é que uma fundação que deve se pautar por uma política conservadora, prioriza investimentos feitos em instituições de pequeno e médio porte, que não estão classificadas como as de melhor risco, não oferecem, portanto, maior segurança e, além disso, a gente percebe aí a forte presença do BANCO SANTOS, a gente percebe aí a forte presença do BANCO RURAL, eu vou chegar no BANCO RURAL logo depois, certo? E a gente constata, a partir das próprias demonstrações financeiras da POSTALES, um prejuízo, um dinheiro que evaporou, presumo eu porque não está considerado como perda, de 36 milhões do BANCO SANTOS. Eu queria que os senhores me explicassem, o senhor como gerente de investimentos há muito tempo da fundação, o senhor como diretor financeiro de um período que teve implicações consideráveis nesses números, queria ouvir

de cada um dos dois as explicações, se é que elas existem, de por que haver uma concentração nessas instituições e por que o BANCO SANTOS ter recebido tantos investimentos da POSTALES, e como é que os senhores encaram essa perda de 36 milhões que tiveram com o BANCO SANTOS?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Deputado, os critérios que o POSTALES utiliza, que não é muito diferente das outras entidades, para aplicação em crédito bancário e critérios estes previstos na política de investimento, é o critério do RISK BANK, é uma consultoria de crédito bancário, que define prazos e limites para aplicação nas instituições. A nossa política é do ponto de vista da legalidade, a nossa política dava total cobertura às aplicações feitas. Agora, do ponto de vista da qualidade do crédito, propriamente dito, na época que foram feitos, nós não tínhamos conhecimento da situação do banco, isso daí é um fato. Depois eu quero comentar também sobre a aplicação do dia, mas vamos por etapas. Essas aplicações, a entrada do POSTALES em crédito bancário nos últimos anos, ocorreu com mais frequência a partir de 2004. O POSTALES praticamente nos primeiros anos de 2000, não aplicou em crédito bancário, ele retomou em 2003 através de um Fundo da CAIXA, um Fundo gerido pela CAIXA nos consultou, pedindo autorização para entrar nesse mercado e nós autorizamos. Agora, a questão da qualidade do crédito, bancos pequenos e médios dentro do mercado de créditos bancários, são tradicionais captadores de recursos via CDB. A taxa conseguida, a rentabilidade proporcionada por esses CDBs, basicamente é o que justificava esse processo. Porque excelência, não tinha muito sentido o POSTALES recorrer à CDBs de bancos de primeira linha, porque possivelmente as taxas que seriam oferecidas estariam igual ou abaixo da nossa taxa de menor risco considerado, que é as taxas da LFT. Então, não justificaria. A justificativa para entrar em bancos, bancos médios e pequenos, é objetivamente o retorno proporcionado pelas mesmas. Temos total consciência que isso representa um aumento no risco, evidente. Instituições pequenas e médias são mais afeitas a sentir, apesar de demonstrar em determinado momento qualidades, que levem à aprovação do seu crédito, mas estão mais afeitas as movimentação de mercados e cenários, mudanças bruscas de cenários e até especulações, as especulações sobre quebra de banco também, o banco vive de liquidez, leva um banco à bancarrota, isso eu não tenho a menor dúvida. Então o que eu quero dizer a Vossa Excelência, é que as aplicações feitas no BANCO SANTOS elas atenderam a todos os requisitos legais. As informações tidas pelo POSTALES, pelo um avaliador de risco do

POSTALES e pela grande maioria do mercado, eu digo isso, grande maioria, porque eventualmente alguém pode ter tido conhecimento da real situação do banco, era de que o banco era um banco saudável. Essa é a realidade que eu tenho para lhe dizer sobre essas aplicações. Sobre os prazos de aplicações, a última, só para a gente diferenciar, a última aplicação feita pela carteira própria do POSTALES no BANCO SANTOS foi no dia 1 de outubro. A última aplicação efetivamente realizada, foi no dia 28 de outubro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque aqui nós consideramos tanto carteira própria, como os Fundos Exclusivos.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Feito pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. As aplicações realizadas nas semanas que antecederam, do nosso ponto de vista, elas não ocorreram. Nós consultamos o edital de homologação de credores junto ao banco, consultamos todos os nossos fundos, consultamos o nosso custodiante e nenhum deles identificou as aplicações, especialmente aquele 1 milhão que foi referido--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós vamos chegar lá. Agora, eu pergunto: O senhor é segurado POSTALES não é?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Sou, sou participante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor como segurado da POSTALES, não se sente lesado em ver que perdeu 36 milhões com o BANCO SANTOS?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Evidente. O ato de gestão não é um ato deliberado, para levar resultados negativos ao erro. Nós estamos sujeitos ao risco como já tivemos no passado, já passamos por esse tipo de situação em várias ocasiões no passado. É evidente que também vamos tomar providência, para tentar de alguma forma recuperar esses recursos. Nós não estamos passivos dentro dessa situação e nem estamos aceitando a situação como totalmente resolvida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, nesse caso específico pode haver enfim, um enquadramento e uma situação de má gestão?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não, acredito que não, o POSTALES atendeu a todos os requisitos. Como volto a dizer, as informações disponibilizadas ao público pelo banco e informações essas disponibilizadas também às agências de rede e a RISK BANK, que era um modelo que a gente acompanhava, demonstrava uma situação diferente do que é conhecida efetivamente hoje. Então eu não acho que isso se

caracteriza como má gestão. Nós trabalhamos dentro de uma realidade, uma realidade que não se confirmou depois de conhecidos os fatos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os dirigentes do BANCO SANTOS, tinham o hábito de procurar a fundação para apresentar os seus produtos e enfim, tentar fazer negócios?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Tinha um representante do BANCO SANTOS, o nome dele era Guerra, eu não tenho nome dele completo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Renato Guerra?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Ele nos visitava com os outros--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Carlos Eduardo Guerra?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Isso, essa era a pessoa que geralmente nos visitava junto com um economista ou algum analista de dentro do banco, que eu não me recordo qual é o nome deles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Havia alguma ordem superior para que os senhores prestigassem o BANCO SANTOS?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não tenho conhecimento. Da minha parte, acho que não existia isso.

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: E da minha também não, Deputado, nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então a decisão foi autônoma, exclusiva e de responsabilidade total da Diretoria Financeira e do comitê de investimentos.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos ali às cotas de FIF. Bom, também aí está considerado os Fundos Exclusivos. Estão considerados os Fundos Exclusivos. O que a gente percebe? Que a POSTALES aplicou 30 milhões nos quatro meses que antecederam a intervenção do BANCO SANTOS em FIFs, do banco. E que a POSTALES aplicou 4,7 milhões em novembro de 2004, que foi o mês da intervenção. Os nossos dados são todos eles encaminhados pelo BANCO CENTRAL, então não há como ter erro nisso, tá? São dados da CETIP. E a gente vê ali o seguinte, que no dia primeiro, como eu havia dito, no dia 5, no dia 9, no dia 10 e no dia 12 do 11, sendo que tem aquela aplicação de 1 milhão de reais em cota de FIF do próprio BANCO SANTOS. Os senhores contestam, dizem que não fizeram. Os

senhores dizem que não fizeram em carteira própria ou garantem também pelos Fundos Exclusivos?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Excelência, nós consultamos, depois de conhecida essa informação em dezembro, através de uma reportagem no Jornal Nacional, nós consultamos todos os gestores formalmente, consultamos o custodiante, que é o responsável pelas liquidações, todas liquidações de carteira própria ou Fundos Exclusivos, e nenhum deles identificou qualquer tipo de movimentação nesse sentido. Consultamos ainda a lista publicada pelo síndico da massa falida da homologação dos créditos e não identificamos nenhum Fundo Exclusivos do POSTALES ou qualquer fundo que o POSTALES tivesse investimento. É o que nós fizemos, mas é o que Vossa Excelência afirmou, é difícil constatar um dado do BANCO CENTRAL, acho que a gente precisa aprofundar, agora a nossa informação é essa. Não existe aplicação, eu acho que isso não condiz com a realidade e eu gostaria, se isso for possível, de ter acesso a mais informação pra gente tentar resolver esse tipo de questão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo bem. Os dados estão aí, nesse caso da discordância do dia 12, eu peço à assessoria que possa destacar todos os detalhes da operação, como ela foi identificada, para que a gente encaminhe isso ao diretor financeiro da POSTALES e esclareça o assunto.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Deputado, só mais uma questão se Vossa Excelência me permite. O único fundo que se manifestou, como relação as aplicações do Banco Santos, foi o fundo da MÁXIMA. A explicação que ele nos deu, ele não falou objetivamente sobre valores, mas o que foi informado é que um dos fundos, o nosso fundo, um dos nossos fundos que era FI, que era um fundo de mercado que tinham outros embaixo, um dos fundos era administrado pelo BANCO SANTOS. Então daí pode estar havendo algum desencontro de informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas era administrado quando?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Nesse período, era administrado pelo BANCO SANTOS. A gestão era da MÁXIMA, mas a administração era feita pelo BANCO SANTOS, o que é normal isso dentro do mercado. Você ter um administrador e um gestor contratado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além desse fundo da MÁXIMA, o BANCO SANTOS administrativa algum outro fundo?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não, não tenho conhecimento, mas acho que não, não posso afirmar que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria considera que pode ter existido alguma situação, que o BANCO SANTOS como administrador ele acabou induzindo a esse fundo exclusivo a compra de títulos da sua carteira?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: A afirmação que eu tenho do gestor da MÁXIMA, é que o objetivamente não ocorreu aplicação do BANCO SANTOS especificamente no dia 12 do 11, que era a data que a gente tinha em mente. Então e a consulta foi abrangente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora dos Fundos Exclusivos, dos quatro Fundos Exclusivos, o fundo gerido pela MÁXIMA era o que tinha maior volume de aplicação do BANCO SANTOS?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não era a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. A MÁXIMA eu não me recorde de ter aplicação nenhuma no BANCO SANTOS. Dentro do portfólio deles não me recorde. Não havia aplicações do BANCO SANTOS, somente a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e carteira própria do fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ta. Próximo por favor. Bom, aí nós temos aplicações nos Bancos BMG e RURAL. Em 2003, foram 5 milhões em cada um dos bancos. Em 2004, foram 41 milhões 420 mil no RURAL e 18 milhões no BMG. Eu queria aquele mais detalhado, por favor, esse. Então está aqui. Nós separamos as datas. BMG. Dezembro de 2003, 5 milhões, janeiro de 2004, 3 milhões, fevereiro de 2004, 5 milhões, março de 2004, 1 milhão e meio, maio de 2004, 4 milhões, agosto de 2004, 2 milhões e meio, outubro de 2004, 2 milhões. O que mostra que as aplicações feitas no BMG elas correspondem a um período de dezembro de 2003 a outubro de 2004. BANCO RURAL, um volume muito maior. Dezembro de 2003, 5 milhões, janeiro de 2004, 3 milhões, fevereiro de 2004, 9 milhões, março de 2004, 1 milhão e 300, abril de 2004, 1 milhão e 300, maio de 2004, 5 milhões 560, junho de 2004, 1 milhão, julho de 2004, 5 milhões, agosto de 2004, 4 milhões 260, setembro de 2004, 5 milhões e outubro de 2004, 6 milhões. Totalizando 46 milhões 420 mil. É evidente que aí são valores acumulados, só para que os senhores entendam. Bom, um dos motivos que levou a criação dessa Sub-relatoria foi fazer um estudo detalhado sobre as aplicações feitas pelos Fundos de Pensão, nos bancos BMG e RURAL, por um motivo básico. O BMG e o RURAL são os bancos que participaram dos ditos empréstimos do senhor Marcos

Valério, que viabilizou a transferência de milhões e milhões para Partidos políticos, para Parlamentares e etc. O BMG e o RURAL, portanto, são as suas instituições financeiras que estão no coração das nossas investigações. Eu estou concluindo um estudo, que será divulgado nos próximos dias sobre o geral da aplicação e dos investimentos que os Fundos de Pensão fizeram nessas duas instituições financeiras. Porém, posso antecipar que no caso da POSTALES, como o senhor pode ver ali, 46 milhões 420, foi um dos Fundos de Pensão que mais investiu no BANCO RURAL. Eu posso lhe dizer até foi a POSTALES, foi o terceiro fundo que mais investiu dos Fundos Federais no BANCO RURAL. 46 milhões 420. Como Sub-relator, a priori eu não tenho direito de fazer ilação sobre nada. Porém, o ex-diretor de compliance do BANCO RURAL, esteve nessa CPMI e disse que os dirigentes dessa instituição financeira, estavam comemorando o fato de que houve um crescimento substantivo de 2004, das aplicações feitas pelos Fundos de Pensão na carteira desse banco. É evidente que um banco que acaba sendo priorizado, que acaba sendo bem servido pelos Fundos de Pensão e com isso ele passa a movimentar milhões de reais a mais, é evidente que um banco que está azeitado com os recursos do Fundo de Pensão, ele se dá ao tipo de coisa que o RURAL se deu, porque nenhuma outra instituição séria, de credibilidade faria o que o RURAL fez. E essa constatação aqui não é de natureza política não, mas não faria o que o RURAL fez, sem as garantias, sem os devidos respaldos, enfim. O diretor, o ex-diretor de compliance do BANCO RURAL, nos disse que eles comemoraram muito o fato de 2004, ter dado um salto significativo na ingestão dos recursos de Fundos de Pensão. E quando a gente percebe, sobretudo ali no BANCO RURAL, no BMG também, mas, sobretudo, no BANCO RURAL, foram 46 milhões 420 reais em 2004, só da POSTALES. Eu tenho que confessar aos senhores que isso nos causa estranheza. Sobretudo, porque no nosso estudo conclusivo, que não é esse e eu não tenho como dar conhecimento ainda a CPMI, porque ele não está totalmente pronto, mas a gente vai perceber que com relação ao BANCO RURAL, a POSTALES ela basicamente só vai investir no BANCO RURAL em 2003 e 2004.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Senhor Relator, só para um esclarecimento. Essas totalizações podem ou não fazer sentido, porque as aplicações em título são por um prazo determinado. Quer dizer, essa somatória pode não refletir um volume integral de recurso, porque se um título é aplicado por 60 dias, vamos pensar assim num prazo relativamente curto, evidentemente essa mesma aplicação pode se repetir

ao longo do período, o que não significa que aquela totalização, signifique em recursos adicionados, os recursos aplicados ao longo de um período mais longo. Então é preciso que além dessas informações sobre os valores agregados, que haja informação sobre os períodos de aplicação desses títulos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Exa. fique tranquilo, que quando da conclusão dos nossos estudos, haverá um detalhamento completo das datas, dos prazos, nós vamos separar--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim, estou eu dizendo isso, porque isso pode levar as pessoas, se aplicou 46 milhões--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu já entendi, me perdoe, e eu vou explicar a V.Exa.--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque cada nova aplicação, implica em uma série de ganhos que o banco faz, ganho com os prédios, com uma série de coisas, cada nova aplicação. Então cada nova aplicação e o

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, é claro que sim. Mas cada nova aplicação implica em uma nova avaliação de risco, implica em uma nova concessão de crédito, implica em novas taxas, implica em correção, implica em novos ganhos, para a instituição financeira e claro que também para o banco. Então veja, eu não vou polemizar nesse momento com Vossa Excelência, porque nós estamos--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Apenas que a somatória pode não expressar valores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Expressará, Deputado Bittar, ela expressa, eu queria apenas que Vossa Excelência compreendesse os meus argumentos, ela expressa por quê? Porque de fato aí nós estamos falando em explicações individualizadas. Algumas delas que podem ou não ter se repetido, certo? E isso tudo isso será colocado no estudo final, o que foram aplicações novas, o que foram aplicações renovadas, certo? Muito bem, isso será feito, Vossa Excelência fique tranquilo. Porém, há um entendimento nosso que esse montante, é um montante real de recursos que foram investidos no banco, no caso o BANCO RURAL, Certo? Por quê? Em determinado momento, a fundação poderia optar por não comprar o CDB do RURAL e comprar o CDB do BMG, ou comprar o CDB do BANCO SANTOS, ou em comprar o CDB do Bradesco, ou em comprar o CDB do Itaú. E quando

prioriza a compra daquele CDB daquela instituição, só naquele ato, além de estar injetando recursos na fundação, ela principalmente, isso que eu quero destacar, ela principalmente vai permitir ao banco ter uma série de resultados, somente pela aplicação que automaticamente está sendo feita. O que não quer dizer inclusive, que o fundo quando resgatou ou quando vir a resgatar, ele não vai ter o seu resultado, isso não está em discussão. Nesse caso percebe-se que eles perderam e não puderam resgatar 36 milhões no BANCO SANTOS, porque o Banco Santos foi liquidado. O BMG e o RURAL ainda estão em funcionamento. O que nos interessava ver, é que até 2002 não existiam aplicações no BMG e no RURAL.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim, mas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Feito pela POS-TALE--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): --o que eu entendi do que disse o senhor Adílson Costa, é que as aplicações em renda fixa, no sistema bancário, no sistema de empréstimo bancário em CDBs, ocorreram a partir de um determinado período, como fruto de uma política da fundação e que eu posso constatar da relação, veja bem, eu não estou, porque nós para chegarmos a determinadas conclusões acerca de BANCO RURAL e BMG, nós precisamos ter informações sólidas. E eu vejo pela própria lista que o senhor publicou, Deputado ACM Neto, que o BANCO BMG, cujas aplicações montam a 23 milhões de reais, está muito abaixo de outras aplicações e outras instituições financeiras como o BMC, como o BANCO PANAMERICANO, como o BANCO MERCANTIL do Brasil, todas com--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas Deputado Bittar--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Então é preciso perceber isso dentro de um contexto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, eu sei, mas V.Exa. tem que--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Como um todo, ou seja, a instituição, só para que eu possa concluir, perdão. A instituição definiu uma política, aplicou num conjunto de instituições financeiras, segundo critérios e eu vou ter a oportunidade depois digno dialogar com o Dr. Adílson, para que possamos entender bem. Porque no entendimento do fundo POSTALES, remuneravam adequadamente com riscos razoáveis na compreensão deles. O que me parece correto é que nós tenhamos acesso a essas avaliações de risco e

rentabilidade, da instituição para saber qual foi realmente o grau de risco que esse fundo correu ao aplicar num conjunto de instituições financeiras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso tudo, Deputado Bittar, faz parte do todo da nossa análise. Eu só queria destacar um dado que é inequívoco e que nem eu e nem Vossa Excelência podemos contestar, é o seguinte: Um dos motivos que criou essa Sub-relatoria foi entender os investimentos que as fundações fizeram no BMG e no RURAL, aliás, esse foi o primeiro requerimento aprovado. Uma quebra de sigilo específica das operações dos Fundos de Pensão com o BMG e RURAL, esse foi o primeiro requerimento, antes da Sub-relatoria existir. Então eu não poderia deixar de fazer um estudo, que vai ser apresentado em breve sobre o comportamento de 2000 a 2005, de todos os Fundos de Pensão, como o BMG e o RURAL. No caso da POSTALES, os números absolutos ali mostram que só a partir de 2003, eles investiram no BANCO MUNDIAL e RURAL. Primeira constatação objetiva. Segunda constatação objetiva: De 2003 para 2004, houve um salto essencial, houve um salto expressivo, o senhor pode ver ali em 2003 foi de 5 milhões, em cada um dos bancos e 2004 no caso do BANCO BMG, foram 18 milhões e no caso do BANCO RURAL, foram 41 milhões 420 mil reais. Então o outro fato é que eles investiram, eles compraram, eles investiram em CDBs desses dois bancos. Ponto. O que levou a isso, é o que a gente precisa ouvir de ambos, do senhor Adilson e do senhor Hélio, para saber quais foram os critérios que determinaram o investimento nesses bancos e a nossa agência de risco mostra, a MULTI mostra uma classificação desfavorável para o BMG e para o RURAL, certo? Sobre tudo para o RURAL, sobre tudo para o RURAL. Então--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Há controvérsias sobre a avaliação de risco, entre as próprias agências, o senhor há de convir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo bem, Deputado Bittar. Então, vamos ficar com o fato objetivo do momento. Nós temos ali 23 milhões no BMG e 46 milhões no RURAL. Eu queria que os nobres dirigentes da POSTALES pudessem nos explicar isso.

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: Excelência, com relação ao BANCO RURAL, essas aplicações que aconteceram em 2004, com exceção dessa aplicação do mês de outubro, que foi uma aplicação feita pela carteira própria, as demais foram feitas por Fundos Exclusivos. Na nossa carteira própria, a única aplicação que foi feita no BANCO RURAL foi essa de outubro, no meu período. No BMG...

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Só enquanto o senhor consulta, V.Exa., uma questão que eu gostaria de pedir para Vossa Excelência, é a questão de algumas taxas que estão abaixo de 100% de CDI. Eu pediria a Vossa Excelência, que solicitasse uma revisão, porque o POSTALES não fechou nenhuma taxa abaixo de 100% do CDI. Então, eu não entendi bem essa taxa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem os Fundos Exclusivos?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Bom, aí eu não posso afirmar. Mas acredito que não. Aí não teria realmente explicação. Se você pode ter uma FT a 100% CDI, como que vai adquirir um CDB com menos de 100% de CDI?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sobre tudo do BANCO RURAL e do BMG.

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: Essa aplicação de outubro, Excelência é que consta lá 96,9, na realidade é 103,5, do CDI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso pode se verificar.

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: Nesse relatório que eu lhe passei às mãos, está bem explicitada essas situações. E na--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu peço imediatamente a nossa assessoria, que verifique as taxas de CDI de cada uma das aplicações.

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: E essa aplicação de outubro de 2004 do BMG também, que foi feito pela carteira própria, a taxa também não condiz com a realidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é a taxa?

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: 103,5, também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Igual a do RURAL?

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: Isso.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Excelência, só para voltar a recordar também, os critérios para aplicação no BANCO BMG e no BANCO RURAL, foram os mesmos que eu anteriormente disse aqui no BANCO SANTOS. Nós temos na política de investimentos PREVIS(F), um sistema de análise de risco bancário, que é conduzido pelo RISK BANK e é o modelo que nós seguimos. Agora, eu volto a afirmar e insistir, que as aplicações em crédito bancário do POSTALES iniciaram

em 2003, e não especificamente em SANTOS, BMG e RURAL. Quer dizer, tem uma série de instituições, que eu poderia citar aqui que o POSTALES também aplicou em volumes expressivos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós já apresentamos a relação completa inclusive. Se quiser retornar, por favor. Está aí apresentado.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Exato. Todas essas aplicações foram feitas a partir de 2003. Então o que eu queria declarar aqui, objetivamente nós acompanhamos os trabalhos da CPMI e sabemos que está sendo feita essa investigação, é que a aplicação do POSTALES não teve absolutamente nenhum vínculo com os contratos de empréstimos firmados entre essas duas instituições e o PT. Não existiu nenhuma ação política solicitando que o POSTALES aplicasse nessas instituições, essas instituições foram escolhidas pela Mesa do POSTALES, através de pesquisas realizadas diariamente e essas instituições que estão aí, são, como eu disse anteriormente também Excelência, as tradicionais captadoras do mercado de CDBs. Então, eu queria deixar só isso esclarecido e deixar essa afirmação aqui feita junto a Vossa Excelência, junto à CPMI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicito que acendamos as luzes, porque a parte de apresentação está concluída. Vamos lá. O jornal Folha de São Paulo, no dia 18 do 12 de 2005, noticiou que oito Fundos de Pensão ligados a empresas estatais pagaram ágio milionário, em um negócio originado no Governo do Rio de Janeiro. A operação teria começado com um leilão em janeiro de 2004, do Rio Previdência para venda dos direitos de crédito imobiliário, oriundos do BANERJ, com cobertura FCVS. Quatro pessoas físicas, qualificadas pela reportagem como estruturadores da operação, teriam comprado os direitos por 135,1 milhão de reais e os repassados ao fundo de investimento ASM FCVS, do qual os Fundos de Pensão são cotistas por 354 milhões, ou seja, teriam comprado por 135 e repassado para esse fundo de investimentos por 354 milhões. A notícia afirma ainda que há indícios de que houve ingerência política em pelo menos uma fase do processo, quando o negócio foi oferecido aos fundos pelos estruturadores, vez que na ocasião o senhor Marcelo Sereno teria telefonado ao então diretor NÚCLEOS, Gildásio Amado Filho e pedido que recebesse um representante da ASM. Segundo a mesma reportagem, a POSTALES foi o fundo que mais aplicou. O diretor financeiro da fundação, no caso o senhor Adilson Florêncio, teria sido na época como gerente de investimentos, responsável por 70 mi-

lhões, no dia 23 do 12 de 2004. 10 milhões, cinco dias depois e 6 milhões em primeiro de fevereiro de 2005. A fundação alegou que não teve acesso a origem dos créditos e ficou surpresa com o prejuízo. Diante de tais fatos, indago: Se a POSTALES estava interessada em investir em direitos creditórios de FCVS, por que não participou diretamente do leilão?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Deputado, a resolução 31,21 do Conselho Monetário Nacional, não permite a participação direta do Fundo de Pensão em leilões dessa natureza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A decisão acerca da compra desses papéis, passou pela deliberação do conselho de investimentos da POSTALES?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Pelo comitê de investimentos, seguia a tramitação normal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria conhece o senhor Fernando Sales Teixeira de Melo?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor José de Vasconcelos da Silva?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Olímpio Uchoa Viana?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Eduardo Jorge Chame Saad?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é o seu relacionamento com o senhor Fernando Sales Teixeira de Melo?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Relacionamento comercial. Ele como Vossa Excelência lembrou, juntamente com o senhor Eduardo Saad, pela ASM foi quem comercializou as cotas desse fundo. Então o relacionamento vem daí, das apresentações feitas pela equipe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque o senhor sabe que tanto o senhor Fernando, como o senhor Eduardo são os ditos estruturadores da operação. E que o senhor Fernando, o senhor José de Vasconcelos e o senhor Olímpio, eles atuam na empresa de consultoria TALENT. E o último, no caso do senhor Olímpio, é ex-diretor da MERLINT(F) no Brasil. O vínculo entre os sócios da ASM e os compradores no leilão, seriam o senhor Saad. Ou seja, ele teria feito a conexão entre

o senhor Fernando, o senhor José, o senhor Olímpio e os compradores do leilão. Ele teria também trabalhado junto ao banco FLEMING GRAFUS(F). Eu lhe pergunto: O que é que determinou a decisão de Vossa Senhoria, para fazer a compra e investir nesses direitos creditórios de FCVS?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Esse fundo começou a ser, a estrutura do fundo começou a ser mostrado para o POSTALES em setembro de 2004. Ele foi realizado efetivamente em dezembro, que nós integralizamos recursos lá. Nós não temos nenhuma dúvida sobre a qualidade desse fundo, Excelência. Eu só queria, o senhor falou em prejuízo, o POSTALES não tem absolutamente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu estou... Se o senhor me perdoe. Eu estou apenas aqui relatando uma matéria, que foi relatada num grande veículo de comunicação e estou pedindo as explicações do senhor para ela. Da minha parte não houve nenhuma valoração ainda.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Então prejuízo eu afirmo que não correu nenhum. O produto, é um produto extremamente positivo e com retorno, com a expectativa de retorno excelente para o instituo. Ele baseado em crédito contra o sistema financeiro de habitação. Esses créditos contra a FCVS vão ser novados(F) e vão se transformar em CVS, que é um título público federal corrigido por TR. O preço, o objetivo de rentabilidade do fundo é TR mais 17,5. Para Vossa Excelência ter uma idéia, esse fundo hoje no mercado secundário, esses créditos já está sendo negociado a TR mais 14, 14,5%. O que se fosse precificado, geraria um resultado positivo excepcional para a fundação. Nós não temos interesse apesar de já termos sido procurados pelo mercado, em vender esse produto, porque nós acreditamos que o potencial de retorno que ele apresenta é muito grande. Agora a estrutura de aquisição da carteira de crédito contra o FCVS, isso da estruturação nós não sabemos, não tomamos conhecimento. O objetivo do fundo é adquirir carteira de crédito contra FCVS, não especificado de qual instituição financeira. Esse é um trabalho que uma empresa contratada pelo fundo faria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor reconhece que houve uma elevação de 135,1 milhões para 354 milhões?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Dentro da carteira adquirida e pela própria matéria por conversa com jornalista e posteriormente com gestores do fundo, existem explicações para isso. Quer dizer a qualidade de uma carteira de crédito, se a carteira de cré-

dito comprada foi contra o antigo BANERJ, era uma carteira do antigo BANERJ, é uma carteira completa. Essa carteira tem que ser depurada e são contratos de mutuários e alguns contratos tem efetivamente valor, outros não, daí a explicação pela diferenciação de preço. Agora efetivamente não vejo para o POSTALES ou para as outras instituições, que subscreveram cotas desse fundo, nenhuma possibilidade de perda e pelo contrário, eu posso lhe afirmar que essa é a melhor aplicação do POSTALES na atualidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mesmo tendo havido essa diferença de 200 milhões de um negócio para o outro.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Essa diferença Excelência, eu volto a afirmar, foi constatada posteriormente, quer dizer se o POSTALES tivesse condições de adquirir na origem essa carteira, e não só adquirida essa carteira de montar uma estrutura para gerir milhares de contratos, porque o que acontece com esse produto é isso. Nós temos mais de 20 mil contratos, mais de 20 mutuários, a estrutura de gestão nesse contrato no Rio de Janeiro ocupa um espaço significativo, quer dizer se tivéssemos a nível de regulamentação ou de norma, possibilidade da adquirir é evidentemente que nós participaríamos e só avaliariamos qual o custo da gestão desses contrato, se valeria a pena, mas é absolutamente nós não tínhamos conhecimento desses valores e se tivéssemos efetivamente tentaríamos negociar e melhorar um produto, que já é muito bom para a carteira de instituo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo bem, mas é um negócio da China, porque esses operadores conseguiram negociar por 135 milhões e depois com todos os encargos que eles têm, mas depois passaram por 354 milhões, para os Fundos de Pensão, realmente que negócio hein? Houve algum tipo de participação que o senhor saiba, mesmo que não com a POSTALES, mas enfim com outro de Pensão do senhor Marcelo Sereno, no sentido estimular que determinado fundo também entrasse nessa composição do negócio?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Excelência, a informação que eu tenho é pelo jornal e pela jornalista que me fez a matéria, me fez a mesma pergunta e perguntou também se o Marcelo Sereno havia me ligado, que eu afirmei claro que não. Nunca existiu, não conheço e não tenho relação nenhuma com ninguém do governo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até porque me aparece que a possível interferência dele teria sido

junto ao senhor Gildásio, diretor da NUCLEOS e não da POSTALES.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Perfeito. Ela só quis confirmar se a mesma iniciativa tinha sido realizada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi o papel exatamente do Eduardo Jorge Saad nessa história?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: O Eduardo Saad na minha avaliação ele funcionou como um comercial da SM, ele estava sempre como sócio da SM e ele fazia efetivamente a venda dos fundos, ele vendia a estrutura do fundo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então foi ele que na verdade intermediou o negócio entre o senhor Fernando José Olimpio com os fundos?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Ele intermediou com os fundos, o senhor Eduardo Saad, intermediou com os fundos sempre acompanhando a SM, que é a gestora do mesmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabia dizer qual foi a remuneração do senhor Eduardo Saad nesse negócio?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não saberia?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Realmente, que negócio viu Deputado Bittar? De 135 para 354 milhões. Muito bem, essa CPMI teve acesso a um documento elaborado, por um operador de mercado que inclusive já depôs aqui cujo nome é a Alexandre Ataíde. Muito bem, ele faz uma série de referências nas suas denúncias, no caso das POSTALES faz o denunciante menção a existência de uma ligação entre o Fundo de Pensão e a gestora independente ARBOR, que seria um canal utilizado pelo senhor Haroldo de Almeida Rego, para operar com a POSTALES. De acordo com essas denúncias, a ARBOR ela seria gestora ou teria participação na implementação de algumas operações com fundos exclusivos da POSTALES. Eu lhe pergunto: a ARBOR já teve algum negócio com algum fundo exclusivo ou com as aplicações em carteira aproximado própria da POSTALES?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não Excelência, eu não tenho conhecimento também Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem conhecimento?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas os senhores descartariam completamente essa possibilidade?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Eu não descartaria, porque é um fundo exclusivo, pode ter outros fundos abertos de terceiros dentro. Então, na minha memória agora não é possível lembrar, mas acredito que não, não tenha havido nenhum investimento direto, indireto desculpa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ok. Eu por enquanto encerro a minha participação e imediatamente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito Deputado Jorge Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Bom eu gostaria de aproveitar o ensejo, para obter algumas informações ou esclarecimentos, já que as questões colocadas pelo Deputado ACM Neto foram já bastante esclarecedoras sobre muitos aspectos. Primeiro eu gostaria de ter informações mais precisas, sobre o processo conduzido pela CVM, que envolve aplicações das POSTALES, se não me engano em 99 e 2000?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: 97 a 99.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): 97 a 99, o senhor poderia me descrever em poucas palavras os aspectos fundamentais?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Claro, Deputado. Não só esse o POSTALES na realidade dentro do processo investigatório da CVM, tem quatro inquéritos todos os quatro julgados, um de 93, que o fato ocorreu em 93, outro em 95, é um terceiro em 96 e outro em 98, que é do qual o senhor se refere, esse especificamente como antes eu havia afirmado é um inquérito que tinha por objeto investigar a realização de operações do POSTALES, prejuízos, possíveis prejuízo dos POSTALES em operação de índice BOVESPA, realizados com uma corretora de nome TELES.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): E constatou-se... Qual foi a conclusão do processo?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: A conclusão foi a condenação de alguns agentes de mercado e absolvição dos gestores do POSTALES, que está em fase de recurso no--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eram aplicações feitas em carteira própria ou aplicações através desses fundos?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Eram aplicações feitas em carteira própria.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Na época não existiam fundos exclusivos?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Existiam, mas eram fundos exclusivo, mas eram fundos mais conservadores.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sei, sei e eram aplicações em carteira própria?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Em carteira própria,

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Penso eu que talvez fosse conveniente, que nós pudéssemos ouvir o diretor financeiro da POSTALES a época,

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Bittar, inclusive eu fiz essa pergunta ao nobre depoente, no sentido de que havia na minha opinião exatamente naquela oportunidade, uma ocorrência daquilo que nós estamos investigando hoje que é o desvio da prática de alocação nas aplicações com derivativos. Contudo eu tenho um problema de ordem objetiva, a nossa investigação ele tem um prazo, um período que é de 2000 a 2005. E esse fato ele antecede ao ano de 2000, ele é um fato de 97 a 99. Então é evidente que nós podemos levantar todas as informações, mas eu acho que seria impertinente tratar dele com mais profundidade, porque não está dentro do escopo da nossa investigação, a menos ser que seja uma decisão colegiada da CPMI incluída.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Como existe o processo, poderíamos solicitar a CVM cópia do processo, já que ela percorreu todos os caminhos e chegou a conclusão. Eu tomarei então essa iniciativa de fazer um requerimento solicitando o processo. Eu gostaria de durante o seu depoimento, o senhor fez menção ao papel da Bolsa Mercantil de Futuros, o que diz respeito a aplicação em derivativos. O senhor inclusive fez uma comparação sobre os critérios rapidamente, que eu gostaria de ter um esclarecimento sobre os critérios que a Bovespa usa para controlar as aplicações e evitar desvios graves dos valores considerados razoáveis de mercado para determinados operações, com os critérios da Bolsa Mercantil de Futuros, que pelo que eu pude entender o senhor acha que a Bolsa Mercantil de Futuros não tem critérios rigorosos, ou não dispõe de mecanismos de controle sobre essas operações, isso é algo que na verdade vem me preocupando desde o início. Porque se temos a avaliação a partir desses relatórios, com informações geradas pela própria BMF, que durante um longo período tem havido perdas sistemática, algumas aplicações com desvios, com assimetrias claras entre ajustes negativos e ajustes positivos, é de se supor que seria conveniente a que Bolsa Mercantil de Futuros identificasse essas coisas, essas operações a tempo e tomasse às providências. O senhor poderia já como especialista que o senhor é sobre a matéria, me esclarecer um pouco sobre esse tema?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Claro, Essa é a realmente a minha avaliação na dinâmica do mercado, quer dizer não tem como os investidores tanto a ponto vendedora, como compradora ter conhecimento de quem são os intermediários e de como as ordens estão sendo especificadas dentro do pregão. Agora, é função da BMF, zelar pelo bom cumprimento das ordens, é o guardião do bom cumprimento das ordens, inclusive com relação a esse inquérito 4 de 2001, do fato ocorrido em 98, a BMF também foi arrolada, ela foi excluída, mas ela também estava sendo responsabilizado pela própria CVM, não nesse, mas em outros casos. A BMF já evoluiu bastante nos últimos anos, até por conta dessa postura muito ativa da CVM, agora têm alguns procedimentos que podem ser feitos e aí fica a sugestão para Sub-relatoria de Normas para o Deputado Onyx, de realmente fazer esse comparativo e aí a coisa é simples. Aparentemente simples aí eu acho que seria necessário uma audiência pública, para ouvir também, não só a BMF, mas ouvir os agentes de mercado. Qual a simplicidade? Se o POSTALES deu uma ordem de compra ou venda de qualquer tipo de derivativo, nós temos tecnologia suficiente hoje para que essa ordem seja registrada imediatamente. Essa ordem não precisa ir até o final do pregão para ser especificada ou alocada, para os compradores e vendedores; Então esse é um caminho, eu sei que isso traz consequências, porque Banco, inclusive Banco estrangeiros, quando eles realizam uma operação, eles não realizam uma operação para um clientes específico, eles realizam uma operação para um conjunto de clientes, um conjunto de fundos, que eles são gestores ou administradores. Então eles de fato, eles executam, uma corretora executa as ordens, no final eles distribuem essas ordens sobre os diversos fundos. Operacionalmente pode ser que tenha alguma dificuldade, é um tema que pode vir a debate com a presença da BMF e com a presença do mercado, que vai colocar as dificuldades talvez de se conseguir essa especificação em tempo real, que resolveria toda essa situação.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eu considero tenho refletido muito sobre esse tema, que é absolutamente imprescindível, que a BMF se aperfeiçoe nessa matéria. Estamos na era da tecnologia da informação e penso que se podemos adotar mecanismos muito mais rigorosos, para evitar que haja desvios graves que prejudiquem o mercado. E eu considero que esse diálogo com a BMF é fundamental para que possamos saber. Qual foi o grau da responsabilidade da BMF sobre o que aconteceu e em segundo lugar, que mecanismos podem ser adotados para evitar que os problemas voltem a ocorrer? Agora ainda sobre as aplicações em derivativos, eu gostaria de entender

um pouco, o senhor disse que a POSTALES contratou uma auditoria através de uma empresa chamada RISK OFFICE, não é isso?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Perfeito.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Cujo relatório o senhor encaminhou ao relator. O senhor poderia descrever um pouco mais precisamente, ou seja, as operações com derivativos foram cotejadas com outras aplicações, na medida em que elas tenham o caráter de proteção para outras aplicações? É esse o sentido do trabalho que foi feito?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Exatamente. Excelência, todas a operação de derivativo, geralmente está vinculada a um ativo objeto, no caso da operações de Bolsa de Valores, essas operações de índice BOVESPA está vinculada a uma carteira de ações efetiva. Operações de futuro de juros de DI, está vinculada também a existência de um título público dentro da carteira. Então sempre tem algum vínculo com relação a um ativo objeto e cada fundo dentro da sua política de investimento montava as estratégias que julgava necessária, ora para proteger e ora para alavancar, então ele combinava essas operações e não só um tipo de derivativo, dentro de uma estratégia eu poderia ter vários tipos de derivativos, ou vários tipos de vencimento de derivativos, né?

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sei. Minha preocupação enfim, chama a atenção o relatório pelo fato de que os ajustes negativos são significativos. São muito intensos, quando comparados com os ajustes positivos, quando se trata de aplicações de derivativos de fundos, quando compara-se essas duas proporções negativos e positivos, quando se trata de outras aplicações geridas por essas mesmas corretoras. Então supõe-se que sendo esse relatório correto, que podem... O senhor disse que também o relatório do RISCK OFFICE constatou discrepâncias desse tipo o senhor acha isso razoável ou acho que isso denota algum tipo de problema, que pode até não ter sido do conhecimento direto do caso do fundo POSTALES, porque pode ter sido objeto de ações com gestores de fundos exclusivos, predominantemente. O que o senhor teria a comentar sobre esses fatos?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Excelência, as estatísticas apresentadas pelo Deputado ACM Neto, são muitos fortes. Nós encontramos no nosso relatório ajustes negativos de trinta milhões, nós não podemos dizer que não ocorreu nada, não seria correto da nossa parte, nós temos que investigar e buscar uma explicação para tal fato.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Mesmo sendo proteção é uma proporção exageradamente grande.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: É porque se o problema ocorreu na alocação dos resultados, nós não temos acesso a isso, os ajustes negativos ocorridos de forma contínua pode ser um indicativo para essa conclusão que V.Exa., Deputado ACM Neto, chegou dentro do trabalho que fez. Nós não temos absolutamente condições de analisar o que ocorreu dentro do pregão. Agora analisando as operações, as estratégias montadas por completo, a gente chegou a conclusão que as estratégias montadas não geram perdas, geram ganhos para as POSTALES, esse relatório está demonstrado e Deputado eu chamo a atenção que esse relatório só consta as operações dos fundos, não consta as operações da carteira própria, que foram quatro meses, eles praticamente atuaram só em cima dos fundos.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): A pergunta que fica no ar é o seguinte, no global houve ganhos para os fundos, a pergunta que fica no ar é: Se esses ganhos não poderiam ter sido maiores se eventualmente--

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Perfeito.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): -- quer dizer, se constatar que houve realmente desvios enfim, alocações incorretas ou propositais, isso pode significar um problema, o senhor admite?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Sem dúvida os ganhos poderiam ter sido maiores.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): É que tem que se--

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Tem que se aprofundar na investigação.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): O senhor acha que é possível chegar-se a informações precisas sobre isso?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Eu digo que é muito complexo, não é fácil. O Deputado ACM Neto deve ter mergulhado nos estudos dessas operações e ele tem conhecimento que é muito difícil de fazer algumas correlações. Mas é até porque a CVM, que é muito vigilante nesse caso também, como eu disse no início, não abriu, pelo menos o que é do nosso conhecimento, nenhum procedimento investigatório sobre as operações realizadas por esses fundos.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Finalmente, aplicações em CDBs, elas são realizadas em carteira própria? Ou há gestor?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Carteira própria e através de fundos.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Através de fundos também.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Isso, especificamente--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Essa totalidade reflete as aplicações em carteira própria, mas...

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: As duas coisas.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Mo caso das aplicações... Enfim os senhores têm controle tanto sobre as aplicações em carteira própria quanto a dos fundos exclusivos, porque essas aplicações são antes submetidas ao fundo POSTALES?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Perfeito, isso é a única condição imposta pela política, por conta dos limites que nós temos para aplicar em cada banco.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Com que agências de risco os senhores costumam trabalhar?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Agência para fins de concessão de crédito bancário, é uma agência [inaudível] que a gente chama, que é a RISK BANK, que é uma agência de propriedade da moto empresas, que chama Lopes Filho e Associados, é a mais tradicional, talvez a mais tradicional do mercado brasileiro. Agora não é uma agência de hating

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Não é de hating puro?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não, depois do evento SANTOS nós tomamos algumas medidas e entre elas foi a de correlacionar aplicações em crédito bancário com a permanência do trabalho efetuado com a RISK BANK, com as apresentação de hatings para minimizar riscos.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): No caso do Banco Santos, havia informações, as avaliações de risco, que os senhores tinham o senhor tem informações para nos informar, para nos oferecer sobre ela?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Pelo sistema previsto na política de investimento, os limites, existiam limites para o Banco Santos, para aplicações de curto prazo é bom frisar isso, bancos pequenos e médios, via de regra tem crédito junto ao mercado, mas no curto prazo e não no longo prazo.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Essas aplicações, não estão mais aí, essas aplicações em CDBs usualmente são realizadas... Os prazos são muito variáveis ou há prazos médio?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Via de regra o prazo do CDB é mensal, agora geralmente por conta da CPMF, o prazo desses CDBs eram anuais com liquidez a partir do trigésimo dia, porque, pela carteira própria seria inviável entrar no mercado de crédito bancário, porque 0,38% de CPMF já levaria toda a rentabilidade, todo o rendimento proporcionada pelos títulos.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Certo. Pelo que eu pude entender, os senhores compravam

títulos, com contratos de um ano, mas com liquidez a partir do primeiro ano?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Perfeito.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): E pelo que eu pude entender também, os senhores optaram por bancos que não era de primeira linha, pela análise de risco de um lado e em função da melhor remuneração, por outro lado, ou seja, cotejando de tal maneira que se possa ter, riscos razoáveis e remuneração melhor?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Perfeito, o crédito bancário no nosso caso só era viável no nosso entendimento e factível para instituições da natureza que nós aplicamos.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria prestar um esclarecimento que foi solicitado pelo Deputado Jorge Bittar, dizendo o seguinte: Que daqueles 23 milhões, que nós verificamos de aplicações em CDBs, do Banco BMG, efetivamente o que corresponde a renovação são 4 milhões de reais, ou seja, nós temos 19 milhões a grosso modo de recurso novos. Dos 46 milhões 420 reais, no BANCO RURAL correspondem a renovações 11 milhões 860, ou seja, temos 35 milhões de recurso. Nós vamos travar sempre esse debate, porque nós vamos apresentar os dois parâmetros em todos os estudos, o nosso entendimento é de que de fato o montante precisa ser analisado no seu todo, mas será fornecido para todos os membros da CPI, o que é recurso novo e o que é renovação de aplicação. Existe uma explicação técnica que eu não consegui assimilar aqui, pelo que o nosso consultor nos passou, sobre essa remuneração do CDI, que senhor disse que não existia abaixo de 100%, segundo a nossa afirmação, depois nós passaremos oficialmente, está abaixo de 100% mesmo, então nós estaríamos corretos nos dados, porém eu passarei oficialmente para os senhores a fim de que fique muito claro. Apesar de já estar entendendo alguma coisa de mercado, eu não entendo tudo, então tenho que reconhecer humildemente aqui também as minhas deficiências. Eu questiono ao nosso sempre presente e sempre constante e freqüentador assíduo desta Sub-relatoia, Deputado Carlos Willian se ele gostaria de fazer uso da palavra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Excelência, primeiro eu gostaria de pedir desculpa, por ter chegado--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sentimos sua falta.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): -- no finalzinho, mas é porque não houve possibilidade. Eu

gostaria se me permitir um prazo muito rápido, inclusive pedir desculpas se por acaso senhor Hélio eu repetir algumas perguntas, porque eu não tive condições de acompanhar. Quais os valores que o senhor lembrará, eu acho que em termos de número as vezes a gente pode ter uma estimativa, quais os valores aplicados, que estavam aplicados, ou seja, na época da liquidação do BANCO SANTOS, qual que era a aplicação da POSTALES em fundos exclusivos?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: 20.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pode falar.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Na época da liquidação, excelência nós tínhamos 4 milhões aplicados, através de um fundos da Caixa Econômica Federal.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Nos fundos exclusivos?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Perfeito.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Só 4 milhões?

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: Quanto.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Quem era o contato de fundação no BANCO SANTOS?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só uma interrupção, eu acho importante para o conhecimento de V.Exa., até porque são dados públicos. A POSTALES, colocou como perda para a BANCO SANTOS 36 milhões, V.Exa. perguntou exatamente os fundos exclusivos, mas o que foi provisionado e consta do balanço da fundação como perda são 36 milhões.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Ok. Foi bom adiantar, porque isso já estava na sequência.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Quem era o contato da fundação no Banco Santos?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Guerra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Guerra, qual o nome?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Carlos Eduardo Guerra.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Carlos Eduardo Guerra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Carlos Eduardo Guerra. Ele era o quê?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Era um dos diretores do banco, diretor comercial não é Adilson?

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: Ele era responsável pela área comercial do Banco. Era ele que geralmente fazia as visitas.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor tinha relacionamento pessoal com ele?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Amigo?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece o senhor Rivaldo Ferreira?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Qual era o relacionamento do senhor com o Rivaldo Ferreira e o que o senhor pode falar sobre a atuação dele no Banco e a intermediação da POSTALES com o BANCO SANTOS?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: O Rivaldo ele pertenceu ao BANCO SANTOS, até uma época que eu não sei qual foi, depois ele passou para ASSET, que não era mais do Banco Santos, ele pertencia a ASSET do BANCO SANTOS, era um relacionamento estritamente comercial.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Comercial, então ele era contato do senhor também no BANCO SANTOS? Da POSTALES com o BANCO SANTOS?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não, o contato meu, na ASSET do BANCO SANTOS.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Ricardo Ferreira, o senhor conhece?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Ricardo Ferreira, também não era contato comercial do senhor no BANCO SANTOS? Não intermediava? E nem o senhor Rivaldo Ferreira, qual era o contato do senhor com Rivaldo Ferreira? Em qual área?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Nessa área de fundação o contato que gente fala é o seguinte: A pessoa liga: "A tenho uma proposta de investimento". Manda a proposta para a gente, as vezes vem nos visitar para fazer uma exposição daquilo que está tentando vender, tentando colocar como investimento do fundo.

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: Excelências, só para, Dr. Hélio se o senhor permite, na realidade o Rivaldo, ele fazia o contato para questões relacionadas com o fundos de investimento, ele sempre está oferecendo proposta, mas da ASSET exclusivamente, com o Banco não. Ele atualmente nos visitava para resolver ou propor assuntos relativos a ASSET, isso num período pequeno, porque eu acho que ele não ficou muito tempo também na ASSET.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Qual era o relacionamento com o Rivaldo Ferreira, Ricardo Ferreira com o senhor Edmar Cid Ferreira? Presidente no BANCO SANTOS.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Eles têm um grau de parentesco.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor sabe qual é?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Eu não sei se é sobrinho, os dois são irmãos, né? O Ricardo--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Os dois são irmãos, os dois eram sobrinhos e a informação que eu tenho, é que os dois é que atuavam na conta da POSTALES junto com o BANDO SANTOS, a FUNDAÇÃO POSTALES no Banco eram eles que faziam os contatos comerciais pelo menos se não fosse diretamente comerciais, faziam os lobbys, o senhor concorda com essa informação?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Excelências, o Ricardo eu não conheceu, nunca estive com ele.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então, a mesma pergunta em referência ao senhor Rivaldo Ferreira.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: O Rivaldo é o que Adilson colocou, ele eventualmente vinha nos visitar e oferecer algum tipo de investimento.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Era mais um lobby, de que propriamente uma negociação de carteira, podemos considerar assim?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Eu acho que não

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece Adonis(F) Assunção?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Não conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor também não?

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: Desconheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Qual é o relacionamento da POSTALES com ele? Relacionamento comercial--

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: O Adonis ele foi empregado do POSTALES muitos anos atrás, trabalhou na área financeira e a minha relação com ele vem de lá, ele foi Presidente da Associação de Analistas do Mercado de Capitais, aqui em Brasília também. E eu acho que ele nesse período teve alguma instituição ou uma distribuidora, mas ele--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O relacionamento dele com o BANCO SANTOS?

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: Eu não tenho conhecimento.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Excelência se me permite, o senhor falou Adonias?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Adonis.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Adonis eu estive com ele uma vez, eu o conheci pessoalmente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Em termos de negócio?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Eu fui apresentado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Meramente.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: É.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Os senhores conhecem a SINTONIA DISTRIBUIDORA DE VALORES.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: A SINTONIA, salvo engano era empresa dele.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor já fez alguma operação com ela enquanto os senhores eram diretores da POSTALES? Nenhuma, nenhuma?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Que eu saiba não, direto não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Quem eram os gestores dos fundos exclusivos do POSTALES? Eu acho que já deve ter perguntado né? Só por curiosidade, o nome não preciso de tecer comentários maiores, porque o nosso objetivo é contribuir com o Sub-relator.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Excelência, eu não entendi a pergunta.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Quem eram os gestores dos fundos exclusivos da POSTALES?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Gestores?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: O Adilson pode ajudar.

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: BANCO DO BRASIL, CAIXA, MELON BANK E MÁXIMA, no período do Dr. Hélio.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): MÁXIMA? Quem foi dentro da POSTALES, eu acho que isso deve ter sido perguntado também, quem foi dentro da POSTALES que autorizou a subscrição do fundo de direitos creditórios da empresa ASM?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Isso já foi colocado aqui, o processo decisório dentro do POSTALES, começa no Comitê de investimento, após uma análise técnica da proposta de investimento, se aprovado vai para a Diretoria Financeira, que leva para a decisão final do senhor Presidente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não teve nenhum lobby? Foi só uma tomada de decisão extremamente técnica?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Técnica.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece ou os senhores conhecem, o senhor Fragali? Diretor da PERIMETRO ACETI.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Eu conheço.

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: Conheci.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A Fundação SISTEL, já teve algum relacionamento com essa empresa, o senhor conhece um relacionamento da...

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Eu não tenho conhecimento.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nenhum, nenhum?

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: Eu também não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Das rentabilidades da carteira dos fundos no ano de 2000 a 2005, acredito eu que já tenha sido demonstrado essas perdas, inclusive através de uma explanação do nosso ilustre Sub-relator, o senhor atingiu a meta atuarial ou a superaram?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Superamos a meta atuarial em 2004, 40% e 2005, 50%.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Os dados que foram apresentados, colocados inclusive no visual aí através, eu não sei se foi impressão ou se foi no papel, o senhor concorda com os dados ali apresentados?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Os dados?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não com os resultados, os dados.

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Os dados apresentados, eu tomei conhecimento deles hoje, houve algumas divergências, mas o Deputado ACM Neto, ele está bem firme naqueles números e teve uma equipe muito assim competente trabalhando com ele e ele recebeu esses dados de órgão do mercado.

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: Deputado se o senhor me permite só para complementar o que o Dr. Hélio disse, nós deixamos no relatório, os valores que nós encontramos com relação aos derivativos não foram exatamente iguais, nós constatamos também que nas questão de derivativos, quando analisadas isoladamente, os ajustes negativos superaram os positivos de fato, mas também o nosso trabalho atingiu também um análise das estratégias realizadas por cada fundo e analisando o comportamento dos ativos objetos, contra o comportamento dos derivativos, nós constatamos o que resultado foi positivo, esse relatório nós deixamos com o Sub-relator e acho que ele vai disponibilizar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Mas essas diferenças aí, o senhor considera diferenças razoáveis ou diferenças que podem-se considerar relativas?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: As diferenças elas podem ter algumas explicações, os ajustes, se o comportamento dos ativos objeto foi positivo, se esses derivativos estavam servindo de hedge, é compreensíveis que eles tenham sido, mais negativos. Agora se a questão do ajustes está relacionado com a locação feita, ou com as especificações das ordens feitas, aí é realmente uma outra história que a gente conversou aqui, que é um assunto que nós não temos como enxergar, a BMF tem sim como enxergar, a CVM talvez também tivesse uma forma de enxergar, qualquer desvio de conduta nesse sentido.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sem olhar a meta, olhando a perda somente, o senhor pode considerar que isso foi uma má gestão?

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: Eu de forma alguma, até reforçando o que o Dr. Hélio falou anteriormente, o resultado de todos os fundos exclusivos de 2000 a 2005, eu não tenho a menor dúvida de que foi positivo, agora isso não justifica qualquer desvio de conduta que tenha ocorrido, mas foi efetivamente positivo no período analisado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Muito obrigado nobre Sub-relator.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço e gostaria antes de encerrar questionar se algum dos dois depoentes gostaria de acrescentar alguma coisa?

SR. HÉLIO AFONSO PEREIRA: Da minha parte não Deputado.

SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA: Não Excelência, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Informo a está Comissão, que houve uma mudança substancial na nossa agenda da semana, porque nós tivemos dificuldades, eu peço a atenção do Deputado Carlos Willian e Deputado Jorge Bittar, houve uma mudança substancial na agenda da nossa semana, porque nós tivemos uma dificuldade enorme de localizar certos depoentes. Inclusive o senhor Lúcio Funaro, proprietário da corretora São Paulo. E a senhora Fabiana Carnaval Carneiro. Enfim, com as alterações feitas eu acabo de receber a nova agenda e vou informar, se houver outra mudança, porque eu preciso entrar em contato com Vanderlei, para confirmar isso. Mas teríamos então, para amanhã a partir das 10 horas da manhã, senhor Jorge Luis, Diretor da CEPROS e o senhor Marcos César de Cassio Lima, proprietário da QUALITY, que

é administradora da PRECE, parece que seu Davi, que o sócio dele não foi localizado. Na quinta-feira nós teríamos o Christian de Almeida Rego, às 10h00 e às 14h00 o senhor Renato Guerra, ex-diretor da PRECE, o Carlos Eduardo Carneiro Lemos, ex-gerente de investimento da PRECE e o Benito Siciliano, ex-gerente de investimentos da REAL GRANDEZA. Me parece que esta é a nova agenda, carece apenas de uma última confirmação, mas os senhores ficariam previamente alertados. Informo também que no jornal de amanhã estará sendo publicada a citação por edital de todos aqueles que se esquivaram da convocação, inclusive do senhor Lúcio Funaro, porque no caso do senhor Lúcio Funaro, ele mandou a mãe avisar que só voltaria em março de uma viagem que fez com o destino de desconhecido. Então para que a gente possa usar da força coercitiva dentro da lei, nós estaremos amanhã citando todos esses depoentes por edital, e aí não se poderá alegar o desconhecimento da convocação, para a partir dessa providência a Polícia Federal tomar suas medidas. Não havendo mais o que declarar, declaro encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às 14h34

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO

Ata da 10ª Reunião, realizada em 08/02/2006.

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às dez horas e vinte e oito minutos, na sala 09, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, e com a presença dos Senhores Parlamentares, Senador Heráclito Fortes, Senador Romeu Tuma, e os Deputados Deputado Osmar Serraglio, Carlos Willian, Onyx Lorenzoni, Nelson Meurer, Deputada Juíza Denise Frossard, Deputado Dr. Rosinha, Sílvio Torres e Deputado Antônio Carlos Pannunzio, reúne-se a SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO – DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES

PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva dos senhores Jorge Luiz Batista Oliveira, David Jesus Gil, Marcos César de Cássio Lima, Lauro José Senra de Gouvêa, Joaquim Cândido de Gouvêa e Alexandre Gastaldel Leonardo. O senhor Jorge Luiz Batista Oliveira vem na condição de investigado e está acompanhado do seu advogado Dr. João Batista Lira Rodrigues Junior – OAB/DF-15180. O Presidente informa sobre a presença de apenas um depoente e que os demais estão se recusando a comparecer e serão trazidos sob coação policial, nos termos da lei. O senhor Jorge Luiz Batista Oliveira é convidado para tomar assento à mesa. O Presidente informa de ofício que recebeu sobre o paradeiro do senhor Alexandre Gastaldel Leonardo e ratifica a informação de que qualquer depoente que se recuse a depor será buscado pela força policial onde quer que se encontre. Com a palavra, o senhor Jorge Luiz Batista Oliveira que inicia fazendo sua apresentação pessoal. O Presidente inquiriu o depoente. O Deputado Dr. Rosinha solicita cópia dos documentos que o Presidente está utilizando para inquirir o depoente. O Presidente solicita sua assessoria que faça a entrega ao Parlamentar e a todos que comparecerem à reunião. Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Pannunzio que cumprimenta o Presidente pela qualidade da inquirição e se abstém de outros questionamentos. Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha, após questionamentos solicita ao Presidente que requeira à diretoria do SERPROS encaminhe à CPMI documentos relativos à administração anterior ao período do senhor Jorge Luiz Batista Oliveira. Com a palavra do Deputado Antônio Carlos Pannunzio que contesta uma possível afirmação do Deputado Dr. Rosinha de que o depoente haveria utilizado a expressão desvio de dinheiro. O Presidente agradece a presença do depoente e suspende a reunião por meia hora informando da presença do senhor Lauro José Senra de Gouveia e que a reunião será reiniciada às treze horas. A reunião foi reaberta às treze horas e oito minutos com a leitura da justificativa de ausência do senhor Alexandre Gastaldel Leonardo, pelo Presidente. O Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto convida o senhor Lauro José Senra de Gouvêa para compor a mesa e em seguida lê o Hábeas corpus do mesmo, concedido pelo Supremo Tribunal Federal, através do Ministro Nelson Jobim. O depoente vem na condição de testemunha e acompanhado de sua advogada a Dra. Ana Victoria de Paula Souza, OAB/SP nº 120475. Com a palavra o depoente que faz uma breve apresentação pessoal e profissional. O Deputado ACM Neto, informou que após

um determinado horário fará uma sessão reservada com o depoente, na qual a imprensa não terá acesso, e iniciou seus questionamentos ao depoente. Às quatorze horas e um minuto a reunião passa a ser reservada. O Presidente agradece a presença de todos. Encerra-se a presente reunião às quatorze horas e cinquenta e um minutos. E, para constar, eu, Wanderley Rabelo Silva, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro aberta a Décima Reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criado através do Requerimento número 3/2005 para investigar as Causas e Conseqüências de Denúncias e Atos Delituosos Praticados por Agentes Públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Sobre a Mesa, Ata da reunião anterior, à qual coloco em votação, propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada! Esclareço que a pauta desta reunião destina-se às Oitivas dos senhores Jorge Luiz Batista Oliveira, David Jesus Gil Fernandes, Marcos César de Cássio Lima, Lauro José Senra de Gouvêa, Joaquim Cândido de Gouvêa e Alexandre Gastaldel Leonardo. Por enquanto, nós só temos a confirmação do comparecimento do senhor Jorge Luiz Batista de Oliveira que é ex-dirigente do Fundo de Pensão SERPROS. Os demais depoentes que foram convocados por esta CPMI, tanto os proprietários da Administradora, Distribuidora e Corretora QUALITY como também os proprietários da Corretora QUANTIA, assim não confirmar as suas presenças. Eu quero fazer uma observação de caráter inicial no sentido de que, discuti ao longo do dia de ontem com o Senador Delcídio e com o Deputado Osmar Serraglio. Estamos pedindo um reforço da Polícia Federal a fim de que seja ampliado o contingente de policiais nessas diligências de convocação dos depoentes e, sobretudo, de coerção. Porque a CPMI terá um prazo para concluir os seus trabalhos, nós estamos em contagem regressiva e não podemos admitir que tanto investigados, como testemunhas se escusem e se esquivem, principalmente, de comparecer a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Este é um problema grave. É um problema muito grave! Então a Polícia Federal está sendo acionada para que use da coerção policial a fim de promover a vinda dos depoentes a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Então, fica aqui também um alerta, porque aque-

les que não estão se dispondo a vir voluntariamente, aqueles que não estão aceitando a convocação como algo que é legal, que é oficial e que é institucional, serão coagidos pela força policial a comparecer a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Porque nós não vamos concluir os nossos trabalhos sem garantir a presença de pessoas que são fundamentais para o esclarecimento de todas as nossas dúvidas e para, sobretudo, nos permitir chegar a conclusões objetivas e concretas sobre as investigações em curso. Dito isso, informo que o senhor Jorge Luiz Batista de Oliveira já assinou o Termo de Compromisso, que está sobre a Mesa, que ele se fará acompanhar pelo seu advogado, o Dr. João Batista Rodrigues, OAB DF – 15.180 e convidado para que o senhor Jorge Luiz Batista de Oliveira possa tomar assento à mesa dos nossos trabalhos. Eu acabo de receber aqui um ofício prestando informação no sentido de que o senhor Alexandre Gastaldel Leonardo se encontra nos Estados Unidos. Aliás, essa ida repentina de uma série de pessoas envolvidas na nossa investigação para o exterior ela não nos causa surpresa. E é evidente que não existe aí nenhuma coincidência. O argumento do senhor Lúcio Bolonha Funaro para não comparecer, para não ser citado foi exatamente o mesmo. Mas eu quero alertar que, ainda assim, nós iremos recorrer à Polícia Federal e se necessário for ao apoio de agentes policiais em outros países para encontrar essas pessoas para que elas possam ser citadas e para que elas sejam coagidas a comparecer à CPMI. Isso aqui não é uma brincadeira, nós estamos fazendo um trabalho sério, um trabalho cuidadoso, nós estamos procurando dar o amplo direito de defesa a todos os investigados, nós estamos buscando a colaboração de todas as testemunhas e nós não vamos aceitar obstrução aos trabalhos desta CPMI! Então, a força coercitiva da Polícia Federal será utilizada para obrigar o comparecimento dos depoentes sob pena de comprometer os trabalhos. Como é de hábito nosso, senhor Jorge, eu passo a palavra a Vossa Senhoria a fim de que Vossa Senhoria possa fazer a sua apresentação inicial, possa informar a esta CPMI a sua qualificação técnica, o seu histórico profissional e a fim também de que tenha absoluta liberdade de tecer todos os comentários de natureza preliminar que o senhor ache conveniente e oportunos.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Obrigado, Excelência. Eu posso fazer uso da palavra? Bom dia, bom dia a todos, bom dia a todos os presentes. Meu nome é Jorge Luiz Batista de Oliveira, eu sou profissional advogado, tenho uma formação, tenho pós-graduação em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário e tenho também um mestrado em Logística Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Exerci minhas

atividades durante 20 anos no SERPROS-SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS. Tive uma passagem, aonde eu fui posteriormente conduzido ao Fundo de Pensão do SERPROS, na condição de participante eleito. Fui eleito pelos participantes por três vezes consecutivas para cumprir o mandato como diretor eleito. Já no “finalzinho” da minha gestão, como diretor eleito, já em 2005, e no final de 2004 eu fui novamente conduzido, dessa vez já na condição de indicado. Portanto, eu passei 3 gestões aí no governo, duas gestões aí no governo Fernando Henrique já na condição de eleito e já uma como indicado já nessa gestão do governo Lula. E me desliguei do Fundo. Eu sou um ex-diretor, eu não sou mais diretor desde maio do ano passado. Eu fui, saí do cargo e me desliguei da empresa e fui tocar a minha vida na iniciativa privada. Esse é o histórico que eu tenho. Tomei conhecimento através do telefone. O tempo foi muito exíguo. Eu não tive tempo de me preparar, porque eu tomei conhecimento anteontem, no final da tarde, através da Secretaria daqui, da Comissão da CPI. E, mesmo assim não recebi a Convocatória, oficialmente. Ela foi direto para a minha residência lá no Rio de Janeiro, e eu estou prestando serviços, estou exercendo atividade em Salvador. Inclusive, há três dias atrás, eu tive uma Audiência lá no Juizado de Pequenas Causas, então estou com atividade em Salvador. Então foi difícil reunir dados porque todo o meu material se encontra no Rio de Janeiro, ficou difícil para mim. Mas mesmo assim, mesmo ao tomar conhecimento telefônico, através do Secretário, o senhor Augusto e o senhor Wanderley. Eu me prontifiquei. Estou aqui. E pode ser que de certos dados eu não tenha. Eu reunirei e depois mandarei por escrito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Jorge, o senhor nos disse aqui que, por duas vezes, foi eleito pelos participantes para compor o quadro diretivo da SERPROS. Que funções o senhor exerceu nesses dois períodos em que foi eleito pelos participantes?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Eu fui diretor-administrativo em todas as duas gestões. Porque a Carteira, a Diretoria de... A Diretoria Administrativa só estava vaga para os participantes. As demais, a Diretoria de Investimentos, a Presidência e a Diretoria de Benefícios eram para os indicados da Patrocinadora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tinha ou ainda mantém algum vínculo com o Movimento Sindical, com movimento de representação dos trabalhadores, seja da SERPROS ou qualquer outro vínculo com movimentos sindicais no Brasil?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não. Logo, logo depois que eu assumi, logo, tão logo terminou o meu mandato como diretor-eleito em dezembro de 2004, eu rompi o vínculo com o Movimento Sindical e não mais exerci nenhuma atividade sindical. A partir daí, eu passei a não estar mais com vinculação ao Movimento Sindical.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor atribui a sua eleição para dois períodos, exercer a função de diretor administrativo, a ter tido uma participação efetiva no Movimento Sindical da SERPROS?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não, porque na época, na ocasião, a eleição, ela era a nível nacional. Você tinha que compor um Conselho, e eu era do sindicato da Bahia, eu sempre fui diretor do Sindicato da Bahia de Processamento de Dados. Fui fundador do Sindicato, exerci funções no Sindicato. E, na época, eu já fazia Direito, fazia Direito Previdenciário e estava me preparando para a área previdenciária. E também tinha feito estatística, aonde eu fiz quase cinco anos de Estatística na Escola de Estatística da Bahia. E, então, eu tinha uma formação que conseguia unir não só o conhecimento técnico, por eu conhecer o Direito Previdenciário e Estatística, como também eu tinha uma certa vocação política, porque eu participava do Movimento Sindical e então tinha uma representatividade junto aos participantes. Isso eu creio que ajudou bastante na minha eleição, a competência técnica e a relação com os participantes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas é evidente que o senhor reconhece que tinha uma participação efetiva no Movimento Sindical, atuação essa de caráter eminentemente político.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Sim, tive uma participação política no Movimento Sindical.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já teve alguma filiação partidária?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Na ocasião, não tinha filiação nenhuma. Depois de alguns anos, eu me filiei ao Partido dos Trabalhadores. Me filiei ao PDT e depois me filiei ao Partido dos Trabalhadores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando é que o senhor se filiou ao Partido dos Trabalhadores?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: No Partido dos Trabalhadores eu me filiei ainda na gestão Fernando Henrique Cardoso, mais ou menos em 2000, 99, 2000, por aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por volta do ano de 2000?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dentro do Partido dos Trabalhadores, o senhor tem relações mais próximas com algum Parlamentar, com algum ocupante de cargo público? Com alguma autoridade do PT?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não, mais próxima não. Eu tive participação. Assim como ajudei na eleição do Presidente Lula, cheguei a fazer até na época música, eu sou compositor nas horas vagas, cheguei a fazer música, a fazer uma música até para a eleição do Presidente Lula, cheguei a imprimir um CD sobre isso, foi a contribuição. Porque eu tinha muita simpatia pelo Presidente Lula.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, agora o senhor tinha, ou ainda tem contato com políticos.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia declarar aqui o nome de alguns desses políticos?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Hoje eu já não tenho nenhum contato político com os Parlamentares. Mas, na época, lá em Salvador, quando eu estava ainda no Movimento Sindical, tive contatos com o Deputado Walter Pinheiro, quando ele ainda era vereador e eu era, atuava no Movimento Sindical. Também o Deputado Nelson Peregrino e outros, o Deputado, entre outros Deputados. Eu, pelo menos uns dois ou três Deputados eu cheguei a fazer, divulgar campanha naquela ocasião, quando eu era do Movimento Sindical. Depois não mais, porque eu vim morar no Rio de Janeiro e levei dez anos no Rio de Janeiro trabalhando no Fundo e afastado completamente de qualquer política da Bahia, nos dez anos em que fiquei em Salvador.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu presumo, até porque eu confesso ao senhor que sequer sabia que o senhor era baiano e que já tinha militado politicamente no PT da Bahia. Mas o senhor nos disse aqui que chegou a fazer e compor uma música para o Presidente Lula.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: É verdade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que campanha isso aconteceu?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Na primeira, na segunda campanha do Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na campanha de 94?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Na de 94.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. O senhor foi eleito por duas vezes para a Diretoria Administrativa da SERPROS. E, logo no início do Governo do Presidente Lula, o senhor passa de eleito a indicado. Passa da Diretoria Administrativa para a Diretoria de Investimentos, Financeira de Investimentos. O senhor acha que essa militância que o senhor já teve no PT, o senhor acha que o fato de ter sido filiado, ou ser filiado ao Partido dos Trabalhadores, presumo que o senhor ainda é filiado.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Sou filiado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o fato de o senhor ser filiado ao Partido dos Trabalhadores, o fato de ter exercido uma militância política no PT, o fato de ter contato com Parlamentares petistas, o senhor acha que tudo isso de alguma forma contribuiu para que o senhor merecesse a confiança da Patrocinadora e fosse indicado para exercer o cargo de Diretor de Investimentos da SERPROS?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Olha, na época em que terminou o meu mandato como eleito, pelo fato de eu ter sido duas vezes eleito pelos participantes, pelo fato de ter feito uma boa administração lá como representante dos participantes, na ocasião, a Diretoria anterior saiu, toda ela, o único que não saiu fui eu, porque o meu mandato passava do período e atravessava um outro governo. Então, o Governo, mesmo que o Governo Lula não quisesse me manter no cargo, teria que manter, porque o meu mandato era de eleito. Então, nesse período, eu passei um período do Governo Lula sendo eleito e não poderia ser mexido. A própria norma da Secretaria de Previdência Complementar e a Lei que fez a reforma nos Fundos de Pensão assegurava esse direito. Então eu não pude ser tirado do cargo na época em função disso. E logo depois que terminou o meu mandato, aí eu fui convidado a permanecer no cargo exercendo a Diretoria de Investimentos. Eu aceitei e, claro, eu tenho certeza que também um componente foi o fato de eu ser filiado ao partido, que pode ter influenciado também. Mas muito mais pela minha competência técnica e pela minha atuação dentro do Fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro. Agora é claro que é inquestionável que houve, de certa forma, uma contribuição decisiva, um fato de que o senhor era uma pessoa ligada aos quadros do Partido dos Trabalhadores. Eu não estou querendo considerar isso algo necessariamente equivocado, não.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Está certo, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só estou fazendo uma observação. Porque a gente tem verificado que de fato aconteceram muitas indicações de caráter político, algumas com méritos outras nem tanto, a partir do ano de 2003, quando houve a mudança de Governo. Mas, muito bem, a Diretoria de Investimentos, ela se faz acompanhada da Diretoria de Benefícios, da Diretoria Administrativa e da Diretoria Executiva, é isso?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: E do Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E do Presidente. Presumo eu que o diretório administrativo continua sendo eleito pelos participantes.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não, a Constituição acabou depois disso. Eu fui o último eleito pelos participantes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora todos são indicados pela Patrocinadora.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Todos são indicados pela Patrocinadora, pela legislação agora só pode ser eleito, só pode ser eleito o Conselho Deliberativo em ordem paritária. Metade é eleita pelos participantes e metade pela Patrocinadora. O Presidente do Conselho Deliberativo é quem tem o voto de Minerva, que é indicado pela Patrocinadora, e o Conselho Fiscal que tem um número paritário, também, metade indicado pela empresa e metade pelos participantes, mas o Presidente do Conselho tem o voto de Minerva.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor como um militante sindical que exerceu por duas vezes o cargo de diretor da SERPROS, tendo sido eleito pelos participantes, o senhor não vê uma involução nesta mudança?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Como assim? Não entendi V.Exa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque antigamente, pelo menos, uma Diretoria estava destinada à eleição.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Certo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Hoje todas as Diretorias são objeto de indicação. O senhor não vê aí então uma involução, ou seja, subtrair dos participantes o direito de indicar um diretor não significa também reduzir o ambiente democrático, de participação dos segurados na decisão do seu Fundo de Pensão, enfim, na composição da Diretoria que implicará depois, obviamente, nas decisões que Fundo de Pensão vai adotar?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: A legislação quando ela foi alterada, ela realmente, de fato, ela quis dar duas conotações. Quis deixar, quer dizer, esse era o espírito que falavam, pelo menos os que aprovaram essa lei, não é? Que a idéia do Fundo de Pensão ter os Gestores, o Conselho de Administração com poder de indicar os Diretores e ficar com o poder de ter a maioria ou, majoritariamente, Diretores indicados pela Patrocinadora era porque a gestão deveria ficar por parte da empresa. E a fiscalização pelo participante. Eu não achei justo ele ser, eu concordo com o senhor, com V.Exa, eu concordo que de fato o participante ele ficou... Houve uma involução, de fato. No meu ponto de vista. Mas é a lei, a gente tem que respeitar a lei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor saberia me dizer se o atual Diretor Administrativo também possui ou possuía vínculos políticos?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Ao que eu sei, o atual Diretor Administrativo tem vinculação com... Tinha vinculação com o movimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também com o Partido dos Trabalhadores? E o Diretor de Benefícios?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: O Diretor de Benefícios também tinha vinculação com o Partido dos Trabalhadores. E pelo que eu sei o Presidente e o, pelo menos na gestão em que eu passei, o Presidente, a vinculação era com o PMDB. E logo depois foi para o meu lugar um Diretor de Investimentos com vinculação com o PMDB. Ficou mais ou menos paritário, aí. Metade o Partido dos Trabalhadores e metade com vinculação ao PMDB.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, a Diretoria da SERPROS foi dividida politicamente entre o PT e o PMDB.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Os vínculos políticos, pelo menos quando, até a data em

que eu saí, tinha essa divisão política. Pelo que eu tomei conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor avalia que os seus companheiros de Diretoria todos eles reuniam as condições técnicas necessárias para exercer os cargos para os quais foram indicados?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Eu tenho plena certeza. Acho que todos eram qualificados. Tinha o componente político que é natural, a gente sabe que em todo o governo democrático, um governo de composição, faz as suas indicações políticas, mas eu, todos eu, pelo menos os que eu convivi lá, eu achei com plena capacidade para exercer o cargo. E qualificação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque, evidentemente, um dos grandes problemas que esse governo apresentou foi o loteamento da máquina pública. Que acabou ocasionando uma série de desvios de conduta e de atos de corrupção. Eu, em tese, admito que deva ser dado o direito aos partidos políticos a fazer indicações em cargos estratégicos. Porém, jamais na quantidade que ocorreu no atual governo, no governo do Presidente Lula. E diria até mais, diria que os Fundos de Pensão, na minha opinião, deveriam estar blindados de qualquer possibilidade. O senhor foi um funcionário de carreira da SERPROS, mas, presumo eu, que nem todos os outros diretores que compunham a sua equipe, no seu período, também fossem funcionários de carreira.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Salvo engano, todos eram da Casa. Apesar da legislação permitir que possam ser agora todos os quatro diretores, pelo menos, três deles possam ser de mercado. E não ter nenhum vínculo com o Fundo. Foi alterado o Estatuto e hoje podem os diretores ser de fora, do mercado e não ter vínculo com o Fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, o senhor nos disse aqui que tinha e tem vínculos com alguns políticos do PT. Disse que o Diretor Administrativo também teria. O senhor sabe quem foi o responsável pela indicação do Diretor Administrativo?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não, desconheço. A gente sabe que teve indicação política, mas eu desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E no caso dos diretores indicados pelo PMDB, o senhor sabe quem--

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem foram os responsáveis?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Sei só a sigla partidária, “mas a nível de quais Parlamentares”, eu desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que o senhor deixou a Diretoria de Investimentos da SERPROS em julho de 2005?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Eu deixei a Diretoria. Foi um ato do Conselho Deliberativo na época, eu tinha um mandato até 2006, o meu mandato terminaria agora, em maio de 2006, o meu mandato ele foi interrompido, era prerrogativa do Conselho Deliberativo de retirar. E, na época, eu tomei conhecimento, foi aí que eu tomei conhecimento que estaria havendo uma composição política na Diretoria e que por essa razão o período--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Uma nova composição.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Essa nova composição estaria... Porque haviam três diretores ligados mais ao Partido dos Trabalhadores e um ligado ao PMDB, que era o Presidente. Eu sairia para compor, para entrar um, um Diretor de Investimentos ligado ao PMDB. E foi na época o conhecimento que eu tomei, a justificativa que me deram para me tirar do cargo. Tanto que não houve nenhum, nenhuma norma, nenhum inquérito administrativo, nada para me destituir do cargo. Apenas eu fui só comunicado pelo Conselho Deliberativo, que é que tem o órgão máximo, que a partir daquela data eu estaria saindo. E a justificativa que me deram, verbal, foi essa de que estaria havendo uma composição política.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, a mesma mão que deu, tirou? A mesma que indicou lhe solicitou que se afastasse da Diretoria para que aquele cargo deixasse de ser do PT e passasse a ser do PMDB?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: A composição competia a quem indicou, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é que chamou o senhor para comunicá-lo de que o senhor estaria sendo afastado da Diretoria de Investimentos?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Na época a Diretoria da Patrocinadora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não houve nenhum tipo de satisfação ou contato de natureza política, nenhum Parlamentar, nenhum dirigente partidário

procurou o senhor para dizer: “Olha, Dr. Jorge, nós vamos precisar do cargo. Nós estamos fazendo uma composição, vamos precisar fornecer esse cargo ao PMDB”. Esse tipo de coisa aconteceu?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não. Eu fui comunicado pela Diretoria, tive uma reunião em São Paulo com a Diretoria da empresa, da Patrocinadora SERPROS e lá junto com quatro ou cinco diretores eu fui comunicado da minha saída, em razão dessa nova composição política. E eu tive compreensão porque trata-se de um governo de uma coalizão política e que é natural que os seus aliados pleiteiem cargos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor considera que fez um bom trabalho frente à Diretoria de Investimentos?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Fiz. Tenho um histórico que é inquestionável. Na minha época o Fundo de Pensão, quando eu assumi na direção, o Fundo de Pensão tinha um patrimônio de 900 milhões. Se a gente analisar que a Instituição levou mais de 20 anos para constituir um patrimônio de um milhão, de 900 milhões, e eu em um ano consegui trazer para o Fundo mais de um milhão, um bilhão e 500 milhões, eu quase dobrei o patrimônio da Instituição. Então, a minha capacidade, a minha contribuição para a Instituição foi muito grande. É inquestionável a minha gestão perante o Fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor não era merecedor dessa mudança que aconteceu. Afinal de contas, o senhor tinha mandato até 2006, na visão do senhor, o senhor então não merecia ter sido convidado a sair da Diretoria de Investimentos?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não. Acho que fui injustiçado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Acha que foi injustiçado.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Acho que foi injustiçado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Injustiçado pelo PT?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Injustiçado por todos que contribuíram na decisão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é que o senhor--

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Os Conselhos que referendaram, a Diretoria da Patrocinadora, acho que me injustiçaram. Mas fazia parte de um... Eu fui indicado, eu não era mais eleito, eu não

poderia dizer: “Não, não saio do cargo”. Se eu fosse eleito eu diria: “Não, eu tenho um mandato dado pelos participantes”. Mas eu era indicado. Fazia parte do processo democrático. Eu aceitei. Não criei nenhuma dificuldade para o Fundo, não entrei com ação, não fiz nada. Aceitei a minha saída, mas acho que pelo desempenho que eu tive no Fundo, eu fui injustiçado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor ainda se acha estimulado a continuar militando politicamente nos quadros do Partido dos Trabalhadores?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não. Eu não mais estou querendo a vida política. Eu passei a dar uma outra guinada em minha vida. Passei a exercer a advocacia, não mais militei politicamente, apenas só sou filiado ao Partido dos Trabalhadores e isso eu vou continuar como filiado por acreditar aí na política, mas não mais como militante político. Nem político, nem sindical. Eu acho que a minha contribuição foi dada aí, ao longo de minha vida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nos disse que quando saiu iniciou atividades na iniciativa privada. Exatamente quais são essas atividades?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Eu fui... Eu tive atividade comercial, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De que natureza?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Eu peguei a minha indenização da empresa e montei um comércio na atividade. Eu tinha antes, há uns anos atrás eu tive uma experiência com loja, na área de vídeo-locadora. Eu montei uma vídeo-locadora em Salvador e montei um restaurante. E fui administrar os dois, passei a ser administrador. Eu fui quase oito anos Diretor Administrativo do SERPROS. Então eu teria muito, perfeita condição de administrar um pequeno negócio. Administrava um patrimônio de mais de um bilhão e meio! Um patrimônio infimamente... Eu passei a fazer e exercer advocacia. Eventualmente recebendo, defendendo algumas pessoas, pequenas causas, algumas questões. E é disso que eu estou vivendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ao longo da gestão do senhor e aí eu tenho o dever de fazer uma pergunta tanto sobre o período em que o senhor era Diretor Administrativo como sobre o atual período, em que o senhor exerceu a Diretoria de Investimentos. Então, separando os períodos, o senhor normalmente era procurado, era acionado por políticos, agentes políticos com mandato, sem mandato, filiados a partido ou não-filiados, enfim, mas existia o hábito de agentes políticos

irem à SERPROS, ou procurar a Diretoria Administrativa no período do governo de Fernando Henrique ou a Diretoria de Investimentos, no período do governo de Lula para lhe apresentar pleitos, para lhe fazer solicitações, para lhe solicitar qualquer tipo de coisa?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não senhor. Ao longo de toda a minha vida que eu exerci atividade como Diretor do Fundo de Pensão, sendo mesmo como indicado ou como eleito, eu não tive qualquer contato político. Para não dizer que não tive um único contato político durante toda a minha trajetória dentro da Instituição, eu tive com um Parlamentar, um Senador de Brasília que, na época, ele, a empresa dele tinha vendido um imóvel para a empresa, não honrou, nós entramos na Justiça e ele foi lá e pediu uma audiência com a Diretoria para discutir isso, e nós negamos. Entramos na Justiça e ele perdeu. Está em fase de execução, ganhamos até um terreno como indenização. E essa... Isso foi produto de uma discussão. Foi o único contato que eu tive político em todo o meu período de mandato na Instituição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem foi esse Parlamentar?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Foi um Senador, o Senador... Daqui de Brasília, que tem vários imóveis aqui. Salvo engano, Paulo Octávio. É Luiz Estevão, Luiz Estevão, desculpe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi o Senador Luiz Estevão, na época que era Senador da República.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Na época, nós entramos, não aceitamos qualquer, ele queria que a gente retirasse a ação da Justiça, nós mantivemos e a empresa dele perdeu o prazo. E hoje ele tem aí um terreno aqui em Brasília que está sendo leilado. Está em poder da empresa, que ele pagou por juros e questões, em função dessa ação. E na época nos negamos, não aceitamos qualquer ingerência política nesse sentido. Quer dizer, defendemos o patrimônio da Instituição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia me dizer como é que está formatada a estrutura da Diretoria de Investimentos da SERPROS?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Olha, eu hoje eu não tenho conhecimento, eu posso falar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, do período do senhor--

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: À V.Exa no período que eu estava. No período que eu

estava, a Diretoria de Investimentos era composta de uma gerência, de uma gerência ligado à imobiliária. Gerência Mobiliária, Gerência Imobiliária e uma Gerência de Risco, de análise de riscos. Uma cuidava de imóveis e empréstimos ao participante, outra cuidava de investimentos de renda fixa e renda variável e outra cuidava da análise de riscos, se esses investimentos dariam, ofereciam riscos para a Instituição. Eram três gerências. Elas eram subordinadas, as três, ao Diretor de Investimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Como é que se dava a discussão sobre a política de investimentos da Fundação dentro do âmbito desta Diretoria?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Primeiro. Nós temos uma norma interna que é um Plano Anual de Investimentos, que é elaborado e é aprovado por toda a Diretoria e esse Plano Anual é depois referendado pelo Conselho Deliberativo que é o órgão máximo da Instituição. Então nós seguimos rigidamente essa política de investimentos. Em seguida, a cada momento que é trazido qualquer investimento para a Instituição, a Diretoria de Investimentos analisa e submete à apreciação de um Conselho, que é o Comitê de Aplicação, Esse Comitê de Aplicação é formado pelos 4 diretores que é o Presidente, os de Benefícios, o Administrativo e o de Investimentos e mais seis... Cinco ou seis técnicos das áreas estratégicas, que formam esse Comitê. A eles é que compete a última palavra de aprovação ou não, do investimento. A Diretoria não tem autonomia para aprovar nada sozinha. Ele é levado para o Comitê e o Comitê é quem aprova.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esses três gerentes de... Os três gerentes que estavam subordinados à Diretoria de Vossa Senhoria, eles eram funcionários de carreira ou não?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Os gerentes, não necessariamente são da área de carreira. Alguns deles, porque o SERPROS ele tem um quadro que é... As pessoas têm que ser concursadas e o Fundo de Pensão é "ceelitista". Os funcionários do Fundo de Pensão não precisam ter vínculo nenhum com a Patrocinadora. Então todos os funcionários da Patrocinadora, do Fundo de Pensão, eles são contratados no mercado. Mas às vezes acontece de um funcionário do Fundo de Pensão ser de muito tempo de carreira no Fundo, não na empresa Patrocinadora, mas no Fundo. Por exemplo, eu tinha um gerente que, desde que foi fundada a Fundação, que ele trabalhava. Ele chegou, galgou o cargo de gerente, ele trabalhava na Instituição. Mas não necessariamente todos eram

de carreira assim, no Fundo. Às vezes eram contratados, dependendo da política.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia repetir as três gerências?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Era Gerência Imobiliária, Gerência de Investimentos Imobiliários. Gerência de Investimentos Mobiliários, Mobiliários e Gerência de Riscos-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De Riscos?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Análise de Riscos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, presumo eu que todos os investimentos que a SERPROS realizava no mercado, sejam de renda fixa ou renda variável, passavam necessariamente por uma avaliação da Gerência de Riscos e da Gerência Mobiliária. Dessas duas gerências.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esses dois senhores que ocupavam ou que ocupam essas duas gerências, eles foram contratados pela SERPROS antes ou depois do senhor assumir a Diretoria de Investimentos?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Desse dois, um foi contratado na minha gestão. Um contratado durante a minha gestão e dois contratados com gestão anterior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com a gestão anterior? Qual foi contratado na gestão do senhor?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: A Gerência de Investimento Mobiliário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mobiliário. Mobiliário. Qual é o nome do gerente de Investimentos Mobiliário?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Na época o senhor... Quando trabalhou comigo... Não sei esse de agora--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse que o senhor contratou?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Arnaldo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Arnaldo. O senhor Arnaldo veio de onde? Veio do mercado financeiro?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Veio do mercado financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe em que Instituição trabalhou antes de assumir a gerência?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Ele trabalhou no Bradesco, no BMG, várias instituições.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porém, logo no período que antecedeu a ida dele para a SERPROS?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: No período que ele estava no SERPROS, ele estava um período como consultor técnico. Uma das razões, ele estava como consultor de mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como Consultor?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Consultor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, antes de ser gerente foi consultor de mercado?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Consultor de mercado, ele trabalhava *freelancer*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E como consultor de mercado ele também prestava serviços para outras instituições financeiras?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Aí eu não sei. Ele fazia um serviço de *freelancer* para o mercado. Fazia para inúmeras instituições, para inúmeras--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Portanto é possível que ele tenha trabalhado com Corretoras, com Bancos, com Distribuidoras, com Assets, etc?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: É possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É possível? Quando exatamente ele foi contratado para a Gerência Mobiliária?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Olha, as datas eu não sei precisar, mas eu posso assegurá-lo que foi na minha gestão. Quando eu estava como Diretor de Investimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi o senhor que decidiu contrata-lo?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Foi, a decisão era minha. Nós fizemos uma seleção com

currículos, recebia vários currículos e fizemos uma seleção. Fizemos uma seleção e dei a palavra final da Diretoria de Investimentos, como cada Diretoria tinha autonomia para contratar os seus subordinados. O Presidente as suas assessorias, o Diretor Administrativo os seus funcionários. Tinha uma área de recursos humanos que fazia uma pré-seleção e depois vinham dois ou três nomes para o diretor ter a palavra final.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. O senhor falou que ele trabalhou no BMG e no Bradesco.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor saberia nos informar em que período ele trabalhou no BMG e no Bradesco?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não sei, V.Exa. Eu posso depois prestar essa informação adicional. Mas eu sei que no Bradesco ele foi bastante tempo, foi assim muitos anos. Talvez uns oito ou dez anos no Bradesco. BMG talvez um tempo menor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Gerente de Riscos, ele foi contratado para essa gerência em que ano?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: O gerente de Riscos, ele tinha sido contratado na gestão anterior. Provavelmente, dois ou três anos, ainda aí na gestão do Presidente Fernando Henrique e eu o mantive. Por achar uma pessoa competente, qualificada para o cargo, mantive.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O gerente Imobiliário também foi contratado na gestão anterior.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: O gerente Imobiliário também na gestão do governo anterior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também. Então a partir de 2003, somente o gerente Mobiliário.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Mobiliário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Somente ele. Que nível de autonomia era concedida para que os gerentes tomassem as suas decisões? Pergunto eu isso, com o desejo de entender que tipo de participação, qual era o grau de participação que o senhor, como Diretor de Investimentos, tinha nas decisões que eram adotadas pelas gerências?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Olha... O gerente, o papel de cada um deles... No caso, o ge-

rente Administrativo ou o gerente Imobiliário, no dia-a-dia ele interage sabendo se o participante pagou o empréstimo, se não pagou, ele vê a questão de imóveis, ele trata com a questão do imóvel, venda, compra de imóveis, ele faz, tem todo esse trâmite e traz as decisões e apreciações. Aluguel de imóvel atrasado, inadimplência, ação na Justiça, ele traz tudo isso para o diretor, para o diretor votar. No caso o gerente de Riscos a mesma coisa. Ele faz a análise de riscos, se um papel que vai ser submetido ao Comitê, se aquele papel está com muitos riscos, está com risco agravado, analisa o perfil da Carteira, se a Carteira está com grave risco, aonde tem que desconcentrar a aplicação, e faz. E o gerente de Investimentos Mobiliários, que é a questão de Bolsa, de renda fixa, de renda variável, ele também tem contatos com Bancos, ele faz reuniões, ele verifica papéis e traz. E o diretor analisa e leva para o Comitê. Esse é o papel de cada gerente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor analisava cada um dos pareceres que eram levados pelos gerentes.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Eu analisava e depois levava esse parecer para o Comitê de Investimentos. E era o Comitê de Investimentos que tinha a palavra final se concordava ou não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Mas o senhor se acha tão responsável, quanto todos os gerentes, por todas as decisões que foram adotadas do período de novembro de 2003 a julho de 2005?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Sim. Todos tinham participação. Todos. Era um Colegiado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os três gozavam da irrestrita confiança do senhor?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Durante, quando eu exerci, sim. Até quando eu exerci, nada tive. Tanto que saí e mantive os três. Ao sair, os três ficaram lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que se dava a divisão dos investimentos feitos pela SERPROS, tendo como parâmetro aquilo que era destinado a aplicação em Carteira própria e aquilo que era descentralizado para investimento através dos Fundos exclusivos?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: O senhor pode, Excelência, revisar a pergunta?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque quase todas as Fundações, a partir de um determinado momento, elas recorreram à constituição de Fundos

exclusivos, como forma de descentralizar os seus investimentos. De ter benefícios tributários, de transferir para instituições do mercado a gestão desses recursos. Muito bem, eu queria saber em termos percentuais, como é que se deu a divisão entre Carteira própria, ou seja, que percentual do que era investido o era em Carteira própria e que percentual era descentralizado, era transferido para investimentos através de Fundos exclusivos?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Olha, nós tínhamos, eu não sei precisar números porque eu não tenho esses dados. É como eu falei, eu vim, não tive tempo de reunir, mas da Carteira, nós não tínhamos nenhum serviço terceirizado. Nada era feito por terceiros. Toda a administração do Fundo, dos investimentos, era feita pela Fundação e nós que administrávamos. Um percentual estava em Fundo exclusivo, mas administrados pela gente. Agora eu não sei qual o percentual, quanto representaria isso se 10 ou 20%, não me lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quantos Fundos exclusivos os senhores possuíam?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Nós possuíamos quatro, não é? Dois FIC e dois FAC.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quatro Fundos.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Quatro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Todos eles geridos pela própria SERPROS.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Todos. Todos geridos pela própria SERPROS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Portanto, não houve gestão de terceiros. Instituições não foram contratadas para gerir esses Fundos?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não, não. Toda a gestão era interna, nossa. Nós tínhamos total autonomia. Era uma característica do Fundo de não terceirizar a sua Carteira de Investimentos. Então tudo era administrado pela... Internamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Comparando a eficiência da SERPROS com outros Fundos que optaram, e a maioria deles recorreu à terceirização dos seus investimentos, através de Fundos exclusivos... Na opinião do senhor, o que é que é mais eficaz? O que é que dá melhor resultado para a Fundação? Ter o modelo da SERPROS, mantendo tudo sob a administração e gestão da própria Fundação ou separar

uma parte para transferi-la, na sua gestão, a outras instituições do mercado?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Olha, a avaliação que eu tenho, aí eu vou falar das duas gestões, não é? De uma gestão, em que eu participei e a segunda. Nós tivemos um histórico anterior, em que uma parte da gestão do Fundo ela foi terceirizada para Bancos. E a gente percebeu que a Fundação perdeu. Nós fazíamos esse *benchmark* comparando a nossa administração, de um pedaço da Carteira, com a administração... Administrada por Bancos. E nesse período, sempre, os comparativos, os Bancos perdiam e as administrações internas feita pelos técnicos, nós ganhávamos. Por isso, nesse segundo momento. Na outra gestão a gente preferiu trazer tudo internamente. Por entender que tinha mais resultados. Foi uma segunda experiência que a Instituição teve. Ela viveu dois momentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Portanto, eu posso concluir, a partir do que o senhor disse aqui, que na visão da SERPROS era muito melhor manter sob os cuidados da própria Fundação todos os investimentos feitos pelo Fundo de Pensão?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Sim senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Antes de detalhar um pouco mais algumas questões sobre a política de investimentos e sobre as aplicações feitas pela SERPROS, eu queria que o senhor pudesse me dizer como é que se dava essa interface da Diretoria do Fundo de Pensão com os dirigentes da Patrocinadora. De que forma a Patrocinadora acompanhava a SERPROS? De que forma a Patrocinadora acompanhava o Fundo de Pensão? Com quem era estabelecida essa relação direta, seja no lado da Patrocinadora, seja no lado da Fundação.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Olha, a Patrocinadora ela... Por ela ter maioria, ela tem, como eu já falei... O Conselho Deliberativo é quem nomeia os diretores e quem nomeia os diretores é o Conselho Deliberativo, Mas quem nomeia o Conselho Deliberativo, a metade indicada pela empresa é a Patrocinadora. E a Patrocinadora também tem um voto de Minerva, que ela elege o Presidente. Então, metade do Conselho é indicado pela Patrocinadora juntamente com o Presidente. Então essa relação sempre existiu da Patrocinadora com o Fundo através dos seus conselheiros, que é o órgão máximo. O Presidente e os outros dois membros. E, por outro lado, a Patrocinadora teve, pelo menos no período em que eu estive na Fundação, teve dois diretores que respondiam diretamente

pelo Fundo, m que era o doutor Sérgio Cangiano que respondia na época pelo, era o diretor responsável pelo Fundo e o diretor já quando já estava saindo ele foi substituído pelo diretor Armando Frid. Esses dois eram representantes da Diretoria Patrocinadora frente ao Fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O doutor Sérgio e o doutor Armando também tinham vinculações políticas? Eles foram indicados para os seus respectivos cargos por alguma orientação política?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Olha, indicação política eu não sei. Sei que eles eram filiados ao PT. Ao Partido dos Trabalhadores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ambos filiados ao PT.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Se houve indicação eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ambos eram filiados ao PT?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Ambos eram.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem foi o Presidente da SERPROS nesse mesmo período em o que senhor exerceu a Diretoria de Investimentos?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Foi o Rinaldo Rodrigues.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também filiado ao PT?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Ele era indicado pelo PMDB.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo PMDB. Então o Presidente da SERPROS assim, não, me perdoa. Eu pergunto, refazendo a pergunta até porque essa resposta o senhor já nos deu. O Presidente da Patrocinadora nesse período?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Teve dois Presidentes. Teve o Henrique Costabile, que veio antes da administração Fernando Henrique e já quando eu saí tinha o Wagner Quirici.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Henrique e o senhor Wagner tinha vinculações políticas ou partidárias, o senhor sabe dizer?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Olha, pelo que eu sei, pelo que eu ouvia falar, parece que o senhor Henrique Costabile tinha vinculação parece com o PSDB e o senhor Wagner Quirici com o PT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com o PT. Mas o senhor Henrique saiu quando da Diretoria, da Presidência?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Eu não sei precisar datas assim, mas acredito que já no, em dois mil e... Dois mil e... Finalzinho de 2003, início de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E aí assumiu um Presidente indicado pelo PT. O senhor não acha que houve uma partidarização excessiva dos quadros, tanto da Patrocinadora como da Fundação? Porque o que a gente percebe é que quase todos os dirigentes obtinham vinculação com o PT, e uma boa parte tinha vinculação com o PT ou depois passaram a ter vinculação com o PMDB. Então, de todos os diretores, de todos aqueles que ocuparam cargos de confiança a gente percebe que praticamente, sem exceção, havia uma vinculação forte de caráter partidário. O senhor não acha que isso aconteceu em demasia?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Olha, Excelência, eu não vou fazer juízo de valores. Eu acho que é um partido que teve uma eleição, uma coalizão política e que é muito natural em qualquer regime democrático aqueles que ganham a eleição, que vencem a eleição, fazer parte dele, pleitear. Então não me cabe aqui julgar se estava excessivamente ou pouco. Eu acho que é natural. Eu penso que é perfeitamente democrático, eu não faço crítica sob essa ótica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Como é que se dava a verificação de conformidade dentro da SERPROS? Ou seja, a SERPROS possuía alguma área de *compliance*. O senhor me disse que tinha um gerente de Riscos?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas propriamente a verificação de conformidade era feita pela SERPROS. E quem era o responsável, quem eram os responsáveis por essa atividade?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Essa atividade de *compliance* ela foi feita durante um bom tempo pela, pela gerência de risco. Ela tanto fazia análise de risco como a parte de *compliance*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ainda hoje é feita pela gerência de Riscos?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Eu não sei dizer, mas me parece que houveram modificações. Já no finalzinho, quando eu estava saindo o

compliance parece que estava sendo desligado da Diretoria de Investimentos e estava indo direto, subordinada ao Presidente. Já estava sendo vinculada direto ao Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que os senhores discutiam os resultados apresentados pelos investimentos realizados pela SERPROS? Ou seja, havia a definição de uma política de investimentos, os senhores definiam como aplicar os recursos e, evidentemente, acompanhavam, imagino eu que com certa periodicidade os resultados desses investimentos. Como é que era feito o acompanhamento desses resultados?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Semanalmente a Diretoria de Investimentos propunha à Diretoria e fazíamos reuniões semanais para fazer análise dos investimentos, que era reuniões periódicas e uma vez por mês as decisões, reuniões avaliativas semanais e reuniões mensais de decisão. Então o Comitê, a Diretoria chamava o Comitê para analisar os investimentos semanalmente e mensalmente. Mensalmente para decidir e semanalmente para avaliar a performance dos investimentos. Propondo, no final do mês, saída ou manutenção daqueles investimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como o senhor me disse que todos os recursos eram geridos e administrados pela própria Fundação, eu presumo que o senhor tem conhecimento das Corretoras que ao longo desse período operaram com a SERPROS.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Houve algum critério para a seleção dessas Corretoras?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Nós fazíamos... Como eu falei. A política de investimento ela é aprovada anualmente pela Diretoria e depois é submetida ao Conselho Deliberativo que ratifica essa política de investimento. E lá na política de investimento ela traça uma série de critérios para a escolha de Corretora. Eu me recordo que, na época, um dos critérios era pegar as empresas do ano anterior, que melhor tiveram *performance*, que melhor negociaram no mercado, que mais vendeu papel, que mais tinha experiência, selecionávamos essas empresas. E aí, depois disso, ia tendo pontuações. Aonde a gente poderia pontuar a empresa. Se ela tinha aparelhos, se as operações eram gravadas, se ela tinha um mecanismo de Mesa e famos pontos a pontos. E ia pontuando e credenciando a Corretora. Ao final, a gente fazia uma avaliação também se a Corretora tinha envolvemento

to com problemas, com processos na Justiça e tudo. Tudo isso era motivo de retirada do, da pontuação do cadastramento. E ao final quando sobrava, às vezes, a gente tinha até poucas Corretoras porque terminavam muitas com problemas. Às vezes uma certidão na Receita, ou alguma coisa servia de impeditivo apesar de estar bem selecionada no *ranking*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Havia algum espaço para que a subjetividade determinasse a escolha de Corretoras?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não. Se porventura, alguma Corretora tivesse na pontuação, tivesse qualquer problema que impedisse ela, dentro desses... Ela era eliminada. Agora, se tivesse uma questão de empate, por exemplo, entre duas Corretoras porque nós, eram dez Corretoras que eram aprovadas, não é? Então se tivesse o empate entre duas, a posição era do Diretor de Investimento. De selecionar entre as duas, se houvesse empate.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era do senhor?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Era, é do cargo pelo que está lá. É do Diretor do Investimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas--

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Na minha gestão era eu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era o senhor? Então era o senhor que dava a palavra final.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Se houvesse empate. Fora disso, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor se lembra das dez Corretoras que estavam classificadas para operar com a SERPROS?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Em 2004, me permita aqui, em 2004... Em 2004 tinha a UBS, a PLANNER, a SUDAMERIS, a ALFA, a ATIVA, a ÁGORA, a BRASCAN, a CONCÓRDIA, a ÉGIDE e a FATOR DORIA. E a CCVM.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A CCVM não deve ser... Não deve ser uma Corretora.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: é Distribuidora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, mas deve ser o nome... Deve ser o complemento do nome de uma Corretora.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: é CCVM S.A.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria fazer uma indagação à nossa Assessoria. Esse desempenho que a gente percebe aqui no mercado de derivativos ele diz respeito a que ano? Porque a gente verifica aqui operações da SERPROS na BM&F com a CRUZEIRO DO SUL e com a PROSPER, que são duas Corretoras que o senhor não nominou. CRUZEIRO DO SUL e PROSPER. O senhor teria como justificar o fato de essas duas Corretoras aparecerem operando com a SERPROS não sei terem sido elencadas no rol o que o senhor acabou de nos informar?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Olha, tem Corretora e Distribuidoras. As Corretoras que foram aprovadas pela política de investimento na época em que eu tinha, tive conhecimento que eram Corretoras que eram operadas, que eu tenho na relação aqui, são essas. No entanto, durante a gestão podem ter havido operações com outras Corretoras não credenciadas. Vai depender do tipo da operação e do tipo de compra, de papéis, entre outras coisas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente o senhor tinha relações com os dirigentes dessas Corretoras?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não, relação não. A minha relação era profissional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, claro. Mas a relação pode ser pessoal ou profissional.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Pessoal não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Profissional existia?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Profissional, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente os contatos com os proprietários dessas Corretoras eram feitos diretamente pelo senhor.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Eu e o corpo técnico. Os gerentes também faziam contatos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor também fazia?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Raramente. Muito raramente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Luiz Antônio Vaz das Neves?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele é um dos sócios proprietários da PLANNER. O senhor conhece o senhor Cláudio Henrique Sangar?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também sócio-proprietário da PLANNER. E o senhor Carlos Arnaldo Borges de Souza?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também não conhece?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Todos esses são proprietários da PLANNER.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não conheço nenhum deles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, aqui no período do senhor, nós detectamos alguns problemas com operações de Títulos Públicos federais. Certo? Eu vou abrir a cadeia negocial para que o senhor entenda quais são os critérios que nós estamos utilizando. A nossa avaliação se dá, procurando entender a variação do preço unitário em um mesmo dia na negociação de um mesmo papel, na mesma quantidade e, obviamente, analisando essas variações. Então, dentro de um mesmo dia, como o senhor pode ver, existem cadeias com até quatro operações. Então nos interessa saber, quando há uma variação considerável, as razões que levaram a essa variação. No caso da SERPROS, eu entendo que o senhor pode nos explicar, até porque os argumentos trazidos aqui por muitos Fundos de Pensão é que não tinham como justificar essas variações em virtude de que, a maioria das operações eram feitas através dos Fundos exclusivos. Portanto, geridos por outras instituições. No caso da SERPROS, como a gestão toda ela foi feita pela própria Fundação, eu entendo então que fica mais fácil do senhor poder nos explicar. Eu peço depois à assessoria que distribua essa lista aqui para os Parlamentares. O senhor pode ver aqui, eu vou recorrer aos principais exemplos de variação. No dia 5/7/2004, portanto, na gestão do senhor, foram negociadas NTN-C com vencimento para 1/4/2021. Como é que se dá essa cadeia? O Banco BRJ vende para a Corretora

QUANTIA 13 mil títulos com o preço unitário de R\$ 1450,00. Logo em seguida, a QUANTIA vende para a BÔNUS BANVAL os mesmos 13 mil títulos com uma variação substantiva de R\$ 1523,00. Ou seja, o preço do papel que era R\$ 1450,00 passa a R\$ 1523,00. Logo em seguida, no mesmo dia, a BÔNUS BANVAL vende para a CORRETORA PLANNER, os mesmos 13 mil títulos a R\$ 1524,00. E ao fim, a CORRETORA PLANNER vende para o BB OLÍMPIO FIF (F) que é um Fundo da SERPROS por R\$ 1527,00. Então, o que é que a gente percebe aqui? Que a SERPROS foi quem absorveu a elevação do preço unitário desse título que, no mesmo dia, foi negociado a R\$ 1450,00. Só que a SERPROS pagou R\$ 1527,00. A diferença nessa quantidade de títulos representou um milhão de reais, aproximadamente. 999 mil e 963 reais. Um milhão de reais arredondado. O senhor saberia nos explicar o por que dessa variação, que é expressiva? Porque veja, quando a gente tem uma cadeia com quatro operações fica até mais fácil visualizar o que são variações normais do mercado, daquilo que são variações atípicas. O senhor pode perceber que da QUANTIA para a BANVAL, da BANVAL para a PLANNER e depois da PLANNER para a SERPROS variou questão de centavos, ou de reais. Só que na primeira cadeia houve uma variação grande. Quem é que saiu ganhando com isso? A Corretora QUANTIA. Quem é que saiu perdendo com isso? A SERPROS. Se, por exemplo, a SERPROS tivesse adquirido diretamente do Banco BRJ teria pago um milhão de reais a menos por esse título. O senhor como Diretor de Investimentos poderia nos explicar o porquê de ter ocorrido essa grande variação?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Excelência, eu, esses dados e critérios de avaliação de perdas e metodologias eu teria que analisar. Mas eu posso dizer ao senhor que no período de 2004, esse período que o senhor está fazendo a avaliação aí, pelo menos a período de julho, salvo engano, julho--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente. E tem mais. Deixa eu só, se o senhor, para eu lhe ajudar. O senhor vai ver o seguinte. Que a contabilização total das perdas com a operação de Títulos Públicos, ela resulta em um valor de 2 milhões 743 mil e 68 centavos. Sendo que o que chama a atenção nossa é que todas as operações ocorreram em apenas três dias. Foi no dia 5 de julho de 2004, no dia 7 de julho de 2004 e no dia 8 de julho de 2004. Então, aparentemente, quando a SERPROS negociou Títulos Públicos em outros períodos não se verificou qualquer atipicidade. Porém aqui, percebe-se que em três dias a Fundação perde quase 3 milhões de reais. E mais além, o senhor vai

ver aqui que sempre são três Corretoras envolvidas. É a QUANTIA, é a BÔNUS BANVAL e a PLANNER. Sempre a QUANTIA, a BÔNUS BANVAL e a PLANNER. O que é que esta Sub-relatoria pode depreender disso aqui? Que essas três Corretoras, elas se uniram para construir essas operações, para ganhar com essas operações e o ganho se deu em detrimento de perdas para a SERPROS. O senhor pode ver que o período é de julho de 2004, em apenas três dias. Que os títulos são exatamente os mesmos, são NTN-C com vencimentos para 1/4/2021. E que as Corretoras envolvidas não variam. São a QUANTIA, a BÔNUS BANVAL e a PLANNER.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Se me permite.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: V.Exa, na época, na ocasião de 2004, nós fizemos uma avaliação interna sobre essa questão, sobre avaliação na época de aquisição em julho de 2004 a política, nós tínhamos traçada uma política, tinham algumas variáveis aí, que estavam sendo definidas, era a tendência de queda, aumento de inflação, tendência de queda de taxa de juros, tinha uma série de enquadramentos e nós tínhamos uma boa concentração em LFTs que estava indexados aí ao INPC. O nosso passivo atuarial ele era todo *linkado* no INPC. Nós íamos pagar a aposentadoria aos aposentados, no INPC. E aonde a gente estava com concentração pelas projeções do cenário econômico que é aumento da taxa e aumento da inflação, entre outros pontos, nós percebíamos que se continuássemos naquele momento com os valores aplicados na forma que estavam, a Instituição ia perder muito e aí o Comitê decidiu descentralizar esse percentual e comprar NTN-C de 2021 e 2031 que na época essas NTN-C, que só podem ser avaliadas avaliada ao final dela, 2021 e 2031, ao final do ganho dela. Nós decidimos fazer a aplicação, tirar das LFTs e comprar papéis. Uma política de compra ela se dá, e quando se o mercado tem. Então, ou você compra NTN-C ou no Leilão Oficial do governo que é o leilão primário, ou você vai ao mercado e compra com quem tem. Nós fomos ao mercado e compramos com as Corretoras que tinham na época o pape. E, na época, nós fizemos uma avaliação pela média de mercado, pela própria avaliação do *site* do Banco Central nós estávamos dentro da média de aquisição. A média que foi avaliada na época, nós estávamos dentro do mercado. Tanto que foi feito internamente os Conselhos, foram feitas avaliações internas sobre o período e nós constatamos que não houve perda. Houve um

descompasso em alguns pontos, alguns itens, mas não houve perda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi o critério que os senhores usaram para aferir essa média?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Olha, na época, eu não estou de posse dos dados aqui, mas na época, eu me recordo que nós avaliamos o *site* do Banco Central, foi feita Auditoria inclusive interna da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores observaram o preço unitário negociado? Porque ao que me consta, para fazer essa avaliação só existiriam duas formas. Ou verificando o preço unitário do dia e o senhor obviamente negociou no dia cinco, se verificasse o preço unitário, não teria negociado no dia 7 e no dia 8 como negociou. Era um caminho. O outro caminho era recorrer ao referencial da ANDIMA. Então eu pergunto. “Qual dos dois caminhos o senhor percorreu para avaliar que o preço estava adequado?”

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Nós seguíamos, nós seguíamos, olhávamos, como eu falei. Nós olhávamos o *site* do Banco Central, verificamos as médias praticadas, mas íamos ao mercado para ver o papel. E aí no papel o senhor não vai saber no dia qual é a taxa que está sendo operada. O senhor tem uma variável, uma média do que foi operado historicamente. Nós pegávamos o histórico do que foi operado, em cima disso fizemos a negociação. Nós dávamos um comando para a Corretora que naquele intervalo de “X a Y” ali, se encontrassem um papel, porque não era leilão, que poderia ser adquirido. E dentro desse parâmetro os papéis foram adquiridos. Por entendermos que a política era para o Fundo, era uma política de longo prazo, para 2021 e 2031. Portanto, eu poderia, inclusive, ter uma perda relativa aqui, mas eu cessaria, deixaria de perder o que eu estava perdendo com o dinheiro parado em LFT lá no Fundo. Então eu fiz uma realocação de recursos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu não questiono de forma alguma a preferência que foi dada pelo Fundo de Pensão na compra desses papéis. Não questiono isso. Não questiono a decisão de investir em Títulos Públicos, também não questiono. O que eu questiono são operações que estão aqui à nossa frente e que claramente foram operações montadas. Eu não quero inclusive dizer que a responsabilidade foi do senhor, eu quero saber de quem foi. Se é que foi da Corretora, então que isso fique claro. Porque veja, em todas as operações, o preço inicial, e eu vou dizer aqui o preço inicial de todas as operações. A primeira, 1450.

A segunda, 1454. A terceira, 1454. A quarta, 1454. A quinta, 1453. Aos preços finais. A primeira, 1527. A segunda 1529. A terceira 1529. A quarta, 1529 e a quinta, 1530. E sempre, “quem” estão presentes são as mesmas Corretoras. O preço inicial é quase o mesmo com pouquíssima variação, e o preço final também é quase o mesmo com pouquíssima variação. Então há uma montagem aqui. Não há dúvida, que há uma montagem. Uma montagem que lhe trouxe, certo, uma perda naquele momento, porque o senhor teve que desembolsar mais do que deveria, de dois milhões, 743 mil e 68 centavos. Então se havia um controle realmente do preço de mercado, do preço unitário, tinha que ser visto na primeira operação que aconteceu no dia 5/7 e tendo sido visto na primeira operação que houve uma variação injustificada, não se podia admitir essa mesma variação nos mesmos moldes, com as mesmas Corretoras em quatro operações subsequentes e sendo que, a próxima, foi dois dias depois.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Deputado, Excelência, a decisão nossa, que trabalha com investimentos, em determinados momentos, a gente tem que tomar determinadas decisões e ela não ocorre... Ao contrário, o mercado de Títulos Públicos, não é igual ao mercado de Bolsa. No mercado de Bolsa eu tenho um referencial, eu decido agora e eu tenho os parâmetros. A cada minuto a Mesa está operando e sabe “qual é”, as variações. O mercado de Notas e Títulos Públicos, eu quando vou adquiri-las eu decido: “Olha, eu tenho que adquirir esse título amanhã ou essa semana”. Ou eu espero um Leilão Público e eu não sei por quanto ele vai sair, ou eu adquiro no mercado com quem tiver. Pode ser até que naquele dia só seja negociado por uma única Corretora. E eu vou comprar, desde que seja dentro dos parâmetros que a gente está definindo. Eu tomei uma decisão lá atrás, na época da quebra do Banco Santos, em que a gente sentindo o risco que a gente ia ter e o efeito cadeia de mercado, de vender toda a Carteira de CDBs, nosso, para não contaminar o nosso Fundo. E a gente tomou aquela decisão correndo o risco de depois ter um problema maior. Mas foi uma decisão, lá na frente a gente pôs: “Acertamos?”. Acertamos. E foi a decisão acertada duas vezes. Primeiro, era um dos poucos Fundos que não tinha nada no Banco Santos e segundo, desmobilizamos toda a nossa Carteira. Nos protegemos do efeito-dominó e lá ganhamos. As decisões nessa área de investimento elas são dinâmicas. Nem sempre você vai acertar em todas como um “tiro na mosca”. Vão haver decisões em que vão haver perdas, e vão haver ganhos. E as operações com Títulos Públicos, a gente só vem saber no dia seguinte qual

é a Corretora e quem operou. A gente dava apenas parâmetros para elas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não acha que pode ter sido enganado, que pode ter sido ludibriado por essa Corretora aqui? Pela PLANNER?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Olha, quando foi feita a avaliação eu estava ainda no Fundo de Pensão, a Patrocinadora constituiu uma Auditoria, fez, teve um resultado de uma auditoria, inclusive auditoria independente, avaliou as operações e nada constatou. Inclusive o resultado, quando eu saí da empresa, já não estava mais no Fundo, era de que estava dentro da média do valor praticado. E esse resultado está lá na empresa. Eu não tenho, está lá, é público. Foi uma auditoria feita inclusive pela própria Patrocinadora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A auditoria foi feita pela Patrocinadora?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Com a empresa contratada particularmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi a empresa?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Eu não tenho conhecimento do nome da empresa, mas foi contratada uma empresa, particularmente para analisar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E como é que a luz vermelha acendeu que acabou obrigando a Patrocinadora a contratar uma empresa e a realizar uma auditoria para avaliar essas operações?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Porque na época, Deputado, na época, estava a mudança de Diretoria. Estava o Presidente saindo, assumindo uma nova Diretoria. O Presidente, quando assumiu, um dos primeiros pedidos deles é que auditasse todas as contas, porque ele estava chegando, assumindo. Para que não tivesse nenhuma dúvida sobre problemas na Instituição. Então foi um pedido do Presidente que foi feita uma auditoria em todas as gestões. Então foi feita na área Mobiliária, na gestão, em várias áreas foram feitas. E especificamente foram feitas com Investimentos, na área de Investimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é o que o senhor avalia o desempenho da Corretora PLANNER ao longo desse período que ela prestou serviços para a SERPROS?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Olha, eu não posso aqui mensurar para o senhor uma avaliação de desempenho porque na ocasião, as em-

presas, as Corretoras elas faziam operações para a Instituição, ela era selecionada e em cima daquilo ela comprava os papéis ou fazia ou compravam neles e eram Corretoras que eram credenciadas. Eu não tenho nenhum dado aqui para fazer uma avaliação específica de qualquer uma das Corretoras, PLANNER ou qualquer uma dessas que eu elenquei. Eu não tenho dados para isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria tem conhecimento que o senhor Carlos Arnaldo Borges de Souza em entrevista à Revista IstoÉ Dinheiro declarou que ganhou apenas 71 mil reais com essas operações?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Eu não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é. Ele fez essa declaração. E aí fica uma pergunta no ar: “Quem é que ganhou, se não foi a PLANNER?” Se é que ele está falando a verdade.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Olha, os dados que eu tenho aqui anotado aqui comigo em 2004 o total, esse conjunto de Carteiras, em 2004, foi pago durante o ano de 2004 todo, foi 109 mil reais para a corretagem de todas as operações, no ano de 2004 todo. E, no ano de 2005, 57 mil reais. Para operações envolvendo aí, em 2004, 67 milhões e em 2005, 42 milhões. Com a taxa de corretagem para todo esse conjunto de empresas aí, de Corretoras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabia também que a Corretora PLANNER com o objetivo de se eximir da responsabilidade por essas operações, alega que tão somente o próprio Fundo de Pensão tem responsabilidade, porque era a Fundação que dava as ordens de compra e venda, ou seja, a Corretora PLANNER em sua defesa procura transferir para a SERPROS toda a responsabilidade pela perda de dois milhões 743 mil reais. O senhor tem conhecimento desse pronunciamento?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que é que o senhor acha dessa posição da Corretora PLANNER?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Olha, é como eu falei para V.Exa. Eu, nós fizemos uma operação, com o objetivo de dar uma proteção no longo prazo e querendo cumprir a meta atuarial. Eu não posso fazer uma avaliação específica de uma operação específica. Eu cuidava de um patrimônio de um bilhão e meio. Então especificamente se o senhor me perguntar

se eu perdi na Carteira de Ações, no papel “X, Y, Z”, eu posso ter perdido. Esse papel pode ter virado até pó, mas em contrapartida eu posso assegurar ao senhor que o resultado anual, o meu resultado mensal em relação à administração do patrimônio foi muito grande. Foi enorme. Então a gente que administra Fundos e Bens a gente sabe que vai ter insucessos em alguns papéis e sucessos em outros. E a gestão nossa, a análise do meu desempenho era feito por gestão. A administração usava a minha gestão. Como foi a gestão do diretor de investimento nesse período, no período “X, Y, Z”, eu posso assegurar para o senhor que foi a maior da história da Instituição. Agora por certo tivemos algumas perdas, alguns prejuízos em alguns papéis, porque também ninguém acerta tudo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente isso que nós estamos aqui querendo reconhecer. Que nesse caso, na negociação desses papéis, houve uma perda para o Fundo de Pensão. Se essa perda não tivesse sido registrada, evidentemente, o patrimônio da Fundação teria sido maior. Eu compreendo que algumas decisões elas podem ocorrer em benefício, outros em prejuízo dentro da lógica do mercado, mas como nós tínhamos que fazer um corte nesse período de 2004, percebe-se inequivocadamente que houve uma montagem de operação, sempre envolvendo as mesmas Corretoras. Na negociação, na mesma quantidade de mesmos títulos e que acabou ocasionando essa perda, de quase 3 milhões para a SERPROS. Mas muito bem, passemos adiante. Eu imagino que o senhor deve saber que um dos fatos geradores da criação dessa Sub-relatoria foi justamente a nossa incumbência, o nosso dever enquanto CPMI, de investigar o comportamento dos Fundos de Pensão com relação ao BMG e ao Banco Rural. Ou seja, nós precisávamos entender como é que se deram os investimentos das Fundações Estatais nesses dois Bancos. E aqui eu tenho um quadro que eu vou mostrar ao senhor... Com relação ao Banco BMG. É verdade, e eu ressalto, que a SERPROS realizou em 2002, duas aplicações no Banco BMG. Uma no dia 25/3/2002--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, nós não temos esses documentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu já pedi que distribuíssem, Deputado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas acho que a Assessoria não quer distribuir. Porque eu pedi também pessoalmente à Assessoria e até agora não foi entregue em mãos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado, eu

quero informar a V.Exa, com todo o respeito que lhe tenho, que nós já estamos na décima reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. Que em todas elas nós trabalhamos com uma série de documentos. E que nunca houve falha por parte da Assessoria na distribuição dos dados. Evidentemente, que tão logo os senhores chegaram aqui, eu pedi à nossa Assessoria que fossem providenciar as cópias, que já estão chegando. Nunca houve nenhuma negligência por parte da Assessoria na distribuição das informações.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu estou dizendo. Eu não tenho em mãos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Exa.--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E já estou aqui há bastante tempo e não tenho em mãos. Não estou fazendo nenhuma acusação de reuniões anteriores, mas estou dizendo que eu não tenho em mãos esses documentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu só peço que V.Exa tenha um pouco mais de cuidado, porque a Assessoria tem feito um esforço muito grande para não faltar em nenhum momento com os Parlamentares e, principalmente, com esta Sub-relatoria. E pode parecer nessa alegação, que V.Exa fez, que está havendo uma negligência e isso não acontece. Todos os documentos estão chegando, aliás, em todas as Audiências foram distribuídas para qualquer Parlamentar que estivesse presente, de forma absolutamente indistinta e democrática e isso vai acontecer até o final dos nossos trabalhos. O senhor tenha certeza. Vamos lá. Nós temos aqui, Dr. Jorge, uma, duas, três, quatro, cinco, são seis aplicações que a SERPROS realizou no BMG. Uma em 25/3/2002, no valor de 5 milhões de reais. Uma em 5/6/2002, no valor de 7 milhões e 200 mil reais. E uma em 14/6/2002, no valor de 5 milhões e 196 mil reais. Então nós temos aqui, aproximadamente, no ano de 2002, 17 milhões e 396 mil reais. Em 2003, não se verifica qualquer tipo de investimento da SERPROS no Banco BMG. Certo? E aí o que é que ocorre? Em 2004, nos dias 20/4/2004, 8/6/2004 e 28/6/2004, a SERPROS realiza investimentos nessa Instituição financeira, que somados vão totalizar 18 milhões e 800 mil reais. Porque o investimento do dia 20/4 foi de 3 milhões, o de 8/6 foi de 12 milhões e o de 28/6 foi de 3 milhões e 800. O senhor, em 2002, não era Diretor de Investimentos, apesar de ser Diretor Administrativo. Ainda assim, não teria, em tese, obrigação de nos justificar o por que da opção da SERPROS por esses CDBs do BMG. Porém eu tenho o dever de perguntá-lo se o senhor tem conhecimento de como é que se

deu a decisão em 2002 da aquisição desses CDBs do BMG, por parte da SERPROS?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Especificamente em 2002 eu não me recordo. Posso falar para o senhor em 2004, de que forma se deu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então nós chegaremos lá. Então, 2002, o senhor não tem condições.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Agora não, posso remeter depois a decisão. Ver as Atas, e verificar. Agora em 2004 eu tenho pleno conhecimento. Tenho em memória.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em 2003, por que é que não se verifica e não se registra investimentos da SERPROS em CDBs do BMG?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: O SERPROS, ele praticamente ele concentrou todo o seu ativo em 2003, da diretoria anterior, antes de assumir. Ele concentrou a maior parte dos ativos do SERPROS em renda variável. Na Bolsa. E na época, uma das razões pela qual a Instituição teve enorme prejuízo, foi exatamente por ter concentrado em Bolsa. E aí em 2004 tinha um percentual muito pequeno em, em renda fixa. Em 2004 nós ao verificarmos que tinha uma concentração muito grande na Bolsa, nós em 2004 e 2005 adotamos uma política inversa. De começar a desmobilizar a Carteira e transferir tudo para a renda fixa. Por quê? Achávamos que tinha um risco excessivo com a Carteira dos participantes. E a partir daí nós concentramos, invertemos, concentramos muito mais em renda fixa e muito menos em renda variável. E na época, nós tínhamos um critério que era dado às empresas. Todos os Bancos que não estivessem na análise de risco de Banco. Nós tínhamos uma empresa contratada, Lopes Filho. A Lopes Filho nos enviava o Banco que estava na análise de crédito. Se ele não passasse, se ele não estivesse no risco dado pela Lopes Filho, nós não aplicávamos naquele Banco. Fora daquilo, o critério era: – O papel a ser negociado tinha que ter um resultado de, pelo menos, 100% do CDI. Usados esses dois critérios, a gente aplicava na Instituição que bancasse o Comitê decidir apenas qual era o montante e o percentual. Tinha que dar pelo menos 100% do CDI.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: E aí a área de Investimentos ia e procurava os Bancos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então era a área de Investimentos que procurava os Bancos?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: A área de--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não eram os Bancos que procurava, a área de Investimentos?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não, nós selecionávamos, nós trazíamos para o Comitê dizendo o seguinte: “Os Bancos, Banco Bradesco, Itaú, esse, esse, esse está oferecendo 100% do CDI”. “Esses Bancos aqui”. E nós fazíamos uma distribuição equitativa de acordo com o recurso. Porque não dava para comprar. Se nós decidíssemos tirar 100 milhões ou 50 milhões da Carteira de Renda Variável e comprar tudo em Título de Renda Fixa, não dava para concentrar todos os órgãos numa mesma cesta. Então nós distribuíamos por ordem, porque nós tínhamos um limite para Banco. Então se um limite era no máximo até 17 ou 20 milhões, nós íamos fazendo, cumprindo uma lista e fazendo a compra dos títulos. E assim fizemos, temos uma lista enorme de Bancos, pelo menos no período em que eu estava, que a Carteira tinha distribuído ali, com vários Bancos. O BMG era um deles, na época. Se nós pegarmos o quantitativo que tinha de Renda Fixa e quanto nós compramos, era um número grande de Bancos. Chegamos a ter mais de 20 instituições com Bancos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Supondo verdadeira a argumentação de Vossa Senhoria, eu aí quero focar exatamente nesses três investimentos em CDBs do BMG. Porque o senhor pode perceber que o período é um período muito estreito. Vai de 20/4/2004 a 28/6/2004. São dois meses, basicamente dois meses, onde são investidos 18 milhões e 800 mil reais. Por que é que em 20/4/2004 os senhores decidiram investir em CDBs do BMG? Essa decisão se repetiu em 8/6, em 28/6 e depois não mais ocorreu. Por que é que nesse período, exatamente nesse período, houve a decisão da SERPROS de investir nos CDBs do BMG?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Eu teria que pegar, Excelência, as Atas do Comitê de Aplicação para saber os critérios. Agora, eu posso assegurar ao senhor que naquele dia ou naquelas semanas nós tínhamos valores-limites e que chegou um momento em que aquele Banco já não tinha mais capacidade ou as ofertas de taxa diária, que era cotados diariamente, não necessariamente o Banco, dava a mesma taxa. Então nós cotávamos diariamente as taxas e o limite para cada Banco, provavelmente o Banco atingiu o limite dele não sei pudemos mais aplicar nele. Assim como retiramos toda a Carteira no momento que a gente decidiu. Era decisão estratégica que semanalmente o Comitê avaliava. Às vezes tirava um CDB do Banco e na semana seguinte reaplicava, ao depender da taxa, isso era muito dinâmico. Mas eu teria que pegar a Ata

para ver cada decisão. A Ata do Comitê de aplicação embasado “em que” foi tomada essa decisão de desmobilizar ou aplicar naquele Banco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor, obviamente, tem conhecimento de todo o envolvimento do BMG no chamado escândalo do Mensalão. Enfim. No esquema montado pelo senhor Marcos Valério, dos empréstimos fictícios etc. O que é que nos causa estranheza? É que justamente nesse período aqui, houve um volume expressivo de desembolso feito através dos saques que o senhor Marcos Valério promoveu, que totalizam milhões e milhões de reais. Certo? Então num dos períodos mais acentuados da transferência de recursos do senhor Marcos Valério, e o BMG envolvido em todo esse processo, vem a SERPROS e coloca 18 milhões e 800 mil reais na Instituição. É evidente que eu não estou aqui fazendo nenhuma conclusão, eu só estou apenas levantando uma constatação, comparando dois elementos fáticos. Que é a aquisição desses CDBs do BMG, que é o período de movimentação do senhor Marcos Valério e de todo o esquema que ele construiu e que no meio de tudo isso existe essa Instituição bancária, o Banco de Minas Gerais, que de um lado recebe recursos da SERPROS e de tantos outros Fundos de Pensão, que nós vamos mostrar, o estudo está sendo concluído e do outro, serve ao senhor Marcos Valério na condição de Instituição financeira. Porém, eu diria que, agredindo toda a lógica do que seria razoável, de risco, enfim, para os supostos empréstimos que foram concedidos. É uma constatação fática, eu não iria pedir jamais a opinião do senhor a esse respeito, mas o senhor pode ver que são períodos muito próximos. E aí o que nos causou estranheza justamente é que em 2002 havia. Se houvesse em 2003, 2004, seguia uma lógica da normalidade. Aí em 2003 deixa de existir. Vem 2004. Nesse período, que é um período crítico e se verifica isso. O senhor acha que esses foram bons negócios para a SERPROS?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Olha, eu posso assegurar que sim. Pelo menos nesse período em que eu estava, eu posso assegurar que a política traçada pelo Comitê de Investimentos era que esses papéis dessem acima dos 100% do CDI. E era essa a decisão que nós tomávamos. E com certeza, eu posso afirmar para o senhor, que isso deve estar na nossa Ata de que papel nenhum seria comprado sem nos dar o mínimo do retorno do CDI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A responsabilidade direta por esses investimentos no BMG ela é do senhor?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não, é do Comitê.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi o Comitê quem decidiu optar pelo BMG?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: O Comitê decidia os Bancos, selecionava os Bancos e aplicava nos Bancos. E a gente apresentava... A Diretoria de Investimento apresentava o elenco de Bancos que naquele dia estava oferecendo taxa. E lá o Comitê decidia e chegava ao ponto do Comitê dizer: “Bota no Banco tal, tira do Banco tal, bota no Banco tal”. É o que constava nas Atas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas como é que era selecionado esse cardápio dos Bancos? Era o próprio Comitê quem definia “tais, tais e tais” instituições financeiras ou era a Diretoria Financeira de Investimentos quem apresentava o leque de instituições que poderiam merecer os investimentos da SERPROS?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: A gerência. Pois não, desculpe. A Gerência de Investimentos Mobiliários, junto com os operadores de Mesa, que nós tínhamos operadores. Cotavam no dia os Bancos, desde que o Banco estivesse dentro do critério da Fernando Lopes que ele tivesse ali e aquele Banco não corresse risco, não estivesse com o “vermelho”, lá, dizendo que não podia indicar o Banco. Esse era um critério. E aí saíamos cotando cada Banco e pegávamos a taxa. A melhor taxa é que nós negociávamos, naquele dia. Podia ser que no dia seguinte a taxa caísse daquele Banco. Aí fechávamos operações. As vezes levávamos a decisão ocorria hoje e só fechávamos a operação três ou quatro dias depois porque o Banco, não encontrávamos a taxa que era aprovada pelo Comitê.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando do depoimento do motorista Francisco das Chagas Costa à Polícia Federal, este senhor afirmou que Ralf Barquetti e Rogério Buratti teriam ido pelo menos duas vezes ao SERPROS. Já o jornal Folha de S.Paulo noticiou que em conversas entre os senhores Vladimir Poleto, assessor do Barquetti e Rogério Buratti, captadas entre maio e setembro de 2004, os dois teriam falado acerca de transações com Certificados de Recebíveis imobiliários com a SERPROS. Comemorando, posteriormente, o resultado de uma reunião na Fundação sem mencionar, no entanto, o teor dos negócios que teriam sido tratados. Muito bem, sobre esses fatos que envolvem o senhor Ralf Barquetti, o senhor Rogério Buratti e o senhor Vladimir Poleto, e eu imagino que Vossa Senhoria sabe que estamos nos referindo a três pessoas muito próximas, que já trabalharam com o

ministro Antônio Palocci, eu pergunto: “Vossa Senhoria já conheceu qualquer um dos três? O Barquetti, o Buratti ou o Poletto?”

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não, V.Exa. Jamais conheci nenhuma dessas pessoas, nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem conhecimento de que os senhor Barquetti e Buratti foram recebidos na SERPROS?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso nunca foi comentado na Fundação?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma pessoa ligada à SERPROS jamais recebeu o senhor Buratti e o senhor Barquetti?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Aí eu não posso afirmar, porque eu não sei quais eram as pessoas que tinham acesso ao prédio e a quais departamentos. Eu posso afirmar ao senhor sim, que eu jamais os recebi e jamais conheci essas pessoas e jamais tive qualquer negociação com eles. Isso eu posso ser taxativo. Agora, se eles acessaram o prédio, se tiveram reunião com alguém ligado à Instituição eu não posso aqui dizer que não tiveram. Porque aí--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A SERPROS fez alguma transação de recebíveis imobiliários no período em o que senhor exerceu a diretoria que pudesse favorecer a algum desses senhores mencionados?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Eu não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não se recorda?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não, eu não sei. Nós fazíamos operações com várias instituições. Podemos ter feito alguma em certificado de recebíveis, alguma coisa. Agora eu não vou dizer aqui. Posso dizer ao senhor, sim, que eu não conheço essas pessoas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas não pode descartar que eles tenham realizado negócios com Certificados de Recebíveis com a Fundação?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não sei. Não sei, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tendo encerrado os meus questionamentos, eu passo a palavra ao primeiro orador inscrito. O Deputado Antônio Carlos Pannunzio.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Nobre relator, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, senhores Parlamentares. Relator, V.Exa na arguição muito bem feita com o depoente senhor Jorge Luiz Batista de Oliveira, já foi às minúcias, tal a qualidade e o esmero do trabalho preparado por V.Exa e pela Assessoria. De maneira que, efetivamente, não obstante a minha inscrição para falar, eu não teria nada a acrescentar além do que V.Exa com muita perspicácia já o fez. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço. Eu indago ao Deputado Dr. Rosinha que se encontra aqui presente, entre nós, se ele gostaria de fazer uso da palavra, porque se for do seu interesse eu concederei imediatamente.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Obrigado, Sr. Presidente. Eu estava tirando uma dúvida com a Assessoria e não deu tempo de tirar toda a dúvida, porque no documento distribuído, aquela primeira parte dos EPPCs é o período 2000/2005, porém, não está separado por ano. É essa a dúvida que eu estava tirando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria até registrar--

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Porque está numa análise dos 5 anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria registrar e justificar pelo seguinte fato. No mercado de derivativos operando na BM&F que é a primeira análise feita, nós não registramos problemas significativos com o desempenho da SERPROS. Nesse período de 2000 a 2005. Então a atribuição dos ajustes negativos e positivos, ela respeita completamente a lógica de mercado. Por isso até que eu não me debrucei sobre o questionamento nesse item específico. Apenas questionei o depoente sobre o aparecimento de duas Corretoras que não estavam na relação das Corretoras que ele havia nos apresentado, somente isso.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Porque me chamou atenção no depoimento, quando o Dr. Jorge diz que a SERPROS tinha mais de 20 anos quando ele assumiu. Em 20 anos tinha um patrimônio de 900 milhões. E no período que o senhor ficou, quanto tempo o senhor ficou?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Um ano e alguns meses, não cheguei--

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Em um ano e alguns meses passou de 900 milhões para um bilhão e meio. Portanto, um patrimônio de 20 anos, quase que dobrou em um ano e meio de gestão.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Exatamente.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Por isso que eu fui analisar os documentos. Porque eu acho que teria que ser analisado o que ocorreu antes. O senhor quando assumiu e havia esse patrimônio, vamos dizer assim, tão pequeno, por 20 anos, de Fundos de Pensão, foi feita alguma auditoria interna?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Houveram auditorias em períodos anteriores. A Patrocinadora, periodicamente, ela fazia auditorias anuais, não é? A própria Secretaria ia, verificava, mas era uma outra política, o SERPROS estava muito calcado na política de, historicamente, na política de renda variável. Quase toda a Carteira de Investimentos do SERPROS estava concentrada em ações. E aí era a perda em um ano, perda no outro. Tanto que, consecutivamente, antes de eu assumir uns quatro ou cinco anos anteriores, o SERPROS tinha tido *déficit* e pela primeira vez, depois que eu assumi o SERPROS teve um *superávit*. Então, eram três anos ou quatro anteriores, com *déficits* consecutivos. E nós tivemos o primeiro *superávit* porque nós mudamos totalmente a política de Renda Variável para Renda Fixa, mais conservadora. Alterei a Carteira de Imobiliária completamente. Eu tentei focar os pontos onde estava dando enorme prejuízo à Instituição. E daí por que os resultados tão positivos. Então, é como eu falei, é uma gestão, não é especificamente um papel único que eu perder, senão eu vou ser aqui metralhado por um papel. Eu tenho que ser analisado por uma gestão toda, o resultado dela. Foi para assim que eu fui contratado como Diretor de Investimentos.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): O senhor disse que três ou quatro anos anteriores tinha sido deficitária.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Exatamente.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Quem dirigia a Fundação nesse período?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Passaram vários presidentes. Passaram o senhor José da Silva Pingarilho, foi vários anos Presidente da Instituição por oito anos ou sete anos ele foi Presidente da Instituição. Depois veio o Mario Mendes Filho, também foi presidente e depois o senhor Ranoldo, já quando eu estava.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Algumas perguntas anteriores me obriga a fazer essa. Quem que indicava esses presidentes?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Era o mesmo mecanismo político. Na época o governo Fernando Henrique fez as mesmas indicações e indicaram esses presidentes.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): O senhor tem conhecimento a que partidos eles eram ligados? As perguntas anteriores me levam a fazer essas perguntas.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Na época ao PSDB.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): PSDB e PFL.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: PSDB e PFL.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): E quem, e o mecanismo de direção da SERPROS? Era a mesma direção, o mesmo Conselho Deliberativo? Como é que era que funcionava a direção da SERPROS?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: O Conselho ele era majoritário. Ele ficou mais, depois da reforma política, ele ficou equilibrado. Mas antes a Patrocinadora tinha 90% e 10% eram os participantes.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): E quando que ocorreu a reforma política?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: A reforma política ocorreu já no finalzinho do governo Fernando Henrique e início do governo Lula.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): E a indicação a maioria então era da Patrocinadora?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Sempre foi. E os dois Conselhos. Fiscal e Deliberativo.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): E obedecia o mesmo critério político dos partidos.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Sempre foi.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): O senhor tem conhecimento se algum Deputado ou Senador indicava algum daqueles cargos anteriores? As perguntas aqui que o Relator fez, o Sub-relator me obrigam a fazer as mesmas, agora.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Eu não conheço, mas vários, vários presidentes do SERPROS, por exemplo, na época que o, nessa gestão de 2004, por aí, o Eduardo Azeredo foi Presidente do SERPROS.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Em que período?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: No período de, período antes dele ser Deputado, antes

dele ser eleito governador, a última empresa que ele exerceu atividade foi o SERPROS.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Por indicação política ou é funcionário de carreira do SERPROS?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não, indicação.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Indicação política do SERPROS.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Indicação política.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): E ele que indicava os Patrocinadores?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Ele nomeava o Presidente do Conselho. Os Presidentes do Conselho Deliberativo e a Diretoria.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Na gestão do senhor, o senhor colocou aí que não estava mais terceirizado. A gestão dos títulos, da compra, a atuação era direta? A gestão era interna, direta?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: É verdade.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Dá para o senhor repetir as taxas de corretagem pagas em 2004, 2005 no total?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: O valor da taxa de... O montante que eu tenho aqui anotado, esses números são aproximados. Em 2004 se pagou 109 mil, um total de taxa de corretagem para todas essas Corretoras. Para administrar um patrimônio de 64 milhões. A intermediação disso. E em 2005, 42, para administrar os 42 milhões e 57 mil reais.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): E quais eram as taxas de corretagem pagas anteriormente? O senhor tem esses valores?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Eu desconheço, não tenho. Porque eu me foquei muito em 2004;2005. Foi um período em que eu estava. E eu fui chamado, como eu disse aos senhores, eu estava em Salvador anteontem, fui chamado para vir ontem, disse que não dava para me deslocar, pedi para remover para hoje de manhã e não tive tempo nem de ir em casa pegar dados, tudo isso.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): O senhor é funcionário da SERPROS?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Não mais. Já saí do SERPROS.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Durante quantos anos foi funcionário?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Fui funcionário durante 20 anos.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Nesse período de funcionário da SERPROS, militava na área de Fundos de Previdência?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Durante, durante os meus 20 anos, 10 anos foi no Fundo. Porque três anos eu tive mandato como Diretor eleito. Três mandatos. Que deu mais ou menos seis a sete anos, sete anos, mais ou menos. Três vezes eleito.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Três vezes eleito? Então tinha experiência para assumir o cargo.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Tinha sim. Cheguei até a denunciar alguns maus investimentos que foram feitos na Instituição, gerou na época até uma outra Comissão na gestão.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Em que período o que senhor denunciou essas?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: 2001, 2002 cheguei a votar e tudo, na compra de títulos. Cheguei a denunciar. Fui destaque até por ter sido o diretor que votou contra Investimentos.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): O senhor tem a documentação dessas denúncias?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Essa documentação toda consta dentro da empresa e saiu na imprensa também. Os Deputados foram, inclusive vieram depor. O Presidente da empresa veio depor aqui no Congresso, na época.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Seria possível o senhor remeter para essa Comissão Parlamentar? Essas denúncias?

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Eu acho que a empresa SERPROS seria importante que o senhor pedisse, o Deputado pedisse ao SERPROS porque o SERPROS tem essa documentação lá arquivada.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sr. Presidente, vamos requisitar essa documentação de denúncias de desvio de, ou indícios de desvio de dinheiro, em períodos na qual acabou de dizer o nosso depoente que entendemos como importante. Eu estou satisfeito.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Presidente, Relator. Eu acho que apenas, e sem ter a pretensão aqui de ser, pretender fazer correção. Mas o depoente ele não usou a expressão desvio de dinheiro das gestões anteriores. Ele usou a expressão de investimentos que deram um péssimo resultado. Desvio de dinheiro, meu caro...

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Eu usei a palavra “indícios”. Eu não usei nenhuma outra questão.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Tudo bem, se V.Exa.--

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Aí eu poderia dizer a mesma coisa, se nós formos fazer esse debate, quando o depoente na pergunta da questão da aplicação do Fundo, na qual, senhor Presidente, dias atrás esteve aqui o juiz Sérgio Mouro. O juiz Sérgio Mouro, muito respeitado no nosso estado, importante, veio sugerir, fazer propostas de como sanar a questão da “lavagem de dinheiro”. E o juiz disse o seguinte. Que muitas das coisas, se eu fosse olhar num *vídeo-tape*, eu posso fazer o destino outro que não aquele que estava no *vídeo-tape*. Eu poderia dizer que em 2021, quando vai resgatar, ele poderá ver o *vídeo-tape* e dizer: “Eu errei ou eu acertei, no *vídeo-tape*”. Então eu acho que é essa que é a questão, quando se levanta os pontos. Por isso que eu falei indícios, eu não afirmei. E indícios têm que ser investigados.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu não vou, certamente, ter a pretensão de mudar as palavras que V.Exa proferiu. Mas é que, pelo menos, a impressão que ficou a mim aqui, que estou concomitantemente com V.Exa, chegamos mais ou menos juntos aqui nessa Sessão da CPI, eu não ouvi na sua menção, particularmente agora, falar em questão de desvio de dinheiro. Então, quer dizer, a dedução “indícios” ela é legítima, se V.Exa desejar interpretar dessa forma. Mas não saiu do depoimento do senhor Jorge Luiz Batista de Oliveira. Apenas registrar isso e me permitir então aqui, meu caro Relator, e meu prezado Dr. Rosinha, Deputado Dr. Rosinha, eu sugiro já que nós estamos falando aqui que não se proferiu a palavra “desvio de dinheiro”, mais uma vez eu vou usar aqui o que eu já usei numa outra Sessão passada, sugiro àqueles que estão nos ouvindo, estão presentes, particularmente aos Deputados que participam desta Sub-relatoria na CPMI, a leitura do livro “Operação Trindade”. Dá para entender muita coisa que não necessariamente implique em desvio de dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço a participação de Vossas Excelências, assim como também agradeço a presença do senhor Jorge Luiz Batista Oliveira. Vou suspender a nossa reunião por um prazo de meia hora, são 12h29. Nós retomaremos às 13 horas porque já se encontra presente o senhor Lauro José Senra de Gouvêa, um dos proprietários da Corretora QUANTIA que será ouvido em seguida. Então a reunião está suspensa e a retomaremos às 13 horas em ponto.

SR. JORGE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA: Muito obrigado, Deputado, muito obrigado a todos.

Sessão suspensa às 12h30

Sessão reaberta às 13h09

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro reaberta a Décima Reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão e comunico que dos convocados para o dia de hoje, apenas o senhor Lauro José Senra de Gouvêa se encontra presente. O senhor Lauro José é um dos sócios da QUANTIA Corretora. Ao lado dele foram convocados o senhor Joaquim Cândido de Gouvêa que me parece ser seu pai, assim como também o senhor Alexandre Gastaldel Leonardo. Recebi uma cópia de um documento encaminhado pelo senhor Alexandre Gastaldel Leonardo e eu vou ler esse documento. “Orlando, Flórida, 2/7/2006”. endereçado ao presidente da CPMI, Senador Delcídio Amaral. “Na data de hoje, precisamente às 14 horas e 53 minutos, horário de Brasília, fui surpreendido com um *fax* de caráter urgente sem numeração, emitido pela INTERPOL-DIREX-DPF, da data de hoje, onde consta a convocação para prestar esclarecimento junto a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com referência a IP SEGOP JP documento 221245. Junto ao *fax* referido, foi encaminhado ofício número 0384/2006, CPMI dos Correios, datado de 6 de fevereiro deste ano pela doutora Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Diretora da Secretaria de Comissões. A expressão ‘fui surpreendido’ é verdadeira, pois desde setembro do ano de 2000, me desliguei das atividades do sistema financeiro brasileiro, ocasião em que deixei de ser sócio-cotista da QUANTIA CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES IMOBILIÁRIOS. A afirmativa pode ser constatada nos arquivos do Banco Central do Brasil, uma vez que está com o referido Banco que está com o referido Banco, toda a documentação pertinente. Como V.Exa pode verificar, nada posso adicionar a qualquer investigação, pois resido aqui em Orlando, na Flórida, Estados Unidos, desde novembro do ano de 2000, fato perfeitamente comprovável pelo visto no passaporte e demais documentos capazes de visualizar. Atualmente, continuo residente e possuo visto de *Greencard*. Diante do exposto, coloco-me à disposição de V.Exa para qualquer outra informação adicional, mas esclareço que é praticamente impossível atender à Convocação de estar em Brasília no horário previsto para a Reunião. Ratifico em face da minha longa ausência no Brasil, penso que minha presença física em nada poderá colaborar com V.Exa. Todavia, coloco abaixo o meu endereço residencial, meus telefones e seria por demais saudável para eu responder qualquer indagação por telefone, e-mail, *fax* ou por escrito. Esperando contar com a compreensão para o assunto, ao tempo em que cumprimento V.Exa pelos trabalhos desenvolvidos, subscrevo-me e assino senhor Alexandre Gastaldel Leonardo”. Eu quero dar, portanto, conhecimento oficial deste documento à nossa CPMI

informando que, como o período da nossa investigação vai de janeiro de 2000 até agosto de 2005, caso existam questões referentes ao período de janeiro de 2000 a setembro de 2000 quando ainda figurava como sócio da CORRETORA QUANTIA, o senhor Alexandre, então aí nós iremos tomar as medidas necessárias. Inicialmente para questioná-lo por via escrita e em último caso, até se fosse necessário, de convidá-lo a estar presente aqui. *A priori*, eu aceito os argumentos dele e delibero que qualquer outra informação será requerida por documento. Muito bem, eu estou aqui em mãos com duas decisões do Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Uma fruto de um *habeas corpus* que foi impetrado pelo senhor Lauro José Senra de Gouvêa onde o Ministro Nelson Jobim defere e vou ler o final da decisão do Ministro Nelson Jobim. “Deverá responder as perguntas que lhe forem formuladas”, primeiro, “não lhe será tomado o compromisso de dizer a verdade”. Até porque nós não iremos obrigar o senhor Lauro a assinar o Termo de Compromisso. Depois, diz o Ministro, “deverá responder as perguntas que lhe forem formuladas, ficando-lhe assegurado o direito de se calar sempre que a resposta à pergunta, a critério dele, paciente, ou do seu advogado, possa atingir a garantia constitucional de não auto-incriminação”. Esse *habeas corpus* é datado do dia 17 de janeiro, essa liminar é datada do dia 17 de janeiro de 2006. Eu quero dar conhecimento e dizer que, evidentemente, vamos cumprir a decisão do Ministro Nelson Jobim e o senhor que já até havia assinado o Termo de Compromisso, está desimpedido desta obrigação, vem a esta CPML, portanto, na condição de investigado e lhe será concedido o direito de não responder todas as perguntas que, porventura, possam auto-incriminá-lo. Há uma outra decisão do mesmo ministro do Ministro Nelson Jobim datada do dia 16 de janeiro de 2006. O impetrante foi a QUANTIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. É uma medida cautelar, em mandado de segurança. Foi um mandado de segurança interposto. A interpretação dessa decisão ela é muito parecida com uma outra decisão que foi concedida, concedida em favor da PRECE, do Fundo de Pensão PRECE. Eu vou aqui manifestar o meu entendimento, caso a advogada do depoente, a senhora, já aproveito para identificá-la, a senhora Ana Vitória de Paula Souza, OAB São Paulo 120475. Caso a senhora Ana Vitória tenha uma interpretação diferente da minha, eu darei a ela a oportunidade de se pronunciar para contestar-me. Mas eu entendo que, fruto dessa decisão do ministro Nelson Jobim, todos os dados sigilosos da CORRETORA QUANTIA, terão que ser abordados apenas em uma sessão reservada, onde nós não poderemos ter o

acompanhamento da imprensa, onde nós não poderemos ter o acompanhamento das Assessorias Partidárias, apenas e tão somente da equipe técnica da CPML e dos Parlamentares. Nós não poderemos transmiti-la pelos meios de comunicação da Casa e eu aqui me comprometo de iniciar fazendo apenas perguntas e questionamentos de natureza genérica, coisas que não vão tratar de dados que foram obtidos a partir da quebra-de-sigilo da Corretora e que aí, quando nós passarmos para esta fase dos questionamentos, aí sim eu promoverei o fechamento da Reunião para que nós possamos respeitar a decisão do Ministro Nelson Jobim. Discordo, porém, acato e a cumprirei fielmente. Queria saber se a advogada tem alguma objeção? Ok. O senhor Lauro José me informou que o senhor Joaquim Cândido de Gouvêa é o seu pai e que não exerce nenhuma atividade na Corretora QUANTIA. Eu queria que o senhor Lauro pudesse justificar a ausência do Joaquim Cândido de Gouvêa, dizendo que mesmo compreendendo que ele possa não exercer atividades, ele foi convocado. Aqui ele deveria estar presente. *A priori*, a depender das justificativas, eu irei me dar por satisfeito se o senhor puder responder a todas as perguntas que serão formuladas. Porém, eu deixo aqui registrado que, adicionalmente, se restar alguma dúvida, não está descartada uma posterior convocação do senhor Joaquim Cândido de Gouvêa. O que nos interessa são todos os esclarecimentos a respeito de ações e operações da Corretora que, direta ou indiretamente, tenham a ver com os Fundos de Pensão. Se o senhor for completo nas suas respostas, evidentemente, pode-se tornar completamente desnecessária a vinda do Joaquim Cândido de Gouvêa. Queria informar ao senhor que como é praxe na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, eu irei passar a palavra para que Vossa Senhoria possa fazer uma exposição inicial, possa se apresentar, possa nos informar a respeito da sua qualificação profissional, possa nos dizer um pouco das suas experiências no mercado e que fique à vontade para fazer qualquer comentário de caráter preliminar, evidentemente, no sentido de contribuir com o início dos nossos trabalhos. E tão logo Vossa Senhoria se dê por satisfeito, eu aí iniciarei os nossos questionamentos. Então, eu passo imediatamente a palavra ao senhor Lauro José Senra de Gouvêa.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Boa tarde, boa tarde a todos. A QUANTIA DTVM de minha propriedade e de meu pai, onde ele detém 67% e eu o saldo das ações, a QUANTIA foi fundada em 1993. Exerce a função de compra e venda de títulos com a função de *broker* no mercado de capitais. O que eu posso falar, a ausência do meu pai aqui com está ausente do país desde março ou abril de 2001. Eu tenho

aqui todas as procurações que ele me outorgou, uma inclusive do Consulado de Miami e de todos os anos, até hoje. Eu tenho 23 a 24 anos de mercado financeiro. Trabalhei em todos os segmentos, Renda Fixa, Renda Variável, Ouro, Câmbio, tudo, dentro do mercado financeiro. A função da QUANTIA realmente é só de compra e venda de títulos federais. Não tenho contato nenhum com político, não pertencço a nenhum partido político e eu venho aqui para esclarecer qualquer dúvida. Seria só isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós temos informações, senhor Lauro, de que existem algumas ou existiram ao longo do tempo algumas razões sociais distintas que levavam ao mesmo nome da QUANTIA. O senhor além dessa Corretora que negocia Títulos Públicos Federais, já possuiu outras empresas, outras Corretoras ou, enfim, até mesmo não-Corretoras que levassem o nome de QUANTIA?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia nos informar quais foram elas, situando-as no tempo e nos informando também que atividades elas exerceram ou ainda exercem?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: A QUANTIA foi fundada em 1993 como Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Por volta de 97, 98, ela comprou uma carta-patente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e comprou uma carta-patente da Bolsa de Mercadorias e Futuros em São Paulo. Mantemos a Corretora por volta de 99, no máximo 2000 e encerramos as atividades, voltando a Distribuidora de Valores Imobiliários. Por que o encerramento dessa atividade? Com a concorrência dos Bancos internacionais e de grandes conglomerados, é difícil e impossível você competir. Você não tem como ganhar uma corretagem que é “zero percentual de nada” para entrar em concorrência. Então vendemos a Corretora de futuros, vendemos a Corretora de valores e voltamos para a atividade de Títulos Públicos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor ficou apenas concentrado a partir de 97 na negociação de Títulos Públicos? Quando foi exatamente o que o senhor se dedicou apenas a negociação de Títulos Públicos?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: De 93 a 97 somente Títulos Públicos. De 97 a 99 houve um *mixer* de Corretora de Valores, Corretora de Futuros e Títulos Públicos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a partir de 99? Retorna à situação anterior.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Retorna à situação anterior. 99 não, final de 2000, meio de 2000, não sei correto. Mas está tudo anotado dentro do Banco Central, está tudo registrado. Nos contratos sociais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nos disse que deixou de operar nas Bolsas porque não conseguiu enfrentar a concorrência, segundo impressão minha, a partir do o que o senhor afirmou, em virtude da presença dos grandes Bancos.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria que o senhor pudesse nos detalhar um pouco mais, qual é essa relação das pequenas e médias Corretoras no mercado comparada com a presença dos grandes Bancos porque, ao que eu vejo existem ainda hoje funcionando e operando e autorizadas a operar, uma série de Corretoras e distribuidoras. Que não são vinculadas às grandes instituições financeiras nacionais. Então, me causa certa surpresa esse tipo de afirmação. E não só surpresa, mas como curiosidade. E o senhor como um homem experiente do mercado, nos disse aqui há mais de 24 anos exercendo atividades na área financeira, eu queria saber por que é que o senhor não conseguiu de fato sobreviver nas operações em Bolsa e que tipo de desvantagem é essa que é dada às pequenas Corretoras, às médias Corretoras?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: O primeiro ponto seria custo operacional. Os grandes conglomerados, têm patrimônios grandes e podem bancar vários departamentos. Como o departamento de pesquisa, departamento de pessoa física. Isso gera muito custo. Uma Corretora normal de pequeno porte, aproximadamente, tem 60 a 80 funcionários. Que era o meu caso, na época quando eu tinha BM&F VALORES E DISTRIBUIDORA. Então você começa o primeiro dia do mês “no vermelho”. Com uma folha enorme de pagamentos de despesas. Você acaba “botando dinheiro”, porque se você não consegue angariar clientes, pessoas físicas ou pessoas jurídicas você está pagando para sobreviver. Hoje existem várias Corretoras, pequeno porte, mas não têm um quadro, não têm um quadro de funcionários. Têm um quadro de agente autônomos, na maioria das vezes. Existe o mínimo de funcionários registrados e se tiver 30 ou 40 integrantes na empresa, a maioria é agente

autônomo. Justamente para não gerar custos. E isso inclusive está autorizado pela CVM.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha então surpreendente o desempenho das pequenas e médias Corretoras nas Bolsas, quando os resultados apresentados levam a lucros de milhões e milhões de reais em favor dessas Corretoras?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Pode ser surpreendente se eles operarem na Carteira própria, estão botando o patrimônio da empresa no próprio risco, na alavancagem do próprio negócio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que, nesses casos, quando existe esse tipo de ocorrência aí pode estar também identificada alguma irregularidade, alguma ilicitude, algum aproveitamento indevido por parte dessas Corretoras?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Aí eu não sei informar, porque cada um tem a sua diretriz, a sua administração. Pode sim, pode ser que sim, pode ser que não. Na maioria das vezes estão operando na Carteira própria estão operando no próprio dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor operou nas Bolsas, inclusive na BM&F é evidente o que senhor dentre as diversas atividades que realizava, ao fim do dia de cada, ao fim do dia de cada operação, o senhor era obrigado a fazer a formar a prática da locação. A distribuição dos valores para cada uma das partes operando, certo? O senhor acha que é normal verificar-se uma concentração muito grande da atribuição de valores negativos para uma determinada parte, sempre? Sempre atribuindo valores negativos para uma parte e isso acontecer em 80, 90% das vezes que aquela Corretora está operando?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Na minha época não houve esse, essa praticidade. Não houve. Existiam muitos agentes, muitos clientes, era uma compra e venda, um perdia, outro ganhava, não dava para detectar que 80% das operações de um determinado cliente era sempre perdendo. É difícil isso acontecer. Agora, quando eu falo que as Corretoras, instituições financeiras operam em Carteira própria, muitas das vezes podem sair perdendo. No meu caso, quando eu tinha Corretora de valores e BM&F, inclusive está em registro, está contabilizado que, para tentar pagar os custos do mês, eu entrei com Carteira própria, operando e perdi. Você perder um milhão, dois milhões é em fração de segundos. Porque o mercado ele é muito volátil e o mercado de BM&F ele é muito rápido. E em épocas atrás, alguns anos atrás tinha um *spread* muito maior do que tem hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Antes de fundar a Corretora QUANTIA, em 93, o senhor trabalhou onde?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Olha, eu trabalhei basicamente radicado no Rio de Janeiro em várias distribuidoras e inúmeras Corretoras, nunca trabalhei em Banco, trabalhei em inúmeras. Enumera-las aqui, são várias...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode citar o nome das três últimas Corretoras em que trabalhou?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Trabalhei na MAX DTVM, que hoje acho que não existe mais. Trabalhei no... Eu tinha saído do mercado um período e depois eu retornei. Retornei com a MAX. Na época do, de 1990, que foi a época do Collor muita gente se desviou das suas profissões e eu montei um negócio próprio, um comércio. Aí eu retornei ao mercado via MAX DTVM e depois fundei a QUANTIA junto com o meu pai e com o Alexandre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): QUANTIA, já em 93. Vamos nos concentrar nas operações com Títulos Públicos, porque justamente respeitam ao período de análise da nossa CPMI, que vai de 2000 a 2005 e nesse período o senhor só operou com Títulos Públicos. O senhor não mais operava em Bolsa, segundo acabou de nos dizer.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não, de 2000 a 2005 só Títulos Públicos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só Títulos Públicos. Muito bem. Nesse período de cinco anos a Corretora de Vossa Senhoria comprou ou vendeu Títulos Públicos de Fundos de Pensão? E aí eu incluo a possibilidade dos Fundos de Pensão estarem operando em Carteira própria e também a possibilidade dos Fundos de Pensão estarem operando através dos seus Fundos exclusivos, que são geridos por instituições do mercado.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Olha, eu não operei em Fundação e nem com Fundos de Pensão. Todas as operações foram registradas com instituições financeiras. E quando eu vim a saber que era registrado por um Fundo exclusivo, foi no final do dia, na hora do fechamento das operações, mas eu sempre operei com os Bancos ou Corretoras ou distribuidoras. Eu não sabia que estava operando com Fundo exclusivo, por exemplo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas depois de

ter verificado a contabilidade, o senhor percebeu que diversas operações envolviam os Fundos exclusivos.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Com certeza. No final do dia eu sabia que estava operando com Fundo exclusivo porque, por exemplo, estava operando com “Banco X”, depois ele vai me apresentar o comitente, vai apresentar o “Banco X” por “conta tal”. É operação normal para dentro do Selic, é assim que funciona.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nunca teve contato mesmo do ponto de vista pessoal com nenhum dirigente de Fundos de Pensão?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Negativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca nem procurou e nem foi procurado.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não, eu não tenho contato nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nas operações Títulos Públicos ao fim do dia o senhor sabia que o comitente era um Fundo exclusivo. Aí eu lhe pergunto: “Depois de um acúmulo expressivo de operações realizadas com comitentes sempre Fundos exclusivos e verificando que o resultado dessas operações mostrava uma variação expressiva do preço unitário daquele determinado título público, que estava sendo negociado no mesmo dia. Nós estamos falando de uma cadeia negocial enquadrada dentro de um único dia.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Estamos falando de um mesmo título público, estamos falando das mesmas quantidades negociadas. Portanto, não há nenhuma alteração dentro daquele dia. Então claro que, anteriormente a negociação o seu argumento é que não podia saber quem era o comitente. Mas ao fim do dia sabia quem era o comitente.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Depois de sucessivos dias, sabendo que os comitentes eram Fundos exclusivos, portanto, vinculados a Fundos de Pensão e verificando uma variação expressiva dentro dessa

cadeia negocial a partir de uma elevação do preço unitário. Isso em nenhum momento chamou a atenção do senhor?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não necessariamente, porque eu não estava operando com Fundo diretamente, eu estava operando com o Banco. Então o meu interesse era ter a rentabilidade do título. Rentabilidade do meu *spread*, “eu estou ali para ganhar dinheiro”. É a função do distribuidor. Eu não assumo risco, não assumo Carteira própria, eu estou ali para comprar e vender. Então, me satisfiz o *spread*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo bem. Eu imagino que o senhor deve ter ficado muito satisfeito, até porque os resultados foram bastante favoráveis à Corretora de Vossa Senhoria. Mas a minha pergunta não foi essa, a minha pergunta foi: “Ao fim do dia e ao fim de sucessivos dias, verificando que havia uma variação expressiva no preço unitário e que o comitente era um Fundo de Pensão, porque digamos, depois de uma repetição dessas operações é impossível que o senhor não verifique que há alguma coisa ali, estranha. Porque sempre os comitentes eram Fundos exclusivos. Vinculados a uma determinada Fundação e sempre havia uma variação no preço unitário dentro da cadeia negocial. Isso não lhe chamou atenção?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Pode ter chamado atenção, Deputado. Mas é interessante fazer operação. Eu não vejo operação, a operação eu não vejo ela errada. Eu vejo a operação correta. Não existe um prejuízo. E até hoje está sendo praticado isso, é só entrar no *site* do Banco Central que o senhor vai ver que tem várias operações, preço mínimo, médio e máximo com as mesmas distorções. Então continuam fazendo as operações iguaizinhas ao que fazem há 5 anos atrás ou 3 anos, há 2 anos. E com certeza deve ser o mesmo titular, o mesmo comitente. Agora se tivesse alguma coisa errada, se eu tivesse que me preocupar com alguma coisa, o Banco Central que é a autoridade monetária seria o primeiro a interpelar a operação e basicamente poderia fechar até a QUANTIA. Eu não vejo nada errado. E me satisfazia o resultado de fazer essa operação. E depois o seguinte, como o senhor sabe o resultado não fica todo na QUANTIA. Como é que aparecem essas operações? Eu quero até me adiantar, mas as operações vêm por agentes autônomos do mercado, chegam na empresa e falam: “Eu tenho uma operação para fazer, pago ‘até tanto’” E é onde que a função do *broker* que é o caso da QUANTIA, entra no mercado financeiro e tenta comprar ou tenta vender e ganhar o seu *spread* e tem que salvar também o seguinte, que o título em condições normais do mercado, são de 10 mil unida-

des e na maioria das operações foram operados com unidades quebradas. Em vez de dez mil, seiscentas unidades, mil unidades, mil e duzentos. Então isso já tem um preço totalmente quebrado. E é praticado por todos os Bancos. Pode pegar Banco federal, Banco particular, Banco estrangeiro, todos querem os Fundos de Pensão como cliente. Se pegar uma operação de algum Banco, eu não vou citar Banco aqui porque eu não sei se posso me comprometer ou não. Mas pega um Banco grande que administra Fundos exclusivos ou qualquer tipo de Fundos. Vai comprar no mercado no mesmo preço que comprei ou vai vender no mercado basicamente no mesmo preço que eu comprei. Pode reunir todas as operações de mercado que vai ter uma igualdade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu insisto na pergunta. Lhe causou ou não estranheza o fato de em diversas oportunidades aparecer como comitente um Fundo exclusivo, vinculado a um determinado Fundo de Pensão sendo que dentro daquela cadeia comercial é inegável que ocorreu uma variação expressiva do preço unitário do título negociado? Chamou ou não a atenção de Vossa Senhoria?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não, se chamou atenção, chama atenção. Chama a atenção e apareceram novas operações. Então por que não fazer?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E que tipo de impressão Vossa Senhoria teve sobre o aparecimento do Fundo como comitente dessa quantidade enorme de operações?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Olha, só vim saber depois no final do dia, como eu te falei. Teve uma, duas, três operações eu não recordo agora, mas eu não vejo estranheza. Eu vejo um bom negócio. Para mim foi um bom negócio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu concordo, já aceitei o argumento de Vossa Senhoria que para a empresa que Vossa Senhoria dirige foi um bom negócio. Eu diria que não foi um bom, foi um excelente negócio. Mas eu quero insistir na minha pergunta porque “muito bem”, ao fim do primeiro dia, apareceu ali um comitente, Vossa Senhoria registrou que era um Fundo exclusivo. Ao fim do segundo dia, Vossa Senhoria verifica que é um Fundo exclusivo. Aí isso se repete por várias vezes. Eu compreendo que no início possa não causar nenhuma estranheza, porque seria absolutamente normal dentro das regras do mercado, que em determinado momento um Fundo exclusivo pagasse um pouco a mais, ou quando comprando, ou

pagasse um pouco a menos, quando vendendo, por um título público. Agora, foram “muitas” operações e eu vou mostrar o momento que nós fizemos a sessão reservada, foram muitas operações. E ao fim de cada operação, ao fim de cada dia Vossa Senhoria podia ver quem era o comitente e quem era o Fundo exclusivo. E isso era tido na visão de Vossa Senhoria como absolutamente normal.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Para mim era normal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É normal?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: É normal para o mercado também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era normal que sempre um determinado Fundo exclusivo estivesse pagando por um determinado título um valor no preço unitário muito superior ao que aquele mesmo título foi negociado no mesmo dia?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Deputado, as coisas dentro do dia, variam os preços. Você quer que eu responda se me assusta ou se me surpreende? Me surpreendeu sim. E eu continuei fazendo negócio. Porque me interessava, me surpreende. Agora, é a mesma forma de negócio que todas as Corretoras fazem, o que todos os Bancos fazem. Pode pegar um Banco qualquer. Pode ser um Banco federal. Ele administra Fundos enormes aí e é só pegar o resultado dele, da administração e vai comparar com diferença também do dia. Pode computar que eu tenho certeza disso. E pegando todas as operações que se realizam dentro do Banco Central hoje, é igualzinha a de 3, 2, 4 anos atrás.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A diferença, o senhor me perdoe, é que nem todos os Fundos registram perdas no montante que, por exemplo, o NUCLEOS registrou operando com a Corretora QUANTIA.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: E outras também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sobre tudo com a QUANTIA e lá nos chegaremos. Aliás, tem um dado que não é sigiloso, porque foi amplamente divulgado pela imprensa e sequer foi produzido pela CPMI que faz referência ao Relatório da KPMG. Vossa Senhoria deve ter lido na imprensa ou deve ter tido acesso a esse Relatório. Ele diz o seguinte, que como resultado da auditoria da KPMG, apurou-se que a NÚCLEOS negociou de forma desfavorável, cerca de 22 milhões de reais operando com Títulos Públicos. Esse valor depois veio a ser corrigido porque a KPMG não examinou

exatamente o mesmo período que nós examinamos. O nosso período foi maior, portanto, o valor final ele foi também um pouco maior do que esse. Mas vamos ficar com a KPMG por enquanto, 22,7 milhões. E neste Relatório a QUANTIA é apontada como responsável por 47% dessas negociações. Com cerca de 54 mil títulos negociados. É um Relatório público da KPMG, que foi contratada pela NUCLEOS, pela atual diretoria da NÚCLEOS para investigar e apurar todos os resultados negativos que a Fundação teve nas suas diversas operações. E Vossa Senhoria pode ver que este mesmo Relatório indica que a Corretora de Vossa Senhoria foi responsável por 47% das negociações que deram perdas para a NÚCLEOS. Como é que o senhor recebeu esse Relatório da KPMG?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Eu não tive acesso a esse Relatório da KPMG, mas foi-me dito que existe um exercício, um instrumento de, dentro desse Relatório da KPMG com várias oscilações que ela, no máximo, que deveria perder 22 milhões, outra 26, outra de 4. Eu não tenho isso para discutir, esses dados para discutir porque eu não li o Relatório.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós então poderemos discutir os números da CPMI, logo mais. Na visão de Vossa Senhoria, qual é a margem média considerada como normal para cada operação de compra e venda de Títulos Públicos quando Vossa Senhoria negocia?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Normal é qualquer operação que tenha rentabilidade. Pode ser rentabilidade maior, rentabilidade menor. Pode ser 10%, 20%, 50%, depende do título que eu estou operando, depende da quantidade que eu estou operando, depende do vencimento do título, e depende também, Deputado, desculpe. Depende também de quem está comprando na outra parte. Para mim não me interessa se é Fundo de Pensão, se não é Fundos de Pensão. Eu não operei com Fundos de Pensão, eu operei com o Banco. Se o Banco está me dando uma ordem para comprar o papel a “tal preço” e é interessante para mim eu vou fazer. E se o Banco Central achasse que era uma coisa errada que viesse e falasse. Como não houve...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu insisto. Na visão de Vossa Senhoria qual é a margem média que satisfaria a QUANTIA nesse tipo de operação?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: O máximo possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Máximo possível?

E esse máximo possível ele só se registra quando o comitente era um Fundo exclusivo?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não, não estou falando isso. Pode ser Fundo exclusivo mas eu não operei com Fundo exclusivo, pode ser Banco, pode ser distribuidora, pode ser Instituição financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria consideraria, por exemplo, 5% uma margem satisfatória?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não.
SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não consideraria?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não consideraria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria consideraria 10% satisfatório.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Depende da operação. 5% pode ser satisfatório, 10% pode ser satisfatório, depende. Pode ser satisfatório, depende de como vem a operação para você, de como você arruma a operação no mercado. Se ela tem, se você pode ganhar 50% numa operação, eu lhe pergunto: “Você não faria?”, “Você não deixaria, você deixaria de ganhar 50% de operação onde tem as duas pontas firmes no mercado?”. O mercado financeiro é um mercado capitalista. O mercado foi feito para ganhar dinheiro. Agora se a outra ponta é incompetente, eu não posso fazer nada. Eu estaria na função de ganhar dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Então eu pergunto. Quem dava as ordens quando havia um Fundo exclusivo comprando ou vendendo com a QUANTIA? Não da parte da QUANTIA, da outra parte, do Fundo exclusivo?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: As ordens vinham de um agente autônomo, cadastrado na CVM, que é perfeitamente normal isso no mercado. “Quero comprar um papel ou quero vender um papel a ‘tal preço’”. Eu ia ao mercado e ia procurar as pontas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então normalmente os entendimentos da Corretora de Vossa Senhoria se davam com gestores desses Fundos. Com gestores dos Fundos exclusivos que são instituições financeiras no mercado.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Com um agente autônomo, um agente que tenha uma em-

presa de consultoria, cadastrada na CVM que me trazia a operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por exemplo, eu não vou falar dos números, mas vou fazer uma pergunta à Vossa Senhoria. Claro que não pode passar despercebido, devido à quantidade de vezes que Vossa Senhoria operou. Quando Vossa Senhoria estava vendendo Títulos Públicos para o ZIRCONIO NUC FIA FIT que é um Fundo exclusivo da NÚCLEOS. ZIRCONIO, e foram muitas operações que a QUANTIA realizou com o ZIRCONIO. Eu lhe pergunto. Quem é que falava pelo ZIRCONIO, para dar ordem de comprar esses títulos?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não tenho a menor idéia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem a menor idéia.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: O nome da pessoa, eu não tenho a menor pessoa, hoje eu não posso lembrar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da Instituição?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Da Instituição me parece que a operação vinha de um agente financeiro que chama NK PARTICIPAÇÕES onde trazia a operação da conta que era compradora. Depois eu iria saber que era um “Banco X” ou “Banco Y”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): NK PARTICIPAÇÕES.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: NK PARTICIPAÇÕES onde que trazia a operação para mim. “Olha, eu quero comprar um título”--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De quem é essa empresa NK PARTICIPAÇÕES?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Ricardo Nakatsu

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ricardo Nakatsu. Ele é também operador de mercado?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Me parece que operador de Mercado, opera Bolsa, Títulos. Ele é registrado pela CVM como agente autônomo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então todos esses negócios com o ZIRCONIO que é um Fundo exclusivo da NÚCLEOS foram realizados a partir de uma intermediação dessa NK.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Acredito que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O mesmo Vossa Senhoria diria para os negócios realizados com a ABN AMRO NUC FIF que é outro Fundo exclusivo da NÚCLEOS?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Como eu disse, a ABN AMRO e o restante dessas siglas, para mim, eu operei com a ABN AMRO, no final eu vou saber que é a ABN AMRO por conta “tal”. E depois o nome de ZIRCONIO, ou esses outros nomes, foram divulgados agora pela mídia, a gente não sabe quem é a empresa que está atrás ou não está.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas Vossa Senhoria, ao fim daquele determinado dia de operação sabia que era um Fundo exclusivo comitente.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Sabia que era um Fundo exclusivo mas não sabia de onde.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já foi em algum momento instaurado algum processo judicial contra a Corretora de Vossa Senhoria?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Acredito que não tenho processo judicial na CVM. Eu tenho um processo administrativo no Banco Central.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Somente?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Somente no Banco Central.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em virtude do quê?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Em virtude do caso que houve da RIOPREVIDÊNCIA, uma operação que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Chegaremos lá. O senhor pode falar--

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Uma operação que houve com a RIOPREVIDÊNCIA, no Rio de Janeiro, aonde estava havendo uma transição de governo, os títulos variavam muito, muita coisa dentro do período do dia, a oscilação do dólar era incrível, e mexemos. Agora, não gostaria de comentar sobre RIOPREVIDÊNCIA porque é um assunto que está em análise, o meu advogado do Rio, Fernando Octávio Neto está pedindo os recursos e não se tem nada comprovado. Qualquer informação que eu der aqui pode prejudicar o julgamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então Vossa Senhoria diz que só tem esse procedimento contra a QUANTIA?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Que eu saiba sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Desconhece qualquer procedimento da CVM?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Olha, até a virada do ano eu não recebi nenhum, nada da CVM. Não recebi nenhum instrumento, nenhuma circular, nenhuma intimação. Então, não tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando é que Banco Central propôs a instauração desse processo administrativo?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Deixa eu ver aqui. Primeiro de julho de 2005. Aparentemente foi que saiu a carta do Banco Central.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Primeiro de julho de 2005. Então um processo relativamente novo, não é? Porque esta CPMI tem conhecimento que de junho a julho de 2002, na gestão da governadora Benedita da Silva, do PT, no Rio de Janeiro, o Tribunal de Contas do Estado concluiu que a empresa de Vossa Senhoria foi acusada de desviar conjuntamente com outras instituições um montante total de 31,4 milhões da RIOPREVIDÊNCIA. Ao final, os diretores da QUANTIA DTVM foram condenados e tiveram suas defesas rejeitadas. Vossa Senhoria se defendeu perante o Tribunal de Contas do Estado?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Estou me defendendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ainda se defende.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Ainda me defendo, porque não concordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não concorda? Qual foi a pena aplicada à Corretora?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: A pena aplicada foi pagar um montante desse, mas não de 31 milhões. No que diz respeito à QUANTIA, parece que de 16 ou 17 milhões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 16 milhões.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Mas não concordo, porque a operação não é isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Seria metade desses 31 milhões?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: É difícil falar em números, Deputado, porque eu não tenho esses números aqui para discutir. Agora, existe,

existiram várias operações e as operações foram uma troca de ativos, uma troca de ativos com financeiros iguais. Então, no dia o Banco Central me chamou e teve um prejuízo de mais ou menos 7 milhões. E eu mostrei ao Banco Central que não houve esse prejuízo porque foi uma troca de ativos. Uma comporta a outra. Se eu troquei um papel indexado a IGP-M ele estava comprando papel indexado ao dólar. Estava todo mundo com medo do Lula, todo mundo com medo do governo PT. Se ia ter, o que é que ia acontecer? Então a corrida do dólar está aí, foi todo mundo comprando, queria ativo, não queria rentabilidade. Então se uma Fundação conseguia trocar o mesmo financeiro, mas com outro indexador, todo mundo estava com medo de um colapso. A verdade foi essa. Então se pegar as operações de várias empresas, Banco, Fundos, vai ter esse diferencial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor acha que essa operação foi normal?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tinha contato com alguém na RIOPREVIDÊNCIA?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não, não tinha contato não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com ninguém?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Com ninguém.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi a participação da QUANTIA nessa operação?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Olha, a QUANTIA exerceu a troca do papel, acho que a maioria das trocas a QUANTIA que exerceu. Não me recordo bem com quem, mas foi com Instituição financeira e arquitetou essa operação. A troca de ativos, não é? De indexadores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria conhece o senhor Rui belo.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não conheço, conheci o senhor Ruy Bello por jornal, no Rio de Janeiro uma vez, mas não em contato pessoal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhum contato com ele?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não, nenhum contato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De fato existem alguns detalhes sobre o processo administrativo instaurado pelo Banco Central, mas que são de caráter sigiloso e que portanto eu não posso fazer aqui por força da liminar do Ministro Nelson Jobim e que eu deixarei para a etapa seguinte da nossa conversa. Eu lhe perguntaria. Nesse período, até o ano de 2005, Vossa Senhoria através da QUANTIA operou com diversas Corretoras, correto?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria conhece os proprietários da Corretora nominal?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Cláudio Leite Holanda, Elias Borriti e José Mello de Carvalho, confirma?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Confirmando. José Mello de Carvalho eu não me recordo. Mas o Elias e Cláudio, conheço de muitos anos de mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores negociaram muito em Títulos Públicos.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Negociamos sim porque é normal, nós operarmos juntos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É normal.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não só com eles, como outras empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais são as principais Corretoras com que Vossa Senhoria operou em Títulos Públicos?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Olha. Eu não sei se pode ser uma principal Corretora, com a Nominal eu operei-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): As principais?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Operei com tantas então é difícil falar quais as principais. Podem ser cinco, podem ser dez, podem ser vinte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor me nomine três, por favor.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Operei muito com a Nominal, com certeza, que as operações registram. Operei com...É difícil eu falar qual a princi-

pal. Para mim é difícil. Porque tem muitas, então... Com Corretoras e Bancos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a Nominal foi uma das que apresentou o maior volume, concorda?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não sei informar se apresentou o maior volume. Mas eu operei com a Nominal há muitos anos, desde quando entrei no mercado financeiro. Desde quando ela foi criada, aliás. A gente sempre trocou, somos concorrentes, inclusive. Éramos concorrentes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E das operações com a POSITIVA?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Positiva é uma Corretora normal do mercado também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Operou também bastante?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Tenho várias operações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com a EURO CORRETORA?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Também tenho várias operações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tem muitas operações? Com a WALPIRES?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: WALPIRES eu não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não se recorda. Com a LAETA.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: LAETA também, era uma Instituição atuante no mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então tem muitas operações?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Desde a década de 90, década de 2000 a LAETA sempre foi muito participante no mercado, como a QUANTIA também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): BÔNUS BANVAL?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Me parece que a BÔNUS BANVAL também era uma operadora ativa. Mas me parece que operava mais BM&F, Bolsa, não sei se era ativa como eu sou ativo com Títulos Públicos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabia

que muitas dessas Corretoras, assim como a Corretora de Vossa Senhoria, são objeto da nossa investigação justamente por terem incorrido em algumas práticas suspeitas, parte delas negociando Títulos Públicos, parte delas negociando Debêntures e ainda também operando o mercado derivativos? Vossa Senhoria tem conhecimento dessa informação?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Pelo que eu vi nos jornais e o que está saindo na mídia estão operantes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria acha que é uma mera coincidência aparecerem uma série de operações dessas Corretoras com a Corretora de Vossa Senhoria e sobre elas também pairarem dúvidas a respeito de irregularidades em certas operações.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Eu diria que não é uma coincidência, é uma normalidade. Você está operando com essas Corretoras. Porque são Corretoras atuantes porque está comprando e vendendo. Então é uma Instituição financeira normal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria conhece o senhor Haroldo de Almeida Rego Filho.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conhece? E os seus filhos Christian de Almeida Rego e Murilo de Almeida Rego?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Nenhum deles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhum dos dois? Esses nomes não dizem nada a Vossa Senhoria?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: A mim em particular não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria conhece Fabiana de Castro Carnaval?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também não sabe que ela ocupou a gerência financeira da NUCLEOS?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Desconhece essa informação?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Posso até ver pelos jornais, ultimamente. Mas não tinha acesso nenhum, não era do meu relacionamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor Gildásio Amado Filho?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não tenho relacionamento. Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também não. Vossa Senhoria conhece Lúcio Bolonha Funaro?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca operou com ele?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não o conheço pessoalmente, mas existiu uma operação, acho que foi uma operação só. Mas eu não tenho contato nenhum com ele, não sei quem é, não sei nem a figura física do senhor Lúcio Funaro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi a natureza dessa operação?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Era uma compra e venda normal de papel que está inclusive dentro da minha contabilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas o senhor poderia dar algum detalhe a mais?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não me recordo. Mas eu sei que tem uma operação com ele, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi uma operação.

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Não operação diretamente com o Lúcio Funaro, uma operação com uma empresa que ele era sócio, ou já foi sócio, ou era dono.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor se lembraria do nome da empresa?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Biscaya.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi uma operação de um montante expressivo ou não?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Acredito que não, acho que uma operação pequena. Não é nem... Só estou falando porque eu me certifiquei que o Banco Central, na sua fiscalização, me mostrou que estava tendo uma operação. Então isso me faz lembrar que houve uma operação, com uma das empresas que ele era sócio. Agora tem várias empresas é difícil falar

como é que é, como é que não é. Estou sabendo pela mídia o que é que está acontecendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria conhece o senhor Marcelo Sereno?

SR. LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA: Negativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conhece. Eu gostaria imediatamente de solicitar o esvaziamento da nossa Sessão para que possamos passar ao período de trabalhos reservados, porque nos interessa mostrar bastante os documentos obtidos, e pela decisão do Ministro Nelson Jobim nós não podemos fazer em público. Eu peço à segurança da nossa CPMI que se certifique de que todos serão retirados, deixando apenas aqueles que estão trabalhando diretamente com a Sub-relatoria. Que são quatro ou cinco funcionários nossos.

Sessão torna-se secreta às 14h01.

Sessão encerrada às 14h51.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO)

Ata da 11ª Reunião, realizada em 09/02/2006.

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às dez horas e dez minutos, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Arnaldo Faria de Sá, e com a presença do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto Sub-Relator da referida Comissão e dos Senhores Parlamentares, Senador Aelton Freitas, e dos Deputados Carlos Willian e Dr. Rosinha, reúne-se a SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO – DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se às oitivas dos senhores Christian Almeida Rego, Rogéria Costa Beber,

Fabiana Carnaval Carneiro, Renato Guerra Marques (Prece) e Carlos Eduardo Carneiro Lemos (Prece). Não compareceu a Senhora Rogéria Costa Beber e Fabiana Carnaval Carneiro. A Presidência convida o Senhor Christian Almeida Rego para tomar assento à mesa e o mesmo acompanhado dos advogados Dr. Renato Simões OAB/RJ 101708 e Dr. José Maurício Ferreira Mourão OAB/RJ 053484. Inicialmente, o depoente entregou documentos sobre sua atuação no mercado financeiro referentes aos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004. A seguir foi questionado pelo Sub-relator. A Presidência comunica e registra a presença do ex-Senador Hugo Napoleão. Em seguida a palavra foi concedida ao advogado para esclarecer pergunta formulada pelo sub-relator. Às dez horas e cinquenta minutos fica suspensa a sessão em razão da reunião administrativa ter iniciado. Reaberta a reunião às 13h em continuidade ao depoimento do Senhor Christian Almeida Rego. Com a palavra o deputado Carlos Willian. O deputado Carlos Willian solicita a CPMI que seja requerido informações de documentos referentes ao Senhor Christian Almeida Rego. Reunião suspensa às quatorze horas e vinte e oito minutos. Reaberta a reunião às quatorze horas e trinta e quatro minutos. O Deputado Arnaldo Faria de Sá convida os senhores Carlos Eduardo Carneiro Lemos, acompanhado de seu advogado César Dias OAB/RJ 31988. Deputado Dr. Rosinha assume a presidência da Sessão. Com a palavra, o depoente, que faz uma breve apresentação pessoal e profissional. A reunião se torna reservada às quinze horas e vinte e oito minutos. A reunião volta a ser pública às dezesseis horas e pela ordem de inscrição o Deputado Carlos Willian faz seus questionamentos. A sessão é suspensa às dezesseis horas e quinze minutos. Reinicia às dezesseis horas e trinta e quatro minutos. O Sub-relator convida o senhor Renato Guerra Marques acompanhado de sua advogada Andréia Légora Machado OAB/RJ 127044 e em seguida lê o Hábeas Corpus do mesmo, concedido pelo Supremo Tribunal Federal, através do Ministro Gilmar Mendes. Assim, o deputado ACM Neto afirma que o depoente está na condição de investigado. Com a palavra o depoente que faz uma breve apresentação pessoal e profissional. E a seguir o Sub-relator passa a questionar o depoente, e após faz a leitura da agenda dos próximos dias. Encerra-se a presente reunião às dezessete horas e cinquenta minutos. E, para constar, eu, Wanderley Rabelo Silva, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): 11ª Reunião da Sub-relatoria de Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do requerimento nº 3, de 2005, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos dos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Sobre a Mesa a ata da reunião anterior a qual eu coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os que a aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Sr. Christian de Almeida Rego. Convido para tomar assento à Mesa o Sr. Christian de Almeida Rego, para seus esclarecimentos. Solicito à assessoria que faça entrar na sala da Subcomissão o Sr. Christian de Almeida Rego. Eu solicito aos Srs. clausídicos que representam a causa que apresentem seus documentos. O Sr. Christian de Almeida Rego está acompanhado dos Advogados Renato Simões Alaque(F) e José Maurício Ferreira Mourão. Ele está na condição de investigado e, portanto, deixa de assinar o Termo de Compromisso. Passo a palavra ao Sr. Relator Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, Sr. Christian, prezados membros desta Comissão, eu tenho hábito de, logo de início, dar a oportunidade para o depoente fazer os seus esclarecimentos iniciais, apresentar a sua qualificação profissional e técnica e fazer um breve histórico das suas atividades, sobretudo, no mercado financeiro. Então, eu, desde já, em caráter preliminar eu concederia a palavra ao Sr. Christian de Almeida Rego para que ele tivesse a liberdade de tecer qualquer comentário que achar conveniente e logo em seguida eu continuarei com as indagações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Com a palavra o Sr. Christian.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Srs. Deputados, meu nome é Christian de Almeida Rego, eu tenho 29 anos, sou formado em Direito, pós-graduado em Finanças e atuo no mercado financeiro desde 1999, inicialmente como investidor e a partir do ano de 2002, como sócio de uma empresa que faz gestão de recursos, chamada ARBOR Gestão de Recursos. Eu vim aqui a essa CPMI, estou à disposição de V.Sas. para poder esclarecer qualquer tipo de indagação que V.Sas. tenham a fazer com respeito a minha vida profissional e a minha atuação no mercado financeiro. Trouxe comigo, sei que meu sigilo bancário foi quebrado, e fiscal, mas trouxe comigo e queria passar a essa CPMI um resumo com todas as minhas operações no mercado financeiro, os meus extratos bancários e o meu Impos-

to de Renda do ano de 2000 a 2004. E passo essas informações a V.Sas. Aí estão consolidadas todas as informações relativas à minha atuação no mercado desde que eu comecei. E espero colaborar da melhor maneira possível com as indagações que me vão ser feitas de agora em diante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Relator, passo à mão de V.Exa. os anexos 2001, 2002, 2003 e 2004, entregues pelo Sr. Christian de Almeida Rego. Com a palavra o Deputado Relator Antônio Carlos Magalhães Neto.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicito que, imediatamente, a nossa assessoria possa promover a autuação desses documentos. Sr. Christian, o senhor nos disse que de 99 até 2002 trabalhou como investidor autônomo.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Exatamente. Perfeito.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Operando sempre na pessoa física.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Isso. Perfeito.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em 2002, quando o senhor entrou na empresa ARBOR, qual era a composição societária desta mesma empresa?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, no ano de 2002, se não me engano, no mês de julho ou junho, o meu tio Marcos de Almeida Rego, que é sócio da empresa, meu sócio na empresa, me chamou... Que é profissional de mercado, foi Diretor do Banco Crédit Lyonnais, do banco Francês Brasileiro e é um profissional com larga experiência no mercado financeiro, decidiu montar uma empresa de gestão de recursos e me chamou para começar essa empreitada no mercado financeiro. E a empresa foi montada, acredito que em junho, não tenho esse dado aqui de cabeça, poderia passar com precisão essa data à Comissão. Não agora, porque eu não tenho esse dado aqui de cabeça. Não me lembro da composição acionária quando a empresa começou, mas acredito que era eu, o Marcos e, se eu não me engano, a Rogéria, minha cunhada.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Rogéria Costa Berber?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Exatamente.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, desde o início das atividades da ARBOR V.Sa. figura como sócio?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Sim, senhor.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei que V.Sa. nos trouxe aqui, inclusive, vossa declaração de Imposto de Renda, pelo que agradeço, apesar de que já temos também acesso a essas informações, mas para facilitar essa sessão, até porque ficaria muito difícil examinar esses documentos, eu perguntaria quais os rendimentos que V.Sa. auferiu como sócio da empresa ARBOR? Os rendimentos mensais.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Os rendimentos mensais. Na verdade, a ARBOR é uma empresa que começou... É uma empresa pequena, é uma empresa que chegou a está administrando aí algo em torno de 30 milhões, 40 milhões de reais, mas isso é um volume pequeno, em termos de receita que isso gera para a empresa. Então, acredito, não posso dizer isso 100% com certeza, porque eu não tenho essa contabilidade, não faço a contabilidade da empresa, mas eu acho que nunca houve distribuição de dividendos porque os recursos que eram gerados com taxas de administração e performance, não eram suficientes para poder gerar a distribuição de dividendos, ou qualquer rendimento para os sócios da empresa.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu lhe questiono. V.Sa. tem alguma outra fonte de renda que não a auferido na empresa ARBOR?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. Não, senhor.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Somente--

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Eu sou profissional de mercado e atuo no mercado e com o objetivo de auferir ganhos. Sou um profissional de mercado, ganho dinheiro atuando no mercado financeiro como investidor, pessoa física. A empresa na qual eu trabalho, infelizmente, não chegou a gerar nenhum tipo de dividendo em função do volume administrado, que era muito pequeno.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas não há uma remuneração mensal que V.Sa. receba na ARBOR?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, não há em função disto que eu estou lhe falando, Deputado, para você ter idéia hoje a média de taxa de administração de um fundo de investimento, está em torno de 1%, 0,5% dependendo do caso, a gente tinha fundo lá que tinha 0,5% de taxa de administração. Isso gera um volume de recurso muito pequeno. Você tem inúmeras despesas, você tem que pagar profissionais, analistas, economistas, enfim, é um negócio que ele

só dá dinheiro depois de uma certa escala, que não foi atingida, infelizmente, pela empresa até o presente momento.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. disse aqui que se formou em direito e se pós-graduou em finanças.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Perfeito.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Desde quando V.Sa. tem experiência no mercado financeiro?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Desde quando? Eu atuo no mercado financeiro desde o ano de 99, me pós-graduei em finanças, com especialização em derivativos, é a minha especialidade, e desde então, atuo no mercado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A experiência adquirida por V.Sa. ela é fruto apenas desta pós-graduação ou ela também é fruto de uma herança que recebeu da experiência de vosso pai, de vosso tio, enfim?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. Não. Porque meu pai ele é um profissional de mercado bastante experimentado, mas a especialidade dele é de análise fundamentalista de empresa, de... Ele não tem uma especialidade em derivativo, então, quer dizer, eu me formei... Pós-graduei pelo IBMEC, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, do Rio de Janeiro e sempre me dediquei a essa área do mercado, diferentemente do meu pai que é mais um operador de ação, vamos dizer assim, não de derivativos.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Haroldo de Almeida Rego, vosso pai, ele opera na pessoa física ou ele figura como sócio de alguma empresa?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Meu pai opera na pessoa física, só. Ele... A última empresa da qual ele figurou como sócio foi a Corretora Carioca que foi encerrada, se eu não me engano, posso estar enganado, mas no ano de 91, 92, não posso lhe afirmar aqui, com certeza, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIAS DE SÁ (PTB-SP): Sr. Relator, permita registrar a presença do Senador Hugo Napoleão na nossa audiência.

SENADOR HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI): Muito obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também tem os meus cumprimentos e os meus permanentes respeitos.

SENADOR HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI): Cumprimento o Sr. Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Mas Christian, então a sua operação estava mais vinculada ao mercado de derivativos.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a atuação do Sr. Haroldo de Almeida Rego mais vinculada ao mercado de ações.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: É. Veja bem, Deputado, não que ele já não tenha operado derivativos, na verdade. Já operou, mas a especialidade dele é análise fundamentalista de empresas. Sempre foi essa a especialidade... Empresas de segunda linha, empresas com...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Evidentemente que há, dentro da família de V.Sas. uma propensão para as operações no mercado financeiro. Normalmente, essas atividades são feitas em conjunto ou há uma separação clara daquilo que são as operações feitas pelo Sr. Haroldo, das operações que o senhor faz, das operações que o Murilo, vosso irmão, realiza?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. É absolutamente separado, obviamente a gente pode conversar eventualmente sobre conjuntura, cenário, mas cada um é responsável pelas suas operações, mas isso não impede a gente de manter um diálogo, conversar sobre o que um acha, o que outro está achando do momento, da conjuntura e tal, mas evidentemente que é uma coisa, não é...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os Srs. realizam negócios em conjunto?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. Não realizamos negócios em conjunto. Inclusive eu queria até deixar registrado, Deputado, que eu fiquei um bom tempo, estou revelando isso apenas para esclarecer com relação a essa pergunta, que eu fiquei um bom tempo sem falar com meu pai, em função de problemas familiares, durante uns quatro ou cinco anos, voltei a falar com ele ano passado quando eu me casei e a gente, vamos dizer assim, fez as pazes. Então, eu fiquei um bom período sem nem ao menos ter contatos telefônicos ou pessoais com ele.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu indago a V.Sa. O Murilo de Almeida Rego é vosso irmão.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Certo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele também opera no mercado.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o Haroldo opera com ações, V.Sa. opera com derivativos, quais são as habilidades e as prioridades de operação do Sr. Murilo?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: O Murilo ele também atua no mercado e tem uma larga experiência, algo em torno de, diria 15 anos de mercado, trabalhou em algumas distribuidoras de valores e tem experiência também, grande experiência no mercado--

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas atualmente ele--

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: --De dólar, de juros, de DI, o mercado de DI que é o mercado de juros futuros, atua nesse mercado desde, acho que de 87, 88. Enfim, ele é um profissional bem experimentado, também, nessa área de mercado financeiro.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Atualmente, o Murilo ele opera na pessoa física ou ele possui uma empresa?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Ele também atua como pessoa física. Ele não possui empresa, nem qualquer vínculo com nenhuma instituição financeira.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além do Haroldo, do Murilo e do senhor, existe mais alguém na família que também realize atividades no mercado financeiro?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Sim, o meu outro irmão, o Haroldo Neto, que também é formado em economia, e atua no mercado também, e foi sócio da SAFIC, da Corretora SAFIC e também é um profissional com 15 anos de experiência no mercado financeiro.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem 29 anos, quantos anos tem o Murilo?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: O Murilo está com 34, acredito.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o Haroldo Neto?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: 35.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Voltando um pouquinho à ARBOR. Exatamente que atividades a ARBOR realiza?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: A ARBOR é uma empresa autorizada pela CVM para gerir fundos de investimento, gerir carteiras de investimento, e a ati-

vidade que a ARBOR faz é uma atividade de gestão de carteiras, de gestão de carteiras de investimento.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que se dividem as atribuições de V.Sa. e do Sr. Marcos de Almeida Rego? Queria saber quem é responsável pelo que dentro da empresa?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: A gente tem uma estrutura dentro da empresa... Tinha. A empresa enxugou, ela acabou, praticamente. Então, existia uma estrutura com economista, analista gráfico, analista... Uma pessoa que fazia análise de ações, a análise fundamentalista e existia um comitê que se reunia diariamente para avaliar a conjuntura, avaliar as análises que eram produzidas na empresa e se tomava as decisões nesse comitê e eram executadas as operações de acordo com o que era decidido nesse comitê. O Marcos, como eu e como outros profissionais que atuavam na empresa, faziam parte desse comitê que se reunia... Basicamente é assim que funciona em qualquer tipo de empresa que atua nesse ramo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que é que a empresa praticamente deixou de funcionar?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: A empresa deixou de funcionar porque ela tinha clientes, um patrimônio... Administrava algo em torno de quarenta milhões de reais e quando começaram a ser vinculadas as notícias sobre a empresa no jornal, e sobre eu, evidentemente, que era sócio... Quer dizer, os clientes sacam o dinheiro.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando é que isso aconteceu?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Isso aconteceu, começou esse processo a partir de agosto de 2005.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é o patrimônio de V.Sa?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: O meu patrimônio pessoal, pessoa física? Um milhão e trezentos mil reais.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Um milhão e trezentos mil reais. Como é que ele está dividido?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Eu tenho um imóvel e dinheiro em caixa, no banco.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse imóvel está situado aonde?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Esse imóvel... No Leblon.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É onde V.Sa. reside?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Exatamente.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. possui carro importado?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. Não, senhor.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Todo o patrimônio--

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Atualmente não. Já tive, hoje não...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Todo o patrimônio de V.Sa. está declarado?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Todo o patrimônio declarado no Imposto de Renda. E todas as operações feitas no mercado declaradas no meu imposto.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Naturalmente V.Sa. conhece o Alexandre Athayde.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Sim, com certeza.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que, inclusive, esteve depondo nesta CPMI no dia 26 de janeiro deste ano. A vinda dele aqui se deveu a uma série de motivos, mas basicamente ao fato de ele ter escrito um documento onde faz uma série de denúncias. E muitas delas recaem sobre a família de V.Sa. especialmente sobre a pessoa de V.Sa. E, nesse campo patrimonial, o Sr. Alexandre afirma ter conhecimento de que V.Sa. possui um vasto patrimônio, principalmente, um patrimônio não declarado, onde constariam carros importados, onde constariam apartamentos, onde constataria valores, enfim. Eu obviamente darei oportunidade, desde já, para que V.Sa. possa se pronunciar a respeito do denunciante, V.Sa. tem esse direito, afinal de contas ele aqui reafirmou todas as denúncias que havia feito no documento e acrescentou algumas outras, mas eu confesso a V.Sa. que o denunciante mostrou conhecer detalhes da família de V.Sa. Então, eu queria que V.Sa. me falasse um pouco sobre o Alexandre Athayde e também me falasse sobre as denúncias que ele apresentou, inicialmente no documento e, posteriormente no depoimento que fez a esta CPMI.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, eu tive pouquíssimo contato com o Sr. Alexandre Athayde, eu devo tê-lo visto aí, na minha vida inteira, quatro ou cinco vezes, ele conhece o meu pai. Das ati-

vidades que meu pai exerceu no mercado no passado, eu não tenho nada a respeito, não tenho nada para falar dessa pessoa, simplesmente que é uma pessoa totalmente desequilibrada, uma pessoa que, reconhecidamente, se você for perguntar para qualquer pessoa no mercado financeiro quem é o Alexandre Athayde, os comentários vão ser os piores possíveis, de uma pessoa que não regula bem, de uma pessoa que extremamente está fazendo uma campanha persecutória aí, não sei a troco de que, eu nunca fiz nada para ele, eu nunca o prejudiquei em nenhum momento e é uma pessoa desequilibrada, Deputado, totalmente desequilibrada, isso não sou eu que estou falando, isso é público e notório e todo mundo sabe disso no mercado financeiro.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele nos afirmou que já fez muitos negócios com a família de V.Sa. e que, em determinado momento no passado, chegou inclusive a dar suporte financeiro ao pai de V.Sa. num momento em que o pai de V.Sa. não estava tão bem, segundo afirmações dele. Eu estou apenas reportando aqui o que foi dito na CPMI. É fato que ele tinha essa relação próxima com a família de V.Sa? Como é que essa relação se construiu e depois se desconstruiu?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, como eu disse ao senhor eu estive com ele poucas vezes na minha vida, ele nunca trabalhou para a gente ou deu suporte de qualquer tipo, emprestou dinheiro para meu pai, isso é um absurdo, ele é uma pessoa tão louca que ele fantasia as coisas. Se eu pudesse comparar ele com alguém, eu compararia ele com aquele personagem o *Forrest Gump*, o contador de histórias, porque ele afirmou no Valor que... No Valor não, no Correio Braziliense que meu pai teria dado uma festa para o Ministro Gushiken em Angra do Reis, que o Ministro teria ido para Angra. Ele fala coisas, ele é um mentiroso, um contador de histórias. Eu vou fazer o que?

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas eu imagino que V.Sa. se lembra que o final de *Forrest Gump* foi até feliz, para o personagem, então, é um contador de histórias que deu certo. [risos].

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Espero que não seja o caso dele. [risos].

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom. Agora, V.Sa. nos disse que teve poucos contatos, mas me parece que é fato que em um dos poucos contatos que teve, acabou chegando às “vias de fato” brigando com o Sr. Alexandre Athayde, me parece que houve troca de insultos e depois troca de tapas num shopping no Rio de

Janeiro. Como é que uma pessoa que V.Sa. conhece tão pouco, que V.Sa. não tem nenhuma relação, chega as “vias de fato” com V.Sa. num lugar público?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, aconteceu um episódio em dezembro de 2004, que é típico do Alexandre Athayde. Chegou uma procuração do... Uma intimação do Ministério Público, que foi colocada debaixo da porta da empresa--

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da ARBOR.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: --Da ARBOR, intimando... Com timbre do Ministério Público, um documento, com timbre do Ministério Público, intimando os diretores da empresa a irem prestar depoimento no Ministério Público sobre denúncias de crimes de todas as sortes. Bom, a gente pegou aquilo, tomou um susto, consultamos o nosso advogado, ele pegou a intimação, o timbre do Ministério Público era uma falsificação perfeita e nesse ínterim o advogado obviamente foi verificar, entrou em contato com o Ministério Público e nesse ínterim a gente recebeu uns telefonemas de uma pessoa se dizendo... Não fui eu que recebi o telefonema, os funcionários da empresa receberam telefonemas dizendo que era o Alexandre Athayde, que havia feito a denúncia, mas que poderia ser acertado com ele, que ele queria conversar e tal, e ele retiraria a denúncia, uma série de telefonemas foi feita, o que nos levou à óbvia conclusão de ele estava por trás daquele documento, que depois a gente descobriu ser falso, inclusive, isso gerou inquérito numa delegacia aí porque o Ministério Público, quando pegou o documento, mandou instaurar inquérito para averiguar essa questão. Então, quando eu o encontrei no *shopping*, inclusive, num restaurante de uma amiga minha, eu fui conversar com ele para saber o que é que estava acontecendo, porque eu, como eu te disse eu não tenho contato nenhum, nem nunca o prejudiquei em nada, enfim, tive pouquíssimo contato com ele na minha vida e ele já estava alcoolizado e partiu para cima de mim para me agredir, eu me defendi, os seguranças do shopping separaram. Foi isso o que aconteceu. Inclusive, tenho “N” testemunhas de que ele estava alcoolizado, ele estava bêbado, quando ele tomou essa atitude. E eu só o abordei para questioná-lo a respeito desse documento, porque estavam ligando lá dizendo que era ele que tinha feito a denúncia. Entendeu?

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era o interesse dele de fazer uma denúncia, de forjar um documento? O que é que ele pretendia com isso?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: O Alexandre Athayde é conhecido no mercado, todo mun-

do sabe que ele é um chantagista, é uma pessoa que faz chantagem. A única coisa que eu posso concluir, Deputado, é que ele queria dinheiro, fazer algum tipo de chantagem, alguma coisa, não sei, ele é uma pessoa desequilibrada, eu reafirmo isso ao senhor e com convicção e não é um juízo de valor meu, é público e notório isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas não é estranho que uma pessoa que mal conhece o senhor, que o senhor teve pouquíssimos contatos parta para chantear o senhor? A troca de quê?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: É uma pessoa desesperada. Ele tem um vínculo de amizade no passado com o meu pai e não sei o que é que deu na cabeça dele, que ele achou que, enfim, que poderia... Ele chegou, aliás, no passado há coisa de quatro ou cinco anos pedir dinheiro para o meu pai emprestado, meu pai não emprestou e foi e por isso que gerou essa animosidade toda com ele em relação ao meu pai e na loucura dele ele achou que poderia, prejudicando os filhos, atingir o meu pai, ele tem um problema com meu pai que, enfim, que meu pai não emprestou dinheiro para ele quando ele pediu e isso gerou esse clima todo de animosidade com ele, só que ele é uma pessoa desequilibrada. Então, uma pessoa desequilibrada faz o que ele fez, forja documento, enfim, isso virou a causa da vida dele.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era o objeto dessa denúncia que ele estava fazendo naquele momento?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Da intimação? Você se lembra?

SR. ADVOGADO RENATO SIMÕES ALAQUE(F): Posso esclarecer, Deputado?

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não. Microfone.

SR. ADVOGADO RENATO SIMÕES ALAQUE(F): Não existia uma acusação específica. Era uma intimação para comparecer e prestar esclarecimentos a respeito de fatos sem especificar quais.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ainda assim, Sr. Christian, eu acho meio estranho que uma pessoa que teve pouquíssimos contatos com V.Sa. sem nenhum motivo aparente e de repente não mais que de repente parta para fazer uma chantagem, quer dizer, não existir um motivo é estranho, não estou querendo dizer que ele não fez chantagem, não estou querendo dizer que ele não forjou documento e, muito menos, que ele não está no melhor do seu equilíbrio. Não estou dizendo nada disso aqui. Até porque, não cabe a mim fazer esse ju-

ízo de valor. Mas acho estranho não haver um motivo concreto para que ele, de repente, procurasse V.Sa. A Rogéria Costa Beber, que é sua cunhada, ela já figurou por algum tempo como sócia da ARBOR.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Certo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até quando?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, também vou ficar te... Porque eu não tenho os contratos sociais aqui da empresa.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mais ou menos, o senhor não lembra?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Acho que, mais ou menos, até... De 2002 até 2003. Alguma coisa--

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Rogéria nunca realizou nenhuma atividade na ARBOR?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. Nunca realizou nenhuma atividade na ARBOR.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E por que é que ela figurou como sócia da empresa?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Na verdade, a Rogéria é esposa do meu irmão--

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do Murilo.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: --Do Murilo, e eles decidiram, feito o contrato social por bem, ao invés de o Murilo constar na empresa, ter a Rogéria, por questões de saúde do meu irmão, uma pessoa que tem alguns problemas de saúde e se decidiu fazer essa composição no contrato social da empresa.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Murilo chegou a realizar alguma atividade pela ARBOR ou para a ARBOR?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. Não chegou a realizar. Ele ficou pouco tempo. Se desencantou com o negócio, porque é um negócio que não traz frutos de imediato. É um trabalho que tem que ser feito a longo prazo, então ele achou que não valia a pena e, enfim, se retirou da sociedade.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. sabe se alguma vez a Rogéria Costa Beber fez depósitos na conta do Sr. Alexandre Athayde.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. Não sei lhe informar, Deputado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se isso tivesse acontecido lhe causaria alguma estranheza?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. Não causaria porque o meu irmão conhece o Alexandre e já emprestou dinheiro para o Alexandre, então, não acredito em depósito, mas eu acredito que o meu irmão já possa ter emprestado dinheiro para ele.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, a relação do Murilo com o Alexandre é diferente da relação do senhor com o Alexandre.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, o Murilo também... O Murilo conhece o Alexandre através do meu pai, como eu o conheço através do meu pai. É uma pessoa que freqüentou, que foi algumas vezes na minha casa, tive poucos contatos com ele, e o meu irmão conhece ele de mercado, ele era um profissional de mercado financeiro, mas quero deixar claro, Deputado, nunca tivemos nenhum vínculo profissional, nenhuma relação comercial com o Sr. Alexandre Athayde. Nenhuma.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, assim como o senhor o Murilo de Almeida Rego teve pouquíssimos contatos com ele?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Sim. O Murilo conhece ele, mas amizade, vamos dizer assim, quem tinha uma amizade com ele, conhecia ele mais era o meu pai, não era o Murilo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor não concorda que para alguém emprestar dinheiro a outrem isso implica a existência de um mínimo de confiança nessa relação?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Sim. Não de confiança, de ajudar uma pessoa, ele estava precisando na época, acredito que, se houve esse depósito, pelo que eu possa me lembrar foi tipo uma pessoa que pediu dinheiro emprestado, você conhece, enfim, você quer ajudar e você empresta. Mas o que eu lhe garanto é que nunca existiu nenhum vínculo profissional, nem societário, nem como ele diz aí que é sócio, isso é uma mentira, nunca foi sócio de ninguém, isso é uma mentira deslavada. Que nunca existiu nenhum vínculo societário ou empregatício, vínculo de qualquer forma comercial com o meu irmão.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em depoimento a esta CPMI, o Sr. Alexandre Athayde relatou estar sendo vítima de ameaças de morte. Na verdade, foi a primeira afirmação que o Sr. Alexandre Athayde fez aqui. Afirmou que as ameaças vinham de V.Sa. e de vosso irmão, o Murilo de Almeida Rego, alguma vez V.Sa. ou vosso irmão, vocês chegaram a ameaçar o Sr. Alexandre Athayde de morte.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, não, isso nunca aconteceu, enfim, o que eu tive foi esse entrevisto com ele no shopping ao qual o senhor se referiu e, com relação a essa questão de ameaça, eu vou até passar a palavra para o meu advogado, porque ele tem algo a falar a respeito disso.

SR. ADVOGADO RENATO SIMÕES ALAQUE(F): V.Exa. permite o esclarecimento a respeito.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIAS DE SÁ (PTB-SP): Com a palavra.

SR. ADVOGADO RENATO SIMÕES ALAQUE(F): O Christian nunca foi demandado judicialmente nem em set(F) policial pelo Alexandre, em relação a ameaça de morte. Mas o Murilo foi. O Murilo foi. Ele fez, o Alexandre fez um registro na 15ª Delegacia Policial, que é no bairro da Gávea, no Rio de Janeiro, dizendo que tinha sido ameaçado de morte pelo Murilo através de um telefone celular número tal. Muito bem. Registrou aquilo, o Murilo recebeu uma intimação em casa para ir depor, me passou a intimação, eu fui ver o registro, fizemos o depoimento, absolutamente, aquele número constante do registro, o telefone celular constante o registro de ocorrência, o Murilo desconhecia aquele número, nunca foi dele, não se sabe de quem é. Muito bem. Encerrado aquele termo circunstanciado, a delegacia encaminhou ao juízo. Quando chegou no 4º Juizado Especial Criminal, o Promotor, olhando aquilo, disse: "Aqui não tem prova nenhuma. Absoluta carência de provas. Estou pedindo o arquivamento". E foi deferido pelo Juiz o arquivamento.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Christian, o senhor nos disse aqui que a finalidade principal da ARBOR é a gestão de investimentos.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A ARBOR já fez ou faz negócios que envolvam direta ou indiretamente Fundos de Pensão?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, a ARBOR geria um fundo, um fundo de investimento da fundação... Do Fundo de Pensão ELETTRA que é um fundo, se eu não me engano, da Companhia... Da Companhia Elétrica de Goiás. O único fundo que a gente geriu de Fundo de Pensão foi esse fundo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. tem certeza disso?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Absoluta.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A ARBOR nunca participou da gestão de fundos exclusivos da NUCLEOS?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Nunca. Nunca.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tem certeza disso?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Absolutamente.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque, quando do depoimento dos ex-dirigentes da NUCLEOS a esta CPMI nós detectamos, em operações com títulos públicos, que um dos fundos de investimento tinha o nome da ARBOR. Eu então, os questioneei e eles me afirmaram que a ARBOR, por determinado momento, foi responsável pela gestão deste fundo da NUCLEOS. Inclusive, o nome está lá e nós chegaremos daqui a pouco a ele. V.Sa.--

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Com certeza não, Deputado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Não pode ter acontecido sem o conhecimento de V.Sa?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É impossível? Eu queria que a assessoria depois verificasse o nome preciso do fundo e pudesse me passar. Bom, a ARBOR faz muitos negócios ou fez muitos negócios com corretoras e com distribuidoras, presumo eu.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Distribuidoras não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas com corretoras sim?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Sim, sim.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais eram as principais corretoras parceiras da ARBOR? Eu quero informar ao nobre Presidente, Deputado Arnaldo Faria de Sá, que já alcançou o quórum na Sessão Administrativa, o Presidente Delcídio e o Deputado Osmar já se encontram no plenário “2”. Então, eu sugeriria que nós pudéssemos suspender essa reunião, iríamos até a Sessão Administrativa, tão logo essa Sessão Administrativa tenha fim a gente volta e retoma, e aí também eu retomarei os questionamentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FÁRIA DE SÁ (PTB-SP): Está suspenso o trabalho da Subcomissão.

Sessão suspensa às 10h50.

Sessão reaberta às 13h07.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FÁRIA DE SÁ (PTB-SP): Estão reabertos os trabalhos da Subcomissão. Eu solicito à assessoria que faça retornar a esta Mesa o Sr. Christian de Almeida Rego, acompanhado do seu advogado para reinício do depoimento nesta Subcomissão. Já está presente o Sr. Relator Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, a quem concedo a palavra.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, retomarei exatamente onde nós finalizamos. Eu tinha deixado uma pergunta ao Sr. Christian a respeito das principais corretoras com as quais a ARBOR operou nesses últimos anos?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: A ARBOR operava com muitas corretoras, vou dar algumas aqui, alguns nomes. Mas operava virtualmente com quase todas as corretoras do mercado. Corretora FATOR, corretora ÁGORA SENIOR... Estou enumerando as principais, podem ter outras. A própria UNIBANCO Corretora, SUISSE FIRST BOSTON, Corretora TÍTULO. Essas assim que me vêm à cabeça. Mas podem ter outras também, entre outras, porque a gente, como uma empresa de gestão de recursos você busca sempre operar, fazer negócios em corretoras que tenham um *resort*, que forneça um tipo de serviço que nos ajudam a dar performance no fundo. Então, a gente operou com bastantes corretoras. Eu não consigo agora de “bate-pronto” assim lembrar de todas elas mas eu posso fornecer a lista de todas as corretoras as quais a empresa ARBOR já operou a V.Exa.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores já tiveram no quadro de clientes da empresa algum político, algum dirigente partidário, algum parlamentar?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Que eu saiba não, Deputado. Que eu tenha conhecimento, não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, que o senhor saiba.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não que eu saiba.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. O Murilo é que foi sócio da SAFIC, é isso?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, o sócio da SAFIC foi o Haroldo Neto.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Haroldo Neto.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Apenas ele?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Apenas ele.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E da PRATA?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: O Murilo trabalhou na PRATA. Eu não sei te informar aqui se ele foi... Se ele, por acaso, era sócio. Essa informação eu não tenho aqui... Não poderia te dar uma informação fidedigna porque eu não sei, não sei se ele... Só sei que ele trabalhou na PRATA, não sei se ele era sócio. Sinceramente, não sei, Deputado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Trabalhar, trabalhou.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Trabalhou na PRATA.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. nos informou que em 99, quando ingressou no mercado realizou, no início, atividades como autônomo, operando na pessoa física.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E que logo depois ingressou na empresa ARBOR.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. nunca--

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Posso acrescentar um negócio?

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Desculpa, Deputado. É porque eu cheguei a trabalhar como *trainee*, no início de carreira. Trabalhei um seis meses na SAFIC Corretora, como *trainee*. Mas sem... Enfim, não tinha carteira assinada. Não tinha nada disso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. já trabalhou na NOVINVEST?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. Nunca trabalhei na NOVINVEST.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Nunca.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque, inclusive, já foram divulgadas notícias na imprensa de que o senhor teria trabalhado, entre 2001 e 2002, na NOVINVEST.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso não procede.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Isso não procede. Quando a Corretora SAFIC fechou eu cheguei a ficar um período de dois meses na NOVINVEST lá como experiência para ver se valia a pena seguir carreira como corretor de valores, mas acabou que não me interessei, não cheguei a ter vínculo empregatício. Enfim, não cheguei a trabalhar. Foi uma experiência de um mês, dois meses, não se configurou como emprego.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em algum momento foi instaurado algum tipo de procedimento seja judicial ou administrativo contra V.Sa. ou contra a empresa de V.Sa?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Nunca.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem pela CVM, nem pelas bolsas?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: A questão de 10 dias atrás, eu não sei em que passo anda isso, eu recebi um questionário da CVM.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com que objeto esse questionário?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Me perguntando sobre determinadas operações que foram realizadas...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No mercado de futuros.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Nos mercado de futuros. Exatamente. Mas... Quer dizer, eu não sei do que é que se trata isso, foi apenas um questionário do qual eu--

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas apenas um questionário. Não se trata de um processo que tenha sido instaurado?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Isso. Isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu vou mencionar o nome de algumas pessoas e aquelas que V.Sa. conhecer eu peço que nos informe que tipo de relação mantém.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Tá.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fabiana Carneiro Carnaval.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Fabiana é minha prima.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É prima carnal?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. sabe que a Fabiana já exerceu o cargo de Gerente de investimentos da NUCLEOS?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No período que a Fabiana exerceu esse cargo V.Sa. tem como nos informar se, dentre as empresas que pertencem à família Almeida Rego ou, entendendo aí também as operações feitas através das pessoas físicas da família, se houve algum tipo de negócio com a NUCLEOS ou com um dos seus fundos exclusivos?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. Não, a minha relação com a Fabiana é relação familiar, de parentesco, mas...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor é muito próximo da Fabiana?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: É minha prima, a gente tem uma relação familiar. Se encontra em natal, enfim, reuniões familiares, mas não tenho nenhum tipo de relação profissional com ela.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece Manoel Severino, Ex-presidente da Casa da Moeda?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, não o conheço.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conhece. E a Sra. Benedita da Silva, Ex-governadora do Rio?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não conheço também.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Presumo que o Carlos Eduardo Carneiro Lemos também seja seu primo.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Procede. É exatamente isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A relação dele com V.Sa. é a mesma que a Fabiana mantém?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: É. É uma relação... Ele é meu primo, tenho uma relação familiar com ele, sendo que ele, durante um determinado período ele foi sócio também durante uns três ou quatro meses, a gente tentou fazer com que ele trabalhasse com a gente na empresa, ele chegou a ser sócio da empresa, mas se retirou logo em seguida por também não ter tido interesse em manter essa atividade dentro da empresa, dado à sua experiência, o Carlos Eduardo é um profissional com mais de 15 anos de mercado, passou por diversas instituições financeiras e a gente queria contar com o trabalho dele, mas enfim, isso foi durante um período e não...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi o período?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, de novo eu deveria ter trazido os contratos sociais aqui para te informar isso com mais previsão, não quero cometer um engano aqui, mas eu acredito que foi em torno de 2004, se eu não me engano.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mais ou menos 2004.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Logo mais eu vou explorar melhor essa relação com o Carlos Eduardo e com a Fabiana porque ambos, além de serem primos de V.Sa, ocuparam cargos importantes em Fundos de Pensão. O senhor conhece o Sr. Lúcio Bolonha Funaro?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Conheço o Dr. Lúcio de mercado. Não tenho relação nenhuma com ele, nem...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca manteve nenhum negócio com ele?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. Nenhum negócio com ele de nenhum tipo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Paulo Martins, Gerente de investimentos da PRECE.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Também não. Conheço o Sr. Paulo Martins de mercado. Não tenho, nunca tive nenhuma relação nem pessoal, nem profissional com ele.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem de simpatia, nem de antipatia?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. Nenhum dos dois. Porque é o seguinte, você tem muitas reuniões de ABAMEC, APIMEC, essas coisas e você acaba conhecendo uma porção de gente. Mas não tenho relação nenhuma com essas duas pessoas que o senhor mencionou.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Renato Guerra Marques?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não conheço.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem conhece?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Nem conheço.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o André Figueiredo, que é Ex-dirigente da PRECE... Ex-gerente de investimento da PRECE?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: O André Figueiredo é a mesma coisa. Conheço o André de mercado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma relação mais próxima com ele?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, nenhuma relação mais próxima com ele.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tem absoluta certeza?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Tenho absoluta certeza.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. mantém ou já manteve algum tipo de relação pessoal e ou profissional com algum dirigente de Fundo de Pensão.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exceto com seus primos.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Relação familiar, que se diz, que eu quero dizer, Excelência.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas excetuando o Carlos e a Fabiana, com mais ninguém?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. conhece o Ex-deputado Jorge Moura?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não conheço o Deputado Jorge Moura.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que é também Ex-presidente da REFER. Não o conhece?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não o conheço.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. já trabalhou ou manteve algum tipo de relação comercial com a Corretora e Distribuidora QUALITY?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Já. Já realizei operações na... A QUALITY, antes de fechar, a Corretora fechou, ela era uma, se eu não me engano, a segunda ou terceira maior Corretora de BM&F do mercado, era uma Corretora na qual todo mundo que operava derivativos etc operava lá porque era a maior.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Davi Jesus Gil Fernandes e o Marcos César de Cássio Lima são os proprietários da QUALITY.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Eu não conheço nenhum dos dois, Deputado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não tem a informação de que Davi Jesus Gil Fernandes já trabalhou na SAFIC?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, sinceramente não. Não conheço essas pessoas, nem nunca estive com elas. A QUALITY era a maior Corretora do mercado, eu diria.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque me parece que o Sr. Davi Jesus Gil Fernandes já foi sócio da SAFIC e vosso irmão também já foi sócio da SAFIC.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, é verdade, meu irmão já foi sócio da SAFIC, eu confirmei aqui para o senhor, mas com relação a essas duas pessoas eu não posso afirmar porque eu não tenho conhecimento do contrato social da SAFIC, enfim, não tive acesso a isso. E o que eu posso afirmar ao senhor é que eu não conheço essas pessoas que são donas da QUALITY.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque V.Sa. não sei se já ouviu, mas no mercado sempre se comentou que o Davi Jesus Gil Fernandes apesar de não figurar oficialmente como sócio da SAFIC, portanto não constar do contrato social da empresa, ele possuía um contrato de gaveta que lhe outorgava 70% do controle da corretora. O senhor acha que isso é possível?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, até onde eu tenho conhecimento, a SAFIC, o sócio majoritário da SAFIC era o Sr. James Alvim Neto e o meu irmão tinha um percentual e havia outro sócio que, se não me falha a memória, era o Sr. Paulo Sabah(F), que eu nem sei qual foi o fim dele, eu não sei onde ele trabalha hoje em dia, mas eram os sócios que eu sabia que eram sócios da corretora. Essas duas pessoas que o senhor está mencionando eu nunca vi, nem nunca conheci, inclusive, no período que eu trabalhei na SAFIC como *trainee*, eu nunca vi essas pessoas lá.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já operou com a BÔNUS BANVAL?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, nunca.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem tem relação com os seus proprietários?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. Com ninguém.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E com a Corretora LAETA?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Também não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Segundo o jornal a Folha de São Paulo, de sete de dezembro de 2005, o seu irmão, o Murilo de Almeida Rego seria amigo e Ex-assessor do atual Prefeito petista de Nova Iguaçu, o Ex-deputado Lidberg Farias, quando esse exercia o mandato de Deputado Federal. Procede essa informação?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Sim, senhor, Deputado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o Murilo foi Assessor parlamentar do Lindberg?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Foi.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é a relação que os dois mantêm?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: A relação... O Lindberg é amigo dele. Agora, hoje em dia eu não sei se eles mantêm essa relação, esse vínculo de amizade. Eu sei que eles, em determinado momento ele trabalhou para o Lindberg, hoje em dia eu não saberia te informar que tipo de relação é que ele tem com o Lindberg.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me causa estranhe-

za um operador de mercado, que figura como sócio de corretoras, que opera bastante em pessoa física, de repente exercer uma atividade de Assessor parlamentar. Isso...

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: É, foi um convite que Lindberg fez na época, foi uma época difícil no mercado financeiro, esse período. E, enfim, ele aceitou o desafio, eu acho que...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. saberia--

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Porque o mercado é cíclico, Deputado, ele tem épocas boas e épocas ruins.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu compreendo. Agora, V.Sa. saberia nos dizer quais eram as atividades que o Murilo realizava como Assessor parlamentar do Lindberg? Qual é o trabalho que ele fazia?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, eu não saberia lhe informar.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não saberia. V.Sa. conhece o Lindberg?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Conheço.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além do Lindberg, quais outros políticos a família de V.Sa. mantém relações? Com quais outros políticos?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Com quais outros políticos? É... O meu irmão, o Murilo, ele é amigo do Lindberg, conforme o senhor já salientou, ele conhece o Vereador Fernando Gusmão e ele também conhece o Sr. Marcelo Sereno.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Marcelo Sereno. O mesmo Marcelo Sereno que o PT está fazendo um esforço absurdo para impedir a convocação. Muito bem, o senhor citou aqui três políticos do PT, Lindberg--

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: São os que eu tenho conhecimento que o meu irmão tem uma relação de amizade.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Então o Murilo tem afinidades com o PT.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, eu não colocaria dessa maneira. Ele conhece o Lindberg há bastante tempo e foi assessor do Lindberg e obviamente no exercício da função dele, ele conheceu algumas pessoas entre as quais essas pessoas que eu falei. Mas eu não diria que ele tem afinidades com o PT, ele ingressou nessa carreira de Assessor parlamentar e conheceu algumas pessoas.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De acordo com o Valor Econômico, do dia 25 de julho de 2005, a família de V.Sa. teria feito doações ao Vereador Fernando Gusmão, do PC do B, na campanha de 2004. Os doadores seriam V.Sa, o cunhado de seu irmão, o Sr. Cristiano Costa Beber e o seu primo Carlos Eduardo Carneiro Lemos, além da esposa deste último, na época, talvez, porque eles tenham se separado. V.Sa. confirma tais doações?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Confirmo, Deputado. Inclusive foram doações que foram feitas por... Foram declaradas na declaração ao TSE lá, não sei... TRE, Pelo Vereador Fernando Gusmão.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quanto elas somaram? Qual foi o montante?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Eu posso falar com relação à minha contribuição, que foi no valor de vinte mil reais.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Algum outro político já foi beneficiado com doações da família Almeida Rego?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhum?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que é que o Sr. Fernando Gusmão teria esse privilégio?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Olha, eu conheço o Fernando há bastante tempo, quer dizer, através do meu irmão que me apresentou a ele. E ele é amigo do meu irmão e a gente... Nessa campanha para Vereador ele pediu, solicitou e a gente, pela amizade com ele, a gente contribuiu.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De acordo com o documento elaborado pelo Sr. Alexandre Athayde, a família Almeida Rego, por meio da empresa ARBOR, teria feito doações a outros políticos que não apenas o Sr. Fernando Gusmão. Este trecho do dossiê merece um destaque, aí eu vou abrir aspas para citar as palavras do Sr. Alexandre. Diz ele: Segundo fonte minha, o pessoal da ARBOR doou, caixa 2, é claro, um milhão e meio para a campanha do Bittar e, pelo menos, quinhentos mil para a campanha do Lindberg. Vale mencionar, que em depoimento a esta CPMI o Sr. Alexandre Athayde confirmou que os Almeida Rego faziam doações não contabilizadas, para usar o termo o PT, para políticos do Rio de Janeiro. V.Sa. refuta essas afirmações do Sr. Alexandre?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Sr. Deputado, eu repilo essas acusações com veemência. Isso não procede.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É uma criação da cabeça dele, então?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Com certeza. Eu quero repetir, Sr. Deputado. O Alexandre Athayde nunca teve nenhuma relação, nenhum vínculo, porque ele se diz sócio, como se tivesse trabalhado. Isso nunca existiu. Ele nunca trabalhou com a gente nem teve qualquer outro tipo de vínculo. A não ser um vínculo de amizade que ele tinha do passado com meu pai. Só isso...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É uma criação da cabeça dele então?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Com certeza. Quero repetir, senhor Deputado. O Alexandre Athayde nunca teve nenhuma relação, nenhum vínculo. Porque ele se diz sócio, como se tivesse trabalhado, isso nunca existiu. Ele nunca trabalhou com a gente, nem teve qualquer outro tipo de vínculo com... A não ser o vínculo de amizade que ele tinha do passado com o meu pai. Só isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, diversas matérias jornalísticas e uma série de comentários do mercado apontam a proximidade da família de Vossa Senhoria com o seu Marcelo Sereno. Vossa Senhoria acabou aqui de afirmar que o Murilo tem relações com ele. Na Folha de São Paulo de 07/12/2005, há a afirmação de que o senhor Sereno foi ao seu casamento, inclusive o que eu não acho nada de mais. Acho que isso aí não implica em nada. Bom, já segundo o Valor Econômico no dia 25/07/2005, o senhor Marcelo Sereno teria sido visto na casa e no barco do seu sogro. Acho que aqui houve um erro do seu pai, Haroldo de Almeida Rego. Primeira pergunta que eu faço: O Marcelo Sereno tem o hábito de freqüentar a casa de vocês?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. Aliás, eu vi o Sr. Marcelo Sereno uma vez na minha vida, que foi no meu casamento, nesse episódio...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Somente nesse episódio?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Somente nesse episódio. E ele não... Nunca voltou na casa do meu pai, exceto dessa vez, só quando, durante o meu casamento que ele esteve lá. Inclusive, essa informação que ele foi visto no barco, isso é mentira, isso não procede. Eu nego e repilo com veemência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Quem convidou ele para o seu casamento?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: O meu casamento, por coincidência, foi realizado numa data que coincidia com o aniversário do meu irmão. Foi meu casamento e o aniversário do meu irmão. Então meu irmão chamou o Lindberg, chamou o Marcelo Sereno, e ele estava lá por acaso no meu casamento, porque era aniversário do meu irmão também.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, então, não houve nenhuma outra oportunidade em o que senhor Marcelo Sereno tenha freqüentado a casa nem do senhor, nem do seu pai, nem dos seus irmãos?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. Com certeza não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem certeza disso?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Abso-luta.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E como é que é essa relação do Marcelo Sereno com a família? Explica um pouco melhor.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Eu não diria que ele tem relação com a família, eu diria que ele é um amigo do meu irmão. Inclusive, quando ele esteve na CPI dos Bingos, ele foi questionado sobre isso e ele confirmou que conhecia, tinha uma relação. Perguntaram se ele conhecia o meu pai e ele falou que não, que tinha uma relação de amizade com o meu irmão.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Uma relação de amizade.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: É.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente os amigos freqüentam uns as casas dos outros.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Sim. Mas eu vou reiterar aqui o que eu te disse, Sr. Deputado. O que eu disse a V. Exa.... Eu vi o Marcelo Sereno uma vez na minha vida, e ele só esteve na casa do meu pai, que eu visse, uma única vez. Então, ele tem uma relação com o meu irmão agora.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É verdade que o Sr. Marcelo Sereno teve influência nas nomeações do Carlos Eduardo Carneiro Lemos para gerente de investimentos da PRECE e da Fabiana Carnaval para gerente de investimentos da NÚCLEOS?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, o Carlos Eduardo Lemos é um profissional com mais de dez anos de experiência em mercado, trabalhou em diversas instituições. É um profissional que tem um grande *expertise* no que ele faz. Enfim, eu desconheço esse tipo de afirmação.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor saberia dizer se o Sr. Marcelo Sereno tem relações com o senhor Carlos Eduardo?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não saberia... Acredito que não tenha. E acho que se o senhor Carlos Eduardo Lemos trabalhou nessa instituição em função dos seus méritos profissionais e do seu conhecimento de mercado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Marcelo Sereno nunca foi cliente da ARBOR?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. De maneira nenhuma.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem de nenhuma outra empresa da família Almeida Rego?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Senhor Deputado, eu queria deixar claro que não existe empresa da família Almeida Rego porque não existe outra empresa, só existe essa.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Todos operam na pessoa física, exceto o senhor, que é sócio da ARBOR.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: E meu tio, tá, que na verdade, deixa eu esclarecer isso também, Deputado, que eu tenho 15% da ARBOR, gestão de recursos, e outros 75%, 85% são do Marcos, que irmão do meu pai que, enfim, foi quem começou essa empreitada aí da (?)...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o Marcos também conhece o Marcelo Sereno?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: O Marcos não conhece o Sr. Marcelo Sereno.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma relação?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, nenhuma relação.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu presumo, e desde já manifesto isso, pedindo o apoio dos dois Deputados aqui presentes. Nós não podemos deixar de aprovar na próxima terça-feira a convocação do senhor Marcelo Sereno. A apresentação do nome dele se deu sempre a partir de envolvimento com problemas ligados a Fundos de Pensão. De repente ele foi

chamado na CPI dos Bingos, que a priori eu não vejo uma relação direta com o tema em análise. Então, eu acho que o tabu foi quebrado. Não vejo o porquê dessa resistência do PT. Se houver algo a esconder, tudo bem. Mas se não há, por que não convocar o senhor Marcelo Sereno?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Pode contar com o nosso apoio.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom... Senhor Alexandre, quando eu suspendi a reunião, quando o Deputado Arnaldo suspendeu a reunião, eu fiquei meio curioso. Porque o senhor aqui revelou a briga com o Alexandre Athayde no shopping no Rio de Janeiro, mas, na minha opinião, traduziu como se fosse uma coisa não tão forte, não tão expressiva, mero confronto. Eu me recordo que o Sr. Alexandre Athayde informou que teve duas costelas quebradas por Vossa Senhoria. Como é que foi isso exatamente?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Sr. Deputado, eu reitero aqui, tenho “n” testemunhas que, inclusive o restaurante é de uma amiga minha, de uma amicíssima minha, de que eu não fiz nada além de me defender. Porque ele partiu para cima de mim...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: O senhor quer que eu termine?

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Ele partiu para cima de mim, ele estava alcoolizado, inclusive todos os garçons do restaurante são testemunhas disso, e eu não fiz nada, até porque eu sou mais novo do que ele, eu acharia até uma covardia eu agredir ele ou fazer qualquer tipo de coisa; simplesmente me defendi até os seguranças apartarem. Foi isso que aconteceu.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já fez negócios com o ERSTE BANKING?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Nem sei o que é isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a NK PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Também não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não conhece o Sr. Ricardo Nakatsu(F)?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria saber da assessoria se a gente poderia descer aquele quadro das operações com derivativos. Por favor. Está pronto? Eu vou prosseguir, depois, então, quando estiver pronto, os senhores me avisem, por favor. Quando o Alexandre aqui esteve, ele disse que no diálogo que teve com Vossa Senhoria nesse dia do shopping, Vossa Senhoria tentou intimidá-lo alegando possuir relações com importantes autoridades políticas. Ele deu a entender que essas relações seriam basicamente com o ex-Ministro chefe da Casa Civil e ex-Deputado José Dirceu e com o ex-Ministro Luís Gushiken. V. Exa. sabe se alguém de sua família ou se Vossa Senhoria pessoalmente já manteve contato com senhor Luís Gushiken e o senhor José Dirceu?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. Repilo essas afirmações do Alexandre com veemência. E da mesma maneira que ele falou isso, ele falou que foi dada uma festa em Angra para o Ministro Gushiken. Ele contou essa história. Da mesma maneira que ele fantasia isso, ele conta essas histórias.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa.s. já operavam com o Banco Santos?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Com o Banco Santos? O Banco não. É o seguinte: O Banco Santos prestava um serviço de administração que toda a (?) Precisa de um banco que preste serviço de administração para o Fundo. Na verdade, o administrador contrata a empresa que faz gestão para fazer gestão do Fundo. Então, durante determinado período, o Banco Santos prestou esse serviço de administração de carteira para nós, mas a gente não cooperou com o Banco Santos. Como ele fazia esse serviço administração de recursos para “n” instituições de mercado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Voltando um pouco para a sua prima, a ex-gerente da NÚCLEOS Fabiana Carneiro. V.Sa. sabe que no período de gestão dela a NÚCLEOS registrou perdas significativas.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, eu desconheço isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Perdas com operações de títulos públicos, problemas de desvio de alocação nas operações com derivativos, e quase que problemas em todos os mercados. Além, é claro, de problemas com o Banco Santos, enfim... Confesso que é muito estranho a Sra. Fabiana ter sido gerente de um Fundo de Pensão, a NÚCLEOS, o Carlos Eduardo ter sido gerente de outro Fundo de Pensão, a PRECE, e os dois Fundos de Pensão registrarem problemas muito

parecidos, muito semelhantes. E mais estranho ainda é que haja o envolvimento de corretoras nesses problemas com os Fundos de Pensão. E quando a gente analisa essas corretoras, a gente percebe que elas operavam com V.Sa., com a ARBOR, com o Murilo, com o Haroldo etc. V.Sa. sabe como é que se deu a indicação da Fabiana para gerente de investimentos da NÚCLEOS?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não tenho conhecimento a respeito disso. Porque eu sei que, como o Carlos Eduardo, ela é uma profissional de mercado, trabalhou muitos anos, quase a carreira dela inteira no BANCO ICATU, e é uma profissional muito bem quista no mercado. Enfim, é a única coisa que eu posso lhe afirmar.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A família de V.Sa., então, tem uma propensão...

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Acho que é como existe família de médico, família de advogado...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A minha é de político...

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: A minha é de mercado. Fazer o que?

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O mesmo o senhor diria do Carlos Eduardo. O senhor acha que ele foi convidado para a PRECE pelos méritos, pela competência, pelo conhecimento técnico...

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Acredito que sim.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor. Bom, existe um fato que nos chamou atenção, que é o seguinte: Nós selecionamos ali as principais corretoras que, em operações de derivativos, portanto feitas na BM&F, registraram resultados expressivos e positivos para V.Sa.. V.Sa. pode ver ali, logo embaixo, um total positivo de 29 milhões 436 mil 340 contra um total negativo de 11 milhões 285 748.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor Sub-relator. O advogado quer fazer uma observação.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. ADVOGADO: Eminentíssimo Presidente, entendo que aqui está aberto o sigilo dele, com operações dele, nomes de Corretoras, operações, valores financeiros. Até onde eu sei, nós sabemos, a audiência está sendo pública, não? Então eu pediria a V. Exa.--

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na verdade, na verdade... A nossa interpretação é que essa apresentação reflete a elaboração dos dados. Aí são conclusões. Nós não estamos trazendo aqui operação por operação. Nós não estamos falando aqui falando de transferências em dias, com detalhes de operações. Nós aqui fizemos um levantamento, um estudo, e a consolidação desse levantamento indica a conclusão com aqueles dados. Isso tem acontecido para todos os Fundos de Pensão, para todas as Corretoras, exceto aquelas que foram ao Supremo e que solicitaram que o resultado do exame de dados sigilosos não fosse apresentado em sessão pública. E eu aqui recorro a dois exemplos concretos: Um foi a PRECE e a outra foi a Corretora QUANTIA, que ontem esteve na nossa sessão. Então, aqui nós não temos dados sigilosos, aqui nós temos análise desses dados que levam a conclusões que inclusive estarão no nosso relatório, que será público. Essa é a nossa interpretação.

SR. ADVOGADO: Perfeito. Se V. Exa. me permite. Acato, respeito, e até me curvo diante da decisão. Mas ali está, claramente, ainda que de forma consolidada, tem valores ali, inclusive com dias, com percentuais, nome da Corretora etc.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E nós entendemos que isso está perfeitamente de acordo com as prerrogativas da CPI; que não vai ser a primeira nem a última vez. Eu aqui trago um exemplo, até para submeter à apreciação do Presidente Arnaldo Faria de Sá, por exemplo, quantas e quantas vezes nós fizemos apresentação dos dados fruto da análise da movimentação financeira do senhor Marcos Valério? Várias vezes. E o cliente de V.Sa. aqui é investigado a pedido de V.Sa.. Então, o que ocorre? Não há diferença. Nós não poderíamos trazer aqui a cópia de um boleto de uma operação na BMF. Nós não poderíamos trazer aqui a cópia de um cheque. Nós não poderíamos aqui identificar datas de operações. Tudo isso seria, aí sim, quebra de sigilo. Porém, o exame dos dados que levam a conclusões que apenas esta CPI possui, porque a Bolsa não possui, ninguém mais possui, só esta CPMI possui. Esse é o fruto do trabalho feito. E assim valeu para todos, para o senhor Marcos Valério, todos os outros investigados dessa Comissão. Essa é a minha interpretação, porém, o Presidente da sessão é o Deputado Arnaldo Faria de Sá, e ele tem a prerrogativa de deliberar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Doutor, eu queria informar a V. Exa. que em outras oitavas nós já apresentamos dados consolidados. Não é a primeira vez. E, na verdade, as contas analíticas não serão divulgadas.

SR. ADVOGADO: Perfeito. Já que esse, então, é o entendimento já firmado pela Presidência, pela Relatoria em razão também de outras investigações, outros depoimentos, só nos resta continuar *permissa venia*, por assim dizer, achando que os dados sigilosos estão expostos aqui.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Apenas para acatar parcialmente o pleito de V.Sa., eu não vou fazer menção verbal aos números, porém aos percentuais farei. Nós vemos ali a presença de quatro Corretoras, a XAIM, a NOVINVEST, a QUALITY e a LIQUIDEZ sempre que V.Sa. operou com essas Corretoras, V.Sa. teve um desempenho bem positivo. Pode ver ali no caso da XAIM foram 62% das operações com 70% do volume, onde V.Sa. ganhou; no caso da NOVINVEST 64% versus 74%; no caso da QUALITY, enfim, quando a gente analisa ali os valores, V.Sa. pode perceber, são 70% no primeiro caso, 74% no segundo, 72% no terceiro, 71% no quarto... Pois não.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Posso fazer uma pergunta?

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode, claro.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Os 29 milhões significam o quê?

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Significam os ajustes positivos feitos ao fim dos primeiros dias de operação na BMF. E esses ajustes foram atribuídos a V.Sa. como comitente.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, eu quero salientar que essa questão ver os ganhos é uma questão muito fácil, é só você olhar. Você quando tem um ajuste positivo ou negativo na Corretora, a Corretora deposita o dinheiro na sua conta e vice-versa. Quando você tem um ajuste negativo você deposita na conta da Corretora.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Mas como...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E é o que a gente está mostrando ali...

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Mas...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. me permita lhe explicar. O positivo foi o que foi atribuído à conta de V.Sa..

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Mas 29 milhões de reais?!

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O negativo o que foi atribuído à conta da Corretora.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Sim. Então, o senhor concorda que passaram pela minha conta 18 milhões de reais. 18 milhões de reais de diferença. Quer dizer, entrou na minha conta 29 milhões e saiu 11. Deputado, é só olhar o meu extrato bancário. Esses números estão errados. Estavam errados quando saiu a reportagem veiculando aquele relatório da BMF. Eu fiquei muito preocupado com aquilo. O senhor sabe que eu cheguei a vir aqui, conversei com o Relator, e eu estou vendo que não foi sanada a questão, essas contas não existem. Eu reafirmo ao senhor.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. quando operou na BMF, o fez tanto pela ARBOR como em pessoa física ou só em pessoa física?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Quando... Não... Como assim? Só pessoa física.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só pessoa física?.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Claro.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A ARBOR nunca fez operações na BMF?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Sim. Fez mas mais no Fundo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que Fundo?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Nos fundos que ela geria.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nos fundos de investimento.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Isso, isso, isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto à nossa assessoria, os números se referem apenas às operações em pessoa física ou também às operações realizadas através dos fundos geridos pela ARBOR?

>> [Inaudível]

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só física. Bom, o que a gente percebe ali? Uma concentração demasiada de ajustes positivos para V.Sa. operando com essas corretoras. Com relação à correção dos números, eu tenho absoluta certeza do que está sendo colocado, até porque foram várias as checagens em cima da base de dados da BMF. Nós temos uma equipe técnica qualificada tratando desses dados. Porém, obviamente V.Sa. terá oportunidade de nos encaminhar todos os

seus demonstrativos e todas as suas operações na BMF para contestar os números. Não tem problema nenhum. Está facultada a V. Exa. essa possibilidade.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, com toda a humildade, sem querer, sei que os profissionais que estão se dedicando a assessorar V.Sa. são do mais alto gabarito e da mais alta competência. Mas está havendo um equívoco, eu diria, grosseiro com relação a esses números.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que lhe faz crer que está havendo esse equívoco grosseiro?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, como eu disse, é muito fácil você verificar. É só você pegar meu extrato de conta-corrente e pegar minha declaração de Imposto de Renda. Esses valores são... Eu sou um pequeno investidor. Eu negocio números pequenos de contratos. Eu nunca tive ajustes dessa magnitude, nem teria patrimônio para bancar operações dessa magnitude. Isso é uma... Bom, é a colocação que eu faço, Deputado. Com toda a humildade, sem querer prejudicar o trabalho de V.Sa....

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. De forma alguma. V.Sa. tem direito de contestar os números.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Com a palavra Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senhor Presidente, mais uma vez, e isso ocorreu com quase todos os depoentes de corretoras que discordam dos dados apresentados pela BMF.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Nobre Deputado Carlos Willian, só queria informar a V. Exa. que o Relator está concluindo, aí eu passo ao tempo integral de V. Exa..

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mas é no momento, senhor Presidente. Até o Relator-geral Osmar Serraglio abre precedentes para a gente poder participar. Se o senhor não quiser me dar a palavra, eu não tenho nesse momento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Na verdade...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mas eu gostaria de falar, por causa, é o momento da palavra...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Já cedeu. Pronto. Agora tudo bem.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois não. Então, muito obrigado. Olha, não é o primei-

ro depoente que nesta Comissão discorda dos dados apresentados pela BMF, e que são apresentados aqui imputando-os determinados fatos e realizações de atos na Bolsa que não correspondem com a realidade, segundo eles. Então, Sr. Presidente, mais uma vez eu venho e peço o apoio de V. Exa. à necessidade da convocação nesta CPMI do dirigente da BM&F para que eles possam responder sobre estes dados que não estão sendo devidamente acatados pelos depoentes. Esse não é o primeiro caso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): A Reunião Administrativa de hoje pela manhã, o Presidente Senador Delcídio Amaral já concordou com V. Exa. que aqueles requerimentos, que incluem esses aludidos por V. Exa., possa ser apreciado na reunião da semana que vem. E nós vamos apoiá-lo. Com a palavra Deputado Relator ACM Neto.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Muito obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É... Eu chamei um dos nossos consultores e ele alerta para uma possibilidade que talvez V.Sa. não esteja atento, que é o fato de que parte desses recursos pode ter sido obviamente movimentado pelas corretoras que estavam cumprindo as ordens de V.Sa..

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, eu não vejo dessa maneira. Essa conta é muito fácil de fazer. Essa conta é muito fácil. É o ajuste positivo e o ajuste negativo. Isso é uma conta muito fácil. A corretora paga o ajuste e recebe o ajuste. Muito fácil fazer essa conta, é só pegar o extrato bancário. Deputado, confesso que me senti, humildemente falando de novo, sem querer falar mal do trabalho da equipe técnica nem nada, me senti muito prejudicado, porque o meu nome saiu, foi veiculado em todos os jornais do país como tendo sido beneficiário de 9 milhões de reais. Eu nunca operei. Nunca vi esse dinheiro. Eu nunca...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que os jornais disseram é responsabilidade dos jornais.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, tudo bem, Deputado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os dados que estão sendo apresentados aqui é responsabilidade da CPI.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Mas o valor aumentou, Deputado. Agora são 29. Então, isso me preocupa bastante, Sr. Deputado. Eu afirmo com toda a sinceridade, Sr. Deputado, está havendo um erro muito grande na apuração desses dados, Sr. Deputado. Com toda a humildade, com sinceridade eu estou falando isso para o senhor.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria dar prosseguimento. Por favor, o próximo quadro. Quando a gente percebe, é porque aí a gente faz o destrinchamento de corretora a corretora. A gente vai ver que todas essas Corretoras elas, ao operarem com Fundos de Pensão, em geral concentraram ajustes negativos expressivos para os Fundos de Pensão. O que não quer dizer que necessariamente quando o Fundo estava com uma das partes comitentes V.Sa. estava com uma outra. Mas significa dizer que essas mesmas Corretoras que atribuíram ajustes positivos, expressivos a V.Sa., atribuíram ajustes negativos, expressivos para os Fundos de Pensão. Em alguns casos, V.Sa. parece como beneficiário de operações com Fundos de Pensão mesmo. No entanto, como nós não tratamos da lista dos beneficiários, ela aqui não foi trazida. Mas existem operações onde são atribuídos os ajustes negativos freqüentemente a Fundos de Pensão de um lado e freqüentemente a V. Exa. de outro. Independente disso, essas corretoras que lhe proporcionaram demasiados ajustes positivos, também ao mesmo tempo proporcionaram demasiados ajustes negativos a Fundos de Pensão. Aí são os dados da XAIM. A próxima, por favor. Ali os dados da NOVINVEST. Próximo, por favor. Da LIQUIDEZ. Da QUALITY. Bom, Rogério é para depois. Então, veja, esta Sub-relatoria está absolutamente à disposição para receber qualquer dado, qualquer informação e qualquer contestação de V.Sa.. Mas eu tenho absoluta segurança na precisão das informações. É evidente que se V.Sa. está dizendo que não passaram pela conta de V.Sa. esses 18 milhões de reais. E se V.Sa. tiver como provar isso, resta ver qual foi a participação das corretoras, se elas podem ter ou não ficado com uma parte desse recurso. Então, isso terá que ser apurado. E nós o faremos para não proporcionar nenhuma injustiça. Tanto que o senhor não ouviu aqui eu dizer que esses 18 milhões são de lucro que V.Sa. teve. Não estou dizendo isso. Nós estamos aqui fazendo uma comparação entre os ajustes positivos e negativos. E ponto. E isso que está sendo feito. Mas V.Sa., tendo visto os números, entendendo o nosso trabalho tem plenas condições de apresentar, Deputado Arnaldo, as contestações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FÁRIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor Sub-relator, ele está informando que nesses anexos que são entregues à Comissão estão incluídas todas as movimentações bancárias com as explicações. Ele se dispõe a vir à CPI junto à assessoria para tentar mostrar o que está nesses anexos que ele está lhe entregando.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): ARBOR ED(F) lhe diz alguma coisa?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: É um Fundo que era gerido pela empresa ARBOR GESTÃO de RECURSOS.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que Fundo é esse?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: É um Fundo multimercado, com renda variável e com alavancagem na qualificação do Fundo. Fundo aberto.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E Fundo aberto?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A gente percebe aqui analisando os Fundos exclusivos da NÚCLEOS, e verificando aqui uma ligação do ARBOR ED(F) com os fundos exclusivos da NÚCLEOS. Aliás, ele aparece potencialmente como sendo, eu queria essa confirmação, um Fundo exclusivo da NÚCLEOS. Em determinado momento, o administrador foi o banco WESTERN LB(F), do BRASIL SA. E o gestor a ARBOR GESTÃO DE RECURSOS. O que o senhor me diz disso?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: O WESTERN LB(F) do Brasil é o administrador. Mas ele nunca foi... Ele sempre foi Fundo aberto... Não entendi o que o senhor falou. O senhor pode repetir? Ele foi um Fundo exclusivo...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da NÚCLEOS?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. Nunca foi Fundo exclusivo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele não tem nada a ver com a NÚCLEOS?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não tem nada a ver com a NÚCLEOS. Ele é um Fundo aberto com investimento de empresas, pessoas físicas e bancos.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o ARBOR INSTITUCIONAL?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: O ARBOR INSTITUCIONAL. Um Fundo aberto também. Só que ele se enquadra em outra categoria. Ele é um Fundo sem alavancagem, se eu não me engano.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque o administrador também é o banco WESTERN LB.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O gestor banco

Múltiplo... Bom, o gestor é a ARBOR GESTÃO DE RECURSOS.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o de antes é também o Banco WESTERN LB.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Isso. Perfeito.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor negocia muito com o banco WESTERN LB?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: O banco WESTERN LB, na verdade, ele presta um serviço de... Porque é o seguinte, Sr. Deputado, você, a minha empresa é uma empresa que faz gestão, mas para fazer gestão de recursos você precisa de um administrador, de uma instituição que faça administração, de recursos que a instituição que faz o cálculo das cotas, e, enfim, presta os serviços de... Zela pelo cumprimento do regulamento do Fundo. Enfim, ela presta serviço de administração. Então, o único vínculo com esse banco é esse. Ela presta serviço de administração por...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, se por acaso nós chegássemos à conclusão de que esses dois fundos tinham relação com a NÚCLEOS, na opinião de V.Sa. nós estaríamos equivocados?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Claro. Com certeza.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tem absoluta certeza?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Absoluta certeza.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu, Deputado Arnaldo, devolvo a palavra a V. Exa. para que o Deputado Carlos Willian possa fazer as suas indagações. Obviamente, não descartando a possibilidade de complementar o meu questionamento logo mais. Agora, de antemão eu queria solicitar à nossa assessoria primeiro que confirmasse, analisasse imediatamente os documentos trazidos pelo depoente, fizesse a checagem dos dados, nos desse uma resposta muito pronta com relação a isso. E quero informar também que essa Sub-relatoria estará agendando para os próximos dias a vinda do Sr. Murilo de Almeida Rego, irmão do Christian.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor Relator tem a oportunidade de voltar a qualquer momento, regimentalmente é garantida esta oportunidade. Informando que já estão presentes outros dois convocados para a parte da tarde. Concedo a palavra ao Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Senhor Presidente, conforme a assessoria nos informou, dos depoimentos marcados para hoje somente três pessoas compareceram. Christian de Almeida Rego, que está posto à Mesa. O Sr. Renato Guerra, da PRECE. O Sr. Carlos Eduardo Carneiro, da PRECE. E ainda não compareceu, e já passou do horário, que estava marcado para mais cedo, a Sra. Rogéria, Sra. Rogéria Costa Beber. E, além disso, Sr. Presidente, já foram marcados pessoas que aqui ainda não compareceram, como o Murilo de Almeida Rego...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): O Relator acabou de frisar...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Mas eu vou continuar meu raciocínio que está anotado aqui. O Murilo de Almeida Rego que ainda não compareceu. A Maria Rogéria também que, pelo visto, não vai aparecer. O doleiro Dario Messer, também convocado nessa CPI e que não compareceu. E também o doleiro Lúcio Funaro, que ainda não compareceu. Portanto, Sr. Presidente, o tempo está passando e essas pessoas, é importantíssimo ouvi-las, e gostaria que V. Exa., como Presidente dessa sessão, transmitisse e arrumasse uma forma mais eficaz para garantir a presença dessas pessoas aqui nesta Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Só queria informar a V. Exa. que essas pessoas ainda não foram intimadas pela Polícia Federal, com exceção do Sr. Lúcio, que está sendo intimado por edital já assinado pelo Presidente Senador Delcídio Amaral...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Presidente, o Sr. Dario Messer já deixou de comparecer e já foi feita da mesma forma a intimação através de terceiros. Então, eu gostaria que fosse também nesse edital colocado a convocação do Sr. Dario Messer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): A sugestão de V. Exa. será levada ao Presidente Senador Delcídio Amaral. E contamos com sua colaboração também, se tiver alguma informação importante à Comissão.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pois não. Senhor Christian, o senhor disse ao nobre Sub-relator sobre o relacionamento do Murilo, que foi assessor do Lindberg, Deputado Lindberg Farias, quando o Deputado nessa Casa foi assessor. E o nobre Relator solicitou a V. Exa. se tinha outros relacionamentos políticos na família. Eu não sei se cunhada pode ser considerada como família. Mas eu tenho conhecimento que a Rogéria Beber, sua cunhada, foi assessora do Vereador Fernando Gusmão, do PCdoB.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: É verdade. Inclusive eu falei, inclui o Fernando Gusmão como uma pessoa que tinha relacionamento com o meu irmão.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois não. Veja só, o nobre Relator perguntou o relacionamento do senhor com alguns políticos que poderia ser do conhecimento. O senhor disse que era do irmão do senhor. Eu gostaria de saber com o senhor quais os políticos que o senhor tem relacionamento?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Com nenhum.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nenhum?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece...

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Exceto o SR. Fernando Gusmão, que eu conheço há muito tempo e tenho relação de amizade com ele.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece o Deputado Rodrigo Maia, líder do PFL?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não conhece o Deputado Rodrigo Maia.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece o ex-Deputado e Prefeito Lindberg Farias?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Conheço o Lindberg Farias.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Edmilson Valentim o senhor conhece?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não conhece o Deputado Edmilson Valentim.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Fernando Gusmão o senhor conhece?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Sim, conhece.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Conhece? E Marcelo Sereno?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Marcelo Sereno, como foi dito aqui, eu estive com ele uma vez no meu casamento. Ele compareceu no meu casamento e foi única oportunidade que eu o vi.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O casamento do senhor foi bastante comentado, inclusive, parece, foi numa ilha na residência do senhor, saiu em revista. Se o senhor não tem relacionamento com essas pessoas, como que o senhor pode explicar, ou se for inverídico o senhor me corrige, a presença do Deputado Rodrigo Maia num casamento do senhor?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Presença de quem?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Do Deputado Rodrigo Maia.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Como foi dito aqui para o Deputado ACM Neto, era aniversário do meu irmão na mesma ocasião do meu casamento. E o Lindberg Farias foi convidado, e eu acredito que o Deputado Rodrigo Maia tenha comparecido também. Não o vi, mas reafirmo com toda certeza que ele não-não tem nenhum relacionamento de amizade nem comigo, nem com meu irmão, nem com ninguém. Ele foi ao meu casamento por acaso, porque estava em Angra, enfim.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Foi por acaso. [Risos]

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O Lindberg Farias também foi ao seu casamento?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: O Lindberg é amigo, e o Rodrigo Maia é amigo do Lindberg. Ele acabou aparecendo lá, ele estava em Angra, mas não teve...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu não acredito que ele iria no casamento de V.Sa. como penetra, não.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não como penetra...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois não.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FÁRIA DE SÁ (PTB-SP): Eu solicito à taquigrafia que suprima a palavra “penetra”.

>> [Falas sobrepostas].

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Posso concluir?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Vou colocar “sem ser convidado”.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Veja bem, Sr. Deputado, o casamento foi em uma casa em Angra, foi num fim de semana e vieram pessoas que eu não conhecia, não penetra, mas Angra é isso, o pessoal anda de barco, pára, e inclusive eu não tenho relação nem conheço o Sr. Deputado Rodrigo Maia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FÁRIA DE SÁ (PTB-SP): Ambos foram deputados aqui, o Rodrigo Maia é amigo do Lindberg-- os dois são meus amigos, além de ACM Neto, isso não tem nada de mais. Não precisa se preocupar, não.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Ele apareceu mesmo. Não foi convidado e não tenho nenhum relacionamento com ele.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, Sr. Presidente, a minha linha de raciocínio não é quem era Deputado, eu estou querendo fazer uma

linha do relacionamento político da família Pororoca com pessoas; e como ele disse que não conhecia, eu tenho que solicitar que responda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Eu solicito--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Por exemplo, o Sr. Edmilson.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Ele não é Pororoca--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É o que a imprensa fala, mas eu posso respeitar e tirar a expressão. Bom, o Sr. Edmilson Valentin, que o senhor disse também não conhecer, esteve no casamento do senhor.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, não, senhor, não teve no meu casamento.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Fernando Gusmão?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Fernando Gusmão esteve.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E o Marcelo Sereno?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Também. Isso já foi dito aqui.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O Sr. Alexandre Athayde, que o senhor só teve quatro vezes com ele, como o senhor disse. E, lamentavelmente, numa dessas quatro vezes, em uma ele saiu com duas costelas quebradas, segundo informação, acusou a cunhada do senhor, Rogéria Beber, de receber e depositar mochilas de dinheiro em sua conta no Banco Boston. É verdade?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Olha, não posso responder pela minha cunhada, mas repilo isso. Quer dizer, não posso repelir porque não sou ela, mas ela, quando vir aqui, irá repelir essa colocação com veemência.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ok. O Sr. Benito Siciliano tem uma conta no Marellink(F) em nome da ESTANHORI(F) e o Sr. Bruno Miranda, que é sócio da ARBOR AFETE(F) trabalhava antes na Marellink(F). Este fato caracteriza a sua ligação com o banco. O senhor tem conhecimento disso? E o senhor também tem conta no Marellink(F)?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, não tenho.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O Banco de Boston.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: O Sr. Bruno Miranda foi sócio da ARBOR durante um período muito curto, ficou lá muito pouco tempo, realmente ele era do banco Marellink(F). E com relação ao Sr. Benito eu não tenho conhecimento a respeito da vida dele,

aliás, eu conheço ele de mercado, não tenho nenhum relacionamento com ele de qualquer espécie.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O Sr. Relator, nobre Sub-relator Deputado ACM Neto diz que o senhor era um investidor pequeno. Então, o senhor poderia explicar porque o senhor está respondendo a inquérito administrativo na CVM como cliente da Corretora LIQUIDEZ por suspeitas de operações não equitativas em opções flexíveis?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, eu nego, eu nunca operei opções flexíveis, nunca fiz operações com opções flexíveis.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Porque o senhor está respondendo, então, inquérito na CVM?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): O senhor advogado tem um esclarecimento a fazer?

SR. ADVOGADO: Sr. Deputado, eu gostaria de esclarecer que não existe inquérito junto à CVM, existe início de um procedimento investigatório no qual foram formuladas perguntas e devidamente respondidas. Não se sabe nem por que é que a CVM está formulando estas perguntas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Com a palavra--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Este processo já teve a conclusão da Comissão de Inquérito, e o senhor ou a OBOSET, que o senhor é o titular.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Ahm?! OBOSET?!

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não, esse inquérito já foi concluído pela Comissão. O senhor tem conhecimento se o senhor ou a OBOSET já recebeu o questionário para resposta? O senhor já recebeu questionário de resposta, para responder?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Eu não sei o que é OBOSET, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): ARBOR ASSET.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Ah, ARBOR ASSET. Questionário de quê?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Questionário para responder o inquérito na CVM.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não existe, nunca recebi nada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor não recebeu, não abriu ainda? O senhor advogado quer fazer uma intervenção.

SR. ADVOGADO: Ele respondeu uma correspondência da Comissão de valores imobiliários fazendo uma série de perguntas--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O questionário?

SR. ADVOGADO: Um minuto só, Deputado. Não se sabe para que processo a CVM formulou essas perguntas, nem se sabe qual é o objeto desse processo, nem se essa investigação já se tornou um processo administrativo. Pelo menos que seja do conhecimento do cliente e da própria--

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Pela ordem, Deputado ACM Neto.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria ponderar aqui duas coisas importantes. Primeiro, de fato, não há aqui nenhum processo instaurado na CVM contra o Sr. Christian que seja de conhecimento da Comissão Parlamentar de Inquérito. Primeiro ponto. Segundo ponto, eu imagino que como nós estamos sendo bastante liberais, estamos dando a oportunidade dos advogados se pronunciarem da forma como estão fazendo. Entendo que eles podem solicitar ao seu cliente para que orientem o seu cliente, para que prestem informações aos seus clientes. Agora, eu acho que é preciso ter mais cuidado no momento das intervenções dos advogados, até porque, Presidente, não é possível que nenhum advogado, não são os senhores, eu digo em termos gerais, fique debatendo com parlamentares, sobretudo no momento que o parlamentar está fazendo questionamento ao depoente. Mas não há inquérito de conhecimento da CPMI contra o Sr. Christian. Que fique muito claro. Até porque eu perguntei isso e ele disse que não tinha.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Muito obrigado. Mas a gente sabe que a CVM primeiro ela, a partir do momento que passa o questionário, dentro desse questionário aí já vai para a Comissão poder abrir esse processo. O senhor confirma, então, que o senhor recebeu esse questionário?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Confirmando.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Relator e Senhor Presidente, vamos fazer um requerimento solicitando à CVM para que encaminhe para cá cópias do processo na forma que se encontra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Deve encaminhar à secretaria.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Quem fez a ligação entre o senhor e a LIQUIDEZ?

Qual o relacionamento do senhor? Quem apresentou o senhor? Como que o senhor ficou conhecendo?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: A LIQUIDEZ é uma Corretora bem ativa no mercado, como eu disse, quase todas as empresas de gestão fazem, operam, lá, é uma das maiores. E não teve ninguém que me levou. Comecei a operar lá porque todo mundo opera lá.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então, o senhor teve um vínculo de trabalho com a LIQUIDEZ.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Normal, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor operou junto com ela, ela era parceira do senhor?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, parceira não. A empresa de gestão de recursos da qual eu sou sócio, ela opera com várias corretoras. Poderia depois passar uma lista para V. Exa. de todos os corretores que a gente opera. Não tem o menor problema com relação a isso.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece o Ronaldo César Coelho, Diretor Presidente da LIQUIDEZ?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não conhece?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor tem conhecimento do processo administrativo, um processo sancionador da CVM, onde a Corretora SAFIC e o seu diretor James Alvim foram multados por deixarem de comunicar operações classificadas como lavagem de dinheiro?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, não tenho conhecimento, senhores.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O pai do Sr. Haroldo de Almeida Rego Filho está ligado a esse processo. E essas operações não foram comunicadas pelo seu pai. O senhor tem conhecimento desse processo? O senhor ouviu falar?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não. Não tenho conhecimento.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não tem conhecimento?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Presidente, o senhor me permite mostrar para ele a cópia do processo para ele olhar rapidamente, às vezes ele...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Pois não.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, eu não tenho conhecimento sobre isso aqui.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ok. Então o senhor também não tem conhecimento que o Sr. Haroldo de Almeida Rego Filho foi autor, ou seja, cliente dessas operações classificadas pela CVM como lavagem? E foi ele o executor das operações dentro da Corretora. Também o senhor não tem conhecimento?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, não tenho conhecimento.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ok. Na reportagem do Correio Brasiliense de 24/10, o Sr. Alexandre Athayde classifica a SAFIC como uma lavadeira da família Almeida Rego. E que, na realidade, pertencia a Haroldo Filho. O que o senhor tem a dizer sobre isso à luz do processo administrativo apresentado agora pelo senhor?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Pode repetir a pergunta, Deputado, por favor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Na reportagem do Correio Brasiliense, está aqui a reportagem, página 3, por favor, assessoria, Sr. Presidente, o senhor me permite? Na reportagem do Correio Brasiliense do dia 24/10, O Sr. Alexandre Athayde Francisco classifica a SAFIC como uma lavadeira da família Almeida Rego. E que, na realidade, ela pertencia a Haroldo Filho, pai do senhor. O que o senhor tem a dizer sobre isto à luz deste processo administrativo que eu apresentei para o senhor?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Que é do meu conhecimento que... [Campainha] O dono da SAFIC, o sócio majoritário é o James Alvim Neto, e o meu irmão Haroldo Neto detinha participação minoritária; existia um outro sócio também na corretora, que agora não me lembro o nome exatamente, Paulo Sabah(F), se eu não me engano.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, por que a SAFIC fechou em 2002?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Porque a SAFIC fechou? Eu não sei lhe informar. Eu não... Eu acredito que tenha fechado por questões de mercado mesmo, de não estar valendo a pena esse mercado de corretagem em termos de resultado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Olha, dentro do mercado de aplicações, a família do senhor, entre os irmãos, cunhada, sobrinhos, sempre aparecem algumas irregularidades. Eu não estou aqui dizendo o que senhor está nessa irregularidade, nós estamos aqui verificando possíveis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Nobre Deputado eu já dei três minutos além do tempo de V.Exa..

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então, o senhor faz o favor de me reinscrever?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Nós temos mais duas pessoas já presentes para serem ouvidas também.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ok. Mas eu gostaria que quando acabasse o meu tempo o senhor me reinscrevesse.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Seu tempo já acabou, vou lhe adicionar algum tempo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois não, senhor Presidente. O processo administrativo sancionado em 2899 traz como réus o Sr. Murilo de Almeida Rego, que é o irmão do senhor, e o banco MULTISTOCK, onde eles se beneficiaram de operações com vários Fundos de Pensão. O senhor tem alguma coisa a dizer sobre isso? O senhor tem conhecimento do processo?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, não tenho conhecimento sobre esse processo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, se o senhor não tem conhecimento, não adianta nem apresentar para o senhor o processo, porque não há tempo de fazer uma análise. Pois bem, neste mesmo processo o Sr. Naufel Padilha David foi citado pela CVM como laranja das operações. Em reportagem ao Estado de São Paulo, o diretor financeiro da REFER, Adauto Carmona, escolhido pelo Sr. Marcelo Sereno e indicado pelo PCdoB, teria tentado emplacar o senhor Naufel como gerente financeiro. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não tenho conhecimento sobre isso.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não tem? O senhor conhece o Sr. Frederico Meinberg?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Quem?
DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Frederico Meinberg.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não.
DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O Sr. Norberto Giagrande Júnior?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, também não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois bem, em 1998 estes dois saíram da SAFIC para serem sócios fundadores da LINK, corretora juntamente com Daniel e Marcelo Mendonça de Barros, o senhor conhece esses nomes?

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode repetir os nomes, Deputado?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Frederico Meinberg e Norberto Giagrande Júnior.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está escrito aqui.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor tem conhecimento que eles trabalhavam na SAFIC na época das citadas operações de lavagem de dinheiro efetuadas pelo pai do senhor? O senhor tem conhecimento de que eles trabalhavam na SAFIC na época das citadas operações desta lavagem de dinheiro?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Eu não conheço essas pessoas, Sr. Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Sr. Presidente, eu vou terminar, só mais umas perguntinhas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARRIA DE SÁ (PTB-SP): Fique à vontade.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor tem conhecimento que o Sr. Norberto e Frederico saíram da SAFIC em 98 para fundarem a LINK CORRETORA junto com o Daniel, o senhor já disse que não. O senhor tem conhecimento do processo da CVM, onde a BMF e a MATRIX INVESTIMENTO sucessora da MATRIX A.S DVTM foram indiciadas?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Sr. Deputado, como é que eu vou saber o processo da CVM? Eu não tenho acesso a essas coisas, não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor conhece o Sr. Manoel Félix Cintra, Diretor Presidente da MULTISTOCK e atual presidente da BM&F?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O

senhor tem conhecimento que a MULTISTOCK CORRETORA sucedeu o antigo banco MULTIPLIC, do qual o Deputado Ronaldo César Coelho foi um dos principais acionistas na década de 80? O senhor conhece o Deputado Ronaldo César Coelho?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Então, consequentemente, o senhor não vai conhecer também. O senhor tem conhecimento que os senhores... Bom, também o senhor não vai ter, porque eles fazem parte da BM&F. Se o senhor não tem conhecimento o anterior, obviamente...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARRIA DE SÁ (PTB-SP): Por exclusão.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Fica difícil. Sr. Presidente, acho que deu para esclarecer bastante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARRIA DE SÁ (PTB-SP): Obrigado, Deputado. Com a palavra o nobre Relator ACM Neto.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Christian, alguma vez o senhor já esteve com a sua prima Fabiana, ou com o seu primo Carlos Eduardo na PRECE?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, nunca.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca foram lá. Muito bem, o senhor Alexandre Athayde afirmou que o Guilherme, irmão dele, seria um dos laranjas da família Almeida Rego. O Guilherme Athayde Francisco já trabalhou para a família de V.Sa.?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, que eu tenha conhecimento, nem conheço essa pessoa.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Alexandre, mas não conhece o Guilherme.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, não conheço o Guilherme.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não saberia dizer se ele já trabalhou para a família de V.Sa.?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, lhe digo com quase 100% de certeza que não. Porque eu não conheço ele, não sei quem é.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Apesar do próprio irmão reconhecer.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Quem o reconhece?

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Alexandre.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Ah, sim, o Alexandre eu conheço.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, o Alexandre, irmão do Guilherme, reconhece, afirma e reafirma que Guilherme, irmão dele, trabalhou com a família de V.Sa.. Por que ele ia querer incriminar o irmão?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Eu desconheço, Deputado. Mas afirmo com quase 100% de certeza que foi isso que isso não aconteceu.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu perguntaria, a NÚCLEOS, ou um dos seus fundos exclusivos, eventualmente não podem ter participado com cotas da ARBORRETI(F)?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Como assim com cotas?

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Cotas. O senhor disse que é um Fundo aberto, não é isso?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Isso, isso, isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Presumo eu, apesar de não ser um *expert* no mercado como V.Sa., que na condição de um fundo aberto qualquer investidor pode--

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Com certeza.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Investir no Fundo.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Com certeza.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eventualmente, um dos fundos exclusivos da NÚCLEOS não pode ter comprado cotas do ARBORRETI(F)?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Não, senão eu saberia.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também da ARBOR INSTITUCIONAL não?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: É impossível.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria pedir encarecidamente que fosse imediatamente acionada a Secretaria de previdência Complementar, porque a Secretaria de Previdência Complementar tem alguma informação imprecisa.

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Certo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aqui na lista dos Fundos exclusivos da NÚCLEOS figuram tanto o ARBOR ED(F) como o ARBOR INSTITUCIONAL. O que me causou mais surpresa, confesso, foi que quando da indagação do ex-dirigente da NÚCLEOS, ele próprio reconheceu que, por um determinado período, um dos Fundos exclusivos da NÚCLEOS havia sido administrado pela ARBOR gestão de investimentos. Então...

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Deputado, existe--

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Há que se checar essa informação--

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: Existe um Fundo exclusivo que a ARBOR geriu, que foi um Fundo da ELETRICO(F), conforme falei. Os outros dois são abertos.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu encerro, Sr. Presidente. Porém, antes dizendo que enquanto nós daremos continuidade às próximas indagações dos próximos depoentes, a nossa assessoria, a meu pedido, e até quebrando um pouco o que é o ritual, vai mostrar ao Sr. Christian após a nossa sessão. Todas as alterações que foram aqui registradas na BM&F e que acabam por totalizar aquele número que nós mostramos ali. Só para confirmar, 03579087754 é seu CPF?

SR. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO: É.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É esse. Muito bem. Então, trata-se de V.Sa.. Nós iremos disponibilizar todas as operações para que não paire dúvida sobre o trabalho que foi feito por esta Sub-relatoria.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Sr. Presidente, eu gostaria que só quando terminasse, se terminasse ainda há tempo, tivesse em curso esta sessão da CPMI que nos informasse ao Plenário qual foi a conclusão obtida pela reunião dos técnicos com o depoente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor nobre Deputado Carlos Willian. Eu declaro encerrada a parte dessa oitiva do Sr. Christian de Almeida Rego.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, eu acho que essa parte vai interessar a V. Exa., então, peço que preste atenção. Nós temos aqui a presença do Sr. Renato Guerra Marques e do Sr. Carlos Eduardo Carneiro Lemos. Lembro à V. Exa. que as duas convocações foram feitas também a pedido de V. Exa.. Como se trata de um ex-diretor Presidente e financeiro de um lado e de um ex-gerente de outro, eu acho que, respeitando as posições hierárquicas que ambos ocupavam, nós poderíamos convidar inicialmente o Sr. Renato Guerra Marques.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Está suspensa por cinco minutos a sessão. Em seguida, iniciamos com a oitiva do Renato Guerra Marques, da PRECE.

Sessão suspensa às 14h29

Sessão reaberta às 14h34

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Declaro reabertos os trabalhos da 11ª Reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. Convido Carlos Eduardo Carneiro Lemos para tomar assento à Mesa. Já se encontra o termo de compromisso. Seu advogado, Dr. César Dias. Com a palavra o Sr. Relator ACM Neto.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, nobre

depoente, eu queria apenas informar à minha assessoria que houve uma inversão de depoentes, de tal forma que se os dados forem distintos da apresentação que será feita para o Sr. Carlos e para o Sr. Renato, por favor, que eles sejam imediatamente encaminhados à essa Mesa. Como de costume, Presidente Arnaldo, eu gostaria de conceder a palavra ao Carlos Eduardo, a fim de que ele possa fazer a sua apresentação inicial com a qualificação profissional, com o histórico das suas atividades no mercado, assim como também as atividades com Fundos de Pensão. E deixá-lo à vontade para apresentar qualquer tipo de informação em caráter preliminar. E, tão logo, darei sequência aos questionamentos.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Boa tarde. Antes eu queria fazer uma pequena explanação da minha vida profissional e da minha atuação no mercado de capitais. Eu iniciei a minha vida profissional no Banco do Brasil, em 1986, como menor auxiliar de serviços gerais, tendo permanecido lá até 1990. Eu trabalho em mercados de capitais desde 1992, onde iniciei na INTERVALORES DTVM. Nessa Corretora, atuei como auxiliar de operador de bolsa durante um ano. E fui convidado... Desculpa... Fui indicado por um gerente de uma área comercial de uma das corretoras que a INTERVALORES operava para ACINCO CORRETORAS SA, que era uma Corretora que estava abrindo no Rio de Janeiro. Nesta Corretora, eu atuei na área de operações, operador comercial, onde fazia o atendimento de Fundos de Pensão, bancos, seguradoras e distribuidoras. Fiquei até 1994 nessa Corretora e fui convidado para abrir a área comercial numa Corretora que tinha sede em Fortaleza, a ÉBANO, onde fiquei sete meses, pois recebi um convite para retornar à ACINCO CORRETORA para na função de gerente comercial estruturar essa área. Fiquei até 1996. Em 1996, um diretor da ACINCO CORRETORA, o Diretor Comercial saiu para montar a SM CONSULTORIA de PARTICIPAÇÕES SA. E eu resolvi aceitar o convite. E essa Consultoria, eu era responsável por fazer a estruturação de operações de *hedge*, estruturação de mercado derivativo. Em 1998, montei a área de clientes institucionais na ÉGIDE CORRETORA, que era uma Corretora mais especializada mais em pessoa física. Em 1999, eu saí da ÉGIDE CORRETORA, montei com um grupo de seis amigos, todos do mercado financeiro, a SIXFLAGS(F) GESTÃO de PARTICIPAÇÃO SA.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O nome da Corretora é Ed Corretora?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: ÉGIDE.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): ÉGIDE.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Ela foi comprada agora pela ÁGORA CORRETO-RA. Em 1999, eu e um grupo de seis amigos, todos de mercado financeiro, montamos a SIXFLAGS(F) GESTÃO de RECURSOS SA, que era uma empresa que o objetivo era avaliar pequenas empresas de informática, adquiri-las, capitalizá-las e desenvolver software ligado ao mercado financeiro, controle de risco e controle de cotas de fundos. Esse serviço nós vendíamos para bancos, corretoras, Bolsa de Valores e agentes custodiantes. Além de continuar operando no mercado financeiro como operador autônomo os meus recursos. Em 2002... Em 2002, através do mercado, fiquei sabendo que havia mudança de diretoria da PRECE e que queriam contratar um gerente de investimentos. Peguei meu currículo, entreguei no RH, várias outras pessoas acredito que tenham entregue, fiz uma entrevista durante dois dias, e o perfil que foi passado era para...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode continuar.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

O perfil que eles estavam procurando lá na entrevista, que foi me passado, era de uma pessoa que fosse fazer análise de investimento, já que 90% dos recursos da PRECE estavam terceirizados, e lá se encontrava somente 10% em carteira própria de ativos sem liquidez. Posso continuar?

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor me perdoe. É porque o Deputado Arnaldo teve que se ausentar. Então, o ideal é que haja um Presidente. E nós estamos convidando o Dr. Rosinha para assumir a Presidência da sessão.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Na entrevista que eu tive da PRECE, o perfil que me passaram da pessoa que queriam contratar era de uma espécie de analista de investimento para acompanhar mais cotas de fundo, indicadores de mercado, traçar conjuntura econômica, e poder confeccionar relatórios a fim de dar subsídios aos Comitês de Investimento e ao Conselho Deliberativo. Fiquei na PRECE de agosto de 2002 a janeiro de 2003. Basicamente é isso que eu tenho a falar. Estou à disposição.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Em que ano V.Sa. começou a trabalhar no mercado financeiro?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: 1992.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em 92. Portanto, bastante jovem. Sr. Carlos Eduardo, nos interessa bastante entender um pouco dos critérios que determinaram à PRECE a contratação do senhor para a gerência de investimentos. Porque, concomitantemente a esse período que o senhor exerceu a gerência, houve um Governo transitório no Rio de Janeiro. Com a saída do então Governador Anthony Garotinho, assumiu a vice-Governadora Benedita da Silva, justamente em abril de 2002. Por um período não houve alteração no controle da CEDAE, assim como também não houve no controle da PRECE. Só que, em agosto de 2002, que foi quando o senhor começou a exercer as suas atividades, houve uma mudança substancial em toda a composição da Diretoria do Fundo PRECE. Nós ouvimos aqui, o senhor deve ter conhecimento, quatro ex-diretores da PRECE. E me chamou especial atenção as palavras da Dra. Magda, que é a atual diretora, e do Sr. Paulo Martins, que é o atual gerente de investimentos. Tanto o senhor Paulo, como ela, como os diretores que sucederam ao seu período, fizeram questão de deixar muito claro que na gestão de V.Sa., que tinha como diretor Presidente acumulando a diretoria financeira o Sr. Renato Guerra, que nessa gestão, que nesse período a PRECE apresentou uma série de problemas. E vou além na minha opinião. E é claro que aí é a minha opinião. Eu não posso traduzir literalmente o que eles disseram, mas a leitura que eu faço do que eles disseram me remete a entender que suspeitas com relação à conduta moral e ética de V.Sa. e do Sr. Renato não apenas foram levantadas, mas como também foram apuradas e levaram a conclusões por parte daqueles que o sucederam. Infelizmente. E aí também na minha opinião, eles não foram capazes de corrigir boa parte dos problemas. Mas muito bem. O senhor disse que ficou sabendo que a PRECE estava precisando de um gerente. Como é que o senhor ficou sabendo?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Através do mercado, o site do IBEMEC geralmente sai quando tem vaga na PETROS, em várias outras fundações. E--

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E aí... Pois não.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Isso daí é normal no mercado. Eu trabalho no mercado há dez anos. E quando troca uma diretoria o normal é trocar área de gestão.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E aí quando o senhor ficou sabendo levou o currículo?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Entreguei no RH.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E ficou esperando o contato?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Fiquei.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí esse contato aconteceu?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não se movimentou para que fosse chamado?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não. Porque eu ainda tinha a minha atividade.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não recorreu a ninguém no sentido de poder apoiá-lo com uma recomendação?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem do ponto de vista de referendar as suas qualidades técnicas?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, a escolha do nome do senhor se deu exclusivamente porque os então dirigentes da PRECE tinham ali uma série de currículos para avaliar e o seu currículo era o melhor?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Acredito que sim.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Acredita ou tem certeza que sim?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Tenho certeza que sim. Que eu saiba, tinha vários currículos lá.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é que formalizou o convite a V.Sa.?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Renato Guerra.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que conversa ele teve quando chamou V.Sa. para informar que V.Sa. seria o gerente de investimentos escolhido?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: A conversa que teve, ele queria um gerente de investimento com perfil de análise, mais de análise de investimento, fazer os relatórios de investimentos que não estavam transparentes, não tinha abertura das

carteiras dos fundos. Não existia nenhum relatório que fosse entregue para o Conselho Deliberativo. E dar um suporte mesmo nessa área de investimento, porque a PRECE, quando eu cheguei lá, não tem equipe técnica de investimento, não tem ninguém para fazer análise. E 90% dos recursos estavam terceirizados. Quando eu cheguei lá, os investimentos de janeiro a julho estavam 59% do CDI.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Concluiu?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Conclui. Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Perguntaria. Se o senhor pudesse fazer uma breve, muito breve avaliação do desempenho dos seus antecessores, o que o senhor nos diria?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Quanto mercado de renda fixa, de janeiro a julho os fundos com gestão externa apresentava 59% do CDI em relação ao mês de março. Renda variável. Tinha um descolamento pequeno, que eu acho que isso é normal. O gestor... Não são todos os gestores, se você pegar, se o senhor pegar a média durante o ano, praticamente somente 30% dos gestores batem essa média. E depois que eu li os relatórios, tinham algumas falhas de *compliance*, mas a própria administração passada já tinha notado isso. Está em Ata em março de 2002. Tinha falha de *compliance* nos fundos de renda variável, o administrador legal, a Mello Brascan. E muito pouco tempo para avaliar. A administração passada também ficou de janeiro a julho.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem relação com algum político, com algum parlamentar, com algum ocupante de cargo público?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não. Conheço o Fernando Gusmão, somente o Fernando Gusmão.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vereador do PCdoB do Rio de Janeiro?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Isso. Sou amigo dele há 15 anos, do tempo da unha.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor não pediu uma força dele para de repente ter o seu nome escolhido para gerente de investimentos da PRECE?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não. Porque eu acho, eu acredito que Vereador não teria, assim, tanta força para isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Depende do Vereador.

dor. Agora, ele sabia que o senhor estava concorrendo para esse cargo?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não me lembro. Eu não... Meu relacionamento com Fernando Gusmão é de encontrar às vezes na praia, em restaurante. Eu não faço contatos com Fernando Gusmão sempre.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele alguma vez lhe apresentou o Sr. Marcelo Sereno?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Nunca.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nunca esteve com o Sr. Marcelo Sereno?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Nunca.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem com nenhum outro político do Rio?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com nenhum?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não me recordo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesses poucos meses que o senhor exerceu a gerência de investimentos, o senhor alguma vez lá na PRECE foi procurado por algum político?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Nunca.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem recebeu telefonemas?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Nunca.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Fernando Gusmão, naquela oportunidade, tinha o hábito de conversar muito com V.Sa.?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se nós... É uma pergunta, se nós quebrássemos o sigilo telefônico de V.Sa., V.Sa. ficaria absolutamente tranquilo de que nada seria encontrado nesse sentido?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:
Tranquilo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, quando o Sr. Renato convidou V.Sa. para ocupar o cargo e começou a discutir quais eram as prioridades para aquele novo período, imagino eu que uma das discussões importantes foi a da manutenção ou não do então administrador dos recursos da PRECE, que era a empresa MELLO. Pergunto: O que levou os senhores a finalizar o contrato com a empresa MELLO e a substituí-la pelo Banco Santos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:
Quando assumi, em agosto, já havia um relatório da área gerencial de investimentos apontando uma série de problemas na gestão do Mello Brascan. O problema no *compliance*, não preenchimento de responsabilidades do administrador legal, problemas de aplicação de fundos em outros fundos do Mello Brascan, causando duplicidade de taxa de administração, problemas de um fundo aberto do Mello Brascan que a PRECE aplicou em CPR, títulos sem liquidez nenhuma, que nós ficamos com o único cotista. Não tinha liquidez para sacar. Dentre outros problemas.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, o senhor quando chegou lá a PRECE estava repleta de problemas?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:
Tinha alguns problemas.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que foi capaz de consertar esses problemas durante os meses que exerceu a gerência?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:
Eu tenho certeza que eu deixei muita coisa melhor lá. Não existia nenhum tipo de relatório, de controle que fosse entregue para o Conselho Deliberativo. Eu sei que isso continuou depois que eu saí. A troca dos gestores não aconteceu deliberadamente. Foi feito um processo de análise. Os que estavam lá anteriormente e tinham batido a meta atuarial foram mantidos. Somente os que não tiveram desempenho... Tiveram alguns que tinham desempenho pífio. 5% de CDI. Não teria como você continuar com uma aplicação dessa. Eu acredito que muita coisa melhorou.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi a justificativa para que o Sr. Renato Guerra acumulasse os cargos de Diretor Presidente e Diretor Financeiro?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:
Não sei.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca sequer teve curiosidade de perguntá-lo?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:
Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. tinha consciência de que aquela mudança ocorrida na diretoria da PRECE se dava também por questões políticas? Afinal de contas houve uma mudança de Governo e os então ocupantes da administração do Rio de Janeiro pretendiam colocar pessoas mais ligadas a eles próprios dentro da Diretoria do Fundo. O senhor tinha essa consciência?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:
Fiquei sabendo disso em janeiro de 2003, quando fui mandado embora.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só quando o senhor saiu? Mas não lhe causou estranheza em agosto de 2002 haver uma mudança tão expressiva no quadro diretivo da fundação?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:
Não. Hoje em dia, durante esse Governo atual eu já vi Fundos de Pensão mudar de diretoria cinco vezes em seis meses!

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor acha isso salutar para os fundos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:
Eu acho péssimo isso para os fundos.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor é primo do Christian, do Murilo, do Haroldo Neto, enfim, e sua família também, além de operar no mercado, parece muito próxima e muito interessada nas questões que envolvem os Fundos de Pensão. Afinal de contas, a Sra. Sandra, que me parece ser a sua mãe, já foi ocupante de cargo na REFER, concorda?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:
Concordo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sra. Fabiana, que é sua irmã--

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:
Não, minha prima.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Fabiana é sua prima?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:
É.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fabiana, sua prima, já foi ocupante de cargo na NÚCLEOS.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E V.Sa. na PRECE?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que essa propensão para Fundos de Pensão?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Eu não vejo dessa maneira. Eu vejo como existem famílias de advogados, famílias de médicos, famílias de políticos e existem famílias de mercado financeiro. No meu caso, eu trabalho no mercado financeiro há mais de 11 anos. Então, não foram quatro meses que eu passei no Fundo de Pensão que... Que eu vejo isso. A minha prima Fabiana, que eu saiba, ela trabalhou 8 anos no ICATU.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, muito bem. Agora, a contratação de uma empresa privada de quem quer que seja é de única e exclusiva responsabilidade dela. Ocupar um cargo eletivo é de responsabilidade dos eleitores. Exercer atividades com profissionais liberais depende dos clientes. Agora, ocupar cargos estratégicos em Fundos de Pensão de Estatais me parece que depende de indicação política.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Eu não vejo gerente de investimentos como cargo estratégico. Até porque, depois, com a mudança da 28/29, o Conselho Deliberativo é o gestor da fundação. A minha parte era fazer análise de investimento. E existia um comitê com sete pessoas, com representante do Conselho Deliberativo, Diretor de Seguridade, Coordenador de Seguridade, Coordenador Financeiro, que estava acima de mim, Diretor Financeiro. Mas... E até convidados, consultores técnicos externos.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o senhor não tinha nenhuma autonomia para tomar qualquer decisão como Gerente de Investimentos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Nenhuma.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Zero?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Zero.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. E qual era

o peso da opinião de V.Sa. para as decisões que eram tomadas pela Diretoria Financeira?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Nunca levei uma alternativa de investimentos. Sempre apresentava várias alternativas, vários índices, vários relatórios. Deixava a escolha ao Comitê.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é o patrimônio de V.Sa.? Aqui está a sua declaração de Imposto de Renda.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: De 2000, 2001, 2002, 2003, 2004.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só rapidamente fazendo um sumário, se V.Sa. pudesse nos informar aqui os principais bens que declarou?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Uma sala no Leblon comercial, um apartamento em Botafogo, apartamento que eu morava em Ipanema, que eu me separei tem um ano, e um carro.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo isso está avaliado em quanto?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: 700.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 700 mil reais?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse é todo o seu patrimônio?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Junto com a minha esposa não. Eu faço declaração separado. Acredito que seja 2 milhões junto com ela.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Junto com ela 2 milhões?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quer dizer que todos esses anos no mercado, tendo passado por várias corretoras, tendo sido sócio antes de entrar na PRECE da SIXFLAGS(F)?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: A SIXFLAGS(F) nós... Eram seis pessoas, nós dividimos o investimento, cada um colocou, na época, acho que foram 180 mil reais, então o capital era de 1 milhão e 200. E a gente investiu quase esse dinheiro todo em software. Mas não deu certo. Depois a gente até encerrou. Acabou a bolha da Nasdaq.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ao longo de todo esse período, o patrimônio de V.Sa. É de 2 milhões?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa esposa exerce que atividade? Ou ex-esposa...

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Ela é operadora do mercado financeiro. Trabalhou em várias Corretoras.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é o nome dela?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Gueiler.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Gueiler.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Gueiler. Nesse período de 2002, ela trabalhava em que Corretora?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: SÊNIOR. Eu não sei com certeza.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Corretora SÊNIOR.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Agora não sei com certeza se ela trabalhava nessa Corretora em 2002. Posso enviar a informação com exatidão mais tarde.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores faziam negócio juntos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas ela evidentemente contribuiu para esse patrimônio de 2 milhões?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Lógico. Me desculpa.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Não tem problema.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Com certeza.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É bom assim. Me diga uma coisa. Com relação ao Banco Santos, explorar um pouquinho mais isso. O que levou a opção pelo Banco Santos? Porque eu imagino que existiam várias instituições que teriam perfeitamente condições de assumir a administração. Como a diretoria se mostrava insatisfeita

com o desempenho da Mello Brascan, tinha obviamente o direito de escolher um administrador melhor. Aí eu lhe pergunto: Por que o Banco Santos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Sr. Deputado, tinha um critério na escolha. Ao contrário do que eu já cheguei a ler aqui, não foi o critério de empatia, nem por nada. Nós adotamos o critério de... Não dá para lembrar de tudo de 2002. Diminuição do custo da taxa de administração, sistema via internet que não existia no Mello Brascan e em outros bancos também não tinha um sistema similar. Porque nós queríamos dar acesso às senhas ao Conselho Deliberativo, para eles poderem acessar a qualquer momento todos os investimentos. A taxa de controladoria, o controle de risco e o *rating* de baixo risco de crédito, apesar do Banco Santos hoje está sendo divulgado que em 2002 gera um risco no mercado, eu discordo disso totalmente. É só se pegar as notícias da época, ele saiu no ranking entre os 25 melhores bancos da América Latina em 2002, sendo o 14º em rentabilidade sobre lucro patrimônio. O *rating* dele pela MUDS era B mais, estava acima do Brasil. E o Banco Santos administrava 62 carteiras na época, chegando administrar, em 2004, 134 carteiras.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, muito bem. Agora, imagino eu que outras instituições também devem ter sido...

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Sim. Foram. Instituições grandes, Banco do Brasil, HSBC, só que não faziam, faziam FAC, mas não administravam FAC com FIF de terceiros embaixo desse FAC.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí só restou o Banco Santos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Restaram outros. Só que essa decisão não foi minha. Foi do Conselho junto com a Diretoria, chegou à conclusão que o banco tinha *expertise* nisso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas evidente que dentro do Conselho alguém deve ter tido um peso fundamental para que essa decisão fosse confirmada. Quem foi esse alguém?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Geralmente essas decisões eram tomadas primeiro no Comitê Estratégico... Não. Primeiro na reunião de Diretoria, levada para o Comitê Estratégico, aprovado, e levado para o Conselho. Foi a ordem natural das coisas lá dentro. Não teve. Não houve nenhuma mudança, nenhum tipo de pressão para ser o Banco Santos.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. considera normal que o Banco Santos tenha sido administrador, que tenha sido responsável pela gestão de alguns fundos exclusivos e que ainda assim tenha precificado os seus próprios títulos para que a PRECE investisse no banco?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Isso foi uma outra informação que o gerente atual deu e que eu contesto. O CITIBANK tem um manual de precificação, como o Banco Santos tem o manual de precificação, e o Mello Brascan tem um manual de precificação, que isso daí não pode, não pode precificar nada sem estar dentro desse manual de precificação. Existem regras.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Mas há uma suspeição, concorda? Porque, veja, o banco é escolhido para ser o administrador, ele gere fundos da fundação, e precifica os seus próprios títulos. V.Sa. acha que essa é a forma mais correta de se proteger contra investimentos? Que nem sempre são os melhores, os mais benéficos para a fundação?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não, não é a melhor forma.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é a melhor forma. Então, aí V.Sa. vai concordar comigo que houve um problema de gestão.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Isso, quando ocorreu em outubro de 2002, que foi quando houve a transferência dos fundos... [Campanha]

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Quando houve a mudança dos gestores da administração do Mello Brascan para o Santos, em outubro de 2002, começou o processo de selecionar os gestores dos FIFs. Foram mantidos dois bancos que estavam com a rentabilidade acima do *bent mark* e foram trocados alguns. BMC foi um deles que pegou a gestão de um fundo. O Banco Santos, na verdade, tinha gestão um fundo de renda fixa variável. Não eram todos os fundos.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, eu sei. Mas eu insisto na minha pergunta. Na minha pergunta não, na minha constatação de que uma mesma instituição privada que, obviamente, por natureza, deve ter o objetivo do lucro; ela não pode administradora, ela não pode ser gestora e, ao mesmo tempo... Ela pode ser até administradora e gestora, mas ela não pode ser as duas coisas e ao mesmo tempo precificar seus

próprios títulos, que depois quem vai adquirir é a própria fundação.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Isso tudo já tinha sido observado, tanto que na reunião de dezembro de 2002 um fundo de renda variável do Banco Santos voltou para a PAVARINI. E quando eu cheguei, a Mello Brascan tinha fundo e era administradora legal e gestora. E foi um dos pontos que eu coloquei que não deveria existir. Só que em três meses para você selecionar fundo, fazer mudança de administrador, era um trabalho que ia ser feito, mas como fui mandado embora em janeiro...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. O senhor foi embora em janeiro. A que o senhor atribui a sua saída?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: A minha saída foi quando houve a mudança de direção da CEDAE. Foi informado ao Presidente da PRECE que haveria várias demissões, entre as minhas. Eu, para não passar o constrangimento, pedi para ser mandado embora antes disso ocorrer.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor atribui a motivos políticos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não sei o motivo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem desconfia? Porque...

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não posso afirmar isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque V.Sa. há de convir que ficou por poucos meses, meses concomitantes a um Governo transitório. E que com a mudança desse Governo, tão logo assumiu um novo Governador, no caso a Governadora, toda a direção da CEDAE e da PRECE foi modificada. Isso significa dizer, sem querer aqui questionar a decisão de demitir ou não o senhor, mas isso significa dizer que foi uma mudança política.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Até o meu Coordenador Financeiro que trabalhava há 24 anos na PRECE, foi fundador da PRECE, foi mandado embora.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o senhor acho que fizeram um absurdo quando chegaram, é isso?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não estou aqui para julgar a administração de ninguém.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Diga uma coisa, quais eram os critérios definidos pelo senhor com o Diretor Financeiro para a seleção dos gestores dos fundos exclusivos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Nunca, nunca foi definido somente por mim, pelo Diretor Financeiro. Todos os critérios eram discutidos entre a direção de seguridade, diretor representante dos funcionários, diretor financeiro, membro do Conselho Deliberativo. Nunca a decisão lá foi isolada.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu imagino que sim. Agora, quais os critérios para essa decisão coletiva?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: *Expertize* do gestor, quantidade de carteira administrada, troca de informações entre o gestor e o Fundo de Pensão. Como o fundo era terceirizado, eu queria ter noção de qualquer tipo de papel de risco de crédito que fosse colocado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu imagino que V.Sa. deve se lembrar que o Stuttgart, que era um dos fundos exclusivos até V.Sa. chegar tinha como gestor o BBA INVESTIMENT, e que V.Sa., e com a diretoria e com o Conselho, mudaram para o Santos. O HAMBURG(F) FIF tinha o PAVARINI OPICE e modificou para o BMC ASSET. O FLASH MIDDLE(F) tinha o BNP PARIBAS e foi para o Santos. O LISBOA FIF tinha BNL DTVM e passou para o BMC ASSET. O Roland Garros tinha o LATIN INVEST ASSET e passou para o Banco XAIM. Aqui temos dois, PRECES, que eu imagino que são carteira própria, administrados por carteira própria, por isso aparece Santos. Ou seja, exceto no MONTE CARLO, porque nós não temos aqui o registro, mas em todos os outros fundos exclusivos houve mudança na gestão. Será que todos os gestores estavam desempenhando mal as suas atividades?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: MONTE CARLO e WIMBLEDON, eu me recordo, não houveram mudança de gestor.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): WIMBLEDON sequer nós citamos aqui.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Eram os únicos que estavam a 95% de CDI. Era o melhor desempenho que tinha lá dentro. Daí para baixo era 50% CDI, 30% CDI, 20% CDI.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E quem era o gestor do WIMBLEDON?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Se eu me recordo, o BVA.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E do MONTE CARLO?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: INDUSTRIAL.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aqui não... Há claramente também uma demonstração de preferência pelo Banco Santos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Desculpa, o senhor pode repetir?

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque a gente vê o seguinte, que o Santos passou a ser gestor nesse período do STUTTGART, do FLASH MIDDLE(F) e do ROLAND GARROS, três fundos exclusivos, os senhores possuíam dois, quatro, seis, oito; de oito, três passaram a ser--

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Um desses fundos era o BMC.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Eu não me recordo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque aqui aparece no registro o BMC como gestor do HAMBURGO, do LISBOA, HAMBURGO e LISBOA.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Esse relatório é porque eu não tenho todos os dados da época, porque eu não estou lá há três anos. Mas muitos dos fundos, como eram fundos pequenos, de 20 milhões, 15 milhões, fizeram fusão entre esses fundos. Então, quer dizer que às vezes tem dois fundos de menor valor aplicados que foram fundidos em um.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como os senhores faziam o acompanhamento do desempenho desses fundos exclusivos, sobretudo da gestão dessas instituições?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Diariamente, *on-line*, na tela da... Qualquer pessoa poderia acessar. O gerente de investimento, os conselheiros, a diretoria financeira... Nós acompanhávamos cotas e movimentações financeiras. E todos os relatórios eram feitos e entregues ao Conselho Deliberativo mês a mês.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Uma pergunta me ocorreu aqui, que eu acho que seria importante. O senhor conhecia o Sr. Renato Guerra antes dele convidá-lo para gerente de investimentos da PRECE?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Conheceu no dia que ele lhe chamou?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Foi.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor, peço à assessoria, nesse caso agora me ocorreu, antes que o Deputado Carlos William chame atenção. Como nós estamos tratando dos dados da PRECE, nós não podemos fazer através de uma exposição pública. De tal forma que eu farei outras perguntas, e aí decido se vou demonstrar os números ou apenas faria uma abordagem sobre exemplos hipotéticos. E aí ia depender da opção, a gente define por fechar ou não a reunião. O senhor conhece o Sr. André Figueiredo?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Conheço de mercado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Apenas de mercado?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Apenas de mercado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na época que o senhor foi gerente de investimentos da PRECE, o senhor André Figueiredo, ele também operou de alguma forma com esse mesmo Fundo de Pensão?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Que eu saiba, não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que o senhor saiba não. O senhor sabe se o André Figueiredo tem relações com a família Almeida Rego?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não sei.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não sabe. A respeito das suas relações com o Haroldo, com o Haroldo Neto, com o Murilo, com o Christian, com a Rogéria, enfim. Como são muitos, eu vou denominá-los de “família Almeida Rego”. As suas relações eram apenas pessoais e familiares, ou, em algum momento, o senhor manteve negócios ou algum tipo de relação empresarial, material, profissional com qualquer membro da família Almeida Rego?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Somente em 2004 que o Christian me convidou para fazer parte da ARBOR. Fiquei durante cinco meses tentando fazer a captação de clientes e estruturando operações de biodiesel.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Somente nesse período. Por que o senhor deixou de exercer essas atividades?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Porque não estava sendo rentável para mim. Eu preferi operar, ser autônomo para mim. Eu não...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor chegou a receber algum dos seus parente ou familiares na sede da PRECE no período que foi Gerente de Investimentos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não, nunca.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca. Atualmente quais atividades o senhor realiza?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Sou operador autônomo. Opero todos os dias praticamente na Bolsa, na área de valores na BM&F.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como operador autônomo. A SIXFLAGS(F) alguma vez fez operações com os Fundos de Pensão? Seja em carteira própria, seja através de fundos exclusivos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Nunca. Operou uma vez na Bolsa de Valores só. Para investir numa ação que eu não me lembro mais.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Operou uma vez na bolsa com fundos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não. Comprou ações. Carteira própria dela.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. ouviu falar no nome da TEC INVEST?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Já.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já foi sócio dessa empresa?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Nunca.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca. Mas sabe que existem boatos e rumores que vinculam V.Sa. a essa empresa, não é isso?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Sei.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A que o senhor atribui?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

A um preenchimento de ficha cadastral errada.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como? [Risos]

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

A minha ficha de cadastro da BM&F tinha que ser atualizada, e o *boy* preencheu errado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Cristiano Costa Beber já foi sócio da TEC INVEST?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Acredito que sim. Não tenho certeza.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A TEC INVEST é empresa de quê?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Não sei.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não faz a menor idéia. Também não saberia dizer se ela realizou negócios com fundos de pensão?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Também não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nessa caminhada que V.Sa. fez na vida profissional, passando por diversas corretoras e na SIXFLAGS(F); para somente depois ingressar no fundo. E depois saindo do fundo e hoje operando de forma autônoma.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Desculpe, desde 99, mesmo com a SIXFLAGS(F), eu operei de forma autônoma para mim.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Presumo que operou com diversas corretoras e opera com diversas corretoras?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Eu só tenho ficha de cadastro em uma Corretora.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

NOVA INVEST.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só opera com a NOVA INVEST.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Acho que eu tenho uma ficha de cadastro na ARBOR, porque eu tive que receber ações da BRASIL TELECOM.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. sabe que a NOVA INVEST é objeto da nossa investigação; inclusive os seus sócios proprietários serão ouvidos na

semana que vem por envolvimento desta Corretora com possíveis perdas verificadas em operações com Fundos de Pensão?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Li nos jornais.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não pode aí haver nenhuma coincidência, não é?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Não. Eu operei lá desde 1999, quando abriu. Um amigo meu foi gerenciar Corretora e abriu ficha nessa Corretora.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu gostaria que a assessoria, se possível, ao longo do nosso depoimento aqui fizesse um levantamento detalhado sobre a NOVA INVEST. E trazendo aqui perfil do desempenho dela no mercado de derivativos, de títulos públicos. E, se houver alguma coisa a mais que sirva para o questionamento, que pudesse, por favor, com rapidez, nos trazer. V.Sa. conhece o Sr. Jorge Luiz Gomes Chrispim?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E nem ninguém que trabalha na Corretora EURO?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E os sócios da Corretora QUANTIA, o senhor conhece?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também não. E da LAETA?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da BÔNUS BANVAL?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, eu posso presumir que V.Sa. tem pouca relação com as Corretoras de mercado?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Não. Esse mercado de renda fixa eu não tenho muita relação, porque operei muito mais ativos de Bolsa de Valores.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E com o Sr. Lúcio Bolonha Funaro?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Conheço há dez anos.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais são as relações de V.Sa. com o Sr. Lúcio Funaro?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: De mercado. Eu trocava informações. Ele morava no Rio em 98.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E já operavam juntos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não. Já casei operações com ele.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já casou quando?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: 98.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece Luís Paulo Viveiro de Castro?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E Manuel Severino dos Santos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também não. V.Sa. falou do Fernando Gusmão; seu primo Christian nos disse aqui que também tem uma relação muito próxima de amizade com o ex-Deputado e hoje Prefeito Lindberg. Essa relação também se estende a V.Sa.?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Conheço, mas não tenho amizade.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Quem era o contato no Banco Santos? Quem era a pessoa que fazia a interface para tratar dos negócios do Banco Santos com a PRECE no período que V.Sa. exerceu a gerência de investimentos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Quem era a pessoa comercial?

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Eu só sei o apelido.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Juca.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Juca. Somente com ele os contatos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Era a pessoa que fazia o comercial do Banco Santos no Rio.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, fora ele, algum outro dirigente do Banco Santos participou dessas negociações para que o Banco Santos fosse escolhido como administrador gestor de algum dos seus fundos exclusivos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não lembro. Muito tempo. Não lembro.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não lembra. O senhor saberia dizer se o ex-Presidente do Banco Santos, o Edmar Cid Ferreira já esteve na PRECE?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Nunca.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca. O senhor também nunca realizou antes de 2004, quando foi convidado para ingressar na empresa, negócios com a ARBOR?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não. Tinha aplicação no fundo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tinha?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Aplicação no fundo deles aberto.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No fundo deles aberto. Eu presumo que V.Sa. tenha tomado conhecimento do depoimento do Sr. Paulo Martins, atual gerente de investimento da PRECE, à esta CPMI. E se tomou conhecimento, deve saber que ele, como aliás eu disse aqui no início da minha explanação, ele procurou ser muito duro, ele foi muito duro com esse período curto que V.Sa. foi Gerente de Investimentos. V.Sa. conhecia o Sr. Paulo Martins antes de ser gerente de investimentos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Conhecia de mercado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Conhecia de mercado. A que o senhor atribui essas críticas tão severas que ele fez à gestão do senhor?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: A crítica não é a mim, a crítica é política.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É o que?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

A crítica é política, não é a mim.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A crítica é política? O senhor pode explicar isso melhor?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Eu não vejo ele ter problema nenhum em relação a mim. Até às vezes conversei com ele até hoje.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até hoje o senhor conversa com ele?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Poucas vezes. Mas já encontrei com ele na rua. Conversei normalmente.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá bom. Então, isso me deixa até um pouco mais intrigado. Se a crítica não é à gestão de V.Sa., se a crítica é política, como V.Sa. está dizendo, o senhor está dizendo, então, que ele, como Gerente de Investimentos da PRECE, está sustentando uma posição política em favor de alguém?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não foi isso que ele falou de mim? Eu acredito que sim.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em favor de quem?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não sei.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o senhor acredita que sim, é óbvio que o senhor deve imaginar a quem o Sr. Paulo Martins está servindo.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não imagino.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não imagina. O senhor sabe se o Sr. Paulo Martins tem vinculações políticas com alguém?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não faz a menor idéia. O senhor sabe como se deu a processo de escolha do Paulo Martins para gerente da PRECE?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não, não tenho nada contra Paulo Martins.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, aceita naturalmente as críticas que ele fez?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Aceito.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porém, não concorda.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Porém, não concordo com nenhuma. Depois que eu li os relatórios...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Sr. Alexandre Athayde?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: De mercado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De mercado. Já teve muitos contatos com ele?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Quase nenhum.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca teve? Muito bem. Eu gostaria de solicitar à assessoria da nossa CPMI, sobretudo à segurança, que, por favor, determinasse a transformação desta sessão em sessão reservada, deixando apenas aqui os advogados das partes interessadas e os assessores e consultores da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. Comunicando que ao fim do depoimento do Sr. Carlos Eduardo nós vamos retomar a sessão aberta para realizar o mesmo procedimento com o Sr. Renato Guerra.

>> [conversas aleatórias].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): ...Considerando que a fundação tem 400 milhões de ativos à época, o senhor concorda com esses dados? E se for correto, o senhor acha que justifica a troca do administrador da carteira por apenas 2.600 reais mensais?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Primeiro que não foi só isso.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não foi?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS: Não. Na Ata de 2002, de janeiro de 2002, se forem olhar, já havia problema de *compliance* nos fundos, falta de preenchimento nos cadastros dos fundos, a diretoria que estava anterior já tinha detectado isso. A aplicação de fundos no próprio Mello Brascan com publicidade de taxa de administração em mais de dois fundos. E um fundo que a PRECE aplicou, um fundo aberto do Mello Brascan de CPR, se eu não me engano, foi Rio Bravo; que a PRECE ficou como único cotista, todo mundo sacou e a PRECE ficou como único cotista. Então, eu acho que tiveram motivos suficientes. E eu acho que, acredito que qualquer economia para a PRECE, 13 mil reais acho que é válido.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Bom, nessa mesma troca, não sei se deu o mesmo privilégio de um por outro, ou quando trocou o Banco Santos ficou como administrador, gestor e precificador. Ou seja, ele vendia CDB para ele mesmo, ele precificava e geria. Foi o senhor que transferiu todos esses poderes que eu considero anormais para o Banco Santos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Eu não. Não era gestor. O Comitê Estratégico, a diretoria e o Conselho.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Mas passava pelo senhor?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Não. Eu só participava. Era tudo em colegiado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Qual foi a mudança da política de investimento moderada para agressiva?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Não teve nada de agressivo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Nada. Então, por que foi permitido o uso de derivativos nas carteiras dos fundos exclusivos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Derivativo é uma maneira até do senhor fazer um *hedge* numa posição, você pode, desculpa, Deputado, o senhor pode considerar agressivo...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Fique à vontade.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

A partir do momento que você permita alavancagem de mais de uma vez o patrimônio. Qualquer fundo moderado ou conservador permite derivativo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Bom, se com tudo isso o senhor tiver razão, como o senhor explica que houve na sua gestão uma baixa rentabilidade?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Durante o período que eu fiquei lá não houve uma baixa rentabilidade.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Olha, no seu período, que foi o período de setembro ou dezembro de 2002.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Agosto.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Agosto. Não, os dados que eu tenho aqui é agosto. 5,29% na renda fixa, menos 4,47 na renda variável contra 11,01 do atuarial, sendo que a Bovespa rendeu neste período 6,5 positivo, e o CDI 6,43.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Esses dados estão incorretos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Eu vou ter que demitir toda a assessoria. Ou então confirmar se realmente é correto. Bom, o senhor teve aplicações no seu período que foram levadas à perda posterior? Porque o seu período lá foi muito pequeno.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

1 milhão do CDB do Banco Santos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

1 milhão de reais foram perdidos? Aliás, foram levados à perda, 1 milhão do Banco Santos.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Eu queria deixar claro que eu nunca tomei nenhuma decisão sobre investimento sozinho. Eu era analista de investimentos e era tudo tomado no colegiado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Então, na gestão do colegiado que o senhor estava na frente, não do colegiado, o senhor teve uma perda de 1 milhão de reais no Banco Santos?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Isso. O Banco Santos na época tinha o *rating* em baixo risco de crédito, como eu imagino que várias pessoas perderam com o Banco Santos, não foi só a PRECE.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor antes de operar na PRECE trabalhava em quê?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Sempre trabalhei em mercado financeiro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor trabalhava na NOVA INVEST?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Não, nunca trabalhei na NOVA INVEST. Sou cliente da NOVA INVEST

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Nem como *freelancer*, nem como...

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Nada nada?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

A SIXFLAGS(F) ficava no mesmo andar da NOVA INVEST.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

O senhor disse que não tinha, não tem relacionamento político, a não ser com um vereador no Rio de Janeiro. O senhor intermediou ou solicitou a alguém ajuda financeira para campanha de algum candidato?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Não, eu doei 15 mil reais para o Fernando Gusmão nessa última campanha.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Você doou contabilizado ou sem contabilizar?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Contabilizado.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Isso está no Imposto de Renda?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

No Imposto de Renda não. Porque eu dei um cheque meu que está dentro da minha declaração, eu não sabia que tinha que escrever campanha, eu acho que está dentro da legislação. Não precisa, está compatível com o meu rendimento.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

O senhor sabe se ele declarou isso?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Declarou, saiu até no jornal.

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Pois não, Sr. Presidente.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu, antes de encerrar com o Sr. Carlos, queria apenas fazer mais uma indagação. Porque não consegui visualizar com a resposta que V.Sa. me deu. Eu perguntei-lhe sobre o acompanhamento dos resultados dos fundos exclusivos e V.Sa. me disse que era o Conselho quem fazia. Mas como?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Desculpa, deixa eu consertar, então, a minha resposta. O acompanhamento era feito todos os dias pelas cotas. Todas as semanas eram abertas as carteiras e acompanhado os papéis que estavam sendo negociados. É porque eu não estou com os resultados aqui. Eu, é... A gestão, eu acompanhava a gestão, mas eu não conferiria título por título.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, tudo bem. Mas quais eram os parâmetros que o senhor utilizava para definir se a gestão estava ou não a tom de forma satisfatória?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

A rentabilidade. Teve fundo a 105 de CDI, fundo a 117 de CDI...

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, bastava alcançar a rentabilidade prevista que estava bom para a PRECE? Não interessava saber se por acaso o gestor tivesse um desempenho mais eficaz a PRECE poderia ganhar mais dinheiro?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Nesta, época a PRECE estava sob a fiscalização da SPC. Eu fiquei praticamente um mês inteiro fazendo relatório para a SPC.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o senhor está nos dizendo que não teve tempo para acompanhar?

SR. CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS:

Não. Deputado, tudo foi acompanhado. Só que esses

dados que o senhor demonstrou hoje eu desconhecia.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então não foi acompanhado. Bom, eu vou agradecer a presença de V.Sa., de vosso advogado. E vou suspender por apenas cinco minutos para que possamos registrar a presença no painel da Câmara dos Deputados, a fim de que não haja nenhuma penalidade do ponto de vista administrativo. São 16h15. Exatamente às 16h20 minutos nós retomaremos a nossa reunião para ouvir o Sr. Renato Guerra. Está suspensa a reunião.

Sessão suspensa às 16h15

Sessão reaberta às 16h34

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro reiniciada a presente sessão. E convido imediatamente para tomar assento nesta reunião o Sr. Renato Guerra Marques, ex-diretor da PRECE. O senhor se faz acompanhar de sua advogado, eu gostaria, por favor, que ela pudesse se identificar, também informando o número da sua inscrição na Ordem.

SRA. ADVOGADA: Meu nome é Andréa Légora, minha inscrição na OAB é 127044 – Rio de Janeiro.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Renato, nós temos sempre o costume de conceder a palavra aos nossos depoentes, a fim de que eles possam inicialmente fazer a sua apresentação, a qualificação profissional, um breve relato sobre o histórico técnico. E também deixando à vontade para apresentar qualquer tipo de informação que considere importante e oportuna para essa presente sessão. Então, desta forma, imediatamente eu lhe passo a palavra para que o senhor preste os seus esclarecimentos. Antes, porém, eu gostaria de qualificá-lo. Na minha opinião, o Sr. Renato está aqui na condição de testemunha. Porém, como ele recorreu ao Supremo, e o Ministro Nelson Jobim-- não o Ministro Nelson Jobim, mas o Ministro Gilmar Mendes no dia 8 de fevereiro de 2006 deferiu uma liminar concedendo-lhe, portanto, um *habeas-corpus*, eu gostaria de dizer que com essa decisão o senhor vai ser qualificado como investigado. E, nesta condição, está desobrigado a responder as perguntas que o auto-incriminem e que possam eventualmente lhe trazer qualquer tipo de complicação no curso da investigação. Então, respeito, acato e comunico a decisão do Ministro Gilmar Mendes, que cede um *habeas-corpus*, e devolvo-lhe imediatamente a palavra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Só para entendimento. Ele está na condição de testemunha e agora passa a ser investigado?

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS

MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, porque, particularmente, Deputado Carlos Willian, na nossa previsão inicial de convocações não estava a convocação do Sr. Renato. Até porque esta Sub-relatoria não obteve dos órgãos reguladores a informação do período que ele foi responsável pela gestão da PRECE. Nós fizemos uma diferenciação no enquadramento dos dirigentes e ex-dirigentes dos Fundos de Pensão. Alguns deles vinham aqui inicialmente na condição de testemunha e podem no curso do processo se tornar investigados. Como o Sr. Renato não teve sigilo quebrado, como o Sr. Renato não entrou no rol inicial das nossas dúvidas, então, eu estava entendendo que ele tinha essa condição de testemunha. Mas, na medida em que ele recorre ao Supremo, e se ele procura a proteção de um *habeas-corpus*, é porque pretende estar protegido para, em qualquer circunstância de auto-incriminação, ele ter o direito de se calar. Então, nessa interpretação, eu percebo que o mais eficaz, o mais correto, até para seguirmos uma linha do que vem acontecendo, todos aqueles que vem protegidos por *habeas-corpus*, por iniciativa própria, somente ele poderia ter essa iniciativa. Então, todos aqueles que vem protegidos, estamos enquadrando na condição de investigados.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pois não, eu concordo com a linha de raciocínio. Se o senhor permitir, iniciando, só para ter o entendimento, ter a informação do depoente qual o motivo que o levou, tendo em vista que não foi quebrado sigilo bancário nem nada, qual o motivo que o levou a obter ou impedir um *habeas-corpus* e conseguir uma liminar.

SR. RENATO GUERRA MARQUES:

Praticamente essa liminar vem em função de duas instituições, não só a PRECE quanto a CEDAE. Mas eu, por mim, eu até abro mão da *habeas-corpus*. Para mim não é interessante. Eu vim aqui para responder tudo que foi questionado e não tenho nada a esconder. Eu posso realmente abrir mão do *habeas-corpus*, se for possível.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS

MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, não é possível. Quando o senhor recorreu ao Supremo Tribunal Federal, o fez naturalmente com a orientação da CEDAE, da PRECE, mas o *habeas-corpus* é uma medida que só pode ser solicitada e provocada por iniciativa individual. É uma das proteções constitucionais de garantia individual do cidadão. Então, diante dessa decisão do Ministro Gilmar, eu não tenho como sequer questioná-la ou como discutir aquilo que está decidido. Uma

vez provocado o Poder Judiciário, e ele tendo se manifestado, resta-nos cumprir. Mas é claro que eu quero pedir a V.Sa., até lá V.Sa., no sentido de que possa colaborar com todas as informações.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Perfeitamente.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS

MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E também é bom a gente registrar, porque de vez em quando as interpretações que a imprensa dá, elas distorcem muito aquilo que é o procedimento normal. Não é porque uma pessoa é investigada que ela é culpada. Não é porque uma pessoa é investigada que ela já está condenada. Não. Se uma pessoa está sendo investigada é porque nós estamos examinando as suas atividades, nós estamos examinando as suas decisões para chegar à conclusão. Então, que fique muito claro também isso. Porque eu não quero que o senhor tenha nenhum constrangimento no dia de hoje.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Pois não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS
MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Lhe concedo a palavra para sua considerações iniciais.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Eu sou Renato Guerra Marques. Eu sou engenheiro da CEDAE; eu sou formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal Fluminense e fiz pós-graduação em Engenharia Sanitária Ambiental na UERJ. Entrei na CEDAE em 1974, então, eu já tenho 32 anos de empresa. E, além de estar na CEDAE, eu sou Conselho Fiscal da ABES – Rio de Janeiro. A ABES é a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária. Quando eu entrei na empresa, eu era eletrotécnico. E depois, por concurso interno, passei para o cargo de técnico de manutenção em eletromecânica; e depois, após a minha formatura, eu fui aproveitado no quadro de engenheiros. A partir dali, no quadro de engenheiros, a CEDAE é uma empresa de saneamento que cuida de toda a parte de saneamento do Estado do Rio de Janeiro. No Governo do Wellington Moreira Franco, eu fui assistente da Superintendência da Região dos Lagos. Quando eu falo em superintendência, superintendência é terceiro *staff* da empresa. O primeiro é o Presidente, o Diretor Presidente, depois é o diretor, e abaixo vem o superintendente. Depois eu deixei o cargo de assistente e fui ser coordenador de obras de comunidade de pequeno porte. Comunidade de pequeno porte são as comunidades que prevê suprir as unidades pequenas, pessoas carentes, em que o CENSO de 80 preconizava até 5 mil habitantes, e prover um sistema de abastecimento de água. E a minha área de atuação era região Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo duas superintendências: A de Campos e a de Miracema. Em

Campos, desenvolvemos trabalhos em comunidades muito pequenas, tipo Donana, Goitacases, Farol de São Tomé, Saturnino Braga e Murundu. Então, essas comunidades que realmente são poucas pessoas que vão ouvir falar. São comunidades, povoados pequenos que hoje tem um sistema de abastecimento de água. A mesma coisa em Miracema, cidade como Marangatu, Aperibé, São Sebastião do... São José de Barros, cidades pequenas que hoje tem um sistema de água muito bom. Ao fim do Governo do Wellington Moreira Franco veio o Governo do Leonel Brizola. No Governo do Leonel Brizola eu fui ser superintendente da CEDAE de Teresópolis; é uma região Serrana. E desenvolvemos trabalhos importantes, na qual nós fizemos um sistema de abastecimento de água de Bom Jardim, houve uma apreensão grande. O sistema integrado de Cordeiro e Canta Galo, Macuco. E já na região Noroeste Jamapará, Sapucaia e Santa Rita. E na própria Teresópolis, nós desenvolvemos um programa de hidrometração. Das superintendências da CEDAE, a que mantinha o maior índice hidrometração era a superintendência de Teresópolis. Só em Teresópolis nós tínhamos praticamente 75% da cidade hidrometrada. Em cidades pequenas tipo São Sebastião do Alto e Polo do Barro(F), nós tínhamos 100% de hidrometração. Terminado o Governo do Leonel Brizola, no Governo do Marcelo Alencar eu fui ser Superintendente de Transporte da CEDAE. Uma superintendência pesada. Nós tínhamos praticamente seiscentas viaturas leves e bastante viaturas pesadas. Nessas viaturas pesadas, eu era até indicado pela CEDAE para ser o representante junto à Defesa Civil para fornecer os equipamentos quando necessário; em época de catástrofe, de enchentes, desabamento de pontes, estradas, e coisa parecida estava lá a CEDAE junto com os equipamentos de retro-escavadeira, e outras coisas, caminhões basculantes. Então, sempre nós tivemos em atender o Estado e a população do Estado do Rio de Janeiro. Bem, e no fim do Governo do Marcelo Alencar vem o Governo do Anthony Garotinho. E eu fui ser coordenador de obras da região Metropolitana. Fizemos obras principalmente na área de... Ele priorizou muito a parte de esgoto no Grande Centro, onde eu fiz a obra, o projeto e obra da substituição do emissário por gravidade da Avenida Niemeyer e também de Ipanema, que pegava desde a confluência do Jardim de Alá até a confluência do emissário submarino de Ipanema. E trabalhamos também na galeria de cintura da Lagoa Rodrigo de Freitas. Esse programa foi um programa muito importante porque evitava o lançamento de esgoto através das galerias pluviais, que, por sua vez, corriam para dentro da lagoa. Então, esse programa hoje está 100% concluído. E melhorando muito a qualidade da Lagoa Rodrigo de

Freitas. Além dali, eu fiz o projeto e acompanhamos a obra, da duplicação da adutora da baixada. Um projeto muito grande, que nós tínhamos quase 16 quilômetros da adutora em aço, em diâmetro de 1.200, e que acarretava o acréscimo na vazão da ordem 2 metros cúbicos por segundo para a Baixada Fluminense. E para fazer essa obra, tivemos que fazer algumas melhorias dentro da estação do Guandu, que é a maior estação de tratamento de água do mundo em volume. Trata de praticamente 48 metros cúbicos por segundo. Então, ali dentro nós trabalhamos no auto recalque, na modificação dos equipamentos de eletromecânica, e também na recuperação dos filtros. E quando foi em 1999, em junho de 99, eu fui convidado pela Senadora a ser o Presidente do Conselho de Curadores da PRECE. Eu aceitei porque era, não era uma coisa que me tinha *full time* dentro da PRECE. Então, nós tínhamos reuniões semanais, ou até às vezes mensais. Então, não afetava muito a parte da PRECE. Quando chegou em 6 de agosto de 2002 – aliás, e saí do Conselho de Curadores em abril de 2002. Chegou em 6 de agosto, eu fui convidado pela patrocinadora a assumir a Presidência da PRECE. Que na época até perguntei ao nosso Presidente: “Por que eu?”. Simplesmente ele falou: “Olha, a diretoria atual está demissionária, estão pedindo demissão, e eu preciso de uma pessoa que tenha o perfil previdenciário, que pudesse assumir, que já conhecesse alguma coisa da área previdenciária. E eu gostaria que você colaborasse com a gente”. Eu falei: “ótimo. Nós somos funcionários e só funcionários da empresa pode assumir a Presidência da PRECE”. Então, eu fui Presidente da PRECE no período de 6 de agosto de 2002 até acho que 9 de janeiro de 2003. Ao assumir a Presidência da PRECE, eu fiz, chamei o gerente de cada área e pedi que fizesse um relatório sucinto gerencial das suas áreas. Muitas coisas foram notadas, podemos notar ali que já existia um programa de cadastramento dos ativos, que foram, realmente não foi eu que fiz, apenas dei prosseguimento no cadastramento – que foi muito bom para a empresa. Ele se findou no início de novembro praticamente. E que nós conseguimos ali detectar 40, 40 participantes que já não teriam mais direito de recebimento dos proventos da PRECE, que ainda recebiam e foram tirados. E outros planos também. A PRECE separa 10% dos investimentos dela para empréstimo aos participantes. E havia apenas 2% desses participantes. Fizemos um trabalho dentro da patrocinadora. E dentro desse trabalho nós conseguimos dobrar esse percentual para 4 até o final do ano. Na área de investimento, notamos que alguma coisa não estava a contento. Alguns relatórios anteriores mostravam uma falha do grupo gerenciamento dos grupos de investimento nosso, que é do

Mello Brascan, mostrava falha de *compliance*; e que os CDIs dos nossos fundos de renda fixa, de renda variável, estavam abaixo, menor que 60%. Então, alguma coisa tinha que ser feita na área de investimento. Como não só na área de investimento como algumas outras coisas que poderiam tocar ali dentro. Sei que o nosso tempo lá dentro da empresa foi curto. E o que nós podíamos ter feito, eu tenho certeza, eu como funcionário da CEDAE, como participante da PRECE, nós fizemos o melhor possível para a nossa instituição, que é dali que eu vivo e é dali que... Eu vou me aposentar daqui a dois anos e vou continuar precisando daqueles proventos. Ademais é isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço essa apresentação inicial. E a partir do relato feito por V.Sa. podemos constatar que o senhor tem uma vasta experiência na área de engenharia, sobretudo vinculada às questões de obras de saneamento, às questões ambientais. Agora, deste longo relato profissional, eu não ouvi o senhor falar de experiências na área de mercado, na área de investimentos, na área financeira em geral. Exatamente por que o senhor foi convidado para acumular a diretoria financeira com a diretoria principal, com o nome de Presidência; portanto, numa área muito técnica, numa área que exige um conhecimento apurado pelo menos de finanças, mas deveria exigir conhecimento de investimentos no mercado, do comportamento do mercado como um todo. Então, o senhor não tinha essa experiência, pelo que a gente pôde ouvir do seu relato. O que lhe fez ser convidado para assumir um cargo tão importante e técnico sem ter, pelo menos que o senhor tenha dito aqui, uma experiência mais afinada com essa área?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Eu realmente não tenho experiência na área financeira. Quer dizer, pelo relato que eu fiz, como o senhor mesmo abordou, minha experiência é na área técnica, principalmente na de engenharia ambiental. E quando eu fui para lá, o Presidente na época falou comigo que precisava de alguém com conhecimento na área previdenciária, que apesar das contas eu fiquei ali dentro dois anos, dentro do Conselho, Presidente do Conselho. E alguma coisa você absorve daquilo ali. Agora, na área financeira, eu esperava também que se fosse colocar um diretor financeiro. E já assumi em agosto. E passou o tempo e ele não colocou um diretor financeiro. E eu cancei de pedir. Eu pedi a ele que ele colocasse um diretor financeiro.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor se achava preparado para exercer diretoria presidência mas para não exercer a diretoria financeira?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Sim. Eu acho que a diretoria financeira deveria ser uma pessoa realmente com algum conhecimento na área financeira. Ou um economista, ou uma pessoa da área.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso pode ter trazido algum prejuízo para as atividades realizadas pela diretoria nesses meses que o senhor exerceu o cargo?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Prejuízo em si não. Porque nós tínhamos um corpo técnico dentro da PRECE, temos um corpo técnico dentro da PRECE muito bom. Então, as pessoas orientam realmente que o fazer.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o senhor acha que essa falta de experiência do senhor na área financeira, ela não trouxe nenhum problema, não trouxe nenhum prejuízo às atividades da PRECE?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não creio que trouxe, não. Não trouxe.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria saber exatamente quem convidou o senhor para assumir a Diretoria da PRECE.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: A patrocinadora, o Presidente da PRECE.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Presidente da CEDAE.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Da CEDAE. Desculpa. A patrocinadora.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era o Presidente da CEDAE à época?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Era o Celso Leitão.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era o Diretor Financeiro da CEDAE?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Arlindo. Não me lembro o sobrenome dele.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Celso Leitão, ele foi indicado por quem para a Presidência da CEDAE?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não sei.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não sabe?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não sei.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Assim como não sabe a indicação do Sr. Arlindo?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Também não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor estranharia se eu dissesse ao senhor que ambos foram indicados pelo Partido dos Trabalhadores, mais especialmente pelo fato de que houve uma mudança de Governo no Rio de Janeiro, e exatamente nesse período a Governadora era Benedita da Silva do PT. E o Partido dos Trabalhadores pretendeu fazer uma modificação ampla, completa, irrestrita nos cargos de confiança da CEDAE e da PRECE. Daí que indicou o Sr. Celso e o Sr. Arlindo? O senhor se surpreenderia com essa informação?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Deputado, não, não me surpreenderia. O senhor vê que, pelo relato que eu fiz, eu assumi cargos dentro de partidos diferentes. Quando há uma modificação de partido, quando há um poder no Estado, ele bota as pessoas que ele acha que estão de confiança. O senhor vê que eu fui superintendente em três Governos de partidos totalmente diferentes. Então, não é a surpresa que o Presidente assumindo na CEDAE, já que o partido do Rio de Janeiro seria gerenciado pelo PT, colocasse uma pessoa que fosse de responsabilidade deles, de confiança deles.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, foi objeto de uma indicação política a ida do Sr. Celso e do Sr. Arlindo para a CEDAE?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Para a CEDAE, sim. Para mim eu não creio. Eu tenho certeza que não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eles foram indicados pelo PT, os dois?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Provavelmente sim. O Presidente era do PT.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe se o Sr. Celso e o Sr. Arlindo eles mantinham uma relação mais próxima com determinados dirigentes petistas?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não sei.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não sabe.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não sei.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem a menor idéia de que ele poderia ter uma relação política com o Sr. Arlindo e o Sr. Celso?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não sei.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Arlindo, como

diretor financeiro, normalmente ele acompanhava muito as questões da PRECE?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não. Eu só cobrava muito dele quando ele deixava de fazer os repasses para a PRECE, repasses financeiros. Nós fazíamos contato, ele sempre deixava acumular o mês, não tinha recurso para pagar, pagava no mês seguinte.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como era a relação do senhor com o Arlindo?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Estritamente profissional. Só cobrava dele os repasses que normalmente deveriam ser feitos. E às vezes atrasava uma semana, atrasava um mês, ele pagava no mês seguinte. Cobrava dele, se não pagasse, ameaçava de fazer confissão de dívida.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós temos informações de que o Sr. Arlindo ele era incitado a realizar uma pressão grande sobre a PRECE nesse período para que negócios fossem consumados, negócios esses nem sempre favoráveis à Fundação. Alguma vez o senhor Arlindo, ele exerceu qualquer tipo de pressão, seja sobre o senhor, seja sobre qualquer um dos seus subordinados para que um determinado negócio fosse consumado pelo Fundo de Pensão?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Nunca me pediu nada nesse sentido.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Nunca.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que se deu a escolha do Carlos Eduardo para a gerência de investimentos?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Como eu falei ainda agora. Existia falha no sistema de gerenciamento de financeiro da empresa, da PRECE. E procurei no mercado pessoas que pudesse trabalhar na área de investimento. E solicitei, quer dizer, vi que já tinha lá no nossa RH alguns currículos. E analisamos alguns currículos. Não só eu, como também alguns funcionários que trabalham na empresa há anos, 20 anos, dez anos, e analisamos o currículo dele. E, por sorte, acho que tínhamos talvez quatro, cinco, não me lembro quantos currículos havia. E o dele foi selecionado. E após a seleção dele, chamei ele e falei, dei os parabéns por ele ser selecionado, convidei ele até para fazer uma palestra com o nosso colegiado, ele esteve lá, fez uma palestra e convenceu as pessoas que ele era uma pessoa de bom conhecimento no mercado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não houve nenhum

tipo de interferência externa para a escolha do Carlos Eduardo?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Nenhuma.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca ninguém solicitou por ele?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Ninguém, ninguém solicitou.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foram análises apenas limitadas ao senhor e ao corpo técnico da PRECE?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Exatamente.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor o chamou, o senhor ficou bem impressionado com a conversa que ele teve?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Eu li o currículo dele e ele fez uma explanação verbal que achei muito interessante. Pela passagem dele no mercado, pelo conhecimento dele achei interessante.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor também arguiu os outros concorrentes que levaram os seus currículos para a diretoria?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não, só argüi ele.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou o currículo dele era absurdamente superior aos outros ou então o senhor já estava decidido a contratá-lo.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Eu tinha pouco tempo de administração. Então, se fizesse o processo de seleção para ler todos, chamar um e outro, eu acho que eu perderia tempo. E eu acho que eu não tínhamos tempo para perder.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor sabe que no papel cabe tudo.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Como?

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No caso, ele que tinha o dever de escrever o currículo, podia ali colocar uma série de coisas que depois se confirmariam ou não. E eu penso que uma contratação para uma instituição que também administra recursos públicos, ela deve passar por um processo um pouco mais criterioso. Quer dizer, se diversos currículos foram encaminhados, por que não ter chamado a todos para ouvir as competências de cada um, e aí sim definir quem seria o contratado?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Achei muito bom o currículo dele. E tanto que eu conversei com ele

e ele foi conversar com a nossa área de investimento. E realmente ele foi aprovado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabia na época que ele era parente muito próximo da família Almeida Rego?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não sabia?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não sabia.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se soubesse, teria contratado?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Eu vou ser franco ao senhor. Eu só soube alguma coisa da família Rego agora que eu tenho... Agora na imprensa, com o que tem se dado por aqui. Nem eu sabia que eram pessoas ligadas diretamente ao mercado e que tinha dado esse problema todo. Eu não sabia disso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo bem, eu até acredito que o senhor não sabia. Mas, se soubesse, teria contratado?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Olha, ele é um bom profissional. Não me arrependo de ter contratado. Pelo profissional, pelo trabalho que ele apresentou dentro da PRECE, eu acho que eu teria contratado. Mesmo que tivesse problemas pessoais com outras pessoas.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me ocorre uma coisa aqui, eu queria que o senhor me ajudasse a concluir esse raciocínio; se eu tiver equivocado, o senhor tem todo o direito de me corrigir.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Claro.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor é um homem que tem vasta experiência na área de engenharia, na área de saneamento básico, na área ambiental. É convidado para assumir a diretoria, a presidência da PRECE; depois é surpreendido com o fato de ter que acumular a diretoria financeira. Reconhecendo aqui, publicamente, que não dispunha da qualificação e da proficiência necessária. Então, eu posso concluir, eu posso presumir que as questões técnicas deste curto período de cerca de quatro meses, todas elas eram sobremaneira tratadas pelo Carlos Eduardo. Posso ou não?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não. Ele poderia levar os problemas e nós tínhamos um colegiado para analisar os assuntos pendentes na área de investimento. Existe o Comitê Tático e existe o Comitê

de Investimento. Então, sempre ele levava, fazia um relatório, abordava os assuntos, e no colegiado eram definidas as posições.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem compunha o Comitê de Investimentos?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Era o presidente, no caso eu; tinha o diretor de seguridade; tinha o gerente de investimento, que era ele, tinha... Eram sete pessoas na época.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porém, o único com o conhecimento de fato da área financeira, das questões de mercado, das operações era ele?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Veja bem, a experiência dele no mercado é muito grande. As pessoas também que já trabalham lá dentro, nós tínhamos lá um funcionário que ele era o gerente, era o assessor de investimento, ele é muito bom e já trabalhava na empresa há 20 anos. Então ele também tem experiência nisso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque, veja, o Carlos Eduardo era do mercado, era operador do mercado, dono de corretora, depois dono de uma outra empresa chamada SIXFLAGS(F), conhece inquestionavelmente cada ponto, cada passo do mercado. É convidado para assumir a gerência, é contratado pelo senhor. O senhor me diz, e nós já reconhecemos aqui, que o senhor não tinha experiência na área financeira. Aí agora o senhor remete para o Conselho, o Comitê de Investimento, melhor dizendo, a responsabilidade pelas decisões. Mas, ao que me parece, havia um peso fundamental, um peso excepcional da palavra do Sr. Carlos Eduardo. Justamente por conhecer o mercado, por ter experiência e por ter vindo do mercado.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Concordo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor concorda. É bom a gente deixar isso muito claro. Porque o Carlos Eduardo aqui esteve, há muito pouco tempo, e disse o seguinte: Que ele era quase que um cumpridor de ordens. Disse que as decisões eram tomadas pelo Comitê de Investimentos. Remeteu, portanto, ao Comitê, ele citou o Conselho, mas imagino que ele possa ter se enganado na terminologia. Mas disse mais, disse que a palavra final era do senhor e deu a entender aqui, eu não conhecia o currículo do senhor, que discutia as questões dos investimentos com o senhor. Mas o senhor não tinha experiência na área de investimentos. Como me parece que quase todo o quadro da diretoria da PRECE também não tinha, exceto esse assessor que o senhor disse aqui que a PRECE possuía. En-

tão, fica claro que o Carlos Eduardo, nesse período, ele teve um papel fundamental na tomada de decisões dos investimentos que a PRECE fazia. O senhor faz algum reparo a essa minha conclusão?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Se for pensar nesse ponto, sim. Agora realmente existe um colegiado e outras pessoas também que estão ali dentro há mais tempo, principalmente esse assessor financeiro que eu falei com o senhor que existe lá, ele também conhece. Ele pode não ter a profundidade que ele tem, que o Carlos Eduardo tem, mas ele conhece alguma coisa também, bastante de investimento.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com isso eu posso concluir que eventualmente, eu não estou falando em casos práticos, mas eventualmente, se o Carlos Eduardo, ele levasse uma determinada operação e submetesse essa operação ao Comitê, operação que, aparentemente, numa a primeira vista, seria positiva para o Fundo. Porém, que por trás dela ou ao lado dela poderiam existir interesses que só o mercado conseguiria enxergar. Então, muito dificilmente o Comitê teria como contestar aquele encaminhamento feito pelo Carlos Eduardo. O senhor concorda?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Concordo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, pode ter havido alguns casos em que o Carlos Eduardo tenha levado certas, certos encaminhamentos para o Comitê; que o Comitê, de boa-fé, estou falando sempre em tese, tenha embarcado numa opção que o próprio Carlos Eduardo teria feito. O senhor sabia que o Carlos Eduardo tinha uma prima chamada Fabiana Carneiro?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não sabia que a família dele tinha muita coisa com o Fundo de Pensão?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Só soube, depois que ele conversou comigo, que a mulher dele também trabalhava no mercado financeiro. Uma conversa que nós tivemos.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não haveria alguma incompatibilidade de ele ser gerente de investimentos da PRECE e a mulher dele operar no mercado?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Deputado, eu não vi por esse lado. Pode haver, mas eu não vi por esse lado. Tanto que nós não recebemos nenhum, não foi ninguém lá solicitar nada para a gente, não foi ninguém procurar a gente para fazer alguma coisa. E ele em momento nenhum ele se colocou a: "Faz esse tipo de operação porque a minha mulher trabalha nes-

sa corretora... Trabalha nisso, faz aquilo". Em nenhum momento houve isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor teve curiosidade de saber onde é que a esposa dele trabalhava?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque, examine. De repente ele poderia estar sugerindo negócios, sugerindo operações de empresas, eu não estou dizendo que isso aconteceu, mas pode ter acontecido. De empresas que operavam com a esposa dele, onde haveria obviamente um favorecimento pessoal. E como o senhor não teve curiosidade de saber qual era a empresa dela, pode ter acontecido do senhor ter assinado, ter encaminhado ao Comitê, e de ele ter feito negócios que favorecessem ou a esposa ou a família; que o senhor também não conhecia que a família dele toda operava no mercado. E ainda assim o senhor não vê nenhuma incompatibilidade.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: É difícil. Realmente eu não vi isso. Eu não analisei por esse lado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me permita entender. Como diretor presidente, quais eram as atribuições do senhor?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Bom, o presidente é o que gerencia toda a área da empresa, tanto os ativos, passivos e toda a-- inclusive toda a arrecadação dos inativos e ativos. A parte financeira você faz os pagamentos, efetua, faz as verificações das letras, os investimentos. E, assim, é uma missão grande.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais motivos levaram ao senhor sair da PRECE?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Como há uma mudança de Governo, quer dizer, como houve uma mudança de Governo e entrou a nova Governadora, sabíamos já de antemão que toda a diretoria seria alterada. E por isso fui demitido, saí, e voltei para o quadro da empresa para ser engenheiro.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem que comunicou ao senhor que o senhor deveria deixar o cargo?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Na época foi eu acho que o diretor financeiro. O diretor financeiro falou comigo que estava fazendo algumas substituições no quadro.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Diretor financeiro da CEDAE.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: CEDAE.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Arlindo?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não, o Arlindo já tinha saído também.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ah, o que substituiu o Sr. Arlindo?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele aí chamou o senhor e disse que gostaria do cargo?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Isso. Ele estava fazendo a substituição, faria uma nova diretoria na PRECE, ia mudar o diretor, o presidente. Todos nós saímos.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para o senhor assumir o cargo de diretor presidente e diretor financeiro, foi feita alguma mudança estatutária na PRECE?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Na minha época não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Na minha época não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, durante todo esse período do senhor não houve nenhuma mudança estatutária?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Nenhuma mudança estatutária.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu lhe questionaria o seguinte: Como é que o senhor avalia o desempenho da diretoria que antecedeu ao senhor? Porque uma coisa ficou um pouco claro depois de vários depoimentos de diretores, de gerentes, enfim. Que normalmente uma diretoria procura desqualificar o trabalho da outra. No caso, a diretoria que o antecedeu procurou desqualificar a sua diretoria. Mas a diretoria que o sucedeu também procurou desqualificar a sua diretoria. Então, houve essa situação, foram depoimentos públicos, é de conhecimento aqui dos membros da CPMI. Muito bem, dito isso, eu queria saber a opinião do senhor. Primeiro a respeito do desempenho da diretoria que o antecedeu. É óbvio que o senhor sabe, porque deve ter feito um diagnóstico completo quando assumiu. E depois também um relato do senhor a respeito das mudanças que foram feitas após a sua saída, do comportamento dos diretores que substituíram o senhor. Eu acho que o senhor tem condições de fazê-lo porque é funcionário da CEDAE. Como o senhor mesmo disse aqui, preo-

cupado com a sua aposentadoria, é um segurado da fundação. E tendo sido diretor, não vai, obviamente, se descuidar de acompanhar o desempenho da Fundação. Então, eu queria que o senhor pudesse fazer um relato daquilo que foi a gestão anterior ao senhor e daquilo que foi a gestão posterior ao senhor.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: O anterior foi, como eu falei antes, que eu fiz um relatório do relatório gerencial, eu notei algumas falhas no acompanhamento dos investimentos. Aquilo lá realmente é uma falha, mas cada um tem um tipo de acompanhar. Se ele errou, foi substituído. Não sei. Falar deles eu acho que todos nós que estamos na PRECE, tanto o que me antecedeu, tanto o que me sucedeu, tenho certeza, eu acho que todos que estão ali estão fazendo o melhor pela Instituição. Se há erros, todos nós erramos. Eu acho que eu conheço ali desde o primeiro presidente que foi fundador, o segundo e o terceiro. Eu sou sócio-fundador da PRECE. Então, eu creio que não tem como analisar se uma foi mal, a outra ruim. Eu acho que todos nós estamos ali para dar o melhor da gente. Então, é como eu falei com o senhor, quando eu vi que houve uma falha de gerenciamento, procuramos melhorar. Melhorar, procurar melhorar o gestor, botar uma pessoa de mercado para trabalhar. E não adianta fazer crítica. E a pessoa que me sucedeu eu creio que deve ter feito também uma administração compatível com a capacidade deles, porque todos nós somos funcionários da empresa.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, com isso, nós podemos considerar que nesse período de 2000 a 2005, que é o da investigação da CPI, a PRECE sempre esteve as 1.000 maravilhas.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não, em absoluto. Como vocês estão notando, os problemas que estão sendo detectados, eu sei que os problemas estão sendo corrigidos. Ou serão corrigidos futuramente.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor está tendo uma postura diferente dos demais diretores. Porque os demais diretores estiveram aqui e procuraram desqualificá-lo completamente, inclusive fazendo uma série de ilações de natureza política. Por exemplo, o Sr. Pedro Evandro Ferreira, que foi diretor financeiro antes da entrada de V.Sa., disse claramente que o que levou a saída dele foram motivos políticos. Se considerou injustificado e, devido a interferências políticas, segundo ele houve a substituição e, na avaliação dele, uma substituição mal feita. O que é o que senhor tem a dizer desse depoimento do senhor Pedro Evandro.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Eu gostaria até que na época que ele continuasse como dire-

tor financeiro, só que, infelizmente, não cabia a mim definir isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa também era a outra pergunta.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Foi o diretor presidente que na época da CEDAE que promoveu as mudanças. Mas, por mim, ele continuaria. Ele é um colega, uma pessoa da empresa, se não me engano, ele é economista. Então, eu acho que ele tem capacidade de exercer.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porém, os motivos políticos impediram que isso se confirmasse.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não vou entrar em problema político, vou entrar em problema da presidência da CEDAE, da patrocinadora.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu lembro o Sr. Celso Leitão, Sr. Arlindo indicados pelo PT. Quando o senhor assumiu--

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sr. Presidente--

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não, Deputado Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Se fosse o PFL que estivesse governando, era ele quem indicaria. Eu preciso dizer isso, porque dá a impressão que ser indicado por algum partido é como se fosse crime.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Não é crime.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Crime é o que fiz querem a PRECE.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Aí tem que provar quem fez. Também não dá para insinuar que foi esse ou aquele. No final do relatório vai indicar, provavelmente, quem fez o crime.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Rosinha, V.Exa. tem razão.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Porque todos os cargos que são da indicação política, independente do Governo, ele vai indicar seus parceiros. Agora, se esse parceiro cometeu um crime, tem que ser investigado e pronto. E é isso que cabe a nós.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa é a questão.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Vamos fazer isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa é a questão. V.Exa. tem razão. A CEDAE é uma empresa do Estado, possui cargos de confiança, o nome cargo de confiança já diz tudo, caberia uma indicação do partido que estava governando. Porém, o que nós estamos questionando aqui, quer dizer, quando se frisa é porque foram feitas indicações, a nosso ver, de pessoas que talvez não estivessem preparadas para exercer aqueles cargos. Não estou nem falando do senhor. Por favor, até porque o senhor já procurou aqui separar indicação. Mas é por isso que eu estou dizendo. Não é que a indicação seja equivocada. O equívoco é o que aconteceu na PRECE, esse é o problema. Que é o que nós estamos investigando. Mas, voltando, quando o senhor assumiu, que orientação recebeu da patrocinadora? Para ter um perfil mais moderado e conservador nos investimentos da PRECE ou um perfil mais agressivo e arrojado?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Essa orientação nós não tivemos da patrocinadora. Essa orientação foi quando nós contratamos o Eduardo e vimos que ele analisou os relatórios anteriores, e vimos que em 2001 parece que todas, todos os investimentos na PRECE eram feitos na carteira própria. E a partir parece que de março, abril, não me lembro a data, os fundos começaram a ser terceirizados. Ou seja, 90% dos fundos começaram a ser terceirizados. E tinha o gestor, e tinha o grupo Mello Brascan que gerenciava os gestores. E isso aí foi permanecido. Não teve nada de agressivo, foi dado uma continuidade do sistema que já tinha antes. Não foi nada de--

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. sabe que o ano de 2002 foi o pior ano na história da PRECE. A PRECE teve uma redução de 7% do seu patrimônio líquido, a PRECE teve um alcance negativo de 30% da meta de rentabilidade prevista, a PRECE fez negócios, a nosso ver, inexplicáveis. Agora, pelo menos, fiquemos por enquanto com esses dois outros dados, porque são obtidos a partir da contabilidade da própria fundação. Então, evidente que nós registramos que o ano de 2002 foi um ano atípico na economia brasileira. Houve realmente uma oscilação do mercado fora do normal, uma crise econômica. Porém, eu indaguei o dirigente da PRECE do período de janeiro até agosto, portanto que antecedeu a gestão de V.Sa., e ele aqui disse com toda a clareza que, além das questões econômicas, o resultado negativo registrado pela Fundação se devia à gestão infeliz que sucedeu a dele. Portanto, fazendo referências à gestão do senhor. Como é que o senhor avalia, primeiro, esse resultado da PRECE em 2002, 7% de redução do seu patrimônio, com uma rentabilidade

vergonhosa. E, sobretudo, como é que o senhor avalia aquilo que contribuiu, o período que foi até agosto e do período que foi de agosto a dezembro. Queria que o senhor pudesse nos dar explicações sobre isso.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Eu acho que a informação dele, acho que talvez não bata muito com os números que nós temos nos relatórios. A rentabilidade do investimento do FAC se encontrava com o rendimento menor que 60% do período de janeiro a agosto. Quando chegou de agosto até dezembro, nossa rentabilidade chegou a 91% do FAC, o fundo de investimento. Quer dizer, então se tirar uma média por outra, vê que o nosso ficou em 91% e o dele, em um período maior, ficou menor que 60%. Então eu acho que as informações dele não condizem com o resultado que nós tínhamos no relatório apresentado dentro da PRECE.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas esses números dizem apenas respeito aos investimentos feitos em renda fixa, não é isso?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Renda fixa e variável.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aos dois?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Aos dois.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Houve uma mudança no administrador da PRECE. O administrador dos recursos era o Mello Brascan. Tão logo o senhor assumiu a diretoria da PRECE, houve uma substituição pelo Banco Santos. O que levou a saída do Mello Brascan? Que critérios foram utilizados para a seleção do Banco Santos? E como é que se deu esse processo de substituição?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Nós havíamos, porque no relatório apresentado em 2002, no início de 2002, uma falha do grupo Mello Brascan, inclusive com problema de *compliance*. Então, eles mesmos já tinham feito esse relatório e mostrava um certo descontentamento com o banco. E, entre outras coisas, isso daí eu me lembro bem de cabeça que estava havendo. Então, nós optamos no mercado, tentamos conseguir no mercado um outro administrador para os nossos fundos. O administrador teve lá mais dois ou três que foram nos procurar e o Banco Santos foi o que melhor atendeu as nossas perspectivas.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem fez essa avaliação?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: O próprio Comitê. Fizemos uma análise no Comitê--

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O próprio Comitê, onde o Sr. Carlos Eduardo era o mais preparado do ponto de vista técnico para a área de investimentos?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Ele levava, ele mostrava, tinha outro, outro gerente, quer dizer não é gerente, o analista de investimento também, analisava e o Comitê, quer dizer, analisava os fundos dentro do mercado que nós precisávamos.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Carlos Eduardo defendeu o nome do Banco Santos?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não, acho que nós ouvimos mais dois ou três. Ele levou não só o Banco Santos, mas mais dois ou três.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas ele defendeu a contratação do Banco Santos?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não, ele colocou na posição e botou para que nós escolhêsemos.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, ele não teve participação na escolha, levou dois ou três nomes.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não, levou dois ou três e nós escolhemos.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí os senhores escolheram?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Escolhemos. Esse Banco Santos ele apresentou uma taxa de administração menor, um sistema de transparência de contato on-line através da Internet, diário. Parceria em promoções e eventos e uma análise de risco e desempenho na carteira on-line. Até porque o Banco Santos, naquela época, estava no ranking aí parece que 25, 26, se não me engano, entre os 26 melhores na América Latina.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais foram as outras instituições que o Carlos Eduardo levou para a apreciação do Comitê?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Ah, doutor, agora de cabeça não me lembro, não. Parece que até o Itaú, se não me engano, esteve lá. Tinha apresentado. Teve um que apresentou uma proposta, mas não fazia no sistema do, não operava com a gente.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por exemplo, entre o Itaú e o Banco Santos foi uma opção vantajosa escolher o Banco Santos?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Porque acho que teve um banco, se não me engano, ele foi desqua-

lificado porque não atendia a nossa necessidade na área de investimento. Ele não fazia o que nós queríamos. Agora de cabeça não lembro qual foi.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além dessa mudança na administração, nós verificamos também uma mudança expressiva nos gestores dos fundos exclusivos. Nesse período, o STUTTGART passou a ser gerido pelo Santos, era gerido pelo BBA. O HAMBURG(F), que era pelo PAVARINI, passou a ser pelo BMC ASSET. O FLASH MIDDLE (F) que era do BNP PARIBAS passou a ser do Santos. O LISBOA que era do BNL passou a ser do BMC. O ROLAND GARROS, que era do LATIN INVEST ASSET passou para o banco XAIM. Então, a gente vê aqui o seguinte: Que pelo menos em três desses fundos exclusivos a gestão cabia ao Banco Santos, ou passou a caber ao Banco Santos. Então, além de administrador, o Banco Santos se demonstrou também um bom gestor para esses fundos exclusivos, é isso?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Doutor, essa resposta, realmente eu reconheço, não sei.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor se lembra como é que foi feita a seleção dos gestores dos fundos exclusivos?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Gestor é aquele que apresentava melhor ranking no mercado. Se estivesse dando um valor abaixo do mercado, eles saíam.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo bem.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Era mostrado, levava, e fazia um relatório dos investimentos feitos nele, o que não mostrasse uma rentabilidade compatível com o que nós necessitávamos, depois ele era, saía. E alguns permaneciam.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá bom. Mas eu pergunto a respeito da primeira escolha. Porque, quando os senhores chegaram, houve a mudança na administração, rapidamente, e dos oito fundos exclusivos houve mudanças em seis. Na gestão de seis fundos exclusivos. Dos seis que sofreram mudança, três passaram a ser geridos pelo Banco Santos. Então, no momento da primeira escolha, qual foi o critério que governou a decisão de V.Sa.s.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Primeira escolha aquelas que atendessem realmente a necessidade de mercado ou obtivesse índices capazes de atender a necessidade.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é do Banco

Santos que estava mais diretamente ligado a essa negociação com a PRECE?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não me lembro.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não se lembra? Nem que função ele exercia no banco?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, no entanto, essa pessoa--

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Esteve lá, assinou contrato, esteve conosco.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Manteve contato com V.Sa.?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Manteve, manteve contato, assinou contrato conosco.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A diretoria da patrocinadora participou dessa discussão?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em nada?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Nada.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Arlindo e Sr. Celso ficaram completamente alheios a isso?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Também não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deram autonomia total para que os senhores decidissem?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Total.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguém da patrocinadora compunha o Comitê de Investimentos?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não. Patrocinadora que você diz é cargo gerencial ou funcionários?

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, eu pergunto se alguém da patrocinadora, que não funcionário da PRECE, da Fundação em si, mas exercendo atividades na CEDAE, se alguém da CEDAE compunha o Comitê de Investimentos da PRECE?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Tinha o gerente, o diretor de seguridade e um diretor eleito pelos representantes da CEDAE.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas ambos se tornaram diretores da PRECE.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Diretores da PRECE.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que eu pergunto é o seguinte: Excluindo os diretores da PRECE, algum funcionário da CEDAE fazia parte do Comitê?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, o Santos virou administrador, virou gestor de três fundos exclusivos, tinha a responsabilidade por fazer a precificação dos títulos. E mais: Precificou os seus próprios títulos. E aí vendeu os seus próprios títulos para o Fundo de Pensão. Não há aí uma incompatibilidade? O Santos administra, ele é responsável pela gestão, ele precifica os títulos, e ainda por cima ele vende os seus próprios títulos? Não há um choque, não há um conflito? Isso não foi detectado por V.Sa.s.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Eu não detectei. Pode ser que o gerente de investimento, na época, tenha detectado e tenha tomado alguma atitude de que não me passou.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque um dos argumentos utilizados pelo Sr. Paulo Martins, atual gerente de investimento da PRECE, para a substituição do Banco Santos foi esse. Que o banco tinha a função de precificar em tese tendo que defender os interesses do fundo, mas precificava os seus próprios títulos, aí já defendendo os seus interesses particulares e privados. E segundo o Sr. Paulo Martins, o Banco Santos realizou precificações completamente fora dos padrões de mercado. O senhor acha que isso não aconteceu?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Eu não acompanhei isso. Eu não vi isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que os senhores se preocupavam em avaliar os resultados dos investimentos da Fundação? Sejam os investimentos realizados em carteira própria ou aqueles descentralizados para os fundos exclusivos?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: O gerente de investimento, ele fazia mensalmente ou semanalmente um relatório das atividades que eram realizadas. Até porque o banco, o próprio Banco Santos colocava isso on-line para todos os diretores terem uma senha e acompanhar. Mas, de qualquer forma, o gerente de investimento fazia um acompanhamento e levava em relatórios para a gente.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então era ele quem fazia?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Ele que fazia o relatório e acompanhava.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A função de acompanhar todo o relatório era do Sr. Carlos Eduardo.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Carlos Eduardo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu entendo que ele nos disse aqui uma coisa completamente diferente do que o senhor está dizendo. Até ele nos disse o seguinte: Olha, a última colocação que ele fez foi que como ele teve que responder a uma auditoria da SPC, não lhe restou tempo para acompanhar os resultados apresentados pelos gestores desses fundos exclusivos. Isso foi dito pelo Sr. Carlos Eduardo aqui nessa CPMI. Em sessão pública foi a última pergunta que eu o fiz. Se ele não acompanhava, se o senhor não acompanhava, quem é que acompanhava?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não, ele fazia este resultado e levava para o Conselho, o Conselho que analisava os resultados. O Comitê Tático de Investimento, Comitê Tático Gerencial que acompanhava.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas era ele quem fazia e levava os pareceres?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Levava os pareceres e era analisado no Conselho.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Depois eu quero que a assessoria possa resgatar exatamente nas notas taquigráficas a resposta do Sr. Carlos Eduardo. Porque se realmente ele disse o que eu estou me lembrando que disse, que ele não teve condições de fazer esse acompanhamento mais de perto, mas era ele quem assinava os pareceres e submetia ao Comitê... A propósito, o Comitê alguma vez rejeitou algum parecer do Sr. Carlos Eduardo?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Ah, sim. Em algumas coisas eram rejeitadas. Muitas coisas rejeitadas, muitas coisas aprovava.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E que coisas eram rejeitadas?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Quando a gente via que o resultado não atendia às especificações do mercado. Quando os índices estavam abaixo do necessário.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E quem é que tinha dentro do Comitê, normalmente, o hábito de enxergar essas distorções?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Tinha esse coordenador financeiro que estava lá, e tinha uma pessoa que era do sindicato, que eu não me lembro o nome dele. Que era bem, tinha um conhecimento em alguma coisa de investimento.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, em várias vezes houve divergências com relação aos pareceres do Sr. Carlos Eduardo.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Algumas vezes, sim.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Poderia exemplificar alguma dessas vezes?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Assim de cabeça eu não tenho.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Sr. Marcelo Sereno?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca esteve com ele?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Nunca.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Luiz Paulo Viveiro de Castro?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Também não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O vereador Fernando Gusmão?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não. Antônio Gusmão eu sei que é Vereador do Rio de Janeiro, exatamente. Contato físico com ele nunca tive.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como o senhor também deve saber que o Marcelo Sereno é dirigente político do Rio de Janeiro. Nesse período de quatro meses, o senhor teve contato com corretoras?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem tinha normalmente contato com as corretoras, falando pela PRECE?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Eu deixei isso a cargo do gerente financeiro, gerente de investimento.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Carlos Eduardo?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Carlos Eduardo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, toda a interface com o mercado era feita por ele. Correto?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Correto.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Sr. André Figueiredo?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não, senhor.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca nem ouviu falar dele?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Nunca.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não conhece operadores de mercado?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é o ambiente do senhor.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu não vou nem colocar apresentação, porque se o senhor disse que não teve contato com nenhuma corretora, como é que eu posso questioná-lo a respeito do desempenho das corretoras nos mercados derivativos? Porque o que nós verificamos, e vou lhe mostrar para não termos que fechar novamente a reunião; esse primeiro quadro é relativo ao período total de análise, de 2000 a 2005. O senhor pode ver, aqui nós temos os ajustes negativos de um lado e os ajustes positivos de outro. Nos interessei saber o que estava por trás dos ajustes negativos. E nós vimos que tinha uma concentração demasiada com algumas corretoras, que são essas corretoras aqui que o senhor pode ver. E o senhor pode ver os percentuais elevadíssimos de ajustes negativos para a PRECE como comitente realizados em operações onde estavam envolvidas essas corretoras. No período do senhor a gente verifica essa ocorrência, principalmente com algumas corretoras. O senhor pode ver aqui nos, um, dois, três, quatro, cinco, nos cinco primeiros casos, o senhor pode ver que são percentuais extremamente expressivos. Isso aqui é o período do senhor. Nesse caso aqui também, olha. Eu queria só fazer uma-- Engraçado, tem um dado muito interessante que a gente não pôde visualizar na anterior. Eu só queria confirmar com a assessoria se esse dado da NOVA INVEST procede. O senhor sabia que o Carlos Eduardo, ele opera única e exclusivamente com uma única corretora? O senhor sabia disso?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sabe qual é o nome dessa corretora?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Também não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): NOVA INVEST. O senhor pode ver aqui o desempenho da NOVA INVEST nas operações que fez com a PRECE? Isso aqui é a quantidade de vezes, e aqui representa o percentual do volume total negociado. Significa dizer que quando a NOVA INVEST operou com a PRECE, nessa quantidade de vezes, com esse volume aqui, a PRECE teve ajustes negativos. E num valor alto, o senhor pode ver aqui, olha.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Considerável.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É ou não é um valor alto? Aí, para minha surpresa, eu não sei por que não apareceu naquela versão inicial, a gente vem para a corretora logo aqui em baixo da NOVA INVEST. O senhor ouviu falar na corretora SÃO PAULO?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é. Ela aparece aqui como a corretora que mais promoveu ajustes negativos para a PRECE, em volume total. Os percentuais são um pouco menor do que da NOVA INVEST, mas muito próximos. Vamos aqui à Corretora LIQUIDEZ. O senhor pode ver aqui os percentuais expressivos com um volume--

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Considerável.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Considerável. Eu quero puxar a orelha da nossa assessoria, porque esses dados não podiam ter faltado para a arguição do Sr. Carlos Eduardo.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Por que não faz a arguição com ele de novo?

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Olha esse último aqui. O senhor já ouviu falar na BÔNUS BANVAL?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): BÔNUS BANVAL foi um das corretoras que serviu ao esquema de transferência de recursos construído pelo Sr. Marcos Valério. O senhor está vendo aqui o desempenho da BÔNUS BANVAL nesse período do senhor? Está vendo aqui o volume? Então nós temos a NOVA INVEST, a SÃO PAULO, a LIQUIDEZ e a BÔNUS BANVAL com esses

valores e com esses percentuais. Eu queria chamar a atenção do senhor para uma coisa que é importante. Aqui no final a gente tem o total do que foi ajuste negativo e temos o total do que foi ajuste positivo. Considerando o período de cinco anos, a PRECE teve mais ajustes positivos do que ajustes negativos. Porém, apenas nesse período aqui, que foram os meses do senhor, a PRECE no líquido vai registrar um volume muito maior de ajustes negativos do que de ajustes positivos. O senhor pode ver que essa diferença aqui.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: É grande.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É uma diferença grande. Eu lhe pergunto, não como dirigente, porque o senhor não conhecia as corretoras, o senhor não tinha experiência no mercado derivativos, mas eu pergunto como segurado. O senhor não fica preocupado com esses dados?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Muito. Fico.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não acha que aqui pode ter tido um sério problema na condução das atividades do Sr. Carlos Eduardo? Já que ele era o responsável por acompanhar o mercado, por ter a interface com as corretoras?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Eu acho até que deveria conversar com ele e mostrar por que nós chegamos a estes valores. Deve ter uma explicação sobre isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é. Ele, foi apresentado a ele sem apresentar o nome de todas as corretoras. Mas, porém, o resultado total ele teve acesso. E, no entanto, não conseguiu nos dar uma resposta que permitisse à CPMI chegar a qualquer conclusão. Mas o senhor concorda que isso aqui é inaceitável.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Realmente, é uma perda grande. Mas tenho certeza que com a capacidade que ele tem, ele vai justificar isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só quero lembrar ao senhor que a NOVA INVEST é a corretora que ele operou, que ele estava autorizado a operar, aliás, a única corretora com quem ele operou, ele, como pessoa física. A SÃO PAULO é uma corretora que está sendo extremamente investigada pela CPI, a BÔNUS BANVAL nem se fala, e aqui a LIQUIDEZ. Aqui nós temos operações com títulos públicos. Uma parte dessas operações foi realizada pela PRECE operando em carteira própria; outra parte foi realizada através das operações com os fundos exclusivos. Ou a PRECE comprava por um preço unitário superior ao preço negociado no mes-

mo dia, e em diferentes cadeias negociais, quer dizer, numa mesma cadeia com outras operações havia um determinado preço, aí a PRECE, quando comprava, pagava um preço maior do que aquele anteriormente negociado pelo mesmo título, na mesma quantidade. Quando a PRECE vendia, ela vendia por um preço inferior. Então, quando ela comprava, ela comprava por um preço superior. Quando ela vendia, ela vendia por um preço inferior. A somatória somente do período que o senhor administrou a PRECE, porque o senhor pode ver, a primeira operação aqui é de 9 de agosto de 2002 e a última operação é de 23 de dezembro de 2002. Então, nós estamos extremamente limitados ao período da sua diretoria.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Hum-hum.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi registrada uma diferença em desfavor da PRECE desse valor. E eu diria que existe uma outra coisa que precisa ser colocada que é o fato de, em geral, quando a PRECE estava perdendo, aparecerem sempre duas corretoras. Uma delas é a corretora TUFA, que depois veio a se chamar EURO. E a corretora QUANTIA. Em quase todas as operações em algum momento da cadeia negocial vai aparecer ou a TUFA ou a QUANTIA. Resultando nisso aqui, nesse valor. Que senhor pode ver. Mais uma vez eu lhe pergunto: Como segurado da PRECE, o senhor acha que esse é um desempenho favorável ao fundo?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não, não é um empenho favorável. Em perda nunca é favorável.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essas operações com títulos públicos eram acompanhadas pelo Carlos Eduardo?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Com o Carlos Eduardo e também com o Conselho. E o Comitê.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E com o Comitê. Mas o Carlos Eduardo levava o parecer dele, submetia ao Comitê e o Comitê--

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Analisava e verificava os-- Isso, desculpa.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Quer dizer, em nenhum momento isso foi mostrado para a gente. Os relatórios que nós tínhamos, que eram apresentados, que apresentava relatório de tudo que fazia, não aparecia isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá bom. Agora, uma

pergunta: Alguma vez chamou a atenção do Comitê algum tipo de operação de título público o que Comitê questionasse?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Assim de cabeça eu não me lembro qual operação. Se houve. De vez em quando existia, porque a pessoa levava um título: “Isso não é bom, isso está assim, está assado”. Agora, assim, de cabeça, há três anos.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os resultados nunca foram questionados?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Questionava-se os resultados.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De operações com títulos públicos?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Com títulos públicos.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, os senhores podem ter detectado esse problema aqui?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Pode ser que tenha sido detectado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso constaria em Ata?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Provavelmente, sim. Podemos tentar verificar se existe Ata mostrando isso.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós já caminhamos para a fase final da nossa reunião. E aqui eu lhe mostro as operações com debêntures. Que seguem uma lógica muito parecida das operações com títulos públicos. Porque aqui nós temos o que a PRECE registrou operando em carteira própria, o FLASH MIDDLE(F), o LISBOA, o SANTOS, ROLAND GARROS, o WIMBLEDON e o MONTE CARLO. O senhor pode ver que no ano de 2002 foi justamente o ano em que se registrou maiores distorções das negociações de debêntures feitas pela PRECE. O senhor vê aqui a diferença. Sendo que, e nesse quadro eu chamo a atenção da assessoria, o primeiro valor está sendo atribuído... Não, está certo. A PRECE em operação com carteira própria. Que é o maior. E esse valor aqui diz respeito exatamente ao período de V.Sa.. Aqui nós temos uma especificação de todas as operações. Do ano de 2002 que totalizariam isso aqui. Porém, quando a gente faz esse corte, que é no período de V.Sa., começando no dia 03/09 de 2002 e encerrando no dia 01/10/2002, portanto num período muito curto, 1 mês e 10 dias, a gente vai ver essa diferença aqui. Com as operações da PRECE em carteira própria.

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Hum-hum.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essas outras através dos fundos exclusivos. Eu chamo a atenção que eu não posso divulgar os números porque há uma decisão do Ministro Nelson Jobim que nos impede, no caso da PRECE, de tratar publicamente do resultado das informações obtidas. E aí quando a gente avalia essa cadeia aqui da negociação de debêntures, a gente percebe que duas corretoras vão aparecer em quase todas as operações. A corretora QUANTIA, o senhor pode ver, e a corretora EURO, que tem o mesmo nome de TUFA. A responsabilidade pelo acompanhamento das operações com debêntures era também do senhor Carlos Eduardo Carneiro Lemos?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Junto com o colegiado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor me disse que algumas vezes o colegiado questionou operações com títulos públicos. O mesmo aconteceu com debêntures?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Provavelmente sim. Porque tudo é levado para lá e tudo era discutido.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas isso aqui não foi--

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não me lembro de ter visto.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando nós recorremos ao quadro dos investimentos feitos pela PRECE em CDBs, a gente percebe uma concentração grande em instituições financeiras de médio e pequeno porte. Que em geral estão avaliadas como de alto risco pelas agências de avaliação do mercado. Esse é o quadro completo, claro que o corte que nós estamos analisando é do ano de 2002. Mas me chamou especial atenção o fato do Sr. Paulo Martins, gerente de investimentos da PRECE, ter dito que no período do senhor, quando o Banco Santos assumiu a administração, a gerência e a precificação, que houve uma concentração grande de investimentos no Banco Santos. Isso procede?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Ele era o gestor, ele era o gestor dos-- ele era o administrador do gestor. Então, provavelmente ele tomou as atitudes que achava melhor. Mas tanto que foi, que depois que nós saímos, parece que eles continuaram operando ainda alguma coisa com o Banco Santos. Poderia ter trocado.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor sabia que houve perdas para a PRECE quando da intervenção do Banco Santos com esses CDBs?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Soube que o presidente da época que estava lá, na época da PRECE, que também é amigo nosso, ele falou que parece que a PRECE tinha perdido um dinheiro lá no Banco Santos. Eu perguntei: “Mas Pôxa, o Banco Santos veio falir agora, dois anos depois e nada foi feito para tirá-lo antes?”.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é. Naturalmente não foram resgatados ou então, se eram títulos de mais curto prazo, tiveram suas operações renovadas. Eu penso que, concluo nesse momento a minha indagação. O senhor tem mais alguma colocação que queira fazer?

SR. RENATO GUERRA MARQUES: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como nem o Deputado Carlos Willian, o nosso permanente acompanhador das reuniões de Fundos de Pensão está aqui, eu quero comunicar que antes de encerrar nós temos a agenda da semana que vem. Eu pediria só à assessoria que pudesse trazer aqui rapidamente para eu anunciar a agenda da semana que vem. Teremos uma semana repleta de trabalhos. E para aqueles que estão acompanhando a Sub-relatoria dos Fundos de Pensão, eu já aviso preliminarmente que teremos funcionamento até na quarta-feira de cinzas.

>> Olha a expressão de todo mundo.

SR. RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para desespero dos assessores. Bom, eu vou confirmar pelo menos a agenda de segunda-feira. Porque aqui estaremos, a partir das 14h, na segunda-feira. Serão ouvidos nesse dia o Sr. Carlos Alberto, o Sr. Eduardo Cunha, o Sr. Paulo Leite e o Sr. Roberto Souza, os quatro diretores da REFER. Ainda na segunda-feira, ouviremos o Sr. Júlio Vítor e o Sr. Luiz Cláudio, que são os proprietários da corretora DILON. Então, teremos seis depoimentos na próxima segunda-feira. Na terça, já confirmado, temos o Sr. Benito Siciliano para às 10h. Os outros estão por confirmar. Na quarta, também estamos por confirmar a agenda. E na quinta já temos confirmado o Sr. Ricardo Monteiro, diretor da CENTRUS, ex-diretor da CENTRUS; e o Sr. Adrei, ex-diretor da PORTUS. Essa é a nossa agenda. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 17H50

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO

Ata da 12ª Reunião, realizada em 13/02/2006

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às quatorze horas e dezoito minutos, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, e com a presença dos Deputados Carlos Willian, Onyx Lorenzoni e Jamil Murad, reúne-se a SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO – DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se às oitivas dos senhores Júlio Victor Bittencourt Fabbriani, Luis Cláudio Lins Fabbriani (Dilon), Carlos Alberto Pinto da Silva, Eduardo Cunha Telles, Paulo da Silva Leite e Roberto Souza. A Presidência convida os Senhores Carlos Alberto Pinto da Silva, Eduardo Cunha Telles e Roberto Souza para tomarem assento à mesa em seguida concedem a palavra aos depoentes para fazerem suas apresentações, pessoais e profissionais. Após as apresentações dos depoentes, o relator os questiona sobre o passado profissional de cada um dos depoentes em relação a cargos exercidos no setor financeiro. Após os questionamentos do Senhor Eduardo Cunha Telles, o relator questiona o depoente Roberto Souza. O relator, solicita a assessoria para que providencie o histórico profissional de Renata Lopes de Azevedo. O Sub-relator questiona os depoentes pois há algumas informações fornecidas, e pede a todos os depoentes que responda estes questionamentos. O relator pede à assessoria que prepare o requerimento de convocação do Senhor Jorge Moura. Pela ordem de inscrição fizeram o uso da palavra os Deputados Jamil Murad e Carlos Willian. O relator despede os depoentes e propõe às dezessete horas e trinta e oito minutos, e a reunião fica suspensa por dez minutos. Após a suspensão continuará com a oitiva dos depoentes Júlio Victor Bittencourt Fabbria-

ni, Luiz Cláudio Linz Fabbriani e Paulo da Silva Leite. Reaberta a sessão às dezessete horas e cinquenta minutos. O Relator convida a mesa o depoente Paulo da Silva Leite, onde faz seus esclarecimentos iniciais. O Sub-relator faz seus questionamentos. O Sub-relator Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita à assessoria que encaminhe ofício a SPC, para melhores esclarecimentos conforme informações do Dr. Paulo da Silva Leite. O relator conclui seus questionamentos ao depoente e suspende a reunião às dezenove horas e vinte e oito minutos por alguns minutos, e em seguida ouvirão os depoentes Júlio Victor Bittencourt Fabbriani e Luiz Cláudio Lins Fabbriani. Sessão reaberta às dezenove horas e trinta e sete minutos. O relator chama à mesa os depoentes Júlio Victor Bittencourt Fabbriani e Luiz Cláudio Lins Fabbriani. O relator passa a palavra primeiramente para o senhor Júlio Fabbriani e posteriormente para o senhor Luiz Fabbriani para seus esclarecimentos iniciais. Após seus esclarecimentos o relator questiona os depoentes a respeito da Dillon, empresa de posse do senhor Luiz Cláudio Lins Fabbriani. Às dezenove horas e trinta minutos o Relator solicita à assessoria que peça o apoio da segurança para pedir a cooperação da imprensa para deixarem o local, porque a reunião passará a ser reservada. Encerra-se a presente reunião às vinte horas e quinze minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro aberta a 12ª Reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do requerimento número três, de 2005, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Sobre a Mesa, a ata da reunião anterior, a qual coloco em votação, propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se às oitivas dos senhores Julio Vitor Bittencourt Fabriani, Luiz Cláudio Lins Fabriani, ambos sócios-proprietários da Corretora Dillon e dos senhores Carlos Alberto Pinto da Silva, Eduardo Cunha Telles, Paulo da Silva Leite e Roberto Souza, ambos ex-dirigentes e também atual dirigente da REFER. Eu gostaria de comunicar ao Plenário que, inicialmente, nós iremos convidar três depoentes que são os senhores Carlos Alberto Pinto

da Silva, Eduardo Cunha Telles e Roberto Souza. Afinal de contas, eles foram dirigentes da REFER por um período muito próximo, todos os três tendo exercido a Diretoria, também por muito pouco tempo. Então, me parece que por se tratar de um período comum, eles podem, juntos, nos dar os esclarecimentos necessários e aí, em seguida, nós convidaríamos para prestar o seu depoimento o senhor Paulo da Silva Leite, que é o atual dirigente e, finalizando os trabalhos do dia, nós chamaremos os sócios-proprietários da Corretora Dillon. Então, imediatamente, eu peço à secretaria da Comissão que faça conduzir a este Plenário os senhores Roberto Souza, Eduardo Cunha Telles e Carlos Alberto Pinto da Silva. Eu solicito-- Eu solicito à nossa secretaria que, por favor, acomode, numa sala reservada, o senhor Paulo da Silva Leite para que ele possa aguardar essa oitiva com o devido conforto, porém, também com a devida reserva. Então, apenas para confirmar: Senhor Carlos Alberto, senhor Roberto Souza e senhor Eduardo Cunha Telles. Muito bem, nós vamos alterar um pouquinho o que a tradição dos trabalhos da CPMI e estamos convidando os três para que, juntos, possam prestar os seus esclarecimentos. Os senhores estão aqui na condição de testemunhas e, por isso mesmo, já assinaram o termo de compromisso. Eu sempre irei dirigir as perguntas para cada um, os nominando, a fim de que cada um saiba o seu momento apropriado de responder e, qualquer dúvida, os senhores podem me interromper porque, prontamente, eu prestarei qualquer esclarecimento. Eu gostaria, inicialmente, de conceder a palavra a cada um dos três para que fossem feitos os esclarecimentos introdutórios, para que cada um pudesse apresentar o seu histórico profissional, pudesse fazer uma breve qualificação profissional e que estivesse à vontade para tecer qualquer comentário, de natureza inicial, que achar oportuno. Eu, para tanto e logo de início, passo a palavra ao senhor Eduardo Cunha Telles para que ele possa fazer a sua apresentação.

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Boa tarde a todos. Senhor Deputado, meu nome é Eduardo Cunha Telles, eu sou ferroviário, aposentado. Militei durante algum tempo na CBTU e, posteriormente, fui transferido para a FLUMITRENS e que é empresa que, hoje, já se, hoje é a CP... C... Companhia de... É a Central. Eu sou engenheiro eletricitista, tenho a formação posterior, cursei engenharia econômica na Universidade Federal do Rio e tive oportunidade de fazer MBA na área de gestão energética, que é, exatamente, a minha área específica, de atuação maior. Eu estive na REFER no período de 12 de abril de 2004, perdão, 18 de fevereiro de 2004 a 12 de abril de 2004. Exatos 39 dias úteis. Anteriormente, eu me encontrava na empresa, atuando

do na área de investimento imobiliário. Posteriormente, com a saída de um dos Diretores, me foi colocada a chance, se eu aceitaria que o meu nome fosse colocado em votação no Conselho Deliberativo para vir a ser Diretor financeiro. Evidentemente, me senti muito honrado, aceitei e, entre outros tantos nomes que foram apresentados, o meu nome angariou a votação maior e eu vim, então, a ser, nesse período, Diretor financeiro. Então, eu acho que essas são as declarações iniciais que eu gostaria de colocar para os senhores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Concedo a palavra ao senhor Roberto de Souza, para que também possa fazer a sua apresentação inicial.

SR. ROBERTO SOUZA: Boa tarde a todos. Como já foi dito, o meu nome é Roberto de Souza, sou bacharel em ciências contábeis, fiz MBA em concessão de serviços públicos, fiz pós-graduação em auditoria, com especialização em Administração de Empresas, fiz curso de extensão na área tributária, fiz curso de extensão, também, na área de gestão de negócios, na área de mercado de capitais. Entre outros cursos, eu fiz um, também, na Universidade de Londrina, de técnicas de gerenciamento de empresas. Sou ferroviário, onde, no ano de 2004, consegui a minha aposentadoria, depois de 38 anos de serviço. Na empresa, trabalhei 30 anos; iniciei na rede ferroviária, como agente de estação, passei por vários cargos, inicialmente, na época, eu tinha a quarta série do curso primário porque até os 20 anos eu era lavrador, portanto, não tinha tido a oportunidade de estudar. Aos 20 anos, ao chegar na cidade, estudei, fiz o primeiro grau, o segundo grau e o terceiro grau. Na empresa, eu passei por várias áreas, como já disse. Eu até costumo dizer que eu fui de servente a Gerente. Passei pela área financeira, tesouraria, faturamentos, cobranças e também tive um período na auditoria, como Supervisor de auditoria, Coordenador de auditoria e, por último, também existiu, por um período, a Chefia do escritório regional de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais. REFER, a minha experiência e convivência com a REFER ocorreu em 1997, basicamente quando, já Auditor, estive lá auditando a REFER, se não me falha a memória, 96, 97 e também no início de 98; estive na REFER como Auditor da patrocinadora da Rede Ferroviária Federal. No final de 98, 99, 2000, passei por um período como membro do Conselho Fiscal. Atuei em, praticamente, todas as reuniões do Conselho Fiscal e isso foi até 2000. Em 2000, eu retornei à REFER, numa área especial, a área de contencioso judicial e só voltei à REFER no dia 12, 13, praticamente, de abril de 2004, quando convidado para assumir o cargo de Diretor Administrativo Financeiro. Tomei posse nessa

data, naquela data, 13 de abril de 2004, sendo exonerado no dia seis de junho, também de 2004. E retornei, agora, à REFER, neste ano, basicamente no final do ano passado, como membro do Conselho Deliberativo, eleito pelos empregados. A princípio, era o que eu gostaria de fazer como introdução da minha pessoa, como ferroviário e convidado a esta Comissão, essa ilustre Comissão de inquérito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço e concedo a palavra ao senhor Carlos Alberto Pinto da Silva.

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Boa tarde a todos. Senhor Deputado, meu nome é Carlos Alberto, eu sou formado em ciências econômicas, tenho pós-graduação em mercado de capitais do IBEMEC, tenho pós-graduação em Administração Pública da FGV, no Rio de Janeiro, e tenho pós-graduação em Administração da COPPEAD, do Rio de Janeiro, também da UFRJ. Sou empregado da CBTU, atualmente, ainda continuo exercendo as funções lá. Atualmente, sou chefe do Departamento de Planejamento e Orçamento e fiz a minha carreira lá na REFER desde 83 para cá. Comecei como desenhista, depois me formei, passei para a área de orçamento e, em 94, fui convidado para ser membro do Conselho Curador da REFER, como suplente. E em 95, numa mudança radical que houve dentro da fundação, fiz parte de uma Diretoria que começou em 29 de setembro de 1995 e que ficou até 16 de julho de 2003. Fui Diretor Financeiro Administrativo durante oito anos. Posteriormente, fui convidado, voltei para a CBTU, posteriormente, fui convidado para esse período que está sendo objeto de análise, em 16 de julho de 2004, saindo em 13 de agosto de 2004. Acho que são essas as considerações iniciais que estão me vindo a cabeça.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, essa minha pergunta, ela será comum aos três. E vamos convenicionar que, sempre, o senhor Eduardo, ele responde primeiro. Em seguida, o senhor Roberto e, finalmente, o senhor Carlos. Antes dos senhores assumirem o cargo de Diretor Financeiro da REFER, nesse período que está em análise, que, se é que houve, que experiência tiveram em operações com o mercado, em trabalhos, em atividades que envolvessem as proficiências próprias dos operadores do mercado? Se é que já tiveram. Se não tiveram, por favor, os senhores respondam que nunca tiveram. E, aí, eu tenho uma pergunta adicional e complementar, no sentido de que se já trabalharam, alguma época, para alguma instituição que opere no mercado? Instituição financeira que, aí, pode ser banco, corretora, distribuidora de valores, enfim, casa de

câmbio. Então, se já tiveram experiência no mercado, quando ela aconteceu e onde ocorreu?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Eu nunca tive nenhuma experiência em mercado e nunca atuei em nenhuma empresa ligada a mercado. E nem, absolutamente, nenhuma experiência e nunca atuei em nenhuma. Essa é a minha resposta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Roberto.

SR. ROBERTO SOUZA: Atuação no mercado financeiro, eu também nunca tive, mas, quanto à relação, a experiências, como eu disse, nas minhas considerações iniciais, por várias oportunidades, eu estive na REFER como Auditor e, nas auditorias, nós fazíamos também auditoria de acompanhamento e da atuação da REFER no mercado. E, evidentemente, que um Auditor, quando ele chega numa empresa, por mais que ele conheça da área, ele procura conhecer, dominar o fato, as questões nas quais ele vai atuar. E, em chegando à REFER, nos primeiros dias, nós procuramos sempre, o Auditor, a superintender as questões, os assuntos de mercado. Evidentemente, que, mesmo não tendo conhecimentos anteriores, nós buscávamos conhecimentos próprios da Fundação para, depois, então, auditar. A minha experiência vem daí, das atuações da REFER no mercado. Dali, nós buscávamos conhecimentos e superintendência das questões para poder auditar. Sabíamos, portanto, como funcionava dentro da REFER.

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: No meu caso, em 1984 até 1986, eu atuei como Agente autônomo de investimentos do antigo BANCO CREFISUL, à época, associado ao CITIBANK, e fazia isso como uma atividade paralela; trabalhava, já, na CBTU e fazia isso agenciando colegas para investir em fundos de investimentos, que hoje são bem populares, mas, naquela época, era uma novidade. Então, foi um período de trabalho, assim, paralelo, que eu fazia free-lance mesmo, nas horas vagas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Eduardo, quando o senhor foi convidado para assumir a Diretoria financeira da REFER, o senhor, naturalmente, encontrou uma estrutura e, imagino eu, que o senhor deve ter uma avaliação sobre essa estrutura que o senhor me contou. Eu queria, então, saber do senhor como é que o senhor avalia a gestão que lhe antecedeu e eu diria que todo o legado que ela deixou para que o senhor, depois, fosse o responsável por um período de 40 dias?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Bem, quando eu assumi a Diretoria financeira, eu lá encontrei,

já estava estruturada a área de investimentos imobiliários, a área de investimentos mobiliários. A bem da verdade, a área de investimentos imobiliários, ela estava sendo, basicamente, quem estava atuando nela era eu. Agora, a área de investimentos mobiliários já havia, quando eu falo mobiliários, são ações, já havia um gerente lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era o gerente?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: O gerente, na época, era o senhor Bruno Grain.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bruno Gaim?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Grain, G. R. A. I. N. Com relação à avaliação, como eu disse, o meu conhecimento na área específica de mercado não é, eu não tenho esse conhecimento. Eu, quando assumi, procurei identificar as possíveis necessidades. E uma das primeiras coisas que eu tomei a iniciativa foi de tentar contratar mais um profissional para a área porque eu achava que a área não estava, quer dizer, contava com poucos profissionais. Uma outra--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era o perfil desse profissional que o senhor identificou?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Do profissional que eu estava tentando identificar. Uma pessoa que fosse especializada e, inclusive, chegamos a identificar essa pessoa, que conhecesse o ... Porque, basicamente, os ativos da REFER, a maioria era indexada em índices inflacionários e nós estávamos procurando alguém que tivesse um conhecimento, um pouco, dessa variação de índices inflacionários que facilitaria análises e projeções para futuros investimentos. E uma outra ação que nós imediatamente tivemos a iniciativa de fazer, inclusive, até por solicitação do próprio Conselho Deliberativo, mas nós imediatamente fizemos, logo no início, foi propor também uma adequação, apresentar uma proposta. Essa proposta foi apresentada, uma adequação dos controles internos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Diretor Financeiro que antecedeu V.Sa. foi o senhor Jorge Moura, foi ele?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Não, não, o senhor Jorge Moura, na época, era o Diretor Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era o Diretor Presidente?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Diretor-Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era o Diretor Financeiro que antecedeu o senhor?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Quem me antecedeu foi o senhor Aداuto Carmona Cortes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor saberia informar por quanto tempo o senhor Aداuto exerceu a Diretoria financeira da REFER?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Eu... Um pouco de medo de errar, assim, mas, basicamente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aproximadamente.

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: --Aproximadamente, em torno de julho de 2003 até janeiro de 2004. Aproximadamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor foi convidado para assumir a Diretoria financeira, quem é que lhe fez o convite diretamente?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: O senhor Aداuto Carmona, porque, exatamente, eu já estava na área financeira, conforme já declarei. Ele veio a mim e me fez essa colocação, se eu aceitaria. Então, quer dizer, eu diria, então, que o convite, então, foi feito por ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, ele saiu da Diretoria financeira por que motivos?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Bem, a informação que eu tenho é que o senhor Aداuto Carmona havia recebido um convite para vir trabalhar em Brasília, num Ministério, em alguma área assim. No Ministério, se não me engano, de Ciências e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era o Diretor-Presidente quando o senhor assumiu?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Era o senhor Jorge Moura.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele ficou na Diretoria até quando?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Isso eu... Senhor Deputado, isso eu não saberia precisar. Após a minha saída, ele continuou. Eu sei que por mais um tempo e, posteriormente, ele saiu para a substituição de outro Diretor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, o senhor Aداuto Carmona foi o responsável direto pelo convite feito para que o senhor assumisse a Diretoria financeira, porém, eu lhe pergunto: O senhor teve algum tipo de contato com parlamentar, com político, com dirigente

partidário a fim de ter a confirmação da indicação do nome do senhor para a Diretoria?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Absolutamente nenhum. Eu não sou filiado a nenhum partido, sempre fui um técnico e não tive contato com absolutamente nenhum parlamentar a respeito desse assunto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. O senhor tem relação política com algum parlamentar, com algum militante partidário, com algum agente político?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Nenhuma relação política com nenhum parlamentar e nem agente político.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com ninguém?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Nenhuma relação política.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Algum político procurou o senhor no período que senhor exerceu a Diretoria financeira?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Nenhum político me procurou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhum? Quando o senhor Aداuto Carmona fez o convite, ele informou que seria para exercer as atividades por apenas 40 dias?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Não, ele não me informou. Eu acho que ele não poderia nem sequer supor isso. A decisão da minha saída foi uma decisão do Conselho, que resolveu extinguir duas Diretorias, fundindo-a em uma só. Extinguiu a Diretoria Administrativa, a Diretoria Financeira e criou a Diretoria Administrativa Financeira. Realmente não, ele não teria essa noção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era o Diretor administrativo no período do senhor?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: No meu período, era o senhor Vassimon. O nome dele, Vassimon. Nilton Vassimon.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Uma das coisas que mais chamou a atenção desta Sub-relatoria foi, justamente, o fato de, em menos de seis meses, terem havido três alterações na Diretoria financeira da REFER. Justamente as alterações que levaram à indicação e à exoneração de cada um dos senhores, respectivamente. Primeiro, eu diria que é um sinal de instabilidade na condução executiva da fundação. Afi-

nal de contas, eu não imagino nenhuma empresa que prime pela competência, que prime pela eficiência, que prime pelos bons resultados, que possa estar suscetível a uma quantidade de alterações como a REFER sofreu. Depois, pode ser um indício de problemas, os mais variados possíveis e uma das indagações que ficam muito fortes, no ar, é justamente isso. É o que levou a essa grande alteração no quadro diretivo da REFER em tão pouco tempo. Então, eu perguntaria ao senhor, se o senhor tivesse que indicar um motivo como o principal, como o mais representativo para a saída do senhor da Diretoria financeira, que motivo o senhor indicaria?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Essa pergunta é bem difícil, realmente, para avaliar eu... Eu poderia... Apenas um motivo, um motivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O principal.

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: O principal motivo. Eu acredito que disputas internas da própria empresa. Eu, quando lá cheguei, haviam dificuldades entre, dificuldades assim de, até de relacionamento pessoal entre o Diretor-Presidente, o Diretor administrativo e essas coisas, quer dizer, eu acredito que essa tenha sido a principal razão. Disputas internas de poder, alguma coisa assim. Mas não tenho, eu não teria como detalhar isso pelo pouco tempo que fiquei lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que nós poderíamos visualizar melhor essas disputas internas? Existiam, pressuponho eu, alguns grupos que lutavam por espaço, que lutavam por mais poder e que tinham interesses contrariados entre si. Como é que, como é que se dava essa disputa interna? Quem é que estava de um lado, quem é que estava do outro? Quem é que estava por trás dessa disputa?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Eu, realmente, não sou a melhor pessoa para fazer essa avaliação. Eu posso fazer suposições aqui. Mas não sou a melhor pessoa. Eu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qualquer informação que o senhor nos dê, já ajudará a CPI nessa tentativa de compreender os problemas da REFER.

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Pois não. O que eu pude presenciar, e aí eu declaro, foi, logo que eu entrei como Diretor financeiro, nós tivemos grandes dificuldades em reunir a Diretoria Executiva para reuniões porque eram conflitos... Às vezes, uma Diretoria queria colocar o seu projeto em primeiro lugar para ser avaliado. A outra Diretoria queria que fosse dada prioridade às necessidades da sua área e isso a REFER, na época, contava com a Diretoria admi-

nistrativa, a Diretoria financeira e uma Diretoria de benefícios, se não me engano, e o Diretor-Presidente. Então, as reuniões da Diretoria Executiva eram entre esses quatro membros. Então, quer dizer, isso é o que eu pude visualizar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só recapitulando, para ver se nós estamos numa linha correta de entendimento, o Diretor administrativo era o senhor Vassimon; o Diretor financeiro era V.Sa.; o Diretor-Presidente o senhor Jorge Moura. Quem era o Diretor de benefícios?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Era a Doutora Tânia Regina.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em algum desses Diretores, o senhor via uma vinculação política mais expressiva?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Sem dúvida que eu via. A Doutora Tânia Regina é esposa do Deputado Carlos Santana. Isso aí e também uma pessoa militante no meio ferroviário; assistente social, militou muitas vezes como assistente social, no meio ferroviário. Então, uma pessoa atuante, politicamente, acho que é um ato político essa atuação social, uma pessoa muito atuante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Vassimon tinha alguma ligação política? O senhor saberia dizer se ele já foi militante partidário, se ele tem mais afinidade com essa ou com aquela corrente?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Eu não posso precisar. Eu ouvi dizer que tinha mas, realmente, não posso precisar, posso errar em dar alguma coisa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas esse "ouvi dizer", o senhor ouviu dizer o quê?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Que ele era ligado, se não me engano, ao PMDB ou filiado. Mas não tenho certeza, realmente não posso afirmar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já nos disse que não tinha nenhuma vinculação política. E o senhor Jorge Moura. Ele já foi Deputado, não é isso?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: O senhor Jorge Moura já foi Deputado Federal, Federal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E ele está mais alinhado com que corrente política?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Eu realmente não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No Rio?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Quanto ao senhor Jorge Moura, não sei dizer qual corrente política que ele estaria agora aliado. Que eu saiba, ele não está em nenhum partido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente, como é que os quatro Diretores se dividiam? Porque o senhor nos falou aqui numa dificuldade grande de reunir a Diretoria Executiva para tomar as decisões, cada um pensava de uma forma, as diretrizes, em geral, eram muito diferenciadas daquilo que um pensava para o que o outro pensava. E nos disse também que o grande problema da REFER e o que, principalmente, ocasionou a sua saída foram as disputas internas. Então, se nós pudéssemos fazer aqui uma separação de grupos, como é que se separariam esses quatro Diretores?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Esses quatro Diretores aonde eu me incluo? Eu não me incluiria em nenhum grupo. Lá cheguei e encontrei uma disputa. Eu pude observar uma maior aproximação, assim, que eu posso definir, entre a Diretora de seguridade e o Diretor administrativo. E, no caso, quer dizer, eu não me incluo em nenhum grupo; cheguei lá, aliás, conheci a todos naquele momento em que eu assumi a... Em que eu fui para a REFER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E, nesse caso, o senhor Jorge, ele, como Diretor-Presidente, na opinião do senhor, ele não se entendia bem com a Diretora de benefícios e o Diretor administrativo?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Não, eu não usaria a palavra entendia bem; um problema de ordem de discussões, quando você--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De afinidade.

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: De afinidade, acho que a palavra melhor seria afinidade. De afinidade, realmente. Eles não tinham... A afinidade maior do Diretor administrativo era com a Diretora de seguridade e se a gente pudesse fazer uma avaliação, assim, grossa, quer dizer, seriam, de um lado, os dois e o Diretor... O senhor Jorge Moura, como Presidente, com menos afinidade com ambos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia nos afirmar se desde o primeiro dia, quando assumiu a Diretoria financeira, percebeu esse clima carregado, essa dificuldade de diálogo entre os Diretores que compunham a Diretoria Executiva da REFER?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Eu percebi esse clima desde o primeiro dia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Desde o primeiro dia?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Desde o primeiro dia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor se sentia à vontade no exercício das suas atividades?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Eu confesso que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não se sentia?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Não. Porque, efetivamente, é muito difícil você participar de uma Diretoria, com a responsabilidade que tem a REFER, com dificuldades para se reunir e para decidir assuntos, me preocupava bastante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor assumiu o cargo, quem foi que lhe apresentou as principais recomendações sobre os procedimentos que o senhor deveria adotar na Diretoria financeira, ou seja, quem, mais de perto, discutiu com V.Sa. um plano de trabalho, as ações que deveriam ser empreendidas nos investimentos dos recursos do fundo de pensão nos diversos mercados? Com quem é que o senhor teve essa interface mais próxima para discutir como deveria se comportar à frente da Diretoria financeira?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: O Diretor financeiro de qualquer fundação, ele tem uma Bíblia, que é a política de investimentos. Ali, está norteado tudo o que ele deve e que pode fazer. Então, efetivamente, o meu primeiro ato foi tomar contato com esse documento, lê-lo, entender, direcionar as ações, baseado neste documento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o senhor se governou apenas pelo que determinava esse documento?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Pelo que determinava esse documento e como determina também o Estatuto; qualquer ação da Diretoria financeira, ela é uma ação que depende do Comitê Diretor de investimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Houve alguma oportunidade, uma reunião da Diretoria Executiva, pelo menos uma reunião, para discutir a política de investimentos, para discutir as metas de rentabilidade da fundação, para discutir os procedimentos que deveriam ser aplicados na execução dos recursos que pertenciam à REFER? Houve, em alguma oportunidade,

de, pelo menos uma reunião entre a Diretoria para se entender a esse respeito?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Sim, houve mais de uma reunião, porque o Comitê Diretor de investimentos, ele era composto pelos membros da Diretoria Executiva e por mais vários membros técnicos e esse Comitê Diretor de investimentos teve oportunidade, é um assunto específico a investimentos, ele teve oportunidade de se reunir algumas vezes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em geral, as opiniões eram dissonantes, dentro do Comitê?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Não, dentro do Comitê, não. Era um assunto específico da área de investimentos; cada assunto carecia de uma prévia, um breve relato de um técnico. As dúvidas eram colocadas; se não aprovado, eram solicitados esclarecimentos posteriores e esse tipo de divergência não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não ocorreria.

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: --Não ocorria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pergunto ao senhor o seguinte: Quem, propriamente, cuidava do acompanhamento dos resultados da aplicação da política de investimentos da REFER? Ou seja, nós sabemos que o fundo de pensão, ele atuava nos diversos mercados, que existiam metas que deveriam ser alcançadas em cada um dos investimentos realizados pelo fundo. Quem é que, mais de perto, acompanhava o cumprimento dessas metas?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Bem, evidentemente, o Diretor financeiro e com o Diretor financeiro, a estrutura da Diretoria financeira, ela possuía uma área chamada área de análise, com técnicos graduados, especializados, para fazer exatamente esse tipo de avaliação e análise. Essa área, quer dizer, assim como a Diretoria financeira, ela estava assessorada por duas empresas conceituadas, uma delas a RISK OFFICE, na área de avaliação de risco dos investimentos e a empresa Lopes Filho, na área de análise de, análise de mercado da avaliação das ações. Então, toda a avaliação era feita conforme determinava a política de investimentos e encaminhada à secretaria de previdência complementar, como determinava a legislação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Bruno Grain, que foi o gerente de investimentos imobiliários, ele tinha uma participação decisiva nessas opções que a REFER exercia, de investir neste ou naquele mercado, de adotar esta ou aquela decisão? O se-

nhor Bruno tinha, normalmente, uma voz ativa nessas discussões?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Sim, ele, como gerente de investimentos, ele tinha uma opinião relevante nessas discussões; na posição de gerente de investimentos, mas não apenas a opinião dele era, era ouvida, mas era realmente relevante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor disse aqui que o motivo principal que levou à sua saída foram as disputas internas. Mas o senhor ainda destacaria algum outro motivo relevante que tenha determinado a sua saída?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Bem, eu diria que uma das razões a que poderia atribuir... A união de todas as Diretorias seria a necessidade que a REFER também tinha de reduzir despesas. As despesas administrativas da REFER já estavam no limite; existe um limite legal para isso. E a Diretoria estava preocupada com isso, acompanhando. Então, essa foi uma ação que, evidentemente, resultou na minha saída porque, com a junção das duas, eu poderia ficar, poderia não ficar e outros ficaram. Na realidade, a minha saída também se deveu, no meu modo de entender, deveu também por uma necessidade técnica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que pode ter havido alguma ingerência, de natureza política, que tenha determinado, que tenha contribuído para acelerar a saída do senhor?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Isso eu realmente não posso avaliar porque eu não tenho nenhum conhecimento sobre isso. Não tenho nenhuma relação política externa, não sei. Agora, posso inferir que, num fundo de pensão, como tantos outros, as ingerências políticas existem. Não saberia dizer de que forma, mas pode ser. Mas, no meu caso particular, acho que não. Não sei. Não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é que comunicou a decisão de exonerá-lo ao senhor?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Bem, eu fui chamado pelo Conselho Deliberativo, que me fez um comunicado oficial, que eu, que eles estavam fazendo uma alteração na estrutura da empresa e que eu estaria sendo exonerado da função de Diretor financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era o Presidente do Conselho?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Era a senhora... Do Conselho Deliberativo, era a senhora Maria Cristina Montemor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Roberto, nós vimos, então, que, com a saída do senhor Eduardo, V.Sa. foi convidado a assumir a Diretoria financeira. Quem lhe convidou para ocupar este cargo?

SR. ROBERTO SOUZA: Pois é, no dia, no dia 11 de abril de 2004, eu estava preparando uma viagem ao interior do estado do Paraná, quando recebi um telefonema de um membro do Conselho Deliberativo, o senhor Roberto Marzani, onde ele me informava que havia problemas sérios e graves lá na área, na Diretoria financeira e que o meu nome havia sido discutido numa reunião e que eu tinha o perfil para ajudá-los naquela missão. E se eu aceitava o convite, no que, depois de algumas conversas por telefone, eu aceitei e que eu deveria viajar, então, ao Rio de Janeiro, no dia seguinte, para tomar posse no cargo de Diretor administrativo e financeiro, uma vez que haviam sido extintas duas Diretorias e criada uma única. Fui até o Rio de Janeiro, no mesmo dia. Cheguei de manhã e, um pouco constrangido, que eu descobri que o conselho não estava unido. Havia, então, uma defecção no Conselho e foi quando, então, me informaram que o Conselho Deliberativo, nas pessoas dos três membros eleitos, com o apoio de um membro indicado pela patrocinadora Rede, chegaram à conclusão de que precisavam fazer algo na área, na Diretoria, agora, nesse caso, administrativa e financeira, mas especificamente na financeira. E eu tomei posse, inclusive, sem a participação de todos os membros. Alguns membros não participaram da posse. E, em tomando posse, eu retornei, já no mesmo dia, à Curitiba; no dia seguinte, voltei ao Rio para começar, então, a trabalhar. Então, o meu convite partiu do Conselho Deliberativo e, especificamente, dos representantes dos empregados, com o apoio de um membro indicado pela patrocinadora Rede. Então, o convite é do Conselho Deliberativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor falou que, quando foi chamado, o representante do Conselho, responsável e incumbido de lhe dar a notícia da escolha do seu nome, havia lhe dito que necessitaria dos seus préstimos porque a Diretoria financeira estava passando por problemas sérios e graves.

SR. ROBERTO SOUZA: Sim. Foram as palavras que ele me passou e “precisamos da sua ajuda”. Eu aceitei o convite e então, fui, tomei posse no dia, no dia 13, conforme consta dos documentos, dia 13 de abril de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais eram esses problemas sérios e graves?

SR. ROBERTO SOUZA: Olha, eu tomei conhecimento a partir das atas do Conselho Fiscal. Havia, no Conselho Fiscal, nas atas, vários registros de prejuízos financeiros no mercado acionário; havia uma questão também voltada, se pode ser entendida assim, à terceirização de carteira, que havia um conflito com o voto do Presidente da entidade, à época, que não concordava. Então, havia um problema, inclusive, de relacionamento. Como é que eu diria? Um problema entre a Diretoria porque havia uma defecção e essa do Diretor Presidente. Então, a minha missão era observar, verificar o que estava acontecendo e tomar as providências no sentido de restabelecer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que diagnóstico o senhor fez da situação financeira da REFER? Presumo que assim que o senhor assumiu a Diretoria, uma das primeiras preocupações deve ter sido a de examinar o resultado dos investimentos da fundação, a meta atuarial, se ela estava sendo ou não alcançada, a rentabilidade obtida. Que diagnóstico o senhor fez, diante de um exame preliminar, da situação financeira do fundo?

SR. ROBERTO SOUZA: A situação financeira do fundo, ela estava oscilando com, vamos citar, por exemplo, a questão da renda variável. Havia, na época, investimentos em renda variável da ordem de 250 milhões de reais ora 240, ora 250, 211. Então, havia uma pequena oscilação. Com relação à segurança do fundo, o fundo tinha 1.4 bilhões em títulos do governo e entende-se que títulos do governo é uma aplicação segura e ninguém vai duvidar de que o governo não vá honrar com os seus títulos. Então, a situação financeira não era de toda, não poderíamos dizer que estava deteriorada. No entanto, o fluxo de caixa também, ele estava mais ou menos organizado até 2005. O que havia, provavelmente, era a estruturação da parte principalmente de investimentos que eu deveria fazer, que ela estava um pouco precária; encontrei a mesa desativada e encontrei uma profissional na área, que tomei as providências e, logo em seguida, dois dias depois, demiti-la.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era a profissional?

SR. ROBERTO SOUZA: Renata, Renata, não me lembro agora o sobrenome dela. Renata Lopes, parece. Mas eu tenho o nome dela aqui, completo. Ela, a partir do momento que eu a convidei para uma entrevista inicial, ela me informou que estava há pouco tempo na REFER, praticamente dois meses; tinha vindo do mercado, era contratada e tinha indicação política. Então, ela não estava no perfil que eu preten-

dia. Como os empregados que atuavam nessa área, que eu já os conhecia, por ter auditado a REFER por várias vezes, haviam sido demitidos, então, e como eram pessoas que eu conhecia o trabalho, já havia os auditado, não tinha nada que os desabonasse, eu tomei a providência de convidá-los para recontratá-los e cheguei a contratar, no meu período ainda, um deles que parece que está lá até hoje. Ou seja, convocamos uma reunião com os empregados da área para tomarmos decisões em conjunto. A Renata disse-me que ela tomava as decisões de aplicações de renda fixa com autonomia, o que eu acabei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era o cargo exercido por ela exatamente?

SR. ROBERTO SOUZA: Quando eu cheguei, ela era gerente de investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, ela sucedeu ao senhor Bruno Grain, é isso?

SR. ROBERTO SOUZA: Eu encontrei a Renata, a quem ela sucedeu eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Eduardo, o senhor me perdoe, um minuto... O senhor disse que o Bruno Grain era o gerente de investimentos e que permaneceu nessas atividades até o senhor sair da REFER.

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Não, não, não, desculpe. Ele é um dos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi o que o senhor tinha dito.

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Desculpe, então, eu interpretei erradamente. O senhor Bruno Grain, ele foi afastado enquanto eu lá estava e assumiu a senhora Renata, que havia sido contratada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o Bruno Grain, ele foi afastado na gestão do senhor?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Foi afastado na minha gestão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que motivos levaram ao afastamento do Bruno?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Bem, quando eu lá cheguei, já haviam algumas colocações, conforme disse o senhor Roberto Souza, com relação a aplicações e o Conselho Fiscal começou a questionar algumas, alguns tipos de aplicações que estavam sendo feitas. Então, foi uma decisão exclusiva do Conselho, quando solicitou que fosse afastado o senhor Bruno

Grain e isso foi, então, cumprido, conforme o Conselho determinou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor avalia que quando recebeu a Diretoria financeira também a encontrou com problemas sérios e graves?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Bem, eu, quando lá cheguei, eu não detectei nenhum problema sério e grave. Eu encontrei, conforme eu já havia dito, eu a encontrei estruturada, na minha opinião, no meu julgamento, na minha avaliação, ela necessitava de mais profissionais porque não tinha suficientes profissionais trabalhando, mesmo porque eu, imediatamente, procurei uma outra pessoa e, no caso, foi a senhora Renata, que veio posteriormente a assumir o cargo de gerente de investimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Um dos senhores saberia me informar como se deu a entrada do Bruno Grain na gerência de investimentos. Quando e como se deu?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Eu não sei porque quando eu lá cheguei, ele já estava. Eu, quando entrei na REFER, ele já estava lá.

SR. ROBERTO SOUZA: Eu, quando cheguei, ele já não estava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Senhor Eduardo.

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi o senhor que contratou a Renata?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: É, fui eu que contratei a Renata.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela, segundo informações do senhor Roberto, ela operava no mercado.

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Onde é que ela operava?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Eu não sei exatamente, eu não tenho a lembrança de qual a empresa que ela operava. Ela operava no mercado, era uma profissional com mestrado em economia e o que me chamou a atenção foi ela ter ganho, no ano de 2003, um prêmio do Banco Central em projeções de índice de inflação. Isso era um aspecto que nós estávamos avaliando como importante para um profissional ajudar na gestão dos investimentos da REFER, já que uma

grande parte dos recursos da REFER estavam indexados em índice inflacionários.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, evidentemente, que o senhor deve ter se preocupado em analisar o histórico profissional da Renata. Então, uma das coisas mais relevantes e que chamam a atenção, logo em primeira vista, é justamente a atividade que ela exerceu ou que estava exercendo no período imediatamente anterior ao de assumir a gerência de investimentos. O senhor não se lembra da empresa onde ela trabalhava?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Eu não tenho, aqui, lembrança, exatamente, da empresa que trabalhava. Era, se não me engano, corretora, alguma coisa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era alguma corretora?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Acredito que sim. Acho que nessa entrevista que o senhor Roberto fez com ela, ela declarou isso. Acho que assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora Renata, quando chamada pelo Doutor Roberto, disse que a indicação dela foi política. Eu queria que o senhor pudesse me confirmar ou refutar essa--

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Essa afirmação.

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: --Desconheço qualquer indicação política. A mim não foi feita nenhuma indicação política.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O nome dela foi selecionado pelo senhor diretamente?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: O nome dela foi selecionado entre tantos currículos que eu solicitei às pessoas que lá estavam comigo e foi o que pareceu com mais características, à nossa avaliação, para ser contratada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a escolha foi do senhor. Não foi de ninguém. Ninguém pediu ao senhor que contratasse ela?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Não, a escolha foi minha, a escolha foi minha. Como Diretor, estava o currículo lá e decidi isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Roberto, o senhor teria algum elemento para acrescentar, no sentido de nos ajudar a entender se, de fato, a indicação da Renata foi ou não política?

SR. ROBERTO SOUZA: São palavras dela, sou eu e ela na sala. Conversando, agora tenho o nome dela aqui, Renata Lopes de Azevedo, ela me informou que tinha experiência no mercado. Embora jovem, uma garota, uma jovem moça de aproximadamente uns 25 anos, disse que tinha experiência no mercado; trabalhou em bancos e que havia sido, tinha tido uma indicação política. Não questionei de quem era a indicação. O fato é que eu não iria admitir que uma pessoa tivesse a faculdade de tomar decisões sozinha. E, por isso, eu suspendi, no momento, na hora, eu suspendi a autonomia dela e convoquei outras pessoas para que todas as decisões de investimento, a partir daquele momento, passaram a ser colegiadas. Nós nos reunimos com a gerente de investimentos, com o Coordenador porque a área de investimento, quando eu cheguei, estava sem Coordenador e a área imobiliária também estava sem Gerente. Então, nós reunimos algumas pessoas, tomávamos as decisões, principalmente de renda fixa, porque nós interrompemos, naquele momento, as ações e as operações de renda variável. E as decisões eram colegiadas, mediante uma síntese de ata. E a Renata, como tinha um cargo de Gerente, eu não tinha como acomodá-la numa outra função, a minha decisão foi por demiti-la.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Eduardo, V.Sa., de fato, deu esse nível de autonomia para que a Renata, ela tomasse as decisões sem que passassem, necessariamente, por uma deliberação do Conselho?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Não, todas as decisões tomadas eram pautadas primeiro pelas diretorias do Comitê Diretor de investimentos. As decisões de investimentos, todas, estavam também pautadas pelo que preconizava a política de investimentos da empresa e a área de análise participava, de maneira constante, em discussões comigo mesmo e juntamente com a área de investimentos. Quer dizer, isso daí é, as decisões eram tomadas, pelo menos no tempo que eu lá estava, nos exíguos dias que lá estive, com a participação de pessoas que realmente conheciam o mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o senhor não concorda que a Renata tinha autonomia?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Autonomia, comigo não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Roberto, como é que nós poderíamos detectar mais claramente essa autonomia da Renata? Isso chegou a constar em ata, foi uma manifestação de algum Diretor Executivo,

foi uma manifestação do Conselho? Como é que se verifica essa autonomia da Renata?

SR. ROBERTO SOUZA: A palavra dela contra a minha. Ela disse que tinha autonomia e eu, como não concordaria com este tipo de comportamento, eu mudei a regra das operações. Ela não poderia mais tomar nenhuma decisão, ou seja, ela foi, as decisões dela foram suspensas imediatamente. A partir do momento que ela me deu o histórico dela e a maneira que ela atuava, eu suspendi de imediato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicito à nossa assessoria que providencie um histórico profissional da Renata Lopes de Azevedo, sobretudo, com o objetivo de saber e de conhecer as últimas instituições financeiras onde ela trabalhou antes de assumir o cargo de Gerente da REFER. Nesse período do senhor, Dr. Roberto, houve algum tipo de pleito político, de natureza política, de origem política, para que esta ou aquela decisão fosse adotada de tal ou qual maneira?

SR. ROBERTO SOUZA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor se sentiu muito à vontade para tomar as suas decisões sem ter sido pressionado por quem quer que fosse?

SR. ROBERTO SOUZA: Não, eu, tão logo eu comecei a tomar o pé da situação, o que eu fiz? Foi numa reunião do Comitê Diretor de investimento, nós tomamos algumas decisões em nível de Comitê, para que houvesse limites nas transações e operações de renda variável. E eu vi em, porque eu li nas atas do Conselho Fiscal e também nos relatórios de auditoria, que havia um giro muito alto na carteira, inclusive, infringindo o plano de investimentos, o programa de investimentos e o que eu fiz, então, foi estabelecer limites, foi suspender as operações de bolsa para que criássemos critérios de escolha de corretoras. Suspendemos de imediato, se houvesse alguma operação, que não houve nesse período, só seria feita com corretoras de grande porte, ligadas a bancos. Também fizemos algumas análises para estabelecimento de critérios, critérios na área de investimentos. E, como eu disse, nós continuamos só com aplicações de renda fixa; à medida que tínhamos sobra de caixa ou resgate, nós aplicávamos em renda fixa, a partir de uma decisão colegiada. E a renda variável necessitava de uma série de reestruturações, inclusive, da mesa porque não tinha, com a demissão da Renata, eu não tinha nenhum profissional da área. Fui que eu tomei a iniciativa de iniciar a contratação e ele foi, inclusive, o Carlos Alberto, contratado ainda no meu período de gestão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Carlos Alberto de?

SR. ROBERTO SOUZA: Carlos Alberto--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor lembra o nome dele completo?

SR. ROBERTO SOUZA: Tenho aqui, eu tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele foi contratado para a gerência de investimentos, substituindo a senhora Renata.

SR. ROBERTO SOUZA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele está lá até hoje?

SR. ROBERTO SOUZA: Está lá até hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Depois o senhor me passa o nome dele completo.

SR. ROBERTO SOUZA: Sim. E estabelecemos também, cortamos algumas corretoras, tinha um número um pouco excessivo, nós diminuimos e passamos a trabalhar só com corretoras e iríamos trabalhar só com corretoras de grande porte ligadas a bancos, assim também como reduzimos o número de bancos que operavam com a fundação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor chegou lá, o senhor acha que existiam critérios bem definidos para a escolha de corretoras ou não?

SR. ROBERTO SOUZA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não existiam?

SR. ROBERTO SOUZA: Não, nós iniciamos o trabalho de criar, montar essa estrutura de critérios.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que se deram as discussões para definir esses critérios? Que critérios foram definidos?

SR. ROBERTO SOUZA: Os critérios eram definidos também por um colegiado, inclusive, com busca, no mercado, das corretoras do porte da sua atuação, com quem elas trabalhavam. Nós procurávamos saber a quem aquelas corretoras atendiam. E, em alguns casos, se fosse necessário, até consultas para estabelecer quais e o número e, depois, nós estabelecíamos os critérios de seleção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores detectaram algum problema na operação dessas corretoras com a REFER?

SR. ROBERTO SOUZA: No nosso período, no período que estive ali, não. Até porque--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor assumiu, fazendo um raio X do que o senhor recebeu, o senhor detectou algum problema?

SR. ROBERTO SOUZA: Eu acho que isso nós devemos ficar ao que diz nas atas do Conselho Fiscal. Eu, como não lá estava e não participava do Conselho Fiscal, seria prematuro aqui eu insinuar ou acusar alguém. Eu acho que as atas do Conselho Fiscal desse período, principalmente a 220, a 224, ela deixa bem claro o que ocorreu e quais corretoras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para colaborar ainda mais com a CPI, os senhores estão colaborando muito, se o senhor pudesse fazer um sumário, breve sumário do que diz a ata 220 e do que diz a ata 224...

SR. ROBERTO SOUZA: O que eu poderia fazer, um sumário, que as aplicações, nesse período, parece que eram feitas por uma pessoa de nome Bruno Grain, que, segundo consta do relatório do Conselho Fiscal, ele operava isso, inclusive, fora da REFER e, numa das atas, onde diz que ele não estava na REFER e houve aplicações, houve operações, entre elas, operações que geraram prejuízos. E, nessas atas, lá estão os valores, que eu também--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor se lembra?

SR. ROBERTO SOUZA: Olha, eu me lembro, inclusive, de uma que fala em 226 mil reais, a outra ata fala de 170 mil reais, falam de desembolso de três milhões e 800 e índices futuros, mas, tudo isso, acho que deve se reportar à ata. Eu, seria prematuro aqui, eu acusar ou afirmar alguma coisa que já está lá registrado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor se lembra de algum nome de corretora relacionada nessas atas?

SR. ROBERTO SOUZA: Não, não. Assim não, teria que pegar a ata para ver. Eu não lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem as atas aí?

SR. ROBERTO SOUZA: Tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu, depois, então, pediria que o senhor as disponibilizasse para--

SR. ROBERTO SOUZA: Eu tenho cópias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Para o nosso

Secretário, para que se tirem as cópias, principalmente as que o senhor achar importante. Se quiser disponibilizar todas, não tem problema.

SR. ROBERTO SOUZA: Isso aqui... Tem um monte papéis aqui. Pode ser ao final ou tem que ser agora?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode ser ao final, não tem problema. O senhor identificou problemas sérios na Diretoria financeira. O senhor acha que esses problemas, eles foram precipuamente causados apenas pela gestão que o antecedeu ou são problemas que remontam, já, a um histórico de más condutas e ineficiências na REFER?

SR. ROBERTO SOUZA: Como análise gerencial, eu diria que ela remonta a tempos anteriores, à última gestão, a quem me antecedeu porque eu tenho informações que as pessoas, os técnicos foram, que já estavam há anos na fundação, foram demitidas na gestão anterior, a quem eu sucedi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Portanto, do senhor Eduardo Telles.

SR. ROBERTO SOUZA: Não, na gestão do senhor Carmona.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do senhor Armando Carmona?

SR. ROBERTO SOUZA: Parece que não é Armando...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Adauto, Adauto Carmona.

SR. ROBERTO SOUZA: Esses técnicos teriam sido demitidos na época dele. É o que se constata.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Eduardo, quando o senhor assumiu, que encontrou lá um quadro de servidores e que tomou a decisão de contratar alguns, dentre os quais a Renata Lopes de Azevedo, o senhor também detectou esse problema, ou seja, uma substituição expressiva de funcionários de carreira, de funcionários históricos da fundação por novas pessoas que foram contratadas e que não tinham o mesmo zelo no trato dos recursos do fundo?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Não. Que eu tenha conhecimento, dois profissionais saíram. Um deles porque recebeu um convite da INFRAPREV, se não me engano, para trabalhar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem foram eles?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Eu não lembro o nome dele, era um profissional que realmente trabalhava na área há alguns anos e era, inclusive, gerente de investimentos. O nome dele eu... Não sei se o senhor Roberto pode me ajudar.

SR. ROBERTO SOUZA: Carlos Alberto, da análise?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: É o que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os que foram afastados.

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Não era da análise não. Era o que era Gerente, que Chegou a ser Gerente. Que eu lembro, na realidade, ele recebeu um convite e o outro, que eu saiba, foi afastado antes da minha gestão.

SR. ROBERTO SOUZA: Eu tenho informação que o Edson Casado--

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Edson Casado, realmente, ele era um deles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele era o quê?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Ele atuava na mesa de operações; não tinha uma função, assim, específica; atuava na mesa de operações.

SR. ROBERTO SOUZA: O senhor Miguel também.

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Senhor Miguel, era esse nome que eu estava tentando lembrar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Miguel era o quê?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Na época, ele era gerente de investimentos e recebeu um convite para atuar numa outra--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Então, o senhor Miguel, ele foi substituído pelo Bruno Grain, confirma?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Confirmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A escolha do Bruno Grain se deu por indicação do Adauto Carmona, confirma?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: O senhor Adauto Carmona é que era o Diretor financeiro na época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ah, é.

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Os senhores saberiam me dizer se o senhor Adauto Carmona, ele tem relações políticas com algum militante partidário, com algum dirigente partidário, com algum parlamentar,

se ele é vinculado a alguma corrente política? Senhor Roberto primeiro.

SR. ROBERTO SOUZA: Eu só conheço o senhor Adauto Carmona por fotografia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Somente isso?

SR. ROBERTO SOUZA: Só.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Eduardo.

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Eu tenho conhecimento de que o senhor Adauto Carmona é filiado ao PC do B.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ao PC do B?

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Pelo conhecimento que eu tenho, ele é filiado ao PC do B.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Partido do nosso querido amigo, a quem eu agradeço a presença, Jamil Murad.

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: Senhor Deputado, se o senhor me permitir, eu queria só, porque o assunto passou e eu não tive oportunidade de observar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: --Com relação aos critérios de escolha de corretoras--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. EDUARDO CUNHA TELLES: --Os critérios de escolha de corretoras, eles sempre existiram e estão escritos e definidos. Eu estou aqui com a política de investimentos, aqui na minha mão, 2003, em que dá todos os critérios, detalhadamente, de escolha das corretoras. Essa política de investimentos, ela foi elaborada pela Diretoria Executiva anterior e foi submetida ao Conselho Deliberativo da empresa, que aprovou. Então, os critérios existem, quer dizer, os critérios existiam. É só isso que eu queria declarar e deixar registrado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Roberto, quando o senhor assumiu a Diretoria, eu imagino que o senhor verificou esse clima muito pesado de disputas, o senhor, inclusive, disse que nem todos os membros foram à sua posse. Como é que, na avaliação do senhor, se dava essa divisão da REFER?

SR. ROBERTO SOUZA: Foi bem interessante. Eu, assumindo a Diretoria, como eu disse no início, com um pouco de constrangimento, eu não imaginava que havia aquela defecção no Conselho, mas, logo

em seguida, eu comecei a ter problemas com... Em me manter na Diretoria e eu comecei a perceber também algo que não batia com uma lógica dentro da normalidade. Eu observava que algumas decisões eram tomadas sem o meu conhecimento e, principalmente, pelo Diretor-Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Jorge Moura.

SR. ROBERTO SOUZA: É. Alguns... Houve demissão de empregados sem que eu tivesse o prévio conhecimento. Algumas atitudes também me alertavam de que algo de errado estava acontecendo. E, então, veio culminar com a informação de que a Rede Ferroviária não iria me liberar e há uma incompatibilidade estatutária para exercer o cargo de Diretor na fundação e permanecer também na empresa, em atividade. E eu estava, na época, em atividade e eu fiz um requerimento à direção da empresa para a minha liberação sem vencimentos. Como a empresa não respondia, mas eu sabia que aquela licença seria normal, até porque a licença já havia sido concedida a outros empregados, no mesmo ano, mas que havia algo de errado, alguma coisa estranha existia. Foi quando, então, eu fui informado de que a empresa não iria me liberar, isso verbalmente, através de um dos liquidantes, o senhor Nelson Quaresma, informou que a empresa não iria me liberar. E, a partir daí, começou a pressão; então, eu não conseguia nem administrar a Diretoria financeira administrativa, ou seja, administrativo-financeira e nem trabalhar em Curitiba. Eu fiquei naquele pingue-pongue. Chegou ao ponto de eu ter que receber um telefonema do meu Chefe imediato, de Curitiba, dizendo: “Você esteja amanhã aqui, senão você vai ser demitido. E o senhor Nelson Quaresma vai estar aqui, o liquidante da Rede, e se você não estiver aqui, vai ser demitido”. Eu, com 30 e poucos anos de serviço, evidentemente, não ia colocar 30 anos de serviço em jogo. Eu retornei, me apresentei a ele, ele estava lá, como havia prometido. Tentei ponderar e ele disse taxativamente: “Eu não vou te liberar e você não vai poder continuar na REFER”. Aí, a pressão só foi aumentando. E confirmou, então, aquilo que eu já estava pressentindo, nos atos da Diretoria, de que eu não era a pessoa aceita dentro da Diretoria ou em outro órgão. Foi quando, depois, mais tarde eu vim a saber, por pessoas próximas aos liquidantes, que a decisão de não me permitir ficar na Diretoria era da Casa Civil, era do governo. E isso, em nenhum momento, o liquidante assumiu, ele sempre chegou... Para ele... Mas, mais tarde, eu vim saber que não era dele, a decisão não era dele. E, mais recentemente, eu soube que aqui, numa reunião aqui no Rio, aqui em Brasília, houve uma determinação de que eu

fosse afastado sem trauma, que se buscasse um meio para que eu não continuasse. E o meio era fácil, era só não me liberarem na empresa; não liberando, eu teria que sair. Como os liquidantes não me respondiam isso por escrito, eu fiz uma carta, tenho cópia, mandei para lá, dizendo que eu não iria renunciar ao cargo, e que nem comunicaria à Presidente do Conselho sem que eu recebesse uma informação formal, o que acabou acontecendo de uma maneira até, eu diria, mentirosa, que aquilo não é verdade, porque se a lei não vale para que eu fosse liberado, não valeria para outros que também, no mesmo ano, foram liberados e que, infelizmente, tiveram a liberação suspensa. Conseqüentemente, em razão da minha liberação, também tiveram que retornar ao trabalho. Bom, essa foi a informação que eu recebi, posteriormente, que a decisão era palaciana. Bom, recebida a carta, que eu não seria liberado, então, encaminhei uma carta para a Presidente do Conselho, comunicando o fato e não teria outra alternativa senão exonerar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor foi escolhido por três membros eleitos e por um membro indicado pela patrocinadora?

SR. ROBERTO SOUZA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, foram quatro membros que optaram pelo seu nome.

SR. ROBERTO SOUZA: Sim, a maioria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi quatro a três a decisão.

SR. ROBERTO SOUZA: Quatro a dois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quatro a dois... Eu queria entender um pouco melhor o que é que está por trás, que interesses estavam por trás dessa não-liberação do senhor. Porque, que juízo nós podemos fazer? O juízo de que o senhor estava bem intencionado e que foi para lá com o propósito de servir à fundação, de que estava pronto para, inclusive, corrigir alguns rumos desse percurso tortuoso da REFER e o senhor mesmo disse aqui, a fundação estava com sérios e graves problemas de ordem financeira, mas que, de repente, apesar de todo esse interesse, o senhor esbarrou com algum tipo de problema. E, ao esbarrar nesse problema, houve uma pressão maior e essa pressão maior impôs a não-liberação do senhor e, conseqüentemente, o seu afastamento da Diretoria. Então, eu queria entender melhor, que tipo de força foi essa, que interesses o senhor contrariou, quem não queria ter o senhor como Diretor da REFER e por que

essa pessoa, essas pessoas não queriam tê-lo na Diretoria da fundação?

SR. ROBERTO SOUZA: Eu tenho um passado na empresa, Excelência, que... De alguns princípios de vida. Eu tenho alguns princípios de vida: Sempre fazer as coisas com amor e paixão, esse é um princípio. O outro é nunca ter vergonha dos meus atos. E eu buscava, então, dentro da minha visão de Gerente, reestruturar, até a pedido do Conselho, como eu disse no início, quando o Conselheiro da época, o Roberto Marzani me fez essa colocação, que eu os ajudasse a reestruturar todo o setor da Diretoria financeira, mais especificamente a área financeira. E, logo em seguida, chegou para mim um documento de um acordo formalizado pela Rede com a fundação. Neste, naquele acordo, a Rede pagaria parte da dívida dela com a... Para com a REFER, em parcelas mensais, e parte seria em imóveis. Evidentemente que eu não havia participado daquelas discussões, como eu disse, havia algumas coisas estranhas, havia alguns acordos, algumas negociações sem que eu tomasse conhecimento; isso chegava pronto para eu assinar. Quando eu fiz a análise, evidentemente que eu não assinei. Aquilo traria prejuízos para a fundação e eu jamais iria assinar. Consultando algumas pessoas, alguns colegas da empresa, eles confirmaram que a aquisição desses imóveis, em dação em pagamento traz sérios e graves prejuízos à fundação. Todos já haviam assinado, todos, os cinco liquidantes e o Diretor-Presidente, e eu devolvi, eu não assinei. Uma vez que estava ali, havia indícios de prejuízo, eu jamais assinaria. É um dos princípios que eu tenho, é não me curvar a pressões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A quem interessava esse acordo?

SR. ROBERTO SOUZA: Interessava à Rede porque ela estava dando em dação em pagamento imóveis que, na sua realização, jamais obteriam aqueles valores que estavam sendo repassados para a REFER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor visualizou algum tipo de interesse econômico-financeiro, que não da Rede, presente nesse acordo?

SR. ROBERTO SOUZA: Não, não posso afirmar. Não posso afirmar porque havia ali, se eu assinasse aquele documento, um prejuízo à fundação, isso certamente. Outros interesses, eu não tenho como afirmar. E inclusive, analisando esse documento, observa-se que a decisão da Rede de não me liberar não foi de imediato, ela veio *a posteriori*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Somente depois que o senhor não assinou o acordo.

SR. ROBERTO SOUZA: Porque o documento que veio para eu assinar já havia sido assinado por todos os outros liquidantes porque eles tinham consciência de que eu era Diretor e, inclusive, faltava a minha assinatura. O que prova que eles já tinham consciência da minha estada na Diretoria. Foi uma questão que veio *a posteriori*, a decisão de não liberar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o senhor acha que o fato de não ter assinado esse acordo foi decisivo para que a Rede não liberasse o senhor?

SR. ROBERTO SOUZA: Eu não diria que foi decisivo, mas foi um deles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Um deles... Tem outro fato, assim, tão importante quanto esse?

SR. ROBERTO SOUZA: É. Talvez seja a minha postura profissional ao longo dos anos na empresa, de sempre agir com correção e não aceitando pressões. Eu nunca admiti, fui gerente na empresa, como eu disse, em várias áreas, e sempre propugnei pela correção dos meus atos e da área onde eu atuava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando foi formalizado esse acordo?

SR. ROBERTO SOUZA: Eu tenho cópia aqui, eu não sei se ele está com data.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia também nos fornecer uma cópia?

SR. ROBERTO SOUZA: Sim. Posso fornecer sim. Não sei se... Mas eu posso fazer ao final... Não lembro, agora, se ele está com data, mas, inclusive, consta nesse documento a ausência tão somente da minha assinatura.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas eles aguardaram até a assunção do senhor Carlos Alberto para que houvesse assinatura ou eles formalizaram antes disso?

SR. ROBERTO SOUZA: Não, aí, o documento voltou. Aqueles imóveis foram retirados e já, quando o Carlos Alberto já havia assumido, as Presidências do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo me convidaram, para que não houvesse prejuízo nas negociações, que eu assinasse o documento. Assinei, mas sem os imóveis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que o senhor acha que essa discussão de liberar ou não liberar o senhor, ela foi bater na Casa Civil?

SR. ROBERTO SOUZA: Eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não sabe?

SR. ROBERTO SOUZA: O que a gente sabe, em vida de REFER, é que o governo interfere na Diretoria dos Fundos. E Na REFER, nunca foi diferente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, essa decisão, a última palavra quem deu foi o Ministro da Casa Civil, José Dirceu.

SR. ROBERTO SOUZA: Não sei, só sei que houve interferência, de quem eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Trabalhava na Casa Civil o senhor Marcelo Sereno. Acha que ele pode ter influenciado de alguma forma?

SR. ROBERTO SOUZA: Não sei, não sou a pessoa indicada. Só sei que houve interferência, de quem eu também não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, a Casa Civil foi quem deu a última palavra, pela não-liberação do senhor, o que impediu a vossa permanência na Diretoria financeira da REFER?

SR. ROBERTO SOUZA: A pessoa que tinha conhecimento dos fatos, que estava muito próxima ao acontecimento, informou-me que o governo não aceitava ser derrotado, entendendo que a prerrogativa dos Diretores é do governo e não dos Conselheiros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E porque tinham sido três de um lado, com apenas um dos indicados. O governo, assim, se sentiu derrotado?

SR. ROBERTO SOUZA: É, se sentiu derrotado e não aceitou a derrota. Essa foi a afirmação que a pessoa, em quem eu confio na informação, me passou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabia que tanto no mercado como no meio político, como na imprensa sempre se ventilou muito sobre a interferência, a ingerência do Marcelo Sereno na indicação de cargos para a REFER?

SR. ROBERTO SOUZA: Não posso confirmar, não o conheço. Esse lado político... Eu não tenho vida política. Eu não tenho participação, não sou nem filiado a nenhum partido. Não tenho vida política atuante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No período do senhor, no período do senhor, com a fusão da Diretoria administrativa com a Diretoria financeira, então, ficaram três Diretorias?

SR. ROBERTO SOUZA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Doutora Tânia

como Diretora de benefícios, o senhor Jorge Moura como Diretor Presidente e o senhor como Diretor administrativo-financeiro. Como é que foi o relacionamento do senhor com a Doutora Tânia?

SR. ROBERTO SOUZA: Normal. Normal. Não posso... Eu sempre procurei atuar como uma pessoa conciliatória. Eu não, eu nunca entrei em conflitos. Não tenho nada de anormalidade em relação à Doutora Tânia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E com o senhor Jorge Moura?

SR. ROBERTO SOUZA: Também não, entre eu e ele, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhum problema?

SR. ROBERTO SOUZA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando, então, o senhor não foi liberado, automaticamente, ficou impossível de o senhor se manter na Diretoria--

SR. ROBERTO SOUZA: Ficou impossível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Na Diretoria financeira da REFER. Daí, optou-se pela substituição e assumiu o senhor Carlos Alberto Pinto da Silva. Senhor Carlos Alberto, como é que se deu o processo de indicação do senhor, quem lhe fez o convite para assumir esta função, em que ambiente esse convite foi feito? Como é que o senhor encarou aquela missão que lhe estava sendo concedida, de assumir a Diretoria financeira da REFER? Agora, eu queria saber, assim, nos mais minuciosos detalhes, como, quem participou, como é que, realmente, se deu a ida do senhor para a Diretoria financeira da REFER?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Bom, eu estava de férias, em casa e recebi uma ligação do Conselheiro Roberto Marzani, dizendo que havia a necessidade de preencher a vaga na fundação, dado que, conforme já foi relatado pelo Roberto, estava em aberto a vaga de Diretor financeiro-administrativo. Acredito que o meu nome foi lembrado por conta do meu passado de oito anos dentro da fundação, de 95 a 2003. Essa é a razão que, talvez, tenha levado ele, Conselheiro, representante dos empregados, talvez, em reconhecimento ao período do passado que, naquela época, nós éramos três Diretores também e ficamos os três Diretores durante oito anos. Então, eu creio que o meu nome foi lembrado por conta do meu passado de desempenho junto à fundação na área financeira. Então, me fez o convite, eu aceitei, lógico. E, para mim já na primeira vez, tinha sido uma missão que eu tinha

encarado em prol de ajudar os ferroviários e me sentia à altura, pelo meu passado recente de experiência para, de novo, participar. Tomei conhecimento, fui chamado, duas horas, uma hora e pouco estava lá na cidade e tomei posse e, aí, foi nessa hora que eu soube que a minha chegada estaria sendo também uma troca do Diretor-Presidente, do senhor Jorge Moura que estaria saindo também; estaria entrando o José Luiz Teixeira junto comigo. E foi essa a forma como funcionou. A votação, pelo que eu soube, ela também não foi consensual, ela teve dois votos dos participantes eleitos, o Marzani e o Darcy, mas não teve o voto da Ivete, que era outra representante dos empregados e tive o voto de dois indicados das empresas. Um da empresa que eu trabalho, que é a CBTU e a outra foi da Central. A Rede Ferroviária não votou em mim e a Ivete também, representante dos empregados, não votou em mim. Então, foi uma indicação de quatro a dois. Então, não foi agradável, para mim, saber que eu não estava tendo o apoio de todo mundo. Sei as razões, posteriormente, por que é que isso aconteceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que é que foi?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: A razão que, inclusive, que levou à minha saída, dois meses depois, é que nessa composição de que a Presidente do Conselho Deliberativo era a Cristina Montemor, empregada da CBTU, dado que a Presidente do Conselho Fiscal, eleita pelos participantes, era empregada da CBTU e eu, chegando como representante também, de alguma forma, da CBTU, houve um desbalanceamento, na medida em que a Rede Ferroviária, naquele momento, ela deixou de se sentir representada porque não tinha mais nenhum representante da Rede, dado que a Rede Ferroviária, empresa instituidora, a maior patrocinadora. Então, o movimento, depois, que levou à saída minha e do José Luiz Teixeira foi exatamente o reposicionamento da força e dos direitos, vamos dizer assim, que a Rede viu naquela forma que não estava sendo atendida. Então, foi essa a razão que me levou a, depois, entender a minha saída. Pelo menos foi isso que eu deduzi, logicamente, na medida em que votaram duas pessoas da Rede Ferroviária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem relação com algum político, com algum parlamentar, com algum dirigente partidário?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Não tenho nenhuma militância política, nenhuma aproximação com nenhum Deputado ou Senador que seja.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor

foi chamado, esse convite se deu estritamente através do membro representante do Conselho, comunicando que a votação tinha sido-lhe favorável, quatro a dois e, nesse período, algum político lhe procurou? O senhor recebeu algum telefonema de algum parlamentar?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Absolutamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso nunca aconteceu?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Nunca aconteceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tinha toda a autonomia para tomar decisões à frente da Diretoria administrativa financeira, dentro do que o Estatuto autoriza?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Dentro do que o Estatuto estabelece, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor foi convidado a assumir o cargo, o senhor imaginava que ficaria apenas dois meses?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Não, percebia que ambiente não estava, assim, totalmente redondo, dado, pelos fatos relatados recentemente, pelos colegas anteriores. Mas achei até que poderia dar certo. Até porque, naqueles dois meses que ficamos, eu, o José Luiz e a Tânia, realmente, nos demos maravilhosamente bem, produzimos muita coisa, coisas que o próprio Roberto está citando aí, que estava se preocupando em regularizar; nós deixamos um elenco de coisas produzidas que estavam exatamente paralisadas pela dissensão que existia nas Diretorias anteriores. Então, nós demos saída a uma série de coisas que estavam pendentes. Eu poderia relacionar uma série desses, tipo acordos com a CPTM para fechamento de dívida, ela ser tornar patrocinadora, implantar um plano novo. O próprio... Eu teria aqui, deixa eu ver... Tinha o relatório da auditoria da Rede que não tinha sido debatido, que já estava bastante defasado. Nós reelaboramos uma nova, uma nova versão da norma de aplicação do patrimônio para, até por orientação do Conselho Deliberativo, tentando dar uma amarração melhor, evitar que alguma lacuna pudesse ser aproveitada, eventualmente. Deixamos aprovadas em Diretoria e encaminhamos ao Conselho Deliberativo normas para renda variável e renda fixa e renda imobiliária e que, depois, sofreram alguns ajustes mas já foram aprovadas, pelo que eu soube.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fazendo um breve histórico, uma breve lembrança, nós tínhamos

quatro Diretores; depois, houve a fusão, passaram a três Diretorias. No período do senhor Roberto, eram ele, a Doutora Tânia e o Doutor Jorge. Com a saída do senhor Roberto, saiu também o Doutor Jorge, só ficou a Doutora Tânia. E, aí, assumiu, no mesmo período que senhor assumiu, o José Luiz Teixeira--

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Entramos e saímos juntos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Entraram e saíram juntos? E ele exerceu a Diretoria da Presidência apenas por dois meses? Ele também era da CPTU?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Não, ele era da Central.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele era da Central?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Isso explica o voto da indicada ou do indicado da Central na negociação. Quer dizer, os participantes conseguiram que eu entrasse, em compensação, tiveram que pegar o voto da indicada da Central para que, aí, colocassem o José Luiz no lugar, como Diretor-Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor concorda com o diagnóstico que foi feito aqui pelo Doutor Roberto, da situação da Diretoria Administrativa Financeira, do ponto de vista de registrar problemas sérios, que precisariam ser corrigidos. Porque, é evidente, que eu jamais poderia esperar nem que o senhor Eduardo fosse o causador desses problemas, porque exerceu o cargo por 39 dias; temos, obviamente, que identificar em que medida pode ter agravado ou não. Nem poderia imaginar que o senhor Roberto pudesse ter sido o causador ou pudesse ter solucionado, também por ter sido um período muito curto, dois meses. Mas eu lhe pergunto, o senhor compartilha com essa avaliação que foi feita pelo Doutor Roberto de que, de fato, a Diretoria financeira da REFER, ela registrava problemas que precisavam ser corrigidos?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Olha, eu quando já recebi do Roberto, ele mesmo já afirmou, ele recontratou o Carlos Alberto, que tinha sido o meu gerente durante oito anos, praticamente, não ficou oito anos porque ele saiu um ano antes para ser Diretor da PORTOS, na época, um ano antes. E, depois, ele foi recontratado pelo Roberto. Então, já estava retomada, vamos dizer assim, a forma normal do funcionamento da fundação. Quer dizer, quando eu recebi, eu já a recebi dentro de uma forma de atuação que era aquela que eu tinha feito no passado e que o Roberto resgatou com a volta do Carlos Alberto. Quer dizer, eu não posso olhar para trás, lá, exatamente, o que acontecia,

a não ser por relatos dos Conselheiros que me deixaram, assim, me passaram uma orientação de que eu buscasse ver as normas, o que poderia ser feito no sentido de amarrar mais e eliminar alguma possibilidade de alguma autonomia exagerada por parte de algum empregado. Foi isso que eu consegui e tanto que reelaboramos essas normas e deixamos aprovada em Diretoria e deixei encaminhada para o Conselho para deliberação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabia do que estava por trás da saída do senhor Roberto?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Não, eu soube exatamente porque não tinha sido aprovada a liberação dele pela Rede Ferroviária. Só sabia isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas não sabia que, por último, essa decisão foi da Casa Civil?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Não, não sabia não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso o senhor não sabia?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Não sabia não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Presumo eu que, quando convidado, tendo dado o “de acordo”, portanto, tendo assumido a Diretoria, o senhor imaginava que iria fazer um trabalho por um tempo bem maior do que ficou e que deve ter também sido surpreendido quando da decisão, novamente, da nova decisão do Conselho de afastá-lo. Como é que o senhor recebeu essa notícia?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Eu recebi tranquilamente. Primeiro, porque sabia que o passado recente tinha sido de muita turbulência. Quer dizer, então, eu achava que eu estava ali meio que resolvendo um problema momentâneo, até se acomodarem as forças políticas que, possivelmente, não estavam harmonizadas ali. Pelo menos, foi isso que me passou. Então, eu recebi com naturalidade e não vi nenhum problema nisso. Estava meio que esperando que isso pudesse vir a acontecer, eventualmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na opinião do senhor, o que causou essa desarmonia das forças políticas?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Olha, eu, pessoalmente, eu sou crítico de que nos fundos de pensão possa haver tanta ingerência política. Eu sei que ela existe, infelizmente, mas eu acho que a forma como se deu a divisão do poder lá, entre vários mem-

bro, eu... Ela que ela acabou levando a um certo dissenso. Quer dizer, me parece que eu me lembro que era muito comum, em estatal, a gente ver indicações políticas aonde era coisa meio vertical. Levava a porteira fechada. Aí, levava uma empresa e toda aquela empresa era de um determinado partido político. Isso facilita a gestão da empresa, na medida em que, depois, começa a juntar pedaços, a tendência é dar algum ruído. Eu acho que foi isso que aconteceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dentro, ainda, desse ambiente, a Doutora Tânia, nós já sabemos que ela é esposa do Deputado Carlos Santana... O senhor nos disse aqui que não tinha e não tem nenhuma vinculação política. E o José Luiz Teixeira?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Que eu saiba também não. Ele também é um exemplo profissional, exemplo até de nós aqui, carreira... Pelo que eu soube, não tinha nenhuma vinculação política.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, então, como é que a gente pode, de uma forma mais concreta, verificar essa disputa política que, na opinião do senhor, foi crucial para essas mudanças tão constantes no quadro da Diretoria?

PARTE DO RAFAEL ABAIXO

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Não, ainda não conheço bem, não vivenciei o para trás. Na minha chegada com o Zé Luiz, nós chegamos com uma preocupação externada pelos conselheiros, de buscar dar saída às coisas que estavam pendentes e a formatar normas que pudessem eventualmente evitar algum desdobramento menos adequado. Foi isso que a gente recebeu, para trás eu não vivenciei, não posso nem julgar como é que se dava a disputa, a não ser do jornal que, eventualmente saía.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem lhe comunicou da sua saída? Quem foi o responsável pela notícia?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Eu acho que a notícia veio do próprio Marzani, depois que acabou a reunião do Conselho Deliberativo, que decidiu pela saída minha doe Zé Luiz me comunicou que havia uma troca e que eu estava saindo. Foi esse formalismo, informal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa desarmonia na diretoria da REFER, de alguma forma refletia também em desentendimento entre as patrocinadoras na opinião do senhor?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Olha, que eu percebesse não. Tanto que eu acho, que eu in-

clusive embora tenha sido indicado pelo conselheiro Marzani, eu acho que foi construída a minha ida para lá com anuência do presidente da empresa, né? Então eu acho que... Até, porque senão eu correria o risco, até que havia um precedente recente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei, da vossa empresa eu não tenho dúvida. Como não é apenas a CBTU a única patrocinadora da REFER e a gente percebe, que o senhor mesmo nos disse aqui que houve um desequilíbrio.

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E que a Rede Ferroviária ela... E que a Rede Ferroviária ela posteriormente pleiteou para si mais espaço na diretoria do Fundo de Pensão, aí eu lhe pergunto: Havia uma desarmonia, um desentendimento ou uma disputa por espaço entre as patrocinadoras, que acabou tendo reflexo direto nessa oscilação tão grande do quadro diretivo da REFER?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Olha, eu acho que não, eu sei que no caso da Rede, houve uma sucessão de troca de liquidantes, né? Eu não sei precisar as datas e o que aconteceu em cada um dos momentos, né? Mas o que eu saiba, pelo menos na minha ida, ela foi buscada ao entendimento da Rede, a CBTU e a central, acho que foi de comum acordo. Acho que a Rede puxou para si a necessidade de voltar a ocupar o espaço que lhe é de direito e acho que com isso o presidente da CBTU concordou e não viu nenhum porém. Conta desses dois fatos que acho que são relevantes, porque os presidentes do Conselho Deliberativo e do conselho fiscal eram empregados da CBTU.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que essa saída não foi traumática?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Não, absolutamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sucedeu o senhor na diretoria financeira e administrativa o Paulo da Silva Leite?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Que é da Rede Ferroviária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que é da REFESA e que até hoje--

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Está com o diretor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem foi o diretor presidente que substituiu o senhor José Luiz Teixeira?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Foi o Valdemar, só não sei o resto do nome. É Valdemar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está até hoje lá?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Está até hoje lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É claro que os senhores, como todos nós, devem acompanhar as notícias ou as principais notícias, que são publicadas na imprensa nacional a partir da REFER. Certo? Sobre a REFER. E eu quero indagá-los sobre algumas coisas aqui, que eu acho que são relevantes até porque também deve ser de conhecimento de Vossas Senhorias que o ex-diretor presidente da REFER, o senhor Jorge Moura, ele ultimamente tem assumido uma postura altamente denunciata. Ele tem recorrido aos veículos de comunicação, inclusive ele procurou oficialmente a CPMI para se colocar à disposição, a fim de esclarecer uma série de irregularidades, que na opinião dele se processaram no Fundo de Pensão. Farei referência a algumas delas aqui e eu queria o comentário de Vossas Senhorias, iniciando a partir do senhor Eduardo e na ordem, passando pelo senhor Roberto e finalmente Carlos. O senhor Darcy Rocha ele foi conselheiro da REFER, não é isso? Ele ainda é conselheiro?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ainda é?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Indicado eleito, eleito. Então o senhor Darcy Rocha denunciou uma tentativa de desvio de 19 milhões de reais da entidade, para financiar campanhas petistas. A acusação foi feita em reunião com o Secretário Adjunto da SPC, senhor Leonardo Paixão. Segundo Darcy Rocha, 10 milhões seriam destinados a campanha para reeleição de Marta Suplicy, na prefeitura de São Paulo, 5 milhões iriam para a campanha do senhor Jorge Bittar, candidato a Prefeito do Rio de Janeiro pelo PT e os 4 milhões restantes, seriam destinados para candidatos aliados do Deputado federal Carlos Santana, sem especificar quais. Eu quero aqui registrar claramente que essa foi uma denúncia publicada pela Folha de S. Paulo no dia 27 do 9 de 2005. Então isso não é uma opinião do Sub-relator, isso não é uma opinião da CPI, nós estamos aqui debruçados sobre uma denúncia que recai na

autoria do Darcy Rocha, conselheiro da REFER e que, evidentemente, nos causa perplexidade, estranheza e nos obriga, nos impõe a necessidade de apurar. O próprio Darcy Rocha diz que esse suposto esquema montado para desviar 19 milhões, teria sido barrado pelo ex-presidente da REFER e ex-deputado federal, Jorge Moura. Ainda aqui nessa mesma denúncia, há a seguinte assertiva: Informa-se que a estratégia para o desvio dos 19 milhões se daria com a terceirização da carteira de investimentos de renda fixa da REFER. O esquema, segundo o conselheiro, foi denominado de circuito das águas, em razão do envolvimento de um velho conhecido desta CPI que está também sendo investigado por nós, o senhor Haroldo de Almeida Rego. Vulgo, Pororoca. Também participaria deste esquema o senhor Marcelo Sereno, dirigente do PT do Rio de Janeiro e então assessor da Casa Civil. Muito bem, feita essa assertiva, eu quero chamar a atenção para que aqui nós temos, um conselheiro eleito, o senhor Darcy Rocha, fazendo uma denúncia de que um esquema teria sido montado para desviar 19 milhões da REFER, que esse esquema passaria pela terceirização da carteira, portanto, através da Constituição de fundos exclusivos. Teria sido denominado de circuito das águas, por envolver o senhor Haroldo de Almeida Rego, que teria tido a participação direta do Marcelo Sereno e cujo objetivo seria desviar recursos para financiar campanhas petistas nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Presumo que os 3 conheçam o senhor Darcy Rocha, confirma ou não? Conhecem. Os 3 tiveram conhecimento dessas denúncias que foram feitas?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Sim.

SR. ROBERTO SOUZA: Também.

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Pelo jornal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Teve pelo jornal. O senhor Leonardo Paixão, que era o representante da secretaria de previdência complementar, que foi designado para ouvir o senhor Darcy Rocha, depois que essas denúncias foram feitas ele requisitou alguma informação a REFER?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Bem, eu não estava mais na REFER depois que essas... Porque eu soube das denúncias, não sei se por algum meio de comunicação, eu não estava na REFER, não sei se foi requisitado a REFER alguma coisa.

SR. ROBERTO SOUZA: Eu não estou lembrado agora qual o período que ele fez a denúncia. Se V.Exa. pudesse me ajudar, para lembrar se eu estava ou não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A matéria foi publicada muito recentemente, em 2005. Agora eu não tenho aqui a data específica de quando é que o Darcy Rocha fez as denúncias. Eu solicitaria a nossa assessoria.

SR. ROBERTO SOUZA: Eu me lembrei agora, ele fez sim depois que eu tinha saído. Eu não estava mais na REFER, quando o Darcy fez essa denúncia. Lembrei-me agora.

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Só soube pelo jornal, não sei exatamente quando ele fez a denúncia formal a SPC.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Algum dos senhores conhece o senhor Haroldo de Almeida Rego?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Eu nunca o vi.

SR. ROBERTO SOUZA: Nunca o vi.

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Nem falei com ele. Não conheço não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu queria saber do ponto de vista primeiro técnico, depois do ponto de vista das discussões internas e, portanto, político da fundação, não é político partidário, é político da fundação, do posicionamento com o diretor, da divergência de outro. Como é que se deu a discussão para que a REFER tomasse a decisão de terceirizar ou não a sua carteira? De constituir ou não fundos exclusivos. Eu queria ouvir a opinião de cada um a começar pelo senhor Eduardo que foi o primeiro dos 3 a assumir a diretoria.

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Bem, na minha gestão foi apresentado uma proposta. Uma proposta não de terceirização, exatamente o inverso. Aliás estou com ela aqui e para deixar à disposição da CPI, está toda aqui completa. Então eu gostaria de tecer alguns comentários sobre isso. Eu queria deixar também às mãos da CPI a política de investimentos da REFER, aonde foi baseado, aonde está... Só um minutinho, por favor, já passarei. Aonde prevê aqui no seu item... Na página 5, gestão interna, gestão externa. Eu quero frisar que a política de investimento da REFER é um instrumento, já falei isso, só para frisar novamente, aprovado pela Diretoria Executiva anterior e pelo Conselho Deliberativo e é eu diria, o ponto, é a Constituição da empresa. Nela está aqui explícito, se o senhor Deputado me permitir fazer uma pequena leitura aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A vontade.

SR. EDUARDO CUNHA TELES: “Gestão interna e gestão externa, gestores externos de investimentos. Como se pode observar no capítulo 5 do presente do-

cumento, quase que a totalidade dos investimentos da fundação é feita através da gestão interna. Apenas o montante aplicado no fundo BB atuarial, está sobre gestão terceirizada, ou discricionária. Isto é, o gestor decide os investimentos a serem realizados e a política de riscos do fundo sem nenhuma interferência da REFER. No entanto, a REFER pretende ao longo do ano de 2004, fazer a cisão desse fundo de acordo com as condições de mercado na época. Com isso, a REFER visa criar um fundo não discricionário, isto é, um fundo cuja gestão será da própria fundação. E cujo regulamento deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo. E aqui ele prossegue dando as diversas vantagens deste fundo em relação a carteira própria”. Isso aqui consta da política de investimentos. Com base nisso, durante a minha gestão, foi elaborado juntamente com a empresa de consultoria que nos acompanhava, pessoas especializadas, a RISK OFFICE, estudos para verificar de que melhor maneira isso poderia ser feito. Esses estudos resultaram numa estruturação e nós dividimos então o processo em duas etapas. Primeiro, apresentar ao comitê diretor de investimentos uma proposta de estrutura de fundo não discricionário, ou seja, volto a frisar, fundo cuja gestão seria da REFER. Essa proposta de estruturação foi apresentada ao comitê diretor de investimentos e aí eu repito, o comitê diretor de investimentos eram membros toda a Diretoria Executiva e várias representantes de áreas técnicas tanto da área atuarial, quanto da área de análise de investimentos, área imobiliária e área de valores mobiliários também. Bem, essa estrutura apresentada, ela foi aprovada por unanimidade, pelo comitê diretor de investimentos. Passou-se então a segunda fase do processo, a escolha das instituições que deveriam trabalhar neste fundo não discricionário. Procedeu-se então a formação de um comitê com representantes de cada uma das pessoas que estavam no comitê diretor, então todas as diretorias tiveram participação, as 3 diretorias e áreas como a área atuarial, a área de investimentos e procedeu-se então uma série de reuniões e avaliação de empresas, que poderiam, primeiro definir seus critérios, o que é que se desejava. Então se apresentou, dessa segunda fase, uma proposta ao comitê novamente, uma proposta ao comitê de como é que seria o fundo e agora já com as empresas. Neste momento, num segundo momento, o comitê avaliou e aprovou essa proposta de criação de um fundo de aplicação em cotas não discricionário. Essa proposta foi aprovada pela maioria, por todos, exceto um, um único voto em contrário, foi o voto do senhor diretor presidente, o senhor Jorge Moura. Nesse momento, no decorrer eu já estava, logo em seguida houve a alteração estrutural da empresa

e eu saí. Mas um pouco antes nós preparamos esse documento que eu deixei com V.Exa., porque estatutariamente essa proposta após aprovada pelo comitê diretor de investimentos, ela deveria ser levada ao Conselho Deliberativo. E apenas o diretor presidente é que poderia levá-lo ou a Diretoria Executiva como um todo e eu já estava de saída da empresa, preparei esse documento que deixei com V.Exa., para que o diretor presidente desse continuidade. Posteriormente, eu já não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não vê uma incoerência, por um lado a decisão de gestão própria dos recursos. Por outro lado, a decisão de constituir um fundo de aplicação em cotas, que o objetivo era justamente o de transferir recursos da carteira própria e distribuí-los em fundos de investimentos, administrados por instituições financeiras. Então, apesar de a diretoria e de Vossa Senhoria não ter recorrido a uma prática quase que usual em todos os fundos, que é a de constituir fundos exclusivos, mas identificou uma forma de terceirizar os recursos e os investimentos.

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Não, isso não seria terceirização, porque conforme consta do documento, que V.Exa. poderá depois verificar, está escrito, explícito que qualquer decisão de investimentos seria da REFER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): por que o senhor Jorge Moura ele se posicionou contrariamente à Constituição desse FAC (F)?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Ele, no momento da votação, ele apresentou um voto separado e eu depois tive a oportunidade de ler atentamente, eu creio que ele estava equivocado com relação a avaliação que ele fez do fundo. Equivocado tecnicamente, eu só posso atribuir a isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria acha que em apenas 39 dias teria condições de fazer um diagnóstico da situação da vossa diretoria, de propor a contratação de pessoas como o fez e ainda assim de elaborar um plano para uma decisão tão importante como essa de constituir o fundo de aplicação em cotas? Quer dizer, em 39 dias houve tempo suficiente para se exaurir todas essas áreas de decisão, que Vossa Senhoria teve que tomar e esse plano ele estava, portanto, pronto, perfeito, acabado, em condições de ser aplicado?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Esse plano, na realidade, ele é baseado num estudo feito anteriormente pela consultora RISK OFFICE, então ele não se iniciou ali naquele momento os estudos já estavam

sendo feitos, até porque ele já constava da política de investimentos anterior, inclusive à minha gestão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele foi colocado para deliberação do conselho e foi rejeitado.

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Isso eu já não sei dizer, porque eu já não estava na fundação nesse momento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então quando o senhor saiu da REFER, deixou o plano pronto?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Deixei na mão do presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para ser ou não?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Para decisão--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que o senhor acha que o senhor Jorge, ele levantou uma série de insinuações a respeito do propósito de constituir esse fundo?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Essas insinuações levantadas, eu não tenho como avaliar, eu posso me referir tecnicamente ao trabalho que foi feito. O trabalho que foi feito foi este, exatamente este, passo a passo, pude detalhar aqui. Mas a avaliação dele eu não sei. Eu lendo o voto em separado dele eu identifico, quer dizer, identifiquei na época uma série de incongruências ou má interpretação do que estava escrito. Alguma coisa assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais foram as instituições financeiras selecionados? Quais foram os bancos selecionados?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Ela estaria naquele documento, eu não to...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse aqui?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Não, no outro, no outro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode localizar.

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Pois não. Aqui está o HSBC, o WestLB, MELLON e B.INDUSTRIAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi o último?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: B.Industrial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que se

deu a seleção dessas instituições? Que critérios foram analisados?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Eu teria que me reportar aqui ao documento, excelência, com mais detalhes. Mas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por alto.

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Sim, tudo bem. Um dos critérios que eu me lembro aqui, era a solidez da empresa, mas existem mais, está aqui, aqui tem uma parte. O critério do convite se baseou no estabelecido na política de investimentos, gestores internos de investimentos, processo de seleção, ta aqui. "No caso da seleção de gestores para administração de fundos não discricionários ou de gestão compartilhada, a fundação deverá ponderar internamente alguns fatores como: Se o gestor pode trazer conhecimento e expertise para a fundação. Se o gestor oferece bons serviços e se existe troca de informações que podem levar a fundação a apropriar ganhos com isso. Se o gestor é também custodiante. Se o custo está dentro dos níveis atuais de taxas praticadas pelo mercado financeiro. Se o gestor tem expertise nessa tarefa. Entre os convidados a apresentar a proposta, classificar as instituições baseadas no seguinte critérios: A taxa de custódia, a taxa de controladoria, a taxa de administração, o controle de risco, o controle de liquidação, o grau de não discricionariade e o rating de baixo risco de crédito, determinado pela política de investimentos".

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabia que tanto a LB quanto o B.INDUSTRIAL, são instituições que possuem fundos geridos pela empresa ARBOR?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Não, não tenho conhecimento disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já ouviu falar na empresa ARBOR?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Ouvi falar da empresa ARBOR pela imprensa. Eu tenho acompanhado os assuntos referentes às investigações e ouvi falar da empresa ARBOR através da imprensa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Algum dos senhores identifica o nome de uma ex-funcionária da REFER, que se chama Ivonete?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Não conheço.

SR. ROBERTO SOUZA: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhum dos senhores conhece? E da senhora Sandra Carneiro?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Também não a conheço.

SR. ROBERTO SOUZA: Também não conheço.

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Também nunca ouvi falar não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela foi gerente financeira da PRECE. Da PRECE, me perdoe, da REFER. São tantos fundos que as vezes a gente confunde. Mas ela foi gerente da REFER e segundo notícias que nos foram trazidas por uma denúncia de um operador de mercado, ela atuava em conjunto com o senhor Hermes Figueiredo, que cujo nome foi citado aqui e era um dos operadores de mesa da fundação. Procede?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Não, não. O nome que foi falado foi Miguel Davi, né? Há pouco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores não conhecem também o Hermes Figueiredo?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Também não conheço. Essa Sandra aí ela deve ter mais de 10 anos que não está na REFER. Porque só eu tive lá 8 e não conheço ela.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Sandra Carneiro ela é prima do Christian, do Murilo, enfim, da família Almeida Rego e o filho dela já foi também gerente de investimentos de um Fundo de Pensão, no caso a PRECE, a sobrinha foi gerente da Real Grandeza, me parece, ou NUCLEOS. NUCLEOS. Então é uma família que tem propensão para cargos em Fundos de Pensão. Mas voltando, então essa denúncia que o Darcy Rocha fez a SPC dos 19 milhões, ela tinha relação direta com essa discussão que houve de constituir ou não o FAC (F). O senhor concorda?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Bem, eu não estou associando. Eu não tenho como associar isso com relação a Constituição do fundo, as informações que tenho é o que eu acabei de passar. Com relação a denúncia que foi feita eu apenas tive conhecimento pela imprensa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Carlos, aí a pergunta vai para os três, mas principalmente para o senhor? O senhor acha que pode ter tido alguma relação direta, entre o voto apresentado pelo senhor Jorge Moura contrário ao FAC (F) e a demissão dele logo depois para o cargo?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Eu não posso julgar isso não. Não tenho elementos para poder fazer essa afirmativa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores teriam alguma desconfiança nesse sentido?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Eu também não tenho elemento, com relação a essa colocação.

SR. ROBERTO SOUZA: Eu não tenho condições de responder, não tenho como dizer que teve relação. Não tenho informações suficientes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais os motivos oficialmente alegados, Dr. Carlos, para a substituição do senhor Jorge Moura?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Eu não tenho conhecimento das razões. Só sei que eu estava indo por conta de uma vaga que não estava, que estava, não estava preenchida com a saída do Roberto. Agora para mim foi surpresa a chegada do Zé Luiz junto comigo. Eu não sei se foi fruto de uma negociação entre os conselheiros, que levou que uma coisa tivesse amarrada a outra, isso eu não posso julgar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque o que a gente verifica. Existe toda essa suspeita, que já foi denunciada por um conselheiro à SPC, de que estava por trás da decisão de constituir o FAC (F), um desejo de desviar 19 milhões de reais com fins políticos. E talvez coincidentemente, talvez não coincidentemente, é tomada a decisão de afastar o Jorge Moura justamente quando ele se pronuncia contra a Constituição do FAC (F). Nos parece que existe alguma coisa aí que precisa ser melhor compreendida. Ta? Não estou aqui nem para julgar condenando e nem inocentando ninguém. Mas uma explicação precisa ser dada. Eu peço inclusive a assessoria que prepare imediatamente o requerimento de convocação do senhor Jorge Moura, porque eu pretendo voltar na próxima reunião administrativa e acho que ele deve vir a essa CPMI antes de concluirmos os nossos trabalhos. Senhor Eduardo, Vossa Senhoria conhece Sônia Botelho?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Sim, conheço. Ela é conselheira da--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela é conselheira da REFER?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela é integrante de que órgão?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Se não me engano, ela é funcionária da Central.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é funcionária da Central?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Da central, empresa Central.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria sabe que foi ela quem supostamente teria informado o conselheiro Darcy Rocha de todo esse esquema que estava sendo montado?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Não, não tenho conhecimento disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Algum dos senhores sabe?

SR. ROBERTO SOUZA: Eu não tenho conhecimento não.

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Só pela própria denúncia que ele afirma isso, parece, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Roberto, pelo que o senhor viu lá, pela experiência do senhor, o senhor acha que é completamente descabida essa denúncia do Darcy ou ela pode ter alguma fundamentação?

SR. ROBERTO SOUZA: Darcy Rocha é um conselheiro atuante, ainda hoje está lá na REFER, ele já passou também pelo Conselho Fiscal e eu me recusaria a acreditar que ele estivesse inventado essa história. Mas também não posso confirmar. Me recusaria a acreditar que ele estivesse inventando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então a priori, nós devemos dar algum tipo de credibilidade a história do senhor Darcy. Quer dizer não, é a história, não é o que ele está dizendo, é a história profissional--

SR. ROBERTO SOUZA: Pelo comportamento dele como pessoa, como conselheiro, me recusaria a acreditar que ele tivesse criado essa fantasia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É difícil o que o senhor Darcy tivesse ido a secretaria de previdência complementar, tenha recorrido portanto ao órgão máximo de fiscalização do Fundo de Pensão e que tenha simplesmente lançado uma mentira ao ar?

SR. ROBERTO SOUZA: Não acredito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não acredita. O que o senhor diria, Dr. Eduardo?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Eu não tenho como avaliar. Novamente eu repito, com relação a essa, a vinculação do, da proposta que foi apresen-

tada, a proposta esta baseada na própria política de investimentos e feita com todos os critérios, eu não tenho como estabelecer vínculo, não teria como estabelecer nenhum vínculo com a denúncia que o senhor Darcy fez. Até porque eu não tenho conhecimento de nada disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que o senhor diria, Dr. Carlos?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Bom, eu conheço o Darcy e acho que pelo tempo que eu tive contato com ele, me pareceu uma pessoa bastante equilibrada. Se tem fundamento o que ele falou, realmente eu não posso julgar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De acordo com o jornal Folha de S.Paulo de 27 do 9 de 2005, portanto, da mesma data, “A REFER vive uma guerra interna”. São palavras da Folha de S.Paulo. “Muitos foram os problemas na distribuição de cargos, após eleição do Presidente Lula”. No mesmo sentido, é a matéria do Correio Braziliense do dia 26 do 7 de 2005, afirmando que na distribuição de cargos da diretoria, dois grupos teriam conseguido fazer indicações. “O problema maior na REFER teria surgido quando em eleição realizada na entidade, 10% dos eleitores votaram nulo. Então, dois candidatos derrotados contestaram o resultado na justiça e solicitaram recontagem dos votos. O Poder Judiciário determinou a suspensão do processo. Mas alegando que a REFER não havia sido comunicada oficialmente, a presidente do conselho, senhora Cristina Montemor, empossou os eleitos, embora, não fosse sua atribuição. Teriam participado da reunião que deu posse aos eleitos: A senhora Cristina, a senhora Tânia e a conselheira Sônia Botelho. A posse foi invalidada”. Assim indago: Quando é que aconteceu todo esse processo?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Eu não, eu não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi anteriormente a ida do senhor para lá?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Eu acho que esse fato está se referindo a um fato posterior a minha estada lá, se não me engano. Pelo que eu percebi aí, acho que é posterior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É posterior a saída do senhor, Dr. Carlos?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Isso é a posterior, pelo que eu estou entendendo, está algumas coisas trocadas aí, mas eu acho que é fruto de uma eleição que houve recentemente, aonde o Roberto

foi eleito em primeiro lugar, eu também disputei, fiquei em sétimo lugar e acho que foi agora, final do ano passado que aconteceu isso. Quer dizer, já bem, um ano quase depois de eu ter saído.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Roberto, essa eleição ela foi uma eleição para o conselho ou foi uma eleição para a diretoria?

SR. ROBERTO SOUZA: Para o Conselho Deliberativo duas vagas e o Conselho Fiscal uma vaga.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor concorreu para que vaga?

SR. ROBERTO SOUZA: Concorri para o Conselho Deliberativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E foi o mais votado?

SR. ROBERTO SOUZA: Fui mais votado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas ainda assim não foi confirmado o seu nome?

SR. ROBERTO SOUZA: Foi, aí tem uma história um pouco complicada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia relatar um pouco de como é que aconteceu?

SR. ROBERTO SOUZA: E com desdobramentos recentes, inclusive. Iniciado o processo eleitoral, todos nós, 16 candidatos nos candidatamos e eu fiz também o meu trabalho, é um trabalho a nível nacional e veio a apuração. E na apuração houve então a minha eleição como candidato mais votado, em segundo lugar uma advogada, a Cristina Sparano e em terceiro ficou o Roberto Marzani que até então era conselheiro e em quarto lugar o Geraldo de Castro. Então os dois, os três últimos que a Ivete em quinto lugar. Os 3 últimos ingressaram com ação, conseguiram ação cautelar, conseguiram liminar. A REFER junto com a conselheira Cristina Sparano conseguiram cassar as liminares e tão logo houve a cassação de uma liminar, eu inclusive fui informado num feriado de 7 de setembro que deveria viajar ao Rio para tomar posse. A informação inicialmente partiu da Sônia, da Sônia Botelho, mais tarde eu liguei para a Cristina Sparano para confirmar, ela confirmou. Viajei então ao Rio de Janeiro para tomar posse, logo no dia 8, exatamente ao feriado 7 de setembro. Chegando no rio, me foi orientado para ficar no hotel aguardando então o momento da posse. E lá chegando para lá tomar posse, evidentemente observei que alguma coisa não estava legal, num havia uma certa consistência num processo de posse. Observei que diretor presidente não estava, o diretor da admi-

nistração de finanças não estava, o Secretário-executivo do presidente estava, eu perguntei, ele também não sabia de nada. Mas, no entanto, havia uma posse. Evidentemente que eu como eleito não tenho nada a perder. O que pode ocorrer é a posse não valer nada. Tomei posse, retornei a Curitiba e na seqüência, não todos tomaram posse, porque alguns, os suplentes não tomaram posse. No dia, passados alguns dias, eu tomei conhecimento da convocação então do conselho anterior e não do conselho atual, foi quando então eu fiz uma carta para a presidente do conselho, questionando aquela posse que eu tomei, porque até então eu ao chegar ao Rio de Janeiro, não imaginava que eu ia encontrar aquela situação. Parte da administração estava presente e parte não. Eu achei aquilo muito estranho, inclusive o diretor presidente não estava presente. E houve a seqüência de tudo isso, o presidente através de um ato próprio dele anulou todos aqueles atos. O Conselho Deliberativo foi convidado, o conselho anterior. Também tomou providências com relação a diretoria, a diretora de seguridade e com relação a duas conselheiras. E--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor me permita interromper, só para entender, a diretora de seguridade a doutora Tânia.

SR. ROBERTO SOUZA: Sim, foi exonerada. Naquele conselho deliberativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim. Pelo atual?

SR. ROBERTO SOUZA: Pelo anterior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo anterior?

SR. ROBERTO SOUZA: Porque a partir do momento que a posse dos novos foi pelo diretor presidente cancelada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já pelo senhor Paulo Silva?

SR. ROBERTO SOUZA: Não, pelo doutor Valdemar, que é o atual, diretor presidente, o Dr. Paulo Silva é o diretor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ta, tudo bem, está certo.

SR. ROBERTO SOUZA: Foi cancelada aquele conselho então anterior, que é competência do conselho admitir, demitir diretores. Ele então exonerou a diretora, doutora Tânia Regina, que se encontra hoje ainda sob júdice, ela conseguiu uma liminar e se mantém como diretora com base em liminar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela foi exonerada e quem mais também?

SR. ROBERTO SOUZA: Dos diretores, naquela ocasião que eu saiba só ela, né? Só ela. Naquela assembléia, naquela reunião do conselho. Só ela foi exonerada como consta de ata, além de duas conselheiras que tiveram abertura de processo administrativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais?

SR. ROBERTO SOUZA: Processo disciplinar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais as conselheiras?

SR. ROBERTO SOUZA: A Cristina Montemor e a Sonia Botelho. Cujos atos já foram cancelados em ata posterior. Então hoje elas não respondem mais a esse processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que o senhor avalia o comportamento da senhora Cristina Montemor à frente da presidência do conselho da REFER?

SR. ROBERTO SOUZA: Olha, eu conheço a Cristina Montemor assim desde um pouco antes de eu assumir o cargo de diretor, quando eu estive com ela, uma vez quando o Roberto Marzani apresentava me a ela, como presidente do conselho. E depois que eu fui então nomeado diretor e fui tomar posse, ela inclusive assinou a minha posse, mas não compareceu à posse, ela era contrária, ela era contrária à minha indicação e, portanto, não votando em mim, ela não compareceu a posse. E hoje nós temos o privilégio de trabalhar juntos e as vezes nós não temos nenhum atrito, tem o atrito normal, as discussões normais. Eu, por exemplo, questiono muito a ela, não só a ela como aos outros, eu acho que na minha opinião os membros do conselho precisam e devem ter autonomia e a partir do momento que os membros do conselho indicados pelas patrocinadoras não têm autonomia, eles são obrigados a cumprir ordens das suas patrocinadoras, eu contesto muito isso. E a Cristina nós temos esse debate natural, mas sem que isso passe da reunião. Nós discutimos, discordamos, mas isso tudo dentro da reunião. Estou a conhecendo de um período para cá e--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quantos e quais são os conselheiros?

SR. ROBERTO SOUZA: Hoje são 6 conselheiros. Eu, o mais novo eleito pelos empregados, o Darcy Rocha que tem mais um ano e pouco ainda de mandato e a Cristina Sparano, que foi eleita agora no último, na última eleição que também está sob júdice como eu, o

resultado está sob júdice e o Marco André, que é atual presidente do conselho, indicado pela patrocinadora Rede ainda tem mais um ano e pouco de mandato. A Sônia também tem mais um ano e pouco, indicada pela patrocinadora Central e a Cristina Montemor que é indicada pela CBTU.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que por trás do afastamento da Tânia, da Sônia, estava uma disputa política?

SR. ROBERTO SOUZA: É presumível, eu não estava lá, não compartilhei com eles e qualquer afirmação aqui seria leviana. Presume-se, mas não posso afirmar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa presunção nos leva a entender o quê?

SR. ROBERTO SOUZA: É que não podemos negar que dentro da REFER, como foi dito aqui já, em julho de 2003, houve a montagem de diretoria de partidos diferentes, PC do B, o Jorge Moura que eu não sei qual é o partido dele, um outro que já foi dito aqui que parece que o Vaz Simon era do PMDB ou ainda é, então havia correntes políticas diferentes. Então esse atrito era normal e isso não acabou ainda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não acabou?

SR. ROBERTO SOUZA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que esses atritos prejudicam a fundação?

SR. ROBERTO SOUZA: Com certeza. Outro item que eu questiono muito e agora como conselheiro, eu vou trabalhar muito nesse sentido, é que os verdadeiros donos do patrimônio, do capital da REFER, os verdadeiros donos que são os empregados, têm o direito de opinar, porque nós podemos opinar, nós vamos ser sempre vencidos. Quem determina ainda são as patrocinadoras através dos seus representantes e já tem ocorrido fatos e isso é notório, as pessoas sabem, que a decisão das patrocinadoras, ela é colocada e ela prevalece através do voto de qualidade. Ela, o presidente tem o voto de qualidade e ele recebe pressão, né? A Cristina que é uma pessoa, a Cristina Montemor que é uma pessoa séria, autêntica, ela nunca negou, inclusive para mim, que ela já votou em diretores na marra e diz: “Eu votei porque eu fui obrigada”. Quer dizer, então ela não nega, ela é uma pessoa autêntica, “eu votei porque fui obrigada”. Isso precisa haver um consenso a partir das patrocinadoras, que os empregados através dos seus representantes, também têm o direito de opinar. E inclusive eu vou continuar defendendo que os empregados têm o direito de indi-

car um diretor, um ou mais como ocorreu comigo, fui nomeado, indicado diretor pelos participantes, não me foi permitido permanecer e em seguida o Carlos foi nomeado também como indicação dos participantes, que também não permaneceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então de fato não existe autonomia para o conselho? O conselho ele tem que na maioria das vezes referendar decisões que são tomadas pelas patrocinadoras?

SR. ROBERTO SOUZA: Eu tenho levantado essa bandeira. As vezes o Conselho apenas referencia e eu agora estou levantando uma nova bandeira, que o conselho não admitir mais nem um diretor, mesmo indicado, sem entrevistá-lo, sem conhecer as suas habilidades de administração, seus conhecimentos técnicos, porque não se pode, eu defendo essa bandeira, que não se pode assumir uma indicação, quer ela seja política ou não, sem que o indicado passe por uma sabatina. É uma das bandeiras que eu estou levantando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essas disputas políticas também se verificam no âmbito das patrocinadoras?

SR. ROBERTO SOUZA: Eu nunca recebi isso claramente não. Se existe ela não é evidenciada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que nessa eleição do senhor houve uma quantidade de votos nulos muito expressiva?

SR. ROBERTO SOUZA: Isso daí eu, na época, quando o presidente da Comissão ele estabeleceu critérios para a votação e apuração, principalmente, e nesses critérios ele com excesso de zelo, ele foi muito criterioso e deixou de observar a intenção de voto. Então na apuração ele observou rigorosamente os procedimentos normativos dos critérios estabelecidos pela Comissão. E aqui, muitos votos e eles não poderiam, não deveriam ser anulados, na minha ótica, porque a intenção do eleitor era clara, ele por dificuldades, que eu não posso aqui numerar, ele não colocou o voto, não depositou o voto dentro da formalidade. E isso foi então objeto da impugnação de imediato e já houve na vigésima 1ª Vara Cível do Rio de Janeiro, a juíza já determinou uma nova recontagem e essa recontagem apontou um novo resultado. Então hoje nós temos ainda uma ação na vigésima sétima, que é do Geraldo de Castro, que após a liminar ter sido cassado ele entrou com ação principal e também na vigésima primeira que é do Roberto Marzani, que também entrou com ação principal. A outra que havia conseguido a liminar, não entrou com ação principal, portanto, o processo dela foi arquivado. Nesses dois processos que ainda tramitam,

um já houve a recontagem, na vigésima primeira com resultado diferente. Onde eu permaneço em primeiro lugar, só que o segundo lugar na primeira votação hoje ocupa a quarta posição, passaria para suplente. O quarto, o segundo suplente que era o quarto colocado, hoje assume a segunda colocação, nessa contagem da vigésima primeira. Porque a juíza adotou um outro critério, ela deve ter, provavelmente, que eu não estava presente, observado a intenção do eleitor. E agora nós vamos ter que aguardar a decisão, que ainda não há uma sentença homologada e muito menos transitada em julgado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Eduardo, segundo o jornal Correio Braziliense de 26 do 7 de 2005, a nomeação de Vossa Senhoria para diretor financeiro da REFER deveu-se à influência do senhor Juarez Ferreira, atual Secretário Municipal do Governo do senhor Lindberg Faria, em nova Iguaçu. O senhor Juarez Ferreira, ao que consta nessas notícias, tem uma forte ligação com o Haroldo de Almeida Rego, o Pororoca. Eu pergunto: O senhor conhece o senhor Juarez Ferreira?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Eu conheço o Juarez Ferreira, desconheço que ela tenha indicado a minha pessoa, o senhor Juarez Ferreira foi assessor parlamentar do Deputado Carlos Santana. Eu desconheço que ele tenha, eu recebi o convite do senhor Adauto Carmona.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é a relação o que senhor tem com o senhor Juarez Ferreira?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Nenhuma relação com ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o jornal inventou isso?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Que eu tenha tido relação sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Diz que a indicação de Vossa Senhoria se deveu a uma influência do senhor Juarez Ferreira, que teria pedido por Vossa Senhoria.

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Eu não tenho nenhum conhecimento disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor deve ter visto também que o Jorge Moura ele transcreve um trecho de diálogo com Vossa Senhoria. Teria sido as-

sim: Vossa Senhoria disse: “Olha, Jorge, eu quero te dizer que estou assumindo o cargo com o chicote nas costas”. Aí o Jorge: “Chicote? Que chicote?! Chicote de quem?” Aí Vossa Senhoria diz: “Do Carlos Santana e de Brasília”. Vossa Senhoria confirma esse diálogo?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Não, claro que não. Jamais!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Jorge Moura está inventando isso?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Eu acredito que sim, porque eu não me lembro jamais ter tido qualquer diálogo dessa natureza com o senhor Jorge Moura.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Jorge Moura ainda informa que o Bruno Grain, era muito ligado à família Almeida Rego. O senhor me disse que tirou o Bruno Grain da gerência e escolheu a Renata. O senhor teve alguma informação das ligações do Bruno Grain com a família Almeida Rego?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Nenhuma informação a respeito disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia nos repetir o motivo que determinou a saída do Bruno Grain?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: A saída do senhor Bruno Grain, foi uma recomendação do Conselho Deliberativo, que consta em ata, tendo em vista uma série de operações que estavam sendo realizadas já anteriormente e depois e que o conselho, o Conselho Fiscal considerou que as operações não estavam adequadas e houve essa recomendação. Quer dizer, ele saiu por recomendação do Conselho Deliberativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No dia primeiro do 6, o senhor Bruno Grain ele foi autuado. A infração: “Aplicar os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefício em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Penalidade passível de aplicação: Multa de 20 mil reais, podendo ser cumulada com suspensão pelo prazo de até 180 dias ou com inabilitação pelo prazo de 2 a 10 anos. Descrição dos fatos: As operações com índice futuro e Bovespa realizadas no período de 11 de 2003 a 3 de 2004 na BM&F, resultaram em perda de 3 milhões 247 mil 530 reais. Mais os custos de operações de 45 mil 542 reais e 60 centavos, totalizando 3 milhões 293 mil 72 reais e 60 centavos. Há operações com opções de compra

e venda de ações na Bolsa de Valores de São Paulo considerando o período de 10 de 2003 a 3 de 2004, geraram pela diferença entre prêmios pagos e recebidos, perda de 190 mil 713 reais. Mais os custos de operação de 21 mil 659 reais e 80 centavos. Totalizando 212 mil 372 reais e 80 centavos. Assim, as operações realizadas com derivativos causaram prejuízos financeiros a entidade, principalmente por não serem precedidas de controle e avaliação de risco, conforme determina a legislação. Todas as operações foram comandadas pelo gerente de investimentos, o senhor Bruno Grain de Oliveira Rodrigues. O Conselho Deliberativo recomendou a demissão do gerente de investimentos e financeiro”. Então existe essa autuação feita pela SPC do mês de janeiro de 2006, portanto, muito recente, né? Prevendo aí a possibilidade de multa de 20 mil reais e até inabilitação do senhor Bruno Grain. Aí tem aqui, também uma autuação contra o senhor.

“Infração: Descumprir cláusula do Estatuto da entidade fechada de previdência complementar ou do regulamentar ou do...” Deve ser do regulamento ou do regulamento. “Do plano de benefícios ou adotar cláusula do Estatuto ou do regulamento, sem submetê-la a prévia e expressa aprovação da secretaria de previdência complementar, multa de 10 mil reais podendo sem cumulada com suspensão pelo prazo de até 180 dias”. Então o senhor Bruno Grain ele foi autuado, eu peço silêncio ao plenário, por favor. O senhor Bruno Grain ele foi autuado, com uma multa grave, né? Passível da mais grave multa prevista, da mais grave penalidade prevista pela SPC e o senhor pode ver aqui, foram operações na BM&F e na Bovespa, que trouxeram supostos prejuízos para a REFER e o senhor também foi, por vinculação com essas operações, no caso por ter descumprido o que previa o relacionamento. Como é o que o senhor recebe essa autuação?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Bem, houve uma autuação e que se referiu exatamente ao cumprimento da demissão do senhor Bruno Grain. O que ocorre é que o conselho deliberativo recomendou a demissão do senhor Bruno Grain, dando um prazo para que isso se efetivasse, prazo a que me recordo, até o final do corrente mês, assim literalmente, acho que era isso que estava escrito. Muito bem, ocorre que esse fato, ocorre que essa demissão ela foi efetivada dentro do prazo determinado pelo conselho deliberativo e foi efetivada por quem de direito. Porque estatutariamente a quem cabe admitir ou demitir é o diretor presidente. Portanto, o diretor financeiro não poderia nem admitir e nem demitir, muito menos demitir. Mas, o senhor Bruno Grain ele foi afastado dentro do prazo, o que se levantou é que não havia sido feito o desligamento imediato. Ora, esse desligamento imediato não estava, não constava

da determinação do conselho. Eis porque ele deu um prazo para a substituição do mesmo. Conforme pode ser verificado, na época haviam várias operações em andamento, operações no mercado e que exigiam o acompanhamento profissional que conhecesse operações de mercado. E que pelo menos fosse feito esse fechamento. Então, o prazo que foi dado, foi exatamente para que fosse feita essa substituição, fosse feito esse fechamento e isso foi cumprido. O diretor presidente determinou o afastamento, a demissão do senhor Bruno no prazo estipulado. Existe essa autuação, foi apresentada a defesa nesse sentido, com essa argumentação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor em nenhum momento descumpriu uma decisão do conselho?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora o senhor na verdade queria ou não queria retirar o Bruno?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Eu, efetivamente, não tinha elementos que me dessem condições de afirmar que a gestão do senhor Bruno fosse incorreta. O que eu sempre ponderei, é que a substituição de um profissional no Fundo de Pensão, que estava à frente de uma mesa de operação de gestão de investimento, tinha que ser precedido de alguns preparativos. Ou seja, você precisava de um outro profissional que acompanhasse o processo e não foi uma decisão minha. Apenas cumpri. Quer dizer, não, apenas acatei, o cumprimento efetivo foi pelo senhor diretor presidente que estatutariamente é quem efetua essa demissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguém solicitou ao senhor que mantivesse ele?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Não recebi de ninguém essa solicitação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E agora o senhor tem que responder a um processo junto ao SPC que é um processo grave, o senhor sabe disso. Bom, a pergunta aí vale para os três. Alguma vez, qualquer um dos senhores, foi procurado por representantes dos bancos Santos, Rural, Pactual e BMG?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Não.

SR. ROBERTO SOUZA: Eu nunca fui procurado por nenhum desses 3 bancos.

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Eu também nunca fui procurado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Jorge Moura também afirma, que ele foi procurado por representantes desses bancos que pretendiam oferecer CDBs para a REFER. Os senhores acham que o senhor Jorge Moura poderia ter sido procurado por esses representantes, sem que isso tivesse passado pelo conhecimento de Vossas Senhorias? Sobretudo os senhores, porque o Dr. Carlos não é do período.

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Eu não vejo impedimento. Ele tinha contato com, não vejo nenhum impedimento.

SR. ROBERTO SOUZA: O Dr. Jorge Moura disse que foi procurado, não posso, cabe somente a ele agora, não tenho como afirmar, isso eu não vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Roberto, o senhor teria como nos informar o CPF da Renata Lopes de Azevedo?

SR. ROBERTO SOUZA: Teria, não de imediato, mas me dando uns minutos eu teria condições.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então eu gostaria que senhor pudesse fazer esse levantamento. Para encerrar, eu quero mostrar um único quadro, por favor, a nossa assessoria. Enquanto a equipe prepara, eu os indago: Pelo que nós percebemos, quer dizer, o senhor Eduardo afirmou que existiam critérios para a seleção das corretoras. Já, no entanto, o senhor Roberto identificou uma falta de critérios quando assumiu a diretoria. Eu pergunto, primeiro ao senhor Eduardo, o senhor ouviu falar na corretora Cruzeiro do Sul, conhece a corretora Cruzeiro do Sul?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Ouvi falar da corretora Cruzeiro do Sul, conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela operou na época do senhor com a REFER?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Não tenho certeza, acho que sim. Teria que verificar, porque havia rodízio de corretoras, teria que verificar, não tenho certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a Nova Invest?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Também, isso eu teria que verificar. Porque na realidade havia uma relação de corretoras, que foram escolhidas dentro dos critérios previstos na política de investimentos e havia um rodízio. Um rodízio determinado e acompanhado pela própria, até a própria auditoria acompanhava com bastante cuidado isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Roberto, Cruzeiro do Sul, Nova Invest e XAIM CCVM, dizem alguma coisa para o senhor?

SR. ROBERTO SOUZA: Primeiro que nós como eu disse naquele período, onde que estivemos lá não operamos com renda variável. E segundo que imediatamente a nossa posse, nós tomamos a iniciativa de selecionar, para caso viéssemos a operar seria com uma dessas corretoras, a BES Securities, Bradesco, Fator Dória, Itaú, Pactual, Unibanco e UBS. Seria no mínimo ou no máximo essas daqui. Essa está fora da nossa relação.

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Eu posso estar equivocado, mas tenho quase certeza que naqueles dois meses não fiz nenhuma operação de renda variável e se tivesse operado teria sido com essa orientação que estava ali do Roberto, porque é o que estava valendo, possivelmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor. O primeiro, não... Esse. O senhores podem ver que no período analisado figuram ali 3 corretoras e o que é que a gente analisa? A gente analisa o que é que está por trás dos ajustes negativos promovidos, quando essas corretoras operavam com a REFER, ou seja, a REFER era uma das comitentes e aí vejam, a Cruzeiro do Sul todas as vezes que operou com a REFER atribuiu a ajustes negativos, todas as vezes. A Nova Invest em 98% das vezes atribuiu ajuste negativo, só que isso representa, o senhor pode ver ali, quase 100%, praticamente 100% do valor negociado. E a XAIM operou 90% das vezes, proporcionando 95% do volume negociado de ajustes negativos. Então, realmente são percentuais inexplicáveis. São percentuais... São desempenhos que fogem completamente à lógica do mercado. No caso da Cruzeiro do Sul 100%, no caso da Nova Invest e da XAIM 98 com 100, 90 com 95. Eu queria ver agora o quadro dessas corretoras com o mercado. Não, desempenho, próximo. É esse último. É o desempenho das corretoras com outros agentes do mercado, ou seja, não leva se em consideração o desempenho dela com Fundos de Pensão. Os senhores vão ver que a Cruzeiro do Sul em 49% das operações, ela atribui valores negativos e em 37% de volume negociado. Ou seja, a instituição do mercado ganha mais do que perde no ajuste feito pela Cruzeiro do Sul. O mesmo se verifica com a Nova Invest e o mesmo se verifica com a XAIM. Então quando essas corretoras elas operam com a REFER, elas têm um desempenho completamente desfavorável dos ajustes negativos para a REFER. Quando elas operam com o mercado, elas têm um desempenho favorável para as instituições do

mercado. Pode tirar a apresentação. Senhor Eduardo, na época do senhor me parece que o número de corretoras era maior. Então é bem provável que essas operações tenham sido do período do senhor.

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Ok.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que a assessoria inclusive chama atenção, que é importante verificar, é que aqui nós temos de ajuste negativo 3 milhões e 61 mil, podem ver. É quase o que está aqui nesse processo, são 3 milhões 247 mil. Na verdade, o que a SPC identificou supera até o que foi identificado por nós e é justamente nesse período aqui.

SR. EDUARDO CUNHA TELES: É, o período que eu estive na REFER é bem, é bem restrito. Não abrange essas operações todas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nunca teve nenhum contato direto com as corretoras, né? Não, mas aqui não são, se o senhor for avaliar para uma fundação que movimenta milhões, essas operações aqui elas podem acontecer em um dia. Na verdade, aconteceram em mais de um dia, mas elas podem acontecer até em um dia. Então 39 dias é período suficiente para se verificar tudo isso, entendeu?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Perdão, Deputado, o que eu quero me referir é que a avaliação que foi feita é um registro de tempo superior a estes 39 dias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, claro. Mas então o senhor não mantinha nenhuma relação com corretora?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Relação direta com nenhuma corretora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca, nunca negociou com nenhuma delas, nunca teve a oportunidade de conhecer os seus dirigentes, nunca?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Naquele período não. Porque na realidade--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem fazia isso era o Bruno?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Algumas vezes nós tivemos reuniões de apresentação e as empresas já estavam escolhidas. Quer dizer, não houve... Porque como eu já afirmei, os critérios já estavam estabelecidos e as empresas foram escolhidas em cima desses critérios. Quando eu já cheguei já estavam escolhidas as empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas quem man-

tinha uma relação mais direta com as corretoras eram o (?)

SR. EDUARDO CUNHA TELES: A relação diária era com o gestor, com o gerente de investimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. O primeiro orador inscrito para usar da palavra é o Deputado Jamil Murad, a quem eu concedo imediatamente a oportunidade de se pronunciar.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): Queria cumprimentar o Sub-relator, o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, cumprimentar os senhores que vieram aqui prestar seus depoimentos e um Fundo de Pensão, eu encaro dessa forma, como ele é, ele interessa diretamente aos trabalhadores, ele tem que ser muito bem cuidado, tem que ser fiscalizado, tem que ser... Então esse processo que nós fazemos aqui, ele é um processo que contribui para que todos os Fundos de Pensão se aprimorem, se aperfeiçoem no seu funcionamento no seu controle, nos seus investimentos, porque ele pode trazer lucro ou prejuízo para os trabalhadores. Agora, é importante também verificar o seguinte: Que em termos de gestão financeira, não dá para a gente analisar assim em poucos dias, nós estamos aqui, Deputado Neto, analisando, por exemplo, o caso ali do Eduardo, né? 50 dias, o senhor Roberto, 50 dias. O Carlos Alberto ele foi 8 anos diretor financeiro desde 1995, todo o período do governo Fernando Henrique Cardoso e saiu quando entrou o presidente Lula, não é? Aliás, ainda ficou 6 meses durante a gestão do presidente Lula, aí ele saiu, voltou poucos meses depois e já saiu de novo. Eu queria chamar a atenção, para um aspecto muito importante, que os senhores trouxeram aqui. Porque as vezes se imagina o interesse político, se imagina logo um cidadão eleito como Deputado, uma coisa assim. Mas a gente deveria dizer com mais precisão, interesse político financeiro. De tal forma, as companhias, o poder econômico ligado às patrocinadoras, né? Elas atuam no cotidiano. Não só na escolha da diretoria, não só na escolha dos diretores. Quer queira ou não, ela lógico que quer por um diretor, que é mais simpático aos seus negócios. Pelo menos que seja mais neutro aos seus negócios e não a uma outra companhia concorrente, não é? Então é difícil eliminar esse jogo de interesses. Então nós temos que aprimorar o processo, fazer a fiscalização, ter critérios, procurar ter normas, de tal forma, que o poder econômico atua, que é normal, ele não vai ficar passivo diante de ter mais lucro ou até ter prejuízo, ele atua para lhe favorecer. E, portanto, nós achamos normal esse jogo. Só que aqui está, está influenciando, Deputado Neto, influenciando no interesse dos trabalhadores, porque é uma instabilidade muito grande e eu duvido que

haja algum Parlamentar, alguma coisa, com essa força toda de mexer e ir derrubando diretores. Eu, como até completo 63 anos brevemente e eu quero com a minha experiência dizer o seguinte: Cheira mais a um jogo pesado de interesses, porque o setor ferroviário está se reativando, não é? Aqui no Brasil, as companhias, houve aquela privatização das companhias, nessa privatização o jogo de interesse dos trabalhadores, o problema dos seus direitos, aquela parte que deveria ser paga aos Fundos de Pensão, isso foi um processo de negociação duro, muitas vezes, nós não vamos nem abrir essa discussão aqui, mas seria motivo até de seminário, porque várias categorias tiveram os seus direitos e vários Fundos de Pensão tiveram seus direitos muitas vezes amputados pelo jogo pesado de quem estava comprando naquela empresa. Eu cito para vocês casos que estão aqui no CADE, por exemplo, 3, 4 companhias de suco de laranja, que passa como um trator em cima do interesse dos produtores, dos sítiantes que produzem laranja, as vezes ele deixa apodrecer a laranja, porque o preço fica muito baixo, porque o cartel econômico impõe aquilo. Então, nessas companhias também ocorre isso. É um jogo duro, pesado, você vai ver o jogo da CSN para enfrentar a companhia Vale do Rio Doce, as duas mexem com aço, né? É jogo duro, é jogo pesado, disputando uma determinada destinação de uma mina de ferro. Muito bem, então, eu vejo dessa forma. E eu gostaria de dizer aqui... A rentabilidade desses Fundos de Pensão da REFER, ela é positiva ou negativa? Particularmente nesse período, rapidinho, só pontual assim.

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Sim, bem. No período em que nós estivemos lá, a rentabilidade, porque o Fundo de Pensão ele tem dois parâmetros, que ele tem que seguir. Primeiro é a rentabilidade da carteira, essa rentabilidade da carteira é importante e aí é estabelecido o chamado benchmark, no caso da REFER, no período em que lá estava, a carteira estava dívida em duas carteiras, uma com determinado com tipo de aplicações, outra com outro determinado tipo, uma delas estava sendo acompanhada através da variação do Ibovespa e a outra através da variação do IBX50. No período em que lá estive, houve total aderência, ou seja, a variação do Ibovespa, a carteira ela variou com total aderência a variação do Ibovespa. E o outro ponto, outro aspecto importante a se avaliar uma gestão de investimentos, de uma carteira de investimentos, é a exposição ao risco do investimento. E essa exposição ao risco ela continuamente é avaliada pela empresa RISK OFFICE e nos relatórios que ela estabeleceu, que eu também deixaria aqui à disposição da Sub-relatoria, ela coloca claramente no período em que o risco assumido estava totalmente, bem

abaixo do limite previsto. Ou seja, os parâmetros que fazem com que a gente gerencie a carteira estavam perfeitos. E isoladamente as operações que foram mostradas, são operações que mostraram prejuízos, mas a carteira como um todo não. Está se falando muito pela imprensa em operações de *hedge*, tal, e é verdade. Essas operações com índice futuro, operações com mercado de opções, são operações que têm várias características, uma delas é atuar como *hedge* a outras aplicações. Então respondendo ao que V.Exa. colocou, no período em que eu lá estive, a REFER ela teve rentabilidade perfeitamente compatível com os índices benchmark e não esteve em nenhum momento com o seu patrimônio exposto ao risco.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): E o senhor, senhor Roberto?

SR. ROBERTO SOUZA: Eu, eu passei lá por abril e maio, praticamente maio eu fiquei mais em Curitiba do que no fundo, tamanha era a pressão, não poderia correr o risco de perder o meu emprego. E o que eu tenho aqui é que o balanço de março de 2004, fechou com 2 bilhões 524 mil e o balancete de abril com 2 bilhões 509 mil. Então patrimonialmente houve uma redução.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): E isso é explicável pelo tipo de produto que, pelo risco normal da natureza do negócio ou não?

SR. ROBERTO SOUZA: Em parte sim. Mas há que se fazer também a análise, que a influência desse aumentou e redução de patrimônio, ocorre com maior incidência na renda variável, mas ela não representa tanto assim. O maior volume aqui está realmente na renda fixa, que é de quase um bilhão e meio, mas também há que se analisar aqui a rádio imprensa das patrocinadoras que também traz reflexo.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): Pois não. E senhor Carlos?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: A título de colaboração, posso afirmar com certeza absoluta, que desde 95 até o presente momento todos os anos a fundação bateu o mínimo atuarial. E que o ano passado--

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): Foi superior ao mínimo?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Sempre foi superior, todos os anos.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): Todos os anos. Senhor Eduardo, uma pergunta: Quem decidia as operações?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Perdão?

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): Quem decidia as operações?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Bem, o tipo de operação, o tipo de alocação estratégica era decidido pelo comitê diretor de investimentos.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): Então não era uma pessoa?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Não, é um comitê diretor de investimentos que definia qual a alocação estratégica, qual o tipo de investimento a ser feito e, muito bem. E em isso estando decidido, existe um momento em que o gerente está operando na mesa. Então, é um momento específico em que ele está operando dentro de diretrizes preestabelecidas.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): Vossa Senhoria sentiu, relatou aí uma tensão muito grande dentro da diretoria entre os diretores, isso prejudicava o bom funcionamento da gestão?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Isso aí certamente prejudicava a gestão da empresa como um todo. Eu não posso aquilatar o quanto exatamente em que área, mas evidentemente prejudicava.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): Muito bem. Eu queria... Essa questão do senhor Jorge Moura, o senhor Jorge Moura ele, ou a Sônia Botelho, que é funcionária da Central do Brasil falou para o senhor Darcy sobre vontade de desviar 19 milhões, Deputado? Só para esclarecer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que aconteceu é o que senhor Darcy, conselheiro da fundação, ele entrou em contato com a secretaria de previdência complementar, dando conta dessa denúncia que teria sido a ele reportada pela senhora Sônia.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): Agora havia alguma prova, V.Exa. tem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu não tenho os detalhes.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): O negócio foi... O prejuízo foi efetivado ou ficou na...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me parece que não, me parece que essa tentativa de desviar 19 milhões não se consumou em parte, porque o senhor Jorge Moura supostamente teria sido contrário e teria votado contra à Constituição do FAC (F). Que é um fundo de aplicação em cotas.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): Essa questão, eu sou, estava dizendo aqui, eu sou o mais velho daqui, sou bem tranquilo quanto a essas questões. Porque existe, por exemplo, vários tipos de denúncia e existe interesses, um jogo pesado. E o parlamentar, o representante do povo ele tem que ver o conjunto. Nós temos que ver assim a floresta, não podemos só ver

a árvore. Ver a árvore, mas ver a floresta, né? Então aqui é um lugar que chega também denúncia de todo o tipo e também chega na imprensa, não é mesmo? Denúncia de todo o tipo. Então nós não podemos ver, quer dizer, dar ressonância, pelo menos no meu tipo de comportamento político assim, eu não trabalho em cima do um boato, que pode eventualmente se tornar uma calúnia, tal. Eu atuo da seguinte forma: Falo aí: "Ah, tem uma lista de furnas, não sei o que, não sei o que". Dessa boca aqui eu não vou falar nome de nenhum Parlamentar, e de nenhum Governador, etc. por quê? Porque são homens públicos, são de partidos políticos, eu respeito. Se alguém tiver provas, tal, vai apresentando, não é mesmo? Nós não podemos dar seqüência a denúncias, ou a boatos que se tornem denúncias e desorientam os interesses do povo (ÁUDIO PAROU) E o melhor e eu trabalho em torno desses ideais, dessas metas, né? Então, por exemplo, aqui foi levantado o nome de Deputado, foi levantado o nome de ex-prefeito, etc. Então, quando na verdade uma pessoa falou, as vezes a pessoa tem um interesse contrariado, tem um interesse contrariado e pega e solta um torpedo e aquilo o jornalista vai e coloca no jornal e aí vem para o congresso e a gente dá a repercussão, né? E ao dar repercussão, eu acho que se for comprovado, uma investigação séria, tal, comprovada, o sujeito pode ir pegar cana, não é só multa não, pega cana. Agora, nós temos que ter o cuidado de ver os interesses da REFER, os interesses da nação brasileira, os interesses do povo brasileiro. Então eu, eu atuo mais dentro desse, desses princípios. Então para mim, ficou claro aqui e eu queria agradecer ao Deputado Neto, que foi uma coisa publicada em jornal, foi falado e tal mas ainda não chegou nessa CPI, provas. Então, é boato, se eu ficar trabalhando com boato eu estou calunhando. Então, eu acho que todo brasileiro ele, a princípio, ele merece respeito independente do partido que ele pertencer. Então, eu tenho que combater duramente o crime, agora eu trabalhar em cima de um boato, de uma informação falsa, eventualmente sem comprovação, ela pode se transformar de boato em calúnia e pode se transformar num crime. Então para mim fica claro que apenas um comentário que acabou saindo no jornal e que precisaria então de uma investigação antes de condenar ou de lesar qualquer pessoa. Bom, muito bem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado, V.Exa. quer se reinscrever, porque já se passaram 15 minutos e eu concedi a V.Exa. mais 2 minutos.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): Já vou encerrando, Deputado, aqui nós precisamos contri-

buir então, quer dizer, uma questão aqui que eu havia notado, houve terceirização da carteira? Não houve?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Não houve. Até porque não foi efetivada.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): Era essa a informação que eu queria.

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Não houve terceirização.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): Não houve terceirização da carteira. Uma coisa muito importante que para mim é muito clara, os senhores trabalharam com o Banco Rural?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Não.

SR. ROBERTO SOUZA: Não. Meu período não.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): Senhor Carlos?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Não.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): Banco Minas Gerais, BMG?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Não.

SR. ROBERTO SOUZA: Também não.

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Também não.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): Isso é muito importante. Está bem, eu vou parar por aqui, agradecendo a participação dos senhores e a boa vontade aqui, a tolerância do Deputado Antônio Carlos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu que agradeço a V.Exa., que nos honra muito com a sua presença nessa sessão e concedo a palavra ao segundo orador inscrito Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Caro Sub-relator, Deputado Jamil. Eu estou vendo aqui que os resultados da nossa CPMI estão tardando um pouco e a Polícia Federal já está adiantando. O máximo que a CPMI pode apresentar é um pedido de indiciamento, alguma coisa nesse sentido. E hoje eu vejo que o Duda Mendonça já foi antecipado pela Polícia Federal e está sendo indiciado por lavagem de dinheiro e por evasão de divisas. Mas o Deputado Jamil Haddad ele colocou muito bem. Haddad, né?

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): Murad.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Haddad é inclusive ator de novela.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PC do B-SP): Jamil Murad

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De Belo Horizonte. Murad da novela, em homenagem a Jamil.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Tem pinta mesmo de artista. Olha, a responsabilidade dessa CPMI realmente ela é muito grande. Para o senhor ter uma idéia, hoje segunda-feira, casa com vários trabalhos, inclusive essa, nós estamos aqui inclusive o nobre Sub-relator já trabalhou neste caso e já está analisando a participação dos senhores dentro da REFER. E o objetivo aqui é realmente buscar as irregularidades praticadas de favorecimento político a partidos políticos, a agentes políticos ou até mesmo favorecimento próprio. Mesmo sabendo que existe um comitê para determinar as indicações de mercado de aplicações, a gente sabe que os diretores, os seus auxiliares tem uma certa influência nesse comitê, tanto que estão ocupando esses cargos. E dentro dessa linha realmente de saber se houve desvio, onde estão os desvios, eu gostaria de solicitar aos senhores o seguinte: Os senhores conhecem o senhor, eu já sei que já foi respondido, eu vou repetir a pergunta, os senhores conhecem o senhor Adauto Carmona? O ex-diretor da REFER? Conhecimento e o relacionamento comercial e pessoal dos senhores.

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Sim, eu conheço. Eu fui indicado pelo senhor Adauto Carmona, para ocupar a diretoria e conheço ele profissionalmente. Ele atuou na CBTU, empresa que eu sou originário, inclusive na área elétrica. Ele atuou durante muitos anos na CBTU, o meu conhecimento se deve a coisa de bastante tempo atrás, no tempo da CBTU.

SR. ROBERTO SOUZA: Eu apenas repetindo, repetindo a informação anterior, como eu disse, eu só o conheço do nosso informativo. Onde aparece a foto dele.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não teve participação, influência?

SR. ROBERTO SOUZA: Nunca falei com ele, nem por telefone.

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Sou da CBTU, o Adauto também é da CBTU e nós trabalhamos no departamento juntos em 1983. Talvez meia dúzia de meses.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, o senhor carmona chegou na diretoria da REFER já foi falado, né? Já foi explicado, foi através de quem?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Eu não sei. Eu fui para a diretoria, para trabalhar depois dele já estar na--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mas o senhor era amigo dele, trabalha há muito tem-

po, era de outra empresa, ele não comenta como que ele chegou, como que ele foi indicado? Caiu um ato Diário Oficial? Vamos forçar.

SR. EDUARDO CUNHA TELES: No meu caso particular, a minha relação com o senhor Aduino Carmona, remonta de um tempo atrás, mas não mantinha relações normais de... Apenas o conheço. E apenas o conheci e conheci--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mas os senhores são de mercado, trabalham nisso, trabalham no mercado na mesma empresa, na REFER.

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Eu já estava aposentado já há bastante tempo e ele continuou trabalhando.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Quando ele entrou?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Quando ele entrou já estava aposentado há bastante tempo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E o senhor... Um motivo a mais para o senhor saber, qual o motivo que ele entrou? Quem que indicou? Foi indicação política? Foi por competência? Por concurso público a gente sabe que não foi.

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Eu não sei afirmar exatamente quem o indicou.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor também não?

SR. ROBERTO SOUZA: Olha, aí eu tenho que falar com base em informações.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Certo.

SR. ROBERTO SOUZA: Foi uma composição política que ocorreu aí em julho de 2003, segundo as informações que eu tenho. E o conselho fez a nomeação tanto do Carmona como do Jorge Moura, Nilton Vaz Simon, tudo através de uma composição política. A informação que eu tenho e é só isso, eu não o conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu sei que o senhor é técnico em composição política, as vezes é difícil entender. Como que foi feita essa composição política? O senhor tem uma idéia? Quais os nomes da pessoa, quem entrou quem, para poder indicação de quem?

SR. ROBERTO SOUZA: Olha, eu tenho um amigo que na época era presidente do Conselho Deliberativo e que me passou mais ou menos a história, é que havia uma determinação política basicamente da área, ou seja, do Ministro da Casa Civil e daí que nasceu os nomes.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Qual o ministro da Casa Civil?

SR. ROBERTO SOUZA: Provavelmente na época acho que deveria ser o José Dirceu, né? Ele está desde o início do governo Lula.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Era uma composição política do José Dirceu?

SR. ROBERTO SOUZA: Esse amigo comentava comigo que muitas vezes ele pressionado a dar posse e ele não conseguia, ele não pretendia dar a posse, essa posse foi um pouco tumultuada. Então os nomes vieram de lá, segundo a informação que eu tive.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O que é posse tumultuada? Porque um dirigente nomeou, da posse, é uma forma meramente administrativa, dar posse. Você sai, você entra. Você assina, você--

SR. ROBERTO SOUZA: Mas o tumulto que residia, era que o presidente do conselho não era muito favorável aos nomes.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então o presidente do conselho não estava acatando as determinações políticas?

SR. ROBERTO SOUZA: Isso é o que eu soube.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mas ele entrou por quê? O presidente do conselho saiu?

SR. ROBERTO SOUZA: Não, ele deu a posse. Olha, pelo que eu tenho informações foi os dirigentes da época, eu acho que chegaram a REFER e tomaram posse. Essa é a informação que nós temos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Qual é o interesse político nessas indicações, o senhor tem idéia?

SR. ROBERTO SOUZA: Talvez, eu posso imaginar, não afirmar. Nós temos hoje uma inadimplência muito grande nas patrocinadoras, praticamente quase todas têm débitos para com a fundação, evidentemente, que o indicado a uma patrocinadora, ele teria um pouco mais de dificuldade de exigir o pagamento disso. Nós temos observado e eu agora como membro do conselho, tenho observado que os acordos de pagamento das dívidas eles não são honrados e novamente volta uma recomposição sem pagamento e isso vai se arrastando. Talvez saia daí o interesse das patrocinadoras terem indicado seus na diretoria.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, os senhores conhecem a STOCK MÁXIMA CCV?

SR. ROBERTO SOUZA: Nunca ouvi falar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Já trabalhou?

SR. ROBERTO SOUZA: Não, nunca ouvi falar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A MÁXIMA CCVM?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Não, também não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nunca ouviram falar? A reportagem do jornal o Estado de São Paulo, ele acusa esse senhor Aduino que teria escolhido para a diretoria o senhor, que era uma escolha pessoal do senhor Marcelo Sereno. E que era indicação do PC do B do Rio de Janeiro. O senhor tem conhecimento disso? Dessa composição?

SR. ROBERTO SOUZA: Não, como eu já disse, eu estive lá por um período de 50 dias e nesse período eu não estava vivenciando REFER. Apenas um participante comum como qualquer um outro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas é público e inequívoco que o senhor Aduino Carmona é militante do PC do B, e inclusive filiado ao partido.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então o PC do B está na PRECE no Rio de Janeiro, está na REFER. O senhor tem conhecimento de algum outro fundo que o PC do B, por indicação do Marcelo Sereno, também trabalhavam?

SR. ROBERTO SOUZA: Eu particularmente não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Os senhores também a mesma opinião?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Não tenho conhecimento nenhum.

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Eu não tenho conhecimento nenhum.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, então o senhor não acha que é muita coincidência o senhor Aduino Carmona ter tentado a indicação do senhor Nalfeu Padilha David? O senhor conhece esse senhor?

SR. ROBERTO SOUZA: Eu não conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ouviu falar?

SR. ROBERTO SOUZA: Eu li em atas o nome dele.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É? Qual foi a passagem dele por lá? Qual foi o trabalho que ele exerceu? Foi satisfatório?

SR. ROBERTO SOUZA: Pelo que eu pude observar, parece que ele não passou, ele não foi contratado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não, mas ele estava tentando ser.

SR. ROBERTO SOUZA: Sim, o que eu li em atas.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece, já foi perguntado, o Murilo de Almeida Rego?

SR. ROBERTO SOUZA: Não o conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor tinha relação com eles?

SR. ROBERTO SOUZA: Eu não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nenhum dos três?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Eu sei de quem se trata o senhor Murilo, inclusive o nome dele está na imprensa constante, um operador de mercado. Mas não tenho nenhuma relação, nenhum contato pessoal nem institucional.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ele é marido da Rogéria Beber. O senhor também não tem conhecimento dela?

SR. ROBERTO SOUZA: Não conheço também. Eu não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ele é acusado, o senhor Nalfeu é acusado de ser o laranja do Murilo de Almeida Rego. Vocês ouviram dizer isso? Tem conhecimento disso?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Não tenho conhecimento.

SR. ROBERTO SOUZA: Também não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Fora da imprensa? O senhor tem conhecimento se alguém do grupo, de alguma das empresas do Murilo Rego, de Almeida Rego ou algum, o pai, ou os irmãos, cunhados, algum deles tentaram alguma influência na lá REFER para fazer alguma aplicação, alguma ingerência política? Com os senhores, antes dos senhores, depois dos senhores?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Eu não tenho conhecimento nem antes e nem depois.

SR. ROBERTO SOUZA: Eu também não tenho nenhum conhecimento quanto a isso.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O objetivo dessa CPMI de apurar possíveis irregularidades e dentro dos dados que foram apresentados sobre as corretoras que trabalharam no período dos senhores, eu ouvi uma perda aparente. Os senhores têm alguma coisa a contestar sobre os dados que foram apresentados?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: O que eu queria colocar, essas são operações que foram pinçadas, dentro de uma carteira de investimentos. Então, o que eu quero dizer é o que já havia sido dito, a performance da carteira de investimentos da REFER no período que nós estamos referindo, foi uma performance satisfatória, aliás, bem acima da maioria dos Fundos de Pensão. Então, efetivamente, essas operações que foram mostradas ali elas constituem numa realidade, mas foram operações pinçadas e numa carteira de

investimentos você tem investimentos que, você tem sucesso e outros que não, isso é natural.

SR. ROBERTO SOUZA: Excelência, como eu disse, cada gestor tem sua ótica de administração e pelo curto período que eu passei pela REFER como diretor administrativo financeiro, a minha preocupação era inicialmente a prioridade, era formatar o mínimo de controles para internos, para que a área de renda de aplicações, tanto de renda variável como renda fixa, tivesse condições de voltar a operar. Por isso, naquele período, nós apenas aplicamos, reaplicamos em renda fixa, nenhuma operação de renda variável. A nossa aplicação, a nossa prioridade era restabelecer os controles internos. Até porque a história mostra que onde não há controle interno, a tendência é a falência nas empresas. E no Fundo de Pensão não seria diferente. Qualquer empresa que sobrevive sem controles ela está fadada ao insucesso.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Sobre o que foi mostrado ali, eu não posso fazer nenhum comentário, porque realmente eu não conheço os números e não posso opinar a respeito se aquilo foi certo ou errado, eu não posso saber.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Olha, se eu perguntar para os senhores as irregularidades acontecidas na REFER, o senhor teria condições de apontar algumas fora da administração dos senhores?

SR. ROBERTO SOUZA: Como eu já me comprometi, que eu tenho conhecimento que constam em atas, que a presidência da Mesa já solicitou cópias e eu não posso informar nada, a não ser aquilo que eu li em atas.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Alguém ganhou dinheiro lá, alguém ajudou o partido político? Alguém ajudou agente político? Alguém se beneficiou?

SR. ROBERTO SOUZA: No período que eu estive posso afirmar com segurança, que na minha gestão não. A não ser que foi fora do meu conhecimento.

SR. EDUARDO CUNHA TELES: No período que estive não tenho conhecimento de absolutamente nada dessa natureza.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então essas perdas que foram apresentadas, mesmo que pinçadas como Vossa Senhoria disse, nós devemos dizer que isso daí foi uma má administração do fundo, foi uma incompetência do senhor para poder gerir essa parte do fundo ou foi uma coincidência de mercado. Porque se o senhor levar em consideração que ganhou uma parte, mas perdeu outra, se eu ti-

vesse uma loja, um vendedor que me vendesse uma geladeira barata, me desse prejuízo, mas compensava numa televisão, eu acho que ele não seria um bom vendedor. Não estaria defendendo, porque o meu lucro no final poderia ser muito maior se ele não tivesse vendido essa geladeira barata. O senhor acha que isso é incompetência? Isso é questão de mercado? O senhor acha que os senhores neste período que têm, foi demonstrado nesses gráficos os senhores deram prejuízos ao fundo?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Esse assunto tem sido muito colocado, inclusive na a imprensa, o que é que significa esse tipo de operação? Na realidade o foco é a carteira. Agora, a maioria dessas operações são operações que são caracterizadas como *hedge* e o *hedge* são operações que atuam como seguro. Da mesma forma o sujeito não vai dizer que ao fazer seguro de automóvel a gente perdeu dinheiro. Então, a ótica, quer dizer, a maneira de se analisar esse tipo de operação não pode ser focada apenas numa operação em si. Tem que se verificar como estava a carteira no momento, como estava o mercado, especialmente a volatilidade do mercado, o que é que estava acontecendo exatamente, essa sim. E também, quer dizer, melhor será a análise se pudesse estender um período de tempo maior. Porque todas essas aplicações são aplicações de características de longo prazo em Fundo de Pensão, que a gente tem uma curva atuarial e procura se, cumprir metas atuariais. Então são, os recursos são aplicados exatamente visando o pagamento de aposentadorias ao longo dos anos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): até eu sei qual é o resultado. Qual que é o político que o senhor tinha relacionamento ou que visitava lá a REFER, a nível de direção que pudesse estar influenciando em alguma aplicação, alguma coisa nesse sentido?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Relacionamento nenhum com político.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nenhum, ninguém ia?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Eu não tenho filial política, partidária, eu não tenho nenhum relação com político.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor?

SR. ROBERTO SOUZA: Não sou filiado a nenhum partido. Não tenho relacionamento de política partidária.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nunca atendeu nenhuma ligação de política pedindo para aplicar nisso, B, um favorecimento?

SR. ROBERTO SOUZA: Não, com segurança não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Te dando uma boa idéia?

SR. ROBERTO SOUZA: Com segurança não. Posso afirmar também com relação àqueles dados apresentados eles não ocorreram no meu período, então não posso opinar sobre eles.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor também não?

SR. CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA: Eu também nunca recebi nenhuma ligação e no meu período não fiz nenhuma aplicação e aquilo também se refere ao período anterior a mim. Não posso opinar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pela passagem dos senhores pela REFER, o senhor acha que hoje se, numa nova diretoria, numa nova composição os senhores estariam aptos e pela passagem dos senhores lá seria convidados para de novo ocupar esse cargo ou outro cargo semelhante?

SR. EDUARDO CUNHA TELES: Isso é difícil avaliar, né? Porque o convite vai depender das pessoas que lá estão presentes. Se são pessoas que conhecem você e julgam que senhor trabalho é um trabalho bom e quer dizer, e na realidade como V.Exa. mesmo se referiu, vários interesses estão em jogo numa indicação dessa. Interesses especialmente políticos, né? Agora o próprio Roberto de Souza colocou uma questão importante, que é a representação dos trabalhadores na, junto ao Fundo de Pensão, que eu também defendo essa tese que é importante que próprio trabalhador tenha o seu representante.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Só finalizando, o senhor acha que os trabalhadores indicariam os senhores? Os trabalhadores considerariam que os senhores fizeram uma administração eficaz?

SR. ROBERTO SOUZA: Eu acredito que sim e eu fui indicado pelos trabalhadores. Foi por circunstâncias que eu não fiquei, alheia a eles e a prova disso é que participei de um processo eleitoral e fui eleito. Acredito que numa votação eu teria sim a indicação. Voltando no início da pergunta de V.Exa., eu se eu não tivesse condições, se eu me sentir incapacitado para assumir um cargo, eu tenho por hombridade não assumir.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não digo o senhor, acha que alguma diretoria convocaria o senhor de novo, pelos trabalhos o que senhor prestou lá?

SR. ROBERTO SOUZA: Alguma diretoria?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Algum diretor, algum presidente do fundo?

SR. ROBERTO SOUZA: Não, não, seria o conselho, né?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É, o conselho.

SR. ROBERTO SOUZA: Eu não sei não, posso opinar por eles não. E hoje eu faço parte do conselho.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senhor Relator, eu acho que ta bem entendido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço, Deputado Carlos Willian. E queria propor a suspensão dos nossos trabalhos por 10 minutos, quando então convidaremos para prestar o seu depoimento o Paulo da Silva Leite, que é o atual diretor financeiro da REFER. Depois da oitiva do senhor Paulo da Silva Leite, ouviremos em conjunto os senhores Júlio Vítor Bittencourt Fabriani e Luiz Cláudio Lins Fabriani, ambos sócios proprietários da corretora Dylan. Então a reunião está suspensa por dez minutos.

Sessão suspensa às 17H38

Sessão reaberta às 17H50

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro reaberta a 12ª reunião da Sub-relatoria de Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes da Empresa de Correios e Telégrafos. Aproveito para convidar o senhor Paulo da Silva Leite, a fim de que possa tomar assento à nossa Mesa de trabalho e que possa prestar os esclarecimentos necessários a essa CPMI. Senhor Paulo da Silva Leite é atual diretor financeiro da REFER, vem a esta Comissão na condição de testemunha, por isso, já assinou o termo de compromisso, que eu faço registrar nesse momento. Senhor Paulo, nós temos aqui o hábito sempre de conceder a palavra ao depoente a fim de que ele possa fazer a sua apresentação inicial, que ele faça referência a respeito da sua qualificação técnica e profissional e que ele se sinta a vontade para tecer qualquer comentário preliminar que ache oportuno, a fim de contribuir com o desenvolvimento desta sessão. Então eu concedo-lhe a palavra e o senhor pode fazer a sua apresentação inicial.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Inicialmente, boa tarde a todos. Eu, como disse o Deputado, sou--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o senhor puder falar um pouco mais perto do microfone.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Sou atualmente diretor administrativo financeiro da REFER. Sou economista e administrador. Eu sou aposentado da Rede Ferroviária Federal, onde trabalhei durante 32 anos. Iniciei em 1961, passei 26 anos na área de material, onde fui chefe de departamento de compras, chefe de departamento de importação, chefe de suprimento, superintendente. Depois fui para chefiar a divisão de

operações imobiliárias da Rede Ferroviária Federal, a REFESA. Posteriormente, fui diretor da REFER em 1988, apenas por 5 meses, porque a Rede me solicitou de volta para ocupar o cargo de superintendente de suprimentos. Que naquela ocasião era o cargo mais elevado da empresa. Em 1990 eu passei a ser chefe da auditoria interna da REFESA, ocupando esse cargo por 3 anos, um cargo que tem status também de superintendente e finalmente aposentei em 1993. Quando me aposentei, comecei a fazer jus ao benefício da REFER. Eu sou assistido da REFER e sou fundador da REFER. Passei, contribui durante 15 anos para a REFER para obter esse benefício, atualmente. Posteriormente, fiquei 3 anos em casa, aposentado, pensando que não ia voltar mais a trabalhar, quando fui novamente chamado para participar da privatização de uma subsidiária da Rede, chamada Armazém Gerais Estradas De Ferro, que no final acabou sendo liquidada. O modelo desenhado pelo BNDES, não foi o modelo acessível ao público e o governo resolveu encerrar suas atividades. E depois que, fiquei de 97 a 99, como chefe de gabinete da AGF, presidente da AGF de 99 a 2001, fui assistente liquidação da liquidante da AGF, que também era liquidante da Rede Ferroviária federal. A AGF entrou em processo de liquidação em 99 e a Rede também, uma no dia 8 de dezembro e outro no dia 7 de dezembro de 99. A AGF foi liquidada no dia 16 de abril de 2001 e a liquidante da Rede, que era a mesma liquidante da AGF, me convocou para também ajudar na liquidação da Rede. Liquidação essa que até o momento não ocorreu, a Rede continua em processo de liquidação. Em 2003, dentro do processo de liquidação, eu fui designado para chefiar a superintendência da Rede em São Luiz do Maranhão. Fui lá tomar conta da superintendência no processo de liquidação e fiquei lá durante um ano. A Rede me solicitou de volta para o Rio, mas aí eu não quis mais voltar. Eu preferi, já tinha me mudado para São Luiz do Maranhão e já tinha me estabelecido lá e resolvi ficar em São Luiz. Quando então em junho de 2003, fui novamente chamado pela Rede, pela Comissão de liquidação da Rede para uma sabatina para saber se eu estava disposto a vir para a REFER. Eu no início assim relutei, mas eu sabia que a REFER não estava passando por uma fase muito boa, porque havia, nós como assistidos e participantes da REFER, nos aposentados sabemos do que, não sabemos em detalhes, mas sabemos quando a fundação vai bem, quando ela não vai bem, as fofocas sempre ocorrem. Então eu resolvi aceitar e eles me mandaram voltar para São Luiz e aguardar. Finalmente, em agosto, dia 16 de agosto de 2004, eu fui chamado ao rio novamente e o Conselho Deliberativo me elegeru diretor administrativo financeiro,

juntamente com o diretor, atual diretor presidente, que foi meu colega e meu substituto na auditoria interna da Rede quando nós, quando eu me aposentei. Eu me aposentei e ele permaneceu. E de lá para cá a gente vem trabalhando na REFER, eu pensava que quando eu aceitei o convite, que como diz a minha senhora que é do norte, que era para passar uma chuva, essa chuva já está demorando 18 meses e eu há 18 meses estou lá na REFER brigando bastante para poder continuar a receber os benefícios da REFER. Eu sou aposentado, como disse, e vivo exclusivamente da minha aposentadoria, a REFER para mim é muito importante, por isso que eu resolvi colaborar aceitando o convite. Era isso que eu queria declarar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço, Dr. Paulo, e quero lhe dizer que ainda bem que o senhor apenas não passou uma chuva. Porque os vossos antecessores, na minha opinião, passaram verdadeiros temporais. E deixou a todos nós perplexos o fato de que em apenas 6 meses a REFER teve 3 diferentes diretores financeiros, em apenas 6 meses. E a gente percebe que a estabilidade só foi retomada depois que em agosto de 2004, Vossa Senhoria foi convidado a assumir o cargo e até hoje se mantém a frente dele. Mas muito bem, eu queria inicialmente entender um pouco desse ambiente que estava colocado na REFER, quando Vossa Senhoria foi convidado a assumir a diretoria financeira. Porque eu fiz questão de anotar aqui as palavras de Vossa Senhoria: Abro aspas e se tiver errado Vossa Senhoria me corrige: “Mas o senhor disse que sabia que a REFER não estava passando por uma fase muito boa”. Então, é evidente que o senhor como segurado, como fundador deve ter acompanhado de perto tudo o que estava acontecendo na REFER, no período que o antecedeu e justamente por acompanhar, por ter notícias, por ouvir falar chegou a conclusão que a REFER não estava passando por uma fase muito boa. Então eu queria, inicialmente, entender sobre dois prismas, a situação como o senhor encontrou a diretoria financeira. Primeiro sobre o prisma das disputas políticas, sobre o prisma das divergências internas na diretoria, sobre o prisma da desunião e da desarticulação da diretoria, então, essa é uma ótica. A outra ótica que eu gostaria de entender é sobre os resultados que a REFER apresentava do ponto de vista financeiro. Ou seja, dos retornos dos investimentos realizados, das várias aplicações, das rentabilidades registradas, da participação dos patrocinadores adimplentes ou inadimplentes, enfim. Nos trace um pouco desse ambiente, por favor.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Bom, eu como todo aposentado, a gente tem comunicação com os

nossos colegas e eu que passei 33 anos na Rede, na REFESA, a gente deixa muitas amizades, muitos colegas e a gente está trocando sempre figurinha, está conversando, como é que vamos, o que é que vai acontecer com a Rede. Aí a gente tinha notado que realmente havia uma turbulência, essa mudança que V.Exa. se reportou a respeito de 3 diretores em 120 dias, em 4 meses, mais ou menos, né? E era um sinal evidente de que as coisas não iam bem, que havia alguma, onde há fumaça há fogo, né. Então a gente realmente estava preocupado com essa situação. E as pessoas que estavam ocupando os cargos, por exemplo, que já passou aqui, foi que me antecedeu, o Roberto foi meu colega, ele é ferroviário, o doutor Carlos Alberto tinha passado 8 anos na fundação e o Dr. Eduardo que eu não tinha, não conhecia, vim conhecer hoje, conheci o Dr. Eduardo hoje, também passou pouco tempo lá à, se não me engano, egresso da CBTU. É por esse motivo que a gente notava que não era possível que depois de 8 anos que foi a gestão anterior, a gestão anterior demorou 8 anos, que de repente houvesse um solavanco, uma quebra de ritmo tão grande. Então era sinal de que alguma coisa estava ocorrendo. Passando a segunda parte de que V.Exa. se reportou, a gente quando chegou, realmente o Conselho Deliberativo não nos, não nos recebeu muito bem, a mim e ao doutor Valdemar. Porque eles achavam que era uma intervenção direta da Rede Ferroviária Federal no fundo. E eu acho que eles, que o conselho não tinha razão, porque nós fomos verificar a REFESA aportou 81% dos recursos garantidores da fundação foram aportados pela Rede. E nada, e ela é a dona, praticamente a dona e ela tinha o poder de indicar os seus dirigentes. Já que havia esse clima de estabilidade ela optou por dois auditores, o doutor Valdemar que, como eu disse, me substituiu como auditor e eu que nos últimos 3 anos Era o auditor. Então o que a gente chegou e o que a gente procurou fazer é acalmar. Quer dizer, a gente quis colocar o barco novamente no seu rumo. E com isso a gente, no início, não foi compreendido, mas felizmente o tempo foi passando, como eu disse, a chuva ainda continua e o conselho hoje já nos vê de maneira diferente, que nos viu há 18 meses atrás. Eles hoje, me parece, salvo melhor juízo, que tem alguma confiança na gente. Logicamente o Conselho Deliberativo, com as novas atribuições que ele tem, ele também é co-responsável pela gestão e ele tem que ficar atento, ele tem que bater na gente e a gente tem que se defender e tem que dar as explicações e é o que a gente tem feito. A nossa clareza de administração tem sido tão boa, me permita aí a modéstia, que eles têm batido cada vez menos e eu acredito que com o tempo eles vão nos elogiar até.

Porque a gestão que a gente está fazendo é uma gestão, como eu disse, de tranquilidade. Para terem idéia, eu vou traçar, não sei se os meus antecessores aqui o fizeram, mas eu vou traçar um pequeno perfil do que é a REFER. A REFER hoje tem 33 mil assistidos, tem 7 mil ativos, quer dizer, no jargão das fundações, da previdência complementar, ela se denomina uma fundação madura. Daqui a pouco tempo com a extinção da Rede que ainda tem 300 funcionários lá, futuramente serão todos assistidos. Então a REFER, no meu ponto de vista, é uma fundação que não pode se dar ao luxo de se arriscar muito no manuseio dos seus recursos garantidores. E nós, por sermos auditores, por estarmos acostumados a trabalhar com normas, nós procuramos aperfeiçoar e implantar novos procedimentos, novas normas no nosso dia-a-dia. Ainda para ter idéia do que é a REFER, nós, eu mensalmente assino lá, eu pago 18 milhões de benefícios e religiosamente em dia eles têm sido pagos. Nós pagamos no segundo dia útil e não tem faltado e não tem havido reclamação, muitas pessoas dependem da REFER, elas dependem da REFER. Muitas pessoas como eu, vivem exclusivamente da sua aposentadoria que a REFER é uma parte dela. Então a gente tem tido todo o cuidado para blindar, para blindar o termo é esse, a fundação de vãos não muito seguros. A gente tem procurado implementar normas de blindagem mesmo, que no momento que o doutor Valdemar e eu deixarmos a fundação, que a gente não sabe o tempo, enquanto ela precisar de nós, estaremos lá. A hora que o Conselho Deliberativo achar que não precisa mais de nós, nós voltaremos para casa. E a gente quer deixar um trabalho que blinde, para que não haja aventuras, não haja, não haja riscos para nós mesmos, Valdemar e eu somos aposentados. Então a gente, dentro dos trabalhos que a gente providenciou, a gente reviu algumas normas que no final da gestão do Dr. Roberto e do Carlos Alberto, haviam começado a ser implantados e nós sedimentamos isso e estamos implantando. Por exemplo, a parte de corretoras, não havia uma norma assim específica, o doutor Carlos Alberto nos deixou uma norma, a gente está obedecendo essa norma com os critérios estabelecidos. Nós colocamos, gravamos a mesa de operações, a mesa de operações hoje da REFER ela é gravada, não era, o Dr. Roberto ensaiou, quer dizer, ele mostrou a sua intenção de fazê-lo, mas coube a mim implementar. Então hoje, nenhuma operação de Bolsa de Valores na REFER é feita sem que haja uma gravação. Para que fique tudo muito claro, muito transparente. Agora, estamos implantando o sistema de gravação também da plataforma de CETIP de renda fixa, das taxas oferecidas pelos bancos. Então todos esses mecanismos,

o diretor presidente da REFER ele baixou uma resolução em dezembro de 2004, constituindo grupos de trabalho para deslanchar as normas da fundação dentro da instrução normativa 13 da SPC. As normas, praticamente, estão concluídas e eu acredito que a gente ainda possa no primeiro semestre de 2006 implantá-las e assim como um órgão de controladoria que a própria instrução 13 determina que ocorra. Embora em 2004, a gente tenha chegado em agosto, nos últimos 4 meses da gestão, a gente não operou em Bolsa de Valores, não operamos em mercado futuro, só o que a gente fez foi o seguinte, foi apenas aproveitar as taxas da Selic, que as taxas de juros que eram altas e carreamos os recursos que vieram para a colocação em CDBs, CDIs, esses investimentos de renda fixa, com base nas altas taxas de Selic. Por isso é que no de 2004, a fundação bateu a sua meta atuarial em 5, em 5.10%, acima da sua meta atuarial. E acima da sua meta da política 4.12. A política de investimento da REFER para 2004, que eu já recebi, que ela é sempre feita no mês de novembro, dezembro do ano anterior, ela previa INPC mais 7%, a gente conseguiu uma rentabilidade acima, em 4.12. E no atuarial que é INPC mais 6, a gente conseguiu mais 5.10. Isso foi o resultado de 2004. Em 2005 a situação complicou um pouquinho, né? Porque por problemas orçamentários de umas das nossas patrocinadoras, nós deixamos de receber os recursos que a gente contava. E sabe que nós, isso aí abalou bastante a nossa posição, porque nós tivemos que, eu vou usar uma palavra aqui em português, é permitida, porque o português permite, nós “desinvestimos” 120 milhões de reais. Quer dizer, são 120 milhões de reais que a gente contava receber das patrocinadoras e por problemas orçamentários delas, nós não conseguimos receber. Então nós tivemos que tirar da nossas aplicações de longo prazo, 120 milhões para fazer face ao pagamento de 18 milhões de benefícios. E para, quer dizer, durante o ano ocorreu isso e a gente realmente teve que, nós operamos na bolsa até abril, apenas, quando a bolsa começou a balançar muito em maio eu resolvi parar de operar. Ficamos, continuamos na Selic que a Selic estava dando uma boa rentabilidade e a medida que os títulos nossos iam vencendo, no vencimento a gente voltava para o Selic que foi a melhor aplicação. As operações de bolsa nós praticamente, a política de investimentos de 2004 para 2005 já foi elaborada na minha gestão, pela minha equipe que, diga-se de passagem, é uma equipe própria, né? De analistas e pessoas da própria fundação, pessoas que já têm 10, 15, 20 anos de fundação. Pessoas que recebem um treinamento MBE, todo quanto tem em treinam mais moderno possível, a fundação procura dar aos seus em-

pregados. Então essa política foi feita em novembro de 2004 e nós aplicamos uma política de INPC mais 7. Quer dizer, acima do atuarial que é INPC mais 6. E com todos esses movimentos negativos, com esses 120 milhões que a gente não recebeu, graças, devo confessar, aí foi um pouco de sorte minha, porque a bolsa me deu a satisfação de subir em outubro, novembro e dezembro e me levantou a minha rentabilidade. Então eu fechei o ano com 2 e 83 acima do atuarial e com 1 e 87 acima da meta. Foi um resultado positivo para a fundação. Eu devo dizer que esse problema que ocorreu com as nossas patrocinadoras, não sei se já foi referido aqui, mas como para mim é muito, é de muita satisfação fazer propaganda da minha fundação, nós temos 7 patrocinadoras e as 7 patrocinadoras são governamentais. E passam por problemas orçamentários, por exemplo, a maior parcela que nós não recebemos foi da companhia brasileira de trens urbanos que não aportou, quer dizer, que teve recursos cortados no seu orçamento de 2005 e que não puderam pagar em média 7 milhões e 500, que é o quanto ela deveria ter pago mensalmente em 2005. A Rede Ferroviária também sofreu esse problema de liquidação, houve uma Medida Provisória, acaba, não acaba a Rede, a Rede acabou voltando. O metrô do rio que é outra patrocinadora que nós temos, também está naquela fase de liquidação, passa para RIOTRILHOS, passa para FLUMITRENS, para o Governo do Estado e nós estamos para assinar um acordo com o metrô do rio, que tem mil e 100, 600 assistidos e 500 ativos, são poucas pessoas, uma folha salarial de 600 mil. Então nós assim mesmo garantimos o pagamento de todos os assistidos do metrô. Para 2006, a nossa política, como eu disse, a gente freou um pouquinho. Nós fizemos com o INPC mais 6, porque o panorama de 2006 é preocupante. E eu como diretor financeiro me preocupo muito. Porque parece que nós não vamos receber o aporte de recursos que a gente esperava. Outra vez a CBTU não vai poder repassar o que está previsto contratualmente e nós vamos ter que continuar, a “desinvestir”. A REFER, os recursos garantidores da REFER ainda suportam, talvez, por mais um ou dois anos, esse tipo de problema. Mas eu acredito que se persistir, realmente, nós vamos ter que começar a vender ações, vamos ter que nos desfazer de alguns ativos, para poder manter os 18 milhões de folha que a gente mantém. Então, Deputado, seria mais ou menos esse o panorama que eu poderia traçar do que aconteceu nos 4 meses de 2004, nos dois meses de 2005 e a minha visão sobre 2006.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu considero que foi importante essa explanação do senhor, até porque

ela traz como desdobramento uma série de perguntas. Ainda vinculado a indicação de Vossa Senhoria para a REFER, quem é que lhe formulou o convite para assumir a diretoria financeira?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Eu recebi o telefonema em São Luiz do Maranhão de um dos conselheiros da REFER. Doutor Marcos... Eu recebi um telefonema do doutor Marcos que era conselheiro da REFER, que me consultou e a pedido da Comissão de liquidação da Rede, que naquela ocasião era constituída por 5 pessoas. Então parece que o Marcos como conselheiro foi consultado pela direção da Rede, eu suponho, não tenho certeza e resolveu, como sabia que eu estava em casa e sabendo que eu já tinha sido diretor e todo esse meu passado que eu aqui coloquei, resolveu perguntar se eu aceitaria e eu disse: “Olha, Marcos, eu estou bem aqui, já mudei até aqui para São Luiz, mas eu vou ver. Vamos ver quais são as condições que eu vou poder trabalhar”. Aí ele pegou e disse: “Então você aguarda”. E eu fui chamado ao rio pela Comissão de liquidação. Posteriormente a Comissão de liquidação de 5 passou para 1 elemento e o doutor Edson, que foi o último liquidante antes do atual, foi quem formulou o pedido para que eu aceitasse o convite.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já teve ou continua tendo algum tipo de relação política com parlamentar, com dirigente partidário, com militante partidário, enfim, com ocupante de cargo público?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Excelência, eu na minha vida toda eu sempre digo e repito que eu matei um leão por dia. Eu durante a minha estada na Rede, eu sempre fui um técnico e nunca tive relação, nunca pertenci a partido, a relação. O único político que eu posso lhe dizer que eu conheci foi o Dr. Jorge Moura, quando ele era diretor de pessoal da Rede Ferroviária Federal que ele foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o nome de Vossa Senhoria foi colocado para deliberação do conselho, contou com o apoio de quantos conselheiros?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: O Conselho Deliberativo da REFER é constituído de 6 conselheiros. Eu também vou fazer uma breve colocação para situar V.Exa. de como ocorreu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor me permita interrompê-lo, é porque essa foi uma pergunta direcionada para todos os outros ex-diretores financeiros e me parece que em todos os casos houve algum tipo

de problema na decisão do conselho. Eu queria saber como é que isso aconteceu com Vossa Senhoria.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Houve a decisão, houve problema realmente que 3 diretores eram, são indicados por patrocinadoras e 3 são eleitos. E eu fui eleito juntamente com o doutor Valdemar na terceira sessão do Conselho Deliberativo. Na primeira sessão convocada não houve quorum, na segunda sessão os conselheiros não deram quorum, porque precisar de um quorum mínimo e na terceira eu fui eleito junto com o doutor Valdemar pelo voto de qualidade da presidenta do Conselho Deliberativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que era a senhor Cristina Montemor?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Montemor, isso, sim Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A que o senhor atribui essa resistência de 3 dos conselheiros a confirmar o seu nome?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Como eu disse, nós assistidos da REFER, nós que fundamos a REFER, nós que contribuímos durante muito tempo pela REFER, achamos que a REFER é da Rede e que a Rede tem que indicar os seus dirigentes. E os conselheiros como tinha conselheiro da central, conselheiro da CBTU não gostam disso, porque eles acham que eles têm que ter participação também paritária na composição da diretoria. E eu e Valdemar, talvez se fosse um só, talvez não houvesse tanta resistência, como veio logo de dois, pode ser que eles não tenham gostado de receber dois e ainda mais como eu disse, ex-auditores na fundação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor ficou preocupado quando se deparou com essa situação de resistência do conselho?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Excelência, devo dizer que eu primeiro não gostei. Porque eles registraram em ata de maneira que eu não gostei, mas é um problema meu, pessoal, não tem nada a ver com a fundação, que eles não gostaram do meu currículo. E porque eu não tenho, na realidade, eu tenho curso de graduação em economia e administração, mas eu tenho 30 anos de trabalho. Eu não tinha tempo, não tive tempo para fazer MBE, escola superior de guerra, cursinho aqui, curso... Porque eu como disse matava um leão por dia, porque eu sempre fui um técnico. Eu comecei na REFESA como datilógrafo e terminei como chefe da auditoria da Rede ferroviária Federal. Então eles... Eu não gostei da maneira que eles se manifestaram na ata dizendo que o currículo não era bom, tal.

Mas isso daí é, depois eles mesmos, hoje alguns deles já reconhece que não é bem assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor em algum momento notou, assim que assumiu a diretoria financeira, uma forte presença de disputas políticas dentro da REFER.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Excelência, a composição da diretoria da REFESA, inicialmente, pelo seu Estatuto Social, são 4 diretores. E por motivos do passado, houve problemas lá que eu não estava presente, reduziram o número de diretores para 3. Esse já foi um golpe, quer dizer, golpe não, foi um... A palavra golpe talvez seja um pouco forte, foi uma coisa que eles não gostaram. Diminuíram de 4 para 3 e com isso perderam uma cadeira na diretoria. Quando eu e o doutor Valdemar chegamos, eram os dois da Rede e tinha uma diretora que já estava lá desde o início, desde julho de 2003, que permanece até hoje conosco, dentro da diretoria. Então realmente houve, como eu procurei relatar, houve um clima sim de intranquilidade, né? Mas como eu e o Valdemar não tínhamos nada a temer e também viemos para trabalhar, não viemos para por nenhum outro motivo e dissemos: “Vamos enfrentar e vamos ver o que é que acontece”. E felizmente está melhorando e hoje nós estamos conseguindo domar a fera lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor assumiu, o senhor substituiu ao Carlos, houve uma mudança na diretoria principal que leva o nome de diretoria presidência, onde saiu o Jorge Moura depois entrou o Teixeira e depois do Teixeira entrou o Valdemar com o senhor.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Isso, sim senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E só se manteve durante todo esse período a doutora Tânia como diretora de benefícios, é isso?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Sim senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que até hoje está na diretoria, porém, numa situação sob júdice.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: É, a doutora Tânia ela, ela... Houve lá um problema nas eleições e depois ela foi destituída pelo Conselho Deliberativo, depois ela foi para a justiça e através de uma liminar voltou e continua lá. E a situação dela é essa, essa situação, depois o conselho, o Conselho Deliberativo reformou ao parecer antigo. Mas o problema na justiça continua, não cessou. E ela permanece lá como diretora de seguridade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Dr. Roberto que foi diretor financeiro administrativo e que hoje é conselheiro da REFER.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Isso, eleito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele aqui fez uma crítica, a meu ver, oportuna, sobre o grande nível de ingerência que existe das patrocinadoras sobre os Fundos de Pensão.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Segundo ele inclusive, e essa foi uma queixa que ele expressou, praticamente o conselho não tem autonomia. E isso inclusive pode gerar em certos momentos um atrito entre a patrocinadora e o conselho e aí interesses que são dos fundos, do fundo e dos segurados acabam prejudicados. Como é que o senhor vê essa autonomia do conselho, essa relação do patrocinador, essa ingerência que existe? Enfim, o senhor concorda com isso, discorda, qual é a sua opinião?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Excelência, o problema está todo no Estatuto. Quer dizer, quando se... Em obediência a instrução 13, nós vamos mexer no Estatuto, né? E o Estatuto, quer dizer, ele pode ser reformulado de tal maneira que dê mais chance, propicie mais oportunidade para que os assistidos façam valer a sua vontade e tenham assento na fundação. Isso poderá até vir a ocorrer caso esse Conselho Deliberativo de qual o Dr. Roberto faz parte, assim o entenda e assim o aprove. Mas eu, particularmente, acho o seguinte, eu volto a frisar o seguinte, a maior patrocinadora ela tem que ter, tem que ter força para poder fazer prevalecer, não digo a vontade, mas o interesse dele. Porque a Rede, como eu disse, nós temos lá 33 mil assistidos. Quer dizer, essa massa de colegas meus, são ferroviários que trabalharam durante muitos anos na Rede. Então a Rede tem 81% dos recursos garantidores, ela tem que necessariamente ter um assento. Agora eu acho que realmente os eleitos, quer dizer, os assistidos, que fazem a eleição poderiam ter também um direito a um assento na diretoria através de um diretor eleito por eles. Mas isso daí é um problema estatutário, isso daí é um problema que o Estatuto tem que fazer essa concordância ou prever esse tipo de situação. Eu sou favorável.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Dr. Roberto, pelo que nos disse, não teve o nome dele confirmado, porque não pode ser cedido por uma das patrocinadoras. E essa impossibilidade de cessão se deu, como ele disse aqui, a uma interferência da Casa Civil. Que

ficou descontente pelo processo que o levou a diretoria administrativa e financeira e que também ficou descontente com o comportamento dele, que nem sempre estava sujeito aos interesses da patrocinadoras, das patrocinadoras. Eu lhe pergunto: Houve algum tipo de participação da Casa Civil na confirmação do nome de Vossa Senhoria?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Isso eu não posso dizer. Eu não posso lhe dizer nem que sim nem que não, porque eu não tenho conhecimento. Eu posso lhe dizer que eu, que houve um fax do Ministério dos Transportes, tenho a cópia aqui, do ministério dos transportes para o presidente da Rede indicando o meu nome e o nome do doutor Valdemar, para a diretoria a presidência da fundação. Posteriormente, o doutor Edson que era o liquidante na ocasião, através de uma carta que formulou, ratificou essa indicação a doutora Cristina Montemor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria considera que se adotasse uma postura diferente, ou seja, de maior autonomia com relação a patrocinadora ou as patrocinadoras, porém especialmente com relação à REFESA, ainda estaria no cargo de diretor financeiro ou teria tido o mesmo destino dos seus antecessores?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Bom, excelência, como eu, como é que se diz, a minha posição seria a mesma e eu acho que a Rede não teria motivo para me, para me “defenestrar”, para me tirar do cargo, né? Porque a nossa condução está sendo boa, tudo faz crer, porque senão não estaríamos lá há 18 meses, o ambiente melhorou, quer dizer, nós conseguimos aplacar algumas rixas, alguns ânimos. Então eu acho que a Rede hoje, eu acredito que ela esteja satisfeita com a nossa atuação. Mas se ela houver por bem amanhã achar que eu tenho que sair, tudo bem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ta, eu estou dando importância a essa relação da fundação com as patrocinadoras, porque já foi objeto aqui de uma afirmação de Vossa Senhoria, de que existem muitos problemas orçamentários com as patrocinadoras, o que tem ocasionado a inadimplência delas, inclusive isso trouxe um sério comprometimento para as contas do Fundo de Pensão no ano de 2005.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu perguntaria: Quais os principais motivos que têm levado as patrocinadoras a limitar os repasses de recursos para a REFER e a não cumprir com aquilo que está previsto

quase que uma prática, eu diria, que se ajusta a todas as patrocinadoras?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Excelência, essa é uma pergunta difícil de responder, né? Eu estou sendo, o senhor tem notado, eu tenho colocado bastante ênfase e me estendido bastante na minha resposta. Mas essa é uma resposta que eu teria que refletir um pouquinho para lhe dizer que eu acho que eu, como eu não vejo, eu não vejo maldade nas coisas, eu vejo sempre a coisa pelo lado bom. Eu acho que é por problemas orçamentários. [risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor faz essa afirmação-- [risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Num tom, me permita dizer, de certa forma irônico, que o senhor tem direito de ser irônico, mas que nos faz imaginar algumas coisas. Então com toda a honestidade, eu não posso acreditar que somente pela dificuldade orçamentária delas, pelos resultados que elas podem estar obtendo insatisfatórios na execução das suas atividades ou no repasse de recursos do Governo Federal como um todo, eu não posso acreditar que somente isso justifique, por exemplo, um déficit de repasse de 120 milhões em 2005.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Então deixa eu fazer um acréscimo, por gentileza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria que o senhor fosse assim o mais sincero possível, eu queria que o senhor nos dissesse aqui todas as possibilidades que podem estar por trás desse não repasse dos recursos, conforme previsão e que está acontecendo em prejuízo do Fundo de Pensão.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Hoje nós estamos com, das 7 patrocinadoras nós temos 4 com problemas. Então eu vou procurar abordar o problema de cada uma para que V.Exa. possa avaliar o que eu penso. O caso do metrô do rio é um caso o seguinte, eles não querem, por problema político aí, aí o problema é político, o problema do metrô do Rio em relação a REFER é um problema político. Chama-se um, um jargão que se usa, a vontade política. Se houvesse vontade política o metrô não estaria inadimplente com a REFER. Por quê? Veja V.Exa. que a obrigação do metrô para com a fundação seria de mais ou menos 1 milhão 250 por mês. Ele diz que ele não repassou 1 milhão 250 por mês, mas em compensação, pressionado por nós da direção, pressionado por nós da direção, que nós alertamos que se eles não passassem pelo menos um milhão por mês para pagar os 600 assistidos, nós íamos deixar os 600 assistidos sem dinheiro. Eles, a

governadora através de decreto destinou um milhão por mês para a REFER. E eles têm repassado e a gente tem pago. Ora, se passa um milhão, por que é que não passa 1 e 300? E nós estamos falando do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto por que é que não passa 1 e 300?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Não passa 1 e 300, porque eles estão querendo levar o fundo para o RIOPREVIDÊNCIA. Eles querem tirar o fundo da REFER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eles querem transferir os assistidos para a RIOPREVIDÊNCIA?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Isso, mas acontece que pela Legislação, nós tivemos reuniões na SPC, eu já vim aqui várias vezes com o doutor Valdemar e com eles. E já foi dito a ele com todas as letras do alfabeto, que não é possível passar, ou eles liquidam o plano, ou seja, eles aportam 60 ou 70 milhões e liquidam o plano, ou eles voltam a trabalhar direitinho. Então o que está acontecendo é que nós estamos para assinar agora um novo, um novo aditivo ao contrato em que eles prometem que vão pagar 1 milhão e 500 por mês e o plano vá voltar a ser gerenciado normalmente. Isso é que é a nossa expectativa e está sendo de muita briga, minha e do doutor Valdemar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse é o problema do metrô do Rio.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Isso, o problema da central que é outra patrocinadora, a Central também é um problema político, né? A Central é do Governo do Estado, a REFER, segundo dizem é do Governo Federal, porque a maior patrocinadora é a Rede.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dizem não. [risos]

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Eu considero a REFER nossa. Me permita, V.Exa., mas então o governo, a central do Brasil o que ela faz? Para que a gente não entre na justiça após o terceiro mês de inadimplência, ela quando vai completar o terceiro mês ela paga uma. Então ela fica devendo dois e assim que a Central tem procedido. A REFESA--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então só um parêntese aqui, o metrô do rio e a Central do Brasil que estão vinculados mais diretamente ao Governo do Estado, eles registram problemas que na ótica do senhor passam também por--

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Problema político.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Divergências políticas do Governo do Estado do Rio de Janeiro com o Governo Federal.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Isso, agora um detalhe que tem que ser acrescentado, excelência, é que no caso da Central, a Central ela faz esse tipo de jogo, né? Porque ela acha que ela não está representada na diretoria da REFER. Então, ela queria ter uma representante que seria aquela quarta diretoria que existiu e foi extinta. Como foi extinta, ela não considera a doutora Tânia que é funcionária da Central como sendo representante da Central. Ela diz que a doutora Tânia não é da cota da Central.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É da cota de quem?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Não sei, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se ela é funcionária da Central, se ela está na diretoria já há algum tempo--

SR. PAULO DA SILVA LEITE: É uma interpretação que eles dizem, mas ela é representante da Central, ela é empregada da Central. Então ela, ela é... No caso da Rede Ferroviária, o aspecto é diferente. A Rede, ela tinha uma dívida com nós, com a REFER e ela sempre faz o seguinte: Ela reconhece e como ela está numa fase de liquidação que ela não tem dinheiro, a REFER lamentável vai morrer de inanição, porque ela não tem recursos, a REFER não tem, a REFER não tem mais orçamento. A REFER não pode alienar os seus bens, porque uma empresa que está em liquidação ela tem que realizar os seus ativos para pagar o seu passivo e ela não consegue fazer isso por problemas judiciais. Então ela não consegue efetivar, fazer receita. Então ela tem problemas de caixa e a Rede ela tem procurado negociar com a REFER para que, de uma maneira em que ela não fique totalmente inadimplente. Ela teria que, por exemplo, no ano de 2005, ela teria que pagar 4 milhões mês, nós fizemos uma negociação ela deu uns títulos do Governo Federal que ela tem e nós abatemos, quer dizer, ela passou a pagar em vez de pagar 4 passou a pagar 1 milhão e meio, no final do ano realmente o processo da medida provisória que foi rejeitada, ela deixou de pagar dois meses, voltou a pagar um mês agora, 1 milhão e meio. Então a Rede é esse problema. O problema maior que o senhor, mais ou menos, gostaria de saber e eu gostaria da ajuda de V.Exa. é que a CBTU ela, ela diz que tiraram, que

o ministério do, que o ministério das cidades tirou do orçamento dela o valor que estava destinado a pagar a REFER. Isso a gente não pode afirmar aqui, se é sim ou se é não. A gente não pode. O que pode acontecer é que nós tivemos, nós não, o presidente esteve com o ministro das cidades, o ministro Olívio Dutra, esteve lá, mostrou e tinha sido prometido ano passado, que para esse ano de 2006 seriam aportados recursos e, infelizmente, o presidente da CBTU alega que novamente o Governo Federal não destinou recursos para a REFER. Inclusive--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, a REFER pode quebrar, os seus segurados podem ficar desassistidos, porque o Governo Federal não está repassando os recursos que deveria?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: O raciocínio de V.Exa. é correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É porque Vossa Senhoria nos disse aqui, com toda a clareza, que não sabe até quando vai poder administrar esse problema.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Administrar, excelência, a gente pode administrar. Mas veja bem, como eu disse--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para eu complementar a minha pergunta.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Desculpe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é o que senhor vislumbra equacionar essa falta de repasse das patrocinadoras? Que saídas o senhor vê para esse problema a fim de que o segurado não esteja em risco e a fim de que amanhã ou depois o Fundo de Pensão deixe de ter condições de pagar os benefícios dos seus assistidos?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Excelência, eu vou lhe responder em duas etapas. A primeira é que eu gostaria que essa chuva passasse logo. A segunda, é que logicamente, no curto prazo, quer dizer, 5, 6 anos a REFER ainda resiste. Mas aquele problema, como eu disse, a fundação é uma fundação madura. Então o que vai acontecer é que o estudo atuarial dela que está projetado para, eu, por exemplo, já estou recebendo benefício há 13 anos. Daqui a pouco eu estou dando prejuízo para a fundação, porque eu estou vivendo mais do que o cálculo atuarial que foi feito para mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Graças a Deus, né?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Apesar de 4 pontes de safena. [risos]

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Mas, quer dizer, então o que vai acontecer é para o futuro, quer dizer, o futuro vai, porque é a mesma coisa, a gente, é como se a gente tivesse um dinheiro no banco e que aplicação desse dinheiro no banco não fosse suficiente para a gente custear, para o nosso custeio. Então nós vamos ter que começar a desinvestir, desinvestir que vai chegar um momento de pânico. Quem vai ser afetado mais? Serão os empregados da própria CBTU. Porque pelas normas agora existentes, os planos têm que estar segregados, ou seja, existe uma contabilidade para o plano Rede, existe uma contabilidade para o plano CBTU, existe uma contabilidade para o plano metrô. Então no caso da CBTU, se persistir essa situação, os empregados assistidos da CBTU é que pagarão essa conta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os dirigentes que o antecederam, sobretudo o senhor Roberto Souza, nos afirmaram aqui que houve um acordo para negociar as dívidas das patrocinadoras. E que no período dele, ele recusou assinar esse acordo, porque entrava como parte da amortização certos investimentos no mercado imobiliário que estavam incompatíveis e desajustados com o valor apurado e que isso tudo traria um grande prejuízo à REFER. O senhor concorda com a opinião que o senhor Roberto adotou naquele período? Esse acordo depois veio a ser efetivado?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Não, não, não, não! E nós não vamos efetivar esse acordo por dois motivos. O primeiro motivo é que nós estamos proibidos de receber em ação de pagamento, terrenos que eram casos que a Rede queria repassar. Por decisão do Conselho Monetária Nacional, as fundações não podem ter mais em seu acervo imobiliário terrenos. Infelizmente, eu ainda tenho dois e não sei o que eu faço com eles. Dois que foram dados, recebidos como dação de pagamento da própria Rede lá no passado. Um até perto lá do Engenhão, onde vai ser, vão ser realizadas as Olimpíadas no Rio, que eu já estou tentando empurrar ele na RioUrbe para fazer estacionamento, alguma coisa, mas a RioUrbe até agora não me respondeu. Eu ainda até acredito que vou conseguir vendê-lo e outro lá em Bauru, que é uma gleba que sobrou de duas glebas que a REFER também recebeu em pagamento e conseguiu passar adiante. Essa gleba, infelizmente, ficou e eu não estou conseguindo, fica na periferia de Bauru, e eu não consigo comprador para ela. Mas no caso dessa, desse possível acordo que o Roberto se referiu, eu acho que para a REFER não seria interessante. Porque nós vamos onerar a nossa

carteira, iríamos onerar a nossa carteira com imóveis de difícil comercialização. Para o senhor, para V.Exa. ter idéia, eu tenho que nesse ano de 2004, ficar com 11% dos meus recursos garantidores e aplicados em imóveis. Eu estou com 12,4. Se eu conseguir vender um imóvel eu já me enquadrar nos 11%. Agora o senhor imagina o mercado de imóveis está difícil, porque os imóveis que a fundação tem, são imóveis valiosos e que a gente não encontra comprador facilmente. Então se eu receber ou se a REFER receber mais imóveis ela vai aumentar a sua imobilização e além disso não vai conseguir vender. São verdadeiros micos. Então, o Roberto, eu não, realmente não tenho conhecimento dessa passagem da gestão dele, mas se ele fez isso eu também faria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É, eu percebo que ambos têm uma opinião acertada a esse respeito. Agora me deixa profundamente angustiado perceber que existe todo esse passivo entre as patrocinadoras e o fundo e que não há ainda encaminhado de forma consistente uma possibilidade de acordo.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Excelência, V.Exa. sabe que não só a REFER como todas as fundações, elas têm um regulamento próprio, que a SPC que dita a norma, né? E a SPC é muito clara quando ela diz o seguinte: A patrocinadora não repassou os recursos, justiça nela e é o que a REFER está fazendo. A REFER está na justiça contra o metrô do Rio, contra a CBTU, nós estamos na justiça. A Central não nos deixa entrar na justiça, porque quando ela vai completar o terceiro mês ela paga um. E a Rede que nós íamos entrar na justiça agora e eu pedi pelo amor de Deus que ela pagasse umazinha, porque eu não queria ter o desprazer de processar a minha casa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É, Dr. Paulo, o senhor parece ser um homem de bem, quero dizer isso aqui.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Parece que está fazendo todo o esforço possível para equacionar os problemas que encontrou na fundação. Mas é importante que inclusive aproveitemos esse espaço da CPMI, a atenção que o Brasil dirige para os trabalhos desta Comissão de inquérito e, sobretudo, é importante que aproveitemos o nosso relatório que vai ser apresentado até o dia 15 de março desse ano, especialmente na parte que trata dos Fundos de Pensão, para justamente afirmar essa situação da REFER. E indicar esses problemas que estão acontecendo com as patrocinadoras, até porque toda essa angústia do

senhor pode ser transformada em momentos felizes no futuro, afinal de contas, se nós de fato aproveitarmos esse sub-relatório para mudar essa equação, eu acho que nós já vamos ter conseguido muito para os segurados da REFER, para o sistema como um todo e para pessoas como o senhor que tem procurado se dedicar a todo esse trabalho. Agora eu só especificamente com relação a 2005. Houve uma redução do patrimônio da empresa, não houve?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Ah sim. Quer dizer, dos recursos garantidores. Excelência, sobre, se a gente olhar friamente o que eu falei, ou seja, aspas, “desinvestimento” de 120 milhões, V.Exa. está com a razão. Mas não, isso não vai ocorrer, porque nós estamos na justiça. Eles vão ter que pagar isso aqui. Quer dizer, eu não sei quando, mas que vão ter que pagar, porque é, eles contrariaram um contrato. Isso é um contrato! Então mais dia, menos dia eles vão ter que aportar esse recurso. Por exemplo, no caso da REFESA, se a REFESA, se ela ficar inadimplente, com a liquidação dela o passivo e o ativo vão para a união. Então a união vai ter que pagar a REFER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É, eu compreendi.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Não é? A mesma coisa a CBTU, excelência, porque a CBTU o que está acontecendo com a CBTU? Veja o senhor como a fundação REFER é uma fundação bastante difícil da gente, da gente dirigir. Olha, as, me perdoe o olha, a gente verifica que as patrocinadoras são todas governamentais. Agora mesmo, a CBTU ela está acabando também, a CBTU vai acabar. Ela não está apenas com a sentença de morte dela decretada, mas ela começa a desovar, ela está desovando da seguinte maneira agora mesmo, assinamos um contrato com o município de Salvador passando os empregados da CBTU, que faziam o transporte suburbano em Salvador, passou para a CTS. A CTS é a mais nova patrocinadora da REFER, o subúrbio de Belo Horizonte será o próximo, o subúrbio de Natal será outro, então a CBTU, a tendência é a CBTU acabar, quer dizer, diminuir. Quando a CBTU também se extinguir, a união vai ter que manter, vai ter que cumprir com os compromissos assumidos com a REFER. Então eu acho, que isso que eu estou dizendo, isso que V.Exa. falou realmente acontece. O patrimônio da REFER, no momento, no momento o patrimônio da REFER houve um certo desequilíbrio. O que não acontece pelo seguinte, porque com os nossos resultados são amplamente, amplamente não, são favoráveis em 2005 nós conseguimos equilibrar novamente. Então se o senhor pegar a posição dos recursos garantidores da REFER em 2004, dezembro

de 2004 e comparar com os recursos garantidores da REFER em 2005, 2005 é maior. Parece um paradoxo, né? Porque se a gente não recebeu 120 milhões, mas foi o quê? Foi graças, me permite aí a modéstia, graças a uma gestão conservadora que eu já fui chamado de conservador, sou conservador, tenho que ser conservador, porque preciso da REFER. Então, devido a uma condução bastante conservadora, nós conseguimos equilibrar e os recursos garantidores de 31 de dezembro de 2005 são maiores que os recursos garantidores de 31 de dezembro de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor teve que resgatar uma série de investimentos que a REFER realizou para cobrir esses 120 milhões?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então só pelo fato de antecipar esses resgates já existe uma perda. Eu pergunto: O senhor nos disse que acionou e está acionando as patrocinadoras na justiça para recuperar os 120 milhões. Os índices de correção que o senhor está solicitando na justiça, eles são exatamente compatíveis com aquilo que o senhor ganharia com essas aplicações, mas está perdendo e já perdeu, pelo fato de ter antecipado o seu resgate?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Me permita.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque nós temos aí duas coisas, temos aí o principal e temos aquilo que seria um resultado positivo para a REFER, se essas aplicações vencessem no dia correto, remunerando aquilo que estava previsto no seu contrato, etc. Na medida que o senhor teve que antecipar, o senhor está tendo uma perda. Então está dentro dos planos do senhor recuperar inclusive essas perdas na justiça?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Permita, V.Exa., desdobrar o quadro que apresentou em duas partes. Primeiro nós não resgatamos, quer dizer, nós recebemos na data de vencimento, o investimento aplicado. O que é que se fez? Quando a gente em 2004 notou o que ano seria um pouco de sacrifício, a gente começou a usar a renda fixa com um fluxo de caixa mais ou menos ajustado para as datas de pagamento. Ou seja, quando a gente, a gente tirou da Selic, né? E da renda fixa, a gente tirou o dinheiro para pagar os assistidos, não houve perda de rendimento. O que aconteceu foi o seguinte, é que o que eu vou obter na justiça, como V.Exa. se referiu, não é igual, não será igual a taxa Selic do ano passado que é 18, eu aplicava 101, 101 e 30, 102 e 20 na Selic. Logicamente, haverá uma perda que eu não consigo, não vou conseguir recuperar. Porque o próprio--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor consegue mensurar essa perda?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Aí só na ocasião que eu conseguir receber a das patrocinadoras. Porque como é juros e multa e vai, ele está sendo desdobrado, a gente poderá fazer um exercício. A gente poderá calcular mais ou menos quanto é que eu deixei de ganhar. Ao desaplicar, quando que eu deixei de ganhar. Se eu permanecesse na minha posição de CDI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor assumiu, o gerente de investimentos era o senhor Carlos Eduardo, procede?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Carlos Eduardo? Quando eu assumi--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era o gerente de investimentos?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Era o Eduardo, era o Eduardo. Mas ele acumulava a controladoria com a investimento. O que aconteceu foi que houve uma, quando nós chegamos, havia um estudo feito pelo Carlos Alberto de uma nova estrutura organizacional para a REFER. E nós pegamos e pedimos ao Conselho Deliberativo, retiramos da análise do Conselho Deliberativo essa proposição e fizemos o nosso estudo. Porque nós que iríamos gerenciar, então nós queríamos ter a oportunidade de colocar a gerência da maneira que a gente achava. Nessa ocasião o gerente de investimento, atual, é um funcionário de carreira da REFER que saiu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual o nome dele?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Carlos Alberto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Carlos Alberto. Então só para confirmar, quando o senhor foi convidado para a diretoria financeira, ele já estava na gerência de investimento?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: É, ele trabalhava nessa gerência colocado, se não me engano, pelo Roberto, o Roberto readmitiu. Porque ele tinha sido demitido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: E eu mantive ele, e no meu quadro de empregados, de, no meu quadro de técnicos, eu não trouxe ninguém. Ninguém veio comigo, eu não convidei ninguém, aproveitei só o que eu tinha em casa. Além do Carlos Alberto, tinha sido demitido um operador também, Edson, que eu o re-

contratei. Um homem que tinha 20 anos de fundação, não sei por causa de que talvez, por um momento assim, mandaram ele embora. E eu peguei e já, ele está trabalhando comigo na mesa de operações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Edson Casado(F)?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Assim como também o Miguel?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Não, o Miguel não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: O Miguel eu não conheço, não conheço o Miguel. O Miguel tinha sido demitido também lá atrás.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor considera o Carlos Alberto um bom gerente de investimentos?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Eu confio no Carlos Alberto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós discutimos aqui um pouco a decisão que a REFER tomou depois de um amplo processo de debate de não terceirizar os seus recursos. E de não constituir fundos exclusivos para descentralizar os investimentos. Portanto, de concentrar em carteira própria e de assumir a responsabilidade por toda a gestão. Ouvi dos seus antecessores as opiniões de cada um deles. Queria ouvir a opinião do senhor a esse respeito.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Excelência, a REFER, quando eu em 88 tive na REFER, como diretor, a REFER era a quarta fundação do Brasil. Ela só ficava atrás da Previ, da Petros e da Funcef. Hoje ela ocupa o 21º lugar. Graças ao programa de privatização, porque quando foi privatizada a Rede, os contratos de concessão não amarraram bem para que os nossos empregados, os meus colegas continuassem as suas atividades nas concessionárias e as concessionárias não foram obrigadas a mantê-los no plano. Então nós tivemos uma perda enorme de assistidos da fundação com a concessão. E houve uma perda enorme, inclusive a Rede passou, a Rede, desculpe, a REFER passou por dificuldades muito grandes nessa, por essa ocasião das concessões. A carteira de ações da REFER é uma carteira maravilhosa. Ela tem 98% dos seus papéis de primeira linha. Hoje, por exemplo, nós estamos com, não sei a situação da bolsa hoje, mas nós estamos perto de 400 milhões em renda variável.

E os papéis são tão bons que não há necessidade, no meu ponto de vista, nunca houve, a REFER tem 27 anos completados na semana passada, ela não há a necessidade de se pegar a carteira e entregar para alguém para gerenciar. Eu acho que os papéis são tão bons, os investimentos são tão rentáveis que não deverá, isso não me passa pela cabeça e eu sou contra. Inclusive, devo dizer a V.Exa., que quando os meus companheiros souberem, souberam que eu tinha aceito vir para a REFER e já estava praticamente confirmado, eles disseram: “Paulo, não vai terceirizar a carteira!” Eu disse: “Não, não, não”. “Olha, rapaz, não vai terceirizar a carteira!” Quer dizer, esse negócio de terceirizar a carteira é um negócio que os ferroviários, os meus companheiros não admitem mesmo e não serei eu que vou terceirizar, porque eu acho que não há necessidade. Nós temos gente na casa que pode perfeitamente gerenciar os nossos investimentos e eu sou contra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais são os critérios para a seleção das corretoras que operam com a REFER?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Olha, o Carlos Alberto, me permita V.Exa. dar uma olhada aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro, pois não.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: O Carlos Alberto quando, antes de sair, ele botou, ele introduziu uma norma de política de investimento. Essa norma ele colocou em julho de 2004. Foi aprovado pelo comitê diretor de investimento o novo critério. As corretoras são, é dividido em dois grupos. As corretoras de pesquisa e as de execução, né? E são selecionadas através informações cadastrais, prestadas pela própria corretora, coletada junto a CVM e ao BACEN, obtidas no sistema de informações SISBACEN, Serasa, CADIN, SINADE e SICAP e o histórico sobre a composição acionária, direção e atuação no mercado. As ferramentas de controle operacional são a boletagem eletrônica e a gravação de... Na seleção feita em julho de 2004, foram selecionadas as 10 maiores corretoras do ranking em previdência fechada, conforme edição número 145 de abril de 2004 da revista Investidor Institucional. Das 10 corretoras, 6 são de pesquisa e 4 de execução.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia dizer o nome das 10?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Na época, as 10 corretoras do estado na revista citadas foram: A Credit Suisse, First Boston de pesquisa, Ativa Corretora execução, Itaú Corretora pesquisa, Umuarama execução,

Bradesco pesquisa, PLANNER DC Corretora execução, Pactual pesquisa. Além dessas, a Fator, a Nova Invest e a Égide. Essas 10 estavam selecionadas, a Fator, a Nova Invest e a Égide, embora conste do ranking, não foram incluídas na relação. Em função do envolvimento das observações do Conselho Fiscal da REFER e da auditoria que deram a origem a um processo que está correndo na CVM. Para substituir essas 3, foram incluídas no ranking a UBS pesquisa, a Morgan e a Rating de execução. A renovação periódica do ranking das corretoras aprovadas com base no resultado da avaliação semestral deve ocorrer substituição pelo menos 20% das corretoras piores classificadas. Seria, foi esse o critério que o doutor Carlos Alberto ofereceu e que eu venho seguindo. Até o momento, a gente não mexeu nesse, como a gente não está praticamente operando, nós não estamos operando, porque não temos dinheiro para operar, então eu não mexi ainda nessa, nessa relação de corretores, né? Certo? A gente não está... Ainda não mexi, prevalece a relação que o doutor Carlos Alberto deixou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero informar ao senhor que no período em que o senhor exerceu e exerce a diretoria financeira realmente nós não constatamos problemas mais graves no desempenho da fundação e nos mercados analisados. E eu insisto que o que nos preocupa bastante com relação a REFER, é aquilo que deve ser o seu objetivo precípuo que é dar segurança aos seus assistidos e para tanto precisa ser um fundo do ponto de vista econômico e financeiro bem resolvido e não está. Mas Dr. Paulo, como é que é feito o compliance da REFER? Como é que há uma verificação de conformidade?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Como eu lhe disse, nós, o presidente da REFER em dezembro do ano passado ele determinou o estudo para a regularização de normas e aplicação dessas normas. Então, atualmente, está em fase de aprovação essa controladoria. Ou seja, nós devemos implantar ainda no primeiro semestre o órgão de controladoria já com as normas devidamente aprovadas dentro da instrução 13.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então está em implementação?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Já em implementação essa parte de compliance.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nas demonstrações financeiras de 2005, nós verificamos que 4,87% dos ativos da REFER, foram transferidos para a BB DTVM para que ela fosse a gestora desses recursos. Como é que foi feito este contrato com a BB DTVM?

Quais foram os critérios selecionados? Por que a BB DTVM? E como é que está acontecendo a relação da BB DTVM com a REFER?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Excelência, o fundo BB atuarial ele, a REFER, ele foi constituído no final de 99 e no início de 2000. A REFER, a REFER até o momento aplicou no BB atuarial 66 milhões. Hoje, em 31 de janeiro de 2006, a REFER possui nesse fundo 104 milhões 277. O desempenho no fundo, ele até 2004 ele foi altamente rentável, porque ele, praticamente os títulos que ele abriga são títulos indexados ao IGP-M. Em 2005, o IGP-M foi baixíssimo, houve meses até de negativo. Então, a rentabilidade do fundo caiu bastante. Mesmo assim, certo, a rentabilidade média desse fundo é de 23,67%. Quer dizer, uma boa rentabilidade. Nesse fundo, nós inclusive, devo lhe dizer, que fomos surpreendidos, esse fundo têm regras próprias aprovadas pela CVM e nós fomos surpreendidos no mês de janeiro quando a minha analista analisou o extrato do fundo, com um saque de 63 milhões no fundo, feito por um cotista. Frontalmente, frontalmente em desacordo com a norma aprovada pela CVM. Que prevê que nenhum dos cotistas pode sacar mais que 5 milhões por mês. Imediatamente, no dia 23--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é o cotista?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Não sei o nome, porque o Banco Central não diz. Imediatamente no dia 23 de janeiro eu formulei uma carta para a CVM, para a superintendência de fiscalização denunciando o fato e dizendo que a REFER, para que eles tomassem conhecimento que houve uma violação de regra e que a REFER se sentisse prejudicada que ela entraria judicialmente para ressarcir os possíveis prejuízos. Ao mesmo tempo, no mesmo dia 23 de janeiro, nós notificamos a BB, ao Banco do Brasil arguindo por que daquela quebra de compromisso e por que isso? O Banco do Brasil não nos respondeu e a superintendência de fiscalização no Rio de Janeiro da CVM está apurando o fato. Devo dizer a V.Exa. que na última reunião do CDI eu propus que nós, aos poucos, fôssemos “desinvestindo” do BB atuarial para pagar a folha de benefícios. Em vez de nós tiramos de CDI, tirássemos do BB atuarial para fazer face a esse fundo, que a gente que tinha 46% hoje temos 62%, mais ou menos, do fundo total do fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para verificar os números. Então hoje a REFER tem aproximadamente--

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Em 31 de janeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 104 milhões.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: 104 milhões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que correspondo dê a 60% do fundo, mais ou menos.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Mais ou menos, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ta. E há uma regra que só autoriza cada cotista a--

SR. PAULO DA SILVA LEITE: A sacar 5 milhões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 5 milhões?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: E no mês de dezembro houve um saque de.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dezembro de 2005?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Isso, 63 milhões por um cotista que eu não sei o nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o Banco do Brasil se recusa a informar?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Não, ele na realidade, excelência, eu acho que ele não tem obrigação de, eu não... data vênia, eu não sei se ele tem essa...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor provocou o Banco do Brasil para esclarecer. Imagine, só uma conta aqui, me perdoe o senhor, mas uma conta aqui de leigo. Eu entendo muito menos de mercado do que o senhor, certamente.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Eu não entendo nada, excelência. Estou aprendendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Temos aqui 100 milhões, o senhor tem 60% do fundo.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então pelo menos, vamos fazer uma conta aqui bem grosseira, 60 milhões, pelo menos, 60% dos, 100 milhões é o todo que o senhor tem.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: 104 milhões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ta bom, entendi. Eu pensei o que total do fundo eram--

SR. PAULO DA SILVA LEITE: O problema é o seguinte, veja V.Exa., quer dizer, o BB atuarial--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora eu estou supondo --

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Estão jogando pedra no BB atuarial hoje, porque o IGP-M de 2005 foi baixíssimo, mas até então ninguém na fundação jogava pedra no BB atuarial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a minha suposição é que esse cotista que retirou 60 milhões ele pode ter retirado acima do seu limite.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Não, ele tirou acima do limite! O limite é 5.5 milhões por mês, 5 milhões por mês. É o que diz a regra do fundo, foi por isso que eu protestei. E quando a minha, o meu setor de análise verificou isso, eu mandei entregar em mãos na CVM uma carta protestando. E estou esperando a resposta, já cobrei por e-mail.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o Banco do Brasil se silenciou?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: O Banco do Brasil disse que houve uma falha, deu aquela explicação, mas até agora não falou nada. Agora veja V.Exa. que eu, se eu seguir a regra ou se o Banco do Brasil não abrir exceção para mim, eu vou levar 20 meses para sair desse fundo. Eu tenho 100 milhões!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tirar 5 milhões.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Não é? Então eu não, eu vou ter que, eu vou ter que... O que eu espero é que a CVM diga, extinga o fundo. Se a CVM extinguir o fundo, ela pode fazer isso, né? A CVM pode extinguir o fundo, então se a CVM extinguir o fundo, aí eu saco de uma vez os 100 milhões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor concorda que esse saque que foi realizado de 60 milhões ele prejudica, além de contrariar ele prejudica a REFER.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Efetivamente! Porque veja V.Exa. o seguinte, a carteira de fundo, quer dizer, eles devem ter, para realizar os 62 milhões, eles devem ter vendido os melhores papéis. O de rentabilidade imediata. Concorde V.Exa.?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Então eles fizeram dinheiro imediatamente. Não foram vender papel.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Mais ou menos. Então eu considero que a REFER possa vir a ter um prejuízo no futuro. Não posso dizer a V.Exa. que ela hoje teve prejuízo, não posso dizer isso, seria leviano da minha parte. Né? Agora, a pergunta inicial de V.Exa. é sobre o BB atuarial, realmente eu acho que o BB atuarial para a REFER foi ótimo até 2004. Em 2005, devido a contingência de mercado, ele já não foi tão bom. Mas a rentabilidade do ativo colocado no BB atuarial ainda é, ainda foi de boa rentabilidade para a fundação. Agora nós vamos sair do BB atuarial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Darcy Rocha?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: O Darcy Rocha ele é conselheiro, foi meu colega, é engenheiro, foi meu colega de... Ele trabalhava em Divinópolis quando eu era chefe da divisão de controle de materiais, fiz uma visita a Divinópolis, ele era o engenheiro residente, eu conheci desde aquela época, em 70 e qualquer coisa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que o Darcy Rocha ele é um homem que merece ter confiança na palavra que diz?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Acredito que sim, excelência. É um engenheiro respeitável e ele, inclusive, veja V.Exa. que na última eleição houve uma agora, ele tem um mandato aí de 2 anos. O mandato são de 4 anos, ele na última eleição foi o mais votado, no universo de 11 mil votos, votantes, se não me falha a memória ele teve 3 mil votos. Então ele é uma pessoa que eu acredito que seja uma pessoa responsável, né? Agora eu não tenho amizade com ele, contato. Voltei a conhecê-lo no Conselho Deliberativo. E foi um dos que votou contra mim, inicialmente. [risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E com relação a senhora Sônia?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: A doutora Sônia, advogada, eu não conheço a doutora Sônia. Ela é representante da Central, porque como eu disse a V.Exa., a doutora Sônia representa a Central no Conselho Deliberativo, a doutora Montemor representa a CBTU e o Dr. Marco representa a Rede do Conselho Deliberativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a priori não há nada que desabone a palavra da doutora Sônia?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Acredito que não, excelência. Eu conheço a doutora Sônia há 18 meses, eu não posso dizer que ela, eu não tenho referência. Eu sei que ela gosta de bater na gente. [risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, o senhor deve ter conhecimento e eu quero tratar desse assunto com o senhor, porque é um assunto mais recente, já do período de vossa gestão, apesar da ocorrência a que ele faz citação não ser do período, porém, a provocação do senhor Darcy aconteceu já em 2005. O senhor Darcy Rocha ele denunciou uma tentativa de desvio de 19 milhões de reais da entidade para financiar campanhas petistas. A acusação foi feita em reunião com o Secretário Adjunto da secretaria de previdência complementar, o senhor Leonardo Paixão. Segundo a denúncia, 10 milhões seriam destinados a campanha para reeleição da então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, 5 milhões iriam para a campanha do senhor Jorge Bittar a prefeito do Rio de Janeiro e outros 4 milhões seriam destinados a candidatos aliados do Deputado federal Carlos Santana, também no Rio de Janeiro. Eu quero informar que insisto dizer isso, que essa não é uma afirmação da Sub-relatoria e nem do Sub-relator. Essa é apenas a constatação de uma denúncia que foi feita. Segundo nós apuramos, o senhor Darcy Rocha teria tomado conhecimento desses fatos a partir de um depoimento da Sônia, que é sua colega no conselho da REFER. Muito bem, segundo essa denúncia, os 19 milhões seriam obtidos a partir da Constituição daquele fundo de aplicação em cotas, do FAC (F). Que foi discutido no período do senhor Jorge Moura, que o senhor Jorge Moura se opôs, apresentou um voto em separado, contrariando a recomendação de constituir o FAC (F) e que ao final, de fato, prevaleceu a posição daqueles que não queriam, a Constituição deste fundo. Diz ainda essa apuração, que faziam parte da montagem, da estrutura do esquema o senhor Marcelo Sereno, dirigente do PT no Rio de Janeiro. O senhor Haroldo de Almeida Rego, conhecido como Pororoca e operador de mercado. E que a partir daí, com a Constituição desse fundo, seriam destinados 19 milhões para fins políticos e partidários. Foi justamente em 2005, quando o senhor Darcy procurou a secretaria de previdência complementar, para fazer esta denúncia. Eu aí pergunto ao senhor, o senhor teve conhecimento dessa denúncia?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Excelência, excelência, denúncia é denúncia, né? Quer dizer, eu não posso, eu não posso ratificar junto a V.Exa. a essa subcomissão que seja verdadeiro, afirmativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu estou perguntando se o senhor soube?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Eu estava presente nessa reunião.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor estava presente? Então o senhor viu o doutor Darcy afirmar que quando da tentativa de constituir o FAC (F) havia por trás um esquema tentando desviar 19 milhões da REFER.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Confirmo a V.Exa. que eu estava presente quando dessa reunião na secretaria de Previdência Complementar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria que o senhor confirmasse o conteúdo?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: O conteúdo eu não posso confirmar, excelência. Porque eu escutei, ele falou isso. Na presença da doutora Sônia e da doutora Cristina Montemor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o conteúdo está confirmado?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: O conteúdo do que ele afirmou sim, da denúncia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, claro.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Da denúncia não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só quero.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Da denúncia não pela minha--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu não quero que o senhor--

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Não, excelência --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --aqui diga: Aconteceu isso. Eu só quero que o senhor diga: Eu ouvi isso.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Eu ouvi, eu ouvi o Darcy falar isso em presença da Sônia e os que estavam presentes, o subsecretário Leonardo, tinha mais gente na reunião, mais duas pessoas da SPC. Foi uma reunião que nós tivemos na SPC tentando apaziguar os ânimos após a eleição que ocorreu em agosto do ano passado que gerou uma série de aborrecimentos, então nós, nós estávamos com problema de governança, eu e Valdemar estava com problema de governança e a gente pediu o socorro a SPC e a SPC resolveu fazer uma mesa redonda para tentar, para conciliar e nessa reunião o Darcy realmente se referiu a esses fatos que V.Exa. acabou de--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Inclusive fazendo referências a esses políticos que eu citei?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele também fez referências ao Haroldo de Almeida Rego?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Não, não me lembro, excelência. Ele poderia até ter feito, porque eu confesso a V.Exa. que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro, não chamou atenção.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: E o negócio estava estão baixo, que eu peguei, me levantei e saí da sala.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A SPC tomou alguma providência no sentido de dar consequência a apuração dessa denúncia que foi feita pelo Darcy?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Eu, posteriormente a essa reunião, a SPC oficiou ao Darcy, pedindo que ele confirmasse e ele fez uma carta a SPC confirmando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então existe uma carta do Darcy a SPC confirmando tudo o que ele disse?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Porque a SPC, o doutor Leonardo, na ocasião o doutor Leonardo não tomou nenhuma providência, porque... ele disse: "Olha, isso daí o senhor está falando, mas o senhor tem que formular isso por escrito". Tal, ficou aquele mal-estar, não é excelência. Aí o Darcy ficou na dele e posteriormente o Leonardo, o Leonardo oficiou o Darcy. E o Darcy, por escrito, fez uma carta para, eu não sei os termos da carta, não conheço, fez os termos, fez uma carta para a SPC e acredito eu ratificando o que ele disse na ocasião.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero que nossa assessoria solicite imediatamente a SPC uma cópia desta carta que foi encaminhada pelo senhor Darcy a este órgão. O senhor, pelo menos, se lembra dele ter denominado esse esquema de circuito das águas?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Isso me lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se lembra, né?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Porque eu não sei. Mas ele... [risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É lamentável,

porque a gente percebe que, pelo menos essa tentativa, aparentemente não se confirmou, mas essa tentativa de aproveitamento da REFER para fins políticos envolvendo autoridades importantes como é o caso do senhor Marcelo Sereno e de Parlamentares, etc., ela acabou se consumando e se efetivando em outros Fundos de Pensão federais. O senhor conhece o senhor Marcelo Sereno?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Não, não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que atualmente a relação do senhor com a doutora Cristina Montemor? [risos]

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Ela gosta muito de mim, entre outras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a relação continua muito--

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Não --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Conflitante?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Eu me considero, excelência, um cavalheiro e trato bem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas ela fica muito no seu pé?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Ah sim, na última reunião da discussão da política de investimento, me disse que eu era bastante conservador. Daí eu respondi para ela, que era fácil falar que eu era conservador sentado na cadeira dela, mas se ela sentasse na minha, ela seria conservadora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a senhora Sônia Botelho como é?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: A doutora Sônia é uma boa pessoa. [risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É indistigável o problema de relacionamento entre os senhores, o que é normal. Eu compreendo que houve--

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Excelência, excelência, o senhor pega as atas do Conselho Deliberativo da REFER é uma brincadeira. Eu disse isso nessa reunião da SPC, nessa reunião que houve, eu disse: "Vamos parar com isso!" Escrevem 12 folhas de ata, que espremendo não sai uma linha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que isso acaba de alguma forma prejudicando a fundação?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Sem dúvida, sem dúvida! Sem dúvida! Não pode haver, a função hoje do Conselho Deliberativo é muito importante, não é na REFER não, excelência, é em todas as fundações. O Conselho Deliberativo, ele hoje, eu acho, nesse pouco tempo que eu estou na REFER, eu já fiz, tenho um juízo formado o seguinte: Daqui alguns anos, talvez dois, três, quatro, cinco, não vai haver mais diretores de fundação, vão haver gerentes e o Conselho Deliberativo vai tomar conta de tudo, porque hoje a gente não pode mover uma palha que o conselho está em cima. Né? Entendeu? Quer dizer, é realmente um conselho ele tem, ele tem por obrigação e o faz, de fiscalização os atos da Diretoria Executiva. Apenas o que eu acho que no nosso caso eles estão um pouco, sendo um pouco rigorosos demais. Né? E as vezes os interesses da fundação são deixados em segundo plano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A que o senhor atribui essa postura tão, tão divergente da linha de pensamento do senhor que é adotada pela Cristina e pela Sônia?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Olha, excelência, ainda continuo dizendo, elas são da CBTU, da central e sou da Rede. E vou morrer sendo da Rede.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que é por essa diferença de patrocinadoras?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Acredito que sim, excelência, e também porque eles, conforme ele disse, eles acham que não têm representatividade em assento na diretoria da REFER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem conhecimento de vinculações políticas da Cristina e da Sônia?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Da doutora Sônia não tenho não. Mas parece que a doutora Cristina é filiada a um partido político.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é o partido, o senhor sabe?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: O partido do governo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O PT?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Acredito que sim, acredito que sim, excelência. Eu não tenho certeza. Posso estar sendo até leviano em afirmar isso aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o senhor Adauto Carmona?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Não, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conheceu ele?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Nem conheci. E o Dr. Eduardo conheci hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o Bruno Grain que foi gerente de investimento por um tempo?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Também não, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor tem conhecimento de que o Bruno Grain e o Eduardo Cunha Teles, estão sendo autuados pela secretaria de previdência complementar.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Como a doutora Tânia, como o Dr. Jorge Moura e como o Dr. Adauto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vossa Senhoria, por acaso, teve tempo de examinar o objeto desse auto de infração?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Excelência, confesso a V.Exa. que realmente li. Mas não me atirei dentro dele. Quer dizer, não tenho um juízo a respeito disso aí. O meu problema foi de 16 de agosto para cá e não estou preocupado, porque se houve, se houve alguma coisa já aconteceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor deve ter acompanhado pela imprensa que o ex-diretor presidente, Dr. Jorge Moura, ele assumiu uma postura extremamente crítica com relação a coisas que aconteceram na REFER, principalmente, depois da saída dele. Denunciou uma série de possíveis irregularidades. E fez referência a vários dirigentes, sobretudo, ao Eduardo que o sucedeu, mas também, enfim, teceu comentários sobre a interferência política na REFER, falou da possível briga entre o PT e o PC do B, do controle de um lado de um grupo, de outro para outro. Como é o que senhor acompanhou aí nessa postura do Dr. Jorge Moura depois que ele saiu da REFER?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: O Dr. Jorge, como eu lhe disse, eu conheci quando ele foi diretor de pessoal da Rede Ferroviária Federal. Foi quando eu conheci o Dr. Jorge. Há muito tempo que eu não o via, não via o Dr. Jorge, não tinha notícias do Dr. Jorge. Quando eu soube desse entrevero aí, realmente, o Dr. Jorge, eu não sei porquê que ele foi, que ele saiu da presidência da REFER, né? Eu não sei porquê, eu sei que no final, na confusão toda o conselho resolveu, tirou o Dr. Jorge. E ele foi sacado, né? Tiraram e botaram outro presidente. Agora, efetivamente, eu não sei por que ele saiu. Não sei, não posso avaliar se a gestão dele era

boa ou é ruim, ou foi ruim. Eu quero dizer o seguinte, o Dr. Jorge tem o seu mérito, porque muitos desses contratos que eu me referi, a que eu me referi e que não estão sendo cumpridos, foram assinados na gestão do Dr. Jorge. Então não é porque o Dr. Jorge saiu que ele denunciou, que ele foi para a imprensa, que eu dizer que ele foi um mal dirigente. Eu não tenho valor, quer dizer, eu não posso dizer nem que foi bom nem ruim, o que eu posso dizer é que ele deixou alguma coisa de positivo, tanto é que a gente está usando os instrumentos que ele deixou para acionar as patrocinadoras. Isso é que eu posso lhe dizer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que em geral ele adotou uma postura também conservadora, também diligente no período que exerceu a presidência da REFER?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Excelência--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o senhor não tiver elementos para nos responder, tudo bem fique a vontade.

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Eu gostaria de não me alongar nesse... Eu posso estar fazendo um juízo errôneo a respeito e eu gostaria de não fazer, se permite V.Exa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É claro. Nesse período de gestão do senhor, alguma vez o senhor foi procurado por representantes dos bancos BMG, Rural, Pactual e Santos?

SR. PAULO DA SILVA LEITE: Graças a Deus não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca? Eu concluo mais essa fase dos nossos depoimentos, registrando aqui a satisfação de tê-lo recebido e também fazendo votos para que nós possamos, como produto, desse sub-relatório, da CPMI, tentar equacionar possíveis problemas futuros que a REFER, e principalmente os seus segurados venham a ter. Eu confesso que estou muito preocupado com essa postura das patrocinadoras e isso terá um destaque merecido no nosso trabalho final, porque imagino sim que a partir dessa oitiva do senhor e a partir do trabalho que nós estamos levantando, será uma das conseqüências da CPMI o alerta às patrocinadoras e a quem de direito, seja, do Governo Federal, de Governo Estadual ou municipal, enfim, mas a quem de direito para que se torne adimplente e que possa cumprir rigorosamente todas as suas responsabilidades. Porque a nossa preocupação aqui é exatamente com os segurados, com os milhares de segurados desses Fundos de Pensão. Registro que

me deixou preocupado e em determinado momento até atônito, a influência política que se deu em certo período na REFER, que trouxe como consequência uma oscilação muito grande de dirigentes, né? Ainda me preocupa o que vou chamar aqui de bate cabeça entre o Conselho Deliberativo da fundação e a diretoria da fundação. O ideal é que houvesse uma relação harmônica, colaborativa de parceria, porque veja, nós temos aí Fundos de Pensão que estão muito bem, que ano após ano registram verdadeiros resultados muito positivos, alcançam, superam as suas metas e as suas rentabilidades e mais, aumentam o seu patrimônio e nesses fundos não se registra problemas entre o conselho e a diretoria. As vezes os problemas são salutares, porque faz com que haja a divergência, faz com que haja uma fiscalização maior. Porém, elas não podem comprometer, como chegam a comprometer na REFER, o desempenho das atividades da fundação. Sobretudo, quando o fundo registra problemas de ordem econômico financeira como nós estamos verificando na REFER. Agradecendo, portanto, a presença de Vossa Senhoria, eu suspendo a nossa reunião por 5 minutos quando retomaremos ouvindo, finalmente, o senhor Júlio Victor Bittencourt Fabriani e o senhor Luís Cláudio Lins Fabriani. Ambos, sócios, proprietários da corretora DILLON. Está suspensa a reunião.

Sessão suspensa às 19H28

Sessão reaberta às 19H37

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando tiver ok você avisa. Está reaberta a 12ª reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para apurar as causas e consequências de atos irregulares na empresas de Correios e telégrafos. Declaro reaberta a 12ª reunião da sub-relatoria de Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, CPMI dos Correios. Convido para tomar assento nesta Mesa de trabalho o senhor Júlio Victor Bittencourt Fabriani e o senhor Luís Cláudio Lins Fabriani. Ambos representantes da corretora DILLON. Senhor Júlio e senhor Luís Cláudio, nós temos aqui o hábito de ao iniciarmos a nossa oitiva, concedermos a palavra a cada um dos nossos depoentes, a fim de que possam fazer uma apresentação inicial abordando a sua qualificação profissional, o seu histórico curricular, assim como também deixando-os a vontade para tecer qualquer tipo de comentário em caráter preliminar do objeto do trabalho da nossa CPMI, neste caso, da participação da corretora DILLON em certas operações que estão sendo investigadas. Os senhores já assinaram, ambos, os termos de compromisso. Estão aqui na condição de testemunha, esse é o enquadramento, evidentemente, que depois a depender do curso da in-

vestigação podem ser qualificados como investigados, mas por enquanto estão na qualidade de testemunha. E, imediatamente, eu passo a palavra primeiramente ao senhor Júlio e depois ao senhor Luís Cláudio, deixando-os a vontade e aí em seguida nós iniciaremos com as nossas indagações.

SR. JÚLIO VICTOR BITTENCOURT FABRIANI:

Meu nome é Júlio Victor Bittencourt Fabriani. Eu sou brasileiro, engenheiro civil, tenho 66 anos, sou casado, tenho 3 filhos, 5 netos, trabalho na engenharia a vida toda profissional e desde 1975 no mercado financeiro também. Fui diretor da DILLON durante 3 ou 4 anos e acho que no período que... De alguma coisa eu era diretor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O nosso período de investigação vai de 2000 até 2005.

SR. JÚLIO VICTOR BITTENCOURT FABRIANI:

É, eu era diretor nesse período. Não sei se quer o número do meu CPF? E tenho experiência do mercado financeiro como tenho experiência da engenharia civil que exerci a vida inteira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Luís Cláudio.

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Meu nome é Luís Cláudio Fabriani, eu tenho 41 anos, feitos hoje. Sou diretor da DILLON estatutário, vão fazer 12 anos. Sou formado engenheiro, tenho curso de pós-graduação e finanças, mestrado em economia empresarial e estou aqui para poder ajudá-los dentro do que for possível, dentro do que eu puder explicar e para ajudá-los a esclarecer todos os fatos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu farei perguntas e deixarei a vontade ou para que ambos respondam ou para que um dos dois responda, caso se ache mais preparado e mais habilitado em determinada situação. Quando é que a DILLON foi constituída?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: A DILLON é a sucessora de nome de uma empresa que nasceu em 1969.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que empresa é essa?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Bom, o nome inicial eu não sei, porque como eu lhe disse, eu entrei há 12, 13 anos atrás, chamava-se Soma DTVM. A partir de então, na saída de um sócio, eu entrei como sócio minoritário, depois passei a sócio controlador e na saída ele retirou o nome e eu fiquei como DILLON DTVM.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que ano a corretora passou a se chamar DILLON?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Você lembra?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por volta.

SR. JÚLIO VICTOR BITTENCOURT FABRIANI: Há 12 anos.

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Pouquinho menos. 10 anos atrás.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mais ou menos no ano de 96?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por volta disso. Qual era a primeira composição societária da DILLON?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Eu sempre tive 99,8% das ações e as vezes menos uma ação, que é de um irmão meu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De um irmão seu?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Júlio Victor não figura no contrato social.

SR. JÚLIO VICTOR BITTENCOURT FABRIANI: Não, é uma sociedade anônima, eu não figuro como acionista, figurei sempre como diretor. Deixei de ser diretor quando eu entrei para ser diretor de duas créditos imobiliárias e o Banco Central, eu tinha que optar ou ficava na distribuidora ou ficava nos créditos imobiliários. Então há 2 anos e meio, mais ou menos, eu renunciei a diretoria da DILLON e o Luís Cláudio convidou o outro irmão dele, o Felipe Lins Fabriani, que assumiu o lugar que era meu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso mais ou menos em 2004?

SR. JÚLIO VICTOR BITTENCOURT FABRIANI: É, exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu gostaria de entender as atribuições de cada um no dia-a-dia das atividades da DILLON. Qual era a responsabilidade do senhor Luís Cláudio e qual era a responsabilidade do senhor doutor Júlio Victor.

SR. JÚLIO VICTOR BITTENCOURT FABRIANI: A minha responsabilidade era a parte contábil, administrativa, controle financeiro, eu era o diretor, ele era

o diretor superintendente e depois virou diretor presidente e ele acumulava toda a parte de operação, toda a parte de operação era dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, a definição de estratégias adotadas nos diferentes mercados, de investir aqui, não ali, a análise dos negócios, tudo isso passava principalmente pelo senhor Luís Cláudio?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Por mim, sou eu o responsável. Sou eu o responsável e sou eu quem faço essa análise.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além da DILLON, os senhores possuem outra corretora ou distribuidora de valores?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Somente a DILLON?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Eu sou o proprietário acionista e sou acionista controlador, o meu pai foi diretor num período comigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor, doutor Júlio, possui alguma outra empresa além da DILLON?

SR. JÚLIO VICTOR BITTENCOURT FABRIANI: Não, a DILLON--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, o senhor já esclareceu, me perdoe, que exerceu apenas atividade --

SR. JÚLIO VICTOR BITTENCOURT FABRIANI: Hoje eu sou diretor presidente da Tropical Companhia de Crédito Imobiliário e diretor presidente da Tradição SA Crédito Imobiliário. E sou, estou comprando o controle acionário das duas e que está em processamento no Banco Central.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem são os outros acionistas da Tropical e da Tradição?

SR. JÚLIO VICTOR BITTENCOURT FABRIANI: Da tropical hoje eu controlo por uma construtora que é por uma empresa, MEOPAN Companhia de Participações e eu, eu tenho 1,90 e poucos por cento e os 90 e poucos por cento, a MEOPAN, que é uma empresa controlada por mim tem o resto, comprou. E da Tradição eu tenho 1, pouco por cento e comprei pela MEOPAN que eu controlo 49, pouco por cento. Eu tenho 50% mais uma ação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem sócios na MEOPAN?

SR. JÚLIO VICTOR BITTENCOURT FABRIANI: Tenho, é... Os meus filhos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): São eles?

SR. JÚLIO VICTOR BITTENCOURT FABRIANI: São eles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o controle é todo familiar?

SR. JÚLIO VICTOR BITTENCOURT FABRIANI: É todo familiar. São 3 filhos, todos eles têm.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A DILLON tem o hábito de operar com Fundos de Pensão?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: São clientes nossos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): São clientes de vocês?

SR. JÚLIO VICTOR BITTENCOURT FABRIANI: A explicação por que a DILLON... A DILLON é uma distribuidora que pela capitalização dela o Banco Central só permite com que ela intermedeie operações. Ela não pode ficar, dormir comprada nem vendida. Então ela só pode fazer operação de intermediação, ela compra de um banco e vende para um outro banco, compra de um banco e vende para uma fundação, compra. Enfim, ela só faz a intermediação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 14 são os Fundos de Pensão objeto de investigação da Sub-relatoria desta CPMI. Vou citar o nome de todos para que depois os senhores possam me informar com qual deles ou com quais negociou nesse período de 2000 a 2005. São os fundos: PRECE, NUCLEOS, REAL GRANDEZA, POSTALIS, REFER, CENTRUS, GEAP, PORTUS, PREVI, FUNCEF, PETROS, SERPROS, ELETRUS e SISTEL. Se o senhor quiser eu deixo aqui a lista dos 14.

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Eu aqui vou lembrar, eu posso cometer alguma falha, porque eu não tenho de cabeça 100% deles. Então eu posso estar cometendo algum engano, caso eu venha, enfim, relacionar. A PRECE nós já operamos, a REAL GRANDEZA também, POSTALIS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só um minutinho, devagar. PRECE, REAL GRANDEZA.

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Não lembro da NUCLEOS, mas acredito que sim. Não lembro. A REAL GRANDEZA sim, POSTALIS, CENTRUS, GEAP,

PREVI não, FUNCEF não, PETROS com certeza não, SERPROS não, que eu lembre não. ELETRUS não.

SR. JÚLIO VICTOR BITTENCOURT FABRIANI: SISTEL não.

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: SISTEL acho que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então com toda certeza, PRECE, REAL GRANDEZA, POSTALIS, CENTRUS, GEAP e provavelmente a NUCLEOS?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Acredito que sim. A única dúvida minha por enquanto é na NUCLEOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em geral, em que mercados vocês operavam com esses fundos e como é que se davam essas operações?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: As operações são de renda fixa no mercado de, mercado primário ou mercado secundário ou como as pessoas gostam de chamar de mercado de balcão. Mercado primário, nossos operadores entram em contato com os operadores por telefone e perguntam se existe interesses na compra do determinado papel, que vai ser leiloado seja pelo Banco Central, seja pelo Tesouro, confirmado o interesse, nós colocamos a proposta no terminal, no SISBACEN, no Selic e de acordo com a orientação de preço que foi combinada, olha, me interessa nesse preço, me interessa naquele preço. Nós então firmamos esse acordo por telefone e colocamos isso no terminal. Se tiver o sucesso, porque o sistema é um sistema de leilão em que ele tem um formato, dependendo de cada leilão, do sucesso e tem um sistema holandês, um sistema por preço onde existem cortes, dependendo da forma como que esse leilão executa, se nós fomos sucesso nós informamos, adquirimos a quantidade e o leilão sempre é liquidado no dia seguinte, se faz a provisão, se faz a liquidação no dia seguinte quando o Banco Central então faz a venda para a gente e nós, o repasse para o Fundo de Pensão. É importante lembrar que esse tipo de atividade, ela foi até a criação do sistema de pagamentos brasileiro que é abril.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De 2002.

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: De 2002. Então de 2000 a 2002 a gente tem uma atitude, que de 2002 em diante isso não mais acontece. Então nós estamos dentro de um período de 2000 a 2005, em que eu vou dizer que eu agi de um jeito e hoje eu ajo de outro jeito. A partir do sistema de pagamentos brasileiro o Banco Central entendia que as distribuidoras que eram autorizadas a operar como *broker* ou como

intermediárias, elas só poderiam agir e isso foi, houve muita polêmica, houve, houve uma série de modificações, porque no início se entendia que era, só podia agir com uma corretora ou uma distribuidora, ou seja, entre os clientes só poderia haver um intermediário e no passado isso não funcionava bem desse jeito. Você ou comprava, vendia, comprava e vendia, você fazia operações de “day 3” (F) e no final do dia você liquidava sobre o net. Ou seja, sobre a diferença do qual você tinha operado com cada instituição. Então é comum você ter uma série de boletas, os controles eles batiam as operações e, no entanto, no final se negociava se liquidava sobre a diferença. A partir de 2002 você só foi permitido depois de diversas discussões um corretor para cada instituição. Então, se a pessoa é compradora final ou vendedora final, ela pode eleger um intermediário. Então a partir desse momento a gente, simplesmente, agir ou por intermédio de um ou intermédio do comprador, ou intermédio do vendedor e não houve mais a possibilidade de você entrar no leilão, houve uma série de modificações no Banco Central e aí eu... De 2000 a 2002 é uma situação e 2002 para frente a gente não faz mais isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas considerando todo esse período pelo que o senhor acabou de me dizer, normalmente então o senhor não tinha uma relação mais direta com nenhum dirigente de fundos?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Não, nunca tive.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca teve?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não conhece nenhum ex ou atual diretor ou ocupante de cargo importante dentro da estrutura das fundações no Brasil?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Não, nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhum?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O contanto é inexistente?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Os contatos todos são feitos na mesa de operação com os operadores e o gerente de operações. É puramente técnico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas ainda assim, mesmo que pelo convívio pessoal, o senhor tem

contato, tem relações com algum dirigente de Fundo de Pensão?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou já teve?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Não, nunca tive.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca teve. É claro que até 2002, havia uma diferença nessas negociações. Então quando o Fundo de Pensão ele estava dando uma ordem para comprar ou para vender, normalmente, isso passava por um intermediário até chegar a vocês?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou os senhores recebiam diretamente essa ordem?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Não, não. O Fundo de Pensão, aqueles em que nós tínhamos contato, eles, nós falávamos com a mesa, em nenhum momento houve por intermédio de dizer, aqueles nos quais a gente estava operando, nós falávamos diretamente com a mesa de operação. Não existia a, o papel de alguém me dizer, alguém chegar para mim e me mandar... É importante, eu vou esclarecer o que eu estou querendo dizer. Existe o que chama, é um *disclosed*, quer dizer, é um *disclosed* não, é um *closed*, eu não sei com quem, quem está vendendo, para quem eu estou comprando. Quer dizer, eu não sei se ele, inclusive, quem está me vendendo é ponta final, ele se diz ponta final, mas pode ser que ele tenha comprado aquele papel naquele mesmo dia. Então eu estou comprando daquela pessoa. Se ele está comprando de um Fundo de Pensão, eu não tenho como saber, é bem fechado. O sistema você opera pelo telefone e você sabe quem está te vendendo e quem no outro telefone está te comprando. O que pode acontecer é alguém me dar a informação de que fulano de tal tem interesse em comprar ou fulano de tal tem interesse em vender. Mas eu jamais vou através desta pessoa fazer o contato que eu tenho que fazer com esse intermediário. Sou eu que vou lá e falo: “Você tem interesse em comprar?” Diz: “Tenho, tenho interesse em comprar”. Ok, o meu preço é esse, o meu preço é aquele e aí se negocia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, obviamente, já aconteceu ocasiões onde vocês estavam na posição de vendedores, vamos supor aqui uma compra e venda de títulos públicos federais. Então que os senhores estavam numa posição de vendedores e que na posição contrária de comprador estavam os Fundos

de Pensão, um, dois, dez, sei lá, estamos trabalhando aqui hipoteticamente. Então já aconteceu casos onde os senhores sabiam que na ponta compradora estava um Fundo de Pensão? Não que isso tenha acontecido em todos os casos.

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: É, eu já teve, teve, já tiveram operações no qual me indicaram o Fundo de Pensão no qual tinha intenção de comprar. Mas fui eu que fui lá e fechei a operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, por intermédio de uma indicação de terceiro?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: De uma indicação de uma instituição financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem.

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Não terceiros, pessoa física.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Terceiro quando eu me refiro é uma instituição financeira mesmo. Pensando aqui nesses 2, 4, 6 Fundos de Pensão, com qual deles a DILLON mais negociou?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Agora eu não sei lhe dizer. Não são muitas operações, porque a maioria dos Fundos de Pensão, eles compram operações e levam a resgate. São operações de muito giro, de muito compra e venda todo dia não. São operações do qual eles têm a intenção da compra, nós fazemos, nós ofertamos ou consultamos, temos isso, tem interesse? Nós temos, temos isso para comprar ou temos esse para vender, vocês têm intenção de vender, ou vocês têm a intenção de comprar e é feito. Não é uma, não são, não seriam instituições em que tenham uma constância muito grande de operações. Eles têm pouca mobilidade, Opera-se pouco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nessa consulta: “Vocês têm a intenção de vender. Tenho, tenho a intenção de comprar”. Você já me disse que em algumas das vezes isso ocorreu por intermédio de uma instituição financeira do mercado que lhe levava o negócio, se as duas partes casassem com aquilo que era interesse mútuo o negócio ocorria. Mas também existiu alguma ocasião em que não tenha havido um intermediário nessa relação? Em que ou a corretora, ou a distribuidora tenha procurado diretamente a fundação ou tenha sido procurada por ela sem a existência de um intermediário para tentar casar os negócios?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Olha, que eu lembre pode ter havido. O que acontece é que a DILLON é uma empresa pequena. A empresa que tem dois diretores, é uma empresa que tem no *open* tinha

um conjunto de 4 operadores, comigo 5, que ficava na mesa. E você tem uma certa dificuldade de buscar clientes, eu não tenho uma equipe que vai à rua e que vai buscando informação, vai, vai fuçando. O que eu tenho são, a minha, o meu... A minha ferramenta de trabalho é o telefone. Então o que eu uso? Eu entro em contato com as fundações, com os bancos, com as corretoras, com as distribuidoras e oferto que aquilo que na contrapartida estão me vendendo ou estão me comprando. Esse é o meu papel, o meu papel é o intermediário, é aquele que escuta num ouvido uma intenção de compra e vai buscar um vendedor, para poder casar o negócio. Então o que nós estamos fazendo o dia inteiro de manhã até de tarde é exatamente isso. Então, quando chega alguém com uma informação dizendo: “Olha, fulano tem intenção de compra, fulano tem intenção de venda”. Eu vou buscar essa informação. E se essa pessoa auferir um ganho com isso e ficar tratado, eu vou pagar. Eu acho que é essa, essa foi a tônica que houve.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores sabem o motivo principal que ocasionou a inclusão da distribuidora de vocês nessa investigação da nossa CPMI?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Não. Eu fui convocado, conforme vocês disseram aqui na justificativa, eu, se você quiser eu posso ler que é: A aprovação da transferência de sigilo bancário dos Fundos de Pensão”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, isso nós sabemos, eu só quero saber se a inclusão da DILLON causou grande surpresa e como é que os senhores receberam essa inclusão da DILLON? Porque existe aqui uma relação expressiva de operações com um determinado Fundo de Pensão e nós vamos já entrar nela que determinaram as operações, determinaram a inclusão de vocês na investigação.

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Eu vi o seu relatório.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor teve -

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Eu vi o seu relatório que V.Exa. apresentou numa das reuniões no qual depois ficou a portas fechadas, mas no dia seguinte o mercado todo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Estava tudo publicado.

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: --tinha isso e para todas as instituições no qual V.Exa. fazia menção,

para todas elas nós recebemos. Então, o seu relatório. Não sei de que forma foi, mas eu recebi por e-mail.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, mas vamos, aguarde um pouquinho aí antes de Vossa Senhoria entrar nisso, porque nós vamos aqui nos guiar já por uma evolução desse documento que o senhor deve ter na mão. Então seria interessante nós seguirmos essa lógica aqui. E eu solicitaria imediatamente a nossa assessoria que, por favor, providenciasse a apresentação dos slides da DILLON. Mas muito bem, o que mais nos chamou a atenção na corretora de Vossa Senhoria foi justamente o desempenho obtido na negociação de títulos públicos federais com a PRECE. Mais precisamente no ano de 2003. A gente registra aqui algumas distorções com a CENTRUS, com a GEAP, com a POSTALIS, com a SISTEL, mas são coisas que eu reputo estarem dentro de um padrão ainda aceitável. Porém, quando a gente foca na PRECE, aí realmente surge uma dúvida que eu espero que os senhores possam nos ajudar a entender. A título de critério, o que é que nós estamos analisando? Nós temos aqui uma relação de operações e nos interessa ver dentro de um mesmo dia, a cadeia comercial de um determinado título público que foi negociado numa mesma quantidade, mas que teve uma elevação do preço unitário de uma cadeia para a outra que proporcionou negócios questionáveis. A nossa linha e corte foi justamente um resultado final, nesses negócios, em desfavor para a fundação, de um valor igual ou superior a 50 mil reais. Eu peço que o senhor observe essa planilha. Muito bem. Aqui nós temos algumas operações. Se o senhor tiver dificuldade para enxergar eu vou lhe pedir que troque de lugar com o vosso pai a fim de que eu possa...

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: É a mesma planilha que V.Exa. fez eu copieie da Internet. E é--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então.

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: --Se não me engano, nós estamos com a planilha igual.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Então veja, vamos, vamos tentar entender aqui alguns negócios. E eu quero que Vossa Senhoria nos responda a partir de duas posições aqui. Uma da posição da vossa empresa e outra da posição do Fundo de Pensão.

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Hum-hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até porque eu faço aqui uma observação preliminar, estive conosco a corretora QUANTIA que registrou problemas muito parecidos com a PRECE e também com a NUCLEOS.

Até com a NUCLEOS em volumes muito superiores ao que ela tinha registrado com a PRECE. E, de repente, houve uma revelação muito significativa do proprietário da QUANTIA no sentido de que aquele resultado obtido, aquela diferença registrada tinha ficado com ele apenas 10%, na maioria dos casos. Que cerca de 80 a 90% ele tinha repassado para uma outra empresa que foi quem trouxe todos os negócios para que ele figurasse. Então, se aconteceu um episódio como esse, se existiu em alguma dessas cadeias ou em todas elas a intermediação de alguma empresa, eu queria que o senhor declinasse, porque o que nos interessa saber é por que o fundo figura sempre numa posição perdedora e por que esse recurso variou como variou e para onde foi a diferença? Então vamos lá. Vamos desprezar essas duas primeiras e vamos a partir do dia 24 do 11 de 2003.

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Hum-hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No dia 24 do 11 de 2003, a gente percebe a existência de duas cadeias negociais distintas.

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Desculpa, eu posso lhe interromper só um... É uma única operação, vamos lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ta. Então nós temos aqui inicialmente, bom, são títulos de vencimento datado de 15 do 8 de 2024 do tipo NTN-B.

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós temos inicialmente a coluna DTVM vendendo para a DILLON 4 mil 549 unidades desse papel, a um preço unitário de 987 reais e 83 centavos. Confere?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: A sua planilha está igual a minha, os preços estão todos corretos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Depois a DILLON vende para a PRECE, Previdência Complementar, esse mesmo título, na mesma quantidade a 1.129 reais e 27 centavos. O que ocasiona uma diferença de 643 mil 390 do preço que a PRECE pagou para a DILLON, do preço que a DILLON pagou para a coluna. Logo em seguida, vamos entender esse dia primeiro e aí Vossa Senhoria explica. Logo em seguida, no mesmo dia, esse mesmo título é vendido pelo Banco de Boston, Banco múltiplo S.A.--

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: V.Exa., só interromper. Eu não trouxe nenhum advogado acreditando que não havia necessidade. O senhor está fa-

lando nomes de instituições financeiras em que eu não sei se o sigilo bancário me permite confirmar ou não essa cadeia, como o senhor mesmo disse, negocial. Eu fico aqui à sua--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu posso lhe esclarecer. O que me interessa saber e é só sobre isso o que senhor pode dizer é a participação da DILLON.

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Eu posso dizer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso me interessa saber.

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Em que todas as operações o que senhor citou estão registradas como executadas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo. Não tem dúvida.

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Estão registradas. Houve uma diferença que é a diferença entre a compra e a venda no qual nós fizemos os devidos pagamentos para quem nos indicou a operação e o nosso ganho foi devidamente tributado em impostos. Eu até tenho aqui, posso lhe passar o quanto que foi a minha parte e o que foi a parte de intermediação. O que eu queria explicar, o que eu queria lhe explicar é só um detalhe que quando Vossa Senhoria, V.Exa. fala a respeito de prejuízo ou a respeito de associação de instituições que estão se unindo para executar uma operação, quando eu estou comprando de alguém eu não sei a quem essa pessoa está comprando, como eu afirmei há pouco. Quando eu estou vendendo eu sei a quem eu estou vendendo, mas eu não sei se essa pessoa que está comprando está vendendo para uma outra pessoa. Existem, a partir de 2002, uma diferença que a pessoa opera na conta de intermediário e a pessoa opera na conta de comprador final. Então eu posso estar vendendo na conta de intermediário e a pessoa vendendo na ponta de comprador final, no sentido de que ela compra, adquire o título e no mesmo momento, na outra ponta está vendendo como vendedor final. Então o que eu posso auferir é que eu vendi, comprando de uma instituição e vendendo para outra instituição, auferi um lucro, um valor que eu recebi. Para trás ou para frente eu não sei o que é que aconteceu. Então, nas suas, nas suas informações, por isso eu lhe falei, fiz a pergunta com relação ao sigilo bancário, porque isso existe uma lei e no qual eu estou submetido a ela, o senhor fez a quebra, V.Exa. fez a quebra do meu sigilo, não do meu sigilo, mas o sigilo das operações e do meu sigilo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Espera aí, existem dois sigilos distintos. Nós aqui estamos falando do sigilo da fundação.

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: E do meu também foi quebrado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor também. Só que o senhor a gente vai tratar depois. Aqui, por enquanto, a gente está debruçado sobre o sigilo da fundação. Agora eu lhe faço uma pergunta, o senhor se sentiria mais a vontade para colaborar com a CPMI se nós transformássemos essa sessão em uma sessão reservada?

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: O problema é que eu não sei com relação ao sigilo. Eu posso falar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Olha, eu vou tomar a seguinte deliberação, eu vou transformar esta sessão, numa sessão reservada. Eu peço à segurança que, por favor, determine o imediato esvaziamento da nossa sessão plenária deixando apenas aqui os consultores da nossa Sub-relatoria. E, eventualmente, advogados se os depoentes estiverem acompanhados--

SR. LUÍS CLÁUDIO LINS FABRIANI: Nós não temos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --de advogados.

Sessão encerrada às 21h15

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO

Ata da 13ª Reunião, realizada em 14/02/2006.

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às dez horas e vinte e nove minutos, na sala 07, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, e com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Valdir Raupp e Romeu Tuma e dos Deputados Osmar Serraglio, Carlos Willian, Onyx Lorenzoni, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Dr. Rosinha, Síl-

vio Torres, Antônio Carlos Pannunzio e Ildeu Araújo, reúne-se a SUB-RELATORIA FUNDOS DE PENSÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se às oitavas dos senhores Benito Siciliano (Real Grandeza); David Jesus (Quality); Marcos César (Quality); Fabiana Carnaval Carneiro; e Carlos Guerra (Santos Asset Management). O Presidente convida o senhor Benito Siciliano para tomar assento à mesa. O mesmo vem na condição de investigado, acompanhado de seu advogado, o Dr Luiz Carlos H. de A. Maranhão OAB/RJ nº 92586 e não está amparado por nenhum mandado ou Habeas corpus. Com a palavra o depoente faz uma breve apresentação pessoal e profissional. O Sub-relator inicia seus questionamentos ao senhor Benito Siciliano. O Deputado ACM Neto solicita à sua assessoria que inicie a apresentação de slides que preparou para indagar o depoente, que confirma os dados lançados na apresentação exposta. O Sub-relator continua seus questionamentos a respeito das relações com o Banco Santos. A reunião é interrompida por cinco minutos às doze horas e oito minutos, por estar ocorrendo votação nominal na Câmara. A reunião é reaberta às doze horas e dezenove minutos com novos questionamentos do Sub-Relator. Em seguida, passa a palavra ao Deputado Carlos Willian. O depoente responde as perguntas do Deputado Carlos Willian e em seguida o Sub-Relator passa a palavra ao Deputado Antônio Carlos Pannunzio para seus questionamentos. O Sub-relator pergunta ao depoente se o mesmo autoriza voluntariamente a transferência de seu sigilo fiscal, bancário e telefônico. O Senhor Benito Siciliano diz que autoriza. A palavra volta ao Deputado Carlos Willian, que prossegue suas indagações ao depoente e pergunta sobre a conta Stanhory em um banco americano que se for comprovado que seja do senhor Benito se o mesmo autoriza a busca de informações nessa conta. O depoente afirma que autoriza. O Deputado Carlos Willian fala da necessidade de se reconvocar o senhor Benito Siciliano para prestar esclarecimentos mais precisos a essa CPMI quanto ao valor dos seus bens. Novamente com a palavra o Deputado Pannunzio. Pela ordem, o Deputado Carlos Willian questiona o Sub-Relator quanto aos documentos que o senhor Benito deverá assinar autorizando a transferência de sigilo e a repatriação dos valores contidos na conta Stanhory se comprovada que a mesma é do depoente.

O Sub-Relator afirma que sua assessoria estará providenciando a redação jurídica dos dois documentos junto à assessoria da CPMI, para que o senhor Benito assine, informa que a reunião será suspensa, às treze horas e quinze minutos, será reaberta às quatorze horas e que em sua reabertura continuarão os depoimentos dos demais convocados. Informa ainda que a senhora Fabiana Carnaval Carneiro não compareceu, mas prestará depoimento a essa CPMI sob Mandado Coercitivo. Às quatorze horas e dezesseis minutos é reaberta a reunião e o Presidente convida o senhor Carlos Eduardo Guerra (ex-funcionário da Santos Asset Management) a compor a mesa. Com a palavra o depoente faz uma breve apresentação pessoal e profissional. Em seguida o Sub-relator dá início aos questionamentos ao depoente. O Sub-relator sugere que o senhor Edimar “Cide” Moreira deveria ser convocado e continua a dar seguimento nos questionamentos. A palavra é passada aos Deputado Dr. Rosinha e em sequência ao Deputado Antônio Carlos Pannunzio que indagam algumas questões ao depoente. A palavra retorna ao Presidente e este encerra a oitava do Senhor Carlos Guerra e às dezesseis horas e sete minutos é suspensa a reunião por 5 minutos. Às dezesseis horas e quinze minutos o Presidente declara reaberta a reunião e convida os depoentes David Jesus (Quality) e Marcos César (Quality), acompanhados de seu advogado Luciano Quintana de Almeida OAB/SP 18625. Os depoentes possuem um Habeas corpus que os asseguram o direito de não assinar o termo de compromisso. Ainda, o presidente declara que a reunião passa a ser em caráter reservado devido à ordem judicial. O começo da reunião em caráter reservado começa às dezesseis horas e vinte minutos. Encerra-se a presente reunião às dezoito horas e dezoito minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro aberta a 13ª Reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do requerimento número 3 de 2005 para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Sobre a mesa a ata da reunião anterior, a qual coloco em votação propondo a dispensa da sua leitura. Os que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se às oitivas dos Srs. Benito Siciliano, David Jesus, Marcos César, Fabiana Carnaval Carneiro e Carlos Guerra. A assessoria nos informa que o Sr. Benito, assim como também o Sr. David e o Sr. Marcos César já se encontram presentes. Nós vamos, inicialmente, convidar para tomar assento à mesa o Sr. Benito Siciliano para que possa prestar os seus esclarecimentos. Então, eu solicito a nossa assessoria que, por favor, conduza o Sr. Benito Siciliano. O Sr. Benito se faz acompanhar do Dr. Luiz Carlos Maranhão, seu Advogado, a quem peço, apenas, que decline o seu número de inscrição na Ordem.

SR. ADVOGADO LUIZ CARLOS MARANHÃO:

OAB do Rio de Janeiro 92586.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): OAB Rio 92586.

Eu gostaria de informar que, a despeito do fato de o Sr. Benito não estar aqui protegido pelo direito constitucional do *habeas corpus*, eu sinto-me no dever de enquadrá-lo na condição de investigado desta CPMI, pelos fatos que foram revelados até então. De tal forma, Dr. Benito, o senhor está dispensado de assinar o termo de compromisso e, portanto, tem a prerrogativa de não se pronunciar a respeito de fatos que possam auto-incriminá-lo ou que possam, de alguma forma, piorar a situação do senhor no bojo dessa investigação. É claro que nós fazemos votos no sentido de que o senhor possa colaborar o máximo com a CPI, possa aqui esclarecer tudo aquilo que é objeto de dúvida da nossa investigação, até porque nosso objetivo é, ao fim dos trabalhos, num relatório final, separar o joio do trigo, aqueles que merecerem o atestado de inocência receberão deste Sub-relator. Então, para que isso aconteça, para que o senhor possa ter completamente esclarecida a sua participação em eventos que nós vamos questioná-lo aqui sobre o momento em que ocupou um cargo da REAL GRANDEZA, então, o ideal é que o senhor possa realmente colaborar com a CPMI. Como é de hábito, eu vou imediatamente conceder a palavra a V.Sa. a fim de que o senhor possa prestar os esclarecimentos iniciais, a fim de que possa fazer uma apresentação do seu histórico profissional, da sua qualificação profissional e a fim de que o senhor possa apresentar qualquer informação que repare ser importante em caráter inicial para os esclarecimentos desta Sessão de hoje da nossa CPMI. Então, imediatamente, eu lhe concedo a palavra.

SR. BENITO SICILIANO: Muito obrigado, Excelência. Bom dia a todos. Eu comecei no mercado de capitais em 1985, na Fundação Rede Ferroviária Federal, exerci a função... Eu comecei lá como Assistente de análise de investimento, posteriormente fui promo-

vido a Analista de investimento júnior, depois Analista de investimento pleno, depois Analista de investimento sênior e, por fim, como Gerente de investimento, lá a função do Gerente de investimento, na verdade, era uma assessoria, assessoria de análise de investimento. Eu saí da REFER em 1992, em abril para ir para a REAL GRANDEZA. Entrei na REAL GRANDEZA como Analista de investimento sênior, fiquei durante cinco anos como Analista de investimento sênior, posteriormente fui promovido a Gerente de análise de investimento, na Fundação Real Grandeza, em 1997, precisamente no mês de agosto, e saí em fevereiro de 2005. Eu sou um Economista, tenho três pós-graduações voltadas para o mercado de capitais, Master em finanças na PUC, Analista de mercado de capitais na Fundação Getúlio Vargas, engenharia econômica e administração industrial na UFRJ, tenho mais de 50 cursos voltados para o mercado de capitais, fui Conselheiro eleito pela Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais, fui Diretor de desenvolvimento profissional da Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais, fui Vice-presidente da ABAMEC, que é a Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais, fui Membro do Conselho Editorial da ABAMEC, também que é a Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais, e é isso. Fiz diversas palestras para investidores estrangeiros a convite da Bolsa de Valores do Rio e, em breves palavras, eu acho que é isso, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Benito, em 98, quando o senhor ingressou na REAL GRANDEZA, para ocupar a função de Analista de investimento sênior, quem lhe formulou o convite para assumir essa atividade?

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, eu entrei em 1992 na REAL GRANDEZA. Desculpa se eu falei rápido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque 85 foi na REFER. E aí ficou até 92. Pois não.

SR. BENITO SICILIANO: Eu era Gerente de investimento na REFER e a REAL GRANDEZA estava buscando um Analista, há três meses, no mercado de capitais e eu fiquei sabendo dessa necessidade do Analista de investimento e o salário do Analista de investimento sênior, na REAL GRANDEZA, era maior do que o de Gerente e aí eu fui, fui aprovado, entrei e assim foi. Foi uma avaliação curricular.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E em 97 foi que o senhor foi promovido a Gerente.

SR. BENITO SICILIANO: Em agosto de 97. No dia 1º de agosto de 97, posso errar, de repente, por datas. Fui promovido a Gerente de análise de investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o senhor ficou quase oito anos na função de Gerente de investimentos.

SR. BENITO SICILIANO: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando houve essa mudança no ano de 97, quais foram as recomendações que o senhor recebeu do seu superior direto para, sobretudo, nortear as suas atividades à frente da gerência que o senhor acabava de assumir?

SR. BENITO SICILIANO: Na época, a REAL GRANDEZA sempre teve um perfil extremamente técnico e era para dar continuidade a este perfil. A Fundação REAL GRANDEZA já, na época, adotava uma postura conservadora, nosso departamento técnico era um departamento técnico ainda pequeno, era composto por três profissionais, sendo eu um Analista sênior, um outro Analista sênior, e a idéia era tentar enxugar a carteira de ações. Nós criamos, na época, uma carteira denominada de “Carteira Ideal” que facilitava o acompanhamento dessa carteira, nós enxugamos a quantidade de fundos abertos que nós tínhamos, porque naquela época a Fundação REAL GRANDEZA ela praticamente tinha quase 100% dos seus ativos na mão das instituições financeiras. Como nós estávamos montando uma equipe técnica e essa equipe técnica tinha uma qualificação muito elevada, nós achávamos que poderíamos gerir o patrimônio da Fundação REAL GRANDEZA, dentro da Fundação REAL GRANDEZA, porque os investimentos dentro dos fundos na época nós não conseguíamos enxergar na totalidade quais eram os ativos que lá compunham, e então nós começamos a fazer essa transformação gradativa de investimento sendo gerido por fundos, que dava rentabilidade em torno de 99% do CDI para uma gestão interna que nós acreditávamos que seria vencedora. Então, nós começamos a migrar dos fundos administrados por Bancos e administrar internamente os ativos. Fazer o que os Bancos faziam, mas com uma estrutura interna. Para isso, nós aumentamos a nossa equipe, a nossa equipe, toda ela, de análise de investimento é pós-graduada, lá todos têm uma formação técnica de altíssimo nível e nós fomos vencedores nessa estratégia, porque uma gestão que dava de rentabilidade 99% do CDI, depois se o senhor me permite, eu mostrei os resultados que nós alcançamos com essa mudança de perfil, em grandes palavras eu diria que de 99% do CDI, 100% do CDI nós, de agosto

de 97 até dezembro de 2004, nós fechamos acima de 130% do CDI. Quando eu falo acima do CDI é porque a Fundação REAL GRANDEZA tinha como sempre duas metas para serem atingidas. Não adiantava você buscar a meta de INPC mais seis, você precisava buscar a maior das metas entre INPC mais seis e CDI. Porque, muitas das vezes os fundos podem ter um buraco atuarial, não por má gestão dos investimentos, e sim por problemas de tábua de mortalidade, enfim, o que ocorreu com a REAL GRANDEZA agora, recentemente, em 2003, se nós não tivéssemos um superávit de setecentos milhões de reais, o aumento da tábua de mortalidade abriria um buraco, um passivo atuarial. Já com o superávit, isso foi uma coisa que passou suave. Então, eu não sei se eu me estendi demais, ou falei pouco, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo bem. O senhor fique à vontade. Nesse período de oito anos, quantos e quais foram os Diretores financeiros aos quais o senhor estava subordinado?

SR. BENITO SICILIANO: Três.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode, por favor, declinar os nomes e os períodos?

SR. BENITO SICILIANO: Dr. Júlio Porto. Ele entrou em julho ou... Em julho de...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 97.

SR. BENITO SICILIANO: 97.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até quando?

SR. BENITO SICILIANO: Até meados de 98. Depois entrou o Dr. Ronaldo Marquesi, em 98, saiu em agosto de 2003. Depois o Dr. Jorge Freitas, de agosto de 2003 a agosto de 2005. Bota uma margem aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo bem. Então, quando o senhor fui afastado da Fundação REAL GRANDEZA, o Diretor era o Sr. Jorge Freitas, que entrou em agosto de 2003. O senhor passou por três Diretores.

SR. BENITO SICILIANO: Três Diretores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse longo período de oito anos, tendo convivido com três Diretores, o senhor percebeu alguma mudança na linha estratégica da política de investimentos da REAL GRANDEZA?

SR. BENITO SICILIANO: Não. A linha da REAL GRANDEZA ela vem sendo seguida antes mesmo de eu ser Gerente. Era uma estratégia macro, todas as decisões lá são por unanimidade, elas vêm descendo do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, che-

gando na diretoria, passando pelo nosso Diretor de investimentos, chegando na gerência de análise. Então, a fundação na época sempre foi muito madura, então, nós necessitávamos de conservadorismo, buscar rentabilidades que atingissem a sua meta atuarial por conta desse fato de ela ser madura. Então, nós só demos seqüência a uma estratégia já antiga que já estava sendo implementada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É claro que cada Diretor tem o seu estilo de trabalho. E normalmente, a depender do perfil da pessoa que ocupa este cargo, ela pode conceder ou não maior autonomia para que os seus subordinados atuem. Se nós pudéssemos fazer uma análise comparativa entre o comportamento do Sr. Júlio, do Sr. Ronaldo e, finalmente, do Sr. Jorge, qual dos três concedeu-lhe maior autonomia para que o senhor pudesse tomar as suas decisões?

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, eu não tomava decisão e eu nem tinha autonomia. Eu era um Gerente de análise, eu, falando como Gerente, mas a equipe técnica era consultada, os projetos chegavam na nossa gerência, passava para os nossos analistas, muitas das vezes ela voltava para a gerência já negando o investimento. Quando era para continuar avançando nós pegávamos o investimento, levávamos para a diretoria de investimento, a diretoria de investimento poderia dizer “concordo ou não” depois o Diretor de investimento levava para o comitê de investimento, o comitê de investimento só tomava decisão por unanimidade. E lá as decisões são feitas por unanimidade. É um comitê de investimento de muita qualificação técnica. O comitê é formado pela diretoria executiva, por um Membro dos funcionários ativos, por um Membro dos funcionários aposentados, por um Membro do Conselho Deliberativo, aliás, o Conselho Deliberativo tem toda condição de freqüentar as reuniões, eles têm voz, não têm voto, atualmente têm membro que tem voto. O Conselho Fiscal também faz parte dessa reunião e eu e a minha equipe somos convidados pelo Diretor para tirarmos qualquer dúvida deste corpo de... Deste comitê de investimento, que nós chamamos de CIRG.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, ao longo de todo esse tempo o senhor considera que teve muito pouca autonomia para decidir sobre os investimentos da REAL GRANDEZA?

SR. BENITO SICILIANO: Não tenho autonomia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma autonomia?

SR. BENITO SICILIANO: Nenhuma autonomia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, eu vou mudar um pouco o foco da pergunta. Se o senhor pudesse fazer uma gradação de zero a dez, quanto pesava vossa opinião nas decisões que depois eram encaminhadas pela diretoria de investimentos e que eram finalmente deliberadas pelo comitê de investimentos?

SR. BENITO SICILIANO: Eu só falava quando eles me pediam a palavra. E quando me era passada a palavra. Então eu não consigo dar essa gradação, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe que a nossa CPMI ela investiga o desempenho da REAL GRANDEZA, nas suas diversas operações de mercado, do ano de 2000 até o ano de 2005. Nesse período, nós detectamos alguns problemas, mais precisamente, na gestão do Sr. Jorge Freitas, que foi o último Diretor de investimentos. Ele, em seu depoimento a esta CPMI, nos informou que quem acompanhava de perto todas as operações, quem tinha a incumbência de fazer a interface com as corretoras, com as instituições financeiras, quem controlava o desempenho da aplicação da REAL GRANDEZA nos diversos mercados, enfim, quem tinha a tarefa de, no dia-a-dia, fiscalizar, acompanhar e eu diria que, até mesmo, decidir era V.Sa. Ele caracterizou a função de V.Sa. como de alta responsabilidade dentro da estrutura da fundação, mas, principalmente, ele deu a entender que V.Sa. tinha a possibilidade de tomar as decisões. Obviamente que ele não se eximiu do fato de que depois a diretoria de investimentos tinha que se submeter ao comitê, e o comitê era quem deliberava. Porém, ficou aqui muito clara a percepção de que o senhor não era apenas um cumpridor de ordens, de que o senhor tinha, efetivamente, uma capacidade de encaminhar uma série de situações que depois vinham ser objeto de deliberação pela diretoria e pelo comitê. Então, eu queria que o senhor, por favor, pudesse esclarecer um pouco melhor para esta CPMI, de fato, qual era o nível de liberdade que o senhor tinha, se realmente o senhor era apenas um cumpridor de ordens ou se o senhor encaminhava as decisões, orientava a diretoria e posteriormente a vossa opinião tinha um peso decisivo para a deliberação que vinha a ser adotada pelo comitê.

SR. BENITO SICILIANO: A Fundação REAL GRANDEZA ela tem um corpo, um organograma que é formado com o Diretor de investimento e abaixo o Gerente de análise de investimento e o Gerente de operações de investimento. Todas as decisões colegiadas, quando vinham do comitê de investimento, ela imediatamente passava para o Gerente de operações de investimento. Eu não tinha autonomia, eu não tenho

autonomia e, nos comitês de investimento, quando me é solicitado a palavra, eu opino sobre determinado ativo. Eu chego no comitê de investimento, nós levamos diversos relatórios, nós apresentamos a atividade de uma forma global, envolvendo política fiscal, política internacional, economia internacional, enfim, a gente fala sobre um segmento grande, mas na hora de falar sobre ativos, um técnico da equipe geralmente faz a exposição e depois a gente vai e ajuda a esclarecer aquelas operações. Então, eu não tomo nenhuma decisão, eu não tenho esse poder.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De 85 a 2005 passaram-se 20 anos. Durante esses 20 anos o senhor trabalhou na REFER e na REAL GRANDEZA, duas fundações. Eu indagaria a V.Sa. Nesse período V.Sa. realizou alguma outra atividade paralela que não tenha sido diretamente vinculada às duas fundações onde trabalhou?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma outra atividade?

SR. BENITO SICILIANO: Nenhuma outra atividade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Antes de 85 V.Sa. já tinha operado no mercado?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. BENITO SICILIANO: Nunca. Eu posso abrir um parêntese? Eu, antes de entrar para a REFER, em 85, eu fiz curso de operador de pregão, onde eu fui aprovado para negociar títulos dentro do recinto da Bolsa de Valores, e curso de análise gráfica, tão somente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. alguma vez já trabalhou em alguma instituição financeira do mercado como corretora, como Banco, como distribuidora?

SR. BENITO SICILIANO: Antes de 85 eu trabalhei por 10 meses no BANCO MERCANTIL de São Paulo, como Caixa executivo. Caixa. Eu comecei a minha atividade tinha 19 ou 20 anos, fiquei dez meses lá e posteriormente fui para a REFER, Fundação REFER, ser Assistente de análise de investimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Apenas no BANCO MERCANTIL de São Paulo?

SR. BENITO SICILIANO: Antes um pouquinho eu fiz só um estágio, não sei se estágio também conta, na Caixa Econômica Federal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Nos interessa saber mais das atividades realmente profissionais de V.Sa. Ao longo desses 20 anos, qual foi o patrimônio que V.Sa. acumulou?

SR. BENITO SICILIANO: Eu trouxe meu Imposto de Renda. Eu posso entregar a V.Exa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor. V.Sa. poderia, publicamente, revelar a esta Comissão quais são os bens que compõem vosso patrimônio?

SR. BENITO SICILIANO: Eu tenho um imóvel na Zona Sul, um imóvel na Serra e os outros imóveis que eu tenho foram doações do meu pai.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse imóvel na Zona Sul é uma cobertura?

SR. BENITO SICILIANO: É uma cobertura.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor a adquiriu por quanto?

SR. BENITO SICILIANO: Foi adquirido em 2001, por setecentos mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. tem conhecimento que um dos parlamentares desta CPMI afirmou possuir uma escritura que demonstra, ou que demonstraria, se eu estiver equivocado o Deputado Carlos Willian pode me colaborar com essa informação, que esta cobertura teria sido adquirida por dois milhões de dólares?

SR. BENITO SICILIANO: Não. Isso não é verdade. Ela está lançada no meu Imposto de Renda, por setecentos mil reais, que foi o preço que eu paguei. [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicitaria que a nossa segurança garantisse a porta fechada, porque senão a zoada pode atrapalhar os nossos trabalhos. Essa cobertura ela foi adquirida por uma empresa *offshore* no Uruguai?

SR. BENITO SICILIANO: Não. Essa cobertura está lançada no meu Imposto de Renda. Não sei se eu posso apontar para o senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro. Porque essas são denúncias que chegam ao nosso conhecimento e nós precisamos verificar. O patrimônio total declarado de V.Sa. é esse?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor, fale no microfone.

SR. BENITO SICILIANO: Nesse patrimônio consta indenizações na Justiça e indenizações porque quando nós entramos na REAL GRANDEZA nós entramos através de empresas prestadoras de serviço e, anualmente, nós tínhamos o contrato rescindido, então nós, anualmente, recebemos fundo de garantia, multa, enfim, são as minhas economias de 20 anos de trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Houve alguma ratificação da escritura de vosso apartamento?

SR. BENITO SICILIANO: Não. Nenhuma. Eu comprei...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele foi registrado originalmente e se manteve com o mesmo registro durante todo o período?

SR. BENITO SICILIANO: Sim. Eu comprei diretamente de uma senhora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Diretamente de uma senhora. Normalmente, dentro da estrutura da diretoria financeira, quem era o responsável por fazer o acompanhamento do desempenho das corretoras que operavam com a REAL GRANDEZA?

SR. BENITO SICILIANO: O Gerente de operações de investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode declinar o nome dele?

SR. BENITO SICILIANO: Luiz Cláudio Carneiro Leão e o Marcelo Mendonça.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse período de 2003 a 2005 qual foi dos dois?

SR. BENITO SICILIANO: Eu não vou lembrar, mas... Não vou acertar. Penso que os dois. Digamos que sejam os dois. Luiz Cláudio e Marcelo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não tinha nenhum tipo de interface com qualquer instituição financeira?

SR. BENITO SICILIANO: Não. O meu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicito à segurança que, por favor, mantenha a porta fechada, na medida do possível.

SR. BENITO SICILIANO: --Não, nenhuma. As instituições que eu tinha são essas que eu tenho na minha declaração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, mas eu digo realizando as atividades pela REAL GRANDEZA. O se-

nhor era procurado, por exemplo, por Bancos que pretendiam receber investimentos da fundação, que gostariam de receber produtos seus para a fundação?

SR. BENITO SICILIANO: A Fundação REAL GRANDEZA recebia constantemente ligações de todos os Bancos, mas a Fundação REAL GRANDEZA tinha uma metodologia que impedia qualquer tipo de tentativa, de qualquer instituição que seja, de tentar operar com a REAL GRANDEZA, em relação a qualquer investimento voltado ao risco da instituição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Mas, a minha pergunta ela é bem objetiva. Vamos recorrer a um determinado exemplo. O BANCO SANTOS ele, eventualmente, pretendia vender CDBs da sua carteira para a Fundação REAL GRANDEZA. O representante do BANCO SANTOS ele tinha contatos com V.Sa?

SR. BENITO SICILIANO: Não, ele tinha com toda a equipe porque, constantemente, não só ele, mas como todos os outros Bancos eles enviavam as informações trimestrais do Banco e sempre que ocorria algum evento, qualquer que fosse o evento extraordinário, eles ligavam para informar, porque eles sabiam que nós adotávamos uma postura eminentemente técnica, que a equipe técnica recebia os balanços e classificava. Nós utilizávamos muito os dados contábeis. Não só dos Bancos, como--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, dentre esses membros da fundação, com os quais a instituição financeira tinha contato V.Sa. estava incluído.

SR. BENITO SICILIANO: Eu, como Gerente de análise, geralmente eu era o portador do recebimento desses balanços e eu encaminhava para os analistas técnicos para que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que eram feitas as discussões dentro da gerência de V.Sa, de quais os investimentos mereceriam ou não uma atenção da REAL GRANDEZA?

SR. BENITO SICILIANO: A REAL GRANDEZA, ela tinha uma postura que vinha muito do comitê de investimento. Então, muitas das propostas que vinham para nós, nós já sabíamos mais ou menos o que é que o comitê de investimento aceitava. Então, muitas das propostas chegavam a nós e nós estudávamos, mas nem levávamos para o comitê de investimento. Então, nós só levamos para o comitê de investimento aquelas propostas que nós saberíamos que o comitê gostaria de escutar, como indexadores voltados para a meta atuarial, com ativos voltados para atingimento do CDI, com baixo risco de crédito. Então, tinha uma espécie já de filtro que vinha do comitê de investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já teve algum tipo de relação política com algum partido do nosso país?

SR. BENITO SICILIANO: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. BENITO SICILIANO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca teve nenhuma filiação partidária também?

SR. BENITO SICILIANO: Não. Não tenho filiação partidária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem amigos que sejam parlamentares, dirigentes partidários, ocupantes de cargos públicos?

SR. BENITO SICILIANO: Não. Amigos? Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem. O senhor conhece algum dirigente do PTB?

SR. BENITO SICILIANO: Nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Jerônimo Monteiro de Sá?

SR. BENITO SICILIANO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que é que o senhor me diz de uma matéria publicada no jornal CORREIO BRAZILIENSE, de 27 de julho de 2005, que faz ligações do Jerônimo Monteiro de Sá, Assessor direto do então Diretor de investimentos Jorge Luiz Monteiro de Freitas com o senhor e, segundo essa matéria, o Ministério Público os investiga por suspeita de levarem dinheiro a partir das operações de ativo da REAL GRANDEZA para distribuir a um grupo de Deputados Federais, ainda não há detalhes sobre essas operações, mas os procuradores receberam informações de que os senhores fizeram remessas vultosas ao exterior, por intermédio do doleiro Mauro Shuek(F). O senhor conhece o doleiro Mauro Shuek(F)?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Existe, de fato, essa investigação no Ministério Público?

SR. BENITO SICILIANO: Não. Que eu saiba, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nunca foi acionado por qualquer membro do Ministério Público para prestar esclarecimentos sobre isso?

SR. BENITO SICILIANO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor leu essa matéria.

SR. BENITO SICILIANO: Li.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que o senhor avalia essa matéria do CORREIO BRAZILIENSE?

SR. BENITO SICILIANO: Essa matéria ela foi acho que completamente equivocada, porque, primeiro que o Jerônimo era Assessor do Diretor, não só o atual, mas o anterior também. Desde antes de 2000, seguramente. Eu acho que em 1999 ele já era assistente. Segundo, que ele simplesmente trabalhava na retaguarda da diretoria, participava das reuniões do comitê de investimento. Então, eu acho que não tem nada a ver.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era o rendimento mensal de V.Sa. à frente da REAL GRANDEZA?

SR. BENITO SICILIANO: Líquido, o meu rendimento, que está aqui, dez mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dez mil reais. No entanto, o senhor amealhou um patrimônio de, aproximadamente, dois milhões segundo vossa declaração.

SR. BENITO SICILIANO: E nessa declaração consta ganhos na Justiça, que eu tive em relação a outra empresa que eu trabalhei, doações do meu pai...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nos disse aqui que não conhece o Sr. Mauro Shuek(F). Por acaso o senhor conhece o Sr. Henrique José Shuek(F). E a empresa BELLETUR?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. tem certeza que nunca realizou nenhum tipo de negócio com a BELLETUR?

SR. BENITO SICILIANO: Tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. alguma vez já remeteu dólares para o exterior?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A título de esclarecimento, o Sr. Mauro Shuek(F) trabalha numa das empresas da família do empresário Henrique José Shuek(F), que devem ser parentes. Instaladas no Cassino Atlântico, shopping anexo ao hotel SOFITEL, em Copacabana, Zona Sul no Rio de Janeiro. Este seria um

elo entre transferências ilegais de recursos e possível esquema montado nos Fundos de Pensão. O senhor conhece Rodrigo Silveirinha?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Ex-subchefe da Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro.

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O escritório da BELLETUR, essa agência de viagem da família Shuek(F) chegou a ser investigada pela Polícia Federal, em agosto do ano passado, por empregar Favel Bergman Vianna, principal doleiro do esquema de Silveirinha. O senhor sabe que, ademais, essa reportagem ela denomina o senhor e o Jerônimo como, abro aspas: Os meninos da REAL GRANDEZA. Fecho aspas. E aí essa matéria ainda afirma que, em algum momento, foram abertas contas na UBS Suíça, que seria o destino final desses recursos. O senhor acha que tudo isso é uma fantasia do jornal CORREIO BRAZILIENSE?

SR. BENITO SICILIANO: Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não tem nenhuma relação com qualquer Deputado Federal?

SR. BENITO SICILIANO: Nenhuma relação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sequer conhece qualquer Deputado Federal aqui do Congresso?

SR. BENITO SICILIANO: Conheço através de jornais, de leituras. Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fora o conhecimento público, o senhor não conhece ninguém?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fora as notícias dos jornais?

SR. BENITO SICILIANO: Hum-hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse período que o senhor exerceu a Gerência de investimentos, o senhor tinha algum contato direto com dirigentes da patrocinadora?

SR. BENITO SICILIANO: Não. Contatos normais de a gente, num determinado momento na REAL GRANDEZA, a sede da fundação ficou dentro do escritório de FURNAS, e aí eu estaria dizendo de 1992 a 95. Então, a gente tinha contato com eles, transitava nos corredores, só isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Apenas isso.

Mas, o senhor tinha algum amigo exercendo cargo em FURNAS?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conheceu o Dr. Marcos Antônio Carvalho Gomes?

SR. BENITO SICILIANO: Conheci. Foi o Presidente da fundação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era a vossa relação com ele?

SR. BENITO SICILIANO: Profissional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Estritamente profissional?

SR. BENITO SICILIANO: Estritamente profissional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o ex-assessor da Casa Civil, Marcelo Sereno?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca teve nenhum contato com ele?

SR. BENITO SICILIANO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabia que o Dr. Marcos Antônio Carvalho Gomes tinha relações próximas com o Sr. Marcelo Sereno?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não sabia. Normalmente, como é que ocorriam as discussões, ao fim de cada mês, sobre o desempenho, analisando o resultado dos investimentos feitos pela fundação? Eu imagino que o senhor participava diretamente dessas discussões, o senhor acompanhava o desempenho dos investimentos da REAL GRANDEZA, em cada um dos mercados e o senhor, com vossa equipe, naturalmente prestavam contas desses resultados, seja para a diretoria financeira, seja para o comitê de investimentos. Então, eu queria entender um pouco melhor como é que ocorria esse acompanhamento dos resultados das aplicações feitas pela REAL GRANDEZA.

SR. BENITO SICILIANO: Mensalmente, quando nós éramos convidados a participar do comitê de investimento, nós falávamos de tudo. Sobre renda fixa, sobre renda variável, sobre área imobiliária, e o questionamento vinha sempre em função da volatilidade ou da crise ou da situação que passava. A Fundação REAL GRANDEZA, se o senhor me permite aqui falar um pouco sobre resultado, o colegiado da Fundação REAL GRANDEZA, por exemplo, conseguiu, de janei-

ro de 2002 a abril de 2005, rentabilidade da seguinte magnitude. No caso dos investimentos totais da fundação, nós conseguimos rentabilidade de 110% contra uma necessidade atuarial de 67%. Isso quer dizer que nós conseguimos 63% de rentabilidade acima da meta atuarial. Quando nós pegamos também a rentabilidade da renda fixa, por que é que eu estou falando renda fixa? Porque a fundação, ao longo desses anos todos, de 99 até 2004, ela sempre buscou um conservadorismo maior. Enquanto o mercado de capitais, no caso os Fundos de Pensão estavam situados numa média de 56%, 60% ultimamente, aplicado em renda fixa, a Fundação, já em 99, já estava com 70% das suas aplicações no mercado de renda fixa. Então, a postura que se tinha na fundação mensalmente era: O conservadorismo está dando certo, as rentabilidades estão sendo atingidas, sendo superados todos os *benchmarks*, tanto no CDI, em relação à renda fixa IGPM e INPC mais seis, quanto na renda variável, o IBOVESPA. Quando nós buscamos um histórico maior, em termos de rentabilidade, por exemplo, a nossa carteira de renda fixa, que antes tinha uma rentabilidade média de 99%, de janeiro de 97 a julho de 2004, essa rentabilidade passou a ser de 145% do CDI. 45% da maior meta. Então, as conquistas que se buscava e se atingia com as rentabilidades eram constantemente, mensalmente, solidificando que a estratégia traçada estava dando certo. Nessa estratégia, é muito importante falar sobre o posicionamento do risco Governo Federal neste portfólio da renda fixa. A Fundação REAL GRANDEZA com 74% aplicado em renda fixa, o risco desta carteira, com esta rentabilidade é de 68% no risco Governo Federal. Portanto, uma rentabilidade que era... constantemente solidificava que a postura da Fundação, a postura dos técnicos, a postura do comitê de investimento, a postura da diretoria e do Conselho e do Conselho Fiscal estava correta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nos afirma aqui que sempre teve orientação para se comportar de forma conservadora e moderada na política de investimentos da REAL GRANDEZA. Mas, no entanto, os nossos estudos e os números serão apresentados em breve, eles demonstram que a Fundação REAL GRANDEZA concentrou seus investimentos em instituições financeiras de segunda e terceira linha do mercado. Instituições financeiras que, segundo as principais agências de avaliação do risco, no país, estão enquadradas dentre aquelas que oferecem um risco de médio a elevado. Três dessas instituições financeiras são célebres conhecidas desta CPI, até porque estão no centro das nossas investigações. Uma é o BANCO SANTOS, e o senhor deve estar muito consciente de

quanto da REAL GRANDEZA evaporou com o BANCO SANTOS, porque a palavra apropriada é esta. Foram cerca de cento e cinquenta milhões que sumiram, que evaporaram, com o fechamento do BANCO SANTOS. Mas, não apenas isso, uma concentração também de investimentos no BANCO RURAL e no BMG. Eu não quero, ainda, entrar nos detalhes de cada uma das instituições, nós faremos isso em breve. Eu quero apenas que o senhor me diga se o senhor acha que há uma compatibilidade de execução de uma política de investimentos conservadora com a concentração de investimentos em instituições financeiras que oferecem um risco de médio a elevado, e tanto são instituições financeiras que oferecem alto risco, que o BANCO SANTOS acabou sofrendo a intervenção do Banco Central, no final de 2004 e a história nós já conhecemos qual foi. A REAL GRANDEZA, o senhor sabe, é o Fundo de Pensão que mais perdeu com o BANCO SANTOS. Repito, cerca de cento e cinquenta milhões evaporaram. Eu não quero, insisto, que o senhor pormenorize neste momento a situação de cada instituição, nós faremos em breve. Eu gostaria apenas que, em linhas gerais, o senhor tentasse nos explicar por que é que houve uma priorização de investimentos em instituições financeiras de médio e alto risco.

SR. BENITO SICILIANO: A Fundação REAL GRANDEZA, no histórico que eu estava dizendo, ainda há pouco, ela tinha no corpo da carteira de renda fixa 68% em média aplicado em títulos públicos federais. As aplicações feitas em instituições financeiras de médio e alto risco, na avaliação do senhor, não é a mesma avaliação feita por nós, porque nós só operávamos em ativos de baixo risco de crédito. O que diz que estes ativos eram de médio, alto risco de crédito, não condiz com que as agências de *rating* à época classificavam-nas como baixo risco de crédito. Portanto, como nós tínhamos uma coluna vertebral, da Fundação REAL GRANDEZA, em títulos públicos federais que, na maior parte das vezes, davam rentabilidades superiores ao CDI, que era uma das metas de investimento, e se nós tivéssemos aplicado os recursos nos chamados Bancos grandes, nós não alcançaríamos as rentabilidades que nós alcançamos ao longo desse tempo. Portanto, Excelência, nós fizemos investimentos conservadores, foi cerca de 70% da carteira em títulos públicos federais, e essa pequena diferença de em torno de 15 a 20% da carteira voltada para os Bancos médios contribuiu para o atingimento da meta atuarial e a superação do CDI que é uma meta difícil. E esta classificação, na visão da Fundação REAL GRANDEZA, foi de baixo risco de crédito. Portanto, Excelência--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E ainda assim se

justifica o fato de cento e cinquenta milhões de reais da fundação terem evaporado com a intervenção do BANCO SANTOS.

SR. BENITO SICILIANO: A Fundação REAL GRANDEZA não sabia que ia ocorrer isso com o BANCO SANTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi o motivo principal que determinou a saída do senhor da Gerência de investimentos?

SR. BENITO SICILIANO: Houve, na visão do Presidente, uma quebra de confiança. Ele achava, embora eu entenda a postura dele eu não concorde, ele achava que nós do departamento técnico teríamos quase que ter uma bola de cristal, de descobrir de que a instituição ia quebrar. E nós não tínhamos nenhum indício, nossas agências de *rating*, tanto a AUSTIN, quanto a MOODY'S, quanto o RISK BANK, nenhuma delas previu isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, a decisão de afastá-lo foi do Sr. Marcos Antônio Carvalho Gomes. Foi dele. Entendendo que havia uma quebra de confiança.

SR. BENITO SICILIANO: Foi. Ele achava que o departamento técnico tinha que saber que o BANCO SANTOS ia quebrar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Jorge Freitas, que era o Diretor financeiro, ele concordou com a posição do Marcos Antônio ou ele se opôs a essa posição?

SR. BENITO SICILIANO: O Dr. Jorge, ele achava que não era necessário a minha demissão porque ele entendia da dificuldade, primeiro a transparência total das operações, como eram feitas, ele entendia que nós utilizamos... 100% dos procedimentos foram totalmente corretos e ele não concordava em me demitir. Por que ele achava que não foi... Era uma coisa impossível de se vislumbrar a queda de uma instituição... A mesma coisa é se eu perguntar hoje a vocês qual é a próxima instituição financeira que vai quebrar. Se as agências de *rating* estão dizendo que elas são baixo risco de crédito, como é que você vai dizer que elas são m alto risco de crédito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Houve alguma interferência externa junto ao Sr. Marcos Antônio no sentido de tentar convencê-lo de manter o senhor?

SR. BENITO SICILIANO: Nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe que foram publicadas uma série de informações na im-

prensa, e aqui eu, por exemplo, faço referência a uma matéria do Estado de São Paulo, do dia 7 de 2005, dizendo o seguinte: Que “Quando afastou o Gerente Benito Siciliano, depois de uma auditoria externa, confirmou que ele estava privilegiando o risco nas aplicações. O Sr. Marcos Antônio Carvalho Gomes teria recebido ameaças, sobretudo de integrantes do PTB”. O senhor, por acaso, conhece ou já foi apresentado ao Ex-deputado Roberto Jefferson?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): “Foi também alvo da subordinação dos dois outros Diretores, Sr. Jorge Freitas e José Dias, que assinaram a carta repudiando formalmente a decisão”. Procede, essa informação que eles assinaram a carta?

SR. BENITO SICILIANO: Desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A matéria ainda diz o seguinte: Que “O Sr. Gomes queria afastá-lo por suspeitas de irregularidades e teria levado a decisão a Rodrigo Botelho Campos, Diretor de FURNAS, que botou ‘panos quentes’ no caso”. O senhor conhece o Rodrigo Botelho Campos?

SR. BENITO SICILIANO: Ele foi Diretor na patrocinadora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era a relação do senhor com ele?

SR. BENITO SICILIANO: Nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Associação dos Aposentados de FURNAS, Após-FURNAS, tem denunciado, seguidamente, o mau uso dessas aplicações da entidade. Eles perguntam “A quem interessa o risco”? E respondem “Não a nós, os 6.600 assistidos. A REAL GRANDEZA é um fundo maduro, no qual cerca de 60% já são aposentados. A nós interessa segurança”. Argumenta José de Oliveira, Membro do Após-FURNAS. Como é que o senhor enxergou essas críticas contundentes da Associação dos Aposentados de FURNAS?

SR. BENITO SICILIANO: As decisões, quando são feitas na REAL GRANDEZA, no comitê de investimento, elas são feitas por unanimidade, e lá consta um Membro da Após-FURNAS. Portanto, acho que não procede muito a informação, porque essa postura, se eu não me engano, foi posterior ao evento BANCO SANTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, posteriormente a associação dos aposentados mudou de

opinião a respeito do desempenho das atividades da Gerência de investimentos. É isso?

SR. BENITO SICILIANO: A Fundação REAL GRANDEZA, na reunião do comitê de investimento, tinha também a Conselheira da Após-FURNAS e tinha o Membro indicado pela Após-FURNAS para representar no comitê de investimento. Ambos conheciam a nossa estratégia de investimento, conheciam a nossa postura de investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em carta aberta aos Presidentes de FURNAS e da ELETRONUCLEAR, em fevereiro deste ano, a União Intersindical de FURNAS voltou a denunciar as pressões políticas na fundação. Abro aspas. É sabido que o Presidente da Fundação REAL GRANDEZA, Marcos Antônio Carvalho Gomes, tem sofrido todo o tipo de ameaças e pressões políticas, devido ao seu ato de demitir o Gerente de investimentos, responsável pelas inoperantes operações junto ao BANCO SANTOS SA, que causaram um provável rombo já contabilizado nas reservas patrimoniais da Fundação. A decisão foi mais que acertada. Fecho aspas. Essa é uma opinião da União Intersindical de FURNAS, em carta aberta aos Presidentes das patrocinadoras. Quer dizer, será que todo esse ambiente que sugere que o Sr. Marcos Antônio Carvalho Gomes recebeu pressões políticas para não afastá-lo, que o Sr. Marcos Antônio Gomes ele foi alvo de interferências externas no sentido de mantê-lo no cargo, então, tudo isso é mera invenção da União Intersindical, da associação dos aposentados, e de tantas pessoas que convivem e conviveram, especialmente, no ambiente da REAL GRANDEZA?

SR. BENITO SICILIANO: Esses posicionamentos ocorreram após a quebra do BANCO SANTOS, anterior... Antes de nós imaginarmos que algum problema ocorreria com relação a alguma instituição financeira. Se o senhor me permite, eu passo aqui uma entrevista com um Membro da Associação dos Empregados de FURNAS, que pertence ao comitê de investimento, o qual ele faz alguns comentários sobre a atuação das gerências de análises, gerências de operações da diretoria como um todo e o que ele enxerga. Então, essas posições ocorreram após a quebra da instituição financeira. Cabe ressaltar também, que a Fundação REAL GRANDEZA, ao longo desses anos todos, se o senhor me permite, Excelência, ela passou de 1997 até 2004, por 80 ocorrências em problemas de debêntures, não honrabilidade, a Fundação REAL GRANDEZA não teve uma operação em debêntures com problema. Ela passou por 39 instituições financeiras ao longo desses anos, de 97 até 2004, incluindo aí o BANCO SANTOS nessa nomenclatura. Só para os senhores terem uma

noção, em 2002 não teve nenhuma instituição financeira quebrando. Em 2003 houve uma única instituição quebrando e, em 2004, outra. A idéia que se tinha do sistema financeiro como temos hoje, de total normalidade, nenhuma anormalidade em relação às instituições financeiras. Fica difícil de se prever a quebra de uma instituição financeira. Todo o mecanismo adotado em relação à operação foi 100% correta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E ainda assim evaporaram cento e cinquenta milhões de reais dos seus segurados. Mas, Sr. Benito, é o seguinte. O senhor tem contato, conhece, mantém relações com algum proprietário de corretora?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conhece nenhum?

SR. BENITO SICILIANO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Conhece quais?

SR. BENITO SICILIANO: Conheço diversas corretoras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia citar alguns exemplos?

SR. BENITO SICILIANO: São muitas instituições financeiras que ligam para a REAL GRANDEZA todos os dias oferecendo operações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece os proprietários da FATOR DORIA?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E da MERCOBANK?

SR. BENITO SICILIANO: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da EURO corretora?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da LAETA?

SR. BENITO SICILIANO: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da DYLON?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da BÔNUSBANVAL?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, qual é o que o senhor conhece? O senhor me disse que conhece vários.

SR. BENITO SICILIANO: O senhor está falando proprietário. Eu não conheço proprietário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas conhece quem dentro dessas corretoras?

SR. BENITO SICILIANO: Nessas corretoras, especificamente, não conheço ninguém.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Haroldo de Almeida Rego Filho?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca ouviu falar da família Almeida Rego?

SR. BENITO SICILIANO: Ouvi falar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que circunstâncias?

SR. BENITO SICILIANO: Ouvi falar no passado, há muitos anos atrás.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque, eu só ouvi falar recentemente quando os jornais publicaram uma série de matérias envolvendo a família. Mas, se o senhor ouviu falar lá atrás, o senhor ouviu falar em que circunstâncias?

SR. BENITO SICILIANO: Eram operadores do mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nunca foi apresentado nem ao Haroldo, nem ao Murilo, nem ao Christian?

SR. BENITO SICILIANO: Não. Conheço o Christian, de mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tem algum contato mais próximo com ele?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que foi a apresentação do senhor ao Christian?

SR. BENITO SICILIANO: Estava num evento na ABAMEC, um evento de alguma apresentação de empresa e alguém me apresentou. Não me recordo quem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já ouviu falar no Alexandre Athayde?

SR. BENITO SICILIANO: Ouvi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece ele?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabia que ele, nesta CPMI, fez ligações diretas da família Almeida Rego com V.Sa?

SR. BENITO SICILIANO: Soube.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A quê é que o senhor atribui isso?

SR. BENITO SICILIANO: Não sei. Alguma...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que ele inventaria uma situação como essa?

SR. BENITO SICILIANO: Eu não sei dizer, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe que, nas denúncias dele, ele pretende fazer uma ligação direta entre investimentos realizados no BANCO SANTOS, a família Almeida Rego e as atividades de V.Sa. na gerência da REAL GRANDEZA?

SR. BENITO SICILIANO: Ele fez um comentário de que nós havíamos adquirido cento e quarenta milhões de reais em CDBs do BANCO SANTOS, na véspera do Banco quebrar. Na verdade, nós fizemos nove investimentos em CDBs do BANCO SANTOS, começando em outubro de 2002 e encerrando em acosto de 2004, que totalizaram cento e vinte e um milhões de reais. Então, você vê que a colocação dele não condiz com o que ocorreu na REAL GRANDEZA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós vamos, daqui a pouco, tratar dos números. O jornal a Folha de São Paulo, em 12 de dezembro de 2005 traz a seguinte matéria. Sua chamada é: “Edemar pagava propina a Fundo de Pensão”. Na matéria são apontados expressamente os Fundos NÚCLEOS e REAL GRANDEZA. No caso da REAL GRANDEZA, o periódico traz a seguinte informação. Abro parêntese. “O fundo que mais perdeu recursos com a quebra do BANCO SANTOS, o REAL GRANDEZA é o que aparece associado ao maior valor de propina anotado nesses 15 dias, de caixa 2. Quatrocentos e cinquenta mil reais correspondente a 3% da aplicação feita em CDBs do próprio Banco, de quinze milhões de reais. Como acontece com esse tipo de documentação a informação aparece de forma cifrada e raríssimos nomes são mencionados. No caso do REAL GRANDEZA, a instrução na página da aplicação é lacônica”. Aí ele cita: “Valor a ser liquidado até 02 de

julho, no Rio: Quatrocentos e cinquenta mil reais”. O senhor leu essa matéria da Folha de São Paulo?

SR. BENITO SICILIANO: Li.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. sabe se existiu algum esquema de pagamento de propina a funcionários da REAL GRANDEZA para favorecer o BANCO SANTOS?

SR. BENITO SICILIANO: Nunca existiu isso na REAL GRANDEZA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que isso também é uma invenção, é uma criação?

SR. BENITO SICILIANO: Eu acho que sim. Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Feita por quem?

SR. BENITO SICILIANO: Não sei, Excelência. Não sei qual é o objetivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não sabe qual é o objetivo. Eu pergunto à assessoria, se a apresentação está pronta. Eu queria, inicialmente, apresentar o quadro que demonstra o acumulado das aplicações em CDBs, entre 2000 e 2005, feitas pela REAL GRANDEZA. Claro, que nessa primeira conta estão aqui somados todos os investimentos, inclusive, as reaplicações. Então, esse é o primeiro quadro, o senhor pode ver, nós temos a relação de alguns Bancos. Primeiro é o BMG, com cento e noventa e cinco milhões e seiscentos e setenta mil, o segundo é o BANCO SANTOS com cento e oitenta e oito milhões e quatrocentos e oitenta e sete mil, e o terceiro BANCO RURAL com cento e oitenta e cinco milhões e cento e cinquenta mil. Depois segue aquela linha que o senhor pode ver ali. Primeira constatação: É a reafirmação daquilo que nós já havíamos dito de haver uma concentração muito grande em instituições financeiras de médio e pequeno porte do mercado. Nós aqui, por exemplo, temos o *rating* da MOODY'S, que classifica o BANCO SANTOS como “B”. A classificação “B” nesse *rating* da MOODY'S é de alto risco de crédito. Essa foi inclusive uma discussão que eu tive com o Sr. Jorge, porque ele recorreu a duas outras agências de risco e nós temos dúvidas sobre a forma como essas agências de risco enquadraram as instituições. Então, nós preferimos ficar com aquela que é oficial, com aquela que tem uma postura mais conservadora e com aquela que vem sendo adotada pela CPMI para analisar todos os casos, para enquadrar todas as instituições financeiras. Mas o senhor pode ver que há ali uma presença extremamente expressi-

va de instituições financeiras de médio e de pequeno porte, portanto, de médio e de alto risco de crédito. O senhor afirmou que aplicou no BANCO SANTOS porque estaria assumindo maiores riscos, porém, teria um maior retorno financeiro. Entretanto, entre 2000 e 2002, a REAL GRANDEZA aplicou no BANCO SANTOS com baixas taxas de juros e baixo retorno financeiro. Em 2004, muitas dessas aplicações foram renovadas nas mesmas condições, que acabaram ocasionando perdas de cento e cinquenta milhões de reais. Eu tenho aqui, não vai aparecer na apresentação. Vamos ali ao BANCO SANTOS só, por favor. Então, aqui nós temos o BANCO SANTOS, o senhor pode ver que os CDBs aplicados em outubro de 2002 tinham um prazo superior a 700 dias. O que é completamente fora do padrão de mercado. Aqui nós temos o ano a ano. 25 em outubro de 2002, 22 em maio de 2003, 22 em outubro de 2003, 12 em dezembro de 2003, 15 em junho de 2004 e 25 em agosto de 2004. Totalizando cento e vinte e um milhões e setecentos e sessenta e sete mil. O senhor confere esse número? Confirma?

SR. BENITO SICILIANO: 121.767. Hum-hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu aqui lhe apresentarei os retornos previstos até 2002. Então, essa aplicação aqui de dois de 2000, no valor de 15,3 milhões, ela foi feita com 90,7% do CDI. Em cinco de 2000, de 9,8 milhões, foi feita com 84,7% do CDI. Em dois de 2001, 18,7 milhões, foi feita com 122,1% do CDI. Em 10 de 2001, 8,8 milhões, foi feita com 98,4% do CDI. E a de oito de 2002, no valor de quatorze milhões, foi feita a 106,4% do CDI. O que é que a gente entende aqui. Que excetuando essa do dia dois de 2001, que ofereceu uma taxa de retorno de 122,1% do CDI e, até admitindo essa do dia oito de 2002, com 106,4%, nós ainda assim vamos registrar três aplicações feitas no BANCO SANTOS abaixo de 100% do CDI. Duas em 2000 e uma em 2001. Então, o senhor veja que o argumento que o senhor nos trouxe de que sempre procurava os melhores retornos, as melhores remunerações para as aplicações feitas, isso não se verifica com os números levantados. Existem situações em que a REAL GRANDEZA aceitou fazer as aplicações abaixo de 100% do CDI. Está aqui. Então, essa é uma primeira constatação clara. E foram aplicações que venceram e que depois foram renovadas e que, com a sua renovação acabaram ocasionando essas perdas de 153,6 milhões. É bom registrar, que a diferença dos 121 para os 153 é porque a fundação provisionou um valor maior para perda, levando em consideração a correção, a taxa de juros etc. Então, é de causar perplexidade para este nosso trabalho, primeiro, porque a REAL GRANDEZA privilegiou tanto o

BANCO SANTOS. O que é que fazia com que o BANCO SANTOS fosse tão atraente para a Fundação REAL GRANDEZA? Por que tanto, em um Banco só? E isso somado ao fato de haver tanto também em duas outras instituições de médio e de alto risco do mercado. Mas, a gente vai falar de BMG e de RURAL, depois. Então, vamos falar, por enquanto, de BANCO SANTOS. A primeira pergunta que lhe faço. Quem era a pessoa do BANCO SANTOS que mantinha relações diretas nas negociações que eram feitas com V.Sa?

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, eu posso responder primeiro a colocação dessas rentabilidades que foram postas pelo senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fique à vontade. Eu só queria que o senhor pudesse primeiro responder quem é a pessoa no BANCO SANTOS, que mantinha contatos diretos com V.Sa. Depois o senhor pode fazer qualquer comentário a respeito do que foi apresentado aqui.

SR. BENITO SICILIANO: A Fundação REAL GRANDEZA teve contatos até 2002 com o Sr. Fernando Meireles, posteriormente com o Dr. José Mariano, com o Fernando Rossi, enfim, eram pessoas que tinham contato com a mesa de operações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais eram as funções dessas pessoas no BANCO SANTOS?

SR. BENITO SICILIANO: Eram da área comercial, gerentes, diretor [soa a campainha]. Não sei te dizer, Excelência, precisamente, mas, seguramente, de gerente a diretor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, apenas um gerente tinha autonomia para fazer essas negociações com a REAL GRANDEZA?

SR. BENITO SICILIANO: Não, a REAL GRANDEZA quando ela ia a mercado buscar taxas, ela consultava uma série de outras instituições financeiras e quem estivesse lá na mesa de operações do BANCO SANTOS dava a taxa que eles estavam praticando no dia, na semana, enfim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe que o Ex-presidente Marcos Antônio Carvalho Gomes, com o objetivo de se eximir de qualquer responsabilidade, procurou transferir para o senhor essa decisão de investir e reinvestir e continuar investindo no BANCO SANTOS, que fez evaporar cento e cinquenta milhões de reais?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor desconhece esse fato?

SR. BENITO SICILIANO: Desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, eu daria oportunidade para que o senhor comentasse esses números, e em seguida nós vamos falar de um processo da Secretaria de Previdência Complementar.

SR. BENITO SICILIANO: Ok. É impossível a Fundação REAL GRANDEZA ter tido qualquer rentabilidade abaixo do CDI, porque as taxas praticadas com o BANCO SANTOS e com outros Bancos médios eles têm como lastro a AMBIDE que representa 98, 99% do CDI mais 1,5% mais 2%. Então, seguramente, não houve nenhuma operação inferior a 107, 106% do CDI. A não ser que, naquele ano, tenha tido uma elevação abrupta das taxas de juros brasileiros fazendo com que esse 1,5 ou esses dois pontos percentuais ficassem muito pequenos. Então, seguramente, não há nenhuma operação inferior ao CDI, porque a base do lastro dessas operações era AMBIDE, que representam 99%. Então, para efeito de ilustração, se a taxa hoje é de 16,5 pontos percentuais da SELIC, só a AMBIDE dá 16,4 da SELIC. Mais um ponto e meio ou dois pontos significa dizer que uma operação no BANCO SANTOS teria um retorno de 16,5 mais dois pontos, o que seria dezoito e meio contra dezesseis e meio. Portanto, nós não aplicamos nessas instituições com rentabilidades inferiores a 106. Repetindo, só se houve um aumento abrupto da taxa de juros nesse período, o que diminuiria, mesmo assim, não inferior ao CDI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero apenas reafirmar a V.Sa. que esses números aqui são números obtidos a partir da transferência do sigilo da Fundação, uma análise muito criteriosa que foi feita e que ficam portanto aqui três operações que o senhor precisaria explicar do porquê de registrarem percentuais inferiores a 100% do CDI. Mas, eu pergunto a V.Sa, quais os critérios a REAL GRANDEZA adotou para investir em CDBs do SANTOS, que tinham vencimento superior a 700 dias, entre 700 e 900 dias?

SR. BENITO SICILIANO: A Fundação REAL GRANDEZA, no passado, ela tinha uma situação madura, que havia um desembolso, um descaixa mensal. A partir de 2001, houve um acerto, eu não vou recordar se é 2001 ou 2000, houve um acerto com a patrocinadora, então todo o descasamento do passivo estava casado com o ativo, ou seja, a Fundação REAL GRANDEZA recebeu um aporte por parte de FURNAS que dava a tranquilidade para a fundação poder alongar seu patrimônio buscando taxas melho-

res, se isentando da CPMF e, portanto, isso gerava uma rentabilidade maior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, fazer uma aposta de novecentos dias, não é demais? Para alguém que tem que exercer uma política conservadora e moderada?

SR. BENITO SICILIANO: A Fundação REAL GRANDEZA, na época ela quando fez investimentos com essas datas, nós temos uma coisa chamada *duration* que o prazo médio desses investimentos, tirando as iniciais em relação a patrimônio, era um prazo médio menor do que esse período.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe o que é que diz a Consultoria Lopes Filho e Associados sobre esses investimentos feitos, de longuíssimo prazo, no BANCO SANTOS? O senhor sabe como é que a Consultoria Lopes Filho e Associados enquadra e avalia esses títulos de longo prazo do BANCO SANTOS?

SR. BENITO SICILIANO: A Lopes Filho é uma consultoria de renome, ela tem o RISK BANK, que presta informações contábeis para a Fundação REAL GRANDEZA é ela tem no corpo dos seus clientes, além de Fundos de Pensão, o mercado de capitais, corretoras, Bancos, distribuidoras, e por isto o RISK BANK tem como maior investimento em instituição financeira, por exemplo, risco Governo Federal, um prazo de 360 dias, mas o RISK BANK classifica o BANCO SANTOS como baixo risco, para operações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é o que a SPC levou em consideração quando examinou os relatórios periódicos da LOPES FILHO, que acabou ocasionando em um severo Auto de Infração, dentre outras pessoas, relacionando como réus desse auto o Sr. Marcos Antonio Carvalho Gomes, então Diretor-presidente da fundação e V.Sa... V.Sa. foi condenado [inaudível] mil reais, pela Secretaria de Previdência Complementar, acumulada com a inabilitação, por dez anos, para exercer atividades em Fundos de Pensão. O que é que o senhor tem a dizer dessa condenação da SPC?

SR. BENITO SICILIANO: Bem, estamos em fase de recurso, estamos aguardando a decisão do conselho da secretaria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que foi injustificado pela avaliação da SPC?

SR. BENITO SICILIANO: Eu acho que sim. Tenho certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não merecia ser condenado porque cento e cinquenta milhões evaporaram?

SR. BENITO SICILIANO: Não só eu como a Fundação REAL GRANDEZA. A Fundação REAL GRANDEZA agiu corretamente nas operações. Que foi feita nas instituições financeiras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não acha que o Marcos Antônio Carvalho Gomes, quando defendeu o seu pronto e imediato afastamento, não o fez com o objetivo se esquivar da responsabilidade pelos investimentos realizados no BANCO SANTOS e transferi-la inteiramente para o senhor? Até pensando que, futuramente, ele iria responder a um processo como está respondendo?

SR. BENITO SICILIANO: Não. Eu não tomei ciência desse direcionamento de culpa para mim na gerência de análise de investimento. Volto a falar, nós não tínhamos bola de cristal, a gente não tinha como descobrir uma instituição que fosse quebrar, após anos...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vou a uma pergunta importante. Porque a gente viu que em 2004 houve um volume muito grande de aplicações no BANCO SANTOS, feito pela REAL GRANDEZA. Mais próximo ao período de intervenção do Banco, o senhor sabe que todo o mercado comentava a situação delicada que o Banco vivia. O senhor é um homem experiente, trabalhou por 20 anos diretamente ligado a toda essa área de investimentos. Então, o mercado ele comentava isso. O senhor nunca sequer ouviu algum tipo de ruído a respeito da saúde financeira do BANCO SANTOS?

SR. BENITO SICILIANO: Não. Muito pelo contrário. Na véspera de quebrar, em novembro, 12 de novembro, em outubro ele fez lançamento lá fora. Ou seja, o BANCO SANTOS realizou uma série de captações no exterior com o *rating* que a MOODY'S havia dado para ele, que estava de baixo risco de crédito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe que havia um limite para essas aplicações no BANCO SANTOS, essas aplicações de longo prazo, que são de alto risco. Esse limite era de 15% do patrimônio líquido da instituição, ou seja, da REAL GRANDEZA. E, no entanto, o somatório acabou extrapolando e chegando a 25,17%. O que é que o senhor tem a dizer sobre isso?

SR. BENITO SICILIANO: Os limites eram de 25% em relação ao patrimônio do Banco, não de 15.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas, para os investimentos de alto risco, era de 15.

SR. BENITO SICILIANO: Para os investimento de médio e alto risco eram de 15, no caso--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E esse investimento era um investimento de tão pequeno risco que o senhor perdeu cento e cinquenta milhões da fundação com isso. O senhor acha que é uma coisa que o senhor pode sustentar?

SR. BENITO SICILIANO: A Fundação REAL GRANDEZA aplicou num Banco de baixo risco de crédito sustentado pelas agências de *rating*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, essa é uma discussão que realmente não vai chegar a um senso comum, porque eu quero insistir com V.Sa. que eu não consigo, de forma alguma, concordar que se possa admitir esse tipo de enquadramento da situação do BANCO SANTOS porque é inequívoco o resultado final que implicou nessa evaporação de cento e cinquenta milhões de reais do patrimônio da REAL GRANDEZA. Então, continua o impasse. Mas, muito bem, vamos às aplicações em TDAs, por favor.

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, eu posso só colocar esse posicionamento sobre o BANCO SANTOS e a quebra em relação à fundação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. BENITO SICILIANO: É só para lembrar que, apesar dessa situação que ocorreu com o BANCO SANTOS, dele quebrar e desses cento e cinquenta milhões de reais, o efeito prático no patrimônio da fundação, nos dá a tranquilidade de que a gestão da REAL GRANDEZA foi tão vencedora que nós superamos a meta atuarial de INPC mais seis e o CDI, no ano de 2004, utilizando os cento e cinquenta milhões de reais de provisão. Então, apesar de a instituição financeira ter quebrado, mesmo que nós estivéssemos 100% corretos, a Fundação REAL GRANDEZA apresentou superávit acima da meta atuarial em relação ao CDI, nesse ano de 2004. Obrigado, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que é que determinou a aquisição desses títulos da dívida agrária, que aconteceu entre 2000 e 2003? Por que optar por esses TDAs?

SR. BENITO SICILIANO: A Fundação REAL GRANDEZA--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Num valor total de quarenta e dois milhões e setecentos e vinte e quatro

mil e trezentos e oitenta e seis reais. Também um dos Fundos de Pensão que mais adquiriram TDAs.

SR. BENITO SICILIANO: A Fundação REAL GRANDEZA ganhou muito dinheiro na compra dos TDAs. Os TDAs são títulos de risco Governo Federal. A Fundação REAL GRANDEZA tem um trabalho que é classificado de taxa mínima de atratividade que equaliza as taxas praticadas no mercado em relação ao CDI, em relação à meta atuarial, em relação a uma série de outros fatores. Todos os títulos federais eram submetidos ao comitê de investimento e o comitê de investimento, por unanimidade, aprovou aplicar em TDAs. A Fundação REAL GRANDEZA, à época, comprou, Excelência, um número superior àquele que está ali, ele chega a ser mais próximo dos cem milhões de reais, não foi trinta e três milhões--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Entre 2000 e 2003?

SR. BENITO SICILIANO: Sim. Não, entre 2000 e 2003... Me perdoe, eu estou falando de uma forma global aí pegando um pouco para trás.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque nós só pudemos analisar a partir do ano de 2000.

SR. BENITO SICILIANO: Desculpa. Mas, é só para dizer que a Fundação REAL GRANDEZA fez uma estratégia de aplicar em títulos que davam TR mais 24, TR mais 25, e nós nos desfizemos desses títulos em janeiro de 2001 com TR mais 15, proporcionando um ganho absurdo e compramos, naquele mesmo momento, em leilão do Tesouro Nacional, títulos em IGPM a 10 e 64. Estes títulos hoje, eu digo hoje, eu já saí da fundação em fevereiro, mas, hoje a rentabilidade destes títulos que nós compramos, além do ganho nas TDAs, nesse passado, o ganho obtido com esses títulos foram acima da meta atuarial, de duzentos e quarenta milhões de reais. Então, eu estou dizendo que nós vendemos TDAs, à época, vendemos outros títulos prefixados, num momento em que a taxa SELIC estava próxima dos 15% para comprarmos títulos indexados IGPM, a uma taxa de 10 e 64, que proporcionaram para a Fundação REAL GRANDEZA, de 2001 até dezembro de 2004, uma rentabilidade, um ganho acima da meta atuarial, de duzentos e quarenta milhões de reais num único investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos aos CDBs do BMG e do RURAL, por favor. Era interessante buscar, não sei se a assessoria possui, o quadro completo de 2000 a 2005. RURAL e BMG, o quadro completo de 2000 a 2005. Porque a gente tem uma elevada concentração da REAL GRANDEZA, de aplicações no ano

de 2002, no RURAL e no BMG. Enquanto os números não chegam, eu queria--

SR. BENITO SICILIANO: Acho que são aqueles...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, não. Não são não. É, porque eu queria... Eu tenho que pegar de 2000 a 12005. E em 2002, a gente percebe que houve investimentos muito expressivos da REAL GRANDEZA no BMG e no RURAL. O senhor concorda com isso? O senhor tem os números aí?

SR. BENITO SICILIANO: Eu tenho aqui os números do RURAL, do BMG, do SANTOS, do PAN-AMERICANO, do BMC, do BIC BANCO e do PINE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos ao BMG e ao RURAL. Só para confirmar se aqueles números conferem. Passe a outra tabela, por favor. A próxima, por favor. Então, ali, esse corte aqui é apenas de 2003 e 2004. Nós precisamos verificar os números anteriores a 2003, que existem e estão à disposição, é só a gente aguardar a assessoria trazer. Mas, percebe-se que em maio de 2004 foram vinte e quatro milhões no RURAL, em agosto de 2004, sessenta e dois milhões, nesse período, totalizando oitenta e seis milhões. No BMG, em setembro de 2004, cinquenta e cinco milhões, em outubro de 2004, quarenta milhões, totalizando noventa e cinco milhões, aí com a possibilidade de estarem incluídas também as reaplicações. Só que, eu me recordo bem, independente do número estar aqui ou não, que houve uma aplicação expressiva em 2002, nesses dois Bancos. Me parece que, se não na Casa, mas pelo menos, aproximadamente, na casa dos cem milhões de reais. O senhor tem esse número aí?

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, o número que eu tenho aqui é RURAL, cento e cinco, o que V.Exa. está falando, BMG, cinquenta e oito, o SANTOS, sessenta e oito...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Tudo bem. Vamos ficar aqui então BMG e RURAL. Por que essa decisão de investir no BMG e no RURAL, no caso do RURAL, cento e cinco milhões em 2002 e do BMG esses sessenta milhões?

SR. BENITO SICILIANO: Era o que o limite propiciava, quando a fundação vai fazer um levantamento de taxas, ela precisa ir ao mercado e ela respeita o risco bancário com os limites pré-definidos. Então, se é uma taxa boa, se tem espaço no risco bancário aí é ocupado o limite. Se o limite fosse maior os números, provavelmente, seriam maior, porque nós sabíamos que nós estávamos operando em Banco com baixo risco de crédito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é que foi oferecer, pelo BANCO RURAL, esse negócio para a REAL GRANDEZA?

SR. BENITO SICILIANO: À Fundação REAL GRANDEZA, o BANCO RURAL não vem a nós oferecer. Eles, como todos os Bancos, eles vêm, oferecem, pedem para que a REAL GRANDEZA quando for cotar que cote com esses Bancos, mas a REAL GRANDEZA só cota com instituições que constam no risco bancário da Fundação REAL GRANDEZA. Então, a Fundação REAL GRANDEZA é que vai a eles, é que liga para o Banco, é que liga para a mesa de operações, é que diz "Nós estamos aqui"... Eu estou falando em nome da gerência de operações [soa a campainha]. Porque não é atribuição minha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A gente percebe que em 2003 não houve investimentos nesses dois Bancos, nessas duas instituições, e que aí, em 2004, de forma, a priori, estranha a REAL GRANDEZA concentra noventa e cinco milhões no BMG e oitenta e seis milhões no RURAL. Por que essa evolução tão grande, de 2003 para 2004? Inclusive, a gente tem um gráfico. Por favor, o gráfico. O senhor pode ver que, entre junho e agosto de 2004, há um pico fantástico, quer dizer, há um crescimento absurdo das aplicações feitas pela REAL GRANDEZA no BMG e no RURAL. A que é que o senhor atribui esse crescimento tão expressivo?

SR. BENITO SICILIANO: O crescimento patrimonial dessas instituições propicia com que o limite também se amplie. Então a renovação, eu não sei dizer, mas, provavelmente é um patrimônio, evolução patrimonial e um aumento do limite e houve uma reaplicação com taxas atrativas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qualquer semelhança com o envolvimento desses dois Bancos no episódio do Mensalão é mera coincidência?

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, não tem nada a ver.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor, em algum momento recebeu uma orientação superior para ver com mais atenção, enxergar com mais bons olhos essas duas instituições?

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, eu era um Gerente de análise, sem voto, com voz quando cobrado para que falasse num comitê de investimento onde todas as decisões eram feitas por unanimidade, portanto, eu nunca fui, em nenhum momento questionado para tentar aumentar ou coisa parecida. Impossível. Todo... Desculpe...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode concluir.

SR. BENITO SICILIANO: Todos os investimentos passavam por um processo de unanimidade, todo o limite de risco bancário e os aspectos subjetivos e objetivos eram postos no comitê de investimento. Portanto, impossível qualquer tipo de interferência política na Fundação REAL GRANDEZA, porque um voto contrário ou qualquer dúvida em relação a qualquer investimento, o investimento não ocorre, na REAL GRANDEZA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, dentro da estrutura da fundação houve alguém que se posicionasse mais abertamente a favor desses investimentos no BMG e no RURAL em 2004?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então isso foi uma coisa absolutamente aceita por todos?

SR. BENITO SICILIANO: Foi. Não só o BMG e RURAL como todos os outros que constavam do nosso risco bancário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não acha muito estranho, quando a gente faz a soma total dos investimentos em CDBs feitos pela REAL GRANDEZA nesses últimos cinco anos, que o primeiro do ranking seja o BMG, o segundo do ranking o BANCO SANTOS e o terceiro o BANCO RURAL?

SR. BENITO SICILIANO: No nosso risco bancário, essas instituições, entre os bancos médios, são os maiores. O nosso risco bancário, quando era feito utilizando os critérios de agência de *rating* e tendo como suporte [soa a campainha]. Das informações contábeis do RISK BANK classificava, de um universo de 100 Bancos, 28 Bancos. E na classificação dos Bancos médios, esses que pagam as melhores taxas, eram sete, oito instituições. Então, portanto, esses Bancos vão estar sempre apresentando e aparecendo como um dos maiores investimentos que nós fizemos. Se o senhor me permite também, dentro dessa linha, para mostrar um gráfico a V.Exa., este gráfico mostra a evolução de abril de 95, dos investimentos em CDB e RDB em relação aos investimentos totais da fundação e os fundos abertos da carteira de renda fixa, à época. Excelência, essa linha vermelha representa quanto nós tínhamos de CDB aplicados diretamente nas instituições financeiras. Naquele quadro que o senhor mostrou, vinha mostrando aquela alta concentração aqui em 2000 em diversas instituições financeiras. Mas, quando nós olhávamos para trás, dentro desses

fundos abertos que nós tínhamos, onde nós não conseguíamos enxergar o que tinha dentro, tinha muita aplicação em Bancos. Então, houve um decréscimo no tempo, de aplicações externas, em enxergar onde o nosso dinheiro estava sendo aplicado, porque você não consegue enxergar onde está sendo gerido um recurso dentro de um fundo aberto. E, posteriormente, a gente ficou com praticamente, numa posição muito pequena em fundos abertos e, totalmente, em CDBs e encarteirado. Por isso que a gente enxerga com muita facilidade os Bancos aos quais nós estávamos aplicando, coisa que no passado a gente não conseguia enxergar. E o efeito disso é: Sai de uma rentabilidade próxima de 100% do CDI para uma rentabilidade de janeiro de 2002 a abril de 2005 em 139% em relação ao CDI e uma rentabilidade de janeiro de 97 a julho de 2004 de 145% em relação ao CDI. Ou seja, foi uma atitude... Veja como era perseguido, 99% do CDI, 100%, e o que aconteceu posteriormente. Desculpa, eu acho que me alonguei demais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode ficar à vontade. O senhor tem o tempo que for preciso. Minhas últimas perguntas elas se referem ao que o senhor começou a fazer depois que saiu da REAL GRANDEZA. Quais foram as atividades que o senhor desempenhou depois que saiu da Fundação?

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, eu ainda não estou desempenhando nenhuma atividade. Tenho algumas propostas, mas, com essa situação criada e ainda não encerrada com a punição, que ainda está *sub judice*, eu estou aguardando um pouco mais, senão eu vou ter que partir para uma outra atividade que não mercado de capitais, coisa que eu não gostaria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, essa punição ela só proíbe V.Sa. de operar com Fundos de Pensão.

SR. BENITO SICILIANO: Essa punição ela não está em vigor. Mas, a imagem fica um pouco desgastada. Então, o ideal é realmente é encerrar, para depois buscar um posicionamento melhor no mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, ultimamente o senhor não tem feito nada?

SR. BENITO SICILIANO: Eu estou parado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está desempregado. E se puder optar, qual será a opção que o senhor vai exercer? Vai buscar o quê?

SR. BENITO SICILIANO: Trabalhar no mercado de capitais, que é o que eu sei fazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Numa corretora? Como operador autônomo?

SR. BENITO SICILIANO: Não. Numa instituição financeira, um Banco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se eu tiver mais perguntas, depois eu retomo. Imediatamente, eu concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Carlos Willian. V.Exa. dispõe de até 15 minutos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu estou assistindo...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, eu peço a V.Exa. apenas um minuto, está tendo votação nominal na Câmara, eu vou interromper por cinco minutos e a gente retorna, com V.Exa. tendo a palavra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ok.

Sessão suspensa às 12h10.

Sessão reaberta às 12h19.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Retomando os trabalhos, antes de repassar a palavra ao Deputado Carlos Willian, eu gostaria de mostrar aqui ao Sr. Benito, para que não parem dúvidas sobre a classificação do BANCO SANTOS que a agência MOODY'S, em seis de abril de 2003, quando, a partir disso foram investidos noventa e seis milhões e seiscentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e quatro reais, no BANCO SANTOS, classificou essa instituição como de risco "B". O que é que significa risco "B"? Os títulos com classificação "B" geralmente não têm as características desejáveis de investimento. A probabilidade de pagamento dos juros e do principal, ou a constância de outros termos do contrato no decorrer de período prolongado pode ser pequena. Essa é a classificação, como risco "B". Aí, em 15 de novembro de 2004, o BANCO SANTOS passa a ter a classificação "CAA", é um "C" e dois "A". Os títulos classificados como "CAA" têm uma posição fraca. Esses títulos podem estar inadimplentes ou pode haver elementos perigosos relativos aos juros e ao principal. E aí, finalmente, em 05 de junho de 2005, a classificação passa a ser "C", mas aí também o Banco já tinha sofrido uma intervenção do Banco Central. Então, o senhor veja, que o Banco foi classificado como tendo características indesejáveis de investimentos, não tem características desejáveis de investimentos já em 6 de abril de 2003, quando os senhores fizeram um investimento de noventa e seis milhões e seiscentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e quatro. Se o senhor tiver alguma dúvida nós temos ali o computa-

dor com a tela da Bloomberg on-line que pode atestar essa classificação aqui, se o senhor desejar. Se não desejar, é apenas a título de informação que eu trago esse dado.

SR. BENITO SICILIANO: [Pronunciamento fora do microfone]. [inaudível].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor fique à vontade para fazer ou não fazer.

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, essa classificação de 15 de novembro 2004, o Banco já havia--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, eu me refiro a 6 de abril de 2003, classificação "B".

SR. BENITO SICILIANO: A classificação "B", "BA", "A", diz no *rating* da emissão--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode ver aqui... Por favor, traga a tela. Para não haver dúvida. É o tipo da coisa que a gente não pode ter dúvida. O senhor pode ver aqui o BANCO SANTOS, 6 de abril de 2003.

SR. BENITO SICILIANO: Ok, esse era o investimento de curto prazo ou de longo prazo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Longo prazo.

SR. BENITO SICILIANO: A informação que nós temos é que, nessa época, ele era considerado de baixo risco. Nós tínhamos uma linha de corte dos *ratings* [soa a campainha]. E todos os títulos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor me perdoe. Como está havendo um barulho lá fora, seria importante talvez que a nossa equipe do som aumentasse um pouquinho o áudio do Sr. Benito porque senão fica difícil ouvi-lo.

SR. BENITO SICILIANO: A nossa avaliação, existe um critério, um corte nas agências de *rating* que nós temos, de todos... O que aquilo que nós chamamos de investimento grade, "BBB", tudo acima de "BBB", dá um baixo risco. Então, nas agências de *rating*, nos *rating* que nós temos, não nesse período, porque eu não tenho essa informação aqui, mas em 2004 dava como baixo risco de crédito, na nossa avaliação. Em 2004. Eu não tenho esse dado aqui realmente, nesse período.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode ver que em 6 de abril de 2003 ele ficou rebaixado para risco "B" e dali ficou até a intervenção. É o que está claramente colocado e eu acabo de lhe mostrar.

SR. BENITO SICILIANO: Existe uma nota que saiu no jornal, logo depois, dia 16 pelo BROADCAST,

que é do grupo O Estado de São Paulo e que dizia “BANCO SANTOS ostentava boas notas da MOODY’S, AUSTIN e RISK BANK”, e dizia que “Avaliações que circularam no mercado em setembro e outubro, atestando ou sugerindo a solidez do BANCO SANTOS podem ter dificultado a antecipação das dificuldades reveladas agora pela intervenção do Banco Central”. Na edição de outubro a revista especializada Banco Hoje anunciou que o BANCO SANTOS foi eleito por entidades empresariais como o Banco de 2004, representantes de diversas instituições, FIESP, ABRASF e tal. Na primeira semana de outubro, a agência de classificação de riscos MOODY’S elevou uma série de itens do *rating* no Banco, subiu de “B3” para “B2” dentre outros, e diz também da AUSTIN *RATING* concedendo *rating* “A”, um mês antes do início, ou da quebra. Então, é por isso que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós aqui já fizemos uma contestação veemente a esta classificação da AUSTIN *rating*, até porque, existem sérias dúvidas do que é que estava por trás disso. Sérias dúvidas. Mas, o que vale é a MOODY’S, está aqui colocado e o senhor já pode comprovar. Eu, dando segmento, passo, imediatamente, a palavra ao Deputado Carlos Willian, por um prazo de até 15 minutos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Presidente, caros colegas Deputados, nobre Relator, Sua Excelência Deputado ACM Neto. Das várias perguntas que eu tenho aqui, a metade eu já vou desclassificar. Sabe porque, nobre Presidente? O Sr. Benito Siciliano ele tem todas as características de um “colarinho branco”. E talvez seja um dos maiores que já passou aqui nesta CPMI, que no início dos seus dias de glória acabou buscando, e hoje ficou comprovado. Eu lamento de nós estarmos chegando ao final da nossa CPMI, mas ele é frio, calculista, metódico, tem respostas matemáticas para todos os fatos, mas os desvios financeiros, os prejuízos não têm respostas. Então, esses dados técnicos que eu tenho aqui, Sr. Presidente, eu vou desconsiderar. E vou perguntar algumas coisas que eu acho um pouco mais técnicas, caminhando para saber realmente onde estão esses desvios. Posso até, no final dessa CPMI, se os nobres colegas desta Comissão, com o apoio de V.Exa. permitir as quebras dos sigilos bancários que já foram propostas, que estão aqui nos requerimentos e, se isso chegar a tempo e não for comprovado, eu vou me penitenciar e pedir desculpas e depois, com certeza, prestar contas a Deus. Mas, neste momento, o que nos aparenta e o que nos chega, eu acho que nós estamos diante de talvez quase um “Marcos Valério”. Sr. Siciliano, o senhor disse para o nobre Relator

que o senhor não tem amigos políticos. Eu gostaria de saber, se o senhor não tem amigos, o senhor tem contato com algum político, com algum membro desta CPMI ou com alguns técnicos desta CPMI?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu já requeri um sigilo fiscal, uma quebra, ou seja, uma transferência de sigilos fiscal, bancário e telefônico de V.Sa, que na próxima reunião administrativa nós vamos votar. O senhor, como Gerente de investimento da Fundação REAL GRANDEZA aplicou milhões em CDBs do BANCO SANTOS que, inclusive, houve a remuneração inferior à sua classificação de risco. Já foi explicado aqui. O senhor já disse por que é que o senhor aplicou, já falou várias vezes, e essa classificação, contrário ao que o senhor disse, é matemático, são dados do mercado, o Banco era um risco de crédito alto, do tipo “B”. A minha pergunta é a seguinte, isso já identificado, o senhor considera-se infantil, incompetente ou desavisado, para fazer essas aplicações?

SR. BENITO SICILIANO: Em primeiro lugar, eu não era o Gerente de investimentos responsável por fazer nenhuma aplicação em nenhuma instituição financeira. Eu sou um Gerente de análise, eu só fazia avaliações de risco bancário.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Foi feita aplicação, porque o senhor uma análise de risco. O risco era considerado alto, tipo “B”. Então, se foi aplicado é porque a sua análise foi favorável. Aí a minha pergunta de novo, o senhor é infantil, incompetente ou desavisado?

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, a análise era feita pela minha equipe técnica com o suporte das agências de *rating*, com o suporte do RISK BANK e tudo foi feito dentro da normalidade, dentro da legalidade.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu não estou falando da normalidade, o senhor concorda que perdeu dinheiro, o crédito foi alto... O crédito não, o risco foi alto?

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, na REAL GRANDEZA, quando nós olhamos para trás fica fácil de identificar aonde nós erramos, mas os acertos foram inúmeros e enormes.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Olha, eu acabei de dizer aqui, o senhor tem todas as características. Nós estamos querendo saber o erro, nós estamos querendo saber aonde é que escondeu esse dinheiro, esses recursos, cento e cinquenta milhões de reais, mas eu vou pular, só um minutinho, eu vou pular. O senhor tem conhecimento que uma busca, uma ação de busca e apreensão de documentos na residência do Sr. Edemar Cid Ferreira, inclusive, eu quero até salientar, o nobre Deputado ACM Neto, a

convocação dele aqui nesta CPMI é muito importante para nós podermos esclarecer essas falcaturas, esses desvios de recursos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não depende de mim. Eu tenho lutado por isso já há três semanas. Depende de convencer o nosso plenário.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Vamos continuar e convencer o plenário. E nesses documentos que foram apreendidos foram, segundo informações, foi encontrada uma lista de beneficiários de propinas, e o nome do senhor consta delas, inclusive fazendo alusão à reportagem que saiu no Estado de São Paulo. Eu vou, nobre Relator, requerer na próxima Sessão administrativa para que [soa a campainha]. Nós pudéssemos requerer a cópia desta lista para a gente poder analisar esses dados. Aí eu pergunto ao Sr. Siciliano: Qual é a explicação de o senhor estar envolvido nessa lista que foi apreendida na casa do Sr. Edemar “Moreira”, onde o nome do senhor consta como--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Edemar Ferreira. Edemar Cid Ferreira.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): -Edemar Ferreira. O Sr. Edemar Cid Ferreira, qual é a sua explicação? O senhor recebeu propina?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Qual é a explicação para o nome do senhor estar nessa lista como receptor de propina?

SR. BENITO SICILIANO: Não tomei nenhum conhecimento de meu nome estar em nenhuma lista e ninguém da Fundação REAL GRANDEZA. A Fundação REAL GRANDEZA não opera--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu estou falando do senhor. A pergunta é ao senhor. Não é a Fundação REAL GRANDEZA. O senhor tinha, mantém contatos telefônicos, recebia visitas na REAL GRANDEZA, do Sr. Rivaldo Ferreira, sobrinho do Sr. Edemar Cid Ferreira? Essa pessoa, as informações é que se via, a pessoa que lhe repassava essas propinas do Banco.

SR. BENITO SICILIANO: Eu não conheço o Sr. Rivaldo, conheço de nome, nunca tive contato com ele, nunca sequer apertei a mão dele, e ele nunca esteve na REAL GRANDEZA.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ok. Eu estou aqui também, nobre Relator, com um requerimento solicitando à portaria, ao edifício da REAL GRANDEZA que remeta para esta CPMI o registro das visitas. A mesma coisa ocorreu no início aqui desta CPMI onde pessoas nunca foram em lugar nenhum e depois apareceram os nomes delas na portaria, de

parentes etc. Olha, o senhor saiu e esquivou-se de responder ao nobre Relator o nome de algumas corretoras que o senhor trabalhava. Inclusive ele perguntou, o senhor não lembrou e eram muitas e talvez por serem muitas, acaba esquecendo. Mas, eu vou tentar ajudá-lo na memória e perguntar ao senhor. A REAL GRANDEZA, na Bolsa do Rio ou em outra qualquer, ela operava com a UBS, União de Bancos Suíços?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor não tem conhecimento, não tem lembrança?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): MERRILL LYNCH?

SR. BENITO SICILIANO: Também não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não tem conhecimento?

SR. BENITO SICILIANO: Não lembro de ela ter operado com nenhuma das duas instituições.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece o Sr. Carlos Eduardo Lemos?

SR. BENITO SICILIANO: Conheço, de mercado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): De mercado. Como assim? O senhor convivia, fazia negociações, trocava figurinha, informações?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sei. O Sr. Bruno Miranda? O senhor lembra? O senhor conhece?

SR. BENITO SICILIANO: Não conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Olha, o Sr. Bruno Miranda é ex-sócio da ARBOR A7 ele é Gerente de mesa da MERRILL LYNCH, na época das suas operações na Bolsa do Rio de Janeiro. O senhor operava na Bolsa do Rio de Janeiro, o senhor operava na Bolsa do Rio de Janeiro, o Sr. Bruno Miranda era sócio da ARBOR A7 e Gerente de mesa da MERRILL LYNCH. O senhor conhece a ARBOR A7?

SR. BENITO SICILIANO: Conheço, de nome.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor não operava na Bolsa do Rio?

SR. BENITO SICILIANO: Eu, Benito, sou Gerente... Fui Gerente de análise de investimentos. Eu não operava na Bolsa do Rio. Quem operava era a Gerência de operações, se operava não só Rio como BOVESPA, enfim, todos os mercados.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Já que o senhor não operava, o que é que o senhor me fala da instituição SPC, Secretaria de Previdência Complementar. O senhor acha que ela é boa, o senhor confia nela, acha que ela faz um bom serviço?

SR. BENITO SICILIANO: A secretaria está fazendo evoluções muito grandes.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sei.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ela tem, foi mencionado aí, o processo lá do senhor que o senhor foi multado pela SPC, por aplicar no BANCO SANTOS. Se o senhor não é aplicador, se o senhor não aplica, é só Gerente de investimentos, como é que a Secretaria de Previdência pode aplicar para o senhor essa severa condição de afastar o senhor por dez anos do mercado. E foi por isso que o senhor foi demitido da REAL GRANDEZA?

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, não só eu como outros nove dirigentes, nenhum deles aplica--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mas eu pergunto ao senhor: O senhor foi demitido por isso?

SR. BENITO SICILIANO: Eu saí de lá porque, eu já expliquei ao nobre Sub-relator, que o meu Presidente achou que houve uma quebra de confiança porque nós não antecipamos uma provável quebra de uma instituição financeira, algo difícilimo de se prever.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu já solicitei também, através de um requerimento, a essa Comissão a cópia, não sei se já temos aí, a cópia deste processo à CPMI para mostrar inclusive a ligação da REAL GRANDEZA, na época do senhor, com a MERRILL LYNCH, é o requerimento de 1.748. Olha, é verdade que na gestão do senhor a REAL GRANDEZA fazia uma operação que era pouco comum no mercado, é uma operação arriscada e com grandes prejuízos que eram operações de opções flexíveis de índice futuro. Quais as corretoras que o senhor usava?

SR. BENITO SICILIANO: A última operação que a REAL GRANDEZA fez de opções flexíveis, aí o senhor pode me ajudar em relação à sua pergunta, se o senhor está falando de [inaudível] com barreira ou sem barreira, com nocaute ou sem nocaute. Para eu entender melhor a pergunta, por favor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, a operação é a mesma. É uma operação pouco comum. Ela deu muitos prejuízos. Era uma operação arriscada. Agora, tecnicamente, dentro dela, dos subtítulos eu não sei. Agora, eu quero saber o seguinte, essas operações flexíveis de índice de futuro é o título dela. Agora, as subdivisões eu não sei. Não sou técnico. O senhor operava com algumas corretoras nesses índices flexíveis de índice de futuro?

SR. BENITO SICILIANO: A Fundação REAL GRANDEZA, novamente eu devo informar que eu preciso saber que tipo de operação flexível é essa, porque são diversas operações.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Quais são as operações que o senhor disse aí.

SR. BENITO SICILIANO: Operações flexíveis, são operações com barreira, com nocaute, operações que já deram excepcionais ganhos à Fundação REAL GRANDEZA.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não deu prejuízo?

SR. BENITO SICILIANO: Eu vou citar um exemplo, de dois mil e--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não. A que deu prejuízo. O senhor vai citar a que deu prejuízo?

SR. BENITO SICILIANO: Todas as operações, no resultado final da REAL GRANDEZA, foram favoráveis, vide as rentabilidades que eu demonstrei ao nobre Sub-relator dos ganhos efetuados na Fundação REAL GRANDEZA.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, nós vamos analisar esse dado melhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o senhor me permite, Deputado?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem eram as principais corretoras que operaram com a REAL GRANDEZA nessas operações de opção flexível?

SR. BENITO SICILIANO: As últimas que eu recordo foi Banco BRADESCO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): BRADESCO Corretora?

SR. BENITO SICILIANO: BRADESCO Corretora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente, essas operações eram com ou sem garantia?

SR. BENITO SICILIANO: As operações de principal, protegido, ou de trava de alta ou barreira com nocaute, elas são feitas basicamente para proteger a carteira de ações da Fundação das volatilidades que o mercado proporciona. Por exemplo, como nós tínhamos uma postura conservadora e nós adotávamos de buscar mercados com menos volatilidade, o nosso trabalho de risco indicava que “Fundação REAL GRANDEZA precisa entrar mais no mercado de renda fixa porque a volatilidade neste mercado era uma volatilidade menor, que propicia menos risco” portanto, em relação aos papéis que ficavam em nossa carteira, nós fazíamos estratégias de proteger esses papéis. Nós fizemos uma operação de principal protegida [soa a campanha].

Que nós fizemos um investimento de trinta a quarenta mil reais, um ano depois nós ganhamos trinta e sete milhões de reais. Essas eram as estratégias. A Fundação aplicou trinta mil reais de custo de corretagem e ganhou, um ano depois, trinta e sete milhões de reais. A Fundação REAL GRANDEZA é dotada de técnicos do mais alto gabarito, a auditoria--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Olha, eu também concordo. Mais alto gabarito, perdeu cento e cinquenta milhões num Banco... Eu vou falar com o senhor, viu? Tá difícil--

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, apesar dessa perda--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): -

-Olha, vamos cortar os elogios. As perguntas, não foi para elogiar a REAL GRANDEZA. Nós queremos saber é onde que está o foco da situação, aonde é que saiu o dinheiro. Essas opções flexíveis de índices de futuros, o senhor disse que ela deu lucro. Olha, quando eu era criança tinha um vizinho meu que era muito inteligente, ele comprava um saco de biscoito e ele dava um biscoito para cada um, mas de cada um ele tirava a metade do biscoito. Todo mundo ganhou biscoito, mas no final ele ficava com a metade do pacote. Então, eu estou querendo saber, na verdade, é sobre onde que perdeu, onde que está a esperteza, a expertise disso. Aí eu pergunto ao senhor, nessas opções, qual que era a participação do Sr. Carlos Eduardo Lemos.

SR. BENITO SICILIANO: Nenhuma.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

A esposa dele também não tinha nenhuma participação?

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, eu não me recordo. A Fundação REAL GRANDEZA, nos últimos cinco anos deve ter feito seis mil operações. Está exigindo de uma pessoa da área de análise, um nível de conhecimento muito grande. Não posso deter esse tipo de informação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu acho que não. Mas o senhor disse que lá todo mundo é competente. Então, deve ter uma memória... Aliás, esse problema de esquecimento, de amnésia, todo mundo que senta aí do lado dessa Mesa... Não é só o senhor, privilégio só do senhor, não. Essa operação era o que dava um resultado para o senhor, para a Real, e a contraparte é o Banco BNP PARIBAS. O senhor conhece o Banco BNP PARIBAS?

SR. BENITO SICILIANO: Conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Como é que o senhor explica que na outra, essa operação ela dava resultado e a contraparte era o Banco BNP PARIBAS? Era satisfatório?

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, eu não me recordo da REAL GRANDEZA ter feito, Sr. Sub-relator, nenhuma operação com o BNP. Não me recordo disso.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor se recorda quem que é o Sr. Kent Oz?

SR. BENITO SICILIANO: Não conheço esse senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Olha, segundo as informações esse Sr. Kent Oz, a relação do senhor com ele é que ele foi demitido do Banco BNP PARIBAS por ter sido descoberto que ele pagava uma propina para o senhor. Esses documentos já estão chegando, ele fazia as operações [soa a campainha]. Com opções flexíveis, e depois que o Banco descobriu, essa pessoa foi demitido. Inclusive nós vamos tentar convocar, ver se dá tempo disso ainda. O senhor conhece Adonis Assunção, dono da SINTONIA Distribuidora?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Não tem relacionamento nenhum? Não conhece? Nunca teve relacionamento?

SR. BENITO SICILIANO: Não. Nunca vi, Excelência, a Fundação REAL GRANDEZA operar com essa instituição.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Já que o senhor não conhece o Sr. Mauro Shuek(F), que é doleiro, como foi perguntado, o senhor conhece o Sr. Jorge Davis e Raul Davis?

SR. BENITO SICILIANO: Não, senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Doleiros no Rio de Janeiro.

SR. BENITO SICILIANO: Não, senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Eles estão envolvidos na CPMI do BANESTADO por remessa ilegal e lavagem de dinheiro. O senhor conhece a conta no exterior estanhori(F)?

SR. BENITO SICILIANO: Não, senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor não conhece essa conta, não tem conhecimento, nunca ouviu falar?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O

senhor assinaria aqui agora um documento para esta CPMI autorizando a buscar, a repatriar esse recurso desta se o senhor for beneficiário dela?

SR. BENITO SICILIANO: Assino.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Ok.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, eu concedi inicialmente 15 minutos a V.Exa. e

depois dei mais cinco, já são 20 minutos. Eu queria propor a V.Exa. que eu lhe reinscrevesse para que a gente desse oportunidade para o Deputado Pannunzio fazer as perguntas, também, e logo em seguida V.Exa. terá a palavra. Por quanto tempo adicionalmente quiser.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Acho democrático.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Pannunzio.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Sr. Relator, Sr. Deputado Carlos Willian, Sr. Depoente, eu vou, Relator, eu vou ter que me penitenciar se alguma das questões que eu venha fazer, embora isso esteja dentro dos moldes da CPMI, elas já tiverem sido feitas por V.Exa, até por conta dessa necessidade nossa de atender plenário e atender CPMI, muitas vezes eu fui obrigado a ausentar-me aqui. Mas, eu começaria perguntando ao Sr. Benito Siciliano, se o senhor tem conhecimento de que procuradores de justiça chegaram a... Através de investigações, chegaram a assessores da diretoria de investimento da REAL GRANDEZA e, por conta disso, o senhor e o Sr. Jerônimo Monteiro vêm sendo investigados por suspeitas de levantarem dinheiro a partir das operações de ativos da REAL GRANDEZA, e que finalidade desse dinheiro era para ser distribuído para um grupo de Deputados Federais. O senhor tem conhecimento dessa acusação, nesses termos?

SR. BENITO SICILIANO: Não, senhor. O nobre Sub-relator já me fez esse questionamento e eu disse que não. Não tenho nenhuma informação--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Nunca ouviu falar?

SR. BENITO SICILIANO: Não. O Ministério Público não entrou em contato conosco, nenhuma acusação nesse sentido.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): O senhor chegava a ter contato com... Veja, pode até ter um contato normal, pode ter um parente, um vizinho, um irmão, mas fora dessa normalidade, o senhor chegava a ter contato com eventual grupo de Deputados Federais?

SR. BENITO SICILIANO: Não, senhor. O nobre Sub-relator fez esta mesma pergunta. Não, senhor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Ninguém, neste nosso conturbado universo, o senhor não conhece ninguém?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Muito bem. O senhor tomou conhecimento de uma carta, e eu tenho que frisar aqui que ela chegou anônima, em poder dos procuradores, que afirma

que essas operações da REAL GRANDEZA levantavam cerca de um milhão de reais por mês para serem distribuídos aos políticos?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Nunca ouviu falar dessa carta anônima?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Mesmo quando o senhor foi chamado porque houve uma quebra de confiança com a direção, nunca ninguém lhe falou absolutamente nada disso?

SR. BENITO SICILIANO: Não. Excelência, a quebra de confiança foi relativa àquela situação que eu expliquei, do BANCO SANTOS.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Perfeito. É sempre uma oportunidade de falar um pouco a respeito da situação. Muito bem. O senhor é um homem culto, preparado, a sua formação é em...

SR. BENITO SICILIANO: Eu sou economista.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Economista. Eu presumo que o senhor leia os jornais de grande circulação, pelo menos um ou dois deles por dia, todos os dias. O Estado de São Paulo, no dia 7 de julho passado ele noticiou aqui que... Vou ler na íntegra. "PT loteia Fundo de Pensão de FURNAS". E diz aqui que o loteamento inclui PP, PMDB PTB, partidos que vivem relação conflituosa e que já causaram prejuízo de cento e cinquenta e três milhões e seiscentos mil à Fundação.

SR. BENITO SICILIANO: Qual Fundação?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): REAL GRANDEZA. A direção da Fundação REAL GRANDEZA, Fundo de Pensão dos funcionários de FURNAS, que administra um patrimônio de 4,8 bilhões foi loteada por diferentes partidos políticos a exemplo do que ocorreu com outras empresas estatais. Este não é um assunto confidencial. Já se ouve falar em loteamentos de cargos, que aliás, não se ouve falar que tenha nascido só nesse Governo, se ouve falar com uma certa praxe de loteamento de cargos e agora, mais recentemente, de uns anos para cá, se usa a expressão aparelhamento do Governo. O senhor tinha essa informação de que os cargos eram distribuídos entre... Recomendados ou apaniguados por partidos políticos?

SR. BENITO SICILIANO: Essa informação eu ouvi pela imprensa. Falando pela REAL GRANDEZA, eu entrei por uma seleção curricular, fui promovido e saí sem apadrinhamento político.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Quanto tempo V.Sa. trabalhou na REAL GRANDEZA?

SR. BENITO SICILIANO: De 1992... Maio de 92 a fevereiro de 2005.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Estritamente técnica a sua...

SR. BENITO SICILIANO: A minha entrada na REAL GRANDEZA foi uma avaliação curricular. Eu já trabalhava numa outra Fundação, saí de lá, fui para a Real, começando como Analista de investimento sênior, na área de análise. Posteriormente, eu fui promovido a Gerente de análise de investimentos, em 97, e fiquei até fevereiro de 2005.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Mas, nesse período todo, os Diretores ou alguns desses Diretores não lhe procuravam e às vezes com pedidos. Pedidos, vamos deixar claramente “Seria bom se fizesse isso que poderia ter um ganho aqui ou poderia ajudar determinada causa acolá”, alguma coisa desse tipo? O senhor se recorda?

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, todos os investimentos que vinham para a Gerência de análise por que meio que fossem, eles iam para o comitê de investimento. Portanto, é muito difícil ter uma interferência política na Fundação REAL GRANDEZA, porque as decisões são feitas por unanimidade. Qualquer um que diz “Não vou aplicar por não gostar da cor da operação” a operação não ocorre. Portanto, é muito difícil qualquer tipo de interferência política na REAL GRANDEZA.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Muito difícil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe quem indicou o Dr. Jorge para a diretoria Financeira?

SR. BENITO SICILIANO: Não, senhor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): E esse assunto também de indicação V.Sa. nunca tratou com os seus chefes lá, os Diretores? Nas conversas e informalidades, quer dizer, imagino, eu antes de ser político já trabalhei em empresa, e a gente sempre tem aqueles momentos de informalidade, de conversa. Nunca esse assunto foi tratado “Olha, fulano está aqui por conta do partido “A”, do partido “B”, embora o senhor já tivesse lido a respeito desse tema, essa conversa não aflorava?

SR. BENITO SICILIANO: Não, senhor. A indicação da diretoria, indo um pouquinho além da sua pergunta, se o senhor me permite, o Diretor-presidente da REAL GRANDEZA ele era um membro do Conselho da REAL GRANDEZA, eleito pelos participantes. Então,

ele tinha todas as credenciais para ser Presidente da Fundação. Ele conhecia a Fundação muito bem. O Dr. Jorge Freitas que foi o outro Diretor ele trabalhou em FURNAS, em diversas áreas, com uma grande experiência na Fundação REAL GRANDEZA, inclusive com acerto de contas entre FURNAS e a Fundação REAL GRANDEZA. Portanto, eram pessoas extremamente qualificadas para ir para a REAL GRANDEZA.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): No caso do Dr. Freitas?

SR. BENITO SICILIANO: O Dr. Freitas e o Dr. Marcos Antônio Carvalho Gomes. Ambos eram muito qualificados para o cargo que exerciam na Fundação.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Porque há uma informação que chegou aqui até nós aqui pela assessoria, que quando o Dr. Freitas foi afastado da diretoria... Aliás, minto, quando ele afastou o Gerente, e cita aqui o seu nome, “Benito Siciliano, depois de uma auditoria externa, ele confirmou que ele estava privilegiando o risco das aplicações”, e diz mais, diz que “O Gomes”... Quem é o Gomes que se refere aqui?

SR. BENITO SICILIANO: O Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era o Diretor-presidente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): O Diretor-presidente. Teria recebido ameaças, sobretudo de integrantes, e aqui diz claramente “Do Partido Trabalhista Brasileiro”. Isso nunca chegou ao conhecimento de V.Sa?

SR. BENITO SICILIANO: Chegou através de jornais, Excelência.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Através de jornal V.Sa. tomou conhecimento disso?

SR. BENITO SICILIANO: Tomei. Mas isso não ocorreu na REAL GRANDEZA. Eu expliquei mais cedo para o nobre Sub-relator.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Alexandre Athayde chega a fazer referências também a pressões do Ex-tesoureiro do PT, Sr. Delúbio Soares pela manutenção do Sr. Benito. Então existem denúncias de que o próprio Delúbio Soares teria participado dessas pressões sobre o Ex-presidente da REAL GRANDEZA.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Disso, evidentemente, o senhor...

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, eu já fui apadrinhado, pelo que a gente está conversando hoje aqui, pelo PTB, pelo Marcelo Sereno, pelo Delúbio, falta mais quem?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Não, veja, eu não estou... Eu estou aqui relatando--

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, eu entrei por uma avaliação curricular, fiquei cinco anos como Analista de investimento sênior, fui promovido a Gerente de análise de investimento pelo Diretor, à época. E saí de lá em fevereiro de 2005, e estou desempregado, desde então.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Tudo bem. Eu não ponho dúvida no que o senhor está falando, o senhor tem origem no mercado, é um profissional, com certeza, altamente competente, eu não estou questionando isso--

SR. BENITO SICILIANO: Obrigado. Eu também não estou--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): --Mas, o que me causa aqui uma certa espécie é que... E o senhor estranha... Dizer “Não, eu já fui acusado de ser apadrinhado pelo PTB, pelo PP”, enfim, por qualquer outro partido, mas, na verdade, e V.Sa. confirmou que lê os jornais, percebeu que esse esquema todo que era, de certa forma, capitaneado pelos Sr. Delúbio Soares servia aos interesses de partidos ou de integrantes de partidos que compunham a base do Governo. Portanto, não seria de se estranhar se, porventura a sua ação, eu estou colocando, porventura a sua ação ela trouxesse esses benefícios que foram depois reconhecidos e confessados por Delúbio Soares, trouxesse esses benefícios seria natural que o senhor tivesse proteção de mais de um. Não seria de causar espécie. O senhor disse que não desconhece que o Delúbio Soares ele capitaneava todo esse esquema. Isso, certamente como leitor de jornal, pelo menos, o senhor deve ter visto. Correto?

SR. BENITO SICILIANO: Hum-hum.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Muito bem. Mas o senhor nega que, lá dentro, pelo menos, o senhor tenha tido conhecimento de qualquer ameaça desse tipo, que tenha chegado ao Diretor. Sr. Relator, por enquanto, o que eu tenho a perguntar é isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço. Antes de devolver a palavra ao nosso Deputado Carlos Willian que está reinscrito, eu queria lhe fazer duas indagações, Dr. Benito. Primeiro, o senhor falou aqui do seu imóvel, do seu apartamento, que está declarado no seu Imposto de Renda com valor de aproximadamente novecentos e... Novecentos e poucos mil reais. Inicialmente, colocado com setecentos mil, depois foi feita uma mudança para novecentos mil, segundo as benfeitorias que o senhor realizou. Onde

é que ele fica, exatamente, localizado, na cidade do Rio de Janeiro?

SR. BENITO SICILIANO: No Leblon.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele é de frente para o mar?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é. Quantos metros quadrados tem o seu apartamento?

SR. BENITO SICILIANO: 297.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Seria interessante chamar um dos nossos parlamentares cariocas para saber se um apartamento de 297m² quadrados no Leblon, de fato, vale de setecentos a novecentos mil reais. Eu não tenho base para julgar, porém as referências muito por alto que tenho é que, em geral, esses imóveis tem um valor muito acima do que o senhor declarou. Mas, muito bem, o senhor autorizaria a esta CPMI, voluntariamente, a transferir o seu sigilo bancário, fiscal e telefônico?

SR. BENITO SICILIANO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agradeço. E devolvo a palavra ao Deputado Carlos Willian. V.Exa. disporá de mais cinco minutos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): V.Exa. voltou. Disse que depois que eu fosse reinscrito eu teria o tempo necessário. Mas, não vou passar muito não. Eu só quero, nobre Relator, é voltar um pouquinho no cerne da questão, porque essas questões burocráticas, de elogios à diretoria de que foi tudo feito dentro da lei, isso, sinceramente, eu já deixei de lado. Eu quero saber algumas situações que é do conhecimento público e que a gente precisa ter conhecimento, saber como é que funciona, como é que são as coisas. Por exemplo, durante a sua gestão na REAL GRANDEZA foi feita uma operação de venda de opções de petróleo Ipiranga na NORSUL Corretora, intermediada pelo corretor Newton. Foi comprado pelo Sr. Antônio José Carneiro, através da corretora AGENDA Corretora. O senhor tem conhecimento dessa operação?

SR. BENITO SICILIANO: Não, senhor. Eu não lembro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A operação.

SR. BENITO SICILIANO: Não lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual o valor, Deputado, o senhor sabe? O valor dessa operação?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não. Operação alta. O senhor poderia me falar sobre o

relacionamento do senhor com o Sr. Sérgio Chermont de Britto, ex-sócio do Escritório de advocacia Gouveia Vieira, o atual Presidente da FIRJAN, Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, dono da Petróleo Ipiranga e Antônio José Carneiro, fundador do BANCO MULTIPLIC e ex-sócio de Ronaldo César Coelho?

SR. BENITO SICILIANO: O Sr. Sérgio Chermont é um notório Advogado, conhecido no Rio de Janeiro, não tenho nenhuma relação com ele. O conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não tem nenhuma relação com ele? Nada?

SR. BENITO SICILIANO: Não. Eu o conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Olha, está aqui, se o nobre Presidente permitir, assim como o senhor permitiu a quebra espontânea do sigilo bancário, um termo de compromisso referente à conta no exterior, se por acaso o senhor for o beneficiário da conta denominada estanhori(F) no Banco MERRILL LYNCH, em Nova York, para que possa fazer esse repatriamento que o senhor se comprometeu em assinar, obviamente, depois de ouvir o nobre colega Advogado. A outra via aqui, por favor. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, eu gostaria apenas de sugerir que, como o senhor Benito publicamente assumiu compromisso, tanto com relação a essa conta estanhori(F), no Banco MERRILL LYNCH, como em relação à transferência do sigilo dele, eu gostaria de sugerir então que logo após encerrarmos todos os questionamentos, ele, com o seu Advogado, encontrem um bom termo de declaração e conjuntamente com V.Exa. e com a Sub-relatoria ele possa assinar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois bem. Essa apresentação do Imposto de Renda que o senhor apresentou aqui nesta CPMI, ela foi feita na época determinado pelo fisco ou ela foi retificada? [soa a campanha].

SR. BENITO SICILIANO: Eu sempre declarei meu Imposto de Renda dentro dos prazos normais de qualquer cidadão.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ela não tem retificação, não? Complementação?

SR. BENITO SICILIANO: Não. Essa declaração não tem nenhuma retificação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor comprou algum apartamento na Lagoa, no Rio de Janeiro, em nome da Sociedade ARAGONA, cujo procurador, na escritura, é um conhecido Advogado especializado nesse tipo de operação, o Sr. Sérgio Chermont de Britto?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece a Sociedade ARAGONA?

SR. BENITO SICILIANO: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nobre Relator, as informações que eu tenho é que essa *offshore* denominada ARAGONA tem como beneficiário o Sr. Benito Siciliano, que também estou entrando com o requerimento para a quebra de sigilo fiscal e telefônico. Eu acho que assim nós vamos começar a comprovar essas operações. A qual eu vou pedir apoio aos membros da CPMI e também a V.Exa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, terá o apoio, agora, eu queria informar a V.Exa. que lhe darei mais três minutos e aí encerraremos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Está certo. O Sr. Conhece uma mansão, situada na Rua das Hortênsias, número 700, denominada Casa dos Arcos, no condomínio Maria Comprido, em Petrópolis, Rio de Janeiro?

SR. BENITO SICILIANO: Não é uma mansão, Excelência,

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não é não?

SR. BENITO SICILIANO: É uma residência que eu tenho na Serra, também declarada no meu Imposto de Renda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Avaliado em quanto?

SR. BENITO SICILIANO: Na época que eu comprei, foi em 1999, eu comprei em inventário, e a carta de adjudicação saiu tem dois anos. Então, eu comprei por noventa mil reais, em 1999.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Jerônimo... Quantos metros quadrados tem a casa, e o terreno?

SR. BENITO SICILIANO: Cerca de 300m² tem a casa, cerca de 1800, o terreno. Foi em 1999.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E de lá para cá houve valorização desse terreno?

SR. BENITO SICILIANO: A Serra não está com muita valorização, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, ele está valendo noventa mil reais?

SR. BENITO SICILIANO: Noventa mil reais, foi o valor que nós pagamos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, é o que está declarado no seu Imposto de Renda.

SR. BENITO SICILIANO: --Há sete, oito anos atrás.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, é o que continua declarado no Imposto de Renda de V.Sa.

SR. BENITO SICILIANO: Não. Houve algumas benfeitorias, porque a casa era velha. Portanto, está declarado no meu Imposto de Renda. Inclusive as benfeitorias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas está declarado por quanto?

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, teria que olhar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não. Lhe darei um tempo adicional, Deputado.

SR. BENITO SICILIANO: Cento e dez mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o senhor vende por cento e dez mil reais essa casa? [soa a campainha].

SR. BENITO SICILIANO: Essa foi uma operação feita em 1999.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas o senhor declara no seu Imposto de Renda como ela valendo cento e dez mil reais.

SR. BENITO SICILIANO: Mas eu declaro aquele valor que eu paguei, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De fato, já existem duas dúvidas com relação à declaração de Imposto de Renda do Sr. Benito. O valor exato dessa propriedade, na Serra, e do seu apartamento, no Leblon.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, o Sr. Jerônimo Sá era o outro Gerente da REAL GRANDEZA. O senhor tinha muito relacionamento com ele? Tinha alguma sociedade...?

SR. BENITO SICILIANO: Nenhuma, Excelência.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ele também foi... Apareceu na imprensa com possível enriquecimento ilícito. Agora, ele comprou um apartamento no condomínio Golden Crain(F) no Rio de Janeiro, no valor de três milhões de reais. A escritura só foi passada por seiscentos e cinquenta mil reais. Esse mesmo condomínio é onde mora o banqueiro Cacciola, é onde mora o jogador Ronaldinho, o Romário, e outros milionários. O senhor acha que um Gerente da REAL GRANDEZA teria condições de adquirir um patrimônio dessa magnitude?

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, ele era Assistente da diretoria. Ele não era Gerente. Eu não conheço a vida do Jerônimo na intimidade para saber se ele tinha recursos ou não para comprar o imóvel.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele trabalhou na REAL GRANDEZA até que ano?

SR. BENITO SICILIANO: Até 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, saiu com o senhor?

SR. BENITO SICILIANO: Não. Eu saí em fevereiro, ele saiu em agosto ou setembro de 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quanto é que ele recebia, em média, mensalmente na REAL GRANDEZA?

SR. BENITO SICILIANO: Não sei, Excelência.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Qual é a fonte de renda do senhor hoje?

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, nenhuma.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nada? [soa a campainha].

SR. BENITO SICILIANO: Nada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu faço questão de encerrar mantendo as minhas palavras iniciais sobre o “colarinho branco”. Vou buscar avaliação desse apartamento, mais estes dados, e aí, meu Nobre Relator, eu já vou fazer, eu acho que regimentalmente existe a necessidade de reconvocar o Sr. Siciliano para, de novo, com novos dados voltar a esta CPML. Eu agradeço pela oportunidade e peço desculpas por ter consumido tamanho tempo de V.Exas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é regimental e, dado ao precedente do Deputado Carlos Willian, eu quero conceder a palavra ao Deputado Antônio Carlos Pannunzio que está reinscrito.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): É só, Sr. Relator, apenas uma perguntinha bastante sucinta. Eu pergunto ao Sr. Benito Siciliano se a gerência de análise, ela tem o poder de anular qualquer operação que esteja um curso?

SR. BENITO SICILIANO: Anular?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Por exemplo, os operadores decidiram fazer algumas operação, seja investimento, seja compra. A gerência de análise não tem esse poder?

SR. BENITO SICILIANO: Não, não tem o poder.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): E, caso contrário, se a gerência de análise

se perceber que uma determinada operação envolva riscos que passem, ultrapassem o limite daquilo que seria o desejável, ela não poderia reverter essas operações?

SR. BENITO SICILIANO: Excelência, nós temos que levar tudo ao comitê de investimentos, portanto, depois que chega no comitê de investimentos, é tomada a decisão. Só se for uma coisa assim muito grave, muito forte, a diretoria entra em contato com o comitê e cria um comitê extraordinário.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Então, se eu entendi adequadamente, uma vez que dessa área eu sou totalmente leigo, as operações elas são, vamos dizer assim, resolvidas pelos operadores diretos, não é a gerência que indica o que deve ser comprado, o que deve ser vendido. Qualquer alteração naquilo que foi feito volta para a diretoria que, numa plenária, é que pode decidir sobre anulação ou não.

SR. BENITO SICILIANO: Quando a operação está feita não tem retorno, Excelência.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu só queria entender exatamente, então... Me perdoe, é porque sou leigo, entender o papel da gerência de análise.

SR. BENITO SICILIANO: A gerência de análise recomenda, ela estuda todo o cenário macroeconômico, microeconômico, ela dá informações sobre taxa mínima de adotividade, sobre risco bancário [soa a campainha]. Ela assessora o diretor de investimento, para poder tomar a decisão. E aí a decisão é tomada por unanimidade.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Está bem. Obrigado, Sr. Relator.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Relator, Pela Ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu só gostaria de ficar bem entendido o seguinte, o documento que ele se comprometeu a assinar vai ser assinado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora. Eu só peço que V.Exa. chegue a um termo comum, inclusive, com o apoio da consultoria da CPI para que, juridicamente, não haja dúvida. Mas o documento será assinado pelo Sr. Benito. Os dois, tanto o que autoriza a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico e o que autoriza um eventual repatriamento de recursos que estejam depositados, se for o caso, na conta estanhori(F), na eventualidade de ele ser beneficiário dessa conta.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Ok. Então, eu gostaria só de... Já está os dados aí da conta, de deixar só para que a Assessoria Jurídica da CPMI providenciasse. Eu não gostaria de participar do texto do documento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicito à assessoria da CPI que, inclusive com o apoio da nossa equipe, proceda as duas redações em entendimento com o Advogado do depoente. Eu agradeço a participação do Sr. Benito Siciliano, quero informar que vou suspender os nossos trabalhos... São 13h15 minutos, aproximadamente. Suspenderei até as 14h para que haja um tempo e uma pausa para, se não um almoço, pelo menos um lanche e às 14h nós retomaremos ouvindo o Sr. Carlos Guerra, é que é representante do BANCO SANTOS, importante chamar atenção disso, e os Srs. David de Jesus e Marcos César, representantes da Administradora QUALITY. Informo também da ausência, do não comparecimento da Fabiana Carnaval Carneiro, para o quê nós, inclusive, já solicitamos providência à Polícia Federal no sentido de que use da coerção e de que possa fazê-la vir a esta CPMI. Então, neste momento está suspensa a nossa reunião. (2:33)

Sessão suspensa às 13h13.

Sessão reaberta às 14h16.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro reaberta a 13ª Reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. Dando continuidade às oitivas previstas para o dia de hoje, eu convido para que tome assento à Mesa dos Trabalhos o senhor Carlos Eduardo Guerra de Figueiredo. O senhor Carlos Eduardo comparece a esta CPMI na condição de testemunha e como tal, já assinou o termo de compromisso que se encontra sobre a mesa. Eu indago a Vossa Senhoria, se por acaso, o senhor faz-se acompanhar de advogado?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Estou sem advogado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é de praxe da nossa CPMI, eu concederei a palavra a Vossa Senhoria, para que seja feita uma apresentação inicial, para que o senhor possa fazer a sua qualificação profissional, possa relatar aqui um breve histórico das suas atividades e sintá-se à vontade, para apresentar qualquer tipo de informação em caráter preliminar que o senhor considere importante para ajudar nessa oitiva que nós faremos no dia de hoje. De tal forma que, imediatamente eu concedo a palavra ao senhor Dr. Carlos.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Obrigado. O meu nome é Carlos Eduardo Guerra de Figueiredo, sou Economista. Iniciei minhas atividades no mercado financeiro em 1980, pelo BANCO REAL. Em 86 passei a integrar o GRUPO SANTOS, trabalhei na parte de open marketing, na corretora e, depois posteriormente, na parte de renda variável. Em 99, em 1999, eu fui solicitado, me solicitaram que montasse uma ASSET, estruturasse uma ASSET. Eu comecei a estruturar a SANTOS ASSET MANAGEMENT em 99, e fiquei lá até 2004. Eu trabalhava na ASSET como Diretor, Diretor Comercial e Administrativo da ASSET. E sou Economista formado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tinha alguma participação na SANTOS ASSET?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Eu era Diretor. Participação acionária não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Nenhuma participação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor era estritamente um funcionário da empresa?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Exato, Diretor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Recapitulando, então. Em 1986, o senhor entrou no BANCO SANTOS. Inicialmente trabalhou na área de open marketing, depois passou para área de renda variável, até que em 99, o senhor estruturou a ASSET do BANCO SANTOS.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Exatamente. Em 86 não existia o Banco, era só SANTOS CORRETORA, o Banco foi a partir, o Banco múltiplo a partir de 88, e o Banco comercial, eu acho que em 92 ou 93. Em 86, era só corretora de valores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor ingressou em 86, na corretora, quem lhe fez o convite para trabalhar com o grupo do BANCO SANTOS?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Na época foi o próprio Dr. Edegar Cid Ferreira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já conhecia o Dr. Edegar?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não, não conhecia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não

conhecia ele, mas então eu pressuponho que ele teve referências do senhor a partir do mercado, é isso?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Sim, exatamente. Ele tinha uma relação de amizade com um tio meu, e quando o Dr. Edegar mencionou a intenção de montar uma mesa de open, esse meu tio me indicou, dizendo que eu trabalhava na mesa de open do BANCO REAL, que já era uma pessoa experiente no BANCO REAL em open, e o Dr. Edegar na época, me chamou para conversar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor passou quanto tempo no BANCO REAL?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: De 81 a final de 85.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E antes disso?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Antes disso eu trabalhei com despacho aduaneiro com meu pai em Santos, mas foi um ano e meio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor deve saber que a nossa investigação, ela cobre o período do ano de 2000 até o ano de 2005. E vai nos interessar ter várias informações a respeito das atividades da ASSET do BANCO SANTOS. Eu questionaria ao senhor o seguinte, nesse período que o senhor foi Diretor da ASSET, o senhor se reportava diretamente ao Dr. Edegar ou havia, ainda, um outro nível hierárquico entre vocês dois?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Sim. A SANTOS ASSET ela era segregada do Banco por força de legislação, é o chamado Chinese Wall, nós inclusive quando estruturamos a ASSET, já estruturamos ela segregada fisicamente, em termos de sistema e equipe segregada. Nós tínhamos um corpo próprio, esse corpo próprio se reportava a mim e, como quem controlava a ASSET em termos acionários era o Banco, eu me reportava ao Diretor-Superintendente do Banco, o senhor Mário Martinelli.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor se reportava a ele. Agora, o senhor tinha contatos permanentes com o Dr. Edegar Cid Ferreira?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: O meu contato com o Dr. Edegar era uma frequência provavelmente mensal, quando nós tínhamos comitês em que a ASSET apresentava o resultado para o acionista, o resultado de performance daquele mês. Então, o meu contato com o Dr. Edegar, nessa época de 99 e 2000 para frente, era eventualmente mensal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A ASSET possuía quantos funcionários?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: A ASSET possuía em torno de 25 funcionários, 25 a 30 funcionários. No prédio de ASSET nós segregamos também toda parte de processamento de Carteiras de Fundos, para que toda a área de Fundos de Investimento ficasse segregado da atividade do Banco, do prédio do Banco. Então, toda as atividades de administração de Fundos e gestão de Fundos, ficava segregada numa unidade num prédio separado do Banco. A ASSET tinha 25, 30 pessoas, mais 10 de processamento, o grupo naquela unidade era de 40 pessoas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor faz idéia que a maioria dos Parlamentares, até por força das atividades do dia-a-dia não têm um conhecimento pleno de quais são as funções de uma ASSET. Claro, que aqueles que estão acompanhando mais de perto a Sub-relatoria já têm, eu diria que, uma compreensão melhor, porque estão se inteirando do assunto. Mas seria interessante em termos ilustrativos, que o senhor pudesse nos dizer exatamente, quais eram as principais atividades da ASSET do BANCO SANTOS.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Perfeito. Eu para responder com plenitude a essa pergunta, eu gostaria de responder, também, o que faz o administrador de recurso que são as duas atividades. O administrador de recurso que se chama administrador legal, é a instituição financeira que responde pelos produtos, pelos Fundos de Investimento perante o Banco Central e a CVM. Os produtos geridos são desse administrador de recursos legais, ou seja, o Banco no caso, o nosso, era o administrador legal dos produtos. E o Banco, ele por força de legislação ele tem que segregar a gestão da parte da tesouraria. Isso pode ser feito de duas maneiras, ou se coloca a gestão da ASSET num andar separado da tesouraria, distante da tesouraria, ou se segrega totalmente, inclusive fisicamente essa ASSET. No nosso caso, nós optamos por ter uma segregação total física. No caso o que o administrador faz? Ele contrata a ASSET para fazer a gestão de recursos, ou seja, a administrar a política de investimento daqueles produtos e fazer a intermediação com o mercado das compras e vendas dos papéis, e basicamente fazer um controle de gestão das carteiras e dos ativos. Existe um regulamento de cada fundo que é o mandato, e o gestor em cima daquela política de investimento vai buscar a melhor performance para cada produto. Então, resumidamente. O administrador legal é o dono do produto perante, é

o responsável pelo produto perante CVM e o BANCO CENTRAL. E gestor é uma figura em que o administrador contrata para fazer a gestão daqueles ativos dentro do fundo. Não sei se eu fui claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro que sim. É verdade que o BANCO SANTOS, tanto funcionou em determinados momentos como administrador de recursos de terceiros, inclusive de Fundos de Pensão, como também trabalhou na gestão de Fundos Exclusivos ligados a Fundos de Pensão. O senhor confirma isso?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. O Banco nunca foi gestor, o Banco era o administrador legal. A gestão sempre foi delegada a ASSET.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É isso.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: É isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É que o senhor fez a separação muito bem.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: O Banco não poderia exercer administração e gestão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tanto essa parte de administração como a de gestão vinculada a ASSET, estavam subordinados aos auspícios de Vossa Senhoria?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Sim. A administração de recurso de terceiros e a gestão, ou seja, todo o escopo que cuidava de recursos de terceiros Fundos de Investimento, estavam sobre a minha responsabilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Rivaldo Dias trabalhava na ASSET, o senhor confirma?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Nós tínhamos dois Rivaldos. O Rivaldo Dias era o pai, ele não trabalhava na ASSET. Quem trabalhava na ASSET como Consultor, era Rivaldo Ferreira Filho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Rivaldo Ferreira Filho é sobrinho do Edemar?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: É sobrinho do Dr. Edemar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é a relação do Rivaldo com o Edemar? Ele era filho da irmã do Edemar?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Exatamente. O Rivaldo, ele é filho da irmã do Dr. Edemar a dona Edna.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dona Edna. Qual era a função do Rivaldo Ferreira na ASSET?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: O Rivaldo Ferreira ele era um Consultor. Ele foi para a ASSET em 2003, praticamente no início de 2003, para desenvolver, melhorar o nosso desempenho comercial, as nossas plataformas comerciais. Então, ele tinha uma missão de melhorar a nossa plataforma private, que a ASSET tinha uma plataforma private e estabelecer uma nova plataforma, que era uma plataforma de captação de pessoa jurídica, PJ, empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, ele realizava um trabalho de buscar, captar novos clientes, para que se somassem aos clientes que a ASSET já possuía e, assim, ampliassem o leque de trabalho da empresa?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Exato, na área comercial, tanto private como pessoa jurídica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Antes dele trabalhar na ASSET do BANCO SANTOS ele trabalhava onde?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Ele foi Diretor do BANCO SANTOS. Ele foi ligado ao Banco desde o início de 86, trabalhou no Banco até 2001, se eu não estou enganado, e se desligou da instituição, saiu da instituição, não participava mais no quadro diretivo. Voltou só em 2003, mas já segregado na ASSET sem nenhuma participação diretiva.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A ASSET foi estruturada em 99, desde que ano ela passou a operar com Fundos de Pensão?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Bom, nós levamos praticamente um ano e meio, para desenvolver uma ferramenta que nós considerávamos que era o diferencial de captação da ASSET, que era uma ferramenta chamada carteira on-line, que disponibilizava carteira aberta com todos os seus ativos pela Internet, através de senha. Disponibilizava controle de risco pela Internet e disponibilizava controle de performance pela Internet. Era um sistema muito sofisticado e nós levamos um ano e meio para implementar esse sistema. Para o senhor ter uma idéia Deputado, hoje em dois 2006 eu não conheço nenhuma instituição que tenha um sistema de transparência como a SANTOS ASSET tinha em 2000. Como nós

levamos um ano e meio para estruturar esse sistema, nós começamos a trabalhar efetivamente com Fundos de Pensão numa prospecção mais forte, eu acredito que em 2001.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 2001. O senhor poderia aqui fazer uma citação dos principais Fundos de Pensão, com que a ASSET do BANCO SANTOS operou de 2001 a 2004?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Os principais?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu gostaria só a título de observação para ajudar o senhor, que o senhor ficasse mais vinculado aos Fundos de Pensão ligados a empresas estatais.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Certo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: CENTRUS. Nós tivemos a REAL GRANDEZA, com Fundo Exclusivo. A REAL GRANDEZA com Fundo Exclusivo. A GEAP, Fundo Exclusivo. Todos que eu estou falando são Fundos Exclusivos, tá?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Perfeito.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: A PRECE teve um período muito curto, de outubro de 2002 a março de 2003, esses acho que foram os principais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): CENTRUS, REAL GRANDEZA, GEAP e PRECE.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: É. Acho que foram os principais, talvez me tenha fugido algum maior ainda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor se recorda quantos Fundos Exclusivos e por que período geriu vinculados à CENTRUS?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Um Fundo Exclusivo só, a CENTRUS tinha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando foi?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Eu acredito que 2002 em diante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A 2004.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E com a REAL GRANDEZA?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Com a REAL GRANDEZA, eu acredito que foi um Fundo só AUCHAN, ela tinha um FAQ que comprava cotas do Fundo, mas efetivamente foi um fundo só, também desse período de final de 2001 e 2002 para frente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a GEAP?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: A GEAP também, basicamente essas Fundações começaram a entrar na nossa carteira em função de sistema de transparência, nós colocamos esse sistema no ar em meados de 2000 para 2001. Então, nós levamos seis meses, um ano, fazendo o trabalho de demonstrar esse sistema para as Fundações. E era um sistema que as Fundações tinham uma demanda muito grande por transparência. Então, começou a frutificar esse trabalho em 2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Como administrador de recursos de Fundos de Pensão, a partir de quando o BANCO SANTOS, na sua estrutura como um todo, passou a exercer essas atividades?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: De administrador?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Olha, o Banco ele passou a ser Banco múltiplo em 88. Eu me lembro que já existiam Fundos, um fundo de renda variável, na época da SANTOS CORRETORA. A SANTOS CORRETORIA, era uma instituição financeira que podia administrar Fundos de Renda Variável. Eu acho que desde 95, já havia um Fundo de Investimento ou dois, do portfólio da SANTOS CORRETORA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, mais propriamente focando em Fundos de Pensão Estaduais, quando é que isso aconteceu e com quem isso aconteceu?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Em Fundos de Investimentos, foi a partir da disponibilização desse sistema de carteira on-line, 2001 a 2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com quais Fundações os senhores trabalhavam?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Com essas que eu citei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essas mesmas Fundações.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Essas Fundações foram --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então os senhores além de terem realizado atividades de gestor de Fundos Exclusivos, também em determinado momento, administraram recursos vinculados a esses Fundos de Pensão?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: O Banco era administrador e a ASSET era gestora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Mas em Fundos, só em Fundos de Investimentos. A carteira, por exemplo, de outros ativos como CDB ou debêntures, não fazia parte do escopo da SANTOS ASSET. Nós não podíamos fazer gestão de qualquer outro ativo que estivesse fora de um Fundo de Investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Focando principalmente nesses quatro Fundos de Pensão, pelo menos para início de conversa, como é que se dava a negociação com essas Instituições, para que elas decidissem contratar a SANTOS ASSET para fazer a gestão de Fundos Exclusivos a ela relacionados? Como é que se dava essa negociação? Que tipo de discussão acontecia? Quem eram os representantes dos Fundos de Pensão que estabeleciam uma relação mais direta com a SANTOS ASSET?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Bom Deputado, na realidade quem fazia a aproximação comercial com os Fundos de Pensão não era a ASSET, era o Banco através da sua plataforma de captação institucional. O Banco tinha uma plataforma de captação institucional que se relacionava com todos os Fundos de Pensão. Então, toda a ação comercial era feita pelo Banco, pelos officer's do Banco. Em determinado momento em que evoluía essa negociação comercial, essa Diretoria de Captação Institucional do Banco chamava um representante da ASSET para fazer uma apresentação comercial, uma apresentação institucional da ASSET, sobre os produtos e sobre as suas ferramentas. Então, o processo era esse. A aproximação comercial era feita por uma Diretoria Comercial do Banco, chamada Diretoria de Captação Institucional, em determinado momento essa Diretoria convocava alguém de ASSET para apresentar a ASSET e as suas ferramentas. Era esse o processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A ASSET não tinha liberdade para diretamente recorrer a essas Fundações e propor a realização de um negócio em conjunto?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Não acontecia isso, não. Normalmente partia da plataforma de captação institucional. Se eventualmente, alguma Fundação nos procurasse diretamente, nós imediatamente comunicávamos a Diretoria Institucional que nós estávamos sendo procurados, e daí se fazia um trabalho comercial em conjunto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era o Diretor de Captação Institucional do Banco SANTOS?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Era o senhor José Mariano Drumond, o Juca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele trabalhou no BANCO SANTOS até quando?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Até a intervenção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até a intervenção.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, durante todo esse período de 2001 a 2004, ele foi o responsável pela Diretoria de Captação Institucional?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Desculpe, Deputado até...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto ao senhor o seguinte, se de 2001 a 2004, foi o senhor Juca o responsável pela Diretoria de Captação Institucional?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não, nesse período todo não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando é que ele assumiu essa função?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Ele assumiu essa função em 2002, provavelmente em 2002, porque houve uma reformulação na Diretoria Institucional, e ela foi *splitada*, ela foi regionalizada, e teve uma época que não tinha um diretor responsável por toda as plataformas, elas foram regionalizadas, mas a partir de final, meados de 2002, 2003, o Juca começou a capitanear novamente essa plataforma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Depois de preparada a negociação imagino eu, que a ASSET através da sua equipe, passava a executar aquilo que havia sido estabelecido pela Diretoria de Captação Institucional com o Fundo de Pensão, e dava todo o acompanhamento a gestão daquele Fundo Exclusivo que estava sob seus cuidados. Então, eu pergunto: quem dentro da ASSET tinha uma interface mais próxima, tinha um contato mais constante com esses Fundos de Pensão?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Em termos operacionais do dia-a-dia da gestão era a Mesa, eram os Gestores de Mesa da ASSET. Esses Gestores é que diariamente conversavam com os representantes das Fundações, a Gerência e tal, para falar sobre mercado, falar sobre cenário, falar sobre questões de oportunidade de negócios. Então, a Mesa da ASSET é que se relacionava com as Mesas de Gestão dos Fundos de Pensão ou com os Gerentes responsáveis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porém, se a eventualmente acontecesse algum problema, o senhor poderia ser acionado para manter contato com esses dirigentes?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Sem dúvida. Nós tínhamos na ASSET superintendências, Superintendência Comercial, Superintendência Administrativa, e uma Superintendência de Gestão. Qualquer uma dessas Superintendências que deparasse com um algum problema eles levavam esse problema a mim, e a gente tentava de alguma forma solucionar em qualquer área.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor se recorda com quais Diretores de Fundos de Pensão, durante esse período o senhor manteve contato?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Na realidade como eu falei, o contato mais próximo comercial era da Diretoria Comercial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A partir de 2003, passou a ser realizado pelo seu Rivaldo.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: 2003, pelo seu Juca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor falou da Diretoria Comercial.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Comercial do Banco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ah, do Banco, não da ASSET.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Isso. O contato comercial era sempre feito pela Diretoria Comercial Institucional do Banco, eles é que tinham contato com os Dirigentes das Fundações. O nosso contato em termos de ASSET era mais próximo com a gestão da Fundação, com os Gestores da Fundação. Eventualmente nós tínhamos contato com os dirigentes em apresentações institucionais e apresentação do cenário. Por exemplo, eu vou dar um exemplo típico. A FUNDAÇÃO CENTRUS, nós íamos praticamente a cada 40 dias com o economista-chefe fazer uma apresentação de cenário econômico e de mercado. Nesse caso quem nos recebia era o Diretor Financeiro, o senhor Ricardo Melo, se eu não estou enganado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas quando o senhor disse que tinha um contato direto com os Gestores desses Fundos, o senhor quer ser referir aos Gerentes de Investimentos dos Fundos, é isso?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: É a Mesa de Gestão da ASSET que tinha um contato mais direto com Gerentes de Investimentos. Cada Fundação dependendo do tamanho da Fundação tinha uma estrutura de gestão diferente. As grandes Fundações tinham Mesas de operações estruturadas de gestão. Fundações médias tinham um Gerente de Investimento e mais uma ou duas pessoas que apoiavam. As Fundações menores nem isso tinham, às vezes, o próprio Diretor Financeiro fazia o mesmo papel em função do tamanho da disponibilidade de recursos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Durante todo esse período de dois a três anos em algum momento, o senhor foi chamado por algum dirigente de Fundo de Pensão para questioná-lo a respeito de determinada decisão ou determinado procedimento adotado pela ASSET, na gestão dos Fundos Exclusivos?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Que eu me recorde não, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca houve nenhum problema que chamasse a atenção dos Fundos e que provocasse um pedido de audiência com o senhor, para que aquele problema fosse explicitado e, de repente, uma solução informações encontrada?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Dessa forma, não. Eu me lembro de um caso que foi ao inverso. Nós identificamos um problema e convocamos uma reunião para expor o problema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi esse caso?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Esse caso foi em outubro de 2002, quando nós recebemos os Fundos de Pensão da PRECE, nós fazemos uma checagem de todas as carteiras e quando nós recebemos esses Fundos, nós verificamos que haviam provisionamentos na carteira, ou seja, lançamentos contábeis que não tinham correspondência em ativo e que nós precisaríamos fazer ajuste nessa carteira. Quando nós passamos a fazer um ajuste provavelmente, iria, fatalmente iria ter uma perda de patrimônio em função desse ajuste contábil. Como foi um problema em que nos foi transferido pelo antigo administrador, nós contratamos a Auditoria ERNEST & YOUNG para comprovar os lançamentos que estavam incorretos. A ERNEST & YOUNG documentou isto e, daí sim, nós levamos a PRECE, para dizer que os ajustes que precisariam ser feitos na carteira poderiam e deveriam impactar negativamente a carteira. Da mesma forma quando nós transferimos esses Fundos para o próximo administrador.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para QUALITY.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Exato. Nós pedimos uma nova auditoria, para que se certificasse da maneira em que nós recebemos a carteira todos os ajustes que precisavam ser feitos e, da maneira em que essa carteira foi repassada para a QUALITY. Eu não fiquei com cópia dessa auditoria, mas com certeza, a ERNEST & YOUNG deve ter ou a própria PRECE, elencando o que nós achamos de lançamentos equivocados em termos de carteira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não fez referência a NÚCLEOS, mas o senhor se recorda já chegou a gerir algum fundo vinculado a NÚCLEOS.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Ah, sim. Não gerir, o Banco foi administrador, a ASSET não fez a gestão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Banco foi administrador?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Hum, hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Banco foi administrador de Fundos da CENTRUS, REAL GRANDEZA, GEAP, PRECE e NÚCLEOS.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Foi administrador.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mais algum não tenha sido citado?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Do que... Desses nomes que estão...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós temos 14 Fundos de Pensão em análise, sendo que um é a SISTEL, que é um fundo privado não pode ser considerado são, 13, portanto.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Eu acho que os principais são esses, Deputado. Eu não recordo... A minha falha de memória eu acho que foi NUCLEOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já ocorreu algum caso o que BANCO SANTOS ele fosse responsável ao mesmo tempo pela administração, pela gestão e pela precificação de um determinado Fundo Exclusivo?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não Deputado, eu acredito que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem certeza?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Se for, foi um período muito curto, provavelmente em algum momento em que não tenha se designado um gestor específico, mas a precificação, por exemplo, o BANCO SANTOS em determinado, eu não me lembro o ano, mas se credenciou na CVM, para poder fazer a precificação de ativos. Então, ele podia fazer a precificação de ativos e ser administrador, não tinha problema nenhum perante a legislação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas evidentemente, que não que dá para ser administrador, precificar e gerir.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. O ideal é segregar as três atividades.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): As três representam um problema, na minha opinião inclusive, de natureza ética muito grave. E aí, vamos tratar um pouquinho do caso da PRECE, porque eu não sei se é de conhecimento do senhor, mas o Diretor Financeiro e o Gerente de Investimentos desse Fundo de Pensão, que sucedeu ao período que o BANCO SANTOS administrou os recursos da PRECE, portanto, que assumiu a direção da Fundação em janeiro de 2003, eles foram muito contundentes na crítica que fizeram ao período que o BANCO SANTOS ficou na Fundação.[Faz soar a campanha]. Peço silêncio a nossa assessoria, por favor. Digo isso com alguns dados importantes. Primeiro. No

ano de 2002 foi o pior ano do ponto de vista contábil para a PRECE. A Fundação teve uma redução de 7% do seu patrimônio líquido. Ela teve um registro negativo de rentabilidade da casa de quase 30%. Ela foi acusada de fazer investimentos completamente incompatíveis com a sua política de investimentos. E esses diretores e gerentes que sucederam ao período do BANCO SANTOS, disseram claramente que identificaram um episódio, na opinião deles absurdo e inaceitável. Por quê? Porque o BANCO SANTOS administrava, ele geria e ele precificava. E nesse período, a PRECE inclusive investiu em títulos da carteira do próprio BANCO SANTOS, ou seja, aconteceu do BANCO SANTOS precificar seus próprios títulos e vendê-los para a PRECE. Feito esse preâmbulo, a primeira pergunta que eu faço a Vossa Senhoria é: Como é que se deram os contatos iniciais em agosto, setembro de 2002, para que o BANCO SANTOS assumisse a administração e a gestão de recursos vinculados a PRECE?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Da mesma forma que eu havia explicado, a Diretoria Institucional do Banco fez contato com a Fundação PRECE, eu acredito que em setembro de 2002. Fez uma apresentação do Banco, e depois nos pediram essa Diretoria Institucional, nos pediu para que fizesse uma apresentação das nossas ferramentas e transparência para a PRECE. Foi feita uma apresentação na PRECE de carteira on-line, do sistema de controle de risco, do sistema de rentabilidade on-line, que era um diferencial muito grande e nós fizemos essa apresentação institucional lá. A partir desse momento, da apresentação institucional, foi que começaram a ter um contato mais consistente entre a Diretoria Institucional do Banco com a PRECE para transferir os Fundos em função das ferramentas. Quanto a... Eu posso completar, só quanto às demais observações?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor fique completamente a vontade.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Quanto a administração, gestão e precificação, eu acho que houve um equívoco em termos de entendimento. Ele deve ter dito que o GRUPO SANTOS ou que o BANCO SANTOS, fazia a gestão administração e precificação. Na realidade, a gestora era a ASSET que era segregada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor me perdoe.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É claro que do

ponto de vista terminológico e até jurídico pode existir uma diferença, mas quando houve essa crítica publicamente manifestada pelos dirigentes da PRECE, foi no sentido de mostrar que um mesmo grupo--

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Exatamente o mesmo grupo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que o mesmo conglomerado de empresas, certo? Pertencentes a uma mesma pessoa, acabou acumulando essas três atividades.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Sim. Eu deixaria de deixar claro que o mesmo grupo eu até concordo, mas eram empresas distintas. Agora, quanto à performance dos Fundos, também era uma observação apenas. Nós recebemos esses Fundos, o senhor citou que o pior ano foi 2002, nós recebemos esses Fundos em outubro. Existe um processo administrativo de transparência dos Fundos que leva em torno de 40 dias, convocação de assembléia, transferências de arquivos, auditorias, uma série de coisas. Então, operacionalmente esses Fundos só começaram a trabalhar sobre a administração do Banco no final do ano, meados de novembro, nessa época. E houve ainda, o detalhe que eu observei. Nós tivemos que fazer um acerto na carteira, um acerto contábil que, com certeza o senhor vendo essa auditoria, vai ver que deu uma perda patrimonial ou um ajuste patrimonial, em torno de um milhão e meio. Então, essa performance de 2002, praticamente não ficou 90, 95% da performance não ficou no nosso escopo de administração e gestão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor diria então que não deu nem para arrear as malas, porque chegou em setembro, assumiu em novembro e saiu em dezembro.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Saiu... A solicitação de saída foi em fevereiro de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores permaneceram na administração da PRECE até quando?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Até março de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até março de 2003.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: É, mas em fevereiro já foi solicitada a transferência, e como eu falei Deputado, como tem um processo administrativo de transferência que leva em torno de 40

dias, a solicitação foi feita em fevereiro e a transferência efetiva para a QUALITY, se deu em março.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que o senhor avalia a performance da MELON BRASCAN, que foi a Instituição que antecedeu ao BANCO SANTOS na administração da PRECE?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Deputado, eu não tenho como avaliar, eu não tenho esses dados para avaliar, mas se o senhor está me dizendo que foi um ano ruim, eu não --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certamente a responsabilidade é deles.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: É. Eu não essas informações, eu não esses dados. O dado que eu tenho e comprovado em auditoria, é que haviam problemas contábeis é que haviam problemas contábeis em lançamentos de provisionamento, esse eu tenho auditado. Em termos de performance eu não gostaria de opinar, porque eu não tenho a informação, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi o Dr. Renato Guerra que manteve contato com o BANCO SANTOS, para que o acordo fosse fechado com a PRECE?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Como eu falei, eu estive com o Dr. Renato Guerra eu acho que uma vez, na apresentação institucional da ASSET, aquelas ferramentas. Quem mantinha o contato era o senhor José Mariano Drumond, que era o Diretor Institucional do Banco. Então, eu não posso afirmar que ele que mantinha um contato com o Juca, com o senhor José Mariano. O que eu posso afirmar é que quando eu estive na PRECE para fazer a apresentação de nossas ferramentas eu tive uma reunião com o Dr. Renato, uma única eu acho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Uma única. E quantas vezes o senhor esteve reunido com o Dr. Carlos Eduardo Carneiro Lemos, então Gerente de Investimentos da PRECE?
SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Com o Carlos Eduardo eu estive reunido nessa apresentação e, talvez mais uma, ou duas vezes no máximo, em apresentação de cenário. Reuniões físicas, assim eu acho que foram duas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não acha que é meio estranho a maioria do relacionamento do BANCO SANTOS com a PRECE, se construir no campo da Diretoria Comercial do Banco, no campo da Diretoria de Captação de Recursos do Banco e, no

entanto, a responsabilidade pela gestão, a responsabilidade pelo produto final ser da ASSET?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEI-

REDO: Não Deputado, não é estranho --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CAR-

LOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso não acaba separando muito uma instituição da outra?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEI-

REDO: --Mas é a função do Chinese Wall, isso está estipulado inclusive na legislação. Na realidade, a PRECE ela não era cliente da ASSET. A PRECE era cliente do Banco, porque como o produto era do Banco, o cliente cotista desse produto, se cadastrava como cliente do BANCO SANTOS. E o BANCO SANTOS contratava a ASSET para fazer a gestão desse produto. Então, a relação de cliente Instituição, a relação formal era entre a PRECE e o Banco, sempre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CAR-

LOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso reforça o que eu venho defendendo nas últimas sessões, que é a necessidade da convocação do senhor Edemar Cid Ferreira, Deputado Osmar Serraglio, que é o representante principal do BANCO SANTOS. Então, esse depoimento do Dr. Carlos, ele vem a contribuir com essa defesa que eu venho fazendo da necessidade de trazermos aqui o senhor Edemar, mas muito bem. Em janeiro ou fevereiro, os senhores foram comunicados de que a PRECE não tinha mais interesse nos serviços do BANCO SANTOS, como é que isso se deu?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEI-

REDO: Eu fui na realidade, informado pelo José Mariano Drumond, que tinha o contato comercial com a PRECE. O que ele me informou foi que haveria uma mudança, estava havendo uma mudança de diretoria e que a nova diretoria tinha solicitado a transferência dos Fundos para o novo administrador. Isso quem me passou a informação foi o José Mariano Drumond. E, no processo de transferência, nós mantivemos contato com o novo Gerente Financeiro, se eu não estou enganado, o Paulo Martins, que fez todo esse processo junto com a ASSET de passar os Fundos para a nova administradora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CAR-

LOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não tinha um contrato com a PRECE, que determinava um prazo mínimo de prestação desse serviço ou não?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEI-

REDO: Não. Não existia prazo mínimo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CAR-

LOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não existia.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEI-

REDO: Não senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CAR-
LOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A qualquer tempo o contrato poderia ser rescindido?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEI-

REDO: Pelo que eu me lembro, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CAR-

LOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pensando um pouco, no BANCO SANTOS como gestor desses Fundos Exclusivos que o senhor citou aqui, eu já estou falando aqui, desculpe, da ASSET.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEI-

REDO: Ah, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CAR-

LOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pensando um pouco da ASSET como gestora desses Fundos Exclusivos. A ordem de compra e venda de um determinado título, de um determinado papel, ela passava por uma discussão prévia com a Fundação ou eram ordens adotadas exclusivamente pela ASSET?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEI-

REDO: Nós tínhamos... Toda ASSET que trabalha com Fundos de Pensão têm alguns modelos de gestão. Existem Fundos passivos em gestão passiva em que se compra, por exemplo, títulos federais e não há uma gestão diária, uma gestão proativa daqueles títulos, aquilo é um reserva de valor e se compra os papéis e aquilo fica na carteira, o Fundo não é operado diariamente. O outro modelo de gestão é um modelo compartilhado, em que realmente quando a Fundação tem uma estrutura de gestão, têm pessoas capacitadas para acompanhar a gestão, pessoas às vezes, até provenientes de mercado, existe uma gestão compartilhada em que há uma interação, uma discussão sobre estratégia, sobre ativos, sobre cenários, mais forte. Então, nós temos aí esses dois tipos de casos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CAR-

LOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor teria como fazer uma distinção do tipo de gestão se era compartilhada e, portanto, mais ativa ou mais passiva desses Fundos aqui. A CENTRUS, por exemplo, o senhor diria o quê?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEI-

REDO: Era mais passiva. A CENTRUS, REAL GRANDEZA, eram Fundos mais passivos, títulos federais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CAR-

LOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A GEAP?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEI-

REDO: Também. A única que interagia mais dessas aí, realmente foi a PRECE nesse período.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CAR-

LOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas somente nesse período.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Só nesse período. As outras que ficavam--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, em geral o modelo que os Fundos de Pensão implementaram com a SANTOS ASSET, era de dar autonomia para vossa instituição de tomar as decisões que entendessem mais oportunas, respondendo a realidade do mercado naquele determinado momento.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Realidade do mercado, regulamento dos Fundos, legislação em vigor e política de investimento da Fundação, mas esses Fundos passivos eram mais assim mesmo. Nós quando tínhamos um vencimento de um determinado papel, nós ligávamos para a Fundação: “O papel está vencendo”, discutíamos mais ou menos o que pretendíamos fazer e executávamos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, eventuais responsabilidades por má aplicação desses recursos elas devem ser completamente imputadas à SANTOS ASSET?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Como eu falei Deputado, têm casos em que a gestão da Fundação participava mais ativamente da gestão do Fundo. Então, sugeriam operações sugeriam estruturas, análises--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor me disse aqui, que em quase todas essas Fundações a postura era mais passiva.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: --Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Significa dizer que a responsabilidade pela aplicação dos recursos era exclusivamente da SANTOS ASSET ou não.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Sim, com exceção da PRECE que tinha uma gestão mais ativa, uma participação mais ativa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, estão certos os Dirigentes de Fundos de Pensão que vêm a essa CPMI, e que se deparam com irregularidades ou com possíveis irregularidades na aplicação de parte dos seus recursos e que nos dizem que a responsabilidade não é deles, que o problema não é deles, que aquele assunto não deve ser tratado com eles, que procure satisfação com o gestor do Fundo Exclusivo. E já aconteceu, e eu lhe comunico, já aconteceu de Dirigentes de Fundos de Pensão vir aqui e dizer: “Olha, se entenda com a SANTOS ASSET, porque o problema é com eles”. É isso mesmo?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Deputado, eu não sei quem falou isso, mas o que nós tínhamos lá era uma gestão bastante séria. Nós tínhamos um *compliance* bastante rigoroso. Nenhum desses casos, nenhuma dessas Fundações, o nosso *compliance* identificou qualquer operação que fugisse às regras de mercado, que fugisse a política de investimento do Fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que em geral o senhor fazia a prestação de contas para essas Fundações?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: De performance?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Nós tínhamos como eu falei, um sistema online de carteira, então nós éramos a única instituição em que tanto o Gerente Financeiro, como um Conselheiro, como um Presidente da Fundação, poderia através de senha, estando em casa ou no trabalho, ou em viagem, acompanhar a performance do Fundo. Então, ele podia acompanhar diariamente on-line, a performance rentabilidade, o gerenciamento de risco e podia acompanhar, também a carteira aberta. Além disso, além desse esquema, vamos dizer assim de Internet, mensalmente se mandava um relatório formal, em folha de papel, em relatório físico mesmo. Mas nós éramos a única instituição em que o dirigente ou o conselheiro podia diariamente acompanhar a performance do Fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em algum momento ou um Operador de Mesa ou um Gerente de Investimentos, ou um Diretor Financeiro, ou um Diretor Presidente, enfim, qualquer representante da Fundação, e aí eu me refiro a CENTRUS, a REAL GRANDEZA, a GEAP, a PRECE e a NUCLEOS, em algum momento eles questionaram a SANTOS ASSET sobre uma certa ou determinada operação, que tenha sido feita na gestão desses Fundos Exclusivos?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não que eu me recorde.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca aconteceu isso?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da mesma forma nunca questionou a performance do papel negociado nesses Fundos Exclusivos?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com que periodicidade o senhor estava obrigado a fazer a apresentação da prestação de contas, sobretudo referente a performance?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Bom, não havia uma obrigatoriedade, porque nós disponibilizávamos isso todo dia, mas mensalmente nós costumávamos apresentar, levar os extratos, os resultados e, eventualmente junto com essa apresentação de resultado nós já fazíamos uma apresentação de cenário, também de economia, macroeconomia, microeconomia aproveitávamos para fazer de uma forma única.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais eram as medidas de acompanhamento realizadas pela Diretoria, pela Gerência de Investimentos, ou pelos Gestores dos Fundos Exclusivos com relação aos preços praticados nas transações de compra e venda de títulos, em especial debêntures e títulos públicos em relação aos preços médios de mercados, ou seja, a SANTOS ASSET como gestora, negociando os títulos, como é que o Fundo de Pensão ele acompanhava os preços médios dessa negociação?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Bom, a SANTOS ASSET, o BANCO SANTOS na realidade, tinha um *compliance* que cada título que era comprado a pleno da carteira dos Fundos, esse *compliance* certificava de que os papéis estavam coerentes com preço coerente às negociações de mercado daquele dia e fazia uma checagem, nós tínhamos uma dupla checagem, uma checagem manual que o analista que cuidava da carteira checava. E nós tínhamos um sistema chamado Nexos, que era um sistema eletrônico, que fazia isso também automaticamente, então, nós tínhamos uma dupla checagem de *compliance*. A Fundação ela tinha essa transparência via carteira, como nós disponibilizávamos a carteira diariamente para a Fundação, e na carteira estava especificado o preço de compra e preço a mercado, elas tinham como comparar isso diariamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem conhecimento de algum ex-funcionário do BANCO SANTOS ou do grupo SANTOS, aí incluindo todas as empresas vinculadas ao seu Edemar Cid Ferreira, que tenha trabalhado em algum Fundo de Pensão, ou vice-versa? Ou seja, eu queria saber se o senhor sabe que se algum funcionário, ex-funcionário do BANCO SANTOS, saiu do Banco ou do GRUPO SANTOS e foi

trabalhar em Fundo de Pensão, ou se algum ex-funcionários de Fundos de Pensão saiu dessa instituição e foi trabalhar no GRUPO SANTOS?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Que eu tivesse conhecimento, não senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não sabe de ninguém?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Eu pessoalmente não me lembro de ninguém.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria reforçar uma pergunta, porque eu acho da maior importância. A maioria dos Dirigentes de Fundos de Pensão, que depuserem nessa CPMI, eles foram claros ao procurar transferir a responsabilidade pela má gestão dos recursos descentralizados, portanto, investidos através dos Fundos Exclusivos, então, transferir essa responsabilidade para os gestores. O senhor comunga dessa idéia, ou o senhor acha que os Dirigentes de Fundos de Pensão têm responsabilidade pelos recursos que são investidos através dos Fundos de Exclusivos?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Eu acho que os Fundos de Investimento que estão sobre total responsabilidade de gestão da ASSET, sem qualquer tipo de interferência do Fundo de Pensão em termos de estratégia, esses sim, seriam responsabilidade da ASSET. Mas se em algum momento o Fundo de Pensão interferir ou de alguma forma na política de investimento, ou nas ações de gestão daquele fundo, daí eu não concordo. Daí eu acho que se houver um algum tipo de prejuízo, esse prejuízo seria responsabilidade conjunta, mas nesses casos que o senhor citou Deputado, eu acredito que não houve nenhum desses Fundos de Pensão, nesse período que ficou conosco com uma performance inadequada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece a senhora Fabiana Carnaval Carneiro?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: O nome completo não, mas se eu não estou enganado, ela trabalhava na NUCLEOS--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Era Gerente de Investimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela foi Gerente de Investimentos da NUCLEOS.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Sim, eu estive uma vez fazendo uma apresentação comercial lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fora essa apresentação comercial o senhor tinha algum outro contato com ela ou teve?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Eu com ela efetivamente, tive uma vez só contato, foi nessa apresentação comercial que foi solicitado pela nossa Diretoria Institucional lá do Banco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabia que a Fabiana Carnaval ela era prima do Carlos Eduardo?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Soube depois?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Soube pela imprensa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso causou surpresa ao senhor?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Eu não digo surpresa, eu não sei se estranheza. Na realidade pelo que eu conheci um pouco do currículo deles, eles trabalhavam em mercado financeiro antes de ocuparem os cargos nas Fundações. Eu sou do mercado financeiro, por exemplo, eu tenho três primos que trabalham em mercado financeiro, então, pode ser uma coincidência, mas fiquei surpreso quando li no jornal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente quando a SANTOS ASSET era chamada para participar de um processo de seleção que definiria o gestor de um determinado Fundo Exclusivo, havia uma concorrência, havia algum tipo de aferição entre várias Instituições, eram solicitadas as propostas para ver quem poderia dar um melhor resultado? Como é que isso acontecia? Ou era apenas um ato discricionário da Fundação, de procurar ou ser procurado pela SANTOS ASSET e dizer: “Olha, esse Fundo aqui, vai ser gerido por você e pronto”.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não, não havia uma concorrência entre Assets de mercado. Inclusive Deputado, por exemplo, nós sempre tentamos trabalhar Fundações também de maior porte como PETROS, SISTEL, e a concorrência era muito grande para essas Fundações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores não tiveram sucesso com essa Fundações?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Na ASSET nós nunca conseguimos trabalhar com eles. Estávamos fazendo um trabalho para alcançar esse objetivo. Nós tínhamos um diferencial muito grande que era sistema, que era a tecnologia. Essa tecnologia nos dava uma vantagem competitiva muito grande em concorrências, mas, efetivamente havia uma concorrência e as Fundações de um determinado porte, por exemplo, tinham critérios de corte e para atuar como ASSET. Por exemplo, a ASSET precisaria administrar cinco bilhões de reais, seis bilhões de reais, então eventualmente nós éramos cortados e não participávamos da concorrência, mas em todos os casos houve concorrência com outras Instituições.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como estava estruturada a área de *compliance* do BANCO SANTOS?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: A área de *compliance* do Banco ela tinha uma... Nós tomamos o cuidado de ter uma dupla checagem de *compliance*. Uma checagem era feita pela área de *backoffice* do Banco, de processamento do Banco, nós tínhamos dez pessoas processando as carteiras. Cada processador verificava no dia todas as operações que eram especificadas e checava se aquelas operações estavam de acordo com o regulamento do fundo, política de investimento e legislação em vigor. Fora isso nós tínhamos um sistema eletrônico que independia de manuseio humano que, conforme você digitava as operações no sistema, o sistema apontava se as operações estavam de acordo ou se havia alguma incorreção naquela operação ou se tivesse extrapolado algum limite, ou se aquele ativo não pudesse entrar naquele fundo em função de regulamento. O sistema era todo parametrizado e acendia os avisos de *compliance* para os analistas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em algum momento houve indagação por parte dos Fundos de Pensão, com relação a saúde financeira do BANCO SANTOS?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Na ASSET não tive nenhum problema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor sabe se naquele período que antecedeu a intervenção do BANCO SANTOS realizada pelo BANCO CENTRAL, os Dirigentes de Fundos de Pensão eles recorreram aos dirigentes do BANCO SANTOS, para saber se o

Banco continuava bem, se a sua saúde financeira estava sob controle, se havia risco realmente ou não, do Banco quebrar? O senhor saberia nos dizer isso?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Como eu falei Deputado, na ASSET eu não tive essa indagação, mas eu tive informações que esse tipo de questionamento era levado à Diretoria Institucional do Banco, ao seu Juca. Então, era lá que era tratado--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, os Fundos eles iam ao seu Juca e diziam a ele que estavam preocupados--

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Da preocupação--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E naturalmente, o seu Juca dizia: "Não se preocupa meu filho, que tudo vai bem".

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Eu não sei o que o Juca falava. A preocupação na ASSET não existia Deputado, porque os Fundos Exclusivos eram lastreados em títulos federais, então, com a intervenção do Banco, todos esses Fundos foram transferidos sem perdas. Então, havia essa percepção do Dirigente da Fundação que na ASSET mesmo se houvesse algum problema não teriam problema, mas aqueles Fundos de Pensão que tinham CDB a preocupação deles era com o Banco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós vamos chegar lá daqui a pouco, mas eu ainda indagaria ao senhor, deve ter se instalado um clima muito negativo na ASSET nos dias que antecederam a intervenção do BANCO SANTOS, correto?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Nós na ASSET, fomos pegos de surpresa pela intervenção, porque o boato que corria semanas antes, era um boato de venda da Instituição e não de intervenção. Então, nós estávamos apreensivos ou tentando buscar algumas informações do Banco, sobre se era verdade ou não isso. Como nós estávamos em outro prédio separado da matriz do Banco, as informações para nós chegavam muito amíúde.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que funcionava o processo de emissão de CDBs do BANCO SANTOS e da sua conseqüente destinação para Fundos de Pensão?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Deputado como eu falei, havia segregação, na ASSET nós só cuidávamos de Fundos e não podíamos

mexer ou fazer qualquer oferecimento de CDB. Então--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor não faz nem idéia como é que essas negociações e esses entendimentos eram realizados?.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Com os Fundos de Pensão era através da Diretoria Institucional do Banco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, era o seu Juca que ia aos Fundos de Pensão e oferecia CDBs do BANCO SANTOS, e aí se houvesse um comum acordo--

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --O negócio era realizado.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Exatamente. O Juca era o responsável pela plataforma e tinha uma equipe, que era uma equipe regionalizada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse mesmo processo também acontecia com as debêntures da PROCID?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Sim exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o procedimento era o mesmo, seja dos CDBs do BANCO SANTOS, seja das debêntures da PROCID.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Há muitas informações de que o BANCO SANTOS destinava cédulas de crédito bancário de empresas suspeitas ou duvidosas para os Fundos de Investimento. Eu pergunto como é que funcionava isso?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Na realidade nós tínhamos na Carteira de Fundos, dois Fundos de Crédito, esses Fundos de Crédito eram lastreados em CCBs, cédulas de crédito bancário. Nós também dávamos toda a transparência dos ativos que estavam dentro do Fundo pelo sistema de carteira on-line. Nós tínhamos a preocupação também de nomear esses Fundos como credit, tinha um prefixo credit para os investidores saberem que aqueles Fundos eram Fundos de Crédito. Então, era Fundo de Crédito, com cédulas de decreto bancário, mas nós tínhamos na ASSET um portfólio amplo de

produtos, não era só esses Fundos. Nós tínhamos Fundos inclusive chamado soberano, que eram só títulos federais. O investidor analisava o portfólio de produtos que a ASSET tinha que poderia oferecer e escolhia o produto que melhor lhe indicava para o seu perfil e existiam esses dois Fundos de Crédito. Como esses créditos eram adquiridos? O Banco tinha um processo de análise de crédito pela Diretoria de Crédito, concedia créditos e esses créditos ficavam disponíveis na carteira de crédito do Banco. O Gestor da ASSET quando precisava de algum ativo algum lastro para esse fundo específico, ia lá e selecionava um desses créditos que estavam disponíveis na carteira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente qual era o perfil dessas empresas?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Olha, Deputado o perfil das empresas eram diversos pelo que eu me lembro, não era a minha área porque eu não sou analista de crédito, mas eu me lembro inclusive pelo relatório de apuração do BANCO CENTRAL, que foi feito por época da intervenção, os maiores créditos que tinham lá dentro eram de grandes empresas, uma era da SOEICOM, que é a maior empresa de benefícios do Brasil, multinacional. Nós tínhamos Laboratório BIOSINTÉTICO, que também era uma multinacional enorme, o GRUPO ODBRECHET, então, as principais, as maiores eram empresas de primeiríssima linha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porém também haviam empresas de segunda ou terceira e 10ª linha, o senhor concorda?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Eu não na realidade o relatório que vinha para nós da análise de crédito, nós não tínhamos acesso a detalhes da empresa e, sim, apenas a uma classificação da Diretoria de Crédito. O que eu posso dizer para o senhor com referência ao que a intervenção do Banco causou na área de Fundos, é que pelo próprio relatório do BANCO CENTRAL, nós tínhamos dois bilhões e 700 milhões de reais sobre gestão, 78, 80% desses valores foram transferidos ou resgatados sem qualquer tipo de prejuízo, isso está no relatório de apuração do BANCO CENTRAL. Apenas 20% foi provisionado a receber. E esse provisionamento de 20%, ainda não está caracterizado como perda, como prejuízo, apenas um provisionamento. Este é um fato que hoje o novo administrador dos Fundos de Crédito, já estão recebendo esses créditos e pagando aos cotistas. Então, eu diria ao senhor Deputado, que hoje do volume total, talvez tenha em torno de uns 15%, talvez, só provisionado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor então descarta completamente a possibilidade que o BANCO SANTOS estivesse forjando aplicações em empresas, cujos ativos eram completamente insubsistentes e que não estavam num patamar adequado para lastrear esses créditos?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Essa informação eu desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor desconhece.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Porque ela ao lado de crédito do Banco, eu estou do lado do ASSET.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é que avaliava a qualidade desses créditos? Qual era a área do Banco que fazia essa análise?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Do Banco era a Diretoria de Crédito, tinha uma Diretoria de Crédito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era o diretor?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: O diretor na época da intervenção era o senhor Márcio Pepe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu não sei se o senhor sabe, mas também existem muitos comentários de que essas cédulas de crédito bancário estavam vinculadas a empresas do próprio GRUPO do BANCO SANTOS, ou vinculadas ao próprio GRUPO DO BANCO SANTOS, o que o pode nos dizer a esse respeito?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Eu só tomei conhecimento disso pelo relatório de apuração do BANCO CENTRAL quando eu li o relatório, é que eu tomei conhecimento dessa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais eram essas empresas?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não sei, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A empresa OMEGA DELTA lhe diz alguma coisa?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Eu li no relatório do BANCO CENTRAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até ler esse

relatório o senhor desconhecia completamente AO-MEGA DELTA.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Eu eventualmente, essas empresas foram, pelo que está o relatório do BANCO CENTRAL, foram objetos de concessão de crédito. Então, eventualmente eu posso ter visto elas em algum relatório, em alguma posição de crédito do Banco, mas como eu não fazia parte dessa área, realmente não me chamou a atenção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é a relação do BANCO SANTOS com a BANK OF EUROPE.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não posso dar essa informação porque eu não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor desconheço.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: É. Eu não conheço essa relação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor também desconhece o fato de haver uma suspeita, que com a participação direta ou indireta do senhor eram vendidos títulos do BANK OF EUROPE, diretamente para brasileiros que tinham recursos no exterior. O senhor nunca ouviu falar disso?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esses títulos eram denominados de *participations*, ou seja, cotas de fundos cujas aplicações eram em ativos insubstituíveis conforme a gente fez referência.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Não fazia apertado da minha área. Eu só cuidava de Fundos de Investimentos Doméstico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os operações de reciprocidade que os jornais tanto comentam, ou seja, o cliente solicita um empréstimo e o Banco concede um valor a maior para que parte dos recursos fossem destinados ao próprio Banco em troca de debêntures que no caso, o BANCO SANTOS dava como garantia. Então, os Fundos eles participavam desse tipo de operação, que acabavam financiando o Banco?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: De reciprocidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, de você emitir um crédito maior e que aquele cliente que está recebendo o crédito, ele fica obrigado a investir em debêntures do próprio Banco.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Como eu falei, Deputado, a ASSET não vendia debêntures e nem CDB, então não provém.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muitos Fundos de Pensão eles mencionam que o BANCO SANTOS tinha um *rating* razoável, e que ninguém poderia imaginar que o Banco iria quebrar. Todas as empresas que concedem *rating* são contratadas da própria instituição, correto?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Sim senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, é o Banco que recorre a empresa, a contrata, para que ela avalie e enquadre a Instituição em um daqueles *rating's* que ela estabelece como padrão, correto?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Sim. Pelo que eu conheço de *rating*, sim senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso poderia então nos levar a crer que a qualquer momento, dependendo do *rating* a ser concedido o Banco poderia cancelar o contrato com a empresa que avalia?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Deputado, eu não conheço os contratos das empresas que *rating* com o Banco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não conhece, não teria nem como dizer detalhes de como funcionava esse processo de contratação de uma empresa para avaliar o risco do Banco?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não, o risco do Banco não. Nós contratamos uma empresa de *rating* para certificar a qualidade de gestão da ASSET, certo? E a empresa de *rating* fez uma due diligence na ASSET, certificou a nossa qualidade do processo, a lisura de todo o processo, certificou os nossos sistemas e nos deu uma nota, que foi A+ se eu não estou enganado. Então, é o único contato que eu tenho com a agência de *rating*, foi quando ela fez o *rating* da SANTOS ASSET MANAGEMENT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor também não tem conhecimento de que os contratos com a MOODY'S, e a STANDARD, foram canceladas pelo Banco.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Eu soube também, posteriormente via imprensa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabia que chegaram informações à CPMI, que os Diretores do BANCO SANTOS se reuniram com representantes dessas empresas durante o ano 2004 para reverter, ou tentar reverter o *rating* que seriam atribuído ao Banco e por isso depois os contratos vieram a ser canceladas, pelo fato de que essas empresas não aceitaram as condições que o Banco impôs?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não senhor não sabia, mesmo porque eu estava segregado na ASSET não participava do Banco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu insisto nessa discussão do *rating*, porque alguns dirigentes de Fundo de Pensão que fizeram investimentos em CDBs do BANCO SANTOS ao longo do ano de 2004, nos trazem aqui uma série de classificações que ao nosso ver, não condizem exatamente com a melhor análise da realidade. Esse episódio que aconteceu com a MOODY'S, STANDARD é um episódio muito sintomático, porque é a MOODY'S ia rebaixar a classificação do Banco. Houve uma discussão acalorada entre os dirigentes do BANCO SANTOS e os representantes da MOODY'S, houve uma pressão para que a MOODY'S não rebaixasse, a MOODY'S não aceitou a pressão e por isso o contrato foi cancelado. Então, está claro que como uma instituição financeira ela pode contratar a empresa que avalia o risco, ele pode descontratar. Então, fica ao seu gosto, fica ao seu prazer, definir qual será ou qual não será a avaliação de risco. Qual era, o senhor sabe, qual era o relacionamento do BANCO SANTOS com AUSTIN ASIS?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Do Banco?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não, do Banco não. A AUSTYN, só com a SANTOS ASSET que eu tive contato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é, porque justamente o que houve com a MOODY'S, que levou a um cancelamento do contrato não houve com a AUSTYN, então toda a pressão que o BANCO SAN-

TOS realizou na AUSTYN ASIS, acabou ao nosso ver dando resultado tanto que a AUSTYN iria rebaixar a classificação do BANCO SANTOS e apenas fez uma observação com relação a essa possibilidade, porém acabou não rebaixando. A sua esposa, qual é o nome dela?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Andréa Sano Alencar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela já trabalhou para o BANCO SANTOS?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Ela era advogada do Banco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela era advogada do Banco, então, ela eventualmente foi responsável por pareceres jurídicos de operações que o Banco realizou?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Eu acredito que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acredita que sim.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela hoje, depois que o BANCO CENTRAL fez a intervenção, ela responde por algum procedimento ainda, junto ao BANCO CENTRAL?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Que eu saiba não, ela não era diretora, ela era advogada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais eram as atribuições dela?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Advogada do Departamento Jurídico, depois passou para atender uma plataforma específica de operações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece ou já ouviu falar no Haroldo de Almeida Rego Filho?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Ouvi falar pela imprensa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porém nunca teve nenhuma contato?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Nenhum contato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também nunca

teve contato com o Christian e com o Murilo que são seus filhos.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Murilo não. O Christian eu fui apresentado pelo senhor José Mariano Drumond.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ao Murilo.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Ao Cristhian.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ao Christian. O BANCO SANTOS ou a ASSET, já realizaram negócios com a ARBOR?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Eu acredito que por um curto espaço de tempo em 2004, a ARBOR foi administrada um período pelo BANCO SANTOS, acho que três meses, alguma coisa na fase de transição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela foi administrada pelo BANCO SANTOS.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: É. Ela era uma gestora de recursos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A ASSET que Vossa Senhoria dirigia naturalmente tinha contato com várias corretoras do mercado, correto?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vou citar aqui algumas corretoras e gostaria que o senhor me dissesse se elas tinham ou não tinham negócios com a ASSET e quais eram esses negócios.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): LAETA.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Deputado, a Mesa de Operações que faziam esses contatos, então de cabeça é capaz de eu não ter isso fresco. LAETA não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não conhece nenhum dirigente de corretora que tenha realizado negócios com o SANTOS ASSET?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não conheço. A minha função na SANTOS ASSET como eu disse na minha introdução era administrativa e comercial não operacional. Então, eu não tinha contato com as corretoras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Portanto, não adianta eu citar o nome de algumas corretoras aqui que aparecem operando volumes expressivos com o

BANCO SANTOS, porque isso vai dizer muito pouco ao senhor.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Sim. Eu não tinha contato com as corretoras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o senhor Lúcio Bolonha Funaro?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não, não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca ele procurou a SANTOS ASSET?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não, a SANTOS ASSET, nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O jornal “Folha de São Paulo”, de 12 de dezembro de 2005 traz a seguinte chamada: “Edemar pagava propina a Fundo de Pensão”. Na matéria são apontados expressamente Fundos de Pensão envolvidos em um esquema de propina, quais sejam, NUCLEOS e REAL GRANDEZA. No caso de REAL GRANDEZA o jornal traz a seguinte informação: “O Fundo que mais perdeu recursos com a quebra de BANCO SANTOS o REAL GRANDEZA, é o que aparece associado ao maior valor de propina anotado nesses 15 dias de caixa 2, de 450 mil reais correspondente a 3% da aplicação feita em CDB do BANCO SANTOS, de 15 milhões de reais”. A matéria segue falando da possibilidade do BANCO SANTOS ter pago propina a funcionários e Dirigentes de Fundo de Pensão, para que esses mesmos Fundos investissem nos CDBs do Banco. Eu pergunto, alguma vez o senhor já ouviu falar nesta possibilidade?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Nunca Deputado, inclusive a matéria que o senhor leu é sobre o Banco, como eu falei eu estava na ASSET.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não se considera a pessoa mais autorizada a nos dar informações sobre o Banco, correto?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Sobre o Banco não. Como eu falei, por força de legislação eu era impedido de participar do dia-a-dia do Banco. Então, eu nem ia ao Banco, eu ia raramente ao Banco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que reforça a minha tese, e eu vou insistir nisso, da necessidade

de convocarmos aqui o Dr. Edemar Cid Ferreira, para que possa dar as explicações necessárias sobre os investimentos milionários que os Fundos de Pensão realizaram na carteira do BANCO SANTOS, especialmente na aquisição de CDBs. Contudo, mesmo o senhor não sendo do BANCO SANTOS eu vou tratar aqui de uma análise que nós fizemos. Ela procura entender nesse período de 2000 a 2005, no caso do BANCO SANTOS, até 2004, porque é o período da nossa investigação, como é que os Fundos de Pensão se comportaram com relação ao investimento em CDBs do Banco. O senhor pode ver aqui, eu vou fazer referência aos somatórios. Em 2000, foram 93 milhões, 426 mil, em 2001, 63, milhões, 668 mil, em 2002, 49 milhões, 952 mil, em 2003, 88 milhões, 455 mil, e em 2004, no ano da intervenção, foram 304 milhões, 603 mil. Então, o senhor pode ver que há um crescimento expressivo no ano de 2004, o somatório dos cinco anos em análise aqui, eles resultam num montante total de 600 milhões, 125 mil, porque na verdade, nós estamos examinando apenas alguns Fundos não são todos. E, quando a gente vai analisar o que esses Fundos provisionaram para a perda, ou seja, o que até agora evaporou do BANCO SANTOS, com esses Fundos, a gente vai ver que no caso da REAL GRANDEZA, são 153 milhões. No caso de POSTALIS, são 36 milhões. No caso da NUCLEOS, são 07 milhões e, no caso de CENTRUS são 4,1 milhões. FUNCEF, PRECE e SISTEL, não reconheceram perdas com CDBs, em suas demonstrações financeiras. Então, nós estamos aqui apenas, estamos apenas aqui presos Dr. Rosinha, aos Fundos que nas suas demonstrações provisionaram recursos para perdas. Somados esses Fundos da nossa análise totalizam 200 milhões, sendo que desses 200 milhões, somente a REAL GRANDEZA, ela foi responsável por 153 milhões e 600 mil reais. O senhor sabia que por essa quantidade absurda de CDBs que a REAL GRANDEZA, adquiriu do BANCO SANTOS, a Secretaria de Previdência Complementar instaurou um processo contra os então dirigentes da REAL GRANDEZA?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Eu soube pelos jornais. Inclusive quando eu estava na ASSET, nem sabia que ela tinha esse volume todo lá em CDBs do Banco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que seria razoável as REAL GRANDEZA investir em CDBs com vencimentos que variavam, com prazos que variavam de 700 a 900 dias?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Deputado, eu não conheço as razões que le-

varam a Fundação a comprar o CDB, eu não gostaria de opinar uma coisa que eu não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esses dirigentes da REAL GRANDEZA que fizeram 150 milhões de reais evaporarem, eles foram condenados pelo SPC a multa de 20 mil reais e inabilitados para exercer qualquer atividade em Fundos de Pensão por pelo menos dez anos. Normalmente os contatos políticos com a SANTOS ASSET eram constantes ou não ocorreriam?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: O que o senhor quer dizer com contatos políticos, assim...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor era procurado por políticos?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Nunca. Político nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Toda essa relação de natureza política ela ficava mais concentrada ou com a Diretoria Institucional ou com a Presidência.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Eu deduzo que sim, porque na ASSET nunca teve.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece Marcelo Sereno?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não, não conheço não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já esteve com ele alguma vez?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que o BANCO SANTOS mereceu tantos investimentos de Fundo de Pensão por quê motivo?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Bom Deputado, aqui talvez mereça só um breve; o BANCO SANTOS na realidade é um instituição foi uma instituição que estava no mercado há 32 anos. E trabalha com Fundos de Pensão, praticamente na época da corretora desde 85, 86 nessa faixa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como corretora?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Como corretora. Então era uma instituição financeira que cresceu. Uma instituição financeira que tinha tradição com os Fundos de Pensão. E que merecia a confiança desses Fundos de Pensão, pelos anos que já vinha trabalhando com o GRUPO SANTOS. Então,

praticamente 15, 20 anos que Fundos de Pensão se relacionam com o grupo. Então, eu atribuo a esta, vamos dizer assim, perenidade de relacionamento esses valores hoje, ou na data de intervenção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Dr. Edegar Cid Ferreira, então Presidente do BANCO SANTOS, tinha o hábito de manter contato com Dirigentes de Fundos de Pensão?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não posso responder essa pergunta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só ele poderia responder, por isso ele precisa vir aqui. A ASSET, ela participou da negociação de títulos públicos, operando e gerindo esses Fundos exclusivos, correto?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A que o senhor eventualmente poderia atribuir, uma variação de até 30% no preço unitário de um determinado título público, variação essa ocorrida no mesmo dia, com base numa mesma quantidade de títulos negociados e sempre em desfavor da Fundação? Do Fundo de Pensão? O senhor acha que é normal? O senhor é um homem experiente, deve entender bem desses detalhes do mercado, ou seja, digamos um Banco vende para uma corretora um determinado título público a X, depois essa corretora vai vender esse título público para um Fundo de Pensão, que pode ser operando com carteira própria ou com Fundo Exclusivo, por X mais 30%, ou seja, 30% acima do valor negociado na primeira operação. Nós estamos falando do mesmo título, operação que acontece no mesmo dia e, nós estamos falando também, da mesma quantidade de títulos negociados. O senhor acha que isso é normal?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Bom Deputado, aí nós temos que ver a característica de cada título. Existem títulos no mercado federais, títulos longo com baixíssima liquidez e títulos, que eventualmente são escassos com pouca liquidez, porque têm poucos títulos no mercado. Então eventualmente esses títulos podem ter uma diferença de preço um pouco maior do que os títulos com maior liquidez. Isso é uma coisa comum que acontece no mercado. Agora, a magnitude dessa diferença varia muito de momento de mercado. Se o mercado está estressado, se não está, se é o momento de demanda maior por esse título ou não, mas este o que eles chamam de SPRED, o que o mercado chama de SPRED, preço de compra e venda, para alguns, os títulos mais longos, os títulos que são longos e tem alguma demanda, po-

dem ser um pouco mais largo mais, mas a magnitude dessa diferença é que pode ser avaliada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com relação ao NUCLEOS, o senhor nos disse que foi em determinado momento administrador.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: hum, hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em 2004 o senhor era administrador dos recursos da NUCLEOS.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: O Banco era administrador.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Banco, portanto, administrou também os recursos dos seus Fundos Exclusivos. Era administrador do toda a carteira.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Era um fundo só.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era o fundo o senhor lembra?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: De cabeça não, deixa eu ver aqui...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vou dizer dois nomes-

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: É, eu relembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): -- Para ver se o senhor lembraria, se é um dos dois. O MEGAWATT.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): FI, MULTIMERCADO MOODY'S, ou URÂNIO FI.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: URÂNIO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era URÂNIO. O senhor sabe que O URÂNIO, esse Fundo Exclusivo da NUCLEOS, que era administrado pelo BANCO SANTOS, quando da quebra do Banco ele perdeu 3 milhões, 44 mil, 936 reais?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Em que ativo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Debêntures.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não, não sabia, porque esse Fundo era administrado pelo Banco e a gestão era da própria Funda-

ção. E, como nós não vendíamos debênture, eu não tínhamos conhecimento desse valor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é, o Fundo administrado pelo BANCO SANTOS perdeu 3 milhões e 44 mil, em debêntures. O que o senhor está fazendo atualmente, depois que o BANCO SANTOS sofreu intervenção?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Eu fiquei parado praticamente um ano, nasceu minha filha. Eu tentei resolver alguns problemas da ASSET, porque a ASSET, ELA não teve intervenção do BANCO CENTRAL ela continuou, na realidade, a minha equipe se aliou com os interventores do BANCO CENTRAL para transferir os Fundos para outros administradores, para que os cotistas não sofressem com a intervenção. Então, a minha equipe permaneceu dentro da ASSET MANAGEMENT e trabalhou junto com os interventores, ajudando os interventores a transferir esses fundos para outros administradores, outro Banco. Então, eu fiquei um período ajudando nisso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até quando?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Até fevereiro de 2005, mais ou menos, fevereiro de 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já se passa um ano, portanto.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Nasceu a minha filha. Eu fiquei um tempo resolvendo esses problemas, depois eu comecei uma atividade da consultoria financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor abriu uma empresa?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Na realidade eu estou numa empresa, que não é minha chama-se MCA EONOME.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): MC?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: MCA EONOME.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa empresa, ela realiza algum tipo de trabalho com Fundos de Pensão?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os bens do senhor foram colocados em indisponibilidade, depois da intervenção do BANCO SANTOS?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Eu era Diretor da ASSET, e também do Banco em função da carteira de administrador de recurso, então eu fiquei com os bens indisponíveis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor ficou com os bens indisponíveis?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Fiquei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conheceu o Benito Siciliano?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. De onde ele é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele era Gerente de Investimentos da REAL GRANDEZA.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Não conheci.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Apesar de ter trabalhado com a REAL GRANDEZA o senhor não conheceu ele.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Diferentemente do que aconteceu com o Carlos Eduardo e com a Fabiana, respectivamente ex-gerentes da PRECE e da NUCLEOS, que com esses o senhor teve contato.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Sim, com esses eu tive contato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas com o Benito, nunca.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem eram os operadores de Mesa do BANCO SANTOS que tinham a incumbência de tratar mais diretamente com os Fundos m pensão?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Do Banco ou da ASSET?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da ASSET, me perdoe.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Da ASSET o nosso Superintendente de Gestão era o Rafi, Rafi Ornelas e nós tínhamos cinco, ou seis gestores que eventualmente falavam com as Mesas de Operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eram todas pessoas da sua confiança?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Todas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que é impossível que eventualmente, eles tenham participado da montagem de operações que vieram a ter como consequência resultados indevidos e prejudiciais para Fundo de Pensão?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Eu acho impossível, Deputado, porque como eu falei, nós tínhamos uma área de *compliance* muito forte e acompanhávamos aquilo on-line diariamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor ouviu falar que havia um interesse muito forte por parte do Governo Federal, na gestão do atual Presidente, portanto, do Governo do PT, de promover uma operação de salvamento do Banco, de salvar o BANCO SANTOS?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Não, ouvi não senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que isso é completamente descabido.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Eu acredito que sim. O único boato que eu ouvi na véspera de intervenção foi à venda da instituição para um outro Banco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor teve conhecimento de uma operação de compra da VALE TRADING, operação que apresentou lucro na balança de junho de 2004, em virtude dos créditos tributários que esta empresa possuía? Na verdade, créditos inexistentes. O senhor ouviu nessa operação de compra da VALE TRADING?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Eu ouvi falar, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem detalhes?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Detalhes, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque a senhora, sua esposa, ela trabalhava me parece que diretamente vinculada a análise dessas operações.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Analisava contratos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor não tem nenhum detalhe sobre essa operação de compra da VALE TRADING?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não. Detalhe como ela foi estruturada, não senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conheceu o senhor Delúbio Soares?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma dirigente do PT?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Nenhuma dirigente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque o senhor deve ter visto também pela imprensa, que houve uma série de indícios de que por uma ação organizada e determinada sobretudo pelo seu Delúbio Soares, mas com a participação também do ex-ministro Chefe da Casa Civil, o então Deputado José Dirce, o governo estava interessado em dar uma mãozinha para o BANCO SANTOS, para tentar evitar a intervenção, mas que ainda assim, o BANCO CENTRAL numa atitude republicana, promoveu a intervenção. O senhor acha que essa concentração de investimentos realizados pelos Fundos de Pensão em títulos do Banco, no ano de 2004 não pode demonstrar uma decisão por parte das pessoas que influenciavam nesses Fundos e a grande maioria deles são Fundos Federais, de privilegiar o Banco e de tentar injetar recursos no Banco? O senhor não vê uma possibilidade pelo menos que remota de uma ligação direta dessas duas coisas?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Eu não vejo, mesmo porque a área de captação do Banco tinha metas fortes de captação pelo que eu meu recorde, mas é uma pergunta Deputado, que também eu não tenho dados para formular uma resposta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei que as metas de captação eram muito fortes, mas se nós formos analisar aqui um quadro evolutivo nesse período de nosso estudo, em 2001, foram 63 milhões arredondadas, em 2002, milhões, em 2003, 88 milhões, ou seja, seguindo um padrão, nunca sequer se chegou a casa dos 100 milhões. E, aí em 2004, pula para 304 milhões de reais. Então é incontestável que em 2004, houve uma concentração muito grande de investimentos realizados pelos Fundos de Pensão no BANCO

SANTOS. E, eu não consigo compreender como mera coincidência, neste mesmo ano o Banco fechou. O senhor ouviu falar que o próprio PT perdeu dinheiro com a intervenção do BANCO SANTOS?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Pela imprensa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não tinha acesso a essas informações?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vou encerrar a minha participação por ora, pela terceira vez, advertindo de que é fundamental, é imprescindível a convocação do Dr. Edemar Cid Ferreira. Eu aproveito para agradecer a presença do senhor Carlos, mas ele tem poucas possibilidades de nos ajudar, porque o que mais nós precisamos saber é exatamente porque os Fundos de Pensão concentraram sobremaneira em 2004, investimentos que ultrapassaram a casa de 300 milhões no BANCO SANTOS e porquê que mais de 200 milhões de reais, dos Fundos de Pensão, de estatais federais evaporaram, evaporaram, sumiram com a intervenção do BANCO SANTOS? Eu concedo a palavra ao primeiro orador inscrito o Deputado Dr. Rosinha, Vossa Excelência dispõe de até quinze minutos.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Provavelmente eu não precise de todo esse tempo, mas eu quero fazer um pequeno registro que acho importante, quando foi dito que, citado que o atual governo do Presidente Lula e do PT, tentou salvar o BANCO SANTOS. Eu acho que a maior despesa que esse país teve para salvar Bancos, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso, com o PROER. Eu acho que aí sim deu um prejuízo enorme para a nação brasileira, no governo apoiado pelo PSDB e pelo PFL, que é um prejuízo que até hoje a sociedade brasileira está arcando com ele. Aquela sim, foi uma grande operação de salvar Bancos nesse país e não conseguiu salvar todos, porque alguns deles sofreram a intervenção que era necessária sofrer e como o BANCO SANTOS também foi necessário sofrer e assim o sofreu. Eu acho que é importante registrar isso, porque quando vai fazer alguma interrogação de alguns dos nossos convidados ou convocados nessa Comissão, sempre tem uma pergunta que eu tenho observado: Conhece Marcelo Sereno? Não tem mal nenhum em perguntar se conhece Marcelo Sereno. O senhor conhece o senhor Antônio Carlos Magalhães Senador da República, senhor Carlos Guerra?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Conheço sim senhor.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Então ótimo, isso é importante para registrar, como que algumas perguntas são feitas só para forçar a barra, porque não há necessidade de serem feitas. O senhor conhece o Deputado Aleluia, senhor Carlos Guerra?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Só pela imprensa.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Pois é, quando há essas forçações de barra fica ruim, dando a impressão que ao conhecer significa crime, que ao conhecer é suspeita. Então, nós não podemos conduzir a investigação citando meramente o nome, sem ter nenhuma razão de citá-lo, ou sem ter qualquer acusação sobre o nome citado, como eu posso perguntar: O senhor conhece o senhor Dimas Toledo?

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Não senhor.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Pois é, como também não é crime conhecê-lo, como também conhecê-lo também não é crime. Então, eu acho essas questões têm que ficar bastante clara, ao fazer as perguntas. Está se investigando e é necessário investigar desvios de Fundos de Pensões, sim, àqueles que tiveram tem que se investigar, agora querer todo momento ligar aos crimes de Fundos de Pensão, àqueles que ocorreram ao Partido dos Trabalhadores, ou ligar a alguém do PT, to eu acho que está forçando muito. Até porque nós sabemos como é que se comportava o PREVI, em gestões anteriores, o PETRUS, em gestões anteriores. Todos nós abemos como se comportaram e, todos eles eu posso dizer que haviam fortes suspeitas e que deveriam ser, ou que devem ser investigados, mas eu não posso ficar levando asso suspeitas, perguntando se conhece fulano ou cicrano, para querer relacioná-lo a qualquer atividade que, por acaso, tenha ocorrido, atividade criminosa algum fundo. Eu queria fazer algum esse registro, porque salvar Banco, é uma tentativa que não é do atual governo, vários governos o fizeram, e dependendo do impacto que tiveram na economia nacional, ela era justificada por aqueles governos. Então, eu citei o exemplo do PROER para dizer que, se o governo naquele momento analisou que o impacto econômico era pior do que a injeção de recursos, que ele pode ter feito essa análise, que eu posso discordar dela, mas ela pode ter sido feita. Provavelmente o atual governo se fez alguma tentativa também era para estudar esse tipo de impacto. Agora, eu não relacionar por essa interpretação, que eu posso discordar e o senhor também pode discordar, como sendo qualquer interpretação de salvar fraude ou de livrar a cara de algum criminoso, mas eu posso fazer

a interpretação econômica que não havia necessidade ou que havia necessidade, mas do que uma interpretação. Eu queria fazer esse registro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu concedo a palavra ao Deputado Antônio Carlos Pannunzio.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Obrigado Relator. Prezado Deputado Dr. Rosinha, na verdade, eu queria dizer aqui o seguinte, tem razão o senhor Rosinha, quando disse que talvez nem outro governo da História de República, tenha levado adiante, a cabo uma operação de magnitude tão grande como o PROER. Foi uma opção entendida na ocasião, como ou se faria aquilo, ou eventualmente, a debaixe (F) que nós teríamos, não só no sistema financeiro, mas na economia do país por conta de quebra de setor produtivo, que viria em decorrência da quebra do setor financeiro traria efeitos catastróficos. Esta certamente, foi a razão pela qual o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tomou essa decisão, aliás, nem um pouco popular. Não rende voto, não rende vantagem alguma e, ao que se saiba, o governo anterior, e nisso não apenas o que eu sei, mas eu tenho convicção também, o governo anterior, não montou nem permitiu que se montasse nenhum sistema com organicidade, com sistematização de corrupção para finalidades outras. Isso eu tenho certeza que no governo anterior não teve. Com relação às perguntas, me parece o senhor Carlos Guerra pode até estranhar, mas essa é que o aspecto democrático das CPIS. Com relação às perguntas, se o senhor conhece fulano, sicrano ou beltrano, também isso é parte da técnica de interrogatórios. Eu tenho certeza que quando o Deputado Dr. Rosinha lhe perguntou, se o senhor conhecia o Senador Antônio Carlos Magalhães, o senhor respondeu tranquilamente, que não, como poderia ter respondido, sim. Sem nenhum, nada afeta a sua aparência, a sua tranquilidade, mas quando no calor de uma inquisição alguém lhe pergunta: “O senhor conhece, o senhor é íntimo de Delúbio Soares?”. Aí a gente percebe reações, reações outras nas pessoas que está depondo. Então, essas coisas são técnicas de interrogação, eu diria só para terminar num clima de companheirismo e de respeito que eu tenho pelo meu prezado Dr. Rosinha são os quesitos fundamentais meu caro Dr. Rosinha. Só isso.

SR. CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO: Eu estou aqui a disposição para responder qualquer pergunta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu considero muito oportuno essa colocação, até porque Dr. Rosinha, Vossa Excelência tem dito oportunidade de

acompanhar a condução dessa Sub-relatoria, no sentido manter sempre a isenção, agora, o que nós não podemos fazer, sem com isso querer expressas qualquer convicção ou apresentar qualquer conclusão, o que nós não podemos deixar de fazer é questionar o depoente, sobre certas figuras que estão diretamente envolvidas no seio da investigação, sobre as quais existem algumas suspeitas, algumas desconfiças e que até mesmo, de repente, uma resposta negativa pode servir para afastar essas suspeitas de desconfiça. Então, eu acho que é do dever parlamentar nosso, principalmente meu como Sub-Relator, não dispensar esse tipo de pergunta, sempre tendo o cuidado de não querer antecipar conclusões, mas justamente por que nós temos obrigação de abranger todos os elementos próprios do que é o escopo do nosso trabalho. Não havendo mais o que questioná-lo, eu quero agradecer Dr. Carlos, a vossa presença. Dizer que a vossa vinda aqui foi importante, principalmente para reforçar que a instituição como um todo do BANCO SANTOS, ainda precisa apresentar novos esclarecimentos, porém isso não poderá ser feito pelo senhor, porque o senhor era apenas o diretor da ASSET, De tal forma que nós suspenderemos por apenas cinco minutos não mais do que isso, para uma pausa rápida e retomaremos na última fase do nosso trabalho do dia de hoje, ouvindo o senhor Davi de Jesus e Marcos César, ambos proprietários da administradora QUALITY, que vem aqui prestar muitos esclarecimentos, sobretudo como muitos dos seus envolvimento com a PRECE e também outras operações. Está por enquanto suspensa a nossa reunião.

Sessão suspensa às 16h07

Sessão reaberta às 16h15

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro reaberta a 13ª Reunião do ‘Sub-relatoria dos Fundos de Pensão e convido imediatamente, para que tomem assento na Mesa dos nossos trabalhos, os senhores Davi Jesus e Marcos César, ambos proprietários da QUALITY, administradora de recursos. OS senhores, Davi e Marcos se fazem acompanhar do seu advogado, Luciano Quintanilha de Almeida, OAB São Paulo, número 18.6825. Sobre a mesa liminar deferida pelo Ministro Gilmar Mendes. Primeiro concedendo uma *habeas corpus* a ambos depoentes. Com a concessão do *habeas corpus* os depoentes ficam dispensados de assinar o termo de compromisso. Mas também há uma liminar em Mandado de Segurança impetrado pela QUALITY, mandato esse muito similar ao que foi concedido anteriormente em favor da PRECE, e também em favor da EURO CORRETORA, cuja interpretação nos obriga a não tratar dos dados sigilosos da empresa em sessão

pública. O que significa dizer que nós estamos obrigados, por força de decisão do Ministro Gilmar Mendes, a realizar esta sessão em caráter reservado. Eu teria a prerrogativa de iniciar o depoimento público, para depois transformá-lo em depoimento reservado. Contudo, por economia processual e por entender que as informações mais relevantes são de caráter sigiloso, eu quero imediatamente determinar a segurança da nossa CPMI, que proceda ao esvaziamento da nossa sala de trabalho, pedindo escusas à imprensa e aos assessores partidários, permitindo apenas a permanência aqui neste recinto dos nossos auxiliares diretos, que estão colaborando com a Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. Peço também escusas aos meios de comunicação da Casa, principalmente a TV Senado, mas por força desta liminar, nós somos obrigados a transformar imediatamente esta sessão em uma sessão reservada. Aguardando, portanto, esvaziamento da nossa reunião para que de imediato, nós possamos iniciar a nossa oitiva.

Sessão encerrada às 18h18

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO

Ata da 14ª Reunião, realizada em 15/02/2006.

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às vinte horas e oito minutos, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, e com a presença dos Senadores, reúne-se a SUB-RELATORIA FUNDOS DE PENSÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se às oitivas dos senhores Lúcio Bolonha Funaro (Stocklos); Jorge Ribeiro dos Santos (Corretora São Paulo); Helenice Honório Morales e José Osvaldo Morales (Novinvest) e Ricardo Tochikago Nakatsu (NK Prestação de Serv. Soc. Simples Ltda). O presidente

comunica que os senhores Lúcio Bolonha Funaro e Ricardo Tochikago Nakatsu não compareceram a reunião, sendo que a família do senhor Ricardo Tochikago Nakatsu comunicou que o mesmo não poderia comparecer devido a problemas de saúde, e que a senhora Helenice Honório Morales foi dispensada da presente reunião pelo Sub-relator após acordo com o senhor José Osvaldo Morales. O presidente ainda informa que o senhor Jorge Ribeiro dos Santos foi dispensado desta reunião e será reconvoado para o dia 02 de março de 2006. O Presidente convida o senhor José Osvaldo Morales para tomar assento à mesa. O depoente trouxe o gerente da Novinvest Ricardo Rodrigues para que possa se dar informações mais precisas sobre a empresa. O mesmo vem na condição de testemunha, acompanhado de seu advogado Francisco Luis Assumpção Ferreira Leite OAB/SP nº 233515 e está amparado pelo mandado de segurança número 25.750-4 que o assegura que as informações cedidas pelo depoente não sejam divulgadas, deste modo à reunião se apresenta em caráter fechado a partir das vinte horas e quinze minutos. Encerra-se a presente reunião às vinte e duas horas e trinta e um minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro aberta a décima quarta reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento número 3 para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Sobre a Mesa a ata da reunião anterior a qual coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. Há expediente sobre a Mesa. Eu quero comunicar inicialmente uma liminar que foi concedida na medida cautelar em habeas corpus de número 88.015 ao senhor Jorge Ribeiro dos Santos. Lendo a parte final dizemos aqui o seguinte. Que ele tem a especial prerrogativa jurídica de não ser obrigado a assinar o termo de compromisso em condição de testemunha, e obviamente também, com o enquadramento dele na condição de investigado automaticamente ele está desobrigado a responder qualquer pergunta que possa eventualmente lhe comprometer, e que lhe seja auto-incriminadora. Informo ainda que em função dos problemas verifica-

dos no dia de hoje, inicialmente, por termos iniciado apenas a sessão legislativa às 16 horas e, portanto, não havia condições legais de funcionar qualquer instância da Casa antes desse horário, e, também, pelo fato da presença do senhor Dimas Toledo. No Plenário principal da nossa CPMI nós tivemos que fazer um ajuste naquilo que estava acertado. A pauta de hoje estava destinada as oitivas do senhor Lúcio Bolonha Funaro, que, até então, não foi citado porque está fugindo da Polícia Federal, do senhor Jorge Ribeiro dos Santos da Corretora São Paulo, que eu li aqui esse habeas corpus. Mas eu informo que foi transferida a audiência do Sr. Jorge Ribeiro dos Santos para o dia 2 de março, da senhoras Elenice Honório Morales da NOVA INVEST e do senhor José Oswaldo Morales da NOVA INVEST. A senhora Elenice esteve aqui, no entanto, ambos os depoentes eles argumentaram com este sub-relator que a senhora Elenice apenas figura no contrato social com 1% das cotas da empresa, que ela não responde pelas atividades da NOVA INVEST, que ela apenas exerce atividades do lar, e que, portanto, o seu esposo, o senhor José Oswaldo Morales seria o responsável por tratar de todas as nossas questões que envolvem a NOVA INVEST. Eu a dispensei permitindo que ela, assim, regressasse à sua cidade de origem. O senhor Ricardo Tochikago Nakatsu, que é representante da NK PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS encaminhou para aqui, na verdade não foi ele, foi a sua família. Nos encaminhou um atestado médico que eu leio. Certifico que nesta data é feito ligação telefônica ao senhor Ildo, vulgo Careca, mencionando num relatório de missão da APF Zanfelize (F) para que informasse os telefones de familiares do seu Ricardo Nakatsu, na qual informou o telefone da a senhora Naomi Nakatso, irmã de Ricardo, e o celular do filho do mesmo. Em contato com a senhora Naomi, a mesma informou que o seu irmão está em coma, tendo sido hospitalizado em 29 de 11 de 2005 na Santa Casa de Porto Alegre, e transferido para o hospital das Clínicas de São Paulo em 10 de janeiro de 2006, tendo como diagnóstico o estado vegetativo irreversível. Dá fé a essa declaração a escrivã da Polícia Federal de Porto Alegre Miriam Cruzy(F) dos Santos. Eu, então, queria imediatamente solicitar à assessoria que nós verificássemos quem são os sócios do senhor Nakatso, para que ele seja, ou eles sejam convocados, e, assim, a gente possa ter os esclarecimentos da NK. Então, o senhor Nakatso nessa condição de coma não compareceu. O senhor Lúcio Funaro não foi localizado pelo Polícia Federal. O senhor Jorge Ribeiro teve o seu depoimento transferido para a dia 2. Ouviremos, dessa forma, o senhor José Oswaldo Morales corretor da NOVA INVEST. Tenho também sobre a Mesa uma

decisão do Supremo Tribunal Federal que concede o direito à corretora NOVA INVEST de apenas ter expostos os seus dados, fruto da transferência de sigilo bancário fiscal e telefônico em audiência reservada dessa CPMI. O que é que acontece? Por economia processual e pela necessidade de ter que cumprir uma decisão da Justiça, e também pelo fato de que estamos aqui praticamente a sós, afinal de contas todas atenções estão voltadas para o depoimento do senhor Dimas Toledo. Sequer a TV Senado está aqui a televisar essa sessão. Eu, então, vou determinar que de imediato iniciemos a sessão em caráter reservado, solicitando, assim, a segurança da Casa que proceda o esvaziamento como de hábito, permitindo apenas a permanência dos nossos assessores e consultores diretamente ligados aos trabalhos da Sub-relatoria de Fundos de Pensão. Eu peço a nossa Secretaria que desde já faça entrar nesse recinto o senhor José Oswaldo Morales. Está reservada.

A Sessão se torna secreta às 20 horas e 15 minutos

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO

Ata da 15ª Reunião, realizada em 16/02/2006.

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às dez horas e trinta e um minutos, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, e com a presença dos Senadores José Agripino Maia, Romeu Tuma, Valdir Raupp e Ideli Savatti e dos Deputados Carlos Willian, Osmar Serraglio, Maurício Rands e Arnaldo Faria de Sá, reúne-se a SUB-RELATORIA FUNDOS DE PENSÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se às oitivas dos senhores Ricardo Monteiro

de Castro (CENTRUS), às dez horas, e Adrei Antônio de Gasperi (PORTUS), às quatorze horas. O senhor Ricardo Monteiro vem na condição de testemunha, acompanhado de seu assessor o senhor Luis Antônio Caldas Jaroszewski (Gerente de Aplicações) e ainda de seu advogado o Dr João Berchmans Correia Serra OAB/CE nº 6122. O Presidente convida o senhor Ricardo Monteiro de Castro (Diretor Financeiro da CENTRUS) e seus acompanhantes para tomarem assento à mesa. O depoente faz uma breve apresentação pessoal e profissional. Em seguida, o Sub-Relator inicia seus questionamentos ao senhor Ricardo. O depoente entrega ao Sub-Relator e aos demais parlamentares presentes um levantamento feito na CENTRUS dos lançamentos de CDB's dos últimos anos, desde que ele se encontra na Direção Financeira da empresa. O Deputado Carlos Willian solicita ao Sub-Relator a quebra dos sigilos de todos os envolvidos no prejuízo de mais de duzentos milhões de reais da previdência complementar. Requer ainda que sejam convocados os senhores Armindo Fraga, Pedro Alvim (Presidente da CVM) e a Diretora da SPC. O Deputado Carlos Willian solicita as tabelas das relações operacionais da CENTRUS com as corretoras, na qual o senhor Ricardo diz que providenciará o envio a essa CPMI. O Deputado, em continuidade, fala que solicitará inclusive a quebra dos sigilos do depoente. O Sub-Relator intervém e afirma ao Deputado Carlos Willian que o depoente veio na condição de testemunha, assinou o termo de compromisso e lhe é facultado decidir se permite, ou não, a quebra de seus sigilos. O Deputado Carlos Willian afirma que fará os requerimentos de todas as quebras citadas, formalmente. O Sub-relator continua suas questões ao depoente. Às doze horas e cinquenta e oito minutos suspende-se à reunião até às quatorze horas, onde seu retorno se dará com o depoimento do senhor Adrei Antônio de Gasperi. A reunião foi reaberta às quatorze horas e quarenta e quatro minutos para oitiva do Senhor Adrei Antônio de Gasperi, acompanhado de seus Advogados Doutores: Marcos de Castro Pena e Cristine Azevedo Whehaibe. Em seguida, o Sub-relator questiona o depoente. O Sub-relator convida o senhor Alexander A. Abido S. da Silva, que se encontra nesta comissão, para se assentar à mesa, para esclarecer mais alguns fatos relativos à empresa. O relator pede ao depoente, para que disponibilize, a assessoria, os documentos em sua posse. O Sub-relator pede a assessoria para que verifique se há existência de aplicações em TDA nos anos passados. O advogado do depoente se pronuncia a respeito de uma denuncia em que envolviam pessoas externas. O depoente não responde a pergunta, se disponibilizando a entregar a posteriormente o documento. Agradece

o relator a presença dos depoentes aqui presentes, e deixa nota que pretende registrar todos os problemas existentes na empresa CORPUS e nos fundos de pensão antes de finalizar os trabalhos. E deixa também registrados os próximos depoentes que virão nestas próximas semanas, nesta comissão. Encerra-se a presente reunião às dezesseis horas e quatorze minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro aberta a décima quinta reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do requerimento número 3 de 2005, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos, praticados por agentes públicos nos correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Sobre a Mesa a ata da reunião anterior a qual coloco em votação, propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se às oitivas dos senhores Ricardo Monteiro de Castro Melo da CENTRUS e Adrei Antonio Degasperi da PORTOS. Convido imediatamente para tomar assento a Mesa o senhor Ricardo Monteiro de Castro Melo diretor financeiro da EPPC CENTRUS. Informo que o doutor Ricardo Monteiro de Castro Melo vem a essa CPMI na condição de testemunha e, portanto, já assinou o termo de compromisso e também a diretoria da CENTRUS nos solicitou a permissão para que o senhor Antônio Caldas Jaroskeski(F) gerente de aplicações da fundação, pudesse se fazer presente nesta audiência a fim de colaborar com o senhor Ricardo Monteiro no esclarecimento das principais dúvidas dessa Sub-relatoria, o que eu acato. Eu indago ao senhor Ricardo Monteiro se ele se faz acompanhar de advogado?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Sim temos o nosso advogado, doutor João.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia declinar o nome dele e se possível eu solicito ao doutor João que nos apresente o seu número de inscrição da ordem. Sr. João Beckmans Serra. OAB 171631 Fortaleza, Ceará. Se o senhor quiser tomar assento à Mesa diretora também é permitido, aí V.Sa. pode sentar ao lado do senhor Luiz Antônio. Doutor Ricardo como é de costume na nossa CPMI, eu quero conceder-lhe a palavra a fim de que o senhor possa fazer aqui uma

apresentação de caráter inicial, possa nos relatar sobre o histórico profissional de V.Sa. e também a fim de que o senhor se sinta a vontade para apresentar qualquer informação que o senhor entenda importante e oportuna para o início dos nossos trabalhos. Desta forma imediatamente eu concedo-lhe a palavra.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Muito obrigado, Excelência é um prazer estar aqui nessa CPMI. Bom-dia. Estamos aqui com o propósito de esclarecer qualquer dúvida que haja com relação a participação da CENTRUS nos mercados financeiros. Bom, meu nome é Ricardo Monteiro de Castro Melo, tenho 53 anos, sou economista, funcionário do Banco Central, estou no Banco Central desde 78, trabalhei em três áreas distintas do Banco Central, na área internacional, área de normas e da dívida pública e em 99, eu fui indicado para compor a diretoria da CENTRUS e estou como diretor de aplicações da fundação, nesses quase 10 anos. Quando chegamos a CENTRUS em 99, a gente tinha uma situação de um certo impasse dentro da fundação com relação a mudança a mudança do sistema empregatício do funcionalismo do Banco Central, uma decisão do Supremo, tinha transformado os funcionários do Banco Central, que até então eram funcionários autárquicos com registros de CLT, em funcionários públicos e isso teve suas consequências na própria fundação uma vez que a parcela de poupança dos funcionários que contribuíam para a CENTRUS, foram e tinham sido transformados para profissionais públicos, foi desenvolvida. Então isso afetou bastante o patrimônio da fundação, a CENTRUS estava numa certa crise de identidade, se permanecia uma fundação, porque tinha que honrar todos os compromissos anteriormente assumidos dos aposentados e o patrimônio da fundação nessa época era alguma coisa perto de 3 bilhões e 900 milhões. Então nós assumimos a direção da CENTRUS, uma equipe de 4 funcionários do Banco Central, tentando mostrar que a empresa era viável e que tinha condição, inclusive, de sobreviver e de ser perenizada caso a decisão fosse revista, com relação ao funcionalismo, a transferência para funcionário público. Nesta mudança, nessa Assunção que nós fizemos, nós obrigatoriamente tivemos que fazer uma mudança na estratégia de aplicação da CENTRUS. Porque nessa ocasião a CENTRUS apresentava um déficit, de cerca de 190 milhões, e a gente foi trabalhar, como eu já disse buscando a penerização da empresa. Então, mudamos completamente a estratégia da empresa, hoje nós temos os resultados disso, já quase 10 anos depois, não é? 99 até hoje e realmente conseguíamos deixar a fundação numa situação financeira muito favorável a todos os seus participantes. Seria isso que eu tenho a dizer a V.Exa. nesse momento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Doutor Ricardo?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Antes do senhor em 1978, ingressar no Banco Central, que atividades o senhor realizou?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Eu era aéreo viário, trabalhava na Transbrasil nessa época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguma vez o senhor teve alguma passagem por instituições no mercado financeiro?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Não senhor, sempre trabalhei no Banco Central, sistema financeiro, somente Banco Central.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi o fator preponderante que determinou para o convite que lhe foi feito em 1999, para assumir a diretoria financeira da CENTRUS?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Nessa época eu estava trabalhando na área de dívida pública e o chefe do departamento Pedro Alvin Júnior, ele foi convidado pela então diretoria do Banco Central, capitaneada pelo doutor Armínio Fraga. E de comum acordo com a direção do Banco Central, o Pedro Alvin indicou, fez uma lista de alguns nomes e indicou suas preferências, as quais foram acatadas pelo doutor Armínio Fraga, então foi essa a indicação, o trabalho que já fazia com ele e entendeu que credenciava para essa função.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse período de 7 anos, praticamente o Diretor-Presidente da CENTRUS permaneceu o mesmo?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: É o mesmo até hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Verifica-se então uma pouca mudança no quadro diretivo da fundação?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: É, nós tivemos nesse período aí, nesses 7 anos, um dos diretores iniciais teve um problema de doença, pediu o seu afastamento, foi substituído por um outro colega do Banco Central, que também estava cedido à CENTRUS, era o chefe da auditoria, que assumiu a diretoria de administração devido a esse afastamento. E algum tempo depois o diretor de benefícios se apo-

sentou e aí nos, o Pedro indicou ao Conselho Deliberativo uma outra pessoa que foi acolhida pelo Conselho Deliberativo, que atualmente é quem faz essas coisas, não é mais a direção do Banco Central.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós temos verificado uma variação muito grande nas estruturas das diretorias financeiras de investimento e aplicações dos diversos fundos estatais. Então seria importante que em breves palavras o senhor pudesse aqui nos relatar como está composta e estruturada a diretoria financeira da CENTRUS?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Bom, a diretoria financeira da CENTRUS é uma diretoria muito enxuta, nós somos ao todo 13 funcionários contando comigo, aqui a minha direita está o Luiz Antônio é o meu gerente de operações, ele é o encarregado da mesa de operações da CENTRUS, que é onde transitam todas as negociações. Além dessa gerência nós temos na diretoria de aplicações outras duas, uma gerência de análise, investimento e risco, eu tenho um gerente que foi ex-funcionário do Banco do Brasil e uma última gerência que é a gerência de análise técnica, que é uma funcionária de carreira da CENTRUS, que já está na fundação, há coisa de 10, 12 anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do ponto de vista estatutário é uma imposição, é imperativo que esses gerentes sejam funcionários da fundação ou da patrocinadora ou não existe essa imposição?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Não senhor, não Excelência, não existe imposição, a CENTRUS tem total de 102 funcionários, sendo que a diretoria é do Banco Central, e nós temos 2 gerentes do Banco Central, mas isso absolutamente não há imposição nenhuma, na minha área não tem nenhum gerente do Banco Central.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Luiz Antônio é funcionário do Banco Central?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Não senhor do Banco do Brasil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do Banco do Brasil, o Luiz Antônio exerce a função de gerente de aplicação há quantos anos?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Comigo está desde março do ano passado, pouco mais de...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Março de 2005? Quem realizou a atividade antes do Luiz Antônio?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Foi um funcionário da Caixa Econômica Federal chamado Carlos Vicente, trabalhou conosco durante 5 anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que houve essa mudança?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: O Carlos Vicente se cansou da função, ele teve um acidente e perdeu parte da mão e pediu para se afastar e voltou ao seu órgão de origem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dos 3 gerentes apenas a gerente de análise técnica é funcionária do Banco Central?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Não, Excelência, ela é funcionária da CENTRUS e está na CENTRUS a cerca de uns 12 anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Funcionária de carreira da fundação?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: É. Hum-hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria que o senhor nos informasse como é que se compõe a carteira de investimentos da CENTRUS. Inicialmente levando em consideração os recursos que são investidos e aplicados em carteira própria e aqueles que são destinados a terceirização e, portanto geridos por instituições financeiras do mercado e aplicados através dos fundos exclusivos. Então dentro da política de investimentos da CENTRUS, como é que foi tomada a decisão de dividir a carteira entre os recursos aplicados na carteira própria e os recursos transferidos para a gestão dos fundos exclusivos?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Bom, quando nós assumimos a fundação, a estratégia que nós tivemos que adotar na gestão dos recursos ela obrigatoriamente tinha que privilegiar a liquidez, ou seja, tínhamos que ter dinheiro em caixa para fazer pagamento dos benefícios que a CENTRUS é obrigada a fazer. E a gente tinha que buscar uma forma de rentabilizar esse bolo de recursos, uma vez que essa decisão do Supremo transformou a CENTRUS numa fundação madura. Ou seja, a CENTRUS não é uma instituição, que não recebe nenhum aporte de recurso, o fluxo de recursos da CENTRUS é um fluxo negativo, nós temos que vender ativos para pagar os nossos compromissos. Então a gente tinha que achar uma forma de rentabilizar esse monte de dinheiro que tinha lá, porque não ia chegar dinheiro novo e buscar a máxima, alongar a vida da empresa para que se um dia reverter

essa decisão do Supremo, se ela for possível, os atuais funcionários do banco encontrem lá uma parcela de recurso que já sejam poupança. Bom, então o que é que nós fizemos? A gente dividiu uma parte para a renda variável e uma parte para a renda fixa, sempre em títulos do tesouro e o resto é, era um, eram ativos que nós tínhamos que administrar, como uma dívida que o Banco Central tem com a fundação, de um Plano de Cargos salários ativos que o banco optou por pagar escalonadamente e a parte de imóveis, então a nossa carteira, é uma carteira muito simples de ser gerida, porque a gente sempre buscou fazer um investimento que a gente viesse a porta de saída, ou seja, não tem nenhum tipo de investimento que gere muita dúvida. Quanto a essa pergunta do senhor sobre os fundos exclusivos, a gente só tem fundos de renda fixa que são totalmente compostos por títulos públicos. Então nós temos 4 fundos com 4 diferentes gestores, com 100% de títulos públicos e uma pequena margem para que eles possam fazer operações no mercado futuro, de forma a otimizar o rendimento e sempre buscando a proteção da carteira. Isso aí, o nosso regulamento para esses fundos é um regulamento padrão, para todos os fundos é da mesma forma. Se o senhor quiser a composição, o percentual das nossas carteiras eu tenho aqui, posso--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fique a vontade.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Achou Luiz? Não, não, carteira total da CENTRUS, que está aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Gostaria de confirmar com o senhor os nomes que nos temos aqui, para que o senhor dissesse qual deles é fundo exclusivo da CENTRUS, ou quais são fundos exclusivos da CENTRUS, o TEMPLENTON?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Bradesco TEMPLENTON, exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O TEMPLENTON é gerido pelo Bradesco, o custodiante é o Bradesco e é também administrado pelo Bradesco?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Se o senhor, os nossos gestores são Bradesco, Banco do Brasil, Banco safra e o banco Itaú são os gestores que eu tenho atualmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O PENFOLDS(F)?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Ah, esse é um fundo antigo, que já foi fechado--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele foi fechado quando?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Ele era administrado pelo Banco Santos e quando o Banco Santos sofreu a intervenção, nós transferimos esses recursos para o Bradesco. Uma vez que já eram--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então esse fundo deixou de existir, quando o banco Santos sofreu a intervenção?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Ele foi transferido para a Bradesco cerca de 2 meses depois, foi o tempo que a burocracia necessária pra transferir para o Bradesco e no Bradesco eu mantive durante algum tempo os dois fundos independentes e 6 meses depois eu optei por concentrar apenas num fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O OLIMPO 26 é administrado e gerido e custodiado pelo Banco do Brasil, confirma?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: OLIMPO 26, exatamente isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Vênus pelo Banco Safra?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Brasília 2, o senhor não citou Brasília 2?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Esse fundos não existe mais era do BRB.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do BRB, exatamente.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Luiz, quando eu fechei esse fundo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tem aqui também o FIX é 3, que era a administrado pelo banco Mercantil?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Hum-hum. Eu tenho aqui a relação, senhor Deputado, V.Exa. pode ver aqui, qual era a o banco que o senhor se referiu?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Inicialmente o BRB com o Brasília 2.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: BRB, Brasília 2 ele foi aberto em dezembro de 2003 e encerrado em janeiro de 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Atualmente funcionando o senhor tem o TEMPLENTON?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O PENFOLDS(F)?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Não, não, esse era do Santos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É que foi transferido para o Bradesco, então ele foi incorporado pelo TEMPLENTON, o Vênus?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: O Vênus, do Safra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O OLIMPO 26?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Do Banco do Brasil e tenho o fundo POLAND que é do banco Itaú, eu não sei seu está relacionado para V.Exa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, essa inclusive é uma lista da Secretaria de Previdência Complementar, que cita o TEMPLENTON o FIF 60, que o senhor deve ter encerrado, BMG, o Fix é 3?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Foi encerrado em junho de 2003 o BMG.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O fixo 3 do Banco Mercantil?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Banco Mercantil foi encerrado em novembro de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): PENFOLDS o senhor já disse que foi incorporado pelo TEMPLENTON, OLIMPO 26, o Vênus, o Brasília 2 que era esse do BRB, que o senhor disse que foi encerrado também.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Também foi encerrado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é o quarto fundo exclusivo que não está citado aqui?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: É o do Banco Itaú que chama FIF POLAND, P-O-L-A-N-D.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Antes de entrar em alguns detalhes sobre os fundos exclusivos, eu queria saber de V.Sa., normalmente como é que se dá a discussão sobre a definição da política de investimentos, sobre o acompanhamento da aplicação dos investimentos feitos pela CENTRUS, então a fundação tem algumas diretorias na estrutura da vossa diretoria existem as gerências, eu gostaria de saber que nível de autonomia cada nível hierárquico possui e no fim como é que se dão as decisões?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Bom, as decisões de investimento ou de acompanhamento?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Primeiro de investimento depois de acompanhamento.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Com relação a investimento, a CENTRUS busca sempre uma posição muito conservadora para tomar suas decisões. Existe uma norma legal que estabelece que qualquer investimento acima de 5% do patrimônio tem que ser submetida ao Conselho Deliberativo da empresa. A CENTRUS adotou que qualquer investimento acima de 0,5%, nós deveríamos levar ao Conselho deliberativo. Até 0,5% eu tenho, eu tenho autonomia de fazer dentro da diretoria, nós temos lá um comitê de investimentos, que é composto dos 3 gerentes e da minha pessoa, a gente se reúne todo dia de manhã para analisar qual o cenário econômico, o que está acontecendo e como deve se desenrolar o cenário econômico, para tomar as decisões de investimentos rotineiras, que nós temos e no controle de fluxo de caixa todas essas coisas. Com relação a investimentos mais estratégicos, ou seja, de valores superiores a 0,5% do patrimônio, a gente faz um estudo, dependendo da área do investimento é feito um estudo por uma das gerências, discutimos isso no comitê de investimentos, comitê de aplicações, aliás, é o nome do comitê e levamos a diretoria executiva, a diretoria executiva concordando nós passamos a submetê-lo ao Conselho deliberativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é a composição do conselho?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: São 5 membros, 3 indicados pelo Banco Central e 2 eleitos. Bom, é, com relação ao controle desses investimentos, nós temos nessa área de análise e risco que faz o controle geral das operações, geral no sentido de analisar a divergência não planejada dos investi-

mentos, a sua valorização no risco, que o americano são de vera trips(F), para gente é o var. E temos a gerência de análise técnica que faz o acompanhamento mais formal de todas as empresas que nós somos participantes, a gente tem participação em empresas e tudo que acontece nessas empresas, essa gerência tem a obrigação de nos relatar e é uma coisa que é distribuído não só na minha diretoria como para os outros diretores também, para que possam acompanhar, eventualmente a gente discutir algum assunto. Então somos sócios da Marco Polo, por exemplo, a empresa de carrocerias de ônibus, qualquer coisa que aconteça com relação a Marco Polo, qualquer notícia que tenha um balanço que ela solte a nossa gerência de análise analisa e dita um fato relevante ou uma nota técnica, para que a gente acompanhe a questão da empresa. E assim é feito. São--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que é suficiente apenas uma gerência de análise técnica e também uma gerência de análise de risco? O senhor acha que essa estrutura é suficiente para fazer um acompanhamento eficaz dos resultados apresentados pela fundação, não apenas na composição e na participação que possui em empresas, mas principalmente no desempenho das suas aplicações nos diversos mercados?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Bom, nós temos, eu estava falando da minha área, a área de aplicação, nós temos na fundação uma área de compliance também, que faz permanentemente o--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que é essa estrutura de compliance?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: A estrutura de compliance nós temos um comitê de compliance, que tem um representante de cada diretoria da CENTRUS, que são 4 diretorias, não é? Aí contando o Diretor-Presidente e ela é centralizada dentro da nossa auditoria interna. Então o chefe da auditoria é o chefe desse comitê, ele verifica todas as operações feitas, todos os pagamentos que transitam pela fundação, recebimento de aluguéis ou dividendos de ações e tudo, com todos os, com todos os passos necessários que a gente sempre tem na concretização de operação. Se tiver operando em bolsa, as boletas que são emitidas, esse comitê de compliance também vai analisar. E a gente mensalmente envia documentos e relatórios ao Conselho Fiscal, que esse Conselho Fiscal ele é todo indicado pelo patrocinador, o Banco Central, e todo o mês a gente manda, remete a eles uma série de relatórios e ainda estamos sempre prontos a atender qualquer demanda extra que haja.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual o relacionamento do Banco Central, que é o patrocinador da CENTRUS, com a fundação? Do ponto de vista da interface que a fundação faz com o Banco Central. Essa relação se estabelece a partir de que representante da fundação e de que representante do Banco Central? E que nível de acompanhamento o Banco Central realiza nas atividades da fundação?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: A CENTRUS é diretamente ligada à diretoria de administração do Banco Central, que atualmente está ocupada pelo doutor Antônio Fleury, é o diretor de administração da casa, então nós sempre respondemos a ele, o Banco Central indica os seus conselheiros que ele tem direito, que são os 3 e o Presidente do Conselho é indicado também pelo Banco Central. Agora segundo a lei 109, o Conselho deliberativo passou a ter autonomia para escolher, ele é o órgão máximo e ele tem autonomia para escolher o corpo diretor da empresa. Eu perdi um pouco aqui o fio da meada, Deputado se V.Exa. puder repetir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que eu gostaria de saber, é que tipo de acompanhamento que o Banco Central faz?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Sim, perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E até, digamos se existe uma periodicidade que a CENTRUS presta contas ao Banco Central, enfim.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Perfeito. A CENTRUS presta conta todo o tempo ao Banco Central, todo o mês nós temos relatórios que nós mandamos ao Conselho Fiscal, que é todo indicado por ele e o Banco Central efetua auditorias na CENTRUS no momento que ele entende necessário, conveniente, ou seja, qualquer momento ele pode efetuar suas auditorias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor fez aqui referências a participação da CENTRUS na empresa Marco Polo. Normalmente quais são os critérios que determinam que a fundação ela participe ou não do ponto de vista acionário de determinada empresa? Então imagino eu que deve existir uma discussão muito criteriosa, exaustiva analisando sobre todos os aspectos a situação econômica e financeira das empresas. Mas eu queria saber quais são esses critérios objetivos, que determinam que a fundação invista em uma e não invista em outra?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Bom, primeiro eu gostaria de dizer a V.Exa. que a CENTRUS, o porte da fundação não permite que ela tenha tantos investimentos, tantas participações, como é normal se ver nas grandes fundações. Então nós temos uma carteira de participação estratégicas compostas de 6 empresas, onde a gente detém assento em Conselho. Para escolher a empresa que a fundação vai participar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais são essas empresas? O senhor pode?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Localiza para mim, por favor. Nós temos a Marco Pólo, a Belgo, que hoje é a Arcelor, temos a Inepar, Inepar Administração, Inepar energias, Arcelor Energias do Brasil, antiga ESCELSA, Eterniti, as duas em Inepar que eu falei para o senhor e a Marco Polo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, o senhor pode continuar me perdoe.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Para a CENTRUS fazer a escolha de uma participação numa empresa ela vai buscar, primeiro, o porte dessa empresa, qual o histórico que a empresa tem de pagamento de dividendos e o histórico de valorização dessa empresa. É feito uma análise fundamentalista da empresa, uma análise fundamentalista, muito bem elaborada, isso é submetido oportunamente ao comitê de investimento e a CENTRUS depois de tudo aprovado, ela busca essa aquisição em mercado, em Bolsa de Valores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é a atual situação da Marco Polo,

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

A Marco Polo está muito bem, ela hoje em dia é uma empresa que, ela é uma das poucas multinacionais genuinamente brasileira, ela tem planta hoje no México, na África do Sul, na China e está com faturamento excelente, pagando excelentes dividendos, a gente é sócio da Marco Pólo acerca de 10 anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Investimentos em títulos públicos hoje representam quantos por cento da carteira da CENTRUS?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Títulos públicos, hoje, nós temos aqui, eu posso passar às mãos. Luiz, eu tenho aqui o original você localiza para mim para eu passar para o Deputado, a nossa posição hoje, aqui hoje, aqui quando nós assumimos, desculpe Excelência, pode ver quando nós assumimos em 31 do 3 de 99, nós assumimos em abril essa

era a composição do 31 do 3, hoje como a CENTRUS está? Nós temos em renda variável 41%, temos 32% em títulos públicos, fundo de ações 040, imóveis nossa carteira de imóveis também é bastante enxuta, 3.95, aqui aquela dívida que eu me referi do Banco Central, que o Banco Central tem com a fundação. Empréstimo e financiamentos com os nossos participantes. Os nossos fundos de renda fixa que são apenas um controle de fluxo, controle de caixa, a gente usa como, nós chamamos de colchão de liquidez, os nossos pagamentos normalmente saem daí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Todos os recursos que são investidos em título público hoje se fazem por intermédio dos fundos exclusivos?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Não senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores operam em carteira própria, desses 32%?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Todos eles são operados por nós, diretamente por nós.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo aqui é carteira própria?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Carteira própria, normalmente a gente leva ao vencimento do título, a mente busca uma composição da carteira ao longo dos próximos 6 ou 7 anos. A gente busca manter equalizada, nem sempre conseguimos, porque ou o tesouro não oferece o vencimento que a gente precisa, ou a gente não acha no mercado para comprar. Mas a tentativa é essa de manter uma coisa equalizada, de forma que se a gente tiver necessidade num caso de uma renda variável em queda, uma bolsa caindo e a gente tiver que honrar pagamentos, os títulos públicos a gente poderia vendê-los.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dentro dessa composição, que fatia do bolo é destinada a descentralização através dos fundos exclusivos?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: 4,3%.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Apenas?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Apenas isso, isso é o nosso colchão de liquidez, para a administração do fluxo de caixa do dia-a-dia. E gostaria de lembrar a V.Exa. que esses fundos são todos rastreados em títulos público com o prazo máximo de 2 anos, se o fundo, se o gestor do fundo entender que seria bom aplicar mais longo, acima de 10 anos, ele

tem que nos pedir autorização específica e justificar sua pretensão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós percebemos que atualmente apenas grandes instituições financeiras do mercado são responsáveis pela administração e gestão desses fundos exclusivos. Quais foram os critérios ao longo do período em que V.Sa. responde pela diretoria financeira, adotados para a seleção das instituições? Houve alguma mudança, a gente percebe que muito a partir de 2002 para cá uma transição de médias e pequenas instituições para grandes instituições. Então eu seria saber ao longo desse tempo, quais os critérios que foram decisivos para a seleção dessas instituições financeiras?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Bom o primeiro critério é que a instituição financeira seja uma instituição que esteja bem ranqueada no sistema financeiro. O segundo é que ela atenda a uma análise que a CENTRUS tem interna, que a gente chama de análise bancária que a gente busca o lado quantitativo das instituições com uma frequência trimestral, ou seja, a cada trimestre os bancos divulgam os seus balanços, e a gente analisa isso e de um e esse anabn(F) ele foca doze diferentes itens do banco, como a performance do banco, a inadimplência, o imobilizado do banco, que ele tem imóveis coisa do tipo, cada desses quesitos tem um peso e no final a gente tem uma forma para apurar como que esse banco está comparativamente a outros do mesmo porte. E aí a gente faz um critério de classificação ou desclassificação do banco de acordo com as notas que ele obtém, as notas médias que ele obtém desses quesitos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por exemplo, no caso do PENFOLDS(F), que era administrado pelo Banco Santos, o senhor nos disse aqui que a CENTRUS tinha um acompanhamento regular e permanente da classificação das instituições financeiras e, sobretudo do seu posicionamento no mercado. Esse acompanhamento então ele não funcionou para detectar que, por exemplo, o Banco Santos não ia bem e que, portanto já não seria mais uma instituição autorizada a administrar esses recursos que estavam destinados ao fundo exclusivo PENFOLDS(F), lembrando que a intervenção do Banco Santos foi feita pelo próprio Banco Central. Que é a patrocinadora da fundação, de certa forma isso demonstra independência. Afinal de contas o Banco Central entrevistou no Banco Santos e a CENTRUS não mudou o seu administrador. Mas aí eu pergunto não houve uma falha na não detecção do problema no Banco Santos, que determinasse a mu-

dança da sua administração do fundo PENFOLDS(F) antes que a intervenção ocorresse?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Nós temos um acompanhamento de fundos constantes. Semanalmente o banco nos informa qual a composição da carteira do fundo que nós temos com ele. Eu tenho até uma cópia aqui, se o senhor quiser eu posso lhe mostrar nesse mapa de acompanhamento, o banco nos informa quais os títulos que está investindo, qual o montante, qual o capital do seu patrimônio, semanalmente. Como os nossos fundos são sempre lastreados em títulos públicos e são fundos exclusivos e nós temos, e a gente tem uma custódia, toma o cuidado de ter sempre uma custódia independente nesses fundos, no caso do Santos ela era com o Bradesco, no caso do Bradesco pelo próprio porte a gente não vê necessidade de ter, normalmente a gente põe no Banco do Brasil ou os outros fundos menores como do Itaú, o fundo menor que temos patrimônio, OK? Eu tenho a custódia dele no Banco do Brasil, então a gente sempre monitorou o rendimento, era o rendimento esperado pela carteira, pela composição dos títulos públicos que acompanham e o fundo em si ele tem um risco soberano. O banco sofreu a intervenção e o nosso fundo em momento nenhum foi afetado. Simplesmente eu fiquei impedido de fazer algum resgate, durante o tempo que demorou para transferir para outro gestor, que foram cerca de 2 meses e o banco continua rendendo. Quando finalmente foram cumpridas todas as etapas burocráticas para essa transferência, os recursos foram enviados para o Bradesco, o Bradesco começou a gerenciar e deu sequência no rendimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós temos um dado aqui, que eu gostaria que o senhor confirmasse ou dissesse caso seja outro número qual é, que nesse fundo PENFOLDS(F) quando da intervenção do Banco Santos estavam alocados 50 milhões de reais, é isso?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Por volta disso. Alguns quebradinhos aí, 51 alguma coisa por aí. Eu posso lhe dar o número--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como eles estavam rastreados em títulos públicos não houve problema?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Não teve perda nenhuma, nem de rendimento. Ele continua rendendo enquanto a intervenção estava ocorrendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O FIF 60 foi um fundo administrado pelo Banco BMG e gerido pela

BMG Acet. Que os senhores decidiram em junho de 2003 desativar. O que é que levou a desativação desse fundo exclusivo?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

A CENTRUS sempre tem esse critério. Deputado passou a mão de V.Exa. o controle semanal que é feito nos informes, esse aqui é um mapa consolidado que a CENTRUS faz de toda a carteira dos fundos, o senhor tem aí quais são os títulos, como estão, então nós temos, bom se o senhor quiser alguma explicação eu posso lhe dar. Com relação a questão do BMG, o BMG num determinado momento deixou de ter interesse em ter esse fundo com a CENTRUS, a CENTRUS além de impor um regulamento padrão, desculpe. Além de impor um regulamento padrão a todos os fundos, nós não aceitamos o regulamento deles, ele tem que aceitar o nosso, a gente paga uma taxa de administração muito pequena, nós pagamos 0,10% ao ano de taxa de administração ao fundo. E ele ganha no volume que é mantido lá dentro e parece que não estava mais interessante para o BMG, ele mesmo propôs a transferência do fundo, ele queria transferir o fundo para o banco Itaú e continuar fazendo a gestão do patrimônio do fundo, nós não aceitamos e fechamos o fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem do Banco Santos mantinha contatos com a fundação?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Aqui em Brasília nós tínhamos o diretor responsável pela área centro-oeste, que era o Carlos Guerra e tínhamos uma representante local aqui que era a senhora Eliane, eu não me lembro o sobrenome dela.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Carlos Guerra que era o diretor também da Santos Acet?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Exato, a gestão é feita pela Acet, do banco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O contato do senhor era com o Carlos Guerra diretamente?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: O contato mais cotidiano com a Eliane, que morava aqui em Brasília e o Carlos Guerra eventualmente vinha aqui, para fazer o acompanhamento do cliente, que estava sempre conosco eventualmente...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais os critérios que a CENTRUS utiliza para a seleção de corretoras, que vão operar com a fundação?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Bom, para corretoras, a primeira coisa que a corretora esteja habilitada a operar em Bolsa de Valores. Segundo critério, ela tem que existir há pelo menos 5

anos. Terceiro critério, o atendimento que essa corretora, mesmo antes de ser nossa cliente já nos presta. Porque eu não sei se V.Exa. sabe como que funciona no mercado, as corretoras estão sempre em busca de nossos clientes, estão sempre nos ligando oferecendo algum negócio, perguntando se a gente precisa de alguma coisa, estão sempre de prontidão a qualquer tentativa de negócio que a CENTRUS eventualmente possa fazer. Nesse caso quando a corretora usualmente tem contato conosco nos fornece boas informações de mercado, bons comentários, boas análises de mercado, eles ligam de manhã fazendo um comentário: "Hoje deve acontecer isso, isso". Aí a CENTRUS já tem uma certa tendência a utilizar esse tipo de corretora. Ela entrando então, ela conseguindo todas essas coisas primordiais que é mais de 5 anos, a gente pede para ser examinado a ficha dos principais sócios, ou seja, SPC dos sócios, se tem alguma reclamação, algum protesto, alguma coisa e aí podemos elencar. A CENTRUS tem também um processo de rotativo de utilização das corretoras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Havia um acompanhamento permanente do desempenho que essas corretoras apresentavam, quando operando os recursos da CENTRUS?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Acompanhamento permanente, a gente normalmente utiliza as corretoras nas operações de renda variável e acompanhamento permanente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em algum momento alguma operação dessas corretoras chamou atenção da diretoria da CENTRUS e fez com que uma determinada decisão fosse revista ou que algum tipo de advertência fosse imposta a essa instituição?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Com relação a corretoras o senhor se refere?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Não, eu não consigo lembrar de nenhuma, de nenhuma ocasião da gente ter feito isso com alguma corretora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não lembra? Normalmente os contatos com os proprietários de corretoras, eles se dão a partir de quem dentro da estrutura da CENTRUS?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: As corretoras sempre pedem visita e quando é alguns dos diretores da corretora, o diretor Presidente eu normalmente atendo e aí eu ouço quais são as pretensões dele, conto quais são os nossos critérios para a

gente eventualmente passar a tê-los como parceiro nos nossos negócios.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor saberia nos dizer quais são as principais corretoras que operam com a fundação?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Com a fundação?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Sim, hoje nós temos, nós hoje estamos, nós estamos mais com os grandes bancos, com a ABM, Unibanco, Bradesco. Cadê aquela lista de corretores, Luiz? Está aqui? Ah, está aqui as corretoras, inclusive eu fiz o levantamento Deputado, do que a gente operou com cada corretora a cada ano, isso aqui eu passo as mãos de V.Exa., para que o senhor possa verificar e qualquer dúvida que o senhor tenha. Eu estava me referindo a como nós estamos atualmente, então aqui em 2006, onde está em branco são corretoras que nós não operamos, mas que já fizeram parte da nossa carteira e as que tem algum valor, são as que a gente ultimamente tem feito negócio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu vou passar a abordagem de alguns resultados verificados nas análises técnicas dessa Sub-relatoria. E a primeira observação que foi feita, justamente mostra uma postura diferente da CENTRUS com relação as demais fundações. Normalmente os Fundos de Pensão ou em carteira própria ou através dos seus fundos exclusivos, eles têm um volume expressivo de operações na BMF. Isso não se verifica com a CENTRUS.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do ponto da estratégia adotada pela CENTRUS, o senhor acha que foi acertado, que é acertada essa estratégia de não investir na BMF?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: A BMF normalmente requer operações visando proteção, ou especulação, a CENTRUS por definição, por ser um Fundo de Pensão, e mais por ser um Fundo de Pensão do Banco Central, é uma entidade muito conservadora, a cultura que a gente adquire no Banco Central é a cultura conservadora quanto a isso. Então a gente quando vai a BMF, às vezes que nós fomos, fomos sempre buscando proteção, a última vez que nós atuamos na BMF, foi no primeiro semestre de 2001, fizemos uma proteção de uma parte pequena da carteira e, mas desistimos logo preferimos manter

a carteira toda atuando mais no BETA da carteira, o BETA é o coeficiente que a carteira tem aderência ao índice da bolsa de São Paulo, o IBOVESPA, então a gente tem trabalhado muito mais--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o senhor, por favor, eu gostaria de solicitar aos três Parlamentares principalmente ao nosso Relator e ao nosso Sub-relator adjunto que nos ajudasse, porque eu estou há pouquíssimos centímetros de distância do doutor Ricardo e estou tendo dificuldade de ouvi-lo atentamente, só peço aí a colaboração dos senhores. O senhor pode... Também eu peço ao senhor que fale um pouco mais próximo ao microfone, mas, por favor, continue e me perdoe?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Bem, como eu ia dizendo a CENTRUS optou a partir dessas poucas experiências na BMF, que a gente vai aprendendo ao longo do tempo, Deputado como a melhor forma de gerir, no caso da gente gerir, da gente buscar proteção nos derivativos da BMF, a gente tem um problema que toda vez que a gente tem que fazer um ajuste, esse ajuste ele entra negativamente no balanço da empresa. Então, na estratégia macro econômica você pode estar sendo vitorioso, mas pode aparecer no balanço que você perdeu uma parte do seu investimento. E a gente achou que pelo tamanho da nossa carteira e pelo custo que tinha de protegê-la na BMF, as coisas ficaram incompatíveis, então nós optamos de trabalhar o BETA da nossa carteira, que como eu disse a V.Exa. é o coeficiente de aderência que a nossa carteira tem ao índice da IBOVESPA, de forma que ela ficasse menos sensível a toda a volatilidade que era comum em bolsas. Então a gente trabalha com BETA hoje, por volta de... O nosso *Target* o nosso alvo para o BETA é cerca de 0.8, que é um BETA que nos dá conforto, que quando a bolsa sobe ele acompanha bem e quando cai ele amortece também, então a gente buscou a proteção dessa forma e deixamos a BMF de lado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós vimos aqui na composição do patrimônio da CENTRUS que 32,01% são destinados a operação com títulos públicos, muito bem, o senhor nos disse também que essas operações são todas feitas por carteira própria.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Nós gerimos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então primeira pergunta que eu faço é: Como é que são dadas as ordens para compra e venda de determinado título?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Bom, nós temos os títulos públicos negociados no mercado primário que é quando o tesouro faz alguma oferta e a gente compra por intermédio do Banco do Brasil, que é gerente de operações financeiras do Banco do Brasil, a gente participa do leilão primário, faz a nossa oferta e se tivéssemos feito bem as contas levamos ou não. Quando a gente vai para o mercado secundário, a gente tem que tomar, tem que ter em mente algumas coisas, a primeira que não existe corretagem para títulos públicos, o que existe são compras e vendas. Então tem sempre um *spread*, que é a parcela de ganho que algum intermediário vai ter em cima disso. A gente vai a mercado secundário quando nós precisamos de um título cujo vencimento, cuja duração se case com as nossas necessidades autorias. Desculpe, autuariais. Então nós determinamos, nós estamos com, a gente faz as nossas análises, verifica a nossa projeção de gastos e verificamos, por exemplo, que em 2009, a gente está com um pouco lastro de título público, para fazer face a eventual necessidade de pagamentos dos benefícios. Então, a gente vai a mercado, aí passo a responder agora objetivamente a sua pergunta. A gente vai ao mercado de uma forma bastante cautelosa, porque é um mercado muito estreito, muito estreito embora ele tenha cifras gigantescas, ele é um mercado que qualquer mexidinha que você der, você pode fazer uma marola enorme. Ou seja, se eu preciso de um determinado título para um determinado vencimento, eu consulto 2, 3 corretoras no máximo, porque eu sei se elas não tiverem vão consultar outras, mesmo tendo vão consultar outras para ver quais os preços que estão praticando, então, se o senhor me permitir, Deputado eu queria fazer aqui uma equivalência com o mercado de automóveis, que é mais ou menos a mesma coisa, o senhor quer comprar um determinado carro numa determinada cor, o senhor liga para uma agência, essa agência se não tiver vai buscar o carro e busca com agência, que busca com outra, que vai uma concessionária, consegue um desconto. Então você tem uma noção do que é que seria o preço médio do automóvel e o automóvel que você pretende, mas você não sabe como ele foi negociado, como ele chegou até você. No caso do título público tem uma similaridade muito grande, porque você busca, a instituição busca um determinado vencimento de um determinado título, não sabe com quem está, a gente toma todos os cuidados os preços que foram negociados na véspera, o nosso último negócio de faixa que ocorreu, a gente vê o preço, a taxa média de juros que está no mercado. Eu estou falando em preço, porque isso é negociado por PU, que é o preço unitário de cada título. Então a gente busca essa, a gente busca essa

segurança para alterar e ao mesmo tempo olhando é claro a rentabilidade que esse título vai oferecer para a nossa carteira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Utilizando o bom exemplo do automóvel, V.Sa. concorda que o preço ele pode sofrer certa variação, porém essa variação ela tem que estar de acordo com um padrão mínimo?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então eu quero saber na verdade a opinião de V.Sa. como dirigente de Fundo de Pensão. Se analisado um dia de negociação dentro de uma mesma cadeia, o mesmo título sendo negociado, nas mesmas quantidades e de repente podem ser feitas duas compras e vendas, ou até 3 ou 4, V.Sa. concorda que o preço unitário de cada título ele não pode variar muito? Ou seja, que variações acima da casa de 10%, já representariam uma despadronização com o mercado?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Deixa eu tentar entender, melhor Deputado 10% no valor de título?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De cada unidade.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Me parece que é muito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Analisando as operações da CENTRUS, a gente tarifa que não existem muitas despadronizações. Não existem, as variações nos preços unitários da maioria dos títulos negociados, elas estão dentro de um patamar razoável, então, as vezes verifica-se variações de centavos, às vezes de reais, quase nunca essas variações saltam da casa da primeira dezena de reais, e que portanto confirma essa nossa lógica de que não dá para dentro de um mesmo dia, um mesmo título público, na mesma quantidade ser negociado com diferença de preço que superem a casa dos 10%, eu acho que o senhor concorda com isso?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De todas as operações das CENTRUS com títulos públicos, eu diria que uma talvez tenha chamado maior atenção, porque foge um pouco dessa variação da casa da primeira dezena de reais por título, que foi uma negociação realizada no dia 26 do 08 de 2002. Foram títulos com vencimento para 7 de janeiro de 2004 e aqui também

uma diferença, há de se notar é que os vencimentos dos títulos negociados pela CENTRUS normalmente são vencimentos mais curtos?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Enquanto outras fundações, elas negociam títulos para vencerem em 2024, 2045, a CENTRUS me parece que tem um limite máximo, que salvo melhor juízo são 9 anos é isso?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Em média sim. O que eu gostaria de acrescentar nesse raciocínio de V.Exa., é o seguinte: A clientela CENTRUS é um pouco diferente da clientela dos demais fundos, ou seja, a PREVI, por exemplo, a PREVI tem aquela massa de funcionários do Banco do Brasil que estão contribuindo, que estão em plena vida ativa fazendo poupança, então a PREVI pode ser dar ao luxo de aplicar em 2004, 2030 quando o tesouro lança um título com essa duração, já a CENTRUS não, a idade média dos beneficiários é acima de 73 anos, então a gente vai aplicar um título de 11 anos ou 15 anos, os nossos velhinhos não vão ver o dinheiro chegar ao fim. A gente busca levar o vencimento que é a melhor forma de rentabilizar o título, com relação a outra coisa que o senhor falou, desculpe, deixa eu me expressar melhor, com relação a essa outra questão da variação do título dentro de um mesmo dia, tem uma coisa também que tem que eu gostaria de deixar claro. A gente, a exemplo da, a exemplo da similaridade com os carros, nós da fundação somos sempre o cliente final, da mesma forma que um usuário que quer comprar o carro. Então o usuário que vai escolher um carro, ele vai buscar o melhor preço para ele, da mesma forma a gente, vai buscar o melhor preço para o nosso título, mas a gente não sabe o que é que aconteceu lá atrás, de onde foi comprado aquele carro, quem intermediou, quantas intermediações houveram para que aquele carro chegassem às minhas mãos, no caso do título é a mesma coisa, e com um agravante, como a gente sabe que o mercado de títulos é um mercado estreito, de grandes volumes, mas estreito e é um mercado que ele não tem, é o maior mercado em termos de volume financeiro do país e ele não tem uma bolsa, ele não tem. O máximo que tem é a divulgação pelo Banco Central de passar alguns dias dos preços mínimo, médio e máximo de todos os títulos negociados. Então o que a gente faz? A gente busca aferir, mas aí já é posteriori ao negócio, a gente busca aferir qual que foi a nossa divergência em relação ao preço médio que é o preço que realmente conta. O preço médio seria como o preço tabela do automóvel. Eu posso afirmar ao senhor que a divergência dos títulos comprados

pela CENTRUS em relação ao preço médio é divulgado pelo Banco Central, está situado em cerca de 0,5% do que seria a rigor, a rigor o preço que se paga na corretagem, você paga de corretagem para corretor na compra de ações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA):

Perfeito, talvez os outros fundos ou alguns outros fundos não tenham a mesma precaução e não se revistam dos mesmos cuidados que a CENTRUS se reveste nesse caso. E eu insisto, e esse depoimento do doutor Ricardo é importante e eu quero dizer que vai ser utilizado no nosso Sub-relatório final, porque a regra confirma a exceção. Então o senhor aqui está dizendo como deve ser o procedimento nas operações com títulos públicos quando um fundo opera, infelizmente outros fundos não tem esse nível de acompanhamento, não tem esse nível de cuidados e acabam realmente fazendo negócios que ao nosso ver são negócios extremamente prejudiciais e que acabam por comprometer no fim o principal beneficiário dos recursos que são os segurados.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Se o senhor me permitir Excelência eu gostaria de acrescentar o seguinte: É claro que nesses quase 10 anos que nós estamos frente, gerindo a CENTRUS a gente aprendeu muito. Então os primeiros anos da nossa gestão, obviamente eles não tinham essa qualidade que a gente busca imprimir hoje. É óbvio que sofremos auditorias, que tivemos auditorias do Banco Central que foi excelente para nós, que nos apontou diversos pontos de controle, que a gente no dia-a-dia não visualizava e que fomos adotando essas coisas. Então, hoje a gente tem uma gestão que a gente poderia tentar buscar um ISO 9000 uma coisa assim para isso, infelizmente tem todo esse processo de aprendizado e tenho certeza que a gente tem muito que aprender. Então talvez quando a gente chegar lá na frente a gente possa, bom...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA):

Eu acho que ninguém que opere com Fundos de Pensão pode agir de forma madura. Então é evidente que esse acúmulo de experiência e também eu diria que uma estabilidade da permanência da diretoria contribui muito, quando as mudanças são sucessivas e estão, eu diria que vulneráveis ou mais vulneráveis às interferências de natureza política, sempre se percebe, inevitavelmente se percebe que há um desempenho mais fraco, há um desempenho satisfatório da fundação, ainda tratando dos títulos públicos. Normalmente a negociação era feita diretamente pelo representante da CENTRUS com a corretora?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

A nossa mesa de operações com a corretora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com a corretora, então nunca aconteceu de um intermediário alheio a essa negociação direta, trazer para CENTRUS uma proposta de compra ou venda de um título?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Não senhor, isso consta do nosso regulamento, é uma coisa absolutamente impossível de ocorrer na CENTRUS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque com outras fundações nós verificamos que essa situação ocorreu e que acabaram sendo também danosas. Nós fizemos um levantamento das aplicações feita pela CENTRUS em títulos privados, especialmente em CDBs.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Está aí o nosso pecado a nossa perda, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente aí onde a gente começa a verificar alguns problemas, BMF não se verificou problemas, se em títulos públicos eu diria que também os problemas são mínimos. Quando a gente analisa essa postura dos investimentos da fundação em CDBs, aí a gente começa a ter algumas dúvidas. Num primeiro levantamento que nós fizemos, nós verificamos aqui a compra de CDBs de 4 instituições que não estão classificadas pelas principais agências do risco do país como as mais seguras, como aquelas que oferecem menor risco. O senhor aqui tem demonstrado ao longo de toda a explanação que a CENTRUS, ela procura ser o mais conservadora possível, procura ter o máximo de cuidado possível com suas aplicações, com os seus investimentos. E aí de repente e aqui nós temos um somatório bruto do ano de 2000 a 2005, podendo levar em consideração também as reaplicações feitas, a gente recebe que o Banco Fibra ele recebeu 46 milhões e 300 mil nesse período. Que o Banco--

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

46 e 300?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E 300. Que o banco industrial e comercial recebeu 33 milhões e 200 no período, que o Banco Mercantil do Brasil recebeu 141 milhões 750 mil reais no período, e que o Banco Santos recebeu 27 milhões e 500 mil reais no período, a somatória desses valores leva a um resultado de aproximadamente 249 milhões de reais, investidos nesses bancos. E eu queria mais uma vez frisar as agências de risco do país não classificam esses ban-

cos como as instituições mais seguras, como aquelas que oferecem um menor risco de investimento. Temos aqui também e aí está passível, a eu diria que uma contestação de V.Sa., os percentuais previstos de retorno nesses investimentos e a gente percebe que em todos os quatro bancos, em todas as quatro instituições há um percentual inferior a 100% do CDI, nesses investimentos. Então o que é que ocorre? Quando uma fundação ou quando qualquer investidor ele privilegia uma instituição de mais alto risco, presume-se que ele está atrás de um retorno maior. É completamente incompreensível um investimento em uma instituição de médio a alto risco com um investimento menor. Pelo parâmetro médio a gente percebe que em nenhuma instituição, em nenhuma instituição, nem de alto, nem de médio e nem de baixo risco deveria-se admitir um retorno inferior a 100% do CDI, porém quando se vai aos grandes bancos, quando se vai adquirir títulos dos grandes bancos, eu diria que até é compreensível que exista algum retorno inferior a 100% do CDI, mas nesses casos não. Então em linhas gerais para depois nós pormenorizarmos com o banco Santos especificamente, o senhor não precisa se preocupar nesse momento em individualizar cada uma das instituições, porque depois eu quero tratar do Banco Santos. Mas em linhas gerais eu perguntaria ao senhor se 249 milhões investidos nessas 4 instituições, no período analisado, se essa decisão ela é compatível com essa linha geral de orientação da fundação, que é assumir uma postura mais conservadora e buscar o menor risco possível nos investimentos que são feitos?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Perfeitamente, eu entendi o ponto do senhor. Eu queria fazer, simplesmente uma declaração aqui que é o seguinte: Quando nós lá na CENTRUS vimos o nosso nome listado entre aquelas 14 principais, a gente começou a prestar atenção no que a Subcomissão do senhor vinha inquirindo as instituições. Então nós vimos os principais focos e fizemos a nossa lição de casa. E agora eu vou passar a responder objetivamente a sua questão. As operações que o senhor mencionou, todas elas foram feitas pela gestão anterior a nós, eram operações que quando nós assumimos a fundação elas já existiam na carteira. Eu tenho aqui, vou passar as mãos do senhor assim que eu fizer os comentários, um levantamento, vou passar a V.Exa. esse levantamento que mostra quando nós assumimos, a CENTRUS tinha devido a essa, eu imagino, não é? Que tenha sido a motivação da diretoria anterior. Ela tinha em aplicações de CDB, 872 milhões de reais aplicado em CDB. Um patrimônio de 3 bi e 900, ou seja, 22% do patrimônio da fundação estava em CDB. Quanto a essa rentabilidade que o senhor afirmou, eu confesso que eu não

chequei, eram operações que já estavam em curso, na medida que foram vencendo a gente foi esterilizando. Nesse “mapinha” de acompanhamento vai estar fácil o senhor verificar, que uma exposição em CDB de 872 milhões de reais em 99, no ano, nos assumimos em abril, no ano seguinte a gente tinha baixado para 172 bilhões e já tínhamos o patrimônio e nós tínhamos levado o patrimônio para cerca de 4 bi. E foi paulatinamente mais reduzido. Então nós chegamos, bom, em 2003, a gente chegou a ficar com zero, tínhamos uma operação só ela venceu não renovamos. Eu queria também contar para V.Exa. que a CENTRUS usa um CDB quase como um fluxo de caixa, um ferramental de ajuste do fluxo de caixa, porque eu posso comprar um CDB de um banco, primeiro eu vou verificar a segurança do banco, depois a rentabilidade. E por último, eu vou estimar o vencimento deste CDB, eu vou negociar com o banco, para que ele vença numa data de necessidade de caixa da fundação. Então os nossos CDBs, eles sempre estavam vencendo no final de mês, esses últimos CDBs que nós fizemos, como eu disse a V.Exa. o aprendizado que nos faz aprimorar. Eu concordo plenamente, não tem justificativa para que uma operação de CDB renda abaixo do CDI, não tem a não ser que teria sido um CDI contratado, pré fixado e as taxas aumentado, a única explicação que eu consegui é essa, concordo plenamente com o senhor, que tem que ser remunerado e os bancos, não os de grande, os de médio porte, normalmente são bons pagadores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom em 12 de 2004, o Banco Central promoveu a intervenção do Banco Santos. Nessa data a CENTRUS tinha 32 milhões investidos na instituição, o senhor confirma?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A fundação reconheceu parcialmente a perda do investimento. Houve uma provisão da ordem de 4,1 milhões. Portanto 12% do montando aplicado.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto: A CENTRUS conseguiu diminuir esse resultado negativo, porque na data da intervenção foram 32 milhões. E, no entanto 4,1 provisionados para a perda, o senhor poderia explicar?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Posso, essa provisão, esse montante provisionado, foi o montante inicial, de acordo com a primeira interven-

ção que o interventor fez relativamente ao passivo do banco, então quando o Banco Central fez a intervenção, foi feito uma primeira mensuração do que seria o buraco, não é? Que nas contas do banco e de acordo com aquela divulgação nós fizemos esse provisionamento. Alguns meses depois essa, essa estimativa foi ampliada imensamente e aí nós provisionamos pelo total da aplicação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor acorda que 32 milhões de reais da fundação, evaporaram com a intervenção do banco?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Concordo, concordo Deputado. Não foi um, nós fizemos um investimento totalmente dentro das regras, nós, desculpe, nós seguimos, nós seguimos o nosso regulamento, nós usamos empresa de ranqueamento de bancos, para avaliar como que estava a situação do banco, o nosso sistema interno mostrava que os balanços do banco estavam saudáveis, nós fizemos um investimento em maio de 2004, quando a situação do banco, o banco vinha num crescendo muito grande divulgado por, divulgado pelos jornais, por revistas semanais, eu não sei o que e fizemos um investimento de 12 milhões, 40 dias depois tivemos nova folga de caixa, investimos mais 20 milhões, isso ocorreu em primeiro de julho e--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Maio de 2004, 12 milhões, julho de 2004, 20 milhões?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Foi 20 de maio e primeiro de julho. E em setembro, ou seja, a gente já estava investindo desde julho, em setembro eu tenho um dos fatos relevantes que a gente sempre faz no acompanhamento dos nossos investimentos, mostrando que o Banco Santos tinha lançado títulos na Europa, indexados ao dólar e vendeu todo o lançamento desses títulos. Ou seja, investidores europeus também estavam acreditando no Banco Santos nessa época. Para nós foi uma surpresa muito grande essa, toda essa... Todo esse rombo no Banco Santos e, bom, o que eu gostaria de comentar, foi, inclusive repetindo aqui o que foi dito por dois diretores do Banco Central, aqui dentro do Congresso. Que a fraude era tão bem feita, que no balanço o Banco Central não conseguiu detectar nada, teve que fazer a intervenção para comprovar que existiam fraudes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, pois não?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: E nós como assentos a empresa privada, embora patrocinada pelo Banco Central a gente não fica sabendo nada do que ocorre dentro do Banco Central.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei, inclusive, registrei que essa é uma evidência de autonomia e de independência entre as instituições. Agora é claro que se nós esperamos que em geral os fundos tenham cuidado com as aplicações que fazem, acompanhe de perto a saúde financeira das instituições, se nós esperamos que os fundos não percam dinheiro da forma que perderam e não foi só assentos com uma instituição da qualidade do Banco Santos. Então se nós esperamos isso de todos, imagine o que nós não podemos e não devemos esperar da CENTRUS. Afinal de contas o senhor não pode, apesar da independência e autonomia, se dissociar do fato de ter como patrocinador o Banco Central. Então, realmente o que manteve e o que mantém assentos na nossa investigação é isso, é o fato de 32 milhões terem evaporado com o banco Santos. Então, eu, por exemplo, acho que em determinado momento, sobretudo no final de 2004, era possível verificar que o banco dava sinais, o Banco Santos dava sinal de que já não tinha mais essa saúde, já não tinha mais esse fôlego. E aí de repente será que não acende a luz vermelha dentro da fundação para resgatar essas aplicações, e se não registrar perda pelo menos registrar uma perda menor. Então essa é uma pergunta que fica.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Posso responder?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Isso nos preocupou muito na época, Excelência. Mas existe uma determinação do conselho monetário, é uma resolução que até, de tanto que eu mencionei, eu tenho o número dela gravado. Resolução 909 de 84. Essa resolução diz que você somente pode resgatar antecipado a compra de um CDB se o banco credor concordar. Então, como eu estava dizendo, essa resolução do Conselho monetário diz que o banco tem total autonomia para conceder um resgate antecipado ou não. Só pode fazê-lo no caso de concordância do banco. E um banco que, na dificuldade que ele estava não teria, não acredito que a gente tivesse chance de resgatar antecipadamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até porque é uma dúvida dessa CPI, se não houve um esforço concentrado em diversas fundações no sentido até mesmo de colaborar com a operação de salvamento do banco. Porque a gente verifica que no ano de 2004, o montante total aproximado de aplicações feitas no Banco Santos, gira em torno de 370 milhões de reais somente pelos Fundos de Pensão analisados por esta CPMI.

Os fundos federais estão aí excluídas a PRECE e a SISTEL dessa conta. Então quer dizer, aí, por exemplo, nós aqui recorremos a matérias de lá de trás, a veja do dia 20 do 10 de 2004, informava que o Banco Central estava fazendo uma inspeção no Banco Santos. A Folha de São Paulo de 26 do 12 de 2004, noticiou que o Banco Central estava fazendo uma análise sobre os problemas do Banco Santos desde 2001. O Correio Braziliense de 14 do 11 de 2004, dos dias após a intervenção, trouxe a matéria informando que a auditoria TREVISAN tinha emitido parecer sobre as demonstrações contábeis do Banco Santos, encerrada em 30 do 6 de 2004, fazendo advertências sobre a deterioração da situação patrimonial daquele banco e que a CENTRUS teve acesso a tal documento mais de 30 dias antes da intervenção. A mesma reportagem diz que a nota de crédito do Banco Santos, já havia sido rebaixada pelo excesso de crédito de má qualidade, ademais, afirma a matéria que o senhor Paulo Sérgio Cavalheiro teria afirmado que houve por parte da direção da CENTRUS desrespeito às normas de concessão de crédito. E analisando a classificação de diversas agências de risco, antes da intervenção o banco foi rebaixado por várias dessas agências. Então, o Banco Central já estava atento ao que ocorreria no banco Santos, a imprensa já noticiava possíveis problemas com o Banco Santos, a TREVISAN fez uma auditoria e questionou as demonstrações contábeis do Banco Santos, a CENTRUS teve acesso, segundo informações, a essa auditoria, havia todo um clima no mercado que colocava em dúvida a saúde financeira do Banco Santos e ainda sim essa matéria não foi exaustivamente discutida antes da intervenção, porque muito bem se houvesse o impedimento legal, se houvesse um limite legal que desautorizasse a CENTRUS a tomar qualquer medida muito bem. Mas será que pelo menos isso não foi discutido, não houve um debate, por exemplo, essa auditoria da TREVISAN, segundo informações da imprensa, a CENTRUS teve acesso 30 dias antes, ela não foi objeto de uma análise minuciosa da diretoria da fundação?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: A CENTRUS já estava investido, já tinha feito o investimento em maio, em julho. Ao final do ano, isso foi num crescendo e é um assunto que eu me lembro muito bem, porque nos traumatizou é a única perda que a fundação teve nesses quase 10 anos que estamos lá, mais de 7 anos foi a nossa única perda, realmente foi traumático isso. Quando nós fizemos o investimento ele foi cercado de todos os cuidados, nós seguimos o regulamento, nós temos pareceres, nós examinamos outros bancos do mesmo porte. E no caso a gente acabou fazendo opção, que se revelou que foi uma

opção, opção azarada. Porque o outro banco, isso, um comentário com o senhor, que eu poderia ter aplicado na época era o Banco Rural que ele estava tão bem classificado quanto o Santos e pagava a mesma taxa na época, tão azarado que o azar foi tomar a decisão e investir em CDB naquela época, qualquer uma das opções que eu tinha o futuro ia mostrar que é desastroso. A gente está fazendo todas as, nós estamos seguindo todos os passos possíveis, estamos adotando todas as medidas necessárias para tentar resgatar o melhor valor possível dessa opção. Então nós estamos participando com a ABRAP e os demais Fundos de Pensão em relação aos credores. Nós aderimos à declaração de intenção do credor, conseguimos recuperar 20 mil reais, claro que dentro de 32 milhões, 20 mil reais parece até irrisório. Mas é o que nos permite a lei. A gente se habilitou e contratamos escritórios de advocacia e estamos tentando, estamos levando isso. Realmente o senhor tem razão a CENTRUS acabou fazendo um mau investimento com esse banco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O doutor Pedro Alvin Júnior, ele recebeu esse parecer da TREVISAN, o senhor confirma isso?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Não tenho como confirmar isso não, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem como conformar?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: A gente discutiu sobre isso, mas em momento nenhum eu me recordo do Pedro falar que me recebeu esse resultado,

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque segundo nós verificamos, inclusive um comunicado do Conselho Fiscal da fundação 2004/001 de 25 do 11 de 2004, então esse comunicado atesta, é um comunicado do Conselho Fiscal. Atesta que o senhor Pedro teve acesso com antecedência a essa auditoria da TREVISAN.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Eu só não tenho esse conhecimento de que ele teve acesso antecipado, eu me lembro que a gente discutiu isso e discutiu a questão. Agora, é, realmente eu não posso confirmar isso. Eu tenho que perguntar a ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que houve falha da gerência de investimentos e risco? Ou aliás, houve falha de algumas das três gerências nesse caso, porque o senhor tem uma gerência que avalia os riscos, o senhor tem uma gerência de análise técnica, o senhor tem uma estrutura de compliance. Até nesse caso diferenciando de outras fundações que

não possuem uma estrutura de compliance. Então com todo esse aparato técnico, com toda essa qualificação profissional à disposição da fundação não foi possível detectar o problema?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Excelência, nós fizemos o investimento, quando nós fizemos o investimento a gente só tinha o primeiro investimento, que foi dia 20 de maio, o Banco Santos ainda não tinha divulgado o seu balancete de março, a gente estava baseado nos dados de dezembro. E era um, ele tinha um balanço excelente, a gente como investidor, como todos os investidores na hora do fazer investimentos você busca a, busca utilizar as ferramentas possíveis e tudo nos indicava que o banco estava numa situação sólida de acordo com os seus balanços, a nossa gerência de risco, não avalia risco qualitativo, risco comercial, ela avalia o risco sistêmico, ou seja, o que é que seria o valor que a CENTRUS poderia assumir de riscos, quais seriam as divergências planejadas. É o serviço dela. Então eu não julgo que a gente tenha falhado, eu não atribuo nenhuma falha a nenhum dos meus componentes na aplicação. Acho que na sequência, no desenrolar dos acontecimentos a gente viu que o banco não era tudo aquilo que estava nos balanços, mas a gente não tinha como saber, como interferir. Eu, o próprio Banco Central não conseguiu ver antes de fazer a interferência no banco, ele fez a interferência no banco e aí sim que ele confirmou que os balanços estavam fraudados, que a situação do banco era totalmente diferente do que era refletido nos balanços.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O jornal Correio Brasiliense de 10 do 8 de 2005, publicou a seguinte matéria: “A Comissão de Valores Imobiliários encontrou o primeiro elo concreto entre a Garanhuns empreendimentos, empresa protagonista do mensalão e um dos grandes Fundos de Pensão brasileiro, a CENTRUS dos funcionários do Banco Central. A descoberta ocorreu por acaso em meio a investigação de denúncia da Secretaria de Previdência Complementar. Segundo auditoria da gerência de análise de negócios da CVM, a Garanhuns intermediou ações financeiros entre a CENTRUS e um grupo de investidores, só por ter comprado ações e títulos de um e os repassado a outros, a Garanhuns levou 527 mil e 200 reais. Um pedaço mínimo dos 36 milhões mordidos do patrimônio da CENTRUS. A maior parte ficou com 8 investidores. Os detalhes do esquema constam num relatório em poder do Correio Brasiliense registrado como análise 4/2005 e assinado pelo analista da CVM Vicente Rosseto(F) ele foi a campo investigar operações da CENTRUS a partir de denúncias de favorecimento a um grupo de

amigos de diretores do fundo. Esmiuçou operações ocorridas entre 97 e 2001 e identificou ligações antigas entre a CENTRUS e a Garanhuns, anteriores, inclusive, a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva”. Como é que V.Exa. recebeu essa matéria do Correio Braziliense?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Deputado com total indignação, total, essa matéria do Correio Braziliense ela é ofensiva ela é inconseqüente, é leviana, eu não tenho como classificar essa matéria, se o senhor me permitir, se V.Exa. me permitir eu gostaria de historiar tudo isso, talvez leve aqui uns 10 minutos, pode ser?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fique a vontade?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

A CENTRUS sofreu uma pós autuação da Secretaria de Previdência Complementar, com relação à operações de opções que nós fizemos em 2001. A SPC entende que a CENTRUS deveria adotar um modelo de precificação dos prêmios pagos, um modelo estação impacto chamado black and shows(F), esse modelo não é amparado por norma nenhuma, não existe obrigação de que isso seja feito e a CENTRUS tem o seu critério próprio de, o seu critério próprio de precificação. Muito bem, nós, essa autuação que a SPC fez a fundação Banco Central de Previdência, ela foi complementada com diversas notificações expedidas pela própria SPC. Ela notificou ao Ministério Público, solicitou a CVM que apurasse as contrapartes das operações que nós fizemos. E, bom, que mais que ela, avisou ao Banco Central que a gente estava com resultados pífios e transferindo recursos a terceiros, é isso que consta do auto. O Banco Central imediatamente instaurou uma, uma auditoria na fundação. Fez, tomou o cuidado de levar auditores de áreas diversas, auditores esses que não tinham vínculo nenhum a CENTRUS são funcionários novos, posteriores aquelas questão que eu falei aqui do, da transformação do funcionalismo do banco em RJU. E bom, a fundação, a auditoria do Banco Central foi levada a efeito, eles apuraram o resultado totalmente diverso da SPC--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que a Secretaria de Previdência Complementar errou feio nesse caso?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Eu diria a V.Sa., V.Exa., desculpe, eu diria a V.Exa. que é uma questão de critério. Ela está adotando o modelo de black and shows(F) e ainda está buscando, porque esse modelo ele usa a volatilidade do mercado e o número de dias úteis, a SPC escolheu um número de 20 dias úteis, que não quer dizer muita coisa, qual-

quer análise de estatística tem que ter no mínimo de 30 alterações, isso está no livro de qualquer de estatísticos e eles adotaram isso não sabendo por que, e o preço que eles, usando esse modelo eles apuram, usando esse modelo e esse número de dias, são completamente díspares dos nossos preços. Com relação a acusação dessa empresa de ter ganhado meio milhão de reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Garanhuns.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

CENTRUS nunca negociou com a Garanhuns, nunca, a CENTRUS tem suas corretoras, nós fazemos os negócio, a corretora vai ter os seus clientes, a gente não sabe com quem a corretora está negociando e com quem a corretora está negociando pode representar outros interesses, a gente não sabe, agora--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A que negociação essa matéria se refere? Onde possivelmente 8 investidores teriam ganho até 36 milhões de reais?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Eu não sei dizer ao senhor, Deputado. O--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor foi notificado pela CVM alguma vez?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Pela CVM nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor teve acesso ao conteúdo integral do parecer do doutor Vicente Rosseto(F)?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

O doutor Vicente Rosseto(F) é um analista na CVM, quando foi divulgado, eu tivesse acesso respondendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor sabe a que negociação o parecer se refere?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Não, ele não é explícito, se o senhor me permitir--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me perdoe, o senhor acha que ele tirou isso do nada?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Ele seguiu, esse relatório da CVM, ele levou um consideração o relatório da SPC e considerou tudo como verdade. Então os números que a SPC aponta, que a gente refuta esses números, não concordamos absolutamente é onde a SPC diz que tivemos resultados pífios, e os resultados pífios que a SPC se refere, estão nos nossos balanços um lucro de mais de 100 milhões de reais nessas operações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Onde é que a Garanhuns entra nessa história?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Eu não sei, eu não tenho conhecimento da Garanhuns ter negociado com a CENTRUS, a CENTRUS nunca negociou com a Garanhuns.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o José Carlos Batista?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Não senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse processo da SPC tanto V.Sa. como o doutor Pedro Alvin Júnior, foram inabilitados para gerir entidade de previdência privada por 4 anos e multados em 9,7 mil reais, por má gestão de recursos do fundo. Muito bem. O senhor sabe que essa é uma pena grave?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Hum-hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa é uma pena grave, deve estar em fazer recursal?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores recorreram?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem confiança que vai conseguir reverter o parecer da Secretaria de Previdência Complementar?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Total confiança, Deputado, só para passar um pouco mais de informação para V.Exa., a CENTRUS, nós assumimos a CENTRUS com o patrimônio de 3 milhões, 3 bilhões e 900 milhões. Nós pagamos em dinheiro de hoje, em valores atuais, nós pagamos 650 milhões ano de benefício. O patrimônio da CENTRUS nós fechamos o balancete anteontem o balancete de janeiro, o patrimônio da CENTRUS está em 8 bilhões e 200 milhões de reais, nesses 7 anos, falando em valores atuais, 7 vezes 6, 42, nós pagamos 4 bi e 200 de benefício e aumentamos o patrimônio da fundação e quase dobramos o patrimônio, saímos de 3.9, aliás, desculpe mais que dobramos, saímos de 3.9 para 8.2 um resultado desse, Excelência a gente obtém com muito trabalho e com perseverança e pé no chão. Essa questão que a gente está sendo acusado, eu gostaria de deixar bem explícito, é um absurdo a Secretaria

usou critérios totalmente equivocados, nós temos, o nosso Conselho deliberativo quando nós fomos atuados se preocupou, contratou a fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, para fazer um trabalho, um parecer a respeito das operações, opções que a diretoria da Santos fez, a FGV foi totalmente favorável as nossas operações, disse que as conclusões da SPC estão totalmente equivocadas da mesma forma que o auditoria do Banco Central concluiu. E existe a sequência desse auto, como era de ser, era esperado. Se o corpo técnico da Secretaria entende dessa forma, aí eles fizeram a sequência nos, fizeram a habilitação, quero ressaltar que isso está em nível administrativo ainda, por força de normas e isso nós recorremos e isso deverá ser julgado no Conselho de Gestão da Previdência Complementar e temos total confiança na nossa absolvição, até porque o Conselho ele é muito, ele tem personalidades de diversas áreas, não é? E a gente acha que aí vamos encontrar mentes mais, mentes mais abertas na nossa argumentação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. conhece o Luiz Antônio Fleury?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Diretor do Banco Central.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele é diretor do Banco Central?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Diretor de administração do Banco Central.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Existe alguma disputa entre o senhor Fleury e a diretoria da CENTRUS?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Absolutamente, a gente tem uma convivência pacífica, embora totalmente profissional. Ele foi, foi este senhor que ordenou a auditoria na CENTRUS, assim que foi divulgada essa denúncia infundada, diga-se de gestão pífia e transferência de recurso para terceiro e que chegou a conclusão, que eu estou mencionando, que é totalmente oposta a conclusão da SPC.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe que ele afirmou a imprensa que não autorizou o Conselho deliberativo da CENTRUS a utilizar o resultado de uma auditoria interna do Banco Central como argumento para defesa, de fato ele não autorizou e os senhores usaram a revelia?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Não foi bem assim, a gente tinha mencionado, porque foi publicado no jornal essa denúncia e a gente fez uma carta para o jornal e um esclarecimento, que a

gente colocou no nosso site, falando sobre dessa auditoria que chegava a resultados opostos. E o diretor ouvi por bem nos desautorizar segundo ele, ele não tem todos os dados que a SPC tem, então ele prefere ouvir, primeiro todas as conclusões da SPC para depois permitir o uso disso. Não tenho o que comentar sobre a decisão dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas não há nenhum tipo de problema de relacionamento entre os senhores?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Absolutamente, ele teve coisa de uns 20 dias atrás, estive lá na fundação assistiu uma demonstração nossa lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Finalizando a minha participação, eu vou citar aqui o nome de algumas corretoras da própria relação do senhor, que eu queria saber com quais delas o senhor mantém relações profissionais mais diretas e em que casos o senhor conhece os seus proprietários, os seus dirigentes. Fator Dória?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Não conheço nenhum dirigente da Fator Dória.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nova Invest?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Chaim Curi?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Não senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Socopa?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Teka?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Walpires?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Outra que eu não conheço ninguém.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu anotei aqui, porque todas essas corretoras tem um volume significativo de negociações com a CENTRUS ao longo desses 5 anos. Inclusive, eu desconsidere a QUALITY, a QUANTIA, a SÃO PAULO, porque operaram até 2000, depois não operaram mais com a CENTRUS. E todas as que eu citei são corretoras que estão no centro das

nossas investigações, o senhor não conhece nenhum desses proprietários?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Não senhor, absolutamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é que dentro da CENTRUS acompanha de fato o desempenho dessas corretoras, porque se o senhor que é diretor financeiro há 7 anos, sequer conhece quem são os proprietários, eu presumo que alguém abaixo do senhor, não sei se o seu gerente de aplicações, mas alguém tem que saber quem são essas pessoas, qual é o nível de idoneidade da atuação dessas corretoras, enfim.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Eu estou entendendo que o senhor está me perguntando se eu conheço pessoalmente essas pessoas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é se o senhor tem relações pessoais, é se o senhor conhece, se o senhor já manteve contatos com essas pessoas, já os recebeu, já discutiu questões técnicas, já procurou analisar o comportamento e o desempenho dessas corretoras.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Lá na CENTRUS a gente costuma ser meio refratário a esses contatos constantes com os nossos parceiros, até porque os nossos negócios são tratados pela mesa e só na mesa. Nunca sentimos a necessidade de conhecer, o meu gerente de mesa está aqui, podemos saber dele se ele conhece alguém, não teria a menor objeção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Luiz?

SR. LUIZ ANTÔNIO CALDAS: Perfeitamente as operações são feitas única e exclusivamente em mesa de operações, não existem nem contatos de natureza institucional, até porque a forma de operacionalizar ela é padrão. Então o que ocorre? Não existe, podemos dizer assim, nenhum outro risco envolvido na negociação com essas corretoras. Por quê? Porque toda vez que os operadores da mesa passam a ordem para a corretora, eles acompanham no monitor, no tele transmissor de cotações. E depois que a negociação sai, ou a corretora nos telefona ou nós telefonamos imediatamente para a corretora, inclusive isso está institucionalizado em nossos manuais, que nós temos um *gap* de tempo, um intervalo de tempo de no máximo 10 minutos para registrar essa operação no sistema. E o sistema fica com o LOG lá. Então o que é que ocorre? Quaisquer coisas diferentes que foram feitas no sistema, o LOG fica lá. Então o que é que ocorre? Todos os relacionamentos feitos com as

corretoras, são feitos através do telefone, o telefone da mesa de operações e todas as operações são feitas ali. Então nós não temos, assim, um critério maior de acompanhamento sobre performance e tudo, até porque a performance das operações é ditada pelo ritmo da mesa de operações, não pela corretoras?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Só complementando a informação do gerente, Deputado, nós temos uma parceria, a Maria Helena é de qual corretora, Luiz? Nós temos uma funcionara, nós temos não, existe uma funcionária de uma corretora que é extremamente desbocada fala palavrão o tempo todo, não sei o que, que trabalha conosco, desde que a gente assumiu ela trabalhava com a CENTRUS, e eu nunca a vi pessoal. Nunca a vi, não a conheço e ela liga todo o dia na fundação, todo o dia e sempre falando palavrão, bem humorada. Mas é como funciona. É desse jeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu me dou por satisfeito e concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, e possivelmente o único o nosso Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Muito obrigado, Deputado ACM Neto, parabenizar da forma que V.Exa. conduziu até agora esses trabalhos, reconhecendo que V.Sa. é um gênio para fazer os questionamentos. Coisa que eu não tenho tanta habilidade. Senhor Ricardo Monteiro. Quem é que nomeou o senhor para a CENTRUS?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: A diretoria do Banco Central à época capitaneada pelo Presidente Armínio Fraga.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Tem algum político que nomeou o senhor, que indicou?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Não senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E a nomeação do Senhor Presidente, doutor Pedro Alvin?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Pedro Alvin Júnior. O Pedro Alvin era o chefe do departamento que eu trabalhava, tinha um contato muito grande com a diretoria, todos os chefes de departamento no Banco Central tem contato grande com a diretoria e me parece que o Presidente Armínio Fraga apreciava, apreciava o seu trabalho, a sua competência. Aí a indicação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor é filiado a algum partido político?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Não senhor, nunca fui.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Qual o relacionamento que o senhor tem com algum político?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Estou tentando lembrar se eu conheço algum assim de--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Tentar lembrar, então não deve ter?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Proximidade efetiva nenhuma.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Qual é a relação do senhor com o ex-Ministro das comunicações Pimenta da Veiga e ex-Deputado Pimenta da Veiga?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Nunca fui apresentado a esse senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Não conhece?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Não conheço pessoalmente, já vi de jornais.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor tem conhecimento e pode confirmar que a CENTRUS comprou uma participação relevante da ESCELSA empresa de energia do Espírito Santo?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

A CENTRUS é acionista da ESCELSA antes da gente assumir a gestão, nós estamos desde 99, a CENTRUS já era acionista da ESCELSA.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Ela comprou uma participação?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Foi comprado em mercado, comprado em bolsa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Quando que foi isso e quem é que intermediou?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

A informação que eu tenho, Deputado é que essa participação foi comprada em bolsa ao longo do tempo, até você atingir uma participação relevante como acionista da empresa, mas sempre comprada em operações de bolsa normais no dia-a-dia.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Bolsa normais no dia-a-dia?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Exatamente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O

senhor está lá na CENTRUS há quanto tempo?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Desde 99.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor sabe, não estou falando que o senhor está mentindo, mas o senhor sabe que o senhor está comprometido aqui em dizer a verdade?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Eu vim aqui para isso, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Essa operação foi feita ou não através de leilão?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Bom, parece que eu não entendi bem a pergunta que o senhor me fez.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Como?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Eu acho que eu não entendi a pergunta que o senhor me fez. Em leilão. Foi feito um leilão de privatização do poder de mando na ESCELSA, isso aí 2 empresas disputaram, a JTD e a IVEN e a CENTRUS tinha uma participação na IVEN, isso ocorreu em 95.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Depois de 95?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Nunca mais se comprou nada, nem de IVEN, nem de ESCELSA.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Ta, quando que foi vendida a participação?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Nós vendemos a participação da IVEN em 2000, a ESCELSA a gente tem até hoje, a ESCELSA chama energias Brasil.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Porque foi feita a transação, qual foi o banco que operou?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Na época foi o, o banco que operou foi o Pactual.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Está começando a chegar lá? Só que as datas foram--

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

A participação de IVEN.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Quem é que intermediou também essa transação?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Apenas o Pactual.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Banco Pactual. Vou repetir: Foi ou não através de leilão essa operação?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

O operação de venda de IVEN.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Dessa transação?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

A CENTRUS recebeu 3 ofertas distintas para essa participação, a melhor oferta que nós recebemos foi a que o Pactual fez, isso não foi em leilão foram ofertas, recebemos uma oferta alguns meses depois outra e

por último e com o Pactual que inclusive foi negociado a oferta.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Há registro dessas ofertas?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Há registro disso, é claro, nós temos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Ela não foi através de leilão, ela foi vendida em balcão. Foi uma negociação em balcão, inclusive autorizada pelo SPC. Que é a Secretaria de Previdência Complementar. O senhor concorda, essa operação deu lucro ou deu prejuízo?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Essa operação, só complementando a informação do senhor, ela foi autorizada não só pela SPC, mas também pela CVM e é uma operação lucrativa para a Santos, se eu estou bem lembrado rendeu alguma coisa perto de 40 milhões de reais.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

A informação que eu tenho é que ela deu prejuízo de 200 milhões de reais. Ao contrário do que o senhor está falando.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

O volume total da operação foi perto disso--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

A operação deu prejuízo ou deu lucro? O senhor falou que ela deu lucro, eu estou dizendo que--

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Deu lucro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

--deu prejuízo.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Nós podemos mandar para os senhores os balanços, o resultado dessa operação--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Eu vou requerer de uma forma mais rígida no final. Quem solicitou, porque é que solicitou, e quem concedeu a autorização de vendas sem leilão? Não houve leilão. Uma negociação de balcão?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Bom, eu queria informar a V.Exa. que essa operação foi levada à aprovação do Conselho Deliberativo da CENTRUS pela diretoria executiva. A parte da solicitação, o banco pactual cuidou de todos os detalhes. Ele que mandou os seus advogados a SPC e a CVM e foi emitido um ofício autorizando que a aplicação fosse feita dessa forma.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

A SPC autorizou?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

E a CVM também.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor sabia quem era o Presidente da SPC na época?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Não me recordo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A

SPC na época era a senhora Carla Graco(F), mulher do ex-Ministro da educação Paulo Renato. Foi ela que autorizou essa transação em balcão, que houve um prejuízo de 200 milhões de reais. Agora eu pergunto: Por que vender sem leilão e com um prejuízo enorme, através do mesmo intermediário, que é o Banco Pactual, como é que o senhor explica isso?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Primeiro que a operação não deu prejuízo, a operação deu um lucro de cerca de 40 milhões, esse prejuízo não existe. Segundo, a CENTRUS não tinha um acordo, qual o nome Luiz? Não tinha acordo de acionista com os outros acionista dessa empresa, a IVEN que detinha esse controle da ESCELSA, a ESCELSA tinha 12,5% da IVEN e não tinha acordo de acionista. Então, o que poderia acontecer? Era a CENTRUS, as outras empresas venderem sua participação e a CENTRUS não conseguir sair desse investimento, porque não tinha um acordo de acionistas.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Bom, o senhor sabia que o Ministério Público Federal, está investigando isso que eu considero uma falcatura e não duvidando das palavras do senhor, o número do prejuízo é o número apurado pelo Ministério Público, prejuízo de 200 milhões de reais.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

A CENTRUS não foi informada formalmente de nada relativo, pelo Ministério Público.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O

senhor pode confirmar se essa operação foi fechada diretamente pelo Presidente da CENTRUS, o senhor Pedro Alvin Júnior, com o Presidente do Banco Pactual Eduardo Place(F), ou seja, foi uma negociação de balcão mesmo. É de balcão igual tem no interior de Minas Gerais: “Você quer comprar? Eu te vendo”.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Não senhor, não foi.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Não tem conhecimento? O senhor sabia que esta... Bom, desculpa.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

O senhor me permitir, V.Exa. Esse contrato foi assinado nas dependências da CENTRUS, pela CENTRUS assinamos eu e Olavo, que era o diretor de administração na época, e o, um dos diretores do Pactual, não era o diretor Presidente com toda a certeza. Agora as

negociações transcorreram durante ao longo de 2 meses ou talvez até mais.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Então foi senhor que assinou a transação?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Eu e outro diretor pela CENTRUS.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Está certo e ela foi uma negociação, assim, conversada igual o senhor falou, demorou uns 2 meses, conversa com ele, acerta, qual o valor, qual que é o valor, porque é não era mais fácil colocar isso num leilão? Quem paga mais?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Porque essa ação não era licitada em bolsa, senhor, simplesmente por isso, a IVEN nunca foi listada em bolsa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor sabia que essa ação era negociada na bolsa, ela era negociada na bolsa. Então porque é que a venda foi somente através da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

CBLC é o custodiante das ações.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pois é, porque é que só foi feita lá? Ela poderia ser negociada na bolsa.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

É uma ação que não tem liquidez em bolsa. A IVEN até hoje ela continua, a IVEN foi totalmente vendida para a Energia de Portugal, que é a empresa que está gerindo a antiga ESCELSA, que hoje chama energias do Brasil, ela nunca teve liquidez, ela foi apenas montada para comprar participação da privatizações dessa empresa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Se

o senhor não colocou na bolsa como é que o senhor sabe que não tem liquidez? O senhor tem estudo disso? Tem detalhe técnico? Tem alguma auditoria? Alguém anotou? Alguém orientou? Ou vocês da administração simplesmente acharam que não tem liquidez em bolsa e simplesmente não colocaram na bolsa e preferiram negociar em balcão?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Não, as ações que são negociadas em bolsa, elas são listadas todos os dias, no relatório das bolsa, quando não sou negociadas é porque não tem liquidez, se passam 6 meses sem um negócio com uma ação, é uma ação sem liquidez.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Olha, o senhor não acha estranho comprar e vender do mesmo Pactual, ainda mais com prejuízo? Pactual comprou e depois o pactual vendeu. No negócio de balcão?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Quanto a compra, eu não tenho--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Ponta a ponta?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Quanto a compra das ações, eu não tenho como esclarecer V.Exa., porque isso foi feito por outra administração muito anos de eu chegar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Sobre a compra?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

A venda eu posso garantir ao senhor que foi lucrativa para os cofres da fundação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor estava lá numa transação dessa, que o Ministério Público afirma, que deu um prejuízo de 200 milhões de reais, o senhor responsável assinou o contrato. O senhor não ia saber quem comprou? A época que comprou? Quem assinou? O senhor não fez um histórico regressivo para saber, inclusive para apurar este valor? E não teve sequer, assim, a curiosidade de saber quem é que comprou? Inclusive quando ocasionar o mesmo erro na ponta as duas mesmas pessoas, o Banco Pactual vendeu e comprou?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Posso responder?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pois não?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Nós fizemos o levantamento tanto é que estou afirmando que essa operação é lucrativa, porque fizemos todos os levantamentos, atualizamos todos os valores. Quanto a compra feita pela fundação, uma vez que toda a fundação sofre no mínimo 3 auditorias anuais, isso ocorreu em 95, nós não julgamos necessários averiguar essa procedência, isso já tinha passado tranquilamente por 3 auditorias por ano, no mínimo. Ao longo de 5 anos, seriam 15 auditorias que nunca mencionaram nada. Agora se o senhor me permitir acrescentar, essa questão do Ministério Público me parece que eles receberam uma denúncia que é, cuja o autor é desconhecido. Então eu não sei até onde merece a credibilidade ou denúncia desse tipo, porque--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Agora o senhor o senhor tem conhecimento que existe uma ação no Ministério Público?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nos temos até uma cópia da denúncia anônima ao Ministério Público Federal.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pois bem, a operação foi liquidada com um cheque do Pactual. A ausência do leilão tirou a possibilidade

de um preço melhor. E as informações que eu tenho, que houve o pagamento de uma Comissão de 10 milhões de dólares por essa operação, eu já acho estranho. Primeiro, a CENTRUS é uma fundação do Banco Central, autoridade monetária do país. O Presidente da fundação ainda hoje, é o mesmo daquela época. O senhor Ricardo.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Não--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

E o senhor Ricardo, o senhor era o diretor financeiro, como que pode ter acontecido isso? Senhor Relator, eu vou solicitar e peço apoio de V.Exa., que eu vou pedir a quebra do sigilo de toda a cadeia desta operação. Toda a cadeia dessa operação. Que exemplo para o mercado está dando a CENTRUS. Olha eu quero requerer também, explicações a Secretaria da Previdência Complementar, a CVM, porque é que eles autorizaram e quais as providências tomadas sobre esses possíveis prejuízos e se houve, realmente o prejuízo, o Conselho da fundação deliberou e aprovou sobre essa transação?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Perfeitamente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor pode me informar quem era o conselho na época?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Em 2000? Doutor Hernesto Albret.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Hernesto?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Albret.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Hã?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Doutor Jair Dasote(F), doutor Antônio Caetano Filho.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Hã?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Doutor José Carlos da Costa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Hã?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

E em 2000, provavelmente o Antônio Gustavo do Vale. Esse eu estou em dúvida, porque--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Não tem problema, a gente confere.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Foi substituído posteriormente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Eu acho que nós vamos ter, nobre Relator e eu vou propor, ver se V.Exa. concorda, nós temos que convo-

car o ex-Presidente do Banco Central Armínio Fraga e o ex-Presidente da CVM e a ex-diretora da SPC. Eu acho que se não mudaram a diretoria numa transação dessa, eu acho que o senhor apresentou aí que respondeu ao nobre Relator, que nunca houve intermediário em transações, aí nós já estamos vendo que existe intermediários que é o banco?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

O Pactual foi o comprador.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Mas também foi o intermediário. Só para clarear o senhor, o senhor sabia que o produto dessas irregularidades, dentre outras que estão dentro da CENTRUS, estão parcialmente em duas contas no exterior. No banco Credit Suisse. A primeira conta tem o nome de freezer, deve estar congelando lá. O gerente da conta é o senhor Manoel Corredor. No departamento PMBC2 e essa conta é do Presidente Pedro Alvin, as informações que eu tenho. A segunda conta também no Credit Suisse em Geneve, na Suíça, lógico. A conta tem o nome de Governador. Que inclusive, não tem nada a ver com nenhum Governador, nem ex-Governador deste país, fique bem claro isso. O gerente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Carlos Willian eu realmente agora gostaria de saber de V.Exa., porque e esse tipo de inferência?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Eu não sei, porque Governador se fosse Presidente também eu falaria que não tem nada a ver com o Presidente. Porque o gerente da conta é o senhor Manoel Corredor, no departamento também PMBC2 e essa conta é em nome do senhor Antônio Aureliano Chaves, dono da Sintonia Corretora. Outro mineiro, lamentavelmente. O senhor conhece o senhor Antônio Aureliano Chaves Filho?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O

senhor sabia que ele é político?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Não sabia.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O pai dele foi Governador em Minas Gerais, ele foi Deputado Federal.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

O Antônio Aureliano foi Deputado?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É.

Foi o Aureliano foi Deputado Federal, ilustre Deputado Federal. O senhor falou sobre os autos da CVM. E o da SPC, o senhor tem conhecimento? A CENTRUS foi notificada?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:
SPC.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
É.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:
A CENTRUS sofreu duas atuações da SPC uma relativa a operações com opções e a outra relativa a operação com o Banco Santos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Qual é o percentual entre o patrimônio da Fundação e o percentual da carteira em operações de financiamento em bolsa?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:
Atualmente é zero.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A fundação compra o papel a vista e vende opções?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:
Isso já aconteceu hoje em dia não acontece mais.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Aconteceu quando?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:
Em 2001.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Na época do senhor?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:
Sobre a minha gestão, exatamente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor poderia explicar, porque a CENTRUS foi uma das maiores financiadores de opção de compra? Ou seja, a fundação compra a ação e vende a opção de compra, com ações da CONGÁS, TELEPAR a NET, com taxas duvidosas na bolsa do Rio de Janeiro. E ela parou exatamente com essas negociações quando essas negociações foram transferidas para São Paulo. Por que é que justamente quando foi para São Paulo é que parou essas operações?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:
Bem, Deputado, não procede essa informação que V.Exa. recebeu. A CENTRUS realmente nessa época fez operações de financiamento tanto com ações que ela possuía em carteira, como com ações que ela comprou e vendeu as opções de compra. Eu queria deixar claro para V.Exa. que a CENTRUS só negociava as opções, que era uma forma de alavancar a rentabilidade da empresa, com ações que constavam de sua carteira. Então, mesmo que a gente fosse comprar ação para negociar as opções, eram ações que constavam da nossa carteira, portanto sofriam um acompanhamento sistemáticos. E isso aí é uma forma que as fundações usam de rentabilizar a sua carteira de renda variável.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Bom, o senhor concorda então que existe as opções

de vendas, o senhor disse que eu não tenho razão, o senhor conhece as opções venda?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

As opções de venda--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Com as ações da CONGAS?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

As fundações não podem operar opções de venda, elas só podem operar opções de compra, por lei isso.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Ok. Na sua época a CENTRUS era a maior financiadora do mercado na bolsa do rio, quando ela operava é lógico no rio, depois foi transferida para São Paulo, o senhor... Oi?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Posso responder?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pois não?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Eu não tenho essa informação que a CENTRUS seja a maior financiadora em bolsa, nunca soube disso. E a CENTRUS operava tanto bolsa rio quanto bolsa São Paulo, dependendo da sua contraparte.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Era exatamente aí que acontecia, porque quando o senhor operava no Rio de Janeiro, o mercado era menor, a concorrência era menor. Aí não existia o interesse em colocar em São Paulo, porque o mercado era maior. Se colocasse lá, certamente iria perder dinheiro. Com a transferência, depois nós vamos buscar essas provas, para São Paulo, parou-se de operar esses títulos. Olha, o senhor mantinha um fundo exclusivo com o BMG?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Já tivemos, já tivemos, foi encerrado em 2003.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Porque é que foi encerrado?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Foi encerrado, porque o BMG queria, estava descontente com a taxa de administração que nós pagávamos, nos propôs que a gente passasse o fundo para a gestão do banco Itaú e que ele continuasse gerindo as aplicações, nós não concordamos e aí encerramos o fundo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O

senhor tem conhecimento com alguém da direção do BMG, alguém ligado ao BMG, amizade?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Amizade nenhuma.

DEPUTADO WELINTON FAGUNDES (PL-MT):

Conhecimento?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Conhecimento com um dos diretores, que nos atendia aqui, que era o responsável pela região, não lembro

nem o nome dele, me parece que ele saiu do BMG mais ou menos nessa época, a gente deixou o fundo logo depois.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

O senhor operou muito com a MAGLIANO E NOVA AÇÃO, o senhor conhece essas corretoras?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Claro, conheço sim senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O

senhor teve um trabalho excessivo, vamos dizer assim, maior com essas corretoras, porque é que ela era, vamos dizer de preferência do senhor?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

A MAGLIANO é uma corretora tradicionalíssima, ela é a crachá número um da bolsa. E na época acho que o Presidente da MAGLIANO era o Presidente também do IBOVESPA, é isso mesmo, Luiz? E são corretoras que nos ofereciam boas informações, bons negócios, atendiam prontamente as nossas ordens. Então a gente mantinha esse ritmo. Agora eu quero afirmar aos senhores, uma coisa que eu não ainda não mencionei aqui, que a CENTRUS tem um sistema desenvolvido internamente que ela promove, ela promove automaticamente o rodízio das corretoras, eu não posso operar nenhuma corretora mais de 7% do movimento feito nos últimos 12 meses, é uma média móvel que é apurada a cada dia dos últimos 12 meses e eu não posso ultrapassar 7% de comprometimento com a corretora, ou seja, se eu estou negociando com a MAGLIANO e ela chega em 7% dos negócios efetuados, eu automaticamente sou bloqueado na hora de emitir as boletas e eu pessoalmente, eu diretor de aplicações, tenho que acessar o sistema desbloquear e justificar porque eu estou fazendo e é coisa rara de acontecer.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

A MAGLIANO em 2001 ela aumentou em muito o trabalho dela na CENTRUS, deve ser por causa desse rodízio, o senhor poderia?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Ela operou no máximo 7%.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O

senhor poderia mandar a essa CPMI o mapa das corretagens pagas pela CENTRUS a essas corretoras?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Perfeitamente, Deputado. Essas duas? Você anota, por favor, Luiz? MAGLIANO e?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pode mandar de todas as corretoras prós a gente fazer uma análise,

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Perfeitamente de que ano que o senhor quer?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

De 2000 para cá.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:
DE 2000 para cá?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É. Qual a relação de V.Sa. com a Sintonia Distribuidora, qual o tipo de negócio que o senhor tinha com ela?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:
Não tenho negócios da Sintonia.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor comprou ações dela?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:
Que eu me lembre não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Não? Qual a relação de V.Sa. com o Banco Mercantil do Brasil?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:
Nós tivemos um fundo com ele algum tempo atrás, um fundo exclusivo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Qual era o motivo de ter esses fundos?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:
Esses fundos, a gente faz a gestão da nossa liquidez através de fundos de investimento, que são sempre fundos exclusivos e sempre lastreados em títulos públicos, então nós aplicamos em títulos públicos de longo prazo, a nossa carteira própria. E temos esses fundos exatamente para gerir o nosso dia-a-dia do fluxo de caixa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Qual a relação com a corretora COIN VALORES? O senhor se lembra?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:
Se eu bem me lembro, foi operado lá nos primórdios da nossa gestão e nunca mais tive negócio com eles.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Nada? Qual que é a participação do gerente Carlos Vicente e da operadora da mesa a senhora Mary, nessas operações que a CENTRUS fazia?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:
O Carlos Vicente era o gerente de operações e a Mary era a operadora, os dois trabalham fazendo os negócios da fundação na mesa de operações.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Olha só Relator eu gostaria de pegar o nome completo dessas pessoas e se possível convocá-las para poder...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu só peço a V.Exa. que apóie a prorrogação da CPI, porque senão nós não vamos ter tempo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Como V.Exa. é um trabalhador dinâmico, nós podemos estender um pouquinho mais, quem sabe na sexta-feira há possibilidade de fazermos esse trabalho. Olha,

o senhor tem conhecimento que o senhor Carlos Vicente, que eu estou querendo convocar é cunhado do Senador Aloízio Mercadante? E por causa disso o Presidente Pedro Alvin, por causa de um *loby* dele, o Presidente Pedro Alvin foi mantido no cargo, passou de um mandato para o outro?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:
Eu posso lhe garantir que essa informação não procede. Que essa recondução do Presidente, eu tenho conhecimento que o Carlos foi cunhado do Senador, ele foi casado com a irmã dele, quando foi para CENTRUS já estava separado há alguns anos, quanto a recondução não só do Presidente como de toda a diretoria, isso foi com a edição da lei 109, que conversou sobre as fundações. Ainda era o Presidente do Banco Central o doutor Armênio Fraga que reconduziu todo o Conselho e a lei 109 deu todos os direitos ao Conselho e todas as responsabilidades. O Conselho sendo reconduzido achou por bem reconduzir a diretoria e estamos lá desde então, 2002.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Foram todos reconduzidos do governo passado, para esse governo?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:
Exatamente, senhor, nós estamos lá desde 99.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
As informações, isto finalizando, senhor Relator. Olha eu não posso vim aqui participar, ouvir o senhor falar 2 horas e meia e não participar. Eu estou querendo colaborar com o senhor, querendo colaborar com as investigações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu estou sendo muito condescendente com V.Exa., em todas as nossas inquirições. Eu jamais suprimo ao senhor o direito de fazer qualquer arguição. O Relator demora normalmente, porque trata de questões técnicas. Agora, nós--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Essas aqui não são técnicas? Informações relevantes, informações relevantes como essas aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós já concedemos 30 minutos a V.Exa., V.Exa. ainda tem o direito de falar por quanto tempo quiser.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ta bom, estou terminando. Eu acho que umas informações relevantes como essa, que assessoria do senhor muito competente, acompanhada ainda da auditoria que cerca essa casas, não trouxe para o senhor, eu não posso ser inibido de fazer essas questões. Mas eu vou finalizar, eu não vou perguntar mais não. Eu só vou fazer o seguinte: Eu vou requerer, que eu acho estranho a recondução do Presidente a mudança do

governo, existe um histórico que houve de distorções. Eu vou requerer que essas autoridades monetárias, que nós quebramos o sigilo bancário, vou requerer a quebra do sigilo bancário do depoente, de toda a operação feita na ESCELSA, do Banco Pactual, da corretora MAGLIANO, que já apresentei o requerimento 1287, que até hoje não foi aprovado, e de mais duas corretoras a Nova Ação e a Coin Valores, por se tratar de fatos que ligam a corretoras a irregularidades que mencionei praticados, inclusive, acho até com a participação do depoente, eu até pergunto a V.Exa., devido ao tempo que nós temos. O senhor disponibilizaria para essa CPMI voluntariamente a quebra do sigilo bancário e telefônico de V.Exa.?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Se o curso das averiguações assim exigirem, sem o menor problema.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor assinaria um documento que a assessoria iria preparar o senhor assinaria?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Na medida do avanço das investigações.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Agora, o senhor disponibilizaria aqui para mostrar que realmente essas operações foram todas claras?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria só fazer uma interrupção. Sem querer jamais questionar o apelo feito pelo Deputado Carlos Willian, mas é bom registrar que o depoente comparece a essa CPMI na condição de testemunha. E não na condição de investigado. Assinou o termo de compromisso que no qual ele se compromete a dizer a verdade. Então, Deputado Carlos Willian eu não acho que seja de bom alvitre que como testemunha ele seja necessariamente obrigado a disponibilizar o seu sigilo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Ele não está sendo obrigado, voluntário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se fruto de uma reflexão do depoente, ele entender que deve autorizar a transferência, que o faça, mas acho que a gente deve deixar claro que a condição dele aqui é de testemunha e pode se transformar na condição de investigado, se por acaso todas essas denúncias que V.Exa. traz elas, pelo menos em parte se confirmarem, então imediatamente ele passará a condição de investigado. Agora vamos ter apenas consciência que esse é um ato voluntário e que depende exclusivamente da deliberação do depoente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pois bem eu acho até estranho, porque ele faz parte do governo anterior, que sucedeu agora pelo atual governo

de estar finalizando, sendo mantido, acho que deveria estar com as informações que o senhor mostrou, com relacionamento com a Garanhuns. Que deveria estar aqui não na condição de testemunha, mas realmente na condição de investigado, porque pessoas com menos indícios de irregularidades já veio aqui à essa CPMI como na condição de investigado e não de testemunha. Mas fica aqui eu vou fazer os requerimentos e quem sabe consigo apoio dos nobres pares da casa e aproveito para agradecer a V.Exa. não só a oportunidade pela participação, mas pela generosidade do excesso do tempo, muito obrigado, mas vou requerer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria, no esteio dessa arguição, eu queria saber do doutor Ricardo: Qual é a sua declaração de patrimônio, claro que fique a vontade o senhor para responder ou não, mas o senhor teria como declinar aqui qual é o patrimônio declarado que possui?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Se eu bem me lembro o que está no meu Imposto de Renda é alguma coisa de 600 mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 600 mil reais. Eu teria 2 ou 3 perguntas a mais. O senhor sabe dizer se o Carlos Eduardo de Freitas, ele foi membro do Conselho deliberativo da CENTRUS?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Foi o Presidente do Conselho quando assumimos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele foi também o diretor de liquidação do Banco Central?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Ele deixou a presidência do Conselho Deliberativo, para assumir essa diretoria no Banco Central.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E quando ele deixou a diretoria do Banco Central ele foi indicado pela CENTRUS para assumir o cargo no Conselho de administração da BELGA MINEIRA?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Ele é o conselheiro da CENTRUS na BELGA MINEIRA, ele foi pelas suas qualificações que são excelentes, fantásticas. Ele foi indicado para isso e até onde nos consta, a BELGA MINEIRA está muito satisfeita com o trabalho dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor Carlos Eduardo ele é funcionário do Banco Central?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

Funcionário de Banco Central, de carreira, concursado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A CENTRUS perdeu ou ganhou nas aplicações que fez com a CREF SUL(F)?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Isso, Deputado, não é uma aplicação feita na minha gestão, é anterior, isso é 95, mas ela perdeu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Perdeu, o senhor saberia nos dizer se o interventor hoje liquidante do Banco Santos, já foi conselheiro da CENTRUS?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Não, não foi não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca foi?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Me permite, perdeu quanto e em que época?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Nos idos de 90, porque a Cref Sul era ligada ao conglomerado do Ricardo Mansur, Casa Ango, Mappin e a CENTRUS tinha uma aplicação lá como tinha ações do Mappin e perdeu no total, me parece que foram 200 e poucos milhões de reais naquela época nos idos de 97, 98.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor deve ter visto que matérias foram publicadas na imprensa nacional, indicando que haveria um esquema de corrupção para favorecer o Banco Santos. E que dirigentes do Banco Santos poderiam estar pagando comissões para funcionários das fundações que adquiriram os seus títulos, para que esses funcionários fizessem essas aquisições, nessa matéria inclusive há uma menção a CENTRUS. Como é que o senhor encarou esse tipo de denúncia?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Essas denúncias sempre nos deixam indignados. Elas são normalmente são denúncias anônimas, é a gente tem visto o nosso nome ser achincalhado em jornais, é um desgaste, Deputado, olha, que é difícil descrever para V.Exa., o que é que a gente sente. É uma coisa péssima você ver o seu nome sendo citado no jornal e você ter a consciência de que você está trabalhando corretamente, você está buscando o melhor possível para aquela empresa. A gente tem resultados palpáveis para mostrar e mesmo assim vem todo esse achincalho jogando a nossa honra na lama. É uma coisa, é terrível de conviver com isso, é uma coisa revoltante, causa um estresse muito grande.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguns dos seus gerentes, possui uma casa aqui no lago sul de Brasília?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO:

O Carlos Vicente tinha uma casa no lago sul e acredito que continue tendo, quando ele assumiu ele já tinha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe em quanto essa residência está avaliada?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Ele chegou a mostrar isso para o Conselho numa determinada época, me parece alguma coisa 300 mil reais, 350 mil reais, ele mostrou isso para um dos conselheiros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Diferente das informações que supostamente indicam que essa casa valeria 5 milhões de reais?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: [Risos]. Bom.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É impossível?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Ele mostrou para um conselheiro, eu estava ao lado dele a declaração de bens, mostrando aos conselheiros, tinha saído um boato que ele teria uma casa milionária e ele ficou aborrecidíssimo com isso, trouxe a declaração mostrou para o conselheiro, eram cerca de 350 mil reais que estava declarado a casa dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando é que o senhor Carlos Vicente assumiu a gerência?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Ele assumiu a gerência logo depois que eu assumi a diretoria, eu assumi no dia 30 de abril, ele deve ter assumido dia 2, dia 3 de maio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Lá em 99?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: 99, exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo que o senhor sabe a evolução patrimonial do Carlos Vicente, está completamente de acordo com as remunerações que ele recebe na qualidade de gerente da CENTRUS?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Que ele recebia, exatamente. Não tenho suspeita sobre ele não, nenhuma, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma?

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Nenhuma. O tempo todo ele passou 4 anos na CENTRUS, era o padrão normal de classe média, que a gente está acostumado. Nunca teve nenhuma... Como é que chama? Sinais exteriores de riqueza. Eu nunca vi nada disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Eu quero suspender a nossa reunião, são 12 horas e 56 minutos. Essa sessão estará suspensa até as 14 horas, quando nós retomaremos com a oitiva do senhor Adrei Antonio Degasperi, da PORTOS. Eu agradeço a presença de V.Sa. e está suspensa a presente sessão.

SR. RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO: Muito obrigado, Deputado.

Sessão suspensa às 12h56

Sessão reaberta às 14h05

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro reaberta a 15ª Reunião da Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão. Imediatamente, convido, para tomar assento à Mesa, Sr. Adrei Antonio Degasperi. Sr. Adrei Antonio é Diretor Financeiro da PORTUS. Vem aqui na condição de testemunha e, para tanto, já assinou o termo de compromisso que está sobre a mesa. E vem acompanhado do seu Advogado, o Dr. Marcos de Castro Pena, OAB Rio de Janeiro, 111489. E da Advogada Cristine Azevedo Whehaibe, OAB Rio de Janeiro, número 94005. Certamente, uma das consequências desta CPMI vai ser me obrigar a usar óculos. Cada vez mais, eu sinto a vista cansada. Bom, eu desde já agradeço a vinda do senhor aqui, e como normalmente acontecesse, eu quero passar a palavra a V.Sa. a fim de que o senhor possa fazer uma apresentação inicial da sua qualificação profissional, do seu histórico, tanto do período anterior à entrada do PORTUS como também deste período que vem servindo a fundação. E também deixando o senhor à vontade para que faça qualquer tipo de comentário de natureza preliminar que ache oportuno, que ache conveniente para a condução dos nossos trabalhos. Desta forma, mais uma vez agradecendo a sua presença, eu passo a palavra ao Dr. Adrei Antônio.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Eu é que agradeço a V.Exa. por estar aqui e ter a oportunidade de prestar qualquer tipo de esclarecimento. Porque é um entendimento nosso, de toda a administração do PORTUS que esse trabalho desta comissão tenha pleno êxito. Quanto a minha qualificação, eu sou de origem da CODESP, Companhia Docas do Estado de São Paulo. Eu era Superintendente de Auditoria Interna há mais de vinte anos naquele porto, Porto de Santos. Quando eu fui escolhido, no final de 2002, eu fui escolhido pelos participantes e assistidos para concorrer à vaga de Diretor Administrativo. Então, eu gostaria também, isso é muito importante para vocês, que quando eu assumi eu fiquei um ano, mais ou menos, como Diretor Administrativo. Depois, no final de 2003, eu passei para Diretor da Área de Seguridade onde eu permaneci

até agosto de 2005. Só aí, então, eu assumi a diretoria financeira. Sempre aprovado pelos participantes assistidos e homologados pelo Conselho Deliberativo do PORTUS, que é o órgão superior de administração daquele porto. E, sendo assim, eu me coloco a disposição de V.Exa. para qualquer questão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Adrei, até 2002 o senhor trabalhou na CODESP, e somente em 2002, ingressou na PORTUS na condição de eleito pelos participantes para ocupar a diretoria administrativa.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Quantos são os membros da diretoria da PORTUS?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: A diretoria executiva da PORTUS são quatro diretores, sendo um Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor da Área de Seguridade, e um Diretor Financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Das quatro, uma diretoria é destinada à eleição pelos participantes.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Naquele momento, naquele instante, era. Hoje, não. A partir de agosto de 2005, a diretoria é paritária. São dois diretores aprovados pelas patrocinadoras e dois diretores aprovados pelos participantes e assistidos. Isso a partir de outubro de 2005, agosto de 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Neste período de praticamente três a quatro anos, o senhor passou por três diretorias da PORTUS. Diretoria Administrativa, Diretoria de Seguridade e, finalmente, Diretoria Financeira. Qual foi o motivo que levou a primeira mudança do senhor, ou seja, a saída da diretoria administrativa e assunção na Diretoria de Seguridade?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Como eu falei, o órgão superior de administração é o Conselho Deliberativo do PORTUS, então eles preferiram me aprovar em razão da minha condição para Diretoria de Seguridade. Foi o Conselho Deliberativo que definiu isso aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa mudança foi do agrado do senhor?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Toda mudança às vezes assusta, mas eu gosto de desafios. Aliás, é uma área que eu gosto muito, me especializei, e realmente, a área que eu tenho mais conhecimento é a Área de Seguridade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor saiu da diretoria administrativa, quem lá ingressou?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Quando eu saí, no primeiro momento, foi o João Batista indicado, nesta oportunidade, pelas entidades representativas dos participantes. Ele ocupou o lugar... tesouraria... a diretoria administrativa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele permanece lá até agora?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Não, ele ficou durante três meses. Pediu para... Como eu, ele era da CODESP, de origem da CODESP. Não se adaptou ao Rio de Janeiro, pediu afastamento e nós nomeamos outro Diretor Administrativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é o atual diretor?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: A atual é a Dra. Javasiidnei(F). Ela é aprovada. Ela foi indicada pelos patrocinadores do PORTUS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelos patrocinadores.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Ela é de origem da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na Diretoria de Seguridade, depois que o senhor saiu, quem assumiu?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Foi o Antônio Camilo... é José Camilo. Também é de origem da... Mas, foi indicado pelas entidades administrativas. Ele assumiu a Diretoria de Seguridade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele está até hoje lá?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Está até hoje, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na diretoria principal que é a presidência, nesse período de 2002 a 2005?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: É, ali, eles assumiram, como eu assumi, em outubro de 2002. Depois, no final de 2003, o Presidente mudou. Era o Sr. Eduardo Marinho. Ele era de origem do Ministério dos Transportes. E assumiu depois do... Ah, Luiz Carlos Relva.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está até hoje lá.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Não, não. Luiz Carlos Relva ficou também um tempo. Depois, assumiu o Dr. Márcio Campos da Silva, que ficou um período de oito a nove meses. Trocou novamente. Hoje, é a antigo Presidente do Conselho Deliberativo, o Dr Magno, Wildjan(F) Magno.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Todas as indicações ao longo deste período para a presidência da PORTUS, elas se deram a partir de nomes que foram recomendados pela patrocinadora, certo?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que essa mudança constante de Presidentes pode ter trazido algum tipo de prejuízo ao funcionamento da fundação?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Não. Eu acredito que não porque é o Conselho Deliberativo que, se eles vêem que a diretoria não está de acordo com os objetivos que eles querem que é resguardar o bem do PORTUS e salvar aquela entidade, eles trocam e, por isso, que teve mudanças constantes. Sempre o Conselho Deliberativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem o antecedeu na diretoria financeira?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Na diretoria financeira, foi o Luiz Carlos Prado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele entrou lá quando?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Ele entrou em agosto de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, ele ficou de agosto de 2003 até agosto de 2005.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que foi feita foi feita essa mudança na diretoria financeira com o afastamento do Sr. Luiz Carlos Prado e com a indicação do vosso nome?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Foi novamente o nosso Conselho Deliberativo. Que eles queriam, eles queriam trocar a diretoria porque não estava entendendo os objetivos do conselho. Eles achavam, entendiam que não eram aqueles os objetivos do con-

selho. Então, eles reformularam toda a diretoria, menos o meu nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De que forma o diretor Dr. Luiz Carlos Prado não estava atendendo os objetivos do conselho. Como é que isso pode ser verificado objetivamente. Porque, não entender os objetivos do conselho, é uma coisa muito ampla, é uma coisa muito genérica. O senhor teria como exemplificar situações em que ficasse clara a configuração de não atendimento dos objetivos do conselho?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Não Exa. Eu acho, na minha opinião, ele estava exercendo o cargo de forma eficiente. Ajudou muito o PORTUS a reestruturar a carteira de investimentos, mas eu não entendi, sinceramente, porque dessa tomada de posição do nosso conselho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se fosse, por exemplo, do arbítrio de V.Sa., ele estaria, hoje, como Diretor Financeiro.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Estaria senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando ele entrou em agosto de 2003, ele foi indicado pela patrocinadora?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Eu não me recordo agora. Eu lembro que foram paritários. O Presidente foi a patrocinadora. Teve dois pelas patrocinadoras e 2 pelas entidades. Eu não me recordo perfeitamente se, no caso dele, foi ou patrocinador ou as entidades.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque, pelo que o senhor nos disse aqui, pelo menos, pelo que foi registrado, a diretoria administrativa teria sido indicada pelos participantes--

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --e a de segunda também.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Certo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Portanto, restaria a presidência e a diretoria financeira--

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Pelas patrocinadoras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --para indicação das patrocinadoras. O senhor sabe me dizer se o Sr. Luiz Carlos Prado, ele chegou a Diretor Financeiro da PORTUS por indicação política?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Não. Eu desconheço qualquer informação a este respeito, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor desconhece qualquer vínculo político do Luiz Carlos Prado?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Assim como os demais diretores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que, nesse tempo todo, com todos os diretores que passaram pela diretoria executiva da PORTUS, inclusive os quatro Presidentes, considerando também o atual, Dr. Magno, nenhum desses chegou lá por indicação política?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Eu desconheço qualquer informação que relaciona qualquer diretor do meu tempo com algum relacionamento político.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor saberia dizer por que o Dr. Eduardo Marinho foi substituído pelo doutor Luiz Carlos Relva?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Então, é o nosso Conselho Deliberativo que nos cobra constantemente uma política de recuperação do instituto. E, se há uma demora nesta recuperação, que, muitas vezes, não depende da diretoria, eles trocam para ver se há algum oxigênio novo para influenciar em uma ação mais positiva e mais rápida do PORTUS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo que o senhor está dizendo, eu chego, então, a seguinte conclusão. Que os resultados apresentados pela fundação, nesse período, não foram satisfatórios o suficiente para entender aos desejos e demandas do conselho e, por isso, o conselho decidiu fazer uma grande alteração com várias substituições na diretoria.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Vê bem, V.Exa., eu tenho explicação de dois fatos completamente diferentes. Os resultados financeiros de 2003, 2004, 2005 foram excelentes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, eu não falei em resultados financeiros. Só para...

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: O objetivo é que... Porque nós dependemos agora de uma ajuda do governo em pagar suas dívidas, tanto do déficit atuarial como dívida da extinta PORTOBRÁS que ela era patrocinadora do PORTUS e abandonou... Foi extinta pelo governo. E o governo não arcou com a responsabilidade financeira. Então, são esses objetivos

nossos que nós temos que buscar junto aos órgãos governamentais e, muitas vezes, é muito difícil obter qualquer sucesso perante Ministério do Transporte, Planejamento, Tesouro Nacional. Tanto é difícil para eles, como até para a atual diretoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em quanto está avaliado o déficit atual do governo através das patrocinadoras com a PORTUS?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Nós fechamos agora 31 do 02 de 2005 com mais de um bilhão e cem mil de déficit atuarial. Além disso, tem a dívida da retirada da PORTOBRÁS que era a nossa principal patrocinadora. Que é setecentos e doze milhões. Nesta parte o governo, ele coloca muitas dificuldades em até tratar o fato administrativo. Então, tivemos, por exemplo, que entrar com a dívida PORTOBRÁS, entrar numa ação na justiça contra a União.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que esse déficit de 1,1 bilhão de reais e esse rombo de setecentos e doze milhões deixados pela saída da PORTOBRÁS a curto, médio ou longo prazo, este volume expressivo de recursos pode trazer algum tipo de risco aos segurados da fundação?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Pode. Porque, veja bem, nós estamos aí com um saldo de, mais ou menos, duzentos e oitenta milhões que são nossos investimentos. Nós gastamos para cobrir a diferença que recebemos das patrocinadoras para pagar folha de aposentados... Nós temos, mensal, quatro ou cinco milhões/mês. Então, logo esses duzentos e oitenta milhões se extinguem. Se o governo não bancar, se responsabilizar por este déficit ou pela dívida PORTOBRÁS, em 4 anos, no máximo, nós vamos deixar cerca de 40 mil pessoas na mão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se repete aqui a mesma situação verificada na REFER. Onde o governo federal tem se recusado a aportar aquilo que lhe é obrigado mensalmente. E aí vai se acumulando um déficit que, nesse caso dos senhores, é de 1,1 bilhões de reais, acompanhado de um problema ocasionado na saída da PORTOBRÁS de setecentos e doze milhões. E, tanto na REFER quanto na PORTUS, a gente percebe que esse risco de colocar os segurados em uma situação de... Seria até redundante, mas oportuno, de insegurança. Isso está acontecendo. O senhor nos diz aqui uma coisa que eu considero ser muito, mas muito séria. Que, se o governo não repensar a sua política para com a PORTUS, em quatro anos cerca de 40 mil pessoas podem estar com os seus benefícios colocados em uma situação de risco. Isso é muito

sério. Eu, inclusive, vou repetir aquilo que disse para o atual Diretor Financeiro da REFER que eu espero que esse sub-relatório sirva, também, como uma peça que vai defender perante a nação brasileira, perante a sociedade do nosso país a partir de um trabalho investigativo sério que está sendo realizado. Então, este sub-relatório vai defender, vai ser uma peça de defesa da resolução destes problemas de déficit atuarial dos Fundos de Pensão. A gente sabe que essa luta, às vezes, ela é em glória. É muito complicado convencer a área econômica do governo a fazer os aportes necessários, mas a nós temos que aproveitar este momento político que é, também, um momento de reflexão para lançar este debate e para antecipar aquilo que, na frente, pode ser uma medida emergencial e que custe muito mais aos cofres público. Então, me preocupa muito isso. E eu quero garantir ao senhor que, no nosso relatório final, nós faremos uma defesa contundente de que as patrocinadoras, nesses casos, como o da PORTUS, elas cheguem imediatamente a um plano. Porque tem que haver um plano para em tantos quantos anos forem necessários, porém, também, precisos para se resolver este problema.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Eu posso até complementar se o senhor me permitir. Nós não estamos pedindo isso de graça para o governo. Nós estamos comprometendo até a mudar de plano como a REFER esta fazendo. Porque nós estamos num plano de benefício definido, quer dizer, é um saco sem fundo de dinheiro. Nós mudaríamos o plano para uma contribuição definida onde nunca mais haveria déficit para o governo. Então, é um sacrifício para os atuais participantes que vão se aposentar, mas eles se propõem a fazer este plano diante do governo resgatar a dívida dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o senhor acha que o que resolve o problema da PORTUS não é o conselho mudar como mudou tantos diretores nestes últimos anos. O que resolve é os recursos serem aportados e os patrocinadores cumprirem com seus deveres?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Aliás, os patrocinadores vêm cumprindo com seus deveres. Mas, ainda tem nas contribuições normais que seriam insuficientes. Teria que quem arcar com o déficit atuarial e mudar de plano definitivamente. Então, como as patrocinadoras são as companhias docas e todos os estados, elas não têm dinheiro para pagar este déficit atuarial. A União teria que bancar com esse déficit atuarial do PORTUS e de outras fundações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha

que essa situação preocupante, do ponto de vista financeiro, ela foi ocasionada, principalmente, pelo que? Eu queria que se o senhor pudesse fazer um diagnóstico das causas que levaram a essa situação precária das finanças da PORTUS.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Eu não tenho dúvida nenhum que 80% do fator que ocasionou este déficit atuarial foi esse plano de benefício definido que são todos os planos hoje do Brasil que é responsável... Como é que a gente pode prever um benefício sem atualizar as contribuições das patrocinadoras? Então, o rombo... Esse foi 80% da causa do rombo do PORTUS foi o plano inadequado. Teria que trocar de plano. E outros 20% eu até acredito que, no passado, teve na administração dos investimentos do PORTUS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É isso. O senhor chegou em um ponto importante que eu quero explorar. Que é o seguinte. Boa parte do déficit da PORTUS pode ser creditado ao regime de contribuição. Mas, é claro que 100% não pode ser creditado a isso. É inegável, até pelos estudos e análise que nós estamos vendo, que alguns investimentos foram feitos que ocasionaram perda para a fundação. Se o senhor pudesse destacar nesses últimos cinco anos de 2000 a 2005 pelos números que o senhor teve acesso, pelo o diagnóstico que o senhor fez. Então, se o senhor pudesse destacar de 2000 a 2005 e pudesse nos apontar alguns problemas com investimentos mal sucedidos, que problemas o senhor apontariam e referentes a que anos?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Eu acredito que 2000. 2000 foi quando a Secretaria da Previdência Complementar, ela colocou uma administração especial no PORTUS. Aí, começou a estabilizar aqueles investimentos negativos. Então, anterior a 2000, teve uma administração de no mínimo muito prejudicial ao PORTUS, sendo que a secretaria de previdência complementar fez um amplo processo de auditoria, levantou... teve inquérito administrativo, onde os quatro últimos diretores foram considerados neste processo e hoje o processo está sendo encaminhado ao Ministério Público no Rio de Janeiro. Se o senhor quiser, eu posso deixar uma cópia com o senhor, onde estão todos os problemas verificados na oportunidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, não se pode descartar que depois do ano de 2000, mesmo com essa intervenção que foi feita pela secretaria de previdência complementar, eventualmente, devem e podem ter acontecido novos problemas de investimentos mal sucedidos.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Eu realmente não tenho conhecimento de... Pelo menos, a partir do final de 2002, nós temos quase todos os investimentos que nós fizemos e nós até respondemos isso através de ofício a esta subcomissão. E comprovadamente ali nenhum caso demonstrou prejuízo na operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor foi chamado a assumir a diretoria financeira quem mais diretamente lhe formulou este convite?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Foram as entidades representativas. Eu gostaria de quer continuado na de seguridade, uma área que eu me dei bem. E eu precisaria de algum tempo para me aprofundar nas aplicações. Então, foram as entidades representativas que exigiram até que eu ficasse na diretoria financeira para evitar qualquer aplicação indevida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É porque é curioso perceber que o senhor foi Diretor Administrativo, de Seguridade e Diretor Financeiro. São três diretorias exigem habilidades muito distintas.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Não tenha dúvida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E que a diretoria financeira, talvez, das três seja a mais técnica e que envolve proficiências muito próprias do mercado.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Perfeito, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, como o senhor, até assumir a diretoria financeira, atuava muito mais em uma área mais administrativa e depois de especializou em uma Área de Seguridade. Eu queria entender qual é a estrutura da diretoria financeira e quais têm sido as suas providências, as providências do senhor no sentido de tentar sobrepor possíveis... Eu também não sei, o senhor fique à vontade para nos informar. Mas, possível falta de conhecimento técnico da área?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Nós corrigimos esta situação tão logo tomou posse a nova diretoria em agosto de 2005. Nós instituímos o comitê de investimentos. Quer dizer, é composto por todos os gerentes da entidade e é coordenado pelo nosso Gerente de Aplicação. Então isso daí...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): São quantos os gerentes na diretoria?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: São meia dúzia de gerentes. Meia dúzia, não é? Meia dúzia de gerentes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode nominar estas gerências.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Os nomes? Tem a Gerência Jurídica que é o Advogado aqui do lado não é Advogado particular, tem a Gerência Administrativa, a Gerência de Contabilidade, a Gerência de Aplicação e a Gerência de Seguridade. E, hoje, tem a Gerência de Representações. Que são as representações do PORTUS em cada Estado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Dessas gerências, qual ou quais estão diretamente ligadas a diretoria financeira?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: A Gerência de Contabilidade e a Gerência de Aplicações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): As duas?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: As duas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é que, hoje, responde pela Gerência de Aplicações?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Alexandre da Silva, não é? Ele está presente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Desde quando o Sr. Alexandre da Silva está na Gerência de Aplicações?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Eu acredito que a mais de 10 anos, não é Alex?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Na gerência de aplicações a partir de 2000 e... eu não sei se foi no início de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria fazer uma sugestão. Até porque nós vamos entrar em questões muito técnicas dessa área de aplicações financeira no sentido de convidarmos o Sr. Alexandre para poder tomar assento a nossa mesa de trabalho.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Bem mais confortável.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E que também possa colaborar com o senhor nas respostas. Sr. Alexandre, então, ele vem aqui na condição de convidado da CPI. E é até importante que ele esteja aqui porque, como o período dele vem de desde 2003, ele passou por...

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Ele passou por todas as diretorias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Alexan-

dre, como é que se deu a indicação do senhor para a gerência de aplicação da PORTUS?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Eu, primeiramente, é importante estar aqui esclarecendo o que for possível, não é? E, bom, falar um pouco do meu início no PORTUS. Eu sou funcionário de carreira no PORTUS. Comecei como estagiário a dezoito anos atrás. E trabalhei na área de análise durante muito tempo. Quando, então, em 2003 eu não me recordo se foi 2002...

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Final de 2002.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Houve uma reestruturação do porto para redução de custos. E a área financeira foi toda ela concentrada em uma gerência. E quando aí, então, eu assumi a gerência de aplicações que seria aplicações e toda a parte financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor é um funcionário de carreira. Então, eu posso presumir que os motivos que levaram a escolha do senhor foram o estritamente técnico?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: A minha formação... Eu sou economista. Tenho *NBA* na fundação Getúlio Vargas. E me milito nesta área de mercado já há bastante tempo e procuro me especializar sempre que é possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já realizou alguma outra atividade em instituições financeira, operando no mercado?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Em outras instituições?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Olha, eu tive uma rápida passagem para um outro fundo de pensão, mas retornei ao PORTUS. Foi uma passagem rápida. Eu...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Foi pela FAPS(F), mas fiquei trinta dias. Menos, vinte dias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor nunca trabalhou em corretora?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Não. Nunca trabalhei em corretora, nem banco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dentro da estrutura da diretoria financeira, existem essas duas gerências.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Gerência de com contabilidade e gerência de aplicações. As questões técnicas de definição de política de investimento, de definição dos percentuais de aplicação de cada um dos mercados, de acompanhamento dos resultados dos investimentos feitos, enfim. Essas discussões técnica, como elas ocorrem? Então, é a gerência que prepara um plano de trabalho que submete a diretoria e, depois, ao comitê. Então, eu queria entender, dentro desta estrutura, qual é a responsabilidade de cada uma dos agentes envolvidos? Qual é a autonomia que cada um dos agentes envolvidos possui? E como são adotadas as deliberações?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Primeiramente, conforme a legislação exige, nós enviamos, no final do exercício passado, o nosso programa de investimento para a secretaria de previdência complementar. E esse programa de investimentos para o ano seguinte, ele é muito debatido pelo próprio comitê de investimento. E, depois, pela diretoria executiva e Conselho Deliberativo. Então, a lei se aprova, de forma geral, na nossa política de investimentos. Agora, *o pari passu*, dia-a-dia, nós não temos... Eu gostaria que... Nós não temos muito dinheiro para aplicar não. Porque nós estamos em uma fase de desinvestimentos. Então todo o dinheiro que a gente recebe das patrocinadoras, cerca de quatro milhões mês, nós temos ou deixar em renda fixa ou até aplicar na renda variável, mas num título que é de alta liquidez, PETROBRÁS, etc. Não arriscamos muito não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores têm que ser extremamente conservadores.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Exatamente, extremamente conservador. Então, o senhor pode ver que nos últimos três anos, até 2005, nós sempre tivemos os investimentos nossos bem acima da meta exigida pela legislação.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: É bom ressaltar que, a partir de 2003, os resultados foram positivos.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: E, dois anos antes, tivemos resultados altamente negativos e, após a nossa posse, se reverteu para resultados positivos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em 2001, os senhores tiveram menos 10,60%. Agora, isso foi menos 10,60 da meta atuarial?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Menos 10, nominalmente falando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É mesmo?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em 2002, menos 13,98%. Uma rentabilidade altamente negativa.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Negativa, senhor. Apesar de na época estar até uma já. Isso aí se explica também os provisionamentos, não é Alex?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Isso. Exatamente o que eu ia falar. São provisionamentos contábeis que foram realizados nessa época devido a investimento, no passado que se mostraram... Não cumpriram a meta e foram provisionados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Eu queria depois que a assessoria tivesse acesso.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Eu vou deixar isso com o senhor. Eu só vou tirar uma via, porque tem mais de uma via. Tem outro gráfico aqui que seria interessante. Que é a partir de... Eram os recebimentos de valores das patrocinadoras. Logo que nós... Em 2002, nós recebemos das patrocinadoras cerca de um milhão e meio mês e chegamos a quase cinco milhões em dezembro, mensal. E isso, de acordo com os contratos que nós já fizemos e encerramos, a tendência é de subir muito mais, até seis milhões e meio em seis meses.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em falar nas patrocinadoras, como tem sido a relação da diretoria da fundação com os dirigentes das patrocinadoras?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Nós temos sido até duros demais, deputado. Que ontem mesmo, telefonou a CODERN, o Diretor Presidente da CODERN, que nós tínhamos bloqueado as contas do porto da COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE até completar os dez milhões. Porque nós tínhamos dado um prazo e nós estamos entrando mesmo na justiça pesadamente. Mas, o relacionamento é muito bom. Quase todas elas estão pagando em dia hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não deixa de haver um desgaste, eu imagino.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Não tenha dúvida que há um desgaste.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Atualmente os senhores só operam em carteira própria?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Atualmente, só carteira própria. E temos, do passado, dois pequenos fundos de investimento. Mas, a gestão é própria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O FUN-

DO INVESTOR(F) III ainda está em funcionamento ou não?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele foi me parece que foi desativado em 2003?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Não me recordo a data, mas está desativado há um bom tempo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o ITAÚ LAN(F) PACIFIC(F), também?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais são os dois fundos de investimentos que os senhores possuem?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Nós possuímos o FUNDO SINERGIA, BANCO FATOR... Administrado pelo BANCO FATOR, SINERGIA I e II.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a gestão, também?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: E gestão é FATOR.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele é administrador e gestor?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Isso. Administrador, não me recordo. Gestor com certeza. O administrador deve ser BANCO FATOR e FATOR ASSET(F). Um administra e o outro gerencia--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode ser.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: --mas eu não tenho certeza. E o fundo é um fundo aberto, não é um fundo exclusivo, tá?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: E tem também uma pequena parcela no FUNDO CAPITAL MARKET(F) no BANCO PACTUAL. É bom frisar que, como a gente está colocando, todo o mês há um desinvestimento na fundação. Então, a gente não consegue, não tem como manter recursos aplicados por muito tempo. Então, a gente precisa da maior liquidez possível. Então, as ações hoje de mercado que desde que nós colocamos aí, estamos na gerência, só ações de liquidez desde 2003. Só são compradas ações de alta liquidez. Ações que nós podemos vender a qualquer momento. CDBs de prazo de liquidez a partir de 30 dias de bancos de primeira linha. Então, a gestão tem ocorrido desta forma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Segundo os da-

dos trazidos pelo Dr. Adrei, eu imagino que teremos a confirmação de V.Sa., se esses desinvestimentos, eles continuarem acontecendo sem que haja um aporte de recursos do governo, ocorrerá que, em quatro anos, a fundação não terá mais recursos. Porque hoje os senhores têm que desinvestir para pagar os segurados.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Constantemente. E levando-se em consideração que nem todos os nossos ativos estão em renda fixa ou variável. Existe uma parcela de empréstimo a participante, uma parcela imobilizada que gera uma certa dificuldade para você se desfazer destes investimentos. Eu diria que o prazo é mais ou menos esse, levando-se em consideração o crescimento atuarial dos recursos, que tem uma taxa atuarial. Pelo tamanho do patrimônio da fundação, a taxa de rentabilidade teria que ser absolutamente alta. Impraticável. Não é possível humanamente. Eventualmente, você pode obter um período ou outro, mas você conseguir uma rentabilidade de um patrimônio de duzentos e oitenta milhões para cobrir um déficit desta natureza que está contabilizado em um bilhão e cem que gera um descaixe mensal na casa de cinco milhões, levando-se em consideração que em dezembro dobra, não é? Porque tem 13º dos pensionistas e dobrar tranquilamente para a faixa de dez milhões em dezembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo que eu estou vendo, que a situação dos senhores é pior e mais grave e pior que a da REFER. Existe alguma estrutura de compliance dentro da fundação?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Fundação hoje possui custódia, custódia centralizada no BANCO HSBC desde 2000 e... final de 2002. O nosso custo adiante que centraliza a nossa custódia. Toda liquidação financeira de operação tem que passar pelo liquidante, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, internamente não há compliance?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Internamente, não. Agora, foi criado um comitê de investimento. Estamos seguindo a cartilha da Resolução 13 com o órgão de acompanhamento de gestão. Está tudo isso sendo complementado de acordo com o que rege a Resolução 13.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que os senhores, normalmente, fazem este acompanhamento dos resultados das operações?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Os resultados das operações são acompanhados internamente e paralelamente junto com o nosso custo adiante que é o que

HSBC que nos manda fluxo de caixa para a taxa de rentabilidade, TIR(F) dos nossos investimentos, tudo é calculado. O custo adiante também é acompanhado por nós. A DNP nossa é feita, também, Divergência Não Planejada, através da... Também é o HSBC que terceiriza a empresa chamada RISK OFFICE. Então, nós estamos em dia, sempre estivemos. Nunca atrasamos. [inaudível] nenhum demonstrativo analítico da IEA(F) para a secretaria. Nunca atrasamos nenhum [inaudível] da DNP. Estamos em dia com as nossas obrigações de informação aos órgãos fiscalizadores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente, as ordens de realização das operações, elas partem da gerência de V.Sa.?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Bom, é...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, afastar uma aplicação. Desaplica nesta instituição, vamos aplicar em outra, enfim. Em geral, as ordens que são dadas às diversas operações que a fundação realiza, elas partem da gerência de V.Sa.?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: As operações partem da gerência. Agora, as ordens para fazer as operações dependem do *modus operandi* de cada diretor que está assentado na diretoria financeira. A gerência financeira, a Gerência de Aplicações ela executa uma ordem...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De quem emana a ordem? Do Diretor Financeiro?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: A soberania é do Diretor Financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, então, o Diretor Financeiro, ele trata de todas as decisões que são tomadas antes que elas o sejam. Por exemplo, Dr. Adrei, passa pelo senhor toda e qualquer decisão de investir em um determinado título e não em outro, de investir em uma instituição e não em outra. Tudo isso passa pelo senhor?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Vê bem, a Gerência Financeira... Nós temos uma assessoria através de empresas especialistas e nós acompanhamos o mercado constantemente. Aí, a Gerência Financeira vem até a mim e fala assim: – está entrando dinheiro de patrocinadora. Quais são as hipóteses mais... E sempre a gente estuda junto aonde deixar aquele dinheiro, mas por pouco tempo. São duas, três semanas, porque depois terá que sair. Até agora, até o momento, nós não tivemos prejuízo nenhum.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Todas as operações sofrem a prévia autorização do Diretor Financeiro. Ele

que tem, até legalmente em relação ao custo adiante ao HSBC, as assinaturas aceitas são de dois diretores. Eu não tenho autonomia para realizar operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Neste período de 2002 para cá, por exemplo, o Sr. Luiz Carlos Prado com quem V.Sa.--

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Foi meu diretor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --trabalhou. Ele também participava de todas essas tomadas de decisão? Ele tinha conhecimento técnico na área financeira?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Que eu saiba, ele tinha. Porque ele veio do mercado. Ele mencionou algumas instituições que ele trabalhou. Ele tinha conhecimento de mercado sim. Ele foi um homem que trabalhou, que eu saiba, a vida toda dele no mercado financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conheceu o Dr. Pedro Batouli?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Eu o conheci porque o Dr. Pedro Batouli, ele foi também Diretor Presidente da CODESP onde eu trabalhei durante dois anos. E a gente mantinha assim um contato com a diretoria. Que nós queríamos na época, como eu era superintendente de auditoria, nós queríamos fazer uma auditoria no PORTUS na época. E sempre tentava um contato com ele, mas dificilmente nós entramos lá no PORTUS naquela época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Dr. Pedro Batouli foi Diretor da PORTUS quando?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Durante nove anos, eu acredito...

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Acredito que foram oito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De que ano a que ano?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Acho que até 2000. De 92, se eu não me engano, a 2000.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Acho que de 93 a 2001 se eu não me engano quando veio a intervenção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que circunstâncias se deu essa intervenção?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: É o seguinte. A SPC começou a fazer um trabalho pesado lá no PORTUS. Contatou algumas irregularidades e depois foram se aprofundando. Eu sei que eles ficaram fazendo

mais de um ano fazendo uma investigação lá na instituição. Mas, não foi esse motivo da saída. O próprio Conselho Deliberativo, antes do Conselho Curadores, já analisando antes do SPC começar, eles mandaram todos os diretores, demitiram, exoneraram a diretoria executiva da época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Dr. Pedro Batouli devia ser muito forte para ficar-

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Oito ou nove anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --tanto tempo na diretoria e ainda sim apresentando resultados insatisfatórios. O senhor sabe se ele tinha algum apadrinhamento político?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Desconheço, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Desconhece totalmente.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Totalmente. Porque o meu contato com ele... Eu ia de Santos... Quando ele era Presidente lá, quando não tinha nada a ver com políticos, pelo menos, na CODESP, não. E algumas vezes que eu fui ao PORTUS, mas foi coisa rápida para tentar entrar com uma auditoria lá. Mas, eu não conhecia nem o passado, nem o presente e nem quem tinha indicado, se houve alguma indicação política.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor desconhece?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Desconheço, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor sabe por que ele se manteve tanto tempo na diretoria?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Aí, eu culpo o Conselho de Curadores que foram muito complacentes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque o senhor é segurado também. Então, eu imagino que o senhor tenha se preocupado.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Exatamente. E a gente sabia, naquela época, que foram feitas aplicações no Governo de Alagoas. Que a gente sabia que nunca mais o PORTUS ia rever o retorno daqui investimento. E algumas aplicações que... loucuras. E, mesmo assim, a diretoria era mantida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Existem aqui

algumas citações que eu queria que o senhor confirmasse dentre essas irregularidades no período do Sr. Batouli.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Pois não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Compras de títulos públicos com valores elevados?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Aí eu não... Você tem algum conhecimento, Alex?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Eu não me recordo, mas toda a gestão do período do Dr. Batouli, a gente pode mandar o material. Tem no material do SPC, naquele inquérito da Secretaria da Previdência Complementar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria solicitar, desde já, que os senhores encaminhassem para aqui este procedimento da secretaria de previdência complementar. Queria também que encaminhassem um histórico, se possível, desta intervenção que aconteceu na PORTUS porque ela já ocorreu dentro do período da nossa investigação que é de 2000 a 2005. Então, como aconteceu em 2000 para 2001. Quando aconteceu a intervenção quem foi nomeado interventor?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Francisco Becker foi nomeado através de Portaria de Previdência Complementar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, foi a SPC que entrevistou? Não foi a...

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Foi a SPC que entrevistou. A troca de diretoria foi o Conselho de Curadores. Então, a SPC manteve aquela diretoria interina e colocou um administrador especial para acompanhar o desenrolar dos acontecimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Antes de 2002 é possível que a PORTUS tenha investido em empresas que nunca operaram?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Que nunca operaram? Empresa EMPECIMENTOS(F), assim?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Talvez seja o caso daquela RIO WEST, estacionamento.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Deve estar relacionada aí, não?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É possível. Nós vamos chegar aos detalhes. Porque aqui nós temos umas algumas citação genéricas dessas irregularidades. Investimentos em empresas que nunca operaram, investimentos em shopping center. No momento em que ele começa a dar lucro, a PORTUS desiste da opera-

ção, vende a sua participação e aquela que já citei de compras de títulos públicos com valores elevados.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Nós precisamos verificar. Eu me comprometo a mandar todo o processo da SPC porque consta com detalhe todos os investimentos mal sucedidos do PORTUS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores, nesse período, os senhores investiram em shopping center?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Não. No nosso período, não. Mas, nós tínhamos muitos investimentos em shopping. Alguns bons, como hoje nós mantemos os dois melhores investimentos que é no Shopping Taubaté e no shopping que é aqui de Brasília. São excelentes rendimentos que, um dia, nós vamos ter que vender para pagar os aposentados. Mas, tivemos alguns investimentos horríveis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais foram esses horríveis?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: NEW(F) MARKET(F), lembra o nome Alex?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: É porque a SAIRO(F) IMOBILIÁRIA não acompanhava.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: O SANTA ÚRSULA. Ah, você tem relacionado aí? Neste processo que eu entrei... Nesta lista, NEW(F) MARKET(F) BLUMENAU, que é lá em Blumenau e o SANTA ÚRSULA, que eu acho que é lá em Ribeirão Preto. Esses dois foram péssimos investimentos em shopping.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor ouviu falar que o Batouli tinha fortes ligações com o PMDB?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Não. Sinceramente...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem ouviu falar?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nunca ouviu falar de um interesse especial que políticos do PMDB nutriam pela PORTUS.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Pelo menos, no meu período, eu não tive conhecimento não Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A PORTUS, ela vem demonstrando nos últimos anos enquadramento

ou desenquadramento no limite previsto para investimentos imobiliários?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: A 3121, essa resolução, nós só temos uma área da nossa carteira que nós estamos desenquadrados e eu vou explicar por que na área de imobiliária. Em razão desta portaria, estabeleceu um prazo muito curto para o desenquadramento. E quase todas as fundações terem imóveis na cidade do Rio de Janeiro, houve uma correria desenfreada. Os imóveis caíram muito de preços. Inclusive, nós estamos sempre ali na Secretaria da Previdência Complementar, nós falamos que vamos cumprir a resolução, mas não vamos cometer loucuras. Não é só para cumprir do desenquadramento--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não vai torrar.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: --não vamos vender a preço de banana porque se não o crime seria muito maior.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: E só para complementar, o próprio limite dos imóveis sobe naturalmente por conta da redução do patrimônio, mesmo sem nenhuma compra.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ultimamente não tem havido compra.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Não tem havido compra só venda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque aqui a gente verifica que, no ano 2003, ficou registrado 33,4% e o limite é 14. E no ano de 2004, 29,9% que até mostra uma redução.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Mas, aí, até cabe uma observação, senhor, que esse limite de 33 e 29, a Secretaria de Previdência não considera esse o limite porque, por exemplo, nós temos alguns imóveis que nós vendemos e aí está só o valor da entrada. Como nós vendemos aquele imóvel, nós tiramos totalmente. Então, o nosso limite, hoje, acredito que esteja de 19 ou 20%.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que tipos de móveis os senhores têm na carteira?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Nós temos dois andares no Edifício Argentina que são os de maiores valores, cada um vale em torno de oito milhões. Tínhamos mais um andar, mas nós vendemos a dois, três meses. Temos dois andares no RB1, na avenida Rio Branco no Rio de Janeiro. Nós temos dois shop-

pings. Aqui em Brasília e em Taubaté. E o resto é tudo frações pequenas, sem relevância.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A “ISTOÉ Dinheiro” de 27 de julho de 2005 publica uma matéria com o seguinte teor. Faz referência, na verdade, aqui fazemos referência a também uma outra matéria publicada no JORNAL O GLOBO do dia 22 de julho de 2005. Diz aqui o seguinte. “Nesta sexta feira, o JORNAL O GLOBO circulou com transcrições de conversas telefônicas nas quais os integrantes da chamada máfia da previdência, braços dos empreendimentos criminosos do argentino César Arieta no Brasil, discutiam o que parecem ser doações em dinheiro para o tesoureiro do PT e seu interlocutor no PTB, o Deputado Roberto Jéferson. Esta pode ser a evidência do caixa dois dos partidos e do crime organizado. Outro avanço na direção errada, desta vez em direção ao manancial dos Fundos de Pensão, foi registrado também na sexta-feira, 22, pelo CORREIO BRAZILIENSE. O jornal revelou uma compra de papéis realizadas em julho de 2004, na qual o fundo de aposentaria dos portuários, o PORTUS, sofreu um prejuízo de 6,5 milhões, comprando títulos em posse do BANCO CRUZEIRO DO SUL da família carioca Índio da Costa. A instituição foi das primeiras a atuar com crédito consignado e acaba de receber do Banco Central autorização para atuar como diler(F) no mercado de títulos da dívida pública. Os 6,5 milhões vaporizados na operação, segundo denúncia de sindicalista no correio, teriam sido apropriados para campanhas do PT, responsável por indicação de dirigentes do PORTUS”. Então, na verdade, essa é uma matéria da revista “ISTO É Dinheiro”, que faz referência a outras matéria publicadas, naquelas oportunidades, por jornais de circulação nacional. E, propriamente, CORREIO BRAZILIENSE fala em um possível esquema na compra de títulos com o BANCO CRUZEIRO DO SUL, que teria produzido um prejuízo de 6,5 milhões e que esses recursos teriam, sobretudo, uma destinação política. Eu não vou perguntar ao senhor porque o senhor não era o Diretor Financeiro. Depois, eu vou querer uma opinião do senhor sobre a matéria, mas primeiro ao Dr. Alex. Como o senhor encara esse tipo de denúncia?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Bom, primeiro eu... Bom, vou falar desta operação. Isso daí é, no caso, é o diretor, não era o Dr. Adrei, era o Dr. Luiz Carlos Prado que recebeu uma proposta para realização de que? De uma venda de títulos de renda que o PORTUS buscava o saneamento, buscava a liquidez. Porque você primeiro tem que vender seus títulos de menor liquidez. Então, desde 97... final de 97, existia na carteira do PORTUS uma ação da empresa chamada ENERGISA, tipo “ON”.

Essa ação não é negociada em bolsa. É negociada apenas em mercado de balcão e ela estava na carteira do PORTUS escriturada por valor contábil. Foi até alvo de críticas da SPC quando fez aquela fiscalização. Então, o que aconteceu? O diretor na época recebeu uma oferta para vender essas ações, mas seria uma troca por títulos, seriam esses títulos aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, a PORTUS daria as ações e receberia os títulos do BANCO CRUZEIRO DO SUL.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Só que receberiam os títulos ao valor par, ao valor de face. Esses títulos eram sabidamente negociados no mercado com deságio no mercado secundário. Mas, essa foi até...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a diferença é que daria esses 6,5 milhões.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Essa diferença entre o valor desse CVS-B de face para o valor negocial de mercado aproximadamente esse. Mas, é aproximadamente. Agora, esses títulos foram posteriormente vendidos e foi feito dinheiro com esses títulos. E a ação da ENERGISA nunca tinha sido negociada. Ocorreu o seguinte. Na própria contabilidade da fundação, foi apropriado todo esse deságio no momento em que ele fez a operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A PORTUS tinha as ações da ENERGISA. Trocou essas ações da ENERGISA pelos títulos do BANCO CRUZEIRO DO SUL--

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --cuja diferença do valor de face e daquele negociado no mercado secundário totalizava mais ou menos esses 6,5 milhões e isso aconteceu em 2004, certo?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Certo. Eu até...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando de 2004?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Se eu não me engano, eu estava até de férias neste mês aí. E, quer dizer, foi ele quem conduziu esta operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E de quem foi essa decisão?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: De realizar esta operação?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Foi do Diretor Financeiro da época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Luiz Carlos Prado.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Luiz Carlos Prado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o senhor fosse consultado para opinar sobre esta decisão, o senhor a tomaria?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: De realizar esta operação? Olha, a questão é o seguinte. A operação... Você conseguiu fazer o que? Melhorar o perfil de liquidez da carteira, perfeito? A fundação com isso, aquela ação da ENERGISA estava contabilizada a "X" reais a mais de oito anos e jamais pagou uma vez o dividendo. Não estou criticando a empresa porque a empresa é ruim ou não. Havia uma briga na empresa, que tinha um sócio americano que queria sair na época. E, quer dizer, o Dr. Luiz Carlos, quer dizer, até a gente achou melhor, dentro daquele planejamento que estava na política de investimento de melhorar a liquidez da carteira, fez a operação. Talvez na ausência, ele colocou na carta dele que não houve nenhuma oferta melhor que aquela.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Hoje, analisando hoje, o senhor repetiria esta operação?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Eu acho que... Eu, sinceramente, eu acho que, para a fundação, foi uma operação que no final das contas acabou sendo produtiva. Se não a gente estaria até hoje com uma ação sem liquidez na carteira, tendo que fazer caixa a todo mês, quase cinco milhões. E não teria como vender isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe das ligações do Sr. Luiz Carlos Prado com uma dirigente petista chamado Marcelo Sereno?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Desconheço. Quer dizer, sou funcionário da casa há muito tempo... Vários diretores, mas nenhum deles, inclusive do Dr. Luiz Carlos Prado, desconheço qualquer ligação, até porque é uma relação bem profissional não procurava...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, o senhor sabia que existe denúncias de que o Dr. Marcelo Sereno, ele teve uma participação significativa nessa operação para que ela se concretizasse?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é. As denún-

cias dão conta disso. Que o Marcelo Sereno interferiu diretamente para a realização desta operação. E mais, que nesse acordo com o BANCO CRUZEIRO DO SUL foram transferidos recursos para políticos do PT.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Desconheço tudo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor também desconhece?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que o senhor diz desta operação?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Eu teria também alguma responsabilidade porque eu era diretor na época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o senhor pode nos ajudar a entender melhor.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Vê bem, a explicação... E nós acordamos na época com o projeto do Diretor Financeiro porque, realmente, os títulos da ENERGISA eram títulos que tinham dado uma vez em 8 ou 10 anos, uma vez o retorno de dividendos. E não tinha liquidez nenhuma no mercado.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Jamais tinha sido negociado até então.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Então, se um dia a gente precisasse deste dinheiro para pagar, completar, nós não iríamos vender com certeza absoluta. Agora, a troca que foram por títulos CVS-B de boa liquidez, vê que nós vendemos esses títulos que eram títulos públicos, nós vendemos imediatamente sem qualquer um problema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. conhece o Sr. Luís Octávio Azevedo Lopes Índio da Costa?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Eu não conheço este nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Luiz Fernando Pinheiro Guimarães de Carvalho?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Também não senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a Sra. Ângela Celeste de Almeida Costa?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor, conhece um dos três?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Não. Nunca ouvi falar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, nessa negociação com o BANCO CRUZEIRO DO SUL, a PORTUS tratou com quem? Porque eles três são donos Banco, da corretora, das instituições que fazem parte do GRUPO CRUZEIRO DO SUL. Se os senhores, o senhor era diretor, o senhor era gerente, tudo bem que de outra área, mas era diretor, se não conhecem os proprietários do CRUZEIRO DO SUL, quem é que respondeu pelo CRUZEIRO DO SUL nesta operação?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Vê bem, as demais diretorias, elas pegam a parte final da negociação de qualquer operação financeira. Elas não entram no detalhe.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Eu confesso a você que, no dia desta operação, eu estava de férias. Então, quem conduziu foi o próprio diretor. Eu não tive contato com ninguém do BANCO CRUZEIRO DO SUL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vou repetir. V.Sas. desconhecem qualquer relação do ex-diretor Luiz Prado com políticos, com dirigentes partidários?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Eu desconheço.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Eu também desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós temos aqui alguns quadros de aplicações feitas pela PORTUS. Uma delas aqui mostra aplicações em títulos da dívida agrária. Boa parte feita no ano de 2000. Então, de um total de setenta milhões aproximadamente do acumulado deste período de cinco anos. Cerca de cinquenta e cinco milhões foram feitas no ano de 2000 e quinze milhões em 2004.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Títulos da dívida agrária, eu desconheço.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Também não houve esta aplicação no ano de 2004. Anterior, eu realmente...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Inclusive, há um registro aqui que, no dia 22 do 07 de 2004, foram aplicados quinze milhões quinhentos e dezessete mil cento e quarenta e nove reais em TDAs adquiridos junto ao BANCO CRUZEIRO DO SUL. O senhor desconhece?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Nós nem teríamos quinze milhões.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Talvez, essa informação, como é BANCO CRUZEIRO DO SUL, não

está confundido títulos. Não é isso que trocou pela ENERGISA não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Acho que não. Porque ali é título público.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Então, essa informação não procede. O único TDA que eu saiba que tenha na carteira da instituição está na justiça. É uma coisa antiga. Eu nem tratava lá ainda.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Inclusive, nós estamos na justiça para recuperar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é o valor?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Lembra? É vinte milhões?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Eu acho que não é nem registrado. Eu acho que isso está provisionado. Porque isso aí... Eu nem trabalhava.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Está provisionado. Dez milhões?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Dez milhões? Eu nem sei. Além desse que ele mencionou, não há nenhum TDA na carteira do fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu peço à assessoria que verifique essa informação sobre os títulos da dívida agrária. Porque aqui há uma concentração expressiva. São setenta milhões.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Com certeza não há, não existe essa...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Olha, nós temos aqui uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito operações feitas em 2000.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Títulos da dívida agrária?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): TDAs. Cujas soma dariam, mais ou menos, aproximadamente, cinquenta e cinco milhões de reais. E uma de 2004, mês sete de quinze milhões.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Em 2000, eu não era gerente de aplicações.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Pode ser os quinze milhões. Nós estamos com uma ação para recuperar o valor desses títulos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ação contra quem?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Contra o governo de Alagoas. Não contra a União Federal. Então, nós não seríamos loucos, se nós estamos com uma ação contra o governo, a gente aplicar mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque esses de 2000 naturalmente podem ter vencido.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Não, não. Eu volto a dizer. Eu não era gerente de aplicações nesta época, mas não houve aplicação. Eu, por trabalhar na diretoria financeira, não houve aplicação em TDA no ano de 2000. Posso afirmar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De 2000, o senhor pode afirmar?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Aplicação em TDA em 2000 não houve, eu posso afirmar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mesmo não sendo gerente na época?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Mesmo não sendo gerente na época.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: E estava sobre o regime de administração especial da SPC, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores conhecem a CORRETORA SPRIND(F)?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Eu já ouvi falar. Não sei nem se ela existe mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): não existe mais não. E a AGENDA?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Também. Também já ouvi falar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A AGENDA ainda funciona. Há uma concentração nessas duas corretoras desses TDAs. Bom, eu aí peço, rapidamente, que a nossa assessoria possa confirmar essa colocação porque seria importante. Bom, analisando aqui um quadro também deste período de cinco anos das aplicações feitas em CDBs, a gente percebe aqui o seguinte. Quarenta e sete milhões seiscentos e doze mil foram aplicados em CDBs do HSBC com 101,67% do CDI de retorno. E os segundo banco em aplicações de CDBs é o BANCO SANTOS com trinta e três milhões quatrocentos e quarenta e nove mil reais. Muito bem. Porque que houve essa inegável tendência por parte da PORTUS em investir no BANCO SANTOS?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Vê bem, embora não seja a minha época, esse valor eu desconheço. Nós tínhamos aplicado no BANCO SANTOS, mas não ficou preso no BANCO SANTOS, cerca de doze milhões de reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É porque aqui

nós consideramos o período de cinco anos, inclusive, admitindo a possibilidades das reaplicações.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Perfeito. Mas, nós retiramos todo o valor aplicado antes da liquidação do banco. Não perdemos nenhum tostão no BANCO SANTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É verdade. O senhor neste aspecto está certo. Inclusive, é uma das coisas que a gente vem aqui sempre cobrando de dirigentes de fundo de pensão. E, mais cedo um pouco, esteve aqui o Diretor da CENTRUS. A incompreensão nossa deste volume acentuado de investimentos que foram feitos pelas fundações no BANCO SANTOS especialmente em 2004. E ainda sim, com todo um clima que se criou, esses fundos não atentaram para a necessidade de resgatar essas aplicações e acabaram deixando evaporar milhões e milhões de reais. Quando foi feito este último resgate da aplicação do BANCO SANTOS?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Você lembra?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: O último resgate acho que foi cerca de um mês antes da liquidação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, de alguma forma, um temor com relação à saúde financeira do BANCO SANTOS contribuiu para este resgate?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Olha, na época, foi uma decisão do nosso diretor, o Luiz Carlos Prado, retirar o dinheiro do BANCO SANTOS. Nossas aplicações em CDBs, como é que são? Até hoje são assim. Como o PORTUS necessita de liquidez a todo o momento e o prazo mínimo de carência são 30 dias, até para você não pagar IOF, nossa aplicações são normalmente de 180 dias de prazo. Mas, liquidez diária a partir do trigésimo dia. Então, chegou um belo dia, o Dr. Luiz Carlos Prado chegou: – resgata do BANCO SANTOS. Agora, o que motivou este resgate não sei. Graças a Deus, nós restamos. O recurso não ficou preso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor se recorda, no ano de 2005 todo, quanto foi aplicado em cota de FIF?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Não me recordo. O único FIF que nós temos hoje de 2005, talvez tenha sido a única aplicação, foi o CAPITAL MARKET(F) do BANCO PACTUAL. Acredito que seja a única aplicação em FIF que nós temos realizado em 2005. Mesmo assim, volume pequeno.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero, mais uma vez, solicitar à assessoria que, por favor, produza gráficos maiores porque se não vai chegar a um ponto que eu não vou conseguir enxergar. A gente vê aqui o seguinte. Aí o senhor pode confirmar ou não esses dados. Na verdade, a gente tem um demonstrativo a partir de 2002. Parece que, até 2002, não existia nenhum investimento de cota de FIF, correto?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Não me recordo. Acho que, até 2002, devia existir sim. Não tenho essa informação de cabeça, mas provavelmente existia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A gente tem aqui em 2002 e em 2003 investimentos em FIF's do BANCO ALFA.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: É. Me recordo... é, desculpe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do BANCO ALFA.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em 2002 e 2003 também do MELON(F) SERVIÇOS FINANCEIROS, mais em 2002 do que em 2003.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Acredito que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): BANCO PACTUAL, 2004, dois milhões e novecentos e 2005 um milhão e...

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Por aí. Deve estar correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E BANCO ITAÚ, apenas 2002, um milhão e quarenta. Vem havendo, também, um desinvestimento nessas cotas de FIF?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Com certeza. Esses resgates, certamente, foram para pagamento de custeio mensal. O fundo atravessa há muito tempo esse processo de desinvestimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores tiveram conhecimento de uma inspeção do COAF que acabou detectando que a PORTUS tinham movimentação incompatível com a sua capacidade financeira?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Eu desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Também desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Segundo essa informação do COAF, com o faturamento bruto anual que possui, a fundação não poderia ter gerado o dinheiro que gerou de janeiro de 2003 a dezembro de 2004. O senhor já estava lá?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: É. Eu acho que essa informação eu desconheço. Até porque o giro financeiro do PORTUS é pequeno em relação a... Eu lembro de ter lido essa matéria no jornal e estranhei. Eu acho que toda a diretoria deve ter estranhado também porque o nosso giro é pequeno.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente, é o senhor que trata diretamente com as corretoras que operam com a PORTUS?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Atualmente, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Atualmente, por quê? Antes era diferente?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Não. É como eu lhe falei. Por exemplo, no caso da operação do CRUZEIRO DO SUL, eu não estava lá. Não foi eu que tratei. Eu estava de férias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais são as corretoras que mais operam com a fundação?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: É mercado de renda variável bolsa? A gente costuma fazer um certo rodízio. Em que período o senhor gostaria de saber?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No período em que o senhor é gerente de aplicações para cá...

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Operou, neste período, eu vou citar o nome de corretora, CORRETORA TECA, CORRETORA INTRA, CORRETORA FATOR, CORRETORA GRADUAL, CORRETORA UMUARAMA e... Em renda variável, foram essas que operaram com a gente. Operação de bolsas de valores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em geral, quais os critérios para seleção das corretoras?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Nós praticamos taxas de devolução de corretagem. Como o giro financeiro do PORTUS é pequeno, aquelas que oferecem as maiores devoluções, nós acostumamos operar. Muitas vezes, para a corretora não interessa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente, é o senhor que faz a acompanhamento do resultado destas operações?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Resultado financeiro das operações?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: As operações cotidianas, sou eu. É a área, não é? Ou alguém da área financeira. Nós temos lá, quer dizer, não sou só eu. Tem uma equipe que trabalha, uma acompanha a liquidação financeira, outra acompanha a liquidação física da operação, resultados. Mas, todos falam com as corretoras, não é? A gente trabalha numa equipe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Neste período a CORRETORA EURO operou com V.Sas.?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Não. Não operou. Posso afirmar que não operou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o CORRETO-RA QUANTIA?

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Não operou. Nem eu conheço ninguém de nenhuma dessas duas corretoras. Nunca falei com ninguém.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A revista carta capital trouxe uma reportagem, afirmando que na linha dos malos investimentos da PORTUS, consta um shopping em Mogi das Cruzes. É um daqueles dois que os senhores...

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Esse também foi um mal investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é o nome desse shopping? Não está naquela relação.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Mas, é Shopping Mogi foi adquirido anteriormente pela diretoria do Batouli. E, depois, nós conseguimos vender talvez até com prejuízo, agora eu não tenho certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É porque aqui verifica-se o seguinte. Que a PORTUS investiu pesado para adquirir 18,5% do empreendimento. A obra ficava em uma área isolada e de difícil acesso. Quando a construção ficou pronta e começaria a dar lucro, no entanto, o Sr. Batouli vendeu a parte da PORTUS por 3,7 milhões. Menos do que foi investido. Isso foi detectado naquela auditoria da secretaria de previdência completar?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Exatamente. Posso ler? “Realizar um investimento...”, isso SPC falando em seu relatório, “...sem retorno de rentabilidade a manutenção do seu poder aquisitivo, uma vez que mantiveram aplicações em cotas nos shopping centers Taubaté, Mogi das Cruzes, New(F) Market(F) Blumenau e Santa Úrsula, sem alcançar o mínimo atuarial no percentual de 11,58 em 31 de 02 de 2000,

respectivamente, sobre os valores de 4.068.124,12 e 7.510.708,30 e 17.770.076,41 e 29.326.258,06, infringindo as alíneas “a” e “c” do Artigo 6º do estatuto do PORTUS e o 1º da Resolução da Conselho Monetário Nacional 2324, conforme consta no item 64.1 da ultimação de instrução.” Esse relatório que eu deixei com o senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O investimento no Terminal Portuário de Cargas de São Francisco do Sul em Santa Catarina também consta deste documento?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Também consta. Foi bem criticado pela SPC.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A obra parece que absolveu trinta e oito milhões--

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Exatamente, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --e a PORTUS não sei se ainda detém...

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Não. Nós vendemos com prejuízo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tinha 58%, não é isso?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Venderam com que prejuízo?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Nós vendemos por dezoito milhões porque ali tem uma explicação. Ele, em oito ou nove anos, não tinha gerado nenhum tostão de retorno para o PORTUS. Era um péssimo investimento. E o contrato de rendimento, porque lá é um terminal portuário, iria terminar e os títulos, as ações e os... iriam praticamente para o lixo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor desconhece, completamente, qualquer tipo de ingerência de natureza política nestes últimos anos que tenha sido feita na fundação?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Existe uma denúncia... Só pela denúncia... Pode o nosso Advogado pode falar alguma coisa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro. Caso o senhor queira se pronunciar, não tem nenhum problema.

SR. ADVOGADO MARCOS DE CASTRO PENA: Foi feita uma denúncia sobre a alienação deste termi-

nal. Não é isso? TERMINAL BABITONGA, não é isso que você está se referindo?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: É. De São Francisco do Sul.

SR. ADVOGADO MARCOS DE CASTRO PENA: E essa denúncia envolvia o nome de pessoas externas ao quadro do PORTUS. A diretoria pegou, então, toda a documentação existente sobre essa alienação, inclusive com pareceres que foram contratados, na ocasião, para se fazer esta alienação, e submeteu a SPC. Porque ela tem um departamento de fiscalização específica para isso, uma vez que, a denúncia envolvendo pessoas externas do PORTUS, nós não teríamos poderes de inquirir essas pessoas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Envolveu autoridades políticas? O senhor pode me passar a denúncia, por favor?

SR. ADVOGADO MARCOS DE CASTRO PENA: Se eu não me engano, a gente não trouxe porque foi encaminhada totalmente para a SPC. Nós temos aqui a nossa parte interna, mas a gente pode encaminhar posteriormente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço.

SR. ADVOGADO MARCOS DE CASTRO PENA: Aqui é a avaliação.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: O senhor quer a nossa parte interna... Inclusive, eu fiz este parecer. Está aí anexo. E sinceramente eu analisei o processo e não vi nenhum problema. Porque inclusive nós contratamos uma empresa de avaliação específica de porto e o valor dele era negativo. Não seria negativo se tivesse que aplicar mais quinze milhões para ele poder valer catorze milhões que não era interessante para a gente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando é que foi feita esta aquisição? Esse investimento foi feito quando?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Foi bem anterior a nossa gestão, senhor. Porque, já em 2000, a Secretaria da Previdência já considerou no seu relatório.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Eu acho que foi em 97, por aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o desfazimento em 2004.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Perfeito, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A melhor alter-

nativa para a fundação, na opinião do senhor, era se desfazer deste investimento?

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: Ou a gente investia quinze milhões para valer catorze, ou a gente vendia ele por dezoito milhões para empresa que entendem realmente de portos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Perdendo vinte, quer dizer, vinte levando em consideração um montante principal e, aí, sem analisar o juros, sem analisar a correção monetária, sem analisar nada.

SR. ADREI ANTONIO DEGASPERI: E, também, eu não sei se valia tudo aquilo que foi adquirido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu quero agradecer a presença de V.Sas. e deixar aqui registrado duas coisas importantes a respeito deste depoimento. A primeira é que, inequivocamente, existem dois momentos na gestão da PORTUS em que antecede a intervenção feita pela secretaria de previdência complementar e outro que sucede esta intervenção. Tem uma coisa que, para mim, é um princípio fundamental, e eu não vou abrir mão disso, que é justamente de revelar todos os problemas que aconteceram nas fundações, independe de que governo está sendo atingido com essas revelações. Eu farei questão de registrar todos os problemas verificados na PORTUS, antes da intervenção e, obviamente, isso diz respeito a um governo anterior ao atual, mas que terá, obviamente, também, que aceitar essas observações. A outra coisa que eu gostaria de destacar é justamente a da minha preocupação com relação ao futuro dos segurados da fundação. Porque, de todos os Fundos de Pensão que foram ouvidos até agora, a PORTUS é, inequivocamente, a que apresenta o maior problema financeiro. E, portanto, é o que oferece, nesse momento, o maior risco para o futuro dos seus assegurados. É aquela velha história do sujeito que não ouve sossega, ouve coitado. Então, se não for tomada uma medida, imediatamente, por parte do governo federal, por parte das patrocinadoras, como o senhor mesmo disse, daqui a quatro anos estará impossibilitado de efetuar o pagamento dos benefícios dos segurados. E o pior é ver que, ano a ano, há uma degradação crescente do patrimônio da fundação. Ano a ano, é necessário fazer desinvestimentos para cobrir o rombo. Então, vai ser feito um alerta contundente neste sentido. E vai ser feito, no nosso relatório, um apelo para que o governo reveja a sua posição atual com relação à fundação. Destacando essas duas coisas, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a V.Sas. e também... Senadora Ideli, eu estaria acabando de encerrar, mas se V.Exa. quiser fazer uma...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só vim assinar a presença. Já chega de CPI por hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu quero anunciar, antes de encerrar a agenda para a próxima semana, na segunda-feira, nós temos confirmadas as presenças da Sra. Fabiana Carnaval Carneiro, ex-gerente de investimentos da NUCLEOS e da Sra. Rogéria Costa Beber que eu aproveito para informar a esta CPMI que virá acompanhada do Sr. Murilo de Almeida Rego, a pedido dos Advogados da Sra. Rogéria. Pedido esse que foi deferido. Há uma tentativa de se trazer, também, na segunda-feira, o Sr. Lúcio Bolonha Funaro. Nós avançamos na identificação do local onde se encontra o Sr. Lúcio Funaro e há uma possibilidade de ele estar aqui na segunda-feira. Na terça-feira, nós vamos ouvir o Sr. Eliane Aleixo Lustosa, o Sr. Flávio Magalhães Chaves, o Sr. Luiz Carlos Fernandes Afons e o Sr. Ricardo Malavazi Martins. Os quatro ex ou atuais diretores da PETRUS. Ouviremos, também, o Sr. Demosthenes Marques, o Sr. Luís Afonso Simoens da Silva e o Sr. Mário César da Silva Serpa, dirigentes da FUNCEF. E, finalmente, na quarta-feira, nós ouviremos o Sr. Cláudio Roberto Seabra de Almeida, a Sra. Ângela Celeste de Almeida Costa, o Sr. Luís Felipe Índio da Costa e o Sr. Luís Otávio Azevedo Lopes Índio da Costa, os quatro representantes da CRUZEIRO DO SUL. Isso é o que nós temos confirmado, ou melhor, fazendo aqui uma correção, Cláudio Roberto Seabra de Almeida é representante da corretora BRASIL CENTRAL, os outros quatro são representantes da CRUZEIRO DO SUL. Para dar ciência aos que acompanham bravamente os trabalhos desta sub-relatoria, na quinta-feira, dia dois de março, nós já temos confirmadas as presenças do Sr. Gilberto Audelino Correa e Luiz Carlos Siqueira Aguiar da PREVI. E do Sr. Jorge Ribeiro dos Santos representante da CORRETORA SÃO PAULO. É possível que agendemos, também, atividades da nossa sub-relatoria, para desespero da assessoria, para o dia 1º de março quando o Congresso funcionará a partir das 12h00 por se tratar de quarta-feira de cinzas. Nós estamos discutindo as possibilidades técnicas de realizar os trabalhos nesta data, mas, se depender do sub-relator, nós teremos audiências no dia 1º de março, quarta-feira de cinzas. Gostaria, ainda, de dar satisfação a V.Sas. e aos que acompanham os nossos trabalhos que estava prevista para hoje uma apresentação de um trabalho feito e concluído sobre investimentos realizados pelos Fundos de Pensão nos BANCOS BMG e RURAL. Contudo, atendendo a um apelo do Deputado Osmar Serraglio, Relator principal desta CPMI, nós entendemos, por bem, adiar esta apresentação para semana que vem a pedido do Deputado Osmar

Serraglio. Então, nós não faremos nenhuma prestação de contas hoje apesar do trabalho estar finalizado. E fica aí, portanto, a expectativa de poder realizar isso na semana que vem. Não havendo nada mais o que tratar, eu declaro encerrada esta Sessão.

Sessão encerrada às 16h14.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO

Ata da 16ª Reunião, realizada em 20/02/2006.

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às onze horas e quinze minutos, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, e com a presença dos Senadores José Agripino Maia, Romeu Tuma, Valdir Raupp e Ideli Salvatti e dos Deputados Carlos Willian, Osmar Serraglio, Maurício Rands e Arnaldo Faria de Sá, reúne-se a SUB-RELATORIA FUNDOS DE PENSÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se às oitavas dos senhores Lúcio Bolonha Funaro (Stocklos), Fabiana Carneiro Carnaval e Rogéria Costa Beber. O Presidente informa a todos os presentes, inclusive à imprensa, que o senhor Lúcio Bolonha mais uma vez não se faz presente. O Sub-relator informa ainda que possui informações de que ele esteja escondido e que tomará as medidas cabíveis para que Funaro esteja presente de forma coercitiva, através da Polícia Federal e do Ministério da Justiça, pois está abrindo mão de sua defesa com essa confissão tácita devido às várias fugas que efetuou para escapar desta CPMI. O Presidente convida a senhora Fabiana Carneiro Carnaval para compor a mesa. A senhora Fabiana vem na condição de investigada, na qual é dispensada a assinatura do termo de compromisso, e está acompanhada de seu advogado o Dr Marcos Thompson Bandeira OAB/RJ nº 98475. O

Sub-Relator passa a palavra à depoente que faz uma breve apresentação pessoal e profissional. O Deputado ACM Neto solicita a sua assessoria que disponibilize a apresentação de slides com as operações de BM&F realizadas pela NUCLEOS para discussão de detalhes com a depoente. A Presidência solicita cópias das movimentações da NUCLEOS, assim como foi solicitado à PRECE. Com a palavra o primeiro inscrito, o Deputado Carlos Willian, que faz suas indagações à depoente. A mesma diz que espontaneamente disponibiliza a quebra de seus sigilos se necessário for para que fique provado que ela nada tem a ver com esse esquema. O Deputado Carlos Willian questiona se ainda há tempo de ser feita uma acareação entre a depoente, o Diretor Paulo Figueiredo e o Diretor Gildásio Amado Filho. O Sub-Relator diz que pensou nesta possibilidade e que fará um requerimento a ser apresentado amanhã na Reunião Administrativa para votação. O Deputado Carlos Willian diz que apóia e que o requerimento terá o voto dele. O Deputado ACM Neto suspende a reunião às treze horas e cinco minutos e informa que a mesma será retomada às treze horas e dez minutos com a oitiva da senhora Rogéria Costa Beber e em seguida a oitiva de Murilo de Almeida Rego. O Presidente declara reaberta a reunião às treze horas e vinte e um minutos, solicitando a entrada da Senhora Rogéria Costa Beber com seus dois advogados, Renato Simões Hallack OAB/RJ 101708 e José Maurício Ferreira Mourão OAB/RJ 53484. O Presidente informa ainda que a depoente vem na condição de investigada e apresentou uma declaração médica informando que sua ausência nas demais convocações foi devido a tratamentos médicos, solicitando ainda a dispensa desse depoimento. O Sub-Relator informa que defere parcialmente a declaração, aceita a justificativa, mas não poderá dispensá-la, pois ela possui esclarecimentos a dar a esta CPMI. O senhor Murilo de Almeida Rego é convidado para compor a mesa e o Presidente informa que o mesmo prestará depoimento também na condição de investigado, pois o requerimento de sua convocação foi aprovado por essa Comissão. A Senhora Rogéria Costa Beber faz uma breve apresentação pessoal. Com a palavra o Senhor Murilo de Almeida Rego. Com a palavra o Deputado Carlos Willian que faz críticas quanto ao fato dos dois depoentes estarem juntos prestando esclarecimentos, o que prejudica os trabalhos dessa Comissão e inibe a depoente em suas respostas por estar na frente do marido. O Sub-Relator fala que tentará seguir com os trabalhos da forma que está, com os dois juntos, mas se um interferir no momento em que o outro deveria falar, acatará a sugestão do Deputado Carlos Willian de ouvi-los separadamente. Encerra-se a presente

reunião às quinze horas e vinte e sete minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro aberta a 16ª Reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do requerimento número 3 de 2005 para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes público nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Sobre a mesa a ata da reunião anterior a qual coloco em votação, propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se as oitivas dos Srs. Lúcio Bolonha Funaro, Fabiana Carneiro Carnaval e Rogéria Costa Beber. Quero informar aos nobres parlamentares e membros desta CPMI e, também, à imprensa que nos acompanha aqui, mais uma vez, que o Sr. Lúcio Bolonha Funaro ele fugiu para não ser citado pela Polícia Federal. Nós, inclusive, tínhamos a informação de um endereço onde ele poderia estar escondido. A Polícia Federal fez uma diligência neste endereço e ele se antecipou e mudou mais uma vez de local. Eu, quando acabar esta reunião de hoje, vou ligar pessoalmente para o Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, e para o Delegado da Polícia Federal, Delegado chefe Dr. Paulo Lacerda, a fim de que possamos, em conjunto, verificar que medidas podem ser adotadas para a localização do Sr. Funaro, além das que já vêm sendo adotadas. Eu imagino que não há outra alternativa a não ser considerá-lo um fugitivo da Polícia Federal e um fugitivo deste Congresso Nacional. E aí evidentemente recorrer às alternativas coercitivas. Nós, inclusive, aqui recebemos uma cópia de um fax do SINTI, que é o Sistema Nacional de Tráfego Internacional, que foi mandado pelo Advogado do Sr. Funaro que atesta que ele saiu do Brasil no dia 23 do março de 2005, de Porto Alegre para o Uruguai. Isso há um ano. Ora, o Sr. Funaro já foi tantas outras vezes publicamente visto no Brasil depois disso. Então, o que está acontecendo é um desrespeito a esta CPMI. Nós realmente... Eu acho que não temos outra alternativa, a não ser solicitar e apelar à Polícia Federal para que faça tudo que estiver ao alcance dela, inclusive, buscando a cooperação com os Organismos Policiais Internacionais a fim de localizar o Sr. Funaro onde ele estiver. Porque seria

muito ruim que a CPMI e a Sub-relatoria chegasse a sua conclusão sem que aquele comparecesse. Uma coisa a gente já pode ter certeza, se o Sr. Funaro está fugindo é porque ele está fazendo uma confissão tácita de todos os crimes que hoje recai sobre a sua pessoa. Então, me parece que ele está perdendo uma oportunidade única de vir aqui e de apresentar a sua defesa. Ele vindo ou não vindo, nós iremos concluir o estudo sobre todas as ilegalidades e irregularidades por ele cometidas. E o não será atenuada uma vírgula no nosso relatório final com relação ao comportamento do Sr. Lúcio Funaro. Eu espero que ele compareça. Eu espero que ele compareça para até para ser dado a oportunidade de defesa. Para que depois da conclusão dos trabalhos da CPMI, ele não tenha argumentação de que não teve o direito de defesa. Está tendo o direito de defesa de vir a esta CPMI e de depor. Caso ele não queira exercer, ainda sim, nós vamos aplicar todo o rigor do nosso enquadramento jurídico porque existem elementos o suficiente para comprometer o Sr. Lúcio Funaro. Dando continuidade, eu convido para que tome assento à nossa Mesa de Trabalho a Sra. Fabiana Carneiro Carnaval, Ex-gerente de Investimentos da FUNDAÇÃO NÚCLEOS, que será a primeira depoente do dia de hoje. A Sra. Fabiana se faz acompanhar do Dr. Marcos Thompson Bandeira, OAB Rio de Janeiro 98475. Eu gostaria de informar que na opinião desta Sub-relatoria, a Sra. Fabiana se encontra aqui na condição de investigada. E, como tal, não será obrigada a assinar a o termo de compromisso. Sra. Fabiana como é de costume, eu quero conceder-lhe imediatamente a palavra a fim de que a Sra. possa fazer a sua apresentação inicial, possa nos informar a respeito do seu histórico profissional. E fique à vontade para tecer qualquer comentário que acha oportuno para o início dos nossos trabalhos no dia de hoje. A senhora tem a palavra.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Bom dia a todos. Meu nome é Fabiana Carneiro Carnaval. Eu tenho 32 anos. O meu histórico profissional começou em 1994. Eu fui contratada pela REFER como auxiliar administrativo. Eu trabalhei na área de análise de investimentos, mas na parte somente de Banco de dados. Colhendo informações para os analistas. Eu fiquei na REFER até Julho de 1996, onde eu tive uma oportunidade de ingressar na BANCO ICATU como estagiária. Participei por um processo seletivo normal e trabalhei no BANCO ICATU em diversas áreas. Primeiramente, na área de contabilidade e depois na área de tesouraria. Onde eu também controlava, ajudava a parte de *back office*, controlava a carteira dos Fundos de Investimento, prestava “n” informações a CVM, Banco Central, enfim. Esses órgãos públicos. E, em

2001, o ASSET do ICATU foi transferido para o BBA e eu continuei lá como funcionária da ICATU HOLDING. E, por uma decisão pessoal, eu saí do BANCO ICATU em fevereiro de 2003. E fiquei cinco meses afastada. Em agosto de 2003, eu ingressei no NÚCLEOS e fiquei lá até agosto de 2005. Eu era... Exercia o cargo... Eu fui contratada como Analista Financeira e exercia o cargo comissionado de Gerente Financeira. E a minha função basicamente era de *compliance*. Eu tinha a função de preparar relatórios de investimentos para a Diretoria Executiva, para o Conselho Deliberativo. A minha função era sempre também de verificar se os investimentos propostos estavam de acordo com a 3121, de acordo com a política de investimentos. Era basicamente isso que eu fazia. E atualmente eu fiquei afastada seis meses. Atualmente eu estou trabalhando em uma ASSET em São Paulo. Fui contratada há duas semanas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é o nome desta ASSET?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: ESTATATER(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sra. Fabiana, eu gostaria inicialmente de lhe dizer que vosso depoimento é de extrema relevância para que esta CPMI possa compreender alguns problemas que aconteceram na NÚCLEOS. De todas as fundações que estão sendo investigadas por esta Sub-relatoria, a NÚCLEOS, através dos seus atuais dirigentes, foi a única que não contestou os nossos números, foi a única que não reagiu ao nosso trabalho, foi a única que, muito pelo contrário, através do seu atual Diretor Presidente, através do atual Diretor Financeiro, foram a público e, de imediato, reconheceram o acerto dos dados que estavam sendo divulgados. Reconheceram, também, diversos problemas que tinham acontecido até agosto de 2005 que, inclusive, determinou a contratação de uma consultoria independente, a KPMG, para que fosse feito um diagnóstico dos diversos investimentos realizados pela NÚCLEOS. E nós tivemos a oportunidade de ouvir já aqui alguns ex-dirigentes da fundação. Dentre os quais, o Sr. Gildásio Amado Filho, que foi o Diretor Financeiro na época em que V.Sa. era Gerente de Investimentos. Evidente que existe, em quase todos os casos, uma tentativa de transferir a responsabilidade. “Tal coisa não era minha obrigação”. “Tal decisão não passou por mim”, enfim. É muito importante que tenha senhora aqui tenha o compromisso de nos ajudar a entender como é que se deu a sistemática de decisão na NÚCLEOS. Porque esta Sub-Relatoria já tem, mais ou menos, um esqueleto pronto de é que as

coisas se operavam. Inclusive, dentro da NÚCLEOS e fora da NÚCLEOS, quais foram as pessoas físicas e jurídicas que direta e indiretamente participaram dessa ação que ocasionou perdas para a fundação. Então, eu alerto a V.Sa. que tem uma oportunidade única de esclarecer vossa atuação e, sobretudo, de ajudar a CPMI a, eu diria que, chegar a quase ao ponto final desta compreensão dos problemas que se deram na NÚCLEOS. Muito bem, primeira pergunta que lhe faço. Quando V.Sa. trabalhou na REFER havia algum outro integrante de vossa família que também trabalhasse naquela fundação?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: No momento que eu estive lá, não?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No momento, não? Muito bem. E antes e depois?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Antes, teve a minha tia Sandra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sua tia Sandra, que é mãe do Carlos Eduardo Carneiro Lemos, seu primo?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando é que a Sandra saiu de REFER?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Desconheço a data que ela saiu de lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando V.Sa. iniciou suas atividades, ela já não estava mais lá?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Já não estava mais presente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Depois V.Sa. trabalhou no ICATU e, finalmente, em agosto de 2003, ingressou na Gerência Financeira da NÚCLEOS?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que se deu o convite para que V.Sa. assumisse a Gerência Financeira da NÚCLEOS?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Como eu expliquei, foi uma decisão pessoal de ter saído do ICATU, uma vez que o Banco tinha sido extinto e, para mim, não tinha mais interesse de continuar naquela instituição. Então, eu decidi, depois de uns três meses, uma prática comum, meu foi entregue em algumas agências de RH. E, num dado momento, uma das agências, não me recordo o nome, me contactou, informando de uma vaga que existia numa instituição de Previdência

Complementar, que no caso era a NÚCLEOS. E me perguntou se havia interesse, então, eu fiz uma prévia entrevista com essa agência de recursos humanos. A função nesta agência é justamente... Depois que eu entrei na fundação, como é que eles funcionavam? Quando eles precisavam de algum profissional, eles buscavam em algumas agências: “eu preciso de um profissional com esse perfil”. E essa agência de RH selecionava e depois encaminhava para a fundação. Então, foi isso que aconteceu comigo. Depois de ter passado por uma entrevista nesta empresa de RH, eu fui chamada pelo ex-Presidente Paulo Figueiredo para poder fazer uma entrevista com ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi, então, o Dr. Paulo Figueiredo que chamou V.Sa. diretamente?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O primeiro contato dentro da NÚCLEOS que a V.Sa. teve foi com o Dr. Paulo Figueiredo?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Foi com o Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até essa oportunidade em que o Dr. Paulo Figueiredo chamou V.Sa, a senhora já tinha tido algum contato com ele antes?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não o conhecia?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não o conhecia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Dr. Paulo Figueiredo, presumo eu, deve ter analisado vários currículos que foram a ele submetidos por essa empresa de RH e selecionou o currículo da senhora?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Acredito. Eu não tenho essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando ele lhe chamou, ele fez alguma referência de que existiam outras pessoas postulando a vaga de Gerente Financeira, mas que, no entanto, a senhora estaria sendo escolhido?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Ele comentou que existiam outras pessoas a serem entrevistadas. Não me informou quantas. E também não falou da preferência. Ele só falou que estava entrevistando outras pessoas além e mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais os principais pontos que ele questionou a V.Sa. nesta entrevista?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Os principais pontos... Na verdade, o que eles estavam buscando era um profissional que tivesse experiência em fazer análises, de preparar relatórios, mais ou menos neste sentido. Era a função que eu tinha lá na fundação. Preparar alguns relatórios para poderem ser encaminhados a Reunião de Diretoria Executiva, do Comitê Consultivo de Investimento, preparar relatórios para o Conselho Fiscal, qualquer tipo de informação que eles quisessem. Os arquivos da fundação estavam com alguns problemas. Então, ele queria que alguém também organizasse tudo isso. Então, como eu já tinha um histórico bom do ICATU, creio eu que ele achou que eu seria a pessoa que encaixasse para o cargo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele questionou a V.Sa. sobre o passado de V.Sa., sobretudo, da experiência que V.Sa. tinha adquirido no mercado?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o que pesou fundamentalmente foi a experiência que teve no BANCO ICATU.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Em confeccionar relatórios, experiência também de analisar carteira de investimento. Era isso que eu fazia no ICATU.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em algum momento foi discutida a relação familiar de V.Sa. com o Cristian de Almeida Rego, como o Murilo de Almeida Rego, com o Haroldo Neto, com o Carlos Eduardo Carneiro Lemos, enfim?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Somente após a divulgação no jornal em julho de 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até julho de 2004, ninguém na NÚCLEOS sabia que V.Sa. era prima da família Almeida Rego, quer dizer, que fazia parte da família Almeida Rego como prima do Cristian, do Murilo, do Haroldo Neto e do próprio Carlos Eduardo?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Excelência, eu só queria abrir um parentes. Eu não sou prima do Murilo. Eu sou prima do Cristian e sou prima do Carlos Eduardo. Eu não tenho nenhum grau de parentesco com o Haroldo de Almeida Rego e nem com Murilo de Almeida Rego. E, até então, ninguém sabia desta informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ninguém tinha essa informação?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Ninguém tinha essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No ICATU, V.Sa. trabalhou analisando os diversos investimentos que a instituição financeira fazia no mercado?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: As carteiras de investimento. Analisava as operações em si, mas as carteiras. Eu acompanhava o percentual de aplicação de cada papel, ver o grau de enquadramento, enfim. Mas, a questão de análise das carteiras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Logo depois deste encontro com o Dr. Paulo Figueiredo, ele já de imediato confirmou que V.Sa. ocuparia a Gerência Financeira?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Uma semana depois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E, em seguida, ele apresentou V.Sa. ao Dr. Gildásio?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Gildásio, perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como foi a convivência de V.Sa. com o Dr. Gildásio?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: No início, até as pessoas se conhecerem, é uma pouco complicado, mas até o final, estes dois anos, foi uma convivência profissional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente, V.Sa. se reportava a ele?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: A minha obrigação era reportar a ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós temos notícias de que, muitas vezes, V.Sa., ao longo deste período, se reportou diretamente ao Dr. Paulo Figueiredo. E que o Dr. Gildásio ficou a parte de determinadas discussões, de determinadas tomadas de decisão. Isso ocorreu ou não ocorreu?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Somente na ausência do Dr. Gildásio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Somente na ausência dele. Então, não procede a informação de que o V.Sa. se reportava diretamente ao Dr. Paulo Figueiredo?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não procede.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Dr. Paulo tinha o hábito de se dirigir a V.Sa. para recomendar determinadas decisões?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não. Todas as decisões partiam da Diretoria Executiva que era composta pelo presidente e pelos dois diretores. E qualquer outra sugestão, o Paulo Figueiredo encaminhava ao Diretor Financeiro e aí sim chegava até mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além desse contato com o Dr. Paulo Figueiredo, antes de ser confirmada a escolha de V.Sa, a senhora também foi entrevistada pelo Dr. Gildásio?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu fui no momento antes da confirmação da minha escolha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, antes da senhora saber que tinha sido escolhida o Dr. Gildásio chamou a senhora e fez uma entrevista?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu estive novamente na fundação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque é de causar alguma surpresa que o primeiro contato de V.Sa. ser diretamente com o Diretor Presidente da Fundação e não com o Diretor Financeiro?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Pelo que me consta, excelência, ele que era o responsável pelo setor de recursos humanos. O setor de recursos humanos ficava baixo da presidência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o Dr. Paulo Figueiredo, ele estava mais habilitado para fazer uma avaliação das qualificações de V.Sa. do que o Dr. Gildásio?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Excelência, isso não cabe a mim te responder, mas pelo que eu sei dentro da fundação ele era responsável por contratação e demissão dentro da fundação. Se essa era a função dele, acredito que ele seja a pessoa responsável para poder...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nessa convivência na NÚCLEOS, V.Sa. esteve mais próxima e mais afinada com o Dr. Paulo Figueiredo ou com Dr. Gildásio?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Com ambos. Inclusive, com o Abel também que era o Diretor de Benefício.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, as discussões, em geral, elas não estavam apenas limitadas ao diálogo de V.Sa. com o Dr. Gildásio. Isso transcendia e alcançava o Dr. Paulo Figueiredo?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Com certeza, mas as reuniões que, basicamente, eu tinha diárias eram com o Dr. Gildásio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. foi informada das relações políticas do Dr. Paulo Figueiredo em algum momento no período que esteve na NÚCLEOS?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca soube?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ouviu falar?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não sabia que o Dr. Paulo Figueiredo tinha uma estreita relação com dirigentes do PT do Rio de Janeiro?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não. Desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Desconhece completamente?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Completamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. conheceu o Dr. Luiz(F) Carlos dos Santos Vieira?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em momento algum foi apresentada a ele?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Em momento algum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. teve, nesse período, algum contato com dirigente de uma das patrocinadoras da NÚCLEOS?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não, nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhum?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sempre os contatos de V.Sa. estiveram limitados a diretoria da fundação?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. acha que é mera coincidência o fato de ter ocupado uma Gerência Financeira/Investimento, enfim, da NÚCLEOS, que vosso primo Carlos Eduardo tenha sido Gerente de Investimento da PRECE. Que em determinado momento, no passado, a vossa tia, a Sra. Sandra, tenha sido Diretora da REFER. Que vosso primo, o Cristian de Almeida Rego, ele seja um operador do mercado e tenha negócios variados do mercado. V.Sa. acha que isso é mera coincidência ou tem alguma outra explicação?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não existe outra explicação. Família é formada em pessoas ligadas ao mercado financeiro. Eu trabalhei a minha vida inteira ligada ao mercado financeiro. Trabalhei na REFER, trabalhei no BANCO ICATU, trabalhei na fundação do mercado financeiro e agora estou também numa ASSET. Então, a minha formação é essa. Não acho que seja...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Formação que passou por uma experiência em Fundos de Pensão?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: A primeira experiência que eu tive em Fundos de Pensão foi irrelevante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi na REFER.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu trabalhava com Banco de dados. Eu dava suporte para os analistas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, vamos falar um pouco mais desse período de dois anos de V.Sa. na NÚCLEOS. Pelo que a senhora relatou aqui, uma das coisas que logo no início que lhe foi colocada, era a necessidade de organizar e estruturar o acompanhamento dos investimentos da fundação. V.Sa. chegou até a falar em uma função de compliance. Contudo, no depoimento do Dr. Gildásio, ele foi extremamente contundente ao dizer que quem realmente cuidava do dia-a-dia dos investimentos da fundação era V.Sa. Até porque ele se mostrou não conhecer profundamente as técnicas de mercado. E, aí, atribuiu a V.Sa. um grande poder de decisão nos investimentos adotados pela NÚCLEOS. V.Sa. aqui nos diz que exercia uma

função mais de acompanhamento, uma função de compliance. Então, me parece que há inegavelmente aí uma contradição entre o que o Dr. Gildásio afirmou e o que V.Sa. está afirmando. Eu não sei se V.Sa. teve conhecimento do que ele disse nesta CPMI.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não tive, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A que V.Sa. pode atribuir essa divergência de informações?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não sei realmente a que atribuir. Eu sei que eu não deliberava nada. Não tinha poder para isso, não tinha poder para dar ordens. Todas as ordens, de qualquer tipo de investimento, partiam da Diretoria Executiva. E todas as ordens eram encaminhadas ao Conselho Consultivo de Investimento e também ao Conselho Deliberativo. Esses três órgãos eram responsáveis. Eles é que direcionavam os investimentos da NÚCLEOS. Em momento algum, eu dei ordem para alguma coisa, a minha opinião teve influência em alguma coisa. Essa não era a minha função. Isso está, inclusive, no Estatuto: “é função da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo, Comitê Consultivo de Investimento”, e tinha um Conselho Fiscal que era responsável por fiscalizar tudo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, contudo, nós percebemos que, mesmo com essa estrutura bem ampla, poucos dirigentes da NÚCLEOS tinham conhecimento técnico das características de mercado. Portanto, não estavam preparados para fazer uma avaliação minuciosa do desempenho da fundação dos diversos mercados. E, quando o Dr. foi confrontado com essa realidade, ele reconheceu que era V.Sa. quem ficava incumbida mais diretamente de tratar dessas questões técnicas porque tinha experiência, porque conhecia o mercado. V.Sa., então, refuta completamente o que o Dr. Gildásio afirmou nesta CPMI?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Sim, excelência. As decisões não partiam de mim, partiam da diretoria executiva.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, V.Sa., por exemplo, tinha a possibilidade de recomendar a Diretoria Executiva de como, quando e onde fazer? De como, quando e onde investir? Muito bem, nós sabemos que, até do ponto de vista estatutário, a responsabilidade era da Diretoria Executiva, mas eu gostaria de saber em quanto pesava a opinião de V.Sa. para que a Diretoria Executiva adotasse determinada decisão?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: O peso era zero. A minha função era simplesmente analisar

o que a proposta da diretoria tinha para fazer um tipo de investimento. Verificar se determinada aplicação em investimento estava de acordo com a 3121, estava de acordo com as normas e com os níveis de aplicação aprovados pelo Conselho Deliberativo na política de investimentos. Essa era a minha função, fazer essa verificação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, V.Sa. tinha uma margem muito restrita para influenciar nas decisões do fundação?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: A minha margem era zero de influência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. era uma mera de ordens?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Lamentavelmente, nós estamos chegando em uma fase conclusiva desta CPMI, porém seria inevitável estabelecer um confronto público em Sessão desta comissão. Portanto, fazendo uma acareação, entre o Dr. Gildásio e V.Sa. porque realmente as afirmações de um e de outro são completamente distintas. V.Sa. acha que Dr. Gildásio pode com isso estar querendo se eximir das responsabilidades que eram dele?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu não posso afirmar isso por ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que V.Sa. avalia o desempenho da NÚCLEOS nesse período que V.Sa. foi Gerente de Investimentos?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Pelas decisões que foram tomadas, planos adotados, existiam umas falhas. Eram alguns pensamentos em que apostava-se, por exemplo, que poderia-se ganhar um pouco mais na bolsa, no mercado de renda variável e isso não aconteceu. Então, alguns tipos de investimentos que foram feitos não tiveram sucesso, mas outros sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E na opinião de V.Sa. o balanço geral é positivo para a fundação?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: O que a diretoria propunha era um investimento a longo prazo, era alongar um pouco mais os investimentos. Então, você não pode analisar em um espaço curto de tempo, em um período de um ano o retorno destes investimentos. Você tem que olhar um pouco mais para frente. Inclusive, foi feito um estudo a pedido da própria Diretoria Executiva de, mais ou menos, quanto a

fundação receberia entre juros amortização de várias aplicações e foi confrontado esse percentual de recebimento contra o passivo da empresa. E isso num período grande, não em curto prazo de um ou dois anos, mas ao longo de vinte anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos discutir depois o desempenho da fundação nos vários mercados, inclusive, um problema verificado muito acentuadamente nas operações com títulos público, mas a gente vai chegar lá. O Sr. Gildásio chegou a afirmar a esta Sub-Relatoria que muitas operações eram trazidas por V.Sa., ou seja, V.Sa. entendia que determinada operação era boa, devia ser feita, seria vantajosa para a fundação, inclusive, operações de compra de venda de papéis. E, aí, sugeria a ele como Diretor Financeiro. Depois, essa sugestão era submetida à Diretoria Executiva e vinha a deliberação. Isso nunca aconteceu?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Ao contrário, todas as possibilidades de investimentos partiam da Diretoria Executiva.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Partia do Sr. Gildásio?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Partia da Diretoria Executiva.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De quem da Diretoria Executiva?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: A Diretoria Executiva era composta pelo Presidente, pelo Diretor de Benefícios e pelo Diretor de Investimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, porém o Diretor de Investimentos o Dr. Gildásio se mostrou aqui um completo desconhecedor de mercado financeiro. A Diretoria de Benefícios não tem que tratar disso. E V.Sa. está dizendo que as decisões partiam da diretoria. Então, é o seguinte, a Diretoria Executiva era composta por três diretores?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não era do Dr. Gildásio porque ele não tinha capacidade de tomar essas decisões, V.Sa. concorda?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não posso afirmar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, era do Dr. Paulo?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu não posso afirmar. Eu não fazia parte da Diretoria Executiva.

Eu nunca participei de nenhuma reunião da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo, não participava destas reuniões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De duas, uma. Ou V.Sa. não está sendo precisa no que diz porque pode ter tido autonomia de tomar decisões de recomendar e elevar para a Diretoria Executiva confirmar, ou, então, de fato, as decisões partiam da Diretoria Executiva. Aí, me preocupa. Dra. Fabiana, nós estamos partindo já de uma base extremamente avançada de informações. O Dr. Gildásio depôs a esta CPMI. Ele mostrou claramente as limitações que possuía pelo desconhecimento da área de investimentos. Ele tinha tido outras experiências, mas não na área de investimentos. Então, de alguém tem que ter emanado a decisão para investir naquele e não neste papel, para priorizar aquela e não esta instituição financeira, para escolher como parceira esta e não aquela corretora? Para escolher este e não aquele gestor de um fundo exclusivo? E V.Sa. está dizendo que era cumpridora de ordens e que as ordens vinham da Diretoria Executiva. Nós não entrevistamos aqui o Dr. Paulo Figueiredo, inclusive, há um requerimento amanhã para ser deliberado na nossa reunião administrativa de convocação do Dr. Paulo Figueiredo. Mas, eu queria que a senhora fosse mais clara porque se não eu vou continuar achando que a senhora não está sendo precisa com a verdade.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Excelência, eu estou aqui para ajudar e falar a verdade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem da Diretoria Executiva tinha capacidade... V.Sa. conhecia todos os diretores. Então, vamos lá, em tese, quem da Diretoria Executiva tinha conhecimento técnico para adotar determinadas diretrizes que depois seriam cumpridas por V.Sa. no desempenho que a fundação teve nos mercados?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: V.Exa., volta a afirmar que eu não participava na reunião da Diretoria Executiva. Eu não sei como se conduzia as negociações, o acordo que eles chegavam para aplicar nesse ou naquele papel naquele papel, naquele fundo. Eu não tinha acesso. Eu não estava presente para poder chegar e avaliar quem tinha capacidade de decidir alguma coisa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, V.Sa. conhecia os três diretores bem?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu conhecia porque eu trabalhei com eles dois anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. me disse

que não discutia apenas com o Dr. Gildásio, que as discussões não estavam cingidas a ele, portanto V.Sa. em determinadas ocasiões, até porque deve ter sido cobrada, isso é natural, um Diretor Presidente tem o direito de cobrar da sua Gerente de Investimento explicações. Muito bem, nessas conversas que V.Sa. teve no desenrolar natural do dia-a-dia do trabalho na NÚCLEOS, V.Sa. pôde fazer uma avaliação de quem estava e de quem não estava preparado para discutir as questões técnicas, sobretudo, dos investimentos que eram feitos. Eu pergunto, dos três diretores, qual é que tinha maior conhecimento técnico de mercado e que V.Sa. acha que pode ter tido um papel mais decisivo para que determinada linha fosse adotada pela fundação?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Excelência, com relação ao papel decisivo, o peso dos votos dos três eram iguais. Eu não sei afirmar para o senhor quem tinha maior peso, quem é que decidia? Quem tinha um conhecimento, quem é que não tinha? Eu não participava das reuniões para poder saber o embasamento técnico deles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós temos informações e eu vou repetir. Isso eu já tratei aqui, porém vou repetir com mais clareza. Nós temos informações que V.Sa. com alguma frequência, sobretudo, a parte de 2004, mantinha reuniões exclusivamente com o Dr. Paulo Figueiredo na sala da diretoria presidência da NÚCLEOS. E que determinados assuntos eram tratados por V.Sas. e depois eram encaminhados para que os demais componentes da diretoria referendassem as decisões que V.Sa. discutia e tomava com o Dr. Paulo Figueiredo. Essas informações a senhora acham que são completamente improcedentes.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: São improcedentes. Eu não decidia nada, nada diretamente com o Paulo Figueiredo. Nada era decidido entre qualquer pessoa qualquer um dos componente da Diretoria Executiva comigo. E eventualmente que eu ia à sala dele, foi justamente em algumas questões que eram discutidas algumas informações que eram me solicitadas porque o Dr. Gildásio não estava presente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso aconteceu muitas vezes?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não eram frequentes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da ausência do Dr. Gildásio?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não era frequente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Depois do Dr. Gildásio tinha conhecimento completo do que a senhora discutia com o Dr. Paulo Figueiredo na ausência dele?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é o patrimônio de V.Sa?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Bom, eu não trouxe a minha declaração de imposto de renda do ano passado, mas eu posso disponibilizar e encaminhar para V.Sa. Meu valor declarado, em 2004, foi apenas uma aplicação que eu tinha no BANCO BRADESCO no valor de trinta mil reais. Eu não possuo bem móveis e imóveis, eu casei com comunhão parcial de bens. Esse ano, por consequências de uma separação de divisão de bens, eu agreguei um valor de mais de setenta mil reais por venda de um apartamento que eu tinha junto com o meu ex-marido. Somente isso mais nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era o salário V.Sa. na NÚCLEOS?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Cinco mil e quatrocentos reais com uma comissão de gerente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem da NÚCLEOS tinha contatos diretos com os agentes e as instituições financeiras de mercado? Corretoras distribuidoras, Bancos, quem da NÚCLEOS estabelecia esta relação mais direta?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Primeiramente, gostaria de informar que, sempre quando há uma modificação do quadro estrutural, da diretoria, pelo menos da NÚCLEOS, é praxe que várias instituições vão até a fundação para poder mostrar serviço e algo mais. Então, sempre esse primeiro contato é era com essas instituições e o com a diretoria, sempre. E, depois, posterior a isso, as instituições que nós tínhamos contato, parte assim de todos os RESEARCH(F) dessas informações, desses Bancos que eles soltam, tudo era direcionado para a área de investimentos. Mas, basicamente informações assim no dia a dia do mercado, o que aconteceu com a bolsa o que aconteceu com o dólar? Basicamente, isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, V.Sa. tinha contatos com os proprietários das corretoras, das distribuidoras e dos Bancos que tinham relações comerciais com a NÚCLEO?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: O contato maior era feito com o pessoal que trabalhava na mesa, era mais operacional, era quem passava as ordens para as corretoras, eventualmente, uma distribuidora. Mas, a maioria das vezes, quem fazia esse contato, como nós tínhamos fundos exclusivos, era os administradores dos Bancos que faziam contato com as corretoras e com as distribuidoras?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais eram os critérios para a seleção dos gestores dos fundos exclusivos no período que V.Sa. estava na NÚCLEOS?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu não me recordo de todos eles, mas era basicamente taxas de administração, mais ou menos, a média performance dos fundos que eventualmente esses Bancos, eles administravam alguns fundos, qual era a rentabilidade desses fundos que eles administravam, o *rating* desta instituição. Eu acho que os principais pontos eram esses e também qualidade de serviço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. acompanhava de perto o desempenho de cada um dos fundos exclusivos da NÚCLEOS?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Mensalmente, a gente preparava uma planilha que a gente encaminhava para a Diretoria Executiva, para o Comitê Consultivo de Investimento para um acompanhamento mensal da rentabilidade. E fora isso era de acesso a todo mundo as carteiras de todos os fundos. Então, todos os dias, as carteiras eram acompanhadas por todo mundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque uma coisa precisa ficar clara e ainda para mim não estava claro. V.Sa. foi convidado para assumir um cargo quer Gerente Financeira de Investimentos. Lhe foi dada uma ordem, uma orientação para que a sua função estivesse diretamente ligada a atividades de compliance. Muito bem, pelo que a senhora nos disse, a Diretoria Executiva da Fundação, ela acabou assumindo responsabilidades que deveriam ser da Gerência de Investimentos, sobretudo, no que concerne a tomada de decisões. Muito bem, não acho que seja factível uma Gerente de Investimentos ter como principal atividade/tarefa realizar o compliance da fundação. Eu acho que aí há uma incongruência séria. Acho que, muito mais do que isso, o gerente de investimentos, ele tem o dever de acompanhar as operações que são realizadas pela Mesa da Fundação, portanto tem uma relação direta com os operadores da Mesa da Fundação, acompanhar as variações do mercado financeiro, acompanhar os melhores preços de compra e venda

e claro que, dentro de todo esse acompanhamento, acaba existindo evidentemente uma atividade de verificação de conformidade. Isso é inerente, eu acho que está inerente a quem desempenha bem as suas atividades. Mas, muito bem, houve ou não houve uma supressão de parte das suas atividades pela Diretoria Executiva?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não. A função deles era de direcionar os investimentos. Essa função não cabia a mim. Eu verificava todos os dias as carteiras, eu não falei que eu não verificava. Eu acompanhava diariamente as carteiras. Todo mundo tinha acesso a essas carteiras, é isso que eu quis dizer, o acesso. O controle, eu fazia o controle. E diariamente isso era encaminhado para a diretoria. A informação era passada para a diretoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Diariamente?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: O acompanhamento era feito diário da cota do [inaudível].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que V.Sa. analisa o desempenho das corretoras que operaram com a NÚCLEOS neste período?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Como assim o desempenho?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. acha que as corretoras que operaram com a NÚCLEOS o fizeram dentro de padrões do mercado? Acha que elas realizavam boas atividades para a fundação ou que deixavam a desejar?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: As corretoras que operavam, quer dizer, que os fundos operavam com o NÚCLEOS eram corretoras, uma lista de corretoras que eram feitas pelos próprios administradores. O fundo só poderia fazer operações com as corretoras que os Bancos administradores forneciam. Então, inclusive, essas corretoras estavam dentro dos padrões de critérios lá dentro da fundação, [inaudível] de uma política de investimento. Mas, o importante é afirmar que quem indicava qual corretora que seria feita a operação era o administrador fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E quando a NÚCLEOS operava com carteira própria, como isso acontecia?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: O único papel que foi feito de carteira própria foi o MAINSHDEBRENTUS(F) que foram adquiridos títulos privados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. conhece algum político, algum parlamentar, algum dirigente partidário?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já foi apresentada ao Sr. Marcelo Sereno?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não, nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. já ouviu falar da influência do Sr. Marcelo Sereno na NÚCLEOS?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Através de jornais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso surpreendeu a V.Sa.?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu nunca tive contato político com nenhuma pessoa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora vá viu algum político transitando pela NÚCLEOS? .

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Como eu não conheço quase ninguém, eu não posso afirmar. Mas, pelos que eu já vi em televisão, li em jornal, vi em foto de jornal, nunca vi nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora viu a declaração do Dr. Neildo de Souza Jorge membro do Conselho Deliberativo da NÚCLEOS que atribuiu a indicação de V.Sa. ao Sr. Marcelo Sereno?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Li no jornal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Leu no jornal. A senhora conhece o Dr. Neildo de Souza Jorge?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Ele fazia parte do Conselho Deliberativo da Fundação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E porque um conselheiro da fundação gratuitamente estaria fazendo uma ligação de V.Sa. ao Dr. Marcelo Sereno?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não sei informar. Desconheço. Eu não conheço o Marcelo Sereno. Não sei da onde ele tirou essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora acha que, mesmo o seu conhecimento prévio de V.Sa., pode ser havido algum tipo de interferência junto ao Dr. Paulo Figueiredo para que ele contratasse V.Sa.?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não, nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. conhece o Sr. Alexandre de Athayde?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem pelos jornais?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele é um operador de mercado que depôs a esta CPMI. Ele preparou um dossiê, fez uma série de acusações com relação à família Almeida Rego. Ele teve, inclusive, um confronto físico com o Cristian de Almeida Rego, seu primo, e ele faz ligações diretas na denúncia que preparo de interferência de V.Sa. para beneficiar o Cristian e a empresa dele, a ARBOR. V.Sa. conhece a ARBOR?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa., alguma vez, na fundação, operou com a ARBOR?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A que V.Sa. atribuiu essa denúncia do Sr. Alexandre Athayde?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não sei lhe informar. Eu não conheço ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós temos informações que um dos fundos exclusivos da NÚCLEOS, inclusive, esse foi um objeto de discussão aqui bastante acalorada com o Cristian, o IB-FAC/FIF, que é administrado pelo Banco industrial, ele possuía cotas da ARBOR.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Confirma?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Confirmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E WESTEL(F) BE(F) 47:22 e o Banco Industrial foram dois dos gestores dos fundos exclusivos no momento de V.Sa. na Gerência Financeira, concorda?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Concorde.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa., alguma

vez, ouviu falar que o WESTEL(F) BE(F) e o BANCO INDUSTRIAL têm fortes ligações com a empresa ARBOR?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não, nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois, eles são parceiros, eles têm uma série de operações em conjunto. Por sinal, V.Sa. acha que tem alguma coincidência no fato de o WESTEL(F) BE(F) também ser gestor de fundos exclusivos da PRECE e, justamente, o desempenho de fundos exclusivos geridos pelo WESTEL(F) BE(F) trazem problemas para tanto para a PRECE como para a NÚCLEOS?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Pelo que eu me recordo, excelência, o WESTEL(F) BE(F) administrava um fundo que teve uma excelente rentabilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, essa discussão de rentabilidade, ela não vai nos levar a nada porque, em tese, todos os fundos exclusivos registraram boas rentabilidades, porém, quando vai se fazer uma análise das operações de títulos públicos, nas operações de BMF, vai se ver por trás delas muitos problemas.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: O BANCO WESTEL(F) BE(F) é um Banco Mundial muito forte e ele é muito conhecido no mercado financeiro. Para mim, não é estranheza isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Havia algum critério de para dispersão das ordens que eram dadas para as corretoras? Ou seja, por exemplo, havia uma preocupação de V.Sas. de não concentrar operações com determinadas corretoras, de fazer uma coisa mais múltipla?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Como eu informei, ficava alimentada somente nas corretoras que os Bancos determinavam, não éramos nós que escolhíamos as corretoras. Eram os Bancos administradores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguma vez V.Sa. se preocupou em questionar determinada operação que tenha sido realizada pelos fundos exclusivos?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não se recorda. Nunca lhe chamou a atenção nenhuma das decisões que essas instituições adotavam na administração e gestão de fundos exclusivos?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não se recorda?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Inclusive, todas as operações, elas... Não houve nenhum histórico de nenhum órgão, tipo Banco Central e CVM, recusar algum tipo de operação feita dentro do fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. teve contra si um procedimento da Secretaria de Previdência Complementar, confirma?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu não recebi nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. sabe que a NÚCLEOS ingressou com ação indenizatória em nove de um de 2006 contra alguns ex-dirigentes da fundação e, nesta ação, V.Sa. configura como ré?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Fiquei sabendo na semana retrasada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. sabe que a NÚCLEOS busca recuperação das prejuízos causados em diversas operações que, segundo o seu atual Diretor Financeiro, na contabilidade da fundação, pelo que já se apurou, aproximam de cinquenta milhões de reais?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu li a respeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Leu a respeito? V.Sa. acha que tem elementos suficientes para se defender contra esta ação proposta pela NÚCLEOS?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Sim, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. deve ter acompanhado a auditoria KPMG realizou na fundação, correto?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não acompanhei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não acompanhou. Também não ouviu os resultados?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu não estava na fundação mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sequer pela imprensa V.Sa. teve conhecimento?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não tive conhecimento. Só na semana retrasada quando eu soube disso tudo, desse processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E há uma coincidência muito grande naquilo que a KPMG detectou para o que foi verificado pelo estudo que nós realizamos. Os números são quase iguais, só não são rigorosamente iguais porque há uma diferença de período. A nossa é um pouco mais abrangente do que a KPMG. Mas, muito bem, V.Sa. conhece algum dono de corretora?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não.
SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhum?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. conhece algum funcionário de corretora?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Só contato que você começou a fazer depois que eu entrei lá na fundação. E eu conheço algumas pessoas, assim, pessoas da época do BANCO ICATU que foram trabalhar em outras corretoras, mas essas mais do lado pessoal, nada profissional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por exemplo, Dr. Ricardo que é o representante da NOVINVEST do Rio de Janeiro, V.Sa. conhece ele?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não, não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque ele disse que conhece V.Sa?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu não conheço ele. Nunca fui apresentada a ele. Pode conhecer pelo nome da pessoa...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois ele disse a esta CPMI que esteve com V.Sa.--

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não. Desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Quando negociou com a NÚCLEOS. V.Sa. conhece o Sr. Jorge Gomes Chrispim ou o Sr. João Luiz Ferreira Carneiro?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não, desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, eu vou dizer a V.Sa. que eles são os proprietários da CORRETORA EURO, que, operando com a NÚCLEOS, promoveu perdas significativas para a fundação. V.Sa.

conhece o Sr. Lauro José Senra de Gouvêa, Sr. Joaquim Cândido de Gouvêa ou o Sr. Alexandre Gastal-del Leonardo?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, eu vou dizer a V.Sa. que eles são os sócios-proprietários da CORRETORA QUANTIA que também configura em operações que estão sendo examinadas junto a NÚCLEOS. Também, V.Sa. não conhece ninguém na CORRETORA LAETA?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não, excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito menos na BÔNUS BANVAL?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. já ouviu falar na NK PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Surpreenderia V.Sa. se eu afirmasse que a NK PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS foi uma empresa utilizada para intermediar várias operações irregulares com a NÚCLEOS?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Desconheço isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como a Gerente de Investimentos da fundação pode desconhecer tudo isso?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu desconheço, excelência. As ordens todas, contatos com corretoras, basicamente, eram feitas com os administradores junto às corretoras e não a fundação. Eu não conheço dono nenhum de corretora, não tive contato nenhum com dono de corretora, nem justamente essa empresa aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. confirma que URANIO(F) FIF(F) NUC(F) era administrado pelo BANCO SANTOS.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Num período, ele foi administrado pelo BANCO SANTOS sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. sabe quando da intervenção do BANCO SANTOS o URANIO(F) FIF(F) NUC(F), que era administrado pelo próprio Ban-

co, teve perdas de 1,8 milhões com CDBs do Banco e de três milhões com debêntures da PROCID?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não houve uma preocupação da Gerência de Investimentos de resgatar essas aplicações feitas no BANCO SANTOS antes que o Banco sofresse a intervenção?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: A informação da intervenção veio somente no dia 12 de novembro. Esses investimentos foram feitos antes. Não houve nenhuma divulgação no mercado de que o Banco entraria em intervenção do Banco Central. E, na época que foram adquiridos os papéis, o Banco tinha o *rating* dado lá para as agências de *rating*. Então, seguia a política de investimentos, seguia o regulamento do fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é verdade que não houve comentários do mercado, comentários sobram. Inclusive, da vinda do dirigente da SANTOS ASSET, eu aqui li um rosário de matérias publicadas antes da intervenção do BANCO SANTOS e, inclusive, mais, nós lemos também aqui um estudo que tinha sido feito pela TREVISAN CONSULTARIA que questionava o balanço do BANCO SANTOS e houve uma rebaixamento das principais agências de risco do país da classificação da BANCO SANTOS antes da intervenção do Banco. Agora, não é suspeito o URANIO(F) ser administrado pelo Banco e justamente o URANIO(F) registrar esta perda de 4,8 milhões com o Banco. A senhora acha que não há um conflito do Banco administrar o fundo exclusivo e vender os seus títulos para o próprio fundo exclusivo que ele administra?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Mas isso é prática do fundo de ações. Eu tinha, por exemplo, uma aplicação no fundo exclusivo no BANCO BRADESCO e tinha CDB do BRADESCO. Isso é geralmente sobra de caixa, essas aplicações em CDB, quando eu tinha um dinheiro que sobrava entro de caixa de um fundo, geralmente, eles aplicavam em uma coisa mais líquida, mais de imediato, que você poderia resgatar a qualquer momento. Isso é normal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. sabe que, no dia da intervenção, a NÚCLEOS investiu um milhão e oitocentos mil reais em cotas de FIF do BANCO SANTOS no dia 12 de novembro de 2004?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não foi no dia 12 de novembro, foi uma semana anterior. E não foi em cotas de fundo, foi uma renovação do próprio CDB que já existia na carteira anteriormente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. A renovação do CDB, ela diz respeito a outra aplicação. Nós temos aqui totalizado um valor de oito milhões duzentos e setenta e quatro mil e quinhentos reais dos quais três milhões e oitocentos são em CDBs. Um no dia quatro de maio de 2004 e outro no dia 29 de outubro de 2004. E dois são em cotas de FIF, um no dia 18 de outubro de 2004 no valor de dois milhões seiscentos e setenta e quatro mil e quinhentos reais e outro de um milhão e oitocentos no dia da intervenção.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu não me recordo desta aplicação em fundos. Eu acho que foram os debêntures da PROCID e CDB do BANCO SANTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com quem do BANCO SANTOS V.Sa. mantinha relações?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Relação comercial era feita com o senhor, se eu me recordo, Atariã(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Atariã(F)?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Atariã(F). Era a parte comercial do BANCO SANTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O FUNDO ZIRCÔNIO concentrava noventa e sete milhões, portanto 21% do patrimônio líquido da fundação. Em 2004, este fundo perdeu, no mesmo ano, cerca de dezenove milhões. Basicamente, em apostas erradas que foram realizadas no mercado de opções. Neste mesmo ano, o FUNDO URÂNIO(F) rendeu apenas 6,81% enquanto fundos com o mesmo perfil, inclusive, outras fundações que estão sendo analisadas, renderam 23,5%. V.Sa. continua afirmando que os resultados registrados pelos fundos exclusivos estavam completamente satisfatórios?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Esse FUNDO ZIRCÔNIO, ele teve... Foi, mais ou menos, o fundo que teve o maior resultado não satisfatório. E essa operação que V.Exa. comentou que era as opções que foram feitas com uma relação de como foi estruturada em janeiro de 2004 e, nesse período, eu me encontrava de licença da fundação. Eu não estava na fundação. Então, eu não sei informar exatamente com clareza com precisão como é que foi estruturada esta operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem respondia pela fundação nesse período que V.Sa. estava de licença?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Quem tinha ocupado o meu lugar era o Valter(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicitaria a assessoria, por favor, que expusesse a demonstração. Inicialmente, dos resultados da NÚCLEOS, nas operações em BMF. Logo em seguida, dos resultados da NÚCLEOS com títulos públicos. Bom, eu quero explicar a V.Sa., enquanto não fica pronta a apresentação, que o nosso critério de análise na BMF, ele passa por uma avaliação do primeiro dia das operações, colocando, de um lado, os ajustes negativos e, do outro lado, os ajustes positivos. A partir de se chegar a um montante do que é ajuste positivo e negativo, a gente se interessou em entender como é que esses ajustes aconteceram. Se de forma concentrada com certas corretoras ou se houve uma dispersão, se eles seguiam uma lógica normal do mercado, se eles apresentavam percentuais alterados. E, aí, a gente percebe o seguinte. Que na tabela que compara os ajustes negativos como os ajustes positivos, na NÚCLEOS vai haver uma concentração em uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove corretoras com ajustes negativos. E, em contrapartida, vai haver uma dispersão em quarenta e seis corretoras com ajustes positivos. Então, sempre que se verifica os ajustes negativos da NÚCLEOS, esses ajustes são feitos de forma concentrada com este número pequeno de corretoras. Quando são atribuídos ajustes positivos, há uma dispersão. Muito bem, a NÚCLEOS é uma das fundações que apresenta um resultado líquido desfavorável dos ajustes nego nativos, ou seja, os ajustes negativos, no seu total, eles superam os ajustes positivos. Claro que nós estamos falando do período que V.Sa. respondia pela Gerência de Investimentos da fundação. Nós não vamos suplantiar esse período. Eu peço que a primeira demonstração... Eu vou, não sei se V.Sa. consegue enxergar, mas se não for possível... Seria bom reduzir um pouco a iluminação daqui da frente. V.Sa. pode ver ali de ajustes negativos algo aproximado de dezoito milhões. De ajustes positivos, cinco milhões. Essas aqui são as corretoras que registram ajustes negativos nesses percentuais. Então V.Sa. pode ver que nós procuramos um critério que ele apresentasse uma distorção grande com relação ao mercado. Então, por exemplo, a NOVINVEST, ali, 70% das operações correspondendo a 78% dos valores negociados representam ajustes negativos para a NÚCLEOS. Então, 78% dos valores negociados com ajustes negativos, 22% com ajustes positivos. No caso, por exemplo, ali da XAIN(F), 85% das operações correspondendo a 95% do valor negociado de ajustes negativos. Aí vem as cinco corretoras e todas aquelas outras. V.Sa. nos reafirma que a responsabilidade por

essas operações, ela é exclusiva dos gestores dos fundos exclusivos?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Dos administradores dos fundos exclusivos. Inclusive, eu volto a afirmar que a lista de corretoras que o fundo poderia operar era fornecida pelos administradores dos fundos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca lhe chamou a atenção esse desempenho da fundação, por exemplo, registrando uma concentração de ajustes negativos?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Esses ajustes negativos são normais do mercado. Você... São feitas apostas, mas você sempre trava com outros tipos de operações. Então, você pode perder de um lado, mas você pode ganhar do outro. Não necessariamente esses ajustes negativos representam perda para o fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro, nem nós estamos dizendo que foram prejuízos da fundação. Não é isso. O problema é que quando a gente analisa o que está por trás dos ajustes negativos se percebe a recorrência com determinado número de corretoras.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Só que essas corretoras sempre, volto a afirmar, são escolhidas, determinadas pelos Bancos administradores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. não conhece nenhum representantes dessas corretoras que estão aí no quadro?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Representante, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem funcionário, nem ninguém dessas corretoras? Tem certeza?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Estranharia se eu mostrasse a V.Sa. um outro quadro em que essas mesmas corretoras, quando operam com outras instituições do mercado, elas não vão apresentar essa concentração de ajustes negativos? Que, portanto, mostra uma despadronização.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu não sei quais foram os critérios utilizados, é difícil avaliar desta forma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque, é o seguinte, aqui a gente pode ver num outros quadro “desempenho das corretoras listadas acima com outros

agentes, excluindo as EPPCs”. Próximo. Esse último quadro, V.Sa. pode ver que a as percentuais dos ajustes positivos e negativos estão aí na casa variando dos 45 aos 57, 58%, no máximo. Não se verifica, jamais, o que se verificou dessas corretoras com a NÚCLEOS, percentuais de ajustes de 80, 90 e até 100%, ou seja, todas as operações que determinada... No caso aqui, por exemplo, todas as operações que a ARC(F) CORRETORA realizou com a NÚCLEOS foram de ajustes negativos para a NÚCLEOS.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Essa ARC(F), eu desconheço ela.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Podia estar operando para o fundo exclusivo. V.Sa. é daqueles que acha que as operações realizadas pelos fundos exclusivos não são de responsabilidade dos dirigentes das fundações?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: A responsabilidade por qualquer tipo de operação feita dentro do fundo exclusivo é do administrador. O administrador, ele é a ponta final de qualquer operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então a fundação não tem nada com isso?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não é bem assim excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é, então?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: O administrador, ele condições, tem poder para poder vetar qualquer tipo de operação. É isso que eu quero dizer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, vamos em frente.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: E aprova as operações todas. O ponto final de aprovação é sempre do administrador.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos às operações de títulos públicos que é aí onde reside o principal problema. Não mostra esse quadro não, por favor. Vamos ficar só com a NÚCLEOS. Isso. Bom, o que se verifica. Se verifica que, no período analisado, a NÚCLEOS registrou uma perda de vinte e oito milhões nas operações com títulos público. Ocorre que essas perdas estão concentradas, exclusivamente, em dois anos. no ano de 2004, são treze milhões. No ano de 2005, são catorze milhões. E, olhe, que 2005 vai só até agosto porque foi quando nós fizemos a linha de corte de investigação da CPI. E, curiosamente, todas

as perdas da NÚCLEOS se registraram quase que totalmente com duas corretoras, uma que é TUFA, TUFA e EURO é a mesma coisa, então, como a EURO está mais conhecida, então, uma que é a EURO. A EURO provocou perdas de oito milhões quatrocentos e vinte e dois mil para a NÚCLEOS. E outra que é a CORRETORA QUANTIA que registrou perdas de dezenove milhões oitocentos e oitenta e oito mil reais para a NÚCLEOS. Nós vamos mostrar as operações a V.Sa. E, de antemão, eu quero dizer que, depois da oitiva de depoentes a essa CPMI, não resta dúvida que essas operações foram montadas. Ou seja, a corretora que por último vendeu a NÚCLEOS montou junto com outras corretoras a operação porque sabia, eu estou afirmando isso pela primeira vez, sabia que a NÚCLEOS pagaria o que pagou. Isso já está comprovado. A corretora ou as corretoras montaram as operações porque sabiam que os fundos exclusivos da NÚCLEOS pagariam o preço unitário que pagaram. E aí o que a gente verifica? Que há uma distância, há uma diferença entre o que fez a EURO e o que fez a QUANTIA. A QUANTIA, os seus dirigentes foram ouvidos aqui, sabe o que eles nos disseram? Reconhecendo essa situação, que dos dezoito milhões, quase dezenove milhões atribuídos a ele, QUANTIA, eles só ficavam com algo em torno de 10 a 15%, no máximo, que 80 a 85% eram repassados por para uma empresa que sequer figura nessa cadeia negocial, chamada NK PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Aí, eu perguntei a ele como que a NK PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS pode ficar com uma fatia tão grande do bolo. Aí ele dizia “Deputado, eu me preocupava em ganhar o meu”. Ou seja, os 10 a 15% que, no universo de dezenove milhões, é muito dinheiro. “Por que eu sujeitava, aceitava passar 80, 85% para a NK?” “Porque ela me trazia o negócio, ele tinha o negócio, ela tinha fundação”. O avanço das investigações nos mostrou Dra. Fabiana que era impossível que, com essa recorrência, era impossível que, com essa configuração, apenas o gestores e administradores dos fundos exclusivos tivessem conhecimento. Muito bem, vamos mostrar algumas operações, casos concretos para que V.Sa. me diga “olha, Deputado, eu não participei disso, quem deu a ordem foi o Dr. Paulo Figueiredo” talvez possa ter sido “ou foi a diretoria executiva, enfim.” O que me interessa saber é quem, dentro da fundação, participou da aceitação para que essas operações fossem realizadas. Porque é impossível que elas tenham sido realizadas sem que ninguém da fundação tivesse dando respaldo para isso. Então, vamos lá. Bom, vai ser difícil para a senhora ver, então a senhora vai ver aqui comigo. Vamos pegar a partir dessa data. Nós estamos falando de operações que começam a se registrar com

maior atipicidade no dia... A gente começa a registrar, dentro do ano de 2004, muitas dúvidas a partir do dia 25 de maio de 2004. E aí a gente começa a ver uma série de operações, 25 de maio de 2004, 15 de junho de 2004, 16 de junho de 2004, 24 e 25 de junho de 2004 e aí segue, sete de julho de 2004, 15 de julho de 2004, 27 de julho de 2004, 22 de julho de 2004 e aí vai. Vou fazer um corte aqui onde os valores começam a ser enormes na diferença. Vamos lá, toda a lógica é a mesma, o que é? Você dentro da mesma cadeia negocial ter uma variação de preço unitário que fuja completamente ao padrão do mercado, uma variação de PU na casa dos centavos, na cada casa dos reais ou, até, nas dezenas de reais é talvez aceitável. O Diretor da CENTRUS no seu depoimento aqui nos disse claramente. Ele comparou um mercado de automóveis onde de uma concessionária para outra pode ter uma variação, mas vai ser muito pequena. Nada que, por exemplo, admita um percentual acima de 5%, 5% já é um grande negócio. 5% de variação no preço unitário de determinado título público. O que a gente vê? Vamos lá, aqui, por exemplo, no dia 23, negociando-se títulos com vencimento de 15 de maio de 2045 do tipo NTMB, nota o Tesouro Nacional tipo B. Vem a BRASIL CENTRAL vende para a EURO quatro mil títulos a esse valor unitário que V.Sa. pode ver aqui. Depois a EURO vende para a ZIRCÔNIO, que é um fundo exclusivo da NÚCLEOS, esses mesmos títulos, no mesmo dia, com uma diferença de preço de duzentos e oitenta e dois reais a unidade. Só neste negócio foram um milhão e cento e vinte e nove mil reais. E, depois, a mesma quantia, nessa mesma operação, passando para o ZIRCÔNIO com uma diferença de também de duzentos e oitenta e dois reais. A senhora pode ver que, inclusive, as diferenças são muito pequenas, os preços unitários atribuídos aos títulos, eles não variam. O que se tem de resultado na primeira é um milhão cento e vinte e nove, na segunda, é um milhão cento e trinta e quatro. Na terceira, vai ser novamente um milhão cento e trinta e quatro, na quarta, vai ser um milhão cento e trinta. Na quinta, um milhão cento e trinta e cinco, na sexta, um milhão cento e setenta e nove. Tudo muito próximo. Os valores, eu confesso a V.Sa., assusta a variação. Por exemplo, vamos pegar uma cadeia com três operações, o BANCO PACTUAL vende para a CORRETORA NOMINAL quatro mil títulos a mil e três. A NOMINAL vende para a QUANTIA a mil e três, só que a diferença é de centavos, a primeira era vinte e oito centavos e a segunda, oitenta e três centavos. Aí, a QUANTIA vende para o ZIRCÔNIO por mil duzentos e oitenta e seis. Na operação seguinte, que aconteceu dois dias depois, novamente o BANCO PACTUAL passa para a NOMINAL, só que agora

a mil e quatro, deixa de ser mil e três e passa a ser mil e quatro e centavos. Aí, vem a NOMINAL passa para a EURO a mil e quatro, só que com vinte centavos a mais aproximadamente. Aí, vem a EURO passa para o ZIRCÔNIO com uma diferença de duzentos e oitenta e quatro reais. E os valores aqui... O primeiro valor aqui dessa cadeia foi mil e três e o último valor foi mil duzentos e oitenta e seis. Nessa cadeia, o primeiro valor foi mil e quatro e o último valor foi mil duzentos e oitenta e oito e, assim, sucessivamente. Nós vamos ver que isso se repete e a senhora vai ver. Olha aqui, ou a QUANTIA ou a EURO, a EURO e a QUANTIA. QUANTIA, QUANTIA e EURO, sempre. E aqui desse lado quem é que está? O ZIRCÔNIO, ZIRCÔNIO, ZIRCÔNIO, ZIRCÔNIO, ZIRCÔNIO, o fundo exclusivo da fundação de V.Sa. No ano de 2005, não tem nada diferente, sendo que eu chamo a atenção. No dia 26 de janeiro de 2005, negociando títulos com vencimento para 15 de maio de 2045 tipo NTNB(F), veja novamente, é o BANCO PACTUAL que passa para a NOMINAL, aí a NOMINAL que passa a QUANTIA, a QUANTIA passa a para o ZIRCÔNIO. BANCO PACTUAL e NOMINAL podem não ter nenhum envolvimento nisso. É bom que se diga. Na verdade, foi a QUANTIA que precisava adquirir aqueles títulos naquele valor para repassar para a NÚCLEOS por tantos a mais e obrigar a NÚCLEOS a comprar. V.Sa. pode ver aqui que a primeira operação o preço unitário é mil e trinta e a seis reais e seis centavos, na segunda operação, o preço unitário é mil e trinta e seis reais e dezessete centavos, só onze centavos a mais. E, aí, na terceira operação que é justamente quando a QUANTIA passa para a NÚCLEOS, o que era mil e trinta e seis reais a unidades, e olha que são catorze mil unidades, passa a mil trezentos e quinze reais. Nessa brincadeira, foram treze milhões novecentos e doze mil reais. Dois dias depois, o BANCO PACTUAL passa para a NOMINAL, a NOMINAL passa para a QUANTIA e a QUANTIA passa para o ZIRCÔNIO. O primeiro preço, mil e trinta e sete. O segundo preço, mil e trinta e sete, diferença de onze centavos. O terceiro preço, mil trezentos e dezessete e dezoito. Só nessa brincadeira, foram três milhões e setenta e nove mil. Aí, a gente percebe que a QUANTIA de um e a EURO de outro. E foram as duas corretoras que montaram as operações e que sangraram a NÚCLEOS em vinte e oito milhões de reais, em dois anos, 2004 e 2005. Eu quero dizer a V.Sa. que esse estudo foi feito pela KPMG, coincide. Esses números são reconhecidos pela atual diretoria da fundação. O que V.Sa. teria a dizer sobre isso?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Bom, primeiramente, esse volume todo do ZIRCÔNIO que a Diretoria Executiva determinou que...

era um fundo de ação. Ele foi transformado em um fundo de renda fixa e, para tal feito, a carteira deveria se desfazer de todos os papéis de renda variável e transformar, aplicar em papéis de renda fixa. Por isso esses volumes expressivos. E como funcionava essa negociação desses títulos públicos? A decisão sempre partia da diretoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A decisão partia da Diretoria Executiva. Isso é importante.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Exatamente, a decisão sempre partia da Diretoria Executiva. As informações das quantidades de compras eram sempre repassadas ao administrador e o contato feito com as distribuidoras era feito do administrador com as distribuidoras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, V.Sa. não tinha conhecimento de nada disso?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Conhecimento das operações... Você sabe a quantidade que iriam comprar, que eles tinham acertado que iriam comprar. Agora, a negociação não era feita lá dentro da fundação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, eu só quero saber o seguinte. Quem é que dentro do NÚCLEOS tinha conhecimento dessas operações?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: A Diretoria Executiva tinha acesso a todas as operações e a área de investimento também conhecia as operações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí eu pergunto, evidente que a senhora vai me dizer “mas, antes da operação ser feita, a gente não podia conhecer o preço que foi negociado”. Mas, aí durante dois anos, passados vários dias, operação por operação, porque, depois que a operação é feita, no dia seguinte, é D mais um, no dia seguinte V.Sa. e a fundação podem ver. A fundação nunca se atentou para o fato de que estava pagando até 30% a mais por um determinado títulos?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Esse mercado desses títulos, como são muito longos, V.Exa., não tem... A oferta é muito pequena, então a distribuidora que determina o preço que ela vai comprar essa negociação era feita junto com o Banco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora não queira justificar essa diferença de 30% porque ela não existe em nenhum lugar. Isso aqui é armação. Isso aqui foi feito para sangrar o dinheiro da fundação, ponto. Vamos partir deste pressuposto. Até porque não sou

apenas eu que digo, são todos os técnicos e é o atual Diretor Presidente do fundo. Muito bem, partindo deste pressuposto, a senhora acha que a responsabilidade... V.Sa. não nos disse que tinha muitas funções de compliance? Não tinha que acompanhar isso aqui?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: O acompanhamento era das rentabilidades do fundo também. Então, o fundo já apresentava uma rentabilidade, não estava tendo rentabilidade negativa, principalmente o ZIRCÔNIO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A gente...

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Desculpe V.Exa., mas parte da rentabilidade que tinha sido prejudicada por conta de uma operação de opções, ela foi sendo recuperada. E ela creio eu que continua. O problema maior que aconteceu foi que os índices tiveram uma rentabilidade muito ruim. O GPM teve deflação seguidas de alguns meses e isso que prejudicou a rentabilidade do fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu acho que prejudicou a rentabilidade do fundo foi o fundo fazer essas operações completamente inaceitáveis. Não é admissível que, numa cadeia de três operações, a primeira variação seja de centavos e a segunda seja de três centenas de reais. Não existe. Não existe nada que explique isso. Mas, enfim, nós temos conhecimento que, dentro das políticas e normas operacionais das fundações, em geral, quando da compra definitiva de um título público, é necessária a aprovação formal de uma pessoa responsável pelos investimentos do Fundo de Pensão. Confirmando a manutenção daquele título até o vencimento. Em outros depoentes, ficou aqui claramente configurado que a responsabilidade por esta aprovação, em geral, era dos Gerentes de Investimento, inclusive, na PRECE, por exemplo, a gente tem casos que o Sr. Paulo Martins vai ali e assina. Ele dá ali o de acordo para a operação. Na NÚCLEOS, é V.Sa. quem assinava?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não V.Exa. Eu não tinha autorização para assinar qualquer tipo de ordem. Inclusive, essa...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem aprovava, então?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Desculpe, excelência, essa carta... Eu não sei o nome que o senhor utilizou...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era uma autorização.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Essa autorização de manter os títulos até o vencimento, toda as cartas eram encaminhadas ao administrador de cada fundo exclusivo e era assinada por Presidente, Diretor ou procurador, sempre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Presidente da fundação?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Ou, então, um representante da Diretoria Executiva, ou então poderia ser dois representantes ou um representante mais um procurador.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós temos que requisitar as cópias, assim como fizemos para a PRECE, no caso da NÚCLEOS dessas autorizações. V.Sa. conhece o FUNDO ARBOR RED(F)?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Esse fundo, se eu não me engano, ele constava na carteira IB-FAC/FIF.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Houve uma concentração de aplicações da NÚCLEOS durante o período de V.Sa. neste fundo ARBOR RED(F)?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: O IB-FAC/FIF, ele era um fundo que aplicava em cotas, obrigatoriamente, em cotas de outros fundos e ele, em um dado momento, ele concentrou as aplicações de recursos nesse fundo da ARBOR.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não havia um conflito de interesses em haver uma concentração de investimentos em um fundo que é gerido pela ARBOR ASSET(F) e o fato da V.Sa. ser prima do dono da ASSET(F)?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não vejo isso como interferência, favorecimento ou influência uma vez que não partiu em algum momento nenhuma solicitação da fundação junto ao BANCO INDUSTRIAL que era o fundo exclusivo gestor/administrador do fundo que fosse aplicado dinheiro neste fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como normalmente eram dadas as ordens de compra e venda de debêntures?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: As solicitações partiam da Diretoria Executiva. Era feita por mim uma hora análise no sentido de volume que gostariam de aplicar. Analisava o *rating* da empresa das debêntures que eles queriam aplicar e depois era entrar em contato com alguma corretora que a fundação já tinha cadastro, isso cadastros anteriores, isso eu posso afirmar, e era feita a compra das debêntures.

res. E todos as debêntures que foram adquiridas, excelência, tinham *rating* e elas estavam perfeitamente enquadradas com a política de investimento com e o com 3121.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A corretora EURO estava habilitada a vender debêntures ao NÚCLEOS?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu não me recordo, excelência, mas tinha cadastros sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tinha. E não só tinha cadastros, como nós temos aqui algumas operações feitas pela EURO, operações de debêntures, são papéis da CESP(F) que foram repassados para a NÚCLEOS. Só que, em duas operações que a gente detecta, em três operações envolvendo a EURO, nós calculamos, e um negócio desvantajoso para a fundação em algo em torno de oitocentos mil reais.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Desconheço essa informação. Inclusive, as debêntures, até a minha estada lá, quando eu estava exercendo o cargo de gerente, eu acompanhava mensalmente pagamento de juros dessas debêntures e nenhum deixou de pagar. Todas cumpriram o prazo direitinho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que V.Sa. saiu da fundação?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Bom, a minha saída... Primeiro, eu fui exonerada do cargo de Gerente Financeira após ter sido divulgado no jornal acho que, não me recordo, foi em 25 de julho de 2005 que eu tinha um parente que se chamava Christian de Almeida Rego que trabalhava na ARBOR. E aí esse fato foi dado como o causador de minha exoneração?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora acha justo que, apenas pelo fato de ser prima do Christian, tenha sido afastada da fundação?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não acho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, a senhora se achou injustiçada pelo Dr. Paulo Figueiredo?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu não fui exonerada pelo Dr. Paulo Figueiredo porque ele tinha saído de lá. Eu fui exonerada pelo Abel de Almeida que estava ocupando interinamente o cargo de presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora sabe que o Dr. Gildásio, no depoimento no depoimento que prestou a esta CPMI, ele começou elogiando muito

V.Sa., dizendo que V.Sa. era uma pessoa competente, etc., mas, logo depois, ele foi mudando a linha de abordagem dele e foi claro em dizer que V.Sa... Que ele havia perdido a confiança em V.Sa. A senhora deu motivo para ele perder a confiança na senhora?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Desculpe, excelência, mas é esquisito uma pessoa iniciar um discurso me elogiando e depois fala que perdeu a confiança. Antes ele tivesse falado que poderia me elogiar. É estranho isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora recebeu com naturalidade a saída, quer dizer, o Abel lhe chamou e falou “olha a senhora é prima do Christian, isso foi divulgado, então há uma incompatibilidade e a senhora não vai ficar mais”. A senhora questionou esta decisão?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu questionei o fato por ser prima dele. Eu poderia ser prima de qualquer outra pessoa. Esse grau de parentesco... E além do mais, o FUNDO ARBOR era o fundo que mais performava dentro da fundação. Eu acompanhava... Era feito um acompanhamento desta carteira. E o IB-FAC/FIF, no ano de 2005, foi o fundo, se não me falha a memória, foi um dos únicos fundos que conseguiu bater o CDI. Então, esse fundo não causou nenhum prejuízo, nenhum dano à fundação. Então, você ser criticada, ser julgada por ter parentesco com alguma pessoa. Se tivesse sido constatado alguma coisa que partisse de mim, da minha vida profissional ali dentro, tudo bem, mas por ser prima de alguém, eu acho que... Me casou estranheza, mas eu tive que aceitar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No dossiê que foi elaborado pelo operador de mercado, Alexandre Athayde, e depois ele confirmou aqui, ele afirma que a família Almeida Rego, por meio da empresa ARBOR, teria feito doações a político do PT. Ele chega a dizer números que se aproximam de um milhão de meio de reais e que esses um milhão e meio de reais teriam sido divididos entre candidatos do PT no Rio de Janeiro, sobretudo, candidatos a prefeito em 2004. Nós estamos vendo que a ARBOR concentrava uma parte de investimentos da NÚCLEOS. Nós estamos vendo que a ARBOR do Sr. Christian Almeida Rego, o seu primo, ela tinha relações com o PT. Tanto tinha que, V.Sa. deve saber, o Cristian contribuiu, o Carlos Eduardo Carneiro Lemos contribuiu para a campanha do vereador Fernando Gusmão.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Desconheço essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é, contribuíram para a campanha do vereador Fernando Gusmão. Eles têm relações com o Marcelo Sereno, o Marcelo Sereno já freqüentou a casa dos Almeida Rego. A senhora não vê nenhum tipo de possibilidade da ARBOR ter realmente favorecido a partidos político para, como contrapartida, ter negócios com determinadas fundações?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: V.Exa., eu gostaria só de ressaltar o seguinte. Eu sou prima do Carlos Eduardo, sou prima de Christian, mas a nossa era muito pequena. A nossa convivência maior foi na infância. E eu tinha contatos freqüentes com eles. Eu não sabia da deles. O contato era mais em reuniões familiares, natal, aniversário da minha tia. Eu não tinha contato com eles. Eu não sabia da vida deles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. acha que a NÚCLEOS pode ter sido utilizada para fins políticos mesmo sem o conhecimento de V.Sa. através da promoção de irregularidades, com isso beneficiar determinadas instituições financeira que, por sua vez, estariam ligadas a certos partidos?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu não tenho condições de afirmar isso a V.Exa. uma vez que eu não tenho conhecimento de nenhum político, não conheço ninguém, não tive contato com nenhum político. Eu não tenho condições de informar isso ao senhor, de opinar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu, por hora, encerro e imediatamente eu passo a palavra primeiro orador inscrito o Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Bom dia! Boa tarde, não é, nobre relator! Bom dia, Sr. Fabiana! As perguntas aqui, elas são... Eu acho que a maioria foi até esclarecidas. A senhora conhece uma conta *merolinsh(F)*, em Nova York?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora ouviu falar desta conta?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca? Então, conseqüentemente a senhora não tem conta em *merolinsh(F)*?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Inclusive, se for solicitados por vocês... Eu ponho em disponibilidade a quebra de sigilo, conta bancária porque eu não tenho contas no exterior, nunca tive, não tenho

cadastros em nenhuma corretora e nem em alguma distribuidora.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A decisão de mandar a NÚCLEOS ou os fundos exclusivos da NÚCLEOS aplicar recurso na ARBOR ASSET foi da senhora?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Foi de quem?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Foi do próprio administrador do fundo que era do BANCO INDUSTRIAL.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Os investimentos que ocorreram, a senhora sabe em que época e qual fundo?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Da ARBOR?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): É.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: O IB-FAC/FIF, ele aplicou no fundo da ARBOR, eu não me recordo a data, mas acho que foi no ano de 2004.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): É. De 2004 a 2005.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não era só na ARBOR, tinha aplicação em "n"... Vários fundos como o PACTUAL, acho que LATINVEST. Na verdade, quem direcionava os recursos deste fundo era o BANCO INDUSTRIAL.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Olha, a fundação, a senhora entende que ela conseguiu atingir as metas atuariais em 2003, 2004 e 2005?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Em 2003 sim. E foi feito até um levantamento que, basicamente, grande parte deste sucesso foi uma aposta de uma linha que adotou a Diretoria Executiva de ter concentrado um pouco mais dos recursos em bolsa. E a bolsa deu uma puxada para cima no final de 2003 que ajudou a elevar bastante a atingir essa meta atuarial. No ano de 2004, não foi atingida essa meta. Basicamente, por uma operação que foi feito dentro do fundo ZIRCÔNIO, que o Deputado já mencionou aqui, foi basicamente por essa operação. E, no ano de 2005, acredito que a fundação vai bater a meta atuarial.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A NÚCLEOS aumentou através dos seus fundos exclusivos muito seu movimento na nas corretoras ÁGORA SENIOR e a... Que, inclusive, tem um requerimento de quebra do sigilo dela e a FATOR DÓRIA CORRETORA DE VALORES, o requerimento é o 1286. A senhora consegue explicar e justificar por que houve um aumento feito de aplicações através dessas corretoras?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Porque essas corretoras eram as corretoras que eram fornecidas na listagem, que eu já informei aqui anteriormente, pelos Bancos. Então, os Bancos tinham um número reduzido de corretoras que eu cada fundo poderia operar. E, assim, mais ou menos o que eu conheço de mercado, a FATOR é uma grande corretora, tem lá o seu mérito e ÁGORA também não deixa de ser uma grande corretora dentro do mercado financeiro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Olha, eu acho até que é desnecessário outras perguntas. A senhora sabe qual é o objetivo desta Sub-Relatoria e desta CPMI. Não é buscar os ganhos é buscar nas perdas. A senhora disse que só encontrava com o Sr. Cristian em festa de final de ano, confraternizações de família. A família toda trabalha com fundos, trabalha no mercado.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: No mercado financeiro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Como a senhora entrou nesse mercado?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu iniciei a minha carreira... Eu sou formada em ciências contábeis. Eu iniciei a minha carreira na REFER dentro do setor de análises, eu não fazia análises porque estava começando a faculdade. E, na verdade, a minha vida profissional no mercado financeira começou no Banco ICATU. E eu entrei lá porque eu vi no caderno “boa chance” do GLOBO que o Banco ICATU estava contratando estagiário e fui lá e entreguei o meu currículo. Foi ali basicamente que eu comecei a minha vida profissional dentro do mercado financeiro. E eu trabalhei no ICATU oito anos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Então no houve influência do Sr. Haroldo?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Alguma.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Os relacionamentos com o Sr. Haroldo eram só esses relacionamentos?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Estritamente nessas datas.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Olha, não vou dizer que é o que está caminhando para um conhecimento porque isso aí é o sub-relator que vai ter esse entendimento, mas pelo que estou acompanhado, eu pessoalmente pelo que eu estou acompanhando, eu acredito que tenha uma organização especializada das pessoas do Sr. Haroldo para indicar parentes em cargo de direção em fundações e todos esses, nestes casos, inclusive o da senhora, houve um prejuízo muito grande para os fundos é como se fosse, analisando pelos dados que a gente já tem em mãos,

por a senhora ser prima do Cristian, por essa família ter passado em vários fundos, os prejuízos até agora causados me levam a crer que isso é uma organização especializada. A senhora tem alguma coisa a comentar deste ponto de vista meu? A senhora tem um argumento ao contrário que possa me demolir desta idéia que existe uma quadrilha especializada?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Primeiramente, queria ressaltar, novamente, que eu não sou parente do Haroldo Almeida rego. Ele foi casado com a minha tia há muito tempo atrás. Não tinha ligação alguma com ele, não tinha ligação. Os encontros eram mais com o meu primo quando eu era pequena. Já tinha pouco contato com o meu primo, com ele tinha quase nenhum. Eu trabalho no mercado como eu poderia trabalhar em qualquer outra área, mas a minha formação é essa, voltado ao mercado financeiro. E eu entrei no BANCO ICATU, onde eu me fiz, cresci profissionalmente sem qualquer influência dessas pessoas.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Bom, pelo que foi apresentado inclusive no demonstrativo através do áudio visual, houve uma perda muito grande. A senhora se sente como? Incapacitada?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu não me sinto incapacitada uma vez que eu não tinha poder decisório, uma vez que eu não direcionara nenhum tipo de recurso.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): O que a senhora fez para que isso não continuasse? Porque era claro e evidente que a senhora estava vendendo que estava tendo perda para a fundo? A senhora fez algum memorando? A senhora indicou alguém? A senhora questionou?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não fiz memorando. A minha função era justamente de alertar. O acompanhamento que a gente fazia era da rentabilidade dos fundos e os fundos estavam rendendo de acordo com o que estava dentro da política de investimento. O fundo lá que ele não rendeu, que teve até uma perda, foi justamente que houve a intervenção no BANCO SANTOS e que os papéis que continham em duas carteiras foram provisionados pela perda. Isso que gerou uma rentabilidade negativa do fundo na época. Fora isso os fundos tinham uma rentabilidade e estavam acompanhando o CDI que era o *paintmark*(F) dos fundos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Bom, então, a senhora não tem participação direta, mas houve um prejuízo muito grande e a senhora não podia fazer nada, não pode questionar, não pode orientar?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Eu não poderia intervir em nenhuma decisão.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Veja bem o meu raciocínio. A PRECE perdeu 30% do seu patrimônio em 2002. E, em 2002, estava lá o membro da família que estava administrando esses fundos. 30% de perda de patrimônio em outros fundos. E aí a senhora ainda acha que não existe nenhuma vinculação familiar e que não existe nenhuma organização familiar especializada?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não enxergo isso. Não enxergo isso.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado a senhora.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: De nada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Uma observação ainda daqueles dados que nós apresentamos. Porque o ARBOR RED(F) FIF(F), em 2004, através da CORRETORA WESTEL(F) BE(F), nas operações de BMF, geraram ajustes negativos na ordem de dois milhões e oitocentos mil reais em 159 operações. Então, a senhora veja que esses investimentos que a NÚCLEOS fez com o ARBOR RED(F) FIF(F) são investimentos altamente questionáveis, não só pela questão das incompatibilidades, ao nosso ver, morais e éticas, pela relação de parentesco que a senhora guarda sendo prima do principal proprietário dessa ASSET(F), dessa empresa, mas também pelos resultados apresentados.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Excelência, volto afirmar que esse fundo, ele apresentava rentabilidade positivo. Foi o fundo que melhor performou, que atingiu *paintmark*(F) que era o CDI e não existia nenhuma influência da fundação no que tange o direcionamento dos recursos dentro desse fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu quero informar a V.Sa. encerrando essa primeira fase do depoimento...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): O Sr. me permite só mais uma pergunta?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A senhora conhece o dono do BANCO ICATU onde a senhora começou?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A senhora sabe onde ele mora?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Não, desconheço... Eu acho que era na rua Icatú, acho que no Maitá(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a senhora sabe onde o Sr. Haroldo mora?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Acho que é em Ipanema.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Eles são vizinho o Sr. Haroldo e o dono do BANCO ICATU.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Vizinho da onde? Casa de praia em Angra?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Não. Casas de moradia mesmo, não?

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: Desconheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, então encerrando esta primeira fase do nosso depoimento, eu gostaria de reforçar a minha percepção que a NÚCLEOS é um dos Fundos de Pensão que apresenta maiores problemas. Houve uma montagem de esquema sim para se aproveitar de recursos mal aplicados da fundação. Nós estamos começando a ter notícias, inclusive, mais consistentes de destinação política de parte desses recursos. Eu espero Dona Fabiana não fazer injustiça com ninguém no final do nosso trabalho. Agora, quero também dizer que a senhora não colaborou conosco a ponto de permitir, com seu depoimento, de se isentar das responsabilidades do que aconteceu na fundação. Então, eu queria, por último, dizer a senhora que se a senhora tiver mais alguma coisa a acrescentar qualquer informação, eu acho que só vem em benefício da senhora. Então, quer dizer, é muito abstrato atribuir a Diretoria Executiva as decisões. É muito abstrato. Inclusive, depois de ter ouvido aqui o Diretor Financeiro que estava hierarquicamente acima de V.Sa. dizer que "não, que as decisões eram tomadas e eram encaminhadas com o conhecimento total de V.Sa." e, não apenas isso, com a participação efetiva de V.Sa.

SRA. FABIANA CARNAVAL CARNEIRO: V.Exa., volto a afirmar que todas as operações, todo o direcionamento de investimento, a decisão era tomada pela Diretoria Executiva. O Conselho Deliberativo estava a par de todas essas transações. Havia o acompanhamento mensal do Comitê Consultivo de investimento. Eu não participava de nenhum desses órgãos. Eu não tinha qualquer influência minha das decisões deles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Relator, há tempo de fazer uma acareação ainda?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu já avantei essa possibilidade Deputado Carlos Willian de promover uma acareação tripla com o Dr. Paulo Figueiredo, então Diretor Presidente da NÚCLEOS, o Dr. Gildásio Amado Filho, então o Diretor Financeiro, e a Sr. Fabiana Carnaval, então Gerente Financeira da fundação. Então, esse requerimento vai estar sendo apresentado na Sessão administrativa de manhã. Eu peço até a assessoria que já prepare porque será fundamental colocar a opinião dos três e verificar exatamente quem está alando a verdade.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Terá meu apoio e voto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero suspender a Sessão por apenas cinco minutos para que possamos convidar a Sra. Rogéria Costa Beber que, por uma concessão desta Sub-relatoria, se fará acompanhada do Murilo de Almeida Rego. Então o que seria apenas a oitiva da Sra. Rogéria Costa Beber será a oitiva dela e do Sr. Murilo de Almeida Rego. São 13h05, às 13h10, nós retomaremos. Está suspensa a presente reunião.

Sessão suspensa às 13h05.

Sessão reaberta às 13h21.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro reaberta a 16ª Reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da CPMI dos CORREIOS. Imediatamente convido para tomar assento à nossa Mesa de trabalho a Sra. Rogéria Costa Beber. Eu solicitaria aos senhores Advogados que, por favor, fizessem as suas apresentações. O nome e o número da inscrição na OAB.

SR. RENATO ALAQUE: Boa tarde, eminente Relator, nós estamos aqui na condição de Advogados da dona Rogéria e também do Murilo, eu sou Renato Alaque(F), inscrito na OAB do Rio de Janeiro sob o nº 101778 e estamos acompanhando a dona Rogéria e mais tarde, também, o Sr. Murilo.

SR. JOSÉ MAURÍCIO FERRIRA MOURÃO: Boa tarde, Sr. Deputado, meu nome é José Maurício Ferreira Mourão, OAB RJ nº 53484 e estamos acompanhando a dona Rogéria e o senhor Murilo. Muito obrigado. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Sra. Rogéria me entrega aqui uma declaração que eu quero ler publicamente. Rogéria Costa Beber já qualificada, tendo

sido intimada para comparecer a esta CPMI vem expor o que segue. “O Sr. Murilo de Almeida Rego com quem convivo há mais de 16 anos e que é o pai dos nossos dois filhos é portador de enfermidade conhecida como transtorno bipolar do humor, conforme comprova o atestado médico em anexo. Além do tratamento demandar uso diário de fortes medicamentos em algumas oportunidades, o mesmo teve que ser hospitalizado para tratamento mais intensivo. Em decorrência desse quadro clínico de suas ausências para tratamento e outras, todos os recursos e bens da família estão no meu nome, apesar de serem geridos e administrados pelo meu marido. Assim sendo e na qualidade de investigado quebra de sigilo bancário e fiscal já ocorrido, o Sr. Murilo de Almeida Rego dará todos os esclarecimentos e explicações que se fizerem necessários pelo que solicito a dispensa da minha oitiva”. Eu gostaria da dizer a Sra. Rogéria que eu vou deferir parcialmente o requerimento. Eu não posso dispensá-la da oitiva. Aqui nós temos uma série de perguntas que são direcionadas para a senhora. Porém, eu vou conceder a possibilidade do Sr. Murilo de Almeida Rego, vosso esposo de participar da oitiva. Ele aqui estará na condição de investigado, assim como a senhora, portanto, ambos dispensados de assinar o termo de compromisso, porém, eu não tenho como dispensá-la, a presença nesta Sessão e também da eventual necessidade de nos prestar alguns esclarecimentos. Se a senhora concordar eu vou convidar o Sr. Murilo de Almeida Rego para que ele possa tomar assento na nossa mesa de trabalho, e assim tenha condições de ajudá-la no transcorrer desta Sessão. Há aqui, inclusive, em anexo um relatório médico do Dr. Roberto Robalinho Cavalcante datado do dia 6 de fevereiro de 2006 que atesta a enfermidade do Sr. Murilo de Almeida Rego. Eu, pela presença de ambos aqui, eu vou primeiro conceder a palavra à Sra. Rogéria a fim de que ela possa fazer a sua apresentação inicial, possa declinar aqui o seu histórico profissional, as suas qualificações e tenha liberdade para tecer qualquer comentário que ache oportuno no sentido de contribuir com a nossa audiência. A senhora, então tem a palavra e em seguida eu passaria a palavra ao Sr. Murilo. E eu quero dizer apenas só mais uma coisa, que o Sr. Murilo, na medida, que eu deferir a presença dele, eu estou classificando não como convidado, e sim como convocado, porque ele teve convocação aprovada por esta CPMI e nós não tínhamos apenas agendado a vinda dele. Então, ambos estão na condição de convocados e de investigados desta CPMI. Por favor.

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Boa tarde, meu nome é Rogéria Costa Beber, sou casada com Murilo, não tenho profissão, eu sou dona de casa, tenho duas

filhas e estou aqui para responder todas as perguntas que V.Sa. fizerem para esclarecer o que eu puder ajudar. E em relação a operações, se for me questionar, eu quero já, de antemão, dizer que eu nunca fiz operações de mercado, não entendo de mercado, e isso, a única pessoa que pode responder é o meu marido, porque ele que opera no meu nome... Vocês já terem... O Deputado aqui já passou que ele é portador de uma enfermidade que é o transtorno bipolar do humor, eu não sei se vocês conhecem, mas é uma doença que tanto a pessoa pode ficar em total euforia, como em total depressão. Ele faz uso de medicamentos permanentemente e isso é uma doença incurável que teria tratamento pelo resto da vida. Então, é só isso que eu tenho para falar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Murilo, eu concedo a palavra a V.Sa. para que o senhor possa fazer aqui a sua apresentação inicial, e assim como fiz com a senhora sua esposa, o senhor tenha condições de prestar qualquer esclarecimento preliminar que ache oportuno.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Boa tarde, primeiramente, aos Deputados presentes, à imprensa. Meu nome é Murilo de Almeida Rego, sou operador de mercado futuro à vista de opções, formado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 1992. Comecei no mercado no ano de 86 como auxiliar de pregão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro na Corretora Carioca, essa do meu pai, permaneci até 87, depois trabalhei na SASSE Seguradora da Caixa Econômica Federal, mas tarde vim morar em Brasília, fiquei um ano em Brasília estudando, posteriormente fui para os Estados Unidos estudar, passei um ano e meio nos Estados Unidos, na volta trabalhei na Prata DTVM no ano de 92 a 97, depois da Prata DTVM apenas continuei como investidor pessoa física que sou até hoje no ramo imobiliário e do mercado financeiro. É só isso que eu tenho à dizer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero dizer a V.Sa. que respeito muito o atestado médico que foi encaminhado, mas que não posso deixar de questioná-lo, exatamente até por não conhecer os detalhes de vossa enfermidade. Exatamente, o que é que o senhor se sente habilitado a fazer e o que é que o senhor não se sente habilitado a fazer por conta de possuir esse transtorno bipolar do humor.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Veja bem, Deputado, eu coloquei... A minha mulher colocou a minha enfermidade com o único motivo de dizer porque que eu opero no nome dela e não no meu, porque até então eu descobri a enfermidade no ano de 99, eu sempre

operei no meu nome. Após isso, ter sido internado, sofrer depressão e ficar internado, de conhecer mais a doença, nós achamos, para resguardar a família, o patrimônio da minha família, e das minhas filhas, as operações e o patrimônio fica todo no nome da minha mulher, só por esse motivo. A enfermidade é totalmente controlada, do ano de 99 até aqui, não tive nenhum problema, portanto, foi anterior a 99. Então, não estou colocando essa enfermidade como qualquer desculpa do que é que eu posso fazer ou não posso fazer. Você estando medicado periodicamente e bem tratado, você consegue ter uma vida normal sem nenhum tipo de problema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas em que é que o patrimônio de V.Sa. e de vossa família poderiam correr risco, se V.Sa. nos disse que com todo medicamento conseguiu controlar e administrar a doença. Inclusive, V.Sa. é quem opera, é o gestor, é o responsável por, enfim, todas as ações que estão em nome da Sra. Rogéria. Então o que é que eu gostaria de saber? Por que é que V.Sa. está qualificado e habilitado para operar, tem capacidade de exercer normalmente suas atividades, até porque já nos disse aqui, tem um tratamento rigoroso e segue esse tratamento. Mas em que é que o patrimônio de V.Sa. estaria correndo risco pelo fato de estar em seu nome e não da sua esposa e vice-versa?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Veja bem, Deputado. Essa doença é uma doença conhecida no mundo todo que é o distúrbio da bipolaridade, antes chamada de Psicose Maníaco Depressiva. Eu estou bem num momento, mas se eu tomar muito álcool, eu bebia anteriormente, isso pode desequilibrar, é uma substância que falta no cérebro, é como faltasse ferro no seu organismo e você tivesse que repor. Se desnivelar para cima ou para baixo um pouco você pode entrar em depressão ou euforia. Eu posso chegar e querer comprar um monte de apartamento, comprar um monte de carro sem dinheiro, ou vender coisas, então estando no nome da minha mulher, fica mais difícil de identificar, ela vai chamar o médico, vai chamar meu pai e é por esse único motivo, poderia estar no meu nome, só que eu preferi resguardar a minha família porque eu conheço o risco que isso possa ter. Então, não tem problema nenhum disso. Não existe nada, nenhum problema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas esse risco eminente ele também se aplica a possibilidade da V.Sas. ao gerir os recursos, ao determinar certa operação também ter como consequência um afetamen-

to naquele determinado instante e isso, no fundo, vai também colocar em risco o patrimônio da V.Sa.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Se você não tiver rigorosamente tratado, você que eu digo, sou eu, você não tiver tratado, pode ocorrer isso, mas eu estou tratado. Eu sofro acompanhamento mensal com meu psiquiatra que é psiquiatra de renome no Brasil e no mundo. Então, eu estou querendo dizer a V.Exa. que de 99 a 2005 até hoje eu respondo por tudo e ciente de todas as operações que fiz é porque estou tratado, no momento que não estiver tratado eu estou internado, como fui em 99, aí não posso responder.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu compreendo, inclusive, imagino que todos nós devemos agradecer a Deus o fato do senhor ter saúde e conseguir fazer bem as suas operações, então esse não é o problema, o que eu não compreendo exatamente é que tipo de impedimento ou implicação vossa enfermidade poderia ter na configuração oficial do patrimônio? Então, se eu acho que não há impedimento por um lado, talvez, também não deveria existir impedimento para outro. É essa questão que está posta aqui e eu gostaria de entender. Se o senhor puder explicar?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu posso explicar. V.Exa. está colocando as duas coisas perfeitamente. O que é que eu digo? O patrimônio está no nome dela, eu estou controlado, mas se por uma eventualidade eu me descontrolar está resguardado porque está no nome dela, eu não posso chegar a vender um apartamento sem assinatura dela. V.Exa. entendeu? Essa é uma doença conhecida, tem vários políticos que já tiveram isso.

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Mesmo porque, Deputado, nós estamos casados há 16 anos, nós temos duas filhas, e eu acho que o patrimônio tanto faz estar no nome da mulher ou do marido, que é comum o patrimônio estar no nome do marido, isso não faz diferença nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O patrimônio, V.Sa. tem razão, o problema é que vosso marido opera no mercado com o nome de V.Sa. Então, não é que com isso por si só haja configuração de uma ilegalidade, mas aqui há um fato que precisa ser entendido bem. por exemplo...

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu posso dar outro argumento a V.Exa. se V.Exa...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fique à vontade, eu tenho uma pergunta a fazer, mas fique à vontade.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu estou dando o argumento da doença que é o verdadeiro, V.Exa. não

está compreendendo o argumento, eu tenho que dar outro argumento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Eu peço a V.Sa., por favor, não diga que estou ou não estou compreendendo, eu estou apenas fazendo aqui as indagações que são necessárias. Então, as conclusões serão feitas depois, mas pois não, pode trazer aqui o seu argumento.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: É porque é a pura verdade, então quando você não está mentindo, não tem porque. Agora eu tenho outro argumento porque eu fui sócio de uma empresa que era o FLABINGO, um bingo eletrônico na Rede Globo que faliu, e quando ele faliu eu não podia ter nada no meu nome. Então, eu podia operar no nome dela, esse é um outro motivo, mas não é o maior porque a falência se extinguiu, foi extinta no ano de 2000, se eu não me engano. É outro argumento que eu posso usar para V.Exa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 2000?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Agora, eu sempre operei no meu nome de 86 até 2000, eu apenas opere no nome em 2005, mas é como se fosse eu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora mesmo que a FLABINGO não tivesse falido V.Sa. teria optado por operar em nome da senhora Rogéria?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Mesmo assim. Todo o patrimônio está no nome dela.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. me disse aqui que, por exemplo, não poderia jamais alienar um imóvel sem a concordância da sua esposa, por essa amarração jurídica que foi feita. Muito bem, mas a Sra. Rogéria nos diz que sempre foi dedicada às tarefas do lar e que não tem nenhuma experiência em mercado, nenhuma experiência em operações de compra e venda do que quer que seja, seja dos investimentos imobiliários que V.Sa.faz, seja das operações financeiras que V.Sa. faz.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Dos investimentos imobiliários ela tem total ciência, todas as escrituras ela acompanha, todos os investimentos ela toma conhecimento, o que ela disse e que eu repito, de mercado financeiro, ela não entende, ela é dona de casa, mas é boba, nunca foi boba.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ainda bem. Agora a pergunta era para ela. Então o senhor, por favor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nobre Relator, o senhor me permite uma participação. Olha, sem querer eu vou aguardar com paciência o meu

momento de poder, não quero em momento nenhum atrapalhar, mas veja bem, a Sra. Rogéria tem um requerimento para vir aqui nessa CPMI, e o Sr. Murilo de Almeida Rego tem outro requerimento, são dois requerimentos diferenciados. Agora há pouco acabou de estar depondo aqui a Fabiana Carneiro Carnaval, onde eu disse que existe uma máfia da família pororoca que trabalha dando prejuízo, desculpa o pororoca, porque a imprensa toda fala. Eu vou retirar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero solicitar que sejam retiradas das notas taquigráficas qualquer referência ao nome pororoca. Então apelo a V.Exa. Deputado Carlos Willian e se refira a família Almeida Rego porque fica mais elegante para todos nós.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ok. Eu achei que era até um apelido carinhoso da família, mas se não for não tem problema. Agora, Sr. Presidente, o requerimento é para ambos diferentes, um para um. Eu, pelo menos, não estou aqui preparado com o farto material que eu tenho que perguntar ao Sr. Murilo. Eu respeito a posição que ele apresentou para V.Exa. porque está doente, tem depressão e etc., mas eu não acredito que ele rasga dinheiro, que ele corra atas de avião. Se por um acaso acontecer algum problema ao patrimônio, está no nome de família, mas se for para a cadeia é ela, não é ele. Ele trabalhou aqui nessa Câmara dos Deputados como assessor do Sr. Lindberg Faria, teve que ter atestado médico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, V.Exa. conclua, V.Exa. me interrompeu, não tem problema nenhum, mas seja objetivo no encaminhamento que V.Exa. quer fazer.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O encaminhamento que eu proponho é o seguinte, podemos até ouvir os dois hoje, mas primeiro que nós ouvirmos todos os dados dela, para depois nós ouvirmos... Porque está tendo uma comunicação muito direta entre os dois, e eu acho que isso não vai trazer nenhum resultado. E mesmo porque eu não tenho certeza, eu devo ter visto, mandei a assessoria pesquisar, não sei se já tem uma declaração dela, se ela viesse aqui ela teria muita coisa a falar. Então, eu acredito que a presença do marido até possa inibir de falar alguma coisa. É a proposta que eu faço e eu concordo com V.Exa. a decisão que V.Exa. tomar eu vou acatar e aguardar tranquilamente o meu momento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço a V.Exa. por expor essa preocupação, e eu gostaria de dizer o seguinte, inclusive, me dirigindo aqui para os deponentes e para os seus Advogados. Eu, por enquan-

to, vou manter como nós começamos, com a presença de ambos aqui, agora é importante e eu vou pedir tanto ao Sr. Murilo, como a Sra. Rogéria que primeiro, esperem que o sub-relator conclua a pergunta, e que a pergunta seja respondida por quem está sendo indagado, por exemplo, agora eu tinha uma pergunta para a Sra. Rogéria, o Sr. Murilo se antecipou e respondeu. Se esse tipo de coisa acontecer e se isso atrapalhar na nossa condução dos trabalhos, eu então acatarei a sugestão do Deputado Carlos Willian para ouvirmos separadamente cada um dos dois. Então, eu vou dar aqui um voto de confiança para que possamos continuar do jeito que estamos, caso haja algum problema na condução da oitiva, então aí nós iremos mudar essa decisão. Mas eu entendo que a Sra. Rogéria teria condições de se opor à uma decisão de V.Sa. de vender um determinado bem, o que justifica que todos os bens estivessem em nome dela, mas ela não poderia se opor a uma decisão de V.Sa. de fazer determinada operação no mercado financeiro, e que, portanto, não justifica que o senhor opere no nome dela. Então, eu queria perguntar a Sra. Rogéria. A Sra. tem algum conhecimento, a Sra. tem algum acompanhamento das operações que o senhor seu marido realiza no mercado financeiro?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Conhecimento de operações? Não, Deputado. A única coisa que eu faço quando ele opera, eu recebo as notas de corretagem, verifico o saldo na minha conta, o extrato na minha conta e depois eu pago o imposto devido, e eu sei o quanto ele ganha, o quanto ele perde, o quanto ele deixa de ganhar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a senhora não seria capaz de, por exemplo, contestar uma decisão dele de realizar determinada operação no mercado?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Não, ele estando medicado, eu sabendo que ele medicado indo ao médico, eu não tenho porque contestar. Agora, como já aconteceram várias vezes no passado, antes de diagnosticar a doença, ele saiu comprando coisas absurdas sem ter, no momento, o capital para comprar esses bens, e, realmente, ficou difícil, entendeu?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas de 99 para cá quando ele transferiu os bens para V.Sa., quando ele passou a operar com o nome de V.Sa. houve alguma oportunidade que V.Sa. descordasse de determinada decisão dele, contestasse, se opusesse, discutisse, pedisse a ele que não realizasse determinada operação?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca aconteceu?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Que eu me lembre não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora se acha mais segura tendo em seu nome todos os bens da família e, principalmente, a senhora acha que preserva mais a sua família autorizando ao seu marido a operar no nome da senhora no mercado financeiro?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Sim. Eu me sinto mais segura.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora já realizou alguma atividade profissional remunerada?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Já.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Eu trabalhei na Câmara dos Vereadores com o Vereador Fernando Gusmão do PCdoB de 99 a 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora trabalhou com o Vereador Fernando Gusmão do PCdoB de 99 a 2004 na Câmara de Vereadores. Que atividades a senhora realizava no gabinete do Vereador?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Eu era assessora especial do Vereador. Eu era como uma secretária, fazia as anotações em agenda, marcava reunião com o pessoal da UNI, metalúrgica, políticos, jantares, coisa desse tipo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é a relação de vossa família com o Vereador Fernando Gusmão?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Vossa família, eu? De amizade. Somos amigos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, a senhora de 99 a 2004 foi assessora dele?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Murilo, o senhor nos disse aqui que estudou em Brasília. Desempenhou alguma atividade nesse período?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não. Foi em 88, Deputado, eu era garoto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor, alguma vez ocupou algum cargo no gabinete de algum parlamentar?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Sim, eu era assessor parlamentar do Deputado Lindberg Farias, era meu amigo pessoal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor era assessor do Deputado Lindberg, de que ano a que ano?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não me lembro agora, mas se não engano, de 94, 96.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nessa última passagem do Deputado Lindberg pela Câmara V.Sa. não foi assessor dele?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não mais?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Quando ele foi para o PSTU, não mais. PSTU, depois PT, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora nos anos de 2002 e 2003?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não. Quando ele era do PCdoB em 94.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que é que V.Sa. fazia no gabinete do Deputado Lindberg?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu não ficava só no gabinete, eu acompanhava ele, tinha um gabinete no Rio de Janeiro dele e aqui, acompanhava ele de terça a quinta e ia com ele nos lugares jantares, reuniões; coisa desse tipo. Mais um amigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que foi feito o convite pelo Vereador Fernando Gusmão para que a senhora assumisse uma vaga no gabinete dele?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Eu tinha acabado de ter a minha segunda filha e queria trabalhar, e pedi ao meu marido se tinha algum lugar que eu pudesse ir trabalhar, se ele conhecia alguém e tal, ele comunicou o Fernando que é nosso amigo, o Fernando estava precisando de uma pessoa no quadro e me chamou e eu fui trabalhar com ele, que eu queria trabalhar, sair de casa, trabalhar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fora o Deputado Lindberg e fora o Vereador Fernando Gusmão, com quais outros políticos os senhores têm relação?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Eu? Políticos?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim. A senhora conhece outro político no Rio de Janeiro?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Fernando Gusmão, Wagner Viter, Edmilson Valentim, Lindberg Farias, Carlos Henrique Peninha. Conheci em 2004, no final de 2004 o Sr. Marcelo Sereno.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que circunstâncias a senhora conheceu o Sr. Marcelo Sereno?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: No casamento do meu cunhado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Apenas nessa oportunidade?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Que eu conheci sim, depois eu tive relacionamento de amizade, conheci a mulher dele, a filha deles estudou no mesmo colégio da minha filha, e como somos conterrâneas, gaúchas, temos várias coisas em comum e tal e continuo sendo amiga dela até hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora sabe que... Antes disso. Sr. Murilo, o senhor já contribuiu para alguma campanha política?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Acho que não. Em nome da minha mulher só para o Fernando Gusmão, eu pedi par ela contribuir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, a senhora contribuiu para o Vereador Fernando Gusmão na eleição dele e aí foi escolhida assessora parlamentar. Essa contribuição foi antes ou depois de ser escolhida assessora parlamentar?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Foi depois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aconteceu na eleição de 2004?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Em 2004? Eu não...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque a senhora disse que ficou de 99 a 2004.

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Eu estava no gabinete já trabalhando quando eu contribuí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já estava lá?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Já.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não apenas da senhora ele recebeu contribuição, ele recebeu também do Christian irmão de vosso esposo e do Carlos Eduardo Carneiro Lemos primo do Christian. O Carlos Eduardo é primo do senhor também?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não, não é não

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É só do Christian?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: é só do Christian.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que a senhora saiu do gabinete do Vereador Fernando Gusmão?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Por que é que eu saí? Porque eu queria estudar, eu estava querendo fazer moda e aí saí do gabinete, e acabou que eu nem fiz moda e acabei perdendo o emprego.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora depois que conheceu o Marcelo Sereno poderia classificar hoje ele como uma pessoa amiga da família, amiga da senhora e do seu esposo?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Amigo, Deputado, a gente tem poucos, amigo, a gente não pode dizer que seja amigo, é uma pessoa conhecida, que o meu marido já conhecia antes, mas eu que posso dizer que sou amiga da mulher dele, e amigo de sair, uma vez ou outra .

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eles frequentam a casa de vocês?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Não. Uma vez a esposa dele esteve lá com a filha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Murilo, como que o senhor classifica a relação do senhor com o Marcelo Sereno?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Sou amigo do Marcelo Sereno.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Desde quando?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Desde do tempo que ele era da CUT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Portanto, já se vão muito anos?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Muitos anos .

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E nessa longa convivência os senhores já tiveram algum tipo de negócios juntos?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Jamais .

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa amizade, por acaso, ela veio se estreitar mais recentemente ou foi sempre uma amizade muito próxima?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Muito próxima não, uma amizade normal. Muita próxima eu tenho com dois amigos de infância, essa é uma amizade muito próxima. Com ele é amizade normal, não estreitou, foi sempre... Conheci ele há 10 anos na CUT quando era assessor do Deputado Lindberg Farias, e mantivemos contato ao longo dos anos, nada tão próximo, mas sou amigo dele, considero amigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já aconteceu de V.Sa., o Deputado Lindberg, o Marcelo Sereno juntos conversarem sobre operações do mercado, mesmo que avaliando a situação do mercado naquele determinado momento, já aconteceu isso?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não que eu me lembre, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Pode ter tido conversa sobre a conjuntura do país, alta dos juros, como está alto esse juros até hoje, coisa desse tipo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sra. Rogéria, qual é o patrimônio que a senhora tem declarado?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Meu patrimônio, Deputado, eu até fico constrangida de apresentar meu patrimônio, porque eu moro em uma cidade do Rio de Janeiro onde a violência é muito grande, onde eu moro num condomínio muito visado, e uma coisa que está sendo, não sei se está sendo transmitida e tal, mas eu me sinto muito mal de ter que fazer isso, mas eu posso lhe mostrar

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (33:06): Sr. Relator, se o senhor me permitir uma opinião, eu acho que ela poderia apresentar somente para o senhor e não tornar público.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem problema. Esse é o patrimônio que V.Sa. declarou em 2004?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Sim, 2005 não tem ainda porque é agora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. mora no condomínio Golden Green, não é isso? Na barra da Tijuca.

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Moro há exatamente oito anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. poderia me apontar aqui na declaração de imposto de renda onde é que está discriminado esse imóvel? Esse é um condomínio de alto luxo no Rio de Janeiro.

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu não sei se V.Sa. tem conhecimento, mas nós fizemos um rápido levantamento, mas em média os imóveis no condomínio Golden Green eles têm uma avaliação muito superior ao que V.Sa. está declarando aqui.

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Mas o senhor está vendo que aqui é uma parte e aqui é outra parte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então V.Sa. por favor, me mostre onde está o valor do imóvel.

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Aqui foi entrada e o valor do imóvel está aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo. É um imóvel de que dimensão? Quantos metros têm esse imóvel?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Quatrocentos e poucos metros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. possui carros importados?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está discriminado aqui na declaração?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Não porque eu comprei nesse ano, no ano passado, vou declarar nesse ano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E é de conhecimento que V.Sas. possuem esses bens? Bens de luxo?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Como assim de conhecimento público?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque existem uma série de denunciante que vieram a público recentemente falar do patrimônio da Sra. Rogéria e do senhor. Então, é por isso que estou perguntando, se é de conhecimento público esse estilo que vida que os senhores possuem.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: É. Esse estilo de vida é um estilo que eu possuo há muito tempo, eu sempre morei em condomínio de luxo, com 23 anos já morava na Vieira Souto, portanto, todo mundo me conhece no Rio de Janeiro, eu sempre fui rico, Deputado, eu nunca fui pobre. Se eu for falar para V.Exa. que eu era pobre... Então...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E não há nenhum problema ser rico.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Pois é, isso que eu queria perguntar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora eu pergunto a V.Sa., os senhores ainda possuem esse apartamento na Vieira Souto?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): ele foi vendido?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não foi vendido, esse apartamento era alugado. Isso foi de 94 a 98.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A gente percebe aqui que os senhores possuem muitos imóveis. Quantos imóveis os senhores possuem?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Em torno de 85.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 85 imóveis.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Na verdade, Deputado, são suítes de hotel, a gente tem participação em hotéis.

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: E o senhor pode ver que é a prestação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 85 imóveis. Agora me digam uma coisa, fora os imóveis, o apartamento onde moram, os carros que possuem, o que é que mais consta dessa declaração de imposto de renda? As aplicações constam daqui?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Constam as aplicações financeiras de todos esses anos, todas as operações de bolsa, os ganhos, todos eles declarados no nosso imposto de renda, consta lucro imobiliário de venda de apartamentos, alguns apartamentos que obtiveram lucro, consta isso tudo, Deputado, mas se o senhor quiser mais minucioso os dados, eu posso caminhar a V.Exa., sem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Existe algum procedimento da Receita Federal contra a senhora, Dra. Rogéria? Alguma vez a senhora foi acionada pela Receita para, eventualmente, prestar informações sobre o seu patrimônio?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Sim, eu cá na malha fina em 2000... Eles estavam questionando o ano de 99 de umas ações que eu tinha da BRASIL TELECOM, mas não deram continuidade a isso e o prazo...

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Posso explicar, você não sabe direito? Posso explicar, Excelência?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Ela caiu na malha fina porque estava investigando o meu pai, meu pai estava na malha fina, e meu pai havia doado 1 milhão e 400 mil reais para gente, no caso, a Rogéria. Então como ele foi investigado na Receita Federal ela foi, em seguida, por conta dele. Já foi feito, o que chamam de pente fino no ano de 2005 e 2004, e deram ok e já recebemos aquela restituição, e agora estão investigando de 2000 e 2003, está nesse patamar na Receita Federal, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas há um procedimento que investiga do ponto de vista fiscal a Sra. Rogéria e também o senhor?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: A mim?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim. Ou somente a ela?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não, porque está no nome dela, mas é...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor declara imposto de renda?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Declaro isento. [pronunciamento fora do microfone].[inaudível]

SR. MURILO ALMEIDA REGO: é porque é a mesma coisa eu e ela. Pode ser no meu, eu acho que não tem estranheza nenhuma esse fato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, tudo bem. O que eu, sinceramente, analisando essas declarações, ou seja, o que consta do imposto de renda de V.Sas., 85 imóveis, quer dizer, aplicações financeiras, me parece que aqui há uma clara subavaliação dos bens.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Subavaliação? Deputado, eu posso dizer que se houver subavaliação é por conta das empreiteiras como a GAFISA, João Fortes, que elas é que vendem nesse valor, então, se tiver que investigar porque é que eles vendem barato, tem que ser com eles, não comigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é a relação da V.Sa. com vosso pai Haroldo de Almeida Rego?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Minha relação com meu pai foi sempre conturbada desde criança, a gente fala, volta a fala, briga, fica dois anos sem falar, volta e fala de novo; é mais ou menos assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa foi uma

característica quase que também dos seus irmãos, porque o Christian disse isso aqui.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu não sei o que é que o meu irmão disse, mas o que eu digo aqui é verdade, é a mais pura verdade, é fácil de chegar isso, é muito fácil de checar, não tem a relação. E ele não tem por um motivo muito simples, Deputado, a minha mãe não é a mesma mãe do Christian. Eu fui criado por outra mãe, uma parte da minha vida, Ana Terra Borba casada com Danilo Caymmi, com seu avô Dorival Caymmi meu avô e Estela Caymmi. Portanto, são coisas diferentes, a relação do meu irmão, do Christian com meu pai, acredito que seja melhor do que a minha relação com ele, mas isso não tem problema nenhum, porque eu acho que meu pai não tem nada errado, não fez nada errado, e estou aqui para responder qualquer coisa nesse sentido também, não vejo problema nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor já operou com seu pai em algum tipo de atividade?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Operei, eu era o responsável por encerrar as atividades da Corretora Carioca no ano de 92 quando meu pai saiu do mercado financeiro e vendeu a Corretora para o Sr. Nacle Gebran, enquanto não passava para o Banco Central o nome, eu tinha que ficar lá porque a responsabilidade seria do meu pai, então acompanhei, fiquei um ano acompanhando até o Banco Central cancelar o novo dono, portanto, trabalhei com meu pai sim, e trabalhei antes como auxiliar de pregão da Corretora Carioca em 86, aí sim o meu pai trabalhava no mercado financeiro e tinha fundo de pensão, vários fundos como cliente, nessa época. Por isso que dizem fundo de pensão... Nessa época tinha vários fundos de pensão que operava na Corretora Carioca e meu pai era o dono.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais eram os anos?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Anos de 86, 87, 88, 89.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é a movimentação financeira de V.Sa.?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Como assim?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque todos os patrimônios, todo o patrimônio de V.Sa. está declarado em nome de vossa esposa. V.Sa. opera em nome dela, mas eu presumo que V.Sa. tem movimentação financeira própria.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não tenho, eu não tenho conta em Banco desde o ano de 96.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela assina tudo?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Ela assina tudo e eu sou dependente da conta dela, no cartão de crédito, essas coisas. É como se fosse uma coisa só, porque o casamento...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual o regime matrimonial de V.Sas.?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Nós somos solteiro, mas casado há 16 anos. Casado com fé amigado é.

[risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (43:07): Eu gostaria apenas de esclarecer que eles, na verdade, têm uma sociedade de fato, uma situação, de fato, há mais de 16 anos. Considerando-se o Novo Código Civil, eu diria que sobre o aspecto patrimonial e financeiro é mais do que um casamento no regime de comunicação total ou de comunhão parcial de bens.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Só depois que ingressar na justiça não é, doutor, enquanto não o fizer não tem o direito reconhecido.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos evitar os debates paralelos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não é paralelo não, Relator, o Advogado pode falar e eu não posso contestar?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian. Sr. Murilo existe alguma corretora, alguma instituição financeira com que atualmente o senhor opere com mais frequência?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: No momento não tenho operado com ninguém, desde de 2004. Eu tenho o quadro. Pode me passar o quadro, Rogéria, por favor? No ano de 2005 eu não operei nada. A última vez que eu operei, o ano foi 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode me passar esse papel, por favor?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Esse é BM&F, o ganho consolidado do mês. São várias operações...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está bom. E aqui é o líquido?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Aqui em baixo é o líquido. Aqui tem o da Bovespa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Existe alguma

explicação para o senhor ter deixado de operar na Bovespa em 2001 e 2002? E de não ter operado na BM&F em 2001? Existe alguma explicação para isso?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não é todo ano e nem todo mês que eu opero, Excelência, eu opero quando eu enxergo oportunidade de negócios.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas são bem espalhadas as operações? O senhor não opera com frequência?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Já operei com muita frequência, mas foi na década de 90, aí V.Exa. tem que pedir para a BM&F e a Bovespa puxar porque vai ter bastante operação no meu nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O problema é que a gente não pode fazer essa comparação, afinal de contas, a investigação nossa começa em 2000. Sra. Rogéria, o Cristiano Costa Beber é vosso irmão?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele tem algum tipo de sociedade com a família de vocês?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é a atividade do Cristiano?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Meu irmão é empresário, comerciante, dono de loja.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele opera no mercado financeiro?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Deve operar. Opera, não sei de vida dele, assim, o que é que ele faz.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Posso responder?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Ele já operou, acho que no momento não está operando, mas ele já operou, hoje ele tem umas lojas de roupa, Colcci, aquela loja Colcci.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já operou com ele?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Já.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De que forma?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu dei ordem a ele, como dou a todas as corretoras. Compra isso e vende aquilo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por falar nas ordens de compra isso e vende aquilo. Presumo eu, que do ponto de vista legal, a Sra. Rogéria tinha que assinar alguns papéis?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não. Na ficha cadastral está como eu autorizando, a pessoa autorizada a emitir as ordens, portanto, não precisa... Qualquer pessoa pode destacar três pessoas na ficha cadastral que estariam autorizadas a operar no lugar dela, portanto, sou eu o operador no lugar dela. Mais um exemplo clássico, Deputado, que a própria BM&F e a Bovespa que criaram esse critério, então eu apenas cumpri o critério, eu posso operar no nome dela.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nessas operações de Bovespa, o senhor só operou *Day Trade* ou fez outras operações?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Fiz outras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente que tipo de papéis o senhor procurava negociar na Bovespa?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Na Bovespa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas elas preferem ser de investimento do senhor?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Olha, Deputado, eu não diria que eu sou um investidor, eu sou um especulador. Na verdade, todo investidor é especulador. Se V.Exa. apontar uma data que eu possa me recordar para eu poder dizer o que é que eu fiz.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos ser aqui democráticos. Vamos lá, junho de 2000 e março de 2004, porque V.Sa., pelo que me apresentou aqui, os dois maiores volumes de operação um se registra em junho de 2000 e o outro em março de 2004.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Essa operação maior com ganho de 632 mil, 807 reais declarada no meu imposto de renda, operações oriundas de garimpagem de papel de balcão no Sul, TELESC, Telefônica do Sul. Essa operação muita gente comprou, o BANCO OPPORTUNITY comprou muito desse papel, eu garimpei um pouquinho para mim, era uma boa oportunidade, depois eles viraram ações, eu acho que vieram pelo Bradesco ou pelo BANCO REAL, e eu obtive um lucro aqui, não sei exatamente, mas deve ter sido uns 400, 500 mil reais nessa operação, portanto, uma operação a vista. A outra operação no valor de 70 mil reais, não sei se uma operação só ou várias, eu não posso destacar porque eu não tenho aqui as notas de corretagem, eu posso mandar para V.Exa. E

2000 não me lembro. 2004 eu também não me lembro, porque eu não estou com a nota de corretagem aqui. Mas, geralmente, operação de opção de TELEMAR à vista no seco, eu mantinha uma posição também de TELEMAR na Corretora ÁGORA SÊNIOR, fiz alguma coisa nesse sentido, especulava com Petrobrás, com Vale, comprava e vendia, me lembro disso, isso não é difícil de explicar, V.Exa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor considera que ganhou mais ou perdeu mais nas operações, em geral, que fez nesses últimos cinco anos?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Nesses anos eu fui ganhador.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): São esses resultados aqui?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: São exatamente esses.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Todos esses números estão registrados na declaração de imposto de renda da Sra. Rogéria?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Todos eles?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. já foi filiado a algum partido político?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. V.Sa. conhece o Carlos Eduardo Carneiro Lemos?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é a relação de V.Sa. com ele.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Hoje nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E quando é que o senhor já teve relação com ele?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu briguei com ele quando ele trabalhava no mercado financeiro, eu trabalhava também, ele trabalhava, eu acho, que na Cinco Corretora, eu tive um problema com ele numa operação e briguei com ele. Fiquei muitos anos sem falar com ele, não me lembro quando voltei a falar, eu acho que voltei a falar em 2003. E o que mais eu posso dizer? Bom, isso é fácil de V.Exa. constatar, é só pelo sigilo telefônico dele, ou meu, quem se fala alguma vez em cinco, seis anos vai ver que ele não falou comigo, com certeza, porque eu não falava com ele. A partir de 2003 voltei a falar com ele esporadicamente por conta do meu irmão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode explicar isso melhor?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Posso explicar. Ele é primo do meu irmão, eu sou irmão do primo dele, às vezes a gente se senta e conversa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É porque quando V.Sa. falou por conta do meu irmão, deixou subentendido que poderia existir algum tipo de interesse ou negócio em que e V.Sa. estivesse participando com seu irmão e que o Sr. Carlos também estivesse envolvido. Já aconteceu isso?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Participando de negócio não, mas conversar sobre o mercado, já conversamos várias vezes, eu não vejo isso... Isso eu conversei com o meu irmão todo dia, aliás, sobre mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor é muito próximo ao Christian?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: sou próximo ao meu irmão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Sra. Rogéria foi uma das sócias da ARBOR? De quando a quando? A senhora poderia dizer, por favor?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Da ARBOR não. Da RILEND(F) da NEW RILEND(F). De 21/08/2003 a 04/09/2004. De 21/08/2002, desculpa, 21 de agosto de 2002 a 4 de setembro de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora figurou em que empresa?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: NEW RILEND(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A NEW RILEND(F) tinha controle da ARBOR?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora nunca teve nada com a ARBOR?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Nunca.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Posso explicar, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Ela foi constituída em agosto de 2002 sob a denominação de NEW RILEND(F), em setembro de 2003 a denominação foi modificada para ARBOR Gestão de Recursos Financeiros. Eu tive a oportunidade de encaminhar já à CPI

essa evolução do capital social integral da ARBOR e todas as alterações contratuais comprovando todo o quadro societário. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era o percentual que a Sra. Rogéria possuía nessa empresa NEW RILEND(F)?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: 500 cotas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a senhora reafirma que nunca teve nenhuma participação na ARBOR, só na NEW RILEND(F)?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando era ARBOR a senhora já tinha saído?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Já.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu tenho em mãos aqui, que me foi trazido pela assessoria um documento. A senhora pode ver. ARBOR RED(F) fundo de aplicação em cotas de fundos de investimentos financeiros. Por acaso, esse ARBOR RED(F) ele concentrou vários investimentos da NÚCLEOS. A gente vai chegar nisso depois. Ao vem aqui, Ata da Assembléia Geral de Condôminos realizada em 29 de março de 2004. A senhora participou dessa reunião?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E porque é que a assinatura da senhora consta aqui? A senhora reconhece aqui a sua assinatura? Como é que a senhora pode explicar isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (55:12): Posso auxiliá-la num esclarecimento, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por enquanto não. Se o senhor quiser pode orientá-la?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Isso aqui é quem tinha dinheiro no fundo, é isso? É quem tinha dinheiro aplicado no fundo. É isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a senhora era a investidora do fundo da ARBOR?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas não participou dessa reunião?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Eu achei que o senhor tivesse perguntado, V.Exa. tivesse perguntado se eu era sócia da ARBOR nesse período aqui, e eu falei que não e, realmente, as pessoas que tinham dinheiro, que participaram da... É, realmente, isso aqui,

eu estou vendo aqui Vanessa Maila, minha cunhada, Roberto, eu cunhado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora não participou dessa reunião? A senhora disse aqui que não participou.

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Mas eu não sei o que senhor estava falando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu li aqui a ata da Assembléia Geral de Condôminos realizada em 29 de março de 2004, ARBOR RED(F) Fundos e Aplicação em Cotas de Fundo de Investimento Financeiro. Aí perguntei: a senhora participou dessa reunião da assembléia? A senhora disse: não. Eu perguntei: como é que a assinatura da senhora...

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Não. Mas que logo em seguida...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora, então participou da reunião?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Sim, ao questionamento de seu eu era sócia da ARBOR ou não. Eu falei que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que é que foi discutido nessa reunião que a senhora participou?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: De investimentos, eu não recordo aqui, eu já falei no começo que eu não entendo nada de investimentos, eu só fui como representante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora tem certeza que depois não levaram esse documento para a senhora assinar?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora se lembra da Assembléia Geral de Cotistas do ARBOR Fundo de Investimento?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Deixa-me ver. Posso ver?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu estou perguntando primeiro se a senhora se lembra, depois eu mostro a senhora.

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Deputado, eu não entendo nada de mercado, eu não sei nada de mercado, a única coisa é que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo bem. Mas houve?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora participou dessa Assembléia Geral de Cotistas que aconteceu em 18/01/2005 às 10 horas?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Isso eu não sei, não lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora sabe quem era o administrador desse fundo da ARBOR?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Deputado, eu não sei nada, quem fazia isso era o meu marido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a senhora assina aqui, mais uma vez, a senhora pode reconhecer sua assinatura como tendo participado da Assembléia Geral de Cotistas desse Fundo da ARBOR.

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Eu era cotista, se me chamaram eu fui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora tem certeza que participou tanto dessa reunião como dessa daqui? Como é que eram feitas as discussões?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Qual o endereço? Tem o endereço?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dessa última? Da Assembléia Geral? Aconteceu na Sede Social do Administrador, Av. Engenheiro Luiz, Carlos Berrini 716, 10º andar, São Paulo. Capital.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Ela não foi não.

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Se fosse na ARBOR, tudo bem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que consta a assinatura dela?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Talvez alguém colheu a assinatura dela, mas nessa reunião ela não foi não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Assina aqui o Sr. Haroldo de Almeida Rego, vosso pai.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não. Esse é meu avô. Acho que essa reunião é dos cotistas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele também tinha participação nesse Fundo da ARBOR?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Tinha. Tem até hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem da família tem participação nesse Fundo da ARBOR?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Meu tio, Marcos de Almeida Rego, meu irmão Christian de Almeida Rego, e acho que o Haroldo Neto tem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A família toda, quase. O senhores têm a maioria do controle desse Fundo?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Qual fundo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Desse Fundo de Investimentos da ARBOR.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Da ARBOR em si?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): ARBOR Fundo de Investimento Financeiro.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Hoje não tem quase nenhum cliente, só tem o meu avô e a Rogéria, a Rogéria tem 15 mil reais e o meu avô tem 600 mil. O resto foi tudo embora depois da CPI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Christian quando esteve nessa CPI, ele disse claramente que convidou a Sra. Rogéria para participar da ARBOR ASSET(F) porque seria uma forma de ter o senhor ao lado dele, de ter conhecimento do senhor e etc. Mas, no entanto, os senhores dizem aqui que nunca participaram da ARBOR ASSET(F).

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Deputado, V.Exa. quer saber da ARBOR? A história da ARBOR?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o senhor quiser contar, fique à vontade.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu constituí a empresa, se não me engano, com a Rogéria, com o meu irmão e com o meu tio, se, não me engano, meu ti entrou depois. Nós ficamos pouco tempo. Nesse período só tinha dinheiro aplicado, meu, no Fundo, no nome da Rogéria. Depois desse período que eu saí e a Rogéria saiu também. Eu vou explicar porque é que saiu. E vou lhe explicar também, Excelência, que não existe nenhum problema em eu ser sócio da ARBOR até hoje, ou a minha mulher, não existe nenhum problema, apenas foi uma opção minha, porque era um mercado difícil, competitivo que precisava um grande volume administrado, porque as taxas de administrações são pequenas, 0,5%; 0,2%. Então para pagar o custo de um escritório, com várias pessoas e dar lucro, demandava muito trabalho, e para mim isso não interessou, essa atividade ASSET não interessou, mas eu não vejo nenhum problema nisso. Depois V.Exa. vai querer tocar nesse assunto porque, eventualmente, eu estava olhando o depoimento que a ARBOR recebeu

dinheiro do Fundo NÚCLEOS. Então quando V.Exa. chegar nessa parte eu explico. Mas não há nada errado lá na ARBOR, Excelência. Zero.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Carlos Eduardo Carneiro Lemos, depois de sair da Gerência de Investimentos da PRECE, um pouco tempo depois ele foi trabalhar na ARBOR. O senhor confirma?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Confirmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor concordou com a decisão do Christian de convidá-lo para trabalhar na ARBOR?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Essa foi uma decisão dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dele quem?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Do meu irmão. Eu não era dono.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a sua esposa?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Acho que não. Ela não saiu comigo na mesma data? Cadê o contrato social? Mas respondendo a pergunta de V.Exa., eu concordaria, ele é um ótimo profissional, eu não vejo porque.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece, a senhora conhece a Fabiana Carneiro Carnaval?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que a senhora conheceu ela?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Conheci há 16 anos em festas de família, mas não tenho nenhum relacionamento com a Fabiana. Zero.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor conhece a Fabiana?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Conhece bem?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Tem que conhecer. A minha mãe era casada com o meu pai, eu era pequenininho, ela era filha da irmã da minha madrastra. Como que eu não vou conhecer? Eu conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor, alguma vez esteve na NÚCLEOS em contato com a Fabiana?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Excelência, eu nunca estive nem na NÚCLEOS, nem em nenhum Fundo de Pensão. Eu não trabalho no mercado financeiro, eu sou investidor pessoa física.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe a que é que se deveu a escolha da Fabiana para ocupar o cargo de Gerente de Investimentos da NÚCLEOS?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu não sei não, Deputado. Ela era do Icatu, eu estava vendo ali fora, na televisão, no depoimento dela aqui, ela disse que era do Icatu, profissional competente e foi chamada para a empresa. Eu não sei, eu não tenho nada a ver com a Fabiana, ela não é minha prima, a diferença de idade minha para ela é grande, eu conheço ela, lógico que conheço, em festas de natais e aniversários nos encontramos, agora coincidências acontecem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela não é sua prima, mas é prima de seu irmão que também já foi seu sócio, e que possui negócios com o senhor em fundos de investimentos e etc... Surpreendentemente, ela ocupou a Gerência de Investimentos da NÚCLEOS, quando a NÚCLEOS trabalhou com a ARBOR e com esse fundo específico que V.Sa., aliás vossa esposa é cotista, ela é prima do Carlos Eduardo Carneiro Lemos que depois foi trabalhar na ARBOR que foi Gerente de Investimentos da PRECE, ela é sobrinha da Sra. Sandra que foi da REFER. Então, o senhor acha que tudo isso é muita coincidência?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não é coincidência, não pode impedir as pessoas de trabalhar em Fundos de Pensão. Tem um monte de gente que trabalha aí, o Presidente do Banco Central, o primo dele é de uma ASSET, o outro é do outro, quer dizer, ao longo de 20 anos porque três pessoas trabalharam em Fundo de Pensão, eu não estou chamando isso de coincidência não. Agora, digo e repito com veemência, não existiu nenhum favorecimento da NÚCLEOS em relação a ARBOR. Zero.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A NÚCLEOS só fez...

SR. MURILO ALMEIDA REGO: O Fundo ARBOR, me perdoe, Excelência, o Fundo ARBOR é um fundo 5 estrelas, classificado pela Revista Exame. A ARBOR foi classificada pelo Banco Central como “top five” em previsão de inflação, era um fundo aberto e que não existia... Nós, quando eu respondo, nós, é porque não está meu tio aqui e nem meu irmão, e não sei se ele soube responder. Mas o nosso fundo aberto recebia investimento de qualquer pessoa, e recebeu no BANCO INDUSTRIAL. O BANCO INDUSTRIAL tinha um

FAC que aplicava em todos os Fundos, e escolheu a ARBOR porque era um Fundo 5 Estrelas, um dos mais rentáveis do mercado naquele ano. Então, dessa parte, mesmo que a NÚCLEOS aplicasse diretamente, eu digo V.Exa., não haveria problema nenhum, porque lá não houve nenhum problema, a rentabilidade foi excelente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Perfeito. E aí o ARBOR, esse Fundo que nós estamos nos referindo, que concentrou um grande volume de investimentos da NÚCLEOS, a NÚCLEOS era uma das principais cotistas desse Fundo, evidente que os resultados milionários que, eventualmente, se produzisse, iria beneficiar bastante aos senhores que eram, no caso, sócio da NÚCLEOS, naquele Fundo. A NÚCLEOS tinha cotas nos Fundos.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: V.Exa. está colocando que a NÚCLEOS tinha dinheiro no BANCO INDUSTRIAL e o INDUSTRIAL colocou dinheiro na ARBOR. Mas V.Exa. está colocando recursos milionários, na verdade, esse é um fundo multi-mercado que ele aplicou altamente líquido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era o volume?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu não sei, porque eu não era de lá. Milionário é mais de 1 milhão, então é milionário, deve ter mais de 20 milhões nesse fundo, devia ter, então era milionário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, era milionário?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Era um fundo milionário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou V.Sa. acha que 20 milhões é pouco?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu acho 20 milhões muito, mas era líquido e você podia sacar a qualquer hora, não era debênture, não era CDB do BANCO SANTOS. Quando foi pedido resgate, foi sacado na hora, a rentabilidade estava acima do CDI, portanto, eu digo e afirmo, na pessoa do meu tio que era o dirigente majoritário da empresa que lá não existiu nada errado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Sr. Benito Siciliano?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca ouvi falar?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Já ouvi falar, Benito Siciliano é uma pessoa conhecidíssima no mercado. Quando eu trabalhava no mercado em 96 ele já era conhecido, mas eu não o conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem boas os más referências a respeito dele?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Nem boas, nem más. Um sujeito truculento, eu ouço dizer isso, tem vários inimigos, mas é história de ouvir falar, comigo eu não conheço, nunca...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor conhece Adalberto Carmona Cortez?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De onde o senhor conhece ele?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Do PCdoB.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele foi indicado para Dirigente da REFER pelo PCdoB. O senhor tem essa informação?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é, ele foi. Mas o senhor conheceu ele do PCdoB, interessante. Com é que em reuniões do Partido, era isso?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Ali em baixo do Partido tem um barzinho, todo mundo tomou um cho-pinho na sexta-feira e conheci ele ali, mas tem muito tempo isso aí, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o senhor tem afinidade histórica com o PCdoB?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Posso dizer que tenho grandes amigos lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Frequentou muito a sede do PCdoB?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o Eduardo Cunha Teles, o senhor conhece?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. E Bruno Graim?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem certeza que não conhece Bruno Graim?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Tenho certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas certamente o Alexandre Ataíde o senhor conhece?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Conheço. Eu emprestei dinheiro a ele. Dei, na verdade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor deu quanto a ele?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Dei 20 mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que é que o senhor deu 20 mil reais a ele?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Porque não tinha o que comer. Falou que não tinha o que comer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece ele desde quando?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Desde que nasceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele era amigo do seu pai?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Era.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Portanto, ele tinha um convívio muito próxima com sua família?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Com meu pai sim, com a minha família também. Isso aí estamos falando de 1968, 1970.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa amizade do seu pai se transferiu para você ou não?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Amizade com ele não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor tinha relacionamento ele.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Tinha relacionamento com ele. Eu gostava dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tinha o hábito de falar sempre com ele? O senhor gostava dele?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Gostava dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe porque ele brigou com vosso pai, o Haroldo Filho?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Sei. Porque o meu pai carregava uma posição grande de bombril, na época, e ele parece que tinha combinado de ter uma participação nessa compra, e aí o papel subiu e depois caiu, não sei que confusão que deu, só sei que meu

pai perdeu dinheiro com papel e ele queria receber o dinheiro. Meu pai não quis pagar e aí ele começou com essa... O que é que ele com um livro de 37 páginas? Um dossiê. Ele começou com esse dossiê dele. Mas comigo nunca tive problema com ele, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Guilherme de Ataíde já prestou serviço para a família de V.Sa.?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Que eu saiba não, eu não conheço, Guilherme eu não conheço, sei que é irmão dele porque vi no jornal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. soube da briga que ele teve com o Christian num shopping no Rio de Janeiro, não soube?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Soube.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que V.Sa. avaliou esse entreviro entre os dois?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu avaliei que ele estava alcoolizado no momento, gritando muito alto no shopping, chamando meu pai de ladrão, de vagabundo, de tudo mais dentro do shopping, acuando meu irmão, meu irmão tentando não fazer nada, até que meu irmão brigou com ele, derrubou ele, imobilizou ele, na verdade. Nem bateu nele. Se quisesse bater nele tinha batido. Eu, se fosse eu, tinha batido nele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor alguma vez já ameaçou ele fisicamente?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque ele aqui quando esteve nos disse que ameaçado tanto pelo Christian, seu irmão, como pelo senhor.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Ele falou um monte de coisa mas não provou nada até agora. Desafio ele a provar alguma coisa aí, nesse dossiê dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora quer falar?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Eu quero. Eu estava presente no dia da briga. Ele estava alcoolizado, começou a ofender. Eu estava com as minhas duas filhas, minha mãe, o Christian e a esposa. Ele começou a ofender, gritar, ameaçando o Christian que ia matar. Ele falava: "Vou te dar um tiro, vou te dar um tiro agora seu moleque, vagabundo. A tua família não presta", e não sei o que. O Christian saiu. Falou: "Não quero brigar com você, não quero brigar". Até me surpreendi assim, porque o Christian é uma pessoa mais, não diria agressiva, mas se fosse outra ocasião, eu acho que ele teria dado mesmo, pelo fato do Alexandre ter ofendido

tanto assim, e foi super calmo e ele falou: “Então, vou te pegar”. Ele ameaçou o Christian. O Christian falou: “Venha”. Aí ele foi para cima do Christian e o Christian imobilizou. E depois ele disse que quebrou duas costelas, não sei o que, que não foi nada disso. Inclusive no dia, o segurança do Shopping Fashion Mall no Rio de Janeiro perguntou se a gente queria... Era dia 29 de dezembro de 2004, eu acho. Perguntou se queria testemunha porque ele que começou tudo. Que fique bem claro isso. Ele que começou tudo. Estava, inclusive, sentado com um amigo que nem, sequer, se mexeu, esse amigo dele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (1:15): Ele fez dois registros, o Alexandre Ataíde, fez dois registros de crime na 15ª Delegacia Policial no Rio, na Gávea, uma em relação ao Christian que foi esse que a Rogéria acabou de narrar lá no Shopping Fashion Mall. Ele diz que quebrou, fraturou duas costelas, mas, curiosamente, o laudo do Instituto Medido Legal veio com ausência de vestígios de lesão, isso em relação ao Christian. O Ataíde e o Christian. E com relação ao Murilo, dois meses depois ele inventou um crime de ameaça de morte, do Murilo em relação a ele. Declinou um número de telefone lá na Delegacia, investigam, foi para a Justiça, o Promotor quando recebeu aquelas peças, por absoluta inconsistência de prova mandou arquivar, pediu ao juiz o arquivamento, e o juiz determinou o arquivamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Alexandre Ataíde afirma que o Guilherme, irmão dele, serviu de laranja para V.Sa. Como é que V.Sa. interpreta isso?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Para mim? Eu queria saber como.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele estaria incriminando o próprio irmão.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu queria saber como. V.Exa. podia explicar melhor? Laranja para mim?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que ele disse foi o seguinte? Que em determinadas operações que V.Sa. não queria parecer, colocava o irmão dele o Guilherme Ataíde?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu ou o meu pai? Ele está falando de mim?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, pode ter sido com relação ao seu pai. O Guilherme trabalhou com seu pai?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não. Mas eu digo porque isso aí que ele está falando, eu sei porque saiu

no jornal, que ele era cliente da Corretora SAFIC que eles denominaram...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eles quem?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Esse sujeito irmão do Alexandre Ataíde, o Guilherme. E ele disse que na SAFIC que ele usava o irmão de laranja para a SAFIC que era do meu pai. Ora, a SAFIC nunca foi do meu pai. A SAFIC nunca foi do meu pai, meu irmão tinha 10% da SAFIC e o outro sócio era James Alvim Netto, eu era cliente da SAFIC, como sou cliente de várias corretoras. Quer dizer, eu vou usar ele de laranja...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual dos irmãos era sócio da SAFIC?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Haroldo de Almeida Rego Neto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Sr. Ricardo que trabalha na NOVA INVESTE?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece ele de onde?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu conheço do mercado, da NOVA INVESTE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele já foi sócio do Christian em algum negócio?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não sei, Excelência, isso aí ele nunca me falou não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também o senhor não sabe se ele já foi sócio do Carlos Eduardo Carneiro Lemos?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu acho que sim, pode ter sido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já foi?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não sei se já foi, pode ter sido, eles eram amigos. Eu não sou amigo dele não, do Ricardo, ele é apenas prestador de ordem, eu dou ordem a ele lá, compra e vende.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aquela doação que a senhora fez para o Vereador Fernando Gusmão, a senhora doou quanto?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: 21 mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foram declaradas essas doações?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Foram declaradas no imposto de renda? Não lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foram declaradas na prestação de contas do Vereador?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Como era funcionária eu não... Quem fez tudo isso foi o Romário que trabalhava lá e aí... Foi declarado? Então foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe que denúncias indicam que a ARBOR poderia ter movimentado recursos vultuosos para apoiar candidatos petistas no Rio de Janeiro? O senhor ouviu falar disso?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Isso é uma mentira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fora o Fernando ninguém mais recebeu apoio financeiro de vocês?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não. Só o Fernando recebeu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Somente ele?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Somente ele, declarado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Marcelo Sereno nunca pediu contribuição para campanhas à família dos senhores?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca pediu? O senhor conhece o Sr. Manoel Severino?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ex-presidente da Casa da moeda?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De onde é que o senhor conhece ele?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Da política do Rio de Janeiro, do mesmo tempo do Lindberg.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Portanto, havia uma relação entre os senhores, ou seja, era um grupo de pessoas que conversavam, que se entendiam. Estou certo?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Um grupo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Um grupo, sem nenhum problema. Eram pessoas que se juntavam para conversar, para discutir, enfim, que desfrutavam do mesmo ambiente.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Mesmo ambiente não. A gente não desfrutava do mesmo ambiente não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E como é que o senhor conheceu o Sr. Manoel Severino?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: No Rio de Janeiro eu conheço um monte de gente. O Manoel Severino... Não tem nada demais conhecer o Manoel Severino. Conheço, já fui ao bar com ele, já almocei com ele, já jantei com ele, eu conheço ele. É isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É claro que a pergunta e essa? E o senhor está defensivamente dizendo que não tem nada demais e hora nenhuma eu disse que tem alguma coisa demais, eu só estou perguntando ao senhor.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Grupo. Grupo é quando se encontra mais de duas pessoas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então os encontros com o Sr. Manoel Severino só foram a dois, o senhor e ele?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não lembro. Não vejo importância no Manoel Severino.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas nós vemos porque o Sr. Manoel Severino está envolvido na nossa investigação.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Sim, mas comigo ele não está envolvido não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para frisar bem, eu falei em grupo, eu não falei em bando. Sra. Rogéria, a senhora possui alguma conta no BANK DE BOSTON?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Possuía.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até quando?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: 2002, 2002, 2003, não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que desativou essa conta?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Por que é que eu desativei? Porque o Banco queria que aplicasse o dinheiro lá, com eles e eu estava aplicando no Fundo da ARBOR, e aí eles começaram a colocar empecilhos e tal, e eu simplesmente saí do Banco e encerrei a conta e não é a única conta que eu tenho, eu tenho outras contas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era a conta de número 000021879110, confirma?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Eu acredito que sim, foi divulgado pelo Sr. Alexandre Ataíde essa conta no jornal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi nessa conta que os senhores deram 20 mil reais a ele?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente, por isso que ele tem os meus dados, porque eu dei um cheque de 20 mil reais a ele do BANK OF BOSTON.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Murilo, qualquer um que tivesse passando necessidade e fosse ao senhor pedir 20 mil reais, o senhor daria?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu dou a muita gente, ajudo muita gente, sou um cara generoso. Qualquer um me conhece do Rio de Janeiro. 20, foi pouco, que eu já dei. Dei bem mais que isso. Ajudo muita gente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para quem o senhor deu mais dinheiro?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Meus amigos da praia, pessoas... Se eu for enumerar aqui, é milzinho aqui, dois mil ali, três mil ali, quando for somar... No caso do Alexandre, especificamente, ele... Eu volto a afirmar, gostava dele. Ele falou: “Estou passando necessidade, estou passando fome, estou com a minha filha... Você pode me emprestar um dinheiro?” Eu falei: “Quanto Alexandre?” Ele falou: “20 mil reais.” Eu falei: “Eu não vou nem te emprestar, eu vou te dar porque eu sei que você não vai poder pagar tão cedo. Agora, eu vou te dar se não for para você beber, não foi para você ir ao bingo jogar, se for para se alimentar e cuidar da sua filha, eu te dou.” E fui e dei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sra. Rogéria, os senhores já tiveram algum funcionário com nome de Ricardo?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. já teve algum funcionário de nome Ricardo?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Funcionário?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, um boy, um preposto.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: V.Exa. está se referindo a Ricardo Bezerra? Foi funcionário do meu pai, e é funcionário da ARBOR. E já sei porque ele está

falando que o... Ricardo Bezerra carregava dinheiro na mochila para a Rogéria. Estou informado dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Alexandre Ataíde, de fato, ele afirma ter presenciado em, pelo menos, duas ocasiões o Ricardo portando mochila com quantias exorbitante de dinheiro que seria depositado nessa conta do BANK OF BOSTON que a Sra. Rogéria é titular.

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Ele nunca carregou mochilas de dinheiro para mim, eu nunca carreguei mochila de dinheiro para Banco, e nem vice-versa e, aliás, há muito tempo que eu não carrego uma mochila, eu carrego mochila só das minhas filhas para ir para o colégio e quando não o motorista que carrega. E não tenho... E o Sr. Alexandre já está sendo processado, vai ser processado por isso, pelos nossos Advogados, que é mais uma mentira dessa cabeça doentia, que só um... Não sei como que dão credibilidade para uma pessoa tão doente igual a esse sujeito que tem o apelido de “Lingüinha”, não dá nem para levar em consideração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem algum comentário?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Tenho. Isso foi invenção porque nunca existiu na presença dele ter a Rogéria ou eu ter pedido para levar alguma bolsa de dinheiro ao Banco. Agora, eu também não veria nenhum problema em levar dinheiro para Banco em mochila ou não, porque o dinheiro que está dentro do Banco de saque ou de depósito está declarado no meu imposto de renda. Então, eu levo do jeito que eu quiser. Agora, o que ele falou é mentira. O Ricardo não levou em mochila, nem minha mulher, ainda mais na violência do Rio de Janeiro, quem vai sair com a bolsa de supermercado, na rua, com dinheiro. Quer dizer, é esquisito, ele tem que falar, ele tem que provar o que ele diz. Até agora ele não provou nada, eu vou processar ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. conhece algum representante ou ex-funcionário do BANCO SANTOS?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca estive com ninguém do BANCO SANTOS?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Saberá me dizer se seu pai tem relações com alguém do BANCO SANTOS?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não tem. Inclusive, perdeu 700 mil reais de CDB que ele tinha no BANCO SANTOS. Se ele tivesse relação ele não tinha perdido 700 mil reais na véspera da quebra. Ele comprou duas semanas antes um... Eu acho que foi o Ricardo da NOVA INVESTE que falou: “O que é que tem para comprar com este dinheiro que está parado? Compra o CDB do BANCO SANTOS”. Ele foi lá e comprou. Eu falei: “Mas pai, vai comprar CDB...?” Perdeu 700 mil reais. Então, não deve ter contato, porque para perder isso, comprar CDB do BANCO SANTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que é uma mera coincidência de que o fato dos Fundos de Pensão onde pessoas ligadas a vossa família atuaram, terem concentrado investimentos no BANCO SANTOS, o senhor acha que isso é uma mera coincidência?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Mas eu queria entender o que é que nós temos a ver com o BANCO SANTOS?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu estou perguntando se o senhor acha isso uma mera coincidência. Se o senhor me disse que é uma mera coincidência eu vou ter o depoimento do senhor como registrado.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Coincidência só existe se eu tiver, eu, alguma coincidência com o SANTOS, eu não estou vendo eu com nenhum...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque existe uma séria dúvida sobre um direcionamento que a ARBOR pode ter dado para que negócios fossem realizados entre Fundos de Pensão e o BANCO SANTOS. Eu estou sendo aqui muito claro com o senhor, é por isso que eu estou lhe fazendo essa pergunta.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Nego com veemência, a ARBOR nunca indicou nada a ninguém? Quem é a ARBOR? Um negocinho desse tamanho, que tem um patrimônio de 700 mil reais indicar o BANCO SANTOS ou qualquer outro branco para uma Fundação. Acho que é um pouco demais, mas em todo caso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Gildásio Amado Filho?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Nunca vi, e nem ouvi falar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem precisava porque bastava ter o contato com a Sra. Fabiana, não é isso?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: é, mas eu não tive.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o André Figueiredo?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Conheceu ele como?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Ele trabalhou na Corretora Carioca em 1986.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E de lá para cá ele continuou mantendo relações com a família Almeida Rego?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não. Não, todo esse tempo. 86 são 20 anos, não é Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas digamos que de 2001 para cá?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Acho que não. Quando eu estava na Prata em 96, 97 eu mantinha relação com ele porque ele trabalhava no BANCO BRASCAN e nós operávamos com o BRASCAN.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe que ele foi operador de mesa da PRECE?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não me lembro se ele foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele foi operador de mesa da PRECE e, justamente no período em que o Carlos Eduardo era Gerente de Investimentos.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Acho que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa informação pode e deve ser checada, mas o senhor, então não sabe de relações do André Figueiredo com vossa família, atualmente?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Atualmente nenhuma. Já tive relação, ele era meu companheiro de mercado, trabalhava no BANCO BRASCAN, trabalhou no Fonte Sedan(F) em vários Bancos, tive relação com ele sim. No momento não tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos em frente. A senhora sabe se o nome da senhora figura em algum processo, ou algum procedimento da Comissão de Valores Imobiliários?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Não, desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Desconhece completamente?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Completamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Posso dar uma participação?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Ah, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, a senhora já foi procurada pela CVM?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Recebi uma carta. Já, já fui procurada através de uma carta, na qual eu respondia as perguntas que eles me fizeram, na verdade, o Murilo porque era tudo de mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a senhora em nenhum momento ficou preocupada pelo nome da senhora figurar nesse relatório da CVM?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Não, não fiquei, não. Não fiz nada de errado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois esse relatório da CVM levanta a possibilidade de V.Sa. ter participado de irregularidades no processo de alocação em operações realizadas na Bovespa. E essas operações teriam como instituição participante, Fundos de Pensão. No caso, os Fundos de Pensão sempre ficariam com os piores negócios ao fim do dia, e uma série de pessoas físicas e também jurídicas ficariam com os melhores negócios. E V.Sa. é apontada como uma das que ficou com os melhores negócios. V.Sa. acha, então, que a CVM está sendo muito rigorosa em colocar o nome de V.Sa.?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Eu acho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. não teria nem condições de explicar o porquê dessas operações, correto?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Não, eu não tenho condições de explicar nada sobre operações, já falei no começo, não tenho como explicar operações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Talvez o Sr. Murilo pudesse nos ajudar, por favor Sr. Murilo.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Pois não, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos lá. A Sra. Rogéria foi cadastrada como cliente da Corretora São Paulo em 17 de outubro de 2002. Os fundos financeiros da PRECE, o Stuttgart, o Hamburgo, o Flash Medal, o Monte Carlo e o Roland Garros foram cadastrados na mesma Corretora entre 16/10/2002 e 06/11/2002.

Quando a administração das respectivas carteiras estavam entregues ao BANCO SANTOS. O senhor operava com alguma outra corretora nesse período e não apenas com a Corretora São Paulo?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não me lembro, nessa data se operava com outras. Tenho cadastro em todas elas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então eu vou lembrar ao senhor que o senhor operou além da São Paulo, com a Corretora Liquidez DTVN e com a Corretora NOVA INVESTE. Muito bem, esse relatório da CVM demonstra que entre outubro de 2002 e outubro de 2003 vossa esposa apurou ganhos contabilizados como ajustes do primeiro dia no mercado futuro de dólar e de Índice Bovespa, no total de 1 milhão, 384 mil e 650 reais, contemporâneos a perdas sofridas pela PRECE, ou seja, exatamente operando com uma determinada Corretora estava de um lado Fundo de Pensão perdendo, do outro lado a sra. Rogéria ganhando. Está aqui, com a Corretora São Paulo foram 1 milhão, 101 mil, com a Liquidez 184 mil e com a NOVA INVESTE 99 mil, totalizando 1 milhão, 384 mil. Eu pergunto: se a análise da CVM de que se trata de um problema no processo de alocação, o qual supostamente poderia estar fabricando ganhadores para um lado, e perdedores para outro. Se esse processo, na opinião do senhor, se ele não procede, porque o senhor vai me dizer que não procede a essa suspeita da CVM. Correto?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Então se essa suspeita não procede. Qual é a explicação para essa frequência e para volumes concentrados no mesmo período de ganhos de V.Sa. e de perdas do fundo de pensão?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu só posso responder pelos meus ganhos, pelo Fundo de Pensão, tem que responder o dirigente do Fundo de Pensão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se V.Sa. quiser ver aqui detalhado, nós temos aqui operações que começam no dia 10/12/2002 a 07/01/2003 feitas pela Corretora São Paulo. Estão aqui as operações, a esposa de V.Sa. ganhando. Está vendo aqui? E sempre os Fundos perdendo, os Fundos da PRECE. Ela ganhando.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Só ela?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Figuram outras pessoas nesse processo. Por exemplo, sabe quem é que figura nesse processo, também? O Cristiano Costa Beber. O senhor conhece ele?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Meu cunhado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é. Ele também figura nesse processo. Sabe, também, quem figura nesse processo?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Diga.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. José Carlos Batista. O senhor conhece ele?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dono da empresa Garanhuns.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Deus me livre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que Deus me livre?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Porque não tenho a ver com Garanhuns.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Newton Augusto Cardoso de Oliveira?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Milton Cardoso de Oliveira?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Newton Augusto Cardoso de Oliveira.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Newton Cardoso de Oliveira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Conhece?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Newton eu conheço, sobrenome eu não sei...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não conhece ele?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não estou dizendo que não conheço. Newton eu conheço, não sei se é o mesmo. Se for eu conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em um outro processo da CVM que relaciona, inclusive, a Corretora NOVA INVESTE, em circunstâncias um pouco diferentes, o Christian vai aparecer ganhando quando a REFER aparece perdendo. O Ricardo. Qual é o sobre nome dele? Da NOVA INVESTE? O Ricardo aparece ganhando com os Fundos perdendo. O senhor acha que, também, é mera coincidência, isso?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Deputado, eu não vou dizer que é mera coincidência, eu não sei das operações dessas pessoas que V.Exa. está falando. Eu sei das minhas operações, e digo que as minhas são coincidências por quê? Eu posso explicar a V.Exa.

Está certo, eu opere em uma corretora “x” a São Paulo, eu sou cliente lá da São Paulo, ou da Liquidez, e do outro lado tem um Fundo de Pensão, ou tem um Banco, ou tem um fundo de um Banco, tem um fundo estrangeiro, existe um sigilo e eu não posso saber, na mesma corretora quem está operando. Quando eu compro, eu dou ordem, eu tomo no pregão lá embaixo, e o comitente é outro comitente, e quando eu vendo é para outra corretora, outro comitente. Então esse cruzamento que está sendo mostrado, tem que mostrar com outra parte. Eu nunca dei uma direta para uma fundação, acredito, e mesmo que tivesse dado, lá na Bovespa tem que ir tudo a leilão, todas as operações. Agora eu não dei direto contra Fundo de Pensão, não vejo como ser beneficiário de Fundo de Pensão, porque não comprei e nem vendi para Fundo de Pensão, apenas obtive lucro numa mesma corretora que o Fundo de Pensão perdia. Ora, isso é problema do Fundo de Pensão, não é meu. Eu ganhei. E quando eu perdi, eu já perdi várias vezes no passado, e quem ganhou? Vão devolver o que eu perdi? Essa é a explicação para V.Exa., é essa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é, mas a CVM é muito clara quando, no seu relatório, qualifica da seguinte forma: o Fundo fazia operações direcionadas, ou seja, ou adquiria ou vendia contratos futuros com um certo modelo na construção da operação. Quando os Fundos atuavam, normalmente, as transações eram feitas a preços desfavoráveis e aí continua mostrando, a CVM nesse relatório que houve uma construção dessas operações, e as operações foram construídas para o Fundo perder e para algumas pessoas ganharem, dentre as quais a Sra. Rogéria Costa Beber, vossa esposa.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Ele tem que provar isso, ele só diz, ele não prova. Documentalmente pedir todas as notas da BM&F e da Bovespa, as contra partes das operações e mostrar que eu comprei do Fundo “A” e obtive o lucro e lesei o Fundo “B”. Não vai aparecer porque não é verdade. Então ela monta, sugere que porque a Fundação perdeu, eu ganhei, mas ela não tem prova, ela não vai provar, e nós vamos defender, meus Advogados estão para aí para defender e vamos sair vitoriosos nessa luta, mais para frente, com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sra. Rogéria, qual a variação patrimonial que a senhora declarou à Receita Federal no ano base 2002 com relação ao ano base 2001?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Eu não tenho aqui. Não lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora só trouxe a declaração de 2004?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Só de 2004.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: V.Exa. está querendo saber ano a ano a variação?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria saber de 2001 para 2002 o que ela declarou, ou que o senhor declarou por ela. Aproximadamente. Eu queria uma comparação entre o que foi a declaração de 2001 e o que foi a declaração de 2002. Veja, o senhor não pode pegar esse papel aqui e querer a partir daí dizer qual foi a declaração de imposto de renda dela, ou sabe qual foi a declaração de imposto de renda de 2001 a 2002, ou então o senhor está querendo induzir a partir do que tem aí registrado de eventuais ganhos nas bolsas.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu posso afirmar a V.Exa. que grande parte do meu patrimônio foi, primeiro: ganhos imobiliários, doação do meu pai, ganho na Bovespa e, também, ganho em operação Day Trade. Mas a evolução dela ano a ano nunca foi absurdamente grande. Eu posso mostrar a V.Exa. hoje mesmo, posso pedir e mandar para cá, eu não tenho aqui no momento, mas posso mandar a V.Exa., sem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque nos consta que a variação patrimonial declarada é inferior a 900 mil reais, de um ano para o outro. E quando a gente analisa os ganhos obtidos e registrados nas operações de bolsa, a gente vai ver que, no mínimo, essa variação devia estar na casa dos 900 mil.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Como assim?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando a gente vai avaliar os ganhos que a senhora Rogéria, na verdade, o que o senhor teve em nome dela, nas operações em bolsas, a gente percebe pelos dados que foram examinados pela CPI resultados positivos de, pelo menos, de 24 mil reais.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Positivo de ganho de bolsa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, isso que eu queria saber. Qual é essa variação, qual é a diferença do patrimônio que o senhor declarou em 2001 para o patrimônio que o senhor declarou em 2002? Eu quero saber se o que o senhor ganhou está compatível com o que o senhor declarou do imposto de renda de um ano para o outro.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu não tenho aqui, precisamente, de 2001 para 2002, para 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sobretudo, 2001 para 2002 e de 2002 para 2003, também.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não tenho de cabeça. Deve ter tido variação. Nada muito relevante, de cabeça eu sei que não é nada muito relevante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor opera ou já operou com a CORRETORA EURO?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com a CORRETORA QUANTIA?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com a CORRETORA LAETA?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com a CORRETORA BÔNUS BANVAL.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com a NOVA INVESTE?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E com a CORRETORA SÃO PAULO?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor diria que das corretoras que operou, quais as que concentraram maior volume de negócios?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Meus negócios?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, do senhor e da sua esposa.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Foi descentralizado. Não teve concentração, não. Teve da Liquidez um pouquinho mais, e na NOVA INVESTE um pouco mais, na São Paulo eu acho que um pouco menos, nessa ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu vou, por enquanto, conceder a palavra ao Deputado Carlos Willian. Deputado, V.Exa. tem a palavra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Muito obrigado. Sra. Rogéria, o Vereador Fernando Gusmão disse ter comparecido ao casamento do seu

cunhado Christian, mas que ele foi levado por terceiros e que ele não conhecia a família Almeida Rego. Isso é verdade? Ele não tem relacionamento com a família Almeida Rego?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Ele deu essa informação, está errado, porque ele tem relacionamento comigo, com meu marido e com meu cunhado, não tanto quanto com a gente, mas tem relacionamento.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Com a família?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Com a família.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O Jornal Estado de São Paulo, numa matéria em 16/08 disse que o Sr. Marcelo Sereno teria escolhido o Sr. Adalto Carmona. A senhora conhece o Sr. Adalto Carmona?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Para a Diretoria da REFER, por indicação do PCdoB. E este teria tentado, inicialmente, indicar para a gerência financeira o Sr. Naufel Padilha David, a senhora conhece?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Naufel? Não.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: [pronunciamento fora do microfone].[inaudível].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Depois eu pergunto para o senhor. Então a senhora conhece?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Conhece.

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Naufeu(F) não, Naufel.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: É só pronunciamento, Deputado, é só por causa disso.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Aqui está escrito Naufel Padilha David.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: É Naufel Padilha David.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É. Então, tá danado. Então, a senhora conhece?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Conheço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A senhora sabe porque os conselheiros da REFER recusaram a indicação dele?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Não tenho a menor idéia.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Falam que é por ele estar envolvido em processo na CVM, e ainda que ele é considerado por ser laranja do seu marido, o Murilo de Almeida Rego, aliás, não é marido, pelo seu companheiro Murilo de Almeida Rego.

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Bom, Deputado, responder se ele é laranja, eu acredito que não,

mas o meu marido pode responder isso melhor, e não tenho intimidade com o Naufel para saber o que é que ele fez, ou qual processo que ele tem. Eu não sei nada da vida dele. Se o senhor permitir, o meu marido pode lhe dar explicação, só sei que ele trabalhou um tempo atrás na Prata que foi onde eu o conheci em eventos sociais e só.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, V.Exa. pode informar onde foi publicada essa matéria?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Estado de São Paulo, 16/08/2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A senhora já falou sobre a reportagem publicada no CORREIO BRAZILIENSE onde o Sr. Alexandre Ataíde a acusa de receber mochilas de dinheiro. A senhora já disse que não existe isso, que o que tem na conta bancária, o que tira já é devidamente pagos os impostos, segundo o seu companheiro. Essa conta já tem um pedido dela de quebra de sigilo, mas para poder facilitar com a CPML e até por um modo de que está tudo bem nessa conta. A senhora se disponibilizaria em assinar, voluntariamente, uma autorização para quebra de sigilo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, eu tenho a impressão que já foi feito.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Já foi feito o pedido, mas não foi aprovado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já houve a votação. Eu peço a assessoria que verifique, mas do Sr. Murilo eu tenho absoluta certeza. Agora, houve a quebra de sigilo da Sra. Rogéria Costa Beber?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu tenho a impressão que sim. Eu tenho quase certeza que sim.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, eu iria perguntar a senhora...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A assessoria acaba de informar que por enquanto só chegaram os dados referentes às movimentações feitas no Banco do Brasil, e que estamos aguardando para as próximas horas a complementação desses dados.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ok. Eu vou perguntar a senhora sobre os critérios técnicos que a senhora baseava para tomar decisões nas suas operações na BM&F, eu acho que a senhora vai

informar que os critérios técnicos eram determinação do seu companheiro.

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Sim.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A senhora pode citar alguma corretora em que operava ou que opera, e alguns dos operadores que atendem nessas corretoras?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Não, porque eu nunca operei.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, então a senhora... A senhora conhece o Ex-Deputado Lindberg Farias?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Conheço, sou amiga dele.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A senhora, através de indicação do seu marido, está começando a costurar alguma operação nos Fundos de Pensões dos funcionários da cidade que ele é prefeito?

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nada? Não tem nenhuma...

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Eu não sei disso, Excelência, não sei nada disso. Imagina. O Lindberg é amigo pessoal nosso.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A senhora eu sei que não sabe de nada disso e de muitas outras coisas, a senhora não sabe de nada, mas...

SRA. ROGÉRIA COSTA BEBER: Não, eu não sei o que eu disse, eu não sei de operações, tudo que for relacionado a operações eu não sei, eu não fiz curso de operadora, eu não sou formada em economia, eu não tenho como saber nada de operações. E o Lindberg é amigo pessoal desde 93, de dormir em casa, de viajar junto; ele é nosso amigo há muito tempo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Murilo, o senhor já tomou os medicamentos hoje?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu tomo todas as noites, Deputado. Então, eu só vou tomar de noite.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então, pela manhã não tem não?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não tem não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor costumava se hospedar na Academia de Tênis aqui em Brasília nos anos de 2001/2002?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Deputado, eu me hospedei na Academia de Tênis desde 85, na criação da Academia. O dono da Academia de Tênis é como se fosse meu tio, eu fico lá de graça.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então 2002 o senhor estava lá?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Estava lá.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Durante esse período o senhor encontrou ou se encontrava com o senhor, o Ex-Deputado Lindberg Faria?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Encontrava. Ele faz musculação lá.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor não acha muita coincidência o seu primo ser indicado para gerência financeira da PRECE, justamente, nesse período, ou seja, no período que o governo de coalizão do PT com o PCdoB, período em que a sra. Benedita da Silva assumiu?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Deputado, ele não é meu primo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É primo do Christian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É primo do Christian? É família.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não é da minha família, minha família é outra, não é a dele. Minha família é Almeida Rego.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor acha que é muita coincidência? O senhor participou dessa indicação?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu nunca indiquei nada, em lugar nenhum. Não posso ter participado nem dessa e nem de nenhuma.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então, como que o senhor chegou ao comando da NÚCLEOS?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Que comando?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ao comando da NÚCLEOS.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Comando.

[risos]

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor comanda a sua esposa, a sua esposa opera.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: quem dera.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Olha, eu acho que vai ser inócuo, nobre Relator, a gente continuar indagando esses questionamentos, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Primeiro porque nós temos uma pessoa que não tem uma característica de assumir os atos, coloca uma companheira para poder fazer os atos e fazer as operações, depois diz que não tem movimentação financeira, mas sai dividindo e fazendo ajuda, inclusive, a colegas de praias de 2 mil, 3 mil reais, 20 mil reais para um, 20 mil reais para outro. Depois alega o relacionamento com a família, praticamente, descompatibilizado, cada um ocupa a

sua questão dentro dessas operações e não mostra vínculo nenhum. Segundo, de imediato, apresenta um atestado médico onde, praticamente, se torna incapaz, mas incapaz, praticamente, para perder dinheiro, porque para ganhar nessas operações não existe nenhuma incapacidade. Depois a esposa está autorizada a não vender bens, mas a comprar não tem nenhuma dificuldade. Então, eu acho que só mesmo nas apurações e nessas quebras de sigilo é que a gente vai conseguir concluir, verdadeiramente, esta situação de como, realmente, operava a família e os seus parentes.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu queria dizer aqui, mais uma vez, que não temo nenhuma quebra de sigilo, digo que não encontrará nada, versus nada no nosso sigilo em nenhuma operação da nossa família. E sobre a doença eu falei ao contrário, eu falei que estou apto a assumir, estou medicado, e não o contrário. Se eu quisesse dizer que eu estava inapto, eu ia dizer que estava doente, nesse período o que eu disse, foi o contrário, Excelência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Exa. já concluiu, Deputado?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não, o que vai acontecer é somente contestações de que se ele tem essa habilitação toda porque colocar em nome da companheira, mas eu acho que está encerrado e vamos chegar adiante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Sr. Paulo Figueiredo?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele foi Diretor-Presidente da NÚCLEOS, o senhor sabe disso?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que circunstâncias o senhor conheceu ele?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu conheci ele do Partido, ele é do PCdoB, também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe que ele trabalhou diretamente com a Fabiana que é uma pessoa que tem relações de parentescos, é prima de seu irmão.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Sei também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que pode ter tido alguma preferência do Sr. Paulo Figueiredo para escolher a Fabiana por conta dessa relação de parentesco que ela tem com o Christian?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: De maneira alguma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então só para recapitular. O Sr. Adalto Carmona, o senhor conhece do ambiente do PCdoB. O Sr. Paulo Figueiredo, o senhor conhece do ambiente do PCdoB. O Sr. Fernando Gusmão, o senhor conhece do ambiente do PCdoB. O Sr. Lindberg Farias, no início, lá atrás, também do PCdoB, do PSTU, depois do PT. O Sr. Marcelo Sereno, o senhor conhece já como consequência de tudo isso e se tornou seu amigo. Que o senhor disse aqui que é amigo dele. Muito bem, a gente vê aqui que são dirigentes de Fundações que ocuparam cargos importantes em Fundações que tem uma relação de proximidade com V.Sa., ou com parentes de V.Sa. É inquestionável.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: É inquestionável.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o senhor diria que o Sr. Marcelo Sereno tem uma propensão especial por acompanhar as questões que envolvem Fundos de Pensão?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Ele nunca comentou de Fundos de Pensão comigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É né? Está certo. O senhor já foi procurado pelo Sr. Jorge Moura?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Já fui procurado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já procurou ele?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Nunca procurei. Esse sujeito plantou uma nota no jornal dizendo que me encontrou no Rio Centro, falando que eu tinha proposto a terceirização de carteira na REFER. Quero afirmar aqui que nunca estive no Rio Centro, apesar de morar na Barra da Tijuca, e ser próximo, nem quando era garoto estive lá. E em segundo lugar, quebra o sigilo desse senhor, que foi ele quem ligou para minha casa, eu não liguei para a casa dele não, ele que ligou para a minha casa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele ligou propondo o quê?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Ele queria propor alguma coisa, só que o Sereno tinha falado para mim, “Esse sujeito é perigoso”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor acaba de cair em uma contradição.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não. Não cai em contradição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor disse que nunca o Sr. Marcelo Sereno tratou de qualquer coisa que dissesse respeito a Fundo de Pensão. O Sr. Jorge Moura era Diretor da REFER.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu não falei de Fundo de Pensão. Uma vez eu estava jantando com o Marcelo Sereno em algum lugar na Zona Sul, eu acho que em Copacabana, e entrou o Jorge Moura lá, e ele me apresentou o Jorge Moura. Em seguida teceu esse comentário. O Jorge Moura, bem depois, um tempo depois ligou para a minha residência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para? Qual foi o objetivo?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu não sei, eu não atendi. Ele deixou um recado na minha secretária eletrônica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nem teve curiosidade de saber o que é que o Sr. Jorge Moura queria com V.Sa.?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não sei. Tem que perguntar para ele, ele que está me acusando. Ele disse que eu procurei ele no Rio centro. É mentira. Eu digo e afirmo, quem ligou para minha casa. Quebra o sigilo telefônico que V.Exa. vai descobrir. Eu tenho bina na minha casa que o telefone era da Barra da Tijuca, provavelmente, da casa dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais eram as referências que o Marcelo Sereno fazia com relação ao Paulo Figueiredo?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Para mim ele não fez nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Marcelo Sereno sabia que a Fabiana era prima do Christian?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não sabia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi o montante das doações que o Sr. Haroldo Filho, seu pai fez para v.Sa.?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: 1 milhão e 400 mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi a razão dessa doação?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Eu pedi a ele um dinheiro, e ele me deu, é meu pai.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E ele também deu aos seus outros irmãos?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Por enquanto não. Depois ela dá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E por que é que o senhor precisou desse dinheiro?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não me lembro. Está no meu imposto de renda, comprei alguma coisa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas 1 milhão e 400 mil reais o senhor, pelo amor de Deus, o senhor não vai esquecer.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Mas foi aos poucos, foi ao longo do ano. Ele não me deu 1 e 400 de uma vez só não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi ao longo de um ano? O Sr. Marcelo Sereno disse ao senhor que o Jorge Moura era um homem perigoso?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Era um homem esquisito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas ele explicou por quê? Era um homem perigoso e tal por quê?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Sei lá porque. Ele está acusando todo mundo, ele acusou o Sereno, me acusou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Marcelo Sereno fez essa afirmação antes de aparecerem todas essas acusações.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Fez.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então. Então, ele devia...

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Mas não me deu muito motivo porque eu não discutia política com o Marcelo Sereno, ele é meu amigo pessoal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É seu amigo pessoal?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: É meu amigo pessoal. Eu posso falar mais, porque V.Exa. tinha, antes, feito menção ao Vereador, ao Lindberg, ao Adalto, ao Paulo Figueiredo. Só queria explicar uma coisa, embora sendo coincidência ou não, eu opero no mercado

desde 86 e sou amigo desse pessoal desde o início da década de 90. Ao longo desses anos, eles não assumiram, quando o Governo Lula entrou, ele partido co-irmão esse pessoal tem que assumir algum cargo. Então, eles foram assumindo cargos no Governo Lula, e eu, o que tenho a ver com isso? Eu vou deixar de ser amigo porque ele assumiu o cargo? Eu não vou deixar, entendeu? Quer dizer, eu conhecia, depois ele, no Governo Lula, ele assumiu o cargo? Ele tinha que assumir, ele é PCdoB, é da base aliada. É só essa a minha... Sendo coincidência ou não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor me perdoe, mas a questão não é essa. A questão é que na PRECE quando uma pessoa do seu relacionamento, primo do seu irmão assumiu, a PRECE reajustou problemas. Na NÚCLEOS quando uma prima do seu irmão assumiu e o Diretor-Presidente era do PCdoB que o senhor conhece, a NÚCLEOS ajustou perdas absurdas. Então, tudo isso está sendo examinado dentro de um contexto de um conjunto. Nossa investigação vai até 2000, mas eu confesso a V.Exa. que a NÚCLEOS, por exemplo, quando registra as perdas que registra são no ano de 2003 e 2004, e é o que a gente está investigando aqui com a prima do seu irmão como Gerente de Investimentos, com o Sr. Paulo Figueiredo indicado pelo PCdoB, e amigo do Sr. Marcelo Sereno como Diretor-Presidente, é isso que está sendo investigado pela CPMI.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Concordo com V.Exa., mas não por mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já esteve alguma vez com o Sr. Luiz Gushiken?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conhece? Nunca esteve com ele?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O vosso pai está esteve?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o Ex-Deputado José Dirceu?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Quem esteve eu?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou o senhor ou um dos seus familiares.

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): e o Haroldo Filho, seu pai?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também nunca esteve?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Meu pai nem gosta do PT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe que o Alexandre Ataíde atribuiu ao Christian ameaças de natureza política, quando o Christian, para intimidá-lo se dizia respaldado por importantes políticos do país que ocupavam cargos de primeiro escalão no Governo. Isso não existiu?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não entendi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o Sr. Alexandre Ataíde aqui esteve, ele atribuiu ao Christian ameaças que o Christian teria feito a ele, se calçando, se protegendo no fato de ter relação direta com importantes políticos do Governo Federal aqui em Brasília. Os senhores não têm relação direta com nenhum importante político, exceto o Sr. Marcelo Sereno que era assessor da Casa Civil?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Só com o Marcelo só, importante político ele não é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com chefe dele de então, o Ex-Deputado José Dirceu, nunca?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Nunca, nunca, nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem por curiosidade, nem uma conversa informal, nenhuma apresentação, nunca?

SR. MURILO ALMEIDA REGO: Não mesmo, Deputado. De verdade, se tivesse eu falava, sem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Eu quero encerrar esta Reunião. Antes, porém, confirmando que amanhã nós teremos as oitavas dos dirigentes da FUNCEF e da PETROS. Serão, ao todo, sete depoentes. E que ou no início, ou no final dos nossos trabalhos será feita aquela apresentação que nós estamos finalizando, já está finalizada, praticamente, com relação aos investimentos no BMG e no RURAL.

Não havendo mais o que tratar, eu declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 15h27.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO

Ata da 17ª Reunião, realizada em 21/02/2006.

Aos vinte um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às dez horas e trinta e cinco minutos, na sala 07, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, e com a presença dos Senadores Tião Viana, Romeu Tuma, Valdir Raupp, Ideli Salvatti e dos Deputados Osmar Serraglio, Juíza Denise Frossard, Geraldo Thadeu, Sílvio Torres, Carlos Abicalil, Maurício Rands, Arnaldo Faria de Sá, reúne-se a SUB-RELATORIA FUNDOS DE PENSÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se as oitivas da senhora Eliane Aleixo Lustosa e dos senhores Flávio Magalhães Chaves, Luiz Carlos Fernandes Afonso, Ricardo Malavasi, Demosthenes Marques, Luiz Afonso Simoens da Silva e Mario Cezar Silva Serpa. O Sub-Relator comunica aos presentes e à imprensa que inicialmente chamará para prestar esclarecimentos a essa CPML a senhora Eliane e o senhor Flávio, que eram dirigentes da PETROS na gestão anterior. Informa ainda, que posteriormente, o Deputado Osmar Serraglio será convidado para fazer uma análise prévia dos trabalhos da Comissão e em seguida serão retomados os depoimentos com as oitivas dos dirigentes da PETROS da gestão atual e dos depoentes da FUNCEF. O Presidente convida a senhora Eliane Aleixo Lustosa e o senhor Flávio Magalhães Chaves para tomarem assento à mesa, informando que os mesmos prestaram os termos de compromisso de praxe, pois vieram na condição de testemunhas. Com a palavra a senhora Eliane que faz uma breve apresen-

tação pessoal e profissional, iniciando seu depoimento com uma apresentação por meio magnético sobre os critérios da PETROS em seus trabalhos e se coloca a disposição dessa CPML para os esclarecimentos necessários. Com a palavra o senhor Flávio que se apresenta a todos os presentes, fala de seus trabalhos na Petrobrás e da criação da PETROS. A senhora Flávia afirma que pode providenciar e disponibilizar a esta CPML, cópias das operações ocorridas na época em que era Diretora. A Deputada Juíza Denise Frossard com a palavra, solicita ao Sub-Relator que sejam disponibilizadas cópias das aplicações de que estão discutindo. O Sub-relator responde a Deputada Juíza Denise Frossard que as cópias foram providenciadas e serão entregues quando as oitivas forem interrompidas para a explanação do Deputado Osmar Serraglio. A reunião foi suspensa por dez minutos, às doze horas e quarenta minutos. A reunião foi reaberta às doze horas e cinquenta e três minutos com a distribuição da versão impressa da análise que a Sub-Relatoria fez dos trabalhos efetuados até o momento. A assessoria do Deputado ACM Neto iniciou a apresentação dos slides enquanto o mesmo fez algumas considerações em relação ao estudo feito sobre os Fundos de Pensão e agradeceu a presença dos parlamentares. O Sub-Relator iniciou a exposição da análise e teceu alguns comentários. O Relator da Comissão, Deputado Osmar Serraglio, tece comentários relativos aos resultados da Relatoria. A reunião é suspensa às quatorze horas e quarenta e sete minutos para o acompanhamento da Reunião Administrativa e às dezessete horas e dez minutos é reaberta a sessão para as oitivas dos senhores: Ricardo Malavazi Martins e Luis Carlos Fernandes Afonso, a reunião fica suspensa às dezenove horas e trinta minutos e às vinte horas e oito minutos reinicia se a reunião, pela ordem de inscrição Deputados Carlos Willian, Jorge Bittar. Às vinte e uma horas e dez minutos fica suspensa à reunião por cinco minutos, e reinicia com a oitiva do senhor Mário Cezar Silva Serpa. Às duas horas e nove minutos do dia 22 de fevereiro de 2006, encerra-se a presente reunião. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro aberta a 17ª Reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do requerimento de nº 3 de 2005 para inves-

tigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Sobre a Mesa ata da reunião anterior a qual coloco em votação propondo dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Esclareço que a pauta dessa reunião destina-se as oitivas dos Srs. Eliane... Da Sra. Eliane Aleixo Lustosa, do Sr. Flávio Magalhães Chaves, Luis Carlos Fernandes Afonso, Sr. Ricardo Malavasi, Demosthenes Marques, Luis Afonso Simões da Silva e Mário Cezar Silva Serpa. Gostaria de comunicar os presentes e principalmente a imprensa, que inicialmente nós vamos convidar para tomar assento à Mesa a Sra. Eliane Aleixo Lustosa e o Sr. Flávio Magalhães Chaves. Eles eram dirigentes da PETROS no período do governo anterior. Em seguida, nós convidaremos os dois dirigentes da PETROS, do período do atual governo. Eu solicitaria à nossa assessoria que, por favor, pudesse acomodar os depoentes que tiverem que aguardar em uma sala reservada, porque é fundamental que os depoimentos sejam feitos de forma apartada e as informações elas possam ser mantidas na medida do possível em reserva. Nós, quando finalizarmos o depoimento da Sra. Eliane, da Sra. Elaine, desculpe, da Sra. Elaine e o Sr. Flávio, nós iremos fazer uma breve interrupção, nós convidaremos o Deputado Osmar Serraglio, para se fazer presente e vamos, então apresentar o trabalho que foi feito da análise dos investimentos realizados pelas Fundos de Pensão nos BANCOS BMG e RURAL. Então isso vai acontecer logo após as oitivas da Sra. Elaine e o Sr. Flávio Magalhães Chaves, presumo eu que por volta das 12h30, nós estaremos fazendo a apresentação desse trabalho. Aí em seguida daremos continuidade as nossas oitivas. De imediato eu convido a Sra. Elaine e o Sr. Flávio para que tomem assento na nossa Mesa. A Sra. Elaine Aleixo Lustosa e o Sr. Flávio de Magalhães Chaves assinaram o termo de compromisso, comparecem a essa Sub-relatoria na condição de testemunhas. Eu queria fazer um esclarecimento inicial, como forma de introduzir o nosso trabalho para mostrar que essa Sub-relatoria, ela seguiu um critério muito técnico e objetivo quando decidiu organizar a convocação dos dirigentes e ex-dirigentes dos Fundos de Pensão investigados. Nós iniciamos o nosso procedimento de oitivas, a partir dos Fundos de Pensão, que já tinham problemas claramente detectados, que já tinham denúncias realizadas pelos veículos de comunicação. Que na análise prévia já se podia perceber que não possuíam uma estrutura tão organizada, que não possuíam uma organização que blindasse de certas vulnerabilidades e, portanto, onde houve espaço para que grupos organizados, para que instituições do

mercado, para que dirigentes e ex-dirigentes cometessem irregularidades. Nós agora estamos começando a oitiva das maiores Fundações, ouviremos a PETROS e a FUNCEF e temos marcado a oitiva da PREVI, nós teremos aqui uma dinâmica diferente, justamente pela grande estrutura que esses Fundos possuem fica muito mais difícil, por critérios de governança, por uma série de métodos, fica muito mais difícil o cometimento dessas irregularidades que são facilmente perceptíveis, que eu chamo até de irregularidade grosseiras que aconteceu em outras Fundações. Então nós vamos iniciar a oitiva, como é o hábito dessa Sub-relatoria, eu gostaria inicialmente de passar a palavra primeiro a Dra. Eliane, logo depois em seguida ao Dr. Flávio para que eles possam fazer uma breve apresentação declinando a qualificação profissional, o histórico profissional, podendo talvez trazer algumas informações a respeito do período que estiveram a frente das Diretorias respectivas da PETROS. E também a fim de que possam aqui, apresentar qualquer tipo de esclarecimento que considerem oportuno para o início do trabalho. Logo em seguida a apresentação dos senhores, eu retomarei a condução aí sim já promovendo algumas perguntas e alguns questionamentos. Então tenha a Sra. Dra. Eliane a palavra.

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Obrigada, Sr. Deputado, então inicialmente eu gostaria de apresentar a minha formação acadêmica, eu sou Bacharel em Economia pelo Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Mestre também em Economia pelo Departamento de Economia da PUC do Rio de Janeiro, e Doutora em Finanças pela Departamento de Engenharia da PUC do Rio de Janeiro, trabalhei na PETROS, fui Diretora Financeira de Investimentos da PETROS, no período de agosto de 99 a janeiro de 2003, saí um pouco antes da Diretoria da qual eu fazia parte, porque precisava terminar minha tese de doutorado e o Sr. Deputado mencionou duas palavras que justamente foram foco da nossa gestão, e que inclusive, foram o tema da minha tese de doutorado. “Governança Corporativa e instituições como os Fundos de Pensão no Brasil”, que tem enorme poder de disseminar as boas práticas de governança, não só dentro da sua própria empresa, como nas empresas que participam. Blindagem, governança corporativa foram o mote da nossa gestão da PETROS, da qual eu me orgulho muito, acredito que fizemos um trabalho bastante positivo, e se o senhor permitir eu gostaria de apresentar rapidamente, algumas informações que encontrei recentemente numa apresentação um pouco antes de sair de PETROS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora tem a

possibilidade de fazer, eu só solicito que seja bastante breve porque são sete depoentes no dia de hoje.

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Muito rápido, cinco minutos, então, por favor, eu posso, pode passar, por favor. Então essa, essa é uma apresentação muito rápida que ao final da nossa gestão isso foi feito em setembro, resumiu o trabalho e nós fizemos um manual justamente de como os investimentos de um Fundo de pensão devem ser geridos e precificados, e também a governança nas empresas que participávamos. Então codificamos o conhecimento adquirido ao longo desses quase três anos de trabalho, definimos critérios objetivos e identificação das responsabilidades, porque os gestores têm uma responsabilidade fiduciária para com os seus participantes, que dependem daqueles recursos para executar a aposentadoria, somando-se a isso a necessidade de transparência e prestação de contas, qual o objetivo? Reduzir os riscos e a subjetividade no processo e na tomada de investimentos nas decisões dos investimentos do Fundo. Então apenas para concluir, que governança corporativa que é o que a gente conhece dentro das empresas, onde os Fundos de Pensão são grandes investidores, fiscalizam as empresas na quais tem importantes participações, de outro lado os participantes que são os beneficiários dos Fundos de Pensão tem, devem ter todas as informações para fiscalizar os seus gestores, os gestores do seu Fundo de pensão e contrapartida é o aumento do benefício, que eles recebem. Então critérios, exemplos de critérios essa foi uma preocupação muito grande, não é? De não apenas, eu enquanto Diretora do Fundo de pensão, e a Diretoria que aprovava as principais decisões, mas era importante trazer para todos terceiros interessados, legítimos interessados os critérios de decisão. Então a escolha de corretoras, todas eram feitas com base nos critérios ali detalhados, nós separávamos as corretoras, em corretoras de giro do dia-a-dia e as corretoras com maior poder de pesquisa, chamadas Rissart(F), são corretoras um pouco mais com departamento, mais qualificado de pesquisa e havia critérios eliminatórios, dentre eles o sistema de gravação, nós não trabalhávamos com corretoras que não tivessem o sistema de gravação, que não fossem corretoras suficientemente grandes, para que pudéssemos ter a garantia que de outro lado haveria um cuidado com a nossa Mesa e definíamos também, taxas bastante reduzidas de corretagem. Além disso critérios classificatórios como qualidade e atendimento, qualidade e execução, rapidez e precisão do atendimento e sempre esses critérios mais subjetivos eram definidos por um grupo de pessoas da Fundação de diversas áreas, cinco pessoas se reuniam e registravam as razões de decidir e mudar o critério ou even-

tualmente girar algumas corretoras que não tivessem com o devido, a devida, o devido resultado. No caso então dos gestores de renda fixa, a mesma coisa. Então definimos dois tipos de gestores conservadores ou moderados definimos critérios de risco para cada uma desses grupos e acompanhávamos de perto no caso dos conservadores, que podiam ter risco de crédito, mas nós acompanhávamos qualquer CDB que eventualmente fosse trazido para aquele Fundo. A seleção das corretoras dos Fundos terceiros era decisão deles, nos acompanhávamos a devolução de corretagem e todas as corretoras com as quais nós trabalhávamos tinham necessário que atender aos critérios previamente apontados. Então a seleção dos administradores aqui apenas um exemplo, isso era detalhado, os fatores que compunham a nota que definia aqueles gestores com quais nós iríamos trabalhar separado pela qualidade do histórico, controle de risco, a qualidade da pesquisa, o tamanho da instituição, a combinação desses fatores que era, era avaliada por uma equipe em diferentes áreas da PETROS, definia os gestores que nós iríamos trabalhar. E também a centralização da custódia que reduziu significativamente as taxas de custódia, foi feita também com base nesses critérios de transparência e comparabilidade da precificação. Separamos todos os gestores que podiam fazer custódia no país e os critérios de escolha eram: Análise de risco das instituições, volume de recurso custodiados abrangência das propostas, automação tecnológica nós tínhamos diariamente eu hoje é comum nos Fundos na época não era tão comum, diariamente as informações tenho todas as operações dentro dos nossos Fundos em tempo real. E nos investimentos permanentes de menos liquidez também havia uma lista de requisitos o gestor, o analista tinha que se comprometer e necessariamente que embasar o seu posicionamento com base em fatos concretos e não apenas no que ele achava, isso fazia parte do manual. Também critério de *rating* para investimentos mobiliários, não é? Os projetos nós fizemos muitos projetos, porque tínhamos um passivo INPC mais 6 e a busca de projetos que tivessem inflação e algo a mais que apenas os 6% que era sua Meta Atuarial. E nós significativamente conseguimos, comprovadamente nos nossos relatórios, uma rentabilidade nesses projetos superior a rentabilidade nesses projetos, a rentabilidade, a Meta Atuarial e ativos do longo prazo porque um Fundo de pensão deve atender os compromissos de longo prazo, portanto a teoria diz que é importante que eles possam ter também ativos de longo prazo para fazer o casamento entre ativos e passivos é uma teoria chamada ALN, é o casamento entre ativos e passivos e nós buscamos fazer esse casamento com

critérios baseados em projetos, com bastante lastro e garantia. Também critérios para os investimentos imobiliários, nós basicamente não investimos apenas vendemos, basicamente buscamos vender, buscando porque a PETROS é um Fundo maduro, e havia um perspectiva de buscar uma liquidez na média e longo prazo. Então buscamos sempre que possível, porque o custo de aplicar nesses imóveis, em algumas vezes não era adequado por todos os custos envolvidos e a aplicação às vezes era mais adequada, observando o interesse dos nossos participantes nós muitas vezes buscamos a saída, mas definimos critérios eu estou concluindo mais dois, por favor, mais um. Também acordos de acionistas empresas nas quais os Fundos de Pensão participam, definimos critérios e algumas questões que necessariamente deveriam constar dos acordos. Estavam escritas e os analistas tinham que se comprometer a observar esses critérios. Também os próximos passos aquela época, essa foi uma apresentação feita em setembro 2002, que nós acabamos concluindo que foi informar, e nós constituímos isso na nossa regra que todos, o Conselho Deliberativo que é o Conselho de Administração nos Fundos de Pensão, deveriam ser informados sobre qualquer mudança nesse manual, um manual de precificação muito importante para operações de baixa liquidez. Então tínhamos um gestor, contratamos uma controladoria fiduciária, um terceiro que se responsabilizava por avaliar se a precificação era adequada e dentro dos moldes. Constava do contrato que qualquer irregularidade deveria ser comunicada ao Banco Central, a CVM e a SPC. Então foi uma forma auto-regulação e por fim o manual dos investimentos que foi feito em seguida que era como os Fundos deveriam fazer para atuar nas empresas investidas, basicamente é isso que eu gostaria de dizer e estou à disposição para qualquer pergunta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu concedo imediatamente a palavra ao Dr. Flávio Magalhães Chaves para que o senhor possa fazer a apresentação inicial.

SR. FLÁVIO DE MAGALHÃES CHAVES: Muito Sr. Deputado, eu sou Engenheiro Aeronáutico, formado pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica há 50 anos. Estou fazendo 50 anos de formado. Há época a PETROBRAS carente do seu quadro de Engenheiros, ela procedia o recrutamento do graduando das principais Universidades do país, eu ainda estudante foi recrutado e logrei a ser aprovado no processo seletivo e entrei para a PETROBRAS para o chamado curso de refinação de petróleo, com vistas ao grande crescimento previsto do parque de refino do país, foi desde logo, logo acabar após 14 anos, 14 meses de

intenso trabalho eu fui designado para a refinaria de Mataripe na Bahia. Lá passei quatro anos, posteriormente fui para refinaria, a implantação da refinaria Humberto Pascoaline(F) em Porto Alegre, mais tarde eu tive na refinaria do Vale do Paraíba. Então o primeiro terço da minha carreira, foi todo dentro das atividades de Engenharia e operacionais e refinação de petróleo. Posteriormente, após essa fase de refino eu fui, eu galguei o passo seguinte que era a coordenação e comando do parque industrial da PETROBRAS. Lá fiquei por seis anos e justamente nesse período foi criado a PETROS, da qual eu fui fundador e participante desde logo. Posteriormente após essa fase no antigo Departamento Industrial da PETROBRAS, eu fui designado representante da PETROBRAS na Europa, chefe, chamava-se a época chefe do escritório da PETROBRAS sediado em Londres, lá tive oportunidades excelentes fiz um relatório sobre o refinarias, parque de refinis da Europa. Fui também há época, a PETROBRAS estava muito ativa na parte de fontes de alternativa de energia. Então, eu fiz um relatório de observação na África do Sul, sobre gaseificação de carvão. Fiz também e fui talvez uma das coisas, uma das razões importantes de outras, outras fases da minha carreira observação dos Centros de Pesquisa da Inglaterra. Cessada essa fase de Londres eu voltei, voltei ao Brasil foi assistente do Presidente e depois fui designado Superintendente, hoje chama-se Gerente Executivo do Centros de Pesquisa da PETROBRAS, o que foi certamente a meu ver, eu considero o ápice tecnológico da minha carreira. De lá ainda fui Diretor de uma Petroquímica mais uma vez na Bahia, com a área de administração e indústria engenharia. A memória às vezes falha. Em seguida assumi, quer dizer eu já tinha demonstrado um pendor forte para a área de Recursos Humanos. Então, fui trazido para a sede novamente, para a Gerência Executiva de Recursos Humanos da PETROBRAS, função em que permaneci dois anos. Mais dois anos, por mais dois amanhã e exerci a Secretaria Geral da PETROBRAS e me aposentei por tempo de serviço, em dezembro de 1990. Foi uma carreira, vamos dizer, bastante intensa onde acho que uma característica é a diversificação de atividades que eu, muito embora tivesse o predomínio na área de engenharia e refinação de petróleo, eu exerci outras funções. Já estava há nove anos aposentado, Ah bom... Nessa fase de aposentadoria não tive nenhum vínculo, não tive nenhuma atividade de Consultoria, eu estava dedicado realmente à família e ao lazer, quando foi convidado para fazer parte da Diretoria da PETROS. Nessa fase eu assumi evidentemente o que era mais de acordo com o meu perfil. A função, embora Diretor não tivesse título, a minha área era chamada Direto-

ria Administrativa. Onde eu tinha Recursos Humanos, Engenharia, Administração e informática. Exerci essa função até fevereiro de 2003, e retornando, como é que se diz? Ao convívio familiar permanente. É isso que eu tinha a assinalar como passado e como experiência profissional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço então para o esclarecimento da nossa CPML, apenas para que os senhores possam se situar, a Dra. Eliane ela foi Diretora Financeira de Investimentos de 99, agosto de 99 até janeiro de 2003. E neste mesmo período e Dr. Flávio foi o Diretor Administrativo. Nós teríamos aqui algumas perguntas de caráter genérico, que eu direcionarei para os dois. Em seguida teremos perguntas específicas, sobre a área de cada um. Dra. Eliane, se a senhora pudesse fazer um breve, muito breve diagnóstico da situação em que encontrou a Fundação PETROS, quando foi convidada para assumir a Diretoria, como é que a senhora faria aqui essa exposição, sobretudo a luz da estrutura que encontrou, do desempenho da Fundação nos seus diversos investimentos, enfim, um breve diagnóstico da situação que encontrou a Diretoria Financeira de Investimentos da PETROS.

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Bom, Sr. Deputado, eu quando cheguei em outubro de 99, eu até então não tinha exercido a função no mercado financeiro, tinha uma visão teórica de como deveriam ser. Então a minha maneira de administrar era, foi que a eu acabei de colocar aqui, foi a forma que nós levamos esse processo ao final. Eu não tenho qualificações a fazer em relação à gestão anterior, nós focamos o cuidar essa era uma preocupação nossa em prestar contas de todas as atividades que nós exercíamos. Eu tenho dificuldade de fazer qualquer referência à gestão anterior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, logo no início quando a senhora assumiu a Diretoria, a senhora determinou alguma mudança significativa nos rumos e na condução que vinha tendo a área financeira e de investimentos da PETROS?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Sim, fizemos diversas mudanças bastante significativas, nós resolvemos que toda a gestão deveria, havia um movimento de terceirização da gestão em renda variável, nós entendíamos que a gestão deveria ser feita, qualificar a equipe, foi o que nós fizemos trouxemos gestores qualificados e entendíamos que nós nossa avaliação deveríamos fazê-la internamente usando os gestores em função dos critérios que colocamos e não terceirizar a gestão. É uma forma diferente, um enfoque bastante diferenciado, centralizamos a custódia, mudamos o

critério de seleção de corretoras e com isso tivemos uma expressiva redução das taxas de administração dos custos incorridos na administração dos recursos. Esse foi o foco da nossa administração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então a senhora percebeu a necessidade de melhorar a administração dos recursos da Fundação?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Sr. Deputado, sempre há espaço para melhoras eu hoje sou Vice-presidente de Controle de Finanças por um GRUPO ABRIL, que acabou de passar por uma grande [inaudível], há sempre espaço para melhoras e cada um implanta, implementa sua forma de gerir, eu junto com a Diretoria implementei uma forma bastante diferente da anterior, com esse cuidado muito grande que faz parte da minha forma de administrar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Portanto a senhora procurou priorizar bastante o controle sobre os investimentos que a Fundação realizava?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Perfeitamente. A preocupação com a blindagem, com a prestação de contas, com a transparência foi o mote da nossa administração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Flávio. Se o senhor pudesse fazer um diagnóstico da Diretoria Administrativa da PETROS, quando o senhor assumiu o cargo, o que é que o senhor nos diria.

SR. FLÁVIO DE MAGALHÃES CHAVES: Eu diria que não encontrei nada que fosse condenável ou merecedor de crítica, mas como estilo administrativo e como também sentimento para o bem da Fundação, nós fizemos também modificações. Assim é, por exemplo, eu diria que talvez a principal que aparece em várias, a terceirização não nos parecia que, vamos dizer, parecia que havia, me disse minha colega que havia espaço para melhoras. Assim algumas áreas, nós aglutinamos empresas pequenos contratos, fizemos contrato maior em outras áreas fizemos exatamente o contrário, áreas de alta especialização, onde tinha empresa que com trabalho, trabalho muito amplo em várias áreas, nós logramos obter uma sensível economia desdobrando em contratos de empresas especialistas. Isso eu diria que foi marcante e sem nenhuma crítica administração anterior, mas simplesmente foi um espaço que graças à percepção de Gerentes etc. nós encontramos e conseguimos melhorar para a Fundação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas os senhores acham que havia uma tendência da Diretoria anterior, de levar por um lado na área de investimentos, por

outro lado na área administrativa. A uma terceirização, ou seja, a uma transferência de atividades que poderiam ser próprias do corpo da PETROS para instituições alheias a Fundação, senhores detectaram que havia esse ambiente e procuraram reverter esse ambiente?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Deputado na própria gestão, com o passar do tempo a teoria de administração mudou, em alguns momentos se pensava em terceirizar, depois houve um movimento no sentido de não mais terceirização. Então eu não sei dizer se foi também resultado desse processo, o naquela nossa avaliação é como o Flávio colocou, entendíamos que havia espaço e que o foco foi trazer pessoas qualificadas, para poder fazer esse trabalho, e brigar até o último centavo por economias que nos pareciam importantes, assim como a defesa na atuação das empresas que nós investíamos. Então nós fizemos muito trabalho dentro dos Conselhos de Administração e nas assembleias das empresas investidas. Esse nos pareceu uma, uma grande oportunidade de atuação.

SR. FLÁVIO DE MAGALHÃES CHAVES: O depoimento também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. FLÁVIO DE MAGALHÃES CHAVES: Na área administrativa eu diria que como critério geral de que a Diretora Eliane falou, é quase completo. De nossa parte era dizer que o nível de terceirização ele não pode ser levado de uma forma genérica absoluta para todos os casos. Na informática em alguns casos, a aglutinação foi positiva e em outros o desdobramento também foi positivo. Nós temos casos em que ambos as ações deram resultado e proporcionaram vantagens para PETROS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dra. Elaine quem foi o responsável principal pela indicação da senhora para Diretoria financeira da PETROS?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Eu antes de trabalhar na PETROS, eu fui Diretora no Ministério da Justiça, da Secretaria, Diretora do Departamento de Proteção da Defesa Econômica da Secretaria de Direito Econômico, havia decidido retornar o Rio de Janeiro e conheci é o então Diretor Financeiro da PETROBRAS, que buscava pessoas profissionais, para diversos cargos na Instituição, ele então me apresentou ao Sr. Carlos Flori, Presidente da PETROS e me convidou para ser Diretora Financeira. Então em todos, eu não sou filiada a qualquer partido, que eu acabei não mencionando a minha história, falei da minha história acadêmica e não profissional eu fui trabalhar no Ministério Público da Justiça a convite do anteriormente contato

que eu tive com o Presidente do CADE quando fiz, trabalhei na elaboração Lei de Defesa da Concorrência, eu era do Ministério da Fazenda e trabalhei com o meu orientador de mestrado, de tese de mestrado Wisdon(F) Fride(F), então sempre fui convidada, e hoje no cargo que eu exerço também fui convidada por um profissional de mercado que escolhe e seleciona executivos no mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então a senhora acha que a indicação da senhora para Diretoria Financeira da PETROS, respondeu apenas a critérios técnicos e a um conhecimento que o então Diretor Financeiro da PETROBRAS tinha da experiência profissional da senhora?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Sem qualquer dúvida. Houve até a necessidade da ida do Presidente da PETROS e minha de mudar o Estatuto e permitir porque eu não era funcionária da PETROBRAS, tão pouco o Presidente Carlos Flori, o Estatuto foi alterado para trazer profissionais de mercado para a Instituição, não há menor sombra de dúvida que foi esse o critério que balizou minha indicação para lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Flávio como é que se deu a indicação do senhor para a Diretoria administrativa?

SR. FLÁVIO DE MAGALHÃES CHAVES: Certamente, por escolha por perfil semelhante ao requisitado pelo cargo que havia ocupado na Fundação. Na Diretoria da PETROBRAS a época, figuravam Diretores que nos conheciam. Então alguns deles tinham sido, nove anos haviam se passado desde minha aposentadoria. Então, alguns deles tinham de memória experiência que eu tinha, que eu tinha acumulado. E por alguma razão não me foi dado o conhecer, a Diretoria me escolheu e me convidou e eu aceitei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem diretamente formulou o convite para que o senhor assumisse a Diretoria?

SR. FLÁVIO DE MAGALHÃES CHAVES: Quem me telefonou para perguntar foi um Ex-Diretor chamado Dr. Albano Gonçalves. Que havia trabalhado comigo pregressamente em função dois, três níveis abaixo do meu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor também não tem nenhuma vinculação de natureza política.

SR. FLÁVIO DE MAGALHÃES CHAVES: Nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores

poderiam me dizer como é que é era composta a Diretoria Executiva da PETROS, quais eram as Diretorias e quem era os Diretores na época que os senhores exerciam a funções?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Nós éramos quatro. O Presidente Carlos Flori, Dr. Flávio na área Administrativa, eu na área Financeira de Investimentos e Solong(F) na área de Benefícios. Éramos quatro que compunha a Diretoria e todo o período que eu fiquei nesse período de agosto de 99 a janeiro de 2003, foi essa a Diretoria vigente na PETROS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os Diretores era indicados pela patrocinadora ou também algum membro da Diretoria era eleito pelos participantes?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Todos indicados pela patrocinadora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Todos indicados. Acima da Diretoria havia um Conselho?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Perfeito. Conselho Deliberativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Conselho composto por quantos membros?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: 11 ou 12, não tenho certeza, depois houve a mudança Lei e se determinou que o Conselho deveria ter a mudança paritária, indicados pela patrocinadora e pelos participantes. Cerca de 11, eu não sei exatamente se o número é esse.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em geral como é que se dava a relação da Diretores com o Conselhos, como é que eram feitas as discussões que tipo de atribuições o Conselho tinha, como é que era feita a prestação de contas das Diretorias para o Conselho?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Então, nós tínhamos um regulamento, o Estatuto da própria PETROS, definia aqueles assuntos que necessariamente deveriam ser encaminhados para o Conselho Deliberativo. Então havia aí, consta do Estatuto aqueles assuntos, movimentações imobiliárias acima de um determinado valor, e nós levávamos as políticas de investimento, aprovamos até um pouco mais do que aquilo que necessariamente deveria ir para o Conselho, porque entendíamos que o Conselho deveria ter mais informações sobre a gestão. Então atuávamos de uma forma muito cooperativa com o Conselho Deliberativo atendendo não apenas ao previsto no Estatuto, mas levando informações adicionais que entendíamos ser relevante, compartilhar a decisão com o Conselho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, as pequenas Fundações elas, pequenas não, nenhuma Fundação Estatal é propriamente pequena. Mas as Fundações menores, elas em geral dentro da Diretoria Financeira de Investimentos elas tem uma estrutura que segue mais ou menos a seguinte regra, há o Diretor abaixo do Diretor, há o Gerente de investimentos em alguns casos há uma gerência própria para a avaliação de risco, em outros já existe até uma estrutura de um Gerente para a *compliance*. Eu queria saber na PETROS, como é que estava estruturada a Diretoria de Investimentos?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Pois não, nós também criamos a função Gerente de *compliance* que se reportava e só poderia ser destituído pelo Conselho Deliberativo, que era a gerência que cuidava exatamente de toda a parte de risco e adequação as normas, tanto internas, quanto externas da instituição. Internamente havia três gerências, uma gerência que cuidava das participações de baixa liquidez, uma gerência que fazia análise pesquisa por setor, e uma tesouraria que tinha a Mesa de operações, cuidava dos empréstimo de operação, três gerências e uma terceira, uma área de assessoria de planejamento de investimentos, nós tínhamos, definimos também dentro da nossa forma de atuar Comitês, funcionávamos por Comitês todas as decisão semanalmente nós reuníamos. Tinha o Comitê de avaliação das aplicações, acompanhávamos o cenário macroeconômico e as perspectivas para a semana a seguir e esse grupo de pessoas decidia o posicionamento da instituição, que era devidamente registrado. Nós de forma alguma atuávamos com base em uma percepção uma intuição, nós atuávamos com base em dados. Sempre que possível ninguém tinha bola de cristal, mas nós registrávamos a situação de mercado, que era trazida por analistas da área de avaliação de específica do setor e se havia uma oportunidade que se considerava interessante, avaliávamos o contexto macroeconômico, sempre percebendo que pelo nosso tamanho a liquidez e a perspectiva de saída do investimento, seria algo importante e fazíamos então investimento e registrávamos o porquê daquele investimento. Basicamente essa era a forma de operar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então a decisão para que qualquer investimento fosse realizado, ela passava por uma aprovação do Comitê?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Passava vários Comitês em níveis inferiores... E dependendo do montante da operação ou da baixa liquidez essa decisão subia para a Diretoria Executiva ou até para o Conselho Deliberativo. Eu participava de todas as de-

cisões em conjunto com os analistas, seja na Diretoria ou levava o assunto para o Comitê Deliberativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que se pode avaliar, o nível de autonomia de cada uma dessas instâncias, ou seja, dos Comitês da Diretoria de Investimentos que era exercida pela senhora, da Diretoria Executiva no seu Colegiado e depois até mesmo do próprio Conselho?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Então, é importante porque justamente o objetivo do manual de investimentos foi, definir claramente as responsabilidades, o que não estava previsto no Estatuto, no próprio regulamento da Diretoria ficou explícito no regulamento que nós fizemos, onde cada um tinha uma responsabilidade. Como eu disse há pouco. O analista que encaminhava o parecer para posterior assinatura do Gerente e do Diretor, ele tinha necessariamente que observar critérios objetivos, mencionar sua posição a respeito desses critérios e assinar se responsabilizando com aqueles critérios. Que não seria possível ouvir falar, alguém me telefonou, isso não era permitido não era o adequado, portanto definimos critérios objetivos para que ele pudesse assumir responsabilidades que no final eram compartilhadas sucessivamente na hierarquia da decisão. Se as decisões deveriam passar pelo Conselho Deliberativo, nós encaminhávamos todo o processo devidamente fundamentado para que o Conselho pudesse compartilhar com a Diretoria, os Comitês e os analistas aquela decisão. Então as responsabilidades, não estavam devidamente expressas no Estatuto foram delineadas nos respectivos manuais que nós elaboramos e registramos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Todos os três gerentes e assessoria de planejamento participavam da discussão dos investimentos da Fundação?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Dependia, né? Havia algumas discussões que eram qualificadas, então havia decisões, por exemplo, quando nós entramos tomamos a iniciativa de buscar investimentos de maior liquidez, em função do momento e da necessidade de um Fundo maduro. Então nós tínhamos um Comitê onde os especialistas da área imobiliária participavam, interagiam com membros de outras áreas. Sempre composto por membros e algumas vezes até da área administrativa, porque havia necessidade específica de uma avaliação técnica da engenharia, por ser um assunto imobiliário. Então dependendo do assunto havia uma composição. Mas as regras, e eu vou ao final da apresentação disponibilizar aos senhores todos os critérios, todos os relatórios da auditoria. Pois não. Todos os relatórios da auditoria, todos os critérios,

todos os relatórios que nós nesse período fizemos, para que todos possam identificar qual o formato desse processo decisório. Havia também esse contrato, que eu mencionei que era o manual de Controladoria Fiduciária, onde um gestor fiduciário ele era responsável por verificar se cada etapa havia sido cumprida, se aquele analista devidamente tocou, avaliou as questões que ele deveria, que ele teria responsabilidade de verificar. E não observando ele tinha a obrigação, a responsabilidade de informar a Diretoria ou o Conselho Deliberativo. Então fechava na nossa avaliação, esse ciclo de blindagem e de necessidade de que todos dentro da escala decisória, do processo decisório pudessem assumir as suas responsabilidades.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esses Gerentes, eles obrigatoriamente não eram funcionários de carreira nem da patrocinadora, nem da Fundação. Eles podiam ser avaliados a partir da experiência de mercado e aí escolhidos para ocupar essas funções?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Perfeitamente, eu selecionei mudei todos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando a senhora assumiu, isso que eu perguntar, quando a senhora assumiu a senhora mudou todo o quadro de Gerentes?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Eu entendo que acho que 100% de Gerentes, porque eu quis trazer o cargo de gerência, assim como tanto no Setor Público o DAS o cargo de assessoramento, são pessoas que eu queria que tivessem um perfil, mais de mercado com algumas características, que na época que eu entrei não identifiquei em todas as pessoas. Algumas eu mantive, outras eu trouxe basicamente pessoas que busquei na universidade, em situações que eu tinha pelo currículo, identifiquei que teriam condições de levar adiante o projeto que nós levamos e concluímos entendendo com bastante êxito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ao longo dos quatro anos, houve mudança desses Gerentes ou aqueles que foram escolhidos no início da gestão permaneceram até o fim?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Sr. Deputado isso era até um problema como o Fundo de pensão interagiu com diversos gestores de Bancos, eu brincava que vinham pescar no meu lago. E muitas vezes os meus Gerentes e os meus analistas foram convidados para outras instituições, porque eram pessoas extremamente qualificadas e competentes. Mas basicamente as pessoas ficaram, durante a maior parte do tempo e no meu caso especificamente, como eu tinha

uma responsabilidade adicional eu após sair como eu mencionei da PETROS. Fiquei por um período de um ano, sem trabalhar em qualquer, porque resolvi antes de voltar a trabalhar cumprir minha quarentena e fazer a minha tese. Antes de trabalhar eu não mencionei, eu fui Diretora do PONTO FRIO antes de assumir o cargo que eu estou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando a senhora recrutou esses Gerentes a senhora se preocupou analisar por quais instituições financeiras eles haviam passado, para poder checar justamente não havia incompatibilidade, se por acaso alguém operava no mercado que agora era chamado a exercer a função importante dentro de um Fundo de pensão. Ele ali poderia estar em tese, defendendo interesses empresariais que não os da Fundação, então a senhora se preocupou em checar a vida pregressa dessas pessoas que convidou para trabalhar com a senhora, a fim de afastar essas incompatibilidades?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Como eu disse, eu não havia trabalhado antes desse período no mercado financeiro propriamente dito. Busquei pessoas que complementassem a minha formação profissional, eu precisava buscar pessoas que tivessem trabalhado no mercado, porque são operações dia-a-dia, há necessidade de um conhecimento também bastante específico em relação a esses assuntos, verifiquei, busquei indicações, pessoas com as quais, essas pessoas haviam trabalhado, olhei o currículo e não tenho de nenhum dos analistas que trabalharam comigo, qualquer questão que possa ter levantado preocupação. Até porque nos preocupamos também não tenho como garantir, o que vai por dentro da cabeça das pessoas. Por isso nos preocupamos exaustivamente em diluir o processo decisório, não havia uma pessoa responsável por uma decisão, a escolha de uma corretora não era minha, não era de um analista eram de cinco, então para aquela corretora fosse escolhida, ela tinha que passar por um processo de convencimento de outras pessoas de outras áreas. Então o que nós fizemos foi definir critérios objetivos, para mitigar qualquer risco de favorecimento em qualquer instância por isso definimos esses critérios que foram escritos e registrados e eram monitorados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora nunca viu nenhum conflito de interesses?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Não, não, que eu entenda não, que eu conheça não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Havia alguma relação direta da Diretoria Financeira da PETROS,

com a patrocinadora? Ou seja, o nível de interface que a senhora estabelecia com a patrocinadora qual era? Existia alguma relação ou não? Ou a senhora se reportava apenas o Diretor Presidente da Fundação ao Conselho, e parava por aí? Ou havia essa relação com a patrocinadora?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Bom, havia uma relação, a relação formal era essa no âmbito do Conselho Deliberativo, que tinha membros indicados pela patrocinadora, mas nesse período que eu estive na PETROS, nós negociamos o processo é processo de migração de benefício definido para a contribuição definida, havia negociações envolvendo a patrocinadora eu os funcionários, os empregados também discutimos alguns processos, porque assim como tínhamos eu mencionei uma meta o Fundo de pensão tem uma meta de longo prazo, uma Meta Atuarial a ser obedecida CNPC+6, nós buscávamos projetos de baixo risco e que pudessem se atrelados a inflação. Fizemos projetos em conjunto com PETROBRAS, Marli(F), estudávamos muitos projetos com a PETROBRAS, como estudávamos também com outras empresas, com risco bom como era o caso da PETROBRAS, mas fazíamos uma negociação profissional onde o Diretor financeiro ou o Gerente financeiro daquela instituição, discutia o contexto daquela processo que nós gostaríamos e os nossos relatórios comprovam que foram investimentos extremamente positivos de grande rentabilidade para o Fundo de pensão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Flávio, qual era a estrutura da Diretoria Administrativa quando o senhor assumiu as suas funções?

SR. FLÁVIO DE MAGALHÃES CHAVES: Quase nada mudou durante minha gestão. Havia uma Gerência de Informática e uma Gerência de Recursos Humanos que permaneceram tal como era ao longo de toda a gestão. E na Gerência de Engenharia ela de início era só engenharia, e nós colocamos mais a parte administrativa que muitos casos havia uma, uma colisão, ou melhor, uma comunhão de interesses com a área administrativa. Foi a única diferença, foi a Gerência Administrativa. Em realidade a Gerência Administrativa, a Gerência de Engenharia teve uma pequena alteração de propósitos e de serviços, com a área de investimentos. Nós, a parte de imobiliária todos imóveis 100% PETROS, passaram a ser não só gerenciados na Gerência de Engenharia no tocante a engenharia, como também na cobrança de aluguéis que era uma parte que anteriormente afeta a área de investimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o se-

nhor assumiu o senhor também convidou nós pessoas para trabalhar?

SR. FLÁVIO DE MAGALHÃES CHAVES: Sim, em realidade os três Gerentes nem todos da mesma época foram mudados. E os três novos Gerentes, sem exceção, eram pessoas que haviam ocupado elevados cargos de Gerência na PETROBRAS, também aposentados eu defendia e ainda acho que o participante, ele é potencialmente uma pessoa muito interessada pela, pelos destinos da Fundação e quando, quando se vê que ele está inteiramente desejoso de continuar sua vida profissional, ele é uma boa indicação. Na realidade nos três casos as pessoas levadas fosse eu voltar atrás no tempo, eu os escolheria de novo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguma das vezes, alguma vez um dos senhores recebeu algum tipo de solicitação que não técnica, para a seleção de qualquer um dos colaboradores que trabalharam com V.Sas. nesse período de quatro anos?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Sr. Deputado eu nunca selecionei qualquer membro da minha equipe com base em algum critério, que não fosse o critério técnico.

SR. FLÁVIO DE MAGALHÃES CHAVES: Da mesma forma nunca tive nenhuma indicação de ninguém para a escolha dos meus dos Gerentes, dos Gerentes da área que me era afeta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dra. Eliane, quais foram os motivos do afastamento da senhora da Diretoria financeira da PETROS?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Sr. Deputado, eu como disse eu havia concluído os créditos do meu doutorado em Finanças, no departamento de engenharia industrial da PUC e tinha apenas um ano, como prazo limite para defender minha tese e fazer o meu exame de campo. Então eu saí um pouco antes do resto da Diretoria, porque eu tinha determinado como um objetivo pessoal concluir essa etapa da minha carreira acadêmica, e foi o que eu fiz, esse foi o motivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mesmo com a mudança de governo, se a senhora fosse convidada para continuar na Diretoria Financeira a senhora teria aceitado?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Não, não teria aceitado porque eu teria perdido essa etapa, eu investi muito tempo da minha vida, fiz cursos complexos e achei que não deveria perder a conclusão dessa etapa que, apenas por um ano. Então foi uma decisão de carreira, pessoal. Por isso tomei esse caminho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Flávio como é que se deu o afastamento do senhor da Diretoria Administrativa?

SR. FLÁVIO DE MAGALHÃES CHAVES: Normalmente a Diretoria foi toda mudada. Eu sabia, aquilo era uma coisa esperada, aconteceu e eu recebi, vamos dizer até com uma certa, eu tinha uma certa saudade da fase aposentadoria, porque as responsabilidades com a idade elas pesam mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Houve então mudança de todo o quadro Diretivo no início de 2003?

SR. FLÁVIO DE MAGALHÃES CHAVES: Sim, sim senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dra. Eliane, a senhora nos disse aqui que implantou, que se preocupou em implantar uma estrutura de *compliance*. Eu queria que a senhora nos falasse um pouco mais sobre o *compliance* da PETROS?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Bom, esse foi um trabalho longo que nós discutimos todas as regras que deveriam ser observadas pela instituição, inclusive nos preocupamos que essa *compliance*, esse monitoramento dos riscos deveriam inicialmente foi constituído no âmbito da Diretoria Financeira e subiu para contexto do Conselho Deliberativo. Porque nós entendíamos que realmente deveria ser acima da Diretoria financeira e monitorar todas as operações da instituição. Além disso, como eu mencionei, nós fazíamos o controle ao final da nossa gestão instituímos um controle também, é uma controladoria fiduciária que fazia o controle prévio e superior das operações, então se alguma operação não estivesse dentro dos Fundos, ao final desse contrato, de acordo com as regras do país, que regidas pela SPC, do Banco Central, da CVM ou nos nossos regulamentos o controle prévio e as operações que permitiram esse controle prévio foram devidamente listadas, e eram monitoradas para que nenhum, nada de errado pudesse acontecer naquela instituição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A quem era estrutura de *compliance* se reportava?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: A estrutura, essa estrutura, então ao final passou a se reportar era ligada ao Conselho Deliberativo, era indicada se não me engano, consta dos regulamentos se não me engano, passou a ser uma indicação do Presidente e a destituição necessariamente teria que ser feita pelo Conselho Deliberativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora concorda que se a estrutura de *compliance* não estivesse diretamente ligada ao Conselho Deliberativo poderia carecer de certa independência?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: É, foi por isso que levamos para o Conselho Deliberativo, achamos que seria mais eficaz e no âmbito do Conselho, do que debaixo da Diretoria, mas é uma questão de gestão, não necessariamente tem que ser assim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se me permite um minutinho, é porque me pareceu que o caso de destituição é que é levado ao Conselho Deliberativo, a nomeação é feita pelo Presidente?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Eu não me lembro, se a regra era essa, me parece que sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esclarecido, obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era o profissional responsável pelo *compliance* a época?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Havia dois, primeiro o Marco Horta e posteriormente Fernando Gilhon(F) um Advogado de Minas Gerais, que atuou foi para Fundação e assumiu essa função de *compliance*, chamava-se Fernando Gilhon(F), um Advogado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Durante a gestão de V.Sa. foi realizado algum trabalho de auditoria interna sobre a carteira de investimentos da Fundação?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Diversos trabalhos, e vou deixar aqui com os senhores, nós fizemos um trabalho pelo professor, foi realizado que abrangeu todo o propósito de 2000 até 2002, pelo Prof. Eliseu Martins. Eu trouxe todos os relatórios da PRICE que eram os nossos auditores independentes, enfim, nós em geral nos preocupávamos em sempre ter um monitoramento externo de todos os processos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Presumo eu que diante do diagnóstico dessas auditorias, havia uma reunião da Diretoria Executiva para definir novos rumos, alterar as estratégias, isso era uma coisa que acontecia habitualmente?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Olha, em todos os relatórios, conforme eu vou deixar aqui, nenhum deles sinalizou necessidade de mudança tanto os relatórios da PRICE, quanto do professor Eliseu Martins que entendeu que os nossos processos eram adequados, mas sempre como disse desde o início, foi um processo de aprendizado a medida que nós íamos identificando oportunidades de aprimoramento, nós vamos implementando não necessariamente por

uma informação externa, mas se alguma informação externa nos era trazida alguma falha era conhecida, nós nos reuníamos e modificávamos o caminho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Portanto, nessas auditorias nunca se detectou qualquer atitude negligente ou imprudente de nenhum dos funcionários da PETROS, de nenhuma das áreas sobretudo vinculadas à Diretoria de investimentos?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Não, nos relatórios da PRICE, no relatório do professor Eliseu Martins, havia também eu esqueci de mencionar algumas auditorias realizadas internas pela auditoria interna da própria PETROBRAS, essas algumas vezes sinalizava que alguns processos deveriam ser aprimorados e eles eram objeto de reunião na Diretoria e também no contexto do Conselho Deliberativo e os processos eram aperfeiçoados, na medida em que havia uma indicação de potencial melhora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era o perfil de investimento da PETROS com relação as metas de rentabilidade e os riscos assumidos?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Bom, nós separávamos a carteira de investimento em 3 parcelas, a carteira de giro e a meta, não é? De performance era a BOVESPA. Então nós acompanhávamos mensalmente o comportamento dessa carteira variável que tinha liquidez, a carteira de renda fixa, ela tinha uma parcela da carteira que era o, a base de comparação era o CDI e nós buscávamos como eu mencionei ali algo superior ao CDI, não muito porque o perfil não era um perfil do Fundo, na nossa avaliação não deveria ser um perfil de buscar correr risco e como a teoria de Finanças diz, normalmente para se buscar resultados maiores geralmente se incorrem em riscos maiores e nós definimos, delimitávamos o risco que estávamos dispostos a incorrer. Então comparávamos mensalmente nos relatórios que eu vou deixar aqui, tem durante toda a nossa gestão, mensalmente o acompanhamento da rentabilidade da carteira renda fixa, renda variável e a carteira imobiliária, infelizmente, não existe nesse setor até, hoje, algo como existe nos Estados Unidos que é um indicador, é um BENT MARK(F) é um indicador de rentabilidade que possa ser utilizado para comparar. Ai nós utilizávamos a Meta Atuarial como parâmetro, na ausência de outro melhor para mensurar o comportamento da área imobiliária, e também da área de participações permanentes. Porque a participações permanentes eram as participações do Fundo e empresas que não tinha avaliação de mercado. Então Fundos, onde o Fundo de pensão investimentos, nos quais os Fundos de Pensão parti-

cipava também no contexto de acordo de acionistas ou outros semelhantes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em geral a senhora qualificaria a política de investimentos mais conservadora do que agressiva?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Com certeza, mais conservadora do que agressiva e nós dividíamos os Fundos de investimentos nos quais permitíamos algum risco de crédito. O risco de crédito era avaliado e não aceitávamos promessas de rentabilidade excessiva, porque nós delimitávamos o escopo do risco que entendíamos adequado para a instituição com o perfil da PETROS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem eventualmente revisava essa estratégia?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Eu participava no dia-a-dia, revisava interação com a minha equipe e essa ela era estratégia era aprovada pela Diretoria anualmente e posteriormente pelo Conselho Deliberativo. Eu não me lembro bem se o termo era aprovado ou se nós levávamos a conhecimento do Conselho Deliberativo. Posteriormente a longo da nossa gestão a Secretaria de Previdência Complementar passou também a exigir que a política fosse descrita, nós já fazíamos isso internamente e passamos a descrever no contexto e passou a ser sim objetivo de aprovação deliberação do Conselho da PETROS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como era definida a segregação da carteira de investimentos, entre o percentual que seria destinado a investimentos em carteira própria e aqueles que seriam descentralizados para a gestão dos Fundos exclusivos?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: No caso, no contexto da renda fixa a nossa carteira tinha a seguinte característica, os Fundos, os investimentos em renda variável que eram aplicações como o nome de permanentes. Permanentes porque não havia liquidez, então em algumas situações, nós vendemos a nossa participação quando nos parecia que havia uma boa oportunidade de venda. Em geral saímos dos investimentos de baixa liquidez, porque na nossa política buscávamos investimentos que tivessem parâmetros de mercado, não era o caso dos investimentos de participação de controle nas empresas investidas. Então no caso de renda variável, nós tínhamos cerca de 30% da carteira depois esse percentual reduziu, porque também num contexto em que as taxas de juros eram muito elevadas, nós vamos migrando a nossa participação progressivamente para investimentos de renda fixa. É uma parcela pequena dos Fundos,

tinha o que nós chamávamos de Fundo bandeira, então eram Fundos que nós, uma um deles era gerido por uma instituição que colocamos os ativos de baixa liquidez, por exemplo, por questões tributárias colocamos alguns investimentos e eram monitorados por essa instituição. Em outros casos tinha a nossa Mesa que monitorava a participação na carteira com base nos critérios que eu havia mencionado e fazia esse investimento monitoramento semanalmente. Eu não lhe dizer exatamente quanto da carteira de renda fixa, que ao final da minha gestão como um todo, considerando os títulos com base em inflação e títulos que tinham componente inflação e os títulos pós-fixados representavam cerca de 75% da carteira de total 17.6 bilhões de reais, isso em dezembro de 2002. Eu não sei lhe dizer exatamente qual o percentual, mas isso consta dos relatórios, que eu vou lhe deixar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora falou dos critérios para a corretoras que operavam com a PETROS eu queria saber dos critérios para a seleção dos Gestores e Administradores dos Fundos exclusivos?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Perfeitamente havia uma tela, eu passei um pouco rápido eu vou mencionar. Havia quatro critérios básicos para a seleção dos gestores, os administradores de renda fixa, o histórico daquela instituição, porque na nossa avaliação é importante não... Os retornos os passados não apontam para necessariamente bons retornos no futuro, mas nós combinávamos a avaliação do risco incorrido para avaliar a consistência daquele gestor. Então, o histórico de risco e retorno tinha um peso de 25% na nota daquela instituição, o controle de risco nós fizemos uma avaliação in loco de todos os gestores que participavam da nossa carteira, e um grupo de analistas cada um deles deu nota que compunham 25% do total da nota. Então media o limite e como aquela instituição controlava o risco que normalmente o mercado de trabalho, com o que chama VAR(F) ou testes de ESTRESSAM(F) indicadores que o mercado normalmente usam, e os nossos analistas foram a esses gestores nessas instituições verificar como esse controle de risco era feito e isso tinha 25% da nota, o suporte de pesquisa também dado por essas instituições, compunham 25% da nota, e a tradição da instituição medida através de uma medida chamada ativos sobre gestão, não é? E isso compunha cerca de 15% do total da nota, não é? Tinha alguns outros e um peso para cada, além disso os gestores tinham a diferença como critério subjetivo para poder acrescentar. Então essa nota era composta, registrada cada um daquele grupo que compunha, aquele Comitê que

fazia a seleção dos gestores registrava sua nota e a partir dali os gestores eram selecionados. Além disso o gestor essa selecionado, nós monitorávamos no contexto de gráfico de risco retorno se o mesmo gestor, se dois gestores considerando o mesmo risco alguma tinha uma performance de retorno superior, isso é era critério para fazer uma mudança na nossa carteira que era baseado nesse critério. Então aquele gestor que conseguia para dado um risco um retorno superior ele teria condições de entrar na nossa carteira e saía aquele que para o mesmo risco, tinha um retorno menor. Então esses eram os critérios de movimentação da carteira ao longo do tempo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora concorda que as Fundações em geral devem estabelecer um acompanhamento muito rigoroso do desempenho dos Fundos exclusivos, afinal de contas os recursos eles são dos segurados da Fundação e portanto não se pode querer eximir a responsabilidade dos dirigentes dos Fundos de Pensão, dos desempenhos apresentados pelos gestores dos Fundos exclusivos?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Concordo plenamente a responsabilidade fiduciária de qualquer gestor e por isso responsabilizamos não só os Diretores, os Gerentes, como os analistas todos tem a sua parcela de responsabilidade, devem atuar, preservando, buscando prestação de contas, transparência e trazer para aquele que é o real interessado, que é o pensionista o aposentado, aquele o participante ele tem que ter a possibilidade de identificar que a sua, que os investimentos do seu Fundo de pensão foram feitos com base nos bons critérios de governança corporativa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Segundo informações da SPC, nós temos aqui alguns nomes de Fundos exclusivos que eu vou citar e quero a confirmação de V.Sa. se esses Fundos de fato estavam vinculados a PETROS no período da vossa gestão. Primeiro, LATIM INVESTI ASSET MANAGEMENT(F)?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Esse foi um Fundo que por um tempo ele fazia investimentos em ativos de baixa liquidez, passou um período depois saiu da nossa carteira eram três gestores que foram selecionados chamado de MIDCAP(F)... E 3 gestores foram selecionados, INVESTIDOR PROFISSIONAL, DÍNAMO e LATIM INVESTI eles foram escolhidos numa seleção, dentre se não me engano 10 gestores que são especializados na gestão de ativos de baixa liquidez e eu apresentei aqui o critério de seleção e os três foram selecionados no caso o LATIM INVESTI(F) depois numa análise posterior, nós entendemos que os dois outros tinham uma performance um resultado

um pouco melhor, nós saímos desse e ficamos apenas com o INVESTIDOR PROFISSIONAL e DÍNAMO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): RIO OFICCE?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Não RIO OFICCE PRICE, esse é um Fundo que foi anterior à nossa gestão e ele fazia, é um Fundo de Investimento Imobiliário do qual a PETROS tinha 99% desse Fundo e foi feito para um investimento específico da PETROS junto com alguns empreendedores, qual era o nome? REW OFF SPICE(F) nós tínhamos 99% e esse Fundo nós buscamos dentro da nossa linha de buscar liquidez, uma alternativa para poder buscar uma saída, mas era um Fundo que o aporte dos recursos foram feitos antes da nossa gestão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): URANO FAC?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: URANO FAC nós tínhamos a política, provavelmente sim, preciso verificar aqui nos relatórios, mas nós trabalhávamos essa foi a política também. Para poder fazer uma administração mais adequada, nós entendíamos que deveríamos trabalhar com FACS e FIFs abaixo desses FACS. Se não me engano o URANO FAC era um desses FACS que tinha aplicações em FIFs da PETROS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): FIF BB MILÊNIO 29?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Sim do BANCO DO BRASIL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): BB URANO?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Provavelmente sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): BNL ESPECIAL 9 DI FIF?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Provavelmente sim, eu preciso checar os nomes, mas eu entendo que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): BNP PARIBÁS MERLO FIF?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Nós trabalhávamos com o BNP PARIBÁS(F) não sei se o nome do FIF era esse, mas trabalhávamos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): BB ASSUR?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: BB do BANCO DO BRASIL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): BB NOWOROD?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Provavelmente sim preciso lembrar se está no relatório.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): BOSTON ROLANDO?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: BOSTON era um gestor de renda fixa com qual nós trabalhávamos

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): FAC FIF, SANTANDER VIP 8?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: SANTANDER também foi um gestor selecionado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): BB INSTITUCIONAL 10.

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Também do BANCO DO BRASIL, eu não lembro se o cada um dá o nome fantasia eu não lembro... E tem alguns anos, eu não me lembro se é esse nome, mas com o BANCO DO BRASIL nós trabalhávamos e está no nosso relatório se precisar dessa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então quer dizer, nós temos aqui alguns Fundos com o BANCO DO BRASIL, temos aqui o BMG PBF FIF?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Não. Nós não tínhamos Fundo com o BMG, por acaso o BMG não atendia os critérios que na época nos definimos para a escolha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então até o ano de com o 02 até o final de 2002 a PETROS entendia que a BMG não estava habilitado a ser gestor de um dos seus Fundos?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Não, não é nenhuma qualificação em relação ao BMG propriamente, não há nada contra o BMG a questão é que nós definimos, porque tínhamos recursos finitos e precisamos selecionar dentre os diversos, diversas instituições que queriam, que gostariam de gerir os nossos investimentos. Precisávamos definir uma política, definimos uma política e nessa política definida no caso específico os Bancos menores não se enquadravam nessa política. Nada contra a instituição propriamente dita, apenas um critério que foi observado ao longo da nossa gestão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O EXCELBI(F) BALANCE FIF era do período da a senhora?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Ele foi um período... Depois eu acho que paramos eu não sei se essa, quando nós mudamos, esse processo como eu lhe disse eu entrei em agosto de 99, ao longo des-

se período nós fomos aprimorando as políticas e os controles. Se não me engano e até para conseguir também mais escala, porque nós reduzimos significativamente as taxas de administração, quando eu entrei havia Fundos que nós pagávamos 2% de taxa de administração e após sucessivas negociações a taxa passou a 0,0 alguma coisa, enfim nesse processo de renegociação de taxas de redução de custos. Nós buscamos ter mais escala com alguns gestores e no contexto desse processo, retiramos alguns Fundos. Seja porque buscávamos concentrar para poder baixar a taxa de administração com alguns gestores, seja porque em alguns casos como eu mencionei a performance, não foi a performance, havia gestores com uma performance naquele período que nos parecia mais adequado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então eu posso presumir então que em geral a Diretoria de V.Sa. recorria as grandes instituições financeiras do mercado, até porque eram as que ofereciam maior segurança, maior credibilidade, enfim?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Isso, nós buscávamos grandes instituições e também, vamos dizer, o conhecimento e a como eu disse o histórico daquela instituição, há instituições, havia instituições há época grandes e que não tinham esse perfil de gestão de Fundos de investimento. Então algumas instituições grandes para esse fim de Fundo de investimento não foram e no critério de histórico das aplicações financeiras não se enquadrava, mas em geral buscamos sim, instituições maiores, como contrapartida a uma situação grande como era o caso da PETROS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores se preocupavam de alguma forma com as corretoras que operavam com esses Fundos exclusivos?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Com certeza, as corretoras que operavam com esses Fundos exclusivos, necessariamente tinham que atender aos critérios que eu mencionei aqui. Corretoras que tivessem, não tivessem gravação, que não fossem também, tivessem um volume significativo, na nossa avaliação não trabalhávamos com corretora que tinha autônomos, a nossa preocupação era corretoras que a instituição fosse na nossa avaliação mais forte e, nós tivéssemos uma, nesse critério entendíamos que tínhamos maior garantia da relação entre PETROS e essas instituições, era uma preocupação muito grande, no caso dos Fundos que nós não tínhamos a gestão, o Fundo, gestor do Fundo escolhia a corretora, nós apenas observávamos, a taxa, o quanto era pago por essa, para essa corretora que era um valor que nós uniformizávamos

entre os gestores, mas era critério no gestor no caso dos Fundos que não era a nossa gestão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora se surpreenderia se no período da gestão da senhora a frente da diretoria financeira fossem feitas operações com títulos públicos, onde a PETROS através de Fundos aparece em uma cadeia negocial. E dentro dessa mesma cadeia negocial títulos negociados no mesmo dia na mesma quantidade, apareça a Corretora EURO que é uma das nossas investigadas, tendo resultados completamente acima do que seriam os padrões do mercado?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Pelo que me consta essa corretora não era cadastrada na PETROS, segundo nós só trabalhávamos nos títulos no mercado primário e a operação que nós fazíamos para reinar a carteira de títulos eventualmente no mercado futuro com CDI. Essa operação tradicional que fazia o RED(F) a proteção da carteira, porque é uma carteira muito grande como eu disse cerca de 75% de uma carteira 17, 18 bilhões de reais, então nós momentos em que a equipe se reunia, registrava algum posicionamento, nós fazíamos isso principalmente no contexto de uma operação pós para reinar essa carteira de títulos pré. Nós não atuávamos no mercado secundário de títulos públicos por definição de política.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A SPRIND DTVM estava habilitada para operar com a PETROS, sim?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Que eu me lembro não. Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para que fique claro as corretoras que estavam habilitadas para operar com as Fundos exclusivos, elas tinham que seguir os mesmos critérios que a PETROS definia para as operações de carteira própria é isso?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Sim, perfeito. Só para ele mencionar, em renda variável nós tínhamos corretoras que tinham mais renda variável e corretoras de renda fixa das que eu me lembro constam, o senhor quer saber? Tinha o BOSTON WILLBIES(F), DOYTI(F), MARRY LEAST, CL S.A. E JAPE MORGAN eram corretoras com mais capacidade de pesquisa das que eu me lembro. E as corretoras de giro nós tínhamos que não tinham essa, que portanto nós pagávamos menos ITAÚ, BRADESCO, CONCÓRDIA, AGRA, FATOR e ATIVA eram as corretoras, mais comumente operávamos em renda variável.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O BRENT(F) FIF era gerido por quem?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Não sei lhe dizer, BRENT(F) FIF posso verificar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque aqui a gente analisando as cadeias de títulos públicos eu hei de confessar que não existe tão grave com relação ao desempenho da PETROS, porém existem algumas operações que o BRENT FIF vende títulos para a SPRIND DTVM que a senhora disse que não estava classificada para operar com a Fundação e aí no mesmo dia em dezembro de 2002, a senhora ainda era Diretora da Fundação, a SPRIND DTVM vende esses títulos que comprou do BRENT FIF a EURO, a Corretora EURO. E em seguida o mesmo dia a Corretora EURO vende os mesmos títulos a terceiros. O que é que verifica? Se o BRENT FIF vendendo a SPRIND por um preço unitário muito inferior do que é repasso a EURO, que a EURO consequentemente, consequentemente vende na última cadeia. Entendeu? Então o preço que o BRENT FIF passa a essa cadeia uma muito inferior ao da última negociação, o que acaba levando essa Corretora EURO a ter um resultado extremamente satisfatório nesses 3 dias, que uma soma aqui bem rápida dá algo em torno de 400 mil reais de resultado para ela nesse único dia que é o dia 9 de dezembro de 2002?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Então, Deputado o que tenho aqui no nosso relatório que eu deixarei aqui de dezembro de 2002. Os Fundos terceirizados são 16. ABN, ALFA, BANCO DO BRASIL, eu não tenho nome fantasia só o nome do gestor, BBA, BBN, BOSTON, BRADESCO, [inaudível] BOSTON GARANTIA, HSBC SSF, ITAÚ, JAPE MORAN CHASE(F), LIBERAL, PACTUAL, SAFRA, SANTANDER E VOTARANTIN apenas 2 FIFs sobre gestão, ITAÚ ALAN(F) E MERON ALAUÁ(F). Esses são os Fundos que nós chamávamos de gestão, Fundo de bandeira que atendiam a nossa gestão eu não tenho essa informação sobre o Fundo BRENT FIF aqui na minha relação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode ver que são dados da SELIC. BRENT FIF/PETROS.

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Essa corretora certamente não era cadastrada não poderia, não tenho conhecimento de qualquer relação nos Fundos de gestão não era, se no Fundo terceirizado isso foi feito, nós abríamos a carteira de todos os Fundos não consta, agora posso verificar e lhe passo essa informação ao longo do ano houve alguma modificação que eu saiba não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da mesma forma a LAETA(F) corretora não estava habilitada eu presumo?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Não, não era habilitada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No entanto ela vendeu títulos para o VOTARANTIN PETROS?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Como eu disse, os gestores terceiros escolhiam as suas corretoras, o que nós monitorávamos era o preço pago por essa operação, abríamos a carteira diariamente sabíamos todos os títulos do da carteira, nós autorizávamos qualquer compra de títulos de risco, com risco de crédito. A corretora dos gestores que não tinham a nossa, que não eram gestores nossos, era a escolha do gestor e nós monitorávamos a pagamento da taxa essa corretora não era habilitada por nós, pela PETROS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E se o senhor puder verificar quanto o BRENT FIF como o VOTORANTIN PETROS, se respectivamente a corretora LAETA e a SPRIND DTVM operaram essas duas corretoras operaram com os Fundos. A senhora saberia nos dizer se algum membro da administração do PETROS atuante no período da gestão de V.Sa. já tinha tido alguma atividade pregressa no mercado financeiro, especialmente trabalhado em corretoras ou distribuidoras?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Dos analistas da PETROS?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Dos analistas da PETROS? Com certeza. Como eu mencionei, eu nunca tinha trabalhado no mercado financeiro antes de assumir a Diretoria Financeira da PETROS, como eu disse, eu antes disso tinha trabalhado, fiz o meu mestrado, doutorado em Finanças, e a minha experiência, na prática, no mercado financeiro, eu não tinha. Portanto, busquei pessoas que pudessem complementar naquele momento a minha formação, me preocupei, sim, em conhecer cada um dos analistas que contratei por esse período que tive com o currículo que me pareceu adequado para cumprir as funções que eu buscava. Como eu disse, para que essas pessoas pudessem ter uma experiência complementar a minha, eu precisava de pessoas que tivessem trabalhado no mercado, como o risco de qualquer atitude preferencial era mitigado com base em todos os critérios que eu mencionei, não era a decisão de uma pessoa a escolha de uma corretora, não era decisão de um analista, a escolha de um fundo Gestor. Então a forma que nós encontramos para poder trazer pessoas que tivessem a competência de mercado que não, que soubessem operar uma Mesa viessem para a instituição, como mitigar o risco de qualquer favorecimento, dividir essa responsabilidade, definir critérios objetivos e monitorar diariamente esses critérios. Não só com código, como

manual de governança, como também eu esqueci de mencionar um código de ética que foi aprovado onde na área financeira era um código muito detalhado e diversas operações e sanções foram definidas para que os analistas, caso não cumprissem com a sua responsabilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente, quais eram os critérios avaliados para os investimentos que a Fundação fazia em CDBs de instituições Financeiras Nacionais?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Então, como eu mencionei, no caso de CDBs nós tínhamos uma avaliação da instituição, tinha um grupo de análise de risco de crédito, da instituição financeira que o grupo se reunia e fazia essa avaliação. Então nós não havíamos, como eu mencionei, qualquer chance de um Fundo contemplar CDBs que não estivessem dentro da nossa política. Nós compramos pouco risco de crédito nesse período que eu estive na PETROS, nós focamos, como eu disse, havia um ambiente favorável no mercado financeiro, compramos títulos, menos risco de crédito, mais títulos públicos, menos risco de crédito, porque as taxas oferecidas pelos títulos públicos eram tão altas que na nossa avaliação difícil encontrar títulos com risco adequado que pudesse atender a esse requisito, portanto, naquele momento entendíamos que os títulos públicos seriam melhores do que os títulos com risco de crédito. Qual a forma de buscar um risco de crédito para conseguir uma rentabilidade maior? Fazendo projetos, como fizemos vários, chamado de SPC, de projetos de, projetos de propósito específico para, justamente, com garantias fortes, como a rentabilidade de normalmente IGPN+12, 13%, 14% bem acima da nossa Meta Atuarial que era IPCA+6.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então a Fundação procurava ter todo o cuidado para não investir em instituições que ofereciam alto risco de crédito. Isso se verifica pelos números levantados no nosso estudo. Uma das análises que, inclusive, vai ser apresentada logo em seguida ao término do depoimento de V.Sas é, justamente, o do investimento dos Fundos de Pensão no BMG e no RURAL, até porque.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Relator, porque não apresentar antes para a gente poder acompanhar?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque vai ser uma coisa mais ampla não vai dizer apenas respeito a PETROS, eu vou falar agora os dados do período dela, e eu vou pedir que a assessoria disponibilize para V.Exa.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Fica até uma sugestão, Sr. Relator, porque é mais fácil acompanhar com a delimitação do caso concreto. Eu estou vendo que a depoente é altamente qualificada, é uma pessoa que conhece o seu ofício muito bem eu ficaria melhor se nós dispuséssemos de alguns dados aqui, inclusive, para enriquecer(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora não se preocupe, eu vou pedir a assessoria que passe, de imediato, nesse período de 2000 que é o início da nossa investigação até 2003 o que foram os investimentos em CDBs feitos pela PETROS. Isso aí eu peço que disponibilize imediatamente, mas é muito pouco nesses dois bancos. Então, eu vou dizer aqui e acho que vai ficar muito claro. E logo em seguida ao término do depoimento da Dra. Eliane e do Dr. Flávio nós vamos fazer a interrupção, o Deputado Osmar Serraglio virá e aí já estamos com as cópias sendo preparadas, houve um pequeno erro que eu pedi que fosse alterado, então aí vai ser... Já está disponibilizado, nós vamos começar a apresentação já com um material para cada parlamentar poder enxergar todos os Fundos de Pensão nesses dois bancos, os investimentos que fizeram nesse período de cinco anos.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Muito obrigada. Será mais proveitoso o trabalho, sem sombra de dúvida, dessa forma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o que é que a gente percebe? Que no caso do BANCO RURAL a PETROS investiu em 2000 13 milhões 580 mil em CDBs?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Não foi uma aplicação da nossa gestão, nós entramos no meio do ano, também não foi uma aplicação feita...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então foi anterior a gestão de V.Sa?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Provavelmente, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No caso do BMG, a gente verifica, e aí V.Sa confirme ou não, aqui é um estudo feito em CDB e cota de FIF, 2001 1 milhão; 2002, 2 milhões?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Eu não confirmo, nós não fizemos, como eu mencionei, qualquer aplicação em CDBs dessas instituições, que eu me lembre. Eu entendo que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicitaria a nossa...

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Eu preciso verificar. Isso foi em 2000...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 1 milhão em 2001, e 2 milhões em 2002, BANCO BMG?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Que eu me lembre não, isso não consta do nosso relatório.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se a senhora pudesse verificar. E, por outro lado, eu peço a assessoria que verifique.

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Isso foi quando?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A data das aplicações.

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Não. Certamente em 2003... O que aconteceu...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 2003 aqui é outra história, não é o período da senhora.

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: 2002 também não, eu não sei se 2000, nesse período que o senhor está falando tinha alguma coisa. 2003, certamente, não fizemos aplicação, 2002 não. Eu não sei se 2000, na transição. O que aconteceu? Como eu disse, a política era muita voltada para investimentos de maior liquidez, nós reduzimos, significativamente, os investimentos em risco de crédito, então, talvez 2000 tenha algum investimento que nós fizemos uma saída, uma redução gradativa, não novos investimentos, talvez uma redução de novo, nada contra as instituições, mas não atendia ao perfil dos investimentos que nós buscávamos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse número aqui diferente do que nós vamos apresentar em seguida, em seguida a gente faz uma apresentação colocando o total bruto onde aí está incluída as reaplicações, estão incluídas as reaplicações, e fazemos uma separação com o que a gente chama de dinheiro novo que é aquilo que foi decisão de investimento. Realmente, nesse quadro aqui não há essa divisão, Então esses 3 milhões podem ser de aplicações anteriores a 2001 que...

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente, ou que foram renovadas, ou então que estavam por vencer. Eu pergunto, eu peço à assessoria que verifique as datas do início dessas aplicações para melhor esclarecimento. Mas então foi uma decisão não investir nesses dois bancos, nem no BMG, nem no RURAL?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Na realidade, não, especificamente, em relação a esses dois bancos, nós entendíamos que na nossa avaliação buscamos, naquele período, trabalhar com instituições de maior porte e essas instituições não se enquadravam dentro, nesse critério, especificamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Flávio, normalmente como é que funcionava o processo de contratação de prestadores de serviço para a Fundação? Claro que eu me refiro às empresas, enfim, a terceiros que prestavam serviço para a PETROS, como é que se dava esse processo de contratação?

SR. FLÁVIO MAGALHÃES CHAVES: Existia do nosso regulamento de contratação, existia limite de gestão. Tudo era tomada de preço. Evidentemente, tinha umas ressalvas de óbvias, por exemplo, de exclusividade de competência caracterizada, tem uns cinco critérios de exceção perfeitamente regulados. No mais, era tudo tomada de preço. Essas tomadas de preço tinham limite de competência, às vezes tinham uns contratinhos muito pequenos que ficavam livres de competência do gerente. Depois, o outro nível era o do diretor e maiores para a Diretoria Executiva. Os contratos sempre tinham, vamos dizer, um pagamento final contra um registro do serviço e, basicamente, era isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era a política para as renovações ou alterações e repactuações desses contratos? Ou seja, rediscutir o preço, avaliar os reajustes solicitados pelos prestadores de serviço. Como é que isso, normalmente, se dava?

SR. FLÁVIO MAGALHÃES CHAVES: Faziam uns termos aditivos quando era uma mera continuação, às vezes, uma extensão de prazo, isso era objeto de termo aditivo. Às vezes termos aditivos eram feitos com, vamos dizer, por adjudicação de novos serviços dentro do escopo, dentro da familiaridade do escopo original.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pena. Quem, diretamente, era responsável por discutir e negociar esses contratos?

SR. FLÁVIO MAGALHÃES CHAVES: Dependendo da área, o número maior de contratos na minha área de influência tinham na informática e na engenharia. Esses, vamos dizer, eram bastante frequentes. E como eu disse, dentro do limite de competência eles faziam, mandavam por, meu intermédio, quando eram contratos maiores à Diretoria, ou para mim e eu aprovava por um ato de gestão do qual eu dava conta à Diretoria mensalmente, mensalmente existiam um relatório de

atos de gestão onde a Diretoria tomava conhecimento de tudo que eu havia autorizado dentro da faixa entre o Gerente e a Diretoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor e recorda do contrato da PETROS com a DBA Engenharia Ltda.?

SR. FLÁVIO MAGALHÃES CHAVES: Sim. Hã... Eu falei mais cedo de, quando o senhor me perguntou que alterações a gente havia feito com relação à administração anterior, que nós tínhamos de uma maneira ou de outra alterado a forma de agir com relação a pequenas firmas e grandes firmas. Então, o da DBA foi um caso típico, nós tínhamos um número muito grande de terceirizadas na informática. E nos pareceu inconveniente, às vezes, o senhor pode imaginar dentro de um salão mais de uma empreiteira trabalhando, né? Fica difícil da fiscalização caracterizar as responsabilidades. E também interface entre softwares usados pelas duas. Então nós procuramos aglutinar e esse contrato, fizemos uma concorrência ampla na qual a DBA saiu vencedora e recebeu um contrato para desenvolvimento e manutenção de... Era um contrato que a gente caracterizava como contrato de abrangência e depois dentro desse contrato de abrangência ela recebia solicitações específicas que também, por sua vez, guardavam, eram feitas de acordo com limites de competência dos três níveis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O contrato com a DBA datado de 2 de maio de 2000 descreve como objeto a prestação de serviços de manutenção, melhoria e desenvolvimento de sistemas na PETROS. Considerando, primeiro, como o senhor disse, manutenção, todos aqueles serviços que visam corrigir erros de processamento dos sistemas, ou ajustes, alterações na legislação, ou por força de decisão da PETROS. Desenvolvimento. Todos aqueles serviços que venham a incorporar novas funções ou facilidades aos sistemas atuais que venham a produzir ganho significativo para os seus usuários. Muito bem. Esse contrato possui quatro aditivos, os quais elevaram o valor inicial que era de 4 milhões 750 mil firmado no dia 2 de maio de 2000 para o valor de 16 milhões, 921 mil, 657 reais, em 30 de abril de 2002. Representando, portanto, um acréscimo de 256% no contrato. Observa-se que os aditivos 2, 3 e 4 apresentaram índices de aumentos superiores aos índices de correção que eram 44%, 7% e 130%, estipulado em contrato, ou seja, IGPM, respectivamente, mais 12%, mais 4%, mais 3%. Adicionalmente, se observa que a DBA Engenharia Ltda. é também patrocinadora da PETROS. Eu pergunto: Como é que o senhor pode explicar essa variação de

256% no valor do contrato dessa prestadora de serviço de mais de 2000 a abril de 2002. Reajuste que, claramente, se deu com índices superiores aos índices previstos para a correção?

SR. FLÁVIO MAGALHÃES CHAVES: Eu quero crer que desse biênio de que o senhor falou há algum engano, talvez não se tenha chegado a 16 milhões, 16 milhões foi para quatro anos. O contrato da DBA de saída, nesse primeiro biênio teve reajustes inferiores a 100%. Ele era de 4 milhões. O senhor Fábio pronunciou 4 milhões 750.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O primeiro valor 4 milhões 750, isso no dia 2 de maio de 2000, em 19 de março de 2001 não há alteração no valor, em 28 de junho de 2001 ele passa para 6 milhões 837, em 28 de setembro de 2001 ele passa para 7 milhões 354, e aí em 30 de abril de 2002 ele dá um salto de 7 para 16 milhões, 921.

SR. FLÁVIO MAGALHÃES CHAVES: Aí foi combinado um aditivo de prazo, o contrato original já previa... Vejam, esses 7 milhões a que atingiu no primeiro período contratual foi por colocação de novos serviços. A Diretora Eliane falou, por exemplo, mais cedo no ALM *Acess Labeling Management(F)*, essa colocação do ALM na DBA teve um preço, então é uma coisa que não estava no escopo inicial. E assim foi que dos 4 milhões, 750 se chegou aos 7 milhões e pouco. O resto é um novo período. Se 7 milhões foram gastos nos dois primeiros anos, e como isso é puro, é valor previsto, porque depois são colocados subcontratos, esse valor foi, simplesmente, como é que se diz? Colocado para o novo biênio e dá um pouco mais porque foi colocado um novo serviço que era a manutenção do GNP que era um plano de gerenciamento de negócios da PETROS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse caso foi realizado um rigoroso processo de seleção entre várias empresas?

SR. FLÁVIO MAGALHÃES CHAVES: Em qual caso? Perdão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse contrato da DBA.

SR. FLÁVIO MAGALHÃES CHAVES: Ah, foi, foi um contrato muito amplo, e entraram empresas, todas de expressão e de renome, eu não sei, não me recordo dos nomes das concorrentes, mas posso garantir que todas elas eram empresas de porte como a DBA ou algumas até internacionais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então não houve

nenhum tipo de favorecimento à DBA pelo fato dela ser patrocinadora da Fundação?

SR. FLÁVIO MAGALHÃES CHAVES: Ela veio a ser patrocinadora depois desse contrato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, há um outro contrato entre a Fundação e a TECNOCOOP Informática, Cooperativa de Trabalho de Assistência Técnica Equipamentos de Processamento de Dados Ltda. O que é que a gente percebe aqui? Primeiro contrato data de 3 de dezembro de 2001. E ele define em sua Cláusula 5ª reajustamento, é a cláusula, item 5.1. que o preço do contrato é fixo e irrevogável pelo prazo de 12 meses contados a partir da data de sua assinatura. O contrato foi assinado em 3 de dezembro de 2001, porém, por meio do primeiro aditivo datado de 29 de abril de 2002, portanto, após cinco meses da assinatura do contrato, o valor deste contrato é ajustado em 85%, com a manutenção de todas as cláusulas do contrato de origem. O contrato de origem de 3 de dezembro de 2001 define no item 5.2 “Que depois de decorrido um ano de vigência do presente contrato os preços praticados poderiam ser reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor, INPC”. Porém, o que se observa no primeiro aditivo é um aumento superior aos 85%, desculpe, um aumento de 85%, portanto, superior à variação do INPC, e depois um desrespeito, pelo menos a priori, a menos que haja uma explicação para isso, eu quero ouvir do senhor ao item 5.1 que só permitiria um reajustamento do valor um ano após a assinatura do contrato que ocorreu em 3 de dezembro de 2001. No primeiro aditivo é descrição que “as partes reconheceram a ocorrência de desequilíbrio econômico financeiro nos primeiros meses do contrato”. “A Diretoria Executiva da PETROS autorizou a celebração do presente aditivo, ata de 8 de julho de 2002”. Pergunto, primeiro como é que se explicaria e porque é que foi fundamental esse reajustamento de 85%, aparentemente, desrespeitando duas cláusulas previstas no contrato. A primeira cláusula de um ano mínimo da data da assinatura para promover qualquer elevação do valor e a segunda cláusula que estabelece como referência o INPC. A variação do INPC.

SR. FLÁVIO MAGALHÃES CHAVES: Esse assunto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o senhor puder falar um pouco mais próximo ao microfone.

SR. FLÁVIO MAGALHÃES CHAVES: Perdão, perdão. Essa explicação tem que situar num contexto um pouco maior. A PETROS tinha um contrato, é como eu disse, nós, com relação à informática, praticamos tanto aglutinação, quanto desdobramento. Havia um

contrato muito amplo com uma empresa chamada PROCEDA. E era um contrato muito caro e esse contrato previa que, era um contrato por cinco anos e muito caro. Previa que após metade do seu período ele podia ser rescindido desde que tomada a cautela de avisar com prazo e etc. Nós fizemos isso, rescindimos o contrato com a PROCEDA e desdobramos em três tomadas de preço das quais a TECNOCOOP ganhou duas. Eu diria até que esse caso é um dos casos mais flagrantes da vantagem da modificação feita. Porque entre os três contratos o valor ficou da ordem de, não me lembro se foi um pouco acima ou um pouco abaixo, de 50% do que se pagava a PROCEDA. O que sucede e que nesse período de cinco meses que o senhor mencionou se verificou é que a TECNOCOOP havia subestimado um determinado trabalho que ela não conhecia. Ela foi conhecer bem quando começou a praticá-lo. Então, dos três contratos, o único que ficou, vamos dizer, que de início, qualitativamente, ele estava desfavorável foi esse. E nesse, então a PETROS fez uma porção de exigências, por exemplo, em qualidade, em nível técnico dos empregados que a TECNOCOOP colocou. Então, ela, para atender o cliente, ela colocou profissionais de mais competência e de mais alto valor no mercado. E aí isso gerou o desequilíbrio financeiro para ela. Então isso foi demonstrado para a PETROS, e o nosso objetivo não era levá-la a falência, mas levá-la a fazer um bom trabalhado bem remunerado. Mesmo com o primeiro reajustamento mencionado, ainda num total, ainda houve um ganho muito grande com relação ao contrato PROCEDA anterior. Por isso, isso foi exposto à Diretoria e a Diretoria resolveu aprovar esse primeiro aditivo. Ele não era, vamos dizer, propriamente, só um... Ele fugia ao aditivo normal que seria de reajustamento pelo IGPM. Não é? Foi uma imposição da PETROS de elevação do nível qualitativo dos profissionais que a TECNOCOOP estava colocando no contrato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Houve algum questionamento interno das auditorias realizadas, dos procedimentos de verificação a respeito dessa decisão de reajustar o contrato?

SR. FLÁVIO MAGALHÃES CHAVES: Que eu me lembre não. Porque eu acho que isso estava muito bem, estava bastante bem documentado que era uma, como é que se diz? Uma conveniência muito grande, uma conveniência forte da PETROS em que houvesse o reajustamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor podia explicar um pouco melhor o contrato firmado em 30 de setembro de 2002 entre a PETROS e a Petrobrás

GÁS S.A. cujo objeto é a prestação de serviços de telecomunicação?

SR. FLÁVIO MAGALHÃES CHAVES: Posso sim. A PETROS e a Petrobrás têm uma interface muito intensa tanto em canais de voz como em canais de dados. Tanto assim é que a PETROS assinou com a Petrobrás um contrato anterior que era do serviço de informática da Petrobrás. Esse contrato gerou, esse trabalho conjunto feito pelo serviço de informática da Petrobrás para a PETROS gerou compra de vários equipamentos e, nós chamamos isso de rede compartilhada entre a Petrobrás e a PETROS. Feita a rede precisava da manutenção dela, e a manutenção dessa rede é que foi objeto do contrato com a GÁS PETRO. Uma pergunta que caberia. Por que GÁS PETRO? A GÁS PETRO, por força da atividade dela, ela tinha para ela um serviço de manutenção bastante adequado. Então, foi feito esse contrato, foi sem concorrência pela completa familiaridade dela com o tipo de instalações que estavam sendo colocadas ali.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até o fim da gestão do senhor a Global Previ prestou serviços a PETROS?

SR. FLÁVIO MAGALHÃES CHAVES: Eu tenho impressão até que não seria da nossa área, talvez fosse de uma outra, mas o nome jamais passou e eu não encaminhei nenhum papel ligado a Global Previ.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu encerro por ora.

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Dentro da documentação que eu vou deixar aqui consta no relatório realizado pelo Professor Eliseu Martins que nós tínhamos CDBs e RDBs em junho de 99, não qualifica quais que era 1 e 700, caiu para 692 em dezembro de 99 e a partir não tínhamos qualquer CDB. Então não tínhamos nem do BANCO RURAL, nem do BMG, nem de nenhum outro Banco como CDB. Eu vou deixar o material aqui depois para posterior consulta, mas nós, de fato, não fizemos essa aplicação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para informação da senhora que a gente tem aqui, é no dia 30 de agosto de 2001 a aquisição de CDB do BANCO BMG pelo BBMF Multimerado Moderado Espadart(F) no valor de 1 milhão, renovado em 1º de outubro de 2001, em 5 de novembro de 2001 e 5 de dezembro de 2001?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Eu vou verificar, mas acredito que não, mas vou verificar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E temos aqui no dia 17 de maio de 2002 também CDB do BANCO BMG

adquirido pelo mesmo Fundo, BMMF Multimercado Moderado Espadart(F) no valor de 2 milhões.

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Eu entendo que, eu vou verificar as informações e já vou verificar se esses Fundos constam da nossa lista tem, mas não está dentro da política que eu descrevi. Então, eu vou verificar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que a senhora verifique também, talvez não tenha como responder agora, se aquelas instituições que estavam autorizadas a gerir de forma descentralizada os recursos da PETROS não podem ter constituído esses Fundos.

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Eu vou verificar agora, porque nós abríamos a carteira por dentro, então não estava dentro da política, nós não aprovamos, mas eu vou verificar. Lhe dou o retorno tá bom?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Carlos Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Obrigado meu caro Sub-relator Deputado ACM Neto. Eu aproveito a oportunidade para solicitar uma cópia do material que vamos usar daqui a pouco com a presença do Relator e de V.Exa. em torno dos temas que vão ser tratados na sequência. Aos depoentes eu quero, inicialmente, expressar meus respeitosos cumprimentos em função da transparente exposição que fizeram, tendo em vista, a qualificação de gestão deste Fundo tão importante, não apenas aos beneficiários e a patrocinadora, mas à economia brasileira em função de que movimenta 17, quase 18 bilhões de reais aqui no território nacional. E que, sem dúvida alguma, fortalece investimentos importantes que resultam na melhoria, na qualidade de vida de muitos brasileiros e brasileiras, independentemente, de serem beneficiários do Fundo complementar, e mais do que isso que expandem a economia e fazem com que esse crescimento possa ser desconcentrado progressivamente. Ficou evidente pelo roteiro cumprido aqui rigorosamente pelo Relator a qualificação sucessiva da gestão do Fundo, assim como o histórico que particularmente a Dra. Eliane apresenta, do ponto de vista, da sua trajetória profissional. Tendo participado do CAD, se eu não estou enganado, no Ministério da Justiça, anteriormente a isso, e, evidentemente, se qualificando simultaneamente ao exercício da profissão, do ponto de vista, da sua pós-graduação na área em que foi alocada para a prestação de serviço público no período e para o Fundo de Pensão no período subsequente. Assim como a valiosíssima experiência por dentro da PETROBRÁS que Dr. Flávio revelou, em que pese os 9 anos de au-

sência o seu retorno à Fundação tendo, sem dúvida alguma, compreendido o quanto significaram aqueles anos de acúmulo na vida produtiva da PETROBRÁS para dar produção à Gerência Administrativa do Fundo que beneficia, repito aqui, não apenas aos beneficiários diretos e à patrocinadora, mas a economia nacional. Dra. Eliane, particularmente, à V.Sa. eu vou dirigir algumas perguntas, tendo em vista, as características que apontou e que no roteiro inicial da investigação aqui tem muito a ver com os desdobramentos, tendo em vista, as sucessões nos processos de gerenciamento de administração do Fundo. V.Sa. revelou o critério, eminentemente, técnico que percorreu para escolher pessoas. Entretanto, não abriu mão da prerrogativa de escolhê-las. E as escolheu a partir da sua confiança e do histórico currículo que cada um, evidentemente, revelava. Eu pergunto a V.Sa. se entre os critérios para a seleção havia obrigatoriedade de qualquer um dos seus assessores não ter filiação partidária, não ter exercido cargo público, se isso era dos critérios percorridos na seleção?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: De fato, nenhum dos analistas escolhidos tinha filiação partidária, eu busquei fonte da minha, da busca de analistas nas universidades, então eram pessoas que tinham ou saído das universidades, ou já tinham trabalhado no mercado financeiro, duas dessas pessoas eu conhecia, a maior parte não conhecia, vim a conhecer buscando currículos e recomendações no mercado financeiro ou na própria universidade. Que eu saiba nenhum deles, certamente, não tinha atuação, não sei se havia filiação.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Mas não fazia parte da sua consulta. Uma pergunta: “Tem filiação partidária?” Se ele respondesse sim, estava fora; se respondesse não, estava dentro?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Não.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Isso não fazia parte da preocupação do que V.Sa. dirigia na seleção, portanto, dos currículos que lhe chegava e das pesquisas que havia feito. Portanto, não há, do ponto de vista do seu critério, nenhum preconceito contra qualquer profissional que sendo competente tenha participado de algum nível de gestão administrativa, não é? Seja no nível da Administração Pública direta ou indireta, seja na gestão de recursos financeiros da Administração Pública ou mesmo no movimento financeiro do mercado, no seu conjunto [soa a campainha]. Isso, evidentemente, aqui aponta um critério que era o da sua avaliação, tendo em vista, o currículo que foi apresentado, da confiança que isso poderia representar no processo de verticalização da gestão implementada por V.Sa. de modo a ter uma linha vertical de conse-

qüência entre aquilo que era a sua concepção e, evidentemente, o que se refletia no nível das gerências e das assessorias, correto?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Perfeito, perfeito.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Então, essa linha de afinidade da concepção e do modelo administrativo era uma exigência óbvia para o critério de seleção que V.Sa. implementava, correto?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Correto. Era necessário que aquelas pessoas selecionadas tivessem a competência técnica para implementar uma política elaborada nesse contexto.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Isso, portanto, guardassem a afinidade com esta política ambientada, evidentemente, fora dessa afinidade não haveria espaço para prosseguir. V.Sa. manifestou aqui a nomeação de um dos gerentes de *compliance* que teria sido um Advogado em Minas Gerais?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Isso.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Como é o nome?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Fernando Gilhon(F).

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Ele já havia trabalhado com V.Sa. anteriormente?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Havia sim, essa era uma pessoa que eu conhecia, ele havia trabalhado na Secretaria de Direito Econômico por algum período e foi quando eu o conheci, um profissional extremamente competente, e ele veio trabalhar, trabalhou um período na área financeira e, posteriormente, assumiu a função da gerência de *compliance*, eu não me lembro a data quando, mas ele passou a ser gestor de *compliance* depois saiu, hoje não está mais na Fundação.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Houve então um período de convivência, de conhecimento próximo durante sua permanência anterior no Ministério da Justiça?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Hum-hum.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): A senhora falava, mencionava a característica de ter implementado uma política de investimento, vou colocar aspas aqui “mais conservadora”, e fez, inclusive, a referência que a opção tinha de ser, necessariamente, por menor risco. Isso tem a ver, minha cara Dra. Eliane com a variação das taxas de juros de títulos públicos?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Não, na realidade, tem a ver com o... O Fundo de Pensão não tem que gerar resultado positivo, ele tem que ter o suficiente para pagar as aposentadorias no prazo que ele deve se...

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Honrar os compromissos?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Honrar seus compromissos, enfim, e dentro de um critério conservador.

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicito tanto à assessoria como aos jornalistas que estão presentes no recinto que, por favor, colaborem com um pouco mais de silêncio, senão fica difícil de ouvir a depoente e de ouvir o parlamentar que está arguindo?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Então, nós entendíamos, não é? E parece que é assim que as coisas acontecem, que se, se busca uma rentabilidade muito alta, naturalmente, é natural que se incorra num risco superior. Então nós entendíamos que, tendo em vista, o objetivo do nosso passivo IPCA mais 6% de longo prazo não justificava uma política de curto prazo buscando grandes ganhos, porque no longo prazo não são sustentáveis, por isso buscamos uma política de menor risco.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): E a senhora acredita que uma opção dessa natureza resulta em perda para a Fundo?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Não, justamente, o objetivo era preservar o Fundo e manter no médio e longo prazo uma boa rentabilidade compatível com o perfil do passivo do Fundo.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Claro, até porque o olhar que V.Exa. conduzia, com que V.Exa. conduzia o Fundo tinha em vista os compromissos futuros do Fundo e não apenas a lucratividade, se cabe a palavra, lucratividade, mas a rentabilidade das aplicações no tempo mais imediato, no curto prazo, o que, evidentemente, resulta na necessidade de ter um horizonte bastante mais largo para a observação dos resultados pretendidos e alcançados e que, evidentemente, coloca uma referência muito maior do que o olhar sobre cada investimento direto e, imediatamente, posto e deste Fundo em relação ao conjunto do mercado financeiro também.?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Perfeito.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Portanto, a observação do conjunto do mercado financeiro é uma observação absolutamente indispensável para se pretender alcançar esses resultados que, na medida do possível, sejam superavitários, porque não são lucrativos, mas, ao mesmo tempo, que honrem aquilo que é o compromisso dos participantes em benefício. V.Sa. chegou, inclusive, a mencionar que em função desse modelo “conservador” se estabeleceu uma pro-

porção, mais ou menos, de 75% dos investimentos na renda fixa.

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Sim, perfeito. É uma parte nessa política conservadora de investimento, e outra parte porque havia uma dívida também da PETROBRAS que foi paga em títulos de, renda fixa.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Dívida da patrocinadora com a Fundação. Que parte disso foi resgatado com esses títulos que eram detidos pela PETROBRAS?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Eram títulos da PETROBRAS na época da privatização da PETROQUISA, estava na carteira da PETROBRAS. E em 1970 quando a Fundação PETROS foi criada, a PETROBRAS não aportou os recursos necessários para cumprir com essa obrigação, continuou com uma dívida e quitou ao longo do nosso período de gestão com esses títulos que foram transferidos para a PETROS. Então, foram dois movimentos, foi uma política de buscar renda fixa sempre atrelada à inflação para casar com o passivo, que era inflação também, e essa negociação que culminou ao longo da nossa gestão, o pagamento da PETROBRAS dessa dívida que também foi em títulos com inflação, com o indexador de inflação.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): A resposta de V.Sa. só me confirma a necessidade de ter um aspecto mais amplo de observação, do que determinada data, determinado momento, determinado movimento. Portanto, nós temos de perceber esse histórico de movimentação que constitui o patrimônio da Fundação hoje. E que, portanto, não é numa determinada data que se consolida ou não esse tipo de movimentação. V.Sa., evidentemente, vai já assumir o compromisso com o nosso Sub-relator de identificar de maneira um pouco mais clara se evidencia ou não aquilo que a quebra de sigilo detectou em relação à movimentação do BMG, particularmente. Embora no BANCO RURAL em 2000, eu acho que foi o último resultado 13 milhões de reais, mas consta do levantamento feito pela Sub-relatoria um investimento em 2001 já identificado, inclusive, com data e outro em 2002, inclusive, a Corretora que fez a operação, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor fala do BMG.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): BMG, porque BANCO RURAL 2001 e 2002 não consta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não consta, BMG 30 de agosto de 2001 e 17 de maio de 2002, os valores estão aqui e foi BBMFI Multimercado Moderado Espadart(F) que a senhora, a Dra. Eliana vai ainda...

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Eliane vai ainda se comprometer.

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Então, na nossa carteira não tinha esses CDBs e eu vou verificar se caso esses Fundos, de fato, compõem a nossa carteira e se houve essa aplicação.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Mas V.Sa., inclusive, apontou também uma distinção entre aquilo que era de gestão direta do Fundo...

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Esses não eram de gestão direta.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Claro, fez parte da política conservadora de diminuir o nível de terceirização da gestão e trazê-lo a um nível mais profissional de competência própria do Fundo, da gestão do Fundo, o que foi, inclusive, teve consequências na outra Diretoria de Administração. Mas, evidentemente, que pode ter ocorrido de uma dessas carteiras terceirizadas terem operado com algumas dessas corretoras mencionadas aqui. Agora, evidente, que para nós e o Sub-relator já fez a distinção, o valor, evidentemente, é residual frente ao total do patrimônio da PETROS,

mas é importante que se tenha absoluta clareza sobre de que maneira superou e quem decidiu sobre esse tipo de investimento, até porque, tenho certeza, a Sub-relatoria, no caso destes dois bancos, particularmente, tem necessidade de esclarecer muitos pontos ainda não evidenciados como explicativos de determinada movimentação. Muito obrigado.

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço ao Deputado Abicalil e questiono ao Deputado Carlos Willian se ele pretende fazer uso da palavra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nobre Relator, apenas para cumprimentá-lo e também cumprimentar o nobre Relator Osmar Serraglio, por este ar de tranquilidade e responsabilidade que nos apresenta. Eu gostaria de solicitar à Sra. Eliane somente um questionamento. A senhora conhece o Sr. João Vaccari?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Não. João Vaccari?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Seria só isso. Vaccari. Hoje eu estudei o nome antes de vir?

SRA. ELIANE ALEIXO LUSTOSA: Que eu me lembre não [risos]. Não sei se é de alguma instituição. Eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu quero agradecer a presença da Dra. Eliane Aleixo Lustosa

e do Dr. Flávio Magalhães Chaves. Eu vou suspender a nossa reunião por 10 minutos, e às 12h50 nós retomaremos, vamos fazer a apresentação que será disponibilizada, previamente, para os parlamentares. E em seguida daremos continuidade às oitivas. Está suspensa a reunião.

Sessão suspensa às 12h38.

Sessão reaberta às 12h53.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro aberta a 17ª Reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. Solicito à assessoria que distribua uma cópia da apresentação que será feita a cada um dos senhores parlamentares membros desta Comissão. Aproveito para agradecer a alta presença de Deputados e Senadores, de vez em quando a gente fica aqui sozinho, mas tem avançado. Não, Deputado Carlos Willian, realmente, é assíduo freqüentador e o Deputado Arnaldo também sempre aqui ao nosso lado. Verdade.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP):

De vez em quando, de vez em quando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu gostaria de pedir a nossa assessoria que, por favor, providenciasse a exposição através de retroprojeto porque fica mais fácil. Eu queria lembrar a V.Exas. que nos principais motivos que levou a criação da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, foi avaliar a progressão dos investimentos que os Fundos de Pensão Estaduais, Federais realizaram no BANCO BMG e no BANCO RURAL. Houve denúncia do Ex-deputado Roberto Jefferson, houve uma série de matérias publicadas na imprensa, esse assunto foi discutido quando da vinda do Sr. Marcos Valério, quando da vinda do empresário Daniel Dantas, quando da vinda do Ex-ministro Luiz Gushiken. Esse assunto foi de, alguma forma, também debatido em outras Comissões Parlamentares de Inquérito a exemplo da CPI do Mensalão e, incrivelmente, também até mesmo na CPI dos Bingos quando da presença do Sr. Marcelo Sereno. Então, portanto, se tornou um assunto bastante comentando. Nós passamos todo esse tempo para fazer uma análise extremamente cuidadosa, uma análise que refletisse todo o período de 2000 a 2005 e uma análise que abrange tantos investimentos feitos em carteira própria como os investimentos feitos pelos Fundos exclusivos. Nesse material estão excluídos, dos 14 Fundos de Pensão, dois, e eu quero explicar por que. Houve uma decisão minha, do Deputado Osmar Serraglio e do Senador Delcídio de excluir a SISTEL de toda a investigação. Houve uma argumentação jurídica da SISTEL que, ao nosso ver, é completamente procedente, no sentido de que este

Fundo é um Fundo privado, e como Fundo privado não poderia ser objeto da análise da nossa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Quando da aprovação do requerimento de transferência de sigilo bancário da SISTEL ficou consignado em ata que nós só iríamos analisar o período que esta Fundação tivesse ainda vinculações públicas, assim como também ficou consignado que se nós verificássemos que através de um dos Fundos exclusivos da SISTEL nós verificássemos a participação ainda de recursos públicos, nós então aí daríamos continuidade a essa análise. Contudo, depois de três meses de trabalho nós percebemos que de 2000 para cá, realmente, todos os recursos da SISTEL são privados. Nós, então decidimos excluir, foi determinado o lacre de todos os dados da SISTEL e esses dados serão, no momento oportuno, reencaminhados para os órgãos de origem. Está excluído também desse estudo a PRECE. Porque a PRECE é um Fundo Estadual, nós temos os números da PRECE, eles não podem ser trabalhados em sessão pública e não podem ser disponibilizados para imprensa por uma decisão do Presidente do Supremo Tribunal Federal, mas eu quero dizer a todos os parlamentares desta CPMI que se eles estiverem interesse em conhecer os dados evolutivos da prece nós temos condições de disponibilizar prontamente, porque a análise foi feita, porém a PRECE está fora pela decisão do Supremo Tribunal Federal e respeito, portanto, a esta decisão e também porque a PRECE é um Fundo de estatal. Nessa análise aqui nós estamos abordando os investimentos em CDBs e em cotas de FIF. FIFs, para quem não conhece, são Fundos de Investimentos Financeiro. Registro, preliminarmente, que no total captado pelos BANCOS BMG e RURAL apenas 22,5 milhões desse montante se referem a operações em cotas de FIFs. Essas operações foram realizadas em 2004 pela PETROS junto ao BMG. Então, somente 22,5 milhões do total que está sendo abordado corresponde à cota de FIF. Todo o restante corresponde a investimento em CDBs. Bom, esse trabalho, ele tem duas partes e é importante que senhores entendam isso. A primeira parte é o que nós estamos chamando de total bruto. Qual é a diferença do total bruto para o que a gente chama de dinheiro novo? Para os senhores entenderem. O total bruto leva em consideração as reaplicações de recursos, ou seja, uma determinada Fundação, exemplificando, uma determinada Fundação adquiriu CDB do BMG em 2000, esse CDB venceu em 2001, foi tomada a decisão de reinvestir, de reaplicar; então essa decisão de reinvestir, de reaplicar que gera um montante adicional é considerada na primeira parte do exame. Na segunda parte do exame nós desconsideramos o que são as reaplicações. Então as renovações

automáticas de aplicação estão desconsideradas na segunda parte do nosso trabalho. Na primeira parte do trabalho elas são consideradas. Há uma discussão muito grande aí no ambiente econômico dentro do mercado e muitas vozes, vozes renomadas dizem que esse estudo teria que ser feito apenas com o total bruto porque quando uma aplicação vence é como se um contrato de prestação de serviço estivesse sendo finalizado. E cabe à instituição definir a renovação ou não daquele contrato com aquele prestador, ou seja, cabe à instituição ou não decidir se quer continuar investindo ou não naquele Banco. Mas ainda assim, como eu sei que os parlamentares que mais acompanham esta CPMI solicitaram que nós fizessemos a separação, então para a tranquilização imediata eu quero dizer que a separação foi feita. Bom o primeiro quadro ali, os senhores podem ver. Captação em CDB e cota de FIF do BMG e RURAL. Nós temos ano a ano de 2000 a 2005 por cada um dos Fundos que estão sendo investigados pela CPMI dos Correios, exceto PRECE e SISTEL. Vai se ver, portanto, que em 2000 o montante total nos dois Bancos foi de 95 milhões, 715 mil reais; que em 2001 foi de 30 milhões, 497 mil, 705 reais; em 2002 foi de 239 milhões, 606 mil, 537 reais; em 2003 foi de 48 milhões, 820 mil; e em 2004, 533 milhões, 602 mil reais e em 2005 de 21 milhões e 300 mil reais. Essa é a somatória total de todas as aplicações feitas nos dois Bancos. Agora a gente faz um corte no BANCO BMG. Eu insisto sempre, toda essa primeira parte ela diz respeito ao total bruto, portanto, que leve em consideração as reaplicações. Então, analisando apenas o BMG, em 2000 foram 4 milhões, 350 mil; em 2001 foram 11 milhões e 500 mil; em 2002, foram 124 milhões e 66 mil; em 2003 foram 30 milhões, 820 mil; em 2004 foram 282 milhões e 377 mil; em 2005, 21 milhões e 300 mil. Aí já é o BANCO RURAL, 2000, 91 milhões, 365 mil; 2001, 18 milhões, 997 mil, 705 reais; 2002, 115 milhões, 540 mil, 537 reais; 2003, 18 milhões; 2004, 251 milhões, 225 mil e não houve aplicações registradas no ano de 2005. Bom aí a gente tem a discriminação da data das aplicações, da data do vencimento, do valor aplicado. Na primeira coluna é o BMG, na segunda coluna é o RURAL e ali é a especificação Fundo a Fundo. Graficamente falando, o que é que a gente pode notar? Que até o ano de 2002 havia um Fundo Federal que concentrava e que priorizava as aplicações no BANCO RURAL e no BMG, este Fundo era o REAL GRANDEZA. Está ali, dos 95,7 milhões somados os dois Bancos no ano de 2000, 56 milhões foram investidos pelo REAL GRANDEZA. Em 2002 essa concentração é ainda maior, é ainda maior. A gente percebe que dos 239 milhões que foram investidos nos dois Bancos em 2002 pelos Fundos Es-

tatais de 239 milhões, exatamente 199 milhões correspondia a investimentos feitos pelo REAL GRANDEZA. Portanto 83% do total de investimentos feitos em 2002 pelos Fundos de Pensão nos dois Bancos correspondem apenas a uma instituição de Previdência que é o REAL GRANDEZA. Esse percentual em 2000 foi de 62%. Aí, apenas para ilustrar, os senhores vão ver ali em 2004 que o montante total dos dois Bancos dá 533 milhões e 600 mil, os senhores vão ver que se nós desconsiderássemos o REAL GRANDEZA, ou seja, o que o REAL GRANDEZA participou nesses Bancos nos anos de 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, se nós desconsiderássemos isso, somente o ano de 2004 seria responsável por 69% do total da captação de recursos que esses dois Bancos fizeram junto às Fundações. Quando a gente inclui o REAL GRANDEZA no estudo, esse percentual de 69% cai para 55%. Vamos ficar com os 55%. Eu só fiz questão de ilustrar porque, de fato, o único Fundo de Pensão Federal que tinha uma aplicação maciça nesses dois Bancos até o ano de 2002 era o REAL GRANDEZA. Com essa participação que a gente mostra aí. Nesse total bruto, os senhores vão ver que 55% correspondem ao ano de 2004. Então, se nós fôssemos considerar 100% como sendo de 2000 a 2005, 55%, portanto, mais da metade desse período de seis anos analisados, mais da metade está concentrado no ano de 2004. Bom, aí a gente faz uma separação para o BMG e para o RURAL nessa mesma lógica mostrando ano a ano, graficamente o que representa o REAL GRANDEZA, e a exclusão do REAL GRANDEZA como é que ficaria a situação desses investimentos. Então, aí os senhores podem ver como todos os parlamentares possuem a apresentação, eu acho que não precisa ficar mostrando número a número, está aí muito claro. Esse aí é o BMG, portanto, 59,5% dos investimentos que o BMG recebeu de Fundações nesses seis anos está concentrado no ano de 2004. Aí é o BANCO RURAL, 50,7% do total que o BANCO RURAL recebeu de investimentos dos Fundos de Pensão que está concentrado no ano de 2004. Lembrando sempre que a gente fez essa exclusão da REAL GRANDEZA para dar uma noção de como é que seria o desempenho sem considerar esse Fundo. Próximo, por favor. Depois, nós temos um gráfico que mostra a variação mês a mês. Essa análise primeira inclui os dois Bancos, o BMG e o RURAL. Então, os senhores vão ver que o pico justamente se dá de, mais ou menos, abril de 2004 até outubro e novembro desse mesmo ano. Então, de abril de 2004 a outubro/novembro de 2004 é o grande pico de concentração desses investimentos. Próximo, por favor. Aí, a gente separa o que é apenas o BMG, graficamente. Próximo, por favor, e também o

que é o apenas o RURAL, graficamente. Próximo. Bom, combinando com o Relator, nós fizemos uma aplicação do gráfico de distribuição dos pagamentos feitos pelos dois Bancos no esquema do Marcos Valério, e nós aplicamos o gráfico que já tinha sido apresentado lá em dezembro para que ele pudesse ser comparado com os investimentos dos Fundos de Pensão. E a gente percebe duas coisas, a primeira é que durante um período de 2003 onde houve pagamentos do esquema do Marcos Valério, não se verifica concentração de investimentos dos Fundos. E aí, a partir de determinado momento de 2004, há eu diria que uma coincidência completa entre saques feitos entre pagamentos feitos e investimentos que as Fundações realizaram nesses dois bancos. Os senhores vão poder ver melhor no papel a aplicação. Esse gráfico menor é o gráfico dos pagamentos feitos pelo esquema do “Valerio-duto”. O gráfico menor que está aplicado, certo? No gráfico maior, que é justamente o gráfico da evolução dos investimentos dos Fundos de Pensão nos dois bancos. Próximo, por favor. Aí nós vamos para o dinheiro novo. Próximo. Então, eu faço essa observação que considero ser muito importante. Neste caso do dinheiro novo, nós estamos desconsiderando os reinvestimentos de recursos. Ou seja, as aplicações que venceram e que foram renovadas não estão aí consideradas. Somente nos interessou saber, nessa segunda análise, aplicações novas. Por favor. Então esse é o quadro do BMG e do RURAL somados. Aí, as planilhas vão ser exatamente na mesma lógica da primeira apresentação. Então, em 2000, foram noventa e três milhões. 2001, vinte e sete milhões. 2002, cento e oitenta e nove milhões. 2003, quarenta e dois milhões. 2004, trezentos e quarenta e seis milhões e 2005 onze milhões e novecentos mil reais. Totalizando, nesse período, setecentos e onze milhões seiscentos e dezenove mil quinhentos e vinte e oito reais. Próximo, por favor. Aí é só o BANCO BMG, então, não considerando os reinvestimentos, BMG, em 2000, quatro milhões trezentos e cinquenta, em 2001, oito milhões e quinhentos, em 2002, setenta e quatro milhões trezentos e noventa e seis. Em 2003, vinte e quatro milhões quinhentos e sessenta, em 2004, cento e setenta e três milhões quinhentos e cinquenta e sete. Em 2005, onze milhões e novecentos. Totalizando duzentos e noventa e sete milhões. Próximo, por favor. Esse é o quadro do RURAL, 2000, duzentos e oitenta milhões, 2001, dezoito milhões. 2002, cento e quinze milhões, 2003, dezoito milhões, 2004, cento e setenta e dois milhões, totalizando quatrocentos e quatorze milhões. Da mesma forma, a gente tem aí a discriminação com a data da aplicação, a data do vencimento. De um lado, BMG, de outro, RURAL e a fundação que realizou essa apli-

cação. Próximo. Aí é exatamente a mesma coisa que nós fizemos na primeira, só que com o dinheiro novo. Então, a gente mostra porcentualmente o quanto isso representa no período de seis anos. E faz ali um alerta para a representação da REAL GRANDEZA nesse montante total. Então, primeiro gráfico é BMG e RURAL juntos. O segundo, por favor, só BMG. Terceiro, por favor, só RURAL. Próximo. E aí graficamente mais uma vez a gente mostra como é que se processou nesse período os investimentos feitos pelos Fundos de Pensão nos dois Bancos mês a mês, graficamente. Então, esse primeiro gráfico ele mostra o BMG e o RURAL. O segundo, por favor. Ele mostra apenas o BMG. Terceiro, por favor. Ele mostra apenas o RURAL. Quarto, por favor. Aí a gente faz aquela mesma aplicação do gráfico dos pagamentos feitos pelo esquema do Marcos Valério nesse período, comparando com os investimentos feitos pelas Fundações nos Bancos que nós estamos examinando. Próximo, por favor. Aí é o seguinte, o que é que a gente verifica? Que, em 2003, os BANCOS BMG e RURAL cederam cerca de 40,8 milhões às empresas do Marcos Valério. Que, em 2004, o BANCO BMG cedeu 14,4 milhões, perfazendo aí aquele total de cinquenta e cinco milhões que foi anunciado por ele, pelo Marcos Valério. Eu que, nesse período, os dois Bancos captaram cerca de 389 milhões através de CDBs, principalmente CDBs, só vinte e dois milhões é cota de FIF junto aos Fundos de Pensão. Bom, claro que aí nós estamos fazendo referência aos valores de dinheiro novo. Nós estamos desconsiderando as reaplicações. Tem uma coisa que eu queria chamar atenção dos senhores. Em 2004, vamos pegar aqui o líquido, o dinheiro novo. Volte aí, por favor, a planilha “dinheiro novo BMG e dinheiro novo”. Primeiro BMG aí. O que é que a gente vê? Analisando aí o que a gente está chamando de dinheiro novo, que a ELETROS, ela investiu no BMG em 2000, em 2001 e em 2003 e aí dá um salto significativo em 2004. Que a PETROS investiu pouquíssima coisa em 2000... E não investiu em 2000, investiu pouquíssima coisa em 2001, investiu pouquíssima coisa em 2002, cresce em 2003 e dá um salto grande em 2004. A POSTALES não investiu em 2002, não investiu em 2001, não investiu em 2002, investe alguma coisa em 2003 e amplia o seu investimento em 2004. A PREVI não investe em 2000, não investe em 2001, não investe em 2002, não investe em 2003 e só investe em 2004. E, no caso da PREVI, tem um dado que nos chamou ainda mais atenção que é o fato de que, em 2004, a PREVI colocou trinta milhões no BMG e trinta milhões no RURAL. Ou seja, os valores investidos pela PREVI nos dois Bancos são exatamente coincidentes no ano de 2004. E a PREVI, até 2004, não tinha feito nenhum tipo de

investimento nesses dois bancos, nos CDBs desses dois bancos. Aí os senhores vão ver que o REAL GRANDEZA, que eu tinha mostrado que tinha uma grande participação lá atrás, o REAL GRANDEZA, ele em 2002 tem cinquenta e cinco milhões e aí ele cai, em 2003, ele não tem e em 2004 ele passa para quarenta milhões. A SERPROS tinha dezessete em 2002, passou para cinco em 2003 e teve dezoito em 2004. Essa é a situação do BMG. Portanto, houve uma ampliação dos investimentos, excetuando da REAL GRANDEZA, de todos os Fundos no BMG em 2004. RURAL, por favor. No caso do RURAL, a ELETROS, ela tinha investido cerca de dezenove milhões, em 2000, nove milhões cento e noventa, em 2002, treze milhões em 2003 e depois não investe. Nem em 2004, nem 2005. A FUNCEF não havia investido no BANCO RURAL até 2004. Então, a FUNCEF vem investir vinte e dois milhões trezentos e cinquenta mil no BANCO RURAL em 2004 e apenas em 2004. A NÚCLEOS também muito pouca coisa, é residual, mas investiu um milhão cento e quinze mil. A PETROS tinha investido treze milhões em 2000, não investiu em 2001, não investiu em 2002, não investiu em 2003 e aí investe, em 2004, quarenta milhões e trezentos mil. A PORTOS não investe em 2000, não investe em 2001, não investe em 2002. Somente a partir de 2003, a PORTOS investe cinco milhões e, em 2004, trinta milhões oitocentos e sessenta mil. A POSTALES não investe em 2000, não, desculpe, a POSTALES... Não eu falei os números da POSTALES dizendo que era PORTOS, mas na verdade é POSTALES. A PORTOS não investe. A PORTOS, somente em 2004, tem um residual de um milhão e pouco. A PREVI, como eu tinha dito, é trinta milhões em 2004 para um e para outro, até então não tinha investido. REAL GRANDEZA, como a gente tinha mostrado, passou por um processo de decréscimo ao longo desse período. Foi o único Fundo de Pensão de todos os investigados que passou por um processo de decréscimo nos investimentos. E a SERPROS que, no caso do RURAL, tinha investido sete milhões e duzentos em 2002 e, em 2004, vinte e três milhões. Muito bem, eu queria tecer alguns comentários que eu considero extremamente relevantes. Cadê o documento de Ideli? Por favor, se pudesse reacender as luzes. Primeiro, é muito difícil calcular exatamente quanto pode cada instituição ter efetivamente lucrado, ter tido como resultado desses investimentos. O que é que nos parece inequívoco? Que, em 2004, houve um direcionamento para que os Fundos de Pensão investissem nessas duas instituições. Vide que, até este ano, somente a REAL GRANDEZA tinha uma concentração de investimentos no BMG e no RURAL. E aí depois Fundos que nunca tinham investido um centa-

vo passam a investir. Ou então Fundos que tinham muito pouco investimento em CDBs desses dois Bancos, eles alteram majorando os investimentos. Então, seja no número bruto, seja no número líquido, o ano de 2004, ele apresenta uma distorção enorme em favor do BMG e do RURAL. Quero lembrar aqui, inclusive o depoimento do ex-diretor da área de compliance do BANCO RURAL que prestou declarações à CPI acho que em dezembro, ele tinha dito que os dirigentes do BANCO RURAL, eles vinham, em 2004, comemorando os investimentos que o Banco estava conseguindo receber de Fundos de Pensão, as captações que os Bancos estavam consigo indo receber de Fundos de Pensão. Então, é inegável que os Fundos estatais, diferente dos anos anteriores, eles passaram a olhar de forma muito mais prestigiada o BANCO RURAL e o BMG. Essa então seria uma observação que eu gostaria de fazer. Dizendo e reafirmando que é muito difícil calcular quanto, do ponto de vista líquido, cada Banco pode ter obtido de resultado com o fato desse dinheiro estar à disposição da sua carteira. Há um último quadro que não é um quadro conclusivo, portanto é um quadro que está passível a críticas. É um quadro que pode e deve ser bem e melhor examinado para que não haja dúvidas com relação ao nosso testemunho. Nós procuramos fazer um corte que deu muito trabalho, inclusive, do saldo desses recursos que ficaram parados na carteira dos dois Bancos. Porque esse saldo podia ter sido utilizado por qualquer, e foi utilizado por qualquer uma das instituições para fazer uma série de aplicações, para investir em outros CDBs de outras instituições, enfim. Então, qual é o saldo dessas aplicações que ficou, digamos, dormindo na carteira desses Bancos e que pode ter sido utilizado para fazer dinheiro e que foi utilizado para fazer dinheiro? Aí nós pegamos a variação média do CDI, no período, e aqui tem janeiro, fevereiro, março, abril... Desse período especial do exame de 2003, 2004 e calculamos um total nos dois anos de aproximadamente setenta milhões para os dois Bancos como tendo sido a margem que essas instituições tiveram para fazer dinheiro. Ou seja, o que é que pode ter sido uma média do mercado produzido de resultado para esses bancos, certo? A partir do que ficou dos Fundos de Pensão na carteira das duas instituições. Eu quero insistir que essa última análise, esse último exame, ele está passível de críticas, ele pode ser questionado. É apenas uma tentativa de mensurar o impacto que esses investimentos tiveram nos dois anos, portanto no ano de 2003 e de 2004. Antes de iniciar a reunião de hoje. O Deputado Osmar Serraglio, ele me encaminhou... Eu peço que, por favor, retirem a apresentação. Deputado Osmar Serraglio, ele me encaminhou um ofício que foi

endereçado pela Senadora Ideli Salvatti ao Presidente desta CPMI, Senador Delcídio Amaral. Este ofício foi encaminhado pela Senadora no dia 21 de fevereiro de 2006, portanto no dia de hoje. Ele diz o seguinte: “Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo cordialmente, venho por meio deste encaminhar-lhe documentos contidos em resposta da Secretaria de Previdência Complementar, a nosso ofício, com informações acerca de aplicações efetuadas no BANCO BMG e RURAL”. Bom, a SPC encaminhou esse ofício para a Senadora Ideli no dia 15 de fevereiro do corrente ano. Em resposta, há um requerimento que a Senadora apresentou, por meio do ofício 0440 de 2005... A SPC encaminhou esse material para o gabinete da Senadora Ideli que, por sua vez, encaminhou esse material no dia de hoje ao Presidente da nossa CPMI, Senador Delcídio Amaral. A Sub-relatoria dos Fundos de Pensão e a CPMI dos Correios não recebeu, por parte da Secretaria de Previdência Complementar, nenhuma informação nesse sentido. Até porque o requerimento não foi aprovado no âmbito da CPI. O requerimento foi encaminhado por um ofício de autoria da Senadora Ideli Salvatti. Não houve tempo para se fazer uma análise minuciosa dos dados que foram encaminhados, porém alguns fatos que, a nosso ver são gritantes e que não guardam nenhuma relação com o nosso trabalho, merecem ser destacados e eu os farei aqui. Primeiro, os números que a SPC encaminha, eles fazem referência a saldo existente. Saldo existente é a somatória de tudo. Ou seja, uma aplicação, por exemplo, ela venceu, ela não foi renovada, ela entra como saldo existente. No nosso trabalho, na primeira linha, só há consideração das aplicações que foram renovadas com as novas. E na segunda linha, somente das novas. Nós não examinamos saldo existente. Aqui, esse documento faz referência a saldo existente, portanto, se uma aplicação foi feita, se o Fundo de pensão resgatou a aplicação, se ele não renovou a aplicação, aqui consta. Isso não foi objeto da nossa análise, nem na primeira nem na segunda apresentação. Onde nos interessou saber como é que se comportaram os Fundos de Pensão com os dois bancos, ou seja, o que eles aplicaram e o que eles reapplicaram. O que eles aplicaram e o que eles reapplicaram. Então, há uma primeira diferença que impede que esses dois documentos possam ser, por alguma forma, comparados. Primeiro ponto. Segundo ponto, nós não podemos adentrar na esfera do que são os investimentos de Fundos Privados nesses dois Bancos. Não é o objeto da análise da Sub-Relatoria. Da mesma forma que nós não podemos analisar o que outros Fundos Federais investiram nesses dois Bancos. Nós temos um limite de atuação. Que é definido justamente no momento da Constituição da Sub-Re-

latoria e que nos faz enxergar 14 fundações das quais uma foi excluída que é a SISTEL, por ser privada. E, portanto, nós ficamos limitados e temos que respeitar o universo de 13 Fundos de Pensão. Nós não podemos exorbitar nem extrapolar esse universo. O que as Fundações Privadas fazem com os seus recursos não é de interesse e não diz respeito ao trabalho dessa Sub-Relatoria. Aliás, esse foi o motivo pelo qual, há quase duas semanas, eu, o Deputado Osmar e o Senador Delcídio decidimos excluir a SISTEL. Então, para guardar coerência com essa decisão passada, nós não podemos analisar Fundos de Pensão Privados. Os Fundos de Pensão Peles, eles têm que prestar satisfação aos seus segurados e apenas aos seus segurados e ponto final. E ponto final. Da mesma forma que nós não podemos extrapolar nem exorbitar nas Fundações Federais porque nós temos o quê? 12 Fundações Federais que estão sendo examinadas. E nada além de 12 Fundações Federais que estão sendo examinadas. Quero, conteúdo, dizer que esse documento será colocado, e até eu agradeço a Senadora Ideli pela iniciativa, ele será colocado e ele constará do nosso relatório. Quero dizer que, até o dia de hoje, a Secretaria de Previdência Complementar vinha tendo uma postura e eu agradeço aqui a glória que é representante da SPC que vem nos ajudando bastante... Uma postura extremamente colaborativa e jogando limpo com essa Sub-Relatoria, jogando limpo! Por quê? Por que é passo eu digo isso? Porque a SPC, ela compõe a força tarefa da nossa Sub-Relatoria. A SPC tem conhecimento de tudo que está acontecendo. Não é so-negada uma informação sigilosa à SPC! A SPC sabe exatamente como estava sendo feito esse trabalho. Participa das discussões e nos ajuda naquilo que é a sua competência a chegar a certas conclusões. Me causa surpresa que um estudo seja feito à revelia do trabalho da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. Eu esperava que, se a SPC tivesse o interesse de fazer essa análise depois que foi provocada, no mínimo, também, tomasse a iniciativa de dar ciência a nossa Sub-Relatoria. Eu insisto, esse documento chegou para a Senadora Ideli no dia 15 de fevereiro, portanto desde o dia 15 de fevereiro ele estava pronto. Somente hoje ele foi encaminhado para o Senador Delcídio. Ora, será que existe alguma coincidência de, no dia 21 de fevereiro, esse documento ter sido encaminhado para o Senador Delcídio e o dia 21 de fevereiro ser o dia que nós estamos fazendo a apresentação desse trabalho? Bem, não vou entrar nesse tipo de ilação, não farei. Quero dizer que respeito os dados da SPC. Serão incorporados ao nosso trabalho no relatório final, mas friso, categoricamente, que esse documento aqui nada tem a ver com esse trabalho aqui. Primeiro, por-

que as bases são diferentes. Segundo, porque o aspecto de alcance é outro. Nós estamos tratando de 12 Fundos de Pensão Federais que inegavelmente concentraram investimentos em 2004 no BMG e no RURAL e os números estão aqui. Esse é o universo da nossa investigação. Foi sobre isso que nós nos debruçamos. Se por acaso qualquer parlamentar quisesse, no início do nosso trabalho, sugerir que outros Fundos de Pensão fossem incluídos, seria objeto de uma discussão coletiva e nós iríamos analisar. Fundos Privados nunca, mas Fundos Estatais iríamos analisar. Como esse não foi o caso, eu quero dizer que espero, Deputado Osmar Serraglio, ter cumprido um dos papéis importantes que aqui me dispus no início do nosso trabalho que foi fazer esse exame, apurado da evolução dos investimentos dos Fundos de Pensão do BMG e no RURAL. Está aqui, não tem sonegação de informação, é de 2000 a 2005. Os senhores vão poder ver, detalhadamente, cada operação, cada ir um tire a conclusão. A minha eu já tirei. As suspeitas que existiam, que levaram à criação dessa Sub-Relatoria se confirma hoje. Que há, sim, uma relação direta dos investimentos que os Fundos de Pensão realizaram no BMG e no RURAL com a participação desses dois Bancos em várias irregularidades que foram detectadas, que foram examinadas, que foram analisadas e que já são de conhecimento público. Muitas delas produzidas pelo trabalho competente da CPMI dos CORREIOS. Eu agradeço e...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pela Ordem.

SRA. SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos fazer aqui uma lista de inscrição. Deputado Carlos Willian, Senadora Ideli, Deputado Abicalil. Bom, primeiramente eu vou passar a palavra ao nosso Relator, Deputado Osmar Serraglio, e logo em seguida eu sigo a lista de inscrição.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Apenas para dizer que eu também tive acesso, evidentemente, ainda na semana passada a esses dados, a essas análises. E recebi as considerações que foram trazidas pela Senadora praticamente há alguns minutos que antecederam a essa apresentação. Nós sempre fomos, e o próprio Sub-Relator ACM já fez referência a isso, nós sempre fomos muito abertos às considerações, às reflexões que se fazem necessárias frente aos trabalhos que nós apresentamos. Não nos negamos a evidências. E aqui, havia sido solicitada pela Sub-Relatoria essa apresen-

tação... Aliás, ela iria ocorrer na semana passada. Ela iria acontecer na semana passada. Aí...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não pauta não constava isso.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Não é uma apresentação estilo algo que fosse oficializado. É uma decorrência de uma programação que a Sub-relatoria tinha há tempo e que era para ter cumprido na semana passada e nós é que solicitamos, inclusive, que não fizesse na semana passada. Foi por insistência minha que o Deputado ACM Neto terminou transferindo para essa semana. Mas, de qualquer modo, o que nós estamos tratando são de números. Não são de opiniões. E os números sempre falam por si. Não adianta nós imaginarmos que nós iremos converter as evidências matemáticas em evidências teóricas(F). Eu confesso, assim, à primeira vista, que eu também me alinho à sustentação. E a manutenção da sustentação do Deputado ACM frente a esse trabalho que foi trazido pela Senadora, evidentemente, com a ressalva de que irei na sequência refletir, porque como disse “números são números”. Mas, evidentemente me impressiona observar esse gráfico que aqui se contém relativamente ao BANCO BMG e ao BANCO RURAL quando eu os comparo aos números, e não a gráfico, aos números apresentados pelo Deputado ACM Neto. E que nós observamos que, por exemplo, as captações apresentadas por ele no BANCO RURAL em 2003 foram de dezoito milhões e em 2004 de duzentos e cinquenta e um milhões, evidentemente esse gráfico aqui posto ele destoa gritantemente desses números, e como o trabalho está se atendo ao BANCO RURAL, ao BMG e a esse universo que serve de base que são esses Fundos, eu não tenho como verificar a extraordinária desconcordância de um gráfico que é quase linear no que diz respeito aos Fundos federais, no contexto de 2003 a 2004, quando os dois bancos um vai de dezoito para duzentos e cinquenta e um milhões e outro vai de trinta para duzentos e oitenta e dois milhões de reais. Então evidentemente, como eu disse, alguém está equivocado. Esses dados não querem dizer... É que os gráficos, como eles contêm aqui informações que não são traduzidas claramente, exatamente a que se reportam, ou têm uma abrangência que termina minimizando o enfoque, que quando você faz um estudo você pode fazer com que aquilo que é saliente se dilui quando você agrega um mundo de outras informações. Mas para objeto nosso, eu considero muito válido, muito importante, muito coincidente o que o Deputado Sub-relator ACM Neto vem apresentar, o que volto a dizer para concluir, não significa que nós sejamos não abertos, não acessíveis a quaisquer provocações de

reflexões que se fazem necessárias, porque o que nós sempre temos insistido, a Sub-relatoria ela quer o que é lógico, o que é razoável, o que é racional. Não quer impedir nada a ninguém, e nesse caso nós iremos fazer as considerações necessárias ao trabalho apresentado pela eminente Senadora hoje líder aqui também e nós parabenizamos pela assunção do cargo no Senado, do Partido dos Trabalhadores. Era isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Concedo a palavra ao Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Presidente desta CPMI, Presidente e Sub-relator Deputado ACM Neto, nobre Relator Deputado Osmar Serraglio, cara Senadora Ideli, caros colegas Senadores. Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar a atuação, a competência, a obstinação e a dedicação do Deputado ACM Neto no debruço sobre esta Subcomissão. Fazendo as suas oitivas, fazendo os seus trabalhos de segunda a quase às sextas-feiras, vésperas de feriados. E eu sou testemunha, ocular e pessoal, porque quase todas as suas oitivas eu estou aqui acompanhando. E pude aprender muito durante esse período. E aí, meu nobre Relator Osmar Serraglio, mais uma vez como representante do povo mineiro, e lamentavelmente, as instituições de Minas Gerais, os homens públicos de Minas Gerais às vezes são colocados a baila, por dados. O BANCO BMG e o BANCO RURAL faz parte da operação deles em operar neste mercado. E não estou aqui para fazer defesa do BMG e o RURAL, não estou aqui para fazer defesa do Sr. Dimas Toledo, que veio a esta CPMI, sem necessidade, para falar de uma lista que não existiu, não estou aqui para poder falar do Vice-governador do Estado de Minas Gerais, Sr. Clézio Andrade, que se tiver os seus problemas é na vida privada, não tem muita similitude com a política apresentada até agora. E que já se diz que ele vai ser convocado nesta CPMI, fato que eu já contesto de imediato. Sr. Presidente, eu acredito que a apresentação deste relatório, primeiro, dentro da, vamos dizer, da legislação interna, dentro do Regimento Interno, eu acho que deveria ser discutido pelos membros da CPMI, porque isso não é um trabalho de apuração e de investigação. Isso já é apresentação de um relatório que inclusive antecede o que V.Exa. iria apresentar. Mas se isso faz bem para a comunidade, se faz bem para a população brasileira eu acho que, por mim, não tem nenhuma dificuldade. Ocorre, Sr. Presidente, que existe alguns contraditórios dentro dos princípios das garantias individuais, e eu não vou me ater muito porque tem outros inscritos, daqui a pouco nós temos uma reunião administrativa, só peço para poder concluir. Por exemplo, desde o primeiro instante eu como Ad-

vogado, e não defendendo aqui nenhuma instituição, disse que esta CPMI deveria respeitar as decisões judiciais, por qualquer empresa e por qualquer cidadão. Dados de empresas aqui foram desconsiderados, a decisão judicial, e foram apresentados. Se não foi apresentado de uma forma direta, foi apresentado de uma forma indireta. Apresentando somente para os parlamentares e depois os dados obviamente distribuídos para a imprensa e aí esses dados, vamos dizer, sigilosos, protegidos por leis foram colocados. Hoje no relatório vem aqui claramente a captações... Todas as páginas. Captações etc sem considerar PRECE e SISTEL. Não estou aqui fazendo defesa nem da PRECE nem do SISTEL, porque é que então não está sem considerar o Fundo da América Latina, o Fundo do Japão, o Fundo de não sei o quê? Se é para não se considerar não considere, mas precisa de ficar grifando e toda hora colocando a SISTEL. Essas empresas, Sr. Presidente, têm responsabilidade com seus associados, a partir do momento que aparece numa CPMI ela fica prejudicada no mercado. Pode ser que vá demorar 10 anos a levantar-se de novo. E sem considerar também que não são alvo de investigação. Se não são alvo de investigação, não deveria estar aqui representado. Então o senhor veja, Sr. Presidente, que o relatório já começa colocando aqui em baila a PRECE e a SISTEL, porque se fosse para colocar os dados era preferível, agora é preciso de grifar que vai não considerar. Além disso, Sr. Presidente, minha nobre Senadora Ideli, meu nobre Relator Osmar Serraglio, eu estive aqui quase todos os depoimentos e V.Exa. pode acompanhar na ficha de inscrição onde eu coloquei a minha presença. Em quase todos os depoimentos foram contestados dados da BM&F que foram colocados aqui, foram colocados em dúvida, e todos esses relatórios trabalham com dados da BM&F.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não, eu não estou falando só esse, estou falando de forma generalizada, eu estou colocando em geral. Então, Sr. Presidente, se os dados foram colocados, os próximos relatórios têm que ser discutidos. Alguns Fundos de Pensão solicitou à esta CPMI qual que era o fórmula de cálculo, qual que era a metodologia de trabalho e até hoje não conseguiram. E além disso, Sr. Presidente, esse relatório está colocado de uma forma sem ouvir pessoas, ou seja, sem o direito e sem o princípio do contraditório. Então, Sr. Presidente, isso aqui foi apresentado apenas com os dados. Não estou contestando nem os dados apresentados por V.Exa. o Relator, Sub-relator desta Comissão, não estou contestando também os dados da coordenadoria geral

de fiscalização direta da Secretaria de Previdência Complementar que, segundo o nobre Relator ela está jogando limpo. Eu gostaria de saber, se alguém está jogando limpo, será que tem alguém jogando sujo? E aí, Sr. Presidente, fica a minha preocupação apenas de precaução. Não estou desconsiderando nenhum desses dados, e não estou fazendo nenhuma defesa. Apenas para que nós trabalhemos dentro do Regimento e, acima de tudo, para que as pessoas possam vir aqui falar e ter o princípio do contraditório. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, eu informo a V.Exa. a respeito da possibilidade do contraditório, que todos os dirigentes de Fundos de Pensão que têm comparecido a esta CPMI, e hoje nós estamos ouvindo exatamente o décimo Fundos de Pensão envolvido, faltam apenas dois, sendo que o décimo primeiro também será ouvido hoje, então que todos eles estão sendo confrontados com esses dados, que nós estamos argüindo de cada um dos senhores dirigentes o porquê desses investimentos V.Exa. que vem acompanhando muito cuidadosamente o trabalho da Sub-relatoria deve ser lembrar que nas nove oitavas que aconteceram até hoje, essa é a décima, em todas elas foram questionados os dados de aplicações no BMG e no RURAL nesse campo de CDBs. Com relação a SISTEL e PRECE eu, com toda honestidade, não estou entendendo qual é a argumentação de V.Exa. porque eu fiz questão de registrar que a SISTEL e a PRECE não estão incluídas nesse estudo, por dois motivos completamente distintos, porque senão qualquer parlamentar poderia me perguntar, bom não são 14 Fundos que estão sendo examinados porque é que aqui só tem 12, não tem 14? Entendeu? Então eu fiz questão de colocar claramente, expressamente que SISTEL e PRECE não estão aqui e justifiquei o porquê de cada um ter sido excluído. Então eu não vejo, com toda honestidade, eu não vejo qualquer tipo de exposição, muito pelo contrário, eu disse que a PRECE eu estou cumprindo uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que hora nenhuma foi descumprida, V.Exa. tem acompanhado aqui inúmeras decisões que ocorrem, em caráter sigiloso, inúmeras reuniões que estão acontecendo, reservadamente, justamente quando há uma decisão do Supremo nesse sentido. Tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Deputado ACM Neto, nosso Relator geral Deputado Serraglio, em primeiro lugar eu queria aqui colocar aquilo que o Deputado Abicalil já colocou. A pauta hoje era uma pauta de oitavas. E nós teríamos reunião administrativa ou teremos reunião administrativa às 3h. Então nós tínhamos nos despreparado inclusive para fazer

a entrega e o comentário a respeito do documento, da resposta da SPC na reunião administrativa. Então talvez a coincidência tenha sido de ter a reunião administrativa com a iniciativa do Deputado ACM Neto de apresentar esta exposição. A outra coisa que é importante saber é que nós tomamos a iniciativa em dezembro de pedir os dados à SPC, dados não sigilosos, dados comparativos, dados que pudessem nortear a nossa análise. Porque requerimento para trazer os dados sigilosos da aplicação dos Fundos de maneira geral que a SPC tem no BANCO RURAL e no BMG, esse requerimento nunca foi votado na CPI dos Correios e nós temos o entendimento de que é impossível, é impossível você tirar conclusões ou fazer qualquer tipo de análise sem fazer comparativos. E é claro que o gráfico, e eu não sei se já é possível, eu pedi... Era tanto que a gente nem se preparou com o *power point*, mas não sei se a gente pediu, não conseguiram abrir o arquivo, o disquete, mas seria fundamental a gente poder expor aqui. Porque é claro que o que está no gráfico da resposta da SPC não é a mesma base do que estão nos gráficos apresentados pelo Deputado ACM Neto. Porque nos gráficos apresentados pelo Deputado ACM Neto está colocado "Recursos", "Volume de recursos aplicados". É isso que está colocado nos gráficos e, no que nos respondeu a SPC, é percentual de ativos. Ou seja, qual é o percentual que aquelas instituições aplicaram no BMG e no RURAL. Portanto, nós não podemos obviamente jogar um gráfico ao lado do outro, isso é impossível, mas veja bem a que conclusão... O Deputado Serraglio inclusive terminou agora de dizer que chama atenção os números de que de repente teve uma aplicação em 2002, de tantos mil e depois, em 2004, de quatro, cinco, seis vezes mais, dez vezes mais. Mas veja bem, isto em termos de percentual de ativos aplicados pode não representar absolutamente nada, Deputado Serraglio. Por isso que quando, e eu quero dizer assim... Eu sou professora de matemática. Entendeu? Os números não mentem jamais, mas os números podem ser ajustados para dar a entender coisas que a realidade não sustenta. E quando a gente faz apresentação de gráficos e de números tem uma piada que é muito ouvida, eu sou péssima piadista, mas diz lá um contador conversando com um empresário lá pelas tantas, bom, faz assim, faz assado e aí o contador pergunta, mas quanto é que o senhor quer que dê? [risos]. O Deputado Serraglio sabe do que é que eu estou falando, porque é da área. E a gente muitas vezes consegue muitas vezes fazer dar o que precisa dar ou o que se quer que dê, o gráfico, os números,

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, eu estou apenas relatando aqui uma contabilidade, o Deputado Serraglio está ali rindo. Não, é porque ele é contador. Ele é da área. [risos].

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Como contador a gente sabe dessas coisas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ele é da área. Ele sabe do que eu estou falando, ele sabe do que eu estou falando. Então, eu não sei se já conseguimos lá abrir, se não conseguir, na hora que a gente conseguir eu faço questão absoluta que nós possamos também expor o gráfico. Mais eu quero dizer aqui, olha, o gráfico ele é claríssimo. Claríssimo! Quando a gente faz a análise de percentual de ativos aplicados. Porque há um volume de aplicação entre 2003 e 2004 sendo que, quem mais aplica são os Fundos estaduais, depois quem mais aplica nesse período são os Fundos privados e o mais conservador, o mais conservador são exatamente os Fundos federais. E aí eu quero dizer o seguinte, posso estar maluca, mas eu não acredito que Fundos privados apliquem no mercado para ter prejuízo. Não acredito nisso. Não admito isso. Acho que isto é algo absolutamente insustentável. Por isso que na hora que você compara e você faz o comparativo entre o que os Fundos federais aplicaram em percentual, não em valores reais, porque os valores podem dar margem a essa observação que o Deputado Serraglio falou e que ela é absolutamente improcedente. Porque estão aqui as curvas absolutamente conservadoras dos Fundos federais. Tanto a aplicação no RURAL como a aplicação no BMG. E é interessante de que há efetivamente uma aplicação substancial modifica as curvas tanto dos estaduais, como dos privados, como dos federais modifica a curva entre 2003 e 2002. E modifica a curva acentuadamente, acentuadamente nos privados e muito mais ainda nos federais. E portanto eu só posso concluir disto aqui que houve no mercado vantagens de mercado para aplicar mais no BMG e no RURAL, tanto que os Fundos, tanto privados quanto estaduais, jogaram muito mais peso no RURAL e no BMG do que os próprios Fundos federais. Então, é por isso que a importante a gente comparar, fazer toda a análise na sua complexidade e tal. A outra coisa, eu queria pedir aí se fosse possível, que fosse colocado o gráfico da comparação das captações com os saques das empresas vinculadas do Marcos Valério. Nós temos dois gráficos, eu queria saber se é possível,

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, não, não, mas esse não é do meu disquete, não. Esse é da exposição do ACM Neto, eu quero saber se é possível

colocar. Eu vou pedir que volte aqui, eu ao sei quem é que está com isso, eu vou pedir que volte porque eu não posso falar sem estar com a imagem. Queria até pedir alguns minutinhos, alguns segundos, se for possível colocar a imagem da comparação das captações com os saques de empresas ligadas ao Marcos Valério, e depois lá no dinheiro novo também tem as captações com saques de empresas ligadas ao Marcos Valério. Eu peço, por favor, colocarmos novamente esses dois gráficos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu já sei qual é a explicação que a senhora quer, se a senhora quiser que eu dê...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O senhor está já prevendo, o senhor consegue imaginar o que dá até na minha cabeça--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senadora, Me permite um aparte, Senadora. Existe aí um problema de metodologia, por que é que o gráfico da a senhora. Desculpe, da senhora não. Apresentado, da secretaria complementar, porque que é que as empresas e os Fundos eles acabam tendo na linha final, na reta final um lucro? É porque esta Sub-relatoria ela só analisa as perdas. Só analisa as perdas, os ganhos não são analisados--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Esta já é uma polêmica que veio [inaudível] preliminar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): -- Essa é a metodologia que nós vamos ter que analisar, porque no mercado todo dia alguém ganha e alguém perde, se fosse só para os Fundos ganharem ninguém iria aplicar, ninguém iria entrar... Muito obrigado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não seria chamada aplicação de risco, mas eu faço questão de que todos prestem atenção no gráfico. Porque há uma tentativa de se vincular como, e aí eu quero usar as palavras do Deputado Serraglio, evidência matemática de que a aplicação maior coincide com os saques das empresas do Sr. Marcos Valério.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): V.Exa. não ouviu essa expressão deste parlamentar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, eu disse que o senhor usou a palavra das evidências matemáticas, não estou dizendo que o senhor usou neste caso.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): [inaudível].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, não disse que o senhor aplicou neste caso, eu estou usando a expressão que eu, como professora de matemática, adorei, das evidências matemáticas, com as

ressalvas de um contador que sabe muito bem como é que a gente faz chegar às vezes aonde é que a gente quer, mas é só olhar o gráfico. Dizer que coincide, que é irrefutável é brincar com o visual e a inteligência. Este daí, este daí ainda não é tão gritante. Quero que passe o outro, vamos passar o outro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso. O último, é esse.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Esse aí. Olha lá! Os saques, os picos de saque coincide, pelo menos dois, em períodos que não tem resultado de aplicação. Não tem resultado de aplicação. Então como é que faz? Eu quero pedir para a assessoria fazer uma ligação com aplicações coincidindo com as luas-cheias [risos] porque vai ter coincidência com as luas-cheias. E nem aqui nem aí coincide. Então eu acho que é uma afirmação que não tem sustentação matemática, não tem sustentação de visualização e não tem sustentação política! Política! Porque, para mim, quando não compara como é que os outros Fundos aplicaram no mercado, no período para saber, porque teve aqui uma... Houve um direcionamento para investir no BMG e no RURAL em 2003/2004--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tenho dúvida, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): --Mas todos os Fundos estavam em 2003/2004 com investimentos crescentes no BMG e no RURAL. Muito mais do que os Fundos federais. Muito mais! Muito mais! Então, assim, a afirmação do Deputado ACM Neto, ele terminou agora de reiterar que ele está convencido disto, que ele está convencido disto. Eu só posso tirar como conclusão que o convencimento é do convencimento político, porque matemático, visual, não tem sustentação. E parece que já chegou o disquete lá eu quero que todos possam visualizar o comparativo das aplicações dos percentuais de ativos. Como é que nós conseguimos aí colocar? Estou com a assessoria correndo contra o tempo. Eu gostaria de saber que ia ter o *power point* a gente teria se preparado no *power point*.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senadora, enquanto não colocasse, eu gostaria de solicitar ao Deputado Osmar Serraglio que a gente fizesse um ofício ao BMG e ao BANCO RURAL, para eles se manifestarem referente a esse relatório haja vista que não há nem necessidade e nem tempo correto para que eles possam vir nesta CPMI, e acredito também que nem necessidade. Mas, como eles estão sendo citados, como estão sendo colocados e como eles estão sendo... Os seus resultados em aplicações

sendo mostrados, eu acho que mesmo sem aprovar no plenário da CPMI, se V.Exa. concordar e também o nobre Relator, nós poderíamos pedir, a título de colaboração, o BANCO BMG e o RURAL para que eles se manifestassem sobre esse relatório.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só ampliar ali o gráfico... Eu acho que já é visível, não precisa nem ampliar mais. Está aí, olha. Aplicações em RDB, CDB e debêntures, percentual dos ativos das instituições, dos Fundos, aplicados no conglomerado do BANCO BMG. Então está aí, olha. A linha lá da cima, a *pink*, são Fundos estaduais, a privada é a vermelha, e a azul é a Federal. Basta observar o conservadorismo das aplicações dos Fundos federais. E teve crescimento entre novembro de 2003 até janeiro de... Até novembro de 2004, ali tem o problema do BANCO SANTOS, é importante todos saberem que, como o BANCO SANTOS tinha uma classificação assemelhada ao BMG, teve fuga, todos os Fundos fugiram dali. Está ali a curva exatamente fugindo do... Mas é só observar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, aí tem BANCO SANTOS, Senadora?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, não, aí não tem BANCO SANTOS. Eu estou dizendo que, como o BMG tinha uma classificação parecida com a do BANCO SANTOS, com o problema do BANCO SANTOS, houve fuga, todos os Fundos de Pensão dizem isso. Retiraram. Eles foram mais conservadores por causa do problema do BANCO SANTOS. Então, está visível. Querer dizer que houve direcionamento entre 2003 e 2004 dos Fundos de Pensão, tentar fazer a coincidência das aplicações como saques nas empresas do Marcos Valério é algo que não se sustenta matematicamente, financeiramente e, quero dizer mais, não se sustenta politicamente nesta Sub-relatoria. Não se sustenta! E eu acho que a gente está na hora de começar a trabalhar com a seriedade que um dos segmentos que tem mais a ver com desenvolvimento neste País, porque uma das principais poupanças deste País está acumulada exatamente nos Fundos de pensão, são os Fundos de Pensão que detém hoje o maior volume de capital para fazer investimento de desenvolvimento, da gente não tratar algo tão sério de forma a levar, a induzir a conclusões equivocadas e que podem abalar instituições que tem obviamente contribuído com o desenvolvimento do nosso País.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu queria, sobre os comentários da Senadora Ideli fazer aqui algumas afirmações. Primeiro, quando nós transportamos o gráfico do pagamento do Mensalão e aplica-

mos no gráfico dos investimentos que os Fundos de Pensão realizaram no BMG e no RURAL, nós só fizemos aqui uma afirmação a esse respeito, que havia um período, sobretudo de abril de 2004 até outubro de 2004 que era coincidente. Mas se a senhora me perguntar, Senadora, se V.Exa. me perguntar qual é a conclusão que eu chego, não é de que os Fundos de Pensão, primeiro, investiriam no BANCO RURAL e no BMG, ganhariam o seu dinheiro e depois o BANCO RURAL e BMG aceitariam participar das irregularidades que participaram com o Marcos Valério, não, é ao contrário. É ao contrário. É por terem admitido correr os riscos que correram, por terem admitido participar dos esquemas irregulares que participaram com o senhor Marcos Valério, com diversos dirigentes políticos e partidários, é por isso que eles foram premiados posteriormente com os investimentos dos Fundos de Pensão. E quem tem--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas isso não se sustenta, Deputado ACM Neto, porque--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Senadora, eu respeitei V.Exa. Me respeite agora. Senadora, eu chego lá, a senhora por favor, eu respeitei a senhora, agora a senhora me respeite. Bom, então, a lógica é clara. Nós fizemos a comparação dos pagamentos a um período que é extremamente coincidente de meses e meses, mas sobretudo o que nos faz crer é que a recompensa que o BMG e o RURAL tiveram para aceitar fazer parte desse esquema espúrio e nojento que esta CPI teve que investigar, a recompensa deles foram os investimentos dos Fundos de Pensão. V.Exa. não diz aqui porque, por exemplo, que a FUNCEF, até 2004, não tinha botado um centavo nesses bancos, porque é que a PREVI, até 2004 não tinha botado um centavo nesses bancos, porque é que a PETROS botava um pouquinho e botou muito, em 2004. Só tinha--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [pronunciamento fora do microfone]. [inaudível].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Não! A senhora está errada, a senhora traz um gráfico aqui no sentido e na tentativa de... A senhora traz um gráfico aqui... A senhora, por favor, me permita concluir. Na tentativa de atrapalhar o entendimento da nossa lógica de trabalho.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Não! Não consegue, Senadora! Não consegue! Não consegue! Os números são claros, Senadora, eu vou repetir para a senhora. 2003 eram quarenta e oito milhões, nos dois

bancos juntos, 2004 são quinhentos e trinta e três milhões, Senadora. Se nós formos para o dinheiro novo, que eu fiz questão de separar, Senadora, que a senhora não leva em consideração aí, até porque, eu insisto, é saldo existente. Eu quero que a Secretaria de Previdência Complementar faça esse gráfico, faça esse gráfico, levando em consideração os 12 Fundos que nós estamos examinando, apenas eles--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, para ter uma comparação, Senadora, porque senão as bases são diferentes, senão as bases são diferentes, não adianta, eu não tenho como examinar o que não está sob investigação desta CPMI, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É que o senhor só quer investigar determinadas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, Senadora! A senhora, não podendo confrontar com os dados que são claros--

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Pela Ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Deputado Abicalil, eu estou fazendo aqui a contestação às declarações da Senadora Ideli.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Correto, eu não estou divergindo da sua contestação, nem dos pares. Eu só gostaria que nós distinguíssemos a função de V.Exa. como Sub-relator, contestando a nós que estamos aqui, com aquele que deve conduzir os trabalhos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Abicalil, eu então vou passar a Presidência dos trabalhos, para o Relator Osmar Serraglio.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Até para que V.Exa. tenha integral liberdade de--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu só quero ser testemunha pela seriedade do trabalho que o ACM Neto está fazendo. Eu contestei aqui os dados, mas a seriedade dele não pode colocar em prova.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, V.Exa. me contesta?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Eu asseguro nesse momento a réplica do eminente Sub-relator em relação às posições afirmadas pela Senadora.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado

Carlos Willian, graças a Deus que V.Exa. não contesta a minha condução neste processo. E a Senadora Ideli, ela não contesta os dados, ela contesta a minha condução. Então, eu vou ficar um pouquinho com a contestação de V.Exa.--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque os dados são incontestes.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ah, bom, Senadora, quando a senhora analisa que no BMG... Dinheiro novo, vamos para o dinheiro novo. Quando a senhora analisa que no BMG, em 2003 o volume era de vinte e quatro milhões e que em 2004 passou a ser cento e setenta e três milhões, e que no RURAL, era de dezoito milhões e em 2004 passou a ser cento e setenta e dois milhões, considerando isso, Senadora, os números falam alto, os Fundos de Pensão não tinham investido um centavo, muitos deles, exceto o REAL GRANDEZA, eu fiz questão de chamar isso ao destaque, não tinham investido um centavo antes de 2003 no BMG e no RURAL. Um centavo, Senadora! Pode ver, Senadora, tem muitos que começam só em 2004, alguns pingam um pouquinho antes, e em 2004, eles somam os valores. Agora, Deputado Osmar, esse dado aqui fabricado pela Senadora Ideli com a SPC, ele--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Fabricado não! Deputado ACM Neto, Fabricado, não!

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senadora Ideli, a senhora quer--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Fabricado não! Fabricado não, V.Exa. me respeite, fabricado não, dados oficiais da Secretaria de Previdência Complementar que V.Exa. deveria ter pedido, para poder fazer as ilações que faz.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não posso, Senadora. Eu tenho que investigar 14 Fundos de Pensão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não! É o que a CPI decidiu, Senadora. É o que a CPI decidiu, Senadora. Eu não tenho os sigilos dos outros Fundos, Senadora

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vamos pedir todos.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Peça. A senhora pode pedir.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Senadora, eu já fiz esses requerimentos, estão todos aí, mas eu não consigo aprovar nenhum. A BM&F, a CVM-

[tumulto].

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora pode pedir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO OSMAR SER-RAGLIO (PMDB-PR): Um orador por vez, a palavra está com o Sub-relator.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora, Senadora Ideli, a senhora pode pedir a quebra de sigilo de qualquer fundo público que será examinado pela CPML. Não adianta a senhora vir com esse gráfico que não guarda nenhuma relação com o trabalho que foi feito. São duas coisas completamente distintas, completamente separadas. Eu quero que a senhora solicite à SPC, através de ofício, um gráfico para comparar, com esse da a senhora, não é com o meu não, com esse da a senhora, apenas avaliando os 12 Fundos de Pensão que foram aqui colocados. É o que eu quero que a senhora faça, para comparar com o seu gráfico, não é com o meu, porque os nossos dados estão em bases completamente distintas, até porque, mostrar um gráfico desse é fácil. Agora, justificar por que é que saltou de vinte e quatro para cento e setenta e quatro milhões, aí é que eu queria saber, porque é que saltou de dezoito para cento e setenta e dois milhões, no caso de outro banco é que eu queria saber. Eu quero que se justifique isso, eu quero que diga porque isso aconteceu. E não querer fazer relação com a direcionamento, claro que houve, Fundos que nunca tinham pensado. A Diretora da PETROS acabou de estar aqui. Ela disse "Não era política da PETROS, segundo os nossos critérios, investir em BMG e RURAL". Ponto. V.Exa. ouviu. E aí, a partir de 2003 passou a ser política de PETROS, como não era da PREVI e passou a ser, como não era da FUNCEF e passou a ser, e assim, sucessivamente, Senadora Ideli. Então, eu vou concluir, Deputado Osmar, solicitando à Senadora que peça à SPC que faça o mesmo gráfico, somente com os 12 Fundos que estamos examinando. Porque senão, Senadora, não vale de nada, sabe por quê? Os números são incontestes. Então, se a senhora não dúvida dos números e sabe que em 2003 eram vinte e quatro e em 2004 passou a ser cento e setenta e três, o gráfico vai ter que dar um salto. Não tem jeito. O gráfico vai ter que dar um salto. Eu agradeço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): O próximo orador inscrito, Deputado Carlos Abicalil, com quem--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ainda bem que aplicaram em Banco sólido, o BMG e BANCO RURAL. Imagine se tivesse tudo isso no SANTOS--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Deputado Carlos. Está com a palavra o Carlos Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Muito obrigado, meu caro Relator, Osmar Serraglio, eu quero dizer ao Deputado ACM que quando fiz o encaminhamento era apenas para que V.Exa. inclusive tivesse a liberdade de se expor, sem a tarefa de ter que conduzir os trabalhos.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Exa. fez com razão, em boa hora.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Eu acho que esse foi um procedimento absolutamente adequado e justo para a CPMI e para o funcionamento dos trabalhos. Em relação a procedimentos também, meu caro Relator, que preside esta reunião. Eu gostaria de dizer que toda a oportunidade em que nós tivéssemos na pauta relatórios parciais ou demonstrativos parciais etc, que fosse exposições que dizem respeito--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Eu queria deixar claro isso, o Sub-relator pode apresentar exposições, trabalhos quando ele pretender, dentro dos trabalhos de Sub-relatoria--

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Não tenho dúvida disso. O que eu estou é apenas pedindo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): --Isso não é um trabalho que está sendo apresentado para deliberação. Se fosse, com certeza nós não poderíamos fazê-lo como estamos fazendo--

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Não há dúvida, até porque eu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): --Apenas para consideração e também não significa que ele seja agregado automaticamente tal qual posto na relatoria.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Nenhuma dúvida em relação a isso. Apenas eu reivindico o direito de ter acesso à informação correta sobre qual vai ser o desenvolvimento de cada reunião para a qual nós somos convidados, convocados. Em função de ser membro desta CPMI. Então, é apenas um procedimento que cabe a esta Sub-relatoria, como a qualquer outra, em função de que nós tenhamos

condição de nos preparar no tempo, no conteúdo, de modo a poder--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Não quero alterar com V.Exa, mas apenas para que fique claro uma coisa. O Sub-relator havia solicitado, iria proceder um esclarecimento a imprensa sobre um trabalho que ele realizou. Isso eu não posso impedir ele iria fazer na semana passada. Aí eu solicitei a ele que deixasse para essa semana. E daí porque ele interrompeu essa pauta, tanto que ele só vou suspender... Ele interrompeu a Sessão que estava sendo realizada a reunião da Sub-relatoria para essa... Tanto é que a imprensa toda aconteceu, que é uma coletiva--

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Não é.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): --Portanto, é uma apresentação do trabalho que ele realizou e que a partir disso, nós iremos passar--

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Não é uma coletiva, não é uma coletiva.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Aí, ele retoma a pauta...

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Retomou a pauta com essa exposição, portanto não é uma coletiva, e mesmo que fosse coletiva eu reivindicar o direito como membro da CPMI de ter acesso aos dados que vão ser expressos na coletiva. Então a ele trata de coletiva nós estamos em plena 17ª Reunião retomada. Não é uma coletiva. Então eu faço esse procedimento porque creio que isso no ordenamento nos trabalhos nos favorece muito a um debate que seja respeitoso e absolutamente dentro dos critérios que iremos apresentar aqui. Uma questão de ordem técnica. Na exposição feita, talvez o Deputado ACM Neto é que possa me responder, a valores atribuídos às aplicações no ano de 2000, 2001, 2002, 2003, até 2005. A pergunta que faço é que se esses valores de 2000, são valores nominais ou são valores atualizados por que critério?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhum desses valores, Deputado Abicalil, ele responde a qualquer atualização. Todos esses valores são nominais.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Muito bem. Todos os valores são nominais ao que, portanto, do ponto de vista da evidência da matemática, provoca uma distorção absurda, tendo em vista, por exemplo, o índice inflacionário de 2002, por exemplo, para dar um exemplo, e o índice de correção dos títulos público prefixados, que é o caso aqui, que são renda fixa em função da derivação nesse período aí. Portanto, nós

não podemos transformar em absolutos os números que estão aqui em qualquer relatividade. A evolução do quadro econômico, seja do Banco, seja das Fundações, foi uma evolução que respeitou outro critério que não o dos valores nominais aqui trazidos aqui. A eminente depoente que fez um depoimento absolutamente sereno e responsável aqui, Dra. Eliane, falou inclusive do momento geral na PETROS e que pelo que eu posso observar correspondeu a um movimento do conjunto dos Fundos e não apenas de fundos públicos... Podem concluir. Eu aguardo. É porque eu acho importante a atenção.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): É que o nosso Presidente estava ao telefone eu pedi que ele falasse [inaudível] logo em seguida.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Pois, não. Sem problema. Não tem problema. Eu só queria atenção.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): A palavra está assegurada a V.Exa.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Muito obrigado. Então, se são valores nominais evidentemente não tem um parâmetro de comparação sobre a ordem de grandeza que representava a seu tempo. O que eu posso ver a partir dos valores nominais é que houve uma evolução no ano de 2000, pelos números expostos aqui, de 95 milhões e 700, como o valor nominal situado no ano de 2000, que caiu vertiginosamente no ano seguinte, que voltou a subir vertiginosamente no ano de 2002. O mesmo movimento eu vou ser no sentido, no período seguinte, caem novamente no ano de 2003 e volta a subir no ano de 2004. Então daqui a fazer ilações em relação a Gestão 2003/2004, eu só posso fazê-las a partir do movimento geral, e o movimento geral a princípio, eu estou falando do conjunto agregado das movimentações em ambos os Bancos foi rigorosamente o mesmo. A proporção se foi a mais intensa ou menos intensa, eu tenho de ter um outro padrão de referência para poder situá-lo na proporcionalidade do movimento geral que os Fundos fizeram, os investigados, e na proporção de qual foi o movimento do mercado financeiro. Até porque cada um desses investimentos tem em vista a movimentação dos Bancos, a sua classificação de risco, a rentabilidade que vai dar, a menor taxa de administração, isso ficou claro em todos os critérios de gestores que passaram por aqui, que atuam no sentido inverso as corretoras que querem ganhar. Os Fundos tentam poupar despesas. Eu não sei qual foi a classificação de risco, nem as taxas de administração, para essas aplicações colocadas aqui serem transferidas de um outro Banco, que eu não sei qual é, para o BMG, eventualmente. O que eu

posso verificar é que houve rigorosamente o mesmo movimento de 2002, de 2000 em relação a 2002 que eu posso observar de 2003 para 2004. Considerados os Fundos. Evidentemente se exceptuará dessa observação, aqueles que porventura não tenham tido aplicações do BMG, que o Relator aqui, o Sub-relator já apontou, Fundos que não tinham a tradição de aplicar no BMG. Evidentemente como essa exposição foi feita no meio de uma oitiva em que o mesmo Fundo estava sendo ouvido em duas gestões, que era o PETROS, sendo ouvido na gestão correspondente até o período de 2002, janeiro de 2003, pela Dra. Eliana que foi convocada aqui, acompanhada pelo Dr. Flávio, e na sequência nós vamos ouvir os cargos compatíveis no período posterior que seguramente terão a oportunidade de expor qual foi a alteração se houve, de critério até porque houve a herança de um chamado manual de investimentos que a Dra. Eliana deixou e nos expôs aqui, e que dá a condução ao padrão que ela mesmo reconheceu, conservador e de migração desse Fundo no caso PETROS dos investimentos que tinham do ponto de vista da liquidez, baixa liquidez para investimentos que tinham maior liquidez, e ela deixou claro que esses investimentos com maior liquidez eram exatamente os de títulos público porque tinham maior garantia e menor custo, evidentemente entendendo que naquela questão referida aos custos, o fator diferencial de um Banco para outro deve ter interferido na decisão, provável isso ser será esclarecido posteriormente. Mas quero ainda, Sr. Presidente [soa a campainha].

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): A palavra está assegurada ao Deputado Carlos Abicalil e solicito aos presentes que nos contenhemos as manifestações.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Fazer uma solicitação até para que esse comparativo possa... Uma vez que os valores são nominais e para a gente ter inferência sobre o que determinou determinado fluxo, o que é que foi imperativo para que tal fluxo fosse deste modo e não de outro, antes de conclusões que se possam expressar aqui na CPMI que com relação a relação a dinheiro novo nós fizéssemos a reminiscência do dinheiro novo em relação ao período anterior, de modo que eu possa verificar em 2004 porque razão saltou em quase 10 vezes a aplicação desses mesmos Fundos no BMG e no BANCO RURAL, isso não foi o movimento apenas do ano de 2004. Também ocorreu no ano de 2002, como demonstram os próprios gráficos colocados com valores nominais aqui. Para eu fazer portanto as ilações de ordem política, de tráfico de influência relativos ao período último que está sendo analisado, eu tenho de ter no mínimo o mesmo tipo de olhar e de observação sobre o período anterior para

atuar sobre as mesmas determinações. Isso evidentemente nos coloca num cenário que para essas ordem de grandezas colocadas aqui, e tratando de apenas de um Fundo como é o caso do PETROS declarado pela Dra. Eliana, que movimenta cerca de 18 bilhões de reais nós temos de ter relativamente o que é que isso significa para o conjunto do Fundo, do seu patrimônio e dos compromissos que ele têm que assumir com os beneficiários e participantes, ao mesmo tempo que, o que é que isso significa no conjunto da movimentação de mercado, seja nos Bancos concorrentes entre si, por estes recursos, seja na forma de gestão para auferir as melhores garantias de cumprimento dos compromissos futuros que esses Fundos têm. Portanto a exposição de fatos é um exercício exigente de matemática que optou por determinado método, mas que nós não podemos aqui apagar do cenário as fragilidades para esse método tem para efeito comparativos e conclusivos. De modo que acredito que a solicitação se vier a ser aprovada pela CPMI de que a Secretaria de Previdência Complementar faça um exercício similar, relativo a esses Fundos, se o método for o mesmo provavelmente o resultado será o mesmo. Agora, se o método for distinto o resultado será distinto. O que eu não posso é ter um método como sacral e o outro como infernal. Aí não dá, porque a matemática dialoga como esses espaços contraditórios com igualdades e desigualdades e produz, segundo a equação que fórmula, um resultado diferenciado. Por essa razão creio que essa exposição ela é absolutamente esclarecedora para o nosso debate, tenho absoluta convicção de que o Sub-relator e o Relator levarão em conta aquilo que está sendo posto e aqui e tenho certeza que teremos clarividência para decidir no ambiente da CPMI, a responsabilização de cada parte. O que não pode meu caro Relator é fazer uma tal seleção na hora de apresentar conclusões e opiniões que omitam o período anterior como sendo também objeto de investigação com igual método, com igual rigor e com igual referencial. Muito obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Próximo orador Deputado Sílvio Torres com em está a palavra.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Seu Relator, seu Sub-relator eu acho que primeiro lugar com todo o respeito, eu acho que pode estar transparecendo que está sendo feita uma tentativa de desqualificação desse trabalho feito e apresentado pelo Deputado ACM Neto. Eu digo porque ainda que ele possa estar respaldando uma questão política, isso é absolutamente o resultado da nossa CPI, essa CPI se instalou a partir de determinados fatos e ela evolui nas suas investigações a partir de fatos que vão sendo

encontrados e em todos eles, em quase todos eles, transparece claramente o envolvimento do BANCO RURAL do BMG e nós temos obrigação de investigar em qualquer tempo, seja 98, seja em 2002, seja em 2004, qual foi o comportamento desse Banco, quais foram as suas relações especialmente com as estatais e com os órgãos de governo. O que está acontecendo nessa Sub-relatoria especificamente é uma investigação muito detalhada e muito eficiente sobre as relações de Fundos de Pensão com esses Bancos, especificamente com eles é porque são eles que trazem as maiores suspeitas de favorecimento. Acho que os números, como foi dito aqui, realmente não mentem. Mas além de não mentir eles são eloqüentes, não é como querer ignorar essa concentração de investimentos dos Fundos de determinados Fundos de Pensão no BANCO RURAL no BMG em determinados períodos, eu acho que isso é mais claro.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Meu caro Deputado Sílvio, eu só falar concentração comparando com outros investimentos dos Fundos. Se eu não comparar com outros investimentos eu não posso falar de concentração.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Deputado Carlos o palavra está com o Deputado Sílvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Eu estou fazendo o meu primeiro registro. Agora a comparação que chega aqui hoje através de um requerimento respondido a Senadora Ideli, eu acho que nós estamos comparando para usar uma expressão que eu ouvi agora pouco, “laranja com abacaxi”, porque nós não sabemos o que está atrás desses números, nós não sabemos. De repente o gráfico parece significar alguma coisa, mas nós não sabemos que números escondem esses gráficos. Ele pode estar tratando de valores pequenos, e aí a variação pode ser até expressiva graficamente, meu caro Abicalil, mas os números serão inexpressivos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Não, eu... Eu vou, eu vou terminar até quem sabe até lá V.Exa possa entender o que eu quero dizer. Então eu acho que deveremos como estamos fazendo, avaliar essa contribuição que a Senadora traz hoje, mas eu acho que só poderemos realmente dar a ela algum caráter, uma contestação expressiva se esse levantamento que a Secretaria de Previdência Complementar fez, puder nos detalhar quais são os números que se escondem atrás daquilo que ela escreveu. Enquanto isso eu prefiro ficar com a trabalho que o Deputado ACM Neto vem fazendo com muito brilhantismo, aliás,

não apenas nesse caso específico, desde o início que ele assumiu essa responsabilidade que V.Exa deu a ele. E acho que como foi bem esclarecido o que trata-se apenas de uma apresentação parcial do trabalho que está sendo realizado, V.Exa evidentemente vai ter todo o tempo e vai avaliar com toda a seriedade que já tem, que já tem avaliado os demais documentos trazidos aqui, e eu acho que assim nós poderemos chegar a conclusões que vão muito além das nossas vontades políticas, por mais que serão as conclusões que interessam a toda a sociedade opinião pública de modo geral.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Próximo orador Deputado José Eduardo Cardozo a quem asseguro a palavra.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agradeço, Sr. Relator, inicialmente eu gostaria de cumprimentar o nosso Sub-relator ACM Neto e eu sou um admirador do trabalho de V.Exa, V.Exa sabe disso. Sei da dedicação e do esforço que V.Exa tem feito, inclusive, saindo em desvantagem aos demais Sub-relatores, porque começou depois o trabalho de V.Exa. Então os meus cumprimentos pelo trabalho feito. Eu queria fazer uma ponderação, Sr. Presidente, Relator e seu Sub-relator no seguinte sentido: Eu temo, sinceramente quando uma investigação parlamentar desemboca em certos momentos de ebulição política. Porque nenhum de nós, nenhum de nós, nem eu nem nenhum dos meus colegas, nem os senhores, somos impenetráveis no plano das paixões políticas, é claro, não somos neutros, porque neutralidade não existe. Seja no plano da política seja no plano da técnica, inclusive, da análise técnica, então eu temo. E tem um porquê. Uma CPI ela trabalha com fatos, trabalha com explicações e trabalha com conclusões. Os fatos apresentados pelo Senador, perdão, pelo Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, já estou supondo o futuro de V.Exa, são fatos que imagino são rigorosamente corretos e, portanto, inquestionáveis e cumprimento V.Exa pelo trabalho produzido, pela Excelência do trabalho produzido. A partir dele nós temos explicações. E a partir das explicações havendo provas chegaremos a conclusões. Eu acredito que os fatos que V.Exa apresenta tornam possível, sim, a explicação que foi dada por V.Exa. É possível em tese, sim, que os fatos representem um tráfico de influência. Por que não? Porém também é inegável que os dados apresentados pela Senadora Ideli Salvatti também possam implicar numa outra explicação para os mesmos fatos, e nós não podemos a priori dizer é isso ou aquilo do ponto de vista da conclusão. Se me permite V.Exa. Eu observava, não tinha visto o gráfico, vi agora. Eu observava, estou admitindo como correto os dados de V.Exa.

Estou admitindo como correto, com também admito o do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. Se nós fizemos uma análise, uma leitura a olho rápido dessa linha, nós veremos uma grande similitude entre o universo de aplicações da rede, das entidades federais e da privada. Nós veremos, por exemplo, de setembro a novembro de 2002 há uma subida. Veremos uma certa estabilização até maio de 2004, quando de maio a julho de 2004 nós temos uma subida no federal e também na privada. Temos uma queda mais acentuada na privada a partir de setembro de 2004 menos acentuada, mas existente no plano federal. Ou seja, são curvas muito similares, ambas. Não são tão similares com aquelas do âmbito estadual, nós temos uma arrancada, por exemplo, no âmbito estadual de novembro de 2002, acredito que praticamente a maio, junho de 2003. Embora antes similares. Nós não podemos afastar, Deputado ACM Neto, a priori se me permite V.Exa, esses dados eu discordo do Deputado Sílvio Torres quando diz que esses dados são irrelevantes. Eles não são.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu disse que vão constar do trabalho final do nosso relatório.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro, claro. Porque eles podem implicar razões de mercado que podem ter levado a certas aplicações, ou seja, há duas teses: Pode haver tráfico de influência? Não estou descartando. Tem que investigar aliás nós temos que nos pautar pela imparcialidade, mas também pode ter havido razões de mercado, e se correto esse gráfico a subida verificada é muito semelhante da rede privada, inclusive, com certo conservadorismo maior para o plano federal. Ou seja, se a razão é razão de mercado, se atenua a tese do tráfico de influência. Por isso é uma questão posta sob investigação. A tese que V.Exa levanta é plausível, como é plausível a tese levantada pela Senadora Ideli Salvatti. O que não nos permite nesse momento, se me parece, que tirasse uma conclusão do ponto de vista probatório. É claro que podemos pelas nossas paixões, hora nos arraigarmos mais numa tese, hora em outra, é fato. Nós não somos neutros, mas a partir daí chegamos a conclusões probatórias, acho arriscado. Além disso há uma questão que permanece em dúvida para mim. Pelo que eu me lembro, Deputado ACM Neto, no ano de 2003, nós temos a principal volume do “Valerioduto”, claro, são 40 milhões, 40 milhões o “Valerioduto”. E nós temos um decréscimo em 2004 para ordem de 14 milhões, 14 milhões. Essa movimentação do “Valerioduto” ela está um pouco inversa na perspectiva deste gráfico. Ou existe um outro tipo de afluxo para o “Valerioduto” em 2003, e esse se justifica apenas em 2004. Ou não há lógica. Então, veja, há uma série de pontos nebu-

losos que nós precisamos esclarecer, ou seja, o que injustifica o volume do “Valerioduto” em 2003? Não essa é situação, essa poderia justificar quando muito em 2004 onde há um decréscimo em relação a 2003. Claro? Essas são instituições--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu, se V.Exa me permite...

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com grande prazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): José Eduardo, eu aqui expus exatamente qual é o meu pensamento a esse respeito. Primeiro, fazendo uma constatação de que há uma similaridade num certo período de 2004, por isso é que eu transporte o gráfico do Deputado Osmar Serraglio, e apliquei no nosso gráfico. Agora, disse mais, eu disse que o que nós enxergávamos nisso é que os Fundos de Pensão eles acabaram recompensando as duas instituições financeiras justamente por elas terem admitido participar de um esquema irregular sem garantias, sem qualquer sustentação e que a partir daí esse volume de recursos injetados pelos Fundos de Pensão foi uma espécie de compensação pelo envolvimento dos dois Bancos no esquema do “Valerioduto”.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Entendo é uma avaliação inteligente, V.Exa como sempre trata uma linha coerente de análise, porém nós não temos que deixar de pensar em todas as facetas nesse caso. Não acredito sinceramente, Deputado ACM Neto que um Banco faça empréstimo sem absolutamente garantia para ser recompensado num futuro incerto. A tese que me parece mais plausível é que aquilo já fosse algo já pago. Veja, eu não estou assumindo a tese.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É que V.Exa acredita no empréstimo, eu não acredito, mas aí vamos as divergências partidárias.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, não, não. Perdoe, Deputado ACM Neto, eu já cansei de falar que eu não acredito no empréstimo, eu até crédito em situações em que já houve o pagamento anterior e aquilo é uma forma--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu não fiz referência aos empréstimos. O que eu fiz referência o seguinte, por terem admitidos as duas instituições financeiras a participar da montagem e da operacionalização de todo o esquema, os Fundos de Pensão...

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Permita só concluir, Deputado. O que me parece

que... A minha tese, todos nós trabalhamos com teses, não com conclusões, V.Exa levanta uma, eu levanto outra. Eu acho que 2003 ninguém empresta dinheiro no sistema financeiro sem garantias. Acho mais plausível que aqueles empréstimos sejam uma forma de internalização de recursos que vinham do exterior como já pagos, ou seja, uma forma, digamos assim, de passar para o Brasil ao que foi pago no exterior, eu já falei isso com uma tese muito plausível, do que haja uma compensação em 2004, porque ninguém faz situações de pagar antes sem garantia para receber depois. É pouco plausível, embora possa acontecer. Então, se eu tivesse que jogar no escuro e arriscar numa tese, Deputado ACM Neto, eu não diria que 2004 é uma compensação de 2003, eu diria que 2004 já era pagamento de alguma coisa efetivada no exterior. Agora, é um jogo no escuro, é um jogo no escuro que precisa ser investigado para que cheguemos a conclusão, são teses, todas plausíveis. A de V.Exa é plausível ao que eu falo é plausível, e argumento no seguinte sentido, Deputado Osmar Serraglio. A bem da verdade, o argumento da Senadora Ideli Salvatti, ela merece uma reflexão, porque pode apontar razões de mercado que afastariam a relação causa e efeito para elevação de 2004. Se realmente existirem razões de mercado e o gráfico parece dar indícios de que possa existir, então efetivamente talvez os Fundos possam ser outros. O síntese o que eu quero dizer, Deputado ACM Neto, eu quero cumprimentá-lo pelo magnífico trabalho--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O senhor me permite um aparte?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Senadora Ideli Salvatti, depois eu concluo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É porque nós fizemos questão de trazer os dados, porque os dados nós temos um entendimento de que se não fosse rentável e um mercado não apontasse como algo conveniente aplicar no RURAL e no BMG os Fundos privados não aplicariam, não aplicariam. Então eu acho que essa é uma argumentação forte, forte. Porque daria margem a levantar outras hipóteses se as curvas fossem diferenciadas, pelo contrário as curvas tem semelhanças e as das Bancos Federais, não é? São ainda mais conservadoras, os Fundos Federais mais conservadores do que dos Fundos Privados. Agora tem uma coisa que da mesma forma como você não pode concluir o direcionamento sem analisar como os outros Fundos agiram, eu também quero dizer que é impossível se afirmar que houve direcionamento para o BMG e para o BANCO RURAL sem a apresentar um estudo comparativo de aonde mais os tais Fundos que estão sob investigação, em quais outros Bancos que eles aplicaram, porque eu não tenho esses dados.

Pode ser que o volume maior de aplicação não tenha sido, inclusive nem no BMG nem no RURAL. Pode ter sido em outro Banco. Então se quiser tirar afirmação, o Deputado ACM pode até levantar as sobranças com ar de “pode ser, quem sabe”, mas se não apresentar os números para comparar, nós não podemos fazer afirmação categórica. E numa das minhas levantadas aí para caçar café, o pessoal do REAL GRANDEZA que diz que tem os documentos, eu até gostaria que de repente eles já pudessem apresentar. Porque aqui em termos de captação de CDBs, o REAL GRANDEZA fez uma aplicação de 100 milhões em 2002 pelo prazo de dois anos. Venceu em 2004, CDB dois anos de aplicação venceu. Em 2004 não aplicou sequer o que já tinha aplicado em 2002. Ou seja, aplicou 100 milhões em 2002 pelo prazo de dois anos, venceu em 2004, nem os 100 milhões aplicados em 2002 a REAL GRANDEZA reaplicou. Reaplicou menos, reaplicou 95, mas aqui na planilha soma, e lá no total contribui para o tal valor que enche os olhos de 474 milhões. Por isso que eu volto a dizer números representam a realidade, dependendo como você apresenta ele mostra a realidade que mais lhe convém.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu concluo Sr. Relator e agradeço o aparte da Senadora Ideli Salvatti, apenas dizendo o seguinte: Primeiro eu quero cumprimentá-lo. O trabalho de V.Exa é competente e não duvido dos dados, em segundo lugar eu acho que seria muito importante, V.Exa. fez um trabalho importante, eu apresentar a tese que poderia explicar esses números a coletividade e as nós Deputados. Eu quero elogiar essa iniciativa. Porém eu quero ponderar V.Exa e dizer que essa é uma tese que merece ser investigada. Não uma tese a ser demonstrada parcialidade que V.Exa não compartilharia com isto. V.Exa não é daqueles que se abstrai da busca da verdade para demonstrar teses que não tem fundamento. Eu o conheço já há algum tempo. Mas é uma tese a ser demonstrada, como outras também existem, então eu pediria a V.Exa, ao Sr. Relator, e tenho certeza que iluminarão as condutas futuras, por isso a máxima prudências porque nós estamos ainda no plano das teses. As conclusões evidentemente se aprovadas serão afirmadas no relatório com a mais absoluta imparcialidade.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Eu quero apenas antes de concluir dizer que nós evidentemente iremos proceder uma análise comparativa desses dados, desses gráficos. De qualquer modo eu próprio quero dizer que eu me surpreendo, porque quando eu observo que há uma desconcordância(F) e não uma coincidência em relação aos próprios investimentos privados, porque em

2002 e 2004 a curva deveria estar acendendo, ela está descendente, portanto não há nada que indique que a iniciativa privada estivesse acentuando seus investimentos. Há uma contrariedade absoluta. Na hora que a dos públicos está subindo, nos privados está descendo. Em 2002--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Os privados é em abaixo Deputado Serraglio, lá em cima é Estadual.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ao contrário Serraglio, em cima é o Estadual.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aquela bem elevada é o Estadual, o privada é a vermelhinha debaixo é a azul é a Federal.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Que também vocês observam que ela está aqui em 2002 e 2004 não estão, não [inaudível] porque 2003 está lá em cima e aqui está aqui embaixo. E o segundo ponto só na observação da linha dos federais, ela não tem essa oscilação exagerada que está aqui apresentada, então alguma coisa está aqui equivocada, e nós teremos que fazer esse confronto e nós iremos--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É porque nos dados aí são números, Deputado Serraglio...

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Como esse gráfico também pode espelhar...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É percentual de ativo. É quanto que o Fundo aplicou naquilo.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): E aí vem o raciocínio do Prof. Abicalil que ou nós partimos do mesmo método e as mesmas bases senão evidentemente nunca teremos como ter uma solução que pode ser interpretada como sendo a correta. Apenas eu quero alertar que agora, daqui a pouquinho nós teremos uma Sessão, uma Reunião Administrativa do plenário da CPI e passo a palavra ao Sub-relator que apenas vai fazer referência sobre a continuidade do seu trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço o Deputado Osmar, agradeço a presença expressiva dos nossos parlamentares e até convido a Senadora Ideli e os outros Deputados do PT para também sempre estarem acompanhados os trabalhos da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. Não apenas no dia onde conclusões de trabalho são apresentados. Mas eu quero informar que nós vamos suspender para depois dar continuidade a oitiva do Luis Carlos Fernandes Afonso e Ricardo Malavasi, ambos Diretores da PETROS, depois dessas duas oitivas teremos três oitivas de dirigentes da FUNCEF. Nós vamos respeitar o início

da Reunião Administrativa na Sessão principal, no plenário principal da CPMI e tão logo seja possível de acordo com o encaminhamento das votações lá, nós retomaremos aqui, então não há um horário definido, eu peço aos senhores que quiserem continuar nas atividades que acompanhem mais ou menos o desenrolar dos trabalhos lá na nossa Reunião Administrativa. Está suspensa a nossa Sessão.

Sessão suspensa às 14h47.

Sessão reaberta às 17h39.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro reaberta a décima sétima reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. Hoje nós estamos numa verdadeira maratona. Espero contar com a paciência e a compreensão dos senhores. Para dar continuidade aos nossos trabalhos eu gostaria de convidar para tomar assento a essa Mesa o sr. Ricardo Malavazi Martins e o sr. Luiz Carlos Fernandes Afonso, Afonso. Eu indago à assessoria se tanto o dr. Luiz Carlos como o dr. Ricardo já assinaram o termo de compromisso, porque comparecem a esta sub-relatoria na condição de testemunhas. Algum dos senhores se faz acompanhar de advogado?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode declinar o nome dela e a inscrição? 87530. Já estão sobre a mesa os dois termos de compromisso assinados pelo senhor, respectivamente, pelo sr. Ricardo e pelo sr. Luiz Carlos. Os senhores devem ter conhecimento que nós iniciamos o dia de hoje ouvindo a dra. Eliane e o dr. Flávio, que tinham sido dirigentes da PETROS até o ano de 2003. Consta, das nossas informações, eu gostaria de obter a confirmação, que o dr. Luiz Carlos, ele exerceu a diretoria no período de 13/02/2003 a 25/05/2003, o senhor confirma?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Sim, Deputado, eu confirmo. Eu fiquei de licença no dia 13/02 a 28 de fevereiro. Então assumi efetivamente de primeiro de março a 23 de maio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Logo em seguida, assumiu o cargo o dr. Ricardo Malavazi. Bom, como é de praxe nos nossos trabalhos, eu gostaria de, imediatamente, conceder a palavra a V.Sas. a fim de que tenham a oportunidade de fazer a apresentação do currículo, da qualificação profissional, do histórico de atividades. E também para que se sintam à vontade para tecer qualquer tipo de comentário de caráter inicial, que considerem relevantes para o desenrolar dos nossos trabalhos. De tal forma e seguindo a or-

dem cronológica, eu passo inicialmente a palavra ao sr. Ricardo Malavazi Martins.

SR. RICARDO MALAVAZI: Bom --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me perdoe, ao dr. Luiz Carlos Fernandes Afonso. Há uma troca aqui.

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO:

Bom, minha formação, eu sou graduado em Economia pela PUC de São Paulo com mestrado, com crédito de mestrado pela Federal do Rio Grande do Sul e estou como aluno especial de doutorado do Instituto de Economia da UNICAMP. Fui professor de curso de graduação, de pós-graduação. Assumi a diretoria da, financeira da PETROS em 13 de fevereiro, mas com licença tirada até dia 28 de fevereiro. A convite do então Presidente do Conselho Deliberativo da PETROS. E, na época, eu era Secretário de Finanças de Campinas e a razão inclusive desses quinze dias de, de licença foi para fazer a transição lá na, como Secretário de Finanças de Campinas. Fiquei na diretoria da PETROS até dia 23 de maio, quando fui convidado para assumir a Secretaria de Finanças da cidade de São Paulo, substituindo o dr. João Sayad que era então Secretário de finanças. Então o período que eu passei na PETROS, um pouco mais de dois meses, quase três meses dessa fase inicial. Então, rapidamente é esse o histórico meu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço ao senhor e passo a palavra ao dr. Ricardo Malavazi.

SR. RICARDO MALAVAZI: Obrigado. Boa tarde, Deputado. Bom, eu sou graduado em Economia na UNICAMP, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, também crédito de mestrado pela mesma instituição, e em 89 eu entrei como analista de investimento e economista da tesouraria do BANCO DE CRÉDITO NACIONAL. E em 97, o BANCO BCN foi comprado pelo BRADESCO não é, em 99 eu fui transferido para o BRADESCO onde eu tive a oportunidade de montar a área econômica. Sempre trabalhando junto da tesouraria, ou seja, auxiliando na administração dos recursos próprios do Banco. Obviamente que nesse período fiz vários custos de investimento, gestão de investimentos, derivativos de vários, de várias instituições. Fui vice-presidente da Comissão de Economia da FEBRABAN e também membro do Comitê de Economia da ANDIMA. Em 2003, como o Luiz já comentou, em maio eu assumi a diretoria da Fundação PETROBRAS Seguridade Social. Eu não sei se seria o momento que eu tenho uma apresentação que eu gostaria --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu indago a V.Sa. de que caráter é a apresentação de V.Sa.?

SR. RICARDO MALAVAZI: é para mostrar como funciona a decisão de investimento da PETROS, é uma gestão técnica com vários comitês, com vários formatos que obedecem uma política de investimentos clara, definida pelo Conselho Deliberativo que é o órgão superior da instituição, e que eu gostaria de colocar para que ajude a gente a compreender o --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós vamos ter então a oportunidade, logo mais, de tratar desse assunto. Então antes da primeira questão a ser colocada sobre política de investimentos, aí eu permitirei que o senhor faça a apresentação. Apenas fazendo um apelo para que seja uma apresentação sucinta, porque nós temos ainda outros três depoentes depois de V.Sas.. Mas no momento oportuno, V.Sa. fique certo que eu permitirei essa apresentação. Dr. Luiz Carlos, quem exatamente foi o responsável pela indicação do senhor para a diretoria da PETROS?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Foi o Presidente do Conselho Deliberativo da PETROS, sr. Wilson Santarosa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi ele quem formulou o convite ao senhor?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Sim. Junto --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor manteve apenas contato com o dr. Wilson Santarosa ou também conversou com outras pessoas antes de ter a confirmação do seu nome?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Não, eu conversei antes foi, foi indicado ao Conselho Deliberativo da PETROS, e aí homologado, aceito pelo conselho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas quem que indicou então ao conselho?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Sr. Wilson Santarosa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi ele mesmo?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: É.
SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para situar, o sr. Wilson Santarosa, ele, ao que nos chega de informação, foi convidado pelo Presidente da República, o dr. Luís Inácio Lula da Silva, para assumir a presidência do Conselho Deliberativo da PETROS. Parece que é funcionário da PETROBRAS desde 1975, porém, também, com uma forte presença e uma forte militân-

cia junto ao Partido dos Trabalhadores. Foi Secretário Geral da CUT Estadual, em São Paulo. Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e é membro da atual diretoria Executiva Municipal do PT de Campinas. O senhor confirma essas informações sobre o sr. Wilson Santarosa?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: É, Deputado, eu não sei em detalhes todo o histórico. Mas, eu não sei exatamente todas as atividades que estão colocadas aí se são, efetivamente essas, não é. Eu acho que a maior parte sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É, nós temos aqui como fonte o site CEASA Campinas. Mas o senhor tem conhecimento que o Wilson Santarosa tem laços estreitos com a militância do Partido dos Trabalhadores?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Deputado, eu não posso dizer, eu não sei dizer o caráter de laços estreitos, ele é de Campinas, ele tem a base dele. Eu não posso dizer por ele, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor foi convidado, foi também no mesmo momento em que se formulou o convite para o sr. Wagner pinheiro assumir a diretoria principal, a condição de Diretor-Presidente?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Nós tomamos posse no mesmo dia. Foi em 13 de janeiro. A posse da nova diretoria se deu tanto do, minha quanto dos outros diretores incluindo o Wagner Pinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o ex-ministro Luiz Gushiken?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Não, só de, nunca conversei pessoalmente com ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem informações de que a nomeação do dr. Wagner Pinheiro de Oliveira se deu pelas suas relações estreitas com o ex-ministro Gushiken?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Não, não tenho nenhuma informação com respeito a isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O sr. Wagner Pinheiro de Oliveira foi assessor de finanças e orçamento da bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa de São Paulo de 91 a 94. E Diretor da Federação dos Bancários da CUT em São Paulo. Também é sabidamente uma pessoa com estreita ligação com o PT, assim como o dr. Wilson Santarosa, Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação. O senhor acha que independente das qualificações téc-

nicas que o senhor possui, eu aqui não quero sequer questioná-las porque o senhor já demonstrou ter um currículo bem denso na área de finanças, e depois foi Secretário Municipal da Prefeitura de São Paulo que é um dos maiores orçamentos do país. Mas o senhor acha que independente das qualificações técnicas que o senhor possui, houve também um peso político na escolha do senhor para ocupar o cargo Diretor Financeiro?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: É, eu não, não poderia dizer se houve um peso político com relação a isso. Eu acredito que foi pela minha competência, pelo histórico meu e pela, pela minha capacidade, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para confirmar, o senhor foi secretário de Finanças do ex-Prefeito Celso Daniel?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Fui, na segunda gestão dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E permaneceu na Prefeitura até o final de 2002?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Não, eu fiquei, foi a gestão de 97 a 2000, depois eu fui convidado para assumir a Secretaria de Finanças da cidade de Campinas, então de 2001 até 2003, quando eu saí para ir para a PETROS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Então, o senhor trabalhou primeiro com o ex-Prefeito Celso Daniel, de Santo André?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E depois foi secretário de Finanças do Prefeito de Campinas, Antônio da Costa dos Santos, o Toninho do PT.

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ficou lá até o final de 2002, fez a transição em fevereiro de 2003 assumiu a diretoria de Financeira da PETROS?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Primeiro de março, isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Depois que saiu da diretoria Financeira da PETROS, o senhor assumiu a secretaria de Finanças da prefeita Marta Suplicy?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor concluiu a gestão com a prefeita Marta?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Conclui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que o senhor avalia, se pudesse aqui fazer um breve diagnóstico da situação que o senhor encontrou a diretoria Financeira? A ex-diretora, a sra. Eliane se mostrou uma pessoa preparada, muito eu diria que conhecedora das questões da PETROS, sobretudo da área de investimentos. Como é que o senhor avalia a gestão da sra. Eliane?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Bom, eu, os pouco mais de dois meses que eu fiquei à frente da diretoria Financeira foi fundamentalmente período de transição, não é, de uma gestão para uma nova gestão. Foi um momento de recompor vários comitês, inclusive existentes lá, comitês de investimento, de recompor quadros, inclusive, que alguns inclusive da assessoria saíram junto com ela. E dado inclusive o curto tempo presente, em que eu fiquei presente lá o nosso trabalho foi fundamentalmente de, de reorganizar essa, essa nova gestão que, que chegou naquele momento, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não teve tempo então para promover grandes alterações, para promover grandes mudanças?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha então que o dr. Ricardo teria melhores condições de nos expor o diagnóstico que a nova diretoria, quando assumiu em 2003, realizou sobre o passado da PETROS?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Não sei sobre o passado, mas com certeza sobre todas as ações da PETROS a partir daí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Diretor-Presidente, dr. Wagner, Diretor Financeiro, o senhor, quem foram os outros dois diretores indicados?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: É... Maurício Rubem e Sérgio Lira mais para frente, Sérgio Lira mas aí em maio, um pouco antes de eu sair. Aí eu já não me recordo direito se foi --

SR. RICARDO MALAVAZI: Mesmo dia.

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Mesmo dia? É, então ele assume no momento que eu saio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe dizer se o sr. Maurício Rubem e o sr. Sérgio Lira também possuem relações com o Partido dos Trabalhadores? Já tiveram filiação partidária? Já ocuparam cargos de confiança em administrações petistas?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Não, não sei dizer não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não sabe dizer?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Ricardo, o senhor teria essa informação?

SR. RICARDO MALAVAZI: Se, desculpa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o sr. Maurício Rubem e se o sr. Sérgio Lira, eles já exerceram alguma função de cargo de confiança em administrações petistas, se têm militância partidária vinculada ao PT, se existe alguma ligação nesse sentido, o senhor tem essa informação?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não saberia te informar se eles participaram de alguma gestão, não conheço esse detalhe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Luiz Carlos, o senhor é filiado ao PT ou já foi?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Não, não sou filiado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Ricardo o senhor já teve alguma filiação partidária?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque, uma das coisas que nos causou alguma surpresa foi verificar que o Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação era uma pessoa que, e é uma pessoa que guardava relações muito estreitas já do passado com o PT. O Presidente da Fundação idem, e o senhor, mesmo não tendo filiação partidária, já havia ocupado cargos importantes em administrações do PT em São Paulo. O senhor acha que havia uma intenção que pode ser boa ou ruim, eu não estou aqui querendo também valorar. Eu compreendo que a cada mudança de governo tem que haver uma mudança dos principais cargos de confiança e as indicações devem se dar a partir, justamente, da relação de confiança, e o nome já diz, que se guarda com quem está sendo indicado. Agora, o senhor acha que o PT, com relação a PETROS, es-

pecificamente, ele procurou exercer um controle mais efetivo, ele procurou é... chamar um pouco a composição dos cargos estratégicos, para mais próximo das suas possibilidades de acompanhamento e de, até mesmo influência com relação a Fundação?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: É, Deputado, do período que eu convivi lá eu posso dizer que eu não sofri nenhuma influência, nada, assim. O meu papel lá era um papel técnico, não é? Alguém que pudesse administrar a importância de um, de uma diretoria como a diretoria de investimentos de um Fundo importante como o da PETROS. Nada além disso a mim foi solicitado, foi falado que pudesse conotar qualquer intenção em manter esse controle partidário, qualquer coisa do gênero.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse curto período que o senhor ficou lá, normalmente as discussões sobre a política de investimento, sobre a estrutura da Fundação, afinal de contas, os senhores estavam chegando e, naturalmente, como quem chega tem que tomar pé de tudo e tem que estabelecer um planejamento, enfim. Essas discussões para estabelecer um planejamento, para traçar as metas da Fundação, especificamente, especificamente no que se refere a política de investimentos, quem é que participava dessas discussões, além do senhor, é claro?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: É, bom, o Ricardo, acho que para frente vai apresentar --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso.

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Inclusive a estrutura de como é que está formado os comitês, como é que se define os investimentos. Então vai ficar claro lá que a definição não é de uma pessoa exclusivamente, nem do diretor, nem do Presidente. Quer dizer, há várias instâncias, para que isso seja definido, e depois há várias instâncias que aprovam, até chegar, finalmente, ao Conselho Deliberativo que é a última instância a aprovar tudo isso. Então, obviamente que os estudos, as estratégias saem especificamente das áreas afins e das áreas competentes a isso, não é? Mas nada é definido que não passe pelos comitês próprios disso, formados seja pelo, por pessoas da própria Fundação, seja também formado pela, por fora da Fundação também, da controladora. E até mesmo depois disso é levado à diretoria e depois, ao conselho, não é? Então acho que essa estrutura, quando o Ricardo apresentar fica mais claro, não é, essas definidos de investimentos dentro da Fundação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, e é negável, quero fazer aqui esse reconhecimento público,

até mesmo porque é uma constatação do óbvio, que as maiores Fundações, elas possuem uma estrutura infinitamente mais profissional e mais organizada do que as menores Fundações. E isso é claro que acaba deixando, deixando-as menos vulnerável, sobretudo a irregularidades primárias que a gente viu ocorrer em alguns Fundos de Pensão de estatais, e que não se reproduzem e que não se reproduzem, nesses moldes, nas grandes Fundações. Então, é evidente que o tempo que nós dispomos para fazer uma investigação completa e exaustiva, ele não vai nos autorizar a entrar em minúcias e detalhes que seria fundamental para talvez compreender um pouco mais as grandes Fundações. Porém, uma coisa é fato, e eu estou aqui reconhecendo, isso vai estar reconhecido no relatório, não é? Que devido a uma estrutura muito mais complexa e muito mais organizada, o que eu chamo de ilícito primário, as irregularidades até eu diria que indisfarçáveis que nós estamos verificando, isso não se repete nas grandes Fundações como aconteceu em algumas Fundações de menor porte. Na verdade também, eu queria justificar, dr. Luiz Carlos, nós não poderíamos dispensar a presença do senhor aqui, apesar de saber que o senhor foi responsável por um período muito curto, porque a CPI precisaria entender exatamente esse processo de escolha do senhor, esse processo de saída do senhor. O que é que tinha acontecido nesse meio tempo. O senhor então se sentiu mais entusiasmado, mais estimulado a assumir o cargo de Secretário de Finanças da Prefeita Marta Suplicy do que de continuar na Diretoria financeira da PETROS? É, eu diria que foi um outro desafio colocado naquele momento e eu achei por bem assumir a Secretaria de Finanças da cidade de São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Ricardo, quem formulou o convite para o senhor assumir a diretoria da PETROS?

SR. RICARDO MALAVAZI: O Presidente Wagner Pinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Presidente Wagner Pinheiro. O senhor conhecia o Presidente Wagner Pinheiro antes de ser chamado por ele para assumir a diretoria?

SR. RICARDO MALAVAZI: Conhecia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De onde é que os senhores se conheciam?

SR. RICARDO MALAVAZI: Desculpa, só um detalhe, eu já tinha sido convidado anteriormente, então eu já fazia parte inclusive da equipe que estava sendo

formatada, não é? E com a saída é... do Luiz, eu fui convidado, logo em seguida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor, então, num primeiro momento tinha sido convidado para exercer que atividades?

SR. RICARDO MALAVAZI: Gerente de Operações de mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Gerente de Operações de mercado, que é uma das três gerências da estrutura da diretoria --

SR. RICARDO MALAVAZI: Isso, financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Financeira. Como é que se deu esse processo de seleção do nome do senhor para a gerência de mercado?

SR. RICARDO MALAVAZI: Olha, foi um convite, para trabalhar dado a necessidade de uma pessoa com experiência de mercado, com experiência que eu tinha, e foi colocada essa oportunidade, inclusive conversado com o Luiz.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nos disse que trabalhou no BCN, depois trabalhou no BRADESCO.

SR. RICARDO MALAVAZI: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já operou, já trabalhou em alguma Corretora?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca? Então de instituições financeiras, a experiência pregressa que o senhor tem é no BRADESCO e no BCN?

SR. RICARDO MALAVAZI: BCN.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E do BRADESCO foi diretamente para esse cargo de gerente da PETROS?

SR. RICARDO MALAVAZI: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Logo em seguida. Até mesmo por uma questão de curiosidade, é mais, é mais estimulante exercer um cargo de gerente na PETROS do que numa função num instituição privada como o BRADESCO?

SR. RICARDO MALAVAZI: Eu trabalhava como economista, não é, do Banco, como eu já comentei aqui, fazendo parte inclusive da Comissão de Economia da FEBRABAN. E isso foi me colocado como um desafio, depois de quase onze, doze anos trabalhando na área, na Tesouraria. Me pareceu um desafio muito

grande gerenciar, não é, um volume de recursos diretamente, assumindo-se a responsabilidade diretamente. Obviamente eu fazia parte de uma equipe enquanto economista, enquanto analista de investimento da Tesouraria, eu passaria a ter um papel mais executivo, mais diretamente que eu já me sentia preparado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi também o dr. Wagner que, naquela oportunidade, chamou o senhor para ser gerente?!

SR. RICARDO MALAVAZI: Junto com o Luiz.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim. Então foi ele quem formulou o convite?

SR. RICARDO MALAVAZI: Foi, foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Houve um processo, o senhor sabe se houve um processo de seleção, se ele apreciou alguns nomes ou se havia uma orientação, uma recomendação que, para que fosse o senhor?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não tem conhecimento --

SR. RICARDO MALAVAZI: Se existia, enfim, outros nomes ele não me reportou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu fiz uma pergunta ao dr. Luiz e percebi a dificuldade dele de responder e acho que ele tem certa razão, talvez o senhor possa responder melhor. Em breves palavras, em poucas palavras, o senhor tem condições de fazer um diagnóstico da situação em que encontrou a diretoria Financeira da PETROS?

SR. RICARDO MALAVAZI: Olha, Deputado, quer dizer, a oportunidade até da apresentação eu ia destacar justamente isso. O setor de previdência complementar passou uma modificação muito grande, desde 2001 para cá, tá? 2001 foi aprovada as Leis Complementares 108 e 109, e a partir daí as Fundações começaram a se reestruturar para uma nova fase, uma fase mais transparente, uma fase que eu sempre faço questão de ressaltar que as pessoas que conheceram Fundações há dez anos atrás, não é a mesma formação hoje. Então o que eu poderia dizer, em poucas palavras, não é, foi uma, o que nós recebemos é... que nós contratamos inclusive empresas para fazer esse diagnóstico inicial, não é? Há a necessidade de se fazer isso para conhecer um pouco melhor como está, mas justamente uma instituição em transição. Uma instituição que estava introduzindo várias coisas,

justamente dentro dessa nova regulamentação. Então uma instituição em transição que nós procuramos, obviamente, seguir algumas coisas que tinham sido colocadas especialmente na área de transparência, na área de, de verificação de todas as operações da forma mais acurada possível, e estreitando inclusive um pouco mais o relacionamento com o participante. Nós introduzimos várias coisas para melhorar esse relacionamento. Hoje, por exemplo, eu faço audiências públicas trimestrais. Desde o fim de 2003 nós, trimestralmente, fazemos reuniões públicas como essa onde nós apresentamos os resultados de investimento, o que decidiu o comitê de investimentos, quais os resultados, o que aconteceu de bom e de ruim. São públicos. Ou seja, nós procuramos, a partir dessa instituição de transição a consolidar o que nos parecia positivo desse lado da transparência, desse relacionamento com o participante. No caso das decisões de investimento --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor vai --

SR. RICARDO MALAVAZI: Eu vou comentar um pouquinho mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá bom. Então só mais uma pergunta, eu vou deixar o senhor fazer a apresentação, que aí eu presumo que o senhor também vai ficar mais à vontade para prosseguir nas outras respostas. Se o senhor tivesse que qualificar ou valorar a gestão que o antecedeu, o senhor avaliaria que a gestão foi boa, foi média, foi ruim, foi ótima, como é que o senhor avalia? Eu imagino que hoje o senhor já tenha condições de traçar uma comparação com o que aconteceu na diretoria Financeira da PETROS até 2002. E até mesmo à luz das mudanças que o senhor eventualmente tenha promovido, e que hoje podem estar ou não tendo efeitos e repercussões, o senhor tem como traçar um comparativo. A fim de, a fim de sobretudo procurar qualificar a gestão anterior.

SR. RICARDO MALAVAZI: Muito complexo, Deputado. Porque eram períodos diferentes, macro economicamente completamente diferentes. A introdução de novos regulamentos, enfim. É como eu procurei mostrar, era uma instituição em transição, não é, vivendo períodos de turbulências fortíssimas na área macroeconômica e a gestão, obviamente, foi afetada por isso, e por isso é muito difícil dizer se foi boa, ruim, enfim, dentro do ambiente eles fizeram o que estavam dentro da capacidade deles. Mas eu não, não teria condições de, de valorar porque eu não, enfim, não estava lá naquele momento para poder fazer essa comparação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor detectou algum problema mais grave, alguma situação mais contundente que lhe chamasse a atenção e que exigisse ações enérgicas e imediatas da nova diretoria que assumia?

SR. RICARDO MALAVAZI: Olha, é... é difícil classificar o que seria enérgica. Mas nós introduzimos algumas, algumas modificações no sentido de aprimorar, de acabar com alguns conflitos de gestão de dentro da diretoria, não é. Inclusive o próprio Luiz estava participando dessas discussões ainda lá, no início de todo o processo, para melhorar, para tornar mais eficiente a... gestão. Então, nós introduzimos algumas coisas, alguns contratos que foram introduzidos pela gestão passada, nos pareceu, tecnicamente falando que não, não, não estava dentro do esperado, do resultado esperado e introduzimos algumas modificações. Agora, é... dentro da, da necessidade de sempre modificar para melhorar a eficiência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor, diferente do dr. Wilson Santarosa, reconhecidamente militante do PT, diferente do sr. Wagner Pinheiro de Oliveira também militante do PT e diferente do sr. Luiz Carlos, que não é filiado ao Partido dos Trabalhadores, mas já exerceu funções estratégicas em administração do PT, antes de ir para a PETROS. O senhor não tinha nenhuma passagem nesse ambiente mais político partidário?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor, quando se deparou com esse clima, com essa ambiência de pessoas que tinham um histórico partidário, o senhor sentiu alguma diferença? O senhor --

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, a... sempre que foi colocado, não é, no convite sempre era a questão técnica e a questão, da, da ética, sempre foi colocado normalmente, nunca teve nenhum problema quanto a isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Naturalmente, com a mudança do senhor para a diretoria de investimentos, o senhor teve que escolher um outro gerente para ocupar a função que o senhor estaria ocupando.

SR. RICARDO MALAVAZI: Hum-hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem foi o gerente que o senhor escolheu?

SR. RICARDO MALAVAZI: Hoje quem trabalha no mesmo lugar é o Moacyr, grande gestor, com prêmios inclusive, trabalhava na, na gestora de recursos

do BANCO DO BRASIL, nós tivemos uma sorte que ele estava em véspera de aposentadoria. Um amigo o recomendou. Ele tem um currículo absolutamente de mercado, com prêmios na Islâmia, enfim --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então desde maio de 2003 ele é gerente de mercado?

SR. RICARDO MALAVAZI: Foi alguma coisa de junho ou julho, enfim, teve um tempozinho de indicação, de avaliação. Eu não o conhecia, não é, eu absolutamente não o conhecia. E, enfim, ele assumiu essa posição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nas outras duas gerências também não houve mudança?

SR. RICARDO MALAVAZI: Teve mudanças.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse período?

SR. RICARDO MALAVAZI: Teve, teve mudanças. Na gerência de administração financeira também trouxemos um, um administrador também com experiência de mercado, trabalhou na gestora de recursos do BRADESCO, como gestor de recursos de renda variável, e assumiu a gerência financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A terceira gerência era gerência de --

SR. RICARDO MALAVAZI: De participações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De participações. Quem é que assumiu a gerência de participações?

SR. RICARDO MALAVAZI: Suzana. Ela é economista, enfim, mestrado também que veio já com a equipe. Uma experiência na área de pesquisa, enfim. Bem qualificada para a área.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Eu vou fazer uma pergunta que servirá para que o senhor faça a apresentação e que se sinta à vontade para detalhar um pouco mais das questões ligadas aos investimentos da Fundação. Então, nós vimos que a Fundação possuía uma estrutura na diretoria de investimentos, que foi aqui esclarecida pela dra. Eliane. Eu queria saber se nessa estrutura do ponto de vista das funções, não das pessoas, das pessoas a gente sabe que todas elas mudaram. Mas das funções da autonomia de cada uma das instâncias, da gerência, da assessoria, das assessorias, não é, da diretoria Executiva da Fundação, depois do conselho, enfim. Então eu queria que o senhor dissesse um pouco se houve mudança, quais foram as mudanças. Como é

que nesse período do senhor se dá essa tomada de decisões? Qual é o papel de cada é... instância? Qual é a autonomia que cada instância possui? Assim como também que o senhor talvez nessa apresentação já contemple, pudesse entrar um pouco na discussão da política de investimentos da Fundação. Eu, obviamente, peço que o senhor tente ser econômico. Mas fique à vontade para fazer a apresentação.

SR. RICARDO MALAVAZI: Marcos, por favor. Você podia colocar? Bom, Deputado, é... eu não fiz uma, uma apresentação, embora eu tenha uma para explicar as modificações que foram feitas, que foram feitas inclusive com o Luiz lá ainda, não é, foi uma identificação, foi uma avaliação inicial da melhora da eficiência das decisões que haviam alguns conflitos gerências, no caso da mesa de operações, ela fazia o próprio registro da operação quando nós chegamos. Quer dizer, nós colocamos na gerência financeira e aí você transforma, um *complaince* interno. Ou seja, você verifica a decisão e é um outro funcionário que faz o confronto com a Corretora, não é. Isso aí a gente separou, mas não está aí essas pequenas modificações que eu vou explicar. Mas está tendo algum problema para a gente colocar. Então foram algumas modificações que foram feitas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu peço à assessoria que reduza um pouco a iluminação aqui para que tenhamos mais facilidade de enxergar o quadro, aí.

SR. RICARDO MALAVAZI: Eu vou passar, obviamente, rapidamente, só para alguns pontos que, muitas vezes, eu quando eu ouço as pessoas falarem da PETROS, não é, há uma ligação muito forte com a PETROBRAS, obviamente. É uma Fundação criada há trinta e cinco anos. Mas hoje nós somos patrocinados por trinta empresas e quinze instituidores, por 93, quase 94 mil participantes. Ou seja, são cerca de 400 mil pessoas ligadas. Oferece planos de previdência complementar personalizado para atender cada patrocinadora. Vocês estão vendo aí a, as empresas que têm planos administrados pela PETROS, obviamente a PETROBRAS é a grande patrocinadora, mas tem, além da própria BR DISTRIBUIDORA, tem a REPSOL, YPF, a ULTRAFÉRTIL, a BRASKEM, COPESUL, PETROSUL, PETROFLEX, PQU, enfim, nós também somos cobrados por empresas absolutamente privadas. Eu vou, tenho que prestar contas para essas empresas, enfim, um trabalho que a gente é obrigado a fazer mensalmente de esclarecimento. Pode passar ali, por favor. Bom, aí está a estrutura da diretoria e como ela funciona, não é? Todas as suas, assessoria de planejamento de investimento, como diz o nome, acho que a Eliana falou um pouquinho. Essa atribuição não mudou,

mas aqui dentro dessa área existia o setor de risco e controle, que nós retiramos daqui e passamos para a gerência de administração financeira, justamente para quem decide, não é, não ficar controlando o risco. Então nós separamos. A assessoria de novos projetos, que antes tinha alguns projetos perenes, nós também retiramos, por isso que não é igual ao que era. Mas alguns aperfeiçoamentos. Como diz o próprio nome, é a assessoria dos novos projetos. Mas antes de passar para essa assessoria nós temos que obedecer a política de investimento que eu vou comentar um pouquinho mais à frente. A gerência de operações de mercado, ela é justamente a que cuida dos ativos mais líquidos, Bolsa, especialmente as ações líquidas que têm liquidez praticamente diária. Então nós temos uma carteira de investimentos de ações líquidas. O pessoal da mesa de operações que cuida especialmente de renda fixa, ou seja, que eu chamo o pessoal mais nervoso, que fica atento ao mercado, a COPOM, enfim, tudo isso tem um pessoal de macroeconomia que auxilia aqui também. A gerência de participações, como diz o nome, é aquela gerência mais estratégica de longo prazo, que cuida das nossas, especialmente, as empresas que nós temos uma visualização acima de três anos. Cuida dos conselhos, nós introduzimos é isso, Deputado, e muito importante. Nós introduzimos questões de avaliação técnica para os conselheiros. Foi aprovado pelo Conselho Deliberativo na nossa gestão para que cada vez mais seja aperfeiçoado esse tipo de investimento. E a gerência de administração financeira é o nosso *controler*, ou seja, quem detém todas as estatísticas, algumas estatísticas que eu vou apresentar justamente é controlada por essa gerência administrativa. Nós não efetuamos nenhuma mudança é... de alçada, que a gente chama, como eu vou mostrar no próximo gráfico, todas essas equipes, pode passar, elas funcionam através de comitês. Então a diretoria Financeira sempre decide através de algum comitê, não é? Esse é o comitê do setor imobiliário, COMAVENI, contando aqui com engenheiros, até advogados, até porque é um ambiente que tem muitos contratos. O CORIF, que é o de risco de crédito onde nós delimitamos os limites de investimentos em instituições financeiras, que depois eu esclareço um pouco mais. O COMAV é o comitê de Corretoras, trimestralmente, acho que a Eliana deve ter comentado aqui, trimestralmente nós temos essa reunião onde alguns critérios são utilizados, especialmente critérios de tamanho, no mínimo quarenta tem que estar colocado em quadragésimo lugar nos respectivos mercados onde atuam, na BM&F, Bovespa e mercado de títulos secundários --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me perdoe, os

senhores então não mudaram o critério de seleção das Corretoras que já vinha sendo adotada pela diretoria anterior?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, nós apertamos um pouco mais. Quer dizer assim, então hoje nós introduzimos uma questão que é muito relevante aqui para a CPI, nenhuma Corretora que detém capital próprio opera com a PETROS, não é? Isso é um item que nós introduzimos porque, Corretora tem que fazer corretagem, ou seja, elas têm que intermediar, ela não pode ter uma carteira própria. Ou seja, ela não pode investir próprio, isso é um critério, tem que ser a assinatura do responsável pela Corretora para que não possa cometer esse tipo de, nada contra quem tenha respeito. Nós respeitamos, mas nós introduzimos mais alguns, vamos chamar assim, mais alguns ajustes nessa, sempre no sentido de aperfeiçoar, sempre no sentido de melhorar a gestão. O comitê de alocação de curto prazo é justamente o comitê que gerencia aqueles ativos de curto prazo, especialmente Bolsa, especialmente títulos de renda fixa de curto prazo que, no caso de Fundação, curto prazo sempre é acima de um ano. Nunca, não existe a expectativa de alguma operação que dure um dia, dois dias, não é? Inclui-se pela legislação, operação de um dia ela é proibida, o que, no mercado se conhece como *day-trade*, você compra e vende no mesmo dia, isso é proibido. Mas é esse comitê, ou seja, faz parte economistas, faz parte para uma decisão, tem uma reunião semanal. O COM-PETI é um Comitê de Relacionamento especialmente com a PETROBRAS, dado que é a nossa principal patrocinadora, alguns projetos que nós possamos decidir em conjunto, nós procuramos negociar. Mas a PETROBRAS hoje é uma empresa extremamente líquida é muito difícil conseguir uma rentabilidade. E o comitê de investimento de longo prazo, esse que o Luiz tinha destacado, existem pessoas de fora da Fundação. São três pessoas da Fundação e três pessoas de fora da Fundação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Massas pessoas de fora da Fundação são contratadas pela Fundação?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, elas são indicadas, primeiro uma pessoa é indicada pelo, pelos participantes indiretamente através dos conselheiros eleitos, que eu vou explicar um pouquinho mais à frente. O outro participante é indicado diretamente pelo Presidente da principal patrocinadora que é a PETROBRAS e o segundo é da segunda maior patrocinadora que é a BR DISTRIBUIDORA. Então esse comitê é o principal comitê de investimento dado que ele decide investimentos de longo prazo. Pode passar. Bom, e

tudo isso, a Eliana deve ter comentado. A introdução da gerência de *compliance* no final de 2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Perdão. Me perdoe, só um minuto. Está tendo votação nominal novamente. Eu só queria que a assessoria verificasse porque eu consulto aqui o Deputado Carlos Willian, Deputado Abicalil, se for do interesse de ambos eu vou suspender. Se não for, a depender das orientações partidárias --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é isso, eu queria a confirmação e também que nos informasse sobre as orientações partidárias. Porque aí a depender do que, do que tenha lá como resultado nós suspendemos ou então continuamos. Me perdoe mas o senhor pode, pode dar segmento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

[risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

[risos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. RICARDO MALAVAZI: Bom, e todos esses comitês são acompanhados de uma gerência de *compliance*, ou seja, aquela gerência que verifica os procedimentos e verifica o cumprimento das decisões desse comitê que, como todo o processo, foi introduzido no final de 2002. E esse processo ele é um contínuo processo de aperfeiçoamento, pode passar. Bom, política de investimento. Esse é um gráfico que muitas pessoas acham um pouco poluído, mas o fato é o seguinte, em uma Fundação, uma entidade fechada de previdência complementar quem decide a política de investimento é o Conselho Deliberativo. O Conselho Deliberativo é formado por três indicados pela principal patrocinadora mais três eleitos. São pessoas eleitas. Tem eleição, tem disputa, tem chapa, tem enfim, todos comprometidos diretamente com os participantes. Tem voto direto, tem auditoria nesse voto, enfim, é uma eleição completa, né. Então é a ela que aprova. A diretoria Executiva executa, através do mercado de capitais, consequentemente nós somos fiscalizados por CVM, indiretamente por BANCO CENTRAL e através daqueles comitês. E o conselho fiscal que também é formado por dois indicados pela principal patrocinadora e dois eleitos também diretamente etc., etc.; nos fiscaliza e ali a diferença do Conselho Deliberativo quem tem o voto de qualidade e voto de minerva no conselho fis-

cal é o eleito, não é? E o sistema de *compliance* já foi comentado que também fiscaliza. A auditoria interna, nós temos auditoria externa e nós introduzimos, como já tinha comentado, essas reuniões públicas que nós colocamos os resultados dos investimentos, avaliamos tudo o que nós fazemos naquele trimestre para os participantes. Pode passar. Bom, a nossa política de investimento, ela tem como base, Deputado, isso é um ponto importante, porque a PETROS, ela, quando nós assumimos, ela tinha uma concentração muito grande em renda fixa. Especialmente, uma renda fixa que, no fim de 2001, a PETROBRAS acertou com o Fundo de Pensão uma dívida referente a participantes que trabalhavam na PETROBRAS, antes da PETROBRAS começar o Fundo de Pensão que começou em 1970. Então teve uma dívida muito antiga que foi acertada em 2001 e foi acertada com títulos públicos com vencimento em 2024 e 2033. E esses títulos públicos rendem exatamente a necessidade para que o plano fique equilibrado ou seja, a inflação mais 6%. Então a PETROS tem essa característica. E a nossa necessidade apresentada para o conselho que aprovou foi de diversificação da carteira, como? A redução de papéis de renda fixa tradicionais para uma ampliação tanto de renda variável quanto de investimento em renda fixa mais ligado ao setor produtivo cuja rentabilidade tende a ser maior. Pode passar. E, felizmente, o conselho está muito contente, né, a rentabilidade que nós conseguimos nos últimos três anos, desde o dia 2/12/2003 foi de 74%, não é, acima da meta atuarial. O que é a meta atuarial? Que deixa o plano equilibrado, ou seja, as necessidades de pagamentos dos compromissos futuros foram expressivamente superadas com essa política desenvolvida nos últimos três anos, de novo, aprovada pelo Conselho Deliberativo. Pode passar. Como aquela característica que eu falei que tem quase 37% da carteira são desses títulos que rendem apenas inflação mais seis, se você retirar o desempenho dos últimos três anos foi um desempenho de 145%, ou seja, 67% acima das necessidades de rentabilidade para que o plano se mantenha equilibrado. Ou seja, do ponto de vista de resultado de investimento nós contribuimos muito para melhorar o plano da PETROBRAS. Pode ir. Aqui está a rentabilidade acima da meta atuarial no período que a CPI está tratando, no período que vai de 2000 a 2006. Na nossa gestão aqui de 2003 para cá, nós acumulamos, como já tinha comentado, 20% acima das necessidades para que o plano se mantenha equilibrado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me perdoe inter-

romper mais uma vez, mas eu comunico aos Deputados Carlos Willian e Abicalil que a votação nominal já se encerrou. Portanto, fica desnecessária a interrupção da nossa sessão. V.Sa. tem a palavra.

SR. RICARDO MALAVAZI: Tá. Bom, então só para frisar, assim, que essa rentabilidade é acima de inflação mais 6% ao ano, não é? Consequentemente, nós contribuimos, a área de investimento da PETROS contribuiu para um resultado positivo nos últimos três anos, como falei, Deputado, foram momentos distintos, desempenhos distintos que nós passamos. Pode passar. Bom, é só para confirmar a nossa política de transparência e a política de relacionamento com os participantes, que a metade das vagas do Conselho Deliberativo fiscal são assegurados aos participantes. Nós divulgamos trimestralmente para todos os participantes demonstrativo analítico de investimentos, e dos enquadramentos que nós somos obrigados a cumprir. A revista da PETROS hoje vai para os noventa e cinco mil participantes, né, exemplares por mês. O portal da PETROS, nós temos um site aberto para todos os participantes que pode verificar os investimentos, os outros interesses do participante. Relatório de atividades anuais que antes era feito poucos exemplares para os principais parceiros, hoje nós fazemos questão de fazer todos os exemplares para todos os participantes. E a política de investimento está, ela é pública, ela, todos os participantes receberam encarte especial na revista da PETROS e temos a prestação de contas mensal, desculpa, trimestral para todos os participantes. São reuniões iguais a essa daqui onde todos podem perguntar o que, o que mais interessa. É isto, Deputado. Eu queria deixar claro que são decisões técnicas baseadas numa política de investimento aprovada pelo Conselho Deliberativo, nós apresentamos a nossa estratégia de médio prazo, são estratégias de cinco anos, que foi uma introdução de 2001, desculpa, foi uma introdução em 2003 que a secretária, a nova gestão da secretaria de previdência complementar introduziu que nós, cada vez mais aprimoramos. Então, são decisões iminentemente técnicas que passam pelos comitês, no mínimo comitês de cinco pessoas, mas são comitês abertos que há uma discussão aberta sobre os interesses da PETROS nos investimentos que são apresentados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quantos são os membros do Conselho Deliberativo da PETROS?

SR. RICARDO MALAVAZI: Seis titulares e seis suplentes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dentre os seis

titulares, quantos são indicados pelos patrocinadores e quantos são eleitos?

SR. RICARDO MALAVAZI: Três pelos patrocinadores, três eleitos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sem querer deixá-lo numa situação difícil, mas o senhor poderia nos dizer, na opinião do senhor que conhece mercado, que já teve experiência em instituição financeira que não Fundação de previdência complementar, como é que o senhor avalia a qualificação técnica dos conselheiros, sobretudo a capacidade que eles possuem para examinar essa política de investimentos e definir as melhores estratégias para a Fundação?

SR. RICARDO MALAVAZI: Oh, Deputado. Todos têm qualificações, todos têm experiências diversas, mas com a bagagem inquestionável. Tanto os representantes dos participantes que entendem profundamente a PETROS, que participaram dos últimos, alguns quinze, vinte anos de uma luta para que o Fundo de Pensão fosse transparente. O que a gente tenta transformar ele transparente cada vez mais. Então cada conselheiro tem seu papel. Mas ali tem gerentes executivos da PETROBRAS, tem experientes em decisões, enfim, cada, cada um tem suas especificidades, tem advogados, têm enfim, pessoas que entendem de investimento e petróleo que trazem a sua experiência para que nós possamos entender os participantes petroleiros, não é? Dado a minha formação, minha, enfim, meu currículo, que não tem essa proximidade, eles nos ajudam muito nessa aproximação, nesse nosso trato para, por quê? Porque isso é fundamental. Quando você faz uma gestão você tem que fazer uma gestão para o seu cliente, para quem está ali, te empregando, não é? E é esse o nosso trabalho. Então o conselho tem um papel fundamental e todas as, todos os questionamentos que são feitos não são feitos de uma forma primária, pelo contrário que nos tem ajudado bastante na condução da política de investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, nós temos informações, eu queria que o senhor confirmasse ou não, que dentre os conselheiros não há nenhum deles com larga e vasta experiência no mercado financeiro. Ou seja, conhecedor exímio de investimentos que, na verdade, todos eles estão dentro de uma política macro da empresa. Ou seja, são informações que o senhor pode ou não confirmar, até porque eu não conheço os membros do conselho. Mas enfim, essas informações, elas sugerem que esses conselheiros, eles não tenham conhecimento mais apurado da área financeira de investimentos. O senhor confirma isso, ou?

SR. RICARDO MALAVAZI: Conselheiro, quem passou essa informação até tem uma idéia, eu diria até equivocada do papel de um conselho, não é? Um conselho não necessariamente todas as pessoas precisam ser *expert* em um assunto. E a composição do conselho tem, sim, eu não vou, eu não vou, enfim, nominar, mas são, tem uma pessoa que ela é responsável pelos novos negócios da PETROBRAS, quer dizer, gerente executivo. Ele não é uma pessoa sem preparo que a própria PETROBRAS designa, uma pessoa de carreira, enfim, mas isso não significa que as outras pessoas não entendam. Porque o melhor conselho para a empresa, isso eu tenho experiência porque nós administramos conselhos de empresas totalmente privadas. Um conselho tem que ser uma composição, um conselho, a idéia de que um conselho precisa ter só a área de investimentos, enfim, é uma pessoa efetivamente que não compreende o papel de um conselho. Mas eu acho que o conselho da PETROS tem sim pessoas que entendem e pessoas que são capazes de decidir. O conselho precisa ser capaz de decidir, de entender o que você fala para ele, porque ele acredita nas informações que eu estou passando, e ele é capaz de analisar. E várias coisas foram, sim, debatidas, alteradas, discutidas, dentro do conselho na formação da política de investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo que o senhor colocou ali os gerentes têm muito pouco autonomia porque as principais decisões elas, no mínimo passam pelos comitês, pelos vários comitês.

SR. RICARDO MALAVAZI: Sim, passa pelos vários comitês. A autonomia é uma autonomia, vamos chamar assim, conjunta, coletiva.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor considera que a política da Fundação atualmente, ela é mais conservadora ou menos conservadora do que a gestão que antecedeu ao período de V.Sa. e também do sr. Luiz? Ou seja, a gestão até o final de 2002?

SR. RICARDO MALAVAZI: Olha, Deputado, como eu comentei foram períodos distintos, de expectativas macroeconômicas distintas, necessidades distintas, olhando no médio e longo prazo, que eu não classificaria como conservadora ou não, eu classificaria como a necessária para um fundo de investimentos cuja perspectiva é que a taxa de juros caia, a taxa de juros reais caia. Então toda a boa teoria de gestão de carteira, gestão de portfólio indica que você tem que diversificar, você tem que melhorar a sua composição de risco para que você tenha uma rentabilidade maior com essa melhor composição de risco. Para manter

só título de renda fixa seria um equívoco dentro das nossas condições.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, respeitando essa lógica do senhor de que as condições do mercado determinam investir mais em um ou em outro campo, nós poderíamos dizer que pelo fato das condições terem sido, em geral, mais favoráveis para a economia brasileira nos últimos anos foi possível a Fundação ter uma postura um pouco mais arrojada?

SR. RICARDO MALAVAZI: Diria diversificada. Isso, essa é a nossa estratégia, não necessariamente você precisa ampliar riscos desnecessariamente, mas sem risco você não aumenta a sua rentabilidade. Isso não é, vamos dizer assim, a idéia e eu, esse é um trabalho que nós fazemos junto aos participantes de uma forma clara pública, e dentro do conselho também fazemos essa discussão, que a idéia de que um Fundo que tem recursos de médio e longo prazo vai permanecer simplesmente com um título de renda fixa. É uma idéia equivocada, especialmente nós trazemos a experiência de Fundos internacionais da que o mercado é mais amadurecido, especialmente Fundos, especialmente não só os Estados Unidos, mas que é um mercado mais desenvolvido, mas tem Fundos holandeses, australianos. Enfim, que nós fomos buscar justamente essa experiência para mostrar aos conselheiros que a diversificação é uma recomendação de, de prática de gestão de recursos de longo prazo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pensando nos investimentos feitos em carteira própria e naqueles descentralizados para a gestão de Fundos exclusivos. Quais os critérios que os senhores utilizaram para definir o percentual que seria destinado para a carteira própria e para os Fundos exclusivos?

SR. RICARDO MALAVAZI: é, uma das coisas que nós fizemos foi justamente introduzir uma política de Fundos exclusivos que fosse complementar a gestão própria. E o que nós fizemos? Nós definimos com os gestores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Complementar e residual também?

SR. RICARDO MALAVAZI: Residual?! Não houve uma alteração grande de volumes, eu diria não muito perceptível do ponto de vista de alocação da outra gestão para essa gestão. Não houve uma mudança, houve uma, houve uma mudança de direção dos mandatos desses gestores. O mandato desses gestores é um mandato extremamente líquidos. Ou seja, eram títulos de curtíssimo prazo, porque eles tinham é... regras de alterações na carteira que eram alterações

mensais, trimestrais. E isso trazia uma ineficiência que foi conversada com alguns gestores, foi mostrada que o melhor seria a carteira própria da Fundação ter uma gestão mais, digamos assim, voltada para título público apenas. E esses gestores terceirizados, mostrando, obviamente, desde que eles sejam capazes para fazer isso, uma gestão voltada mais para o que a gente chama de multi mercados, com vários tipos de ativos que eles poderiam maximizar a rentabilidade. A partir de uma taxa de administração baixa, a remuneração passaria a ser através da performance, que é um mecanismo que a gente tem de fiscalizar, entre aspas, o ganho. Você estimula o gestor a gerar rentabilidade que, aí sim, conjuntamente, ou seja, alinhamento de interesses, os dois ganhando simultaneamente através da performance. Então nós aumentamos todos os *benchmarks*, hoje para ganhar performances, no mínimo 104 de CDI, enfim, são questões mais técnicas. Mas nós aumentamos antes, alguns Fundos ganhavam acima de 100% de CDI, enfim nós fizemos algumas alterações, alguns aperfeiçoamentos. Mas a divisão entre interno e externo, não houve essa mudança da outra gestão para essa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em geral, houve uma manutenção do número de Fundos exclusivos vinculados a Fundação?

SR. RICARDO MALAVAZI: Houve. Eu posso dizer que sim, houve. Talvez um ou outro, um ou dois diferentes. Mas o que foi feito foi no final, desculpa, meados do ano passado, quatro gestores não cumpriram o mandato, eles tinham mandato e tinham várias regras para você cumprir esse mandato. O não cumprimento, nós fizemos uma nova seleção de gestores baseado especialmente em dados públicos, ou seja, dados da AMBID, aonde nós selecionamos gestores que mostraram, na prática, a performance para fazer gestão de novos Fundos que nós classificamos de multi mercados. E negociamos taxa de administração, enfim. Então houve uma troca em meados do ano passado baseado nesses dados públicos todos apresentados, enfim, foi feito dentro dessa nova política de melhorar essa gestão desses Fundos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode revelar esses quatro gestores?

SR. RICARDO MALAVAZI: Eles estão no site, inclusive tem na apresentação. Esses quatro gestores SUL AMÉRICA, PACTUAL é... MÁXIMA e, poxa vida, aqui agora...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Fundação --

SR. RICARDO MALAVAZI: Está no site, está no site, está no site.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Fundação estabeleceu metas que não foram alcançadas por eles?

SR. RICARDO MALAVAZI: Isso, esses que foram, que foram trocados. É bem claro assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Basicamente de retorno de investimento?

SR. RICARDO MALAVAZI: Praticamente, sim. Retorno de investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando da mudança de direção ocorrida no início de 2003 houve, necessariamente, uma mudança nos gestores?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não. Pelo contrário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, houve manutenção?

SR. RICARDO MALAVAZI: Houve manutenção, houve justamente um período para que a gente avaliasse o desempenho desses gestores, ou seja, foram definições técnicas, explícitas, enfim, com uma demonstração pública para eles e eles perceberam que não tinham cumprido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu imagino que há um controle muito rigoroso do desempenho das atividades desses gestores.

SR. RICARDO MALAVAZI: Sem dúvida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor concorda que as Fundações e a diretoria das EPPCs não podem de forma alguma e a eximir da responsabilidade pela aplicação desses recursos que são descentralizados, e que são destinados para a gestão de terceiros?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, não há, vamos chamar assim, não há a isenção de responsabilidade pelo desempenho da gestão. Então, obviamente, nós fazemos todo um trabalho para que essa gestão seja da melhor forma possível, para que represente efetivamente os interesses dos participantes. Mas isso é uma, é diferente de você dizer que se o gestor, por algum problema enfim interno comete uma irregularidade, eu sou o primeiro interessado a saber que ele cometeu a irregularidade. Porque e quero retirá-lo e vou cobrar todos os, os possíveis prejuízos que ele provocou para a Fundação. Então eu acho que, sem dúvida, o desempenho do gestor, eu efetivamente sou cobrado, as nossas equipes são cobradas e, efetivamente, mensalmente existem cobranças, enfim, o

desempenho, como está, como não está. Agora, tem determinadas situações que eu sou mais interessado em saber se ele cometeu alguma irregularidade. Então por isso são dois pontos que eu gostaria de deixar claro a diferença. Assim, se ele comete alguma irregularidade eu faço tudo para descobrir a irregularidade que ele está cometendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nos falou numa mudança na estratégia de *compliance* da Fundação, essa área foi para a subordinação da diretoria ou da gerência de administração financeira, não é isso?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, não, área de Controle e Risco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): área de Controle e Risco.

SR. RICARDO MALAVAZI: é uma mudança interna.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá, então não na área de Controle e Risco, na área de *compliance*, como está estruturada hoje a área de *Compliance* da PETROS.

SR. RICARDO MALAVAZI: é uma gerência ligada a ao Conselho Deliberativo, ela é administrada burocraticamente, vamos chamar assim, administrativamente pela presidência, mas ela é um órgão fora da estrutura normal, ou seja, fora da estrutura corrente. Então ela é ligada ao Conselho Deliberativo para justamente, ter a independência para verificar os procedimentos, enfim, é sempre uma discussão muito interessante com a área de *Compliance* porque esse aperfeiçoamento sempre ocorre e as estruturas sempre é... podem, digamos assim, querer criar procedimentos que não estão dentro das normas e *compliance* serve justamente, não só para fiscalizar, mas também para aperfeiçoar os procedimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é o atual gerente de *compliance*? Quem é a pessoa responsável?

SR. RICARDO MALAVAZI: é a... é uma advogada, ela chama Gema, é...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela foi indicada pelo dr. Wilson?

SR. RICARDO MALAVAZI: Isso, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E se reporta ao dr. Wagner?

SR. RICARDO MALAVAZI: Burocraticamente. Mas ela manda relatórios para o Conselho Deliberativo, ou seja, ela tem que estar ligada a alguma estrutura diária, vamos chamar assim. Mas quem vota, quem autoriza o gerente de *compliance* é, assim como o auditor interno também é o Conselho Deliberativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sobre auditorias que tenham sido realizadas durante esse período na Fundação, seja auditorias internas, seja a contratação de empresas para é... auditar determinadas áreas da Fundação. Tem sido uma prática recorrente, sobretudo, eu pergunto, em que situações verificou-se maior necessidade de instalar auditorias? E também um pouco, saber um pouco sobre os resultados dessas auditorias.

SR. RICARDO MALAVAZI: Alguns investimentos pelo próprio tamanho, pelo próprio resultado deles, infelizmente não muito bons requereram algumas auditorias grandes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Novos ou antigos investimentos?

SR. RICARDO MALAVAZI: Antigos, antigos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Antigos de quando, o senhor sabe?

SR. RICARDO MALAVAZI: Olha, fizemos uma grande auditoria de Parapanema, que é um, enfim, é um caso negativo que nós tivemos dentro da Fundação, fizemos a auditoria de um, de um empreendimento imobiliário chama RIO OFFICE PARK, também fica lá no Rio de Janeiro, um problema que aconteceu. Nós estamos falando de 96, 97, um caso de Parapanema. No caso do RIO OFFICE PARK, também mais ou menos a mesma data, que eu estou me lembrando aqui de grandes auditorias foram feitas essas. E algumas outras em imóveis que o conselho demandou, ou foi feita com a iniciativa própria. Enfim, vários itens que eu posso, depois, fazer uma relação de auditorias assim, agora eu posso estar, não estar lembrando assim de outras grandes auditorias, não é? Mas o funcionamento, por exemplo, da auditoria interna, a auditoria interna tem um programa de auditoria, nós somos auditados pela auditoria da PETROBRAS, diretamente, ela tem um programa de auditoria. Nós temos que prestar contas para essa auditoria que também tem um programa dentro da PETROS rotineiro de avaliações das estruturas, de avaliações, e agora nós estamos, estamos em pleno processo de nos adequar a Lei Sarbone Oxley. Ou seja, aquela lei americana de, que vai nos, nos exigir um esforço muito grande, que a PETROS foi classificada como um dos processos importantes dentro da

estrutura da PETROBRAS e como a PETROBRAS é cotada na Bolsa de Nova Iorque, nós também estamos passando por esse processo de reavaliações, dos processos, dos riscos internos. Ou seja, nós temos passado por vários movimentos de reavaliações das estruturas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Segundo a dra. Eliane nos disse, algumas corretoras estavam habilitadas a operar com a PETROS. Houve significativas mudanças no nome dessas corretoras de 2002 para cá?

SR. RICARDO MALAVAZI: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Respeitando aqui a que princípio e a que critério?

SR. RICARDO MALAVAZI: Como eu tinha afirmado, a reunião do comitê, do COMAV, do qual eu não participo, eu supervisiono. A maioria dos comitês há uma supervisão e justamente enfatizando a troca de corretoras, existem avaliações. Nós introduzimos avaliações mais, sempre no sentido de aperfeiçoar, Deputado, sempre no sentido de, de estar colhendo decisões cada vez mais objetivas, mais técnicas baseada no atendimento das corretoras que já estão na PETROS, atendem a PETROS, atendem as nossas operações diretas e também uma política de rodízio. Mesmo corretoras em algum momento corretoras mesmo consideradas boas há um rodízio, para preservar a idéia de que ali não existe um outro interesse a não ser o próprio interesse da Fundação. Então há uma política de rodízio e eu posso garantir para o senhor que houve uma troca desde 2002, com certeza. Todas as corretoras foram, em algum momento, saíram dessa, dessa nossa, do relacionamento com a PETROS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor saberia nos informar os principais corretoras que hoje operam com a Fundação?

SR. RICARDO MALAVAZI: Saber ela, está inclusive no site da PETROS. É uma informação pública, deixa eu, deixa eu... ver aqui. As corretoras hoje são... hoje... deixa eu ver, as últimas corretoras. Foi feito um comitê 15/10. Não, esse comitê já foi alterado. Só um minutinho que está com dado ainda do outro comitê. Eu estou com o dado do outro comitê é... deixa eu procurar ver essa informação. Essa informação, onde que ela pode estar? Tem como abrir a *internet* ou não? Eu estou com uma falha na minha parte, eu estou com o comitê passado aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o senhor ti-

ver algum assessor, alguma assessora o senhor pode solicitar que tente a informação.

SR. RICARDO MALAVAZI: é que ela é pública, me passaram até mostrando aqui a dinâmica dos comitês, mas eu estou reparando que está aqui o resultado do comitê, do penúltimo comitê, e eu não gostaria de estar falando dados que, que podem ser. Ah, desculpa, desculpa! Está aqui, está aqui, falha minha. CREDIT SUISSE FIRST BOSTON, que é especializada em research, ou seja, que faz a pesquisa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pesquisa.

SR. RICARDO MALAVAZI: O PACTUAL, a CORRETORA SANTANDER, a CORRETORA UBS. DISCOUNT BROKERS, ou seja, o pessoal que é especializado em Bovespa e BM&F mas não tem a obrigação de passar análise de pesquisa para a PETROS, UNIBANCO, FATOR DÓRIA, UBS SECURITY, a BRASCAN, a HEDGING-GRIFFO, a SOLIDEZ e a DISCOUNT BROKERS. Ou seja, especializada apenas em BM&F, a ALPES e a COINVALORES. Desculpa eu me confundi com os papéis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem problema não. Eu lhe perguntaria, os senhores acompanham bastante o desempenho dessas corretoras, sobretudo nas operações realizadas na BM&F?

SR. RICARDO MALAVAZI: Olha, não há um, na verdade nós acompanhamos todas as operações. Então há um acompanhamento direto não apenas da corretora em si, porque é o papel da corretora, ele é um papel de fazer a transação, a ordem quem dá ou é o gestor ou é o... analista interno.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguma vez chamou a atenção de V.Sas., por exemplo, a possibilidade de haver irregularidades no processo de alocação dos negócios na BM&F? Alguma vez isso chamou a atenção?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, Deputado. Quem mais usa derivativo em nosso, na nossa carteira, os que mais usam são justamente os nossos gestores terceirizados, não é? Que são acompanhados pelos resultados das operações como um todo e não especificamente, no derivativo. Porque o derivativo, ele, enfim, ele é um substituto de um título, ele é o substituto de um ativo. Então não tem assim um interesse especial, de se ele foi bem no derivativo e foi mal no título. Quer dizer, o que nos interessa é ele ir bem nos dois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O resultado. Mas os senhores acompanham o resultado dessas

corretoras que operam como gestores dos Fundos exclusivos ou não?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, não está na nossa alçada as corretoras dos gestores que, em geral, são gestores que têm uma carteira muito maior, inclusive a PETROS tem uma regra básica que não terceiriza ou não repassa recursos para gestores de renda fixa cuja carteira não seja, sem a PETROS, não é, ela seja 70% acima do que ela vai gerir. Ou seja, então são corretoras contratadas, em geral, e não apenas para a PETROS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A ING GUILDER CORRETORA não está habilitada para operar em carteira própria.

SR. RICARDO MALAVAZI: Não. Que eu saiba não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse aqui, acho que o senhor citou BES SECURITY DO BRASIL.

SR. RICARDO MALAVAZI: Está, está, está na nossa --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está. A ITAÚ CORRETORA?

SR. RICARDO MALAVAZI: ITAÚ CORRETORA não, não está nesse trimestre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não está. Mas pode ter estado antes?

SR. RICARDO MALAVAZI: Ah, sim!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A LIQUIDEZ?

SR. RICARDO MALAVAZI: LIQUIDEZ não está.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A BANK BOSTON DTVM?

SR. RICARDO MALAVAZI: BANK BOSTON, não está.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Banco DE INVESTIMENTO CREDIT SUISSE, sim?

SR. RICARDO MALAVAZI: Sim. Corretora, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, corretora. Então, como há esse rodízio é possível que no período de quase quatro anos que o senhor está à frente, três anos.

SR. RICARDO MALAVAZI: Três anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que o senhor

está à frente é possível que BANK BOSTON DTVM o ITAÚ e a LIQUIDEZ tenham passado, afinal de contas são grandes corretoras.

SR. RICARDO MALAVAZI: Todas são grandes corretoras. O ITAÚ eu tenho certeza sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Gostaria de ouvir a opinião do senhor, muito mais pela experiência que tem de mercado. Os critérios de análise dessa CPMI, que inclusive foi muito mal-interpretado no início pelas Fundações, até mesmo pela PETROS e por um conturbado processo de falta de comunicação a Fundação imaginou algumas coisas, que não correspondiam com o objeto da nossa análise. O que é que a gente verifica? A gente verifica que há quase que um equilíbrio entre os ajustes negativos feitos no primeiro dia das operações na BM&F com os ajustes positivos. Há quase um equilíbrio. E quando nós falamos em perdas nós estávamos justamente nos referindo a esses ajustes negativos feitos no primeiro dia que estão sendo em todos os Fundos, confrontados com os ajustes positivos. No caso da PETROS, no resultado líquido dá um pouco mais de ajuste negativo do que de positivo. Porém, quero dizer que entendo que está dentro da dinâmica do mercado. Por isso essa pergunta não tem a ver diretamente com o desempenho da Fundação, tem a ver, sim, com a opinião do senhor sobre o mercado. Quando se vê uma concentração demasiada de ajustes negativos com uma determinada corretora, e essa corretora só apresenta ajustes negativos operando com uma instituição de previdência complementar, quando opera com o mercado segue a regra normal, com pequenas variações, mas sempre que opera com Fundo de Pensão ela vai promover um ajuste negativo para essa Fundação. Percentuais que superam a casa às vezes dos 90%. Seja em quantidade de operações seja no volume negociado. Não é o caso da PETROS, repito. Mas o senhor não acha que aí pode ter algum tipo de problema?

SR. RICARDO MALAVAZI: Olha, Deputado, é muito difícil sem conhecer a carteira, sem conhecer a carteira é... uma, uma estratégia extremamente segura de como acontece ou acontecia bastante, o sujeito comprar um título SELIC, não é. A SELIC é o título da taxa de juros que flutua diariamente e transformar essa carteira automaticamente, em títulos pré-fixados através de derivativos. Se o gestor, ele não tem nenhuma habilidade, ele não tem, se ele sempre está querendo travar a sua carteira, provavelmente, se, é essa a especificidade, ele faz sempre isso, provavelmente vai dar muito ajuste negativo especial ao mesmo tempo quando a taxa de juros sobe. Mas o importante para ele é garantir aquilo. Então pode acontecer algum, al-

gumas especificidades que aquilo não demonstre nada de anormal, ou seja, nada que pode se caracterizar como fraude. Então, eu diria que eu teria que ver essa carteira, o perfil que está sendo pedido antes dessa opinião, porque como eu já frisei, a idéia do derivativo é até reduzir o risco. Ele, ele é um instrumento utilizado para você melhorar a sua liquidez, melhorar a sua performance e diminuir o risco. Então, muitas vezes, os gestores preferem arriscar e pagar esse ajuste negativo em nome da segurança.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O ARROW FIF ITAÚ, ITAÚ PETROS é um dos Fundos exclusivos ligados à Fundação, o senhor confirma?

SR. RICARDO MALAVAZI: Isso, quer dizer, ele mudou de nome, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas em 2003 ele era, não é?

SR. RICARDO MALAVAZI: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não tem como confirmar se a corretora RENASCENÇA DTVM estava habilitada para operar com esse Fundo exclusivo?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não tenho. Essa é uma atribuição do gestor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nos disse que há uma concentração principal dos investimentos de carteira própria em títulos públicos.

SR. RICARDO MALAVAZI: Isso, é, o desenho foi esse, o desenho da nova política, isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas esse desenho, ele, ele vem sendo cumprido?

SR. RICARDO MALAVAZI: é fato, é fato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas existem, existem Fundos exclusivos que negociam com títulos públicos?

SR. RICARDO MALAVAZI: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ligados a PETROS, claro?

SR. RICARDO MALAVAZI: Claro, claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O jornal FOLHA DE SÃO PAULO, do dia 18/12/2005 noticiou que oito Fundos de Pensão ligados a empresas estatais pagaram ágio milionário em um negócio originado no governo do Rio de Janeiro. A operação teria começado com o leilão, em janeiro de 2004 do RIO PREVIDÊN-

CIA para a venda dos direitos de crédito imobiliário oriundos do BANERJ com cobertura SCVS. Quatro pessoas físicas qualificadas pela reportagem como, abro aspas: “Estruturadores da operação”, fecho aspas; teriam comprado os direitos por cento e trinta e cinco milhões e cem mil reais e os repassado ao fundo de investimentos ASMF CVS, do qual os Fundos de Pensão são cotistas por trezentos e cinquenta e quatro milhões de reais, ou seja, teriam comprado por cento e trinta e cinco e teriam repassado para esse fundo de investimentos por trezentos e cinquenta e quatro milhões. Portanto, um ágio aí de duzentos milhões no negócio. A notícia afirma ainda que, abro aspas: “Há indícios de que houve ingerência política em pelo menos uma fase do processo, quando o negócio foi oferecido aos Fundos pelos estruturadores”, fecho aspas. Vez que, na ocasião, o sr. Marcelo Sereno teria telefonado ao então Diretor Financeiro da NÚCLEOS, o sr. Gildásio Amado Filho e pedido a ele que recebesse um representante da ASM. O sr. Gildásio aqui esteve, confirmou que não diretamente, mas através do sr. Paulo Figueiredo, o dr. Marcelo Sereno, o sr. Marcelo Sereno pediu a ele que recebesse esses representantes. O sr. Gildásio afirmou isso publicamente em depoimento à CPI. Segundo a mesma reportagem, a PETROS teria afirmado que comprou setenta milhões em cotas em abril, com deságio de 49% em relação ao valor de face dos contratos custodiados. Disse que o patrimônio do Fundo era, então, de trezentos e quarenta milhões e que o valor de face dos contratos somava cerca de setecentos milhões. Ademais, a PETROS teria exigido que a ASM trocasse o MELLON, com o qual teria uma disputa judicial, pelo BRADESCO, no papel de administrador desse Fundo. O investidor interessou teria dito a PETROS porque os direitos do SCVS podem ser convertidos em títulos do tesouro. Diante de tais fatos, indago: A decisão acerca de compra desses papéis, ela passou pela deliberação do conselho de investimento da, pelo Conselho Deliberativo da PETROS?

SR. RICARDO MALAVAZI: Deliberativo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, não entrou na alçada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi a alçada máxima que deliberou sobre essa decisão?

SR. RICARDO MALAVAZI: Essa decisão passou por todos os trâmites, o comitê de investimento, pela diretoria, né, foi todo feito uma análise técnica de um produto, que ele é complexo, ele é mesmo. Quem consome ou quem compra nos leilões desse tipo de direito creditório, em geral são as tesourarias dos Ban-

cos. São títulos para quem se lembra, enfim, o pessoal mais de idade teve aquele Fundo de variações de compensação salarial, quando você tinha um imóvel financiado e aqueles desequilíbrios entre correção salarial e correção das prestações. O governo criou um fundo de variações de compensações salariais e esses direitos creditórios contra o Tesouro, ainda estão na carteira de vários, vários Bancos Estaduais. E por quê? Porque existe uma legislação que eles são proibidos de transformar esses Fundos, esses direitos creditórios diretamente no título do Tesouro. Então é comum os títulos serem leiloados, ou seja, esses direitos creditórios. Esse Fundo foi montado para novar, ou seja, transformar esses direitos creditórios através da homologação na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e aí você entra na, no Tesouro para justamente transformar esses direitos em títulos do Tesouro. E a oferta, desse tipo de produto, ela é, por isso que nós somos investidores qualificados, ela é extremamente complexa, mas nós fizemos uma avaliação muito, muito acurada deste Fundo, exigimos algumas mudanças. No caso foi uma exigência de mudança do, do administrador, não necessariamente pelo BRADESCO, mas enfim, mas por instituição que nos parecesse um pouco mais por dentro desse, desse tipo de --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De fato a PETROS tem uma disputa judicial com MELLON.

SR. RICARDO MALAVAZI: É arbitragem, numa Câmara arbitral.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas foi isso que determinou a decisão de V.Sas.?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, não, não, não, não, acho que isso não determinou nada nesse ponto. Na verdade, foi uma, uma mudança do gestor, que ele decidiu; por isso que a reportagem. Inclusive a repórter, nós tivemos a oportunidade de explicar para ela o produto, como foi feito o produto e como funcionava. Eu, pessoalmente, estive com ela duas vezes para explicar toda a operação. Ela entendeu toda a operação e tanto que na reportagem ela comenta o passo anterior que a PETROS não participou. Eu não sei dizer se sim ou que não, o que foi que eu expliquei para ela. O fato é que foi feito e nós verificamos isso, tinha um leilão que tinha ocorrido no CETIP, que é a custódia de títulos privados, a cotação que foi colocada no momento que nós entramos era uma cotação absolutamente próxima a mercado. Mas qual é o nosso risco? E por que ele interessa Fundo de Pensão? Porque o risco é a operação demorar um pouco mais e você ter títulos públicos de longo prazo. O investidor só com capacidade de curto prazo ele não pode entrar nesse produ-

to. Agora o que nós tivemos um ganho no período foi que foi, foi aprovado, e depois eu pego aqui, enfim, eu posso passar para o, para o nobre Deputado. Foi aprovado que essa inovação, ou seja, essa transformação passou a ter um prazo apenas de 18 meses. Então a nossa rentabilidade esperada, que é uma rentabilidade acima de 130% do CDI tende a se realizar num prazo mais curto. Mas eu insisto, efetivamente é um produto complexo por isso nós temos a nossa equipe e nós fizemos questão de colocar no comitê de investimentos para, depois, levar para a diretoria, não é? Então cumpriu todos os estágios necessários de aprovação na Fundação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conheceu o Fernando Salles Teixeira de Mello?

SR. RICARDO MALAVAZI: Fernando Salles... não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O José de Vasconcelos e Silva?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Olímpio Uchôa Viana?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o Eduardo Jorge Chame Saad?

SR. RICARDO MALAVAZI: Conheci.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que circunstâncias o senhor conheceu o dr. Eduardo Saad?

SR. RICARDO MALAVAZI: Ele é o estruturador, ele foi o estruturador, da, enfim, o gestor desse produto. Ele era o gestor desse produto que montou a operação. Além dele, obviamente, tinha uma equipe, toda que foi demonstrar como funcionava todo o processo, que nós fomos verificar junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, junto ao Tesouro, e junto às tesourarias. Nós temos uma assessoria específica. A PETROS contrata uma assessoria DA RABA(F) associados, que é um, uma assessoria específica para Fundos de investimentos em Direito creditório, para nos auxiliar inclusive nessas avaliações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É porque o Fernando Salles Teixeira de Mello, José de Vasconcelos e Silva e o Olímpio Uchôa Viana, eles, ao que nos consta são donos da CONSULTORIA TALENT, que teria sido responsável pela estruturação da operação que, por sua vez, teria tido como interlocutor junto as Fundações o Eduardo Jorge Chame Saad, que é ex-diretor

do MERRILL LYNCH no Brasil. E me parece que no passado todos eles trabalharam juntos no Banco FLEMING GRAPHUS. Houve algum tipo de interferência política nos moldes do que parece ter acontecido com a NÚCLEOS para que a PETROS decidisse investir nesse Fundo?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, absolutamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma? Quem propriamente, dentro da PETROS, foi procurado para avaliar se era um bom ou um mau negócio?

SR. RICARDO MALAVAZI: Então, PETROS tem uma política de investimentos que tem um trajetória, não é, sempre tem a mesma trajetória. Passa pela diretoria de investimentos que encaminha para a assessoria de planejamento de investimentos que avalia se está dentro da nossa política de investimentos. Como eu tinha comentado, a política de investimentos, uma das diretrizes dela é justamente ampliar a carteira de Fundos de investimento de direito creditório, o qual esse foi classificado. Então, depois de passar por essa assessoria, vai para a assessoria de novos negócios que pode recorrer a técnicos. Como comentei recorreu a consultorias externas, sai a campo, teve visitas para conhecer os gestores, quem fazia. A TETO, eu não sei se está citado aí, que é a gestora, que é o pessoal que faz efetivamente a depuração, são documentos, são contratos mesmo de, de crédito imobiliário que eles têm que manusear, têm que transformar, têm que dar toda uma classificação para encaminhar à CAIXA, enfim, foi todo feito esse trabalho. Então, ou seja, foi coletivo toda a discussão além daquele comitê de investimentos que eu comentei que tem três componentes externos e três componentes internos. Passou lá, os gestores até vieram explicar exatamente o produto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que pese a rentabilidade prometida no prospecto distribuição do Fundo estar sendo cumprida, como é que V.Sa. avalia o fato de os chamados estruturadores, eu estou falando aqui os chamados estruturadores porque quem deu essa denominação foi o veículo de comunicação que publicou a matéria, terem comprado os direitos creditórios por cento e trinta e cinco milhões e terem os repassado para esse fundo de investimentos o ASCM SCVS por trezentos e cinquenta e quatro milhões, onde a PETROS é cotista. Ou seja, não estamos aqui discutindo o resultado do Fundo. Não estamos aqui discutindo se o negócio tem sido bom ou não para a PETROS. Mas, quando o senhor soube, talvez só tenha sabido pela imprensa, mas quando o senhor soube dessa diferença entre o que pagaram

os estruturadores e o que repassaram para o Fundo, isso lhe causou surpresa, estranheza? Como é que o senhor encarou isso?

SR. RICARDO MALAVAZI: Eu fiquei surpreso assim pela, pela notícia, a forma como foi dada. E o que nós ficamos sabendo é que dos, dos direitos creditórios iniciais, na verdade, essa passagem para o segundo momento foi feito após ter ocorrido uma depuração, enfim, uma seleção daqueles, daqueles investimentos. Mas sem dúvida é alguma coisa que não é comum, digamos assim, não é comum essa diferença ser observada. Mas eu, sinceramente, fiquei também sabendo pela imprensa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque, eu confesso ao senhor que tive dificuldade de acreditar que um grupo de empresários pudesse ganhar duzentos milhões assim. Tive dificuldade. Eu não estou querendo nem questionar, eu insisto, o resultado que esse Fundo pode dar para os seus cotistas é apenas --

SR. RICARDO MALAVAZI: Eu não tenho certeza, inclusive, se essas informações são concretas. Eu não tenho informação para poder fazer essa avaliação, assim, eu não vi ainda um dado concreto sobre essa, essa diferença. O fato é que esses títulos são negociados em leilões públicos. Recentemente teve um leilão desse, enfim, cujos títulos que nós possuímos tiveram uma cotação até melhor do que nós pagamos lá atrás. Ou seja, nós fazemos um acompanhamento para avaliar se, efetivamente, está andando bem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais os critérios, em geral, que a Fundação adota para investimento em CDBs e em cotas de FIF, RDBs e debêntures, vamos fazer uma ampliação, de instituições financeiras nacionais?

SR. RICARDO MALAVAZI: É, até, Deputado, até eu ia comentar justamente isso que, obviamente que eu tive a oportunidade de ver o relatório --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Toda a discussão.

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, é que foi divulgado e obviamente eu fui lá e dei uma olhada nos dados da PETROS e, realmente, fiquei um pouco preocupado porque alguns dados aí, essa questão de cotas de FIF, chama a atenção porque a PETROS não tem cotas de FIF, não comprou cotas de FIF do BMG e do RURAL de 2003 para cá. E também, eu noto que nós temos cotas de FIF, mas do BMG lá em 2000, eu trouxe até os dados, enfim, foi uma coincidência que saiu o relatório, eu não sabia que ia sair o relatório, mas no dado de 2000, que foi publicado, agora, que eu tive acesso,

não é? Não consta aqui a compra de cotas de FIF em 2000, e efetivamente elas ocorreram. E também, no caso de 2004, pedi já, não tive tempo de ver outras informações, mas também não, não, não enfim, alguns dados não correspondem ao que a gente tem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor me perdoe é que o senhor tem o material e eu não tenho.

SR. RICARDO MALAVAZI: Desculpa, eu não sabia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, nós estamos aqui com uma outra tabela que na verdade só traz o consolidado. Mas eu me recordo bem que atribuiu-se cerca de 22,5 milhões em cota de FIF de 2004.

SR. RICARDO MALAVAZI: Eu não tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é.

SR. RICARDO MALAVAZI: Nós temos Fundo de investimento em direito creditório que não é FIF.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é FIDIC.

SR. RICARDO MALAVAZI: é FIDIC é outro tipo de investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas me parece que esse investimento em FIDIC é muito inferior aos vinte e dois milhões.

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, não, o senhor está falando do RURAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Estou falando do BMG.

SR. RICARDO MALAVAZI: Do BMG é FIDIC mesmo, não é FIF. 22,5 foi no RURAL, por isso coincidiu o valor, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 22, vamos recapitular um pouco.

SR. RICARDO MALAVAZI: Deixa eu, Deputado, posso apresentar os dados que eu tenho? Porque eu fiquei um pouco preocupado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode, claro, eu pediria à assessoria que nos trouxesse os nossos dados aqui.

SR. RICARDO MALAVAZI: Eu fiquei um pouco preocupado. Você pode abrir a outra apresentação? Isso. Porque eu fiz um trabalho, Deputado, sempre no objetivo de esclarecer, de mostrar que a nossa política, ela tem uma conselho intensa técnica, e nós não temos nenhum problema de abrir a nossa política. Obviamente sempre preservando um pouco a confidencialidade dos

negócios, dos parceiros porque, enfim, você tem que preservar. Mas o que me chama a atenção, de alguns dados, efetivamente não coincidem. Esse é um gráfico que nós podemos observar que já foi trazido aqui pelo Presidente Wagner da outra vez, quando ele veio aqui, mostrando as aplicações em CDBs, porque quando se fala em RURAL, em BMG, muitas vezes se trata de CDBs e Fundos como se fosse a mesma coisa. E não é, eu faço essa minha política de esclarecimento para os nossos participantes. Eu falo para todo mundo que são riscos muito diferentes, não é? Então, o CDB do RURAL e do BMG foram amplamente, [soa a campanha], amplamente negociados na PETROS, até 99, não é? Houve, a partir de 99/2000, a introdução daquele sistema de gestores terceirizados, Deputado eu queria enfatizar o que significa isso. Aquele comitê que eu mostrei lá, CORIF, da PETROS, ele delimita --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu só queria, me permita só uma observação.

SR. RICARDO MALAVAZI: Claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria que V.Sa. soubesse que aqui nós levamos em consideração tanto o que se refere a carteira própria, como as operações feitas pelos Fundos exclusivos através das terceirizações, tá?

SR. RICARDO MALAVAZI: Isso, isso. Então tem o encadeamento só para chegar a esse ponto que eu coloco os dados aí. Então, é importante notar a diferença qualitativa. Esses investimentos aqui são em relação ao patrimônio próprio da PETROS e aqui são gestores terceirizados. Quando a gente fala isso, não Deputado que nós nos eximimos da performance deste gestor, mas a partir da definição do limite de crédito, ou seja, quanto o máximo que eu posso investir em cada CDB, esse gestor, ele tem independência de gestão, que a gente chama gestão discricionária para saber se ele vai comprar um CDB “X”, ou “Y”, ou “K”, eu não controlo isso dele, não é? Por que seria uma ingerência minha e na hora de cobrar performance eu não teria como cobrar porque ele poderia alegar: “Não, mas você está interferindo no meu negócio e aí você não pode cobrar a minha performance”. Então a gestão é independente nesse aspecto. Mas, obviamente, que o mandato, que ele tem que cumprir, é obedecido ou nos controlamos para que ele obedeça rigorosamente. Por isso que, quando nós sempre falamos: “Olha, o CDB de qualquer Banco, não é só do BMG e do RURAL, foi uma decisão do gestor”, obviamente que ele tinha o limite da PETROS. A gente não abre mão, obviamente, desse controle de risco de crédito. Então como pode perceber a participação na atual gestão em

relação ao patrimônio é muito pequena. E faço aqui outra observação, pode passar. A gente está sempre preocupado, Deputado, ter alguma relação, porque a PETROS é muito grande, a PETROS investir em algum lugar com vinte milhões é muito diferente de um Fundo muito menor. Porque sempre a gestão é por relativos, não é, senão a gente não consegue rentabilizar os ativos da PETROS. Pode passar. Então esse é o primeiro ponto. Aqui, Deputado, nós entramos naquilo que eu estava comentando. Aqui ainda, aqui até 98, além de CDB, a PETROS, até 2003 tinha, comprava, investia em muitos FACs ou do BMG que não estão na contabilidade. Pode passar. Então, ou seja, aqui nós vamos para um período de 99.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para esclarecer a V.Sa. --

SR. RICARDO MALAVAZI: Que não está aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só a partir de 2000.

SR. RICARDO MALAVAZI: Então, mas nós vamos chegar a 2000. Pode passar, eu só estou colocando e dizendo, era uma prática comum. Aqui nós chegamos a 99, mais uma, por favor, por isso eu estou passando rapidamente. E nós estamos chegando aqui a 2000. Então aqui em 2000 existia aplicação, pode ver aqui o CNPJ do BMG PERFORMANCE FIF. E por isso que eu já comento, não existe essa estatística. Eu realmente não sei se é metodologia, o que, a diferença, mas como pode perceber fundado lá, inclusive enviado à CPI, que enfim tem toda a transferência de sigilo para conhecer isso daí, e me estranhou bastante o porquê que não está lá. Eu trouxe até coincidentemente. Pode passar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas isso é FIF ou FAC?

SR. RICARDO MALAVAZI: Tem um FAC que você, você investiu na PETROS através de um FAC, aí você comprou um FIF do BMG PERFORMANCE, não é? Pode passar a próxima.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aqui realmente nós não contabilizamos os FACs.

SR. RICARDO MALAVAZI: Pode passar a própria, mas tem a carteira própria, também. Volta, volta, volta, por favor. Tem a carteira própria também. Aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso.

SR. RICARDO MALAVAZI: A carteira própria também comprou o FIF do BMG, cotas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi o valor, o senhor pode?

SR. RICARDO MALAVAZI: Esse valor aqui, é isso que eu quero insistir, eu vi alguns valores nominais aqui, nós corrigimos pelo CDI, que é a meta do Fundo. Então para eu comparar pelo valor de hoje, eu corrijo pela meta do CDI ou, enfim, algum outro critério. Mas o que nós corrigimos aqui --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o valor nominal o senhor tem?

SR. RICARDO MALAVAZI: Eu tenho Deputado, quer dizer, na apresentação eu não tenho, mas eu posso conseguir. Mas enfim, como vocês podem perceber teve aplicações aqui até 2000, pode passar. E esse é um ponto também que não consta do relatório que também chama a atenção porque a PETROS detinha, até abril de 2002, um Fundo exclusivo com o BMG. Tinha um Fundo exclusivo. Como eu tenho o gestor BRADESCO, ITAÚ hoje, tinha um Fundo exclusivo com o BMG, assim, enfim, tinham vários gestores, acho que a Eliana comentou aqui. Tinha vários gestores e ela tinha um Fundo. Quer dizer, se você atualizar pelo CDI, de novo, que é um critério técnico de você atualizar um produto que ele tem que dar no mínimo o CDI, para comparar com os valores atuais. Quer dizer, um valor de cento e vinte milhões, o que era, enfim, que era comum, até abril e aí sim houve uma, uma redução dos gestores, que ela deve ter comentado aqui. Mas, ou seja, o relacionamento com o BMG --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só, vamos por partes. Só para a gente poder diferenciar bem as coisas, nós temos todo um perfil dos Fundos exclusivos das Fundações, inclusive o perfil do Fundo gerido pelo BMG com a PETROS. O que nos interessou ver aqui foi apenas o que se refere aos CDBs e às cotas de FIF, também incluídas mas, principalmente, os CDBs, certo? Que tenham sido investidos na carteira desses dois Bancos, do BMG e do RURAL. O senhor traz ali o número de cento e vinte milhões, que era movimentado por esse Fundo exclusivo que era gerido pelo BMG, mas é outra história.

SR. RICARDO MALAVAZI: Aí --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que eu quero mostrar.

SR. RICARDO MALAVAZI: Na verdade, quando você compra uma cota de FIF, quer dizer, você está comprando o gestor. O princípio é o mesmo. Você está comprando o gestor que vai gerir um dinheiro seu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu entendo que o Fundo exclusivo tem o BMG como gestor, ponto. A questão não é essa, não é saber se o BMG é o gestor desse Fundo, ou o outro, se é o BRADESCO ou o MELLON, a questão que nos interessa ver é os investimentos na carteira do Banco em CDB, não são cento e vinte milhões que foram investidos na carteira do Banco. Só para não misturar os conceitos --

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, não, não, de maneira nenhuma, mas --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): -- Para não gerar confusão, entendeu?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, mas justamente por isso que eu quis diferenciar no primeiro gráfico, apresentei o CDB, como foi apresentado FIF e como têm sido tratados os Fundos de investimento de direito creditório que nós fizemos tanto no RURAL como o BMG como um Fundo --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esses não entraram aqui.

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, entraram.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Análise de FIDIC não.

SR. RICARDO MALAVAZI: Então há um erro mesmo crasso. Porque nós não temos FIF, nós temos FIDIC. Nós não temos FIF --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu consulto a consultoria.

SR. RICARDO MALAVAZI: Nem no BMG e nem no RURAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aqui nós temos atribuído a PETROS 22, 5 milhões referentes a FIFs. Os senhores inclusive aqui na apresentação colocaram: "O total captado pelo Banco BMG apenas 22, 5 milhões referem-se a operações em cotas de FIF. Essas operações foram realizadas em 2004 pela PETROS". Eu queria que isso fosse levantado, rigorosamente, para saber se é FIF ou se é FIDIC como diz o dr. Ricardo Malavazi --

SR. RICARDO MALAVAZI: Eu tenho apresentação inclusive explicando como são esses FIDICs.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é, mas aí seria uma outra coisa. Só um número global os senhores têm quanto em FIDIC do BMG em 2004?

SR. RICARDO MALAVAZI: Em 2004, deve ter alguma coisa como setenta e dois, setenta e três, por aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Milhões?

SR. RICARDO MALAVAZI: Por aí. Estou chutando de memória, não posso conferir mas, deve ser por aí, nós temos dois Fundos. Eu vou mostrar o investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor.

SR. RICARDO MALAVAZI: Mas por isso que eu queria até entender a metodologia, justamente porque se eu vou falar de Fundo, bom então o Fundo do BMG na PETROS dura até abril de 2004. Então, desculpa, de 2002, não é? Ou seja, a atuação PETROS/BMG é uma coisa comum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, mas aí são, para a gente separar são duas coisas diferentes. Uma coisa é o BMG como gestor da PETROS, de um de seus Fundos exclusivos. Outra coisa é o BMG como uma instituição financeira do mercado que vende os seus títulos.

SR. RICARDO MALAVAZI: Então, ótima oportunidade para a gente dirimir essas dúvidas. Porque --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quero que fique claro.

SR. RICARDO MALAVAZI: Os dados eu posso garantir para o senhor 100% de certeza, porque enfim, eu estou lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já que o senhor teve acesso aos nossos números, o senhor pode ver depois que nós trazemos uma planilha detalhada com as datas da aplicação --

SR. RICARDO MALAVAZI: Hum-hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De 2004. Data dos vencimentos, o valor aplicado, o Banco e aqui, na última coluna, as Fundações ligadas, enfim, a aquisição dessas é... desses CDBs. Na primeira parte a gente fez o que a gente chamou de total bruto, considerando as reaplicações. Na segunda parte nós desconsideramos o que era reinvestimento. Depois o senhor é até bom que faça o exame detalhado.

SR. RICARDO MALAVAZI: Poderia passar porque até a técnica desse total bruto eu, sinceramente, como financista nunca ouvi falar. Porque obviamente a renovação é com o mesmo dinheiro. Então aquele acumulado no total. Esses são os nossos gestores, que eu tinha comentado até aí, está aí o PARIBAR, o

BNP PARIBAR, que eu tinha esquecido de falar, mas são todos os nossos gestores, BRADESCO, BANCO DO BRASIL, ITAÚ, SANTANDER, HSBC, enfim, BANK BOSTON, VOTORANTIM, SAFRA e o BBM. Então eu fiz questão, Deputado, de tratar o CDB, porque me parecia esse, mas aí o relatório comentou, enfim. E Depois surgiram alguns números da PETROS que envolviam os FIDICS, por isso eu acabei comentando aí. Mas pode passar porque, Deputado, se nós temos algum tipo de política dentro é justamente diversificar risco. E eu, justamente, pedi para a equipe montar: “Olha, vamos estabelecer uma comparação como que nós fazemos a nossa gestão, diversificação ou não?”. Como desde 2000, foi um período de transição, a Eliana deve ter comentado aqui que só tinha um CDB na carteira de terceirizados da PETROS, embora o valor aí seja um valor muito baixo, mas só tinha um, eu só estou frisando isso, a nossa política de diversificação identificando se em algum momento o porquê teve BMG ou o porque teve o RURAL. No primeiro 2000, oito emissões. No segundo eu não trago nome das instituições porque são dados confidenciais. Mas continuou, especialmente no primeiro semestre, bem concentrado, ou seja, até participações de 80% na carteira, o que, digamos assim, é uma política de pouca diversificação. Mas no final do semestre, e aí com vinte emissores, do final do ano há essa maior diversificação. Pode passar. Quando a gente entra em 2002, já há uma, uma diversificação um pouco maior dessa carteira com vinte e três emissores mas ainda com algumas concentrações que superam os 40% dessa carteira como um todo localizada em um CDB. O BMG tem aquela participação, digamos assim, pequena, dentro de uma carteira. E só notando, no final de 2002, dado aquela turbulência há uma diminuição do volume total. Isso é uma, é um dado é... percentual, mas há uma diminuição do volume que depois eu mostro. Pode passar. Então, quando nós assumimos, nós passamos a fazer uma política preocupada com a diversificação e a redução da concentração desses investimentos. Como pode perceber é nítido aí o movimento de redução de participação na carteira de apenas uma instituição. Pode passar. Isso eu passo rapidamente, como vocês podem perceber todas as participações percentuais na carteira reduziram-se significativamente. O BMG entra como um outro Banco dentro dessa carteira, como um todo da PETROS. Pode passar. É só para frisar, são vinte e cinco emissores e isso daí, está o primeiro semestre do ano passado com vinte e nove emissores, com uma concentração bem abaixo de 40% para todas as instituições. Então a nossa política de diversificação, foi de diversificação, controle dos gestores para diversificar essa carteira,

agora sem influenciar se ele escolhe “A”, ou “B”. Pode passar mais uma, por favor. Então aqui a gente vê, a carteira da PETROS andando aqui, desde maio de 2002 que é a última vez que o BMG aparece na carteira, e o que a gente pode identificar é que com o crescimento da carteira e a diversificação aparece o BMG aqui, a carteira cresce muito acima da participação do BMG, o RURAL aparece em poucos momentos aqui, especialmente, no 2004. Por que 2004? 2004 --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor me perdoe, como é que nós identificamos o BMG aí?

SR. RICARDO MALAVAZI: O BMG é esse vermelhinho aqui e o RURAL é essa menorzinho aqui, porque a participação dele é realmente muito pequena, foi muito localizada, foi no melhor momento da economia brasileira em 2004, lembra, a taxa de juros caindo, enfim, houve uma expansão que foi interrompida pelo caso do BANCO SANTOS que ocasionou todo um estresse aí na área de bancos de médio porte. Que, insisto, nós fazemos uma análise técnica de investimentos para delimitar a quantidade máxima que eu posso em cada, cada instituição. Como vocês podem perceber a própria carteira --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para confirmar, em 2004, no RURAL foram mais ou menos quarenta milhões?

SR. RICARDO MALAVAZI: Com FIDIC. Com o FIDIC.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do RURAL?

SR. RICARDO MALAVAZI: CDB, de maneira nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quanto é que, o senhor tem os números aí exatos?

SR. RICARDO MALAVAZI: Eu posso abrir o computador aqui para pegar cada número desse que, obviamente, eu tenho. Mas aqui o número exato é... deixa eu ver.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Inclusive nós estamos solicitando para poder facilitar também a compreensão de V.Sa., uma relação completa de todas as operações com as datas, com os seus vencimentos que aí fica mais fácil de V.Sa. examinar.

SR. RICARDO MALAVAZI: O que eu faço questão de esclarecer, Deputado, justamente para que a gente possa ter a mesma linguagem. Assim, porque o número que está aqui do RURAL é um fundo de investimento de direito creditório, ele não é um FIF. Tem outra característica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com certeza.

SR. RICARDO MALAVAZI: Tem uma avaliação de risco muito boa, não tem nada a ver com o risco corporativo do Banco. Ele transfere os direitos creditórios para aquele Fundo que ele é o gestor. Que tem o custodiante que é o ITAÚ, enfim, que nós temos outra, outras seguranças que é muito diferente do risco corporativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu estou solicitando à assessoria que possa também fazer um levantamento completo e detalhado das operações, que aí eu mostro ao senhor e a gente afasta qualquer tipo de dúvida que exista sobre isso.

SR. RICARDO MALAVAZI: Só um momentinho. Só um momentinho, por favor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Deputado, enquanto isto, este material que o deponente está apresentando, ele teria cópia para que a gente pudesse acompanhar?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Somente ele pode responder.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Poderia providenciar, tirar uma cópia através do computador? Os técnicos poderiam tirar uma cópia depois que ele apresentasse?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certamente, Deputado. Inclusive eu pedi uma providência --

SR. RICARDO MALAVAZI: Só o percentual aqui, eu faço, eu remeto isso para o senhor...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode falar no microfone. Eu, inclusive, pedi uma providência porque todos esses dados que nós temos são da CETIP. Então nós estamos solicitando oficialmente à CETIP que se pronuncie porque quando eles nos encaminham eles nos encaminham como CDBs e como cotas de Fundo. Então --

SR. RICARDO MALAVAZI: Eu estou só com o percentual, assim, não...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria só --

SR. RICARDO MALAVAZI: Nove milhões, dez milhões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicitaria a V.Sa. o seguinte, se pudesse, por favor, fazer esse levantamento dos números segundo a análise da Fundação e encaminhar para a Comissão Parlamentar de Inquérito para que a gente possa fazer, por outro

lado a contraprova dessas informações, mostrando também ao senhor, eu me disponho a encaminhar para a Fundação os detalhes, os dados completos dessas operações que resultam nesses valores aqui mencionados.

SR. RICARDO MALAVAZI: Mas eu alertaria, quer dizer, eu até vou mostrar o produto, pode passar, quer dizer. É justamente dentro de uma política de diversificação. E aqui nós estamos apresentando vários produtos que nós investimos ao longo desses últimos três anos, aprovados por todas as instâncias necessárias da PETROS. E justamente dentro dessa política que nós investimos nesses dois Fundos. Pode passar. Nesse fundo de direito creditório do RURAL, que ali a gente -- [telefone tocando]

SR. RICARDO MALAVAZI: Que ali a gente traz avaliação de risco. Exatamente, olha lá, Deputado, o valor, vinte e dois milhões e quinhentos e a coincidência que eu estava apontando. Um Fundo de investimento de direito creditório que nós já resgatamos no caso desse Fundo. E pode passar, por favor. E as aplicações no Fundo de investimentos de direito creditório do BMG, que ele é o gestor, ele é o cedente do direito creditório, mas ele cedeu, passa-se para o Fundo, o auditor do Fundo a KPMG, o *rating* desse Fundo é AAA. Ou seja, duas agências de risco, um investimento desse Fundo foi lá em 2004, trinta milhões e seiscentos. Já inclusive, já teve uma amortização. Pode passar o próximo. E nós temos também cota desse outro Fundo que foi feito é... Enfim, trinta e sete milhões, também com as mesmas características aí com três agências de *rating* dando AA, que é o menor risco que existe no mercado, um risco muito melhor do que o Banco. Pode passar. Pode passar ali. Tá? Então aqui, Deputado, eu fiz um resumo que relacionamento agora que o senhor esclareceu, obviamente esse gráfico perde um pouco o sentido. Porque se Fundo de direito creditório não, não está dentro, e nós temos que rever aqui os dados, mas eu só pontuei todo o relacionamento que existiu --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para eu esclarecer ao senhor, para que não paire dúvida. Nós estamos justamente acionando a CETIP porque a informação da assessoria é que quando a CETIP encaminha a informação desses 22,5 milhões, eles colocam, eles colocam como cotas de Fundo, certo? Questionados, e aí nós pedimos que houvesse uma separação para identificação do que era FIDIC, ele não aparece como FIDIC. Os vinte e dois milhões e meio. São dados da CETIP, então, são os únicos com os quais nós podemos trabalhar, o senhor sabe disso. Então, nós vamos, obviamente, fazer toda a checagem com a CETIP para... dirimir qualquer dúvida.

SR. RICARDO MALAVAZI: Eu alerto que, como eu apresentei, eu alerto que lá em 2000, tinha sim, lá tinha FIF. Como eu procurei mostrar, lá tinha FIF e aí não está aparecendo. Lá de 2000, que eu apresentei, enfim tem CNPJ enfim, tá, dá para verificar que existe. Então, na verdade, só foi um relacionamento que nós chamamos de relacionamento, porque enfim, Fundo tem uma característica muito diferente de CDB, mas o relacionamento PETROS, baseado no patrimônio líquido, na relação de patrimônio líquido que seria um tipo de relacionamento, não é, vamos chamar que das duas instituições, não é? Mas concordo com o senhor, Deputado, claramente, são riscos diferentes, se a gente puder separar isso porque senão realmente fica confuso. Pode passar. Não, isso daí já não... pode, não interessa aqui para a nossa, para a nossa conversa. Pode ir. Era isso que eu queria apresentar. E, obviamente, estou à disposição para passar os dados que nós temos, não é, assim para que essas dúvidas sejam dirimidas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Presidente da PETROS, sr. Wagner Pinheiro de Oliveira, informou a parlamentares em depoimento na CPMI da compra de votos, antes da extinção desta comissão, que pediu esclarecimentos sobre a operação em que a TELEMAR investiu cinco milhões na GAME CORP de propriedade do sr. Fábio Luiz da Silva, um dos filhos do Presidente Lula. E dos irmãos Kalil e Fernando Bittar, filhos do ex-Prefeito de Campinas, Jacó Bittar. Segundo notícias veiculadas pela imprensa, a companhia telefônica e o GRUPO TREVISAN, que assessorou a negociação, admitiram que a TELEMAR tinha conhecimento de que o filho do Presidente Lula era um dos sócios da GAME CORP. Apesar de inicialmente terem divulgado o contrário. Segundo ainda noticiou a imprensa, além da TELEMAR a BRASIL TELECOM também ofereceu proposta para a compra das ações da GAME CORP e encaminhou a proposta diretamente aos sócios da empresa em 18 de agosto de 2004, inclusive para Fábio Lula da Silva. O senhor tem alguma informação, por mais tênue que seja sobre detalhes desta operação entre a TELEMAR e a GAME CORP?

SR. RICARDO MALAVAZI: Tem, tem sim. Eu questionei os executivos --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Houve esse questionamento na Fundação?

SR. RICARDO MALAVAZI: Houve, houve esse questionamento para entender a operação. A explicação foi clara no sentido, primeiro os executivos usaram a alçada deles. Assim, um executivo de uma empresa como a TELEMAR que é, enfim, a maior operadora

fixa da... da, do Brasil, eles têm uma alçada de investimentos e entrou dentro dessa alçada, para, visando o quê? Conteúdo de, especialmente, de telefonia celular, não é? E nesse aspecto, e depois que houve essa publicação, houve todo o esclarecimento e inclusive houve, vamos chamar assim, o esclarecimento que isso fazia parte de uma política como um todo. E no jornal O VALOR, inclusive, de ontem, saiu uma notícia muito interessante sobre justamente essa competição por conteúdos de telefonia celular. Então, a explicação dos executivos foi no sentido de que está dentro da política, a TELEMAR, para quem não sabe, tem a telefonia OI, eles têm vários programas voltados para o público mais jovem, e esse de conteúdo de telefonia celular que essa empresa detém os direitos no Brasil de uma empresa, enfim, multinacional interessaram bastante a TELEMAR. Inclusive porque tem um programa de televisão que eles mostraram, enfim, as estatísticas que estavam até superando a MTV. Enfim, foi uma decisão iminentemente técnica que nos passaram. Mas obviamente teve toda essa repercussão, enfim, que acabou --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas os senhores concordaram, naquele momento, que o negócio, da forma como foi avaliado, ele estava de acordo com os padrões de mercado?!

SR. RICARDO MALAVAZI: O que foi mostrado foi isso, não é? O Brasil, dado o desenvolvimento, isso foi passado pelos, pelo diretor, quer dizer, está desenvolvendo muito rápido isso, não é? Hoje o mercado consumidor de celular no Brasil, ele é um dos principais, a velocidade de crescimento, e o que foi abordado foi justamente no sentido de não perder essa corrida. Numa competição para, enfim, fidelizar os seus enfim, os seus clientes, especialmente de telefonia celular, através de programas, de jogos. Pareceu que foi de mercado, quer dizer, não tinha nenhum indício para dizer que não era, da forma como foi decidido. E tanto que --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é que deu esse parecer?

SR. RICARDO MALAVAZI: Foram, foram, na época foi o diretor de relações com o mercado, quer dizer, o Diretor Financeiro responsável por, pelo relacionamento com os investidores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que falou pela PETROS? Porque o que eu gostaria de saber o seguinte, bom, já que os senhores estavam atentos para esse negócio, ou seja, tiveram dúvidas e procuraram questionar se o negócio era bom, se não era, se era

vantajoso ou se não era. Quem da PETROS diretamente acompanhou mais essa avaliação?

SR. RICARDO MALAVAZI: Eu mesmo, eu sou conselheiro fiscal da TELEMAR.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor é conselheiro fiscal?

SR. RICARDO MALAVAZI: Eu sou conselheiro fiscal da TELEMAR. Então eu, diretamente, que fiz esse interrogatório para os executivos. Aí eu fui, obviamente, depois que saiu da imprensa, não é, eu fui pessoalmente para perguntar, enfim, para esclarecer todas essas dúvidas. Que, na época, enfim, teve essa suspeita que tinha algum tipo de influência, mas o que foi reportado é que era uma operação efetivamente de mercado. E explicaram a lógica, que efetivamente agora na imprensa está saindo que gastaram mais. Mas esse é um projeto, ou seja, você tem uma empresa que fabrica, você precisa investir na propaganda desses produtos. Então era a explicação, quer dizer, isso já era explicado, não é que eles estão comprando maior participação na empresa, mas enfim, você tem que investir no médio e longo prazo para que isso dê resultados. Foi reportado na empresa que, obviamente, convive com esse questionamento, tem que conviver, mas nos pareceu decisões dentro do interesse da TELEMAR, não é? Nós temos uma preocupação muito grande em preservar a TELEMAR. É um investimento extremamente relevante. E que nos interessa bastante que as decisões sejam absolutamente calcadas na rentabilidade futura.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor concorda que essa análise que a TREVISAN fez à época teve um papel determinante para que a TELEMAR concretizasse o negócio?

SR. RICARDO MALAVAZI: Olha, até onde nos foi apresentado, e eu acho que é isso mesmo que aconteceu a TELEMAR, a TREVISAN foi a consultora. Quer dizer, a TREVISAN que tem várias áreas, não é, e ela consultou e, e deu uma... uma, vamos dizer assim, uma, uma estratégia de negociação para eles, que a gente sabe, foi uma disputa entre TELEMAR e BRASIL TELECOM para quem, enfim, conseguia conquistar a nova empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era de conhecimento dos senhores que a empresa GAME CORP pertencia ao filho do Presidente Lula?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, sinceramente, antes da imprensa eu não tinha a noção disso. Não, realmente não acompanhava, não... não tinha noção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, só, só chamou a atenção na época pelo valor que estava sendo pago pela TELEMAR nas ações da empresa? Já que os senhores não, não sabiam que era do filho do Presidente, o senhor como conselheiro fiscal não sabia que era do filho do Presidente, o que despertou a atenção para que o senhor tivesse mais cuidado de examinar se o negócio era bom ou não era bom para a PETROS, como uma das acionistas, foi justamente o volume do negócio?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, cinco milhões é um volume --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, era a TELEMAR comprando uma empresa da área tecnológica por cinco milhões.

SR. RICARDO MALAVAZI: Então, cinco milhões, Deputado, por isso que tem ter o relativo, não é? Falar da PETROS que a PETROS investiu cinco milhões --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para a PETROS não é nada, mas para GAME CORP é uma fortuna --

SR. RICARDO MALAVAZI: Tudo bem, mas para a TELEMAR não é muito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E para os brasileiros também.

SR. RICARDO MALAVAZI: Para a TELEMAR não é muito, está dentro da alçada dos diretores, eles nem acionaram o conselho porque está dentro da estratégia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que o senhor como conselheiro fiscal, de repente ficou atento para aquele negócio, procurou informações?

SR. RICARDO MALAVAZI: Justamente, como gerou-se a polêmica se existia favorecimento ou não. Nós pedimos, para poder justamente tranquilizar-se enquanto acionistas, que aquela decisão havia sendo dentro da estratégia da empresa e ela foi dentro da estratégia da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, só para eu entender, quando o senhor despertou para entender o negócio já foi depois que o negócio foi vinculado pela imprensa?

SR. RICARDO MALAVAZI: Sem dúvida, cinco milhões é dentro da alçada da diretoria, ele não apresenta todo o negócio de cinco milhões. Cinco milhões, eu sei que é para o brasileiro normal etc., cinco milhões pode ser, mas para a TELEMAR, as decisões da TELEMAR que chegam ao conselho e consequen-

temente passam por crivos, porque os executivos são cobrados por resultados, quer dizer, isso ele vai ter que apresentar um resultado e todos vão cobrar a política que ele está desenvolvendo para o celular, como um todo. E que essa empresa é uma delas que ela está desenvolvendo. Então, nós fazemos uma avaliação criteriosa do desempenho desses, desses executivos. Agora, cinco milhões não, não, como pautei aqui é da alçada da diretoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem dentro da TELEMAR, quem dentro da diretoria da TELEMAR conduziu essa negociação?

SR. RICARDO MALAVAZI: Olha, não sei te dizer o nome das pessoas, eu, quem fez esse esclarecimento foi o Diretor de relações com o investidor que, freqüentemente, participa do conselho fiscal e, mas eu não sei exatamente, mas foi uma decisão conjunta. Não teve, Deputado, quando eu conversei, falou: Olha, não foi um grande negócio para a TELEMAR. Não se reverteu assim de grandes, não, foi uma estratégia que estava sendo desenvolvida e a GAME CORP foi mais uma dos, mais um dos passos na conquista desses clientes dessa idade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então houve uma outra empresa do mesmo padrão da GAME CORP, com a mesma estrutura da GAME CORP que tenha sido adquirida nesse mesmo patamar de remuneração que a TELEMAR aceitou pagar pelas ações da GAME CORP?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor não pode dizer que fazia parte da estratégia de aquisição de empresas de penetração nesse mercado. Eu até entendo que a TELEMAR está disposta a ampliar os seus negócios nesse mercado. Agora, não se pode querer procurar padrões para justificar que o negócio foi um negócio normal e, me perdoe V.Sa., eu sei que a TELEMAR é gigante. Pode ser que para ela cinco milhões seria muito pouco, mas para o Brasil cinco milhões é muito e certamente para a GAME CORP também foi muito cinco milhões. E quando se busca entender no mercado uma outra negociação com o mesmo padrão, não se encontra.

SR. RICARDO MALAVAZI: Olha, eu realmente não tenho procuração para defender os executivos nesse aspecto, nesse detalhe que o senhor está exigindo. Quer dizer, é muito difícil, concordo que é muito difícil você chegar a uma conclusão cabal à distância. Mas são executivos extremamente experientes, que têm demonstrado, ao longo da TELEMAR, mesmo com,

com várias turbulências, têm conduzido a empresa, de uma forma profissional, não é? E acreditamos que nessa negociação foi mais um passo, que um executivo tem uma credibilidade, que ele vai construindo ao longo do tempo e nos pareceu que foi dentro de uma estratégia cabível para a empresa. E pelas notícias que o desempenho do programa em si, enfim, o desempenho tem sido muito favorável.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, agora, diante de novas informações trazidas pela imprensa da TELEMAR estar patrocinando os programas de televisão, um me parece que em canal fechado e outro em canal aberto. Novamente V.Sa., como conselheiro fiscal, se preocupou em questionar, pela polêmica, pelas pessoas envolvidas, questionar os detalhes dessa operação de patrocínio?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, ainda não tive a oportunidade. Mas é dentro --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas pretende fazer?

SR. RICARDO MALAVAZI: Eu pretendo fazer numa verificação se o desempenho tem sido bom, porque essa é a preocupação, não é? Como eu coloquei, essa é uma consequência da participação na empresa. Porque uma empresa sem a propaganda daquele jogo, para que a pessoa se interesse em usar o jogo, para comprar o celular que vende aquele jogo, para ele usar, é difícil entender. Quer dizer, faz parte da estratégia essa propaganda. Agora, vou, obviamente, ter a oportunidade de poder acompanhar um pouco mais de detalhe essa política, que não é só, não faz parte só isso, tem um programa noturno que é aquele “Oi Aventura”, enfim, que é uma, uma, uma atriz, enfim, que ela faz várias aventuras para atrair o jovem. É dentro dessa política de fidelizar essa, essa camada da população que cada vez mais está consumindo, digamos assim, esses joguinhos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É, o senhor certamente não saberá nos dizer, mas eu quero fazer inclusive uma solicitação. O senhor, como conselheiro fiscal, eu acho que seria fundamental estabelecer uma comparação de quanto é que a TELEMAR está pagando pelo minuto de veiculação do patrocínio nesses programas em questão e quanto é o minuto nas outras emissoras de televisão, considerando aquele horário da veiculação. Fazendo, inclusive, uma comparação com o horário nobre. Porque a TELEMAR é uma das maiores anunciantes do Brasil. Anuncia em diversos veículos de comunicação, comprando certamente os melhores horários, porque pode fazê-lo, e deve fazer

parte da estratégia da empresa inclusive, ter uma posição arrojada nesses patrocínios. Então, o senhor como conselheiro fiscal, que tem a obrigação de analisar as contas e de acompanhar o bom desempenho das contas da TELEMAR, poderia propor, poderia sugerir, e aí vai a minha sugestão para o senhor sugerir, quem sabe se o senhor incorporar a sugestão, uma análise de quanto a TELEMAR está pagando esses patrocínios, de acordo com aquilo que é a realidade em geral do mercado de comunicação. Porque é tudo tabelado, todas as emissoras de televisão, elas têm uma prática quase que universal de preços, não é? Claro que variando de acordo com a audiência, variando de acordo com o horário, etc. Esse é um programa que pouca gente assiste, às onze e tanta da noite, enfim. Mas, queira ou não, o que a gente percebe é que a TELEMAR injetou cinco milhões na empresa. Adquiriu uma parte da sociedade da empresa. Depois, a TELEMAR coloca em patrocínio valores que, na somatória também chegaram perto a cinco milhões. Mais uma vez, mostrando uma grande proximidade e afeição com essa empresa, né, essa empresa da GAME CORP. Então se o senhor puder, como conselheiro fiscal, assim como fez na primeira oportunidade, fazer nessa também. Eu acho que seria bom para que as dúvidas fossem esclarecidas, afinal de contas a PETROS já é uma das acionistas da TELEMAR.

SR. RICARDO MALAVAZI: Está certo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E agora, consequentemente, da GAME CORP também. [Risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por conseguinte da GAME CORP. Eu sei que os parlamentares estão cansados mas, infelizmente, a gente tem que exaurir as perguntas. Não temos muito mais. Como é que o senhor, na condição de diretor de investimentos da PETROS acompanhou, nesses três últimos anos, a disputa pelo controle acionário da BRASIL TELECOM?

SR. RICARDO MALAVAZI: Com interesse, defendendo os interesses dos participantes da PETROS, a quem eu sempre me pauto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que é que significa na prática a defesa dos interesses dos participantes da PETROS especificamente nessa operação?

SR. RICARDO MALAVAZI: Recuperar o direito ao controle que foi pago quando foi investido, e garantir que a empresa seja administrada de acordo com um projeto sólido de rentabilidade de médio e longo prazo, e que eu receba de volta esse meu prêmio de controle que foi pago lá atrás, e que o gestor se recusava a reconhecer até que nós fizéssemos esse acordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É sabido que as Fundações se uniram para fazer um acordo com o CITIGROUP, justamente nessa busca de deter o controle da BRASIL TELECOM. O senhor acha que a gestão da empresa depois da mudança e portanto, depois desse alinhamento dos Fundos com o CITIGROUP, a gestão está melhor, a gestão está pior? Eu queria o que senhor comparasse um período e o outro.

SR. RICARDO MALAVAZI: Olha, Deputado, o que eu posso dizer, como ela já tornou público, inclusive com entrada na CVM, de várias questões que nós anunciávamos que tinha determinados problemas na gestão da empresa e ela confirmou com documentos, protocolamos na CVM o questionamento e o possível ressarcimento de operações que nós consideramos completamente não usuais, fora dos interesses da empresa. Então, eu diria que é muito pouco tempo para a gente fazer uma avaliação total, afinal, enfim, acabaram de assumir. Mas já apresentaram um projeto consistente, inclusive de melhora da governança corporativa, nós acompanhamos efetivamente de perto. Mas, mostrou já, inicialmente, que, infelizmente, o que nós suspeitávamos, não é, boa parte já foi inclusive documentado e encaminhado para a CVM em termos de malversações, enfim, de recursos que não deveriam estar sendo utilizados para determinados fins que acabaram sendo. Mas insisto, está na esfera da CVM que justamente, o nosso objetivo é justamente que a empresa, passado esse momento de, enfim, de documentação desses problemas, mostre um desempenho para que, como consta do acordo, o nosso objetivo primeiro é vender em conjunto com o CITIBANK. Nós não temos nenhuma estratégia de permanecer, pelo contrário, fizemos uma, uma contratação de mercado para o nosso diretor de relações com o investidor. Ou seja, é uma, é uma é uma volta ao direito de controle, para que a empresa se torne mais eficiente do que ela era. Mas eu diria que, olha, é difícil dizer se é melhor ou pior do ponto de vista, mas o começo foi muito bom.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor afirma categoricamente que, na sua opinião, na opinião da PETROS havia problemas na gestão do GRUPO OPORTUNITY até essa mudança?

SR. RICARDO MALAVAZI: Foram encaminhados já para a CVM todos os problemas que nós queremos esclarecer, porque o meu papel é justamente recuperar esses recursos que foram mal utilizados pela empresa, sob a gestão de um gestor que negava o nosso direito de controle, que sempre negou, desde o momento, desde 99, isso não é uma disputa apenas da nossa gestão. Não sei se foi questionado aqui para a

Eliana, mas enfim, isso é um trabalho de recuperação dos direitos do participante já feito desde 99, se não me engano, as primeiras ações começaram em 99, 2000, 2001. Enfim, nós simplesmente completamos esse ciclo que é no sentido de defender os interesses do participante. Não tem nenhuma dúvida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicito à assessoria que confirme com rapidez, para não se exaurir a votação, se for o caso, se de fato está havendo votação nominal porque a informação que o Deputado Abicalil me trouxe é essa. [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que está havendo votação nominal? [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então vamos fazer o seguinte, eu vou suspender por apenas cinco minutos, não mais do que isso para que possam, os parlamentares exercer o seu direito e logo em seguida eu retomo. Então daqui a cinco minutos nós retomaremos logo após os parlamentares votarem.

Sessão suspensa às 19h58

Sessão reaberta às 20h08

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu declaro reaberta a décima sexta reunião, solicito inclusive que a assessoria comunique aos Deputados Carlos Willian e Abicalil que nós estamos retomando os trabalhos porque em breve eu os concederei a palavra. Mas nós falávamos desse alinhamento dos Fundos de Pensão com o grupo do CITIBANK, do CITIGROUP para modificar a gestão da BRASIL TELECOM. O senhor acha que o empresário Daniel Dantas, ele teve uma participação negativa para que tudo isso fosse potencializado em desfavor da BRASIL TELECOM?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto mais com relação é... a possíveis gestões e ingerências do empresário Daniel Dantas, na avaliação do senhor, que possam ter ampliado essa disputa na BRASIL TELECOM.

SR. RICARDO MALAVAZI: Alô, oi, só para deixar claro não foi simplesmente uma estratégia para mudar a gestão da empresa, foi uma estratégia que nós recuperamos o nosso direito ao prêmio de controle que é justamente a diferença entre o preço de mercado e ações que têm direito ao controle. Então esse foi o nosso primeiro objetivo que o gestor, no caso, cujo Pre-

sidente, enfim, cujo principal executivo é o sr. Daniel Dantas, se recusava a aceitar durante esse período. Então, obviamente que ele, como ele se posicionava em relação a isso, ele teve participação muito nessa negativa do nosso direito que nós, enquanto gestor dos interesses dos Fundos de Pensão e gestor dos interesses dos participantes nos era devido, e também na gestão da empresa. Ele tem, obviamente, responsabilidade, dado que ele era o principal gestor desse, desses recursos, consequentemente, dessas empresas que estavam sob controle, né, desses Fundos de investimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, o Tribunal de Contas da União requisitou informações a PETROS no dia 27 de dezembro de 2005 a esse respeito. Basicamente, em que é que consistia esse pedido de informações que foi, posteriormente, respondido pela Fundação ao Ministro Lincoln da Rocha?

SR. RICARDO MALAVAZI: Conhecer um pouco melhor a operação dado a, a repercussão que teve, de todo o imbróglio jurídico, né, que muitos classificam como a maior questão societária brasileira de todas as épocas que, obviamente, não foi feita pelos Fundos. Na verdade, nós simplesmente recuperamos os nossos direitos. Isso foi objeto de discussões, especialmente no momento que estávamos para fazer a Assembléia que daria, recuperaria o nosso direito ao controle da empresa, porque isso já era dado desde o início e também recuperaria esse nosso direito ao prêmio de controle. Então, o que o TCU fez foi justamente perguntar sobre a operação e todas as questões estão sendo tratadas nesse fórum. Apesar dele, do próprio TCU reconhecer que ele não tem alçada para questionamentos ou fiscalizações diretas nos Fundos de Pensão. Nós vimos por bem oferecer todas as explicações e, desde aquele momento várias visitas, várias conversas, nossos escritórios de advocacia têm dado toda a assessoria para que haja um esclarecimento dessa questão que, repito, simplesmente recuperou os direitos originais dos investidores Fundos de Pensão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os contatos dentro do CITIGROUP se deram com quem? Foi com o dr. Gustavo Marin? Enfim, quem é que respondeu pelo CITIGROUP nessa negociação com os Fundos de Pensão?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Olha, Deputado, essa é uma, foi e sempre será uma negociação muito complexa, não é? Não existe uma pessoa. Existe o gestor que nós contratamos após conseguir nos desvencilhar do gestor OPORTUNITY, no caso dos

Fundos, o Fundo, são dois grandes Fundos, o Fundo nacional e o novo gestor que, obviamente, cumprindo o papel dele de gestor que sempre coordenou as negociações, nessa nova fase, justamente porque ele é o responsável por isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É verdade que esses entendimentos se mantiveram sob sigilo por muito tempo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Toda a negociação societária, até pela exigência da, da Lei de sociedade anônima, ela exige o sigilo até o momento do seu anúncio. Eu não diria que foi diferente, distinto. Ela simplesmente foi mais penosa, demorada dado a, a resistência do gestor em reconhecer o direito dos acionistas, dos cotistas que detém 90, mais de 90% dos recursos desses Fundos, de exercerem o seu direito de troca de gestor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor saberia dizer se pode ter havido algum tipo de ingerência política nessa disputa a favor e contra um e outro lado. Ou seja, todos nós sabemos que o ex-ministro Luiz Gushiken sempre exerceu uma grande interferência nos Fundos de Pensão. E o sr. Daniel Dantas esteve na CPI, ele também, enfim. Ficou muito claro que, principalmente através da relação que ele possuía com o sr. Wagner, com o sr. Sérgio Rosa, que são justamente os diretores presidentes de dois dos três Fundos em discussão nessa, nessa disputa. Então, sempre se falou muito numa interferência do ex-ministro Gushiken, que até teria travado uma briga. Mais intensa com o empresário Daniel Dantas. Por outro lado, também, comentou-se muito que o Daniel Dantas procurou ter uma interlocução com o ex-ministro José Dirceu, enfim. E que ali, de um lado e de outro, eles procuraram, os envolvidos, sobretudo os empresários envolvidos procuraram os seus apoios políticos, os seus suportes, enfim. O senhor teve algum tipo de informação a esse respeito?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Olha, PETROS, como eu já procurei deixar claro, são decisões técnicas e, nesse caso, Deputado, aliás é o caso mais típico onde as várias gestões, que passaram pela PETROS desde 99 tinham uma postura única. Então não vejo nenhum componente político partidário, enfim, nessa definição, como eu frisei foi a de recuperar direitos que foram pagos na largada, no momento do investimento. Mais do que qualquer outro direito que tem qualquer investidor é justamente de correr atrás daquilo que ele pagou, não é? Então o que os Fundos fizeram foram:

“Eu quero o meu dinheiro de volta”. E foi justamente isso. Eu não consigo ver um componente político nessa decisão desses gestores, apesar de publicamente todos reconhecerem, o próprio Ministro Gushiken que, enfim, não conheço mas veio e falou da questão do Wagner, não é? Mas nunca houve essa influência na PETROS, nem nessa questão nem em outra, no sentido de modificar qualquer decisão, que sempre tem um critério técnico. E, no caso também foi utilizado, foi contratado empresas especializadas para calcular, para avaliar todas as nuances. Advogados, enfim. Temos assessores, ex-presidentes de CVM, enfim, para que nós possamos defender, da melhor forma possível, o interesse do participante que era recuperar o direito, Deputado. Não tem muita complexidade nisso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor alguma vez foi procurado pelo ex-ministro Gushiken, teve algum contato com ele?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem conhecimento do contrato realizado pela PETROS com a GLOBALPREV?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, tenho, tenho. Não é apenas um. A GLOBALPREV é uma empresa de atuária, nós temos várias empresas de atuária e a GLOBALPREV é uma delas. Como eu mostrei, a PETROS é uma empresa multipatrocinada, nós temos vários planos e todos esses planos, por exigência da Lei, têm um atuário independente, não é? E nós temos vários atuários, um deles é a GLOBALPREV.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, em qualquer atividade é muito comum que os critérios de definição para a seleção de empresas prestadoras de serviço levem em conta alguns aspectos. Dentre os quais experiência da empresa, estrutura operacional, experiência de mercado, que a empresa têm no mercado, não é, a experiência dos profissionais da empresa em si, etc. Especialmente na prestação de serviços atuariais, que se constituem em serviços de alta especialização, tais critérios não podem deixar de ser levados em conta. A PETROS, neste sentido, sempre se mostrou uma empresa conservadora. Desde 1977 delegou a consultoria atuarial a uma empresa reconhecida no mercado da

qual o seu fundador era uma referência. Cito, professor Rio Nogueira.

SR. RICARDO MALAVAZI: Desculpe, Deputado, desde a Fundação, o Rio Nogueira foi o que pensou o primeiro plano de previdência no conceito moderno que foi a PETROS, é desse tempo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, então aí eu pergunto a V.Sa., qual foi exatamente o critério que justificou a PETROS a contratar uma empresa do porte da experiência da GLOBALPREV?

SR. RICARDO MALAVAZI: Como eu comentei, nós temos vários atuários e em vários contratos, para você ser o atuário independente deve ter ou tem um processo de tomada de preços, que a gente sempre procura frisar a PETROS é uma empresa de direito privado, tem uma política de tomada de preços aprovada internamente, nós temos que cumprir essa política. A principal, o principal contrato que a GLOBALPREV tem, é justamente nos auxiliar numa negociação e numa elaboração de um plano que eu diria para, enfim, se o Deputado quiser esclarecer tecnicamente a gente pode esclarecer. Mas justamente numa negociação com a própria plano PETROBRAS. Que é justamente um plano que existia, era o plano único e que se dividiu em vários planos, inclusive planos de entidades privadas como eu procurei colocar aqui. E a experiência da GLOBALPREV nessa área foi muito rica quando ela auxiliou justamente um dos seus principais atuários, principais proprietários na divisão da FUNCESP, que é a Fundação da CESP, que era toda unificada e ali também teve esse processo de quebra desses planos. Então a GLOBALPREV tem uma experiência muito boa, uma experiência que deu certo, que quebrou, então é hoje, no Estado de São Paulo tem plano --

[soa a campainha]

SR. RICARDO MALAVAZI: -- Da empresa estatal que é a CESP, mas tem plano de CPFL, tem planos de AES, enfim tem planos todos segmentados. E a GLOBALPREV, nas pessoas de seus proprietários, participaram ativamente desse processo e que nos, dentro do processo de tomada de preço, dentro dos processos, foram, foi escolhida, cumprindo todos os critérios que são necessários dentro da Fundação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe que a GLOBALPREV, ela só teve o seu registro reconhecido no Instituto Brasileiro de Atuária em 2001. Portanto, existia uma série de outras empresas no mercado com muito mais experiência e com muito mais tempo de serviço do que a GLOBALPREV. Porém, independente da empresa em si, porque a empresa pode ser uma empresa nova, mas ter profissionais antigos e

experientes. O senhor sabe qual é o tempo de experiência dos profissionais, ou seja, dos técnicos que prestam serviço pela GLOBALPREV aos clientes que fazem parte do Fundo multipatrocinado, administrado pela PETROS?!

SR. RICARDO MALVAZI: Desculpe, Deputado, qual?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o senhor sabe, se o senhor procurou se informar qual era o tempo de experiência dos técnicos da GLOBALPREV, que são responsáveis pela condução do contrato, pela execução do contrato que a empresa tem com a PETROS?

SR. RICARDO MALVAZI: Quer dizer, eu, enfim, sou Diretor de investimentos, quer dizer, eu, eu conheço obviamente todos os contratos, conheço os principais responsáveis pela empresa mas, efetivamente assim, não, não, não saberia dar esse tipo de informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é, o profissional responsável pela avaliação atuarial das empresas que fazem parte do Fundo multipatrocinado possuía, na ocasião da contratação da GLOBALPREV, menos de quatro anos de experiência na função. Em 2005, continuava a possuir menos de quatro anos de experiência. Enquanto outro profissional que assina em conjunto o relatório das avaliações atuariais sequer possui registro no IBA, portanto, no Instituto Brasileiro de Atuária. Segundo a Resolução MPASCGPC número três, de 19 de dezembro de 2001: “é exigido que os profissionais responsáveis pela avaliação atuarial estejam registrados no IBA e tenham experiência mínima comprovada de quatro anos na elaboração de avaliações atuariais”. Eu aí pergunto: O que poderia justificar a não observância ou preocupação desses dois pré-requisitos fundamentais?

SR. RICARDO MALVAZI: Eu comentei. Deputado, quer dizer, a minha área é mais a área de investimentos, quer dizer, eu posso, enfim, ver essas informações --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu só estou me sentindo à vontade para fazer esses questionamentos ao senhor porque justamente, quando, a primeira questão que eu fiz se o senhor tinha conhecimento do contrato. O senhor mostrou que sabia bastante do contrato, e que portanto era muito familiarizado com essa prestação de serviços da GLOBALPREV para a PETROS.

SR. RICARDO MALVAZI: Sim --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por isso é que eu avancei.

SR. RICARDO MALVAZI: é, mas não conheço esse detalhe, da... da companhia. Mas eu acredito que todas as questões de procedimentos legais sejam cumpridos. Mas esse detalhe, conhecer a pessoa, enfim, o atuário, que toda a companhia de atuária tem que ter um atuário responsável. Ele é igual, enfim, contador, enfim, o escritório de contabilidade tem um contador que assume a responsabilidade, vamos chamar assim, legal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é na, época o que assinou a avaliação atuarial tinha menos de quatro anos de experiência, portanto não cumprindo com uma das exigências da Resolução e também o outro, que também assinou esse documento sequer estava registrado no IBA. Se o senhor puder depois verificar essas informações, eu agradeço. O senhor sabe que a GLOBALPREV teve como um de seus sócios no passado o ex-ministro Luiz Gushiken, não sabe?

SR. RICARDO MALVAZI: Sim, fiquei sabendo pela imprensa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E que outro dos sócios foi o sr. José Valdir Gomes que assumiu a diretoria técnica da Secretaria de Previdência Complementar, o senhor deve também ter sabido pela imprensa?

SR. RICARDO MALVAZI: Não, isso, eu não, não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse processo de seleção da GLOBALPREV, ele aconteceu na época do dr. Luiz, pelo que me parece, porque o contrato foi assinado em abril de 2003, é isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Um deles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O primeiro foi abril de 2003?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor se lembraria se nesse processo de seleção muitas empresas participaram, como é que foi esse processo de escolha da GLOBALPREV, se houve uma concorrência, enfim, como é que aconteceu?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Os processos seguiram como a própria norma da, da Fundação. Eu não lembro exatamente quantos e quais eram as outras empresas que estavam atuando, não é? Até porque isso não é especificamente da

área de, da diretoria de investimentos. Mas, com certeza seguiu todo, todo o trâmite legal e formal exigido pela Fundação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor não se lembra quantas empresas participaram da concorrência?

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Não lembro. Não lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Malavazi, o senhor tem alguma informação a esse respeito?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, não tenho. Como o senhor notou, quer dizer, foi um processo anterior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, ela veda expressamente, no artigo 71, que as entidades de previdência complementar realizem quaisquer operações comerciais e financeiras com empresas de pessoas ligadas ao sistema, não é? E o que acontece? O sr. José Valdir Gomes, ele foi trabalhar na SPC e a GLOBALPREV era de sua propriedade. Talvez haja aí não uma incompatibilidade no momento, porque eu imagino que ele se desvinculou, mas é inquestionável que existe uma dúvida de caráter ética. Quantos contratos a GLOBALPREV tem com a PETROS?

SR. RICARDO MALAVAZI: é, assim, a quantidade, quer dizer, nós enviamos todos os dados para a CPI, não é, como eu falei, eu sou da área de investimentos, quer dizer, eu não tenho esse número, mas eu acredito que deve ser uns três ou quatro. Enfim, como eu falei, que ela é atuária desses planos, e também tem esse contrato de assessoria para essa negociação dessa, dessa mudança, desse plano PETROS. Deve ser alguma coisa como três, quatro. Mas eu posso ver esse dado exato. Mas nós enviamos para a CPI o que foi nos pedido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é, nos, aqui temos algumas informações que dão conta do seguinte, que o contrato assinado em abril tinha um valor global estimado de duzentos e setenta mil, que correspondia a mil horas de serviços prestados. Portanto, duzentos e setenta reais a remuneração pela hora de trabalho. E aí, em abril de, e aí, logo assim, em abril de 2005 foi feito uma aditamento por mais dois anos. Só que aí o valor global, ele saltou para quinhentos e setenta e sete mil reais. O senhor sabe por que dessa elevação de duzentos e setenta para quinhentos e setenta e sete mil?

SR. RICARDO MALAVAZI: Olha, Deputado, esse contrato é ligado a negociação com a PETROBRAS

e, provavelmente, o que foi colocado aí, justamente por dois anos aí ele dobra de preço, quer dizer, é um período estimado para terminar as negociações que estão ocorrendo, não é. Nós esperamos solucionar o mais rápido possível. Mas esse contrato está em vigência. É um trabalho intenso, dado que são demandados inúmeros estudos, inúmeros novos, novas simulações, inúmeras versões. Enfim, esse contrato está em vigência e a motivação é justamente porque tem muito trabalho, e foi colocado em dois anos porque a perspectiva de fechar em um ano efetivamente era muito baixa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu passo a palavra para o primeiro orador inscrito, o Deputado, é V.Exa.? Carlos Willian. Eu fiquei em dúvida se era o Deputado Abicalil ou o Deputado Carlos Willian. Deputado Carlos Willian, V.Exa. tem a palavra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Meu nobre Relator, vai ser rápido, eu não vou atrapalhar muito não. Atrapalhar não, atrapalhar não, trabalhar. Eu gostaria, se o senhor permitisse, nós fomos apresentados aqui hoje o senhor, o nome dos depoentes. Nós fomos apresentados aqui hoje por um trabalho brilhante feito por esse sub-relator e aqui tem alguns dados mostrando que os Fundos de Pensão federais, entre o qual a PETROS está contido, e dentro de um gráfico de investimento em 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 mostram um crescimento tendo no auge desses investimentos, nas alturas, o ano de 2004. E o Relator entendeu que esses investimentos foram feitos exatamente na época em que foi detectado o “valerioduto”, e ele entende que esse recurso dessas aplicações foram desviados, através do sr. Marcos Valério e através dos Fundos de Pensão aplicados nos Bancos BMG e RURAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor está indo um pouco além do que o Relator disse.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ah foi? Então o senhor me desculpa. Bom, o “valerioduto” foi fruto e esses investimentos foram feitos no BANCO BMG e BANCO RURAL. Como aqui está muito bem explicado e sintetizado, eu acho que nem precisa de ser agora também. Eu gostaria de apresentar, gostaria que a assessoria apresentasse. E porque, inclusive hoje eu defendi sobre tanto o BANCO BMG e o RURAL como os Fundos falarem sobre isso. Mas aproveitando a oportunidade que o senhor está presente.

SR. RICARDO MALAVAZI: Qual é a pergunta?
DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor já analisou, já conhece esses dados?

SR. RICARDO MALAVAZI: Já, tive contato no momento que foi anunciado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois bem, a pergunta é o seguinte, isso aí é a realidade?

SR. RICARDO MALAVAZI: Eu já comentei inclusive com o Deputado para verificar com as assessorias algumas, alguns problemas de informação que já foram detectados, não é? Nós não reconhecemos várias, vários dados que estão aí inclusos. Eu acho que foi comentado aqui, foi retirado diretamente da CETIP, mas como eu procurei, já mostrei aqui os números, os dados não batem com os dados nossos de acompanhamento. Tem alguns problemas de informação. Então eu diria que a gente precisa de uma depuração dos números.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois bem. Então a minha última, questionamento é sobre uma operação que nós podemos apelidá-la de PUT. Tem um ponto central dessa operação que é a aquisição da participação acionária do CITIGROUP na BRASIL TELECOM por parte dos Fundos de Pensão PREVI, FUNCEF e PETROS. Se isso vier a ocorrer deliberadamente, ainda mais antes de novembro de 2007, situação em que a referida compra não teria como supendência(F) por óbvio acordo de PUT. Ou seja, sem entrar no mérito do relatório, o que é que significa essa operação? A situação dos Fundos que fazem parte do controle acionário da BRASIL TELECOM, ela merece um comentário, BRASIL TELECOM e também outro Banco. O comentário é que a razão dos Fundos darem uma opção de compras a ser exercida unicamente e exclusivamente pela vontade do vendedor, que é o CITIGROUP. E ainda mais. Segundo dados até do próprio Tribunal, que está questionando essa operação, os preços são 240% acima do mercado por um ano. Aí eu pergunto: Que vantagem alguém levou para permitir ao CITIGROUP ter este conforto, ter este privilégio? A discussão sobre quem administra tem interesses conflitantes que eu não quero debater, que é o caso do CITIGROUP em detrimento do OPORTUNITY, que sai perdendo nessa situação. Mas a discussão que eu quero estar aqui é a discussão patrimonial, que afeta o patrimônio público dos funcionários das estatais e pode ter vantagens indevidas, é o objetivo dessa CPMI. Eu gostaria de saber o que é que o senhor nos fala sobre essa operação, que nós vamos denominar sobre, com o nome de PUT porque se ela vier a acontecer principalmente com o Tribunal de Contas e a Justiça toda contestando, dando este privilégio ao CITIGROUP, eu acredito que vai ser um dos maiores escândalos de Fundo que já aconteceram. A não ser que o senhor me prove o contrário. E ainda mais. Só com esta garantia

do CITIGROUP, com essa vantagem que ele tem, com essa perspectiva, ele já está vendendo no mercado inclusive ações superiores. Houve uma valorização imensa do CITIGROUP. Ou seja, deram para ele uma carta de fiança praticamente. Então, durante um ano ele vai ter esse privilégio de escolha. O que é que o senhor tem nos dizer dessa operação?! Da legalidade, da lisura dessa operação e quem está ganhando com essa operação desse PUT?

SR. RICARDO MALAVAZI: É, como eu tinha comentado. Esse acordo foi feito especialmente com o objetivo de recuperar direitos que foram retirados dos investidores Fundos de Pensão, desde praticamente a sua, o seu investimento, tá. Desde 99, como eu já frisei aqui, se existe uma operação no Fundo de Pensão que não existe uma característica, nenhuma de mudança de gestão entre a gestão anterior, que teve a oportunidade de estar aqui, e a atual gestão foi justamente o objetivo de recuperar esses direitos que foram retirados. A diferença desse valor, que o Tribunal de Contas da União compreendeu, já compreendeu que essa diferença, ela é uma diferença comum de mercado. Nós fizemos, enfim, as nossas estratégias, quando a empresa tem um controle definido, esse prêmio de controle, ele está embutido na operação. Esse, nós já prestamos todos os esclarecimentos e hoje, o Tribunal já superou essa questão da diferença possível entre o que se chama preço de mercado, porque é um preço na verdade PN de ações preferenciais, são negociadas diretamente na Bolsa de Valores, e a diferença de um preço de ON que detém o controle da empresa, isso nós acreditamos que já superamos, não é. Toda a legalidade da operação está sendo mostrada não só ao TCU, mas como todos os órgãos reguladores, incluindo CVM, incluindo SPC, incluindo todos os nossos supervisores, vamos chamar assim. Agora, Deputado, nós não temos nenhuma dúvida de que esse acordo só trouxe ganho aos participantes, obedecendo todas as normas que esse debate foi suscitado, especialmente às vésperas das assembleias para ocupar a empresa com estratégias para mudar o foco, e o foco que nós sempre damos a essas atitudes são justamente de recuperar os nossos direitos. Obviamente, representando os direitos dos participantes. Todos os participantes nós fizemos já pesquisas internas, todos os participantes que acompanharam desde 99 essa nossa luta para recuperar os direitos, nos apoiaram no conselho, enfim, houve todo um apoio interno, não é? Qual é, vamos chamar assim, o acordo? Imediatamente, nós recebemos o prêmio de controle. Isso é muito é... Claro, não é, para o nosso participante porque nós estávamos longe da empresa. Como eu já comentei com o Deputado que, já foi protocolado na CVM, boa parte de tudo aquilo

que nós comentávamos da empresa que como ela era gerida com interesses distantes do interesse do acionista, que esse é o nosso interesse. Já foi protocolado e isso nos deixa cada vez mais com certeza, de que a nossa atitude foi a melhor para o participante. E nós não temos dúvida que essa gestão, se não conseguir, que é o nosso primeiro objetivo, poder fazer uma negociação, nas melhores formas possíveis para que nós possamos ter o direito ao prêmio de controle, que diga-se de passagem saiu uma reportagem agora na imprensa comentando justamente a questão da TELEMIG. Que é um outro caso que há um ano e meio atrás, teve vários compradores para a TELEMIG vários. Que nós queríamos ter vendido enquanto investidores, sempre Fundos de Pensão tem uma perspectiva de longo prazo, mas nós temos sempre em algum momento prevenir a saída, não adianta eu ficar dentro da empresa e não conseguir transformar aquilo em recursos monetários. Quando, nesse momento que foi demandado, foi é... procurado a TELEMIG para a venda, porque nos interessa transformar isso em rentabilidade, foi recusada por, pelo gestor, pelo OPORTUNITY e hoje a empresa caiu muito de valor. Então esse é, eu estou usando só como exemplo para perceber a forma de gestão. E o nosso acordo é baseado em valores de mercado, baseado em valor econômico que é diferente do valor que chama de mercado à vista, vamos chamar assim. Então foi baseado em critérios internacionais que nós procuramos deixar mais claro ao TCU. Como já comentei aqui que o próprio TCU reconhece que ele não tem alçada para a fiscalização direta, mas como uma atitude de esclarecer a todos. Obviamente, que um Fundo de Pensão também tem esse papel de esclarecer a todos que se interessem, inclusive, enfim, parlamentares. Mas nós não temos dúvidas de que foi o melhor para a nossa, a nossa, para a nossa defesa do direito do participante. O porquê da opção de venda, não é? Quer dizer, essa opção de venda. Porque assim como os investidores, Fundos de Pensão estavam num Fundo de investimento, também o CITIGROUP estava também no Fundo de investimento. E numa negociação, Deputado, justamente o acordo envolve ganhos para todos os lados, ou balanceamento nos direitos e nos deveres, não é. E nos pareceu que justamente esse balanceamento que, diga-se de passagem, reforço muitas vezes não se nota isso. O CITIGROUP entregou, no primeiro momento, o prêmio de controle aos Fundos de Pensão que estavam sendo negados pelo gestor anterior. É que muitas vezes só se olha para frente, mas não se olha no momento. A minha ação valia essa ação de mercado lá PN porque eu não tinha reconhecimento ao meu direito ao prêmio de controle. E instantaneamente eu ganhei o direito de vender a

empresa pelo valor econômico e poder apropriar esse prêmio de controle. Os dois acionistas estão gerindo a empresa de uma forma extremamente profissional e se caso apareça uma oferta boa de compra, faremos essa compra. Agora não temos dúvida que esse preço, valor econômico, cuja taxa de correção real de juros, ela é muito abaixo da taxa de mercado, esse valor foi determinado econômico e daqui, no caso, eram dois anos, agora até outubro de 2007 vai ser corrigido por uma taxa real de juros muito abaixo de mercado. Isso também pouca gente comenta isso. Nos parece, nos pareceu a melhor decisão que foi colocada para os nossos conselhos, como eu procurei mostrar aqui, que é o nosso órgão máximo. Fizemos a apresentação ao conselho fiscal e recebemos apoio de todos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Olha, o relatório do Tribunal de Contas não é o que o senhor está dizendo. Eles, a última movimentação, eu concordo com o senhor que eles [soa a campainha] alegam que não é competência deles em impedir a transação. Mas todas as orientações são contra essa transação. O que vem a deixar uma dúvida é por que a escolha e por que uma opção de compra, e ainda mais --

SR. RICARDO MALAVAZI: De venda, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): -

- De venda exercida única e exclusivamente pela vontade do vendedor que é o caso do CITIGROUP. E foi apontado aqui um preço de 240% acima do mercado. E ainda, deu uma tranquilidade de ficar até 2007, sem mexer praticamente neste assunto. Mas o tempo já está esgotado. Eu não vou adentrar dentro disso. Eu vou discutir depois com o sub-relator, para ver se há tempo de nós convocarmos aqui o CITIGROUP. Também trazermos aqui todas as pessoas que estão, são signatários deste instrumento, para a gente ver qual que é a legalidade e se realmente isso vai garantir os, o patrimônio dos investidores, não dos investidores, mas dos associados do patrimônio, que afeta os funcionários das estatais. E se não der tempo, dentro dessa CPMI, eu vou trabalhar aqui dentro do Congresso Nacional de outras formas para a gente consiga elucidar este, este fato. Muito obrigado, sr. Relator.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço a V.Exa.. Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, ex-deputado Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Meu caro sub-relator e Presidente desta reunião. Eu queria antes, pela ordem, consulto alce haverá ainda os outros três depoimentos previstos para o dia de hoje?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Abicalil, se depender da minha disposição e do meu esforço, sim.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Muito bem. Então, nós nos prepararemos ainda para três oitivas na sequência. Eu vou agora, primeiramente, saudar ao dr. Ricardo e ao dr. Luiz Carlos pelos esclarecimentos que trouxeram aqui. Antes, porém fazendo alguns registros interessantes do percurso feito em torno desta investigação. Anteriormente a presença de V.Sas. esteve aqui dois outros diretores a dra. Eliana, que antes de ser, de ocupar o cargo na direção da PETROS, percorreu uma, um cargo no Ministério da Fazenda, do PSDB, ela não é filiada mas o cargo era de confiança do PSDB. E na sequência, no Ministério da Justiça, também do PSDB. Isso, entretanto, meu caro Luiz Carlos não foi feito em nenhum momento qualquer registro ou tentativa de constrangimento sobre aquela Diretora. Então eu gostaria de dizer em particular, a V.Sa., que o fato de ter feito referências a exercício de gestão administrativa em cargos comissionados de administrações municipais que eram dirigidas pelo Partido dos Trabalhadores só tem um único diferencial entre V.Sa. e os que te precederem, esse diferencial é que V.Sa. esteve em administrações do PT e os outros do PSDB. Sobre os outros, entretanto, não foi feita nenhuma, rigorosamente nenhuma menção ao vínculo administrativo nem sequer a nomeação de quem era dirigente à época. Portanto quero aqui ter como consideração para manter equilíbrio nas ponderações da comissão de que não há nenhum demérito em que V.Sa. tenha exercido esses cargos em administrações do PT. V.Sa. disse claramente aqui que não tem filiação partidária e acredito que deva ter uma experiência profissional anterior ao exercício de gestões administrativas que tenham sido, porventura, capitaneadas pelo Partido dos Trabalhadores. Como demonstrou com evidência que durante os três meses que ocupou o seu cargo não apenas honrou os critérios determinados pela normativa interna da Fundação como, até o presente momento, não há nada que demonstre qualquer evidência contrária a isto. E que atendendo a um convite que deve ter sido conveniente a vossa carreira profissional, optou por, posteriormente, por uma outra tarefa na administração da Prefeita Marta Suplicy. Como houve quase nenhum tempo para a apresentação de V.Sas., como pessoas, como personalidades que vieram aqui, eu gostaria que V.Sa. pudesse dizer, muito sinteticamente, sua formação profissional e as experiências anteriores à gestão da PETROS.

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Sou graduado em economia com pós-graduação também

na área de economia tanto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul quanto também da UNICAMP. Bom, além da experiência acadêmica de cursos, de graduação, de pós-graduação também, tendo ministrado cursos de graduação e de pós-graduação, eu iniciei a minha carreira em Banco, trabalhei no Banco ITAÚ. Já vai bastante tempo atrás. Depois também um período no jornal o Estado de São Paulo, na área administrativa, não o jornal, não --

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Não como jornalista.

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Não como jornalista, mas na área administrativa. Bom foi aí, também assessoriei algumas entidades de classes patronais, enfim, mas sempre ligado a área da economia, mas durante seis, oito anos.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O que V.Sa. manifestou, me satisfaz porque coincide com o critério que a dra. Eliana teria aplicado sobre o juízo que fez nas escolhas que determinou, anterior da gestão dela. Tinha formação acadêmica, tinha currículo comprovado de experiência na movimentação financeira, o mercado e, portanto, as credenciais principais são essas.

SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO: Sim.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Creio que portanto não há a não ser por critério que seja de outro viés, talvez o preconceito, qualquer distinção do ponto de vista da consideração do currículo com que V.Sa. compareceu à indicação da PETROS. Evidentemente que dentro dessa consideração a gente pode observar que a partir das evidências e aí já antenado ao dr. Ricardo de dificuldades de compatibilidade de critérios entre aquilo que foi apontado pela metodologia encaminhada pelo sub-relator e aquilo que se confirmou pelo menos até o momento que não houve a aplicação em FIF nem no BMG e nem no RURAL naquele período.

SR. RICARDO MALVAZI: Existiu anterior que não está.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Antes que não está aqui demonstrado.

SR. RICARDO MALVAZI: Isso.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Eu creio que é muito importante, meu caro depoente, que a exposição que V.Sa. apresentou, assim como a anterior que já foi exposta a todos nós, pudesse ser encaminhada à CPMI de modo a que nós tenhamos alguma referência comparativa. E, evidentemente, fica pendente o esclarecimento metodológico já requerido aqui pelo sub-relator de modo a que nós tenhamos a confrontação objetiva dessas aplicações e desses in-

vestimentos. Entretanto, o senhor veja o que estrago já foi feito. Porque as matérias de televisão, de jornais e etc., antes de escutá-lo, já divulgaram uma inverdade como sendo verdade. E que seguramente não apenas prejudica a informação aos beneficiários do Fundo, aos seus participantes, às trinta e cinco patrocinadores para além da PETROBRAS como, sem dúvida alguma, reflete numa conformação da opinião que já está deformada. E evidentemente, esse é o cuidado que a CPMI tem que ter, e de ao divulgar determinadas informações com esse alcance tem de ter, evidentemente, a reserva para que se faça os mecanismos de correção posterior. Que eu creio, ainda em tempo, nós teremos oportunidade de fazer seja neste plenário da sub-comissão seja no plenário em que se considerará o relatório final. A revista “época”, da semana passada, divulgava um grupo de três jovens expoentes da informática que, dispostos na sua criatividade de criar jogos e multi *e-mails*, inclusive, seja para oferecer conteúdos à telefonia, seja para dispô-los ao conjunto de usuários da rede internacional de computadores, transformaram-se em milionários em menos de um ano. A distinção é de que eles não eram, e não são, filhos do Presidente da República. Não se menciona sequer quem são os seus pais e mães, evidentemente porque são jovens talentosos, estão disputando conteúdos num mercado que é altamente concorrencial e lucrativo. Qualquer referência ao Bill Gates resume o que significa a evolução deste mercado exponencialmente, do ponto de vista de resultados. E acredito que cada um deles, por mais talentosos que sejam, inclusive o filho do Presidente, que pode ser talentoso, embora filho de operário, desejem, almejem crescimento das suas iniciativas, das suas empresas e valorização do seu trabalho. Evidentemente, dentro das regras de mercado. O que V.Sa. apresentou aqui, desprovido de caráter discriminatório, discricionário ou preconceituoso, foi um procedimento administrativo enquanto membro do conselho fiscal da TELEMAR representando o Fundo PETROS. Entretanto, ficou uma falta de clareza em relação às épocas sobre quando houve, efetivamente, o questionamento que V.Sa. trocou com os gestores de relacionamentos, se eu não estou enganado, com a TELEMAR. Se não estou enganado, V.Sa. mencionou que isso ocorreu depois do noticiário.

SR. RICARDO MALAVAZI: Sim.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): E não no período da decisão. E V.Sa. inclusive justificou porque que no momento da decisão isso sequer saltou aos olhos, uma vez que os valores nominados para a contratação desse serviço, e para a participação societária, são valores residuais de dentro do conjunto de volume da TELEMAR.

SR. RICARDO MALAVAZI: Sim.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Confere?

SR. RICARDO MALAVAZI: Dentro da alçada do Diretor e dentro da estratégia, se ele está dentro da estratégia.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Uma estratégia geral, de um produto novo altamente competitivo, onde a OI compete com outras empresas que inclusive são maiores do que ela, evidentemente procurando este mercado usa as suas estratégias. Portanto não houve, aparentemente, até onde V.Sa. retratou aqui, se reportou aqui qualquer ingerência da PETROS no negócio.

SR. RICARDO MALAVAZI: Absolutamente.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Não houve. Do que estou entendendo não houve nenhuma irregularidade do procedimento da TELEMAR frente aquelas que são as suas sócias, correto?

SR. RICARDO MALAVAZI: Correto. Correto, o conselho fiscal, ele é, justamente, ele tem esse papel a posteriori.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Claro, e evidentemente nós teremos de buscar, assim como tarefa da CPMI para ter até ordem de grandeza e relatividade de mercado as concorrentes da OI quanto que investiram em produtos da mesma natureza. E as outras empresas que produzem conteúdo o quanto valem no mercado para comparar com esta. Evidentemente, eu quero aqui dizer que nada afasta a necessidade de se pesquisar, se investigar determinada empresa porque ela mantém vínculos familiares com personalidades da república. Mas isso tem de ser feito de maneira absolutamente republicana e não enviesada. Por essa razão, creio que faltará a nós um trabalho que possa ser investigativo, comparativo e possa relacionar a movimentação da TELEMAR com as suas concorrentes e da GAME CORP, naquilo que produz com as suas concorrentes. E inclusive naquilo que é o mercado publicitário desse produto que precisa ser veiculado como se manifestou aqui, por mais de uma vez, a campanha publicitária em canais de televisão, que eu não conheço, até porque, de fato, às 11 da noite, pouca gente deve assistir este, esse canal que eu não sei qual que é e com um público que deve ter sido pesquisado, evidentemente, para ser --

SR. RICARDO MALAVAZI: A garotada tem uma assistência boa na faixa que interessa.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Claro, para a TELEMAR, o que interessa à anunciante, a anunciante é a TELEMAR ou a OI que é a operadora do celular.

SR. RICARDO MALAVAZI: Ela quer vincular o nome dela ao produto.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Provavelmente isso tem o seu custo portanto. Mas daí a gente inferir que qualquer desvio, tráfico de influência ou benefício de uma determinada empresa vai uma distância bastante grande se nós não tivermos uma comparação relativa a seus concorrentes. Com relação a GLOBALPREV, V.Sa. mencionou que é uma das prestadoras de serviços de atuária da empresa PETROS. Pode mencionar algumas outras?

SR. RICARDO MALAVAZI: Tem STEIA, que já foi referenciada.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Que essa é desde a Fundação?

SR. RICARDO MALAVAZI: Desde a Fundação, é o nosso maior gasto é... bem acima das demais. A VMC, que também é outra empresa do setor, alguns contratos com a MERCER, enfim, tem várias empresas, no mínimo quatro que prestam serviço a PETROS.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): E entre essas quatro o senhor colocaria em que escala de prestação de serviço a GLOBALPREV? É a primeira maior prestadora, é a segunda?

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, não é esse contrato específico que é temporário dado a *expertise* que eu acabei, eu tinha comentado dessa *expertise* de divisão, desse plano antigo --

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): A diversificação do plano.

SR. RICARDO MALAVAZI: Da diversificação do plano que transformou ela em segundo é, é prestadora, um pouco acima da VMC.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Um pouco acima da, é a terceira então --

SR. RICARDO MALAVAZI: Isso.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Isso em relação a maior contratada, vai uma distância grande?

SR. RICARDO MALAVAZI: Muito grande, eu tenho aqui os... foi já enviado esses dados à CPMI, não é? Enfim, de 2003, 2004, 2005 justamente o contratos já mencionado aqui, justamente nesse período de negociação que fez essa, essa diferença, nos dois, nesses três anos na a STEIA teve uma receita de dois milhões e trezentos, nesses três anos a GLOBALPREV quatrocentos e oitenta e cinco e a VMC de trezentos mil reais. Aí tem alguns contratos com a MERCER com a DELOITTE também. No caso da MERCER quarenta mil reais e no caso da DELOITTE cinqüenta e cinco mil reais.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Portanto uma relação aí de proporcionalidade entre os ser-

viços, evidentemente sem mencionar qual é a complexidade de cada um deles que precisa ser considerada. [soa a campainha]

SR. RICARDO MALAVAZI: Em termos percentuais a STEIA corresponde a 72%.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Não entendi.

SR. RICARDO MALAVAZI: A em termos percentuais, nesses três anos, a STEIA corresponde a 72%, a GLOBALPREV 15, a VMC 9 e as outras duas, 1 e 2%.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Tá bem, agora fica se devendo aqui à CPMI, conforme apontou o sub-relator, a informação decisiva em torno das assinaturas prestadas na consultoria em relação aos quatro anos de experiência que estariam previstos na legislação e no contrato. Eu acho que isso merece apenas que V.Sa. ou quem for o responsável na PETROS por esta área, pode não ser V.Sa. diretamente --

SR. RICARDO MALAVAZI: Não sou eu.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): -- nos informe o que ocorreu para, se houve de fato esta ocorrência e se não houve, quais foram as atitudes conseqüentes ao descumprimento eventual desta exigência. Eu vejo, para concluir, meu caro Relator. Que nós tivemos de fato na tarde de hoje uma tarde e noite já, não é? Uma exposição de uma continuidade qualificada do ponto de vista da gestão da PETROS. E aqui estou falando desprovido de qualquer interesse partidário. Em função de que os critérios que observei nos dois depoentes anteriores de experiência, de formação acadêmica, de conhecimento da área e, no caso da --, no caso da dra. Eliana inclusive ela procurando se resguardar na indicação de assessores que tivessem experiência, porque ela mesmo confessou que não tinha. Só tinha experiência acadêmica. Mas antes da acadêmica, na época das privatizações ela estava no Ministério da Fazenda e, posteriormente, na Secretaria de Defesa de Direito Econômico, portanto lidou com muitos interesses em torno não apenas da formação acadêmica, da movimentação financeira, do mercado etc. mas também naquilo que era defesa de contraditórios interesses ou da defesa do interesse econômico como foi o seu último posto antes da PETROS. E o que eu pude observar é que nos dois depoimentos finais dessa, da PETROS mesmo, os senhores conseguiram aliar a experiência acadêmica com aquilo que era, com caráter acadêmico e a formação com aquilo que era a experiência necessária para dar seqüência ao êxito do acolhimento por dentro da PETROS daquilo que são os seus compromissos futuros com os patrocinadores, mas eu quero aqui ressaltar como o fiz nos depoimen-

tos anteriores que Fundações de previdência privada complementar, como é o caso da PETROS, têm um interesse nacional muito além de saldar as suas contas com os participantes e beneficiários. Diz respeito diretamente a participação no desenvolvimento nacional, em investimento produtivo e, por essa razão, tantos interesses contraditórios a disputam. Ou nos negócios de que participa, disputam o controle desses negócios que não seriam feitos se não fosse o aporte financeiro dessas instituições. Creio que por hoje os esclarecimentos trazidos aqui evidentemente resultam numa pauta pendente ainda de esclarecimentos e que, ainda em tempo, até que nós tenhamos relatório final, todos esses aspectos possam ser devidamente esclarecidos e aquilo que precisar ser reparado perante a opinião pública, a cidadania e a economia brasileira nós teremos as condições de fazê-lo, ainda que não repararemos o dano de hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Abicalil, eu queria apenas registrar que em nenhum momento foi imposto qualquer constrangimento ao dr. Luiz ou ao dr. Malavazi, muito pelo contrário. Eu acho que tenho procurado dar um tratamento muito igual a todos os depoentes que aqui estão presentes.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Foi tão igual que as perguntas foram rigorosamente as mesmas para os cargos equivalentes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E também, hora nenhuma classifiquei como demérito o fato dele ter ocupado cargo de confiança em administrações do PT. Aliás, fiz questão de registrar que, e fiz isso logo no início, que reconhecia a experiência técnica e a experiência acumulada pelo dr. Luiz antes dele assumir a diretoria da PETROS.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O que eu lamento, Deputado, é que esse mesmo --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu acho que ele próprio, eu acho que ele próprio.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Poderia ter feito o mesmo com a dra. Eliana.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Acho que ele próprio é testemunha disso, a dra. Eliana disse aqui que cargos exerceu e sempre escolhida por critérios técnicos. V.Exa., não queria entrar nessa discussão, vai reconhecer que existem diferenças grandes de ocupar secretaria municipal de finanças é uma determinada Prefeitura e ocupar uma função burocrática num órgão do Ministério da Justiça. Porém, eu não vou entrar nessa discussão porque eu não classifiquei

como demérito hora nenhuma, a vida pregressa do dr. Luiz. Assim como também V.Exa. disse que não houve tempo para a apresentação. Ora, a primeira coisa que esse sub-relator faz é dar o tempo necessário para que cada um faça a apresentação que bem quiser e entender. E assim eu o fiz. E V.Exa. estava, acho que no início da nossa reunião e deve ter visto. Não apenas com eles mas como com todos os outros dirigentes de Fundos de Pensão e todos os depoentes que passam por esta CPMI. Tempo livre para apresentar o que quiser, dizer da sua experiência e contar o que quiser. Terceiro, fiquei curioso, se V.Exa. pudesse me dizer, que fez referência a três jovens numa revista, revista "época", quem foram os três jovens?

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Posso trazer a matéria que não tenho aqui. Até pedi à assessoria que trouxesse. Mas a revista época da semana passada, mencionou exatamente uma reportagem sobre jovens talentosos na criação de conteúdos --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só curiosidade. [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Pode ser esta matéria sim. Um empresário de 28 anos já derrubou 1500, era *orkut*, isso aqui é *orkut*. O outro é passar o dia na *internet* é legal. Aí vem freqüentando as comunidades e os criadores de conteúdos que estão lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas que tiveram esse tipo de investimento de cinco milhões de reais?

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Não, que eles têm, têm a potencialidade de serem milionários em função daquilo que realizam.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então são coisas diferentes.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Menciona o nome deles, Luiz Ricardo, não diz o sobre nome, portanto não pode dizer qual é a sua filiação, qual é a sua origem, qual é a sua gênese e o segundo chamado Bruno Gola.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas esta foi apenas uma curiosidade.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Isto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E por último eu disse aqui a V.Exa. que disse aqui claramente e chegaremos a um termo comum com o dr. Malavazi sobre os vinte e dois milhões e meio que estariam registra-

dos como Fundo de investimento financeiro e que ele atribui que pode ser FIDIC.

SR. RICARDO MALAVAZI: Não, pode não, é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que é FIDIC. Então eu quero insistir que a base da CETIP que é quem nos orienta apresenta como cota de Fundo.

SR. RICARDO MALAVAZI: Só, Deputado, desculpa. Só, me coloco à disposição para esclarecer, mas não é só esse o item.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero até que o senhor --

SR. RICARDO MALAVAZI: Também tem os dados antigos. Que eu vou pedir para imprimir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem todo o direito de mandar aqui para a CPMI as informações que constem da PETROS. Só que também saia daqui com a seguinte certeza, nós não inventamos nada, os números são todos colhidos na base do Banco CENTRAL. E a partir daí são processados. Inclusive fizemos questão de detalhar todas as operações para que não houvesse dúvida das datas, dos vencimentos etc. Mas, com relação a essa questão do FIDIC, em si, de fato nós pedimos, eu pedi para que a assessoria checasse, porque é uma diferença de um Fundo para outro. Na CETIP não consta como FIDIC, porque o enquadramento que eles dão à FIDIC é outro, e não esse, porém isso vai ser checado e devidamente confirmado. Agora V.Exa. fique à vontade para mandar qualquer tipo de informação. Deputado Bittar V.Exa. quer? Eu gostaria de sugerir cinco minutos de interrupção para pequeno descanso e retomaremos. Eu agradeço a presença de V.Sas.. Não, 5 minutos para interrupção.

Sessão suspensa às 21h08

Sessão reaberta às 21h25

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro reaberta a décima sétima reunião da sub-relatoria de Fundos de Pensão e convido para tomar assento à mesa o sr. Mário Cezar Silva Serpa, ex-diretor de investimentos da FUNCEF. Sr. Mário Cezar, já assinou o termo de compromisso que está sobre a mesa. Comparece na condição de testemunha. Se faz acompanhar do dr. Manoel Guilherme Fernandes Donas, que é o seu representante, portanto o seu advogado. Dr. Mário Cezar ocupou a diretoria de investimentos da FUNCEF de 5 de setembro de 2001 a 20 de março de 2003. Como é hábito do nosso trabalho. Eu quero, inicialmente, conceder a palavra a V.Sa. para que o senhor possa fazer a apresentação do seu currículo profissio-

nal, das suas qualificações técnicas, do seu histórico nas atividades que realizou seja na FUNCEF ou fora dela e também para deixar o senhor à vontade a fim de tecer qualquer comentário de caráter introdutório que o senhor considere oportuno para o desenrolar das nossas indagações. Então, imediatamente tem o senhor a palavra.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Muito obrigado, boa noite a todos. O meu currículo profissional e acadêmico, principalmente acadêmico, talvez um pouco conturbado no início. Comecei a minha vida universitária fora do país, em Universidade Americana. E vim para o Brasil, fiz dois cursos aqui na UNB, um de física e outro de engenharia civil, infelizmente incompletos e sou formado em economia. Tenho também uma MBA em finanças pela FGV, alguns artigos publicados inclusive com doutores lá da FGV e sou funcionário de carreira da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Onde ingressei em 1989. Toda a minha vida, toda a minha vida na área financeira, desde o primeiro dia entrado na, em que entrei CAIXA ECONÔMICA, onde ocupei vários cargos desde o mais baixo nível como escriturário passando por analista, enfim, gerente de núcleo, gerente de nível maior. E depois, na Fundação também como gerente, na Fundação, na FUNCEF, como gerente de programação econômico financeira e depois como Diretor. Atualmente, eu não estou de volta na CAIXA, estou licenciado, na realidade licenciado desde que fui para a FUNCEF uma licença especial que existe. E toco, enfim, minha vida profissional com uma empresa de consultoria. Essa é a, é a introdução que eu tenho a fazer do meu currículo, né. Então é, efetivamente, Deputado, toda a minha vida voltada a área financeira. Eu não tenho, enfim, nenhuma outra qualificação a não ser a técnica. Aliás, o motivo da minha apresentação convocado na sexta-feira, meio-dia, meio-dia e trinta é talvez um pouco reduzida a apresentação pelo curto espaço de tempo que eu pude para levantar os dados junto a FUNCEF que, prontamente me encaminhou que tinha solicitado e algumas outras poucas informações que eu tinha, pessoais, ainda gerenciais. São dados que eu vou, pretendo apresentar para os senhores, sobretudo pelo lado de como que a gente geria a Fundação, os modelos que nós implementamos, as formas de atuação na Fundação porque esse é o único lado realmente que talvez eu possa agregar não o lado técnico, o lado político.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu só gostaria de solicitar me perdoe a V.Sa., que fosse sucinto e procurasse ser, eu diria que, dinâmico na apresentação.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque ainda temos outros dois depoentes.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Tá, *ok*. Tá, *ok*. Então vamos lá, por favor. A introdução que eu começo tentando mostrar para os senhores exatamente o que a gente fazia na Fundação. Só um pequeno parênteses, Deputado, eu fui para a Fundação em 1999, em fevereiro de 99, entrei lá efetivamente em abril de 99. Portanto, eu estava lá desde outras duas administrações, está certo? Uma que ficou até outubro de 99 e uma outra que iniciou-se depois com a minha entrada como Diretor em 2001. Então, diversos das coisas que eu vou colocar aí, se referem também a algumas atuações e propostas que eu fiz para a Fundação, para os modelos de gestão da Fundação inclusive como gerente. O primeiro ponto que eu gostaria de ressaltar a V.Exa. É a filosofia de gestão. Eu tenho uma percepção muito clara e eu não quero ser também, quero tentar agregar para os senhores aqui, V.Exa., imagino já tenham isso demasiadamente alguém falar sobre o assunto. É que a filosofia de gestão que a gente colocou para o nosso plano de benefícios, nós tínhamos mais de um plano, mas o maior de todos eles é denominado REPLAN, era o plano de benefício definido. Então a perspectiva que a gente teve no início de 99, era, sobretudo em 2000, era de que a gente deveria gerir o Fundo segundo o seu passivo atuarial. Ou seja, todo o Fundo de Pensão com características no seu plano de benefícios definidos tem um fluxo de pagamentos futuros. E a gente não imaginava que esse tipo de gestão pudesse ser qualquer coisa diferente do que uma locação que fosse absolutamente direcionada a esse passivo. Infelizmente, a época que a gente chegou lá na Fundação, um dos pontos principais da filosofia de gestão era tentar traçar um nível maior de governabilidade ativos. Para os senhores terem uma idéia, a carteira que nós pegamos de renda variável, por exemplo, em 99, ela tinha cento e vinte e um papéis. Cento e vinte e um papéis, a carteira própria. Daí os senhores têm como imaginar o que é cento e vinte e um papéis, ações distintas para ser gerenciado, realmente uma coisa um pouco difícil, não é? E, mais à frente a gente vai mostrar que a gente reduziu drasticamente essa quantidade da papéis? Então a idéia era dar governabilidade nos ativos, com transparência, controle e muita participação em cada um dos segmentos da Fundação. No Fundo, no Fundo, a filosofia de gestão era muito mais na perspectiva de reduzir a subjetividade da gestão. O que a gente vê, e eu tenho hoje uma empresa que também atua em Fundos de Pensão, é que determinadas pessoas perguntam: Porque o senhor compra papéis “X”, “Y” e “Z” em tais e

tais quantidades. Ah, porque a gente acha que isso pode ser bom, porque isso tem uma boa perspectiva, o nosso foco e diretriz o tempo todo na Fundação foi: A gente não gosta de papel de forma nenhuma. A gente não quer nem saber se o papel é um papel de segmento de mineração ou de elétrica, o que importa é, esse papel agrega ou não agrega valor, qual o tamanho do retorno e qual o tamanho do risco identificado para cada papel. Ou seja, o que a gente vai passar a mostrar daqui para frente são os diversos modelos que a gente criou para tentar eliminar a subjetividade. Como tentar ser o mais objetivo possível. E os mandamentos eram sempre de, óbvio, honrar os compromissos de forma ética, legal e segura. Um dos pontos que a gente fez questão de colocar lá na Fundação e isso foi das grandes Fundações, talvez a primeira com tanta abertura foi um, um site da Fundação com todos os números. Números esses que eu tenho aqui hoje, vou trazer para os senhores, que à época eram absolutamente disponíveis para todos sem ter que entrar com senha, quer dizer, qualquer um era possível entrar no site da FUNCEF e ver o seu desempenho como estava, não é? De fato, como disse, a questão de governabilidade dos ativos, nós fizemos sim uma guinada bastante significativa de 99 em diante por quê? Porque à época o que a gente percebia era que cada segmento de aplicação da Fundação era sempre comparado com atuarial, sempre comparado com atuarial. E a gente na, melhor das perspectivas, víamos o que portfólio não pode ser tratado assim. Renda variável não pode ser tratado com *benchmark*, por exemplo, de preço. Nós não podemos fazer isso, senão a gente não está sendo eficiente. Mais à frente a gente coloca isso. Então o reordenamento foi em diversos segmentos da Fundação, inclusive nas regras de conduta, ética interna e com terceiros. Forma de conduta do nosso pessoal com os terceiros. E o marco inicial que a gente tem para que a gente conseguisse com maior brevidade possível a governabilidade dos ativos, foi a opção pela terceirização de diversos ativos. Então o que a gente fez foi, fizemos diversas estruturas de veículos de investimentos para que a gente conseguisse dar governabilidade com a ajuda da terceirização, de Fundos terceirizados. Esse foi o marco inicial nosso. Não abrimos mão da gestão própria, mas sim pegamos diversos gestores, a gente mais à frente vai falar a respeito e fizemos com que esses gestores nos ajudassem na governabilidade, trazendo liquidez aquilo que não tinha liquidez e maior governabilidade nos ativos através do aporte desses ativos em Fundos terceirizados. Bom. Esse é o ponto, talvez o slide mais importante, na minha opinião, para Fundo de Pensão. Estamos sempre falando em Fundo de Pensão com

característica de planos de benefício definido, a balança aí é justamente para identificar que o que é necessário para um Fundo de Pensão de benefício definido é que se tenha inter temporalmente o retorno atuarial atingido. E como é que se faz isso sem, sem, conquistando eficiência de mercado? Então, de um lado da balança nós temos o índice atuarial, em regra, e no caso da Fundação, INPC mais 6. Do outro lado é o tripé de geração de receitas que eu sempre denomino ei. Ou seja, a Fundação tem em três grandes macro segmentos, renda fixa, variável e investimento imobiliário. O que importa é para cada um desses segmentos, para cada um desses segmentos que a gente tenha referenciais *benchmarks* definidos. Por que é que isso é importante na hora de se traçar uma LM? Porque na hora que a gente colocar, por exemplo, na renda fixa onde a gente tem FIC, FAC, debêntures e a gente traça um *benchmark* para aquilo dali a gente está sendo eficiente quando a gente se compara no segmento como o de mercado. A mesma coisa vale para a renda variável. Definitivamente em minha opinião é absurdo a gente comparar retornos de Bovespa, por exemplo, que é o *benchmark* escolhido nosso, Bovespa médio com atuarial, quer dizer, não faz muito sentido. Porque os ativos têm perspectiva de risco completamente distintos. E a mesma coisa serve para hotéis. E o modelo que nós criamos de 99 para 2000 era justamente, tem outros modelos de LM, eu posso até abordar aqui se tiver tempo mais à frente. Mas o modelo que a gente desenvolveu para a Fundação, lá em 99, implantado em 2000, era tentar fazer dados os *benchmarks* de cada segmentos, dados referenciais de cada segmentos, CDI, Bovespa e preço fazer uma alocação tal, coloca lá “X” por cento de recursos garantidores da reserva técnica, “Y” por cento de renda variável e W por cento em investimento mobiliário, quer dizer, colocar a exata quantidade de recursos nesses segmentos que cada um tem uma perspectiva de retorno vis-a-vis uma volatilidade que é o índice que a gente usa para risco que ao longo da trajetória do fluxo de pagamento de benefício a gente consiga exatamente cumprir o retorno atuarial. Ou seja, não há porque a gente ter alocações não otimizadas, como dessa forma, porque se a gente fizer dessa forma a gente pode estar ou muito acima e inexoravelmente acima da curva de fluxo de pagamentos previsto a gente está incorrendo mais risco, ou muito abaixo, não atingir o atuarial. De fato o que a gente quer mostrar aqui é que essa alocação de quanto se colocava, essa trajetória era dada, de novo, inter temporalmente, para os próximos anos, sempre marcando a mercado cada um dos ativos, para que o retorno de cada um desses componentes, no seu conjunto, traduzisse o exato re-

torno atuarial. Esse é o ponto, na minha opinião, mais importante de gestão e é o modelo que a gente implementou, imagino que esteja ainda hoje lá na Fundação implementado. Mais ainda, Deputado, talvez, só para colocar bem claro aqui. É que assim, diversos LMS podem ser feitos da seguinte forma: Ah, nós temos atualmente um superávit, então vamos deixar esse superávit de lado que a gente pode aplicar em outros segmentos, em outros ativos e vamos pegar o remanescente e vamos fazer uma alocação para cumprir o retorno atuarial. Definitivamente isso não pode, na minha opinião, ser feito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu só, me permita interromper um pouco. É evidente que, na medida que o senhor faz a apresentação, o senhor acaba contornando um pouco aqui a lógica nossa de indagações que, fatalmente, levariam o senhor a responder essas perguntas, porém com uma dinâmica diferenciada. Eu não vou, obviamente, tolhe era ao senhor a possibilidade de fazer a apresentação. Agora eu queria que realmente o senhor fosse muito objetivo porque nós temos aqui um questionário extenso e para a dinâmica da evolução do trabalho da CPMI é fundamental que a gente possa vencer esse questionário e aí depois o senhor pode acabar tendo que ser repetitivo de ter que dizer --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Ok.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Outras coisas que já disse aqui. Então eu não quero impedir que o senhor faça a apresentação. Agora eu queria que o senhor fosse assim muito objetivo nas questões da FUNCEF, propriamente que é o que nos interessa no período do senhor. Do ponto de vista genérico eu até agradeço, o senhor se mostra um conhecedor exímio da área de Fundos de Pensão. Mas assim, quanto mais o senhor puder focar na FUNCEF eu agradeço para que a gente possa avançar e tenha condições de agir com objetividade nesse questionamento.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Ok. Bom. Enfim, mas o que a gente estava falando é se aplica, Deputado, exatamente à FUNCEF. É ponto para a FUNCEF. Bom, depois da macro alocação de ativos, o que a gente implementou na Fundação foi a microalocação. E essa microalocação, ela que ser traduzida de tal sorte que ela atenda os requisitos e as diretrizes da macroalocação. E o que a gente fez? A gente fez, nós temos a carteira terceirizada de renda fixa e renda variável, a onde a gente estabeleceu um processo de seleção de Fundos e gestores. Imagino se isso for pergunta, então eu explico detalhadamente mais à frente. Mas a gente tem um modelo formal de seleção de

Fundos gestores. Que se dá por dados públicos, a gente pega, enfim, uma avaliação bem grande, não é. E se monta, ao final eu posso explicar pormenorizadamente aos senhores como isso é feito, se assim desejarem, e ao final a gente seleciona, tem várias etapas, até o duo dillers(F) no final com os gestores, a gente no final pede para que seja feita montagem de um Fundo conforme aquele que a gente pegou em mercado. Também, na seqüência, o que a gente fez foi estabelecer processos de alocação, gerenciamento e acompanhamento, e avaliação dos recursos. Com fronteira eficiente, mais à frente também, enfim, se for pergunta eu posso explicar como é que era esse processo de alocação. E o principal, nessa carteira terceirizada, que a gente fez foi o modelo que a gente chama de Fundo de Fundos o nome pode ser esquisito, mas são vários FACs, acho que os senhores devem estar já acostumados com essa nomenclatura, são Fundos de aplicação de cotas em FIFs, a gente montou uma série de FACs que aplicavam em FIFs embaixo. Isso tem inúmeras vantagens sobre o conceito de alocação eficiente dentro, intra FACs e fora desses FACs. Tem também vantagem de avaliação de risco de crédito entre eles, a gente pode abordar isso mais à frente. E obviamente nós temos um critério de avaliação de performance de cada um deles. Não deixamos de ter também a carteira própria em renda fixa e variáveis, por que não? Porque é que a terceirização foi uma opção não 100%? Porque a gente julgava que depois da governança adquirida, a gente poderia trazer esses ativos de volta, como fizemos, e também estar em mercado é uma condição *sine qua non* para que a gente avalie os procedimentos que são feitos dentro dos Fundos também. Quer dizer, a gente ter a nossa carteira própria, seja renda fixa ou variável também permitia isso. E nessas carteiras próprias nós temos modelos próprios nossos. Eu desenvolvi, minha equipe, modelo de precificação, como é que se precifica título público federal, como é que se precifica, como é que se coloca *rating* para crédito. Como é que se monta uma carteira de renda variável, líquida, não é, mercado. Quer dizer, por que se compra PETROBRAS, VALE, ou qualquer outra? Por que é que compra esses ativos e não compra outro? Por que se compra é 10% não é 10, 5? O modelo está todo destrinchado e montado lá dentro. E o outro ponto importante na microalocação de ativos é que nós iniciamos o que se chama de imunização da parcela de passivo. A FUNCEF detém hoje ou pelo menos na minha época, uma curva de passivo que traduzia 50% já de benefícios de risco expirado. O que quer dizer isso? São pessoas já aposentadas. Portanto, para esse segmento do passivo, esse segmento do passivo era importantíssimo que a

gente tivesse uma, um carimbo, uma imunização desse passivo com risco, o menor possível. E isso a gente começou gerenciamento e eu não, não temos como, eu não tenho como dizer se isso está finalizado hoje. Enfim, os próximos podem dizer. A gente também criou instâncias subsidiárias a decisão de investimento. Apesar de todos os modelos, nós criamos o comitê interno técnico da DEFIM, onde a gente fazia todas as apresentações de investimentos da carteira própria e de terceiro, tanto de renda fixa como de variável. Cenários econômicos, todas os relatórios eram feitos e apresentados neste comitê. E há também a avaliação dos relatórios de risco. Segundo mediana de assunção de risco de mercado, que é o chamar VAR, VALUE AT RISK, e a gente comparava cada um de seus Fundos contra a média de retorno deles na carteira. Então a gente tinha posição exatamente onde é que os Fundos estavam, se estavam bem colocados ou não, em quadro antes que a gente chamava. Criei uma outra, isso é, em várias diretorias outras, foi tentado mas, vou dizer, felizmente, foi criado comigo. Nesse ponto eu acho importante uma pequena pausa aqui, e dizer o seguinte. A Fundação sempre teve muito de participações. São o que os senhores vem questionando e avaliando BRASIL TELECOM, TELEMAR, FIAGO, diversas participações. Eu julguei por bem e convenci a diretoria de criar uma coordenaria e não ficar esse tipo de ativos que tem características distintas dentro da gerência de investimentos e criamos essa coordenaria. Mas talvez por um equívoco meu e aonde talvez eu me lamentasse mais, das coisas que eu tenha criado ou ajudado a criar na Fundação seja essa coordenaria. Porque, a idéia era assim, ter uma equipe estruturada para acompanhar ativos e alternativos de participações estratégicas. Porém o meu objetivo final sempre foi de vender todas, todas as participações. Isso, isso não significa, não estou querendo dizer aqui, sr. Deputado, que eu não ache que as participações sejam importantes. É que para a Fundação, para a FUNCEF, na minha opinião, e segundo o modelo de macroalocação não era necessário. E esse é o tipo de investimento que a precificação é difícil, a volatilidade é praticamente impossível e o nível de agregação de diversificação é questionável. E, por notícias de jornais, infelizmente, eu vejo que hoje também os passivos lá podem ter mudado, eu vejo que, definitivamente, Fundo de investimento e participações, FDCS passaram a ser uma, ativos em pauta novamente. E isso, a minha opinião, não era razoável nem necessário. Mais do que isso, não era necessário. Por fim, uma outra instância que a gente criou foi o laboratório de finanças, que a gente tinha diversas simulações, enfim, de novos modelos para, como foi o caso de um modelo de, de limite e,

definição limite de crédito, não é. A estruturação de governança é um pouco mais rápido agora, andando. É onde a gente criou, desde 99, o fluxo de caixa. Era uma empresa que precisava realmente ter um fluxo de caixa melhor estruturado. Tanto de curto como de longo prazo. Criamos lá, e eu fui para isso na gerência de programação econômico financeira, toda uma estruturação da programação econômico financeira e orçamento de lá, com simulações de ativos, e etc. E criamos também, por conta de tudo isso a estruturação da área de risco. Criando, para a Fundação, manual de precificação de ativos de mercado e matriz de risco de crédito. Uma outra coisa que eu julguei importante colocar aqui. E eu era gerente ainda quando dei a idéia em 15 dias da Fundação, sr. Deputado, é o resumo das operações diárias. Todas as operações diárias da Fundação na minha época, em uma única folha estavam registradas diariamente. Por que é que a Fundação aplicou em tal título, por que resgatou, aonde aplicou, grampeado lá está o fluxo de caixa do dia, o resumo de como foi o mercado, uma síntese do que foi o mercado. Um resumo de todas as operações diárias com as suas pertinências e por conta de qualquer deliberação que tenha sido tomada também estava anexado nesse resumo das operações diárias. Um outro é ... documento que a gente tinha, está aqui em minhas mãos, é o BIG, que a gente chama, Boletim de Informações Gerenciais. Esse BIG, ele contempla desde comparação de rentabilidades, renda fixa, renda variável, as movimentações de carteiras, todos os meses. É enorme o relatório e esse relatório saía todos os meses na Fundação. Nós temos, esses relatórios eu tenho, obviamente até 2002. Inclusive, foi motivo de solicitação na FUNCEF me providenciaram prontamente na segunda-feira pela manhã. Esse boletim era muito importante para fins de controle. Todo mundo que a gente recebia na diretoria sempre, depois nós fazíamos os relatórios de visitas com o acompanhamento sistemático de quem foi, quem tratou e nunca sozinho. Eu sempre recebia com alguém mais para não dar qualquer margem de, enfim, possibilidade de qualquer colocação indevida, enfim. E o controle de ordens de renda variável. O que a gente implementou na mesa de operações da FUNCEF era: Não existia condições de ninguém, de ninguém fazer qualquer tipo de: "Olha, compre tanto de PETROBRAS". Não, a gente ficava com o microfone aberto com a corretora o tempo todo e cada um, cada um dos lotes que eram comprados ou vendidos eram registrados e, ao final do dia, com hora, data, volume e preço médio batidos, com fax encaminhado por cada uma das corretoras que a gente tinha selecionado. Então, não existia mais: "Faz isso". E chegava no final do dia passa, vamos

passar aqui a conta para ver quanto é que foi. Não, um a um. Um a um das operações. Botamos também a gravação na mesa de operações, que não tinha. Inclusive na mesa dos diretores. Todo mundo de cargo estratégico tinha. Todos. Tínhamos um questionamento à época se isso era lícito, se não era, porque estava gravando, todos. Isso é importante porque quando eu cheguei na Fundação, além da mesa de operações, na sala do Diretor, na minha sala que depois virou a minha sala, tinha uma, um terminal para operar. Isso foi eliminado, tirado de lá a bem se dizer, não foi nem por mim, foi pelo Diretor anterior, sr. Luiz Carlos Caseta que fez isso. E toda a mesa era gravada, inclusive dos diretores, queria frisar que inclusive dos diretores. Muito bem. Os dois pontos, e mais importantes, são as CNS de norma de investimento e a seleção de corretoras que eu posso explicar mais à frente como cada uma tem traduzido. Depois um momento importante que a gente fez foi a completa estruturação dos recursos humanos. Trazendo maior *expertise*. Todos tinham formação na área. Eu tinha, na realidade a minha equipe, quero fazer aqui até um elogio, é um sonho em qualquer executivo gostaria de ter, definitivamente, extremamente competentes, todos. Implementamos o manual de governança que eu tenho aqui comigo. Recentemente eu vi também que foi relançado pela Fundação. Mas esse é o manual de governança corporativa, podemos falar dos processos de seleção de conselheiros, modelo de, de acompanhamento das reuniões, a disponibilização disso daí na *internet* que a gente fez e etc. E depois também colocamos instrumentos e regras da mesa de operações. Agora o mais importante de todos que eu acho, talvez, da estruturação de governança foi o patrimônio online. Nós colocamos na FUNCEF o que a gente denomina de patrimônio online. Se os senhores quiserem, V.Exas. quiserem saber quanto que estava o patrimônio naquele exato instante da Fundação, e se estávamos com déficit ou não, nós tínhamos condições inclusive de simular operações e ver os resultados. Isso, na minha época, estava feito. Mas como é que você faz, podem perguntar: Mas como é que você fazia o patrimônio online para imóveis. A gente tinha a metodologia de pró rateamento das cotas para aquele momento. E o resto tudo estava a minha carteira própria estava vinculada com *broadcasting* que era, enfim, o Vendor que a gente tinha na época, e mostrava online como é que era a flutuação do nosso patrimônio, isso estava feito. Da parte de estruturação de controladoria nós montamos, como eu falei, todos os relatórios de avaliação de risco, fazíamos a abertura constante das carteiras dos Fundos terceirizados, inclusive com batimento das cotas desses Fundos ao CDI diariamente,

e fazíamos o que a gente denominava, do acompanhamento sistemático do tripé de risco, rentabilidade e liquidez. O que é que isso significa aqui, talvez seja a importância maior. Porque a gente tinha que avaliar também eventuais prejuízos na margem, que poderia acontecer dentro dos Fundos. Uma coisa é rentabilidade global, outra coisa é saber como é que cada um se comporta lá dentro. A gente tinha abertura dessa carteira diariamente e relatórios.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Apenas para disciplinar. Porque senão a gente vai comprometer de fato --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: O senhor acha que está muito lento?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Toda a condução do trabalho. Então eu queria conceder ao senhor mais oito minutos para que o senhor pudesse avaliar o que considera ser essencial nessa apresentação inicial --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Tá bom.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque nós já vamos, quando eu conceder esses oito minutos, completar quase 45 minutos de apresentação de V.Sa. E aí é claro que tudo isso o senhor vai ter condições de expor, mas na condução das perguntas. Porque senão realmente fica uma apresentação, e não foi para isso que V.Sa. apenas veio aqui.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu peço desculpas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, queria que V.Sa. --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Peço desculpas de não estar atendendo a contento. Mas vamos em frente. Bom, fizemos lá a simulação dos ativos. Projeção dos ativos. Os modelos de definição de rentabilidades mínimas e perdas máximas. Isso era importantíssimo para que a gente pudesse ter um acompanhamento mais de perto. Depois então falo da política de risco, como foi implementada. E agora esse ponto da estruturação de modelo de privação de capital eu acho que é importante, sei lá, 30 segundos aqui. Modelo de privação de capital, desculpa, significa que é o modelo de gestão que a gente fez aonde a gente avaliava ex-ante se o Fundo estava comprometendo ou não a rentabilidade na microalocação e se isso tinha consequências para a macroalocação e por conseguinte o atingimento da meta atuarial. Os senhores quiserem eu faço uma apresentação do que é essa preservação de capital. Mas é mais ou menos assim, o Fundo tinha um TARG, tinha uma meta de 105% do CDI com limite mínimo de

98. Quando ele começava a bater 99 a gente já começava a ver que esse Fundo por algum motivo estava perdendo dinheiro. E aí ele dava o sinal de que eu tinha que ligar para o gestor e fazer a realocação do Fundo ou saque. Fizemos política de consequência, padronização dos regulamentos e contratos, todos, cada um dos contratos eram padronizados segundo a sua categoria. As ações resultados foram a venda da SASSI, um bilhão e sessenta e cinco milhão reais. A MARICEL e TELECOM que deu 98% do valor contabilizado. E isso tudo nos proporcionou prudência e conservadorismo no provisionamento diverso da dívida em 2000, a dívida da CAIXA para com a FUNCEF que dois meses depois da minha saída ou três meses foi concretizado, ainda bem. Mas isso aí impactou em superávit direto lá. Diversas medidas jurídicas em relação a empresas como PUT, nós, nós encaminhamos todas as operações porque nós pedimos a auditoria quando entramos e quando saímos para entregar para a nova gestão, diretoria, tudo o que foi avaliado em pré 99 e mandamos para o Ministério Público, CVM etc. SPC. E enfim, para que eu não perca os próximos slides dentro dos meus oito minutos. A gente, definitivamente, eliminou, nós eliminamos risco de crédito dentro da carteira própria. Nós não tomamos um único risco de crédito dentro da carteira própria e fizemos as definições para a carteira terceirizada. O que a gente fez também foi fechar um déficit gerencial de 1,8 bilhões de reais entregando a Fundação equilibrada, aliás, equilibrada com superávit. O próximo slide é só para mostrar para os senhores como é que foi a evolução total, global da Fundação, da renda fixa da Fundação em CDI. Vocês observem que a gente tinha um patamar em torno de 90% de retorno do CDI, que é U, um *benchmark* do segmento e entregamos com cento e cinquenta, cento e cinquenta porque aí os Fundos na época não contribuíram como deveriam, porque a carteira própria dava duzentos e oitenta. Mas já começamos. Agora, esse talvez o mais importante para mostrar. Olha o que fizemos com a Fundação, srs. Deputados. Esse quadro mostra a evolução da rentabilidade acumulada. Aqueles números ali embaixo, sr. Deputado, ali onde tem cento e doze milhões o primeiro, significa dizer o seguinte: O que a gente aplicava, se nós estivéssemos simplesmente passivamente aplicados no Bovespa, sem esforço gerencial algum, só seguindo o Ibovespa e é muito fácil fazer isso, tem modelos para isso. Inclusive na Fundação a gente implementou. A gente, olha quanto a gente perdia em relação ao *benchmark* e conseguimos reverter isso a partir de 2001 em diante. Agora imagino que esteja melhor ainda. Bom, esse, enfim, no caso a renda fixa, renda variável, como ela se comportou em torno de retorno ao longo dos anos, não é. Esse é

um pouco melhor. Por fim, então, por favor. Por fim, o que eu queria colocar para os senhores é que, enfim, é muito pouco tempo para quem foi convocado sexta-feira meio-dia, tentar mostrar esses números que são, efetivamente, números gerenciais, eu não sei se efetivamente batem com a contabilidade. Mas o intuito aqui é mostrar para os senhores e contribuir aqui é para a evolução, como é a evolução da Fundação depois desses modelos implementados. Se está melhor, se não está e, enfim, traçar um ponto de, um ponto de, enfim, avaliação. E eu queria deixar para o senhor, Deputado, quando do meu último voto à diretoria eu, eu fiz um voto demonstrando, esse é o anexo do voto, demonstrando todas as realizações nossas de 99 até a data que a gente saiu e deixei também escrito quais eram os, as realizações necessárias os próximos passos, não é? A questão que eu gostaria de talvez colocar aqui para os senhores, eu sei que o meu tempo já estourou, dois minutos. A minha preocupação com a certificação de dirigentes, que eu gostaria, enfim, no debate eu posso falar sobre isso. Bom, falo também um pouco depois da minha, talvez inocência de pensar da FUNCEF como entidade de direito privado, sempre pensei em traduzir a FUNCEF como um ambiente rigorosamente técnico e afora de qualquer tipo de movimentação política. E queria, definitivamente, colocar para os senhores o meu auxílio a hora que for necessário para essa CPMI, o retorno a qualquer momento. E se assim os senhores desejarem, a quebra de todos os meus sigilos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, isso é desnecessário até porque o senhor está aqui na condição de testemunha, não de investigado. E eu informo que contra o senhor não pesam, a priori, nenhuma, não pesam denúncias que justifiquem tal medida. Mas, eu queria saber quem que foi responsável, quem é que foi o responsável pela indicação do senhor para a diretoria Financeira da FUNCEF?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Bom, quem, quem efetivamente me deu posse foi o Presidente Emílio Carazzai.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem convidou o senhor para assumir o cargo?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Foi o Presidente da Fundação, sr. Edo Freitas, era o Presidente à época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na opinião do senhor que critérios pesaram para a escolha do vosso nome quando da seleção para a diretoria Financeira da Fundação?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Bom, eu acho que, eu acho que a minha, o meu histórico dentro, tanto profissional, definitivamente sempre técnico, e o que a gente vinha construindo desde 99, a bem da verdade, desde essa, essa administração, 99, dentro da diretoria Financeira e depois, nessa segunda administração, quando entrou, eu acho que isso que pesou para que a gente tivesse continuidade dos processos. Eu acho que isso que mais pesou para que fosse feito o convite. Para que não tivesse qualquer tipo de ruptura ou enfim --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas quem mais, propriamente, pode ter tido uma influência decisiva na confirmação do novo de V.Sa.? Porque, esse tipo de escolha, evidentemente que não é uma escolha inanimada. Existe alguém que conhece melhor o trabalho de V.Sa., que acompanhou melhor as atividades de V.Sa. ao longo de vossa carreira profissional e que, por isso, estava talvez habilitado, qualificado para dizer: Olha, o dr. Mário é um homem que tem condições de assumir a diretoria Financeira. Eu queria saber exatamente quem é que pesou, decisivamente, para a indicação do senhor?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Acho que definitivamente o Presidente. O sr. Edo Freitas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Presidente da FUNCEF à época?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: O Presidente da FUNCEF à época. Necessariamente com o aval do Conselho Deliberativo e do Presidente da Caixa. Mas, Deputado, eu gostaria de insistir. Eu acho que o meu histórico profissional que pesou. O nome --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas eu não estou dizendo que não pesou.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não, a indicação é do Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é o contrário, eu só quero saber quem foi o responsável direto pela escolha do senhor para a diretoria Financeira. Essa é uma praxe que nós temos adotado e perguntar a todos os depoentes, até porque para que não paire dúvidas sobre o direcionamento para esse ou para aquele, uma abrandamento nas questões.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Hum-hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então eu tenho que seguir esse *script*. Agora, quando o senhor assumiu a diretoria Financeira houve uma mudança geral no quadro da diretoria Executiva da FUNCEF ou

o senhor tinha sido chamado para substituir alguém e os ex-dirigentes se mantiveram? Como é que isso aconteceu?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: é, na realidade foi uma, uma substituição tranqüila porque toda a equipe, toda a diretoria permaneceu e eu simplesmente substitui o meu antecessor que foi o Luiz Casseta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que motivo levou ao afastamento do sr. Luiz?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu acho que foi de ordem pessoal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O pode explicar um pouco melhor? De ordem pessoal dele?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Dele, dele, definitivamente dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Uma decisão dele se afastar da diretoria Financeira da Fundação?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo que o senhor demonstrou do que fez --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Hum-hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu posso subo entender que a FUNCEF, antes da gestão de V.Sa., ela carecia de todos esses cuidados e todas essas providências, ou seja, que a estrutura que V.Sa. encontrou era, de certa forma até precária que exigia um nível de esforço e de atividades da dimensão que V.Sa. realizou no período que esteve à frente da diretoria?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Definitivamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, V.Sa. qualifica e caracteriza a então estrutura da diretoria Financeira como insuficiente para as demandas da Fundação?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Sob o conceito de gestão de Fundos de Pensão, na minha opinião, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim. Desde quando o então Presidente --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: O senhor me permite? É sim mas eu estou me referindo, estou colocando como Diretor Financeiro e a mudança de gestão ocorreu em 1999. Então, eu queria ressaltar que o seguinte, a minha participação vem desde gerente. O que eu digo sim a resposta do senhor é que os processos,

os procedimentos, os modelos, no meu entendimento, até 99 careciam de, de várias otimizações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando é que o então Diretor-Presidente, dr. Edo.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando é que ele assumiu a presidência da Fundação?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Se não me engano, 15 de outubro de 99. É isso, 15 de outubro de 99.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, no ano de 99 houve uma mudança substancial no quadro dirigente?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Na realidade em 15 de fevereiro entrou uma outra diretoria, o sr. Paulo Eduardo, que permaneceu por nove meses e depois entrou o sr. Edo Freitas com a nova administração. Eu estava lá desde essa primeira. A grande guinada, o marco inicial de terceirização, de que se deveria fazer algo para mudar na metodologia de gerenciamento dos ativos começou, vamos ser justos, em 99. Começou em 99, deu-se continuidade em 2000 e consolidou-se comigo em 2001.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porém, o senhor avalia que de 99 a 2001 a diretoria financeira ela carecia de decisões que estivessem à altura, não é, do gerenciamento de bilhões e bilhões de reais como era dever da FUNCEF.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não, pré 99.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que antes de 99, a partir de 99.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Agora a partir de 99 começou essa reestruturação, que foi se consolidar em 2001 em diante. O processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quantos são os membros da diretoria Executiva da FUNCEF.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Cinco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 5 membros. O senhor pode informar o nome de cada uma das diretorias?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Na minha época diretoria de benefícios com o sr. Armênio Botelho, diretor representante sr. Mansur Mariani... Antônio Carlos Mariani Mansur, eu na diretoria financeira,

Mário Serpa. E uma diretoria e o diretor Presidente, sr. Edo Freitas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor falou quatro.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: 4, está falando um. Ah, desculpa, e a diretoria de controladoria, Carlos Cazé.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já teve alguma filiação partidária?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem amigos no meio político?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor era procurado por políticos no período que exerceu a diretoria financeira da FUNCEF?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: óbvio, assim, já foi gente de toda sorte lá. Mas eu não tinha sistematicamente gente indo me visitar, políticos indo me visitar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas nesse período houve algum tipo de solicitação.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De natureza política que dissesse respeito a diretoria de V.Sa.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não, nenhuma interferência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria entender um pouco melhor, como é que se processavam as decisões na área de investimentos da Fundação. Elas estavam limitadas a uma discussão interna na diretoria financeira? Elas eram compartilhadas por toda a diretoria Executiva? Elas estavam subordinadas ao Conselho Deliberativo? Enfim, e aí o senhor poderia, por favor, aproveitar para nos dizer um pouco da autonomia de cada uma das instâncias, seja aquelas que estavam subordinadas hierarquicamente a V.Sa., seja aquelas a que V.Sa. estava subordinado.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Bom, debaixo, eu estava subordinado, obviamente, participava da diretoria Executiva e prestava todas as informações ao Conselho Deliberativo. Era a quem eu me reportava. E debaixo da minha diretoria eu tinha uma Tesouraria,

uma mesa de operações vinculada a Gerência de Operações Financeiras aonde a gente lidava com renda fixa, renda variável. Tinha uma Gerência de Análise e tinha a Coordenadoria de Participações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esses cargos todos eles passaram por mudanças depois que o senhor assumiu a diretoria financeira?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Mudança de que ordem? De atribuições?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, de ocupantes.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: É, a COPAC era a Cordenadoria de Prestações foi criada e eu nomeei uma pessoa. E sim, tivemos alterações na Tesouraria, não permaneceu a mesma pessoa. Sim, tivemos mudanças nas outras duas gerências.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi o senhor pessoalmente que escolheu os dois gerentes?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Sim, foi eu que escolhi. Os dois gerentes e o coordenador.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com que critérios?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Os critérios rigorosamente de técnicos, não é, por conta do currículo de cada um. O que tinham feito no passado, aonde tinham trabalhado, se tinham qualquer tipo de problema com Fundações ou no mercado financeiro e, obviamente, eu aproveitei definitivamente a chamar prata da casa, as pessoas que estavam.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor selecionou pessoas no mercado financeiro?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não, estavam lá dentro, pessoas que já estavam lá dentro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Lá dentro. No período que o senhor foi diretor da FUNCEF passou por lá algum outro dirigente, seja ocupante de uma das funções na diretoria Executiva ou em escalões inferiores que já tenham operado em instituições no mercado? Que tenham sido funcionários de corretoras, de distribuidoras, de grandes Bancos?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Se passou lá para conversar comigo, é isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, não, não, se trabalhava no período em que o senhor estava lá?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não? O senhor normalmente era muito procurado por esses representantes das instituições financeiras, dos Bancos, das corretoras. Eles tinham o hábito de procurar V.Sa.?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Muito, frequentemente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então os contatos, principalmente os contatos nessa, toda essa área de investimentos daqueles que tinham interesse em eventualmente estabelecer uma relação negocial com a FUNCEF, eram feitos com V.Sa.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Hum-hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sempre?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Comigo ou quando eu não podia eu --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por exemplo, se o diretor de um Banco quer conversar com a Fundação para, por exemplo, oferecer um título daquele Banco que pode ser vantajoso para a Fundação investir. Esse contato era feito com V.Sa.?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Comigo, comigo, comigo sempre com mais uma pessoa e mais, eu queria acrescentar, nenhuma reunião, nenhuma reunião acontecia na FUNCEF sem o meu prévio consentimento. Sem eu saber e consentir de todos os meus gerentes. Todas as reuniões passavam pelo meu crivo, todas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente qual era a relação que o senhor tinha com a patrocinadora? Porque o senhor foi funcionário da CAIXA, ingressou na CAIXA em 1989, salvo melhor juízo, não é isso?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Hum-hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas as discussões sobre os investimentos do Fundo elas se limitavam a diretoria Executiva da Fundação ou havia uma interface também com os dirigentes da patrocinadora?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu tinha total autonomia sobre os investimentos da Fundação. Total autonomia. Obviamente, a relação da Fundação, eu imagino de resto todas com a patrocinadora, em regra, cabe um diferencial. E isso, sobretudo, meu relacionamento com os diretores, o Presidente, Valderi, enfim, e outros sempre foi muito bom, amigável. Agora, definitivamente a relação com patrocinadora sempre é um pouco diferenciada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor é um dos primeiros dirigentes de Fundo de Pensão que vem aqui a essa CPML e afirma, e aí no caso até louvo V.Sa., afirma com muita veemência e clareza que de fato os investimentos da Fundação passavam por uma aprovação necessária de V.Sa. que V.Sa. participava de tudo isso. Porque de vez em quando --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Diariamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De vez em quando a gente vê dirigentes do Fundo de Pensão sentirem a essa mesa na condição de depoentes e dizerem: “Não, eu não tinha esse conhecimento, não sabia como aconteceu, não era de minha responsabilidade, abaixo de mim tinham não sei quantas pessoas, acima de mim tinha um conselho que dirigia, que definia.” Enfim, e V.Sa. está assumindo uma postura diferente, está chamando para si a responsabilidade que eu considero que é evidente que a responsabilidade.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu sou, eu sou o responsável perante, enfim, CVM, perante SPC, sou o responsável tecnicamente. Lá, enfim, todas as operações quando tinha, eu não operava. A gente tinha um princípio, Deputado, é o seguinte: Quem analisa não opera e quem opera não controla. Está certo? Agora eu em momento algum, por exemplo, a Fundação jamais até comigo tinha comprado título público federal. Eu montei os modelos, eu trago para mim a responsabilidade, obviamente com a equipe, eu quero distribuir também os créditos à minha equipe, mas eu participei, eu estruturei, o modelo de gestão de renda variável, o modo dele gestão de título público e todos os leilões eu estava presente. Seja nos leilões de título público federal, seja nos leilões de RH, por exemplo, da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Então eu trago para mim a responsabilidade não só dos modelos, mas de toda a gestão no meu período. Sem, sem desmerecer a toda a minha equipe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No momento de, no momento de 99 a 2001, portanto, no período de V.Sa.?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 99 a 2002?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Carlos Alberto Caser era o diretor na área de controladoria?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Sim. Eu não me lembro a data, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas ele foi dirigente com V.Sa.?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Sim, durante alguns... seis meses, algo semelhante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, o senhor sabe como é que se deu a indicação do sr. Carlos Alberto Caser?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Olha, o que me consta, o Caser ele foi eleito, foi o Conselho Deliberativo. E depois num acordo ele desceu do Conselho Deliberativo para a diretoria de Controladoria. Controladoria essa, que iniciou-se na minha diretoria financeira. Depois de estruturar os processos de Controladoria a gente estruturou essa. Obviamente, não tinha nada, os grandes fundos quase nenhum tinha Controladoria, então foi criado dentro da área financeira e inclusive eu participei da estruturação do que seriam as gerências e as atribuições de Controladoria que foi criada essa Controladoria aonde o Caser saiu do conselho e foi ser o diretor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas ele foi escolhido por quem para essa diretoria?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Definitivamente pelo CD, o Conselho Deliberativo é quem indica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais eram, rapidamente, quais eram as atribuições dessa diretoria de Controladoria da FUNCEF?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Ela tinha, na época, um núcleo ou uma gerência de contabilidade, uma gerência que englobava, salvo engano, a programação econômico financeira que a gente mostrou, nasceu lá comigo, a minha gerência de programação econômico financeira foi totalmente direcionado, todas as atribuições para a controladoria, para que não houvesse esse conflito, não é, de interesse. E tinha uma área de risco, que também foi criado na minha gerência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na avaliação do senhor --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Desse mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O ocupante deste cargo precisaria ter experiência ou pelo menos conhecimento de questões técnicas que envolvessem a performance e o desempenho dos investimentos da Fundação?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor confirma que o dr. Caser era bacharel em? Direito e História e que ingressou na CAIXA em 82 e que nesse período, pelo menos, é a notícia que temos, caso esteja equivocado eu queria que o senhor nos corrigisse, mas que enfim, nesse período não exerceu atividades propriamente na área de investimentos?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Aí eu --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. considera que ele desempenhou bem as atividades dele à frente da Controladoria?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Deputado, eu fiz um firme propósito inclusive com os meus familiares que não viria aqui para dizer não sei, não lembro. É um firme propósito, quero ser pelo menos um pouquinho diferente. Agora infelizmente nesse caso, eu vou ter que quebrar a promessa feita à família porque eu não sei dizer sobre em que ele é formado. Acho sim que ele é advogado. Sim, advogado, agora em História eu não sei. Eu não sei dizer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque o que nos causou extrema estranheza é que uma diretoria que requer conhecimentos na área de contabilidade, na área de programação econômica financeira, na área de análise de risco seja exercida, na época o era, por um senhor que aparentemente tem experiências na Área Jurídica. Fica aí uma interrogação. O senhor sabe dizer e sabe confirmar se o senhor Caser esteve cedido em algum momento à Câmara dos Deputados como chefe de gabinete do então deputado federal Wellington Dias do PT do Piauí?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: A informação que tenho é que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor se lembra quando?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Quando?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso aconteceu, o senhor sabe?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Só soube que sim, teve passagem por aqui. Mas não --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E talvez essa militância dele como representante dos empregados da CAIXA tenha, não talvez, eu tenho certeza que teve, papel decisivo na eleição dele para o conselho?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Possivelmente. Enfim --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o dr. José Miguel Corrêa?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não sabe que ele é titular do Conselho Fiscal da FUNCEF?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não à minha época. Eu fiz questão até de -- não. Eu posso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor saiu exatamente em que ano?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu posso passar para o senhor os nomes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor saiu em que ano?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Saí em março de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque consta aqui como ele tendo assumindo a vaga no Conselho Fiscal em maio de 2002.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: É possível sim, é possível sim. Porque teve essa eleição e eles tomaram posse. Eu, possivelmente, não tive nenhuma reunião com ele nesses dois meses e pouco, quase três meses que eu fiquei. Eu me lembro, enfim, do nome dos conselheiros que eu mantinha a reunião até final de 2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas é provável que ele tenha sido eleito pelo conselho?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Pelo Conselho Fiscal? Sim, sim. Desculpe, eu não lembro o nome da pessoa. Eu posso levantar se o senhor quiser. V.Exa..

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na opinião do senhor, quais os motivos que levaram ao seu afastamento?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Bom, enfim, eu não tenho vinculação política nenhuma, Deputado. E o que posso estar equivocado, mas o que eu vejo é que de uma forma ou de outra toda a reestruturação da diretoria, me parece, não quero ser injusto, me parece passar por, talvez indicação política. E eu não

tinha vinculação com partido nenhum, muito menos com PT que foi quem, enfim, assumiu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então pelo senhor não ter vínculos políticos o senhor foi convidado a deixar a diretoria financeira?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: É, eu queria e até agora há pouco, ali enquanto aguardávamos relembra com um senhor que me sucedeu, virá na sequência, que no período que a gente fazia a passagem do cargo, lá pelas tantas ele viu que a gente tinha feito e recordava ele e eu, disse: “Puxa vida, Mário, o que a política não faz!”

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, o senhor se acha injustiçado pela política?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não, deputado, assim, porque... A bem da verdade eu não sei nem se eu continuaria se convidado, não sei. E outra coisa, eu não voltei para a CAIXA por, enfim, outros motivos e estou com a minha empresa, está indo em frente, então --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa empresa ela realiza que tipo de atividades? Porque o senhor falou que é uma empresa que hoje dá consultoria na área de Fundos de Pensão. Mas foi muito vago. O senhor poderia detalhar um pouco mais isso?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: A gente faz, a empresa que é muito pequeno, sou eu e mais alguns ajudantes, direção administrativa, Controladoria Normativa e descrevemos, enfim, sobre processos, falamos de preservação de capital, coisas dessa natureza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor presta serviços para Fundos de Pensão de empresas estatais?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Hoje eu estou na Fundação São Francisco... Agora, quer dizer, hoje eu estou com poucas, não é. Mas no passado, agora no ano passado eu prestei consultoria para a GEAP, que era uma estatal. E não, as outras são privadas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós soubemos que o senhor moveu uma ação contra a FUNCEF após a sua saída. Eu queria saber por que é que o senhor moveu essa ação contra a FUNCEF?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Foi um período particularmente difícil da minha vida, pessoal, porque como tentei demonstrar aqui, sempre fui muito

técnico. E por força do contrato que firmei com a Fundação e por conta também de uma quarentena exigida na 108, 109, nós diretores de Fundo de Pensão estamos sujeitos a, não podemos voltar para o sistema financeiro em qualquer espécie. Não posso trabalhar em Banco, não posso..., e para isso a gente, enfim, perceberia durante um ano o contrário de ministro, o contrário de Banco Central, nós diretores ficamos um ano. E o que aconteceu foi que eu tive um convite, logo que saí para ir para a CIBRASEC prestar serviço de consultoria lá. E eu tive que entrar com uma ação porque a FUNCEF suspendeu os meus pagamentos. Rezava no meu --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que o senhor acha que a FUNCEF suspendeu os pagamentos?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Porque, definitivamente, no contrato eu deveria trabalhar, estar à disposição da FUNCEF. E, obviamente, aonde eu trabalhava, tudo o que eu ganhava, fiz isso em todos os meses, o que eu ganhava mais do que a minha remuneração lá, eu dizia que não precisava me pagar. Mas eles queriam, a FUNCEF queria que eu voltasse a trabalhar. Só que teria que ser de comum acordo e a gente nunca chegou a um comum acordo. Então eu tive que entrar, infelizmente, depois de anos de dedicação, eu tive que entrar na Justiça. E foi um período bem --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que foi perseguido por alguém dentro da diretoria da Fundação?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu dentro da diretoria eu não sei, mas pela Fundação sim. E isso não é só.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é pela Fundação que porque a Fundação --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu não sei dizer se foi --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fundação é um ser inanimado. Não se pode pegar, não se pode tangenciar. Eu gosto das coisas objetivas e claras. E o senhor disse aqui que tem esse compromisso com a vossa família de dizer a verdade, o senhor acha que foi perseguido pela FUNCEF, que o senhor pudesse dizer exatamente quem é a FUNCEF, quem está por trás dessa perseguição.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu não posso afirmar, seria leviano se eu dissesse: "Foi o presidente ou foi..." O que eu sei e que me disseram tanto o diretor que me sucedeu e o diretor Carlos Caser,

eram contrários a esse tipo de atitude da Fundação. Agora o que, eu nunca soube direto, mas o que me passava era assim, isso era uma diretriz do Conselho Deliberativo. Agora essa questão da injustiça e da perseguição eu queria, e passo para V.Exa. dizer um pouquinho que não sou eu só que achei que fui perseguido. Um juiz achou que eu fui perseguido, se o senhor me permitir ler o parágrafo final, não é muito longo, é uma página.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O parágrafo --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: É uma página que tem. Porque um dos diretores teve que voltar e sofreu, enfim, constrangimentos, etc. E aí o que diz é o seguinte, que essa situação de constrangimento, diz o Gilberto Augusto, Juiz titular da segunda vara do trabalho, "a mesma situação busca reclamada, no caso, a FUNCEF sujeitar o reclamante. Assim não nos resta senão concluir que os princípios de Ordem Pública invocados pela reclamada com fundamento desta atitude tem, na verdade, a nefasta finalidade de encobrir perseguição política. Dirigidas aos antigos diretores nomeados pelo grupo político vencido na eleição presidencial última. Com isso, desvirtua a reclamada as nobres intenções e legisladoras ao estabelecer a quarentena para os ex-diretores de empresa de previdência fechada e vinculada a Órgão Público. Deve sim, a reclamada exigir dos ex-diretores em quarentena, prestação de serviços com decorrência da própria Lei, mas de toda a injustificada para entender que apenas os ex-diretores, somente eles, venham a registrar jornadas de trabalho em folha de frequência, mais ainda, sob a severa fiscalização dos atuais diretores que sucederam aqueles, como forma de submetê-los a vexame e escárnio em clara tentativa de menosprezo à figura humana. Na tentativa medieval e muito pouco civilizada de submeter os vencidos a situação de vassalagem perante os novos donos do poder. Como se fazia em tempo e em culturas que somente a história hoje registra. Diante do que se relatou, defiro os pedidos destinando, determinando a reclamada um integral pagamento a remuneração ao autor nos mesmos valores que vinha percebendo ao tempo em que detinha o cargo de diretor." Bom, isso é só a parte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu fiz questão de anotar alguns trechos que V.Sa. leu, eu agradeço. Dessa decisão do sr. Gilberto Augusto Leitão Martins, juiz titular da segunda vara do trabalho de Brasília, no Distrito Federal, ele aqui cita: Perseguição política, ele faz referência a eleição presidencial última que fez, obviamente, como é de conhecimento público, mudar o grupo de controle do Governo Federal, falou

em vexame, em escárnio e até em situação de vassalagem. Pelo que eu sei, um juiz e eu não conheço o dr. Gilberto, um juiz ele não pode extrapolar aquilo que ele enxerga nos autos. Para um magistrado da Justiça do Trabalho ter feito esse tipo de afirmação por um lado perseguição política, e por outro lado qualificar essa perseguição como impondo ao senhor vexame, escárnio e situação de vassalagem. Eu, com toda a franqueza e honestidade não posso admitir que V.Sa. não tenha como identificar quem são os responsáveis por essa perseguição política e pela situação que lhe foi imposta de vexame, de escárnio, até mesmo classificada como situação de vassalagem. Porque veja, é claro que V.Sa. vem aqui respaldado pela decisão judicial, isso é forte, isso é forte e tem peso, mas a gente precisa entender um pouco mais, porque se V.Sa. soube explicar ao juiz, para que ele chegasse a essa conclusão eu acho que V.Sa. também tem condições de explicar a CPMI.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Mas é óbvio. Só que aí eu disse que pretende a reclamada sujeitar-me a isso que o outro diretor relatou estar passando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então explique melhor.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: O que é que acontece --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eu queria levantar uma questão de ordem, se me permitir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não, deputado.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): O seguinte, quando da introdução, longa introdução feita pelo nosso depoente, o senhor como responsável pela Comissão da Mesa de alguma maneira reclamou da falta de objetividade. Eu não entendo o que esta questão, essa contenda acerca de quarentena, o pronunciamento de um juiz da Justiça do Trabalho possam ter a ver com o objeto da nossa investigação. Trata-se, o juiz deve ter sua visão política sobre esse tema, é uma questão que será dirimida pelas instâncias superiores, enfim, há uma -- mas eu não entendo sinceramente o que isso tem a ver objetivamente com o objeto de nossa investigação aqui. São 22 e 31, o senhor tem a sua visão política, evidentemente, o senhor tem todo o interesse em desgastar o governo que eu apoio. E me parece que está se utilizando indevidamente, tem problema, nós podemos fazer esse debate lá no Plenário da Câmara mas aqui na CPMI por que nós vamos ficar discutindo agora uma ação trabalhista que envolve o senhor. Eu estou me dirigindo ao presidente da sessão que está conduzindo a sessão. Eu acho que

nós estamos nos desviando do foco principal. Qual é o nosso objetivo? É saber se houve boa gestão ou má gestão dos recursos, saber se houve eventualmente desvio de recursos, é isso que é o objetivo. E nossa avaliação porque se formos fazer um debate político eu topo. Vamos ver então quem indicou o senhor, o sr. Mário Cezar foi indicado por razões estritamente técnicas, o presidente da CAIXA não era vinculado ao PFL, o sr. Carazzai!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Bittar, V.Exa. poderá perguntar ao depoente. Deputado Bittar --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sinceramente, me parece que está havendo um desvio, eu vou ter que ficar horas aqui ouvindo agora esse tipo de coisa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Exa. tem o direito de, simplesmente, não ficar aqui. Eu já cansei de conduzir.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eu tenho direito como parlamentar de exigir que se faça uma investigação --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, Deputado.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Correta, que não se desvie dos assuntos que sejam objeto de nossa investigação. Porque senão nós vamos virar CPI do fim do mundo como a outra lá que vale-tudo! Chama-se todo mundo, chama-se o diabo a quatro e não se investiga nada! Efetivamente, é apenas uma disputa política. Eu penso que nós queremos fazer um trabalho sério aqui! é essa a questão de minha natureza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Bittar, eu garanto que V.Exa. não está mais cansado do que eu que estou sentado aqui nesta sala desde as 10 horas da manhã, que foi a hora que eu comecei a conduzir esse trabalho. Eu tenho tido toda a paciência com os parlamentares que acompanham a sub-relatoria dos Fundos de Pensão porque são poucos. Muito poucos. Muito poucos. Então, eu tenho dado toda a liberdade para fazer qualquer pronunciamento, para expressar qualquer opinião. Faz parte da nossa investigação e se V.Exa. estivesse aqui em todas as oitivas verificaria, analisar o contexto da indicação de cada um dos dirigentes e o contexto da sua saída. Eu questioneei o depoente --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Meu caro sub-relator, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, sinceramente, sinceramente salta aos olhos que está

havendo uma tendenciosidade política na forma como o senhor está conduzindo a investigação do nosso depoente. Me parece --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Bittar, eu lamento --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Me parece até que tem um jogo combinado nessa história, é evidente. Eu aqui afirmei. O Presidente da CAIXA quando o sr. Mário Cezar, em função da -- chamava o sr. Carazzai. O sr. Carazzai tem vínculos com o PFL, foi indicado pelo PFL para presidir a sessão, ninguém sabe dessa realidade, e que o senhor está politicamente fazendo uma exploração que, a meu ver, é primária. O senhor pode até ficar, eu ficarei aqui, pode ter certeza, ficarei aqui até às quatro, cinco horas da manhã, o tempo que for necessário. Mas apenas quero registrar a minha inconformidade, minha inconformidade com o estilo da investigação que tem, está adotando um caráter de disputa estritamente política --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Bittar, eu exaustivamente -- primeiro, não conheço o depoente, nunca tive referência a respeito dele, não saberia sequer identificá-lo dentre os vários que já estiveram aqui hoje, antes da apresentação dele quando da entrada nessa sala. Eu acho que V.Exa. deve ter mais respeito com a condução do nosso trabalho. Qualquer insatisfação, V.Exa. pode dirigir ao Presidente Delcídio, Senador do PT, que tem todo o direito que me destituir a hora que quiser da Sub-relatoria se entender que eu não estou conduzindo bem as oitivas e a investigação como um todo. Eu, exaustivamente, questionei o depoente sobre filiação partidária, sobre indicação política, sobre o contexto da escolha dele. Está aqui posto. Nós tínhamos a informação porque estamos fazendo um trabalho de pesquisa detalhado que ele ingressou quando saiu da Fundação e ele ingressou com uma ação na justiça contra a Fundação.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim, porque há uma controvérsia sobre a questão da quarentena.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu acho que --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): V.Exa. tem todo o direito de questioná-lo, isso é um problema dele e da Fundação e não nosso aqui. Sobre a controvérsia acerca do exercício de como se deva exercer a quarentena. É essa a questão. Vamos permitir que a Justiça do Trabalho resolva essa questão! Mas não vamos fazer exploração política gratuita de uma questão como essa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu estou até por questão de cuidado com o que o depoente disse, com o que consta, ele leu, ele pediu para ler uma parte, um trecho da decisão judicial.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Que é de um juiz!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei Deputado Bittar, justamente para que não fique apenas a leitura dele aqui.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Juizes também são seres políticos, pensam e acham politicamente! Não são robôs!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Jorge Bittar -- justamente para que não fique aqui apenas a declaração do depoente, através da leitura de uma decisão judicial é que este sub-relator está questionando o depoente de em que contexto isso aconteceu. Porque eu não posso dar fé a uma decisão da justiça se ele aqui não materializar como foi perseguido, a que situação de vexame ele foi submetido, ou se algum outro dirigente à sua época o foi. É por isso que eu estou pedindo a ele que esclareça. Até para, até para que não haja qualquer dúvida sobre os dirigentes que sucederam o depoente! Porque é muito fácil a Fundação fez, quem da Fundação fez? Senão a Fundação não fez. Porque a Fundação é composta de pessoas. E perseguições só podem ser feitas por pessoas. Eu queria que V.Exa. entendesse que eu não estou fazendo isso aqui para expor o seu partido. De forma alguma, eu estou fazendo isso aqui apenas para elucidar em que circunstância aconteceu.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): A minha questão é de outra natureza, deputado. É sobre o que é que isso tem a ver com o objeto da nossa investigação?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para o meu --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Agora nós vamos investigar perseguição política? Então vamos fazer uma CPI para investigar Direitos Humanos, perseguições políticas e aí eu topo investigar esta e outras questões que ocorreram durante o período da ditadura militar. Durante o qual figuras eminentes deste Parlamento exerceram funções importantes e tantas outras coisas que ocorreram em tantos momentos da vida política desse país. V.Exa. sabe o que, a minha questão é essa. Isso, a questão que V.Exa. está levantando, a forma como V.Exa. está conduzindo a investigação está se desviando do tema principal de nossa investigação que é avaliar. Eu gostaria de saber quais foram

os resultados obtidos durante o período em relação às metas atuariais, qual foi a evolução patrimonial, como é que foram as aplicações, isso é o que interessa, em CDB, em renda fixa, em renda variável.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Exa. terá todo e o direito de argüir o depoente no momento em que eu como sub-relator encerrar. E que a palavra for concedida a V.Exa.. Mas eu gostaria de saber do senhor, mais claramente, como é que se deu a situação de perseguição.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Bom, se o senhor me permitir, eu queria só, Deputado, V.Exa., não tem jogo combinado nenhum. Não fiz isso e só respondi porque me foi perguntado. Se teve perseguição política e quis exemplificar que não só eu achei que tinha sido perseguido, mas também um juiz. E não só esse juiz, em todas as instâncias não foi modificada o que foi lido. Isso já está encerrado, já está resolvido o assunto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá bom, mas eu queria dizer --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Quem é, quem que era --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem está lhe perguntando sou eu, o Deputado Bittar não gostaria nem que eu fizesse essa pergunta. Eu queria saber quem exatamente lhe perseguiu e como essa perseguição aconteceu?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Deputado, eu não tenho como dizer se foi fulano ou beltrano --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E como é que o juiz decide dessa forma?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Porque ele avaliou que a situação que buscava, reclamava, sujeitar a mim era a mesma que tinha acontecido com o outro diretor que voltou a trabalhar. Teve um diretor --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era esse diretor?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Armênio Botelho. É o diretor de benefícios. Então são por diversas vezes que fomos lá --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O sr. Armênio Botelho foi perseguido, foi submetido a uma situação vexatória. Mas é muito forte, situação de vassalagem?!

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: É. A interpretação é isso. Isso é o entendimento do juiz, não é. Deputado, o senhor está querendo que eu diga.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria saber mais objetivamente, senão para mim --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu tenho como dizer foi o Presidente da Fundação. Não, foi uma decisão da diretoria e do Conselho Deliberativo da Fundação. Tinha um advogado da Fundação que ia lá nas reuniões. Pela FUNCEF. Então, assim, X, Y, Z o que eu posso dizer para o senhor, por exclusão, talvez, é que eu fiquei sabendo tanto do sr. Carlos Caser quanto do que me sucedeu, o sr. Luiz Afonso Simoens, que esses não concordavam, que disseram para mim, não concordavam com a conduta que estava sendo dada para mim. Ponto. E sem --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que - o senhor foi dirigente da FUNCEF, nos apresentou aqui, supostamente uma série de mudanças que fez. Se nós tivéssemos que avaliar o desempenho da atual diretoria, o senhor teria parâmetros para dizer comparativamente se todos esses avanços o que senhor promoveu, segundo as afirmações do senhor, foram dado continuidade a esses avanços? Houve algum retrocesso? Houve alguma mudança na condução que chamou a atenção de V.Sa.?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Sim, eu não tenho exatamente o que tem sido feito dentro da Fundação. Porque eu estou fora, eu não tenho tanto contato. Acompanho pelo site, não é, o que é disponibilizado e acompanho pelos jornais. Vejo que aquilo que abordei na apresentação. Que a Fundação hoje em dia tem uma vontade muito maior de investimentos em ativos alternativos, eu não digo em que magnitude, mas eu vejo que tem isso, prospecção de fundos de investimentos, de participações, FDCs que à época eu não fazia. E não fazia por um motivo muito claro, porque a macroalocação que eu rodava, eu rodava intemporalmente para mais de 10 anos, não adiantava, não mostrava nenhuma possibilidade de alocação nesses ativos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então V.Sa. acha que a atual diretoria tem tomado decisões que colocam em risco os recursos da FUNCEF?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não porque eu tenho que avaliar, quando a gente fala de ALM está falando de ativos e passivos. Eu desconheço as alterações do passivo que podem ter modificado a situação futura da Fundação. Mas dado o passivo que eu tinha à minha época, eu acho muito difícil que ativos dessa natureza, mesmo, a não ser que pela --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que tipo de ativos? Especifique melhor.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Fundos de investimentos de direitos creditórios, isso é um exemplo. São ativos de difícil precificação, não é tão fácil ficar com ativos de mercado, e de volatilidade de risco difícil de se colocar dentro de um modelo de alocação como o que a gente montou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem condições de apontar algum desses fundos de direito creditório que hoje merecem os investimentos da FUNCEF, e que o senhor avalia como sendo questionável esse investimento? Com alguma instituição financeira específica?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não, eu não tenho informação financeira de instituição específica, mas outros virão e deverão abordar os diversos fundos de investimentos de participação que foram feitos. E dizer o por que, esse que é o ponto que eu gostaria de contribuir aqui nessa Comissão. E dizer como que esses ativos podem ingressar na Fundação. Dado o modelo que eu deixei lá, de macroalocação. Mas é um modelo que contempla a totalidade dos recursos. Não é assim, a Fundação tem vinte bilhões, deixa um bilhão de fora e roda a LM com 19. Vamos tentar atingir o atuarial com dezenove bilhões e um bilhão fica para a gente diversificar. Não, dado a perspectiva que a gente tem que atingir a meta atuarial com a totalidade dos fundos, eu gostaria muito de ver como é que esse tipo de fundos tanto na parte de identificação de risco e rentabilidade se coadunam e se adequam a processo de macroalocação de ativos que eu deixei lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor na apresentação que fez questionou a oportunidade da participação da FUNCEF em alguns investimentos. O senhor colocou até como participações que não eram necessárias ao seu ver. O senhor se refere a participação em empresas, é isso?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: O senhor diz do passado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim. O senhor na apresentação que fez, em determinado item colocou como algo que questionava a participação da Fundação pelo que eu entendi em empresas, à época, óbvio que à época. Havia esse tipo de questionamento?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Sim, eu sempre colocava, por isso criamos a COPAC, companhia de participações, que era para vender todos. Nenhuma dessas participações foi investimento do meu período. Nem de 99, salvo engano. No meu período definitivamente não teve nenhum. A minha visão era de gover-

nabilidade, com ativos líquidos, com precificação diária, com identificação de curvas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o senhor, no período do senhor não houve, não houve a decisão da FUNCEF de participar de investimentos em empresas?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não, nós não temos, a gente nunca quis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo contrário, o senhor se desfez.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: A minha idéia era vender todas, todas as participações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor considera esse investimento como de mais alto risco, de mais difícil controle?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que tipo de inconvenientes existem nesse tipo de investimento?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: É bom registrar aqui que, para depois não ser dito que eu sou contra FDCs. Não, não sou contra FDCs não sou contra Fundo de Investimento e Participação, só que na minha opinião a FUNCEF não precisa. É diferente. Nós precisamos de ter governabilidade com risco controlado. Esses investimentos, em regra, como é PPPs, aliás, a dois anos atrás, tem um artigo meu dos Fundos de Pensão PPPs numa revista especializada que se chama os Investidores final, que eu traço claramente lá, a necessidade de se ter PPPs dentro dos Fundos de Pensão. Que Fundos de Pensão, na minha opinião, poderiam ter esse tipo de investimentos. Se você tem, desculpa, se V.Exa. tem possibilidade de ter ativos que você coloca preço todos os dias, que você identifica a curva da precificação desse ativo, se você controla risco, se você tem saída, tem liquidez, por que você vai entrar em, e não precisa porque o seu fluxo de exigibilidades não lhe indica que você precisa de maiores retornos, por que nós vamos entrar num Fundo de benefício definido? O objetivo, na nossa visão lá sempre foi, é render exatamente o que é necessário para honrar a esse passivo. Ponto. Existem fundos de benefícios definido que gerem recursos de que tal forma? Ah, eu quero mapear a alocação que é possível, mas já que eu tenho um espaço de risco na minha política de risco aprovada, eu quero maximizar um pouquinho mais para tempos mais difíceis, tem gente que faz assim. Nós não fazíamos assim, a nossa má colocação era dada em diversos cenários de ativos, cenários otimistas, pessimistas e simulava com passivos estressados,

passivos mais caros. Então a gente tinha intervalos de alocações que sujeitavam as rentabilidades a cumprir exatamente o que era necessário. É isso!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Falando um pouco aqui das empresas de telecomunicação. A FUNCEF tinha participação, tem participação na TELEMAR e tem participação na BRASIL TELECOM. Como é que nesse período de gestão de V.Sa. se dava as, se davam as discussões, sobretudo as discussões estratégicas voltadas para o controle dessas empresas, para os rumos que essas empresas deveriam adotar, para o acompanhamento do desempenho da atividade dessas empresas? Especificamente da BRASIL TELECOM e da TELEMAR?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Bom, TELEMAR investimento via fiado, não é. Enfim, tem um consórcio e que a FUNCEF tinha 8,19% lá dentro, e nós estávamos fora do bloco de controle. Existia --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A FUNCEF não tinha nem --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Estava fora do bloco de controle.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tinha nem representante no conselho da TELEMAR?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não, não tinha. Não tinha. Então, é o tipo do investimento que foi feito um pouco antes, não é, de 99. Os senhores já conhecem bem isso. Mas, enfim, existia até um --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, a posição da FUNCEF na TELEMAR era passiva?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Exatamente, exatamente, não tinha muito o que se fazer por conta dela estar fora do bloco de controle. E tinha mais também, na TELEMAR, na TELEMAR direto a gente tinha até proibição, está certo, da Anatel porque a gente já tinha controle indireto na BRASIL TELECOM.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é, e como é que isso, como é que esse cenário de acompanhamento, de influência, de participação das discussões se dava com relação a BRASIL TELECOM?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Se dava como a gente tem aqui, no manual de segurança corporativa, avaliando as reuniões, tentando ver com a maior transparência possível o que tinha sido decidido. Por que, ligando para os conselheiros, indo atrás dos comitês, era isso que era feito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse período,

a responsabilidade pela gestão da empresa era do GRUPO OPORTUNITY, confirma?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Isso. BRASIL TELECOM. Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que os senhores avaliavam o desempenho do GRUPO OPORTUNITY na gestão da BRASIL TELECOM?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: é muito difícil, né, porque a abertura, tinha muito pouco transparência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pouca transparência. Os senhores acham que também que o OPORTUNITY ele centralizava muito as decisões? E dava pouco espaço para que as Fundações participassem --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Ah, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que tivessem voz ativa na decisão?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Sim porque, salvo engano, tinha a SISTEL que ia sempre junto a OPORTUNITY nas decisões. Então a gente ficava alinhado. É muito difícil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Havia um alinhamento de posições da FUNCEF, da PETROS e da PREVI?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: A gente sempre -- nesses assuntos sempre tentava alinhar alguma coisa para, enfim, dar liquidez e saída do limite.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas era o senhor na FUNCEF que acompanhava de perto as questões da BRASIL TELECOM?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Sim, eu ia nas reuniões quando tinha e eu tinha criado, justamente essa Coordenadoria de Participações para, enfim, então tinha gente também que não --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores tinham assento no conselho da BRASIL TELECOM?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não tínhamos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tinham?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Esse era o meu coordenador de participações também tem. O sr. Diógenes também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me fale um pouco

mais sobre a estrutura de *compliance* da FUNCEF no período de vossa gestão.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Bom, *compliance* definitivamente, o ponto mais importante depois que se tem o *front office* realizando suas operações. O *compliance* que nós implementamos na Fundação, para mim, era absolutamente adequado. Absolutamente adequado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é que realizava, quem era responsável por essa --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu estou falando do *compliance* de renda fixa e renda variável, eu era diretor financeiro e investimento, móveis não estava comigo e outros não estavam. Quem realizava era o diretor de Controladoria, Sr. Carlos Caser. Mas quero ressaltar que o *compliance* ou seja, o acompanhamento, as conformidades tanto da legislação quanto dos nossos preceitos internos eram todos atendidos. Sobre tudo, na avaliação de risco, abertura de carteira, de fundos terceirizados, coisas dessa natureza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que percentual dos investimentos eram realizados por operações em carteira própria e que percentual era destinado para a gestão de fundos exclusivos?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu tenho que, posso olhar aqui. Em renda variável, esse aqui de 2000 a posição que eu vou ter é de 2002. Nós tínhamos -- seis bilhões novecentos de mobiliário bruto, sendo que participações eram era um bilhão e cem, aproximadamente, ou seja 11,91%. Renda variável de terceiros seiscentos e noventa e cinco milhões, 7,45%, a informação que está aqui. E em terceiro nós tínhamos dois bilhões novecentos e alguma coisa, novecentos e cinco, isso aqui, enfim, eu imagino que seja possível passar para os senhores esse relatório. Eu acho que não tem nenhum --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia dizer quantos fundos exclusivos a FUNCEF tinha no período que o senhor foi o diretor?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Nós tínhamos 16 fundos no total, posso chegar aqui porque sempre teve uma entrada a mais ou a menos, né. Era um conjunto de fax, né, com vários FIFs em baixo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais eram, em geral, os critérios definidos para a seleção de gestores?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Ah, sim. A seleção de gestores é um processo que a gente implementou lá em 99 para 2000, e a seleção era feita

da seguinte forma. A gente ia para a AMBID, mais de mil Fundos, selecionava cada um desses Fundos, catalogava cada um desses Fundos numa metodologia que, infelizmente, o nome é em inglês, é Clast (F), são categorias. E essas categorias á época, diferente de hoje, regulado pela 409, era tida como Fundos DI cujo o objetivo era rentabilizar a mesma coisa que CDI, os Fundos derivativos conservadores e moderados. E tinha ainda o Fundo de renda fixa. Essas eram as quatro categorias que a gente tinha. Como é que a gente selecionava? A gente pegava todos esses Fundos, traçava um limite mínimo de patrimônio, porque patrimônio é importante saber quanto que tem sob gestão, é importante. Não adianta ter um milhão de reais, e um Fundo de dez bilhões. Então a gente traçava o mínimo de patrimônio sob gestão e excluía aqueles que eram de *off-shore*, não interessou a gente em Fundos de *off-shore*, classificávamos cada um dentro das suas categorias. E aí essas categorias, esses Fundos eram avaliados em séries econômicas ao longo de pelo menos 24 meses. Então a gente via, por exemplo, para Fundos DI, aí é um caso específico, Fundos DI, a gente avaliava os Fundos pelo que a gente chama de erro quadrático médio. A gente escolhia os Fundos que mais tinham aderência a rentabilidade do *benchmark*, esses eram os melhores. Quando a gente chegava nesses melhores, a gente fazia a abertura de carteira para ver o que eles tinham lá dentro e posteriormente fazíamos o que a gente chama de bondires (F) um questionário de mais de 100 perguntas, que a gente ia na instituição e avaliava toda a instituição, quem fazia a gestão, se tinha algum problema os gestores, o perfil do profissional, quanto tempo estava, etc. Os demais Fundos a gente não fazia pelo critério de aderência ao *benchmark*, mas fazia com avaliação como esses Fundos tinham se comportado em momentos econômicos. Se ele batia o *benchmark*, se não batia o *benchmark*, então escolhíamos os melhores dos melhores Fundos de mercado. E aí o que nós fazíamos depois do processo final em perguntas, tudo isso? A gente ia até a instituição, fazia essa avaliação com os gestores e aí pedíamos para que este Fundo, nessa política que esse Fundo tinha que ele fizesse um clone para nós, e que se sujeitasse os nossos relacionamentos padronizados. Fundos de renda fixa ativa, regulamento padronizado para todos, nem vírgula mudava. Fundos DI. Igualmente, Fundo de derivativo conservador. A mesma coisa. Então, a gente escolhia o gestor e o Fundo com esses critérios e aí pedia para se fazer uma gestão idêntica a essa escolheu, só que sobre um Fundo exclusivo nosso. Com taxas de performance eliminadas não, pagávamos mais taxa de performance, somente taxa de administração e taxa

de administrações, eu vou usar aqui o termo, absurdamente menores do que eram praticados no mercado. Aliás, isso ensejou depois até a SPC quando teve a intervenção em alguns Fundos e selecionou alguns gestores, colocou taxas nos níveis da nossa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente eram grandes instituições no mercado?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Grandes, grandes, sempre grandes. Tem aqui...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não precisa declinar agora o nome. Havia, em geral, muita mudanças nessa instituições ou havia uma estabilidade na gestão desses Fundos?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não, tinha uma estabilidade. Tinham estabilidade. E mais, tínhamos períodos de avaliações claros. Porque o que a gente fez nesse processo foi dizer: Gestor, você foi escolhido por conta disso, disso, disso. Agora alto lá, você não vai ficar aqui para todo o sempre. Se depois de um determinado período e, salvo engano, era semestral que a gente fazia as avaliações e anualmente uma reavaliação. A gente ia ao mercado ver se dos que a gente tinha dentro da Fundação tem gente no mercado que está fazendo melhor? Se tivesse eu substituí. Então era uma dinâmica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era passível de acompanhamento?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor então concorda que todos esses recursos, eles precisam ser igualmente cuidados, ou seja, os recursos geridos pelos gestores de Fundos exclusivos precisam ser igualmente cuidados, não é, da mesma forma, portanto, dos recursos de carteira própria. Porque no Fundo, no Fundo todos são recursos que pertencem a Fundação.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: É, eu --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nunca, como diretor se eximiu da gestão, quer dizer, do resultado apresentado pela gestão desses Fundos?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não, imagina, jamais me eximi. Agora, um detalhe, esses Fundos eram todos discricionários, discricionários. Quer dizer, a gestão era do gestor. E mais, quando ele foi selecionado, ele foi selecionado num espectro enorme de rentabilidade e risco. E, enfim, ele tinha autonomia e o que eu queria dele é que ele me fizesse um Fundo clone exatamente igual aquele que tinha por muito tempo se mostrado vencedor entre as suas categorias no merca-

do. Então sim, eu escolhia os Fundos, tinha acompanhamento, abria as carteiras, via o que estava sendo feito lá dentro. Agora o gestor tinha autonomia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quantas corretoras estavam habilitadas para operar com a FUNCEF?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: O critério de corretoras através da CN27 que a gente padronizou a seleção com critérios, a gente tem, salvo engano, eram cinco mais cinco corretoras, é isso? 10, 10 corretoras. Elas eram.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem o nome delas?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não, não tenho. Porque isso mudava de tempos em tempos, a gente fazia reavaliação dentro das corretoras. Então é um procedimento estruturado, é uma -- enfim, uma circular normativa que são os critérios para a operação de corretoras de valores imobiliários dentro da carteira imobiliária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vou fazer aqui algumas referências, se o senhor se recordar o senhor afirma sim ou não.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores operaram com a CHASE FLEMING?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não me lembro dessa, então não operamos. É porque eu tenho aqui, então eu posso passar os olhos --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): UNIBANCO corretora.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): FATOR DORIA ATHERINO?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): LIQUIDEZ?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não me lembro. Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Banco VOTORANTIM corretora?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu tenho que olhar, são vários períodos, Deputado. Eu acho que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quer dizer, havia também alguma forma de controle --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu tenho as corretoras que foram operadas, se o senhor quiser.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria que depois o senhor pudesse encaminhar. Existia alguma forma de controle das corretoras que operavam com os gestores de Fundos exclusivos em operações específicas com esses Fundos?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Deixa eu ver se eu entendi. Se existia controle das corretoras que prestavam serviço aos Fundos exclusivos?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, aí era de controle deles?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Bittar, V.Exa. tem a palavra.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eu gostaria que o senhor nos apresentasse os resultados, o senhor fez uma descrição sobre toda a reengenharia realizada, toda a reestruturação realizada na FUNCEF sob sua gestão desde 99, como o senhor executava a função de gerência e posteriormente na função de diretor e que o senhor nos apresentasse os resultados. Ou seja, que resultados foram obtidos em relação às metas atuariais. A meta de INPC mais 6% ao longo de cada ano. O senhor tem essas informações?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu, obviamente foi muito rápido, não é, a minha convocação, mas --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): É importante.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: É importante, vou tentar trazer para o senhor o que peguei de informação na FUNCEF que prontamente me atendeu, a equipe que está lá, me atendeu. Em 2000 o resultado da Fundação foi um déficit de um bilhão quatrocentos e dezoito. E esse déficit ele é decorrente se na totalidade, eu posso, tenho que checar isso, mas na totalidade pelo provisionamento que existia de uma dívida da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL para com a Fundação. Porque o resultado foi de trezentos e vinte e nove milhões. O resultado dos investimentos, isso em 2000. Portanto, nós temos um resultado deficitário porque nós tivemos a possibilidade e a gente tinha essa visão de provisionar, a gente tinha uma preocu-

pação muito grande em não vir a se concretizar essa, pagamentos dessa dívida, então nós provisionamos essa dívida. E esse provisionamento é que fez com que obtivéssemos isso em 2000. Em 2001 fizemos também um provisionamento de uma dívida de um ex-plano chamado PREVHAB e pegamos e provisionamos todos os ativos que tinham sido comprados, que não tinham condições de sair e iríamos perder. Exemplo, LIMASA, PROMETAL, STARUP(F), GAZETA MERCANTIL e coisas dessa natureza. Ou seja, de novo nós pegamos e provisionamos tudo no ano de 2001. Sendo que resultado contábil foi um déficit de duzentos e oitenta e três. Porém, o resultado dos investimentos, que propiciou a gente tomar essa atitude conservadora de provisionamento foi de um bilhão quinhentos e catorze milhões. Muito bem, em 2002 aí sim, agora nos tivemos um resultado de um bilhão e meio, aproximadamente, de novo, de resultado de investimentos e tivemos um superávit de 344. Sendo que, em dezembro de 2002 nós entregamos o balanço da FUNCEF absolutamente limpo. O que tinha que ser provisionado nós provisionamos. Todo o lado de conservadorismo e prudência a gente tomou a ponto de deixar o balanço da Fundação absolutamente limpo. Não sei se respondi.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Não, o fato real e concreto com provisionamentos ou não, mas de qualquer forma provisionamentos fazem parte da, enfim, dos mecanismos de gestão. Mas o fato real é que em 2000 a rentabilidade foi menor do que a meta atuarial, em função até do que o senhor colocou, ou seja, a meta atuarial era de 11,59 e a rentabilidade foi de 5,31. Em 2001 o resultado foi superior a meta, foi de 23 contra 16, mas em 2002 o resultado voltou a ser menor do que a meta atuarial. O resultado foi de apenas 19,56 com uma meta atuarial de 21,62. O que está a demonstrar é que nem tudo, nem tudo transcorreu de maneira tão eficiente e tão adequada aos objetivos da gestão de uma, de um Fundo que tem suas obrigações em relação a seus participantes, com relação a toda essa reestruturação que ocorreu na Fundação nesse momento. Porque constato que nos anos seguintes a Fundação passou a ter resultados significativamente superiores às metas atuariais. 21 contra 17, e 22 contra 12 e meio, em 2004.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu posso --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Então eu acho que a princípio, V.Exa. tem razão. V.Exa. tem razão. Desde que a gente esqueça o LM que a gente colocou lá, aonde os fatores geradores de receita e os seguimentos estavam a partir desse momento atrelados

a *benchmark* de mercado. E não que cada um deles fosse comparado a INPC mais 6. E aí eu gostaria de mostrar para o senhor esse quadro que eu tenho ali na tela que mostra a situação, eu tive o cuidado de fazer no final de semana a evolução desses referenciais. Olha o período que eu estive, como é que se comportou a renda variável de 2000, 2001 e 2002. Eu sou um verdadeiro pé frio! A bolsa só caiu. E olha a renda fixa! 63,85% acumulado. E olha a minha meta atuarial que eu tive que bater nos três anos, 57%. Agora olha que coisa de pé quente do outro lado agora, no mercado. A bolsa em 2003, 2004 e 2005. E eu ainda praticamente bati todos no atuarial, mesmo com a adversidade, tentando ajustar a carteira, V.Exa. pode ver que eu tive 1/3 caindo na Ibovespa e 63 de Selic. Agora olha a de 2003, 2004, 2005, 147% a Bolsa subiu e pegou a carteira totalmente limpa, seguindo o mercado. Mais do que isso, veja a renda fixa! Olha que coisa surreal no nosso país, só para concluir. Além da Bolsa subir 150%, enquanto na minha época caiu 1/3, 130%, o CDI também subiu, 70. E mais, o atuarial foi menor. A necessidade de bater o atuarial foi menor. A conjunção de -- estou dizendo só explicar para o senhor.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eu acho que as suas observações são muito importantes porque elas são, pelo reconhecimento de que a economia está se desenvolvendo de forma mais saudável, mais consistente nesse período, não é. Tanto no que diz respeito a inflação porque as metas, isso reduz as metas atuariais como também porque o mercado está melhor, o mercado de ações, etc. Mas os gestores têm que se adaptar às circunstâncias, e tem que produzir resultados mesmo nas situações mais adversas. O que eu constato é que numa situação mais adversa do que atual, porque a atual política macro econômica está melhor, está sendo melhor ingerida do que no governo passado, mas que ainda assim o senhor teve dificuldade em gerir, não produziu resultados adequados. Porque os resultados, a rentabilidade foi menor do que a meta atuarial, que diz tudo acerca do desempenho de uma Fundação. Já que a meta atuarial é essencial para a manutenção para que a Fundação possa honrar seus compromissos.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu posso fazer um comentário? Se V.Exa. me permitir. É porque durante, como eu bem disse, consolidou-se em 2001 para 2002 dar a liquidez. Nós não conseguimos andar. Eu vou pedir que volte lá, Diógenes, por favor, lá na rentabilidade daqui a pouquinho. A gente não tinha total governabilidade. A gente não conseguia acompanhar o índice, a gente estava trabalhando para dar governabilidade aos ativos. Eu não estou tentando me justificar, é mostrar que as circunstâncias além merca-

dológicas ruins, o que eu tinha dentro da carteira não era suficiente. Se o senhor pegar o que acontecia em 2003, 2004, e, com razão, muito melhor o cenário tanto de Bolsa quanto de renda fixa, o que a gente tem que ver é o esforço gerencial que foi feito na época da minha gestão. E tenta ver hoje com todos os ativos nos patamares que estavam, quanto que só isso aí rentabilizando em renda fixa, renda variável quanto que aumentaria o patrimônio? Eu tive a curiosidade de fazer, sabe quanto aumentaria? Quase 90% sem esforço gerencial, só alocados nisso daí, na alocação que eu deixei na Fundação.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Bom, admito que pudesse ser, o fato é que os fatos reais estão aí, o resultado, enfim, as pessoas constroem mecanismos de gestão para atingir objetivos.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu fico satisfeito que consegui, estão usando...

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): E os objetivos não foram plenamente atingidos, pelo menos, nesse período. O senhor saberia me informar por que é que no ano que antecedeu a sua, não é de sua responsabilidade direta porque o senhor não está, por que é que no ano que o antecedeu, 1998, a rentabilidade foi negativa da Fundação? Menos 4.33%?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Teria que analisar. Isso --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Quando o senhor assumiu, o senhor não se deu conta desse --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não, claro, nós fizemos um --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): O senhor não se roda a que razão, por que motivo?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Definitivamente por conta da Bolsa, acho que caiu em 98, tenho que ver aqui quanto é que foi. E também porque a gente não tinha uma correspondência, uma correlação com os *benchmark* de mercado que, enfim, não rentabilizou do jeito que deveria rentabilizar. É isso.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): O senhor tem informações sobre também evolução patrimonial nesse, durante todo esse período da Fundação?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Da minha --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Evolução, me perdoe, V.Exa. faz referência a evolução patrimonial da Fundação, não do deponente.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ah, sim.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Claro.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Até 2005?

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eu lhe perguntei sobre rentabilidade agora eu gostaria de saber a evolução patrimonial, o senhor tem informações, tem dados?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu tenho informações que, sei de divulgar no site que a Fundação está em torno de vinte, vinte e um bilhões de reais.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim, o senhor não tem a evolução, a série histórica?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não, aqui eu não tenho. Mas definitivamente a Fundação vem tendo resultados significativos na evolução do seu patrimônio. Sobre tudo porque além disso que eu apresento, da evolução dos *benchmarks* que agora com aderência a esses *benchmarks* e também por conta que a dívida, 3 meses depois que eu saí foi finalizada e aquilo que a gente provisionou lá em 2000, entrou como eu lhe disse, na veia, no resultado da Fundação. Na casa de dois bilhões e setecentos. Então aí começa a aumentar significativamente. A gente tem uma *proxy*, está me dizendo, se o senhor quiser, da evolução patrimonial.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Dentre as corretoras com as quais o senhor operou, consta a RMC SA SOCIEDADE?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não. Deixa eu checar, mas -- não senhor, eu estou com a informação que a FUNCEF me passou na segunda-feira, ontem.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Bom, eu tenho informação aqui de que -- no ano 2000 e no ano 2000 --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: 2000 eu não era diretor.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Oi?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: O senhor está me perguntando a época em que era diretor.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Não, o senhor foi gerente --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Mas não da Mesa.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): A essa época.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: 2000? Não.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Não era de sua responsabilidade?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não, eu fui gerente da Mesa a partir de -- aí eu tenho que me lembrar aqui a data. 2001, salvo engano. 2000 não era comigo. Agora com 2000 --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Porque no ano 2000, dentre as corretoras, consta a RMC.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Consta sim, consta sim 2000.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Cujo proprietário, sr. Ricardo Sérgio de Oliveira, conhecido figura aí do mundo dos negócios em fundos de pensão e copisas, aliás, figura proeminente do processo de privatização das telecomunicações.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu queria ressaltar, apesar de não ser da minha época, desse ano de 2000 foram operados 41, com 41 corretoras. Essa foi na classificação a 39ª. E ela teve de corretagem cinco mil quinhentos e trinta reais e quarenta e sete centavos na Fundação.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Pois é, no ano 2000 --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Todo ano 2000, essa é a informação.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): O valor movimentado por ela foi de quatro milhões, quatrocentos e catorze.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Isso. E ganhou cinco mil, quinhentos e trinta reais da Fundação, foi a 39ª de 41.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O sr. Ricardo Sérgio alguma vez procurou o senhor na Fundação.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eu me dou por satisfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá. Só mais um questionamento antes de darmos continuidade às próximas oitivas. O senhor tinha algum tipo de avaliação para fazer dos investimentos imobiliários da FUNCEF?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Não, nenhum. Eu era diretor financeiro, a parte imobiliária não ficava comigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas isso não era discutido nas reuniões de diretoria?

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Imóveis? Sim. Sim. Era apresentado sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E da participação da Fundação, por exemplo, em investimentos como parques aquáticos?

[soa a campainha]

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: O senhor quer saber a minha opinião? Eu não teria entrado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque que eu saiba, a FUNCEF --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Mas isso foi antes da gestão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é por isso que inclusive não está aqui. Eu gostaria muito de ter entrado nessa seara. E até, Deputado Bittar, o senhor perguntou de 98 eu vou dizer a V.Exa. que V.Exa. estaria fugindo do foco, eu acho que tem direito de perguntar não, tem problema. Mas essa questão de investimentos em parques aquáticos é um absurdo que foi cometido, por exemplo, com a FUNCEF antes do ano de 2000, que está, portanto, no período anterior a nossa investigação. E eu tenho um exemplo vivo lá na Bahia, em Salvador, um parque Wet'n Wild, que está fechado e, enfim, acumulando problemas e mais problemas.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Não é só o senhor que convive com uma situação como essa, porque nós tivemos no Rio de Janeiro também investimentos desse tipo da FUNCEF.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E era da gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e da turma que naquele momento tinha a responsabilidade --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): O do Rio já fechou há muito tempo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O de lá também. E ainda estão usando sem que a FUNCEF ganhe nada, o que é pior. Agora, eu gostaria de ter trazido essa discussão, mas não tenho como.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Mas deixa eu dar a minha opinião, eu tenho um viés fortíssimo de mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor me perdoe.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Primeiro, eu acho que investimento de fundos de pensão tem que ser atrelados a sua exigibilidade, e tem que ter governança. Tem que ter diretriz, eu entro, eu saio, quando eu entro, quando eu saio, como eu saio. Como que eu faço a gestão. O risco, mas não, isso aqui é um risco bom, não, não tem o negócio de risco bom. Quanto que é o risco? Quanto que ele agrega de perda potencial para a Fundação? Sem isso eu, particularmente, não faria. Não faço.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eu quero dizer, aí uma longa discussão aí sobre isso, o senhor está fazendo uma análise estritamente técnica. É claro, se você for pensar apenas em perseguir objetivos, talvez se aplicasse só em renda fixa aqui no Brasil está tudo resolvido, títulos públicos, renda fixa não, títulos do Governo Federal, títulos públicos federais, tal só bastaria. Mas os Fundos cumprem um certo papel

institucional também como investidores que são, claro, tem que ter todas as cautelas, avaliar risco, etc. Saber que proporção do seu patrimônio será investido em coisas desse tipo, mas eu penso que eles cumprem um papel importante para os investimentos de médio e longo prazo na economia. E acho importante sabendo-se que isso implica em riscos de um lado, mas pode implicar também em ganhos significativos de outros. Só penso que tem que ser feita com muita competência, muita avaliação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até porque as Fundações tem a obrigação de diversificar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Exatamente, quer dizer, eu tenho uma opinião divergente sobre esse enfoque.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Mas V.Exa. me permite, eu acho que antes até, eu vou me permitir aqui escusar-me do que disse que era a coisa mais importante do Fundo de Pensão, era a sua má colocação. Eu estava errado, não é. A coisa mais importante é a definição da sua missão. Se o Fundo de Pensão diz que a missão dele é honrar tempestivamente o seu passivo atuarial, é uma coisa. Não cabe, na minha opinião técnica, o nível de diversificação que não seja adequado e atrelado a má colocação. Agora, se a missão de um Fundo de Pensão é além de adequar as suas aplicações ao exato cumprimento atuarial, mas também promover e fomentar o crescimento do país, aí é outra coisa. Aí é outra coisa. Bom, eu --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Eu acho, eu acho que -- eu acho que a Fundação ajuda o país, eu acho que a Fundação, V.Exa., eu acho que a Fundação auxilia no momento em que ela tem inversões, por exemplo, em títulos públicos federais. Está ajudando no financiamento público.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Não há dúvida. Apenas eu acho que títulos públicos federais, investimentos em ações.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: é que eu não acho que a Fundação tem que ser salvador da Pátria.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Está fomentando, apoiando empresas e tal, e eventualmente.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: é que eu não acho --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): -- Investimentos diretos em empresas também, eventualmente. Isso é importante.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Fundação não pode ser salvador da Pátria. É isso que eu penso.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Não vejo a Fundação como hospital não, não vejo como hospital de empresas, nada disso, mas vejo como um instrumento para viabilizar investimentos de longo prazo.

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Entendi.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Na economia. Investimentos que, muitas vezes, não são sustentados --

SR. MÁRIO CEZAR SILVA SERPA: Tecnicamente.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Por avaliações estritamente localizadas e circunscritas apenas a objetivos, aos objetivos distritos de cada um dos Fundos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu fico muito feliz em ver esse ambiente de convergência, de concordância, substituindo aquele ambiente tenso que --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eu também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Chegou se insular nesses trabalhos.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): O senhor sabe que eu me sinto mal quando sou obrigado a, e fico feliz quando nós retornamos ao leito do bom diálogo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu queria agradecer a presença do sr. Mário Cezar Silva Serpa. E de imediato, sem interrupção, eu gostaria de convidar para tomarem assento à nossa Mesa de trabalhos os senhores Luís Carlos Simoens da Silva e Demóstenes Marques. Vamos dar início à fase final dessa longa jornada, desse longo dia, obviamente, que pedindo desculpas ao sr. Luís Carlos e ao sr. Demóstenes porque, de fato, nós não contávamos --

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Luís Afonso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Luís Afonso, desculpe. Nós não contávamos com tantas atividades, mas também agradecendo a paciência de aguardarem. Informo a este Plenário que tanto o dr. Luís Afonso Simões da Silva como o dr. Demóstenes Marques assinaram o termo de compromisso, e se encontram nesta sub-relatoria na constituição de testemunhas. Eles se fazem acompanhar da dra. Lucimara Moraes Lima, OAB/SP 125003. Sem mais delongas, eu gostaria de conceder a palavra aos senhores para que cada um, e aí eu sugiro que inicialmente o sr. Luís Simoens, e logo depois o sr. Demóstenes, possam aqui fazer uma

apresentação da qualificação profissional, do histórico das atividades profissionais, e que também se sinta a vontade para eventualmente tecer algum comentário de caráter introdutório que entendam importantes para a condução dos nossos trabalhos. Então eu passo, inicialmente, a palavra ao sr. Luís Simoens.

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Bem, eu tenho 63 anos, sou formado em Economia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Tenho mestrado em Administração Financeira pela FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS de São Paulo e um título de doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP. A minha vida profissional eu tive três empregos concursados ao longo de 35 anos. O primeiro no BANCO DO BRASIL, e depois num concurso para inspetor fiscal da Secretaria de Finanças do Município de São Paulo, e em 1977 eu entrei para o Banco CENTRAL como economista onde fiquei os 20 últimos anos da minha carreira no serviço público. No Banco CENTRAL fiquei cerca de 16 anos no Departamento Econômico, onde cheguei ao cargo de chefe adjunto do departamento. E entre várias atividades eu trabalhava mais especificamente com o sistema financeiro, nesse departamento econômico. Nos quatro últimos anos da minha carreira, eu fui chefe do departamento de Organismos e Acordos Internacionais com a responsabilidade de fazer o relacionamento institucional e financeiro com Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, BIRD e outros organismos. Paralelamente, eu fui o coordenador nacional do subgrupo quatro, assuntos financeiros do Mercosul, onde tratava de questões de sistema financeiro, mercado de capitais, indicadores macroeconômicos, coordenação macroeconômica, etc. Me aposentei em 1977, retornei a São Paulo, me tornei diretor financeiro da empresa municipal de urbanização de São Paulo, nos dois primeiros anos do governo Marta. Com a saída da diretoria depois de dois anos, numa mexida política nessa época, eu saí e logo em seguida fui convidado pelo presidente da CAIXA, Jorge Matoso, a assumir o cargo de diretor financeiro da FUNCEF. Onde permaneci de março de 2003 ao dia primeiro de julho de 2004. Por motivos de ordem particular, eu preferi voltar a São Paulo para enfrentar as questões de família. E essa vida aqui estava extremamente cansativa, eu achei que a saúde já estava começando a balançar um pouco, e fui novamente convidado pelo, pelo presidente da minha época Nair Murbe para assessorá-lo, ele se transformou agora, ele é um conselheiro no Tribunal de Contas no município de São Paulo, é o conselheiro Maurício Faria. Ele me convidou para dar uma assessoria financeira e orçamentária para ele, coisa que eu estou fazendo

no último ano. Então essa é basicamente a minha apresentação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Demóstenes. O senhor pode ligar o microfone?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Boa noite, deputados, Deputado Bittar também, senhoras e senhores. Meu nome é Demóstenes Marques, minha formação em graduação acadêmica foi Engenharia Civil na UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA que eu conclui em 1989, mesmo ano em que entrei na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Eu tenho uma carreira profissional vinculada a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, comecei como escriturário, depois fiz concurso para a área técnica, passei para a carreira de nível superior da CAIXA. Depois ocupei as funções de supervisor técnico, gerente operacional, gerente de produto, gerente nacional. E, finalmente, quando eu estava na gerência nacional de uma área de desenvolvimento econômico e social da CAIXA, gestor de alguns produtos de crédito que tiveram desempenho, felizmente, muito bom no período em que ocupei essa função. Recebi um convite do Presidente Matoso, para suceder o diretor de finanças da FUNCEF, que muito me honrou o convite, uma responsabilidade suceder o dr. Luís Afonso. Que exerço essa função até hoje. Eu queria já passar alguns comentários que acho importante aí para colaborar com os trabalhos da Comissão, principalmente, visto que desde que se iniciou a CPI vários assuntos, a FUNCEF foi mencionada em vários noticiários. Então queria poder aproveitar e já fazer essas considerações, não sei se o senhor acha pertinente?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor vai ficar a vontade para fazer qualquer apresentação. Apenas eu queria informar que nós temos aqui toda uma lógica de questionamentos que prima pela interação entre aquele que está prestando a informação e os parlamentares que apresentam as perguntas. Eu não sei exatamente qual é o tipo de apresentação que o senhor quer fazer. Apenas para avaliar qual é o melhor momento dessa --

SR. DEMÓSTENES MARQUES: é só uma referência às menções que foram feitas à FUNCEF nos meios de comunicação e aqui fazer essa --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Tá ok. Então só para ilustrar, Deputado, se o colega da Câmara der licença.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicito ao fotógrafo que, por favor, nos permita --

[Risos]

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Nós temos aqui os resultados da FUNCEF, a evolução da rentabilidade desde 98. E aqui na gestão do Presidente Guilherme Matoso, que é o triênio que acompanha aqui a passagem do dr. Luís Afonso e a minha, nós tivemos aqui em todos os anos, diferentemente do que se percebia anteriormente, uma rentabilidade acima da meta atuarial. No período de 2003 a 2005, a rentabilidade acumulada da Fundação ficou em pouco mais de 77% em face de uma meta atuarial inferior a 47%. Portanto, 30 pontos percentuais acima da meta atuarial que é um fato que a gente não percebia ocorrer anteriormente, infelizmente, na Fundação. Fruto desse resultado, nós temos uma evolução de patrimônio que no final de 2002 se encontrava próximo de dez milhões de reais e nós conseguimos fechar 2005 com aproximadamente muito próximo de vinte e um bilhões de reais. Portanto, uma duplicação do patrimônio da FUNCEF, numa evolução patrimonial muito mais ascendente e num período de inflação, inclusive, menor do que inflações registradas em período anterior. Isso com registro, inclusive, durante esses períodos aqui desses exercícios de diversos provisionamentos referentes a investimentos pretéritos, principalmente investimentos do triênio de 96 a 98. Pode passar. Isso foi feito com, aqui está um pouco, ficou um pouco pequeno, mas a chamar a atenção que a FUNCEF --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É difícil de enxergar!

SR. DEMÓSTENES MARQUES: É difícil de enxergar, mas a FUNCEF tem uma diretoria de Controladoria desde 2002, que é uma segregação muito importante de funções, de maneira a atender princípios de governança corporativa, inclusive que estão presentes na CGPC, resolução CGPC 13 e que à época, em 2002, ainda não era nenhuma resolução existente, mas várias das preocupações que estão constantes na resolução CGPC 13 a FUNCEF já atendeu com esse organograma. Mas entrando especificamente nas questões que foram comentadas na imprensa, queria mostrar aqui em relação, foi um dos fatos muito comentados aí na mídia desde o início, desde meados do ano passado, é muito comentado na mídia essa questão dos investimentos nos Bancos BMG e RURAL. Nós, na atual gestão, nós não fizemos em carteira própria nenhum investimento nesses dois Bancos. Quando a gente percebia, num período aí de 98, 99, uma exposição significativa a risco de crédito bancário dessas duas instituições, tendo chegado inclusive ao patamar de 4% da carteira própria de renda fixa, em abril de 99 em exposição ao risco de crédito bancário

dessas duas instituições. Não quero dizer com isso que fazer julgamento de que eventualmente alguém que tenha feito algum investimento no Banco BMG e RURAL tenha feita por má-fé ou de forma equivocada ou indevida. Simplesmente uma questão fática na nossa, não percebemos na nossa carteira própria oportunidade para realização desses investimentos nesse período. E gostaria de aproveitar a oportunidade para passar às suas mãos o ofício de fim 013/2006 aonde fazemos considerações sobre esses investimentos no Banco, nos Bancos BMG e RURAL. E aqui nós explicamos que, para não deixar nenhuma informação faltante, explicamos que no período de 2004, dois gestores de fundos terceirizados adquiriram CDBs, fundos terceirizados exclusivos de renda fixa, e dois gestores adquiriram CDBs do Banco RURAL no período de 2004. Eu vou comentar a questão do que compete ao investidor e ao gestor do Fundo terceirizado, mas não estou aqui querendo dizer que a FUNCEF não tenha responsabilidade, e ela tem, sobre os investimentos que os gestores terceirizados fazem. Porque afinal de contas o dinheiro é dos associados da FUNCEF. Portanto, os dirigentes da FUNCEF têm que ter cuidado e tratamento sobre isso. É só para deixar claro que esses investimentos eles não foram uma discricionariedade da diretoria da FUNCEF, no caso dos diretores de finanças ou da diretoria de FUNCEF. A nossa responsabilidade em relação a esses investimentos é regulada por contratos com gestores terceirizados, nos quais nós fazemos o controle do nível de risco que ele incorre, e no caso de risco de crédito bancário nós concedemos, nós calculamos um limite máximo de exposição para cada instituição bancária, por uma série de critérios técnicos para verificação desses limites máximos. Os gestores não sabem, uns não sabem se os outros estão ou não aplicados naquele risco de crédito específico. Então, o controle é feito pela Fundação para que esses limites sejam atendidos. E aqui neste ofício está a informação de que no ano de 2004 houve uma aquisição por um dos nossos Fundos de investimento de um CDB de cinco milhões e de um outro Fundo de investimento sênior quatro no montante de doze milhões. E aí eu pediria licença para fazer menção aqui, porque hoje foi divulgado na imprensa que a FUNCEF teria feito investimentos nesse período no montante de vinte e dois milhões de reais. Quero registrar aqui que o relatório, pelo rápido contato que eu tive com ele, até porque recebi hoje de tarde uma cópia, ele não levou em conta que esse investimento, esse CDB de cinco milhões de um dos Fundos exclusivos ele foi renovado. É só perceber no relatório que ele era primeiro, primeira operação de 27 de maio de 2004 a 25 de agosto de 2004, em valor de cinco mi-

lhões de reais e a segunda operação de 26 de agosto de 2004, então quer dizer, dia 25 venceu, dia 26 foi renovado no valor de cinco mil, trezentos e cinquenta. Então foi simplesmente uma renovação de um CDB de cinco milhões com sua rentabilidade também renovada junto. E tem um outro erro, outro errinho aqui na questão da data do vencimento que esse segundo investimento, a data que consta é 26 de agosto de 2004, foi 19 de novembro de 2004 que a operação foi encerrada. Então na verdade nós não, enfim, não podemos concordar com esse montante de vinte e dois milhões porque tem o fenômeno aí da renovação como, acho que não, a soma da renovação não é o melhor critério para verificar a exposição. Uma vez que o, é equivalente, como se o valor tivesse sido aplicado por um tempo maior. Mas essa informação já estava, o nosso ofício tem data inclusive anterior a divulgação aqui do relatório, e a nossa intenção é passar as informações o máximo esclarecidas para a CPI. Relativo a aquisição de títulos públicos também que houve um período em que foram feitas algumas menções, de que algumas Fundações teriam tido perdas em operações de mercado secundário de títulos públicos. Gostaria de passar às mãos de V.Exa..., que é o vocativo correto? Às mãos de V.Exa. o ofício de fim 014/06 aonde nós tecemos comentários sobre esse processo de aquisição de títulos públicos em mesa de operações da Fundação. E os objetivos estão ali descritos, eu não vou me alongar, promover o casamento de ativos e passivos. No mercado primário são as taxas são fixadas no próprio leilão e temos os preços da ANDIMA que servem de balizadores para as marcações de mercado desses papéis no mercado secundário. Para não me alongar muito, quero só mencionar as contrapartes que a nossa mesa de operações utiliza para esse, para essas operações, quando eventualmente são necessários serem realizadas no mercado secundário. Como não existe um processo de seleção de contrapartes para operações de títulos públicos, nós utilizamos as tesourarias de dillers do Banco CENTRAL que também já passaram por algum processo de seleção de gestores dentro da Fundação. Então nós, as únicas contrapartes das nossas operações de títulos públicos em mercado secundário são UNIBANCO, Banco VOTORANTIM, BANKBOSTON, o PACTUAL, a própria CAIXA, o SANTANDER e o CITIBANK. Os resultados no período de 2003 até 14 de fevereiro de 2006 mostram que a FUNCEF não teve perdas nessas operações secundárias, nós somos, nós felizmente não temos problemas de liquidez. Então não somos premidos a fazer operações de trocas desses papéis em momentos em que o mercado não está favorável. Então a FUNCEF pode trabalhar numa situação de conforto

operacional de maneira que se as taxas, na nossa avaliação e comparando com o preço da ANDIMA e outras referências de mercado, que são buscadas junto a essas tesourarias que eu mencionei na tela anterior, a gente, se a gente verifica que a operação não está confortável financeiramente a gente não realiza a operação. Então essa posição permite que a gente, permitiu que nós tenhamos tido durante este período um resultado somente nas movimentações seja de compra ou de venda desses papéis no secundário de aproximadamente sete milhões de reais. Além é claro, das rentabilidades auferidas com os cupons desses papéis que foram adquiridos. Pode passar. Também sobre o processo de seleção dos gestores terceirizados, gostaria também de passar às mãos o ofício de fim 015/2006, aonde nós comentamos aqui os critérios para o processo de seleção de gestores terceirizados. Esse, inclusive, é um processo que teve início antes da nossa chegada à Fundação. Nós, evidentemente, avaliamos constantemente no sentido de procurar aprimorar esses critérios, mas aproveitamos muito do que já havia de conhecimento e capacidade instalada na equipe técnica da própria FUNCEF sobre esses processos de seleção de gestor. Então é feita uma avaliação dos Fundos abertos que esses gestores têm disponíveis no mercado para se poder fazer uma avaliação. Porque existem alguns Fundos exclusivos que não são de gestão discricionária. Então para poder tirar a interferência dos Fundos fechados que alguns são de gestão discricionária, outros não, que esses gestores têm com outras Fundações, nós fazemos uma avaliação primeiro dos Fundos abertos para verificar em iguais condições quais as performances de cada gestor. E a partir da verificação dos Fundos abertos que apresentam maior competitividade dentro do nível de risco a que a Fundação, são considerados adequados para que a Fundação incorra, esses gestores então passam por um processo de questionário, depois um processo de diligência interna, para a verificação da pertinência de contratação desses gestores para os nossos Fundos terceirizados. Pode passar. Eu vou, estou resumindo aqui até em face do adiantado da hora, mas tem várias etapas, *rating*, restrições cadastrais, análise qualitativa. Tem uma segunda análise de *rating* que a primeira é eliminatória e a segunda é classificatória, e depois tem a avaliação da diligência. Os nossos gestores atuais de renda fixa são o BRADESCO, ITAÚ, a CAIXA o ABN, BANCO SAFRA, o PACTUAL, o BANKBOSTON, o BNP PARIBAS, o UNIBANCO e o WESTERN. Esses são os nossos gestores de renda fixa. Os nossos gestores de renda variável são o BRADESCO, o ITAÚ, o UNIBANCO, o WESTERN, o SCHRODERS e o BANKBOSTON. Pode passar.

Além disso, temos o nosso processo de seleção de corretoras que somente são utilizadas para a movimentação da nossa carteira própria de renda variável em Bolsa. Queria aproveitar para passar às mãos de V.Exa. o ofício de fim 016/2006, aonde nós fazemos uma descrição também do processo de seleção de corretoras que são utilizadas para essa finalidade que eu mencionei, apenas para movimentação dos nossos, das nossas operações de renda variável em Bolsa. E aí, além de comentar aqui das várias etapas que são verificação da existência de *rating*, que é uma etapa da primeira eliminatória, verificação de restrições cadastrais, também é eliminatória. As etapas classificatórias que são: Análise qualitativa que são feitas a partir dos recebimentos das pesquisas de mercado que as corretoras passam para a FUNCEF chamados, comumente no mercado, de *resources*. É feito uma análise qualitativa dos *resources*, é feito uma análise com base nas informações disponibilizadas pelas consultoria AUSTIN, não é, das corretoras. E, finalmente, é feita também uma avaliação da mesa de operações da própria Fundação em relação aquelas corretoras que já trabalharam com a Fundação, evidentemente. Aquelas que não trabalharam se faz, se procura fazer uma ponderação para que elas fiquem com nota neutra em relação aquelas que já trabalharam. Para não se dar um peso também maior só porque trabalhou, tem uma vantagem ou desvantagem no processo de seleção. É importante mencionar sobre essa questão das corretoras, que também no trabalho que nós desenvolvemos conseguimos baixar significativamente os percentuais dos valores pagos a título de taxa de corretagem para essas operações, em relação aos percentuais pagos anteriormente vindo um histórico aí de 98. E também valores absolutos é uma redução significativa. E, Deputado, para facilitar qualquer dúvida que essa CPI tenha em relação às corretoras que a FUNCEF utilizou para suas operações de carteira própria de ações em Bolsa de Valores, nós acrescentamos aqui uma relação por semestre, está neste ofício que eu passei a vossas mãos. Uma relação por semestre de todas as corretoras utilizadas desde o primeiro semestre de 2001. Que eu tenho impressão que deve ter sido o primeiro semestre aonde o processo de seleção de corretoras foi implantado e persiste até hoje na Fundação. Até o segundo semestre de 2005. Então todos eles estão listados aqui no anexo desse ofício para facilitar os trabalhos de averiguação da CPI. E além disso, também nesse intuito de contribuir, por ano, por exercício desde 98 até 2005 os nomes, os nomes, o valor movimentado, a quantidade de operações e o valor pago a título de corretagem para todas as corretoras que estão listadas aqui como,

no anexo. Então a gente espera com isso poder facilitar as averiguações da CPI, em relação a qualquer relacionamento da FUNCEF com as corretoras. E lembrando, lembrando não, voltando um pouquinho para as operações com títulos de renda fixa que fazemos eventualmente, seja em leilões primários ou no mercado secundário que eu comentei, foi o item anterior. Nós não usamos nenhuma corretora para intermediar as nossas operações de compra ou venda de títulos públicos, nós temos uma equipe capacitada que os números ali do quadro que eu mostrei com os resultados favoráveis a FUNCEF, acredito que demonstram que essa equipe está capacitada para fazer essas operações sem a necessidade de intermediação de corretores. Então não pagamos nada de taxa de corretagem para operações com títulos públicos. Simplesmente, até por uma obrigação legal e operacional nós temos que as ações, as movimentações da carteira própria em Bolsa de Valores elas precisam ser feitas através, por meio, não é, de corretoras registradas no Ibovespa. Mas as movimentações são todas feitas por ordem, como é da nossa carteira própria, por ordem de analistas, operadores da mesa da FUNCEF. Pode passar. Bom, em relação ao risco de crédito bancário, que é um ponto aonde ficam um pouco o limiar da dúvida da responsabilidade entre o que a diretoria, a equipe própria da Fundação deve estar olhando em cada uma das operações dos gestores terceirizados, e o que compete ao gestor na relação contratual que ele tem com a FUNCEF. Gostaria de passar a vossas mãos o ofício de fim 017/2006 que faz uma explanação sobre o processo de análise de risco de crédito bancário por parte da FUNCEF e até onde esse interfere na gestão discricionária dos gestores terceirizados. Então, na verdade, no risco de crédito bancário... Nós não comandamos, como essa gestão dos, o nosso contrato, a nossa relação contratual com os gestores terceirizados, a gestão do Fundo exclusivo é uma gestão discricionária do gestor. Então nós fazemos aquela análise que eu comentei aqui, para verificar aqueles gestores que dentro desse processo se demonstram capacitados para fazer a melhor gestão possível dos recursos da Fundação, mas além disso, como a responsabilidade pelos recursos é nossa, o dinheiro é dos associados da FUNCEF, nós fazemos também algumas, algumas limitações dos níveis de risco, esses gestores podem incorrer dentro dessa relação contratual estabelecida. Então quando o gestor é contratado para um Fundo de renda fixa mais conservador, ele recebe uma margem de risco para incorrer dentro do volume que ele tem mandatado sobre sua gestão, uma margem de risco menor. E o resultado esperado desse gestor também é um resultado mais convencional,

vamos dizer assim, mais próximo às referências de mercado para gestão de renda fixa de curto prazo, que é alguma coisa próximo de CDI, alguma coisa assim. Os Fundos de gestão que são contratados para uma gestão um pouco mais arrojada, eles têm um mandato de risco um pouco maior, um nível de risco ele pode incorrer pelas posições assumidas e também ele tem uma meta de rentabilidade um pouco superior aquela do Fundo mais conservador. De maneira a demonstrar uma coerência na relação risco retorno para a Fundação em relação a esse recurso gerido por esses gestores terceirizados. Mas além disso, além de controlar diariamente pela diretoria de Controladoria, que eu comentei no início, além de controlar diariamente a exposição, o nível de risco que esse gestor incorre, nós também para risco de crédito bancário fazemos um trabalho interno nosso que é a definição dos limites de risco que a Fundação admite incorrer para cada Banco que esteja colocando à disposição do mercado papéis lastreados em seu próprio risco de crédito. Que são, basicamente os CDBs. E nesse critério, nós temos um trabalho que foi desenvolvido antes da nossa chegada, nós fizemos uma revisão desse trabalho recentemente, e consideramos que são, que a metodologia para determinar esses limites de risco de crédito é uma metodologia adequada na relação, justamente, para estabelecer uma relação risco retorno compatível com o patrimônio da FUNCEF, compatível com a expectativa de rentabilidade e com os critérios de segurança que são necessários na gestão dos recursos dos associados. Então, normalmente, isso varia em função de critérios como patrimônio das instituições, nível de *rating*, a aderência aos índices de Basileia de cada instituição bancária. Nós recebemos trimestralmente um estudo da CONSULTORIA AUSTIN baseado nos balancetes que são divulgados pelo Banco CENTRAL de todas as instituições bancárias e é feito um corte por, e inclusive por instituição e por volume de risco que se considera compatíveis para a assunção pelos gestores terceirizados. Isso não quer dizer que a gente vá dizer aos gestores terceirizados: Adquirir CDB do Banco A, Banco B, Banco C. Isso já faz parte da gestão que ele demonstrou capacidade de cumprir no processo de seleção de gestores. Quer dizer, a gente busca, por isso a gente analisa Fundos abertos para ver se aquele gestor tem uma capacidade de fazer uma boa gestão de recursos: E nós simplesmente não, nós fazemos um processo bastante complexo a estabelecimento dos limites que esse gestor pode correr. E, normalmente, a gente tem aí trimestralmente entre 38 a 40 instituições bancárias as quais se admite que a FUNCEF incorra nesse risco bancário. Mas o gestor, inclusive, ele não é informado

de qual Banco e de qual limite cada Banco tem, até para evitar um direcionamento na busca dele por melhores montagens de posições para os Fundos exclusivos que eles estão gerindo. Então esses gestores terceirizados, quando eles têm algum papel que eles consideram adequado para o Fundo que eles estão gerindo, em função do risco que está mandatado e da meta de rentabilidade que ele tem, eles consultam a Fundação sem saber se esse papel vai estar lá na nossa lista ou não. E aí nós informamos se o papel está na lista, naquela margem de risco que ele pode incorrer ou não naquele risco. Então, esse é o processo e a gente para facilitar aqui também os trabalhos da CPI, no anexo desse ofício que eu acabei de entregar, nós temos aqui todos os, as listagens com os Bancos selecionados que eu comentei, que variam aí de 30 e poucos até 40, dependendo do trimestre; e qual o valor que a FUNCEF considerava como limite para que os gestores incorressem e isso está até fevereiro de 2006 aqui para a CPI poder verificar a cada momento como isso ocorreu. Não, esse é o último, essa é a cópia que eu fiquei para dar uma olhada. Agora sim, pode passar. Em relação a essa questão do risco de crédito, inclusive nós fomos contemplados numa matéria do JORNAL NACIONAL próxima ao natal do ano passado, recapitulando aí o assunto do CDB do Banco SANTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o senhor me permitir a interrupção.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está sendo muito esclarecedora a apresentação de V.Sa., mas ela já começa a entrar aí em algumas questões muito específicas que estão previstas aqui no meu questionamento. Depois eu vou ter que repetir as perguntas e talvez o senhor tenha que repetir as respostas. Então talvez seja mais econômico a gente fazer essa fase preliminar e quando eu chegar no Banco SANTOS, que eu vou tratar desse assunto, aí o senhor prestar os esclarecimentos.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Certo, mas poderia já passar às mãos de V.Exa..

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não. É só porque acho que fica mais prático.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Claro, claro. Quero passar às mãos de V.Exa. aqui o ofício de fim 018/2006, é aonde nós comentamos essa aplicação em CDB do Banco SANTOS que foi o objeto de bastante divulgação na mídia. Nós temos um maior interesse em que isso seja muito bem explicado, principalmente, para

tranquilidade dos associados da Fundação que ficam preocupados quando esses assuntos são externados. Bom, eu não sei se nessa linha, as questões que eu tinha aqui para comentar aí, tem uma questão relativa a BRASIL TELECOM, não sei se o senhor ia ter, quer passar? Ah, antes tinha a questão da BM&F, não é isso? Hã? Ah, não. É da BRASIL TELECOM mesmo. Em relação a BRASIL TELECOM que foi amplamente divulgado, não sei se o senhor teria perguntas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu terei.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Então eu pulo também. Só vou já passar às mãos de V.Exa. esse ofício de fim 019/2006, aonde nós fazemos uma descrição desse assunto até o presente momento, é um assunto bastante complexo, mas nós temos bastante aqui convicção em relação às ações que a FUNCEF vem desenvolvendo na gestão desse assunto que herdamos. E então, tem a questão, Deputado, e relator aqui da Comissão, a questão das operações na Bolsa de Mercadorias e Futuros que foi objeto de ampla divulgação também em dezembro do ano passado. E aonde houve, segundo a imprensa, e a imprensa acabou atribuindo a fontes na CPI, mas não mencionaram exatamente qual teria sido essa fonte, mencionou perdas dos Fundos de pensão na BM&F e no período de cinco anos perdas da FUNCEF de cinquenta milhões em operações na BM&F. Nós ficamos muito preocupados quando essa notícia foi veiculada porque nós fazemos um acompanhamento que como eu comentei aqui, cotidiano do resultado, da exposição de risco e da rentabilidade auferida pelos nossos gestores terceirizados. E não conseguimos identificar, pelo menos aí, quero falar aqui do período, como exemplo o período que eu estive na titularidade da diretoria, nós não fizemos na carteira própria nenhuma operação na BM&F. No entanto, naquele relatório que a imprensa divulgou, apareceram operações, supostas perdas, também no período em que a FUNCEF em carteira própria não executou nenhuma operação na BM&F. Então passamos a depreender, até porque nós mandamos um ofício aqui para a CPI, solicitando a possibilidade de termos acesso a forma de cálculo, de aferição dessas supostas perdas para que nós pudéssemos fazer a verificação, ficamos muito preocupados. São os recursos dos nossos associados, nós temos um dever de fidúcia para com esses recursos e aí ficamos tentando identificar, como não obtivemos uma resposta em relação de onde teriam saído essas supostas perdas, ficamos tentando, Tateando, tentando descobrir de onde que poderiam ter vindo, o que poderia ter formado esse número, não é. Então como, por exemplo, em alguns períodos a gente não tinha operação nenhuma na

BM&F, nós supomos, depreendemos que poderia se tratar de operações dos gestores terceirizados. Que nesse período, obviamente, estavam fazendo na gestão de seus Fundos exclusivos, dos nossos Fundos exclusivos que eles são gestores, estavam, logicamente, fazendo operações na BM&F. Então nós passamos e simultaneamente a SPC, também preocupada quando essas notícias foram veiculadas, a SPC fez também requerimento de informações à FUNCEF de onde vieram essas perdas. E a FUNCEF, que faz o acompanhamento desse trabalho tanto da nossa carteira própria quanto os gestores, não conseguiu identificar, pelo menos desse período de 2003 a 2005, nós não conseguimos identificar de onde teriam vindo essas supostas perdas. Então nós fizemos uma consulta bastante ampla, de forma meio genérica aos nossos gestores terceirizados que estão tendo um trabalho muito grande de levantamento dessas informações. Uma parte desses gestores respondeu em formato que a SPC pediu, uma parte respondeu num formato mais simplificado porque um volume, são dezenas de milhares de operações, se foram considerar que tem ajustes diários, mesmo as operações que são montadas para períodos maiores, eles têm ajustes diários e acabam podendo ser considerados, dependendo da forma como os números sejam analisados, como, dezenas de milhares de operações. E os gestores estão tendo uma certa dificuldade de nos passar essa informação numa completude, de forma que a gente possa fazer afirmações mais peremptórias sobre o assunto. Mas temos a tranquilidade aí de afirmar que grande parte, grande parte dessas operações que possivelmente, eu digo possivelmente porque nós não recebemos resposta aqui da CPI. Mas, dessas operações que possivelmente possam ter gerado esse número de suposta perda, são operações de proteção dos Fundos exclusivos de renda fixa. E aí segundo as explicações, como eu digo, não são explicações ainda completas, porque eles estão levantando lá informações, estão botando equipes grandes lá para levantar, mas eles nos relataram que em muitos dos casos que devem ser a grande maioria, esses, essas posições na BM&F eram posições de proteção de posições. Por exemplo, vou dar um exemplo, o Fundo assume uma posição pré-fixada em determinados papéis, como esse papel prefixado tem uma volatilidade acima do nível de risco que a Fundação mandata o gestor para estar incorrendo, o gestor faz uma operação de proteção para garantir uma rentabilidade acima do mandato que ele está impelido pela relação contratual com a FUNCEF, mas que, ao mesmo tempo, diminua a volatilidade tendo protegido essa operação que era uma operação pré-fixada e que ao gestor fazer uma operação

de proteção na BM&F ele torna isso numa operação, numa operação sintética pós-fixada. Um exemplo que nós temos, que o nosso gestor CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, por exemplo, descreveu no ofício que mandou em resposta, foi de uma operação pré-fixada que foi protegida na BM&F. Essa operação pré-fixada acabou no final do período, ela foi protegida num patamar de quase 100,1 do CDI. Esse foi o patamar de proteção da operação. Que era acima do mandato de um Fundo conservador que tinha um mandato para obter CDI ou pouca coisa mais de CDI. Então ele fez um travamento da operação num patamar acima da rentabilidade buscada por aquele gestor. Esse papel pré-fixado, no final do período, acabou rendendo 101,0 qualquer coisa, portanto, acima do montante no qual o gestor havia travado a operação. E isso gerou um ajuste negativo a ser pago, a contraparte lá que o gestor contratou para fazer essa operação de proteção. Em contrapartida, durante todo esse período, esse papel ficou com uma volatilidade praticamente inexistente, ele já ficou travado numa rentabilidade pós-fixada estabelecida. Portanto, a volatilidade dentro do nível de risco que ele estava mandatado para incorrer. Quer dizer, fez uma operação seguram obteve rentabilidade acima do que ele teria se ele tivesse adquirido LFT, por exemplo, naquele período. E simplesmente, mais essa operação pode ter gerado --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor me permite?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Justamente, é muito mais produtor que nós façamos a condução porque, por exemplo, seria completamente desnecessária toda essa explicação que o senhor está dando sobre a BM&F, porque o senhor hoje entenderia qual foi o critério que nós utilizamos e de tal forma, isso acabaria até tranquilizando, talvez, algumas das preocupações de V.Sa. Eu vou, ficamos aqui até a hora que for necessário, mas se nós pudéssemos ir tratando de tema por tema. Então, por exemplo, V.Sa. teria as explicações sobre as operações com derivativos e talvez ficasse mais econômica a condução do trabalho.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Certo. Bom, então.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se é que eu posso solicitar isso a V.Sa.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Claro, claro. Então eu deixo para a condução que V.Exa. sugere, só passaria a vossas mãos o ofício de 020/2006 aonde

nós comentamos aqui esse esforço que nós fizemos de estudo desse --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro. Eu imagino que sim e há uma explicação para, enfim --

SR. DEMÓSTENES MARQUES: E foi um estudo bastante, bastante intenso e extenso que tivemos que fazer. Bom, eu... então acho que a gente poderia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é, porque se o senhor tiver mais alguma coisa a acrescentar, depois de todo o questionamento que nós fizemos, aí o senhor fica a vontade para no final tecer qualquer comentário. Não só pelo adiantado da hora, são meia noite e dez, mas principalmente porque fica muito melhor para a condução do trabalho.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Então só para encerrar mesmo, é comentar que nós, recentemente, sofremos alguns, dois autos de autuação da Secretaria de Previdência Complementar e realmente a FUNCEF está, nós temos um grande trabalho lá na gestão da FUNCEF. Não só nós da diretoria de finanças, como toda a diretoria da Fundação, de gerir uma herança que é desse período aonde a SPC acabou autuando a FUNCEF. Então realmente tem algumas operações na BM&F, mas que foram do período de 95 a 98, que não eram operações com esse fito de proteção; que a gente acabou sendo autuado e vamos tomar as medidas para responsabilizar quem de direito, para que os associados não fiquem na penalidade das perdas desse, não é, desses investimentos que foram feitos segundo a SPC, sem a devida prudência. E também um outro auto de infração relativo a dezenas de operações, quando a grande maioria delas do período que eu comentei de 96 a 98, e que nós temos um trabalho hercúleo lá, diário, cotidiano de ficar gerindo heranças, não é, que a nossa obrigação fazer isso não, estou reclamando, não é por outro motivo que estamos lá senão para cuidar dos recursos dos associados, mas que isso acaba fazendo com que alguns dos assuntos conduzidos por nós, atualmente, eles sejam assuntos de herança de alguns investimentos que foram feitos num passado mais remoto. Então, agradeceria a paciência, agradeço a paciência, Deputado, mas é porque como a gente passou meses aí de exposição na mídia sem um direito, a mídia não nos deu muito espaço equilibrado aí de resposta. Então a gente fica preocupado em deixar tudo da forma mais clara possível e agradeço a paciência e a compreensão mesmo com o adiantado da hora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu queria dizer a V.Sa. que eu não tenho nenhum reparo a fazer,

a condução de V.Sa. nesse período todo. Acho que, e já tive oportunidade de dizer isso ao Presidente da ABRAPE, dr. Fernando Pimentel, acho que as Fundações em geral depois que foi apresentada a primeira prestação de contas no final de dezembro, ao invés de procurarem a CPI para estabelecer um diálogo em níveis harmônicos, partiram para desqualificar e desmerecer o trabalho que foi feito. E aí como houve uma reação extremamente agressiva e até de caráter político, inclusive do presidente da FUNCEF, que me ameaçou com um processo, e se ele me processasse, depois ele ia ser processado por mim, não teria nenhum problema. Então realmente naquela oportunidade não tinha como estabelecer nenhum diálogo porque quem fez questão de romper o diálogo foram os representantes das três principais Fundações. Porém, passado o tempo, iniciadas as oitivas, verificada toda a linha de trabalho, cada vez mais eu estou convencido do acerto dos critérios definidos e esse acerto dos critérios me permite dizer hoje, dr. Demóstenes, que é inequívoco que as três principais Fundações do país, a PREVI, a FUNCEF e a PETROS, possuem hoje uma estrutura que as deixa muito menos vulnerável a irregularidades que eu classifico como primárias, a ilicitudes que eu classifico como gritantes que se verifica em Fundações de menor porte. E que por toda a composição das três principais Fundações, isso seria até impossível de se verificar. Nós nunca questionamos o alcance e a superação da rentabilidade da Fundação, isso nunca teve no debate. Nós nunca discutimos ou questionamos evolução patrimonial da FUNCEF, isso nunca teve no debate. Nós, naquele trabalho de BM&F, apresentamos números que antes de serem explicados, porque eles não eram auto explicativos e ali não se tratava de um relatório, eles foram desqualificados. Muito mais fácil seria se logo no primeiro momento, antes de questionar a correção dos números, se procurasse saber o que é que a CPI pretendia e o que é que nós fizemos? Nós fizemos uma análise dos ajustes negativos realizados quando as Fundações estavam operando no primeiro dia da operação e apenas no primeiro dia. E comparamos essa análise dos ajustes negativos do primeiro dia com a análise dos ajustes positivos, também do primeiro dia. Muito bem, daí já se confundiu um conceito que é inconfundível de prejuízo com perda, nós não falamos hora nenhuma em prejuízo, nós não falamos hora nenhuma que tinha sido dinheiro que saiu da Fundação e foi parar no bolso de quem quer que fosse, isso não saiu da minha boca. Nunca classifiquei dessa forma. Verificado o montante dos ajustes negativos no primeiro dia que nós denominamos de perda, nos interessava saber como é que essa perda se comportou, como é que esses ajustes negativos

eles se comportaram. Para verificar se eles estavam dentro dos padrões de mercado ou se por ali também poderia ter algum problema. E aí o que é que a gente percebe? Que em várias Fundações houve uma concentração de ajustes negativos com determinadas corretoras que não por acaso estavam no centro da nossa investigação. Que não por acaso estavam no centro da nossa investigação. Aconteceu casos que os ajustes negativos eles quando determinada corretora estava operando com uma certa Fundação, se processavam em mais de 80 a 90% das vezes. Correspondendo as vezes até a 100% dos valores negociados e não há quem me convença que isso é uma lógica normal do mercado. Até porque, quando essas mesmas corretoras operavam com outras instituições do mercado o que é que se percebia? Que a quantidade de ajustes negativos e de ajustes positivos ela variava ali numa casa não maior nem menor do que o patamar de 50%. Só que isso, no entanto, não foi verificado na FUNCEF. Objetivamente, a FUNCEF não apresenta problemas na BM&F. Ali são os ajustes negativos. São, ponto. Aqueles números, na nossa opinião são inquestionáveis, então, confirmados, certo? Existe até e eu queria informar isso ao senhor, um volume total de ajustes negativos um pouco superior ao volume total de ajustes de volumes negativos. Só que nem por isso eu estou classificando como desvio de padrão, de conduta nas operações com derivativos. Agora, por que o senhor presidente da FUNCEF, me permita fazer essa observação, sr. Guilherme, ele sequer tentando estabelecer um diálogo mas sim talvez tentando desqualificar o trabalho se pautando pelo que a imprensa disse, sem procurar entender o que estava por trás disso, já foi partindo para uma linha que eu não considero correta. Muito bem, isso está superado. Acho que é de dezembro, nós já estamos no final de fevereiro. Eu tenho que lhe dizer que estou absolutamente convencido e vou defender isso até o fim, que a responsabilidade pela gestão dos recursos dos fundos exclusivos é também, e talvez principalmente dos dirigentes da Fundação. Nós sabemos quais são os limites que devem ser impostos aos gestores, que são instituições financeiras, normalmente do mercado, mas o recurso no final das contas é da Fundação. Ponto. É do seguro da Fundação e tem que ser preservado, tem que ser garantido. De fato, quando ali se verificou aqueles ajustes na BM&F, Fundos exclusivos, mas para mim Fundo exclusivo é FUNCEF. Banco Santos é Fundo exclusivo? Nós vamos chegar lá, é FUNCEF. CDB do RURAL ou do BMG, nós vamos chegar lá, eu não me lembro qual foi dos dois, é Fundo exclusivo, é FUNCEF. Então que isso fique muito claro, que isso fique patente para que o senhor entenda que na minha opinião não há como se fazer

distinção, quando porventura existir questionamento sobre aquilo que é aplicado pelo Fundo exclusivo ou carteira própria. Talvez quando à aplicado em carteira própria possa se configurar um nível maior, certo, de responsabilidade do dirigente. Porém, sem que com isso se possa eximir da responsabilidade quando da aplicação de Fundos exclusivos. Certo? Mas muito bem, feita essa consideração de caráter geral, que eu acho que é preciso ser feita, fiz questão de receber aqui o Presidente da ABRAPÉ para explicar tudo isso minuciosamente, porque eu tenho certeza que o nosso relatório final ele será uma peça que acima de tudo vai fazer justiça, separando o joio do trigo dentro dos nossos limites de possibilidade de análise, mas feito isso --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Só um pequeno comentário sobre tudo isso. Eu estou de acordo com grande parte das suas afirmações. De fato, nessa questão de como se avalia os ajustes propiciados por determinados Fundos operando com determinadas corretoras, etc., se identifica que em determinadas circunstâncias o volume de ajustes negativos é muito superior a esse volume quando essas mesmas corretoras operam com recursos de outros agentes de mercado. Toda a controvérsia, toda a polêmica surgiu por conta do primeiro relatório. Porque é verdade que se pode construir uma distinção entre perda e prejuízo, mas não foi essa a compreensão num primeiro momento quando se deu publicidade àquele relatório. A manchete dos jornais, V.Exa. haverá de se recordar era: "Fundos geram --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Bittar, eu não sei --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Perdas ou prejuízos superiores a setecentos milhões de reais." E aí sente o senhor na cadeira de diretor, de presidente de um Fundo de pensão. Estou sendo chamado de fraudador.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso nós todos, Deputado --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): E isso na relação com a sociedade, na relação com seus familiares e na relação com todos os participantes dos Fundos. Claro que agora essas coisas começam a ficar mais claras na sociedade, ainda há, evidentemente, nem todos estão totalmente esclarecidos. Porque não é muito perceptível para um cidadão médio a diferença entre perda e prejuízo, não é uma coisa clara e precisa para todos. Talvez tenha faltado à CPI um esclarecimento mais ostensivo. Estamos em processo de avaliação --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Exa. --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Essas informações são parciais, etc. e tal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Exa. me perdoe.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No dia da minha apresentação, e V.Exa. estava presente, eu fiz questão de dizer que aquilo ali era um ponto de partida e não de chegada. Fiz questão de dizer que aquilo ali era uma análise que nos permitiria desenvolver toda uma investigação. E fiz questão de na sessão reservada explicar cada um dos pontos. Eu não tenho que me preocupar com o que a imprensa vai dizer no dia seguinte, eu tenho que me preocupar com os critérios que têm que ser técnicos e objetivos do trabalho que foi feito, que está sendo feito. Às vezes eu reconheço, a imprensa política ela se aproxima muito da imprensa policial, adora sangue. Certo? Mas aí não pode se querer, mas aí não pode se querer imputar nem a sub-relatoria e não ao sub-relator qualquer responsabilidade por isso. Até porque aquela prestação de contas inicial que eu reafirmo é uma prestação de contas cuidadosa e criteriosa que foi feita, ela não traz qualquer afirmação contra qualquer Fundo de pensão que fosse. Não há ali uma linha que diga: Tal Fundo perdeu tanto de tal lugar e foi para tal lugar por irregularidade, por corrupção, por desvio de dinheiro. Não existe isso. Não existe isso. Então assim, eu estou absolutamente consciente e convicto e eu acho que no decorrer do trabalho está mostrando --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): A história, a diferença de fato o que V.Exa. afirmou é correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Bittar --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Mas a versão não foi essa. Esse é o problema, a diferença entre os fatos e a versão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas aí as Fundações e é onde eu questiono a posição das Fundações. Ao invés de se pautarem exclusivamente pelo que pode ter sido divulgado na imprensa, sem o devido cuidado da explicação técnica, até porque é uma matéria muito árida que nem todos conhecem, certo? O que as Fundações deviam ter feito? Me procurado. Mas não, foram à imprensa para desqualificar, para desmerecer o trabalho, para me acusar, para me ameaçar. Aí, meu

amigo, me perdoe realmente meu sangue baiano, até porque eu sabia que o sangue tinha que esquentar para eu garantir a continuidade do trabalho porque eu via a hora do trabalho ser completamente inviabilizado por essa reação desmedida das Fundações. Então não tinha. Se eles queriam ganhar eu não tinha como dialogar na paz. Então era, primeiro preciso superar aquela fase, deixar que os ânimos se acalmassem, deixar que as tensões fossem expelidas, para aí sim na medida em que nós chamássemos os dirigentes dos Fundos de pensão aqui as explicações fossem dadas. E eu sempre disse isso: Quando cada dirigente de Fundo de pensão vier aqui, vai ter a oportunidade de dizer tudo o que quiser como eu dei a todos e de ter as explicações necessárias sobre o trabalho. Mas muito bem --

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Posso dar uma pequena --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não. É porque --

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Eu sei, é só sobre essa questão metodológica da perda. A idéia de perda, eu compreendi o relatório e ajuste negativo seria melhor do que perda. O que, o que é interessante, o único registro que eu queria fazer era o seguinte. No mundo que a gente vive hoje o PIB, eu fiz um cálculo outro dia, o PIB mundial é de quarenta e um trilhões de dólares no final de 2004. Nas Bolsas, nas operações de balcão e nas Bolsas organizadas, negociam-se trezentos trilhões de dólares em contratos futuros. Ou seja, sete vezes o PIB mundial. Isso não significa movimentação financeira, isso é valor de contratos. Então o que é que está acontecendo? O mundo de hoje é um mundo que tem uma grande, enorme variabilidade em juros e câmbio. Então quase todos os derivativos são operações futuras em juros, câmbios, SWAPS de juros, SWAPS de câmbio. Isso é basicamente, você tem operações de *commodities* ou de ações, mas basicamente é juros e câmbio. Eu entendo que uma operação, então quando um investidor, um Fundo de pensão que precisa proteger a sua carteira ou um investidor, ou um gestor terceirizado que tem um mandato como foi muito bem caracterizado aqui, ele tem um mandato com a Fundação, a FUNCEF, então ele tem que cumprir um determinado, uma determinada taxa de rentabilidade ou de desempenho dentro de uma classe de risco. Ele no mesmo ato, o de compra de um ativo, ele faz uma operação de derivativo. Nesse sentido, quando há um ajuste negativo é porque ele teve um ganho no ativo. Então a operação com derivativo ela ao invés de ser denominada de perda ou mesmo de ajuste negativo, eu acho que ela

seria muito melhor caracterizada se ela fosse apresentada como um custo operacional ou mesmo como um seguro. Eu estava até conversando ali há pouco atrás, quando nós compramos um automóvel e fazemos um seguro contra roubo e ao final do ano, na hora de renovar a gente se dá conta que gastou dois mil reais naquele ano, por um automóvel que não foi roubado, nós não dizemos que tivemos uma perda de dois mil reais de seguro. Quer dizer, porque nós entendemos que o seguro é um custo associado a compra daquele ativo. Então a operação, chamar de ajuste negativo tudo bem. Chamar de perda, de prejuízo ou de qualquer outra designação, aí não parece talvez, talvez a gente pudesse evitar essa designação porque a operação com derivativo é uma operação absolutamente necessária no mundo que a gente vive hoje. É uma operação de, é um custo operacional, é um seguro, pode se dizer, da proteção do ativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, dr. Luís Carlos, desculpe, Luís Simoens, Luís Carlos, é que houve aqui uma identificação equivocada. Dr. Luís, quem é que formulou o convite para o senhor assumir a diretoria financeira da FUNCEF?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Foi o dr. Jorge Matoso, Presidente da CAIXA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele já conhecia o senhor anteriormente?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Já, o dr. Jorge Matoso foi professor e doutor pela UNICAMP, eu era da UNICAMP. Havia uma proximidade e eu conhecia a esposa dele que era diretora, depois Presidente da COHAB, na época em que eu fui diretor. Ela era diretora financeira da COHAB enquanto eu era diretor financeiro da EMURB. E tínhamos muito contato com o então Secretário de Finanças, Saiad, quando ele tentava controlar as empresas do município de São Paulo e éramos muito próximos. Então eu os conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A experiência profissional do senhor o fez adquirir uma bagagem maior na área financeira, mas não propriamente na área de investimentos, correto?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Não, não área de investimentos também. Eu fui professor há bastante tempo de Planejamento Financeiro em algumas universidades de São Paulo, inclusive na FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS e fui, e fui diretor na área financeira com foco em investimentos, não é. Quer dizer, a questão financeira o senhor pode, tem uma certa razão no sentido de que a minha vida profissional, na sua maior parte, foi na área pública. Mas

numa área pública que tratava fundamentalmente de operações financeiras na área privada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Antes dos senhores estarem aqui, quem depôs nessa CPMI foi o sr. Mário Cezar Silva Serpa que foi o antecessor de V.Sa. na diretoria da FUNCEF. Ele fez uma exposição extensa, que eu diria que não deixa de ser para ele, e eu não quero avaliar aqui a correção ou incorreção, um cartão de visitas. Ele propagandeou muito as mudanças que fez na gestão da diretoria no período que exerceu tal função. Elencou uma série de procedimentos novos que determinou, segundo ele, um melhor aproveitamento dos investimentos da FUNCEF. E segundo ele também, deixou a casa completamente arrumada para que o senhor depois ao sucedê-lo pudesse ter tranquilidade de conduzir as suas atividades. Então, em brevíssimas palavras, muito mais do ponto de vista da caracterização, como é o que senhor avalia e diagnostica a situação da diretoria de investimentos, da diretoria financeira da FUNCEF, quando recebeu do seu antecessor, o dr. Mário Cezar?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Eu tenho uma visão do que está acontecendo no Brasil e isso se reflete na FUNCEF, eu tenho uma visão de continuidade. Houve sim, eu não tenho nenhum problema em dizer que eu fui talvez, o lugar onde eu fui trabalhar que eu recebi em melhor estado. Houve uma regulamentação muito bem feita na gestão anterior, houve uma preocupação com qualidade nessa gestão, assim como lá atrás, antes dessa gestão nós tivemos problemas sérios, principalmente na época das privatizações, nós tivemos alguns investimentos atrapalhados. Mas na época do meu antecessor e do antecessor do meu antecessor, nós tivemos um processo de regulamentação da FUNCEF, que eu vejo com muito bons olhos. Como eu tenho uma visão de continuidade, como eu sou basicamente um funcionário público que aprendeu a respeitar a questão da continuidade, da institucionalização dos processos, a minha preocupação, à época, e acredito que posteriormente tenha sido no sentido de preservar tudo aquilo de bom que recebemos e aprimorar. Então eu acho sim, recebi bem. Fico satisfeito. Foi a situação que eu recebi melhor. E que procurei passar tão bem quanto ou melhor, se possível, em alguns aspectos ao seu sucessor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Houve uma alteração significativa dos quadros técnicos que estavam subordinados a diretoria financeira quando o senhor assumiu. Portanto, nesse período de mudança de gestão no ano de 2003, a vinda de uma nova diretoria e

o senhor foi o novo diretor, foi acompanhada de uma mudança grande nos quadros técnicos?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Na minha diretoria não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De gerências, de assessores?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Na minha diretoria eu não mudei. Não mudei ninguém. Eu rearrumei o pessoal que eu recebi. Dentro dessa mesma visão que eu tenho institucional, no Banco CENTRAL todo mundo tinha estabilidade e nós procurávamos nos cercar das pessoas, valorizar as pessoas, o quadro com os quais contávamos. E eu recebi uma equipe técnica qualificada, e eu só mexeria nela se tivesse alguma perda de confiança naqueles cargos, o que não ocorreu na minha época. Então eu mantive, na minha diretoria, eu mantive o quadro técnico recebido. Fiz algumas arrumações, propus algumas mudanças, criação de alguns cargos, e procurei escolher dentre esses técnicos analistas de investimentos financeiros, procurei escolher aqueles que melhor pudessem trabalhar comigo e procurei tocar, não me arrependi não. A gente trabalhou bem nesse período.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia destacar quais as principais mudanças o senhor promoveu quando assumiu a direção financeira da FUNCEF? Ou seja, em que pontos o senhor achava que era fundamental determinar um novo direcionamento, tendo em vista, que poderia ser aprimorado. Enfim, se o senhor pudesse citar duas ou três mudanças significativas que o senhor tenha feito porque considerou importantes.

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Bem, eu não acho que tenha feito mudanças assim tão capitais. Eu procurei botar na minha, procurei o meu consultor, na época em que eu assumi eu não tive um consultor ligado ao gabinete, e nomeei um consultor que era, que tinha um visão muito ampla dos processos, havia trabalhado em outras diretorias, benefícios, na parte de investimentos, de análises de investimentos e na mesa de operações. Ou seja, ele tinha uma visão bastante ampla, eu procurei então atribuir a esse consultor uma posição técnica muito próxima de mim, alguém que filtrasse um pouco as operações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era esse consultor?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Ele se chama Adriano Suzarte, ele ainda se encontra, ele ainda é um analista de investimentos da FUNCEF. Talvez eu tenha tido até mais intenções de mudar do

que propriamente mudanças, porque havia, nós tínhamos uma série de restrições orçamentárias que não permitiram mudanças significativas. Eu tinha vontade de dar um crescimento, um upgrade, como se diz, na minha Coordenadoria de participações, valorizar essa coordenadoria, ampliar os quadros da minha, do meu setor de análises de investimentos, e a mesa de operações ela estava trabalhando bastante bem assim como a Tesouraria. Então eu não tenho assim grandes mexidas, porque como eu disse antes, eu recebi a diretoria bastante bem estruturada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era a relação de V.Sa. com a patrocinadora. Ou seja, havia um acompanhamento permanente da CAIXA ECONÔMICA com relação ao desempenho da FUNCEF?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: A CAIXA ECONÔMICA tem uma auditoria sobre a FUNCEF. Essa auditoria estava sempre lá numa salinha, muitas vezes, numa sala ao lado da minha. E é natural que seja assim. Essa auditoria da CAIXA era constante, a nossa relação com a patrocinadora sempre foi uma relação de respeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o dr. Matoso ele tinha o hábito de acompanhar as questões da FUNCEF?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Mensalmente. Pelo menos uma vez, respeitando a agenda dele que era sempre uma agenda brava, pelo menos uma vez por mês eu fazia uns relatórios gerenciais em que eu procurava destacar uma rentabilidade, mas sob o estrito foco gerencial. O que eu quero dizer com isso? Quem calcula as taxas de rentabilidade finais é a diretoria de Controladoria, quem dá a rentabilidade, o tamanho do patrimônio, etc., o que faz a contabilidade do Fundo é a Controladoria. Eu fazia uma análise de quanto custou a compra por quanto eu vendi, qual foi a rentabilidade da operação da diretoria. Então aquilo era um documento absolutamente, eu não diria informal, são documentos assinados, mas é um documento com um foco muito financeiro. E eu levava isso a ele mensalmente com um acompanhamento do patrimônio, com um acompanhamento da rentabilidade das carteiras de renda fixa, de renda variável, de participações, além de uma análise da conjuntura macroeconômica. E dos cenários que a gente tinha para o futuro em termos da visão macroeconômica para onde podia ir a política econômica, o que é que a Fundação deveria, como ela deveria se proteger.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era o diretor de Controladoria no período do senhor?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Ele era e é o dr. Caser.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O dr. Caser?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores entraram junto com o dr. Guilherme quando da escolha de uma nova composição da diretoria Executiva?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Não. Eu entrei em março, dia 20 de março, eu acho que entramos todos os três, o Diretor Imobiliário, eu e o Presidente entramos no dia 20 de março. O dr. Caser ele é um diretor que já veio, ele foi eleito pelos funcionários da CAIXA, e ele entrou ao final do governo anterior. Ele, eu não sei exatamente em que mês ele entrou. Ele já vinha como parte dessa nova gestão, mas como ele foi eleito, ele já entrou no final do ano fazendo uma espécie de transição. E nós só fomos nomeados depois do convite uns três meses ou quatro depois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A saída do senhor se deveu estritamente a motivos pessoais, ou seja, de foro íntimo. O senhor decidiu sair?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Eu decidi sair.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como eu faço essa pergunta a todos, não deixarei de fazer ao senhor, o senhor tem algum vínculo de natureza política, tem uma relação mais próxima com algum atual ou ex-ocupante de cargo público, dirigente partidário, parlamentar, enfim?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Não, eu tentei sempre, eu tentei sempre balizar a minha vida por um comportamento técnico. É claro que simpatia política existe. Eu não tenho filiação partidária mas, obviamente, você se aproxima daqueles com os quais você tem uma simpatia. E obviamente, basta ver o meu currículo, fui convidado por pessoas do PT, que nunca me cobraram filiação, que nunca me cobraram qualquer obrigação para com o partido. Mas era uma questão de simpatia óbvia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Demóstenes.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Pois não, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi o dr. Matoso quem formou e o convite para o senhor assumir a diretoria.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Sim senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele diretamente?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Diretamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mais alguém teve influência ou exerceu alguma gestão junto ao dr. Matoso para que o senhor fosse escolhido diretor financeiro da FUNCEF?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Eu não tenho conhecimento não, Deputado. Sinceramente, até porque quando eu recebi o convite eu fui chamado das férias para, enfim, receber esse convite e acho que foi pelo motivo de que não estava planejada a saída do meu antecessor. E então como ele, enfim, comunicou lá ao Presidente Matoso a sua vontade de sair, não tenho conhecimento das motivações do presidente Matoso para, assim, se houve algum fator que motivou, qual foi o fator específico que motivou o Presidente Matoso a me convidar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O dr. Luís disse que, em geral, promoveu pouquíssimas mudanças na estrutura da diretoria financeira, comparando com aquilo que ele havia recebido do Mário. E quanto ao senhor? O senhor promoveu mudanças representativas, manteve a mesma linha de funcionamento? Se promoveu, quais foram essas mudanças e em que direção elas aconteceram?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Do ponto de vista de gestão ou de equipe?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tanto de gestão como de equipe.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Assim como o dr. Luís Afonso, eu também tenho uma formação de empregado público. Eu sou empregado da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL por concurso desde 1989. Também tenho a mesma avaliação da importância de que as gestões nas instituições sejam gestões de continuidade. Obviamente, de esforço e busca pelo aperfeiçoamento mas considero que a política de terra arrasada para começar de novo, por pior que, não é o caso aqui. Mas por pior que seja a situação essa política de terra arrasada acaba sempre tendo um custo mais caro do que o processo de transformações graduais e consistentes sempre, evidentemente, claro que todos os profissionais corretos buscam a melhoria, o aperfeiçoamento. No caso também da FUNCEF, não ocorreram, na minha gestão, não ocorreram mudanças, como vou dizer, bruscas, nem de gestão nem de equipe. Fiz uma troca quase que imediata do coordenador de participações e não... no primeiro semestre

que estive lá não troquei mais ninguém, quem saiu, saiu porque, analistas que tiveram outras oportunidades no mercado, mas o restante da equipe. E a função de consultor e nomeei que estava vaga porque o consultor o que dr. Luís Afonso mencionou ele já tinha, o próprio dr. Luís Afonso por iniciativa dele puxado para a área de cenários, não é?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Eu esqueci disso.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Esqueceu.

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Desculpa.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Não, não é grave, imagina. Ficou quase o tempo todo com o senhor como consultor, e foi no finalzinho que o senhor já tinha numa, num processo de reforço da área de cenários macroeconômicos já estava, o Adriano tinha ido para lá. E a consultoria ficou vaga, nomeei um funcionário da Casa. Um funcionário da FUNCEF que já estava na FUNCEF para ser meu consultor. Posteriormente, no início de 2005 houve uma troca na gerência de análise de investimentos, tinha um colega da CAIXA que já estava lá há muitos anos, e eu conduzi esse consultor que eu tinha nomeado que era funcionário da Casa já, da FUNCEF, para essa gerência de análise de investimentos nomeando um outro, uma outra pessoa para a consultoria. Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, se o senhor tiver alguma coisa ainda a acrescentar por favor.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Do ponto de vista de estrutura de equipe no primeiro um ano e meio foi basicamente essas duas mudanças. E do ponto de vista de condução, até foi esse o motivo principal da mudança na gerência de análise de investimentos. Senti a necessidade de um reforço na questão da formulação da macroalocação. Em função de que a diretoria tem papel preponderante aí de gestor, de estar analisando a conjuntura, as demandas da Fundação sobre o ponto de vista da condução, da macro condução da Fundação. E as demandas da Fundação hoje são outras diferentes das demandas do passado. Nós temos lá mudança de, a necessidade de mudança de tábua atuarial, porque a Fundação desde que foi criada ela tem a mesma tábua atuarial, a T49, que os atuários já recomendam algum que seja modernizada. A Fundação tem necessidade de implantação de um plano de previdência, um plano de previdência mais moderno para os seus associados. Houve uma tentativa de implantação de um plano em 98 que foi, no meu ponto de vista, desastrosa a tentativa, porque gerou uma série de ações judiciais por parte dos associados, um embrolho e a Fundação até hoje tem dificuldade de gerir

a situação que se conformou, com essa tentativa inadequada. E nós precisamos hoje analisar as demandas dos associados para a implantação de um plano que seja de consenso entre os associados, a patrocinadora e a própria possibilidade de gestão da equipe da Fundação. E em função dessas demandas todas, há a necessidade de que nós tenhamos um olhar sobre as, o passivo, não se pode falar em ALM sem ter um olhar muito realista, muito amplo sobre as questões de passivos. E hoje nós temos umas demandas de passivo que não são demandas matemáticas, são demandas justas e legítimas dos associados. Em função disso, na busca de um modelo de macroalocação mais moderno, de um modelo mais eficiente que possa fazer frente a essas demandas que o passivo encomenda para a gestão dos ativos, foi feita então essa mudança na gerência de análise de investimentos. Que tem lá entre suas atribuições a atribuição de elaboração da política, do modelo de macroalocação para subsidiar a política de investimento que é aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo da Fundação. Então esse foi o motivo da troca. E eu considero que é relevante também desse período, o esforço, o grande esforço que nós temos feito para tratar dessas questões, dessas questões de investimentos que eu falei aqui, a herança que nós recebemos, e que precisava ter um trabalho mais ativo na solução desses problemas, que não podiam ser problemas simplesmente que ficariam lá passivamente fazendo parte da carteira da Fundação, porque eles ficam acumulando prejuízo à medida que o tempo passa. Então tivemos também --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esses investimentos remontam lá 96, 97.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Principalmente 96 a 98, não precisa nem ser estatístico para perceber o quanto eles são concentrados. Mas a origem deles nesse período, mas nós fizemos um esforço e vários desses assuntos estão recebendo tratamento definitivo do período que eu entrei e considero que, assim, sem falsa modéstia, um resultado para a Fundação de algumas dezenas, alguns deles com certeza gerarão algumas centenas de milhões de reais de recuperação de investimentos. E aí que são fruto desse esforço cotidiano que a gente passou a procurar dar uma atenção muito importante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe que o dr. Mário Cezar que antecedeu a V.Sas. ele questionou, colocou sobre questionamento essa mudança na definição da política de macroalocação, não é. Chegou aos ouvidos do senhor algum tipo de crítica dos

gestores anteriores a essas mudanças que o senhor está promovendo?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Logo que eu cheguei na diretoria da Fundação, eu vi uma entrevista do sr. Mário Cezar, porque eu não conhecia, conheci hoje aqui na sala de espera aqui. Vi uma entrevista onde ele já fora da diretoria da Fundação tecia opinamento sobre o que ele achava que deveria ser a condução da gestão de ativos da Fundação. Li, não concordei, mas respeito a opinião do ex-diretor. O que eu quero reafirmar é que com a visão gestorial, compromisso gestorial que a atual direção tem de levar os associados o máximo de benefícios possíveis, dentro dos níveis de segurança que são necessários e obrigatórios para uma Fundação do porte da Fundação. Nós estamos tomando todas as medidas para avançar, aprimorar. Não vamos nos restringir a ficar com uma visão de simplesmente de analista ou de gerente, nós queremos ter uma visão de diretor, porque a Fundação tem demandas. Para o senhor ter uma idéia, eu fui numa reunião de associados no Rio de Janeiro e eles mostraram contracheques dos aposentados da CAIXA e dos aposentados do BANCO DO BRASIL de 97 e de 2005. Os contracheques eram no valor aproximadamente de cinco mil, seis mil reais em 97. Em 2005 o contracheque do aposentado do BANCO DO BRASIL estava quase o dobro do valor lá de 97. O contracheque do aposentado da CAIXA estava com um reajuste pífio, não é, do valor que ele tinha em 97. Portanto, uma perda real na aposentadoria dos nossos associados. Eu considero que é obrigação da diretoria da Fundação, buscar uma política de investimentos que possa dar aos associados da FUNCEF e aposentados da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, os mesmos benefícios que os aposentados de outros Fundos de pensão do mesmo porte conseguem ter. Portanto, nós precisamos de uma política de investimento moderna, adequada, aos níveis de demanda que a Fundação tem. Obviamente, adequados aos cenários macroeconômicos, adequados aos níveis de segurança que precisa ter, mas nós temos que buscar a máxima rentabilidade que o mercado puder conferir aos nossos investimentos, para poder passar aos nossos aposentados benefícios compatíveis com o que eles esperam, depois de ter labutado durante uma vida árdua de trabalho junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. E eles não esperam da FUNCEF outro que seja uma atitude de buscar a melhoria possível para o seu final de vida, para a sua aposentadoria que a Fundação tem. Portanto, nós agora nesse período de três anos, Deputado, conseguimos formar um Fundo para a implantação do novo plano que tem mais de seis bilhões de reais que é justamente para a mudança de tábua atuarial, é para

fazer pagamento de benefícios retroativos, aumentos retroativos para os aposentados, para fazer aumento nas reservas matemáticas dos empregados que estão na ativa, e para formar um Fundo novo para ter benefícios, para ter reajustes reais de aposentadoria aos associados da FUNCEF, toda vez que a gente espera, esperamos, passa aí a telinha, bota tem bota aí a segunda tela. Espero que os resultados continuem sendo, Deputado, esses resultados que vão permitir esses resultados que vão permitir com que essas barrinhas azuis aqui, esperamos que elas continuem, que a gestão da FUNCEF vá desta para melhor e que elas continuem a proporcionar ganhos de rentabilidade acima da meta atuarial, que possam conferir benefícios e ganhos reais para os nossos associados, que é a finalidade da Fundação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem algum tipo de relação de natureza política?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Eu sou filiado ao Partido dos Trabalhadores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Desde quando?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Deputado, essa pergunta é um pouco difícil. Porque a minha, é, o meu exercício de cidadania ele vem de engajamento político, ele vem do movimento estudantil, desde que eu era estudante universitário. Eu não me lembro, a primeira vez que me filiei ao Partido dos Trabalhadores porque teve recadastramentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas já faz muito tempo.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Já faz muito tempo, já faz muito tempo, se quiser colocar como uma data de aproximação ao partido 1989, acho que é uma data razoável.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já exerceu algum tipo de atividade de.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Permite um acréscimo a essa afirmação? Em toda a minha carreira profissional da qual eu tenho muito orgulho e a minha mãe pode se orgulhar da minha carreira profissional, os meus parentes, os meus amigos. Nunca misturei o meu exercício de cidadania com a necessidade de permanente estudo, aperfeiçoamento, aprimoramento e dedicação suficiente aqui a minha carreira profissional, possa ser exercida sem nenhum vínculo com o meu exercício de cidadania que faço fora do horário de trabalho de vinculação partidária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já

exerceu algum cargo ou função comissionada em administrações ou do Partido dos Trabalhadores ou de qualquer outro partido?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Sim, senhor. Eu fui gerente da TERRACAP, Companhia Imobiliária de Brasília, gerente de avaliações da TERRACAP no mercado imobiliário. Fui diretor do IDHAB, Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal que é, era a COHAB aqui do Distrito Federal, que depois foi extinta pelo governador Roriz no mandato subsequente. Ocupei também funções de assessoria do governador e da vice-governadora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor trabalhava então com o governador e hoje Senador Cristovam Buarque.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Sim senhor, trabalhei na gestão do governador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Chegou a trabalhar diretamente com ele?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Tive uma função de assessoria direta ao governador por um período pequeno de tempo, antes de exercer no gabinete da vice-governadora a função de coordenador de um grupo de trabalho que foi o embrião da criação da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que de alguma forma essa convivência e essa relação com o Partido dos Trabalhadores contribuiu para que o dr. Matoso tivesse convidado o senhor para assumir a diretoria financeira da FUNCEF?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Eu, sinceramente, a minha opinião é que eu não tenho vínculo assim. Não tenho motivação política menor do que a de nenhum dos dois antecessores, até porque a gente sabe que na diretoria da Fundação a vinculação, a proximidade, a confiança dos dirigentes da Fundação para com quem os indica, ela é óbvia e não era de se esperar que o presidente Carrazai fosse me indicar para ser diretor da FUNCEF.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era a ligação política do dr. Mário?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque o senhor está dizendo que não tem nem maior nem menor relação.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Acredito que ele, acredito que ele devia ter um nível de confiança dos dirigentes, não é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu fiz a pergunta a ele, ele se esquivou de respondê-la.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Eu não, eu não posso responder por ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como o senhor fez uma avaliação aqui de que estaria na média.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: é, a minha avaliação é essa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então aí eu queria saber o que.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Acredito que seja uma relação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que pode caracterizar mais objetivamente isso.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: O que obviamente é necessário para o exercício de função tão importante, é uma composição de característica técnica com confiança. Não se pode de forma impune colocar --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com o que eu não discordo.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: -- Colocar um diretor que não tenha capacidade técnica porque poderá cometer desastres, eu acredito que nesses 19 meses que estou à frente da diretoria isso não aconteceu. Também não se pode colocar alguém que não se tenha confiança, porque já vi em nome da tecnicidade vários absurdos serem cometidos. Então precisa confiança e técnica, não é. Uma composição que eu acredito que o presidente Matoso tenha visto na minha pessoa para poder me convidar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor, assim como o dr. Luís, também tem o hábito de mensalmente se reportar ao Presidente Matoso para prestar contas das atividades da Fundação?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: No começo eu até procurei marcar, achei que era uma boa prática que o meu antecessor, o dr. Luís Afonso estava exercendo, de fazer reuniões mensais para levar os resultados lá na CAIXA. Mas depois por questões de agenda tanto do Presidente Matoso como a minha própria, acabamos, acabei escasseando aí o contato com o Presidente da CAIXA e deixando mais para momentos em que algum assunto surgisse de necessidade de esclarecimento, principalmente assuntos de divulgação pela mídia.

Eventualmente, o Presidente Guilherme ou eu, quem estava mais disponível tratava de fazer um contato ou com o Presidente Matoso ou com sua assessoria para dizer: Olha, lá na FUNCEF a nossa versão sobre isso que a mídia está divulgando, o senhor muito bem comentou que eles não divulgam exatamente o que é repassado para eles, não é. Então, os contatos acabaram ficando mais escassos do que o ritmo que o diretor Luís Afonso estava mantendo. Como as coisas estavam indo bem, estão indo bem, acho que não houve maior preocupação da parte dele em me chamar mais vezes para conversar. E eu também não tive a preocupação de estar abrindo a agenda lá do Presidente para tratar de assuntos lá cotidianos nossos de condução dos investimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que os senhores avaliam a declaração do dr. Mário de que foi perseguido pela Fundação, porque ele não disse por quem, mas que foi perseguido pela Fundação e que depois ocasionou até um processo na justiça do trabalho em que ele saiu vitorioso.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Eu desconheço esse processo, quando eu cheguei na Fundação, fui sucessor do diretor Luís Afonso, então --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Talvez o dr. Luís tenha mais elementos para responder.

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Eu acho que tem uma questão, ela é legal... eu não sei bem porque eu não conheço bem a questão da Justiça não. Mas --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Houve algum tipo de perseguição na opinião do senhor?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Olha, eu não colocaria assim. Deixa eu tentar chegar a explicitar porque eu não quero fazer acusações peremptórias sobre uma questão que eu não conheço bem. Se pega aí o Ministro da Fazenda do governo Fernando Henrique, o Ministro Malan saiu e foi, vai por uma quarentena. Um Presidente de Banco CENTRAL sai vai para uma quarentena. Que eu não tenho certeza, mas me parece que é qualquer coisa como quatro meses. Nesse, o que é o conceito de quarentena? O conceito de quarentena é você estar fora do mercado, você estar proibido pelo nível de informação que você tem, enquanto ministro, enquanto Presidente de Banco CENTRAL, você está proibido de trabalhar no mercado. Por conta disso eu vou te pagar. Então eu vou te pagar para você ficar em casa. Por um prazo que eu julgue adequado até que você perca, por falta de exercício, aquele conhecimento, digamos, privilegiado de quem

está por dentro de tudo. No caso dos Fundos de pensão, a regulamentação diz que você tinha que ter uma quarentena de um ano. E como isso, me parece muito. Então você está proibido de trabalhar no mercado financeiro por um ano. Mas ao mesmo tempo, exigia que você trabalhasse na Fundação porque achavam que, bom, vou pagar um ano para essa pessoa e exigiam que você trabalhasse. O que me parece, eu não quero ficar aqui discutindo a natureza da legislação, mas que me parece que é uma situação meio contraditória. Eu mesmo quando me demiti, eu abri mão de remuneração porque eu pura e simplesmente, se eu estou indo embora, se eu sou diretor e quero voltar para São Paulo, qual o sentido de eu continuar trabalhando por um ano, não como diretor na FUNCEF para ganhar o salário de diretor? Isso não me parecia fazer nenhum sentido e eu abri mão disso porque eu estava saindo. Se eu resolvesse sair como diretor não vou trabalhar. E se não me pagam porque eu não trabalhei está bem, não paguem. Mas de alguma maneira eu fiquei um ano sem poder trabalhar no sistema financeiro, o que não fez muita diferença porque eu também não fui trabalhar nele mesmo. Mas a verdade é que eu tinha uma obrigação, eu tinha uma imposição e não era remunerado por ela. O que aconteceu com a administração, eu acho que aconteceu com o dr. Mário Serpa e aconteceu com presidentes anteriores foi por aí. Eu acho que eles contestaram esse tipo de questão. Ou seja, de estarem proibidos, isso salvo, isso foi o que eu como diretor presenciei na época. Ao mesmo tempo, a diretoria foi substituída e um dos diretores aceitou continuar trabalhando, ele continuou por um ano ganhando o seu salário de diretor num cargo de assessor, alguma coisa assim, sem fazer parte da função executiva, o que é sempre uma situação meio estranha. E o Presidente, o ex-presidente e o ex-diretor de finanças não aceitaram essa situação e foram para a Justiça discutir. Ora, um cargo, uma discussão na Justiça trabalhista gera algum tipo de tensão e me parece que foi por aí que a coisa foi feita. Quer dizer, a FUNCEF de alguma maneira, dizer que há uma perseguição explícita eu não iria tão longe porque na verdade está lá, eu não tenho o número da regulamentação que trata da matéria, mas a verdade é que isso está escrito lá. Se há uma contradição é uma contradição que está na Lei e tem que ser cumprida. Por outro lado, eu entendo também a posição do ex-diretor e do ex-presidente no sentido de buscar a Justiça trabalhista para fazer valer os seus direitos. Eu vejo então que a questão foi colocada nesses termos, não vou colocar a coisa como perseguição. Eu acho que é difícil você como diretoria não cumprir a Lei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Demóstenes, em nota datada de 23 de agosto de 2005 e publicada no site da FUNCEF a respeito de contestação do editorial do jornal VALOR ECONÔMICO de 22 de agosto do mesmo ano, a Fundação afirma: Sobre o investimento em CDBs do Banco SANTOS a FUNCEF já esclareceu amplamente que este foi realizado em um Fundo terceirizado cujos limites de risco foram autorizados pela Fundação, com a decisão de compra por iniciativa do gestor. Bom, consta aqui que no dia 13 do oito de 2004, a FUNCEF investiu dez milhões com vencimento para o dia 10 do nove de 2004 no Banco SANTOS. Nesse mesmo dia 10 do nove foi reinvestido o mesmo valor com vencimento para o dia, com vencimento para o dia oito do 10 de 2004. Quando venceu no dia oito do 10 foi reinvestido com vencimento para o dia cinco do 11 de 2004. E finalmente no dia cinco do 11 de 2004, foi feito o último reinvestimento de dez milhões. A análise dos demonstrativos financeiros da Fundação demonstram, evidenciam que esses dez milhões foram provisionados para perda. Primeiro, o senhor reconhece que esses dez milhões investidos por um dos Fundos exclusivos foram provisionados para perda por consequência da intervenção do Banco SANTOS?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Eles foram contabilizados dentro do Fundo porque o..., aí vamos entrar um pouquinho da questão da relação com o gestor terceirizado. E quero de antemão dizer que concordo com a sua consideração logo ao início dos trabalhos, de que a responsabilidade é do dirigente da Fundação, o fato de ser um gestor terceirizado não o exime. Mas o uso eficiente do trabalho do gestor que a gente quer, que eu quero fazer aqui a ponderação sobre que papel, por que contratar um gestor e que papel se passa para ele executar e qual, até porque se, dependendo do tipo de trabalho que a gente for fazer sobre a gestão do gestor terceirizado, é melhor trabalhar só em carteira própria e não pagar taxa de administração se a gente for fazer, se a gente não tiver um ganho de capacidade técnica, de capacidade operacional pela contratação desse gestor. Se esse ganho não ocorrer, a gente faz todo em carteira própria. Então, no caso é correto esse valor, na cota do Fundo, a FUNCEF tinha uma, era, o CDB estava no CGC do Fundo exclusivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era o Fundo FI PREVI CAIXA SÊNIOR 4.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: CAIXA SÊNIOR 4, exatamente. Então a FUNCEF ela é proprietária, vamos dizer assim, usar uma expressão mais leiga, proprietária da cota do Fundo. O Fundo é proprietário

de diversos papéis e o Fundo tem CGC próprio, claro que o dinheiro é da FUNCEF, o Fundo é proprietário de diversos papéis entre eles o CDB do Banco SANTOS. O valor desse CDB no Fundo SÊNIOR 4 foi contabilizado por vinte mil reais. Ele tinha lá dez milhões e alguma coisa que era o valor da rentabilidade que tinha acumulado nesse período que V.Exa. mencionou, a rentabilidade em cima dos dez milhões. Então era dez milhões e um quebrado lá, e ele foi contabilizado pelo valor de vinte mil reais que é aquele valor, que é aquele Fundo lá do Banco CENTRAL repõe por cliente, não é. Em caso de..

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que a única coisa que quem tinha recursos no Banco SANTOS quando a intervenção recebeu.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Isso, os vinte mil.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: E agora, e agora então houve uma perda de rentabilidade, não uma perda, uma redução da rentabilidade do Fundo SÊNIOR 4, em função dessa contabilização de um valor investido a maior para o valor de vinte mil reais. Então houve uma redução significativa da rentabilidade do Fundo naquele mês que ainda assim fechou, não fechou com rentabilidade negativa porque um Fundo volumoso, né. E essa redução de rentabilidade ocorreu e o valor do investimento foi contabilizado. Posso já fazer as considerações sobre esse, esse evento do CDB do Banco SANTOS, ao qual nós nos referimos em resposta ao editorial do VALOR ECONÔMICO, que não fez a apresentação completa do caso. Como eu comentei, nessa relação com o gestor, nós então entre os, os Bancos aos quais nós admitiríamos que os gestores solicitassem e nós autorizaríamos a inclusão de risco de crédito bancário especificamente do Banco SANTOS, que seria se qualquer um dos gestores tivesse solicitado teríamos autorizado. Por que é que nós fazemos, faço questão de fazer essa menção, de que a iniciativa de assunção do risco não foi da diretoria da FUNCEF. Porque as notícias que saíram na imprensa, Deputado, elas foram muito fortes no sentido de demonstrar, tentar demonstrar que havia um direcionamento da diretoria da Fundação para que os recursos fossem para algum lugar. E por isso que nós não fazemos a menção do gestor terceirizado e da gestão discricionária, não para nos eximir da responsabilidade, mas para deixar claro o seguinte, se fosse um direcionamento da direção da FUNCEF para aquele Banco, no caso o Banco SANTOS ou no caso do BMG e RURAL que a gente vai conversar daqui a pouco. Se fosse um direcionamento, para ser um direcionamento, nós teríamos que ter feito na carteira própria. Para

o gestor terceirizado eram oportunidades de mercado que cada gestor estava identificando em cada momento. Então nesse caso lá tinha Banco SANTOS estava, estaria autorizado para os gestores até o montante de 19, em maio, de maio a julho de 2004, por exemplo, até o montante de dezenove milhões. Que em relação ao patrimônio da FUNCEF no período seria um 0,0 qualquer coisa. Além disso, cabe mencionar e eu trouxe aqui, um *clipping* de notícias da imprensa de junho a outubro de 2006 sobre o Banco SANTOS. Então até para a economia, aqui vou ler só alguns de trás para frente, o que eram as manchetes dos jornais antes da intervenção. Porque depois da intervenção todo mundo falou que os gestores deveriam ter obrigação de saber que o Banco SANTOS --.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas nesse departamento, me permita interrompê-lo, nesse departamento também nós temos aqui um calhamaço, um rosário de matérias da REVISTA VEJA, do próprio jornal VALOR ECONÔMICO, não é, do ESTADO DE SÃO PAULO, da FOLHA DE SÃO PAULO, daquele período que já alertavam para problemas na saúde financeira do Banco. E mais, a TREVISAN, por exemplo, fez um estudo, não sei se o senhor teve conhecimento, e ao que me parece a TREVISAN é uma empresa pelo menos tida para os dirigentes da Fundação como uma empresa séria. Então, a TREVISAN fez uma análise justamente contestando os balanços apresentados pelo Banco SANTOS e apontando para problemas que poderiam acontecer com a instituição.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: É, mas --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só estou fazendo essa observação porque a gente não pode, se for para ir para a matéria de imprensa que sobra de um lado e sobra de outro.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: É justamente para mostrar, é exatamente, não quero fazer nada diferente do que V.Exa. comentou aqui porque como teve calhamaço para um lado, teve calhamaço para outro lado. Então aqui teve, por exemplo, em primeiro de outubro de 2004 Banco SANTOS capta para o comércio exterior. Notícia da GAZETA MERCANTIL, não é. O que mais teve aqui? Banco SANTOS passa de três bi em recursos. Matéria da GAZETA DO POVO do Paraná.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabia que o Banco SANTOS ele foi rebaixado na sua classificação no segundo semestre de 2004?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Não, não tivemos conhecimento desse rebaixamento de classifi-

cação até porque os balancetes que estavam sendo divulgados e houve até um fato que depois foi objeto de confissão de uma das empresas, responsável por um das empresas de *rating* dizendo que não rebaixou a nota lá, o *rating* do Banco SANTOS porque sofreu pressão, etc. Acharmos lamentável que isso tenha, que tenha ocorrido. Mas obviamente, Deputado, não tivemos nenhuma; assim como tinha notícias favoráveis e contrárias ao Banco SANTOS, tinha notícias favoráveis e contrárias a muitos outros Bancos naquele período na imprensa, somente a do Banco SANTOS se configurou. Não tínhamos como, é, não tínhamos nenhuma informação privilegiada e obviamente se tivéssemos alguma informação objetiva teríamos tomado as providências para que a Fundação não incorresse no risco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero chamar atenção inclusive que essa última decisão de investimento, ela aconteceu uma semana antes da intervenção.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: É, não foi decisão de investimento, foi decisão de renovação do um investimento que havia sido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Podia não ter sido renovado, estaria vencido, V.Sas. teriam resgatado os resultados e, enfim. Não teria perdido os dez milhões.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: é. Nos períodos em que foi renovado, estava apresentando uma rentabilidade que o gestor do Fundo julgou que era vantajosa para o Fundo, e para os resultados do Fundo que o gestor estava gerindo. Nós não tínhamos nenhuma informação e até porque quero comentar aqui, Deputado, nós fizemos depois do recentemente uma reavaliação do nosso critério de, o nosso critério de definição desses limites de risco de crédito que nós estabelecemos para todos os gestores. E chegamos a seguinte conclusão, não foi falha do processo, ratificando, um processo que não é, não foi elaborado na nossa gestão, um processo anterior a nossa gestão de definição desses limites de crédito. Nós ratificamos este processo, porque a única forma do Banco SANTOS ficar de fora do nosso limite de crédito concedido seria termos conhecimento dos números reais que não estavam constantes dos balancetes divulgados pelo Banco CENTRAL. Então, a fraude contábil não tem como ser avaliada, como ser prevenida, não é. O que precisa é ter instrumentos de fiscalização eficientes do Banco CENTRAL sobre todos os agentes financeiros do sistema, para que não ocorra a fraude contábil. Porque essa fraude contábil vai fazer com que os sistemas de identificação, os sistemas de definição

dos limites de risco a serem incorridos, eles sejam, os sistemas são ludibriados por esses números fraudados. Então no caso, quero comentar finalmente, que o valor, o nível de risco que nós estávamos incorrendo, estava absolutamente compatível com a rentabilidade que a FUNCEF obteve. No ano de 2004, a nossa renda fixa fechou o ano com uma rentabilidade de 18%, superando em 1.8 ponto percentual a Selic média do período e superando em números arredondados em cento e oitenta e cinco milhões de reais. Uma gestão, eventualmente, conservadora que poderíamos estar fazendo para não incorrer em nenhum risco de crédito bancário, ou qualquer outro tipo de risco de mercado que pudesse fazer uma gestão de renda fixa mais conservadora. Portanto, consideramos que o resultado da gestão de renda fixa de 2004 onde ocorreu o evento do Banco SANTOS foi um resultado --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, o senhor me permita discordar, interrompendo, porque eu acho que nesse caso aí a gente vai ter uma divergência conceitual enorme. Tudo bem, alcançou a meta, nada disso está sendo discutido. Teve um resultado positivo, mas evaporaram dez milhões, ponto. Então nós temos que partir desse princípio que evaporaram dez milhões que são recursos dos segurados que o senhor tanto preza, e que poderiam não estar investidos no Banco SANTOS e estariam investidos em outras instituições. Por que só em 2004 os senhores decidiram investir no Banco SANTOS?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Veja bem, nós concedemos, calculamos e concedemos esses limites de risco de crédito para os gestores terceirizados, desde gestões passadas, desde que o processo foi instalado. Eu tenho aqui limites de concessão de risco de crédito bancário que estão entregues aqui no anexo do ofício, aqui trouxe desde janeiro de 2003, mas a gente já tinha esse cálculo por essa metodologia calculado desde antes. A questão do gestor considerar atrativo ou não esse tipo de investimento em 2004, vou ter que fazer uma --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era o gestor desse Fundo?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Esse Fundo o gestor foi a CAIXA, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A própria CAIXA ECONÔMICA?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: A própria CAIXA ECONÔMICA, nesse caso. A CAIXA ECONÔMICA --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para uma informação --

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Não, mas é porque o senhor fez uma pergunta “por que em 2004 o CDB entrou?” Vou ter que fazer uma rápida análise da motivação dos Bancos para estarem oferecendo ao mercado CDBs com taxas mais atrativas. O CDB é um instrumento de captação dos Bancos para fazer contraparte financeira a um produto de aplicação que é o crédito. Se nós verificarmos os resultados dos Bancos, seja públicos, privados, não é, no início da década de 2000 e final da década de 90, eram resultados muito atrelados a operações de Tesouraria. Que, portanto, não havia um esforço dos Bancos que estavam tendo resultados excelentes lastreados simples em operações de Tesouraria, não havia um esforço de ampliar as suas carteiras de crédito. Com a mudança, alguns incentivos que o atual governo fez questão de implementar para que os Bancos tivessem maior atratividade em buscar seus lucros na concessão de crédito e não nas operações de Tesouraria. Todos os Bancos passaram a formatar operações de captação compatíveis com a busca de intensificação de sua atuação na área de crédito. Portanto, os Bancos passaram a oferecer CDBs para os investidores, passaram a tomar recursos no mercado financeiro, e aí os investidores institucionais são um grande fornecedor dos recursos que o Banco é tomador, e eles passaram então a oferecer taxas mais atrativas aos CDBs do que ofereciam no período anterior aonde o interesse deles era fazer operações de Tesouraria. Então, não é só o CDB do Banco SANTOS, a gente percebe que os gestores, não só a CAIXA, os gestores passaram a ter nesse período em que os Bancos intensificaram suas operações de crédito, todos os gestores de Fundos de renda fixa da FUNCEF passaram a demandar permissão para incorrer em risco de crédito bancário num volume maior do que antes incorporariam. Aí seja em Banco SANTOS, seja em outros Bancos e eu comento aqui que a FUNCEF não tinha só CDB do Banco SANTOS, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei disso, o senhor não precisa citar porque isso nós sabemos.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Ok, mas acho que é bom.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Problema não, o problema é que o senhor não, apenas não vai conseguir nos convencer de nada que não caracterize a responsabilidade da FUNCEF nessa perda dos dez milhões, ponto.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Certo, concordo. Mas a nossa responsabilidade ela é medida por relação risco rentabilidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então --

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Quando fazemos operações na Bolsa, por exemplo, também incorremos em risco quando a Bolsa cai, os valores contabilizados na FUNCEF evaporam, para usar uma expressão que o senhor usou, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): é porque evaporaram dez milhões da FUNCEF.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: E quando a Bolsa cai 0,5% evaporam muito mais do que dez milhões, nem por isso é considerado que houve uma gestão temerária. Porque aquela gestão estava calcada num modelo de macroalocação que definia um percentual de investimentos com um risco determinado, no exemplo que eu estou citando em Bolsa de Valores, e aquele risco pode dar retorno, pode não dar. É preciso que se faça uma verificação se os riscos inquiridos estão compatíveis com as rentabilidades obtidas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que eu não acho compatível é que exatamente uma semana antes da intervenção do Banco, depois do Banco ter tido a sua avaliação de risco rebaixada por agências de *rating* respeitadas no país.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Qual agência que rebaixou antes?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode, por favor, pegar lá depois a classificação do MOODY'S. E o senhor mesmo citou aqui, MOODY'S é um exemplo que a gente pode recorrer e o senhor mesmo citou aqui uma referência de um --

SR. DEMÓSTENES MARQUES: De um que não rebaixou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De uma instituição que não rebaixou e não rebaixou porque foi preciso pressionada pelo Banco para não rebaixar. E por que o Banco pressionou ela para não rebaixar? Porque o Banco paga a instituição para classificá-lo. Esse é um problema.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Concorde.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E aí depois a instituição admite que foi pressionada pelo Banco para não rebaixar! Enquanto que qualquer instituição séria teria que ter rebaixado, e se não houvesse a pressão o Banco estaria com a classificação rebaixada!

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Portanto --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então eu acho assim --

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Para o sistema financeira nacional é lamentável.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então é possível para qualquer coisa encontrar justificativas, eu só não acho que se justifique, de fato, uma semana antes da intervenção do Banco SANTOS a decisão de reinvestir, de reaplicar, poderia não fazer mais nada, chega, venceu ali, acabou, não é. O que acabou ocasionando, de fato, uma perda de dez milhões. Eu acho que o senhor tem habilidade, competência para justificar uma série de coisas. Mas isso, de fato, eu acho uma constatação, que inclusive faz parte do balanço e da demonstração financeira desse Fundo que é o FI PRE-VI CAIXA SÊNIOR 4.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Deputado, quero insistir que todos os investimentos que nós fazemos tem níveis de risco. Todos têm. Nós temos um montante...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor acha que esse risco se justifica, uma semana antes com o Banco com uma classificação --

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Nós não tivemos nenhuma informação --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem alguma matéria do dia cinco do 11?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Não, não tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque eu teria matérias, inclusive, que já, portanto, mês de novembro --

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Mas nós não tivemos nenhuma --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Percebiam.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Nenhuma informação objetiva --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os problemas do mercado.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Não tivemos nenhuma informação objetiva que pudesse nos fazer, nenhuma informação privilegiada que pudesse nos fazer chegar a conclusão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem poderiam.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Nem poderíamos, obviamente. E assim como existiam matérias de que outros Bancos também poderiam ter, estar passando por problemas que depois se verificou que não estavam, não é?.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas se eu leio, mas se eu leio na imprensa, por exemplo, se eu tenho, eu como pessoa física tendo que cuidar do meu recurso, se eu leio na imprensa que um determinado Banco pode sofrer intervenção e eu tenho recurso naquele determinado Banco, eu vou lá e tiro o meu dinheiro. Porque é melhor não correr o risco e estou falando dinheiro meu. Muito mais o dinheiro que é administrado e gerido por terceiro que é o caso desse Fundo exclusivo e da Fundação. Porque o dinheiro é do segurado.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: O dinheiro que estava investido foi feito, foi investido, foi aplicado, que foi adquirido aquele papel com base em pareceres, análise de risco de crédito feitos pela área de risco de crédito da própria CAIXA que era o gestor, que usou essas análises para fazer, tomar a decisão de aquisição do papel, e julgou que não havia nenhum fato objetivo que colocasse em questionamento aquelas, aqueles pareceres que foram insumo para a tomada da decisão do gestor de adquirir o papel. Como não foi considerado que havia elementos para fazer mudar aquele parecer da área de risco de crédito do próprio gestor, que tinha sido insumo para a tomada de decisão, o gestor decidiu renovar. Nós também não tínhamos nenhum elemento concreto, até porque o balancete que tinha sido divulgado alguns meses antes, que foi utilizado como insumo para definição do nosso limite de risco de crédito aqui, ele foi um balancete publicado com, até onde eu sei, com autorização do Banco CENTRAL. Portanto, com base no balancete, com base na informação --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor me perdoe.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Permite só uma questão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só um minuto, Deputado Bittar, que é uma constatação importante.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor me perdoe, o senhor está fazendo referência a balancete do primeiro semestre. Mas a gente percebe que a primeira emissão aconteceu no dia 13 do oito, portanto

em agosto de 2004. E eram, eram títulos, eram CDBs com vencimentos de curto prazo.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: De 30 dias, aproximadamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De curtíssimo prazo, o que obrigatoriamente deveria fazer com que a Fundação estivesse atenta para naquele período, naquele período, certo? Entendendo qual era a situação da saúde financeira do Banco. Então não se pode querer, por exemplo, julgar o que seria um critério do início do ano, não é?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Não, nós fazemos trimestralmente a nossa --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, mas o senhor.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Até porque os balanços são semestrais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não fez em setembro e outubro?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Vamos ver aqui, quando nós fizemos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi o último?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Fizemos de maio a julho de 2004, depois fizemos de agosto a outubro de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então em outubro de 2004, qual foi a data de publicação do balancete?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Foi o de julho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o parâmetro, espera aí.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: De junho, de junho, o segundo trimestre. O parâmetro para a análise que nós fizemos para as operações de agosto a outubro é o balancete do segundo trimestre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E para a operação de novembro?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Aí já é terceiro trimestre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, que foi a base --

SR. DEMÓSTENES MARQUES: A exigência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A base era --

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Setembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Setembro.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Setembro. Até porque os balancetes só são divulgados trimestralmente. Não tem divulgação de balancete mensal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E em setembro mesmo com o rebaixamento da classificação do Banco SANTOS --

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Mas nós não..., em setembro não houve rebaixamento de classificação do Banco, ou se houve mesmo com isso --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora o parecesse balancetes sobre o Banco SANTOS eles não tinham nenhuma ressalva?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Eu não tenho conhecimento detalhado sobre o parecer dos balancetes. Mas ele, o balancete foi divulgado com informações suficientes para que a nossa equipe técnica fizesse o cálculo dos limites, da mesma forma como vinha fazendo nos trimestres anteriores. E ele passou por todos os critérios, os crivos que nós revisamos agora e decidimos ratificar o processo de definição de limite de risco de crédito bancário, porque consideramos que não teria como constatar os efeitos da fraude contábil que tinha no Banco SANTOS; e que foi então objeto de não ser detectado nem pelos nossos, nem pelos nossos procedimentos, nem pelos procedimentos do gestor do Fundo. Isso não foi detectado na minha, na minha avaliação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois então eu acho que não houve um acompanhamento muito cuidadoso porque o que nos consta é que nos balancetes há, com relação ao Banco SANTOS, uma advertência com relação a continuidade dos investimentos. Então chama a atenção para os riscos da continuidade dos investimentos. Então era bom que depois o senhor examinasse porque então aqueles que analisaram não o fizeram com todo o cuidado e com toda a atenção. O senhor quer fazer alguma --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eu queria só aproveitar para depois não ser obrigado a recapitular tudo isso quando da minha..., é, oportunidade de fazer uso da palavra. Porque eu quis oferecer alguma contribuição quando surgiu o debate, que eu achei que estava muito calcado em informações que guardam alguma subjetividade que são as informações de imprensa. Quer dizer, assim como uma Fundação tal como definiram aqui os nossos diretores, adota certos objetivos de rentabilidade para determinadas classificações de risco e essas, e leva em consideração as

agências que fazem classificação de risco. Porque não há como, que outro critério? Porque é natural que uma pessoa, um cidadão qualquer que não tenha, não tenha, enfim, informações sobre agências de risco, que não tenha uma estrutura de análise possa, enfim, migrar de determinados investimentos ao sabor de informações de eventuais, de noticiário de jornal. Mas uma instituição como o Fundo de pensão tem que se orientar por critérios objetivos, os mais, até como disse o diretor aqui que o antecedeu, ou seja, os critérios mais objetivos possíveis. Que os critérios objetivos são balancete e, sobretudo, das agências de risco. Então eu acho que valeria a pena que nós tivéssemos as informações todas precisas das diversas agências de risco que classificam, classificaram o risco do Banco SANTOS durante esse período para que nós possamos saber se objetivamente a gestão foi temerária ou não ter esses recursos, não é.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Além disso, permite complementar. A SPC solicitou as informações sobre, sobre esse investimento e analisou. E até onde eu sei não fez nenhuma consideração de que o risco que a FUNCEF tivesse incorrendo fosse um risco em desacordo com os montantes da carteira da Fundação, e nem com a rentabilidade que estava sendo buscada e auferida naquele momento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode, brevemente pode, claro.

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Sem entrar no mérito da operação do Banco SANTOS que eu já não estava lá. Eu só queria chamar a atenção para a questão, é, da natureza dessa gestão terceirizada. Quando um Fundo de pensão ele terceiriza metade, no caso da FUNCEF, que é quase metade, um pouco mais da metade dos seus ativos, o que ele está procurando é a *expertise* do mercado. Sem entrar na estrutura salarial da FUNCEF, mas na verdade é que um analista de investimento que entra numa FUNCEF ele ganha dois mil reais. E a coisa mais difícil do mundo não é, a análise do risco de crédito já é difícil, você saber se uma determinada instituição vai quebrar é difícil. E você quando terceiriza, você busca no gestor terceirizado que paga salários altos para os seus analistas, é essa *expertise*. Não é uma questão de você estar eximindo a, eu concordo com o Deputado de que a responsabilidade última é sempre, exclusivamente do Fundo de pensão. Agora, o que se diz essencialmente é o seguinte, se o gestor não captou, é mais difícil que a FUNCEF que não tem uma equipe tão preparada quanto, o gestor é o especialista, é o homem que tem, é a instituição que tem a obrigação de conhecer o mercado. De conhecer todos os riscos associados a

isso. Então, muito embora haja essa, eu insisto, haja essa responsabilidade, não é simples descobrir isso. Não é simples descobrir, houve uma operação da PARMALAT feita por mim, foi uma excelente operação. Do ponto de vista da estruturação do negócio. Tudo bonito, um gestor, um era gestor, o outro era o administrador, o outro era o custodiante, a rentabilidade era boa, os ativos estavam bem segregados, dois meses depois a PARMALAT, uma grande multinacional quebrou. Nós não tivemos perdas, não tivemos perdas, recebemos por aquele período, a cota correu aquela taxa de rentabilidade, mas também o gestor, grandes gestores de investimentos não descobriram que a PARMALAT, grande multinacional ia quebrar, não é isso. Então sem entrar no mérito dessa operação do Banco SANTOS, eu diria que a responsabilidade é nossa, mas o conhecimento e a gente paga e paga bem para isso é do gestor, é do gestor terceirizado que esse é o esperto, no sentido de ter a *expertise*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Luís, realmente a responsabilidade idéia Fundação até porque o recurso pertence ao seguro da Fundação. Bom, o senhor nos falou aqui, dr. Demóstenes, de dois gestores que decidiram aplicar em CDBs do Banco RURAL em 2004. O senhor pode declinar o nome desses dois gestores?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Posso, só um minutinho. O Banco SAFRA adquiriu para o Fundo de investimento denominado SEVILLA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): SEVILLA FIF.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Isso. O montante de cinco milhões em 27 de maio de 2004. Ele foi renovado uma vez e depois foi resgatado em 19 de novembro de 2004, com rentabilidade de 104% do CDI. E a CAIXA adquiriu para o mesmo Fundo SÊNIOR 4, um montante de doze milhões, em dois de agosto de 2004, resgatando em primeiro de novembro de 2004 também com rentabilidade de 104% CDI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É, os nossos dados aqui eles se aproximam exatamente do que o senhor disse. Então foi feita uma primeira aplicação em 27 do cinco de 2004 com vencimento 25 do oito de 2004, de cinco milhões pelo SAFRA SEVILLA FIF. E aí aqui vem a explicação, dentro de um mesmo ano apenas as reaplicações que são feitas no mesmo dia é que foram consideradas ali, naquele primeiro quadro. Ou seja, se a aplicação é feita no segundo dia a gente já está considerando no segundo quadro. É por isso que a diferença deu de dezessete para vinte e dois milhões. Então, no dia 26 do oito de 2004 foi reaplicado

cinco milhões trezentos e cinquenta mil, precisamente, e essa aplicação não venceu ainda.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Não! No dia 26 de agosto de 2004 foi reaplicado cinco milhões trezentos e cinquenta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi o vencimento dessa aplicação?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Ela foi resgatada em 19 de novembro de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 19 de novembro. Esse dado eu não tenho aqui. E no dia 2 de 8 de 2004 com vencimento para primeiro do 11, é isso?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Do 11, isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De doze milhões que foi a CAIXA ECONÔMICA.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que é naquele mesmo Fundo do Banco SANTOS, não é isso?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: É o SÊNIOR 4.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí o seguinte, o que me chamou a atenção do que o senhor disse? Eu fiz questão de anotar aqui. Que o gestor ele não pode ter conhecimento de todas as instituições que estão classificadas pela Fundação. E que por isso mesmo ele tem a obrigação de consultar a Fundação, se determinada instituição está ou não classificada no padrão para então ele ter a possibilidade de fazer o negócio. O que significa dizer, que seja no caso do Banco SANTOS, do Banco RURAL, de qualquer outro Banco, o gestor do Fundo exclusivo ele teve que antes de fazer o negócio, ligar para a Fundação e procurar saber: “Olha, é possível investir em CDB do Banco SANTOS”? Aí a Fundação disse: “é”. Ou então: “é possível investir em CDB do Banco RURAL”? E aí a Fundação disse: “é”. Esse foi o procedimento que o senhor tentou explicar, não é isso?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Exato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para ver se eu entendi corretamente.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Isso, correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque já são quase duas horas da manhã, a cabeça às vezes já não --

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Está correto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, significa dizer que a Fundação também tinha um controle rigoroso dessas instituições financeiras do mercado, que estavam tendo os seus CDBs disponibilizados para os Fundos exclusivos.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Sim, nós temos a --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí eu pergunto, por exemplo, só para entender um pouco melhor a sistemática. O gestou ligava para o senhor?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Ele liga para a área de Controladoria, não para --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, para a área de Controladoria, para a FUNCEF, ligava para a FUNCEF. Aí dizia: Posso investir? Aí a FUNCEF dizia: Pode. Aí digamos que ele tomasse a decisão de investir, ele depois voltava para a FUNCEF para dizer: Investi tanto com vencimento tal. Como é que isso que acontecia?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Não precisa voltar, porque a gente tem a posição diária de todos os Fundos. Então no dia seguinte, no relatório --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É D mais um.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: No dia seguinte, no relatório que nós vamos receber da posição de fechamento daquele Fundo da véspera, vai aparecer lá aquela aplicação feita que ele tinha solicitado a autorização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Entendi. Então no dia seguinte os senhores tem um espelho completo de tudo o que foi investido, etc.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Isso, a área de -- a diretoria de Controladoria, tem o acompanhamento diário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então não se pode jamais dizer que o Banco desconhecia os investimentos que foram feitos, que o Banco --

SR. DEMÓSTENES MARQUES: A FUNCEF.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A FUNCEF, desculpa, o Banco. Mais uma vez a cabeça traindo. Que a FUNCEF desconhecia os investimentos que estavam sendo feitos, desconhecia essas compras de CDB, no caso Banco SANTOS e Banco RURAL. Claro que com fins, quer dizer, o resultado final desses investimentos foi completamente diferente. O do Banco SANTOS foi desastroso porque o Banco SANTOS sofreu interven-

ção, o Banco RURAL deu o retorno para a Fundação. Só que eu quero que duas coisas fiquem assim muito patentes para não parecer que nós estamos querendo forçar a mão, ou coisa parecida. É que realmente há uma compreensão nossa de que é de responsabilidade da Fundação toda a aplicação dos recursos por meio dos gestores dos Fundos exclusivos. Então essa é uma primeira coisa que é preciso ficar muito patente. E depois também para agir com muita tranquilidade, muita isenção, não é. Não há como negar que em 2004, e o senhor já deu aqui ou tentou dar uma explicação do porquê de uma mudança até da própria filosofia dos Bancos de, filosofia de crédito mesmo dos Bancos, não é? Mas é inegável verificar que em 2003, que em 2004, mais 2004 até do que 2003, o Banco SANTOS, o Banco RURAL, caso BMG não tem nada a ver com vocês, porém tem a ver com outras Fundações, que houve assim uma concentração, um crescimento absurdo, não é.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Eu diria, permite? É, eu diria um crescimento de exposição em CDB. CDB do ABN, do Banco DA AMAZÔNIA, do Banco DE BENS, do JP MORGAN, do PACTUAL, do SANTANDER, do VOTORANTIM, do CREDIT SUISSE. Todos esses eram investimentos em CDBs, foram investimentos em CDBs que os gestores passaram a buscar no período em que esses CDBs estavam, eu expliquei aqui um evento de mercado, os Bancos tiveram um interesse em oferecer esses CDBs a taxas mais atrativas. Portanto, os gestores de Fundos exclusivos tiveram interesse em botar esses CDBs para dentro dos Fundos que eles estavam gerindo, procurando buscar maior rentabilidade possível para esses Fundos. Então não foi só CDB do Banco SANTOS e do Banco RURAL, foi CDB de todos esses Bancos aqui, se a gente olhar a exposição em CDB dos anos anteriores, de todos os gestores e de todos os Bancos, CDBs de todos os Bancos, não só desse, a exposição foi crescente. Então é um crescimento proporcional, esse é um efeito de mercado, oferta e procura. Rentabilidade disponibilizada e a procura por aquele papel que está oferecendo naquele momento aquela rentabilidade, em relação a um curso de oportunidade que o gestor tem que é, por exemplo, uma LFT ou qualquer coisa assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O diretor --

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Posso complementar só essa resposta? O ano de 2004 ele teve um grande, uma grande expansão, como disse o diretor, em operações de CDB por um motivo claro. Hoje, em 2002 e até o primeiro fim do primeiro semestre de 2003, um processo de aumento das taxas de juros de mercado dentro daquela transição, daquela

especulação para o governo Lula. E no primeiro semestre de 2003 foi uma grande indefinição dos rumos do governo e a situação econômica, macroeconômica estava difícil, aumento de taxas de juros e nesse ambiente conturbado quem tem dinheiro, grandes Fundos acaba ganhando bem, você tem boas taxas de juros de mercado. A partir do segundo semestre de 2003, você tem um longo período de baixa, vai até agosto de 2004, mais ou menos, você tem um longo período de baixa das taxas de juros, e isso se refletiu num estreitamento das margens de lucro dos Bancos. Essa é a questão básica, quer dizer, num instante em que os gestores começam a ver comprimindo as suas margens de lucro, os seus estreitamentos de prêmios. Quando ele começa, quando isso acontece, é absolutamente lógico para eles, para eles cumprirem as metas de rentabilidade dentro das margens de risco com a Fundação, eles, como nós dizemos, comprarem risco. Ou seja, eles começam a procurar risco de crédito bancário. É o CDB. Então o ano de 2004 ele se caracteriza muito por essa busca geral como uma, como uma repercussão ou como uma conclusão natural de um processo de estreitamento de prêmios que eles tinham na sua administração tradicional. Então há uma --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Claro, quando eles procuram, quando eles começam a procurar você então tem a emissão de CDBs, porque aí há um efeito de oferta e demanda. Então eles estavam dispostos, os Fundos a adquirir riscos de crédito e os Bancos fazem a emissão de CDBs. Por isso os CDBs cresceram muito em 2004. E aí tem nessa apresentação de hoje, Deputado, eu gostaria de dizer que essa tentativa assim de comparar essa grande emissão de CDBs com saques de empresas aqui. Eu não vejo nem, olhando assim na base do olho, saques de... Pode até ter uma correlação, mas a verdade, eu não vejo correlação visualmente. Mas a correlação estatística é uma questão complexa, porque mesmo ali onde há correlação, estatisticamente não é dito qual é o sentido de determinação causal. O que é que está causando o que? Um ativo que faz isso e o outro que faz parecido podem ter alta correlação mas você não está dizendo qual dos dois está, está determinando essa relação causal. Então, nós estranhamos um pouco essa tentativa de correlacionar os fatos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, isso daí fica por conta do trabalho que foi feito. E eu confesso a V.Sa. que a opinião de V.Sa. pode ser consignada nessa reunião, mas não foi o objeto de perguntas a V.Sa., da mesma forma que será debatido exaustivamente até o

relatório final, quando nós teremos a conclusão com os parlamentares. E não com dirigentes de Fundos de pensão e nem ex-dirigentes de Fundos de pensão. Eu passo a palavra ao Deputado Jorge Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Mas acho que a sua, no meu ponto de vista, a sua contribuição é importante porque, afinal de contas nós temos que ouvir análises, avaliações de todos para que possamos formar um juízo sobre essas questões. Por exemplo, a mim foi muito útil perceber em que ambiente se deu a expansão dos CDBs. Acho que foi útil compreender que em virtude da ampliação do crédito, do estímulo a ampliação do crédito, propiciado pelas autoridades econômicas do país, houve uma maior demanda, uma maior oferta de CDBs e, por outro lado, os Fundos de pensão, em virtude do estreitamento da margem de remuneração dos títulos públicos ocorridas no período, houve uma tendência também a busca de uma melhor remuneração através dos CDBs, houve uma coincidência que motiva isso. E hoje o documento feito pela SPC, Secretaria de Previdência Complementar demonstra isso. E não foram só os Fundos de empresas públicas federais, Fundos estaduais, municipais, Fundos privados, todos compraram muitos títulos, inclusive de instituições como RURAL BMG, etc., porque são instituições que estão no mercado de crédito, efetivamente no país. Então eu quero ressaltar, Deputado ACM Neto, que assim, enfim, ficou caracterizado uma outra coisa que tudo é responsabilidade da Fundação, não há dúvida. Em última instância a responsabilidade da Fundação, e eu acho que até detalhou-se os mecanismos de gestão e de acompanhamento da gestão desses, dos Fundos terceirizados e isso fica muito claro. A controvérsia não é sobre se há responsabilidade ou não, a controvérsia é se houve gestão temerária ou não. Quando da aquisição dos títulos do Banco SANTOS e eu gostaria muito de obter informações precisas sobre as agências de risco de crédito, porque é aí que nós vamos ter informações objetivas, concretas que possam caracterizar ou não a prática de gestão temerária, no caso específico dos títulos do Banco SANTOS. Se os senhores tiverem, os senhores não têm essas informações aqui hoje, sobre --

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Os pareceres que nós tivemos acesso por contratação, e obviamente nós não contratamos fornecimento de *ratings*, como é que eu digo, rotineiramente, não é, porque isso tem um custo também. A gente, as agências que forneciam *ratings* para a FUNCEF, nenhuma delas tinha rebaixado o Banco SANTOS. Então, como não houve, nós não recebemos dos, e a gente recebe rotineiramente nós adquirimos relatórios de agências de *ratings* para subsidiar os nossos trabalhos rotineiros de monitora-

mento de risco de crédito. Dos que nós recebemos não tinham rebaixado. E os, e aí como volto a dizer, os balancetes que nós estávamos analisando eles, numa análise objetiva, passaram --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Agora V.Sa. não dispõe dessas informações hoje aqui.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Eu não tenho aqui detalhado mas...

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eu gostaria que V.Sa. nos fornecesse.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Vamos enca-minhar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Quais foram as agências com que a FUNCEF baseou sua decisão de aplicar, e de renovar essas aplicações por 30 dias com o--

SR. DEMÓSTENES MARQUES: A nossa decisão, da FUNCEF, foi de conceder limite de risco de crédito para esse papel. E a decisão do gestor de adquirir e renovar. Autorizado por nós dentro de um limite regulamentar previsto numa norma da Fundação, a definição desse limite, e que inclusive norma que foi formatada anterior a nossa chegada, portanto, um critério matemático anterior à nossa, não foi um critério matemático que nós estabelecemos. Um critério matemático que já estava estabelecido quando eu cheguei lá, que eu fiz questão de revisar depois do evento do Banco SANTOS e que nós ratificamos porque consideramos um critério matemático adequado de definição desse limite de risco de crédito. Então essa análise matemática objetiva com base nas informações que nós tínhamos recebido, e aí eu me comprometo em passar para a CPI a pedido do Deputado Bittar, detalhes sobre esses insumos que foram utilizados. Qual foi o parecer, de qual consultoria, de qual agência de *rating* e qual o balancete, em cada um dos momentos ao longo de 2004 nos três trimestres que nós avaliamos em 2004, que eu acredito que sejam suficientes para relatar o período no qual as operações com o Banco SANTOS aconteceram.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Perfeito. Eu, na verdade, por uma condescendência do Deputado ACM Neto tinha a oportunidade de fazer as minhas indagações ao longo do, estou privilegiado hoje aqui, estou solitário.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: O senhor está inscrito na VEJA aqui, não, não é?

[risos]

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Tive um privilégio que não é normal durante a, a própria, os próprios questionamentos do Deputado ACM Neto tirar as minhas dúvidas, enfim, fazer as minhas indagações objetivamente. Eu, na verdade, só teria, só gostaria

de um comentário dos senhores sobre qual a apreciação dos senhores sobre o fato da FUNCEF não ter alcançado metas atuariais em alguns anos, como foi o caso do ano de 2000 e no ano de 2002 também. Os senhores têm uma apreciação sobre quais foram as razões que motivaram?

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Eu não tenho como fazer uma apreciação objetiva até porque não analisei os cenários, os cenários realizados, não os projetados, não é. Porque para fazer análise retrospectiva é fácil, a gente olha para trás e diz: "Ah, devia ter feito isso, devia ter"... Que nem eu recebi, eu recebi um monte de mensagem de associados reclamando que a FUNCEF sempre perdia em renda variável, a gente estava mantendo uma alocação em renda variável. Aí quando o ano de 2004 fechou com uma renda variável com maior rentabilidade de todos os segmentos. Aí no começo de 2005 recebi uma carta de um associado dizendo que se a gente tivesse colocado mais recursos em renda variável a FUNCEF teria ampliado a sua participação, vamos fazer análise retrospectiva

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): é fácil.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Tem uma pou-co essa situação aí de, tem que se analisar o que se projetava, por que se projetava e quais as decisões que foram tomadas. Mas acredito também que possa haver aí uma parte de contribuição de alguns investimentos que foram feitos até num período anterior a esse que está demonstrado no quadro que trouxemos, e que essas, e que essas rentabilidades muito baixas ou inexistentes de vários desses investimentos, desse período anterior possam ter, possam ter eventualmente, eventualmente contribuído para esses resultados. Mas também tem que ver quais foram as decisões de macroalocação que foram tomadas, teria que ver isso para saber se poderia ter sido evitado ou não. É difícil fazer uma análise assim de pronto.

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: A esse respeito, olhando ali, eu arriscaria dizer, sem total segurança, a gente vê ali 98 negativo, 99 bastante positivo, 2000 muito negativo. Essa é uma época de grande crise macroeconômica no país. Nós estamos fazendo a transição para o câmbio flutuante, nós estamos vivendo crise asiática, nós estamos vivendo uma grande volatilidade nos mercados financeiros. E eu iria um pouco por aí, em que é uma época que muito provavelmente eu não tenho assim de cabeça aqui agora, mas muito provavelmente essas crises todas se refletem em Bolsa de Valores, etc. Então quando você tem uma carteira, uma Fundação de tipo FUNCEF ou qualquer Fundo de pensão, não é comprador e vendedor de papéis, ele geralmente compra uma carteira com base em critérios técnicos, otimiza essa carteira

periodicamente, mas acompanha mais ou menos as flutuações do mercado. Então ele tem perdas em certos anos e ganhos em outros. Então, ele pode ter mostrado perdas, muito provavelmente é o caso de se..., eu acho que o diretor que está agora, o Demóstenes que está com isso, ele pode ver e trazer para o senhor aqui. Mas muito provavelmente nós tivemos nessa virada para os anos 2000 perdas, provavelmente, talvez em Bolsa, muito provavelmente em Bolsa, talvez não em renda fixa porque nessas épocas são épocas de puxada da taxas de juros para cima. Em 2002 a mesma coisa. O ano de 2002 foi um ano horrível, em que a questão política foi determinante, principalmente no segundo semestre e parte do primeiro semestre de 2003. Em que aquela transição para o novo governo sofreu uma fortíssima especulação dos mercados, etc. No ano de 2002, seguramente, houve uma queda muito forte de Bolsa. E isso se reflete nos resultados. As carteiras de participação elas têm uma, elas não são marcadas a mercado. Então elas apresentam uma rentabilidade também que varia no tempo. Então você às vezes passa muito tempo com a sua carteira de participações, não mostrando nenhum lucro e, de repente ela dá um grande lucro. Então esse tipo de coisa, certamente, aconteceu em 2002. Provavelmente a carteira de participações não mostrou um grande resultado e a Bolsa, com certeza, deve ter dado uma grande queda nesse ano, ou deve ter sido muito difícil. Ou seja, até o ano de 2002, assim, o ano de 2002 com certeza foi um ano de administração difícil. A partir de 2003, que bom! O mercado começou a virar e coisas que só acontecem no Brasil, normalmente renda fixa e variável funcionam em mão e contramão. O Brasil consegue pagar uma taxa de juros enorme e bombar a Bolsa. E aí a gente ganhou muito dinheiro, foi ótimo para essa administração.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Então eu pediria mais um dever de casa, se for possível, a sua apreciação sobre o desempenho em 2000 e 2002. Só, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu teria mais uma pergunta. Essa direcionada ao dr. Luís, o senhor sabe se procede a informação de que Ralf Barquete foi conselheiro da FUNCEF de abril de 2003 a junho de 2004?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Ele foi conselheiro fiscal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso.

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Eu não sei se a data é essa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É porque --

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Mas ele foi sim. Desde quando?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que nós temos aqui de informação é de abril de 2003 a junho de 2004.

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Deve ter sido por aí sim, porque eu entrei em março e logo em seguida assumiu a nova, o novo Conselho Fiscal. Ele foi, a data parece que está correta de entrada e de saída deve ser isso, não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, um conselheiro fiscal em geral ele tem a função de fiscalizar as operações lesivas aos cofres da Fundação, não é? Muito bem, o sr. Ralf Barquete foi condenado em primeira instância pela Justiça Estadual de São Paulo por suposto desvio de verbas do sistema previdenciário da prefeitura de Matão. O Deputado Jorge Bittar está dando risada. Não, não é para rir. Até porque nós estamos fazendo referência a uma pessoa que não, que não está mais entre o convívio dos vivos. Bom, o desvio teria ocorrido, eu não tenho como deixar de rir essa hora, Deputado Jorge Bittar, duas horas da manhã. [Risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O desvio teria ocorrido na administração do petista Adauto Scardoelli de 1997 a 2000. Bom, fora isso, existem outras suspeitas. E, por exemplo, responsabilização de desvio de verbas no pagamento de indenização a ex-proprietários de linhas telefônicas da central telefônica de Ribeirão Preto e outras coisas mais. Mas vamos ficar nessa acusação em primeira instância da Justiça Estadual que o sr. Ralf Barquete teve por desvio de verbas do sistema previdenciário da prefeitura de Matão. Muito bem, não interessa se a prefeitura é de Matão, se é de São Paulo, se é de Salvador ou de qualquer outro lugar. O que interessa é que ele foi condenado por desvios no sistema previdenciário. A FUNCEF não levou em consideração quando da escolha dele para conselheiro fiscal, o fato dele ter sido condenado por desvio de verbas do sistema previdenciário?! Mesmo que de uma prefeitura de pequeno porte do interior de São Paulo? O senhor sabe quem é que indicou o sr. Ralf Barquete para o Conselho Fiscal da FUNCEF?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Olha, eu vou ser bem franco, eu não sei quem indicou e eu não sei quais são os critérios de indicação. Eu entrei no dia 20 de março, poucos dias depois fui chamado a cumprimentar a nova, o novo Conselho Fiscal que

tinham tomado posse, dentre os quais estava o dr. Ralf Barquete. Eu não tenho nenhuma informação sobre os critérios de escolha e não sabia dessas situações, eu não conhecia isso. Comecei a conhecer essas informações, através de imprensa tempos depois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É --

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Porque

--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu também não sei. Os senhores sabe pelo menos quais são os critérios para a escolha dos conselheiros fiscais da FUNCEF?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Eu vou, lamentavelmente, eu vou me considerar ignorante dessa questão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe?

SR. LUÍS AFONSO SIMOENS DA SILVA: Eu sei que ao mesmo tempo, só para complementar, eu sei que ao mesmo tempo nós tínhamos um vice-presidente da CAIXA nomeado da área de risco, vice-presidente para a área de risco que tinha trabalhado comigo no Banco CENTRAL, e que era uma pessoa de altíssimo gabarito e de conhecimento nessa questão de risco. Então, a posteriori, quer dizer, tempos depois eu comecei a ler nos jornais atribuições ao sr. Ralf Barquete. Naquele momento nós não tínhamos isso, naquele momento eu não tinha esse tipo de informação. E vi um Conselho Fiscal que tinha sim um conhecido meu, de altíssimo gabarito entrando no Conselho Fiscal. É só isso que eu tenho daquela época.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: A regra para nomeação dos conselheiros fiscais, o Conselho Fiscal é composto por quatro conselheiros sendo dois eleitos pelos participantes e dois indicados pela patrocinadora. Então os conselheiros indicados pela patrocinadora, eles obedecem o critério de indicação pela patrocinadora. Claro que tem lá os requisitos legais de curso superior e deve ter algum outro requisito, que eu não sei de cor quais sejam, mas é difícil. Eu na época eu não estava. Mas eu digo, é difícil para o diretor da Fundação saber, a não ser que tenha sido eventualmente informado especificamente sobre isso, mas saber qual o critério que a CAIXA usou para a indicação dos seus conselheiros indicados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É, justamente

o sr. Ralf Barquete ele foi indicado numa das duas vagas que cabia a CAIXA ECONÔMICA como patrocinadora.

SR. DEMÓSTENES MARQUES: Eu desconheço o critério que a CAIXA usou para indicá-lo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É de conhecimento público as relações muito próximos do sr. Ralf Barquete com o Ministro da Fazenda Antônio Palocci. E é muito difícil não imaginar que a indicação do sr. Ralf Barquete para o Conselho Fiscal da FUNCEF não tenha passado, obviamente, por uma recomendação ou por uma sugestão do Ministro Antônio Palocci. Como nós não temos condições de ouvir o ministro a esse respeito, eu não vou fazer aqui afirmações conclusivas, mas pelo menos fica no ar essa suspeita, essa dúvida. E fica no ar também aí uma incompreensão, como é que uma pessoa que foi condenado pela Justiça por desvio de verbas em sistema previdenciário, não devia nem ter habilitação para exercer nenhuma função em uma entidade de previdência pública. Como é que essa pessoa vai compor justamente o Conselho Fiscal?! Que tem que fiscalizar a aplicação dos recursos da Fundação. Fica no ar essa dúvida como, infelizmente, ficaram no Aruba série de dúvidas a respeito dessa figura do sr. Ralf Barquete pelo fato dele ter falecido e pelo fato dele ter aparecido em várias denúncias, mas que também não são de competência dessa CPMI e eu não vou aprofundar esse debate senão o Deputado Jorge Bittar --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deixa a CPI dos Bingos que tem que tratar desse assunto, fazê-lo. Eu vou agradecer a presença dos senhores Luís e do sr. Demóstenes. Vou agradecer a presença de todos os nossos assessores. E eu quero registrar isso porque existem aqui algumas pessoas que estão, como eu estou desde às nove horas da manhã no congresso, nós iniciamos às dez horas da manhã essa sessão da sub-relatoria, e vamos encerrar às duas da manhã do dia seguinte. E eu quero comunicar que amanhã nós temos oitivas dos representantes do Banco CRUZEIRO DO SUL e dos representantes da corretora BRASIL CENTRAL. Amanhã não, hoje. Nada mais havendo a tratar eu declaro encerrada a décima sétima reunião da sub-relatoria dos Fundos de Pensão.

Sessão encerrada às 02h09

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO

Ata da 18ª Reunião, realizada em 22/02/2006.

Aos vinte dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às onze horas e seis minutos, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, sub-relator e com a presença do senador Aelton Freitas, reúne-se a SUB-RELATORIA FUNDOS DE PENSÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos informando que a presente reunião destina-se às oitavas dos senhores Cláudio Roberto Seabra de Almeida, Luis Felipe Índio da Costa, Luís Octávio Azevedo Lopes Índio da Costa, Luiz Fernando Pinheiro Guimarães de Carvalho e a senhora Ângela Celeste de Almeida Costa. O Sub-Relator comunica aos presentes e à imprensa que foram recebidas correspondências firmadas pelos senhores Luis Felipe Índio da Costa, Luís Octávio Azevedo Lopes Índio da Costa, Luiz Fernando Pinheiro Guimarães de Carvalho e a senhora Ângela Celeste de Almeida Costa comunicando a impossibilidade de comparecerem para suas oitavas na presente data. Que também recebeu comunicado do advogado do Cláudio Roberto Seabra de Almeida dizendo da impossibilidade de seu comparecimento em virtude de viagem ao exterior. Ainda informou ter recebido correspondência do senhor Luis Bolonha Funaro relatando que se encontra a disposição da sub-relatoria a partir do dia seis de março do corrente ano. Em decorrência destas ausências a sub-relatoria resolveu remarcar os novos depoimentos das pessoas nominadas, ficando da seguinte forma: no dia sete de março a oitava do senhor Luis Bolonha Funaro e no dia oito de março os demais senhores. O presidente informa que os seguintes depoentes estão reconvocados a esta comissão para o dia oito de março: os senhores Cláudio Roberto Seabra de Almeida, Luis Felipe Índio

da Costa, Luís Octávio Azevedo Lopes Índio da Costa, Luiz Fernando Pinheiro Guimarães de Carvalho e a senhora Ângela Celeste de Almeida Costa, que deverão ser informados das novas datas acima mencionadas. Encerra-se a presente reunião às onze horas e quinze minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro aberta a décima oitava reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criado através do requerimento número 3/2005, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Sobre a mesa, a ata da reunião anterior a qual coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se às oitavas dos srs. Cláudio Roberto Seabra de Almeida, representante da CORRETORA BRASIL CENTRAL, Ângela Celeste de Almeida Costa, Luiz Felipe Índio da Costa, Luiz Otávio Azevedo Lopes Índio da Costa e Luiz Fernando Pinheiro Guimarães de Carvalho. Todos esses sócios proprietários da Corretora CRUZEIRO DO SUL. Recebemos aqui, inicialmente, um comunicado do advogado do Sr. Cláudio Roberto Seabra de Almeida informando que o mesmo se encontra no exterior e que só regressaria ao Brasil depois do dia 15 de março. Ora, eu tive ontem uma conversa dura com o advogado do doutor Cláudio, afinal de contas a perspectiva nossa de concluir o texto final do relatório no dia 13, do sub-relatório no dia 13, a fim de dar um tempo ao Deputado Osmar Serraglio para que ele possa incorporar no texto principal. Disse ao, ao advogado do depoente que eu não aceito esse tipo de coisa, ele não está sendo convidado, dr. Cláudio, ele está sendo convocado, e como tal ele trate de antecipar o retorno dele para o Brasil. Eu estou remarcando a vinda dele para, no dia oito, que será o penúltimo dia de funcionamento da Sub-relatoria. Então dia oito de março eu já estou, de antemão, solicitando à nossa assessoria da comissão que comunique o advogado, dr. Cláudio Seabra, que a data limite para o comparecimento dele a esta comissão é dia oito de março. Recebemos aqui, e este caso é mais grave, quatro ofícios, um assinado

pelo Sr. Luiz Otávio Índio da Costa, o outro assinado pelo, pela dra. Ângela Celeste de Almeida Costa, um outro ofício assinado pelo Sr. Luiz Fernando Pinheiro Guimarães de Carvalho. Portanto, os depoentes que estavam previstos para o dia de hoje. E também, isso, são esses ofícios. Nesses ofícios, eles informam que tomaram conhecimento da convocação, mas que impossibilitados de comparecer na data aprazada por compromissos profissionais inadiáveis, eles não estão presentes. E sugerem que a CPI marque para a partir do próximo dia 12. Ora, isso não existe. Gostaria de informar que nesse caso, por que é que pior? Porque eles foram citados, eles confirmaram a presença, foram emitidas as passagens, reservados até hotéis para que eles aqui ficassem. Os proprietários da CORRETORA CRUZEIRO DO SUL. Eu quero, porque juridicamente, regimentalmente nós temos respaldo, solicitar à Polícia Federal que tome as medidas adequadas e devidas para garantir o comparecimento dos quatro depoentes no dia oito de março também. Então, eu estou determinando que as duas oitivas que aconteceriam no dia de hoje, na verdade, para ouvir cinco depoentes, elas sejam transferidas imediatamente para o dia oito de março de 2006, sem a admissão por parte desta Sub-relatoria de qualquer escusa dos depoentes que foram citados. Os depoentes da CRUZEIRO DO SUL, os proprietários da CRUZEIRO DO SUL foram citados, eles não podem deixar de comparecer. Isto não é um convite. Quando a pessoa é convidada, ela tem o direito de declinar do dia marcado e procurar ajustar com a Comissão Parlamentar de Inquérito um outro dia; que não foi o caso, eles foram convocados, citados, marcaram passagem, nós não podemos admitir isso. Recebi um ofício do dr. Antônio Augusto Figueiredo Basto e do Sr. Luiz Gustavo Rodrigues Flores. No seguinte teor: “Lúcio Bolonha Funaro, brasileiro, solteiro, economista, inscrito no CPF 173318908-40, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, por seus procuradores abaixo assinados vem, respeitosamente, à presença de V.Sa. informar que a dificuldade de intimação decorre do fato do requerente encontrar-se viajando, com retorno previsto para o próximo dia seis de março, data que comparecerá a presença de V.Sa. para receber as intimações que se fazem necessárias”. Quero informar que diante desta declaração do Sr. Lúcio Funaro nós estamos determinando o agendamento da vinda do depoente para o dia sete de março, portanto, uma terça-feira. Então, com pronunciamento do advogado, dr. Lúcio Funaro, nós esperamos dar por solucionada essa questão. Porém, informo ainda que a Polícia

Federal continuará orientada a promover os esforços no sentido de encontrar o Sr. Lúcio Funaro. Então nós não vamos rever a decisão e orientação que determinamos à Polícia Federal. Contudo, vamos procurar manter contato com o advogado do Sr. Funaro, se ele confirmar presença no dia sete, então está agendada a vinda dele. E os proprietários da CORRETORA CRUZEIRO DO SUL e o proprietário da CORRETORA BRASIL CENTRAL ficam agendados para o dia oito sem admitir qualquer possibilidade de remarcação. Aqui não é depoente que diz o dia que tem que vir. Dessa forma não dá. Se eles fossem convidados, tudo bem. Não tendo, portanto mais o que tratar, eu, antes de encerrar, gostaria de comunicar aos senhores que, em virtude de ontem não termos tido tempo para fazer uma análise minuciosa dos dados trazidos pela Senadora Ideli Salvatti, a partir de um requerimento que ela propôs à Secretaria de Previdência Complementar. Ontem mesmo eu solicitei à assessoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que fizesse um estudo detalhado a fim de levantar os pontos que representam as inconsistências de um documento que não se sustenta por nada. Então, nós pretendemos tão logo esse trabalho esteja finalizado apresentar o trabalho aos senhores, apresentar o trabalho à imprensa. Eu quero reafirmar, esse trabalho não se sustenta por nada. Foi uma tentativa diversionista da Senadora Ideli Salvatti. Claramente, claramente preparada e orquestrada, infelizmente, com a complacência e conivência da Secretaria de Previdência Complementar a quem hoje eu dirijo aqui os meus protestos públicos, certo? Mas essa orquestração conjunta da Senadora e da SPC não se sustentará porque nós refutaremos os argumentos e mostraremos que não passa, portanto, de uma tentativa diversionista, repito, da Senadora que procura prestar serviços ao seu partido, como aliás é uma praxe do PT contestar as realidades inequívocas, mas contra os números e contra um trabalho técnico e bem organizado nada que possa ser tão inconsistente como esse relatório vai ter força. Então, assim que nós concluirmos essa análise nós iremos comunicar tanto aos parlamentares, por um dever e por uma obrigação de prestar contas aos membros da CPMI como, principalmente, vamos comunicar isso também à imprensa para que a verdade fique estabelecida. Eu, portanto, declaro encerrada a décima oitava reunião da Sub-relatoria.

Sessão encerrada às 11h15

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO

Ata da 19ª Reunião, realizada em 02/03/2006.

Ao segundo dia do mês de março do ano de dois mil e seis, às dez horas e seis minutos, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, sub-relator e com a presença dos Senadores Romeu Tuma, Heloísa Helena, Ana Júlia Carepa, e do Deputado Carlos Willian, reúne-se a SUB-RELATORIA FUNDOS DE PENSÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos informando que a presente reunião destina-se às oitavas dos senhores Jorge Ribeiro dos Santos, Gilberto Audelino Correa e Luiz Carlos Siqueira Aguiar. O Presidente convida o senhor Jorge Ribeiro dos Santos para compor a mesa. O depoente vem na condição de investigado e acompanhado de seu advogado, o Dr Alberto Tichauer OAB/SP nº 194909. O mesmo faz uso de Habeas corpus de nº 88015 concedida pelo STF através do Ministro Celso de Melo. O Sub-Relator concede a palavra ao senhor Jorge Ribeiro para que faça uma breve apresentação pessoal e profissional. O Deputado ACM Neto inicia seus questionamentos ao depoente. A reunião foi suspensa às dez horas e doze minutos para que seja feito o deslocamento dos trabalhos desta Sub-Relatoria, na sala 19 para a sala 07 dessa mesma ala, por motivos técnicos. A reunião foi reaberta às dez horas e vinte e oito minutos para continuação dos depoimentos. Com a palavra o Senador Romeu Tuma. O Senador solicita ainda que o Sub-Relator verifique com a Polícia Federal as providências a serem tomadas para que o mesmo esteja aqui presente e que acabe o pouco caso que ele tem feito com os nossos trabalhos. O Sub-Relator disse que já tomou as providências e que Lúcio Funaro estará convocado coercitivamente para depor no dia 07 do mês corrente.

O Deputado ACM Neto continua a inquirir o depoente. A assessoria inicia uma apresentação de slides para auxiliar o Deputado ACM Neto em suas indagações, mas o mesmo solicita que retirem a apresentação, pois por ordem do STF não podemos expor nenhum dado sobre a PRECE. Pela ordem de inscrição, os seguintes parlamentares inquiriram o depoente e fizeram algumas considerações: Senador Romeu Tuma, Senadora Heloísa Helena, Senadora Ana Julia Carepa e Deputado Carlos Willian. Às doze horas e quarenta e cinco minutos fica suspensa a reunião. A reunião é reaberta às treze horas e trinta minutos, em seguida o Relator concede a palavra aos Senhores: Dr. Gilberto para seus esclarecimentos e Dr. Luiz Carlos Siqueira Aguiar. O relator continua questionando o depoente. Pela ordem de inscrição a Senadora Ana Julia Carepa. A palavra volta ao Sub-relator. O Sub-relator pede a assessoria para autuar os documentos deixados pelo depoente. O relator agradece a presença dos senhores depoentes aqui presentes, e encerra aqui o ciclo de oitavas e anuncia a agenda da semana que vem. Encerra-se a presente reunião às dezessete horas e quarenta e oito minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro aberta a 19ª Reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 3 de 2005 para investigar as causas e consequências de denúncia e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Sobre a Mesa a ata da reunião anterior a qual coloco em votação propondo a dispensa da sua leitura os que aprovam permaneçam como estão. Aprovada. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se às oitavas dos Srs. Jorge Ribeiro dos Santos, proprietário da CORRETORA SÃO PAULO e Gilberto Audelino Corrêa e Luiz Carlos Siqueira Aguiar, os dois últimos ex-dirigentes e dirigentes da PREVI. Eu dou início convidando o Sr. Jorge Ribeiro dos Santos para que tome assento a essa Mesa de trabalho e possa prestar os seus esclarecimentos. Sr. Jorge Ribeiro se faz acompanhar do Dr. Alberto Tichauer, OAB 194909, São Paulo. Sobre a Mesa medida cautelar em *habeas corpus* de nº 88015 deferida pelo Ministro Celso de Mello, Relator que concede os direitos constitucionais ao Dr. Jorge Ribeiro que obviamente serão todos eles

respeitados por esta CPMI até porque o Sr. Jorge se encontra aqui na condição de investigado. Como de costume, eu quero desde logo passar a palavra a V.Exa. a fim de que senhor possa prestar os seus esclarecimentos iniciais, a fim de que tenha condições de fazer uma breve apresentação do seu currículo profissional, do histórico e atividades realizadas, sobretudo no mercado e também para que senhor fique à vontade para apresentar qualquer informação de caráter introdutório que senhor ache pertinente e conveniente para o curso dessa Sessão. Então eu concedo imediatamente a palavra ao senhor.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Bom dia, meu nome é Jorge Ribeiro dos Santos, eu tenho 46 anos, faço parte da diretoria da SÃO PAULO CORRETORA que foi fundada pelo meu pai em 1967. Exerço a atividade de diretor desde 1993, início de 93, sempre desenvolvendo a área comercial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Jorge, exatamente em que ano a CORRETORA SÃO PAULO foi fundada?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Em 1967.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 67. De lá para cá o senhor só realizou atividades na CORRETORA SÃO PAULO?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Na verdade a corretora fazia parte de um grupo de empresas do meu pai e ela foi dividida numa cisão quando ele faleceu em 1983, e eu sempre trabalhei desde 79, quer dizer eu estou há 27 anos no mercado. Foi desde *office boy* até diretor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas sempre com a CORRETORA SÃO PAULO?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Na verdade eu fui, nós tínhamos uma outra empresa de armazéns gerais alfandegados e meu pai me fez fazer uma leve corrida em todas as funções, [risos] desde limpar banheiro até empilhadeira, que ele era muito duro comigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Atualmente o senhor é o único sócio da corretora?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não. Sou eu e minha mãe. Ela tem 84 anos, ela é majoritária. Ela tem 60%, eu tenho 40 %.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas quem responde pela execução das principais atividades da corretora, ou seja, o Diretor Executivo é o senhor?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sou eu mesmo. Ela não faz parte da diretoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Durante esse período houve alguma mudança no quadro societário da corretora?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Só quando eu assumi em 93 que meus irmãos saíram da sociedade e ficou só eu e minha mãe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. A CORRETORA SÃO PAULO já operou com Fundos de Pensão?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Operou, mas há muitos anos. Atualmente ela não tem tido nenhum tipo de contato com Fundos de Pensão. Isso na década de 90.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na década de 90?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim, mas muito poucas operações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Contudo, evidentemente operou com Fundos exclusivos.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Acredito que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu gostaria de fazer uma breve interrupção porque nós estamos com problema aqui no ar-condicionado e eu sei que à medida que a reunião transcorra, tanto os parlamentares como os consultores e a imprensa vão reclamar, então nós estamos transferindo imediatamente agora a reunião para o plenário sete. Eu suspendo e retomo lá em poucos minutos. É apenas o tempo do deslocamento.

Sessão suspensa às 10h13.

Sessão reaberta às 10h30.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro reaberta a 19ª reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão, agradecendo a compreensão de todos os senhores pela necessidade que tivemos de fazer essa breve mudança de acomodação do plenário.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tem a palavra o Senador Romeu Tuma, Pela Ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu não poderia deixar de iniciar hoje, quarta-feira de cinzas em que todos vão pedir perdão a Deus pela farra que fizeram no carnaval, ainda mais a beleza dos desfiles

da sua Bahia e aqueles trios elétricos que a gente se encantou pela televisão. Mas reconhecer em V.Exa. a devoção, a dedicação a esta Subcomissão que tem demonstrado durante esse período em que ela foi criada. Eu hoje raciocinava com a repórter da inteligência da criação das subcomissões e acompanhei dentro da CPMI dos Correios a luta de V.Exa. para criar dos Fundos de Pensão, e os resultados estão aparecendo pela vibração, pela assessoria que provavelmente V.Exa. soube selecionar e sempre presente. E pouco importa se é dia da festa, se é feriado, não é feriado, está marcado a sua presença marcante. Então eu queria cumprimentá-lo por isso, acho que é uma coisa maravilhosa, uma demonstração à sociedade, que quando fala que parlamentares não trabalham deve só meia dúzia que não se interessa pelo cargo que receberam em comissão do povo brasileiro. Mas tem muitos como V.Exa. que correspondem acima da expectativa o que o povo confiou. Eu queria se V.Exa. pudesse me responder, o tem me angustiado é essa falta de respeito de Lúcio Bolonha Funaro. Eu acho que é um mau exemplo a tolerância, se é que se possa ter com um homem que deixa de comparecer a três chamamentos. O próprio Código do Processo Penal é claro nesse sentido. É coagir, conduzir sob Vara. Eu quinta-feira da semana anterior ao carnaval, tive a oportunidade de almoçar com o diretor da Polícia Federal porque eu estava angustiado, desculpa estar falando isso que é uma coisa que choca profundamente. Uma falta de respeito. Ninguém está acusando ninguém a pessoa tem o direito de vir aqui para se defender, principalmente se defender, se não prevalece à acusação. Então o que dá a CPI? Direito de defesa. E o cara quando recusa vira as costas e ainda faz pouco, disse que teve numa reunião com o Deputado longamente, pelo menos é o que diz o jornal. Prefiro não acreditar. E o Dr. Paulo disse que as intimações foram entregues ou aos Advogados ou as pessoas indicadas. Então precisava de um ofício para busca e localização e trazer coercitivamente a presença de V.Exa. o intimado. Eu não sei se isso já foi feito, esta é minha preocupação para poder cobrar, eu peço licença para cobrar. Quer dizer, não de V.Exa., mas sim da Polícia Federal de localização e condução coercitiva, porque nós não podemos acabar a CPI. Hoje eu me perguntava se podia acabar sem a análise de alguns fatos importantes? Eu falei negativo. Tem todos os meios para acabar com as análises que são feitas. Os Sub-relatores estão trabalhando dia e noite. Agora, se precisar prorrogar, vamos prorrogar Presidente. Se tiver coisa pendurada, penduricalho, coisa grave que tem que apurar, não tem que aceitar um término de relatório e deixar por conta das autoridades dos outros poderes. Eu acho que nós temos

que prorrogar se houver o desrespeito orientado contra a CPI. Eu peço desculpa a V.Exa. e queria agradecer a oportunidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senador Tuma, primeiro eu quero registrar publicamente que senhor é um dos parlamentares que vem acompanhando o trabalho dessa Sub-relatoria. Na verdade uns dos primeiros a chegar, sempre cumprindo com o seu dever de marcar presença e esses elogios que vem de V.Exa. são muito reconfortantes para o Sub-relator e para toda nossa equipe.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone] de coração, ainda que pela metade, vale por inteiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço, eu sei disso, V.Exa. sabe da admiração pessoal que tenho por V.Exa. V.Exa. é um dos paradigmas desse Congresso Nacional e da política brasileira e todos esses elogios eu quero compartilhar com essa equipe de técnicos dedicada, nós, inclusive, Senador Tuma o que muitos desconhecem, uma parte desses técnicos ficaram trabalhando no carnaval, para poder justamente adiantar e avançar na formatação do nosso relatório. E eu fui questionado Senador Tuma, por uma série de veículos de comunicação se eu não me sentia desprestigiado por ter que conduzir as Sessões dessa Sub-relatoria na maioria das vezes sozinho, contando com a presença de um, dois, três parlamentares? E eu disse que não porque eu tinha absoluta consciência de que estava cumprindo com o meu dever e que era uma missão que me foi delegada pela confiança do Senador Delcídio, Deputado Osmar Serraglio e que a condução dessas oitivas tem sido fundamental para nós entendermos uma série de irregularidades que se operaram com os Fundos de Pensão nos últimos seis anos no Brasil e a propósito da questão que V.Exa. levantou do Sr. Lúcio Bolonha Funaro, se teve alguém que se irritou com essa ausência dele, fui eu. Nós assinamos um ofício para a Polícia Federal solicitando que todas as medidas coercitivas fossem adotadas para garantir a presença dele nesta Sub-relatoria antes da conclusão dos trabalhos. Então aí o Sr. Advogado nos encaminhou na semana passada, na quarta-feira que foi o último dia dos nossos trabalhos na semana passada, um ofício informando que a partir do dia seis o depoente estaria à disposição para comparecer a CPMI. Evidente que como convocado o depoente não tem a prerrogativa de dizer o dia que ele quer vir, se ele tivesse sido convidado ele teria, mas como convocado, ele não tem. Muito bem. Ainda assim para não criar maiores constrangimentos nós definimos, então, que o

Lúcio Funaro virá no dia sete, então já está agendada a vinda dele, há uma confirmação por parte do Advogado dele, de que ele se fará presente a CPMI e aí é claro, sem nenhuma possibilidade de adiamento ou de escusas. Mesmo assim eu solicitei a toda equipe da Polícia Federal que não se curvasse nessa tentativa de oficialmente citá-lo. Porém com o pronunciamento do Advogado dele, eu penso que essa questão estará superada porque é documento que já foi assinado garantindo a vinda dele a esta CPMI.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): V.Exa. permite só um acréscimo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sobre esse problema de V.Exa. às vezes dirigir essa Subcomissão sozinho, com um ou dois parlamentares. Eu deixaria bem claro senador, Deputado, quem sabe senador em um futuro bem próximo. Eu acho que já tem idade não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ainda não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Politicamente se completa a maioria política com 35 [risos], então eu espero estar vivo para vê-lo aqui nesse Senado mesmo à distância. Mas o problema é o seguinte, eu queria que a sociedade soubesse que Subcomissão ou alinhamento de investigação sob determinados dados da CPI é uma questão de inteligência, como falei no início da oportunidade que V.Exa. me deu. Poderia ser reservado a todas, sem que ninguém tivesse presente, porque é uma missão sua de investigar, V.Exa. tem tido a cautela de que a sociedade tome conhecimento. Não é importância da nossa presença aqui, porque talvez a gente não esteja habilitada a fazer os questionamentos que V.Exa. têm em razão da profundidade da investigação da equipe toda. Então a sociedade tem que saber que é uma forma de respeito e de dignidade à sociedade para acompanhar o trabalho da Subcomissão, que não há nenhum desprestígio a ausência. É porque em razão do conhecimento, que nós vamos tomar ao relatório final. Então V.Exa. está agindo como um brasileiro, como um parlamentar e respeita a dignidade da função que o povo lhe deu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Inclusive, Senador Tuma só para complementar e encerrar essa discussão é fundamental destacar que a opinião pública, a imprensa e os próprios congressistas sempre nos cobraram um trabalho investigativo, sair um pouco dos holofotes. Então o que nós fizemos foi isso. Os parlamentares que até hoje se dedicam a esta CPMI, o que

fizeram foi isso, ou seja, mergulhar na investigação, procurar ser criterioso--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Claro. Procurar ser criterioso e chegar a conclusões. O mais importante é isso, é termos uma peça final que será o nosso relatório, que será votado entre o final de março e o início de abril, que seja algo consistente, que seja algo que tenha dados e elementos que possam comprovar as irregularidades que foram levantadas, então, eu acho que a função é essa mesmo. As Sub-relatorias, elas têm que funcionar dessa forma. Não se preocupando com os holofotes, não se preocupando com a mídia, se preocupando apenas com a investigação.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Pela Ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senadora Heloísa Helena, V.Exa. tem a palavra, Pela Ordem.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): É só... Conversarmos aqui o Senador Tuma, Deputado ACM Neto e é evidente que é sempre que a gente deixe claro, além desses detalhes que muito bem disse V.Exa. e é de reconhecimento de todos o esforço, a disciplina, a capacidade de trabalho que V.Exa. tem tido para estar frente de uma Sub-relatoria de extrema complexidade como essa, é de alta complexidade técnica, não é de domínio de todos os parlamentares, como muitos outros temas na Casa. Claro que também é vexatório para todos nós a ausência de parlamentares. Claro que existem parlamentares que por não... Embora se sintam muito abençoados por Deus, né, Senador Tuma. V.Exa., eu, nos sentimos muito abençoados, mas não temos ainda o dom da onipresença e aí é evidente que ao mesmo tempo para que eu estivesse aqui, foi porque a Sub-relatoria de Contratos não iniciou ainda a oitiva e, portanto, eu tive que estar aqui. Porque o mundo da política é um mundo muito sedutor, muito cômodo para quem desenvolve a "preguicite aguda" ou a "roubalheira crônica". Aí é sempre bom, mas para quem gosta de trabalhar não por ato heróico pessoal, mas pelo cumprimento das nossas obrigações, fica realmente muito difícil acompanhar todos os trabalhos das Sub-relatorias, também. Apenas um reparo, porque eu sei que tem alguns que é porque não desenvolveram a possibilidade de desafiar a física ou ser ungido por Deus para ter esse tipo de possibilidade. Mas tem outros que realmente devem ser condenados com veemência perante a sociedade, porque é muito grave o que tem acontecido no parlamento brasileiro, é muito grave a forma medíocre de imprensar o estágio dos

feriados, porque se o mais simples serviço é cobrado pela empresa que ele é terceirizado ou um funcionário da Casa que esteja aqui, é inadmissível que os parlamentares não estejam, também. Porque todos nós cumprimos nossas obrigações, fazemos esforços pessoais, porque eu também gostaria muito de estar na praia do meu Estado. Gostaria muito. Mas eu me sinto na obrigação de vir aqui, então os que fazem a opção por esse tipo de “vagabundismo” como esporte, eles têm obrigatoriamente de serem condenados com veemência. Porque se não a generalização perversa marca profundamente a alma, o coração, a dignidade de quem trabalha e que acaba pela generalização perversa sendo jogados na vala comum daqueles que não trabalham ou quando estão trabalhando é para roubar e conspirar contra os interesses da humanidade e seque a obrigação quase que medíocre de bater ponto aqui, de estarem aqui presentes, eles não fazem. Portanto eu quero, acabei fazendo estas considerações também, para defender os que aqui estão cumprindo suas obrigações, mas para com veemência denunciar também aqueles que não cumprem suas obrigações, porque não estão aqui no dia que todos os trabalhadores obrigatoriamente já estão nos seus lugares de trabalho. Então eu quero saudar o desempenho de V.Exa. Sei do trabalho, da angústia, sei do trabalho dos técnicos, sei que é essencial o trabalhador, os trabalhadores do setor público, esses técnicos são essenciais para o trabalho de qualquer parlamentar, especialmente da Sub-relatoria de V.Exa. e o que exigirá de todos nós, Senador Romeu Tuma, algo como uma lupa ética e uma rigidez técnica implacável para acompanharmos todos os relatórios das Sub-relatorias e um relatório final. Porque imagina o trabalho gigantesco que será, porque V.Exa. está como Sub-relator, está completamente inteirado desse tema. Alguns outros parlamentares estão se dedicando a ele, mas nós teremos que coletivamente nos dedicarmos a todos os outros temas que estão sendo aprofundados em outras Sub-relatorias e que são essenciais para que a gente tenha um relatório que não proteja, os governantes de plantão do passado, do presente em função da promiscuidade das relações políticas que muitas vezes, muitas e muitas vezes são estabelecidos nessa Casa. Então, realmente é um trabalho muito grande, eu estou muito preocupada, continuo muito preocupada, Deputado ACM Neto, Senador Romeu Tuma, sobre o passo que nós não demos em não assumir as prerrogativas que foram liquidadas com a extinção da CPI do Mensalão. É muito grave isso. O relatório da CPI identificará o Mensalão, identificará o cronograma da promiscuidade, portanto, matéria a serem votadas de interesse do Governo, dinheiro público roubado para

comprar mercadorias parlamentares para votarem de acordo com os interesses governamentais, e nós não temos a quebra sigilo bancário fiscal e telefônico, de nenhum dos beneficiários do esquema do Mensalão. Do mesmo jeito a questão das contas do Duda Mendonça e novos dados que são apresentados e como parece que se estabeleceu o fatalismo do fim da CPI que tem uma data fatal, a data, não se pode ter o fatalismo da data se ele não está diretamente relacionado ao aprofundamento das investigações. Então eu acho que é algo muito importante que nós temos que fazer na próxima reunião administrativa da Comissão ou trabalhemos de domingo a domingo, de manhã, de tarde, de noite, de madrugada, para dar conta de todas as investigações, porque o tempo, o fatalismo do fim do prazo do encerramento da CPI dos CORREIOS não poderá ser utilizado inclusive para acobertar o estado de putrefação das relações promiscuas, Palácio do Planalto/Congresso Nacional. Então são algumas considerações, me desculpe até me alongar, Deputado Neto, mas eu acho que muito importante que todos nós que temos a responsabilidade perante a sociedade nos dediquemos com cautela, com serenidade, mas com rigor ético implacável, sobre os trabalhos, tanto das Sub-relatorias, como especialmente a conclusão final dos trabalhos da nossa CPI dos CORREIOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senadora, esse problema do fatalismo me angustia bastante. Veja a senhora como essa Sub-relatoria saiu em desvantagem. Ela foi oficialmente criada no início de novembro. Nós por uma estratégia resolvemos primeiro avançar na análise das informações para só depois começar as oitivas. Então, novembro e dezembro foram dois meses dedicados estritamente a isso. Começamos a ouvir os depoentes em janeiro, já fizemos mais ou menos 45 a 50 oitivas, vamos ter perto de mais 10 a 15 depoentes até o final da semana que quem, que vai ser quando nós vamos encerrar, estamos correndo contra o tempo, a equipe técnica está desesperada porque tem que concluir tudo. Vai ser inclusive impossível, por exemplo, avançar como nós deveríamos avançar em algumas questões a exemplo da movimentação financeira das corretoras--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Deputado, eu sou favorável à provocação se V.Exa. disser que não conseguiu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senador Tuma, a gente fica nessa angústia porque por um lado a política é própria da Casa, ou seja, vai ter movimento de governo, de oposição etc... E tentar superar tudo isso para ter um relatório bom e impedir que certos segui-

mentos, tanto de governo, como de oposição, que gostariam de que não houvesse a votação de um relatório, que talvez trabalhe até para isso, porque a gente lê na imprensa, de que alguns congressistas vão trabalhar para isso. Eu prefiro não acreditar. Então, para não acreditar e não corroborar com esses que gostariam de ver um fim desastroso da CPI, eu vou cumprir o prazo, eu acertei com o Deputado Osmar Serraglio no dia 13 de março, com muito esforço, com muita luta, trabalhando na semana de vem de segunda a domingo, sem sair daqui de Brasília, o tempo inteiro nós vamos tentar concluir esse texto para dar a ele uma semana antes do dia 21, que foi o dia que ele marcou, ele vai examinar, ele vai incorporar, ele vai... O texto é dele, o texto final é dele, e a partir daí, eu acho que tanto o Presidente Delcídio, como o próprio Senador, como o próprio Deputado Osmar, eles precisam começar a conversar com os membros da CPI, talvez antecipar já algumas partes do relatório para que não chegue no dia 21, todo mundo sem qualquer informação do que é que vai ser oferecido, o que é que vai ser lido. Porque isso inclusive vai facilitar a votação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Deputado, eu fiz uma proposta na CPI, Senadora Heloísa Helena, que ao término do relatório final se constitua uma Comissão dos Sub-relatores para acompanhar de perto a evolução da continuidade das investigações no Ministério Público, para que ela não caia no vazio e nós sejamos praticamente como um biombo na frente sem saber o que está acontecendo. Então o Sub-relator deveria consentir uma Comissão Permanente de acompanhamento dos resultados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu concordo com a proposta de V.Exa... Bom, dando continuidade a oitiva, nós falávamos dos Fundos exclusivos. Então é possível que nesses últimos seis anos a Corretora de V.Sa. tenha operado com alguns Fundos exclusivos vinculados a Fundos de Pensão que estão sendo investigados por esta CPMI.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Mas, foram poucas operações no começo da década de 90. No final de 90, 97, 98. De lá para cá nós não tivemos nenhuma operação com os Fundos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em carteira própria. Porém com Fundos exclusivos, sim.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Veja, quando nós operávamos, nós tínhamos uma relação de autônomos com a parte operacional e os autônomos recebiam as ordens e executavam. Eu não sei definir bem o que o senhor...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque os Fundos exclusivos, eles são geridos por instituições financeiras do mercado. Evidente que o contato com a Corretora é estabelecido diretamente por esta instituição. Algumas das vezes, pela nossa investigação, a gente verificou que as corretoras sabiam que naquele momento a determinada instituição estava operando como gestora de um Fundo exclusivo. Em outras situações, a corretora não sabia. Então aí é que eu indago V.Sa.. V.Sa. sabia das operações que estavam sendo realizadas com os gestores respondendo pelos Fundos exclusivos ou pode ter operado com essas instituições sem saber que elas na verdade ali respondiam pela gestão de um Fundo exclusivo?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Quando existe uma gestão quem passa as ordens é o Banco que faz a gestão desse Fundo ou quando é direto, são os administradores do Fundo que entram em contato com a mesa da corretora. A função da corretora, no caso, é executar ordem vislumbrando o risco da operação, não a legitimidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas quando V.Sa. recebia uma ordem, por exemplo, ou de compra ou de venda de um determinado papel, V.Sa. sabia que aquela instituição financeira estava dando a ordem respondendo pela gestão de um Fundo exclusivo vinculado a um Fundo de Pensão.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não, eu não tenho como saber.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca ocorreu em que V.Sa. tivesse conhecimento?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não, não, nunca. Existe um dinamismo nas operações que próprio operador autônomo vai digitando as ordens e vai digitando toda a indicação dos negócios. O final do dia você tem um resultado financeiro e você tem uma gestão de riscos em cima dessas operações. A legitimidade dela é vislumbrada pelas auditorias. Eu não tenho como, eu não tenho nem como dimensionar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Depois eu mostrar a V.Sa. algumas operações de derivativos na BMF, em que há uma concentração de ajustes negativos com a CORRETORA SÃO PAULO, sempre que ela operava com determinados Fundos exclusivos vinculados a fundações, e aí V.Sa. talvez possa explicar melhor como que acontecia essa dinâmica com as instituições que geriam os Fundos exclusivos.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. tem ou já teve contato pessoal, relacionamento pessoal ou profissional com algum atual ou ex-dirigente de Fundo de Pensão, pensando nesse período de 2000 a 2005?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não, os Fundos de Pensão eram clientes de agentes autônomos e até por uma questão de ética e fidelidade, a Corretora não entra em contato com a direção ou quem emite ordem desses Fundos. Os responsáveis pelas operações são os agentes autônomos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas nós sabemos que, por exemplo, muitos gerentes de investimento que passaram nesses seis anos pelas fundações, eles normalmente eram egressos do mercado, ou seja, trabalharam em corretoras, trabalharam em Bancos, em distribuidoras de valores, em ACETS(F), enfim, pensando nesse universo onde a gente enxerga também os Gerentes de Investimentos dos Fundos de Pensão, eu indago. V.Sa. teve ou tem relacionamento com alguém que tenha ocupado um cargo de Gerente de Investimentos em Fundos de Pensão?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não, não. Nem os conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não os conhece?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não, não. Na verdade como lhe falei Excelência, eu preservo a ética de nunca entrar em contato com os dirigentes, ou gestores ou administradores por uma questão de ética profissional com os autônomos. Eu queria ia lhe explicar o seguinte: As corretoras geralmente para baratear custos, elas fazem parceria com agentes autônomos que tem os seus clientes já de muitos anos. E essas operações todas geram uma corretagem que é dividida entre o autônomo e a corretora. O responsável por toda legitimidade, o responsável por toda transparência das operações é o autônomo. O agente autônomo. E a corretora acredita que ele vai ter retidão de conduta e tudo mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por exemplo, nas negociações de títulos públicos, que eventualmente a CORRETORA SÃO PAULO tenha realizado. Em que figure de um lado comprando ou vendendo um Fundo exclusivo, portanto vai aparecer o nome fantasia do Fundo, que normalmente identifica o seu gestor ou o seu administrador. As ordens de compra e venda desses papéis eram dadas a CORRETORA SÃO PAULO diretamente por quem?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu não sei identificar por quem exatamente. A gente teria que convocar os autônomos, que eu tenho uma lista de assessores. Como funciona uma lista de assessores? Cada cliente de autônomo é dirigido a esse autônomo através de um número. E esse número é que nos facilita uma auditoria. Então eu não sei exatamente quem deu as ordens para os autônomos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, entre a CORRETORA SÃO PAULO e digamos um Fundo exclusivo, havia sempre aqui um intermediário que era um operador autônomo autorizado--

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Nesses casos Excelência, nesses casos. Nesses casos dos Fundos ou desses clientes que estão sendo investigados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então em todos os casos que senhor naturalmente deve ter conhecimento, que serão objeto do nosso questionamento aqui, nunca houve um contato direto, sequer entre a Corretora e o gestor do Fundo exclusivo?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Nunca, nunca, nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então sempre aqui no meio havia intermediação de um agente autônomo credenciado para operar na Bolsa?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim, é um procedimento natural viu, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque muitas corretoras operam diretamente com os gestores dos Fundos exclusivos.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Na verdade têm corretoras que tem agentes contratados que são assalariados, que juntamente com a direção da corretora recebem as ordens. No caso da SÃO PAULO CORRETORA, ela sempre optou por ter agentes autônomos, até como lhe falei, por uma questão de baratear custos e tudo mais e até dividir responsabilidades. E todos os autônomos são registrados, tem contratos e tudo mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Após as execuções das ordens, quem determinava a especificação dos comitentes, ou seja, quais eram as operações que deveriam ser alocados em nome de cada um dos clientes?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: O gestor do Fundo passava todas as determinações para os agentes autônomos e eles mesmos faziam as digitações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então a ordem era dada pelo gestor do Fundo exclusivo--

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sempre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --E era cumprida pelo seu agente autônomo.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sempre. É uma prática também comum. No final do dia já ter todas as operações direcionadas para os determinados Fundos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Havia alguma especificidade nessas operações que a CORRETORA SÃO PAULO realizava com os Fundos exclusivos, ou ela se dava com qualquer outro cliente da corretora, com qualquer outro operador e agente de mercado? Porque perceba, onde é que eu quero chegar. O senhor já nos disse que entre a corretora e o Fundo exclusivo existia aqui, o agente autônomo. Naturalmente o agente autônomo sabia que estava operando com Fundo exclusivo.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Isso nunca foi passado para V.Sa.?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Na verdade, Excelência, quando nós recebemos as ordens, no final do dia especificado para determinado cliente. Aí a operação é toda legitimada, entende? Por exemplo, nós não sabemos, operação compra tal ou venda tal, para quem vai, a não ser depois das ordens do gestor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores nunca participaram dentro desse processo de alocação da definição dos comitês?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não, não. Nem poderíamos fazer isso, porque tem Fundos que precisariam fazer uma determinada operação, outras determinadas operações e nós não sabemos o que acontece na cabeça do gestor, nós não temos essa...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguma vez a CORRETORA SÃO PAULO foi notificada, foi questionada por algum Fundo de Pensão sobre determinada operação que tenha realizado na BMF?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não, não, nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O controle interno da CORRETORA SÃO PAULO dessas operações que

eram realizadas com os Fundos exclusivos, ele respeitava rigorosamente a todos os procedimentos de controle da corretora ou havia um controle apartado, ou seja, havia um acompanhamento específico para essas operações realizadas com Fundos exclusivos?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Na verdade as operações de *compliance*, ou seja, existe um departamento de *compliance* que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Corretora tem um departamento?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: --Que ele faz uma auditoria constante, desde a compra de papéis, papel físico, como café e até risco de operações, e nós não temos como definir exatamente quais são as operações para quem foi direcionado ou não. A nossa preocupação no caso, *compliance* preocupa com risco de mercado, risco sistêmico, risco de liquidação financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu indago a V.Sa., a CORRETORA SÃO PAULO ela realizava algum tipo de acompanhamento dos preços praticados nas transações de compra e venda de títulos em especial de debêntures em títulos públicos em relação aos preços médios de mercado?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não, não. Na verdade as operações elas vem com a determinada taxa de juros, você compra ou venda de debêntures e o que balizava a correção dessas operações era o mesmo sistema. Você não poderia captar um dinheiro muito mais barato ou doar um dinheiro muito mais caro. Existe um desvio padrão que é permitido. Por exemplo, se a taxa de juros hoje está 18, um exemplo, você pode captar 17 e 80 e doar a 18 e 20, porque o mercado tem uma energia durante o dia. Ele pode ir e ele está muito em cima de análises fundamentalistas. Análises fundamentalistas são problemas de cataclismas, políticos e setores... Problemas à parte do mercado financeiro que influenciam diretamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. concorda que quando a gente faz um corte numa cadeia negocial e analisa um único dia não pode haver uma oscilação muito grande entre o preço unitário de um título público.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode até haver uma oscilação, porém essa oscilação, por exemplo, não poderia chegar a 20, 25, 30% do preço unitário, V.Sa. concorda.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu precisaria ver operação por operação, Excelência, porque o seguinte: Existem operações de RED(F) da qual o cliente, entre aspas, pode estar captando o dinheiro mais barato em detrimento de uma outra operação que ele possa estar tendo um benefício. Então, por exemplo, os exportadores, importadores, muitas vezes compram o dólar mais caro ou mais barato, já se defendendo num sistema internacional ou mesmo na própria BMF. Seria muito, não muito transparente eu lhe afirmar que as taxas estavam fora do mercado ou que as taxas estavam dentro do mercado, aquele dia, aquele determinado momento foi recebido à ordem, foi executada. Eu não tenho como lhe afirmar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro. Genericamente nós estamos tratando genericamente. Agora é evidente que não é normal que uma corretora, que não é o caso da Corretora de V.Sa., mas que uma corretora ela figure dentro de uma cadeia negocial, sempre comprando ou vendendo títulos com a variação absurda dentro de um único dia e quem acaba levando a pior seja os Fundos de Pensão.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu posso fazer uma observação, V.Exa.?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: A cadeia dominial ela não é vislumbrada pela corretora. Como lhe falei um papel, uma debênture ela tem uma energia, ela tem uma troca e muitas vezes o meio não tem condição de saber o que se passou antecipado ou que vai acontecer. Eu não sei se eu fui bem claro. Eu não tenho como fazer a cadeia à dominial, às vezes tem 18 entidades, 20 entidades no mesmo dia. Entende?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A CORRETORA SÃO PAULO era responsável pela variação do risco de crédito dos emissores de debêntures e CDBs, onde eventualmente figurasse um Fundo exclusivo transacionando com a corretora?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Na verdade o risco de liquidação é avaliado pela entidade que está fazendo. Se o senhor for analisar, um Fundo de Pensão tem um risco mínimo de ter uma insolvência. É esse que na ocasião era a nossa sistemática de análise de risco. É muito pouco provável que um Fundo, ou um grande Banco, uma grande entidade fosse insolvente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, mas a corretora se preocupava em analisar todo o enquadramento dos Bancos, para ver os *ratings*...?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Isso que eu queria explicar para o senhor, as taxas, as ordens quando são dadas, ela já vem com determinada taxa da qual o Banco tem interesse em captar ou doar dinheiro. Eu não como avaliar isso sabe, Excelência, eu não tenho como avaliar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A CORRETORA SÃO PAULO já operou com a CORRETORA QUANTIA?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. conhece os proprietários da CORRETORA QUANTIA?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com a CORRETORA LAETA?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim, operamos, tivemos algumas operações, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Cezar Sassoun?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim, Sassoun, conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que é o proprietário da CORRETORA LAETA?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Conheço sim, senhor. Até por eventos da própria Bolsa que a gente sempre se encontrava na ocasião.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Apenas nessa circunstância ou...?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Só nessa circunstância. Excelência, o senhor sabe que um cliente, ele pode ser um cliente comum a várias corretoras. Por exemplo, se o senhor faz operação em uma corretora e o senhor quer que a liquidação financeira seja em outra o senhor pode transferir suas posições. Então, é esse o tipo de contato que existe entre as corretoras. Um cliente “X”, “Y”, “Z”, ele tem uma posição que muitas vezes ele transferindo essa posição para uma outra corretora ele tem menos margem, ele tem menos depósito de garantia. Por isso que existe esse contato entre as corretoras. Eu estou querendo ser bem claro para o senhor para o senhor ter uma idéia...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Naturalmente o senhor conhece o Sr. Lúcio Bolonha Funaro?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Conheço, sim senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor acha que é mera coincidência a CPI estar investigando algumas operações em que o Sr. Lúcio Bolonha Funaro, figura como uma das partes e que a CORRETORA SÃO PAULO figura como outra, e que operações similares tenham acontecido já não mais nos Funaro e CORRETORA SÃO PAULO e sim Lúcio Funaro e LAETA?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Veja...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós vamos detalhar essas operações. Eu só quero que senhor acha que isso é uma mera coincidência?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: A sua pergunta, o seu questionamento, Excelência, é de uma questão muito comum. Como lhe falei. Um cliente pode ser comum a várias corretoras. Ele pode ter uma operação numa corretora, ter uma operação em outra corretora e casar essas operações até em uma terceira corretora para minimizar os custos dessa operação. Isso que eu queria que senhor entendesse como que funciona essa prática, essa energia do mercado. Obrigatoriamente você não precisa estar estático numa corretora, o senhor pode mandar essas operações para determinadas corretoras, até para Bancos, de acordo com a sua conveniência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor opera ou operou com a CORRETORA EURO?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não, eu nem conheço. Eu vim saber da existência de CORRETORA EURO pelos jornais, eu nem conhecia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem os conhece?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Nem os conhecia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): BÔNUS BANVAL?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Conheço, sim senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Operou com a BÔNUS BANVAL?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Como lhe falei, temos alguns clientes em comum, que as ope-

rações passavam pela SÃO PAULO e chegavam na BÔNUS BANVAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos falar um pouquinho aqui então do Sr. Lúcio Bolonha Funaro.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Apenas por uma questão introdutória, Lúcio Funaro, dentre uma série de coisas que a gente percebe de envolvimento dele. Ele responde a um inquérito integrante do processo administrativo sancionador de nº 12 de 2004 da CVM, destinado a apurar eventual ocorrência de irregularidades relacionadas a negócios com operações flexíveis de dólar. Na modalidade de registro sem garantia na BMF, no período de 1º de janeiro de 2002 a 31 de março de 2003, em que participa a SÃO PAULO CORRETORA, a FER CORRETORA, e a CRUZEIRO DO SUL CORRETORA. V.Sa. tem conhecimento desse processo?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que V.Sa. têm a dizer a respeito desse processo?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Na verdade eu estou incluído nesse processo porque a CVM... Como que eu posso falar? A CVM direcionou a culpa dessas operações diretamente para um autônomo que eu tinha chamado Aride Teixeira de Oliveira Ariza. Eu só fui incluído nesse problema todo, nessa investigação toda, por ser o dono da corretora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Ariza estava habilitado para operar não apenas com a CORRETORA SÃO PAULO. Ou ele trabalhava apenas com a CORRETORA SÃO PAULO?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu não sei, eu não sei lhe afirmar. Existe uma retidão de conduta que o autônomo seria fiel a sua casa, operando só em uma. Eu não sei se ele fazia alguma coisa obscura entende, Excelência?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que o senhor avalia o desempenho do Ariza nas suas atividades?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: [risos] Eu preferia fazer nenhuma observação a respeito dessa pessoa, por favor, ele me causou muita dor de cabeça.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem todo direito de não fazê-lo até pela proteção legal.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu estou falando--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora seria muito importante que senhor fizesse, até porque ajuda a gente entender um pouco o envolvimento com a CORRETORA SÃO PAULO nesse processo.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu estava ouvindo a palavra da Senadora, realmente são palavras de muita propriedade, me desculpa, realmente tem que existir uma retidão de conduta e fidelidade à casa que lhe foi aberta. A minha casa tem 40 anos e nunca teve nenhum tipo de problema, envolvimento e passou a ter esse tipo de situação oriunda de atitudes de falta de retidão de conduta desse autônomo. É isso que eu tinha que fazer. Eu me emociono porque é uma coisa muito triste você abrir a sua casa e uma pessoa lá dentro tentar ou pelo menos parcialmente fazer coisas subjetivas assim, eu não sei nem se ele operava só comigo. Eu não tenho nem como avaliar, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Ariza é quem atendia era os o Funaro?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim, era cliente dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que ambos podem ter cometido irregularidades em conjunto?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não posso avaliar, não posso avaliar, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas é inegável que o Ariza perdeu a confiança de V.Sa.?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu afirmo veementemente sobre qualquer circunstância que ele me traiu numa situação de falta de fidelidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E nessa situação ou nessas situações de alguma forma o Lúcio Funaro aparecia.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Na verdade, Excelência, o Lúcio Funaro ele fazia parte de uma carteira de clientes do Sr. Aride, ele operava na corretora como um cliente comum. Quem tinha que avaliar a legitimidade dessas operações era o Ari. Eu não tenho como avaliar isso, porque eu não... Como lhe falei, como o senhor falou todo o planejamento da operação passou parcialmente pela corretora, eu não sei como avaliar se ela estava certa ou errada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos enten-

der aqui. O Lúcio Funaro ele foi cliente de V.Sa. como pessoa física...?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas também pessoa jurídica. Com ERST BANKING que é uma empresa dele com a STOKLOS AVENTIS.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu não sei, desculpa, eu não sei, não sei. Eu posso me certificar para responder. Esses nomes não me são comuns, essas duas empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu presumo que senhor deve ter lido a Revista Época do início desse mês, final do mês passado início desse mês.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu li.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela menciona aproximadamente 12 operações de *swap* realizadas entre o Sr. Lúcio Bolonha Funaro e o BANCO DO BRASIL, as quais eram intermediadas invariavelmente pela CORRETORA SÃO PAULO.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Todas elas. O BANCO DO BRASIL realizava perdas no valor aproximado de 32 milhões, certo? Bom, primeira pergunta que eu faço a V.Sa. Quem eram os contatos no BANCO DO BRASIL que operacionalizavam essas transações? Porque em resposta que o BANCO DO BRASIL deu, ele inclusive diz a que CORRETORA SÃO PAULO estava oficialmente autorizada a operar com a Banco, certo? Me parece que essa autorização, ela se deu até abril de 2004 mais ou menos, se eu tiver equivocado o senhor me corrija, mas então a CORRETORA SÃO PAULO estava autorizada. O BANCO DO BRASIL ainda diz que no total das operações com a CORRETORA SÃO PAULO ele realizou mais ganhos do que perdas. Certo?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me parece que no valor de cinco milhões. Isso tudo eu estou me baseando--

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Esse período que o senhor fala de dois anos?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse mesmo período, nesse mesmo período. Só que o que chamou a atenção nessas operações de *swap* é que sempre de um lado estava o BANCO DO BRASIL, sempre do outro lado estava o Sr. Lúcio Bolonha Funaro. No meio das operações, portanto, intermediando as operações

vinha à CORRETORA SÃO PAULO e no passo seguinte, já envolvia uma outra corretora que é a LINK, que dava seqüência à cadeia, ou seja, o Lúcio Funaro ele ganhava para o BANCO DO BRASIL, mas perdia para a LINK, ficou com 600 mil reais me parece que no todo, realizou de lucro 600 mil reais e depois esses recursos continuaram. A LINK CORRETORA passou para o LINK DISTRIBUIDORA, uma coisa dessas, e aí deu seqüência. Muito bem... Então eu já conheço os argumentos do BANCO DO BRASIL eu presumo que argumentos V.Sa. trará para essa CPMI, mas eu queria que V.Sa. ficasse muito focado no fato de que nessas 12 operações, sempre de um lado tinha o BANCO DO BRASIL, sempre do outro lado tinha o Lúcio Funaro. Eram realizadas perdas para o BANCO DO BRASIL, ganhos para o Lúcio Funaro, logo depois repassados para LINK CORRETORA e a LINK derivativos. Muito bem, o que o senhor teria a dizer disso, dessas operações?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu queria responder sua primeira pergunta, Excelência. O BANCO DO BRASIL ele era cliente de um autônomo na minha filial do Rio de Janeiro, chamado Hélio Castilho. Ele tinha todo o contato direto com o BANCO DO BRASIL e com a GEROF(F). Excelência, como lhe falei, existe uma cadeia dominial das operações. Se o senhor tem um cliente, eu não por em dúvida ou avaliar a legitimidades. Funciona o seguinte: Quando um cliente tem um dinheiro para doar no mercado ele faz através de um *swap*. Muitas vezes você tem um cliente que doa bastante dinheiro e um cliente que capta o dinheiro. Quando o cliente capta dinheiro ele recebe o crédito *swap*. Quando ele doa dinheiro tem débito o débito do *swap*. Então muitas vezes tem-se a impressão que ele está perdendo, mas ele está doando dinheiro, então ele está pagando *swap* e recebendo de uma outra forma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, desculpa. Doar é um sinônimo que diz, dar.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Desculpe, é um termo do mercado. Doar é o seguinte, investir.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Era bom botar o português aí, porque eu estou achando que estão dando de presente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas eu queria entender até [inaudível] o Senador Tuma, um pouco melhor a lógica dessas operações.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu posso fazer uma observação? Quando o senhor chega no Banco, o senhor faz uma compra de CDB o senhor está doando, infelizmente o seu dinheiro para o CDB. Então esse dinheiro ele tem uma energia, ele vai correndo, que

é para o título. Então há doação de dinheiro quando a entidade ou pessoa física está investindo e captando quem está recebendo esse dinheiro para remunerá-lo. Não é que vai dar de presente. [risos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria entender um pouco melhor a lógica dessas operações. Porque de um lado nós temos o maior Banco público da América Latina, que deve ter na sua filosofia correr o mínimo de risco possível. E do outro nós temos um operador do mercado, o Sr. Lúcio Funaro, atuando como pessoa física, não é pessoa jurídica, como pessoa física, e sempre no meio nós temos a CORRETORA SÃO PAULO, certo? Eu imagino que um Banco do porte do BANCO DO BRASIL tem que ter uma estrutura de *compliance* que impõe alguns limites para a definição de quem serão as partes que vão operar com ele.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então eu queria entender melhor a lógica dessa operação para que não pareça dúvida sobre ela.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está claro para mim que Sr. Funaro ganhou nessa história, perto de 700 mil reais nesse período. Mas está claro para mim também que o BANCO DO BRASIL a despeito de ter ganhado em outras operações com a CORRETORA SÃO PAULO, perdeu nessas com o Sr. Funaro 32 milhões de reais.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu queria só deixar, para ser bem claro com o senhor, Excelência, a corretora, ela é obrigada sempre a registrar essas operações de *swap*. Qualquer operação de *swap*, ela só é válida legitimada com o registro através de uma corretora. Agora eu não sei avaliar o quanto o BANCO DO BRASIL o seu *compliance* pode fazer ele perder ou ganhar. Isso muitas vezes o *swap* já é uma operação de taxa combinada, eu realmente...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não acha estranho, por exemplo, que em nenhuma dessas 12 operações que o Funaro não tenha nenhuma dessas 12 operações com o BANCO DO BRASIL, tido a posição desvantajosa, ou seja, que o BANCO DO BRASIL pelo menos em uma delas, ou em dois, três ou mais, tivesse ganhado em detrimento de uma perda do Funaro?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Se o BANCO DO BRASIL for doador de dinheiro, ele está doando esse dinheiro e está recebendo em outra ponta. Por isso, Excelência, eu não sei como avaliar esse pon-

to da operação. É muito difícil eu falar para o senhor que existe uma cadeia dominial da operação, desde do começo, do primeiro passo. Aí o senhor fala assim: “Ele recebeu e repassou”. Como eu falei com o Senador Tuma, quando a gente compra um CDB no Banco, esse CDB anda. O Banco vende o CDB, mas usa para comprar novos CDBs mais baratos e assim vai indo. Entende, Excelência?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque... Eu insisto que eu não tenho como admitir que o BANCO DO BRASIL ele não tenha uma estrutura muito bem montada para fazer uma análise de crédito e, sobretudo, para avaliar o risco que a contra a parte oferece, por quê? Porque vamos supor que tivesse sido o contrário. Vamos supor que nessas operações, no final fosse gerado um ganho ao BANCO DO BRASIL, portanto, o BANCO DO BRASIL seria credor dessa outra parte que estava operando, o senhor concorda?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para ser credor, eu acho que a regra básica de quem é credor é saber se a parte que está operando tem condições de pagar.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Com certeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tem condições de cumprir com o crédito. Então é impossível que numa operação de *swap* diferente de várias outras, mas é impossível que em uma operação de *swap* o BANCO DO BRASIL não soubesse que na outra parte estava o Funaro e fizesse uma avaliação dos riscos que estava correndo em participar dessa operação com o Funaro, o senhor concorda?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Concorde.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Portanto, o BANCO DO BRASIL sabia que de um lado estava ele aqui e do outro lado estava o Funaro aqui, e tem que ter feito uma análise do risco que aquelas operações ofereciam. O senhor concorda com tudo isso?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Com certeza. Concorde.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Aí eu vou voltar aqui um pouquinho, o senhor falou que o Hélio Castilho era o autor--

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: O assessor do qual tinha o BANCO DO BRASIL como cliente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era o responsável

pelo BANCO DO BRASIL. Com quem no BANCO DO BRASIL ele se relacionava, com quem ele conversava no BANCO DO BRASIL?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Aí eu não posso, não tenho como afirmar, Excelência, primeiro que era uma outra praça, era Rio de Janeiro, e quando nós contratamos o Hélio Castilho como autônomo ele já tinha o BANCO DO BRASIL como cliente. Então foi o que nos seduziu de tê-lo na nossa Casa. Os autônomos têm os seus clientes *ad eternum*. Existe um grau de relacionamento entre autônomo e as entidades e clientes em que são fiéis. Se ele muda de corretora esses clientes vão com ele, então quando você contrata o autônomo, você contratou o autônomo em detrimento dos seus clientes, entende Excelência?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu entendo. Agora, o que eu não entendo é essa sistemática como se deu a construção das operações que nós estamos questionando.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: O senhor sabe que eu levantei todos os mapas, eu não tenho nenhuma situação de dúvida nas operações, porque como lhe falei é uma cadeia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quanto é que o senhor ganhou, a corretora ganhou quanto nessas operações?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu ganhei uma corretagem. Não é nada expressivo, não sei avaliar, Excelência. Sinceramente eu não tenho números na cabeça aqui agora. Poderia até depois lhe informar, mas agora eu não, nem esperava essa pergunta. O senhor me desculpe, mas eu tenho todos os dados, lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas eu quero insistir numa pergunta que já lhe fiz e eu não tive uma resposta satisfatória. O senhor não acha que pelo menos em uma, duas, três dessas operações era natural que o BANCO DO BRASIL ganhasse ao invés de perder?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim, eu concordo plenamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque eu queria que senhor entendesse o seguinte, o nosso desejo aqui é procurar ajudá-lo para que senhor se ajude, ou seja, essa é uma investigação que a CPI realiza dessas operações de *swap* que nos chamou atenção, na verdade eu recebi e vou lhe dizer como que isso aconteceu. Eu tinha recebido uma denúncia e fizemos um requerimento para que a busca nos encaminhasse documentos no sentido de fazer um casamento

das operações do Sr. Lúcio Funaro, as operações de *swap* do Sr. Lúcio Funaro com a CORRETORA SÃO PAULO. Até então o BANCO DO BRASIL não tinha aparecido, não fazia a menor idéia que o BANCO DO BRASIL estava nessa história. Quando a gente recebe o quadro completo das operações de *swap* do Lúcio Funaro com a CORRETORA SÃO PAULO a gente começa a analisar cada uma delas e é gritante essa que envolve o BANCO DO BRASIL, porque foram 12 operações num montante de 32 milhões de reais, que sempre, invariavelmente sempre, estava de um lado o Lúcio Funaro e do outro lado o BANCO DO BRASIL, a CORRETORA SÃO PAULO, no meio. E o BANCO DO BRASIL sempre perdendo, ou como o senhor queria chamar, doando dinheiro.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Veja, [risos] desculpa Excelência, desculpa. Na verdade...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode me corrigir, fique à vontade.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu estou falando que geralmente nas operações de *swap* existe o doador que é o débito, que ele dá o dinheiro e o receptor que é o credor. Mas nesse caso Excelência, eu não consigo avaliar o número de vezes ou o porquê que o BANCO DO BRASIL perdeu ou ganhou. Na verdade essas operações são apenas registradas pela SÃO PAULO CORRETORA. A SÃO PAULO CORRETORA não faz parte das operações, ela não pega do BANCO DO BRASIL ou passa para o cliente “X”, ou pega do cliente “X” ou passa para o cliente “Y”. A corretora ela apenas registra a operação. Os responsáveis pela legitimidade são os gestores dessa operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mesmo pressupondo que essas operações, fossem operações de RED(F), digamos que o BANCO DO BRASIL tivesse fazendo RED(F)--

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu não tenho como avaliar também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos pressupor que fosse operação de RED(F), ainda assim é muito estranho, por quê? Porque há ali uma transferência financeira, há uma transferência financeira do BANCO DO BRASIL para o Sr. Funaro de 32 milhões, que depois por sua vez transfere para LINK CORRETORA e que aí se distribui. Inclusive, eu quero fazer uma observação. Muitos diziam: “Ah, o Deputado ACM Neto não vai envolver a LINK CORRETORA porque, enfim tem suas ligações com grupos políticos do governo passado...”. Longe de mim. Apareceu, está sendo investigado, nós queremos saber depois, inclusive, porque a LINK COR-

RETORA passou para a LINK DISTRIBUIDORA em um casamento parecido, certo, e aí em diante a gente já não consegue enxergar para onde o dinheiro foi, não consegue enxergar o passo seguinte dessa operação. Mas uma coisa é inegável, Senadora Heloísa Helena, houve uma transferência financeira de 32 milhões de reais, em operações do *swap* do BANCO DO BRASIL para o Sr. Lúcio Funaro. E o BANCO DO BRASIL sabia que o Sr. Lúcio Funaro estava na outra parte. Não tinha como o BANCO DO BRASIL não saber, por que ele precisava avaliar o risco da operação. O Sr. Lúcio Funaro não ficou com esses 32 milhões de reais, ele ficou com 700 mil, desses 32 milhões. O resto é passado. Na seqüência da cadeia da operação. Mas então é impossível. E eu quero ser justo com V.Sa. para limitar a responsabilidade de V.Sa. nesse episódio--

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Pois não, eu estou aqui para isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas para poder limitar a responsabilidade de V.Sa. eu preciso saber da responsabilidade dos outros, das demais partes envolvidas porque senão mais uma vez fica no ar a dúvida. Entendeu, Dr. Jorge.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Claro. Excelência, eu queria ser o mais claro, o mais transparente possível. Nos mapas de *swap*, se eu somar todos os meus mapas, não aparecem esses valores. Então, como eu lhe falei, é uma cadeia dominial que pode ter sido registrada apenas de uma parte da operação na minha Corretora. Entende? Muitas vezes os mapas não saem todas as contra partes, só sai os números de clientes é uma coisa muito, muito densa, Excelência, para eu lhe responder com clareza, com retidão de conduta, porque não sei como avaliar. Se eu pegar os mapas e lhe mostrar você vai ver que não tem nada. As operações passaram pela minha Corretora e eu não posso em nenhum momento, nenhuma hora, falar que o senhor está enganado. Não é isso. É porque eu não tenho como avaliar, sinceramente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, enganados nós não estamos. Até porque o BANCO DO BRASIL não questiona a operação, ele questiona o resultado final das operações de vossa Corretora. Mas essas operações são inquestionáveis, estão ali. Nós temos inclusive detalhamento de cada uma delas.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim, claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, agora outra coisa nessas operações de *swap*. Nós notamos que havia *spreads* nas diversas etapas. E que ao final,

a taxa que o BANCO DO BRASIL era remunerado na ponta ativa, era sempre bem menor do que a que o Sr. Lúcio Funaro e outros participantes eram remunerados na transação. Ou seja, as taxas de remuneração do BANCO DO BRASIL, supondo que as operações fossem regulares, etc. As taxas de remuneração do BANCO DO BRASIL sempre eram menores, nunca, em nenhuma dessas foi maior, então sempre era menor do que a remuneração que se dava aos outros participantes da operação. Que tipo de explicação o senhor pode dar sobre isso?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu realmente não sei como é a forma de análise do BANCO DO BRASIL. Mas como o senhor faz um *spread* eu estou falando, dando uma explicação hipotética. Não é esse o caso. O doador ele passa o dinheiro para o mercado, ou seja, o investidor passa o dinheiro para o mercado pouco abaixo da taxa de mercado, e o receptor recebe acima do mercado. Aí fica o *spread* da Corretora. Nesse caso não sei avaliar, Excelência, porque eu não vi essas operações especificamente. Mas que deve ter havido uma distorção é uma distorção absolutamente... Dentro do que eu entendo normal. Eu não sei quanto foi essa distorção. Sinceramente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E analisando, detalhadamente essa operação a gente percebe que uma outra coisa, essa diferença de taxa de remuneração ela normalmente era de 15%. Normalmente era de 15%. Ou seja, qual é a desconfiança da CPI--

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Desculpe, 15% sobre a taxa ou 15% linear?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Linear. Então, qual é a nossa grande dúvida? E aí é que eu quero lhe dizer. Nos parece, que essas operações foram montadas. Montadas para que houvesse essa transferência de 32 milhões para o Sr. Lúcio Funaro e daí em diante, toca a vida. LINK CORRETORA, derivativos e por aí. Por quê? Porque quando você percebe que de uma ponta está o BANCO DO BRASIL sempre perdendo, na outra ponta está o Lúcio Funaro sempre ganhando, que a diferença de taxa de remuneração é sempre a mesma, de 15, que a CORRETORA SÃO PAULO é que intermedia todas as negociações, e que depois todo esse dinheiro é desaguado do Sr. Lúcio Funaro para a LINK CORRETORA, ele vai ter que explicar aqui no dia 7, exatamente o que é que está por trás desse mistério. Mas o senhor concorda comigo é que é impossível que um parlamentar que está investigando, olhando essas operações não ache que essas operações foram montadas?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Concorro plenamente. Excelência, falou que a CORRETORA SÃO PAULO é intermediária, não, ela apenas registra. Ela não faz parte da operação. É bem diferente. Se ela fosse intermediária ela estaria sendo beneficiada por uma distorção de taxa. Eu apenas registrei essa operação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo porte do BANCO DO BRASIL, por ser um dos maiores operadores do mercado, o senhor não acha que o BANCO DO BRASIL teria uma estrutura capaz de realizar essas operações, sem a necessidade de remunerar diversos intermediários, através dessas diferenças de taxa? Ou seja, que o BANCO DO BRASIL poderia queimar duas, três etapas dessa operação e negociar diretamente com uma ponta que oferecesse uma taxa de remuneração, uma diferença de taxa de remuneração mais vantajosa para o Banco?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu não posso avaliar o *compliance* do Banco. Eu não sei como é a carteira que está incorporada no rol de Corretoras. Realmente eu não tenho como responder, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A SÃO PAULO CORRETORA realizou pagamentos a TRIUNFO PARTICIPAÇÕES INVESTIMENTOS. Que empresa é essa?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu não faço idéia. Eu não conheço. Posso me comprometer a lhe dar essa informação depois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor. Porque pelo que nós apuramos de 14 de outubro a 17 de dezembro de 2004, foram feitos pagamentos a essa empresa TRIUNFO da ordem de 35 milhões de reais.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu desconheço Excelência. Juro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não sabe o que é a TRIUNFO? Pode ser cliente sua...

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Pode ser um cliente. Mas eu não tenho conhecimento desses valores que tenha saído da SÃO PAULO CORRETORA para ninguém. Eu me comprometo a investigar e lhe informar posteriormente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Entre 11 de agosto de 2004 a 22 de outubro do mesmo ano, foi identificada uma movimentação semelhante entre o HSBC CTVM a Corretora do HSBC, e o ZIRCONIO FIA(F), que é um Fundo da NÚCLEOS, no montante

de sessenta milhões de reais. Então, HSBC CORRETORA e o Fundo do ZIRCONIO no montante de sessenta milhões. Entre 8 de junho de 2004 e 16 de setembro do mesmo ano, com essas mesmas partes envolvidas, foi verificada uma movimentação de três milhões. O senhor sabe nos dizer do que é que se trata essas operações?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu não sei. Isso é liquidação de Bolsa ou BM&F? Porque, Excelência, quando o senhor tem um relatório, ele tem muito detalhado. Eu não tenho de memória, mas eu me comprometo a fazer um levantamento e em alguns dias lhe informar tudo. Eu desconheço a origem dessa operação, que muitas vezes pode ser feita através de liquidações de bolsa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso é BM&F. Quem era esse Agente Autônomo que atendia a esse Fundo exclusivo da NÚCLEOS?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Acho que era no Rio de Janeiro... Era o Hélio Castilho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também. Ou seja, o Hélio Castilho que era o responsável pelo BANCO DO BRASIL, que nós já verificamos aqui essas operações também era o responsável pelo atendimento desse Fundo da NÚCLEOS.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu posso me certificar isso com mais exatidão depois? Porque muitas vezes eu falo uma coisa que não é verdade... Porque eu tinha três ou quatro autônomos no Rio de Janeiro, que muitas vezes pode pertencer a um outro. Mas o que se destacava mesmo era o Hélio Castilho porque tinha o BANCO DO BRASIL, que era o grande cliente da Corretora lá no Rio de Janeiro. Eu gostaria de tudo que eu não soubesse, me comprometo a fazer o levantamento para lhe informar, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conheceu a Sra. Fabiana Carneiro Carnaval?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não, não conheci.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o Carlos Eduardo Carneiro Lemos?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não. Não conheci.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o Benito Siciliano?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não conheci.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já ouviu falar na MASTER CORRETORA DE MERCADORIAS?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Já ouvi falar, mas eu não conheço ninguém da MASTER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então nunca operou com a MASTER?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não posso lhe afirmar, Excelência. Tenho que ver, mas acredito que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a NK PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS? Não conhece? Não tem a menor referência?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não conheço. Na verdade eu tenho uma lista de clientes muito grande, Excelência, e às vezes foge algum--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então eu vou solicitar a V.Sa. que ao fim do nosso depoimento, todas essas empresas e pessoas físicas que nós questionamos V.Sa. possa anotar, a fim de verificar na lista de clientes para ver se algum deles figura.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Com certeza. Eu posso até por telefone dar essa informação o mais rápido possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o senhor puder mandar por escrito melhor. Presumo eu que o V.Sa. conhece o Sr. José Carlos Batista.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu não conheço o José Carlos Batista. Eu sei que ele fazia parte da CORRETORA SÃO PAULO como cliente do Aride Teixeira de Oliveira Ariza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do Ariza. Ou seja, o mesmo operador autônomo que atendia o Sr. Lúcio Funaro, atendia o Sr. José Carlos Batista. O senhor tinha conhecimento das relações do Sr. Batista, dono da GARANHUNS, de 1% da GARANHUNS com o Sr. Lúcio Funaro?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim. Sim. Não tenho esse conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos ao processo da CVM, que é um processo conjunto da CVM com o Banco Central, processo administrativo sancionador de número 6 de 2004. V.Sa. tem conhecimento desse processo?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Só um minutinho, por favor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá. Figura nesse processo a IPANEMA S.A CORRETORA DE MERCADORIAS.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu conheço, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa. sabe que a CORRETORA SÃO PAULO, ela aparece em operações de opção flexível de dólar. E aí, o que acontece? As Corretoras do grupo IPANEMA, atuando como compradora, sofreram uma perda de 2 milhões, 372 mil e 76 reais tendo a CORRETORA SÃO PAULO, na outra parte. Aí, só para especificar um pouco melhor, ressalta-se que a SÃO PAULO, para a carteira própria, comprou opções de seus clientes e vendeu para as Corretoras do grupo IPANEMA tendo apurado um resultado zero. Tais operações serviram para transferir a expressiva quantia de 2 milhões, 371 mil e 76 reais das Corretoras do grupo IPANEMA, para os clientes da CORRETORA SÃO PAULO. As operações ocorreram, quero repetir, para transferir 2 milhões, 371 mil reais da Corretora IPANEMA, ou das Corretoras do grupo IPANEMA, para os clientes da São Paulo. Aí vem aqui. Pela ocorrência de criação de condições artificiais de demanda, ou seja, V.Sa. figura nesse processo, por ter participado da criação de condições artificiais de demanda, oferta ou preço. E operações fraudulentas, conforme definidas pela instrução CVM número 8 de 79, no âmbito de mercado de balcão da BM&F, envolvendo as operações de opção flexível. E aí veja o senhor, quem é que aparece ou quem são as pessoas que aparecem nesse processo com a CORRETORA SÃO PAULO. O Sr. Jorge Ribeiro dos Santos, que é V.Sa, o Aride Teixeira de Oliveira Ariza, que é o operador autônomo de V.Sa. Flávio Maluf, na qualidade de cliente da CORRETORA SÃO PAULO, GRANFOOD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA na qualidade de cliente da CORRETORA SÃO PAULO, FAISAL ASSAD HADDAD(F) na qualidade de cliente da CORRETORA SÃO PAULO e o Sr. José Carlos Batista dono da GARRANHUNS, na qualidade de cliente da CORRETORA SÃO PAULO. Então, esses 2 milhões e 300 mil teriam sido transferidos do grupo da Corretora IPANEMA, para Flávio Maluf, GRANFOOD INDÚSTRIAS E COMÉRCIO, FAISAL ASSAD HADDAD e José Carlos Batista, e a responsabilidade pela transferência teria sido da CORRETORA SÃO PAULO. O que é que V.Sa. tem a dizer desse processo?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Na realidade, eu entendo o que o senhor me pergunta, mas a transferência ela... A SÃO PAULO CORRETORA apenas fez o registro. Acredito que ela tenha passado à

captação de cliente para outros cliente. Eu realmente desconheço. Não sei se essa operação eu desconheço em detalhes, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas Sr. Jorge, esse processo é de junho de 2004, e dentre outras, me perdoe só para concluir, dentre outras alegações da CVM com o Banco Central, há aqui a definição de suspeitas de criação de condição artificial de demanda, de operação fraudulenta e há um enquadramento na instrução CVM número 8 de 79. Isso é uma coisa muito séria.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: É muito séria. Tanto que a CVM acusa diretamente o Agente Autônomo Aride de Oliveira Ariza de ser o responsável, como eu lhe falei anteriormente, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor fez a sua defesa nesse processo.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim senhor fiz.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E na defesa que o senhor fez, o senhor transfere a responsabilidade para o Sr. Ariza, é isso?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Na verdade a CVM já transferiu acusando ele frontalmente. Eu só estou envolvido por ter sido ser o dono da Corretora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor foi descredenciado, voltando um pouquinho para o BANCO DO BRASIL, foi descredenciado do BANCO DO BRASIL?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Na verdade eu vendi minha Corretora de Mercadorias em fevereiro de 2004, e como eu não tenho mais BM&F o BANCO DO BRASIL deixou de operar comigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que é que o senhor vendeu a Corretora de Mercadorias?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Estratégia operacional. Não tinha receita na área e resolvi desenvolver mais na área de BOVESPA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vendeu para quem?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Para a BM&F. Esse é um procedimento normal?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A própria BM&F comprou a Corretora. Esse é um procedimento normal?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Normal. A BM&F quando o senhor vai vender é a principal compradora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Atualmente o senhor só opera com a Corretora de Valores.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Só valores, só com a BOVESPA. Todas essas operações *swap* que estão sendo comentadas, elas precisam da Corretora de Mercadoria. Ou seja, a Corretora de BM&F para você ter o cliente. Quando você vende a carta patente, você não tem mais como atender esses clientes. Então eles se desligam da Corretora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse processo da CVM já transitou em julgado?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não tenho conhecimento ainda, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Existem outros processos da CVM em que a CORRETORA SÃO PAULO aparece. Por exemplo, operação de *Day Trade* feita na BM&F. E aí o senhor veja, porque é muito difícil a gente não ficar com a pulga atrás da orelha. Então, nesse caso aqui nós estamos falando da REFER, de operações com a REFER, que são operações de *Day Trade*. Claro que aqui devem ser operações feitas pelos Fundos Exclusivos. Certo? Porque a Fundação não pode fazer operação de *Day Trade* diretamente. Olha quem são os responsáveis, que figuram como responsáveis nesse processo. LAETA, Lúcio Bolonha Funaro, BÔNUS BANVAL e aqui na BÔNUS BANVAL aparecem como contraparte a GLOBAL TREND e a LAETA. Sr. Valdir Vicente do Prado, a NOVA INVEST, a Rogéria Costa Beber(F), o Cristian de Almeida Rego, o Cristiano Costa Beber, a ARBOR, a SISFLEX(F), a TEK INVEST e a SÃO PAULO CORRETORA. Só para o senhor ter uma idéia, todos esses nomes que eu citei, seja de pessoa física ou jurídica, estão com os seus sigilos transferidos pela CPMI. Invariavelmente todos. O senhor conhece esse processo da CVM com relação à REFER?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Na verdade eu estou respondendo dois processos, como eu lhe falei, e acredito que esse seja um deles. Mas a REFER, Excelência, era o cliente de um autônomo no Rio de Janeiro. Ou seja, a SÃO PAULO CORRETORA, não tem acesso, não tem vínculo e nem conhece os gestores dessas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é que atendia a REFER?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: O Hélio Castilho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, o Sr. Hélio Castilho, foi sem dúvida nenhuma, o responsável por toda essa interface. Quer dizer, o Hélio Castilho e o Ariza, o Hélio Castilho BANCO DO BRASIL NÚCLEOS e REFER e o Ariza, Lúcio Funaro e Batista.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: O senhor não sabe como eu estou me sentindo em relação a isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em relação os dois? Ou seja, a Corretora do senhor pode ter sido literalmente usada por eles.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim. Eu não tenho discernimento e nem sabedoria para acusar ninguém. Mas que eu estou muito abalado eu estou. Eu não tenho essa... O senhor não faz idéia de como é triste... Existe uma parceria com o autônomo... Como lhe falei Excelência, a gente espera retidão de conduta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Flávio Maluf?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Conheço, esporadicamente... Duas vezes eu o vi. Ele era cliente do Ari. E muito amigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Cliente muito amigo. É uma pena que nós não temos tempo para convocar tanto o Sr. Aride Ariza, como o Sr. Hélio Castilho. Mas sem dúvida alguma, é muito estranho que justamente nas operações com problemas, sejam os dois.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu queria me pôr a sua disposição, Excelência, e falar aqui em público que tudo que eu falei foi com a máxima transparência e verdade. Eu estou a sua disposição a enfrentar qualquer uma dessas pessoas, para mostrar minha dignidade como homem profissional que sempre fui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Ariza é muito amigo do Funaro, não é?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu acredito que sim. Eu não tenho esse conhecimento. Eu sei que ele era muito amigo do Flávio Maluf que ele sempre comentava que jantava, saía. O relacionamento dele com o Lúcio Funaro eu não sei avaliar. Mas eles eram bem próximos, não se amigos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o senhor sa-

beria dizer também das relações do Lúcio Funaro com Flávio Maluf?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não saberia dizer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nosso objetivo é justamente esse. Não quero forçar nenhuma barra. A gente quer ter um domínio completo de todas as informações, que possam ser obtidas. Olhando um pouquinho aqui a BM&F, eu queria inicialmente explicar ao senhor qual foi o critério que nós utilizamos para o exame do desempenho das operações dos Fundos de Pensão na bolsa. Nós fizemos um corte apenas no primeiro dia da operação. E nos interessou calcular os ajustes negativos e os ajustes positivos promovidos ao fim do primeiro dia. Depois de analisar, o montante total do ajustes negativos atribuídos aos Fundos de Pensão, nós demos um passo à diante. Qual era esse passo? Era verificar se por trás desses ajustes negativos, havia algum tipo de discrepâncias ou se aqueles ajustes negativos eram normais do mercado. Porque nós sabemos que, boa parte das operações foram feitas como RED(F) cambial. E aí eu diria que não para a surpresa nossa, porque já havia essa desconfiança, quando a gente analisa os ajustes negativos, a gente percebe que no caso de algumas Fundações, há uma concentração expressiva de ajustes negativos, quando essas Fundações estão operando com determinadas Corretoras. Certo? Especificamente no caso da CORRETORA SÃO PAULO, e eu queria chamar a atenção da nossa consultoria, que pela decisão de lacrar os dados da SISTEL, não deve mais constar das nossas apresentações qualquer tipo de informação sobre a SISTEL. Mas, assim, do que a gente verificou envolvendo a CORRETORA SÃO PAULO, naturalmente operando com Fundos exclusivos, uma coisa-- eu vou eliminar a SISTEL. A SISTEL apresenta uma discrepância. Mas por decisão, nós não vamos tratar desse assunto. Porque é um Fundo privado, então é de competência dos seus acionistas fazer a averiguação. Mas me chamou atenção especificamente as ações da CORRETORA SÃO PAULO com a PRECE. Também a gente não pode mostrar aí a PRECE. Por decisão do Supremo. Eu peço que distribua entre os parlamentares, mas não pode ser mostrado aí. Então elimina a apresentação. O Supremo ele deu uma decisão que nos impede de publicamente abordar em público, abordar os dados da PRECE. O mais rápido possível aos parlamentares. Eu não vou fazer referência verbal ao quantitativo, mas o senhor vai poder ver aqui. Então, está aqui. Vou fazer esse corte aqui para o senhor ver. Nós temos aqui nesse primeiro quadro--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): [risos]. Por favor, recolha o equipamento de retro projeção. Então, aqui a gente tem o quê? De um lado os ajustes negativos. Do outro lado os ajustes positivos. O senhor vê aqui que nesta quantidade de operações foram atribuídos ajustes negativos à Fundação. Nesta outra aqui, foram atribuídos ajustes positivos. Quando se vai analisar o montante, o senhor pode ver aqui. Nós temos aqui alguns milhares... Alguns milhões de reais e aqui poucos mil reais. De um lado e de outro. E quando a gente vai ver o percentual, aí a coisa fica mais gritante. Porque aqui nós temos na quantidade de operações, correspondendo a quase totalidade dos valores negociados. Em contrapartida do outro lado de ajustes positivos. Eu pergunto: O senhor já nos disse aqui, que era o autônomo, o operador autônomo que era responsável por cumprir a ordem de apreensão de resultados. Quem era o operador autônomo que atendia a PRECE? Ou os Fundos exclusivos da PRECE?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Na verdade eu não tenho como responder quem era o autônomo, que eu tinha 26 autônomos na mesa eu posso me certificar. Mas uma outra coisa, Excelência--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só um minutinho, mas o senhor no caso da NÚCLEOS, por exemplo, e da REFER, teve quase segurança para dizer que o Hélio Castilho porque ele estava no Rio. A PRECE também está no Rio.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Justamente para não fazer uma afirmação errada, que eu preferia lhe dar essa informação depois. Eu vejo isso nos meus mapas, com muita agilidade, Excelência. O ajuste--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que pode também ter sido o Hélio Castilho?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Seria muito leviano da minha parte afirmar. Como eu falei, eu tinha quatro, cinco autônomos e eu queria dar a informações precisas. Por favor. Na verdade, quando nós falamos ajustes negativos e positivos, que um cliente está posicionado num mercado futuro. Se o senhor está posicionado num mercado de índice, ou DI, ou dólar, se o senhor está contra o mercado, o senhor tem esses ajustes negativos, que no final é abatido da liquidação do contrato. O senhor está perdendo agora, e o senhor deve estar preso a uma outra situação que deve estar dando o mesmo crédito. Não sei avaliar essa operação. Estou falando hipoteticamente. O senhor ter bastante base para analisar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nos disse aqui, que não tinha operado nem com a CORRETORA QUANTIA nem com a CORRETORA EURO.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu desconheço, sinceramente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vou mostrar aqui ao senhor, dois exemplos que mostra que o senhor operou com as duas Corretoras.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu operei ou repassei? É bem diferente, Excelência me desculpe--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor aqui neste caso, vendeu títulos públicos para a EURO e para a QUANTIA. Uma venda de títulos públicos eu considero que é uma operação.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Entendo... Desculpa, eu não sabia. Preciso ver também. Tanto que eu fiquei sabendo da existência dessa CORRETORA EURO pelos jornais. Eu até desconhecia.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei que é difícil. Senador Tuma, eu sei que é muito difícil. Eu estou tendo que estudar muito Senador Tuma--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu imagino a sua qualificação hoje mas, pedir para alguém fazer um glossário para a sociedade saber, porque doar, repassar, negociar, a gente pega o dicionário e vê que tudo é diferente do que se fala aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor veja aqui--

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Desculpa, posso esclarecer, Excelência? O duar(F) é quando o cliente está aplicando. Quando o senhor transfere, quando a operação está na sua Corretora e por ordem do cliente o senhor transfere para outra Corretora. É isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): É considerado uma operação?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não, não é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como estou concluindo a minha parte da indagação, logo em seguida eu vou passar a palavra aos parlamentares. Mas o senhor vê aqui que, por exemplo, quando a gente analisa a NÚCLEOS que foi um dos Fundos de Pensão que mais perderam com títulos públicos, e eu quero

registrar que os dados da NÚCLEOS. Eles são extremamente comprovadores do acerto da nossa estratégia. Porque tudo aquilo que foi apurado pela nossa consultoria, coincidiu com que o auditoria independente, contratada pela própria Fundação constatou. E a atual Diretoria da Fundação que assumiu em agosto de 2005, reconhece todas as perdas que a NÚCLEOS teve. E aí, por exemplo, o que a gente vai ver? Que no dia 27 de julho de 2004, negociando títulos do Tesouro Nacional, nota do Tesouro Nacional, com vencimento para 15 de agosto de 2024 a SÃO PAULO vende para EURO a um determinado preço, depois a EURO vende para um Fundo exclusivo da NÚCLEOS, por um preço muito acima. Mas esse aqui é pior. Do dia 21 de outubro de 2004 negociando o mesmo título. O que vai acontecer? A NÚCLEOS ela vende para SÃO PAULO, a um determinado preço, a SÃO PAULO vende para QUANTIA com uma pequena elevação, e a QUANTIA vende para o BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA com uma majoração que o senhor pode ver aqui. O título que tinha sido negociado com a diferença de um real e sete centavos, quando o senhor vendeu para a QUANTIA depois ele teve uma majoração de aproximadamente trezentos e dezenove reais, na unidade. Claro que aqui há de se questionar. Foi a NÚCLEOS que vendeu o título abaixo do valor que deveria, ou foi o BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA que pagou acima do que deveria? Eu entendo que o senhor não tem como avaliar. Eu gostaria que o senhor fizesse um exercício de lembrança, porque o senhor disse que não operou nem com a EURO e nem com a QUANTIA. E aqui aparecem operações.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Excelência, eu queria ser bem claro com V.Sa. É que quando eu falo que não tenho operações com as Corretoras, não existe uma cadeia de negócios. O senhor pode ver que foi um ou outro negócio, há dois anos atrás. Eu peço muitas desculpas se eu... Eu realmente não posso responder isso, porque eu não conheço isso. O senhor me desculpe mas, eu não sei avaliar. E aqui, se o senhor vê, os *spreads* da SÃO PAULO que o senhor está falando, está dentro do mercado. Então a SÃO PAULO não é a causadora desse problema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei que não é. Nesse caso aqui eu sei que não é.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Obrigando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, por enquanto eu me dou por satisfeito eu vou... Não há uma lista de inscrição. Então, eu... Eu vou fazer aqui Pela Ordem de chegada a esse plenário. Primeiro chegou

o Senador Tuma, depois a Senadora Heloísa Helena, depois a Senadora Heloísa Helena, depois a Senadora Ana Júlia e por último o Deputado Carlos Willian. Então eu vou arbitrar se os senhores concordarem dessa forma, a ordem de inscrição. Então o Senador Tuma, V.Exa. tem a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, eu praticamente... Eu estou aqui aprendendo com V.Exa. Os dados que foram apresentados, os questionamentos, o Sr. Jorge ele se comprometeu a fornecer outros dados, que não teria condições de respondê-los agora. E o senhor falou no seu mapa. O mapa que tem o controle de todas as operações. Eu não sei se o Sr. Presidente poderia se interessar pelo mapa total.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim, sim os mapas de SUAP. Posso fazer uma observação? Esse mapa é um mapa de registro da Corretora. Ele não tem muitas informações--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Para saber quem opera ou que operou com a Corretora, para ele cruzar os dados.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim mas já tem isso aqui. Entende? Eu vou lhe provar como eu não tenho acesso às informações através do meu mapa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): E nominalmente os responsáveis por Corretoras que teriam operado. Então eu não... Eu tenho uma pergunta aqui, mas não sei se caberia agora, Presidente, sobre a Fundação do BANCO DO BRASIL. Não é da PREVI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Logo em seguida nós vamos ter a oitiva dos dois dirigentes da PREVI.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Há tantas coisas amargas que eu tenho ouvido desta Fundação, eu não tenho profundidade na investigação, mas era um apelo que eu ia fazer aqui para V.Exa. incluísse nas suas investigações, a Fundação BANCO DO BRASIL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senador Tuma, já está incluído, inclusive os dirigentes da PREVI à época da investigação o Sr. Luis Carlos Siqueira Aguiar e o Sr. Gilberto Audelino Corrêa já estão nesta CPMI, aguardando apenas que se encerre o comparecimento do Dr. Jorge e assim eles serão chamados para prestar depoimento ainda hoje.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu peço desculpa a V.Exa. V.Exa. tem a perspicácia de mexer nos furúnculos desta República. Então eu não vou fazer pergunta, eu vou ler o depoimento e também sobre este mapa que V.Exa. distribuiu. Eu quero agradecer e acredito que a Senadora Heloísa Helena também fará as perguntas. Obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Eu quero cumprimentar o depoente o Sr. Jorge Ribeiro, o seu Advogado. Veja. Olha, Sr. Jorge, o senhor, de alguma forma, compreende a nossa posição. Até porque nós não nos conhecemos, nem V.Exa. me conhece, nem eu conheço V.Exa... Claro que todos nós temos a obrigação quase que cristã da presunção da inocência de ter dúvida em relação ao processo todo, mas sabe também V.Exa. que a nossa vivência nesse procedimento investigatório, ela trouxe dados, possibilidades de análise e as mais diversas. Até porque em muitos momentos, nós vimos depoimentos aparentemente convincentes, e quando se dava a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, e quando vinha uma nova testemunha, um novo depoente, a tese estabelecida, arquitetada pelo depoente anterior era completamente desmontada. Então é absolutamente natural que a gente tenha questionamentos e muitas dúvidas. E no meu caso específico, não apenas agora, mas eu tenho uma concepção, não é necessariamente preconceituosa, mas é estabelecida em função da análise que eu faço do chamado mercado. Da idolatria do mercado. E V.Sa. está vindo prestar depoimento em função dessa relação específica. Claro que o senhor deve ter acompanhado, como foi introduzido o debate das Corretoras de Fundos de Pensão, muitas vezes antes mesmo da instalação da CPI, Deputado Neto, a base bajulatória governista estrebuchava de forma histérica no plenário para impedir qualquer abertura de procedimento investigatório sobre Fundos de Pensão. Era uma coisa impressionante. Aqui tem uma Comissão de Fiscalização e Controle deveria ser fechado, como em muitas vezes o Senado e o Congresso. Era um ataque, não digo de abelha, nem de marimbondo, porque eu respeito a espécie animal sempre. Mas era uma verdadeira histeria com argumentos dos mais distintos, dos mais diversos para de fato obstaculizar qualquer investigação sobre Fundos de Pensão. E muitos de nós, mesmo sem ter as provas contundentes e concretas que só não é capaz de ver quem de alguma forma, é do balcão de negócios sujos, mas sempre achava que os Fundos de Pensão de alguma forma tinham a ver com as operações, as chamadas operações das instituições de crédito, os chamados empréstimos, sempre se desconfiava disso. Os Fundos de Pensão têm alguma coisa a ver. Por quê? Porque de um lado tinha o processo fraudulento das relações contratuais com os CORREIOS, que a canalha fraudava desde o processo de instrução do edital de licitação, introduzindo especificações técnicas que apenas

uma empresa no planeta terra, era capaz de ganhar. Fraudavam a licitação, os Aditivos Contratuais... E por aí ia. Depois os Fundos de Pensão. Porque é inacreditável que mesmo que tenha essa energia... E é por isso que eu quero que o senhor, como alguém do mercado de uma Corretora, de alguma forma nos auxilie a pensar se esses procedimentos que foram aqui relatados pelo Deputado Neto, eles estão sob a lógica formal do mercado. O senhor não está... Nenhuma das Corretoras também. Não está nas Corretoras que já foram identificadas como aquelas que eram a fonte da água podre, que movia o moinho do Mensalão para o PT e para o PP, porque duas delas já foram identificadas como a fonte da água podre que movia o moinho do Mensalão para essas estruturas partidárias. Mas é inacreditável. Olha, o senhor tem de alguma forma tentar nos convencer. E olha, por mais que diga os gerentes financeiros existiam Agentes Autônomos, no caso das Corretoras, os Gerentes Financeiros dos Fundos de Pensão, os gestores e os Fundos exclusivos, por mais que diga que tem uma energia própria, eu era uma boa aluna de física. E foi falar de energia. Aí eu fui me lembrar de tudo que poderia ser identificado na física quântica, a unificação dos constituintes da matéria, a transmissão de radiação e de energia, campo magnético, átomo aprisionado, tudo aquilo que eu adorava na minha época que eu estava lá no científico. Então, [risos] eu quero que V.Exa. nos explique que energia era essa da materialidade que possibilita que uma estrutura poderosíssima como o BANCO DO BRASIL e outras percam como eles perderam para que outros ganhassem. Então não adianta fazer o debate que eles fazem. Tem um ajuste no final, perderam aqui, mas ganharam muito mais em outras operações. Mas quando eles perderam, estabeleceram determinadas atividades e operações completamente destituídas da lógica, de que quando você vai lá vai para ganhar, não tem inocente, não tem ingênuo nessas operações de mercado. Então, qual a avaliação de V.Sa. em relação a todos esses procedimentos que foram identificados pela Assessoria Técnica e pelo Sub-relator como potencialmente arriscados e que levaram a perdas gigantescas. Eu sei que infelizmente no mundo da política, e aqui nesse mundo Congresso Nacional Palácio do Planalto, tudo virou besteira. Agora milhões é besteira. Só a banalização já dizia a grande judia Hanna(F) Arendeth(F) a banalidade do mal é a pior coisa que pode acontecer na sociedade. Agora existe a banalidade da corrupção. O filhote do Lula ganhar quinze milhões, porque vai ser mais cinco milhões esse ano e não tem nenhum problema. Está tudo muito bem. Eu fico constrangida de arranjar um estágio para o meu filho, mas para o filho do Lula, não tem problema. Ele pode virar

milionário de uma hora para outra com investimentos de Fundos de Pensão e outras traquinagens às custas do dinheiro público roubado. Pode ter tudo. Orgia sexual com o dinheiro público roubado, pode ter tudo e o povo achando natural. E aí de repente 30 milhões é natural, é pouco. Não sei, porque não é o dinheiro da pessoa. Porque se fosse o dinheiro de alguém, com certeza tudo isso seria estrondoso. Muitas coisas, mas não é. Então eu quero que o senhor nos auxilie, a identificar nessas operações o senhor acha que tem lógica dar tudo muito certo, o potencial de risco, as perdas que aconteceram nessas operações que foram aqui apresentadas e demonstradas pelo Deputado Neto, está dentro da lógica formal, das possibilidades de risco de quem investe no mercado, se coaduna com toda a estrutura de avaliação, que tem o BANCO DO BRASIL, então eu queria que o senhor tentasse nos auxiliar em relação a isso. Se o campo gravitacional, eletro magnético, e sem as fórmulas do grande Einstein. Mas nos auxilie a identificar se essa energia--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senadora será que eles consideram um jogo que é uma roleta, que a sorte cai para quem quiser?

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Não é. E aí nesse mundo não tem, não tem, não tem, não tem. E como não existe neutralidade em lugar nenhum, o senhor tem que nos ajudar. Neutralidade nem no mundo da ciência há. Um dos mais brilhantes, talvez o mais brilhante o Einstein introduziu o chamado fator trapaceiro, porque ele queria demonstrar a visão dele do universo. Depois ele mesmo reconheceu publicamente que tinha errado, por introduzir aquele elemento lá Cosmológico. Quinze anos antes e depois acabou dando naquilo. Na fissura nuclear. Mas eu quero que o senhor nos identifique, com a experiência que tem, se todas as operações aqui identificadas pelo Deputado Neto, se essas operações estão dentro da normalidade do mercado. O senhor tem que nos explicar isso, porque todos os dias alguém da base bajulatória diz que está tudo muito bem, tudo normal, que isso é assim mesmo. Então o senhor nos auxilia aí para ver se é isso mesmo.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Primeiro que eu estou até constrangido, porque a senhora é tão inteligente, fez uma pergunta tão densa que eu, tenho medo de errar.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Tenha certeza que não. A pobreza atacou muitos dos neurônios meus, mas todos não.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu estou aqui com a máxima humildade. Humildade é resultado de amor à minha profissão.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL):

Mas tenha certeza, Sr. Jorge, que o senhor de alguma forma pela experiência que tem, o senhor conhece mais esse maldito mundo do mercado, do que muitos de nós. Então eu quero que o senhor diga se existe lógica, se o senhor identifica como natural dentro do risco, das perdas, dos ganhos, essa movimentação que foi apresentada pelo Deputado Neto. Se o senhor entende isso como normal, natural, absolutamente compatível com as regras do mercado ou não.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Na verdade, Senadora, quando ele me fez algumas perguntas que eu não sabia responder, eu preferi me interar primeiro. O mercado tem uma análise de risco que é determinado dos gestores. Eu não sei avaliar hoje, qual que era a posição dos gestores em cada operação, para avaliar o risco que ele ia ter na perda ou no ganho.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL):

Mas o senhor trabalhou quanto tempo?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Há 27 anos no mercado.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL):

Pronto. Durante esses 27 anos, o senhor identifica BANCO DO BRASIL, PREVI, essas estruturas, o senhor identifica elas digamos que como um instrumental, técnico, para melhor identificar o risco nas operações que fazem?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Na verdade, as próprias entidades bolsas fazem a gestão dos riscos. Então existe uma lógica que muitas vezes não é coerente, diante das pessoas que não estão dentro do mercado. E nesses casos, Excelência, eu não sei avaliar o que está certo e errado. Porque eu fui apenas não o intermediário, a pessoa que legitimou as operações na bolsa, que registrou. Existe uma questão que a senhora comentou, que quando a gente contrata autônomos, a gente tem certeza que eles vão ter retidão de conduta como nós tivemos quando contratávamos. Nós não podemos avaliar cada autônomo em si. Eu estou falando com a máxima humildade e a máxima questão de--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Jorge me permite e a Senadora também, só complementar aqui, eu percebo que a angústia da Senadora, que é a mesma angústia minha, se refere bastante àquelas operações que o BANCO DO BRASIL transferiu 32 milhões para o Sr. Lúcio Funaro com taxas menores de remuneração, sempre com a mesma diferença de 15%, sempre tendo o Sr. Lúcio Funaro numa parte e o BANCO DO BRASIL em outra. Eu acho que quando a Senador pergunta se o senhor entende como normal, entende que está tudo direito, tudo dentro da lógica do mercado, ela está

fazendo especial referência a essas operações. Claro que ao todo, mas também a essas operações.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sabe Senadora, se a senhora puxar os mapas da minha Corretora, ela faz parte dessa cadeia. Eu não vejo esses valores. Então o que ficou dentro da minha Corretora, era absolutamente normal. Por isso a CPI ela tem acesso no começo meio e fim. Eu estou no meio da operação. Eu não tenho como avaliar o que foi o começo e o que vai ser o fim. Eu estou envolvido numa corrente que eu não sei avaliar, Senadora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor me perdoe. O senhor sabia, porque era a Corretora que estava registrando o negócio, o senhor sabia por quanto é que em determinado momento uma parte está vendendo e a outra estava comprando. Então o senhor não podia - talvez o senhor não tivesse condições de enxergar do Lúcio Funaro para frente. Como a gente enxergou porque a ele estava com o sigilo quebrado e olhou a LINK CORRETORA e a LINK DISTRIBUIDORA. Agora, eu pergunto, BANCO DO BRASIL e Funaro o senhor enxergava. Então o senhor enxergou a transferência de 30 milhões de reais, em 11 operações, do BANCO DO BRASIL para o Sr. Funaro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Excelência, eu até me comprometo, como o Senador Romeu Tuma pediu. Nos mapas não aparecem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Um registro pelo que eu entendi na resposta. Então o senhor deve ter [soa a campainha] Registrado essa movimentação.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu registava uma movimentação que não envolve esses montantes grandes. Por isso que eu... É como uma bola de pingue-pongue. Ela pinga e vai embora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Hã... E está rebatendo. Tem [risos].

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Tá. Mas então o senhor vai encaminhar todos esses dados para que nós possamos de alguma coisa analisar. Até porque V.Exa. sabe, eu sei, todos nós sabemos, o mercado a gente diz assim, sob a lógica formal, mas a gente sabe que não tem lógica nenhuma, não tem sofisticação técnica. Articulam como bandos, fofoqueiros, criam fofocas, detalhes, saem por aí afora operando, Posam com ar de sofisticação técnica, usam a terminologia para que as pessoas não possam identificar. Mas a gente sabe exatamente como é que se

opera lá. Então o esforço que eu solicito é que V.Exa. nos encaminhe todos os dados e avaliações por escrito como muito bem solicitou o Sub-relator-- pois não, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu pergunto se a CVM tem algum tipo de fiscalização sobre essas operações. Como é que ela é feita? É diariamente os dados ou esporadicamente feita?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Desculpa, é que eu me antecipei. Todas as operações são registradas no sistema. Esse sistema ele é avaliado pelo *compliance* das bolsas do Banco Central e CVM. Evidentemente que a CVM não vai ver diariamente, mas ela pega por amostragem e se ela vislumbra alguma coisa errada, ela faz uma auditoria. E o Banco Central e os próprios auditores da bolsa que frequentemente estão nas Corretoras avaliando principalmente os riscos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O senhor teria alguma coisa? Derivativo, se é uma coisa assim muito... Porque eu sempre suspeitei que esse é um jogo claro. Uma roleta mesmo. Derivativos. Os senhores faziam isso. Derivativos, qual como é que o senhor considera operação de derivativos?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: São opções flexíveis. Opções que você--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O senhor acha justo um negócio gerar mil só de papel? Não é uma roleta?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: O senhor está perguntando uma opinião pessoal? Uma operação de mercado de renda fixa, eles não começam e acabam em uma entidade, como eu falei, ele anda, tem uma sequência, quem fez o primeiro negócio repassa e vai indo. E aí que está a remuneração do negócio até o seu vencimento, entende Senador?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu concedo a palavra à Senadora Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu não teria tantas também perguntas a fazer, já que o senhor já colocou aqui da sua limitação. Então o senhor vai enviar para nós. Eu só queria, na verdade também, um questionamento até para tirar uma dúvida, um esclarecimento. Quer dizer, é normal, o senhor acha que na lógica do mercado financeiro, como se está colocando assim, um Banco sempre perde, sempre perde. Na operação de mercado futuro. Não tem momento também, numa outra perna em que ele ganha, é lógico que esse é um mercado que se você faz uma aposta... Momentos se perde e momentos se ganha. Agora,

será que só perde se os Bancos não quebrariam? Eu sei que o senhor não pode nos dar, mas o senhor que já está nesse mercado algum tempo, essa lógica e é assim? É normal? É assim? Só perde?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: É uma pergunta muito interessante, porque existem algumas entidades que operam paralelamente. Quando a senhora quer fazer um investimento de renda fixa, é a mesma coisa que a senhora comprar um papel hoje e vender ele amanhã. Então, por exemplo, a senhora faz uma carteira teórica de ações, compra quatro, cinco, seis ações, e vende índice futuro. Se for fazer uma auditoria vão ver que o cliente está credor na BM&F e está devedor na BOVESPA. Pôxa, o cliente perdeu? Não é isso. Existe uma operação casada, como eu falei. Por isso eu não posso avaliar--

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Tem duas pernas? Só dá para avaliar se perde--

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu teria que tomar muito cuidado a com que eu afirmo. Porque tem que ser muito legítimo o que eu afirmo.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Deixa eu perguntar uma coisa. A história dos dois lados, nas duas patas, eu só quero... É normal, por exemplo, de que eu só... Eu sempre perder para uma determinada pessoa? Porque burro não tem. Inocente não tem. Não tem inocente. Então, o senhor diz: "Não, está certo. Eu posso perder hoje mas na frente eu ganho". Sim, mas é muito estranho que eu sempre esteja perdendo para uma pessoa que está sempre ganhando. Não é estranho isso? Porque é muito estranho que eu sempre vá perdendo e continuo fazendo a mesma coisa. Até a sobrevivência das espécies. Darwin já explicou isso. É muito estranho não é não?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Com certeza. Mas na verdade, nós temos que avaliar toda a operação. Pelo amor de Deus, eu não estou indo de encontro.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Não... Mas até por que... Eu não estou perguntando isso não.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Uma pessoa que perde sempre para o mesmo, não tem lógica, nem coerência.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Tá bom. Não estou falando da corrente toda. Eu só quero saber se é só mesmo complementando detalhes da pergunta. Se é normal. Porque, claro, perdem alguns ganham lá na frente, montam operações inclusive para maquiar e de forma artificial tentar promover ganhos, tem mudanças de juros, tem tantas outras mudanças que você lá na frente pode achar que a perda não foi tão grande, em função de um tipo de política econômica

de ortodoxia monetária estabelecida. Mas a uma coisa que eu estou perguntando é só isso se--

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Não tem. Se respondesse o inverso seria até ignorante da minha parte.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Só continuando então, Deputado. Sr. Jorge, V.Sa. colocou aqui. Eu fiz exatamente essa pergunta. Se um Banco toda vez perder, o que aconteceria com ele? Não quebraria? Porque o senhor falou assim: “Ou você avalia a operação como um todo, porque... Se você faz um investimento, tem que ir até o final para poder verificar”. Aí sim. O que é que perdeu? Se até o final perdeu sempre para os mesmos, aí tem algo estranho. É óbvio. Agora, será que todas as vezes perdeu na operação como um todo? O senhor acha que se um Banco que fizesse isso ele não estaria quebrado? Ele não iria a falência?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Com certeza. A senhora tem razão. Mas depende do valor que perdeu, em detrimento do capital dele não é?

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Não teria lógica. Então o Banco fazer uma coisa--

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Operacionalmente não tem muita lógica. Só se ele avaliando a operação inteira, estou falando esporadicamente.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Então V.Sa. vai enviar para nós os dados, porque o senhor está como o senhor disse, no meio da operação.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu não sou intermediário, Senadora, eu sou o que registrou só.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Desculpa, quando foi feita a CPI dos Anões do Orçamento, a maioria comprovou os ganhos ilícitos, através de ganhos da loteria. Hoje o sistema financeiro tem favorecido esse tipo de operação para esquentar o dinheiro ilicitamente ganho. Não estou fazendo uma acusação generalizada, mas são fatos já investigados e comprovados. Então é uma forma clara de esquentar dinheiro ganho desonestamente. Que eu acho que esta é a conclusão que vai chegar a Subcomissão. São os ganhos ilícitos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora encerrou?

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Era isso, para entender essa lógica que eu não estava entendendo, de que só perde mas que tem uma outra perna que tem que avaliar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senadora, eu acho que uma coisa importante, e aí acho que a pergunta da Senadora Heloisa Helena ela foi muito apropriada.

Porque o problema não é o Banco ou a Corretora ou a pessoa física ou a empresa perder e ganhar. Perder e ganhar é exatamente o que o mercado propicia. O problema é perder sempre com alguém. Então, aí quando ganha, ganha de forma dispersa e dentro da lógica do mercado. Mas perde sempre para alguém. E se aquelas perdas não fossem registradas no montante que foram os ganhos líquidos seriam muito maiores. Então é essa recorrência que nos deixa preocupado, com as operações com derivativos quando se vê Corretoras com 80, 90% de atribuição de ajuste negativo em Fundos de Pensão operando quando o BANCO DO BRASIL transfere para o Sr. Lúcio Funaro 32 milhões. Aí eu entendo o início da responsabilidade de V.Sa. Antes de passar a palavra para o Deputado Carlos Willian, V.Exa. vai me permitir uma pergunta aqui importante, que eu fiz a Sr. José Carlos Batista da GARANHUNS, e ele realmente não conseguiu responder. Até porque foi um dos depoimentos mais lastimáveis que esta CPMI já presenciou. Mas a gente vê o seguinte, eu fiz uma citação breve a esse fato. Mas eu quero retomar ele, entre janeiro de 2002 e março de 2003, o José Carlos Batista realizou dez operações no mercado de opções flexíveis de dólar, sem garantia como lançador. E a CORRETORA SÃO PAULO participou dessas operações. O Batista ganhou líquido 7,8 milhões com essas operações. Os senhores congressistas, ele tem um patrimônio de um carro, e acho que um imóvel declarado, e só em um ano nessas operações que a CORRETORA SÃO PAULO participou, ele ganhou 7,8 milhões. Eu tenho aqui, depois o senhor pode ver o extrato completo com as datas, com as remunerações com tudo, com os prêmios pagos. Então, diante dessa base, por que é que a CORRETORA SÃO PAULO aceitava comprar do José Carlos Batista o direito de lhe vender dólares a um preço de exercício sempre abaixo da cotação *spot* do dia, uma vez que mercado sinalizava, e aqui nós temos um Relatório Focus do Banco Central, a expectativa de desvalorização ao longo de 2002. Por que é que a CORRETORA SÃO PAULO aceitou participar dessas operações?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu até estava esperando o senhor fazer essa pergunta, Excelência. Na verdade, quando o senhor assume vender abaixo do preço *spot*, o senhor está comprando uma opção de venda. E isso faz com que o prêmio seja mais alto para captação de dinheiro. Então como... Por exemplo, o dólar está dois reais, o senhor compra uma opção de venda a um e noventa, esses dez centavos é o que o senhor capta. É isso que naquela ocasião em que o senhor perguntou eu queria lhe explicar. Não é que ela assumiu o compromisso de vender, ela pode exercer o direito de vender mais barato porque ela é a

lançadora de opção. Evidentemente que ela só pode fazer no seu vencimento. Então, não é que ela vendeu mais barato, ela deu o direito do cliente comprar se ela quisesse vender.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas tem que pagar a diferença nas operações se houver oscilação e [inaudível].

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Na verdade, como eu sou lançador, eu recebo essa diferença.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [inaudível] que quando tiver oscilação tem que--

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor estava, quer dizer--

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu só dei um dado técnico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós tínhamos o Batista. E quem era a outra parte nessas operações?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque em 21 de setembro de 2004 V.Sa. declarou à Comissão de Inquérito da CVM que a concessão de crédito a José Carlos Batista naquelas operações sem garantia se deu porque a SÃO PAULO CORRETORA conhecia a situação financeira e patrimonial do lançador. Então, V.Sa. declarou à CVM que concedeu o crédito ao Sr. Batista porque conhecia a situação financeira e patrimonial dele. Eu pergunto, qual era a situação financeira e patrimonial do Sr. Batista, que o senhor conhecia?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Na verdade, nós temos um *compliance* de risco, como eu falei para o senhor, Excelência, que avalia o que ele declara. Agora, o que ele declara nos seus bens, se é verdade ou não, ele assume criminalmente depois, de estar falando a mentira e não a verdade. Então, no cadastro do cliente, Excelência, ele tem até a forma da ordem que ele dá e o patrimônio que ele tem, em detrimento das operações. E na ocasião ele tinha um patrimônio alto para poder responder por isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero chamar a atenção. Eu quero chamar a atenção. O senhor está dizendo que o Sr. Batista tinha um patrimônio alto.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Alto não. Um patrimônio compatível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em 23 de outubro de 2001, o patrimônio que o Batista declarou para a

CORRETORA SÃO PAULO foi de um milhão e novecentos e sessenta e cinco mil. Muito bem. Em 22 de agosto de 2002, o patrimônio dele caiu de um milhão e novecentos e sessenta e cinco mil para um milhão e quatrocentos e noventa e cinco mil. Muito bem. Esse patrimônio declarado é suficiente para garantir operações que, no total, renderam para o Sr. Batista sete milhões e tantos?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu entendo a sua pergunta, Excelência, mas as operações, separadamente, elas envolviam que risco? Muitas vezes o senhor está avaliando várias operações e se elas foram feitas em dias diferentes o risco dele é bem baixo em detrimento do patrimônio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Olha, nós estamos falando aqui de operações de quarenta milhões, de vinte e quatro milhões, de trinta e oito milhões, de dezesseis milhões--

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: É o valor total do ativo, não é isso, Excelência?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Isso. De nove milhões, de quarenta e três milhões, de quarenta e cinco milhões--

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Mas isso não quer dizer o risco. Entende, Excelência, isso não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Então o senhor acha que o Sr. Batista ele oferecia segurança suficiente para autorizar a CORRETORA SÃO PAULO a fazer essas operações tendo declarado uma queda de patrimônio de 2001 para 2002 e, ainda tendo declarado para a corretora de V.Sa. essa queda de patrimônio, dava para ele fazer essas operações desse montante de milhões e milhões e milhões de reais?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu concordo com a sua pergunta, Excelência, mas quando nós fazemos operação, quando são feitas as operações, a gente não avalia o tamanho do ativo, e sim a diferença entre a compra e a venda. Por isso que eu... Na ocasião foi aceito, ou ele estava enquadrado, porque ele assume a responsabilidade de nos dizer a verdade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é, mas se ele ganhou sete milhões com as operações, isso significa dizer que--

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Que ele é um cara rico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): [Risos] Que ele é um cara rico, eu sei. Eu só não sei se ele é um cara

rico ou se ele é um cara para alguém ser rico. Mas... Muito bem. É uma cara rico. Mas, supondo aqui... Voltando. Se ele ganhou sete milhões, e o senhor falou aqui que não podia considerar o montante total das operações em valor dos ativos, e sim a diferença da compra para a venda. Só que eu posso presumir que essa diferença de compra e venda, certo, ao final deu a ele oito milhões, quase, de reais. Sete milhões e tanto. Vamos ficar só com os sete milhões. Vamos esquecer os valores dos ativos. Então o risco dele tem que ter sido compatível para que ele realizasse um resultado de sete milhões de reais. O senhor concorda?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim. Com a somatória, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E alguém que tem um patrimônio declarado na corretora de V.Sa. de um milhão e quatrocentos pode correr um risco que leve ele a ganhar sete milhões, dentro dessas regras de mercado que o senhor disse que são regras muito seguras, que são regras intransponíveis?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim. Na verdade, Excelência, eu não queria falar nesse caso, especificamente, porque eu não vi as operações. Mas se um cliente tem um patrimônio de um milhão e faz vinte operações de cem mil, ele ou perdeu ou ganhou dois milhões, ele está dentro do patrimônio dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, senhor me perdoe, nós estamos falando de dez operações onde ele ganhou sete milhões, onde ele ganhou sete milhões e...

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu não sei avaliar, Excelência, eu preciso ver.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sendo bem preciso, onde ele ganhou sete milhões e oitocentos mil reais em 10 operações. Nós não estamos falando de cem operações. Se ele ganhasse isso aqui em cem operações, diluía isso aqui por cem operações ele podia até ter um patrimônio compatível ao risco que correu, mas, em 10 operações?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Se o senhor me permitisse, eu gostaria de avaliar porque é uma pergunta muito específica. Eu me proponho... Eu ponho aqui... Eu dou minha palavra, que eu posso avaliar. Realmente eu não esperava ver esse detalhamento todo, Excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, V.Exa. tem a palavra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois não, Sr. Presidente, nobre Sub-relator. Caras Se-

nadoras, Sr. Senador. Sr. Presidente, eu acompanhei aqui atento à Senadora Heloísa Helena, vi aqui uma documentação, um documento, uma nota da Senadora Ana Júlia e pude avaliar duas coisas em relação a protecionismo. No início, a nota da Senadora, é a indignação que ela tem referente às matérias publicadas na imprensa e que ela fez até uma nota de esclarecimento e que nós, homens públicos e mulheres públicas, acabamos sendo vítimas. E eu, inclusive, estou sendo vítima, a partir do momento que eu assumi a Sub-relatoria do IRB aqui nesta CPMI dos CORREIOS. Primeiro, o protecionismo, que bem relacionou e bem colocou a Senadora Heloísa Helena. Há muito, desde o início quando eu comecei, Senador, fazer os nossos trabalhos, nós estamos sendo boicotados do nosso trabalho. Nós estamos sendo tolhidos. E inclusive com a ajuda da imprensa. Há cerca de 20 dias atrás a imprensa noticiou que o partido PMDB iria me retirar da CPMI dos CORREIOS. Um órgão da imprensa noticiou esse fato e isso não ocorreu, não é verdade, e até o presente momento ele não disse, o Deputado Carlos Willian continua na CPMI dos CORREIOS. Não consertou--

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Nem conserta.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mas para mim não existe--

SENADOR ROMEUTUMA (PFL-SP): [inaudível] o povo está ouvindo ali.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): --Ok. Mas para mim não existe problema--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, Deputado, V.Exa. é dos mais assíduos. Então... É impossível passar despercebido. [risos].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois é. Eu agradeço. Bom... Isso não justifica a defesa. [risos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em solidariedade a V.Exa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Muito obrigado. Então, o que é que ocorre? Mas isso não importa, porque "enquanto os cães ladram, a caravana passa". E realmente que existe um protecionismo, existe. Semana passada eu apresentei sete pessoas a serem ouvidas na CPMI do IRB. Inclusive não tinha essa agenda toda formada. Apenas uma pessoa foi incluída na agenda. Eu não sei quem que é o responsável de providenciar a agenda, mas eu passei para secretaria da Casa. As outras pessoas não foram colocadas e não foram agendadas. Eu vou estar aguardando, porque no meu relatório final, ou seja, final é do Relator Os-

mar Serraglio, eu vou colocar que tem alguém dentro desta CPMI defendendo a participação das falcatruas das pessoas que desviaram dinheiro do IRB.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): V.Exa. pode relacionar os nomes que não foram incluídos?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Posso. Está na Secretaria. Eu não tenho a cópia aqui agora, mas está lá na secretaria.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não. Aqui só foi relacionado o Luiz Eduardo Pereira de Lucena, Ex-diretor do IRB. Os outros não foram colocados aqui na agenda que vai até o dia 21 de março. Além disso, meu nobre Senador... Deputado ACM Neto, não é o caso de protecionismo dentro da Sub-relatoria de V.Exa. E eu sou testemunha da dedicação, do trabalho e da competência com que V.Exa. vem trazendo. Mas, tem fatos que nós não podemos deixar, a ponto de comprometer o trabalho de V.Exa. na Sub-relatoria, assim como o meu já está ficando comprometido por causa de protecionismo. Por exemplo, esteve aqui o Sr. Benito Siciliano, que foi comprovado ser uma das pessoas que mais desviou dinheiro de Fundos de Pensão neste País. Uma pessoa com um patrimônio exorbitante, Sr. Senador Romeu Tuma, que esteve aqui nesta CPMI e eu questioneei sobre uma *offshore* que ele tem chamada MERRILL LYNCH, em Nova York, onde ele tem um apartamento de quatro milhões de reais registrado em nome dessa *offshore*. Falei sobre uma conta que ele tem numa Sociedade ARAGONA, que é uma conta chamada estanhori(F), em Nova York, pedi a quebra do sigilo fiscal e telefônico. Ele se comprometeu, pessoalmente, em abrir mão desse sigilo, a assessoria providenciou um documento, V.Exa. achou que deveria melhorar o documento, fez uma proposta de que fosse feito depois, quando terminasse essa reunião. Conseqüentemente, desceu-se lá para baixo. Enquanto os técnicos melhoravam o documento, o Sr. Siciliano fugiu. Saiu desta CPMI, ludibriou os seguranças e fugiu. E não assinou a quebra espontânea que ele se comprometeu em fazer aqui. Posteriormente, Sr. Senador--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A gente pode incluir essa quebra, e eu acho que V.Exa. tem plena razão, logo na próxima Sessão administrativa, porque as últimas não se teve condições de votar requerimento de transferência de sigilo. Então, V.Exa. vai ter todo o meu apoio para promover essa transferência de sigilo logo na próxima Reunião administrativa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente, o senhor me permite um apartezinho, sobre esse aspecto... Se o senhor permitir...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois não, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu concordo que tem que incluir. Mas eu acho que e ele interrompeu um depoimento se ausentando em fuga. Então, tem que haver uma comunicação à polícia para que ele seja conduzido para terminar o depoimento que [inaudível] em fuga.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele havia terminado. O problema, Senador--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não, mas deixou de cumprir uma [inaudível] que ele assumiu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Deixou de cumprir... É só para ficar claro. O depoimento em si ele concluiu, o que ele não fez foi assinar um documento, que, publicamente ele assumiu o compromisso que assinaria.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mas não concluiu a participação dele na CPMI.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas, ele assumiu o compromisso e se retirou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso V.Exa. tem razão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu acho que não se pode perder o respeito pela Comissão. Acho que V.Exa. tem razão, tem que quebrar o sigilo de tudo que diz respeito a ele. Mas ele tem que vir aqui cumprir a palavra que empenhou perante a sociedade.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, então eu solicito ao nobre Relator que está presidindo esta Sessão que determine à Polícia Federal que o traga inclusive debaixo de vara. Porque ele foi fujão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): A vara está cara.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Está cara? Então vamos trazer ele no chicote. Vamos trazer ele no chicote, Sr. Senador, mesmo porque o Advogado dele saiu para ir atrás dele e fugiu também.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Orientou.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Orientou a fugir e depois fugiu atrás. E nós não podemos deixar isso acontecer e também dentro desta

própria CPMI, algumas quebras de sigilos que eu estou pedindo desde o início dos trabalhos que é da LINK CORRETORA e a ÁGORA SENIOR, STOCK MÁXIMA e a ÁREA INVESTIMENTOS, que também ainda não foi apreciado, não por V.Exa, mas deixando uma clara demonstração de que tem pessoas que estão sendo protegidas em relação a esta CPMI. Bom, Sr. Relator--

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): [inaudível] reunião administrativa. É isso mesmo que fizeram. Não sei destas aí, mas eu sei que funciona com relação aos E-mails que ninguém deixa que se quebre sigilo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Essa proteção. Ao Sr. Jorge, eu sou uma pessoa muito simpática, muito humilde, eu acho--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sei que no Rio de Janeiro, a escola de samba que falou em boi, ganhou. Se o senhor der os nomes aos bois, provavelmente nós vamos trazê-los aqui.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Já está dado. O Sr. Benito Siciliano, que tem que ser reconduzido pela Polícia Federal, a LINK CORRETORA, a ÁGORA SENIOR, a STOCK MÁXIMA e a ÁREA INVESTIMENTOS, que tem que quebrar o sigilo bancário. Talvez sejam as únicas corretoras do País que não foram quebrados sigilos dentro desta CPMI. Ao senhor que está depondo, o Sr. Jorge Ribeiro, eu vou até dizer do senhor o seguinte, o senhor é uma pessoa muito simpática e toda hora o senhor fala que “é com muita humildade”. Eu não vou falar se eu fosse uma pessoa de televisão, mas eu estou quase dando para o senhor umas sandálias havaianas. Que o senhor está merecendo, pela humildade que o senhor está--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não é franciscana?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É franciscana. Não, mas a franciscana é muito para o senhor. Uma havaiana está de bom tamanho. A franciscana é de tamanha humildade que eu acho que... Por que é que eu não daria uma sandália franciscana para o senhor? Porque pelo comprometimento que o senhor está tendo aqui o senhor só está sendo humilde na palavra. O senhor disse aqui quando falou o nome do Sr. Aride Ariza, quando falou do José Carlos Batista, a gente falou os outros e senhor disse, olha “O senhor não imagina como que eu estou me sentindo”. Se eles operaram em nome da corretora do senhor, o senhor considera laranja? Se essas pessoas operaram em nome da corretora do senhor, o senhor se considera laranja então? O senhor não tomava conhecimento? Entregou para eles a corretora, para eles fazerem operações?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Como eu falei, Excelência, quando a gente curada contrata um autônomo, eu que estou absolutamente ligado na parte comercial, você pode crer que se existe alguma coisa de errado é à revelia da minha vontade e do meu conhecimento. Existe uma questão de confiança e os corretores de mesa, todos os corretores existentes eles têm uma palavra de dignidade. Se existe alguma coisa errada, isso foi feito tudo à revelia do meu conhecimento e minha vontade.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor disse aí em relação aos clientes da corretora, disse que conhece o Sr. Flávio Maluf, o senhor falou que operavam com a Corretora GRAN FUD(F)--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): GRAN FUD(F) é empresa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É empresa. O senhor não falou sobre a EUCATEX.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Mas não fui perguntado da EUCATEX.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não. Mas, a semelhança da empresa, é a mesma forma de aplicação e de trabalho e de envolvimento que o senhor teve com a empresa GRAN FUD(F) e também a EUCATEX. Então eu pergunto ao senhor--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A EUCATEX também operou com--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A EUCATEX também operava com o senhor?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim, era cliente. Era um bom cliente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Um bom cliente?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Sim.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sempre ganhando?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Era. Não sei se sempre ganhando. Era um cliente que sempre atendeu todas as nossas expectativas.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor falou aí sobre dois processos, um processo grande na BM&F que o senhor não mencionou, o senhor não se lembra. Na CVM nós temos um, grande, que o senhor não se lembra, mas uma pessoa que está sendo acusada de um processo dessa magnitude, eu acredito que a memória é muito curta. Mas vamos puxar um pouquinho pela memória pela BM&F. Houve um problema com relação às operações de swap tendo, de uma ponta, o Banco DAYCOVAL e, da outra ponta, a EUCATEX com a intermediação da corretora do senhor. Que problema foi esse?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Com o registro da corretora. É o seguinte, foi uma operação de... A EUCATEX acreditava que o dólar ia subir e a DAYCOVAL que o dólar ia cair. Eles fizeram um *swap*. Então, quando o dólar começou a cair, do qual a EUCATEX tinha que cumprir com as margens, ela entrou em concordata. Então, o que é que a SÃO PAULO CORRETORA fez? Ela repassou esse ônus desse débito para ao Banco DAYCOVAL poder cobrar na massa falida da EUCATEX... Na massa falida, não. Na concordata.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E qual que é o valor dessa operação?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Em torno de nove milhões e meio de reais.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então foi para a massa falida, dezenove milhões de reais?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Na verdade... Desculpa, nove.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nove.

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Na verdade, eu falei errado massa falida. É o seguinte, Excelência, como a SÃO PAULO foi só o órgão que registrou, e o compromisso de crédito e débito está entre a partes, a SÃO PAULO repassou o direito de crédito direto para a Banco DAYCOVAL e o Banco DAYCOVAL está se candidatando, se candidatou à concordata para receber esse dinheiro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Agora, o Banco tem o direito de abater esse prejuízo no imposto de renda? O senhor tem conhecimento disso?

SR. JORGE RIBEIRO DOS SANTOS: Eu não sei. Eu não sei como funciona essa parte contábil, se ele tem a perspectiva de receber, se ele tem o direito de não reconhecer, eu não sei. Essa parte contábil... Porque é muito sensível essa parte. Eu não sei. Ele tem esse direito a receber.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, nobre Relator, eu acho que me dou por concluído o trabalho. Só essas investigações que eu tenho maiores documentações, mas eu apresento a V.Exa. *a posteriori*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu gostaria de propor, se for de concordância da Senadora Heloísa Helena e do Deputado Carlos Willian, que nós façamos uma breve interrupção de 30 minutos e aí voltaríamos já para ouvir os dois dirigentes da PREVI. Seria um tempo para fazer um lanche, enfim, e aí voltaríamos daqui a 30 minutos. Está suspensa esta Sessão.

Sessão suspensa às 12h44.

Sessão reaberta às 13h31.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Reaberta a Sessão de trabalho da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão e, dando continuidade aos nossos trabalhos, eu gostaria de convidar para tomarem assento nesta Sessão de trabalho, os Srs. Gilberto Audelino Corrêa e Luiz Carlos Siqueira Aguiar, Ex-diretores financeiros da Fundação PREVI. Sobre a Mesa, os termos de compromisso assinados, respectivamente, pelo Sr. Gilberto e pelo Sr. Luiz Carlos. Ambos comparecem a esta Sub-relatoria na condição de testemunhas. E, como é praxe do nosso trabalho, eu gostaria, inicialmente, de conceder a palavra ao Sr. Gilberto que foi Diretor da PREVI de 31 de maio de 2000 a 31 de maio de 2002, e, em seguida, ao Sr. Luiz Carlos Siqueira Aguiar, que foi Diretor da fundação, de 21 de fevereiro de 2003 a 19 de dezembro de 2005. Então, nessa ordem, eu vou conceder-lhes a palavra, para que os senhores possam fazer uma apresentação de caráter inicial, possam expor a esta Comissão o currículo técnico, o histórico profissional e também para que os senhores se sintam extremamente à vontade para apresentar qualquer tipo de informação introdutória que os senhores achem oportunas e importantes para a condução do nosso trabalho. De tal forma, eu passo imediatamente a palavra ao Sr. Gilberto Audelino Corrêa.

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Boa tarde a todos. Falando um pouco do meu histórico, eu sou funcionário de carreira do BANCO DO BRASIL, iniciei no BANCO DO BRASIL em 1970, trabalhando em agências bancárias, depois disso fui para a área da direção geral, aqui em Brasília, exerci funções de consultoria interna no BANCO DO BRASIL por, aproximadamente, 10 anos, depois disso, entrei para a auditoria interna do BANCO DO BRASIL, onde cheguei até o cargo de chefe da auditoria do BANCO DO BRASIL, que é um cargo diretamente subordinado ao Presidente. Esse período foi até 99, quando fui indicado para a Diretoria de investimento da PREVI. Minha formação é de administrador de empresas, tenho curso de gestão avançada na fundação Dom Cabral, em Minas Gerais e no INSEAD, em Fontainebleau, na França. A minha atuação, fora desses dois mercados, eu não havia trabalhado antes e atualmente sou Diretor financeiro, Relações com investidores, Recursos Humanos em administração da ACESITA, a produtora de aço inoxidável na América do Sul.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Luiz, o senhor tem a palavra.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Boa tarde a todos, meu nome é Luiz Carlos Siqueira Aguiar, tenho 42 anos, fiz carreira, também, no BANCO DO

BRASIL, onde comecei a trabalhar 23 anos atrás, passei por várias agências e departamentos no Banco, e fui selecionado num programa de seleção de administradores do Banco no exterior, em 91... Desculpe, em 93, e, a partir dessa seleção interna que contou com a participação de 1500 funcionários, foram escolhidos 30, eu pude participar de um processo de treinamento do Banco, na Fundação Getúlio Vargas e com um complemento da Universidade do Texas. Com isso, fui indicado pelo Banco no ano de 97 como administrador do BANCO DO BRASIL, na sua agência de Nova York, onde permaneci até 2000 onde aceitei o desafio e o convite de gerenciar, a partir de SÃO PAULO, uma unidade do Banco, da área internacional, que administra o portfólio de comércio exterior, de todos os financiamentos de comércio exterior do BANCO DO BRASIL, no Brasil e no exterior. A partir de... Quando chega em 2003, eu aceitei o convite do Presidente do BANCO DO BRASIL, assim como manda o estatuto da PREVI, para ser o Diretor de investimentos da PREVI, a partir de 2003, cargo que exerci até 2005. Quando fui convidado pela Diretoria... Pela Presidência da EMBRAER, para ser o Vice-presidente da área de defesa e de Governo dessa empresa, onde me encontro atualmente. A minha formação, é formação em economia, sou formado em economia pela Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, depois disso fiz mestrado *stricto sensu* em administração, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e tenho cursos complementares, como já falei, na Universidade do Texas e também na Universidade de Nova York, um curso de educação continuada na área de marketing. Como disse, tenho 42 anos e estou à total disposição dos senhores para esclarecer e ajudar no processo em curso nessa Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço a ambos. Eu gostaria de, inicialmente, fazer aqui duas reflexões importantes. A primeira, na verdade, que também é uma constatação, é que depois de ter examinado exaustivamente a movimentação de todos esses Fundos de Pensão que estão sendo investigados nos diversos mercados, a gente percebe, e isso é inequívoco, que os principais Fundos do País, os maiores fundos, e a PREVI, no caso, é o maior Fundo do País, o maior Fundo de Pensão do País, que nesses casos há uma vulnerabilidade muito menor com relação à prática de certas irregularidades que eu diria que são até primárias e que puderam ser montadas, construídas e empreendidas em algumas fundações estatais, como constará do nosso relatório, mas, que pela estrutura muito grande que possui a PREVI e outros Fundos do porte da PREVI, a fundação fica muito menos vul-

nerável a esse tipo de interferência, que eu chamo de interferência primária. O que não quer dizer que, com isso, nós estamos dando um atestado de idoneidade a todas as operações que a fundação realizou, até porque, a participação societária em certas empresas, alguns investimentos mobiliários não puderam ser exaustivamente investigados como nós gostaríamos de fazer. E nesses dois campos a gente percebe que existem dúvidas, que existem questionamentos que inclusive constarão do nosso relatório, com relação à PREVI. Mas, que a PREVI não vai apresentar certos erros grosseiros e, como eu disse aqui, primários, que foram cometidos por outras fundações de menor porte onde o espaço para essas irregularidades era muito maior. Então, esse é o primeiro comentário que eu quero fazer. O segundo comentário é no sentido das declarações que foram dadas pelo Diretor-presidente da PREVI, o Dr. Sérgio Rosa. Desde o primeiro momento, ele procurou desqualificar o nosso trabalho. E exerceu, na minha opinião, um papel claro de tentar politizar o debate. Se nós deixássemos que o trabalho da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão fosse politizado, certamente nós não teríamos sobrevivido às primeiras semanas. Não teríamos sobrevivido às primeiras semanas. E eu não deixei que o trabalho fosse politizado. Talvez o Dr. Sérgio Rosa pretendesse estar aqui, como se ofereceu no passado, no caso da CPMI do Mensalão, e lá foi. Porém, esse não era o nosso objetivo. Não era trazer aqui o Diretor-presidente do Fundo de Pensão para estabelecer qualquer tipo de debate político. Nosso objetivo, que foi traçado desde o primeiro momento, era trazer aqui os Diretores financeiros da área de investimentos, que conheciam as operações da fundação, que eram responsáveis principais pela condução dessas operações e que poderiam, com proficiência técnica, com conhecimento técnico, nos ajudar a conduzir as nossas investigações. E eu digo isso porque nós temos que ter aqui a humildade para aceitar todo o tipo de crítica, para aceitar todo e qualquer tipo de colocação de quem quer que seja. Mas eu não vou participar de debates políticos com dirigentes de Fundos de Pensão. Meu debate político vai ser sempre travado no âmbito desta Sub-relatoria com os Srs. Senadores, com os Srs. Deputados, mas jamais com dirigentes de Fundos de Pensão. E, não é porque certos dirigentes da PREVI fizeram comentários, na minha opinião até de desprestígio, para o nosso trabalho, que nós vamos reagir com o objetivo de perseguir a fundação, de impor à fundação qualquer situação que não seja a justa, porque o que nós queremos é justiça. O que eu farei e procurarei fazer no meu sub-relatório final, é justiça. E se naquilo que for investigado a PREVI não demonstrar problemas

ela terá a justiça da minha declaração de que naquilo que se investigou a PREVI não teve problemas. Feitas essas duas observações, eu queria, inicialmente, perguntar ao Sr. Gilberto Audelino Corrêa, como é que se deu o processo de escolha de V.Sa. para ocupar o cargo de Diretor financeiro da PREVI? Quem formulou o convite para V.Sa., como é que foi esse processo de definição do nome de V.Sa. para a Diretoria financeira da fundação?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Pois não. O estatuto da PREVI previa, naquela época em que eu fui indicado, que caberia à patrocinadora indicar o Diretor de investimentos e ao Conselho Deliberativo da PREVI referendar e nomear o Diretor financeiro. Nesta época, o Presidente do BANCO DO BRASIL, o Dr. Paulo Zagen, eu trabalhava diretamente subordinado a ele, na qualidade de Vice-presidente do Conselho de Administração do BANCO DO BRASIL, uma vez que eu era responsável pela auditoria interna do BANCO DO BRASIL, e a auditoria está vinculada diretamente ao Conselho de Administração, me conhecia e conhecia meu trabalho que... Executado inclusive na área financeira, e me indicou para o Conselho Deliberativo, o Conselho Deliberativo referendou o nome e eu fui nomeado Diretor de Investimento da PREVI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, foi o Presidente do BANCO DO BRASIL que, pessoalmente, escolheu o senhor para ser o Diretor de Investimentos da fundação e depois o nome do senhor foi referendado pelo Conselho.

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Ele, pessoalmente, fez a indicação, não sei se a escolha foi pessoal, não sei a origem da escolha, imagino que em conversa com os demais diretores já que normalmente o processo decisório é bastante democrático no BANCO DO BRASIL e que se trabalha em colegiado e a indicação foi formalizada pela Presidente do BANCO DO BRASIL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Houve algum tipo de ingerência, de natureza política, para que o nome do senhor fosse confirmado na condição de Diretor financeiro da PREVI?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Não tenho conhecimento de que isso tenha ocorrido. Acredito que não, uma vez que eu não tenho nenhuma vinculação política com nenhum partido ou nenhuma pessoa diretamente politizada. A minha função sempre foi técnica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor

assumiu a Diretoria financeira, também houve uma mudança nas demais diretorias da fundação?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Não. Quando eu assumi, inicialmente foi apenas esse cargo porque o Diretor de investimento anterior foi nomeado para outro cargo no BANCO DO BRASIL, havendo a vacância desse cargo na PREVI. Depois disso, houve a troca de outros Diretores, mas não era um vencimento de mandato. Eu complementei um mandato anterior e fiquei um segundo mandato, que era o máximo que o estatuto previa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, então, a saída do antecessor de V.Sa. se deu apenas porque ele foi convidado para assumir um cargo no BANCO DO BRASIL. Ou alguma outra coisa motivou a saída dele?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: O motivo exato eu não sei. Essa foi uma decisão da Diretoria do BANCO DO BRASIL. Pode ter havido alguma insatisfação na gestão, mas não houve nenhuma irregularidade na gestão e ele foi reconduzido para um outro cargo de executivo, no BANCO DO BRASIL, na área negocial, numa superintendência estadual.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por falar em gestão, eu queria que o senhor, muito brevemente, muito sucintamente, pudesse fazer um resumo de como é que o senhor encontrou a Diretoria financeira da PREVI, em que circunstâncias o senhor a recebeu, como é que o senhor avaliaria o desempenho da gestão que o antecedeu, que providências o senhor considerou fundamentais que fossem adotadas com urgência para mudar certos procedimentos, então eu queria que o senhor pudesse fazer um breve diagnóstico da situação em que encontrou a Diretoria financeira da PREVI.

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Pois não. A Diretoria financeira, desde a gestão anterior estava bem estruturada, a PREVI tem uma estrutura bastante cuidadosa, em relação aos controles internos, a garantia normal que um administrador tem, de que os processos ocorrerão segundo o que foi determinado são os controles internos que minimizam o risco desse objetivo não ser atingido. Na PREVI existe uma Diretoria de planejamento que determina, que propõe à Diretoria Colegiada e ao Conselho Deliberativo a aprovação de uma política de investimentos. Essa política de investimentos, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho é executada pela Diretoria de investimentos. Além disso, a Diretoria de planejamento também faz análise de risco e propõe o *rating* de Bancos, corretoras etc em que a PREVI pode operar. A partir daí, a Diretoria de Investimentos opera. E a Diretoria

de administração, que é gestora da área de controladoria, faz o acompanhamento de todas as operações executadas, compara se elas estão de acordo com a política de investimentos e a rentabilidade produzida está de acordo com as metas estabelecidas. Essa era a forma da PREVI atuar e foi a forma que foi mantida durante o meu mandato. Internamente, na própria Diretoria de investimentos, obviamente produzia algumas adaptações, até em função do meu conhecimento específico da área de investimentos, mas nós tínhamos uma mesa de operação e isso eu já encontrei assim com uma senha que tem que ser digitada para abrir a porta, para você ter acesso, todas as conversas são gravadas, não se pode entrar com aparelho celular lá dentro, de forma que todas as conversas e as negociações com as mesas de operações dos Bancos ou com o mercado são perfeitamente identificadas e possível de recuperar o que foi que se negociou à época. Na área de gestão financeira, propriamente dito, é que fazia a análise do portfólio a ser negociado, a determinação de preço mínimo e preço máximo e essa área, que um segundo gerente era responsável, definia o que era para ser negociado e isso era negociado na mesa de operações. E os investimentos estratégicos, numa terceira área. Além de tudo isso, a análise técnica dos investimentos era numa área totalmente independente que fazia a validação das propostas e dos projetos de investimentos no mercado, tudo isso mercado mobiliário. O mercado imobiliário era um pouco diferente, uma gerência com outro tipo de técnico, também subordinada diretamente a mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, só para a gente poder detalhar um pouco melhor essa estrutura, até porque cada fundação tem uma estrutura muito diferente. Mesmo as grandes fundações apresentam um modelo que não se repete. Então, nós tínhamos a Diretoria de planejamento, que propunha a política de investimentos, que depois tinha que ser referendada pelo Conselho e que fazia análise de risco. Aí eu faço uma primeira indagação. Não era muito mais apropriado que a Diretoria de investimentos que, em tese, possui os profissionais mais gabaritados e que mais conhecem o mercado, que ela também participasse e tivesse voz ativa na proposição da política de investimentos?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Seria natural, mas essa segregação de funções é que garantiria para a própria Diretoria Colegiada e para o próprio Conselho Deliberativo que a proposta tinha seguido rigorosamente as normas técnicas. Primeiro, porque a Diretoria de planejamento, ao propor, passava pela Diretoria Colegiada. Isso significava que a Diretoria

de investimentos analisava essa proposta, analisava com os seus técnicos e discutia isso na Diretoria Colegiada para chegar na proposta julgada ideal. Então, nem sempre a política proposta pela Diretoria de planejamento era a política aprovada. Isso poderia sofrer adaptações, em função dos outros técnicos que também trabalhavam sobre isso. Mas, garantia que a proposta técnica vinha de uma área que não ia operar na sequência. Isso, a tendência de se controlar... Esse tipo de controle, é garantir que quem vai operar não direcionou a política para um tipo de operação que ele queira fazer. Então, a política sairia isenta desse tipo de influência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Questiono a V.Sa. O acompanhamento do resultado das operações em geral no mercado mobiliário feitas pelas PREVI, esse acompanhamento estava subordinado a qual das diretorias?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: À Diretoria de administração, que é uma terceira diretoria, que tem a controladoria e a contabilidade na mão, além dos cálculos atuariais, para os casos da seguridade, propriamente dita, e fazia o acompanhamento da rentabilidade, dos valores aplicados, da movimentação de caixa e dos lançamentos contábeis, de forma que tudo que era executado na Diretoria de investimentos, ou em qualquer outro lugar, acabava sendo fechado na Diretoria de administração e o resultado apresentado para a Diretoria Colegiada. As operações, o conjunto de operações ou os Fundos em que operávamos tinham meta de rentabilidade para a gente garantir a remuneração mínima para os nossos associados, e essas metas também eram acompanhadas pela Diretoria de administração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, havia ainda assim uma estrutura de *compliance* à parte?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Sim. Além disso, nós tínhamos uma auditoria interna e uma área jurídica. A auditoria interna, que examinava por amostragem, obviamente, mas examinava sempre as grandes operações, que praticamente refaz o serviço para checar se tudo foi feito de acordo com a norma etc e a área jurídica para verificar se atendeu a todas as normas jurídicas e orientações da SPC, de forma a garantir, ao final, que a PREVI estava sempre em *compliance* com as orientações legais, orientações de CVM, orientações de SPC, inclusive quanto a enquadramento de operações, orientações de Banco Central, orientações da própria patrocinadora, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa auditoria, ela era composta por funcionários de carreira da instituição?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Sim. Era composta por funcionários de carreira da instituição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é que os indicava?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: A auditoria interna era vinculada diretamente ao Conselho Deliberativo da PREVI e a nomeação e indicação desses profissionais era feito pelo Conselho Deliberativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor julga que eles tinham autonomia para fazer todo tipo de acompanhamento e fiscalização?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Eu creio que se tinha autonomia, tinha independência para fazer isso porque, além dessa auditoria interna, vinculada, subordinada ao próprio Conselho Deliberativo da PREVI, a auditoria interna do BANCO DO BRASIL também tinha acesso à fiscalização, sob a ótica da patrocinadora, tinha auditoria externa contábil normal, em todos os Fundos e uma auditoria externa independente, que também examinava os processos da PREVI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tinha três ou quatro gerentes subordinados ao senhor, é isso?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Eu tinha... Um, dois, três... Quatro gerentes subordinados, exatamente, a mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quatro gerentes. Eu indago a V.Sa. Foi o senhor que escolheu esses gerentes quando assumiu a Diretoria financeira ou manteve aqueles que lá já estavam?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Inicialmente, eu mantive o que estava, referendi, o que não significa isso me foi imposto. Eu, por livre e espontânea vontade, referendi, acompanhamos depois, um certo período, o desempenho de cada um, houve trocas técnicas durante esse período, os que eu nomeei ou indiquei a nomeação foram da minha escolha, livre escolha, de forma que a minha garantia de que os processos... uma parte do próprio controle é a capacidade e caráter desses gerentes que me auxiliavam diretamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor foi buscar profissionais do mercado, pessoas que trabalhavam na área de investimentos em instituições financeiras?

Qual foi o critério que determinou a escolha desses gerentes, dentro da Diretoria financeira?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: O critério é absolutamente técnico, e a estrutura da PREVI, naquele período, não sei, hoje parece que já mudou alguma coisa, só trabalhava com profissionais do BANCO DO BRASIL. O quadro inteiro, exceto serviços terceirizáveis que não são o [inaudível] da instituição, era formado por empregados do BANCO DO BRASIL, necessariamente por estatuto. Então, a escolha se dava dentro do quadro de empregados do BANCO DO BRASIL. Mas o quadro na... Minha área super privilegiada em relação a esse aspecto, porque o quadro técnico do BANCO DO BRASIL, na área de mercado de capitais, é um dos melhores do Brasil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, os senhores tinham, suficientemente, mão-de-obra à disposição dentro do próprio Banco para ocupar esses cargos estratégicos dentro da fundação, o que evidentemente também reforçava o compromisso dessas pessoas com o desempenho das atividades da própria PREVI.

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Sem dúvida. Concordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Luiz, como é que se deu o processo de escolha do senhor para Diretor Financeiro da PREVI? Só para esclarecer, mais uma vez, o Dr. Gilberto foi Diretor da PREVI, na área financeira, de 2000 a 2002 e o Dr. Luiz assumiu em 2003 e ficou até o final de 2005. Depois eu voltei com outros questionamentos para o Dr. Gilberto, mas, para manter essa ordem lógica e entender um pouco da estrutura da Diretoria financeira, eu queria saber, primeiro, como é que se deu esse processo de escolha do nome de V.Sa. para a Diretoria financeira da fundação.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Pois não. Bom, eu na época trabalhava, como eu já falei, como Gerente executivo gerenciando o portfólio de financiamento de comércio exterior, em SÃO PAULO, tinha vindo de ser administrador do BANCO DO BRASIL em Nova York, um pouco antes também disso, e surgiu a oportunidade de ser entrevistado pelo Presidente do BANCO DO BRASIL, à época o Cássio Casseb, fui indicado pela minha Vice-presidência, a Vice-presidência internacional, da área internacional, como um dos nomes que o Presidente Cássio Casseb iria entrevistar para diversos cargos que ele estava pontualmente e gostaria de conhecer as pessoas. E para lá fui. Eu fui entrevistado por ele, assim como outros colegas também, e a partir desse processo ele pessoalmente me

convidou para assumir a Diretoria de investimentos da PREVI. E eu aceitei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que essa escolha ela se deveu apenas e tão somente a critérios técnicos, tendo ele avaliado o currículo de V.Sa. que é um currículo, temos que reconhecer aqui, muito qualificado, então o senhor acha que apenas respondendo a esses critérios técnicos se deu a decisão do Dr. Casseb de indicar V.Sa. para a Diretoria de finanças da PREVI.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Tenho certeza disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Gilberto, eu pediria que o senhor... Voltando um pouco a uma pergunta que não ficou muito clara, eu pediria que o senhor fizesse um breve diagnóstico da situação em que encontrou a Diretoria financeira. O senhor nos disse aqui como é que ela estava estruturada, mas eu queria saber, à luz de quem teve que assumir uma diretoria substituindo uma outra pessoa, qual é a avaliação que o senhor tinha do funcionamento da Diretoria financeira até o ano de 2000.

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Eu tinha pouco conhecimento de como isso funcionava antes de ir para lá. Quase sempre todos que vão para a PREVI se assustam um pouco quando chegam, porque é um pouco maior do que a gente pode imaginar por mais que se conheça os números. Ao chegar lá, obviamente se tem preferência por trabalhar com pessoas que você conhece e que conhece o passado. Eu não conhecia muita gente que trabalhava lá comigo diretamente. Mas conhecia pessoas e me valia das informações que essas pessoas tinham sobre essas outras que trabalhavam lá. Algumas pessoas que eu não tive nenhuma informação favorável, não tive necessariamente uma desfavorável, mas não tive um apoio direto para mantê-las eu troquei no primeiro mês. Mas, não houve nenhum gerente envolvido nessa troca. Os gerentes foram mantidos. Foi mais uma questão técnica, até porque eu fiz algumas mudanças estruturais, eu precisava de um outro tipo de qualificação técnica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas os levantamentos que o senhor realizou assim que assumiu a diretoria, o senhor detectou algum problema, alguma falha, alguma medida que precisasse ser corrigida, que exigisse uma mudança de rumos?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Não diria que [inaudível] de falha. Quem... Na época que eu estive lá o total de ativos aplicados era em torno de quarenta bilhões de reais, significa que o volume de

transações, embora uma grande parte disso seja bastante estável, não se movimenta, mas uma outra parte se movimenta. E obviamente alguns negócios podem ter mais sucesso ou menos sucesso. Não detectei operações erradas ou coisas erradas que merecessem uma correção. Eventualmente, houve correção de rumo na indicação do modo que eu pensava como deveria ser administrado, não necessariamente sobre o juízo de valor de que o modo anterior estava errado, estava diferente do que eu gostaria ou um pouco mais lento talvez. O que tínhamos, e ainda tem, imagino que ainda tenha eventualmente alguma operação complicada que foi feita... Tenha sido feita no passado, você tem que continuar administrando. Quando você senta numa cadeira de um Diretor, você assume todo o passado daquela organização para administrar no futuro. Então obviamente existiam algumas operações menos bem-sucedidas e que nós tivemos que redirecionar ou readministrar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dentro dessas operações menos bem-sucedidas que o senhor herdou e que naturalmente tinha o dever de dar sequência na administração e que talvez até o Dr. Luiz também tenha que ter sucedido o senhor na mesma tentativa de sanar, quais foram as que mais chamaram a atenção de V.Sa?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Chamaram a atenção, basicamente operações da privatização da TELEBRÁS, algumas transações que estavam em pleno processo de fusão e aquisição de consolidação do processo que havia sido efetuado em 98, aproximadamente, e alguns investimentos imobiliários, que... Até coisas bem antigas que tem lá na PREVI e que mereciam uma correção e que eu saí de lá, não consegui resolver algumas situações e outras que, pelo que eu sei, continuam na mesma situação--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor poderia exemplificar, dentro dessa parte de investimentos mobiliários, os três principais problemas que a PREVI tem para administrar?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Na época, não era tanto um... Mais um problema financeiro do que um problema imobiliário. Tinha a Costa do Sauípe que efetivamente era um investimento de grande valor e que precisava concluir, quando eu cheguei lá o investimento não estava ainda concluído, foi concluído na minha gestão e tem alguns investimentos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse deixou de ser um problema ou continua sendo um problema?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Ele deixou de ser um problema, enquanto gestão. Não sei se hoje a rentabilidade prevista para ele é suficiente. Enquanto estrutura imobiliária deixou de ser um problema. Se concluiu e está em pleno funcionamento e vai muito bem, pelo que eu sei. Agora, eu não acompanhei mais a rentabilidade desse investimento. Agora alguns como Humberto Primo, que foi um hospital em SÃO PAULO, até hoje, pelo que eu saiba, na minha gestão não conseguimos achar um direcionamento para isso, e é coisa que a PREVI detém há muito tempo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor falou aqui que mudou alguns nomes. Agora, dentro da estrutura da Diretoria financeira o senhor promoveu alguma mudança, depois que chegou?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Sim, promovi. Nós tínhamos uma área de gestão de investimentos mobiliários e uma mesa de operações, e a terceira era de investimentos imobiliários. Estava muito concentrada a área de investimentos mobiliários e muito pesado para um único gerente administrar o todo, aonde você tem um portfólio de curto prazo para administrar na gestão das carteiras indexadas, você tem investimentos de mais longo prazo, que são os investimentos estratégicos, participações em blocos de controle, que são bem distintos, e um terceiro segmento que é basicamente a análise técnica que tem que se fazer para decidir sobre investimentos e desinvestimentos. No meu entendimento, isso estava incompatível ficar as três operações com o mesmo gerente por uma questão de melhoria dos controles internos, isso foi segregado, dividido em duas gerências, uma para gerir os investimentos estratégicos, uma segunda para gerir os investimentos de negócio, de operação e uma terceira área, que não era um gerente, era um nível de supervisão, que fazia análise técnica, sem responsabilidade, sem vinculação com os anteriores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que tipo de autonomia tinham esses gerentes?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Praticamente nenhuma autonomia em termos do processo decisório. O processo decisório... O processo é até bastante democrático, mas a decisão não é democrática. Os gerentes poderiam fazer os estudos, sentar para fazer as negociações, apurar os valores, verificar se, sei lá, o [inaudível] ou se a rentabilidade que se espera do investimento está compatível com aquilo que nós desejamos, faz a nota técnica e apresenta para o Diretor. Então, ao fazer isso, o gerente tem voz mas não tem voto. Ele não aprova nenhuma operação, independentemente do valor que seja essa operação.

Essa operação vai para a Diretoria de investimentos, a Diretoria de investimentos, em conjunto com seus gerentes pode aprovar operações. Ou podia aprovar, naquela época, operações de até um milhão, se não me engano, de reais, acima disso, até dois ou três, tinha que incluir o Presidente, e, mais do que o cinco, tinha que ser a própria Diretoria Colegiada. Então, os gerentes tinham pouca autonomia. Tinham autonomia técnica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A que é que se deveu a saída do senhor da Diretoria financeira?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: O estatuto da PREVI previa que cada Diretor pode exercer o mandato e pode ser reconduzido. Isso significa que, no máximo, dois mandatos. Eu fui indicado para concluir um primeiro mandato, que estava em andamento. Terminou o mandato, fui reconduzido, concluí o segundo em abril de 2002 e eu estava tecnicamente impossibilitado de continuar. Então, concluí minha participação na PREVI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se não houvesse essa impossibilidade técnica, o senhor, em sendo convidado, cogitaria continuar na diretoria?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: A pergunta tem dois... Dá para fazer uma análise sob dois aspectos. Realmente é muito desgastante, é muito sofrido se trabalhar, não acho que seria uma boa idéia continuar por muito tempo, até por uma questão de saúde mental e física. Mas, de outra parte sente-se que está de fato contribuindo para a vida futura de todos os associados, que hoje significa praticamente todos os empregados do BANCO DO BRASIL. Então, é uma contraposição forte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse período de aproximadamente sete meses, entre a saída do senhor e a assunção do Dr. Luiz, quem é que respondeu pela Diretoria financeira da fundação?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Foi nomeada uma pessoa chamada Ricardo... Eu não me lembro o nome completo, um outro Diretor, e ficou lá esse período até concluir o mandato, se eu não me engano, quando o Aguiar foi convidado. Mas aí eu já não acompanhei de perto os acontecimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Luiz, quando o senhor assumiu a Diretoria financeira, houve uma mudança completa no quadro da Diretoria executiva da fundação. Em parte, nós acreditamos que pela mudança de Governo também. Em 2002 houve a eleição, um novo agrupamento político venceu, e, nessa ocupação

dos cargos do Governo Federal obviamente procurou indicar pessoas que estivessem mais afinadas com essa corrente nova que chegava ao poder. Eu lhe pergunto, quando o senhor assumiu a Diretoria financeira, o senhor sentiu, de alguma forma, uma diferença no perfil de V.Sa., que tinha um perfil extremamente técnico para o perfil de outros ocupantes de cargos e funções na PREVI, que eventualmente tenham chegado lá por um peso mais político de indicação?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Bom, eu me recordo bem que, quando fui nomeado Diretor de investimentos, houve a mudança também de uma outra diretoria, a Diretoria de participações, em que a pessoa que foi indicada foi uma pessoa com extrema qualificação, com um currículo muito bom. Ele, antes disso, era Gerente executivo da área inclusive de participações societárias do próprio BANCO DO BRASIL, pessoa cuja experiência no trato dessas questões societárias já vinha de algum tempo, conhecia inclusive alguns investimentos específicos, já que em alguns casos o BANCO DO BRASIL e a PREVI são sócios em alguns empreendimentos mobiliários, então, eu me recordo bem disso. E, além disso, o estatuto da PREVI prevê que, necessariamente, os quadros indicados pelo BANCO DO BRASIL têm que ser do próprio Banco, diferente de estruturas de outras fundações onde se tem a possibilidade de fazer escolhas do mercado ou de pessoas de fora das próprias fundações. No caso da PREVI, especificamente, isso não ocorre. Portanto, as pessoas tinham todas um histórico sobre a cultura do próprio BANCO DO BRASIL e conheciam, com níveis diferenciados, o que é que a PREVI vinha fazendo. No caso do Diretor-presidente da PREVI, ele já inclusive vinha, como Diretor de participações... Eu não me recordo exatamente quantos anos, mas acho que uns dois ou três anos ele já participava da diretoria. Então--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me permite interromper, para completar o raciocínio do senhor. O Dr. Sérgio Rosa ele já compunha a Diretoria executiva, antes de 2002... Antes de 2003, como membro eleito pelos participantes?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Exatamente. E como executivo responsável pela diretoria de participações. Então ele foi alçado a Diretor-presidente e duas novas pessoas assumiram. A Diretoria de investimento, que foi o meu caso e uma outra pessoa assumiu a Diretoria de participações, com esse perfil que lhe falei. Então, eu acho que a composição da diretoria dos quadros vindos do Banco foi um *mix* muito feliz. Eu acho que nós tivemos uma oportunidade de muito boa de mesclar um pouco a experiência já

passada de um dos membros da diretoria, que vinha de dois anos, com a experiência de participações do novo Diretor de participações e da minha, inclusive, com uma amplitude maior dos negócios, pelo fato de ter trabalhado durante três anos e meio no mercado financeiro internacional na praça de Nova York. Então, eu acho que a gente combinou bem, eu acho que foi uma equipe muito positiva e eu tenho as melhores lembranças dessa época.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sem querer causar qualquer constrangimento a V.Sa., eu assim como fiz com o Dr. Gilberto, lhe solicitaria que pudesse aqui fazer um diagnóstico da situação em que encontrou a diretoria financeira e a avaliação que tem V.Sa. do desempenho da diretoria até o momento em que V.Sa. foi chamado para assumir a função de diretor financeiro?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Hum-hum. Eu acho que como em qualquer organização, as organizações elas têm ciclos, não é? Elas não necessariamente você tem que fazer a mesma coisa sempre ou olhar para trás e dizer que foi tudo feito errado, porque as variáveis externas mudam, o mercado muda, uma série de coisas se alteram. O que eu efetivamente fiz na PREVI, foi olhar fundamentalmente a mudança da maturidade que o Fundo de Pensão, do principal fundo nosso, do principal plano nosso que é o plano de benefício definido estava passando, nós tínhamos já naquele momento uma inversão, ou seja, um número de assistidos maior do que o número de ativos, havia já uma inversão no total de contribuições que nós recebíamos dos funcionários e do próprio BANCO DO BRASIL em relação aos benefícios que nós pagávamos anualmente, já estava favorável os benefícios e portanto você tinha que usar o retorno dos seus investimentos para fazer frente a isso. E além disso existia uma necessidade de enquadramento, até legal do ponto de vista da parte de renda variável das ações da PREVI, que a legislação determina que você tenha 50% do seu total de portfólio, total da carteira até 50% nós tínhamos e temos mais. Então, era obrigatório que a gente aprovasse um plano de enquadramento no Conselho Monetário Nacional de maneira a adequar esse perfil de renda variável, no passar do tempo, sem colocar em risco a liquidez da PREVI e mantendo, evidentemente a prudências do pagamento de benefício e assim por diante, o fluxo de caixa. Eu acho que um legado importante da minha gestão foi ter aprovado esse plano, nós demoramos uma negociação bastante profunda, um ano, eu me lembro são 1 ano, 11 dias e algumas horas em conversações com o mais alto nível dos componentes do Conselho monetário nacional e de um órgão que o assessora, envolvendo

a CVM, envolvendo a Secretaria de política econômica da época, e outros participantes, o próprio Banco Central se envolveu fundamentalmente para checar se os nossos números eram consistentes, vários cenários foram feitos nas projeções de longo prazo, a PREVI trabalha, um Fundo de Pensão trabalha com a projeção de 2080, quer dizer, é difícil você fazer um cenário para um ano, o que vai acontecer no final desse ano, imagina para 2080. Então vários cenários foram feitos e foi aprovado e esse plano é muito parecido com a política de investimentos que a PREVI tem hoje, portanto quem senta hoje na cadeira da PREVI, tem que seguir obrigatoriamente esse plano. Até porque tem controles externos a ele, então você tem que... O conselho fiscal semestralmente dá um parecer sobre o cumprimento desse plano. E isso vem sendo feito, e o conselho fiscal encaminha esse parecer, com toda a responsabilização que significa para os conselheiros para a Secretaria de Previdência Complementar, que deve monitorar o conselho monetário nacional a respeito disso. Esse eu acho que foi um fator fundamental da gestão e que diferenciou de outros momentos da história da PREVI, porque em outros momentos você tinha uma arrecadação muito maior de contribuições de que você pagava de benefícios. Eu peguei a curva disso, então eu tive que imprimir uma gestão muito diferente daquela de acumulação crescente, que na fase de acumulação crescente que um Fundo de Pensão quando ele é iniciante ele passa. Eu acho que foi isso fundamentalmente que fiz.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que conseguiu reverter essa relação de contribuição e benefício hoje, portanto tendo a fundação condições de dar segurança completa aos seus beneficiários, aos seus segurados de que não há nenhum risco de ter que iniciar um processo de desinvestimento, para que no futuro mesmo que de médio e longo prazo tenha a obrigação de pagar os benefícios a que cada um tem direito?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR Eu acho que não tem a menor dúvida disso. Se o senhor me permite, hoje no mundo, são poucos os Fundos de Pensão no mundo que tem a situação patrimonial que a PREVI tem hoje. A PREVI acumula um superávit de 18 bilhões de reais, a ponto de ter que fazer uma reserva específica, que no futuro pode ser utilizada até para a redução de contribuições e melhoria dos benefícios, você tem hoje claramente uma política de desinvestimento gradual, cautelosa, que nós... Teve a participação, teve a minha participação nesse processo, não é? E eu não tenho a menor dúvida de afirmar que: As 150 mil pessoas e as suas... Num total de uma comunidade de 350 mil pessoas, estão absolutamente

tranquilas com relação ao seu futuro e a garantia de que esse superávit vai se reverter em benefício para eles, isso eu não tenho dúvida. E por outro lado também, até a imagem do próprio BANCO DO BRASIL, o BANCO DO BRASIL quando se analisa os números do Banco muita gente se esquece, mas muitos analistas olham como a PREVI está contabilizada nos números do banco, porque tem um impacto, se a PREVI for mal o impacto sobre o Banco é uma coisa absurda, não é? E com certeza isso tem feito com que as próprias ações, ação do BANCO DO BRASIL, a valorização dessa ação, passe por esse resultado positivo que a PREVI tem obtido.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Gilberto, o senhor constatou antes de sair, que fundação passava por esse processo de alteração da relação de contribuição e benefícios e que para tanto seriam necessárias algumas mudanças estratégicas e de direcionamento na política de investimentos, a fim de que não houvesse nenhum risco futuro para os segurados?

SR. GILBERTO ALDELINO CORRÊA: No período que eu passei lá, já havia sido detectado pelos cálculos atuariais e pela quantidade de assistidos que a curva se inverteria, nós estávamos num patamar ascendente, no segundo ano nós já estávamos no platô(F) disso, com perspectiva com a certeza de que cairia, o fluxo de caixa passaria a ser negativo a partir de 2005, ou alguma coisa parecida no futuro. E logo a disponibilidade de caixa para investir na PREVI seria zero, você teria gerar dinheiro com os investimentos, além de arrecadação mensal para pagar o total de beneficiados que só aumentaria a partir daquele momento. Isso foi detectado e já começou-se o estudo para inverter a forma de trabalho dentro da PREVI.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Luiz, dentro da mudança de política de investimentos, que aspecto o senhor destacaria que tiveram preponderância nessa tentativa e nesse esforço, que o senhor acabou de dizer aqui, de mudar a lógica? Então quais os principais aspectos foram alterados na política de investimentos da PREVI a partir de 2003?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR Eu acho que foi o primeiro ponto essencial foi o que eu falei, quer dizer, eu acho que o fato de nós termos aprovado um plano de vôo, um plano de enquadramento no conselho monetário nacional, deu uma visibilidade muito grande para todos os agentes de mercado, obviamente sem entrar em detalhes, que seria extremamente prejudicial para a nossa própria posição, mas ficou claro e visível e transparente qual era a nossa direção, a direção de reduzir gradativamente o nível de investimento em

renda variável, e que concomitante com o aumento de investimentos de renda fixa, renda fixa entendido como o título público, como títulos públicos, títulos privados, investimentos em curto prazo de mandar a nossa liquidez de CDB, de compromissadas, de fundo de direitos creditórios, eu acho que essa direção ficou extremamente clara para todo mundo. Então você realmente estanca um processo em que você tinha uma demanda muito grande por novos investimentos, porque as pessoas ainda entendiam, muito pouca gente, Deputado, eu acho que esse trabalho que está sendo feito pela CPMI, está trazendo para um lado positivo das pessoas entenderem a lógica de um Fundo de Pensão, muita gente esquece que o Fundo de Pensão tem um passivo, como esse passivo, essas obrigações vão se dando no longo prazo, ano a ano no pagamento de benefício para as pessoas, a maioria das pessoas acham que o Fundo de Pensão só tem recurso abundante e que não tem que entregar esse negócio para ninguém, não é? Mas não, na PREVI nós chegamos a pagar na minha gestão, cerca de cinco bilhões de reais ao ano de benefício. Tem determinados municípios brasileiros, que se você olhar a contribuição dos aposentados do BANCO DO BRASIL naquele município, naquela renda gerada pelos benefícios pagos pela PREVI, é relevante, extremamente relevante. Então só para lhe dizer, eu acho que o maior ponto dessa inflexão foi o mercado e os agentes dele entenderem qual era a nossa opção. Isso não quer dizer que a PREVI não estava preocupada com os investimentos societários, estava e muito. Houve um trabalho muito forte de participação extremamente ativa na questão da governança corporativa, que também é um outro nome que pouca gente entende o que é que significa isso, mas significa o alinhamento fundamental [soa a campainha] e essencial.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicitaria um pouco mais de silêncio ao Plenário.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR A governança corporativa, o alinhamento dos acionistas, seja ele acionistas majoritários, minoritários com o corpo de diretores das companhias para efetivamente trazerem o valor para aqueles que investem na atividade produtiva. Esse foi um trabalho muito interessante e eu digo mais, inovador que está trazendo operações no campo do mercado de capitais, que os Fundos de Pensão tem liderado esse processo e em especial a PREVI, eu acho que esses dois movimentos de mercado entender qual era a nossa direção, mas melhorar a qualidade da governança, desse alinhamento de sócios com executivos e com funcionário das empresas,

para trazer valor para quem investe nessas empresas, foi algo que eu gostaria de destacar aqui.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor assumiu, naturalmente o senhor promoveu uma mudança muito grande nos quadros dos gerentes da diretoria financeira. Então eu queria que o senhor dissesse quais foram os gerentes que o senhor mudou e quais os critérios que determinaram a escolha dos novos profissionais?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR Com muito prazer. Na minha época o... Eu não me lembro se foi na gestão do Ricardo Parães ou até mesmo do Gilberto, nós tínhamos... Eu passei a trabalhar com cinco gerentes, não é? Os quais o Gilberto já colocou aqui, eram dois responsáveis por investimentos mobiliários, as ações, que nós dividíamos ações de controle, onde a PREVI tem controle das companhias junto com outros investidores, as ações líquidas que são as carteiras indexadas, a gente não tem o controle da empresa, esses dois gerentes, um gerente responsável pelo investimento imobiliário, um responsável pela tesouraria, que é gerente de operações e um responsável pela análise técnica e pelo preço dos ativos. Eu trabalhei com cinco, na época quando eu cheguei o gerente de tesouraria, o gerente de operações estava se aposentando, para o lugar dele eu trouxe uma pessoa extremamente qualificada do BANCO DO BRASIL, como já foi falado anteriormente aqui, que trabalhava na gerência de operações financeiras do BANCO DO BRASIL, já como gerente de divisão lá, pessoa que conhecia o mercado, conhecia como operar numa Mesa. Então, tinha uma especialização muito forte para isso. Tinha uma vaga em aberto dessa análise técnica, que tinha recém criado o departamento dentro da minha diretoria, onde eu fiz um processo seletivo, né? Interno dentro da PREVI com ajuda da área de Recursos Humanos da PREVI, onde nós identificamos quatro talentos dentro da organização, coube a mim dentro desses quatro identificados pela área de Recursos Humanos, escolher essa pessoa para a análise técnica, foi aproveitado internamente. Na área imobiliária eu mantive os meus dois gerentes, que eram gerentes com uma grande experiência em mercado de capitais, que me parece que inclusive foram gerentes na época do Gilberto e do Ricardo, eles mantiveram, e a única troca que eu promovi por uma questão de estilo foi na gerência da carteira imobiliária, que nós tínhamos que ter um estilo mais ativo na gestão dessa carteira, especialmente na venda de imóveis com valores considerados pela PREVI dado o nosso tamanho pequenos, que eram até valores até cinco milhões de reais. E que davam, tinha um custo de administração muito alto, extremamente alto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Valores até?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Cinco milhões de reais, nós promovemos uma política de desinvestimento extremamente transparente, qualquer um pode entrar no *site* da PREVI e observar os imóveis que estão à venda, o seu preço estabelecido, qual o preço que a PREVI está disposta a vender, de maneira a dar transparência ao mercado para fazer a operação de venda. Então foi a única efetiva mudança que eu fiz, que o outro aposentou e a outra área estava sendo recém criada. Foi com esse equipe que eu trabalhei durante os meus três anos e cujo valor é inestimável e a gente pode provar o valor da equipe quando a gente vê os resultados e vê a questão também do controle interno lá.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O processo decisório se dava basicamente como o Dr. Gilberto disse. Então havia uma discussão com todos os gerentes, portanto, um nível de decisão cabia à diretoria financeira, depois um outro nível ao colegiado dos diretores. E as decisões mais importantes eram tomadas pelo Conselho, quer dizer, essa lógica ela foi mantida?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR Foi absolutamente mantida, sem dúvida.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sem qualquer alteração?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR Sem qualquer alteração, não houve alteração nenhuma. Tudo aquilo que estava dentro da política de investimentos seguia esse roteiro, a diretoria de investimentos, depois a diretoria de investimentos com mais o Presidente e depois a diretoria colegiada, todo e qualquer assunto independente do valor que fugisse da política de investimento, vou citar um exemplo, se aparecesse uma proposta de compra de investimento na debênture, cuja a empresa que emitiu o debênture tivesse menos de 500 milhões de patrimônio, nenhum desses 3 colegiados decidia, porque na política de investimento prevê que você só pode adquirir investir em debêntures, além de outros aspectos de análise risco e capacidade de pagamento, etc etc etc. Um ponto crucial de controle é que o emissor tenha no mínimo 500 milhões de reais de patrimônio, caso você verifique que há rentabilidade, que tem capacidade de pagamento, que todos os outros pontos efetivamente estão *compliance*, estão de acordo com a política menos esse, você tem que submeter esse processo até o Conselho Deliberativo da instituição. Coisa que praticamente não acontecia no dia-a-dia, porque era muito mais para restringir do que para você levar um assunto como esse operacional ao Conselho.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, o Dr. Gilberto fez referência aqui a alguns problemas que recebeu e que teve que administrar, citou pelo menos três eu anotei. Um com relação a privatização da Telebrás, do sistema Telebrás, e outros dois com relação a investimentos imobiliários, como Sauípe e como o hospital Humberto Primo. Eu queria do senhor a mesma avaliação de contenciosos do passado que o senhor teve que administrar, de problemas que o senhor recebeu e que teve que gerir, dentro inclusive dessa filosofia de mudar a política de investimentos da fundação. Eu queria que o senhor destacasse quais foram os principais, na opinião do senhor e que medidas foram adotadas para tentar diminuir o impacto negativo, que eventualmente esses contenciosos tenham causado ou venham causando a fundação.

SR. GILBERTO ALDELINO CORRÊA: Nesse caso eu acho que a vale a pena a gente mencionar o seguinte, antes de eu entrar no detalhe, que a PREVI é um fundo que está entre os 100 do mundo, deve ser o *ranking* 88 do mundo, desses 100 maiores fundos do mundo, a PREVI deve ser, sem medo de errar o único Fundo de Pensão de todos esses, que a legislação por motivos que a gente também entende, que eu acho que vale a pena até destacar, porque é uma poupança de longo prazo e tem que ficar no Brasil, mas ela com certeza deve ser a única que tem que investir, necessariamente, somente em um país, Brasil, tem uma legislação uma brecha pequena para investimentos no exterior, mas é tão diminuta que não vale a pena desenvolver uma equipe para fazer isso, que faz do ponto de vista marco econômico, desenvolvimento econômicos faz total sentido, agora para quem está investimento em diretor de portfólio de 82 bilhões de reais, é como se você estivesse investindo num único risco, no ponto de vista geográfico que eu estou falando. Evidente, por mais que você faça as coisas absolutamente certas, dentro da política de investimentos observando os riscos e retornos dos investimentos que você está propondo, você vai errar, não tem dúvida que você vai errar. Os cenários, você pensa na taxa de juros hoje amanhã você acorda com outra, você pensa num câmbio ontem, amanhã já é outro, você vai errar e as variáveis que um investimento de risco como esse tem, são inúmeras além das variáveis marco econômicas, tem as setoriais. Bom posto isso, é evidente que um portfólio como esse tem problemas, e cabe ao gestor sentar ali e resolvê-los. E eu tive uma sorte histórica por quê? O Conselho Fiscal da PREVI se envolveu nessas questões mais difíceis e cobrava do diretor de investimento uma apresentação mensal do que é que estava sendo feito para resolver cada

um deles. Isso era feito mensalmente, tenho a ata da reunião do conselho fiscal da PREVI mostrando a minha apresentação, posso estar errando na frequência mensal, mas se não for mensal é bi mensal, onde eu ia lá escrever um a um, ponto a ponto do que a gente estava fazendo para resolver. Do ponto de vista pontual, indo para o detalhe, concordo com que o Gilberto falou, adicionaria a isso um Palácio, um hotel 6 estrelas que a PREVI entrou em São Paulo, chamado o Hotel Tangará, que fica dentro do, para quem conhece o São Paulo do parque Burle Max, nós temos um problema a resolver ainda, teve outro que felizmente na minha gestão nós resolvemos, que um parque de diversões entretenimento na região de aparecida do norte chamado *Magic Park*, nós vendemos, conseguimos sair do negócio. E eu acho que, mas tudo isso tem ações, assim, de passo de formiguinha, no dia-a-dia para resolver. Não é uma tarefa fácil, mas há foco dentro da PREVI para a resolução disso, até porque há uma cobrança muito forte dos conselheiros, para que haja uma solução final desses problemas.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O problema, por exemplo, da Costa do Sauípe, evidente que do ponto de vista imobiliário da construção é inequívoco que tudo foi feito, na há nenhuma pendência. Existe ou até o final de 2005, existia ainda um passivo financeiro com relação à esse investimento?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR Costa do Sauípe, hoje é um sucesso.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sou testemunha disso.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR É uma realidade, ela está inclusive gerando um processo de investimentos naquele entorno fabuloso e você ali tem que ter cautela e calma e paciência. Esse é, do ponto de vista do investidor. Operacionalmente o resultado já é positivo na Costa do Sauípe. Isso, como a gente fala, na última, na última linha, mas temos problemas ainda do modelo negocial, do modelo de negócio que foi implantado lá na origem. Mas o compromisso da PREVI com esse empreendimento é enorme. A ponto até da PREVI ter desenvolvido junto com a administração local um projeto ganhador do ponto de vista de responsabilidade social, envolvendo a própria comunidade ao redor, que é o chamado projeto berimbau que fez uma inclusão fantástica. A Costa do Sauípe, o Deputado é da região e pode até confirmar ou não o que eu vou dizer, ela não era vista no passado, há uns três anos atrás como algo na Bahia, você chegava na Costa do Sauípe, você não via nenhuma referência na Bahia. Hoje você chega lá, você, primeiro exemplo, que você vê na entrada do Costa do Sauípe há um orixá,

não me lembro e nem vou arriscar, porque o senhor pode me corrigir eu posso errar feio, mas se você ver essa referência, essa inclusão do Estado na Costa do Sauípe e a inclusão da comunidade na Costa do Sauípe, fez ela começar a virar o jogo, é um começo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que a médio e longo prazo?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR Eu acho que é um ativo absolutamente interessante no médio e longo prazo. Haja vista o número de investimentos que estão sendo feitos naquela região toda, investimentos portugueses e outros que estão sendo feitos na região.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Diferente desses outros três?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR Sem dúvida.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sr. Presidente, o senhor permitiria? Eu preciso agora ir ao Plenário do Senado, mas eu gostaria de depois, eu vou ter que ir agora, não tem jeito.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se a senhora quiser interromper.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Não, eu estou pedindo para interromper só para dizer que garanta que eu possa voltar e fazer.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na hora que a senhora quiser, a gente não encerra--

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Não encerre por gentileza.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não encerraremos a sessão sem que a senhora esteja aqui de forma alguma, qualquer hora que a senhora quiser usar da palavra é só solicitar. Tá bom. Mas então há uma distinção clara desses outros três empreendimento com relação a Costa do Sauípe?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR Não tenho a menor dúvida disso, até mesmo porque o porte desse investimento ele é bem maior. Quer dizer, ele é um empreendimento de 1600 quartos. Né? Onde você tem operadores internacionais dos melhores nomes do mercado operando na região. E que tem crescido ano a ano o nível de ocupação desse empreendimento, virou o destino Sauípe já é um destino conhecido. Se não me falha a memória, nas avaliações dos administradores, já é o primeiro destino lembrado como se fala de turismo no Brasil. Se não for o primeiro é o segundo. Então houve uma consolidação dessa marca. Agora é um investimento que você não pode efetivamente sair e pensando no curto prazo. Como originalmen-

te houve alguns problemas na forma, no modelo de gestão que foi feito em Sauípe, você paga um preço em relação a isso.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Agora, certamente de 2003 para cá, a PREVI não cogitaria mais participar, por exemplo, de parques aquáticos, de investimentos com hospital que em tese não apresenta um retorno tão seguro, quer dizer, dentro dessa mudança de filosofia passou também a ter na diretoria da PREVI esse tipo de preocupação?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR Pas-sou.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu não falo nem a Costa de Sauípe, porque eu considero que tem uma condição completamente diferenciada de todos os outros que foram citados pelo Dr. Gilberto, talvez até ele compartilhe dessa mesma idéia que está sendo aqui comungada por nós dois, mas assim, por exemplo, investimento em parque aquático, a PREVI fez investimentos, a FUNCEF fez investimentos, mas não se tem notícia de nenhum investimento desse porte que tenha dado certo no Brasil, que tenha tido êxito no Brasil.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR Res-pondendo a primeira pergunta eu diria o seguinte, que realmente a política de investimento na PREVI foca na questão da rentabilidade e retorno e a palavra que pas-sou a ser essencial, a liquidez. É muito mais provável vocês verem a PREVI aplicando em fundo de direito creditórios e debêntures de longo prazo de empresas, para financiar a dívida das empresas de longo pra-zo, uma dívida saudável que elas possam pagar, em CDBs de por acaso, entendeu, com risco analisado, com limite de crédito aprovado. Essa é a tendência da liquidez que a PREVI busca. Agora também não po-demos criar um preconceito. Eu acho que esse, como papel de investidor desse porte, tudo que você fala você pode criar um preconceito, atrair ou não outros investidores, isso é muito perigoso, por exemplo, nós temos um hospital em São Paulo, que o prédio é nosso que é um sucesso, é um sucesso de rentabilidade de longo prazo só, só tem coisas positivas a dizer desse empreendimento. E é um hospital, está certo? No caso dos parques eu também infelizmente não tenho uma notícia positiva para dar, até porque também a PREVI em parque temático ela não foi agressiva no passado como outros fundos foram, nós temos a participação pequena no *Hopi Hari* e lá, estou falando, nós temos, eu estou--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Claro se colocando como o Diretor da PREVI.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR Como o diretor de investimentos da PREVI. E lá nesse Magic Park, realmente eu acho que houve uma avaliação, mais uma vez uma avaliação positiva no cenário de crescimento do poder de compra do Brasil, em determi-nado momento da história lá para 97, 98 em que esse, esses projetos, os planos de negócios foram vendidos e aceito pelos investidores e depois não se verificou a rentabilidade esperada, não quer dizer que seja um mau negócio para sempre, é isso que a gente tem que ter muito cuidado para falar, outros lugares no mundo é sucesso, tem investidores que aplicam nesse negócio e se ganham dinheiro com eles, né?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Dr. Gilberto, como é que normalmen-te se dava a relação do senhor como diretor financeiro com a direção da patrocinadora? Ou seja, havia algum tipo de interface direta, havia algum tipo de presta-ção de contas que a diretoria financeira fazia para o BANCO DO BRASIL, ou todo o tipo de discussão ela se restringia ao universo da própria fundação? Como é que era essa relação, diretoria financeira PREVI e BANCO DO BRASIL?

SR. GILBERTO ALDELINO CORRÊA: No meu caso especificamente, havia um contato direto entre diretores de investimentos, no meu caso e o Diretor Financeiro e o Presidente do BANCO DO BRASIL, particularmente para direcionar alguns trabalhos que nós queríamos que fosse feitos no BANCO DO BRA-SIL com a melhoria dos riscos das operações e não na PREVI ou por alguma outra instituição. A partir do momento que isso evoluiu no BANCO DO BRASIL, os contatos diretos que aconteceram nos dois ou três primeiros meses, praticamente acabaram e também para liberar pessoal, pessoas que eu queria levar para a PREVI, em substituições a aqueles que eu troquei no início. Então dependia um pouco do apoio político dessas pessoas dentro do Banco.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): E no caso de V.Sa., Dr. Luiz, como é que o senhor classifica e caracteriza essa relação com o BANCO DO BRASIL?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR Extrema-mente positiva, nós temos uma oportunidade de convi-ver com o maior Fundo de Pensão da América Latina, cujo seu patrocinador é o maior Banco de varejo do país, e dentro desse Banco você tem duas unidades fundamentais para a área de investimento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu solicito aos assessores e nossos prezados companheiros da imprensa que procurem fazer o máximo de silêncio possível, inclusive desli-

gando os seus aparelhos celulares se estiver dentro das possibilidades de cada um, pois não?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR Como eu falei, a relação com o BANCO DO BRASIL sempre produtiva, positiva e quando você tem essa possibilidade de conviver, o maior Banco do país, com o maior Fundo de Pensão da América Latina e dentro desse Banco você tem uma área de operações financeiras, que é *diller(F)* que é o principal, um dos principais negociadores de títulos públicos e lideram aí nos *rankings* do mercado financeiro local e o maior administrador de recursos de outro lado, que é a nossa BBDTVM, você cria um grau de sinergia fabuloso, então, eu tenho, eu acho que esse tripé dentro do banco, essas duas unidades com a PREVI, é uma força muito grande para o mercado financeiro, eu diria.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Gilberto, o senhor nos falou aqui um pouco da estrutura de auditoria interna da fundação. Eu indagaria a V.Sa., se no período em que V.Sa. esteve a frente da diretoria financeira a auditoria interna, ela detectou algum tipo de problema que merecesse a atenção do corpo diretivo da instituição, que depois tivessem obviamente dirigido a diretoria de V.Sa., a tomar uma mudança de posições? Então dentro desse trabalho de auditoria interna, houve a verificação de algum problema específico nesses dois anos que o senhor foi Diretor?

SR. GILBERTO ALDELINO CORRÊA: Não me lembro de algum problema específico de relevância que tenha acontecido ou que tenha sido identificado pela nossa auditoria interna, que justificasse ou que merecesse um tratamento especial por parte da minha diretoria. Obviamente, pequenas coisas sempre são identificadas, relatórios de auditoria sempre indicam melhoria dos controles internos, sobre isso faz um plano de ação e o acompanhamento da implementação do plano de ação, é feito pela própria auditoria até a sua conclusão. Eu não me lembro se houve algum caso específico que auditoria tenha apontado, creio que não, senão eu lembraria.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No caso do senhor, Dr. Luiz?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR Eu também nada relevante a ponto de saltar aos olhos, apenas pontos de melhoria que sempre há nesse processo, né? O processo a gente não pode esquecer que é um processo humano, as pessoas avaliam, fazem notas, e isso sempre pode ser melhorado. Então coisas desse tipo como foi falado pelo Gilberto, define-se um plano de ação, você tem um procedimento que você não pode repetir a mesma ocorrência na outra, na auditoria que vem na sequência, né? Subseqüente, que aí senão a

questão fica, começa a ficar mais séria, a gente nunca teve, nunca teve um caso na minha gestão específica com relação a isso. Portanto, seria isso que eu teria a responder.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Gilberto, como é que era definida a segregação da carteira de investimentos da fundação, pensando aí na divisão entre carteira própria e fundos exclusivos. Então, eu queria que o senhor pudesse fazer uma avaliação de qual foi a estratégia adotada no período de V.Sa., para descentralização de uma parte dos investimentos realizados pela fundação, que eram transferidos para a gestão de fundos exclusivos, administrados por instituições financeiras.

SR. GILBERTO ALDELINO CORRÊA: Eu posso cometer algum erro, já faz quatro anos que eu estou fora, obviamente eu posso não ser tão preciso assim na resposta, mas pelo que eu me lembro toda a nossa carteira de investimento e renda fixa à época em torno de 10 bilhões de reais, era administrada por fundos da BBDTVM, do BANCO DO BRASIL, toda a administração de renda fixa, renda variável dependia do tipo de operação que se tinha, se era uma interferência na gestão da própria companhia para melhorar e para apresentar resultados, e isso em alguns casos foi terceirizada a administração, até porque esse fundo tinha expertise para participar dos conselhos e fazer orientação na recuperação desses ativos, mas são ativos pequenos, investimentos menores. A maioria da gestão da carteira imobiliária de ações, era própria dividida em alguns tipos de carteira, uma carteira menor que era para a operação diária, aproveitando as oscilações de mercado e uma carteira maior que era uma carteira passiva, que indexava o IBX da Bovespa, onde que você deve manter a mesma proporção de aplicações que o índice determina e uma carteira de investimentos estratégicos, que o objetivo do investimento não era ganhar dinheiro com a valorização do preço da ação, mas sim com a gestão e valorização da companhia em si, onde nós tinham participações societárias relevantes. Como é caso de VALE DO RIO DOCE, PETROBRAS, AMBEV etc.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quantos fundos exclusivos existiam na época do senhor? O senhor se lembra? Mesmo por alto.

SR. GILBERTO ALDELINO CORRÊA: Cinco ou o dobro, mas eram bastante.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor se recorda quais eram as instituições que geriam esses Fundos.

SR. GILBERTO ALDELINO CORRÊA: Fundo de renda, eu estou falando fundo de renda fixa, BANCO DO BRASIL, 100%.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo. E instituição que não tenha vínculo com o BANCO DO BRASIL, ou seja, que não esteja dentro do conglomerado de empresas que compunham o BANCO DO BRASIL?

SR. GILBERTO ALDELINO CORRÊA: Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não havia?

SR. GILBERTO ALDELINO CORRÊA: Não, só algum fundo muito exclusivo, muito específico para a gestão de investimento em ações e, mas eu não, Dínamos, se não me engano, foi um dos gestores que--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dínamos é o quê? É uma distribuidora, uma corretora?

SR. GILBERTO ALDELINO CORRÊA: Não é um fundo que pega as ações coloca sobre a gestão dele, você transfere os direitos--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dínamos é o nome do fundo? Quem é que geria o Fundo, o senhor se lembra.

SR. GILBERTO ALDELINO CORRÊA: Uma das pessoas que geria era um colega que veio do BNDES e que era um dos administradores, pessoas--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas sempre a gestão estava subordinada à fundação diretamente, a PREVI diretamente?

SR. GILBERTO ALDELINO CORRÊA: O fundo tinha alguma autonomia para gerir, mas nós podíamos retirar isso a qualquer momento, ele tinha que seguir a orientação da PREVI, ele adquiria alguns poderes que as ações conferem ao acionista, como é o caso de indicar um conselheiro para, um conselheiro de administração da empresa e promover as melhorias necessárias.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Luiz, no período do senhor, houve a mudança de sistemática de descentralização dos investimentos?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR Não, fundamentalmente não houve não, continua, os fundos exclusivos de renda fixa e renda variável administrados pelo próprio BANCO DO BRASIL e houve, tinha um conjunto de ações em que as empresas, são empresas na sua maioria excelentes, mas elas têm pouca liquidez no mercado, então esses fundos são chamados de fundos de liquidez e governança. Então, o que é que foi feito? A PREVI há um tempo atrás, junto com outros investidores, quem liderou esse processo lá atrás foi o BNDES, chamou alguns gestores qualifica-

dos para fazer o trabalho de busca de valorização e obtenção de liquidez, melhorando a posição dessas ações específica no mercado. Então a PREVI não era fundo exclusivo, a PREVI era um cotista, ela integrou sua participação com essas ações, nesse Fundo, e esses gestores são os gestores menores e com foco em governança e liquidez, passaram a fazer esse trabalho. E se não me falha a memória, cinco ou seis administradores com esse foco, mas não eram gestores apenas da PREVI, não eram exclusivo não, tinham outros cotistas também, mas é uma posição em relação ao total da renda variável da PREVI extremamente pequena. Mas com um resultado extremamente bom, né? Algumas empresas desses, só para se ter uma idéia, algumas empresas que estavam nesses fundos elas foram, fizeram ofertas secundárias, fizeram até ofertas primárias na Bolsa de Valores de São Paulo, portanto criando porta de saída para os nossos investimentos e valorizando a posição que nós tínhamos lá.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Gilberto, essa pergunta também eu quero fazer para os dois depoentes. Está mais do que claro que a PREVI quase que exclusivamente usa os serviços do BBTVM, não é? Muitos que são leigos da estrutura do BANCO DO BRASIL como um todo, desconhecem os motivos que levam a essa decisão, não é? De concentrar muitas operações com a BBTVM. Então se o senhor pudesse fazer uma breve explanação, inclusive aqui colocando a impressão do senhor a respeito disso. Levando em consideração as taxas de administração, levando em consideração os serviços prestados, enfim, é uma decisão acertada, não é, o que é que motiva essa decisão principalmente e como é que se avalia a BBTVM no cumprimento das suas atividades junto a PREVI?

SR. GILBERTO ALDELINO CORRÊA: O risco que se corre um patrocinador ao instituir um Fundo de Pensão, o risco de descasamento atuarial, de você não ter patrimônio suficiente no momento do desembolso para pagamento dos benefícios. Então a gestão dos ativos de um Fundo de Pensão, é de interesse direto, tanto dos associados, quanto da própria patrocinadora. Porque se houver déficit nessa gestão a patrocinadora arca com a parte dessa responsabilidade, proporcional ao volume da sua contribuição na Constituição dessa reserva. É óbvio que trabalhar com BANCO DO BRASIL seria o caminho natural, primeiro pela responsabilidade do BANCO DO BRASIL na própria gestão da PREVI, por ser um risco o BANCO DO BRASIL, para ver um risco do BANCO DO BRASIL e também porque o quadro de operadores do BANCO DO BRASIL, a qualificação e volume de participação do BANCO DO BRASIL no mercado, permite fazer isso com a PREVI. Qualquer

um outro Banco menor, ficaria muito transparente para o mercado que a operação seria da PREVI. Qualquer operação que tivesse fazendo, a PREVI realmente tem um volume de papéis para ser negociado que seria passível de identificação, isoladamente em qualquer um outro administrador. A BBDTVM como sendo um dos primeiros administradores de recursos do país, desses fundos de investimento, administra também os fundos de investimento da PREVI, eu acho que acertadamente uma operação que dá muita tranquilidade para os administradores dos dois lados. Toda a operação é fiscalizada e acompanhada pela PREVI, para saber se a execução se deu conforme o previsto, e o BANCO DO BRASIL tem suporte, tem participação, tem presença, tem responsabilidade no mercado suficiente para administrar esse nível de patrimônio, sem gerar qualquer tipo de relação heterodoxa ou precisar de negociações na escolha do administrador etc. Que poderia gerar dúvidas. O que se cobra absolutamente é o valor de mercado, previamente administrado e definido em comparação com que os outros fazem, ou seja, uma relação bastante justa, eu acho que na minha, na minha época eu achava bastante vantajoso ter esse tipo de relação.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Luiz eu gostaria que o senhor tecesse comentários também nesse sentido, por favor.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR Eu concordo também, eu acho que você ter o seu, como o braço do seu patrocinador, que esse patrocinador é o maior administrador de recursos do país, te ajuda muito. Né? O nível de relacionamento, de transparência na relação de, é muito tranquilo para administrar um portfólio do tamanho da PREVI, desde que evidentemente a gente atente para o custo disso, não é? E como foi falado é um custo de mercado, é um custo que leva em consideração o montante, o volume de recursos que lá estão alocados, né? Para BBDTVM administrar. Eu sempre achei, tanto para a PREVI quanto para a DTVM que esse é o efetivamente o melhor modelo, para quem tem na sua estrutura organizacional um administrador de recursos com esse porte, com essa qualificação.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem da PREVI acompanhava as taxas de remuneração dos investimentos que eram feitos no BANCO DO BRASIL?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Desculpe.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): As taxas de remuneração dos investimentos feitos no BANCO DO BRASIL, para ver se elas estavam compatíveis com os padrões de mercado, se

estava se pagando exatamente o que se deveria pagar a outras instituições do mesmo porte, enfim.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR Como foi falado também, a gente tem uma diretoria de administração, na diretoria de administração tem uma controladoria e a contadoria. Então quem faz todo o acompanhamento, tanto o desempenho dos fundos de exclusivos que são administrados pela DTVM, esse acompanhamento é feito por essa diretoria, ta? Além do que também a gente tem um acompanhamento que é feito com relação aos preços diários, né? Toda a operação específica, não relacionada ao desempenho do Fundo, mas a operação específica de compra e venda de papéis, ela no final do dia você tem uma apuração, desculpe, no dia seguinte você tem uma apuração em relação a média de mercado que você teve no dia anterior, isso vem para o diretor de investimentos, esse foi um sistema um ponto de controle que eu desenvolvi, vem para mim, e uma vez por mês eu faço um reporto, faço um relatório para a diretoria colegiada de todas as operações de compra e venda, seja em título público, título privado, seja de compra ou venda de ações, onde a gente também tenta colocar o que é chamado, o padrão de referência, o benti marco(F) do mercado para cada um tipo de ativo que agente está negociando. Então uma vez por mês a diretoria toma conhecimento da reunião, analisa, pergunta, essa é uma análise feita pela área de *compliance* de controles internos da PREVI.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por exemplo, o acompanhamento da compra e venda de títulos públicos, faço essa pergunta muito mais para ter a opinião de V.Sa., como conhecedor do mercado, porque a PREVI não registrou problemas nesse sentido. A gente verifica casos absurdos onde dentro de uma mesma cadeia negocial, um determinado título, negociado na mesma quantidade, com uma variação que pode até chegar a 30% do preço unitário sempre em prejuízo pra fundação que figura naquela cadeia. Seja a fundação operando em carteira própria, seja operando através dos seus fundos exclusivos. O senhor concorda que uma variação de 30% do preço unitário do título público não se justifica. A PREVI não aceitaria esse tipo de coisa.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR É, nós não temos, nós não temos a gestão, a nossa gestão, como ela é uma gestão como eu falei aqui, muito focada em fluxo de caixa futuro, então a gente tenta precisar, nem sempre é possível, mas a gente tem um nível de conforto de liquidez muito grande, a gente tem um colchão de liquidez que a gente mantém na PREVI, para fazer face aos benefícios, pagamento de benefícios e a gente tenta alocar e investir em títulos públicos, para

no calendário respeitando o fluxo de pagamentos que a PREVI tem. A gente nunca tem a necessidade lá de vender papel, ou mesmo de comprar, mas vender no meu caso é o específico que eu estou citando, com uma certa urgência ou porque a liquidez apertou, isso não existe lá. Ta? Eu não conheço os casos com o grau de profundidade que V.Exa. conhece, pelo trabalho que foi desenvolvido aqui. Mas pode acontecer um caso que por uma situação de mudança atuarial, de tábua atuarial de algum tipo de variável do passivo atuarial das fundações, por algum motivo mude substancialmente o fluxo de caixa dessa fundação, que ela passe a ter necessidade de determinado momento se desfazer de papéis que ela esperava manter a vencimento, ou manter por um longo prazo. E nessa situação ela tem que pagar o preço que o mercado quer. Eu acho que nessa situação se justificaria, eu estou usando o exemplo hipotético para não usar um outro exemplo que isso se justificaria do ponto de vista da gestão do fluxo de caixa da fundação. Por uma mudança de variável, fora do controle do gestor que seria uma mudança de caráter atuarial. Nesse caso justifica, em outros eu não sei dizer, porque eu não conheço a realidade dos fatos que V.Exa. reporta, não é?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, nós vamos passar agora para alguns assuntos um pouco mais polêmicos. Porém ainda sim a nossa abordagem procurará ser a mais técnica possível. Eu inicialmente questiono ao Dr. Gilberto Aldeino Corrêa, como é que ele avaliou durante os dois anos que foi diretor financeiro da PREVI, como é que ele avaliou a participação da PREVI como acionista da BRASIL TELECOM, como é que ele avaliou a gestão da BRASIL TELECOM e se ele teria alguma informação a nos trazer que considerasse relevante sobre toda essa disputa comercial, empresarial que se travou durante, especificamente esses dois anos do mandato do senhor. Porque, no mandato do senhor nós já temos um elemento mais concreto para tratar, que é o acordo de PUT que foi fechado. Eu queria inicialmente ouvir do Dr. Gilberto, a opinião, a impressão, a análise que faz a respeito dessa participação da PREVI na BRASIL TELECOM, da gestão da BRASIL TELECOM, do negócio em si, desses conflitos de interesse que foram muito marcadamente verificados nessa empresa de telefonia brasileira.

SR. GILBERTO ALDELINO CORRÊA: Pois não. No início de 2000, nós estávamos já exercendo o cargo de diretor de investimento, lá na PREVI e tínhamos oferta de compra ou para nós de venda de uma participação numa outra empresa de telefonia celular e que seria colocada sobre a mesma a estrutura dos investimentos que nós já tínhamos nessa estrutura da

participação no grupo de empresas e telefonia fixa e telefonia celular, que isso foi citado. Bom, a diretoria que controla e que acompanha a participação e a evolução do negócio, é uma diretoria de participações que indicam os conselheiros e que acompanha o trabalho dos conselheiros, acompanha o desenvolvimento da própria organização. A diretoria de investimento avalia o acompanhamento do investimento enquanto rentabilidade, retorno, risco e faz os estudos quando há qualquer mudança nessa participação, ou seja, para aumentar, para diminuir constantemente faz reavaliação dos nossos ativos. Como havia uma proposta de alterar essa participação incluindo mais empresas sobre a mesma estrutura societária, foi feito uma análise e pareceu-nos que não estava adequada a correlação de poder na gestão dos investimentos, onde os Fundos de Pensão no conjunto, especialmente a PREVI que era o maior investidor tinha um pouco, nenhum poder na gestão dos investimentos que estavam na estrutura, a partir desse momento não só não autorizamos a inclusão dessa empresas na mesma estrutura societária, como passamos a rever todo o investimento na BRASIL TELECOM e nas telefonias celulares. Nesse momento não houve acordo possível entre as partes, seja os Fundos de Pensão, seja o administrador do fundo de investimento que tinha o dinheiro, a gestão do dinheiro e por conta dessa, desse poder sobre a gestão do fundo de investimento detinha sucessivamente o poder sobre as demais empresas que até chegar na BRASIL TELECOM e na Telemig etc. Como não foi possível e nós não aceitávamos há época que se continuasse, que estava desproporcional a relação de poder entre as partes, isso foi levado ao Conselho deliberativo, aprovação da entrada com a ação judicial para resolver a questão na justiça. A partir daí toda a situação se desenrolou, eu avalio o investimento na telefonia um excelente investimento, creio e acreditava naquela época que a forma do investimento é que estava equivocada. O investimento mesmo com tudo isso apresenta rentabilidade, continuo acreditando que é um bom investimento, mas a parceria na gestão desses ativos é que não foi adequada. A partir daí se tomou essas decisões de buscar a quebra dessa relação por via judicial, uma vez que por via normal nós não conseguíamos fazer.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E como é que o senhor avalia a gestão de 2000 a 2002, da BRASIL TELECOM? Independente de haver essa opinião, de que era desproporcional a participação que os fundos possuíam com o poder de gestão que lhes era concedido, porém, pensando na gestão em si da empresa.

SR. GILBERTO ALDELINO CORRÊA: Eu não tenho como dar uma opinião direta da gestão, mas do que eu via da gestão da empresa BRASIL TELECOM, operadora de telefonia fixa, eu não tinha nenhuma ressalva direta, até porque eu não conhecia suficientemente e isso não era tão público, não era da minha responsabilidade fazer esse acompanhamento. Mas das empresas que controlavam a BRASIL TELECOM, eu tinha sérias restrições da forma de gestão e isso foi comprovado por meio de auditoria etc.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Especificamente do GRUPO OPPORTUNITY?

SR. GILBERTO ALDELINO CORRÊA: Especificamente do GRUPO OPPORTUNITY.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, Dr. Luiz, considerando que o acordo de PUT realizado em 9 de março de 2005, entre a PREVI e FUNCEF e PETROS com o CITIGROUP, atribuiu a este o direito de exercer o seu critério ao fim de 2007, a opção de venda de suas ações para os Fundos de Pensão, pergunta-se porque o contrato não incluía qualquer prêmio para os Fundos de Pensão em razão dessa prerrogativa concedida ao CITIGROUP?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Só voltando um pouquinho com relação a estrutura organização da PREVI.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor fique a vontade, me perdoe eu quis entrar diretamente no acordo de PUT, porque que é uma coisa que é muito própria no período de V.Sa., mas V.Sa. fique a vontade para inclusive da mesma forma como fez o Dr. Gilberto, o senhor pode tecer qualquer tipo de comentário, até gostaria que fizesse a respeito dessa participação dos Fundos de Pensão na BRASIL TELECOM, da gestão da BRASIL TELECOM, enfim, o senhor fique a vontade para tecer qualquer comentário.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sr. Presidente, depois que o Dr. Luiz Carlos falar que eu pudesse, porque eu vou ter que voltar ao plenário já que V.Exa. disse que eu poderia falar, depois eu gostaria.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode, assim que o Dr. Luiz responder a essa pergunta eu passo a senhora, Senadora depois eu continuo.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Ok, só lembrar que nós aqui presentes, nós fomos diretores de investimentos, ou seja, nós temos um determinado nível de prerrogativas, né? E dentro dessas prerrogativas como também já foi falado, o acompanhamento dessas participações acionárias não estão diretamente ligadas à diretoria de investimentos. O que eu poderia

no sentido de colaborar dizer, na mesma linha que já foi dito também, que desde o início nós tínhamos o problema de alinhamento forte entre os sócios dado o nível, o formato em que esse investimento foi feito com uma série, uma estrutura societária bastante complexa, e que sem sombra de dúvida inibia a participação, o alinhamento entre a participação financeira com a participação efetiva dos negócios das diversas companhias, que os fundos nacional e estrangeiro investiram no Brasil. Então, com certeza isso é um diagnóstico absolutamente que eu corroboro, existiu um problema na sua concepção, na sua origem de alinhamento forte. Bom, com relação ao resultado das empresas, o que mais, na realidade os Fundos de Pensão não tinham as ações, porque dada a cadeia societária você acaba não tendo no seu portfólio as ações da operadora debaixo, da BRASIL TELECOM e de outras companhias listadas, né? Você tem empresas no meio, né? E que o seu investimento é feito, ou seja, do ponto de vista do retorno para o investidor, você não tem a valorização de bolsa, está certo? Porque isso não se reflete nessa, nesse nível de, na cadeia societária a qual eu me referi, e você também tinha dificuldade de obtenção de dividendos, os dividendos eles não subiam a tal ponto, a ponto de remunerar os investidores institucionais, no caso os Fundos de Pensão. Então, a empresa do ponto de vista operacional tinha um determinado resultado e os investidores lá em cima da cadeia societária, não acessavam o fruto desse desenvolvimento da empresarial. Então isso é uma situação que se, se tinha claramente. O que as pessoas que lideravam, lideraram o processo dentro da PREVI buscaram, foi justamente um realinhamento entre os principais sócios desses investimentos, que são os Fundos de Pensão e o próprio CITIBANK, né? E nesse processo que foi feito, assim, esse negocial você, negocialmente você teve que assumir determinadas obrigações e obviamente a outra parte teve que ceder também. Então, respondendo de uma maneira superficial porque efetivamente eu não tenho o detalhe do detalhe deste processo, mas o que foi feito? Foi um realinhamento de um ganho do ponto de vista do desinvestimento futuro destes empreendimentos que esse desinvestimento conjunto que não se tinha antes com o CITIBANK foi conquistado pelos Fundos de Pensão. Ou seja, na hora de venda de um determinado ativo debaixo desta complexa estrutura societária, todos os seus acionistas, coisa que não estava em contrato anteriormente, recebem o resultado desta venda nas suas proporções percentuais dos seus investimento, dos seus respectivos investimento. Houve também um ganho de compartilhamento, melhor dizendo, da gestão coisa também que não era prevista. Hoje, a gestão...

A maioria de algumas destas empresas outras estão em curso, processo feita de maneira compartilhada com CITY e os Fundos. Este foi um outro ganho também. Tudo isso, do ponto de vista negocial, acho que se reveste como o famoso prêmio que as pessoas se referem constantemente. Em contrapartida, houve essa “put” colocada, precificada e que o CITIBANK detém. Então, de uma maneira muito grosseira, mais uma vez, é difícil a gente falar uma coisa que a gente não lidera no dia a dia. Mas, de uma maneira bastante objetiva, o que eu poderia dizer é isso. Quer dizer, em troca do prêmio você teve ganhos que você não tinha no seu contrato eliminal de desinvestimento conjunto e de gestão compartilhada, não é? Em troca você tem a opção que foi concedida ao CITIBANK.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu, antes de dar continuidade a essa linha de perguntas, eu vou passar a palavra a Senadora Ana Júlia para que ela possa fazer as suas indagações. E aí, logo em seguida, eu retomo.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Obrigada. Eu gostaria de agradecer que eu estou escrita também para falar e vou precisar ir ao plenário novamente. Bem, eu queria primeiro agradecer a presença do Dr. Luiz Carlos do Dr. Gilberto aqui da PREVI, que são funcionários do BANCO DO BRASIL. E dizer que, como no BANCO DO BRASIL, a PREVI administração dela, o registro que foi feito aqui, Deputado, das diferenças da administração dos Fundos de Pensão, eles têm uma relação direta também com a conquista que foi feita principalmente pelos associados dos Fundos de Pensão nas suas lutas. E eu quero dizer que, como associada da PREVI, eu sei disso porque foi uma luta muito grande inclusive para democratizar o processo de gestão da PREVI. Democratizar este processo, torná-lo inclusive paritário no sentido de que tanto os associados quanto à patrocinadora pudessem ter uma gestão paritária na sua administração. Mas, eu... Em parte do que eu queria colocar, faz parte até de uma linha que estava sendo feita com essa questão das privatizações. Me permita conhecer isso não tanto por esta atuando aqui, vou procurar fazê-lo mais. Mas, por ter acompanhado este processo como funcionária do BANCO DO BRASIL e como quem militou na área sindical, mesmo passando como oposição à direção do sindicato lá no meu estado. Mas, eu quero dizer que sei do absurdo e o Dr. Gilberto colocou que quando ele assumiu já tinha problemas na privatização em relação às privatizações, tinham problemas e eu vou dizer por quê. Porque o que foi prometido inclusive através de documentos, através de trocas de cartas de que os Fundos de Pensão que foram pressionado

a participar deste processo de privatização na época do governo Fernando Henrique Cardoso, tudo aquilo que os Fundos teriam direito que seria natural, até porque eles participavam tanto de um consórcio nacional como também os maiores Fundos eles eram... Eles tinham um aporte de recursos de forma independente do consórcio nacional. Então, esses Fundos que prometeram os Fundos que eles teriam direito de desinvestir junto com os outros associados, eles teriam direito na gestão das empresas, eles teriam direito a desinvestir, inclusive, ao mesmo tempo e pelo mesmo valor. Nenhum desses direitos foi dado aos Fundos de Pensão. Eu lembro que a briga dos dirigentes de Fundo de Pensão contra o OPPORTUNITY, que era o administrador, começou no governo anterior quando os dirigentes do Fundo de Pensão perceberam que foram enganados pelo Sr. Daniel Dantas, foram enganados literalmente. E quando o Sr. Daniel Dantas veio aqui nas duas CPMIs na época, ele fugiu exatamente para não responder a pergunta que iria desmascará-lo. Porque ele sabia que não tinha dados direitos e o único momento onde ele ofereceu de forma precária esses direitos foi à véspera da assembléia que destituiu... Que iria destituir o OPPORTUNITY como administrador. E ele queria garantir alguns direitos para Fundos de Pensão que eram mínimo para o volume de investimentos que os Fundos fizeram em troca do OPPORTUNITY continuar como administrador. Foi essa condição que ele colocou. Os Dirigentes do Fundo de Pensão na época ainda procuraram o Presidente Fernando Henrique Cardoso, não foram recebidos pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas o Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu o Sr. Daniel Dantas até altas horas da noite, inclusive jantou até de madrugada com o Sr. Daniel Dantas. Então, esse era o tratamento colocado. Então, realmente os Fundos de Pensão não tinham outra saída para poder fazer algo que o volume de investimento que eles fizeram na época das privatizações. Eles não percam esses investimento, eles possam recuperar a única saída era fazer este contrato que foi feito agora. Quero falar também, já foi falado na Costa do Sauípe, mas eu quero me reportar também às matérias e ao que eu conheço da época. Quero dizer que hoje a Costa do Sauípe, o empreendimento do Sauípe é um empreendimento turístico muito interessante. Hoje, ele é sustentável, mas eu quero dizer, Sr. Luiz Carlos, quero apenas lembrar ao Dr. Luiz Carlos e ao Dr. Gilberto que o volume de investimento que foi feito pela PREVI, na época, fez com que a PREVI tivesse um prejuízo de centenas de milhões. Vou repetir o número: centenas de milhões de reais com esse investimento. Hoje, ele é sustentável, mas se for contar o prejuízo de

centenas de milhões de reais que aconteceu na época pelo investimento que a PREVI fez e pelo valor deste empreendimento hoje, esse empreendimento ele não é sustentável neste ponto de vista. Eu tenho certeza. Eu queria esta resposta dos senhores em relação a isso. E quero também colocar... Queria fazer uma pergunta que é o seguinte. Porque, só nesse investimento, foram centenas de milhões de reais, não é? Até onde eu sei mais de meio bilhão de reais foi prejuízo, digamos assim. Bem, mas está se falando muito a política de CDBs, esses sessenta milhões, trinta milhões no BMG, trinta milhões no BANCO RURAL. Como é que isso é feito? Qual é a política que durante a sua gestão, Dr. Luiz Carlos? Como é feita a essa aplicação? Eu queria que o senhor comentasse essa questão do Sauípe, quer dizer, que o senhor dissesse aqui para nós que hoje o investimento, ele se sustenta, mas, na época que ele foi feito, esses prejuízos se eles realmente não existiram de centenas de milhões de reais porque o volume de investimento que a PREVI fez naquela empreendimento turístico?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Obrigado, Senadora, pelas perguntas. Eu falei... Eu não fui tão enfático como senhora foi, mas falei... Cheguei a mencionar que originalmente o investimento do Sauípe foi um investimento cujo modelo de negócio não foi o melhor. Não foi diria, dentro de uma prática de mercado, que gente costuma ver nestes investimentos e empreendimentos desta natureza. Nós estamos... Há um trabalho pró-ativo de atração, do destino muito forte, este cenário vem mudando. Mas, em função desse investimento inicial que foi feito desta forma você demora um pouco mais tempo para que haja o retorno do investimento daquilo que você previa, não eximir... Fui um pouco otimista porque como a gente estava sentado lá e olha para frente e vê a beleza que está o empreendimento hoje com atendimento, serviços que as pessoas estão fazendo, a dedicação do grupo de administradores, você fica motivado a ver esse lado muito mais do que alguns anos.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sr. Luiz Carlos, eu só quer dizer seguinte. Eu não tenho dúvidas desta questão hoje, inclusive até do interesse de que dê certo de que a PREVI, inclusive, tem feito parcerias em relação ao poder local, à comunidade local. Agora eu estou colocando em relação a como foi feito e quando foi feito o investimento?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o senhor também puder, se a Senadora me permitir a este respeito, para que fique muito claro, como nós...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): E quando foi feito isso, inclusive. Em que ano?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse é um esclarecimento que eu queria dar à Senadora. Nossa investigação começa em 2000 e a decisão desse investimento é anterior a dois mil...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Não importa para a gente constatar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro, Senadora. Eu fiz questão de trazer esta discussão para o centro do debate para dar oportunidade a ambos os diretores para que eles pudessem reportar sobretudo o impacto que esse investimento teve, até hoje tem, não só esse como outros investimento que em um primeiro momento não foram bem sucedidos. Então, se o senhor puder nos dizer aqui se houve prejuízo? Qual é esse prejuízo realizado pela PREVI qual foi o impacto que teve nas contas da PREVI? Seria interessante.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Bom, eu como eu falei para vocês a PREVI hoje administra um total de ativos de oitenta e dois bilhões de reais. Nós estamos falando aqui de um reconhecimento que foi feito no caso do Sauípe... Fazer um parênteses. Todo o investimento imobiliário, ele tem que, pela legislação em vigor, ser reavaliado de dois ou três anos, agora não me recordo exatamente. Todo o investimento... Desde um simples escritório comercial tipo fundação tem até passando por um motel ou um *resort* de 1600 quartos você tem que obrigatoriamente ficar atualizando isso através de uma metodologia que é o cálculo do valores econômico do empreendimento, no caso específico do *resort* é o valor econômico. Então, nós fizemos esta avaliação no ano de... no final de 2004 e nós apuramos o que estava contabilizado por trezentos e cinquenta milhões de reais passou a ser cento e setenta milhões de reais. É lógico que é uma previsão de um de fluxo de caixa futuro descontado trás a valor presente marca no dia. Existe todo um trabalho forte de recuperação deste valor...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para a gente entende claramente, o que... Eu estou interrompendo o tempo da senhora, mas se a senhora precisar de mais tempo não tem problema. A PREVI colocou trezentos e cinquenta milhões e se tivesse que retornar naquela dia da avaliação você retornaria cento e setenta. É isso?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: É o valor contábil que tinha que era trezentos e cinquenta e o novo valor contábil por esta técnica, esta metodologia é cento e setenta. É exatamente isso que o senhor acabou de falar. Agora, eu volto a frisar. É um trabalho que foge do padrão do que a gente esperava ganhar lá

atrás. Se você olhar o plano de negócio, você esperava ter um retorno muito melhor do que evidentemente essa perda que você teve tome que reconhecer no balanço. Mas, operacionalmente, o empreendimento está extremamente saudável, forte e crescendo nos seus negócios dia-a-dia. Mas são esses os valores. Eu acho que o senhor pegou no ponto.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA):

Mas, se todos os investimentos fossem deste jeito, por exemplo, a PREVI teria sérios problemas.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Sem dúvida. Aquilo que a gente ia argumentar. A gente tem uma floresta que nos traz, hoje, um resultado de dezoito bilhões de superávit, mas isso no quer dizer que cada arvorezinha lá desta floresta a gente não tenha que cuidar, esteja cuidando e as pessoas que estão lá hoje se estão cuidando disso, a cada centavo que foi investido. A PREVI tem um resultado excelente de um ponto de vista geral, mas cuida caso a caso com muita altivez, não é? Bom, um outro ponto que foi levantado foi a questão da política de CDB. Eu só...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só um minuto a este respeito. O senhor pode falar qualquer coisa, mas nós vamos ter que retomar isso um pouco depois já aí falando com alguns números, etc. Mas, o senhor fique a vontade para responder a Senadora. Senadora, esse é um dos temas que esta na ordem seqüencial da nossa indagação. Claro e eu quero que ele fique a vontade para responder qualquer coisa e aí, depois, o senhor não seu incomode de nós termos que talvez voltar a este assunto com mais detalhamento.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Não tem problema não. Com relação a isso, eu acho que foi lembrado por mim que eu a política de investimento da PREVI tinha como proposta e teve como proposta uma migração da renda variável para renda fixa. Na renda fixa, você tem poucas alternativas de investimento, tirando a questão dos títulos público federais que evidentemente é o maior investimento, o nosso maior portfólio de renda fixa é em títulos público federais. Mas, há uma necessidade de geração de negócios de títulos de renda fixa, privados e que a PREVI investiu. Em função disso, nós tínhamos um conjunto de linhas de créditos aprovados e, mais uma vez, a segregação de função é que parece. Quer dizer, dentro da PREVI, a diretoria que estabelece os limites de créditos é um diretoria totalmente apartada da diretoria de investimentos que executa as aplicações financeiras. Então, nós tínhamos lá um conjunto de Bancos com um excelente nível de créditos. Bancos médios e pequenos considerados assim pela estrutura da mercado financeiro brasileiro em que nós tínhamos esses

limites aprovados. Por ocasião do início de 2004, nós ficamos sabendo, através do mercado, que existia a possibilidade de fazer essas aplicações financeira de uma maneira transparente com um sistema que era de custo zero... Transparência, auditável cujo controle interno em cima deste sistema era facilmente aplicável a qualquer sistema de controle que era a plataforma eletrônica da *cetip net(F)*, chamada *cetip net(F)*. Nós fomos o primeiro Fundo de Pensão no Brasil a utilizar a plataforma eletrônica para aplicação de CDBs desses Bancos a que PREVI não aplicava, não aplicava antes. Mas, por uma decisão dentro desta lógica de política de investimento e alternativa de renda fixa, passou a aplicar. E começamos a fazer essas operações. Todas elas registradas no sistema eletrônico da plataforma eletrônica, chamada *cetip net(F)*. Então, é muito interessante como isso ocorre porque todos os Bancos que estão dentro desta linha de crédito aprovada podem participar do *cetip(F)*. A gente só recebia proposta de preço de taxas para tomar o recurso, para que a gente pudesse fazer a nossa aplicação em CDB via sistema *cetip net(F)*. O Banco que não estava credenciado dentro do sistema, nós não aceitávamos a proposta. Foi isso que ocorreu. Nós passamos a fazer todas as nossas aplicações em CDBs, incluindo um conjunto de novos Bancos, dentro os quais eu posso relacionar uns dez ou quinze que a PREVI não aplicava antes e que passou a aplicar como forma de alternativa de investimento em renda fixa cuja rentabilidade era até 5% superior a taxa de mercado paga pelos grandes Bancos. Obviamente, que a gente não poderia aplicar um volume muito grande. Primeiro que a limite de crédito dessas instituições é evidente menor porque elas são menores. E segundo por uma regra de diversificação de risco. A gente diversificou bastante essa aplicação em um conjunto aproximado de dez Bancos considerados pequenos e médios no mercado, nessa ocasião de 2004. E assim fizemos. Chegamos a ter uma exposição de aproximadamente... chegou a beira de duzentos milhões reais. Dentro também do limite que era 20% do total... Isso tudo uma política, nota para a diretoria, decisão colegiada, 20% do total de operações compromissadas e mais CDBs em geral. Era até onde a gente poderia ir e dentro do limite específico de cada um dos Bancos que operavam com a gente. Nós fomos além do que isso. Nós usamos um dos preceitos de um famoso banqueiros inglês de 1870 que é o seguinte: “empreste seu dinheiro como Banco, mas no vencimento tome de volta e coloque de castigo por cinco dias ou sete dias, o famoso período chamado em inglês de *clean up(F)*”. Então, nós aplicamos esta regra. Todos os todos os investimentos CDB com todos os Bancos foram feitas desta maneira.

Chegava no vencimento, quando o recurso retornava, ficava na geladeira durante cinco dias depois desses cinco dias a mesa de operações tinha como decisão voltar a cotá-los via o próprio sistema *cetip net(F)*. Então, nós temos...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): O sistema *cetip net(F)* é como se fosse um pregão eletrônico?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: É um pregão eletrônico. De manhã...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Não é a PREVI que chega lá e diz: vai ser aqui. Não, é um pregão eletrônico.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Tenho vários modelos de todos os dias do funcionamento desta cotação eletrônica. No início da manhã, os Bancos ligados a esse sistema recebem quanto que a fundação, no caso a PREVI, estaria disposto a aplicar, o volume e o prazo e eles tem até determinada hora do dia para retornar com uma resposta de condições econômicas e preços que eles estariam disposto a pagar por aquele CDB. O sistema seleciona, recebe isso de volta, já seleciona os principais na ordem decrescente da taxa maior para a menor e já define quem é o ganhador de rejeita as outras apostas. E os Bancos normalmente recebem não nome do vencedor, recebe pela mesma via eletrônica qual foi o preço que foi fechado, a que preço foi fechado. Eu tenho todas, desde o início do processo, todas os nossos detalhes da cotação. Isso aqui ninguém mexe porque é um sistema fechado da própria *cetip(F)* que foi implantado no nosso sistema corporativo de computação lá da PREVI. E para você entrar neste sistema, você tem que aderir ao código de ética da ANDIMA. Então, portanto, nós entramos também neste código. Por isso se você observar... Eu posso voltar quantas vezes forem necessárias para explicar isso. Se você observar o que a PREVI fazia antes com CDBs que foram no total um valor de no máximo duzentos milhões de reais e sem dúvida de dez ou doze Bancos pequenos e médios, antes de 2004, não existia, não vai encontrar. Sinto muito, mas não vai encontrar. A gente no trabalhava desta forma. Tivemos que trabalhar para que? Aumentar a rentabilidade, o risco sobre o controle, o sistema de cotação absolutamente transparentes por via eletrônica. Não tinha nenhum sinal... O operador não fala com o operador do outro banco. Há uma comunicação no início do dia, uma resposta dele de tarde, o fechamento via sistema e aplicação do dinheiro do CDB. E, quando volta o dinheiro, ainda fica de castigo o período de *clean(F) up(F)* para você não acostumar mal o seu clientes, para ele esta educadinho de que ele chega no final e paga. Não Houve uma única exceção nesse

modelo. Tenho vários casos aqui de rejeição de diversos Bancos, portanto eu, sinceramente, como diretor de investimento que fui da PREVI, esse foi, o que eu considero, o processo que eu implantei na PREVI de mais transparente e de mais cuidado onde a área de controle interno manualizou todos esses procedimentos como é que era que tinha que fazer, a questão de entrada no sistema foi feito pela área de controle internos também. Então, eu falo dele como muito orgulho. Na realidade, eu me orgulho e acho que os Fundos de Pensão têm que seguir nessa direção de maneira que você possa, que qualquer um editar este sistema e qualquer um pode ver se o sistema é fechado ou se não é? Se quem pode entrar, se quem pode mexer, se alguém pode manipular? É fácil fazer isso. Portanto, é isso que eu teria para dizer e volto a esse assunto com o maior prazer.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu queria duas questões ainda, Deputado. Primeiro, em relação a isso, quer dizer, esse sistema absolutamente transparente tipo o controle eletrônico, inclusive, quer dizer, ele... Eu já vi alguns gráficos, ele segue a tendência do mercado que não foi a só a PREVI, os Fundos de Pensão Estaduais, Federais que tiveram aumento de investimento nesses Bancos, mas inclusive os Fundos privados tiveram aumento. Por que? Porque era a lei do mercado. Me parece que aconteceu também isso nesse período. Quer dizer, e com esse sistema transparente exatamente evita qualquer tipo de situação que, inclusive, já existia um controle grande. Porque o Dr. Gilberto foi claro que disse que desde a época dele já havia um controle de ter agravação telefone de absolutamente tudo para evitar exatamente esse tipo de interferência. Então, eu queria até lhe parabenizar por isso. Mas além disso, eu queria lhe fazer uma outra pergunta. O senhor falou em trezentos milhões o preço do investimento Costa do Sauípe. Esse preço de trezentos milhões é preço de hoje ou é o preço de 97?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Não, esse preço foi como eu falei. Foi o preço que estava contabilizado nos nossos número.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Mas, de 97?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: É.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Se fosse ajustado, só ajustado, quanto seria hoje. Porque os cento setenta milhões é hoje?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: É hoje.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Mas, aí tem uma diferença. Se hoje ele esta avaliado

em setenta milhões, mas trezentos e... Quanto milhões foi que o senhor falou?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Trezentos e cinquenta milhões.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Trezentos e cinquenta milhões é de 97. Esses trezentos e cinquenta milhões hoje não é mais trezentos e cinquenta milhões é quanto?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: A senhora estava correta. O valor do dinheiro... O dinheiro tem valor no tempo, não é?

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): De 97 para cá, são quase dez anos. Então, no mínimo, só o reajuste que natural dos juros seria quanto esses trezentos e cinquenta milhões?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Eu não saberia lhe precisar, mas bem mais do que isso.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Aproximadamente.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Uns...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Um bilhão?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Uns setecentos milhões, oitocentos milhões.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Oitocentos milhões, vamos tirar por baixo, oitocentos milhões. Hoje, o empreendo vale cento e setenta milhões.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: É... Cento e setenta milhões foi o preço que nós fizemos em no final de 2004.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Porque aí confirma aquilo que eu falei em relação a algumas centenas de milhões de reais de perdas confirma isso. Então, oitocentos milhões... Mas, se a avaliação de cento e setenta milhões é de hoje, você tem que também fazer o ajuste só, apenas um ajuste do que foi investido no época. Trezentos e cinquenta milhões em 1997, hoje oitocentos milhões de reais. Só para a gente ajustar para não ficar depois aqui uma situação que eu falei assim: olha foi, pelo menos, eu acho que eu falei certo porque eu tenho conhecimento um pouquinho do assunto porque eu falei que era mais de meio bilhão. Então, eu acho que eu fui correta quando eu coloquei esses número. Mas, ao mesmo tempo, eu quero lhe parabenizar em relação esse sistema de CDB que mostra a forma transparente que foi não só no Banco "X" ou "Y", mas em um conjunto de Bancos que o sistema, que a PREVI fez. É isso.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Só para complementar. Eu lembro bem, quer dizer, a gente tinha em média... A gente chegou até duzentos milhões de reais nessas aplicações em torno disso. Mas, em mé-

dia no ano a gente chegou a aplicar um saldo médio de cem milhões. Isso significaria um retorno positivo para a PREVI em torno de cinco milhões de reais na aplicação desses Bancos. então garantiu esses retorno. Eu me lembro bem que isso era metade...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Cem milhões de todos esses grupos de bancos?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Grupo de Bancos. Isso...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Por ano?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Por ano.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): E nesse grupo de dez, doze Bancos, é isso?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: E a exposição máxima chegou em torno de cento e cinquenta a duzentos. Isso na média dos cem milhões aproximadamente que garantiu um retorno de em torno de cinco milhões de reais para a gente. O risco controlado, não tivemos nenhuma perda. A gente conseguiu mitigar todos os riscos. E, nesse momento, realmente esses os Bancos tinham um mercado específico que a eles estavam trabalhando e que fomentou justamente essa tomada de recursos dele para a aplicação, especialmente em crédito consignado que foi um "bu" que houve. E esse segmento de pequenos e médios Bancos, eles entraram com muita força nesse setor. Era isso que eu teria para dizer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senadora, apenas para registrar a condução democrática do Sub-relator. V.Exa. teve mais de trinta minutos. Vai ser muito bem vinda a qualquer instante que queira comparecer a Sub-Relatoria. Se quiser voltar ainda, não tem problema nenhum.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu vou inclusive lhe agradecer, Deputado. V.Exa. sabe que eu sou membro suplente da CPI. E, com tantas atividades nossas, nem sempre é possível estar em todas as sessões, em todas as Sub-relatorias, em todas as situações. Mas, eu sempre vou... Como eu já tinha dito, eu quero lhe agradecer, porque eu vou ter que voltar ao plenário, mas pode ter certeza que V.Exa. me verá mais vezes nesta Sub-Relatoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço. É importante deixar a patente, Senadora, que nós temos o compromisso de fazer um sub-relatório inclusivo e não exclusivo. O que significa dizer que todos os principais temas que tenham sido objeto de discussão nas nossas Sessões e nas nossas análises de documentos vão estar no relatório e independe se vão

insatisfazer a este ou àquele governo, atingindo este ou aquele período.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu acho que isso tem que ser...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É obrigação nossa.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): É nossa obrigação e é isso que a sociedade está esperando nós. Não pode ser tira daqui. Aos amigos, os benefícios e aos inimigos, os rigores. Eu acho que não tem sido essa a nossa prática, aliás uma prática que foi muito usada neste país por muito tempo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço a senhora e volto pedindo obviamente a compreensão do Dr. Luiz. Eu vou voltar aqui para o acordo de “put” da BRASIL TELECON e aí depois a gente vai poder discutir um pouquinho mais sobre esses investimentos feitos em CDBs. Mas, pelo que eu pude entender, que o senhor colocou aqui, a PREVI abriu mão de um prêmio em espécie pelo alinhamento de diversas condições negociais relacionadas a esses investimento da BRASIL TELECON. Então, eu pergunto. Chegou a ver uma quantificação, uma precificação desta prêmio? De quanto que a PREVI deveria receber por ter admitido fazer o acordo de “put” ou foi uma mera deliberabilidade da própria diretoria que entendeu que, por estar agora vivendo situação mais vantajosa, deveria abrir mão de um prêmio pecuniária que teria que receber?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Deixa eu só colocar que essas situações onde você tem essas negociações e nessas negociações você tem essa oportunidade comercial de construir uma saída do investimento em acordos societários, é comum, é prática de mercado não precificar isso atrás de prêmio. Justamente, porque existe um acordo maior que está sendo feito do ponto de vista da gestão e do ponto de vista do controle empresarial sobre do empreendimento. Isso é absolutamente natural você ter. E curiosamente até lembro de um outro caso nosso que a gente estava na ponta contrária que foi o caso até recente da nossa venda das nossas ações ordinárias da própria ACESITA. O grupo que controla hoje a ACESITA nos deu, ao contrário, essa oportunidade de exercer o nosso direito de vender as ações sem nenhum prêmio também. Isso foi um negociação. Houve prêmio pecuniário, houve também um acordo de ordem estratégica para esse grupo e não houve pagamento também. Então, me lembro de outro caso também. Me lembro do caso logo quando cheguei na PREVI da própria SWEET RIVER, que era acionista no controle da VALEPAR da VALE DO RIO DOCE. Na negociação da privatização

da vale também, houve um concedido a esse grupo chamado grupo de investidores reunidos neste nome SWEET RIVER. Essa negociação foi feita. Eles tinham uma opção de vender também as ações dele até em ate determinado momento por outros controladores e ele exerceu isso. E nós PREVI e outros controladores da VALE DO RIO DOCE tivemos que fazer a nossa parte. E também não houve prêmio por isso. Então, quer dizer, só deixar muito claro que esse prêmio em negociações societárias nesse nível estratégico, ele não é necessariamente pouca vezes o são de maneira pecuniária. Porque o que está se negociando ali não é um derivativo do tipo que a gente vê no dia-a-dia do mercado financeiro é realmente uma estrutura, uma estratégia muito mais ampla para esses ativos. Os que eu me lembro agora são esses dois que me vem a mente, mas tem diversos outros modelo deste tipo no mundo e aqui no Brasil com certeza também. Então, isso é importante deixar muito claro isso. Precificar o valor de você ter uma saída conjunta da venda de ativos, não conheço nenhum modelo. Eu acho difícil a gente conseguir quantificar isso. Ninguém desconhece o valor disso, existe um valor efetivo que você adquire esse direito que você não tinha antes, não é? Além do próprio do exercício do controle da empresa efetivo que você não tinha também ter um valor. Você vai também vai ter uma dificuldade de precificar. É realmente uma negociação que foi conduzida pelas pessoas que tinham poder, mandato para isso dentro dos Fundos de Pensão e foi feito desta maneira. É o tipo da operação que você, no momento que você faz, você tem certeza que está ganhando alguns pontos que você não tinha e cedendo outros. Mas, é parte de uma negociação de um negócio do tamanho que a gente estava falando. Eu não teria o que dizer além disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque o senhor há de convir que, nesta história toda, o CITIGROUP acabou ocupou uma posição extremamente privilegiada. E eu quero aqui dizer que, na minha opinião, nesta disputa da BRASIL TELECON, não tem santo, certo? Eu não sou partidário de um lado nem de outro, até porque como Sub-Relator eu tenho que agir com isenção. Mas, eu acho que são diversos interesses comerciais e econômicos que acabaram se misturando com interesses de governo, com interesses políticos e que geraram todo esse imbróglio. Agora, uma coisa é fato... Aliás, dois fatos. Primeiro fato a se constatar de fato, havia, na minha opinião, um desequilíbrio de forças para os fundos, ou seja, a participação que os Fundos tinham na gestão não refletia a participação acionária que eles possuíam da empresa. Ponto. Então, eu acho que isso é um fato. A gente não pode lu-

tar contra isso. A outra coisa é que, no modelo atual, o grande ganhador de tudo isso é o CITIGROUP. Me permita expressar a sua opinião, os Fundos fizeram uma opção para o CITIGROUP e é o grande ganhador de tudo isso. Porque consta que o valor da “put” foi de um bilhão e quarenta e cinco milhões de reais e que contemplou um ágio de 240% em relação ao preço de mercado na data da realização do “put”. Considerando que mesmo para garantir o controle acionário, 240% é um ágio significativamente acima dos padrões de mercado. O senhor não acha?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Olha eu, tem vários casos...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me perdoa para complementar. Eu não estou nem questionando nesse caso as opções que as Fundos fizeram, certo? Não estou nem questionando a opção mais. Eu estou questionando são os parâmetros que os negócio foi feito, ou seja, 240% de valorização pagando aí um “bi” e quarenta e cinco milhões de reais. O que o senhor acha?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Deputado, o que a gente vê é o seguinte. No próprio processo de privatização que o Brasil conduziu, nós tivemos casos em que o valor pago por vários consórcio, investidores foi muito maior que isso, entendeu? Então, é difícil a gente precificar de uma maneira exata quanto vale o controle de uma companhia. É difícil, não resta dúvida. Mas, existem parâmetros de mercado que mostram que esse percentual não é algo fora de um padrão de mercado não é. Efetivamente não é. O que... Tem determinados negócios que são feitos para longo prazo que o tempo, ele acaba sendo o melhor avaliador para tudo isso. Eu me lembro bem que no caso de um outro empreendimento nosso que eu citei, a própria “put” que a gente teve que honrar, nós tivemos uma oportunidade de vender a posição que nós compramos SWEET RIVER da VALE dois meses depois. A nossa decisão específica foi não vender, tá? E o tempo falou que essa foi a melhor opção porque nós fizemos um negócio que foi muito acima do CDI, muitas vezes acima da valorização muito fantástica que a VALE DO RIO DOCE vem sofrendo essa valorização há algum tempo. Então, foi o melhor investimento a gente fez. Mas, no momento que você no vendeu, você tinha determinados parâmetros que levavam a conclusão de não fazê-lo. Outro investidor também do próprio grupo resolveu vender porque tinha outra percepção. Então, é muito difícil de antemão você definir. Olha, isso aqui é pouco, isso aqui não é. Você tem que fazer comparativo com o mercado. Se o mercado, em determinado momento, pagou este tipo de percentual, “ok”. Não é algo que leve a suspeição da operação porque houve

exemplos... Já houve propostas também cujo percentual próximo tem operação também dentro da própria telefonia, dentro do próprio grupo que foram realizados recentemente com esse mesmo preço, quer dizer, muito próximo disso. Se você compara isso e chega a conclusão que é viável já ocorreu, eu acho que está “ok”. Do ponto de vista do controle interno, está “ok”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que se deu este processo de discussão da decisão de fazer o contrato de “put” dentro da PREVI. Quem é que participou mais diretamente disso?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Como eu falei. Você tem uma diretoria, como foi falado pelo Gilberto, tem uma diretoria de participações que acompanha essa questão societária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, que sozinho no poderia tomar nenhum decisão deste porte?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Mas, é a diretoria de que conduz o assunto. É a diretoria que faz as notas técnicas, faz os estudos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas esse assunto foi exaustivamente discutido por todo o corpo diretor da PREVI?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Foi levado. Esse assunto foi levado por essa diretoria que tem esse mandato que tem no estatuto claramente definido... Desculpe, no estatuto não, nos procedimentos internos claramente definidos essa função e esse assunto era levado ao diretoria para tomar a decisão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que nível de acompanhamento o Dr. Sérgio Rosa teve deste acordo?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Olha, o Presidente da PREVI acompanha todos os assuntos relativos ao fundo. Esse também era um assunto que ele acompanhava, assim como acompanhava todos os outros assuntos da organização. Lógico o foco dado ao volume de recursos investidos, dado a disputa societária que existia de todo este histórico exigia evidentemente dele uma atenção especial. Eu acho que o volume de recurso expostos da fundação nisso, um gestor responsável evidentemente acompanha com mais critério.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Dr. Lucas Rocha Furtado é Procurador do Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas da União. Em 9 de dezembro de 2005, conforme ofício da Câmara dos Deputado de número 348 de 2005, ele compareceu à Comissão

de Finanças de Tributação para discutir a legitimidade do acordo “put” entre os Fundos de Pensão e o CITI-GROUP. E ele concluiu que, abro aspas, porque nós colhemos do depoimento dele: “Quanto a legitimidade do acordo repito: entendo que ele é ilegal”. Fecha aspas. Dr. Lucas Rocha Furtado, repito, Procurador Representante do Ministério Público Junto ao tribunal de Contas da União, enfatizou em depoimento a Câmara dos Deputado que considerava ilegal o acordo “put”. Esse contrato violaria o preceito estabelecido no Artigo 29 da lei complementar 108 que obriga os patrocinadores a previamente e expressamente autorizar a realização de contratos desta natureza. O que não poderia ser saneados pela aprovação posterior do contrato pelo conselho deliberativo razão pela qual entende o citado procurador como nulo o referido contrato. Seguindo as palavras do Dr. Furtado, mais uma vez abro parenteses, “teria esse acordo obter a prévia e expressa autorização do BANCO DO BRASIL e da UNIÃO, além da participação da Secretaria de Previdência Complementar e a ANATEL, por dizer respeito a área de competência desta agência. O que não houve”. Fecho aspas. Conclui ainda o Dr. furtada. Abro aspas. “Eu tenho a convicção que esses procedimentos não foram respeitados”. Fecho aspas. Entendo que... Entendemos que, no caso, a diretoria da PREVI, ela é responsável também por todas essas operações que foram realizadas e, conseqüentemente, por dever de ofício, ela tem que conhecer o lei complementar de número 108 inclusive o seu Artigo 29. Então, eu perguntaria como o senhor recebe essas declarações tão contundentes do Dr. Lucas Rocha Furtado, que considera ser ilegal e, portanto, nulo o contrato de “put” realizado. Nos parece que, pelas constatações do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, inclusive essa matéria está sendo examinada por um dos ministros do TCU que em breve levará o seu voto para o plenário daquela corte, mas nos parece que há uma tendência muito grande do Tribunal de Contas da União considerar ilegal esse contrato de “put”. Por vários motivos dentre os quais por não ter feito a não ter tomado a concordância prévia da patrocinadora, não ter submetido a Secretaria de Previdência Complementar e a própria ANATEL. Como o senhor recebe esse tipo de declaração tão expressiva de um Procurador que é também Representante do Ministério Público no Tribunal de Contas da União?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Eu acho que com total respeito. Pessoa que redige, como foi falado, tem um nível de conhecimento legal importante. O que no caso da PREVI foi feito todo esse processo foi seguido de uma avaliação jurídica. Nossos Advogado internos e externos olharam todos os pontos

de controle com relação a tudo isso que foi colocado. Tem uma posição diferente dessa. E esse assunto ele vai ser resolvido e imagino que esse debate vai ser estabelecido em algum momento, mas é um debate de caráter era eminentemente jurídico. Eu não teria condições nem capacidade para fazer uma avaliação específica do ponto de vista jurídico sobre isso. O que eu gostaria só de lembrar que, na história de PREVI, esse não foi o primeiro contrato de “put” que foi feito. Longe disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Outros também desrespeitaram a lei complementar 108?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Não sei. Eu acredito que não porque várias auditorias foram feitos durante todo esse período. A Secretaria de Previdência Complementar acompanha, fiscaliza. E esses pontos não foram nunca levantados, não é? Eu lembro que citei dois concretamente aqui que eu tive... Foi da minha experiência inclusive esses dois casos destas empresas que eu acabei de citar e nunca, jamais ninguém nunca levantou nenhum óbice a respeito sobre a contratação de opções, opções de compra, de venda dentro de uma estrutura societária que o Fundo e Pensão participa. Não lembro de ter tido nenhum tipo de restrição seja da auditoria interna, do controle interno, da auditoria do BANCO DO BRASIL, da SPC, de todos os órgãos que nos fiscalizam sobre isso. Então, para mim, realmente, é uma novidade e que evidentemente esse debate vai ter que se dar vai ter que resolver. O ponto essencial é que os Fundos de Pensão, eles são importantes da forma que o capital brasileiro, ele está colocado, ele substituírem boa parte no processo da privatização uma série de empresa passaram a ter participação. E, sem sombra de dúvida, esses mecanismos têm auxiliado os Fundos de Pensão a se posicionarem em relação a seus investimento. E a gente tem feito isso com enorme tranquilidade sem nenhum problema de nenhuma natureza durante todos esses anos. Até antes... Não sei exatamente se o Gilberto lembra de outro caso, mas tem outros casos na história dos Fundos de Pensão de contratos da mesma natureza que foram honrados resolvidos e não temos notícias de nenhum problema de ordem jurídica legal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois então, eu quero ler aqui brevemente o parecer técnico datado de 15 de agosto de 2005 do Dr. Regis Fernandes de Oliveira, professor titular de USP, referente a este contrato ce “put” e seu regime jurídico. Primeiro ponto... tudo que eu vou falar aqui são aspas que constam portanto palavras extraídas *ipsis litteris* do parecer

do Dr. Regis Fernandes de Oliveira. Então, primeiro ponto: “É híbrido contendo normas de disposição de vontade e desta dependentes e outra que estão sujeitas ao Direito Público inalteráveis pelas vontades das partes inarredáveis por meras manifestações volitivas. Deve haver estrita sujeição às normas emanadas dos órgãos regulatórios e controladores. O contrato é de conteúdo privado porque contém cláusulas que podem ser assumidas pelos contratantes, bastando a livre manifestação da vontade da pessoa ou órgão estatutário competente. No entanto, acha-se o contrato permeado de normas de Direito Público o que o torna, nesta parte, a ele submetido não podendo haver a assunção de compromissos que contrariem o ordenamento normativo como o fazem as cláusulas 3.02 a 3.05. O critério objetivo é o da sujeição às normas gerais e abstratas editadas pelos órgãos de controle legalmente criados. A norma impõe limite de vinculação aos Fundos de Pensão. Logo, não há como dela escapar. Evidente, está que, como norma de Direito Público que são, alcança as disposições contratuais limitando-as. As providências que as autoridades administrativas podem tomar estão estabelecidas na lei podendo envolver aplicação de sanções e a apuração de responsabilidade dos responsáveis pela administração dos Fundos. Cabe, ao lado da atuação dos órgãos do Poder Judiciário, como instância última, a anulação das cláusulas incompatíveis com o ordenamento jurídico”. Então este parecer dado pelo Dr. Regis, que é da USP, ele vem muito na mesma linha do que o Tribunal de Contas da União está entendendo a respeito deste contrato. Aí eu lhe pergunto, não é o um desrespeito à lei, não é um afronto ao marco regulatório ter tomado a decisão de fazer o contrato sem a prévia aprovação do conselho deliberativo do BANCO DO BRASIL da SPC e da ANATEL?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Deputado, eu tenho uma enorme dificuldade e gostaria de deixar bem claro isso aqui que para entrar em uma discussão jurídico-legal pelo fato de desconhecer realmente. Eu não sou jurista, eu não sou Advogado, então teria uma enorme dificuldade de tecer algum tipo de esclarecimento a respeito deste parecer que V.Exa. tem em mãos. O que eu poderia dizer é que o processo que foi cuja liderança foi feita dentro da PREVI pela diretoria de participações contou obviamente com uma avaliação jurídica em oposição a essa. E foi levada à diretoria colegiada essa nota com esse parecer jurídico para tomada de decisão. Então, as pessoas que tomaram a decisão na época com esse arcabouço(F) de pareceres, de notas técnicas tomaram a decisão piamente acreditando naquele parecer jurídico que ali estava, que não mencionava nenhum tipo de risco

com relação aos aspectos que V.Exa. citou. Então, a decisão foi tomada desta forma. E, mais ainda, aquilo que eu falei no passado, várias operações muito importantes para a PREVI também foram feitas e tinham determinado momento contratos de...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, o senhor concorda que um erro não convalida o outro.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Sem dúvida, o senhor tem toda a razão. Isso tem que ser bem esclarecido definitivamente até para poder fomentar qualquer tipo de negociação com os Fundos de Pensão vão ter, com certeza vão ter uma participação no capital de controle das companhias muito importante capital brasileiro. Esse mecanismo é um mecanismo muito útil para qualquer sócio controlador se reposicionar em relação ao seu investimento isso realmente tem que ficar claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu só queria esclarecer ao senhor que eu não estou questionando o mecanismo do contrato de “put”.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Entendi. O senhor fala de alçada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até porque nós estaremos aqui indo na contramão de todos os conceitos mais avançados da economia mundial. Então, eu não estou questionando isso. Eu estou questionando a forma que é o que tudo indica por esse parecer da USP, pela avaliação do Dr. Lucas Furtado, pelo parecer que vai ser dado pelo Tribunal de Contas da União. A forma, ela não respeitou os preceitos legais, então esse é um primeiro questionamento, o desrespeito ao que prevê a lei complementar 108. E segundo, que nós estamos questionando são os valores. Os Fundos de Pensão terem arbitrado, terem definido 240% de valorização desta ações, levando a um negócio de um bilhão... Um bilhão o senhor há de convir que até para a PREVI que tem um patrimônio de setenta bilhões é muito dinheiro. Eu sei que não é tudo da PREVI, nesse caso de um bilhão, nós estamos falando do todo, mas não é pouco dinheiro. O senhor concorda.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: O senhor tem toda a razão, concordo plenamente. Mas fica difícil para eu entrar na discussão jurídica. Eu realmente não tenho preparação suficiente para rebater do ponto de vista jurídico os pareceres que o senhor tem na mão. E mais uma vez eu acho que essa discussão vai se dar. Tenho um posicionamento do outro lado que tem que ser ouvido, tem que ser visto o parecer que foi feito para justamente mediar esta discussão, ok?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo bem. Ainda sobre esse assunto, eu teria só mais duas perguntas. Eu sei das dificuldades que o senhor tem, mas como uma decisão deste porte não foi dotada exclusivamente pela diretoria de participações, eu sei que isso foi objeto de discussão colegiada e coletiva da qual o senhor também participou. Por isso que eu tenho a obrigação de exaurir todos os questionamentos acerca deste ponto. Foi feita alguma avaliação econômica financeira antes da realização do contrato? E quem é que fez esta avaliação?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Foi. Tem uma área específica na PREVI. Primeira avaliação, ela foi feita pelo gestor do Fundo e foi submetida essa avaliação a apreciação dos Fundos de Pensão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo atual gestor?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Pelo atual gestor exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que foi nomeado, me parece que na condição de interventor, pelos Fundos e pelo CITIGROUP?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Foi trocada a gestão dos fundos, foi nomeado um outro administrador e gestor do fundo. E essa avaliação necessariamente tem que passar pelo gestor. Ele que tem o mandato para fazer a precificação. E com uma questão de controle interno, essa avaliação foi submetida à área específica da PREVI que cuida da avaliação econômico-financeira das operadoras que estavam em curso. Quer dizer, a avaliação econômico-financeira teve o seu ponto de controle feito por cada uma das fundações, posso falar no caso da PREVI, pela área competente pra avaliar cenário, para avaliar as premissas macro-econômicas que foram utilizadas, as premissas do negócio em si, do fluxo de caixa. E é interessante que, nesse caso, especificamente, como você tem vários analistas que acompanham a empresa, a empresa é uma empresa listada, então você tem como comparar as avaliações econômicas que foram feitas pelo gestor com as avaliações econômica que tem no mercado. Esses vários analistas que soltam relatório constantemente sobre as empresas e sobre essa empresa especificamente tem um número de analistas que acompanham constantemente. Então, estava absolutamente minha a avaliação econômica que foi observada com as avaliações que você tinha naquela ocasião no mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Uma das dúvidas

sustadas no Tribunal de Contas da União é justamente que o negócio foi acertado e que só posteriormente foi feita a avaliação econômica e financeira o que seria--

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Absurdo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Absurdo, não é verdade?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Não, não. Isso aí não. Realmente isso aí... Eu posso... Eu vi com detalhe. Isso aí, a avaliação foi feita anterior ao processo todo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não acha que houve algum tipo de conflito de interesse com relação à participação da empresa ANGRA PARTNERS CONSULTARIA EMPRESARIAL E PARTICIPAÇÕES LIMITADA na avaliação econômica e financeira do negócio realizado considerando o fato desta empresa ser composta por ex-diretores do CITIGROUP, ou seja, deixando muito claramente. A ANGRA PARTNERS foi contratada para participar deste processo de avaliação econômico-financeira. E a ANGRA PARTNERS é uma empresa cujos ou alguns dos seus sócios ou dos seus integrantes já foram dirigentes de postos importantes no CITIGROUP. Então, o que a gente percebe? A gente percebe que o CITIGROUP com os Fundos de Pensão, eles determinam a intervenção, eles escolhem o interventor, salvo juízo o Dr. Espinele(F), na época, não é isso? O responsável pela intervenção, designado. Parece que sim. Então, escolhe um interventor. Esse interventor, ele conduz o processo de avaliação econômico-financeira junto com os Fundos e com o CITIGROUP, certo? É contratada uma empresa para colaborar com essa avaliação cujos sócios, cujos proprietários são ex-funcionários do CITIGROUP. E aí atribui-se essa magnitude do que se deve pagar ao CITIGROUP em caso realização da preferência. Um bilhão de reais 240% acima. O senhor não acha que a participação da ANGRA PARTNERS, ela também pode suscitar uma suspeita de conflito de interesse?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Deixa eu falar um negócio para V.Exa. Na verdade, são duas coisas separadas. Uma coisa é a avaliação econômico-financeira das empresas operadoras. Foi feita... Utilizadas as melhores práticas do mercado, cálculo do valor econômico, as premissas checadas pelos Fundos internamente. Chegou a um preço muito parecido com o preço que você tem naquela ocasião pelos analistas como eu mencionei. A outra é a definição do prêmio que é um aspecto negocial. Você não consegue precificar exatamente, você pega os comparáveis, você vê

se tem alguma operação que ocorreu recentemente que você possa comparar isso que foi feito. A privatização tinha um ágio também destes negócios, foi comparado também e se chegou nesse prêmio que foi já foi mencionado aqui. São duas coisas bem distintas. Questão da seleção de gestor, a seleção de gestor na PREVI normalmente passa por um critério de seleção, onde vários aspectos são levantados, tá? Não é, não é o primeiro que aparece que leva especialmente um processo como esse, com nível de exposição de recursos como esse, não é? Então houve esse processo, conduziu também por essa outra Diretoria, me lembro bem, alguns chegaram no final houve uma pontuação de qualificação das pessoas e experiência no mercado, tudo isso foi levado em consideração e se definiu por esse e por gestor, não é? Que assumiu, eu diria que não seria um negócio muito fácil para gerir, sem dúvida nenhuma, não é. Eles assumiram e tocaram o trabalho dele deles, a avaliação que se tem, é que eles estão fazendo a parte que lhes cabe e representando mesmo porque, não representam um ou dois Fundos eles representam uma série de investidores cotistas do Fundo Nacional. Ou seja, tem... Não me recordo mais 20 e poucos se não me falha a memória investidores dentro, que esse gestor representa, não é? Então uma enorme responsabilidade, ele tem que preservar justamente essa segregação de funções. Eu acho que sinceramente, num fato de uma pessoa ter trabalhado na outra organização, não significa dizer que por conta disso você vai ter algum tipo de confusão ou de conflito, não é isso? Mesmo porque não se analisa só o último emprego da pessoa ou o penúltimo, analisa todo o histórico que ela vem fazendo no mercado de capitais, isso foi ponto de avaliação da PREVI, quando eu decidi selecionar esse gestor. Então isso que eu queria lhe dizer. Eu acho que é um, é uma, é muito difícil você comparar, porque você tem números muito parecidos no mercado das avaliações, você tem números parecidos na questão do prêmio que foi definido, você tem formas efetivamente de mostrar que houve um estudo qualificado e técnico, tanto por parte do gestor como checado por cada um dos investidores que levaram a decisão eu acho que foi seguido os passos técnicos com um processo como esse deve efetivamente ter.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, vamos aguardar a conclusão dessa análise do Tribunal de Contas da União, porque eu acho que ela vai ser muito orientadora tanto para o Congresso Nacional, como para as partes envolvidas. Em nota publicada no *site* da PREVI, datada de 18 de outubro de 2005. Acerca de supostas manipulações de valor de ações por parte

das Corretoras que movimentaram os investimentos de Fundos de Pensão no mercado de ações, a PREVI afirma que: “Porque são declarações extraídas do *site* oficial da própria instituição” “Opera com Corretoras ligadas a Bancos múltiplos, comerciais ou de investimento, que possuem processos de *compliance* mais aprimorados, além de maior capacidade econômico financeira e escala operacional”. Bom, os arquivos que recebemos da BOVESPA nos mostram que a PREVI negociou operações nessa Bolsa de Valores, por meio das seguintes Corretoras: TECA CCTVM, CORRETORA INDEPENDENTE, que não é ligada a nenhum Banco múltiplo comercial ou de investimento, SÓ COPA SP PAULISTA S.A. Corretora que opera integrada ao BANCO PAULISTA, instituição financeira com ativos de 244 mil 87 reais, patrimônio líquido de 40.255 reais com a NOVINVEST S.A. CVM, Corretora independente não ligada a nenhum Banco múltiplo comercial ou de investimento. Com exceção da Corretora SÓ COPA que é ligada a um Banco comercial de pequeníssimo porte. Essas outras duas não tem qualquer ligação com algum dos Bancos. Onde é que está o erro? O erro está nas informações que a BOVESPA nos passou, de que a PREVI operou com a TEC e com a NOVINVEST ou a erro está na nota que a PREVI publicou no seu *site* dizendo que não operou com Corretoras não ligadas a Bancos?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Eu acho que nem numa coisa nem em outra, porque na realidade eu não sei que contexto que estava no *site* eu não tenho o contexto inteiro, mas houve uma mudança da forma de operar da PREVI na renda variável com as Corretoras, houve uma mudança, mas a PREVI realmente operava com outras Corretoras, independentes na renda variável. Porque na renda fixa a gente não opera com Corretoras e mudou isso de um período para cá com foco realmente nisso que está descrito no *site*, começou a trabalhar com Bancos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando é que foi essa mudança.?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Foi é difícil lhe precisar agora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, essa nota aqui publicada--

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Eu acho que foi depois do problema que o mercado financeiro começou a ter com Bancos menores, que teve a quebra de um dos Bancos. Bem depois, logo depois houve essa mudança de política.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja no início de 2005?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: A quebra do SANTOS, se não me falha a memória foi em novembro de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi final de 2004, entre o fim de 2004, início de 2005 foi quando houve-se mudança?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Sim, isso essa mudança. Lógico, aí o que é que a gente fez? Nós temos um processo temos um processo de rodízio das Corretoras você tem um *ranking* de Corretoras que você pode operar, você rodizia para você não ficar trabalhar com os mesmos corretores. Você faz um rodízio entre eles, de tempos em tempos você troca. Se você, se V.Exa for examinar, V.Exa. vai ver que não foi imediatamente a troca, não foi assim, zerou tudo e passou para o outro, não. Foi respeitando essa norma de troca que foram feitas as trocas gradativamente e o foco passou a ser os Bancos múltiplos assim como está descrito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a PREVI sabia que a nossa investigação foi de 2000 a 2005 e no entanto, procurou se pegar apenas uma sistemática que foi implementada no início de 2005, final de 2004 início de 2005, quer dizer, então há inegavelmente aqui uma injustiça nessa afirmação que a PREVI fez sabendo a Fundação, que nós estávamos investigando de 2000 a 2005. Aí me permita lhe dizer, eu particularmente me senti ofendido porque parecia que aqueles dados que estávamos divulgando, na operação na Bolsa de Valores com determinadas Corretoras, eram inventados ou criados, quando a PREVI diz chega e nós não operamos com Corretoras independentes só operamos com Corretoras ligadas a Bancos, todas as Corretoras independentes que apareceram foram criação do Sub-relator é que primeiro se pode depreender, como interpretação dessa nota publicada no site oficial da PREVI.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Eu acho que aí é uma questão, pode ter havido uma questão de semântica eu não tenho todo o conteúdo da nota do site, mas efetivamente é isso que eu estou lhe dizendo, houve essa mudança gradativa, não é, mesmo ocasional, a nossa experiência com renda variável a gente, o valor que a gente paga, falar no passado agora, não estou mais lá, mas o que a gente pagava mensalmente para os corretores, é muito pequeno. E no Fundo, no Fundo, o que acontecia era que nós tínhamos uma, uma devolução enorme porcentualmente

de da corretagem, porque a PREVI era visto como um cliente excepcional, então havia uma briga entre eles, uma concorrência pela estatística da PREVI. Então eles recolhiam de volta, boa parte da corretagem, me lembro em ofertas públicas que a gente participava secundárias a gente participou de algumas empresas nós tivemos a devolução de 100% a gente nem pagava, o que reduzia o custo de corretagem para gente. Mas, só voltando o caso deve ter sido uma questão de semântica o que realmente acontecia é isso que estou lhe falando aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora qual o critério selecionado pela Diretoria Financeira para esse rodízio das Corretoras?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Também foi mudado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu acho que o rodízio é bom, de antemão eu acho que o rodízio é bom.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Antes o rodízio era provocado pelo volume de Comissão de corretagem paga. Só que como a gente pagava tão pouco a gente tinha uma dificuldade enorme de rodiziar, porque esse era o critério aprovado no Conselho Deliberativo da PREVI, nós fizemos o contrário, fizemos uma mudança para a prazo, ao invés de valor pago por Corretora, a gente estabeleceu uma frequência da minha memória eu acho que essa frequência passou a ser semestral ou trimestral. Então de seis em seis meses, ou de três em três meses, me perdoe eu não tenho como precisar agora, você faz essa mudança ao invés do critério de valor pago, porque é muito pequeno demorava muito a trocar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dar Gerências qual é que tem a função de acompanhar mais de perto esse desempenho das Corretoras?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Tá, o *ranking* delas, ou seja, o credenciamento delas é feito pela Diretoria de Planejamento, que é aquela a área de risco, que foi comentado inicialmente, que ranqueia. E o acompanhamento do que está sendo pago e o prazo para rodiziar é feito pela Diretoria de Investimentos, então só pode operar com quem está no *ranking* dentro desses critérios que estão aí colocados aí, que V.Exa. não pode ler, e a troca e o acompanhamento da troca é feito pela Diretoria de Investimentos checado feito o controle interno posteriormente pela Diretoria de Risco para ver se está sendo feito conforme a política.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá, Dr. Gilberto,

eu queria saber no período de V.Sa. qual foi o critério definido para a seleção das Corretoras que operavam com a Fundação ? Como era feito o acompanhamento do desempenho dessas Corretoras? E, enfim, como é que se dava essa interface da instituição com as Corretoras?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Num primeiro momento havia a Diretoria de Planejamento que ranqueava as Corretoras, definia e aprovava no Conselho Deliberativo, o conjunto de Corretoras que nós estávamos autorizados a operar. Não me lembro agora, mas eram menos de 10 Corretoras que estávamos autorizados a operar. A partir daí ia para a Diretoria de Investimento, Gerência de Operações Financeiras que controlava mensalmente o valor pago para essas Corretoras, o valor de Comissão pago, para rodiziar as operações entre as Corretoras de forma que num determinado período de dois ou três meses, nós tivéssemos operado igualmente com todas essas Corretoras. Sem permitir um direcionamento para uma específica ou mais negócios para uma Corretora do que para outra, a tentativa equalizar esses volumes e valores pagos para cada uma desse conjunto dessas Corretoras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Luiz me pediu, evidentemente, a permissão de ir ao toalete, enquanto isso eu dou continuidade com o senhor. Em algum momento acendeu a luz vermelha apresentando certa preocupação para a Diretoria Financeira sobre determinada operação que tenha sido realizada por essa ou por aquela Corretora?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Não, nenhum momento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, houve a detecção de algum problema nessas operações com essas Corretoras que estavam habilitadas?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Não, essas Corretoras todas realmente tinha uma enorme vontade de operar com a PREVI e isso poderia melhorar o *ranking* dessa própria Corretora, pelo volume de operação que conseguia fazer nas bolsas. E obviamente então tinha a PREVI como um cliente de primeira linha e devolvia a Comissão, inclusive, operava praticamente sem custo para a PREVI. Não tivemos nenhum, nenhum problema nesse período, pelo menos que eu me lembre alguma coisa relevante com nenhuma das Corretoras e no meu primeiro de gestão nenhuma delas foi descredenciada que eu me lembre nesse período.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor nos

disse quando deixou a Diretoria Financeira da PREVI passou a compor a Diretoria da ACESITA é isso?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Isso, exato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A PREVI foi uma das acionistas?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Exato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que teve algum tipo de influência período que o senhor passou na Diretoria Financeira da PREVI para ter sido chamado pela atual empresa em que trabalha, para ocupar as funções que ocupa?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Com certeza, pelo acordo de acionista que tem na empresa, a indicação da Diretoria da ACESITA é feito pela controladora ARCELOR e a indicação do Diretor Financeiro, exclusivamente é feita pelos Fundos de Pensão que são sócios, que eram sócios na ACESITA. Envolvendo PREVI, PETROS e SISTEL que tinham 50% do bloco de controle, que eram signatários de um acordo de acionistas. Uma vez que essa indicação poderia ser feito só pelos Fundos teria que ser validada pelo Conselho de Administração. Essa indicação foi feita obviamente porque o meu período, o meu mandato na PREVI estava vencendo eu teria que retornar ao Banco ou ter um outro local para trabalhar. A Diretoria financeira nessa empresa estava vaga, e ela passava por um momento de dificuldade financeira. Então precisava, a PREVI queria um acompanhamento mais próximo dessa empresa, para a gente buscar a solução em aproximadamente um ano de prazo. Isso foi feito durante... A minha indicação foi feita, eu passei por uma entrevista em Luxemburgo com o Controlador foi aprovado o meu nome com o Conselho de Administração da empresa, assumi em maio de 2002 início de 2003 e maio, abril e maio de 2003, a situação financeira já tinha sido revertida a partir lá a empresa apresentou lucro nos último 10 anos o primeiro lucro expressivo já em foi em 2003, em 2004 a PREVI, PETROS e SISTEL começaram a negociar a venda da sua participação, em 2005 a venda foi concretizada a ARCELOR a partir daí passou a ser controladora, teria e tem até agora todo poder para substituir o Diretor Financeiro porque eu queria que entendesse, uma vez que ela tem maioria absoluta dentro do acordo. Isso não foi feito, além de não fazerem a substituição me convidaram para acumular a Diretoria de Administração e Recursos Humanos demonstrando a confiança do atual sócio, no meu trabalho. Essa é a história nova, recente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria que

os senhores pudessem até para seguir essa linha da participação que a PREVI tem no controle de algumas empresas, que pudessem me dizer sucintamente como é que se deu ao longo desses últimos cinco anos e aí fazendo obviamente uma análise evolutiva a situação da PREVI na VALE DO RIO DOCE. Nós sabemos que a PREVI é individualmente a principal acionista da Vale, o Presidente do Conselho Deliberativo da VALE é o Diretor Presidente da PREVI, o Dr. Sérgio Rosa e publicamente se sabe do quão próximo do Diretor-Presidente da VALE é da Diretoria da PREVI, sobretudo do Sr. Sérgio Rosa. Então nós queríamos saber exatamente ao longo desse tempo, como é que se deu essa evolução da participação da PREVI na VALE, quem são as pessoas que acompanham pela Fundação o desempenho das atividades da VALE como é que feito esse acompanhamento, como é que se avalia a gestão da VALE? Então eu queria que o senhor pudesse por favor falar, primeiro do período desde 2000 a 2002 e em seguida o senhor fala de 2002, de 2003 a 2005.

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: A participação, a maior participação, a participação mais relevante em empresas da PREVI é a VALE DO RIO DOCE sem dúvida. Nós temos, tínhamos 2 tipos de participação, uma do bloco de controle e outra participação livre na bolsa para negociação, porque compunha melhor a nossa carteira. São ações livres para negociar na bolsa, direto da VALE. A participação na VALE DO RIO DOCE se dá por intermédio de uma empresa *holding*, [inaudível] com outros acionistas e a participação da PREVI em conjunto com outros Fundos se dá através da LITEL(F) que controla uma parte da VALEPAR pela relevância desse controle os principais operadores dessa participação era PREVI e BRADESPAR onde a PREVI, a partir desse meu período na PREVI, a PREVI passou a indicar o Presidente do Conselho e tinha direito a um 3 Conselheiros, se não me engano, eu inclusive o Presidente. E a VALE par indicou o Diretor-Presidente que é o Sr. Rogério. O acompanhamento da evolução do investimento se dava na Diretoria de Investimentos pela valorização dos papéis da VALE DO RIO DOCE na bolsa, já que é uma empresa listada. Mas o nosso conjunto de participação no bloco de controle, não é de uma empresa listada, então se dava por um processo histórico. Isso foi corrigido já na gestão acho que do Aguiar, eu já tinha feito essa proposta e isso foi corrigido reavaliando o valor da participação trazendo a valor presente, o que é bastante justo em função da defasagem que havia entre a época da compra e o momento atual DA VALE DO RIO DOCE. Acompanhamento operacional se dá pela Diretoria de Participações através dos seus Conselheiros a PREVI sempre manteve lá o seu

Presidente e um Diretor no mínimo o seu Presidente e um Diretor da PREVI no Conselho da VALE DO RIO DOCE em função da representatividade desse investimento para o portfólio da PREVI, nesse período se deu dessa forma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Luiz?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Eu acho que o caso VALE DO RIO DOCE sem sombra de dúvida é o mais bem sucedido em termos de retorno, e de retorno envolvendo valorização das ações do valor de mercado da empresa, assim como dos dividendos é uma empresa muito agressiva no bom sentido, não é? De pagamento de dividendos o que é bom também para um Fundo de Pensão. Com relação a representatividade é o que o Gilberto falou, tradicionalmente a PREVI escolhe o Presidente, tem o direito via acordo de escolher o Presidente do Conselho de Administração, tradicionalmente é o Diretor-Presidente da PREVI que assume.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tradicionalmente, sempre foi assim, não é?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Foi assim desde a privatização, primeiro com o Tarquino(F) que foi Presidente lá do Conselho de Administração e assim hoje também com o atual Diretor-Presidente da PREVI. Como a nível de exposição é muito alto, nós temos do total de 80, de 80 bilhões de reais, cerca de 12 bilhões de reais é VALE DO RIO DOCE. Então tem uma equipe que acompanha na Diretoria de Participação tem uma equipe que acompanha a evolução do plano de negócios da empresa sempre um contato muito de perto, com os executivos da companhia. A VALE foi a primeira empresa agora a ser considerada no ano passado... [inaudível] Por uma das agências classificadoras de risco mais importantes acho que pelas duas até, pela MUTES... Coisa que fez com que o custo de capital da VALE caia mais ainda e o valor de mercado dela cresça, cresceu mais ainda após esse anúncio da obtenção do grau de investimentos por quê? Porque novos acionistas passam a procurar o papel da VALE DO RIO DOCE, especialmente investidores internacionais, Fundos de Pensão no exterior, parte deles não podem comprar papéis ou tem limitações para comprar papéis de países emergentes, como a VALE tem um risco de crédito de avaliação melhor até do que do próprio país. Será que é o meu? Então esses investidores passaram a procurar isso, dar uma atratividade ao papel da empresa e valoriza ainda mais esse papel. Já foram feitas duas avaliações econômicas, uma na gestão anterior no final da gestão anterior, no final de 2002 pelo valor econômico. Porque as ações

que a gente tem, são ações de controle na sua grande maioria e eles ficam num veículos de investimento que não sei, que esse veículos não é listado em bolsa. Então a legislação permite que você avalie, faça a avaliação econômica financeira da empresa e coloque nos seus livros esse valor econômico, se não me falha a memória, hoje, por ação tem cerca de uns 66 o valor de livro na PREVI, eu não estou acompanhando mais o mercado nos últimos 60 dias, mas a ação da VALE está muito mais do que isso no mercado, não é? Sem contar aí que essas ações que nós temos, são na sua grande maioria ações de controle, portanto tem um prêmio. Então ela está contabilizada de uma maneira muito conservadora, justamente porque o peso dela é muito grande, no portfólio e muito grande na carteira total, por uma questão de prudência fez a avaliação independente feita por um avaliador externo contratado pela PREVI. E se preferiu colocar uma avaliação conservadora, mas dentro das práticas de avaliação econômico financeira aceitas no mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Dr. Gilberto, eu queria que o senhor nos explicasse em linhas gerais, qual era a estratégia de definição e avaliação de risco das instituições para a aplicação em CDBs, no momento que o senhor era Diretor Financeiro da PREVI?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Basicamente é patrimônio e capacidade, conhecimento de mercado. Eu não sei exatamente os critérios técnicos utilizados que isso era feito numa outra área, minha área só executava. Mas me lembro que era levado em consideração rumo a análise de risco que se faz no mercado, em função do histórico de operação e do patrimônio dessa, desse Banco. As operações no meu período também de CDB não eram, não eram significativas, eram bastante raro acontecer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguma coisa, por exemplo, justificava não investir em Bancos de médio e pequeno porte?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Na época nós tínhamos uma política de investimento conservadora e fazíamos o investimento apenas nos grandes Bancos. Nesse período a diferença de rentabilidade apresentada pelos dois Bancos, não eram tão relevante como aconteceu em períodos subseqüentes. O mercado financeiro estava bastante confortável, porque a Bolsa de Valores não andava bem, nós chegamos a 9 mil pontos de índice BOVESPA em 2002, por exemplo, final de 2001, 2002, havia muito dinheiro direcionado para títulos e CDBs, o mercado estava bastante líquido, tínhamos uma situação de conforto

e preferimos optar por uma operação conservadora aplicando basicamente em grandes Bancos. Portanto a política de investimento, não permitia aplicação nos Bancos menores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Luiz, o senhor respondendo a Senadora Ana Júlia, na minha opinião antecipou essa mesma resposta que o Dr. Gilberto deu, me perdoe no período dele, então agora eu queria tratar especificamente de alguns casos. Primeiro com relação ao BANCO SANTOS, no dia 21 junho de 2004 para vencimento em 26 de julho mesmo ano, a PREVI investiu 5 milhões no BANCO SANTOS, depois em 3 de junho de 2004, na verdade é antes porque 3 de junho é antes de 21, houve uma inversão aqui da, convencimento para 21 de julho de 2004. Mais cinco milhões de reais, e aí todos esses dois investimentos foram resgatados. Minha pergunta não é porque investiu no BANCO SANTOS agora, minha pergunta é porque é que no dia do último convencimento que foi 26 de julho de 2004 a PREVI decidiu não mais investir em CDBs desse Banco?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Bom, todo o negócio que você tem, que você administra eu acho que você tem que ter uma capacidade muito pró-ativa de entender o que está acontecendo no mercado. Eu acho que qualquer negócio, ou seja em qualquer setor eu acho que é da vida isso, você fica atento a tudo que ocorre. E no caso da PREVI não é diferente nós temos uma área de risco que monitora constantemente, tudo que vem se passando com as instituições financeiras, o que vem se falando o que nós no formal o que está na comunicação entre as Instituições, e de qualquer forma as avaliações eram permanentemente feitas, uma déssemos reavaliações que eram feitas constantemente, que se chegou a conclusão que a gente não deveria mais aplicar determinado momento nesse Banco. Aliás, conclusão absolutamente correta, não é? Haja vista o que ocorreu. Então foi isso, eu acho que a forma de operar, se você quer operar com determinado tipo de negócio você tem que estar atento ao seu risco, a sua contra parte, não é? Com quem você está operando, então foi isso--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É claro que uma Fundação do porte da PREVI não pode estar alheia a isso.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Absolutamente a gente tem uma área profissional de risco, temos operadores atentos ao que está ocorrendo e foi assim que foi feito. Eu acho que a gente não renovou e não operamos mais com eles a partir de julho em

novembro, não é? Nos 4 meses depois ocorreu aquilo que todos nós sabemos, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria dizer ao senhor o seguinte, se o senhor não me desse mais resposta no dia de hoje eu sairia feliz e satisfeito, com essa resposta que o senhor me deu. E aproveito também para dizer que essa decisão é um atestado de competência do senhor. Porque outros dirigentes de Fundos de Pensão, do mesmo porte da PREVI, vieram aqui e tentaram justificar o injustificável. Ou seja, que fazer investimentos na carteira do BANCO SANTOS em novembro era uma coisa completamente normal, era uma coisa completamente saudável, era uma coisa que respeitava completamente a lógica do que seria razoável para uma Fundação do porte da PREVI e da FUNCEF e da PETROS, no caso da FUNCEF, por exemplo, eles perderam 10 milhões de reais, 10 milhões evaporaram na carteira do BANCO SANTOS. E eu quero insistir nessa resposta do senhor agora, ela será transcrita *ipsis litteris* no meu relatório, porque é exatamente como eu penso é impossível uma Fundação do porte da PREVI, da FUNCEF, da PETROS, enfim, não ter uma estrutura de acompanhamento e de análise do mercado que desconheça o que estava acontecendo com o BANCO SANTOS. Então o senhor veja que eu não perguntei porque é que o senhor investiu no BANCO SANTOS, eu perguntei porque é que o senhor não continuou investindo, porque essa decisão de não continuar investindo ela foi acertadíssima, uma pena que ela não foi seguida por outras Fundações a exemplo da REAL GRANDEZA que perdeu 150 milhões de reais no BANCO SANTOS, evaporaram 150 milhões de reais no BANCO SANTOS. Eu lhe digo que é exatamente como a gente pensa, exatamente como a gente enxerga, uma Fundação do porte da PREVI das principais Fundações Federais, não pode ocorrer esse tipo de risco não pode estar vulnerável a esse tipo de risco. Passando então para a polêmica que já foi mais ou menos levantada aqui pela Senadora.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu quero me reinscrever ta Deputado... Já que estamos só nos dois aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A senhora fique a vontade. Com relação a BMG e o RURAL, primeiro, eu tive até conhecimento de uma entrevista que Dr. Sérgio Rosa deu a um veículos de comunicação nacional, onde ele tenta por todos os meios, desconstruir esse levantamento que foi feito. O que é que acontece para explicar as coisas, assim, num prisma muito de acordo com o propósito nosso, porque nós não temos como mascarar a realidade de nada, números são números,

ponto. Não é? As inferências, as conclusões cada um pode tirar de acordo com a forma como analisa, como enxerga esses números, então uma das primeiras perguntas que foram trazidas para esta Sub-relatoria. Era justamente saber quanto os Bancos BMG e RURAL receberam de 2000 a 2005 dos Fundos de Pensão, então a pergunta era, quantos os dois Bancos receberam nesse período especificando ano a ano, especificando operação por operação, quanto é que eles receberam do BANCO SANTOS, ou, dos Fundos de Pensão, BMG e Rural, certo? E o que é que a gente verificou? Em 2002 há um valor expressivo concentrado apenas na REAL GRANDEZA, que investiu muito tanto no BMG como no RURAL. Em 2003 o volume cai bastante, e em 2004, ele sobe no total com duas características, a primeira a REAL GRANDEZA cai nos reinvestimentos, ela reinvestiu menos do que ela tinha investido lá atrás. Então ela diminuiu o nível de participação dela nos dois Bancos, ainda assim sendo uma participação muito grande, certo? E de repente alguns Fundos de Pensão que nunca tinham colocado um centavo na carteira dos dois Bancos, passaram a colocar. O senhor aqui falou claramente como é que se dava esse processo que eu preciso até entender um pouco melhor, eu queria que o senhor explicasse aqui, certo? Bom, Dr. Sérgio Rosa, ele fez questão de se antecipar dizendo, mas a PREVI nunca esteve exposta em 30 milhões, a exposição máxima foi 22. Se eu tiver errado o senhor me corrija, em hora nenhum essa Sub-relatoria, se o Dr. Sérgio Rosa se ele por acaso está nos assistindo ele escute. Porque eu já dei resposta no veículo de imprensa, hora nenhuma a Sub-relatoria disse que a PREVI esteve exposta teve em 30 milhões, nós tivemos que o BMG e RURAL receberam 30 milhões da PREVI, ponto. Porque essa foi a pergunta que foi colocada para as Sub-relatoria de Fundos de Pensão, quanto é que a BMG e o RURAL recebeu? Aí a Senadora Ideli trouxe aqui um gráfico onde ele mostrava a evolução dos investimentos nos dois Bancos, comparando o patrimônio das Fundações. Ora, o senhor há de concordar comigo, eu não posso para esse critério comparar a PREVI que tem um patrimônio de 70 bilhões e como o senhor disse é o octogésimo maior Fundo do planeta, com um Fundo de Pensão estatal ou com um Fundo de Pensão Privado que tem patrimônio, de 10, 20, 30 milhões, não posso, claro que qualquer investimento que a PREVI fizer nos dois Bancos, na curva da Senadora vai crescer quase nada, vai ser insignificante. Mas eu insisto a nossa análise não foi feita no prisma da exposição dos Bancos, a exposição da PREVI se expondo em 20 milhões ou investindo ao todo 30 milhões é muito pequena, comparada com a patrimônio do Banco. É

muito pequena, estamos completamente concordes nessa linha de raciocínio. Mas qual é a pergunta que foi colocada, eu é quanto o BMG e o RURAL receberam dos Fundos de Pensão? E aí, por exemplo, se um Fundo que tem patrimônio de 10 milhões ele investe 1 milhão no BMG e no RURAL o nível de exposição dele será infinitamente maior, infinitamente maior do que a PREVI investindo 30 milhões teria. Então, os 30 milhões da PREVI expõe ela 125 vezes, eu acho que o cálculo é esse, menos do que um Banco, do que um Fundo com patrimônio de 10 milhões em vista 1. Só que isso não está na questão, por quê?! Por quê?! Um milhão para o BMG é um milhão e 30 milhões para o BMG são 30 milhões, 30 vezes mais. Eu estou fazendo esse esclarecimento, porque parece que houve um furor ó que é normal que haja, eu compreendo as reações, eu sei da necessidade de dar uma satisfação, entendeu? Mas assim, é importantíssimo entender que não adianta querer misturar “alhos com bugalhos”, não adianta querer colocar na mesma cesta laranja e mamão, nós estamos falando de coisas completamente diferente. Porque a nossa análise ela é feita a partir do que os Bancos receberam. E não do nível de exposição dos Fundos. E realmente nos causou extrema curiosidade, para usar um termo eu diria que moderado o fato da PREVI ter passado a investir desses dois Bancos apenas em 2004 se fosse uma coisa, uma prática normal e habitual da Fundação tudo bem, como outras também aconteceram isso. POSTALIS, PETROS, FUNCEF etc, eu acho que a PETROS tinha alguma coisa, mas aumentou eu não tenho aqui os números completos, certo. Nós temos o detalhamento que o senhor tem também, das aplicações dos vencimentos com etc, nós não discordamos o número de exposição que isso fica que claro para dizer que a gente está botando um número que é outro, não tem diferença de número, o número é um só. Até porque todos os nossos dados foram colhidos na base da CETIP, que é a mesma base que o senhor operou daí não dá para poder ter dúvida. Eu faria uma primeira pergunta lhe dando toda a liberdade, eu quero dizer o seguinte, eu não quero politizar esse debate, eu quero deixar do ponto de vista técnico e tal. Nós anotamos aqui, que determinado momento o senhor citou que o Conselho Deliberativo e o Presidente ele precisaria aprovar investimentos em empresas abaixo de um determinado valor. Em debêntures. Tá. Então é o seguinte, partindo do pressuposto que estamos falando dos mesmos números, certo? Eu queria saber se esses investimentos no BANCO BMG e no Banco RURAL eles passaram pela aprovação da Diretoria? Quem é que participou da aprovação? Porque, por exemplo, veio aqui o Diretor da PETROS ou da FUNCEF eu já não quero eu não vou atribuir a

um a outro para não falhar, ele disse assim, olha, “o gestores dos Fundos exclusivos” que no caso dele foi Fundo exclusivo, “eles nos consultavam, se dentro da lista de Bancos que a Fundação autorizava o investimento em CDB, tivesse ali o Banco RURAL e o BMG ele podia fazer, ele tinha que pedir a Fundação para fazer, o Fundação portanto tinha um conhecimento prévio que o investimento era feito ele ia lá e fazia não podia investir em nenhum Banco que não estivessem naquela relação, e o BMG e o RURAL estavam naquela relação”. Como o senhor disse aí que é o caso PREVI várias outras situações estavam relacionadas. Eu queria saber melhor como é acontecia o processo decisório? Partindo do pressuposto que a gente não pode misturar em sintonias, e que a gente está falando dos mesmos números.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Esse processo, como eu falei anteriormente, ele me dá realmente o maior prazer de falar nele, porque eu reputo nele um trabalho muito interessante da minha área especificamente, junto com a área de risco da PREVI, de elaboração de uma política de investimentos em CDBs mais diversificada, dentro da linha da política de investimento você investir mais em renda fixa, já que a gente estava saindo de uma posição de renda variável, alternativas de investimentos seguras com uma boa rentabilidade, como foi falado por mim também na vez anterior, há... Havia naquela época, não estou acompanhando mais o mercado agora, a enorme diferença entre a taxa paga para Bancos médios e pequenos dos Bancos maiores. E tudo isso foi pensado dentro de uma lógica de consistência de retorno e risco muito... Que eu reputo, sem falsa modéstia, de excelente nível financeiro, de conhecimento financeiro. Mas concordo com V.Exa, você olha para passado vê lá, todo esse imbróglio que nós estamos passando, olha para trás, não tinha nada e aparece, merece uma investigação. Um novo... A sua iniciativa de investigar, mas para investigar precisa ir mais fundo nos nossos procedimentos, precisa ir bem mais fundo nos nossos procedimentos. Primeiro dizer que não tinha nada no passado, mesmo, não tinha. Nós em 2004 em uma discussão interna da minha diretoria eu fiquei sabendo da existência da *cetip net(F)*, dessa plataforma eletrônica, o pessoal do CETIP(F) teve na PREVI fez a apresentação para os nossos técnicos de como funcionava, o gerente de operações da mesa ficou extremamente confiante de a partir daí você ter um custo menor para operar com pequenos e médios Bancos, além disso, uma transparência. Toda a comunicação fica logada, fica registrada no sistema, que é um sistema fechado que foi integrado ao nosso sistema corporativo, portanto no risco operacional bastante baixo e a interfe-

rência do operador no processo decisório, zero. Bom, esse é um ponto, se saí, depois eu volto nele, que eu acho que esse é o ponto mais relevante de todo esse debate. Nós fizemos aplicações em diversos Bancos, pequenos e médios. Bancos esses tinham limites de crédito definidos com outra área que não era minha, como o comum porque já era histórico isso na PREVI, desde os tempos. Eu não sei se foi o Gilberto que implantou isso, ou até a administração anterior, que segregação da definição dos limites. Do ponto de vista da alçada interna, Deputado, o que acontece é o seguinte: Define-se o conjunto de limites, a essa área de diretoria de planejamento área de risco leva esse conjunto de limites para a aprovação na diretoria, não tem nenhuma operação ainda, só os limites--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Global.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Um a um. Banco a Banco, listado, com cálculo lá que tem uma metodologia para calcular um limite para cada um, evidentemente a gente não sabe detalhe, tem uma equação para isso, levou todos os Bancos do A até o Z. Isso é feito semestralmente porque há uma modificação disso, obviamente. Os Bancos melhoram os outros diminuem, outros ficam mais arriscados, isso é feito dentro do procedimento normal na PREVI. Foi levado à diretoria, como sempre, todo semestralmente a gente faz isso, e foi aprovado pela diretoria executiva, o conjunto de limite de crédito para operar com os Bancos A até o Z, como normalmente era feito. A partir do momento que nós nos credenciamos na *cetip net(F)*, na plataforma eletrônica, assinamos um código de boas práticas de ética com a ANDIMA, que era condição *sinequanon* para que a gente pudesse operar dentro da plataforma eletrônica. Definimos dentro da diretoria de investimentos, como, que prazos que a gente iria operar. Então nós fizemos o seguinte, dependendo do limite de crédito do Banco, quanto menor o limite de crédito, menor era o prazo de aplicação. E isso ia crescendo em relação ao limite de crédito maior. Entendendo, era uma fórmula simples de entender. Quanto maior o limite, o Banco tem um patrimônio suficiente para sustentar a capacidade de repagar os CDBs e a gente aumentava os prazos. Então limitamos isso, criamos um limite também do total de recursos a serem aplicados em pequenos e médios Bancos, então a gente podia aplicar até 20% em pequenos e médios Bancos de maneira respeitando o limite de cada um deles, do somatório de operações compromissadas que é a liquidez imediata, mais o total de CDBs. Eu me lembro bem que isso dava em torno de 200 milhões. Era até onde a gente poderia ir aplicando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em todos esses Bancos, quantos eram os Bancos?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Os Bancos eram em torno de 15 Bancos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 15 a 20 Bancos?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Que participavam desse processo de cotação diariamente, quer dizer, quanto a gente tinha recursos disponíveis, não era diariamente, quando nós tínhamos recursos na tesouraria para aplicar. Então nós fazemos dois conjuntos de cotação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só uma dúvida, o limite Banco a Banco era discutido por toda a diretoria?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Era feito tecnicamente pela área de risco, submetido dentro de uma equação matemática, ninguém mexia naquilo. Aprovava-se aquilo, que a metodologia também era previamente aprovada na diretoria e aprovava-se o limite. Ninguém mexia, não tinha como você mexer na diretoria no limite estabelecido dentro da equação, que leva consideração algumas variáveis relacionadas à operação de cada um dos Bancos, em geral na economia brasileira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem essa lista completa dos Bancos?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Tem, tem tudo aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Teria como disponibilizar?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Tem como deixar, posso deixar sem problema nenhum. E seis em seis meses esses limites eram modificados em função do desempenho de cada um dos Bancos. E a partir daí, nós criamos na diretoria executiva essa regra, diretor desculpe, de investimentos essa regra de aplicação por valor, dentro do limite sempre via plataforma eletrônica, sem exceção. E a decisão era nossa, a decisão era da diretoria de investimentos e dos meus operadores lá dentro da regra pré-estabelecida, dentro da política de investimento e fizemos, fizemos BMG, fizemos Rural, fizemos mais uma série de outros Bancos, durante o processo. Nós tínhamos taxa que a gente conseguia de 106%, 108%, 105%, significa dizer, cerca de cinco, seis, sete, oito por cento acima de Bancos grandes. Então eu me lembro, a gente fez uma conta uma vez, a gente ganhou em um ano,

uns cinco, seis milhões de reais por estar fazendo isso na política de investimento no CDB, que a gente não teria ganhado se não tivesse feito, se tivesse optado por ficar, só aplicar com grandes Bancos, nacionais, estrangeiros aqui dentro. Então houve... E isso servia para pagar a metade da minha folha de pagamento da minha diretoria. Era tudo na minha mão. Absolutamente tudo na minha mão. Dentro dos limites estabelecidos, dentro dos padrões estabelecidos, dentro dos sistemas estabelecidos, “toca o pau, roda a máquina, vamos embora”. E tinha os controles vindo das aplicações em uma área segregada que me mostrava no dia seguinte das aplicações, com quem tinha feito um controle de limite, aquilo que foi aprovado não podia ultrapassar, então parava ali, e vamos fazendo. Então V.Exa. vai notar que se pudesse fazer uma comparação com outros Bancos do mesmo porte, vai notar a mesma coisa. Antes não existia nada, passou a ter. Assim como do BMG e do RURAL passou a ter. Eu posso citar vários Bancos aqui que a gente passou a ter investimentos com eles que não tinha antes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Uma conta, apenas aqui a primeira vista, até porque eu não sou economista, não sou matemático e tenho alguma dificuldade para compreender também certas coisas, apesar de estar procurando me interar cada vez mais, a gente percebe o seguinte, o senhor tinha um limite tenho 200 milhões, suponha que com os dois Bancos chegou a uma exposição de 40 milhões...

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Isso depende da época, eles não chegaram juntos na exposição máxima que eles tiveram.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, esse limite de 200 milhões ele era um limite anual.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Esses 200 milhões eram defendidos por nós no seguinte sentido, ele era inclusive flexível. Como nós tínhamos aproximadamente de CDBs totais mais compromissadas, a gente calculava 20% disso para estabelecer o limite que a gente poderia aplicar com esses Bancos pequenos e médios. Era isso que a gente fazia, isso flutuava um pouco, nunca batemos em 200 milhões, nós ficamos, não me lembro exatamente, ficamos em 160, 150 e assim por diante. Ficava nessa base.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No caso de 2004, por exemplo, o senhor tinha quase 20 Bancos, de 15 a 20 Bancos.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Operando dessa forma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Operando dessa forma. No entanto, 20% da sua exposição, ela foi concentrada com dois Bancos apenas.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Não, aí que está, depende do momento em que você verifica isso, porque não foi em todos os dias que nós ficamos com a exposição máxima nesses dois Bancos, nós fizemos a operação na época--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas aconteceu.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Não. Nós chegamos a ter determinado volume de recursos em determinado momento do tempo, que foi esse que o senhor menciona, que foi o máximo. Mas durante o ano inteiro, isso variou muito, isso foi o máximo que ele ficou e que o limite de crédito dele suportava, sem problema nenhum. E mais importante que isso, é isso aqui que eu faço questão de deixar às suas mãos aqui. Que é dia-a-dia o extrato tirado do próprio *cetip net(F)* das operações, onde mostra quem ganhou e quem perdeu. Há taxas que foram rejeitadas, todas as taxas, todos os Bancos. Vou dar um exemplo. No dia 25 de agosto de 2004, horário de recebimento foi de 11h45 a 12h05. Nós tínhamos cinco milhões para investir nesse dia, nós listamos todos os Bancos, aqui tem BMC, PANAMERICANO, BIC, DAYCOVAL, BMG, RURAL, CACIQUE, FIBRA, SOFISA, CNH e assim por diante, vários, ZOGBI(F) e tudo mais. Nesse dia, por exemplo, quem ganhou foi o PANAMERICANO, a uma taxa de 107, nós aplicamos cinco milhões. Nesse dia todos os outros tiveram suas taxas rejeitadas, e assim tem. Tem outro grupo de Bancos maiores que a gente fazia apartado, que o prazo, como eu falei anteriormente, era maior, então a gente fazia apartado e eles não entravam na mesma concorrência, entravam em outro concorrência, até porque a taxa, só para se ter uma idéia, o UNIBANCO pagava 100%, 100.4%, o BMC pagou 107.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até porque jamais um Banco de grande porte iria pagar a mesma coisa de um Banco de médio e pequeno porte. Isso é a lógica do mercado, quanto maior risco se corre, maior tem que ser o risco esperado. Isso aí não tem nenhum milagre.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Sem dúvida, está correto. Isso aqui, essa sistemática mostra justamente isso que V.Exa. fala. Aqui por exemplo, quem ganhou foi o BVA, cinco milhões taxa aceita. Todos os demais tiveram essas taxas rejeitadas, inclusive esses dois referidos aqui pela Comissão. E assim vai,

ou seja, todos os dias sem exceção, sem caso de exceção nenhum, nenhum, nenhum, nenhum, que nós tivemos nesse período foi feito um a um. Está aqui. Então, é por isso, justamente por isso que eu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria que o senhor, por favor, pudesse... Eu peço até a assessoria que possa autuar e depois...

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: É justamente por isso que eu falo, conheço desse assunto não só com muita tranquilidade, mas eu digo até com uma ponta de orgulho de ter conduzido esse processo internamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero louvar aqui também a coragem do senhor de estar assumindo que essas decisões eram da diretoria...

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: De investimentos. Tinha que ser porque ela é muito rápida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E até porque também, eu queria que o senhor soubesse que nós não questionamos o retorno que as fundações tiveram com a remuneração dessas aplicações. Pelo contrário, a gente reconhece que as fundações tiveram retorno. E aí uma coisa, por exemplo, me causa surpresa. Houve essa mudança de sistemática. O *cetip net(F)* passou a ser como o senhor disse, um método extremamente transparente de definição dessas aquisições de CDB. Porque que só em 2004 então, o BMG e RURAL tiveram investimentos da PREVI, por que é que em 2005, por exemplo, eles deixaram de ter?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Perfeito. Excelente pergunta. Quando nós tivemos a situação do BANCO SANTOS, em novembro, a decisão nossa foi de reduzir o nível de exposição em todos os Bancos desse porte. Decisão nossa, interna, como de preservação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quer dizer mais uma vez louvo essa, acho que--

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Nós não ligamos para ninguém para quebrar a CDB de ninguém, como outras pessoas fizeram por aí, não fizemos nada disso. Conversamos muito com todos eles, chamamos eles para perto da gente, tivemos reuniões com todos os Bancos que a gente estava exposto desse porte, conversamos para saber como é que estava e que se mostrou um mercado extremamente maduro, diga-se de passagem, extremamente bem administrado porque aquela famosa crise sistêmica não veio. O portfólio dos Bancos estavam extremamente saudáveis até o ponto

de algumas outras instituições maiores terem comprado parte do portfólio deles de uma maneira muito rápida e dinâmica, porque a qualidade de crédito desses Bancos dentro da análise que a gente fazia, que estava correta por isso que a gente aplicou neles, era muito boa. Então não criou a crise sistêmica que se esperava, mas nós fizemos uma redução, sim, isso é notado claramente depois de novembro. Se V.Exa. tiver o cuidado de ver depois de novembro, depois de novembro, da quebra, não tivemos mais nenhuma aplicação, nem renovação, nem nada com nenhum deles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso é verdade. Eu considero uma decisão extremamente acertada, até porque destoa mais uma vez de outros Fundos de Pensão que insistiram em investir em instituições desse porte. E corrobora com a nossa linha de entendimento porque o BANCO SANTOS, ele acabou, queira ou não, traumatizando um pouco esse meio dos Fundos de Pensão. Por quê? Porque o BANCO SANTOS ele não era um mero emissor de CDB que era comprado por Fundos de Pensão. Não era só isso. O BANCO SANTOS administrou Fundos, o BANCO SANTOS geriu Fundos, o BANCO SANTOS passou a ter, não é com a PREVI, eu estou dizendo em geral, quer dizer, no mercado em si havia uma proximidade do BANCO SANTOS com várias fundações. E é natural que quando um Banco como esse quebra, e só de provisionamento para perda nós computamos mais de 230 milhões de reais dos Fundos Federais analisados, dos 12 Fundos Federais analisados, mais de 200 milhões de reais evaporaram do BANCO SANTOS, é natural que houvesse essa postura. E eu acho que ele está correto mesmo, eu não acho que não tem nenhum erro nisso. Agora, o senhor veja que do ponto de vista da pergunta que nós fizemos para resposta que foi dada, não há discordância. Inclusive, eu quero mais uma vez louvar V.Exa. que não se exime da responsabilidade pelas decisões que tomou.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Ainda Deputado, até porque foram corretas não é Dr. Luiz Carlos?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Eu não tenho vergonha nenhuma de afirmar que a decisão tem um retorno maravilhoso [inaudível] e sem perda.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu quero aproveitar inclusive aproveitar esse, posso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senadora, mais uma vez eu ainda tenho outras perguntas mais dois assuntos, mas claro, V.Exa. tem o direito de interromper--

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Até queria, louvar de novo a diretoria da PREVI que adotou uma sistemática transparente. O que põe absolutamente por terra a tese de que houve beneficiamento de Banco X ou Y ou Z. Mas ao contrário, houve uma decisão transparente de se investir dentro de critérios absolutamente técnicos e aqui está colocado, e no momento que houve no mercado financeiro um abalo... Eu sou funcionária, eu sou bancária, eu sei como é que funciona, me permita não ser economista, mas conhecer um pouquinho desse sistema para permitir fazer esse comentário. Então é natural, e a PREVI tomou a decisão correta. Então nós vamos agora tomar uma atitude diferenciada. Então, eu quero dizer que nós estamos aqui esclarecendo bem, que não houve beneficiamento de Banco “A”, de Banco... A tentativa que se fez aqui e de algum, de várias vezes eu acho que está caindo por terra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tem a paternidade, Senadora, assumida e declarada.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Agora eu quero, eu quero dizer que, eu, Deputado, eu queria, eu lhe escutei e eu queria se me permite, discordar de uma colocação feita por V.Exa. em relação à decisão do Tribunal de Contas da União, em relação ao acordo. Eu quero lhe dizer que não é verdadeiro, que não pode passar essa imagem aqui para a sociedade que nós ouve, de que o TCU tomou uma decisão...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas eu não disse isso Senadora, alto lá, hora nenhuma. O que eu trouxe aqui, não ficou parecendo, não. Olha, a senhora me pediu a palavra e eu dei a palavra a senhora, a senhora saiu foi para o plenário do Senado. Eu aqui transcrevi *ipsis litteris*, as declarações do Dr. Lucas Furtado, Procurador do Ministério Público na-

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu sei, eu vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --A senhora, por favor, escute o esclarecimento. No Tribunal de Contas da União, ele veio à Câmara em depoimento oficial na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, eu pincei exatamente o que ele disse com as aspas, depois pincei o que foi dito em um relatório de um doutor da USP. Depois de fazer isso, eu aqui, absolutamente foi uma transparência, afirmei que, o Tribunal de Contas da União não chegou à conclusão, que isso vai ser, está muito próximo de acontecer, que o Ministro responsável por esse processo esta concluindo o seu trabalho, e que há uma tendência, pelo que nós sabemos da conclusão coincidir e muito com a opinião

do Sr. Lucas Furtado. Agora, hora nenhuma foi falado aqui em decisão do TCU.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu quero, inclusive, discordar disso porque, no dia 22 de fevereiro foi julgado um agravo de instrumento das patrocinadoras do BANCO DO BRASIL e ao contrário, a tese vencedora pôr quatro a dois, diverge da tese do Dr. Lucas Furtado. O próprio documento do jurista que V.Exa. traz aqui, aonde ele cita o parágrafo 1º da Lei Complementar número 108, ele excepciona algumas situações em relação aos contratos feitos antes da vigência na lei. E esse contrato nada mais é do que uma consequência do contrato anterior de problemas que o Dr. Gilberto lá atrás já havia detectado, que foi o contrato feito na época das privatizações, que os fundos fizeram. Portanto, isso é apenas uma continuidade, portanto este contrato, ele está excepcionalizado. Então, eu queria dizer que há controvérsias no mínimo, no próprio TCU. Não é uma decisão. Essa decisão desse julgamento de agravo aqui em que venceu uma tese diferente da tese do Dr. Lucas Furtado não é uma decisão do TCU, também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É do Supremo, não é isso? Esse agravo foi julgado aonde?

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): No TCU.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No TCU? Ah, tá.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Entendeu? Então só para lhe dizer, Deputado, para não parecer assim. Então, há controvérsia, há controvérsia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu não fugi. Eu sou não admito que a senhora diga, que eu fugi. Eu tive todo o cuidado de transcrever.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): V.Exa. colocou aqui Dr. Lucas Furtado, citou, ele, aliás, é uma grande pessoa a quem eu tenho um grande respeito. E V.Exa. transcreveu realmente o que ele falou, mas eu queria aqui deixar também extremamente claro essa questão em relação... E a própria jurista o entendimento também que nós temos é diferente. Entendeu? Por quê? Porque esse contrato nada mais é do que um contrato... A consequência de um contrato lá atrás feito pelos Fundos de Pensão nos contratos de privatização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, para continuar nessa história, que eu acho palpitante e interessante e que vai ter ainda várias repercussões, eu tenho aqui uma cópia do acórdão, e vou lê-lo, como, aliás, fiz,

insisto, com todo o cuidado do Tribunal de Contas da União, do agravo a que a senhora faz referência.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Não, o agravo que foi julgado, não é isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso. É esse, eu vou ler daqui a pouco, mas assim, eu quero insistir que eu fui muito cuidadoso, eu atribuí ao Dr. Lucas Furtado, em Sessão oficial deste Congresso, ou seja, da Câmara dos Deputados, não foi uma invenção, eu não tirei isso de lugar nenhum.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Mas ninguém está dizendo que V.Exa. não citou o Dr. Lucas, que há controvérsias. É isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E as controvérsias... E a senhora, não sei se é jurista, eu diria que sou um apreciador do Direito porque, apesar de ter me graduado em Direito, eu nunca exerci as minhas atividades--

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Talvez uma rábula.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é. Então veja “Acórdão. Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de agravos interpostos pelos interessados supra contra despacho deste Relator, de 15 de agosto de 2005. Acórdão os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator em: Conhecer dos agravos interpostos, por investidores institucionais, Fundo de Pensão, investimento em ações, Fia, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, uma vez que, preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no Artigo 289 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, dar a eles provimento tornando insubsistente a medida cautelar deferida por meio do despacho deste Relator, de 15 de agosto de 2005, retificada em 24 de agosto de 2005”, e aí eu chamo atenção, porque são dois princípios básicos do Direito, que devem estar presentes para que qualquer medida cautelar se sustente, em face da ausência do *periculum in mora*. Claro. Não há *periculum in mora*, Senadora. Por quê? Porque o contrato ele só se efetiva em 2007, então não há *periculum in mora*, por faltar um fundamento constitucional básico para que aquela medida cautelar se sustentasse, e aqui qualquer um teria que realmente decidir nesse sentido, é que ela foi revista. O que não significa dizer que, no mérito, o Tribunal de Contas da União se pronunciou. Absolutamente, não! Nós estamos falando de uma medida que faz parte de um procedimento judicial, que o Tribunal de Contas da União fez absolutamente certo. Qual é o perigo na de-

mora? Nenhum. Porque, até o dia que o contrato for efetivado lá em 2007, qualquer coisa pode acontecer, não tem problema nenhum, ele só se perfectibiliza lá em 2007. Então--

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu lhe agradeço por confirmar a tese de que há controvérsias do TCU.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Não há controvérsias no mérito, porque o mérito não foi discutido, Senadora.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Há controvérsia no entendimento, Deputado. Não adianta--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Não há controvérsia! A decisão majoritária que não é controvérsia, não, é a decisão da Corte, que a senhora fez muito bem de trazer.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Deputado, desculpe, mas eu já até lhe chamei de Senador, mas, Deputado, nós estamos colocando aqui de uma decisão agora recente, então, há controvérsias. Vamos, no Direito, aliás, isso aí é uma questão que nós sabemos que acontece, mas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu não poderia ter me graduado em Direito, se eu não conhecesse isso, pelo menos, Senadora, então--

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu quero dizer que eu já fico mais tranqüila, até porque, no meu entendimento que inclusive, como associada e como defensora dos associados da bancada que defende os associados dos Fundos de Pensão, eu quero muito que os Fundos de Pensão saiam daquela situação absolutamente, como se diz na minha terra assim, daquela “roubada” que eles foram metidos na privatização. E realmente não tinha outra saída, para sair daquela “roubada” que o Governo Fernando Henrique colocou nos Fundos de Pensão, que o Sr. Daniel Dantas tentou, inclusive, e por isso é que os fundos começaram a brigar com ele muito tempo antes, eles tinham que ter um jeito de sair de forma digna para não perder os milhões, porque realmente... V.Exa. tem razão, Deputado, realmente não dá para ficar brincando com recurso, com dinheiro de associado. Perder, como a gente já colocou aqui, com a Costa do Sauípe mais de seiscentos milhões de reais, mais de seiscentos milhões de reais num único investimento, V.Exa. imagina se uma série de investimentos fizer um Fundo de Pensão perder mais de seiscentos milhões de reais. Assim quebra, quebra realmente um Fundo de

Pensão e foi isso que foi feito e nós sabemos que tipo de pressões aconteceram.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu não estou aqui para defender e nem condenar, por exemplo, o empreendimento da Costa do Sauípe, até porque quem se pronunciou a esse respeito, de forma categórica, foi o Dr. Luiz que foi um dos defensores do ponto de vista da estratégia, reconhecendo os problemas que aconteceram--

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu não o vi defender a estratégia, ele falou que teve problema na [inaudível]. Ele disse--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele não condena, pelo que eu entendi, se eu estiver interpretado o senhor errado, o senhor me corrija, mas diferente de outros investimentos que estão condenados, esse não está. Pelo menos foi o que eu interpretei--

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: O que a gente faz no Fundo de Pensão é corrigir aquilo que a gente tenha tido problema no passado, esse é o nosso cotidiano. Agora--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E ninguém está dizendo não houve, no passado, problema, viu, Senadora.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Então, é isso. É só para deixar claro isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até porque, muitas coisas que não puderam ser objeto de análise desta Sub-relatoria como investimentos em empresas que foram anteriores a 2000, são desastrosos e catastróficos, nós vamos fazer alguma referência a isso, de certa forma, porque o que foi passivo, o que teve que ser administrado depois, vai ser feito, e tudo isso aconteceu no Ex-governo. Então, não se preocupe porque está garantido que vai estar lá presente. Mas enfim, só para eu voltar a essa questão aqui do... Já que a Senadora tocou, e eu vi que tem algumas informações que eu não explorei do contrato de PUT(F), mas eu quero, Senadora, para que também não paire dúvidas sobre a questão dos investimentos no BMG e no RURAL, dizer que as conclusões elas cabem a cada parlamentar que tem o direito de enxergar os números e fazer a sua interpretação, os números são reais e existem, ponto. E é importante a presença dos senhores aqui para a gente encontrar uma linha de convergência dos números, ponto. A interpretação caberá cada parlamentar, tendo que respeitar evidentemente as suas crenças, a sua forma de ver as coisas, e eu jamais vou querer tolher a senhora, ou qualquer

membro do Governo de fazer uma interpretação que leve os investimentos dos Fundos de Pensão no BMG e no RURAL para alguma coisa criteriosa, que respeitou a lógica de mercado. Como eu também me dou ao direito, tendo em vista que essa foi uma das primeiras perguntas da Sub-relatoria a entender que não, e aí cada um vai fazer sua interpretação e, no final, eu acho que, espero que o bom senso, mas se não o bom senso, o voto vai definir o que é o que.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Só para deixar claro aqui eu falei inclusive como alguém que faz parte de uma bancada de defensores dos associados de Fundos de Pensão, não estou falando como ser Governo ou não ser Governo, isso está acima de ser Governo ou não, quando era de outro... Sempre fiz parte desta bancada de defensores dos associados, dos trabalhadores associados de Fundos de Pensão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E eu quero dizer a senhora que eu tenho procurado ser estão isento, que uma das coisas que me deixa mais apavorado é quando certos dirigentes de fundações sentam aqui e querem se esquivar das responsabilidades pelas decisões que tomaram, e, se tem uma coisa que é inegável, tanto de Dr. Gilberto, quanto do Dr. Luiz, é que eles não fizeram isso hora nenhuma, da mesma forma que não se pode questionar, por exemplo, a qualificação técnica de ambos, e nós temos procurado manter, pelo menos até agora, essa oitiva no mais alto nível de respeito recíproco tanto do depoente para com o Sub-relator, como também com os membros da Comissão que querem participar. Então, os fatos, que são fatos, estarão constatados objetivamente e as interpretações aí vai ficar por conta de cada parlamentar. Bom, mas ainda... Porque, o senhor deve ter acompanhado, o Dr. Henrique Pizzolato ele se tornou uma figura... Uma eminência parda desta CPMI, ele veio aqui, foi extremamente evasivo, eu diria até que fugiu a responder certas coisas importantes. Faltou com a verdade. Mas, resgatando algumas matérias a gente vê que, por exemplo, no jornal A Folha de São Paulo ele, em determinado momento, numa das declarações que deu, ele teria levantado suspeitas sobre esse acordo da PREVI com o CITIGROUP, certo? E, dentre as suspeitas, ele teria dito que o Conselho de Administração da PREVI não teria sido consultado sobre a operação. O senhor teria alguma coisa a dizer a respeito dessa declaração do Sr. Henrique Pizzolato? E eu queria entender um pouco mais, nessa linha, se o Sr. Pizzolato participava, porque ele era Presidente do Conselho, se ele participava das discussões, com que frequência ele estava na PREVI, se houve entendimentos que tivessem chegado ao conhecimento

do senhor, entre ele e o Dr. Sérgio Rosa, por que é que ele depois saiu atirando, eu queria entender um pouco melhor isso.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: O Conselho Deliberativo da PREVI--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu peço à equipe que de som que, por favor, aumente um pouco o som do microfone do Dr. Luiz.

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: O Conselho Deliberativo da PREVI se reúne mensalmente, de maneira ordinária e pode se reunir também extraordinariamente, a pedido de... De uma aprovação do Presidente do Conselho, então, uma vez por mês eles estão todos lá, e era assim antes e continua há muito tempo essa definição que se tem na PREVI. Cabe ao Conselho Deliberativo da PREVI questões de ordem estratégica. O que é que se entende? Tem uma relação lá no Estatuto das matérias que devem ser de apreciação do Conselho, como qualquer outra empresa, qualquer outra organização. Então, coisas do tipo política de investimentos tem que passar lá, a parte do orçamento anual de despesas administrativas, a questão relacionada a orçamento de resultados anual também passa por lá, então são questões que, dada a natureza do fórum, são de natureza estratégica. Operações, quer dizer, operacionalmente falando, o dia-a-dia, eles recebem um relatório de informações estratégicas que contempla a parte de resultados, análise de risco, resultado por carteira, exposição, exposição de bancos consta desse relatório que é enviado para lá, enviado para o Conselho, eles tomam conhecimento, mas para tomar conhecimento do que vem sendo feito. A diretoria de investimento a gente tem um espaço para reportar, o plano de ação que foi elaborado no início do ano de três em três meses a gente reportava para o Conselho de administração o que vinha sendo executado. Portanto, todas as outras operações do dia-a-dia elas não são de alçada do Conselho, mesmo porque seria inviável você operar uma organização como a PREVI, com o número de operações que você tem, dessa maneira. Então houve um entendimento, um entendimento inclusive baseado no Estatuto que não haveria necessidade, dado o Estatuto interno da organização, de você ter a aprovação dessa operação específica que se trata por parte do Conselho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor não concorda que... Porque o Conselho tinha que discutir questões estratégicas. Pelo menos do ponto de vista público, não havia nada mais estratégico para a PREVI do que essa disputa que colocava o controle da BRASIL TELECOM no centro do debate. Será que

isso não era estratégico, não justificava levar à discussão do Conselho?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Veja bem, o que eu estou colocando para V.Exa. é a questão formal, quer dizer, do ponto de vista formal não haveria essa necessidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me perdoe, eu acho que do ponto de vista formal haveria, pode ser que do ponto de vista prático a Diretoria da PREVI tenha achado que não era conveniente, porque se o Conselho Deliberativo ele tem que discutir estratégia e decisões estratégicas é claro que essa era uma decisão extremamente estratégica para a fundação?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Deputado, essas definição das atividades do Conselho Deliberativo elas estão bem formuladas e elas se encontram no Estatuto da entidade, então o que se observa no dia-a-dia, do ponto de vista do controle interno, é o seguinte: Se você tem lá um *check list*, uma série de pontos que você tem que observar e uma delas é a alçada, de quem cabe aquela decisão, qual é o fórum que cabe aquela decisão específica. Foi ao ser observado isso e a conclusão é que não cabia à decisão do Conselho Deliberativo e foi tomada a decisão no âmbito da Diretoria, é tão simples quanto isso que eu estou lhe explicando baseado numa análise de controle interno da instituição, então--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me perdoe, mas não é uma coisa simples, quer dizer, eu imagino, talvez é porque, veja bem, talvez para o cidadão comum se falar em um bilhão seja muito, ou para a PREVI, que tem um patrimônio de setenta bi, seja pouco. Agora, realmente dentro de uma discussão dessa importância, que tomou conta dos meios de comunicação, que se tornou um debate nacional, que fez Ministro de Estado se contrapor em posições um do um lado e outro do outro. Ora, não é estratégico?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: O conceito estratégico está ligado, no caso do Estatuto, a questões que envolvem a posição patrimonial, quer dizer, aos resultados, aos riscos tomados pela entidade e nessa relação de atividades um contrato desse tipo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Um bilhão!

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: [risos]. Veja bem, lá tem, no próprio Estatuto, qual é o percentual do patrimônio que você tem que submeter a operação ao Conselho. Essa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe dizer qual é?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: --Se não me falha a memória, eu acho que é... Não me lembro exatamente qual é que é. Você lembra? Mas é bem superior a isso, e mesmo porque também, como o senhor mesmo se referiu, esse potencial, é um potencial de desembolso, quer dizer, ele se verifica se for feito o exercício da PUT(F) ele vai se verificar e também ele não é exclusivamente da PREVI, ou seja, tem um conjunto dos outros dois fundos que também assinaram esse contrato. Então o volume não é só da PREVI, é o percentual em cima desse um bi, que é bem menos do que isso, bem menos do que esse valor. Então, estaria dentro dessa alçada da Diretoria, em função desse percentual. Portanto, Excelência, do ponto de vista de *compliance*, do controle interno de alçadas, não tem, não houve nenhum problema, não tem problema de ser tomado, ter sido tomada a decisão no âmbito da Diretoria. Com relação à participação do Ex-presidente do Conselho Deliberativo, era uma função de Presidente, ele ia mensalmente às reuniões, conduzia as reuniões e os assuntos eram levados para a decisão, aqueles assuntos estratégicos a que eu me referi, eu não sei, sinceramente, desse nível de relacionamento a que o senhor se referiu a respeito do relacionamento dele com o Diretor-presidente, eu desconheço esse... Qualquer tipo de... Não teria nenhum comentário a fazer sobre isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque parece que o Dr. Sérgio Rosa ele não dava muita importância para o Conselho. A gente vê, por exemplo, aqui em matéria do VALOR, do dia 17 de agosto de 2005, quando ele afirma o seguinte: "A Diretoria decide e leva ao Conselho a deliberação apenas como informação". Então a Diretoria decide e o Conselho... Apenas informa ao conselho. Apenas informa. Ou seja, o Conselho ele tem apenas a função de baixar a cabeça e dizer amém ao que a diretoria Decide, é isso?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Não, não é isso não. A gente tem, por exemplo, eu mencionei aqui, a política de investimentos da PREVI que é o principal documento que norteia as ações do dia-a-dia da PREVI, ela tem que necessariamente ser aprovado pelo Conselho Deliberativo, encaminhado posteriormente a Secretaria de Previdência Complementar, o orçamento de despesas tem que ser submetido e aprovado para ser encaminhado, também, ou seja, tem uma série de importantes e fundamentais decisões, que são tomadas e devem ser tomadas do ponto de vista estatutário mandatário que sejam tomadas no Conselho Deliberativo, isso não resta dúvida. O que ocorre é que o dia-a-dia operacional dentro desde que dentro dessa política de investimento que foi aprovado pelo

Conselho, aí cabe a Diretoria conduzir os assuntos dentro evidentemente de cada uma, das atribuições de cada pasta, não é? É assim que é feito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguma vez nesse período de dois anos, que o senhor esteve a frente da Diretoria Financeira, o Conselho Deliberativo ele questionou, ele se posicionou contrariamente a alguma decisão que a Diretoria tenha tomado?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Eu não me lembro de nenhuma decisão contrária aquela que foi tomada pela Diretoria, não me recordo disso não, sinceramente não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Gilberto, no período do senhor o Conselho Deliberativo também tinha apenas essa função de ser informado do que a Diretoria fazia ou ele tinha ações mais efetivas?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: No meu tempo o Conselho Deliberativo nós tínhamos obrigações de informar o que fazíamos para a nossa alçada operacional e tínhamos a obrigação de submeter a aprovação do Conselho, aquilo que é da alçada do Conselho. Eu acho que isso ocorre até hoje, não deve ter mudado pode ter mudado valores etc, mas naquele período tinha um nível de alçada que podia decidir na Diretoria e outro em termos de valores que decidia no próprio Conselho, e também de assuntos, dependendo do assunto, independentemente de valor era competência exclusiva do Conselho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por exemplo, esse acordo aí da BRASIL TELECOM, o acordo com o CITIGROUP, seria na época do senhor na sua opinião submetido ao Conselho?

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Eu não tenho detalhes dessa operação eu vou considerar sobre dois aspectos, fazendo uma inferência--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não... O que o senhor sabe.

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Fazendo uma inferência sobre isso, se a operação estiver sobre a alçada da Diretoria, a Diretoria tomaria essa decisão sem ouvir o Conselho, sem obrigatoriamente ouvir o Conselho. Porque no Estatuto da PREVI não decide de maneira vaga que devem as decisões estratégicas devem ser submetidas ao Conselho, ele define exatamente quais são as decisões. Então estando listados deve ir ao Conselho, não estando listado não vai ao Conselho, o Conselho saberia posteriormente pela análise não só do Conselho Deliberativo, como o Conselho Fiscal pela análise das operações já realizadas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Uma das coisas, inclusive, que merece a nossa reflexão para constar do relatório é a necessidade, pelo menos na minha opinião, a necessidade de progressivamente se fortalecer o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal, seja na indicação dos seus membros, é preciso ter pessoas qualificadas entendam um pouco do todo dos Fundos de Pensão, e depois fortalecer a capacidade de fiscalização e acompanhamento das duas instâncias. Eu faço questão de já deixar isso aqui público, que vai ser uma das propostas nossas e quem sabe até discutir uma linearidade, uma posição linear para essas alçadas, ou seja, não é possível que decisão tão importantes elas passem alheias ao Conselho Deliberativo ao Conselho fiscal. O Sr. Henrique Pizzolato ele declarou a imprensa que o Ex-Ministro Dr. Luiz Gushiken, ele se reunia frequentemente com os Presidentes dos Fundos de Pensão. Todo mundo sabe das relações do Sérgio Rosa com o Dr. Gushiken, os senhores sabem de reuniões que aconteceram na PREVI em que participou Sr. Gushiken, o senhor sabe, Dr. Luiz?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Não, não tenho conhecimento não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já esteve com o Dr. Gushiken?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Não, nunca tive.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem teve nenhum conhecimento de qualquer encontro que ela tinha mantido dentro PREVI?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Não me recordo, eu não estava na minha agenda, quer dizer, não sei lhe dizer a respeito disso aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que, porque essas declarações quando foram dadas o senhor era Diretor da Fundação, como é que foram recebidas? A Diretoria da Fundação achou que o senhor Pizzolato estava a serviço de alguém, tinha algum interesse? Como é que foi interpretado pela Diretoria da Fundação esse tiroteio do Sr. Pizzolato atribuindo a uma grande influência do Ex-Ministro Luiz Gushiken das decisões da PREVI, da relação estreita do Sérgio Rosa da participação dele no processo todo das definições estratégicas da Fundação.

SR. GILBERTO AUDELINO CORRÊA: Deputado, eu, como foi falado aqui anteriormente, agora de 80 bi, eu acabei de ficar sabendo que eu estou há 60 dias fora, mas 70 bilhões na época que eu estava lá, o dia-a-dia é muito pesado, o dia-a-dia consome muito, são

muitas negociações em curso coisas que correm em paralelo que você tem que estar atento, muitas reestruturações acionárias que demandam uma atenção da gente muito especial, muitas empresas listadas que a gente tem participação, eu vou lhe ser bem sincero eu não tinha muito tempo para ficar me dedicando a essas questões, tá? Que saiam em jornais e tal. O que eu posso testemunhar e ajudar é que o processo decisório na PREVI é um processo decisório muito independente, a preocupação fundamental lá é aquela que está na Lei a responsabilidade fiduciária de você administrar recursos do patrocinador e de um 140 mil pessoas que estão acreditando no teu trabalho. Esse era o nosso foco, eu digo para V.Exa que isso consumia muito mais horas, do que muitas pessoas aqui possam avaliar. Então eu não fazia nenhuma inferência tocava o meu trabalho de frente, dedicado, focado buscando os resultados que estavam sendo esperados por nós dentro dos planos que a gente tinha traçado, tá?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem conhecimento se a PREVI já utilizou algum serviço da empresa GLOBALPREV?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Essa área de contratação de serviços não é minha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei, mas apenas, apenas se por acaso o senhor sabe informar se a PREVI contratou prestação de serviços nessa empresa?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Se não me falha a memória, a PREVI contratou treinamento para novos funcionários, funcionários que vinham entrando no início da carreira, treinamento para essas pessoas. Mas esse contrato ele não passou por decisão da Diretoria, eu acho que os valores eram muito pequenos e ficou na alçada dos próprios Gerentes que administram essa parte aí, eu não me lembro de ter visto esse assunto na Diretoria não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque uma coisa que nos causa estranheza é que a GLOBALPREV ela tenha passado a prestar serviço para a PETROS e para a PREVI a partir de 2003. E a GLOBALPREV, todos sabem, era empresa que o Sr. Luiz Gushiken figurava como sócio. E as duas Fundações são dirigidas uma pelo Sr. Sérgio Rosa, amigo do Sr. Gushiken e outra pelo Sr. Wagner Pinheiro também amigo do Sr. Gushiken. Então, claro que nós não podemos admitir que isso seja uma mera coincidência. Mas eu sei que não é da área do senhor então eu não vou insistir nesse assunto. Ainda sobre o Sr. Pizzolato uma última questão, o jornal Estado de São Paulo em 5 de

agosto de 2005 ele publicou a seguinte matéria: “A PREVI estava na negociando a venda da TELEMIG para a VIVO, controlada pela PORTUGAL TELECOM desde dezembro de 2003, a operadora portuguesa tem como principal acionista o BANCO ESPÍRITO SANTO, de Portugal. O Conselho Deliberativo da PREVI então presidido por Henrique Pizzolato orientou a Direção do Fundo a deixar o controle acionário da TELEMIG em 22 de outubro o que não foi acatado pela Diretoria, a decisão do Conselho coincidentemente aconteceu três dias depois da visita do Presidente da PORTUGAL TELECOM, Miguel Horta e Costa ao Presidente Lula”. O senhor leu essa matéria, não se recorda?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Não me recordo não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá, mas dos fatos o senhor tem conhecimento?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Eu, como eu falei anteriormente, esse acompanhamento das investimentos, das participações societárias não eram da minha área. Portanto, eu não participava do dia-a-dia, está certo? Desses investimentos porque eram uma outra Diretoria que fazia, tinha gente especializada em telecomunicações específica para tratar desse assunto. Portanto eu desconheço, não participei dessa, desse contexto que o senhor coloca para mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que essa orientação do Dr. Pizzolato que a PREVI vendesse a sua participação a TELEMIG tinha ali por trás algum outro interesse?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Eu não me lembro dessa orientação, a venda dessas participações, o investimento, o desinvestimento é feito também com envolvimento da Diretoria de Investimento. E não tive nenhuma indicação efetiva, para que isso fosse levado a frente, tá? Naquela ocasião.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, o Presidente da PETROS o Sr. Wagner Pinheiro de Oliveira informou em depoimento nesta CPMI, no caso da CPMI do Mensalão. Depois disso veio a ser confirmado pelo Sr. Malavazi, Diretor da PETROS, agora já aqui em depoimento prestado a Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. Então, o Presidente da PETROS afirmou pediu esclarecimento sobre a operação da TELEMAR que investiu 5 milhões na GAME CORP. Empresa que tem como sócio o Fábio Luiz Lula da Silva, filho do Presidente Lula, claro que é dispensável contar toda essa história que já é de conhecimento público e exaustivamente foi abordada pela imprensa. Então é a TELEMAR fazendo um negócio, pagando para participar

da sociedade da GAME CORP é, 5 milhões de reais, um negócio que foi montado pela TREVIZAN. Depois descobre-se por novas denúncias da imprensa que a TELEMAR, vem a investir milhões e milhões de reais em publicidade nos programas que são controlados pelo filho do Presidente Lula. A Senadora Heloísa Helena que esteve aqui mais cedo, ela fez um protesto, e eu compreendo o protesto dela de que é incompreensível como é que 15 milhões de reais somado a participação na empresa em investimento em publicidade do ano passado e desse, são destinados para uma empresa do porte da GAME CORP, mas enfim, o Presidente da PETROS disse que procurou tomar informações a respeito dessa operação, porque a PETROS é uma das acionistas da TELEMAR. A PREVI também é. A PREVI tomou alguma medida para buscar explicações sobre essas operações?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Eu não vou saber lhe responder porque como é do seu conhecimento, eu saí da PREVI e eu não sei qual foi o tratamento dado. A única coisa que eu posso lhe afirmar é que a decisão que primeiro no Conselho Administração da TELEMAR a Diretoria de Participações não indica nenhum, indica, mas não toma posse nenhum Conselheiro da PREVI, por conta da gente estar respeitando a decisão do órgão regulador, de estar em posições cruzadas em outra empresa do mesmo setor. Então, não era, não foi, é impossível ser do conhecimento da PREVI esse investimento. E também não sei dizer e aí obviamente só a empresa poderá, eu acho que até já prestou esse esclarecimento, se isso era realmente de que a alçada que era se era do Conselho, ou se era da própria Diretoria. Mas, em suma, não era de conhecimento da PREVI porque era um investimento de uma empresa em que nós temos participação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a Diretoria de participações não foi informada que a TELEMAR estava fazendo aquele investimento?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Bom, quem tem que responder isso são eles, mas eu acredito que não, porque normalmente, se a alçada for do Conselho como é que funciona? É interessante informar como é que funciona isso. Todos os assuntos de alçada do Conselho de Administração das empresas onde a PREVI participa, eles são previamente analisados pela Diretoria de Participações, não é? Respeitando o nível de independência e de responsabilidade que a Lei prevê de cada um dos Conselheiros, mas chega até a PREVI, nesse caso eu não sei se foi tomado a nível do Conselho a decisão, mas mesmo que tenha sido, essa informação não deve ter chegado a PREVI,

porque não tem Conselheiros representando a PREVI nessa empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A PETROS também não tem. E ainda sim fez questão de buscar informações. E me permita-lhe dizer a decisão da PETROS aconteceu enquanto concomitantemente o senhor ainda estava na Diretoria Financeira que ela foi no ano passado, logo que a denúncia surgiu que deve ter acontecido lá pelo mês de setembro, outubro do ano passado houve essa, essa movimentação da PETROS, eu não quero dizer que foi suficiente para justificar nada, porque eu acho que não foi, mas houve essa movimentação. O senhor acha que movimentação parecida não aconteceu na PREVI?

SR. LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR: Eu não me lembro, não é da minha alçada é difíceis eu responder uma coisa que eu não esteja debaixo das minhas decisões. Eu não saberia lhe responder, sinceramente eu não saberia lhe responder isso não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero agradecer a participação dos senhores, eu acho que foi muito importante para esclarecer uma série de coisas. Eu acho que conseguimos manter alto nível a condução desses trabalhos como aliás, aconteceu desde o primeiro dia com todos os dirigentes de Fundo de Pensão, hoje com a vinda dos senhores aqui nós estamos encerrando o ciclo de oitiva dos dirigentes de Fundos de Pensão. Na verdade vai acontecer semana que vem, eu vou relatar a agenda da semana que vem, mas é muito mais numa atividade complementar. Nós com o esforço hercúleo, conseguimos trazer aqui para prestar esclarecimentos representantes de 12 Fundos de Pensão. Dos 14 que inicialmente estavam investigados, passaram a ser 13 com a exclusão da SISTEL a ELETROS não demonstrou problemas, por isso não foi objeto da nossa atenção, a vinda aqui dos seus dirigentes e nós estamos aqui encerrando esse ciclo de oitivas. Eu fico muito aliviado, porque eu insisto, foi muito difícil sobreviver ao primeiro momento, mas a medida que nós começamos a trazer aqui os dirigentes e que o debate técnico foi colocado ficou comprovado a acerto da nossa estratégia. E lhe confesso, acho que nós vamos poder fazer justiça separando o joio do trigo, no relatório final dessa CPI. Eu quero reconhecer mais uma vez a qualificação técnica dos senhores, de ambos, entendeu? E quero anunciar a agenda da semana que vem na segunda-feira, nós vamos ouvir o Sr. Paulo Roberto de Almeida Figueiredo Ex-diretor Presidente da NÚCLEOS, o Sr. José Mariano Drumond Filho, Ex-diretor do BANCO SANTOS. O Sr. Judázio Amado Filho, Ex-diretor da NÚCLEOS em Sessão re-

servada, essa será uma Sessão reservada de caráter secreto e o Sr. Jorge Moura. O Sr. Jorge Moura ex-dirigente da REFER. Na terça-feira estão agendada a vinda no dia 7, do Sr. Marcelo Sereno, e do Sr. Lúcio Bolonha Funaro. Na quarta-feira, dia 8, nós temos a vinda do Sr. Alex Naua(F), sócio da NK PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, Leonardo Paes Borba, também sócio dessa mesma empresa, e da Sra. Ângela Celeste, Sr. Luiz Felipe Índio da Costa, Luiz Otávio Índio da Costa, e do Sr. Luiz Fernando Pinheiro Guimarães, ambos não, os 4 representantes da CRUZEIRO DO SUL. E ainda do Sr. Cláudio Roberto Seabra de Almeida da CORRETORA BRASIL CENTRAL. E está prevista como uma possibilidade, porém ainda não confirmada, uma acareação para quinta-feira dia 9, entre os Srs. Paulo Roberto de Almeida Figueiredo e Fabiana Carnaval Carneiro e Judázio(F) Amado Filho ambos da Fundação NÚCLEOS. Com isso então portanto confirmado até o dia 8, nós encerramos todas as oitivas da CPMI, da Sub-relatoria. Eu tenho um compromisso com o Deputado Osmar Serraglio que eu pretendo honrar de entregar o sub-relatório no dia 13, que seria da próxima segunda-feira a 8. Então, entre o dia 13 e dia 15 no máximo esse relatório estará com ele, quero entregar no dia 13 para que ele tenha tempo suficiente para fazer as suas sugestões, as suas análises e as correções que entender necessárias para que dia 21. A partir do dia 21 todos nós possamos começar a votar o relatório geral dessa CPMI, não havendo mais o que tratar eu declaro encerrada a 19ª reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão.

Sessão encerrada às 17h48min.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO

Ata da 20ª Reunião, realizada em 06/03/2006.

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às dez horas e vinte e dois minutos, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, sub-relator e com a presença do Senador Romeu Tuma e Senadoras Ideli Salvatti e Heloísa Helena, e dos Deputados Asdrúbal Bentes,

Onyx Lorenzoni, Nélcio Dias e Asdrúbal Bentes, reúne-se a SUB-RELATORIA FUNDOS DE PENSÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos informando que a presente reunião destina-se às oitivas dos senhores Paulo Roberto Almeida Figueiredo (NUCLEOS), José Mariano Drummond Filho (Banco Santos), Gildásio Amado Filho (NUCLEOS) e Jorge Moura (REFER). Informa que a oitiva do senhor Gildásio Amado Filho será feita em caráter reservado e os demais depoimentos permanecem públicos até o momento. O Presidente convida o senhor Gildásio, acompanhado de seu advogado o Dr. João Geraldo Piquet Carneiro OAB/DF nº 800-A, para compor a mesa e a partir das dez horas e vinte e nove minutos a reunião se tornou reservada. A reunião é suspensa por cinco minutos para que sejam retomados os trabalhos publicamente, às onze horas e cinquenta e três minutos. A reunião é reaberta às doze horas, com o início da oitiva do senhor Paulo Roberto Almeida Figueiredo, que vem na condição de testemunha. Com a palavra o depoente que faz uma breve apresentação pessoal e profissional. O mesmo entrega dois documentos ao Sub-Relator dessa CPMI, na qual consta de uma ata tratando de sua nomeação como Presidente da NUCLEOS e de seu pedido de desligamento da mesma, respectivamente. O Sub-Relator inicia seus questionamentos ao senhor Paulo Roberto. O depoente informa ainda que todas as decisões do Fundo estão registradas em atas que deixará com a Sub-Relatoria para as suas análises das mesmas nos períodos das funções desempenhadas pelo senhor Gildásio e pela senhora Fabiana. Às treze horas e cinquenta e dois minutos a sessão fica suspensa por cinco minutos. Às treze horas e cinquenta e oito minutos reinicia a oitiva. Às quatorze horas e trinta minutos é suspensa a reunião por quinze minutos e às quatorze horas e quarenta e cinco minutos reiniciada a reunião para a oitiva do Senhor Jorge Moura. Foi esclarecido pela Presidência que amanhã não será possível ocorrer a oitiva do senhor Marcelo Sereno, em razão do mesmo ter alegado, através de seu advogado, que a convocação foi recebida por pessoa não credenciada para tal. O senhor Marcelo Sereno será reconvocado para prestar esclarecimentos na próxima sexta-feira às dez horas do dia dez. Em seguida, passa a palavra ao depoente Jorge Moura para seus esclarecimentos. A CPMI solicita ao TCU e a CGU dados, e do MPU a Agência Nacional de Saúde

Suplementar. Passa a palavra para Senadora Heloísa Helena. José Mariano Drummond Filho (Banco Santos) não compareceu. Encerra-se a presente reunião às dezessete horas e trinta e sete minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro aberta a 20ª Reunião da Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento de nº 3 de 2005, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Sobre a Mesa, Ata da Reunião anterior a qual coloco em votação propondo a dispensa da leitura, os que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. Esclareço que a pauta dessa reunião destina-se as oitivas dos Srs. Paulo Roberto Almeida Figueiredo, José Mariano Drummond Filho, Gildásio Amado e Jorge Moura. Eu gostaria de comunicar aos Senhores que a audiência do Sr. Gildásio Amado Filho será feita em caráter reservado, portanto, apenas, com o acompanhamento dos Parlamentares e da Assessoria técnica da Sub-Relatoria dos Correios. Esta minha decisão se dá pelo fato de que o Sr. Gildásio já esteve nessa CPMI, prestou um depoimento público, depois refletindo, ele, por intermédio dos seus Advogados, manifestou desejo de retornar a esta Comissão para oferecer novas informações, novos elementos, para trazer dados adicionais que pudessem contribuir com a nossa investigação. Daí que, para preservar esse desejo do depoente de colaborar com os nossos trabalhos, eu delibero que a sua Sessão ocorrerá de forma reservada. Por isso eu peço à segurança da nossa Comissão que imediatamente esvazie o Plenário. Nós, depois de ouvirmos o Sr. Gildásio, na sequência vamos ouvir o Sr. Paulo Figueiredo, o Sr. Jorge Moura e o Sr. José Mariano Drummond Filho. Aí, logo em seguida, então, a Sessão será reaberta, ela voltará a ser em caráter aberto. De tal forma que, como o Sr. Gildásio será o primeiro depoente eu solicito que a segurança promova o esvaziamento da nossa reunião. Eu solicito ao nosso Assessor Dr. Irani que por favor providencie a entrada do Sr. Gildásio Amado Filho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Podem. Eles são da Assessoria da Sub-Relatoria. Bom, dando segmento...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicito à Assessoria da Comissão que dê a autorização para que o Dr. Piquet Carneiro que é o Advogado do depoente... [interrupção no áudio].

Sessão retomada às 12h01min.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro reaberta a 20ª Reunião da Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão e convido para que tome assento a nossa Mesa de trabalho o Sr. Paulo Roberto de Almeida Figueiredo. O Sr. Paulo Figueiredo é ex-Diretor-Presidente da FUNDAÇÃO NÚCLEOS e comparece a essa Sub-Relatoria na condição de testemunha tendo assinado o termo de compromisso que se faz juntado ao seu depoimento. Dr. Paulo, nós aqui temos o hábito de imediatamente transferir a palavra para o depoente a fim de que ele possa fazer a sua apresentação profissional, possa esboçar sua qualificação técnica, faça um breve histórico das suas atividades dentro ou fora da Fundação e sintam-se a vontade para tecer qualquer tipo de comentário de natureza introdutória que ache oportuno e pertinente para o desenrolar desta Sessão de oitiva. Então, desta forma, eu imediatamente lhe transfiro a palavra pelo tempo que o Senhor achar necessário para fazer sua apresentação.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Muito obrigado, Sr. Deputado, Senhores presentes, meu nome é Paulo Roberto Almeida Figueiredo. Eu tenho 52 anos, sou Engenheiro Químico formado pela Universidade Federal Fluminense em 1978. No final desse ano participei de uma seleção pública para selecionar os Engenheiros para cumprir um programa de pós-graduação na COC em um convênio NUCLEBRÁS, COP e UFRJ e COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, chamado Projeto Urânio. Então era um curso de pós-graduação com extensão para mestrado de especialização em tecnologia nuclear. Passei nesse concurso, cumprí um ano e meio na COP e logo depois fui admitido na NUCLEN – NUCLEBRÁS ENGENHARIA S/A, numa das subsidiárias da NUCLEBRÁS. Posteriormente, devido a algumas mudanças institucionais a NUCLEBRÁS foi extinta, logo depois houve uma cisão de FURNAS e hoje é ELETRONUCLEAR, ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S/A. Então eu sou funcionário há 27 anos da empresa ELETROBRÁS TERMONUCLEAR, ELETRONUCLEAR

que foi sucessora da NUCLEN e da NUCLEBRÁS. Fiz um treinamento na Alemanha no período de 84 a 86 onde cumprí um programa de treinamento relativo a treinamento do pessoal que trabalha na operação de usinas nucleares. Então morei em algumas cidades da Alemanha, fiquei lotado em algumas usinas, uma delas perto de Hamburg, outra no sul da Alemanha e outra na Dattfalha(F). Então eu fiquei dois anos praticamente na Alemanha. Retornei em 94 para passar três meses num curso que o Brasil tem de Cooperação com a Agência Internacional de Energia Atômica. Bom, no ano de 1999 fui eleito para Diretor de Benefícios do NÚCLEOS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL, tomando posse em 31 de março de 2000. Então, o meu primeiro mandato público foi como Diretor de Benefícios do NÚCLEOS num mandato assumido por eleição. E eu gostaria de passar ao Sr. Deputado a Ata que apurou a eleição e também o termo de posse desse meu primeiro mandato no NÚCLEOS. Então eu cumprí esse primeiro mandato. Posteriormente em outubro de 2002, como esse mandato ele era de março de 2000 a março de 2003, em outubro de 2000 eu concorri novamente ao cargo de Diretor de Benefícios, fui reeleito novamente e também passo aqui ao Sr. Deputado a Ata de apuração dessa segunda eleição. Bom, e isso transcorreu, eu continuei como Diretor de Benefícios. No início do Governo do Presidente Lula, por indicação do PCdoB do Rio de Janeiro eu fui indicado para ocupar a Presidência da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Isso em janeiro, fevereiro de 2003. Na composição política do governo, o Ministro Roberto Amaral, a época, me telefonou e me ofereceu dentro da negociação do governo o cargo do Diretor de Fiscalização da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Eu por telefone não respondi ao Ministro, vim ao Ministro, isso foi em fevereiro de 2003, e neguei, quer dizer, eu declinei do convite do Ministro para ser Diretor de Fiscalização. Por um motivo muito simples, eu era oriundo da ELETRONUCLEAR uma das, quer dizer, não a maior, mas uma empresa importante no Setor Nuclear. E como eu iria fiscalizar as atividades da empresa que eu era oriundo, isso poderia criar um certo conflito em alguma decisão a ser tomada e isso poderia deixar o Governo de forma desconfortável ou mesmo perante alguns organismos internacionais, como a própria Agência. Então, declinei do convite, continuei Diretor, quando foi em agosto, em julho de 2003, fui convidado a ser Presidente do NÚCLEOS. Então eu era Diretor e fui convidado pelo Conselho para assumir a Presidência e aceitei. Então, o Conselho por unanimidade me elegeu Diretor-Presidente. Eu gostaria, isso está em Ata, eu gostaria de registrar isso aqui, o que está escrito na Ata. Foi na Ata da 97ª Reunião

Extraordinária de 31 de julho do Conselho Deliberativo. Transcrição de parte da Ata: “Por unanimidade – são seis Conselheiros, três eleitos e três representantes das patrocinadoras – por unanimidade, o Diretor de Benefícios eleito, Sr. Paulo Roberto Almeida Figueiredo será designado para ocupar o cargo de Presidente como forma de prestigiar os participantes e assistidos, fortalecendo sua representação em reconhecimento ao trabalho que foi desenvolvido ao longo de seu mandato.” Então isso é o que consta da Ata, no termo de posse. Então eu tomei posse na época, em agosto, com o Sr. Gildásio Amado Filho indicado Diretor-Financeiro e o Sr. Abel de Almeida indicado o Diretor de Seguridade. Bom, quando, em 14 de abril de 2005 eu apresentei a renúncia ao Conselho Deliberativo do NÚCLEOS por uma razão simples eu havia sido convidado, e aceitei, para ocupar o cargo de Presidente da ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S/A. Como é que se deu isso? Fui procurado por um fórum de trabalhadores e de entidades que defendiam e defendem a continuidade da usina de Angra III e conseguiram mobilizar alguns parlamentares, o assunto veio ao governo e eu fui indicado. Então eu fiquei na ELETRONUCLEAR no período de 14 de abril, de 15 de abril de 2005 até agosto de 2005. Em virtude da nova composição do Governo eu apresentei a minha exoneração, o meu pedido de desligamento da Presidência da ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S/A. Então eu paro por aqui, fico aberto aos questionamentos Sr. Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria fazer uma advertência da importância que tem o depoimento de V.S^a. Primeiro porque a FUNDAÇÃO NÚCLEOS é uma das que registrou o maior volume de problemas dentro do escopo de investigação da Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão. A NÚCLEOS, ela certamente se enquadra na linha de frente das Fundações que estão sendo objeto da nossa investigação e que registraram uma série de possíveis irregularidades. Depois eu quero também adverti-lo que o Sr. está vindo a esta Sub-Relatoria depois de já terem prestado depoimento nesta CPMI a Sra. Fabiana Carnaval Carneiro que era a Gerente Financeira do período de V.S^a., e depois da vinda aqui do Sr. Gildásio, que veio inicialmente numa Sessão pública e que veio hoje numa Sessão reservada e que nos trouxe informações muitíssimo valiosas a respeito deste período em que os Senhores por lá passaram na frente da Direção do Fundo NÚCLEOS. Eu digo a todos os depoentes que o desejo dessa Sub-Relatoria é estritamente o de fazer justiça. É o de delimitar a responsabilidade de cada qual. Daí que, eu acho que o compromisso que o Senhor deve ter com a verdade e com a totalidade das informações vai ser

importantíssimo não apenas para o nosso trabalho, mas eu acho que principalmente para o Senhor, na condição de ex-dirigente da Fundação. Bom, o Senhor fez aqui um relato que nos demonstra que de 99 até 2005 o Senhor exerceu cargos na Fundação. Inicialmente o cargo de Diretor de Benefícios, eleito pelos participantes. Posteriormente o cargo de Diretor-Presidente, indicado em julho de 2003. Quem indicou o Senhor para Diretor-Presidente da NÚCLEOS?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO:

Bom Deputado, eu não tive negociação eu já era Diretor, Diretor de Benefícios eleito. O que teve foi uma reunião do Conselho e que perguntou se eu assumiria a Presidência do NÚCLEOS. Então, isso é fato, está na Ata. Tem Ata que registra isso. Caberia perguntar aos Conselheiros quem solicitou a eles que me indicassem, eu já era Diretor. E segundo, Diretor e Presidente tem o mesmo salário, então não era por questão econômica. Então não teve indicação. Agora, se alguém solicitou algum Conselheiro que fosse a minha indicação é diferente. Eu acrescento mais, para deixar a coisa bem clara, inicialmente o indicado seria outra pessoa, que inclusive foi Conselheira. Essa pessoa declinou e indicou o meu nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem seria essa pessoa?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO:

Quem indicou o meu nome foi Paulo Augusto Gonçalves que assinou a Ata, foi Conselheiro no período de 2003 a 2005. O mandato dele já se expirou, que era o mandato dos Conselheiros indicados pelas patrocinadoras que era de dois anos, então esse é o fato. Ele declinou e sugeriu que fosse o meu nome. O Conselho aceitou. Então o Conselho trouxe nome do Dr. Gildásio que foi aprovado. E eu, como ficaria vago o cargo de Diretor de Benefícios, eu fiz a proposição que o Conselheiro eleito que já por seis ou sete anos, Engenheiro Abel de Almeida fosse indicado Diretor de Benefícios, já que ele já conhecia um pouquinho da Legislação de Previdência Complementar e principalmente da área de benefícios. Então esse é um processo, esse foi o processo, a realidade dos fatos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas essa vaga Diretor-Presidente não cabia a INB?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não, não cabia a INB e eu posso explicar isso bem claramente. Quando eu entrei na Fundação em 2000 o Presidente era oriundo da ELETRONUCLEAR o Diretor-Financeiro era oriundo da INB e o Diretor de Benefícios era um eleito que por eleição era oriundo da INB – INDÚSTRIA NUCLEARES DO BRASIL. Isso

pode ser comprovado pelas Atas, o que eu estou falando. Quando o mandato dele se expirou, o Presidente foi também oriundo da ELETRONUCLEAR, o Diretor-Financeiro da INB, que teve até aqui prestando depoimento que foi seu Fernando Teixeira que foi Diretor comigo, e o Diretor de Benefício já era eu que tinha sido eleito, oriundo da ELETRONUCLEAR. Qual era a composição? Quando uma das patrocinadoras tinha a Presidência não tinha a Presidência do Conselho. Então, a INB tinha Diretoria Financeira e a Presidência do Conselho. Esse era mais ou menos, a NUCLEP nunca ocupou, nunca reivindicou cargo nenhum de direção na Fundação. Porque, apesar, e isso a legislação veio de 2001, essa nova legislação que deu um poder maior ao Conselho Deliberativo. São seis conselheiros, só que o voto de minerva, para quando empata três a três, é das patrocinadoras, é do Presidente do Conselho que, obrigatoriamente, alguns entendem que, obrigatoriamente, é da patrocinadora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a aprovação do nome do Senhor passou pela concordância do Dr. Vieira, então Presidente da INB?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Olha, eu acho que deve ter passado como deve ter passado pelo Presidente da ELETRONUCLEAR, como o Presidente da NUCLEP.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor tem ou já teve alguma filiação partidária?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Tive filiação partidária eu fui filiado ao MDB, que posteriormente foi PMDB, no passado. Depois fiquei ligado, porque eu fui também Diretor do Clube de Engenharia. Na época, na primeira eleição direta para Presidente eu era Diretor do Clube de Engenharia e eu não estava vinculado a Partido, quer dizer, tinha me afastado do PMDB, mas logo depois aí fiz a campanha do Senador Mário covas, uma pessoa que eu admirava, que eu tinha muito contato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fez a campanha em que condição?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Participava, entregava panfleto, recebia ele no Rio e entregava panfleto na rua e reunia as pessoas. Na época, porque na época de Constituinte eu era Diretor de Sindicato do Clube, eu participei aqui dando, quer dizer, apresentando propostas a alguns parlamentares, vinculado ao PCdoB na época, ao PMDB, ala chamada na época dos autênticos, e ao Senador Mário Covas que era um dos integrantes dessa ala. E logo depois me filiei ao PCdoB. Porque quando hou-

ve uma campanha, eu não me lembro qual foi o ano, a Deputada Jandira Feghali e o Deputado Edmilson Valentim eles iam para a frente da usina e criticavam a usina. Então nós promovemos uma reunião com eles, mostramos as características do que é uma usina nuclear, benefício e, aí, a Deputada e o Deputado perceberam, quer dizer, compreenderam a situação, passaram a ser defensores da questão nuclear. Assim como também o Deputado Luiz Sérgio do Rio de Janeiro que foi Prefeito lá de Angra. Nós fazíamos esse trabalho. Aí me filiei ao PCdoB e vim me afastar do PCdoB não estou desfilado formalmente, mas me afastei do PCdoB no início de 2003 após a minha indicação para ser Diretor de Fiscalização da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor continua filiado oficialmente, sem exercer nenhuma atividade partidária?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não exerço atividade partidária e também não tenho contribuído mais aquele carnê, já isso desde fevereiro de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor tem relações com o Vereador Fernando Gusmão?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: As relações são políticas, então eu freqüento evento em que ele faz quando lança a candidatura, mas é uma relação mais política. Eu não diria que é uma relação pessoal. Eu nunca foi a casa dele, ele nunca foi a minha casa e as reuniões eram reuniões do Partido. Nem na sede do Partido, reuniões, assim, jantar, para arrecadação de Fundo, eventos do PCdoB então o encontro com ele era nessas horas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essas relações com o PCdoB do Rio de Janeiro elas também se estenderam por afinidade ou por, eventualmente, projetos em conjunto ou disputas eleitorais em conjunto, ela também se estendeu ao PT do Rio?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não, eu sempre tive muitos amigos no PT. Mas nunca, quer dizer, no início, na primeira campanha do Presidente Lula eu fiz campanha para o Senador Mário Covas. Depois da outra eleição eu não estava no Brasil, eu estava fora, eu estava cumprindo uma missão na empresa no exterior. Então eu não participei. Mas à época eu já tinha ajudado anteriormente a Deputada Jandira Feghali, então não participei. E na campanha de 2002 eu trabalhei para, não só para o PCdoB, mas também para a eleição do Presidente Lula.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é a relação do Senhor com o dirigente petista Marcelo Sereno?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: A relação é política. Eu conheço desde o tempo que eu fui dirigente sindical porque eu também fui Diretor do Sindicato dos Engenheiros, lá do Rio de Janeiro. E a base do PT era praticamente advinda lá do Sindicato dos Engenheiros, o Deputado Jorge Bittar foi Presidente do sindicato, então eu conhecia, mas não tinha relação política. Inclusive no campo sindical o PCdoB e PT sempre disputaram, fizeram disputa acerca dos cargos tanto na CUT, na CUT estadual e nas Direções do Sindicato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É verdade que dessa época de movimento sindical foi que o Senhor se aproximou do Dr. Marcelo Sereno e do Sr. Luiz Vieira porque me parece que ambos também militavam no Sindicato da Companhia Vale do Doce, salvo melhor juízo, que teria sido nesse ambiente...?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não é bem isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor pode detalhar mais um pouco melhor?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Posso detalhar. Eu conheci o Marcelo Sereno quando da extinção do BNH. Isso já remonta há muito tempo. Ou seja, foi criado um fórum de defesa das estatais no Rio de Janeiro, o Marcelo Sereno ainda não era sindicalista, ele era Diretor da Associação dos Funcionários da Vale do Rio Doce. Posteriormente, eu acho que ele foi Diretor do Sindicato dos Economistas, eu não tenho muita certeza, e nessa época eu o conheci. Até então eu não conhecia o Sr. Luis Carlos Vieira. Eu vim... Aí depois o Marcelo foi dirigente da CUT, eu era Diretor do Sindicato dos Engenheiros, mas sempre em campos opostos. Eu apesar de ser da terra do PCdoB eu nunca fui muito ligado à corrente sindical classista. Eu era mais uma ala independente. Então uma hora eu votava com a articulação, uma outra eu votava com a corrente sindical classista a respeito do movimento sindical. Eu nunca tive contato, eu nunca tive negociação política com o Marcelo. E o Vieira eu vim a conhecer em 1999. De que forma? Ele era dirigente do SINDIMINAS e quando foi feita a minha campanha para Diretor de Benefícios do NÚCLEOS ele foi uma pessoa importante, assim como Neildo, assim como João Manoel. Porque quando foram me convidar para ser o candidato a Diretor, e já... E aí remonta um pouquinho lá atrás. Em 1996 nós conseguimos com as patrocinadoras que fosse incluído no Estatuto do NÚCLEOS

a eleição, não só de Conselheiro, representante dos participantes, como de um Diretor de Benefícios. Isso é comprovado pelas Atas, por tudo. Bom, na primeira eleição... E a condição foi a seguinte: na época a INB, vamos abrir, mas você, Paulo Figueiredo não pode ser candidato. Eu estava, era dirigente sindical querendo uma situação, mas eu falei não tem problema, eu não vou ser candidato não. E houve uma disputa. O candidato da ELETRONUCLEAR, são três patrocinadoras... Nós vencemos. Primeiro o Gildásio foi candidato e nós impugnamos a candidatura dele que foi aceita pela Comissão Eleitoral. Então eles indicaram outra pessoa e nós ganhamos a eleição. Nós tínhamos uma disputa, inclusive acerca da área nuclear, o grupo da INB e o grupo da ELETRONUCLEAR. E aí eu conheci o Vieira quando chegou em 99, ele junto com o Neildo, João Manoel e as Associações de Sindicato me propuseram. Eu estava em Angra, 97 a 99, 2000, eu fiquei direto em Angra, Angra dos Reis, porque foi o período de montagem da usina de Angra II. Eles fizeram a proposta de eu sair candidato a Diretor de Benefícios. Eu falei se tiver o apoio de todas as entidades sindicais eu saio candidato, para ter divergência eu não saio candidato. Saí candidato com o antigo Diretor que era da INB e saí vitorioso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o Senhor teve o apoio do Vieira desde o primeiro momento para chegar a Diretoria?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Em 2000.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo, agora o Senhor sabe que o Dr. Vieira foi indicado pelo Sr. Marcelo Sereno para a Presidência da INB?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Também sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sabe disso?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Sei. E quero aqui acrescentar: na negociação que eu estava no Rio, quem vai ser Diretor de quê, isso todo mundo, isso é público. Isso pode ser confirmado, o Marcelo talvez possa confirmar isso. Nessa negociação quem queria ser Diretor-Administrativo da INB e inclusive veio no Palácio do Planalto para pedir ao Sr. Marcelo Sereno, foi o Sr. Neildo. O Sr. Neildo queria ser o Diretor-Administrativo da INB.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele era Conselheiro da NÚCLEOS?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO:

Ele, nessa época, era Conselheiro da NÚCLEOS? Ainda não, ainda não tinha tomado posse.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas era militante do PT?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO:

Eu não sei nunca se ele foi militante do PT, porque ele foi do PDT, originalmente, e depois ele saiu candidato a Vereador em Penedo, em Itatiaia pelo PV. E daí a nossa divergência com ele. O Setor Nuclear ter alguém filiado ao PV, que sempre foi por questão ideológica, ser filiado ao PV, meu amigo, aí não dava. Então a questão, passa a questão ideológica aí também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, só para a gente entender. O Sr. Neildo veio a Casa Civil para pedir o apoio do Dr. Marcelo Sereno?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO:

Sim, o Marcelo pode confirmar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para ocupar a Diretoria Administrativa da INB. Marcelo Sereno indicou “seu” Vieira para a Presidência da INB. O Marcelo Sereno teve alguma participação na confirmação do nome de V.S^a. para Diretor-Presidente da NÚCLEOS?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu nunca conversei com ele e nunca foi me dito nada. A primeira notícia que eu vi no jornal foi do Sr. Neildo quando falou sobre isso. E, além do mais, isso foi público, também, em diversas ocasiões em que eu tinha sido indicado. Porque eu fui indicado para ser Presidente da ELETRONUCLEAR em 2004, o que consta é que um dos vetos partiu do Marcelo, então o Marcelo nunca me indicou para nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas quando o Senhor ia ocupar a Presidência da Agência de Energia Nuclear, que é um cargo eminentemente político--

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Sim, claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Quem é que estava apoiando o Senhor nessa empreitada?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: A Deputada Jandira Feghali levou esse assunto ao PCdoB, o PCdoB encampou e o PCdoB negociou isso dentro da negociação do governo, da composição do governo. Só que aí houve uma disputa entre PT e PCdoB para a indicação, o PT ficou com a Presidência e foi, me oferecido, a Diretoria de Fiscalização e eu declinei. Declinei por que motivo? Porque eu era oriundo da empresa que seria fiscalizada. Não teria problema

nenhum, eu acho que do ponto de vista técnico você pode ter coerção, agora se acontecesse algum evento podia cair em suspensão, se decidiu “A” ou “B” então eu resolvi não aceitar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que é que o Senhor acha que o Sr. Neildo de Souza Jorge, que é um dos três representantes dos empregados no Conselho Deliberativo do NÚCLEOS, que guarda relações públicas com o PT, por que é que o Senhor acha que ele estaria nesse momento denunciando a influência do Sr. Marcelo Sereno na NÚCLEOS, inclusive dizendo que o Sr. Marcelo Sereno teve uma participação decisiva na confirmação de vosso nome para a Diretoria Presidência dessa Fundação?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO:

Olha Sr. Deputado, eu fiz uma cronologia quando eu já estava fora do NÚCLEOS. Eu vou fazer uma cronologia, isso pode ser comprovado, pelo seguinte: em 11 de maio de 2005, eu saí do NÚCLEOS em 14 de abril de 2005. E na Ata onde eu apresentei a minha carta de renúncia, o Sr. Neildo fez o seguinte comentário, isso está na Ata! “O Conselheiro Neildo Jorge...” está na 113ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo de 15 de abril de 2005. “O Conselheiro Neildo Jorge ressaltou a importância do Sr. Paulo Figueiredo ter sido o único Presidente do NÚCLEOS na condição de participante do mesmo.” Bom, isso aqui não é ataque, eu entendo isso como um elogio. Bom, isso foi 14 de abril de 2005 e eu já estava na INB. Em 11 de maio de 2005, o Presidente da INB cria a Comissão de Sindicância para apurar fraude cometida pelo Sr. Neildo Souza Jorge no processo de reintegração do ex-empregado Júlio César Fidélis Soares. E eu tenho aqui a cópia da ação que a INB moveu. Eu não tenho toda a ação, porque... Foi da Siqueira Castro. Mas a INB tem, eu estou procurando aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o Senhor não tiver condições de encontrar agora depois o Senhor pode encaminhar para a CPMI sem problema nenhum.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu encaminho a CPMI. Então esse foi um dos... Foi isso. Antes disso, eu, o que é que ele tinha sido afastado, ele era Superintendente na INB, e, Superintendente de Administração como ele não foi Diretor ele foi ser Superintendente de Administração. Quando houve o evento com esse, com esse ex-empregado, e a situação era a seguinte: a empresa tinha um parecer jurídico para não readmitir esse empregado, nomeou um preposto, o Neildo, e isso nos presenciamos eu, o atual Diretor-Financeiro do NÚCLEOS, estávamos

em Rezende para fazer uma palestra sobre NÚCLEOS SAÚDE, e ele declarou: “Olha, eu peguei o papel do preposto, rasguei, assinei outro papel, fui lá na justiça e reintegrei o funcionário.” A INB entendeu isso como um preposto de má-fé e entrou com uma ação, afastou ele do cargo. Afastou ele do cargo o salário dele foi reduzido de nove mil reais para mil e seiscentos, porque ele é técnico em mecânica. É evidente, uma pessoa que tem um salário reduzido de nove para mil e seiscentos, ninguém fica satisfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas uma pessoa que sempre conviveu, que sempre desfrutou do ambiente, que teve informações históricas também não ia inventar do nada que o Senhor foi indicado?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Calma, mas ele tem... Por que é que ele assinou a minha nomeação? Chame seis Conselheiros, que foi unânime, e pergunte o seguinte: Alguém pediu para você nomear o Paulo? É isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Talvez por esse motivo que o Senhor está alegando. Ele era Superintendente Administrativo da INB ganhava nove mil reais estava satisfeito com o PT.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu não sei, eu não sou do PT, ele também não era. Agora, que ele foi pedir cargo ao PT, isso é fato. Bom, em 2 de maio, se não me engano, está registrado na ELETRONUCLEAR quando eu era Presidente, eu chamei na ELETRONUCLEAR e falei: “Neildo você está numa situação difícil”, depois ele ainda me chamou de chantagista, eu tenho duas ações contra esse Senhor. Porque depois ele foi, na época, e me chamou de chantagista eu chamei na ELETRONUCLEAR e falei para ele: “Neildo, olha só, você mora em Rezende, você é técnico em mecânica, eu aqui na ELETRONUCLEAR eu não tenho como recompor o seu salário de oito mil, mas tenho como dar uma melhorada. Você vem, trabalha em Angra dos Reis, você é técnico em mecânica, fica à sua vontade. Eu já estou requisitando um funcionário da INB porque...” ELETRONUCLEAR e INB normalmente trocam empregados para ficar trabalhando, proteção radiológica, ainda mais quando os períodos de trabalho sofrem um pico. Aí ele disse que ia pensar. Isso foi em 2 de maio de 2005. Aí eu fiz uma cronologia depois. 11 de maio o Presidente da INB cria Comissão, em 23 a Comissão de Sindicância conclui que houve indisciplina e insubordinação passiva de rescisão do vínculo laboral. Depois, 1º de junho de 2005, “Neildo é comunicado oficialmente sua demissão por justa causa pelo superintendente de administração”, já o novo. 7 de junho, em nota na Coluna *Boechat* “ex-superinten-

dente da INB se defende afirmando que sua demissão ocorrera como represália a denúncia de gestão temerária”, olha o evento, hein! Ele foi Conselheiro dois anos, assinou todas as Atas me elogia em 14 de abril e em 7 de junho coloca isso. Depois, novamente, em 7 de junho quando houve reunião do Conselho Deliberativo do NÚCLEOS, “no mesmo dia questionado em reunião extraordinária do Conselho Deliberativo do NÚCLEOS, Neildo, segundo a Ata do encontro”, isso é registrado em Ata, “afirmou que em virtude dos últimos acontecimentos ocorridos na INB, que culminaram com sua suspensão e inquérito para a apuração de falta grave resolveu divulgar a nota”. Em resposta a uma nota anterior que o chamava, divulgada na mesma coluna e que as únicas ressalvas a nota da INB se referem ao termo gestão temerária, o qual não mencionou e também a denúncia do Ministério Público que também não apresentou. Está em Ata, Deputado. Então eu não sei, o que é que deu nele, entendeu? Agora, o que ele fala ele tem que comprovar! E comprovação é com documento ou com testemunha. É isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor acha que depois que o Senhor assumiu a Presidência da NÚCLEOS, as relações do Senhor com o Marcelo Sereno se estreitaram?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não se estreitaram.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já eram estreitas?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não, não eram estreitas. Ela nunca... Olha só, Deputado! Eu nunca participei de nenhuma reunião com o Sr. Marcelo Sereno. Fosse no movimento sindical, fosse enquanto Diretor do NÚCLEOS, Presidente do NÚCLEOS ou Presidente da ELETRONUCLEAR. Encontrava-o sim, em eventos políticos. O Ministro José Dirceu teve esteve no Rio, encontrei com ele. Evidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabe que--

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Outros eventos, eventos políticos, encontrava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabe que nós já temos um depoimento oficial a essa Comissão de Inquérito que atesta que o Senhor vinha para Brasília, que mantinha reuniões com o Sr. Marcelo Sereno, que com ele discutia as questões administrativas das NÚCLEOS, que recebeu recomendações dele para se posicionar em certos negócios que a Fundação faria

e que, portanto, estava bastante acessível aos pleitos do Sr. Marcelo Sereno?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO:

Oh Deputado, olha, eu nunca vim a Brasília para reunião com o Marcelo Sereno, eu vinha a Brasília para reunião, isso pode ser registrado, primeiro, no período que eu estive no NÚCLEOS quantas vezes eu vim a Brasília. Pelo meu cartão de crédito quantas vezes eu vim a Brasília por motivo particular. E segundo, quando eu fui Presidente da ELETRONUCLEAR, isso está registrado dentro da ELETRONUCLEAR. Quando eu vinha a Brasília como Presidente do NÚCLEOS ou ia a Secretaria de Previdência Complementar e normalmente passava no gabinete do Deputado Luiz Sérgio. Eu nunca vim a Brasília para encontrar o Sr. Marcelo Sereno em que lugar fosse! Eu só fui uma vez ao Palácio do Planalto, enquanto Presidente da ELETRO-NUCLEAR, quando surgiu o escândalo da corretora sobre o seguro nuclear. Que tinha acontecido em período anterior a minha gestão como Presidente da ELETRONUCLEAR. Isso eu, quer dizer, comprove que eu vim alguma vez seja no Rio, seja em Niterói, onde eu resido, seja aqui em Brasília para a reunião com o Sr. Marcelo Sereno. Eu desafio a provar isso, porque tem que provar, falar todo mundo fala!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Marcelo Sereno já lhe fez algum tipo de pedido?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Nunca fez pedido nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhum?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Saiu no jornal e aí eu complemento. Saiu no jornal que teria um bilhete de atendimento a um pedido do seu Marcelo Sereno e que foi Prefeito da ASM, eu vou citar a corretora, sobre investimento em títulos direitos creditórios. Bom, não teria problema nenhum eu atendê-los. E aí que me desculpe eu vou citar, o Presidente, o Diretor de Fundação atende à diversas pessoas, ligadas a Partido “A”, Partido “B”, Partido “C”. Então, no Fundo, o Diretor-Presidente, atendemos o Dr. Sérgio Cutolo que foi Presidente da Caixa, foi Secretário, foi Ministro do Trabalho, uma pessoa que eu admiro porque era muito vinculado a ministra Dorotéia, uma pessoa que eu admiro muito, atendemos. Os atendimentos eram públicos, registrados. Atendemos também certa vez o Sr. Firmino Sampaio, que foi Presidente da ELETROBRÁS, Presidente da ELETRONUCLEAR. Eu não vou dizer o melhor, mas talvez um dos melhores Presidentes da ELETROBRÁS, da ELETRONUCLEAR também, um homem com uma visão. Eu me lembro que uma vez eu fui fazer uma apresentação sobre o

NÚCLEOS, de um plano de contribuição definida, em dez minutos ele falou assim para mim, “Ô Paulo, você acha que alguém vai comprar um plano desse, isso aí é muito ruim?” Então uma pessoa que eu admiro. Ele estava querendo montar um Fundo só que não se montou. O dirigente de Fundo de Pensão atende “A” e atende “B”, não fazia distinção partidária, se era vinculada a Partido “A”, Partido “B”, Partido “C”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas eu lhe fiz uma pergunta e o Senhor está fazendo um discurso enorme e não respondeu a minha pergunta.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não estou fazendo discurso não. Ele nunca me pediu nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E por que é que o Senhor pediu ao Sr. Gildásio Filho que recebesse o Sr. Fernando Sales Teixeira de Melo a pedido do Marcelo Sereno?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu falei isso para Gildásio?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, Senhor.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu falei para ele o seguinte: “atende o Fernando Teixeira” e pronto. Agora, o bilhete diz que está assinado por ele. Eu nunca vi bilhete.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então vamos lá, já que o Senhor entrou nessa história.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu não vi o bilhete foi a jornalista da folha que me perguntou, eu falei eu soube do bilhete, mas nunca vi o bilhete. Olha Deputado, desculpe, não teria problema nenhum em falar que ele me pediu para atender alguém. Primeiro porque o NÚCLEOS não fez negócio com a SM por uma razão muito simples, o nosso programa de investimento não permitia aplicação pela TR, as fundações que compraram disseram que foi um ótimo negócio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é, a NÚCLEOS não entrou nessa outras fundações entraram e pagaram cerca de 354 milhões por um negócio que foi formatado pelo valor de cento e trinta e cinco milhões, ou seja, os intermediários desse negócio, eles tiveram de resultado cerca de duzentos e vinte milhões de reais. Mas o fato é que existe uma denúncia concreta de que o Sr. Marcelo Sereno, ele procurou vários dirigentes de Fundos de Pensão para apresentar os interessados e vender este negócio aos Fundos de Pensão e, portanto, fazer uma ponte entre os empresários e

as Fundações. Muito bem, o Sr. Gildásio, ele foi claro, categórico e inequívoco ao afirmar que recebeu o Sr. Teixeira, disse também que o negócio depois não foi feito pelo mesmo motivo que o Senhor está dizendo, mas ele recebeu o Sr. Teixeira e V.S^a. teria pedido que ele recebesse o Sr. Teixeira porque aquele era o encaminhamento do Marcelo Sereno. O Senhor acha que o Gildásio tem motivos para mentir nesse caso?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu não acho que ele tem motivos para mentir. Acho que não tem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele não está mentindo?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não sei, não corresponde a realidade dos fatos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele está mentindo ou não está mentindo?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não sei, ele falou isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então ele está mentindo.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Então, ele está mentindo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se ele falou isso não é verdade, ele está mentindo,?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não teria razão, seria... Olha só, eu não era do PT, quem era do PT era ele, o Gildásio é filiado do PT, era oriundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabe que o Senhor terá uma acareação aqui na quinta-feira, então nós teremos oportunidade de esclarecer tudo isso.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Deputado, olha só, é bom o Senhor ter falado nisso. Na quinta-feira--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor não marca aqui. O Senhor foi simplesmente citado, está convocado e terá que participar da acareação sob pena de eu colocar a Polícia Federal para ir atrás do Senhor e as medidas legais e jurídicas todas serão tomadas para que o Senhor esteja aqui presente no último dia, que será o último depoimento e a última realização de Audiência Pública desta CPMI. E o Senhor esteja informado aqui pessoalmente.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Deputado, eu estou informado. Eu só queria co-

municar que eu no dia 9 tenha uma convocação da Quadragésima Vara Cível para prestar um depoimento como testemunha num processo. Eu posso mandar o meu Advogado estar com a citação, eu mando para o Senhor, agora eu tenho que saber qual é--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem problema, nós manteremos entendimentos com o Poder Judiciário--

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Está ótimo. Então é isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Para que as coisas sejam compatibilizadas. Se for necessário eu espero aqui até de madrugada para ter o Senhor, o Sr. José e a Dr. Fabiana aqui.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Lá é uma hora da tarde, eu não estou me furtando a comparecer para a acareação para qualquer coisa. Eu estou informando e já tinha informado na sexta-feira ao Senhor...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vanderlei!

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não, não foi com o Vanderlei. Foi com o Juarez. Eu informei para ele, olha, Juarez eu estou sendo citado para comparecer na quinta-feira, mas eu tenho um audiência como testemunha em um processo da Quadragésima Vara Cível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguma vez já chegou algum pedido do Sr. Luiz Gushiken para a NÚCLEOS?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não, nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E com relação a compra de cotas da CONCESSIONÁRIA RIO-TERESÓPOLIS, porque em depoimento a essa CPMI, o Dr. Gildásio afirma que o Sr. Luiz Gushiken e o Sr. Marcelo Sereno teriam intercedido junto a V.S^a. para que a NÚCLEOS participasse da compra de cotas dessa CONCESSIONÁRIA da RIO-TERESÓPOLIS.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu não conheço nem, eu conheço, evidente, o Ministro Luiz Gushiken. Agora nunca mantive uma reunião com ele. Ele se passar por mim ele não sabe quem sou eu, agora eu o conheço porque ele é uma figura pública.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então não houve interferência de ninguém para esse negócio?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais eram as funções de V.S^a. como Presidente da Fundação?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Coordenar as atividades, função de Presidente, coordenar as atividades, tem um Estatuto que delimitava as competências e tinha uma instituição normativa e um manual interno que determinava de quem, a responsabilidade de cada um.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era o salário de V.S^a. na Fundação?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Variava de doze a quatorze mil reais, quinze mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é o patrimônio declarado de V.S^a.?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu acho que meu e da minha esposa, acho que quinhentos mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.S^a. mora onde?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu moro em Niterói.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mora em Niterói.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Moro, sempre morei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é a característica do apartamento de V.S^a.?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Um apartamento num condomínio e de duzentos e cinquenta metros quadrados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em quanto está avaliado esse apartamento?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Bom, as avaliações variam dependendo do apartamento, que são dois blocos, seiscentos mil reais, mais ou menos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor tem o patrimônio declarado quinhentos mil e ele vale seiscentos?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não, é pelo seguinte: uma coisa é a avaliação do mercado e outra é a avaliação pelo que você compra.

Por exemplo, no meu imposto de renda, eu tenho um apartamento que está avaliado em 1997 reais porque foi passado, meu pai compro com minha mãe, é da minha mãe com usos e frutos para eu e meus dois irmãos. Então o que consta na escritura é o valor declarado naquela época. Foi em 1974, não vendeu nem nada, continua com esse valor. Eu tive depois três imóveis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas atualizar junto a Receita Federal é uma coisa que é um dever do contribuinte.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não, olha, a legislação não obriga. Pelo menos nesse de doação não obriga que seja atualizado. Porque foi anterior, foi 1974.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos voltar ao apartamento que o Senhor mora. O Senhor se mudou para lá quando?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Em abril de 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já em abril de 2005?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Sim, sim. Deixa eu completar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele está situado numa área nobre de Niterói?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu sempre morei em Icaraí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): As notícias que se tem que o valor desse apartamento que V.S^a. mora é alguma coisa em torno de um milhão de reais.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Tende a um milhão e duzentos. Olha só, para ter o valor do apartamento, quem conhece Niterói sabe o que IPTU de Niterói é um valor caro, porque Niterói é salgado. Eu pago de IPTU mensal duzentos e oitenta reais. O meu condomínio é oitocentos reais. Agora, tem que ir lá e olhar para ver se é de luxo. Um apartamento que tem duzentos e cinquenta metros quadrados tem uma piscina do condomínio e tem quadra de futebol. Aí eu digo o seguinte--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o Senhor tinha renda para comprar esse apartamento?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Claro, eu e minha esposa. O meu primeiro apartamento eu comprei na Pereira da Silva 90, apartamento 1503. Comprei, financiei, paguei com recurso do Fundo de Garantia, se olhar o meu Fundo de Garantia, está ze-

rado. Depois, tive mais um filho, troquei por um apartamento de três quartos, porque esse era de dois, no mesmo prédio, financiado pelo HSBC, liquidei com os recursos do Fundo de Garantia. Novamente, troquei por uma cobertura, em Icaraí, Tavares de Macedo, paguei, financiei, quitei com a reserva do Fundo de Garantia. Eu sempre fazia isso. Eu comprava, o Fundo de Garantia enchia eu liquidava e partia pra outro. O meu apartamento de cobertura que era financiado pelo HSBC, ele tinha duzentos metros quadrados. Então, não tem como declarar isso, isso não é problema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o Senhor foi para a Presidência da ELETRONUCLEAR quem foi o responsável pela indicação do Senhor?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu vou repetir. Em maio de 2004, se não me engano, abril, começou a se estabelecer um fórum de trabalhadores e entidades que reuniu o pessoal da NUCLEP, o pessoal da INB e de outros setores e criaram o Fórum de Defesa de Angra III. E esse fórum discutiu um nome para ocupar a Presidência da ELETRONUCLEAR, apesar de ter o Presidente lá. E fizeram, me convidaram, se eu estaria disposto a assumir a Presidência da ELETRONUCLEAR nesse fórum. Eu falei: dependendo sim. E aí esses, esse fórum começou a contactar vários Deputados. E o Deputado que alavancou esse convite foi o Deputado Luiz Sérgio, ex-Prefeito de Angra dos Reis, que hoje é o Deputado que eu mantenho uma relação mais estreita.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.S^a. alguma vez já fez doação para algum candidato?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não. O meu trabalho é militante, fazer boca de urna, apesar de ser proibido, e todo mundo sabe onde eu fico. É ali na REAL GRANDEZA, perto de FURNAS, onde eu conheço muita gente. Então toda eleição vai me ver ali, o dia inteiro ali, entregando papelzinho e conversando com as pessoas. E participar de reunião política, de organização, passeata, carreata. Então essa é a minha participação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos falar um pouquinho sobre a forma de contratação da Srta. Fabiana Carnaval Carneiro, ou Carneiro Carnaval. Quem foi o responsável pela escolha da Sra. Fabiana?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Bom, nós tínhamos, vamos anteceder aqui para saber porque é que quando eu cheguei Presidente, o Gildásio Diretor-Financeiro, porque é que foi contratada uma nova Gerente Financeira. Na Diretoria anterior, da qual era Diretor, tinha Gerente Financeira. Tinha ha-

vido um problema, e isso está em Ata da reunião da Diretoria, a Gerente Financeira foi afastada e o Diretor-Financeiro que foi o Senhor Fernando Teixeira, que já prestou esclarecimentos aqui, ele passou a acumular a Diretoria Financeira com a Gerente Financeira, com a Gerência Financeira e a funcionária continuou lá. Então quando houve a mudança da Diretoria, ela estava lá. O Gildásio chegando seria muito difícil para ele ocupar a Gerência Financeira, também. Nós conversamos, eu, nós tínhamos uma empresa, se não me engano era a SATURNO, eu não estou me lembrando o nome da empresa que fazia a contratação para o NÚCLEOS, e o contato que fazia o contato com essas empresas é o atual Presidente, Sr. Marcos da Rocha Elias que foi meu assessor por cinco anos. Foi meu assessor enquanto Diretor de Benefício e foi assessor da Diretoria Executiva com amplos poderes, inclusive, era um dos procuradores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor se acha hoje traído pelo Marcos Elias?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu não me acho traído, porque política, quem ocupa cargo político tem que estar acostumado a traição, que é o que mais acontece. Mas, algumas coisas, e aí eu sei que tem processo, quando chegar na justiça eu vou apresentar os fatos, claro. Agora ele foi o meu assessor durante cinco anos. Não estou culpando-o de nada, eu assumo todas as minhas responsabilidades. Quando chegar o momento oportuno eu vou falar. Então, e também não quero informar que ele foi o responsável pela contratação da Fabiana. Não estou falando isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem foi então o responsável?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu vou dizer. Então tinha lá a empresa, que tinha vários currículos. Pegamos os currículos da Fabiana, veio o currículo da Fabiana apresentei para outros, apresentei ao Senhor Gildásio. “Gildásio, está aqui esses currículos. Dê uma olhada e entreviste.” Ele entrevistou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não foi o que ele nos disse nem o que ela nos disse?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu não sei o quê que ela não disse. Eu não, eu não vi o depoimento dela--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Espera aí, então eu vou ajudar V.S^a. para que V.S^a. tenha uma idéia do que é que eles disseram. A Sra. Fabiana nos disse que o primeiro contato que ela teve foi com V.S^a., a primeira

entrevista que ela fez foi com V.S^a. e que V.S^a., reconhecendo as qualidades técnicas e profissionais dela, comunicou que ela seria a Gerente Financeira, mas que antes da contratação ela deveria ter uma conversa com o Dr. Gildásio que era o Diretor-Financeiro.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Dr. Gildásio nos disse algo muito parecido no sentido de que V.S^a. fez a escolha da Fabiana, que a escolha foi de responsabilidade de V.S^a. e que somente depois da decisão ter sido tomada ele, como Diretor-Financeiro, teve a prerrogativa de ouvi-la, de arguí-la e que então decidi por confirmar o nome dela.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Deputado, olha só o Dr. Gildásio não é nenhuma criança. Eu confirmo, ela teve entrevista comigo, assim como teve entrevista outros e eu encaminhei para ele e ele fez a entrevista com ela e disse que estava OK.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor entrevistou quantos candidatos?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu acho que se não me engano, três candidatos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso está registrado?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Deve ter registro na Fundação, eu acredito. Agora, porque nós além disso fazíamos o seguinte: quando uma pessoa era selecionada, nós passávamos, aquele de praxe que dizem é legal não é ilegal, SPC, se tem algum processo transitado e julgado. Quer dizer, aquelas informações de praxe que uma empresa toma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Antes de selecionar o nome dela o Senhor já a conhecia?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não, nunca tinha visto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais foram os critérios da contratação da Sra. Fabiana?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Primeiro, ela era uma pessoa que já tinha trabalhado numa Fundação de Previdência que foi a REFFER e tinha vindo do ICATU, que é um Banco de investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tinha trabalhado na REFFER como estagiária.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO:

O que consta do currículo e a informação prestada pela REFFER não era isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas é o que ela nos disse aqui à CPI.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não sei o que ela disse, eu estou contando o que a REFFER falou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nessa entrevista do Senhor com ela, o que é que o Senhor discutiu com ela nessa entrevista?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu discuti aspectos pessoais e um questionário que tem de entrevista. Sabe fazer análise, investimento, conhece mercado? Entendeu. Tem relacionamento com bancos? E depois o Dr. Gildásio fez a entrevista com ela e disse “não ela é muito boa e eu vou ficar.” Por quê? No NÚCLEOS é uma Fundação pequena, tem trinta empregados, a área de pessoal é subordinada à Presidência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora é inegável que o Senhor Gildásio não tinha qualificação profissional para ser o Diretor-Financeiro da NÚCLEOS, ele mesmo disse que a expectativa dele era assumir a Diretoria de Benefícios. Por quê? Porque faltava a ele conhecimento técnico da área de investimentos. E a Diretoria Financeira dentre as várias atribuições que possui a principal é acompanhar os principais investimentos da Fundação. Muito bem, o Sr. Gildásio não teria sequer condições de avaliar se a Fabiana era ou não uma boa profissional. Por quê? Porque a ele faltava essa qualificação na área de investimentos. Então eu pergunto a V.S^a.: foi correta a decisão da NÚCLEOS de aceitar o Dr. Gildásio como Diretor-Financeiro, tendo em vista a evidente falta de qualificação técnica dele para aquele cargo?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Deputado, não cabia a mim julgar isso, cabia aos Conselheiros que o indicaram. Ora, como é que vou fazer um pré-julgamento de uma pessoa que foi indicada para ser Diretor?! Normalmente, em qualquer órgão, a não ser que tenha uma negociação muito forte você vai ser Presidente e você escolhe os seus Diretores, mas normalmente esse não é caminho. Agora, ao aceitar um cargo a pessoa tem que estar ciente das responsabilidades, não pode alegar que não conhece a Legislação, o Estatuto, os Regulamentos Internos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem fez referências do nome da Fabiana para V.S^a.?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Olha só, eu não me lembro do currículo dela, tinha de um, não sei se tinha de um Senador que não era do PT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o Senhor sabe, por favor, decline o nome?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu não me lembro o nome do Senador. Eu poderia estar cometendo, agora teve alguma indicação. Agora, tinha do BANCO ICATU, várias pessoas do BANCO ICATU. Tanto que nos congressos da ABRAPP ela era uma pessoa conhecida do mercado, inclusive dos colegas dela do ICATU. A REFFER não atestou nada que desabonasse sua conduta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também há um depoimento oficial nesta Comissão Parlamentar de Inquérito que atesta que o nome da Sra. Fabiana foi uma recomendação de Brasília. Está assim, dessa forma, não faz referência a quem em Brasília teria sugerido o nome dela ou teria Advogado pelo nome dela junto a V.Sª..

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: A mim ninguém de Brasília pediu nada, absolutamente nada. Nem de Brasília nem do Rio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabia que a Fabiana era prima do Christian de Almeida Rêgo?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Vim saber depois da notícia do jornal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o Senhor de alguma forma se sentiu enganado por ela porque ela não fez essa revelação?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Olha, senti enganado não, porque ser parente não significa nada, não é? Hoje na Fundação, e sempre teve, tem parentes do atual Presidente que era o meu assessor na época eu não vejo problema nenhum. Ser parente ou indicado de parente eu não vejo problema algum. Agora, como nós, como o NÚCLEOS tinha assinado o Código de Ética da ANDIMA, no Congresso da ABRAPP, até o NÚCLEOS elaborar o seu Código de Ética de conduta profissional, eu acho que ela não agiu corretamente em não divulgar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas é inegável que existem aqui alguns conflitos de interesse. Especialmente porque a NÚCLEOS nesse período concentrou investimentos em um Fundo gerido pela ARBOR, um Fundo Aberto gerido pela ARBOR. ARBOR que é de

propriedade do Christian de Almeida Rêgo, primo da Sra. Fabiana Carnaval Carneiro. Muito bem, então se o fato de apenas a relação de parentesco não ser impeditiva para que ela estivesse no cargo, pelo menos, quando isso extrapola para relações de investimentos da Fundação e um Fundo Aberto gerido pela empresa do primo dela. Ora, o Senhor há de convir que há um conflito de interesses, senão nós estamos falando de valores éticos completamente incompatíveis com o que tem que ser para boa aplicação de recursos que não deixam de ser públicos?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Deputado, quanto a isso eu acho que seria mais correto que ela falasse “olha, nós vamos aplicar ou tem uma proposta de aplicação. Agora, o que acontece é que nós tínhamos Fundos, todos os nossos Fundos eram terceirizados, e não foram terceirizado na, quer dizer, eu vou dizer na minha administração sim, porque eu sou Diretor desde 2000 e desde 2000 todos os Fundos já eram terceirizados. A carteira já era terceirizada, porque sempre teve um conflito, e as Atas demonstram isso, que o NÚCLEOS tem um problema que é uma dívida brutal de duas patrocinadoras. Então o custo administrativo do NÚCLEOS sempre ficou elevado. Isso consta de praticamente todas as Atas do Conselho. Desde que eu estou lá, desde 2000, ficava sempre o conflito, ou você aparelhe o instituto para fazer a administração interna ou você terceiriza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o Senhor pudesse fazer aqui uma análise dos seus conhecimentos técnicos na área de investimentos financeiros o que é o Senhor nos diria?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Em que sentido Sr. Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o Senhor tem conhecimento, se tinha o hábito de acompanhar a dinâmica do mercado, enfim...

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Isso não era função do Presidente, nem enquanto Diretor de Benefício. Eu acompanhava quando íamos para a Comissão, Comitê de Investimento ou quando vinha a proposta do Diretor-Financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor se achou qualificado suficiente para, sozinho, fazer a análise do currículo de três ou quatro concorrentes e escolher pela Sra. Fabiana?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não, olha só eu fiz a análise e submeti ao Diretor-Financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que não sabia nada do...

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Mas olha só, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pedaco.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: E daí? Isso era problema meu? Ele não saber nada?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu acho que também era problema do Senhor.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Tanto que eu entrevistei. Eu deveria ter imposto? Olha, tem um artigo do Estatuto que aí eu indiquei. Aí eu coloquei, está aqui, olha, “compete ao Presidente” cap. 10, Dos Diretores, art. 45, “Designar e exonerar os ocupantes das funções de confiança...” era uma função de confiança “por proposta do Diretor a quem estejam subordinados.” Então, a proposta veio dele eu apresentei, ele...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A proposta veio dele, o nome da Fabiana veio do Sr. Gildásio? O Senhor pode ler novamente o dispositivo?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: “Designar e exonerar os ocupantes das funções de confiança por proposta do Diretor a que estejam subordinados.” Ou seja, Diretor-Financeiro tinha o Gerente de Contabilidade, Gerência Financeira. Diretoria de Benefícios, tinha o Gerente de Seguridade e o Gerente da Área de Saúde. Quem fazia a proposta ao Presidente de nomear ou de instituir para a Gerência era o Diretor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é, mas então vamos encontrar aqui um bom termo, o Senhor nos disse que recebeu os currículos, que chamou as pessoas para ouvir essas pessoas, para entrevistar essas pessoas, para saber da qualificação técnica dessa pessoas e que definiu pela Fabiana e submeteu apenas a Fabiana a arguição do Sr. Gildásio *a posteriori*. Então não há o respeito aqui ao que prevê o Estatuto. Porque a lógica, o Senhor me permita concluir.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Sim, pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A lógica recomendaria um procedimento completamente diferente. Ele Diretor-Financeiro que deveria ter a qualificação técnica, que não tinha, para avaliar a área de investimentos. Ele deveria fazer a seleção de todas as pessoas argui-la, chamá-las para em audiência na NÚ-

CLEOS saber das suas qualificações e aí sim escolher uma e submeter como diz o Estatuto a V.S^a. que era o Presidente, mas aconteceu justamente o contrário. V.S^a. pegou os currículos, segundo diz, ouviu três ou quatro pessoas, comprovadamente nós só podemos atestar que o Senhor ouviu a Sra. Fabiana, definiu que a Sra. Fabiana era a mais qualificada, a mais preparada e submeteu ao Diretor-Financeiro. Submeteu ao Diretor-Financeiro, apenas para que ele desse o aval, que era inevitável que ocorresse. Então o Senhor leu duas vezes aqui o Estatuto que foi trazido pelo Senhor e que foi descumprido pelo Senhor.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não, Senhor. Olha só eu enviei para ele, não disse que era para contratá-la e ele entrevistou outras pessoas sim! Agora ele--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele diz que não.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Ah! Bom, agora, Deputado eu estou assumindo as minhas responsabilidades cada um que venha aqui assumas suas. Porque depois fica dois anos na Fundação e depois diz que não sabia, que não assinou, que não vi. Eu trouxe todas as Atas, quem propôs, quem não propôs estão nas Atas. Então o que eu estou falando aqui e outra coisa, se ele não se sentisse tecnicamente qualificado para ocupar o cargo ou precisasse de alguém que o desse suporte, ele não aceitaria ser o responsável técnico credenciado na Secretaria de Previdência Complementar. Isso foi discutido na Diretoria. Nós perguntamos, “Dr. Gildásio, vamos contratar outra pessoa para ser o responsável técnico, qualificado perante à Secretaria?” Ele falou que não, quero ser eu. Está na Ata!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu indago a V.S^a.. O Senhor já manteve contatos diretos com a Sra. Fabiana, era uma coisa normal, rotineira, o Senhor se reunir com a Sra. Fabiana para discutir as questões da Fundação, seja com ou sem a presença do Sr. Gildásio?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Olha normalmente eu conversava com ela quando o Gildásio não estava presente ou nas reuniões do Comitê Construtivo de Desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É verdade que o Conselho Deliberativo dissolveu o Comitê?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Dissolveu, está em Ata.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque dissolveu?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Olha, eu não sei porque dissolveu. Porque quem participava--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ué, mas não está na Ata?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não, eles não dizem o motivo. Eles reordenaram a composição, por quê? O que é que aconteceu de uma Legislação para outra? Na, antes da Lei 108/109, a Lei que regia os Fundos de Pensão era 6.435. Bom, essa Lei. E o Estatuto baseado na 6.435 era que tinha o Comitê de Investimento, ou seja, o Comitê de Investimento fazia parte do Estatuto da Fundação. Com o advento da Lei 108/109, a DESTE(F), por recomendação da Secretaria de Previdência Complementar à época, vetou todas as inclusões de, isso está registrado também porque isso é um processo oficial, de que se colocasse o Comitê de Investimentos. O órgão responsável, toda a responsabilidade caberia ao Conselho Deliberativo. A forma que o Conselho Deliberativo iria trabalhar, a Secretaria não se... Então, criou-se, ficou o Comitê numa norma interna, mas não como efeito estatutário. E quem era o Comitê de Investimento? Os três Diretores, o Gerente de Investimento, dois membros do Conselho, um do participante e outro da patrocinadora. Era esse.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabe que o motivo alegado para a dissolução do Comitê, decisão essa que foi tomada pelo Conselho Deliberativo da Fundação, foi justamente o fato de que o Comitê, ele não estava tendo nenhum tipo de poder decisório. Ou seja, ele apenas referendava as decisões que seriam tomadas pelo Senhor quanto a Sra. Fabiana. O que é que o Senhor tem a dizer disso?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Deputado, pegue as Atas, falar é uma coisa, eu quero que pegue as Atas e verifique a presença desses Senhores, que eram do Comitê de Investimento. Quem nomeou o Comitê de Investimento foi o Conselho. É só pegar as Atas e verificar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor por favor me dê só um minuto que eu estou atendendo aqui a Senadora. Bom, retomando. Em depoimento a esta CPMI, a essa Sub-Relatoria, a Sra. Fabiana declarou que todas as decisões acerca dos investimentos da NÚCLEOS eram tomadas pelo Colegiado da Diretoria da Fundação. Do qual participavam V.S.^{as} e

o Sr. Gildásio. E que ela não tinha qualquer poder decisório. E mais, que sequer tinha noção das decisões tomadas nas reuniões da Diretoria. Vê o Sr. Gildásio quando questionado acerca de operações que resultaram em perdas para a NÚCLEOS afirmou que as decisões foram tomadas pela a Sra. Fabiana, muitas das vezes com o conhecimento e com a participação de V.S.^{as}. Nós temos claramente aqui duas declarações que são contraditórias. De um lado a da Sra. Fabiana, do outro lado do Senhor Gildásio. A Sra. Fabiana procura se isentar de qualquer responsabilidade dizendo que não tinha autonomia, que não participava, que era uma mera cumpridora de ordens. Que as decisões todas eram tomadas pela Diretoria Executiva, portanto, pelo Senhor e pelo Dr. Gildásio. Já o Dr. Gildásio diz que não. Que a Sra. Fabiana tinha grande autonomia, é quem fazia a interface com os gestores dos Fundos exclusivos, com as corretoras, é quem acompanhava o desempenho dos investimentos da Fundação, e que a Sra. Fabiana discutia muito com V.S.^{as} esses rumos e decisões que a Fundação deveria adotar. Quem é que estava falando a verdade? Os dois ou nenhum dos dois? Como é que está isso? Como é que o Senhor enxerga a luz das decisões que eram tomados? Quem participava dessas discussões, quem acompanhava as decisões? Enfim...

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Bom, Deputado em parte a Fabiana tem razão. As decisões passavam pela Diretoria Executiva, por proposta da Diretoria Financeira, as Atas demonstram isso. São várias Atas. Eu estou procurando aqui uma que demonstra isso. Mas eu deixo. O que acontecia? Pelo Estatuto e pela Norma Interna cada dirigente tinha o seu poder, o poder de competência. Pelo Estatuto, qualquer movimentação financeira do Instituto só poderia ser feita através da assinatura de dois Diretores e um Diretor e um Procurador. Então, os três Diretores e os dois Procuradores, e isso também está em Ata, o Procurador é nomeado em Ata, por causa do cartório. Um deles é o atual Presidente, era na época o Sr. Marcos da Rocha Elias e a assessora jurídica que era funcionária e hoje não está mais no quadro que é Ana Paula Cardoso Pimenta, isso está na alta registrado. Então eram os dois Procuradores que podiam assinar com outro Diretor para as movimentações financeiras. Então esse ponto. Mas também nos poderes e competências, a Diretoria Financeira tinha bastante liberdade. E eu vou ler é que está em vigor. Está a assinatura de todos aqui. "Instituição normativa poderes e competências. Quadro de poderes e competências. Compra e venda de ações. Autorizar boleto de compra e venda, autorizar junto a CLC a transferência de títulos entre custódia, aprovar o pagamento. Competência. Gerência

Financeira e Diretor-Financeiro. Qualquer valor limite. Aplicação em Fundos de investimento, aprovar o pagamento relativo a aplicação em Fundos de investimento, qualquer valor. Diretor-Financeiro.”

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A propósito, então o Senhor quer remeter para a Diretoria Financeira--

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Calma, calma. Eu estou falando isso de poderes e competência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Sim, porque pode na prática não se comprovar.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não, não. O que acontecia: ele autorizava a aplicação, só que para cumprir o Estatuto por movimentação financeira e de um lado para o outro tinha que ter assinatura de dois Diretores. Então, ou eu assinava ou o Diretor de Benefícios assinava sempre com o Diretor-Financeiro. Então esse era o procedimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, levando em conta que o Sr. Gildásio não entende nada da área de investimentos, que era completamente alheio às questões técnicas da Diretoria Financeira. Então, quem é que tinha peso dentro da Fundação para participar, fundamentalmente das decisões?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Deputado, as propostas vinham da Diretoria Financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, da Sra. Fabiana. Eu queria caracterizar...

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Olha só, espera aí, espera aí. Olha só a proposta que vinha para a Diretoria era, por exemplo, se viesse da Diretoria de Benefício era PRDB, e tinha o número, era Proposta da Diretoria de Benefício. Se fosse da Diretoria Financeira, PRDF, o número seqüencial assinado pelo Diretor e consubstanciado pelos relatórios. Então esse era o procedimento. Então a proposta do Presidente PRPR, era a proposta que eu fazia, assinava e era distribuído aos membros da Diretoria para discussão e discutido na reunião da Diretoria Executiva. Então tinha uma agenda com as propostas e as propostas eram assinadas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora eu queria insistir, muito bem, a Diretoria Financeira fazia os encaminhamentos, mas o Sr. Gildásio não conhecia nada de investimentos. Então quem é da Diretoria Financeira que preparava os encaminhamentos para submeter a apreciação do Comitê?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO:

Quem preparava era o Gildásio, era o Diretor-Financeiro. Ele só podia se utilizar de quem? Da Fabiana e do pessoal que trabalhava com ele. Ora! Vinha assinada por ele, Deputado. Quando tinha algum problema que nós não entendíamos, nós chamávamos a Fabiana e ela explicava. É evidente. Ele tinha reuniões diárias com ela. Agora se eu não estou capacitado, depois de dois anos eu venho e digo que não tenho capacidade para assumir o cargo! Ah Deputado, eu, sinceramente. Um homem já com uma experiência, que é estatístico, um homem com estatística pelo menos números conhece.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Paulo, o Sr. Gildásio afirmou aqui que presenciou várias vezes reuniões de V.S.^a com a Sra. Fabiana, seja na sala da Gerência Financeira, seja na sala da Presidência. Portanto, por algumas vezes o Senhor saía da sua sala ia até a sala dela para conversar com ela, por outras ela saía da sala dela ia até a sua sala para conversar com o Senhor. Isso, obviamente, ele presente na Fundação. Não era só quando ele estava ausente porque ele disse que viu diversas vezes. O que é que os Senhores discutiam nessas conversas que tinham?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Deputado, eu fui um Presidente, quem conhece a estrutura do NÚCLEOS, não sei agora, era totalmente aberta. Então, os gerentes não tinham sala especiais, ficava a Gerente Financeira com todo o grupo financeiro dentro de uma sala fechada, como a Gerência de Benefício, como a Gerência de Saúde, como a Contabilidade. Então eu transitava livremente, transitava livremente pelas salas e conversava com todos. Como a minha sala também era aberta. É um Fundo pequeno, o que eu atendia mais era participantes. E digo mais, quando eu fui à Presidência eu fiz uma proposta que seria o seguinte: todos os Diretores do Fundo ficariam numa sala única, para facilitar e agilizar. E teríamos uma sala separada para reuniões de trabalho. É isso, entendeu? O que eu ia falar assim como ia falar com todos os funcionários, como é que estava, mas nada específico, aplica aqui ou aplica lá. Porque tinha um fórum adequado para isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que a Sra. Fabiana, ela apresentava as operações financeiras, que depois se tornariam uma sugestão da Diretoria Financeira e uma deliberação da Diretoria Executiva, como é que ela apresentava essas operações? Sejam operações de títulos públicos, operações de aquisição de debêntures, enfim eu estou aqui primeiro falando genericamente para depois a gente entrar no detalhe

de cada operação. Como é que acontecia normalmente essa apresentação das operações?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO:

Deputado, as operações eram apresentadas pelo Diretor-Financeiro em proposta assinada, PRDF. Tem... Agora ele só utilizava quem? Tínhamos contrato com a LOPES FILHO, nós tínhamos contrato evidente com os Bancos, Administradores. Quem fazia reunião com Bancos Administradores, e era função do Diretor-Financeiro, era o Sr. Gildásio. Não era eu, eu não tinha essa função de conversar com Banco. Quem conversava com Bancos, para dizer que nunca conversei, conversei uma vez quando nós viemos a São Paulo. Nós fomos a São Paulo conversar com um, um gerente do BANCO INDUSTRIAL sobre a questão do núcleo saúde se teria uma linha de créditos especial, parou por aí. Então eu nunca tive, nunca tive, era o seguinte, o Diretor-Financeiro apresentava na reunião da Diretoria, assinada por ele. Agora ele se utilizava de quem? Dos técnicos que estavam subordinados a ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que se fazia as escolhas dos gestores de Fundos Exclusivos?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Tinha uma, o Comitê Consultivo de Investimento tinha feito isso na gestão anterior, quer dizer, na gestão anterior minha de Presidente, mas enquanto Diretor tinha sido feito os critérios para seleção dos gestores. E a cada ano os dois piores seriam, quer dizer, os dois de pior desempenho seriam trocados. Baseado nesse critério o Diretor-Financeiro apresentava a proposta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor alguma vez questionou a escolha de alguma dessas instituições?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu, olha só, eu não questionava. Estava lá com os dados, com todos os prospectos, com tudo. O Dr. Gildásio junto com a Fabiana já tinham feito as reuniões. Então, eu vou dizer o quê? Que não aceito o Banco tal ou aceito o Banco tal?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por exemplo, para contratar o ESSEOUBI(F) ... Aqui apenas exemplo de um dos gestores. A Sra. Fabiana e o Sr. Gildásio fizeram a avaliação do enquadramento nos critérios e aí levaram para o Senhor. O Senhor não teve nenhum contato com nenhum dirigentes de nenhuma das Instituições que assumiu a gestão desses Fundos exclusivos?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Nenhuma, nenhuma. Do Banco ESSEOUBI(F) estiveram lá no NÚCLEOS então eu fui apresentado, mais nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do BANCO INDUSTRIAL?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Também. Do BANCO INDUSTRIAL eu relatei. Depois eu fui em uma reunião em São Paulo com o Diretor do BANCO INDUSTRIAL, com o Gildásio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do BANCO SANTOS?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Do BANCO SANTOS não, nunca reunião nenhuma. E aí eu abro um parênteses a relação com o BANCO SANTOS, o NÚCLEOS, e isso foi matéria do Congresso da ABRAPP, que o Congresso da ABRAPP foi em 28 de outubro de 2004. A intervenção do BANCO SANTOS foi 12 de novembro de 2004. Em outubro de 2004, nós fizemos, o NÚCLEOS fez uma apresentação e foi feita pelo Sr. Rafael, José Rafael de Oliveira, hoje Diretor-Financeiro, sobre um cartão de crédito, não vou dizer preferencial, mas que agilizava os empréstimos dos participantes. E esse, quem administrava isso foi a E-FINANCIAL, uma empresa do GRUPO SANTOS, e quem negociou isso foi o Sr. José Rafael de Oliveira. Por isso, a aplicação de um e oitocentos reais de CDB--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): um milhão e oitocentos.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: --Que era a contrapartida da administração da E-FINANCIAL. Isso está em alta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós vamos chegar lá nessas operações.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Agora aqui, uma Ata dos 18 dias do mês de setembro de 2003. "Escolha dos gestores à carteira de renda fixa. Foram analisados vinte e cinco gestores de renda fixa segundo os critérios definidos", está aqui, olha, "a Diretoria aprovou para Diretor de renda fixa tá-tá-tá", aqui, está aqui. Porque é que nós tínhamos tirado o BANCO REAL. "Escolha dos gestores da carteira de renda variável. Foram analisados...", então tudo está aqui, olha, na Ata.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que o Senhor avalia o desempenho da Fundação no período que o Senhor foi o Diretor-Presidente?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Do ponto de vista de rentabilidade não foi ruim. Porque computados os dois períodos nós ficamos 10% acima da média. Agora tem um problema, e eu volto a insistir

que isso está rolando desde 88, nenhum órgão governamental tomou providência para acionar na justiça se não fosse o meu voto, isso está em Ata, não seria aprovado, tem uma dívida de trezentos, hoje deve estar em duzentos e setenta milhões, que pode afetar seriamente os compromissos do Fundo. E quem deve? INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL e NUCLEP – EQUIPAMENTOS PESADOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Há um estudo que prevê em quanto tempo o pagamento dos benefícios do segurados pode estar comprometido caso essa dívida de duzentos e setenta milhões não seja sanada?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Olha, esses parâmetros são muito incertos e principalmente depois, agora tem um estudo que, num prazo de 10 ou 15 anos, esses recursos não forem aportados, o NÚCLEOS poderia começar a ter problema de pagamento de seus benefícios.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor avaliou como boa a gestão de V.S^a..

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Antes de entrarmos nos problemas mais graves--

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Deixa eu... Só que o seguinte: quando nós não cumprimos a meta no ano de 2004, nós encomendamos, eu vou passar isso ao Senhor, uma evolução do patrimônio do NÚCLEOS nos últimos 10 anos, para fazer uma fotografia. E sem entrar em consideração de Diretoria "A", Diretoria "B" ou Diretoria "C". Foi feito um comparativo por, o NÚCLEOS, a meta atuarial dele é INPC dificilmente você encontra no mercado títulos ou qualquer investimento atrelados a INPC. Então você encontra o CDI ou IGPM ou IPCA que são os mais comuns. Então foi feito um trabalho, de 94, já retirando o efeito da dívida, porque a dívida até 2000, a dívida estava no balanço, e aí se computava os juros caso a dívida fosse paga. Quer dizer, tinha um efeito contábil que não era real. Então nós fizemos por cada segmento. Infelizmente não deu para fazer do imóvel que ficava mais complicado, porque imóvel nós também tivemos algumas operações que não foram muito satisfatórias. Então... Previdencial, custeio administrativo. Total do programa, olha só. Para os 10 anos o acumulado, a performance do instituto, foi duzentos e cinqüenta e cinco e cinqüenta e nove e o mínimo atuarial mesmo com os efeitos da dívida, duzentos e trinta e um e nove. Então quer dizer, nesses últimos 10 anos o Instituto estava bem. Agora, da minha gestão de 2000 a 2004, o Fun-

do só cumpriu, e olha eu era Diretor de Benefícios e depois Presidente, cumpriu a meta atuarial somente no ano de 2001, não 2001 não, somente no ano de 2003, só. Só no ano de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é, então, é sobre isso que eu queria lhe indagar. A gente percebe o seguinte: que a NÚCLEOS apresentou uma rentabilidade de 5,98% em 2004 enquanto a meta atuarial era de 12,5%, certo? A maioria dos Fundos de Pensão nesse mesmo ano tiveram uma rentabilidade média de 16,5%. Certo? Então fazendo uma comparação com os outros Fundos, a média foi de 16,5%. a NÚCLEOS registrou 5,98%. Quando a gente analisa, por exemplo o FUNDO ZIRCÔNIO, ele concentrava 97 milhões que correspondia a 21% do patrimônio líquido da NÚCLEOS neste ano de 2004, e ele registrou esse Fundo, ele registrou perdas da ordem de dezenove milhões. Basicamente em apostas erradas no mercado de opções. O FUNDO URÂNIO, que rendeu 6,81%, que era um Fundo exclusivo, ele rendeu muito abaixo que o mercado registrou como média nesse mesmo período. Outros Fundos Exclusivos ligados a fundações estatais renderam até 23,5, 24%. Então os números, principalmente de 2004, são muito negativos para a Fundação. O Senhor acha que isso tudo se deve única e exclusivamente à dívida que os patrocinadores tem com o Fundo, ou, se explica também por deficiência na gestão?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Olha não tem, quanto a isso da rentabilidade, isso não tem nenhuma relação com a dívida. É claro que influencia para mais ou para menos, mas na realidade, na rentabilidade não tem nenhuma influência. Agora, ao mesmo tempo, eu acho que foi um ano ruim, de desempenho muito ruim, inclusive da área financeira, agora isso também está relatado nas Atas, já de 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas 2004 foi o ano de maior crescimento da economia brasileira nas últimas décadas.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Por incrível que pareça, no ano de 2003, o ano para as fundações foram melhor. Tem um estudo da TOWERS PERRIN que levantou o seguinte, da TOWERS, que 57% dos Fundos de Benefício Definido não tinham conseguido atingir a meta atuarial no ano de 2004. Isso é estudo da TOWERS PERRIN, que ela fez um levantamento. E ela delinha quais seriam as possíveis conseqüências. Agora, em 2003, para o mínimo atuarial de 17 a Fundação teve 33.51. Que também foi um desempenho muito bom.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Marcos Elias que é o atual Presidente, na pessoa jurídica, respondendo pela Fundação, a NÚCLEOS portanto ingressou com ação indenizatória no dia 9 de janeiro de 2006 contra vários ex-dirigentes dentre os quais V.S^a., buscando recuperar prejuízos causados em operações de aquisição de títulos públicos federais. Essa ação inclusive está embasada em um relatório da KPMG, que o Senhor deve ter tido acesso.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não tive acesso ao relatório.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é, o relatório da KPMG ele soma, mais ou menos, algo em torno de até vinte e dois milhões em perdas com títulos públicos, faz levantamento de outras perdas e, segundo palavras do Sr. Rafael que depôs nessa CPI, o total já reconhecido de prejuízos pela atual gestão referentes à gestão anterior estão em aproximadamente cinqüenta milhões de reais. E olhe que a base de análise deles é menor do que a base de análise da CPI. E por exemplo, nas operações de títulos públicos eles estão com 22, nós estamos com 28, porque a nossa base é um pouco mais ampla que a deles. Muito bem, antes de entrar no detalhe dessas operações de títulos públicos e também das operações de derivativos e de debêntures e de CDBs, eu ainda citaria que a SPC aplicou pena máxima em V.S^a. e nos outros Diretores, impondo uma multa de vinte mil reais e uma inabilitação para exercer qualquer atividade em entidades de Previdência Complementar por até 10 anos. Muito bem, a SPC é o órgão regulador. Identificou a necessidade de impor essa pena dura, severa, a pena máxima. O Sr. Elias era a pessoa de sua confiança durante cinco anos, foi assessor de V.S^a., acompanhou as ações da NÚCLEOS e, no entanto, ele ingressa com ação indenizatória para reaver os prejuízos que V.S^a., que os outros Diretores, supostamente impuseram à Fundação. Se entrar no detalhe ainda dessas operações, porque nós vamos tratar delas pormenorizadamente, eu queria que o Senhor me dissesse como é que o Senhor vê essa decisão da NÚCLEOS, especialmente do Sr. Elias que era a pessoa de sua confiança, de entrar com ação indenizatória contra V.S^a. e queria também que o Senhor nos dissesse como é que encarou essa decisão da Secretaria de Previdência Complementar de punir severamente todo o corpo diretivo da Fundação?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Em primeiro lugar, a questão desse Senhor, eu considero que eu escolhi mal o meu assessor, porque uma pessoa que fica me assessorando há cinco anos, tendo acesso a todas informações, isso é facilmente

comprovado. Vai lá na empresa, pergunta aos empregados antigos, participante, dirigentes das patrocinadoras, pergunta. O Sr. Marcos Elias tinha trânsito em tudo, tinha total liberdade de saber tudo. Foi por isso que numa declaração minha no jornal, quando veio falar, eu falei “ele era bobinho então”. Cinco anos, ele sentava do meu lado, na sala era vidro e vidro, então ele via com quem eu estava e eu via com quem ele estava. Sentava ao meu lado. Então, agora, a questão dele como também a Lei prevê responsabilidade para Gerentes e Assessores quando chegar o momento adequado eu vou utilizar o que a Lei faculta. Agora, com relação à Secretaria, a Secretaria tem uns procedimentos que são procedimentos administrativos então a Secretaria me autuou por cinco não-conformidades, respondi às cinco, só que nessa primeira fase a Secretaria já indica a possível penalidade, porque pelo, como o NÚCLEOS colocou nos informes parecia que eu tinha pago tendo que pagar a multa de trinta mil, cem mil que eu já estava condenado. A Secretaria fez a primeira autuação, se o Secretário de Previdência Complementar confirmar a atuação do Diretor de Fiscalização em função da argumentação que foi feita por mim e pelos outros Diretores, ele pode confirmar ou não. Se ele confirmar eu pago 30% da multa e recolho, e vou, e faço, recorro ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar, que é mais amplo da decisão de Secretário. Então são instâncias administrativas. Quanto a ação, ele entrou com uma ação cautelar, que inclusive, a ação cautelar é para impedir que a Secretaria de Previdência faça o dever dela que é de intervir, se for o caso. E eu não sei porquê isso. Por que é que o NÚCLEOS entra com uma ação cautelar para a impedir que a Secretaria de Previdência cumpra o seu papel, se for o caso. Não entendi. Agora, assim que tiver conhecimento oficial, notificado, com relatório da KPMG, o que eu soube foi de jornal, e o relatório, pelo que saiu no jornal, dizia que o cenário apontava de nove a vinte e dois. Cenário? Se ela utilizou cenário, não sei que cenário ela utilizou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor não se incomode, não. Não precisa aguardar tanto porque daqui a pouco nós vamos mostrar os números nossos que são, inclusive, mais contundentes do que os da KPMG. Mas, falando um pouquinho aqui, de BANCO SANTOS. O jornal FOLHA DE SÃO PAULO de 12 de dezembro de 2005 faz referência a documentos apreendidos pela Polícia Federal na casa do banqueiro Edmar Cid Ferreira, que apontavam que o BANCO SANTOS pagava Comissão para que Fundos de Pensão canalizassem os seus investimentos para aquela instituição. Um dos nomes citados em uma operação do NÚCLE-

OS, é justamente o do, até, só para esclarecer melhor, um e-mail da secretária do Edmar manda entregar, em 15 de julho do ano passado, setenta e seis mil, cento e vinte e cinco reais, na Rua Tabapuã, nº 1.105, conjunto 57, em atenção a Paulinho. Então um dos nomes citados é de Paulinho, nesse documento, segundo a FOLHA DE SÃO PAULO apreendido pela Polícia Federal. Para não haver enganos o portador era orientado a falar sem a cita(F). O ocupante do conjunto na Rua Tabapuã, no Itaim, Zona Oeste de São Paulo, mudou-se e os porteiros do prédio só informaram que funcionava ali, no escritório ligado ao mercado financeiro. O valor citado equivale a 2,5% dos três milhões e quarenta e quatro mil que a NÚCLEOS comprou de debêntures da PROCID. O NÚCLEOS ao todo perdeu mais de sete milhões com a derrocada do BANCO SANTOS. Aí eu vou aqui, complementando. Então essa aqui foi uma denúncia trazida pelo jornal A FOLHA DE SÃO PAULO de que alguém na NÚCLEOS, identificado como Paulinho, havia recebido cerca de setenta e seis mil reais nessa data. O que que a gente percebe? O FUNDO URÂNIO que é um Fundo Exclusivo da NÚCLEOS, ele era administrado pelo BANCO SANTOS. Esse Fundo perdeu um vírgula oito milhões de reais em CDBs do próprio Banco e perdeu três milhões de reais em debêntures da PROCID. Então a conta de perda desse Fundo que era administrado pelo BANCO SANTOS e que do ponto de vista ético não poderia investir em títulos do próprio Banco, então o total é de mais ou menos cinco milhões. O MEGA WATT, que era administrado pelo BANCO BMC, perdeu em debêntures da PROCID dois milhões. Ao todo evaporaram, em reais, da Fundação NÚCLEOS sete milhões, com a intervenção do BANCO SANTOS, evaporaram. Esteve aqui na semana passada o Dr. Luiz, ex-dirigente da PREVI e quando eu indaguei porque é que ele desistiu de investir no BANCO SANTOS no segundo semestre de 2004 ele foi categórico em afirmar que o Banco já se mostrava em situação financeira delicada. Ele já tinha dúvidas sobre a solvência e a estabilidade daquela instituição financeira e que, portanto, qualquer Fundação responsável seria obrigada a retirar os recursos do Banco. Palavras do Sr. Luiz, dirigente da PREVI, dos anos de 2003 a 2005, portanto, do atual governo. Muito bem, existe um rosário de notícias da imprensa que mostram a situação financeira difícil do BANCO SANTOS, existem agências de *rating* que rebaixaram o BANCO SANTOS e a única que não rebaixou só o fez porque foi pressionada pelo Banco para não fazer. Diante de todo esse cenário, diante de uma suspeita de que o BANCO SANTOS pode ter pago propina para dirigentes de Fundo de Pensão. Diante do fato da NÚCLEOS ter perdido sete milhões de reais, portanto,

evaporaram, eu insisto, sete milhões de reais da Fundação com a intervenção do BANCO SANTOS. Diante de tudo isso, o Senhor acha que é possível justificar essa parceria da Fundação com o BANCO SANTOS, parceria que se estendeu por todo o ano de 2004 até o momento da intervenção do Banco?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Ô Deputado, olha só. Quem cuida de fiscalização de Banco não é o NÚCLEOS, não é a Fundação, é o Banco Central. E quando houve a intervenção eu fui à Comissão de Fiscalização da Câmara dos Deputados prestar depoimentos sobre a questão de intervenção do BANCO SANTOS. Nós tínhamos aplicação no BANCO SANTOS, tínhamos a nota, tínhamos uma nota de *rating* que o próprio Secretário de Previdência Complementar admitiu que não é muito bem e pode ver até na questão do risco Brasil cada empresa de *rating* dá uma nota. Agora, por que que o Banco Central também não alertou e em julho do mesmo ano permitiu uma capitalização de quarenta milhões no lançamento de debêntures do BANCO SANTOS? Era considerado sexto maior Banco, propaganda em tudo quanto é lugar. Quando houve o Congresso da ABRAPP, que foi uma semana antes da intervenção do BANCO SANTOS, o BANCO SANTOS estava lá com *stand*. E não se comentou, pelo menos no círculo, sobre problema no BANCO SANTOS. Agora, ninguém é maluco de botar dinheiro no Banco que vai quebrar, ninguém esperava que o BANCO ECONÔMICO quebrasse, que o BAMERINDUS, que o NACIONAL. Então, por exemplo, amigos meus, funcionários que tinham investimento na CAIXA que tinha CDB do BANCO SANTOS perderam 20%. Ora, agora, não cabe às Fundações fiscalizar Banco, não é, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me perdoe, cabe as fundações analisar as condições de mercado, avaliar a classificação das agências de *rating*, estar atento a tudo que está acontecendo, que pode levar a um problema com a Instituição financeira que ela possui recursos investidos e, como fez neste caso o ex-Diretor da PREVI, não renovar o investimento.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Oh, Deputado olha só.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Resgatar a aplicação.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não vamos comparar um Diretor de Investimento da PREVI que tem sob sua guarda 86 bilhões e, consequentemente, a relação dele com o mercado é diferente de um Diretor-Financeiro que tem uma relação com o mercado de duzentos milhões, não é? Ora! As

informações que chegam para ele, não vá dizer que são privilegiadas, são de outra monta. Agora, evidente que, agora a nota aplicada pela *rating*, pela AUSTIN *RATING*, que eu acho que foi a que deu a nota para o Banco, não era...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque a AUSTIN *RATING* foi pressionada pelo Banco e depois isso está constatado documentalmente.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Sim, mas aí a culpa é da Fundação? Esse é que é o ponto. A legislação--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: A legislação avançou muito, a 108 e a 109 avançou muito. Agora, a grande questão é que o mercado financeiro, quer dizer, tem que também proteger os dirigentes de Fundo. O dirigente de Fundo ligado a estatal não pode fazer seguro de gestão, que caso não comprove dolo, tenha-se os Advogados pagos. Isso é normal em qualquer País do mundo. Então Advogado, então não pode ter. O risco, as multas são altíssimas. Então, com salários que nos são estratosféricos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor acha que faltou qualificação técnica para os dirigentes da NÚCLEOS identificar--

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu não, eu não me considero desqualificado tecnicamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o Sr. Gildásio? Que era responsável técnico do financeiro.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Isso quem tem que ter que responder é ele. Ele aceitou, era o responsável técnico, devia ter qualificação. Era estatístico, o número ele conhecia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era o contato do Senhor no BANCO SANTOS?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu não tinha contato, nunca contactei ninguém do BANCOS SANTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca recebeu nenhum dirigente do BANCO SANTOS?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Nunca, em momento nenhum. Repito nunca recebi Diretor de Banco, não era a minha função.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem recebia era o Sr. Gildásio?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a Srta. Fabiana?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Também, com ele. Ou sem ele, sei lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero chamar a atenção aqui para algumas operações--

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Deputado, eu precisava ir ao banheiro. Posso? Cinco minutos. Dá licença.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não, claro. Está suspensa por cinco minutos a nossa Sessão.

Sessão suspensa às 13h52min.

Sessão reaberta às 13h57min.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dando continuidade, retomando a nossa oitava. Eu gostaria inicialmente de comentar com V.S^a. algumas operações realizadas pela NÚCLEOS no mercado de derivativos. O que nos interessou enxergar foi a concentração de ajustes negativos com determinadas corretoras. Concentração essa feita ao fim do primeiro dia das operações. E a gente percebe que a NÚCLEOS, quando tem ajuste negativo, ela concentra esses ajustes em nove corretoras. Quando ela tem ajustes positivos ela dispersa esses ajustes em trinta e sete corretoras. Ou seja, o ajuste negativo é promovido por nove corretoras e o ajuste positivo é promovido por trinta e sete. Portanto, universo muito maior. No volume total verificado, nós temos um montante de dezoito milhões, cento e dois mil reais de ajustes negativos contra cinco milhões, setecentos e sete reais de ajustes positivos. O que dá, aí, um déficit de ajuste negativo da casa de mais ou menos treze milhões, doze milhões e meio de reais para a Fundação. Algumas corretoras nos chamam atenção pelo volume dos negócios. Eu vou citar o nome dessas corretoras, vou perguntar se V.S^a. tem alguma referência a respeito delas, se V.S^a. tem algo a nos dizer a respeito desse desempenho extremamente negativo para a Fundação quando essas corretoras estão operando com a NÚCLEOS. Então, por exemplo, a CINCO CORRETORA DE MERCADO, ela promove 87% do volume negociado e ajuste negativo para a NÚCLEOS. O Senhor conhece essa Corretora?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não, não conheço. Qual corretora?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): CINCO CORRETORA DE MERCADO.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO:

Não, não conheço. Nunca ouvi falar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A SCHAHIN, ela promove 95% do volume negociado de ajustes negativos para a NÚCLEOS, o Senhor conhece essa Corretora?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu conheço de nome, BANCO SCHAHIN, CORRETORA SCHAHIN.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que notícias o Senhor tem a respeito da atuação dela?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Eu não tenho notícias porque, o quê é que acontecia? Como os nossos Fundos eram administrados, cabia aos Bancos Administradores fazer contato com a corretora. Pelo o que eu sabia, o que era norma, é que o contato do NÚCLEOS com as corretoras eram para que, para aquelas, ou títulos que ficavam em carteira própria. Isso é o que eu tenho informação da Diretoria Financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): mas o Senhor não acha que era de responsabilidade da Diretoria da Fundação acompanhar o desempenho das operações realizadas pelos gestores dos Fundos Exclusivos?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Sim, nós acompanhávamos na reunião do Comitê Consultivo de Investimento e nas Atas estão solicitadas as providências necessárias. Assim como usar justificativas apresentada pela área financeira pelo baixo desempenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A NOVINVEST, por exemplo, que é uma Corretora bastante implicada nas nossas investigações. Ela vai atribuir 78% dos valores negociados de ajustes negativo para a NÚCLEOS. Só para o Senhor ter uma idéia, comparando os números, ela atribui três milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, duzentos e vinte e sete reais de ajustes negativos em contrapartida a um milhão, setenta e cinco mil, novecentos e doze reais de ajustes positivos. O Senhor conhece a NOVINVEST?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não, conheço de nome, evidente, conheço de nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas não faz a menor de idéia de quem sejam seus proprietários?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não, não conheço proprietário de Corretora nenhuma. Não cabia à Presidência fazer contato com Banco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor não acha que a Presidência e a Diretoria Executiva teria que ter, necessariamente, verificada essa situação, procurado entender se havia ou não irregularidade por trás do desempenho das corretoras no mercado derivativos e a partir daí, se necessário fosse, como era, tomar providências para mudar as Corretoras, para alterar os procedimentos, para dar uma nova orientação?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Mas isso estava sendo feito, mas isso estava sendo feito. Quando o desempenho caiu, porque no ano de 2003 foi bom, quando o desempenho no ano de 2004 começou a cair, tem Ata do Comitê de Investimento que relata, primeiro justificativas, o por quê do desempenho ruim. E também medidas corretivas para que o desempenho não fosse tão ruim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais eram as Corretoras listadas nesse procedimento?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Mas aí não vinha a questão da Corretora, o que vinha era o Banco, o Banco é que estava administrando o dinheiro. Então o responsável perante a Fundação era o Banco. Agora, os Bancos. E aí entra um outro problema que é o seguinte: qualquer Banco, em qualquer Fundo de Investimento ele diz assim “eu não te dou a garantia da rentabilidade”. Ele vem com isso, mas é claro que você acompanha. Agora ele tem aquele papel “eu não te dou a garantia”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O mais surpreendente é que quando o desempenho dessas Corretoras é avaliado com outras Instituições do mercado, o que eram percentual de 87%, de 95%, até de 100% de ajustes negativos caem para quarenta e oito, quarenta e dois, cinquenta, cinquenta e sete, enfim, ou seja, com essas Corretoras estão operando com o mercado elas têm resultados completamente padronizados. Mas, no entanto, quando elas estão operando com a NÚCLEOS, a NÚCLEOS acabo perdendo.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Oh, Deputado. Olha só. Se houve, e aí a questão da Legislação, também, nesse ponto ela foi sábia. Se, primeiro, quando se contrata um Banco Administrador, o Banco tem a Corretora e mesmo a Fundação tem as Corretoras, todos eles não podem desconhecer a Lei e o Programa de Investimentos. Se utilizaram de má-fé ou de fraude, quer dizer, fraude não, também tem que ser responsabilizado. E aí quando o Senhor diz assim “eles estão sofrendo a ação”. É evidente que eu vou botar um perito para acompanhar tudo, não, não... Agora tem que ter certeza das avaliações, dos documentos,

que eu tenho, e se for o caso também responsabilizá-lo, os gestores. Ora, bolas! Porque eu não sei se isso só veio com a quebra de sigilo das Corretoras, porque no Instituto não teria como saber--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Veio com a quebra de sigilo da Fundação.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Da Fundação?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Na Fundação nós tínhamos extratos diários onde se faziam as movimentações diárias. E cá para nós, não cabe ao Presidente ficar vendo movimentação diária. Vê o macro, o desempenho foi ruim, por quê? Então eu quero análise. Quero análise da onde? Da Diretoria Financeira. Esse é o procedimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Sra. Fabiana tinha contato com essas Corretoras que operavam com a NÚCLEOS?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Olha, eu, eu não posso afirmar que sim ou que não, agora ela era da área financeira, devia ter contato. Ou o Diretor ou ela, ou os Bancos. Agora com certeza para carteira própria ela teria que ter contato ou com o Banco ou com uma Corretora que vendeu o papel, concorda? Dos Fundos de Investimento não! Porque aí os Fundos, porque normalmente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não foi o que que disse aqui o Sr. Gildásio, o Sr. Gildásio disse que, inclusive, na questão dos Fundos de Investimento, dos Fundos Exclusivos, a Sra. Fabiana tinha conhecimento e acompanhava o trabalho das Corretoras, e até trouxe um exemplo concreto de uma vez, quando a NÚCLEOS estava mudando o gestor de um dos Fundos e esse gestor disse: “com tal Corretora eu não trabalho”, a NÚCLEOS disse: “Então você não trabalha comigo”.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Bom, então, quer dizer, comprova o que o Gildásio falou. Agora, eu estava nessa reunião? Eu não participava dessas reuniões. O que vinha para a Diretoria já era conformatado como tem em Ata, proposta da Diretoria Financeira, trocar o gestor “A” por gestor “B”. Deputado, eu estou me baseando em documentação. Eu não estou me baseando na conversa, eu estou me baseando na documentação. Se assina, se tinha competência, não cabe a mim julgar. Eu respondo pelos meus atos, pelo que eu assinei. E não vou transferir responsabilidade, que é minha tanto regulamentar, quanto estatutária, quanto legal, para ninguém, vou assumi-las.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ainda declarações do Sr. Neildo de Souza Jorge. “Dão conta de que o esquema na NÚCLEOS teria sido montado com a escolha de investimentos de alto risco e com a venda com deságio de títulos de renda fixa (a grande mutreta é que eles compravam títulos públicos e depois vendiam com deságio para Corretoras. Estas faturavam a corretagem e parte desse dinheiro. Pelo que sabemos agora iria para mensalões, caixinhas de campanha)”. Bom, isso foi a declaração do Sr. Neildo, na verdade eu não vou ficar preso a ela porque o Senhor já procurou desqualificar esse interlocutor. Vamos aos números das operações com títulos públicos. Segundo a CPI apurou, a NÚCLEOS perdeu cerca de vinte e nove milhões de reais com títulos públicos. E essas perdas elas foram concentradas basicamente com duas Corretoras. A CORRETORA EURO, também chamada de TURFA, que foi responsável pela perda de oito milhões, quatrocentos e vinte e dois mil e a CORRETORA QUANTIA, que foi responsável pela perda de dezenove milhões, oitocentos e oitenta e oito mil. Muito bem. Intrigado com a concentração nessas duas Corretoras, nós procuramos dar alguns passos adiante. Primeiro porque possuíamos o sigilo fiscal, bancário e telefônico delas. Depois porque elas também aparecem envolvidas em outras irregularidades com Fundos de Pensão. E aí eu gostaria de chamar a atenção para o depoimento dos dirigentes da CORRETORA QUANTIA, que estiveram aqui nesta CPMI. Eu perguntei a eles: “Ora, como é que vocês conseguem produzir um resultado de dezenove milhões, oitocentos e oitenta e oito mil reais em tão pouco espaço de tempo?” E sabe o que é que eles me disseram? “Deputado, eu só ficava onde 10 a 15% desse valor. Por quê? De oitenta e cinco a 90% nós repassávamos para uma empresa cujo nome é NK PARTICIPAÇÕES”. Bom, vou adiante. Ele nos disse que a NK tinha as operações da NÚCLEOS, ou seja, a NK tinha a garantia que a NÚCLEOS ia pagar o que pagou pelos títulos. E ele não precisava nos dizer isso, ele apenas constatou o óbvio. Porque, quando nós vamos detalhar todas as operações que deram perdas para a NÚCLEOS, a gente percebe que são operações montadas. Operações que foram arquitetadas e organizadas para gerar perdas para a Fundação de vinte e nove milhões de reais. Temos aqui o quadro completo. Vou pinçar alguns exemplos para o Senhor ver como a montagem foi feita. Nós já temos o depoimento da Corretora, nós já temos os dados verificados. Então, isso aqui é incontestável. Vamos aqui a esse curto período de tempo. Do dia 23 de novembro de 2004 ao dia 2 de dezembro do mesmo ano. Estamos falando de um intervalo de tempo de uma semana, dez dias. O Se-

nhor pode ver que aqui nessas operações estão sendo negociados NTNs B, com vencimento para 15 de maio de 2045, até aqui, e essas duas últimas 15 de agosto de 2024. Temos operações no dia 23 de novembro, no dia 25 de novembro, no dia 29 de novembro, no dia 30 de novembro e no dia 2 de dezembro de 2004. Vamos a elas. O Senhor pode ver que sempre nós estamos fazendo dentro de uma mesma cadeia referência a mesma quantidade de títulos negociados. Quatro mil títulos nessas primeiras, quatro mil e pouco nessas próximas, etc. Vem aqui a BRASIL CENTRAL e vende para a TURFA, a TURFA e a EURO, a um preço unitário de um mil e quatro reais. Aí vem a EURO vende para o ZIRCÔNIO a um mil, duzentos e oitenta e seis reais. Nessa operação a NÚCLEOS tem uma perda de um milhão, cento e vinte e nove. Aí vem, BANCO PACTUAL vende para a NOMINAL, NOMINAL vende para a QUANTIA, a QUANTIA vende para o ZIRCÔNIO. O Senhor pode ver que na primeira cadeia a oscilação é de pouco mais de cinquenta e cinco centavos, na segunda cadeia a oscilação é de duzentos e oitenta e três reais. Prejuízo de um milhão, cento e trinta e quatro. Depois o BANCO PACTUAL vende para a NOMINAL, NOMINAL vende para a TURFA, TURFA vende para o ZIRCÔNIO. O Senhor pode ver na primeira cadeia a oscilação na casa de vinte centavos, na segunda cadeia, quando a NÚCLEOS tem que comprar o título, a oscilação passa a ser duzentos e oitenta e dois reais. Um milhão, cento e trinta e quatro. O Senhor pode ver que a oscilação é a mesma, passa de centavos para quase três centenas de reais, gerando quase sempre uma diferença muito parecida que está aqui na casa de um milhão, cento e trinta mil reais a operação. Depois BRASIL CENTRAL para a TURFA, TURFA para o ZIRCÔNIO com a mesma variação. BANCO PACTUAL para o NOMINAL, NOMINAL para a QUANTIA, QUANTIA para o ZIRCÔNIO, mesma oscilação. BANCO PACTUAL para o NOMINAL, NOMINAL para a QUANTIA, QUANTIA para o ZIRCÔNIO, mesma oscilação. BANCO PACTUAL para o NOMINAL, NOMINAL para a QUANTIA, QUANTIA para o ZIRCÔNIO, mesma operação. Aqui eles envolvem a BRASIL CENTRAL que vende para a TURFA, TURFA que vende para o ZIRCÔNIO, mesma oscilação. Como se não fosse pouco eu vou recorrer a essas duas primeiras aqui, de janeiro de 2005, onde estávamos sendo negociados em TNBs para, 15 de maio de 2045. Aí o Senhor veja, BANCO PACTUAL vende para o NOMINAL, NOMINAL vende para a QUANTIA, QUANTIA para o ZIRCÔNIO, são quatorze mil títulos em negociação. A primeira variação é de onze centavos, a segunda variação é de duzentos e oitenta reais, só nessa operação a NÚCLEOS perdeu três milhões, novecentos e doze mil, novecentos e setenta e sete

reais. Na aqui de baixo, o BANCO PACTUAL vende para NOMINAL, NOMINAL para a QUANTIA, QUANTIA para o ZIRCÔNIO, onze mil títulos. Com oscilação de onze centavos na primeira e de trezentos reais na segunda, dando três milhões e setenta e nove. Então o Senhor veja, são todas as operações paronizadas, montadas, arquitetadasque foram construídas para a NÚCLEOS pagar o que não podia ser pago por esses títulos. Admite-se variações pequenas, jamais variações desse porte foram montadas e construídas para que a QUANTIA e a EURO levassem o que levaram. A QUANTIA depois tendo repassado 80% do que ganhou para a NK – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Isso aqui é altamente incriminador. Eu queria que o Senhor, por favor, pudesse nos falar sobre essas operações de títulos públicos. Qual era o nível de acompanhamento que a Diretoria tinha dessas operações? Como é que se dava a participação da Sra. Fabiana no acompanhamento dessas operações. Como é que elas eram discutidas no âmbito da Diretoria da NÚCLEOS? Quero que o Senhor me fale sobre a EURO OU TURFA, tanto faz, a QUANTIA e a NK, para depois eu lhe apresentar outras indagações.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO:

Bom, eu vou começar aqui. Pelas Corretoras EURO, já tinha ouvido falar por causa da CPI, mas não, essa NK nunca ouvi falar, primeira vez. Não sei nem o que que é isso. NK PARTICIPAÇÕES o Senhor falou, nem sei o que que é. Bom, a questão dos títulos públicos e a questão dos investimentos do NÚCLEOS. Todo o ano a Diretoria, como manda a Legislação, faz um Planejamento de Investimentos que é feito em conjunto a Diretoria Financeira e quem fez o primeiro ano para a gente foi a RISK OFFICE, uma empresa conceituada na análise de risco, fez o primeiro programa de investimento porque tinha sido editada a três mil, cento e vinte e um e que previa um programa de investimento para 10 anos, cenário de 10 anos e com diversos itens. Bom, fizemos o primeiro ano, a RISK OFFICE foi contratada, fez esse serviço para o ano de 2004. E nessa Política de Investimentos estipulava os limites aonde o NÚCLEOS iria aplicar. Então estava lá 80% o NÚCLEOS poderia aplicar do seu patrimônio, até 80% em título público. Como a Legislação permite cem. Bom, já tinha uma conversa na Diretoria de alongar o perfil do NÚCLEOS. Primeiro, em função da dívida, que seria mais fácil ou mais pressionável ao governo pagar dívida que tinha com o NÚCLEOS, então isso era uma decisão, então foram comprando-se títulos públicos. É evidente, quem comprava os títulos públicos eram os Bancos de Investimento que a gente tinha contrato. Agora se havia algum esquema como o Deputado está supondo, mostrando aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Supondo não, eu estou provando.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Provando. Agora, dizer que com isso tivesse participação de alguém da Fundação aí vai uma outra história. Eu gostaria de apresentar aqui, Deputado, eu só tenho essa cópia e eu precisaria ficar com ela, o Senhor pode tirar. Quando foi em março de 2004 a RISK OFFICE, porque nós tínhamos reuniões, o Comitê de Investimento e a Diretoria Financeira tinha reunião com a RISK OFFICE, que fazia companhia de risco da nossa carteira. Além de risco, passou a fazer também, aí foi o HSBC que fez, fazia o acompanhamento de risco. Em março de 2004 a RISK OFFICE, num relatório informou que o NÚCLEOS, que o NÚCLEOS, a Diretoria Financeira, que o NÚCLEOS, não seguisse as taxas de mercado informadas a ANDIMA, que havia muita distorção. Isso está em relatório da RISK OFFICE, sobre isso, e que tem Ata da Diretoria discutindo esse assunto também. Então está bom, o Diretor-Financeiro apontou isso e passou adiante. Quando foi em julho de 2004 o relatório da RISK OFFICE apontava o seguinte: “Sobre curva de IGPM e de PCA”, que são indexações dos títulos, “O relatório recomenda que se tenha cuidado com as compras de papéis no mercado secundário, pois estão sendo verificadas algumas compras com taxas distanciadas da ANDIMA”. Ora, em março ela diz para a gente não acompanhar, isso está escrito, depois ela vem e diz que é para a gente estar defasado. Isso eu indaguei ao Diretor-Financeiro. Esse relatório é do Diretor-Financeiro, aqui, olha. 20 de agosto de 2004, para uma reunião de Diretoria. Se ele colocou o nome, ele fez o relatório. Então ele afirma aqui que as taxas praticadas estão dentro do mercado e cita aqui “a ANDIMA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DO MERCADO FINANCEIRO, ao estabelecer os valores de suas taxas, procede a levantamento junto as instituições financeiras calculando a média dos valores indicados”, no site dela, não é? “Segundo o Professor Paulo Lamosa Berger do IBMEC – INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS EM FINANÇAS E TÉCNICA, do Banco Central... – aí está aqui, Professor de cálculo, de preços, estratégias e arbitragens, com título de renda fixa – quando somente uma única informação é encaminhada, ou algumas poucas, ou mesmo nenhuma, a ANDIMA solicita às Entidades que informe uma estimativa para este valor, e que com base nessas informações estima o valor médio. Assim sendo, a volatilidade de médias indicadas pela ANDIMA pode apresentar consideráveis variações, daí se fazer oportuno e prudente entendê-las com as devidas reservas. Conclusão, do Diretor-Financeiro,

“assim sendo, tendo em vista a não confiabilidade total contra os dados apresentados, as argumentações crônicas sem as devidas explicações e a volatilidade não aceita como tal, a Diretoria Financeira conclui que a Consultoria Financeira, veio aqui para, que culminou no cancelamento”. Então, o Diretor-Financeiro chega aqui, aponta as coisas, depois é questionado, apresenta o relatório. Quem fez o relatório, se não foi ele?! Ele botou o nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas é impossível que o Senhores não tivessem conhecimento, pelo menos com um dia de sequência à operação feita, dos detalhes de cada operação, dos preços que a NÚCLEOS estava pagando. Visualizando inclusive a cadeia negocial daquela operação, podendo comparar com preço unitário exercido no dia. Para não chegar nem ao preço da ANDIMA, a referência da ANDIMA é questionável, eu acho que é um referencial, mas para não ir lá, não ir a tanto, bastava que fosse extraído um espelho do que foram as operações no dia anterior para se ter uma idéia de como é que a NÚCLEOS se posicionou.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Sim, Deputado isso não é uma função da Presidência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso era uma função da Diretoria na NÚCLEOS. Na medida que a Presidência autoriza que as operações sejam feitas. A Presidência tem a obrigação de fiscalizar os resultados apresentados. Ora! Justamente esse volume acentuado tendo acontecido em 2004 quando a NÚCLEOS teve rentabilidade inferior ao que se tinha estabelecido. O Senhor me perdoe há uma falta grave nesse caso.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Deputado, tinha um Estatuto e tinham as Normas Internas que estava fixada ali a responsabilidade de cada um. Eu não me eximo da responsabilidade da questão do desempenho ter sido baixo, não é isso. Não cabe ao Presidente ficar verificando preço de título, a não ser que fosse informado a ele. Como foi o caso, veio o relatório da RISK OFFICE que apontava divergências no cálculo, isso é Ata de Diretoria, eu solicitei a Diretoria Financeira que fizesse uma análise, veio a análise. Ora, vem a análise, eu tenho a análise.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Veio a análise e veio o prejuízo de vinte e oito milhões, vinte e nove milhões.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Sim, Deputado. Agora essa cadeia, será que essa cadeia só foi possível depois da quebra de sigilo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, um dia depois das operações o Senhor se quisesse podia ter todo o detalhe da operação feita, que o Senhor estava envolvido.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Talvez o Banco quando comprava da Corretora que vendeu a ele. Ou ele ia dizer “não eu comprei da Corretora”? Se foi feito de má-fé ele não ia falar mesmo. Porque por diversas vezes o Diretor-Financeiro chegou para mim eu falou assim “não conseguimos comprar título público hoje”. Ora, a função de preço e acompanhamento tem o Comitê de Investimento que faz isso mensalmente, mas isso é uma tarefa diária da Diretoria Financeira, o Senhor vai me desculpar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu não vou lhe desculpar não, eu não vou discutir isso com o Senhor aqui. O Senhor acha que é mera coincidência a CORRETORA EURO também figurar em operações de debêntures onde a NÚCLEOS pratica preços diferenciados do mercado?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Para dentro da carteira própria ou de Fundos?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós temos aqui a EURO DTVM vendendo em carteira própria títulos da ACESP, em 2003, dezembro de 2003.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Bom, deixa eu, sobre esse, eu não me recordo a Diretoria Financeira com certeza passou na Diretoria isso. Agora, qual é a Corretora, isso não vem para a Diretoria. Vem que tem título da empresa “A”, empresa “B”, empresa “C”. Tem *rating*, tem avaliação de desempenho, aí é comprado. Agora, as corretoras são aquelas que a Diretoria, cada Diretoria tem obrigação de manter nos seus arquivos as Corretoras que operam. Agora, Deputado, quem fiscaliza corretora é a CVM. É o Banco Central que fiscaliza Banco. Qualquer operação dessa de título público na primeira vez que ocorresse com ágio o Banco Central tinha que intervir. E segundo mais, o próprio Banco que nós tínhamos contrato de custódia e controladoria tinha que ter impedido isso, porque fica muito fácil jogar a responsabilidade nas costas dos Administradores do Fundo de Pensão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor me perdoe, a responsabilidade principal é dos Senhores.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: É minha sim. Agora, como diz a Lei, na ação judicial eu vou cobrar a responsabilidade do Banco Central que no ano anterior deu nota máxima para o BANCO SANTOS, aparecia na Rede Globo, não sei aonde, fazia

mapa, fazia tudo, chegava lá coisas especiais. Agora eu, quer dizer, eu, NÚCLEOS, não conseguiu tirar o dinheiro do Banco antes. Quem conseguiu...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu quero lembrar ao Sr. que a responsabilidade pela aplicação e pela perda de todos esses recursos é da Diretoria.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Sim, claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu acho que ela não pode querer se eximir nem se esquivar dessa responsabilidade.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Não estou me eximindo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A NÚCLEOS, inclusive nos seus procedimentos internos, já constatou tudo isso.

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tanto que o Senhor responde à ação na Justiça Federal, o Senhor responde à procedimento administrativo da Secretaria de Previdência Complementar. Então não é só a CPI que enxerga dessa forma. Eu acho que a própria Fundação e o órgão regulador que é a SPC também enxerga. Agora, o Senhor sabe dizer se o Dr. Marcelo Sereno, ele interferiu para que o Jorge, esposo da Sra. Fabiana, ou ex-esposo, fosse transferido, ele que é funcionário do INSS e que trabalhava me parece no interior, que fosse transferido para a capital?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: Olha eu conheço o marido da Fabiana, tive contato com ele duas vezes. Uma numa festa de confraternização dos funcionários do NÚCLEOS e suas famílias, e uma outra em um *shopping*. Eu estava com a minha mulher e meus dois filhos no *Shopping* da Gávea e ele estava. Foram os dois únicos contatos que nós nos encontramos, quer dizer, de passagem. Eu moro em Niterói, fui lá ver uma peça que a minha mulher queria e encontrei com ela, com a Fabiana.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor teve notícias dessa transferência?

SR. PAULO ROBERTO ALMEIDA FIQUEIREDO: É surpresa, eu não sei disso, entendeu?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ta. Eu vou encerrar. A Senhora quer falar? Eu vou encerrar agradecendo a presença do Senhor aqui e solicitando o Senhor que faça o esforço necessário e aí vamos entrar em

contato com seus Advogados para compatibilizar a ida do Senhor à Justiça Federal na quinta-feira e a vinda do Senhor aqui na quinta-feira para acareação com o Sr. Gildásio e com a Sra. Fabiana uma acareação que na minha opinião é imprescindível, é premente. Eu vou suspender por 15 minutos para que a Assessoria possa se organizar e a gente retoma em 15 minutos com o depoimento do Sr. Jorge Moura.

Sessão suspensa às 14h29min.

Sessão reaberta às 14h45min.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro reaberto o trabalho da Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão e gostaria de fazer dois comunicados. Primeiro que o Sr. Marcelo Sereno está criando todas as dificuldades para vir à CPMI. E a vinda dele que estava prevista para o dia de amanhã, infelizmente não pôde ser confirmada. A CPI dos BINGOS quando citou o Sr. Marcelo Sereno, recorreu a um escritório de advocacia que tinha representação legal do Sr. Marcelo Sereno, depois, então, ele confirmou a citação. Houve, por parte desse mesmo escritório de advocacia uma manifestação positiva, inclusive documentada, de conhecimento que ele estava tomando da citação do Sr. Marcelo Sereno e aí para nossa surpresa hoje pela manhã, um outro representante do escritório liga para a CPI, conversa com o nosso funcionário da CPI dizendo que quem assinou pelo escritório não tinha autoridade para tal. E tinha sido a mesma pessoa que assinou na CPI dos BINGOS. O fato é que nós não vamos nos dar por vencidos. Eu acho que esse é um fato grave, porque o Sr. Marcelo Sereno está muito comprometido. Senadora Heloísa Helena a Senhora não pôde estar aqui no primeiro depoimento do dia que foi o retorno do Gildásio, que era o Diretor-Financeiro da NÚCLEOS, eu diria que boa parte da declarações dele são extremamente comprometedores com relação a participação do Sr. Marcelo Sereno em todos esses esquemas que, aliás, é uma participação de conhecimento público. A ida dele na CPI dos BINGOS não foi suficiente para esgotar o tratamento dessa matéria de Fundos de Pensão até porque lá esse assunto mal foi tratado. Então, eu já autorizei o nosso Secretário da Comissão, ao Dr. Vanderlei, para que ele agende quinta ou sexta-feira, o dia que for, até porque o meu desejo nesse final de trabalho é ficar aqui direto para poder entregar o relatório, mas nós vamos insistir na vinda do Sr. Marcelo Sereno. O mesmo vai ocorrer no caso do Senhor, no caso do Sr. José Mariano Drummond filho. Ele era o Diretor do BANCO SANTOS, responsável pelos negócios realizados com os Fundos de Pensão. Houve uma manobra de alguns Parlamentares para impedir a convocação do Sr. Edmar Cid Ferreira, esse reque-

rimento não foi votado. Nós, contudo, conseguimos votar o requerimento do José Mariano Drummond filho, ele foi citado e não compareceu no dia de hoje. Então neste caso a Polícia Federal vai ser acionada para tomar as medidas cabíveis e necessárias para garantir a vinda dele. Há por parte do Advogado do Sr. Lúcio Funaro um compromisso de que hoje ele estará sendo citado pela Polícia Federal, de que ele se fará presente na quarta-feira, dia 8. Então eu imagino que pelo menos esse problema, ele foi resolvido. Queria por último fazer aqui uma referência, uma pena que a gente não tenha nesse momento a presença de muita gente aqui da imprensa, eu queria fazer uma referência às matérias que foram publicadas, principalmente na revista CARTA CAPITAL e no JORNAL DO BRASIL, sobre um episódio que ocorreu nessa Sub-Relatoria quando da vinda do Sr. Luiz, ex-Diretor da PREVI. Primeiro para dizer que o assunto complexo de Sauípe chegou ao tratamento dessa CPMI quando eu fiz o questionamento ao Sr. Gilberto de quais eram os problemas que eles tinham que administrar do passado. E que tão logo ele falou do Complexo de Sauípe, eu, por interesses evidentes de saber, afinal de contas é um investimento situado no meu Estado, procurei fazer uma série de questionamentos que condicionavam o assunto, que ambientavam o assunto. Portanto, não precisou a Senadora Ana Júlia aparecer na CPI, coisa que aliás que não é habitual, não precisou ela aparecer para que o assunto fosse levantado. Muito pelo contrário. E se o assunto foi levantado, é porque os dirigentes da PREVI aqui estavam. Porque nós não sucumbimos às pressões para não trazer os dirigentes da PREVI, nós trouxemos o dirigentes da PREVI. Agora, a esse respeito, eu quero primeiro dizer que esse assunto será citado no relatório, nós não temos como evidentemente aprofundar as investigações por falta de tempo. Se o PT quiser aprofundar a investigação sobre o Complexo de Sauípe terá o meu compromisso de fazê-lo. Tanto que esta CPI seja prorrogada. Porque em uma semana é impossível apurar esses fatos. Então é a primeira coisa. Independente de não ter condições de aprofundar as investigações e porque não, também? Porque esse é um investimento feito em 97, nosso trabalho, nossa base de dados foi toda a partir de 2000. Mas ainda assim surgiu aqui tem que ser examinado e constará do nosso relatório. Constará do nosso relatório, será citado expressamente no nosso relatório. Agora, muito me admira da PREVI assinar um documento, preparar um documento, forjar um documento, mais uma vez reforçando a postura política do Sr. Sérgio Rosa que está muito mais para Vereador de São Paulo, com todo o respeito, mas pela função que ele está desempenhando que é política, do que para

dirigente de Fundo de Pensão. Entendeu, Senadora Heloísa? Não é com nenhum demérito aos Vereadores, mas ele está agindo como um Vereador do PT, e não como o Presidente do principal Fundo de Pensão do País. O Senador Antônio Carlos Magalhães vai processar a revista CARTA CAPITAL por ter pretendido atribuir a ele a responsabilidade pelo investimento. Ele assina como testemunha sim, era uma autoridade presente no dia da solenidade e foi convidado, como isso acontece em várias ocasiões. Ele vai fazer um pronunciamento hoje, mas de antemão eu digo que ele vai processar a revista CARTA CAPITAL. Eu quero dizer que esse assunto vai ser tratado e que se o PT quer investigar de verdade, se tiver coragem de investigar, que prorrogue por mais um tempo a CPI que nós faremos, sem nenhum problema, sem nenhum problema, mas nenhum problema mesmo. Feitas essas observações, gostaria de convidar para tomar assento na nossa Mesa de trabalho, Sr. Jorge Moura, ex-Diretor-Presidente da REFFER. O Sr. Jorge Moura assinou o termo de compromisso que está sobre a Mesa. Eu vou passar-lhe imediatamente a palavra, pedindo que o Senhor possa se identificar, possa apresentar sua qualificação profissional e tenha a liberdade para tecer todo o tipo de comentário que ache importante para a condução desses trabalhos. Em respeito e agradecimento também a presença da Senadora Heloísa Helena, antes de eu fazer os meus questionamentos que são sempre questionamentos muito longos, porque envolvem questões técnicas, eu vou conceder a palavra a Senadora para que ela tenha prioridade de fazer os questionamentos, depois da apresentação do Sr. Jorge e aí eu darei segmento com as minhas perguntas. Mas seria importante nós sabermos todos que o Senhor tem uma série de informações para prestar a essa CPMI, seria importante que o Senhor pudesse fazê-lo isso agora, pudesse introduzir essa audiência já pontuando os principais elementos que o Senhor acha importante para a nossa investigação.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Bem, Excelentíssimo Sr. Deputado Federal Antônio Carlos Magalhães Neto, Relator da Subcomissão que apura irregularidades nos Fundos de Pensão, vinculada a CPMI dos Correios, Senadora Heloísa Helena. Eu quero deixar bem claro que o que me move neste momento, a minha presença diante de todo um relato que eu vou colocar ao conhecimento do Senado e da Câmara e da imprensa, e aos Senhores e as Senhoras, é que eu estou movido aqui não por nenhum espírito denunciasta. Eu estou movido pelo sentimento de dever republicano. O quê que é o dever republicano? É um dever, já que faço parte dessa elite político brasileira, de vir a público, tornar público, todo um processo de um aparelhamen-

to, de uma armadura, de uma estrutura que eu vivi no Fundo de Pensão dos ferroviários. Rapidamente eu vou fazer a minha apresentação. Meu nome é Jorge Luiz Moura, conhecido social e politicamente como Jorge Moura. Cursei escola primária pública, Colégio Militar do Rio de Janeiro público, e a Faculdade Nacional de Direita pública. É o Centro Acadêmico de Oliveira onde eu fui líder estudantil, Secretário Geral. Fui Deputado Federal por duas Legislaturas, tenho orgulho de dizer que tenho dois trabalhos prefaciados pelo Dr. Ulisses Guimarães. Fui vice-líder do Dr. Tancredo Neves, com quem eu tive muita frequência com ele. E na liderança estudantil eu tive aí, para puxar um viés lá atrás, eu tive o contato, óbvio, como liderança estudantil, com o ex-Ministro José Dirceu. Tivemos uma divergência, o nosso grupo não acreditava na saída brasileira pela luta armada. Nós acreditávamos na solução da Frente Democrática, do velho Partido Comunista Brasileiro e aí nós divergimos. Na época do Congresso de Ibiúna nós queríamos fazer o Congresso debaixo dos pilotis da PUC, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e um grupo radical entendeu que tinha que ser em Ibiúna. Só que cometeram um erro palmar. Numa cidade pequeníssima, uma localidade pequeníssima, encomendaram três mil pães em uma padaria, e chamou a atenção da Polícia para um evento daquela natureza. A vida e história mostrou que nós estávamos certos. Em 1970 eu fiz a campanha contra o voto nulo. Em 74 me elegi Deputado Federal, 78 me reelegi Deputado Federal e militei ao lado do Grupo Autêntico, ao lado de Lisâneas(F), Marcos Freire, Jarbas Vasconcelos, Chico Pinto. Tenho orgulho de dizer que isso faz parte da minha biografia. Com todos esses compromissos, eu não podia deixar de vir a público, nessa CPMI tão oportuna e nessa Sub-Relatoria tão oportuna, coordenada a Relatoria pelo Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto mostrar como se formou e como eu fui convidado a REDE FERROVIÁRIA FEDERAL. Eu fui Diretor de Pessoal da REDE, quando a REDE tinha noventa mil empregados. Fui Diretor Executivo do serviço social da Estrada de Ferro, administrei o Fundo Social Ferroviário, implantei o PLANSFER para os ativos, no Governo Tancredo Sarney. Depois voltei no Governo Itamar e implantei o plano de saúde para os aposentados. A minha relação com o Governo do Estado, na época, me aproximou, administrativamente, do seu Marcelo Sereno. Eu era Secretário Executivo da ASEP(F) – AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, e o Sr. Marcelo Sereno era Secretário Executivo do gabinete da Governadora Benedita da Silva. Trocando em miúdos, ele era o Governador de fato e ela era a Governadora de Direito. Eu tive três

contatos com ele, administrativos, nada mais do que isso. Quando veio a eleição do Presidente Lula, deixo claro aqui não sou filiado ao PT, nunca fui, mas votei no Lula, votei na Benedita naquela oportunidade. E logo em seguida maio, mais ou menos, de 2003, o Deputado Carlos Santana montou uma grande trapalhada na articulação da indicação de nomes para o Fundo de Pensão dos Ferroviários. Estava ele através de uma Senhora com o nome de Maria Auxiliadora, assessora do Ministro Anderson Adauto, e fez as indicações do Ministério do Transporte. Esqueceram eles que quem comandava a REDE, no processo de liquidação, não era o Ministério dos Transportes, era o Ministério do Planejamento. Aí ele indicou a esposa, Tânia Regina Ferreira, para a Presidente do Fundo. Indicou o Sr. João Lip(F), empregado do Fundo de Pensão, para Diretor-Financeiro, em concordância em aliança com Aristóteles Arueira, que é o Tota, empregado da REFFER e Presidente do Sindicato dos Empregados em Fundos de Pensão. Uma aliança sindical o que eu já batizei e denominei de sindicalismo de negócios. O aparelho, a aparelhagem que foi montada, pretensamente montada no Fundo de Pensão, era um aparelhamento de sindicalismo de negócios. Com essa armadura, a Tânia Regina Ferreira Presidente, o João Lip(F) é Diretor-Financeiro e o Arnaldo Cortez, um Líder Ferroviário da Bahia, além da comadre dele, a Maria Cristina Montemor Siciliano(F), comadre de Carlos Santana. Diante dessa atrapalhada toda, as Associações Ferroviárias, e os Sindicatos e o Conselho Deliberativo se rebelaram e gerou um impasse até porque não era o Ministério do Transporte, o Ministério do Transporte não é patrocinador. Quero colocar que a REFFER é um Fundo de Pensão multipatrocinado. Ele tem cinco ou seis, seis patrocinadoras. Ele tem a REDE FERROVIÁRIA DE LIQUIDAÇÃO, ele tem a COMPANHIA BRASILEIRA DE TRANSPORTES URBANOS, ele tem a RIO TRILHOS, o antigo metrô no Rio, tem a CENTRAL – COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA, sucessora da FENE3(F), tem a COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS, tem o METRÔFOR(F) lá de fortaleza e tem o METRÔREC(F). É uma Instituição multipatrocinadora. Temos três Conselheiros eleitos de acordo com a Lei Complementar 108/109 e três das patrocinadoras, que é a REDE. A REDE, para vocês terem uma idéia, a rede detém 87% desse Fundo, ela é detentora de 87% desse Fundo. A REDE tem 87, a CBTU tem uns cinco ou 6% e o restante é, são as outras com a CENTRAL. No Conselho tem a REDE FERROVIÁRIA, a CBTU e a CENTRAL. Nessa operação da montagem, o Deputado Carlos Santana tinha a comadre, a comadre Maria Cristina Montemor Siciliano(F), tinha a Sônia

Botelho Pereira que era, que é Assessora de Relações Trabalhistas Sindicais da CENTRAL. Coincidência ou não, as duas, uma da CBTU e outra da CENTRAL, são Assessoras de Relações Trabalhistas e Sindicais. Tem essas duas e o representante, representante da REDE, mais os três eleitos. Na ocasião foi também indicado, ele fez uma aliança estranha, estranhíssima essa aliança, um aliança com o Garotinho, com a Rosinha Garotinho, e indicaram o Diretor de Administração, a quarta Diretoria. Esta quarta Diretoria não existia, eles criaram na reunião do Conselho, nessa aliança do Carlos Santana com a governadora Rosinha Garotinho, que vinha através do Albuíno Azeredo. Eu tenho até a impressão, a sensação, de que o Governador não deve ter muito conhecimento disso. Porque o Governador batizou o Deputado Federal Carlos Santana, de Deputado da Boquinha, lá atrás. Ele cunhou ele como Deputado da Boquinha. E na época, inclusive, ele fez parte de uma CPI, a CPI da Bola. Era Presidente do Sindicato, era Presidente do PT no Rio. Foi defenestrado pelo então Ministro José Dirceu, porque literalmente parece que levou uma bola de cinqüenta mil reais do Ricardo Teixeira, e aí foi defenestrado da Presidência do PT. Isso são fatos verídicos que estão aí, poderão facilmente ser comprovados. Dentro desse contexto, eu fui chamado, eu fui convidado, a ir ao Palácio do Planalto. Nunca me passou pela idéia ser Presidente da REFFER, apesar de ser Ferroviário, preencher todos os requisitos, e aí fui chamado pelo então Secretário do Ministro Zé Dirceu, o Marcelo Sereno e ele em nome do Ministro Zé Dirceu, em nome do Zé Dirceu, me formulou o convite tendo em vista toda essa trapalhada que estava armada no Governo nas indicações do Carlos Santana. E aí na época ele me colocou “Você será o Presidente”. O Diretor-Financeiro não seria do Carlos Santana, seria o Adauto Carmona do PCdoB e o Diretor de Segurança, aí sim, a mulher do Carlos Santana, a Tânia Regina Ferreira. E aí eu coloquei para ele que tinha uma indicação do Governo do Estado para uma quarta Diretoria. E aí ele me falou na época, “olha, isso é um problema porque eu não posso intervir porque isso é uma relação do Carlos Santana com a Albuíno Azeredo, Presidente da CENTRAL eu não tenho como me envolver nisso”. E eu falei o fato que eu diria, eu chamaria michórdia(F), quer dizer, o Diretor de Administração, o Sr. Nilton Vassimon(F) era companheiro, companheiro da Sônia Botelho Pereira. Para vocês terem uma idéia, e daí eu fui colocado na Diretoria, eu fui eleito nessa Diretoria, para vocês terem uma idéia da dificuldade, a primeira reunião que eu tive lá, eu tive que me indispor com a D. Sônia Botelho porque ela queria participar da reunião. Ora, ela é membro do Conselho Deliberativo. Eu, na época,

ainda dissera para ela “eu só vou se for convocado, convidado. Eu não posso ir, a reunião do Conselho quando for convidado. A Senhora não tem assento aqui no Conselho Deliberativo”. E uma situação constrangedora, porque ele era muito incompetente e ela ficava na sala com ele o tempo todo. Despachava com ele, fazia todo o serviço com ele. Ela Conselheira, Conselheira do Fundo de Pensão. Mas, vamos tocando. A governabilidade era uma governabilidade bastante sofrível, bastante difícil por quanto a pretensão deles era tomar e fazer do Presidente um lacaios, fazer do Presidente, queriam indicar inclusive o Chefe do Jurídico, eu me rebelei contra. Para vocês terem uma idéia eu entrei com uma queixa crime contra essa Senhora e com uma ação cível contra o Diretor de Administração. Porque teve um episódio que eu vou contar mais adiante, quando ele foi exonerado, quando quis terceirizar a carteira, ela em altos brados foi a sala dele pegou quatro caixas de papel e saiu porta afora. Eu abri uma sindicância e entrei com a notícia crime, art. 317 do Código Penal, que é supressão de documentos de natureza própria do Fundo, natureza particular. E logo depois uma compra de um carro, uma trapalhada, que eu também tenho todo o material aqui, o Sr. Nilton Vassimon(F), teve um carro, a Tânia Regina teve um carro roubado, um carro estranhamente roubado na Zona Oeste, e tiveram que comprar um outro carro e ele apareceu com uma nota fiscal fria. Enfim, também está tudo aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Carro da Fundação?

SR. JORGE LUIZ MOURA: O carro da Fundação. Os dois carros da Fundação eles usavam para fazer reuniões político-sindicais. E eu permanentemente enfrentando aquela questão, coibindo, coibindo toda aquela questão. O carro foi roubado e na compra de um outro carro, e aí apareceu uma nota fiscal de intermediação de mil, duzentos e cinquenta reais, coisa de salteador de estrada, de acharque(F) menor. Então eu fui convidado eu fiz aqui um *power point*, mas não está tendo aparelhamento. Só um parênteses aí, esse João Lip(F), que foi indicado Diretor-Financeiro pelo Tota, pelo Presidente do Sindicato, está agora, nesses dias aí agora, o Carlos Santana junto ao Ministério do Transporte, fazendo pressão, pressionando o Moacir, Moacir Roberto de Lima, que é o liquidante da rede, homem de bem, um servidor público pressionando ele para recontratar o João Lip(F). Para recolocá-lo na Diretoria, colocá-lo numa posição de Diretor-Financeiro de novo. Agora, semana passada, retrasada. Pressionando através do Ministro Alfredo Nascimento a nomeação desse cidadão João Lip(F). Bom, havia

uma clara divisão na Diretoria Executiva, na Diretoria de Seguridade e na Diretoria de Administração. Bom, nós aí já estamos chegando em janeiro, fevereiro de 2004. Aí que surge a renúncia do Diretor-Financeiro do PCdoB. O Adauto Carmona em 18 de fevereiro de 2004 resolve renunciar alegando que o Partido estava tirando ele da Diretoria, por quanto ele estava debaixo de um tiroteio muito grande, do Sindicato. Quer dizer, a luta pelo Diretoria Financeira, quer dizer, o Sindicato, o Carlos Santana com o Tota, contra o PCdoB. Ele renuncia, no que ele renuncia, me aparece então a indicação trazida pela comadre do Carlos Santana, a Maria Cristina, trazida por ela, aparece o nome do Eduardo Teles(F), que já prestou depoimento aqui. Quando apresentou o nome do Eduardo Teles(F), o Conselho cobrou uma formalidade, uma formalidade natural do patrocinador para indicar, uma indicação formal. Expressão dela na época e eu disse para ela, na época, digo: “Maria Cristina, quando se rompe a institucionalidade é a Lei da selva, a qualquer momento qualquer um pode chegar aqui indicar alguém”. Não, não, expressão dela, “a chapa está quente, a barra está pesada, o caso do Waldomiro e não pode o governo mandar formalidade, eu me comprometo no prazo de 15 dias mandar essa formalidade para o Conselho”. E assim foi colocado o Eduardo Teles(F) no lugar do Adauto. Nunca mais chegou. Está na Ata, está aqui a Ata. A Ata que fala da substituição do Adauto, nunca mais chegou comunicação nenhuma. O Eduardo Teles(F) assume e me procura, me procura dizendo que estava obrigado a votar com a mulher do Carlos Santana. Olha aqui ninguém está obrigado a votar com ninguém, cada um vota com sua consciência e vota de acordo com a procedência das proposições se é justo ou se não é justo, expressão dele, está na FOLHA DE SÃO PAULO está aqui nos recortes: “Eu estou com o chicote nas costas do Deputado Carlos Santana”, eu sou obrigado a votar com ela e quero te avisar, Moura que eu vou propor a terceirização da carteira dos títulos do governo, dos títulos públicos do governo. A REFFER tem dois bilhões e quatrocentos de patrimônio, ela tem um bilhão e quatrocentos de títulos do governo, Da onde vieram esses títulos? Vieram da privatização da liquidação da rede o governo foi obrigado a aportar o débito que tinha tinha para com a rede. Então, são notas do Tesouro Nacional série C com vencimentos a médio e longo prazo, o que inclusive me dá a minha aposentadoria garante a minha aposentadoria se eu até lá viver até 2021, pelo menos, não é? É o que garante. Essas notas do tesouro um bilhão e quatrocentos, tem trezentos milhões em ações, em ações BLUESHIPS(F) de excelentes qualidade, quero até dizer que nós nunca compramos CDB de BANCO

RURAL BANCO DE SANTOS ou BMG ou qualquer tamburete ou Banco de terceiros, segunda ou terceira linha. Quer dizer, nas perguntas eu posso explicar o porquê disso, e temos mais de 600 milhões de mais ou menos de imóveis, nós temos participação em 6 shoppings, Maceió, 2 BH, Belém, Rio Norte Shopping, São Paulo e um... O Colina lá em Taubaté, são 6 shoppings 6 empreendimentos que dão uma rentabilidade positiva. Bom eu estava colocando a questão do aparelhamento. O Eduardo Teles(F), eu cheguei para ele e disse assim: “Olha, Eduardo, o Conselho vê, tem como dogma, como tábula rasa, não terceirizar esses títulos. Esses títulos podem até render pouco, rende não há uma rentabilidade que o mercado diz que poderia dar mais, mas é uma garantia e é uma visão conservadora que deve ser a visão do Fundos de Pensão. Uma visão conservadora de médio e longo prazo”. Aí ele se virou para mim e disse: “Não, não... Nós temos dois votos que é comadre do Carlos Santana e a Sônia Botelho, e Brasília vai resolver esse terceiro voto”. Isso foi no dia 2, no dia 2 de abril, no dia 2 de abril, foi feita a Ata, a Ata onde ele propôs, onde ele propôs a terceirização. E eu disse para ele na época. Eu digo: “Olha, eu vou votar contra”, aqui está o meu voto, o voto do Diretor, o voto contra, o voto do Diretor-Presidente, aqui voto contrário levei uma goleada, perdi de oito a um isso é decidido por um Comitê Diretor de Investimento, foi na reunião do dia 2 de abril. Esse Comitê é composto pelos quatro Diretores mais quatro, mais cinco membros da equipe técnica, os técnicos votaram obviamente compulsados, obrigados a votar com o Diretor Financeiro, com o Diretor De Seguridade e Diretor De Administração. Então foi, foi oito a um, eu perdi no dia 2. Botei por inscrito e botei na internet. No dia 12 de abril o Conselho Deliberativo se reuniu, o Conselho Deliberativo se reuniu e demitiu o Eduardo Teles(F) e demitiu o Diretor De Administração. Só não demitiu a mulher do Deputado Carlos Santana, porque ficou com medo, ficaram com medo são técnicos pessoas preocupadas e não demitiram a Dona Tânia, outro parentêse, quero dizer o seguinte, a Diretoria de Seguridade da REFFER, nunca foi feito um cadastramento durante os três anos. Nós insistíamos com a cadastramento permanente, foram feito uns pagamentos indevidos que chegaram a quarenta mil reais a assistidos. Eu levei quatro meses, para conseguir colocar uma auditoria para poder apurar as causas de pagamento indevido a esses assistidos. Quarenta mil reais. Com a terceirização da carteira, adveio essa luta do Conselho que demitiu como eu estava dizendo, demitiu a Diretoria. A partir daí eu comecei entrar em dificuldades com a indicação de governo, porque percebia nitidamente que o governo não estava nada satisfeito com a... O meu

posicionamento. Ao mesmo tempo, eu quero colocar aqui publicamente que no dia 12, quando o Conselho reuniu e demitiu o companheiro da Sônia Botelho, não é? Que era Diretor de Administração e ela Conselheira. Ela teve um ataque nervoso, aos berros gritava que foi traída, fora traída porque a terceirização da carteira tinha sido definida e resolvida por um grupo tal de G8, G8 havia que aquilo era comandado pelo circuito das águas. Eu vou explicar o que é o G8. O G8 era a composição, Carlos Santana, Tânia, Cristina Montemor, Eduardo Teles(F) e o Tota. E os três da Central. O Albuíno Azeredo Presidente da Central, a Sônia Botelho e o Nilton Vassimon(F) isso era o G8. O circuito das águas, colocado por eles mesmos na briga interna deles, nas confusões deles, o circuito das águas era o Pororoca, era o Pororoca, era o Carlinho Cascata Santana e o... Qual era o terceiro? Carlinho Cascata Santana e Marcelo Sereno. Marcelo Sereno, não é? Era o Marcelo Sereno.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor falou Pororoca, Marcelo Sereno?

SR. JORGE MOURA: Marcelo Sereno e Carlinho Cascata Santana ela falou isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela quem?

SR. JORGE MOURA: A Sônia Botelho, isso está sendo objeto, isso saiu na folha de São Paulo e está sendo objeto de apuração pela Previdência de Secretaria Complementar, o que eu estou dizendo não é novidade nenhuma, está nos jornais. E aí tem uma história interessante que cabe falar, na época do Tota brigando com o Carlos Santana, ele dizia que tinha o PT aquático, o PT aquático era o Marcelo Sereno o Pororoca e o Carlinho Cascata Santana então se tem o PT aquático e tinha o circuito das águas, era todo esse imbróglio, dessa confusão desse povo aí. Bom, ela, ela denunciou que da terceirização da carteira, tinha uma propina de 19 milhões para a campanha do PT, isso está na FOLHA DE SÃO PAULO, está no SPC e mais grave agora que eu vou colocar mais grave, esse assunto foi levado a SPC por todo o Conselho Deliberativo pela Diretoria ao Dr. Adacir Reis, só que nesse dia ele não recebeu os Conselheiros nem a Diretoria. Quem recebeu foi o Leonardo Paixão, o Chefe do Jurídico. E o Adacir recebeu os líderes sindicais, porque estava uma crise lá de demissão da Diretoria e ele recebeu os Sindicatos não recebeu a Diretoria. Nesse relato o Conselheiro Darci Rocha faz... Fez a colocação e está aqui, olha, ele foi publicamente com esse material e denunciou na SPC, a FOLHA DE SÃO PAULO tomou conhecimento, e dos dezenove milhões, tomou conhecimento desse fato e aí sim instaurou, que

eu até fui obrigado a não responder, mas fui instado a explicar, está aqui, eu fui instado a explicar a SPC a história que eu tenha ouvido. Porque é que eu ouvi? Quatro pessoas ouviram essa história. O Darci Rocha, o Roberto Marzani(F) a Ivete Buosi(F) e eu, por quê? Porque a sala do Conselho é do lado da sala da Presidência e ela aos berros dizia isso: “Que fora traída pelo G8, pelo fato do marido ter votado, o companheiro der votado pela terceirização e ter...”

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): O Senhor só repete o nome das quatro pessoas, que de alguma forma testemunharam a declaração dela?

SR. JORGE MOURA: Darci Rocha, Roberto Marzani(F), Ivete Buosi(F) e Jorge Moura. Inclusive está aqui no documento que eu fiz a SPC eu afirmando, afirmando a notícia veiculada aqui todo o material eu vou deixar aqui, nos anais da CPI, toda a história da... E como se deu a oitiva desse fato. Bom, nessa tentativa ela se sentiu traída, [inaudível] apuração pela SPC. Reação o Deputado Carlos Santana, o novo Diretor eleito era funcionário da patrocinadora em Curitiba. Bom, aí o que aconteceu? O Conselho tirou o Diretor Financeiro, o Eduardo Teles(F) e nomeou um elemento da casa. O Roberto Souza(F), um Auditor do Paraná. O novo Diretor empregado da rede tradicional, histórico, ele vai e chega e assume. No que assume o Carlos Santana, o Carlos Santana com os liquidantes da rede está aqui eu tenho o documento, negaram a cessão do empregado, o empregado quando é designado nomeado para o cargo Diretor no Fundo de Pensão. Aquilo é como se fosse um prêmio uma atitude de, uma carreira. O que aconteceu? O Carlos Santana através dos 3 liquidantes Sérgio Bittencourt indicado pelo PT. O Nelson Quaresma indicado pelo PT. E o terceiro eu tenho aqui, se não me engano foi o Edson Ronaldo nascimento que era do tesouro os 3 negaram a cessão do empregado, então ficou do dia 12 de abril de 2004 até mais ou menos dia 10, 15 de maio aguardando e aí a influência do Carlos Santana na rede ferrovia não liberou, não liberando não pôde tomar posse realmente, participou de duas reuniões, um sujeito qualificado, competente aí mais uma vez a briga pela diretoria financeira, nesse período eu já estava adernado, estava adernado e o Carlos Santana faz uma aliança do Governo do Estado ele com o Governo do Estado porque ele precisava de quatro votos ele pegou voto da Cristina, o voto da Sônia, e pegou dois Conselheiros eleitos, deu à Diretoria Financeira para o vices eleitos só para me tirar, e me tiraram. Isso no dia 15, mais ou menos 15 de junho eu fui sacado de Diretoria, não é? E aí observo próprio governo não se conformou com a atrapalhada dele de colocar uma pessoa do Estado na Presidência do Fundo. Porque

ele botou o Zé Luiz Lopes Teixeira Lopes como o colocou na presidência do Fundo. Representando a central a empresa que tem 4% do Fundo. E a rede 87 o Governo Federal mexeu de novo e tirou durante dois meses tirou o Zé Luiz que hoje é Chefe de Gabinete do Antônio Carlos Soares o Presidente da docas, ligado, indicado pelo Carlos Santana em docas, dentro do aparelho dele e o Zé Luiz e o Carlos Alberto Pinto da CBTU e colocou dois auditores que estão lá até hoje, Waldomiro Ferreira e o Paulo da Silva leite e continua lá a mulher do Carlos Santana, dentro desse contexto, não é? Eu quero colocar rapidamente os principais atos da minha gestão. Eu executei as dívidas patrocinadoras central e metrô fiz os acordos para o pagamento das dívidas patrocinadora Rede Ferroviária CBTU e SPTM fiz acordo com a S PDT para a mudança dos planos e empregos aqui um capítulo que cabe colocar você a SPTM é um empresa do Estado de São Paulo que tem como filiado, tem mais ou menos 1.600 filiados no Fundo de Pensão. E tem mais 4800 empregados novos, eu fiz um esforço muito grande junto ao governo de São Paulo, junto a SPTM para trazer os 4800 empregados novos. Ora, isso rejuvenesceria o Fundo porque a REFFER é um Fundo maduro, é um Fundo que tem mais assistido do que participante. Nós temos em torno de 7 mil participantes e cerca de 33 mil assistidos. Isso rejuvenesceria o Fundo, a dificuldade foi tanta que eles não deixavam, porque diziam que os 4800 era ligado ao governo tucano. E eu dizia assim: “Mas aqui não tem nada de tucano, nem PT nem... Aqui não é partidário aqui é Fundo de Pensão”. E eu não consegui trazer os 4800, mas fiz o acordo da dívida e a SPTM hoje está rigorosamente em dia, na última reunião nós fizemos a gravação da Mesa das operações financeiras, nós determinamos antes de eu sair, que ficasse estabelecido que haveria gravação na Mesa de operações financeiras, e a nossa rentabilidade, a nossa rentabilidade global da Fundação, em 2003 a REFFER teve uma, uma rentabilidade de 25.50. Quando o pai, a meta do plano de anual de investimento era 18.67, ou seja, o INPC mais 7,5 superamos bastante a rentabilidade, em 2004 nós tivemos 18.24 era 13.56 e o INPC mais 7%, a rentabilidade de segmento de renda variável, em 2003 foi 79.06 contra 79.73 em BX. Em 2004, 22.96, 22.27 quer dizer, nos dois eventos ou mal, ou bem a gestão atingiu os patamares do plano anual de investimento, nessa questão da atuação da SPC. Eu quero aqui registrar que eu lamento profundamente o comportamento da SPC, em todo esse episódio da governabilidade da REFFER, ela foi omissa, ela não assumiu a responsabilidade que tinha que assumir, no caso da compra do carro da representação da esposa do Deputado, eu comuniquei

que tinha uma ação na 9ª Vara Cível agora eu estou me lembrando, quando eu entrei com a Ação, quando eu saí em junho, a audiência da questão do carro era no dia 16 de agosto. A Diretoria que me substituiu fez um acordo com ele, com o Nilton Vassimon(F) e deu baixa a na Ação, acabou com a Ação, fez acordo. Fez acordo. Está aqui, eu tenho tudo isso para juntar, fez um acordo. E eu comuniquei a retirada dos documentos pela Dona Sônia Botelho e a Queixa-Crime a SPC, a SPC manda uma carta lavando as mãos, dizendo que isso não tinha como se envolver, isso era um assunto interno da economia doméstica do Fundo. Eu em nenhum momento eu consegui um apoio logístico da SPC para poder melhorar a governabilidade do Fundo. Obviamente que agora mesmo tem um outro caso, esse o Sr. Nilton Vassimon(F), foi indicado para o Conselho Fiscal pelo Carlos Santana e pelo Albuíno está sentado lá, está lá sentado no Conselho Fiscal, está lá sentado ele, Nilton Vassimon(F). O Presidente da REFFER fez uma carta ao Albuíno Azeredo, não é? Fazendo, colocando aqui, olha, colocando a inconveniência pelo fato dele estar respondendo a estes processo e ter tido atitude incompatível, com a lisura do Fundo. Está lá sentado no Conselho Fiscal. SPC tomou conhecimento também nada faz, nada fez porque diz que não é o caso. O caso aqui do Estado do Rio, que é algo que é mais grave também. É mostrar todo esse conluio, do Carlos Santana com o Albuíno, a esposa do Carlos Santana inicialmente vim descobrir isso depois, ela não podia ser cedida a REFFER, não podia haver a cessão dela porque o Estatuto da Central não permitia. E eu então foi olhar o processo e no processo encontrei que o Estatuto não amparava. O Secretário de transportes o Dr. Augusto Ariston(F) junto com o Carlos Santana e junto com o Albuíno Azeredo fizeram uma reforma no Estatuto da Central para admitir a cessão dela. Até porque o Albuíno estava sendo processado por prevaricação, por deixar de dar a cessão dela. Por não ter dado, por ter dado a cessão da empregada. Agora eu quero também colocar aqui essa questão do aparelhamento que eu chamo, estou chamando de sindicalismo de negócios, e aonde tem mais negócios? Eu quero aproveitar a oportunidade, pedir licença ao Deputado e pedir licença a Senadora e a todos para colocar mais algo de muito grave, que está se passando lá na Rede Ferroviária, qual seja temos dois órgãos que dão Assistência Social, a REFFER que dá o Fundo de Pensão e nós temos o SESEF Serviço Social da Estrada de Ferro, que gere um Fundo social ferroviário, que aplica no plano saúde. O plano saúde, dos ferroviários o PLANSFER, está totalmente desequilibrado e aqui o jornalista Hélio Gaspari, no dia 9 de maio de 2004 fez uma matéria: “Os

comissários comem a própria carne”. Onde denuncia já o resgate das notas do tesouro. O que acontece lá, o PLANSFER tinha quarenta e cinco milhões de reserva técnica, o PLANSFER é um plano de saúde de auto gestão, não visa lucro e tinha uma reserva técnica de quarenta e cinco milhões. Essa reserva técnica também em notas do Tesouro Nacional, eles já torraram, torraram, torraram trinta e oito milhões desses quarenta e cinco. E aqui está a auditoria da rede e eles torraram isso primeiro foi no dia 23 de abril... Em outubro de 2003, em 05 de setembro de 2003 vendeu 13 milhões, treze milhões 253. No dia 22 de outubro de 2004 venderam 18 milhões. E no dia 5 de janeiro de 2005, venderam cinco milhões 726, depois conseguiram mais um resgate, o deságio, chegou um deságio de 12% a 10% em cada resgate desse, o plano saúde atende a 45 mil pessoas. Querem saber o em que eles gastaram? Gastaram em obras cerca de quatro milhões, duzentos e oitenta e nove mil reais só num auditório, e essas obras todas feitas em patrimônio que não é o do SESEF, são TPUs da empresa REDE e da CENTRAL. O SESEF está apresentando um déficit operacional em torno de 18 milhões. Bom, entre eventos baile pré-carnavalesco, colônia de férias 25 mil, campeonato de futebol society 35 mil, dia internacional da mulher 2 mil, 3 mil, dia mundial de saúde mil, o aniversário do SESEF 8 mil, abolição da escravidão 44 mil reais, Enfim gastaram 203 mil reais só em festas, isso no ano de 2004 e 271 mil mais em 2005. Enfim, lá no plano de saúde eu queria, inclusive, solicitar aqui à CPI, tal a gravidade desse assunto que este quarenta e cinco milhões é dinheiro público. Porque que é dinheiro público? Porque ele veio adveio, quando era Diretor Executivo do SESEF em 92, eu quantifiquei o débito da REDE e isso ficava nos balanços do SESEF e a REDE não pagava. Em 2002, 2003 com a liquidação a REDE pagou os quarenta e cinco milhões. Porque o SESEF ele vivia de uma contribuição para fiscal de 2% sobre o frete ferroviário, sobre o frete ferroviário. Esses 45 milhões é um dinheiro público, eles gastaram sem nenhuma observação da Lei 8.666 o que cabe aí eu queria sugerir e solicitar e requerer à CPI que oficiasse ao Tribunal de Contas da União para que auditasse os gastos e a forma como gastou esses 38 milhões. A Controladoria Geral da União. O Ministério Público Federal. Está aqui um dado interessante do SESEF, além do SESEF só fala na figura do Diretor Executivo, eles criaram mais quatro Diretorias, ao arrempio da Lei. Na amarra, na amarra, criaram mais quatro Diretorias. Então tem a Diretoria de Administração Financeira que é o Jorge Brito Reis que é primo do Diretor Executivo Cláudio dos Santos Reis, o Diretor Comercial Celso Tadeu Diretor de Plano de Saúde, e

o Alexandre Baeto que é o Gerente do Plano de Saúde. Eu gostaria que inclusive, nesses requerimentos ao TCU, ao CGU e ao Ministério Público Federal para apurar essa, quer alguma coisa? Apurar essa, esses desmandos também algo de muito importante, officiasse também a Agência Nacional de Saúde Suplementar, porque nós temos 45 mil ferroviários ameaçados de num prazo no máximo 60 dias ficar sem plano de saúde. Porque o plano de saúde está ilíquido, está sem deficitário e vai quebrar, para vocês terem uma idéia, o SESEF quando eles pegaram o SESEF tinha 150 empregados, hoje tem 325, mensalmente eles vivem o seguinte dilema, arrecadação do plano de saúde eles não pagam os prestadores de serviço para pagar folha de pagamento dos 325 empregados, e isso já está. O Moacir Roberto de Lima, o liquidante da REDE que é o Presidente do Conselho Deliberativo está preocupadíssimo com essa situação, junto com outro membro do Conselho que é do Carlos Santana que é um Salatiel do Nascimento que é empregado CENTRAL. Enfim, o que eu quero colocar é que essa armadura toda faz parte de um processo que eu chamo de sindicalismo de negócios, onde você tem planos de saúde, tem Fundos de Pensão, tem invasão de terra, se vocês quiserem eu tenho aqui, não é? Não cabe aqui tanta coisa, mas eu tenho a invasão dos terrenos lá na praia de Mauá, perpetrado pelo Carlos Santana onde o cidadão pede segurança de vida. O Mário, Mário de Reis Santos pediu segurança de vida ao Ministério Público Federal. Eu vou deixar esses documentos aqui com a, com a CPMI para poder fazer a... Bom, essa outra denúncia que é do, está aqui o Sr. Mário, Sr. Mário. Ele diz aqui, olha as letras bem simplórias. “Eu Mário Dias dos Santos venho solicitar (...) providências urgentes das denúncias relatadas de documento que se segue em anexo, solicitando a Justiça Federal devido o grande teor das denúncias e segurança de vida, para mim toda a comunidade que lá se encontram, ajuda para (...) sendo que estão ameaçados por um cidadão que se diz major da PM alguns funcionários da Rede Ferroviária”. Aqui vem, escrito heim: “Vimos por meio desta abaixo-assinado, pleitar junto a este Ministério Público uma ação indenizatória contra o Sr. Valmir Lemos – Valmir Lemos é o “Índio”, é o Presidente do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil – o Presidente do Sindicato (...) e o Deputado Federal Carlos Santana, pois foi com sua devida autorização que vimos a ocupar uma área em questão, pois agora as mesmas estão querendo nos tirar da área pôr motivos até agora não revelado a comunidade”. Tem aqui eu vou deixar aqui, os termos de declaração deles pedindo segurança de vida e contanto toda as peripécias deles no Ministério Público Federal, na

Polícia Estadual lá na Sexagésima Sexta Delegacia de Polícia Peabetá(F)... Todas as ocorrências aqui feitas, porque eles invadiram. Lá é um sítio histórico, lá funciona a primeira estação ferroviária do Brasil que é guia de Pacopaíba(F), é na Beira-Mar é na praia de Mauá, então eles venderam lotes para a classe média para fazer final de semana e o povo invadiu com a anuência deles, as outras áreas. Hoje está lá se transformando num grande favelão. E eles quiseram tirar a força as pessoas, a força, e eles foram a polícia para pedir proteção e ao Ministério Público, tenho aqui toda a documentação nessa, desse posicionamento do mais um posicionamento do Deputado Carlos Santana, e do Presidente do Sindicato, eu estou chamando isso, toda essa armadura de sindicalismo de negócio, porque os negócios era Fundo de Pensão, plano de saúde, invasão de terra grileiros urbanos e lá também tem outra história que vai surgir são as sucatas na REDE. Eu quero agradecer aqui a atenção, talvez um depoimento um pouco amplo demais, para o episódio que nós estamos nos propondo, mas eu quero deixar registrado aqui na CPMI todas essas denúncias. E volto a dizer eu não estou movido por nenhum sentimento de denunciante, e sim pelo dever republicano de tornar público a todos que está se passando lá, alguém tem que falar, alguém tem que protestar. Alguém tem que dizer e me coloco à disposição do Deputado ACM Neto e da Deputada Heloísa Helena, das questões mais concretas se for o caso de Fundo de Pensão, e qualquer outro esclarecimento que tiver sobre a questão da SESEF, sobre essa questão das terras lá de Mauá na baixada Fluminense, a questão do plano de saúde, enfim, tudo que for referente a área ferroviária que está tão abandonada e o governo não sabe o que faz com a ferrovia no Brasil. Está aí há 3 anos sem uma definição do que faz. E a Rede continua em liquidação sem uma perspectiva de um projeto próprio de governo para a questão o segmento ferroviário. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu que agradeço a V.Sa, e conforme eu havia dito em homenagem a presença da Senadora Heloísa Helena eu imediatamente concedo-lhe a palavra.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): De fato eu primeiro eu quero agradecer a delicadeza de V.Ex^a, Deputado Antônio Carlos Neto, e de fato eu não vou perguntar. Eu tinha, eu tinha recebido algumas dessas denúncias, algumas pessoas tinham falado comigo, eu acabei vindo fazendo um esforço para estar aqui, não que não fosse a minha obrigação também, mas porque como havia uma outra Comissão funcionando relacionado ao Fator Previdenciário ao salário

mínimo. Então eu acabei não podendo estar aqui logo desde o início. Mas era, eu talvez V.Ex^a. possa complementar melhor, mas de fato eu estava apenas buscando elementos para uma análise que nós estamos fazendo desse comportamento promíscuo, Partido, Sindicato, Fundos de Pensão. O que o doutor Jorge caracteriza como sindicalismo de negócios, certamente é o velho sindicalismo de resultados misturado com negócios sujos, essas coisas que sem dúvida, nós especialmente da esquerda e que viemos do Movimento Sindical temos que abominar e desprezar com contundência. Porque essa relação de gangues partidárias, conluíus familiares, articulações com setores financeiros, lesando o patrimônio da classe trabalhadora, dos assalariados e o patrimônio público sem dúvida é algo muito triste e tenha certeza, Dr. Jorge se por um lado é muito importante o pronunciamento de V.Ex^a., é essencial para que nós possamos estabelecer mecanismos de novos procedimentos investigatórios relacionados ao tema. Com certeza nos deixa profundamente um misto de indignação e de tristeza diante esse conluio tão explícito relatado aqui por V.Sa. é só Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço a Senadora Heloísa Helena compartilho com V.Ex^a. de toda essa angústia e preocupação e justamente quando apresentei o requerimento de convocação do Dr. Jorge Moura era por saber que ele tinha vivenciado uma série dessas mazelas e podia trazer aqui de viva voz o seu depoimento, que vai certamente colaborar muito com o desenrolar das investigações desta Comissão. Eu passo imediatamente ao questionamento do Sr. Jorge. Muito bem, Sr. Jorge, uma coisa nos chamou bastante, aliás, uma não, 3 coisas nos chamaram bastante atenção com relação a REFFER. Primeiro o aparelhamento partidário e político que se instalou na Fundação. Segundo a descontinuidade administrativa, uma Fundação com os problemas que tem a REFFER não poderia ter nos seus quadros 3 diferentes Diretores Financeiros em menos de 6 meses.

SR. JORGE MOURA: Eu acho que foi até mais, fevereiro o Adatao--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Considerando com o Adatao foram quatro.

SR. JORGE MOURA: O Eduardo, o Roberto, o Carlos Alberto Pinto e o Paulo Leite, cinco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Considerando com o Adatao foram 4. E a terceira coisa que nos chamou a atenção é que a REFFER apresenta hoje um problema financeiro muito grave e que em poucos anos se não for tomada uma posição muito radical, os

milhares de segurados da Fundação terão colocado em risco uma vida toda de trabalho, de luta. Porque os benefícios podem deixar de serem pagos. Então esses três são elementos da mais alta gravidade que desenham um quadro extremamente preocupante, pensando a médio e longo prazo com relação a REFFER. Feita essa breve consideração, eu digo ao Senhor o seguinte, nós aqui não estamos partindo do zero. Porque já tivemos oportunidade de ouvir três ex-dirigentes da Fundação. E portanto, de traçar uma linha do que aconteceu no Fundo de Pensão. O Senhor nos disse aqui que foi indicado pelo Marcelo Sereno?

SR. JORGE MOURA: Marcelo Sereno a mando do José Dirceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor veio na Brasília esteve na Casa Civil, o Sr. Marcelo Sereno na época ele era Assessor Direto, do então Ministro Chefe da Casa Civil. E por recomendação, por sugestão, do então Ministro José Dirceu V.Sa. teve o seu nome confirmado, muito bem, o Senhor também fez aqui um brevíssimo relato da sua passagem histórica, com o Ministro Zé Dirceu. Mas eu queria que o Senhor fosse mais claro no sentido de nos fazer entender perfeitamente, porque é que então Ministro José Dirceu escolheu o Senhor, lembrou-se do seu nome?

SR. JORGE MOURA: Isso. Bem, quando eu era estudante nós militávamos houve aquela divergência e tal a vida passou isso faz parte da história contemporânea brasileira e veio o governo Benedita. No governo Benedita eu fui então convidado, pelo Marcelo Sereno e o Marcelo obviamente que no governo da Benedita o Marcelo não fazia nada sem também a anuência do Ministro José Dirceu. E me convidou para ser o Secretário Executivo da ASEP, a minha relação com o Ministro José Dirceu primeiro eu nunca fui filiado ao PT, eu tenho até uma visão política muito clara da questão do aparelhamento, que mexe com a cabeça do Ministro Zé Dirceu eu aqui eu vou, não quero me aproveitar no fato dele estar em desgraça, mas eu quero fazer uma análise, eu acho que na Casa Civil, para mim ficou muito claro, que tinha um aparelho dentro do aparelho, tinha um aparelho dele. Quer dizer, era ele, o Marcelo, o Sílvio, o Delúbio e o Waldomiro. Quer dizer, que operavam aquele sistema eles, isso olhando hoje, não é? Na época quando eu fui convidado, eu tinha votado eu falei que eu vou ei no Lula, eu votei na Benedita e foi convidado por isso. Porque militei na campanha da Benedita e do Lula, foi convidado pelo Marcelo sereno, obviamente que ele deve ter conversado com o José Dirceu, eu estive com o Ministro dose Dirceu umas três ou quatro vezes... Uma das vezes num evento de ferrovia, que ele passou por mim e disse assim: "Me

ajude a destravar a questão ferroviária”, nunca mais falou comigo, até porque ele vivia nas galáxias, nas grandes estrelas. Eu também, tenho por hábito não ficar batendo na porta de ninguém, nem tenho a tradição de lustrar a maçaneta de ninguém. Quando eu fui convidado a vir a Brasília, ir no quarto andar, quando o Marcelo me perguntou: “Você é da Rede?” Sou da rede. “Você é participante da REFFER?” Sou e tenho curso superior você preenche todos os requisitos para ser Diretor da REFFER. “Então você preenche todos os requisitos da REFFER” Eu disse, preencho. Então, o Ministro José Dirceu diante da confusão que está armada pelo Carlos Santana, pediu que você fosse presidir esse condomínio de desconfiança. Essa confusão e eu achava obviamente que o PCdoB o Aduato eu conhecia da CBTU, eu já tinha uma relação de conhecimento com ele, a Tânia eu conhecia muito *en passant* e esse Nilton Vassimon(F) nunca conheci, porque nunca teve cargo de expressão nenhuma na ferrovia. E aí eu fui convidado não me neguei assumir, e fui para a Presidente da REFFER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Evidente que o Marcelo Sereno teve uma participação decisiva na confirmação do nome de V.Ex^a.?

SR. JORGE MOURA: Claro, claro, claro, isso é claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como ele já conhecia V.Sa. inclusive de outras experiências administrativas no Rio de Janeiro,?

SR. JORGE MOURA: Isso, Rio de Janeiro, exatamente. Ele me convidou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque uma coisa que é impressionante é que o Senhor está sendo primeiro ex-dirigente de Fundo de Pensão que vem a esta CPML e que reconhece claramente e sem nenhuma vergonha--

SR. JORGE MOURA: Claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que o Marcelo Sereno teve uma participação decisiva na indicação, porque outros tantos nós sabemos e já está confirmado por denúncias, por depoimentos, por documentos. Nós sabemos que o Marcelo Sereno teve participação na indicação, mas vem aqui dizem que não, que conhecem ele da militância sindical, que conhecem ele apenas de reuniões partidárias, mas que de forma alguma, ele não interferiu de jeito nenhum na indicação.

SR. JORGE MOURA: Eu vim conhecer o Marcelo Sereno no governo da Benedita, depois que eu vim saber que ele era empregado da VALE, da CUT, licenciado

da VALE. Aí eu tive três reuniões administrativas com ele, sobre questões de concessão no Rio de Janeiro, entendeu? E ali fiz uma relação administrativa com ele, nunca tive várias vezes, vários companheiros eu quero dizer muito claro aqui, eu na minha militância eu me dou muito bem com o Vladimir, com o Jorge Bittar tenho uma boa relação com a Jorge, fiz a campanha do Jorge Bittar para Prefeito, fiz a campanha dele para Prefeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De 2004?

SR. JORGE MOURA: De 2004, fiz a campanha dele de 2004, sou amigo do Jorge Bittar há 30 anos, eu era do velho MDB ele era do instituto IEPS. Era jovem do IEPS ali... E na militância política do MDB o Antônio Carlos Biscaia, me dou muito bem com ele, eu só não me dou bem com bandido, aí difícil é a gente lhe dar com bandido não tem acordo, entendeu? Quando a pessoa é civilizada dá para conversar. Seja da direita, seja da esquerda, seja do centro seja da onde for a gente conversa, então essa minha relação com o Zé Dirceu uma relação quando ele até me abordou num evento, que toda a ferrovia foi convidada para Palácio do Planalto, sobre a questão ferroviária ele falou: “Pó Moura, eu preciso que você me ajude a destravar a questão ferroviária”. É imbróglia a ferrovia é uma vergonha no Brasil, o Poder Público não tem gerência nenhuma mais no modal ferroviário a nível de Brasil, eu falei eu estou à sua disposição, eu tenho pessoas eu quero até dizer aqui declarar publicamente, quer dizer com quem eu aprendi na ferrovia. Eu aprendi com o Osílio Estenho(F) Guimarães foi o Presidente da REDE, com o Fagundes Neto foi Deputado comigo, foi Presidente da REDE que me designou para... O Renato Almeida, o Diamantino, José Artílio Ribeiro Rios, Professor Abelha, Professor Victor José Ferreira, Professor [inaudível] Souza Vieira, essas pessoas, são todas pessoas referenciadas na ferrovia, são ícones na ferrovia. Quero dizer uma coisa muito clara aqui eu não estou movido na questão do Carlos Santana, por nenhum sentimento pessoal, quero até dizer uma passagem aqui, no dia da minha posse, no discurso da minha posse que ele fez, ele me saudou dizendo que ele era ferroviário e Deputado graças a mim eu vou explicar aqui rapidamente, quando eu fui Diretor de Pessoal da REDE, ele recém saído do Movimento Sindical, entrando no Movimento Sindical pelo MUF, o movimento clandestino que tinha na ferrovia. Eles invadiram o prédio da REDE, de macacão todo sujo, e foram dentro do Gabinete do Presidente da REDE que estava em Brasília. E o Ozires(F), de Brasília, demitiu todo mundo numa penada só. Eu fiquei preocupado porque era Nova República e tal, aí negocie com o

Ministro Afonso Camargo, uma negociação para trazê-los de volta e consegui trazê-los de volta numa reunião civilizada, eu dizia assim: Olha, a pauta, a agenda é aberta eu recebo vocês, não pode invadir o prédio, invadir gabinete, sentar no tapete e ficar fazendo zorra aí não dá. Aí assumiram o compromisso eu resgatei ele da demissão, ele disse isso no dia da minha posse, eu pensei logo na minha posse, que eu ia ter uma relação civilizada, mas ele é truculento, voraz, não tem limites e pensa que todo mundo é Lacaio dele. Como ele faz com um rapaz que é o Diretor Executivo do SESEF, coitado do rapaz, o Cláudio Santos Reis vai nas barras do Tribunais, no Ministério Público Federal responder pelos 38 milhões que eles queimaram, torraram em ano e meio. Eles vão responder ele e mais a Diretoria, e o Carlos Santana está aí, eu costumo dizer o seguinte, o Carlos Santana parece um morcego quando você acende a luz, ele sai voado. Ele só se mexe nas sombras e na noite, quando você acende a luz. Ele puf! Ele não trabalha na claridade, ele não é uma pessoa de trato, agora fica com truculência para cima de mim, não. Para quem teve as voltas com Doicode(F) na década de 70, não. Não vou ter medo de Deputado que está envolvido, por exemplo a CPI do combustível, todo mundo sabe na Câmara, que aquela CPI foi uma grande *pizza*, ele era o Presidente de uma CPI que não apurou nada, do combustível, isso é uma vergonha. Quer dizer, esse é o padrão dele. E falo isso muito bem, porque que dentro do PT do Rio de Janeiro, ele não tem audiência e a respeitabilidade que devia ter, ele é um Deputado como outro qualquer, respeito, está legitimado pelo voto, até o dia que tiver legitimado... Agora o fato dele ser Deputado, não me inibe de tornar público todas as denúncias que eu estou fazendo aqui e vou fazer mais, porque tem mais coisa, é lá no Engenho de dentro tem muito mais coisa, lá onde está se fazendo o Engenhão, tem lá 108 trechos foram cortados para o sucateiro. Esse material está, não cabe aqui daqui a pouco eu estou trazendo um xurrilho(F) de problema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até peço a V.Sa que a gente por favor possa parar um pouco, ficar o mais objetivo dentro das perguntas, claro que V.Sa tem direito de--

SR. JORGE MOURA: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Apresentar qualquer tipo de denúncia, evidentemente que também tendo o cuidado devido pelo enquadramento de um parlamentar, etc. Bom nós vimos aqui a primeira composição da Diretoria onde o Adauto Carmona era indicado pelo PCdoB, a Sra. Tânia indicada pelo PT--

SR. JORGE MOURA: Deixa eu só, Deputado. Antes a atrapalhada não era essa, ele indicou a mulher para Presidente, ele João Lipes(F)--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Entendi, mas não prevaleceu?

SR. JORGE MOURA: Não prevaleceu, porque nem o Palácio engoliu isso. Era um aparelhamento tão pessoal que nem o Palácio engoliu. Aí fizeram uma articulação aonde eu fui convidado--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí que o Senhor foi convidado, eu queria entender então, como é que ficou essa composição partidária?

SR. JORGE MOURA: Eu não tenho partido político.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem eu estou dizendo isso. O Adauto PCdoB? A Tânia PT? O Nilton Vassimon(F) do PMDB?

SR. JORGE MOURA: PCdoB. PT. E o Nilton PMDB do Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabe quem é que o indicou, apresentou o nome dele?

SR. JORGE MOURA: Albuíno Presidente da CENTRAL em coligação e aliança com o Carlos Santana.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá, então aqui nós temos três e o quarto era o Senhor?

SR. JORGE MOURA: Era eu. Administrativamente, Deputado, havia uma, uma relação para eu poder administrar o Fundo era 2 a 2 sempre. Eu tinha o voto administrativo do Adauto Carmona, contra o voto permanente da Tânia, e do Nilton Vassimon(F), isso só o ponto de vista administrativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exceto o Senhor, todos os outros indicados também passaram pela aprovação do Sr. Marcelo Sereno?

SR. JORGE MOURA: Sim, não menos o Nilton Vassimon(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tirando o Vassimon(F) tanto o Adauto Carmona como a Tânia, antes de terem os seus nomes confirmados tiveram que passar pelo crivo, pela concordância do Sr. Marcelo Sereno?

SR. JORGE MOURA: Pelo crivo, claro. Não, não... Ele que me falou, na hora que ele me convidou, eu ainda fiz menção a ele de que gostaria de indicar o Diretor Financeiro na minha confiança. Ele falou não o

Diretor Financeiro já está escolhido é um pessoa até que você conhece, é o Adauto Carmona do PCdoB e a Tânia vai ser a Diretora de Seguridade, e eu vou dar o SESEF lá para o Carlos Santana para ele ficar com aquilo lá e cuidar daquilo sozinho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora o Senhor sabe de outras indicações que o Marcelo Sereno tenha feito para dirigentes de Fundos de Pensão, sobretudo de Fundos de Pensão de empresas federais de estatais federais, o Senhor tem notícia de alguma outra indicação pela experiência que teve por conviver nesse meio?

SR. JORGE MOURA: Isso. Isso, são as informações que tinha no mercado, ou no sistema de Previdência privada era de que a NÚCLEOS era uma porteira fechada dele. Era a porteira fechada dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porteira fechada significa que ele indicou todo mundo lá dentro?

SR. JORGE MOURA: Todo mundo ali era ligado a ele, ele nadava de braçada coisa que ele não conseguiu na REFFER, na REFFER tinha muita dificuldade e me chegava aos ouvidos reclamações dele, de que a REFFER era muito complicada, era muito complicada e de fato era.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas aí ele procurou no Senhor um braço de apoio para tentar em tese, resolver o imbróglio?

SR. JORGE MOURA: Mas a verdade hoje passado do tempo tal, porque é o seguinte, tentaram me usar, que é muito da prática deles, vou dar um exemplo concreto histórico que é o maior de todos, para mim Deputado o Zé Genoino é um grande usado nessa história toda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Perceba, eu tenho que fazer aqui um pouco o papel do Advogado do Diabo eu tenho que procurar provocá-lo ao máximo, para que a gente tenha riqueza de detalhes de como é que as coisas aconteceram. Ele poderia se o desejo dele era usar alguém, ele poderia usar qualquer pessoa. Poderia usar, por exemplo, alguém que fosse filiado ao partido dele, poderia usar alguém que tivesse um importante apoio político e que fosse ali apenas para desempenhar uma função figurativa. Mas no entanto ele escolheu o Senhor, então eu vejo aí uma contradição em querer usar e escolher alguém que em tese era independente e que estava sendo chamado para resolver os problemas da Fundação?

SR. JORGE MOURA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que o Senhor explica isso?

SR. JORGE MOURA: Eu explico da seguinte forma. Ele, ele quando, primeiro o meio ferroviário, quer dizer o Estatuto prevê que lá não é que nem na PETROS, eu não entendo como é que por exemplo, na PETROS o Wagner Pinheiro não é petroleiro, não é empregado da PETROBRAS é Presidente do segundo maior Fundo de Pensão desse País. Da PETROS eu não entendo isso, como é que pode no nosso Estatuto você para ser o Diretor você tem passo ser ferroviário, tem que ser participante o assistido da ferrovia da REFFER, e ter curso superior, não é? Então encontrar alguém com o perfil que eu tinha de ter sido Diretor de Pessoal da REDE, de ter sido duas vezes Diretor Executivo de SESEF, quando implantei plano de saúde para ativa e depois para inativo. E fui Secretário Executivo da ZEP(F) onde me conheceu *en passant* e obviamente com uma referência lá do chefe dele do Ministro Zé Dirceu. Era a pessoa ideal que compunha um quadro para ser um Diretor-Presidente, para poder administrar aquela confusão e a turbulência a governabilidade permanentemente agitada e tanto é que eu nunca tive com ele, eu nunca o procurei para reclamar de nada, ele tinha notícias, para você ter uma idéia o Eduardo Teles(F) hoje está lá, é Assessor do Lindemberg, a Mariana Cristina comadre do Carlos Santana era monitorada pelo celular pelo Assessor do Carlos Santana, no Conselho Deliberativo um negócio da pior categoria. Eu nunca ti tanta baixaria, tanto baixo nível como lá. E a gente ia navegando eu não durei eu fiquei lá 11 meses, com muita dificuldade, essa questão que V.Ex^a. levanta. E a sensação que eu tenho é de que eu era uma personalidade para ser usada, não é? Para ser usada e aí acontece o seguinte: No início essa história do PT é muito comum, eles brigam muito entre eles depois se acertam. É da natureza deles, ali tinha um contencioso dele com o Carlos Santana. Depois eles se acertaram.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Contencioso dele quem? Marcelo Sereno?

SR. JORGE MOURA: Marcelo Sereno, Zé Dirceu e Carlos Santana quando eu fui para lá, depois se acertaram com a entrada do Eduardo Teles(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me permita lhe interromper um pouco porque senão a gente fica com resposta longas e aí a gente quebra a dinâmica dos questionamentos. Então aí o Adauto Carmona que tinha sido indicado pelo PCdoB foi recomendado pelo partido a renunciar pelo que o Senhor disse?

SR. JORGE MOURA: Foi por causa da briga...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, há uma briga muito grande a situação está complicada é melhor você sair daí. Foi isso?

SR. JORGE MOURA: Foi. foi isso que ele falou para mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí vem com o nome do Eduardo Teles(F) que veio para as mãos Maria Cristina Montimor(F) que foi Presidente do Conselho Deliberativo

SR. JORGE MOURA: Presidente do Conselho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela indica o Eduardo, quais eram as referências pregressas que ligavam Eduardo Teles(F) a esse grupo do PT, a Marcelo Sereno, Zé Dirceu, a parlamentares, enfim?

SR. JORGE MOURA: Deputado, aí V.Ex^a. vai ficar mais perplexo ainda. O Eduardo Teles(F) era o Coordenador do Adauto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim o Coordenador de?

SR. JORGE MOURA: Financeiro do Adauto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele estava abaixo do Adauto, não seria natural com a saída do Adauto ele acendesse ao posto?

SR. JORGE MOURA: Natural, mas não da maneira que veio, ele não veio pelo PCdoB, ele veio pelo Carlos Santana para mim está muito claro o seguinte quando chega o assunto de negócio, de dinheiro a questão política fica para segundo plano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se ele veio por uma composição porque é que ele só durou 2 ou 3 meses?

SR. JORGE MOURA: Porque ele assumiu dia 18 de fevereiro, chegou na minha frente disse que estava obrigado a votar com a mulher do Carlos Santana a Tânia Regina Ferreira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do episódio no Fundo de aplicação?

SR. JORGE MOURA: Eu aqui estou sentado graças ao Carlos Santana estou obrigado a votar com voto da mulher no Carlos Santana, eu falei, mas isso não tem nada a ver, você vota de acordo com a sua consciência desde que as... “Não, não eu estou aqui como diz eu estou aqui aparelhado pelo Carlos Santana”. E logo depois eu se vira para mim eu vou propor a terceirização da carteira de títulos de governo de ren-

da fixa, de títulos de governo,. Eu falei: Não faça isso, porque o CODEL, Conselho Deliberativo não aprova e eu sou contra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós vamos tentar chegar nesse assunto para tentar aprofundar um pouco mais, o Eduardo Teles(F) foi convidado a sair como é que aconteceu o processo de substituição?

SR. JORGE MOURA: Ele foi demitido, no dia 2 de abril ele fez a proposta concreta no Comitê Diretor de Investimento. A armadura a governança é o seguinte, no final de ano. O Fundo se reúne e nós lá no caso com a RISCOFS(F) e define discute o cenário do ano que passou, e define o cenário do ano seguinte, não é? Então esse cenário econômico é o plano anual de investimento, aí você define um plano anual de investimento para os 12 meses, mensalmente, mensalmente o Comitê Diretor de Investimento senta e define as Corretoras para não ter concentração em uma ou em duas, dilui, discute a questão do CDBs, discute a questão das ações, se vota mais em energia, mais em metalurgia ou em telefonia o que for, define as linhas mestras no Comitê, no dia 2 de abril teve uma reunião do Comitê de Diretor de Investimento onde ele na qualidade de Diretor Financeiro, propôs a terceirização da carteira. Nesse dia eu tenho aqui a Ata, vou deixar a Ata aqui com os Bancos que ele indica e tal, nesse dia eu votei contra e botei por escrito o meu voto e perdi por 8 a 1, isso no dia 2 de abril, no dia 12 de abril eles não tiveram condições políticas, não sentiram condições de levar o Conselho. O Conselho reunido demitiu Eduardo e demitiu Nilton Vassimon(F) e não demitiu a Tânia porque é a mulher do Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a escolha do sucessor dele como é que se deu?

SR. JORGE MOURA: Aí o Conselho de forma autônoma, soberana indicou Roberto de Souza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí haveria de supor que o Roberto Souza(F) por ter sido indicado pelo Conselho gozaria de apoio e respaldo para exercer por um longo tempo a função de Diretor, mas no entanto isso não se confirmou porque 2 meses depois ele foi demitido.

SR. JORGE MOURA: Não foi demitido, eu falei aqui, ele foi cedido os liquidantes da REDE tem interferência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele nos alegou aqui, no depoimento dele que houve interferência direta que Zé Dirceu que foi quem deu a palavra final para que a patrocinadora não o cedesse, impedindo que ele re-

alizasse as atividades Diretor Financeiro da REFFER, eu pergunto a V.Sa. O que é que o Senhor acha que o Ministro José Dirce eu não tinha interesse que o Roberto fosse mantido na Diretoria Financeira?

SR. JORGE MOURA: Porque é fácil--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até porque ele era militante do PT?

SR. JORGE MOURA: Quem, o Roberto?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, acho que sim.

SR. JORGE MOURA: Não. Que eu saiba militante, não. É um técnico auditor da rede. Tradição, um homem que veio de baixo, um homem muito digno, tal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se mostrou uma pessoa muito correta.

SR. JORGE MOURA: Correta homem de bem, tive uma relação ótima com ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, agora... O que é que o Senhor acha que o...?

SR. JORGE MOURA: Eu acho que o fulcro, o fulcro o objeto maior do fundo de pensão são as Diretorias Financeiras. Eles não podem admitir que o Diretor Financeiro fosse nomeado eleito de forma independente como foi o Roberto Souza(F). Votaram a favor do Roberto Souza(F), a Ivete Buosi(F), Roberto Marzoni(F), o Darci Rocha e o representante da rede, o Marco André. Resolveram dar um tranco, tiraram o Eduardo. Aconteceu o que eu previ para ele. O Conselho não vai aprovar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor acha que, pelo fato do Roberto-

SR. JORGE MOURA: Ser um homem independente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Não ser subserviente não ter vinculação política, não dever satisfação a ninguém foi por isso, então, que puxaram o tapete dele?

SR. JORGE MOURA: Puxaram o tapete dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria entender um pouco melhor como é que se deu esse processo de interferência do Conselho Deliberativo nas decisões da Diretoria Executiva? De interferência, de acompanhamento, de cobrança, por quê? Por exemplo, se nós pegássemos a PREVI como referência. Na PREVI, a Diretoria decide e o Conselho tem apenas o poder de ser informado das decisões que a funda-

ção adotou, apenas vai ser informado. Portanto, não tem poder nenhum de veto, não tem poder nenhum de contestação. É um órgão meramente figurativo, simbólico e, portanto, não tem um poder mais efetivo. A gente percebe que, queira ou não, por trás dessa disputa política, houve também uma divisão do conselho. Porque a aprovação dos dirigentes, dos Diretores Financeiros, elas sempre se davam com divergência, ou seja, era 3 a 1, 5 a 2, enfim. Sempre tinha uma divergência grande que mostrava um Conselho muito dividido. Então, eu queria entender pouco essa divisão do Conselho do ponto de vista político, do ponto de vista dos interesses que separavam as partes e queria saber, adicionalmente, qual era o nível de ingerência e acompanhamento que o Conselho tinha nas decisões da diretoria da REFFER?

SR. JORGE MOURA: O Conselho Deliberativo nosso lá e o Conselho Fiscal sempre foram muito atuantes, muito atuantes e permanentemente atuantes. Obviamente, que dentro desse contexto, que V.Ex^a. colocou muito bem, de luta política, transformam aquilo tudo numa luta política. Isso não era assim no passado. Obviamente que, com a Lei Complementar 108/109 e com o fato de você ter... A lei diz: "são seis membros do conselho, sendo três eleitos", você, naturalmente, os três eleitos são pessoas mais independentes, mais soltas que têm um viés mais de olhar o objeto de defesa do Fundo. Isso é natural. Tanto é que eu acho que, quando V.Ex^a. coloca a discussão da Diretoria Financeira e lá tinha isso, os conselheiros sempre... Tanto é que, na primeira oportunidade que eles tiveram, o Eduardo Teles foi colocado num golpe de mão, foi colocado num golpe, deram o golpe. Eles sentiram isso na época. Quando tiveram a chance, ele fez a atrapalhar, tiraram ele. Logo depois, ele foi... O Roberto Souza(F) não era aposentado. Hoje ele é aposentado. Inclusive, ele foi eleito agora, ele foi o mais votado para o Conselho Deliberativo, pelo novo Conselho Deliberativo. Foi o mais votado. Está lá sentada no Conselho Deliberativo. Eu acho, inclusive, Deputado, que a CPMI, a sua Relatoria poderá muito bem, as CPIs tem um condão de investigar de apurar, mas tem também um condão de propor as soluções. Eu acho que está na hora de os Diretores Financeiros dos Fundos de Pensão serem indicados pelos eleitos. Ou seja, o Presidente é indicado pela patrocinadora e o Diretor Financeiro indicado pelos eleitos. Obviamente, que essa indicação tem que passar por um crivo de um currículo, pessoas com, sei lá, com mais de 10 anos pleno exercício de função na empresa, que tenha ocupado cargos em destaque, com experiência comprovada. E a gente sabe que, nas corporações estatais, as pessoas se conhecem, todo mundo sabe quem é a quem. Todo mundo tem a sua

história. Então, eu acho que está na hora de se propor, de começar a se preparar mudança na lei para definir que o Presidente do Fundo de Pensão é indicado pela patrocinadora e o Diretor Financeiro que é o guardião do cofre seja indicado pelos eleitos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, eu perguntei ao Senhor sobre o nível de ingerência e, ao mesmo tempo, também, de independência que o Conselho Deliberativo tinha com relação à Diretoria Executiva. Eu queria que o Senhor fosse bem objetivo nessas respostas.

SR. JORGE MOURA: A diretoria executiva tem os atos de gestão diária, do dia-a-dia. O Conselho... A diretoria executiva administra o Fundo no dia-a-dia. O Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal são órgãos normativos que estabelecem as macro políticas, as...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, em geral, o Conselho Deliberativo... Eu sei. Divisão nós sabemos, eu queria saber, na prática, em geral, o Conselho Deliberativo, ele questionava a Diretoria Executiva?

SR. JORGE MOURA: Na nossa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim?

SR. JORGE MOURA: Ah, questionava sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele se contrapunha a decisões?

SR. JORGE MOURA: Contrapor não. Eu, por exemplo, tive uma época que eu tive um conflito com o Conselho. Eu achava que a diária era muito alta e baixe a diária que era ato de gestão meu. Era ato de gestão minha. Era trezentos reais uma diária. Eu achava um absurdo. E tinha conselheiro que fica lá fazendo mensalinho de ficar dois, três dias e ganhar salário suplementar, como tem lá até hoje um que fica lê do Conselho Fiscal fazendo mensalinho. Quer dizer, você tem esse conflito, é natural. Esse conflito é natural. Agora, ato de gestão é da diretoria executiva. Agora, o Conselho Deliberativo, por exemplo, vou dar um exemplo concreto. Se o Comitê Diretor de Investimento aprovou [soa a campainha] aquela questão da terceirização da carteira, o Conselho teria que aprovar o Conselho Deliberação. Teria que ser levado ao Conselho Deliberativo para o Conselho aprovar o decisão do Comitê Diretor de Investimento. E, no dia 12, eles nem levaram ao Conselho, não tiveram condições de levar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, a Sra. Tânia, ela permaneceu na diretoria naturalmente porque era esposa de um parlamentar, tinha apoio político

e, portanto, não queriam mexer com ela. O Senhor Adauto não conseguiu resistir. Depois dele, mais três Diretores Financeiros assumiram a posição. O Sr. Vassimon(F) caiu?

SR. JORGE MOURA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Somente o Senhor e a Dr Tânia conseguiram se manter. Ela, pelos motivos que nós já sabemos, o apoio político que teve do seu esposo. O que é que o Senhor acha que lhe fez sobreviver a todo esse período de oscilações e de disputas, de brigas. Porque somente uma apoio político muito forte, um respaldo político consistente permitiria que alguém conseguisse ultrapassar toda essa disputa de interesses que aconteceu. Então, o Senhor acha que foi o respaldo que tinha do Marcelo Sereno? O que é que garantiu a permanência do Senhor durante todo esse tempo passando por essas brigas dentro da Diretoria da REFFER?

SR. JORGE MOURA: A minha governabilidade sempre foi muito precária. Quer dizer, a partir do dia 18 de fevereiro, quer dizer, com a que da do Adauto, eu diria que houve um assalto forte do grupo do Carlos Santana para tomar conta do Fundo. Isso, em fevereiro. Quando chegou em abril, eu fui até abril, e o diretor o Eduardo Teles não teve êxito na sua proposta. A partir de abril, no dia 2 de abril, eu comecei a adernar. O processo de queda também é um processo que não é em um instalar de dedos, até porque é o Conselho de que define. Ai eu perdi o apoio. O Carlos Santana engendrou os dois votos da comadre e da Sônia e ofereceu ao Conselho Deliberativo a Diretoria Financeira ao Carlos Alberto Pinto. Aí fez a maioria para me tirar, mas o objetivo era só me tirar, era só me tirar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é que comunicou ao Senhor de que o Senhor estaria sendo afastado da reunião da presidência?

SR. JORGE MOURA: No dia da reunião do Conselho, eu fui comunicado de que foi exonerado. Desci, fui e chamei todo mundo no auditório e fiz uma sucessão civilizada. Passei o cargo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fora essa presção...

SR. JORGE MOURA: Agora, Deputado, a diretoria que ele colocou ficou o só dois meses. Porque ele botou na presidência uma pessoa da aliança dele com o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Esse foi o erro político dele, do Garotinho lá. Ele botou um representante da empresa do Estado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem era?

SR. JORGE MOURA: José Luiz(F) Lopes Teixeira Filho. Quando ele botou o Zé Luiz(F), e aí o governo ficou de perna curta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, me causa estranheza o parlamentar ter conseguido o afastamento de V.Sa. e a indicação do Sr. José Luiz(F) Lopes Teixeira Filho sem contar com apoio de quem o indicou. Porque, se o Senhor aqui deixou claro que o Marcelo Sereno--

SR. JORGE MOURA: Mas, contou com o apoio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Foi quem deu a palavra final em todas as indicações da REFFER, é natural que o Senhor não seria afastado do cargo se o Marcelo Sereno não tivesse conhecimento, não apenas conhecimento, mas concordasse, aceitasse e apoiasse.

SR. JORGE MOURA: É bem colocado o que V.Ex^a. colocou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É muito fácil, Dr. Jorge, é muito fácil querer atribuir a responsabilidade a uma só pessoa--

SR. JORGE MOURA: Não, não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --mas eu não vejo tanta força assim em uma pessoa apenas para poder fazer uma mudança completa no quadro da Diretoria Executiva de um Fundo de Pensão Estatal.

SR. JORGE MOURA: V.Ex^a. me dá a oportunidade de lembrar algo que eu tinha me esquecido. Eu saí no dia 15 de junho. No dia 14 de junho, eu cheguei muito cansado em casa, deixei o meu celular no banheiro aguardando qualquer ligação. Então, eu estava tomando banho, quando eu acabei de tomar banho, tocou o celular. Era o Marcelo Sereno. Ligou para mim e disse: "Moura, amanhã tem reunião do conselho e você tem que ir para o voto". Eu digo: "voto?" Eu sempre disse que sempre tive dois votos. Eu, sempre, em seis, eu sempre tive dois votos. Eu preciso saber se a Cristina Montemor vota com o governo ou vota com o Deputado Carlos Santana. "Vota com o Deputado Carlos Santana". Eu digo: "Então eu estou fora, amanhã eu estou fora". Me ligou para dizer assim: "Você tem que ir para o voto". Aí eu: "Que voto?"

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me explique um pouco melhor isso. Senhor disse que a Sra. Cristina Montemor é comadre dele?

SR. JORGE MOURA: É como adere dele, do Deputado Carlos Santana.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só que ela votava com o governo não é votava com a Tânia, é isso?

SR. JORGE MOURA: Não, não. A Tânia é Diretora de Seguridade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que da perguntou do Senhor naquele momento?

SR. JORGE MOURA: Eu perguntei o seguinte. A Maria Cristina Montemor Ciciliano(F), Presidente do Conselho Deliberativo, ela vota com o governo ou vota com o Deputado Carlos Santana? Aí ele me disse: "Vota com o Deputado Carlos Santana. Eu digo que, então, o governo... Estou fora do governo e estou fora daquilo lá porque ela não vai votar comigo. Ela vai votar contra mim, ela vai atender ao Deputado Carlos Santana. Só que o Carlos Santana fez uma atrapalhada e botou um Diretor Presidente de uma empresa que tem 4% do Fundo e estava inadimplente, como ainda está inadimplente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí durou dois meses?

SR. JORGE MOURA: O Tesouro Federal também se movimentou para não deixar na presidência de um órgão de um Fundo de Pensão Federal um representante de Governo do Estado adversário do Governo Lula. O Sr. Zé Luiz(F) foi sacado em dois meses.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que se deu a indicação do sucessor?

SR. JORGE MOURA: Essa pergunta é interessante. O governo vai e busca dois auditores para ver se acaba com aquela confusão. Aquilo era dor de cabeça permanente. O governo vai e indica Valdemar Ferreira da Silva e Paulo da Silva Leite para Diretor Financeiro, dois auditores tradicionais. O Valdemar era Chefe de Gabinete do liquidante da rede, o Edson Ronaldo. Essa reunião para esse dado me faz lembrar e dar a seguinte informação a CPMI. A Casa Civil chamou o Olívio Dutra à Casa Civil para dizer para ele que a Cristina tinha que votar com o governo e não com o Deputado Carlos Santana. E tanto é que na reunião...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, qual era a ligação com Ministro Olívio Dutra com ela?

SR. JORGE MOURA: O Olívio Dutra era Ministro da Cidade. A CBTU que é a empresa a qual ela é vinculada e representa a CBTU é ligada ao Ministério das Cidades. Então, ele foi chamado a Casa Civil para dizer o seguinte: "Isso aqui é uma missão de governo não pode ficar esse Diretor-Presidente que está lá que é de Governo do Estado". O Carlos Santana

fez mais uma trapalhada. Aí o que aconteceu? Só na terceira reunião que deu quorum. Foi convocado uma primeira reunião compareceu o Marco André, compareceu a Ivete e compareceu o... O Darci não foi. Compareceram três. O Estatuto diz que tem que ter quatro para se reunir e ter número. E, para decidir, 48 horas depois convoca outra reunião, mais 48 horas convoca outra reunião. Na terceira convocação, é com qualquer número. Tanto é que o Senhor pode ver, nas Atas, as duas primeiras reuniões não compareceram. Só compareceram três. Na última, compareceu todo mundo. Aí, a Cristina, aliás, e a Cristina...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tinha sido chamado pelo Ministro.

SR. JORGE MOURA: Exatamente. A Cristina, o Marco André e a Ivete compareceram, não compareceram os outros três. Na terceira convocação, compareceu a Cristina, compareceu todo mundo. Aí foi três a três contra o voto de qualidade dela. Ela foi enquadrada. Ela foi enquadrada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse período que o Senhor esteve a Diretoria Presidência da REFFER, o Senhor recebia normalmente recebia ligações do Marcelo Sereno?

SR. JORGE MOURA: Não, não. Sinceramente não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca aconteceu para tratar de nenhum assunto?

SR. JORGE MOURA: Não, não, não. Ele não se movimentava comigo lá. Eu não tinha essa relação de intimidade com ele e não daria. Ele sabe que eu não daria esse tipo de intimidade para qualquer tipo de conversa. Não daria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com relação ao Sr. Gushiken, havia tipo de interferência ou era nula dele na REFFER?

SR. JORGE MOURA: Nula. Eu acho que, para mim, eu quero colocar aqui, para mim, tinha uma grande divisão no sistema de Fundo de Pensão. Você tinha o Gushiken que comandava e comanda a PETRUS a PREVI e a FUNCEF. E o Zé Dirceu com o Marcelo comandava a REAL GRANDEZA, NÚCLEOS e também passava pela REFFER. E mais outras que aí eu não sei. Mas, a grande divisão era... E a Darci, todos sabem, que era assessor do Gushiken quando era Deputado, não era?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era.

SR. JORGE MOURA: Assessor. Dava aula de Fundos de Pensão para os sindicalistas que está lá na SPC hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor teve alguma suspeita de que determinado interesse econômico desfavorável para a REFFER e favorável para grupos empresariais estava sendo tratado internamente por diretores, por membros do conselho, por funcionários ocupantes de cargo de confiança?

SR. JORGE MOURA: Não. O que eu recebi e eu recebia, naturalmente, eu recebia gerentes, Diretores Financeiros de bancos. E eu tinha na minha gaveta o nosso portfólio de investimentos no caso em CDBs. O nosso CDBs é tudo de primeira linha. É AA, UNIBANCO, VOTARANTIN, HSBC, BRADESCO, REAL, só Banco de primeira linha. Quando chegava lá alguém como o BANCO RURAL que chegou lá, o BMG, o BANCO DE SANTOS, o PACTUAL, o BIC, esses bancos de segunda linha, eu abri a gaveta e diz como é que eu vou trocar um CDB dessa natureza, quando chegar o vencimento, por CDB de vocês. Não tem como.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguém alguma vez advogou junto a REFFER e junto à diretoria da REFFER para que a fundação investisse em CDBs ou em qualquer outro título do BANCO SANTOS, do BMG e do RURAL?

SR. JORGE MOURA: Eu estou falando a V.Ex^a.. que o próprio Adauto ele diz: "Olha, quando chegar aí, vier pedido de aplicação de CDBs de Banco de segunda linha, manda para mim".

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, aconteceu objetivamente de alguma-

SR. JORGE MOURA: De aplicar?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Não é de aplicar. De haver alguma interferência externa no sentido de tentar convencer a diretoria da REFFER para aplicar em títulos desses bancos?

SR. JORGE MOURA: Não pelo seguinte, Deputado, deixa eu explicar aqui a governança corporativa da questão da área financeira. Você tem o Diretor Financeiro, você tem o Coordenador Financeiro, você tem Comitê Financeiro, você tem o Gerente. Aquilo se dá ali e nas reuniões do PAI anual que eu falei aqui com a RISK OFFICE e a reunião mensal do Comitê Diretor de Investimento, fica muito determinado que não cabe aplicação nesse tipo de Investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não deixa de ser uma temeridade termos presenciado Fundos de gran-

de porte, alguns que estão entre os maiores Fundos do País e do planeta, assim como também Fundos de médio e pequeno porte todos eles vinculados a empresas públicas federais, investindo maciçamente em títulos desses bancos?

SR. JORGE MOURA: Claro o REAL GRANDEZA aplicou cento e cinquenta e um milhões no BANCO SANTOS, não foi? Aplicou cento e cinquenta e um milhões no BANCO SANTOS?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aplicou não, o REAL GRANDEZA perdeu. Diferente.

SR. JORGE MOURA: E vai correr atrás agora desses valores. Eu acho isso uma temeridade e eu quero aqui colocar essa questão dos investimentos dessa natureza. Eu fico vendo a ABRAP(F) e o mercado de capitais falar em crise sistêmica. Isso não existe. O capitalismo moderno o que ele não admite são pessoas terem funções ou influências privilegiadas junto a governo e fazer investimento em Banco que não é de segurança. Então, você vê, os grandes bancos, você não vê, pelo que eu percebo, você não vê os grandes bancos metidos nessas trapalhadas. Não dá para perceber.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É muito mais difícil.

SR. JORGE MOURA: É muito difícil, por quê? Então, não tem crise nenhuma. Isso aí é uma balela da ABRAP(F) que fica querendo e hoje está lá não Instituto Cultural de Seguridade Social com o Wagner Pinheiro. Quer dizer, o aparelho está montado lá também na ABRAP(F). Quer dizer, está lá montado mais um aparelho deles enquanto durar o governo porque também ali a ABRAP(F) é excelentemente governista. Então, essa questão dos investimentos nos Fundos, eu acho uma temeridade. Eu também quero colocar para o Deputado o seguinte: Para mim, o grande busílis dessa história toda são os Fundos Exclusivos de gestão compartilhada. É ali que se dá os grandes negócios, nos Fundos exclusivos. Porque o Fundo você, quando terceiriza, entrega o Fundo para o Banco. Aí você, aí eles dizem aqui, pelo que eu percebo e vi nos jornais, que cada um empurra um para o outro. “Não o Banco não faz nada sem o Fundo mandar”. O Fundo chega e diz: “Eu não faço nada porque quem faz tudo é o Banco”. Ora, o Banco tem uma responsabilidade. Se você vai tirar um papel bom de um Fundo Exclusivo para botar um mico, o Fundo pede para você que bote por escrito, tem que botar por escrito se não ele não faz. A COPEL(F) quando foi feita lá... O Fundo Exclusivo é barriga de aluguel. É barriga de aluguel. Por exemplo, o BANCO DO BRASIL tem lá um Fundo deles próprio

que é o BBTVM que é, se não me engano, trinta bilhões. Quem comanda aquilo ali é o pessoal do governo, do Ministério da Fazenda. A grande dificuldade que eu sinto pela imprensa e a própria CPI vai ter dificuldade é que área financeira, o capital financeiro é um capitalismo de ponta. É algo muito rápido, veloz. Então, você conseguir pegar. Agora, que é claro, público e notório que o seu Haroldo de Almeida Rego, que o Murilo de Almeida Rego, o Sr. Christian de Almeida Rego, que a Dona Fabiana, que o Carlos Eduardo, Dudu, da PRECE, que fazia parte de um grupo que tinha uma inserção forte no Fundo de Pensão. Isso que o capitalismo não pode admitir. O capitalismo moderno não quero isso, ele quer chegar procurar o Fundo, “Olha o meu produto é esse, sou bom nisso, quero aplicar e disputar dentro da competência”. Capitalismo moderno não tem mais esse tipo de... Por isso que eu acho que o Diretor Financeiro, ele vai ter que ser indicado pelos participantes, pelos eleitos participantes, preenchendo, obviamente, aquilo que eu falei, os pré-requisitos poder não botar qualquer um.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor falou que teve contato com o Marcelo Sereno e com o Zé Dirceu. O Senhor alguma vez esteve com o Sr. Delúbio Soares?

SR. JORGE MOURA: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sílvio Pereira?

SR. JORGE MOURA: Não, nunca. Eu quero dizer o seguinte, Deputado, eu já não sou tão jovem. Você é bem mais moço do que a gente. Tem umas coisas que é questões de *feeling*, de pele. Eu todo dia às sete, oito horas da noite saia tarde da REFFER, uma batalha incrível. O meu staff... Eu tenho, por norma, uma questão como eu dirijo alguma coisa. Eu me assessoro só por pessoas competentes. O assessor tem que melhor que o assessorado, tem que trabalhar com gente que conhece. E eu tinha um time de quatro pessoas muito bons que eles tinham horror com essas comadres aí, tinha horror deles. Porque me ajudavam a administrar. Eu dizia às sete, sete e meia da noite isso, digo que isso aí... Porque, para mim, aquilo que se passava na REFFER era o microcosmo do que se passava a nível de Brasil. Essa confusão essa atrapalhada toda que eles fazem. Ele diz que isso não vai dar certo. Eu podia ter muito ter procurado me aproximar do Deputado José Dirceu. Aquilo que eu falei. Só que eu não tenho tradição de lustrar maçaneta de ninguém. Não me procuram, também procurava cuidar da minha vida. E até porque eu não estava filiado ao PT, não estou filiado ao PT, nunca fui, eu achava que isso não ia dar certo. Eu digo: “isso vai explodir”. Não é possível que

num País, na dimensão do Brasil, oitava economia do mundo, essa coisa toda não vá explodir e não vá acontecer. Então, eu me retraí, fiquei, como diz o outro lá no Rio de Janeiro, fiquei no sapatinho, cuidando da minha vida, sem me envolver. Hoje, eu poderia estar se eu fosse atrevido ou fosse audacioso estava metido com o Zé Dirceu, com o Delúbio, com o Silvinho, o Waldomiro. Eu fiquei de longe porque cautela e caldo de galinha não faz mal a ninguém.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conheceu o Manoel Severino dos Santos?

SR. JORGE MOURA: Conheci.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que circunstâncias?

SR. JORGE MOURA: Manoel Severino, ele mora no Recreio de Bandeirantes. Eu estive com ele uma vez no evento do pan-americano lá na região que eu moro, que atuei politicamente, em Jacarepaguá, Barra da Tijuca, na vila olímpica. Foi evento festivo que esteve lá o Governador do Estado, a Governadora, o Prefeito, o Carlos Artur Nusman(F), o Agnelo Queiroz. E aí fui lá apresentar. Ele era o Presidente da Casa da Moeda na época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que é que o Senhor teria a nos dizer sobre a relação dele com o Marcelo Sereno?

SR. JORGE MOURA: Quando eu estava na ASEP, na agência reguladora, o Marcelo era o Secretário Executivo do Governo da Benedita. Eu cheguei a dizer que ele era o Governador de fato. Ele tocava a máquina no dia-a-dia. O Manoel Severino era o Secretário Estadual de Articulação Política. Os dois viviam sempre muito juntos. As três vezes que eu fui ao BANERJÃO para reunião administrativa, eu encontrei ele lá. Agora, minha relação com ele sempre boa, fraterna, pessoal, distante. O PT é uma questão de seita, de religiosidade, aquilo é uma seita. O PT, enquanto não optar pelo brasão da república em detrimento da estrela do PT, não vai ser um partido republicano. Não adianta o Presidente da República andar com uma japona com um brasão da república. Não basta ele, o Partido dos Trabalhadores, para se transformar no partido republicano, tem que parar com esses métodos e deixar de ser correia de transmissão de aparelho de sindical, de aparelho comunitário e de aparelhamento. Aquilo que eu falei, quer dizer, aparelho dentro do aparelho. Não é possível que o José Genoino, Presidente do PT, não soubesse de nada disso. Não soubesse. E eu acho até que não sabia de tudo porque tinha um aparelho aparte que operar essas coisas. É a velha concepção do

aparelhismo soviético, do aparelhismo do centralismo democrático, ou das SS, da KGB. Você tem um aparelho dentro do aparelho, dentro do comando. É o que havia dentro... Exemplo maior, o Marcelo Sereno saiu da Casa Civil, foi ser o quê? Secretário de Comunicação Social do PT. Como é que pode o Marcelo Sereno, o Sílvio Pereira e o Delúbio, que não têm representatividade política, ser membro de uma executiva de um partido. Para mim, isso só explica-se pelo fato de ser um aparelho, um aparelho político. É a deformação aparelhista do conceito de poder.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicitaria, mais uma vez, a V.Sa, agradecendo muito o fato de estar se mostrando uma pessoa extremamente prestativa e importante para as investigações, mas eu solicitaria que procurasse ser mais objetivo, centrando e focando naquilo que é objeto do nosso debate. Até porque se não depois eu serei acusado de estar dando espaço para aproveitamento político. O que eu não quero?

SR. JORGE MOURA: Está bom. Compreendo, compreendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até porque é público e notória a minha posição e os meus pensamentos que muito certamente vão convergir com o do Senhor. Agora vamos ficar um pouco mais...

SR. JORGE MOURA: Só para encerrar eu queria dizer o seguinte. V.Ex^a.. é neto de um cidadão que está na história republicana desse País que me faz pensar o seguinte. Na vida, a gente tem que ser amado e respeitado. Eu acho que, quando eu fui para o enfrentamento com esse pessoal, é para mostrar para eles que eu vou enfrentá-los de qualquer... Quero até dizer o seguinte. Eu quero até colocar uma questão delicada. Vários amigos meus ferroviários que têm medo do sistema lá imposto, me diz para mim: "você tem que ter cuidado porque eles estão metido aí com zona oeste, baixada Fluminense, enfim, pistoleiro de aluguel não falta por aí". Não posso também deixar de dizer, Deputado, que eu tenho um viés político. Eu estou com um viés político, não estou morto para a vida pública, não sou candidato a nada. Hoje eu sou filiado ao PPS, me filiei PPS. Vou participar eleitoral e politicamente dessa eleição. É natural, é legítimo porque tive uma grande frustração, uma grande decepção com esse tudo que estava aí, uma grande frustração. E agradeço a sua atenção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu é que agradeço. Eu vou citar aqui alguns nomes de empresas. Se o Senhor tiver notícias de que, de alguma forma, elas estabeleceram relações comerciais ou negociais de qual-

quer tipo com a REFFER, então aí a gente interrompe e parte para detalhar. Empresa GARANHUNS?

SR. JORGE MOURA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca? Nem houve um representante que tivesse levado algum pleito, nada disso?

SR. JORGE MOURA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O GRUPO CRUZEIRO DO SUL?

SR. JORGE MOURA: O GRUPO CRUZEIRO DO SUL estava relacionado nas corretoras aprovadas pelo Comitê de Diretoria de Investimento como corretora habilitada a fazer compra e venda de ações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então a CRUZEIRO DO SUL estava autorizada a operar com a REFFER?

SR. JORGE MOURA: Era autorizada a operar com a REFFER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A CORRETORA NOVINVEST?

SR. JORGE MOURA: De cabeça assim, eu não sei, mas eu acho que também está... Eram 12.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabe quem foi o responsável pela aprovação do credenciamento da CORRETORA NOVINVEST?

SR. JORGE MOURA: Não. Essa área, o Diretor-Presidente, é uma questão delicada, o Diretor-Presidente, no dia-a-dia, na área financeira, a gente não aprova nada. Eu não assino boleto, quer dizer, a gente, desde que tenha aquela ossatura do Comitê Diretor de Investimento e esteja ali dentro, a gente no dia-a-dia não...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque tem duas corretoras que são a NOVINVEST e a SCHAIN CORRETORA que demonstram resultados extremamente suspeitos nas operações com derivativos que envolvem a REFFER, sobretudo, analisando a concentração de ajustes negativos. A NOVINVEST, por exemplo, em 100% dos valores negociados, ela atribui ajustes negativos a REFFER. A SCHAIN em 95% das vezes. Então, é muito o Senhor não concorda, não?

SR. JORGE MOURA: Concorde. Com relação a esses derivativos, a REFFER sofreu perdas. E que, inclusive, foi motivo do pedido de demissão do Bruno Graim, você está sabendo disso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós vamos chegar lá.

SR. JORGE MOURA: Vamos chegar lá. Quer dizer, foi, se não me engano, em outubro houve uma operação. Em março, ele fez uma operação depois que o conselho determinou a demissão dele. Mas, estabeleceu que ele sairia no dia 31 de março. Estabeleceu uma prazo. Ele no dia 16 ou 17 de março, ele fez uma operação lá de derivativo. Quer dizer, o Diretor-Presidente não está lá nessa hora. Isso tudo é muito rápido. Pode perder, pode ganhar. E perdeu, perdeu cerca de quatro milhões, não foi isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que se deu a escolha do Bruno Graim?

SR. JORGE MOURA: O Bruno Graim foi levado pelo Adauto, Adauto Carmona. Aí eu vou relatar o episódio que houve à época. Aqui, Deputado, não tem jogo fechado, não tem mentira. O Bruno Graim, quando eu sentei na cadeira, me foi indicado dois nomes: Bruno Graim e Naufred(F) Padilha, foi indicado. Eu, aquela velha experiência, eu fiquei com o memorando dele em cima da minha mesa e não despachei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me perdoe interromper. Foram indicados dois nome. Quem indicou os dois nomes?

SR. JORGE MOURA: Adauto Carmona.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele fez a seleção?

SR. JORGE MOURA: Ele fez a seleção e fez o memorando para que eu contratasse.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode continuar.

SR. JORGE MOURA: Eu fiquei com esse memorando na minha mesa um dia, dois dias e o Adauto ligou reclamando que não tinha despachado. Então, um dia, à noite, me entra no meu gabinete o Presidente do Sindicato dos Empregados de Fundo de Pensão, o Aristóteles(F) Arueira, o Tota, que é empregado da REFFER, que tinha indicado João Lip(F) e perdeu a parada. E estava de antena ligada em cima do Adauto. Chegou para mim com o material da internet onde aparecia o nome do Naufred(F) Padilha envolvido na CORRETORA PRATA, coisa parecida. Eu pedi a ele o seguinte: “Me dá 15 minutos”. Ele foi embora, eu liguei para o Adauto, “Adauto vem cá”. O Adauto chegou na sala e disse olha aqui: “Acabei de receber esse documento do Naufred(F) Padilha”. Ele olhou, olhou. Não sabia. Pediu para mandar tirar xerox. “Ele está aí o

Naufred(F) Padilha”. Eu disse: “O Naufred(F) Padilha está aí preparando os documentos e eu ainda não despachei o contrato dele, ele não pode operar”. “Então, esse rapaz não pode entrar aqui”. O Naufred(F) Padilha foi vetado e eu não assinei. E o Bruno, como não tinha nada, o Bruno Graim, entrou o Bruno Graim no lugar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor tem idéia de quem é que recomendou esses dois nomes ao Sr. Adauto?

SR. JORGE MOURA: Na época eu não sabia hoje eu sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem foi?

SR. JORGE MOURA: Murilo de Almeida Rego, hoje eu sei. Passado algum tempo, as coisas vão se clareando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De alguma forma, o Bruno Graim, ele pode ter interferido em favor do Murilo em negócios que envolviam a REFFER?

SR. JORGE MOURA: Deputado, a gente não é ingênuo. A sensação que eu tenho é que ele tinha uma relação com o Murilo, pode ter ajudado o Murilo, pode ter feito operações com o Murilo. Para mim, não é novidade. Agora, eu volto a dizer, o Diretor-Presidente, ele não está ali no dia-a-dia porque tem a Diretoria Financeira, tem o Coordenador Financeiro, tem o Comitê de Investimento, tem o Gerente Financeiro e o Gerente de Análise. É uma armadura que você não está ali no dia-a-dia operando. Porque as regras básicas são definidas a cada mês pelo Comitê Diretor de Investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não seria estranho verificar que a NOVINVEST aparece em operações que atribuíram ajustes negativos a REFFER? Que o Murilo, ele opera através da CORRETORA NOVINVEST? Que o Carlos Eduardo carneiro Lemos--

SR. JORGE MOURA: O Dudu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --O Dudu já foi sócio de um dos funcionários da CORRETORA NOVINVEST na empresa SIXFLEGS(F)? E que o Murilo indica o Bruno e a NOVINVEST aparece em problemas com a REFFER. O Senhor não acha que tem muita coisa estranha?

SR. JORGE MOURA: Eu acho que tem muita coincidência verossímil aí de interesses. Para mim não há dúvida nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicito a

Assessoria, que eu não estou vendo aqui, que faça um levantamento porque eu tenho quase certeza, se a minha memória não estiver me traindo, que existe um processo da CVM que cita a REFFER e que, nesse processo, o Bruno e tantos outros estão incluídos. Eu queria trazer o processo aqui. Pode. Por favor. Enquanto não chega o processo da CVM, o Senhor falou aqui...

SR. JORGE MOURA: Esse processo da CVM, quem pediu a instauração dele foi o Conselho Fiscal e, se não me engano, o Conselho Deliberativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós já vamos ver aqui, só antes aqui para entender um pouco melhor. O Senhor falou que a Sônia Botelho que era membro do Conselho?

SR. JORGE MOURA: É membro do conselho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É membro do Conselho. Que ela fez referência a existência de dois grupos: o G8 e o CIRCUITO DAS ÁGUAS?

SR. JORGE MOURA: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que o CIRCUITO DAS ÁGUAS seria composto pelo Sr. Pororoca, Marcelo Sereno e Carlos Santana. Para mim, não ficou claro quem é que coco compõe o G8?

SR. JORGE MOURA: O G8 era um grupo composto pelo Carlos Santana, a Tânia Regina Ferreira...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também?

SR. JORGE MOURA: Também a mulher dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Ele também nos dois grupos?

SR. JORGE MOURA: Nos dois grupos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá.

SR. JORGE MOURA: Tânia Regina Ferreira, Maria Cristina Montemor Ciciliano, Eduardo Teles, na época, Aristóteles Arueira, o Tota, que era assessor da Tânia. É bom que se diga isso, me esqueci de falar. O Tota era assessor da Tânia. Presidente do Sindicato, empregado do Fundo de Pensão e assessor da Tânia. Já tem cinco aí, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tem cinco.

SR. JORGE LUIZ MOURA: De outro lado Albuíno Azeredo, Presidente da CENTRAL, Sônia Botelho e Nilton Vassimon(F). Você vê que era uma organização...paralela.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, me perdoe. A Cristina Montemor Siciliano(F), ela tem algum parentesco com o Benito Siciliano?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Eu pensei que tivesse, mas não tem não. Nem com o André Ciciliano, que é o Prefeito de Paracambi, é doleiro e é ligado ao PT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Falando um pouco da Sônia. Qual é a origem da Sônia, quais são os principais vínculos que ela guarda?

SR. JORGE LUIZ MOURA: A Sônia é Assessora de Relações Trabalhistas Sindicais do Albuíno. Assim como a Cristina também é Assessora. Você vê que coincidência. As duas são Assessoras de Relações Trabalhistas e Sindicais do Presidente da CBTU, que é o João Luiz da Silva, e os Presidente da, da. As coisas não acontecem por acaso, isso é uma armadura político sindical.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor fez referências aqui muito claras e contundentes ao envolvimento da família Almeida Rêgo com irregularidades em Fundos de Pensão, inclusive com a própria REFFER. O Senhor não foi o único a fazer. Uma das coisas que eu fiz questão de deixar muito clara na apresentação que foi feita aqui pelos ex-Diretores Financeiros era qual o conceito que eles tinham do Sr. Darci Rocha, membro do Conselho da REFFER. Eles todos deram pronunciamentos abonadores. Nenhum que desabonasse.

SR. JORGE LUIZ MOURA: É verdade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bom. De acordo com o jornal A FOLHA DE SÃO PAULO, de 27 de setembro de 2005, o Sr. Darci Rocha acusou membros do Partido dos Trabalhadores de tentarem desviar dezenove milhões da REFFER para campanhas eleitorais no Rio e em São Paulo. A estratégia para o desvio se daria com a terceirização da carteira de investimentos de renda fixa da REFFER. O esquema, segundo o Conselheiro, foi denominado de “Circuito das Águas”. Presumo, eu, que com a relação direta aqui com os nomes que o Senhor fez referência?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E aí disse que é “Circuito das Águas” em razão do envolvimento do Sr. Haroldo de Almeida Rêgo vulgo, Pororoca, bem como do Sr. Marcelo Sereno. A denúncia teria sido feita em reunião com o Secretário Adjunto da SPC, Sr. Leonardo Paixão. Agora o Senhor esclareceu que os Senhores procuraram o Sr. Adacir e que ele não os recebeu.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não foi nesse episódio?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Não, eu já estava fora da REFFER. Nesse episódio, nesse dia causou maior espécie, nesse dia foram lá, estiveram lá, os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, numa reunião com o Adarci Reis, quem recebeu foi o Leonardo Paixão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas foi nesse dia que o Darci Rocha fez essas referências ao “Circuito das Águas”, ao esquema para desviar dezenove milhões de reais?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Ele levou inclusive isso por escrito, está aqui ó. Isso aqui ele levou por escrito, entregou lá e fez essa referência. Como o Leonardo Paixão não tomou atitude nenhuma, a FOLHA DE SÃO PAULO descobriu e botou a matéria na FOLHA. Aí eles foram chamados e abriram que, aqui tem o meu documento que eu fui instado também. No dia 08 de novembro eu recebi uma correspondência. 28 de setembro! Eu recebi uma correspondência da SPC para explicar aqui ó: “Notícia veiculada jornal FOLHA DE SÃO PAULO, 27 de setembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só depois que a FOLHA publicou a matéria é que a Secretaria de Previdência Complementar resolveu se pronunciar?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Isso, tomou atitude. Instaurou um processo administrativo lá, qualquer, que está rolando lá com relação ao, a essa denúncia do Darci.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor acha que o Darci teria motivos para criar essa denúncia, para inventar essa história?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Não, eu ouvi essa história.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor ouviu de quem?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Da Sônia. Quatro testemunhas ouviram.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a Sônia contou em que circunstâncias essa história?

SR. JORGE LUIZ MOURA: No dia 12 de abril quando o Conselho se reuniu e demitiu o companheiro dela, ela se tomou de desespero, que é companheiro dela, gritava, denunciando que tinha sido traída porque só o Vassimon(F) fora demitido, e o Eduardo Teles(F).

E a Tânia não foi. E aí ela fez a denúncia de que a Comissão acertada, que tinha sido feito uma reunião do G8 da terceirização de um bilhão e setecentos milhões de reais que a Comissão seria de dezenove milhões, e que esses dezenove milhões seriam para a campanha--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Comissão paga pela Instituição que vencesse...

SR. JORGE LUIZ MOURA: Que tivesse um Fundo Exclusivo que fosse gerir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós estamos falando desse Fundo de Aplicação em cotas que o Senhor fez um voto, aqui em separado, que perdeu por oito a um, mas que faltou condições de apoio político junto ao Conselho e aí nem submetido ao Conselho foi. É isso?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Perfeitamente, exatamente isso, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então era a partir da criação desse FAC que se pretendia desviar dezenove milhões do Fundo?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Isso. Vamos ver a data? Isso foi o quê? Abril de 2004. A eleição já estava começando, o desespero para arranjar recurso deveria ser muito grande.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabe se já existia alguma Instituição na mira daqueles que queriam compor o FAC e que tivesse disposta a pagar os dezenove milhões?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Deputado, aqui eu tenho. Em cotas você tem. Ele quando propõe, ele propõe aqui, qual é o Banco? Aprovada Instituição, FAC. Tinha o HSBC, tinha o HSBC ESSOUBI(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O MELON?

SR. JORGE LUIZ MOURA: O MELON e o INDUSTRIAL. Esses foram os Bancos que foram aprovados para fazer o FAC, o FIFT. O FAC, FIF e FITVM(F).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas eles compartilhariam a gestão desse Fundo ou seria escolhido um dentre eles?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Aí eu não sei. E a verdade, aí é que está, Deputado, quando eu fiz o meu voto, está aqui, eu vou dar uma lida nele rapidamente. É interessante, Voto Diretor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se puder resumir.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Eu não vou ler isso tudo, “Na Política de Investimento pela CODEL (...) parte relativa a alocação de estrutura de investimentos”. Porque nós tínhamos o BBI Atuarial, nós tínhamos, é...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em linhas gerais o que é que fez o Senhor ser contra esse FAC?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Porque não estava previsto na nossa Política de Investimento. Eles iam dar um golpe ali. Aliás, aqui ó, “na octagésima primeira Reunião de CDI foi colocada em discussão aprovada a cisão do Fundo de BB atuarial e sua transformação em Fundo de Aplicação Cota FAC, só os do Banco do Brasil. (...) E Fundos de Investimento de renda variável, por esta breve exposição que a Política de Investimentos aprovada pelo CODEL e que foi decidido no septuagésimo oitavo não contemplam a criação de FAC, FIF e FITVM(F) muito menos que todos os investimentos da REFFER fosse aplicado nesse tipo de Fundo”. Não estava contemplado. Eu saí numa boa porque, o Eduardo propôs um estupro, propôs um estupro. Eu votei contra. O que está em discussão--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor acha que o Eduardo foi escolhido e foi para lá a dedo?

SR. JORGE LUIZ MOURA: A dedo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para poder aceitar a composição desse fundo e dirigir a composição desse Fundo?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Claro. Era uma proposta, um projeto definido. Era um ficou definido. “Sem entrar no mérito do custo atual (...) ou mesmo da classificação, voto contra essa proposição de construir FACs, FIFs e FITVM(F) em razão de opôr-se ao contido na Política de Investimento da REFFER”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E aí com a desaprovação do Conselho, o Eduardo caiu também. O Bruno Graim ficou até quando?

SR. JORGE LUIZ MOURA: O Bruno Graim ficou até 31 de março de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que é que principalmente provocou a saída dele?

SR. JORGE LUIZ MOURA: O Bruno já vinha com dificuldades com o Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo há muito tempo. O Darci, o Roberto Marzani(F), a Ivete Buosi(F), os eleitos cobravam sistematicamente. Dentro daquele contexto de que os, os eleitos eles focam muito a Diretoria Financeira e com razão. Eles importam muito com a gestão, então eles acompanhavam. Desde que o Bruno tenha um vício

de origem. O Bruno já na origem teve um problema com o Sindicato lá dos empregados. E aí o Conselho via sempre o Bruno com lupa de aumento. Sempre permanentemente com lupa de aumento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É verdade que os Conselheiros identificaram movimentações feitas pelo Bruno, fora do escritório da REFFER? Ou seja, que ele estaria paralelamente servindo a interesses empresariais que não os interesses próprios da Fundação e que diante da detecção desse movimento dele, isso contribuiu para a saída dele? E é verdade também que o Bruno, segundo denúncias apresentadas e segundo questionamentos feitos por Conselheiros, teria uma evolução patrimonial incompatível com os rendimentos que auferia?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Olha, Deputado, essa questão, o Bruno foi uma pessoa sempre contestada dentro do ambiente da área financeira. Sempre foi uma pessoa muito visada. Com relação ao aumento patrimonial, eu nunca tinha ouvido falar disso. Ele se dizia que foi empresário, era empresário, tinha uma empresa, saiu. Enfim, ele, e passava para mim uma certa insegurança no traquejo da área financeira, não tinha um *expertize* que eu considerava. Agora, era uma pessoa de confiança do Adauto e de muito mais confiança do Eduardo Teles(F). Essa questão como é que ele que ele recebeu dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se ele pode ter com movimentações paralelas a da REFFER obtido--

SR. JORGE LUIZ MOURA: O que que o Deputado chama de movimentações paralelas?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Negócios. Fazendo negócios.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Negócios na área de, financeira--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque é sabido que o Sr. Eduardo Teles--

SR. JORGE LUIZ MOURA: --Patrimônio imobiliário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Geral, que tenha levado ao enriquecimento indevido dele. Porque é sabido que o Sr. Eduardo Teles(F) foi punido pela SPC e o motivo principal dessa punição é não ter, ele, exonerado o Sr. Bruno Gaim no tempo devido. Isso aconteceu?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Aconteceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque o conselheiro decidiu pela saída do Bruno. Não foi isso?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Saída do Bruno, mas aí Deputado tem uma questão--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque é que o Eduardo não cumpriu?

SR. JORGE LUIZ MOURA: --Está na Ata que, a Ata diz o seguinte do CODEL: que ele seria demitido no prazo até 31 de março, até 31 de março. Então deram esse prazo de até. Ele foi demitido no dia 31. Nesse aspecto, eu acho que o CODEL foi talvez tolerante demais, quando fez a reunião tinha que exigir a imediata demissão dele. Quem demite ele, eu tinha, eu recebi o memorando do Eduardo com a data, com a Ata do Conselho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então essa punição imposta ao Eduardo é injusta?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Eu não diria que é injusta. Eu acho que ele vai se defender e pode até sair dessa por aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.S^a. concordou com a demissão do Bruno?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Concordei, claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Participou dela?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Eu sabia dela, sabia de que o Conselho, o Conselho conversava muito comigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Desde quando V.S^a. soube que o Bruno tinha ligações estreitas com a família Almeida Rêgo principalmente com o Murilo?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Eu comecei a tomar conhecimento disso a partir de novembro, dezembro de 2003 para 2004, quer dizer--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja muito antes do Bruno ser afastado de REFFER?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Um pouco antes, exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aquilo despertou algum tipo de curiosidade por parte de V.S^a.?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Não, permanente desconfiança dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além de V.S^a.,

outros dirigentes da REFFER sabiam das relações do Sr. Bruno com a família Almeida Rêgo?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Quem denunciou isso aos quatro cantos foi o próprio Presidente do Sindicato local, lá da Casa, o Tota, o Aristóteles Arueira. Aí que ele falava do Pororoca, do Sereno, do Carlinhos. Eles mesmo quando brigam entre eles um denuncia ou outro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, era de conhecimento indubitado da Diretoria da REFFER que o Bruno tinha relações estreitas com o Murilo e, ainda assim, nenhuma providência imediata foi tomada para que ele fosse afastado da função de Gerente financeiro da Fundação?

SR. JORGE LUIZ MOURA: É. Quando eu tomei conhecimento no final de 2003 para 2004, a situação ali e com a saída do Adauto, ele ficou cada vez mais adernado. Porque eu não podia demití-lo, é mano militar(F). Tem toda uma estrutura organizacional onde o Diretor-Financeiro é que pede a demissão e eu não vou interferir na área de ninguém para chegar e demitir sem nenhuma justificativa, eu não tinha prova, eu não tinha documento. Havia rumores, rumores permanentes de que ele tinha essa relação e são essas coisas, não é Deputado? Que é muito difícil você chegar e provar. A gente pode cometer até uma injustiça. E a nossa rentabilidade como eu tenho aqui, a rentabilidade 2003/2004 da REFFER foi perfeita, nós atingimos todos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Jorge não há como não perceber que era possível ter adotado uma medida mais enérgica para afastar de logo o Bruno pelas vinculações dele com o Murilo.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Sim, mas o Conselho--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor poderia até não ter força para isso.

SR. JORGE LUIZ MOURA: O Conselho só foi objetivo, concreto e firme em março de 2004. E ainda deu um prazo até 31 de março.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós temos esse processo da CVM de nº 3995 do ano de 2004 com a seguinte descrição: “Operações no mercado de valores mobiliários realizadas pelo setor de investimentos da REFFER teriam gerado prejuízos ao Fundo de dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil e quarenta e cinco reais por operações atípicas, realizadas ampla círculos de relacionamentos, tendo como principal articulador o seu próprio Gerente de Investimentos, Bruno

Graim de Oliveira Rodrigues”. Aí ele faz uma série de descrições das irregularidades, da CVM. E aqui vem: “Das responsabilidades: Devem ser responsabilizados pelas obrigações”. Aí lista uma série de pessoas físicas e jurídicas que devem ser responsabilizadas, encabeça essa lista o Senhor Bruno Graim de Oliveira. Depois Eduardo Cunha Teles(F), Luiz Alberto Ciso, Rogéria Costa Beber, Christian de Almeida Rêgo, Cristiano Costa Beber, Carlos Eduardo Carneiro Lemos, Ricardo Siqueira Rodrigues, Renato Lima Silva, Éric Davi Belo, João Carlos Seabra da Cruz, Horácio Pires Adão e Sandro, ARBOR, SIXFLEGS(F) E TEC INVEST, NOVINVEST, SCHAHIN e São Paulo. Veja como isso aqui é sério, por quê?

SR. JORGE LUIZ MOURA: V.Ex^a. vê que na responsabilidade aí, não está nem o Presidente nem os outros Diretores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse processo aqui ele vem confirmar uma cadeia de relacionamentos que a CPI já havia identificado, que envolve seu Bruno, que foi Gerente Financeiro da REFFER, que envolve seu Eduardo Teles(F) que foi Diretor-Financeiro da REFFER, indicado por Marcelo Sereno.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Carlos Santana.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como o Senhor disse em combinação. Aí vem a Rogéria Costa Beber, que é mulher do Murilo, cunhada do Christian. O próprio Christian. O Cristiano Costa Beber que é irmão da Rogéria, o Carlos Eduardo que era da SIXFLEGS(F), que foi sócio de um dos funcionários da NOVINVEST, que está aqui também, e que atuou na PRECE. O Éric Davi Belo, que foi sócio da EURO CORRETORA e filho do Rui Belo que foi Da RIO PREVIDÊNCIA. A própria ARBOR e a SIXFLEGS(F), a SÃO PAULO CORRETO-RA e aí vai. Quer dizer, não é coincidência.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso que está aqui identificado num procedimento da CVM naquele momento ainda sobre uma denúncia, eu diria que com universo limitado, depois veio se alastrar, veio se ampliar para mostrar tinha vários tentáculos que alcançaram a NÚCLEOS, a PRECE, tentáculos que alcançaram a REAL GRANDEZA e a REFFER. O que posiciona a REFFER numa situação muito ruim.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Desagradável, muito desagradável. Agora, se V.Ex^a. perceber, os prejuízos causados nos outros Fundos e no caso da REFFER, quer dizer, dentro da nossa área de risco foi um prejuízo até a menor. Até porque foi só aí esse derivativo. Foi com a TELEMAR, se não me engano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi. Ações da TELEMAR.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Fizeram uma operação que deu prejuízo, Agora, dentro do contexto da armação, da armadura que tinha toda essa organização aí que era uma organização, que eu diria uma organização criminosa para buscar recursos nos Fundos de Pensão, eu acho que a REFFER ainda se saiu muito bem, dentro do quadro, do contexto de dificuldade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.S^a. disse que nunca houve nenhuma interferência externa para a aquisição de CDBs ou de qualquer título do BMG do RURAL e do SANTOS.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Eu não disse que não houve. Ah, interferência externa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eles procuraram a Fundação, procuraram os Diretores Financeiros, mas o Senhor descartava. Consta do levantamento que nós fizemos que entrevista ao jornal FOLHA DE SÃO PAULO, em julho de 2005 V.S^a. afirmou que foi procurado por representantes dos bancos BMG rural e Santos para oferecer CDBs. Disse ainda que tais representantes agiam com uma espécie de aval do Sr. Marcelo Sereno. Como é que o Senhor explica?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Eu não disse que eles vinham indicado pelo Marcelo Sereno, eu não disse isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com espécie de aval. Aqui nós tiramos da reportagem. O Senhor não deve ter lido a reportagem, não reclamou com o jornal então devem ser palavras suas.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Eu não falei essa questão. Que ele vinha com aval do Marcelo Sereno? Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com uma espécie de aval.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Agora eu me lembro. Eles me procuravam, procuravam o nosso Diretor-Financeiro, o Adauto, e ele os remetia para mim. Eles chegavam dizendo que vinham a mando de pessoas que operavam nos outros Fundos de Pensão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Espera aí, eles iam...

SR. JORGE LUIZ MOURA: Iam a minha presença dizendo assim: “nós estamos aqui para oferecer produtos que nós já, em outros Fundos de Pensão, conseguimos colocar”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas e aí? Os detalhes? Conseguimos colocar com quem? Por ajuda de quem? De que forma?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Não. Colocaram na NÚCLEOS, na REAL GRANDEZA, em outros Fundos de Pensão. Eles tinham essa. Conseguiram essa e lá não conseguiram. Foi essa a relação que eu fiz da presença deles, com relação a essa questão do posicionamento deles, mas nunca falaram em “A”, “B” ou “C”. Eles não se apresentam dessa forma acintosa, não se apresentam. Principalmente quando a outra ponta não está fechada. Como é que eles iam chegar para mim, “Eu vim aqui porque o Marcelo Sereno mandou, que você foi indicado por ele”. Isso nunca. Eu digo, não tenho nada a ver uma coisa com a outra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conheceu, naturalmente, o Juarez Ferreira. Sim?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Conheci, assessor do Carlos Santana. Monitorava a Cristina Montemor, a comadre do Carlos Santana, Presidente do Conselho. Monitorava ela permanentemente pelo celular.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é a ligação que ele tinha com a Cristina? Como é que ele tinha abertura para monitorá-la dessa forma?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Pelo Carlos Santana. A Cristina só faz o que o Carlos Santana manda. Ela é uma aparelhada do Carlos Santana. Além de comadre é um aparelhada política dele. Tem um detalhe. Quando eu cheguei na REFFER o representante da CBTU não era ela. O representante da CBTU era o Fernando Durão. Ela era suplente. Estranhamente, dias depois, me chega um ofício fazendo a inversão, o Fernando Durão que, historicamente sempre foi o membro representante da CBTU, passou a ser suplente e ela titular.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Juarez é atual Secretário Municipal do Lindberg Faria. É isso?

SR. JORGE LUIZ MOURA: É. Parece que, eu não sei se é Secretário ou Assessor. Ele tem um cargo lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabe das ligações do Juarez com a família Almeida Rêgo?

SR. JORGE LUIZ MOURA: As informações que eu tenho é que são muito fortes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito fortes como?

SR. JORGE LUIZ MOURA: De freqüentar a casa. Na minha cabeça o Juarez era intermediário do Carlos Santana com a família Almeida Rêgo. No dia da minha demissão ele ficou monitorando permanentemente a Cristina, e no dia da terceirização ela ligava para ele desesperada dizendo que não conseguiu nem colocar em pauta. Não conseguiu nem colocar em pauta a terceirização da carteira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor falou aqui de um diálogo que já tinha sido publicado, em entrevista que o Senhor havia dado, com o Eduardo Teles(F), então Diretor-Financeiro. Vou repetir aqui. O Eduardo Teles(F) teria dito ao Senhor: “Olha Jorge, eu quero te dizer que estou assumindo o cargo com o chicote nas costas”.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí o Senhor reage dizendo: “chicote? Que chicote? Chicote de quem?” O Eduardo Teles(F) teria dito “Do Carlos Santana e de Brasília”.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor confirma esse diálogo?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Confirmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabe o que Eduardo Teles(F) negou esse diálogo na CPI?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Claro, é desagradável para um cidadão, para um homem ter que chegar na presença dos outros e dizer que está com chicote nas costas de alguém. Isso é o fim do mundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse chicote era para quê? Para a composição daquele Fundo da Aplicação de Cotas?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Ele foi colocado ali, adredemente preparado para fazer operação da terceirização da carteira. Era o projeto, estava em marcha batida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse momento o Bruno Graim ainda era o Gerente?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Era o Gerente. Quem preparou toda a proposta que foi apresentada no dia 2 de abril, assinada por uma moça com nome de Renata, que substituiu o Bruno, mas quem preparou tudo foi o Bruno. Isso a gente soube depois, pela área financeira. Quem preparou toda a proposta da terceirização da carteira foi o Bruno. Eu digo até mais, o velho Vitorino Freire dizia que jabuti não sobe em árvore. Isso não é

alguém, isso já deve ter vindo pronto até de fora. Eu não sei nem se o Bruno tem capacidade para montar toda essa armadura da proposta do Comitê Diretor de Investimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Uma coisa interessante aconteceu aqui no depoimento do Murilo de Almeida Rêgo. Ele na minha opinião entrou numa grave contradição, por quê? Primeiro ele afirmou que era amigo do Sr. Marcelo Sereno, mas que nego veementemente que conversasse com o mesmo sobre qualquer assunto ligado a Fundos de Pensão. Depois, com o decorrer da oitiva, ele relatou que certa vez, estando em companhia do Sr. Sereno, este referiu-se a V.S^a. e teria alertado a ele, Murilo, que mantivesse distância de V.S^a., pois tratava-se de alguém perigoso. Aí surgem uma série de indagação na minha cabeça e naturalmente na de todos aqueles que estão participando da investigação. Ora, não foi o Sr. Sereno que teve uma participação decisiva para que V.S^a. se torna-se Diretor-Presidente da REFFER?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Lá atrás.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque é que então depois ele passaria a achá-lo “alguém perigoso”, primeiro ponto. Segundo ponto, isso mostra claramente que o Marcelo Sereno conversava com Murilo do Almeida Rêgo sobre questões de Fundos de Pensão.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Permanentemente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Terceiro, o Murilo disse que foi o Senhor que ligou para ele e não ele que ligou para o Senhor.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Eu liguei para o Murilo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi o que ele disse aqui.

SR. JORGE LUIZ MOURA: É um leviano mentiroso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria que o Senhor tratasse desse assunto e dissesse por que é que o Marcelo Sereno passou a achá-lo “alguém perigoso”, das relações do Marcelo Sereno com o Murilo de Almeida Rêgo e quem é que ligou para quem, em que circunstâncias esse telefonema se deu e o que é que foi tratado nesse telefonema?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Bom, Deputado, eu acho que a palavra perigoso foi talvez a decepção que eles tiveram comigo de me colocar naquela posição e não é ter a contrapartida que, naturalmente, eles gostariam que tivesse. Eu tinha uma relação muito boa com

o Conselho Deliberativo, apesar do equívoco que eles cometeram, e eu sempre disse para o meu Conselho Deliberativo que eu tinha dois votos. Dizia assim: “a governabilidade desse Fundo está na mão de quatro pessoas: Marzani, Darci, Ivete e Marco André. Se nós estivermos fechados, isso aqui, a gente toca esse projeto. O fato deles me dizerem que eu era perigoso, para o Murilo, foi para chamar atenção dele de que não me procurasse de forma alguma. Eu quero até aqui dizer o seguinte, nesse dia de que eu encontrei o Presidente da Casa da Moeda, que V.Ex^a. perguntou, como é o nome dele? O Presidente da Casa da Moeda, como é que era o nome dele mesmo? O Severino, Manoel Severino. Nesse mesmo dia, nesse evento lá em Jacarepaguá no lançamento da Pedra Fundamental da Vila Panamericana estava lá o Murilo, nesse dia ele estava lá. Foi aí que eu o conheci. Conheci de uma forma muito *en passant*. O Murilo lá nessa festa, estava o Ministro Agnelo Queiroz, enfim, uma festa. Governador, Prefeito e tal. Então ali eu o conheci. Nunca, nunca liguei para o Murilo, nunca liguei para Murilo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele já ligou para o Senhor?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Nunca ligou para mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os Senhores nunca tiveram nenhum contato?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Esse contato lá na Vila Panamericana.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que é que o Marcelo Sereno tratou desse assunto com o Murilo falando do Senhor e tal? O Senhor acha que eles tratavam de assuntos de Fundos de Pensão?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Claro. Eu acho o seguinte, o Murilo devia reclamar com o Marcelo que uma das dificuldades que tinha na REFFER era por causa do Jorge Moura na Presidência. Então isso passava permanentemente na cabeça do, quando eles tiraram, o PCdoB tirou o Aduato e entrou o Eduardo, ali eles resolveram me atropelar. A partir dali foi para atropelar. Vamos propor. Ali eu vi que o meu limite estava ali, eu disse “vou enfrentá-los, vou enfrentá-los e vou votar contra”. Eu estava de acordo com a política de investimento do Fundo. O fato do Murilo, o Marcelo dizer que eu era perigoso, eu acho que para mim só me enobrece, só me agrada muito. Eu nunca tive, mora no Golden Green, que eu sei que mora, eu moro na Barra também, moro num lugar mais antigo, na Velha Barra, e eu nunca tive contato pessoal com ele, de tratativa de nada, nada, nada, nada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além dessa relação da família Almeida com o Bruno Graim, o Senhor poderia destacar algum outro elemento que nos permitisse reafirmar essa crença de que a família Almeida Rêgo tinha grandes interferências da REFFER?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Olha, a interferência na REFFER vem de muito longe. O Haroldo de Almeida Rêgo, o Haroldo Pororoca, ele operava Fundo de Pensão no Governo Collor com o Pedro Paulo Leoni. E a REFFER na época, teve um Diretor lá colocado por ele, Ricardo Veterin(F), que foi colocado por ele na COPEL(F) agora em 2003, numa auditoria que eu tenho feito pela KROL(F), onde levanta todo o processo onde estão envolvidos os Fundos Exclusivos montados pelo Haroldo. A REFFER já tem uma tradição com esse Haroldo já de longa data, só que ele nunca conseguiu, nem naquela época. Fizemos uma operação do empréstimo que foi objeto de uma ação que está rolando até hoje, do então Presidente da REFFER, o Presidente da Associação dos Aposentados que agora me foge o nome, que entrou com ação contra o Ricardo Veterin(F). A REFFER sempre passaram por parte, mas nunca colocaram os pés e as mãos como gostariam de colocar lá dentro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eles nunca tiveram na REFFER?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Nunca, nunca. Nenhum deles. São profissionais de trabalhar sem... O Bruno, não tenho dúvida nenhuma em afirmar hoje, que o Bruno era um elemento deles, uma inserção deles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Uma coisa me surpreende da denúncia que a Sra. Sônia fez, depois verbalizada pelo Conselheiro Darci Rocha, que é justamente a riqueza de detalhes da forma como os recursos seriam divididos. Dez milhões seria para candidata petista à Prefeitura de São Paulo, cinco milhões para o candidato petista à Prefeitura do Rio e outros quatro milhões seriam destinados a um parlamentar do PT com base no Rio de Janeiro.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Que é o Carlos Santana.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. De onde é que ela pode ter extraído essa quantidade de informações, essa riqueza de detalhes, da divisão, inclusive, dos dezenove milhões que seriam pagos a título de garantia a formação daquele Fundo?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Deputado, essa Senhora ela é inteiramente desvairada. Ela é uma pes-

soa completamente desnorreada, ela é uma pessoa que grita, berra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que fragiliza a denúncia dela.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Fragiliza, mas ao mesmo tempo fragiliza muito a questão dos números. Eu, por exemplo, eu votei no Jorge Bittar em 2004, fiz a campanha dele em Jacarepaguá, ajudei ele, e ele nunca medo pediu um parafuso na REFFER, nunca me pediu nada. Eu tenho o Jorge Bittar, acho que é uma leviandade dela ter falado em nome do Jorge Bittar. Eu acho que eu não estou aqui para ser Advogado do Jorge Bittar, mas eu acho que foi uma leviandade dela. Essa divisão não sei da onde ela tirou da cabeça dela. Que eram dezenove milhões para o PT, tudo bem. Agora essa divisão, eu acho que faz parte muito daquela mixórdia com quem ela vive, que o pessoal comenta, de destacar cinco milhões para o Deputado Jorge Bittar quatro milhões para o Santana. O Santana com certeza estava nesse pacote, eu não tenho dúvida nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Jorge o Senhor me permita discordar do seguinte aspecto: não dá para desacreditizar uma denúncia pela metade. Ou a denúncia tem crédito porque a denunciante é séria, é uma pessoa confiável, tem palavra, é equilibrada, não ia ofender nem agredir ninguém, ou então a denúncia não é verdadeira, me perdoe. Eu aqui não tenho dever de julgar se ela tinha ou não elementos para falar o que falou. Agora, também, o Senhor me permita discordar de V.S.^a, nós não podemos preservar um e não preservar a todos. Como a denúncia não pode ser comprovada, por enquanto todos merecem ser preservados. A menos que, a pessoa que denuncia, ela tivesse crédito para tanto ou que tivesse algum elemento probatório para mostrar que aquilo era procedente. Eu tenho o dever de tratar todos os assuntos. Eu não posso passar por cima de nenhum assunto. Eu não posso também admitir, dentro de um conceito que o Senhor fez, de uma pessoa desequilibrada, de uma pessoa descompensada, eu não posso admitir que essa pessoa fale meia verdade e meia mentira.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Sim, mas no que tange a tal Comissão, eu tenho certeza que isso deve ter surgido nas conversa deles lá do G8, daquelas história lá deles de que haveria uma Comissão. Isso aí, essa denúncia dela, quando ela se sentiu traída e a mulher do Carlos Santana foi preservada na Diretoria, ela possuía de fúria, ela saiu denunciando e na denúncia pode ter cometido o exagero aqui ou acolá. Que tinha algum projeto concreto de terceirizar carteira

e dali sair recursos, isso aí é sem dúvida alguma existir. Agora se era dezenove, se era dez, se era quinze, se era para “A”, “B”, “C” ou “D”, aí fica por conta da imaginação dela.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É muito difícil. Aqui do ponto de vista não tenho porque estar defendendo o PT, muito pelo contrário. Agora, é muito difícil realmente dar credibilidade a esse tipo de insinuação se não há um mínimo de fundamento para suportá-la, para sustentá-la.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Deputado, pergunto a V.Ex.^a, desculpo te dizer pergunto. Se houvesse, por trás dessa terceirização tinha um projeto financeiro, não tinha?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tinha.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Obviamente que tinha. Ela devia saber detalhes. O companheiro dela votou favorável. A Tânia, está aqui, a Tânia votou favorável. O Eduardo propôs, o funcionário da Tânia, que tem assento no Comitê votou favorável. Os funcionários do Eduardo Teles(F) votaram favoráveis. Foi oito a um. Ela vem no dia 12 e o Conselho vai e pune o marido dela, o companheiro dela, pune o Eduardo Teles(F) e resguarda a Tânia. Ela se sentiu traída, abandonada e saiu denunciando. Agora se a denúncia, se o valor é esse, não é aquele, se “A”, “B” ou “C”, se era Bittar, se era Carlos, se era Marta, fica por conta. Que tinha, concretamente, um projeto de terceirizar a carteira de um bilhão e quatrocentos milhões e fazer um Fundo e daí fazer, eu diria que eles chamam no mercado turbinar, fazer a turbinagem no Fundo desse dinheiro, isso aí lá embaixo dessa turbina, lá atrás dessa turbina ia sair recursos, esses recursos eram para a campanha. Nós estávamos exatamente em abril de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor acha que hoje--

SR. JORGE LUIZ MOURA: Desculpe, ela até hoje, ela insiste em recriar a quarta diretoria para o companheiro dela. O companheiro dela está hoje no Conselho Fiscal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o problema Dr. Jorge, é que justamente a REFFER, ela foi alvo de uma série de interesses pessoais desse tipo. Alguns para um lado, outros para outro, alguns mais graves, outros menos graves, mas não foge a regra, infelizmente, que se percebeu nesse período dentro da Fundação. Claro que eu não quero generalizar, não estenderia essa crítica a V.S.^a, mas é uma situação alarmante. Rapidamente, como é que o Senhor avalia

hoje a atual Diretoria? O Senhor acha que a REFFER hoje está em boas mãos?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Acho. Eu acho que hoje o Valdemar é um Presidente, é um homem tradicional da casa. Foi Auditor durante muitos anos, toda a carreira dele de auditoria. O Paulo da Silva Leite Auditor, são dois auditores. Se ressentem muito na Diretoria de Seguridade. Eles operam em ilhas, eles não operam organicamente. A Diretoria de Seguridade está debaixo agora de um processo de cobrança forte do Conselho Deliberativo porque, V.Ex^a. sabe, que V.Ex^a. tem que ter um recadastramento para ver a tábua de mortalidade e para poder fazer projetos futuros. Ela não deixa fazer nada, ela quer usar aquilo como um aparelho político sindical.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o Senhor disse que a Diretoria não cadastrava, não tinha o hábito de cadastrar ou de recadastrar.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Não, ela. A Diretoria de Seguridade. Eu insisti com ela--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem estava por trás disso?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Eu acho que, olha, é um negócio complicado porque o recadastramento hoje, as pessoas morrem, tem que fazer o atestado de óbito que sai do cartório, isso vai para uma fonte do INSS. Sinceramente, eu ainda não atinei porquê é que o recadastramento da REFFER, da área de seguridade que é uma massa envelhecida, é um Fundo maduro, porquê é que ela não faz essa. Agora ela quis fazer, agora eu me lembro. Nos dois meses de gestão daquela Diretoria colocada pelo marido dela, ela quis contratar uma consultoria para fazer isso. E aí não conseguiu contratar. Não deixaram ela contratar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse campo dos contratos de prestação de serviço de empresas que tinham negócios com a REFFER, que prestavam serviços, que terceirizavam serviços, o Senhor alguma vez teve alguma suspeita sobre alguns desses contratos?

SR. JORGE LUIZ MOURA: Não, não. Os valores lá são pequenos. O Fundo não tem essa dimensão, por exemplo, de uma PREVI, de uma PETROS, de uma FUNCEF, de uma REAL GRANDEZA. Os contratos, terceirização da informática, terceirização de Advogados no Brasil todo, que é um negócio complicado. Um dos pontos que eu acho que a REFFER corre um risco muito grande, porque a demanda de ações, há uma indústria de ações em busca de superávit, de reajuste, enfim, tem os Advogados especializados nisso.

A área jurídica é uma área que deve ser olhada com muito cuidado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, ao encerrar esse depoimento eu gostaria de agradecer a V.S^a., a presteza de ter atendido ao convite da Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão. Evidente que muitas das informações que foram aqui apresentadas servirão para embasar o nosso trabalho de detecção das irregularidades na REFFER. Gostaria de, mais uma vez, refletir sobre o futuro dos segurados da Fundação. Que me parece está com uma situação de insegurança e de grande risco justamente porque a Fundação está com problemas financeiros, isso pode levar, um dia, ao não cumprimento das suas obrigações de pagamento dos benefícios dos seus segurados. É muito grave essa situação, inclusive nós vamos ser muito incisivos nesse aspecto no sentido de tentar sensibilizar o Governo Federal, e me parece que também os outros governos envolvidos como patrocinadores, a fim de que cada um possa cumprir o seu papel. Eu quero comunicar mais uma vez que a consultoria e a Assessoria da CPMI já está orientada para acionar a Polícia Federal, a fim de promover as medidas necessárias de citação do Sr. José Mariana Drummond Filho, que não compareceu no dia de hoje, seria o quarto depoimento do dia de hoje. Amanhã nós temos uma agenda de depoimentos, assim como também na quarta e quinta-feira dessa semana e, talvez até na sexta-feira, ao depender do que seja acertado. E não havendo mais o que tratar, eu declaro encerrada a 20^a Reunião da Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão.

SR. JORGE LUIZ MOURA: Muito obrigado.

Sessão encerrada às 17h37.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO

Ata da 21ª Reunião, realizada em 07/03/2006.

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às dez horas e vinte e um minutos, na sala 07, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, Sub-relator e com a

presença do Senador Heráclito Fortes, Valdir Raupp e Romeu Tuma, reúne-se a SUB-RELATORIA FUNDOS DE PENSÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos informando que a presente reunião destina-se à oitiva do senhor Alex Nawa, que vem acompanhado de seu advogado o Dr Augusto de Arruda Botelho OAB/SP nº 206.575 e na condição de testemunha. O Sub-Relator comunica também que nesta reunião serão ouvidos os senhores: Marcelo Sereno e Leonardo Paes Borba, porém ocorreram algumas mudanças e o depoimento do senhor Marcelo Sereno ficou agendado para esta sexta-feira, dia dez do mês corrente, e o depoimento do senhor Leonardo Paes Borba está marcado – a princípio – para o dia nove corrente, quinta-feira. O Presidente solicita que o senhor Alex Nawa tome assento à mesa, juntamente com seu advogado, e faz uma breve introdução antes de passar a palavra ao depoente. Dada palavra ao senhor Alex Nawa, o mesmo fez uma breve apresentação pessoal e profissional de sua pessoa. O Sub-Relator inicia seus questionamentos ao depoente. A reunião é suspensa por cinco minutos, às dez horas e cinquenta e um minutos, para que o Presidente converse em particular com o depoente e com seu advogado. A reunião é reaberta às dez horas e cinquenta e nove minutos para continuação da oitiva. O Sub-Relator continua seus questionamentos. O Sub-relator solicita a sua assessoria que providencie o requerimento que objetiva a quebra de sigilo da NK, para ser por ele apresentado na próxima reunião administrativa e votado na mesma. Encerra-se a presente reunião às onze horas e vinte e cinco minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro aberta a 21ª Reunião da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento número três, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E

TELÉGRAFOS. Sobre a Mesa a ata da reunião anterior, a qual coloco em votação propondo a dispensa da sua leitura. Os que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada. Esclareço que a pauta desta reunião tinha como objetivo as oitivas dos Srs. Marcelo Sereno, Alex Nawa, Leonardo Paes Borba. O Sr. Marcelo Sereno, usando de uma prerrogativa que é legal, porém, que é condenável pela CPMI, ele acabou se esquivando de ser citado. Ontem, mantive contato com os Advogados do Dr. Marcelo Sereno a fim de garantir a citação dele para o comparecimento até, no máximo, sexta-feira. Esse é o nosso limite. Nós pretendemos, no máximo, na sexta-feira, encerrar as oitivas da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. Evidentemente que isso só sofreria alguma alteração se, por acaso, houvesse uma prorrogação dos trabalhos da CPMI. Mas, por enquanto, levando-se em consideração que o nosso desejo é começar a votar o relatório geral no dia 23 de março, então nós vamos cumprir o prazo de 13 de março, de entrega do texto ao Deputado Osmar Serraglio. Eu espero que o Sr. Marcelo Sereno, mais uma vez eu digo isso publicamente, ele facilite as coisas, aceite ser citado e compareça à CPI. Porque, com isso, ele só vai colaborar com a situação de envolvimento dele em supostas irregularidades com os Fundos de Pensão. Se não o fizer, ficará a acusação sem a defesa e nós não seremos acusados de não termos dado oportunidade do contraditório. Então, para que ele tenha a oportunidade do contraditório, para que ele possa apresentar as suas razões, para que ele possa eventualmente até contestar todas as denúncias que foram apresentadas, envolvendo o nome dele, a esta Sub-relatoria, é fundamental que ele compareça. E foi justamente isso que eu disse à Advogada do Sr. Marcelo Sereno. O Sr. Alex Nawa está presente e será, logo em seguida, convidado a tomar assento na Mesa dos nossos trabalhos e o Sr. Leonardo Paes Borba, ele encaminhou um ofício, no dia de ontem, à CPMI que, de antemão, nós queremos dizer que ele não teria esta essa possibilidade, essa prerrogativa, porque ele não foi convidado, ele foi convocado. Mas, ele encaminha um ofício, no qual ele diz da impossibilidade de estar presente hoje, e sugere o reagendamento ou para o dia oito ou para o dia nove. A depender... Nós já providenciamos o reagendamento do Sr. Leonardo Paes Borba. Providenciamos, na verdade, para o dia nove. A depender do que seja produzido hoje aqui pelo Alex Nawa, pode até ser que torne-se desnecessária a vinda dele, porém, por enquanto, está acertada a vinda dele para o dia nove. Ontem também nós havíamos recebido ofício do Sr. Cláudio Roberto Seabra de Almeida, que informa que está viajando para o exterior e que não poderia comparecer à CPMI esta semana. Ora,

mais uma vez eu insisto, ele não foi convidado, ele foi convocado e tem a obrigação de estar presente, então nós estamos acionando a Polícia Federal, para que ela tome as medidas devidas e possa garantir a presença dele. Portanto, eu gostaria de convidar, imediatamente, o Sr. Alex Nawa para que tomasse assento na nossa Sub-relatoria, a fim de que comecemos a sua oitiva. O Sr. Alex Nawa comparece a esta Sub-relatoria na condição de testemunha e, por isso mesmo, já assinou o termo de compromisso e se faz acompanhar do seu Advogado, o Dr. Augusto de Arruda Botelho, OAB São Paulo 206575. Sr. Alex, o senhor seja bem vindo, agradecemos a presença de V.Sa. nesta Sub-relatoria, gostaria de fazer uma breve introdução para justificar a vinda de V.Sa. a esta CPMI e, logo em seguida, eu concederei a palavra a V.Sa. Bom, como subproduto das nossas investigações, apareceu diretamente envolvida em diversas operações que estão sendo investigadas, a NK Participações. Inicialmente, nós havíamos aprovado a convocação do Sr. Ricardo Nakatsu, contudo, recebemos aqui um comunicado de familiares do Sr. Ricardo, dando conta de que ele estaria acometido por uma grave doença, internado no Hospital das Clínicas de São Paulo e, portanto, impossibilitado de comparecer a esta Comissão. Examinando os contratos sociais da empresa, nós então chegamos ao nome de V.Sa. e ao nome do Sr. Leonardo de Paes Borba. Vou aqui procurar ser muito claro, porque nós estamos numa fase praticamente conclusiva dos nossos trabalhos e existe uma possibilidade concreta de, no dia de amanhã, quando da realização da nossa última Sessão administrativa, nós promovermos a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da NK Participações. Por quê isso? A NK não tinha aparecido, até então, no nosso escopo investigativo. Quando a Corretora QUANTIA, através dos seus representantes, esteve... Quando a corretora esteve aqui, através dos seus representantes, nós indagamos à corretora sobre uma série de operações envolvendo títulos públicos federais vinculadas à Fundação NÚCLEOS, que tinham dado prejuízos exorbitantes à fundação e, aparentemente, resultados positivos exorbitantes para a QUANTIA. Quando, então, do depoimento dos representantes da corretora, eles nos disseram que ficaram com uma parcela daquele montante de, aproximadamente, dezenove milhões de reais, uma parcela pequena, uma parcela de 10 a 15%, e que o restante eles haviam repassado para a NK Participações. Foi aí que a NK surge dentro da nossa investigação. Foi praticamente inevitável que os proprietários da QUANTIA reconhecessem isso, por quê? Porque nós já tínhamos a transferência do sigilo da corretora e, na transferência do sigilo da corretora, nós vimos alguma coisa em torno de cinquenta milhões de

reais de movimentação financeira da corretora para a NK Participações. E depois, os proprietários da QUANTIA foram além e nos deram outras informações, que eu vou usar no momento proprietário da nossa oitiva. Então, eu quis fazer essa apresentação, porque há muito tempo, já desde que a Sub-relatoria foi criada, o nome de várias corretoras vêm sendo ventilados, o nome de vários empresários vêm sendo citados. Então, já se tornaram praticamente conhecidos daqueles que acompanham de perto o trabalho da Sub-relatoria. Contudo, o nome da NK foi um dos últimos a aparecer. Então, feita essa apresentação e essa ambientação do porquê que o senhor está aqui, porque eu acho que é importante deixar muito claro que foi o curso da investigação que levou ao nome da empresa NK. Com isso, eu quero, inicialmente, lhe conceder a palavra para que o senhor possa fazer a sua apresentação pessoal, a sua qualificação profissional, possa, quem sabe, explicar um pouco a respeito da NK, e sinta-se a vontade para tecer qualquer tipo de comentário de natureza preliminar e introdutória que o senhor ache importante para o desenrolar, o desenvolver dos nossos trabalhos de hoje. Tão logo o senhor faça a sua apresentação, pelo tempo que o senhor achar necessário, eu aí volto e nós daremos continuidade aos nossos questionamentos.

SR. ALEX NAWA: Antes de mais nada, eu quero esclarecer assim que eu trabalho no mercado financeiro há mais de 10 anos com títulos de renda fixa. Eu comecei na Corretora LIQUIDEZ, trabalhei na AGAMEX trabalhei na SAFIC e hoje eu trabalho na ELITE Corretora. Estive afastado um tempo do mercado, trabalhei mais ou menos dois anos numa seguradora e, na minha volta para o mercado, eu tentei ir para a área de câmbio, mas não obtive sucesso. Com relação à NK, eu tenho 1% de participação na empresa. Foi um favor que o Ricardo me pediu, porque ele tinha outro sócio e este outro sócio ia se desligar de empresa, e, só por isso, eu entrei. Eu entrei, mais ou menos, em fevereiro do ano passado. E eu não tenho ciência assim... Pelo que eu saiba, a NK era... Simplesmente ela fazia a intermediação de negócios.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor encerrou?

SR. ALEX NAWA: Já... É que eu estou meio nervoso aqui...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria deixar o senhor muito à vontade, porque o nosso objetivo aqui é apenas o de obter as informações que o senhor possua, e que sejam muito importantes para a nossa investigação. Nós não temos nenhum desejo de cons-

trangê-lo, de criar nenhuma dificuldade. Às vezes, as pessoas quando são convocadas para comparecer a uma CPMI, elas têm receio de vir porque acham que com isso já estão condenadas. De forma alguma. Esse é um depoimento público que é importante para o Congresso Nacional e é importante, sobretudo, para a Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. Então, eu queria assim que o senhor ficasse muito à vontade, porque o nosso desejo é apenas obter as informações que o senhor eventualmente disponha. Então, eu vou iniciar os nossos questionamentos da seguinte forma. O senhor sabe quando é que a NK foi fundada?

SR. ALEX NAWA: Em 2003. Não sei precisar o mês.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em 2003 ela foi fundada. Quem eram os sócios, à época? O Sr. Ricardo e?

SR. ALEX NAWA: Leonardo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Paes Borba?

SR. ALEX NAWA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ricardo e Leonardo. O senhor sabe qual era a divisão societária deles dois?

SR. ALEX NAWA: 99 do Ricardo e 1% do Leonardo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 99 e 1%. Mas os dois trabalharam na NK. Ou o Leonardo apenas figurava como sócio e não exercia nenhuma atividade na empresa? O senhor sabe me dizer?

SR. ALEX NAWA: Não sei informar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o senhor entrou o Sr. Leonardo já tinha saído?

SR. ALEX NAWA: Não, ele estava saindo, porque para você ter uma empresa cadastrada na CVM, são necessários dois sócios?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei. O Sr. Leonardo, também, fez apenas um favor ao Ricardo ou ele tinha uma relação mais estreita com o Ricardo?

SR. ALEX NAWA: Eu acho que foi só um favor também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi só um favor. O Sr. Ricardo, ele antes de ser acometido pela doença que foi acometido, ele vivia onde?

SR. ALEX NAWA: Em Porto Alegre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em Porto Alegre. Quando é que o Sr. Ricardo ficou doente?

SR. ALEX NAWA: Mais ou menos em dezembro do ano passado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dezembro de 2004.

SR. ALEX NAWA: 2005.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De 2005, perdão. Nós percebemos um comunicado dos familiares que ele estaria, inclusive, em coma. Esse estado ainda...

SR. ALEX NAWA: Ainda permanece.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ainda permanece?

SR. ALEX NAWA: permanece.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele ainda está em coma?

SR. ALEX NAWA: Está em coma. Ele está internado num hospital de Suzano, agora, para pacientes terminais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para pacientes terminais. Quem é que responde hoje pela NK?

SR. ALEX NAWA: A NK está paralisada, não é? Deveria ser os filhos...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do Sr. Ricardo?

SR. ALEX NAWA: Do Sr. Ricardo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era a estrutura da empresa, até o momento em que ela funcionou? Quantos funcionários a empresa possuía?

SR. ALEX NAWA: Nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhum?

SR. ALEX NAWA: Nenhum funcionário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A empresa, portanto, ela funcionava apenas com as atividades pessoais do Sr. Ricardo?

SR. ALEX NAWA: Exato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E mais nada?

SR. ALEX NAWA: Mais nada. Porque é uma empresa de intermediação de negócios.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Realmente é muito difícil a gente vislumbrar um cenário em que a NK receba a quantidade de recursos que recebeu e que

tudo isso seja operado por uma única pessoa, entendeu, Dr. Alex? Sem querer duvidar das suas palavras, a movimentação financeira da NK, ela é muito grande. É muito grande. Mas, enfim, vamos adiante. Como é que o senhor conheceu o Sr. Ricardo?

SR. ALEX NAWA: Do mercado. De contatos telefônicos, ligações. Há muito tempo atrás a gente fez alguns negócios porque, na época, ele operava muito Título da Dívida Agrária, porque ele fazia ITR.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, não é muito lógico que ele tenha convidado o senhor para ser sócio dele, mesmo com uma participação extremamente minoritária, sem que houvesse entre os senhores uma relação de amizade e confiança. O senhor concorda?

SR. ALEX NAWA: Confiança, no mercado inteiro você só faz negócio com quem você confia. Desculpa, mas a relação no mercado é muito de palavra. Então, eu não vi assim nenhuma coisa que, de repente, desqualificasse a pessoa dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando ele chamou o senhor para ser sócio, ele apresentou o motivo da saída do Leonardo. Ele disse por que é que o Leonardo estava saindo?

SR. ALEX NAWA: Ele tinha dito para o Leonardo que a sociedade entre eles seria provisória. E o Leonardo começou a cobrar isso dele, não sei qual o motivo, mas ele pediu para eu ser sócio e, como eu nunca tinha tido nenhum tipo de problema com ele, eu falei “Não, tudo bem”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, é evidente que, para o senhor emprestar seu nome ao Dr. Ricardo, alguma vantagem o senhor teria. Que vantagem ele ofereceu a V.Sa?

SR. ALEX NAWA: Não, não tive vantagem nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma? Mas o senhor sabe das implicações jurídicas, por exemplo, de algum ato irregular que a NK promovesse, e o senhor tinha emprestado o seu nome e, automaticamente, apesar de possuir apenas 1%, acabava por se tornar co-responsável pelas atividades da empresa. E o senhor nunca se preocupou em questionar isso, por parte do Ricardo? Porque, me perdoe, eu só me tornaria sócio de uma pessoa que eu conhecesse bastante, que eu confiasse irrestritamente e, ainda sim, eu procuraria acompanhar todas as atividades dessa pessoa, para ter absoluta certeza de que meu nome não estava envolvido em coisa errada. Então, o senhor não teve essa preocupação?

SR. ALEX NAWA: Não, porque, no mercado, é uma coisa corriqueira isso de o gestor ter 99% e ter uma pessoa só para constar o nome dela, para poder ser aberta a empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que ano o senhor conheceu o Dr. Ricardo Nakatsu?

SR. ALEX NAWA: Mais ou menos em 98.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mais ou menos em 98. O senhor considera que, de lá para cá, a relação dos senhores se estreitou?

SR. ALEX NAWA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou sempre foi, mais ou menos, no mesmo nível?

SR. ALEX NAWA: Eu acredito que até a gente perdeu um pouco de contato, por falta de negócios.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por falta de negócios da NK?

SR. ALEX NAWA: Não. Por falta de negócios, no mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Explique um pouco melhor os negócios que o senhor tinha com o Dr. Ricardo, no mercado. Detalhe, por favor, que tipos de negócios eram esses, com que corretoras os senhores operavam, com que instituições financeiras os senhores operavam.

SR. ALEX NAWA: Bom, quando existiam mais Títulos da Dívida Agrária no mercado, eu fazia intermediação só, com ele. Eu comprava de algum desapropriado ou de outra corretora e vendia para ele. Para ele, na corretora em que ele estava, na DIFERENCIAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Apenas isso?

SR. ALEX NAWA: Somente isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é o patrimônio de V.Sa?

SR. ALEX NAWA: Cerca de cem mil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Cem mil reais. Qual é o patrimônio da NK?

SR. ALEX NAWA: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não sabe?

SR. ALEX NAWA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu insisto, o senhor não acha que se riscou demais em ter aceitado

participar de uma sociedade, em ter aceitado emprestar o seu nome e, até mesmo, de repente, estar envolvido nessa situação de ter que prestar um depoimento à CPMI?

SR. ALEX NAWA: É uma coisa difícil para mim. Porque eu nunca imaginava está sentado aqui na frente dos senhores, tendo que prestar algum tipo de esclarecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que período o senhor trabalhou na SAFIC?

SR. ALEX NAWA: 97 a 98.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 97 a 98. Quais eram as suas funções na SAFIC?

SR. ALEX NAWA: Fazer operações de renda fixa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Lá o senhor operava com títulos públicos?

SR. ALEX NAWA: Operava com títulos públicos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Naquele período, de 97 a 98, o senhor se recorda de ter, no mercado de renda fixa, operado com Fundos de Pensão?

SR. ALEX NAWA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não se recorda ou não operou?

SR. ALEX NAWA: Não operei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): À época, quem eram os proprietários da SAFIC?

SR. ALEX NAWA: Eram o James e o David.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): David, que é atualmente o proprietário da QUALITY?

SR. ALEX NAWA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o James. À época, o Haroldo de Almeida Rego tinha também uma participação na SAFIC.

SR. ALEX NAWA: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é. Ele chegou a ter, salvo melhor juízo, 25% da empresa. Alguma coisa parecida. O senhor conhece o Sr. Haroldo de Almeida Rego?

SR. ALEX NAWA: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conhece. Onde é que o senhor reside atualmente?

SR. ALEX NAWA: Em São Paulo, na Rua Prisciliana Duarte, 183, Jardim da Saúde.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor, alguma vez, esteve em Porto Alegre, para encontrar o Sr. Ricardo Nakatsu?

SR. ALEX NAWA: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca. O Sr. Ricardo tinha o hábito de ir com frequência a São Paulo?

SR. ALEX NAWA: Não sei informar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, onde é que os senhores se encontravam pessoalmente?

SR. ALEX NAWA: Eu encontrei com ele uma ou duas... Duas vezes, para jantar, somente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor só encontrou com ele duas vezes e aceitou emprestar o seu nome para ser sócio dele? O senhor acha isso seguro e razoável?

SR. ALEX NAWA: Excelência...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque, veja bem, eu só tenho duas alternativas. Ou achar que o senhor realmente correu um risco enorme e não agiu com a prudência que precisaria ter agido ou então achar que o senhor está faltando com a verdade. Eu prefiro ficar com a primeira. Prefiro ficar com a primeira. Mas, realmente é muito estranho. Por exemplo, sem querer traçar nenhuma comparação, porque acho que são casos completamente distintos. Mas, a gente recorre à empresa GUARANHUNS. O senhor José Carlos Batista ele tem apenas 1% da empresa GUARANHUNS, os outros 99% da empresa não são dele, ele veio à CPI, disse que não sabia de quem era, não sabia quem eram os sócios dele, nós aí mostramos que era a EXFORT TRADING, aí ele disse que não sabia quem era que estava por trás da EXFORT TRADING, mas ele figura no contrato da EXFORT TRADING, ele parece como representante designado pela assembléia da EXFORT TRADING, e ele só tinha 1% e *a priori* não sabia de nada, e a gente depois comprova que ele sabia. Eu não quero, entenda o senhor, Dr. Alex, eu não quero transportar essa situação da GUARANHUNS, por exemplo, para a NK, eu não quero, mas, para isso, eu preciso um pouco mais da colaboração de V.Sa. Eu preciso de um pouco mais da colaboração de V.Sa. Porque, realmente é muito complicado. O senhor sabe se a NK já teve alguma outra razão social, antes de 2003, ou ela foi fundada, criada em 2003?

SR. ALEX NAWA: Não sei informar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Leonardo ficou até que ano na sociedade?

SR. ALEX NAWA: Até fevereiro de 2005, quando eu entrei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então ele ficou até fevereiro de 2005 e o senhor só entrou em fevereiro de 2005.

SR. ALEX NAWA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Oficialmente, a NK já foi desativada ou ela ainda continua habilitada a funcionar? Por exemplo, se amanhã os filhos do Sr. Ricardo quisessem retomar a as atividades da empresa, poderiam retomar ou foi dado baixa no funcionamento da empresa?

SR. ALEX NAWA: Não, ainda não foi dado baixa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que o senhor recebeu a notícia do envolvimento da NK em irregularidades com corretoras que estavam se aproveitando dos Fundos de Pensão?

SR. ALEX NAWA: Tomei um susto, porque eu nunca imaginei que pudesse ter algum tipo de envolvimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe se o Sr. Ricardo Nakatsu possuía relações políticas com parlamentares, com políticos, com dirigentes partidários, se ele conhecia políticos, se ele convivia em ambiente de políticos?

SR. ALEX NAWA: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vou fazer aqui em cinco minutos de interrupção, de intervalo, porque eu preciso ter uma conversa com o Dr. Alex e com o seu representante e, daqui a pouco, nós retomamos.

Sessão suspensa às 10h52.

Sessão suspensa às 10h59.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Retomando os nossos trabalhos e dando continuidade à oitiva do Sr. Alex Nawa, eu questionaria a V.Sa. se o Dr. Ricardo, se o Sr. Ricardo Nakatsu, ele, além da NK, realiza ou realizou alguma outra atividade no mercado financeiro, trabalhou ou concomitantemente trabalhava em alguma outra empresa, em alguma corretora, em alguma distribuidora, seja antes, ou seja, no período em que já possuía a NK. Se o senhor pudesse fazer então, da década de 90 para cá, um relato histórico das ati-

vidades do Sr. Ricardo, talvez, de alguma forma, isso pudesse ajudar.

SR. ALEX NAWA: Eu sei que ele trabalhou no BRADESCO, eu não sei precisar a época, ele foi dono de uma distribuidora em São Paulo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era o nome dela?

SR. ALEX NAWA: Não sei. Não sei informar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não se lembra, de jeito nenhum? E também não sabe quando essa distribuidora operou?

SR. ALEX NAWA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quanto tempo, de que a que ano.

SR. ALEX NAWA: No sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo.

SR. ALEX NAWA: E depois, eu fiquei sabendo... Eu só sei da DIFERENCIAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): DIFERENCIAL, é o quê? É uma corretora?

SR. ALEX NAWA: É uma corretora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa corretora ela está sediada onde?

SR. ALEX NAWA: Em Porto Alegre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em Porto Alegre. O senhor sabe me dizer que tipo de operações essa corretora faz?

SR. ALEX NAWA: Operação de bolsa e de renda fixa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela opera no mercado de São Paulo?

SR. ALEX NAWA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas essa Corretora DIFERENCIAL também opera com títulos públicos, pelo que o senhor disse?

SR. ALEX NAWA: Opera.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com relação ao Leonardo, o senhor sabe onde é que o Sr. Ricardo e o Sr. Leonardo se conheceram, em que circunstâncias eles se conheceram?

SR. ALEX NAWA: Eu acho, não tenho certeza, mas acho que foi na DIFERENCIAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que o Sr. Leonardo trabalhava também na diferencial?

SR. ALEX NAWA: Isso. Trabalha ainda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Trabalha ainda. Então, é possível que ambos tenham se conhecido na DIFERENCIAL, e aí Ricardo solicitou ao Leonardo que entrasse, provisoriamente, na sociedade da NK, o que o Leonardo prontamente aceitou. Por que é que o senhor acha que o Ricardo Nakatsu procurou o senhor, justamente o senhor, para figurar como sócio dele possuindo 1% das cotas da empresa, porque, como ele operava com um mercado muito amplo, e ele precisava ter apenas um sócio, ele poderia ter recorrido a qualquer outra pessoa, mas ele escolheu o senhor. A que é que o senhor atribui esse fato de ele ter escolhido o senhor?

SR. ALEX NAWA: Não tenho idéia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não tem idéia?

SR. ALEX NAWA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já ouviu falar na empresa NATIMAR?

SR. ALEX NAWA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece Lúcio Bolonha Funaro?

SR. ALEX NAWA: Só de nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca teve nenhuma operação com ele.

SR. ALEX NAWA: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. José Carlos Batista?

SR. ALEX NAWA: Não. Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O ERST BANKING?

SR. ALEX NAWA: Nunca ouvi falar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também nunca ouviu falar. O senhor conhece a Corretora EURO?

SR. ALEX NAWA: De mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De mercado, apenas de mercado. Mas, já operou com ela?

SR. ALEX NAWA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E as corretoras LAETA E DYLAN.

SR. ALEX NAWA: Também de mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também de mercado. O Sr. Ricardo, alguma vez, fez menção ao senhor que tinha facilidade em operar com Fundos de Pensão, em trabalhar com Fundos de Pensão?

SR. ALEX NAWA: Não, nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como exatamente funcionava esse tipo de intermediação que a NK realizava?

SR. ALEX NAWA: A NK, eu não sei. A intermediação, você compra de um banco ou de outra corretora e venda para um banco ou outra corretora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, por exemplo, aqui. Eu vou lhe mostrar, eu vou lhe mostrar aqui de 2005, nós temos aqui algumas cadeias negociais que envolvem a Corretora QUANTIA com o Fundo NÚCLEOS. Aqui o que é que a gente percebe? Eu vou pegar todas de 2005, porque é o período que o senhor já figura como sócio da empresa. Só com a QUANTIA envolvida, em 2005, o senhor pode ver aqui, é sempre a QUANTIA, a NÚCLEOS teve um prejuízo de doze milhões de reais. Vamos pegar essas duas primeiras operações. De janeiro de 2005. Eram negociados títulos públicos com vencimento para 15 de maio de 2045, do tipo NTN-B. O BANCO PACTUAL vendia, inicialmente, para a Corretora NOMINAL 14 mil títulos, a mil e trinta e seis reais e seis centavos, a unidade. Depois, a Corretora NOMINAL vendia para a QUANTIA os mesmos 14 mil títulos, a mil e trinta e seis reais e dezessete centavos. O senhor pode ver que a diferença é de onze centavos. Finalmente, a QUANTIA vendia para o ZIRCONIO, que é um Fundo exclusivo dos NÚCLEOS, os mesmos 14 mil títulos, por mil trezentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos. A diferença aqui passa a ser quase de trezentos reais. Só nessa operação, a QUANTIA levou três milhões novecentos e onze mil quatrocentos e vinte reais. Acima do que ela havia pago pela aquisição dos títulos. Na segunda cadeia, o senhor pode ver que se repete, exatamente, a mesma operação. É o BANCO PACTUAL vendendo para a Corretora NOMINAL, é a Corretora NOMINAL vendendo para a QUANTIA e a QUANTIA, finalmente, vendendo para o ZIRCONIO. E o senhor pode ver, o preço inicial desse título na primeira cadeia, era mil e trinta e seis reais e seis centavos, e aqui é mil e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos. Veja como a operação foi montada. A variação aqui foi, exatamente

te, dos onze centavos vistos acima. E a variação para cá, vai dar, exatamente, a mesma diferença, o senhor ver que aqui pulou de mil e trinta e seis para mil e trezentos e quinze. Aqui vai pular de mil e trinta e sete para mil e trezentos e dezessete. São três milhões e setenta e oito mil reais. E aí eu fui mostrando aos proprietários da QUANTIA todas essas operações. O senhor que opera com títulos públicos, o senhor acha normal essa variação de preço unitário, dentro de uma mesma cadeia, com esses moldes em que a operação foi construída?

SR. ALEX NAWA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é normal. Realmente não é normal e os principais dirigentes de Fundos de Pensão que estiveram aqui, pelo menos os que são sérios, os que não se envolveram nesse tipo de problema aqui, todos eles disseram que é inaceitável uma variação de 25, 30%, como o gente percebe que existiu. Então, tendo sido muito enfático com os proprietários da QUANTIA, eu insisto, o que é que eles me disseram? “Deputado, o senhor está vendo aí, dezenove milhões que se atribui à QUANTIA, na soma de 2004 e 2005”, citou, “Nós só ficamos”, palavras dos proprietários da QUANTIA, “Nós só ficamos com de 10 a 15% desse dinheiro porque, de 85 a 90%, nós repassamos para a NK Participações”. Eu... Repassaram como? Aí eles me disseram “Foi a NK que trouxe o negócio”. Só que, numa atividade de intermediação muito diferente dessa que o senhor está falando aqui, porque nessa atividade de intermediação que o senhor está falando o que é que tinha que acontecer? A NK tinha que figurar aqui na cadeia, até porque, o Fundo ZIRCONIO e todos os Fundos exclusivos da NÚCLEOS eles são terminantemente proibidos de aceitar operações em que há intermediários que não participem da cadeia, ou seja, ele não está obrigado a comprar no mercado primário ele não precisa necessariamente arrematar no leilão que o BANCO CENTRAL faz. Ele pode participar da cadeia de mercado secundário. Mas ele não pode, estatutariamente, admitir que uma empresa monte um negócio, como o NK montou, que ganhe com o negócio, como o NK ganhou. Então, além do prejuízo real, palpável, material há, adicionalmente, um descumprimento da regra da própria NÚCLEOS. Então, como é que isso pode se explicar? O senhor tem idéia de como é que isso pode se explicar? E aí perceba, Dr. Alex, eu ainda fico um pouco mais preocupado porque a gente vê que a experiência que de V.Sa. é com títulos públicos. Os problemas em que a NK se envolveu são com títulos públicos. A NK surge rejeito nesta CPI pelo seu envolvimento com operações

irregulares com títulos públicos. Então, o senhor acha que não passa de uma mera coincidência?

SR. ALEX NAWA: Não tenho como explicar isso. Eu não sei explicar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece os proprietários da Corretora QUANTIA? Já ouviu falar deles?

SR. ALEX NAWA: Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não os conhece. Só de mercado? É isso?

SR. ALEX NAWA: Na época eu falava somente com o Ferreira, na QUANTIA. Ele era operador lá na QUANTIA.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas falava, em que circunstâncias?

SR. ALEX NAWA: De operações normais de mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor falava pela NK, não, falava pelas corretoras em que trabalhava?

SR. ALEX NAWA: Pela ELITE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é que poderia... Eu quero lhe pedir uma resposta sincera, para que o senhor possa se auto-ajudar. Quem é que poderia, com mais propriedade, falar em nome do Ricardo? Quem é que poderia esclarecer um pouco melhor essas operações que o Ricardo realizou?

SR. ALEX NAWA: Só ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vou dizer aqui, publicamente, o que eu disse ao senhor na conversa que tivemos reservada. É muito difícil imaginar que uma pessoa, sozinha, sem ter ao seu lado um sócio, sem ter ao seu lado um controlador financeiro, sem ter ao seu lado um outro operador de mercado, é muito difícil que uma pessoa sozinha responda por uma empresa que não existe, por uma empresa que não tem funcionário, por uma empresa que só é de fachada e que movimenta os milhões que o Sr. Ricardo movimentou, que a NK movimentou. E eu quero insistir, quer dizer, há uma incompatibilidade clara entre a movimentação financeira da NK e a declaração de renda da própria empresa, a declaração de renda do Ricardo e a do senhor que, infelizmente, passou a figurar como sócio da empresa em 2005. Alguma vez o senhor já se relacionou, teve contato, mesmo que informalmente, com algum dirigente de Fundo de Pensão.

SR. ALEX NAWA: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca. Da família Almeida Rego, eu lhe perguntei sobre o Haroldo, mas, o senhor conhece alguns dos filhos dele?

SR. ALEX NAWA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Realmente fica muito difícil nós avançarmos nessa oitiva, porque, para mim está claro que o senhor foi, eu diria que, usado. Mas, eu não consigo me conformar, sinceramente. Como é que um homem experiente... O senhor tem quantos anos de mercado?

SR. ALEX NAWA: Mais de 10.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mais de 10 anos de mercado. Quantos anos de atividade profissional?

SR. ALEX NAWA: No mercado--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, em geral.

SR. ALEX NAWA: Em geral, uns 15 anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é. Um homem vivido, com 15 anos de atividade profissional, com 10 anos de mercado, não pode aceitar emprestar o nome para alguém que não conhece, para quem que não tem informações do que é que essa pessoa opera. Eu queria explorar um pouco mais, porque isso, realmente, me deixa inconformado. Eu queria explorar um pouco mais as condições em que o senhor conheceu o Sr. Ricardo. Como isso aconteceu assim, detalhadamente. O senhor disse que começou a operar com ele e tal, mas eu queria mais detalhes um pouco, por favor.

SR. ALEX NAWA: Bom, quando eu estava na VALOR Corretora, o Fábio pediu para eu começar a ligar para a Ricardo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é o Fábio?

SR. ALEX NAWA: O Fábio era um dos procuradores da VALOR.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo.

SR. ALEX NAWA: Porque ele já conhecia o Ricardo, não sei se era da época do Banco BRADESCO ou da distribuidora que o Ricardo foi um dos sócios, e ele pediu para eu começar a ligar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, com que objetivo, ligar para falar o quê?

SR. ALEX NAWA: Para tentar buscar negócios com títulos de renda fixa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com títulos públicos.

SR. ALEX NAWA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E que tipo de referências o Fábio havia dado ao senhor do Ricardo, o que é que ele havia dito?

SR. ALEX NAWA: Não, só disse para eu ficar ligando para ele de vez em quando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, não disse é um operador que tem um volume considerável de títulos de renda fixa, que tem bons negócios, que consegue trazer bons negócios, não houve nem esse tipo de apresentação?

SR. ALEX NAWA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí o senhor começou a ligar para ele, e aí?

SR. ALEX NAWA: Bom, eu fiquei ligando um tempo, até que surgiu... Começou a surgir alguns negócios com os TDAs, os Títulos da Dívida Agrária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo. Começaram a surgir negócios. O senhor começou a fazer negócios com o Sr. Ricardo e aí foi de aproximando dele.

SR. ALEX NAWA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, os contatos telefônicos começaram a ser mais constantes.

SR. ALEX NAWA: Exato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com que você constância o senhor conversava com a Dr. Ricardo?

SR. ALEX NAWA: De dois em dois dias, de três em três dias. Dependia muito assim da oferta de títulos no mercado, porque normalmente ele sempre foi comprador de TDA. Então, quando eu tinha algum tipo de oferta, aí eu ligava para ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor alguma vez vendeu TDA para Fundo de Pensão?

SR. ALEX NAWA: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que é que o Sr. Ricardo tinha o hábito de negociar TODA, de adquirir Título da Dívida Agrária?

SR. ALEX NAWA: Porque ele fazia ITR e no ITR você paga a metade em dinheiro e pode dar a outra metade em títulos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Mas,

uma relação meramente de contato telefônico, para se transformar numa sociedade, tem que ter algum motivo relevante. Qual foi esse motivo?

SR. ALEX NAWA: Não teve assim nenhum tipo de motivo. Só a saída do Leonardo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é. Eu fiz uma pergunta ao senhor e eu vou repeti-la. Tudo bem. O Ricardo ele podia recorrer a qualquer pessoa neste país. Se ele era um operador de mercado, ele até seria muito mais razoável que recorresse a alguém que ele tivesse mais confiança, que ele conhecesse mais etc, mas ele recorreu ao senhor. Então, de uma gama enorme de pessoas que estão no mercado, em corretoras, distribuidoras, em Bancos, enfim, ele recorreu ao senhor. Tem que ter algum motivo para isso ter acontecido. Porque ele não recorreu para fazer um negócio, não, ele recorreu para ser sócio dele, na empresa que ele estava administrando.

SR. ALEX NAWA: Infelizmente eu não sei responder. O senhor me desculpe, mas...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, vamos supor que o senhor não tivesse nenhum outro interesse, que o senhor estivesse apenas interessado em fazer um favor. Por que é que o senhor... Que motivos levam ao senhor se sentir obrigado a fazer um favor para ele?

SR. ALEX NAWA: Não, eu me senti obrigado, mas ele pediu e eu achei que fosse uma coisa normal, assim como outras pessoas fazem favores para as outras, que o gestor fica com 99% e o outro sócio figura só com 1%, então eu achei que fosse uma coisa assim normal também. Não via assim nenhum tipo de maldade, nem nada, eu peguei e assinei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando da formalização do ato, ele foi a São Paulo para que o senhor assinasse os documentos, foi isso?

SR. ALEX NAWA: Não, ele me mandou por sedex.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor já tinha participado da sociedade de alguma outra empresa?

SR. ALEX NAWA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. ALEX NAWA: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, era a primeira vez. O senhor tem conhecimento do patrimônio do Sr. Ricardo?

SR. ALEX NAWA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não faz a menor idéia?

SR. ALEX NAWA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não sabe se ele é uma pessoa que vive bem, que tem dinheiro, ou se tem uma vida modesta, econômica, o senhor não sabe classificar?

SR. ALEX NAWA: Não sei informar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, não é possível que nesses contatos que o senhor teve com ele, o senhor não tenha podido perceber qual era o padrão de vida dele. O senhor não faz a menor idéia de qual seja o padrão de vida?

SR. ALEX NAWA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é o capital social da NK Participações?

SR. ALEX NAWA: No contrato está mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mil reais? Uma empresa que tem um capital social de mil reais movimenta mais... Quer dizer, deve ter... A movimentação a gente não tem sigilo ainda, vai ter que quebrar. Mas, com certeza, movimentou mais de cem milhões de reais. Eu quero inclusive solicitar à nossa assessoria que garanta a votação do requerimento na próxima Sessão administrativa. Quero solicitar, também, o histórico completo do Sr. Ricardo Nakatsu, com as empresas que ele já participou e da declaração de imposto de renda, tanto dele, como da NK. Até porque, saber o nome dessa distribuidora que ele já teve em São Paulo é importante. Alguma vez o senhor, sobretudo depois que o Ricardo ficou nessa condição de invalidez, alguma vez o senhor já foi acionado para responder pela empresa, por qualquer dívida, por alguma cobrança, alguma vez aconteceu alguma provocação ao senhor?

SR. ALEX NAWA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Primeira vez que o senhor está sendo chamado a responder pela empresa é a esta CPMI?

SR. ALEX NAWA: É a primeira vez.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que eu tenho a dizer, por fim, ao senhor é que eu me preocupo muito com a situação da empresa que o senhor é sócio e não deixo de me preocupar com a situação do senhor, como pessoa física, porque, eu insisto, o senhor figura na sociedade da empresa, nesse momento, qualquer responsabilização que seja imputada à empresa ela vai

acabar trazendo conseqüências para o senhor, até porque o Ricardo Nakatsu ele está em estado vegetativo. Eu gostaria que o senhor pudesse fazer um levantamento, fazer uma pesquisa, pudesse conversar com os familiares da Sr. Ricardo Nakatsu, pudesse conversar com os amigos dele, pudesse procurar informações em Porto Alegre e aonde for, que possam ajudar a CPI a entender o que aconteceu. Digo isso, porque eu acho que é a maior forma e a melhor forma do senhor se auto-ajudar. Nós estaremos prontos aqui, até o final desta semana, para receber qualquer informação. Eu não vou dar continuidade ao depoimento, eu acho que foi suficiente para caracterizar que o senhor não tem como nos ajudar nesse momento, mas eu acho que, se o senhor pudesse, seria muito oportuno que imediatamente promovesse um levantamento das informações que estiverem ao seu alcance e até das que não estiveram ao seu alcance, para colaborar com a CPMI. Não havendo mas o que tratar, eu declaro encerrada a presente reunião da CPMI dos CORREIOS.

Sessão encerrada às 11h25min

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO

Ata da 22ª Reunião, realizada em 08/03/2006.

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às dez horas e vinte e nove minutos, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, com a presença dos Senadores Ney Suassuna, Ideli Salvatti Romeu Tuma e Ana Julia Carepa, e dos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto, Jorge Bittar, Carlos Willian, Gustavo Fruet, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Dr Rosinha, Jamil Murad, Onyx Lorenzoni, Silvio Torres, Antônio Carlos Pannunzio e Medeiros, Nelson Bornier e Alexandre Santos, reúne-se a SUB-RELATORIA FUNDOS DE PENSÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE COR-

REIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos informando que a presente reunião destina-se às oitivas dos senhores Lúcio Bolonha Funaro, Ângela Celeste de Almeida Costa (Cruzeiro do Sul), Luís Felipe Índio da Costa (Cruzeiro do Sul), Luís Octávio Azevedo Lopes Índio da Costa (Cruzeiro do Sul), Luiz Fernando Pinheiro Guimarães de Carvalho (Cruzeiro do Sul) e Cláudio Roberto Seabra de Almeida (Brasil Central). O Presidente informa o não comparecimento do senhor Luís Octavio Azevedo Lopes Índio da Costa e Cláudio Roberto de Almeida. O presidente informa que a ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa para votação. Aprovada. O Presidente convida o senhor Lúcio Bolonha Funaro para compor a mesa e informa que o depoente vem acompanhado de seus advogados o Dr Antonio Augusto Lopes Figueiredo Basto e o Dr José Roberto Sampaio. Com a palavra o depoente que faz uma breve apresentação pessoal e profissional. Em seguida, o Presidente passa a palavra ao Sub-Relator, Deputado ACM Neto, que inicia suas indagações a Lúcio Bolonha Funaro. O Deputado ACM Neto fala a respeito da Medida Cautelar indeferida pelo Ministro Joaquim Barbosa, negando Hábeas corpus a Lúcio Bolonha Funaro, que devido a isso não poderá se ausentar de responder as perguntas feitas a sua pessoa. O depoente diz que não precisa de Hábeas corpus para prestar os esclarecimentos que se fazem necessários a esta CPMI e continua a responder as questões do Sub-Relator. Com a palavra o Deputado Carlos Willian que solicita ao Deputado ACM Neto que faça as ligações necessárias para que ele, e os demais parlamentares possam compreender o que liga o depoente às movimentações de Marcos Valério no Valerioduto. O Sub-Relator responde dizendo que o senhor Lúcio Funaro era dono da Guaranhus, empresa esta que foi beneficiada pelo esquema, e continua a inquirir o depoente. Com a palavra o Deputado Carlos Willian que comunica ao Sub-Relator que fará um requerimento solicitando a convocação do Diretor da BMF. Com a palavra o Deputado ACM Neto que continua a inquirir o senhor Lúcio Funaro. O Deputado Carlos Willian pergunta ao Sub-Relator se o pai do depoente teve seus sigilos transferidos, o depoente interveio e disse que o pai dele, o senhor José Roberto Funaro, tem uma liminar do STF que proíbe, que se torne público, os sigilos do mesmo. Pela ordem de inscrição o Deputado Carlos Willian faz uso da palavra. O Presidente dá um recesso à reunião às quatorze horas e quatorze minutos, pela ordem de inscrição Deputados Carlos Willian, Medeiros, Dr. Rosinha, Antonio Carlos Pannunzio, Jorge Bittar e Silvio Torres. Às quinze horas e cinquenta e um minutos recomeça a reunião e o presidente convida os depoentes senhores(as) Luis

Felipe Índio da Costa, Ângela Celeste de Almeida Costa e Luiz Fernando Pinheiro Guimarães de Carvalho, acompanhados de sua advogada Doutora Ilceline Valente Bottari OAB/RJ 051081. O presidente concede a palavra ao senhor Luis Felipe Índio da Costa, para a Senhora Ângela Celeste de Almeida da Costa e para o Senhor Luiz Fernando Pinheiro Guimarães de Carvalho, respectivamente, onde fazem uma breve apresentação pessoal. Em seguida, o Presidente esclarecesse que o senhor Cláudio Roberto Seabra de Almeida não compareceu, pois está viajando. O presidente começa a indagar questões aos depoentes. O depoente entregou um documento de defesa da Cruzeiro do Sul ao Presidente. Pela ordem de inscrição a palavra foi passada ao Deputado Jorge Bittar. Encerra-se a presente reunião às dezessete horas e quarenta e três minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Com as bênçãos Deus, declaro aberta a 22ª Reunião da Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento de número três, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados pelos agentes públicos dos CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Sobre a Mesa, ata da reunião anterior, a qual coloco em votação, propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Esclareço que a pauta dessa reunião destina-se às oitivas dos Senhores Lúcio Bolonha Funaro, Ângela Celeste de Almeida Costa, Luiz Felipe Índio da Costa, Luís Otávio Azevedo Lopes Índio da Costa, Luiz Fernando Pinheiro Guimarães de Carvalho e Cláudio Alberto Seabra de Almeida. Convido para tomar assento à Mesa o Senhor Lúcio Bolonha Funaro para seus esclarecimentos. Eu gostaria de registrar que o Senhor Lúcio Bolonha Funaro encontra-se acompanhado pelos advogados Antônio Augusto Lopes Figueiredo Bastos e pelo Senhor José Roberto Sampaio, da Toné, Sampaio e Rocha Advogados. Dando início aos nossos trabalhos, eu vou passar a palavra ao Senhor Lúcio Bolonha Funaro, pelo menos para uma apresentação, Senhor Lúcio, e, se V.Sa. entender importante, também esclarecimentos com relação às oitivas que hoje estamos realizando. Depois, eu passaria a palavra ao Sub-Relator, Depu-

tado Antonio Carlos Magalhães Neto. Com a palavra, o Senhor Lúcio Bolonha Funaro.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Antes de mais nada, eu gostaria de dar bom dia aos Senhores Deputados e Senadores aqui presentes, ao Sub-Relator, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, ao Presidente Delcídio. Gostaria aqui de esclarecer que eu não compareci às outras duas vezes em que fui chamado aqui na CPI porque eu estava em viagem ao exterior, não tinha sido citado. Assim que eu retornei, eu pedi aos meus advogados que entrassem em contato com essa CPML e que marcassem o meu depoimento o mais breve possível, o que está acontecendo hoje. Segundo, eu queria falar que eu sou empresário, economista, nunca tive nenhum processo na CVM, não tenho antecedentes criminais, nunca fui Diretor ou dono de instituição financeira; sempre operei única e exclusivamente para mim, Lúcio Funaro. Sempre baseei minhas atividades na área privada; nunca tive negócios com órgãos públicos. Recolhi sempre todos os tributos devidos pelas minhas empresas em operações financeiras e devidas pela minha pessoa física em operações financeiras e venho, hoje, aqui, esclarecer quaisquer dúvidas que essa CPML tenha com relação à minha atividade profissional, exercida desde que eu tenho 18 anos até a data de hoje, quando eu tenho 32 anos. Só isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senhor Lúcio Funaro. Com a palavra, o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, Senhor Lúcio Funaro, Senhores Parlamentares, amigos e amigas que vêm acompanhando o trabalho dessa Sub-Relatoria, um cumprimento especial hoje às mulheres pelo seu dia. Muitas delas que têm dado força a esse nosso trabalho, inclusive, compondo a assessoria técnica da Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão. Inicialmente, eu queria, Senhor Lúcio Funaro, que o Senhor pudesse nos fazer aqui um relato histórico das empresas em que o Senhor realizou atividades, indicando de que ano a que ano trabalhou ou foi sócio de determinada empresa. O Senhor disse que começou as suas atividades profissionais no mercado aos 18 anos e que até hoje as exerce. Então, eu gostaria que o Senhor fizesse um histórico bem detalhado, ano a ano de com quais empresas o Senhor trabalhou, com quais empresas o Senhor operou e figurou como sócio?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Quando eu tinha 18 anos, eu fundei as duas primeiras empresas da quais eu fui sócio. A primeira se chamava PLUS INVESTI FOMENTO MERCANTIL e a segunda TLL

AGROPECUÁRIA E REFLORESTAMENTO. Depois... Essas duas empresas nunca operaram em Bolsa, nunca tiveram nenhum tipo de operação em Bolsa. Depois, no ano de 1999, eu fundei a empresa GUARANHUNS e trabalhei na Corretora UMUARAMA, do Rio de Janeiro, na filial de São Paulo, no período de junho de 99 até novembro de 99. Em dezembro de 99, eu me transferi para a cidade do Rio de Janeiro, onde eu fui morar, e trabalhei na AGENDA CORRETORA DE VALORES. Depois, a AGENDA CORRETORA DE VALORES montou uma filial em São Paulo e eu trabalhei nessa filial da Corretora AGENDA em São Paulo. Após isso, eu nunca mais operei ou atendi clientes; eu só operei para mim ou para as minhas empresas, eu não atendia mais clientes. Aí, eu fundei mais três empresas: uma, chama VIZCAYA COBRANÇAS, a outra chama ERSTE BANKING EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, que a sucessora é a STOCKLOS-AVENDIS, depois eu montei a ROYSTER S.A., todas essas três operaram em Bolsa, tanto VIZCAYA, como GUARANHUNS, como ROYSTER, operaram em Bolsa. A STOCKLOS também operou em Bolsa. Depois, no ano de 2003, eu voltei a operar com *factoring* e montei uma *factoring* que o nome é SINGULAR FOMENTO MERCANTIL. Em 2004, eu montei as seguintes empresas: ALOCATION, PORTEL... São várias empresas para lembrar, Deputado, o Senhor desculpe, eu não vim anotando, eu não anotei os nomes todos, pode ser que eu me esqueci de alguma... ALOCATION e PORTEL... Foram essas as atividades que eu desenvolvi. Eu tive também uma participação numa incorporação, incorporadora grande de São Paulo, que se chama IMC, que era especializada em construir edifícios em que, embaixo, eram *Day Hospital*; em cima, eram consultórios médicos e de dentistas. Ela incorporou prédios em Florianópolis, São Paulo... Dois em São Paulo e um em Florianópolis e, após isso, eu me retirei dessa sociedade e até o dia de hoje eu me dedico, única e exclusivamente, às minhas atividades do mercado financeiro.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Me parece que, pelo levantamento feito pela Sub-Relatoria, constam aqui exatamente essas empresas que o Senhor fez referência: ALOCATION, SINGULAR, EFICAZ... O Senhor não falou da EFICAZ?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Exatamente, eu expliquei para o Senhor, é que são muitas empresas, então, poderia ter me escapado alguma.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): EFICAZ, GUARANHUNS, PLUS INVEST, PORTEL DO BRASIL e PORTEL ECTS (F), ROYSTERS, STOCKLOS, TLL e VYZCAIA. O Senhor confirma que já foi ou é sócio de todas essas empresas?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Exatamente e fui sócio também dessa incorporadora que eu dei o nome para o Senhor que chama IMC S.A.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu perguntaria ao Senhor, porque é que o Senhor, em 2004, fez a opção por fundar várias empresas, dentre elas, a ALOCATION, as duas PORTEL, enfim, a gente percebe que, de 2003 para 2004, tem aqui ALOCATION, a SINGULAR, EFICAZ, a PORTEL, as duas PORTEL e a ROYSTERS, o por que dessa opção?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Excelência, o que aconteceu foi que, em 2004, eu montei essas empresas que o Senhor falou, essas empresas não são operativas, elas nunca tiveram movimentação financeira nem movimentação em Bolsa. Quem me aconselhou a montar essas empresas para reduzir o meu, a minha carga tributária foi o meu advogado, mas eu montei a empresa. Como meu movimento financeiro diminuiu, a partir dessa época, eu nunca utilizei essas empresas. Essas empresas não têm movimento financeiro nenhum, elas foram fundadas, são cadastradas na Receita Federal, mas não têm nenhum tipo de operação, nada, não têm capital integralizado nada, elas estão paradas.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas, atualmente, quais são as atividades que o Senhor exerce e de forma, se o Senhor puder nos informar detalhadamente, eu agradeço?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Atualmente, eu tenho uma *factoring* minha que chama SINGULAR FOMENTO MERCANTIL, que eu estou desativando. Eu tive problemas com clientes... Começaram a não pagar, então, eu resolvi encerrar as atividades da *factoring*. Eu tenho a ROYSTERS, tem a STOCKLOS e tenho a VYZCAIA, que são as empresas minhas que continuam operativas.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas o Senhor continua operando no mercado financeiro?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Sim, Senhor, nunca deixei de operar, nem um dia.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Atualmente, quais são as principais áreas que o Senhor opera do mercado financeiro?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu opero no mercado à vista, mercado de opções, opero com a minha *factoring* porque, na verdade, quando você tem uma *factoring*, você vai fechar a *factoring*, encerrar as atividades é difícil porque os clientes que estão tomando os recursos, você tem que ir dando fôlego para eles irem quitando os empréstimos, quitando devagarzinho. Então, tenho que continuar com essa atividade, mas

estou diminuindo o ritmo. Então, hoje em dia, eu me dedico única e exclusivamente às operações minhas em Bolsas, administrar os meus recursos pessoais e a tomar conta desses créditos que eu estou liquidando na *factoring*.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Qual é o patrimônio declarado de V. Sa.?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Se não me engano, na última declaração de renda, era algo próximo de 10 milhões de reais. Atualizado, nessa declaração, desse ano, deve chegar a uns 20 milhões, alguma coisa em torno disso.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): O Senhor acha que a declaração de renda do Senhor está completamente compatível com sua movimentação financeira?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Acho.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Já recebeu algum tipo de procedimento questionador por parte da Receita Federal, com relação às declarações que apresentou a esse órgão?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Com relação à minha pessoa física, sim; a jurídica, eu estou sob processo investigatório, mas não tenho nenhum auto, só na minha pessoa física.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Que tipo de questionamento o Senhor recebeu como pessoa física?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Na verdade, Deputado, é difícil. Quando você está passando por uma fiscalização fiscal, o Senhor deve estar se depa-
rando com esse fato agora, são poucas pessoas que entendem de mercado financeiro, é difícil você explicar para um fiscal da Receita o que é chamada de margem, devolução de margem. Então, o que ele fez? Ele pegou toda a minha movimentação bancária e tributou tudo, todas as entradas ele tributou, então, ele não quis saber se era devolução de margem, se era chamada de margem. Então, ele me bi tributou porque eu já estava pagando imposto dentro da Bolsa e ele ainda me tributava com aquela entrada de recursos. Então, eu recorri e os meus advogados estão acompanhando agora o processo e vamos ver o que vai acontecer. A única coisa que pode acontecer, se o auto for realmente confirmado e, confirmado no Conselho, eu vou pagar o imposto que eu devo.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Está certo. Isso referente a que exercício fiscal?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu acho que a minha atuação é referente aos anos de 2000, 2001 e 2002 e agora ele está averiguando 2003 e 2004.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Depois eu quero retomar essa questão patrimonial com alguns dados e alguns números, mas... Na Bovespa, o Senhor realiza compra e venda de papéis para sua carteira de investimentos ou só realiza operações *day-trade*?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, eu tenho uma carteira minha e tenho operações de *day-trade* porque eu opero muito índice, então, às vezes, eu faço *hedging* do índice com papéis à vista ou eu vendo opções para “hedgiar” minha posição do índice, faço um *mix and match*, o que é isso? Eu misturo o mercado à vista, opções e índice e, conforme eu acho que eu tenho que me posicionar nos mercados, eu vou me posicionando, conforme os *spreads* que têm àquela altura no mercado disponível. Em mercados financeiros, eu operei em todos os mercados, operei em opções, operei em mercado à vista, índice, dólar, D.I, eu só não operei em opções flexíveis, nunca operei opções de índice, só esses mercados que eu nunca operei.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): O Senhor faz *day-trade* na BMF também?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Faço. Faço *day-trade*, eu sempre tive posição em carteira na BMF talvez, eu era uma das pessoas físicas que tinham a maior posição em aberto na BMF. Eu cheguei a ter dois mil contratos em aberto entre minha pessoa física e minhas pessoas jurídicas em aberto na BMF, o que daria hoje mais ou menos 180 milhões de reais de resultado financeiro.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Até hoje o Senhor opera na BMF?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Opero.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Em algum momento o Senhor foi acionado pela Bolsa que, eventualmente, tenha lhe questionado sobre alguns dos seus procedimentos quando operando no mercado de derivativos?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Nunca, o que eu soube e soube através de um documento que nem podia ter chegado às minhas mãos, que é um RDA, é que a BMF questionou e averiguou as minhas operações e mandou para a CVM, mas até agora eu não recebi nenhum questionamento a respeito disso aí. Eu nunca fui chamado a reduzir porção, ou parar de operar, nada, nunca tive esse tipo de problema.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Eu gostaria de comunicar ao Plenário que acaba de chegar à Presidência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, dirigida ao Senador Delcídio Amaral, uma decisão do Ministro Sepúlveda Pertence, negando segmento à solicitação que foi apresentada pelo Senhor Aldemir Ferreira de Souza de concessão

de medida cautelar em *habeas corpus*. Na verdade, o Ministro Sepúlveda Pertence encaminha, mas a decisão foi do Ministro Joaquim Barbosa, negando *habeas corpus* ao Senhor Lúcio Bolonha Funaro. Eu havia conversado com o Senador Delcídio antes do início dessa oitiva, no sentido de que nós não teríamos condições jurídicas de impor ao depoente a obrigação de assinar o termo de compromisso porque é mais do que claro, mais do que evidente, que ele se faz presente a esta Comissão na condição de investigado. Portanto, ao não assinar o termo de compromisso, o depoente tem o direito de se reservar não responder às perguntas que, porventura possam auto-incriminá-lo. Agora, apenas advirto que com esta negativa do Ministro Joaquim Barbosa, portanto, com a não concessão do *habeas corpus*, o depoente não tem o direito de mentir.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Deputado, eu gostaria de esclarecer ao Senhor que eu nem sabia que o meu advogado tinha impetrado esse *habeas corpus* e ontem, quando eu cheguei aqui em Brasília, eu solicitei a ele que pedisse a desistência desse *habeas corpus*, porque eu não necessito de nenhum *habeas corpus* para vir aqui a esta Comissão; eu estou aqui para prestar todos os esclarecimentos possíveis e eu não vou me refutar a responder nenhuma pergunta.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu agradeço, eu apenas estou cumprindo um ofício regimental para dar conhecimento a esta Comissão e aos Parlamentares que aqui estão presentes da decisão do Ministro Joaquim Barbosa.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu gostaria de salientar que é o seguinte: Como eu tenho uma equipe de advogados, o criminalista achou por bem, sem consultar os outros advogados, pedir esse *habeas corpus*. Quando eu cheguei em Brasília, eu solicitei que cancelasse o *habeas corpus*, retirasse o pedido, no que ele disse, ele me informou que fez prontamente, e deve estar na internet, eu não necessitava de *habeas corpus*, eu vim aqui para colaborar com essa Comissão. Se eu não tivesse o intuito de colaborar, eu não viria. Eu vim aqui para esclarecer os fatos e tirar essa má imagem que saiu na imprensa ao meu respeito que prejudicou muito a minha pessoa, prejudicou a minha família. Então, foi isso que eu solicitei a ele.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Todos os ganhos de V.Sa. em operações do mercado financeiro estão declarados no Imposto de Renda?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Sim, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor possui o comprovante de todas

as operações realizadas tanto em BMF como em Bovespa?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Sim, Senhor, tenho os comprovantes, as notas de operações e os DARFs recolhidos.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Alguma vez o Senhor teve participação societária na CORRETORA FER?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Nunca, inclusive, a CORRETORA FER é uma corretora em que o acionista majoritário é... Até gostaria de ter... O acionista majoritário da FER é o Presidente da Fundação Sandoz, chama Pierre Landolt, um dos homens mais ricos da EUROPA. Eu não tinha condição, nunca, de ser sócio dele.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas o Senhor já operou com a CORRETORA FER?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Sim, Senhor, eu sempre tive posição lá, eu operei muito à vista nessa corretora.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Operações à vista?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: À vista, a índice, eu operei muito nessa corretora, uma corretora muito boa, foi uma excelente corretora quando eu operei lá, sempre me atendeu perfeitamente, não tenho nenhuma queixa a fazer.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Com quem o Senhor principalmente se relaciona, CORRETORA FER?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu me relacionava com o superintendente, que é o Senhor Tertuliano, que é uma pessoa que era responsável pela área de Bolsa.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor opera também com a CORRETORA SÃO PAULO, correto?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu operei com a CORRETORA SÃO PAULO, que é do Jorge Ribeiro dos Santos, inclusive, estive presente aqui nessa Comissão.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Quando o Senhor Jorge Ribeiro dos Santos esteve presente nessa Comissão, ele procurou atribuir ao Senhor Ari Teixeira Ariza, um dos operadores da CORRETORA SÃO PAULO, a responsabilidade pela manutenção do relacionamento com V.Sa. O Senhor confirma isso?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Confirmo que quem era o meu operador na CORRETORA SÃO PAULO era o Senhor Ari Teixeira Ariza ou qualquer outro que atendesse o telefone na Mesa; confirmo também

que eu conheço o Jorge Ribeiro dos Santos; confirmo também que a CORRETORA SÃO PAULO passou por uma situação financeira difícil, por isso que ele devolveu a carta dele de BMF. O que aconteceu lá, o problema que ele teve com Senhor Ari Teixeira Ariza e com os outros autônomos que ele tem na Mesa, eu não posso... Eu não sei o que acontecia lá, o procedimento interno lá dele. O que eu posso informar é que eu era cliente do Senhor Ari Teixeira, inclusive, que ele é amigo meu pessoal.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas o Senhor mantinha relações também com o Jorge Ribeiro dos Santos?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Conheço ele. Conheço ele, falava com ele quando ele passou por esse momento difícil, que ele teve um prejuízo grande numa época em que o governo teve um problema com títulos públicos, inclusive, eu o auxiliei da maneira que eu pude.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Porém, o contato mais estreito era com o Ariza?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: O Jorge não era operacional, o Jorge simplesmente era o dono da Corretora, ele não tinha muita voz ativa dentro da Corretora, o operacional mesmo era o Ari e os operadores; o Jorge nem ficava na Mesa. Eu acho que ele cuidava mais da área financeira, eu não sei o que ele fazia dentro da Corretora.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Em que circunstâncias o Senhor conheceu Ariza?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Conheci de mercado, ele era um operador atuante, a gente sempre se falava no mercado. Numa certa altura, ele convidou: “Você não quer operar aqui na SÃO PAULO? Eu te dou uma boa devolução, a Corretora é boa”. E eu comecei a operar lá um pouco.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor opera com a CORRETORA QUANTIA?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nunca operou?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Nunca operei e não sou cliente cadastrado na QUANTIA.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Conhece os proprietários da CORRETORA QUANTIA?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): E com a CORRETORA EURO?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Também não opero e não sou cliente cadastrado lá, nem eu nem nenhuma das minhas empresas, nessas duas corretoras, são cadastradas.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conhece os proprietários da CORRETORA EURO?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não conheço.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor tem certeza?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Tenho certeza, nem sei quem é o proprietário da CORRETORA EURO, posso até conhecer de mercado, mas não sei quem é o proprietário, não tenho nenhum relacionamento com a CORRETORA EURO.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu peço apenas que V.Sa. tenha o máximo de cuidado com as informações que presta à CPMI porque é evidente que nós temos acesso ao sigilo de diversas Corretoras.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Excelência, posso esclarecer--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Não, só para eu concluir, nós vamos chegar ao detalhamento já, já, de algumas operações, de algumas movimentações financeiras. Então, de repente, nós, sei lá, poderíamos nos surpreender de haver movimentações financeiras das empresas de V.Sa. ou de V.Sa. como pessoa física com essas Corretoras. E eu não gostaria de haver aqui uma clara configuração de que o Senhor está mentindo--

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Excelência, eu não minto--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Só para concluir, então, eu peço que o Senhor reflita, eu peço que o Senhor faça um exercício de memória e peço que, da forma mais abrangente possível, procure tentar se lembrar se as empresas do Senhor não estabeleceram negócios com as corretoras que nós estamos citando porque, depois, a gente vai detalhar os dados e, enfim, eu não, eu, sinceramente, não quero que o Senhor passe por um constrangimento, mas eu tenho que lhe advertir de que se os números assim indicarem, nós não vamos ter outra saída.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Excelência, eu sei. Aqui, antes de vir, eu vim preparado para esse depoimento porque eu vim afim, eu vim com o intuito de colaborar com a CPMI, esclarecer todos os fatos. O que o Senhor está falando é que eu devo ter recebido TEDs da CORRETORA EURO ou QUANTIA. Acontece que os TEDs da EURO ou da QUANTIA, eu não recebi por conta de operações minhas, nem com a EURO

nem com a QUANTIA. O que o Senhor tem que fazer é solicitar às duas corretoras que enviem para o Senhor quem é o cliente debitado dentro da Corretora porque eu não sou cliente deles. Eles podem ter feito pagamentos à minha pessoa ou às minhas empresas por solicitação de clientes cadastrados na corretora dele, não por minha, não por minha solicitação. Ou seja, eu não tenho relacionamento lá. Esse é o mesmo problema que aconteceu com a BÔNUS-BANVAL, qual é o problema? Eles infringiram uma norma da CVM que diz que a Corretora só pode receber e pagar para clientes cadastrados. Agora, esse é um problema interno deles, não é um problema meu, é um problema de fiscalização da CVM e do Banco Central dentro dessas Corretoras.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): CORRETORA LAETA?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: A CORRETO-RA LAETA, eu opero nela, fui cliente dela, sou amigo do sócio-Diretor da Corretora, o Senhor Cezar Sassoun. A única coisa que eu posso pedir aqui para ele, de público, é desculpa por ter envolvido o nome dele nessa confusão toda que está acontecendo comigo.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Por que é que o Senhor acha que diversas matérias publicadas na imprensa procuram atribuir a V.Sa. a responsabilidade pelas principais operações da CORRETORA LAETA?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Excelência, a imprensa é sensacionalista, a imprensa, ela não tem o intuito de ir a fundo nas investigações, prova disso é o que aconteceu com essa REVISTA ÉPOCA. Numa operação que eu fiz de *swap*, eu ganho 700 mil reais e sai estampada a minha cara em três páginas da revista; a LINK ganha 31 milhões e 300 mil reais e ele não fala nada, ele fala só de mim. Então, eu não sei por quê? Eu, realmente, desisti de dar entrevista, eu não falo com imprensa, eu não tenho intuito de falar com imprensa. Eu deixo publicar. Nada que, na verdade, o Senhor deve estar passando pelo mesmo problema, o Senhor viu o que aconteceu no fim de semana, eles exageram, citam números que são inverídicos, contam histórias que são inverídicas não tem o que fazer.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu, particularmente, eu tenho um conceito da imprensa diferente do que o Senhor tem. Eu acho que existem órgãos de comunicação que têm, claramente, uma postura tendenciosa e facciosa. Porém, não me cabe aqui fazer, publicamente, a defesa da REVISTA ÉPOCA ou condenar qualquer outro veículo. Agora, eu acho que a REVISTA ÉPOCA está dentre aqueles veículos que merecem credibilidade e respeito da sociedade brasileira, e acho que se não fosse pela

imprensa, muito do que nós estamos fazendo aqui não teria acontecido. Talvez essa CPMI nem existisse se não fosse o trabalho diligente e cuidadoso e sempre investigativo da imprensa. Então, o Senhor tenha certeza de que eu tenho, aqui, uma visão completamente diferente da do Senhor esse respeito.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Respeito a sua opinião, mas é o que eu estou explicando para o Senhor, eu fui uma pessoa sempre avessa à publicidade, eu nunca gostei de sair em coluna social nem nada, então, eu nunca tive relacionamento com imprensa, não tenho assessoria de imprensa, não tenho nada disso.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Está bom. CORRETORA DILLON?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não conheço, também não sou cliente cadastrado na DILLON.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): E a CRUZEIRO DO SUL?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Sou cliente cadastrado.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Em termos de volume, qual é a corretora que o Senhor opera, que representa o maior montante das operações que o Senhor realiza?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu acho que as corretoras que eu mais movimenteiei nos últimos tempos foram a LAETA e a FER.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): A LAETA e a FER? O Senhor tem movimentações também consistentes com a NOVA INVEST, concorda?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, com a NOVA INVEST não, muito pouco. Eu passei a operar lá depois que a LAETA fechou, mas eu não tenho muito movimento na NOVA INVEST.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Não tem muito movimento?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, a minha carteira, eu dei uma reduzida no meu nível de operação, eu não tenho muito movimento lá não.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Por mês, quanto é que o Senhor, mais ou menos, opera com a NOVA INVEST, para ver se vai bater com os nossos dados?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, eu não tenho operado muito com a NOVA INVEST, eu acho que eu operei, do começo do ano até agora, uns 500, 600 mil reais, mais ou menos.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Agora, eu informo a V.Sa. que, da mesma forma que na EURO, na QUANTIA e outras corretoras, há um registro de transferências de TEDs que supe-

ram e muito esse volume que o Senhor declara aqui com a NOVA INVEST.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Da NOVA INVEST para a minha conta?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Do Senhor para ele, dele para o Senhor ou das suas empresas; do Senhor ou das suas empresas.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, as minhas empresas nem são cadastradas na NOVA INVEST, e eu, na pessoa física, não tive nenhum movimento expressivo nos últimos depois tempos na NOVA INVEST.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Depois, a gente detalha as operações.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Sim, Senhor, estou à disposição.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Em que circunstâncias o Senhor conheceu o Breno Fischberg?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: O Breno, eu conheci no mercado, é meu amigo pessoal. Comecei a operar na BÔNUS... Logo depois que eu comecei a operar, ele teve problema com cliente, ele sabia que eu tinha recurso disponível e solicitou se eu podia ajudar ele. Eu, prontamente, me disponibilizei a ajudar ele para que ele não tivesse problema de quebrar Corretora. Relacionamento social de amigo e operacional.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas o Senhor o considera um amigo?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Considero.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Então, o relacionamento não é apenas profissional, há também um relacionamento pessoal?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, tem um relacionamento pessoal e social.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O mesmo se aplica para o Quadrado?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Também. Para o Ricardo Paiva também, que era sócio lá e o Celso também.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Quando é que o Senhor começou a operar com a BONUS BANVAL?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: 2002.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Quando é que o Senhor deu o empréstimo ao Breno?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: 2002.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Em 2002. Então, havia uma relação de confiança entre os Senhores para que o Senhor pudesse conceder um empréstimo a ele?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Existia e continua existindo. Se ele me solicitasse agora qualquer tipo de ajuda eu iria providenciar. Apesar de agora não estar em condição de ajudar muita gente...

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Por que é que você acha que o Senhor Enivaldo Quadrado afirmou à CPMI que a LAETA seria de propriedade de V.Sa.?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, se ele afirmou isso, eu desconheço, mas o que ele pode ter afirmado é que eu era cliente expressivo da LAETA. Agora, que é de minha propriedade, não é; eu nunca fui sócio nem Diretor de nenhuma instituição financeira. Ou ele se enganou... Não sei o que pode ter acontecido com ele.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Exatamente, qual foi o montante do empréstimo que o Senhor concedeu ao seu Breno Fischberg?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Excelência, eu não me recordo direito, mas eu vou verificar nos meus documentos e vou enviar para o Senhor assim que eu tiver esse número exato, mas deve ter sido algo em torno de um milhão de reais, alguma coisa em torno disso.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Ele pagou esse empréstimo a V.Sa.?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Pagou.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Pagou quando?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não lembro a data direito, mas pagou através de créditos efetuados na conta-corrente ou na conta das minhas empresas.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor tinha relações mais estreitas com o Breno ou com a Quadrado?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Com o Breno.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Com o Breno... Na época que o Senhor era sócio da GUARANHUNS, ela operou com a BÔNUS-BANVAL?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, a GUARANHUNS só operou, única e exclusivamente, numa corretora, FATOR DÓRIA ATHERINO, que hoje é FATOR S.A.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Como é que o Senhor conheceu o Senhor José Carlos Batista?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: O José Carlos, ele trabalhava no mercado, trabalhou no BANCO ITAÚ, trabalhou na LAVRA, trabalhava na MAGLIANO CORRETORA, onde ele estava no período da MAGLIA-

NO. eu tinha um amigo meu que trabalhava com ele na Mesa, que fazia faculdade comigo, na época, e me apresentou para o Zé Carlos. A partir daí, a à vezes, ele me ligava, me perguntava não sei o quê. No ano de 2000, no final de 2000, ele me procurou e falou se eu poderia, ele queria sair da MAGLIANO, não estava contente lá, e perguntou se eu poderia ajudá-lo, arrumando para ele trabalhar na AGENDA CORRETORA. Falei que não teria problema e para ele ver qual é a carteira de clientes que ele tinha e que ele poderia sentar na Mesa da AGENDA e que eu iria tomar as providências para que ele se cadastrasse, iria acompanhar as operações dele. Nesse momento que eu fiquei mais próximo dele.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Por volta do ano de 2000?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Exatamente.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): E quando é que foi a decisão dele se tornar sócio da GUARANHUNS?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Isso aí ele me solicitou, o Zé Carlos tinha um problema de crédito, ele estava com o nome sujo, ele tinha um problema no SPC, Serasa, ele tinha vários cheques devolvidos, não sei o que. Então, o que é que acontecia? Ele, para operar em Bolsa, ele não podia porque ele tinha esse problema. Então, as Corretoras não aceitavam o cadastro dele e ele queria ficar operando na minha conta. Na minha conta eu não quero, atrapalha o meu recolhimento de imposto, dava confusão. Então, eu falei: “Olha, eu tenho uma empresa que eu não estou utilizando, então, você compra ela e opera no nome da empresa”. Aí, ele comprou a empresa em dezembro de 2001, única e exclusivamente por quê? Porque a empresa estava cadastrada em corretora, tava com a contabilidade toda em ordem. Então, a partir daquele momento, ele podia utilizar a empresa para fazer as operações dele.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Está bom, mas o Senhor, naquele momento, vendeu quantos por cento da empresa a ele?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: 100% da empresa eu vendi para ele e para a empresa que ele representava na época.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Que era?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: A ESFORT TRADING.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): A ESFORT TRADING. Quem são os sócios ESFORT TRADING?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu não conheço. Eu sei que ele era o representante legal e que estava autorizado a assinar por essa empresa no Brasil.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor tem toda a documentação dessa transação?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Sim, Senhor. E o Senhor também deve ter porque a CPMI pediu a quebra de todo o meu sigilo e deve ter a alteração contratual. Se o Senhor não tiver, eu estou pronto para providenciar e entregar para o Senhor essa documentação.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas, em algum período, o Senhor figurou como sócio do Batista na GUARANHUNS?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Nunca.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor passou 100%?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: 100% da empresa.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor não acha estranho o Batista ter 1% da GUARANHUNS, a ESFORT TRADING ter 99% da GUARANHUNS e o Batista ter a delegação de negociar 100% da empresa com V.Sa, de ter adquirido 100% da empresa, mesmo que em nome de terceiros, e o Senhor não acha estranho que Batista não conheça os sócios da ESFORT TRADING?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu não sei como é que ele chegou a ser, como foi o contato dele para ele ser representante da empresa, qual foi. Isso aí só ele pode explicar, Excelência. Eu não posso responder por ele, eu não tenho procuração dele, eu não sei o que ele fez, entendeu? Eu só sei que na hora de transferir eu pedi aos meus advogados para que providenciassem a documentação para que eu não tivesse mais responsabilidade nenhuma sobre as operações da empresa, fizessem a alteração junto à Junta Comercial de São Paulo para que me eximisse de responsabilidade, a partir daquele momento, sobre aquela empresa.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Qual é a relação atual do Senhor com o José Carlos Batista?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Meu amigo, continua sendo meu amigo.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor tem o hábito de ajudá-lo financeiramente?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, não, ele não precisa de ajuda financeira, ele está--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Como é que o Senhor avalia situação financeira do Batista?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Excelência, avaliar situação financeira de uma pessoa, é difícil; depende do parâmetro que se utiliza. Por exemplo, se o Bill Gates for analisar a minha situação financeira, ele vai achar que eu sou pobre. Agora, depende do parâmetro que você usa, para a maioria da população brasileira, eu acho o que Zé Carlos está bem. Ele tem carro, tem casa própria, tem tudo, então, eu acho que, para a grande maioria da população brasileira, que vive de salário baixo, tem pouca renda, tem muito desempregado, acho que a situação dele é uma situação de classe média, classe média alta, não sei, depende o parâmetro que se utiliza, entendeu? É difícil você mensurar qualquer relação, a qualquer pessoa, se você não sabe qual é o parâmetro que vai se utilizar, entendeu?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor considera que o Batista, ele é um profissional experimentado do mercado?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Considero. Ele trabalhou no BANCO ITAÚ, trabalhou na MAGLIANO, trabalhou no BANCO LAVRA. Ele tem 30 anos de atuação profissional, não é?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor sabia que o depoimento dele aqui foi uma verdadeira pregação de mentiras?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, Deputado eu não posso julgar--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): De negativas a esta CPMI, coisas assim, completamente absurdas, como ele afirmar que não tinha nenhuma participação na ESFORT TRADING e eu mostrar a ele, em sessão pública, que não apenas ele figurava como autorizado a operar pela ESFORT TRADING, mas, além disso, ele havia sido designado pela Assembléia-Geral dos acionistas da ESFORT TRADING como o representante daquela empresa.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, o que eu acho é que têm pessoas que vêm aqui e se sentem nervosas acuadas. Por exemplo, eu vi o Delúbio Soares depondo aqui, que é um cara experiente, que sempre falou em público, não sei o quê e quase não conseguiu explicar nada do que ele fez. Cada pessoa se comporta de uma determinada maneira perante uma situação como essa aqui. Então, é difícil avaliar, eu não gostaria de exprimir a minha opinião sobre esse caso.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Agora, o Senhor disse que não precisa fazer favores para ele e a CPI teve acesso a pagamentos mensais feitos num depósito numa conta do BRADES-

CO no valor de quatro mil reais, em favor do Batista, que seria de responsabilidade de V.Exa. O que V.Exa tem a dizer sobre isso?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Pode ser repasse de alguma operação que eu fiz com ele e tinha que pagar essa comissão para ele e eu deposei na conta.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas todo mês o Senhor pagar a ele quatro mil reais?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não sei, pode ter sido uma operação consecutiva, que teve assim 12 meses de operação. Ele pegou e falou: "Lúcio, eu vou te apresentar um cliente para descontar cheque pré-datado na tua *factoring*". O cliente foi lá e descontou um milhão, dois milhões de reais. Cada vez que um cheque ia caindo, eu mandava desembolsar a comissão para ele.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Isso não parece, por exemplo, uma relação de patrão e empregado, em que você remunera a pessoa com um valor fixo por mês para que ela preste os serviços a quem está remunerando?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: De maneira nenhuma, Excelência. O Senhor José Carlos Batista nunca foi o meu funcionário.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nós tivemos acesso também a um documento da agência de turismo TRAVEL CENTER, onde o Senhor paga uma passagem, no dia 14 de setembro de 2004, para o José Carlos Batista ir de São Paulo ao Rio de Janeiro, acompanhado com um Policial Civil, cujo nome é Fernando Martins. O Senhor tem o hábito de pagar passagens para o José Carlos Batista?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Excelência, é possível. Por que é possível? Porque eu era um cliente cadastrado nessa agência de viagens. O Zé Carlos deve ter pedido para comprar a passagem em meu nome, porque eu tinha crédito aprovado dentro da agência. Então, a agência faturava para mim, para 30 dias e, depois, deve ter me reembolsado essa despesa. É provável, eu não vejo... Ele é meu amigo particular e não é só para ele; se o Senhor levantar todas as faturas que eu paguei para várias pessoas, o Senhor vai ver que têm várias pessoas que trabalhavam comigo e que têm fatura, que não são meus funcionários, mas são do meu relacionamento, que têm faturas pagas dentro da TRAVEL CENTER pela minha pessoa, pela minha empresa.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): E porque é que o Senhor pagou para um Policial Civil ir de São Paulo para o Rio de Janeiro com o Batista?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Nem conheço esse Policial Civil, pode ser que o Zé Carlos conheça ele e os dois tenham ido viajar para a Rio para passar o fim de semana, eu não sei o que eles fora fazer lá e mandou faturar as duas passagens no meu nome.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas o Senhor não disse que o Batista não precisava de favores do Senhor porque era uma pessoa bem posicionada, econômica e financeiramente, que tinha uma vida boa? Ora, realmente eu concordo, quem tem um patrimônio declarado de mais de um milhão, quem possui automóvel, imóvel, enfim, não precisa recorrer um amigo para pagar uma passagem de São Paulo para o Rio, talvez a passagem mais barata do país.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Excelência, pelo percurso São Paulo – Rio, essa aí talvez seja uma das passagens mais caras do Brasil, que é o trecho mais lucrativo que tem. Tanto que todas as companhias querem entrar nesse trecho. Segundo, eu não estranho, para você ver, o Doutor Zé Roberto, que está aqui me acompanhando, é o meu advogado; a passagem dele, quem pagou fui eu, está faturada. E o que acontece? Ele pode até chegado e ligado para a minha secretária e falado: “Olha, manda emitir dois bilhetes para mim que, depois, eu pago para a Lúcio”. Pode ter acontecido perfeitamente isso aí, eu não vejo problema nenhum nisso aí. O que eu expliquei para o Senhor, como em 2004 ele já não trabalhava comigo, eu não sei o que ele estava fazendo, pode ser que ele esteja na rua, liga para a minha secretária, minha secretária sabe que eu não tinha problema disso aí, solicitou: “Manda emitir duas ponte aéreas, que estou no aeroporto, vou pegar um ticket, depois eu acerto com o Lúcio.” Pode ter acontecido isso.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Por que é que todos os documentos e as contabilidades da GUARANHUNS são encaminhados para o escritório de V.Sa? Por que é que, inclusive, algumas despesas da própria empresa são pagas por V.Sa?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Excelência, o que acontece é o seguinte: O Zé Carlos trabalhava no mesmo escritório que eu, na AGENDA; quando ele comprou a empresa, o endereço dele era o mesmo endereço meu. Quando ele saiu do escritório, a correspondência continuou indo para o mesmo endereço e quando chegava lá, a gente encaminhava para ele. O que pode ter acontecido, eu pagar algum DARF, alguma despesa da GUARANHUNS, é que, em determinado momento, ele não estava em São Paulo, se ausentou não sei o quê, a minha secretária pode ter ligado para ele e falar: “Zé Carlos, tem alguma coisa

vencendo, não sei o quê...” e ele solicitado para a minha secretária: “Pede para o Lúcio pagar que depois eu reembolso dele”.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nós tivemos acesso a um documento onde há autorização para a gerente do banco de V.Sa. realizar pagamentos em favor da GUARANHUNS, de despesa da GUARANHUNS, ou seja, despesas da GUARANHUNS debitadas na conta de V.Sa.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: É o que eu expliquei para o Senhor, o que pode ter acontecido? O endereço de correspondência dele, que trabalhou comigo, é o mesmo meu. Pode ter chegado algum DARF, alguma conta que vencia, o secretária entrou em contato com ele ou não conseguiu enviar a correspondência dele, porque o Zé Carlos é de Minas Gerais, ele ficava muito tempo no interior, e ele solicitou: “Pede para o Lúcio pagar que depois eu reembolso dele” e eu paguei.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Quando o Batista foi comprar a GUARANHUNS de V.Sa e que ele chegou com a procuração da ESFORT TRADING, V.Sa não teve curiosidade de saber quem é que estava por trás dessa empresa??

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Excelência, eu não acompanhei a transação, eu pedi pros meus advogados acompanharem, na época, e eles falaram: “Lúcio, pode transferir, você não tem mais responsabilidade nenhuma na empresa a partir de agora”. Eu assinei, eu não acompanhei a transação, que tipo de procuração ele tinha, eu não acompanhei. Esse lado jurídico eu não conheço muito bem.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Como foi essa transação, o Senhor cobrou alguma coisa por transferir a GUARANHUNS para o Batista?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu transferi a empresa para ele e ele fez créditos na minha conta-corrente ou na conta das empresas, referentes ao que ele me devia do capital social da empresa.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): No valor de quanto foram esses créditos?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu acho que 100 mil reais. Eu preciso consultar o documento e vou enviar a V.Exa. toda a documentação comprobatória dessa transferência.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas apenas referente ao que ele devia a V.Sa., a transferência da empresa saiu a custo zero?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: A empresa, na verdade, era uma empresa que ela existia para quê? Para operar para mim na Bolsa; ela não tinha ativos, o ativo dela era o capital social, mais nada.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor se surpreendeu quando soube que a GUARANHUNS estava envolvida com repasse de recursos do Senhor Marcos Valério?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, Excelência eu nunca fiquei tão surpreso porque eu estava na minha casa, eu estava quase dormindo quando escutei V.Exa falar: “Achamos uma transferência de...”, acho que era um milhão de reais, “...para uma empresa GUARANHUNS”. Nesse momento, eu falei: “O que é isso?” Liguei para o José Carlos e falei: “O que é isso?” Ele falou: “Não sei”. Aí, as explicações cabem a ele, entendeu?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): V.Sa. não teve nenhuma participação nesse episódio que aproximou a GUARANHUNS do Partido Liberal e que viabilizou a vinda da empresa para a transferência desses recursos do Marcos Valério?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, eu não conheço o Senhor Marcos Valério, nunca estive com ele, nunca dei um telefonema para ele, nunca fui na sede da empresa dele em Belo Horizonte, ele nunca esteve na sede da minha empresa. O que pode ter ocorrido, por que ele recebeu isso, eu não posso explicar só ele que pode explicar, eu não sei o que falar, não tenho o que falar com relação a isso.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): V.Sa. conhece algum político do Partido Liberal?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Conheço.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Quem?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Conheço o Deputado Valdemar Costa Neto, o ex-Deputado Valdemar Costa Neto.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Alguma vez o Senhor teve notícias de que o Batista tinha relações com políticos do Partido Liberal?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Pode ser, eu não sei de todo o relacionamento social dele.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor é muito amigo dele, o Senhor paga passagens para ele...

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu não pago passagens para ele. Ele me reembolsou. Eu tenho certeza de que se eu pegar, na minha contabilidade, eu vou achar esse crédito de volta. Agora--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor mesmo disse que é muito amigo dele.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Então, eu sou muito amigo dele, mas eu não sei quem são todos os

amigos dele, eu não tenho...Eu sou amigo dele, mas eu não sei com quem ele se relaciona, 100% dos relacionamentos dele, eu não posso afirmar para o Senhor quem é e quem deixa de ser.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Então, foi uma grande surpresa para o Senhor o surgimento do nome da empresa que o Senhor era o proprietário e, de repente, essa empresa está envolvida num grande escândalo nacional, isso foi uma surpresa para o Senhor?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Foi sim, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Jacinto Lamas?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nunca esteve com ele?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, Senhor. Do PL, tesoureiro que eu conheci, é o Senhor Tadeu Candelária, que é o responsável pelo, pela contabilidade, pela tesouraria do PL, em São Paulo. Eu nunca estive com a Jacinto Lamas.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Em que circunstâncias esteve com o Tadeu?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu estive com ele, eu acho que uma ou duas vezes, três vezes.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Para quê?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Ele veio me perguntar, o filho do Deputado Valdemar Costa Neto queria um estágio no mercado financeiro e eu arrumei para ele um estágio na LAETA, na época. Ele que pediu para mim, que providenciasse isso.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O tesoureiro do PL, o Tadeu?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Quem me pediu foi o Deputado Valdemar Costa Neto, eu atendi ele esse pedido que ele me fez e, depois, o Tadeu vinha, às vezes, perguntar para mim como é que estava a situação do garoto, se ele estava indo bem, se não estava. Eu falei: “Eu acho que está, precisa ver...” Porque o Deputado Valdemar Costa Neto é separado da esposa e ele tem um relacionamento meio afastado dos filhos. Então, ele queria saber. O Tadeu me procurava para fazer isso aí, às vezes ele precisava saber algum indicador de mercado financeiro, me ligava, me perguntava tinha alguma dúvida com relação a alguma coisa, eu esclarecia.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): o Senhor tem conhecimento de que aná-

lises do COAF ligam o nome de V.Sa à empresa ES-FORT TRADING?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, não tenho... Nunca fui citado pelo COAF, não tenho notícia de nenhum processo instaurado no COAF com relação à minha pessoa, qualquer empresa minha.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): V.Sa. opera com *off-shore*?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não Senhor, não sou Procurador de nenhuma *off-shore*.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nunca transferiu recursos para nenhuma *off-shore*?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Que eu me recorde, não.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Que o Senhor se recorde, mas não tem como afastar completamente essa possibilidade?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Que eu me recorde, não. Eu não tenho como afastar. 100% de certeza, eu não posso dar porque são muitas movimentações financeiras que eu tenho, é difícil você ter tudo isso aqui de cabeça, entendeu?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Que razões o Batista apresentou ao Senhor quando manifestou o desejo de comprar a empresa GUARANHUNS?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Já expliquei para V.Exa. que o problema é que ele tinha problemas creditícios no nome dele, eu sugeri para ele: “Tem essa empresa, compra a empresa para você”. Eu não sei quem aconselhou a ele a fazer a montagem que ele fez, eu não fui. Ele pegou e procurou o meu advogado, eu falei: “Você procura o meu advogado, trata da transferência com ele”. Quando a transferência estava feita, a alteração contratual, eu assinei e foi dessa maneira que foi entabulado o negócio, a negociação.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas o Senhor há de convir que é muito estranho o Senhor transferir uma empresa que controlava desde 99, que detinha 100% do seu controle, para o Batista que, mesmo sendo o seu amigo, estava apenas adquirindo 1% da empresa. É muito estranho fazer um negócio, transferir uma empresa para quem o Senhor nem sabe quem é, para quem o Senhor não tem a menor curiosidade de saber quem é?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: A única preocupação que eu tinha é de não ter nenhum problema, nenhuma responsabilidade a partir daquele momento sobre aquela empresa. O meu advogado me deu ciência de que eu estava 100% coberto e eu assinei, não me preocupei com mais nada.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor já operou com fundos de pensão?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Nunca.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nunca, nem na época que era sócio da GUARANHUNS?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Nunca.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Tem certeza?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Absoluta.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): A Secretaria de PREVIDência Complementar encaminhou à CVM relatório que trata, entre outros assuntos, de negócios com ações e opções realizados pela CENTRUS, no período de 97 a 2001. Que teriam, ao todo, esses negócios provocado prejuízos para a fundação no valor de 36 milhões. E a GUARANHUNS é citada como tendo participado dessas operações e o Senhor aqui nos diz que nunca operou com Fundos de Pensão. Como é que o Senhor explica esse relatório da CVM, da Secretaria de PREVIDência Complementar, que foi encaminhado à CVM?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Excelência, como eu tenho certeza que a experiência que o Senhor adquiriu nessa CPI, pelo bom trabalho que o Senhor vem desenvolvendo aqui, o que acontece? O problema é que a gente não sabe quem é a contra-parte, a contra-parte é sigilosa, ou seja, quando eu compro a opção, pode ser na Bolsa de São Paulo, em qualquer Bolsa, eu não sei de quem eu estou comprando, como eu também não sei para quem eu estou vendendo. Eu só sei quem é a instituição financeira que está intermediando essa operação.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Então, vamos esclarecer aqui os detalhes dessa operação para que não parem dúvidas. A CVM verificou que apenas três, dentre as contra-partes dos lançamentos de opções e respectivos exercícios, responderam por mais de 50% do volume negociado. O BANCO PACTUAL foi a contra-parte com maior participação nas transações que obedeciam mais ou menos a seguinte lógica: O PACTUAL vendia ações para a CENTRUS, a CENTRUS lançava opções de compra exercida por uma terceira pessoa. O PACTUAL exercia as opções de compra, retomando exatamente o lote original--

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Excelência, posso dar--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Não, me permita concluir, a apuração da CVM constata que a terceira opção adquirente, a terceira pessoa adquirente das opções de compra era a

GUARANHUNS, era a GUARANHUNS. Em outras situações, apurou-se que a GUARANHUNS acompanhava o PACTUAL na primeira fase do esquema, vendendo ações para a CENTRUS. O que é que o Senhor tem a dizer disso? Não é um juízo de valor meu, esse é um documento oficial da Secretaria de Previdência Complementar.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu posso olhar... É muito longa a pergunta.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu posso pedir que se traga o original do documento, mas o que se suspeita, aqui, é da montagem de operações, da venda de ações para a CENTRUS, em que, nesse caso, o BANCO PACTUAL e a GUARANHUNS acabaram tendo um resultado completamente inconsistente com a lógica de mercado.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, eu pediria que o Senhor me desse o documento que eu vou explicar a operação para o Senhor se... Eu não entendi se são uma, duas, ou três opções de compra, eu precisaria verificar para ver como é que...

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Parece que são três. O que nós temos aqui é o seguinte: Parece que existiam várias contra-partes, só que em mais de 50% dos 36 milhões--

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Do volume total que a CENTRUS operou, 50% eram--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mais de 50%--

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: --Ou eu ou o BANCO PACTUAL, é isso?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Exatamente.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: O que eu posso informar para o Senhor é o seguinte: Eu não sei, quando eu compro uma opção, quem é a contra parte. Agora, como eu expliquei para o Senhor, eu fui e era, até um ano atrás, uma das pessoas físicas que tinham mais posição em aberto, tanto na BMF quando na Bovespa, quando a Bolsa do Rio existia, eu operei muito na mercado de posições da Bolsa do Rio, eu não sabia quem era a contra-parte, se era a FUNDAÇÃO CENTRUS; é sigiloso quem é a contra-parte. Eu nunca liguei na Mesa da FUNDAÇÃO CENTRUS.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor disse aqui que nunca operou com fundo de pensão, isso em carteira própria ou incluindo também os fundos exclusivos?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, em carteira própria e fundos exclusivos. Eu nunca tive esse negócio, não que eu saiba. Pode ser que eu tenha operado na Bolsa e comprado de uma pessoa e essa pessoa, o cliente dela, é um fundo de pensão ou um

fundo exclusivo, mas eu não tenho ciência de quem é. Então, isso é sigilo, eu não sei quem é a contra-parte, eu não tenho como afirmar para o Senhor se eu conheço ou não conheço. Não sei quem é a contra-parte. Eu sei qual é a Corretora que está operando, não sei quem é a cliente, dentro da Corretora, que está emitindo a ordem e autorizando a operação.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conhece ou já teve relacionamento com algum dirigente ou ex-dirigente de fundo de pensão?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Que eu me recorde, não.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nenhuma fundação?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Marcelo Sereno?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: De vista.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Apenas de vista?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: De vista. Tinha uma época que, às vezes, eu estava jantando em Brasília, cruzava com ele aqui. Eu nunca estive com ele, nunca falei com ele ao telefone, nunca visitei ele, nunca fui ao gabinete dele, não tenho contato com ele.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor aqui disse, na sua apresentação, que era um empresário, um empresário com larga experiência, bem-sucedido. Nos últimos anos, o Senhor tem tido bons resultados em operações, tanto na BMF como na Bovespa, correto?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Tive sorte nos últimos tempos, aí, a estratégia operacional foi bem traçada e resultou isso aí: Num fluxo bom de recursos para mim. Realmente eu, nos últimos anos, tive, entre 2000, 2001, 2002, 2003, resultados bons.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O que é que o Senhor acha de diversas corretoras com as quais o Senhor opera terem um volume inexplicável de concentração negativa dos ajustes, ao fim do primeiro dia, nas operações de BMF, em que se verifica que as contra-partes justamente são pessoas envolvidas nas investigações da CPMI? Mas quando eu digo concentração, por exemplo, a LAETA, a gente verifica 98%, verifica índices, portanto, que são assim absurdos, seja na quantidade de operações ou no volume negociado. Então, o que eu quero dizer aqui é que muitas das corretoras com as quais o Senhor operou, elas, quando operaram com Fundos de Pensão, no mercado de derivativos, sempre atribuíam ajustes negativos aos fundos. Quando a gente compara esse mesmo resultado das Corretoras

com outras instituições e até, por exemplo, operando com o Senhor, em pessoa física, em pessoa jurídica, os ajustes são completamente dentro do padrão de mercado, variam de 45 a 60%. O que é que o Senhor tem a dizer disso?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu não posso responder pelas corretoras por que eu não sou Diretor de corretora, nem dono, o que acontece dentro da Mesa da corretora, dentro da instituição, eu não posso falar nada porque eu não sei o que o dono da Corretora ou o Diretor da corretora está autorizando a Mesa a operar, eu não posso explicar, Excelência.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor nos disse aqui que nunca operou com a EURO. O Senhor confirma isso?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Confirmo.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas, no entanto, o Senhor não descarta a possibilidade de existirem muitas transferências através de TEDs, transferências financeiras da EURO para as empresas de V.Sa.?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Realmente, foi o que eu expliquei para o Senhor, pode ter ocorrido isso.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Surpreenderia V.Sa. se, por acaso, no mesmo período que a EURO ganhou milhões com a PRECE e com a NÚCLEOS, ela tenha transferido montantes quase iguais para as empresas de V.Sa.?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, quem fez a operação dentro da EURO é um cliente deles porque eles pagaram TED para mim. Só o Diretor da EURO ou o contador, ou a pessoa responsável pode falar e a responsabilidade da operação dentro da EURO não é minha porque eu não sou cliente cadastrado na EURO e existe uma regra, como eu expliquei para o Senhor, da CVM, que corretoras só podem pagar para o cliente cadastrado porque ele me pagou e, porque aconteceu isso, só ele que pode responder.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas eu acho que o Senhor não entendeu. Eu perguntei se surpreenderia o Senhor se, por acaso, nós identificássemos que a EURO, em determinado período, estava ganhando milhões em operações, principalmente com a PRECE, mas também com a NÚCLEOS e que, nesse mesmo período, ato contínuo, a EURO tenha feito TEDs para a STOCKOLOS AVENDIS, com montante muito próximo ao que ela ganhou dos Fundos de Pensão?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, eu não sei que tipo de operação ocorreu dentro da EURO, precisaria verificar essas operações e analisar muito bem para saber o que ocorreu.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Porque a EURO está com o sigilo lacrado, porém, porém as fundações não e V.Sa. não. Então, nós conseguimos enxergar todas as movimentações da fundação para a EURO e daquilo que V.Sa. recebe da EURO sem desrespeitar essa decisão do Supremo, e eu quero lhe informar, mas isso os números só vão constar do relatório final, até porque eu estou proibido de tratar de números da PRECE publicamente, mas eu quero lhe informar que, exatamente, o mesmo montante de milhões que a EURO ganha com a PRECE e com a NÚCLEOS, ela transfere em período exatamente igual para a STOCKOLOS AVENDIS?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu só posso afirmar uma coisa para o Senhor, eu nunca tive--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Quem era o cliente do Senhor que poderia, nesse caso, estar dando ordens para que o Senhor operasse com a EURO? Quem eram os principais clientes do Senhor que operavam com a EURO?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu nunca operei com a EURO, eu preciso ver, nos meus clientes, nos descontos que eu fiz, nas operações financeiras que eu fiz, quem foi que me enviou esses TEDs. Vou verificar isso aí na minha documentação e vou encaminhar ao Senhor a fim de que esse relatório seja elucidado, para que o Senhor tome as conclusões corretas sobre essas operações. Só peço que o Senhor, depois, me encaminhe quais são as datas e quais são os valores do crédito e eu vou levantar, na minha contabilidade, vou pedir para meu contador levantar e ele vai apurar, com certeza, e vai enviar, aqui para essa Comissão, qual foi a pessoa que me enviou e o motivo que enviou; o Senhor chama a pessoa e esclarece qual o tipo de operação que teve com os fundos que o Senhor citou. A única coisa que eu posso dizer para o Senhor é que eu não operei com nenhum desses dois fundos. Não conheço ninguém na NÚCLEOS, não conheço ninguém na PRECE. Não tenho relacionamento com nenhum desses dois fundos.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Então, eu vou ajudar um pouquinho mais V.Sa. V.Sa. conhece a empresa GAMEX?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Conheço.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): De quem é a empresa Gamex?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu não sei quem é o dono não--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Não sabe quem é o dono?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu conheço o Diretor, não sei quem é o dono. É o Jorge o Diretor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas só conhece o Diretor da empresa?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Conheço o Diretor e conheço a empresa de nome, é uma securitizadora, eu tenho uma securitizadora também.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor não faz idéia de quem seja o sócio da GAMEX?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu não sei se o Jorge, que é o Diretor, é sócio também.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): E a ODACREM ?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não conheço.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Não conhece, essas empresa nunca operaram com V.Sa?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Comigo não.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Voltando um pouquinho, a CORRETORA DILLON, foi outra corretora que ganhou muito dinheiro com a PRECE, sobretudo em operações de títulos públicos eu não me recordo aqui qual foi a resposta de V.Sa por isso lhe peço perdão se pudesse mais uma vez, eu queria saber V.Sa conhece os proprietários da DILLON?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, conheci um operador de Mesa da DILLON que o nome era Eron.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): A CORRETORA DILLON realizou três operações com Fundos de Pensão, no período de 21 a 24 de novembro de 2003. Estas operações geraram prejuízos para Fundos de Pensão, no valor de dois milhões, 122 mil reais. A DILLON reteve Comissão de 6% e repassou, em 26 de novembro, o valor de dois milhões e quatro mil reais para a EURO, que reteve uma Comissão de 17% e que repassou um milhão, 634 mil reais para a STOCKOLOS AVENDIS na mesma data. O Senhor acha que não existe uma conexão entre essas operações?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, para o Senhor ver como eu estou falando a verdade, nessa ocasião, 21 a 24, em novembro de 2003, nem no Brasil eu estava, eu estava em Dubai, nos Emirados Árabes.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): E quem respondia pela STOCKOLOS, nesse período?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Era eu. Eu devo ter recebido de algum crédito de algum cliente meu e eu não sei a origem do crédito. Quem tem que

responder, o que eu já expliquei para o Senhor, é a EURO e a DILLON, não eu.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Ou seja, a DILLON ganha dois milhões, 122 mil, nesse período, porque ela ganhou muito mais, mas ela, nesse período, ganhou 2 milhões 122 mil com os Fundos de Pensão, ela repassa uma parte disso para a EURO, retendo 6%. Depois a EURO na mesma data repassa uma parte dessa volumosa quantia para a STOCKOLOS AVENDIS mais uma vez o Senhor não tem como explicar a operação?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Já expliquei, mais uma vez vou reafirmar aqui, Excelência. Os créditos que eu recebi na minha conta estão todos contabilizados, todos com o Imposto de Renda recolhido. Eu preciso que o Senhor me dê a data exata, o valor exato e eu vou levantar na minha contabilidade e vou falar para o Senhor qual foi o meu cliente que me pagou através desses TEDs ou desses depósitos em conta-corrente. A partir do momento que eu informar isso para o Senhor, aí, o Senhor intima esses clientes ou chama a CPI, não sei qual vai ser o procedimento adotado dali para frente.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Porque eu queria informar a V.Sa. que, em depoimento, no dia 13 de fevereiro de 2006, a esta CPMI, o Senhor Luiz Cláudio Lins Fabriane, da CORRETORA DILLON, nos disse o seguinte: “Que as operações que a Corretora participou com a PRECE, operações de títulos públicos, na verdade, tinham sido todas arranjadas pela EURO. Ou seja, a DILLON, ela emprestava o nome, ela figurava na operação, ela recebia o dinheiro, mas, na verdade, depois, ela repassava para a EURO. Foram declarações do proprietário da CORRETORA DILLON. E aí, de repente, em datas iguais ou de um dia a mais, a DILLON, a EURO, desculpe, passa esse volume de recursos para a empresa do Senhor. Será que não há uma similitude nessa história, ou seja, a DILLON, que arranhou para a EURO, a EURO que arranhou para a DILLON a operação e talvez a empresa do Senhor que tenha também ajudado a EURO e por isso recebeu os recursos?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, o que esse Diretor da DILLON falou, eu não sei. Eu sei que a verdade tem sempre três versões: A da DILLON, a da EURO e a verdadeira. A CPMI está aqui para tentar provar qual é a verdadeira. Eu acho que tem que chamar os dois para ver o que acontece. Eu vou verificar quem foi o cliente que me mandou esse valor na minha conta-corrente, vou informar para o Senhor e, a partir daí, eu acho que a coisas vão se esclarecer da melhor forma possível.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Vamos falar um pouco da PRECE. O Senhor nunca conheceu ninguém na PRECE?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, a única pessoa que eu conheci que trabalhou na PRECE foi o Carlos Eduardo Lemos, o Dudu.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conheceu o Dudu em que circunstâncias?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu morava no Rio de Janeiro, em 99, como eu informei para o Senhor, ele trabalhava numa Corretora, na NOVA INVEST, na época, a NOVA INVEST não era membro da BOVERJ, a NOVA INVEST operava a BOVERJ. Eu o conheci de atender telefone, trocar idéia de mercado, eu trocava operação com ele. No período que ele foi Diretor da PRECE, eu nunca tive contato com ele, nunca fui na PRECE, nunca telefonei para ele lá.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conhece a QUALITY, que é, ao mesmo tempo, corretora e administradora de Fundos de Pensão?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Conheço o sócio da QUALITY, Senhor Marcos César Lima, é amigo meu.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): É amigo? Mas qual é essa relação dos Senhores, existem relações também comerciais do Senhor com a QUALITY?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Nenhuma, a única relação que eu tenho com o Senhor Marcos César é que ele estava numa situação financeira apertada e me solicitou se eu poderia fazer um empréstimo para ele, eu fiz um empréstimo, só isso, mais nada.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Se eu dissesse ao Senhor que eu tenho informações consistentes de que o Senhor recebe da Corretora QUALITY e também administradora do fundo PRECE as planilhas com o desempenho dos fundos exclusivos ligados à PRECE, o que é que o Senhor me diria disso?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu recebo isso aí aonde, em que lugar?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor recebe na sua... Em que lugar eu não sei, tivemos grandes dificuldades para encontrá-lo porque o Senhor tem várias empresas, o Senhor opera em São Paulo, já morou no Rio; em que lugar eu não sei. Mas, obviamente, no seu lugar de trabalho, que o Senhor receberia as planilhas dos fundos exclusivos da PRECE o que é que o Senhor diria?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Nunca recebi isso, eu nunca cheguei com esse documento na minha mão.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nunca recebeu. É... Muito bem. A conta Guelway (F) diz alguma coisa para o Senhor?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, é uma empresa que eu conheço.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Uma empresa? Que empresa é essa?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: É uma securitizadora de crédito.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Situada aonde?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não sei, eu não sou dono da empresa.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): De propriedade de quem?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não sei também quem é o proprietário.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conhece a empresa em que circunstância?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Conheço porque uma das pessoas que trabalham lá, às vezes, quando eu tinha minha *factoring*, estava com pouco capital ou ele precisava de capital, eu securitizava ou ele securitizava créditos para mim, entendeu?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Quem é essa pessoa?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Fábio Desnandes(F). O que pode ter acontecido é alguma troca de operações entre eu e essa empresa.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor já ouviu falar no Mitsu Alves e no JC Laiate, já ouviu falar?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, que eu me recorde, não.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Muito bem, eles são gerentes da Midway Holding Ltda; a Midway Holding Ltda lhe diz alguma coisa?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nada?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Para informação do Senhor, então, essa empresa possui uma conta no CREDIT LYONNAIS e existem suspeitas de transferências de recursos para essa conta no CREDIT LYONNAIS, recursos esses

que, posteriormente, teriam favorecido a V.Sa. Isso é completamente descartável?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Completamente descartável. Eu não possuo contas no exterior.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Alguma vez o Senhor ouviu falar de empresa NK PARTICIPAÇÕES?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nunca? Muito menos no Ricardo Nakatsu, que é o seu proprietário?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nas suas declarações de Imposto de Renda, constam diversos empréstimos realizados pelo Senhor José Roberto Funaro, que é o seu pai.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Ele me emprestando, não é?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Isso.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Exatamente.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Agora, a gente percebe algumas inconsistências, por quê? Porque o Senhor declara como se recebesse o empréstimo dele, mas ele não declara como se tivesse lhe emprestando. Eu posso dizer aqui, em 99, o Senhor recebeu 900 mil de empréstimo dele, mas ele não declarou; em 2000, o Senhor recebeu 900 mil de empréstimo, mas ele não declarou. Já em 2001, foram empréstimos de 670 mil e pagamento de 230 mil e ele só declarou doação de 670 mil; em 2002, o Senhor recebeu empréstimos de 500 mil e pagamentos de 170 mil, mas, no entanto, ele não declarou. Em 2003, o Senhor recebeu empréstimo de 500 mil e ele declarou empréstimo de 500 mil, foi a única vez, aqui, que batem corretamente todas as informações. Como é que o Senhor explica esses empréstimos, essas doações e o fato de que não constam da declaração de Imposto de Renda do pai de V.Sa. essas transferências de recursos para V.Sa?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Impossível isso. Eu vou encaminhar as cópias da declaração de Imposto de Renda do meu pai e o Senhor vai verificar que está tudo lançado e acho que esse dado não está correto. Eu tenho certeza de que não está correto.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Lamento informar a V.Sa que V.Sa está enganada, nós estamos com toda a análise que foi encaminhada pela Receita Federal e a Receita Federal chama a atenção justamente para essa incompati-

bilidade entre as declarações de renda de V.Sa. e as declarações de renda de vosso pai.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu posso afirmar para o Senhor que não tem porque ele não ter declarado porque meu pai tem caixa sobrando no Imposto de Renda, entendeu? O Imposto de Renda dele sempre sobra, ele tem sempre recurso sobrando no Imposto de Renda dele. Eu acho que tem erro por parte da Receita ou se teve algum erro por parte da gente, nós vamos retificar declaração e vamos deixar tudo resolvido.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Álvaro José Rezende Assunção?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Conheço, foi meu sócio.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Quando?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: 2003, ele era meu sócio na *factoring*.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): 2003, na *factoring*?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Sim, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Até quando? Até 2003?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Até... a gente abriu a *factoring* em metade de 2003; no começo de 2004 a gente desfez a sociedade.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Muito bem, o Senhor sabe se o Álvaro José Rezende de Assunção, ele, alguma vez, teve qualquer tipo de relação com a SMP&B?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, pode ser que tenha tido porque ele é mineiro e a SMP&B é de Minas. Pode ser que ele tenha tido algum tipo de relacionamento, eu nunca tive relacionamento com a SMP&B.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Tem uma coisa muito curiosa, o Álvaro José Rezende de Assunção, que é sócio da TEMON MONTAGENS, aparece como beneficiário de recursos da SMP&B, repassados pela GUARANHUNS, em março de 2003, no montante de 800 mil reais. Esse, essa transferência, quer dizer, esse repasse de recursos é referente a março e abril de 2003. Muito bem, o Senhor não acha que é mais uma coincidência a SMP&B estar repassando recursos para o Senhor Álvaro através da GUARANHUNS, que foi empresa de V.Sa. justamente num período que a gente viu outras transferências de recursos, porém, com natureza completamente distinta e o fato da SMP&B ser empresa do Sr. Marcos Valério?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Excelência, eu não acho estranho porque o Álvaro José conhecia também o Zé Carlos Batista. Para esclarecer isso aí, só chamando a SMP&B, o Batista e o Álvaro José; eu não estou no meio dessa operação.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Esse não podia ter sido um outro tipo de Mensalão?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Espero que não, só ele pode definir isso aí, eu espero que não.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Marcos Valério?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, nunca estive com ele, não o conheço.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor concedeu empréstimo a diversas pessoas no período de 99 a 2004. O Senhor tem o hábito de emprestar dinheiro, quer dizer, para pessoas físicas e pessoas jurídicas, isso é uma coisa que ocorre habitualmente?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Às vezes acontece, às vezes eu empresto. Eu tenho recursos na minha declaração de Imposto de Renda sobrando, às vezes eu cedo os recursos. Às vezes acontece, como eu expliquei para o Senhor, eu tenho uma empresa que é para emprestar dinheiro, é uma *factoring*, ela vive de descontar recursos.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor nos disse que trabalhou na CORRETORA AGENDA, correto?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Sim, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Então, o Senhor conhece o Luiz Antônio Dales de Melo?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Sales de Melo, conheço, conheço sim, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor é ainda amigo dele?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Sou sim, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor sabe que ele consta de um inquérito da CVM, onde ele recebeu uma pena de multa e uma advertência justamente por ter realizado operações que deram prejuízo à PREVIDATA, fundo da DATAPREV, o Senhor teve conhecimento desse inquérito?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor já emprestou dinheiro a ele?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Já sim, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor se lembra no valor de quanto?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu acho que eram uns 300 ou 400 mil reais.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Tem certeza?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Preciso checar, Excelência, não tenho certeza do valor exato.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Porque nos nossos levantamentos consta que o Senhor emprestou a ele um milhão e 800 mil reais, é possível?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu acho que o que eu emprestei para ele está declarado na minha declaração de Imposto de Renda.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Pois é, é a partir da declaração de Imposto de Renda de V.Sa.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Está esse valor na minha declaração do Imposto de Renda?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Sim.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Pode ser, eu não estou com a declaração aqui, então, eu não sei direito os valores, são muitos lançamentos na minha declaração de Imposto de Renda, é difícil eu ter de cabeça.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Raul Srouf?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Sim.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Em que circunstâncias conheceu ele?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: O irmão dele, eu sou padrinho de casamento do irmão dele, o irmão dele é meu amigo. A filha do irmão dele é minha afilhada.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): A filha do irmão dele, quem é o irmão dele?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Daniel Srouf.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor realizou empréstimo para o Sr. Raul Srouf?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Já.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor se lembra de quanto?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: 100 mil reais acho que foi.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): 100 mil reais... Só para ambientar, porque depois eu vou lhe fazer uma pergunta, o Sr. Srouf, ele foi Diretor da Vitória DTVM, causadora de prejuízos a

Fundos de Pensão, em negócios que foram avaliados e detectados pela CPI dos Precatórios e que foram denominados de cadeia da felicidade. Essa Corretora, ela foi inabilitada por oito anos e foi multada em processo administrativo do Banco Central. Muito bem, dito isso, o Sr. Raul Srouer, ele foi alvo daquela operação Farol da Colina, o Senhor confirma?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não sei informar, mas o que eu posso informar para o Senhor é que, na época dos precatórios, que foi no ano de 1997, eu não conhecia nem ele, nem o irmão dele, não tinha envolvimento, nem relacionamento pessoal com eles, eu vim a conhecê-los no ano de 1998, em agosto de 1998.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor sabia que Srouer, segundo as avaliações da CPI, ele operava contas no MTB Bank?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Desconheço as atividades comerciais que ele exerce.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Richard Waterloo?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Sim, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Qual é a relação do Senhor com o Richard Waterloo?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Jogo tênis com ele, futebol; ele é meu amigo, eu tenho relações sociais com ele.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor sabia que denúncias encaminhadas a esta CPMI dão conta que, no dia da operação Farol da Colina, o Sr. Raul Srouer e o Richard Waterloo, eles ficaram reservados, para não dizer escondidos, num apartamento no Itaim, que seria de propriedade de V.Sa?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Impossível, o Sr. Raul nunca dormiu minha casa, nunca esteve na minha casa, eu nunca escondi ninguém dentro da minha casa, até porque eu não tomo esse tipo de atitude.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas o Senhor, evidentemente, possui esse apartamento no Itaim?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Possuo, apartamento que eu moro, está declarado no minha declaração de Imposto de Renda.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Bom, vamos falar um pouquinho mais do Marcos Valério. A ERSTE e a STOCKOLOS receberam cerca de um milhão, 510 mil reais, em transferências realizadas pela SMP&B. Como é que o Senhor explica isso?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Impossível. Diretamente da SMP&B para essas contas, é impossível.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Pois é, justamente a análise da equipe técnica que está examinando a movimentação financeira da SMP&B que chegou à conclusão de que foram repassados um milhão e meio de reais, em três transferências, tanto para a ERSTE, como a STOKLOS.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: ERSTE E STOCKOLOS são a mesma empresa. A ERSTE era a primeira empresa, a sucessora foi a STOCKOLOS. O que o Senhor está falando, eu sei o que pode ter acontecido com a sua equipe técnica, é o seguinte: A GUARANHUNS me repassou recursos e esses recursos que caíram na conta da GUARANHUNS eram oriundos dessa empresa E a BONUS BANVAL me passou recursos que eram oriundos dessa empresa, aí, que o Senhor acabou de citar, eu, diretamente, com a SMP&B não tem.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Está bom, está bom. Então, mais interessante ainda ficou, porque são a GUARANHUNS e a BONUS BANVAL, justamente as duas principais corretoras do esquema do Marcos Valério que transferem recursos oriundos da SMP&B, empresa de propriedade do Sr. Marcos Valério para as empresas de V.Sa. Por que é que a GUARANHUNS e a BONUS BANVAL transferiam recursos oriundos da SMP&B, de Marcos Valério, no montante de um milhão e meio de reais para a empresa de V.Sa.?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: É muito simples, Excelência, eu expliquei que no ano de 2002 eu emprestei dinheiro para a BONUS BANVAL. Qual é a conta que ele debitou lá dentro, eu não sei; de onde vieram os recursos para ele me pagar o empréstimo, eu também não sei. Chamar o Diretor da BONUS BANVAL, ele vai confirmar para o Senhor que me pagou. Agora, se a origem dos recursos de dentro do da corretora dele é SMP&B, eu não tenho obrigação nenhuma de saber; eu emprestei para a BONUS BANVAL e recebi da BONUS BANVAL. No caso da GUARANHUNS, é a mesma coisa. O Zé Carlos deve ter trocado alguma posição em Bolsa comigo, ou comprado posição em Bolsa que eu banquei a posição e ele mandou de volta para mim esses recursos. E toda essa movimentação, volto mais uma vez a frisar, toda essa movimentação está declarada na movimentação financeira das minhas empresas e os tributos devidos estão recolhidos.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu lamento informar a V.As. que é muito difícil acreditar nessa versão, nessa versão que V.Sa está passando. Então, V.Sa. quer dizer que esse um

milhão e meio que recebeu entre BONUS BANVAL e GUARANHUNS, que foram transferidos a partir da conta da SMP&B, que eles diziam respeito àqueles 800 mil que o Senhor tinha emprestado ao Breno Fischberg e a operação que o Senhor fez com Batista, é isso?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Exatamente, está comprovado, é simples. Eu mostro a saída do meu caixa, o Senhor vai ver a entrada no caixa da BONUS BANVAL e eu mostro a saída do meu caixa; o Senhor vai ver alguma entrada para mim ou pagando o Zé Carlos Batista ou pagando a GUARANHUNS; nós vamos conciliar, o Senhor vai ver que os dados batem, conforme eu estou falando com o Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Quando é que o Senhor constituiu a empresa VYZCAIA?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Em 2001.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Em 2001, ela também pode ter recebido recursos da SMP&B?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Pode ter, é difícil precisar, porque é o que eu expliquei para o Senhor, eu recebi recursos de diversas pessoas, diversos clientes, mas eu acho difícil.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Pois, então, eu digo ao Senhor que recebeu também.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: E qual a origem do recurso? Diretamente, eu acho impossível.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): 47 mil reais.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Pode ser. Na minha movimentação, 47 mil reais, o Senhor vai me desculpar, parece até uma arrogância, mas é inexpressivo. Eu não tenho como acompanhar um tipo de... Esse tipo de movimentação. Mas posso ver de onde veio e vou informar para o Senhor de onde veio, assim como eu informei qual é a origem do um milhão e meio, como eu acabei de falar para o Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor veja que nós estamos debruçados com uma série de fatos que aproximam direta e às vezes indiretamente as empresas do Senhor, ou que o Senhor já fez parte, de toda essa investigação da CPMI, sobretudo, das movimentações irregulares feitas pelo Sr. Marcos Valério.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Pois não, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Olha, com todo o respeito que tenho à V.Exa, V.Exa está de parabéns pela forma que tem conduzido essa CPMI,

essa Sub-Relatoria, até o presente momento. A assessoria de V.Exa. também. Mas eu não sei se é o mesmo que os nossos colegas Parlamentares, que estão aqui presentes, estão sentindo. Mas o que eu, particularmente, Deputado Carlos Willian, estou sentindo é o contrário de que V.Exa. falou; eu não estou vendo ligação nenhuma com a empresa do Doutor Marcos Valério, pelo contrário todos os fatos que o Senhor pergunta, ele responde, todos os dados estão no Imposto de Renda. Só para que não haja dúvida e fique registrado, eu gostaria que o Senhor esclarecesse melhor quais os fatos e a forma que estão ligando o depoente às empresas do Marcos Valério porque é objetivo dessa CPMI e de todos esses Deputados esclarecer sobre o Mensalão e repasse do empresário Marcos Valério e essa ligação dentro da CPMI. Então eu, particularmente, não sei se é a mesma opinião dos nossos Deputados, eu não estou vendo nenhuma ligação desses fatos, o Senhor me desculpa.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, eu respeito as colocações de V.Exa., eu não vou promover um debate político nesse momento, até em respeito ao depoente, mas eu estou apenas constatando algo que me parece ser lógico e racional. A GUARANHUNS foi uma das corretoras que transferiu recursos de forma irregular no esquema do Marcos Valério, a GUARANHUNS foi de propriedade do Sr. Lúcio Funaro. E depois continuou operando com ele e as relações com o Batista aqui são evidentes. Como se isso não fosse o suficiente, a gente verifica mais de um milhão e meio de reais que foram transferidos da SMP&B, através da GUARANHUNS e da BONUS BANVAL, por acaso as duas corretoras do episódio do Mensalão, para as empresas do Sr. Lúcio Funaro. Mas se ainda isso não for suficiente, o Senhor aguarde porque ainda temos mais informações.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Vamos aguardar.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Entre fevereiro e março de 2003, o ERSTE BANK recebeu seis cheques administrativos do BANCO RURAL, através de créditos realizados pela GUARANHUNS, no montante de 650 mil reais. Eu queria saber do que é que se tratam esses créditos, essas transações, elas foram feitas com base em que, enfim?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha como vai ficar bem claro agora, são 650 mil reais que eu percebi da GUARANHUNS, 800 mil reais que eu afirmei aqui para o Senhor que eu emprestei para o Breno Fischberg. Então, são um milhão 450 mil, mais um cheque de 47 mil que o Senhor disse que achou da minha conta da Vyzscaia, da SMP&B: Valor total, um milhão

e meio. Bateu o relatório do Senhor com os meus dados, que eu tenho aqui de cabeça, está explicada a equação aí.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Em 2002, o Senhor movimentou cerca de 5,7 milhões de reais. Em 2003, estes números saltaram para 38 milhões, sendo que os bancos RURAL, BRADESCO, BCN e o BANCO DO RIO GRANDE DO SUL concentraram a grande maioria, cerca de 36 milhões. Só no BANCO DO RIO GRANDE DO SUL, foram 20 milhões de reais. Por que essa predileção do Senhor pelo BANCO DO RIO GRANDE DO SUL?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu não tenho predileção. Um banco que me atendia bem, um banco que... O serviço do banco era bom, as taxas do banco eram boas, o serviço prestado pela gerência é de excelente qualidade, por isso que eu usava esse banco, como usava outros bancos, uso BRADESCO, uso ITAÚ, usava vários bancos.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Agora, vamos aqui fazer uma reflexão em voz alta: O Senhor, em 2000, tem uma movimentação de um milhão, 650; em 2001, de três milhões, 597; em 2002, de cinco milhões e 700; em 2003, dos cinco milhões e 700, passa para 38 milhões, 148 mil; em 2004, há uma queda para 13 milhões, 752 mil. Por que é que houve uma diferença tão expressiva de movimentação financeira do Senhor no ano de 2003-

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Em 2003, Excelência--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Isso em pessoa física, eu quero dizer pessoa física.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Está bom, em 2003, Excelência, conforme está aqui, o Senhor vai ver que foi o ano que eu tinha mais posição em aberto na BMF em meu nome. Então, o que acontece? Como eu tinha muita posição em aberto, meu nome pessoa física era chamado constantemente em margem na BMF e essas margens, como eu sempre cumpri todas as regras da CVM, eu sempre recebi e paguei as corretoras através das minhas próprias contas. Depois, eu vou deixar esse documento aqui para o Senhor que o Senhor vai poder observar--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Qual foi a declaração de renda do Senhor em 2003?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não me recordo.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor não se recorda? Mas tem como recorrer aí aos seus apontamentos?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu não estou com a cópia do meu Imposto de Renda.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu queria solicitar, porque nós temos, eu queria solicitar à assessoria da CPMI que nos trouxesse aqui as informações sobre a declaração de renda do Senhor Lúcio Funaro, em 2003, até porque se há esse salto de 38 milhões de movimentação financeira na pessoa física, por outro lado, analisando a STOCKOLOS, a gente vê que em 2002 o Senhor movimentou 48 milhões, em 2003 o Senhor movimentou 122 milhões, e em 2004, 108 milhões. Também como é se justifica esse crescimento em 2003 e o 2004 da movimentação financeira da STOCKOLOS?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Exatamente pelo mesmo problema que eu acabei de falar para o Senhor: A posição em Bolsa aumentou na STOCKOLOS e aumentou no meu nome da pessoa física, então, o que acontece quando a posição aumenta ou no meu nome ou no nome da minha empresa? Eu sou obrigado a, pela BMF e pela corretora na qual eu opero, a recorrer e fazer os pagamentos às corretoras através da conta da empresa aonde está a posição. Então, se a posição está no meu nome, na pessoa física, eu faço todos os pagamentos e recebimentos na minha conta pessoa física, os ajustes são diários. Para o Senhor ter uma idéia, uma posição ínfima de 10 lotes, chama em margem 100 mil reais. Nessa época aqui, que o Senhor estava falando, em 2003, eu tinha, na BMF, uma posição em aberto de 500 lotes. Se o Senhor puser que eu coloquei a margem lá, 500 lotes, se 10 lotes chamam 100 mil reais, 500 lotes vão chamar 50 milhões de reais de margem. Cinco milhões, mais ou menos cinco milhões de reais em margem... 10, 100... 10... um milhão, cinco milhões de reais em margem, cada vez que eu mudo a posição ou eu tenho que pôr cinco milhões ou receber cinco milhões quando a margem vem de volta. Então, o que acontece? Esses lançamentos fazem com que o movimento na conta-corrente seja muito grande. E que acontece? Nessa época, a Bolsa ainda não estava isenta de CPMF, o que acontece por não estar isenta de CPMF? Consta como se fosse movimentação normal, mas não é. É o mesmo recurso que vai e volta, vai e volta, vai e volta várias vezes. Por isso que acontece esse aumento da movimentação. Ou seja, a posição da BMF aumenta, tem que aumentar a posição, a movimentação financeira tem que aumentar conseqüentemente.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Em 2003, a STOCKOLOS movimentou, no BANCO RURAL, quatro milhões, 342 mil; em 2004, nove milhões, 987 mil. O Senhor é cliente de que agência do BANCO RURAL?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Avenida Paulista.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Com quem o Senhor mantém contato do BANCO RURAL?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu conheci o gerente da conta. Eu nem lembrava que a STOCKOLOS tinha contas... Eu achei que era só a ROYSTERS.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nem lembrava? Mas uma movimentação de ao todo 13 milhões, o Senhor não se lembra? O Senhor acha normal?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: O Senhor tem certeza de que é a STOCKOLOS? Não é a ROYSTER não?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Não, tenho certeza, porque 2003 e 2004 STOCKOLOS AVENDIS CNPJ 05170070/0001-0--

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu movimentava no Banco Rural porque era no qual eu tinha linha de crédito aberta, era um banco que funcionava para mim perfeitamente. Eu tinha contato única e exclusivamente com o gerente da minha conta, de nome Paulo Santa Rita, com mais ninguém.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): E BANRISUL, serve o BANRISUL?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: O que tem o BANRISUL? Quem eu conhecia no banco?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Sim.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Só o gerente da minha conta. Mais ninguém. Eu nunca conheci ninguém da Diretoria--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor teve vantagens lícitas, é óbvio, para movimentar tanto dinheiro no BANRISUL?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Nenhuma. A vantagem que eu tinha era que o banco prestava um bom serviço para mim, nenhuma vantagem eu tive.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor sabe que algumas das empresas que nós estamos analisando, seja pela Sub-Relatoria de movimentação financeira, seja pela Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão, elas têm contas e têm movimentações consistentes no BANRISUL. Seria mais uma coincidência, não é?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Coincidência. Eu não sei quem são os correntistas do banco, eu não sei quem são todos os correntistas do BRADESCO e eu tenho conta no BRADESCO. Eu sei onde eu tenho correntistas e a movimentação dos correntistas, eu não tenho responsabilidade nenhuma.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor tem idéia, por alto, de quanto é que o Senhor declarou até chegar o documento, em 2003, de Imposto de Renda? Por alto, eu imagino que o Senhor tenha idéia.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não tenho idéia, Excelência. São milhares de lançamentos financeiros, é difícil a gente ter tudo isso na cabeça, apesar de ter uma memória boa, eu não me recordo disso aí.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Bom, segundo registros do COAF, a conta-corrente do ERSTE BANK, no MERCANTIL de São Paulo, recebeu créditos de cerca de 2,9 bilhões entre primeiro de agosto de 2002 e 14 de outubro desse mesmo ano, sendo que 95% desse valor foi sacado em espécie, cerca de 2,7 milhões de reais, ampliando para outros bancos. No período de 2001 a 2004, o Senhor realizou saques em espécie, saques em espécie, no montante de 36 milhões de reais, assim divididos: 13 milhões e 900 no BANRISUL, 12 milhões e meio no BCN, 50 mil no CRUZEIRO DO SUL, oito milhões e 600 no BRADESCO e 820 mil reais no RURAL. São 36 milhões de reais nesse período, detectados pelo COAF, de saques em espécie. Este montante refere-se apenas à ERSTE/STOCKOLOS. Nós não sabemos, evidentemente, o COAF não levantou das outras empresas de V.Sa., que não tiveram o sigilo quebrado. Completando, para, então, depois, eu fazer algumas perguntas, em 18 do cinco de 2005, o ERSTE BANK autorizou saques de 500 mil em sua conta-corrente no BANRISUL para entrega diretamente na empresa APOLO TURISMO E CÂMBIO LIMITADA, que se diz atuar no mercado paralelo de dólares. Dois outros saques em dinheiro foram feitos nesta mesma conta pela APOLO, em 2003, com a indicação de que se tratava de numerários utilizados para pagamento de clientes na Bolsa. Feitas essas observações, primeiro: São compatíveis com as atividades de V.Sa. saques em espécie que totalizam 36 milhões de reais apenas da principal empresa de V.Sa que é a que nós tivemos acesso? V.Sa acha que é compatível?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu, Lúcio Funaro, nunca saquei em espécie nenhum valor em nenhum banco. O que pode ter acontecido é eu ter dado um cheque, posto nominal à própria empresa, endossado atrás e a pessoa se dirigiu ao banco e pediu para retirar o recurso. Eu, Lúcio Funaro, nunca fui ao banco retirar nada. Com relação a esse saque da APOLO--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Só, por favor, se o Senhor puder aguardar, a gente chegando à APOLO... Voltando aqui, muito bem, o Senhor dava autorização para que alguém sa-

casse. Mas quem é que pode ter ou quem, no plural, pode ter sacado 36 milhões de reais das contas de sua empresa?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Isso aí o Senhor tem ir ao banco e pedir para o banco te informar quem foi que sacou. O banco é obrigado, pelo Banco Central, a ter um registro. Graças a esse tipo de registro que tem, que está acontecendo o que acontecendo aqui hoje, por quê? Porque o Marcos Valério encaminhava os cheques para o Parlamentares e eles iam sacar lá, só que o BANCO RURAL marcava: “Esse cheque aqui pagou fulano de tal, esse, fulano de tal”. Então, no controle interno do banco, deve ter para quem pagou. Eu não tenho esse controle.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas 36 milhões de reais, Senhor Lúcio?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu não tenho esse controle, Excelência, infelizmente eu não tenho. Talvez se o Senhor pegar a minha movimentação financeira, o Senhor vai ver que eu movimento 36 milhões de reais... Em dois anos, é isso? Eu emito, por mês, esse movimento de 36 milhões de reais é um movimento normal meu.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Não é movimentação financeira, Senhor Lúcio, nós estamos falando de saque em espécie.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Mas é o que eu estou explicando para o Senhor, o que pode ter acontecido? Eu empresto aí dinheiro, a pessoa vai retirar no banco, o banco tem esse controle, não eu. O Banco Central obriga o banco a ter esse tipo de controle. Eu não fui ao banco sacar esse numerário, eu não estive no banco para sacar esse numerário. É fácil, é só o Senhor pegar o filme, todos os bancos são dotados de câmera e esse que pega o circuito fechado e o banco é obrigado a ter essa relação de quem foi sacar, quem é o nome do cara que foi sacar, a pessoa que foi sacar.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Muito bem, com relação à operação APOLO?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: A loja da APOLO CÂMBIO E TURISMO ficava dentro do SHOPPING IGUATEMI. eu emprestei dinheiro para um lojista que era do shopping e ele me solicitou que eu enviasse o recurso em espécie e eu enviei. Esse, realmente, fui eu o responsável por um saque, a pedido de um cliente meu. Eu vou levantar e enviar para o Senhor quem foi o cliente que pediu que enviasse em espécie. Tanto que esse recurso foi enviado por carro forte. Eu, Lúcio Funaro, nunca fui sacar recurso em nenhum lugar.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nós temos a discriminação completa, in-

clusive, um documento com a assinatura de V.Sa., autorizando o débito de 500 mil reais.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Por isso mesmo que eu confirmei para o Senhor que esses 500 mil fui eu que solicitei ao banco que entregasse nessa loja da APOLO TURISMO, estou explicando para o Senhor que a APOLO CÂMBIO E TURISMO tinha uma loja dentro do SHOPPING IGUATEMI e que um lojista era meu cliente e eu vou informar posteriormente quem é o lojista que me solicitou esse valor e por que eu entreguei lá? Porque a loja era dentro do shopping e ele solicitou: “Manda o recurso nesse endereço”, por quê? Porque, como era dentro do shopping, ele não teria o risco de circular com esse dinheiro pela rua.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor sabia que a APOLO foi citada pelo Senhor Toninho da Barcelona como uma das empresas responsáveis pela lavagem de dinheiro e pela remessa ilegal de recursos para o exterior, supostamente em favor de interesses políticos?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, tudo o que o Senhor Toninho da Barcelona declarou aqui, eu não sei o que corresponde à verdade ou não, eu sei que ele é, ele está preso. Eu estive com ele na minha vida somente duas vezes. Ele veio aqui, falou que falava freqüentemente comigo, que eu era operador do ex-Ministro José Dirceu. Eu nunca nem vi o ex-Ministro José Dirceu. Falou que a conta GUARANHUNS era a conta do caixa do Lula. Eu acho que ele, depois de ter ficado esse período preso, ele não deve estar com a faculdade mental dele normal. Então, ou ele está tendo visão ou ele está inventando fatos. Eu não tenho, não posso afirmar nada... O Senhor Toninho da Barcelona eu não conheço ele, estive com ele duas vezes. Ele falou que ouviu da minha boca que eu falei que operava com o ex-Ministro José Dirceu, eu nunca estive com o ex-Ministro José Dirceu, nunca falei com o ex-Ministro José Dirceu, nem com o Marcelo Sereno, nem com o assessor dele, o Sílvio Pereira. Nenhum tipo dessas pessoas. O que eu posso afirmar é que a prova de que o Senhor Toninho da Barcelona não pode estar cumprindo com a verdade é que ele está condenado a 42 anos de prisão e ele vai pagar, preso, tudo o que fez na vida e das mentiras que ele contou aqui nessa CPI.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Como é que o Senhor conheceu ele?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha ele tinha um sócio que eu conhecia, e uma vez eu fui jantar e ele estava presente, era uma pessoa extremamente arrogante, foi a única... A única vez que eu estive com ele, já não gostei dele nessa vez e nunca mais tive contato com ele.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conhece a BELUGA VENTURES INC.?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor nunca operou com essa empresa?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não conheço.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Então, vamos às operações com o BANCO DO BRASIL. E uma coisa, preliminarmente, que precisa ficar clara é que nunca esta CPMI disse que o Senhor recebeu 700 mil reais, recebeu 30 milhões de reais. Ficou muito claro, e para mim está muito claro, que o Senhor ganhou 700 mil reais nessas operações.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu vi e gostaria de agradecer o seu empenho em esclarecer esse fato. Foi um fato que repercutiu muito mal, envolveu o BANCO DO BRASIL, que é uma instituição séria. Eu nunca tive relacionamento com o BANCO DO BRASIL. Essas operações, agora, nós não estamos nessa operação. Eu vou elucidar tudo e a gente vai, a partir desse momento, dissertar sobre esse fato.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Vamos tratar sobre ele, o que existe de concreto é que o BANCO DO BRASIL transferiu financeiramente 32 milhões de reais em operações onde o Senhor era a contra-parte, como pessoa física. Depois, o Senhor faz operações com a LINK, salvo engano, a LINK Corretora, depois a LINK corretora faz operações com a LINK Distribuidora e, daí em diante, a gente já não consegue mais enxergar o passo seguinte dos recursos. Primeiro ponto: Houve transferência de 32 milhões de reais do BANCO DO BRASIL para V.As?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Para mim não, para mim houve transferência de 753.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Não, compreenda, Senhor Lúcio, o que estamos falando, ao enxergar a operação, essas operações de *swap*, o que existe é o Senhor, como eu diria, que uma parte da operação, um meio da operação, não estou dizendo que o Senhor ganhou 32 milhões de reais. Que fique claro que o Senhor ganhou 700 mil reais nessas operações.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Está bom.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas passaram, transitaram, passaram--

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu aceito isso.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Passaram pela inscrição do Senhor 30 mi-

lhões de reais do BANCO DO BRASIL e depois passaram para a LINK e, daí, a LINK ganhou, inclusive, com diferenças de taxa etc. O que é que acontece? Quando o Senhor Jorge, da CORRETORA SÃO PAULO veio aqui, eu foquei as indagações em algumas coisas que estão extremamente intrigantes. Por que é que nas 11 operações que nós estamos fazendo referência, sempre, o BANCO DO BRASIL perdeu e sempre o Senhor ganhou? Passando... Que na diferença de taxas lhe rendeu 700 mil reais. Segundo, intrigado que eu estava, eu perguntei ao Senhor Jorge se era possível que o BANCO DO BRASIL não soubesse que estava operando com V.Sa. e ele me disse que era impossível, palavras dele, que estão documentadas, que era impossível o BANCO DO BRASIL não saber que a contra-parte era V.Sa., pela estrutura de *com-plainte* do banco, até porque caso o banco ganhasse e não perdesse naquelas opções de *swap*, o Senhor teria que pagar ao banco e não o banco ao Senhor. De tal forma, que o banco precisaria avaliar a situação de crédito que ele poderia ter. E, aí, o que é que se verifica? É a CORRETORA SÃO PAULO sempre como a responsável pela intermediação do negócio, é o BANCO DO BRASIL sempre em uma parte, é o Senhor sempre na outra. Houve, e o Senhor Jorge reconheceu isso claramente, houve transferência de 32 milhões de reais do BANCO DO BRASIL. Depois, o Senhor transfere esse recurso para as empresas do grupo LINK. Então, o que é que nos intriga? Primeiro: Por que é que em todas as operações, em todas essas operações, quem sai perdendo é o banco e quem sai ganhando é o Senhor? Primeira pergunta. Segunda pergunta: Por que é que a diferença de taxa é sempre quase a mesma? Terceira pergunta: Se o Senhor concorda com a opinião do Doutor Jorge, que era impossível o BANCO DO BRASIL não saber que era o Senhor que estava operando? Quarta pergunta: Se o Senhor faz idéia de para onde a LINK Corretora transferiu esses recursos? E quinta pergunta: Quais são as suas relações com a LINK Corretora e com os seus proprietários?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Bom, primeiro, eu gostaria de esclarecer que eu nunca fui cliente da LINK, não tenho nenhuma ligação com a LINK, não conheço proprietários da LINK, sei que eles são filhos do ex- Ministro Mendonça de Barros só pela imprensa, também não conheço o ex-Ministro. Segundo, eu gostaria de falar que essas operações não envolveram o BANCO DO BRASIL, em momento algum, em risco porque foram todas eram *swap* com garantia. Quem garantia essa operação era a BMF. Terceiro: Eu gostaria de ressaltar que se o Senhor Jorge Ribeiro do Santos fez essa afirmação de que eu sabia, que o BANCO

DO BRASIL sabia que estava operando comigo, eu, se fosse do corpo jurídico do BANCO DO BRASIL, moveria uma ação contra ele, porque ele está mentindo, porque não tem como o BANCO DO BRASIL saber quem era a contra parte. O que aconteceu foi no ano de 2003, o ano de 2002 foi o ano em que eu fiz mais *swaps*, foi um ano que o dólar oscilou muito, então, todo dia eu abria *spread* para a operação de *swap*, eu ligava de manhã para o Senhor Ari Teixeira Ariza e falava para ele: “Nessa taxa você toma e nessa taxa você doa”. Ele, dentro daquele *spread*, tinha liberdade para operar. Eu nunca causei nenhum prejuízo para a BANCO DO BRASIL. O BANCO DO BRASIL... As minhas taxas praticadas estão todas dentro de mercado, está no relatório da BMF, que eu acho que o Senhor tem aqui, eu ganhava, às vezes, numa operação que eu movimentava, 31 milhões ou 46 milhões de reais, numa margem de lucro que era 0,5%, uma margem amplamente aceitável dentro do mercado financeiro. O que aconteceu depois? Eu não sei porque, a ordem minha era o que eu acabei de falar para o Senhor, eu dava o *spread* para comprar e para vender; a obrigação do Ari era o quê? Comprar e vender. Como ele tomava do BANCO DO BRASIL e saía doando no mercado, doava para a LINK e a LINK repassava para o cliente dela. Por que o cliente da LINK, e quem é o cliente da LINK, aceitou pagar essa diferença tão grande, nós só vamos poder saber de uma maneira: Quebrando o sigilo da LINK e vendo quem é a ponta final.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pela ordem, Sr. Presidente, uma participação.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Pois não, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Olha, eu concordo com a forma que V.Exa. está depondo, conduzindo esse depoimento. Para elucidar esse fato, só tem uma forma, conforme disse o depoente: É quebrar o sigilo telefônico da LINK. Telefônico, bancário e fiscal. E estes sigilos, eu já estou tentando, estou tentando colaborar com essa CPMI, já apresentei este requerimento no mês 10 de 2005, ou seja, em outubro de 2005, já prevendo que esses fatos não iriam ser elucidados se não quebrasse o sigilo fiscal e telefônico da LINK, portanto, se não for quebrado esse sigilo, eu acho que essas respostas vão ficar sem ser elucidadas. E ainda mais, não sei porque que eu não tenho a colaboração desta Sub-Relatoria e também dos colegas Parlamentares para que nós pudéssemos quebrar o sigilo telefônico e fiscal da LINK. Mais a frente, antes de V.Exa. apresentar o relatório final, eu vou questionar porque que essa LINK está sendo beneficiada ou um pouco protegida dentro dessa CPMI. Isso são recursos do BANCO DO BRASIL, se quiser

provar que realmente houve desvios, nós temos que fazer a quebra de sigilo fiscal da LINK. E, mais a frente, eu vou aprofundar neste sentido para saber, porque é que nós não conseguimos aprovar essa quebra de sigilo da LINK e quem é que está protegendo a LINK dentro dessa CPMI. Muito obrigado.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, eu quero dizer a V.Exa. que talvez V.Exa. não se lembre que há muito tempo eu manifestei a minha concordância integral com a transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico da LINK Corretora. Tão logo essa matéria foi publicada na Revista Época, eu manifestei aqui que não era apenas um desejo de V.Exa., mas era ali já uma recomendação da Sub-Relatoria. que seria imprescindível a transferência de sigilo da LINK Corretora. Ocorre que, de lá para cá, não votamos nenhuma transferência de sigilo. Esse problema não é da Sub-Relatoria, eu acho que as reclamações têm que ser dirigidas ao Presidente da CPMI.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: O Senhor pode me dar a palavra, Excelência? Eu gostaria que o Senhor solicitasse ao corpo de direção do BANCO DO BRASIL, se fosse possível, e convocasse a LINK Diretora para fazer uma acareação para ver o que está acontecendo? Com operação desse tipo, que dá 32 milhões de prejuízo para a BANCO DO BRASIL... Desses 32 milhões, eu fiquei com 0,25%, um *spread* perfeitamente aceitável para o tamanho da operação. A LINK ganhou o grosso.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor, só uma pergunta, aqui, se me permite.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Pode fazer.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas o Senhor concorda que o BANCO DO BRASIL perdeu nessa 32 milhões?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não concordo porque eu não sei qual é a outra ponta do *swap*. Porque o *swap* sempre tem uma ponta ativa e uma passiva, eu não sei. Eu acho que o que pode ter acontecido é o BANCO DO BRASIL deixado de auferir o lucro que ele poderia auferir, diminuiu a lucratividade dele, eu concordo com isso.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas aí é só mudar a forma de se colocar.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Isso é o que eu concordo, mas o que eu queria deixar claro é que eu estou aqui à disposição dessa CPMI para esclarecer essa operação tenho toda com toda a boa vontade de colaborar com essa CPMI com relação a essa operação porque isso aí foi um verdadeiro absurdo.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Que bom. O Senhor acha que a LINK também era cliente do Ariza?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Pode ser que seja.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Ou seja, pode ser?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: É bem possível que o Ari... O que é que acontecia? Como eu dava o *spread*, pode ser que o Ari, a LINK, a ponta final... O problema dessa operação, a gente só vai poder ter certeza do que aconteceu nessa operação quando a gente pegar todos os *spreads* que foram praticados no dia, ver quais são os *spreads* para ver. Aí que vamos poder saber se foi o BANCO DO BRASIL que deixou de lucrar. Pode ser que a ponta final da LINK pagou uma sobretaxa, está entendendo o que eu estou falando para o Senhor? Como a gente não sabe quem é a ponta final da LINK, fica difícil. O que pode acontecer? Pode ocorrer até de acontecer o seguinte: Eu vou explicar um negócio para o Senhor que é um verdadeiro absurdo, mas pode acontecer de, nessa ponta aqui, ser o BANCO DO BRASIL doando recurso e a ponta final da LINK ser a GEROF, por exemplo, que é uma instituição do próprio BANCO DO BRASIL. Então, ele está tomando do BANCO DO BRASIL numa ponta e perdendo esse dinheiro. Então, essa operação realmente tem que ser apurada a fundo.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Ou seja, existem problemas incontestáveis nessa operação?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: No meu *spread* não; no *spread* dali para frente tem um problema muito grande.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Então, vamos detalhar um pouco mais. O Senhor acha que a LINK pode ter, por exemplo, montado essa operação?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não sei, precisa investigar para saber.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Não, porque o Senhor levantou aqui suspeitas sérias com relação à LINK, concordou com a sugestão do Deputado Carlos Willian, que havia sido encampada por mim, de quebrar o sigilo da LINK. Aí eu pergunto: O que é que passa na cabeça do Senhor, com a experiência que o Senhor tem de mercado, o que pode ter acontecido, de quem pode ter sido a responsabilidade, já que o Senhor reconhece que a operação é um absurdo?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu vou explicar um negócio para o Senhor: A LINK é um corretora recente, cresceu muito no mercado, é uma corretora

agressiva. Talvez seja aí uma das corretoras mais atuantes que tenha hoje na BMF. Um dos Diretores dela é membro do Conselho da BMF, então, eu acho que tem que se averiguar direito o que está acontecendo. E eu acho que o problema também está dentro da BMF, porque a BMF é quem registra essa operação. Vê todo esse diferencial de *spread*, se fosse uma operação só, eu sou obrigado a concordar, teve uma oscilação muito brusca, aconteceu no dia. Mas são várias operações, entendeu? E o que eu gostaria de ressaltar é que não tem *swap* só com a contra-parte do BANCO DO BRASIL. Aqui tem mais um relatório meu de *swap*, que eu vou deixar aqui nessa CPMI, que a contra-parte não é o BANCO DO BRASIL. Então, não é que todas as minhas operações de *swap* foram feitas contra o BANCO DO BRASIL. Na verdade, o que acontecia? Eu abria o *spread* e o corretor estava autorizado a fechar, mas para a gente saber o que realmente aconteceu nessa operação, só quebrando o sigilo dali para frente, que aí nós vamos poder apurar se o problema foi no BANCO DO BRASIL ou na ponta final e saber quem é a ponta final.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Eu estou aqui com... Bom, então eu acho, Deputado Carlos Willian, que não há mais que se contestar com relação a esse requerimento--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Não, não, eu gostaria só de voltar nesse assunto, Excelência, e mais uma vez deixar claro, parabenizar a V.Exa. pela forma que está conduzindo o trabalho. Quando eu disse sobre a quebra de sigilo da LINK, eu não quis dizer em relação à V.Exa. Ocorre que está desde outubro do ano passado o pedido de quebra da LINK. Eu gostaria de chamar a atenção do nobre Sub-Relator e que preside essa sessão, o depoente fez uma acusação muito séria, que eu não tinha nem conhecimento, ou seja, se não foi acusação... Não foi acusação ele fez--

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Apenas informei.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG):

O Senhor me desculpa, fez uma colocação. Então, o Diretor da LINK, ele é ligado à BMF, qual o nome desse Diretor?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não me recordo agora, mas ele é Conselheiro da BMF --

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Conselheiro da BMF?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: --Deve ter técnicos aí da BMF que podem informar para o Senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Aí, é isso, meu Sub-Relator, também vai um outro requerimento já apresentado por mim nessa CPMI e este relatório não pode continuar em frente dessa Sub-Rela-

toria, nem da CPMI se não vier aqui depor o Diretor da, DMS. Ou seja, não pode [Risos]. Da BMF. O Diretor da BMF não pode passar sem vir nessa CPMI. Se isso não ocorrer e essas quebras de sigilo não forem feitas, eu acho que o relatório de V.Exa., que V.Exa. está fazendo um trabalho tão brilhante, vai ficar comprometido. Faço aqui mais um apelo, inclusive, aos colegas que estão aqui presentes, para que juntem a bancada para que nós possamos aprovar esses requerimentos.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Senhor Funaro, eu recebo aqui uma consideração da consultoria que eu gostaria de expor à V.Sa. E também gostaria de ouvir a opinião de V.Sa., ainda a respeito dessa operação com o BANCO DO BRASIL, o que acontece? A sobretaxa da operação estava com o BANCO DO BRASIL, porque o Senhor ganhou em *spread* e a LINK também ganhou em *spread*.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Exatamente.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Logo, a contra-parte de mercado da LINK estava com a taxa na média do mercado e não com sobretaxa?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Excelência, eu vou explicar um negócio para o Senhor: O meu *spread* foi de 0,30%. Dali para frente, teve um *spread* imenso.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): De...

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Nem sei. Não sei o tamanho da operação, mas deve ter 30%, 40%.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): De 0,30 para 30?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Para 30, só que acontece o seguinte, o meu, o BANCO DO BRASIL, para mim, foi 0,30, então, eu ganhei 0,30, que foi 750 mil reais que o Senhor apurou; 750 mil reais para 33 milhões de reais. Isso aí foi tudo transacionado dentro da LINK, eu não sei quais foram as taxas que foram praticadas no mercado daquele dia. O que tem que se apurar é isso e apurar quem é a ponta final da Link, porque sem a gente saber quem é a ponta final, não dá para saber o que aconteceu.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas o Senhor concorda que--

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu não entendi essa colocação que fizeram aí para o Senhor, eu não entendi.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Não, porque é o seguinte: Porque... Onde é que se verifica um *spread* grande... Quando o Senhor, quer dizer, não tão grande, concordo inteiramente. Quando a operação sai do BANCO DO BRASIL,

passa pelo Senhor e vai para a LINK e aí muito maior depois?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: É, isso aí é como se fosse assim--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Em seguida, ela volta para o padrão do mercado?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não. Não, Senhor, acontece o seguinte, o que é que acontece? Essa operação funciona da seguinte forma: É como se eu estivesse tomando recursos, vamos supor que eu tomei recursos a 3,60 ao ano. Aí, eu repassei o recurso a 3,55, ou seja, eu estou recebendo 3,60 de juro e estou pagando 3,55 na seqüência. Eu ganho um *spread* de 0,05, concordou? Aí, esse *spread* é um *spread* que está dentro do mercado e aí a LINK repassa; ela me tomou a 3,55, ela repassa a 1%, que é um *spread* fora de mercado. Então, esse é o problema dessa operação. Agora, porque alguém aceitou tomar reais, tomar a essa taxa de 1%, a gente só vai poder saber quando descobrir quem é a contra parte, só vamos poder saber isso aí quando quebrar o sigilo da LINK.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu estou aqui com a declaração de Imposto de Renda de V.Sa. do ano de 2004, portanto, referente ao exercício de 2003. E a gente vê aqui o seguinte: Evolução patrimonial de 2002 para 2003 – sai de três milhões, 227 mil em bens e direitos, para cinco milhões, 723 mil em dívidas e ônus reais; de 2002, um milhão, 950; para 2003, três milhões, 590. Agora, eu queria saber, na verdade, que eu tinha pedido, era referente ao exercício de 2004, eu queria pedir à assessoria, por que o exercício, a evolução patrimonial de 2003 para 2004 é que deve ser comparada com a movimentação financeira de 2003, então, eu queria solicitar isso imediatamente à assessoria. Depois, nós voltamos a esse assunto. Porém, Senhor Funaro, está aqui depois eu vou disponibilizar para V.Sa. a declaração de imposto de renda do Senhor José Roberto, seu pai, e realmente constam, constam não, não constam os empréstimos que o Senhor declarou no seu imposto que supostamente ele havia feito.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Posso olhar, Excelência?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Pode. Bom, nós temos aqui--

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Aqui, Excelência, na página de traz, aqui o Senhor vê o empréstimo para mim de 670 mil no ano de--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Tem um empréstimo nesse ano, aliás, é o único ano que tem--

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: 670 mil tem.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Cadê o papel?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Excelência, só para esclarecer.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Pois não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): O Senhor tem aí o Imposto de Renda do pai do depoente?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Aqui não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Não, não é? Mas a CPMI está de posse dele?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Aqui, está aqui. Aqui não, está aqui.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Ah, está aí.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Está com o Senhor Funaro.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu estou verificando aqui, Excelência.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): E o sigilo do pai dele foi quebrado por essa CPMI, foi transferido, foi autorizado do pai dele?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, Senhor, meu pai tem uma liminar... Eu não sei... ele tinha--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Tanto o sigilo dele foi transferido, como aprovado o requerimento de convocação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Não, eu estou falando do pai dele, a quebra do sigilo.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Foi, Senhor José Roberto Funaro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): O sigilo fiscal do pai dele?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Tem liminar, pode olhar no *site* do TRF, olha lá, entra na internet lá e vê se o meu pai tem a liminar. Estou falando que o meu pai tem liminar.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas, depois, passa para ele novamente. O Senhor verificou aí? Se o Senhor quiser intervir não tem problema nenhum.

>> [ORADOR NÃO IDENTIFICADO]: [pronunciamento fora do microfone]

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Pode deixar, não tem problema.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu não tinha conhecimento que--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Os Senhores não querem, mas nós estamos querendo saber o que está acontecendo.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu vou informar V.Exa., Deputado Carlos Willian. O que o depoente nos traz aqui de dado importante é que há uma decisão do Supremo que impede, impede que se tornem públicos, parecido com aquela da PRECE, os dados do sigilo do Senhor José Roberto Funaro. Então, eu não tinha conhecimento dessa decisão, eu até vou, tendo conhecimento, vou respeitá-la, é claro. Nós não vamos tratar mais dos dados do sigilo do Senhor José Roberto publicamente.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Senhor Relator, um esclarecimento.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Pois não.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): A decisão está aí, qual é o teor dela?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Senhor, por favor, pode... Ligue o microfone.

>>[ORADOR NÃO IDENTIFICADO]: Deputada, diz a parte dispositiva do despacho: "Do exposto, defiro em parte a liminar para, nos exatos termos requeridos, proibida a divulgação de todo e qualquer dado ou elemento a que a Comissão teve ou tem acesso por conta da quebra dos sigilos de divulgação do órgão impetrante, ficando vedada sua reprodução em qualquer --

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Quem é o impetrante?

>>[ORADOR NÃO IDENTIFICADO]: José Roberto Funaro.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): É o depoente?

>>[ORADOR NÃO IDENTIFICADO]: Não, é o pai dele.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): É o pai do depoente, sim, sim. Pois não.

>>[ORADOR NÃO IDENTIFICADO]: E os documentos que estão sendo manuseados aqui são do pai do depoente.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Pois não. Qual foi o Ministro?

>>[ORADOR NÃO IDENTIFICADO]: Ministro César Pelúzio.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Pois não. Muito obrigada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Agora, eu faço um apelo ao depoente, já que os dados já foram, já foram comunicados, que V.Exa. continue a dar explicação e vamos desconsiderar e gostaria de pedir, mais uma vez, a colaboração com essa CPMI para não interromper essa informação, que eu acho muito importante para a CPMI.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Deputado Carlos Willian, eu quero informar a V.Exa que, se o depoente concordar, só para que a gente possa fazer essa checagem das declarações de Imposto de Renda e, em seguida, nós não trataremos mais dos dados sigilosos do Senhor José Roberto.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, só para esclarecer, as declarações aqui... Eu lembro que, no ano de 1999, a gente não tem de 1999, eu acho que o que aconteceu foi que meu pai fez um empréstimo, em 99, e aí ele esqueceu de declarar na declaração de 2000, 2001, eu não lembro direito como é que foi. Então, na verdade, no intuito de colaborar com a CPI, não tenho problema nenhum se divulgar os dados do meu pai, o meu pai não tem nada para esconder é uma pessoa que sempre trabalhou seriamente na vida dele, inclusive, está sendo muito prejudicado com esses fatos que estão acontecendo comigo. Aqui, nós achamos uma de 670 mil, uma outra--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Não, não, essa aqui, vamos por partes. O que eu coloquei aqui foi 99. O Senhor coloca na sua declaração empréstimo de 900 mil, ele não consta e não consta da dele, o Senhor concorda?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, porque eu não tenho a declaração de 99 aqui.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Vamos a 2000, o Senhor coloca na sua empréstimo de 900 mil e não consta da dele, o Senhor concorda?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Espera um minuto. Eu acho que, em 2000, é o seguinte, esses primeiros 900 mil que ele me emprestou aqui, no ano de 1999, continuou emprestado no ano 2000. Então, o que acontece? Sem a gente ter essa declaração de 99, fica tudo sem link, então, o problema são esses 980 mil, entendeu?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Mas o Senhor teve a oportunidade de ver a declaração do Senhor José Roberto e não tem os 900 mil emprestados a V.Sa.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não tem a declaração de 99, Excelência. Se o Senhor pegar a de--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Eu estou falando da de 2000, mas teria que constar da de 2000, eu não digo que não consta, nem da de 99, nem de 2000. Como a gente não tem aqui a de 99, tem a de 2000, pronto, não consta a de 2000 e consta na de V.Sa.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, mas se constar na dele de 99 e na minha de 99 e na dele de 2000, ele não declarou mas debitou o valor no caixa

dele, não tem problema nenhum. O Senhor concorda ou não? Se eu emprestei hoje para o Senhor nove mil reais--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Não, eu não concordo. Me perdoe, eu não concordo. Como o Senhor declarou na sua declaração que tinha emprestado dele, ou seja, que havia empréstimo do vosso pai por valor de 900 mil, é evidente, não havia outra alternativa a não ser ele declarar na dele também.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu acho que ele pode ter se esquecido, mas eu acho que na de 99, eu queria se pedisse, se tivesse na sua assessoria essa declaração de 99, para a gente ver se consta esse empréstimo ou não. Se for possível.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Mas vamos em seguida, 2001. Senhor José Roberto Funaro, doação de 670 mil.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Está declarando aqui, Excelência.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Na sua, tem empréstimo de 670 mil e não doação.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Vai ver que eu lancei errado. Ou ele lançou errado.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): E o Senhor fala aqui em pagamento de 230.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Cadê a minha declaração, o Senhor tem aí?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Tenho, está aqui. É que é tanto papel...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Meu nobre Relator, me permite? Olha, mais uma vez, eu faço um apelo à V.Exa, e é o que eu tenho feito em todas as outras oitivas, para fazer a seguinte consideração: Nós somos uma Casa Legislativa onde aqui nós elaboramos leis, obviamente, leis para serem cumpridas. Eu acho que nós estamos desrespeitando uma decisão do Supremo Tribunal Federal, ainda mais que o pai do depoente não está aqui para poder explicar a declaração de Imposto de Renda.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Deputado, o Senhor me pediu agora o inverso. Eu não consigo entender o que o Senhor quer.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Deixa eu falar para V.Exa: Eu pedi o inverso mas, a partir do momento que começa a pedir novas, novas, o Senhor não está entendendo, a minha colocação é para que fossem explicado aqueles dados que o Senhor tinha feito. Agora, a partir de agora--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Eu estou tentando explicar, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Não, Excelência, a partir de agora, está mandando buscar declarações anteriores e aí o problema está delongando. Eu não quero ser responsabilizado de estar presente nesta CPMI, desrespeitando uma determinação do Supremo Tribunal Federal. O próprio depoente pode desrespeitar. V.Exa pode continuar o trabalho. Eu só quero registrar que o pai dele não está aqui para poder fazer essas explicações, já que pediu a quebra do sigilo fiscal, poderia também ter feito a convocação para ele estar aqui pessoalmente para explicar. Aqueles fatos que eu coloquei, Excelência, eu acho que podem ser explicados mas, a partir de agora que começa a avançar, a buscar novos documentos--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Deputado, V.Exa me permite um aparte? Eu queria entender o que é que V. Exa. quer? Porque V.Exa., espere aí, porque V.Exa me pediu que, neste assunto, a despeito de haver uma decisão do Supremo, que nós não tínhamos conhecimento, de não poder tornar público os dados do Senhor José Roberto mas que, nesse assunto, nós esgotássemos a matéria para não haver dúvidas. Para não haver dúvidas. Foi o que V.Exa. me pediu. Aí, eu permiti ao depoente ter acesso tanto à declaração de Imposto de Renda do pai dele, como à declaração de Imposto de Renda dele. E aí, de repente, agora V.Exa me pede exatamente o oposto. Então, eu quero entender o que é que V.Exa. quer porque eu vou submeter ao Plenário da CPI e nós vamos decidir se vamos tratar desse assunto ou não. Mas eu tenho absoluta certeza, porque o depoente, de alguma forma, colocou em dúvida que as nossas informações aqui estão absolutamente corretas, absolutamente corretas, sem nenhuma dúvida, se V.Exa. quiser que a gente encerre o assunto e o Plenário concordar, porque é uma decisão do Supremo, nós vamos encerrar e vamos passar para os outros.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Só concluindo, V.Exa. me indagou, eu respondo. Se voltar e buscar na memória, o que eu disse é o seguinte: Estes dados que estão na mão de V.Exa...

>>**[ORADOR NÃO IDENTIFICADO]:** [Pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Deixa eu concluir, por favor, o que eu disse e V.Exa vai buscar na memória, estes dados que estão na mão de V.Exa. podem, eu acredito que podem acabar de serem respondidos, estes dados que estão na mão podem ser respondidos. Mas, a partir daí, está buscando uma nova investigação, em solicitar da assessoria novos, novas declarações de Imposto de Renda, de 99 para cá e etc. Então, eu acho que aí está aprofundando numa investigação de anos anteriores que não estavam na

mão de V.Exa. e que está sob uma liminar. É só essa a minha questão. Eu não tenho problema nenhum em continuar a investigação. Eu só queria deixar registrado que se houver alguma contrariedade na decisão do Supremo Tribunal, eu não estou participando dela, é só esse o registro que eu gostaria de fazer.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Relator, me permita, eu acho que não é o caso de encerrarmos ou suspendermos, por hora, para discutirmos internamente esse tema por duas razões. Primeiro, que V.Exa. não havia sido informado da liminar concedida quando começou a tratar o assunto. A partir do instante em que o depoente lhe mostrou e um advogado lhe mostrou e leu, inclusive, a liminar concedida, V.Exa., de pronto, anuiu. A questão do desencontro das declarações já havia sido mencionada antes de que fosse exibido, exibida a liminar. Portanto, não houve infringência alguma às determinações da liminar concedida pelo Supremo. Me causa até um pouco espécie, aí, até a preocupação do nobre Deputado Carlos Willian. Acho que essa CPI, de forma alguma, aliás, a própria demonstração do Relator não pretendeu aqui subverter ou não acolher uma determinação do Supremo. De maneira que eu acho que V.Exa. pode e deve continuar a sessão sem interrupção.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Excelência, eu queria só pedir ao Senhor, eu vou encaminhar para o Senhor a declaração de 99, o encontro das contabilidades de livre espontânea vontade, eu vou encaminhar a documentação minha e do meu pai a essa CPMI. Se tiver algum erro, nós vamos fazer a correção do Imposto de Renda. Só isso que eu gostaria de informar.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu peço, eu vou passar para outro assunto, mas peço à V.Exa. que corrija porque os nossos levantamentos estão completamente corretos e que sirvam até de referência para V.Exa., porque, exatamente, há uma pendência aí com o Fisco, que precisa ser revista na declaração de renda, tanto de V.Exa., como de seu pai, mas principalmente dele.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Como o Senhor pode ver aí, o meu pai é uma pessoa já de idade avantajada. Então, ele faz a declaração de renda batendo à máquina, ele não sabe nem o que é internet. Então, pode ser que ele tenha se enganado e deixado, eu vou ver, verificar e vou enviar para o Senhor. Se tiver algum erro, eu me comprometo a resolver e sanar esse problema e deixar tudo 100% regular.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu agradeço.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Obrigado pela sua atenção.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Eu estou aqui agora com a declaração de renda de V.Sa., do ano de 2004, quer dizer, referente ao ano de 2004. Portanto, do ano de 2005. E tem uma coisa que eu não sei se V.Exa. tem conhecimento, mas a Receita Federal, ela aponta a existência de dois milhões, 129 mil, 673 reais, sem origem. Está aqui. V.Exa. teve conhecimento disso, de dois milhões 129 mil negativos?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Porque há aqui rendimentos líquidos, menos variação patrimonial, dá um negativo de dois milhões, 129 mil. O Senhor está vendo aqui o documento da Receita Federal, portanto, a Receita considera esses recursos sem origem.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, Excelência, eu não tenho, eu desconheço isso aqui. Mas como eu estou sendo, estou sendo investigado pela Receita Federal, estou sob processo de fiscalização, nesse processo eu vou corrigir qualquer falha que tenha, qualquer desconhecimento que tenha na conta, vou justificar. Eu vou ver o está acontecendo e prometo para o Senhor que eu vou, após, como nós estamos perto da época da entrada da declaração anual de rendas, de renda, eu vou encaminhar ao Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Porque o Senhor veja o seguinte: Que, na verdade, nós estamos aqui até o ano de 2004, declaração de 2005, que é aonde nós pudemos alcançar as informações. E essa, esse documento da receita, ele é contundente.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: De que ano para que ano, foi de 2003 para 2004, é isso?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Isso, exatamente.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: É, então, eu estou sofrendo fiscalização nesse ano agora e estou justificando toda a minha, toda a minha movimentação, toda a minha variação patrimonial para a Receita Federal. Nós vamos ter os autos conclusivos até o final do ano.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Agora, o Senhor acha que esses números que estão aqui são compatíveis com alguém que movimentou, na pessoa física, 38 milhões e em uma das empresas, em uma das empresas, 122 milhões em 2003?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu acho que é plenamente compatível. Como eu expliquei para o Senhor, o dinheiro vai e volta várias vezes como são operações em Bolsa, eu sou chamado em margens,

chamado a margem, devolução de margem, ajuste, então, é plenamente compatível a minha movimentação financeira com a minha declaração de renda. Eu tenho declarado no meu imposto de renda, esse ano, 12 milhões, quase 10 milhões de reais, corrigidos, dá uns 12 milhões de reais e agora, em 2004, eu acho que o meu patrimônio vai ficar em torno de 20 milhões de reais. Eu acho que é algo em torno disso, é compatível, está tudo declarado, todos os tributos recolhidos. Se tiver algum problema dentro da Receita Federal, eu vou aproveitar e o pagar imediatamente os tributos que eu estiver devendo para a Receita Federal.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Relator, eu peço a palavra pela--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Pois não, Deputado Pannunzio, pela ordem.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): Salvo uma interpretação equivocada minha, o depoente afirmou que não tinha conhecimento dessa defasagem que a Receita encontra entre a variação patrimonial, certo?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu não tenho conhecimento, deixa eu explicar uma coisa para V. Exa.--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): Deixa só...Depois V.Exa. fala--

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Desculpa--**DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO**

(PSDB-SP): --Apenas eu queria saber se confirma, V.Exa. não tinha o conhecimento?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Confirmo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): Agora, na seqüência, V.Exa. já afirma também, salvo qualquer outro equívoco meu, V.Sa. afirma que está, já está retificando a sua declaração?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, Senhor, o que eu afirmei aqui para essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é que eu estou sendo fiscalizado pela Receita Federal nesse ano agora; começou a fiscalização do ano 2003, 2004 e 2005. E que se, na fiscalização, for confirmado que eu tenho esse problema, eu vou recolher o tributo e vou pagar qualquer taxa ou imposto que eu deva para a Receita Federal. O que eu falei que eu retificaria na declaração de renda é se tivesse aquele desconhecimento entre a minha declaração de renda e a declaração do meu pai. Única e exclusivamente isso.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): Eu continuo insistindo num ponto. V.Exa. então afirma que está sendo fiscalizado?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Sim, Senhor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Então, V.Sa foi notificada pela Receita?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Fui notificado do início da fiscalização.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): E quando da notificação, a Receita não disse?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, não, não, a única coisa que a receita pediu foi a cópia dos meus extratos bancários, movimentação financeira e notas de Bolsa. Não tem, não tem auto de infração para esse período ainda.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Perfeito, obrigado.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: De nada, estou à disposição do Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): V. Sa. é sócio do Renato Luciano Galli, correto?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Na verdade, ele trabalhou comigo, ele não é o meu sócio, ele tem uma cota de uma empresa minha porque, quando eu montei essa empresa, eu não estava falando com o meu pai, na época, ele que assumiu. Eu tenho 99,9% da empresa; eu sou o sócio e gerente; ele só é sócio; ele não é sócio de direito, é só sócio só para constar.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Qual era essa empresa?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Ele é sócio mesmo na STOCKOLOS e na ROYSTERS.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nas duas? Os Senhores são amigos?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Somos.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Ele opera muito com a Corretora FER, correto?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Ele era funcionário da FER, trabalhava na Mesa da FER e era responsável pelas minhas operações; eu passava as ordens para ele; ele trabalha no Mega Bolsa, que é aquele sistema onde se faz todas as operações que são de Bovespa. Ele que digitava porque eu não tenho muito, eu não gosto de computador, então, eu falava: “Compra, vende”. Ele é muito bom nisso.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor sabe que há um relatório da CVM sobre os fundos exclusivos da SISTEL, em que o Senhor Renato aparece como operador da FER, que contrata a MULTI STOCK para operar, pois a FER não possui títulos na BMF. Quando ele opera por lá, ganham Funaro, o Senhor Funaro, a ERSTE e perdem os fundos

exclusivos da SISTEL, o COLFIA e o COLIFIA. O Senhor teve conhecimento desse relatório da CVM?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não tenho conhecimento desse relatório, não sei de que época é essa operação. É o que eu expliquei para o Senhor, eu sempre operei na BMF, estão aqui todos os meus lotes, os lotes que eu operei; em um ano, eu operei quase 70 mil lotes de índice. Se o Senhor pegar 70 mil lotes e dividir por 360 ou 300 dias úteis, dá uma média de 250 lotes por dia. E não tenho conhecimento, não tenho nenhum conhecimento dentro da fundação SISTEL. Não conheço ninguém dentro da Fundação SISTEL, nem sabia da existência desses fundos exclusivos.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Bom, nós temos aqui alguns processos administrativos da CVM e do Banco Central, a partir dos quais eu queria indagar V.Sa.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Posso só fazer um esclarecimento antes?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Pois não, claro.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Gostaria de informar que eu nunca fui indiciado na CVM, não sou alvo de inquérito na CVM até hoje. Nunca recebi nenhuma intimação, nem eu nem minhas empresas; a única coisa que eu tenho até hoje, eu fui ouvido em declarações na CVM uma única vez, mais nada.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Sobre...

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Sobre as minhas operações em Bolsas e sobre minhas operações na BMF. As questões que foram feitas pelos fiscais foram respondidas de pronto. Se o Senhor quiser, depois eu lhe envio a cópia do meu depoimento à CVM.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Como é que o Senhor avalia o desempenho da CVM nas suas funções de--

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu acho a CVM uma boa instituição, o único problema é que o corpo dela é muito pequeno. Então, o que acontece? São muitas operações para a CVM investigar e muito poucas pessoas para acompanhar o mercado. O que acontece é que, hoje em dia, diferentemente do que era no passado, o mercado financeiro evoluiu muito. E o que acontece? O Brasil ainda não se deu conta que o mercado financeiro, ele está muito complexo e precisa ter uma, por parte da CVM, SPC, Banco Central, uma evolução no sistema de fiscalização porque quanto mais complexo, mais fiscalização precisa ter. Então, eu acho que o Brasil anda com um sistema de fiscalização meio rudimentar, entendeu? E com pouco pessoal efetivo. Então, como os mecanismos são muitos dentro do mercado financeiro, é necessário

que essa fiscalização e os profissionais envolvidos nessas áreas sejam cada vez em maior número e com maior disponibilidade de dados e com maior nível de informação.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): V.Sa. declarou à imprensa-

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Senhor Relator, só para pegar uma aba do que ele falou, quais seriam as--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Fique à vontade.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Pode, Senhor Relator?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Pode, claro.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): O Senhor poderia, faticamente, dizer qual seria uma sugestão dessa que o Senhor--

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Por exemplo, aqui, nós deparamos na CPI com problemas, problemas com a negociação de títulos públicos. Eu, até hoje, não entendo, porque que não há leilão de título público como tem leilão na Bolsa. Se a Senhora quiser vender uma ação da Senhora na Petrobrás hoje, que está 90 reais, a um real, desculpa, 40 reais, a um real, ninguém vai deixar, por quê? Quando o Senhor for vendendo a um real, vão vim 500 tomadores, então, vai vir um que vai tomar a um, vai vir outro que vai tomar a 1,10, vai vir outro que vai tomar a 2, até chegar no preço real, o Senhor está entendendo? No mercado de título público, é um mercado de balcão, eu vou e combino com a Senhora e o CETIP deixa passar qualquer tipo de operação. O CETIP, a SELIC, como hoje em dia está amplamente divulgado, internet, intranet, é muito fácil, vamos negociar o tipo, vamos supor, uma ANT 2045 ou um papel 2031. Então, qual é a taxa do título? O título vai render IGPM mais nove, é taxa de mercado, se alguém quiser passar IGPM mais seis, ninguém vai deixar porque vai ser chamado um leilão, depois de cinco minutos vai para leilão imediato, todos os bancos vão interferir ou a Senhora acha que o BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL, qualquer dessas instituições deixariam passar qualquer operação que eles estivessem vendo que a margem de lucro deles é grande? Entende o que eu estou explicando para a Senhora? Isso aí traria para o mercado uma transparência imensa desde a primeira entrevista que eu dei, que foi a única entrevista que dei, eu avisei que isso, é o maior problema que ocorre hoje, é isso, são as operações de balcão, tanto na BMF, quanto em títulos públicos, que são as operações flexíveis, operações que têm preço pré-aceitados. Isso aí não deveria existir, vai tudo para leilão. Se o Senhor puser um quadro da Senhora no leilão

para vender, ninguém vai deixar o quadro passar se o quadro valer 200 mil, ser vendido por dois mil, porque todos os participantes vão interferir do jeito que está, como se fosse um leilão privado. Eu me acerto com a Excelência e passa e só registro operação. Então, eu acho que o que tem que mudar é isso.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor já fez alguma transferência de recursos para o publicitário Duda Mendonça?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, Senhor. Eu tomei ciência que um cheque meu de 20 mil reais foi parar numa conta-corrente do publicitário Duda Mendonça e eu pedi para os meus contadores levantarem. Acontece que eu estou com o problema que desde dezembro eu peço a cópia de todos os meus extratos bancários e todas as minhas movimentações financeiras nos bancos, eu tenho os protocolos, posso encaminhar a essa CPMI, e ainda não chegaram todos os extratos para mim. O que acontece? Pela ausência desses extratos, eu não consigo confrontar para saber quem foi que me solicitou esse depósito. Pelo que eu pude ler na mídia, ele mesmo declarou que foi um boi que ele vendeu a um frigorífico que mandou pagar. Eu não tenho como levantar isso aí.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conhece a empresa NATIMAR, correto?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: De nome.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Só de nome?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Só de nome.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Breno Fischberg, da BONUS BANVAL, que o Senhor mesmo reconheceu ter relações, com quem o Senhor tem relações pessoais, ele esteve aqui na CPMI e entregou uma lista de beneficiários de transferência de recursos da BONUS BANVAL, lista esta supostamente indicada pela NATIMAR. E nessa lista aparecem as empresas de V.As. e também o nome de V.Sa.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Exatamente, é o que eu já expliquei para o Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Então, por que é que, só a pergunta, muito bem, eu entendi a explicação que o Senhor tentou me dar. Agora, por que é que o Senhor Breno Fischberg vem a essa CPI e diz que pagou dinheiro ao Senhor, a pedido da NATIMAR?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: É mentira dele.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Então, ele é mentiroso, o seu amigo é mentiroso?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Pode ser, mas é mentira dele, se ele pagou para NATIMAR, eu nunca recebi da NATIMAR, não tenho relação comercial com a NATIMAR. Ele fez um débito na conta dentro da corretora dele, debitou a conta na NATIMAR e mandou pela minha conta. Eu não pedi, nem a NATIMAR pediu. Tem que chamar ele para fazer uma acareação, eu não fiz isso.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Da mesma forma que o COAF atestar no relatório 5533 que, na prática, o Senhor continuou administrando a empresa GUARANHUNS é uma mentira?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, eu nunca fui informado de nenhuma atuação do COAF com relação à minha pessoa, desconheço esse relatório, nunca fui intimado a ir ao COAF, não tenho nenhuma, não tenho nada a declarar com relação a esse sentido.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Vamos à empresa GLOBAL TREND. O que é que a empresa GLOBAL TREND diz a V.Sa?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Nada.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Sérgio Guaraciaba Reinas?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Conheço.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Conhece, em que circunstância?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Ele era funcionário do CITYBANK, trabalhava na Mesa do CITYBANK. Depois, trabalhou na Mesa da QUALITY, conheço ele.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Ele já foi sócio de V.Sa?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor nunca manteve nenhuma transação financeira nem com a GLOBAL TREND nem com a TELETRUST?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Com a TELETRUST não, com a GLOBAL TREND, foi a pedido do Sérgio Guaraciaba Reinas; ele me pediu: “Eu compro um CCB do Senhor, que é uma nota promissória registrada no CETIP e você poderia avalizar uma fiança nossa no banco.” Eu falei: “Não tem problema, eu avalizo e você me compra”. Por que é que eu fiz isso aí? Porque eu não teria risco nenhum, ele estava me doando os recursos e eu estava dando um aval no valor que ele estava me doando os recursos. Então,

não envolvia risco de crédito nessa operação, por isso que eu aceitei fazer.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nesse documento do COAF, há uma conexão clara que envolve, dentre várias empresas, a NATIMAR, que supostamente teria autorizado a BONUS BANVAL a fazer pagamentos a V.Sa. e à RS Administração e à RS Empreendimentos e Participações. Com relação à NATIMAR, V.Sa. já disse aqui. E sobre a RS? V.Sa. manteve negócios com a RS?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Tive.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Que negócios?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu tinha. A RS tem uma grande quantidade de imóveis, ela aplicava na Bolsa e, às vezes, eu, a gente trocava posições: Quando ele não tinha fiança, ele me, ele me repassava os lotes, eu segurava para ele. E, depois, no outro dia, eu devolvia. Isso aí implica em ajustes financeiros ou positivos ou negativos. O que é que acontecia? Se era positivo, ele me enviava reais; se era negativo, eu enviava para ele. Às vezes, ele tinha fiança para mil lotes e eu tinha fiança para dois mil lotes. Ele queria ficar, comprado em 1500 lotes. Como o Diretor da RS é amigo meu, uma pessoa que eu confio, eu aceitava ficar com a posição dele para dormir no *intra day* para ele não ser chamado em margem. Como eu tinha fiança, eu usava a minha fiança, emprestava a minha fiança sem cobrar nada, só que acontece que o mercado, de um dia para o outro, nunca fecha nos mesmos níveis; eu podia ter comprado dele hoje a 30 mil para segurar a posição dele de hoje para amanhã e, amanhã, o índice abria a 30 mil e 400, então, o que acontecia? Eu ficaria para ele devendo 400 pontos de índice. Então, o motivo desses repasses de dinheiro dele para mim e de mim para ele são ajustes de posições. Ou que ele carregou para mim, ou que eu carreguei para ele.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): É verdade que o Nagi Nahas está por trás da RS?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu não sei informar para o Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Nagi Nahas?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Conheço sim, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Qual é a relação com ele?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Ele é o meu amigo pessoal, tenho uma admiração por ele, foi um grande profissional de mercado, foi extremamente injustiçado naquele caso da Bolsa de Valores. Prova disso, é que ele foi absolvido e eu torço para que tudo na vida

dele dê certo e que ele possa voltar a operar. Ele foi visionário: Quando ninguém sabia o que valiam as ações no Brasil, ele já começou a comprar. Ele, na verdade, foi o grande introdutor e a pessoa que mais alavancou o mercado de ações no Brasil. O que acontece é que mudaram a regra do jogo sem uma pré-consulta e ele tinha uma operação que ele vendia, recebia em zero e comprava para pagar em D5. Então, eu acho que ele só foi injustificado porque você vê, às vezes, a gente, aquela entrevista que ele deu, falando das posições de ações dele... Se tivessem... Ele seria hoje, talvez, o cara mais rico da América Latina. É verdade, porque você vê que hoje a PETROBRÁS está num recorde histórico; a TELEBRÁS, quando desmembrou, se o Senhor somar o preço de todas as ações que foram desmembradas, o Senhor vai ver, e multiplicar pela quantidade de ações que ele tinha, o Senhor vai ver que é uma monstruosidade o que ele deixou de ganhar. Eu acho que se as regras do jogo eram para ser mudadas, ele teria que ser avisado com antecedência, o que não foi. Então, basicamente é só isso que eu tenho, mas eu não tenho nenhum relacionamento comercial com ele, meu relacionamento com ele é única e exclusivamente social, é uma pessoa extremamente agradável, assim, no convívio social, uma pessoa que entende muito de mercado, talvez seja uma das pessoas que eu conheça que mais conhece de mercado. É esse o relacionamento que eu tenho com ele. Mas já que ele é merecedor de tantos elogios do Senhor e o Senhor se mostra tão conhecedor das operações dele, será que o Senhor não teria condições de saber, de saber que ele está por trás da RS?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não tenho condições porque eu acho que ele nem opera mais, Excelência porque uma pessoa, depois de ter sofrido tudo o que ele sofreu.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas, alguém para ele, claro; ele, diretamente, não pode, mas e alguém para ele?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu não posso confirmar. Eu sei que o dono da RS, o representante da RS é o Senhor Teófilo, eu não sei se, eu não sei que tipo de relacionamento o Senhor Teófilo tem com o Senhor Nagi Nahas. Eu não sei se ele está operando no mercado ou não.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor já operou para o Flávio Maluf?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Nunca, ele era cliente na mesma corretora que eu, da LAETA e SÃO PAULO.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Os Senhores, por acaso, passaram a figurar em processos distintos, depois, eu vou entrar nisso aqui, como, justamente, clientes da LAETA, em operações que a LAETA é acusada pela CVM, dentre outras coisas, de criar condições artificiais de mercado.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu não tenho nenhum processo em que eu esteja junto com o Senhor Flávio Maluf.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Não, o Senhor não está com ele?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Nem eu nem minha empresa. Acabei de afirmar para o Senhor, e repito, eu não tenho nenhum processo na CVM, nenhum.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Bom, então o processo administrativo de número 543 de 2004, trata de operações atípicas da LAETA, em operações flexíveis de Bovespa e dólar futuro, com e sem garantia... Operações atípicas identificadas na LAETA. Práticas fiscais e contábeis adotadas nas operações da LAETA: 1-opções flexíveis Bovespa, com e sem garantia, foram caracterizadas como não usuais e, por envolver a denúncia de um resultado da ordem de seis milhões, superior ao patrimônio da corretora, ou seja, não reconhecimento da receita auferida nas operações de opções flexíveis; 2- Adulteração das notas de negociação com operações flexíveis na BMF; 3- Ineficácia da LAETA de implementar e fazer cumprir controles internos eficazes, no sentido de manter o cadastro de seus clientes de acordo com as normas legais e regulamentares em vigor que dispõem sobre os crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores e sobre a prevenção da utilização do sistema financeiro para prática de tais ilícitos. E aí vai, aí vem aqui: Cliente da LAETA, nesse processo, quem eram os clientes da LAETA que, supostamente, receberam os recursos que a LAETA não tinha como justificar: Eduardo Consentino da Cunha, Lúcio Bolonha Funaro, cliente 229, por conta da FER Corretora, Sérgio Guaraciaba Martins Reinas, o dono da GLOBAL TREND, Ricardo Luiz Surssman e o ROLAND GARROS-FIF, que é um dos fundos exclusivos da PRECE. Depois, a LAETA é penalizada, aqui, ficando, dessa maneira, sujeitas à penalidade PREVISTA no artigo 11 da Lei 6385. O Senhor tem conhecimento desse processo da CVM?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Esse processo não é da CVM, Excelência, esse processo foi do relatório interno da BMF, que tem uma perseguição

incrível contra a LAETA, não sei porque. Eu não fui intimado, não tenho processo instaurado na CVM em relação a esses fatos. Está aqui, esse mesmo RDA que o Senhor tem--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Não, é um processo sobre operações da BMF, porém um processo da CVM.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, é um processo da BMF, não chegou--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas que, depois, tornou-se--

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: --Não chegou na CVM, nós não fomos intimados na CVM, eu não fui intimado da CVM, nesse processo.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Ele é numerado de 543/ 2004.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu não estou nesse processo. O Senhor pode verificar na CVM, eu não faço parte desse processo.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Infelizmente, o Senhor está, o Senhor pode não saber que está, mas está.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu não fui intimado e não recebi nada com relação a esse processo.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor pode não ter sido intimado, mas que consta aqui o Senhor como cliente dessas operações, consta.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Então, estou assumindo e estou sabendo agora e esperando a CVM me intimar e para eu ir lá prestar os esclarecimentos devidos a ela, estou à disposição dela.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Por que é que a CORRETORA FATOR, O BANCO BCN E O BANCO REAL pediram, em 2003, entre 2003 e 2004, o encerramento das suas contas?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: O Senhor está enganado, nunca fui solicitado a parar de operar na CORRETORA FATOR, eu parei porque eu quis. O Senhor pode chamar aqui o Diretor da corretora, o Senhor Armênio, para ele vir aqui falar, na minha cara, se ele pediu para eu parar de operar lá. Pode chamá-lo, eu estou à disposição aqui para fazer uma acareação com ele na hora que ele quiser.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Com relação ao BCN e BANCO REAL?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: O BCN nunca pediu para eu fechar conta. Eu tenho conta no BCN até hoje.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): E o BANCO REAL?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: O BANCO REAL, quem solicitou, eu vou explicar para o Senhor o que aconteceu: Infelizmente, a ERSTE, é um nome que quer dizer, em alemão, “correto” e tinha um homônimo desse nome, tinha uma empresa na Argentina que tinha esse mesmo nome. O que aconteceu foi o seguinte: Essa empresa na Argentina se envolveu num problema que não sei que tipo que é, numa operação que saiu no jornal até, Curió, não sei o que é. E como a ERSTE era homônima, aqui no Brasil, eles acharam que eu tinha relação com essa empresa na Argentina e eu não tinha e o banco solicitou que eu fechasse a conta e eu fechei, no BANCO REAL. Até porque o ex-dono do BANCO REAL era uma pessoa do meu conhecimento, então, eu não tinha por que, eu falei: “Ele quer que eu feche eu feche, não tem problema nenhum”, não fazia diferença, é um que banco eu movimentava muito pouco.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o John Reis?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Conheço, era muito amigo do pai dele.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O falecido ex-Deputado estadual?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: O ex-Deputado Albano Reis.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Albano Reis, lá do Rio de Janeiro. É verdade que o John reis tinha um cartão de crédito em sociedade com o Senhor?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Depois que o pai dele morreu, ele me procurou e falou: “Lúcio, eu estou com um problema, eu preciso de uma verba” e eu em prestação à grande amizade que eu tinha pelo pai dele, o pai dele me deu o título de cidadão do Estado do Rio de Janeiro, era uma pessoa muito amiga minha, eu dei um cartão de crédito da minha empresa com um limite de cinco mil reais para que ele pudesse utilizar. Ele utilizou durante seis meses e falou: “Agora, eu não preciso mais, já equacionei o meu problema”. O problema é que a morte do Deputado Albano Reis foi uma morte inesperada, como todo mundo sabe aqui, e ele, a família, até se adequar e a saber onde estavam os recursos dele, como manobrar os recursos, os filhos são muito novos, não têm experiência nenhuma, ele era uma pessoa de patrimônio grande, todo mundo sabe isso no Rio de Janeiro, era uma pessoa muito rica. Então, o que aconteceu foi que eu cedi, num ato de, eu vou explicar para o Senhor, num ato de tentar ajudar um filho de um amigo meu. Foi isso que eu fiz.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Por acaso, alguma vez, o Senhor também deu um carro para ele?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Nunca dei carro nenhum. Foi noticiado que eu dei uma Ferrari para ele. Todo mundo sabe que o Deputado Albano Reis é uma pessoa rica, talvez um dos maiores proprietários da terra na área de Angra dos Reis, ele nunca precisou de carro nenhum meu. Talvez ele fosse o único Deputado na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro que não usava carro da Assembléia, ia com o carro próprio dele. Aqui tem um Parlamentar que é do Estado do Rio de Janeiro, pode afirmar para o Senhor, que ele ia à Assembléia Legislativa, era o único Deputado que ia de Mercedes último tipo; ele sempre foi uma pessoa extravagante e quem deu o carro foi ele. Eu não tenho nada a ver com isso.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas, em 14 de outubro de 2004, o Senhor pagou uma passagem para o John Reis ir do Rio a São Paulo, o Senhor confirma?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Pode ser que ele tenha ido para São Paulo e pediu para mim, eu estava ali na hora e paguei, pode ser.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu vou passar a lista dos inscritos e se tiver alguma--

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Posso ir ao banheiro?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Pode, claro.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: --Alguma questão pendente, eu ainda retomarei.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu gostaria de agradecer ao Sub-Relator, aqui, o Deputado Antônio Carlos, ACM Neto, pela gentileza dele a me receber aqui hoje. Pela presteza nas perguntas, pela excelente condução aqui dessa sessão. Obrigado por tudo e pela chance.

>>**[ORADOR NÃO IDENTIFICADO]:** Eu vou ao banheiro.

>> [Risos].

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Caro Relator, Senhor depoente. O requerimento número 1190 justifica a convocação de V.Exa. da seguinte forma: Segundo notícias veiculadas no jornal "Correio Brasiliense", pelo menos 20 corretoras e três fundos de investimento são suspeitos de participarem de um grande esquema para retirar e lavar dinheiro proveniente de Fundos de Pensão, ligados a empresas estatais. O doleiro Lúcio Bolonha Funaro, sócio da LAETA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, é um dos suspeitos de estarem participando desse grande es-

quema, ou seja, de desvio de recursos e lavagem de dinheiro proveniente dos Fundos de Pensão, ligados a empresas estatais. Eu gostaria de saber do Senhor primeiro o seguinte: O Senhor é doleiro?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, eu gostaria de esclarecer que eu não sou doleiro, nunca fui doleiro, a maior prova de que eu não sou doleiro, nem nunca fui doleiro é que em todas essas investigações aí que foram feitas pela CPI do Banestado e depois por aquela força-tarefa CC-5, do estado do Paraná, eu nunca fui citado, eu nunca fui... O meu nome foi mencionado, eu não tenho nada a ver com transações com dólares.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): E, referente à lavagem de dinheiro e participar de um grande esquema, lavando dinheiro e retirando dinheiro, proveniente de Fundos de Pensão ligado a estatais?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, eu também não participei disso aí. Esse jornal, inclusive, chegou a comentar que eu era sócio do Senhor Ricardo César de Oliveira, que o Ricardo César de oliveira era o dono da GUARANHUNS. É um jornal que, o Senhor vai me desculpar, como é que pode ser a GUARANHUNS do Lula e do Ricardo César de Oliveira ao mesmo tempo? É um negócio difícil, não é? É quase impossível. Então, o jornal que publica esse tipo de notícia não tem o que afirmar. Eu tenho só que ficar calado e não brigar, porque eu não quero problema nenhum com mídia nem com nenhum tipo de órgão de imprensa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Bom, não quero saber sobre o jornal, estou perguntando a V.Exa sobre esse esquema de desvio de dinheiro de fundos de pensões estatais?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu nunca participei de nenhum esquema de desvio de dinheiro de fundo de empresas estatais, eu não tenho nenhum relacionamento, nem com fundo de pensão estatal nem com empresa pública; os meus negócios são todos na área privada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Todos na área privada?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Exatamente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): O Senhor conhece o Senhor João Vaccari, ou Vaccari, não sei?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Conheço de nome, no mercado, e ele é... No mercado se comenta que ele é operador do PT para fundo de pensões.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Como é? Quem é a pessoa?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): João Vaccari... É o mercado que comenta, não é o Senhor que está comentando?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, o mercado comenta e se o Senhor chamar aqui integrantes do mercado financeiro, vão confirmar essa afirmação que eu estou falando para o Senhor. Eu já escutei várias vezes.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): E qual, qual a operação que ele faz?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, parece que ele é muito ligado ao governo PT.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A quem?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Ao governo do PT, ele era Presidente do Sindicato dos Bancários. Pelo que eu sei, foi cogitado para ser Presidente do BANCO DO BRASIL; não foi porque não tinha curso superior e é o acusado de, é o que se comenta no mercado, que ele é operador, que faz operações da PETROS, PREVI E FUNCEF.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sei. Veja só: Existe um operador chamado Benito Cicciliano, ele esteve aqui nessa CPMI e, ao contrário do que eu estou notando pelo depoimento de V.Exa., ele foi evasivo. Foram comprovadas contas no exterior onde, possivelmente, são depositados alguns recursos de desvios de Fundos de Pensão. Categoricamente, foi provado que ele fez e faz operações com Fundos de Pensão, esteve aqui nesta Casa, comprometeu-se a assinar um documento, um termo, abrindo o seu sigilo fiscal e telefônico, principalmente, de uma *off-shore* e uma conta que ele tem no *Merryllynch* de Nova Iorque. Eu gostaria de saber de V.Exa. se V.Exa. conhece o Benito Cicciliano? Só para os Senhores terem uma idéia, ele se comprometeu e saiu daqui fugido, saiu escondido, ludibriando seguranças e, inclusive, não sei porque ainda a CPMI, que mandou buscar o Senhor debaixo de vara pela Polícia Federal, ainda não mandou buscar esse cidadão. O Senhor conhece o Senhor Benito Cicciliano, o Senhor tem relacionamento com seu Benito Cicciliano?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não conheço o Senhor Benito Cicciliano, não conheço essa *off-shore* que o Senhor falou. Eu gostaria deixar o fato bem claro, desde o dia que eu cheguei no Brasil, que os meus advogados entraram em contato com o Sub-Relator, Antônio Carlos Magalhães Neto, ele foi, suspendeu todas as atividades da Polícia Federal para me intimar e marcou o depoimento e eu estou aqui hoje, aqui presente, então, eu não vim debaixo de vara, vim de livre e espontânea vontade para esclarecer os fatos aqui relacionados à minha pessoa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): O Senhor se sente perseguido pela BMF?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: É um problema, o que acontece é esse problema que o Deputado acabou de citar aqui. Todo mundo acha que o Nagi Nahas... Eu não opero junto com o Nagi Nahas, eu não tenho... Eu sou amigo pessoal dele, eu não opero para ele, e o Nagi Nahas tem um problema muito sério com o superintendente da BMF, que é o Senhor Edmir Pinto. O que acontece com o Senhor Edmir Pinto é que ele tem acesso a tudo que acontece dentro da BMF, ele é o superintendente da BMF, então, pode ser que ele tenha, eu não posso afirmar, porque eu não sou dono de corretora e eu não participo de reuniões de Conselho, de nada dentro da BMF, o que eu posso afirmar é que eu acho estranho o que aconteceu com relação a mim e às minhas empresas dentro da BMF. Para o Senhor ter uma idéia, ele citou que eu fazia... Um RDA da BMF citou que eu fazia lavagem de dinheiro. A lavagem de dinheiro era o seguinte: Têm duas empresas minhas e eu na física, que somos cadastrados na LAETA. A minha empresa na física, uma empresa pagava um débito da outra, mas as empresas são 99% minhas, 99.9 e eu ainda ligava na corretora e pedia: "Recolhe um CPF manual", porque terceiros não podem pagar créditos do outros. Então, o que eu acho é que tem um problema dentro da BMF que tem que ser identificado. O problema eu não sei qual é, mas que deve ter alguma coisa lá, pode ser que tenha, não quero afirmar, porque eu não quero cometer injustiça. Só tenho aqui a agradecer o Presidente da BMF, Senhor Manoel, ele foi de uma presteza incrível comigo. Eu solicitei a ele que fizesse um resumo de todas as minhas operações e indicasse as operações que eram indiretas e as indiretas. Ele me deu todos os relatórios que eu solicitei, Com relação ao Presidente da BMF, só posso agradecer; com relação ao Senhor Edmir Pinto, eu tenho as minhas ressalvas.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Quais ressalvas?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Acabei de explicar para o Senhor, porque que eu acho estranho porque o Manoel, apesar de ser o Presidente da BMF, não é uma pessoa operante, é só institucional. Quem é o operador, quem toca o dia-a-dia da BMF é o Senhor Edmir Pinto. Para você ter uma idéia, teve um dia que uma corretora que chama MASTER, num acesso de loucura de um operador dessa corretora, vendeu 8 mil lotes de índice e ia dar um risco sistêmico no mercado. Eu que até ajudei a zerar essa operação para ajudar duas corretoras de amigos meus que estavam envolvidas e, nesse dia, no outro dia seguinte, eu fui chamado em margem na BMF. Eu solicitei que pu-

sesse à margem título público, que é uma coisa mais que normal. Parece incrível, mas o Nestor, que era o chefe que estava naquela época na BMF, porque o seu Edmir Pinto estava em viagem, não aceitou, me fez depositar em dinheiro. E eu, prontamente, atendi; deposei em dinheiro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Bom, o Senhor disse que era a pessoa física talvez que mais operava na Bolsa, ou que mais operou. Ou seja, o Senhor é um grande operador?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Talvez eu fosse. Se o Senhor pegar a posição em aberto da BMF, são 40 mil contratos, eu tinha 1500, entre eu e minhas empresas, ou seja, dois mil contratos em aberto, eu tinha 5% do mercado em aberto. Talvez eu fosse a pessoa jurídica não financeira e pessoa física somadas, talvez eu fosse uma das maiores posições.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): O Senhor manifestou pelos dados também que a assessoria providenciou ao Sub-Relator, movimentações altíssimas, que eu não sabia que a Bolsa operava tanto recurso desse, ainda mais com uma pessoa só, que é o Senhor como operador. Eu gostaria de dizer o seguinte--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas Deputado, isso não quer dizer que todas as operações foram na Bolsa; nós estamos falando de movimentação financeira em geral.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Então, não seria só na Bolsa, então essas movimentações altas que o Senhor faz de movimentação financeira, essas operações que o Senhor faz na Bolsa, eu não consegui entender, por que é que o Senhor não tem vínculo com as fundações, principalmente as públicas? Por que é que o Senhor não tem? Por que a maioria delas são públicas? Por que é que o Senhor não tem nenhum relacionamento com o Poder Público, com o órgão público? Por que o Senhor nunca comprou de órgão público, nunca vendeu para órgão público? Ou seja, para as fundações públicas?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Porque eu posso até ter negócios com essas fundações e não saber que eu vou ter negócios porque os negócios são intermediados, eu não sei quem é a contra parte. Com relação à primeira questão que o Senhor me fez, tem aqui o próprio RDA da BMF, que vou encaminhar ao Senhor aqui, que diz que no período de janeiro a maio de 2004, eu tive, de ajustes negativos, ou seja, eu perdi na BMF um milhão, 868 mil reais e deposei em margem na BMF 31 milhões de reais, ou seja, em praticamente cinco meses, o volume total foi 33 milhões de reais. Na outra empresa minha, na ROYSTERS, isso não sou eu que estou falando, é o relatório da BMF, eu

tive ajustes negativos de um milhão e quatro mil reais e depósitos de margens de oito milhões e 300 mil. Ou seja, eu deposei em margem, em cinco meses, 40 milhões de reais e perdi três milhões, dois milhões, 872 mil reais de ajustes. Ou seja, eu que sou acusado de ser o maior ganhador, a pessoa que só ganha, que só acerta, perdi, num período de cinco meses, três milhões de reais. Imagina se eu fosse perdedor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Bom, eu, dos vários questionamentos--

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: E não sou eu que estou falando isso aqui não, está aqui nesse papel, que eu vou encaminhar, vou deixar aqui nessa CPI guardado, eu vou entregar ao Sub-Relator, Antônio Carlos Magalhães Neto, que eu não sei se tem esse relatório, para que ele possa observar e depois tomar a conclusão final.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Tenho.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não precisa? Obrigado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A assessoria dessa CPMI é muito competente. Olha, eu gostaria de encerrar, meu nobre Relator, porque a maioria das perguntas que eu tinha aqui, e volto a reiterar sobre a competência da Sub-Relatoria, já foram todas elas esgotadas e solicitadas e plenamente já esclarecidas. Muito obrigado.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Antônio Carlos Pannunzio.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Relator, eu realmente, face à exposição e à interpelação realmente em detalhes, feita por V.Exa, não tenho nada mais a acrescentar. Portanto, eu despenso.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Bom, eu estou vendo aqui, eu tenho perguntas ainda. Inicialmente, o Deputado Carlos Willian, ele trouxe aqui o nome do João Vaccari, Vaccari, João Vaccari, que seria um suposto operador do PT junto a fundos de pensão, sobretudo aos maiores fundos. Eu queria que o Senhor fizesse todo o esforço possível para expressar a essa CPI quem é o João Vaccari e que tipo de irregularidades ele poderia patrocinar junto aos principais fundos de pensão do país?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Essa pergunta é para mim?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): É

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, o que eu ouço no mercado, eu não posso afirmar, porque falam no mercado; isso aí, só uma investigação mais

aprofundada vai poder dizer, mas é que ele foi Presidente do Sindicato dos Bancários, que ele é ligado ao ex-Ministro José Dirceu e que ele seria o responsável pelas operações das três grandes fundações que são PREVI, PETROS e FUNCEF. E que o Marcelo Sereno seria responsável pelas outras operações desses fundos menores, eu não posso afirmar, não posso confirmar, estou falando o que se fala no mercado. Não quero acusar uma pessoa injustamente porque eu fui acusado injustamente de muitas coisas, então, eu quero deixar bem claro que eu não estou afirmando, estou apenas falando o que se comenta no mercado e o que é que deve ser, é se estabelecer, da mesma financeira que vai se estabelecer uma investigação profunda com relação à minha pessoa e a todos as pessoas ligadas a mim, vai ter que ser feita a mesma coisa com relação a essas pessoas para quê? Para se elucidar todos os fatos e para, depois, na conclusão dessa CPMI, a gente possa chegar numa conclusão definitiva de quem realmente tem culpa, quem não tem culpa, quem é inocente, quem não é inocente.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas o Senhor tem idéia de alguma das andanças do Vaccari aí nesse mercado de fundo de pensão?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não tenho idéia, Excelência. O que eu posso afirmar para o Senhor é o que eu escutei que a área de influência dele seria nesses três fundos que eu informei para o Senhor aí, se existe ou não, isso eu não posso afirmar. O Senhor tem que aprofundar as investigações para ver a que conclusão o Senhor chega.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu estou aqui com uma matéria bem detalhada, que eu quero ler alguns trechos dela, até para justificar o, porquê de ter trazido o nome de certas empresas. “A Polícia Federal rastreou 334 mil em operações de Lúcio Funaro em paraísos fiscais, quase todas feitas no período em que a GUARANHUNS Empreendimentos, empresa à qual é ligado, recebeu dinheiro do Valerioduto para fazer pagamentos ao PL. O rastreamento reforça suspeitas de que parte do Mensalão tenha sido paga por contas de doleiros em paraísos fiscais. As novas descobertas complicam a situação do homem que os Parlamentares chamam de testemunha-bomba. Aí vem a investigação da PF e revela que esse personagem-chave tanto enviou como recebeu dinheiro via MTB Bank, um banco americano utilizado por doleiros brasileiros para lavar recursos. Os dados foram repassados à Polícia Federal pela promotoria distrital de Nova Iorque, que investiga conexões do MTB, lavagem de dinheiro e terrorismo e narcotráfico. A Polícia Federal identificou três opera-

ções em nome de Funaro e uma em nome da ESFORT TRADING OFF-SHORE, com sede no Uruguai, que detém 99% das cotas da GUARANHUNS. Em moeda nacional, essas operações valeriam hoje algo como 835 mil reais. Segundo relatório do COAF, obtido pela Agência Estado, a ESFORT TRADING seria de Funaro. As operações ocorreram entre março e outubro de 2003, o mesmo período em que o empresário Marcos Valério de Sousa repassou dinheiro à GUARANHUNS. Entre fevereiro e agosto daquele ano, Valério injetou seis milhões nas contas da empresa; três das quatro operações foram feitas com a *off-shore* DERABOIS(F), também no Uruguai. Segundo as investigações da Polícia Federal a DERABOIS(F) pertence a Richard Waterloo, um dos principais doleiros do país”, que V.Exa. já reconhece que tem amizade. A outra remessa partiu da também uruguaia MAXIMUS S.A. cujos donos são desconhecidos, a operação da MAXIMUS foi a primeira rastreada pela PF. Os registros do MTB mostram que em sete de março de 2003, a *off-shore* enviou 35 mil para a conta 23986-3, no Banco CREDIT LIONAISS, em Genebra. Como beneficiário, aparece o nome Lúcio Funaro”. Lembra o Senhor que eu lhe perguntei sobre uma conta no banco CREDIT LIONAISS?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: O Senhor me perguntou sobre uma conta que chama *Midway* e eu falei que eu não tenho nenhum relacionamento com essa conta. Com relação à transferência de 34 mil, 30 e poucos mil dólares, realmente eu recebi, eu tinha ido morar na Europa, fui fazer um curso de derivativos na Europa. Onde eu fui fazer o curso de derivativos, a escola me solicitou que fizesse um depósito numa conta bancária para que ficasse assegurado que o curso estaria pago. Os 34 mil dólares, realmente, eu fiz e fui chamado na força-tarefa CC-5, em Curitiba, a prestar esclarecimentos ao Doutor Januário. Esclareci para ele do que se tratava e estou esperando o resultado do meu depoimento lá e à disposição da justiça se tiver que prestar algum esclarecimento. Sobre esses 34 mil dólares, realmente esse aí existiu.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Pois é, e aí, para completar, um dia antes, o Marcos Valério transferiu 500 mil para a GUARANHUNS. A segunda operação ocorreu três meses depois, em quatro de junho, quando a DERABOIS(F) remeteu 100 mil dólares para a conta 0222 no BANRISUL, das Ilhas Caiman, outro paraíso fiscal. Quem era a beneficiária dessa conta? A ESFORT TRADING S.A. No mesmo dia, Marcos Valério depositou 200 mil na GUARANHUNS. Pergunto: O que é que o Senhor acha da Polícia Federal desconfiar que o Senhor remeteu 34 mil dólares de forma irregular para paraísos fiscais?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Posso só responder, para não perder o fio, está bom.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): O Deputado é que está presidindo.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Desculpa.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Pois não, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Isso aí é um relatório da Polícia Federal?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Não. Isso aqui foi uma matéria de primeiro de janeiro de 2006, primeiro dia do ano, da Agência Estado, publicada às nove horas e 49 minutos, fazendo referências a essa investigação da Polícia Federal e trazendo outros detalhes que estão aqui descritos e que foram por mim mencionados.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Então, esses dados não são da Polícia Federal.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Não, são dados da matéria que faz referência a uma investigação da Polícia Federal.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A pergunta que o Senhor fez para ele é o que é que eles acham desses dados da Polícia Federal. Então, é dos dados que essa--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): A matéria atribui à Polícia Federal.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A matéria atribui à Polícia Federal...

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Como queira Deputado Carlos Willian.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu queria esclarecer que eu não fui chamado na Polícia Federal para prestar qualquer esclarecimento com relação a esse assunto. Eu não tenho nada a ver com a ESFORT TRADING, nem com a... Como é passo chama aí?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): DERABOIS(F).

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: E que--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor já ouviu falar da DERABOIS(F)?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não. E que, inclusive, eu gostaria que o Senhor me encaminhasse uma cópia dessa matéria, porque eu vou consignar com os meus advogados, eu vou pedir para tomar providências cabíveis contra essa, essa instituição aí que publicou isso aí.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas me diga uma coisa: A MAXIMUS, essa empresa é uma empresa uruguaia, não é isso?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não sei, não conheço essa MAXIMUS.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas não foi ela que enviou os 35 mil dólares para sua conta no CREDIT LIONAISS?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Ela enviou, mas não fui eu que comprei os dólares, eu só recebi o dinheiro e confirmei que o dinheiro estava na conta. Quem providenciou a transferência para mim foi meu pai.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Foi o pai do Senhor que determinou que a MAXIMUS depositasse os 35 mil dólares?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não sei se ele determinou à MAXIMUS, como ele fez para me mandar os 34 mil dólares. Só ele para esclarecer. Eu não sou responsável pelos atos do meu pai. A única coisa que eu sei é que eu recebi os 34 mil dólares na conta que eu tinha aberto para pagar o curso na Europa e de onde vem o recurso eu não sei.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Essa foi a única movimentação no estrangeiro que o Senhor fez?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Sim, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): No processo ao qual eu fiz referência, que é baseado no relatório da BMF de operações de *day-trade*, aparecem aqui elencados nove nomes entre pessoas físicas e jurídicas: A LAETA e, aí, o nome do Senhor como cliente dela, a BONUS BANVAL e a BONUS BANVAL aparece como contra-parte da GLOBAL TREND, o Senhor Valdir Vicente do Prado, a Corretora NOVA INVES, a Rogéria Costa Beber, o Cristian de Almeida Rego, Cristiano Costa Beber, a ARBOR, a SIXFLEX(F) e a TEC INVEST e a SÃO PAULO CORRETORA. Esse processo amplo, inclusive, ele tem uma série de elementos vinculados a operações feitas em prejuízo da REFFER, na época que o Senhor Bruno Gaim era gerente de investimentos. Bom, o Senhor conhece o Valdir Vicente do Prado?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Conheço, era o operador da MASTER Corretora.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Da MASTER... O que é que o Senhor me diz da MASTER corretora?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Era uma corretora pequena, não tinha muita expressão, a maior expressão dela foi o dia que o cara ficou louco e vendeu

8 mil lotes de índice da Bolsa, essa aí eu acho que foi a maior operação que eles fizeram na vida.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Foi a única operação?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, única não, era uma corretora mas--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Porque a gente verificou uma movimentação financeira muito expressiva da MASTER com outras corretoras e com outras pessoas jurídicas envolvidas na nossa investigação,

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: É o que eu expliquei para o Senhor, a MASTER era uma corretora que não era de expressão, era uma corretora que não era muito grande, então, o que eu posso confirmar para o Senhor é que não é uma corretora de expressão é uma corretora pequena, pequeno porte.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Um outro fato que se constata é que --

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Gostaria de salientar que nesse processo eu não fui citado nem... Não tenho... Nem intimado para prestar esclarecimentos, nada.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Pois é, mas direta ou indiretamente, o Senhor está relacionado nesse daí, à BONUS BANVAL, que aparece como contra-parte da GLOBAL TREND, ao Valdir, que é da MASTER, à NOVA INVEST, que é uma das corretoras que promoveu os maiores ajustes negativos para Fundos de Pensão, À Rogéria, ao Cristian e ao Cristiano, todos eles da mesma família, parentes que operam juntos as empresas deles, a ARBOR e a SIXFLEX(F), que é do Carlos Eduardo, quer dizer, à CORRETORA SÃO PAULO, que apareceu com o Senhor naquela, naquelas operações do BANCO DO BRASIL. É difícil, Senhor Lúcio, a gente imaginar que tudo isso, toda essa teia de relacionamento, ela seja uma mera coincidência, entendeu?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Excelência, o que eu tenho para esclarecer para o Senhor é o seguinte: Se o Senhor pegar todas as contra-partes das minhas operações, o Senhor vai encontrar o Brasil inteiro nas minhas operações porque eu operava muito e quase todo mundo que operava no mercado financeiro deve ter sido contra-parte minha. Eu não conheço ninguém na REFFER, não conheço gerente financeiro da REFFER, o que eu tenho para esclarecer para o Senhor é o que eu disse até agora, sempre operei para mim, na pessoa física, nunca tive apoio de nenhuma instituição, fundo estatal, instituições privadas, nada, eu sempre operei os meus recursos e sempre atuei no mercado privado.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Eu fiz uma soma aqui, que até muda um pouco aquele dado que eu havia apresentado, muda um pouco para cima, do seguinte: Da GUARANHUNS, por ordem de empresa do Marcos Valério: Existem, em favor da ERSTE BANK, em 11 do dois de 2003, duas transferências; 24 do três de 2003, quatro transferências, ou seja, de 650 mil reais, 350 ocorreram no dia 11 do dois de 2003 e outros 300 mil ocorreram em 24 do três de 2003. Já através da BONUS BANVAL, a gente tem aqui, em favor da ERSTE, 26 do quatro de 2004, 750 mil; 27 do quatro de 2004, um dia depois, 496 mil; para a STOCKOLOS, dois do nove de 2004, 223 mil, e vem aquela da VYZCAIA, de 47 mil, no dia dois do nove de 2004. Então, teria de um lado um milhão, 517 mil reais; de outro lado, 650 mil. O Senhor nos disse aqui que o Breno Fischberg pegou 800 mil com o Senhor?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Isso uma vez, ele pegou várias vezes dinheiro emprestado comigo.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Então, eu queria saber qual é o montante, porque o Senhor tinha dito que é 800 perto de um milhão,

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, eu falei--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Espere aí, me permita concluir, eu perguntei ao Senhor quanto era, o Senhor disse: "Perto de um milhão", a gente faz a soma aqui com essas datas, dinheiro saindo das empresas do Marcos Valério passando pela corretora e chegando nas empresas do Senhor, a gente soma uma milhão e meio, os números não batem.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, eu afirmei para o Senhor que eu emprestei para o Senhor Breno perto de 800 mil reais. E que recebi 650 mil de repasse da GUARANHUNS de cheque que está abatido o valor. Somando as transferências, mais ou menos o um milhão e meio de reais que o Senhor me falou, deve ter aí mais ou menos 400, 500 mil, que eu tenho que ver qual é a origem de operações com abonos, isso aqui pode ser ou dinheiro que--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO

(PFL-BA): Mas é dinheiro que saiu das empresas do Marcos Valério, o rastreamento está todo aqui.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Mas eu não fui, eu não tenho relacionamento nenhum com o Marcos Valério. O que o Breno fez dentro da corretora dele é responsabilidade dele. Eu sei o que eu fiz dentro da minha empresa. Qual a conta que ele debitou lá dentro e qual é a origem, está tudo errado dentro da corretora. Primeiro que ele não podia receber o dinheiro do

Marcos Valério para creditar uma conta de terceiros. Ele tira dinheiro de uma conta de dentro da corretora dele e paga terceiros. Isso aí não pode fazer no mercado financeiro, isso é um procedimento errado dele, ele que tem que vir aqui assumir a responsabilidade e falar, porque é que ele fez isso.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Pois é, mas o Senhor concorda que os números batem?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Batem os números, eu vou pegar esses dois outros valores que o Senhor está me dando aqui, que o Senhor me deu aqui, que está dando esta diferença, porque antes o Senhor não tinha me dado esses dois valores. O Senhor me providencia as datas, eu vou pegar na minha contabilidade, vou informar para o Senhor a título do que eu recebi e porque desse repasse da BONUS BANVAL para mim.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Haroldo de Almeida Rêgo?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, Senhor.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nem ninguém da família dele?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Conheço o Cristian.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Em que circunstâncias o Senhor conheceu o Cristian?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Conheci ele no ano passado, uma vez eu estava na praia no Rio, encontrei com ele, o Dudu me apresentou falou: “O meu primo”. Foi ali que eu conheci ele.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Não, mas então o Senhor tem uma relação boa com o Dudu?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, Senhor, eu estava na praia, no Rio, calhou de eu estar num fim-de-semana e eu encontrar com ele e o Cristian, por um acaso, estava com ele naquele dia e aí ele pegou e me apresentou. Eu conheço o Dudu, afirmei para o Senhor que eu conheço o Dudu há quase 10 anos.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor tem certeza que não conhece o Paulo Martins, gerente de investimentos da PRECE?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Tenho certeza que eu nunca fui na PRECE, que eu nunca apareci na PRECE, que eu não tenho nenhuma relação com a PRECE. Esse nome Paulo Martins é um nome muito comum e eu não me recordo, eu não sei, preciso ver a fisionomia. Pode ser que eu conheça ou não, mas eu, a princípio, não conheço.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Com relação ao ESTWELL B(F) e ao BANCO INDUSTRIAL, o Senhor tem contato com alguém em uma dessas instituições?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não Senhor, não sou correntista nem do BANCO INDUSTRIAL, nem do ESTWELL B(F), não tenho relacionamento com nenhum dos dois bancos.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu quero insistir com relação à QUALITY, que é administradora de recursos da PRECE, o Senhor disse que conhece, que conhece, tem relações com o Marcos ou com o Davi?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, não, com o Marcos César.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Com o Marcos, com o Marcos. Da mesma forma como a EURO e como a QUANTIA, pode haver um volume expressivo de transferências financeiras com a QUALITY?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Não, pode ter um, eu acho, se não me engano, uma transferência de 200 ou 300 mil, que foi um empréstimo que eu tinha feito para eles e eles me pagaram, só isso, mais nada.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor, normalmente, tem o hábito de manter relações no mundo político com Parlamentares, com autoridades públicas, enfim, o Senhor, quando da sua longa jornada no mercado, o Senhor achou que era importante ter relações políticas? Estou falando essa pergunta de uma forma geral, genérica, sem pormenorizar com esse ou com aquele.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, Deputado, eu tenho relacionamento com alguns Parlamentares, com alguns políticos, tanto a nível federal, estadual municipal, mas relacionamentos sociais; eu não tenho negócio com nenhuma entidade pública, o único benefício que tem de você ter algum amigo que é político e trabalha num órgão público é que ele tem uma noção maior do que está acontecendo, do que tem para sair. A notícia chega em Brasília, antecipada, entendeu ou não? E ele tem um *feelling* que eu não tenho, eu não tenho o *feelling* político de saber como é que está a situação aqui. Mas eu não tenho nenhum negócio com Parlamentar, não tenho nada, tem alguns Parlamentares que são amigos meus, só isso.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Então, mas quem tem trânsito no meio político, naturalmente, quando o Batista, pelas relações que possuía com o Senhor admite envolver a GUARANHUNS nesse esquema, é claro que é muito difícil imaginar que o Senhor não tivesse conhecimento que o Batista estava fazendo.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Olha, eu não acompanhava as movimentações financeiras do Senhor José Carlos Batista. Como eu já informei para o Senhor, ele pode ter pego e feito negócio ou aproveitado algum contato meu que ele conhecia. Eu não posso informar para o Senhor com relação a isso não.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu indago aos nobres Parlamentares se alguém...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Por favor, Senadora, eu já participei. Pois não, nobre Sub-Relator mais uma vez, eu venho questionar que esta empresa MÁXIMA SOCIEDADE ANÔNIMA, é a STOCK MÁXIMA, que o Senhor colocou e não sabe a origem, parece que se ela é brasileira ou se não é, também esta corretora foi alvo de uma solicitação minha para que quebrasse o sigilo fiscal, bancário e telefônico.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nós estamos falando de empresas diferentes.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): No mês 10 do cinco--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nós estamos falando de empresas diferentes. Tem uma empresa--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): O nome é o mesmo, é MÁXIMA, MÁXIMA SOCIEDADE ANÔNIMA.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Uma é a MAXIMUS, sediada no Uruguai, diferente--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): E a outra...

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Diferente da CORRETORA STOCK MÁXIMA.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Então, eu aproveito a oportunidade para também aqui colocar o meu protesto que a MÁXIMA, STOCK MÁXIMA, também não teve o seu sigilo quebrado desde o mês oito de 2005.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Diferente da LINK derivativos--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Assim como também a LINK, e assim também como não compareceu a essa CPMI o representante da Bolsa e assim como também não mandou buscar o fugido, o foragido Cicciliano, Benito Cicciliano, que tem a conta no exterior. Senhor Lúcio Funaro--

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Pois não.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Excelência, só para--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pois não.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Eu gostaria de esclarecer, com relação à LINK Derivativos, está muito claro que V.Exa. tem o meu apoio para promover a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Corretora. Com relação à STOCK MÁXIMA, não, por um motivo: Porque até então, dentro do seio da investigação, não há nada que justifique, objetivamente, o envolvimento desta corretora. Então, se V.Exa me trouxe elementos contundentes e cabais que mostrem as irregularidades dessa corretora em operações que estão sendo examinadas pela CPMI, com Fundos de Pensão ou coisa correlata, tudo bem, V.Exa vai ter o meu apoio, mas, até esse dia, não terá não só com relação à STOCK MÁXIMA, com relação a qualquer outra corretora que não esteja claramente envolvida em irregularidades.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pois bem, então se o Senhor permitir a mesma justificativa que foram convocada outras corretoras, é a mesma justificativa que eu usei comprovadamente para a MÁXIMA.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Qual é, Deputado?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Mas, mesmo assim, o seguinte: Os Fundos de Pensão, patrocinados por entidades governamentais, constituem, ao menos em parte, patrimônio público. O uso dos recursos é, portanto, de extremo interesse à sociedade brasileira, tal, tal... Investigações feitas pelo Ministério da PREVIDência e pelas comissões de valores mobiliários, CVM, no ano de 2002, apontaram para um grupo de especuladores que estavam há cerca de 10 anos na praça e fizeram fortuna tapeteando fundos de pensões. Eram pelo menos 15 corretoras e Diretores de fundos acusados de manipular as Bolsas de valores e traficar informações privilegiadas.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Onde é que a STOCK MÁXIMA aparece, Deputado Carlos?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Isso aqui é a justificação dela se o Senhor quiser eu vou--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Essa é a justificativa que eu usei para quebrar o sigilo das outras corretoras--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Está bom, Excelência--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): -- Que tinham sido convocadas nos procedimentos--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Eu vou continuar aqui--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Reguladores, que foi copiada *ipsis litteris* em requerimento em que V.Exa. apresentou--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): São quatro folhas que tem aqui, mesmo assim eu continuo manifestando o meu protesto por ela não estar convocada. Mas, de qualquer forma, mais no final do relatório, assim como hoje V.Exa. está vendo, que na época V.Exa. não viu a necessidade de minha convocação e hoje--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Não é hoje, não é hoje.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Então, futuramente quem sabe--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Deputado Carlos Willian, não é hoje. V.Exa. sabe que eu já me pronunciei a esse respeito há muito tempo. quando a matéria da Revista Época foi publicada, porque eu achei um absurdo aquela operação que simplesmente lesou os cofres do BANCO DO BRASIL.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pois bem, então. eu gostaria de saber do Senhor Lúcio, para ficar determinado, toda hora nós entramos num fato, nós entramos nessa Corretora, que é a GUARANHUNS. A GUARANHUNS fez isso, mas repassou dinheiro vindo do Marcos Valério, não sei o quê e tal. Até quando o Senhor foi proprietário da GUARANHUNS?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Primeiro, eu gostaria de informar que a GUARANHUNS não é Corretora é um empresa de empreendimentos, intermediações e participações e eu fui sócio dela até dezembro de 2001.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A partir de 2001, qual a participação do Senhor direta ou indiretamente?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Zero.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A pergunta, para ele deixar claro e tem que ficar esclarecida e eu vou fazer de uma forma popular, a GUARANHUNS é laranja do Senhor? O Senhor usa a GUARANHUNS para fazer transações?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Em absolutamente, Deputado, nunca fiz isso na minha vida. Para que eu vou usar uma empresa laranja se eu tenho a minha?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Então, o Senhor não tem nenhum relacionamento?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Nenhum.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Bom, o depoimento do Senhor aqui estava considerado como homem-bomba, eu estou vendo que o Senhor é o homem- traque?

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu acho que nem traque, palito de fósforo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Porque o Senhor não trouxe nada, a expectativa frustrou a imprensa nacional, frustrou essa CPMI. Eu achei que ia achar o vínculo com o Valerioduto, achei que ia encontrar vínculo com o Mensalão, mas, pelo que eu estou apontando, olha, Sr. Presidente, salvo melhor juízo, eu vou me resguardar, talvez com muita dificuldade, em de novo talvez convocar o Senhor Lúcio Funaro.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Como é?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Salvo melhor juízo, eu vou me resguardar de depois que nós analisarmos essas documentações e na expectativa de que ele fosse um homem-bomba, mas frustrou, virou um traque [risos], eu acho que, dependendo das diretrizes que ele, e do depoimento que e das confrontações dos dados, nós poderíamos, até me resguardo o direito de convocá-lo de novo a essa CPMI, se der tempo.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Excelência, eu queria dizer que eu estou sempre à disposição dessa CPMI, de qualquer órgão público, para prestar qualquer esclarecimento que se tornar necessário. Desculpa ter frustrado as suas expectativas, eu vim aqui somente para falar a verdade.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu concedo a palavra à Senadora Ana Júlia.

>> SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Obrigada. Presidente, Deputados, convidados, eu quero apenas, não vou entrar no mérito aqui das análises até porque eu estou acompanhando de forma mais recente essa Sub-Relatoria, até preocupada com o relatório que, eu confesso, vou questionar o Presidente dessa CPMI, Senador Delcídio Amaral, porque essa CPMI contratou, e nós estamos pagando empresas para nos auxiliar, e que fizeram relatório que eu acho que, realmente, não depõe favoravelmente a essas empresas de consultoria. Então, eu não vou aqui entrar no mérito, mas eu queria colocar uma questão: V.As. aqui falou que. Inclusive. está sendo acusado injustamente. Todos nós, pessoas públicas, homens e mulheres públicos, e aqui mulheres públicas, não no sentido, infelizmente, do que está ainda no nosso dicionário, mas mulheres que exercem funções públicas e cargos públicos, que ainda somos poucas, não é? E hoje eu parablenizo todas as mulheres desse país, mas se tem uma área que nós precisamos avançar bastante é nessa área do exercício do poder. Eu queria dizer que V.Sa aqui lançou suspeições que, no meu entendimento, são graves porque é muito fácil vir alguém aqui dizer assim: "Dizem no mercado que o Senhor João Vaccari,

que foi Presidente do Sindicato dos Bancários, é quem opera para Fundos de Pensão”. Então, ora, eu conheço a PREVI, porque sou, inclusive, absolutamente interessada na sua saúde financeira, porque vou me aposentar um dia com os recursos da PREVI, porque nem pago aposentadoria Parlamentar por uma opção minha, sou funcionária do BANCO DO BRASIL há 23 anos, concursada. Então, eu acho difícil, complicado, alguém que se diz, inclusive, injustamente acusado, fazer ilações aqui até, porque semana passada nós tivemos aqui um ex-Diretor, dois ex-Diretores, por exemplo, da PREVI e que mostraram, de forma extremamente transparente, os sistemas... De como os Fundos de Pensão, pelo menos como a PREVI aplica esses Fundos de Pensão, tem auditoria interna, tem auditoria externa, tem auditoria da Secretaria de Previdência Complementar, tem auditoria do patrocinador e mostrou exatamente um sistema extremamente transparente, técnico, e a PREVI sequer, inclusive, faz derivativos, não é? Ela mostrou a transparência em relação aos investimentos em CDB. E que nós vimos, inclusive, que são outros investimentos que estavam dando prejuízos à PREVI, por exemplo, como outros investimentos também feitos ao longo, num passado não tão distante, deram prejuízos grandes aos Fundos de Pensão. E eu acho que esses devem ser investigados, devem ser investigados porque imaginam 10 desses, hein? Uns 10 desses, assim, dão um prejuízo monstruoso. Eu só queria aqui fazer esse registro porque eu conheço e sei que esse tipo de afirmação não corresponde à verdade, principalmente quando se trata do fundo de pensão da PREVI. Eu acho que é complicado, nós somos vítimas, eu sei que nós somos vítimas de muitas calúnias, eu sei disso, porque quem está na vida pública, mas como eu digo, eu não faço da vitimização o meu parâmetro, parâmetro da minha, da minha atuação Parlamentar até porque eu não sou mulher de temer, eu enfrento grileiro, bandido, quem pratica trabalho escravo, quem mata trabalhador rural. Então, quem enfrenta essa turma de bandido não teme bandido de colarinho branco. Então, eu quero dizer que não estou fazendo nenhuma relação não, por favor, não queira, até aqui, de forma alguma foi isso, mas eu quero só dizer que alguns outros tipos de bandidos que existem por aí e que, inclusive, por muito tempo, realmente assaltaram, inclusive, os cofres públicos. Então, eu quero lhe dizer, fazer esse registro, não estou fazendo esse registro aqui nem para V.Sa., mas estou fazendo esse registro aqui porque acho que esse tipo de ilação é complicada porque não tem uma comprovação: “Ah, se comenta no mercado...” É muito fácil eu querer atingir alguém e olha: “Se comenta no mercado que o Deputado fulano de tal fez tal coisa, se

comenta não sei onde”, a gente sabe como é. Ainda há pouco, eu falava com a Deputada Denise Frossard, que é juíza e ela me dizia, quando eu entreguei uma nota que eu entreguei para V.Exa, Deputado, semana passada, lembra uma nota de esclarecimento em relação a calúnias que são assacadas contra mim? Ela dizia: Senadora, eu estou impressionada, eu já leio as matérias em alguns veículos de comunicação com um pé atrás porque se diz qualquer coisa, o Estado democrático de Direito, nesse país, é que está sendo atingido porque se diz qualquer coisa, de qualquer um, independente de qualquer prova. Ao contrário, mesmo que as provas digam o contrário, mas quando se quer atacar, nós sabemos como as coisas são feitas. Então, eu queria fazer esse registro, eu conheço o seu João Vaccari porque eu sou militante sindical, mesmo tendo sido sempre oposição ao sindicato dos bancários, mas fui militante dessa minha categoria dos bancários com muito orgulho, além de arquiteta, eu sou bancária. Então, eu quero dizer que sei que essa, esse comentário, ele não corresponde à verdade, em especial quando se trata do fundo de pensão PREVI.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Senadora, se me permite, primeiro eu queria, gostaria de cumprimentar a Senhora pelo dia da mulher. Segundo, afirmar que eu acho que a participação da mulher cada vez mais em todas as áreas de atuação na sociedade é importante. Terceiro, eu queria dizer que eu não afirmei nada, que eu apenas disse que ouvi dizer. Quero pedir desculpa, quero afirmar para a Senhora, a Senhora não estava aqui no começo do depoimento, mas eu fiz a defesa da instituição à qual a Senhora pertenceu, o BANCO DO BRASIL, falando que aquela irregularidade, que auxiliaram a minha pessoa, com relação àquele prejuízo de 32 milhões de reais que teve no BANCO DO BRASIL, que eu falei que era necessário, afirmei aqui para o Sub-Relator, Deputado ACM Neto, que era necessário quebrar todo o sigilo da operação para saber o que realmente aconteceu para não pôr em risco a imagem do BANCO DO BRASIL. Acho que o banco está cada vez ficando mais profissional, a prova disso é que hoje o Presidente do banco não é cargo político, quem ocupa é o Rossano Maranhão, que é o funcionário de carreira, muito competente por sinal. Então, é só isso que eu gostaria de dizer e pedir desculpas se eu cometi algum problema, eu só comentei o que acontece no mercado, só isso que eu gostaria de falar.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Bom, eu, diante dos comentários dos Parlamentares, o que gostaria de dizer é que nós continuamos absolutamente conscientes da correção do trabalho, da fundamentação técnica, da objetividade da nossa investigação, o Senhor Lúcio Funaro, ele, como

pôde ser percebido, a partir das nossas arguições, ele está envolvido com uma série de empresas, com uma série de instituições que aparecem diretamente correlacionadas a irregularidades com Fundos de Pensão, ao esquema do Marcos Valério, evidentemente que a delimitação da responsabilidade do Senhor Lúcio Funaro, ela será feita de alguma forma pelo nosso sub-relatório, mas acho que, adicionalmente, será feita pelo Ministério Público, quando receber todas as informações que foram levantadas, que der seqüência ao levantamento dos dados e que depois fizer o enquadramento jurídico das práticas previstas. Eu insisti muito para a vinda do Senhor Lúcio Funaro a essa CPMI, justamente por isso: Porque pode se perceber que nós fizemos uma análise detalhada da movimentação financeira da pessoa física, da movimentação financeira da pessoa jurídica, da relação das empresas do Senhor Funaro com diversas corretoras que aparecem com problemas com os Fundos de Pensão, da relação das empresas do Senhor Funaro com as empresas do Sr. Marcos Valério. Nós aqui fizemos uma abordagem ampla e irrestrita, tratamos do assunto do BANCO DO BRASIL e todos os outros que chegaram ao conhecimento dessa Sub-Relatoria, que chegaram oficialmente ao conhecimento desta CPMI. E eu quero dizer, Senadora Ana Júlia, que eu acredito e confio no trabalho da consultoria que foi contratada pela CPMI. Todas as prestações de contas que nós apresentamos geraram polêmicas, geraram questionamentos e divergências. Espero que o julgamento de todo o trabalho seja feito a partir do sub-relatório que vai ser apresentado ao Deputado Osmar Serraglio no dia 13 e nós estamos fazendo aqui um esforço descomunal para cumprir o prazo. Essa foi a última Sub-Relatoria constituída, nós começamos, na prática, a manusear as informações, em novembro. A CPI teve os seus indícios no final do mês de junho e, ainda assim, eu acho que nós vamos apresentar um trabalho consistente, técnico que vai fazer justiça, que vai ser um trabalho inclusivo e não excludente e que, portanto, vai tratar de todas as questões que foram suscitadas nesta CPMI sem poupar nenhuma delas, atinja a que governo atingir, atinja a que grupo político atingir. Esse é um compromisso meu desde o primeiro dia e, aliás, foi uma orientação que passei a toda equipe para que agissem com extrema impessoalidade, com espírito público como deve ser o comportamento de qualquer Parlamentar neste Congresso Nacional, sobretudo daqueles que exercem um múnus institucional, como o meu caso, que tenho a incumbência e a missão de continuar conduzindo até o dia da votação do relatório esta Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão. Eu gostaria ainda de informar que mantive contatos no dia de ontem com os advogados do Senhor Mar-

celo Sereno e que acabo de receber a confirmação de que o Senhor Marcelo Sereno virá depor nessa CPMI na sexta-feira, às 11 horas. Com essa confirmação, eu irei encaminhar imediatamente à Polícia Federal a informação do agendamento e, portanto, a Polícia Federal, ela estará desincumbida de continuar fazendo os seus esforços para encontrá-lo, tendo em vista que chegamos a um bom termo, garantindo a presença do Senhor Marcelo Sereno na sexta-feira, às 11 horas da manhã. Trabalharemos todo esse final de semana, sábado e domingo, estaremos à disposição com nossa equipe técnica para concluir o sub-relatório e, no momento oportuno, eu tenho absoluta certeza que o sentimento do dever cumprido predominará nessa equipe de trabalho que foi criada, uma equipe de trabalho altamente competente, a quem eu agradeço tudo que vem fazendo, sejam os técnicos da consultoria, sejam os técnicos do Banco Central, do Tribunal de Contas da União, os funcionários do Congresso, da Câmara e do Senado. Então, eu agradeço a todos o empenho dos partidos políticos, à nossa força-tarefa, eu acho que esse é um trabalho conjunto, nós não conseguiríamos jamais levantar a riqueza de informações que levantamos, por exemplo, para conduzir esse depoimento e, Deputado Carlos Willian, eu quero dizer a V.Exa., eu, aqui, não estou preocupado se é homem-bomba, se é homem-traque, se o efeito é explosivo, se não é. Não me interessa. Me interessa é nós termos uma linha de investigação que será sempre cumprida, eu acho, em poucos depoimentos dessa CPMI, se trabalhou com um depoente com a riqueza de informações que nós possuíamos, com a riqueza de números que nós possuíamos. Justamente porque nós tivemos a decisão correta de inverter a lógica: Primeiro, analisar os dados, para depois trazer os depoimentos à investigação e a prestação de contas pública. Então, dito isso, eu quero suspender essa reunião.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Só um minuto, Sr. Presidente.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Pois não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Não querendo contrariar o que V.Exa. disse, e nem tão pouco contrariando o trabalho que V.Exa. tenha dito, o que eu disse é que ele estava sendo aguardado como homem-bomba, como V.Exa. disse.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu não disse, eu não disse isso.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Disseram.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu não disse isso de nenhum depoente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Disseram.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Até porque o depoimento mais forte dessa CPI, nem aguardado estava sendo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Como é que apareceu o assunto de homem-bomba? Eu nem sabia disso. Agora, na verdade, é o que eu volto a dizer, a assessoria está de parabéns, tem prestado todos os trabalhos, mas não são trabalhos que vamos dizer que os dados estão perfeitos e corretos. A cada depoimento, a cada dia que tem aqui, eu tenho manifestado as contradições da BMF de mandar dados que não são corretos e também de situações que não existem. Agora, eu não quero dizer que nisso existe uma intenção em poder dirigir alguma forma ou inalar alguma situação. Agora que todos os casos não são corretos e que nem todas as informações são corretas... E prova disso é o próprio Senhor Lúcio Funaro e como V.Exa. disse que aqui ficou caracterizado para nós que ele está no sistema Marcos Valério do fundo, tal tal, eu queria dizer o seguinte: Que isto pode estar caracterizado para V.Exa.; para mim, que estou do lado de cá, não ficou caracterizado e nós vamos combater exaustivamente esses dados na feitura do relatório final. Muito obrigado. sem querer polemizar, e mais uma vez, parabenizando a V.Exa. e a equipe, mas dizendo que erros acontecem.

SR. LÚCIO BOLONHA FUNARO: Eu só queria dizer desculpa se eu frustrei o Senhor por não ter o homem-bomba, por ter sido um traque, mas eu vim aqui única e exclusivamente para falar a verdade--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu não acho, eu não acho que o depoimento do Senhor, me permita aqui interromper, não foi traque nenhum, eu acho que existem muitas coisas sérias que foram colocadas aqui e que, eventualmente, até podem implicar o Senhor e, diria mais: Existem coisas que estão sem explicação ou que o Senhor deu explicação que podem não ser consideradas como convincentes e conclusivas pela CPMI. Fique muito claro, eu estou plenamente satisfeito com todas as questões que foram levantadas; eu posso não estar satisfeito com as respostas, o que é diferente. Senadora.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Não, é só para dizer, ainda não chegamos na época junina, mas já estamos falando de bombas. Eu acho que tem mais homens-bomba aí do que foi colocado e tem mais também estalinhos, como se diz na minha terra, assim como também tem alguns documentos que se diziam bomba e não passaram de estalinhos.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Bom, eu quero suspender a presente ses-

são até as 15 horas, quando nós retomaremos com a oitiva dos representantes do banco e da corretora CRUZEIRO DO SUL. Está suspensa a sessão.

Sessão suspensa às 14h14

Sessão reaberta às 15h51

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Declaro reaberta a nossa sessão e quero desde já convidar para tomarem assento, conjuntamente na nossa Mesa de trabalho, a Senhora Ângela Celeste de Almeida Costa, o Senhor Luís Felipe Índio da Costa, e o Senhor Luiz Fernando Pinheiro Guimarães de Carvalho. Encontra-se sobre a mesa o termo de compromisso assinado pelo seu Senhor Luís Felipe, pela Senhora Ângela Celeste e pelo Senhor Luiz Fernando. Eles se fazem acompanhar da Dra. Ilsele Botari, OAB/RJ 051081. Eu quero agradecer a presença dos Senhores aqui e como é de hábito da nossa Sub-Comissão, eu vou conceder-lhes a palavra para uma breve apresentação, com a qualificação profissional de V.SAs., com um pouco do histórico das atividades profissionais, para que cada um dos Senhores tenham absoluta liberdade para apresentar qualquer informação de caráter preliminar, que repute oportuna e convenientes para a condução dos nossos trabalhos. Dessa forma eu inicialmente concedo a palavra ao Senhor Luís Felipe Índio da Costa.

SR. LUÍS FELIPE ÍNDIO DA COSTA: Obrigado, Deputado. Boa tarde, Senhores. Eu me chamo Luís Felipe Índio da Costa, sou brasileiro, sou advogado, Diretor do BANCO CRUZEIRO DO SUL e das empresas que compõem o grupo; milito no mercado desde 1964, 65, acho que fim de 64, princípio de 65. Nesse período, exerci funções diretivas em diversas instituições, corretoras, distribuidoras, bancos, bancos de investimento. Fui Conselheiro do Dirigente da Bolsa de Valores, fui Diretor da Associação de Mercados de Capitais e, desde 1993 que eu estou no comando no GRUPO CRUZEIRO DO SUL. Estou aqui às ordens, para prestar qualquer esclarecimento que eu possa dar no interesse dessa Comissão e no interesse dos bons serviços da Casa. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu quem agradeço. Concedo a palavra à Senhora Ângela Celeste de Almeida Costa. Apenas para que a Senhora faça uma apresentação profissional e curricular, apenas com esse objetivo e se possível também decline aqui a informação de que atividades realizou no GRUPO CRUZEIRO DO SUL.

SRA. ÂNGELA CELESTE DE ALMEIDA COSTA: Boa tarde. Eu me chamo Ângela Celeste Almeida Costa, eu assumi a Diretoria do BANCRED ARRENDAMENTO MERCANTIL em 30 de abril de 99, renunciei, quer dizer, sucessora do BANCO BANCRED, transformou-

se em distribuidora, BANCRED S/A CTVM, e agora, a nova razão social CRUZEIRO DO SUL S/A DTVM. A minha renúncia, fiz a minha renúncia em 30 de junho de 2003. Eu acho que é só.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Concedo a palavra ao Senhor Luiz Fernando Pinheiro Guimarães de Carvalho.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Boa tarde Senhores. Meu nome é Luiz Fernando Pinheiro Guimarães de Carvalho, eu sou advogado, formado em 1986, desde então exerço a minha profissão de advogado e, nesta condição, eu presto assessoria a algumas empresas. No período de 98, final de 97, se não me falha a memória, até junho de 2003 eu exerci cargo na Diretoria da BANCRED CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e da CBDTVM S/A. Desde 2003, início de 2004 eu me dedico exclusivamente à minha atividade de advogado com pós-graduação e com especialização na área de propriedade industrial. Estou aqui à disposição dos Senhores para prestar qualquer esclarecimento que se faça necessário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu agradeço. Eu queria informar a esta Sub-Relatoria e a esta Sub-Comissão, que também estava convocado para comparecer o Senhor Luís Otávio Azevedo Lopes Índio da Costa. Ele se encontra em viagem fora do país e por isso não pôde ser citado, porém, eu tive a informação do Dr. Luís Felipe, que ambos são responsáveis pela gestão do grupo, seja do Banco, seja da corretora e que desta forma ele se encontraria em plenas condições de nos auxiliar com as informações necessárias. E é evidente, eu deixo aqui um pleito para o Senhor, no sentido de que toda e qualquer informação que o Senhor não tenha condições de nos oferecer no dia de hoje, o Senhor possa solicitar a área técnica, sobretudo da corretora, a fim de que nós tenhamos condições até o fim do trabalho, até a conclusão do sub-relatório, nós tenhamos condições de dirimir quaisquer dúvidas sobre as operações que vão ser citadas. Dr. Luís, exatamente em que ano foi fundada a corretora CRUZEIRO DO SUL?

SR. LUÍS FELIPE ÍNDIO DA COSTA: A corretora de mercadorias?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Sim.

SR. LUÍS FELIPE ÍNDIO DA COSTA: Eu lhe diria, o ano exatamente eu não sei de cor, mas é torno de 1996, 1997, foi quando nós começamos primeiro o Banco, em 93, 94 e, pouco depois, a gente comprou o título, a corretora de mercadorias e montou. Juro, o ano exatamente eu não sei dizer, mas foi em mil no-

vecentos e noventa e... Um número forte, grande 96, 97, por aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Hoje quantas empresas e compõem o GRUPO CRUZEIRO DO SUL nessa área de atuação financeira?

SR. LUÍS FELIPE ÍNDIO DA COSTA: É o BANCO CRUZEIRO DO SUL, a CRUZEIRO DO SUL DISTRIBUIDORA DE VALORES, a CRUZEIRO DO SUL CORRETORA DE MERCADORIAS, a CRUZEIRO DO SUL CORRETORAS DE VALORES, a GESTORA DE FUNDOS, que é o BCS VERAX, e não sei se o Senhor inclui aí a BCS SEGUROS que é uma seguradora, algumas mais ativas o CRUZEIRO DO SUL, Banco, fundamentalmente mais ativo no crédito consignado, que nós estamos nessa operação desde 1995 a 96, fomos precursores nisso, e que é o foco central da atividade da Banco, sem prejuízos de diversas outras atividades, que ele também desenvolve de créditos normais etc e tal. Há corretoras de mercadorias voltada para as operações de BMF, há corretoras de valores voltadas para operações de bolsa. Normalmente as nossas posições não são posições especulativas. Nós trabalhamos normalmente ou atendendo clientela, carteira própria são normalmente muito pequenas, com exceção de carteira de título público, onde na verdade, às vezes, a gente tem posições maiores, sobretudo, se for medidas do BANCO CENTRAL durante três anos, e dentro desse volume é natural que a gente tivesse um volume de título público significativo, para até poder administrar como dívidas, comprar e vender, etc e tal. No mais o Banco, fundamentalmente, o grupo é um grupo de crédito voltado para o cliente atendendo os interesses da clientela. Fundamentalmente, eu lhe diria que em linhas muito gerais, é isso o que a gente é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Quando é que a gestora de fundos foi constituída?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: A gestora de fundos, o Senhor está me perguntando... Para dizer honestamente, eu não vim preparado para esse tipo de resposta, não olhei isso. A gestora de fundos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Pelo menos assim por alto.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: A gestora de fundos ela é de 2001, 2002, mais ou menos, a BCSul VERAX.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mais ou menos 2001, 2002--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: 2002, eu lhe darei depois esses dados com precisão se o Senhor precisar, não há problema nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas certamente ela é subseqüente tanto a corretora de mercadorias quanto a corretora de valores.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Ela é posterior, sem dúvida nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Consta dos nossos levantamentos que a CRUZEIRO DO SUL S/A, ela tem endereço na avenida Sete de Setembro 1521, sala 1101, Manaus, Amazonas isso procede?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Procede. Isso é a corretora de valores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Apenas a corretora de valores.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Apenas a corretora de valores e eu vou lhe esclarecer porquê. Quando nós compramos a corretora de valores e foi antes de comprar o Banco, um ano antes, compramos uma corretora de valores cujo título patrimonial era da Bolsa Regional que abrangia Amazonas e todo o Nordeste, Bolsa de Fortaleza e a sede desta corretora era Manaus e, nós não podíamos tirá-la de Manaus por força das instruções vigentes. Então, ela permaneceu em Manaus enquanto existiu a Bolsa Regional de Valores, que era a Bolsa de Fortaleza. Agora, a Bolsa de Fortaleza este ano está se extinguindo, então, há um ou dois dias, eu recebi parte dos valores correspondentes à venda da Bolsa de Valores pelo título patrimonial que nós tínhamos. Então, provavelmente muito brevemente, ela virá para São Paulo ou para o Rio, até então eu não tinha como tirá-la, eu tinha um escritório em Manaus que era mais simbólico do que qualquer outra coisa, onde nós arquivávamos a documentação e etc da corretora de valores, mas isso não tem nada a ver com corretora de mercadorias nem com distribuidora de valores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor e o Dr. Luís Otávio, vosso filho, os Senhores são os dois únicos sócios do GRUPO CRUZEIRO DO SUL, correto?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Somos os únicos sócios do GRUPO CRUZEIRO DO SUL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Como é que os Senhores organizaram a gestão de tantos negócios concomitantemente? São seis negócios. Os Senhores têm um quadro profissional--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: É claro, evidente quando eu estou falando em diretor nós somos diretores estatutários, não significa que nós não tenhamos uma equipe de diretores

não estatutários, assim não considerados – hoje até o BANCO CENTRAL proíbe que se chame de diretor -, a quem chamamos de superintendentes, que tomam contas das respectivas áreas, da corretora de valores nós temos que é Flávio Rietmann, enfim, aí eu listaria dez ou doze pessoas da melhor qualidade que estão nos ajudando, exatamente, a desenvolver os negócios. O que é preciso realçar já que nós estamos falando no grupo, é que o na verdade, o CRUZEIRO DO SUL tem crescido e tem se envolvido suas atividades na medida em que ele consegue trazer para sua atividade gente de excelente condição, isto é, nós não nos aventuramos. Está aí, comecei dizendo que a distribuidora estava meio parada, enquanto nós não achamos que tínhamos condição de tocar a distribuidora nós não desenvolvemos, tínhamos o título patrimonial, ele existia, operava muito pouco. Mais ou menos a mesma coisa aconteceu com a DCS SEGUROS. Nós compramos a seguradora enquanto não encontramos a pessoa própria e o grupo próprio, para que pudesse desenvolver os negócios na área de seguros, foi a empresa que estava investida e que nós estávamos caminhando, mas muito devagar. É condição nossa, é característica nossa, em primeiro lugar, arranjar gente boa com expertise, misturar conhecimento de experiência com força de juventude, que é fundamental você fazer esse mix. E assim, a gente tem gente com 30 anos, gente com 40, gente com 50, com 60, e até eu com 74, a gente vai misturando um pouco as experiências de uns, o conhecimento do outro. Eu sou mais difícil de mexer em computador, tenho mais dificuldade de mexer nessas coisas, a garotada vai lá e mexe e põe para mim. E Eu acho que tenho mais experiência de dizer: “Olha, esse aqui cheira mal, não vamos entrar nesse negócio e etc e tal”, é mais ou menos assim que a gente tem caminhado, graças a Deus com sucesso até hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Antes do Senhor fundar o GRUPO CRUZEIRO DO SUL, que segundo as minhas anotações isso ocorreu por volta de 1993.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Comprei em 10 de dezembro de 93.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Antes disso, qual foi a atividade que o Senhor realizou imediatamente no momento que antecedeu--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Eu era Diretor das INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO GRUPO BANCRED, que BANCRED DTVM e BANCO BANCRED, eram grupos que pertenciam ao GRUPO DAS CASAS DA BANHA, em que eu fui como Diretor empregado e fui administrar ele por alguns anos. Eles tiveram uma dificuldade, um

insucesso na área comercial, é extremamente difícil você conseguir tocar uma instituição financeira, cujo controlador tem 300 pedidos de falência ajuizados, pode imaginar que não é fácil. E eles foram, diga-se de passagem, excepcionais donos, porque me deram todas a autonomia para conduzir a instituição sem envolver nos negócios, pelo contrário, me recomendando que não me envolvesse. Se tivesse problema na área comercial não deixasse que isso pudesse contaminar as instituições financeiras, assim eu o fiz, tanto que eles tiveram o insucesso que tiveram, acabaram falindo, mas as instituições financeiras saíram livres de qualquer problema. Eu digo que eu fiz assim, mas tive o apoio deles, eu quero ressaltar que eu acho que é importante a gente ter, sobretudo, de quem quebra, que teve a atitude correta, que tentou preservar, que não tentou em nenhum momento usar a instituição financeira como um instrumento de capitalizá-los mesmo no momento da maior crise.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Falando rapidamente sobre como funciona o fornecimento de ratings para a BANCO CRUZEIRO DO SUL, eu indagaria ao Senhor: Quais são, em geral, os critérios que determinam a contratação por parte do Banco, das agências de rating que vão classificar e que vão avaliar o risco da instituição?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Olha, em princípio a gente trabalha – como eu sou mais devagar – mas hoje a gente trabalha com quatro empresas de rating nos classificando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Quais são essas agências?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Eu sei, espera um pouquinho, agora eu preciso buscar os nomes, a LOPES FILHO, no RIKSNBANK, é uma delas, a outra é a...ô meu Deus do céu, cabeça de velho dá essas coisas, de vez em quando dá branco. Eu lhe forneço os nomes, me desculpe, está me fugindo, recentemente a FITCH deixou de ser, entrou a MOODY'S. A MOODY'S é a outra que está fazendo o rating da gente. Eu posso lhe fornecer isso, os quatro inclusive, os ratings que, diga-se de passagem, são ratings que têm tido a cada avaliação uma classificação de melhoria do grupo. É uma coisa que eu vejo com alegria, porque a cada semestre nós precisamos ser avaliados pelos balanços etc e tal, e os ratings foram difíceis e foram progressivamente melhorando, na medida em que a gente também melhorou e cresceu. É claro que você teve uns momentos de contratempo de mercado, o problema do BANCO SANTOS que afetou sobretudo os Bancos pequenos, mas os nossos ratings foram sempre do tipo de último(?),

que é da MOODY'S, que saiu recentemente, que nos colocou inclusive como investment grade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Investment grade.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: É. Nós usamos inclusive essas empresas de ratings internacionais como significativamente importante, porque o Banco também captou recursos no exterior. E, para capitalizar recursos no exterior, não basta a gente chegar lá e dizer: "Olha, eu tenho um bom negócio me dá dinheiro", Você precisa de alguma demonstração positiva. Então, como os ativos do Banco, fundamentalmente são ativos de crédito consignado na sua grande maioria e vários deles estão dentro de fundos de recebíveis, nós, a KPMG andou avaliando os ratings desses ativos e nos deu nesses ativos que ela avaliou, triplo A, "triplo ei" como eles dizem, e a MOODY'S nos classificou como investment grade. Então, isso define para mim uma posição bastante boa, quer dizer, que a gente diversificando entre as diversas empresas de ratings e buscando apoios de... Por exemplo, nós operamos os fundos de recebíveis e a DOIT (F) BANK fazendo a custódia, com a KPMG avaliando os ativos, com os ratings da MOODY'S, a gente tenta trabalhar com gente da melhor qualidade e que sejam capazes de ter também a credibilidade de dizer, de quando empenharem a sua palavra, estejam empenhando uma palavra que tem peso. Então, nessa posição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor saberia nos informar qual foi o motivo da saída da FITCH ATLANTIC?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Posso informar. A FITCH era uma das que fazia para nós, este ano que passou, no fim de ano, o preço dela sempre foi um preço fixado em dólar, ela cobrava um X por ano, por dólar. Nós já vínhamos nos incomodando com o preço e discutindo com ela às condições. A FITCH fez uma análise e fez uma proposta em que ela aumentava o preço de 2005 para 2006, em reais, em 25% embora o dólar tivesse caído, tirava o indexador em dólar e já estabelecia para 2007, um aumento de mais 17%. Isso pareceu que era meio sem sentido de repente, você que tem um indexador que já não era barato, que está pagando um preço e que está indexado em dólar e quando o dólar subiu a gente honrou, na hora que a dólar cai ela muda de critério, coloca um aumento de preço, já estabelece um aumento de preço para o futuro, ao mesmo tempo em que nós estávamos pedindo o rating da MOODY'S, o rating da MOODY'S veio e nós fizemos a opção clara, cancelamos o contrato da FITCH e abrimos o... Não há que eu sabia, da parte da

FITCH nenhuma, não conheço nenhuma observação da FITCH que tenha diminuído o Grupo ou o Banco em qualquer seat down (F) e, por isso eu possa ter provocado uma coisa ou outra. Pelo contrário, a razão básica foi preço. Nós achamos caro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Certo. E eu quero dizer à V. Sa. que não tem nenhuma informação que indique em outro sentido.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Não, não, só que eu só acho que é importante, e eu vou dizer por que eu acho que é importante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Foi apenas uma curiosidade que, dentre os vários levantamentos que nós fizemos dos Bancos que estavam sendo examinados pela Sub-Relatoria nós constatamos, por exemplo, sem querer comparar uma instituição com a outra, mas que o BANCO SANTOS em determinado momento deixou de atuar com uma certa agência de rating, por que ela iria rebaixar a classificação do Banco. Eu não quis de forma alguma transportar essa mesma situação para o BANCO CRUZEIRO DO SUL, mas no entanto para afastar qualquer dúvida, era preciso questionar o Senhor sobre--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: E eu agradeço porque realmente, a última avaliação deles não rebaixava, a última que nós temos. Não havia nenhuma perspectiva de rebaixar, claro que eu vinha brigando para ele melhorar a avaliação e, vínhamos discutindo critérios, porque isso é normal. Mas fundamentalmente, a razão foi de que o preço encareceu, a outra veio fez uma avaliação que nos deu o investment grade que nós achamos interessante. Não tinha por que ficarmos com cinco agências de rating, quatro chega e sobra. Então, a opção fundamentalmente foi essa. Eu quero lhe contar aqui e, daí a razão da minha explicação e eu entendo a sua pergunta, porque nós recentemente estávamos sob fiscalização do BANCO CENTRAL, como é normal, rotineira, e eles fizeram algumas ponderações, saíram. E no dia que saiu a notícia que a FITCH nos tinha deixado, ele telefonou e disse: “Você está com problema?”. Eu disse: “Você acabou de sair daqui, eu não estou com nenhum problema”. – “Por que a FITCH te largou?”. Eu disse: “A FITCH não me largou, eu larguei a FITCH. Eu não quero continuar com a FITCH, porque a FITCH está cobrando claro”. Então, essa dúvida que o Senhor teve é absolutamente normal, porque a própria autoridade teve igualzinha, de modo que eu lhe agradeço a oportunidade de poder doera esclarecer isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Banco tem dentre seus clientes Fundos de Pensão, correto?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Tem alguns Fundos de Pensão, não muitos alguns tem, o Banco, que são normalmente investidores, aplicadores do Banco. Foi um número razoável, com a quebra do SANTOS reduziram mais significativamente. Recentemente estão começando a voltar devagarzinho (sic), o que é normal, quer dizer, isso é um movimento cíclico natural. O mercado entra em crise, os Fundos de Pensão, até pela condição de gestão e Conselho de Administração, fala: “Você empossa liquidez no grande Banco e deixa o pequeno de fora”, normal. A gente entendeu, resgatou tudo que foi necessário. Nós passamos a crise do SANTOS com de extrema facilidade, graças a Deus, tínhamos produtos que o mercado era comprador dos nossos produtos, que eram os fundos de recebíveis. Os nossos ativos eram os créditos consignados considerados sempre muito bons pelo mercado, de modo que realmente a gente perdeu depósitos, sem dúvida nenhuma perdemos bastante, mas tínhamos outras alternativas que não afetaram a liquidez do Banco em nenhum momento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Normalmente, quais são os principais investimentos a que os Fundos de Pensão recorrem, quando pretendem aplicar na carteira do BANCO CRUZEIRO DO SUL?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Ou eles aplicam em CDB, em alguns casos aplicam em CDB, eu não tenho aqui a lista nem todos os nomes, mas eu evidentemente poderia levantar, ou aplicam na compra de cotas dos fundos de recebíveis. Ultimamente mais, a tendência mais é para cotas de fundos de recebíveis, mas normalmente têm sempre os estão aplicados em CDBs, normalmente, e tem os que normalmente preferem os fundos de recebíveis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu vou citar aqui o nome de 13 fundações e gostaria que, à medida que o Senhor se lembre, que essa determinada fundação tem investimentos no Banco, o Senhor por favor, diga sim ou não.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Eu vou ter dificuldade, mas vamos tentar, vamos ver.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu lhe peço de toda a sorte, que se o Senhor puder, faça uma solicitação--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Faça--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --A área técnica do Banco, que nos encaminhe toda essa relação das fundações que possuem--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: --Se o Senhor me der a listagem das fundações que o Senhor quer, ou de todas, o Senhor me dá a listagem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Darei.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO:

Isso amanhã de manhã está na sua mão sem nenhum problema. Tem aplicação nos fundos de recebíveis, que não são do Banco, está certo? Embora os ativos compostos, sejam os ativos gerados pelo Banco e os que tem aplicação dentro do próprio Banco, não tem nenhum problema, isso não preciso de 24 horas para lhe dar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas eu vou citar o nome das fundações--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Se o Senhor se lembrar--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Tudo bem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Com certeza, se tiver dúvidas fique a vontade para encaminhar o documento. A PRECE.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: A PRECE, diretamente não sei lhe dizer. Sei que há um Fundo Exclusivo da PRECE, que é o ROLAND GARRO, que tem, do qual nós somos gestores, através da BCSUL VERAX.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu queria fazer uma distinção apenas para o Senhor entender, vamos por enquanto, ficar concentrados nos fundos que, possivelmente, investiram ou em CDBs ou em cota de recebível do CRUZEIRO DO SUL.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Tenho a impressão que a PRECE não, mas eu não juro, não sou capaz de garantir, mas eu checo isso para o Senhor, não tem nenhum problema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): A GEAP.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: GEAP, que eu me lembre não, mas não... Eu posso falar, eu estou falando de memória.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): REFER.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: REFER, que eu me lembre, também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): POSTALIS.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Olha, eu me lembro da gente estar tentando a POSTALIS para aplicar lá com a gente, com o pessoal, mas não me lembro de aplicação da POSTALIS não. Eu que lhe digo, eu não tenho segurança nisso, essa resposta eu tenho que pedir um pouquinho de tempo para lhe dar por segurança.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Tá, então, apenas por precaução, eu vou aguardar. Eu não vou insistir na lembrança do nome dos fundos, eu vou aguardar que o Senhor encaminhe.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Eu lhe encaminho, eu posso lhe garantir que isso amanhã está na sua mão, está na mão do Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Normalmente quem é que dentro do Banco tem a incumbência de manter relações comerciais com os Fundos de Pensão?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Deixa eu lhe explicar um pouco o funcionamento do Banco que o Senhor vai entender. O Banco é Rio São Paulo, embora seja um único Banco, são duas casas que trabalharam irmanadas, mas cada uma batalhando os seus mercados. Desde a crise de 1995, que foi a crise decorrente da quebra do BANCO ECONÔMICO, depois a complicação do BANCO NACIONAL, que os bancos pequenos sofreram muito, nós partimos para um modelo de criar gerentes internos capazes de fazer captação em mercado. Na verdade, o Banco era muito pequeno não tinha a menor chance de captar em Fundação e, praticamente, não tinha nenhuma Fundação aplicando no Banco naquela época. Mas nós viemos desenvolvendo e criamos uma carteira razoavelmente boa na época, e permanece até hoje, de pessoas físicas, pessoas jurídicas não institucionais, não financeiras, que eram aplicadores constantes no Banco, ou eventualmente em algum de recebível do Banco, mas basicamente em CDB e que até hoje permanecem conosco. Esse grupo de gerentes foi se desenvolvendo, cada gerente tem capacidade até atender oito, 10, 15 clientes, a partir daí não, ele começa a não ter mãos a medir. A partir daí a gente veio trazendo clientes e novos gerente para novas captações. A partir de um momento o Banco adquiriu um tamanho, começou, entrou mais ativamente no crédito consignado. Acabou aparecendo no jornal. Começou a captar lá fora e, isto gerou um movimento de credibilidade a favor do Banco, que então a gente chegou a um capital mínimo, a um patrimônio mínimo em que as Fundações, em que algumas Fundações menores começaram, primeiro as menores a se arriscar a aplicar no Banco. Sempre tinha aquele problema, de dizer: "O

Banco não tem 50 milhões de capital, não aplico. Não tem 100 milhões de patrimônio não aplica. Não tem 150 eu não aplico e outros números maiores”. E, mais recentemente, e algumas fundações começaram a aplicar, mas ainda sem propriamente uma divisão de quem vai tratar disso ou o quê. Mais recentemente, no fim do ano passado, depois que houve a crise do SANTOS e o dinheiro das Fundações quase todo foi embora e começou a voltar, nós criamos dentro desse grupo de gerentes, um chamado esse núcleo institucional. Esse núcleo institucional é constituído por quatro ou cinco gerentes, comandados pelos dois diretores das áreas de captação um do Rio e um de São Paulo. Eles estão situados ou no Rio ou em São Paulo e que estão encarregados de buscar e manter o contato e batalhar mostrando às Fundações que aplicar no BANCO CRUZEIRO DO SUL e nos ativos dele é um negócio tão bom, quanto aplicar no BRADESCO ou no BANCO DO BRASIL ou qualquer outro, pelo menos isso é o que o gente tenta vender. Eu acho até que é verdade, mas de qualquer modo é a posição da gente e, realmente, esse núcleo institucional é quem faz esses contatos, são se não me engano cinco gerentes e os dois comandantes deles que estão além dos cinco, que é o Ernani no Rio e o Valdemar em São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Agora, evidentemente que nem o Senhor e nem o Senhor filho, os Senhores mantêm contatos diretos com dirigentes de Fundos de Pensão.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Olha, eu vou lhe dizer mais, acho que não conheço. Pode ser que conheça um ou outro esporadicamente, mas em decorrência, naturalmente, contatos com eles por causa disso? Certamente não. Eu posso conhecer talvez de ou uma atividade, porque em princípio fica estritamente a nível de gerente, que se preocupa em ter os balanços analisados, os ratings, as avaliações tudo isso, e vai tecnicamente, vender dentro das Fundações, dentro lá da BBTVM ou dentro da PREVI, ou dentro da REFER, ou dentro de onde for, da PETRUS, vai tentar mostrar a qualidade do ativo do Banco e, por isso justificar o investimento. Quer dizer, na realidade não somos nós, pessoalmente, que temos contatos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Saindo um pouquinho da esfera do Banco, e pensando agora na distribuidora.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): De 2000 a 2005, e talvez, o Dr. Luís tenha maiores informações para nos oferecer, e se for o caso o Senhor fique a vontade para interromper a qualquer

instante e subsidiar o Dr. Luís Felipe. De 2001 a 2005, a distribuidora operou com Fundos de Pensão?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: A distribuidora não operou com Fundos de Pensão até fim de 2003 princípio de 2004. E, a partir daí, ela passou a ser a gestora de alguns Fundos de Pensão, e alguns fundos, Fundos de Pensão que, aliás, passou a ser gestora dos nossos ativos, está certo? E porque--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Aqui são duas empresas diferentes, a distribuidora é uma coisa e a gestora de fundos é outra.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: É. Sim, mas na verdade, nesse caso nosso, eles trabalham conjugados o administrador fiduciário... Porque a gestora de fundos não pode ser administrador fiduciário, porque a lei exige que seja institucional financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Isso.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Então, a instituição financeira que é a CRUZEIRO DO SUL DTVM, que é administração fiduciária. Então, a gestora junto com ela de mãos dadas com ele, porque na verdade, as funções mais ou menos se acumulam é a BCSUL VERAX, que na verdade, a partir de, fim de 2003 e princípio de 2004, nós direcionamos então os fundos que eventualmente a gente tinha, ou clube, passamos para a administração e gestão da BCSUL VERAX e da CRUZEIRO DO SUL DISTRIBUIDORA DE VALORES, e isso que é a grande função da distribuidora. A distribuidora administra esses fundos, aonde alguns institucionais aplicaram recursos ou aplicam recursos e essa é a grandes fonte de receita dela. E ela faz essa posição junto com a BCSUL VERAX.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Então, como o Senhor, disse elas andam de mãos dadas.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Andam de mãos dadas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Tá. Com quais Fundos de Pensão Públicos a BCSUL VERAX e a BANCO CRUZEIRO DO SUL, Banco não, a CRUZEIRO DO SUL DTVM, com quais Fundos de Pensão os Senhores passaram a trabalhar, a partir do final de 2003 início de 2004, pensando aqui apenas nos fundos de Pensão Públicos?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Eu teria que lhe pedir um tempo para poder levantar, isso eu estou tentando se por acaso um acaso nas coisas que eu trouxe o que eu possa ter, aqui por exemplo, aqui eu tenho só dos fundos de

recebíveis nossos quem são os investidores, eu não tenho uma posição. Eu teria que lhe dar, mas se eu por um acaso eu pedi aqui no Rio antes de sair alguma posição sobre isso, se eu tenho alguma coisa. Eu confesso ao Senhor que eu estava muito mais preparado para responder sobre os motivos que estão na quebra eu sigilo bancário, que eu achei que era sobre isso que o Senhor provavelmente faria às perguntas e não me preocupei em olhar sobre essas outras coisas que não constavam em nenhum detalhe e eu não tinha essa posição. Eu pedi alguma coisa aqui da...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu estou fazendo essa pergunta ao Senhor porque um dos Fundos que maiores problemas tem registrado dentro do nosso escopo investigativo é a PRECE.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): E, como o Senhor já nos informou e era do nosso conhecimento, a BCSUL VERAX ela é gestora--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: De um Fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Do Fundo--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: ROLAND GARRO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --ROLAND GARRO--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Está aqui--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Da PRECE.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Exatamente, está aqui. Apenas serviços de gestora da carteira, ficando a cargo da instituição financeira de terceira a função de administradora fiduciária, no caso, a QUALITY--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): A QUALITY--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: É. E na verdade, nem ROLAND GARRO, nem era a BCSUL DTVM que era a administradora--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): A administradora--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: A administradora é a QUALITY.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): A QUALITY, na verdade, ela é a administradora de todos os Fundos Exclusivos da PRECE. Então, eles fizeram a escolha a QUALITY para administrar e, depois, eles dividiram a gestão entre várias instituições.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: No nosso caso, a ROLAND GARRO da PRECE, era administrada pela BCSUL VERAX.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Quando é que o Senhor passou a gerir, a BCSUL VERAX, passou a gerir o ROLAND GARRO?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: O Senhor está me perguntando dados, eu não vim preparado para responder isso, eu teria que levantar, não faz muito tempo, mas eu não saberia lhe dizer exatamente a data. Eu não quero cometer uma falha, mas sei lá, deve fazer... Eu calculo façam uns dois anos, mas eu posso errar, eu levanto esses dados para o Senhor, eu lhe informo isso imediatamente, sem nenhuma--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): A nossa base de dados indica que a BCSUL VERAX, ela passou a gerir o ROLAND GARRO no ano de 2004, a data exata que eu não tenho, eu tenho um quadro que mostra apenas referência ao ano, mas a nossa referência é justamente o ano de 2004.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: O Senhor viu que eu falei em dois anos, era mais ou menos de memória era o que eu tinha, eu não tenho aqui essa posição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor sabe como é que seu deu o processo de negociação de--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Perdão, foi em agosto de 2004, eu estou lendo em um papelzinho anotado aqui na mão. Foi em agosto de 2004 que nós passamos a gestão da (...)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Tá. O Senhor sabe como é que se deu o processo de negociação e os entendimentos entre a BCSUL VERAX e a PRECE para que esses Fundos ROLAND GARRO passassem a ser gerido pela empresa dos Senhores?
SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Olha, Senhor Deputado, como eu disse aqui antes, a gente tem desenvolvido as atividades na medida em que a gente consegue gente boa para trazer. O pessoal da BCSUL VERAX são uns rapazes de excelente padrão que nós trouxemos em 2003, princípio de dois mil e... Acho que fim de 2003. E a negociação de BCSUL VERAX está inteiramente entregue na mão deles. Claro, que se eu tiver alguém que eu acha que possa ter interesse eu encaminho pra eles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Quem são eles? O Senhor pode dizer?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Eu posso lhe dar os nomes são Márcio e é o...É o, agora...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eles--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: --Eles são--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Eles figuram também como sócios da gestora?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Figuram. Eles são sócios da gestora, eles têm uma participação na gestora. É o Márcio e o Xandó, agora, o nome inteiro, eu fico lhe devendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Márcio e?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO:

O outro é Xandó com X. Marcelo Xandó.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Normalmente o Senhor acompanha de que forma as atividades da gestora, já que o Márcio e o Marcelo são os executivos, como é que se dá essa sistemática de acompanhamento das atividades da BCSUL VERAX?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Olha, o acompanhamento é feito na medida em que a gente tem os relatórios hoje sistema de computação do que está acontecendo. É claro, que o Senhor me perguntar qual e a carteira inteiramente que eles administram? Quais são os valores, quais são os volumes? Eu tenho que pedir isso a eles, e eu tenho as posições, até eles me deram dos pedidos, que eu pedi ontem em casa à noite, alguma coisa sobre isso. Mas o que a gente tem como regra é de que eles não podem entrar em operação especulativas. Eles devem administrar seguindo os conceitos do próprio grupo. Todas, às vezes, que eventualmente, foi necessário olhar as carteiras, examinar os títulos, ver o que eles estavam fazendo, eu lhe diria que o resultado foi positivo, poderá haver aqui ou ali um momento que eu possa ter divergido nesse ou naquele negócio que eles tenham feito, mas negócios absolutamente normais, que eu acho que quem dirige tem mais de uma cabeça, de vez em quando a gente tem uma opinião diferente do outro. A postura deles é uma postura inteiramente reta. Eles são muito profissionais, são dois rapazes moços. E eles têm o cuidado de manter as posições. Frequentemente se surgir qualquer coisa que possa parecer um pouco diferente às regras básicas de postura, que a gente adota no Banco e a gente adota isso por regra escrita, distribuída entre todos os funcionários manual de comportamento, manual de postura,

a maneira de agir etc e tal. Se alguma coisa ele acha que foge a isso, ele... E envolve, eventualmente qualquer crédito, ele tem por obrigação levar ao Comitê de Crédito que analisa a operação. Evidentemente ao dizer isso, eu não vou dizer que todas essas operações normais ele tem que estar levando ao Comitê de Crédito, só quando envolve alguma responsabilidade crédito ou alguma coisa diferente. Quer dizer, eles têm plena autonomia para operar tudo quanto for dentro da manual rotina e usual da casa. E, tudo quanto fuja a essa rotina, ele tem que levar ao Luiz Otávio ou a mim e nós mesmos nos tolhemos de liberdade, criando os comitês aos quais nós comparecemos, nos quais nós somos um único voto. Quer dizer, eu tenho um voto, estou cansado de ser convencido, frequentemente o grupo é contra a minha opinião e sou vencido e não tem a menor importância, eu sou dono da casa, mas se eu sou convencido é o outro é que vai me levar, é a posição da maioria. Eu só entendo que a gente pode administrar um grupo que cresce e que se desenvolve, que entra em atividades diferentes, se a gente trazer gente boa e der a essa gente boa autonomia, autoridade, qualidade e condição de poder decidir. Então, nesse sentido, a gente é profundamente democrático. Eu nunca exerci um direito em potencial diverso, que eles vão... Isto eu não faço de jeito nenhum, mas que eu acho no fundo o dono tem o direito em determinado momento de dizer: "Não. Neste tipo de operação eu não quer entrar". Mas nunca foi preciso usar isso e a gente discute as operações normalmente, nos diversos comitês nas diversas áreas. E eu lhe diria que não tenho nenhuma restrição às atividades deles, na medida do que eu tenho visto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor nunca detectou nenhum problema que chamasse a atenção?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Que fosse significativo não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nas operações da BCSUL?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Não. Que eu tenha detectado operações estranhas, honestamente, eu não detectei Senhor Deputado. Agora, evidentemente, se o Senhor me listar operações que possam ter algum vício de diferente ou qualquer coisa, eu não tenho dificuldade nenhuma em pedir os esclarecimentos e fornecer. Eu espero que eu esteja certo, que não haja nenhuma, que realmente me tenha passado, mas eu lhe asseguro que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Fora a gestão do ROLAND GARRO, o Senhor teria condição de nos dizer se a BCSUL VERAX, ela gere algum outro Fundo de Pensão, algum outro Fundo

Exclusivo vinculado a Fundo de Pensão de empresa pública federal?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Olha, a informação que eu tenho eu estou lhe passando, que eu mesmo pedi isso ontem, os Fundos da casa nós gerimos e aí não tem nada que ver. Cliente externo é só o FUNDO ROLAND GARRO, que a BCSUL VERAX que presta serviço de gestão de carteira e a instituição financeira é a QUALITY, de modo que eu não creio que tenha mais nenhum Fundo. Eu acho que não tem mais nenhum Fundo de Pensão de Fundo Exclusivo ou Fundo de Pensão que ela gira, que ela tenha gestão, não Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Então, as negociações para que a BCSUL VERAX assumisse a gestão do ROLAND GARRO, elas se deram através de entendimentos do Márcio e do Marcelo?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: E do Marcelo

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Com a PRECE diretamente

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Aí eu não saberia dizer se foi com a PRECE diretamente, se foi com o Fundo, eu teria que saber com eles com quem eles conversaram, sinceramente eu não sei. Eu estaria cometendo... Provavelmente com a PRECE, ou provavelmente, com o próprio Fundo ROLAND GARRO, mas isso--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): E o Senhor também não saberia informar com quem da PRECE eventualmente eles teriam conversado?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Mas isso é fácil, a gente não tem nenhuma dificuldade, é só perguntar com quem eles negociaram isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Então eu queria solicitar ao Senhor, que por favor, que no mais rápido espaço de tempo possível dentro--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO:

Sem dúvida

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Dentro, evidentemente, das capacidades de V. Sa., que pudesse nos encaminhar um detalhamento completo sobre esse processo de entendimento com a PRECE, no sentido de identificar quem da PRECE conversou com os representantes da BCSUL VERAX, quais foram às condições que a PRECE--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Estabeleceu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Estabeleceu para que os negócios fosse realizado? Quais foram os limites que a PRECE apresentou para a gestão do Fundo ROLAND GARRO? Quais foram também as diretrizes de política de investimentos que a PRECE definiu? Porque eu presumo, pelo que o Senhor está dizendo, que nenhuma dessas respostas possam ser dadas diretamente pelo Senhor.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Não. Não podem. Infelizmente não podem. O Senhor tem razão, eu acredito que eles tenham combinado formas de administrar com a PRECE, ou com quem adequadamente conversou com eles. Na verdade, eu imagino que quando o Fundo ROLAND GARRO veio, ele não se constituiu conosco ele já devia existir--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Já. Ela já existia--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: --E passou para nossa gestão. Ele deve ter trazido uma carteira, sob cuja responsabilidade nós não temos nada que ver, isso é responsabilidade dele. Agora, efetivamente, dentro dessa carteira veio alguma coisa que não era bom ou que não era adequado, eu posso dizer o seguinte, o empenho terá sido certamente nosso, de fazer com que a gente tirasse da carteira as coisas de pior qualidade e pusesse coisas melhores, se é que as haviam. Eu estou imaginando que possa haver alguma coisa, então, partindo do pressuposto. Quer dizer, nós recebemos uma carteira e essa carteira, certamente, progressivamente, nós fomos dando uma administração dentro dos parâmetros de qualidade que são característicos nossos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor também não saberia dizer de quem era a responsabilidade pela determinação da compra e venda de papéis? Por exemplo, da negociação de títulos públicos, o Senhor não saberia dizer?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Não. Não sei lhe dizer exatamente, mas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Se era ordem emanada, por exemplo, do Gerente Financeiro da PRECE e da Diretoria da Financeira da PRECE? Ou se a BCSUL VERAX tinha autonomia dentro dos limites e padrões estabelecidos para efetuar essas compras e vendas de títulos públicos?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Eu não tenho a menor dúvida de que a BCSUL VERAX tinha alguma autonomia. A que ponto ela usou essa autonomia ou o quanto ela conversou com a PRECE ou com quem de direito para decidir compras e vendas de títulos públicos, eu sin-

ceramente não saberia lhe dizer. Mas isso é simples, a gente apura com muita facilidade, porque está tudo registrado, título, então, público é a coisa mais fácil do mundo, está lá no sistema Selic todo

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O que nos interessa Dr. Luiz é delimitar claramente a responsabilidade da cada uma das instituições e pessoas envolvidas nesse processo decisório. Por quê? Nós no caso da PRECE, tivemos a oportunidade de ouvir todos os Diretores-Financeiros de 2000 pra cá. Tivemos a oportunidade de ouvir o Gerente de Investimentos. Tivemos a oportunidade de ouvir a QUALITY que é a--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Administradora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Administradora dos recursos. E o que aconteceu para a nossa tristeza, porém não para a nossa surpresa, por que onde existe irregularidade, é claro, que vai existir alguém querendo se esquivar dela--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Claro

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Então, o que ocorreu foi a tentativa de transferir a responsabilidade de um para outro. E no caso de Fundos de Pensão mais complicados e a PRECE é um deles, os Diretores-Financeiros e Gerentes de Investimentos simplesmente, disseram com todas as palavras que, se irregularidades ocorreu com as operações de compra e venda de títulos, que nós fossemos buscar informações com os gestores dos Fundos Exclusivos que eram as responsáveis pela gestão e pelos resultados daquele Fundo. E veja que, por exemplo, argüindo a QUALITY que é gestora, além de administradora--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --A

QUALITY aqui caracterizou claramente que não tomava uma decisão sem que antes houvesse um ofício, que saía do Senhor Paulo Martins, Gerente de Investimento da PRECE, determinando que determinada compra ou venda de título ocorresse. Então, é justamente com o objetivo de delimitar responsabilidade, até para não cometer injustiça com quem não mereça, que nós precisamos saber como era, detalhadamente, como era essa sistemática das ordens de compra e venda dos papéis, para verificar se determinada operação se deu por conta e risco de uma ordem da gestão, ou seja, da BCSUL VERAX, ou se a BCSUL VERAX, naquele caso, estava simplesmente

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Cumprindo sua ordens--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Cumprindo uma ordem da Fundação e do gestor da--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Eu não a menor dúvida que nós lhe daremos essa informação rapidissimamente, desde que eu tenha listado quais são as operações, não há nenhum problema. Eu peço 24 horas para identificar isso, inclusive, ver se eventualmente, as ordens foram verbais, não foram verbais, não foram verbais, como é que isso passou. Porque, na verdade, na dinâmica do mercado às coisas são tão rápidas, que de repente você perde comprovação jurídica, está certo? Documento e etc e tal, é muito verbal, mas não tenha nenhuma dúvida, a gente tem toda a posição para lhe demonstrar com a maior facilidade. E eu não tenho nenhuma preocupação em lhe dizer que estou eu estou tranqüilo de que o que nós tenhamos decidido sozinhos, decidimos dentro do bom caminho. Podemos errar porque todo mundo erra, mas decidimos dentro bom caminho eu não tenho a menor dúvida, é norma da casa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Ganhar ou perder é uma lógica do mercado

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Claro

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Agora, o problema é que existem formas e formas de ganhar era perder. Então, o que nós estamos evidentemente preocupados é quando, por trás de um ganho ou por trás de uma perda, existe uma operação atípica que leva a uma irregularidade.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Claro

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): É apenas para o Senhor entender que nós não estamos aqui querendo contrariar as premissas que são fundamentais desde os primórdios, desde as calendas--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): E que são aplicáveis a qualquer mercado em qualquer país do planeta, entende?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Claro. O que na verdade, o dado que eu tenho em relação a ROLAND GARRO é que no período em que ele operou conosco via Bolsa de Mercadorias, ele foi ganhador, como saldo global das operações dele o saldo é positivo. O que não significa dizer que não possa haver no meio alguma operação que mereça ser examinada. Eu acho que deve devem ser examinadas todas as operações que sejam passíveis de suspeita, não há dúvida nenhuma. Quer dizer, sob

a nossa gestão ele é ganhador, ele é positivo. O saldo é positivo. Agora, como é que compõem as parcelas do saldo eu não saberia lhe dizer nesse momento

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu solicito a Assessoria, que por favor, providencie imediatamente uma lista completa de todas as operações de títulos públicos da PRECE onde--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Através de ROLAND GARRO--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Onde aparece o ROLAND GARRO, porque nós temos uma base que já foi trabalhada e portanto--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Ótimo, para mim facilita--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Dentro do critério de corte, o Senhor já vai ter--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Tudo bem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu queria de 2004--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --De 2004 para a frente que é quando--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Nós começamos agosto de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Eu queria do período para cá, por favor. Se puder até providenciar para que a gente possa apresentar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Me dá rapidinho--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Ao Dr. Luiz, seria melhor. Bom, o BANCO CRUZEIRO DO SUL chegou a ser custodiante de algum Fundo de Pensão?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Banco custodiante de Fundo de Pensão? Nós somos custodiantes de umas 50 instituições diferentes, algum Fundo de Pensão, eu acho que não, mas não lhe juraria, mas também é fácil levantar. Basicamente, nós fomos Bancos custodiantes de corretoras, de distribuidoras, de algumas seguradoras, de previdências privadas, etc e tal. Se tinha algum Fundo de Pensão, pode ser que tivesse algum fundo, porque o Fundo de Pensão significativo, que eu me lembre, não tem nenhum

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): De agosto de 2004 para cá, a BCSUL VERAX, como gestora do ROLAND GARRO, ela orientou, sugeriu ou recomendou, que aquele Fundo Exclusivo

investisse em CDBS ou em cota de fundo de recebível do Banco?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Eu não acredito que o fizesse. Honestamente, dizer o que as pessoas disseram não estando presente eu não posso adivinhar, mas eu não acredito. A instrução da casa em linha geral, não é essa. Evidentemente os meus produtos estão na prateleira qualquer um pode comprar. O ROLAND GARRO pode ter comprado cotas de Fundos, porque é normal, todos enfim, todo o mercado pode comprar, e é freqüente que o comprem. Mas que nós tenhamos induzido em detrimento de qualquer coisa, não acredito. Não creio que induz... Claro que em não sendo ilegal, colocamos os produtos da gente à venda, e se, em tendo comprador temos interesse em que nos compre. Agora, não tem nenhuma posição que eu possa dizer de indução a isso, acho que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Em linhas gerais o Senhor concordaria comigo, que poderia existir um choque e um conflito de natureza ética, pelo fato de que tanto a gestora como o Banco pertenciam ao mesmo grupo.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sem dúvida nenhuma, agora--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu estou falando em tese--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Em tese eu não tenho dúvidas como o Senhor. Tem que examinar exatamente qual é o tipo de investimento que nós estamos falando. Quer dizer, se nós estamos falando de um fundo de recebíveis que é "Triplo A", e que é garantido pelas operações e que é garantido pelas operações de crédito consignado, nos quais o Banco tem no mínimo de 25 a 30% como colchão de garantia de taxa, etc e tal. Eu lhe diria que o conflito tem uma conotação completamente diferente de outros conflitos e que poderiam existir. Eu não sei dizer o que o ROLAND GARRO eventualmente tem investido, mas não acredito que tenha investido sobre a gestão, mas não acredito que tenha investido em nenhum momento que pudesse suscitar algum conflito de interesse, agora, não custa nada olhar isso. Evidentemente, ROLAND GARRO às vezes passou dinheiro para financiar um dia de CDI ou um dia de Letras do Tesouro, isso claro! Tendo sobra de caixa, você tem que financiar no mercado e financia a sua carteira, isso eu acho que é normal, possivelmente o fez. Agora, investimentos maiores eu teria que examinar que investimentos seriam até para poder lhe responder isso com tranquilidade

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Então, eu solicito ao Senhor também, que

dentro dessa linha de levantamentos, o Senhor possa identificar--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO:

O que o ROLAND GARRO aplicou dentro do grupo

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Exatamente. Nós temos aqui naquele campo dos títulos públicos--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Três operações basicamente, uma ocorrida no dia 27 de nove de 2004--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Uma outra ocorrida no dia 26 de dez de 2004. E uma terceira, ocorrida no dia 28 do dez de 2004--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Eu vou explicar ao Senhor em linhas gerais, o que nós pretendemos, porém eu não posso entrar nos detalhes das informações, por que a PRECE tem uma decisão do Supremo Tribunal Federal que me impede a divulgação de dados sigilosos em audiência pública.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Então, basicamente nós estamos falando da negociação de títulos que são notas do Tesouro Nacional tipo B, com vencimento todas elas para 15 do cinco de 2045

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): São três operações que respeitam exatamente a mesma lógica. Elas começam com a CORRETORA BRASIL CENTRAL--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Que vende esses títulos para a EURO--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --E depois a EURO, vende esses títulos para o DREAM ROLAND GARRO.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nessa base aqui da SELIC, ainda vai aparecer o

MELON, mas é porque eles não fizeram a atualização quando o Banco, o Banco não, quando a CRUZEIRO DO SUL VERAX assumiu--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim, está em nome do MELON--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Está em nome do MELON apenas o registro oficial --

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Tá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Mas naquela oportunidade já era--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: A BCSUL--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --A BCSUL VERAX a responsável.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Certo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --E aí o Senhor veja o que nos causa surpresa e qual é a nossa angústia. Nós estamos falando na primeira operação de 6 mil e 600 títulos--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Que numa primeira cadeia a unidade desse título é negociada a... Não posso falar, eu já ia falar, mas enfim. Eu até posso mostrar ao Senhor porque... O Senhor pode ver?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --O primeiro preço unitário é esse.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Quando... Isso, no mesmo dia, a mesma quantidade de títulos. Quando a BRASIL CENTRAL está vendendo para a TUFA que é a mesma coisa de EURO--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --E depois

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Vendeu para a ROLAND GARRO--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Depois, quando a EURO vende para a ROLAND GARRO, olha a elevação na unidade!

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Então, Nesse caso aqui, há uma variação de quase 40% na unidade. O Senhor está vendo?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Estou

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Que gerou essa diferença... Eu vou pedir que encaminhe ao Deputado--

[manifestação fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Que gerou essa diferença no preço

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Aqui embaixo o Senhor pode ver uma outra--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: A COBRA (?)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --O Senhor pode ver aqui que a variação é quase a mesma, só que a quantidade de títulos--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: É menor--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Negociados é menor e começa na BRASIL CENTRAL, passa a EURO e na ir vai para a ROLAND GARRO.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Repete--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --E aqui a mesma coisa, BRASIL CENTRAL/EURO, EURO/ROLAND GARRO, também a diferença é muito parecida, o Senhor pode ver.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Como a quantidade de títulos é menor, também o resultado vai dar menor. O total é esse aqui que o Senhor pode ver em três operações, nessas datas aqui que eu já citei.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: [Falas simultâneas] (...)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Exatamente. Então, é impossível, eu agradeço aqui a Assessoria, é impossível e o Senhor vai sair daqui com esse papel--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: --Com esse papel. Ótimo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --É impossível que nós possamos admitir uma variação de 40% no título público no mesmo dia. O que nós fizemos? E quando o Senhor chega aqui a investigação já está bem adiantada. Nós chamamos a EURO, nós chamamos a QUALITY, que teria que

verificar tudo isso como administradora e a conclusão é uma só é que--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: --Fomos nós que compramos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Não.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: --Não fomos nós que compramos

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Foi. Foi.

[Risos]

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: No fim fomos que compramos. Está bom

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): É. Olha, teve um Fundo inclusive que comprou. Não, mas a conclusão é uma só que essas operações elas foram tentadas colocando a BRASIL CENTRAL como emissora do título para a EURO e depois a EURO para o Fundo Exclusivo. O que não aconteceu apenas com ROLAND GARRO, aconteceu com quase todos os Fundos Exclusivos vinculados à PRECE, tanto que a PRECE é a campeã de perdas em operações com títulos públicos. Claro, que a gente sabe que no mercado até pelas possibilidades de outras negociações na carteira, se admite que um Fundo precise comprar um título num determinado dia, porém jamais com essa variação que foi verificada. Então assim, quando a gente escarafunchou os outros Fundos Exclusivos nós percebemos que na maioria das vezes os gestores estavam cumprindo ordens e, foi por isso que eu pedi ao Senhor que consultasse o Senhor Márcio e Marcelo

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sem dúvida nenhuma, com o maior prazer eu vou consultar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Porque essa operação é considerada como irregular pela CPI. Envolve um Fundo Exclusivo que era gerido por uma das empresas do GRUPO CRUZEIRO DO SUL, mas pode, eventualmente, não ter sido por responsabilidade da gestora--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: --Em primeiro lugar eu acho que é importante --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --E, sim, pelo cumprimento de uma ordem.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: --Eu acho que é importante para nós esclarecer a origem da operação, e entender a operação por inteiro, porque às vezes, você tem preços de financiamento que dão distorções no mesmo dia da operação. Eu não estou dizendo que seja o caso, mas é freqüente você tem ter aquele preço base a 550 com

uma diferença significativa e você ter uma diferença. Eu teria que olhar a operação inteira para poder entender, não tem problema nenhum, a gente levanta para o Senhor. Levanta de onde veio a ordem, e eu vou levantar mais, o que aconteceu com esses títulos depois, porque esses títulos que foram comprados ficaram em ROLAND GARRO. A minha pergunta, o que eu me estou perguntando aqui é o seguinte: “Eles continuam no ROLAND GARRO? Eles saíram? Por quê preço eles saíram”. Porque eu acho importante para fechar a cadeia, entender se esses títulos ficaram na carteira e depois foram negociados se eles estavam inflados de preço, eles teriam que ter sido negociados com prejuízo. Ou eles estão na carteira até hoje--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): [Falas simultânea] (...)

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO:--Ou eles foram vendidos e foram vendidos com algum preço. Então, eu quero até para ajudar o esclarecimento--

[manifestação do microfone]

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Hein?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eles estão classificados, segundo a Assessoria informa, como mantidos até o vencimento

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Então, a PRECE certamente determinou, porque veja o seguinte, aqui eu estou respondendo preliminarmente. Mas evidentemente, como gestor, eu não poderia dizer que eu ia classificar um título como vencido até o vencimento até mil e novecentos e 2045, não tem sido lógico!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Então é por isso que --

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Não tem nexó, está certo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): É por isso que na nossa lógica Dr. Luiz, na nossa lógica, a maioria das ordens de compra desses títulos veio do Gerente de Investimento da PRECE, diretamente para empresa do Senhor, no caso

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Como eu lhe disse, eu não tenho a informação, mas não me parece lógico que a gente comprasse e colocasse como mantidos até o vencimento, títulos de 2045, a não ser que a gente tivesse algum tipo de instrução --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Para isso--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: -- Superior para isso, entendeu? Me parece lógico. Agora o Senhor --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): E para mim também --

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: O Senhor está ajudando a eu me escarafunchar dentro da minha casa, para usar o seu verbo. Então, eu vou escarafunchar dentro da minha e ver o que aconteceu efetivamente. Isso não problema nenhum, eu tenho certeza que haverá algum tipo de esclarecimento ou tinha algum cálculo atuarial feito por alguém que determinava que o título até o vencimento era capaz de honrar. Ai eu não sei, agora, eu estou especulando, imaginando. Vamos levantar porque é melhor e a gente tem os dados

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Segundo informações da QUALITY esses títulos classificados como mantidos até o vencimento, eles só podiam ser negociados se viesse o tal do documento que nós temos acesso, lá do Paulo Martins, gerente da PRECE, determinando a negociação, o que é uma coisa lógica. Eu não sei se aconteceu, mas é uma coisa lógica--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO:

Eu não sei mais, o que eu estou dizendo se... Eu acho que é importante a gente terminar o caminho. Quer dizer, se esses títulos continuam na carteira? Por que foram comprados? Que preço foi esse? Que instrução veio. E em segundo lugar, se eles deixaram de ser mantidos até o vencimento e foram vendidos? A que preço foram vendidos? Geraram? Porque a única informação que eu tinha, eu lhe tinha dito aqui rapidamente quando entramos, é que no total dos ativos negociados do ROLAND GARRO sobre a gestão da BCSUL VERAX, teria havido um superávit de 400 e tantos mil reais, que é um número que eu tenho, mas que é absolutamente é uma informação que eu tenho que confirmar, eu não quero nem dar como definitiva, porque eu teria que confirmar. Isso é uma informação telefônica de ontem de noite eu quero levantar isso, sobretudo com esses dados, para sentir exatamente o que aconteceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): A EURO CORRETORA, ela é cliente ou correntista do CRUZEIRO DO SUL?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: A CORRETORA--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): EURO.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO:

EURO, é sub-custodiada do CRUZEIRO DO SUL

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conhece os proprietários da CORRETORA EURO?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Não. Eu não sei quem são. Se o Senhor disser os nomes pode ser que eu conheça. Como proprietário da EURO não. O Senhor tem os nomes, se o Senhor disser--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Nós temos, agora, a pergunta é -- o Senhor o Senhor não tem relacionamento-

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Não. O que acontece é o seguinte eu vou--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Como é que se dá? Existe dentro do Banco uma área específica para atender as corretoras? Como é que isso ocorre?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Houve um determinado momento em que as corretoras e distribuidoras de menor porte eram... O Senhor sabe que toda a distribuidora e corretora, e hoje, seguradora e previdência precisa ter um Banco comercial por onde ela liquide as operações porque é o único que tem conta reserva.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Claro.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO:

Houve um determinado momento em que nos pareceu que era interessante para o Banco, trazer para dentro do Banco as distribuidoras e corretoras que estavam orfãs naquele momento, porque em geral quem fazia a custódia no mercado, fazia o serviço de custódia ou era o Bradesco ou o BANCO DIMENSÃO. O BANCO DIMENSÃO estava fechando. Os donos resolveram parar, estavam liquidando, encerrando o Banco, e eles tinham uma equipe boa que fazia isso direito, que veio nos procurar e perguntar se nós tínhamos interesse. Nós examinamos e achamos que tínhamos interesse. Eles trouxeram entre 40 e 50 instituições menores que focam sub-custodiadas do Banco. E entraram, entrou muita gente, quer dizer, entrou BRASIL CENTRAL, entrou EURO, entrou DILLON, entrou... Muita gente veio trabalhar com a gente e outros maiores etc e tal. Depois isto começou a diminuir – o Senhor dá licença, eu esqueci de desligar – isso começou a diminuir, tendo em vista que para poder liquidar em Bolsa de Valores precisava um prêmio maior, então, passaram a trabalhar mais com o Bradesco e nós ficamos com um número menor. E fim de 2005, veio para o fim de 2005, nós resolvemos diminuir esse serviço, não nos interessava mais o serviço de Banco custodiante em

geral. Então, o caminho para não chegar todo mundo e dizer: “Olha, vou embora. Vocês me atenderam enquanto eu achei que era interessante, agora, vão andar”, a gente criou um outro método, a gente subiu o preço, que é uma forma indireta de você ir fazendo a seleção. E praticamente quase todas foram embora, ficaram quatro ou cinco

instituições, ou meia dúzia, que ainda entre são sub-custodiadas nossas entre as quais a EURO, continua e eu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor se lembra essas quatro ou cinco que continuam?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Eu não sabia dizer. Fundamentalmente eu sei a EURO por que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): A QUANTIA continua?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: A

QUANTIA não. Saiu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA):

A DILLON?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO:

A DILLON, não sei lhe dizer. A QUANTIA saiu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): A NOVINVEST acho que continua.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: A NOVINVEST acho que saiu, ficou WALPIRES, ficou a EURO. A EURO eu sei bem, porque eu tenho diariamente na minha mão o controle dos saldos de conta corrente. Então, como a EURO, às vezes tem mais dinheiro, eu posso dizer que a EURO é, porque eu vejo pelo saldo que elas, às vezes, tem saldo mais significativos no conta corrente. Eu diariamente eu tenho uma listagem de todo mundo que tem acima de 50 mil reais na conta, (...)Na minha mão

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Uma das coisas que chamou a atenção, é justamente o fato da boa parte dessas corretoras que estão sendo investigadas pela CPMI, especialmente àquelas que tiveram problemas com Fundos de Pensão, e aqui eu já citei três corretoras, EURO, QUANTIA e DILLON, elas eram clientes do Banco, o que não quer dizer nada--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Não --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Eu apenas digo que chamou a atenção, despertou curiosidade--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES

DE CARVALHO: Naturalmente, veja o seguinte, todas as distribuidoras e corretoras pequenas praticamente eram clientes do Banco, como um Banco custodiantes, por que foi um produto que nós vendemos. E, evidentemente, o Bradesco ou os Bancos grandes, não querem corretoras que deixam um saldo médio de cem mil reais ou 80 mil reais, ou 200 mil reais. Querem saldo médio de cem mil reais ou 80 mil reais, ou 200 mil reais. Querem que eles apliquem em CDBS e fazem isso e fazem aquilo. Para nós que éramos um Banco pequeno, você ter uma coleção de 50 instituições que na média me deixam 200 mil reais de saldo médio eu tenho dez milhões de depósitos disponíveis, que para nós, para o nosso tamanho, à época, hoje é um número menos significativo, mas à época, era significativo. Então, nós fomos buscar o produto porque ele nos parecia rentável, o que não significa dizer que nós temos qualquer coisa que ver com as operações que eles realizam, porque nós só registrávamos as operações, nós não participávamos das operações. Podemos ter participado esta ou aquela operação, porque participamos, mas em linha geral o Banco custodiante ele é o responsável pela liquidação financeira da operação, mas ele não participa na operação. Ele simplesmente registra. O registrar casado com a responsabilidade da boa liquidação, faz com que a gente olhe a origem dos depósitos. Porque eu quero saber quem está pagando, para saber se amanhã eu vou responder com minha conta reserva e aquele cheque que ele depositou não vai voltar. Então, você acaba entrando um pouco dentro da qualidade e do nome da clientela de cada um daqueles, que eticamente, a gente não ataca aqueles clientes, embora vários deles acabem clientes da gente como é natural, porque no correr do tempo a relação vai se fazendo o que você quer saber, mas como produto de sub-custódia, não como produto de operação. Quer dizer, nós não fazíamos em princípio, não fazíamos as operações para eles, alguém ir lá e comprar no mercado --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Não, na condição de custodiante--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES

DE CARVALHO: Banco custodiante ele tinha que registrar através de alguém ele ia lá e registrava através de nós.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Era um negócio bom para o Banco?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES

DE CARVALHO: Era um negócio interessante, no sentido de que nos rendia não muito dinheiro por mês, mas eles nos rendia um saldo médio de depósito, de vez em quando uma ou outra operação, entendeu?

Sendo que alguém oferecia para você participar, e além disso você tinha gente de todos os tamanhos. Não os grandes, mas médios e pequenos diversos, corretoras, distribuidoras, depois seguradoras, Fundos de Pensão, previdências privadas, e com isso, a gente conseguiu fazer um colchão razoável de depósitos seja em CDI, dinheiro em overnight, seja em operação de saldo em conta-corrente mesmo. A medida em que a gente cresceu realmente isso foi se tornando menos significativo para a gente e a gente foi desmanchando, saindo da operação porque ela é muito trabalhosa e ela envolve risco

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Quem é que administra a corretora de valores?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Quem administra a corretora de valores é o Flávio Rietmann

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): E a corretora de mercadorias?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: A corretora de mercadorias também é o Flávio Rietmann, os dois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Nos dois.

Ele também figura como sócio de ambas?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Ele não é sócio, ele é diretor, mas não é só sócio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Apenas diretor.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO:

Sócio somos nós, Luis Otávio e eu

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Certo. Quando a gente... O Senhor analisou o mercado de derivativos--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO:

Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA):-- Nos interessou saber o que estava por trás dos ajustes negativos feitos ao fim do primeiro dia das operações em que os Fundos de Pensão examinados estavam envolvidos. E uma coisa nos despertou, também curiosidade que foi verificar que a CRUZEIRO DO SUL CORRETORA DE MERCADORIAS

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Ela apresentou um percentual extremamente expressivo de concentração de ajustes negativos ao fim do primeiro dia quando estavam na operação o

NÚCLEOS, a POSTALIS, a PRECE, a REFER e a SERPROS

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Mas ajustes em que pregão? Em que mercado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): No Mercado BMF

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Mercado BMF.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Isso--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Em que dia o Senhor está--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Operando com derivativos--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Nós fizemos o corte no primeiro dia da operação.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Enão a operação ela começou no dia 19. Ela pode ter dito uma vida longa--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Nos interessou saber justamente o processo de atribuição dos valores ao fim apenas do primeiro dia.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): E quando analisada a performance dos Fundos de Pensão, em alguns casos, não é todos, mas em alguns casos percebo-se que determinadas corretoras, participando daquela operação, elas vão apresentar um resultado, elas as operações, de ajustes negativos extremamente expressivos para o Fundo. Quando a corretora está operando com outras instituições financeiras do mercado esses percentuais são completamente diferentes. Para o Senhor entender melhor, eu vou apresentar aqui os exemplos, eu vou cortar o da PRECE, porque nós não estamos autorizados a fazê-lo, que até seriam os maiores valores o Senhor pode ver aqui.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Tudo bem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Então, aqui nós temos o quadro dos ajustes negativos--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): -- E aqui nós temos o quadro dos ajustes positivos. Sempre a CRUZEIRO DO SUL CORRETORA DE MERCADORIAS, o código é esse aqui

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Certo? E o Senhor pode ver com a NÚCLEOS, a primeira aqui, o Senhor vê esse resultado de um milhão e 300 de atribuições negativas contra 196 mil de atribuições positivas. Isso significa que em 81% das operações, foram atribuídas ajustes negativos a NÚCLEOS correspondendo a 87% do valor negociado. E assim sucessivamente, POSTALIS, o Senhor pode ver aqui, são 06 milhões contra 836 mil, o Senhor pode ver os percentuais, a PRECE eu não vou citar o valor, mas o Senhor pode ver--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: A REFER--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --a REFER é praticamente insignificante. E a SERPROS também aqui com um milhão e meio mais ou menos, contra tem 98 mil. E só para a Senhor entender qual foi o nosso critério de análise, quando a gente verifica o desempenho da CRUZEIRO com os outros entes de mercado, a gente percebe que há uma padronização. Ou seja, está ali oscilando entre 45 e no máximo 60% das vezes, com atribuições de valores negativos ou positivos por essas instituições

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Deputado, eu teria que ver que operações são essas, porque elas geraram os ajustes negativos e quais foram as consequências das operações, porque realmente esses números para mim são completamente estapafúrdios, eu não consigo entendê-los nesse primeiro momento. Evidentemente, o Senhor tem uma data deve ter a data da operação--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA):-- Temos, nós temos todo o detalhamento --

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Não tem problema nenhum eu levanto e vou lhe explicar o que evidentemente, se isso é participação nesses Fundos, foram operações que eles fizeram em BMF, está certo? Ou comprando--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Pode ter sido tanto como carteira própria, como através de Fundos Exclusivos

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Pode ser. Eu não saberia lhe responder, evidentemente eu tenho que olhar cada operação, ver o que é esse ajuste, porque esse número não condiz com nenhuma realidade que eu conheça, de modo que eu teria que examinar. Sem nenhum proble-

ma também lhe mando essas informações, não creio que haja nada que seja irregular. Quer dizer, evidentemente, se um Fundo de Pensão mandou comprar um índice, e eu imagino que seja o quê? Isso é índice ou isso é o quê?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Ah, pode ser tanto índice como dólar futuro enfim...

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: É o que eu disse para o Senhor, a única coisa que a gente viu, que nós vimos aqui o ROLAND GARRO, no global ele foi ganhador. Quer dizer, ele pode ter perdido um dia, ter ajuste negativo e depois teve ajuste positivo, que é normal, isso dependendo da posição, o mercado varia para cima ou para baixo dependendo das decisões que tenham sido tomadas. Agora, eu teria que, sinceramente sem conhecer as operações eu não saberia te responder, mas eu lhe respondo isso com facilidade, não creio que haja dificuldade não

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Muito bem. Nós temos aqui uma de operações de CVS

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Os Senhores negociaram esse tipo de papel--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Alguma coisa negociamos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Com Fundações. Eu vou--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Deve ser, eu não tenho--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu vou mostrar aqui os detalhes ao Senhor, mas pelos levantamentos da CPI--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Tanto a PORTUS, como a PRECE, perderam expressivamente em operações desse tipo, onde se verifica a presença do BANCO CRUZEIRO DO SUL. Aqui não é nem a corretora é o Banco mesmo. O Senhor pode ver o BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A, eu não sei se o Senhor consegue enxergar. BANCO CRUZEIRO DO SUL, BANCO CRUZEIRO DO SUL. Aqui vem, BANCO CRUZEIRO DO SUL. BANCO CRUZEIRO DO SUL, enfim, nós fizemos um corte com relação ao BANCO CRUZEIRO DO SUL. Então, o que se verificou? Que a PORTUS teria perdido cerca de seis milhões e meio, ela sempre comprando o CVS por metade do preço. Quem que no Banco dava às ordens de compra ou venda desse tipo de papel?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Olha só, quem pode ter dado ordem para comprar é o comprador. Eu não posso admitir quem quer que seja tenha dado ordem para comprar. Se algum deles comprou a CVS, algum desses Fundos de Pensão que o Senhor está me mostrando, efetivamente a ordem foi dada pela própria Fundação, sem dúvida nenhuma. Eu tenho que levantar esses dados todos, mas eu não tenho dúvida. Quem é que poderia comprar? Nós não administrávamos essa carteira, como é que nós íamos comprar isso!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Porque o Senhor veja que existe nesse caso do CVS, duas realidades completamente distintas. Uma realidade é justamente a PORTUS comprando pela metade do preço--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --O que teria provocado seis milhões e meio de prejuízo. E uma outra realidade é justamente o seguinte, a EURO que já vem a negociação com a PRECE, ela passa para o BANCO CRUZEIRO DO SUL o CVS por 30% a mais do que havia sido praticado na cadeia anterior, ou nas cadeias anteriores e, depois, o BANCO CRUZEIRO DO SUL acaba ou vendendo ou comprando com Fundos de Exclusivos da PRECE.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Veja o Senhor o seguinte, efetivamente eu posso lhe garantir o seguinte, o BANCO CRUZEIRO DO SUL não ganhou nada desses números nenhuma das nossas empresas ganhamos esses números. Nós podemos ter comprado ou ter vendido, eu tenho que levantar os números, mas certamente nós não ganhamos seis milhões nem perdemos um milhão. Não existe isso. Se nós compramos vendemos por um preço e vendemos adiante, vendemos com um lucro absolutamente de mercado sem nenhuma posição, isso é simples. E eventualmente, nós não provocamos perda na posição. Claro que eu não compro e não vendo, senão por ordem do cliente. Agora, efetivamente, se o Banco é parte, e se alguém teve um prejuízo de seis milhões e meio, o pressuposto é que o BANCO CRUZEIRO DO SUL ganhasse os seis milhões do meio? Eu teria que ter--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --O pressuposto no caso da PORTUS é que a CRUZEIRO DO SUL estivesse ganhando --

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: --Pois é, mas a CRUZEIRO DO SUL não ganhou seis milhões e meio. Isso eu posso lhe garantir que não ganhou. Então, eu vou ver o que é isso--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --O pressuposto no caso da PRECE é que a CRUZEIRO DO SUL pudesse até perder --

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Olha, eu eu posso lhe dizer o seguinte eu vou ver esses números, evidentemente, mas isso é para mim tão fora de qualquer propósito, que eu sei que o grupo não ganhou. Uma operação que ganhasse seis milhões e meio eu saberia meio minuto depois, ou meio minuto antes de acontecer “Nós vamos ganhar”. Não existe isso, ou ganha ou perda. Isso tem alguma explicação que eu tenho que pegar a história para poder lhe dar, mas certamente não é isso que está, a conclusão que vocês chegaram. Possivelmente baseou-se em algum dado equivocado, ou em alguma informação incompleta, porque essa que está aí--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor pode ver o seguinte, que nós temos toda a base de dados--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Eu sei que o Senhor tem toda a base, mas o problema é o seguinte, como nós não ganhamos isso não tem forma disso estar correto, tem alguma coisa aí que eu preciso conhecer

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O que pode existir é alguma coisa dentro dessa cadeia, que nós aqui não conseguimos enxergar e que talvez o Senhor possa nos trazer as informações--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Pois é

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Mas o que está aqui visto, onde nós podemos colocar a nossa lupa é inquestionável

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Eu estou lhe dizendo que não seja inquestionável o que o Senhor viu. Eu estou dizendo o seguinte, deve estar faltando alguma coisa nessa história para justificar os números que o Senhor oficialmente tem e que não redundaram num resultado, que eles aparentemente deveriam redundar, em face dos dados que o Senhor tem. Certamente isso não aconteceu. Nós não ganhamos seis milhões e meio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu vejo inclusive que o CORREIO BRAZILIENSE no dia 22 de sete de 2004, publicou uma matéria relatando que a PORTUS teria tido prejuízos, pois pagou 15 milhões e meio por algo que valia aproximadamente nove milhões. A operação teria sido contratada no dia 17 de julho de 2004. A PORTUS entregou um lote de ações da ENERGISA HOLDING, proprietária da ENERGIPE, que já carregava há sete anos em troca de títulos do tipo CVSB, a operação ocorreu numa quinta-feira. Na sexta anterior esse mesmo papel era negociado

com deságio de 41% no mercado, pois naquele dia a PORTUS pagou por eles um ágio de 0,29%, ou seja, a PORTUS sofreu é o que eu me referia um prejuízo de seis milhões e meio. O Senhor Luiz Carlos Padro, Diretor-Financeiro da PORTUS, informou que a intermediação teria sido feita pelo BANCO CRUZEIRO DO SUL. Se o Senhor puder fazer um levantamento sobre essa negociação--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Posso. Essa negociação foi explicada inclusive ao CORREIO BRAZILIENSE, com os números das operações, com os valores que nós pagamos e por quanto vendemos o título. Realmente o nosso lucro foi absolutamente irrisório e inexpressivo dentro dos números que o Senhor está consignando aí. Nós compramos o papel por um preço e vendemos por um pouquinho maior, não me lembro exatamente quanto ganhamos, 50 mil, 20 mil, 30 mil, não me lembro mais, mas é um número que não tem nada que ver com esse número que está aí. Simplesmente nós compramos no mercado um papel que eles nos recomendou, e eu quase lhe garanto que eu tenho instrução escrita deles para fazer essa operação, mas eu não quero jurar que eu tenha, mas eu quase lhe garanto que tenho. E essa operação da ENERGISA, essa eu me lembro porque fui eu que falei com o CORREIO BRAZILIENSE, dei ao CORREIO BRAZILIENSE todas as explicações, entreguei a eles todos os documentos, essa operação não tem nada de irregular, do ponto de vista de que nós tenhamos enfiado um prejuízo na PORTUS e realizado o lucro, não é nada disso. Nós compramos o papel por um preço e vendemos a eles com uma pequena diferença, tivemos um lucro inexpressivo e aí tínhamos instrução dele, senão me engano por escrito, mas eu tenho que confirmar isso, mas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Então, a responsabilidade foi do dirigente da Fundação?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Eu lhe darei esses dados com precisão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Certo.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Certamente, por isso que eu estava dizendo, o Senhor disse: “Ganhou seis milhões e meio”. Eu digo: “Não ganhei seis milhões e meio. Eu tenho certeza que não ganhei”. Eu tinha certeza, agora, o Senhor falou DA operação ENERGISA, essa eu me lembro, porque do CORREIO BRAZILIENSE me ligaram para minha casa, sexta-feira de noite, eu ainda abri dados e tudo isso para pegar os elementos e dar a eles as informações. Eu fiz questão de dar todas essas

informações mostrando que a posição do Banco não era a que estava sendo aventada e efetivamente não é isso. Eu lhe darei os dados todos fique tranqüilo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conhece, ou já ouviu falar no Bruno Grain?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Bruno Grain já. Quem é Bruno Grain? Eu já ouvi falar, esse nome é não me estranho

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Ele foi Gerente de Investimento da REFER e ele foi acusado pela CVM de ter realizado dentre várias operações duvidosas, algumas operações com opção de compras de ação da TELEMAR que provocaram perdas para a REFER, no valor de 827 mil reais.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Certo. E parte dessas operações teria sido feita pela CORRETORA CRUZEIRO DO SUL, onde ele teria trabalhado em 1996--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Ah, ele trabalhou... Agora, eu já sei quem é, o Senhor falou o nome. Era um rapaz que trabalhou conosco no princípio, logo que nós começamos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Ele trabalhou. O Senhor teve acesso a esse processo da CVM?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Não Senhor porque--**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA):** Porque na não consta que o Senhor ou a corretora, figure como ré do processo--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Eu não sou parte do processo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Agora, não consta aqui que a corretora figure como parte, mas ela é citada. E o que realmente chamou a atenção, é o fato do Bruno Grain ter sido Gerente de Investimento da REFER nesse período do problema com a operação, e ele já ter trabalhado na CRUZEIRO DO SUL e já ter--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Quantos anos antes ele trabalhou na CRUZEIRO DO SUL?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Sim, alguns anos, quatro anos antes--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Quatro ou cinco anos --

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: --O Senhor falou no nome, eu digo, eu conheço o nome, mas eu não conseguia nem iden-

tificar quem era, não sabia nem que ele havia estado na REFER. Me lembro dele, um rapaz moço, agora, eu estou identificando quem seja, trabalhou conosco um tempo e não foi muito tempo e depois foi embora, foi para o mercado e eu me perdi completamente dele. Provavelmente a CVM apurou não achou responsabilidade, ou que merecesse a nossa responsabilidade ser avaliada e não deve ter aberto processo. Que eu saiba não há processo contra nós sobre isso na CVM

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Não.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Realmente não há. A CRUZEIRO DO SUL prestou algum tipo de serviço a QUALITY, no mercado futuro de dólar e de DI, entre janeiro e agosto de 2003?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Deputado, isso só vendo lá. Claro, a QUALITY era sub-custodiada nossa, eu não sei que tipo de serviço possa ter prestado é possível que sim, alguma coisa. Não sei de cor, eu não sei. Isso é a corretora de valores ou de mercadorias?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): A corretora de mercadorias, porque consta que a CRUZEIRO DO SUL teria com a QUALITY, intermediado negócios com LISBOA FIF, que é um Fundo gerido pela QUALITY ASSET, e também que teria participado de negócios com MONTE CARLO FIF, Fundo Exclusivo da PRECE, também gerido pela QUALITY ASSET.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Tanto LISBOA como o MONTE CARLO, esses dois Fundos--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: E o que nós teríamos feito?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --No mercado futuro de dólar. Eu vou explicar ao Senhor, seriam operações ocorridas entre 15 de janeiro e 29 de agosto de 2003, e esses Fundos teriam perdido um milhão 276 mil, 872 reais nessas operações. E quer dizer, o Fundo como comitente--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA):-- Uma parte, pessoas físicas como comitentes em outro

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): E entre perdas e ganhos teria uma diferença de um milhão, aproximadamente um milhão e 700 mil

reais. Eram Fundos geridos pela QUALITY, e que a corretora de mercadorias da CRUZEIRO DO SUL, teria intermediado essas operações no mercado de BMF--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Veja o seguinte--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Na verdade isso inclusive consta, só para que eu concluir, de um processo da CVM também

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Também não tenho conhecimento do processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Em que a QUALITY é ré--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: E Nós não estamos --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA):-- E os Fundos Exclusivos da PRECE também aparece

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Bom, se a CVM abriu processo e não nos incluiu, é o primeiro pressuposto de que a gente não tenha praticado nada irregular, senão fatalmente a CVM nos teria incluído. Evidentemente, se eu tenho um comitente que manda comprar dólar futuro ou vender dólar futuro, ficar posicionado, eu como corretora.

eu vou lá e cumpro as ordens. Eu não tenho que... Eu não vou analisar a qualidade da ordem, ainda mais quando freqüentemente isso são REDs(F) de posições de títulos cambiais, eu não tenho como avaliar isso, está certo? Nem devo. Eu sou corretor. Se alguém chega lá, se o Senhor fosse o meu cliente e chegasse e dissesse: "Olha, compre isso ou compre aquilo ou venda isso, eu quero ficar... Eu acho o que mercado vai subir ou descer. Eu quero fazer isso ou aquilo". Eu cumpriria a ordem, agora, eu não vejo, quer dizer, me parece que aí eu sou um mero corretor que cumpriria ordem de um cliente. É isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA):Éisso que eu quero saber, porque quando a gente percebe quem as pessoas físicas comitentes que ganham nessas operações, quem que aparece? O Marcos César de Cássio Lima ganhando um milhão 767 mil. O Davi de Jesus e o Fernandes, ganhando 819 mil. O Senhor senão sabe, eles são os dois sócios da QUALITY. Então, era a QUALITY gerindo dois Fundos Exclusivos da PRECE, de um lado da operação estava o Fundo Exclusivo da PRECE--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Do outro lado a [falas simultâneas] (...)--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Do outro lado estavam os donos da QUALITY como pessoas físicas e--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: --Agora, deixa eu lhe fazer uma pergunta. Esses clientes pessoas físicas também operaram via CRUZEIRO DO SUL?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Sim

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Ou a CRUZEIRO DO SUL era só corretora da QUALITY?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor pode ver, resumo das operações das pessoas físicas intermediadas pela CRUZEIRO DO SUL--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Eu não tenho... Eu vou examinar evidentemente, eu estou pronto a examinar tudo isso. O que eu posso dizer ao Senhor é o seguinte, provavelmente nós atuamos meramente como corretores. Tivemos ordem de vender e tivemos ordem de comprar e executamos, agora, eu tenho que ver os boletos, essas ordens, isso efetivamente. O meu pressuposto aí de tranquilidade é na medida em que a CVM abriu processo para examinar isso e não nos incluiu, teria incluído?

Incluiu por outras coisas muito mais simples, não vai incluir por isso se a gente tivesse qualquer conveniência

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Falando em processos de CVM --

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim, Senhor

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Eu tenho aqui um dos processos, o Senhor pode ver, onde levanta-se a possibilidade de manipulação de mercado com criação artificial de condições. E são operações na BNF, operação de derivativos--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim, essas eu conheço

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): E aparecem, como possíveis responsáveis dessas operações, nesse processo, o Senhor José Carlos Batista--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Não é cliente de corretora, que eu saiba

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor Wellington Silva Corrêa

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Também não é cliente da corretora, que eu saiba

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): A LAETA DTVM.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Essa foi sub-custodiada

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): A IPANEMA CCTVM.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Que eu acho que não é, não sei. Não juro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): A CORRETORA FER.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim, que também não é sub-custodiada nossa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): A BÔNUS-BANVAL

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Que eu também acho não é, nem nunca foi. Não juro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): E o CRUZEIRO DO SUL.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim. Bom, no caso do CRUZEIRO DO SUL que é o que eu conheço, que eu trouxe até os elementos para o Senhor se o Senhor quiser ficar com eles --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): --Acho bom até para nós fazermos constar oficialmente da--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: --Isso. O que acontece é o seguinte, existe um relatório de sete volumes analisando essas operações. E, o CRUZEIRO DO SUL é acusado de ter sido o corretor do BANCO RENDIMENTO, na operação em que o BANCO RENDIMENTO fazia um box de dólar. Ele estava, isso foi 2002, ao que eu saiba ele estava largamente comprado em dólar e teria feito uma posição de box vendido em dólar. Essas operações completadas geraram, essas três operações, geraram para ele um prejuízo de 400 e poucos mil reais, globalmente, o que para um Banco do tamanho do BANCO RENDIMENTO não tem nada de anormal. O BANCO RENDIMENTO é um cliente nosso de muitos anos, era

antes, continua. Montou essas operações, nos pediu para registrar, é box flexível, nós fizemos exclusivamente o registro da operação, como se faz no box flexível. Foi feito um processo de... Uma análise pela BMF, dentro de uma análise que a BMF faz frequentemente para a CVM, eu fui chamado e prestei os esclarecimentos todos. Depois para a minha surpresa nós fomos envolvidos no inquérito. Esse processo administrativo, o processo sancionador, a acusação que pesa contra a CRUZEIRO DO SUL é de que não

é crível, que ela não soubesse que havia no mercado uma mancomunação. Não há nenhuma acusação contra qualquer ato da CRUZEIRO DO SUL. Não há nenhuma acusação contra qualquer prática irregular da CRUZEIRO DO SUL. A operação era normal. O cliente comportava. Os volumes eram compatíveis. A ordem foi executada. Se existe no mercado 50 ou 60 ou 70 operações que no final fecham. Eu não tenho como ver, eu fiz três operações. E a acusação, exclusivamente, é que não é crível que o CRUZEIRO DO SUL não soubesse que no mercado havia alguma coisa montada, em que a SÃO PAULO CORRETORA seria a parte principal etc

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Isso

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Nós... Eu estive pessoalmente com o Presidente da CVM quando recebi a intimação. E estive para dizer a ele da minha indignação de estar envolvido num processo administrativo que afeta a credibilidade de instituição, simplesmente com a frase que: "Não é crível que eu não soubesse", mas não se alinha nenhum fato irregular. Isso nós custou bom dinheiro, porque tivemos de contratar advogados que não baratos, etc e tal. O advogado que nos defendeu foi o ex-presidente da CVM, Dr. Cantidiano. E eu vou passar às mãos da Comissão a defesa que ele fez nossa, aonde ele na verdade, não só pede a exclusão liminar nossa do inquérito por absolutamente sem sentido, como além disso ele mostra com toda a evidência que não há nada de que nós tenhamos nos envolvidos. Eu não sei se preciso juntar, se convém juntar ou não o relatório final, às conclusões da CVM aonde eles nos acusam, que estão aqui também, aonde eles acusam a nós e a todo mundo, está certo?

Em que na verdade, eu vou me dar a liberdade de marca é que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Esse documento nós temos

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: --O Senhor tem esse documento?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Temos

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: --E tem a defesa nossa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): É bom o Senhor deixar a defesa

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: A defesa está aqui, está assinada pelo Dr. Cantidiano, ex-presidente, em que ele: "Face o que foi argumentado, especialmente à vista da inexistência de qualquer prova que possa confirmar a incoerência a incoerente suspeitas dos subscritores do relatório de

acusação, fundada apenas num ilógica e gratuita dedução que não seria possível crer que os defendentes conhecessem o esquema que, segundo apurado no processo, teria sido armado por terceiros para permitir a transferência de ganhos e obtenção de prejuízos entre agentes do mercado, deve o presente processo ser sumariamente arquivado, etc e tal”. Eu queria passar às mãos de Vossa Excelência para deixar isso aí, porque realmente não me parece que tenha esse caso, e nesse caso eu trouxe realmente isso, porque eu imaginei o que Senhor pudesse me perguntar alguma coisa a respeito. Não tem nenhum sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Lúcio Bolonha Funaro é cliente do Banco do Senhor, não é?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: É sim Senhor, ele é depositante do Banco, ele...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor não prefere tomar uma água?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Perdão, eu estou muito gripado. O Lúcio é cliente, ele...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Ele na pessoa física, não é isso?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Pessoa física. E é cliente também a SINGULAR que é uma empresa dele

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor considera ele um bom cliente?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Do ponto de vista comercial sim. Ele é um cliente que usa a linha de crédito, portanto, que nos deixa ganhar nos juros que a gente empresta através da SINGULAR, que é uma empresa de factoring. Ele é um cliente com saldo médio razoável. Ele nunca nos deu problema em termos de qualidade nas operações. E eu lhe diria que ele é um bom cliente, dentro desse sentido

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): O Senhor conhece ele pessoalmente?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Conheço. Estive com ele algumas vezes, umas três ou quatro vezes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Mas só a partir do momento que ele passou a ser cliente do seu Banco?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Só. Idêntido hoje. Eu pessoalmente. Quer dizer, na verdade, que eu saiba, o contato com o Lúcio Funaro com o grupo, se deu através de que era cliente forte de diversas dessas distribuidoras e corretoras que serem sub-custodiadas nossas. Como

a gente tem responsabilidade na liquidação das operações, a gente muitas vezes via o cheque etc e tal de quem vinha, qual era o caminho. Ele acabou se aproximando da gente e acabou cliente da casa

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-BA): Eu agradeço. Deputado Jorge Bittar, Vossa Excelência tem a palavra.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Desculpe Deputado, eu estou meio engasgado aqui.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Na verdade, eu vou ser breve. Apenas a vontade de ter um esclarecimento adicional em relação a essa questão dos títulos públicos.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Pois não.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Negociação de títulos públicos. O Senhor durante a sua apresentação, o Senhor disse que dentre outras coisas, foi dealer do Banco Central --

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Fui.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Então, o que me faz crer, por tudo que o Senhor disse, por tudo que eu ouvi do Senhor, que o Senhor tem larga experiência no mercado financeiro e particularmente no mercado de títulos públicos. Não sou especialista nisso, sou um interessado e, enfim, tenho acompanhado atentamente todo esse trabalho. Sempre me interessei pela matéria econômica, orçamentária e, portanto, os temas financeiros também em decorrência disso. E percebo que operações em mercado futuro, guardam sempre uma certa dose de incerteza, enfim, são propriamente operações de risco, que por muitas vezes são operações de proteção de outras--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Carteiras

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): --Outros investimentos. Proteção de carteira e coisas do tipo. Operações com alguns títulos, como é o caso dos CVs, como é um mercado não tão grande--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: É muito pouco transparente o mercado pequeno fica difícil--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Exatamente--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: --De mensurar valor.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): O Senhor, então, percebeu exatamente o que eu quero dizer. O mercado de títulos públicos é um mercado muito sólido, muito estabelecido--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Sim.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): --E quero crer que não é difícil se avaliar, se uma determinada oferta de títulos a um determinado valor, se aquele valor é um valor razoável de mercado ou não, se é um valor justo, equilibrado de mercado ou não, para aquele título naquele dia. E me chama a atenção, nessas operações, como outras que nós vimos aqui, em que há operações realizadas no mesmo dia, com o mesmo grupo de títulos, essas aqui são com NTN-B, títulos do tipo NTN-B, em que há uma discrepância de 40% no valor unitário de cada título, em que uma instituição compra por 100 e vende por 140, nesse dia. O Senhor --

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Veja o seguinte--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): O Senhor acha que é possível isso--

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: --Olha, --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Como uma operação normal?

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: --Nos títulos --

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): É dúvida mesmo, sinceramente

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Não, não, deixa eu lhe dizer o seguinte. Evidentemente, 40% é um número que assusta qualquer um. Eu não seria ingênuo de dizer ao Senhor: “Não, 40% é natural”. Não. Não é. É claro que não é natural. Isso é evidente. Agora, há títulos públicos de prazo de vencimento muito longo atrelado a indexadores de diversos tipos. Alguns deles, outros há outros, em que na verdade, você fica muito sem parâmetro de preço no mercado. E, sobretudo, se eles forem títulos de prazo muito longo, com taxa de juro embutida, de repente, o valor presente desses títulos é muito discrepante, mas na verdade, a rentabilidade deles é muito parecida. Porque o Senhor imaginar, digamos que eu estou vendendo um título a IGPM mais sete por cento ao ano. E o outro está vendendo a IGPM mais oito por cento ao ano, que não é uma disparidade tão alucinada para um título de investment grade. Se o Senhor projetar isso até 2045, esse um por cento ao ano, projetados por 40 anos são 40% de diferença. Não é isso, eu não estou justificando, nem dizendo que é este o caso. Então, há momentos em que papéis que não tem liquidez constante, que não tem pesquisa de mercado, que a gente não está com o número na mão, porque os títulos até 2009 e 2010, agora e, recentemente, abriu a liquidez, você está trabalhando até 2010, 2011,

2012, mas até um ano atrás você trabalhava era 2006, 2007, 2008 e acabou, está certo? Então, os títulos de 2032, 2041, 2045, são títulos de mensuração de valor difícil e que as diferenças no preço original de partida parecem, às vezes, muito grande, que não tem nada que ver com na verdade, a diferença efetiva de rendimento do título. Então, eu me prometi, prometi e vou fazer, levantar esses dados todos. Eu acho que 40% é um número que em princípio assusta, sem dúvida nenhuma, mas quero ponderar, que títulos de longo prazo podem ter diferenças muito significativas na partida. De outro lado, a gente normalmente vende porque tem ordem de compra, ou compra porque tem ordem de venda, etc e tal. E a corretora, ou grupo, efetivamente, não gerou lucro nessas operações que se mostrassem compatíveis ou razoáveis, em face dessa aparente discrepância de número. Então, a postura, principalmente, quando eu disse aqui seis milhões e meio não é seis milhões e meio hora nenhuma, tenho certeza disso. E, depois casualmente era a operação da ENERGISA e, essa como eu tinha respondido eu sabia o que era. É freqüente haver nesses títulos de longo prazo uma diferença significativa de preço de partida, em função de relativamente pequena diferença de rentabilidade do futuro. Claro, 40% me preocupa eu vou levantar os dados, mas certamente tem alguma explicação, ou nós recebemos a ordem: “Compre o título tal a preço tal, é de mercado, quero comprar”. Fomos lá e compramos para entregar. Agora, eu teria que levantar esses dados Dr. Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Agora, um dos problemas que eu pude identificar é que não há também registros com base em tecnologia da informação que permita tomar como parâmetros às operações que são realizadas cotidianamente no mercado, tal como existe no caso da Bolsa de Valores.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Em primeiro lugar evidentemente, eu tenho algumas coisas que eu possa ir buscar no SELIC. E, os títulos que têm muita negociação isso aí eu não preciso buscar, você está com eles no mercado você está com eles presentes-

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Não tem cotidiano.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO: Não tem cotidiano. Esses títulos de longo prazo não tem negociação diária, é semanal, quinzenal, passa um mês, são esporádicas as operações.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sei.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES

DE CARVALHO: Então também perde sentido o parâmetro. Então, você chega a um cliente e diz: “Compre, tem título tal, eu quero comprar IGPM mais sete e meio por cento ao ano”. Se você disser sete e trinta ou sete e setenta e eu vou vender, honestamente, eu não vou parar para raciocinar se os sete e trinta ou sete e cinquenta... É tão pequeno aparentemente isto, mas na hora que o Senhor reduz a preço de valor presente-

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Claro.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES

DE CARVALHO: É muito dinheiro.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Para um período de tempo muito longo.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES

DE CARVALHO: Este que é o grande problema e a grande dificuldade. Eu posso lhe dizer que eu tenho até pleiteado muito o Banco: “Olha, operações acima de 2012, eu quero que vocês parem duas vezes para pensar. Recheia, vê, senão tem alguma coisa de estranho, porque essas discrepâncias começaram sobretudo a surgir, a partir do momento em que a Comissão começou a investigar, isso foi para os jornais, você começa a despertar para algumas coisas em que, na verdade, quando você está numa ponta uma ordem--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sei.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES

DE CARVALHO: “Tem um IGPM a sete e cinquenta, está bom?” – “Está bom”. O sujeito quer você vende. E, às vezes, sete e cinquenta poderia ter comprado a sete e setenta ou a sete e oitenta. Sinceramente sem parâmetro de preço, sem mercado constante, fica difícil. O parâmetro de preço é sempre do mercado secundário a hora que você não tem mercado secundário você perde o parâmetro de preço.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Era isso que eu gostaria de ter como informação. Muito obrigado.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES

DE CARVALHO: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ACM NETO (PFL-

BA): Eu agradeço a presença do Deputado Jorge Bittar. Agradeço a colaboração do Senhor Luís Felipe Índio da Costa, da Senhora Ângela Celeste de Almeida Costa, do Senhor Luiz Fernando Pinheiro Guimarães de Carvalho. E, nada mais havendo a tratar eu declaro encerrada a presente sessão.

SR. LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES

DE CARVALHO: Muito obrigado.

*Sessão encerrada às 17h43 Ata e NT
Reunião*

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO

**Ata da 23ª Reunião, realizada em 09/03/2006
e 10/03/2006.**

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às dez horas e trinta e um minutos, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, com a presença do Senador Romeu Tuma, e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar e Carlos Willian, reúne-se a SUB-RELATORIA FUNDOS DE PENSÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos informando que a presente reunião destina-se à oitiva do senhor Leonardo Paes Borba (Sócio da NK) e à acareação dos senhores Paulo Roberto Almeida Figueiredo, Gildásio Amado Filho e da senhora Fabiana Carneiro Carnaval. O presidente informa que a ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa para votação. Aprovada. O Presidente convida o senhor Leonardo Paes Borba (Sócio da NK) para compor a mesa, informa que o depoente vem acompanhado de seu advogado o Dr Dárcio Vieira Marques OAB/RS nº 3806 e em seguida procederá à acareação. O Sub-Relator informa ainda que será necessária uma interrupção nos trabalhos, pois dentro de instantes haverá uma reunião entre o Presidente, Vice-Presidente, Relator e Sub-Relatores desta CPMI, na qual ele deve participar pelo menos de seu início. Com a palavra o senhor Leonardo Paes Borba que faz uma breve apresentação pessoal e profissional. O Sub-Relator inicia seus questionamentos ao depoente. Às dez horas e cinquenta minutos a reunião foi suspensa e será retomada dentro de alguns minutos. A reunião foi reaberta às onze horas e trinta e sete minutos. O Sub-Relator comunica a todos os presentes que recebeu um documento do advogado da senhora Fabiana Carneiro Carnaval que tenta jus-

tificar a ausência da mesma, por não poder faltar em seu novo emprego sob pena de perdê-lo. Porém, o Deputado ACM Neto, afirma que essa justificativa é inaceitável, conversou com o Secretário da Comissão e este está tomando as devidas providências para que ela esteja aqui de forma coercitiva, preferencialmente hoje à tarde ou, caso não seja possível, amanhã pela manhã. Os senhores Paulo Roberto Almeida Figueiredo e Gildásio Amado Filho aguardarão no hotel onde estão hospedados e retornarão a este plenário amanhã na condição de testemunhas para a acareação. O senhor Gildásio esteve acompanhado de seu advogado, o Dr Arthur Lima Guedes OAB/DF nº 18073. O Sub-Relator continua com a oitiva do senhor Leonardo Paes Borba. Terminado o depoimento do senhor Leonardo Paes, a reunião está novamente suspensa, às doze horas e vinte e seis minutos, para que se possa firmar um entendimento quanto à acareação prevista, para agora à tarde ou se adiada para amanhã. Às dezoito horas, o Sub-relator suspende a reunião e informa que a mesma será reiniciada amanhã às dez horas para acareação dos senhores: Paulo Roberto de Almeida Figueiredo, Fabiana Carneiro Carnaval e Gildásio Amado Filho. A reunião é reaberta às dez horas e onze minutos do dia dez de março de dois mil e seis. O Presidente convida os três depoentes da acareação para tomarem assento à mesa e informa que a senhora Fabiana vem na condição de investigada e acompanhada de seus advogados o Dr. Fernando Thompson Bandeira OAB/RJ nº 77243 e o Dr Marcos Thompson Bandeira OAB/RJ nº 98475. Apesar de terem assinado o termo de compromisso, o senhor Gildásio Amado Filho e o senhor Paulo Figueiredo, ficarão dispensados da assinatura do mesmo, pois na altura em que se encontram os trabalhos desta CPMI é interessante enquadrar os três como investigados. O Sub-Relator pergunta aos depoentes se querem fazer alguma consideração inicial antes de começarem a ser inquiridos e todos disseram que não. O Deputado ACM Neto inicia seus questionamentos aos três investigados. O senhor Paulo Figueiredo faz uma leitura de alguns pontos da Instrução Normativa da NUCLEOS, que tratam das contratações de funcionários na empresa supracitada e entrega cópia da mesma à Comissão. O Deputado ACM Neto continua a inquirir os depoentes. Com a palavra o Deputado Carlos Abicalil que faz algumas considerações a respeito da composição da Diretoria da NUCLEOS, entre outros aspectos. O Senhor Paulo Figueiredo afirma em seu depoimento que disponibiliza espontaneamente a quebra de seus sigilos, dos sigilos de sua esposa, e de qualquer pessoa de sua família que seja necessário. O Sub-Relator informa que encerrará a presente reunião e retornará aos trabalhos para abertura da 24ª Reu-

nião, às quatorze horas e trinta minutos. Encerra-se a presente reunião às quatorze horas e seis minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aberta a 23ª Reunião da Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº3 de 2005, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Sobre a mesa a Ata da Reunião anterior, a qual coloco em votação propondo a dispensa da sua leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovada. Esclareço que a pauta dessa Reunião destina-se à oitiva do Sr. Leonardo Paes Borba e à acareação entre os Senhores, Paulo Roberto de Almeida Figueiredo, Fabiana Carneiro Carnaval e Gildásio Amado Filho. Por uma questão de procedimento, eu vou iniciar os nossos trabalhos convidando o Sr. Leonardo Paes Borba, a fim de que ele possa prestar seus esclarecimentos e, em seguida, logo quando da finalização do depoimento do Sr. Leonardo, nós aí procedemos a acareação. Mesmo porque, vale ressaltar, que a Srª Fabiana Carnaval ainda não se encontra presente, porém o seu Advogado nos garantiu que aqui ela estará em breve. Informo que é possível que haja uma breve interrupção porque estamos fazendo uma Reunião concomitante do Presidente, do Relator e Sub-Relatores e acertei com o Senador Delcídio que quando a Reunião estiver para começar, ele pode me acionar afim de que eu possa, pelo menos, participar do início dessa Reunião. O Sr. Leonardo Paes Borba comparece a esta Comissão na condição de testemunha e, como tal, já assinou o termo de compromisso que se encontra sobre a Mesa. Se faz acompanhar de seu Advogado, Sr. Dácio Vieira Marques, OAB 3806. Sr. Leonardo, como de hábito, eu gostaria de conceder a palavra a V. Sª a fim de que o Senhor possa fazer a apresentação inicial, dispondo a sua qualificação profissional, seu histórico de atividades profissionais e a fim de que, também, o Senhor se sinta à vontade para prestar qualquer tipo de esclarecimento que considere oportuno para a condução dos nossos trabalhos. Então V. Sª tem a palavra desde já, para sua apresentação.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Bom dia a todos. Eu trabalho no mercado financeiro, eu entrei a, apro-

ximadamente, dez anos, em 1995, numa Corretora de Valores. Desde então assumi funções básicas de uma Corretora de retaguarda na área de Custódia, Renda Fixa, Carteira de Ações, Clubes de Investimentos. E aos poucos fui angariando outras funções e, a partir de, aproximadamente, uns dois ou três anos depois da minha entrada na Corretora, eu comecei a exercer funções de Operador do Mercado Financeiro onde, basicamente, a gente intermedia clientes nossos, na compra e venda de Títulos e Valores Mobiliários. Basicamente, o meu foco, desde o início da Corretora, sempre foi na área de Títulos Públicos, não muito na área de Valores Mobiliários, onde eu atuei, é claro, mas não com muita ênfase. Ao longo desses sete anos como Operador de Bolsa e de Títulos de Renda Fixa, evolui em termos de, como chama assim, de captação de clientes, onde tem uma carteira de clientes, na qual eu atendo pessoas físicas e jurídicas. Dentro da Corretora assumi algumas funções ao longo deste tempo, de organização do complexo de uma Corretora, que são normas internas de uma Corretora que são exigidas pela CVM. E, mais recentemente, basicamente no final do ano passado, aí fui eleito Diretor da Corretora. Então, lá na Corretora onde eu trabalho existem dois Diretores, eu fui eleito agora no final do ano passado e o outro Diretor já trabalha, praticamente, há uns dois anos nesta função. Que é onde eu estou até hoje. Não sei se...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é o nome da Corretora que o Senhor trabalha hoje?

SR. LEONARDO PAES BORBA: DIFERENCIAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): DIFERENCIAL. Desde que ano o Senhor trabalha na DIFERENCIAL?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Eu entrei em 1º de dezembro de 1995.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 1995. Durante esse período, paralelamente às atividades que o Senhor realiza na DIFERENCIAL, o Senhor exerceu algum tipo de outra atividade, acumulou alguma outra forma de auferir renda, participou de algum outro tipo de negócio?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Não, nesse período só trabalhei na Corretora DIFERENCIAL. Claro, um Operador Autônomo, quando atinge essa condição, ele pode prestar serviços a outras Corretoras, eventualmente. Mas, normalmente, a gente fica vinculado mais a uma Corretora do que a outra e, a partir de 2002, a CVM começou a regulamentar o nosso Mercado, que

até então não era regulamentado, exigindo, dos Operadores Autônomos, uma certificação. Essa certificação, num primeiro momento, era adquirida através de exames feitos pela ANCOR; se a gente atingisse, se a gente passasse nestes exames, a gente tinha essa certificação. A partir desse momento, da certificação, os Operadores de Bolsa passaram a constituir empresas para prestar serviço às Corretoras de Valores. Ou seja, a gente não trabalha na Corretora na condição de funcionário ou um Operador Autônomo diretamente a ele. Nós prestamos serviço à Corretora através de uma empresa que é constituída com esse registro da CVM. Tanto, como chama, o dono da empresa quanto a empresa é certificada pela CVM. Então, hoje em dia, não pode, um Operador de Bolsas ou de Títulos, operar no Mercado sem ter a certificação da CVM, própria, física, ou de sua empresa, que empresta serviço à instituição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem são os proprietários da Corretora DIFERENCIAL?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Os proprietários são: o Sr. Hélio Jorge Corá e Sr. Hans Wiesbauer Corá. Desculpe. Hans Wiesbauer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Hélio Jorge...

SR. LEONARDO PAES BORBA: Hélio Jorge Corá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Corá?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Corá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. LEONARDO PAES BORBA: E Hans Wiesbauer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que o Senhor conheceu o Sr. Ricardo Nakatsu?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Bom, o Nakatsu, ele é um Operador de Mercado, conheci ele no mercado financeiro em negociações. O Mercado, como falei, o Mercado que eu trabalho é, basicamente, o Mercado de Títulos Públicos que é o Mercado, que a gente chama de Mercado de Balcão, onde o relacionamento, os negócios são relacionados no telefone e entre Corretores de Valores. Diferente, por exemplo, do Mercado de Bolsa, onde as operações, as ordens de compra e venda de ações são colocadas num terminal, onde existe uma certa frieza, vamos dizer assim, porque tu não está em contato verbal com a outra ponta. No Mercado de Títulos os negócios são fechados, como a gente chama, no Mercado de Balcão, são fechados no telefone. Nessa forma de negociação, tu passa a ter

relacionamento com as pessoas, passas a ter relacionamento com os Operadores. E o Ricardo Nakatsu, ele foi para Porto Alegre mais ou menos há uns, não sei, não posso lhe informar com precisão, mas acredito que 1996, 97, aproximadamente, faz uns oito ou nove anos que ele está em Porto Alegre, foi quando, basicamente, conheci ele, assim, porque ele passou a atuar às vezes pela DIFERENCIAL, também, fazia negócios com a DIFERENCIAL. Só, desculpe, só concluindo, assim, em alguns momentos, nesse Mercado que eu atuo mais forte, existe uma sazonalidade de negócios no mês de setembro. Então, nesse período, onde a gente tem um contato mais próximo de negócios, basicamente, onde se fala com bastante frequência. Fora do mês de setembro, os negócios esfriam um pouco, porque nos Títulos que eu negocio, existe essa sazonalidade. Não que a gente trabalhe só em setembro, mas é que existe uma ênfase maior em setembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabe dizer onde é que o Senhor Ricardo Nakatsu residia antes de se mudar para Porto Alegre?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Ele é de São Paulo. Eu sei que a família mora numa cidade do litoral de São Paulo, que é Itanhaém. Mas eu não sei lhe dizer se ele morava na cidade de São Paulo ou morava em Itanhaém antes de vir para Porto Alegre. O Nakatsu, antes de eu conhecê-lo, eu sei que ele passou pelo BRADESCO, não sei se como Operador Autônomo e foi Diretor de uma Corretora que eu não recordo bem o nome, mas isso faz muitos anos, é só a história que eu vi contar dele, não, não...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor não sabe o nome da Corretora que ele foi Diretor?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Eu posso descobrir com facilidade, é só eu falar com algumas pessoas, eu já ouvi esse nome, mas não recordo, até porque é uma Corretora que não existe mais, faz muitos anos que ela fechou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu gostaria de solicitar a V. S^a que enviasse todos os esforços no sentido de tentar levantar essa informação e nos encaminhar à CPI.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Claro, sem problemas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor só conheceu o Ricardo Nakatsu quando ele passou a residir em Porto Alegre.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou o conhecia antes?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Não, passei a conhecer quando foi para Porto Alegre.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, nas operações de Mercado, naturalmente, os Senhores tinham o hábito de atuar no mesmo nicho, daí se conheceram e passaram a ter uma relação de caráter profissional.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando é que o Senhor Ricardo Nakatsu lhe convidou para participar da empresa NK PARTICIPAÇÕES?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Foi no final do ano de 2003. Setembro ou outubro de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor figurou no primeiro contrato social da NK?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quantos por cento da empresa o Senhor possuía?

SR. LEONARDO PAES BORBA: 1%.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o Ricardo Nakatsu lhe convidou, quais foram as bases que ele colocou? Porque, mesmo com apenas 1%, nós sabemos das exigências legais onde uma empresa desse tipo, com essa qualificação e com esse expertise, ela não pode, necessariamente, ter apenas um sócio, então, nós sabemos, portanto, que do ponto de vista legal, era preciso que mais de uma pessoa figurasse no contrato social, mas ainda assim, mesmo com apenas 1%, eu presumo que o Sr. Ricardo Nakatsu, quando chamou V. S^a, deve ter lhe oferecido algum tipo de vantagem, deve ter lhe proposto algum tipo de retorno, deve ter lhe colocado alguma base de vantagem para que o Senhor aceitasse emprestar o nome para figurar no contrato social da empresa. Como é que se deu? Eu queria, com máximo de detalhe possível, como é que se deu esse processo de entendimento entre V. S^a e o Senhor Nakatsu, que redundou, que resultou na composição social da NK Participações.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Perfeito. Eu só pediria, assim, que eu voltasse um pouco no tempo, um ano atrás, para explicar, com detalhes, como é que funciona, porque desse formato. Essa certificação da CVM, ela se iniciou em 2002. O primeiro exame feito pela ANCOR foi em março de 2002, onde, praticamente, todos os Operadores do Mercado, de modo geral, de todas as Corretoras e instituições financeiras, fizeram

esse exame. Lá onde eu trabalho, todo mundo que fez, apenas três pessoas que passaram, fui e mais dois colegas meus. E o Ricardo, na ocasião, não passou nessa certificação, nesse exame. Tão logo...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor me perdoe, foi um problema de caráter excepcional, mas V. S^a tem a palavra novamente.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Bom. Como eu estava falando, essa certificação que teve em 2002, na realidade, não foi um único exame feito pela ANCOR e nunca mais teria esse exame, porque a própria CVM sabia que não adiantava, de uma hora para outra, regulamentar o Mercado com uma prova e, dali para frente, todo mundo que fosse, estive certificado, continuaria operando e quem não tivesse certificado teria que sair fora do Mercado, que aí o Mercado entraria em colapso, porque um grande número de pessoas não passou. Então ela, a CVM, promoveu esses exames, mas com regularidade, acredito, que semestral, ou seja de 6 em 6 meses existia um exame desse na ANCOR. O Nakatsu fez o primeiro, não passou, fez o segundo também não passou e se não... e, se não me engano, no terceiro ele passou, isso deve ter sido, provavelmente, na metade de 2003. Na ocasião do primeiro exame eu, como Operador da Corretora, eu tive que constituir uma empresa, então eu, como só tinham três pessoas, na Corretora em que eu trabalhava, tinham passado nesse exame, eu fiz uma empresa com um colega meu, uma empresa que ele tinha 50% e eu tinha 50% e a gente dividia os negócios. E entrei--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era a empresa?

SR. LEONARDO PAES BORBA: O nome da empresa era LBMO, na realidade, eram as iniciais dos dois nomes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): LBMO.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Hã, hã.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era do Senhor com quem?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Marcelo. Marcelo Oliveira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Marcelo Ribeiro?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Oliveira, Oliveira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Marcelo Oliveira. Sim, pois não.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Que era uma empresa que atuou no Mercado, quer dizer, tanto eu quanto o Marcelo, nós atuávamos no Mercado, ele mais na parte de Bolsa e eu mais na parte de Renda Fixa e essa empresa era a empresa que era responsável por emitir Notas contra a Corretora para receber as comissões dos negócios que a gente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor pode falar um pouco mais próximo do microfone senão fica difícil.

SR. LEONARDO PAES BORBA: E essa empresa era responsável por receber as Notas, desculpe, era responsável por emitir as Notas contra a Corretora para recebimento das comissões dos negócios por nós realizados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Contra a Corretora DIFERENCIAL.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Contra a Corretora DIFERENCIAL ou, se por ventura, a gente fizesse algum negócio numa outra Corretora, a gente emitiria esta Nota numa outra Corretora. Nessa mesma ocasião eu fiz também uma sociedade, também no ano de 2002, uma sociedade com uma outra empresa chamada OPEN INVESTIMENTO que é de um outro colega meu que passou, também, nesse exame, só que essa é uma empresa exclusivamente dele, na qual eu entrei com 1%, apenas para viabilizar a empresa dele. E como eu falei, três pessoas lá passaram nesse exame, que fui eu, o Marcelo e o Ricardo. Eu constitui uma empresa com o Marcelo e entrei com 1% na empresa deste Ricardo, para viabilizar a empresa dele, porque ele precisava que a empresa dele tivesse certificação e não existia mais nenhuma outra pessoa que trabalhasse em parceria com ele que tivesse passado no exame. Aos poucos, ao longo dos anos, dos semestres, as pessoas foram fazendo os exames da ANCOR para obter a certificação e, quando o Ricardo passou nesse exame, que eu não consigo lhe precisar a data deste exame, ele me convidou para ser sócio da empresa dele, no mesmo formato dessa empresa chamada OPEN, que era apenas para viabilizar a empresa. Na ocasião o Ricardo colocou que existia um amigo dele, que eu, na época, desconhecia, que era um amigo dele de São Paulo, que seria sócio definitivo dessa empresa. Como ele precisava abrir logo esta empresa para poder começar emitir as Notas dos recebimentos das comissões dos negócios que ele fazia, eventualmente na DIFERENCIAL ou em outras Corretoras, ele pediu que eu fosse um sócio provisório até que... posso continuar? Até que esse amigo dele passasse no exame da ANCOR e recebesse a certificação da CVM e a gente faria uma

alteração contratual, onde eu sairia da sociedade e entraria um novo sócio. Não sei qual seria a proporção da sociedade desse novo sócio, seria uma empresa com uma sociedade de 50%/50% ou seria um outro sócio que figuraria também com 1% da empresa. Aí que se constitui a empresa neste formato. E claro, ao longo desses, desde 2002/2003, por todo o mercado financeiro estavam sendo constituídas empresas para viabilizar o recebimento das comissões por parte dos Operadores contra as Corretoras de Valores e Bancos que faziam negócios.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero pedir desculpas e informar que teremos uma breve interrupção, para que eu possa participar dessa Reunião com o Senador Delcídio e o Deputado Osmar e os Sub-Relatores, que eu estimo não demorar mais do que 15 minutos, mas, por enquanto, a Reunião vai ser suspensão e tão logo eu possa, eu vou retornar e aí nós retornaremos o nosso trabalho, muito obrigado. Está suspensão a Reunião.

Suspensa a Sessão às 10h51

Reaberta a Sessão às 11h37

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Declaro reaberta a nossa Sessão, pedindo licença ao nobre depoente para dar conhecimento a essa CPMI que nós recebemos um comunicado do Sr. Thompson e Moraes, Advogado da Fabiana Carneiro Carnaval. Eu gostaria de ler, aqui, apenas um parágrafo, que tenta justificar a ausência dela. Diz o seguinte: “Entretanto justamente por estar há menos de um mês trabalhando em seu novo emprego não pode correr o risco de perdê-lo por faltas, pois dele depende para garantir seu sustento e de seus filhos, esclarecendo que, durante o período de desemprego, contou com a ajuda financeira de sua mãe para completar a pensão recebida pelos filhos.” Ou seja, o Advogado da Sr^a Fabiana tenta justificar a ausência dela pelo simples fato de que ela, com isso, poderia tomar faltas no trabalho e ter prejuízos da não permanência nesse mesmo local. Essa não é uma justificativa crível e, muito menos, aceitável, acho que até é um desrespeito. Nós já determinamos ao Secretário da Comissão, Doutor Vanderlei, para que ele entre em contato com o Advogado da Fabiana, comunicando que ela será conduzida coercitivamente à CPMI. Não é dado o direito de nenhum convocado, nem para prestar depoimentos, nem muito menos para participar de uma acareação, se ausentar. Nós estamos discutindo se a acareação acontecerá no período da tarde de hoje ou se será transferida para o dia de amanhã. Mas o que eu posso garantir aos Senhores, é que vou fazer de tudo para que a acareação ocorra e, principalmente, para

que a Sr^a Fabiana esteja presente. Tanto o Dr. Paulo como o Dr. Gilberto já aqui estão. Eu, particularmente, vou entrar em contato com o Advogado da depoente para dizer-lhe das consequências graves que podem recair sobre a Sr^a Fabiana, em caso de se confirmar a ausência dela a essa acareação que está marcada. Continuando o depoimento, eu perguntaria ao Senhor, eu perguntaria ao Senhor, se no momento que o Dr. Ricardo Nakatsu chamou-lhe para participar da sociedade se ele ofereceu alguma coisa?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Não, o convite, como havia relatado antes, era uma coisa normal à época, até hoje em dia se faz assim, porque há necessidade de constituição dessas empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas não houve nenhuma proposta de favorecimento ao Senhor por parte dele?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Não, nem favorecimento nem financeiro ou de outro tipo, porque, como eu falei, existe a necessidade de constituição dessas empresas, então eu tenho a minha empresa e tenho um outro sócio para viabilizar a minha empresa. Claro, hoje, na condição de Diretor, eu não posso ter mais empresa. Então, a minha empresa já foi encerrada no final do ano passado, mas, pelo simples fato de a condição de Diretor não poder compartilhar, não posso, ser sócio de uma empresa na medida que eu Diretor da Corretora. Mas, como eu falei, é um procedimento, não digo normal, mas todo mundo tem a necessidade de constituir suas empresas. Mas não existe a troca financeira. Vou lhe pagar um salário por mês, vou lhe pagar um pró-labore, um resultado da empresa, anualmente, em troca da sociedade, isso não existe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que o Senhor qualificaria a relação do Senhor com o Ricardo Nakatsu?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Bom, eu conheço ele há bastante tempo, oito, nove anos mais ou menos, então...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor conhecia bastante.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Eu conheci ele há muito tempo, compartilhei, trabalhei junto com ele, próximo a ele durante algum tempo, até por questões de idade, eu entrei no Mercado Financeiro há dez anos, era um pouco cru, assim, não conhecia muita coisa e o Ricardo era uma pessoa muito mais experiente neste Mercado, já tinha uma bagagem muito maior. Então, muitas coisas que eu aprendi no Mercado Financeiro, aprendi com ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor poderia nos dizer se essa relação que, inicialmente, era apenas profissional depois se tornou pessoal?

SR. LEONARDO PAES BORBA: É... hum... havia...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Havia um compartilhamento de convívio pessoal entre os Senhores?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Socialmente, assim, eu poderia dizer que já saí com o Ricardo Nakatsu fora da Corretora. No passado, quando, ele ingressou na Corretora, esse meu convívio com ele era um pouco maior. A partir do momento que eu poderia ser, quando casei que foi no ano de 2000, tem família, passa ter muito mais ocupação, pode ser considerado nesse período que me afastei um pouco dele, dessa relação mais pessoal. Mas não por exclusão a ele, ou ele a mim, mas é um processo natural, entre amigos, quando alguém se casa, ou alguma coisa assim, tu acabas se dedicando mais à família do que os amigos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Gostaria que o Senhor fizesse um esforço, um grande exercício de memória, para tentar lembrar se, durante todo esse período de convivência com o Nakatsu, o Senhor se recorda dele ter feito referências a relações políticas que, eventualmente, ele possuísse. Seja de amizade, seja de contato profissional, seja de convivências eventuais com Parlamentares, dirigentes partidários, enfim, qualquer esfera. Eu gostaria que o Senhor fizesse um exercício, para tentar nos ajudar a entender se o Ricardo Nakatsu tinha acesso, contato, convívio, com algum tipo de político, quem era essa pessoa, enfim.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Bom, como falei, no passado eu tinha um contato mais próximo ao Nakatsu. Atualmente, também, o contato é próximo, mas é estritamente profissional. Mas olha, não me recordo de, em algum momento, ele ter comentado proximidade com políticos, Deputados, Senadores, Prefeitos, Governadores; todo o relacionamento dele e algumas pessoas que ele me apresentou no Mercado Financeiro, ou seja, que me abriu portas para que eu desenvolvesse meu trabalho, sempre eram pessoas técnicas, pessoas do Mercado Financeiro, nunca, quer dizer, não é nem que não recordo; sinceramente, eu não creio que alguma vez tenha falado de algum relacionamento dele que envolvesse pessoas políticos, assim. Não me recordo mesmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o Nakatsu convidou V. S^a para participar da NK, ele disse que era um convite temporário, ou seja, era para o Senhor

participar apenas até o momento que ele conseguisse viabilizar a entrada de um sócio que ele teria em São Paulo. Desde aquele momento ele já havia dito ao Senhor, que esse sócio, em São Paulo, era o Alex Nawa?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Não, naquela ocasião ele apenas falou que era um amigo dele, não sei exatamente quem era. Até hoje também não sei se a pessoa a quem ele se referia na época, era o Alex. Talvez a pessoa, o Alex Nawa, tenha surgido depois, se o amigo dele, esse, de repente, nunca obteve a certificação da CVM e aí o Nakatsu foi procurar uma outra pessoa. Mas eu não sei se, na época, ele se referia a esse amigo, a essa outra pessoa, como o Alex Nawa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, na opinião do Senhor, poderia, então, o Nakatsu, o Nakatsu estar interessado em colocar uma outra pessoa tendo maior participação na empresa e essa outra pessoa, por não ter conseguido a certificação na CVM, teria ficado impossibilitada de entrar na sociedade e, aí, ele teve que recorrer a uma modalidade muito parecida com aquela que ele havia construído com o Senhor?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Eu entendo que, a partir do momento que, como falei, se mesmo naquela ocasião que o Nakatsu me pediu para ser sócio da empresa dele com 1%, mesmo que ele não tivesse pedido, que fosse uma sociedade provisória, eu aceitaria de qualquer forma, porque como falei, é um procedimento absolutamente normal naquela época e hoje também. O fato de ele ter dito que existia um sócio, um amigo dele, que seria um sócio definitivo dele, até supõe-se que seria um sócio que teria paridade com ele, ou seja, teria 50% da empresa, mas é apenas uma suposição minha, ele nunca me relatou, como seria a sociedade dele com essa outra pessoa e, também, não sei se essa outra pessoa seria o Alex.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Alex Nawa?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Conheço, não pessoalmente. Eu falei, algumas vezes, por telefone, com ele. Como eu falei, nesse nosso Mercado, a gente conversa bastante pelo telefone e, também, foi uma pessoa apresentada pelo Ricardo, um dia, em algum negócio, eu atendi ao telefone e era o Alex e a gente conversa, não com muita frequência, porque não é com quem eu costumo fazer negócio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já que o Nakatsu, ele pretendia manter a mesma composição societária, mantendo 90%, 99% do controle da empresa e dando

apenas 1%, porque que o Senhor acha que ele tirou o Senhor e colocou o Alex Nawa? Porque não continuar com o Senhor, já que ele não conseguiria mudar aquela composição?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Como eu falei, eu não sei se a intenção do Ricardo era fazer uma alteração contratual, eu saindo da sociedade e entrando outro sócio com 50% da empresa. Eu, realmente, não...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo bem, a intenção dele até poderia ser essa--

SR. LEONARDO PAES BORBA: Poderia. Mas ele fez uma alteração--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porém ele não teve um resultado positivo, tanto que teve que manter, com outra pessoa, no caso o Alex Nawa, a mesma composição societária. Aí o que lhe pergunto é, como é que se deu esse processo de saída do Senhor da NK, o Senhor disse a ele: "Olha Nakatsu, eu não quero mais ficar, por favor, arranje outra pessoa." Ou ele que lhe procurou dizendo: "Arranjei uma outra pessoa para entrar na sociedade, então agora você pode sair."

SR. LEONARDO PAES BORBA: Não, eu nunca pressionei o Nakatsu para minha saída; ele fez um pedido, apesar de ter usado a expressão 'provisório', mas eu nunca fiquei cobrando dele a minha saída. De vez em quando, o Ricardo me relatava que assim: "Ah, Léo, acho que mês vem vai estar tudo certo para a gente fazer uma alteração contratual." Mas eu nunca cobre dele a necessidade de eu sair da empresa e ele colocar esse novo sócio na empresa. Mas, de vez em quando, ele se reportava a mim, pelo fato de ter pedido para que eu fosse sócio provisório dele, de vez em quando ele chegava em mim e falava, de 2 em 2 meses, esporadicamente, ele falava para mim que estava tudo encaminhado, ou seja, em breve a gente faria uma alteração contratual. Só que, realmente, demorou bastante, porque esta alteração contratual ocorreu em 2005, início de 2005 e a empresa foi constituída no final de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Alex Nawa sugeriu que o Senhor seria muito mais próximo do Nakatsu do que ele.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nos disse até que só havia encontrado o Nakatsu, no máximo duas vezes pessoalmente, os contatos eram mais telefônicos. Então, eu continuo intrigado das razões que levaram o Senhor Nakatsu a decidir pelo afastamento de V. S^a

e pela entrada do Alex Nawa. Porque, se os Senhores residiam no mesmo Estado, portanto tinham uma facilidade de convívio muito maior, se os Senhores já tinham mantido uma relação pessoal estreita e depois passou a ser estritamente profissional; porque que ele recorreria a alguém que estava em São Paulo exercendo suas atividades, alguém que ele pouco conhecia e, depois, trocou um amigo por um mero Operador de Mercado, que ele conhecia, apenas, por telefone?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A relação do Nakatsu com Alex eu não sei, exatamente, a profundidade dela. Como falei, conheci o Alex através do Nakatsu, em ligações telefônicas de negócios; presumo, talvez, que, sei lá, o Nakatsu ia muito a São Paulo, pelo fato da família dele estar lá, ser de lá, a família toda está em Itanhaém e de repente, sei lá, o Nakatsu precisaria fazer negócios que precisava de um sócio paulista. Apenas do Nakatsu ser paulista, também, mas eu não consigo imaginar o motivo que forçava o Nakatsu a precisar a trocar o sócio. A não ser pela promessa que ele fez a mim que seria um sócio provisório que um dia trocaria. Mas eu não vejo nisso um motivo muito forte, porque nunca pressionei o Nakatsu sobre isto. Realmente, não entendo motivo do Nakatsu de ter trocado, a não ser pelo que ele mesmo me pediu, que seria um sócio provisório que um dia trocaria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor, de alguma forma, acompanhou as atividades do Nakatsu à frente da NK enquanto o Senhor tinha 1% de participação na empresa?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Não, não, nunca acompanhei isso. O Ricardo quando fazia negócios dentro da Corretora em que eu trabalho, a forma que ele recebia a Comissão era através da empresa dele, NK, ou seja, ele emitia uma nota contra a Corretora, para receber as comissões dele. Agora, eu nunca tomei conhecimento se o Nakatsu fazia negócios com outras Corretoras que geravam resultado e ele emitia as notas dessa empresa para receber em forma de Comissão esses resultados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o propósito da NK era apenas viabilizar o recebimento da Comissão das Corretoras pelas operações que eram feitas?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Sim, essas empresas funcionam basicamente assim, é uma questão...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque o Senhor tinha me dito que quando compôs a LBMO, tinha apenas o objetivo de viabilizar o recebimento, do que lhe

competia, nas operações que o Senhor figurava com a Corretora DIFERENCIAL. Quer dizer que o propósito da NK era o mesmo?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Sim, era o mesmo. Essas empresas, como eu falei, foi uma exigência da CVM, não sei quando que é a regulamentação da CVM, mas a primeira certificação foi em 2002 e ela passou a exigir que as pessoas, quando trabalhassem de forma autônoma, dentro das Corretoras, que deveriam constituir empresas, também certificadas pela CVM e, para uma empresa dessas estar certificada pela CVM, os seus sócios têm que ter certificação, ou seja, eu não poderia, na minha empresa, ter eu certificado e ter um sócio que não fosse certificado pela CVM. Ou seja, necessariamente, ambos os sócios, ou os dois sócios ou outros sócios que eventualmente tenha todos tem que ter a mesma certificação. Porque é uma empresa cujo objetivo social é, única e exclusivamente, prestar serviços à instituição financeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Ricardo, ele tinha grande experiência nesse Mercado de Títulos Públicos Federais, correto?

SR. LEONARDO PAES BORBA: É. A ênfase dele, até porque foi o que eu aprendi no Mercado de Títulos, foi na negociação de Títulos Públicos, basicamente o TDA, aquele Título da Dívida Agrária, onde eu me especializei e onde, creio eu, que o Nakatsu era a especialidade dele, também. Porque eu não acompanhava muito de perto as negociações dele, mas não me recordo de ele fazer negociação com outros ativos, por exemplo, NTs(F), LFTs(F) coisas desse tipo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor não se recorda?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Não, não, não me lembro de ter visto ele operar outros Mercados, assim, dentro da DIFERENCIAL, é claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, isso oficialmente, ele podia operar participando da intermediação de negócios?

SR. LEONARDO PAES BORBA: É, como falei, o Nakatsu viajava muito a São Paulo, às vezes, quando estava em Porto Alegre, que a gente sabia que ele estava em Porto Alegre, também não ia na Corretora, não sei se ele estava trabalhando em casa, ou quando estava em São Paulo, estava operando através de telefone na casa dele em Itanhaém, ou em alguma, sei lá, algum apartamento, alguma coisa que ele tivesse alugado em São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual foi a última vez que o Senhor falou com ele?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Foi no início de dezembro, porque ele fez uma--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De 2004. No ano de 2005.

SR. LEONARDO PAES BORBA: É sim, sim. Desculpe. Foi no início de dezembro de 2005, porque o Ricardo, ele teve um mal súbito e se hospitalizou. E aí os médicos disseram que ele teve um princípio de infarto. Aí ele ficou internado durante umas duas semanas. Nessas duas semanas a gente visitava ele, até porque o Nakatsu, ele não tem família em Porto Alegre, então as poucas pessoas que conhecem ele são os colegas do trabalho. Então, a última vez que vi ele foi um ou dois dias antes da cirurgia que ele fez de ponte de safena. Desde então, aí a cirurgia foi feita numa terça-feira, se não me engano e teve sucesso, a cirurgia, segundo os médicos, a família estava presente lá, porque a irmã dele, que eu não conhecia, veio, uma filha também veio para Porto Alegre e, no dia seguinte, que ele ainda não tinha acordado da anestesia, foi fazer um exame e foi comprovado que ele teve um AVC, isquêmico, não sei se durante a cirurgia ou posterior à cirurgia, não conheço muito assim. Mas, ou seja, ele teve uma falta de oxigenação no cérebro. E, desde então, ele está em coma, ou estado vegetativo, não sei exatamente a expressão correta, em termos médicos, assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual a idade dele?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Ele tem 52, 53 anos, eu creio, eu não tenho certeza. Em torno de 50 anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em termos de patrimônio e de poder econômico do Ricardo Nakatsu, o Senhor o qualificaria de que forma? Pessoa que tinha uma vida confortável, uma pessoa que tinha patrimônio, que tinha bens, era uma pessoa que era bem sucedida nos negócios e, portanto, conseguiu amearhar recursos ao longo da sua vida profissional, como é que o Senhor qualificaria a situação financeira pessoal do Nakatsu?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Bom, assim, ó. Os últimos 8, 9 anos, foi quando conhecia ele, ele já trabalhava dessa forma de Corretor Autônomo. Antes desse período que ele trabalhou no BRADESCO e nessa outra Corretora que eu ainda não consegui recordar o nome, que ele era Diretor da Corretora, ou

dono da Corretora, que é uma Corretora que não existe mais. Mas eu sei que na época do BRADESCO, parece que ele tinha uma... ele recebia salários, então ele tinha uma vida normal, assim. Na época dessa Corretora, pelo que ele me contou algumas vezes e que alguns amigos falaram que ele tinha uma boa condição de vida, ou seja, não sei se ele constituiu grandes patrimônios, um grande patrimônio, mas ele tinha uma condição de vida muito boa. Quando ele veio, quando eu conheci ele, quando ele veio para o Rio Grande do Sul, ele tinha uma condição financeira um tanto quanto difícil, pelo que demonstrava, assim. E desde então teve alguns altos e baixos, assim, até porque, como eu falei, anteriormente, ele fazia um negócio que é sazonal, que ocorre em setembro, nessa época ele ganhava um pouco mais, um pouco mais de dinheiro, que ele meio que dava uma condição melhor, sei lá, quitar as dívidas e continuar trabalhando no dia-a-dia. Mas pelo menos lá em Porto Alegre, pelo que eu sei, o apartamento onde ele vivia era um apartamento alugado, não sei se, de repente, tinha condições de adquirir um apartamento próprio, mas pelo fato não ser de lá nunca quis fazer isso, carro que é outra coisa que a gente enxerga, em muitos momentos não tinha carro e, quando tinha, normalmente eram carros bem simples, esses carros populares, esses carros 1000, assim e lá, em São Paulo, na cidade de São Paulo, eu nunca ouvi falar de ele ter algum bem, algum patrimônio, alguma casa, alguma residência. Em Itanhaém, que onde é a família dele, creio que tem uma casa lá, onde mora irmão, filho, alguma coisa assim. Em termos patrimoniais, o que eu acredito que o Nakatsu tem é uma casa em Itanhaém.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor se surpreendeu quando a MK foi envolvida nessa investigação da CPMI?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Sim, fiquei surpreso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabe, exatamente, como é que a MK surgiu no bojo do nosso trabalho de análise e de investigação?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Bom, depois que eu recebi, acho que na metade de fevereiro, que eu recebi a convocação para estar aqui, claro, aí fui para a Internet, na Câmara, Senado, e comecei a ler muito sobre o que estava acontecendo. Então até, hoje é quinta, na terça-feira o Alex teve o depoimento dele aqui, e, aí, saiu muita notícia sobre que a NK teria faturado 50, 80, 100 milhões de reais e foi nesse formato que eu, sei lá, comecei a ter mais detalhes do que estava acontecendo com a NK.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual era o capital social na empresa, qual era no momento em que o Senhor...

SR. LEONARDO PAES BORBA: Ela foi constituída com capital simbólico, de R\$ 1.000,00.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E depois não houve alteração?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Não. A única alteração contratual que teve nessa empresa foi quando, foi alteração de sócios, quando eu saí e entrou o Alex. Não teve, nunca assinei, a não ser depois que o Alex entrou, não sei, mas é uma coisa mais recente, foi no início de 2005, se teve alguma alteração envolvendo mudança, alteração de capital da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Realmente, para uma empresa que tem capital social de R\$ 1.000,00, para uma empresa que, pelo que foi dito pelo Alex Nawa, funcionava única e exclusivamente com base nas atividades do Senhor Nakatsu. Era empresa que não possuía funcionários, não possuía uma sede estruturada, não possuía ativos, enfim. Uma empresa de intermediação de negócios. Para uma empresa cujo principal sócio, que detém 99% do controle acionário da instituição, como o Senhor acaba de dizer, é uma pessoa, ou era uma pessoa de hábitos modestos, de pouca riqueza, e, durante toda essa convivência dos Senhores, em Porto Alegre, jamais havia demonstrado sinais externos de riqueza. Então, com todo esse ambiente colocado, uma empresa que, nas poucas movimentações financeiras que nós pudemos ter acesso, porque o sigilo da NK não foi transferido ainda, portanto com as pessoas jurídicas que nós já quebramos o sigilo, a gente consegue enxergar a movimentação da NK. O que eu imagino que não deve ter esgotado e exaurido toda a movimentação financeira da empresa, certamente. Mas, só daquilo que a gente pode enxergar com Corretoras e pessoas jurídicas que estão sendo investigadas pela CPMI, de fato, a NK movimentou mais de 60 milhões de reais. Então não é lógico, não é compreensível e nem justificável que uma empresa movimente mais de 60 milhões de reais, com Corretoras que estão sendo investigadas pela CPMI e aqui eu vou lhe explicar algumas operações e que essa empresa tem uma Capital Social de R\$ 1.000,00, essa empresa não possua funcionários, não possua patrimônio e seja conduzida por uma única pessoa que era o Senhor Ricardo Nakatsu. O que me deixa angustiado, é que nós estamos tendo dificuldades de avançar nesse entendimento e na compreensão da participação da NK nas irregularidades detectadas pela CPMI, por

quê? Porque o Ricardo Nakatsu, como todos sabem, está em estado vegetativo. E, tanto o Senhor, como o Alex Nawa, que o sucedeu com 1% na empresa, pouco sabem sobre as atividades do Nakatsu na condução da NK. Agora, é evidente que a NK, ela, pelo pouco que já se viu, vai ser responsabilizada no relatório final da CPMI. No mínimo, por uma incompatibilidade clara entre aquilo que ela declara à Receita Federal e aquilo que ela movimenta com essas Corretoras e pessoas jurídicas que estão sendo investigadas. Eu fiz um apelo ao Sr. Alex Nawa, no sentido de que ele pudesse fazer um levantamento completo de tudo que, eventualmente, colaborasse para explicar essas operações, mesmo sabendo que ele não possuía os detalhes sobre as operações. Eu quero fazer o mesmo apelo a V. S^a porque, se tem uma coisa que nós estamos procurando ser, é muito justos, não queremos imputar responsabilidades a quem não teve. Porém, por outro lado, tanto o Senhor como o Dr. Alex Nawa, eles figuram, os Senhores figuram como sócios da empresa e não podem se eximir total e irrestritamente das responsabilidades. Então veja, estou ali com as operações, vou deixar aqui; primeiro, quero explicar ao Senhor a lógica. Nós estamos investigando 13 Fundações, 13 Fundos de Pensão. Um dos Fundos de Pensão que registrou maiores problemas foi o NÚCLEOS. E, dentre as várias irregularidades que se percebe, que em operações de Títulos Públicos Federais a Fundação, em geral, pagou de 25 a 30%, às vezes até um pouco mais, dentro de um mesmo dia, negociando uma mesma quantidade de Títulos, do mesmo tipo, então, a Fundação pagou de 30 a 35% a mais por aquele determinado Título. Posso, até, mostrar, aqui, alguns exemplos para o Senhor.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Esse troço está aqui?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor. Então, se nós fôssemos aqui, o Senhor pode ver que são Títulos com vencimento para 15/05/2045. Extremamente longos. NTNB, Nota do Tesouro Nacional. Aí, vem o BANCO PACTUAL, vende para a Corretora NOMINAL. A Corretora NOMINAL vende para a QUANTIA. Agora veja, são 14.000 Títulos negociados. A primeira venda, ela acontece a um preço unitário de R\$ 1.036,06. A segunda venda acontece a um preço unitário de R\$ 1.036,17. Há uma variação muito pequena e compreensível de apenas 11 centavos.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Que seria a intermediação da Corretora Nominal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Provavelmente. Dentro de um universo de 14.000 Títulos. Aí vem

a QUANTIA e vende para o Zircônio, que um Fundo exclusivo da NÚCLEOS. Os mesmos 14.000 Títulos e, veja o Senhor, a oscilação do preço unitário. O que era R\$ 1.036,00 passa a ser R\$ 1.315,00. Portanto, algo aproximado de 30% de variação. E assim, sucessivamente, em várias cadeias. Só nessa negociação aqui a NÚCLEOS pagou R\$ 3.911.420,00 a mais do que o primeiro negócio. Não varia. Normalmente, as operações ocorrem dessa forma--

SR. LEONARDO PAES BORBA: Esse é um exemplo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Envolvendo as mesmas Corretoras, esse é um exemplo clássico, que pode servir de parâmetro para o Senhor entender qual é a nossa investigação. O que fizemos? Convocamos os proprietários da Corretora QUANTIA, por que, no total das operações realizadas pela QUANTIA com a NÚCLEOS, nós temos aí algo em torno de 19 milhões de reais.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Sendo que, só nessa operação, teve um resultado de...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nessa foi de 3.900 e, ao todo, a quantia ganha para a NÚCLEOS, dentro desse critério que nós definimos, algo em torno de 19 milhões de reais. Diretores da QUANTIA tiveram aqui e, depois de serem muito cobrados por mim, confessaram que só ficavam com algo aproximado a, no máximo, 15% do que era produzido nessas operações. Variava de 10 a 15%. Dos 19 milhões que eles produziram nessas operações com a NÚCLEOS, eles só ficavam com de 10 a 15%. Porque os 85 a 90% do que era realizado, ele transferia para a NK Participações. É claro que eu não ficaria apenas debruçado sobre o depoimento dele, nós teríamos que buscar um outro embasamento para saber se aquela declaração que ele estava dando era correta ou não. E, como a QUANTIA está com seu sigilo quebrado, o que nós fizemos? Um levantamento da movimentação financeira da quantia com a NK. E, para minha surpresa, nós chegamos a um montante de transferências, da quantia para a NK, de mais ou menos 50 milhões de reais. Somente da quantia para a NK. Aí eu perguntei a ele, com quem ele negociava.

SR. LEONARDO PAES BORBA: O pessoal da QUANTIA?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da QUANTIA. Eles, então, indicaram o nome do Senhor Ricardo Nakatsu. Nós aprovamos o Requerimento de convocação, ele não pode vir pela enfermidade e aí nos deparamos com esse dilema. Por quê? Porque os pro-

prietários da QUANTIA foram obrigados a reconhecer que transferiram esse montante fabuloso para a NK, em face de uma única explicação, era a NK quem tinha o negócio com a NÚCLEOS. Ou seja, a NK, ela sabia quanto a NÚCLEOS aceitaria pagar, ela buscava uma Corretora que aceitasse, ficando, é claro, com 15% de 19 milhões, qualquer Corretora vai aceitar. Então a Corretora aceitasse compor toda a parte anterior da operação, produzia aquele número final de venda e empurrar, no Fundo exclusivo da NÚCLEOS, aquele determinado Título Público, aquele determinado papel, pelo preço acertado. Ora, há aí operações montadas, há aí uma perda significativa para a NÚCLEOS, inclusive reconhecida pelos próprios Diretores da Fundação, os atuais Diretores e aí participação da NK, que, até então, era desconhecida, como responsável pela intermediação dos negócios. É evidente que a NK, ela tinha dentro da NÚCLEOS contato com Dirigentes, com Operadores, que viabilizavam o negócio. Que viabilizavam o negócio. E aí, quando a gente começa a entender as outras pontas das irregularidades da NÚCLEOS, as coisas passam a se encaixar. Só que, para minha posterior surpresa, o que nós fizemos, eu não tenho o sigilo da NK, mas eu botei a NK no meio. Aí, eu tenho, aqui, o sigilo da QUANTIA e tenho o sigilo de todas as outras pessoas jurídicas que estão sendo investigadas pela CPMI.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Os Fundos?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Aqui, quando digo pessoas jurídicas, eu me refiro a empresas, a Distribuidoras, a Corretoras, enfim. O que acontece? Com o Sistema de Inteligência do Congresso Nacional, o Aitchu(F), eu fiz uma pergunta. Esse dinheiro que a QUANTIA passava para a NK era em favor de quem? E como eu tenho outra ponta aqui, se fosse em favor de qualquer uma dessas pessoas jurídicas investigadas, elas apareceriam. E aí apareceram várias empresas, como a NATIMAR, que está sendo investigada, como duas *offshore* que estão sendo investigadas, apareceram no lado de cá. O que acaba por agravar e eu concluo para o Senhor falar, o que acaba por agravar a presença da NK em toda essa história. Queria que o Senhor pudesse colaborar com a CPMI para a gente puder avançar na compreensão da participação da NK, por que o Ricardo Nakatsu surgiu nessa história? uma pessoa que está em Porto Alegre, seria natural que alguém de São Paulo que tivesse operações mais volumosas no Mercado de São Paulo, mas é uma empresa sediada em Porto Alegre, alguém que morava em Porto Alegre e aí, de repente, ele aparece nessa história, envolvido em uma das mais graves irregula-

ridades que foram detectadas pela Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão.

SR. LEONARDO PAES BORBA: O esquema, no caso, a NK repassava recursos para essa... o Senhor tem a quebra da QUANTIA e dessas empresas, aqui?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente. Eu não sei para quem mais a NK repassava, porque a gente não obteve, ainda, a transferência do sigilo da NK. Eu não sei para quem mais ela repassava. Agora, a minha pergunta foi: A NK recebia dinheiro da QUANTIA e repassava para alguma das empresas que estão sendo investigadas pela CPMI e que eu tinha aqui o sigilo? Aí, como a gente tem esse Sistema de Inteligência, ele consegue fazer o casamento. Aí ele respondia sim, repassou e aí elencava, pelo menos, 5 ou 6 outras instituições que estão sendo investigadas.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Eu concordo com V. Ex^a. que, realmente, a empresa NK ela não, considerando todas as características dela, que é de apenas uma pessoa, que não tinha funcionários, que não era uma empresa tradicional, que não gerava grandes volumes, tradicionalmente, no Mercado, esses valores não condizem com a condição da empresa, não apenas pelo Capital Social dela, que muitas vezes o Capital Social da constituição de uma empresa é um Capital Social simbólico. Mas eu concordo que, realmente, não faz sentido este... dois pontos: Primeiro, os Fundos terem adquirido papéis fora de preço, partindo do pressuposto que a venda inicial dos papéis tenha sido por um preço justo de Mercado, mas isso, imagino, que os Senhores já devem ter analisado qual dos valores é o preço justo e, claro, para que uma Fundação adquira um Título por um preço fora de Mercado, supõe-se que ninguém, dentro dos Gestores dos Fundos das Fundações, não são ingênuos e estão comprando papéis a qualquer preço. Então, eu concordo que, obviamente, eles sabiam que estavam comprando por aquele preço. A transferência dos recursos que a NK recebia, da quantia, posteriormente passada para essas outras empresas que já estão com seu sigilo quebrado, se conclui que a NK estava intermediando essa movimentação. Mas concordo que há necessidade de ter a quebra do sigilo da NK para saber todo o destino desses recursos porque, nesse Sistema de Informações, indica que há o casamento, certo, mas o mesmo montante que a QUANTIA repassou, não é o mesmo montante que essas empresas receberam, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Nem de

perto. Nem de perto. Com certeza nem de perto. O Senhor conhece a NATIMAR?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Não, não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me parece que ela é sediada, também em Porto Alegre. O Senhor nunca ouviu falar nessa empresa?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Não. Nunca ouvi falar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor ouviu falar de Najun Tuner?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Como?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Najun Tuner

SR. LEONARDO PAES BORBA: Não. Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É o dono da NATIMAR, a NATIMAR surgiu, na CPMI, justamente, pelo envolvimento com as transferências ilegais de recursos do esquema do Sr. Marcos Valério.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Essas empresas que receberam esses recursos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A NATIMAR é uma das que recebeu recursos que a QUANTIA mandou a NK pagar.

SR. LEONARDO PAES BORBA: E essas empresas que receberam esses recursos, posteriormente, passaram para o famoso esquema Marcos Valério?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom. Aí não posso chegar a essa conclusão.

SR. LEONARDO PAES BORBA: É que o Senhor falou--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. O que eu estou dizendo é o seguinte: Essa Corretora ganha dinheiro, ganha 19 milhões com Fundo de Pensão, repassa para a NK e manda pagar para a NATIMAR.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): NATIMAR, empresa que foi, que serviu, também, para fazer operações para o Marcos Valério.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Não está caracterizado que a NATIMAR repassava recursos para o Marcos Valério, mas ela fazia negócios com...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que aconteceu, o que aconteceu, no caso da NATIMAR, que é

o Breno Fischberg e o Enivaldo Quadrado, da BÔNUS-BANVAL, eles disseram que todos os repasses de recursos que foram feitos, os recursos do Marcos Valério, foram por ordem da NATIMAR. O Senhor não conhece a NATIMAR?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Não. Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conhece a Corretora EURO?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Sim, conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já operou com ela?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Já fiz negócios com a EURO.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com quem o Senhor fez negócios na EURO?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Com o Operador chamado Ivan.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor não conhece os proprietários da Corretora EURO?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Não. Não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a Corretora LAETA?

SR. LEONARDO PAES BORBA: LAETA? Não conheço a Corretora e também nunca fiz negócio com eles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor nunca ganhou um centavo com a NK?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Nunca Ricardo Nakatsu me deu algum recurso a título de salário, pró-labore ou dividendo da NK.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso nunca aconteceu?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor tem uma condição financeira melhor do que a que o Ricardo tinha?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Sim. Pelo que eu conheço da condição financeira do Ricardo sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguma vez o Senhor tinha ouvido falar que o Ricardo estava interessado em fazer negócios com Fundos de Pensão,

que estava conseguindo intermediar operações desse tipo que nós mostramos aqui de Títulos Públicos com Fundos exclusivos ligados a Fundações?

SR. LEONARDO PAES BORBA: Não. Ele nunca me relatou nada e no Mercado, assim, conversando com outros Operadores, outras instituições, nunca vi esse comentário de que o Ricardo Nakatsu estaria entrando nesse nicho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria mais uma vez e por último, agradecendo a presença de V. S^a a essa CPMI, fazer um apelo no sentido de que, até a semana que vem, possa exaurir toda e qualquer apuração em Porto Alegre, talvez até mesmo entrando em contato com os familiares do Sr. Ricardo Nakatsu, conversando com as pessoas que estavam mais próximas, profissionalmente, dele, nesses últimos tempos, a fim de tentar nos ajudar com detalhes, sobretudo nesse foco de operações, porque eu, como disse, não quero imputar responsabilidade a quem não teve, mas não podemos desconsiderar a participação da NK nesse todo. E a participação da NK, ela começa no início de 2004 e se estende até 2005, portanto, ela alcança o período que o Senhor figurava como sócio da empresa e depois alcança, também, o período já em que o Alex Nawa o sucedeu com 1% do controle da NK. Então eu faço esse apelo e quero dizer que nós vamos aguardar, até a semana que vem, toda e qualquer informação que o Senhor possa nos trazer será bem-vinda e acho contribuir para delimitar a responsabilidade de cada um, que é o que nós queremos.

SR. LEONARDO PAES BORBA: Inclusive, quando tive contato com a família, quando o Nakatsu sofreu a cirurgia, eles ficaram lá em Porto Alegre durante um mês e meio, mais ou menos, que foi todo o mês de dezembro e início de janeiro, quando fizeram a remoção do Nakatsu para o INCOR, lá em São Paulo. Ficaria mais próximo da família e, teoricamente, teria um atendimento melhor. No sentido, até, de buscar outros Médicos que pudessem dar Parecer diferente do que foi dado lá em Porto Alegre, pelos Médicos de lá. Naquela ocasião a família ficou hospedada no apartamento do Ricardo e muito nos perguntavam sobre o que Nakatsu o fazia, o que o Nakatsu não fazia, porque eles, sei lá, enquanto estavam morando no apartamento do Ricardo, vieram pessoas, sei lá, cobrar alguma dívida e eles começaram a descobrir algumas coisas relacionadas à questão financeira do Ricardo e nos perguntavam muito sobre, sei lá, se na Corretora, porventura, o Nakatsu poderia ter algum documento guardado, mas ele não, quando ele passava por lá, ele usava as instalações, mas ele não tinha arquivo de documentos pessoais dele. Então, tudo que existia

do Ricardo em termos de documentação, acredito eu, estava na residência dele e a família, claro, de posse dessa documentação, mas nos perguntavam muito, eu acredito que seja uma documentação muito falha em relação a, por exemplo, extratos da empresa dele, ou extratos pessoais dele. E, até por questões financeiras, porque a remoção dele de Porto Alegre para São Paulo custou uma coisa bem próxima de 20 mil reais e a família estava tentando angariar fundos para fazer essa remoção de lá. Então, eu não sei se o Nakatsu teria algum recurso em alguma conta que a família não tinha acesso, não sei dizer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, eu agradeço a participação de V. S^a e eu suspenderei a nossa Sessão para que cheguemos a um entendimento com os depoentes da acareação e, assim, possamos definir se a mesma ocorrerá hoje à tarde ou se a transferiremos para o dia de amanhã, porque eu insisto, quero, contar, aqui, com a presença dos três, do Sr. Paulo, do Sr. Gildásio e, também, da Sr^a Fabiana e não há justificativa que possa dar razão à ausência da Sr^a Fabiana, é um desrespeito, eu repito, é um desrespeito à Comissão Parlamentar de Inquérito, isso será verbalizado para os seus Advogados a fim de tentar sensibiliza-la da vinda dela. Assim que tivermos uma decisão nós retomaremos a Sessão, seja para dar continuidade com a acareação ou, se for o caso para encerra-la. Então por hora está suspensa a presente Sessão.

*Suspensa a Sessão às 12h27 do dia 09/03/2006
Reaberta a Sessão às 10h11 do dia 10/03/2006*

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Declaro reaberta a 23^a Reunião da Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 3 de 2005 para investigar as causas e conseqüências de denúncia e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Esclareço que a pauta desta reunião foi anunciada ontem, era para a oitiva do Sr. Leonardo Paz Borba, que aconteceu e para a acareação entre o Sr. Paulo Roberto de Almeida Figueiredo, a Sr^a Fabiana Carneiro Carnaval e o Sr. Gildásio Amado Filho. Como ontem eu havia deixado suspensa a reunião, nós então estamos retomando hoje a 23^a. Ao fim da acareação nós encerraremos a 23^a e em seguida iniciaremos a 24^a, que tem na sua pauta a oitiva do Sr. Marcelo Sereno. Eu imediatamente gostaria de convidar para tomar assento à Mesa os Senhores Paulo Roberto de Almeida Figueiredo, a Sr^a Fabiana Carneiro Carnaval e o Sr. Gildásio Amado Filho. A Sr^a Fabiana Carneiro Carna-

val se encontra acompanhada dos seus Advogados, Dr. Fernando Thompson Bandeira, OAB 77243 e o Sr. Marcos Thompson Bandeira, OAB 098475. Apesar do Sr. Paulo Roberto Almeida Figueiredo e do Sr. Gildásio Amado Filho terem assinado o termo de compromisso, eu me sinto no dever e na obrigação, a essa altura das investigações, de considerar que os três aqui estão presentes na condição de investigados, que não há aqui mais testemunhas de tal forma que vou dispensá-los da assinatura do termo de compromisso e aproveito para enquadrá-los, a todos, na condição de investigados. Eu indagaria aos depoentes, se algum dos três pretende fazer alguma consideração inicial porque, se assim o fizer, eu concederei a palavra. Caso contrário, nós daremos início imediato aos questionamentos. Dr. Paulo, o Senhor tem interesse de fazer algum tipo de explanação inicial?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Não, porque a minha explanação inicial foi feita durante o depoimento na segunda-feira.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr^a Fabiana, a Senhora tem interesse de fazer alguma explanação inicial?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não, Excelência.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Gildásio.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não Excelência, eu já fiz as declarações no meu depoimento.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero lembrar aos membros presentes nesta Comissão Parlamentar mista de inquérito, especialmente aqueles que vêm acompanhando a sub-relatoria dos Fundos de Pensão que a Sr^a Fabiana já prestou depoimentos a esta CPMI, que o Sr. Gildásio já prestou dois depoimentos a esta CPMI, um público e outro reservado e que o Sr. Paulo Figueiredo também já prestou depoimento a esta CPMI. Eu gostaria de iniciar questionando a Sr^a Fabiana a respeito da contratação dela para a Gerência de Investimentos da NÚCLEOS. Gostaria, mais uma vez, que a Senhora pudesse aqui detalhar como é que se deu o seu processo de contratação para a Gerência Financeira da Fundação?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Como eu havia informado na minha primeira declaração, eu, depois que eu saí do BANCO ICATU, eu fiquei uns cinco meses sem trabalhar, tinha colocado o meu currículo em algumas agências de Recursos Humanos e um dia recebi um convite para comparecer ao NÚCLEOS e poder ser entrevistada. Fui entrevistada pelo Sr. Paulo Figueiredo e depois eu tive uma conversa com o Sr. Gildásio em um outro dia, não no mesmo dia. Minha

contratação foi firmada depois, após um contato telefônico de que eu havia sido escolhida e começaria a trabalhar no dia 5, acho que de agosto.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só gostaria que a Senhora por favor, quando falasse, pudesse falar um pouco mais próximo do microfone. Eu agradeço. A Senhora deixou o seu currículo na NÚCLEOS, foi isso?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não, em uma agência de emprego.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em uma agência de empregos.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Em duas agência de RH, eu acho que eu espalhei meu currículo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No currículo da Senhora constava a experiência que teve na REFER?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Sim, na REFER, no ICATU.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, como é que a Senhora citou esta passagem na REFER no seu currículo?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Bom, na REFER fui contratada como auxiliar, ou assistente administrativa, não sei se isso pode ser comprovado pela minha carteira profissional, no momento eu não trouxe e na REFER eu atuava na área de, trabalhava na área de análise de investimentos e dava suporte aos analistas para preparar análises que eram preparadas para, que era encaminhada para o Comitê De Investimento e tudo mais. Então eu dava suporte aos analistas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a Senhora foi contratada como...?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Na minha Carteira Profissional está, constava como auxiliar ou assistente administrativa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas como funcionária, não estagiária da REFER?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não era estagiária, eu era funcionária.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Funcionária. Sr. Paulo Figueiredo, de quem que o Senhor recebeu a o currículo da Sr^a Fabiana Carnaval?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Bom. Como eu tinha prestado no depoimento anterior, quando eu assumi a Presidência, a Gerência Financeira estava vaga, porque eu era Diretor do NÚCLEOS desde o ano de 2000 na condição de eleito e

simplesmente, com a posse do novo Conselho aqui, quer dizer, fui conduzido ao cargo de Presidente. Então, quando a nova Diretoria assumiu, eu já era antigo, que foi o Sr. Gildásio e o Sr. Abel, não tinha Gerente Financeira. A Gerência Financeira era ocupada pelo antigo Diretor. Então nós combinamos, eu já tinha esta empresa de RH, tinha duas ou três, eu não me recordo bem. Mas, nós tínhamos uma agência que fazia a seleção dos currículos e depois pesquisava junto aos órgãos SPC, BANCO CENTRAL, CVM também, para saber se tinha algum processo. Analisei o currículo dela e de outros. Conduzi o currículo dela para o Sr. Gildásio. Eu fiz a entrevista com ela, depois conduzi para o Sr. Gildásio. Eu não me recordo se só foi só o dela ou se foi de outras pessoas, conversamos, decidimos pela contratação, ele me encaminhou um e-mail para que ela fosse conduzida a Gerência Financeira e eu aceitei. E sobre isso eu gostaria de referendar a instrução normativa sobre poderes e competências do instituto onde está delimitado a competência de cada um deles. Então, está aqui: Atos de administração em geral e de pessoal. Aprovar a contratação ou desligamento de empregados. PR, que é a Presidência mais a DA. Aqui a DA é a Diretoria afeta. Ou seja, a Diretoria Financeira encaminha, o Presidente tem o direito de aceitar ou não. Na mesma condição, há a nomeação para a Gerência e esta questão da Gerência, inclusive, está no estatuto, ou seja, designar empregado para a exercício de cargo de confiança que são os gerentes. Então, compete ao Diretor da Área, juntamente com o Presidente. A área de Recursos Humanos era subordinada a Presidência. Eu vou precisar tirar mais alguns dados, depois eu entrego a Comissão este... Por favor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor nos disse aqui, na última vez, que tinha recebido vários currículos e que entrevistou várias pessoas.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Eu entrevistei várias, mas não foram tantas, foram duas ou três, ou quatro pessoa, entendeu? Porque os currículos... vinham muitos currículos. Então essa empresa selecionava alguns e remetia. Então nós dávamos uma olhada e íamos selecionando aqueles e sempre contando com a ajuda do assessor que fazia isso e o Gerente de pessoal que era encarregado disso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando o Senhor depôs nesta CPMI, o Senhor informou também que a experiência da Fabiana na REFER teria pesado na decisão do Senhor de contratá-la. O Senhor reafirma isso?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Não, eu falei que uma das condições foi a experi-

ência dela da REFER e a outra foi dela ter trabalhado no BANCO ICATU, que é considerado um banco de grande porte, a época, de investimento. Então era a experiência dela não só no BANCO ICATU como analista de investimento, mas também tinha ciência do que é uma entidade fechada de previdência complementar onde a legislação é um pouco mais restrita. Então, sabe do funcionamento e das limitações de uma entidade fechada de previdência, então é isso que eu reafirmo. Foram os dois pontos que combinaram. E o Dr. Gildásio, depois entrevistou, deve ter achado que o currículo e a conversa que teve com ela deve ter sido profícua que ele acordou com a contratação dela.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele concordou?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Concordou, é claro, eu disse aqui.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, mas o Senhor, nós vamos chegar lá, eu quero exaurir isso, mas ficou evidente no último depoimento do Senhor, que houve aqui uma inversão das responsabilidades previstas no próprio regulamento da Fundação porque o Senhor disse claramente que cabia à Diretoria Financeira encaminhar e a Diretoria Presidência concordar. E aconteceu exatamente o contrário.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: A Gerência, para a Gerência, para o cargo de Gerente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas é exatamente, é exatamente a respeito disso que eu estou falando, Sr. Paulo.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Sim, mas ele encaminhou para mim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor aguarde, o Senhor aguarde porque depois nós vamos perguntar ao Sr. Gildásio. O que aconteceu foi que o Senhor encaminhou para ele a senhorita Fabiana, é diferente. Mas ainda a respeito do primeiro encontro dos Senhores, Sr^a Fabiana, o quê que o Dr. Paulo colocou para a Senhora naquela primeira conversa que os Senhores tiveram?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não, ele, na verdade ele me indagou sobre a minha experiência que eu tive por que uma coisa é você ler um currículo e outra coisa é você detalhar um pouquinho mais a sua experiência, então eu fui lá, detalhei a minha experiência, ele quis saber um pouco mais sobre mim e me falou que tinha uma vaga, especificou, mais ou menos, quais seriam as funções que seria ocupada pela área de, pelo cargo de Gerente Financeira, foi basicamente isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Senhora teve um encontro com o Dr. Paulo e logo depois um...

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Na própria Fundação.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E logo depois um encontro com o Sr. Gildásio.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Em outro momento eu fui conversar com o Sr. Gildásio.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em quando tempo, mais ou menos, isso aconteceu A Senhora se lembra?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não me recordo, não me recordo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não se recorda. Agora, neste primeiro encontro com o Dr. Paulo, ele já confirmou que Senhora seria a Gerente de Investimento da Fundação?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não. Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele citou que estava ouvindo outras pessoas, que estava arguindo outras pessoas?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Olhando, sim. Tinham outros currículos que ele tinha informado que tinha uma empresa de RH que selecionava os currículos para ele que era encaminhado, foi isso basicamente que ele me informou. Eu acho que eu tinha falado, mais ou menos, isso também na primeira vez que eu estive aqui depondo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, ele disse à Senhora que a contratação da Senhora estaria condicionada a uma aprovação do Dr. Gildásio, Diretor Financeiro?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Ele não se atentou... Assim... Nós não... A conversa não foi presa em detalhamentos de quem aprovaria, quem... isso aí na verdade não foi discutido. Isso não foi discutido.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Gildásio, quando o Sr. Paulo conversou com V.S^a no sentido de sugerir o nome da Fabiana para que V.S^a a entrevistasse, ele também sugeriu que outros fossem entrevistados por V.S^a ou foi apenas a Fabiana Carnaval?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Foi apenas a Fabiana Carnaval. Ele me disse que tinha analisado alguns currículos e que o currículo da Fabiana era, dentre aqueles analisados, o melhor, se eu teria alguma coisa a opor. Eu disse: Claro que não. Eu não tenho, não tenho conhecimento desta área, de pessoas desta área e você, pela sua experiência, com essa indicação

realmente eu praticamente não tenho dúvida nenhuma sobre a indicação dela.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, quando ele conversou com V.S^a, ele condicionou a contratação dela a vossa aprovação?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Olha, em termos formais, eu acho que não. Mas, ficou claro de que o procedimento seria eu encaminhar, então, a partir daí encaminharia para a Presidência o pedido de contratação que é o que sempre aconteceu lá no Instituto.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor acha que houve uma inversão daquilo que está previsto no regulamento? Porque o regulamento prevê e foi lido na última segunda-feira pelo Dr. Paulo que o Diretor da Área, que seria V.S^a, o Diretor Financeiro, encaminha para a Presidência e a Presidência aprova. Em tese, a primeira conversa da Sr^a Fabiana deveria ser com o Senhor e não com o Diretor-Presidente. O Senhor averiguaria as qualificações técnicas dela e então, depois, sugeriria ao Dr. Paulo para que ele confirmasse ou não a contratação a partir de uma concordância dele, conforme previa o regulamento. O Senhor acha então que, neste caso, houve uma inversão da lógica?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Olha, se olhar por este lado, sim. Mas acontece que o Paulo ele era Diretor, tinha sido Diretor da administração anterior. E nesta posição, ele sabendo de que a Gerência Financeira estava vaga, ele se antecipou em até me auxiliar na escolha de candidatos e essas entrevistas que ele fez redundou na indicação da Fabiana. E ele me passou isso. Eu vejo isso até como uma posição de coleguismo. Tanto que eu falei para ele: Ótimo. Se ela for ótima muito bem, se não for a gente analisando depois e depois a gente pensa em substituir, mas...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor reafirma o que disse em Sessão reservada nesta CPMI que a Fabiana teria sido uma indicação de Brasília?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Depois eu tive a informação de que ela era uma indicação de Brasília, teriam indicado por Brasília. E entre Brasília ficou um ente metafísica, até hoje eu não descobri quem era em Brasília.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, o Senhor disse aqui com muita firmeza e segurança que chegou a conclusão, se convenceu de que ela teria sido uma indicação de Brasília. O Senhor reafirma isso?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Reafirmo isso. Reafirmo isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Paulo o que é que o Senhor pode dizer a respeito desta afirmação do Sr. Gildásio?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Olha, ele que está fazendo a afirmativa. Ninguém de Brasília me pediu ou perguntou absolutamente nada. E, Deputado, olha só, mais uma vez eu estou aqui em poderes e competência. Não houve inversão. Está aqui, é da Presidência, é da Presidência, a toda administração de pessoal cabia na época a Presidência e está aqui, atos de administração em geral e de pessoal. Aprovar a contratação ou desligamento de empregados. Isso é um ato da Presidência. Lá, o Instituto era pequeno, 33 empregados. Então, era um ato, agora, que foi conversado com ele, foi. Foi conversado com o Diretor Financeiro porque não tinha Gerente Financeiro.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor pode ficar preso exatamente ao que diz o regulamento e a palavra é aprovar, aprovar. A palavra “encaminhar”, ela está relacionada a Diretoria Financeira e não a Diretoria Presidência. Que aprovaram, eu não tenho dúvidas.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Ele me encaminhou um e-mail pedindo a contratação da Fabiana e também para ela que fosse levada a Gerência Financeira. E depois nós fazemos uma resolução onde é feita por proposta do Diretor Financeiro a Presidência nomeou para Gerência Financeira o Senhor ou a Sr^a Fulana de tal. Não é verdade?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Gildásio, este ato de encaminhamento, o Senhor considera que foi uma mera formalidade ou realmente o Senhor se responsabilizou naquele instante, quer dizer, claro que se responsabilizou. Mas, chamou para si a fundamentação principal pela contratação da Fabiana? Se houvesse aqui a necessidade de atribuir uma responsabilidade pela contratação dela, não apenas do ponto de vista formal, claro que a responsabilidade é dos dois, mas se tivéssemos que dividir o peso dessa responsabilidade, quem é que teve mais peso na contratação da Fabiana?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Olha, fazer esta medição é difícil. O Paulo me indicou a Fabiana, eu aceitei a Fabiana e aí fizemos a formalização do fato.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O e-mail é apenas para formalizar o fato?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Formalizar o fato.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É uma mera formalidade?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Isso, exatamente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Abicalil, seja bem-vindo.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Bom, agora, sobre a outra pergunta que... sobre, agora eu já esqueci.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tinha sido indicação de Brasília.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: É indicação de Brasília. Olha, eu repito, reafirmo, ninguém de Brasília ou ninguém do Governo me pediu alguma contratação. E por experiência, desde dois mil que eu ocupo cargo na Fundação e depois fui Presidente da ELETRONUCLEAR, nós recebemos inúmeros pedidos e diz é do Deputado, é do Governo. Então, ao administrador cabe checar, ou seja, ver o outra contrapartida. Olha quem indicou, quem é que é. Porque indicar, pode-se indicar. Agora, especificamente neste caso, não foi pedido nada ao Presidente da Fundação para fazer indicação nenhuma, nenhuma em absoluto. Eu reafirmo isso e acho que também o Dr. Gildásio, que eu saiba ninguém pediu a ele absolutamente nada. Porque no processo da contratação da Fabiana nós conversamos a respeito. Olha, nós temos uma Gerente, ex-Gerente que está afastada, aconteceram esses fatos, vamos mantê-la ou não vamos mantê-la? Não foi esta a conversa que nós tivemos da Gerente que estava lá?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Me perdoe, eu não me lembro exatamente deste tipo de conversa. Me lembro que o cargo já estava vago.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Exatamente.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Que o Fernando, que era o Diretor anterior, já tinha assumido a Gerência Financeira.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: E aí este Gerente Financeiro continuava trabalhando nos quadros do Instituto, está lembrado?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: E que você demitiu.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Não, nós conversamos. Eu não podia demitir. Você tinha que fazer o pedido de demissão. Isso está lá nos arquivos da empresa é só fazer a solicitação. Deputado, é uma formalidade, mas é uma formalidade que a Secretaria, a auditoria das patrocinadoras verifica essas formalidades. São formalidades inerentes à administração.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Gildásio, o Senhor tem a palavra.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu não me lembro de ter assinado nenhum documento e nem pedido a demissão da Gerente Financeira anterior, a que antecedeu a Fabiana. A informação que eu tenho é que ela tinha sido demitida e que o Diretor Financeiro--

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Tinha sido afastada, afastada do cargo.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Ele assumiu a Gerência Financeira também.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, quando a Gerente Financeira que antecedeu a Sr^a Fabiana foi afastada do cargo, o Dr. Paulo já era o Presidente da NÚCLEOS?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, ele era Diretor de Benefícios da Diretoria anterior.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é o conhecimento, quais são as informações que o Senhor tem a respeito do afastamento da ex-Gerente que antecedeu a Sr^a Fabiana?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Praticamente nenhuma porque a formação dela era uma formação de jornalista.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E ocupava a Gerência de Investimentos de uma fundação.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Exatamente. Não cheguei a ter nenhuma outra informação dela.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Paulo, o Senhor sabe os motivos que levaram a demissão dela?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Sim, claro. Eu fazia parte da Diretoria e isso consta em Ata. É que em uma reunião da Diretoria ela prestou informações equivocadas que foram levadas ao Conselho Consultivo de Investimento que propiciou uma decisão equivocada do, não só da Diretoria, quanto do Comitê Consultivo de Investimentos. Então ela foi argüida sobre isso. Eu defendi, à época, enquanto Diretor a demissão dela. Isso podia ser comprovado. Aí o Diretor Financeiro não quis fazê-lo e disse o seguinte: “Eu vou mantê-la na Diretoria Financeira, mas eu vou acumular a Gerência Financeira”. E isso perdurou por uns seis meses. Ou três. Eu não me lembro bem. Mas foi que, isso foi no ano de 2002, 2002 para 2003. Ele ficou acumulando a Diretoria Financeira e a Gerência Financeira.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr^a Fabiana, a Senhora tinha o hábito de se reunir com o Dr. Paulo Figueiredo sem a presença do Sr. Gildásio?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Em alguns momentos não havia a presença do Dr. Gildásio ou então em alguns momentos para poder es-

clarecimento de alguns, tirar algumas dúvidas, não é reunião. É assim, a portas abertas, nada de portas fechadas. Ele me chamava, me pedia a presença e eu comparecia.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, a Senhora saía da Gerência de Investimentos, ia até a sala da Presidência para conversar com ele?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Em alguns momentos, pouquíssimos momentos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente, normalmente ele chamava a Senhora para tratar de quê?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: De assuntos diversos, por exemplo, tinha matérias do “Nuclin” para poder tratar.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: “Nuclin” É um jornalzinho trimestral que sai lá, que saía na Fundação, vários assuntos. Não era só a diária de investimentos. Publicações.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, também na Área de Investimentos?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Algumas coisas sim. Algumas dúvidas que ele tinha, as vezes o Gildásio não estava presente, eu ia lá e fazia alguns esclarecimentos para ele.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ora, isso acontecia mesmo quando o Gildásio estava na Fundação?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Algumas vezes. Raríssimas vezes aconteceu isso, pode ter ocorrido, eu não me recordo. Porque as vezes ele pode não estar na sala, entendeu? Ele precisava de uma informação na hora, eu não me recordo, se tem, foram, já tem tempo, tem mais de um ano.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas no seu primeiro depoimento e está agravado isso e transcrito nas notas taquigráficas, a Senhora disse que só se reunia com o Dr. Gildásio quando o Dr. Paulo não estava na Fundação.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Eu queria dizer é o seguinte: A portas fechadas eu nunca me reuni com o Dr. Paulo Figueiredo. Eu não me lembro se foi isso que foi perguntado, mas as portas fechadas eu nunca me reuni com ele.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A pergunta foi genérica, se a Senhora se reunia com o Dr. Paulo.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não, fazia reunião. A partir do momento, assim, lá no NÚ-

CLEOS, como era muito pequeno, as pessoas tinham livre acesso a qualquer área, a qualquer área. Eu ia na área de benefícios, eu ia na contabilidade, eu ia conversar com o assessor, com várias pessoas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Dr. Paulo ia muito na Gerência de Investimentos conversar com a Senhora?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Ele ia em todas as áreas, em todas as áreas ele ia. Em todas as áreas. Todo mundo fazia isso. O próprio Gildásio, ele ia em todas as áreas conversar com todo mundo. Porque o Instituto é muito pequeno.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a Senhora considera que o Dr. Paulo era muito interessado com relação aos investimentos da Fundação?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não nos investimentos. Meu ponto de vista, como Presidente ele tem que se preocupar com todas as áreas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas não havia uma predileção especial pela Área de Investimentos?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não. Predileção, não posso afirmar isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Gildásio, o Senhor reafirma o que disse aqui que muitas vezes a Sr^a Fabiana e o Sr. Paulo se reuniam, seja na presença, seja na ausência de V.S^a da Fundação?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sim, claro, claro. E tem muito do que a Fabiana acabou de colocar. O Paulo, ele tinha um tipo de gestão de que ele procurava todas as áreas. E obviamente ele procurava com alguma intensidade a área financeira e muitas vezes ele ia diretamente a Gerência Financeira. E a Gerente, várias vezes foi à sala dele, estando eu presente ou não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essas reuniões era apenas de portas abertas?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Portas abertas. O Paulo, praticamente, ele trabalhava sempre de portas abertas, dificilmente ele estava com portas fechadas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor nos disse aqui que eles discutiam muito as questões da Área de Investimentos da Fundação e que, inclusive, e que, inclusive, tomavam algumas decisão que depois eram comunicadas a V.S^a. O Senhor confirma isso?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu confirmo porque o Paulo, como tinha mais experiência do que eu no NÚCLEOS, ele tinha um conhecimento destas áreas, da área financeira maior do que o meu e ele com o Fabiana tinha condições de discutir melhor os

assuntos do que a Fabiana comigo. E muitas vezes eu percebia de que, quando a Fabiana vinha falar comigo a respeito de uma proposta de investimento, ela já tinha tratado com o Paulo sobre desse assunto.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso é muito importante. Dr. Paulo, o Senhor confirma isso?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Olha, eu estou supero surpreendido eu vou ler aqui. O responsável técnico pelos investimentos do NÚCLEOS perante a Secretaria de Previdência Complementar era o Dr. Gildásio. Isso está em Ata. Ata da Diretoria e não foi forçado a ele ter este comportamento. Agora, eu discutia, eu era Diretor desde 2000. A minha sala tinha um vidro, tinha um vidro. A sala dele não. A sala dele tinha um vidro e uma persiana. A minha tinha um vidro enorme, eu ficava de frente para o meu assessor, hoje Presidente, que também tinha um vidro e em frente a minha sala ficavam as três Secretárias. Era um fundo com trinta e três pessoas, ocupávamos um andar na Rodrigo Silva e ainda ocupamos. Quando nós viemos da praia do Flamengo que é um prédio de propriedade do NÚCLEOS, a Gerência Financeira era isolada, porta e nós abrimos e foi minha proposta que os três Diretores ficassem na mesma sala e o Dr. Gildásio não concordou porque eu achava que uma administração moderna, até para agilizar, os três Diretores ficassem na mesma sala e tivesse salas de reuniões para assuntos outros, um para tratar da Gerência de Benefícios. Agora, eu freqüentava todas as salas. O meu estilo sempre foi de uma pessoa de portas abertas. Então, entrava na minha sala desde a menina que cuidava do café até o Gerente. E eu ia às salas, sim. Agora, aonde ficava a Diretoria de finanças? A Gerência Financeira, a Gerência de benefício não eram salas fechadas, todos os funcionários ficavam na mesma sala. Então a conversa que eu tinha com ela era pública perante os outros empregados.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor já viu, por exemplo, algum regulamento determinar desvio de dinheiro público?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Regulamento?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim. Ou já viu isso constar em Ata de reunião?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que meu interessa aqui são as questões práticas, são as questões factuais, aquilo que efetivamente aconteceu. Para mim é importante a identificação do regulamento e das atas porque isso não

vai eximir a nenhum daqui das responsabilidades que possuem. Porém, isso não é um fator que limite ou que determine quem foi o principal responsável por este ou por aquele problema que aconteceu na Fundação. Até porque eu pergunto ao Senhor: Porque que é que o Senhor aceitou como seu Diretor Financeiro, alguém que não tinha a qualificação técnica e a proficiência para desempenhar os papéis de Diretor desta área?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Deputado, olha só, a Fundação NÚCLEOS são três patrocinadoras. ELETRONUCLEAR, quer dizer, onde eu sou originário, INB, Indústrias Nucleares do Brasil, onde o Dr. Gildásio é originário e NUCLEP, equipamentos pesados. Ora, tem um representante de cada patrocinadora no Conselho. Não cabe a mim julgar quem a patrocinadora ou quem o conselheiro da patrocinadora indicou. Seria extremamente antiético. Agora, se ele não assumiu, se ele assumiu, ele tem que responder pelas... quer dizer, pela competência dele e responsabilidade. E aí eu volto um pouquinho atrás. Em fevereiro de 2003 eu fui convidado, já era Diretor do NÚCLEOS, fui convidado pelo Ministro Roberto Amaral para ocupar a Diretoria de fiscalização da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Fui ao Senhor Ministro e declinei do convite. Ora, eu já era Diretor na Fundação NÚCLEOS. Quer dizer, ao ser designado Presidente, o salário não mudou, aumentaram as responsabilidades. Agora, quando ele foi convidado e eu fui comunicado pelo Conselho não cabia a mim questionar. Ele é estatístico foi Diretor da PUC, tinha 26 anos de empresa. Ora, não pode alegar ou incompetência, ou qualquer outra coisa que eu acredito que ele não seja.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A questão não é incompetência, a questão é uma evidente falta de qualificação técnica para exercer o cargo de Diretor Financeiro. Eu pergunto a Senhora, Dr^a Fabiana. A Senhora conseguia perceber, logo que foi chamada a assumir o cargo de Gerente, nas conversas que tinha com o Dr. Gildásio, percebia que faltava a ele esta experiência na Área de Investimentos, na área financeira?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Em muitos momentos eu comparecia diariamente, eu comparecia a sala dele, a gente conversava todo o dia, toda a hora ele me chamava e a gente discutia várias questões, tirava várias dúvidas. Isso aí não tem como negar.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, mas eu pergunto mais propriamente nas questão que dizem respeito ao mercado, aos investimentos da Fundação, a compra e venda títulos e etc, enfim.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Dava para notar uma certa dificuldade, mas isso aí diariamente com ele eu conversava, eu explicava tudo a ele, entendeu? Eu tentava ao máximo explicar como é que o procedimento das coisas, o andamento das coisas, eu conversava diariamente com ele.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Gildásio, muitas vezes o Senhor sentiu dificuldade, o Senhor sentiu que lhe faltou conhecimento técnico para exercer a função de Diretor Financeiro?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Para exercer a função de Diretor, não. Mas, para fazer as aplicações, sim. Daí eu ter a Fabiana na Gerência Financeira que era um órgão que estava ali para a parte operacional. Eu, como Diretor, ficava em uma posição de gestor e a parte operacional ficava com a Gerência operacional. E obviamente, eu, por diversas vezes, como a Fabiana acabou de dizer, eu a chamava para não só discutir alguns assuntos como para ela me passar informações que eu desconhecia a respeito de certos detalhes da área e isso ela fazia quase sempre.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor disse aqui e eu queria que o Senhor reafirmasse isso que o Dr. Paulo tinha muito mais conhecimento e experiência desta área de investimento do que V.S^a, correto?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Tinha. Tinha eu reafirmo isso não só pela prática que ele tinha lá no NÚCLEOS, como questões dele de profundidade de conhecimento.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor disse também, no segundo depoimento que prestou, que depois de tudo isso, fazendo uma reflexão, o Senhor avalia que de alguma forma tinha sido usado. Porque como lhe faltava condições de acompanhar de perto e ter um olho clínico sobre os investimentos da Fundação pela falta de experiência nas questões de mercado, então que o Senhor entendeu que foi designado para Diretoria Financeira justamente para que o Senhor não contestasse as coisas e não tivesse condições de, com esse olho clínico, focar onde os problemas estavam acontecendo. O Senhor repete isso?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Deputado, essa conclusão que eu transmiti para a Comissão e para a CPI foi já no final da minha administração.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor chegou à esta conclusão?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu cheguei a esta conclusão, a suspeitar desta posição em função do que vinha acontecendo. Eu não tinha conhecimentos

e os jornais já estavam divulgando que havia rombos com valores altíssimos e eu não fazia a menor idéia a este respeito. Por quê? Porque as nossas aplicações, eu recebia da Gerente Financeira solicitações para fazer aplicações em NPM's.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor recebia dela a solicitação para fazer as aplicações?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Isso, recebia dela. E eram aplicações, não só ela me explicava, como estava escrito, eram de papéis soberanos do Governo Brasileiro e papéis em que as taxas eram extremamente atrativas, superiores a nossa meta atuarial e conseqüentemente não tinha porque não serem aceitas. Então, nós fazíamos isso, eu assinava e passava para um Diretor. Quando o Paulo estava lá, ele era procurado, quando ele não estava, era o Diretor de Benefícios, o Abel de Almeida e depois da saída dele ficou só o Abel de Almeida. Então, assinávamos eu e o Abel de Almeida. E esses papéis eram encaminhados para os fundos exclusivos que eles agiam. Agora, a partir daí eu não tinha mais conhecimento nenhum a respeito do que acontecia com aqueles papéis.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o que o Senhor está dizendo é que o Senhor recebia dela a recomendação, a orientação, a sugestão para investir em determinados papéis, depois, enquanto o Dr. Paulo estava na Fundação compartilhava com ele e com o Dr. Abel, quando ele saiu, apenas com o Dr. Abel e que aí, somente após a aprovação da Diretoria é que os fundos exclusivos recebiam um comando para efetuar a operação?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, isso é muito importante. Dr^a Fabiana, a Senhora, quando veio aqui, nos disse que era uma mera cumpridora de ordens, que era uma mera executora de funções. Que na verdade, inclusive, tinha sido contratada para a NÚCLEOS para exercer uma atividade de *compliance*, de elaboração de relatórios. Percebo que em uma declaração que a Senhora deu já se evidencia uma certa contradição. Porque a Senhora disse que só recebia ordens da Diretoria, mas aqui a Senhora, no entanto, nos diz e já afirmou que discutia com o Sr. Gildásio e que muitas vezes ele vinha tirar dúvidas, questionava a Senhora sobre várias coisa, etc... então a Senhora não era uma mera cumpridora de ordens, mas no entanto, eu vou permitir a Senhora a falar, mas no entanto, agora a situação, ela fica mais contundente ainda. Por quê? Por que o Sr. Gildásio disse que a Senhora trazia as operações, que ele discutia as operações com a Senhora, que eram papéis soberanos, avaliava que os

riscos estavam compatíveis e que aí depois deliberava com a Diretoria. Então, há aqui dois processos completamente distintos. Eu pergunto a Senhora, na visão da Senhora, na opinião da Senhora, o que é que realmente acontecia?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Excelência, como eu falei, eu também executava a parte de *compliance*, não era só então cumprir ordens. O *compliance* é o seguinte, você verificar se as coisas estão enquadradas, se é possível você fazer um determinado investimento ou não. Isso eu afirmei que eu fazia.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas eu perguntei a Senhora se considerava cumpridora de ordens? Aí a Senhora disse: “Me considerava cumpridora de ordens. Não tinha autonomia para tomar decisão.”

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Tomar decisão, eu não nunca tomei decisão. O que acontecia? Na maioria das vezes e em outras vezes também os bancos administradores de gestores eles sempre encaminhavam para a gente propostas de investimentos. Essas propostas eu as encaminhava para eles, para o Sr. Gildásio. Às vezes para a Diretoria Executiva. E muitas das vezes o próprio Gildásio trazia propostas para mim. Um exemplo dela eu acho que era um fundo em direitos creditórios que era ASM que estava lá na Fundação, foi trazido a mim, eu tive que analisar. Como que eu fazia? Eu analisava e via se poderia. Por exemplo, este fundo era atrelado a papéis, eu acho que era CVS variação salarial, não recordo. E esse papel, ele era indexado a TR. Então qual era o meu papel? Era verificar se a política de investimentos permitia certo tipo de aplicação e não permitia. Eu falei, Dr. Gildásio não podemos porque o papel é indexado a TR e a Fundação, pelo instituto não me permite. Então, esse era o meu papel. Muitas das vezes ele trazia para mim e outras vezes eu levava para ele propostas que eu recebia de bancos. Eu conversava diariamente com os gestores, com os administradores dos bancos e recebia propostas. Ah, vamos, estamos pensando em fazer isso, a gente dialogava e eu levava as propostas para ele. Era isso que acontecia.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Gildásio, muitas vezes o Senhor levou propostas para a Sr^a Fabiana?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Todas as propostas que me procuravam. Essa que ela citou, a ASM, ela foi indicada para nós, veio até pelo Prefeito de Paracambi, se não me engano. Não. Bom, mas, teve uma proposta dessa que veio e não só eu, como o próprio Paulo Figueiredo, recebemos o Sr. Fernando se é que era o nome dele Fernando.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Era Fernando Teixeira.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Fernando Teixeira. Exatamente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Foi a pedido de?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Estava no papel a pedido do Marcelo Sereno.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): A pedido do Marcelo Sereno?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Isso, foi o papel que me passaram. E nós atendemos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas espera aí, quem é que lhe passou a papel?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Provavelmente a Secretária, porque estava na minha mesa quando eu cheguei do almoço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas o Marcelo Sereno estaria pedindo diretamente ao Senhor ou pediu ao Dr. Paulo que pedisse ao Senhor?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Ah! Agora, realmente eu não sei. Eu vi o papel na minha mesa atender fulano de tal, entre parênteses pedido do Marcelo Sereno. Se pediram ao Paulo?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): E esse papel existe?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu procurei este papel e não achei. Eu perguntei ao Presidente atual do NÚCLEOS, o Marcos Elias e ele me disse que não viu este papel, ele não sabe deste papel. Bom, mas continuando. Eu passava todos os pedidos que me chegavam às mãos para a Gerência Financeira, a Fabiana, diretamente e ela fazia as análises como teve outros direitos creditórios que me procuravam e eu passava para ele, para ela analisar. Eu nunca tomei uma decisão sobre estes tipos de investimentos sem passar por ela e sem ter opinião favorável da Gerência Financeira. Então, eu me referi a papéis que ela me trazia, eram essas NPMS e ela me trazia.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O Senhor nunca, o Senhor nunca sugeriu a ela que fizesse uma compra ou venda de títulos públicos? Sempre vinha dela, nunca partiu do Senhor para ela?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não. Ela vinha porque ela tinha lá a capacidade de análise, ela tinha um outro analista financeiro, ela tinha um estagiário. Enfim, ela tinha uma estrutura que permitia que ela fizesse esses estudos, além da capacidade dela de conhecer o assunto.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Sr^a Fabiana, alguma vez o Sr. Gildásio lhe encaminhou alguma operação de título público sugerindo que determinada operação fosse feita ou o caminho é exatamente este, a Senhora que levava para ele?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Especificamente ele, em algum dado momento não. Mas, foi decisões tomadas em conjunto que eu me lembro de aplicar em títulos públicos que são papéis seguros, teoricamente, os administradores já tinham sugerido isso e isso foi uma decisão tomada depois em conjunto.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Muito bem, a decisão *a posteriori*, ok? Mas eu pergunto onde é que nasceu, onde é que teve origem o encaminhamento para essas operações? Foi da Gerência de V.S^a para a Diretoria ou foi da Diretoria para a Gerência?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não, que eu me concordo, o primeiro assunto que sugeri foi através de um administrador, não lembro qual era o banco, da proposta de alongar um pouco mais a carteira do fundo e depois foi feito até um estudo dentro do próprio instituto, da capacidade de poder alongar os investimentos e daí surgiu o assunto de poder aplicar, direcionar uma parte dos investimentos para títulos públicos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O Senhor tem alguma consideração?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO:

Eu tenho uma consideração fazer, sim. Olha só. A partir da 3821 do BANCO CENTRAL, todos os Fundos de Pensão tiveram que fazer um programa de investimento a longo prazo. Agora eu não me recordo se era por um prazo de dez anos ou cinco anos, ou seja, vários, porque antes era a 2829, em setembro de 2003 saiu a resolução 3821 que ela dava as diretrizes para as aplicações do fundo. Então, uma das diretrizes era que as fundações poderiam aplicar 100% da sua carteira em títulos de renda fixa, em títulos públicos. Aí fixava 20% em ações, em debêntures, quer dizer, tinha lá as limitações. É tantos por cento em imóveis e por aí... Então no nosso programa de investimento estava escrito. Renda fixa. O NÚCLEOS e isso era distribuído a todos os administradores. 80% em renda fixa. Ora, qual é o papel hoje que representa renda fixa? Título Público. Eu estou explicando porque como este programa de investimento saía da Diretoria, ia para a comitê de investimento, depois era submetido ao Conselho Deliberativo, já que uma das atribuições do Conselho Deliberativo é a gestão de investimentos e daí era distribuída a todos os administradores e evidente,

ficava com cada Diretor para fazer o acompanhamento. Então, quer dizer, já tinha uma autorização, entre aspas, dada pelo programa de investimento de fazer aplicações em 80 % da carteira em renda fixa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, Dr. Paulo, isso eu não estou questionando, isso não está em questão. O problema é que nesta brincadeira a NÚCLEOS perdeu vinte e oito milhões de reais. Eu sei que os Senhores estavam autorizados a investir em títulos público, só não estavam autorizados a deixar a Fundação perder vinte e oito milhões de reais como aconteceu. Agora, ainda com relação a este episódio, já que ele veio a tona, da ASM ASSET, me parece que é inegável, até porque já foi reconhecido pelo Dr. Gildásio que houve uma solicitação do Sr. Marcelo Sereno para que a Diretoria Financeira recebesse o Fernando Barros Teixeira. Eu estou agora aqui com o nome dele completo. O Senhor teve conhecimento deste episódio?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Tive. Pelos jornais.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelos jornais? O Senhor não tinha--

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Do bilhete, do bilhete eu tive conhecimento pelos jornais.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor não tinha nenhuma informação de que o Dr. Marcelo Sereno estaria solicitando ao Sr. Gildásio que recebesse o Fernando Teixeira?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Não. E se tivesse solicitado, eu teria atendido. Na função de Presidente nós atendemos vários pedidos de outras pessoas. Agora, qual era o meu papel? Eu recebia as solicitações, encaminhava para a Diretoria Financeira, para o Diretor Financeiro, o Diretor procedesse a análise. E, quando era cabível, as reuniões eram feitas dentro do instituto. Eu tomava parte de alguma delas, ou da maioria delas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Gildásio, o Senhor acha que o Dr. Paulo sabia ou não sabia que o Fernando Teixeira estaria solicitando este encontro com V.S^{as}?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu não posso. Isso é uma ilação. Não tenho informação nenhuma concreta para poder dizer se ele sabia ou não. Ele, se ele diz que não sabia, realmente eu não tenho por que duvidar disso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor tinha conhecimento das relações do Sr. Marcelo Sereno com o Dr. Paulo?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Tinha. O Paulo de vez em quando me falava que tinha conversado com o Marcelo Sereno.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor nos afirmou aqui, está registrado no segundo depoimento que prestou, que o Dr. Paulo acabou se tornando uma pessoa próxima ao Marcelo Sereno e que tanto o Dr. Paulo, como o Sr. Marcelo Sereno, como o Presidente da INB, o Sr. Luiz Vieira, discutiam questões da NÚCLEOS. O Senhor reafirma isso?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Reafirmo, mas deixa eu colocar como foi isso. O Vieira, Luiz Carlos Vieira, Presidente da INB, tinha sido colega do Marcelo Sereno no SINDIMINAS, SINDICATO DA VALE DO RIO DOCE e o sindicato que era o sindicato majoritário da INB aqui no Rio de Janeiro. Então, o Vieira e o Marcelo Sereno, eles tinham uma relação praticamente de amizade. O Paulo Figueiredo, como Presidente do NÚCLEOS, ele tinha que se relacionar com os Presidentes das patrocinadoras e ele tinha reuniões esporádicas com os Presidentes das patrocinadoras. E ele, de certa forma, tinha encontros também com o Marcelo Sereno nessas ocasiões. Eu me lembro uma vez que ele me disse que esteve com o Vieira e com o Marcelo Sereno numa reunião em que trataram de diversos assuntos, inclusive com assuntos da NÚCLEOS.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Paulo, o Senhor confirma em isso?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Eu confirmo em parte, olha só. Eu falei no meu primeiro depoimento, eu não sou próximo politicamente ao Sr. Marcelo Sereno, é uma ilação falar que a minha indicação partiu do Sr. Marcelo porque mais à frente tiveram fatos que eu fui vetado até pelo próprio Marcelo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas vetado como?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Vetado para ocupar alguns cargos. Então eu não sou do grupo político dele e nunca fui. Agora, também e aí eu vou... Quer dizer, o Dr. Gildásio tem que explicar. Eu nunca fui na casa do Dr. Vieira. Mantinha reuniões com o Dr. Vieira enquanto Presidente do fundo. Por quê? A INB é uma das devedora do fundo desde 1988, então essa era a razão da reunião com ele. Quanto o Presidente da NUCLEP, ele delegou a outro Diretor que encaminhasse esse assunto. Era um assunto da dívida e eu vou relembrar. Hoje o patrimônio do instituto é quinhentos e vinte milhões, as duas empresas devem em torno de duzentos e sessenta milhões e isso está se arrastando desde 1988. No Governo do Fernando

Henrique foi feito uma Comissão interministerial que não avançou porque já estava no final do ano e depois nós mantivemos contatos para solucionar o problema da dívida. Então, eu nunca mantive reunião com o Sr. Marcelo Sereno ou com o Sr. Vieira para tratar de qualquer assunto. Com o Vieira assumo essas reuniões. Agora, com o Marcelo Sereno para tratar assunto do NÚCLEOS, nem tratar assuntos do NÚCLEOS ou outro de forma política. Eu nunca fui do grupo político dele e não tenho nada a falar do grupo político dele.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Gildásio afirmou que de fato no início V.S^a não era do grupo político dele, porém, que depois se aproximou dele e disse aqui claramente que algumas vezes, não foi apenas uma, teve notícias que o Senhor havia discutido assuntos da NÚCLEOS e acabou de reafirmar aqui com o Sr. Vieira e com o Sr. Marcelo Sereno?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Sim. Deputado, Excelência, ele tem que comprovar aonde foi, em que condições foi porque falar, fala-se muito. Então, ele tem que comprovar em que local foi, vídeos, registro da INB....

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é o interesse que o Senhor acha que o Dr. Gildásio teria de estar falando isso?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Eu não sei. Vídeos e registro da INB do meu comparecimento lá enquanto Presidente da Fundação. E depois encontrava com o Sr. Marcelo Sereno em eventos partidários e políticos. Então, em evento político. Por exemplo, teve homenagem, o Deputado José Dirceu foi uma vez ao Rio para conversar. Fui convidado? Fui. Lá encontrei com o Vieira, é evidente e encontrei com o Marcelo. Nos cumprimentamos. Eu nunca almocei, nunca jantei, nunca fui a casa dele, nem tampo pouco do Vieira. Agora, nos encontrávamos, sim, nas empresas. Ele foi algumas vezes ao NÚCLEOS e eu fui algumas vezes a INB. Agora, quem se reunia na casa do Dr. Vieira era o Sr. Gildásio, porque eles, inclusive, são próximos.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não é verdade. Nunca fui na casa do Vieira.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Você que falava também, né? Então eu tiro.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não. Eu falava que me encontrava com o Vieira, mas não na casa dele.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Então me desculpe, mas você se encontrava com ele.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Ele mora em Jacarepaguá também, mas nunca eu frequentei a

casa dele. E não é por falta de prazer não, é porque não teve oportunidade. Nós conversamos na INB ou marcávamos para conversar no almoço que era uma oportunidade que a gente tinha de maior liberalidade de conversa dado que na INB ele hora e meia era interrompido para atender telefone ou atender outras pessoas. Mas, na casa dele eu não fui e não foi por falta de oportunidade, gostaria muito de ir.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Paulo, o Senhor considera que então o Dr. Gildásio era mais próximo do Senhor Vieira de que V.S^a?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Olha, eu não vou dizer que ele seria mais próximo ou menos próximo. Ele era oriundo da empresa... Ele era representante da patrocinadora INB no NÚCLEOS da qual o seu Presidente era o Vieira. Olha só, na questão da indicação que todos os jornais noticiaram que a minha indicação veio do Marcelo, eu já era Diretor desde 2000, reassumi o mandato em 2003 porque fui reeleito, o novo Conselho tomou posse um mês depois, o Sr. Paulo Augusto Gonçalves, representante da patrocinadora ELETRONUCLEAR ia ser o Presidente da NÚCLEOS, porque eu já era Diretor, os salários éramos semelhantes. Ele declinou e fez o proposta de que eu fosse Presidente em função da minha experiência e ele queria continuar dentro da empresa, continuar o trabalho que ele estava levando a cabo. Agora, a indicação do Sr. Gildásio eu não sei. Também não me cabia a mim questionar.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor em seu depoimento levantou suspeitas do da indicação do Sr. Gildásio?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Não. Eu não levantei suspeitas, Senhor Deputado, o Senhor me desculpe. Eu sei da minha, de como foi o meu como foi o meu processo. Agora, eu também nunca perguntei a ele e eu acho que seria uma falta de ética perguntar; Vem cá, quem é que te indicou? Ele era funcionário da INB.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que foi a indicação do Senhor, Dr. Gildásio?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu declarei já como foi no... Eu vou repetir. Eu fui procurado pelo Presidente do Conselho Deliberativo se eu aceitaria ser Diretor do NÚCLEOS. E eu disse a ele que sim. Mas eu, naquela ocasião, imaginava que seria a Diretoria de benefícios e não a Diretoria Financeira. Por quê? Por que eles, o Conselho, numa discussão a respeito da escolha dos Diretores quem nomeava os Diretores do NÚCLEOS era o Conselho Deliberativo, eles, os membros do Conselho Deliberativo me conheciam,

a grande maioria, de longa data e quando eu aceitei eles levaram o meu nome ao Vieira e a INB com aquele nome que o Conselho achava que a INB poderia ter como Diretor do NÚCLEOS e o Vieira então me indicou ao Conselho, autorizou ao Conselho que ele me indicasse.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O Senhor tem ou já teve alguma filiação partidária?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Tenho.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): É filiado a que partido?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: PT.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Não é apenas o Sr. Gildásio que faz referências às relações de V.S^a, Dr. Paulo, com o Sr. Marcelo sereno. Um dos três representantes do Conselho Deliberativo do NÚCLEOS, representantes dos empregados, Sr. Neildo de Souza Jorge, fez uma série de declarações, inclusive declarações que aproximavam muito o Sr. Luiz Carlos Vieira, da INB, V.S^a e o Doutor Marcelo Sereno. Então, o Neildo é também petista.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Desculpe. Que eu saiba ele nunca foi petista.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Nunca.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO:

Que eu saiba. Ele foi e eu o conheço de longa data e aí o que ele falar e ver o que eu falar, vê a folha corrida dele dentro da empresa para saber que ele deve ter uns vinte e sete anos de INB para saber quantos dias ele trabalhou e verifica a minha. O Senhor, esse Senhor eu acho que ele já se exacerbou demais. Ele nomeou, ele não deu voto contra, me elogiou no Conselho, inclusive, em 15 de abril quando eu pedi renúncia, foi a ELETRONUCLEAR enquanto eu era Presidente. A INB tem uma ação contra ele, porque ele é dirigente sindical não pode ser demitido, por fraude, era superintendente de administração. Teve, foi no palácio do planalto, pediu ao Sr. Marcelo Sereno para ser o Diretor administrativo da INB, isso quem falou foi ele, agora não sei. Eu nunca pedi nada. Eu nunca pedi nada ao Marcelo, nem a qualquer integrante do Governo para ocupar qualquer cargo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas o Neildo foi?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO:

O Neildo foi. Isso pode ser comprovado lá pelo histórico lá da entrada do Palácio do Planalto. Ele queria ser o Diretor administrativo da INB e acabou sendo conduzido a superintendente administrativo. Quando o salário dele foi reduzido, quando ele foi afastado, porque a empresa considerou que ele foi o litigante de má-fé

e tem uma ação do escritório Siqueira Castro contra ele, ele, o Sr. Neildo começou a acusar. Aí o salário dele veio de dez mil, ou nove mil, para mil e seiscientos reais. Eu chamei, ele foi lá na ELETRONUCLEAR quando eu era Presidente e perguntei para ele: Neildo, eu não posso chegar a este salário teu de nove mil. O que eu posso fazer por você é que você é técnico em mecânica, a ELETRONUCLEAR tem um convênio com a INB, eu estou requisitando um funcionário para a proteção radiológica porque a INB tem um contrato de fornecimento de mão-de-obra, de empréstimo de mão-de-obra para determinado pico de serviço, eu posso transferir você, eu conversei com o Vieira, transfiro você para a ELETRONUCLEAR temporariamente para você cumprir as suas funções e você fica perto de Itatiaia onde ele mora e você eu consigo aí, talvez, um pouquinho mais do que o seu salário. Ele foi candidato pelo PDT, não, ele foi do PDT, ele era do MTE do PDT, depois foi para o PV e foi candidato pelo PV na cidade de Resende, candidato a vereador e era uma incoerência. O PV sempre combateu a questão da energia nuclear e isso era uma das divergências do meu grupo político com o grupo político do Gildásio, que era a questão da NUCLEAR.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Como é que era isso? O Senhor poderia detalhar um pouco?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO:

Era o seguinte: Lá na passado tinha dois grupos políticos sobre a questão nuclear. Tinha um grupo que eu era um dos líderes que defendia a construção de energia nuclear, construção de usinas nucleares e defendo até hoje, que defendia o desenvolvimento autônomo da marinha, que defendia e defendo o enriquecimento de urânio e tinha um grupo que era o CONTREN, que tinha até ligações com a CUT que defendia o seguinte: Não, energia nuclear é só para pesquisa, para rádio isótopos, não tem que enriquecer o urânio porque o mundo é maravilhoso, então as nossas divergências eram essas. Tanto que a associação que eu era Diretor nós não éramos, não fazíamos parte do comando nacional dos trabalhadores de energia nuclear. Então, tinha esse, essa disputa política de idéias.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Sr. Gildásio, o Senhor concorda com isso?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Em tese. Exis-

tia realmente esta divergência de idéias, mas a CONTREN, a Comissão nacional dos trabalhadores de energia nuclear, ele não defendia o não enriquecimento do urânio. Defendia, sim, o enriquecimento do urânio. Não defendia a ponto de chegarmos à construção da bomba atômica que era exatamente um ponto que,

naquela ocasião na ditadura, eles batalhavam, mas eu batalhava pela construção de uma bomba nuclear, a bomba atômica. E nós da CONTREN éramos totalmente contrários a isso.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Vocês também eram contrários à construção do submarino.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Submarino nuclear.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Nós éramos a favor da construção do submarino.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: É verdade, porque nós víamos o submarino nuclear, não como um navio de passageiro e sim como uma arma de guerra.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está bom. Essa discussão, ela pode caber em outro momento, mas não nesse. O Senhor disse aqui que normalmente o Sr. Paulo... normalmente não, mas talvez de vez em quando o Sr. Paulo vinha a Brasília e que conversava aqui com o Sr. Marcelo Sereno. Vinha a Brasília e tratava coisa e assuntos com o Sr. Marcelo Sereno. O Senhor confirma isso?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Olha, o Paulo, como Presidente, tinha atribuição de responsabilidade do NÚCLEOS. A representatividade do NÚCLEOS era feito que era feita pelo Presidente que era ele. E ele vinha a Brasília tratar de uma série de assuntos, fundamentalmente a dívidas das patrocinadoras. E nessas ocasiões, pelo que eu me lembro, ele me disse, me passou a idéia de que encontrava com Deputados, inclusive, que teria encontrado com o Marcelo Sereno.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor foi muito seguro quando fez esta afirmação no segundo depoimento que prestou, dizendo que o Dr. Paulo voltava de Brasília e que nas conversas que tinha com V.S.^a fazia referências a esses encontros com o Marcelo Sereno.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu me lembro que uma vez ele fez referência a que tinha encontrado, inclusive com o Marcelo Sereno, além de ter encontrado com outros Deputados, outros Senadores porque era uma questão política a dívida das patrocinadoras, nós precisávamos de resolver isso e até hoje ainda não foi resolvido.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Paulo, o Senhor disse que nunca encontrou com o Sr. Marcelo Sereno em Brasília?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: É verdade e reafirmo. Todas e pode ver o meu histórico de viagem enquanto eu fui Diretor de Benefício, Presidente do NÚCLEOS, o meu histórico de viagem, a minha prestação de contas, qual era a minha atividade

em Brasília. Então, a minha atividade em Brasília se restringia as questões da Fundação. Visitava alguns Deputados e o Marcelo não era Deputado, agora, se eu falei que encontrei, eu encontrei no aeroporto, mas nunca fui ao Palácio do Planalto e aí eu vou tirar aqui o nunca, enquanto Diretor do NÚCLEOS eu nunca fui ao Palácio do Planalto. Quando ao assumi a Diretoria Presidência da ELTRO NUCLEAR eu fui ao Palácio do Planalto uma única vez acompanhado do Diretor administrativo da ELETRO NUCLEAR quando saiu a questão do seguro nuclear.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, esses casuais encontros de aeroporto não justificariam V.S.^a voltar para o Rio e comentar com o Sr. Paulo que teve com ele.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Como não? No NÚCLEOS isso é pequeno, então para eu ir para a minha sala eu passava pela sala dele primeiramente, depois pela sala do Diretor de benefício e depois ia para a minha sala. É evidente que você dá uma satisfação. Não eram salas distantes. Ó, passei em Brasília, encontrei fulano e encontrei beltrano. Qual é o problema eu falar encontrei Marcelo. Uma coisa é eu falar eu fui me reunir com o Marcelo Sereno ou com quem quer que fosse.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas Dr. Gildásio, isso é importante que fique muito claro. O Senhor, quando prestou o segundo depoimento, foi absolutamente transparente e muito claro dizendo que o Sr. Paulo vinha a Brasília e que se reunia, o Senhor não falou encontrava, não foi um encontro eventual, falou reunia com o Sr. Marcelo Sereno.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Se eu falei reunia, eu não tive a intenção de explicitar este ato, reunir. Ele encontrava com o Sr. Marcelo Sereno, agora se era em nível de reunião ou de encontros no aeroporto, eu agora estou sendo salientado para isso. Eu me lembro que ele falava que esteve com o Marcelo Sereno.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas isso mais de uma vez, uma única vez como é? Porque o Senhor deu a entender que não era uma única vez.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Uma ou duas vezes, ou talvez mais. Mas, neste nível que ele colocou, eu não teria como julgar aqui por que eram informação que ele me passava.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr.^a Fabiana, neste episódio da ASM ASSET que a NÚCLEOS não entrou, mas que outras fundações entraram. Algumas fundações ligadas a Empresas Públicas Federais compraram cotas desse fundo e pagaram exatamente duzentos milhões de re-

aia a mais do que havia sido montado este fundo pelos intermediários do negócio. Ou seja, os intermediários deste negócio ganharam duzentos milhões de reais e alguns Fundos Públicos Federais participaram deste negócio. Quando o Sr. Gildásio submeteu a V.S^a este negócio, ele fez alguma referência de que era de interesse da Diretoria, de que era uma coisa de interesse dele ou de alguém que estivesse ali patrocinando um desejo da NÚCLEOS de investir ou fui uma mera formalidade dele entregar a V.S^a mais uma proposta de investimento e V.S^a verificar se estava de acordo ou não com a política da NÚCLEOS?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Bom, ele me chamou algumas vezes e me pediu para poder analisar e eu falei com ele que a única coisa que eu poderia ver ali era quanto ao enquadramento. Mas, assim, não houve nenhuma pressão, assim, sabe, muito, só que algumas vezes ele chegou a e, assim, essas empresas foram lá umas duas três vezes, eu não sei, para poder tentar explicar, mais ou menos, tentando afirmar que não era diretamente um papel indexado a TR, sabe, eles, eu senti que eles tentaram forçar um pouco mais. Mas eu não senti uma pressão muito forte de ninguém lá de dentro para poder fazer esta aplicação, entendeu? Mas eles foram, eles, na verdade eles insistiram bastante e foram várias vezes lá.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi o Sr. Fernando Teixeira que esteve com a Senhora?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Eu só participei uma vez de uma reunião, foi, eu acho que foi a última dele tentando explicar mais ou menos como é que funcionava este fundo que eu, na verdade eu desconhecia como é que era o tratamento deste papel, do tipo de papel que era, que ficava dentro deste fundo que era o CVS.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem. Ainda dentro aí desta capacidade de influenciar nas decisões dos investimentos da NÚCLEOS, eu acho que existe um impasse que precisa ser melhor esclarecido entre o que era de competência e responsabilidade dos Diretores e o que é de competência responsabilidade de V.S^a V.S^a disse e eu acredito que não tinha nenhuma autonomia para tomar nenhuma decisão e todas as decisões eram referendadas e confirmadas pela Diretoria. Muito bem. Agora, o Dr. Gildásio, ele foi muito incisivo ao dizer que a grande maioria dos negócios eram trazidos por V.S^a Eu pergunto e eu quero insistir nesta pergunta para a gente poder detalhar as operações. V.S^a participava ou não participava da indicação dos negócios? V.S^a tinha ou não força para sugerir a Diretoria que determinado negócio fosse realizado?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Minha força era nula, não tinha força alguma, não tinha força alguma.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Força nula.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não tinha força.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não. Não tinha força.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mais uma vez, V.S^a fazia apenas era cumprir ordens? O que fazia era cumprir ordens?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Eu... Todas as decisões que eram tomadas, seja de compra de cota-papel, já vinha, a autorização já vinha assinada pela Diretoria. Eu recebia esta autorização e encaminhava aos administradores.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então a Senhora recebia...

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: E além disso, desculpe Excelência, e além disso, antes, na verdade, de repassar ao seu banco era de minha obrigação ver se estava enquadrado, se estava de acordo com a legislação, era isso que acontecia.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, V.S^a recebia da Diretoria a autorização e depois, verificando se tudo estava direitinho, passava diante?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Isso.
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor confirma isso?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Bom, olha só. O que eu tenho para te falar é que as propostas vinham da Diretoria para a reunião da Diretoria Executiva.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da Diretoria Financeira.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Da Diretoria Financeira. Olha aqui. Então eu tenho aqui, eu trouxe algumas atas para e eu vou aqui... Aqui, por exemplo, uma Ata dia, 12 dia de novembro de 2003. Criação do fundo FAC/FIF. TRDF, aí, TRDF, o quê que significa isso? Proposta da Diretoria Financeira 005/2003. A Diretoria Executiva aprovou a PRDF que propõe a criação do fundo com o nome de IB institucional a ser administrado pelo institucional do Brasil DTVM limitada, vinculada ao BANCO INDUSTRIAL. Foi aprovada a aplicação de vinte milhões. A criação do fundo será incluído no relatório gerencial. Então, vinha da Diretoria Financeira para a Diretoria Executiva e a Diretoria Executiva analisava e aprovava

ou não. E, na maioria das vezes, eu não me recordo que isso não tenha sido, alguma coisa seja, tenha sido rejeitada na Diretoria Executiva. Por quê? Porque se conversava, eu conversava com o Gildásio: Ah, e esse investimento? Eu acho que nós não vamos fazer, não faz, então não ia para ser negado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Sim, vinha da Diretoria Financeira?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEI-

REDO: Diretoria Financeira.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Muito bem, mas a Diretoria Financeira é composta por pessoas.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEI-

REDO: Com exceção de um investimento, está certo? Que partiu da Presidência.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Qual foi?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEI-

REDO: Foi da aplicação na CRT. Quem fez a propostas foi o Presidente, fui eu. Está registrado em Ata.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Certo. Então, excluindo este investimento, todos os outros partiam da Diretoria Financeira. Portanto, podemos pressupor que eram formatados e preparados pelo Sr. Gildásio?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEI-

REDO: Deputado, deixa eu...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu queria entender, porque não adianta transferir para a Diretoria Financeira a responsabilidade, a Diretoria Financeira é composta por pessoas.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIRE-

DO: Olha só, eu não estou transferindo a responsabilidade, eu estou falando que está em Ata da Diretoria Executiva. Se foi proposta pela Diretoria, veio pela Diretoria e foi aprovada, a responsabilidade é conjunta. Eu não estou me eximindo da responsabilidade.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Tudo bem a responsabilidade jurídica. O que me interessa saber, o que me interessa saber é a participação de cada um e o poder de influenciar de cada um na tomada dessas decisões. E também na formulação dessas propostas, principalmente na formulação das propostas.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIRE-

DO: Então, por exemplo, chegavam inúmeros pedidos, inúmeras solicitações de investimento. Quando vinha, chegava às minhas mãos eu passava a Diretoria Financeira e ele, conseqüentemente, passava para a área deles de análise e depois ela se conformava em uma proposta da Diretoria Financeira ou não. Em alguns

casos eram feitas reuniões. Ou no caso, por exemplo, dessa SM, houve uma reunião no NÚCLEOS que eles apresentaram o investimento e eu participei desta reunião e depois a reunião para a compra de CRT que nós fomos a OLIVEIRA TRUST que era a, que foi a emissora do papel. Nós fomos lá e fui eu o Dr. Gildásio, a Sr^a Fabiana, o papel chegou nas minhas mãos, eu encaminhei, eu não sei, agora eu não me recordo, se eu encaminhei, sei que nós fomos para a reunião, ele apresentou toda a documentação, tinha outras fundações e eu levei a proposta para a Diretoria e a Diretoria aprovou. Foi feita uma análise, veio uma análise que, quer dizer, em termos de investimento se comparou com outras fundações e eu fiz a proposta. Então, era esse era mais ou menos o processo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Então vamos sair do genérico e vamos ao específico, certo? Por exemplo, de quem partia a sugestão de escolha das corretoras?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEI-

REDO: Os bancos administradores. Eles tinham lá o cadastro, eles faziam as movimentações. Nós tínhamos o contrato com ele.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas quem da Fundação tinha contato com as corretoras?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEI-

REDO: Eu não tinha.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Sr. Gildásio, o Senhor disse que quem tinha esses contatos com as corretoras normalmente era a Sr^a Fabiana. O Senhor confirma?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Confirmo.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Mais especificamente o Walter que era o operador.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Walter Crul (F).

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: É, que é o operador lá da Fundação.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Como é que se deu o processo de seleção do Walter para a NÚCLEOS? Ele entrou lá antes ou depois da Senhora?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Depois de mim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Depois da Senhora. Agora quem é que selecionou o Walter?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Esse processo, na verdade, eu não lembro, eu não fiquei a par do processo, mas eu sei que o Dr. Gildásio, não se sei se recebeu vários currículos, eu não tenho como afirmar isso e uma vez ele me chamou por que estava

precisando, na verdade tinha que contratar uma pessoa para lá, olha tem uma pessoa eu acho que nós entrevistamos umas duas pessoas e eu estive junto com o Dr. Gildásio na sala para poder selecionar. Selecionar não, escutar a pessoa e depois ficou, eles decidiram que seria o Walter.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que isso aconteceu, Dr. Gildásio?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Exatamente como ela está dizendo. Só que a minha decisão de escolha dele foi com base também na orientação dela porque ela também gostou do Walter mais do que o outro candidato que se apresentou e nós então escolhemos o Walter. Eu fiz uma comunicação por escrito para a Presidência para a contratação da Walter.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi a mesma empresa que selecionou currículos e dentre os quais o da Sr^a Fabiana para ocupar a Gerência de Investimento que também fez esta seleção do Walter?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não sei. Eu não sei qual foi--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como chegou o currículo dele para V.S^a?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Chegou, chegou através de uma firma, uma firma que selecionava currículos. E da Fabiana eu não me lembro qual foi a firma, se foi a mesma firma. Acredito que não tenha sido a mesma firma.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esta decisão de contratar o Walter também passou pelo Dr. Paulo?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: O Paulo, como Presidente, é que contratava e demitia todos os funcionários. É claro que ele tomava essas decisões atendendo a solicitação dos Diretores das áreas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas ele ouvia, ele entrevistou também o Dr. Walter?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não. Se ele entrevistou eu não sei, acho que não.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Olha só. Deixa eu me recordar bem. Quando nós soubemos que a Doutora, Sr^a Fabiana estava grávida, isso foi logo no início, eu não me lembro a data de entrada dela, mas pouco tempo depois ela ficou grávida e aí falamos: Gildásio, temos que contratar uma pessoa para suprir o local dela. Então, como vamos fazer? Eu falei: "Olha, pega a empresa que está prestando serviços de seleção de currículo e pede. E você vai lá, entrevista, conversa, ela está aí, vocês conver-

sam, depois eu converso" e aí quando foi decidida a escolha, eu não me lembro se estava só na sala, só você com ele, nós conversamos alguma coisa, você falou para ele, falou da experiência dele, eu olhei o currículo, antes de eu autorizar a contratação, eu mandei verificar nos diversos órgãos CVM e outros para saber se tinha algum impedimento do ponto de vista legal ou jurídico, veio este, uma folha corrida que alguns dizem que é legal e outros dizem que é ilegal, mas para uma função daquelas nós, aí olha, está Ok. Aí foi dado o Ok porque, eu não me recordo se foi nesta época, eu não me recordo se foi nessa época...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele ficou quanto tempo na Fundação ?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Eu não me lembro porque ele saiu eu já tinha saído da Fundação e ele ainda estava lá.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Gildásio, por que o Walter foi demitido?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: O Walter foi demitido porque o Walter, ele era de mercado financeiro. E ele sempre aplicava no mercado financeiro. Ele foi para lá em função, praticamente desta experiência que ele tinha de mercado financeiro. E ele, como funcionário da área de Gerência Financeira, ele não poderia continuar fazendo estas aplicações e nós viemos a descobrir, inclusive foi o Paulo que nos falou, que recebeu um telefonema de que ele continuava aplicando, ou que estava aplicando na bolsa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Concomitantemente ao exercício das funções na NÚCLEOS?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Então, isso daí feria a ética profissional. Isso é que levou a demissão dele.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem é que lidava diretamente, Dr. Gildásio, com os gestores dos fundos exclusivos?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: A Fabiana lidava com eles, mas eu lidava com eles muito esporadicamente a nível mais superficial.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas era a Fabiana quem tinha a interface mais direta?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: A interface mais direta era da Fabiana, sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Senhora confirma isso?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Confirmo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Senhor nos disse aqui nos depoimentos que prestou, nos dois depoimentos, que a Fabiana estruturava todas as operações?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: É verdade, essas operações eu trouxe, por exemplo, duas aqui de aplicações de NTM série C e a outra também de Notas do Tesouro Nacional, todas as duas, uma assinada por mim e pelo Paulo e outra assinada por mim e pelo Abel. Estas propostas, elas vinham, chegavam a mim, Diretor Financeiro, através da Gerência Financeira. Como? Eu tenho plena convicção de que a Gerência analisava estas propostas todas e ao analisar que ela era boa ou que algumas eram boas elas trazia para a mim já com esta proposta. Olha, essa daqui é uma boa aplicação para fazermos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, então ela era responsável por trazer as propostas?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: As indicações todas eram oriundas da Gerência Financeira, sim, ou da Área da Gerência Financeira.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Como eu já falei anteriormente, todas as propostas que vinham... nós recebíamos, mais especificamente a minha área, todas as propostas vinham muitas vezes do, a maioria das vezes dos bancos administradores, eu apenas pegava estas propostas e encaminhava a Diretoria.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por exemplo, quem é que dava as ordens para o fundo Zircônio? A questão das operações, quem é que dava as ordens para eles?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Que tipos de operações? As operações de área era o Walter.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Títulos Públicos.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Títulos Públicos. Como assim, ordens?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A ordem de comprar ou vender determinado papel.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: A ordem justamente partia de um documento assinado pela Diretoria, este documento era encaminhado para a banco e o banco tratava diretamente depois com a corretora.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, saía da Gerência, ia para a Diretoria Financeira, da Diretoria Financeira passava por uma deliberação da Diretoria Executiva e aí vinha a ordem para o gestor o fundo cumprir?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Esta ordem era mandada, enviada pelo administrador do fundo, todos eles tem a cópia da carta por que era mandada, uma via ficava na Fundação, outra via a gente mandava, encaminhava para o administrador e o administrador aí dava prosseguimento da conclusão da operação que era fazer a ligação com a corretora.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os Diretores tinham conhecimento dos apêços que estavam sendo negociados, da quantidade de títulos que estavam sendo comprada?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Sim. Sim. Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tinham conhecimento de tudo. O Senhor afirma isso Dr. Gildásio.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sim. Tenho aqui, eu posso passar isso para mostrar ela chegava, esta, por exemplo, que está aqui de 25 de fevereiro. Aquisição de NTNC, nota do Tesouro Nacional série C, de emissão do Tesouro Nacional com vencimento de 01/01 de 2031, referenciados nos seguintes lastros: Um, nota do Tesouro Nacional, série C de emissão do Tesouro Nacional. Dois, taxa de fechamento, IGPM mais 6,95%, volume financeiro da operação: um milhão novecentos e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa e cinco, oitenta e seis. Então, isso me vinha...

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Deputado, deixa eu só complementar o que ele está lendo aí. É o seguinte, olha só. O que vinha para a Diretoria e aí também nós nos balizávamos, primeiro, se o papel, ele, o índice dele estava dentro do programa de investimento, ou seja, indexado o IGPM, o INPC, é raro ter um papel em INPC e PCA e mais a taxa de juros que sempre tinha que ser acima da taxa referencial de juros, da nossa meta atuarial que era 6%. Então, essa era a informação dos bancos. Concomitante com isso, antes da gente, de ser feita a operação, nós tínhamos um contrato de custódia, controladoria e consolidação de ativos financeiros com o banco, ou seja, tinha um banco que nós não tínhamos negócio ou fundo ou conta corrente que era contratado pela Fundação para verificar. Não só fazer a custódia dos papéis, verificar, consolidar todos os ativos e verificar o enquadramento de acordo com a 3121 e com o nosso programa de investimento e também controladoria é verificar as taxas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, Dr. Gildásio.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: E nós não, complementando, e nós nunca fomos chamados a atenção pelo custodiante a respeito de qualquer anormalidade nessas aplicações.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas o Senhor disse aqui que algumas questões eram discutidas entre os dois, entre a Sr^a Fabiana e o Dr. Paulo e que depois eram passadas para V.S^a já bastante analisadas e eram levadas a cabo como uma decisão da Fundação. O Senhor pode dar algum exemplo a respeito?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não. O que eu posso dizer e vou repetir. A Fabiana e o Paulo conversavam muito. E eu tenho plena convicção de que não conversaram sobre abobrinhas, conversaram inclusive sobre aplicações porque o Paulo sempre teve muito interesse nessas aplicações e a Fabiana tinha os conhecimentos. Então, o que eu percebia é que quando depois a Fabiana vinha para mim trazer um papel desse, muito provavelmente esta análise, ela também já tinha feito com o Paulo. Isso para mim era uma crença que eu tinha e tenho.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Ou seja, que quando a Fabiana sugeria investimento em determinado título público ela já tinha discutido com o Paulo?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Em alguns casos eu acredito que sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O que é que o Senhor diz disso?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Eu acho que ele está equivocado. Eu, o meu contato com a Fabiana, já disse, primeiro, quando havia uma reunião da Diretoria Executiva ou que vinha encaminhada alguma proposta, eu chamava e chamava em local aberto, não era a portas fechadas, a portas fechadas e digo mais. A Sr^a Fabiana não tinha poder de procuração. Ou seja, ela não assinava com nenhum Diretor qualquer autorização de movimentação de recursos. Nós tínhamos outro procurador, uma era assessora jurídica e outro era o meu assessor que tinha este poder. E o Dr. Gildásio, ele cuidadoso nesse ponto, ele não gostava, nem quando ele não estava lá, que assinasse outro Diretor no lugar dele como procurador. Então, todas as movimentações, ele exigia que tudo passasse por ele primeiro. E eu acho que ele está correto. Ele estava correto. E quando vinha para a minha assinatura, eu lia lá, estava a assinatura do Diretor Financeiro. E aí eu volto de novo aqui poderes e competência. É bom. Não estou me eximindo de responsabilidades. Assinei os documentos. Compra de ação, autorizar boleto, autorizar junto qualquer valor. Competência: DAFDF, Gerência Financeira e Diretor Financeiro. Qualquer valor, Gerência Financeira e Diretor Financeiro para aprovar pagamento de compra de ações. Qualquer valor, Diretor Financeiro. Aplicação em fundo de investimentos. Aprovar o pagamento relativo

a aplicação em fundo de investimento, qualquer valor. Competência, Diretor Financeiro. É evidente, ele tinha o direito de aplicar. Agora, para movimentar, assinava ele e outro Diretor e eu. E é evidente, se eu assinava porque eu concordava.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas, o Senhor tem esta convicção, Dr. Gildásio, que em algumas das operações de títulos a Sr^a Fabiana e o Dr. Paulo tinham conversado antes dela encaminhar para o Senhor?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Existiam alguns assuntos que eu desconhecia. Como já disse, eu não era especialista no assunto. E nesses casos o Paulo conhecia o assunto, inclusive, ele ia a sala de Gerência Financeira e não escondia, não, porque ele falava abertamente com ela.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas, o Dr. Paulo então tinha conhecimento sobre as operações de títulos públicos, ele conhecia esta área?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Muitas coisas ele tinha e questionava, perguntava, mas ele tomava a iniciativa de conhecer e tratar deste assunto. E firmava posição a este respeito, ah sim, ah bom, tá, tá. Isso era visível e ele não escondia isso. Ele nunca escondeu esta presença.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO

REDO: Deputado, eu gosto de me basear sempre nas atas da Diretoria porque são, quer dizer, são os atos institucionais que os dirigentes praticam. Então, teve uma Ata e aqui é 4 dia do mês de junho de 2004. Porque o Dr. Gildásio, ele fala da, não da incapacidade, mas da falta de conhecimento. Primeiro, ele foi nomeado, quer dizer, não havia obrigatoriedade na lei e eu falei isso para ele. O responsável tecnicamente qualificado pelas aplicações perante a Secretaria de Previdência Complementar poderia ser qualquer Diretor ou qualquer procurador ou mesmo a Gerente Financeira. Ele quis assumir o cargo. Você concorda e está na Ata.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu não quis.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO

REDO: Quer que eu leia a Ata. Quer que eu leia a Ata? Não. Quem não quer, não aceita, então eu vou ler aqui.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Calma, Paulo, calma.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO

REDO: Não. O Senhor vai me desculpar, Gildásio olha aqui.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu posso dizer para você aí.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO

REDO: Eu vou ler aqui a Ata.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Que, antes de você ler a Ata, que na reunião você propôs que eu assumisse por ser o Diretor Financeiro e eu vi que entre o Presidente, o Diretor de Benefício e o Diretor Financeiro, o mais indicado seria o Diretor Financeiro.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Olha só. Ninguém que exerce qualquer cargo e qualquer cidadão não pode desconhecer a lei. Então a lei que rege a Fundação, a Lei 108 e 109 você tinha que conhecer. Ora bolas. No mínimo. No mínimo. E eu vou ler aqui. Item um, Ata 19 dias do mês de agosto de 2003. Item 1, indicação do Diretor do NÚCLEOS responsável pelos investimentos do NÚCLEOS, exigência da Lei Complementar 109 e resolução BACEN 2829 porque na época vigorava a resolução do BANCO CENTRAL 2829. A Diretoria Executiva referendou a indicação do Diretor Gildásio Amado Filho como responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos do NÚCLEOS conforme CE, comunicação externa, PR 084 de 2003, de 13/08/03 enviada a Secretaria de Previdência Complementar. E a qualquer momento isso poderia ser modificado. Podíamos ter contratado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, então, o Senhor está dizendo que ele quis, não foi apenas uma aceitação.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Olha, se aceitar ou querer, me tentam me colocar numa posição que eu não seja capaz ou tenha dúvida, eu não aceito, Deputado. Eu não aceito pelo cargo de ser Diretor. Eu não aceito. Eu estou falando, isso sou eu. Agora, cada pessoa age de uma forma, tem uma pensamento. Agora, se fosse eu não aceitaria. Você quer ser o responsável técnico qualificado? Não. Então vamos procurar no mercado. E aí, depois, eu queria aqui também falar que fala da Diretoria Financeira numa Ata 4 do mês de junho de 2004. O pessoal da Diretoria Financeira. Isso já praticamente um ano. Porque o desempenho em 2003 foi excelente. Nós ficamos, a meta atuarial era 17, nós cumprimos 34%. A Diretoria discutiu o assunto, é evidente que as atas eram públicas, algumas coisas você na retratava na Ata alguns assuntos que passavam no âmbito dos empregados. As atas eram públicas. Competia ao nosso assessor, que hoje é o Diretor-Presidente, fazer um resumo das atas e divulgar para todos os empregados para que eles soubessem o que a Diretoria discutiu. A Diretoria discutiu o assunto e a Diretoria Financeira irá apresentar proposta a Presidência para solucionar as dificuldades atuais, incluindo mudança funcional na Diretoria Financeira. Até o momento que eu tinha saído de lá.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De quando foi esta Ata?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: 4 dias de mês de junho de 2004.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 2004?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Junho de 2004.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Gildásio, o Senhor acha que todas essas atas as quais o Sr. Paulo está recorrendo, elas refletem exatamente a realidade de como as coisas se operavam dentro da NÚCLEOS ou as atas são formais e nelas não está contido tudo aquilo que possivelmente tenha acontecido e que o Senhor mostra aqui que há incompatibilidade, uma diferença?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não. Essas atas são verídicas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que são verídicas eu sei. Eu pergunto se elas são completas e refletem tudo?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Em alguns casos elas são mais sucintas do que realmente foram discutidos os assuntos. Mas, não vejo nelas nada que não traduza uma realidade.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A que problemas financeiros esta Ata se refere?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Na realidade, não foi problema financeiro. Na realidade foi problema de funcionamento. Por quê? Isso já havia discutido com o Dr. Gildásio que nós tínhamos algumas deficiências.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do tipo?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: De pessoal. Ou seja, com a Resolução 38, 3121 e mais algumas instruções normativas da SPC, o quadro nosso da Diretoria Financeira era de uma, duas, três, quatro, quatro pessoas. Era muito pequeno. Então, o que nós discutíamos, eu falava: “Gildásio, vamos contratar mais uma pessoa. Vamos contratar mais uma empresa para dar um subo suporte maior nas nossas análises. Está ficando sobrecarregado”. E ele, e eu entendo até porque ele falava disso, porque ele era muito próximo ao Presidente do Conselho que ficava dizendo. “Não vocês tem que ficar dentro dos 15 %, tem que ficar dentro dos 15 %.” E a minha argumentação... Isso inclusive está no balanço. A minha argumentação é o seguinte. Olha, a questão dos 15% da receita previdenciária ela ainda não é definida, a Secretaria, inclusive no congresso da ABRAP, estava querendo mudar a legislação dizendo o seguinte.

O Conselho fixe a parcela que tem que era ir para o custeio administrativo do instituto. Então, e algumas fundações separavam o custeio da área financeira da área administrativa. Então, por exemplo, da área administrativa, o nosso custeio era 12 e da área financeira era 13. Agora, nós precisávamos de mais profissionais. Por isso esta discussão. Da deficiência não dos profissionais que ali estavam alocados, mas de deficiências de estrutura da própria Diretoria.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr^a Fabiana...

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Posso...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não, Dr. Gildásio.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Nesta ocasião, de fato a pressão do Conselho era muito grande para que nós mantivéssemos os nossos custos abaixo dos 15 % previstos na legislação. E isso me deixava numa situação muito incomoda. E por outro lado, o que me dava esperança de nós conseguirmos um trabalho melhor nesta área era a contratação de uma sistema de Gerência Financeira que já estava em curso e que nós estávamos levando a cabo para facilitar todo este trabalho que nós tínhamos de administração financeira. E isso me deixava mais a vontade. Acontece que isso foi muito demorado e isso atrasou na sua realidade.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr^a Fabiana...

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Desculpe. Isso confirma pela Ata que eu acabei de ler. No item um da pauta foi este módulo de controle financeiro. A Diretoria aprovou a contratação da POLICENTRO para implementação do módulo de controle financeiro e orçamento ao custo. A Comissão de orçamento composta pelos empregados Marcos Elias, atual Presidente, Luiz Pereira e Rafael de Oliveira, hoje, atual Diretor Financeiro, fará, farão o acompanhamento dos serviços.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Demorou um ano.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Demorou um ano. Isso ele tem razão, está aqui na Ata.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr^a Fabiana, a RISK OFFICE foi contratada para fazer uma análise das taxas das operações com títulos públicos, correto?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Ela já prestava serviço a Fundação antes da Diretoria assumir.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em alguns dos relatórios da RISK OFFICE, ela detectou problemas com essas taxas?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Detectou sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando é que isso aconteceu?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Eu não me recordo. Mas, o que eu me recordo perfeitamente, eu não tenho aqui em mãos, foi o que batia muito e até hoje se bate é que, com relações principalmente aos títulos público, que se existe uma taxa referencial. Muitas pessoas falam em taxa ANDIMA. Então, num dos relatórios ele falou que, foi bem assim, é que eu não tenho como comprovar aqui, novamente as taxas da ANDIMA não são referenciais. Quer dizer, em alguns relatórios falam que eram referência em outros relatórios falavam que não. Tem uma contradição.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo. Muito bem, agora uma coisa é adotar a ANDIMA como referência ou não. Outra coisa completamente diferente é identificar um problema específico em operações realizadas pelos fundos exclusivos da NÚCLEOS. Aconteceu da RISK OFFICE detectar este tipo de problema?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não me recordo de um caso específico.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor se recorda?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Claro que me recordo. Em março de 2004 a RISK OFFICE, por um relatório... Porque a RISK OFFICE foi contratado... A resolução 2829 do BANCO CENTRAL obrigava que as fundações tivessem um controle do VAR, do risco em VAR. A 3121 de setembro de 2003, e eu não se foi a 3121, mas quase certeza ou uma instrução normativa da Secretaria dizendo o seguinte. As fundações não estão mais obrigadas a fazer a análise de VAR, valor e risco, ou seja, para cada aplicação fazer a medição do risco daquela aplicação e o montante que pode perder especificamente naquela aplicação. A resolução 3121, ela afirmava o seguinte: As entidades fechadas de previdência complementar tem que procurar a divergência não planejada. O quê que era isso? As aplicações têm que ser direcionadas de maneira a cumprir a meta atuarial. No nosso caso, INPC mais 6%. Então, mas aí, o quê que nós fizemos? Nós resolvemos continuar com a RISK OFFICE. Apesar de não ser mais uma exigência legal, nós resolvemos continuar com RISK OFFICE que tinha sido contratado no ano anterior a gestão do Gildásio e da Fabiana estar lá. Eu era Diretor de Benefício. Nós contratamos a RISK OFFICE e a RISK OFFICE vinha sempre fazendo os nossos relatórios. Quando chegou em março de 2004, a RISK OFFICE colocou no relatório dela...

E a RISK OFFICE, todo o mês fazia reunião com a Diretor Financeiro, não é verdade?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Com a área financeira.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Com a área financeira e também com os membros do Comitê de Investimento.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Também sempre eram chamados.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Eram chamado. A RISK OFFICE apontou no relatório dela o seguinte: Olha só, o NÚCLEOS está acompanhando muito as taxas da ANDIMA e as taxas das ANDIMA não são referências. Ponto. Ta bom.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas com isso ela queria o quê? Ela queria dizer que as taxas da ANDIMA estariam produzindo resultados e negócios desfavoráveis para a Fundação ?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Eu não me lembro se o Gildásio teve reunião, com certeza teve. O que me passou foi o seguinte: O que veio para mim... Não sei se foi numa conversa com o Gildásio. Foi o seguinte. Olha só, na ANDIMA, nem todos os negócios com títulos públicos eram registrados na ANDIMA ou informados a ANDIMA.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei. O que eu queria saber é o seguinte. Por trás deste relatório da RISK OFFICE de março de 2004...

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Tinha só esta citação, não tinha mais nada.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas que tipo de alerta ela queria passar para a Diretoria da Fundação. Ou seja, se vocês continuarem acompanhando a taxa da ANDIMA vocês vão perder dinheiro. Era isso que queria dizer?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Não, ela não quis dizer nada. Ela botou isso lá em baixo. E colocou lá o risco de todos os papéis que tinha negociado dentro dos padrões. Aí, olha só... Deixa eu... Deputado, o Senhor permite eu continuar?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Quando chegou em julho de 2004, a RISK OFFICE informa no seu relatório a seguinte frase. Vocês estão se afastando dos valores apresentados na ANDIMA. Aí, quando eu peguei o relatório, eu falei olha, março diz para nós não nos basearmos no relatório da ANDIMA. Em julho veio esta observação, tem algum problema e aí nós distribuimos isso numa reunião de Diretoria. Considerações, foi isso no dia 30 de agosto de 2004,

considerações sobre o relatório RISK OFFICE julho de 2004, ele vinha apontando isso. A Diretoria analisou, da RISK OFFICE, elaborado pelo Diretor Financeiro, assim como a análise do dado da RISK OFFICE contra a DNP, porque ela tinha informado valores diferenciados que não batiam com os valores apresentados pelo HSBC que fazia também praticamente serviço semelhante e também calculava o risco. E aí a divergência de uma correspondência não tem apresentado o trabalho satisfatório e que os relatórios são contraditórios, sem justificativas técnicas consistentes. Isso foi no mês de agosto. E no mês de setembro, o Diretor Financeiro, sobre esta questão da RISK OFFICE que tinha esta incoerência e eu já passei isso no meu depoimento, considerações sobre o relatório de análise de risco do NÚCLEOS em julho de 2004 elaborado pela RISK OFFICE. O Diretor Financeiro fez uma análise, está aqui o nome dele, eu acho que ele confirma aqui. Dizendo, quer dizer, falando da ANDIMA assim tendo em vista a não confiabilidade total quantos aos dados apresentados. E aí fala da volatilidade atividade média. Então, este aqui, e fala aqui sobre a curva de IGPM e PCA. Está aqui o relatório dele. O que eu tenho a falar é isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas os Senhores decidiram então não trabalhar mais com essa RISK OFFICE depois dessas...

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Aí nós cancelamos o contrato com o RISK OFFICE e fizemos o contrato com o RISK CONTROL, se eu não me engano, a RISK CONTROL.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr^a Fabiana.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Deputado, eu posso ir ao banheiro, eu preciso ir...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode, claro. Eu vou aguardar o Sr. Paulo ir ao toalete e voltar. Como se trata de uma aca-reação, eu acho que é prudente esperar. Sr^a Fabiana, quem era responsável pela contabilização das operações de títulos públicos?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Quem fazia a contabilidade eram os próprio administradores dos fundos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E depois os administradores dos fundos repassavam para a Gerência de Investimentos que naturalmente mantinha nos seus arquivos?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: O que vinha para mim era só a carteira do fundo diariamente, na verdade, era assim, tinha a figura do administrador

e do custodiante que era o HSBC. Então, todas as informações os administradores passavam para o banco custodiante e eles confeccionavam uma carteira e nos encaminhavam. A gente tinha acesso ao sistema deles e diariamente a gente imprimia as carteiras.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De que forma eram qualificados os títulos públicos. Ou seja, havia uma orientação para que eles fossem mantidos até o vencimento ou para que eles estivessem disponíveis a venda?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Esta carta que era encaminhada aos administradores dos fundos autorizando a compra dos papéis, lá citava que esses papéis seriam mantidos até o vencimento, se eu não me engano.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, a Fundação, ela orientava para que os papéis fossem mantidos até o vencimento. Normalmente a gente verifica que a NÚCLEOS, ela adquiriu papéis de vencimentos para 2045, ou seja, esses papéis deveriam ficar com os fundos exclusivos até esta data. Muito bem, a forma mais possível de se maquiar uma operação de título público, isso quem está dizendo não sou eu, isso ficou patente depois do depoimento de vários operadores de mercado, representantes de instituições financeiras e coisas afins. A forma mais possível de se maquiar estas operações é exatamente determinando os títulos fiquem até o vencimento. E sobretudo quando esses títulos são títulos de longuíssimo prazo, como é o caso dessas notas do Tesouro Nacional, que foram adquiridas pela NÚCLEOS, cujo vencimento era 2045. Até porque é muito complicado se fazer e uma avaliação e uma projeção para tal data. Por quê que a NÚCLEOS tinha esta filosofia de determinar que os títulos fossem mantidos na carteira até o vencimento?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Nem todos os títulos eles eram determinados. Não posso afirmar que eram determinados por uma carta vencimento. E, do meu conhecimento, é que você pode alterar isso. A contabilidade pode ser alterada da forma de contabilização deste fundo. Então, a qualquer momento você pode solicitar que um determinado ativo seja modificado ou a precificação dele, a forma de precificação dele. E nem todos eles eram marcados até o vencimento.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, mas os que eram marcados até o vencimento que, pelo que a Senhora disse inicialmente, representava a maioria?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não posso afirmar isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está, então muito bem, mas os que eram marcados para o vencimento, durante o período que a Senhora esteve na Gerência de Investimentos houve alguma determinação para que um título marcado para a vencimento fosse disponibilizado para a venda?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Pode repetir, por favor, a pergunta.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na hora de adquirir o título a orientação era que ele fosse marcado até o vencimento. A Senhora acabou de dizer que poderia haver uma mudança nesta orientação.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Pode modificar, isso pode, a legislação permite isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, eu sei. Eu pergunto: Isso aconteceu durante a período que a Senhora foi Gerente de Investimentos ou alguma vez houve uma determinação que um título marcado até o vencimento, ele fosse disponibilizado para venda?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Me recorde que já teve títulos que já foram vendidos. Foram vendidos, mas se foram modificados, não me recorde.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. A questão não é ser vendidos ou não ser vendido. É até o período que a Senhora estava lá a Senhora não sabe, saberia dizer ou não foi?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não, não, não. Não me recorde.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom. Quem era o gestor do Zircônio no KIFIA.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Era o BANCO INDUSTRIAL.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O BANCO INDUSTRIAL. Como é que foi o processo de escolha do BANCO INDUSTRIAL?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Bom, foi feito um levantamento com vários outros bancos, foi feito até uma planilhazinha lá, um controle lá. Foram selecionados, de uns 15, mais ou menos, foram selecionados alguns bancos e a proposta, assim, que foi encaminhado para a Diretoria já foi uma, já um, alguns já foram desse qualificados por alguns certos critérios que não se enquadravam e os que se enquadravam foram postos e colocado e levado a Diretoria.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas então, a Senhora levou a Diretoria a opção de algumas instituições?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E quem é que decidiu qual seria a instituição, no caso, quem decidiu o que BANCO INDUSTRIAL assumiria a gestão do Zircônio?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: A Diretoria Executiva sempre que se reunia e depois determinava.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E quais foram os parâmetros para escolher o BANCO INDUSTRIAL e não as outras instituições que tinham sido qualificadas?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Olha, eu, no que foi feito na análise lá dentro da minha área foi estabelecer os critério que estavam dentro da política de investimentos do instituto. Eu me atentei a isso. Selecionei alguns bancos e os que se enquadravam nos critérios foram encaminhados.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Gildásio, como é que se deu este processo de definição pelo BANCO INDUSTRIAL para gerir o Zircônio em detrimento das outras instituições que haviam sido apresentadas?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: O relatório a que Gerência Financeira me passou, ele classificava os bancos através de quatro critérios. Esses critérios, eles iam dando pontuação a esses bancos e o BANCO INDUSTRIAL, ele acabou com a melhor pontuação nesses quatro critérios.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, dentro da avaliação da Gerência o BANCO INDUSTRIAL já havia sido classificado como o melhor para a gestão?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Praticamente vinha essa colocação na pontuação.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O quê que a Senhora diz disso?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não. Eu não fiz uma classificação, não teve uma ordenação de melhor qualificado, tanto que quando, eu lembro perfeitamente do quadro que eu fiz. Um banco foi colocado justamente ao lado do outro, tinha um, não existia um número específico de ordem de classificação. Existiam lá três critérios que um deles seria a taxa de administração que seria praticada pelo banco administrador. A rentabilidade dos fundos que esse administrador tinham que eles administravam dentre esses. E eu não ordenei algum tipo de fundo para que possa ser tomado a decisão, ah, esse aqui foi o primeiro colocado, este que vai ser escolhido. Isso não foi feito.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não foi isso que eu disse, que ela teria encaminhado. O que eu disse é que dentre destes critérios, por exemplo, quando um banco, ele vinha com uma taxa de administração

inferior às demais, isso já era uma pontuação positiva para este bancos. Quando vinha um outro critério, era quantos fundos de pensão ele administrava. Era outro critérios. Então, juntava esses critérios todos, eram quatro critérios. Juntando esses critérios todos a gente concluía e no caso concluímos pelo Zircônio.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo INDUSTRIAL.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Pelo INDUSTRIAL.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor confirma isso Dr. Paulo?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Eu não... Apesar de eu ser uma pessoa de ter boa memória. Eu não só confio na minha memória, escolha dos gestores da carteira de renda variável 18 dia do mês de setembro de 2003, foram... obrigado... foram analisados 15 gestores de renda variável. Eu só estou com a Ata, mas a convocação da Ata para a Diretoria ela era suportada por vários documentos que eu não os tenho. Estão lá na Fundação. Espero que estejam. De acordo com os critérios definidos para a seleção de corretoras, conforme estabelecido pelo Comitê Consultivo de Investimento do NÚCLEOS na sua 79ª reunião, ou seja, os critérios para escolha já tinham sido definidos pelo Comitê Consultivo de Investimentos. Foram selecionados apenas três dos 15 analisados por já possuírem fundos constituídos e aprovados pela CVM. A Diretoria aprovou a contratação dos Bancos BNP PARIBAS e o BANCO INDUSTRIAL para a gestão dos recursos de renda variável conforme a aprovação do CCI, isso já tinha passado até pelo CCI, em sua 92ª reunião. Então, esse, sobre este assunto o que eu tenho a declarar é o que está na Ata porque eu assinei. Agora, por que às vezes, a palavra, eu estou me baseando nas atas que a Diretoria tomou a decisão.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Srª Fabiana, quem era a pessoa da BANCO INDUSTRIAL que normalmente mantinha contato com a NÚCLEOS?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Era mais o Abílio.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Abílio.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Abílio. Isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Abílio. Foi ele que participou também deste processo de negociação que redundou na contratação do banco?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Tinha ele e mais uma pessoa que eu não me recordo o nome.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os contatos desses representantes do BANCO INDUSTRIAL, eles se limitavam a V.S^a e ao Walter ou aconteceu dos representantes do banco, em algum momento, terem mantido contato com a Diretoria da Fundação ?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que isso acontecia?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Pelo que eu me recordo o Gildásio me falava constantemente que tinha se comunicado com o Abílio, que conversava com a Abílio.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conversava muito com o Doutor Abílio, Sr. Gildásio?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Conversava, sempre que ele vinha ao Rio de Janeiro ele nos procurava e de vez em quando a Fabiana, outras vezes a mim e aí nós...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O quÊ que os Senhores tratavam normalmente?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Olha, nós conversávamos assuntos mais gerais, muito pouco sobre os investimentos. Quanto aos investimentos, era praticamente o que constava nos relatórios que nos encaminhava.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas assuntos gerais, seria muito mais lógico que vocês tratassem sobre investimentos e não sobre assuntos gerais.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Claro. Mas veja bem. Eu até concordo com isso, que no início essas relações eram puramente em termos dos assuntos das aplicações e da relação Fundo de Investimento e o nosso Fundo de Pensão. Mas, com o desenrolar desses encontros a gente tratava de outros assuntos, por exemplo, ele dizia que tinha uma filha que morava no Rio de Janeiro e que ele adorava estar no Rio de Janeiro tendo a sede dele em São Paulo. Então, isso vai desenvolvendo um certo critério, não digo de amizade, mas pelo menos de profundidade de relacionamento amigável.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor alguma vez teve contato com os representantes do BANCO INDUSTRIAL?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Tive sim, uma única vez e na companhia do Dr. Gildásio. Nós fomos a São Paulo e eu fui, nós fomos

num encontro com a Dr. Abílio na sede do BANCO INDUSTRIAL em São Paulo para tratar de um assunto que, de certa forma, não tinha relação com investimentos do NÚCLEOS. O NÚCLEOS administra um plano de saúde voltado para os seus assistidos e também para os dependentes e esse fundo, esse fundo de saúde estava atravessando dificuldades de ordem de fluxo de caixa, então nós fomos até o BANCO INDUSTRIAL para saber se teria uma forma, uma linha de crédito fora isso que pudesse nos auxiliar. Aí ele falou: “Olha, eu, assim no momento não tenho como, mas nós podemos analisar e depois em encaminhamos a vocês”. Mas a conversa parou por ali, não teve avanço sobre essa negociação. Por quê? Porque logo depois o fundo tomou uma decisão, através de uma assembléia e trilhou outro caminho que foi do aumento das contribuições do pessoal que participava do FUNDO NÚCLEOS DE SAÚDE. Foi a única e exclusiva vez que eu tive reunião com Diretor de Banco. Reunião com Diretor de Banco não cabia a mim enquanto Presidente. Quando os recebia ou os gestores de fundo de ASSET, eu recebia e passava para o Dr. Gildásio, que era a função dele fazer o contato com o bancos, é atribuição da Diretoria Financeira. Então eu, e depois com o BANCO WestTLB me encontrei uma vez quando fui apresentado pelo Dr. Gildásio numa reunião na sala do Dr. Gildásio. E as outras reuniões de apresentação eventuais dos bancos participava na sala de reunião onde estavam os Diretores presentes. É isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, por quê que eu estou explorando muito esta questão do Zircônio? Porque o Zircônio, de todos os fundos exclusivos da NÚCLEOS, foi aquele que demonstrou os piores desempenhos nestas operações de títulos públicos. Nós temos os números que já foram mostrados aos Senhores quando das oitivas individuais e os Senhores perceberam que existem variações que superam a casa dos 30% dentro de uma mesma cadeia negocial. E eu vou pegar apenas aqui um exemplo para ilustrar a nossa reunião e que serve de modelo para todos os outros. Então, no dia 26 do 1 de 2005 eram negociados NTN-B com vencimento para 15 do 5 de 2045. E a grande maioria desses títulos, ou a quase totalidade destes títulos onde a Zircônio está negociando são títulos de muito longo prazo. Nessa cadeia, o BANCO PACTUAL inicialmente vende para a CORRETORA NOMINAL catorze mil títulos a um preço unitário de mil e trinta e seis reais e seis centavos. Depois, no mesmo dia, os mesmos títulos, na mesma quantidade são vendidos pela CORRETORA NOMINAL para a CORRETORA QUANTIA por mil e trinta e seis reais e dezessete centavos, uma variação de apenas onze centavos. E, finalmente, no mesmo dia, os mes-

mos títulos são vendidos pela CORRETORA QUANTIA para o Zircônio, Fundo Exclusivo da NÚCLEOS a um preço unitário de mil trezentos e quinze reais e cinqüenta e seis centavos. Então, a variação que tinha sido de onze centavos na primeira cadeia negocial passa a ser de quase trezentos reais por título na segunda cadeia negocial. O que gera uma perda para a NÚCLEOS de três milhões, novecentos e doze mil, novecentos e setenta e sete reais apenas nesta operação. A soma do que a NÚCLEOS perdeu nas operações com títulos públicos, ela resulta em valores que se aproximam dos vinte e nove milhões de reais. E das fundações que estão sendo investigadas, a NÚCLEOS figura na segunda posição do ranking das que mais perderam. Esses dados coincidem exatamente com os dados verificados pela consultoria KPMG que foi contratada pela atual Diretoria da NÚCLEOS para fazer uma averiguação de todas as possíveis irregularidades que haviam se processado no período dos Senhores. O estudo da atual Diretoria da NÚCLEOS, inclusive, já atesta que a perda total nos diversos mercados, ela pode chegar a cinqüenta milhões de reais. E os dados deles coincidem exatamente com os nossos dados em quase todas as situações. Só não coincidem quando a base é diferente, porque em determinados casos a CPMI está avaliando um período mais extenso do que foi determinado pela atual Diretoria da NÚCLEOS. Muito bem. Sr. Gildásio, o Senhor acha normal que a Fundação tenha perdido o que perdeu nestas operações?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não acho não. E fiquei estarelecido quando soube disso. Porque depois que os papéis são liberados, que nós assinamos, dois Diretores assinam a compra, a aquisição dessas notas do Tesouro Nacional ou letras do Tesouro Nacional que são encaminhadas para os gestores de, para os administradores de investimentos, esse trabalho com as corretoras já não é do meu conhecimento no dia-a-dia. E, conseqüentemente, o que eu tomo ciência a este respeito é o que viria no relatório mensal feito para o Comitê Gerencial de investimentos e o nosso banco custodiante, pelo que me consta, ele não levantou nenhuma indagação a este respeito. Eu não sei se a Fabiana teria uma complementação mais específica sobre isso.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Com relação a quê?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: A essas informações dessas compras e vendas dessas corretoras.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Como já informei várias vezes aqui, eu recebia as cartas assinadas, encaminhava aos bancos e os bancos tratava com as corretoras. As taxas... O que eu me atentava aqui, especificamente lá na Fundação, era ver se esta-

va tudo enquadrado. Como não existia e não existe em algum lugar nem nenhuma instrução normativa, resolução que determine que eu tenha que me basear, seja em compra de ação, seja em compra de debêntures, seja compra de título público, me basear e ter alguma referência publicada em algum lugar e como é um título público e a SPC permite que você pode ter 100% de títulos públicos, eu me atentava a verificar isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas muito bem. Nós aqui ouvimos diversos dirigentes de Fundo de Pensão e a grande maioria deles foram, assim, a grande maioria foi categórica em dizer que é inadmissível como é realmente inadmissível esta variação de 30% dentro de uma cadeia negocial. Quero adicionar algumas informações que nós verificamos. Eu chamei aqui a CORRETORA QUANTIA que só ela aparentemente teria levado dezoito milhões de reais nestas operações. O proprietário da CORRETORA QUANTIA me disse o seguinte. Deputado, nós ficamos de 10 a 15% deste valor porque o resto, ou seja, 85 a 90% do que a quantia havia realizado nestas operações dos dezoito milhões, eles repassaram para uma empresa cuja nome é NK Participações. A mera declaração dele não seria suficiente para atestar absolutamente nada. Porém, ela coincide exatamente com o que se verifica a partir da análise da movimentação financeira da corretora. Que tudo que recebe passava para a NK. Eu perguntei: mas por quê passar para a NK? E aí ele me disse claramente: porque a NK tinha as operações da NÚCLEOS. A NK tinha os preços que a NÚCLEOS admitia pagar. A NK intermediou os negócios com o FUNDO Zircônio porque sabia quanto, até quanto o fundo admitiria pagar e aí ele se coloca na condição de um intermediário que foi responsável por construir toda a parte anterior da operação, por colocar na carteira dele os títulos àquele preço que depois seriam repassados com um acréscimo de até 30%, até às vezes superando a casa dos 30%. Então, houve uma configuração clara de que essas operações foram montadas. Ele não precisaria me dizer isso, reconhecer o óbvio, porque a gente verifica aqui que são exatamente as mesmas corretoras que participam da intermediação e apenas duas delas realizam quase todos os prejuízos que a NÚCLEOS teve. São duas corretoras, a QUANTIA e a EURO. A EURO e a QUANTIA, a QUANTIA e EURO a EURO e a QUANTIA. Operações claramente construídas, claramente montadas. Se a Senhora me dissesse que não teria como saber antes da operação ser realizada, por quanto o negócio seria fechado, eu até admitiria esta possibilidade desde quando, por exemplo, a NÚCLEOS perdesse em apenas uma ou no máximo duas operações. Só que perdeu em sucessivas ope-

rações. E um dia depois que a operação é registrada a Fundação tem condições de ter absoluta informação sobre tudo que aconteceu naquela operação. A Senhora concorda?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: No dia seguinte.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E aí. Um dia depois, claro. E aí o que é que acontece? A RISK OFFICE lá atrás chama a atenção para a parametrização com a ANDIMA ou não. O que significa dizer que os Senhores tinham a obrigação e isso é regulamentar e é estatutário, de acompanhar o desempenho destas operações. Muito bem, aí a gente começa a ver operações em 7 do 7 de 2004, em 15 do 7 de 2004, em 22 do sete de 2004, em 20 do 8 de 2004, 16 do 09 de 2004, em 21 do 10 de 2004, em 23 do 11 de 2004, em 25 do 11 de 2004, em 29 do 11 de 2004, em 30 do 11 de 2004, em 02 do 12 de 2004, em 26 do 01 de 2005, em 28 do 01 de 2005, em 17 do 02 de 2005, em 23 do 02 de 2005 e aí vai. Vai até dia 05 do 4 de 2005. Ora, se fosse uma, se fossem duas operações, muito bem, mas eu citei aqui mais de uma dezena de operações... De dias diferentes, porque de operações são muito mais. Citei aqui mais de uma dezena de dias diferentes de negociação. Não é possível que a Fundação não se atente para que estava pagando um preço absurdo. Tudo bem que pagasse na primeira ou na segunda, mas aí quando há uma repetição, quando há uma constância era impossível esse tipo de negligência por parte da Fundação. Então, eu queria alguma explicação que pudesse, talvez até atenuar a situação dos Senhores aqui, da responsabilidade que tem que é inequívoca, que é inegável, destas aplicações que foram péssimas para a Fundação e que redundaram em perdas de vinte e oito milhões. Se possível, inclusive, dona Fabiana, Dr^a Fabiana, nos explicando porque a QUANTIA e a EURO deram esta sorte. Por quê que os dirigentes da QUANTIA teriam o interesse de afirmar a esta CPMI que a NK Participações, ela tinha a NÚCLEOS na mão, ela sabia quanto a NÚCLEOS, até quanto a NÚCLEOS admitiria pagar. Infelizmente, esta CPMI se deparou com uma dificuldade. O proprietário da NK, que detém 99% do seu controle acionário, ele está em estado vegetativo internado num hospital de São Paulo, condenado. Nós paramos aqui. E se não forem os Senhores que vão nos ajudar a entender como é que a NÚCLEOS perde vinte e oito milhões e o Zircônio quase que concentra esta perda, eu não sei mais quem é que vai poder nos ajudar a entender.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Excelência, primeiramente eu gostaria de informar que eu não conhecia até o presente momento de saírem de-

clarações em jornais, eu não conhecia esta empresa da NK. Não tinha conhecimento desta empresa, nunca soube de ninguém que trabalhasse lá, não conhecia ninguém e não conhecia a empresa. Eu particularmente eu não conheço e reafirmo isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a Senhora conhecia a QUANTIA?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: A QUANTIA como outras distribuidoras, outras corretoras. Isso aí eu conheço várias, n, várias delas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Conhecia a EURO?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: De nome, eu não conhecia ninguém de lá. Não conheço. Nunca mantive contato com ninguém de lá.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a Senhora era do mercado, a Senhora não tinha contato com essas pessoas?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não.
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhum, nunca teve, nem com a QUANTIA nem com a EURO?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Olha só, o que aconteceu foi o seguinte. Qualquer tipo de corretora que tratava diretamente dos assuntos dos Fundos Exclusivos, o contato era feito com os administradores. E eu desconheço, volto a informar, a NK eu não conheço. A EURO e a QUANTIA eu conheço. Conheço o nome delas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Será que os Senhores nunca questionaram o BANCO INDUSTRIAL sobre essas operações que estavam sendo feitas? Se os Senhores tinham acesso aos preços, podiam enxergar os preços, podiam enxergar a operação no dia seguinte, porque nunca questionaram o Zircônio?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Excelência, qualquer tipo de investimento eu acho que não caberia a mim e sim lá dentro da Fundação existe um Conselho Fiscal que tem o dever e a obrigação de fiscalizar. Existe Conselho Deliberativo, todos esses órgãos estavam a par de tudo. Todos eles. Eu acho que eles é que tinham que questionar, correr, brigar.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, a culpa é do Conselho Fiscal?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não estou botando a culpa. A função deles era essa. A minha função não era essa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Senhora disse que foi contratada, dentre vários motivos, porque deveria exercer uma ati-

vidade de *compliance*, de acompanhamento, de elaboração de relatórios, então eu presumo, eu pressuponho que tudo isso passa por um acompanhamento?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Com certeza, acompanhamento, verificação. Mas, não cabe a mim determinar. Eu não dou a palavra final. Não sou eu que dou a palavra final, não sou eu que dou a palavra, eu nunca determinei nada. Uma coisa é você falar assim: “Olha, eu acho que aplicar em um papel indexado a TR não vai dar, não dá, não pode.” E se quiserem fazer? Não sou eu. Não sou eu que determino.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então era a Diretoria Executiva?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Eu sou eu que determino, não fui eu.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era a Diretoria Executiva. Sr. Gildásio.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Nós tínhamos uma Gerência Financeira exatamente para poder tratar destes detalhes. A nossa posição, posição de Diretoria era de uma estruturação mais ampla. A parte operacional como consta e eu já entreguei a CPI um regulamento, constava da Gerência Operacional o controle destas aplicações. Agora, como ela está dizendo, realmente o Conselho Fiscal nunca nos chamou a atenção, o Conselho Deliberativo sempre aprovou as nossas contas e nós não tivemos do banco custodiante nenhuma, nenhum alerta para o que vinha acontecendo nesses casos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Paulo, a sua opinião.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Bom, Deputado, a questão dos títulos públicos. Quando nós detectamos, quer dizer, quando houve a primeira menção em relação a título público foi sobre o relatório da RISK OFFICE. Depois o relatório que a Diretoria Financeira fez sobre a questão dos valores pagos. As cartas que nós assinávamos com relação a aplicação neste investimento que, inclusive, ontem saiu uma matéria na Folha de São Paulo e aí quando o Senhor me mostrou aqui que a ponta a primeira foi o BANCO PACTUAL, a dívida mobiliária hoje do Governo é de oitocentos bilhões. O BANCO PACTUAL tem 18% porque no primeiro leilão do BANCO CENTRAL são os grandes bancos que compram. BANCO DO BRASIL, CAIXA ECONÔMICA, BRADESCO, PACTUAL e depois vão fazendo esta cadeia.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, as fundações também podem participar do leilão primário?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Podem participar.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No mercado primário. Portanto as fundações podem se habilitar para adquirir esses títulos diretamente do BANCO CENTRAL. Sem nenhum problema.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Podem, mas olha, vamos comparar Fundação com Fundação. PREVI, 80 bilhões de patrimônio com o perfil atuarial que eu desconheço. Se ela pode comprar título de longo prazo. Primeiro ponto. PETRUS, vinte e quatro bilhões de patrimônio. Banco, então, uma Fundação que tem quatrocentos milhões de patrimônio para comprar quatro mil, dez mil, quinze mil títulos públicos já entra porque é preço. Já entra...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas Dr. Paulo, espere aí, o Senhor quer justificar, não, o Senhor me permite. O Senhor quer justificar o injustificável que o Senhor negociou quatorze mil, por favor o Senhor espere. O Senhor aqui negociou catorze mil títulos pagando quatro milhões a mais. O Senhor, num mercado primeiro, nunca iria arrematar esses catorze mil títulos, certo? Com essa diferença de preço.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Mas é difícil uma Fundação pequena, é isso que eu estou falando, arrematar em um mercado primário títulos públicos. Os títulos públicos no mercado primário são comprados pelos grandes bancos, ora. Até ontem saiu uma matéria na Folha de São Paulo sobre isso. Quem detém a dívida de oitocentos bilhões. O que chegava para mim, enquanto Presidente, era taxa e o Dr. Gildásio acabou de explicar aqui. Então, nós nos guiávamos, talvez tenha sido um equívoco, não se admite pagar um preço deste. Agora nós nos seguíamos pela taxa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor acha admissível essas operações.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Claro que não. Agora, nós só viemos a descobrir depois da quebra do sigilo e agora outra coisa. O BANCO CENTRAL sabia de todas as operações porque quando se negocia título público é informado ao BANCO CENTRAL para que ele faça o pagamento do juro correspondentes ao papel. Então, na primeira negociação ou na segunda o BANCO CENTRAL deveria informar ou a Secretaria de Previdência, ou chamar o Dirigente do Fundo, para dizer: por quê esta negociação? Ou o próprio fundo que administra. Eu não estou transferindo responsabilidades. O que nós assinávamos era um papel onde a taxa era superior a meta atuarial. Agora, esta cadeia que o Senhor dispo-

nibilizou era disponível quando? Depois que quebrou o sigilo, não foi Deputado? Das corretoras?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas o Senhor poderia saber quanto é que o Senhor estava negociando um dia depois, o preço. E todo o mercado, ele funciona numa lógica só. Existem padrões de mercado e existem preços que são aplicados nas operações, então o Senhor poderia comparar com os preços que foram aplicados no mesmo dia pela aquisição daquele mesmo título. Bastava isso que já iria mostrar ao Senhor, sem precisar de nada disso, que o Senhor não poderia ter adquirido o título como adquiriu.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Bom. Olha só, Deputado, segundo informações, nem todo o dia tinha negociação de título público no mercado, no mercado secundário e inclusive...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É nem todo o dia, está certo, mas só que naquele dia que o Senhor negociou o Senhor não foi...

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Mas, nós não temos acesso a esses valores deveria ter um pregão então. Então porque não se faz um pregão de título público no mercado secundário? Será que isso interessa? Agora, se uma corretora e a aí a lei além de responsabilizar nós, dirigentes, ela também de certa forma o protege. Porque está bem claro na lei que aqueles que causaram prejuízo a Fundação vão responder também. E aí a minha estranheza é que a Fundação de todas elas seja a única que entra com uma ação com ex-dirigentes.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois é, o Sr. Marcos Elias que foi o seu assessor.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Cinco anos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que é o atual Presidente da Fundação entrou com uma ação indenizatória, exigindo o ressarcimento de todos os prejuízos contra o Senhor, contra o Dr. Gildásio e contra a Sr^a Fabiana e contra o Dr. Abel.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Foi o que eu declarei aqui. Foi o meu assessor durante cinco anos, poder de procurador, assinava cheque, será que durante esses cinco anos ele também não viu?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Excelência, inclusive ele assinava essas cartas de compra de título público também.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: E o que eu fazia para tirar esta responsabilidade

dele? Eu reassinava. Porque esta responsabilidade é da Diretoria e eu não estou aqui querendo tirar a minha responsabilidade não. Agora, quero a responsabilidade dos bancos administradores, das corretoras que cabe a CVM investigar se eles agiram de má fé ou de dolo para causar prejuízo. A lei também me protege sobre isso. Além do HSBC que tinha um contrato de controladoria conosco. Na primeira operação, deveria ter informado. Olha, fugiu muito ao padrão de mercado. Não temos uma carta.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu acho que o HSBC tem responsabilidade também sobre isso.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Porque, ora bolas, você contrata uma empresa para fazer controladoria, para te fixar e não te informa? E eu não, quer dizer, eu particularmente enquanto Presidente não tomava conhecimento do PU que foi o que aconteceu aqui na quebra de sigilo das corretoras. O que nós assinávamos era que todas as operações eram feitas acima do mínimo atuarial. Ou o indexador IGPM e IPCA e porque de 2045 e tem uma lógica, uma lógica técnica para isso. O NÚCLEOS tem um patrimônio de quinhentos e uma dívida de duzentos e quarenta milhões de uma empresa que deve cento e setenta milhões ao fundo e o patrimônio líquido dela é oitenta milhões. Tem uma determinação da Secretaria que quando você não marca o título, marca o título a mercado e você está com um déficit atuarial, é possível você pegar este título, levar ao vencimento para você creditar esta diferença para cobrir o déficit atuarial. Segundo, foi feito um estudo, primeiramente pela Diretoria Financeira, pela Gerente Financeira e depois comprovado pelo atual Diretor Financeiro junto com o atual Diretor sobre o seguinte: Os investimentos feito em debêntures e títulos público numa previsão de IPCA, IGPM, CDI das debêntures, o principal retornava em quando tempo? Este estudo está lá no NÚCLEOS. Então, tinha uma previsão que os recursos aplicados nos títulos públicos de longo prazo pela taxa de juros praticada e pelos índices, eles retornariam principal aos cofres do instituto em oito ou dez anos. E isso batia com o nosso espectro de aposentaria. Agora, teríamos problemas, sim, a partir de doze a quinze anos mais a frente em função da dívida que é uma dívida do Governo. E quando eu vinha a Brasília, eu vinha negociar isso. Então, esses são os pontos. Eu não estou querendo me eximir de responsabilidade. Agora...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor acha que o Dr. Marcos Elias, o atual Diretor Presidente da NÚCLEOS, ele justamente entrou com essa ação, reconheceu tudo, contratou a

auditoria porque ele está procurando com isso se eximir d responsabilidade que ele também tinha?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Não, eu acho que ele talvez esteja fazendo o papel dele. Agora, tem um papel técnico e tem um papel político. Eu não me eximo aqui de fazer também um papel político. Eu não venho com essa conversa dizendo que eu sou técnico, eu sou só técnico. Eu sou um pessoa que sempre tive atividade política e também sou técnico. Eu não sou onde o Senhor rala, um qualquer, não. Eu me formei pela Fluminense, fiz pós-graduação na COP UFRJ por uma seleção pública. Morei na Alemanha dois anos e meio, quando fui eleito para o Diretor de benefício, fiz o curso de gestão de negócio no IBENEC. Não me considero especialista no mercado financeiro, mas também não sou nenhum idiota. Estava capacitado para o cargo? Sim. Então, não estou dizendo que ele... se ele está cumprindo o papel dele, que ele cumpra. Agora, o que me deixa estarecido é que ele foi o meu assessor cinco anos. Quem contratou o Rafael, que hoje é o Diretor Financeiro, fui eu. Ele entrou com como estagiário e digo mais. Quando o afastamento da Gerente Financeira lá atrás eu fiz a proposta na Diretoria anterior que o Sr. Rafael fosse o Gerente Financeiro. Não houve concordância dos meus pares. E aí eu fiz a proposta e na proposta que nós contratamos para atender a resolução número 13 da Secretaria de Previdência Complementar, o Sr. Rafael seria o controlador, nós teríamos uma controladoria vinculada direta a Presidência para poder dar maior segurança a Diretoria como um todo dos aspectos financeiros e atuariais. Então, eu vou responder na justiça e agora, de parte nenhuma garanto do Diretor Financeiro, eu, do Diretor de Benefício e aqui também da Gerente Financeira, não tenho nenhum indício ou qualquer comprovação que tivesse sido dolo ou negligência com relação aos recursos do instituto.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu não compartilho com a opinião de V.S^a, sobretudo com no caso da negligência, até porque se por acaso esses títulos fosse sido adquiridos a um preço muito menor, o prazo de oito ou dez anos que o Senhor fez referência para o retorno do principal, certamente estaria bastante encurtado. E é inegável que esses recurso evaporaram da Fundação e não é por outro motivo que a Secretaria de Previdência Complementar aplicou aos Senhores a pena máxima do ponto de vista administrativo, impondo uma multa de vinte mil reais e inabilitação por um prazo de até dez anos.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Deputado, deixa eu, vou reafirmar aqui e isso está de acordo com a lei 108109 e pelos decretos da

Secretaria de Previdência Complementar. A Secretaria de Previdência Complementar tem diversas instâncias, então eu fui atuado na primeira instância, é uma instância administrativa onde o Diretor de Fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar, ele faz a autuação administrativa e pede que num prazo de 15 dias eu apresente as justificativas. Foi o que eu fiz e o que deve ter feito também o Dr. Gildásio. Fiz as minhas considerações sobre a atuação administrativa. E aí eu digo o seguinte: Foi a Fundação que colocou nos quadros de aviso, distribuiu para todos os empregados que eu tinha sido condenado a pagar cem mil de multa e não sei o que. Aí, como é o, porque ele deve saber o processo, como é que anda a Secretaria. Então, eu fiz a defesa na Secretaria de previdência. Esta defesa vai para o Secretário de Previdência Complementar. O Secretário de Previdência Complementar aceita ou não as considerações administrativas. São recursos administrativos previstos em lei. A partir, se o secretário confirmar a autuação do Diretor de Fiscalização, ainda tem outra instância ainda administrativa. Aí, eu para recorrer a esta instância da penalidade e da multa, eu pago 30% da multa, o ato fica suspenso. Então, por exemplo, se eu for suspenso dois anos, quando eu faço o recurso ao Conselho de Gestão de Previdência que é composta pelo Ministro de Estado, Secretário e outras instâncias, tem efeito suspensivo, isso é o que diz a lei e a Secretaria. Então, me condenar antes do tempo eu não admito.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A própria Secretaria de Previdência Complementar se gaba muito de ter aplicado essas penas, não só na Diretoria da NÚCLEOS, mas como também na Diretoria de outras fundações, especialmente neste caso até por práticas muito parecidas, eu faria referências a Diretoria da PRECE, isso inclusive constou no depoimento do Senhor Adacir Reis a esta CPMI. Mas muito bem.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Deputado, me permita. Eu acho que não precisava ser esclarecido de que esses autos de infração que a Secretaria nos...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Impôs.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Impôs, eles não vieram acompanhados de uma multa já. Eles vieram a possibilidade de uma multa até vinte mil. E eles ainda não deram a resposta, ainda não analisaram isso. Pode ser que venha a chegar a este valor, mas pode ser também que não venha a chegar também a este valor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom. O Senhor disse aqui que os contatos com as com as instituições financeiras eram

todos eles mantidos pelo Dr. Gildásio. O Senhor confirma isso?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Sim pela Diretoria Financeira.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E pelo Senhor?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Por mim e pela Fabiana, os contatos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por exemplo, os contatos com a Diretoria do BANCO SANTOS, quem é que mantinha?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu acho que era um de nós dois. Não? O BANCO SANTOS, aliás, a Diretoria nós tínhamos um rapaz, um contato inicial, qual era o nome dele?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Atarian.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Atarian. Ele era o representante do BANCO SANTOS junto a nós. Porque esses bancos, esses gestores, eles têm os seus representantes por áreas. No Rio de Janeiro era esse Atarian. E ele nos procurava e nós conversávamos e mostrava e ficava muito satisfeito por ver que a rentabilidade do BANCO SANTOS estava superior às demais.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Segundo carta encaminhada pelo ex-Presidente do BANCO SANTOS a esta CPMI, cujo requerimento não foi aprovado, a da sua convocação, assim como também, segundo depoimento do representante da SANTOS ASSET, depoimento oficial a esta Comissão, era o Dr. Drumont quem mantinha contatos com as fundações porque era o responsável por esta área comercial dos Fundos de Pensão. E o BANCO SANTOS era o administrador do URÂNIO, um outro fundo exclusivo da NÚCLEOS. Como é que se deu o processo de escolha do BANCO SANTOS para administrar este fundo exclusivo? Foi de mesma forma que aconteceu com o BANCO INDUSTRIAL?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Foi. Da mesma forma.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Existiria aí algum tipo de coincidência que pelo fato de os Senhores têm fundos exclusivos administrados pelo SANTOS, pelo INDUSTRIAL e pelo WESTEL BE. A PRECE é a mesma coisa. E os problemas se repetirem nas duas fundações em coisas semelhantes?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Olha, eu acho que deve ser a política agressiva desses bancos porque eu só vim a ter contato com a PRECE quando conheci um Diretor da PRECE lá no comitê da CRT. Nunca até então eu tinha confessado com alguém da PRECE.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O Senhor nunca teve contato com o Senhor Drumont?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o Senhor?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Que eu me lembre não. Eu reafirmo o que eu falei aqui. A minha função não era contato com os bancos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Em depoimento a esta CPMI, o ex-Diretor da PREVI, o Sr. Luiz, ele declarou que não deveria ser dado direito a nenhuma Fundação de manter investimentos no BANCO SANTOS no período próximo a intervenção do banco porque todo o mercado já transpirava a condição difícil que o banco estava passando. Além disso, o banco, ele foi rebaixado por uma das instituições que faziam avaliações de risco, ele teve a sua classificação rebaixado com relação a segurança do banco. Houve uma auditoria da TREVISAN que questionou os balanços do banco achando que eles não estavam compatíveis com a sua saúde financeira do banco. Houve uma série de matérias que foram publicadas na imprensa dando conta que o BANCO SANTOS poderia passar por uma situação difícil e ainda assim com toda esta situação, com todo este cenário, o quê que se percebe? Que a NÚCLEOS perdeu sete milhões de reais com o intervenção do BANCO SANTOS. Sete milhões de reais dos seguros da Fundação evaporaram quando da intervenção do BANCO SANTOS. Sete milhões assim compostos: 1,8 milhões em CDB do banco, três milhões em debêntures da PROCID, esses dois investimentos ligados a URÂNIO, dois milhões em debêntures da PROCID, ligadas ao MEGAWAT, que é outro fundo exclusivo do SANTOS. Isso tudo somado vai dar sete milhões. Eu pergunto ao Sr., Dr. Gildásio: Não houve uma discussão dentro da Diretoria Financeira ou mesmo no âmbito da Diretoria Executiva com relação a saúde financeira do BANCO SANTOS?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não, porque nós tínhamos outras informações. O próprio fundo de pensão do BNDES também sofreu este impacto, o próprio fundo de pensão do BANCO CENTRAL também sofreu este impacto. Então, verifica-se que uma série de Fundos de Pensão, eles foram prejudicados por essa intervenção. E mais, o que mais nos impressiona é que a intervenção do BANCO CENTRAL no BANCO SANTOS nos deixava mais tranquilizados porque ele, há pouco tempo, ele tinha autorizado uma aplicação do BANCO SANTOS de alto valor. E isso foi coisa recente em torno de um mês antes da intervenção que ele so-

freu. Então, se tinha, por um lado, algumas informações dessa envergadura, por outro lado, tinha outras informações que mantinham a característica de que não... O BANCO CENTRAL, que na nossa opinião principal, inclusive, saiu no jornal que eu li outro dia que esses fundos prejudicados estavam pensando em entrar com uma ação contra o BANCO CENTRAL.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr^a Fabiana, como é que a Senhora avaliava o desempenho da SANTOS ASSET na administração do URÂNIO?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Uma administração caracterizada como moderada, pouco agressiva. O fundo, enquanto antes da intervenção do BANCO CENTRAL, o fundo que mais rentabilizava na Fundação. E a perda maior foi justamente quando o HSBC teve que precificar os dois títulos, tanto o CBD, quanto a PROCID, teve que zerar esta posição, mas era um fundo que rentabilizava. Era o fundo mais rentável da Fundação.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Paulo, numa houve a discussão de que poderia existir um conflito até de natureza ética, pelo fato do URÂNIO ser administrado pelo SANTOS e estar investindo na carteira do próprio banco?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Olha, Deputado, isso é de julgar. Agora, nós escolhemos o banco, a Diretoria escolheu o banco para ser o administrador dos recursos. Apesar de serem aplicados no banco, o banco gerenciava, todos os títulos de propriedade deste fundo ficavam no HSBC. Então, isso dava uma certa proteção. Agora, depende, eu acho que talvez não fosse ético ou ético não, não devesse aplicar. Agora, o seguinte: O CDB que nós tínhamos no BANCO SANTOS, ele era explicado e isso é público porque no congresso da ABRAP que foi em outubro, Porque olha só, houve um congresso da ABRAP em Fortaleza em outubro, final de outubro, a intervenção no banco foi 12 de novembro, o BANCO SANTOS estava lá com um stand e um dos temas assim ditos como novidade no congresso era o cartão que o NÚCLEOS tinha, um cartão fidelidade para os participantes que quem administrativa era a FINANCIAL que era uma empresa do BANCO SANTOS que eu saiba até agora não foi à falência. Então, reciprocidade, isso é natural. Foi que era uma CDB, se eu não me engano que nós tínhamos de dois e quinhentos e que nós reduzimos para mil e oitocentos e reaplicamos. Agora, em julho o BANCO CENTRAL tinha autorizado uma emissão do BANCO SANTOS de quarenta milhões de debêntures. Agora, também se o Diretor da PREVI esteve aqui e disse que tinha informações. Agora...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Ele disse que não julgou seguro e que a Fundação avaliando através da sua área de *compliance* que teve condições de detectar sim que havia uma mudança na saúde financeira do banco e que já não era mais seguro para a Fundação manter investimentos na carteira daquela instituição financeira.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Deputado, olha só, a PREVI tem um patrimônio de oitenta e quatro bilhões. As informações e o suporte técnico que uma Fundação que detém oitenta e quatro bilhões de patrimônio tem uma estrutura completamente diferente...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas, outras fundações do porte da NÚCLEOS também resolveram não reinvestir em títulos do BANCO SANTOS justamente por entender que havia um risco eminente de algum problema com a instituição, como aconteceu.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Olha não nos chegou, quer dizer, e se tivesse chegado alguém seria maluco de deixar dinheiro lá? A CAIXA ECONÔMICA tinha fundos para cliente de balcão que perdeu também 20% por causa de aplicação no BANCO SANTOS. Responsabilidade de fiscalizar banco não é de Fundação não. Nós tínhamos *rating* que estava dentro do *rating* da política de investimento. Quando houve a intervenção do BANCO SANTOS eu prestei depoimento na Comissão de Fiscalização da Câmara dos Deputados sobre a questão, discutimos com o Dr. Vânio Aguiar. Então, não foi só o NÚCLEOS, teve diversas fundações e a nossa perda, qualquer perda, ela é ruim para os participantes ou para o próprio fundo. Agora a nossa perda foi de 1.7 % do patrimônio. Teve Fundação que perdeu de 20, 18 %, desculpe, agora, perderam porque quiseram? Porque foram negligentes? Olha, a Fundação se ela tiver que contratar todas as agência de *rating* para determinado investimento ou para determinado banco, a legislação nos impõe a contratação de uma agência. Agora, as fundações maiores normalmente têm um suporte além da agência que eles contratam. Agora também a agência de *rating* não é uma Fundação que fiscaliza não o próprio secretário de previdência escreveu um artigo no valor econômico falando desta questão de *rating*. Ora, se o *rating*, aí é que está, se o *rating* foi maquiado, cabe aí às instituições, às próprias fundações entrarem com uma ação contra essa agência de *rating*.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Bom, Sr. Gildásio, eu queria que o Senhor repetisse aqui qual foi o motivo que levou ao afastamento da Sr^a Fabiana da Gerência de Investimentos da NÚCLEOS?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: As notícias que saíram em jornal sobre o parentesco dela com o Cristiano Rego e o seu tio, o Aroldo Pororoca, o Aroldo Rego conhecido como Aroldo Pororoca.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Cristian Almeida Rego, ela é prima. Com o Aroldo, ela não tem parentesco. Ela é prima do Cristian.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Ela é prima do Cristian que é filho do Aroldo. Então, esta informação nos fez afastá-la da Gerência e...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor disse que isso, inclusive no primeiro depoimento que prestou aqui, que se decepcionou com ela pelo fato desta informação não ter se tornado pública anteriormente. O Senhor confirma isso?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente. Confirmo. A partir daí, a situação que eu passei a ter era termos uma Gerente que estava sendo acusada publicamente de pertencer a uma família em que essa prática era comum e aí nós...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que prática?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Essa prática de vencimentos em Fundos de Pensão e de aplicações. E o fato de nós termos uma pessoa nessas condições feria a ética do fundo. A nossa Gerente não poderia ter essas características. E ela foi demitida por isto. Não teve outra acusação nenhuma maior, não a acusamos de nenhuma atividade idônea e sim apenas uma questão de ética profissional. Pura e simplesmente isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que a Senhora recebeu esta avaliação que foi feita a época pela Diretoria da NÚCLEOS, inclusive pelo Sr. Gildásio e que acabou resultando no afastamento da Senhora?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Eu entendi a posição deles, que eles tomaram, só que eu não concordei no sentido de que eu poderia ter parentesco com qualquer outra pessoa que trabalho em qualquer outro lugar, numa corretora ou em um banco. Eu acho que isso não é um motivo. Não seria, eu não poderia estar sendo punida por ter, ser um grau de parentesco com alguém. Eu poderia ter um grau de parentesco com alguém quem trabalhasse no PACTUAL, em qualquer outra corretora, em qualquer outro banco. Uma vez que foi explicado que não foi por nenhuma atitude minha, mas por um simples grau de parentesco, eu aceitei perfeitamente, só que eu acho que eu não poderia ter sido punida por este motivo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Concorde em partes e vou dizer o por que. Um dos fundos que recebeu muitos investimentos da NÚCLEOS foi o ARBOR, foi um fundo gerido pela ARBOR. A ARBOR tem, dentro das seus cotistas, o Cristian de Almeida rega, ou tinha a época, o Cristian de Almeida Rego que é primo de V.S^a, a Rogéria Costa Beber, que é cunhada do Cristian e algumas outras pessoas que estão sendo investigadas por esta CPMI. E, no entanto, a NÚCLEOS, ela concentrou muitos investimento nesse fundo gerido pela ARBOR. A Senhora nunca atentou para que pudesse com isso estar havendo ali um conflito ético? A Senhora, Gerente de Investimentos da Fundação e justamente um fundo gerido pelo vosso primo, portanto seu parente, recebendo montante significativo dessa mesma Fundação?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Excelência, a partir do momento que não teve nenhuma Gerência minha, nem da Diretoria Executiva da onde eu trabalhava em aplicar neste fundo--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Antes da Senhora assumir a Gerência, a NÚCLEOS já aplicava neste fundo da ARBOR?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: O NÚCLEOS nunca aplicou diretamente neste fundo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, diretamente, a pergunta é essa.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: O fundo de aplicação em cotas de investimento, ou seja, aplicava em outros fundos, especificamente em outros fundos quaisquer, este fundo administrado pelo BANCO INDUSTRIAL, ele é que direcionava. Na verdade, este fundo sugeriu na gestão da Diretoria.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, só para esclarecer, o Zircônio?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não foi o Zircônio foi o IB-FAC/FIF.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): IB-FAC/FIF. Também ingerido pelo INDUSTRIAL.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele, a partir do momento que essa Diretoria assume e que você V.S^a assume a Gerência de Investimentos, ele investe em um fundo que é gerido pela ARBOR. Somente depois que a Senhora assumiu a Gerência de Investimentos.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Foi depois.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Como é que se discutiu isso com o BANCO INDUSTRIAL?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Isso não foi discutido com o BANCO INDUSTRIAL porque ele era o gestor e administrador do fundo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas ele tinha que prestar contas a Senhora?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Como prestar conta? Ele tinha a carteira, acesso a carteira diariamente do fundo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): A Senhora sabia que o fundo que estava recebendo--

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Tomei conhecimento.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): --os recursos eram geridos pela ARBOR.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Os recurso não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Que o fundo que o BANCO INDUSTRIAL, investindo recursos em um fundo?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Muito bem, a Senhora sabia de tudo isso?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Fiquei sabendo, tomei conhecimento.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): E nunca se preocupou em haver um conflito ético?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: A partir do momento que esse fundo não trazia prejuízo, ele performava. Se não me engano, até fiquei sabendo depois, que esse fundo recebeu o prêmio TOP FIVE do BANCO CENTRAL. É um fundo que performava, trazia rentabilidade para a Fundação. E eu poderia, assim, como já foi discutido aqui que membros da minha família trabalha no mercado financeiro podia correr este risco em qualquer outro lugar. Em qualquer outro lugar.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O Carlos Eduardo Carneiro Lemos é seu primo?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O Carlos Eduardo já foi Gerente de Investimentos da PRECE. Mas não é por aí que eu quero indagar a Senhora. A gente quando analisa as operações no mercado de derivativos, a gente perce-

be que a NOVINVEST, a Senhora conhece a corretora NOVINVEST?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Conhece os proprietários da CORRETORA NOVINVEST?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Conhece algum funcionário da CORRETORA NOVINVEST?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Conversava esporadicamente com alguma pessoa de lá.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Quem era a pessoa? Ricardo?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não. Fábio. Não lembro.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Pois é, a CORRETORA NOVINVEST, quando operando no mercado de derivativos, ela apresenta um resultado de extrema concentração da atribuição de ajustes negativos para a NÚCLEOS. Um dos principais funcionários da NOVINVEST, aliás, o responsável dentro da NOVINVEST pelos contatos coma NÚCLEOS, porque aqui foi dito por ele em depoimento prestado a esta CPMI. O responsável pelos contatos da NOVINVEST com a NÚCLEOS, ele ficava no Rio de Janeiro, inclusive, foi sócio do Carlos Eduardo, seu primo, na empresa SIX FLEX. Então, mais uma vez, de forma direta, existe uma empresa que não só operava com a NÚCLEOS, mas como operava atribuindo ajustes negativos a NÚCLEOS neste mercado de derivativos cujo responsável pelos contatos com a Fundação tinha sido sócio do seu primo?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Excelência, quem determinava as corretoras que o fundo iria operar eram os administradores. A Fundação, na carteira própria dela, nunca operou. Era via fundo, via banco administrador. Eles é que determinavam quais eram as corretoras que seriam feitas as operações. Nunca partiu isso da Fundação.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas, só a que Fundação tinha um acompanhamento de todo o desempenho nos vários mercados dos fundos exclusivos e uma coisa que está patente, a responsabilidade pela aplicação dos recursos, pelo resultado, pelo retorno dos recursos é da Fundação, porque os recursos pertencem aos assegurados da Fundação. A Diretoria da Fundação, o corpo técnico da Fundação não pode querer se eximir desta responsabilidade. Afinal de contas, os recursos, mesmo quando descentralizados para a gestão de terceiros, são dos assegurados da Fundação.

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Com certeza.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Senhora concorda com isso?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Concorde.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vou passar a palavra ao Deputado Abicalil. Se for necessário, imediatamente após V.Ex^a, eu retomo a minha arguição.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Boa tarde, meu caro Sub-Relator, Deputado ACM Neto e aos depoentes de hoje nesta acareação que a meu juízo pouco acrescentou aquilo que é o objeto próprio desta CPMI, em particular, desta investigação que se faz aqui. Evidentemente, que a acareação foi promovida em função de se levantarem alguns termos de depoimentos pareciam indicar contradições. Eu digo termos porque, pelo menos, duas vezes eles foram reparados particularmente pelo Sr. Gildásio que teria sido a motivação principal do contraditório. Eu tenho bastante clareza aqui de algumas coisas que vou pronunciar e pode ser que eventualmente recorra a um dos depoente em função da trajetória que pretendo fazer. Há uma conceituação aqui na CPMI consolidada em relação ao conjunto dos fundos, isso também vale para o NÚCLEOS. No requerimento de que em primeiro lugar se respeitem os estatutos dos fundos. Pelo que pude perceber, rigorosamente, na escolha de cada um dos membros dirigentes se respeitou estritamente a indicação dos patrocinadores até onde eu pude perceber. Inclusive, na confirmação, na posição de Diretor do Paulo Roberto Figueiredo que já exercia o mandato de Diretoria anteriormente no fundo, portanto não apenas estava credenciado pela sua história interna na ETROBRAS, perdão, na ELETRONUCLEAR, como dentro da própria administração do fundo. O que me leva a crer que, portanto, não apenas havia um lastro de conhecimento do funcionamento do fundo, como de conhecimento de uma das suas patrocinadoras e que depois inclusive o levou a condição de dirigir. Portanto, percebo, do ponto de vista das credenciais, V.S^a correspondeu a todas. As estatutárias e aquelas de requerimento de competência profissional, técnica e etc. Assim como V.S^a, divirjo daqueles que entendem que uma pessoa que tenha competência técnica tenha de abonar a militância política. Quer dizer isso porque não posso dissociar do ser humano e do cidadão a condição de responsabilidade com seus afazer de categoria profissional e ao mesmo tempo a sua condição de participação da sociedade nos diversos fóruns de decisão que ela tenha. Seja de uma associação de moradores, seja de uma Câmara Municipal ou da Câ-

mara Federal. E entendo como absolutamente lícito a qualquer cidadão ter a sua preferência partidária, militando ou não, formalmente no partido, manter sua opinião sobre temas de relevância para o desenvolvimento nacional independentemente de divergir de A, B ou C, como é o caso, por exemplo, do que fazer com a energia nuclear ou com a pesquisa nuclear no país. O que, aliás, demonstra apenas que V.S^a tem, inclusive, afinidade com o tema próprio da empresa a que pertence. O que a meu juízo abona a condução de V.S^a ao contrário de alguns entenderem que é desabonar-se. Mas ainda a transparência tal que V.S^{as} trouxeram a este cenário aqui um debate que não nos pertencia o que era fazer, por exemplo, com a um submarino atômico. Que revelou, inclusive, as diferenças de opinião que pessoas que respeitosamente convivem em um trabalho de direção de um fundo. Apesar de terem diferenças de opinião política, quem sabem até coincidam na filiação partidária, mais do que isso, tem diferenças sobre opinião do que seja desenvolvimento, mais do que isso, na área própria própria que cada um milita em função de pesquisa energética ou de destinação energética, ou de fontes energéticas para o presente e o futuro do país. Isso nada tem de insalubre para a vida democrática do país. Isso não depõe em nada contra a pessoa, a cidadania de cada um dos Senhores e da Senhora que se apresenta aqui. Portanto, quero dizer que saio aqui com a impressão nítida de que do ponto de vista daquilo que era competência técnica e cumprimento estatutário daquilo que a Fundação impunha no exercício e no comissionamento de funções diretivas, V.S^{as}, em particular o Dr. Paulo correspondia. Assim como não tinha nenhuma competência de vetar a indicação de uma das patrocinadoras, ainda que o indicado pudesse não corresponder a uma das expectativa diretas, que era o de ter envolvimento com o mercado, conhecimento financeiro ou coisa similar. Aliás, por diversas vezes neste Plenário, se estabelece um contraditório que em algum tempo nós vamos ter de solucionar. Disse aqui recorrentemente que para se envolver no mercado financeiro tem que ter tido experiência nele. Mas, se porventura, se tem um currículo que tem experiência nele se acusa este currículo de promover, por dentro, a advocacia administrativa ou tráfico de influência. Mas é pior. Eu sou de uma família que tem menos de um século no Brasil, completará um século no próximo ano de 2007. Meu pai teve 14 filhos e o pai dele, 10 irmãos. Minha mãe tem 13 irmãos. Portanto, quero lhes dizer que, em menos de um século, nós somos um pouco mais de trezentos familiares, alguns dos quais eu não tenho remota notícia sobre o que façam. Mas, o pior é que se porventura um currículo meu coincidir em algum caso com alguém

que é empresário do setor de educação de onde eu provenho, então eu vou ser culpado por ter um primo que é dono de escola? Quer dizer, esta situação, ou um sobrinho, ou um afilhado, ou um tio, ou um primo de terceiro grau. Então, há uma contradição que nós exigimos aqui como nível de competência técnica que haja currículo de participação no mercado financeiro. Por um lado, este currículo significa que houve um percurso profissional em determinada área. E, evidentemente, algum familiar tem afinidade com esta área e pode inclusive não ter nem ter sido funcionário, funcionária. É empresário, é dono do negócio. Aí eu vou estar sendo culpado por que eu fui ser funcionário de outra empresa e ele era a ele era atribuída a participação numa outra empresa lá. Em algum momento isso vai ter que ter solução porque eu vou o seguinte. Do ponto de vista da gestão da NÚCLEOS, não estou falando dos seus resultados, eu estou falando do procedimento que levou a composição da Diretoria e, depois de composta a Diretoria, a contratação dos gerentes ou assessores que eram necessários para o bom funcionamento, ainda que quero concordar talvez com 33 pessoas que é o total das pessoas envolvidas no núcleo, talvez não sejam ainda em número suficientes ou em qualidade eficiente para dar conta da gestão do fundo. O que eu percebi é que, no histórico que foi relacionado aqui nas diversas intervenções que cada uma fez, é que se observou em primeiro que até o currículo era selecionado por uma outra empresa, se eu não estou enganado. Pela? O Senhor pode falar no microfone, por favor, Dr. Gildásio.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Pela patrocinadora. Eram três patrocinadoras que o fundo tinha. A ELETRONUCLEAR.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): INB.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: A INB, Indústria Nucleares no Brasil e a NUCLEP.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Exatamente. Com relação ao currículo dos dirigentes. Eu estou agora me referindo aqueles que são contratados na condição de Gerente, por exemplo, no caso da dona Fabiana, cuja contratação foi feita a partir de análise de currículo, assim como do seu sucedâneo logo depois da demissão que V.S.^a mesmo explicou qual foi o motivo. Não foi por incompetência da Dr.^a Fabiana, não foi por qualquer prática de ilícito, até onde eu sei, Dr. Gildásio, o Senhor pode confirmar.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Claro.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Claro, foi não foi por prática de ilícito. Não foi por advocacia administrativa? Pois não?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Não foi.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Não foi por advocacia administrativa. Não foi por tráfico de influência?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Também não.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Também não. Então, o que eu posso perceber é que evidentemente, zelando pela direção do fundo na competência que V.S.^a tinha a decisão foi meramente atrelada a condição de ter tido conhecimento posterior de uma relação de parentesco por uma corretora que era, cujo contato não era nem direto do NÚCLEOS, era da administradora do fundo que fazia então o contato com a corretora. Eu não sei quais são as medidas de prevenção que talvez aí a nossa Subcomissão de Normas e Combate a Corrupção terá que indicar no procedimento relativo a Gerência de fundos. Mas, sei que, em particular, o Senado Federal rejeitou uma das iniciativas muito importantes que nós na Câmara aprovamos que era constituição da PREVIC. Com condição inclusive normativa efetiva de trabalho porque assim como V.S.^{as} reclamam do quadro precário que tem na administração do fundo diretamente, a atual Secretaria de Previdência Complementar também se queixa das suas condições operacionais. E o que eu pude perceber em relação a SPC que foi aqui perguntada, interrogada de maneira muito contundente pelo nosso Sub-Relator, como ele deve fazer mesmo de forma responsável, perguntou quais foram as ações da SPC relativas a administração, em especial do NÚCLEOS, assim como fez em relação aos demais. E é evidente que o Dr. Adacir tem que responder pelas suas competências. E, no âmbito das suas competência, descreveu aqui quais foram as iniciativas e o Dr. Paulo diz, inclusive que está ainda na fase administrativa, de recurso administrativo. O que me leva a crer que do ponto de vista da gestão da Secretaria procedeu-se rigorosamente dentro da lei, ainda que eventualmente o Dr. Paulo e o Dr. Adacir militem no mesmo partido.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Nós não militamos no mesmo partido.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Não militam no mesmo partido.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Não.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O que para mim apenas uma confirmação da absoluta lisura, uma absoluta lisura da conduta do Dr. Adacir e que efetivamente, cumprindo a sua função, tem o dever de inquiri-lo sobre a responsabilidade de eventuais resultados ou de práticas que revelassem indícios de algum nível de irregularidade.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: O Senhor me permite um apertar?

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Pois não.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Eu queria acrescentar o seguinte. Eu conheci o Dr. Adacir Reis na época em que você prestava Advogado... Um dos poucos Advogados, este mercado é muito restrito, que prestava subsídio a maioria dos sindicatos. Quando nós, a Diretoria anterior, o Gildásio ainda não fazia parte, entramos com uma ação de cobrança das empresas patrocinadoras devedoras desde 88, o escritório do Dr. Adacir Reis foi o que patrocinou as ações. Ao ele ser indicado para a Secretaria, ele abriu mão, nós transferimos a ação para a responsabilidade de outro escritório. Então, quer dizer, isso demonstra--.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Como corresponde fazendo.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: -- Que corresponde, quer dizer... A função dele da Secretaria é essa mesmo. E cabe a nós dirigente e eu não me sinto constrangido e eu acho que todo o administrador público tem isso de receber uma autuação, responder a Controladoria Geral da União. Isso faz parte da vida pública.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Claro.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Agora, cabe a nós administradores, ex-dirigentes, dar todas e disponibilizar todas as informações, todos os documentos e os nossos atos, isso faz parte da vida pública e política.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Por esta razão, inclusive, a CPMI os convoca aqui de modo a prestar contas exatamente daquilo que efetivamente pode ter sido resultado apontando para desvios eventuais de conduta, seja na fase da omissão, ou da negligência, ou daquilo que possa ser, inclusive, desvio de conduta de outra ordem como dolo que foi mencionado aqui. Até o presente momento, pelo menos, pelos depoimento que percebemos aqui, não houve, em nenhum momento, a constatação da minha parte, de dolo. No ponto de vista da conduta da direção colegiada do fundo e daqueles que subalternamente a direção do fundo tem de oferecer as informações que são subsídios para a tomada de decisão e depois encaminhar esta decisão segundo aquilo que tiver sido deliberado. O que eu entendi é a função da doutora, era a função da doutora Fabiana. E que a meu juízo, pelo depoimento que vi e pela tranquilidade que expressei aqui, que se expressou, cumpriu rigorosamente as suas funções dentro do nível de competência que lhe cabia. Pude perceber, inclusive, a distribuição geográfica quase que eu enxergava aqui um desenho

do andar em que se situa a atual sede do fundo NÚCLEOS e, evidentemente o trânsito [soa a campainha] com apenas três Diretores e dada a descrição que se fez da comunicação entre as salas, seja ela visual, da inexistência de portas fechadas, etc. isso evidentemente só corrobora para que as responsabilidades sejam coletivizadas e não individualizadas. Mas houve uma referência aqui grave, eu gostaria de ter alguma informação adicional e vou pedir já ao Sub-Relator parcimônia com relação ao tempo. Em relação a negociação da dívida das patrocinadoras. Porque a informação que é feita aqui, evidentemente, resulta em um patamar de gravidade muito intenso, tendo em vista o direito dos beneficiários e participantes do fundo principalmente. E o Dr. Paulo fez referência a insistentes iniciativas no sentido de obter das autoridades governamentais que tivessem relação com essas patrocinadoras a solução desta dívida. O que eu pergunto ao Dr. Paulo, concretamente, é que tipo de evolução houve na negociação destas dívidas com as patrocinadoras?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Olha, até a minha saída da Presidência lá do NÚCLEOS estávamos na seguinte condição: Nós tínhamos feito uma proposta, que depois o Conselho revogou, que seria o pagamento de 60% da dívida. Alongada ao longo de 25 anos.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Isso é um entendimento administrativo?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: É um entendimento administrativo. Nós temos com uma, quer dizer, a Fundação tem uma ação contra a INB e contra a NUCLEP, são ações contra a União porque vem desde 88, então o receio da Fundação é que isso se demore por 10, 15 anos e chegue mais a frente a Fundação não tenha os recursos necessários para cumprir os seus objetivos estatutários, os seus compromissos. Então, nós estávamos propondo algumas saídas de negociações com o Governo. É que as duas empresas basicamente, fora a ELETRONUCLEAR, a INB e a NUCLEP, dependem fundamentalmente dos recursos do Tesouro. Então, a folha de pagamento, tanto da INB, quanto da NUCLEP são pagas pelo Tesouro Nacional. Está lá no orçamento. E Previdência Complementar faz parte. Então, no Governo anterior, no Governo do Sr. Fernando Henrique, nós criamos uma Comissão, chegamos até o final, só que quando na finalização, nós do NÚCLEOS, eu era Diretor, não aceitamos a proposta por quê? A dívida na época era cento e nove milhões, a Fazenda Nacional se propunha a pagar quarenta e três. Só que os quarenta e três não eram suficientes para cumprir a meta atuarial. E aí teria que rachar uma conta com os participantes de uma conta que nós já havíamos pago.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Então, este tipo de procedimento em relação a negociação da dívida já era anterior a gestão de V.S^a como Presidente?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Já era anterior. E a partir daí eu levei uma proposta com a Diretoria de entrar com uma ação contra as duas patrocinadoras. Isso gera um clima de constrangimento político. Como dois dirigentes vão entrar com uma ação contra os dirigentes da patrocinadora que teoricamente os elegeram?

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Confiou a eles.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Confiou a eles. Como eu era eleito, eu tinha uma certa independência e consegui convencer o Presidente a época que nós tínhamos que impetrar a ação para forçar a negociação por parte do Governo. Agora, eu acho, hoje, com essa dívida, eu acho muito difícil que o Governo consiga enviar recursos do orçamento federal para o pagamento disso. É evidente que tem várias alternativas que são do ponto de vista compensatórias para o Governo. Porque imagine sair na imprensa: Governo destina duzentos e quarenta milhões a fundo de pensão. Se passado, antes da CPMI, já seria uma notícia muito ruim por parte do Governo, imagine agora?

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Mas em função dos beneficiários eu acredito que em algum tempo essa notícia vai ser dada.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Sim, eu acho que vai ter que caminhar em uma negociação e eu tinha feito uma proposta que passaria pela Secretaria que seria o seguinte. O Governo não pagasse nada agora. Nós retornaríamos com esse valor pró ativo já que ele entrou em liquidação duvidosa e a cada momento que um participante fosse se aposentando, a patrocinadora devedora complementaria aquele valor do, quer dizer, do passivo atuarial de quem estivesse se aposentando. Ou como se foi feito na PREVI, no passado, ora a patrocinadora se responsabilizaria em transferir o fundo o pagamento da suplementação da aposentaria. Seria uma forma de o Governo economizar e a Fundação ter os recursos necessários para cumprir os seus objetivos.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): De modo é uma forma só duas questão.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo bem, eu vou permitir a V.Ex^a. é apenas para dizer que constará do nosso relatório uma certa, um certo alerta a respeito da situação de algumas fundações. A NÚCLEOS, neste aspecto de colocar em risco o futuro dos seus segurados, não está

eu diria em que um patamar tão agrave, por exemplo, como o REFER e a PORTOS. Que igualmente à NÚCLEOS tem problemas de aperte de recursos por parte dos patrocinadoras e isso é uma coisa que nós vamos enfrentar, mostrando claramente que o Governo, através das patrocinadoras, vai ter que encontrar uma saída de médio e longo prazo para as fundações. Porque, em algumas situações, em poucos anos, os assegurados, os beneficiários destes Fundos de Pensão podem ter os seus benefícios colocados em uma situação de grande risco.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O que evidentemente só ressalta a responsabilidade que temos em estar constando esta condição. E aqui quero substituir até a palavra do Governo por Poder Executivo qualquer que seja o Governo, porque no tempo viram governos diferentes adiante. Mas apenas duas perguntas adicionais. O Dr. Paulo fez referência a controladoria que deveria ter sido exercida pelo HSBC e que nitidamente, por todos os dados que temos aqui, se omitiu, se não houve informação e como V.S^a disse sequer recebeu uma carta uma nota, alguma observação em torno disso, falhou e falhou gravemente. V.S^a pensou já em acionar o HSBC ou ainda na gestão da Presidência, ou mesmo depois de deixada a Presidência uma vez que a atual gestão do fundo aciona judicialmente os anteriores? Eu pergunto se V.S^a já pensou nesta hipótese?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Não. Olha só. O que eu soube da ação contra a minha pessoa foi de notícias nos jornais. Falaram sobre o relatório da KPMG, eu ainda não tive acesso, como saiu na Folha de São Paulo, era cenários, cenário que variava em um sobre preço que variava de nove a vinte e dois. Mas, eu não tive acesso ao relatório da KPMG, não fui citado pela justiça. Agora, já estou analisando em função da legislação da previdência complementar, em função dos contratos que a administração tinha com os administradores e com os bancos e a lei prevê, inclusive, responsabilidades dos gerentes e dos seus assessores. Eu vou analisar junto com o Advogado e se for o caso chamar a lide também aqueles que possam ter contribuído para que a Presidência e a Diretoria não tomassem as medidas e ações corretivas na época apropriada.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Para concluir Sr. Sub-Relator. Evidentemente, que a QUANTIA, ou a QUANTIA e o EURO e a NK já estão sobre o foco determinado desta CPMI, desta Sub-Relatoria e seguramente nada ficará na sombra em relação a explicitação das operações que, porventura, tenham a responsabilidade direta, até o presente momento não é direta do fundo, do fundo que eu digo do NÚCLEOS,

mas é da administradora do fundo diretamente, mas não ficará na sombra qualquer das ocorrências que tenham envolvido estas corretoras e esta empresa esta NK em mais de um fundo porque não foi a ocorrência de apenas um fundo. Evidentemente, que isso resultará da parte da CPMI, não apenas a conclusão em tempo até o dia 21 naquilo que nos couber, como efetivamente no prosseguimento das investigações onde couber a responsabilização, seja de corretores, seja de administradores de fundos terceirizados ou de fundos exclusivos. E dizer que tenho aqui a mais firme convicção de que este assunto seguramente não se encerrará com a oitiva de hoje, tanto com relação a NÚCLEOS e aos os outros 13 fundos que estão sendo investigados nestas CPMI e tenho, também, convicção de que essas ocorrências deverão ter sido registradas em outros fundos que não estão sobre a égide da investigação desta CPMI. Assim como estou absolutamente claro de que, mais de uma vez, quando se referiu ao BANCO SANTOS, não apenas depoimentos de V.S^{as}, mas de outros, de que a época se revelava com uma rentabilidade elevada e ainda que se tenha aqui a notícia de que um fundo com mais capacidade, com maior volume, etc.. tivesse maior condição de ter informação o fato é de que no caso específico do BANCO SANTOS, houve uma corrida generalizada de fundos em relação a rentabilidade que ele oferecia e ao cumprimento das metas atuariais. Por último, eu queria apenas saber do Dr. Paulo, em particular, como que avalia os resultados da gestão tendo conhecimento *a posteriori* desses números todos que estão isto a disposição CPMI?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEI-

REDO: Bom, a partir da divulgação dos dados apresentados pela CPMI eu fiquei realmente estarecido. É inadmissível, mas eu acho que também eu tenho responsabilidade, mas vou cobrar a responsabilidade dos órgãos do Poder Executivo, não do Governo, do Poder Executivo que deveriam tomar as providências. Dos órgãos de controle. E nós, quando nós não conseguimos cumprir a meta atuarial em 2004, nós fizemos um estudo dos último dez anos. Eu diria que no meu período, e aí eu não vou pegar o período todo. Porque, enquanto Presidente, a meta total nossa de dois anos, 2003 e 2004, nós tínhamos superado em dez pontos percentuais e isso sem dívida rentabilizando. A dívida está lá fora porque anteriormente as Diretorias anteriores colocavam a dívida rentabilizando virtualmente, que tem uma diferença. Então, a meta do ano de 2003 era 17% nós chegamos a 33,4. No ano seguinte, 2004, foi muito ruim, era de 12, nós cumprimos 5,98, que foi muito ruim e nós pedimos tanto o estudo jurídico quanto o estudo técnico sobre as causas e esse

de dez anos, somente em três anos nós conseguimos bater a meta atuarial. Por que? Porque o fundo bateu meta o outro não bateu meta. É porque é a composição das carteira. E também o perfil atuarial é determinante na questão da rentabilidade porque se você tem uma exigência imediata de pagamento de benefício o que você vai fazer? Eu vou para recursos mais líquidos ou de, quer dizer, de segurança maior quando você tem um perfil mais alongado. O perfil do NÚCLEOS hoje não chegou ainda como maduro, ou seja, as receitas previdenciárias ainda são suficientes para cobrir os encargos das despesas previdenciárias. E olhe que já houve o tal do chamado sopão, o PDI, que as empresas do Governo patrocinadoras fazem os seus PDI's e não perguntam ao fundo como é que vai ficar a situação do fundo. E depois isso reflete no passivo atuarial dos fundos. Bom, eu acho que, quer dizer, cumprido aí eu acho que o desempenho foi satisfatório. Agora, é como eu falei, se ficar comprovado que houve pagamento de títulos de mercado que não correspondiam a realidade do mercado, a lei de previdência, ela contempla isso vamos arrolar também os responsáveis. Agora, esperamos também que a BANCO CENTRAL e a CVM cumpram o seu papel fiscalizador.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu teria ainda duas perguntas que são extraídas a partir do depoimento que o Sr. Gildásio prestou o esta CPMI na segunda-feira. Primeiro, com relação ao patrimônio, tanto do Dr. Paulo, como da Sr^a Fabiana. O Senhor nos disse aqui que o Dr. Paulo hoje reside num imóvel na área nobre de Niterói que valeria aproximadamente um milhão de reais. O Senhor confirma isso?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Essa foi a informação que me passaram. O Paulo está aqui e ele pode confirmar isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas quem que lhe passou esta informação? Porque o Senhor afirmou com muita segurança, levantando algumas dúvidas nesta CPMI com relação a evolução patrimonial do Dr. Paulo, seria natural e até mesmo de uma possível incompatibilidade deste imóvel com a sua declaração de renda, que consta quinhentos mil reais. Não é isso Dr. Paulo?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEI-
REDO: A de 2004 sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Então, eu queria que o Senhor explicasse direito isso.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: O Marcos Elias, atual Presidente do NÚCLEOS, o que foi assessor dele durante cinco anos, como ele falou, ele me disse que o Paulo tinha ampliado o seu patrimônio nos últimos

anos duas vezes. E o Presidente do Conselho Fiscal me falou este valor em torno de um milhão.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O Presidente do Conselho Fiscal.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Atual.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Foi isso.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Foi.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEI-

REDO: Bom. Eu já prestei esta informação no passado e eu vou novamente reativar. Primeiro, o Gildásio você vai desculpar. Achei uma falta de ética da sua parte de prestar uma, era todo o teu direito de fazer uma declaração aqui em ambiente fechado e você liga para mim várias vezes e deter falado: “Olha, tem uma situação dessa.” Bom. O meu assessor passou a morar em Niterói. Eu moro em Niterói. Eu sou nascido e criado em Niterói. Só me ausentei de Niterói quando morei na Alemanha por dois anos. Na Alemanha, tive um salário em marco alemão e o pagamento feito aqui pela empresa. Comprei o primeiro apartamento dito aqui, Rua Pereira da Silva, 90, apartamento 1503, segunda quadra da praia de Icaraí, apartamento bem valorizado. Tinha uma quadra e uma piscina, apartamento de dois quartos. A partir do nascimento do meu segundo filho, a minha esposa trabalha, comprei o apartamento 1701 que era de três quartos. Troquei, financiei o apartamento e liquidei depois com recursos do fundo de garantia meu e da minha mulher. Eu trabalho há vinte e oito anos. Sou engenheiro há 4. Então, quer dizer, eu tenho uma ascensão profissional que corresponde ao meu salário. Segundo, depois troquei esse apartamento com o financiamento por uma cobertura na rua Tavares de Macedo, 25, apartamento 2101, cuja área era de 180 metros quadrados. Financiado também e liquidado com os recursos do HSBC, onde tinha o financiamento. Isso está comprovado no meu imposto de renda. Em abril de 2005, troquei este apartamento por um apartamento na rua Miguel de Frias 77, bloco dois, apartamento 402, apartamento de 250 metros quadrados. É um edifício que tem uma quadra de futebol e tem piscina. Onde moram vários profissionais liberais, engenheiros, médicos e proprietário de pequenas empresas. Foi comprado, se eu não me enganar, por quatrocentos e cinquenta mil reais. Então, este é o meu patrimônio. O patrimônio que eu disse aqui quinhentos mil reais é o meu e da minha mulher que eu declarei em 2004. O meu salário na Fundação era quinze mil reais e eu fui Diretor de 2000 a 20005 e o meu salário, como Presidente da ELETRONUCLEAR, era vinte e dois mil reais que eu exerci por cinco meses. Então, a minha

renda, quer dizer, o meu patrimônio é compatível. E se disponibilizo a CPI se quiser quebrar sigilo bancário, fiscal e telefônico meu e da minha mulher ou de qualquer pessoa integrante da minha família eu, desde já, disponibilizo isso aqui. Porque uma coisa é você falar você teve uma administração equivocada. Agora, outra coisa é insinuar é que você levou propina.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O Senhor acha que o Dr. Marcos Elias.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEI-

REDO: Ele está, se ele afirma, ele tem que provar.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu estou perguntando se o Senhor acha que ele está insinuado isso?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIRE-

DO: Ele deve estar. Porque o seguinte. Todo o administrador público é obrigado a entregar a sua declaração de renda, assim como a minha declaração de renda estava lá no NÚCLEOS. Tenho um carro, tenho um *Renault Scenic*, ano 2004, financiado. A minha mulher tem um *Citroen C3* que pagou o financiamento. Minha mulher é funcionária... eu não vou falar aonde a minha mulher é funcionária concursada para protegê-la. Por que neste caso todo como eu só sou uma figura dito publica que tenho uma participação política ativa, entrego panfleto na rua, peço voto para Deputado, isso não tem problema. Agora, eu tenho o direito de proteger a minha esposa e os meus filhos. Eu tenho um filho de doze, um de sete e um de dois. Garanto para vocês e, inclusive V.Ex^a, eu tenho coragem de olhar no rosto de cada um deles. Agora, eu duvido talvez que o Sr. Marcos Elias tenha esse, essa clareza de olhar para os filhos dele. E ele sabe muito bem o que eu estou falando. Ele é meu vizinho em Niterói, anda com segurança pago pela Fundação e eu não sei porque a Fundação nunca teve segurança. É isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Que outros elementos o Senhor poderia nos apresentar para suscitar dúvidas a respeito da conduta do Sr. Marcos Elias, por exemplo, que resultaria na dificuldade dele de encarar os filhos.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEI-

REDO: Olha tem que perguntar a ele. Agora eu sei. Foi o meu assistente durante cinco anos. E como eu disse aqui, eu errei na escolha do meu assessor que, inclusive, tinha divergência com o Diretor Financeiro. Divergências pontuais que eu tentava, como na função e Presidente, você tem que evitar as disputas, tanto políticas, quanto técnicas. Você tem que ser um harmonizador. Agora, as disputas eram entre ele pessoais, inclusive.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Presidente, eu gostaria só de explicar ao Paulo que não foi falta de ética não ter falado com ele porque eu me via na condição ética de ter falado alguma coisa num testemunho sigiloso e eu não poderia passar informações sigilosas, mas vontade eu tinha e eu não vejo o Paulo nestas condições.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que o Sr. Gildásio normalmente ligava para o Senhor para tratar o quê?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Tratávamos da questão da ação que nós estávamos sendo vítimas. Olha só, eu tenho que conversar com ele, tenho que conversar com outro Diretor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu não estou julgando, eu só estou apenas perguntando e o Senhor encare com muita naturalidade todas as perguntas que são feitas pela Sub-Relatoria, nós estamos aqui no cumprimento do nosso dever. Existiu todo um procedimento para que isso ocorresse. Na verdade, foi o depoimento do Sr. Gildásio em Sessão reservada que depois chocou e colidiu com o que o Senhor disse, com o que a Sr^a Fabiana disse, que provocou a realização desta acareação. Eu quero lhe informar que nós aqui respeitamos quando o Senhor quiser elevar o tom de voz, fazer discurso, não tem problema nenhum. Mas, o Senhor não se sinta ofendido por nenhuma pergunta que seja dirigida a esta Sub-Relatoria porque o Senhor tem o dever de respeitar o Parlamento Brasileiro e esta CPMI.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Deputado, eu peço desculpas se eu me excedi aqui no meu tom de voz. Agora, a indignação das pessoas também ela tem um certo limite. Eu compreendo a CPI tem a sua função, respeito o parlamento, sou uma pessoa que tem a cabeça política, respeito os Parlamentares, quer dizer, em momento nenhum eu quis demonstrar a minha falta de respeito com a CPMI. Eu peço desculpas se o Senhor considerou assim e V.Ex^a. também Deputado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr^a Fabiana, a Senhora reside onde?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: São Paulo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em imóvel próprio?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não. Alugado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alugado. Alugado pela Senhora?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Alugado por mim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Senhora tem algum imóvel em seu nome?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Não. Não tenho.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Senhora sua mãe reside no Rio de Janeiro? Em móvel próprio dela?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Em móvel próprio dela.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Adquirido quando em que ano?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Eu inicialmente eu, na verdade, nasci e morei sempre na Gávea, o imóvel que ela comprou antes de casar com o meu pai e a vida inteira nós morávamos lá neste apartamento e depois que eu fiquei agravada e estava com a minha filha pequena, eu decidi ir morar lá no, junto com a minha mãe porque ela foi morar com a minha avó no mesmo condomínio. Ela cedeu o apartamento dela para mim porque o meu imóvel também foi alugado que eu tinha que estava em nome do meu marido. Nós moramos lá. Era eu, meu marido e meus dois filhos em um apartamento de dois quatro de 90 metros quadrados. Era pequeno, estava pequeno para a gente. Mais com uma empregada porque não tinha quarto de empregada, era muito pequeno. E minha mãe adquiriu outro apartamento pertíssimo com um quarto a mais para poder a gente ter um pouco mais de conforto e eu residi neste imóvel até eu me mudar para São Paulo. Este imóvel que é da minha mãe e que hoje está alugado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Sr. Gildásio nos fez aqui também referências a respeito de uma possível interferência do ex-Ministro Gushiken em um investimento realizado pela NÚCLEOS em cotas da concessionária Rio Teresópolis. O Sr. Paulo nega qualquer contato com o ex-Ministro Luis Gushiken. Dr. Gildásio, eu queria que o Senhor explicasse um pouco melhor como é que isso aconteceu?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Foi o próprio Paulo que me falou que teve contato com o Gushiken e que ele orientou para o NÚCLEOS fazer esta aplicação. E quando ele me mostrou a proposta de resolução, eu concordei plenamente com ela porque eu não só sou favorável pessoalmente a PPP, participação público privada, como, neste caso particular, se tratava de uma aplicação muito idônea. Ela era uma concessionária de construção civil de estrada Rio Teresópolis e que a controladora era a OS e compunha o quadro de acionistas a carioca Cristiane, a Queiroz

Galvão e Estela(F), enfim. Companhias de construção civil brasileira das mais renomadas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Dr. Paulo fez referências claras que havia sido uma recomendação do Ministro.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Disse-me ele que foi uma orientação do Gushiken.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor confirma isso?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Não, eu não confirmo e eu vou, se o Senhor me permite eu vou relatar como foi o processo de aquisição.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor acha então que o Dr. Gildásio está faltando com a verdade?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Eu não sei se ele está faltando com a verdade ele está dizendo o seguinte. Olha, eu repito quando eu falei. Eu conheço o Ministro Gushiken porque é uma figura pública.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. A pergunta não foi essa... O Senhor viu aqui uma declaração clara do Dr. Gildásio dizendo que ouviu do Senhor--

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Eu não falei nada.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que o ex-Ministro Gushiken havia feito uma ação junto a V.S^a para que a NÚCLEOS investisse na concessionária Rio Teresópolis. O que não está em discussão se foi um bom ou mal investimento. A questão é falou ou não falou? Por que o Senhor disse que não falou e ele disse que falou, então?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Olha, eu estou dizendo que não falei, não mencionei. Agora, mencionar Ministro do Governo que nós fazíamos parte se menciona agora, jamais não mencionei.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Podia até ser normal, mas o Senhor mencionou ou não?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Não mencionei porque não havia influência de ninguém do Governo sobre qualquer questão lá. Pelo menos, a mim nunca veio qualquer solicitação neste sentido. E, Deputado, eu tenho, quer dizer, os documentos que comprovam que a responsabilidade é distribuída. A minha de fazer a proposta e da Diretoria de aprovar.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas isso não está em discussão Dr. Paulo. O que está em discussão é que existem aqui

duas declarações completamente contraditórias e conflitantes.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Eu estou falando que eu não declarei absolutamente nada que tenha havido pedido de qualquer Ministro ou qualquer integrante do Governo para fazer aplicação em qualquer investimento.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Gildásio o considera que ele está faltando com a verdade?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Olha, eu não sei se ele está faltando com a verdade, eu mantenho a minha informação que ele me deu.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas ele falou ao Senhor?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Falou para mim, deu esta informação, mantenho isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Um dos dois que estão aqui não está falando a verdade.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Deputado, olha, eu me baseio e--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Infelizmente, quem está falando a verdade ou não a gente não tem como provar neste caso. Agora são duas declarações completamente contraditórias.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Deputado, olha só, um administrador público ou qualquer outro, se fosse, quer dizer, o contrário, eu falava que então vamos colocar aqui que houve uma solicitação aqui na proposta da Diretoria, ou então a proposta da Diretoria foi minha. Eu recebi uma ligação da OLIVERTRANS(F), a OLIVERTRANS(F) passou um fax convidando para uma reunião sobre CRT.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor me permite uma pergunta? Então essa foi aquela única proposta que partiu do Senhor? Foi a única.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi a única? Exatamente essa?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Essa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que alega ter sido um pedido do ex-Ministro Luis Gushiken.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Então, tem uma fax da OLIVERTRANS(F) que é a gerenciadora, passou para o NÚCLEOS, eu passei para a Diretoria Financeira, fomos a uma reunião na OLIVERTRANS(F) onde estavam outras fundações e

era cota de fundo de participação no valor total eu acho que de quarenta milhões, eu não me lembro bem, fiz a proposta e se o Senhor me permite eu gostaria de ler a proposta.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): À vontade.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Aquisição de cotas participação do CRT fundo de investimento, PR 010 2003, ou seja, foi uma proposta do Presidente. A Diretoria Executiva aprovou a proposta de 11 do 12 para compra de cotas no CRF, fundos de investimentos e participações, no valor aproximado de dez milhões. A proposta de compra de cotas está fundamentada na apresentação feita a Diretoria do NÚCLEOS conforme documentação anexa. Então, tinha várias análises, a Gerência Financeira fez a análise. Você confirma Fabiana?

SRA. FABIANA CARNEIRO CARNAVAL: Confirmo.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Fez a análise. Confirma. Como a proposta de compra fundamenta-se também na mudança do perfil dos investimentos do instituto de destinar parte dos recursos aplicados em títulos do Governo remunerados pela taxa SELIC que nós tínhamos recebido uns títulos por causa de Governo do Alagoas que tinha havido uma troca para projetos e empreendimentos de infra-estrutura. A CRT, Concessionária Rio Teresópolis, explora de forma exclusiva parte da Br 116, além de Paraíba Teresópolis. Br 040-a tendo como associados outros Fundos de Pensão: REAL GRANDEZA, PRECE, FUNTERRA, FAPS e tendo como a sua acionista controladora a construtora OAS, limitada. A CRT, bem como o fundo de investimento conferem direitos de governança cooperativa tais como, indicação de representação do fundo no Conselho de administração da CRT e o exercício de direito de voto, ou veto nas assembleias gerais de acionistas ou debenturistas. Quem era o nosso conselheiro representante? Era o Dr. Gildásio era isso. Então, pediu quem pediu a proposta foi da Presidência, está aqui registrada e as considerações estão na--.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até porque o Senhor há de convir que mesmo que o Ministro Gushiken tivesse lhe pedido o Senhor não ia fazer constar em Ata isso nunca. Agora, Dr. Gildásio, por quê que o Senhor acha que o Dr. Paulo, neste momento nega que tenha recebido o pedido do ex-Ministro Gushiken, mas, no entanto, lá no passado tenha lhe dito que o pedido foi dele?

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: Eu não sei, realmente o Senhor está me fazendo uma pergunta muito difícil aqui do que é que eu acho que o Paulo

teria dito isso. Eu não, sei pode ter sido por uma série de motivos. Mas eu me lembro textualmente que ele me disse isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque o Senhor acha que Dr. Gildásio estaria fazendo esta afirmação? Um fato muito específico. Porque se ele dissesse: “não foi um interferência do Ministro que o Ministro conversava com o Senhor que pedia coisas e tal”, mas ele falou de um fato muito específico, inclusive, que depois veio a se confirmar com a NÚCLEOS investindo realmente na concessionária, passando por todos os trâmites, constando em Ata, com a avaliação e tal.

SR. GILDÁSIO AMADO FILHO: E com a minha aprovação.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora. É um fato muito específico. Quer dizer, é difícil imaginar que alguém está inventando isso?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Olha só, eu nego e depois eu podia falar assim: Não, me pediu. Qual era o problema de eu falar aqui: Não, ele me pediu para que isso fosse analisado, mas não foi fato. Porque como eu disse no anterior. Porque quando a gente cita as pessoas lá numa CPMI, as pessoas, se nós não conversamos antecipadamente, eles falam “poxa, você poderia ter declinado de falar o meu nome”. Eu, como Presidente, eu recebia várias solicitações dos governos anteriores, de diversos partidos e nem todos eu encaminhava. Alguns eu encaminhava a Diretoria Financeira. Outros eu nem encaminhava.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Espera aí, o Senhor recebia como Presidente diversas solicitações de partidos?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Não. De partidos não. De pessoas vinculadas a partidos que atuam no mercado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o Senhor se especifico de por favor?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Por exemplo, a Rio Bravo Investimentos. Recebemos a RIO BRAVO INVESTIMENTOS que tinha um direito creditório, tinham--.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Olha, eu peço que procurem desligar os telefones celulares porque se não o Dr. Paulo aqui falando eu não consigo sequer ouvir ele do meu lado.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Tinha assim um perfil bem interessante e a RIO BRAVO pertence ao Dr. Gustavo Franco.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o Dr. Gustavo Franco lhe fez pedidos?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Não ele não fez, nós atendemos a RIO BRAVO.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas, alguém ligado a partido, por que você fez referência a pedidos de partidos.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: De pessoas que são ligados a partidos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim. E fora esse, quer dizer, alguém lhe pediu...?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Não estou dizendo partido especificamente. As pessoas que são vinculadas a partidos. Todo mundo tem direito a ter um partido filiado. Agora, não é por isso que ele não possa encaminhar um negócio.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor falou inicialmente em pedidos de partidos.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Não, então, eu retiro. Eu disse que pessoas vinculadas a partidos que são filiadas, qual é o problema?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E além do Dr. Gustavo Franco que eu nem sei se é filiado a partido?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Eu também não, mas tinha uma participação política importante.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas então? Além dele, quem mais?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: O Dr. Sérgio Gutolo, o Dr... Que foi Presidente da minha empresa, um excelente Presidente que conseguiu terminar, um dos que conseguiu terminar a usina de Angra II que foi o Doutor, esqueci, foi Presidente da ELETROBRAS.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E alguém ligado ao PT ou ao PC do B alguma vez lhe fez algum pedido ou esses pedidos todos eram de pessoas ligadas ao ex-Governo?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Não, não eram pessoas--.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque é o Senhor que falou aqui que eram pessoas ligados a partidos, citou três pessoas ligadas ao Governo anterior. Eu estou começando achar até que o Senhor tinha uma afinidade com representantes do Governo anterior. [tumulto] Com licença. Quem trouxe esta informação foi o Senhor. Eu

não estou inventando nada, foi o Senhor quem trouxe, está gravado.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Eu, quando eu falei da minha participação política, eu fui do MDB, fiz a campanha do Senador Mário Covas. Então... O que me movia a atender não era a questão de partido.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor falou.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: O problema é a ligação do Ministro Gushiken, que é do PT--.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Ministro o Senhor negou. Mas o Senhor falou que pessoas, primeiro que partidos? Depois, que pessoas ligadas a partidos? E eu pedi que o Senhor exemplificasse. E o Senhor falou do Gustavo Franco, do Cutolo, do ex-Presidente da INB?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Da ELETROBRAS.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da ELETROBRAS no Governo Fernando Henrique. Ninguém do PT e do PC do B nunca lhe pediu nada?

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Não. Talvez se eu fosse dirigente do fundo de pensão mais a frente eles montassem... Porque todos adquirem experiência nesses órgãos do Governo. E depois saem para suas atividades empresarias ou privadas. Qual o problema? Eu não vejo problema nenhum de estruturar o fundo daquilo que conhecia o Governo, quer dizer, todo o Poder Executivo precisa de investimentos. Qual é o problema de se estruturar um fundo de aplicação que contenha componentes de outros governos que tenha participação? Isso não é o que...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas foi o Senhor que trouxe isso para aqui. Entenda, entenda o Senhor que foi a declaração de V.S^a que gerou esta pergunta.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEIREDO: Não, a pergunta foi na passada quando perguntou se o Marcelo Sereno tinha pedido para fazer aquela aplicação lá no ASM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que aliás são duas coisas que não se encaixam aqui. Primeiro, é o Dr. Gildásio, porque veja, o Dr. Gildásio não está falando genericamente. Ele está dizendo que recebeu um pedido do Sr. Marcelo Sereno no caso da SM. Ele está dizendo que recebeu, estava por escrito. Depois, ele está dizendo que o Senhor recebeu um pedido dele, que o Senhor havia pedido a ele ou dito a ele que seria um pedido

do Ministro Gushiken, são coisas objetivas. Se for verdade ou não, vai ficar a dúvida, porque a gente não tem como comprovar. Eu não vou dar fé à palavra dele sem dar à do Senhor, e vice-versa e vice-versa. Que isso fique aqui muito claro, entendeu? Agora, ele trouxe questões objetivas que são conflitantes com o que o Senhor está dizendo e vice-versa também.

SR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA FIGUEI-

REDO: Olha, eu repito, não houve solicitação nenhuma do Ministro Gushiken para a aplicação neste investimento.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Bom, eu quero encerrar esta Sessão porque é a 23ª e a de oitiva do Dr. Marcelo Sereno é a 24ª, então nós vamos reabrir a próxima, dizendo aqui que existem algumas coisas que, para mim, parecem conflitos insanáveis e que o mais sério de todos eles é justamente porque a gente não consegue identificar quem eram os responsáveis pela formação das operações pelo acompanhamento do desempenho dos investimentos. Há aqui uma evidente tentativa de cada um se eximir das suas responsabilidades que acabam, coletivamente, alcançando a todos. Muito bem, eu acho que cumpriu o papel esta acareação para evidenciar todas estas contradições. Eu quero agradecer a V.Sªs ao Senhor, a Srª Fabiana, ao Sr. Gildásio, eu vou encerrar esta Sessão vou propor, se Deputado Abicalil concordar, de nós retomarmos os nossos trabalhos, a 24ª Sessão, a 24ª reunião às 14 horas e 30 minutos, portanto, daqui a 25 minutos. Está encerrada a Sessão.

*Sessão encerrada às 14h07 do dia
10/03/2006*

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SUB-RELATORIA – FUNDOS DE PENSÃO

Ata da 24ª Reunião, realizada em 10/03/2006.

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às quatorze horas e trinta minutos, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, com a presença do Senador Heráclito Fortes e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge

Bittar, Carlos Willian, Gustavo Fruet, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Dr Rosinha, Jamil Murad, Onyx Lorenzoni, Sílvio Torres, Antônio Carlos Panunzio, Medeiros, Nelson Bornier e Alexandre Santos, reúne-se a SUB-RELATORIA FUNDOS DE PENSÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos informando que a presente reunião destina-se à oitiva do senhor Marcelo Sereno. O presidente informa que a ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa para votação. Aprovada. O Presidente convida o senhor Marcelo Sereno para compor a mesa, informa que o depoente vem na condição de investigado e encontra-se acompanhado de seus advogados o Dr Roberto Podval OAB/SP nº 101458 e a Dra Carmen Mansano da Costa Barros Filha OAB/RJ nº 41099. O Sub-Relator faz algumas considerações iniciais e concede a palavra ao depoente para sua apresentação pessoal, profissional e política. O senhor Marcelo Sereno inicia sua apresentação. A Presidência inicia seus questionamentos ao depoente. A palavra é passada ao deputado Carlos Abicalil que faz algumas indagações ao depoente. O presidente retoma a palavra e continua seus questionamentos ao depoente. A palavra é passada ao senador Heráclito Fortes que faz algumas perguntas ao depoente. O presidente declara que hoje é a última reunião da sub-relatoria de fundos de pensão e tece alguns agradecimentos e encerra a presente reunião às dezessete horas e vinte e um minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com a pontualidade britânica, declaro aberta a 24ª reunião da Sub-relatoria dos fundos de pensão da comissão parlamentar mista de inquérito, criada através do requerimento nº3/2005 do Congresso Nacional, com a finalidade de investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Sobre a mesa, a ata da reunião anterior a qual coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do senhor Marcelo Sereno. Convido para tomar assento à Mesa o senhor Marcelo Sereno para prestar seus esclarecimentos. Quero registrar que o Dr. Marcelo Sereno se faz acompanhar do Dr. Roberto Podval, OAB 101458, e da Dra. Carmem Mansano da Costa Barros Filha, OAB 41099. Gostaria também de informar que, depois dos contatos mantidos com os advogados do senhor Marcelo Sereno, nós acertamos a vinda do depoente para o dia de hoje, e ele aqui está de forma voluntária, aceitando, portanto, o requerimento de convocação da CPMI. Inicialmente houve um desencontro com relação à possibilidade vinda do Dr. Marcelo Sereno, mas depois que foram mantidos os contatos pelos seus Advogados com esta CPMI, em especial com o Sub-Relator ficou acertado e, aqui, ele hoje está cumprindo com o que foi combinado, e eu agradeço ao senhor, por estar presente. E, como normalmente eu faço, gostaria de conceder-lhe à palavra, para que o senhor tenha absoluta liberdade de tecer todo e qualquer tipo de comentário inicial, que ache oportuno e para que o senhor possa aqui, fazer a sua qualificação profissional e, contar um pouco do seu histórico profissional.

SR. MARCELO SERENO: Boa tarde. Boa tarde, Deputado ACM Neto. Senhoras e senhores presentes. Eu vou fazer um relato bem breve, porque eu já estive presente na CPI dos Bingos, no dia 23 de agosto, quando eu já tive a oportunidade de fazer um relato sobre a minha experiência política, profissional e a minha história. A minha história de vida e política. Eu sou carioca. Tenho 47 anos. Comecei a fazer política na Universidade, na época ainda do regime militar, em 1977. Fui Diretor da União Estadual dos Estudantes. Fui depois Diretor da CUT, no Estado do Rio de Janeiro, membro da Executiva Nacional da CUT de 1994 a 2000. Depois, fui da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, Secretário Sindical em dois mandatos, 99 a 2001 e de 2001 em diante, sendo que com dois intervalos. Nesse meu mandato de dirigente do Partido, que foi a minha participação no Governo Benedita de sete meses, de abril a novembro de 2002. E a participação no Governo do Presidente Lula, como Chefe de Gabinete, depois como Chefe da Assessoria Especial do ex-Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu de Oliveira e Silva. Essa é a minha história. Eu gostaria inclusive, se nós tivéssemos a possibilidade, de passar logo para as perguntas que o Deputado quisesse fazer, para que a gente respondesse às dúvidas que, por acaso, o Deputado e Sub-relatoria tenha, sobre minha atuação à frente do Governo do Presidente Lula, ou da Governadora Benedita. A minha atuação

no Partido dos Trabalhadores. Eu estou aberto aqui às respostas e para falar a verdade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço. E gostaria de esclarecer que o objeto da nossa investigação, ele será completamente distinto, daquilo que foi a condução feita pela CPI dos Bingos, até porque tratam-se de assuntos completamente distintos. O objeto da CPI dos Bingos era um, e o nosso objeto é outro. Evidentemente, nós aqui vamos estar tratando muito sobre questões relativas a Fundos de Pensão, que é a razão principal da existência desta Sub-relatoria. Claro, que pode ser que eventualmente, algumas perguntas de caráter geral, elas acabem coincidindo com aquilo que foi a condução da CPI dos Bingos. Porém, imagino eu, que teremos uma abordagem completamente diferente.

SR. MARCELO SERENO: Posso, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. MARCELO SERENO: Na CPI dos Bingos, a abordagem foi mais geral, perguntando inclusive, sobre a própria questão da regulamentação do jogo no Brasil, mas eu diria que mais da metade das perguntas, foram perguntas atinentes ao tema da vossa Sub-Comissão Deputado, já em 23 de agosto na CPI dos Bingos. Então, eu acho que muita coisa eu já vou poder responder, novamente, o que eu já disse na CPI dos Bingos no dia 23 de agosto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para registro nosso, qual é a formação Acadêmica de V.S.^a?

SR. MARCELO SERENO: Eu estudei Economia na PUC. Estudei Administração de Empresa na Getúlio Vargas. Não concluí nenhum dos dois cursos, depois concluí Economia na Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Eu era militante estudantil muito forte naquela época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Desde quando V.S.^a é filiado ao Partido dos Trabalhadores?

SR. MARCELO SERENO: 1981, eu acho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais foram os cargos que V.S.^a ocupou no Partido? Os cargos de direção?

SR. MARCELO SERENO: Eu ocupei apenas três cargos. Fui Secretário Sindical do PT do Rio de Janeiro, em 1989. Depois fui membro da Executiva Nacional do PT, de 1999, até agora, 2005. A minha militância na maior parte do período de 87 a 2000, foi uma militância sindical, na CUT do Rio de Janeiro e na

CUT Nacional. A minha militância era eminentemente sindical. Partidária, foi mais recente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.S^a. até 2005, ocupava o cargo de Secretário de Comunicação do Partido dos Trabalhadores. O senhor confirma?

SR. MARCELO SERENO: Confirmo. Eu saí do Governo em 13 de Maio de 2004, e fui ser Secretário Municipal de Comunicação, por que quando da minha saída da Secretaria Nacional Sindical, o companheiro João Felício, que ainda é hoje Secretário Nacional Sindical, por acordo de composição do Diretório, ocupou o cargo que eu tinha, que era de Secretário Sindical Nacional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.S^a. era remunerado, nessa atividade de Secretário de Comunicação?

SR. MARCELO SERENO: Era remunerado, quando eu fui Secretário Sindical. Todo o período que eu fui da Executiva Nacional, o PT remunera a atividade dos membros da Executiva Nacional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.S^a. pelo que disse aqui, ocupou apenas duas vezes cargos de confiança no âmbito do Poder Executivo. Sete meses, com a então Governadora Benedita da Silva no Rio de Janeiro. Qual era a atividade do Senhor naquele período do Governo de Benedita da Silva?

SR. MARCELO SERENO: Eu era Secretário Executivo do Gabinete da Governadora. Era um cargo que tinha sido criado na época do Governo, do ex-Governador Garotinho, que cuidava de uma série de áreas do Governo. Era uma Secretaria Executiva, mesmo. Por exemplo, na minha área tinha a Companhia de Habitação, na minha área tinha o Departamento de Estradas e Rodagem. Tinha o Programa Estadual de Transporte. Tinham os Restaurantes Populares, então, eu cuidava de Programas Executivos mesmo, não era uma, uma Secretaria de Governo Política. Era uma Secretaria mais de fazer a máquina andar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, a estrutura administrativa do Governo, ela de alguma forma, se relacionava e estava ligada à Secretaria de V.S^a.?

SR. MARCELO SERENO: Não. Não era assim. Havia áreas de obras em particular, como Companhia Estadual de Habitação, como Departamento de Estradas e Rodagem, como os Restaurantes Populares, que era um programa muito forte do Governo Garotinho, que nós continuamos, essas áreas... E o Programa Estadual de Transporte, que é o programa, é um empréstimo do Banco Mundial ao Governo do Rio

de Janeiro, para em função de privatização do transporte ferroviário no Grande Rio, eu era o responsável para cuidar disso. Eu não cuidava das outras áreas do conjunto do Governo. Havia Coordenarias que, desde o início do Governo, ficaram mais vinculadas a Governadora do que a mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A CEDAE, a Companhia de Água e Esgoto do Rio de Janeiro, naquele período estava vinculada à Secretaria de V.S^a.?

SR. MARCELO SERENO: Não. Tinha uma Secretaria de Saneamento que cuidava da CEDAE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o Secretário de Saneamento, por sua vez, ele tinha o hábito de se reportar à V.S^a. de alguma forma?

SR. MARCELO SERENO: Não. Não era... Não havia esse hábito de se reportar a mim, porque ele se reportava direto à Governadora, nesse caso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.S^a. alguma vez participou de discussões estratégicas sobre o posicionamento da CEDAE?

SR. MARCELO SERENO: Não. V.Exa., Sua Excelência, eu fui membro do Conselho de Administração da CEDAE. No Conselho de Administração da CEDAE, eu tratava de coisas referentes a CEDAE, mas como Secretário de Governo, que tivesse o Secretário de Saneamento reportando a mim, ou mesmo, eu me reportando à Governadora sobre assuntos da CEDAE, isso não havia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor foi indicado por quem para o Conselho de Administração da CEDAE?

SR. MARCELO SERENO: Pela Governadora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pela própria Governadora.

SR. MARCELO SERENO: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além desse, o Senhor fazia parte de algum outro Conselho no Governo?

SR. MARCELO SERENO: Cheguei a fazer parte do Conselho da CEHAB, mas durante um mês, e saí, porque minhas funções eram muito abrangentes, por conta das várias empresas e assuntos, que a Secretaria Executiva do Gabinete da Governadora tinha como responsabilidade e, fiquei apenas no Conselho da CEDAE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Logo quando o

Senhor assumiu a Secretaria de Governo, o Senhor, também, assumiu essa vaga no Conselho da CEDAE, ou foi depois?

SR. MARCELO SERENO: Não, foi depois. Foi, posterior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando é que o Senhor assumiu essa vaga no Conselho da CEDAE?

SR. MARCELO SERENO: Ah, eu não me lembro. Mas eu fiquei no Governo sete meses, então, deve ter sido dois meses depois, três meses depois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mais ou menos em maio, por aí.

SR. MARCELO SERENO: Por aí. Deve ser.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em maio.

SR. MARCELO SERENO: Eu não tenho certeza, então eu estou...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, por alto.

SR. MARCELO SERENO: A grosso modo, é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Naquele momento, em que a Governadora assumiu e, portanto, houve uma mudança de Governo no Rio de Janeiro, imediatamente, aconteceu a mudança na Diretoria da CEDAE, ou não?

SR. MARCELO SERENO: Não. A mudança na Diretoria da CEDAE foi posterior a nossa posse. A Diretoria da CEDAE foi sendo escolhida já, logo após a posse da Governadora. Não foi uma mudança imediata, inclusive, porque estava se escolhendo os quadros para isso. Não me lembro quanto tempo demorou, mas deve ter sido mais ou menos a mesma coisa da minha nomeação para o Conselho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor poderia aqui, dizer o nome do Diretor indicado para a Presidência de CEDAE e, para a Diretoria Financeira?

SR. MARCELO SERENO: Para a Presidência da CEDAE, foi Celso Leitão. Para a Diretoria-Financeira foi Arlindo Magno.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eles assumiram, mais ou menos, quando V.S^a. assumiu o Conselho, porque também houve uma mudança do Conselho.

SR. MARCELO SERENO: Uma mudança do Conselho para escolher nova Diretoria. Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V. Sa. acompa-

nhou o processo de mudança na Diretoria da PRECE--

SR. MARCELO SERENO: Não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Naquele momento?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque depois que aconteceu essa mudança na Diretoria da CEDAE e, mudança nos Conselhos, também aconteceu uma mudança na Diretoria da PRECE. Os Diretores da PRECE, que tinham sido indicados pelo Governo anterior ficaram um período e, mais ou menos, entre julho e agosto aconteceram as mudanças.

SR. MARCELO SERENO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando, o Dr. Renato Guerra foi indicado para a Diretoria principal, que era a Presidência da PRECE.

SR. MARCELO SERENO: Hum, Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A indicação do Dr. Renato Guerra, ele, quer dizer, passou por algum tipo de discussão dos Conselheiros da CEDAE?

SR. MARCELO SERENO: Não. Foi uma discussão da Diretoria da CEDAE. Eu não participei disso no Conselho e, não me lembro de ter sido discutido no Conselho, em nenhum momento os nomes dos novos Diretores da PRECE. Porque, inclusive, houve um período que havia uma questão, me parece jurídica, de que os nomeados pelo Governo anterior, que não poderiam ser trocados. Parece que houve um troço desse tipo e, que depois, essa pendência jurídica foi resolvida e, eles foram trocados, como em geral, acontecem em governos, que trocam os membros da sua Administração, inclusive, nos próprios Fundos de Pensão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conhecia o Dr. Renato Guerra?

SR. MARCELO SERENO: Não. Não conhecia e nem conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem conhece. Nunca esteve com ele.

SR. MARCELO SERENO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A época o Senhor conhecia alguns dos dirigentes da PRECE?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também, não conhecia.

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conhecia o Senhor Carlos Eduardo Carneiro Lemos, que veio a assumir a Gerência de Investimentos da Fundação, nesse período, do Governo da Senhora Benedita?

SR. MARCELO SERENO: Não. E não conheço, também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Até hoje o Senhor não conhece Carlos Eduardo.

SR. MARCELO SERENO: Não conheço. Sei pelos jornais quem é, mas não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca esteve com ele? Nem encontros sociais?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor tem certeza?

SR. MARCELO SERENO: Que eu me lembre, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu peço a Assessoria que resgate, mas eu penso, se a minha memória não está me fazendo falhar e, se estiver eu vou me corrigir--

SR. MARCELO SERENO: Ok.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por isso, é que eu peço à Assessoria, que configura nas notas taquigráficas do depoimento do Senhor Carlos Eduardo. Mas salvo engano ele disse que já tinha encontrado o Senhor, socialmente, tinha sido apresentado etc.

SR. MARCELO SERENO: Eu não me lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor conhece o Senhor Christian de Almeida Rego.

SR. MARCELO SERENO: Conheço. Fui no casamento dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele é primo do Carlos Eduardo?

SR. MARCELO SERENO: Isso eu sei, também, pelos jornais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais são as relações que o Senhor tem com o Senhor Murilo de Almeida Rego?

SR. MARCELO SERENO: Tenho relações de amizade. Eu conheço ele desde 1996, quando ele estava no gabinete do Lindberg e a gente travou relações de conhecimento e de amizade. Não de uma a-mi-za-

de de coisas, que a gente se freqüente, a casa um do outro e tal, mas uma relação de amizade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque ele aqui esteve também, e disse que se considerava amigo do Senhor.

SR. MARCELO SERENO: Hum. Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Murilo de Almeida Rego, que é marido da Rogéria Costa Beber e, que são duas pessoas que estão no centro, ao lado do Christian, no centro das nossas investigações, aqui na CPMI. Agora, às questões... Eu sei que a PRECE tinha o seu Conselho, mas alguma vez alçou ao Conselho da CEDAE, que V.S^a. fazia parte qualquer tipo de assunto referente à PRECE?

SR. MARCELO SERENO: Qualquer tipo de assunto referente à PRECE, eu não me lembro. Não me lembro. Qualquer tipo... Eu não sei o que quer dizer, qualquer tipo de assunto referente à PRECE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, se alguma vez na pauta das discussões entre os Conselheiros, estava ali algum tipo de deliberação que tinha a ver, diretamente, com os interesses da PRECE.

SR. MARCELO SERENO: Mas o que o poderia ir para o Conselho para deliberar sobre a PRECE?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por isso, eu estou perguntando, se aconteceu ou não?

SR. MARCELO SERENO: Não, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque a PRECE tinha o seu Conselho--

SR. MARCELO SERENO: Tinha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que era a instância.

SR. MARCELO SERENO: Eu, Deputado, acho que não. Porque o que eu imagino que posso acontecer, para ir para um Conselho de Administração de uma patrocinadora, são assuntos referentes, por exemplo, à dívida da patrocinadora com o Fundo, ou alguma coisa desse tipo. Que outro assunto poderia ir para o Conselho de Administração? Eu acho que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais são as relações do Dr. Arlindo Magno, que foi indicado para a Diretoria-Financeira da CEDAE, com V.S^a.?

SR. MARCELO SERENO: Eu o conheço há bastante tempo. Ele foi Diretor da PREVI. Eleito Militante Sindical Bancário. Eu o conheço, tenho boas relações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.S^a. participou da indicação do Dr. Arlindo?

SR. MARCELO SERENO: Ele foi uma pessoa que o PT do Rio de Janeiro, até pela história dele na PREVI, indicou para ser Diretor-Financeiro da CEDAE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E com relação ao Dr. Celso, que era o Presidente da CEDAE?

SR. MARCELO SERENO: O Dr. Celso, eu vim a conhecer ele na Presidência da CEDAE. Não o conhecia antes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Dr. Arlindo, normalmente da Diretoria da CEDAE, é quem mais possuía interface com a Diretoria da PRECE, até porque era o Diretor-Financeiro e, muitas questões financeiras, interessavam a uma e a outra Instituição.

SR. MARCELO SERENO: Hum. Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi passada para essa CPMI, uma fita pelo Senhor Alexandre Ataíde, que é um operador de mercado, que apresenta uma série de denúncias. Ele passa uma fita, onde haveria a voz do Senhor Arlindo conversando os Diretores da PRECE e, fazendo um certo tipo de pressão, para que a Fundação fizesse negócios que interessariam ao Partido dos Trabalhadores. V.S^a. tem conhecimento dessa denúncia do Senhor Alexandre?

SR. MARCELO SERENO: Não tenho e nunca ouvi essa fita. Nunca vi essa fita. E, não tenho conhecimento dessa denúncia, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem conhecimento. Mas V.S^a. se lembra se, naquele período, o Dr. Arlindo ele, normalmente, costumava interferir nas questões da PRECE?

SR. MARCELO SERENO: Olha, eu era do Conselho de Administração, não era da Diretoria da CEDAE. Eu não estava a par das atividades do Arlindo, mas isso não chegou ao meu conhecimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabe dizer, se o Renato Guerra ele tinha relações com Arlindo?

SR. MARCELO SERENO: Não sei dizer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Também não sabe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor deve ter acompanhando que, o ano de 2002, foi um dos anos mais drásticos, do ponto de vista contábil para a

PRECE. A PRECE teve uma rentabilidade negativa de 30%. A PRECE teve uma redução do seu patrimônio líquido, na casa de 7%. Em parte, foi um ano difícil para a economia brasileira. Um ano de grandes certezas e de expressivas oscilações. Mas em parte, verifica-se claramente, problemas na gestão do Fundo de Pensão. E, problemas, que não podem somente ser atribuídos, ao período em que o Senhor Renato Guerra estava à frente da Fundação, até porque seria humanamente impossível, em quatro ou cinco meses, ele contribuir exclusivamente, para esses resultados catastróficos. O Senhor, como um homem do Governo do Rio, já não mais como Conselheiro da CEDAE, mas sim, como um homem do Governo do Rio. O Senhor tinha notícias da situação difícil, pela qual a PRECE passava, naquele momento?

SR. MARCELO SERENO: Deputado, eu fiquei no Governo do Rio de Janeiro, de abril de... Final de abril de 2002, a novembro de 2002. Fui Conselheiro da CEDAE, provavelmente, de junho a novembro. Eu tinha diversas outras atribuições, como Secretário Executivo do Gabinete da Governadora. Eu não tive acesso a essas informações, por parte da Diretoria da CEDAE. Pelo menos, não chegou a mim, quando fazia parte do Conselho, essas dificuldades. Esses problemas que a PRECE, porventura, estivesse passando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor não tinha conhecimento.

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Alexandre Ataíde?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conhece. Ele preparou um dossiê que distribuiu para imprensa, inclusive foi publicado em determinado veículo de comunicação nacional. Encaminhou esse dossiê para a CPMI. Nós o convocamos. E na folha 30 desse documento ele diz o seguinte: “Hoje tenho total certeza do envolvimento do Marcelo Sereno e do Manoel Severino, com o endosso de José Dirceu, nas manipulações em Fundações e na própria CEDAE”. Eu quando o questionei sobre isso, ele fez referências ao período do Governo da senhora Benedita da Silva. Antes de mais nada, qual é a relação do Senhor com o Dr. Manoel Severino?

SR. MARCELO SERENO: É meu amigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor participou de alguma forma, da indicação dele para a Presidência da Casa da Moeda?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabe dizer quais foram os critérios que determinaram que o Senhor Manoel Severino chegasse à Presidência da Casa da Moeda?

SR. MARCELO SERENO: Olha, esses critérios devem ter sido determinados pelo Ministério da Fazenda, que foi quem o indicou para a Presidência da Casa da Moeda. Era um dos pleitos do PT, do Rio de Janeiro, que ele fosse indicado para a Presidência da Casa da Moeda. Agora, os critérios que foram utilizados, para que ele fosse nomeado para tal, eu não participei e não sei quais foram.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas era um pleito de um PT do Rio--

SR. MARCELO SERENO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): dos quais, o Senhor era um dos principais dirigentes.

SR. MARCELO SERENO: Sim, mas não era um pleito meu. Era um pleito do Partido. Isso é mais do que natural em um Governo que está se compondo ali, está indicando seus quadros. E ele tinha sido Secretário do Governo Benedita e tinha...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Secretário de quê?

SR. MARCELO SERENO: Secretário de Articulação Política.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De articulação política.

SR. MARCELO SERENO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, quer dizer, era o Senhor voltado para às questões de Governo, para às questões administrativas. E, era o Senhor Manoel Severino, voltado para às questões políticas. Era isso?

SR. MARCELO SERENO: Um pouco, é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quer dizer, era essa divisão, mais lógica, se a gente pudesse falar.

SR. MARCELO SERENO: Claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a respeito dessa declaração do Alexandre Ataíde, o que o Senhor tem a dizer?

SR. MARCELO SERENO: Olha, o Senhor Alexandre Ataíde fez um dossiê de 37 páginas. E, pelo que eu vi nos jornais e, pelo que, depois eu tive a pa-

ciência de ouvir o depoimento, ler o depoimento dele. Ele na verdade, faz isso tudo, em função de um problema que ele tem com a família Almeida Rego, em particular, com o pai do Murilo. Segundo ele, um problema numa negociação com ações da BOMBRIL, e tal. E ele inventa uma série de coisas. Nunca houve isso que ele se refere.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na família Almeida Rego, o Senhor já nos disse que conhece o Christian. Já nos disse que tem uma relação--

SR. MARCELO SERENO: Eu fui no casamento do Christian.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi a única vez que o Senhor esteve com ele?

SR. MARCELO SERENO: Não. Estive uma outra ou vez, por conta da minha amizade com o Murilo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com o Murilo. O Senhor conhece o Haroldo?

SR. MARCELO SERENO: Conheço o Haroldo do casamento do Christian. A única vez que eu o vi e falei com o Haroldo, foi no casamento do Christian.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quer dizer, de toda a família Almeida Rego, o Senhor tem mais proximidade com o Murilo?

SR. MARCELO SERENO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ainda, com relação a PRECE, uma outra coisa nos chamou a atenção. É que, quando houve a mudança na Diretoria da Fundação, houve também, uma mudança nos administradores dos recursos de Fundo, dos gestores dos Fundos Exclusivos, das corretoras que operavam com essa entidade de Previdência e o Administrador escolhido, foi o BANCO SANTOS. Depois de vários depoimentos aqui colhidos, depois de várias oitivas realizadas, pôde-se levantar a suspeita, que teria havido uma orientação do Governo do Rio, à época, e também, um desejo do Partido dos Trabalhadores, para que o BANCO SANTOS fosse a Instituição escolhida, para administrar os recursos da PRECE. O Senhor tem alguma informação a esse respeito? O Senhor tem algum tipo de lembrança, daquele período, que permita confirmar ou negar essa suspeita levantada?

SR. MARCELO SERENO: Olha, Senhor Deputado, essa é uma suspeita muito forte. Jamais foi tratado isso no Conselho de CEDAE. Jamais foi conversado no âmbito do Governo. E, se alguém escolheu o BANCO SANTOS como Administrador, foi a Diretoria da PRECE nomeada na época. Não houve nenhuma interferência,

por parte do Governo – e eu era uma figura importante no Governo Benedita – e era Conselheira da CEDAE. Nesses dois espaços políticos isso não foi tratado. Se alguém escolheu o BANCO SANTOS, foi a Diretoria da PRECE nomeada na época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Analisando os dados do ano de 2002, como eu havia aqui dito ao Senhor, é inegável que a Administração da PRECE, ela incorreu em uma série de problemas. Isso depois se tornou público, até por que no final de 2002 início de 2003, houve uma nova mudança em Diretoria da CEDAE. Uma nova mudança na Secretaria da PRECE, que seria normal, até pela função de um novo Governo no Rio de Janeiro. E essa nova Administração, como a gente pode usar a expressão popular, “saiu atirando”, ou seja, fez várias e várias críticas a esse período, em que o PT foi responsável pela Administração da PRECE. O Senhor deve ter visto isso. O Senhor deve ter visto isso, deve ter lido nos jornais. A que o Senhor atribuiu críticas tão contundentes? Algumas delas, até que procuram vincular esse período ao Senhor. A que o Senhor atribui isso?

SR. MARCELO SERENO: Luta política, Senhor Deputado. Há uma luta política entre o Partido dos Trabalhadores, que não era quem administrava a PRECE, eram os Administradores escolhidos, não o PT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. MARCELO SERENO: E acho, inclusive, por que os Administradores da PRECE, que eu saiba, eu não me lembro deles serem filiados ao PT. Naquele período, ou se tinha alguém do PT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas era a Administração do PT no Rio--

SR. MARCELO SERENO: A Administração Benedita--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa é a referência--

SR. MARCELO SERENO: Agora, a PRECE tinha os seus administradores escolhidos pelo seu Conselho. Agora, a luta política entre o PT e o ex-Governador Garotinho, é clara e está em todos os jornais e na mídia o tempo todo. Nós quando assumimos o Governo, fizemos uma auditoria nas contas, no período anterior do ex-Governador Garotinho. Mostramos que ele tinha, antes de sair, empenhado 80% das despesas que ele ia fazer no ano de 2002. Mostramos a situação das contas, em que se encontrava o Governo do Estado do Rio de Janeiro, que fez inclusive, com todas as economias e todas às restrições que nós tivemos que

fazer, na Administração do Governo do Estado, naquele período, paralisando obras, paralisando investimentos e tudo o mais. Infelizmente, a Governadora Benedita não tenha tido condições de pagar o décimo terceiro. Então, a luta política é a explicação que eu dou a isso. Eu era uma pessoa importante no Governo. Fui para o Governo Federal. Fui ser Chefe, do Ministro-Chefe da Casa Civil, e era o alvo natural, dos ataques dos adversários políticos locais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi o então, Ministro José Dirceu, quem formulou o convite para que V.S^a. assumisse essa posição, importante na Casa Civil, correto?

SR. MARCELO SERENO: Foi. Foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa decisão passou, única e exclusivamente por ele, ou mais alguém teve influência, na ida do Senhor para a Chefia de Gabinete, depois para a Assessoria da Casa Civil?

SR. MARCELO SERENO: Foi uma escolha pessoal. Cargo de Chefe de Gabinete é uma escolha extremamente pessoal. Provavelmente, ele consultou outras pessoas, mas a escolha foi dele, não houve nenhuma decisão coletiva, para ele me chamar para a Chefia de Gabinete.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É claro que a Casa Civil, ela, dentre suas competências, dentre suas tarefas, tem também a tarefa de fazer o encaminhamento dos principais cargos de confiança do Governo. Eu queria saber, exatamente, quais eram ou principalmente, quais eram às atribuições do Senhor na chefia da Casa Civil?

SR. MARCELO SERENO: Na verdade, um período inicial que eu fui Chefe de Gabinete. Depois que eu fui Chefe de Gabinete e chefe da Assessoria Especial, isso foi num intervalo de dois meses. Logo depois, que foi composto o primeiro escalão do Governo, foram feitas negociações, para a composição do restante dos demais escalões do Governo. E eu passei a ter uma tarefa, que era de encaminhar às decisões dos acordos políticos que foram feitos com os diversos Partidos, que compõem a base aliada do Governo no Congresso Nacional, inclusive, o próprio Partido do Presidente, que é o PT. Essa era a minha tarefa, encaminhar essas decisões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, na ocupação dos principais cargos no Governo, era uma das atividades que o Senhor tinha, na específica tarefa de fazer os encaminhamentos?

SR. MARCELO SERENO: Encaminhar às decisões. Eu não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor participou da discussão de alguma decisão? De algumas dessas decisões? Participava?

SR. MARCELO SERENO: Essas discussões chegavam para mim, chegavam pleitos do Partido da Base Aliada. Eu conversava com o Ministro José Dirceu e com outras pessoas, que eram responsáveis para cuidar disso e se tomava a decisão. Eu encaminhava essa decisão. Não era eu que tomava a decisão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Inclusive, com relação a Fundos de Pensão?

SR. MARCELO SERENO: Em alguns casos, inclusive, em relação a Fundos de Pensão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor poderia citar esses casos?

SR. MARCELO SERENO: O caso da REFER. O caso da FUNCEF, que houve... Na verdade, se o Senhor me desse um tempo eu faria um preâmbulo. Eu, no caso dos Fundos de Pensão, tinha uma característica que era o fato da minha origem sindical. E depois da mudança de legislação, metade dos Conselhos dos Fundos de Pensão eram de sindicalistas. Então, nunca... Muito pleito, além de pleitos políticos que eventualmente surgissem, eram pleitos de setores do movimento sindical. Por exemplo, no caso da REFER, dos sindicalistas ferroviários do PC do B. No caso da FUNCEF, havia a intenção da patrocinadora de indicar uma pessoa que não era funcionária da CAIXA. E, houve a necessidade, de conversar com os sindicalistas para essa pessoa ser aceita, porque tinha os votos dos Conselhos. Por exemplo, mas em vários casos, houve uma... Quase como uma sucessão natural, porque a força do Movimento Sindical já era grande com a nova legislação. Metade dos Conselheiros eram indicados pelo Movimento Sindical e o Partido do Governo era o PT. Então, muitas vezes, já vinha dos próprios Conselhos, indicados pelas patrocinadoras e pelos eleitos, nomes de consenso. Então, muitas vezes, não houve, não se chegou a ter necessidade de fazer grandes esforços de negociação política.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor fez referências a REFER e a FUNCEF. Teria mais algum?

SR. MARCELO SERENO: Que eu me lembre assim, onde havia necessidade da intervenção para se compor as forças, são esses os dois principais exemplos. Nos outros houve uma sucessão natural. Vinham os nomes, eu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas esses nomes também passavam pelo Senhor?

SR. MARCELO SERENO: Passavam para mim, mas burocraticamente até, porque eu mostrava os nomes para o Ministro. Já havia um acordo nos Conselhos e eu só mandava os nomes para que a ABIN fizesse aquele levantamento e tal, etc. Era quase burocrático.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor reconhece que tinha uma afinidade com esse ambiente dos Fundos de Pensão?

SR. MARCELO SERENO: Eu tinha afinidade com o Movimento Sindical e tenho. Então, era em função disso que essas pessoas me procuravam. Eu tenho quase 20 anos de militância sindical. Eu conheço o Deputado Carlos Abicalil, que está aqui presente, do Movimento Sindical. Eu conheço boa parte da Bancada do PT, do Movimento Sindical eu. Eu fui Executiva Nacional da CUT, de carta maneira, cargo maior do Movimento Sindical, para muitos dos atuais companheiros, até Deputados, que estão hoje na Câmara dos Deputados, nos representando com muito valor. A ligação que eu tenho é essa com o Movimento Sindical.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor considera que o Governo do Presidente Lula procurou prestigiar pessoas oriundas do Movimento Sindical, que tinham militado no Movimento Sindical, para ocupar esses cargos em importantes Fundos de Pensão?

SR. MARCELO SERENO: A lei que estabeleceu a eleição paritária de Conselhos fazia com que isso já fosse natural, porque metade dos votos dos Conselhos já era de sindicalistas. E um exemplo da PREVI, no caso da PREVI, o Sérgio Rosa, que é o atual Presidente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já era Diretor.

SR. MARCELO SERENO: Já era Diretor. O caso da própria NUCLEOS que teve a acareação anterior aqui, o Paulo Figueiredo já era Diretor. No caso de uma série de Fundos, às pessoas já eram Diretoras, já tinham experiência. Era natural que elas galgassem até o cargo de Presidência, a partir do momento que o Governo do Presidente Lula, do Governo, o Partido do PT, um Governo de coalizão, mas que o Partido majoritário é o PT, que tem uma maioria de militantes e de dirigentes com origem sindical, ocupassem esses cargos. Eu acho mais do que natural que fosse assim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas então, essa é uma diferença objetiva entre o Governo anterior e o

atual Governo. Ou seja, naquilo que cabia, naquilo que era dado espaço para a indicação do patrocinador, na opinião do Senhor, o Governo anterior não procurava prestigiar os oriundos do Movimento Sindical. E que, com a mudança do Governo, houve esse prestígio mais focado.

SR. MARCELO SERENO: Eu acho que faria a mesma coisa, se tivesse a força política que o PT tem no Movimento Sindical. Eu acho que não é uma opção obrigatória do Governo anterior não escolher sindicalistas. Era que não tinha. Não tinha dirigentes sindicais que fossem de confiança dos... Principalmente, dos dirigentes das patrocinadoras no Governo anterior, que fosse de confiança deles. Mas acho, se não me falha a memória, que mesmo no Governo anterior, tinha muita gente dos Movimentos Sindicais indicado pelas patrocinadoras e, não só pelos eleitos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já que o Senhor falou no Dr. Sérgio Rosa, qual é a relação do Senhor com ele?

SR. MARCELO SERENO: Eu tenho uma relação de conhecimento, ele não é... Ele é uma pessoa muito fechada, diferente de outras pessoas. Eu conheço ele há muitos anos, mas não posso dizer assim, que sou... Eu tenho uma relação de amizade, mas uma relação de amizade distante, porque ele é uma pessoa muito reservada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas os senhores chegaram a discutir, no período que o Senhor estava na Casa Civil, questões de PREVI?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca.

SR. MARCELO SERENO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas os Senhores tiveram reuniões? Se encontraram?

SR. MARCELO SERENO: Olha, eu e o Sérgio Rosa, podemos ter nos encontrado, eventualmente, em alguma atividade no Palácio do Planalto, mas reuniões periódicas com ele eu não tive.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabia, é claro, das relações que ele possuía com o ex-Ministro Luiz Gushiken.

SR. MARCELO SERENO: Sim. Eu conheço o Gushiken, também, há muitos anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor nunca tratou de nada da PREVI?

SR. MARCELO SERENO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conhece, tem relacionamento ou já teve, com algum dirigente do BANCO RURAL ou do BMG?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com nenhum deles?

SR. MARCELO SERENO: Nenhum deles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Depois, eu vou voltar a esse assunto, porque nós temos algumas questões objetivas a esse respeito. Eu queria falar um pouquinho sobre alguns Fundos de Pensão, onde pelas nossas investigações, ou pelos depoimentos aqui prestados, esses Fundos direta ou indiretamente teriam algum tipo de relação, seja na indicação dos dirigentes, seja na formulação de algum pleito com V.S^a. O Senhor participou da indicação de algum dirigente para a NÚCLEOS?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essas indicações, elas passaram pela Casa Civil e foram apenas encaminhadas – como o Senhor já tinha dito que era sua função –, por V.S^a.?

SR. MARCELO SERENO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, elas passaram pela Casa Civil?

SR. MARCELO SERENO: Passaram pela Casa Civil, como coisa burocrática.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então o Senhor, alguma vez, indicou ou participou da indicação de algum dirigente do Sistema Nuclear?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Das empresas que compõem o Sistema Nuclear?

SR. MARCELO SERENO: Não. Não. Eu vou... Eu posso até antecipar. Eu imagino, se o Senhor me permitir... Eu sou muito amigo de um dos ex-Direntes da área nuclear, que é o Senhor Luís Carlos Vieira, Luís Carlos dos Santos Vieira, mas eu não participei da indicação dele eu fiz, o que eu disse ao Senhor que era o meu papel, que era de encaminhar o resultado de negociações políticas. E, na Região do Sul Fluminense, vários Deputados, Deputado Luiz Sérgio do PT, Deputado Baltazar, o Movimento Sindical local, apoiavam a indicação dele e o próprio Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro. E ele foi apresentado, o nome dele, para o Ministro-Chefe da Ciência e Tecnologia na épo-

ca, para ser o Presidente da INB, mas eu não participei da indicação dele. Não foi eu que o indiquei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas foi uma indicação do PT Fluminense?

SR. MARCELO SERENO: Não só dos políticos da Região Sul Fluminense, do político Deputado Baltazar, do PSB, dos próprios João Manoel, que fez parte do Conselho da NÚCLEOS, do próprio Senhor Neildo. Havia uma articulação de sindicalistas do Setor Nuclear, junto com políticos da região para indicá-lo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor é amigo dele, correto?

SR. MARCELO SERENO: Já disse que sou. Claro!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os Senhores se conheceram, na época do Movimento Sindical na Vale do Rio Doce, é isso?

SR. MARCELO SERENO: Ah, é. Eu era funcionário da Vale do Rio Doce e ele também, nos conhecemos até antes. Eu sou funcionário da Vale do Rio Doce desde 1985.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No período que o Senhor Luís Carlos esteve à frente da INB, os Senhores discutiam coisas da empresa? Os senhores debatiam coisas da empresa?

SR. MARCELO SERENO: Não. Não debatíamos coisas da empresa. A única vez que eu conversei com ele sobre um assunto da empresa, é sobre o sonho, não é? Que é um sonho de quem está... De todos que estão à frente da INB, do enriquecimento de urânio. Ele me contou um pouco de toda a história da usina de enriquecimento de urânio. Desse projeto importante para o País, para poder ter a independência energética. A única vez que eu conversei sobre assuntos da empresa com ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por mais, que o Senhor não tenha participado da indicação de dirigentes da NÚCLEOS, todas elas passaram pela Casa Civil. Muito bem. O Senhor já conhecia o Paulo Figueiredo, antes dele assumir a Diretoria principal da NÚCLEOS?

SR. MARCELO SERENO: Do Movimento Sindical.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do Movimento Sindical.

SR. MARCELO SERENO: É. Ele tinha sido do Sindicato dos Engenheiros. Eu era da Executiva da

CUT Estadual do Rio de Janeiro. Eu o conheci nessa época.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando as patrocinadoras decidiram pelo nome dele, o Senhor naquele oportunidade achou que era uma boa escolha?

SR. MARCELO SERENO: Para ser o--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Diretor- Presidente. Porque ele era Diretor-Presidente de Benefícios e, depois, houve a mudança para a Diretoria- Presidência.

SR. MARCELO SERENO: Eu... Como estava acontecendo isso em vários Fundos de Pensão, Dirigentes de Fundos de Pensão eleitos, que passaram a ser depois indicados para a Presidente, eu achei natural.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor já conhecia o Dr. Gildásio Amado Filho.

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só foi ter notícias dele, depois que ele assumiu a Diretoria-Financeira da--

SR. MARCELO SERENO: Foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da NÚCLEOS.

SR. MARCELO SERENO: Foi. Eu conheço muita gente, Deputado, porque ele...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele é filiado ao PT--

SR. MARCELO SERENO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Lá do Rio.

SR. MARCELO SERENO: Eu conheço muita gente. Mas conhecer de vista--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, não, se o Senhor--

SR. MARCELO SERENO: Não é conhecer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o Senhor tinha algum de relação com ele?

SR. MARCELO SERENO: Não nenhuma. Nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Saber quem é, é uma coisa.

SR. MARCELO SERENO: É isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ter relação é outra.

SR. MARCELO SERENO: Porque um monte de gente, eu tenho certeza, que dizem que conhecem o Senhor--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro.

SR. MARCELO SERENO: E me conhece, não conhecem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por isso, que eu estou querendo condicionar, exatamente, esse tipo de relação que existia--

SR. MARCELO SERENO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque com relação ao Luís Carlos e ao próprio Paulo, nós sabemos que o Senhor tinha contato do Movimento Sindical e etc.

SR. MARCELO SERENO: Isso, isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a mesma coisa, não se dava com o Dr. Gildásio, é isso

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o nome dele foi aprovado pela Casa Civil.

SR. MARCELO SERENO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós fizemos uma acareação, agora aqui há pouco, depois de termos ouvido dois depoimentos do Gildásio, um depoimento da Senhora Fabiana, um depoimento do Senhor Paulo Figueiredo. E o Gildásio disse, que a senhora Fabiana Carnaval, teria sido escolhida para a Gerente de Investimentos da NÚCLEOS, por uma recomendação de Brasília, claro, que ele não especificou. Então, eu não posso querer atribuir a V.S.^a--

[tumulto]

SR. MARCELO SERENO: ...Mas uma entidade

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa--

[tumulto]

SR. MARCELO SERENO: ...Espírita.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa recomendação. Mas alguma vez, o Senhor ouviu falar disso

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De que a Fabiana Carnaval, ela teria sido indicada por alguém aqui de Brasília?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor não a conhece?

SR. MARCELO SERENO: Não. A vi na televisão, e hoje aqui, pessoalmente. ACM NETO (PFL-BA): Lhe surpreendeu, o fato dela ser prima do Christian, irmão do Murilo?

SR. MARCELO SERENO: Surpreender? Não, eu não sabia que ela era prima de... Do Christi... Prima do Christian--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela é prima do Christian.

SR. MARCELO SERENO: Isso. Prima do Christian, que é irmão do Murilo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso.

SR. MARCELO SERENO: Isso eu não sabia. Não me surpreendeu, não sei por que. Isso eu não sabia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E aí o Senhor veja, como nós ficamos, de alguma forma surpresos, depois do início dessa investigação. A Fabiana ocupou o cargo de Gerente de Investimentos da NÚCLEOS, agora de 2003 a 2005. O Carlos Eduardo Carneiro Lemos, ele ocupou o cargo de Gerente de Investimentos da PRECE, no Governo da ex-Governadora Benedita. Ambos são primos do Christian. O Christian é irmão do Murilo. E, o Murilo tem as ligações dele, que ele confessou aqui, não apenas com V.S.^a, mas com o Deputado, o ex-Deputado e hoje Prefeito, Lindberg, do qual inclusive, ele foi Assessor Parlamentar. A Rogéria, foi Assessora de Gabinete do Vereador Fernando Gusmão. Então, é inegável que nós não podemos deixar de reconhecer, que existe aqui uma estrutura, onde a família Almeida Rego, através dos seus parentes, passou a ter acesso a Fundações? Especialmente nesse caso, o Carlos Eduardo com a PRECE, naquele período de 2002 e da Fabiana com a NÚCLEOS. O Senhor não vê que, na opinião do Senhor, e aí eu quero saber por enquanto a opinião do Senhor. O Senhor que acha que existe ou existiria algum conflito, ou alguma incompatibilidade, ou a CPI erra, em suspeitar que a família Almeida Rego, através dos seus parentes, de fato procuraram se aproveitar de alguma forma de Fundações.

SR. MARCELO SERENO: Deputado, eu não posso afirmar nada. Eu acho que são dois fatos. A Fabiana é prima do Christian e o Carlos Eduardo, é primo do Christian.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso.

SR. MARCELO SERENO: Agora, se a família--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eles são primos entre si, não é?

SR. MARCELO SERENO: Mas se a família Almeida Rego está querendo... Está a partir, do fato deles ocuparem esses dois cargos, está querendo se aproveitar dessa situação para ter alguma facilidade, eu não posso falar nada. Eu não tenho condições de responder ao Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor alguma vez, tratou qualquer tipo de assunto com o Murilo, que dissesse respeito à Fundo de Pensão?

SR. MARCELO SERENO: Nunca tratei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca.

SR. MARCELO SERENO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem com relação a nenhum dirigente de Fundo de Pensão?

SR. MARCELO SERENO: Eu escutei aqui, sobre a... O Murilo falando, de um jantar que eu estive com ele. E, eu fazendo referência ao--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Jorge Moura.

SR. MARCELO SERENO: Jorge Moura. E a referência que eu fiz ao Jorge Moura, não foi tão negativa assim quanto--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele disse.

SR. MARCELO SERENO: Ele disse. Eu falei que o Jorge Moura, era uma pessoa muito vaidosa, e eu acho que o Deputado aqui... Eu não gosto de ficar julgando as pessoas -, mas já que às pessoas começam a me julgar, eu dou um pouquinho o direito de fazê-lo. Muito vaidosa, muito... Procurava sempre se aproximar de pessoas com influência. Eu fiz um comentário desse tipo de personalidade do Senhor Jorge Moura. Foi isso. Obviamente, que uma pessoa vaidosa e que gosta de se aproveitar de pessoas com influência, ele disse que ela poderia... Ele concluiu, que isso queria dizer que ele era perigoso. [risos]

SR. MARCELO SERENO: Mas é uma conclusão dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Walter Khul?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca ouviu falar?

SR. MARCELO SERENO: Ouvi falar, mas não o conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tá.

SR. MARCELO SERENO: Ouvi falar nos jornais, nas investigações. Não o conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que o Senhor acha que o Neildo de Souza Jorge, que é um Conselheiro da NUCLEOS, indicado pelos empregados, procurou vincular o Paulo Figueiredo à V.S^a. a Fabiana à V.S^a. o Walter Khul à V.S^a.? Por que o Senhor acha que o Neildo fez esse tipo de afirmação?

SR. MARCELO SERENO: O Neildo foi demitido por justa causa. Tem um processo administrativo, que eu acho que o Paulo, pelo que eu vi na transmissão de TV. Pelo que me falaram que... Eu até vi na transmissão de TV. Falou de um processo administrativo que teria reduzido o salário dele e tudo o mais, por ele ter fraudado um documento interno da empresa. Mas me parece inclusive – isso não tenho como provar, então, eu não vou ficar fazendo acusação leviana – que tem até um inquérito policial do Senhor Neildo, envolvendo ele numa série de ilegalidades na Administração. Ele era uma espécie de Gerente, Superintendente-Administrativo e continuava como membro eleito no Conselho--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No Conselho Deliberativo.

SR. MARCELO SERENO: O que eu acho eticamente, inclusive, complicado. Mas ele continuava fazendo isso durante todo esse período. E teve esse problema da demissão por justa causa e esses inquéritos todos. Naquele momento das denúncias do Deputado Roberto Jefferson, todo mundo que queria se defender atacando outros para tentar se livrar de uma determinada situação se aproveitou daquilo. O que o Senhor Neildo fez, não foi nada diferente do que outras pessoas fizeram, também, durante esse período. Muita gente começou a acusar outras pessoas, para tentar se livrar de determinadas situações. Eu conheço muito pouco o Senhor Neildo. Não tenho intimidade nenhuma com ele. E eu só vejo essa explicação como uma forma de tentar, através do Senhor Luiz Carlos dos Santos Vieira, me atingir, para ver se a situação dele era contornada de alguma maneira. Porque a situação dele é muito séria, para o futuro da carreira dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, segundo o Dr. Paulo nos disse e V.S^a. deve ter visto também. O Neildo deve ter ido à V.S^a. para pedir para ser indicado Diretor-Administrativo da NUCLEOS e, no entanto--

SR. MARCELO SERENO: A mim? A mim?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não teve--

SR. MARCELO SERENO: Ele teria procurado a mim--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Dr. Paulo falou assim--

SR. MARCELO SERENO: Que o Neildo teria dito a ele?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que teria procurado... Ele não disse que o Neildo teria dito. Ele disse que teria conhecimento, de que o Neildo tinha procurado V.S.^a. para ser indicado Diretor-Administrativo--

SR. MARCELO SERENO: Não. Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que essa indicação, não aconteceu. E que o Neildo depois, acabou assumindo a Superintendência-Administrativa da Fundação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas isso... Isso não aconteceu não. Ele não me procurou. Isso não é--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele nunca procurou V.S.^a.?

SR. MARCELO SERENO: Não. Ele nunca me procurou para fazer isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esse fato não procede?

SR. MARCELO SERENO: Esse fato não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A atual Diretoria da NUCLEOS, o Senhor Marcos Elias, que já era inclusive funcionário. Presumo eu, que a atuação Diretoria, teve o seu nome confirmado pelo Governo. V. Sa. concorda?

SR. MARCELO SERENO: Sim. Estão lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo Governo do Presidente Lula?

SR. MARCELO SERENO: Imagino que, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E como é que V.S.^a. encara os atuais dirigentes da Fundação, reconhecerem publicamente, a situação grave em que eram a Fundação da gestão anterior? Falarem em montante que se aproxima de cinquenta milhões de reais de perdas, que aliás, coincide muito com o que a CPMI está apurando. Como é que o Senhor encara esse tipo de declaração da atual Diretoria da NUCLEOS?

SR. MARCELO SERENO: Isso não é problema meu. É problema da atual Diretoria da NUCLEOS, com a antiga Diretoria da NUCLEOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor acha, então, que está havendo... Quer dizer o fato de reconhecer--

SR. MARCELO SERENO: O que eu tenho a ver isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria a opinião do Senhor, como um militante do PT. Como alguém que é afinado com o Governo.

SR. MARCELO SERENO: Eu sou afinado com o Governo. Sou militante do PT, mas o Governo, até para mostrar isenção, me pediu para que eu saísse dos Conselhos que eu fazia parte. E eu acho que o Governo tem que mostrar essa capacidade de isenção. Eu acho que o Governo mantém a atual Diretoria da NUCLEOS, para mostrar essa capacidade de isenção. Agora, a atual Diretoria da NUCLEOS e as acusações que ela faz, quem tem que responder é a antiga Diretoria da NUCLEOS, que estava inclusive, fazendo isso aqui antes na acareação!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor considera que é grave, a atual Diretoria da NUCLEOS, reconhecer um prejuízo de cinquenta milhões de reais por Fundação?

SR. MARCELO SERENO: Isso é problema que é a Diretoria da NUCLEOS atual, com a Diretoria da NUCLEOS anterior. Isso é algo que está debate, inclusive aqui na CPI, senão o Senhor não teria chamado para acareação o Dr. Paulo Figueiredo, o Dr. Gildásio e a Dra. Fabiana! Fabiana, né?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fabiana.

SR. MARCELO SERENO: Fabiana.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De quais Conselhos V. Sa. fez parte durante esse período do Governo Federal?

SR. MARCELO SERENO: Eu fiz parte da LI-GHTPAR, que é uma empresa pequenininha que foi de participações, por conta do desmembramento da ELE-TROPAULO e da LIGHT etc e etc. E fiz parte da VBC, uma empresa em que o BNDES tinha participação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguma vez, de alguma forma, V.S.^a. tratou de assuntos que estivessem relacionados a NUCLEOS?

SR. MARCELO SERENO: Nesses Conselhos?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, não. Nos dois anos que V.S^a. esteve no Governo.

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como Chefe de Gabinete ou como Assessor do Ministro José Dirceu?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca.

SR. MARCELO SERENO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o Senhor acha que o Dr. Gildásio, que era Diretor-Financeiro da NUCLEOS, estava elucubrando, estava inventando coisas, quando disse que V.S^a. debatia assuntos da Fundação com o Paulo Figueiredo e com o Luiz Vieira?

SR. MARCELO SERENO: Eu acho que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.S^a. naturalmente deve ter lido pela imprensa, porque inclusive foi publicado na Folha de São Paulo, de 18 de dezembro de 2005, mas isso também já foi objeto de questionamento aqui na CPI, que tinha sido analisado anteriormente, de uma operação de leilão da RIOPREVIDÊNCIA, para a venda de direitos de crédito da Carteira Imobiliária do BANERJ, onde foi montado um Fundo. Esse Fundo, depois foi repassado. Cotas desse Fundo foram repassadas, vendidas, para Fundações ligadas ao Governo Federal. Aqui, inclusive, a matéria ela, abro aspas, diz: “Indícios de que houve ingerência política, em pelo menos uma fase de processo, quando o negócio foi oferecido aos Fundos de Pensão”. E vem: Em outubro do ano passado, segundo àquela matéria, V.S^a. teria telefonado para o Senhor Gildásio Amado Filho, então Diretor-Financeiro da NUCLEOS. E o Senhor Gildásio, quando indagado a esse respeito por mim, ele reconheceu que recebeu um bilhete, no qual estava escrito que o Dr. Marcelo Sereno, solicitava a ele, Gildásio, que recebesse o Senhor Fernando Barros Teixeira, representante da ASM ASSET – e é claro, que aquele pedido teria sido uma forma de viabilizar a ida do Senhor Fernando à NUCLEOS, para que o Fernando oferecesse a possibilidade da NUCLEOS participar desse negócio. V.S^a. pediu, ou não pediu ao Dr. Gildásio, para que ele recebesse o Fernando Barros Teixeira?

SR. MARCELO SERENO: O... Em depoimento do Senhor Gildásio, que eu me lembre, ele mesmo disse que eu não telefonei para ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Ele disse

que teria recebido um bilhete da Secretária, no qual estava escrito--

SR. MARCELO SERENO: Ele apresentou o bilhete aqui?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Ele não apresentou o bilhete. É por isso que eu estou perguntando à V.S^a.

SR. MARCELO SERENO: Sim, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aqui nós estamos fazendo uma indagação--

SR. MARCELO SERENO: Não, não, mas exatamente para eu poder--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Ele não apresentou o bilhete, mas ele faz referências, ele não, desculpe. Essa matéria--

SR. MARCELO SERENO: Não apresenta o bilhete.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa matéria jornalística, ela, quando bem lida, dá a entender de que o bilhete existe--

SR. MARCELO SERENO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo?

SR. MARCELO SERENO: Só que ele não apareceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Folha de São Paulo informa, que teve acesso ao bilhete nessa matéria.

SR. MARCELO SERENO: Hum. Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso está claro. E é a partir daí, que a gente fez a pergunta ao Gildásio, e ele confirmou quando da vinda dele--

SR. MARCELO SERENO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele estava inclusive na primeira vez muito nervoso, eu disse: “Olha, tem uma matéria aqui, há uma confirmação de que a Folha de São Paulo teve acesso ao bilhete”.

SR. MARCELO SERENO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está na matéria. Então, a Folha de São Paulo não ia mentir. A Folha de São Paulo não ia dizer, que teve acesso a uma coisa que não teve! Eu não tive acesso ao bilhete, cujos dados eu não tenho o bilhete, mas a Folha de São Paulo afirma que teve acesso.

SR. MARCELO SERENO: Eu não vou falar mal da imprensa aqui. Eu não vou fazer essa besteira, mas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, espera aí. A pergunta é: o Senhor pediu ou o Senhor não pediu?

SR. MARCELO SERENO: Não pedi. Claro que não pedi!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor não pediu?

SR. MARCELO SERENO: Não pedi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E, se por acaso, a Folha de São Paulo confirmar que teve acesso ao bilhete... O Senhor acha, então, que alguém produziu esse bilhete?

SR. MARCELO SERENO: Claro!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com que objetivo?

SR. MARCELO SERENO: Ah, com o objetivo de usar o meu nome para conseguir essa audiência, por exemplo. Eu estou aqui especulando. Pode ser... Para me comprometer. Para conseguir essa audiência. Alguém pode ter usado o meu nome e botaram lá: "Marcelo Sereno". Quem escreveu o bilhete? A Secretária? Nem sabe, se foi a Secretária que escreveu o bilhete, pelo que o Senhor está relatando, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É, não está claro e--

SR. MARCELO SERENO: Quem escreveu o bilhete?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não está claro e também o Dr. Gildásio não deixou isso aqui claro, quem escreveu o bilhete. Agora, o que me deixa mais assim... Primeiro. Ficou evidente que o Dr. Gildásio, inclusive um militante do PT, ele não teria nenhum motivo aparente, para querer comprometer V.S.^a e criar essa história de uma forma muito objetiva, porque veja, de fato ele recebeu o Fernando Teixeira. Mandou o Fernando Teixeira conversar com a Fabiana Carnaval. O negócio foi apresentado á NUCLEOS. E, só não foi consumido, porque dentro do regulamento da Fundação, não havia a possibilidade de fazer investimentos em um Fundo, lastreado com os títulos que lastreavam a ASM ASSET. Então, é imaginar que o sujeito tenha uma capacidade muito grande de criar as coisas, a menos que ele tivesse um motivo real e concreto, que não ficou aqui evidente. Então,--

SR. MARCELO SERENO: Mas Deputado, por outro lado, também, alguém pode ter produzido o bilhete. Ele pode estar falando a verdade, mas alguém produziu o bilhete, porque eu não telefonei para ele. Aliás, ele disse que eu não telefonei para ele. E pelo que eu saiba, ninguém confirma que eu tenha feito esse pedido. O que há é um suposto bilhete, que a Folha de São Paulo teve acesso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Fernando Barros Teixeira?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conhece, alguém que tenha participado da formação desse negócio, que acabou sendo objeto do investimento de vários Fundos de Pensão?

SR. MARCELO SERENO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem o Senhor conhece?

SR. MARCELO SERENO: Dr. Eduardo Saadi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Eduardo Saadi. Ele foi um dos responsáveis pela montagem do Fundo, e depois pela interface com as Fundações--

SR. MARCELO SERENO: Eu conheço... Eu estudei com ele na FGV, na Fundação Getúlio Vargas na década de 70. E sei que ele é uma pessoa nessa área. E, na hora de saiu a matéria eu fui me informar o que era isso daí. Eu descobri que o Eduardo estava... Era a pessoa que tinha formatado esse Fundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor Saadi nunca conversou com V.S.^a sobre esse assunto?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. MARCELO SERENO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores tinham contato nesse período de 2003 à 2005?

SR. MARCELO SERENO: Eu conheço ele... Eu estudei na FGV com ele. E tenho vários amigos que eu estudei na GV, na década de 70, que eu me encontro. Por acaso, me encontrei com ele, sim nesse ano que passou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E é completamente descartada a possibilidade, de em um desses encontros o assunto ter sido tratado?

SR. MARCELO SERENO: Não. O assunto não foi tratado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor depois acompanhou, que vários Fundos de Pensão ligados ao Governo Federal investiram nesse Fundo?

SR. MARCELO SERENO: Pelo que eu sei, até porque eu tive curiosidade, já que meu nome estava envolvido, vários Fundos de Pensão de Governos Estaduais, também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim. E o Senhor deve ter visto, também, que só pela construção dessa operação, os responsáveis por ela, ganharam alguma coisa em torno de duzentos milhões de reais--

SR. MARCELO SERENO: É o que está escrito na matéria--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. É o que está escrito na matéria e está provado.

SR. MARCELO SERENO: Está provado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está.

SR. MARCELO SERENO: Ganharam dinheiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ganharam muito dinheiro.

SR. MARCELO SERENO: Muito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito dinheiro. Imagine que as Fundações--

SR. MARCELO SERENO: Mas Deputado, os Fundos... Eu realmente não entendo como é que foi feita a formatação. Eu não sou especialista no mercado financeiro, mas também, por curiosidade, e eu acho que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não quer dizer que os Fundos--

SR. MARCELO SERENO: Que os Fundos tenham perdido--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, não. Não quer dizer que os Fundos tenham perdido. E isso não está aqui--

SR. MARCELO SERENO: Isso, se houve essa diferença--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que significa--

SR. MARCELO SERENO: Entre o valor que se comprou e o valor que se vendeu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente--

SR. MARCELO SERENO: Não é um problema dos Fundos de Pensão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, eles compraram por um determinado valor e venderam por duzentos milhões a mais. Agora, o fato objetivo, é que os compradores poderiam tê-lo feito por muito menos, economizando assim recursos das Fundações. Então, é evidente, que um negócio desse ofereceu uma margem muito, mais muito gordurosa. Hoje em dia, eu confesso ao Senhor, até talvez, por nunca ter realizado atividades muito ligadas ao setor empresarial, mas eu não conheço no Brasil alguém que, numa montagem de um Fundo e na revenda desse Fundo, tenha assim facilidade para ganhar duzentos milhões. Então, é inequívoco que às Fundações poderiam ter pago muito menos do que pagaram. Bom, então, o Senhor não confirma, esse fato de que teria pedido ao Gildásio para receber o Fernando Teixeira. O Senhor alguma vez, se encontrou ou teve contatos com o Dr. Paulo Figueiredo, aqui em Brasília?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca. Foi outra afirmação do Dr. Gildásio, Diretor-Financeiro da NUCLEOS. Na verdade, até eu hei de reconhecer aqui, que há uma diferença enorme do que ele disse em sessão reservada, para o que ele disse hoje com relação a esse fato. Em sessão reservada, ficou claro -- e as notas taquigráficas não vão deixar mentir -- que ele afirmou, que o Paulo saía de seus afazeres lá, vinha para Brasília tratar de assuntos. Dentre essas tratativas, sentava e se reunia com o Senhor aqui. O Paulo disse, que pode ter encontrado o Senhor em um aeroporto, e uma coisa assim, mas que não fazia reuniões.

SR. MARCELO SERENO: O Gildásio, agora, já não teve a--

SR. MARCELO SERENO: Firmeza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Firmeza em afirmar. O Senhor se lembra do encontro com o Paulo, aqui?

SR. MARCELO SERENO: Posso ter encontrado ele eventualmente, mas não me lembro de serem "encontros". Eventualmente. Até porque em Brasília, a gente encontra todo mundo. As pessoas vêm aqui fazer pleitos, vem atrás de... Ele mesmo estava falando do problema sério que tem a NUCLEOS, que é de recursos das patrocinadoras, que senão forem alocados, a NUCLEOS vai ter problema no futuro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Alcyr Collaço?

SR. MARCELO SERENO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é a relação do Senhor com-

SR. MARCELO SERENO: Meu amigo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com o seu Alcyr Collaço? Que atividade o Senhor Alcyr Collaço realiza?

SR. MARCELO SERENO: Ele era dono de uma construtora em São Paulo, acho que ainda é dono. E é sócio de um jornal aqui em Brasília hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É sócio de um jornal aqui?

SR. MARCELO SERENO: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Márcio e Prado?

SR. MARCELO SERENO: Márcio?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Márcio. O Senhor conhece o Márcio e o Prado?

SR. MARCELO SERENO: Márcio e Prado de onde? De onde são eles?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): da PORTUS.

SR. MARCELO SERENO: Ah, eles foram indicados para serem dirigentes da PORTUS. Conheci quando eles foram indicados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Conheceu quando eles foram indicados.

SR. MARCELO SERENO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conhecia antes? Não?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Dr. Alcyr Collaço teve alguma participação na indicação do Senhor Márcio e do Senhor Prado para a PORTUS?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma.

SR. MARCELO SERENO: Nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe se o Márcio e o Prado têm relação com o Alcyr Collaço?

SR. MARCELO SERENO: Que eu saiba, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Depois da indica-

ção do Márcio e do Prado para a PORTUS, o Senhor teve contato com essas duas pessoas?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca.

SR. MARCELO SERENO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor ouviu falar de um empreendimento em Blumenau, de um Shopping em Blumenau que a PORTUS vendeu sua participação, e que nessa venda ela receberia por mês, o mesmo valor que estava recebendo de dividendos do shopping? E que isso teria sido um negócio completamente um desvantajoso para a Fundação?

SR. MARCELO SERENO: Não tenho conhecimento. Eu não acompanhava as Fundações. Não tenho conhecimento desse negócio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor já ouviu falar no James de Almeida Júnior?

SR. MARCELO SERENO: James de Almeida Júnior. Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. MARCELO SERENO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois, foi ele quem, supostamente, teria comprado a participação da PORTUS nesse shopping. O que vale dizer o seguinte. Ele ia recebendo os dividendos e pagando para a PORTUS exatamente a mesma coisa. Então, a partir de um determinado momento, ele fica com a sociedade do Shopping e a PORTUS, evidentemente, sai no prejuízo, porque fez o investimento inicial. O Senhor ouviu falar de uma conta no IDB de Nova Iorque? O Senhor tem alguma no estrangeiro? Não?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma.

SR. MARCELO SERENO: Nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor nunca teve nenhum negócio com o Senhor Alcyr Collaço? Já teve?

SR. MARCELO SERENO: Nenhum negócio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca nenhum negócio. Mas os senhores são amigos-

SR. MARCELO SERENO: Somos amigos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como o senhor disse aqui.

SR. MARCELO SERENO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o James, o Senhor não conhece de jeito nenhum?

SR. MARCELO SERENO: De jeito nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor saberia dizer se o senhor Alcyr Collaço, já foi proprietário da CORRETORA IPANEMA?

SR. MARCELO SERENO: Foi. Que eu saiba, sim. Isso ele já me contou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi proprietário da CORRETORA IPANEMA.

SR. MARCELO SERENO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor tem muito amigos em corretoras?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem.

SR. MARCELO SERENO: Não tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabe quais foram os motivos que levaram à finalização das atividades da CORRETORA IPANEMA?

SR. MARCELO SERENO: Não faço a mínima idéia. Não faço a mínima idéia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em julho de 2005, o CORREIO BRAZILIENSE revelou uma ação suspeita na PORTUS, patrocinada pelo Ministério, desculpe. Uma operação suspeita na PORTUS, envolvendo títulos públicos. Na ocasião, sindicalistas dos portuários, denunciaram que tudo fora arquitetado, por V.S^a. junto com o então, Deputado Carlos Rodrigues. V.S^a. deve ter lido essa matéria.

SR. MARCELO SERENO: Li tanta coisa. Li, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Leu. Como é que recebeu essa notícia publicada no CORREIO BRAZILIENSE?

SR. MARCELO SERENO: Com surpresa, por que eu jamais articulei nada com o Deputado Carlos Rodrigues, que desse prejuízo a qualquer Fundo de Pensão, muito menos à PORTUS e, jamais--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, pois não.

SR. MARCELO SERENO: E jamais interferi nisso aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É isso. V.S^a. de

alguma forma já tratou com os dirigentes da PORTUS, sobre assuntos de interesse da Fundação?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em depoimento a esta Sub-Relatoria, o Senhor Lúcio Bolonha Funaro, afirmou que o João Vaccari atuaria em nome do PT, junto aos principais Fundos de Pensão PREVI, FUNCEF e PETRUS, dizendo até que ele teria sido cogitado para ocupar o cargo principal em uma dessas três Fundações. V.S^a. conhece o João Vaccari?

SR. MARCELO SERENO: Muito. Meu amigo há muitos anos, porque foi Dirigente Sindical da CUT no mesmo período que eu. E, continuou depois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguma vez [tumulto]

SR. MARCELO SERENO: Presidente do Sindicato dos Bancários.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguma vez, ele foi cogitado para ocupar cargo de confiança em Fundos de Pensão?

SR. MARCELO SERENO: Eu sei que ele foi cogitado para ser Presidente da CAIXA ECONÔMICA, mas ele não tinha--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nível Superior.

SR. MARCELO SERENO: Nível Superior e não pôde ser sequer cogitado; mas para Fundos de Pensão, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que o operador Lúcio Funaro, que aliás, faltou com a verdade em muitas coisas aqui, por que ele quase que voluntariamente, porque eu não me lembro de ter perguntado isso a ele, até eu não tinha sequer conhecimento dessa informação--

SR. MARCELO SERENO: Eu me lembro do Senhor ter perguntado isso a ele, a partir de uma pergunta do Deputado Carlos Willian--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Depois que o assunto surgiu eu explorei o assunto. Mas assim, eu não provoqueei o nome do João Vaccari porque eu não sabia. Por que o Senhor acha que o Lúcio Funaro, ele trouxe o nome do João Vaccari, acusando do João Vaccari exercer uma influência grande nas grandes Fundações?

SR. MARCELO SERENO: Não faço a mínima idéia. Eu não conheço o Senhor Funaro e não sei por que ele fez isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor não conhece o Lúcio Funaro?

SR. MARCELO SERENO: Não. Conheço de ver em Brasília.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele também e, ao mesmo tempo, falou aqui que o Senhor seria a pessoa-

SR. MARCELO SERENO: Dos-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para os Fundos médios e pequenos.

SR. MARCELO SERENO: É que o Vaccari é mais gordo e eu sou mais magro. Deve ser isso.

[risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com relação a REFER, como o Senhor está muito bem informado, ou por que assistiu aos depoimentos, ou por que teve acesso aos detalhes, a partir da transcrição das notas taquigráficas. Evidente que o Senhor deve ter visto, ou pelo menos ouviu falar, que o Senhor Jorge Moura, disse aqui ter sido chamado à Casa Civil por V.S^a.-

SR. MARCELO SERENO: Hã. Hã.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que comunicou a ele, que ele estaria sendo escolhido, para ocupar a Diretoria principal da REFER-

SR. MARCELO SERENO: Hã. Hã.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por uma sugestão do então, Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. O Senhor confirma isso?

SR. MARCELO SERENO: Não. Eu... Eu... O Senhor Jorge Moura, ele fez um *lobby* bastante razoável, junto a Associações de Ferroviários e junto ao Ministro José Dirceu, para ser indicado Presidente da REFER e, o nome dele foi aceito. Mas ele não foi chamado-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele fez um *lobby*--

SR. MARCELO SERENO: Ele fez um *lobby* para o nome dele-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo.

SR. MARCELO SERENO: Junto a Associação de Ferroviários e foi lá procurar o Ministro José Dirceu que o conhecia, porque ele foi Deputado-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. MARCELO SERENO: E, acabou o nome dele sendo indicado. Agora, ele não foi convocado para uma missão, como ele falou aqui, nessa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É por que--

SR. MARCELO SERENO: Nessa sala--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que ele quis dizer, é que havia uma disputa muito grande dentro da REFER. E que para apaziguar essas disputas, essas brigas, ele teria sido chamado, como alguém que organizaria, arrumaria a casa. O Senhor deve ter visto.

SR. MARCELO SERENO: Eu vi. Eu vi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, não foi isso que pesou?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que pesou foi o *lobby* que ele fez com--

SR. MARCELO SERENO: Não, não-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Parte do Sindicato e parte com-

SR. MARCELO SERENO: Eu não disse isso-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com o Deputado José Dirceu--

SR. MARCELO SERENO: Eu disse que ele não foi instado pelo Ministro José Dirceu a cumprir uma missão, mas que nós esperávamos dele sim, na hora que ele foi... O nome dele veio da parte de Associações de Ferroviários, pela história dele de Parlamentar. E a gente imaginava que parlamentar fosse capaz de resolver problemas e encaminhar soluções, para que a REFER, que tinha uma disputa política muito grande, porque é um Fundo de Pensão com patrocinadoras de diversos governos, não é? Não é só do Governo do Estado do Rio de Janeiro e do Governo Federal, várias empresas, mas ele, ele não fez isso. Na verdade, eu tive a paciência de ver todo o depoimento dele aqui. Ele foi um dos pilares da confusão que se instalou ali na REFER, até pelo ódio que ele tem do Deputado Carlos Santana. Eu não sei quantos por cento do depoimento dele aqui, ele falou sobre o Deputado Carlos Santana e sobre assuntos, que não tem nada a ver com os Fundos de Pensão, mas o ódio dele, do Deputado Carlos Santana. E, provavelmente a reação que o Deputado Carlos Santana teve com os ataques que ele ao Deputado Carlos Santana, transformaram a REFER num palco de guerra, que teve várias Diretórias durante num período curto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E como é que o Governo, encarava essa instabilidade na Diretoria da REFER? Porque o Senhor disse, que a REFER foi um dos problemas detectados logo no começo.

SR. MARCELO SERENO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que o Governo via essa mudança permanente de Diretores? O Governo não achava que precisava intervir naquela situação, para tomar uma decisão firme e impedir maiores problemas para os Fundos?

SR. MARCELO SERENO: Mas eu acho que o Governo Federal conseguiu fazer isso ao final, inclusive, o Governo não concordou com uma mudança. Isso eu estou falando pelo que me foi informado, por que eu acho que eu não estava mais no Governo, quando isso ocorreu e--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A última mudança, não.

SR. MARCELO SERENO: As penúltimas mudanças, não é? A última e a... Mas uma das mudanças não que ocorreu, porque não foi consultada a patrocinadora, é quase como uma rebelião. O Conselho se reúne e resolve tirar o Diretor-Financeiro e colocar outro, sem consultar as patrocinadoras. O Governo fez com que se voltasse atrás nessa decisão. E depois, o próprio Jorge Moura, numa rebelião novamente, do próprio Conselho, foi expelido... Expelido, é um termo muito forte. Foi demitido da Presidência da Fundação, pela maioria do Conselho, em votações apertadas, como o Senhor aqui, inclusive, falou. Mas depois que essas duas coisas aconteceram, o Governo conseguiu dar um equilíbrio e escolher uma Diretoria com Auditores, com experiência, que deram paz a Administração da REFER. Eu acho que o problema ali, da briga dos dois, só foi resolvido quando os dois perderam alguma coisa à frente da Administração lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Desde quando o Senhor conhece o Jorge Moura?

SR. MARCELO SERENO: Eu conheci o Jorge Moura, no Governo do Estado do Rio de Janeiro, quando ele foi da ASEP. Eu não o conhecia antes, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor disse que ele foi escolhido, também, para tentar escolher às questões internas na REFER e não conseguiu. Então, o Senhor avalia, que a gestão dele foi ruim para a Fundação?

SR. MARCELO SERENO: Eu não sei dizer. Eu acho que foi ruim para uma estabilidade da Fundação.

Qualquer empresa, qualquer organização precisa de estabilidade para funcionar a contento. Agora, se a Administração foi ruim ou boa em termos de rentabilidade do Fundo e tal, eu não sei. Eu não tenho esses dados para responder ao Senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque incrivelmente, eu fiz essa pergunta a ele. Ele conseguiu sobreviver a um bom tempo dessa disputa.

SR. MARCELO SERENO: 11 meses.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não é? Pois é. Mas se o Senhor levar em consideração, que a REFER teve quatro Diretores-Financeiros em menos de seis meses, ele tendo conseguido ficar 11 meses na Diretoria- Presidência...

SR. MARCELO SERENO: Ele é bom de voto. Ele articulava bem os votos, pelo visto, porque ali era uma disputa permanente dentro do Conselho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conhecia ou conhece a senhora Cristina Montmor?

SR. MARCELO SERENO: Eu sei quem é, mas não a conheço pessoalmente. Ela foi... O termo está guardado há tanto – tem um bilhete aqui -, eu conheço ela por conta dessas confusões, mas pessoalmente, não me lembro de ter encontrado com ela.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor Jorge nos disse aqui que a saída dele se deveu em parte, a essas divergências que ficaram explícitas com interesses do governo – e eu vou depois, detalhar certa situação – e que o Senhor teria contribuído para que ele fosse afastado da REFER. Isso procede?

SR. MARCELO SERENO: Não. Não procede. Eu vi ele aqui, falando sobre um telefonema meu para ele, e o telefonema queria dizer exatamente, o contrário da conclusão dele. “Jorge, eu... Pelo que eu sei, o Conselho estava fora do controle do governo”. Certo? Tem três eleitos e três patrocinadoras. E tinha a Cristina, que não estava respeitando às orientações da patrocinadora. Estava fazendo o que queria e comunicava, depois à patrocinadora. Tanto que depois descreveu que foi chamado o Ministro Olívio Dutra, e tal, para que fosse respeitado... O que eu quis dizer a ele, é que ele me dizia que controlava os votos da Ferroviária de São Paulo – porque tem uma ferroviária de São Paulo – que é a Ivete, uma coisa assim...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ivete.

SR. MARCELO SERENO: E que a Ivete, conseguiria o voto do outro lá e ele teria maioria. Eu falei: “Jorge, você tem que agora... Eu não... O Governo não

vai enquadrar quem tinha que enquadrar. Você tem que agora conseguir os votos, que você falou que tem”. E ele não tinha. Por isso que ele saiu, na verdade-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a conclusão dele, é que nesse contato com o senhor--

SR. MARCELO SERENO: Mas é uma conclusão errada-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor estava puxando o tapete dele.

SR. MARCELO SERENO: De jeito nenhum. Tanto, que o Governo depois... Tanto que o Governo depois, fez a pessoa que foi indicada – e ele mesmo disse isso aqui – sair e assinar, o que fez a paz lá na REFER. A pessoa que foi indicada que foi um membro indicado pela CENTRAL, que é uma empresa do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Aliás, ele brigava com a Cristina, brigava com a Sônia. Ele brigava muito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Antes desse telefonema, houve algum problema entre os senhores?

SR. MARCELO SERENO: Eu não sei dizer, Deputado. Eu não sei dizer, não sei explicar que problema que houve entre eu e ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas em geral, essas dificuldades da REFER, essas disputas da REFER, elas acabavam chegando à Casa Civil?

SR. MARCELO SERENO: Acabavam chegando, por que a Casa Civil não podia permitir que essas confusões, fizessem com que um Fundo de Pensão importante, como a REFER, tivesse a sua Administração conturbada. Só nesse sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabe que quando o Jorge Moura assumiu, quem era o Diretor-Financeiro era o Adauto Carmona.

SR. MARCELO SERENO: Foi eleito junto com ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foi. O Adauto Carmona. V.S^a. conhece o Adauto Carmona?

SR. MARCELO SERENO: Conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é o relacionamento de V.S^a. com ele?

SR. MARCELO SERENO: Eu o conheço do Movimento Sindical. Ele é, ele era... Do Movimento Sindical do Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele foi indicado por quem?

SR. MARCELO SERENO: Pelos Sindicalistas do PC do B.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, ele foi indicado pelo PC do B, o Senhor Adauto Carmona.

SR. MARCELO SERENO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que o Adauto Carmona deixou de ser Diretor-Financeiro da REFER?

SR. MARCELO SERENO: Ele foi convidado pelo que eu sei, ele foi convidado, para ser Chefe de Gabinete do Secretário Executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Embora, não tenha sido esse o motivo apresentado pelo Jorge. O Jorge Moura, diz que o Adauto Carmona, foi afastado justamente por essas brigas, por essas disputas. Que se procurava um nome de consenso e que esse nome de consenso, seria o do Eduardo Teles. E que o Eduardo Teles representaria um entendimento, entre essa ala mais ligada ao PC do B e a ala de PT. O Senhor confirma isso?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Eduardo Teles?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca ouviu falar do Eduardo Teles?

SR. MARCELO SERENO: Nunca ouvi falar do Eduardo Teles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não sabe se ele tem vinculação partidária? Nem sabe qual é a relação dele?

SR. MARCELO SERENO: Eu sei, pelos jornais e pelo que eu escuto, que ele está no Governo de Nova Iguaçu, me parece, não sei-

[tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele é Secretário--

SR. MARCELO SERENO: Mas filiado ao PT, eu acho que ele não é, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele é Secretário do Prefeito de Nova Iguaçu.

SR. MARCELO SERENO: Secretário de quê, que ele é eu não sei. Também não tenho essa informação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Eu sei que ele é Secretário. Quer dizer, exerce um cargo--

SR. MARCELO SERENO: Exerce um cargo na Prefeitura de Nova Iguaçu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De primeiro escalão, na Prefeitura--

SR. MARCELO SERENO: Primeiro escalão, eu acho que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A informação que nós temos é que ele é Secretário de lá. Mas, então, quer dizer que a saída do Adauto Carmona, foi por vontade dele?

SR. MARCELO SERENO: Isso. Foi promovido Chefe de Gabinete, do Secretário Executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas a confirmação do Eduardo Teles, passou também pela concordância da Casa Civil?

SR. MARCELO SERENO: Passou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor, se lembra como é que se deu esse processo de discussão, para a escolha do nome do Eduardo Teles?

SR. MARCELO SERENO: Foi meio que natural a saída do Adauto, já que o Eduardo Teles, me parece que era o cara que seria, que estava--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Estava abaixo dele.

SR. MARCELO SERENO: Abaixo dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente. Quando o Eduardo Teles chegou a Diretoria-Financeira da REFER, desde já ele trouxe uma proposta que segundo ele, era um desejo das forças políticas que haviam confirmado a ida dele para aquele cargo. Segundo ele não, segundo o Senhor--

SR. MARCELO SERENO: Jorge Moura.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Jorge Moura, que disse que, se fez vale dizer de declarações atribuídas ao Eduardo. Que a principal orientação que ele havia recebido, era a de promover a descentralização dos investimentos da REFER, através da terceirização da carteira compondo um FAC. Um Fundo de Cotas. Depois a senhora Sônia Botelho, Membro do Conselho da REFER, explícita aos Diretores da REFER, que havia um esquema que ela até chamou "esquema das águas". E, conta como é que esse esquema havia se

construído, para Conselheiros e Dirigentes da REFER e um dos Conselheiros da Fundação, vai a SPC, a Secretária de Previdência Complementar e apresenta essa denúncia com detalhes.

SR. MARCELO SERENO: Que detalhes, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Detalhes de que pela terceirização da carteira, que pela composição do Fundo, seriam destinados dezenove milhões de reais, para atender às campanhas do PT, em São Paulo e no Rio de Janeiro, no ano de 2004. Denominou, inclusive esse esquema, de "circuito das águas". Agora, eu me recordei, não era "esquema da águas". Era "circuito das águas".

SR. MARCELO SERENO: Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E dentre às pessoas que participariam do "circuito das águas", segundo a senhora Sônia Botelho, Conselheira da REFER. Segundo o Senhor Darci, salvo engano, eu acho que o nome dele era esse, Darci, também Conselheiro--

SR. MARCELO SERENO: Que recebeu a denúncia dela?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que recebeu a denúncia dela, e que repassou para a Secretaria de Previdência Complementar. Então, segundo esses Conselheiros, o Senhor faria parte do "circuito das águas", e teria participado da tentativa de terceirização da carteira da REFER, com objetivo de desviar dezenove milhões, para campanhas do PT em 2004 em São Paulo e no Rio. O que Senhor tem a dizer dessa denúncia?

SR. MARCELO SERENO: Isso é uma invencionice. Aliás, o próprio Jorge Moura que fala sobre isso, disse que a Sônia Botelho é uma pessoa desequilibrada. Eu me lembro perfeitamente aqui do depoimento dele, falando que a senhora Sônia Botelho é uma pessoa desequilibrada, desqualificada. E, que só faz eu reforçar a minha impressão, que isso é uma invencionice maior possível. A começar pelo fato de, que como não foi aprovado, não foi aprovado pelo Conselho--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Jorge Moura disse--

SR. MARCELO SERENO: Não foi aprovado pelo Conselho. Ela diz que a partir daí, qualquer coisa pode ser dita. "Olha, daquilo que não foi aprovado dezenove milhões de reais, vão ser utilizados para a campanha do PT, em..." Eu acho que é São Paulo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): São Paulo e Rio.

SR. MARCELO SERENO: São e Rio para as prefeituras. E o próprio Jorge Moura, que fala bem do Senhor Darci Coelho, diz que ele apresentou essa denúncia lá no SPC, cai depois em contradição, que diz que essa denúncia veio da Sônia Botelho, que é uma pessoa desequilibrada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Segundo o que nós apuramos. A Sônia, ela comentou com os membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria, e o senhor Darci, membro do Conselho Deliberativo, tomou a iniciativa de ir à Secretaria de Previdência Complementar, relatar esse fato. E que foi recebido pelo sub-Superintendente, enfim, pela pessoa que estava abaixo do Dr. Adacir Reis-

SR. MARCELO SERENO: Hum. Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do Dr. Adacir Reis. Agora, tem uma coisa – e o Senhor precisa ter isso como informação. O Comitê da REFER, onde havia uma interferência maior dos Dirigentes, aprovou por oito a um. O único voto divergente com relação à terceirização da carteira, foi do Senhor Jorge Moura.

SR. MARCELO SERENO: Hum. Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Todos os outros oito membros do Comitê, dentre os quais, os Diretores da Fundação – o Eduardo estava nessa lista. A Tânia estava nessa lista. Então, dentre os quais Diretores da Fundação: o resultado foi oito a um. O que acabou impedindo essa decisão, foi justamente, o fato de que o Conselho Deliberativo não apoiou.

SR. MARCELO SERENO: Verdade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas se dependesse do Comitê, onde havia uma inegável predileção por essa terceirização. E, sobretudo, onde o Dr. Eduardo interferiu, segundo ele, exatamente, exatamente, segundo o Dr. Jorge, exatamente, atendendo aos interesses do PT--

SR. MARCELO SERENO: Hum. Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se dependesse apenas do Comitê, seria oito a um.

SR. MARCELO SERENO: Verdade, mas senhor Deputado, a decisão do Conselho contrária à terceirização, também é baseada em quê? Baseada em outras... Uma outra visão de como deve ser administrada a Fundação, eu imagino. Também não vejo neutralidade na decisão de um Conselho que tenha a

Sônia Botelho, que é chamada de... Pelo próprio Jorge Moura, não são as minhas palavras: pessoa desequilibrada, que era aliada de um outro Diretor, Roberto Manzoni. Eu não sei nem se eram marido e mulher ou companheiro e companheira. Então, tinha uma briga ali, eu não sei--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eram companheiros, segundo o Dr. Jorge.

SR. MARCELO SERENO: Eu não sei a motivação. Se a motivação foi tão nobre para evitar um suposto esquema ou se tinha outro motivo por detrás dessa decisão. Nós podemos falar isso também. Agora, eu quero frisar aqui ao senhor, Deputado, que eu não participei, em nenhum momento, nem da sugestão de terceirização nem da derrota da sugestão de terceirização. O meu papel na REFER foi tentar apaziguar a disputa que estava transformando a REFER num problema para o governo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas se essa disputa chegava à V.S^a. Se esse assunto estava na pauta e na mesa de discussões com V. Sa.--

[tumulto]

SR. MARCELO SERENO: Eu não poderia interferir na gestão do Fundo de Pensão, exatamente isso que eu não podia fazer!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu só peço que V.S^a. me permita concluir a minha pergunta.

SR. MARCELO SERENO: Desculpe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É evidente que V.S^a. estava acompanhando às questões atinentes a REFER!

SR. MARCELO SERENO: Eu estava acompanhando às questões atinentes ao equilíbrio político ali dentro. O que ia se fazer com o dinheiro da REFER, se ia se terceirizar carteira. Se ia não se terceirizar carteira. Se ia aplicar se dinheiro nisso ou naquilo, não era o meu papel.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Bruno Grain?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conhece.

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque ele é muito ligado ao Murilo. Ao Murilo de Almeida Rego, o seu amigo.

SR. MARCELO SERENO: Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E dentre essas várias denúncias que recaem sobre a REFER, estaria o fato de que o Murilo de Almeida Rego teria contribuído para a confirmação do nome do Bruno Grain como Gerente de Investimentos da REFER e que o Senhor teria tido força e participação nisso. Então, o Senhor afasta essa possibilidade?

SR. MARCELO SERENO: Afasto 100%.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Bruno Grain, inclusive, ele é alvo de um processo da CVM em que a REFER também figura nesse processo da CVM, onde a REFER teve um prejuízo de quase três milhões de reais em operações de derivativos e os beneficiários, ou seja, aqueles que ganharam justamente, são as nossas figuras conhecidas da investigação. É o Senhor Murilo de Almeida Rego, é o senhor Christian de Almeida Rego, a senhora Rogéria Costa Beber e por aí vai. E por aí vai. Como é que o Senhor, qual é a avaliação que o Senhor tem a respeito de Murilo?

SR. MARCELO SERENO: Como assim, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É uma pessoa estável, correta, um homem de bem? Eu queria saber como é que o Senhor avalia o Murilo enquanto profissional, enquanto pessoa.

SR. MARCELO SERENO: Olha, eu tenho relações de amizade com o Murilo. Mas eu acho que seria da minha parte muito arrogante avaliar da maneira como o Senhor está pedindo uma pessoa. Eu não saberia falar: “O Murilo é um homem de bem. É estável...” Começar a fazer julgamento de valor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor confia no Murilo?

SR. MARCELO SERENO: Eu tenho uma relação de amizade com ele. Eu confio nele como em pessoas que são minhas amigas, mas não tenho com o Murilo, como com nenhum outro amigo meu, uma relação que eu tenho com o meu filho, a minha filha, a minha mãe--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas também o Senhor está querendo fazer uma comparação incompatível. É evidente que a relação com o filho ou com os pais é completamente diferente das relações com seu amigo--

SR. MARCELO SERENO: Mas mesmo assim, os filhos às vezes, fazem besteira!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, o Murilo pode ter feito besteira.

SR. MARCELO SERENO: Não. Eu não sei se o Murilo fez besteira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não--

SR. MARCELO SERENO: O que eu sei--
[tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É que--

SR. MARCELO SERENO: Não. Não. O que se pode depreender é o seguinte. O Senhor não... O senhor aqui, ao me pedir para fazer uma avaliação sobre o Murilo, pretende que eu julgue o caráter dele. Eu não acho que eu tenha condições de julgar o caráter de ninguém, isso é de uma postura extremamente arrogante. E eu não vou fazê-lo. É basicamente isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor nunca frequentou a casa do Murilo?

SR. MARCELO SERENO: Fui uma vez.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Uma vez a casa dele?

SR. MARCELO SERENO: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A casa de praia ou a casa dele no Rio?

SR. MARCELO SERENO: A casa dele no Rio. Uma ou duas vezes. Duas vezes, para ser mais preciso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas é evidente que o Senhor, por essa convivência que tinha com ele, sabia que além de operar no mercado, ele possuía, na família, várias pessoas que também operavam com empresas etc. O Senhor tinha esse conhecimento. O Senhor sabia, por exemplo, que a Rogéria, esposa do Murilo era sócia da empresa ARBOR?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor não fazia a menor idéia?

SR. MARCELO SERENO: Menor idéia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como também, deve ter então lhe surpreendido o fato, de que a empresa ARBOR era gestora de um Fundo aberto que recebeu muitos recursos e muitos investimentos da NUCLEOS, entre esse 2004 e 2005?

SR. MARCELO SERENO: Senhor Deputado, eu não acompanhava os Fundos de Pensão para saber,

o que é que cada um dos Fundos de Pensão, tinham nos seus Fundos Exclusivos ou na sua carteira própria! É uma... Claro que não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor nunca encaminhou qualquer tipo de pleito a qualquer Fundação, a qualquer entidade da Previdência ligada ao Governo Federal?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Jamais?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que foi esse processo da FUNCEF, de definição do nome do Dr. Guilherme para Diretor-Presidente? Porque o Senhor fez referência--

SR. MARCELO SERENO: Fiz, fiz.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): a REFER e a FUNCEF.

SR. MARCELO SERENO: Foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, eu queria que o Senhor detalhasse com relação a FUNCEF.

SR. MARCELO SERENO: Foi muito rápido e simples. O nome do Dr. Guilherme Lacerda não é da CAIXA, apesar da FUNCEF, como diferente de outras Fundações, permitir que nas Diretorias da Fundação tenha gente que não seja funcionário da CAIXA, e o Movimento Sindical Bancário na CAIXA questionava isso. E a patrocinadora, queria indicar o Senhor Guilherme Lacerda, que era um militante do PT gabaritado. Tinha sido Secretário da Prefeitura de Vila Velha, Economista, com mestrado e doutorado, eu acho. Com condições de ser o Presidente da FUNCEF. Eu simplesmente, conversei com os companheiros bancários e pedi que eles chegassem a um acordo com a patrocinadora, para que o Guilherme fosse nomeado. E ponto. Foi isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Senhor Benito Siciliano?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conhece ele.

SR. MARCELO SERENO: Não conheço ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas já ouviu falar.

SR. MARCELO SERENO: Ouvir falar, eu já ouviu de muita gente, já.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabe quem é o Benito Siciliano?

SR. MARCELO SERENO: Sei quem é o Benito Siciliano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sabe que ele foi Gerente de Investimentos da REAL GRANDEZA?

SR. MARCELO SERENO: Muitos anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quando houve a mudança do Governo, alguém pediu pela manutenção do Senhor Benito Siciliano no REAL GRANDEZA?

SR. MARCELO SERENO: Olha, eu não tratei de... Na REAL GRANDEZA de... Dos demais cargos. Do que foi tratado e era tratado na Casa Civil, era em nível da Diretoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, porém--

SR. MARCELO SERENO: Então, para mim não foi pedido nada, para manter o Senhor Benito Siciliano. A Diretoria manteve.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor, na CPI dos Bingos, reconheceu que o Benito Siciliano, ele tinha respaldo e apoio com Deputados, com Parlamentares.

SR. MARCELO SERENO: Não. Eu disse na CPI dos Bingos, que a Diretoria tinha sido indicada politicamente. Aliás, no caso da REAL GRANDEZA, me parece que numa matéria do Globo, Fernando Henrique Cardoso, Eduardo Jorge, tinha falado que na REAL GRANDEZA havia a influência política. Eu reconheci que tinham Deputados, que tinham feito lobby para indicar Diretores da Fundação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem foram esses Deputados?

SR. MARCELO SERENO: Eram Deputados que... Eu acho que eram Deputados do PT do B. Não me lembro...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem foi?

SR. MARCELO SERENO: Não me lembro o nome.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fez lobby para indicar...

SR. MARCELO SERENO: A Diretoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Diretoria?

SR. MARCELO SERENO: Isso. Como o PT fez lobby para indicar o Marcos Gomes como Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, mas o Dr. Marcos Gomes... Muito bem, foi lobby do PT e o PT conseguiu emplacá-lo.

SR. MARCELO SERENO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o resto da composição da Diretoria da REAL GRANDEZA?

SR. MARCELO SERENO: O resto da Diretoria da REAL GRANDEZA foram Deputados do PTB, que eu não me lembro quais foram, que emplacaram os outros nomes que, também, eram funcionários de Furnas e já faziam parte, ou do Conselho, ou já tinham feito parte da Diretoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa informação é importante, por que ao questionar o então, Diretor-Financeiro da REAL GRANDEZA, ele disse que a indicação dele, não tinha passado nem de longe por critérios políticos. E nós tínhamos a informação de que o PTB tinha trabalhado pela confirmação do nome dele. E o Senhor está dizendo aqui que trabalhou, mesmo.

SR. MARCELO SERENO: Trabalhou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E que isso acabou tendo peso--

SR. MARCELO SERENO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na confirmação do Governo?

SR. MARCELO SERENO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, isso é importante entender. O Senhor acha que havia uma predileção do PTB pela REAL GRANDEZA, porque ela estava vinculada a FURNAS?

SR. MARCELO SERENO: Não sei dizer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor não sabe dizer?

SR. MARCELO SERENO: Não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Já que o Senhor era a pessoa, que estava ao lado do Ministro José Dirceu, nessa decisão e confirmação com relação aos cargos. Os Senhores receberam pedidos políticos, para a manutenção do Senhor Dimas em Furnas?

SR. MARCELO SERENO: Do Senhor Dimas...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Toledo.

SR. MARCELO SERENO: Toledo Fabiano? A direção de FURNAS foi decidida em nível do Ministério de Minas e Energia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Cuja Ministra...

SR. MARCELO SERENO: Cuja era--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dra. Dilma.

SR. MARCELO SERENO: A Ministra Dilma Rousseff. Nós em relação aos nomes da Diretoria de FURNAS, encaminhamos para ela gerenciar esse processo de definição dos nomes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas não houve nenhum pedido, para que ele ficasse ou para que ele saísse? Não houve alguém que pressionasse ou para ele ser mantido--

SR. MARCELO SERENO: Que eu saiba, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou para pedir o cargo dele?

SR. MARCELO SERENO: Que eu saiba, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, ele foi uma das poucas exceções à regra?

SR. MARCELO SERENO: Ele é uma pessoa que está lá, eu acho que desde o Governo Collor. Deve ser pessoa competente... Devia ser uma pessoa competente para ter sido mantido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque, pelo que nós vimos aqui, é evidente, eu sou um ser político, Deputado Abicalil, é um ser político, todos somos seres políticos. É evidente que há uma mudança de governo, e é natural que os principais cargos de confiança, eles também sejam alterados. Agora – o Senhor me perdoe fazer essa colocação, e se ela merecer alcançar o Governo, que ela também valha para o Governo anterior, porque isso vai estar no relatório como uma coisa geral, e não para esse ou aquele Governo. Eu acho que as Fundações precisam estar mais protegidas. E não podem, como em outros cargos, em outras áreas do Governo, não podem ser tão vulneráveis a esse loteamento partidário. E, se o PFL fez no passado, se o PSDB, fez no passado. Se qualquer um fez no passado, se qualquer um fez no passado, que valha também aqui essa condenação para essa prática. Agora, o que a gente percebe é que realmente essa divisão e esse loteamento dos cargos políticos, dos cargos estratégicos das Fundações, podem acabar comprometendo e levando para às Fundações pessoas que, às vezes, não estão qualificadas. Por exemplo, uma Diretoria de Investimentos, uma Diretoria-Financeira, exige uma pessoa altamente qualificada e que conheça de perto a área de investimentos. E, o que a gente vê é um excesso de divisão partidária, a exemplo do que aconte-

ceu na própria REAL GRANDEZA, onde o PT indicou o a Diretoria principal e o PTB... O PMDB teve alguma cota nessa indicação da REAL GRANDEZA?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Alguma vez o Senhor tinha ouvido falar do nome do Benito Siciliano, quando estava na Casa Civil?

SR. MARCELO SERENO: Quando estava na Casa Civil?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. MARCELO SERENO: Quando estava lá na Casa Civil?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. MARCELO SERENO: Não, não. Não ouvi falar antes, antes dessa...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, antes de tudo isso, claro!

SR. MARCELO SERENO: Do... De tudo isso, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Erick Belo?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E o Rui Belo?

SR. MARCELO SERENO: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não conhece nenhum dos dois.

SR. MARCELO SERENO: Eu sei quem são, mas não conheço nenhum dos dois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que se deu a indicação do Rui Belo para a Presidência da RIOPROVIDÊNCIA?

SR. MARCELO SERENO: Eu não participei desse processo, eu não sei te dizer. Eu não sei dizer ao Senhor, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas ele foi o Presidente da RIOPREVIDÊNCIA, no Governo da--

SR. MARCELO SERENO: Foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhora Benedita.

SR. MARCELO SERENO: Mas eu não fiz parte do processo que levou a essa decisão. Eu não sei, não sei...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não sabe informar com quem os dois--

SR. MARCELO SERENO: Eu não sei informar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Possuem relação políticas no Rio?

SR. MARCELO SERENO: Não sei informar, como é que foi sequer, o processo de definição do nome deles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor já ouviu falar na CORRETORA EURO?

SR. MARCELO SERENO: Já ouvi falar aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor não conhece--

SR. MARCELO SERENO: Não conheço ninguém.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhum dos seus proprietários?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem mesmo o Erick Belo, que foi o sócio fundador dessa corretora? Nunca esteve com ele?

SR. MARCELO SERENO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dentre as várias corretoras que nós estamos investigando o Senhor disse aqui, que não têm muitas relações com corretoras. Mas o Senhor tem alguma ligação, alguma relação, com algum proprietário de corretora, que o Senhor acha que deva informar à CPMI?

SR. MARCELO SERENO: O único proprietário de corretora que eu tenho relação, é o ex-proprietário de corretora, que é o Alcyr Collaço. Mais ninguém.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da CORRETORA IPANEMA.

SR. MARCELO SERENO: Ex-corretora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É. Fechou, não é? Não é mais proprietário de corretora.

SR. MARCELO SERENO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em algum momento, o Senhor participou de discussões no âmbito da Casa Civil, ou acompanhando como um homem de Governo, é claro, às Fundações sobre investimentos que essas Fundações fariam em Instituições Financeiras Nacionais?

SR. MARCELO SERENO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca.

SR. MARCELO SERENO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor reafirma aqui, que não conhecia ninguém, nem do BANCO RURAL e nem do BANCO BMG?

SR. MARCELO SERENO: Conhecia de vista, mas não conhecia. Não tinha relação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca teve contato, nunca se reuniu--

SR. MARCELO SERENO: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca tratou de nada com dirigentes dessas duas Instituições?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E com relação ao BANCO SANTOS?

SR. MARCELO SERENO: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca.

SR. MARCELO SERENO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor conhece o Edegar Cid Ferreira?

SR. MARCELO SERENO: Também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não faz a menor idéia de quem seja?

SR. MARCELO SERENO: Sei, mas... Era Presidente o BANCO SANTOS, mas não conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor teve contatos com Marcos Valério?

SR. MARCELO SERENO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na época que o Senhor estava na Casa Civil?

SR. MARCELO SERENO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que se deram esses contatos com o Marcos Valério?

SR. MARCELO SERENO: Eu já respondi isso na CPI dos Bingos. Os meus contatos com o Marcos Valério foram em função, muito dele ser dono de agência. E eu em 2004, ter começado a pensar em uma possível candidatura minha a Deputado Federal. Então, eu conversava com ele sobre esses assuntos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E essas reuniões normalmente aconteciam aonde?

SR. MARCELO SERENO: Eu almocei com ele. E me encontrei com ele na Casa Civil. Inclusive na CPI dos Bingos, eu falei, que achava que não devia ter encontrado com ele na Casa Civil, até porque era para tratar de uma questão muito minha, particular, que era da pretensão de ser candidato a Deputado Federal. Podia ter encontrado com ele, na agência dele para discutir com isso, como fiz com outros publicitários que ficaram meus amigos, para conversar sobre--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabe--

SR. MARCELO SERENO: O Senhor sabe como é importante, ter uma idéia de como vai se fazer uma campanha à Deputado Federal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor nunca tratou com o Marcos Valério, sobre nada que dissesse respeito a Fundos de Pensão?

SR. MARCELO SERENO: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor, naturalmente, sabe da afinidade que o ex-Ministro Gushiken possuía com essa área de Fundos de Pensão, até pelo fato de quando Parlamentar, ter acompanhado essa temática na Câmara dos Deputados.

SR. MARCELO SERENO: Hum, hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor acha que às relações do ex-Ministro Gushiken, com o Dr. Sérgio Rosa e com o Dr. Wagner Pinheiro, foram decisivas, para que tanto um como o outro, fossem confirmados na condição, respectivamente, Diretor- Presidente da PREVI e Diretor Presidente da PETROS?

SR. MARCELO SERENO: Não sei responder ao Senhor. Eu sei da grande amizade do Ministro Gushiken com os dois, mas não sei responder ao Senhor, se foi isso o definitivo. O Wagner Pinheiro foi uma escolha, me parece, pelo que eu ouvi falar do ex-Presidente da PETROBRAS, José Eduardo Dutra, que o conhecia também do Movimento Sindical, por que o Wagner Pinheiro foi Dirigente Bancário, durante muito tempo. Em relação ao Sérgio Rosa, eu acho que era uma escolha natural, pela história dele à frente da PREVI, nesses anos todos. Não foi uma escolha de um... Não. Uma escolha de Governo, ninguém pensaria em colocar outro nome, que não fosse o nome do Sérgio Rosa à frente de PREVI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o Senhor reconhece que o ex-Ministro Gushiken--

SR. MARCELO SERENO: Mas não só o ex-Ministro Gushiken, o Governo inteiro tinha relações--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se o Senhor me permite concluir, o senhor vai entender o que eu quero saber.

SR. MARCELO SERENO: Sim, perfeito. Desculpe, V. Exa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o Senhor deve ter visto, o Ministro Gushiken ele prestou esclarecimentos à essa CPMI, diversas matérias foram publicadas na imprensa. Ele participava como homem de Governo, de discussões estratégicas com os três principais Fundos de Pensão. O Senhor concorda?

SR. MARCELO SERENO: Ele falou isso, não foi?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso está claro. Inclusive, na disputa que é de conhecimento público, de conhecimento nacional, pelo controle da gestão da BRASIL TELECOM. Então,--

SR. MARCELO SERENO: Por achar que a...Por achar que a BRASILTELECOM estava--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim--
[tumulto]

SR. MARCELO SERENO: Que a BRASILTELECOM estava--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A razão poderia ser nobre--

SR. MARCELO SERENO: Eu estava, eu quero dizer--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu estou perguntando apenas--

SR. MARCELO SERENO: Eu quero dizer... A razão podia ser nobre, mas eu não posso falar em nome do Ministro Gushiken. Eu posso imaginar, especular aqui com o Senhor, quais possam ter sido os motivos, que o Ministro Gushiken tenha interferido, ou se ele realmente interferiu, na questão da relação dos Fundos de Pensão com a BRASILTELECOM. Mas havia da parte do Ministro Gushiken, uma visão de que os Fundos de Pensão deviam ter um papel importante na alavancagem do crescimento econômico dos Fundos de Pensão e tudo o mais. Nós sabemos que os Fundos de Pensão hoje, carregam muito dos seus recursos em renda fixa, até por conta do tamanho das taxas de juros no nosso país, que vale a pena colocar sem risco, dinheiro em LFTs e outros títulos. Mas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas eu pergunto ao Senhor como é--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu como membro do Governo nunca participei de discussões junto ao Ministro Gushiken sobre essas questões. Eu não posso dizer o Senhor que tenha havido. Eu posso especular aqui a partir, inclusive, do que ele falou aqui na CPI dos Correios, ele não falou na Sub-Comissão. Ele falou--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na CPI--

SR. MARCELO SERENO: Na CPI propriamente dita.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor confirmou, que a indicação do Luiz Carlos Prado para Diretor-Financeiro da PORTUS, passou pela Casa Civil, correto?

SR. MARCELO SERENO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como as indicações, quase todas, tinham uma paternidade política, tinham um apoio político, em quem é que o Senhor Luiz Carlos Prado se apoiou?

SR. MARCELO SERENO: Olha, eu não me lembro do caso do Luiz Carlos Prado, qual foi o apoio político, mas ele tinha um perfil mais técnico do que político.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor sabia, que ele foi um profissional do mercado financeiro?

SR. MARCELO SERENO: O que eu estou falando. Ele... O perfil dele era mais técnico do que político.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que ele operava com corretoras, o Senhor sabia disso?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele operava com corretoras. Inclusive trabalhou na CORRETORA INTRA e na CORRETORA FATOR.

SR. MARCELO SERENO: Hum. Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E a notícia que nós temos é que a partir dessa experiência do Senhor Luiz Carlos Prado, e nessas operações que ele tinha com corretoras e etc. Foi que ele se aproximou do Senhor Collaço, que eram dono da Ipanema--

SR. MARCELO SERENO: Hum. Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E, portanto, ope-

rava no mercado que o Senhor Collaço, amigo seu, tendo conhecido e tendo se aproximado do Senhor Luiz Carlos Prado, teria indicado o nome dele para a Diretoria Financeira da PORTUS.

SR. MARCELO SERENO: Hum. Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor acha que isso tudo é uma mera construção?

SR. MARCELO SERENO: Acho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não procede?

SR. MARCELO SERENO: Não procede.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da mesma forma, que o Senhor Márcio Campos da Silva que foi Diretor-Presidente da PORTUS. Pelo que eu vi, todas essas indicações de Presidência das Fundações, elas passavam, no mínimo, pela concordância política de algum grupo, do PT ou de qualquer um da base aliada--

SR. MARCELO SERENO: O Senhor Márcio, eu me lembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Márcio, ele teve apoio de quem?

SR. MARCELO SERENO: Do PSB.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Do PSB.

SR. MARCELO SERENO: PSB. Deputado Paulo Baltazar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, foi ele quem--

SR. MARCELO SERENO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pediu pelo--

SR. MARCELO SERENO: O Luiz Carlos Prado, eu realmente não me lembro, mas é uma indicação mais técnica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Voltando um pouquinho à CEDAE. Quando os senhores assumiram o Governo, V.S^a. me disse que determinou uma auditoria que verificou uma série de problemas--

SR. MARCELO SERENO: Auditoria no Governo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No Governo.

SR. MARCELO SERENO: No Governo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Alguma auditoria foi feita na CEDAE?

SR. MARCELO SERENO: Mas é indicação mais técnica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Voltando um pouquinho à CEDAE, quando os Senhores assumiram o Governo, V.S^a. me disse que determinou uma auditoria que verificou uma série de problemas--

SR. MARCELO SERENO: No Governo, no Governo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): NO Governo. Alguma auditoria foi feita na CEDAE?

SR. MARCELO SERENO: Que eu me lembre, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que o senhor se lembre não.

SR. MARCELO SERENO: Foi feita auditoria nas contas do Governo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Auditoria da PRECE, também não?

SR. MARCELO SERENO: Não. Porque era o orçamento do Estado, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vou conceder a palavra ao Deputado Abicalil, e logo depois, se necessário, eu retomo aos questionamentos.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Eu vou ser muito breve, meu caro Sub-Relator. Marcelo Sereno, que vem aqui na condição de depoente. Não sei se aqui, é por terceira vez ou segunda vez. Nesta Sub-Comissão é a primeira vez, não é?

SR. MARCELO SERENO: Sim.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Houve mais um depoimento, já foi ouvido pela Polícia Federal. Creio que muitas coisas, inclusive, se repetem, do ponto de vista, de qual seja a curiosidade e a necessidade de se apurarem fatos. Eu gostaria de dizer que, no caso de V.S^a. em particular – eu vou tratá-lo assim, por causa da condição de depoente. A maior parte dos questionamentos, como pôde observar, é sobre alguém que ouviu dizer, que outro ouviu dizer ou que alguém escreveu por alguém. E ninguém, sabe exatamente, qual era o ponto de partida. Em função de que se constituiu, ao longo desse período de investigação até um determinado tipo de opinião, em que composição de Governo, não se faz com conflito, nem com pleitos, nem com legitimidade, nem com conversas entre diferentes, com Partidos Políticos e etc. E se constituía quase que uma prática criminosa, o fato da Casa Civil, a qual V.S^a. serviu, ter a função inclusive burocrática, oficial, não apenas de mandar publicar cada um das nomeações, como de investigar os currículos, a vida passada e presente. A vida fiscal, tributária, das pessoas

envolvidas e submetidas, portanto, a convocação. Mas creio que a naturalidade, com que V.S^a. presente hoje aqui, tratou o tema, deixa absolutamente clara – e até me dispensa de ilustrar mais uma dezena de páginas aqui – matérias sobre conflitos de governos sucessivos, nos momentos de fazerem nomeações para preenchimento de cargos. Eu vi aqui matérias de janeiro 95, fevereiro de 95, março de 95, abril de 95, maio de 95. Eu estou falando de uma década atrás, para dizer que esse tipo de composição é constitutiva da democracia. E, evidentemente, a Casa Civil exerceu em Governos sucessivos, a mesma tarefa. Eu vou até me dispensar de ler, porque eram conflitos entre pefelistas e tucanos, entre PP, PMDB, à época de composição de Governos anteriores. Eu creio que V.S^a. deixou aqui bastante claro, o papel que exerceu, no curto tempo em que esteve na Chefia de Gabinete, e depois, na Assessoria Especial, no que tange ao procedimento que lhe cabia, de ouvida, a Casa Civil, no sentido da apresentação de pleitos das diversas forças políticas que compunham o Governo, exercer, evidentemente, a sua função, que era dar prosseguimento aos encaminhamentos decididos no nível do Ministério. Seja aquele diretamente vinculado à decisão do Ministro Chefe da Casa Civil. Seja aquele que viesse, por deliberação de outro Ministério, a quem estava delegada a competência própria para compor os cargos que lhe eram devidos e submetidos, portanto, a eles. Há, portanto, meu caro Marcelo Sereno, uma série de questionamentos, que eu quero reiterar aqui, nos quais V.S^a. se comportou com absoluta naturalidade. A meu juízo, com... Sem fazer paráfrase do seu nome, com a serenidade devida, os procedimentos que adotou, tendo em vista a competência que tinha para os cargos que exerceu, seja no período em que esteve servindo a ex-Governadora Benedita da Silva, no Rio Janeiro, com a importante tarefa que exerceu, como Coordenador de Governo. Ou nos cargos de Conselho que exerceu, também, em nome do Governo do Rio de Janeiro, pelo Partido dos Trabalhadores, como posteriormente, na Casa Civil. E me impressionou muito bem, o fato de V.S^a. ter bastante clareza dos limites de atribuição do cargo. Coisa que volta e meia, aquilo que é tomado aqui como denúncia, que na verdade, nem são denúncias, às vezes, são declarações de interesses em função de conflitos, que podem até ser de ordem pessoal ou local, ou política, da Base representada aqui ou ali, em particular, quando se trata de interesse de trabalhadores, onde é normal que haja peleja e disputa política, em torno de espaços de poder, quando se trata de direitos de trabalhadores, no caso, específico, de direitos previdenciária e de benefícios, portanto, continuados, que devem ser prestados a esses trabalhadores. Que

não se pode constituir em crime, o fato de V.S^a. ter tido origem numa empresa que era pública, depois ter sido privatizada, do ponto de vista do seu exercício profissional. Segundo, de ter exercido funções de Dirigente Sindical, porque se isso por crime num país democrática, numa sociedade capitalista, onde o conflito de classe é constitutivo dele, imagino nós teríamos que partir para um Estado Totalitário, onde a democracia, a liberdade e autonomia de movimento, de organização e de representação seria absolutamente apartada. De modo, meu caro Marcelo Sereno, o que eu quero dizer é que as informações que V.S^a. trouxe aqui, inclusive tendo claro, repito aqui, o limite de sua atribuição. E pelo que pude perceber em todo o processo investigatório, que o Sub-Relator pôde, exaustivamente, fazer na sessão de hoje, a clareza do limite, de que do ponto de vista da gestão direta dos Fundos de seus resultados, das gestões administrativas, de que tipo de aplicação fazer? Que contrato fazer? Que carteira escolher? Qual gestor apontar? V.S^a. não teve rigorosamente, nenhum tipo de participação, o que aliás, só lhe atribui absoluta pertinência aos cargos que exerceu, no período em que esteve na gestão de Governo. O que eu posso, evidentemente, tratar aqui, é que além do depoimento que V.S^a. prestou aqui, antes já havia prestado na “CPI do Fim do Fundo”, na CPI dos Bingos e, também, nos procedimentos que teve junto à Polícia Federal, assim como alguns dos personagens listados aqui, além de V.S^a. outros também já foram ouvidos na Polícia Federal. Os depoimentos encontram, clareza e coerência, entre uma etapa e outra da participação de V.S^a. aqui. E tenho convicção de que isso contribuirá e muito, para que a solução desta Sub-Relatoria, possam apontar os limites de responsabilidade, de quem teve realmente responsabilidade, em alguma prática que tenha resultado em prejuízos derivados, não do mercado financeiro, mas de posição deliberada ou provocar prejuízos. E creio que, inclusive, as características que deu da disputa política, localizada no Rio de Janeiro e dos conflitos de informação, que são típicos dessa disputa política, procurando imputar a esse ou aquele grupo, em determinados momentos, a diversidade de composição de Governo, clarividência e a clareza, de que nem tudo que se informa, nem tudo que se publica, é relativo a fatos e atos. E, por essa razão, inclusive, deve merecer da CPMI, aquilo que nós temos o dever de fazer: Desconfiar dessas informações. E a partir da desconfiança das informações e do exercício da nossa curiosidade em torno delas, que efetivamente, fazemos um percurso de orientação das investigações que são cabidas. De modo, meu prezado depoente, que eu quero saudar novamente, a naturalidade e a serenidade com que, na condição

de investigado, que compareceu a esta CPMI, pôde prestar os esclarecimentos devidos à CPMI, à sociedade brasileira e àqueles, que neste caso particular, beneficiários ou participantes dos fundos, têm o direito de saber, exatamente, àquilo que ocorreu e a quem se deve atribuir a responsabilidade de gestão. Sejam os seus representados por eleição direta, sejam àqueles que por meio das patrocinadoras, exercendo estatutariamente, suas funções, compareceram e permanecerem nos cargos de direção que lhe foram confiados. Muito obrigado. Eu agradeço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Dr. Marcelo, quando esses nomes para ocupar os cargos de Diretor dos Fundos de Pensão chegavam à Casa Civil, era feita alguma discussão sobre a capacidade técnica e a qualificação profissional, das pessoas que estavam sendo indicadas, para assumir aqueles cargos?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Onde é que isso ocorria? Onde é que se procurava apurar, se aquele que estava sendo indicado, ele possuía qualidade para ocupar o cargo?

SR. MARCELO SERENO: Deveria ser pelas patrocinadores e no Conselho, que tem os representantes dos eleitos. A expectativa é que a avaliação das qualificações dos indicados, fosse feita por eles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, a Casa Civil, só fazia um juízo de valor político, não fazia um juízo de valor técnico?

SR. MARCELO SERENO: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.S.^a. reconhece que em alguns casos haviam disputas políticas. Quer dizer, um determinado Partido queria indicar uma pessoa, o outro queria indicar outra e havia um choque.

SR. MARCELO SERENO: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em geral, como é que se dava a solução, quando esses choques ocorriam?

SR. MARCELO SERENO: A negociação era entre os Partidos Políticos. E a interferência das pessoas do Governo responsáveis, por se dar a palavra final.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O ex-Ministro José Dirceu, tinha uma participação direta e efetiva, na solução desse conflito de interesses?

SR. MARCELO SERENO: No caso dos Fundos de Pensão, como eu disse, para o Senhor, Deputado, na maior parte dos casos, as soluções foram soluções

naturais. Então, não teve necessidade de interferência do Ministro José Dirceu. Não chegou a ter, na verdade, nenhum caso em que fosse necessária a interferência do Ministro José Dirceu. Mesmo no caso de REFER que deu aquelas confusões todas, a primeira Diretoria foi eleita por unanimidade. No caso da FUNCEF, que eu relatei, a Diretoria foi eleita com um voto contra. No caso de todas as Fundações, acabou... Na REAL GRANDEZA, por exemplo, foi eleita por unânime... Foi eleita numa votação disputada, mas foi eleita a chapa, que estava sendo indicada pelas patrocinadoras. Então, não houve necessidade de uma interferência do Ministro José Dirceu, para resolver o problema que ocorreria, caso as indicações das patrocinadoras e dos eleitos, que tinha sido resultado dum acordo prévio, fosse derrotada numa reunião de Conselho, coisa que não aconteceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em alguns casos de algumas Fundações, a gente verifica que houve uma mudança muito constante dos seus Dirigentes. REFER, talvez, seja o exemplo mais emblemático disso, mas não é o único. Como é que V.S.^a. avalia essa mudança constante no quadro diretivo de uma Fundação. Isso não traz, na opinião do Senhor, prejuízo para as Fundações?

SR. MARCELO SERENO: Com certeza. Eu acho que o Senhor tem toda razão, em que o ideal seria em que as Fundações, fossem... Tivessem uma Diretoria escolhida, eu não discordo, inclusive, das observações que o Senhor fez, com as pessoas com maior capacidade técnica possível e com representatividade. Isso seria o ideal. Eu, no caso da REFER, eu expliquei por que houve essa mudança. Não sei de quais outras Fundações, o Senhor está falando de mudanças frequentes. Me parece que não teve... Como a REFER, nenhuma foi igual.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No caso do Dr. Roberto. Dr. Roberto – eu queria que a Assessoria trouxesse aqui o nome completo do Dr. Roberto--

SR. MARCELO SERENO: Quem?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que foi Diretor, também financeiro da REFER, mas ele como estava vinculado à Companhia Ferroviária, me parece que do Paraná, ele precisava ser liberado pela patrocinadora. Ele chegou a assumir a Diretoria-Financeira e ficou pouco tempo, nessas mudanças de seis Diretores que a REFER teve. Ele veio prestar depoimentos à CPMI. Deixa eu ver o nome dele completo: Roberto Souza. Hoje, inclusive, ele é membro do Conselho Deliberativo da REFER. Ele nos disse aqui, que justamente, por

contrariar interesses do Governo, foi feita uma pressão e ele nominou o Ministro José Dirceu. Foi feita uma pressão pelo Ministro José Dirceu, para que ele não fosse liberado pela patrocinadora, o que acabou impedindo a permanência dele na Diretoria-Financeira da Fundação. Como V.S^a. acompanhou de perto essas mudanças, essas oscilações. Eu queria que V.S^a. se possível, contestasse, ou então confirmasse, essa declaração do Dr. Roberto, que me pareceu ser uma pessoa séria, de bem. Hoje é membro do Conselho da REFER, simpatizante do Partido de V.S^a. apesar de não ter uma militância política mais ativa, mas se declarou aqui, simpatizante do Partido de V.S^a. Porém, segundo ele – nós exploramos muito isso -, ele chegou na Diretoria-Financeira da REFER, e simplesmente, contrariou os interesses do Governo e, ao contrariar os interesses do Governo, ele acabou sendo impedido de permanecer nessa Diretoria.

SR. MARCELO SERENO: Posso respondê-lo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor.

SR. MARCELO SERENO: Tanto no caso dele, quanto no caso da saída, do Diretor-Presidente Jorge Moura, houve da parte do Conselho da REFER, uma decisão que foi tomada, sem uma prévia consulta às patrocinadoras. No caso, do Dr. Paulo ou Roberto?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Roberto Souza.

SR. MARCELO SERENO: No caso, do Dr. Roberto de Souza sem uma prévia consulta aos liquidantes da Rede Ferroviária Federal. Que na verdade, ele era funcionário da Rede Ferroviária Federal, não existe a Companhia da Rede Ferroviária do Paraná, mais. Ele está nos quadros da Rede Ferroviária Federal, em liquidação. Em função disso, não foi efetivada a nomeação dele e foi colocado um outro nome. Quando o Senhor Jorge Moura, também foi demitido do Conselho, sem uma consulta às patrocinadoras, o Governo também, fez por bem fazer voltar a decisão atrás. Foi muito mais naquele sentido de a REFER, o Conselho de REFER não pode ser uma entidade independente das patrocinadoras, por que os recursos que estão lá são recursos públicos da União. Então, não são propriedade privada dos membros do Conselho. Tanto num caso, quanto no outro, a volta atrás na decisão foi basicamente por isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas essa discussão, ela chegou à esfera do Ministro José Dirceu?

SR. MARCELO SERENO: Chegou à esfera da Casa Civil. Eu reporteí ao Ministro José Dirceu, que me falou para procurar às patrocinadoras, para que se

fizesse o possível para se reverter a decisão, já que as patrocinadoras não tinham sido consultadas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, não se engana, o Dr. Roberto em dizer, que de fato o Ministro José Dirceu decidiu e contribuiu, para que ele não fosse liberado?

SR. MARCELO SERENO: Sim. Desse ponto de vista, sim. Do ponto de vista, que o nosso Deputado Carlos Abicalil, do Partido dos Trabalhadores do Mato Grosso, afirmou, pela importância do Governo de interferir na composição e não deixar a coisa acontecer, como estava acontecendo na REFER.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em que outras situações o Ministro José Dirceu, se envolveu no que se refere a essa acomodação dos cargos em Fundos de Pensão?

SR. MARCELO SERENO: Só nessas duas decisões do Conselho de Administração, do Conselho Deliberativo da REFER, que decidiu sem consultar previamente às patrocinadoras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só nesse caso?

SR. MARCELO SERENO: Só nesse caso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E mais nenhum outro?

SR. MARCELO SERENO: E mais nenhum outro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor se lembra, quem foi o responsável pela indicação do Jorge Luiz Monteiro de Freitas, para Diretor-Financeiro da REAL GRANDEZA?

SR. MARCELO SERENO: Já respondi essa pergunta, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor falou do PTB.

SR. MARCELO SERENO: Mas eu não me lembro que Deputado, foram Deputados do PTB.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor não tem esse registro?

SR. MARCELO SERENO: Eu não tenho esse registro. Eu saí da Casa Civil já, desde maio de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque depois, assumiu o Senhor Ermindo Cecchetto, mas aí já não é do seu período. Na SERPROS, nós ouvimos aqui o Senhor Jorge Luiz Batista de Oliveira--

SR. MARCELO SERENO: Hum. Hum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor se recorda, como foi esse processo de escolha do Batista da SERPROS?

SR. MARCELO SERENO: Jorge Luiz Batista de Oliveira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. MARCELO SERENO: É Diretor-Financeiro?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Diretor-Financeiro da SERPROS.

SR. MARCELO SERENO: Eu imagino, eu acho que ele é do PT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso.

SR. MARCELO SERENO: E que já estava na Diretoria de Benefícios e virou Diretor-Financeiro, se eu não estou enganado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não me recordo, se ele já era membro integrante da Diretoria--

SR. MARCELO SERENO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas certamente, que ele tinha uma militância sindical no Partido dos Trabalhadores, vinculado ao Partido dos Trabalhadores. Até eu não sabia, eu não tinha essa informação, isso se revelou apenas, quando ele veio prestar aqui o seu depoimento. Até porque, também, sem o meu conhecimento – e eu fui tomar conhecimento no dia -, veio uma informação de que ele era do PT da Bahia. Militava no sindicalismo baiano.

SR. MARCELO SERENO: Isso. Militava de processamento de dados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso. O Senhor se recorda, se ele contou com o apoio de algum Parlamentar? De algum Dirigente Partidário?

SR. MARCELO SERENO: Ele, eu acho que contou com o apoio do PT da Bahia, e dos militantes sindicais do SERPROS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Que acabaram contribuindo para confirmar o nome dele?

SR. MARCELO SERENO: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com relação a GEAP, eu estou procurando aqui o quadro da GEAP, não estou encontrando. Eu queria me recordar o nome

da Diretora-Presidente da GEAP. O senhor pode me ajudar?

SR. MARCELO SERENO: Está me dando um branco aqui, também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu acho que Dra. Tânia, salvo engano.

SR. MARCELO SERENO: Não...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicitaria à Consultoria que--

SR. MARCELO SERENO: Enquanto o Senhor se lembra, eu posso ir ao toalete?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro, por favor.

SR. MARCELO SERENO: Obrigado.

[INTERVALO]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós estamos aguardando apenas o depoente, que solicitou a possibilidade de ir ao toalete. Tão logo ele retorne nós retomaremos. Bom, eu consultei aqui a nossa base de dados, consta que a Dra. Regina Ribeiro Paris Carvalho, Diretora-Executiva da GEAP, ela tinha uma relação ou tem uma relação, muito próxima, com o ex-Ministro José Dirceu. O Senhor confirma isso? É a primeira pergunta. E a segunda pergunta é: Como é que se deu essa indicação da Dra. Regina?

SR. MARCELO SERENO: A Dra. Regina tem proximidade sim, com o ex-Ministro José Dirceu, mas foi indicada pela influência que tem o PV de São Paulo. E, pela influência, que o seu marido tem no PV de São Paulo. Foi uma indicação do PT Paulista, com o apoio do Presidente e de uma série de outros Deputados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ela foi candidata a Deputada pelo PT de São Paulo, correto?

SR. MARCELO SERENO: Isso eu não sei. Eu não sei informar ao Senhor Deputado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): [Inaudível] É só se anteriormente, ela já--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, do setor de Fundos de Pensão não, mas não me parece que ela é funcionária do Ministério da Saúde.

SR. MARCELO SERENO: Ela conhece a área de... Porque o GEAP não é só--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O

GEAP já estava desmembrado, na época--

SR. MARCELO SERENO: O GEAP, não sei, se é Fundo de Pensão, se é mais plano de saúde--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, por que o GEAP tem as duas coisas--

[tumulto]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pas-sou por um processo de [inaudível]

[tumulto]

SR. MARCELO SERENO: Então, na verdade, a indicação dela é muito mais pela história dela de conhecimento na área de saúde, do que por mercado financeiro ou qualquer conhecimento de Fundos de Pensão--

[tumulto]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O GEAP foi desmembrado na verdade, uma área atua como plano de saúde e a outra área atua, como Fun-do de Pensão.

SR. MARCELO SERENO: O GEAP está tendo todo esse debate, sobre se pode fazer--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É exatamente--

SR. MARCELO SERENO: Se pode fazer sem licitação--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Di-gamos assim, o GEAP do A, e GEAP do B.

SR. MARCELO SERENO: É isso, é isso.

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O GEAP do A e GEAP do B--

[risos]

SR. MARCELO SERENO: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero, con-ceder a palavra ao Senador Heráclito. O Deputado Abicalil já fez uso da palavra, já arguiu o depoente por mais duas horas e meia, aqui também. Então, com a palavra V. Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sen-hor Presidente e Relator. Eu quero dizer que eu vim aqui, mas em solidariedade a V.Ex^a.s. Esse exemplo que o Senhor está dando ao Brasil nesse momento, nessa sexta-feira, aonde não é costume a presença de Parlamentares em Brasília. E o PT dá um exemplo fantástico aqui de estar presente--

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Na pessoa desse grande guerreiro, que é o Abicalil. Mas lhe confesso, que iria tomar pé um pouco no que es-tava acontecendo, ele me sonegou tudo.

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): En-tão, eu vou entrar... Talvez, se o Senhor estiver fazendo alguma pergunta que já tenha sido feita anteriormen-te, eu quero que os senhores compreendam. A Casa Civil fazia triagem ou interferia na indicação de todo o processo de todo o sistema?

SR. MARCELO SERENO: Como assim?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Do Fundo de Pensão?

SR. MARCELO SERENO: A Casa Civil, era in-formada de como era feita... Dos escolhidos para os Fundos de Pensão. Muitas vezes, isso era resultado de negociação política. Muitas vezes, como eu relatei aqui para o Deputado ACM Neto, era algo natural, porque como eu já disse também, anteriormente. No Governo do Presidente Lula, um Governo com muitos sindicalista e pela nova legislação metade dos Conselhos, eram compostos por membros eleitos e boa parte--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Isso já vinha desde o segundo Governo, anterior, não é?

SR. MARCELO SERENO: É. Começou, mas muito mais agora. Então, boa parte dos eleitos queria ser Diretor, pela forte influência do PT. E nós tivemos que fazer um meio de campo necessário, mas na maior parte das vezes, isso acontecia naturalmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso confirma apenas Senador, se o Senhor me permitir. Que o PT, já tinha uma participação significativa lá atrás, na composição das Diretorias--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Cla-ro.

SR. MARCELO SERENO: Sem a mesma for-ça--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Claro.

SR. MARCELO SERENO: Sem a mesma for-ça, que os representantes indicados pelo Governo anterior--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas já tinham.

SR. MARCELO SERENO: Tinham, claro.

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Ali-ás, o PT foi muito hábil nessa questão, certo? E duas coisas ficaram... Eu fui Prefeito de Teresinha, e ante-ontem teve um depoimento aqui fechado e me julguei o verdadeiro Erenildo, idiota. Porque, quando eu era Prefeito, o grande encanto do PT pelo Brasil afora, era com o sistema de lixo. Eu me lembro que nós fazíamos reuniões no Brasil inteiro, e naquela época, a Presiden-te da Associação dos Prefeitos de Capital, era a Luiza

Erundina. Eu fui a Vitória do Espírito Santo e a grande obra que o PT mostrou, foi realmente a revolução que fez na limpeza, no lixo. Eu fui ver a estação. Depois fui ver, inclusive, a do Celso Daniel, tive oportunidade de ver. E o carinho, com que o PT tratava a questão da limpeza. Hoje, se vê um pouco o porquê. Depois, eu volto para Casa, eu volto à Câmara. E vi que o PT não era exclusivista em lixo, mas também, em Fundo de Pensão. E acompanhei aquela CPI, onde o Gushiken se destacou aqui. Foi um verdadeiro baluarte, defendendo Fundos de Pensão. E acho que ele perdeu tempo. Ele fez um trabalho fantástico, um trabalho brilhante. A propósito, como é que deu a escolha do Presidente do SPC, no atual Governo? Dr. Marcelo.

SR. MARCELO SERENO: Eu imagino, que tenha sido uma escolha do Ministro da Previdência, atual Presidente do PT, Ricardo Berzoini.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Do Ministro Berzoini?

SR. MARCELO SERENO: Do Ministro Berzoini.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Qual área convívência, anterior do Ministro Berzoini com o Presidente do SPC?

SR. MARCELO SERENO: Eu não sei responder.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O Presidente do SPC, ele foi Chefe de Gabinete do Gushiken. O currículo dele, depois de trabalhado, naquela empresa que deu muita confusão em Campinas, Global(F), aquela empresa que fica perto de Campinas, e aí veio para o SPC. O Senhor é tido no Governo, como o homem de memória, aliás, o grande homem de memória que tinha dentro, na área da Casa Civil.

SR. MARCELO SERENO: Mas fiquei muito tempo fora do Governo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): De expressão e memória. Faça uma opção. Como é que foi essa escolha?

SR. MARCELO SERENO: Eu não tenho, como ter certeza.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sei.

SR. MARCELO SERENO: Mas não foram todos os cargos, imagina, se fosse assim, a Casa Civil teria que ter uma estrutura monstruosa só para fazer isso. Não foram todos os cargos, que passaram por discussão na Casa Civil. Boa parte dos cargos dos Ministros, dos Ministérios, foram escolhas dos Ministros, que eram enviados para nós e cancelados porque senão paralisava o Governo, inclusive, se todo o cargo fosse necessariamente, passar por qualquer tipo de avaliação política e técnica. Então, houve muito disso. No caso, do Senhor Adacir Reis, eu imagino que tenha

sido uma escolha do Ministro Berzoini. Se o Ministro Gushiken, influenciou nessa escolha ou não, eu não posso responder ao Senhor, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu acho até se houve ou foi uma escolha ou indicação do Ministro Gushiken, não foi escolha indevida, não. O Ministro é um homem que aperfeiçoou-se ao longo da vida nessa questão--

SR. MARCELO SERENO: É mais ou menos--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu acho que o grande erro que o Governo cometeu, foi de não ter assumido o ônus de colocá-lo como Ministro da Previdência, desde o começo. Porque aí--

SR. MARCELO SERENO: A roda da Previdência tinha sido mais dura, provavelmente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não é verdade? Claro! Mas não, é verdade? Eu acho que foi o grande erro que o Governo cometeu--

SR. MARCELO SERENO: Provavelmente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Por que aí caiu no grande erro do Governo Collor. O que aconteceu com o Fundo de Pensão no Governo Collor, e que deu o escândalo que deu, o famoso esquema PP? Trouxe toda a estrutura de Fundos de Pensão, para o órgão que sucedeu o SNI, que foi a ABIN. E o Encarregado-Chefe era o encarregado, também, da Administração indireta de fato, dos Fundos de Pensão. Eu acho que foi o mesmo erro. Eu não tiro o mérito do Senhor Gushiken, em entender da questão. Eu acho apenas é que houve uma interferência uma influência indevida. Tanto é que nós tivemos aqui... Não, o Senhor vai ver que eu estou certo. Nós tivemos aqui um Senador que foi Ministro da Previdência em que quando assumiu, um dos cargos inegociável era exatamente o SPC: "O Senhor muda tudo, mas não muda o SPC. Nós temos lá um homem que está fazendo o trabalho". Daí por que o Governo, às vezes, tem uma dificuldade de explicar determinadas coisas.

SR. MARCELO SERENO: Certo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O Senhor saiu do Palácio em que ano? Em que data?

SR. MARCELO SERENO: 13 de Maio de 2004.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): 13 de Maio de 2004, já foi agora, no--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] 2005, não é?

SR. MARCELO SERENO: 2004.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): 2004.

SR. MARCELO SERENO: É.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): 2004, a CPI já estava instalada, não?

SR. MARCELO SERENO: Não, imagina.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): 2005?

SR. MARCELO SERENO: Treze de mais de 2004.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Após o episódio Waldomiro ou durante o episódio Waldomiro?

SR. MARCELO SERENO: Após o episódio Waldomiro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Após o episódio Waldomiro.

SR. MARCELO SERENO: Foi.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Certo. Muito bem, Sr. Relator. Mas não houve nenhuma, correlação com o episódio Waldomiro.

SR. MARCELO SERENO: Nenhuma correlação, inclusive, porque a própria CPI dos Bingos, me chamou baseada em declarações do senhor Luís Eduardo Soares, sobre pretensas relações, que eu tivesse com o jogo do bicho, os bingos e o próprio Waldomiro. E que eu saiba a CPI dos Bingos até agora, não publicou nada, não chegou a nenhuma conclusão, sobre essas relações minha com esses setores.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): E veja bem, quem ocupa a função, como o Senhor ocupava na Casa Civil, certo? Está sujeito a--

SR. MARCELO SERENO: Chuvas e trovoadas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Claro. Porque tem que entender de atracação de navio à tecnologia de primeira ponta. Então... Eu sei o que é isso. É a triagem, que faz do Chefe da Casa Civil. E, às vezes, até quem paga o preço, quem paga por essa questão... Mas me diga uma coisa, passaram por suas mãos quantas indicações para Fundos de Pensão?

SR. MARCELO SERENO: Eu disse aqui para o Senhor Deputado ACM Neto, que os Fundos de Pensão, na maior parte. Das vezes, os nomes que vinham já vinham de um acordo unânime, então na verdade eu só encaminhava. Então, quantos passaram aí tem que ver quantos Fundos de Pensão passaram. Por exemplo, no caso da PREVI, só encaminhei, por que havia um acordo o número--

[tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Passaram todos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não use a PREVI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Passaram todos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não use a PREVO, porque a PREVI é a República ele... Ela

é maior do que a República. Ela é mais forte do que o Ministro da Fazenda.

SR. MARCELO SERENO: Não. Não passaram todos não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A PREVI, tira a PREVI dessa contabilidade, porque da PREVI é maior do que o Governo.

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A PREVI é o Governo. A PREVI é quem banca o Governo.

SR. MARCELO SERENO: Não passaram todos não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Bancou antes e banca, agora. Então, a PREVI, fica fora disso. Eu desafio no Governo, quem tiver coragem e condições--

SR. MARCELO SERENO: De enfrentar a PREVI--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): --De fazer algum mal um dirigente da PREVI. Eu desafio. O mal que a gestão da PREVI está fazendo a esse Governo, só vai se sentir o ano que vem. Anote que o eu estou dizendo aqui, porque hoje ela é blindada. Ela é blindada. Ela faz crise. Ela não é crise. Entendeu, Sr. Relator? Nós ainda, vamos ver esse filme é um filme... Aliás, o Presidente da PREVI, uma vez aqui, não diz respeito ao Congresso -- o Senhor estava presente -, sugeriu que nos assistíssemos o filme, o nome daquele filme? "O Aviador". E eu disse a ele, que aproveitasse a mesma sessão e fosse ao cinema do lado, que tem um filme muito na moda, que são... Como é o nome? "Uns Bandidos e um Segredo"? Como é o nome daquele filme?

[risos]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] Não sei. Eu não estava presente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não estava não? Como é o nome daquele filme? 11--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): São 12 homens ou 13--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): "12 Homens e um segredo", que é a história de um cassino, foi aquilo mais ou menos parecido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se fossem 13, até teria alguma sugestão...

[Risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não começou com 11--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] 12 mais 13, dá 25.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Entendeu?

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Então, é isso. Dr. Marcelo, eu acho que a CPI está cumprindo o papel. Ela teve uma felicidade muito grande, quando diante da impotência, essa CPI fez tudo para não chegar, aonde o Brasil vai vendo e ela vai chegar. Nós chegamos a um determinado momento aqui, que se tentou contratar uma auditoria para fazer o acompanhamento. A pressão externa foi tão grande com as auditorias de renome nacional, “O senhor sabe... As auditorias grandes é quem têm contrato com as grandes empresas que, na realidade, essas grandes empresas hoje dependem dos grandes Fundos e todas elas foram pressionadas”. E pegou-se uma empresa pequena, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No nosso caso, não. No nosso caso, é um empresa de porte--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sim, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por que de todas as de porte é a única que conseguiu superar o problema de incompatibilidade--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pois é. E ela conseguiu contratar aquele famoso, programa inglês, para chegada ao nome de um por um, eu fico estarecido. De vez em quando aparece um herói “Foi fulano que vazou”. Pois não. É um programa que ele tem aí, e que está conseguindo fazer cruzamento e que vai pegar de um por um. É só questão de tempo. “Não... O vazamento foi...” Não é Não. É esse esquema. Esse é um esquema que cruza o sistema e que está pegando. Infelizmente, está ainda num ritmo lento, porque é o aperfeiçoamento da técnica de usá-lo, mas eu acho que o melhor, que a CPI podia fazer, Sr. Relator, era suspender os trabalhos e deixar esse grupo. Pedir 60 dias, como é o nome do grupo, parece o nome daquele conjunto que fez sucesso aqui agora?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O sistema é o “A two”(F).

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Deixa o “A two”(F)-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] [Inaudível]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Deixa o “A Two”(F) trabalhar que ele vai chegar. Infelizmente, nós vamos chegar até, inclusive, onde nós não queríamos. Vamos para frente, Sr. Relator. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Obrigado Senador. Eu queria fazer aqui alguns registros. Inicialmente, eu queria registrar que nós estamos chegando, na última reunião oficial, da Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão. E fazendo uma retrospectiva, eu gostaria de agradecer sinceramente, ao Senador Delcídio Amaral, ao Deputado Osmar Serraglio e a todos os membros da CPI, por terem acreditado, que do ponto de vista político, seria um acerto constituir a Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão. Nós fomos a última Sub-Relatoria a ser constituída. Oficialmente. Só começamos a funcionar no dia 19 de outubro. Dedicamos todo o primeiro momento do nosso trabalho, toda a primeira etapa para o exame dos dados. Para a análise das informações e somente a partir de janeiro, nós tivemos condições de começar às Audiências Públicas. Começamos no dia 11 de janeiro, foi a primeira audiência. Logo na segunda semana de janeiro, nós tivemos que interromper, porque eu acabei ficando doente e tive que me ausentar uma semana de Brasília.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Catapora, não foi?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Catapora, Senador. Fiquei doente, algumas marcas ainda no rosto, porque demoram para sair e corremos contra o tempo. Trabalhamos aqui, de segunda-feira a sexta-feira quase todas as semanas. E nas duas ou três últimas semanas, inclusive, a Assessoria passou o final de semana aqui trabalhando, com toda a equipe. Conseguimos, nesse prazo, ouvir aproximadamente 66 pessoas, entre testemunhas e investigados. Foram 24 reuniões. Eu quero agradecer sinceramente, a toda a equipe--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senhor Presidente, eu esqueci uma coisa no final, eu queria que V.Ex^a., me permitisse.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu não sei se no início foi feito, mas se não, eu queria fazer uma pergunta. O Senhor está acompanhado por dois advogados. Os advogados são contratados pelo Senhor ou pelo Partido?

SR. MARCELO SERENO: Por mim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Os advogados se qualificaram?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se qualificaram.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): São de escritórios isolados ou são de escritórios, pessoa jurídica?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] Não. [Inaudível]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Por favor, o nome? O nome dos escritórios para o qual os senhores trabalham? A senhora trabalha?

SRA. ADVOGADA CARMEM MANSANO DA COSTA BARROS FILHA: COSTA BARROS ADVOGADOS ASSOCIADOS.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Costa?

SRA. ADVOGADA CARMEM MANSANO DA COSTA BARROS FILHA: COSTA BARROS ADVOGADOS ASSOCIADOS.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Ele também?

SRA. ADVOGADA CARMEM MANSANO DA COSTA BARROS FILHA: ADVOCACIA PODVAL.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Será possível, um cartão de endereço... Com sede em Brasília? Ou tem Brasília Rio São Paulo.

SRA. ADVOGADA CARMEM MANSANO DA COSTA BARROS FILHA: Tem Brasília e São Paulo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Escritórios caros. Eu lhe parableno, por estar se protegendo. Pegaram escritórios competentes, a gente está vendo que não são pessoas que não são baratas, mas honra não tem preço. Eu acho a que defesa da honra é uma coisa que tem que ser levada... E o Senhor está de parabéns por escolher escritórios experientes, mas eu apenas gostaria de que fazer a qualificação dos escritórios para... Os senhores defendem, fora o Dr. Sereno, mais alguém no processo da CPI? No processo envolvendo convocados pela CPI?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor pode falar, por favor, no microfone?

SR. ADVOGADO ROBERTO PODVAL: Nos defendemos o Sérgio Gomes da Silva, foi chamado na CPI dos Bingos. Eventualmente, defendemos, mais algumas pessoas, mas não acompanhamos, ainda a CPI, são muitas empresas que foram eventualmente chamadas, mas que não vieram.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu digo apenas dos caso das duas CPIs que estão tramitando.

SR. ADVOGADO ROBERTO PODVAL: Não. Na CPI só os dois.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Só os dois.

SRA. ADVOGADA CARMEM MANSANO DA COSTA BARROS FILHA: Estamos acompanhando o Adauto também. O ex-Ministro Anderson Adauto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Ex-Ministro Anderson Adauto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aproveitando a interrupção do Senador. Atualmente o Senhor realiza alguma atividade?

SR. MARCELO SERENO: Eu sou licenciado, pelo meu sindicato. E estou, na verdade, eu sou funcionário da Vale do Rio Doce, e a Vale do Rio Doce me licenciou para o sindicato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor é remunerado?

SR. MARCELO SERENO: Sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A Vale do Rio Doce e a Vale do Rio Doce...

SR. MARCELO SERENO: Companhia Vale do Rio Doce.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sim. E está liberado...

SR. MARCELO SERENO: Pelo meu sindicato.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Ah, pelo seu sindicato. Sindicato da Vale?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É dos funcionários da Vale.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Por sinal, eu quero parabenizar a Administração da Vale. Foi o maior lucro de empresa privada na América Latina, segundo... Essa Vale, que tanto se condenou na época da privatização, não é Dr. Sereno? Imagina, quanta campanha se fez! Chute no traseiro de advogados que--

SR. MARCELO SERENO: Eu estava em todos os atos. Contra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Que foram para o leilão da privatização. E a vale, hoje é incrivelmente, bom lucro. Parabéns ao Senhor, por fazer parte da Vale do Rio Doce.

SR. MARCELO SERENO: Há vinte e poucos anos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Administrada pela PREVI e--

SR. MARCELO SERENO: Pelo Bradesco.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): BRADESCO.

[tumulto]

SR. MARCELO SERENO: Por outros acionista... pela [inaudível].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Muito competente o Roger.

SR. MARCELO SERENO: Roger.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Muito mais jovem.

SR. MARCELO SERENO: Eu espero que a empresa progrida porque é bom para mim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pois é. Pois é. Agora, imagine ela administrada para o PT hoje, como é que não estava? Senão, tem sido privatizada!

SR. MARCELO SERENO: Senador, me permita dizer--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Claro.

SR. MARCELO SERENO: O Presidente do Conselho é o Sérgio Rosa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pois é, e sobrevive a tudo isso--

[tumulto]

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Ela consegue ser mais do que o Sérgio Rosa.

[tumulto]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] Ela tem mais que a PREVI [inaudível].

SR. MARCELO SERENO: Da Vale do Rio Doce.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com escritórios na Bélgica, com escritórios em Paris.

SR. MARCELO SERENO: Vai mudar agora para a Suíça, todo o escritório da Europa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Ah, é?

SR. MARCELO SERENO: Vai ter um mega escritório na Suíça.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Espero que com isso distribua as despesas, principalmente com cortesia, hospedando àqueles que freqüentam esses países, Japão--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] Cortesia faz parte do negócio.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Ah, é! Não é?

SR. MARCELO SERENO: A Vale, agora, tem escritórios já estão falando bem da Vale do Rio Doce e eu sou funcionário de lá, deixa eu falar bem da Vale. Tem escritório em Hong Kong, em Shangai, em Tóquio.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pois é.

SR. MARCELO SERENO: Investimentos, agora, em Moçambique, boa parte do comércio internacional

do Brasil com a África vai ser feito através da Vale do Rio Doce.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu tenho uma admiração pela Vale. Eu tenho uma admiração.

SR. MARCELO SERENO: Eu vou comunicar ao Presidente Roger.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não subestime o alcance da TV Senado, essa hora eles já estão ouvindo.

[risos]

[tumulto]

SR. MARCELO SERENO: Ainda bem, por isso que eu estou falando bem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Se falasse mal eu estava com o telefone... O Senhor fique absolutamente tranqüilo. Olha, a TV Senado é um sucesso, é o Senhor não tenha dúvida disso.

SR. MARCELO SERENO: Não tenha dúvida, que eu acompanhei também pelos mesmos motivos.

[risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, retomando aqui e encerrando os nossos trabalhos eu queria registrar, também, a forma como nós conduzimos todas as oitivas. Respeitando os depoentes e, tendo sempre a garantia do direito ao contraditório, à ampla defesa. Sem fazer pré-julgamento de ninguém. Sem jamais tratar de quaisquer questões de natureza pessoal, que ofendesse a moral, do senhor humano, que isso eu acho que é um bem inestimável. Inclusive, entendendo que esse depoimento de hoje, é um exemplo, nós temos aqui um ex-importante dirigente do Governo Federal. Um importante dirigente do Partido dos Trabalhadores.

SR. MARCELO SERENO: Ex-importante hoje eu sou [inaudível].

[tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Senhor continua com muito poder no PT. E em todas as nossas oitivas houve essa mesma linha de condução. Daqueles que a gente acha que estão mais comprometidos aos que achamos que estamos menos comprometidos, sempre numa linha muito séria, procurando informação, que eu acho que é o maior valor que a gente pode extrair dessas oitivas e foi muito importante esse processo exaustivo de audiências para poder completar os dados que nós já tínhamos a respeito das Fundações, das corretoras, das empresas e, assim, ajudar a formar um convencimento. A minha idéia é, na segunda-feira, apresentar ao Deputado Osmar Serraglio a primeira versão – que eu espero seja a última – do nosso re-

latório. Se ele não tiver 100% do relatório, certamente 90% ele terá na segunda-feira, para que ele tenha o tempo necessário para fazer as suas críticas, as suas adaptações. Para que ele mude como acha que deve mudar, porque o texto final é dele, o relatório geral é dele. E nós vamos cumprir esse prazo que havia sido pré-estabelecido. Portanto, a última Sub-Relatoria a ser constituída é a primeira a entregar seu trabalho. Isso tudo, repito, é fruto da colaboração e do empenho dos nossos Assessores. Senador Heráclito, nós aqui estamos na sexta-feira e eu quero informar à V.Ex.^a que terei que permanecer aqui no final de semana, trabalhando sábado e domingo no Congresso, justamente para poder cumprir essa missão que me foi delegada pelo Senador Delcídio. E acho que no final todos nós vamos ganhar. E esse trabalho, certamente, será pautado pela seriedade técnica e pela precisão cirúrgica da análise dos dados concatenada com tudo aquilo que nós pudemos identificar ao longo dessa investigação. Talvez a matéria Fundos de Pensão, talvez, não. Certamente, a matéria Fundos de Pensão ela merecia uma CPI apenas para tratar do assunto, com muito mais tempo para investigarmos, com outras condições de aprofundarmos nas linha investigativa. Mas eu tenho um compromisso de tudo aquilo que não pôde ser concluído, nós indicaremos, nós mostraremos os caminhos e nós faremos, ao final, um apelo ao Ministério Público e ao Poder Judiciário para que eles possam dar continuidade na investigação. Porque temos uma oportunidade singular, única, histórica, de uma vez por todas aprimorar e fazer avançar o sistema de Previdência Complementar no Brasil. Tendo dito isso e agradecendo a presença do nobre depoente, eu declaro encerrada esta sessão.

Sessão encerrada às 17h21

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 1ª Reunião, realizada em 06/10/2005.

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e quatorze minutos, na sala sete, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Carlos Willian, Sub-Relator do (IRB), ainda com as presenças dos Senhores Parlamentares Senador Romeu Tuma, Senador Valdir Raupp, Deputado Nelson Meurer, Deputado Carlos

Abicalil e Deputado Arnaldo Faria de Sá e como não membro o Deputado Nelson Markezelli, reúnem-se a Sub-Relatoria da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva dos senhores Lídio Duarte e Henrique Brandão. O Deputado Carlos Willian solicita que o primeiro depoente, o senhor Lídio Duarte se faça presente à mesa e que o mesmo está acompanhado de sua advogada Dra. Letícia Lins e Silva, que faça suas qualificações, onde o depoente declara ter ficado na presidência do IRB no período de março de dois mil e três a março de dois mil e cinco, que durante a oitiva é proposto, pelo relator, a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do senhor Lídio Duarte. Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos o Presidente termina a primeira arguição e suspende a reunião por cinco minutos. Às dezesseis horas, o Presidente reabre a sessão, convidando para fazer presente à mesa o segundo depoente Senhor Henrique Brandão, que está acompanhado de seu advogado o Dr. Edson Ribeiro, em seguida faz suas qualificações dizendo que é corretor de seguros há quarenta anos, presidindo a *Assurê* há trinta e oito anos. É presidente do Sindicato dos Corretores de Seguros do Estado do Rio de Janeiro, pelo 5º mandato; é primeiro vice-presidente da Federação Nacional dos Corretores de Seguros e membro do Conselho Nacional de Seguros que regulamenta o Sistema Nacional de Seguros e em seguida é arguido pelo relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Declaro aberta a primeira reunião da Sub-relatoria IRB, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento de nº 3, de 2005, para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados pelos agentes públicos dos Correios, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva dos Srs. Lídio Duarte e Henrique Brandão. Nós

vamos ouvi-los separadamente, de acordo com a convocação. Primeiro falará o Sr. Lídio Duarte.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Lídio Duarte. Se estiver acompanhado de advogada, fique à vontade. (Pausa.)

Sr. Lídio, para esta primeira reunião da nossa Sub-relatoria, falta chegar dados inclusive do Tribunal de Contas da União. Estamos cumprindo hoje a solicitação, através de requerimentos, da presença do senhor, que poderá ser solicitado novamente.

Gostaria que V. S^a se apresentasse e apresentasse a sua advogada. Posteriormente, o senhor tem a palavra para explicar, detalhar, o que o senhor quiser, referente ao IRB, ao motivo da sua convocação, e para fazer as suas considerações.

Obviamente, também poderá fazê-lo no final. Fique à vontade.

O SR. LÍDIO DUARTE – Eu queria dizer que recebi a convocação para esta audiência aqui na CPMI no dia de ontem e, prontamente – moro em Florianópolis, em Santa Catarina –, entrei em contato com o escritório, no Rio de Janeiro, da Dr^a Letícia Lins e Silva, que está aqui ao meu lado, e fiz os meus maiores esforços no sentido de estar aqui hoje, como estive desde o início da manhã. Certamente não me furtarei em comparecer outras vezes, se aqui chamado.

Gostaria, preliminarmente, Deputado Carlos Willian, de dizer que, durante o período em que estive na Presidência do IRB, de março de 2003 a março de 2005, tive todo o empenho em administrar com transparência, buscando fazer com que a empresa se restabelecesse de um período de estagnação em função de um programa de privatização interrompido. Nesse período também, no que diz respeito à mim, à Presidência, trabalhei sempre em harmonia com o Conselho Fiscal, com o Conselho de Administração e com as demais entidades de controle e de coordenação.

Deixei a Presidência do IRB, em março de 2003, a pedido, e desde dezembro de 2003... Deixei em 2005, a Presidência, em março, e desde dezembro de 2004 já me encontrava demissionário. Materializei o meu pedido em primeiro de fevereiro de 2005, tendo sido exonerado em meados de março de 2005.

Quando nomeado, em março de 2003...

Eu fui, ao longo da minha vida, funcionário de carreira. Ocupei vários cargos no IRB, sempre cargos técnicos. Na minha nomeação, como é sabido, vários acionistas, pessoas de mercado, indicaram o meu nome para o PTB, na época o Deputado José Carlos Martinez, que levou o meu nome ao Ministro Palocci, e então fui nomeado Presidente da Diretoria Executiva.

Queria dizer mais: que o IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) é uma sociedade anônima, com

um Conselho de Administração onde a União tem maioria, mas os acionistas privados, preferencialistas, têm duas cadeiras. Tem um Conselho Fiscal onde os acionistas privados têm maioria e tem vários comitês, inclusive criados no meu período de Presidência, onde o acionista privado também participa. Por exemplo, no Comitê de Investimentos. Nenhum investimento, no período em que estive na Presidência, foi feito sem ouvir o Comitê de Investimentos. Também criei um comitê para analisar a relação do IRB com corretores e com resseguradoras, com dois membros da iniciativa privada, e resultou que fizemos, durante o período da existência desse comitê, uma reformulação das regras e, hoje, o IRB tem novas regras que foram, inclusive, estudadas e propostas por esse comitê.

Vários outros comitês foram criados, inclusive de decisão, de primeiro, de segundo e de terceiro nível, e acredito que isso resultou positivo para a organização, para a transparência das decisões, e os resultados, no período em que estive na Presidência, demonstram que de fato podemos dar um passo adiante em relação àquilo que encontramos em 2003.

Eram essas as minhas palavras iniciais. Fico à disposição, então, para responder às perguntas que o senhor queira formular.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Esses cargos anteriormente ocupados por V. S^a eram só em nível de assessoramento ou o senhor teve algum em nível de direção?

O SR. LÍDIO DUARTE – Tive cargo de direção, sim. Desde fevereiro de 1997 a setembro de 2000, fui Diretor da Superintendência de Seguros Privados (Susep), cargo de nomeação do Presidente da República; fui membro do Conselho Técnico do IRB, também cargo de nomeação do Presidente da República; fui Diretor Comercial, cargo de nomeação do Conselho de Administração do IRB; fui Superintendente de Operações Nacionais do IRB, cargo que foi indicado pela própria Diretoria; fui gerente de divisão, de departamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Em novembro de 2001, foi feito um estudo de realocação de investimento, observando algumas recomendações de consultorias internacionais e assim sucessivamente – em novembro de 2001. Isso foi discutido no Conselho de Administração do IRB. O senhor participou dessas reuniões?

O SR. LÍDIO DUARTE – O Conselho de Administração do IRB, dele participam, para tomar deliberações, apenas o Presidente do IRB como Vice-Presidente do Conselho, o Presidente do Conselho de Administração, que normalmente é o Secretário de Política Econômica, dois outros membros indicados pelo acionista à União, normalmente um do Planejamento e outro da Fazenda,

e dois membros da iniciativa privada – apenas isso. Os membros da Diretoria Executiva não participam para deliberar no Conselho de Administração.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Em agosto de 2002 foi aprovada a realocação desses investimentos. Em setembro, outubro de 2002 foi feita a finalização e a formalização dos contratos. O senhor já disse, mas eu gostaria de tornar a saber: o senhor participou em algum desses atos?

O SR. LÍDIO DUARTE – Não tenho conhecimento de que eu tenha participado de forma executiva.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Dr. Lídio, vou insistir porque é uma realocação de investimentos de uma monta muito grande, feita inclusive internacionalmente. Eu acho que a um presidente competente como o senhor não passaria despercebido se participou ou não nessas decisões.

O SR. LÍDIO DUARTE – O senhor está se referindo a decisões tomadas antes da minha gestão como Presidente. Eu fui nomeado em março de 2003 e o senhor está se referindo à alocação de investimentos de 2001 a 2002.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – MG) – A pergunta é: o senhor era funcionário de carreira e exercia outros cargos. O senhor participou ativamente das discussões desses realocamentos?

O SR. LÍDIO DUARTE – Absolutamente não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Pois bem. A saída do IRB deu por pedido de demissão do senhor, só por vontade própria?

O SR. LÍDIO DUARTE – Exatamente, eu entreguei a minha carta pedindo demissão em 1º ou 2 de fevereiro de 2005 e aguardei a minha exoneração.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Sei que isso deve ser de motivo foro íntimo, mas coincidiu exatamente na época em que, principalmente na Comissão de Finanças e Tributação, havia alguns requerimentos e começava a se dar notícias, inclusive pela imprensa, de irregularidades no IRB. É coincidência ou o senhor não queria enfrentar talvez esse período tumultuado do IRB, inclusive com denúncias do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. LÍDIO DUARTE – É coincidência, não estou ligando a minha decisão de sair a esses fatos. A minha decisão de sair se deveu sobretudo, como disse em minha carta, porque transferi meus familiares para Florianópolis em 1999, fiquei numa situação bastante desconfortável de estar no Rio de Janeiro e a família lá. Não tive nenhuma participação na nomeação da diretoria e não havia um equilíbrio, do meu ponto de vista, que me levasse a executar um projeto que inclusive declinei para cerca de 300 seguradores, quando tomei posse, sobre as linhas de ação que eu

achava importante tomar para que companhia saísse daquela posição.

Então, em 2002, eu concluí que eu não seria bom presidente se continuasse dali para frente. Então, como o IRB é uma empresa que tem a União como acionista, foi uma decisão que tomei de entregar o cargo para alguém que pudesse realizar um pouco mais do que estava conseguindo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Só para ter um entendimento melhor e podermos elaborar de forma mais econômica os questionamentos: como realmente funciona o IRB? As atribuições do IRB, como nós sabemos, é um órgão de resseguros. O IRB absolve algum risco, ele segura algum risco ou ele repassa todos os riscos? Como funciona? Por que o IRB tem que autorizar às vezes o pagamento de um sinistro? Onde se dá? Como funciona esse mecanismo?

O SR. LÍDIO DUARTE – Pela legislação, que é bastante antiga, desde os anos 40 – o IRB foi criado em 1939 –, a legislação de criação do IRB nasceu porque o mercado brasileiro de seguros era dominado por empresas estrangeiras e as empresas estrangeiras que comercializavam as apólices no Brasil tinham os seus contratos de resseguros com as suas matrizes e as seguradoras nacionais não dispunham desta mesma facilidade e dessa mesma capacidade de negócios que o resseguro dá.

Na época, o governo do Presidente Getúlio Vargas criou o IRB como um ressegurador, com o Estado participando do seu capital, e o legislador da época entendeu que não adiantaria nada criar uma empresa se não fosse ela monopolista dessa atividade, ou seja, se não fosse obrigado que todas as seguradoras conduzissem seus negócios de resseguro por meio do IRB, com o IRB. Inclusive, a legislação foi mais além, atribuiu ao Instituto o poder de disciplinar esta matéria, o resseguro, co-seguro e a retrocessão. Então, deu ao IRB poderes, inclusive, de polícia, de estabelecer regras e poderes monopolistas de aceitar os riscos de ser o único operador de resseguro no mercado local.

Por conta dessas funções que o IRB exerce, pela sua própria capacidade patrimonial, pela sua limitação patrimonial, ele não é capaz de reter ou por razões de ordem econômica, em função de que não teria condições de honrar os compromissos assumidos em determinado tipo de seguro, devido ao valor, ou por razões de ordem técnica. O IRB assume os riscos totais do mercado de seguros nacional e retrocede para o mercado internacional aquilo que julga que não tem capacidade patrimonial ou que não tem justificativa técnica para reter no Brasil.

Então, em função disso, hoje, o IRB recebe, vamos dizer, 100% dos resseguros e retrocede 50% desse resseguro aceito. Hoje, o Instituto retém da carteira de resseguros nacional 50%, que representou no ano passado cerca de R\$1,5 bilhão de retidos e R\$1,3 bilhão ou R\$1,350 bilhão de retrocedidos para o mercado internacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Então, no caso de sinistros, o IRB tem o poder de analisar, de autorizar, de fiscalizar e acompanhar em casos de sinistro?

O SR. LÍDIO DUARTE – A legislação também não deu ao IRB, porque isso é prática no mercado internacional. Nos contratos de resseguro que estabelece com as seguradoras, ele diz, por valor absoluto ou por percentual de participação, se quer acompanhar ou se ele próprio quer decidir sobre os sinistros. Então, isso é estabelecido contratualmente entre o IRB e as seguradoras. E a legislação, Decreto-Lei nº 73, de 1966, dá a prerrogativa ao Instituto de, nos casos de ações de segurados contra seguradoras, onde na apólice tenha resseguro no IRB, ser chamado a lide como litisconsorte necessário para que a ação tenha prosseguimento. Então, essa é a participação do IRB em casos de sinistro e nos casos de litígio entre o segurado e a seguradora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – É normal o pagamento de seguros quando não existe cobertura por meio de apólice para garantir o risco?

O SR. LÍDIO DUARTE – Posso lhe afirmar que não, que não é normal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Não é normal. Se qualquer cidadão brasileiro não tiver o seu bem assegurado, com cobertura por apólice de seguro e tiver seu bem furtado ou roubado, ele pode fazer um seguro e ter cobertura retroativa?

O SR. LÍDIO DUARTE – Aí temos de avaliar a situação concreta. Ocorre, pela minha experiência nessa área de seguros, e com certeza qualquer pessoa que tenha experiência nessa área falará da mesma forma, que existem situações onde a habitualidade da contratação do seguro pode levar a seguradora e o ressegurador a ter que reconhecer uma cobertura, às vezes, por não ter sido cumprido determinados prazos de resposta sobre pedido de prorrogação ou pedido de aditivo ou endosso da apólice. Então, existem muitos casos que levam as seguradoras ao Judiciário por conta de sinistros que ocorrem no dia seguinte ou dias depois de a apólice vencer e os procedimentos de renovação não foram devidamente cuidados pela partes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Então, isso é caso excepcional e administrativo. O normal é o seguinte: eu asseguro um bem. Esse bem

não está assegurado, ou seja, eu não tenho a cobertura da apólice, então, em caso de sinistro, obviamente, não tenho essa cobertura.

O SR. LÍDIO DUARTE – Isso. Isso deve ser visto da forma como eu estou dizendo. Se é uma decisão de contratação de seguro nova, se não é uma decisão de renovação, então há que se ter em conta que é mais fácil a seguradora, por acaso, o ressegurador, se houver, negar do que, numa renovação continuada de uma apólice e que por razões ou administrativas ou burocráticas ou mesmo de erro, ela não tenha sido renovada quando devia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Bom, na legislação de seguros, existe alguma excepcionalidade para que uma determinada cadeia produtiva, algum cliente possa ter cobertura de sinistro de um modo retroativo? A pergunta é basicamente a mesma, mas é só para clarear mais um pouquinho porque...

O SR. LÍDIO DUARTE – De modo retroativo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – De modo retroativo, fazer um seguro ou uma apólice com data retroativa justamente para cobrir algum sinistro.

O SR. LÍDIO DUARTE – É porque a legislação, com certeza, as regras existentes dizem o seguinte: que não se pode pagar sinistro sem apólice existente. Então, nos casos em que a apólice esteja em processamento de emissão ou nos casos em que a própria emissão esteja em discussão e venha a ocorrer um sinistro, naturalmente que este sinistro, essa apólice deverá, vamos dizer, o “x” da questão é a emissão dessa apólice para resolver o problema posterior.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – É um pouco complicado de entender para um cidadão comum, porque se eu tiver um carro que não está assegurado e o carro for furtado, posso até ir à Justiça que dificilmente receberei esse sinistro. Mas, de qualquer forma, é o seguinte: o senhor já determinou ou colaborou com pareceres, inclusive com votos favoráveis, em reunião de diretoria do IRB para pagamentos de sinistro a risco não coberto?

O SR. LÍDIO DUARTE – Não posso lhe afirmar que eu tenha dado parecer para risco não coberto porque, em qualquer relação contratual – o seguro é uma relação contratual –, por vezes, a primeira decisão pode negar a cobertura. Essa decisão pode ser reformulada por argumentos técnicos ou pode ser reformulada por decisão judicial. Então, eu não poderia afirmar nem negar a sua pergunta, se me permite, porque, como técnico, eu posso ter, na minha vida funcional, dado algum tipo de parecer que possa ter essas duas vertentes, essas duas condições de negativa ou de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Obviamente, não é por decisão judicial, porque decisão judicial a gente não discute, a gente cumpre.

Eu queria solicitar à Mesa: ele está depondo como testemunha, como depoente, ele tem o compromisso de... (Pausa.)

Não tem compromisso. Só como testemunha. Então, farei a mesma pergunta reformulada, porque aí, talvez, o senhor poderá avivar um pouco mais a memória. Em relação a um grande sinistro que ocorreu sem cobertura de apólice, o senhor se lembra de ter já participado como Presidente do IRB no pagamento dessa cobertura? Para facilitar mais ainda, que não seja decisão judicial.

O SR. LÍDIO DUARTE – Como Presidente, não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Nem como Diretor?

O SR. LÍDIO DUARTE – Não, como diretor, também não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Nada que passou pela sua mão que dependesse de assinatura?

O SR. LÍDIO DUARTE – É uma questão de lembrança, é uma questão de recordar, porque estamos falando aqui de uma empresa que teve um faturamento, no último exercício, de R\$2,8 bilhões. Esses R\$2,8 bilhões se distribuem por 120 seguradoras ou até mais. São cerca de 32 ramos de seguros. Em cada um desses ramos, milhões de apólices geram decisões, às vezes, em bloco, pelo IRB, por causa da função dele de ser concentrador das operações; às vezes, gera até decisões que abrangem toda uma carteira de seguros. Então, eu não teria na minha cabeça agora se eu, em algum momento, tomei alguma decisão em que eu desse cobertura retroativa ou que permitisse a emissão da apólice.

Eu tomei conhecimento recentemente de um assunto que saiu no Diário Oficial do TCU, de um caso no IRB, que inclusive eu nem tomei conhecimento. Pedi o dossiê do IRB esta semana, para conhecer o andamento da decisão que se tomou.

Mas sou um técnico e me pauto pelas decisões técnicas. Naturalmente que a sua pergunta dessa forma eu diria que não saberia no tempo do exercício da minha atividade, se eu já orientei em um sentido ou em outro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Bom, hipoteticamente falando, é normal o IRB assumir um risco de cobertura de um seguro em 98%, e em uma companhia seguradora de apenas 2%? Porque o trabalho do IRB na verdade não é fazer seguro; é aceitar às vezes alguns riscos, retroceder, alguma coisa

nesse sentido. Mas aceitar 98% da cobertura de um sinistro, e uma seguradora apenas 2%, é uma parceria aparentemente desproporcional. Mas isso é normal? O IRB faz ou já exerceu essa atividade?

O SR. LÍDIO DUARTE – Posso-lhe garantir que exerce todos os dias. Não há nenhuma frota de aviões, não há nenhuma plataforma de petróleo, não há nenhuma fábrica de grandes proporções como uma siderúrgica, não há nenhuma empresa de celulose e papel, não há nenhuma refinaria que não resulte em percentual de resseguro nesse percentual aí. E às vezes até mais, até 100%.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– O senhor se referiu ao Tribunal de Contas da União. O órgão tem um relatório que considerou irregular a indenização de um sinistro no valor de R\$15 milhões à Companhia de Fiação e Tecidos de Guaratinguetá, São Paulo. E justamente o IRB assegurou 98% desse sinistro. O senhor conhece esse sinistro pago de R\$15 milhões à Companhia Fiação e Tecidos de Guaratinguetá, em São Paulo?

O SR. LÍDIO DUARTE – Tomei conhecimento do relatório do TCU, tomei conhecimento no relatório da Comissão de Sindicância Interna do IRB, e solicitei por carta, nesta semana, na segunda-feira, ao Vice-Presidente do IRB, a cópia de um inteiro teor do dossiê, para eu conhecer melhor e me instruir sobre inclusive a minha defesa no TCU, em razão de esse sinistro haver ocorrido durante o período da minha gestão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– O senhor ainda mantém a mesma opinião de que um sinistro pago de R\$15 milhões é algo normal no IRB? É um sinistro normal de ser quitado?

O SR. LÍDIO DUARTE – Não entendi a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– O senhor, como Presidente do IRB, disse há pouco que a carteira do Instituto é muito grande e cifrou os números. Então, tirando o bem assegurado, que é um valor muito grande, vêm os riscos e os sinistros. Nos sinistros, obviamente, os casos caem muito, porque não são todos que têm sinistros.

Um sinistro de R\$15 milhões é significativo, o senhor, como Presidente, teria que tomar conhecimento? O senhor iria assinar um cheque para indenizar esse sinistro?

O SR. LÍDIO DUARTE – Vou responder a essa pergunta da seguinte forma: eu disse que o IRB faturou, no ano passado, quando eu ainda estava na Presidência, R\$2,8 bilhões. A carteira de resseguro do IRB tem uma sinistralidade da ordem de 50% a 55%. O que eu quero dizer com isso é que desses R\$2,8 bilhões, de 50% a 55% retornam para as seguradoras sob a for-

ma de pagamento de sinistros. Então, estamos falando em algo como R\$1,5 bilhão, R\$1,6 bilhão de sinistros pagos num exercício.

Nós estamos, ao mesmo tempo, tratando de um sinistro de R\$15 milhões. É um número significativo quando tomado singularmente; mas com certeza dentro de R\$1,5 bilhão sinistros pagos pelo IRB é um número pequeno, relativamente ao montante pago.

Então, essa é a análise que eu faço em relação ao total de sinistros que se paga e a esse caso singularmente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Então, vamos considerar que para o IRB esse valor de R\$15 milhões, dentro do montante do trabalho, não seja uma indenização tão grande assim. Mas havendo um pagamento de sinistro, todo esse sinistro efetivamente passa por V. S^a para autorizar, para dar o prosseguimento da liquidação do sinistro? Essa é uma pergunta. Deve ter a participação do senhor como Presidente nessa liquidação? E se nessa liquidação vem o processo devidamente trabalhado, ouvindo as áreas competentes, principalmente a assessoria jurídica? Ou às vezes a consultoria jurídica é dispensada de emitir algum parecer no pagamento de indenização?

O SR. LÍDIO DUARTE – Respondendo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Isso, é lógico, indiferente de um acordo judicial ou extra-judicial.

O SR. LÍDIO DUARTE – Sim. O procedimento de pagamento de sinistro no IRB nem sempre vai à Presidência. Nem sempre vai à Presidência. E por vezes vai à Presidência em data posterior às fases essenciais de decisão de cobertura e de pagamento. Então, eu queria frisar bem isso. A Presidência tem competência estabelecida pelo Estatuto e pelo Conselho de Administração para pagar valores. A decisão de cobertura, a decisão de **quantum** não é da alçada da Presidência, é pelas áreas técnicas competentes.

E nos casos que envolvam decisão judicial, antes ou durante o processo de pagamento teria de ser ouvida a área jurídica. E os processos que vão à Presidência para a decisão são encaminhados por uma secretaria que, uma vez por dia, normalmente – eu tinha um despacho uma vez por dia –, leva todos os processos, de todas as áreas, de todas as atividades que competem à Presidência decidir. Então, eu estou colocando esse caso como uma decisão entre outras tantas que competiam e competem ao Presidente do IRB tomar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Bom, quando o senhor assumiu o IRB, como estavam as aplicações financeiras realizadas no exterior e o que o senhor fez para melhorar esses investimentos?

É importante o IRB realizar aplicações no exterior? Há pressão do mercado internacional para aceite dos seguros ou resseguros?

Só para clarear essas perguntas anteriores, o relatório do Tribunal de Contas da União diz o seguinte: “Por meio de um acordo de folha 68, no valor aproximado de R\$15 milhões à Companhia de Fiação e Tecidos Guaratinguetá e, com base nesse acordo, a Seguradora e Companhia de Seguros Aliança da Bahia...”.

O SR. LÍDIO DUARTE – O senhor está se referindo ao sinistro?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Ao sinistro. “Por determinação do IRB, emitiu uma apólice de seguro no valor de R\$18.753,450,00 milhões, com data retroativa à ocorrência do sinistro”. Ou seja, o sinistro ocorreu em 5/12/2003. A apólice foi emitida em 29/09/2004. Ressaltando que a participação do IRB no risco dessa apólice era de 98,70%, e a Seguradora apenas de 1,22%, e que essa indenização foi feita com um acordo extrajudicial, que foi reduzido R\$3 milhões. Inclusive, mesmo se tratando de assunto jurídico, não houve participação e parecer do departamento jurídico.

Como o senhor não tem esse documento em mão, o senhor já disse até com bastante clareza que requisitou ao Tribunal de Contas uma cópia, eu gostaria de saber se quer comentar esse fato.

O SR. LÍDIO DUARTE – Esse fato, Deputado, comentei anteriormente, eu não disponho do dossiê para analisar, compulsar os dados internos. E estou requisitando ao IRB para tomar melhor conhecimento, inclusive de eventual descumprimento interno de regra, de trâmite de processo. Inclusive, preciso conhecer melhor a matéria até para fazer a sustentação da minha defesa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Concordo com o senhor. Aliás, eu não tenho nem que concordar nem que discordar. Eu só queria deixar claro.

Volto à pergunta anterior sobre os investimentos no exterior. Quando assumiu a Presidência do IRB em 2002, como o senhor considerou as aplicações exteriores, o que o senhor fez para modificar, se o senhor modificou, e como o senhor passou, por intermédio, logicamente, de um colegiado, a aplicar esses recursos?

O SR. LÍDIO DUARTE – Eu queria deixar claro, para falar desses investimentos, que eu entrei na Presidência do IRB em março de 2003 e que o Conselho de Administração permaneceu o mesmo da administração anterior, exceto com relação ao seu Presidente, que passou a ser o então Secretário de Política Econômica, Marcos Lisboa.

Então, de março de 2003 até julho de 2005, exerci a Presidência da Diretoria Executiva com os mesmos membros da administração anterior – os mesmos membros, inclusive o mesmo diretor financeiro que coordenou a política de investimentos anterior à minha entrada. Em junho de 2003, portanto dois ou três meses depois de minha entrada na Presidência, criei o Comitê de Investimentos, enviei correspondência à Fenaseg, solicitei que ela nomeasse os membros da iniciativa privada nesse comitê. Esse comitê foi instalado, e, a partir da instalação desse comitê, nenhuma decisão de investimento se tomou sem ouvir esse comitê. E o que se fez em relação ao portfólio que o IRB tinha no País e no exterior? Produziu-se uma decisão no Conselho de Administração, em julho de 2003, onde se decidiu no sentido de que o novo Diretor Financeiro preparasse um edital para a contratação de uma firma com atuação internacional para fazer uma análise de risco da carteira de investimentos do IRB. Essa foi a decisão. Então, foram duas decisões que tomei: a recriação do Comitê de Investimentos e imediatamente, em julho, deliberou-se no sentido de fazer uma análise de risco da carteira de investimentos do IRB, mas se fez durante o período em que estive na Presidência, também sempre ouvindo o Comitê de Investimentos.

O IRB tinha uma carteira de ações da ordem de R\$130 milhões, e o IRB passou por dois planos de demissão voluntária, e a área de investimentos encolheu muito, não tinha pessoas para cuidar desse investimento. Tomamos a decisão de realizar aquela carteira, com um lucro; foi feito. Então, o IRB deixou de aplicar em ações durante esse período em que eu estive lá. O IRB tinha algumas aplicações no exterior e tomou-se a decisão de internalizar esses recursos, que foram internalizados e aplicados no fundo extramercado do Banco do Brasil, onde o IRB é obrigado a aplicar os recursos em moeda nacional.

Deu-se também início a um estudo sobre a carteira de *shopping center* do IRB, para se buscar uma fórmula de fazer a desmobilização desse ativo pela dificuldade de administração. E, em relação aos demais ativos, manteve-se a mesma carteira, aguardando o resultado da firma que seria contratada para analisar o risco, a liquidez dessa carteira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Qual o diretor responsável para fazer o estudo dessa contratação?

O SR. LÍDIO DUARTE – Alberto Paes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – É importante o IRB fazer essas aplicações no exterior? E há pressões do mercado internacional para aceite de seguros ou resseguros? O IRB trabalha pressionado internacionalmente?

O SR. LÍDIO DUARTE – Sobre a necessidade de manter ativos no exterior, eu diria que sim. É necessário, porque o IRB é uma empresa brasileira, tem contratos de retrocessão com empresas internacionais. O Brasil já passou por vários momentos na sua história, onde o câmbio teve variações muito grandes, também teve momentos na história, inclusive, que houve incapacidade de pagamento pelo País e, nessas épocas passadas, decidiu-se que o IRB manteria no exterior um lastro de ativos em moeda estrangeira, justamente para garantir às empresas estrangeiras que o mercado brasileiro era um mercado seguro, para elas aceitarem os riscos daqui em retrocessão.

Os montantes que devem ficar no exterior estão definidos num *guideline*, aprovado no Conselho de Administração, e que, por vezes, ela varia um pouco fora desse *guideline* em razão do câmbio, em função da taxa de juros interna.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Através do Tribunal de Contas, não é da gestão do senhor como Presidente; e o senhor disse também não se lembrar se participou de movimentações de aplicações em outro cargo que ocupava antes do senhor ter a Presidência. Mas o Tribunal de Contas da União também detectou que o investimento realizado em 2002, deu prejuízo antes mesmo de se concretizar. Tem as tabelas que mostram esses valores ao investimento de R\$112,122 bilhões; o IRB teve de desfazer de aplicações realizadas da Goldman, da Morgan Stanley e da Salomon Brothers, nessa operação o IRB acumulou uma perda de US\$5,4 milhões por ter vendido seus títulos em época em que o valor de mercado estava abaixo do preço. Mais uma vez, com essa operação os dirigentes da empresa demonstraram indiferença ao prejuízo, pois perderam, nessa operação, mais de US\$5 milhões. Se fosse convertido, na época, em 25 de outubro de 2002 – o senhor não estava lá?

O SR. LÍDIO DUARTE – **Nessa decisão não.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Nessa decisão não. O dólar a R\$3,95 – teríamos uma perda de R\$21 milhões.

Então, o que o senhor fez, porque o senhor entrou imediatamente após isso? O senhor tomou conhecimento da venda desses títulos, que houve esse prejuízo grande? E a partir daí, mesmo com essa consultoria, continuou a fazer esses investimentos com esses riscos? Ou o senhor tomou uma decisão de modificar esse sistema?

O SR. LÍDIO DUARTE – Quando entrei, em março de 2005, esse investimento havia sido feito em outubro de 2002. Quando esse investimento foi feito, em outubro de 2002, saíram algumas notas na imprensa e, por conta dessas notas, a Comissão de Finanças e

Tributação da Câmara pediu explicações à administração do IRB da época. Da mesma forma, o Ministério da Fazenda, o Ministério coordenador pediu também à administração do IRB, da época, que se pronunciasse em vista de requerimento formulado na Câmara, logo depois desse investimento ter sido realizado.

A administração, da época, esteve na Comissão de Finanças e Tributação, apresentou os seus argumentos para fazer essa mudança de carteira, de um administrador para outro, ofereceu as suas explicações ao Ministério da Fazenda e, pelo que sei, inclusive no Ministério Público do Rio de Janeiro, há também um procedimento aberto em que as pessoas que tiveram participação nessa decisão tenham apresentado lá as suas defesas.

Em relação ao meu período, quando entrei na Presidência havia um portfólio formado de investimentos do IRB. O que ocorreu a partir da minha entrada? A partir da minha entrada tomou-se a decisão de que mexer naquele portfólio teria que ser feito através de um comitê, onde os membros da iniciativa privada participassem nessa decisão. E, segundo, por sugestão do Diretor Financeiro, em julho, deliberou-se por contratar uma empresa de consultoria para analisar o risco das operações como um todo.

Volto a falar sobre o investimento a que o senhor se referiu. Este investimento foi feito pelo prazo de cinco anos com dois de carência, segundo consta, com garantia do principal, então, com multa para a saída antes do vencimento do período de carência. Ocorre, então, que, no período em que fiquei, até outubro de 2004, se fosse modificado esse portfólio teria multa, teria pena. O IRB incorreria em despesa, em prejuízo. O relatório dessa empresa que foi contratada, com prioridade, inclusive, para os investimentos de maior relevância, deve ter sido já apreciado no IRB. E a decisão a tomar, em relação, então, a esse investimento, já não coube mais a mim no período em que eu estive lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– O senhor lembra qual o montante de investimento externo na época que o senhor era Presidente?

O SR. LÍDIO DUARTE – Lembro, sim. Por volta de US\$800 a US\$900 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Ao dólar a R\$3,00 em média?

O SR. LÍDIO DUARTE – No balanço, é sempre corrigido pelo câmbio do dia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Pelo câmbio do dia, R\$3,00... É um valor... O senhor acha que essas aplicações são vantajosas para o IRB? Ela ganha com essas aplicações?

O SR. LÍDIO DUARTE – Vou retornar ao ponto inicial, que falei anteriormente. O IRB, como uma em-

presa que se responsabiliza diante dos resseguradores estrangeiros pelo mercado nacional, deliberou, há cerca de 20 anos, que ele deveria ter um lastro de moeda estrangeira no exterior para que o mercado internacional visse o mercado brasileiro como um mercado garantido para receber os seus resseguros. O IRB, nos anos 70, abriu negócios no exterior e, por conta desses negócios, ele teve de fazer reservas e provisões, e para essas reservas e provisões exige-se que seja feita em moeda estrangeira. Então, por conta dessas decisões estratégicas que foram tomadas no IRB, antes, muito antes da minha entrada, é que o IRB tem ativos no exterior. Existe sempre uma grande discussão sobre qual o montante necessário que o IRB precisa ter no exterior, tendo em vista que as taxas de juros reais, no Brasil, são as maiores do mundo e tendo em vista que, por vezes, as oscilações de câmbio são tão grandes como estamos vendo agora, atualmente: sai de R\$3,10 e vai para dois reais e vinte e poucos centavos. Então, tudo isso gera impacto dentro do balanço do IRB e teria de se buscar mecanismo para minimizar esses impactos através de mecanismos de rédea, de risco ou de coroa de seguro de risco, de oscilação ou coisa que o valha. Coloquei isso em discussão no meu período de gestão e o Bradesco, que é o maior acionista do IRB hoje, depois da União, ele passou a fazer uma orientação ao IRB, através do seu economista-chefe, em que se trabalhava com um cenário para 2004 de dólar a R\$3,10 ou R\$3,05. Então, por conta disso, até as decisões de mexer no portfólio de investimento externo não se deram durante o período em que estive lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Bom, mesmo diante dessa circunstância de ter de fazer o investimento, é rentável fazer o investimento ou é só para cumprir esses compromissos internacionais de negócios que o senhor disse que o IRB abriu no exterior? Quais foram esses negócios externos abertos na gestão de V. S^a?

O SR. LÍDIO DUARTE – Na minha gestão, não se implementou nenhum negócio externo de resseguro no IRB. A carteira estava fechada e permaneceu fechada; negócio de resseguro, que chamamos de resseguros aceitos, de outros mercados que não o mercado brasileiro. Sobre a minha opinião, se são rentáveis ou não rentáveis, se os montantes de ativos no exterior são suficientes ou mais que suficientes, essa análise tem de ser vista no longo prazo; não pode ser vista num período curto, de dois anos, quando o câmbio sai de 2,89 para 2,20 ou quando a Selic sai de 15 e vai a mais de 30, hoje está em 19. Então, esse curto prazo leva a se imaginar que se está perdendo dinheiro, mas no longo prazo, se se pegar um período maior, a

perda cambial que está havendo agora, com certeza, foi compensada em 99.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Segundo a própria imprensa, fontes de informações, a indicação para a Diretoria do IRB, a maioria, mesmo sendo funcionário de carreira como o senhor, é por indicação política. O senhor concorda que são indicações políticas-partidárias? E o senhor, como Presidente, foi uma indicação política para presidir? Se foi, quem foi o político que o indicou?

O SR. LÍDIO DUARTE – O IRB é uma empresa técnica, tem um produto pouco conhecido, o mecanismo de precificação e de definição de cobertura é bastante sofisticado, requer um conhecimento muito apropriado e, em função disso, o IRB tem uma cultura interna de que até o nível de superintendente – atualmente não existe mais esse cargo na estrutura, mas até o nível de gerente – só é preenchido por pessoal técnico, concursado, e apenas a Diretoria é nomeada pelo Conselho de Administração e, aí, admite-se pessoas de fora. Durante o período da minha vida funcional, só tive uma indicação por meio de partido, que foi para a Presidência do IRB, que exerci, nesse período que citei; foi uma indicação através de seguradores, que fizeram a indicação do meu nome ao Deputado José Carlos Martinez, e ele, através do PTB, levou ao Governo e foi, então, aceito o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Voltando só um pouquinho atrás, a demissão do cargo que V. Ex^a fez foi amplamente divulgado no sentido de que foi por uma pressão do PTB, porque o senhor teria de entregar para o partido uma mesada de R\$400 mil. Inclusive, o senhor confidenciou isso a um graduado servidor que estava enfrentando essa pressão, essa cobrança, e, obviamente, teria de vir de operações administrativas irregulares, porque o IRB não tem jeito de tirar R\$400 mil. E a revista **Veja** publicou isso e, segundo a revista, ela tem esse depoimento do senhor gravado. Eu gostaria de saber, que o senhor nos informasse, primeiro: antes desse episódio, o senhor fazia algum repasse financeiro para algum partido político? Segundo: a revista **Veja** mentiu ao dizer que tem um depoimento gravado, onde o senhor afirma que a sua saída foi por esse motivo?

O SR. LÍDIO DUARTE – Sobre a matéria da revista **Veja**...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Eu gostaria de dizer a V. S^a o seguinte: não vou me alongar muito porque o Tribunal de Contas da União está enviando o restante das documentações, e, obviamente, vamos pedir a quebra de sigilo bancário, telefônico, essas coisas todas, e V. S^a poderá, de novo, vir a depor nesta Comissão, gentilmente e prestativo,

da forma como o fez. Mas, se houver algum questionamento sobre o qual o senhor não se sentir à vontade para responder, poderemos fazer ao final desta nossa reunião, obviamente com a presença de mais um ou dois Deputados, fazendo uma reunião reservada, inclusive se tiver mais alguma coisa que o senhor possa contribuir dentro dessas questões ligadas ao contexto político.

O SR. LÍDIO DUARTE – Se o senhor me permite, eu tenho até que retornar hoje; cheguei hoje, e hoje para sair de Brasília não é tão fácil, já até marquei o meu vôo, e também não tenho nenhum problema de responder às questões que estão sendo formuladas, como todos podem ver.

Sobre a questão da matéria da revista **Veja**, fui chamado à Polícia Federal, prestei o meu depoimento juramentado, está lá consignado. Se for necessário o enviaremos para os Anais desta Comissão.

O que eu tenho a dizer é que, durante o período da minha gestão, não houve nenhum tipo de transferência para Partido político. Aquilo que se publicou... Inclusive o próprio Deputado Roberto Jefferson declinou em várias entrevistas que, sempre que é contatada a minha pessoa para poder ajudar o Partido, eu lhe indicava que os acionistas da empresa eram os maiores bancos, maiores seguradoras, e ele inclusive falou isso em público. Então, eu gostaria de manter essa mesma palavra que tenho mantido sobre este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Qual é a palavra?

O SR. LÍDIO DUARTE – Aquela que ficou lá juramentada na Polícia Federal sobre os meus depoimentos, em que eu digo que nenhum recurso do IRB, no período que eu estive lá, foi repassado para Partido político. Essa é a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Mas existia pedido?

O SR. LÍDIO DUARTE – Na eleição de 2004, o Deputado Roberto Jefferson fez um contato comigo para saber como o Partido poderia ter alguma ajuda para a campanha; e eu, então, a essa altura, disse para ele que os acionistas eram as empresas, as maiores seguradoras, os maiores bancos e que possivelmente eles pudessem até, de forma legal, como a legislação permite, ajudar o Partido, como ele pretendia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Bom, o IRB, como o senhor bem disse, é um órgão eminentemente técnico, mas a sua diretoria, na maioria, é indicada por políticos.

Havia pressão política na tentativa de ingerência na administração do IRB para favorecer uma companhia de seguro, para fazer um determinado seguro, uma corretora para poder participar como intermedi-

ária ou como corretora mesmo? Existia alguma pressão nesse sentido? Como funcionava esse sistema dentro do IRB.

O SR. LÍDIO DUARTE – O IRB é uma empresa organizada, uma sociedade anônima, a relação que ele tem com as seguradoras e com os resseguradores e corretores são relações que não são de hoje; é uma empresa de 65 anos. Não se criou nada de novo durante o meu período de gestão nem se modificou na essência a atividade do IRB, apenas se modificou alguns aspectos da gestão, no sentido de torná-la uma empresa mais ágil, mais moderna, atualizá-la em termos de aspectos de pluralidade de decisão, de governança, de agilidade, enfim, de qualidade de serviço, enfim, esse concurso.

Então, o relacionamento que o IRB mantém – que se poderia dizer pressões – faz parte da atividade que ele exerce, não é? As seguradoras... A agenda dos gerentes, dos diretores e da Presidência é uma agenda bastante ativa, muito carregada, porque faz parte da atividade que o IRB exerce, um negócio de seguro envolve as grandes companhias de seguro, envolve os grandes segurados brasileiros.

A Vale do Rio Doce marcava audiência para ir lá, para tratar do seu programa de seguro. Todas as grandes empresas. Então, as pressões que eu considero que tenha recebido são essas pressões de negócio, negócios corretos, negócios da atividade, não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – O sucessor lá na Presidência, o sucessor do senhor, o Luís Apolônio, o senhor participou de alguma forma, direta ou indiretamente, para que ele pudesse ser o sucessor? Teve participação?

O SR. LÍDIO DUARTE – Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Nenhuma, nenhuma?

O senhor tem conhecimento da tentativa de investir US\$100 milhões das reservas internacionais no Banco Espírito Santo, de Portugal? A estatal confirmou a proposta, e ela foi rejeitada pelo IRB. Isso foi uma operação transacionada comercialmente ou feita por meio de ingerências políticas ou até mesmo de recomendações políticas e tentativas políticas?

O SR. LÍDIO DUARTE – Durante o período em que estive na presidência, volto a dizer, nenhuma decisão de investimento se tomou sem que fosse ouvido o Comitê de Investimentos.

Assim como nesse caso que envolve o Banco Espírito Santo, provavelmente vários outros bancos estiveram no IRB para oferecer os seus produtos para investimentos, principalmente no exterior. Eu me lembro de que, em determinado período da minha gestão, atendi uma pessoa do Banco Espírito Santo e encami-

nhei essa pessoa para o diretor financeiro, para que ele analisasse o que o Banco Espírito Santo estava oferecendo. Isso já foi no finalzinho da minha gestão, no finalzinho da minha saída. Vim a saber pela imprensa que posteriormente o IRB recebeu formalmente propostas e delas declinou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – V. S^a conhece, teve relacionamento ou foi procurado no IRB, fez reuniões de negócios com o empresário mineiro Marcos Valério?

O SR. LÍDIO DUARTE – Conheço-o. Ele esteve no IRB numa data que não sei precisar; reuniu-se com um diretor, que, na saída da reunião com esse diretor, o encaminhou a minha sala para ele ser apresentado a mim. É só isso que sei do Sr. Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Foi concretizada alguma transação? O senhor sabe qual o assunto que ele foi tratar com o seu diretor? O diretor não comentou com o senhor o seguinte: “Este aqui é o Marcos Valério. Ele veio tratar de uma apólice ou ele veio tratar de uma aplicação de R\$100 milhões num banco de Portugal”. Não houve nada nesse sentido? Foi só uma apresentação formal?

O SR. LÍDIO DUARTE – Foi só uma apresentação rápida. Quem poderia dizer mais seria o próprio diretor que esteve com ele numa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Qual era o diretor?

O SR. LÍDIO DUARTE – O diretor comercial da época era Luiz Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Luiz Lucena. O senhor tem ou teve aplicação financeira pessoal no exterior?

O SR. LÍDIO DUARTE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – O senhor conhece, tem relacionamento pessoal ou tem relacionamento de negócios diretamente com o Sr. Henrique Brandão, diretor da Corretora Assurê?

O SR. LÍDIO DUARTE – Conheço Henrique Brandão, porque ele é uma pessoa que tem um posto político há muito tempo no mercado de seguros. Ele, inclusive, é Vice-Presidente da Federação dos Corretores. Conheço-o também pelo relacionamento que ele tem de longa data com o IRB. Por essas razões, conheço o Sr. Henrique Brandão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – No rol de corretoras, dá para identificar o montante de negócios que a Corretora Assurê tem no IRB? Isso é de conhecimento ou passa despercebido?

O SR. LÍDIO DUARTE – Tenho certeza de que a Assurê não tem nenhum negócio com o IRB. A Assurê representa uma grande corretora americana chamada Acordia, e a Acordia tem relacionamento com o IRB.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– O senhor já respondeu anteriormente, mas em algum momento recebeu alguma pressão do Sr. Henrique Brandão, pessoalmente ou por meio de emissário, para gerar recursos, usando o artifício de sustentação política para a manutenção na presidência do IRB?

O SR. LÍDIO DUARTE – Não. As relações que tive com o Sr. Henrique e que ele mantém comigo são relações comerciais decorrentes da atividade que ele exerce. Para a finalidade de obtenção de recursos, é aquilo que já falei aqui, que, inclusive, o Deputado Roberto Jefferson já mencionou em entrevistas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – O senhor acha normal uma corretora de seguros representar duas corretoras, uma nacional e uma internacional, que é o caso da Acordia?

O SR. LÍDIO DUARTE – Não só é normal, como a legislação que estava para ser editada em 2001 e a legislação que será editada quando a Proposta de Lei Complementar que está no Congresso for aprovada vão exigir isso, que o corretor de resseguro deva ser também corretor de seguros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Como que é feito o *ranking* do IRB no que tange à colocação de resseguros no exterior? Como que o senhor avalia esse *ranking*?

O SR. LÍDIO DUARTE – Normalmente, o *ranking* que aparece até no site do IRB é o *ranking* de prêmios. As transações que a corretora intermediou são medidas por prêmios, e, por vezes, as ilações que se fazem, as análises que se fazem são bastante distorcidas, porque uma corretora que participa da intermediação de uma empresa aérea, como a Gol, tem um prêmio muito grande. Então, como se sabe, as corretoras que trabalham com empresas aéreas recebem uma remuneração – as corretoras tanto de seguro quanto de resseguros – que o mercado chama de “fi”, é um valor fixo. Então, às vezes, as avaliações que são feitas são de que a corretora tal tem uma participação em prêmio muito grande, mas não se analisa em que negócios ela está participando, porque o tamanho do negócio é proporcional ao trabalho que dá de colocação e não é proporcional à remuneração.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – A responsabilidade pela colocação desse resseguro no exterior é do IRB ou da seguradora?

O SR. LÍDIO DUARTE – A responsabilidade legal é do IRB, mas o IRB é sempre muito criticado pelo fato de ele exercer o monopólio. Desde os anos 90 que o IRB vem sendo estimulado a flexibilizar esse monopólio. Essa flexibilização passa, por exemplo, por admitir que o segurado indique o corretor, em admitir que a seguradora indique o corretor, indique o ressegurador,

enfim, que haja uma maior participação de todas as partes nessas decisões – muito mais a partir de 1997 por conta de o IRB ter se tornado uma sociedade anônima comum, como outra qualquer. Antes de 1997, o IRB tinha a garantia do Tesouro Nacional para adicionar ao seu capital. Ele perdeu essa garantia. Então, hoje, os acionistas e as seguradoras têm uma preocupação muito grande em relação aos negócios do IRB, principalmente negócios de retrocessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – O senhor não acha que, com isso, se mostra que o IRB fugiu um pouco da técnica e já abriu um pouco o espaço para que as próprias companhias trabalhassem? O senhor não acha que isso abre um espaço para que as corretoras passem a trabalhar, a trafegar, a se reunir diretamente com o IRB, para poder ter uma esfera de decisão ou alguma orientação ou até mesmo um tráfico de influência?

O SR. LÍDIO DUARTE – Eu responderia isso da seguinte forma:

Em 2000, o leilão do IRB estava marcado para 25 de julho. Por medida liminar, foi suspenso o leilão de privatização. Em 2001, quando houve o problema das torres nos Estados Unidos, em setembro, o mercado internacional de resseguros passou por um impacto muito grande, não só pelas perdas que decorreram daquele sinistro, como por causa do problema de bolsas de valores, que caíram enormemente, e de catástrofes naturais ocorridas na Europa.

Naquele momento, no Brasil, havia cerca de 20 escritórios de resseguradores. Hoje existem seis ou sete escritórios de resseguradores; um pouco se deve ao fato da interrupção da privatização e da abertura do mercado, mas grande parte se deve a que o mercado de resseguros internacional passou a ficar bastante restritivo em termos de aceitação de riscos.

O que aconteceu nesse período? Os corretores de resseguros assumiram os espaços deixados pelos resseguradores que estavam aqui. E mais: numa situação de pré-abertura, porque dependia apenas de uma liminar, quando o IRB faz transação de resseguros direta com outro ressegurador, ele abre informações comerciais importantes para esse ressegurador, para que, se o mercado abrir no momento seguinte, esse ressegurador já tenha todas as informações necessárias para oferecer preço e condições à resseguradora brasileira.

Então, por uma questão de mercado, de fora, por uma questão de saída dos resseguradores e por uma questão estratégica de não oferecer para os resseguradores os contratos que são, vamos dizer, mais rentáveis ao IRB é que os corretores têm hoje uma importância nos negócios do IRB.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Há pouco estávamos com o depoente André Marques, da Seguradora InterBrasil, e ele criticou a administração de V. S^a, dizendo que foi um desastre. O senhor tem relacionamento pessoal, teve relacionamento pessoal, alguma desavença, O senhor conhece o Sr. André Marques?

O SR. LÍDIO DUARTE – Conheço, sim, mas nunca tive desavença pessoal com ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Tem algum comentário a fazer, não sobre a pessoa dele, mas sobre a empresa dele, porque a empresa dele, com um capital de R\$15 mil, de 2000 para cá, foi talvez a seguradora que mais cresceu, tendo conseguido inclusive fazer alguns seguros do Governo: Angra 1, Angra 2 e outros seguros na faixa de R\$6 bilhões. E teve a facilidade do IRB. Como uma seguradora pequena consegue abocanhar uma parte desse mercado, sendo que há grandes seguradoras, grandes grupos no Brasil?

O SR. LÍDIO DUARTE – Vou responder de novo à pergunta. Eu conheço o Sr. André, não tenho nem tive nenhum relacionamento com ele fora o relacionamento de trabalho, quando ocorreu. A crítica que ele faz ao período da minha gestão certamente eu reputo essa crítica à falta de informação que ele detém da companhia. Convido todos a olharem os relatórios anuais de 2003 e 2004, onde estão os resultados da companhia.

A companhia que ele presidia abriu vários litígios com o IRB no período em que eu estava na Presidência. Esses litígios foram todos tratados pelo Departamento Jurídico. Em determinado momento, o Departamento Jurídico me levou alguns fatos que me sugeriam denunciar a companhia ao Banco Central e ao Ministério Público, e eu o fiz, no meu dever de ofício. Talvez por essa razão, o Sr. André tenha feito essa crítica injusta ao IRB. E agora, recentemente, depois que eu saí do IRB, eu soube que a companhia foi intervencionada pela Superintendência de Seguros. É isso que tenho sobre a InterBrasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PSB – MG) – Existem alguns questionamentos e gostaria de saber se o senhor tem conhecimento, se o senhor ouviu falar e se isso passa pelo IRB ou teve pelo IRB?

Eu, não vou nem omitir o nome, porque não estou fazendo nenhuma acusação, estou aqui tentando levantar algumas verdades para o bom andamento da CPMI.

Em abril de 2004, o senhor era presidente?

O SR. LÍDIO DUARTE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PSB – MG) – O Sr. Henrique Brandão, segundo consta, recebeu

das mãos de um representante da PWS do Brasil... O senhor conhece a PWS do Brasil?

O SR. LÍDIO DUARTE – Conheço, essa era uma empresa que se relacionava com o IRB.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PSB – MG) – Ele recebeu US\$300 mil a título de comissão de intermediação junto ao IRB. Isso originou a participação no contrato de Marine em 40% no total do negócio fechado e que vigorou até maio de 2005. Coincide também com a saída de V. S^a. Isso se deu por ocasião da renovação a PWS. O senhor conhece a PWS?

O SR. LÍDIO DUARTE – PWS é uma empresa corretora de resseguros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PSB – MG) – Por ocasião da renovação, a PWS perdeu o negócio para a Cooper Gay e Acórdia que, sob a tutela do Diretor Luis Eduardo Lucena, arrecadou cerca de US\$2,2 milhões em comissões por esses serviços prestados. Existem esses valores, Dr. Lídio?

O SR. LÍDIO DUARTE – Desconheço completamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PSB – MG) – O senhor desconhece, o senhor não conhece essa operação?

O SR. LÍDIO DUARTE – Não, desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PSB – MG) – O senhor nunca ouviu falar que essa PWS perdeu um negócio para a Cooper Gay e Acórdia? Ou seja, a Cooper Gay e Acórdia teve algum contrato dentro do IRB de valores que chamam a atenção, porque não são valores pequenos?

O SR. LÍDIO DUARTE – Desconheço completamente. Os fatos que foram aí ditos que levem a conclusões de que há benefícios desses ou daqueles, eu acho que a política de negócios com corretores e resseguradores era de outra instância, não era a minha diretamente. Então, desconheço essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PSB – MG) – A renovação de contratos de resseguros do contrato intitulado Marine, o IRB do Brasil não cotou ou não contratou a resseguradora PWS, mundialmente conhecida? E por que o IRB Brasil Resseguros utiliza corretores de resseguros, que são chamados *brokers*, como a Assurê, para fazer essas transações. Não poderiam ficar sem ter esses corretores? Poderiam ser feitos diretamente? Ou seja, o IRB indica corretores para participar de determinadas operações?

O SR. LÍDIO DUARTE – Esses pontos agora levantados, parecem-me que alguns deles até foi matéria da **Veja**, eu li um relatório que foi feito internamente, um relatório de sindicância – eu tive que apresentar a minha defesa. Mas existem questões relacionadas com os corretores que, com certeza, decorrem de dis-

putas comerciais, e essas disputas comerciais sempre existiram. Só que, quando existe um cenário em que há turbulência política, essas disputas comerciais se transformam em acusações. Então queria lhe afirmar que em todas as épocas corretores que perdem, dizem que perderam porque teve influência de “a” ou de “b”, em todas as épocas. No IRB ocorreu isso. E, como digo, muito tem a ver com disputas comerciais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PSB – MG) – Existem tratamentos diferenciados para seguradores no IRB?

O SR. LÍDIO DUARTE – Pela legislação, o IRB deve tratar as seguradoras de forma igual. Isso porque ele tem o monopólio de fato e está, por conta desse monopólio, sujeito a aceitar os riscos das seguradoras. Mas esse monopólio ressalva que o IRB pode, por questão técnica, deixar de aceitar alguns riscos, e neste caso autoriza a colocar no exterior. Então é obrigado a ressegurar todos os riscos, mas a lei lhe dá a prerrogativa de recusar aqueles que sejam tecnicamente injustificáveis que aceite.

O SR. CARLOS WILLIAN (PSB – MG) – Qual a forma de remuneração às seguradoras quando é aceito o resseguro e repassado para o exterior?

O SR. LÍDIO DUARTE – Depende muito do contrato. A relação do IRB com a seguradora se dá por contrato. E é neste contrato que constam as remunerações. As remunerações, em geral, elas se dão, na sua maior parte, numa cláusula que consideramos seguir a sorte, quer dizer, no momento em que o IRB aceita um negócio de uma seguradora, numa determinada carteira; se a carteira da seguradora der lucro, o IRB vai ter lucro; se der prejuízo, o IRB vai ter prejuízo. Em alguns casos não, essa recíproca não ocorre. Mas é uma técnica que leva em conta, por exemplo, o tamanho da seguradora, leva em conta o perfil dos riscos que essa seguradora normalmente aceita, se é mais criteriosa, se é menos criteriosa, leva em conta aspectos também de facilidade de colocação do resseguro pelo IRB no mercado internacional, e leva em conta questões administrativas para gerenciar aquele negócio em particular. Tudo isso leva a uma diferenciação entre as seguradoras. Umas têm, vamos dizer, num determinado ramo, num negócio um determinado preço e outras têm um preço diferenciado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PSB – MG) – Mas existe um manual a ser seguido ou é de acordo com a interpretação da direção do IRB? Essa seguradora tem mais crédito do que tal seguradora. Mesmo porque o recurso vai ser repassado, e a questão da seguradora, não acredito que tenha tanta interferência. Neste caso do sinistro que o Tribunal de Contas apontou que foi pago irregularmente, por exemplo. O

IRB bancou 98,45% do seguro, e a seguradora bancou somente 1,15%. Como é feito, como é acertado? Porque da forma como o senhor colocou, o senhor há de convir comigo, existem formas de atender o que disse anteriormente, os atendimentos políticos, alguns favorecimentos, alguns tráficos de influência, ou existe um manual, faz uma consulta e olha os critérios adotados dentro das situações de cada um? E qual o valor de porcentagem paga, 1%, 2%, 3%, ou cada risco é um valor? Não sei se o senhor entendeu a minha colocação.

O SR. LÍDIO DUARTE – Entendi. Resseguro é um contrato, e como contrato tudo se estabelece na origem do contrato. Dentro do próprio contrato têm as previsões de situações peculiares e particulares. Então o negócio de resseguro para o IRB, se os senhores olharem os relatórios, é um negócio excepcionalmente rentável. Se o IRB fosse uma empresa sujeita, na sua atividade fim, na sua atividade técnica, a influências políticas nas decisões em relação a seguradoras, certamente o IRB não seria uma das empresas mundiais mais rentáveis no negócio de resseguro. Então, o IRB tem, pela cultura da organização, esse perfil. As decisões de aceitação de risco são tomadas em nível dos gerentes, coordenadores e subscritores, e tudo é estabelecido por contrato.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Entendi o que o senhor disse. Continua ainda a dúvida sobre a questão. Quanto ao IRB ser rentável, não estou querendo fazer nenhuma apologia e nem nenhuma comparação, mas os Correios também são extremamente rentáveis. Trata-se de uma empresa que dá lucro. No entanto, pelas investigações que estão sendo feitas, lá existe o contrato do Correio Noturno, que deu um prejuízo de milhões de reais para os Correios; há os problemas das empresas de fotocópia, que também deram prejuízo para os Correios. Mesmo com todos esses prejuízos contratuais, no balanço final, os Correios tiveram lucro.

Acredito também que o IRB, no balanço final, tenha lucro. No entanto foi comprovado pelo Tribunal de Contas da União que foi pago indevidamente um sinistro – o senhor já disse que não tem conhecimento, não estou aqui imputando ao senhor alguma responsabilidade. Consta, por exemplo, que, numa aplicação financeira, teve US\$5 milhões de prejuízo; em outra – isso são só os inícios da apuração, foi pago um sinistro de R\$15 milhões indevidamente.

A pergunta que volto a fazer com o senhor é a seguinte: sei que é um contrato, que se tem que estabelecer o contrato, mas as regras desse contrato são pré-estabelecidas de acordo com um critério, com uma norma, com uma portaria? Ou ele é negociado assim

no balcão, com o diretor da área responsável, alguma coisa nesse sentido? Refiro-me principalmente ao valor remunerado à companhia de seguro que obviamente solicitou o repasse desse risco.

O SR. LÍDIO DUARTE – Vou voltar a um ponto para dizer que o IRB é uma empresa de resseguro que se relaciona apenas e tão-somente no seu negócio com 120, 130 seguradoras, que, ao mesmo tempo, são seus acionistas, que têm assento nos conselhos, nos comitês, enfim, e têm influência inclusive na indicação dos administradores. Então, é bem diferente de uma empresa como a citada aqui. Acredito que o IRB seja uma empresa rentável, sólida, que nunca teve chamada de capital do acionista, desde o seu nascimento e que pagou, no último exercício em que fiquei lá, cerca de duzentos milhões de dividendos em negócios que realiza com 130 seguradoras. O IRB não faz negócios com pessoas físicas, o IRB faz negócios com seguradoras, que são seus acionistas e que têm participação na sua gestão.

Do ponto de vista da segurança, vejo quanto ao IRB, essas questões levantadas de influência política, de decisões que podem não corresponder à melhor técnica, são minimizadas; nesse caso, são minimizadas; ao longo da vida do IRB, elas foram minimizadas. O mesmo, infelizmente, no IRB, na sua história, não ocorreu na área financeira.

A atividade de resseguro, Sr. Deputado, é uma atividade em que a seguradora quer transferir para o ressegurador o máximo de risco e pagar o mínimo de prêmio. É da natureza do negócio privado otimizar o seu negócio. Então, a seguradora quer transferir o máximo de risco ao menor custo. E, mesmo assim, o IRB é uma empresa que, na área operacional, relacionando-se com o mercado brasileiro, tem um lucro excepcional na atividade-fim. Então, por isso, eu considero que ela é uma empresa que precisa dar saltos grandes ainda em matéria de governança; precisa, inclusive, mudar o perfil societário. Acredito que o Governo vá caminhar nesse sentido, porque não é mais necessária a presença do Estado como majoritário. Mas é uma empresa onde, na área de atividade-fim, os riscos de ingerência são minimizados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Os seguros de grande risco são retrocedidos para o exterior. Eles só são repassados para o exterior porque as companhias nacionais não agüentam bancar esse risco? O IRB também não agüenta bancar esse risco?

Isso era feito até 1990. Hoje, inclusive, foi criado um consórcio. Quem administra esse consórcio de seguradoras, ou quem orienta esse consórcio de seguradoras? É o IRB? E de que forma que ele administra

esses repasses para o exterior? Quais são os critérios? Aí de novo eu gostaria de saber quais os critérios. É um critério direto do diretor da área ou do gerente da área, ou eles têm alguns critérios específicos? Ou passa um processo por vários departamentos, para cada pessoa emitir um parecer para fazer as análises desses retrocessos ao exterior?

O SR. LÍDIO DUARTE – No início da sua pergunta, o senhor diz que... No início da sua pergunta, o senhor diz que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Quando a seguradora faz um seguro, ou ela banca esse seguro, ou ela o retrocede ao IRB.

O SR. LÍDIO DUARTE – É. Ressegura no IRB.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Ressegura no IRB.

O SR. LÍDIO DUARTE – Ah! Ok. O senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Esse resseguro no IRB, ou o IRB o absorve, ou ele o repassa para o exterior.

O SR. LÍDIO DUARTE – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Muito pouco ele passa para o mercado nacional. Ou seja, até 1990 – é esta a data –, era feito nacionalmente; depois, foi criado um consórcio para se fazer.

Eu gostaria de entender um pouco mais do IRB; não sei se tem uma caixinha-preta. Como são analisados esses repasses? Quem administra esse consórcio de seguradoras? Existe um compêndio, um manual de instrução, ou esse processo circula em toda a administração do IRB, para cada pessoa dar o seu parecer e a sua indicação? Ou isso é basicamente analisado pela diretoria, pelo critério de conveniência obviamente técnica, mas pessoal?

O SR. LÍDIO DUARTE – Posso dividir a coisa em duas partes.

Quando o senhor se refere ao consórcio, temos que verificar que houve uma época em que o IRB, antes de colocar os resseguros no exterior, tinha poderes coercitivos para fazer com que as seguradoras brasileiras participassem de *pools* de retrocessão. Isso fazia com que a parcela de retrocessão para o exterior fosse menor do que as dos dias atuais.

A partir da transformação da empresa em sociedade anônima em 1997, em 2000 tomou-se a decisão de que o IRB, transformado numa sociedade anônima típica, não poderia mais fazer essa gestão desses consórcios da forma como vinha fazendo, de forma impositiva. A partir de 2000 – então, em 2001 –, ele passou a fazer a gestão desses consórcios de forma facultativa, de forma que esse consórcio existente hoje não tem significância praticamente nenhuma.

ma. É o IRB que o gerencia; chama-se Consórcios de Riscos Facultativos.

A outra parte da sua pergunta é a seguinte: como são definidos os parâmetros de retenção do IRB, de colocação no exterior?

Eu queria esclarecer que o IRB tem um centro de atuária estatística, que, periodicamente, faz uma análise das carteiras de negócios do IRB e sugere, indica, para cada ramo de seguro, o nível de retenção que o IRB deve ter em cada período, em função das mutações do seu patrimônio.

Tudo isso, então, é definido **a priori**. Ouvida essa área de atuária estatística, colocada a experiência de cada carteira, isso é definido. O Diretor não tem nenhuma ingerência nisso. E, talvez, se tivesse, o IRB não estivesse mais onde está, há 65 anos, porque essa é uma matéria estritamente técnica. Deve ser ouvida a área de atuária estatística. Muitas vezes, a atuária estatística vai à atuária estatística da seguradora para definir os parâmetros de retenção, para definir taxas.

Então, é essa a fórmula.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Tenho várias perguntas a fazer. Gostaria de pedir desculpas, porque o senhor está aqui, à disposição, desde às 10 horas, mas, por um imprevisto, só pudemos começar a reunião há pouco tempo. Eu me dou por satisfeito com esses primeiros questionamentos.

Apenas faço uma última pergunta: alguém da administração do IRB recebe comissão pelo resultado da produtividade?

O SR. LÍDIO DUARTE – Todos os funcionários e toda a administração passaram a receber, a partir do exercício de 2001, pago em 2002, o que foi estabelecido na legislação de 1999 – se não me engano –, que regulamentou a distribuição de lucros aos empregados. O IRB tem um contrato com os seus empregados e, baseado em parâmetros de *performance*, ele distribui até dois salários, a título de participação nos lucros, depois de distribuído o resultado para o acionista.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Isso é linear?

O SR. LÍDIO DUARTE – É linear, mas em função dos resultados apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Mas todos os funcionários recebem os 2%? A Diretoria recebe um pouco mais...

O SR. LÍDIO DUARTE – Não, não. É igual. É em função do salário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Eu agradeço ao senhor e, mais uma vez, peço desculpas pelo atraso.

Agradeço também à sua Procuradora.

O SR. LÍDIO DUARTE – Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Dentro de cinco minutos, abriremos a próxima reunião, para ouvirmos o Sr. Henrique Brandão.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 56 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Declaro reaberta a primeira reunião da Sub-Relatoria do IRB, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 3, de 2005, para investigar as causas e as consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos dos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Sr. Henrique Brandão, convocado por requerimento.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Henrique Brandão, para fazer seus esclarecimentos, e os seus respectivos procuradores.

Sr. Henrique Brandão, o senhor está aqui como depoente, como testemunha. Eu gostaria que o senhor se apresentasse e apresentasse o seu Procurador.

De antemão, em público, eu gostaria de pedir desculpas pelo atraso do nosso trabalho, que se deu em consequência de fato que fugiu ao nosso alcance. Tivemos de proceder a esse atraso.

Então, eu gostaria de contar com a compreensão do senhor. Os outros Srs. membros das Comissões estão ausentes, mesmo porque o serviço na Casa hoje, o trabalho está distribuído em várias Comissões, e vou ser o mais breve possível.

Gostaria também de contar com a compreensão do senhor porque esta subcomissão do IRB está recebendo ainda algumas documentações solicitadas ao Tribunal de Contas, ao IRB e a outros órgãos do Governo. Diante disso, não temos o trabalho em fase bastante adiantada. Vamos dar celeridade, mesmo porque nos foi disponibilizado um funcionário do Tribunal de Contas para nos ajudar a acompanhar essas investigações. Possivelmente, V. Sr.^a será convidado novamente, mais à frente, no adiantar dos trabalhos, a vir aqui para colaborar conosco com mais alguns esclarecimentos.

O senhor fique à vontade para se apresentar, para apresentar o procurador de V. Sr.^a e também para fazer as considerações iniciais, o motivo da vinda do senhor aqui, o que o senhor quiser colocar inicialmente para esta Comissão, obviamente tendo também, nós não nos furtamos o direito de lhe garantir no final também espaço para as considerações finais.

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Meu nome é Henrique Jorge Duarte Brandão. Sou

corretor de seguros há 40 anos. Presido a Assurê há 38 anos. Sou Presidente do Sindicato dos Corretores de Seguros do Estado do Rio de Janeiro pelo 5º mandato. Sou 1º Vice-Presidente da Federação Nacional dos Corretores de Seguros e sou membro do Conselho Nacional de Recursos, que é o órgão máximo do Sistema Nacional de Seguros, que regulamenta o Sistema Nacional de Seguros. Sou membro já por diversos mandatos, como titular e como suplente.

Está me acompanhando o Dr. Edson Ribeiro, meu advogado.

Na verdade, o motivo, a razão pela qual me encontro nessa *tsunami*, é porque a Polícia Federal ou o Ministério Público, não sei quem, encontrou o meu endereço fiscal... Tenho um contador da minha empresa. Minha empresa é uma empresa com quase 40 anos e tem o mesmo endereço fiscal do Molina. Em razão disso, ligaram uma coisa com a outra. Em consequência, meu sobrinho que trabalhou comigo, é filho da minha irmã, o Cristiano Brandão, que tinha trabalhado na Assurê até novembro ou dezembro, é um garoto de 23 anos, trouxe-o para Brasília para fazer a parte de levantamento de contas, abriu uma empresa – não me recordo o nome da empresa – e se associou ao filho do Molina ou de uma pessoa que estaria envolvida no assunto dos Correios. Em decorrência disso, por ser meu sobrinho e por meu endereço fiscal ser o mesmo endereço fiscal do Molina, essa empresa de contabilidade... Uma empresa de contabilidade deve ter duas ou três mil empresas como cliente. Sou cliente deles também. É uma empresa grande no Rio de Janeiro. Eu me envolvi. Estou aí nessa *tsunami* sem ter absolutamente nada. Sou um corretor tradicional no Brasil. Sou um corretor que tenho quase 200 funcionários. Sou um corretor tradicional, um corretor nacional. Na verdade é isso. De repente, tive minha casa invadida, minha empresa invadida, sem nenhuma... Até agora estou querendo saber exatamente qual foi a razão de todo esse processo.

Em síntese é isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PSB – MG)

– Além desses motivos, foi amplamente divulgado e o senhor tomou conhecimento, que o senhor era o agente político do PTB, especialmente do Deputado Roberto Jefferson, que foi ao IRB, por meio do Presidente que acabou de depor, solicitando a ele uma mesada de R\$400 mil para a manutenção do PTB, para que ele continuasse no cargo de Presidente.

As notícias que chegaram, publicadas pela revista **Veja**, são as de que o ex-Presidente do IRB confessou que realmente existiu isso, em depoimento gravado pela revista **Veja** e, posteriormente, desmentido na Polícia Federal.

O que o senhor tem a dizer sobre esse episódio?

Aproveitando a oportunidade, para economia de tempo, pergunto: qual é o relacionamento do senhor com o Deputado Roberto Jefferson, tanto pessoal, como empresarial? É de influência política, de relacionamento político? E também qual é o seu relacionamento com a filha dele, que se elegeu Vereadora? O senhor teve participação...

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– O Roberto é meu irmão, meu amigo pessoal, meu amigo realmente, há mais de 30 anos. Conheço o Roberto desde garoto. Quando conheci o Roberto, ele nem sonhava em entrar em política. A gente é amigo. Sou amigo, e, por consequência, as nossas famílias são amigas. Jamais teve qualquer tipo de conversa com Lídio com relação a esse assunto que foi veiculado pela **Veja**. Nunca, pela posição que eu ocupo, como Presidente de sindicato e como empresário, jamais teria sentido um tipo de conversa dessa. Jamais tive qualquer tipo de intimidade nem de conversa dessa natureza com quem quer que seja. Então, isso, na verdade, é uma grande inverdade que está aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– A empresa do senhor financiou a campanha da Vereadora Cristiane Brasil?

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Eu dei, oficialmente, pela empresa e por mim pessoalmente... Eu dei, não sei, parece que R\$10 mil, e a Assurê parece que deu R\$75 mil, R\$80 mil – eu não sei –, mas via Tribunal Regional Eleitoral, oficial, tudo bonitinho. Foi uma doação oficial, sem nenhum tipo de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Consta que o senhor tem influência invejável no Governo e que, com essa influência, o senhor consegue até a violação de normas técnicas para poder ser o corretor de alguns seguros – diga-se de passagem, grandes seguros, talvez os maiores dentro do Governo. Essa influência, o senhor concorda com ela? É a título pessoal do senhor nesse relacionamento de 40 anos, ou o senhor tem alguma ajuda ou alguma influência política para conseguir esses relacionamentos?

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Bem, deixa eu... A imprensa e as pessoas, como não entendem bem na área de seguro... A Assurê nunca fez seguro no IRB. Quem faz seguro é a Acordia. Eu represento a Acordia. A Acordia é ligada ao Banco Wells Fargo, quarto maior banco financeiro do mundo. Eu represento. Eu sou... Toda essa crise... Eu sou o primeiro corretor na história do IRB nacional a entrar, a fazer seguro, ou seja, a ter um representante, a ser um corretor nacional. Os corretores estrangeiros não

permitem que nós, brasileiros, façamos operação de resseguros internacional. Então, foi a primeira vez que um corretor nacional fez uma parceria com o quarto maior *broker* de resseguro do mundo, ligado ao quarto maior grupo financeiro do mundo.

Na verdade, quem é cliente do IRB não é a Assurê, é a Acordia. A Acordia é uma grande resseguradora, é uma empresa que está no mundo, em 90 países, ligada ao Banco Wells Fargo, o quarto maior banco financeiro do mundo. Então, quem é cliente do IRB, quem faz seguro no IRB é a Acordia, não é a Assurê. A Assurê é uma corretora de seguro, que faz seguros internos no Brasil. Ou seja, fazemos seguros normais, de empresa, de automóvel, de vida, de saúde. Fazemos seguro. Quem faz operação de corretagem, de “brokeragem” de resseguro, é a Acordia, que nós representamos. A Assurê representa a Acordia. Na verdade, a cliente do IRB é a Acordia, não é a Assurê.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– O Sr. Luiz Eduardo Pereira de Lucena, ex-Diretor do IRB, o senhor tem relacionamento pessoal, de amizade ou de negócios, com ele?

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Tenho. O Lucena... Nós, do mercado, somos todos... O Lucena foi Presidente da AIG, da maior companhia do mundo, durante muitos anos, no Chile, no Brasil. Conheço o Lucena há mais de 25 anos. A minha corretora operava com a seguradora dele e, por essa razão... O mercado de seguro é muito pequeno, é absolutamente estreito. Todas as pessoas que ocupam certas posições ou que têm certa representatividade... Eu, como Presidente do Sindicato, sempre tive muita representatividade e, por essa razão e por outras, por relações pessoais, sempre tive uma relação muito boa com o Lucena. Ele é um grande segurador, foi Vice-Presidente da SulAmérica, Presidente da AIG, Presidente da Golden Cross, e, por essa razão, não teria como não conhecer o Lucena há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– É até normal, porque o senhor faz parte também...

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Obrigatoriamente, a gente... O mercado de seguros faz encontros quase todos os meses, onde estão todos os seguradores, todos os corretores, todos os grandes segurados. Haverá um encontro em Alagoas, nos dias 11, 12 e 13, em que estarão 2,5 mil corretores, e todo o mercado de seguros estará lá, todo o mercado de seguros estará em Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Veja só: de janeiro a dezembro de 2004, a Acordia, representada pela Assurê e obviamente por V. S^a, foi responsável pela colocação de resseguros no exterior no montante de US\$18,4 milhões, ou seja, foi a quinta

no *ranking* do IRB. Não sei se os fatos e os números são esses. Inclusive, o Alexandre Forbes colocou US\$23,2 milhões, ficando na quarta colocação. A partir de quando a Assurê passou a representar a Acordia?

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Acho que é importante falar para V. Ex^a que existe um relatório que respondi para o Ministério Público e que vou deixar com V. Ex^a. Como é um documento público... Por falsidade ideológica, coloca: “Na conclusão, afirma que a Acordia [isto é falsidade ideológica] tem 5%, depois 3%, depois 2%...”. Ou seja, são vários percentuais, que chegam a 6% no relatório. Na verdade, na verdade, na verdade, o próprio IRB fez três ou quatro relatórios com percentuais de 3,65%, depois de 3,61%. Na verdade, nunca tivemos mais que três vírgula poucos por cento. Como a gente estava chegando, como era uma atividade... O que aconteceu? Desde 1939, Sr. Presidente, o IRB mantinha... O que se tem de analisar é o seguinte: quatro ou cinco corretores, durante 40 anos, 50 anos, estavam sozinhos no IRB. Eram quatro ou cinco corretores. Se vocês pegarem os últimos dez anos do IRB, 90% estavam com três *brokers*. O que aconteceu? Com o advento do Governo Lula – tem-se de dizer a verdade –, democratizou-se o acesso, abriu-se o acesso a que novos *brokers* pudessem participar de forma democrática. E saímos de seis ou sete *brokers* para 29 *brokers*, hoje. O que houve? Houve na verdade a democratização do acesso, das oportunidades.

E como funciona o IRB? Vi a **Veja**, o que colocou a **Veja**, o que colocou a revista da Infraero, a revista de Furnas, e fizeram... É simples. Como funciona? O IRB é um monopólio, e é importante que os Srs. Deputados e a imprensa saibam disso. Quem determina a colocação dos seguros é o IRB, ninguém mais, nenhum cliente. Aliás, um cliente, às vezes, tenta impor a sua posição, porque é um cliente grande, chamado Petrobras, que, com seu poder, impõe quem é o seu ressegurador lá fora, mas 99,9% dos segurados não têm força de fazer essa colocação. Quem faz a colocação é o IRB, que, ao fazê-la, procura o perfil de um *broker*, do melhor *under right*, do melhor *broker*, que tem o perfil de colocação, que tem capacidade financeira e econômica para fazer a colocação no mercado internacional.

O que acontece? Qual é a posição? Quando você amplia a oportunidade dos *brokers*, você aumenta a competição e permite ao IRB ter economia, ao segurado ter economia.

Vou dar um exemplo para vocês: a minha entrada na Infraero representou uma economia para a Infraero de R\$600 mil, o que não saiu em lugar nenhum. Ou seja, a minha entrada permitiu, com a busca de resseguradores, reduzir o prêmio da Infraero. Havia

competição. Por quê? Porque havia só uma corretora lá, que era a Eyon, sentadinha lá. Era só ela.

A pergunta que tem de se fazer não é de 2002 para cá, quando Lula entrou, ou de 2003. Tem de se perguntar como foi feito de 1989 para cá.

Todos os contratos de seguro feitos neste País tem corretor de seguro e ressegurador. Quando é mercado interno, é obrigado, pela Lei nº 4.594, de 29/12/64, a ter corretor de seguro, pelo Decreto-Lei nº 73. Quando é feita a colocação, o IRB escolhe e elege um corretor de seguro, um *broker*. Quem elege é o IRB. Às vezes, dizem: “Ah! Mas é influencial!”. Tudo bem! Mas, dentro da estrutura do IRB, é impossível, porque vêm lá de baixo as notas técnicas, os relatórios, o nível de aprovação das notas de aceitação do perfil daquele *under right* e daquele *broker*, para que possam efetivamente fazer a colocação.

O que houve foi uma abertura, e essa abertura desacomodou muita gente que estava, há muito tempo, sentado em berço esplêndido. Foi só isso. Essa desacomodação criou todo esse embaraço. É revista e jornal todo dia. É lógico! Você mexeu com multinacionais que têm ex-presidentes de grandes instituições – não vou ficar aqui citando nomes –, que são consultores e administradores com força de mídia e de imprensa muito grande. Todos eles são muito grandes.

Eu vou falar uma coisa aqui que talvez vá... Sou o único corretor nessa história, nesse processo – é importante colocar isto –, que sou radicalmente contra a privatização do IRB. Sou... Defendo há mais de 15 anos... Por quê? “Ah, o Brasil, a abertura...” Abriram o mercado argentino, não ficou um corretor nacional, não ficou uma seguradora nacional. Abriram o mercado do Chile, e não ficou um corretor chileno ou uma seguradora chilena. O francês protege o agricultor dele. O americano protege o aço.

Podem escrever os jornalistas: quebrado o monopólio do IRB, em três anos, os seguros, os grandes riscos no Brasil e os pequenos riscos, não haverá uma seguradora nacional, a não ser o Bradesco e o Itaú, mas casadinha com a companhia americana, porque o mercado brasileiro não tem capacidade de retenção nenhuma. O Brasil não tem retenção nenhuma. Retenção, no Brasil, é zero. Ou seja, em três anos, o seguro, no Brasil, estará caríssimo, e não vai existir mercado nacional. Dos 70 mil corretores, que geram 400 mil empregos no Brasil... Somos 70 mil corretores e empregamos pessoas, geramos 400 mil empregos. Em três ou cinco anos, não vão existir cinco mil corretores no Brasil. Não vão existir cinco mil corretores, no Brasil, depois da abertura. Digo isso. Disse isso em seminário. Disse isso em Washington. Fui a Washington, representando o Brasil, junto com a Fenaseg. Disse e

repito: se não houver abertura com proteção do mercado brasileiro, vai acontecer...

Outra coisa: depois da Adin do PT... Isso ninguém fala, não vejo ninguém falar. Aliás, é a primeira vez que tenho a oportunidade de pegar o microfone e estar falando. Desde o início, nunca dei entrevista para ninguém, nunca falei com ninguém. Vou falar uma coisa importante aqui: o mercado de seguro são os bancos. São poderosos. Eles querem tanto a privatização, que, depois que passou a lei da quebra do monopólio no Senado e que veio a ADIN, não houve um movimento efetivamente político, porque não interessa ao grande segurador a quebra do monopólio do IRB. Há uma discussão política, dizendo que interessa. Há uma grande discussão... Dizem: “Ah! Queremos, queremos...”. Aí vem a Fenaseg e fala que quer: “Estamos lutando dentro do Congresso Nacional”. Mas, na verdade, o grande segurador não tem o menor interesse na quebra de seguro. Não tem. Se tivesse, o resseguro já teria sido quebrado há muito tempo. O que é que os bancos... o que é que os grandes grupos financeiros não fazem quando eles querem? Então, IRB? Resseguro? Isso é a trigésima prioridade no Ministério da Fazenda, sempre foi. Olha, o superintendente da Susep – eu estou há 40 anos no mercado; o presidente do IRB não era atendido pelo quinto escalão no Ministério da Fazenda. Nunca fui nem atendido pelo quarto, quinto escalão no Ministério da Fazenda. Agora, virou o *point*, virou o IRB... eu estou... então, a Susep não tinha nem prédio, o superintendente não tinha nem carro, não tinha nem lugar para ficar alguns anos atrás, quer dizer, que era o nosso Banco Central. Então, quer dizer, na verdade é isto: quer dizer, eu posso porque eu posso falar de cadeira, que eu estou há 40 anos trabalhando na minha atividade, sou um corretor de seguros de verdade, comecei com 14 anos, vim lá do Ceará, moro no Rio de Janeiro, comecei como *boy* numa corretora de seguro, montei minha corretora de seguro, sozinho – eu e Deus e nosso Senhor Jesus Cristo – trabalhei e montei minha empresa e a transformei em uma corretora grande. Sou um corretor grande hoje. Agora, com o meu trabalho e com a minha luta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Bom, se o senhor permitir, vamos nos ater aos questionamentos, senão nós vamos prorrogar...

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Tudo bem. Só para dizer: o relatório do IRB hoje, só para dizer para o senhor, Sr. Relator, o relatório do IRB hoje...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – ... e corre até o risco de o senhor sair daqui beatificado.

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Tudo bem. O IRB e eu temos 2.14, e... bom...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Bom, esse detalhe aí, esse detalhe eu gostaria que o senhor falasse nítido para a gente poder... Nós estamos gravando...

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Nós temos 2,14. Relatório do IRB, tá? 2,1464, que não é nada, e desde abril de 2004 não recebo uma renovação, um contrato. Suspenderam todas as minhas relações, ou seja, não tenho um contrato com o IRB mais. Todos os meus contratos foram cancelados, todos. E eu represento o quarto maior grupo financeiro do mundo, ou seja, se eu tivesse tanta influência, tanto poder, eu não teria 2% quando o Lídio estava lá, ou todo o mundo estava lá. Eu tinha 10%, como tem aí, como tem todo o mundo, 15%.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Esses documentos que o senhor apresentou anteriormente, deixados ao Ministério Público, o senhor se incomodaria de disponibilizar para a Comissão?

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Não, eu trouxe para o senhor. Eu trouxe para o senhor. Aqui está o do Ministério Público e aqui estão todos os anexos, porque a **Veja**, a revista, colocou que na Eletronuclear eu ganhei US\$360 mil, não é? E eu estou trazendo aqui o recibo do Bradesco, da conta, quer dizer, primeiro nunca foi feito resseguro nuclear, porque não se pode fazer resseguro de usinas nucleares. Existem dois consórcios mundiais por decisão de uma entidade internacional que faz garantias, que faz a segurança internacional, não sei qual é a entidade – ligada a OEA ou à ONU, não sei –, existem dois grandes resseguradores que só asseguram usina nuclear. Então, não tem corretor, não tem *broker*. E para você fazer o seguro, não o resseguro, você tem que ter a figura do corretor, só a figura pró-forma. Então, você entra muito mais para fazer, como a gente chama, uma vitrine, dizendo: “Olha, fazemos seguros, somos corretores da Eletro...” Então eu ganhei R\$900, que é 000,1, que é a menor comissão permitida por lei, por ser obrigado ter a figura do corretor de seguro no contrato. E está aqui, é um relatório do Bradesco. Então, todas as... e estão todos os anexos com todas as respostas que eu mandei para o Ministério Público para... Aqui está a especialização, quem é Acordia, religada à Heath Lamber, o quarto maior grupo financeiro do mundo, não é, aqui só para aproveitar o senhor, o termo de declaração da Procuradoria da República Nacional e o meu depoimento no IRB.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Bem, o senhor falou sobre o ex-presidente que, inclusive, acabou de depor aqui agora. Qual é o relaciona-

mento do senhor com o ex-presidente do IRB? Profissionalmente, o senhor tratava com ele pessoalmente, ia ao IRB, conversava com a diretoria, negociava, tratava de comissão, quanto que poderia ser repassado, qual é o contrato que lhe interessa, quem que o senhor está representando, era uma negociação aberta?

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Não, não. O Lídio, eu conheço o Lídio há uns 25 anos, o Lídio é funcionário de carreira do IRB, foi diretor da Susep. A minha relação com o Lídio era uma relação absolutamente normal. Por ser uma instituição importante, eu tinha uma relação com o IRB tanto comercial, comercial... Eu não era corretor de resseguros, então eu nunca tive relação próxima do IRB. Defendia o IRB muito antes de pensar em trabalhar na área de resseguro. Defendo o IRB há 15 anos. Sou contra a quebra do... há muito tempo, até por sentimento de nacionalidade, acho que é uma decisão minha lá atrás, sempre defendi o IRB. Então, a minha relação com o Lídio é meramente... Não sou íntimo do Lídio, conheço o Lídio, me dou bem com ele. Agora, porque na verdade na Assurê Internacional, Deputado, quem é o executivo da Assurê Internacional é o Dr. Sérgio Viola, que é um ex-diretor do IRB. Morou em Londres, foi o colocador, durante 12 anos, no IRB; é um dos maiores profissionais da área de resseguros do mundo, Dr. Sérgio Viola, que é o meu vice-presidente executivo da área de resseguro.

Porque como a área de resseguro necessariamente tem contato 24 horas com o mercado internacional, requer um especialista altamente habilitado, treinado. Então, todas as pessoas que trabalham na área de resseguro – tanto ele quanto o JR ou a Vilma – são pessoas que têm história. O pai do Viola era do IRB, ele foi aposentado pelo IRB como diretor, foi representante do IRB durante dois anos em Londres. Então quem toca essa parte internacional da Acordia, que a Assurê representa, é o Sérgio Viola. A minha relação com o Lídio é meramente institucional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– O senhor disse que o IRB elege e escolhe as corretoras. Como é feito isso? Lá dentro pessoalmente o senhor tem contato com a diretoria?

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Eu pouco... Eu pouco... Eu nunca tive acesso... Eu nunca tive relação de aproximação com o pessoal da gestão do IRB. Até pela minha posição de presidente de sindicato, eu sou uma pessoa politicamente muito atuante, então hoje ocupo, na minha empresa, um papel muito mais estratégico que um papel de executivo de ponta. Eu tenho lá o meu filho, tenho quatro vice-presidentes que tocam essa parte comercial. Então, não tenho essa relação.

O que tem que ser colocado é o seguinte: é absolutamente aleatória a escolha de *broker* no IRB. Não existe, nunca houve, está aí o meu relatório para o Ministério Público, claro, não tem uma resolução, desde 1930, não tem nada que diga: “para colocar como *broker*...” Não tem, é absolutamente de acordo com o humor do chefe do “coloque” e do diretor. Vou colocar com o Sr. João, com o Sr. Manoel, com o Sr. Francisco. Quem disser que há regra está mentindo. Não existe regra. A colocação é uma decisão da instituição, à livre arbítrio da instituição, que vem do “coloque” e que vai para a diretoria. A diretoria acolhe ou não o que vem do “coloque”, que é a área de colocação, que é a área de suporte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Vamos ter que reconvocar o Presidente Lídio Toledo, porque ele falou completamente diferente do que o senhor falou aqui. Ele disse que existem normas e que não é escolha pessoal, os critérios são extremamente técnicos. Mas não vamos fazer aqui uma atribuição.

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Não são escolhas pessoais, são técnicas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– O IRB faz os investimentos no exterior, até mesmo por força de lei para ter garantia. Em algum momento o senhor já conversou com a diretoria do IRB, identificou ou até sugeriu para que fizessem algum investimento ou existe este investimento feito no banco da empresa que o senhor representa no Brasil, que é a Acordia? Não existe nenhuma ligação?

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Não. O Well Fargos não existe na América Latina. A única representação na América Latina da Acordia sou eu que represento aqui no Brasil. O Banco Well Fargos nunca veio para o Brasil. Tinha até interesse que eles viessem para o Brasil, não tem nenhuma relação no Brasil. Nunca conversei com relação a mercado financeiro, não é minha praia. Sempre fui uma pessoa muito reservada com esse tipo de... Eu não tenho, nunca tive nenhum tipo de conversa, nem de assunto nenhum com relação à área financeira do IRB, nunca, com ninguém, em história e momento algum.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Bom, o senhor, como homem de mercado de sindicato, tem condições de fazer uma avaliação da administração do Dr. Lídio Duarte na Presidência do IRB?

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– O Lídio foi... O Lídio democratizou o IRB. O Lídio foi um bom Presidente. Eu... eu... eu... O Lídio democratizou o IRB. O Lídio... O Lídio fez uma série de medidas que tiveram como objetivo modernizar o IRB. Ele criou alguns comitês importantes, o Comitê de Colocação, alguns comitês. E aí o que você falou eu concordo: re-

almente, as colocações são absolutamente técnicas, porque, na verdade, o *underight*, o *broker*, a colocação do resseguro é um negócio muito técnico e é muito difícil até explicar para as pessoas que são leigas. É um negócio absolutamente técnico e absolutamente subjetivo. Uma análise técnica depende do *underight*, que tipo de ressegurador que está oportunizando, naquela hora, o momento de recepcionar aquele risco, como é que está a situação do Brasil para recepcionar aquele risco, que tipo de empresa é essa que vai receber aquele risco e como é que ela está financeiramente, qual é a situação dela, qual é a capacidade de reserva do mercado interno.

Ou seja, a colocação... o *broker* que faz a colocação lá fora leva, ou seja, o que ele faz? Ele leva um *hold show* para mostrar a empresa, a capacidade de solvência da empresa, a liquidez da empresa, uma série de coisas para que o mercado internacional veja que aquele risco é um bom risco e taxe de forma baixa.

Depois de 2001, com o advento do problema dos Estados Unidos, o mercado de resseguro ficou de cabeça para baixo. Quer dizer... Então, vivemos hoje um mercado com muita dificuldade, ou seja, os mercados hoje nos países subdesenvolvidos, países pequenos como o nosso na área de seguro, que temos pouca capacidade de prêmio, temos... Por isso que eu digo, na hora que abrir o resseguro, na hora que abrir o mercado de resseguro, o que vai acontecer? Vou dar um exemplo para você. Eu vou dar um exemplo para o senhor, Deputado: o Brasil recebe tudo de prêmio, tirando Previdência, não recebemos 60 bilhões de prêmio. Sessenta bilhões de prêmio faz a centésima seguradora americana. Qualquer *broker*, entre os dez americanos, produz mais que o mercado brasileiro todo. E estou falando de corretor. Não estou falando em de seguradora.

A Corner, que é uma corretora que represento, nos Estados Unidos – não como resseguradora, como corretora –, produz mais que o mercado brasileiro todo. Então, quer dizer não dá para... Ou seja, o nosso mercado inexistente na concepção de valores internacionais, então, quando abriremos o resseguro, Deputado, o que vai acontecer? Vão chegar dois grandes resseguradores aqui pesadíssimos. O que eles vão fazer? É aquela história. O meu filho morou muito tempo lá fora. Ele falava: “Papai, eles querem vir para cá para fazer a política da terra arrasada”. Ou seja, um ano dão de bonzinho, taxam lá em baixo; no ano seguinte, acabou o resseguro, eles... zap. O preço do seguro vai lá para cima. Por quê? É questão de base. O Brasil passou a ser um país industrializado de 60 para cá. Então, as nossas plantas tem 35, 40 anos. Uma planta, na Inglaterra, tem 100 anos. Nos Estados Unidos,

tem mais de 100 anos. Então, as plantas são muito mais velhas, os gasodutos, as tubulações são muito... Os riscos são muito maiores e o *underight*, na hora de fazer o risco, a taxa lá é muito maior. Mas quando pulveriza no mundo todo, ela é menor. Quando eles vierem para cá, o que eles vão fazer? Vão transferir a capacidade de prêmio, vão gerar empregos lá, naturalmente, vão gerar empregos na Inglaterra, nos Estados Unidos, em outros países. E aí o que vai acontecer vai ser exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– O senhor, com seu relacionamento político, sindical e da classe, ajudou a nomear o Dr. Lídio Duarte?

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Não. Os seguradores do Paraná... Os seguradores do Paraná – o Lídio é de Santa Catarina – indicaram-no ao Martinez, ao falecido Deputado Martinez. E um dia eu estava em casa, o Roberto me ligou e disse: “Henrique, você conhece Lídio Duarte?” “Eu conheço. Diretor do IRB. É o Diretor Comercial do IRB. É uma figura... um bom profissional, profissional de carreira, foi Diretor da Susep. É um bom profissional.” E aí... Ou seja, o Lídio foi chamado pelo Martinez e pelo Roberto e parece que fazia parte da cota do PTB é... o IRB, e o Lídio foi nomeado, foi nomeado. E por absoluta competência dele e por história. Ele tem lá 30 anos no IRB. Então, ele foi nomeado por competência dele. É lógico que todo mundo sabe que as nomeações são políticas, não é? As nomeações são políticas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Bom, então o senhor não o nomeou, obviamente,...

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Não. Quem sou eu?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– ...o senhor não tem essa caneta, mas o senhor admite pelo menos que o senhor foi consultado.

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Não. Não, fui não. O Roberto não conhece ninguém do mercado de seguros, o Roberto é meu irmão, é meu amigo, assim como o falecido Martinez é meu amigo. Henrique, um órgão que foi colocado, na negociação, para o PTB, a Presidência do IRB. Então, temos aqui um nome apresentado pelos seguradores do Paraná e o nome é o do Lídio Duarte. Eu falei: é um belo nome, o Lídio é um funcionário de carreira do IRB, é um belo profissional, um grande executivo, foi só isso que eu falei. E realmente foi o que eu falei exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Além da Vereadora Cristina Brasil, que o senhor ajudou financeiramente, o senhor já contribuiu para a campanha de algum político?

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Por dentro ou por fora?

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Porque hoje se fala muito em por fora, no caixa dois. O senhor contribuiu com alguém?

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Nem por dentro nem por fora, para ninguém. Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Está certo.

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Aliás, contribuí por dentro para a Cristina Brasil para nunca mais na minha vida. Vou passar desta encarnação, nunca mais na minha vida dou um real. Nunca mais na minha vida. Nunca mais. Dô oficialmente, está meu nome estampado em jornal, revista, como se eu fosse um criminoso. Não, nunca mais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG)

– O senhor teve uns contratos com Furnas e Infraero. Como se deu o sistema de licitação para que o senhor pudesse ter esses contratos de Furnas e Infraero?

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– A verdade dos fatos: sou corretor de Furnas há 11 anos, faço seguro de Furnas há 11 anos. Faço seguro dos funcionários de Furnas, faço seguro dos automóveis dos funcionários de Furnas, faço seguro de vida dos funcionários de Furnas.

Estou lá em Furnas trabalhando, como todo mundo. Tem dois, tem um corretor que está há mais tempo do que eu, que é o Ernesto Champolin, da Previsão, que faz todo o seguro de patrimônio de Furnas. Não sou eu, eu só faço seguro de benefício. E aí, como eu estava entrando no mercado de resseguro, e Furnas tem uma capacidade de resseguro muito grande, estou lá dentro todo dia, naturalmente fui ao Diretor de Furnas e disse: olha, estamos aqui, estamos nos apresentando, a gente está... Nós estamos fazendo, acabamos de fechar uma parceria com a Acordia, vamos ser um grande *broker* de resseguro, o quarto maior *broker* de resseguro do mundo, e eu queria a oportunidade de poder fazer a colocação. Para isso eu precisaria de uma carta.

Eu quero colocar para vocês o seguinte: todas as empresas, todos os corretores de seguro do Brasil, todos, trabalham com carta de nomeação. Ninguém vai representar segurado em seguradora ou no IRB ou na Susep sem uma carta de nomeação. Não vai. Eu chego lá na seguradora e eu digo: aqui eu represento a Petrobras, eu represento as Casas Bahia, eu represento... O cara vai rir na minha cara. Não. Se você vai numa seguradora, num órgão do Governo, você tem que ir com uma cartinha de nomeação. Se não for, você

está morto. A seguradora nem olha para você. Então, a carta de nomeação é uma carta...

E outra coisa, essa carta que foi dada, de Furnas, ela é absolutamente... Ela não tem nenhum valor, porque o IRB não recepciona, ele apenas é simpático a que você mande uma carta; agora, ele não recepciona isso.

Infraero. Infraero, de forma bem objetiva. Era amigo fraterno do pai do Carlos Wilson, o velho Wilson, meu irmão, meu amigo. O Carlos Wilson assumiu a Infraero e eu sou corretor de seguro. Fui lá na Infraero fazer uma visita ao Carlos Wilson e disse: Carlos Wilson, quero ter oportunidade de poder trazer para vocês projetos de seguros que a gente tem.

Muito bem, e aí a gente... Eles estavam estudando o assunto da área de resseguro e quiseram, na verdade, abrir para dois *brokers*. Então o Carlos Wilson: fala com o Adenauer. E aí o que aconteceu? Nós, buscando, dentro de uma linha absolutamente comercial, quer dizer, mostramos nosso currículo, quem era a Acordia, quem éramos nós, ou seja, qual era o projeto em que nós estávamos. Conseguimos trazer os advogados ingleses para reduzir a sinistralidade da Infraero, porque a Infraero estava com dificuldade de colocar o resseguro, porque tinha sinistro não liquidado. Em razão disso, os resseguradores estavam criando problema. Nós tivemos que fazer uma reunião na Infraero, trazer os advogados dos resseguradores, para poder fazer o encontro. Ou seja, foi feito um trabalho, um trabalho de competência, um trabalho de um profissional de seguro, que conhece o que está fazendo. Então, nós fizemos isso. Graças a Deus conseguimos reduzir o prêmio da Infraero em alguns milhares de reais e geramos um lucro, aí, de aproximadamente R\$600 mil para a Infraero em redução de prêmio. Ou seja, foi esse... Foi essa o benefício que eu fiz para a Infraero.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Mas o conhecimento nosso é de que foi feito um contrato emergencial?

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO – Não, não. A Infraero entra na 8.666. Não tem nada. É 8.666, é concorrência, é pregão. A Infraero não tem, é pregão mesmo, é o menor preço. Não tem... E veja bem, pessoal, o que é importante é o seguinte: na área de seguro, quem remunera o corretor é a seguradora, não é o seguro. Ou seja, a seguradora, dentro da sua planilha, dentro da sua margem comercial, ela remunera o corretor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – O senhor foi... A empresa do senhor, a Assurê, ela foi a corretora da... Ela trabalha sempre ou esporadicamente com a companhia de seguros Aliança, da Bahia?

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO

– Não. Nunca trabalhou. Aliás, essa companhia nunca trabalhei com essa companhia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Não?

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – O senhor não foi corretor de um sinistro que houve na companhia de tecidos Guaratinguetá?

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO – Não, não, nunca. Nunca trabalhei... Esse segurado é um segurado muito grande, sei que esse segurado tem até um sinistro muito grande. Aliás, queria muito ser corretor dessa conta, porque essa é uma conta... Essa é uma bela conta, é uma conta que tem grandes prêmios, mas nunca trabalhei com a Aliança e nunca trabalhei com essa empresa Guaratinguetá. Nunca...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Eu indago e anuncio com prazer a presença do Deputado Nelson Markezelli, de São Paulo. Quero saber se o senhor gostaria de questionar o nosso depoente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Queria apenas... Eu conheço o Sr. Henrique Brandão há um bom tempo. É um profissional competente, que tem feito um belo trabalho nesse setor, e agora estou como Relator de um projeto, tentando abrir o mercado, estou como Relator, na Câmara, desse projeto de seguro e resseguro e, já há 90 dias, que estou estudando esse mercado.

Eu conhecia superficialmente, agora estou aprofundando um pouco o conhecimento.

Sr. Presidente, todas as entrevistas que tenho feito e tenho recebido em meu gabinete sobre esse segmento, eu tenho feito alguma pergunta sobre Henrique Brandão. Eu quero parabenizá-lo, Henrique, porque seus concorrentes, sem exceção, têm elogiado a sua postura, o seu trabalho e o seu passado. Eu sou Deputado, eu não viria aqui, mas quando eu que você estava para ser inquirido hoje, eu fiz questão de vir, para poder documentar isso nesta reunião, da sua lisura, do seu trabalho, já creditado nas entrevistas que eu tenho feito lá, pelos seus concorrentes no País.

Continue assim. Continue trabalhando com essa clareza, que isso é importante para todos nós.

O SR. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO – Obrigado, Deputado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – É apenas isso que eu queria colocar, hoje, aqui, nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PMDB – MG) – Não havendo nem mais nem mais um Sr. Deputado nem Srs. Senadores ou suplentes, que queiram... Aliás,

que queiram não, que estejam presentes, eu encerro a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 45 minutos.)

Ata da 2ª Reunião, realizada em 15/12/2005.

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos, na sala treze, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Osmar Serraglio e ainda com a presença do Deputado Carlos Willian, sub-relator do IRB, reúnem-se a Sub-Relatoria da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência declara abertos os trabalhos e esclarece que a pauta desta reunião destina-se à oitiva dos Senhores Giampaolo Bonora e Hamilton Mesquita do Prado. A Presidência esclarece ainda a possibilidade da ausência do Senhor Hamilton Mesquita do Prado por se encontrar em Houston, Estados Unidos até o dia de hoje. É solicitada a presença do Senhor Giampaolo Bonora, que está acompanhado pela sua advogada Dra. Thais Helena Aprile, depois fazer sua apresentação, diz ser diretor-presidente da Companhia Guaratinguetá desde 1974, dizendo ainda que a companhia foi fundada pelo Presidente Rodrigo Alves em 1912. Após inquirido pelo senhor Presidente, foi dada a palavra ao Deputado Carlos Willian, que relembra ao depoente sobre a liminar conseguida para que não fosse quebrado o seu sigilo bancário e propõe um acordo, para que esta CPMI não entre com recurso em razão da mesma possuir documentos com provas sobre os acordos, o relator sugere um acordo para que o depoente se comprometa a fornecer o seu sigilo bancário até quatro meses após a emissão do primeiro cheque dos três recebidos do IRB conhecidos por esta sub-comissão, bem como as cópias dos mesmos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e cinco minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTA DA 2ª REUNIÃO

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta

a 2ª reunião da Subrelatoria do IRB da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Boa tarde a todos os ilustres Parlamentares que nos prestigiam.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva dos Srs. Giampaolo Bonora e Hamilton Mesquita do Prado. Provavelmente, não haverá a oitiva de Hamilton Mesquita do Prado, que estava no exterior e, aparentemente, não terá condições de se fazer presente nesta tarde.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Giampaolo Bonora, a fim de prestar seus esclarecimentos.

Antes de conceder a palavra ao Sr. Giampaolo Bonora, anuncio aos presentes que S. Sª assinou termo de compromisso, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal. Isso significa que, na eventualidade de não correspondência com a verdade, S. Sª poderá responder por falso testemunho.

Sr. Giampaolo, V. Sª foi convocado para esclarecer alguns detalhes de que, provavelmente, já tenha conhecimento, porque houve até uma suscitação judicial da questão.

Antes de começarmos o questionamento, que será procedido pelo Subrelator, Deputado Carlos Willian, gostaríamos de que V. Sª nos informasse sua qualificação, nome, estado civil, endereço, atividade profissional e, depois, discorresse sobre a sua vida no que diz respeito ao que está sendo objeto da investigação, ou seja, os seguros de suas empresas.

V. Sª tem a palavra livre pelo tempo que for necessário.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Agradeço, Excelência.

Eu me chamo Giampaolo Bonora. Sou Diretor-Presidente da Companhia Guaratinguetá desde 1974. A companhia existe desde 1912 e foi fundada pelo Presidente Rodrigues Alves. Nós sempre fizemos seguro; antes de mim, já existia seguro.

Houve apenas dois incêndios. O primeiro ocorreu em 1992. A seguradora era a Indiana, que nos pagou e honrou com os compromissos, e não houve problema algum. Percebeu que os prejuízos eram maiores do que a apólice, como sempre. O segundo incêndio ocorreu em 5 de dezembro de 2003. Nós fomos surpreendidos no horário de ponta. A firma pára no horário de ponta, porque a energia é muito mais cara. Até que víssemos o incêndio e corrêsemos para apagá-lo, demorou um pouco, mas nós conseguimos circunscrevê-lo – quando digo nós, refiro-me ao cor-

po de bombeiros, ao pessoal da brigada de incêndio e aos nossos funcionários, que são muito dedicados porque estão lá há muitos anos. Conseguimos apagar o incêndio, impedindo-o de atingir outras áreas. A área nº 10, assim denominada pela companhia de seguros, ficou totalmente destruída.

Renovamos, durante oito anos, o seguro com a Aliança da Bahia, pela correção monetária, sem muita análise. Se havia alguma máquina nova, ela era acrescentada no seguro, mas sem muita formalidade. Vinha uma pessoa da Aliança da Bahia, falava que iam renovar o seguro, e pronto. Todos os anos, eles renovavam o seguro. Se o seguro vencia em outubro, traziam a apólice em dezembro ou janeiro. Chegaram a demorar até 53 dias para nos fornecer a apólice, mas diziam que estava coberto, que não havia problema. A primeira vez que aconteceu o caso, não estava coberto. Disseram que havia a apólice, mas que não a haviam pago. Portanto, ficamos numa situação difícil.

Dois dias antes do término do seguro, em 2003, foi feita uma inspeção da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, por uma firma contratada por eles, e verificou-se, em todas as áreas da fábrica, inclusive nesta área 10, o que faltava, o que era necessário fazer a mais. Mas nos entregaram o resultado somente depois do vencimento da apólice, no dia 29/10. Quer dizer, a apólice venceu em 15/10 e entregaram as exigências no dia 29/10, dizendo que, se não tivéssemos as exigências cumpridas, não renovaríamos o seguro. Cumprimos todas as exigências. Aliás, nessa área 10, a única exigência era que precisávamos remanejar os carrinhos dos produtos semi-acabados, apenas isso, o que cumprimos facilmente. No dia 28 de novembro, mandamos-lhes uma carta dizendo que as exigências foram cumpridas e pedindo, por favor, que fizessem nova inspeção. No dia 05 de dezembro, pegou fogo. Não deu tempo de virem, até mesmo porque, no fim de ano, é difícil. Pegou fogo e pensávamos que estivesse razoavelmente coberto. Sempre ficamos com um certo receio quando não se tem apólice, mas pensamos que fossem honrar. Responderam-nos, pura e simplesmente, que não tinha apólice e não iam honrar coisa nenhuma, não iam pagar.

Insisti, fui até lá e fiz reuniões, mas havia mudado a diretoria de São Paulo. Antigamente, eram nossos amigos. O Dr. Sérgio Túbero vinha de Guaratinguetá para as nossas festas de fim de ano – aliás, hoje é a festa de fim de ano, mas penso que ele não virá mais –, portanto, me considerava em casa. Fui até lá e falei com ele, que respondeu que iria ver e tentar fazer o possível, mas, depois, fiquei sabendo que ele não era mais diretor, era somente conselheiro.

Quando chegou em janeiro, tivemos que entrar na justiça, porque falamos com eles e, por três vezes, disseram que não iriam pagar. Depois disso, já não dava mais para fazer um acordo amigável. Portanto, entramos na justiça pedindo uma apresentação antecipada de provas. Mas, a partir daí, o que houve? Não era o juiz o titular que estava lá, mas um juiz substituto. Em lugar de comunicar a Companhia Aliança da Bahia para participar das provas, vistoriar a área, etc, ele citou a Companhia Aliança da Bahia. Citada, a Companhia Aliança da Bahia estava no direito de entrar no mérito da ação. Contrataram o melhor advogado da área, um tal de Tzirulnik, que fez um calhamaço desse tamanho. Atacou em todos os campos possíveis e imaginários, e fiquei muito chateado.

Só me refiz um pouco desse desagrado quando, depois que houve esse problema e recebemos notificação pelo Tribunal de Contas, apareceram no processo pareceres internos do IRB, que diziam que tínhamos razão. Inclusive, o próprio Tzirulnik mandou uma cópia confidencial para a Companhia dizendo que tínhamos razão, que era para tomarem cuidado, pois ele iria fazer o possível, mas era provável que o juiz reconhecesse a nossa razão, porque, se todos os anos demoram para entregar a apólice, isso já se torna uma concessão.

Tivemos que contestar e, com isso, demorou muito tempo. Estávamos com essa área destruída, perdendo 42% da nossa produção e sem poder mexer num tijolo, sem poder fazer nada. Perdemos, praticamente, metade dos fregueses argentinos, com os quais fazemos contrato sempre em outubro, fora os fregueses internos, porque a nossa capacidade estava muito reduzida. Entregamos um pouco para cada um, eles tiveram que comprar de outro. Quando comprem de outro, às vezes, se acostumam a fazê-lo, o que é desagradável para nós. Então, o que houve? Depois que respondemos, o Dr. Tzirulnik, que é um bom advogado, tinha feito não sei quantos – 70, 80, 100 – quesitos, e o juiz não deferiu todos. Deferiu somente aqueles pertinentes à área. Ele pedia coisas absurdas, inclusive que fosse encerrada a lide. Então, começou a perícia propriamente dita. Quando começou a perícia propriamente dita, eu tive a sorte de estar lá, em Guaratinguetá. Havia dois peritos da Aliança da Bahia muito bons, além do nosso perito, que também era bom, o Campedelli, conhecido por todas as companhias de seguro, e o perito do juiz. Quando eles viram a área, a quantidade de equipamentos e maquinários destruídos, a coisa mudou completamente. Eles perceberam que não havia nada de fraude, porque o prejuízo era duas vezes maior do que o valor da apólice. Então, acabaram propondo um

acordo. E os advogados fizeram um acordo, que não foi bom para nós.

Mas nós já estávamos numa situação difícil, perdendo dois milhões e pouco por mês de produção, isso dito pelo próprio Tzirulnik. Não sei como ele descobriu. Nós não tínhamos lucro cessante, mas, no caso de a companhia de seguro não pagar o que tinha que pagar, ela é obrigada a ressarcir também os prejuízos ao longo do tempo em que deixou de pagar. Só isso daria 25 milhões.

Eles propuseram um acordo numa base muito menor de reconhecer a nossa apólice, pura e simplesmente, como se estivesse de pé outra apólice atualizada – como se atualizava todos os anos, pela média da atualização das outras apólices – nem mais, nem menos, e ainda incluíram uma cláusula de rateio, porque, de fato, o nosso prejuízo era muito maior do que o valor da apólice. Então, disseram: “Bom, quando o prejuízo é maior do que o valor da apólice, tem que ser reduzido o valor da indenização”. Nesse ponto, eles tinham razão, mas nós também tínhamos razão de querer receber pelos danos, os lucros cessantes. E fizemos o acordo, mas eles não cumpriram direito o acordo, porque, em vez de pagarem os 15 milhões que sobraram desse acordo na hora, eles foram pagando aos poucos, cinco milhões hoje, cinco amanhã, em três vezes, e depois não pagaram a correção monetária de lei. Há a correção monetária e o juro de 1% ao mês. Quer dizer, não foi pago. E até vamos depois entrar na justiça por conta disso. Para nós ficou nisso. Recebemos isso e pronto. Não tenho mais nada a dizer.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Chegou a procurar uma autoridade que pudesse fiscalizar essa corretora de seguros, a seguradora?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não, não tem ninguém. Era o juiz.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu sei, mas nesse intervalo todo em que ela não atuava e ficou postergando, nunca procurou?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não, era uma briga judiciária.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só ficou em juízo?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Só ficou em juízo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E V. S.^a participou do acordo de negociação?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Eu, pessoalmente, não. Foram os advogados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Os advogados seus?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Foram os advogados e o Campedelli, que nos ajudou, porque pelo

menos exigiu que fosse atualizada pela média da atualização de todos os anos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguma vez V. S.^a soube da participação de alguém do IRB nessa negociação?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não. Eles pediram, quando responderam à nossa ação, a participação do IRB. Nós recusamos, porque aquilo que eles estavam fazendo já era protelatório. Se nós aceitássemos a participação do IRB, ia demorar mais ainda, porque eles teriam prazo em dobro. Então, não concordamos. E o juiz...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Admitiu?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Admitiu que não entrasse o IRB na ação, mas permitiu que o IRB participasse como assistente, que assistisse a coisa. Parece que eles contrataram o mesmo advogado, Tzirulnik, e continuou do mesmo jeito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem contratou o mesmo advogado?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – O IRB contratou o mesmo advogado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O mesmo advogado da seguradora era o advogado do IRB?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Parece que sim, pelos documentos que vimos depois. Ficamos sabendo disso no final.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem, na sua empresa, pode esclarecer bem esses detalhes?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Podemos chamar os advogados. Sobre o quê?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É que nós estamos investigando a atividade do IRB. Como é que o IRB terminou entrando nessa indenização, respondendo por um seguro que, na verdade, a seguradora nem sequer havia feito com V. S.^a? E ela, a seguradora, terminou repassando isso para o IRB.

Como é que o IRB entrou? Agora V. S.^a já começou a abrir. O mesmo advogado do IRB era advogado da seguradora. Mas V. S.^a não participou da negociação, não sabe quem estava onipresente?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não, mas a negociação não foi com o IRB. Foi com a seguradora cujo advogado era o mesmo do IRB.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O advogado era o mesmo do IRB. E a negociação, o acordo, foi feito em juízo?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Foi feito em juízo, feito em juízo perante o juiz. Nós tínhamos direito à renovação da apólice porque eles nos mandaram uma

carta dizendo que, se cumpríssemos as exigências, eles levariam a apólice. Nós cumprimos as exigências, comunicamos oficialmente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A relação de V. S.^a com a seguradora é até um problema privado. O problema é a relação da seguradora com o IRB porque, porque quem terminou respondendo foi o IRB. E é isso que estamos investigando.

Quero passar a palavra ao eminente Sub-Relator que vai fazer uma seqüência dos questionamentos do Deputado Carlos Willian.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Certo.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Boa tarde, Sr. Paolo.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Boa tarde, Excelência.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Eu ouvi atentamente alguns tópicos do resumo que o senhor fez.

Deixe-me perguntar ao senhor: o senhor participou desse acordo feito em juízo, do estabelecimento de metas, o que foi feito?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não, não participei.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Não participou?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, o senhor Paolo está aqui como testemunha?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Testemunha.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Em caso de falso testemunho, há pena?

Deixe-me perguntar ao senhor, pois temos aqui uma petição em juízo que estabelece o acordo feito.

“...somente estará obrigado a efetuar eventuais pagamentos a roubos apurados do IRB que lhe tenham autorizados, estando acertadas as partes com a intervenção do IRB, requerendo a sua imediata homologação de sentença.”

Há um acordo feito em juízo, da 21ª Vara Cível de Guaratinguetá e quem participa desse acordo é a Sr.^a Advogada Taís Helena Aprili, da Fiação de Tecidos Guaratinguetá, Sr. Giampaolo Bonora. É o senhor?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Sou eu.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Aqui está a assinatura do senhor nesse acordo.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Eu assinei o acordo, mas quem fez o acordo e o apresentou em juízo não fui eu. Eu assinei o acordo porque me trouxeram para assinar, porque sou responsável pela empresa. Mas não participei do acordo.

Perguntaram-me se estava de acordo com o que foi feito, mas, em juízo, não estive, não estive de jeito nenhum. Isso foi apresentado ao juiz e, se não tivesse alguém da companhia assinando, não poderia haver acordo.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – É uma proposta de acordo, um acordo. O senhor assinando, o senhor participou das bases do acordo.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não estive, não fiz reunião nenhuma, não conheço nem o advogado deles. Eu não o conheço. Se o advogado estiver por aqui, não sei quem é.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Ok. O senhor assinou somente?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Só assinei.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Está certo. Qual é a relação da Seguradora Aliança da Bahia, com a companhia têxtil, com a Guaratinguetá? Qual é o relacionamento da seguradora?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Era uma relação de muito tempo. Nós tínhamos uma firma, nós temos uma firma ainda em Londrina, fazia 25 anos que nós fazíamos seguro com eles. E depois passamos a fazer seguro também em Guaratinguetá. Nós nunca tivemos problema com eles. Com a diretoria antiga sempre foi muito bem.

Até uma vez que houve um pequeno incêndio lá, uma coisa pequena, um compressor, parece, uma coisa de valor muito pequeno, eles mandaram um cheque e uma cartinha dizendo que tinham prazer de mandar o cheque para nós, porque nunca tínhamos dado problemas para eles. Sempre tínhamos pago em dia.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O senhor lembra há quantos anos o senhor renovava esse seguro?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Há 25 anos em Londrina e 9 anos, e 8 anos em Guaratinguetá.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Vinte e cinco e 9, 34 anos.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não, não. Vinte e cinco paralelos, quer dizer, 25 anos em Londrina e 8 anos em Guaratinguetá. E sempre renovamos com atraso. Era uma relação informal depois de tanto tempo. Ninguém ia pensar que eles iam se recusar a pagar.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – De acordo com um parecer emitido por uma empresa, Mira Arquitetura e Consultoria, relativo a inspeção de risco que antecedeu a renovação do seguro, persistiram problemas de fiação elétrica aparente e equipamentos de combate a incêndio. Com base nesse parecer, a Seguradora Aliança da Bahia, negou expressamente a cobertura do seguro, até que os problemas fossem sanados.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Até que os problemas fossem sanados. Quer dizer, condicionalmente. Se fossem sanados os problemas, estaria de pé o seguro.

E nós sanamos os problemas, o mais rápido... Eles nos entregaram isso depois que tinha vencido já a apólice. Não foi antes a apólice. Eles fizeram a inspeção dois dias antes do vencimento da apólice, nos entregaram o resultado da inspeção no dia 28, 29 de outubro – deve ter aí, se o senhor tem os documentos, tem a data –, e nós cumprimos isso até 29 de novembro.

Agora, tem uma coisa. Essa Mira, e qualquer firma que faz inspeção de seguros, sempre acha alguma coisa. Numa fábrica de 50 mil metros quadrados, é difícil que ninguém ache nada. E o inspetor de seguro, se não achar nada, a companhia o manda embora.

E se o senhor permitir, na área onde aconteceu o incêndio, eles não acharam nada. Só disseram que podíamos remanejar alguma coisa, mas era um carrinho que o empregado tinha deixado no caminho, porque tinha ido ao banheiro. Foi fácil remover.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Como aconteceu o sinistro na fábrica? Obviamente, o senhor, como já disse, quando chegou, já sentiu que estava ocorrendo o incêndio. Correu a brigada, para tentar conter esse incêndio. Mas o senhor sabe o que provocou, como foi provocado esse incêndio?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Os peritos disseram que foi curto-circuito. E eles explicaram tanto – o Sr. Campedeli e os peritos policiais – e parece que, acima de um certo número de graus e de temperatura, derrete o cobre. Então, eles vêem pelo derretimento do cobre se foi elétrico, se não foi elétrico.

E nós temos uma boa brigada de incêndio, e temos um equipamento bom, temos água, tudo. O problema é que no horário de ponta, não tinha ninguém lá. Sempre, durante duas horas, duas horas e meia, fica sem ninguém lá dentro. Então, quando o vigia correu lá e disse que tinha incêndio, já estavam altas as chamas. Para apagar foi difícil.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – A data em que o senhor disse que remeteu à Guaratinguetá foi dia 28/10?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Chegou para nós dia 28/10.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – O senhor remeteu ou o senhor enviou?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Nós recebemos no dia 28/10. Até dia 29/11 nós cumprimos tudo o que eles haviam pedido.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Até dia 29?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Isso, 29/11.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – E como que o senhor informou para eles que tinha...

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Mandamos uma carta e, como veio para São Paulo, para a inspetoria, uma cópia da carta, a inspetoria, sem saber que já tínhamos enviado, mandou lá, e foi protocolada por eles. Mandamos pelo correio...

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – No dia 29. Essa data é precisa?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – É precisa.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Precisa?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Ou 28 ou 29, não estou com os documentos em mãos, mas posso consultar.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – É essa a carta? (Pausa.)

O SR. GIAMPAOLO BONORA – É. Olha, a carta deles era datada de 24 de outubro, e nós recebemos em 28 de outubro, mais ou menos. E a nossa carta é de 27/11 e foi entregue no dia 28. Estamos aqui com o protocolo da companhia, da Companhia de Seguros Aliança da Bahia.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Por que uma tem protocolo e a outra não tem?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Uma foi mandada pelo correio e a outra foi mandada, entregue em mãos pelo *motoboy*.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – A companhia, no início, negou tudo. E um dos principais momentos de desgaste nesse relacionamento foi de que eles não teriam recebido essa carta, o principal motivo dessa desavença. Não foi?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Foi uma das alegações.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Uma das alegações.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Mas receberam, sim. Temos o original e pode ser provado...

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Eles alegam que não teriam recebido. Só depois, no dia 9/12, é que apareceu essa carta. Temos uma dificuldade aqui pelo seguinte: essa é a carta sem o carimbo de recebimento deles. Posteriormente, temos uma cópia que o senhor nos apresentou, que a companhia alega ter recebido 12 dias depois, já com o próprio carimbo, que é esta.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não, esse é um fax. Esse fax que acho que mandaram ou de Guaratinguetá para São Paulo, ou para... Não foi para a companhia, foi uma cópia só.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Uma cópia. É o que o senhor disse: o senhor remeteu uma cópia pelo fax e a outra o *motoboy* levou.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não, não. Por fax, não. Foi pelo correio.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Pelo correio. Eles alegaram que não receberam.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Eles podem alegar o que quiserem. Eles alegaram muita coisa.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Está certo, tudo bem. Agora, a outra alegação – eu queria que o senhor mantivesse com as duas: foi feita uma perícia oficial nessas cartas e constataram, primeiro, que a carta não é a mesma, mesmo estando com data...

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não é.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Agora, o conteúdo da carta e o objeto da carta são os mesmos, mas as letras não são as mesmas, são formas diferenciadas. E as assinaturas também não conferem. Isto é um laudo técnico que temos aqui.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – É, mas o gerente está lá, não sei.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – É um exame documentoscópico, um relatório.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Agora, essa não sei de onde apareceu. Essa é a original. Eu precisaria ver, porque pode ser que ele tenha esquecido de mandar para São Paulo e tenha feito para mandar para São Paulo.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Fez outra?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Capaz que sim.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Quem sabe ele fez depois do sinistro.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Não.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Olha, esse é o carimbo, de 20 de novembro, da companhia. Esse é o carimbo da companhia.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Mas o original dessa carta nunca apareceu, a companhia alega que não tem o original.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Nós temos, nós temos.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Original?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Posso lhe fornecer.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Com recibo?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Com recibo.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Então, faça o favor.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – É, se o senhor permitir, eu lhe forneço o original com o carimbo.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Deixe-me perguntar para o senhor, voltando um pouquinho antes. Se estão todos certos, se o senhor considera que esses atos estão perfeitos e que foi uma decisão judicial, por que, quando pedimos a quebra de sigilo fiscal e telefônico da empresa do senhor, o senhor ingressou com uma ação e obteve uma liminar para cessar essas consultas?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Eu vou lhe explicar. A quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico em geral abrange tudo. E isso sai nos jornais, já fomos bastante prejudicados porque, de repente, vimos no jornal ValeParaibano – não vimos em nenhum outro jornal – mas não sei como que eles souberam que V. Ex^{as} iam fazer essa quebra de sigilo e publicaram justo no Vale do Paraíba. Então, começaram os telefonemas de gerente de banco, sabe? Nós somos bastante conhecidos na região, estamos lá desde 1912, então isso nos prejudicou bastante. Nossa advogada, uma outra advogada que trabalha conosco às vezes quando estamos em Brasília, falou: “olha, é melhor vocês pedirem uma liminar.”

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Mas foi em razão de ter saído na imprensa em Guaratinguetá? Já tinha saído mesmo.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Nós não tínhamos visto, saiu na imprensa. Não era Guaratinguetá, é o jornal ValeParaibano, ele é de São José dos Campos.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Bom, há possibilidade de fazermos um acordo? Em vez de recorrermos dessa decisão da justiça ou até mesmo entrar com uma outra ação, com outro requerimento – nesse caso, com mais provas inclusive divergências de documentos que temos aqui –, o senhor abrir esse sigilo bancário durante o período em que foi feito o acordo judicial até quatro meses posteriores, ou seja, um mês posterior à data do terceiro acordo?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Sem dúvida, com muito prazer.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Podemos?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Sem dúvida.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Podemos fazer esse compromisso de o senhor nos reter?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Estou aqui justamente... Olha, não fui nem notificado, mas fiz ques-

tão de vir aqui porque quero tirar esse peso de cima da cabeça.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – O senhor não foi notificado? E como o senhor descobriu que teria de estar aqui?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Nós soube-mos porque...foi pela Internet. Vimos pela Internet, telefonamos aqui – pode confirmar com a secretária – e falamos: “olha, nosso número de fax é esse, pode nos notificar.”

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Então, nós agradecemos, não é Presidente?

Então, o senhor esclareça para nós, por gentileza, esses documentos e remeta o original porque vamos fazer uma perícia. E também a quebra – a quebra não –, a movimentação financeira do banco em que o senhor recebeu esses três cheques do IRB.

Qual era a situação financeira da Guaratinguetá na época do sinistro?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Antes do incêndio era boa, depois do incêndio não. Nós tínhamos um estoque razoável, tanto de matéria-prima quanto de produto acabado, tínhamos vendido bastante para a Argentina. O dólar estava um pouquinho bem melhor do que agora e prevíamos um ano bom.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Foi a seguradora Aliança da Bahia ou foi o IRB que procurou o senhor para fazer algum acordo ...

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – ... ou foi o advogado do senhor ou foi consequência dos autos?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Foi a Aliança da Bahia, foi a Aliança da Bahia.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Foi a Aliança da Bahia?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Foi a Aliança. Nós nunca tivemos nada com o IRB. Aliás, não, não é verdade. Parece que, depois que foi feito o acordo, o IRB mandou funcionários dele para fazer a regulação do sinistro. Parece que eles vistoriaram lá em Guaratinguetá na área do sinistro.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – O senhor conhece o Sr. Juan Campos Domingues? É Juan mesmo, não é? Juan.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – O senhor não conhece?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não, não. De nome, eu o conheço porque eu vi no processo do Tribunal de Contas.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – O senhor não o conhece, o senhor nunca teve contato com ele, só o conhece de nome?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Que eu saiba, não, só se ele apareceu por lá e eu não sabia quem era.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – O senhor conhece o Sr. Lídio Duarte ou o senhor manteve contato com o Sr. Lídio Duarte?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não, não conheço.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Algum diretor do IRB? Com ninguém, o senhor esteve com ninguém do IRB?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Ninguém, ninguém do IRB.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Como foi paga a indenização à Companhia têxtil? Como ela recebeu o pagamento de indenização? Em que contas, as datas – aliás, as contas e as datas não há necessidade porque o senhor se comprometeu de nos remeter... Só a forma da indenização, como foi recebida?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Foi mandado um cheque.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Cheque nominal a Guaratinguetá emitido pela...

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Tem cópia dos cheques, Excelência... São três. A doutora está dizendo que os cheques eram do IRB nominais à Aliança da Bahia, e eles endossavam para a Companhia Guaratinguetá.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – É, dentro da proporcionalidade que o IRB era responsável por 98,7%, parece-me, e a companhia Aliança Bahia era responsável apenas por 1,2%.

Ou seja, o senhor tem conhecimento de que, na verdade, quem pagou foi o IRB? Que o senhor contratou com a Aliança da Bahia, mas ela era responsável...

O SR. GIAMPAOLO BONORA – O cheque vinha do IRB, agora, o relacionamento entre eles não...

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Esses documentos vão ser entregues.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Sem dúvida. Ah, sim, nós vamos entregar tudo que for referente...

A doutora diz ainda que outras apólices anteriores tinham resseguro também, do IRB.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Pois não. O senhor solicitou ao IRB para poder intervir nesse sinistro para a liquidação dele?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Nós não queríamos que interviesse. Na verdade, no processo, está que nós recusamos a intervenção do IRB. Nós não queríamos porque achávamos que ia demorar mais

ainda e estávamos com a fábrica destruída, precisando de recursos.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Nós temos, dentro do processo, que não está aqui, uma carta enviada ao IRB solicitando providências para o pagamento. O senhor não tem lembrança?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Ah... O que nós fizemos foi o seguinte: mandamos um calhamaço para a Aliança da Bahia – isso muito antes de conseguirmos acordo, até de propor a ação. Mandamos para a Aliança da Bahia, em São Paulo, mandamos para a Aliança da Bahia, na Bahia, que é a sede principal, mandamos para a IRB, mandamos para a casa do Dr. Tourinho, que é o Presidente da Aliança da Bahia. Quer dizer, foi idéia do advogado mandar para todo mundo. Quer dizer, se tivesse mais alguém, nós mandaríamos também, porque não queríamos entrar com uma ação contra a Aliança da Bahia.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Então, aí, começa a ter uma intervenção solicitada ao IRB?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não; nós mandamos para todo mundo uma cópia do que tinha acontecido.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Entendo: no desespero de receber, não é?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Sim; nós estávamos em situação difícil.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – O senhor conhece o Sr. Ernesto Tzirulnik?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não conheço. Dizem que é um bom advogado.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – O senhor não o contratou?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Não teve contato com ele?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Eu, sinceramente, fiquei bastante chateado com ele com aquilo que entrou na justiça quando contestou uma ação nossa porque começou a dizer que ele achava que nós tínhamos posto fogo, e um monte de alegações. Quer dizer, isso é normal, mas não estou acostumado a isso. Nós tínhamos um advogado muito bom, que uma vez pegou uma ação de um rapaz que matou o pai a machadadas enquanto estava dormindo. Eu falei: “Doutor, acho que, nesse caso, nem por todo ouro do mundo o senhor teria êxito.” E ele me disse: “Essa é a função do advogado”. O que vou fazer, se isso é costume? Mas ele atacou, olha, um pacote deste tamanho. Está no processo.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Eu, como advogado, não vou julgar, não. Acho que ele é um bom criminalista.

O senhor acha que tinha direito a receber esse seguro?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Eu tinha direito...

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – O senhor não tem dúvida nenhuma?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não tenho dúvida nenhuma que eu tinha direito a receber. Eu confiava na Aliança da Bahia.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Por que o senhor aceitou, se o senhor tinha certeza, tinha essa garantia, receber R\$14,9 milhões ao invés dos R\$18,7 a que o senhor tinha direito? Ou seja, quase R\$4 milhões de diferença...

O SR. GIAMPAOLO BONORA – E mais 25.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – De R\$ 18 milhões, isso vai dar quase 20%?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – E mais 25 de lucros cessantes.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – É, o senhor não tinha feito seguro sobre os lucros cessantes.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não, mas tinha direito...

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Mas o senhor poderia entrar com ação.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Desde a hora em que...

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Pois é. Por que o senhor abriu mão disso tudo?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Porque estávamos precisando. Depois de doze meses nessa situação, já estamos com água na garganta. Em verdade, o dinheiro nem acabava de chegar e já era gasto na hora. Se eles tivessem pago pelo menos os 14,9 milhões, 15 milhões na hora, tinha ajudado muito mais; mas, pagando assim parcelado, nos prejudicou muito. Depois, não quiseram pagar nem a correção.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Quanto a esse recurso que o senhor recebeu da Companhia Aliança da Bahia, o senhor teve alguns custos a mais para receber isso? O senhor teve pagamento de lobistas? Foram somente os honorários advocatícios? Algum agente político? Esse dinheiro foi rateado de alguma forma para alguém? Ou foi...

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não, Excelência. Só faltava isso. Eu já peguei menos do que... Só faltava que alguém cobrasse alguma coisa.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Não houve nada disso?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não houve nada disso.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Esse processo foi tranquilo? Foi somente com advogados? O senhor se sentiu coagido por alguém, pressionado por alguém, para fazer esse acordo? Houve alguma ameaça?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não. O problema todo – eu não sei se foi normal – foi o tempo que isso demorou, porque, se tivessem liberado a fábrica logo, eu tinha conseguido mais alguma coisa. Não adiantava nem pegar dinheiro em banco ou coisa parecida, porque não tinha onde pôr o maquinário.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Durante esse período, ou o durante o período da sua empresa – e vamos nos ater somente a esse período –, o senhor fez alguma contribuição a algum Partido político?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – A algum agente político?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não.

Eu não posso nem fazer, porque sou cidadão italiano – cônsul honorário e não posso fazer.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – E a empresa?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – A empresa também não. Não participamos de nenhuma discussão política.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Se o senhor nos remeter esses documentos solicitados...

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Sem dúvida.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – (...) com mais esses que estão sendo enviados, eu acho que, em termos de depoimento, Sr. Presidente, já está satisfatório.

Só tenho um último questionamento. Por que, na renovação dos seguros do senhor, sempre existe um atraso de renovação?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Era problema da Aliança da Bahia, problema burocrático, porque deveriam ter renovado na hora, mas a D. Júlia, que era a funcionária da Aliança da Bahia, falava: “Depois, eu mando”. Às vezes, até dois dias, três dias depois do vencimento, assinávamos uma espécie de proposta de apólice. Depois, a apólice mesmo demorava – até 53 dias, demorava.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu não prestei atenção quando V. S^a fez referência agora ao problema da proposta. O senhor tem comprovante de que sempre propôs antes do vencimento?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não, não. Às vezes, ela vinha depois do vencimento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas a empresa não mantinha nenhum contato antes do vencimento do seguro?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não; vinha essa senhora, que se chama D. Júlia, e dizia: “Vamos renovar a apólice”. Às vezes, antes; às vezes, depois. Era um relacionamento, digamos, informal, pois estávamos há 25 anos com eles, lá em Londrina, e oito anos que estamos aqui. Não havia suspeita nenhuma. O Dr. Sérgio era amigo pessoal – mandava-me uma gravata todo fim de ano.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem era o Dr. Sérgio?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – O Dr. Sérgio era o diretor da Aliança da Bahia em São Paulo.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Deixe-me lhe perguntar: qual é a sua formação?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Sou quase engenheiro civil. Sou técnico.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Um bom comerciante também?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não muito. Pelo menos meus filhos acham que fiz um péssimo acordo.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Como o senhor explica, como Presidente da empresa, fazer um acordo sem conhecimento de que acordo estava sendo feito, quais as condições do acordo e, como o senhor diz aqui, um acordo lesivo a sua empresa? Como o senhor autoriza alguém a fazer um acordo sem tomar conhecimento? Só chega lá e apresenta: “esse acordo foi feito”.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Antes de terminar o acordo, eles me trouxeram, e eu falei: “não, não vou fazer o acordo”. Mas depois, premido pelas circunstâncias, acabei aceitando. Quer dizer, era melhor fazer um acordo ruim do que continuar na briga, porque acredito que o Dr. Tzirulnik tinha capacidade para, mesmo sabendo que ia perder – e depois ficamos sabendo que ele mandou uma carta para o IRB dizendo que eles iam perder –, tocar isso três, quatro ou cinco anos, não deveria ser muito difícil. O senhor como advogado deve saber alguma coisa disso.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Nos relatórios do Tribunal de Contas da União, são apresentadas várias irregularidades de que o senhor não tem conhecimento obviamente...

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Ah, sim...

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Fique à vontade.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não, ela está dizendo que o acordo foi o reconhecimento do seguro.

O acordo foi, pura e simplesmente, o reconhecimento da apólice.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E eles cumpriram com a apólice?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Eles cumpriram com a apólice, mas pagaram com atraso, não cumpriram na hora e não pagaram a correção devida.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Então, não foi o cumprimento da apólice, foi o aceite do sinistro.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – O aceite do Sinistro. O acordo foi esse.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Aceitaram o sinistro e fizeram uma negociação em cima da liquidação.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – E depois tentaram reduzir ao máximo, porque depois de reconhecido o sinistro disseram: “Olha, tem cláusula de rateio, mas tem isso, tem aquilo...”

Ainda por fim disseram: “você tem de pagar a apólice à vista antes de receber o dinheiro”.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – O Sr. Juan, que o senhor não conheceu, ele foi o agente público que realizou a transação dentro do IRB. Inclusive, sem autorização específica da diretoria e sem ter mandado para representar o IRB em juízo.

Aí, nós temos situações... E isso são normas internas do órgão público. Inclusive, é um dos motivos pelos quais o Tribunal de Contas da União não reconhece a legitimidade desse pagamento. Vamos ter que tomar providências para saber quem errou nesse pagamento. Possivelmente, poderá ser até tentado anular juridicamente esse acordo.

V.S.^a tem conhecimento dessas irregularidades?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Não.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Des-sas situações?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Mas, se eles anularem isso, nós vamos tentar entrar novamente na Justiça. Vamos procurar reaver, inclusive, o que nos é devido relativamente aos lucros cessantes. Não podemos anular o acordo porque o aceitamos, e transitou em julgado. Inclusive, parece-me que desistiram do recurso etc. Já haviam entrado, inclusive, com um recurso. O Tzirulnik já havia entrado com outro recurso contra a decisão do juiz de cancelar alguns dos seus quesitos. Cancelou um nosso também, mas não falamos nada.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Então, V. S.^a tem conhecimento de algumas irregularidades?

O SR. GIAMPAOLO BONORA – De irregularidades, não.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Agradeço a V. S.^a.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Giampaolo Bonora, em nome do Congresso, agradecemos o comparecimento de V. S.^a, bem como os esclarecimentos que deu. Evidentemente, iremos prosseguir na investigação. Provavelmente, não dirá respeito especificamente à empresa, mas em relação à última informação que V. S.^a prestou, o IRB não poderia desistir de recursos por se tratar de dinheiro público. Há uma determinação até automática, processual, de que ainda que ninguém recorra, o processo tem que subir. Portanto, é mais uma razão eventual de responsabilização de quem estava conduzindo os destinos de uma instituição que é pública. Até onde V. S.^a nos esclareceu, não afetou a empresa.

Agradecemos a sua contribuição e a remessa dos documentos que se dispôs a mandar. Vamos dar esses esclarecimentos como incorporados e serão estudados.

Desejamos que, no prosseguimento, efetivamente localizemos quem, de fato, é responsável pela sangria ocorrida no IRB.

Muito obrigado.

O SR. GIAMPAOLO BONORA – Agradeço a V. Ex.^a e, se me permitirem, gostaria de entregar-lhe os esclarecimentos e os documentos que os compõem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu os passo ao Sub-relator e dou por encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 45 minutos.)

Ata da 3ª Reunião, realizada em 10.01.2006.

Aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às treze horas e quarenta e nove minutos, na sala seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, ainda com as presenças dos Senhores Deputados Asdrúbal Bentes, Carlos Willian, Gustavo Fruet e Antonio Carlos Pannunzio e dos Senhores Senadores Álvaro Dias, Ideli Salvatti, reúnem-se a Sub-Relatoria da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência declara abertos os trabalhos e esclarece que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Senhor Carlos Murilo Goulart Barbosa Lima. É solicitada a presença do depoente à mesa, que está acompanhado de seu

advogado Dr. José Carlos Tórtima, inscrição na OAB/RJ nº 2892 e do Termo de Compromisso devidamente preenchido como de praxe, o depoente fala do seu cargo no IRB como diretor-técnico e após o depoente ter feito suas qualificações, é lido um documento enviado pelo Dr. Alessandro S. ^o Luiz que fora convocado, como testemunha, comunicando o motivo de sua ausência, amparado pela Lei 8906/94, art. 7^o, § 19. O Sub-relator sugere a presidência que solicite a consultoria da CPMI que faça uma análise e manifestação do documento. Em seguida é feita a inquirição pelo Sub-relator ao Senhor Carlos Murilo Goulart Barbosa Lima. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e quinze minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTA DA 3ª REUNIÃO

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Declaro aberta a 3ª Reunião da Sub-Relatoria IRB, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 3, de 2005-CN, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos dos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sobre a mesa, há as atas das reuniões anteriores, as quais coloco em votação, propondo a dispensa da leitura.

Aprovadas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Sr. Carlos Murilo Goulart Barbosa Lima, do IRB.

V. S^a ocupa que diretoria?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Diretoria Técnica.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. S^a ocupa a Diretoria Técnica do IRB e já se encontra ao nosso lado.

Quero anunciar a presença do Dr. José Carlos Tórtima, advogado registrado na OAB do Rio de Janeiro, sob a inscrição nº 2.895. Temos a honra de ter a sua presença como assistente do Dr. Carlos Murilo, que teve a gentileza de assinar o termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, comprometendo-se a dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5^o, inciso LXIII, da Constituição Federal.

V. S^a confirma os dados preenchidos nesse compromisso?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Confirmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Dessa forma, temos a certeza de que a verdade será clara, sendo quase que dispensável a assinatura desse compromisso pela forma diligente com que seu advogado nos comunicou ao entrar nesta sala.

Como responsável pela Subcomissão do IRB, o Deputado Carlos Willian tem tido a dignidade de presidir essa Subcomissão, enfrentando grandes dificuldades, porque, desde o início das apurações, houve algumas acusações contra o IRB, principalmente sobre pagamento de alguns seguros que seriam incorretos. Tudo é mais ou menos uma suspeita, mas, com a aprovação da CPMI, coube uma investigação precisa sobre o IRB, e a Presidência da Subcomissão foi designada ao Deputado Carlos Willian pela Presidência da CPMI.

Passo a palavra ao Deputado Carlos Willian, porque acho que S. Ex^a tem algo a falar antes de assumir a Presidência da Subcomissão.

Agradeço a confiança em permitir que eu fizesse a abertura da reunião desta Subcomissão.

O SR. CARLOS WILLIAN (PTC – MG) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma, pela abertura da reunião.

Boa tarde, Dr. Carlos. Agradeço pela presença e pela colaboração que os senhores estão dando ao Brasil neste momento.

Sr. Presidente, recebemos um comunicado de dois depoentes que deveriam depor hoje, como testemunhas. Eles encaminharam à Presidência da CPMI um requerimento pedindo a dispensa, embasado no §19 do art. 7^o da Lei nº 8.909, da Ordem dos Advogados do Brasil.

Eu gostaria de passá-los a V. Ex^a para que determine à assessoria da CPMI que analise esse documento e nos dê um parecer sobre se realmente eles estão amparados pela legislação, estando dispensados por lei de comparecerem a esta reunião, colaborando com esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Só queria alertar que “o convite, como testemunha, é para um advogado, o Dr. Alessandro S. O. Luiz, que já não mais integra a nossa equipe”. Está assinado por Ernesto Tzirulnik Advocacia.

V. Ex^a conhece esse advogado?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Ele era participante do IRB ou do escritório?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Ele tem um escritório e é contratado pelo IRB para as grandes causas. Nas grandes questões jurídicas do IRB, os resseguradores normalmente o indicam para as grandes questões do IRB. Ele é, reconhecidamente, no Brasil, o mais importante e estudioso advogado sobre questões de advocacia de seguro. Por isso que o IRB o contrata há muitos anos, com a anuência e a permissão das seguradoras e das resseguradoras, onde ele é mais requisitado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Aqui ele invoca como advogado o respeito aos interesses entre a cliente dele – que é a Companhia de Seguros Aliança da Bahia, ressegurada pelo IRB – Brasil Resseguros SA, por força de contrato de cessão automática de risco e a Companhia Fiação e Tecidos Guaratinguetá, envolvendo procedimento judicial de produção antecipada de provas.

Eu aconselho, Dr. Carlos, que peça o processo a que faz referência o nobre advogado para que passemos à Consultoria Jurídica para ver se ele se vê obrigado a aceitar esse convite, porque ele não poderia jamais revelar segredos da companhia a que se presta como advogado. Está certo, doutor?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas ele poderia colaborar, até em defesa da empresa a que se presta a defender. Quer dizer, fugindo a essa responsabilidade, é porque deve haver algo sério por trás que V. Ex^a, sem dúvida, irá investigar.

Já vou despachar à Consultoria Jurídica para análise e manifestação. OK?

Pois não, senhor, pode continuar.

O SR. CARLOS WILLIAN (PTC – MG) – Isso faz parte do imbróglio que vamos desvendar aqui hoje, com a presença do Dr. Carlos Murilo, no qual, dentro dos nossos questionamentos, ele até antecipou. O nobre advogado, que não se prestou a colaborar com esta CPMI, o senhor mesmo disse que ele é contratado pelo IRB para defender algumas causas do IRB.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – E, neste caso em epígrafe, ele está defendendo a Companhia Aliança da Bahia. Então, significa que ele tem acesso aos dois casos: tanto ao segurado quanto ao segurador e ao Instituto de Resseguros do Brasil. Vamos provar essa tergiversação, na qual o nobre colega advogado está tergiversando. Não sei se é com a colaboração do IRB ou de que forma, mas vamos chegar mais à frente.

O SR. CARLOS WILLIAN (PTC – MG) – Eu agradeço ao Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a quer assumir a Presidência? Então, passo a Presidência ao Deputado Carlos Willian, na esperança de que o depoente colabore com o nosso Presidente Carlos para esclarecer, principalmente nesse caso da Guaratinguetá, que foi um incêndio, se não me engano, em que o valor pago extrapola o que seria, na análise de alguns técnicos, a mais do que deveria ser pago. Não é isso mesmo, Dr. Carlos?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG) – Eu gostaria de agradecer também a presença do nobre Procurador, Dr. José Carlos Tórtima, e comunicar-lhe que V. Ex^a não pode se manifestar perante a CPMI, a não ser para orientar o seu cliente, para o que fique bastante à vontade.

O SR. JOSÉ CARLOS TÓRTIMA – Ao empenho de ajudar V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG) – Eu agradeço.

O SR. JOSÉ CARLOS TÓRTIMA – De fato, ocorreu-me que a Aliança da Bahia, salvo engano, não é segurada pela Aliança.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG) – Seguradora, com 1% da apólice.

O SR. JOSÉ CARLOS TÓRTIMA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG) – OK, muito obrigado.

Dr. Carlos Murilo, estamos aqui nesta Subcomissão do IRB, apurando algumas possíveis irregularidades, e uma delas é o seguro feito com a Companhia Fiação e Tecidos Guaratinguetá. Mesmo V. S^a sendo diretor do IRB, vamo-nos ater, praticamente, somente quase a este assunto da Guaratinguetá.

Bom, o senhor é ou foi funcionário de carreira do IRB? Por quanto tempo o senhor trabalhou na empresa?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Eu não sou funcionário de carreira. Trabalhei no IRB durante dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG) – Qual a sua função à época do sinistro ocorrido na Companhia de Tecidos Guaratinguetá?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Diretor técnico.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG) – Cargo comissionado?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– Quem o indicou para esse cargo?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Eu fui indicado pela... Eu sou maranhense. Eu fui indicado pela Bancada do Maranhão de Senadores e Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– A Bancada toda assinou...?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– Ou o senhor teve uma indicação específica?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Específica, do Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– Edison Lobão. O senhor ocupou essa função por dois anos?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Sim. Desde o dia seis de julho... Não, 15 de julho a seis de junho de 2005, ou seja, um ano e 11 meses.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– O senhor tinha ou tem algum parente sócio de dirigente na Guaratinguetá?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Não, não conheço nenhum funcionário, nem diretor, nem sei onde fica a Guaratinguetá. Sei que fica em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– Nunca teve contato telefônico?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Nenhum, nenhum. Os telefones do IRB estão todos disponíveis também com os meus particulares todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– Poderia falar mais perto do microfone, por favor?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– Porque está sendo gravado.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG) – E com a Companhia Seguradora Aliança da Bahia?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – A Aliança da Bahia, a única reunião que teve foi quando foi decidida a escolha do advogado e também a apresentação que ela tinha como **litis**, no caso o IRB, ao resseguro. Isso em 2003.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– O senhor tem algum parente, algum conhecido diri-

gente da Guaratinguetá que é amigo pessoal do senhor, algum grau de parentesco?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Ninguém, nem parentesco, nem amigo, nem o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– Então, a Companhia Seguradora Aliança da Bahia fez uma reunião para escolher o advogado dela. O senhor participou dessa reunião?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Quando há um sinistro em que o IRB é o ressegurador com a maior parte – e nesse caso o IRB tinha 90 e poucos por cento porque ele fazia o resseguro lá fora pelo contrato dele –, a Aliança faz de comum acordo – e todas as seguradoras fazem isso – com o ressegurador, no caso o IRB, a contratação de um advogado. Desculpe, é porque eu estou meio... Quando há um sinistro de grande monta ou de importância ou então complicado, a seguradora se reúne com o IRB, com a parte jurídica e a parte técnica...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– Pode continuar, por favor.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – E pede que seja... Apresenta-se um advogado e pede seja homologado o nome com o IRB, ou o IRB não aceita. Mas, nesse caso, o IRB aceitou porque o Dr. Ernesto é tido não só no mercado segurador, como nas resseguradoras estrangeiras, como o mais importante advogado de assuntos de seguro no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– Aceitou a contratação desse advogado?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– Por que foi aceita uma apólice feita com data retroativa em que o IRB entrou, assegurando 98,87% e cabendo apenas à Companhia Aliança da Bahia 1,33%?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Eu explico para o senhor. As seguradoras, de modo geral, trabalham em cima de uma coisa chamada limites técnicos. Esses limites técnicos são dados pela Susep. As seguradoras não podem ultrapassar aquele valor do limite técnico porque senão se compromete a sua atividade. Então, ele repassa ao IRB a parte que ela pode ficar. O IRB, por sinal, fica com uma parte também muito pequena, entre 5%, 10% no máximo, e joga dentro dos contratos que o IRB tem com os resseguradores lá fora. Esse é o normal, há 65 anos é feito assim. O senhor fez outra pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– Por que a Aliança fica só com 1%.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – É por isso, por causa da reserva técnica. As

reservas técnicas das companhias são muito pequenas, porque elas cobrem diversos riscos. Aí, entrega o restante ao IRB, que fica com uma pequena parcela também e entrega aos resseguradores lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Uma outra seguradora também faria a mesma situação, 1,3% de uma apólice de sinistro.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Senhor, imagine que quando é a Aeronáutica é 0,3%, porque é muito pouco, as seguradoras não têm limite técnico para isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Quem foi designado para realizar a regulação do sinistro ocorrido com a Companhia de Tecidos Guatinguetá?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – A regulação do sinistro... No IRB, existe uma gerência de sinistros. A gerência de sinistros, que é composta de dezenas de pessoas, faz um encontro com a gerência de sinistro ou a diretoria de sinistro da seguradora – no caso, a Aliança, da Bahia – e eles dois juntos contratam um perito, que pode ser tanto do IRB, quanto da seguradora ou um perito extra, que não seja de nenhum, para fazer o levantamento e colher as informações sobre realmente o sinistro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Pois bem, qual é o nome da pessoa designada para regulação ou para regularizar este sinistro?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Na verdade, o nome do perito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Não é o perito.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – O Dr. Juan, que era o gerente de sinistro na época dessa regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Há quanto tempo ele ocupava esse cargo? O senhor se lembra?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – O Juan está no departamento de sinistro há 30 anos e era gerente por volta de um ano e meio, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– O senhor disse que ele era gerente e ele fez a regulação.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Ele deve ter ido fazer a regulação junto com o gerente de sinistros da seguradora ou contratado um perito terceiro – o que eu também não sei dizer no momento se foi ou não – e ele, juntamente com toda gerência de sinistro, fez isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– O senhor acha normal um gerente de sinistro fazer essas regulações?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – No IRB, todos os sinistros regulados – a maioria antes de o Dr. Juan ser o gerente –, ele praticamente os fazia. Ele tem uma experiência muito grande em regulação de sinistros, por isso que ele está há 30 anos no IRB. E ele foi fazer essa regulação a pedido da própria seguradora também, que fez a solicitação. Como ele era, naquele momento, o mais capacitado para esse tipo de análise e ele já conhecia esse sinistro há muito tempo, ele acompanhou e fez a regulação, na verdade. Eu não tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Só um minutinho. Ele já conhecia o sinistro há muito tempo?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Desde que ele iniciou-se. Quando iniciou o sinistro há um ano e meio ou dois anos, quando é comunicada a gerência de sinistro do IRB, ele é a primeira pessoa a ir junto com a seguradora ao local do risco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– O senhor lembra em quais outros casos de liquidação de sinistro o Dr. Juan Campos atuou para fazer essa regulação?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Isso eu não tenho aqui informado, mas posso encaminhar ao senhor. Todas as regulações do IRB – quando é feita a regulação –, todas, sem exceção, têm que ter o parecer técnico e a análise técnica dele, do gerente de sinistro. Não pode haver no IRB nenhum pagamento de sinistro sem a anuência, a concordância e a análise do gerente. Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Quem designou o Sr. Juan Lorenzo para regular este sinistro da Companhia Guatinguetá?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Eu acredito que tenha sido eu, porque, naquele momento, eu era o Diretor Técnico. Sendo Diretor Técnico, quando vem a solicitação, chama-se o Gerente de Sinistros e pede-se que ele faça a regulação do sinistro. Isso não significa que somente ele vá fazer, mas ele fica sob a responsabilidade de realizar. Como era um sinistro polêmico, que estava na Justiça, precisava-se de alguém com grande experiência no assunto, que seria, no caso, ele, que estava há 30 anos fazendo a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Volto a perguntar ao senhor: quem designou o Sr. Juan para regular o sinistro?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Eu, como Diretor Técnico.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Então, foi o senhor?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– O senhor tinha conhecimento de que a companhia seguradora Aliança da Bahia possuía contrato de seguro com a Tecidos Guaratinguetá?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Sim, porque, quando houve o sinistro, a seguradora era a Aliança da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Havia um contrato válido de seguro entre a seguradora Aliança da Bahia e a companhia Tecidos Guaratinguetá?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Eu posso explicar um pouco mais esse assunto ao senhor. A empresa Guaratinguetá renova o seguro dela com a Aliança da Bahia há nove anos. A Aliança da Bahia é uma seguradora de 100 anos, e a Guaratinguetá tem 94 anos de existência. Então, há nove anos a Guaratinguetá renova o mesmo seguro com a mesma seguradora, e essa era a nona renovação.

Todos os anos, como a Guaratinguetá é empresa têxtil, a seguradora sempre exige, na renovação – é questão de ordem técnica –, mais um extintor ou outro instrumento contra incêndio. Se se analisar todo o passado das renovações da Guaratinguetá, pode-se verificar que havia sempre um atraso na emissão da apólice – um mês, dois meses, quatro meses ou 15 dias. Por acaso, nessa situação, quando a seguradora fez a exigência, mais de ordem técnica, de um hidrante ou de outra proteção qualquer, houve um incêndio num período – parece-me – de 20 dias, enquanto a apólice estava sendo emitida.

A apólice de seguro, na verdade, é mais consensual do que oficial. Por exemplo, um Gerente diz a alguém ao telefone: “O seguro do seu carro vai vencer. Eu posso renová-lo?” O segurado, então, responde que pode. Ele está renovando automaticamente, e isso não significa que, chegando a hora, se deve pagar para fazer. O seguro é consensual. No mundo inteiro, é assim.

A Aliança da Bahia tem esse histórico. Se V. Ex^a analisar todas as apólices da Guaratinguetá, verá que, durante estes nove anos, o seguro foi feito com a mesma seguradora, tendo sido realizado exatamente assim: com o período emitido depois de vencida a apólice – toda, sem exceção. Isso é desse modo no Brasil e no mundo inteiro.

As grandes empresas, às vezes, no dia da renovação do seu contrato, não conseguem cumprir as exigências da seguradora, o que não quer dizer que não estejam cobertas. Mas há uma exigência técnica maior.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– O que ocorre, no caso de um cidadão comum, se vencer a apólice do seu veículo e, dois dias depois, ele não a tiver renovado e bater o carro na rua?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Perdeu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Perdeu o quê?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Perdeu o carro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Então, por que a companhia não perdeu em razão do incêndio?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Estou dizendo o seguinte: a companhia não perdeu o incêndio, porque estava apresentando à seguradora... O contrato de seguro tinha sido automaticamente renovado, mas, para haver a renovação completa, eram exigidos alguns itens. Voltando àquela explicação, é como no caso do seguro de automóveis, quando o Gerente diz que o seguro de alguém vencerá no dia seguinte e pergunta se pode renová-lo, ouvindo a resposta positiva do segurado. Ele, então, renova o seguro. O pagamento pode vir depois de 30, 40 ou 50 dias. Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Mas, se ele quiser fazer a vistoria do veículo, este tem que estar pronto?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Sim, mas estamos falando da renovação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Se houver exigências, estas não foram cumpridas?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Sim. Às vezes, o automóvel, no caso de renovação – não de seguro novo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Qual é essa exigência feita para a companhia Guaratinguetá? O senhor se lembra?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Era basicamente sobre segurança de equipamentos ou mudança de locais onde ficariam armazenados tecidos ou fiações. É algo mais técnico do que propriamente de risco, e deu uma falta de sorte que pegou fogo exatamente nesse período da exigência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– E nesse local?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Não, fundamentalmente, não era nesse local.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG) – Por que o IRB reconheceu a renovação do contrato de seguros se a Aliança da Bahia, detentora de pouco mais de 1% do risco, estava enfatizando a existência de direito quanto à indenização segurada, ou seja, ela estava contestando junto ao IRB a liquidação desse sinistro?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Pois não. Quando há essas questões, automaticamente o resseguro já está feito. Qualquer grande seguro quando é feito, principalmente na renovação, o resseguro junto ao IRB já está feito. A empresa entrou na justiça, exigindo lucro cessante, perdas e danos, tudo o mais no valor aproximado de R\$40 milhões e aí o Dr. Ernesto Tzirulnik, que, na verdade, era o representante legal junto a esse acordo, tanto por parte do IRB quanto por parte da Aliança da Bahia, ele, olhando o processo, achou que, se fizesse um acordo... A companhia queria, naquele momento, em torno de R\$40 milhões. Aí foi a Aliança, junto com o Dr. Ernesto, que tinha plenos poderes para fazer o acordo, foi lá e fizeram um acordo aproximado de R\$18 milhões. Depois de feito o acordo, veio ao IRB e a gerência de sinistro e técnica do IRB verificou que aquele valor poderia ser bem menor. E foi paga a importância de R\$14 milhões e poucos, ou seja, saiu de 40, foi feito o acordo de 18, e o IRB pagou junto com a Aliança da Bahia a importância de R\$14 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG) – Não que saiu dos 40, foi pedido 40?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Sim. E aí o Dr. Ernesto, que é o advogado que estava credenciado para representar o IRB e a seguradora junto à Justiça perante a empresa, achou que R\$18 milhões eram o valor certo, correto da apólice, quando ela pedia R\$40 milhões. Verificando isso e há uma antecedência que o Departamento jurídico do IRB já tinha apontado que, em caso de ir à justiça, o IRB poderia pagar muito mais do que o sinistro ocorrido. Aí veio o acordo firmado do Dr. Ernesto em torno de 18 milhões. O IRB refez as contas. A área técnica e a área de sinistro analisou e verificou que muitas daquelas coisas poderiam ser retiradas. Foram retiradas e foi fechado um acordo em torno de 14 milhões e 300 e poucos mil. Não lembro o restante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG) – Quem é que propôs esse acordo judicial?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – O Dr. Ernesto Tzirulnik junto com o juiz da... Aí não sei qual é a comarca que foi, o município que foi,

lá onde a empresa fez a entrada na documentação. Ele tinha... Eu quero deixar claro que, pelas condições de contrato do Dr. Ernesto do IRB já com a Guaratinguetá, ele tinha todos os poderes para fazer o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG) – Quem é que assinou pelo IRB este acordo?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Dr. Juan.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG) – Dr. Juan. E não necessitava...

Ele assinou – vamos dizer –, validando a situação e concordando?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – O que eu quero deixar claro é o seguinte: o Dr. Ernesto poderia ter feito esse acordo, que ele tinha todas as... Como se diz? As...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG) – O apoio, prerrogativas.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – As prerrogativas que o IRB e a seguradora davam a ele para fazer o acordo. Ele não precisava nem vir ao IRB para pedir acordo ou anuência de alguém. Ele veio, trouxe, mostrou a gerência de sinistro. Ela analisou, verificou que estava tudo correto e que ele seria uma grande economia para o IRB e assinou, dando... Não é nem uma assinatura homologando, é uma assinatura de ok praticamente, eu estou de acordo. Dr. Juan, gerente de sinistro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG) – Quantos sinistros, nessa situação do acordo judicial, o senhor dirigiu, como diretor – sendo que um diretor assina um documento em juízo autorizando o pagamento e fica acertada a situação, no valor de R\$15 milhões.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Só esse.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG) – Só esse? Esse é um caso...

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Único.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG) – Excepcional?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Excepcional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG) – O senhor tinha conhecimento de uma carta enviada à Aliança, da Bahia, recusando a cobertura da apólice e condicionando a sua renovação ao atendimento de determinadas exigências,...

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– ... em face das diversas irregularidades constatadas dentro da fábrica de Guaratinguetá?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – A carta eu não li. Tive conhecimento de que a demora para a renovação da apólice devia-se fundamentalmente porque a Guaratinguetá precisaria cumprir as exigências da seguradora. Por isso, quando houve o sinistro, ela, no primeiro momento, se negou a cumprir o acordo. Por que ela disse: as suas exigências... Mas aí a Guaratinguetá tem um comprovante – que ela diz que tem, e me parece que já provou, não sei – que ela levou à seguradora comprovando que todas as exigências da seguradora estavam cumpridas.

Então ela estava dentro da norma de exigência da seguradora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– Mas não foi feita nenhuma vistoria?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Ah, sim, a seguradora deve ter feito uma vistoria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– Deve?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Deve. Isso eu não tenho certeza agora para dar para o senhor, porque... Mas posso pesquisar, pedir. E deve estar no processo todo isso, no processo todo do sinistro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– O senhor, como diretor técnico do IRB, conhecia o estatuto, conhecia as normas que regem a empresa?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Sei, sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– Quem determinou ao Sr. Juan Domingos Lourenço que assinasse a petição apresentada pelo advogado Ernesto Tzirulnik e o advogado da seguradora, que foi dirigida ao juiz da Primeira Vara Cível de Guaratinguetá?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – O Dr. Ernesto, como tinha todas as prerrogativas de fazer o acordo, ou não fazer o acordo, ou aceitar ou não as ponderações, as exigências da Guaratinguetá, tinha todo esse poder, e foi feito por ele.

Quando ele trouxe ao IRB, eu volto a dizer, o Dr. Juan assinou essa coisa praticamente como um “de acordo”, um “de acordo” ou um ok. Ele, na verdade, ele não... Quem fez isso, quem deveria fazer e fez foi o Dr. Ernesto, que representava o IRB e a seguradora nesse processo. Ele tinha todas as condições e as formas de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– Mas o Sr. Juan Campos não possuía capacidade. De

acordo com as alçadas decisórias vigentes na época, o acordo deveria ter sido submetido à deliberação do Conselho de Administração. Isso está escrito, são as normas do IRB.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – O senhor desculpe, mas o Conselho de Administração é informado. Posso dar uma explicação aqui?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– Pois não, fique à vontade. Precisamos é de explicação mesmo, para esclarecer.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Sim. O sinistro do IRB, quando acontece, um diretor como eu tem uma alçada só. Eu só posso aprovar seguros até, depois que vêm lá de baixo, lá da gerência de sinistros, até R\$500 mil. A gerência de sinistros assina, faz a regulamentação, assina, manda pagar, está tudo resolvido. O diretor nem toma conhecimento.

Quando passa de R\$500 mil e até R\$ 4 milhões e pouco, vem para o diretor, no caso eu, técnico. Aí eu analiso o processo, que vem todo já organizado pela gerência técnica, e assino a ALS, que mando pagar. A partir desse valor, aí no caso Guaratinguetá, foi R\$4 milhões e pouco e eu assinei a ALS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)
– Assinou o quê?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – A ALS, que é a autorização de liberação do sinistro. Aí veio, depois de dois meses, uma segunda, no valor de R\$5 milhões e pouco. Aí eu não tenho mais autonomia para pagar o sinistro. Aí o processo todo vai ao presidente do IRB, no caso era o Dr. Lídio Duarte. Ele analisa o processo, chama o departamento jurídico, que é totalmente vinculado à presidência do IRB. A gerência jurídica do IRB é de competência direta do presidente do IRB, ela se reporta ao presidente. Então, o processo segue para o presidente do IRB, Dr. Lídio Duarte, que analisou o processo, verificou que estava perfeito, assinou; aí ele assina sozinho o LS, e encaminha para o pagamento. Aí vem a terceira parte, para completar os 14 milhões. Como não tenho mais autonomia para fazer isso, o Dr. Lídio Duarte também não tem, vai à Diretoria Colegiada, que são todos os diretores do IRB. É encaminhada cópia dos processos a todos, eles lêem, analisam e, na reunião da diretoria, são contra, a favor, questionam o porquê. Esse sinistro foi analisado por toda a diretoria, aprovado por unanimidade e assinado por todos os diretores.

A terceira parte.

A partir daí, você encaminha a ata que foi do pagamento ao Conselho de Administração, que era presidido no momento pelo Dr. Marcos Lisboa, que é o

atual presidente do IRB, mais o representante do Bradesco, mais o representante da Sul América, mais o representante do Unibanco e mais o representante do Ministério do Planejamento. Todos deram o “de acordo”, tomaram ciência desse pagamento. O processo volta para o IRB, para o IRB se ressarcir do resseguro que está dentro do contrato.

Essa é a norma vigente dentro do IRB; o diretor, como eu, a gerência, tem uma autonomia, o diretor tem outra autonomia, o Lídio Duarte tem outra autonomia, e o Conselho tem outra autonomia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– O senhor, como diretor, não assinou esse acordo?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– O acordo foi assinado quando?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – O acordo foi assinado pelo Dr. Tzirulnik, com a concordância, com o “de acordo” do gerente de sinistro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– O senhor não acha que fica um pouco incompatível o gerente de sinistro efetuar o exame da ocorrência do sinistro, verificar se as obrigações legais e contratuais foram cumpridas pelo assegurado, apurar o valor a ser indenizado, concluir pela cobertura, além disso assinar o acordo para indenização ao segurado? Não existe uma incompatibilidade?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Acredito até que possa existir, mas o IRB, há 65 anos, a gerência de sinistro faz dessa forma; há 65 anos, a gerência de sinistro faz dessa forma. Quando há o resseguro de forma muito grande, os resseguradores, que seguram na verdade a maior parte, vêm para a reunião no IRB trazendo seus advogados, seus representantes para discutir essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– O senhor não acha que a sua diretoria ou a diretoria de sinistro, algum órgão relativo, eles deveriam ter consultado a consultoria jurídica do IRB para manifestar sobre qualquer acordo judicial, para saber se era vantajoso ou não, se era legal ou não?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Quando houve a primeira parte da análise, a primeira parte da análise desse sinistro, a gerência jurídica do IRB analisou o processo e disse que acompanhava a Seguradora Aliança da Bahia na negativa do sinistro, mas dizia que judicialmente estaria achando que agora ganharia em juízo um valor muito acima do estabelecido. E aí o IRB chama o Dr. Ernesto, a seguradora chama o Dr. Ernesto, e o IRB junto, e dá ao

Dr. Ernesto a função de discutir as questões jurídicas junto a Guaratinguetá e em caso de juízo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– O senhor concorda que o IRB pagou uma indenização contrariando o parecer da assessoria jurídica?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Não. O parecer da assessoria jurídica, anteriormente, é contrário ao pagamento, logo no início, acompanhando o parecer o desejo da seguradora, mas diz lá também que o IRB deve saber que, mesmo não sendo contrário, ela pagaria, em juízo, valores até maiores. Isso foi escrito e foi assinado pelo Dr. Adilson Topini, que é um advogado da gerência jurídica do IRB, que está também há 30 anos no IRB. Está lá escrito nas atas do IRB.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Todo esse processo foi submetido ao Conselho de Administração do IRB? A liquidação do sinistro?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – A liquidação do sinistro, sim, presidida pelo Dr. Marcos Lisboa, que é o atual Presidente do IRB. Ele tomou conhecimento, aceitou e mandou cumprir as normas legais, porque estava tudo dentro da lei e da ordem. Isso já é a última instância, que é o Conselho de Administração, que vai primeiro à gerência de sinistro, à gerência técnica, ao presidente do IRB, que, no caso, Lídio Duarte tinha 30 anos de IRB, e que o jurídico era apoiado a ele. Depois ele vai à diretoria plena, que são todos os diretores, que também leram o processo, assinaram, concordaram, mandaram fazer o último pagamento e encaminharam ao Conselho de Administração, que é presidido pelo Dr. Marcos Lisboa, que tem como Vice-Presidente o Dr. Lídio Duarte, que era o Presidente do IRB no momento, e mais os representantes que são sócios do IRB, o Bradesco, o Unibanco e o Sul América. Eles poderiam, naquele momento, dizer: “Não, esse sinistro está dando prejuízo ao Bradesco, está dando prejuízo ao Unibanco, porque foi pago errado”. Mas eles assinaram e deram “de acordo”, que estava correto. Por isso esse sinistro me causou espanto, na verdade, quando disse que o sinistro tinha sido pago de forma irregular. Foram mais ou menos vinte pessoas que lidaram com esse processo de sinistro, mais ou menos isso. Se somar o departamento técnico de sinistro, mais todos os departamentos que apóiam a diretoria, mais os departamentos que apóiam a Presidência, que é todo o departamento jurídico, os departamentos que apóiam o Conselho de Administração, são mais de 20 pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Foi senhor que assinou a ALS, a autorização?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – A primeira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– E a segunda?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – O Dr. Lídio Duarte. Somente ele pode fazê-lo, porque a norma do IRB é muito clara: o diretor só tem um limite até R\$4 milhões; passando disso, somente o Presidente pode assinar. Ele assina sozinho, lendo o processo, pedindo... Só ele pode fazer. A terceira, como já extrapola o limite dele, então vai para o colegiado. Então é assinado por todos os diretores; analisado, estudado e assinado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Por que esse sinistro, esse acordo foi pago em três vezes? O IRB tem dificuldade de caixa?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Não, não. O IRB teve um lucro, no ano passado, de R\$420 milhões, o maior lucro da história do IRB. O IRB só recebeu dinheiro do órgão federal uma vez, quando foi fundado por Getúlio Vargas há 65 anos. De lá para cá, ele se mantém. O lucro do IRB, no ano de 2004, foi o maior de sua história, foi de R\$420 milhões. É uma coisa assim que jamais pensamos que pudéssemos ter de lucro.

O senhor fez uma pergunta, desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Se não tinha problema de caixa, por que foi dividido em três parcelas?

Aí está a Presidência do nosso Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Sobre o caixa que o senhor perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– É, se o IRB tem problema de caixa e por que foi pago em três parcelas.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Os grandes sinistros, o IRB paga parcelado porque, mesmo ele tendo pago a primeira, ele continua a analisar o processo. Por isso chegamos no valor de R\$18 milhões do acordo firmado em juízo e chegamos ao valor de R\$14 milhões devido a esse tempo de estudo, e vai lá, discute novamente, isso aqui não pode, informa a seguradora, vai lá, diz que isso aqui não estava coberto, ou estava coberto, o valor é menor. Indica ao acordo que o IRB está fazendo uma revisão nas peças ou na depreciação do imóvel ou do equipamento, ou o que for. Por isso o IRB, normalmente, nesse tipo de seguro, sinistro acima de valor, ele paga parceladamente, para dar tempo de você achar se pagou muito ou não. Por isso esses R\$18 milhões caíram para R\$14 milhões. Foi nesse tempo de análise maior que o departamento técnico verificou que muita coisa ali que iria ser paga não poderia ser paga. Então por isso que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Muita coisa que poderia ser paga e não deveria ser paga?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Não, não; muita coisa que ia ser paga, R\$18 milhões. Então, de repente, não, esses R\$18 milhões, isso aqui, o valor é R\$100 mil, pode ser R\$80 mil, porque há uma depreciação e tal. É uma análise técnica e que a seguradora apresentou ao segurado e chegaram ao acordo de pouco mais de R\$14 milhões. De R\$18 milhões baixou para R\$14 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG) –

O senhor acha, então, que a apólice estava vigente?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– A companhia Guaratinguetá não cumpriu as suas obrigações, a companhia Aliança da Bahia determinou que fossem feitas algumas correções, essas correções...

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Foram feitas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Bom, não foram constatadas. Só foram comunicadas. Então, houve o sinistro, depois do sinistro houve um acordo, onde o diretor de sinistros... Qual é o cargo dele?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Gerente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– O Gerente, não é nem diretor. Ele mesmo participou, ele mesmo assinou, ele concordou que fosse paga...

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– ... uma quantia que o senhor acha direito, de R\$18 milhões, que é o valor assegurado, foi pago R\$15 milhões.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Não, na verdade, a importância da fábrica toda segurada é muito maior do que isso. A parte só que houve o sinistro que foi em torno de... que a Guaratinguetá achava que ela só valeria R\$18 milhões, fora o lucro cessante, perdas e danos morais etc, que chegava a R\$40 milhões. A gerência de sinistro do IRB...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Só um minuto. A importância segurada da apólice era de qual valor?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – A importância segurada da apólice, não tenho o valor agora, mas era muito maior, porque foi somente uma parte da fábrica que pegou fogo. Mas posso encaminhar para o senhor, sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Uma cópia.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Uma cópia da apólice. É só solicitar ao IRB, que tem o valor. Como ela emitiu a apólice com o valor retroativo ou não, porque, para pagar o sinistro, precisa haver uma apólice. Aí a Aliança da Bahia fez uma apólice de curto prazo, por um período formado depois do sinistro, somente porque, para efeito de Susepe, para efeito de fiscalização, qualquer sinistro pago precisa ter uma numeração de apólice. Então, por isso que ela fez. A apólice pode ser feita num valor quase de R\$18 milhões. Não sei quanto foi, porque nem vi a apólice. Mas ela deve ter feito, e ela fez a curto prazo, de, me parece, de setembro até...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– E nesse curto prazo, houve o sinistro?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Não, não, não. O sinistro já tinha havido. Essa apólice...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– E a apólice foi emitida depois?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Emitida depois, porque a Aliança dava cobertura. Judicialmente, a Aliança teria que pagar o sinistro. Mas como para haver o pagamento de sinistro precisa de uma apólice, a Aliança teve de emitir uma apólice.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– O que é apólice de seguro?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Apólice de seguro é a garantia, é um documento em que você tem como garantia que aquele bem que você segurou te dá direito a reposição, ou recebê-lo de volta, em caso de sinistro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Se você não tem apólice...

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Você pode até não ter apólice, vamos dizer que perdeu, mas a seguradora emitiu, está valendo. Se o seu carro, por acaso, ...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Mas o senhor disse aí que, quando houve o sinistro, não existia apólice.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – A apólice não tinha sido emitida, mas ela estava em processo de renovação. Em processo de renovação. Em todos os nove anos seguidos, se o senhor mandar pegar as apólices todas antigas da Guaratinguetá, todos os processos de renovações sempre foram bastante defasados do início da vigência da apólice, 2 meses e 45 dias, 3 meses.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– O senhor não acha que isso é uma desorganização

do IRB? O senhor aceita um risco onde não existe apólice. Nesse período, ocorre o sinistro. A companhia que deveria ter emitido a apólice, que é a Aliança da Bahia, não emitiu a apólice, e, além disso, ela contesta, dizendo que a empresa Guaratinguetá não poderia estar coberta, porque tinha de cumprir algumas exigências, exigências estas que não foram cumpridas. Houve o sinistro, liquidou sem ter a apólice que o senhor disse aí que seria a garantia do direito, pois não tinha sido emitida ainda, por um valor que foi acordado em cima de uma ação judicial, que não é nem de indenização. O título da ação é Apresentação Antecipada de Provas. E, no final, não houve nem apresentação, o processo não terminou em primeira instância. Na primeira chamada, já se faz um acordo. Como qualquer negociante, pediram-se R\$40 milhões, obviamente para ter R\$18 milhões, porque, se pedissem R\$18 milhões, poderia cair para R\$8 milhões.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Deputado, essa questão, fundamentalmente jurídica, acho que tem de ser perguntada ao jurídico do IRB, que vai informar melhor a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Mas ele já informa aqui que não deveria ter pago. Neste documento que temos aqui, apontado pelo Tribunal de Contas da União, ele diz que não deveria pagar.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Na auditoria interna que fizemos, essa auditoria interna que o IRB fez agora?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Não, o Tribunal de Contas da União.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Até já respondi. Tenho até a resposta que já fiz ao Tribunal de Contas, e posso deixar para o senhor a cópia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Gostaria que o senhor me encaminhasse.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Vou encaminhar agora a cópia de todas essas questões que o Tribunal de Contas levantou. Já apresentei a defesa. Aqui, devem estar todas essas respostas do questionamento do Tribunal de Contas que fiz e apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– A sentença judicial. Esta é a primeira página que abri. “A sentença judicial ora anexada reportou-se expressamente ao item nº 7.”

Houve sentença? Não houve processo julgado!

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Não, mas o Tribunal disse que houve processo. Eu respondi aí exatamente como o Tribunal mandou perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Houve um acordo. Em acordo, em processo judicial, não existe sentença, existe uma homologação de acordo.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Essa homologação feita pelo Dr. Ernesto Tzirulnik, mais os advogados, foi feita em juízo. Agora, não posso e não tenho essa condição hoje de informar ao senhor a forma como isso foi feito e por que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Estou passando para a assessoria técnica, e vamos analisar.

Se o senhor fosse uma empresa privada, e não um órgão público, o senhor teria aceitado esse risco?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Fui diretor de seguradora durante vinte e poucos anos. Volto a dizer que as apólices de seguro são consensuais. Muitos sinistros pagos, às vezes, nem apólice têm; pagos porque você sabe da honestidade da pessoa que faz seguro há muito anos, e, por algum motivo, aquela apólice, ou não tinha sido renovada na data, ou foi renovada, esperando mais algum detalhe. Se o senhor pegar o histórico de todas as grandes seguradoras e solicitar ao Bradesco, à Sul América, ao Unibanco, à Caixa Econômica, todas elas têm esses históricos; eu fui diretor de seguradora muitos anos e sei como isso é feito. O seguro é um acordo consensual, simplesmente não significa porque eu tenho um papel e paguei, que ele vá ler ou não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Olha, lamentavelmente, não é o que o povo brasileiro, que a maioria dos segurados tem. Uma pessoa que faz o seguro de um carro, venceu às 20 horas, às 20 horas e 30 minutos, escrito na apólice, onde o senhor diz, inclusive na apólice vem o horário que o seguro está vigente.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Às 21 horas, ou seja, sempre a zero hora, acabou o meu seguro, a zero hora e cinco minutos se eu não tiver renovado esse seguro, eu perco o meu carro. Se a coitada de uma viúva, o marido deixou de pagar o seguro de vida, ele venceu à meia-noite, ele teve uma morte súbita, à meia-noite e um minuto, essa família vai ficar desamparada.

Eu acho que nós temos, não quero antecipar nenhum relatório, mas eu acho que existe um tráfico de influência, existe uma aquiescência do IRB em fazer a apólice com data retroativa, que foi o que o senhor falou,...

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– ...que a apólice foi feita com data retroativa.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Porque precisava pagar o sinistro só com a apólice.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Pois é, foi feita com data retroativa, ou seja, o direito foi dado...

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Mas não significava que não havia direito de pagamento de sinistro.

Deputado, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Só estou querendo clarear. Não estou acusando o senhor de nada.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Não, absolutamente, eu quero até clarear mais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Inclusive, vamos terminar, porque a nossa intenção – e nós não somos polícia e nem juiz –, não é a de incriminar nem nada, só apurar as responsabilidades. E também vamos colaborar, talvez, com a modificação na legislação, para que as coisas possam ser mais claras, ainda mais que existe direito, existem recursos públicos.

Deixe-me perguntar ao senhor: o senhor é de onde, de qual Estado?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Sou do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Ah! O senhor já disse, do Maranhão.

O senhor conhece o Professor... Ele é Professor Comercial, Fábio Ulhôa Coelho? O senhor já ouviu falar no Professor Fábio Ulhôa Coelho?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Nunca ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Ele é um professor renomado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e foi contratado pela Companhia de Seguros Aliança da Bahia, por intermédio do Sr. Ernesto Tzirulnik. A conclusão a que ele chegou, que foi levada à consideração do Professor, e foi pago a ele, bom, não vou dizer o valor que foi pago a ele para dar um parecer a respeito disso, o senhor tem conhecimento desse documento, desse parecer?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Então, permita-me, vou ler.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Conclusão do Professor:

“Não houve a renovação do seguro instrumentalizada na Apólice 0053140 ...”, que é essa apólice que deu cobertura.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Cobertura.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– “... expirada em 15/10/2003, por não ter havido nenhuma manifestação de vontade da Aliança da Bahia, no sentido de concordar em segurar as instalações da Companhia Guaratinguetá, tendo em vista o grande número de irregularidades verificadas.”

Segundo: “Não houve renovação tácita do seguro. Apesar de ser prática no mercado há muito tempo, em razão da expressa recusa da Seguradora, datada em 24/10.”

Outro ponto: “A Seguradora não pode indenizar sinistro verificado após o fim do prazo de validade da apólice. Este comportamento representaria flagrante desrespeito às leis e aos regulamentos do Sistema Nacional de Seguros Privados, por contrariar a existência do contrato.”

Então, esse senhor, colega advogado, contratou o Professor, para que ele pudesse dar um parecer, para que ele pudesse receber do IRB, mesmo com este parecer contrário, de que o senhor não tem conhecimento,...

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

–...talvez porque o próprio advogado que representa a Seguradora e também representa o IRB ele simplesmente, como o parecer é desfavorável ao segurado e ele estava defendendo os interesses da Seguradora, ele omitiu este parecer, para não negar...

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – De que data isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– 24/10/2003. Aqui está o parecer do Professor.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Não tive conhecimento disso. Nem deve estar nos arquivos do IRB isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Dr. Carlos Murilo, houve interferência de algum agente político para que esse sinistro da Guaratinguetá fosse indenizado pelo IRB?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – A mim nunca foi procurado nenhum, não só político como qualquer outra pessoa, para pagamento desse sinistro, nenhum, nem pessoa física tampouco política. Como o senhor falou?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Agente político.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Não, ninguém, nenhuma pessoa me procurou sobre isso. Eu, como diretor técnico à época.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– E de diretor superior também o senhor não sofreu nenhuma interferência?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– E nenhuma intervenção?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Não, não houve nenhum pedido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– O senhor agiu tecnicamente?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Tecnicamente, encaminhando tecnicamente, aprovando, mandando para a presidência, que mandou para a relatoria colegiada, que mandou para o Conselho de Administração.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– O senhor acha que alguém foi lesado?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Deputado, eu acho que, dentro das normas que gerem o seguro, não houve lesão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Não houve lesão?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Não houve, da forma que eu conheço sobre as questões do seguro. Pode haver interpretações diferentes da minha, lógico. Mas eu acho que dentro das normas... Ah! Essa aliança da Bahia tem cem anos de vida. É uma das seguradoras mais antigas e sérias, que faz um trabalho de cem anos. Essa empresa Guaratinguetá também não é uma empresa que se formou há cinco anos, ela tem 90 anos de vida. Eu não a conheço, mas li sobre ela, tem 94 anos e não sei quanto de vida. E ela tem mais: ela renova, ela é tão ciente das pessoas que esse sinistro se deu numa companhia que há nove anos paga o prêmio, há nove anos! Ela não mudou! A Sul América, o Bradesco todo ano mudam. Ela se manteve lá durante nove anos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Bom, a Companhia Aliança da Bahia, eu vejo que, em todos os aspectos, ela correspondeu. Primeiro, ela negou, não quis fazer e aceitar a apólice. Segundo, ela mandou fazer alguns reparos para que ela pudesse analisar.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Terceiro, ela negou o sinistro, ela não quis pagar o

sinistro. Quem impôs esse pagamento do sinistro foi o IRB.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Não, não, porque, na verdade, quando você faz o acordo em juízo, que foi feito pelo Dr. Ernesto, ele faz representando a Seguradora, porque a companhia move uma ação não contra o IRB, ela move uma ação contra a Seguradora, que, automaticamente, leva o IRB a reboque. Por quê? Porque o IRB é o maior detentor da maior parte do resseguro. Mas, na verdade, é a Aliança da Bahia que faz todo esse papel de junto ao advogado, junto ao juiz, junto ao acordo de pagar ou não, porque ela, a Guaratinguetá, contratou não o IRB, contratou a Aliança, e a Aliança contratou o IRB para o resseguro, porque é obrigado por lei. De outra forma, ela não poderia fazer o seguro, porque o limite técnico dela não caberia isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Então, ela assume o risco de 1% da apólice, mas, na verdade, ela aceita um risco de 100% da apólice? Se ela concordar com o risco de 100%, o IRB acompanha?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Acompanha, todas são assim, porque a lei diz isso. A lei diz o seguinte: a Susep dá um limite técnico para ela, e ela não pode, de forma alguma, senão ela é tirada do mercado se ela trabalhar com um limite técnico acima do que a Susep permite. Como ela fica com o resto desse seguro? Ela tem que repassar ao órgão oficial do Brasil, que é o Instituto Resseguros do Brasil, para que este assuma o resseguro; aí, o IRB cobra um preço para fazer o resseguro. E, como ele não pode ficar com o valor todo, ele vai ao exterior buscar os resseguradores para cobrir o restante do que ele não fica. Todos os seguros do Brasil, de forma geral, são feitos dessa forma: segurado, seguradora, IRB e ressegurador. Aí, o IRB contrata os seus *brokers*, leva ao estrangeiro, que contrata os resseguradores lá fora, que, às vezes, dizem *ok* ou não, cobram o preço que devem, mandam ao IRB, que formaliza, com o preço do ressegurador, à seguradora: “olha, o preço para cobrir essa apólice é X”, aí a seguradora vai lá e cobra do segurado e fica com a parte dela, que, normalmente, é pequena. Se o senhor verificar a parte dos aeronáuticos do Brasil, o Bradesco, a Sul América, que é detentora da seguradora Varig, fica com 0,03 de todos os aviões da Varig; o resto todo é colocado no IRB, que fica com menos de 3% e põe 96% no mercado aeronáutico lá fora. E não pode ser de outra forma! Então esse valor acontece com todas as seguradoras, não é apenas com a Aliança.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Bom, se tivéssemos de fazer uma modificação na legislação, o que o senhor aconselharia? Que todo cidadão brasileiro que batesse o seu veículo, ou a viúva que perdesse o seu marido, minutos ou horas depois de a apólice ter encerrado, poderia procurar a seguradora, e eles teriam garantido, porque já fazem o seguro há 9 anos? Ou o senhor acha que o IRB é que tem de mudar e só aceitar o risco a partir do momento que todas as condições técnicas estiverem comprovadas, as exigências estiverem cumpridas, as inspeções estiverem feitas e aprovadas, a emissão de apólice imediata e, a partir daí, começaria a aceitar o risco?

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Sr. Deputado, normalmente não é noticiado na imprensa, nem tampouco é divulgado, mas muitas das seguradoras, diversas delas, pagam o sinistro, mesmo nesse caso que o senhor falou. O cara tem um seguro durante 20 anos na companhia, tem de renovar dia 1º de janeiro, por acaso não renovou, há pagamentos, há jurisprudência sobre isso. O seguro de carro que é feito há 10 anos pela Sul América “puxa, esqueci de renovar o meu carro!”, você vai à Sul América, apresenta as razões que, muitas vezes, paga o sinistro. Então o problema do seguro é porque há divulgação na imprensa, quando as pessoas vão para lá com carta, dizendo “olha, eu fiz um seguro na empresa tal, e ela não me pagou por isso e por isso!”. Mas muitas das vezes, e este caso, quando é pago, não é divulgado, porque a seguradora paga dessa forma, existe essa jurisprudência nas seguradoras, dependendo do segurado. Um segurado de 9 anos de uma empresa dessa, e não sei se os diretores da Aliança vão ser chamados aqui para se explicarem, mas a Aliança sabe que, nesse caso aqui, dentro de uma questão jurídica, é inteiramente cabível, porque, há 9 anos, o segurado faz isso, e foi feita toda a perícia dentro da empresa dele, e não houve nenhum perito e contratado, em todo o IRB e em todas as seguradoras, que suspeitasse que aquele sinistro tenha havido por uma falha humana ou por uma falcatura qualquer. É uma empresa de 94 anos, brasileira!

Então a legislação de seguros no Brasil não é feita pelo IRB, e sim, pela Susep, que cria todas as normas e leis do Brasil. Quando ela diz que a Aliança só fica com 1%, é porque ela analisa o balanço da Aliança e vê que, num volume de milhões, não pode ficar com milhões, porque, senão, ela deixa de pagar todos os outros sinistros que ela está assegurando. Porque, se ela paga só esse, qual é o dinheiro que ela tem para pagar o outro? Então, é por isso que ela tem de fazer o

resseguro junto ao IRB, que também fica com uma pequena parte, porque ele sabe que, se houver um sinistro, todo o lucro dele, quatrocentos e vinte milhões e tal, vai para o brejo. E há mais, ele tem sócios, o Bradesco, que é um fiscalizador, o Unibanco, que é um fiscalizador, tem a Sul América! E todos esses participam do Conselho de Administração, que analisa esse processo e que se achar errado, a própria Sul América chega e diz “eu discordo do pagamento, porque vai me afetar no meu lucro”, ou o Bradesco diria isso, ou o Unibanco diria isso, ou o próprio presidente do Conselho, que é o Dr. Marcos Lisboa, atual Presidente do IRB, poderia dizer “Não, isso aqui não me parece que está correto; eu quero uma auditoria interna sobre isso.”

Isso não foi feito porque estava correto na visão de todos.

O Conselho todo, o Presidente do IRB tinha trinta anos de casa, o Dr. Duarte, ele não poderia... E o jurídico é a assessoria dele.

Eu acho que dentro do processo de seguros, o Brasil ainda tem muito que andar, muito que verificar, as normas de seguro mudam diariamente no mundo inteiro. Com todas essas catástrofes que houve no passado e que continuam ocorrendo, as seguradoras estão tentando se modernizar para que haja uma fórmula de não quebrarem.

Bom, espero ter dado uma contribuição, mas caso haja qualquer dúvida, pode indagar mais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Estou satisfeito com essas perguntas, eu acho que as outras vão caminhar basicamente dentro desta mesma situação. São contrários alguns pareceres do Tribunal de Contas da União. Nós vamos prosseguir com essa investigação ouvindo as outras pessoas e, no final, nós vamos conseguir fazer a apuração destes fatos e vamos chegar a um termo se há realmente a legitimidade da empresa Guaratinguetá em ter recebido desta forma do processo de que o senhor tomou conhecimento e, talvez, depois, venhamos a propor algumas mudanças na legislação de resseguros.

Eu agradeço ao senhor, Dr. Carlos Murilo Goulart, e também ao seu Procurador.

O SR. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA

LIMA – Muito obrigado. Eu espero ter respondido tudo que o senhor perguntou e, se eu não fui muito claro, às vezes, é que pela primeira vez eu estou depondo; é difícil falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Willian. PTC – MG)

– Não, deu para contribuir.

Eu agradeço e dou por encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h15min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 4ª Reunião, realizada em 11.01.2006.

Aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às onze horas e seis minutos, na sala seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Asdrúbal Bentes, ainda com as presenças dos Senhores Deputados Carlos Willian, Gustavo Fruet, Arnaldo Faria de Sá, Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Osmar Serraglio e Antonio Carlos Pannunzio e dos Senhores Senadores Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Heloisa Helena e Romeu Tuma, reúnem-se a Sub-Relatoria da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência declara abertos os trabalhos e esclarece que a pauta desta reunião destina-se à oitiva dos Senhores Carlos Campolina (Usiminas) e Rodrigo Botelho Campos (Furnas). É feita a comunicação da mesa aos membros da comissão, o motivo da ausência do primeiro depoente, sendo assim é solicitada a presença do segundo depoente à mesa, que está acompanhado de seu advogado Dr. Rogério Marcolini, inscrição na OAB/RJ nº 76173. Após o depoente ter feito sua apresentação, é feita a inquirição pelo Sub-relator ao Senhor Rodrigo Botelho Campos. O Senador Romeu Tuma solicita à comissão que requiera junto a polícia de São Paulo cópia do inquérito dos dois incêndios da empresa tecidos Guaratinguetá. O Deputado Osmar Serraglio explica sobre as dificuldades que às vezes a CPMI tem em fazer contatos com alguns depoentes. Volta a palavra ao sub-relator onde explica o motivo da citação do depoente, e fez um breve comentário do relatório que preparou sobre envolvimento de diretores de Furnas, onde sugere a convocação do Senhor Dimas Fabiano Toledo. É solicitado à assessoria da mesa que providencie cópias desse relatório e distribua aos membros da comissão. O relator menciona que protocolou um requerimento que trata da destinação de recursos que vai para a CA-EFE. Após inquirição o Presidente passa a palavra aos seguintes parlamentares: Antonio Carlos Pannunzio, Carlos Abicalil e Heloísa Helena. Antes de encerrar o

Presidente solicita aos técnicos do Tribunal de Contas da União documentos apresentados por Furnas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas nove minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes – PMDB – PA) – Declaro aberta a 4ª reunião da Sub-relatoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através de requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sob a mesa a ata da reunião anterior para a discussão e votação.

Proponho a dispensa da ata.

Os que aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa)

Aprovada.

A pauta desta reunião destina-se à oitiva de Sr. Rodrigo Botelho Campos, de Furnas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes – PMDB – PA) – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É porque aquele Carlos Campomilha, eu sei que ele já informou que não virá. Eu tenho uma questão que ele tem que esclarecer, Senadora Heloísa Helena, Deputado, que é o caso do Roberto Brant que afirma peremptoriamente que o dinheiro que ele recebeu foi da Usiminas, e o Marcos Valério disse que realmente houve um pedido do Diretor da Usiminas para que ele recebesse o dinheiro. É que ele recebeu do Marcos Valério, mas teria havido a intervenção direta da Usiminas.

Então gostaria de ver esclarecido isso, e ele não pode se negar a comparecer a não ser que tenha uma boa justificativa.

Peço desculpas a V. Exª por ter interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Na realidade, a cópia do fax está em poder do Relator, que o deixou no gabinete, mas a justificativa é que ele está de férias na praia e pede a compreensão e a remarcação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Mas ele agora aprendeu com os senadores e deputados.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Está se amorenando para ficar mais bonito. Será que ele está usando aquele negócio para não queimar demais?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes – PMDB – PA) – Aguardo a posição do Sr. Relator ou alguma proposição dos doutos Parlamentares para remarcar, já condicionando que o seu não comparecimento nesta nova convocação importará na sua vinda sob vara.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Outra coisa que eu queria requerer ao Deputado Carlos William diz respeito ao problema do incêndio da Guaratinguetá.

Eu gostaria que a Comissão providenciasse junto a Polícia – deve ser a Polícia Civil de São Paulo – o inquérito do incêndio.

Se V. Exª permitir, eu faço o requerimento. Se for autorizado, eu peço que esse requerimento passe às suas mãos...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes – PMDB – PA) – Nobre Senador, esse pedido através de Parlamentar importa aprovação do requerimento, quando o Relator deverá fazê-lo de ofício. Com isto, evitaria toda essa burocracia no processo. Nós atalharíamos e atingiríamos o objetivo mais rapidamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu estou sugerindo. Eu acho que é urgente, porque já está na fase de oitiva desse processo.

Se o Sub-relator concordar, ele determina e eu vou à Polícia de São Paulo e peço cópia com urgência.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes – PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – Eu vou fazer o seguinte, Senador Romeu Tuma. Eu acho que a posição do senhor vai colaborar bastante para a elucidação desse fato, porque já existem os indícios. Vou requerer extra-oficialmente para evite vir a plenário, porque é um documento que a gente não tem nenhuma dificuldade com o Relator Osmar Serraglio, para que ele faça esse requerimento extrapauta.

Só para esclarecimento também, Sr. Senador, o Sr. Carlos Campolina, que é Diretor de Finanças da Usiminas, foi convocado por esta Sub-relatoria para atuar como testemunha no caso de favorecimento de *brokers*, porque a Usiminas já tinha há vários anos o corretor internacional dela e o IRB impôs que fosse feito por outra pessoa.

Nós, aqui na CPMI dos Correios – e o senhor, como delegado e, conseqüentemente, como advogado, entenderá talvez melhor –, estamos tendo um problema de citação. Ontem, nós tivemos uma reunião e acabamos de ver que os dois depoentes que estariam presentes na Sub-relatoria dos Fundos de Pensão não foram citados corretamente; foram terceiros que receberam correspondências. O mesmo caso do Sr.

Carlos Campolina, que está na praia, de férias, tomou conhecimento em Belo Horizonte de que estava sendo citado e passou um fax para cá dizendo que, lamentavelmente, ele tomou conhecimento, mas não foi citado. Como aqui há um processo judicial, existe um erro de citação. Inclusive, eu tomei conhecimento...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A citação é pessoal.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Sim, a citação é pessoal e aqui é um processo.

Inclusive, as duas pessoas da Prece, que não foram citadas corretamente, estarão presentes aqui indiferentes à citação. Tomaram conhecimento ontem pela imprensa e virão aqui para colaborar com esta CPMI.

Pois não.

O SR. RUMEUTUMA (PFL – SP) – Não sei como estão sendo feitas as citações, talvez...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Eu passo a palavra ao nobre Relator Osmar Serraglio, que acaba de chegar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só para relatar uma experiência pessoal. Quando eu presido CPI, peço sempre que a Polícia Federal faça a citação, porque ela vai atrás, onde estiver. Ela, sabendo que a citação é pessoal, recebe a missão e vai para o inferno, mas vai citar o sujeito. Não tem jeito, deve haver uma autoridade que vá e diga: “Está aqui”.

Como tem delegado acompanhando a CPI, ele tem que assumir a responsabilidade e ver o superintendente respectivo para designar um policial para fazer as citações pessoalmente, onde estiverem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Tendo em vista a alegação de vários depoentes de que não foram citados pessoalmente, como determina a lei, mas que tomaram conhecimento por vias transversas, digamos assim, eu gostaria de ouvir V. Ex^a, nobre Relator, sobre como estão sendo procedidas as citações e como fazer para evitar que se invoque, em defesa dos depoentes, para o não-comparecimento, a falta de citação.

Com a palavra o Sr. Deputado Osmar Serraglio, Relator-Geral da CPMI.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, na verdade, essa dificuldade que estamos tendo é meio pontual e se restringe a algumas circunstâncias específicas, não só no caso agora desta Sub-relatoria, como também em relação ao período da tarde.

Como temos procedido? Num primeiro momento, a Secretaria da CPMI entra em contato direto com a pessoa que será ouvida, e, em se dando esta por ciente, é anotado. Ademais disso, também é encami-

nhado um fax para que se documente, solicitando-se algum local para onde se possa remeter. Quando se percebe que há dificuldades, a CPI se vale da Polícia Federal.

No caso específico desse Carlos Campolina, como o Dr. Wanderley está me informando, num primeiro momento ele solicitou à CPI que não informasse ou, pelo menos, dissesse que não tinha sido encontrado. Aí, depois, num segundo momento, quando a Polícia Federal foi ao local, a informação dada pela pessoa que atendeu foi de que quem, enfim, deveria ser notificado não estava lá, mas havia deixado um recado no sentido de que não devesse, de forma alguma, receber a citação. São dificuldades que eu não acho que venham a inviabilizar, até porque temos instrumentos outros: podemos conduzir, remarcar. O que acho apenas é que não podemos potencializar, dar uma dimensão maior do que essas pessoas merecem em virtude das dificuldades que elas estão...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O problema é a procrastinação. Temos que vencer os prazos, porque V. Ex^a já está com o tempo encurtado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É verdade, mas, de qualquer modo, nós também não temos... A nossa atitude é a mesma que se adota no fórum pelo juiz. O juiz manda notificar; o oficial de justiça vai ao local, certifica que não encontrou. Quer dizer, dever-se-ia tomar aquelas atitudes subsequentes: a citação por hora certa etc. Há um episódio em que nós até íamos providenciar a citação por edital. Tantos foram os mecanismos de que nos valem e as dificuldades apresentadas, que nós iríamos fazer por edital. Soubemos agora, parece, que a pessoa virá a despeito de eventual discussão sobre citação pessoal ou não.

Enfim, só para reafirmar: tudo que é possível fazer para que tenhamos o cumprimento exato do cronograma nós temos realizado. Agora, é evidente que, em alguma situação ou outra, alguma dificuldade temos encontrado. Contudo, temos convicção de que isso sirva de alerta, que é uma postergação inútil, porque, mais hora, menos hora, a CPMI fará com que a pessoa aqui compareça, ainda que sob a força da autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Nobre Relator, nobre Sub-relator, Srs. Parlamentares, V. Ex^a, Relator, é advogado militante, renomado e com novas experiências agora. Eu sempre fui um advogado de província, mas estudei a mesma ciência do Direito que todos os outros estudaram. Creio que há um princípio geral do Direito, que deve ser aplicado aqui: **quod abundat non nocet**, ou seja, “o que abunda não prejudica”.

O SR. (Não Identificado.) – *(Intervenção fora do microfone.)* É um perigo essa expressão.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Bom, mas é legítima! Então, Senador, penso que deveríamos usar todos os meios a nossa disposição para evitar essas alegações para justificar o não comparecimento, qual seja, mandaríamos a citação por fax, por carta registrada, com aviso de recebimento; enfim, por todos os meios disponíveis que tivermos para que não se possa alegar, amanhã, que o não comparecimento se deveu ao não recebimento da citação e para que não seja alegado, também a seu favor, o cerceamento ao direito de defesa. Então, recomendo à Assessoria que continue a fazer as citações por todos os meios legais disponíveis, na forma do Código de Processo Civil.

Pois bem; vamos prosseguir solicitando à Assessoria que faça adentrar a este recinto e tome assento à mesa o Sr. Rodrigo Botelho Campos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, já foi providenciada a nova intimação ao representante da Usiminas, então?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Indago ao nobre Relator, porque chegou ontem às 18 horas o comunicado.

O SR. SUB-RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – Não foi, caro colega Deputado, porque nós precisávamos primeiro ter a certeza de que ele não compareceria agora, neste momento. Como ele não compareceu, a partir de agora, vamos tomar as providências.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Sr. Rodrigo Botelho Campos, V. S^a está acompanhado de advogado? Então, esclarecemos a V. S^a que o seu comparecimento aqui é na condição de testemunha. Para tanto, já firmou o termo compromisso pelo qual V. S^a deve falar a verdade, não pode, em hipótese alguma falsear a verdade, podendo omitir-se de responder se achar conveniente, sob as penas da lei. Inicialmente, gostaríamos que o seu advogado fizesse sua apresentação, nome, OAB.

O SR. ROGÉRIO MARCOLINI – Pois não, Rogério Marcolini, OAB 76.173, Rio de Janeiro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, indago ao advogado se ele já esteve aqui acompanhando outro cliente na CPI.

O SR. ROGÉRIO MARCOLINI – Não, é a primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Passo a palavra agora ao Sr. Rodrigo Botelho Campos para que faça sua qualificação e os esclarecimentos

iniciais que julgar necessários e convenientes.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Bem, sou mineiro, de Belo Horizonte, sou economista, administrador, funcionário da Companhia Energética de Minas Gerais há 21 anos. Sou funcionário de carreira da Cemig há 21 anos e já desempenhei algumas outras atividades.

Fui Secretário Municipal no governo do então Prefeito Patrus Ananias, fui coordenador do Procon de Belo Horizonte no governo do então Prefeito Célio de Castro e, mais recentemente, ocupei a Diretoria de Gestão Corporativa de Furnas.

Vim aqui, convocado pela CPI, para prestar informações e esclarecimentos sobre o episódio de seguros, particularmente a questão de IRB e de Furnas.

Quando eu cheguei ao Rio de Janeiro, encontramos lá a Diretoria de Administração e Suprimentos, uma Diretoria que cuidava – e ainda cuida – de assuntos na área de recursos humanos, na área de suprimentos e na área de organização e informática. Mais adiante, fizemos uma avaliação dessa diretoria, mudamos a denominação dela e ela passou a se chamar Diretoria de Gestão Corporativa. Eu estive lá em janeiro de 2003 até junho do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Mais algum esclarecimento?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Acho que, a princípio, não.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes) – Então, concedo a palavra ao Sub-Relator, Carlos Willian, para sua primeira inquirição.

O SR. CARLOS WILLIAN (PTC – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, dando continuidade a esta CPMI e, havendo a oitiva ontem à tarde tratando das questões afetas ao Instituto de Resseguros do Brasil, encontrava-se o Sr. Rodrigo Botelho Campos, convocado em virtude de seu envolvimento direto na indicação de corretora de seguros para atuar junto ao IRB em favor de Furnas – Centrais Elétricas Sociedade Anônima, devido a sua condição de Diretor de Administração de Suprimentos e, em seguida, do cargo de Diretor de Gestão Corporativa no ano de 2003.

Paralelamente, sua gestão como Diretor da estatal está sendo questionada em recente trabalho realizado pelos técnicos do Tribunal de Contas da União, objetivando subsidiar as CPMIs em curso, isso por determinação do Ministro Adilson Motta, onde sobrevieram irregularidades relatadas.

Então, Sr. Presidente, dentro do espírito do Presidente desta CPMI; de V. Ex^a, como Vice-Presidente; do Relator, Deputado Osmar Serraglio, de todos Sub-

Relatores; dos Srs. Senadores; dos Srs. Deputados e das Srs. Senadoras, esta CPMI está para trabalhar e para investigar. Não vejo, em nenhum destes membros, vontade de acobertar e de fazer acordos políticos para que se deixe de investigar a verdade dos fatos de possíveis irregularidades de corrupção e de favorecimentos e benefícios de Deputados ou Senadores a membros da política para desvios ou benefícios desviados das administrações públicas. No entanto, Sr. Presidente, trabalhando com o objetivo de buscar no IRB as irregularidades já comprovadas por documentos e também apontadas pelo Tribunal de Contas da União – frise-se: e o Tribunal de Contas da União, ou seja, não foi só este sub-relator –, deparemos com várias irregularidades. Ainda mais, como membro do Congresso Nacional, com o dever de fiscalizar os atos do Poder Executivo, em qualquer uma de suas instituições, pensei muito em fazer esse relatório e as indagações dirigidas ao ex-diretor, diretor afastado, de Furnas. Contudo, não posso deixar de relatar e depois questionar o ex-diretor sobre esses fatos e sobre essas irregularidades, haja vista que a diretoria de Furnas é uma diretoria colegiada, onde as decisões são tomadas em conjunto. Então, vou fazer um breve relato de vários pequenos relatórios e depois vou inquirir a nossa testemunha.

Sr. Presidente, além do Sr. Rodrigo Botelho Campos, hoje presente, estou aproveitando a oportunidade para requerer a convocação de outro diretor afastado na época, o Sr. Dimas Fabiano Toledo, em vista da gravidade das irregularidades apontadas sob sua gestão, a seguir igualmente relatadas, e devido a constantes denúncias de escândalos na mídia envolvendo sua gestão em Furnas, a exemplo de matérias publicadas no jornal **O Globo**, 15/10/2005 e 07/1/2006, intituladas, respectivamente: “Ex-diretor de Furnas é alvo de operação”, “Dimas Toledo é investigado por suposto esquema de desvio de estatal”, indicando se tratar de padrinho do ex-Deputado Federal Roberto Jefferson e chefe do suposto esquema de extorsão de empresas interessadas em prestar serviços à estatal, bem como do “Dimasduto”, informado a cerca da existência de esquema de arrecadação de recursos para campanhas políticas de 2002, cujo operador teria sido o Sr. Dimas Toledo. Adicionalmente a matéria referenciou que os dados disponíveis na Polícia Federal ainda não permitem precisar os recursos arrecadados. Consta na contabilidade oficial que fazem parte de um caixa 2 que se levantou R\$39,9 milhões.

Nas questões que serão tratadas nesta reunião, constam informações que podem conduzir ao dito caixa 2, a exemplo de recursos transferidos à Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e da Eletro-

nuclear, Caefe, da ordem de R\$28 milhões, no período de 2002 a 2005, sem amparo legal e com ausência de prestação de contas, sendo que R\$7,6 milhões foram somente em 2002, na época da campanha eleitoral. E o expressivo desembolso efetuado pela empresa a título de pagamentos não formais. Pasmee, Sr. Presidente: empresa pública tem em suas contas pagamentos não formais na forma de aceitação de compromissos diversos, ou seja, nos termos relatados pelo setor financeiro da empresa ao Tribunal de Contas da União, a assunção das obrigações para com terceiros não suporta e não é suportada por documentos formais, ou seja, não existem contratos, não existem convênios; são outras coisas, nem ao menos são identificadas no sistema de administração de pagamentos de Furnas. Chamam a atenção os montantes desses pagamentos realizados sob essa modalidade não formal no exercício de 2002, ou seja, não tem contrato, não tem convênio, não tem nada. O seu maior pico alcançado: a expressiva quantia de 8,7 milhões. Eu tenho aqui, abaixo, Sr. Presidente, um quadro evolutivo desse tipo de modalidade, que é de pagamentos não-formais, desde o exercício de 2000. Isso mostra e evidencia que houve, em 2002, um aumento significativo dessa modalidade.

Em 2002, os pagamentos não-formais foram de R\$1.458.923.164,70 contra R\$4 milhões de formais. O não-formal, Sr. Presidente, em 2001, foi de R\$2.360.014.791,50. Agora, já em 2002, época da campanha eleitoral, os pagamentos não-formais, segundo o Tribunal de Contas da União apurou, são os contratos que não têm convênios, não têm contratos, face o montante de não-formais, em 2002, R\$8.712.854.119,00. Em 2003, esse montante acabou pela metade. Foi de R\$4.832.000.000,00.

Sr. Presidente, já termino esse relatório para que possamos já passar à indagação do diretor. Além das notícias veiculadas em **O Globo**, no jornal **Estadão** e **O Tempo**, este é o jornal de Minas Gerais, noticiaram, respectivamente, a seguinte matéria: “Polícia Federal faz apreensões em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais para apurar Valerioduto”, dando conta busca de computadores, disquetes, unidades de CD-ROM, endereços de pessoas ligadas a Furnas, entre elas, o Sr. Dimas Toledo, de forma a recolher provas da relação de dirigentes da estatal com empreiteiros, fornecedores privados, suspeitos de terem pago dinheiro para o caixa dois. Outra: “Furnas é usada para gerar votos no Sul de Minas Gerais”, referenciando a utilização de máquinas e equipamentos com o logotipo de Furnas em obras de beneficiamento de Municípios localizados no Sul de Minas Gerais.

Ainda sobre o Sr. Dimas Toledo, registra-se que ocupava o cargo de Diretor de Planejamento, Enge-

nharia e Construção da Estatal, diretor técnico, há mais de dez anos, até o seu recente afastamento, tendo, inclusive, assumido, em algumas oportunidades, de forma interina, a presidência de Furnas, inclusive na maior parte do exercício em evidência, 2002. Período de gestão como Presidente: abril de 2002 a janeiro de 2003, o ano eleitoral, onde os pagamentos não-formais foram da ordem de R\$8 bilhões.

Sr. Presidente, caros Deputados e Senadores, diante de todas essas evidências, torna-se imperiosa a convocação do Sr. Dimas Fabiano Toledo a esta CPMI dos Correios, com vistas aos esclarecimentos acerca de todos esses indícios de irregularidades que pairam sobre a sua responsabilidade, além da necessária quebra de sigilos fiscal, bancário e telefônico no período de 2001 a 2002. E este é um compromisso desta CPMI, que não tem se pautado com a responsabilidade de apurar esses fatos.

Diante desse pequeno relatório, Sr. Presidente, passo a indagar o Sr. Rodrigo Botelho Campos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Gostaria de indagar a V. Ex^a se pode disponibilizar para os Parlamentares e para a imprensa cópia desse seu breve relatório.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – Entendo que um pedido de Presidente é uma ordem. Então, gostaria de solicitar ao Dr. Carlos, técnico do Tribunal de Contas que está me assessorando, assim como ao Sr. Ari, que igualmente está me assessorando, prestando serviço institucional do Tribunal de Contas União, colaborando com as Casas Legislativas, que providenciassem um disquete à Assessoria da Mesa para que pudesse providenciar este relatório.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Bastaria tirar algumas cópias xerox agora para que eles pudessem acompanhar a evolução.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O disquete não pode ser acessado aqui agora, não é?

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – Não; com o disquete, a Assessoria imprime, e já sai na copiadora. É mais rápido até do que cópia xerox.

O SR. ARNANDL FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, vamos lá trabalhar.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – A assessoria informa quanto...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Sim, perfeitamente. Também será providenciada uma cópia para a parte.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – Agora, dentro disso tudo estão indo também os questionamentos que irei fazer ao nosso depoente, Sr. Rodrigo Botelho Campos.

Bom, Sr. Rodrigo, decline para nosso conhecimento quando o senhor ingressou em Furnas e quais os cargos que exerceu na empresa? Por favor, indique os respectivos períodos e se o senhor ainda continua no cargo – nós sabemos que não – e qual é o motivo.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu fui para Furnas em janeiro de 2003; exercitei apenas um cargo, que foi o de uma diretoria que se chamava Diretoria de Administração e Suprimentos. Depois, o nome foi alterado para Diretoria de Gestão Corporativa. Mas eu exercitei apenas um cargo e me licenciei da empresa em junho do ano passado, quando uma entrevista de imprensa suscitou um questionamento sobre Furnas. Então, eu, com outros dois diretores, achamos por bem, para deixar o Governo à vontade, para deixar a empresa à vontade, inclusive para implementar uma comissão de sindicância, que foi instalada, e fizesse o seu trabalho de apuração, nós nos licenciarmos naquele mês de junho.

Mais recentemente, nós fomos substituídos por outros diretores. Houve uma mudança no Ministério das Minas e Energia; houve uma mudança na Eletrobrás, e essas vagas acabaram sendo ocupadas por outras pessoas. Ficando aqui apenas um comentário de que eu exerci apenas um cargo de diretor. A Diretoria é que teve a alteração da sua denominação nesse período de trinta meses.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – Antes da licença do senhor, o Presidente da República já tinha declarado à imprensa que iria solicitar o afastamento dos senhores. A saída do senhor foi para facilitar realmente o trabalho da auditoria ou, na verdade, o senhor antecipou uma decisão do Presidente?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sr. Deputado, na manhã daquele dia em que saiu a reportagem na **Folha de S. Paulo** – eu não me recordo da data –, nós nos reunimos com os demais diretores e levantamos a hipótese da licença. A empresa, no seu estatuto, dava cobertura a esse comportamento, a essa atitude. Nós nos licenciávamos com o interesse de deixar bastante à vontade a direção da Casa que ficava, bem como o Governo e outras autoridades eventualmente que tivessem afetas à matéria, dando tranquilidade para que pudessem investigar. A imprensa, com todo o respeito, em alguns órgãos, noticiou que tínhamos sido exonerados; em outros, que havíamos solicitado uma licença. Nos dias subseqüentes, foi ficando mais claro. A imprensa, por meio inclusive de alguns de seus órgãos de notícias que tinham, a princípio, dito que nós tínhamos sido exonerados, nos dias seguintes ou nos dias subseqüentes, já fizeram essa correção. Então, na realidade, nós pedimos licença.

Alguns meses depois, o Dr. Dimas pediu para sair da empresa. Ele tomou essa iniciativa. Eu e o Dr. Cury, então diretor financeiro, aguardamos mais um pouco, até que o Governo achou por bem fazer a substituição, que eu credito a uma mudança no comando do Ministério, no comando da Eletrobrás, por desdobramentos dessas ações de ordem política.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG)
– Ok. É bom que fica clara essa situação do afastamento.

Quais outros cargos ou funções públicas o senhor exerceu anteriormente ao ingresso na estatal de Furnas?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu fui secretário Municipal do então Prefeito Patrus Ananias, e, posteriormente, fui Coordenador do Procon do Município de Belo Horizonte, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, na gestão do Governo Célio de Castro.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG)
– O senhor é filiado a algum partido político? Ou foi filiado?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu sou filiado ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG)
– É filiado hoje ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sou filiado.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG)
– Sim; ao Partido dos Trabalhadores.

O senhor tem relacionamento político com algum membro da CPMI? Relacionamento de amizade?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – De amizade não. Eu conheço deputados do meu Partido. O Deputado Carlos Abicalil e o Deputado Jorge Bittar são pessoas que eu conheço. Outros, conheço pela imprensa. Com a Senadora eu não convivi, quando ela militava no PT, mas todos daqui, de modo geral conheço pela imprensa, pela televisão.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG)
– Quem o indicou para o cargo de Furnas?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Em Minas, quando o Presidente Lula foi eleito, houve um processo de escuta da base partidária, e todos nós, que tínhamos tido alguma experiência profissional ou em cargos públicos, fomos estimulados a enviar os nossos currículos para que o Partido centralizasse essa discussão.

É muito comum, nesses períodos, que esses debates para a composição do Governo, muitas vezes, fiquem completamente sem controle. No caso específico de Minas, o PT mineiro, a seção do PT, o nosso diretório ali, tomou o cuidado de receber os

currículos de diversas pessoas. O meu currículo foi. Sugeriram-me que encaminhasse isso.

Eu, na realidade, estava em um processo de retomada da minha atividade profissional na Cemig, de onde fiquei afastado para coordenar o Procon. Eu tinha interesse de retomar a minha carreira profissional na empresa; não tinha motivação maior para ir para o Governo Federal, a par de perceber, naquela época, – e continuar percebendo – que participar deste Governo é um orgulho para o militante do PT. Mas, de qualquer maneira, eu encaminhei meu currículo e, a partir daí, não tive mais controle desse processo.

Não fiz *follow-up* disso, não acompanhei. Efetivamente, num determinado instante, fui comunicado de que havia uma possibilidade do aproveitamento da minha pessoa em algum cargo do Governo. Como eu atuei no Procon e tive uma performance que foi reconhecida na sociedade de Belo Horizonte como boa, eu imaginava até que talvez o Governo me convidasse para ocupar algum cargo na área de defesa econômica ou do Ministério da Justiça. Mas, como sou um economista da Cemig, um profissional do setor elétrico há mais de vinte anos, num determinado instante eu fui comunicado de que havia a possibilidade do meu aproveitamento em Furnas, uma empresa que tem vínculos históricos com Minas Gerais. E esse processo se consumou quando eu fui convidado.

Somente para o Deputado ter ciência disso, eu estava indicado para trabalhar no escritório da Cemig aqui em Brasília. Eu estava de mudança. Foi a primeira semana que eu vim para o escritório de Brasília. Portanto, a hipótese de atuar em Furnas era, de fato, apenas uma hipótese. Não havia nada de muito concreto nisso. Eu estava me deslocando para trabalhar em Brasília, no escritório da Cemig, quando fui surpreendido com um telefonema da então Ministra de Minas e Energia me fazendo um convite para que eu atuasse na empresa, e aceitei prontamente. Percebi que aquilo era uma missão e também um desafio profissional e técnico ao qual eu não podia me furtar. Então, foi essa a história.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – Quem convidou o senhor para trabalhar na Cemig, para aqui representá-la quando o senhor estava vindo?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu sou um funcionário de carreira; eu sou funcionário da Cemig há quase vinte e um anos e trabalhava numa área da casa que tinha atuação nesse escritório aqui em Brasília.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG)
– Não. Mas alguém o indicou! Alguém o transferiu ou o senhor tinha competência de se autotransferir?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Não, não. Na realidade, eu fui convidado porque um profissional havia se aposentado e precisavam ter uma pessoa de nível superior atuando aqui no escritório, que é pequeno, para fazer contato com a Agência Nacional de Energia Elétrica e acompanhamento de tramitação de projetos legislativos. Enfim, é um escritório pequeno que precisava de uma pessoa de nível profissional. Como eu tinha muito interesse de me recolocar na carreira dentro da empresa, eu...

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG)
– O senhor ainda não respondeu quem o convidou.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim. Eu estou explicando, Deputado.

Eu me dispus, com todo o transtorno que isso traz para mim, para a minha mulher; enfim, eu me dispus a me deslocar para Brasília, sabendo inclusive que o custo de vida aqui é muito mais caro.

Eu fui convidado pelo meu imediato superior. Pelo meu chefe imediato, dentro da estrutura da casa.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG)
– Ele tem nome?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim; Dr. Ayres Mascarenhas.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG)
– Pois não.

O senhor conheceu, em Minas Gerais... Aliás, nós somos conterrâneos de Belo Horizonte e eu, particularmente, não o conheci.

O senhor conheceu ou teve relacionamento com o Sr. Marcos Valério?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Não; não o conheço pessoalmente, só passei a saber da existência dessa pessoa a partir do momento que a imprensa começou a divulgar suas atividades.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG)
– Sr. Rodrigo, dentro das irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas, vou elencar algumas que acredito serem da sua área, principalmente como diretor de administração, porque entendemos que os contratos, essas formalidades licitatórias etc., passariam pela sua diretoria.

Então, na área de informática, especificamente bens de serviço de informática, o Tribunal de Contas da União verificou a contratação do Idort – Instituto de Organização Racional do Trabalho do Rio de Janeiro para prestações de serviços visando à digitalização de microfilme e extração de dados. O nº do contrato é 13.128.

A justificativa para essa contratação foi que o sistema de gerenciamento eletrônico de documentos, quando implantado, possibilitaria a Furnas, de forma personalizada e mediante a rede corporativa, acesso

a todo seu acervo documental. Para execução desse contrato com o Idort, este subcontratou a Empresa MI – Montreal Informática Ltda., a fim de dar continuidade ao objeto desse contrato.

Fora realizado o pregão, que resultou na contratação da mesma empresa MI – Montreal Informática. Após a realização desse pregão, foi efetuada nova contratação da Montreal Informática, pela segunda vez, para prestação semelhante aos anos anteriores.

Haja vista a detecção de indícios de superfaturamento – quem está dizendo não sou eu, é o Tribunal de Contas da União – nas referidas contratações da Empresa Montreal, que é o Contrato 13.883, de 14/09/2004; e 15/10/2004, hoje em vigor, que somam cerca de R\$17 milhões para digitalização, afetos à gestão de sua Diretoria, que teria ocasionado um prejuízo da ordem de R\$10,2 milhões para Furnas, distribuídos nos exercícios de 2002 a 2005.

Pergunta-se: esse prejuízo resultaria do fato de ter sido realmente executado menos da metade do quantitativo dos serviços que foram pagos consoantes à medição realizada?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Bem, Sr. Deputado, fui convocado pela Comissão para responder assuntos pertinentes à questão de seguros e IRB. Então, quero ser muito sincero dizendo que estou fora da empresa há cerca de seis meses. Não tenho nada a não ser uma lembrança superficial sobre esse assunto.

Queria, em primeiro lugar, esclarecer que todo processo licitatório em Furnas é composto por equipes intergerenciais. As comissões de licitação têm participação de todas as diretorias que têm envolvimento nisso. Como a Diretoria de Gestão é uma diretoria prestadora de serviços internos, ou seja, fornecendo serviços nas mais diversas áreas, esse assunto efetivamente era um assunto afeto a nossa área. Mas, mas a licitação não foi feita exclusivamente pela nossa diretoria. Ela ouviu a casa para sentir as suas necessidades. Inclusive, outras diretorias eram os demandantes do serviço, porque são diretorias que movimentam milhões e milhões de documentos, que precisavam ser digitalizados. A empresa ainda vivia um processo arcaico de manipulação desses documentos, de busca desses documentos. Então, a digitalização tinha como objetivo facilitar o acesso a essa documentação.

Então, a Diretoria Financeira tinha milhões de documentos. Cheguei a visitar um galpão, em Campinas, onde havia documentos antigos que, pela tabela de temporalidade, já estavam disponibilizados para o arquivamento. Só para o Deputado ter clareza da enormidade, era um galpão com cerca de 60 a 70 milhões de documentos arquivados. Portanto, a Casa

demandou esse processo licitatório. Houve necessidade de digitalização para facilitar o acesso e a manipulação desses documentos que muitas vezes são solicitados, inclusive pelos órgãos fiscalizadores, pelos órgãos reguladores. E, dada a maneira como essa documentação era arquivada, a Casa demandou que fosse digitalizado isso.

Não tenho mais detalhes a respeito do processo licitatório e não conheço o relatório do TCU. Normalmente os processos licitatórios são feitos em instâncias inferiores da estrutura. Furnas é uma empresa que ainda tem quatro níveis gerenciais: o diretor, o superintendente, o departamento e a divisão. Portanto, essas licitações são interdiretoriais, envolvendo todas as diretorias afins e, mais do que isso, era uma estrutura de que o diretor normalmente não participa, e, dependendo, segundo a Lei de Licitação, da alçada, sequer a gente tem contato com a matéria.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – Pois bem.

Só para clarear – e isso também é bom que fique esclarecido –, sou membro da CPMI dos Correios, com a incumbência de ser o sub-relator ligado ao IRB, mas os assuntos atribuídos a qualquer membro da CPMI são todos os assuntos, e, realmente, V. S^a foi convidado por esta Sub-relatoria em relação ao IRB, porque esse é um requerimento de três meses atrás e que só agora estamos efetuando-o. Esses relacionamentos e esses contratos – é até compreensível V. S^a não se lembrar deles – vieram de uma auditoria feita pelo IRB.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – O que eu puder responder eu vou procurar responder.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – Então, eu não poderia fugir de nossa responsabilidade e aproveitar este momento e a presença de V. S^a. Quero deixar claro que não estamos aqui fazendo nenhuma acusação; só estamos aproveitando sua presença para clarear alguns fatos não somente para esta CPMI, mas também para os técnicos do Tribunal de Contas que estiveram lá e realizaram esse trabalho.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sr. V. Ex^a me permitisse, eu resumiria esse assunto da seguinte maneira: Furnas era uma empresa que movimentava milhões e milhões de documentos e ela precisava se modernizar administrativamente. E esses documentos normalmente eram requisitados por órgãos de fiscalização. Havia uma dificuldade operacional para lidar com isso. A demanda era de diversas diretorias – não era uma demanda exclusiva da minha diretoria; pelo contrário, nós éramos provedores de serviços –, e o processo licitatório envolve todas as diretorias interessadas. O processo licitatório fica distante do diretor. Nós não participamos disso no cotidiano da empre-

sa. Mais detalhes sobre esse contrato, infelizmente eu não tenho de memória.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – Pois bem.

Além disso, foram observadas outras impropriedades como a restrição de caráter competitivo na licitação e a utilização indevida da modalidade licitatória, que é de pregão, com indícios de direcionamentos que teriam favorecido a contratação da empresa Montreal Informática Ltda., contrariando os princípios constitucionais. Mas, como V. S^a já disse que não se lembra de mais detalhes, acredito que esse também não estaria lembrando.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – A idéia do pregão hoje é disseminada entre as autoridades públicas. Eu me lembro de que recentemente o Governo de São Paulo fez uma grande propaganda pela mídia anunciando o seu grande interesse de utilizar a figura do pregão. Hoje há estímulo para que a figura do pregão seja usada nos órgãos públicos, porque gera mais agilidade, gera mais concorrência e gera mais transparência, particularmente o pregão eletrônico. Furnas, desde que cheguei lá, já havia adotado o pregão, particularmente do pregão eletrônico. Isso era do cotidiano. Pelo que sei – não sou advogado – é amparado na lei e, mais que isso, há um estímulo para que se utilize essa ferramenta porque ela dá mais transparência, mais celeridade aos processos e permite maior competição.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – A Furnas Centrais Elétricas firmou um convênio com a Caixa de Assistência aos Empregados – Caefe, tendo por objetivo a administração, pela Caefe, de benefícios e serviços assistenciais oferecidos por Furnas a seus empregados: seguro de acidente, pessoais, seguro de vida em grupo e outros benefícios e serviços dos quais a estatal participa exclusivamente com os custos administrativos, ou seja, fornecimento de mão de obra etc. Mediante o instrumento de convênio, Furnas arca com os custos de manutenção de toda a estrutura, recursos humanos, materiais, serviços, instalações, móveis, equipamentos e outros insumos necessários à operacionalização dos benefícios e dos serviços que constituem objeto do convênio, inclusive despesas com a contratação de pessoas jurídicas pela conveniada, que é a Caefe. Qualquer administrador público sabe que tais dispêndios são vedados pela lei, de acordo com o art. 1º do Decreto nº 99.509, que estabelece:

Fica vedado aos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autarquia fundacional, ou, bem assim, às empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladoras diretas

e indiretamente da União efetuar em favor de clubes ou de outras sociedades civis de caráter social... inclusive os que congregam os respectivos servidores ou empregados e seus familiares.

Ou seja, isso é vedado por lei.

A participação da Caefe na participação desse convênio se resume a fornecer informações, apresentar previsões anuais e despesas e processar a documentação relativa aos benefícios, o que é feito às expensas exclusivas de Furnas.

Em decorrência do mencionado convênio, a estatal repassou à Caefe, no período de 2002 a 2005, além de toda aquela infra-estrutura fornecida, em valores históricos, o montante de aproximadamente R\$28 milhões, sendo cerca de R\$20 milhões, no período da gestão de V. S^a como diretor, tendo-se, ainda, a ausência de prestação de contas desses recursos recebidos pela Caefe a Furnas.

Em que pesem os esforços no Tribunal de Contas para obter de Furnas a documentação pertinente à aplicação desses valores à Caefe, ou seja, a prestação de contratos, de notas fiscais, de como gastou esses R\$28 milhões que foram repassados, o Tribunal de Contas não conseguiu, por causa da legislação.

Então, Sr. Presidente, peço apoio a este Plenário e a V. Ex^a à oficialização de um requerimento que vou fazer para que Furnas, ou seja, para que essa Caefe remeta a prestação de Contas a esta CPMI desses R\$28 milhões que foram repassados de forma, até o presente momento, constatado pelo Tribunal de Contas da União, indevida.

Trata-se, portanto, por um lado, da ilegalidade dos repasses de Furnas à Caefe, vedados pelo decreto; e, por outro, da sonegação de informações ao Tribunal de Contas da União. Deduz-se daí a ausência de prestação de contas dos recursos repassados supostamente de forma ilegal. Quer dizer, para o Tribunal de Contas, é ilegalmente; para esta CPMI, pensamos que seja supostamente ilegal.

Votamos aqui a existência de um caixa dois, em vista ainda da não-comprovação da destinação desses recursos que foram para essa Caefe, que não tem a obrigação de um administrador de órgãos públicos, mesmo tendo recursos repassados por estes, não tem a obrigação de fazer os processos licitatórios e coisas nesse sentido.

Pois bem; tem-se, portanto, por um lado, essa ilegalidade. Aí, pergunto ao Sr. Rodrigo Botelho:

O que o senhor tem a dizer sobre esse convênio, sobre esse repasse de R\$28 milhões, dos quais R\$20 milhões foram sob a diretoria de V. S^a, e sobre a falta de prestação de contas da Caefe a Furnas, assunto esse, acredito, que está envolto às suas atribuições de

administrador? E se o senhor acha que, por meio da Caefe, pode ter acontecido um desvio de recursos, ou seja, um caixa dois para campanhas políticas.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Vou responder ao Deputado de trás para frente. Não imagino que haja a possibilidade de que a expressão que o Deputado usa, “caixa dois”, para esse assunto tenha sido implementada nesse convênio.

Segundo...

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – Não tem.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim, não tem. Quando eu cheguei a Furnas – o Deputado, inclusive, menciona estatística que precede a minha entrada na empresa, no cargo de Diretor de Gestão Corporativa –, já havia a Caefe constituída como sendo uma entidade para prestar o serviço que o Deputado menciona.

Nós temos, no Banco do Brasil, a Cassi, ou seja, há uma série de empresas que têm caixas assistenciais que cumprem o papel de prestar serviços aos seus funcionários, não é? Então, a Caefe, que foi constituída por empregados de Furnas e que existe há muitos anos – não é de hoje que essa entidade existe –, presta serviços aos funcionários da empresa. São cerca de... Quando saí de lá, era algo em torno de 4.200 funcionários, com seus familiares, portanto, um público alvo talvez em torno de umas 50 mil pessoas – ativos, inativos, com seus familiares. Portanto, o papel da caixa era esse, era prover determinados serviços. Esses serviços, normalmente, eram conquistados por força da luta do movimento sindical, que pleiteava nos dissídios determinadas conquistas e, auferindo essas conquistas, muitas vezes essa conquista por Furnas era implementada através dessa caixa de assistência.

Um terceiro comentário que eu diria é que nada do que é feito em Furnas é feito sem o amparo da consultoria jurídica da empresa. Portanto, eu imagino que o contraditório instalado a partir da documentação que o TCU mostra, certamente, vai fazer com que Furnas se posicione.

O que eu tenho a dizer ao Deputado é que nada do que aconteceu na minha gestão, particularmente no que está vinculado a essa caixa de assistência, foi feito sem amparo na consultoria jurídica da empresa.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – Bom, nós concordamos que já existia quando o senhor esteve lá, mas do repasse feito à Caefe, de R\$28 milhões, 20 milhões foram na época de V. S^a e não têm a prestação de contas.

Mesmo sendo criada por entidades sindicais, de alguma forma nesse sentido, o senhor se lembra se ela fez alguma prestação de contas? O senhor manu-

seou, viu alguma prestação de contas desses recursos passados à Caefe?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Olha, na estrutura interna de Furnas, no vínculo com a Caefe, isso tudo é registrado. Essa documentação é toda registrada; há essa prestação de contas; toda essa movimentação de recursos é documentada, é monitorada e acompanhada. Tenho certeza absoluta de que a auditoria interna de Furnas, que não é vinculada à diretoria da empresa, mas ao conselho de administração, acompanha esse convênio.

O Deputado pode ter certeza absoluta de que há controles internos no convênio e tenho certeza absoluta de que se há, por parte do TCU, interesse em ter acesso a essa documentação e Furnas, eventualmente, não a está cedendo, provavelmente está instalado, aí, algum conflito jurídico que não conheço. Estou supondo, aqui, que possa ser essa a justificativa para o não oferecimento das informações.

Mas, para resumir, essas informações estão registradas; o convênio é um convênio formal, tem documento, é assinado, é auditado pela auditoria interna de Furnas, que, repito, é vinculada ao conselho de administração, não é vinculada à diretoria, e me parece que tudo que aconteceu nesse período foi absolutamente acompanhado, também, pela consultoria jurídica da empresa.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – O senhor se lembra de ter tido algum relatório de prestação de contas, como diretor?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – A Caefe, na realidade, dá publicidade a isso. São feitos boletins para serem distribuídos entre os associados; é dada publicidade, inclusive, a essas informações, a esses balancetes, a esses balanços.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – Bom, não deu publicidade, nem atendeu o Tribunal de Contas da União, mas nós estamos requerendo por intermédio da CPMI.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim, claro.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – O senhor já respondeu que dessas transferências o senhor não tem conhecimento se elas são vedadas por lei. Esses montantes transferidos foram, efetivamente – já que o senhor teve acesso e já foi público –, aplicados em seguros? Porque o convênio era para ser aplicado em seguros, agora, um prêmio de R\$28 milhões daria para segurar não sei quantos bilhões de reais. Então, não sei que tipo de seguro.

O senhor tem conhecimento se isso foi efetivamente aplicado em seguros?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Pelo que eu me recordo, não era exclusivamente seguro que a Caixa de Assistência prestava em serviços para os funcionários da empresa. E o seguro não era seguro de bens de Furnas. A Caixa de Assistência fazia seguros para os funcionários da empresa. E eu não sei qual o percentual disso aí é destinado a esse tipo de seguro, mas isso, provavelmente, foi fruto de alguma negociação sindical, de algum acerto da empresa com os seus funcionários, para que Furnas ajudasse e colaborasse na contratação de seguros para automóveis dos funcionários. Esse seguro não tem absolutamente nada a ver com o seguro da empresa. Isso é uma prestação de serviços que a Caixa de Assistência faz aos empregados daquela empresa.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – Então, seria uma forma indireta de complementação de salário até por intermédio de seguro de carro?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu não me recordo, Deputado, com clareza, se há algum tipo de subsídio dado por Furnas. Mas, como é uma Caixa de Assistência, como ela é mantida por recursos da empresa, como esses recursos não conquistados a partir de pleitos dos empregados da casa, então, em todos os serviços prestados aos funcionários por intermédio da Caefe há esse tipo de comprometimento.

Então se, por hipótese, Furnas já ajuda nas despesas administrativas, teoricamente isso também já barateia o custo da apólice dos veículos dos funcionários. Algum tipo de participação da empresa tem. De qualquer maneira, isso se insere num contexto de um convênio que, por tudo que a Consultoria Jurídica de empresa me informou, era absolutamente legítimo e legal.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – Dr. Botelho, eu concordo que o senhor até não se lembre de muita coisa – isso é compreensível –, mas, no período da sua gestão, sobre esses R\$20 milhões, o senhor não se lembrar, como Diretor, de dados de qual realmente é a atribuição e o objeto desse convênio, talvez R\$20 milhões seria pouco.

Qual o montante de recursos que o senhor administrava na sua Diretoria? Gostaríamos de ter uma idéia se era muito ou pouco.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Furnas tem um orçamento anual, se não me falha a memória, para o ano de 2005, entre investimentos e despesas, de algo em torno de R\$1,3 bilhão a R\$1,5 bilhão.

A Diretoria de que eu era titular, até junho do ano passado, tinha, anualmente, um orçamento em torno de R\$50 a R\$60 milhões. Então, o peso relativo desta Diretoria no contexto da empresa era pequeno.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Está melhorando, porque o senhor está se lembrando dos dados.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim,

Deputado, eu não estou me furtando informar. Apenas peço que o Deputado compreenda que sete meses depois de ter saído daquela empresa eu não consigo, efetivamente, me recordar de dados nesse nível de detalhes.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Concordo com o senhor.

Apenas para salientar, o senhor disse que foi convocado para falar sobre seguro, a Assessoria providenciou um requerimento, em forma de ofício, dirigido a V. S^a, nos seguintes termos:

Prezado, senhor, na qualidade de Relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 03, de 2005, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos dos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, comunico a V. S^a que esta Comissão deliberou convocá-lo para prestar esclarecimentos, em audiência pública a realizar-se no dia 11 de janeiro de 2006.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Pois não. Eu tenho cópia, aqui.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Então, não é especificamente do IRB.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Não é especificamente do IRB. Na realidade, é especificamente dos Correios. E eu não tenho nenhum vínculo com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Na realidade, vim, me dispus a aqui comparecer e estou disposto a responder a qualquer pergunta a mim formulada, mas o ofício é **stricto sensu**, referente a ECT, com a qual eu não tenho vínculo, a não ser o de postar as minhas correspondências nas agências postais. Então, não estou me furtando a atender o Deputado. Pelo contrário; estou procurando buscar na minha memória todas as informações que eu possa ter sob os mais diversos temas que o Deputado achar convenientes. Mas confesso que me preparei para responder às questões de seguro.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Agradeço a V. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB

– PA) – Permita-me, nobre Relator, o Depoente está aqui na condição de testemunha. E ele pode até, dentro do que a lei permite, recusar-se a responder. Não pode é falsear a verdade. Então, aqui não estamos para cercear o direito de defesa, e temos que obedecer ao devido processo legal. Isso é o que a lei determina, e estamos aqui para cumprir a lei.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG)

– E onde a testemunha está colaborando com esta CPMI.

Agora, só para clarear, o senhor é de Furnas...

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu fui de Furnas.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG)

– O senhor foi de Furnas, está aqui como testemunha de Furnas e não entendeu por que é uma Comissão dos Correios. É porque foi requerida por estas duas Casas Legislativas uma CPMI do IRB – Instituto de Resseguros do Brasil, que acabou sendo implantada por decisão do Senador Presidente desta Casa dentro da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios – isso por ato da Mesa do Congresso Nacional. E, conseqüentemente, ao invés de termos criado uma CPMI, foi criada, dentro da CPMI dos Correios, esta Sub-relatoria. E V. S^a, mais à frente vamos detectar, foi convocado para falar sobre irregularidades em relação a favorecimento de *brokers* em relação ao IRB na sua gestão como diretor.

Mas o Tribunal de Contas da União adiantou esse processo – foi o que eu disse para o senhor – e não poderíamos, dentro da nossa responsabilidade, nos furtar e aproveitar a presença de V. S^a.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Pois não.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG)

– Ficaram incluídos novos serviços não relacionados ao objeto contrato por meio de um processo “Ampliação de voz”, em contrato com vigência indeterminada, firmado por um prazo de 19/04/72. Isso vem há muito tempo no IRB. Foi feito um contrato nº 2034. No IRB, não; com a Embratel.

Em alguns processos de pagamentos e faturas selecionadas, verificaram-se pagamentos para diversos serviços, como MoviSat Voz, STM-400, LCA, DataSat e outros. Assim, ficou evidenciado, segundo o Tribunal de Contas da União e apreciado por nós, a contratação de serviços sem procedência licitatória e sem formalização de instrumento contratual, caracterizando contrato verbal entre Furnas e a Embratel – isso na gestão de V. S^a.

Quanto ao prazo indeterminado – fizeram um contrato com prazo indeterminado –, o tribunal já determinou que a empresa atenda à necessidade de estabelecer essa cláusula.

V. S^a tem conhecimento deste contrato e desses acréscimos simultâneos de aditivos?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sr.

Deputado, quando cheguei em Furnas, existiam demandas daquela empresa com relação a meios de comunicação, tanto telefonia fixa, telefonia móvel, quanto

interurbanos nacionais e interurbanos internacionais. O que existia era um dado de realidade: cheguei lá e encontrei isso, e determinei que fossem feitos processos licitatórios a partir daí em todos esses segmentos.

Portanto, imagino que o TCU vem monitorando Furnas há muitos anos, mas o Deputado pode certamente buscar informações formais e oficiais daquela empresa – a CPMI, melhor dizendo – no sentido de verificar que em todos esses segmentos de negócios, ou seja, telefonia fixa, telefonia móvel, interurbano nacional e interurbano internacional, foram feitos processos licitatórios para atender à empresa.

Então, mudamos o padrão de comportamento de Furnas, em relação à prestação desses serviços, ao determinar, ao orientar a casa que fosse fazendo os processos licitatórios. Eles não foram feitos de uma única vez para que você não tivesse apenas um único grande fornecedor de todos esses serviços. Então, paulatinamente, a empresa foi fazendo processos licitatórios. Pelo que me recordo, dividido, particularmente, nesses quatro grandes assuntos: voz, serviço de telefonia fixa, telefonia móvel, interurbanos nacionais e interurbanos internacionais. Essa é a lembrança que tenho da matéria, Deputado.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – Terceirização de mão de obra, também ligado à diretoria de V. S^a.

Foram encontradas novas contratações de terceirizados, que é a área fim, sem a realização de concurso público. Isso é sabido que é o total descumprimento do art. 37 da Constituição Federal e também, como órgão público, afronta as decisões do Tribunal.

A exemplo das contratações das empresas Hot Line e Construções Elétricas Ltda. e Inova – Engenharia e Construções Ltda., além de contratações diretas de advogados sob a denominação serviços legais, cooperativas, entre outros, com a agravante da existência de milhares de concursados aguardando a oportunidade de convocação. Foi feito o concurso público, mas a empresa continua contratando serviços terceirizados. Verificou-se ainda a existência de vários parentes ligados aos diretores.

Essa parte aqui... Eu acredito que não seja da alçada de V. S^a a contratação de vários parentes de diretores.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Até porque eu não tinha nenhum parente na empresa.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – Então o senhor fique à vontade para responder.

Verificou-se a existência de parentes em primeiro grau de diretores de Furnas trabalhando na condição de terceirizados. O senhor tem conhecimento de que havia parentes em grande número de diretores da em-

presa trabalhando em serviços terceirizados e se esses terceirizados tinham os benefícios dessa associação para a qual foram repassados 28 milhões de reais?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Deputado, a luta dos trabalhadores terceirizados neste País é histórica. O grande drama dessas pessoas é que elas se sentam à mesa lado a lado com funcionários concursados e normalmente auferem a metade, um terço, um quarto de toda a remuneração, entendendo remuneração como salário e benefícios. Esses funcionários terceirizados de Furnas não têm as prerrogativas que os funcionários de Furnas têm. Em segundo lugar, não havia contratação de mão-de-obra exclusivamente na diretoria de que eu era titular. A contratação de mão-de-obra era espalhada pelo conjunto das diretorias; havia vários contratos de mão-de-obra, alguns afetos à minha diretoria, particularmente pessoal administrativo que trabalhava no escritório central da empresa no Rio de Janeiro, e no contrato da minha diretoria também havia cessão de funcionários terceirizados para alguns poucos segmentos da Casa, mas não era prerrogativa da minha diretoria fazer processos licitatório de contratação de mão-de-obra terceirizado; isso era feito também em outras diretorias.

Além disso, posso dizer ao Deputado, a contratação dessa mão-de-obra terceirizada, prestadora de serviço, sempre foi feita por meio de processo licitatório. Portanto em relação ao tema o comentário que faço é esse. Nós constituímos lá uma estratégia no sentido de paulatinamente irmos substituindo mão-de-obra terceirizada realizando concursos públicos. E já realizamos concurso público, obstaculizado pelo Ministério Público, que quer que Furnas mande embora de uma vez todos os terceirizados. Como temos ali profissionais nas linhas de transmissão, operando em subestações, pessoas que lidam com setores muito sensíveis da Casa, como para formar e preparar um técnico desses não basta o diploma, o indivíduo tem que ter uma experiência de vida, levam-se às vezes dez ou quinze anos para colocar uma pessoa dessas para operar equipamento ultra-sofisticado, nessa diretoria de Furnas, em sua decisão colegiada, entendemos que a melhor maneira de conduzir esse problema seria gradativamente ir substituindo esses funcionários terceirizados por concursados. A Presidência da empresa esteve visitando a Presidência do Tribunal de Contas, isso foi conversado publicamente, explicitamente com o Tribunal de Contas da União. Nessa estratégia é que Furnas foi dando continuidade ao vínculo com os funcionários terceirizados. Como o processo de substituição não estava concluído, nesse intervalo obviamente à medida que os contratos vão acabando outras licitações se fazem necessárias, mas

como estratégia geral o objetivo maior da empresa é ao longo de alguns anos... Furnas, quando foi ao TCU ofereceu como alternativa um intervalo de quatro ou cinco anos, não me lembro bem. O próprio Tribunal de Contas à época compreendeu o problema de Furnas. Inclusive, quando o Tribunal faz o seu julgado publicado no **Diário Oficial** da União ele não menciona esse período-limite que Furnas mesma ofereceu ao Tribunal como sendo uma opção. Na realidade, nós fomos realizando concursos públicos e, à medida que foram acontecendo esses processos de substituição, muitos desses funcionários terceirizados foram saindo. Alguns, inclusive, faziam o concurso – o concurso era público – e passavam. À medida que o tempo foi passando, nós fomos diminuindo o volume de pessoas, os contratos de terceirização de mão-de-obra.

Com relação à questão de parentes, Deputado, eu confesso que nunca fiz uma investigação sobre o quadro funcional da empresa nem sobre o seu quadro de terceirizados. Tenho informações de que havia, de fato, parentes em um ou outro contrato, não exclusivamente de diretores – muitas vezes eram pessoas com algum grau de parentesco com funcionários do corpo técnico da casa. De qualquer forma, posso assegurar ao Deputado que, pelas poucas informações que tenho – repito: nunca mandei investigar esse assunto –, efetivamente, era um percentual muito pequeno *vis-à-vis* o conjunto de empregados terceirizados.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Carlos Willian, permita-me uma interferência para, com o intuito de colaborar, fazer algumas perguntas.

V. S^a era Diretor de Administração, não é? Sendo assim, os contratos de temporários não teriam de passar obrigatoriamente por sua diretoria?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Estamos aqui nos referindo a contratos de mão-de-obra para a prestação de serviços. Esses contratos, como eu já disse, não eram licitados exclusivamente na Diretoria de Administração. Houve, inclusive, um debate à época sobre se deveríamos centralizar ou não em nossa diretoria esse assunto. Acordou-se na diretoria que deveria ser mantido o modelo que existia quando nós lá chegamos, ou seja, a Diretoria de Engenharia tinha os seus contratos; a Diretoria de Operação do Sistema tinha os seus contratos; a Diretoria de Administração tinha os seus contratos. Repito: o nosso contrato era para prover mão-de-obra administrativa para trabalhar, fundamentalmente, no escritório central no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Isso, na sua diretoria?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Significa dizer, então, que cada diretoria tinha autonomia para fazer essas contratações de mão-de-obra de temporários?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Os processos licitatórios, como tudo em Furnas, são interdiretoriais (*sic*). Então, se havia necessidade de contratação de mão-de-obra para prestar um serviço na Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização, dava-se início a um processo licitatório público, nos moldes da lei. Havia a participação das diretorias, mas aquele contrato, a partir do momento em que o processo licitatório era concluído, era gerido pelo diretor da área. Então, o contrato ficava vinculado ao diretor e não à minha diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Mas não havia nenhum órgão da empresa que centralizasse esse sistema de contratações? Quer me parecer que a coisa ficaria feito biruta de aeroporto.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Deputado, quando nós lá chegamos, era assim.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Então, toda e qualquer diretoria poderia contratar e não havia ninguém que coordenasse essas contratações? Custa-me crer que isso aconteça numa empresa do porte de Furnas, que tem uma responsabilidade muito grande com o País. Sendo assim, pode-se ter um excesso de contratações sem controle dentro da própria empresa. O fato de já existir isso antes não quer dizer que, obrigatoriamente, o modelo deveria ser adotado. Ao contrário, a diretoria que entra teria de detectar as falhas, as irregularidades, os erros e, aí, partir para repará-los e adotar uma nova dinâmica de forma a aumentar a produtividade e diminuir os custos. Quer me parecer que assim funcionam todas as empresas.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Como era prerrogativa da minha área desenvolver políticas para o tratamento da questão de recursos humanos, nós fizemos algumas sugestões na linha que o Deputado comenta. Só para o Deputado e a CPMI terem clareza: os contratos eram diferenciados; você podia ter pessoas com o mesmo perfil técnico que recebiam salários diferentes porque o escopo do contrato era diferente. Então, nós fomos uniformizando para que não se tivesse o gueto do gueto do gueto, ou seja, você tem um funcionário de Furnas aqui, um funcionário num contrato ganhando o salário de Furnas menos “x”, um outro funcionário, de uma outra empreiteira de mão-de-obra de uma outra empresa dessas que contratam mão-de-obra, com um terceiro salário diferente. Nós fomos equacionando ao longo do tempo, uniformizando para não gerar injustiça social internamente.

Mais do que isso: houve um debate na Casa sobre a conveniência da centralização da contratação de mão-de-obra na minha diretoria, e esse debate acabou não chegando a uma solução. Deputado, é preciso deixar claro que, na realidade, o centro da nossa atenção no que diz respeito ao problema da mão-de-obra terceirizada em Furnas, estava muito mais no vínculo dessas pessoas com a própria empresa. Daí a visita que a Presidência da empresa fez ao Presidente do Tribunal de Contas da União, propondo a construção de um calendário para que fôssemos, gradualmente, paulatinamente, substituindo a mão-de-obra terceirizada pelos concursados. Essa é a nossa principalidade. Concorro com o Deputado em que existem contratos espalhados pelas diretorias e, como eu já disse aqui, contratos inclusive diferenciados entre si. Não é uma coisa que, do ponto de vista da lógica e da administração, esteja correta, tanto é que enfrentamos isso e fomos corrigindo aos poucos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – V. S^a tem noção de quantos funcionários tinha a empresa quando a sua diretoria assumiu?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Efetivos ou contratados?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – ...e quando V. S^a pediu exoneração? Se pudessemos esclarecer os efetivos e os contratados temporariamente, seria muito bom para nós, até para checarmos os dados com o Tribunal de Contas.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Vou apenas reiterar que não pedi exoneração, pedi licença e fiquei licenciado da empresa durante algum tempo, até que fui substituído por uma vontade do Governo, em decorrência da alteração no comando do Ministério de Minas e Energia, particularmente da Eletrobrás.

Com relação à questão do número de pessoal, eu confesso a V. Ex^a que não tenho aqui de cabeça com precisão, mas a ordem de grandeza era que tínhamos, quando chegamos lá, algo em torno de quatro mil e duzentos ou quatro mil e quinhentos funcionários concursados. Quando saí de lá, era mais ou menos esse quadro. Se não me engano, inclusive houve um pequeno acréscimo, o qual foi acordado com o Tribunal de Contas da União, que foram exatamente concursos que foram feitos, em que as pessoas entraram. E, quando essas pessoas são acrescidas ao quadro, tem-se de obter autorização do DEST, que é o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, órgão do Ministério do Planejamento. Não se aumenta quadro de empresa estatal sem autorização do Ministério do Planejamento. Então, mostramos ao DEST que precisávamos ampliar o quadro, porque a idade média dos funcionários de Furnas já passava de

45 anos, ou seja, tinha-se a perspectiva de um quadro de aposentáveis da ordem de mil pessoas. Portanto, tínhamos de nos preparar de maneira antecipada para as aposentadorias dessas pessoas. Então, fomos fazendo concursos; solicitamos ao DEST a ampliação do quadro; comunicamos isso ao Tribunal de Contas da União, que foi um compromisso que firmamos com aquele órgão na questão da substituição paulatina da mão-de-obra terceirizada por concursados. Na realidade, fomos equacionando uma série de problemas com uma mesma diretriz.

O quadro era mais ou menos quatro mil e duzentos. Hoje, imagino que esteja em torno de quatro mil e quinhentos de efetivos. De terceirizados, esse quadro diminuiu porque, no compromisso que firmamos formalmente com o Tribunal de Contas da União, ficou claro que esse volume de mão-de-obra terceirizada tendia a zero. Ou seja, na medida em que fôssemos fazer um concurso público, esse quadro ia acabando. Portanto, só foi diminuindo ao longo da nossa gestão. Não houve acréscimo. Pelo contrário, ele só foi cadentemente diminuindo, mas, de cabeça, não me recordo do número.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – V. S^a entende que não houve uma pura e simples substituição de temporários por concursados.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Houve.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Houve, a par da substituição, uma redução do quadro de terceirizados.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Perfeito. Agora, houve muita pressão externa para contratação de mão-de-obra terceirizada? Pressão de políticos, de sindicatos, de movimentos?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Olha, Deputado, emprego é um problema crônico deste País. Então, vez ou outra, uma ou outra pessoa nos pergunta, eu mesmo, circulando pela minha terra, pelo meu Estado, as pessoas me perguntam se não é possível arrumar um emprego em Furnas. Eu, para todos dizia, permanentemente, só por concurso público, até porque nossos contratos de mão-de-obra terceirizada estão hermeticamente fechados, tendendo a zero, só diminuindo ao longo do tempo na medida em que vamos substituindo a mão-de-obra terceirizada pelos concursados.

Então, em momento algum, na nossa gestão pelo menos, tivemos capacidade de indicar qualquer pessoa para o quadro porque firmamos esse compro-

misso com o TCU de que esse quadro só diminuiria e não seria acrescido de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Estou satisfeito e agradeço a oportunidade, Sr. Relator, a quem devolvo a palavra.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PTC – MG.) – Pois não, Sr. Presidente. Temos aqui, ainda dentro deste relatório, várias irregularidades, com valores altíssimos, e, na medida do possível, tentaremos clarear essas situações.

Mas vamos ao favorecimento de corretoras, de *brokers*. Em 03.09.2003, o Sr. Rodrigo, o senhor, enviou uma carta ao IRB, que é uma carta anterior à de 23.06.2003, destinada ao Sr. Eduardo Pereira de Lucena, diretor comercial do IRB à época, reiterando o teor da carta anterior, no sentido da designação da corretora Assurê Internacional Corretagem de Resseguros, do Sr. Henrique Brandão, para representar Furnas junto ao IRB Brasil Resseguros, nos assuntos gerais em seguro. E o senhor colocou aqui como única administradora dos excedentes de seguros para fins de resseguros no mercado internacional.

O senhor tem conhecimento de alguma carta enviada ao IRB de autoria de V. S^a nessa gestão? O senhor se lembra de que indicou a corretora Assurê? E o senhor tem conhecimento de que isso não contrariava um comunicado da Dicom que afirmava que não era possível que os segurados indicassem as corretoras? Pergunto se o senhor tinha também conhecimento dessa portaria e quando o senhor fez essa solicitação. O senhor tinha conhecimento de que a Acordia não estava credenciada pelo IRB? E o senhor sabia que a Acordia era representada pela Assurê?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Bem, Deputado, esse é o mote principal da minha visita a esta CPMI. Eu pediria permissão ao Deputado para que eu pudesse me estender um pouco mais para explicar esse assunto.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PTC – MG) – Fique à vontade.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Nós fomos surpreendidos, no ano passado, com uma matéria em uma revista semanal, que inclusive reproduz a carta que eu assinei – portanto, já respondo ao Deputado que eu assinei a carta – e essa matéria suscitou toda essa polêmica. Essa matéria traz uma inverdade, por quê? Porque ela dizia que nós queríamos substituir uma empresa que já atuava em Furnas há 25 anos por uma outra empresa nova. Eu queria fazer dois comentários. Primeiro que, se essa revista defendia que uma empresa que atuasse, há 25 anos, em Furnas continuasse, isso certamente era um desestímulo ao processo concorrencial – e, mais adiante, vou explicar

ao Deputado que era todo o mote da nossa ação na área de seguros na Casa.

Segundo, uma semana depois, saiu na coluna de “Cartas” da mesma revista um comunicado do funcionário que teria sido mencionado pela publicação, dizendo que essa pessoa desautorizava qualquer informação que eventualmente tenha sido provida àquela revista e que aquelas declarações todas, ele não corroborava com elas.

Portanto, esse assunto começou de uma maneira muito complexa, porque, na realidade, me parece que havia um volume enorme de desinformação. E quero, inclusive, agradecer a oportunidade que a CPMI me dá de esclarecer esses episódios que aconteceram naquela Casa.

Eu começaria dizendo o seguinte: quando chegamos em Furnas, por orientação da presidência da Casa e por uma decisão da diretoria colegiada, nós iniciamos o processo de licitação dos contratos que vinham do Governo anterior. Quero deixar claro aqui, de maneira pública, que, na minha gestão, todos os contratos de seguros foram licitados em Furnas. Isso era o nosso procedimento. Para trás é preciso verificar. Eu asseguro, categoricamente, que, na nossa gestão, todas as apólices de seguro foram licitadas.

Segundo, eu não indiquei nenhum corretor de seguros para que ele fosse participante das apólices de seguros.

Terceiro, nós nos deparávamos com uma realidade que era a seguinte: havia... Furnas é uma empresa de quase 50 anos; ela tem usinas muito antigas, usinas que ainda não estavam em processo de modernização; equipamentos dessas usinas, que são objeto da cobertura da apólice de seguro, estavam ficando velhos; e o índice de sinistralidade estava aumentando. Portanto, começava-se a ter um volume enorme de equipamentos que ficavam estragados parados, exigindo manutenção. Isso prejudicava o fornecimento de energia para o País. E o mercado, percebendo o acirramento desse processo de sinistralidade, sinalizava que a apólice de seguros de Furnas subiria muito na sua renovação ou na licitação que fizemos para essa apólice. Havia a expectativa de que seria algo em torno de 15 milhões de reais. Ou seja, a apólice seria contratada por um valor muito maior do que efetivamente, como o tempo mostrou, nós acabamos conseguindo.

Portanto, tendo em vista um fato – equipamentos antigos, sinistralidade crescente, necessidade efetiva de enfrentar esse tipo de problema –, eu constitui um grupo de trabalho e, posteriormente, propus àquela Casa que fosse constituído um comitê de seguros em Furnas, comitê esse interdiretorial, com a participação de todas as diretorias, porque o assunto, em Furnas,

sempre fora tratado como assunto menor. Na estrutura hierárquica da Casa, inclusive, seguros é uma divisão. Acima da divisão é o departamento; acima do departamento, a superintendência; acima da superintendência, a diretoria. A empresa tem quatro níveis hierárquicos. Era um assunto sempre tratado, assim, de maneira pouco eficaz, no meu modo de entender, porque era tratado de maneira muito despretensiosa por parte da diretoria, não era algo do cotidiano das preocupações principais da direção da casa. E eu procurei dar relevância ao tema “seguros” e propus, numa PRD – Proposta de Resolução de Diretoria, que fosse constituído um comitê de seguros naquela Casa, comitê esse que exigiria a participação de todas as diretorias, exatamente para que todas as diretorias olhassem com mais carinho para o tema seguros.

Portanto, em nenhum momento eu quis centralizar isso nas minhas mãos ou quis tratar isso de maneira exclusiva. Pelo contrário, o meu movimento foi no sentido de brigar – brigar no sentido positivo do termo – com os meus colegas de diretoria, para que eles indicassem pessoas, para que eles nos corroborassem, para que eles colaborassem conosco para que seguros fosse um tema relevante dentro da empresa e que pudesse ser tratado à luz da necessidade objetiva da casa.

Pois bem, em decorrência disso, o que aconteceu? Deparando-nos com a perspectiva de que essa apólice subiria de preço enormemente por conta do aumento do índice de sinistralidade. Pedimos à área técnica, no caso a Divisão de Seguros, que formulasse uma estratégia. Nesse grupo de trabalho, eles discutiram e levantaram três hipóteses – que nós levamos à diretoria da casa. Tratava-se de uma estratégia para evitar que essa apólice subisse muito de preço. E essa estratégia passava por três principais iniciativas. Uma delas: redefinir o escopo dos equipamentos licitados. Foi feita toda uma investigação para saber se um ou outro equipamento eventualmente poderia sair do escopo da licitação, diminuindo o valor da apólice, com o objetivo de baratear o custo. Isso foi feito dentro de padrões técnicos, porque nós não poderíamos correr o risco de tirar o equipamento da cobertura do seguro e, posteriormente, haver um incidente, haver um sinistro e aquilo acabar trazendo mais prejuízos para o sistema elétrico e também para a empresa. Então, de maneira técnica, absolutamente em sintonia com a diretoria de operação do sistema, foi feito um reestudo do escopo dos equipamentos cobertos.

Segundo, nós levantamos a possibilidade de subir o valor da franquia. Por quê? Porque os sinistros que estavam acontecendo, cotejados com o valor da franquia, acabavam não tendo...Furnas acabava tendo

problemas com a gestão disso. Então, nós sugerimos e levantamos um pouco o valor da franquia.

E, por fim, um dos componentes do custo do seguro é o resseguro. E nós tínhamos interesse em que fosse feito um processo de ampliação do universo de alternativas para o barateamento da operação de resseguros. E quero dizer à CPMI que isso se deu de maneira antecipada. Nós fizemos isso antes do processo licitatório, porque, na comissão de sindicância do IRB, há um comentário no relatório de que não se consegue baratear o custo do resseguro porque ele é perceptivo, como sendo um dos componentes do custo do seguro após a operação de seguro ser contratada. Na realidade, o que nós imaginávamos – e foi nesse sentido todo o esforço que nós fizemos – foi no sentido de baratear para a apólice que viria adiante e não para a apólice então existente. E eu faço questão de deixar isso registrado, porque é uma correção ao relatório – não ao meu depoimento. Eu não depus assim na comissão de sindicância do IRB, mas o relatório, lamentavelmente, saiu com essa imprecisão na avaliação que eles fizeram. Quando termina o relatório, a gente lê, confere, verifica que está tudo ok. Mas na emersão de comentários do relatório da comissão de sindicância, houve essa imperfeição.

Então, essa estratégia que nós montamos exigiu que fosse feito um contato com o mercado segurador, desde sempre sabendo que monopólio do IRB era inatingível. Segundo, eu pessoalmente, porque não sou do metiê, não sou da área de seguros, não conheço a Portaria que o deputado menciona. Terceiro, tudo isso foi feito com o acompanhamento da Consultoria Jurídica da Casa, mas, de resto, o que aconteceu? Solicitamos que a Divisão de Seguros procurasse, no mercado segurador brasileiro, alternativas para que pudéssemos baratear o custo do curso de resseguros. E uma série de corretoras fizeram contatos com Furnas, com a Divisão de Seguros; uma vez ou outra eu recebia protocolarmente, porque meu procedimento como Diretor na Casa sempre era receber os fornecedores e encaminhar para as áreas competentes, seja superintendência, departamento ou divisão. Isso, fiz na área de seguros. Num determinado instante, depois de ouvir uma série de empresas, a Divisão de Seguros, uma área técnica da Casa, me sugeriu e preparou essa correspondência, que firmei encaminhando ao IRB.

Bem, comentários que eu faria: primeiro, perguntei às pessoas se aquela carta que eu estava assinando não me comprometeria, não comprometeria Furnas. Fui orientado: não há problema, é uma prática do mercado, as empresas, mesmo respeitando e preservando o monopólio do IRB, fazem sugestões, empresas públi-

cas e privadas fazem esse tipo de sugestão. Portanto, essa é uma prática de mercado.

Eu queria mostrar ao Deputado. Por coincidência, o jornal **Valor Econômico** do dia 9, segunda-feira, publicou uma longa matéria de capa inteira, na página C-8, sobre as mudanças que estão acontecendo no IRB. Vem destacado como algumas das iniciativas cotação direta no exterior, ou seja, o IRB hoje já permite, já tolera, mesmo o monopólio ainda não tendo sido rompido de maneira legislativa porque é um projeto que tramita nessa Casa, o IRB já flexibiliza, permitindo que haja cotação direta no exterior. Ele permite, inclusive, que *brokers*, representantes de seguradoras, passem a indicar corretores de resseguros para os seus contratos. Então, o que está acontecendo? Quando nós, Furnas – e imagino que outras empresas públicas e privadas, principalmente as grandes empresas porque têm apólices de seguros muito grandes – vamos ao mercado, procuramos criar alternativas. Essa correspondência que encaminhamos não tinha, em momento algum, interesse de dar exclusividade à Assure; segundo, quando mencionamos única é dos excedentes, ou seja, aquilo que a corretora que já trabalhava para Furnas não colocasse no mercado europeu, porque ela atuava mais no mercado europeu, a Assure, por representar a Acordia, procuraria atuar no mercado americano. Além disso, indicamos outra empresa, de nome Benfield, e, mais do que isso, o próprio IRB indicou uma outra corretora, porque é prerrogativa dele.

De qualquer modo, do ponto de vista formal, todas as indicações saíram do IRB. O que motivava a nossa ação, a nossa estratégia comercial era no sentido de garantir que pudéssemos, somando todas essas iniciativas, baratear o custo da apólice. Em perspectiva, essa apólice caiu de R\$ 15 milhões para R\$ 9 milhões. Ela acabou sendo contratada por R\$ 9 milhões. Portanto, o que o mercado sinalizava, o que o IRB dizia, o que as seguradoras, as corretoras, as empresas internacionais diziam é que uma apólice, por conta da elevação de sinistros, bateria em R\$ 15 milhões, nós, com esse conjunto de iniciativas, acabamos fazendo com que essa apólice fosse contratada por R\$ 9 milhões.

Então, Deputado, assinei essa correspondência; essa correspondência foi preparada pela área técnica da Casa, com o motivo de mostrar ao IRB o nosso interesse de diversificar as ofertas às alternativas que Furnas teria para baratear o custo do resseguro, que é um componente da apólice de seguros. Para concluir, quero dizer que Furnas não tem nenhum contrato com a Assure ou com qualquer empresa do grupo Assure. Isso já foi solicitado a Furnas pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que já acompanha o caso. O Ministério Público Federal acompanha um caso. A

Polícia Federal acompanha um caso. Já existem inquéritos em andamento em outras do Poder Público que cuidam de fazer o acompanhamento de tudo isso. Os esclarecimentos já foram dados ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal, ao Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro e agora tenho a oportunidade de dizer aqui. E aqui tem uma relevância maior porque estou dizendo para a imprensa, e aí ajuda a esclarecer algo que aconteceu em abril do ano passado, numa revista semanal, para a qual não tive oportunidade de prestar meus esclarecimentos à população particularmente da minha terra, que encontra com a gente na rua e pergunta: “Puxa vida! Você saiu na Veja? O que aconteceu?” Como é um assunto muito técnico, é difícil explicar esse assunto às pessoas comuns. Mas aqui espero que possamos ter um debate em que todos esses aspectos técnicos sejam extensivamente esclarecidos porque, antes de tudo, é do meu interesse esclarecer tudo isso.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – O senhor conhece o Sr. Henrique Brandão?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Conheço. Quando cheguei em Furnas, algum tempo depois que cheguei, ele me fez uma visita. Foi ele que solicitou a audiência. Ele, assim como outros corretores, como fornecedores das mais diversas áreas que prestam serviços à Casa, um diretor novo, chega para se apresentar e se oferecer. Ele já trabalhava para Furnas há muitos anos. Portanto, eu o conheci nessas circunstâncias.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Pois bem, vamos caminhar. O meu entendimento é que a área do senhor é a administrativa. Então, os controles de prestação de contas são ligados ao senhor. Foram encontradas irregularidades graves, inclusive fraude em diversas licitações na modalidade convite, na área de comunicação social, no período em que o senhor era... na área de que o senhor era diretor. Empresas participantes no mesmo certame, consórcios em comum, falta de atestado de recebimento em notas fiscais e a conseqüente e efetiva comprovação de serviços prestados, indícios de falsidade de nota fiscal, participação em certame de empresa com falência decretada, indícios de evidências de montagem de processos com propostas comerciais e assinaturas supostamente forjadas, inclusive com algumas empresas inexistentes. Com relação à matéria, o Sr. José Pedro Rodrigues de Oliveira, Diretor-Presidente de Furnas, instaurou uma comissão de sindicância com vista à análise desses processos, com prazo de apresentação de relatório conclusivo marcado para 20/08/2004, não tendo sido concluídos até hoje os trabalhos referidos a essa comissão.

Indago a V. S^a, que, além de diretor administrativo, também faz parte da diretoria colegiada de Furnas, se tem conhecimento dessas denúncias? O senhor tomou alguma providência para que fossem cessados esses trabalhos, essas audiências? O senhor sabe por que essa comissão não terminou, na sua gestão, o prazo determinado pelo presidente?

Sr. Presidente, já vou pedir apoio ao Plenário porque vamos requerer que essa comissão mande para esta CPML, no estado em que se encontra, cópia dessa comissão interna.

O senhor tinha conhecimento dessa sindicância, desses fatos?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Antes de falar, Sr. Deputado, preciso dar um esclarecimento. A área de comunicação social em Furnas é uma área da presidência da empresa. Segundo, a informação que o Deputado... Aliás, não é informação, o comentário que o Deputado faz de que eu, por ser diretor administrativo, acompanhava essas contratações todas...

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Eu pergunto só.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim. Isso não procede. Na realidade, nós não tínhamos participação. Os processos licitatórios, como eu disse, são interdiretoriais. As diretorias afins participam com suas equipes técnicas das comissões licitatórias, mas comunicação social é na presidência. Eu nunca me envolvi nessa matéria, a não ser em comunicações que o diretor-presidente fazia nas reuniões de diretoria colegiada. Ele, *en passant*, comentou sobre questionamentos do TCU, mas eu não tinha acesso a esse assunto, que não era pertinente a minha diretoria, e nós creditávamos ao diretor-presidente, que é o diretor da área especificamente – na área da diretoria do presidente existem consultoria jurídica, área de comunicação social e área de responsabilidade social –, a responsabilidade de dar prosseguimento àquela demanda que foi feita pelo Tribunal de Contas. Lamentavelmente, não tenho conhecimento, a não ser de que o problema existia, mas não era assunto afeto a minha diretoria.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Pois bem, Sr. Rodrigo Botelho, acho que os outros assuntos aqui apontados, de irregularidades, também, diante dessa fala de V. S^a, que na verdade era diretoria colegiada, mas cada um era responsável pela sua pasta... Só para finalizar, o que é diretoria colegiada? Quais são os assuntos discutidos na diretoria colegiada? Qual é o colégio?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – A diretoria colegiada, no caso de Furnas, uma sociedade anônima, tem papéis a cumprir *vis-à-vis* a lei. Do ponto de

vista da gestão, varia muito de acordo com a temática. Por exemplo, se são processos licitatórios, aplica-se a Lei nº 8.666. Então, assuntos de um determinado valor vão à diretoria colegiada; e assuntos de outros valores sequer chegam ao diretor. Isso depende da alçada pertinente ao volume daquele processo licitatório.

A diretoria colegiada tinha poder para desmobilizar ativos, vender determinadas coisas. Mas para outras coisas, tinha-se que remeter ao Conselho de Administração. Então, essas instâncias de direção têm papéis a cumprir. A diretoria colegiada, por meio de PRDs que viram RDs, ou seja, Propostas de Resolução de Diretoria que viram Resoluções de Diretoria, lidam com grandes temas da casa. Assim, efetivamente as grandes decisões das empresas são tomadas em caráter coletivo.

É sempre bom dizer que os diversos assuntos nascem nas diretorias específicas. Por exemplo, quando eu quis mudar a maneira de lidar com seguros na casa e propus criar um comitê de seguros envolvendo todas as diretorias da empresa, para que não fosse uma exclusividade da minha diretoria, eu preparei uma PRD, levei a proposta à apreciação da empresa e fui assim aprovado. Da mesma forma, constituí um comitê de recursos humanos, para que o problema de pessoal não fosse exclusivamente da minha diretoria. Ou seja, as áreas de engenharia que muitas vezes estão mais preocupadas com as obras, com a demanda de energia do País, têm menos afeição pela temática recursos humanos. Eu consegui sensibilizá-los para que o tema recursos humanos passasse a ser objeto de um comitê de recursos humanos, com a presença de todas as diretorias da casa.

Assim, Sr. Deputado, um sem-número de outras iniciativas eu tomei para que pudéssemos ter o envolvimento do conjunto da empresa nos processos de tomada de decisão. E essas decisões são tomadas pela diretoria, porque se trata de formulação de política para atuar num ou noutro setor.

Então, a diretoria tem o seu papel. O estatuto da empresa prevê quais as obrigações dela. Agora, um sem-número de outras ações muitas vezes eram decididas pelo gerente de divisão, pelo gerente de departamento. Para isso, Furnas tem um conjunto enorme de órgãos que acompanham e monitoram, como conselho fiscal, conselho de administração, auditoria interna – repito aqui pela terceira vez –, vinculado ao conselho de administração e, portanto, a auditoria interna não é subordinada a nós diretores – “a nós” quando eu estava lá obviamente. Há o acompanhamento do Tribunal de Contas da União, da Receita Federal, de auditoria externa.

Furnas, por ser uma empresa subsidiária da Eletrobrás e esta por ter ADR, que é um título na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Agora, tentando melhorar a qualidade desse título, a chamada ADR, nível 2, a Eletrobrás tem que seguir a Sarbanes-Oxley, uma legislação americana duríssima. Isso exige da Eletrobrás que ela, por sua vez, transfira para as suas subsidiárias os mecanismos de controle absolutamente rigorosos. Ou seja, uma empresa como Furnas é fiscalizada, monitorada por uma série de agentes públicos. Nesses termos, eu procurei trazer os temas da diretoria de gestão para o convívio de meus colegas de diretoria. E fiz assim com seguros e com esses temas que já mencionei aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Pois bem, Sr. Presidente, os outros assuntos que temos aqui, como já disse, não se referem à área dele. Então, penso que não vão colaborar muito com esta CPMI, a não ser na convocação dos próximos diretores de Furnas, que será apreciada por este Plenário.

Também não quero debater com o Sr. Rodrigo Botelho, mas a impressão desta Sub-relatoria é que, na verdade, a fiscalização não é tão bem feita assim, Sr. Presidente. Inclusive no Sistema Elétrico Nacional, Furnas repassou para Itaipu Binacional a título de... Deixe-me fazer uma pesquisa. (Pausa.) Alínea “e”, no âmbito da empresa Furnas – era uma das perguntas que íamos fazer – chama-se aceitação de compromissos diversos. Esse montante equivale ao valor de repasse para Itaipu Binacional, de 7 bilhões de reais, em 2002, Sr. Presidente. A partir de 2002 foram passados, sob o documento aceitação de compromissos diversos, apenas o valor de 7 bilhões de reais para Itaipu binacional.

Sr. Presidente, V. Ex^a sabe que órgão fiscaliza a Itaipu binacional? Não há fiscalização porque há um acordo bilateral com outro país que não aceita a fiscalização do Tribunal de Contas, não há um conselho administrativo. Ou seja é administrado de acordo... Não estou aqui levantando nenhuma suspeição sobre a administração da Itaipu binacional, mas como recursos públicos foram enviados no valor de 7 bilhões de reais deveria haver uma fiscalização ou pelo menos o acompanhamento de algum órgão fiscalizador. Diante desse assunto, Sr. Presidente, encontramos amparo no Tribunal de Contas dão União; e aprofundando um pouco mais detectamos essa falta de fiscalização em Itaipu binacional. Se tivesse um contrato, formalidades, licitação para o repasse de 7 bilhões de reais, não teríamos, vamos dizer assim, uma preocupação como agentes políticos e legisladores para falar sobre este

assunto. No que tange à esta Subcomissão, eu agradeço ao Sr. Rodrigo Botelho pela colaboração.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Antes do encerramento, eu gostaria de fazer um comentário a título de ilustração. Não é um assunto da minha área... mas de qualquer maneira eu conheço o assunto.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – Então se o senhor puder, me permita. Já que não é assunto da área de V. S^a e como tenho aqui mais um 100 questionamentos que não vou fazer porque não são pertinentes ao senhor, acho melhor nos atermos somente a sua área de abrangência.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Mas eu gostaria, se o Deputado me permitir, o assunto não é da minha área porque na realidade foi uma decisão de Governo. No final do Governo passado, toda a movimentação financeira dos recursos da energia que Furnas busca em Itaipu e distribui para todas as concessionárias brasileiras, toda essa movimentação de recursos passava pelo caixa de Furnas. No final do Governo passado e por meio de lei aprovada no Congresso Nacional toda a movimentação financeira dos recursos da movimentação de energia de Itaipu, que Furnas continuou buscando nas suas subestações, transmitindo através das linhas para interior de São Paulo e daí para o restante do País, ou seja, toda a movimentação financeira e a contabilização financeira dessa energia, ela deixou de ser feita no caixa de Furnas, na contabilidade de Furnas e passou a ser feita na Eletrobrás. Não é minha área porque uma lei federal aprovou essa mudança.

Deputado, se me permite um comentário, quando estudei administração, estudei também contabilidade e descobri que os rótulos das contas contábeis muitas vezes são muito pouco auto-explicativos. Pela ordem de grandeza que o Deputado menciona, isso provavelmente tem a ver com compra de energia, ou seja, é energia que Furnas compra de Itaipu e que posteriormente repassa a todas as empresas brasileiras que, por força de lei, são obrigadas a comprar um pouco dessa energia que vem de Itaipu. Parece-me que pela ordem de grandeza, Deputado, apesar da nomenclatura não ser auto-explicativa, eu tenho a impressão de que isso é compra de energia de Itaipu por Furnas para repasse ao conjunto das concessionárias brasileiras.

O SR. RELATOR (Carlos Willian. PMDB – MG) – Agradeço a V. S^a, que colaborou para o nosso entendimento. Nós só não entendemos o que é aceitação de compromissos diversos em vez de compra de energia da Itaipu binacional. Assim como nós vimos aqui contratos, inclusive na área de V. S^a, que embutiam aditivos, outras formas de contratação de pessoal. V. S^a disse

que os terceirizados eram contratados por um valor abaixo dos que já trabalham na empresa. Em Furnas não é assim; o salário dos contratados, dos terceirizados é imposto por Furnas à empresa contratante, e o valor é linear para todos os funcionários. Então, Sr. Presidente, a gente gostaria também de, futuramente, esclarecer sobre essas contas da Itaipu binacional para que possamos ter acesso a isso e ver como são administrados esses recursos.

Agradeço a V. S^a, à nobre Senadora e aos nobres Deputados.

Muito obrigado.

Dr. Rodrigo, mais uma vez, muito obrigado pela colaboração a esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Meu caro Relator, essa parte do sistema elétrico é muito complicada e complexa. Realmente, o sistema elétrico nacional é todo interligado. Digo isso porque temos no Pará a maior hidrelétrica genuinamente nacional, Tucuruí, que está interligada ao Nordeste, ao Centro-Oeste, ao Sul e ao Sudeste, exatamente para evitar os apagões, ou seja, quando há excesso de energia lá, ela fornece energia à região onde há falta. Aí entra na contabilidade, e talvez seja essa “aceitação de compromissos diversos”, que V. Ex^a terá certamente como esclarecer com uma simples consulta à Eletrobrás. Creio que é muito importante.

No mais, quero esclarecer à testemunha que agora ela vai ser inquirida pelos Parlamentares aqui presentes.

Pela ordem de inscrição, passo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Pannunzio, que dispõe de quinze minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas.

Dirijo-me ao Sr. Rodrigo Botelho, em função das anotações que fiz do depoimento dele e também de informações que nossa assessoria nos passou com dados pertinentes ao caso.

Recapitulando, V. S^a iniciou em Furnas no início do Governo Lula, em janeiro de 2003, como diretor de uma área que inicialmente era Suprimento e depois mudou o nome para Gestão, certo?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Administração e Suprimento. Depois mudamos a nomenclatura para Gestão Corporativa.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – V. S^a mesmo afirma que se licenciou em junho de 2005 em função da situação criada pelas denúncias, não é isso?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Isso.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Posteriormente... Antes, temos aqui cópias de textos publicados em jornais: “O Presidente Lula ordenou o afastamento de três diretores de Furnas: Dimas Fabiano Toledo, Rodrigo Botelho Campos e José Roberto Cesaroni Cury”. O próprio Presidente da República ordenou o afastamento desses diretores. Eu queria entender claramente: quando ele ordenou esse afastamento, aconteceu aquilo que o senhor diz “fui substituído”? Ou foi o período em que o senhor e os demais solicitaram – presumo – licença do cargo?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sr. Deputado, isso tudo aconteceu no mesmo momento, ou seja, no dia em que houve a reportagem no jornal **Folha de S. Paulo**, nós nos reunimos por volta de 8h30min a 9 horas da manhã, no escritório de Furnas, no Rio de Janeiro, levantamos o problema e tomamos a decisão de nos licenciarmos. O fato é este: nós tomamos a decisão de nos licenciarmos. Essa é a realidade.

A imprensa, como eu já disse e repito, com todo o respeito a ela, tratou do detalhamento dessa informação de maneira diversa. Alguns órgãos que em um primeiro momento disseram uma coisa, logo em seguida, fizeram a correção.

Efetivamente, nosso ato foi de licenciamento, para que a comissão de sindicância, que seria constituída inevitavelmente, tivesse absoluta tranquilidade para fazer seu trabalho. E o fez.

A comissão de sindicância emitiu posteriormente um relatório, que foi positivo no sentido de dizer que as denúncias eram improcedentes. Da mesma forma, aconteceu uma comissão, uma auditoria externa, que igualmente verificou que não tinha procedência a denúncia. Mas alguns meses depois – foram meses – eu acabei sendo substituído, aí já por outras razões.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Mas aí eu gostaria de entender exatamente o sentido da palavra “substituído”: o senhor foi exonerado da empresa? O senhor solicitou exoneração? Não entendo o termo “substituído”, porque o senhor não era funcionário de carreira da empresa; o senhor era da Cemig; o senhor ocupava um cargo de confiança: Diretor de Furnas.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Então, qual é o sentido exato dessa palavra “substituído”?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – No dia da reportagem, nós nos licenciamos. Algum tempo depois, o Dr. Dimas pediu para sair da empresa, por razões de foro íntimo.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Solicitou exoneração?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Isso.

Eu e o Dr. Cury ficamos mais alguns meses, aguardando o desdobramento do processo, na expectativa de voltar ou não para a empresa. A partir daí, num determinado instante, o Conselho de Administração da Casa se reuniu, e nós fomos substituídos.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Mas qual o sentido de “substituído”? O senhor foi exonerado? Eu quero a palavra no sentido correto, jurídico, da palavra. O senhor solicitou exoneração?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Não?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – O senhor foi exonerado por decisão superior, então, da Diretoria?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Permita-me só um instantinho. (Pausa.)

O advogado está me ajudando aqui: o Conselho de Administração é que põe e dispõe. A instância que define a nomeação das diretorias de uma sociedade anônima como Furnas, seja privada ou pública – no caso é uma empresa sob controle público –, é o Conselho de Administração. Eu fui substituído por uma outra pessoa. Eu não pedi exoneração. E não me recordo, Deputado – aí o senhor me permita não dar essa informação de maneira esclarecedora –, se, na ata do Conselho de Administração em que fui substituído, existe o termo “exoneração”. Mas eu fui substituído por outra pessoa.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Mas o senhor só poderia ser substituído – para usar o sentido adequado da palavra – se colocaram o senhor em um lugar e o levaram para outro. A sua situação legal hoje, do ponto de vista de sua relação com Furnas...

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Não há nenhuma relação.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Então, o senhor há de convir comigo que o senhor foi exonerado.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim. O termo para a compreensão do que aconteceu, para que eu fosse substituído por alguém: eu fui retirado, eu fui tirado, eu fui substituído, eu fui exonerado.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Exonerado. Essa palavra não denigre ninguém.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu sei que não.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Faz parte da vida do ocupante de qualquer

cargo – trabalhador, até mesmo de funcionário de carreira – ser exonerado ou se exonerar.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Mas eu gostaria apenas de fazer dois comentários. Primeiro, eu não pedi exoneração. Segundo, não sei se, na ata do Conselho de Administração, existe o termo “exonerado” ou o termo “substituído”.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – É bem possível...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Para colaborar, Deputado, cargo de confiança é nomeado em português e demitido em latim, porque é demissível *ad nutum*.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Está certo. Muito bom.

Eu queria, ainda entendendo claramente... Quer dizer, esse período que o senhor ficou em Furnas foi posterior ao período em que o senhor foi Secretário em Belo Horizonte de dois Prefeitos e também foi coordenador do Procon em Belo Horizonte; é isso?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu fui Secretário uma única vez, de determinado Prefeito, e fui coordenador do Procon numa outra gestão.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Isso antecede...

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Antes de Furnas.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – ...a sua designação para Furnas.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Ah, sim, foi bem antes.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – O senhor era então, nessa altura, funcionário da Cemig?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Da Cemig.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – O senhor – aí, sim – licenciou-se da Cemig para exercer esses cargos de confiança da Administração Municipal?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim. Eu fui cedido para atuar nessas áreas. É verdade.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Por quanto tempo o senhor...

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu fui Secretário Municipal durante algo em torno de um ano e meio e fui coordenador do Procon durante três anos e meio.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Muito bem.

Eu vi que o senhor foi também vice-presidente da CUT lá em Minas Gerais.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Por quanto tempo o senhor foi vice-presidente da CUT?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Olha, talvez uns dois anos... Foi numa única gestão.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – E aí, quando o senhor foi vice-presidente da CUT, o senhor precisou licenciar-se também?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Não. Aí o senhor acumulava sua função...

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Não, eu não acumulava, porque um cargo num movimento sindical... A não ser que no acordo coletivo você tenha o direito de se licenciar para ficar à disposição do sindicato, que não era o meu caso. Parece-me que a lei não abrange essa matéria.

Portanto, eu não tive que me licenciar da Cemig para ser vice-presidente da CUT. Eu trabalhava normalmente e desempenhava meu mandato sindical nas horas vagas, fora do horário de expediente.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Qual era a sua função na Cemig nesse período?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu sou economista da empresa.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – O senhor poderia ser um pouco mais específico?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu sempre fui técnico. Eu nunca tive cargo gerencial na Cemig.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Um cargo de carreira dentro de que departamento, que divisão?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu fui economista, durante algum tempo, na Diretoria Financeira. Posteriormente, fui da área de distribuição – a Cemig é uma empresa distribuidora; ela tem algo em torno de seis milhões de consumidores residenciais. Mais recentemente, fui para a Presidência da empresa trabalhar numa área de relacionamento institucional. Por conta disso é que eu viria trabalhar aqui no escritório em Brasília, para acompanhar. A Cemig é uma empresa que, pelo Poder concedente, tem que permanentemente prover informações para a Aneel. Então, meu trabalho mais recente é nessa área.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – O senhor mesmo declarou que é filiado ao Partido dos Trabalhadores; consta aqui nas informações que tenho que V. S^a inclusive disputou uma vaga na Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 2004.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Não. Em 2000.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Ah! Em 2000?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Em 2000.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Então, realmente está errada a minha informação. Se foi ano de 2000, conseqüentemente, foi durante o período em que o senhor trabalhava ainda na Cemig, mas se afastou, nos termos da lei, no período eleitoral.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – É verdade.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Certamente, então, o senhor é uma pessoa bastante importante na estrutura do Partido dos Trabalhadores lá em Minas Gerais.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu não diria isso, Deputado, porque eu sou uma pessoa recém-chegada ao PT. Eu tenho algo em torno de sete anos atuando no Partido.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Não, mas sete anos é um bom tempo.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Isso foi boa vontade do Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Foi candidato a vereador, convidado para ser diretor de uma empresa do porte de Furnas...

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Mas eu não faço parte de nenhuma instância de direção do PT.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Não é demérito. O que me causa espécie é que o senhor mesmo afirma que todas as comissões internas de sindicância disseram que as denúncias não procediam, nesse caso de Furnas. Com tudo isso, consta aqui, em texto de jornal – embora o senhor tenha dito que o Conselho é que tomou a deliberação da sua exoneração do cargo –, que o Presidente Lula ordenou o afastamento. Parece-me assim algo forte demais o Presidente da República entrar diretamente numa questão dessas, até exorbitando, passando sobre aquilo que deveria ser uma atribuição, segundo a sua explicação, do próprio Conselho.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu credito ao órgão de imprensa – não me recordo qual órgão de imprensa fez o comentário nesses termos, e não digo que o órgão de imprensa fez isso de má-fé ou com segundas intenções. Na realidade, o processo de comunicação é muito complexo – imagino que há jornalistas aqui. Então, a notícia da minha saída de Furnas teve vários apelidos: “eu fui exonerado”, “eu fui

mandado embora”, “eu pedi licença”, “eu fui afastado”. O termo “afastado” também foi utilizado. Então, cada órgão de imprensa usou termos diferenciados para explicar o que aconteceu comigo.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – O fato é que o senhor não solicitou demissão; isso é fato concreto.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu pedi licença no dia. Alguns meses depois, fui substituído.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – O senhor não solicitou demissão; isso eu estou afirmando.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Não solicitei, mas compreendi as razões do Governo.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Claro, claro.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Por que houve uma mudança política no comando do Ministério, houve uma mudança política no comando da Eletrobrás.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – O senhor não atribui isso, nada, às denúncias que afetaram a imagem da diretoria de Furnas?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Com relação à minha pessoa, Deputado, eu tenho consciência tranquila de que não.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Não, veja: não estou imputando nada ao senhor, não estou querendo que o senhor diga que tem alguma coisa a ver.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Não há problema algum.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Mas digo que isso afetou a imagem; queira ou não, teve repercussões aí fora, perante a opinião pública. Mas o senhor considera que a sua exoneração nada tem a ver com isso?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Bem, eu credito a minha substituição em Furnas às mudanças políticas havidas no comando do Ministério e no comando da Eletrobrás. Aliás, fui substituído por um funcionário de carreira que conheço há muitos anos, uma pessoa da maior competência, e tenho certeza absoluta de que essa decisão foi em função dessa nova circunstância, e não em função do motivo original que me levou a licenciar-me daquela Casa.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Mas certamente o senhor tomou conhecimento das denúncias de desvio. Há várias delas. O jornal **Folha de S. Paulo**, por exemplo, publicou algo sobre R\$3 milhões das empresas Furnas Centrais Elétricas, ao mesmo tempo em que divulgava – aí, sim – o afastamento de três diretores da empresa envolvidos;

e ainda segundo, na época, o Deputado Roberto Jefferson, o Diretor de Engenharia da empresa, Dimas Toledo, que o senhor certamente conheceu, trabalhou junto com ele.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Claro. Lógico.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Conheceu bem.

Explicou ao Deputado Roberto Jefferson que o dinheiro era distribuído entre a Direção Nacional do PT, que ficava com um milhão – nesse caso dos três milhões; a Direção do PT em Minas Gerais, que também recebia um milhão – por isso perguntei a sua relação com o PT, se o senhor era pessoa da direção do PT lá em Minas ou não; e um grupo de Deputados, que ficava com 500 mil. E aí termina a denúncia dizendo que a própria diretoria recebia os 500 mil restantes.

O que o senhor tem a dizer dessa declaração – não vou dizer aqui imputada -, que realmente foi formalizada pelo então Deputado Roberto Jefferson?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Já tinha feito aqui um comentário *en passant*, mas vou repetilo, esclarecendo melhor. Exatamente por conta dessa reportagem, achamos por bem nos licenciarmos para que houvesse um processo de investigação.

Do ponto de vista administrativo, aconteceu o seguinte: uma comissão de sindicância interna concluiu pela inviabilidade de qualquer sistema de arrecadação do tipo do que foi veiculado, tamanho o controle que a empresa tem – já mencionei aqui um conjunto de órgãos que acompanha o dia-a-dia da empresa. Da mesma forma, foi contratada uma auditoria externa que fez um levantamento minucioso de toda movimentação financeira da empresa, e também o relatório conclui que não há possibilidade de que isso tenha acontecido, do ponto de vista administrativo. Além disso, outros organismos públicos continuam acompanhando todo esse caso.

Tenho expectativa de que mais adiante também se consuma esse assunto, liquidando-o definitivamente.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – No noticiário que se seguiu a essas denúncias todas, deram essa divisão – vamos chamar aqui hipotética, pois não quero afirmar que houve ou não, porque não tenho provas ainda disso – entre as várias instâncias do Partido dos Trabalhadores, nacional, estadual em Minas, Parlamentares e a própria Diretoria de Furnas. Chega-se a dar nomes, inclusive, de um grupo de Deputados e aqui cita: “dos quais fazem parte: Luiz Piauhyllino, do PDT de Pernambuco; Osmânio Pereira, do PTB de Minas Gerais; Salvador Zimbaldi, do PTB de São Paulo”.

Além disso, ainda se dizia o seguinte: que o ex-Deputado Jefferson revelou que esse grupo teria sido responsável pela nomeação do Diretor Financeiro de Furnas, José Roberto Cesaroni Cury, que é amigo pessoal do Deputado Zimbaldi.

V. S^a alguma vez ouviu o nome desses Deputados em reuniões lá? Ou eventualmente algum comentário em Furnas a respeito desses Deputados, desses parlamentares especificamente?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – São Deputados conhecidos em conversas que não dizem respeito às atividades do dia-a-dia da empresa, conversas sobre conjuntura política, sobre disputas eleitorais, eventualmente conversas que não tinham nenhuma afinidade com a nossa gestão lá. Um ou outro nome desses ou de outros Deputados, Senadores, Governadores, políticos de modo geral surgiram.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Mas V. S^a chegou a ter algum contato pessoal com alguns desses parlamentares mencionados?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Já fui apresentado ao Deputado Zimbaldi há pouco tempo. Inclusive, desempenhando minha atividade aqui no Congresso Nacional, eu o vi em uma Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Mas lá em Furnas o senhor chegou a recebê-lo alguma vez?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu não; pessoalmente, não.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Não há nenhum registro de visita de nenhum desses parlamentares ao senhor em Furnas nesse período?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – A mim não; não há.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Muito bom. Muito bem.

Mudando um pouquinho o objeto das nossas dúvidas, o Sub-Relator disse que era da sua área de competência, como diretor, essa questão de informática quando foi contratado o Idort. O Idort subcontratou outra empresa, de nome Montreal Informática. O TCU aponta a existência de superfaturamento nesse contrato. E V. S^a disse: “Bom” – essa foi a sua resposta – “o número de contratos era muito grande, todos esses contratos tinham determinada ordem de grandeza, e cada um era resolvido em determinada instância”. Então, eu deduzo que esse contrato feito com o Idort provavelmente não chegou às mãos de V. S^a.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Deputado, não me recordo do volume do contrato. Da mesma forma, não me recordo se ele foi da minha alçada ou

da alçada da Diretoria. De qualquer maneira, cumpriu o rito legal da Lei de Licitação.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Pois é. O rito legal, conhecendo a Lei nº 8.666, que rege as licitações, atribui instâncias adequadas...

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Tenho impressão de que esse assunto...

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – ...à adjudicação e à homologação.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – A minha pergunta é: V. S^a não chegou a adjudicar ou a homologar nenhum desses contratos?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Tenho a impressão de que esse contrato foi em nível de diretoria colegiada. Não foi no meu nível, mas acima da minha instância.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Mas V. S^a teria participado do colegiado?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Claro. Com certeza.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Nas discussões de matérias dessa magnitude – já que foram ao colegiado, são de grande magnitude –, evidentemente, como diretor da área, V. S^a é obrigado a expor sobre o assunto que está sendo objeto da discussão.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – V. S^a se lembra de ter feito exposição, defendendo a homologação dessa licitação para o Idort, que subcontratou a Montreal Informática? Ou V. S^a não tem recordações desse episódio?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Esse episódio se deu da seguinte maneira, como eu já disse e vou repetir: a demanda veio das diversas áreas da casa, particularmente da Diretoria Financeira, que movimentava milhões e milhões de documentos. Como comentei aqui, há um depósito de documentos que já ultrapassaram o limite da tabela de temporalidade em Campinas. Esse galpão tem 60 a 70 milhões de documentos arquivados. Como a empresa é muito grande, lida com muita documentação. Em decorrência disso, já vinha, da gestão passada, um processo de digitalização; isso não começou conosco. Já vinha acontecendo, desde a gestão passada, um processo de digitalização para facilitar o acesso da documentação...

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Permita-me dizer que não vamos contestar a decisão tomada quanto à necessidade de fazer a digitalização desses arquivos todos, até porque é um procedimento usual e necessário nas grandes empresas. Isso não questionamos. O que se questiona é a

irregularidade apontada pelo Tribunal de Contas, que se refere a superfaturamento nesse processo licitatório. É essa a questão. A minha pergunta não vem da necessidade de justificar a contratação, mas da questão do valor, da possibilidade de ter sido terceirizado. Essas questões é que pergunto se foram discutidas. Foi V. S^a quem levou ao colegiado esse tema para a discussão?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Foi a minha diretoria, porque esse é um assunto da informática. O assunto era pertinente à minha diretoria. Nós estávamos convencidos de que Furnas, administrativamente, estava acanhada na matéria, precisava digitalizar mais e facilitar o acesso inclusive dos órgãos fiscalizadores, do próprio Tribunal de Contas, da Receita Federal. Então, nós demos prosseguimento a esse trabalho de digitalização, mas já comentei aqui que esse assunto, pela sua envergadura, foi discutido em diretoria colegiada.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – O fato de o Tribunal de Contas ter levantado essa questão e apontado uma irregularidade – esse é o nome técnico – chegou, evidentemente, ao conhecimento de V. S^a, quando ainda exercia as funções de diretor?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Confesso que não me recordo quando isso aconteceu, porque saí de lá há sete meses. Não me recordo se isso é uma coisa mais recente ou se é da minha época. Se foi da minha época, certamente tive ciência, mas quem faz a lide diária no contato com o TCU para dar esclarecimentos sobre eventuais questionamentos do Tribunal de Contas da União é a consultoria jurídica, que vai nas diversas áreas da Casa buscar informações e subsídios para defender Furnas perante o TCU.

Não me recordo se isso foi no período em que eu ainda estava lá, ou se foi mais recentemente. Se foi no período em que eu estava lá por hipótese, isso certamente teve esse ritual. Ou seja, a consultoria jurídica reúne as áreas da Casa que eventualmente tenham afinidade com a matéria. Nesse caso, certamente nos envolveu, mas envolveu as diretorias que tinham necessidade do serviço, para que preparasse uma defesa perante o Tribunal de Contas da União. Funciona dessa maneira.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Então, em nenhum momento, nem enquanto foi diretor, nem depois de ter sido exonerado, V. S^a foi chamado a prestar qualquer esclarecimento, seja perante a Diretoria Jurídica de Furnas...

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Consultoria.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Seja perante a Consultoria Jurídica de Furnas, seja para explicações adicionais ao próprio Tribunal de Contas da União?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sr. Deputado, quando há um questionamento do TCU... E o TCU, por força do ofício ou por força da atividade dele, levanta um sem número de temas. Há uma rotina de visitas. Os fiscais do Tribunal de Contas da União visitam Furnas, como visitam todos os outros órgãos de maneira rotineira, como procedimento de trabalho. E a empresa procura atender e esclarecer todas as demandas.

Repito: no caso específico desse contrato, não me recordo se isso foi feito na minha gestão; mas, se foi feito na minha gestão, quem cuida de preparar a defesa, buscando subsídios nas áreas técnicas, é a Consultoria Jurídica, e, nesse caso, sequer envolve o diretor. Ou seja, a Consultoria Jurídica vai buscar subsídios para defender Furnas.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – V. S^a já explicou a Consultoria Jurídica, o papel dela, a quem ela responde. O que precisa ficar claro, até porque... Já fui chefe de Executivo. Então, sei o que é responder a eventuais irregularidades que o Tribunal de Contas aponta e que precisam ser esclarecidas; mas a responsabilidade por fazer o esclarecimento é da autoridade que determina ou toma a decisão final sobre aquela eventual irregularidade apontada, o que não necessariamente traduz ou tem que traduzir dolo na questão, mas simplesmente que alguma coisa foi anotada de anormal. Aí, a autoridade ordenadora de despesa é chamada para esclarecer.

Então, a pergunta que faço é especificamente esta: tendo sido matéria objeto do campo de atuação da então diretoria de V. S^a, V. S^a já foi chamado a prestar algum tipo de esclarecimento adicional ao TCU?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu, pessoalmente, não. Furnas, certamente, sim. Não sei se foi depois que saí da empresa ou antes da minha licença de Furnas; disso não me recordo; mas certamente a empresa se colocou à disposição do TCU para fornecer todos os esclarecimentos que o TCU solicitava, porque isso é da rotina de Furnas.

E digo mais: na nossa gestão, nós criamos todas as condições para facilitar o trabalho do Tribunal de Contas da União, *vis-à-vis* o passado. Nós melhoramos as condições para que Furnas pudesse ser efetivamente auditada e fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Pannunzio, já esgotou o tempo de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Agradeço a benevolência de V. Ex^a, Sr. Presidente, mas seria importante que o nosso depoente, Sr. Rodrigo Botelho, pudesse esclarecer as dúvidas deste parlamentar com relação a essas questões. Dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Se V. Ex^a desejar, poderá reinscrever-se. Apenas em respeito aos nobres Pares que aguardam a vez é que fiz a observação.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Por favor, marque o tempo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Isso. O relógio não foi acionado na intervenção anterior, de muita relevância e importância para este depoimento.

Eu quero, de início, diante do depoente Rodrigo Botelho Campos, dizer da importância do seu depoimento na condição de testemunha, não na condição de investigado, tendo em vista que, como explicou o nobre Sub-Relator, este tema é relativo a um instituto de resseguros, e ele fez sua interveniência perante esta CPMI em função de uma determinação do Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, mais ou menos no mês de setembro, quando a CPMI estava no seu curso em torno de dois núcleos de investigação: o originário dos contratos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e um secundário que era a movimentação financeira do empresário Marcos Valério, em torno das contratações de publicidade e da mobilização de fundos para financiamento de partidos políticos.

E esta CPMI, ao longo da sua investigação, inclusive identificou que esse modelo operacionalizado pelo Sr. Marcos Valério já era oriundo de um período anterior. E, a cada tempo em que aprofundamos as investigações, vamos movendo não apenas a memória de como isso se mobilizou anteriormente, de um setor, que é o setor de publicidade, envolvendo contratos públicos e privados e seu relacionamento com financiamento partidário.

O que trouxe V. S^a aqui – e o Sub-Relator teve a oportunidade de esclarecer – foi exatamente o envolvimento com as matérias noticiadas pela mídia, que colocavam sob sua responsabilidade a intermediação de contratos de resseguros da empresa Furnas S. A., que teriam beneficiado ou visariam beneficiar determinada corretora.

V. S^a é funcionário de carreira da Cemig.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Que também é uma sociedade anônima.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Uma estatal...

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Estadual.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – ...de sociedade mista estadual. Lá também há direção colegiada.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Também é direção colegiada.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a desenvolve tarefas atualmente no âmbito da Presidência.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Razão pela qual inclusive teria sido indicado para a representação do...

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Do escritório em Brasília...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – ...do escritório em Brasília.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – ...antes de eu ser indicado para atuar em Furnas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Há algum paralelo do processo deliberativo entre Furnas e Cemig, apesar de uma ser distribuidora e outra não ser meramente distribuidora?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Furnas é geradora e transmissora de energia; a Cemig é geradora, transmissora e distribuidora.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu nunca frequentei uma reunião de diretoria na Cemig.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sempre fui um analista da Casa, um técnico da Casa. Nunca estive em reunião de diretoria na Cemig. Mas imagino que os processos sejam similares, normalmente por meio de propostas de resolução de diretoria que as diversas áreas encaminham para apreciação do colegiado. Parece-me que os procedimentos são similares.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Esse colegiado também corresponde a funções comissionadas, a funções de confiança?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim, claro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A cada Governo que se modifica, também essa Direção se modifica.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – O acionista majoritário faz as devidas mudanças.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O acionista majoritário, neste caso, é o Estado...

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – De Minas Gerais, no caso da Cemig.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E, portanto, operacionaliza a composição da Direção segundo a orientação política do Governo de então.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Do Governo que lá estiver, com certeza.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O que, a meu juízo, retrata exatamente a peculiaridade de ser uma empresa com característica de estatal e que, portanto, não há nenhuma irregularidade na ocupação de cargos, a meu juízo, por esse tipo de procedimento, nem no caso da Cemig, uma estatal de Minas Gerais, nem no caso de Furnas, sendo estatal de âmbito federal.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Claro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Entretanto, a matéria que acarretou a presença de V. S^a aqui foi parcialmente tratada pelo Sub-Relator, a partir do que, no seu texto – eu peço aspas inclusive no que vou dizer –, ele afirma que, paralelamente à sua gestão como diretor de estatal, “está sendo questionado em recente trabalho realizado pelos técnicos do TCU, objetivando subsidiar as CPMIs em curso [portanto, posterior à licença de V. S^a na direção de Furnas], por determinação de seu Presidente [Presidente do TCU], Ministro Adylson Motta, donde sobrevieram irregularidades adiante relatadas” – fecha aspas aqui.

Isso me leva a acreditar, portanto, que o que está sendo apontado como objeto de irregularidade é posterior inclusive à saída de V. S^a da direção, em função de o TCU ter encaminhado à CPMI documentos que são preliminares e que sequer tiveram espaço ainda do contraditório, que da parte de Furnas a apresentação da sua contra-argumentação é completamente legítima para sanar ou agravar aquilo que foi apontado como irregularidade.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Que é da rotina da relação do TCU com as empresas estatais.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Que é da rotina. Portanto, não podemos tomar como definitivo para instrumento de verificação da CPMI um documento que é subsidiário da CPMI, preliminar e feito a pedido da CPMI junto ao Tribunal de Contas da União.

Aponto isso apenas para dizer que a nossa tarefa é exatamente buscar, a partir desses subsídios que são preliminares e sem o espaço do contraditório, a verificação de procedência ou não daquilo que é apontado

como irregularidade, se há ou não justificativa pelo fato “a”, “b”, “c” ou “d”, e se houve ou não prática de ilegalidade ou de responsabilidade administrativa de fulano, beltrano ou cicrano no exercício da sua gestão, no seu período de gestão.

Esse mesmo documento apresentado pelo nosso Sub-Relator, que fez um cauteloso trabalho acompanhado pelo técnico do TCU, que estava agora presente à Mesa inclusive, dando a ele subsídios para orientar as interrogações, dão conta daquele volume de recursos que ele mencionou sob o título de “Aceitação de Compromissos Diversos”. Evidentemente, o título diz muito pouco do ponto de vista do que é a realidade da despesa efetivada, porque aceitação de compromissos diversos cabe tudo, em realidade. Temos de saber se essa aceitação e essa diversidade estão ou não contemplada naquilo que a lei garante como sendo plausível colocá-la nesse elemento de despesa ou não.

Mas o interessante desse levantamento é que ele demonstra com evidência – vou chegar ao ponto que me interessa questioná-lo sobre isso – que houve uma inversão de tendência muito séria nessa aceitação de compromissos diversos, felizmente.

De 2000 a 2002, os valores cresceram de R\$6.329 milhões para chegar, em 2002, em R\$11.891 milhões. Em 2003, caiu para R\$ 8.155 milhões. Em 2004, para R\$6.663 milhões. Em 2005, para R\$4.265 milhões, o que me leva à dedução de que apontadas tais irregularidades – que eu não sei qual foi o período – o Sub-Relator menciona que o período investigado pelo TCU é de 2002 a 2005. Os dados informados neste levantamento técnico remontam ao ano de 2000. Portanto, o que está indicado aqui é que há uma tendência de decréscimo progressivo de lançamentos neste título de “Admissão de Compromissos Diversos”.

V. S^a também fez referência ao fato da existência histórica de Furnas, do desgaste de alguns equipamentos, do aumento de risco sobre sinistros, etc, e precisamos dimensionar algumas grandezas que V. S^a também fez menção aqui, mas que precisam ser melhor consideradas para efeito da conclusão a que a CPI quer chegar.

V. S^a estima o patrimônio segurado de Furnas em que montante?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Algo em torno cinco e meio, seis bilhões de reais.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – R\$5,5 bilhões a 6 bilhões.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – São os equipamentos, porque não há seguro para as barragens, não é? O escopo da contratação da operação de seguros é basicamente para os equipamentos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E V. S^a fez referência que, através de três iniciativas, se buscou, em função do envelhecimento destes equipamentos e do aumento de risco de sinistros, prover um dimensionamento técnico que pudesse derrubar aquilo que estava projetado como aumento dos riscos e, em função disso, aumento dos custos de seguro?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – É verdade.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Esse levantamento foi ordenado por V. S^a?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim, já no ano de 2003 nós iniciamos, no início com um grupo de trabalho envolvendo as diversas diretorias afins; posteriormente, isso se transformou num comitê de seguros institucionalizado na Casa, através de uma resolução da diretoria, para que o tema fosse debatido coletivamente e buscasse estratégias de barateamento.

Com essas iniciativas a apólice caiu de 15 milhões para 9 milhões e esse ano ela foi novamente licitada e voltou para os 15 milhões.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – É a licitação anual?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Normalmente é anual. Pela lei, pode-se prorrogar por cinquenta meses, se não me falha a memória. A lei permite, até um nível de tolerância, que se façam aditamentos e tudo o mais – nesses casos, inclusive, absolutamente amparados pela Consultoria Jurídica. Isso sempre foi feito com muito cuidado, como é obrigação do agente público. De fato, a iniciativa nossa, primeiro, foi a de trazer o tema para o cotidiano da diretoria; ou seja, não ser apenas um assunto de quinto nível de preocupação na casa. Segundo, fazer isso de maneira compartilhada. Portanto, não havia interesse nenhum, da minha parte, de ter a prerrogativa de comandar a área de seguros em Furnas. Pelo contrário, envolvi todo mundo. Isso gerou até um problema de ordem administrativa, porque, como se tratava de nível de divisão, e os outros diretores indicaram os superintendentes, havia um desbalanceamento inclusive na representação da minha diretoria nesse Comitê de Seguros. Mas, de qualquer maneira, porque são colegas de casa, eles sempre se respeitaram, independentemente da situação hierárquica.

Dessa forma, num conjunto de iniciativas que tomamos, nós intuíamos, imaginávamos que conseguiríamos baratear isso, e efetivamente conseguimos. Agora, em outra licitação, esse preço voltou a subir. Por quê? Porque não está resolvido o problema da sinistralidade em Furnas. Enquanto as modernizações das usinas que estão em curso não forem concluídas,

enquanto não forem trocados os transformadores, os geradores, os equipamentos, os equipamentos antigos continuarão tendo mais panes do que o normal, exatamente pelo seu envelhecimento.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a avalia que esse procedimento da última licitação respeitou o mesmo dimensionamento que V. S^a deu a ele?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu já não estava em Furnas. Eu avalei a licitação, mas eu imagino que tenha sido exatamente... Foi institucionalizado esse Comitê de Seguros. Eu tenho a impressão de que o processo licitatório foi feito nos marcos da lei. Da mesma forma, houve todo um esforço no sentido de baratear o preço da apólice. Se ela voltou a subir, imagino que, dada as circunstâncias de mercado e o nível de sinistralidade, apesar de todo o esforço de Furnas, infelizmente, nessa licitação não se conseguiu baratear...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a tem a oportunidade aqui de explicar, com cristalina clareza, que aquilo que as matérias de imprensa à época noticiavam, ou seja, que os valores seriam de R\$15,9 milhões, em realidade, sob sua gestão, caíram dessa projeção para algo em torno de R\$ 9 milhões. V. S^a acredita que isso trouxe algum prejuízo para Furnas?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Pelo contrário, a empresa ganhou dinheiro com isso e destinou esses recursos a algum outro tipo de investimento.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Isso aumentou riscos para a empresa de Furnas?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Não, porque, quando elevamos a franquia e reduzimos o escopo dos equipamentos cobertos pela apólice, isso foi feito com muito rigor técnico, com avaliação de riscos. Portanto, um ou outro equipamento que tenha sido retirado e que tenha feito diminuir o valor da apólice não gerou consequências para a segurança do sistema elétrico.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Até porque a franquia é um desembolso que só se faz se de fato ocorrerem determinados sinistros.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – É claro. Isso é sempre hipotético.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não se faz isso preteritamente. Só se faz na ocorrência.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Mas, no cálculo do custo da apólice, o valor previsto de uma franquia a ser eventualmente utilizada tem impacto. Qualquer um de nós aqui que tiver um veículo e que fixar uma apólice com uma franquia “x” ou “y”, isso certamente provocará um impacto no valor do custo daquela apólice contratada.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a determinou alguma arrecadação para fundo partidário durante a sua gestão?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a portou alguma espécie de valores entre Furnas e o Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores em Minas Gerais?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a foi acionado por alguma autoridade do PT para recolher fundos a partir da direção de Furnas?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a conhece o Sr. Marcos Valério?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Conheço pela imprensa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Esteve com ele alguma vez?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Nunca.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Lidou com ele alguma vez?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Nunca.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a recebeu algum telefonema, alguma pressão de alguma autoridade do Partido dos Trabalhadores ou do Palácio do Planalto em função de arrecadar fundos para o Partido dos Trabalhadores?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Nunca.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a re-pactuou ou pactuou com outros membros de direção de Furnas qualquer tipo de fornecimento de fundos regulares aos partidos políticos?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Não, nunca.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço ao Deputado Abicalil.

Concedo a palavra, por quinze minutos, à Senadora, de segunda à sexta, Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – De segunda a sexta mesmo, Presidente. E repito: todos os dias, não por masoquismo, mas por uma pitada de sadismo só para condenar com veemência quem não está vindo trabalhar. É lógico que nós estamos cumprindo nossa obrigação. O ex-Deputado Milton Temer, o grande Deputado Milton Temer, que hoje é presidente do P-SOL do Rio de Janeiro, há pouco chegava da praia – tem todo o direito de fazê-lo -, olhava-nos aqui e perguntava por que eu estava de casaco. Com certeza, tem todo o direito de estar lá, porque é um guerreiro,

um homem digno que orgulha a todos nós, por ser o nosso Presidente do P-SOL no Rio de Janeiro.

Dr. Rodrigo, quero primeiro agradecer a presença de V. S^a e de seu advogado. É claro que a convocação específica para uma sub-relatoria possibilita o debate específico sobre o tema e todos os outros temas relacionados à CPMI dos Correios, porque senão nós poderíamos convocar V. S^a novamente, o que não teria nem sentido do ponto de vista da economia processual e até mesmo para a vida cotidiana do senhor.

Existe algo que é tratado com naturalidade – em certo sentido até pode ser -, que é a questão da concepção do Aparelho de Estado brasileiro, especialmente a estruturação do Aparelho de Estado, a ocupação de postos de direção desse Aparelho de Estado, a ocupação dos cargos comissionados, enfim, a gestão do espaço público. E é visto quase com naturalidade que as forças políticas vitoriosas num processo eleitoral estabeleçam a escolha dos quadros a gerenciar o Aparelho Público, não necessariamente pela indicação política, porque ser filiado a um partido... Se sou filiada a um partido e não tenho competência ou sou desonesta, jamais terei o direito de ocupar o espaço público. Então, embora haja certa naturalidade, a nenhum partido é dado o direito, a prerrogativa ou a possibilidade de escolher quadros com identidade política para montar gangues partidárias ou quadrilhas dentro do espaço público. Isso não é conferido a ninguém. Nem no passado, nem no presente, nem no futuro poderá ser. E aí, sempre que existe uma mudança de gestão, às vezes dentro dos próprios grupos políticos, a mudança dos quadros eleitos quase que naturalmente também altera a ocupação dos quadros dos espaços públicos. Às vezes se recorre a quadros técnicos da Casa, pessoas com a competência técnica necessária para gerenciar determinados setores. Isso é muito natural.

Do mesmo jeito também, deveria ser quase natural que, quando grupos políticos tão distintos se revezassem na ocupação do espaço público, houvesse monitoramento do setor público – na minha concepção, não seria um processo de naturalidade; nada a ver com a complexa subjetividade humana; para mim, deveria ser obrigação, independentemente das instâncias de fiscalização, o monitoramento do setor público. Deveria ser quase natural que se abrissem procedimentos investigatórios, não necessariamente por desconfiança da gestão passada, mas pelo zelo com o interesse público e também porque os procedimentos investigatórios nas auditorias possibilitariam até a correção de rumos, ao se identificarem erros cometidos pela gestão passada, erros técnicos que tivessem acarretado ineficácia na Administração Pública ou algo relacionado

a vigiar política. Seria absolutamente natural que se abrissem procedimentos investigatórios.

Contudo, às vezes se faz a opção de não se abrir o procedimento investigatório, tanto porque se pode partir do pressuposto de que o Tribunal de Contas da União ou outros órgãos já façam esse monitoramento, controle, fiscalização, como porque – como disse há pouco V. Ex^a ao responder a um Deputado – o próprio tamanho e o controle dos próprios órgãos da empresa garantiriam, de certa forma, um monitoramento maior, portanto, quase que um permanente procedimento de fiscalização.

Entendi bem quando o senhor disse isso?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então quer dizer que em nenhum momento, quando o senhor estava na direção, ou na gestão específica da sua diretoria, que funciona também como um gestor operacional... Existem as reuniões de diretoria. Mesmo que haja processos de instrução específicos em cada área do gestor operacional dos Correios, processos às vezes feitos não necessariamente pelo diretor, porque o processo de instrução...

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – A senhora me permita, no caso de Furnas?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, no caso de Furnas.

A diretoria responde solidariamente? Existe uma... Acho absolutamente natural que exista. Se existe uma reunião de diretoria, é absolutamente normal que uma diretoria compartilhe com a outra o que está sendo feito. Não vai entrar no detalhe da especificação técnica do processo de instrução que leva ao edital de licitação, mas é absolutamente natural que na instância da diretoria se troquem informações sobre todo gestor operacional, seja de Furnas, dos Correios ou de qualquer outro órgão do setor público.

Em alguma das reuniões de diretoria, em algum momento, em contato com quadros técnicos da diretoria de que o senhor fazia parte, o senhor tomou conhecimento de procedimento investigatório instalado ou de documentos da administração anterior, portanto, do Governo passado, relacionado a financiamento de campanha de parlamentares ou de quadros políticos?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não. Então, em nenhum momento...

O senhor ficou por quanto tempo...?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Eu fiquei de janeiro de 2003 a junho de 2005, trinta meses.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois é. Então é muito tempo.

Eu acho que deveria ser obrigatório auditoria e procedimento investigatório das gestões passadas, independente de qualquer desconfiança, porque, como circula uma lista por aí – ninguém sabe se é verídica ou não... Às vezes, o risco, quando novas gestões assumem – não estou falando especificamente do caso de V. S^a -, é este: eu descubro o roubo do passado e o uso para que você não investigue o meu presente. E às vezes acontece realmente isso.

Então quer dizer que o senhor, em nenhum momento, junto à diretoria ou em contato com as outras diretorias, durante os 30 meses em que esteve num cargo importante, porque o senhor era uma personalidade importante da estrutura de Furnas, independente de qualquer vaidade pessoal, foi escolhido para uma área importante e estratégica de uma empresa extremamente importante, de uma estrutura pública muito importante...

O senhor ouviu falar ou abriu outro procedimento investigatório que desse conta de ineficácia ou de crimes contra a administração pública ou de qualquer outra coisa relacionada ou a crime eleitoral ou a financiamento de campanha de políticos vinculados ao Governo passado ou de corrupção? Em algum momento, em alguma instância de alguma diretoria, o senhor ouviu falar sobre isso ou abriu um procedimento?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Senadora, as notícias que eu tenho sobre o tema que V. Ex^a levanta, tenho tido conhecimento pela mídia, pela imprensa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É, mas sem mídia. Estou falando “sem mídia” porque...

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim, eu tenho conhecimento pela mídia, porque o canal de comunicação que me forneceu informações pertinentes ao tema que a Senadora levanta foi o jornal, foi a televisão. Foi por aí que eu fiquei sabendo. No período em que nós estávamos lá, em momento algum se levantou ou denunciou ou apontou qualquer...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nenhum indício?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – ...esquema de campanhas eleitorais nos anos anteriores.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nenhum indício, não é? E o senhor até disse algo sobre organização – e acho que é até uma coisa importante no sentido de organizar e garantir maior controle da gestão pública –, a organização sobre a qual o senhor até disse que existiam 60 milhões de documentos. Quando esses documentos estavam sendo digitalizados ou organizados, nada foi visto que significasse indício de corrupção, ou de crime eleitoral, ou de parasitismo

e privatização da estrutura de Furnas pelos agentes políticos vinculados ao Governo passado?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Senadora, se V. Ex^a me permite uma explicação, o trabalho da digitalização é um trabalho eminentemente técnico.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu sei. Eu não tenho dúvida disso.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim. Permita-me concluir.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Certo.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Mas técnico no sentido de que um funcionário – um rapaz ou uma moça – pega um papel e o coloca numa máquina, aquela máquina fotocopia aquilo, e aquilo depois é transformado em bits de computador.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu sei.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Portanto, no processo de digitalização, não há monitoramento para outros fins – fiscalizatórios, de apuração qualquer. Não há isso. É um trabalho eminentemente administrativo. É apenas para você prover as informações do que está em papel em meio magnético.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Disse eu não tenho dúvida.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Então, nesse trabalho exclusivamente....

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, mas sem ser nesse trabalho então.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Pois não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Em nenhum momento o senhor discutiu ou com a Administração ou com a Diretoria sobre possíveis crimes contra a Administração Pública? O senhor não tinha conhecimento de indícios, ou provas, ou fatos que o levassem a identificar que havia tráfico de influência, intermediação de interesses privados, exploração de prestígio, corrupção passiva ou ativa, crime eleitoral? O senhor disse que não identificou nada em relação a isso?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Senadora, nós e particularmente eu, na Diretoria onde estive, mudamos muitos procedimentos em Furnas. Eu apenas mencionei um deles aqui, que foi trazer o tema “seguros”....

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas é porque eu não estou falando sobre normas, resoluções, circulares, alteração de procedimentos, porque alterar....

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Mas são práticas...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, mas veja que uma coisa é você alterar a prática para minimizar, para garantir eficácia....

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Corrigir...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ...ou mais eficiência, ou para minimizar o risco que você identificou. Poderia haver o risco de se patrocinarem crimes contra a Administração Pública. Isso é fato.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu não estou falando sobre isso; isso faz parte do planejamento, e é da área do senhor; não estou falando sobre isso. Estou perguntando se isso foi identificado na Administração.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Não. Na realidade, repito: todas as informações que hoje os meios de comunicação revelam sobre campanhas eleitorais de anos pregressos à nossa participação lá nunca foram objeto de debate interno. Nós nunca conversamos e nunca tivemos denúncia ou informação a esse respeito, pelo menos no período em que eu estive lá; mas foram esses trinta meses.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu sei.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – É um período longo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Muito longo e, para alguém que é do quadro da casa,... Eu estou dizendo como se fosse eu. Eu sou servidora pública, estou provisoriamente aqui e sei que, embora existam trabalhadores do setor público que, quando estão vinculados a políticos, às vezes ficam relapsos, a gigantesca maioria deles, dos trabalhadores do setor público – seja das estatais, seja das secretarias municipais –, trabalham muito, e são muito cobrados, e têm muita disciplina, e analisam muito, e estudam muito, e têm muita competência.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, geralmente isso acontece. Quando ele vira um safado é porque tem um político safado por trás o protegendo. Quando não, ele está lá, trabalhando com disciplina, ganhando mal, mas trabalhando. Então, é nesse sentido. Então, trinta meses é um tempo grande, até como um trabalhador do setor público. Imagine na gestão, na direção, na organização dos trabalhos e na análise dos dados. E aí eu entro....

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Permita-me uma pequena intervenção só para consolidar essa matéria? No período em que estive lá, em momento algum eu fui procurado, nem esse assunto foi levado à Diretoria Colegiada, de que houve fatos

do tipo daqueles que hoje os meios de comunicação tornam públicos, dando inclusive feição, com nomes e números.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Certo.

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Nós não fomos procurados, eu pessoalmente não fui procurado para serem a mim trazidas as informações veiculadas hoje pela imprensa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E, sendo um homem de confiança dos outros diretores e da estrutura de Ministério e tudo, é evidente que, se outras diretorias estivessem tratando do tema, V. S^a saberia e seria comunicado também; seria quase impossível não o ser. E aí eu entro...

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Pois não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – A que o senhor atribui a declaração do ex-Deputado Roberto Jefferson? Aliás, o Deputado vai ter que voltar à Comissão, porque deu declarações novas, e o requerimento já está protocolado para ser apresentado na reunião administrativa. A que o senhor atribui a declaração dele? Veja, Dr. Rodrigo, que a declaração dele é uma declaração muito forte. Claro que podem existir declarações fortes, bombásticas que não correspondem à verdade; mas muitos dos detalhes que ele forneceu à imprensa, à opinião pública de forma geral, às Comissões Parlamentares de Inquérito acabaram de alguma forma se consolidando nos procedimentos investigatórios – ou no Ministério Público, ou na Polícia Federal, ou no Tribunal de Contas da União, ou na Comissão Parlamentar de Inquérito. Infelizmente, não há dúvida de que ele falou muitas verdades, que acabaram sendo provadas na Comissão Parlamentar de Inquérito e em outras instâncias.

A que o senhor atribui essa declaração dele tão forte de que, dos milhões que sobravam, o Sr. Delúbio era responsável por uma parte, o senhor responsável por outra, outro montante ficava na diretoria, outro montante ia para os Parlamentares que trocaram do PSDB para os partidos da base do Governo? Digo, sem tratar de qualquer coisa relacionada à subjetividade humana: houve alguma coisa, algum fato na diretoria? Ou o senhor, ou o Sr. Dimas, algum fato na diretoria? Ou visitas, ou discussões, ou reuniões que possibilitassem a ele que formasse um juízo de valor com tanto detalhe como ele fez em relação a essa questão? O senhor tem conhecimento de algum fato, de alguma coisa? Ou o senhor está absolutamente tranquilo, acha que será impossível que se encontre uma eiva de alguma

coisa relacionada à sua participação em relação a essa questão específica?

Tendo em vista que já está provado que havia o mensalão ou qualquer denominação a essa podridão e a essa relação promíscua Palácio do Planalto/Congresso Nacional, existe toda uma polêmica, porque parte do recurso, parte da água suja que moveu o moinho do mensalão e outras formas não foram identificadas. É por isso que, todas as vezes que se trata de fatos relacionados a isso – ou fundos de pensão, ou estatais, ou fraudes em licitações em outras empresas públicas -, esse argumento cria certa vitalidade, em função do escândalo gigantesco que a gigantesca maioria do povo brasileiro olhou com um misto de tristeza e de indignação.

Mas o senhor acha que existe algum elemento, algo que possibilitasse a relação do Deputado Roberto Jefferson com o senhor, ou com o Sr. Dimas, ou com qualquer outra personalidade política de Furnas? Pergunto se em algum momento o senhor ouviu alguém de outros postos da diretoria dizer: “Ah, ele deve ter falado, dado essa declaração por motivação tal, motivação “a”, motivação “b””. Quais os elementos? O senhor tem condição de analisar ou não? Ou é algo que o senhor não tem nem condição de analisar?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senadora, o prazo de V. Ex^a expirou e está ultrapassado em cinco minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Quem é o próximo inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – É a Senadora Ideli.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu vou me reinscrever, então, Presidente. Ele só responde um pouquinho. Desculpe-me!

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Bem, são quatro ordens de grandeza derivadas de sua pergunta. A primeira delas: eu não tenho nenhum relacionamento com o Deputado Roberto Jefferson. Segundo: eu não sei o que o levou a fazer isso. Terceiro: assuntos que eventualmente poderiam melindrar o deputado ou o partido dele nunca foram discutidos em diretoria ou bilateralmente com qualquer diretor. Quarto: nós, como já foi dito aqui várias vezes por mim, nos licenciamos da diretoria da empresa para permitir que uma comissão de sindicância se instalasse, e, posteriormente, além da comissão de sindicância que se instalou, a Diretoria que ficou ainda contratou uma auditoria externa. Ambos os relatórios revelam que não tinha viabilidade fazer uma movimentação para fora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL. AL) – O senhor prestou depoimento em todas essas? Nas sindicâncias e nessas auditorias?

O SR. RODRIGO BOTELHO CAMPOS – Sim. Na realidade, nós, por meio desses relatórios, nos deparamos com a realidade. Ou seja, em uma empresa que é plurifiscalizada, como é possível ir à boca do caixa todo mês, retirar R\$3 milhões e sair distribuindo? É inviável. Portanto, o objeto da denúncia do Deputado foi observado pela comissão de sindicância interna e, posteriormente, pela auditoria externa, e se consumou nos resultados que era impraticável a denúncia feita.

Portanto, não tenho relacionamento com o Deputado, não sei o que o motivou a fazer isso, esse assunto nunca foi discutido na diretoria nem bilateralmente com qualquer diretor. Por fim, houve a comissão de sindicância e auditoria externa para produzirem relatórios que hoje estão à disposição da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senadora Heloísa Helena, como a nobre Senadora Ideli Salvatti desiste de fazer a inquirição, V. Ex^a tem mais três minutos para a reinquirição.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, de fato, acho que não chegaram ainda todos os relatórios de sindicância. Dessa forma, os resultados das sindicâncias talvez não tenham sido disponibilizados ainda, até por falta de solicitação. Como o Dr. Rodrigo não tinha prestado depoimento ainda, é absolutamente natural que os dados não tenham sido disponibilizados. Então, solicitaremos todos os resultados e relatórios de sindicâncias e auditorias relacionados às denúncias com relação a Furnas.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Na ausência do Relator, queria solicitar aos técnicos do Tribunal de Contas da União que disponibilizassem também para a CPMI os instrumentos de defesa já apresentados por Furnas nesses processos. Por enquanto, temos apenas a manifestação preliminar do TCU e precisamos da manifestação de Furnas e da nova manifestação do TCU, já analisando os argumentos apresentados por Furnas. Evidentemente, se não o fizermos, estaremos cerceando o direito de defesa. Isso, pelo menos enquanto eu presidir as reuniões, jamais acontecerá.

Agradeço a presença dos Parlamentares, dos assessores, da imprensa, dos auditores e particularmente do Sr. Rodrigo e do seu nobre advogado, nosso colega que muito nos honra.

Também desejo a todos um feliz Ano Novo.

(Levanta-se a reunião às 14h09min)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 5ª Reunião, realizada em 02.03.2006.

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às quatorze horas e trinta e dois minutos, na sala treze, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Carlos Willian e ainda com a presença do Senador Romeu Tuma, reúne-se a Sub-Relatoria da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência declara abertos os trabalhos e esclarece que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Senhor Luiz Eduardo Pereira de Lucena, ex-diretor do IRB, e solicita a presença do mesmo para tomar assento à mesa, tendo o mesmo informado que não se encontra acompanhado de advogado. A Presidência informa que o depoente assinou o termo de compromisso de praxe. Após o depoente ter feito suas qualificações, é feita a inquirição pelo Sub-relator. O depoente informa que não é mais funcionário do IRB, sendo hoje apenas um consultor no ramo de seguros, explicando ainda como se deu a sua indicação para o IRB, informando ainda que não é filiado a nenhum partido político, mas foi indicado pelo Partido Progressista, por ser técnico no mercado de seguros. Que não conhece o ex-deputado Roberto Jefferson e nem manteve nenhum contato com o mesmo nas vezes que esteve aqui no Congresso Nacional. Que sempre tentou explicar como funcionava o IRB, inclusive usando o refrão de que o IRB é o seguro do seguro. Perguntado se conhece o senhor Marcos Vinícius, genro do ex-deputado Roberto Jefferson, afirmou que sim. Informou ainda que são seus sócios os senhores Valmir Camacho, Luiz Eduardo Sofia de Jesus e João Luiz Cavalcanti Lustosa. Perguntado se conhece o senhor Henrique Brandão, respondeu que sim, pois o mesmo é presidente do sindicato da categoria, sendo o mesmo corretor que já atuou na AIG, BRADESCO, ACORDIA e ASSURÊ. Que sobre a indicação do senhor Lídio Duarte para diretor-comercial do IRB, essa indicação foi feita através da Infraero e de Furnas, contrariando um comunicado

da DICOM. Que sobre a USIMINAS, tenho a informar que a mesma possuía mais de um corretor para atuar junto ao IRB. Que sobre as companhias aéreas, as mesmas fazem seus seguros através de corretoras que por sua vez fazem o resseguro junto ao IRB. Que informa ter pedido demissão do IRB, bem como toda diretoria da sua época, pois foi a pedido do presidente do IRB à época que todos os diretores pediram suas demissões em solidariedade ao mesmo. Que sobre a companhia de fiação de tecidos Guaratinguetá, tem a dizer a mesma era beneficiária da cobertura de uma apólice mas os sinistros não são pagos pelo IRB, pois não havia resseguro no presente caso, tendo explicado ainda como se deu o pagamento do contrato firmado com a seguradora Aliança da Bahia. Que manteve contato com o senhor Marcos Valério em uma única vez quando o mesmo veio tratar de investimentos, sendo que o encaminhou para o diretor financeiro, tendo o senhor Marcos Valério retornado ao seu gabinete para agradecer. Informa ainda que todos os investimentos do IRB são tratados pelo comitê de administração. Que sua designação no IRB, no organograma, era diretor, que chamava técnico de risco e propriedade. Que na área internacional sempre operou através de *brokers*. Que como já disse, todos os investimentos do IRB eram feitos através da diretoria financeira com o aval do comitê, indicado pelo conselho de administração. Que, quem relatava todas as informações para diretoria do IRB sobre suas aplicações, era o Dr. Alberto Paes. Também foi solicitado pelo presidente da sub-relatoria, que havendo necessidade o depoente poderia encaminhar à mesma, alguma documentação que traga subsídios para a elaboração do relatório da mesma. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas, trinta. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Declaro aberta a 5ª Reunião da sub-relatoria do IRB, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito através do requerimento número 3 de 2005 para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos dos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Sobre a mesa a ata da reunião anterior da qual coloco em votação dispensando as leituras. Sendo aprovado. Esclareço que a pauta dessa reunião destina-se a oitiva do senhor Luiz Eduardo Pereira de

Lucena, ex-Diretor do IRB. Convido para tomar assento à mesa o senhor Luiz Eduardo Pereira de Lucena. Senhor Luiz Eduardo, nós agradecemos a presença do senhor. Conforme o artigo 203 do Processo Penal, nós temos aqui um termo de compromisso onde o senhor se compromete, nos termos desse artigo sobre as penas da lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado. O senhor não é obrigado a depor contra si próprio. Então eu gostaria que o senhor, já assinou o termo de compromisso. Muito obrigado, eu passo a mão da assessoria da casa. O mote aqui da nossa investigação na CPMI dos Correios é referente a atos delituosos praticados por agente do IRB. E Vossa Senhoria como ex-Diretor do IRB foi convocado para prestar alguns esclarecimentos para que nós possamos elucidar alguns fatos. Portanto, eu gostaria de solicitar, o senhor está acompanhado de advogado?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não? Então o senhor pode iniciar com algumas considerações falando sobre o senhor e sobre a sua vinda a essa CPMI.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Boa tarde a todos. Eu gostaria de enfatizar que já há alguns meses eu estava ansioso para estar aqui. Eu, a minha vida toda eu me dediquei a seguro, sou engenheiro químico, formado pela escola de química da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Comecei a minha carreira como estagiário do IRB, no início da década de 70, ou seja, se não me engano no ano de 71. Já se vão 35 anos de trabalho. Trabalhei como professor também. Fui contratado pelo centro de pesquisa técnica da FUNASEG, é um breve relato da minha vida para que os senhores entendam que dentro do IRB a minha posição era eminentemente técnica. E fui para a FUNASEG, Centro de Pesquisa Técnica, lá fiquei até o ano de 75 quando me transferi para Atlântica Boa Vista, hoje BRADESCO, como chefe da engenharia. Dirigi esse setor até 79, quando em 79 eu me transferi como Gerente de sucursal da interamericana de seguros, atualmente AIG, associado ao grupo Unibanco. Na AIG fiz a minha carreira, praticamente 18 anos quase de AIG, onde assumi cargo de Diretoria, de vice-Presidente e Presidente da companhia no Brasil e no Chile. Fui vice-Presidente executivo da companhia em Nova Iorque. Voltei ao Brasil em final de 92, início de 93, como Presidente da empresa. Fiquei na empresa até 96, quando me transferi para presidir a Golden Cross por convite dos acionistas que queriam desenvolver uma seguradora. Então esse desafio me levou a GOLDEN. Lá fiquei um ano e meio, até a venda da empresa, quando me transferi para a

SUL AMÉRICA como vice-Presidente executivo. Tomei como responsabilidade a empresa de vida, previdência e saúde. Fiquei na SUL AMÉRICA por 3 anos, havia me decidido, então, depois de toda a minha parte de seguro me dedicar ao resseguro. Me transferi, então, fui convidado para presidir a EMPLOYERS Corporation do grupo GENERAL ELECTRIC. Daí a minha, vamos dizer assim, a minha vontade de trabalhar no mercado de resseguro já que na parte de seguro já havia feito tudo. Quando então recebi o convite que me deixou extremamente feliz e tenho orgulho, apesar de todos os problemas, de ter passado pelo IRB. Apesar de todos os problemas que estou vivendo agora. Lá fiquei esses dois anos, tive esse convite e tenho o maior orgulho porque sei que o IRB nos dois anos que lá fiquei, a empresa auferiu os maiores lucros da história. Enfatizo, na parte técnica que era de responsabilidade da Diretoria técnica, voltada à área de resseguro. Enfim, eu estou à disposição dos senhores para responder quaisquer perguntas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois não. O senhor trabalha ainda no IRB?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não. Hoje eu estou fazendo consultoria, naturalmente, procurando uma colocação. Vocês hão de convir que o momento é complicado. O número de companhias de seguros estão reduzidas. O mercado continua fechado, apesar de todo o trabalho, eu particularmente dediquei, desde o meu retorno ao Brasil, me dediquei a contribuir para a abertura do mercado. Sou de mercado livre. Porém, o mercado ele está duro, está difícil, eu não tenho conseguido colocação. Tenho sim praticado consultoria, tenho feito algumas coisas, tenho, eu tenho outras formas de viver. Ou seja, não sou uma pessoa sem dinheiro, ou seja, eu tenho os meus recursos, tenho a minha vida. Nunca fui de gastar, dizem até que eu sou um pouco mão fechada, mas eu sempre fui muito seguro nas minhas coisas e estou conseguindo de uma forma ou de outra passar por esse momento difícil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor se referiu há pouco que a transição do entre no IRB, mesmo com todos os problemas, era, o senhor considera positiva. Quais esses problemas que o senhor considera? O que foi problema e o que é problema?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Deputado, a minha referência é porque como a minha vida toda, a minha vida toda foi muito reta, eu sou um cara muito até duro de negociar, e tenho orgulho do meu país, tenho orgulho da minha profissão, isso tudo que eu estou vivendo hoje me afeta demais emocional-

mente, afetou e afeta a minha família. Para estar aqui eu não recebi a convocação oficialmente. Eu estava na estrada quando meu filho me ligou e disse: “Faço questão de ir”. Recebi o telefonema e arrumei uma forma de vir de onde eu estava do interior de São Paulo para aqui. Então, isso que eu me referi, essa, esses problemas que está, que me levaram em função desses dois anos últimos que eu tive no IRB.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, o senhor foi empregado do IRB, então o senhor não era empregado de carreira.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não. Sou do mercado de seguros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Quem que indicou o senhor para trabalhar no IRB?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: A minha indicação, aliás, é até uma história interessante. Eu estava montando uma empresa de consultoria, na época já estava até aberta, chama-se LBS Consultoria e Representação, com mais dois amigos. E tinha acabado de fazer quando meu nome saiu no jornal, não sei por quê, como indicado a Presidente do IRB. Era o meu nome e mais dois, eu não me recordo bem. Enfim, acho que o Dr. Lídio também estava indicado. E passei então a procurar quem que havia me indicado. Fui, naturalmente, nas empresas de seguro onde é que era o meu, a minha praia, vamos dizer assim, de trabalho. Que era BRADESCO, SUL AMÉRICA, AIG, ou seja, os amigos que poderiam ter me indicado, mas todos disseram que não. E quando então estava com, encontrei um amigo de uma corretora de resseguro ele disse: “Não, Lucena, eu vi o seu nome inclusive, o seu currículo estava em letras vermelhas”. Eu estou voltando um pouquinho atrás sem me tornar prolixo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Fica a vontade.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Para vocês entenderem. Então passei a procurar quem havia me indicado para Presidente do IRB. Não logrei sucesso, porém, passados dois meses, um mês e pouco, recebi um convite para participar de uma reunião onde meu nome estava sendo ventilado por uma Diretoria do IRB. E eu, por muito gosto, fui. Essa reunião era com membros do... Deputados do Partido Progressista, estava nessa reunião, eu não me lembro dos nomes porque eu não conheço, não sou afiliado a nenhum partido. Não sou, desde a época da faculdade me desliguei da política. Mas estava o doutor Pedro Corrêa, o Dr. José Janene, o Dr. João Pizzolato... tinham mais uns 3 ou 4. Mas eu não posso nem afirmar aos senhores se eram deputados porque de fato eu

não conhecia. Não os conhecia. Mas fui indicado pelo Partido Progressista sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Como o senhor foi indicado pelo Partido Progressista se o senhor não conhecia as pessoas que estavam indicando? O senhor era uma pessoa de renome no mercado, não foi consultado antes, já estavam indicando há dois meses anterior sem o senhor tomar conhecimento? O senhor não conhecia ninguém do Partido Progressista? O que os levaram a escolher o senhor no mercado?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Deputado, como eu falei, o Partido Progressista não me indicou para Presidente. O meu nome apareceu no jornal, por eu ser uma pessoa, talvez, exponencial, apesar de ser muito simples, eu tenho um nome no mercado, uma coisa é o convite para Presidente outra coisa é o convite para a Diretoria. A Diretoria, talvez por esse movimento, eu de fato não sei como o meu nome chegou no Partido Progressista, não. Se essa pergunta que o senhor quer, eu de fato eu não tenho ela. O meu nome chegou ao Partido Progressista e talvez por ser uma figura exponencial, e já havia saído em jornal, eles talvez não tivessem quem indicar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eles indicaram o senhor.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Foi técnico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eles indicaram o senhor para Diretor?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Diretor da área comercial na época, que chamava área comercial. Área comercial é na verdade a área internacional. Que faz todas as colocações pelo fato de falar inglês, espanhol, talvez, a minha facilidade e a minha praia. E eu vinha de uma resseguradora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, o senhor já disse que não é afiliado a nenhum partido político. O senhor mantém ou manteve relacionamento profissional ou político com algum deputado, com algum parlamentar?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não. Não posso chamar de relacionamento. Tive uns 3 ou 4 encontros com alguns deputados, assim, mais próximo assim se eu posso dizer eu tive 3 ou 4 refeições, almoço com o Dr. José Janene, tive com o Dr. Pizzolato, fui convidado uma vez no final de ano onde compareci na festa de final de ano do partido onde estavam todos os parlamentares. Dr. Pedro Corrêa, bom, visitas ao IRB eu tinha diversas, não só do Partido Progressista como de diversos partidos, do PT, PMDB, enfim, tive diversas visitas. As pessoas não conheciam

bem o IRB e não conheciam, quer dizer, eu acredito que o mercado de seguro, de resseguro ele seja, até então era desconhecido do povo brasileiro. E acredito também que por falta desta importância o mercado de seguro está ainda na posição que está.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, sobre essas outras visitas nós vamos falar mais adiante. O senhor conhece o ex-deputado Roberto Jefferson?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, não conheço. Já uma vez eu num corredor eu fui apresentado a ele aqui mesmo nessa, nesse palácio. Nesse Senado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor teve com ele aqui no Senado.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Eu passando, vindo aqui, me apresentaram a ele. Encontrou no corredor. Não o conheço, não posso dizer que o conheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor teve contato com ele por telefone, alguma coisa?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): No IRB?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, o senhor disse que recebeu várias visitas de vários políticos. O senhor sabe nominar, o senhor se lembra quem é que visitou o senhor no IRB? Qual que é o objetivo? Ainda mais o que o senhor disse que o IRB era desconhecido, se é desconhecido--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: É muito difícil porque, veja bem, tirando alguns parlamentares que eu conheço de nome como o doutor Pedro Wendel, o doutor Pedro Corrêa, o Dr. José Janene, o Dr. João Pizzolato, os outros são difícil. Eu posso até procurar nos meus cartões, que eu ainda os guardo, o nome de alguns. Porque sempre me perguntavam assim: "O que é o IRB?" Eu tentava "o IRB é o seguro do seguro". Essa frase, inclusive, não posso dizer que é minha, mas eu sempre a utilizei. O resseguro é o seguro do seguro. E o IRB, nada mais é que uma seguradora que recebe o seguro do mercado. Ou seja, das seguradoras do mercado. Então eu tentava explicar como funcionava o IRB. Essa, e não só parlamentares, como empresas mesmo iam ao IRB, eu atendia, o senhor me permite, sem vaidade nenhuma, eu sempre trabalhei muito, gosto de trabalhar, gosto do que eu faço, sempre

cheguei no IRB muito cedo e sempre saí do IRB muito tarde. Sempre, tinha reuniões de meia em meia hora, só olhar a minha agenda, sempre atendendo não só o mercado segurador, como o mercado internacional, tinha diversas reuniões, como todos aqueles que iam ao IRB e não deixava ninguém sem resposta, nunca deixei. Essa é a minha, é o meu feito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então o senhor quer dizer que a maioria dos políticos iam ao IRB, marcavam audiência com o senhor para saber o que é o IRB? Como que funciona a IRB? Ter uma aula de IRB?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Positivo. Mas não, não houve assim diversas visitas. Alguns foram como eu os nomeiei. Tem alguns que eu não me lembro de fato o nome. Volto a afirmar, se eu procurar nos meus cartões, eu poderia nominar mais uns 3 ou 4 que me visitaram. Não houve mais do que desses nomes que eu falei, não teve.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece o Sr. Marcos Vinícius? Ele é, é o meu aqui, desculpe. Ele é genro, Marcos Vinícius ele é genro do ex-deputado Roberto Jefferson.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Eu conheci, conheci ele no IRB. Conheci ele no IRB, na recepção do IRB. Ele estava visitando, ele estava em visita, não me lembro, talvez da Diretoria técnica junto com o doutor Henrique Brandão onde eu fui apresentado ao Sr. Marcos Vinícius. Conheci sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, e o senhor teve relacionamento profissional com ele?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Discutiram algumas parcerias, algumas formalidades?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Alguns favores?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não. Nunca tive relacionamento com o Sr. Marcos Vinícius.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Qual é a atividade empresarial que o senhor possui hoje?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Hoje eu faço consultoria. Como eu informei, essa empresa que eu estava abrindo à época, quando eu saí, quando eu fui para o IRB, eu tive que retirar o meu nome

dela, e eu agora estou retornando o meu nome a ela. Mas nesse período eu fiz consultoria particular.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor já reenquadrou-se dentro da empresa ou ainda está--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, ainda não estou reenquadrado, estou em processo de.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Quem, o senhor está acrescentando o nome e está fazendo uma redivisão das cotas ou o senhor está retirando alguém para entrar?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Estou fazendo uma redefinição nas cotas. Somos quatro agora, eu estou com 40% e os meus outros três sócios com 20 cada um.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Quem são os seus outros sócios?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Os meus outros sócios são o senhor Valmir Camacho, senhor Luiz Eduardo Sofia de Jesus e o senhor João Lustosa. João Cavalcante Lustosa. João Luiz Cavalcante Lustosa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Com o senhor seria o quinto ou com o senhor seria o quarto?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Quarto. Valmir, Luís Eduardo e João Luiz. Comigo 4. Mas ainda vai operar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor continua exercendo alguma atividade empresarial ao IRB?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor prestou antes? Essa empresa do senhor prestou assessoria ao IRB?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Nunca, em momento algum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nunca?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Nunca, em momento algum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor tem algum parente que trabalha ou que tenha trabalhado no IRB?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nenhum parente?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:
Nenhum parente. Nenhum parente. Acho no que IRB tem um Lucena, mas não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não é parente?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:
Assim direto não. Porque a família Lucena ela é toda de Pernambuco, Paraíba. Eu sou bisneto direto do barão de Lucena e a família, de fato, é muito grande. Só o meu avô tinha, eram 12 irmãos, se não me engano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Quais são as fontes de renda do senhor atualmente?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:
A minha fonte de renda são as minhas aplicações. Eu tenho um barco que eu tenho alugado ele. Inclusive esse barco ele, no momento ele está alugado para a Ericsson, acho que é Ericsson, vai ser, vai fechar o contrato. Eu aluguei ele para a Vela Brasil, é uma empresa que faz esse, não sei se vocês conhecem, competição de vela, faz Met Race, mas também não é grande, o que tem mais me, contribuído para a minha sobrevivência são as minhas aplicações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O valor desse barco hoje é estimado em quanto?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:
Uns 400 mil reais, por aí. 450, não sei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Está declarado?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Eu tenho tudo declarado. Nada, tudo, tudo, tudo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O salário do senhor como Diretor do IRB era quanto?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:
Era alguma coisa em torno de 12 mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor se considera um homem rico?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:
Não, me considero um homem de classe média, naturalmente, pelos cargos que eu tive na minha vida, eu tenho uma reserva. Tenho dois imóveis, tenho um terceiro que é uma chacinha, uma coisinha que a gente chama de chacinha. Um terreno. Tenho o meu barco, tenho o meu automóvel. Mas não me considero um homem rico, me considero um homem de acordo com aquilo que eu fiz na minha vida, com aquilo que eu recebi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, em 27 de fevereiro de 2004 o senhor recebeu dois depósitos em dinheiro na

conta do senhor. Um depósito não identificado. Com a soma de 204 mil 350 reais. E no mesmo dia o senhor sacou da sua conta 223 mil 497 reais. Quem efetuou esses depósitos em sua conta? E por que imediatamente o senhor retirou esse depósito, esse--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:
28 de fevereiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): No dia 27 de fevereiro de 2004.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:
Qual o valor, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): 204 mil 350 reais. Foi o valor do depósito. E o senhor sacou imediatamente, no mesmo dia, 223 mil reais.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:
Não. Com certeza não. Não. Essa conta não é minha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Luiz Eduardo Pereira de Lucena.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:
Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): CPF, bom, tem outros depósitos na conta, esta data aqui--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:
Qual é o banco, por favor? Eu tenho conta no BANCO DE BOSTON, tenho conta no BANESPA e tenho conta no Unibanco. Não tenho conta em mais banco algum. Com certeza não é meu. Tenho tudo declarado. Deve ter algum engano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, BANCO DE BOSTON.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:
Só eu vendo, porque eu não tenho nenhum depósito, nenhum saque desse valor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): 27 de fevereiro de 2004. Vamos acompanhar aqui e às vezes o senhor se lembra. Mas deve ser do senhor porque inclusive tem aqui os depósitos de pagamentos do senhor no IRB BRASIL RESSEGUROS. 8 mil 700 reais. Deve ser o líquido que o senhor recebe.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:
Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então vamos olhar pela data aqui. Data de 2004. 2004. 27 de fevereiro. 27 de fevereiro. Conta, banco, débito, débito de 223 mil reais 497 reais. E dois créditos, um no valor de 122 mil reais e outro no valor de 102 mil reais. Não confirmado,

ou seja, não identificada a pessoa que fez o crédito e nem que--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não é meu. Afirmo que não é meu. Não tenho essa movimentação, tenho todos os meus extratos. Não me recorde em momento algum de ter tido isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não discordo do senhor, não. Só quero esclarecer ao senhor que isso aqui foi dados obtidos diretamente do banco através da transferência do sigilo fiscal de V.Exa. O senhor disse aí que gosta de barcos.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor possui quantos barcos?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Eu tenho um só, esse meu veleiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Um só? É um veleiro.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: É, um veleiro. Comprado em 2001 para 2002, se não me engano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O valor dele é esse que custa 400 mil reais.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: 450, eu tentei vendê-lo, porque está à venda e não consegui por 500, o valor dele é 400 e pouco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor comprou ele por quanto?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Esse barco é importado, nós juntamos algumas pessoas, importamos na época, fomos pagando ele em dois ou três anos. Foi importado, todo legalizado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Qual é o valor dele, o senhor se lembra? Quanto o que senhor disponibilizou?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Isso foi alguma coisa em torno de 150 mil dólares.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): No dia 8 do 11 de 2002 também está aqui, o senhor recebeu 250 mil reais em depósito em sua conta-corrente. Valor também não identificado. No mesmo dia, o senhor comprou um veleiro que deve ser esse.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E pagou também em espécie

249 mil 848 reais. Ou seja, falta aí 50 reais para poder completar os 250--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Tudo isso eu tinha na minha conta. Tudo isso são valores da minha conta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É isso que nós queremos saber, porque nós estamos sabendo o depósito que tem na conta do senhor. Agora os débitos--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Eu tenho tudo, todas as minhas aplicações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Este valor foi em 8 de 11 de 2001, 250 mil reais foi depositado.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Deve ser do barco, eu não tenho--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não identificado o valor, então foi o senhor que depositou esse valor na sua própria conta?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Deve ter sido dinheiro resgatado de aplicação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Vamos ver aqui pelo extrato? 8 do 11 de 2001. O senhor tinha essa aplicação no BANCO DE BOSTON, né?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Sempre tive no BANCO DE BOSTON. Tive, ah, bom, eu tive indenizações de empresas, recebi da SUL AMÉRICA, quando eu saí. Tive outras fontes de renda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): 8 do 11 de 2001. Conta de crédito 250 mil reais. Foi o crédito. E o débito 249 mil reais. Agora isso veio na conta do senhor que a partir do mês 12 todo mês o senhor tinha um depósito regular. 78 mil reais, 100 mil reais, 85 mil reais, 55 mil reais, 35 mil reais. Esses depósitos era investimento?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Eu não me recorde porque já, nós estamos falando lá de 2001. Eu não me recorde. Eu teria que levantar tudo. Mas com certeza são só dinheiro que eu recebi da EMPLOYERS, da SUL AMÉRICA, são indenizações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Indenizações de?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Deputado, eu não tenho como me lembrar disso agora. Mas tudo o que eu tenho na minha conta está declarado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mas o senhor não concorda que é um valor bastante--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Bom, só da EMPLOYERS --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Para uma pessoa que não se considerar rico, um depósito de 78 mil reais, 100 mil reais, 85 mil reais, 55 mil reais, 35 mil reais, 250 mil reais.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Na EMPLOYERS eu recebia, na SUL AMÉRICA o meu salário era 35 mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor possui ainda esse veleiro?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Possuo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É o mesmo, né?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: É o mesmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Tá, se o senhor possui um veleiro--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Só para esclarecer, o meu salário era 35 mil reais. Nesse entorno. Na SUL AMÉRICA, na EMPLOYERS, na AIG era próximo disso, na Golden Cross era isso. Não tenho nada, está tudo declarado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Veja só--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: A única coisa que não estou conseguindo entender é esse de 2004 que não é meu. Posso lhe garantir que não é meu. Isso não está, vamos ter que levantar as coisas porque não é meu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nós vamos dar uma checada lá no banco e os dados que nós temos aqui são os dados que foram passados para o banco. Eu não estou referindo e nem garantindo ao senhor que--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Pode ser, como eu falei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Algum engano, mas--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Eu posso ter retirado um dinheiro da aplicação para colocar na conta, mas eu não me recordo porque eu fiz todo o levantamento das minhas contas nos dois últimos anos. Então, com certeza 2003, 2004, 2003, 2004 até 2005, eu levantei tudo, pedi extrato de tudo, posso trazer para os senhores a hora que os senhores quiserem e não me recordo disso. Não me recordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Veja só, eu gostaria que o senhor anotasse se o senhor quiser para o senhor trazer a essa CPMI essas informações.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: 27 de fevereiro de 2004.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É. Inclusive essa outra também que o senhor--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Um momentinho só. 27 de fevereiro de 2004, 204.350 o quê?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E 52 centavos.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Isso é o quê?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Isso é crédito.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: É um crédito?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É. E sacado 223 mil 497 reais.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Com certeza não é meu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E 8 do 11 de 2001--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: O saque foi no mesmo dia?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mesmo dia. Simultânea, a mesma operação praticamente.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, com certeza não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E em 8 do 11 de 2001, 250 mil reais em depósito e onde o senhor disse que comprou um veleiro por 100 e poucos mil reais, mas existe uma retirada de 249 mil reais.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Isso é dinheiro que eu resgato da aplicação. Para comprar o barco foi tudo resgatado de aplicação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E sobrou ainda uns 100 mil reais. Comprou o barco--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não. Eu tenho bastante, em aplicação, posso dizer aqui, eu agora quando eu saí da GOLDEN, eles ficaram me devendo uma indenização, fechamos o acordo em juízo e eles estão me pagando 80 mil por mês.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois bem. O senhor tinha um barco.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Tinha não, tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Tem um barco. Depois o que

senhor comprou este barco, este veleiro em 4 do 12 de 2001, ou seja, um mês depois, o senhor vendeu um outro veleiro por 35 mil reais. Esse barco é o mesmo o que senhor comprou em 2001, novembro de 2001?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Eu tinha um barco antigo de 82, 83. Eu o vendi e comprei esse meu de 2002.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois bem, vamos aguardar para esclarecer só essas movimentações. Deixa eu perguntar para o senhor, vamos falar sobre um dos focos que nós estamos fazendo na CPMI, na investigação do IRB, é favorecimento a corretoras. O senhor foi, como o senhor mesmo disse, foi um Diretor muito atuante e ativo durante os últimos 5 anos no IRB.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Dois últimos anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nos dois últimos anos, mas o senhor esteve no IRB cinco anos.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Dois anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Só dois anos?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Eu comecei a minha carreira no IRB, como estagiário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Quando?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Início da década de 70, 71.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois é, não são só dois anos o que senhor tem no IRB, o senhor tem mais tempo no IRB do que, deixe-me ver aqui. Quando que o senhor entrou no IRB?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Como estagiário? Acho que foi 71.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Depois o senhor saiu e voltou de novo?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, eu fui para o mercado de seguros em 76, se não me engano. E retornei ao IRB como Diretor em julho de 2003.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor retornou em junho de 2003.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Julho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Julho de 2003?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Acredito que sim. Junho ou julho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois bem, a corretora de seguros, as corretoras que trabalhavam com o senhor, em algum momento o senhor foi pressionado a ajudar alguma corretora? Ou favorecer alguma corretora?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, em momento algum. O que acontece é que o IRB se relaciona diretamente com as corretoras de resseguro. Essas corretoras fazem um trabalho direto no IRB, não só nas áreas técnicas, como na área internacional, como em todas as áreas do IRB. O meu relacionamento era com as 20 corretoras do mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conhece o senhor Henrique Brandão?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Conheço. O senhor Henrique Brandão é figura exponencial de mercado. Presidente do sindicato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conheceu onde e como?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Já conheço Henrique Brandão há muitos anos, ele foi um dos grandes corretoras da AIG, foi um grande corretor da BRADESCO, é corretor, corretor exponencial do mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ele faz parte das outras corretoras que o senhor atendia lá no IRB? Tinha relacionamento, contato?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: O Henrique representava a segunda ou terceira maior corretora do mundo que era do grupo Galsfarb (F), a corretora chama ACORDIA. Porque as corretoras de resseguro, na verdade, elas não existem. As corretoras de resseguro elas são representadas no Brasil por alguém ou elas têm um representante delas lá de fora no Brasil. A função do corretor de resseguro não existe. Nós até estávamos em trabalho de tentar normatizar, regulamentar isso tudo aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, o senhor disse em ACORDIA, a ACORDIA ela só foi credenciada junto ao IRB no dia 6 de agosto de 2003. O senhor não deve se lembrar desse fato, né? A data?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Quando eu cheguei no IRB, na data que eu cheguei, ela já estava. O que acontece, isso foi um motivo até de troca de correspondências, saiu na revista isso. Quando você se credencia no IRB, você manda a sua carta e a documentação. Toda a documentação dela estava aprovada. Apenas a pessoa responsável pelo credenciamento na época colocou que ele tinha escrito

corretor de resseguro e que a profissão, como eu falei anteriormente, a profissão de corretor de resseguro não existia. Mas a ACORDIA já estava no IRB desde junho, se não me engano, de 2003. Já tinha, inclusive, carta lá dentro. Então já poderia, já tinha direito de trabalhar com isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A informação que nós temos é que ela só foi credenciada em 6 de agosto de 2003.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Em função desse motivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor já tinha aceitado a indicação da Infraero, de Furnas para a ASSURÊ passar a representá-la como corretor de seguros. Ou seja, antes mesmo da ACORDIA ter sido credenciada pelo IRB.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, isso de fato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não corresponde a realidade?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não corresponde a realidade porque as cartas dela já estavam no IRB. Como eu estou afirmando, houve uma correspondência da ASSURÊ/ACORDIA, e essa correspondência falava em corretor de resseguro, apenas uma coisa pró-forma, e o rapaz achou que corretora de resseguro não era o termo usual, aí devolveu a correspondência, mas toda a documentação, ou seja, aquilo que é necessário, ela já estava. Aliás, já estava em processo de negociação já há algum tempo. Bem antes da minha entrada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, ela passou então a representar a Infraero e Furnas?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, ela foi indicada pela empresa com carta, como era critério do IRB, aceitar a carta de indicação. Aceitava, quer dizer, a decisão final era do IRB. A decisão, não sei se vocês entendem. O segurado, não é a seguradora, porque uma coisa é a seguradora indicar que a gente não aceita, inclusive está isso em circular. Mas o segurado, em função das negociações que ele tem com o corretor de seguro e resseguro, o IRB, normalmente, acata a indicação do segurado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, isso vai de encontro, não sei se o senhor conhece um comunicado da DICOM número 01/2001 expedido pelo Sr. Presidente na época, Lídio Duarte, ele na época era Diretor comercial. Que em resumo diz que não mais seriam consideradas pelo IRB as indicações de corretoras de seguro.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: É, essa, como eu falei antes, o IRB não se, o IRB não se, não conversa com o segurado, o IRB conversa com as seguradoras. Essa carta era dirigida às seguradoras porque o IRB não tem comercial com o segurado, o IRB conversa com as seguradoras. Porque o que estava acontecendo à época, eu era da EMPLOYERS e me lembro perfeitamente bem. Estava havendo muita indicação de seguradora para corretor de resseguro. Então, essa carta motivou o IRB à época de fazer essa correspondência proibindo a indicação, ou seja, não seriam mais aceitas as indicações por parte das seguradoras. Então, não tinha nada a ver com o segurado. Inclusive o IRB até hoje pratica a mesma coisa. Até hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mas eu entendi o que o senhor disse aí anteriormente que foi uma indicação da Infraero e de Furnas em fazer, ou seja, em efetivar tendo a ACORDIA como, como--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Corretora de resseguro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Corretora de resseguros. O senhor disse que foi por indicação dela.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Após, eu mostrei para o senhor que existe um comunicado da DICOM, expedido pelo senhor Lídio Duarte, na época Diretor Comercial, que diz que não seria considerado pelo IRB as indicações de corretores de resseguro. Ou seja, então o senhor fez, acatou a indicação da Infraero e de Furnas contrariando este comunicado da DICOM que era do Diretor Lídio Duarte.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, não contrariou nada, Deputado. Muito pelo contrário, a carta, como eu expliquei do IRB de 2001, ou seja, esse comunicado da DICOM, ele era dirigido à seguradora. Ou seja, a seguradora que indicava, que estava proibida, ou seja, de indicar, ou seja, a informação era que o IRB não aceitaria indicação da seguradora. Ou seja, o IRB não, o IRB não mantém relacionamento com o segurado, o IRB mantém relacionamento com a seguradora. O IRB não manda a carta para o segurado, o IRB manda a carta para a seguradora. Que é o relacionamento do IRB. Inclusive isso sempre foi feito, aceito inclusive nos dias de hoje. Ou seja, é norma hoje o IRB só trabalha com indicação do segurado. Entende? Uma coisa é a seguradora, outra coisa é o segurado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A ascensão da corretora ASSURÊ e ACORDIA, ela, na época do senhor como Diretor, ela teve uma ascensão extraordinária. A mesma coisa foi com a ALEXANDER FORBES e a COOPER-GAY. Tem alguma explicação especial por isso? Ou era o trabalho de lobby que elas faziam?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não teve nenhuma ascensão especial, nada disso. De fato, o IRB tinha um critério de desconcentração de negócio. O IRB na sua, só os senhores olharem os números, nos últimos anos, nos 10, 15 últimos anos, o IRB tinha uma concentração em 2,3, 4 corretoras, não mais que isso. Chegou a ter corretora com 40% dos negócios do IRB. E a ordem da Diretoria, isso inclusive todos esses processos eram passados em reuniões de Diretoria. A ordem da Diretoria era desconcentrar. Trabalhar preferencialmente com as 10 maiores corretoras de seguro e de resseguro do mercado internacional. Então, a COOPERGAY está entre as 10, a ALEXANDER FORBES está entre as 10, a ACORDIA é uma das maiores. Existia um interesse direto do Brasil em trazê-los para dentro do nosso mercado. Porém, a ACORDIA não teve crescimento como é informado. A ACORDIA no ano de 2003 não tem registrado prêmio. Não tem registrado prêmio. Inclusive eu informei isso com documento comprobatório. A ALEXANDER FORBES já está no Brasil há muitos anos, não está de agora. A COOPERGAY estava no Brasil desde 99 e não recebia negócio algum quase. Quando eu cheguei ao IRB ela já estava com bastante negócio dentro do IRB. Então, posso, eu não estou de fato, como eu informei aos senhores, eu vim do interior para cá e não, e não trouxe nenhum documento comigo. Mas tenho tudo isso documentado para a Procuradoria, para o TCU, tudo. Todas as minhas respostas estão lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Nós temos um gráfico aqui que a ASSURÊ só a partir do momento que ela foi credenciada, ela teve uma movimentação que representa quase 7% da movimentação.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Esse gráfico é tendencioso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Oi?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Esse gráfico é tendencioso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Tendencioso?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Esse relatório de sindicância ele é tendencioso. Eu provei com relatório de números feito pelo Gerente de prêmios do IRB, o senhor Adilson. Está no, isso está,

faz parte constante do nosso, da nossa resposta ao TCU e à Procuradoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, qual que é a finalidade de se manter mais de um corretor envolvido em algumas contas de resseguros? Há um tipo de ganho para o segurado?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Total. Quando o, bom, primeiro lugar você tem a concorrência. O IRB, anteriormente, ele trabalhava basicamente com dois, três corretores e se vocês olharem os prêmios do IRB como os prêmios do IRB foram melhores, os resultados do IRB foram muito melhores, isso tudo agradece a essa concorrência que existia entre os corretores. A contribuição técnica, quando você tem uma concorrência existe uma contribuição técnica maior. O IRB passou a viajar, o IRB passou a mostrar que era uma empresa capaz e técnica. Eu, particularmente, viajei algumas vezes levando comigo funcionários do IRB, fazendo apresentações. Só para os senhores terem uma idéia, no contrato do IRB de 2003, se não me engano, nós chegamos a fazer 32 reuniões em um intervalo de uma semana. Em inglês, em espanhol, explicando tudo, respondendo todas as respostas. E isso por uma concorrência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Voltando aos gráficos, não é mais de um gráfico, são mais gráficos. Que mostram claramente--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Esses gráficos não são assinados por técnicos, Doutor. Eu estou alertando porque a ASSURÊ, a COOPER-GAY, a ALEXANDER FORBES nunca tiveram mais do que 4 ou 5% da produção que era coerente com aquilo que era, que era a política da empresa. Ou seja, trabalhar com as 10 maiores corretoras de resseguro. E não deixar de trabalhar com as outras. Mas focar nas maiores porque as maiores têm mais facilidade. Isso é fácil da gente entender porque o corretor de resseguro ele procura mercado dentro daquela, daquilo que é estipulado a ele. Ou seja, os securities, como nós chamamos resseguradores, eles têm um nível de rating e o IRB só trabalha com um nível de rating que nós, inclusive, a Diretoria fez um trabalho em cima disso e melhorou bastante esse nível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor foi citado pelo Tribunal de Contas da União por alguma irregularidade?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não. O Tribunal de Contas, ele mandou uma correspondência falando sobre alguns pontos desses. E esse, tudo isso foi respondido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Foi contestado?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Foi contestado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, em relação a ter mais de um corretor envolvido em uma conta. Para o segurado, o que o segurado ganha? Eu sou um segurado, você me coloca, indica dois corretores ou determina dois corretores para fazerem a minha corretagem. O que eu como segurado vou ganhar em ter dois ou mais corretores?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Isso, não é com o IRB, porque isso sendo seguro não é com o IRB. O corretor existe a co-corretagem no mercado de seguros sim. E nos contratos, o volume de prêmio dos contratos é muito grande, isso sempre teve, o IRB colocou sempre dois, três, quatro corretores nos contratos. Os contratos são facilitadores para tentar ser mais claro para os senhores. Existem duas formas de se colocar no mercado internacional, uma é a forma avulsa, ou seja, que você de uma empresa só vai colocar acima de um determinado valor que está dentro do contrato. Vamos tentar dar números nisso. O contrato automático de incêndio, por exemplo, de properties, que nós chamamos, ele tem um teto de 200 milhões, então todos aqueles negócios que são bons negócios nós colocamos diretamente no contrato. Então esse contrato, todas aquelas empresas, isso facilita para o IRB e diminui a mão-de-obra. O IRB hoje tem 10 contratos em cada linha de negócio. Quando eu falo 10 são alguns. O contrato mais expressivo é o de properties, que é o contrato mais disputado no mercado de seguros. É um contrato que gera um prêmio na ordem de 20 milhões de dólares. Então, tudo aquilo que é dentro desses 200 milhões, todas aquelas empresas que têm uma importância segurada de 200 milhões entra diretamente neste contrato. Quando a empresa tem mais de 200 milhões, por exemplo, 400 milhões, os 200 milhões entram nesse contrato e a diferença é colocada avulsamente. Esse contrato, então todas aquelas empresas, a gente, quando vai fazer uma apresentação, a gente levanta todas as empresas, a sinistralidade de todas as empresas, ou seja, todos os dados técnicos para o ressegurador fazer a avaliação e dizer se quer participar deste contrato. Então, isso que eu falei aos senhores foram 31 reuniões. Então essa, essa, vamos dizer assim, esse trabalho visa a conseguir um prêmio muito mais baixo do que o que ele fosse feito avulsamente. E é muito mais baixo, muito mais razoável e com uma despesa administrativa muito menor. Porque você não coloca avulsamente. Ou seja,

o contrato não é praticado, isso é uma técnica feita no mundo todo, não é só aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Veja só, a análise de documentações mostra claramente que existe e existiu, se existe hoje eu não sei, o senhor disse que continua acontecendo, um favorecimento aos corretores, aos brokers. O senhor, por exemplo, em conjunto com o senhor Lídio Duarte, sem motivação e, vou dizer de novo, contrariando o comunicado da DICOM número 1/2001, onde este comunicado ressalta que não mais serão consideradas pelo IRB as indicações de corretoras de resseguros. No entanto, o senhor continuou a atender um pedido do senhor Rodrigo Botelho Campos, dirigente de Furnas, e senhor Adenauer Figueiredo Nunes, dirigente da Infraero, que solicitou ao senhor, inclusive através de cartas, para que fosse mantida ou feita com essas corretoras. O senhor não acha que isso seria, vamos dizer, um favorecimento de brokers ou então um favorecimento ao cliente, onde o senhor disse o que cliente não participa da indicação.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Deputado, com todo o respeito, vou me tornar repetitivo. O comunicado DICOM não era dirigido aos segurados. O segurado, quando indica um corretor, é porque ele tem interesse naquele corretor por um motivo financeiro qualquer que vá dar um retorno para ele muito melhor, muito. O senhor citou dois segurados. O IRB aceitou indicação não é só desses dois, de diversos. E como eu afirmei, continua aceitando. Por quê? O comunicado DICOM era para coibir a indicação da seguradora, para a seguradora não dar ordem ao IRB. Ou seja, a seguradora que tem relacionamento comercial com o IRB, não o segurado. Para o segurado nunca foi proibido, inclusive o IRB respondia todas as cartas dos segurados. E afirmava ainda que ia fazer avaliação e nesta carta que o IRB fazia. Ele afirmava na correspondência que a colocação era de responsabilidade do IRB, mas que ia avaliar a indicação feita por ele, segurado. Não seguradora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois é, mas existe aí uma controvérsia. A USIMINAS trabalhou nos moldes que o senhor está dizendo e a corretora que ela indicou, e inclusive em carta expôs os motivos, não foi aceita pelo IRB.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Foi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ao contrário do que o senhor disse.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: A USIMINAS, com certeza foi. Inclusive a USIMINAS tinha mais de um corretor, se não me engano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): 50% para um--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E 50% para outro corretor indicado.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ou seja que ela não foi atendida em suas pretensões. Ela foi atendida--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Parcialmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Parcialmente.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Porém--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então existe aí um--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, mais uma vez o senhor me permita, porque são muitos negócios. Mas se não me falha a memória, a USIMINAS já havia mantendo relacionamento com a corretora, se não me engano, era USIMINAS, o senhor tem elas para eu não poder errar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Tem no relatório.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: A USIMINAS--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Já existia um relacionamento há muitos anos.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Inclusive a USIMINAS foi uma renovação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Foi.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Foi uma renovação. Uma renovação. Eram dois corretores, um era, podia ser PWS e ALEXANDER FORBES--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): ALEXANDER FORBES e Catalyst?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: E Catalyst. Desculpe, ALEXANDER FORBES e Catalyst. ALEXANDER FORBES e Catalyst já estavam no negócio, foi apenas uma renovação. Apenas uma renovação. E inclusive tinha uma carta da USIMINAS agradecendo a ALEXANDER FORBES os serviços feitos por eles.

E essa correspondência foi inclusive anexada ao relatório que, se não me engano, do TCU.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Veja só, nós temos aqui a ACORDIA fazendo como corretora de Furnas, Infraero, que inclusive tem as cartas aqui solicitando para que ela fosse a corretora. VARIG, GOL, VASP, em 2003 e 2004. Em 2004, 2005. A COOPERGAY com a Petrobrás, Petrobrás RC, Petrobrás de IO ALEXANDER FORBES com a TAM. Isso aqui representa quantos por cento aproximadamente dos resseguros do IRB?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Bom, eu não tenho esses números, mas as companhias aéreas, elas têm um volume de prêmio muito alto, e dessa forma que você trabalha com corretoras. Mas posso lhe garantir que o IRB não se mete com as comissões. Mas as comissões das aéreas são comissões muito baixas, não são comissões de 10, 15%, com certeza. São comissões muito baixas, são pequenas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, mesmo porque, acredito eu, que comissão, agenciamento seria de responsabilidade deles, negociação deles. Então, vamos falar em valor assegurado. Em valores assegurados. Furnas, Infraero, VARIG, GOL e VASP.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: O senhor fala de prêmio. São prêmios--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Valor assegurado tem um prêmio, o prêmio é proporcional ao valor segurado.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Dependendo da taxa, naturalmente, é a proporção. Mas o prêmio de uma Infraero, talvez o quê? Não me lembro bem, mas dois milhões. O prêmio de uma GOL, sei lá, 5 milhões, 6 milhões, o maior prêmio das aéreas era o da VARIG. O prêmio da TAM era o segundo maior, se não me engano. Mas não sei precisar, mas talvez a VARIG pagasse aí na casa de 7, 8 milhões. Não me recordo bem. Mas nessa ordem, de prêmio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então esses deveriam ser os maiores prêmios? Todos eles feitos através da ACORDIA, COOPERGAY e ALEXANDER FORBES.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Em função da especialização deles, Deputado. Cada corretor, quando ele se inscreve no IRB, ele coloca por obrigação, inclusive, é norma nossa, colocar a especialização deles, comprovadamente a lista de clientes que eles têm internacionalmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, a ACORDIA fez VARIG, GOL e VASP. Então, deve ser do mesmo ramo deles ou atividade--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:

Também é da atividade deles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E ALEXANDER FORBES fez uma TAM, então não tem uma divisão aqui--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:

Sim, mas qual seria a diferença se entrasse o A, B ou C? O problema é se eles não tivessem tecnicamente um respaldo para fazer isso. Entende? A minha indicação era uma indicação técnica. Inclusive porque o meu limite de decisão era muito baixo. Esse limite de decisão, eu não sei se eu falei aos senhores estão a par, o IRB tem por norma dividir a responsabilidade entre os funcionários, Diretores, Presidentes, inclusive o Conselho de Administração, que é o Conselho de Administração que aprova todos esses limites. Esse grau, nível de autorização. O meu, no caso, era 500 mil reais. O do Presidente do Conselho é ilimitado. Eu trabalhava tecnicamente em função das inscrições, naturalmente, eu dizia quais seriam aqueles corretores mais indicados para aquele tal, determinado negócio fazer a colocação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ok. Veja só, nós temos aqui um ofício do senhor Roberto Carvalho que é **Gerente** de retrocessão. Trata-se da renovação da VASP no período de 2003, 2004. Ele fala que foi integralizado e etc, um prêmio acerca de 4 milhões de reais e o mesmo informado pelo Gerente está sendo pago com atraso. “Submetemos a vossa condição sugerindo um contato com a JLT aviação. Aviation”.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Aviation.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): “Representado por intercorretoras”.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Uma corretora.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: A VASP é um caso especial. A VASP, ela tinha a JLT, é que é muito tempo já e eram muitas contas. Mas a VASP tinha uma indicação, a própria VASP, inclusive nem pagou os prêmios. Ela quis a JLT, depois foi para outra corretora, se não me engano, a ACORDIA esteve envolvida. A ACORDIA aí parece que negociou um negócio muito pequeno com eles. Enfim, a VASP ia direto no IRB. Nunca pagou em dia, sempre atrasava os pagamentos e ela que pedia para mudar aqui, mudar ali, sempre a VASP, a VASP foi um caso todo especial, nós tentamos ajudar a empresa aérea por

diversas vezes. Inclusive bancando resseguro com os atrasos da empresa. Mas enfim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, o senhor atendeu essa verificação e destinou 60% para WILLIS e 40% para a JLT.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Isso, aí depois a WILLIS não quis a conta ou não sei o que houve que a VASP e a WILLIS não quiseram continuar com o negócio. Talvez essas coisas não chegam a nosso conhecimento na totalidade. Aí mudou o broco, se não me engano saíram os dois, ficou ACORDIA, ou ficou ACORDIA com a JLT, enfim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É exatamente, no processo, nas folhas, não vem dizendo que uma abriu mão ou outra. Sete dias depois o senhor retificou, neste caso, tendo em vista as negociações realizadas.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Na VASP, na própria VASP.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Trocar a JLT por ACORDIA.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Isso, a própria VASP, ela, a própria WILLIS disse que não queria o seguro da VASP.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E por que não tem manifestado através dela? Se ela não queria, se ela não queria por que o senhor colocou, destinou 60% para ela?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Porque a WILLIS era uma empresa, a WILLIS era uma dessas empresas que tinham uma concentração grande e era um bom parceiro do IRB e ela sempre trabalhou com o IRB.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então o senhor destinou sem ela tomar conhecimento se era para ter, se ela aceitaria.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: A corretora não tem conhecimento, a corretora só tem conhecimento depois que recebe a correspondência do IRB informando que ela foi escolhida. Agora, Deputado, volto a afirmar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ou então antecipadamente?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Antecipadamente não. Só após decisão da Diretoria. Porque tudo isso, veja bem, como eu falei, o IRB tem normas, a minha autonomia era de 500 mil reais, eu dava um parecer técnico em função da especialização de cada uma. Isso ia ao Presidente e isso, pelo volume de prêmio, era homologado pela Diretoria. Isso até uma determinada data, porque a partir de final de

2004 existia, passou a existir o IRB um comitê de colocação também. Nunca houve, em momento algum, favorecimento da WILLIS, isso, seguradas aéreas são um negócio complicado e técnico. Porque não é só, na aéreas você não pode colocar um corretor que não entenda do negócio. É impossível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu acho que dificilmente nós vamos conseguir chegar a um entendimento. Porque no caso da Petrobrás--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Houve uma solicitação para uma corretora, aí o senhor determinou que fosse feita pela COOPERGAY.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Posso ver?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): 50% a 50%. E depois o Roberto nomeou a COOPERGAY através de um despacho do senhor.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Isso é RC da Petrobrás onde a COOPERGAY já estava fazendo dienow(F). A COOPERGAY reservou, dienow(F) é responsabilidade civil que a gente chama de dienow(F) que é o nome em inglês “director in office”, ou seja, Diretores-Gerentes. E a COOPERGAY já estava envolvida nisso, e por isso que ela participou, em função de um trabalho técnico que ela fez para o IRB. Isso são assuntos eminentemente técnicos, eminentemente técnicos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Por que então o Gerente, o seu Gerente ele sugeriu que fosse feito, que fosse nomeada uma outra corretora em detrimento--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: O Gerente ele pode, ele pode indicar como eu posso indicar, e o Presidente não acatar, como já houve casos. O Gerente, ele pode indicar e o Diretor acata ou não. A decisão até o meu limite. O Gerente e o limite dele era bem menor que o meu. O limite de Gerente era de 100, o meu era de 500 e do Presidente ilimitado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Olha, sobre esse favorecimento de brokers, eu acho que os próximos dados que nós formos apresentar não vai clarear muito mais a respeito deste assunto. Eu, particularmente, já cheguei a uma conclusão que em cima da situação técnica tira se, coloca-se ou mantém-se. Mas vamos passar para--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Deputado, isso funciona desde que o IRB é IRB. O IRB negocia com os brokers. A vida toda foi assim, não

houve mudança alguma na gestão da Diretoria que demissionária(F) mês de 2005. O IRB funciona assim desde que o IRB é IRB. A única diferença é que a Diretoria anterior à nossa, ou seja, que saiu em 2005, ela já vinha no processo de desconcentração, vou nominar os nomes das corretoras. Havia uma concentração muito grande na EIO(F), na WILLIS. Teve um ano uma concentração imensa na PWS e na GAICARP(F) que é a MARCHI(F), a GAICARP(F) é o nome do resseguro. Então havia uma concentração muito grande nessas três. E na Diretoria anterior a nossa começou o processo de desconcentração, é só os senhores olharem os números do IRB, e isso foi ratificado pela Diretoria atual e a Diretoria do IRB continuou, não só a Diretoria comercial, porque todo estes processos eram resolvidos em comum acordo. Eu trabalhava na parte técnica da história, ou seja, eu trabalhava com o recebimento da documentação e via os corretores que tinham capacidade técnica e eram os maiores corretores para fazer os trabalhos para o IRB.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senhor Lucena, eu, quando quero fazer um seguro, eu negocio com o meu corretor. Eu, corretor que vai me dar assistência, ele que vai cuidar da minha apólice, ele que vai me lembrar a data de renovação. Ele que vai negociar toda a situação comigo. Preço, tudo isso. À mesma forma acontece no IRB? Porque--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: O IRB, no caso, é o senhor. Ou seja, o IRB, no caso, ele que vai procurar o corretor para fazer a colocação e procurar o melhor preço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mas o cliente não é o IRB?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Nesse caso é. Nesse caso o cliente é o IRB. O cliente da Petrobrás, a Petrobrás é cliente do IRB. O IRB é cliente da Petrobrás. O IRB é cliente do corretor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então o senhor acha correto que mantenha-se dessa forma? Que o IRB é que negocia e não, no caso, o segurado que é a Petrobrás é que deveria fazer esse trabalho?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Deputado--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E indicar esse trabalho.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Veja bem. O senhor, há pouco tempo, mencionou que a Petrobrás, o que IRB estava acatando ordens do, que contrariava o comunicado. E eu informei ao senhor que o comunicado era para as seguradoras. A Petrobrás, ela indica, só que os prêmios da Petrobrás

são um volume muito grande para ficar concentrado na mão de um corretor só. Então o IRB colocava um, mais de um corretor para ver uma concorrência e daí conseguir os melhores preços. Isso é uma coisa que o mundo vive assim. Eu não podia fazer uma concorrência, eu gostaria muito de ter um mercado livre, fazer uma concorrência direta. Mas o mercado é fechado e a forma mais limpa de você fazer uma colocação, já que é impossível ter uma licitação, não tem como você fazer uma licitação, a forma mais limpa, mais clara, mais cristalina, transparente, é você ter mais de um corretor. E, inclusive, desconcentrando aquele bloco que operava quase como monopólio no IRB para outros corretores. A gente diz assim, a gente diz assim, o senhor mencionou, vamos falar na COOPERGAY, mas temos outros aí. Tem a ROPNER, tem outros corretores que recebiam negócios do IRB e que eram recentes no mercado. Eu não sei porque a gente está batendo na ALEXANDER FORBES, vem falar isso na própria ACORDIA, na COOPERGAY, porque são empresas que estão entre as 10 maiores do mundo e têm uma capacidade de colocação, uma capacidade de negociação estupenda. Porque a COOPERGAY ou qualquer corretor de resseguro, a FORBES ou a MARCHI(F), ou a EIO(F), ou a GAY o que acontece? Eles têm resseguradores que operam com eles, eles não operam com qualquer ressegurador. Eu conseguir preço com ressegurador nível D é fácil. Agora conseguir preço com ressegurador nível A é outra coisa. Nas nossas reuniões, que nós fazíamos com resseguradores, nunca vi um ressegurador abaixo daquele nosso rating. O rating do IRB anterior era B menos, nós subimos o rating para B mais. Ou seja, era de B mais até Triple A(F) que a gente trabalhava. Ou seja, só a nata dos resseguradores. Resseguradores com solvência. Porque é como hoje a gente vai fazer o seguro de automóvel, procurar preço numa companhia que vai fechar como diversas já fecharam é simples. Agora, fazer um trabalho, conseguir preço, resultado para o IRB, a gente está muito preocupado com uma colocação, Deputado, o senhor me permite a minha dissertação aqui, mas os resultados do IRB foram excelentes. Os dois anos do IRB 2003/2004, apesar de o resultado financeiro do IRB ter sido negativo, o resultado com operação de seguro do IRB foi estupendo, superando o negativo do IRB e dando um tremendo resultado. Volto a afirmar, o IRB tinha uma transparência e tem uma transparência única porque existem normas, essas normas eram seguidas ao pé da letra. O Gerente opinava, a Diretoria aceitava ou não, a Diretoria opinava, o Presidente aceitava ou não, levava-se à Diretoria, naturalmente acima de determinado valor, e a Diretoria aceitava ou não. Então era uma coisa bem transparente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Vamos lá. O senhor saiu do IRB, o senhor foi exonerado ou pediu--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, pedi demissão. Toda a Diretoria pediu demissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Por qual motivo?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Porque o Presidente disse “Eu vou sair e gostaria que todos saíssem comigo”. Na época, o doutor Apolônio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Saíram em solidariedade.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Entrou todo mundo também em solidariedade?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Quando foi contratado?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, claro que não. Saíram todos juntos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, vou partir para outra situação. Caso Guaratinguetá.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Guaratinguetá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Por que o senhor, no caso envolvendo a companhia de fiação de tecidos Guaratinguetá, onde houve uma indenização de um sinistro de aproximadamente 15 milhões de reais, foi favorável ao pagamento?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, momento algum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mesmo sabendo que a empresa beneficiária não estava coberta por nenhuma apólice de seguros?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Estou me lembrando um pouquinho porque eu tive que, impossível lembrar de todos esses casos. Eu não tenho nada a ver com sinistro, nunca tive. A fábrica de tecidos Guaratinguetá, ela, eu conheço o caso, alguma coisa por quê? Eu tinha, embaixo de mim, a área, o backoffice, como nós chamamos, de operação. Ou seja, a parte toda de contabilização de prêmio e de sinistro até final de 2004. E o meu Gerente, disse assim: “Estou com um caso aqui que pode dar problema. A seguradora está nos perguntando se eles pagarem a gente acompanha”. Eu dei um parecer, está no pro-

cesso, dizendo que sem seguro não existe resseguro. Esse foi o meu parecer. Inclusive encaminhei para o jurídico do IRB. Ou seja, sem seguro não existe resseguro. Porém, eu gostaria de fazer um aparte aqui, tecnicamente falando, a Guararinguetá, ela mantinha apólices de seguro com a companhia, se não me engano, era Aliança da Bahia. Enfim, uma companhia de seguro, Aliança Bahia. Ela tinha, mantinha esse seguro por anos e anos e anos. E todas as renovações da companhia eram problemáticas. Atrasava, demorava 60 dias para emitir apólice, 90 dias, enfim. Sempre havia atraso. O jurídico do IRB, inclusive deu um parecer com base nisso, por quê? Quando você mantém um relacionamento, o fato de você não renovar essa apólice, juridicamente você perde. Ou seja, porque você vai dizer como você vai dizer que não quero mais? Porque um relatório de inspeção disse que ele devia tirar o solvente da área de produção? Entende? Então tecnicamente era difícil uma defesa. Eu não tenho nada a ver com sinistro porque não é minha área. Mas eu estou dando um apoio técnico. Porém, no processo, eu quis colocar a responsabilidade na seguradora. Ou seja, dizendo: “Sem seguro não existe o resseguro”. Ou seja, o IRB não pode acompanhar nada. Este processo, houve uma mudança no organograma do IRB, inclusive essa área de backoffice saiu da minha gestão e o Diretor, acho que dois Diretores, se não me engano, à época resolveram pegar o processo e resolver junto com a seguradora e com o segurado. E fizeram um acordo que também não, em momento algum chegou ao meu conhecimento. Esse processo chegou a meu conhecimento no final, em reunião de Diretoria. O processo de sinistro ele se passa da seguinte forma: quando você vai, regula o sinistro, aí você vai liquidar. Chama-se regulação e liquidação. Quando você vai liquidar o sinistro, você liquida ele em parte. Ou seja, você faz ALS, são adiantamento por conta da liquidação do sinistro. Então foi feita a primeira ALS num valor que eu não me recordo, mas deve, alguma coisa em torno de, sei lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): 5 milhões 055 mil.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Onde o Diretor Técnico da área de sinistro assinou. Depois houve outro, que é uma coisa pró-forma, porque quando você faz o primeiro, já está liquidado, o sinistro já está regulado, já foi aceito, é somente a medida que o segurado vai corrigindo aquilo que sofreu o dano, ele vai recebendo o adiantamento para fazer o próximo. E houve, se não me engano, 3 ALSS, a última ALSS foi para a reunião da Diretoria porque o organograma do IRB modificou. Mas friso que já havia sido pago a primeira, a segunda, que acho que até o

Presidente também assinou, e a terceira que foi para a reunião de Diretoria. Aí que todos os Diretores assinaram porque tinham que assinar mesmo, era uma coisa pró-forma de passar numa reunião de Diretoria. Não sei se esclareci.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Esclareceu. O senhor acha normal o IRB ter determinado, por exemplo, a companhia de seguros Aliança da Bahia que emitisse uma apólice no valor de 18 milhões de reais com data retroativa à ocorrência do sinistro?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Deputado--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É normal isso?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Eu digo ao senhor, não é uma coisa normal, mas é uma coisa que pode ser aceita quando juridicamente você está em risco de perder muito mais. Eu vou contar um caso aos senhores, quando eu era vice-Presidente da AIG, na época eu acho que era Diretor, nem vice-Presidente era. Ela chamava-se siderúrgica HIME. Nós fizemos, na época, o seguro de engenharia, ou seja, da instalação e montagem da empresa. Nós ganhamos a concorrência. Fizemos com segurados, resseguro no IRB, tudo direitinho. A engenharia, o próximo passo da apólice de engenharia é a apólice de incêndio, que a gente chama apólice de propriedades, que é o properties. Nesse exato, a partir do teste termina engenharia e começa o incêndio, ela não pode ter um gap de cobertura, é uma seqüência. A seguradora, na época, se não me engano era a Yorkshire, ela disse: “Não, eu não quero a AIG como líder. Eu aceito ela como co-seguro, mas eu não quero ela como líder”. E o corretor dizia: “Não, o trabalho que eles fizeram na parte de engenharia foi excelente, eu quero eles como líder, fica 50, 50 para cada um, mas eu quero ele como o fleg(F)”, que a gente chama líder ou fleg(F) é a mesma coisa. E ficou naquela discussão e essa discussão levou-se dois meses, mais ou menos. Pois a indústria pegou fogo. E a apólice não estava emitida. Eu, naquela época, eu tinha um Telex para a empresa pedindo a cobertura e um Telex da AIG para o IRB. Na época, o Diretor, até falecido, mas esse caso está lá, o Dr. Luiz Alves. O Dr. Luiz Alves disse para mim: “Lucena, não se preocupe. A cobertura vai ser dada ao IRB, mantenha a palavra dele. A cobertura vai ser dada em função de uma continuidade”. Então, eu estou levantando esse caso porque foi um caso que aconteceu comigo. Eu não quero defender porque eu não tenho responsabilidade nisso daí. Eu não quero defender, mas eu estou apenas tecnicamente informando aos senhores que juridicamente, com certeza, o segurado ganharia.

Então o IRB naquela época aceitou emitir uma apólice retroagindo o período que ficou sem a emissão. Então, se a gente levar em consideração o tempo de relacionamento que o segurado manteve com a Aliança da Bahia renovando todos os anos, ora, chegou num determinado momento a apólice não estava emitida, ocorreu um sinistro, é complicado negar, mas não sou, volto a dizer, não era a minha responsabilidade e eu dei o meu parecer técnico dizendo que sem seguro não existia o resseguro. Ou seja, na minha, naquele momento ali eu não, não me envolvi com nada, muito pelo contrário, disse que não tinha cobertura.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom não, houve apólice, automaticamente não houve o pagamento do prêmio, não houve--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Isso está meio--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Da mesma forma eu conheço vários colegas que fizeram o seguro do carro, deixaram de pagar 5 dias por esquecimento, alguma forma, o carro foi roubado e batido e depois não tiveram o recebimento pela seguradora. Que não é--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Juridicamente eles têm direito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não é o caso do senhor porque o caso do senhor é o resseguro.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Mas juridicamente. Mas eu digo assim, seguro e resseguro é a mesma coisa. Ou seja, já que o resseguro é o seguro do seguro. É o processo é idêntico. É apenas questão de capacidade de aceitação de risco de cada empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E os valores também são--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: É, capacidade de reter.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, o pagamento do prêmio pelo segurado não é condição imprescindível à existência do seguro e, conseqüentemente, cria essa obrigação de indenizar para a seguradora. Não é isso que está previsto em lei?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor disse o que IRB sempre anda de conforme a lei. Desta forma que aconteceu não seguiu uma legislação. Foi só--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Foi um acordo comercial. Isso é um acerto comercial.

Onde havia uma sequência de resseguros no IRB, a seguradora emitiu a apólice, a Diretoria achou por bem aceitar aquela apólice como sendo válido, o segurado pagou o prêmio, o resseguro foi feito e a indenização foi realizada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor conheceu o Professor ou conhece o Professor Fábio Ulhoa Coelho?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: De nome. Não o conheço não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ele foi contratado pela seguradora Aliança da Bahia e ele afirma que não houve a renovação do seguro. Expressa e testamentar. E que a seguradora não pode indenizar sinistro verificada após o fim do prazo de validade da apólice. É o que o senhor disse aí. Conseqüentemente, mesmo com um parecer apresentado pela seguradora Aliança da Bahia, o IRB aceitou o risco. Bom, o senhor tinha conhecimento que o seguro foi pago tomando como base a totalidade da ala ímpar da empresa ou o senhor não tem conhecimento?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, eu só tive conhecimento que esse sinistro estava sendo liquidado quando ele apareceu em reunião de Diretoria. Ou seja, como eu disse, como eu informei--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Para liquidação.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Isso, porque ele já havia sido feito as duas primeiras, os dois primeiros adiantamentos da liquidação de sinistro, faltava o terceiro. Como eu afirmei, a regulação foi feita lá no início. Aí surgiu a primeira ALS. Depois veio uma segunda ALS, mais ou menos do mesmo valor. E a terceira foi para a reunião de Diretoria, neste momento que eu tomei conhecimento porque o organograma da empresa mudou e passou a Diretoria passou a receber a informação. Obrigatoriamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então o senhor assina um cheque de 5 milhões de reais simplesmente porque os outros Diretores assinaram? Sem tomar conhecimento se o sinistro foi bem liquidado, se não foi liquidado, se está correto, se não está correto.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não foi bem assim, Deputado. Depois dessa dissertação que eu estou fazendo aqui, afirmando, que, se houve uma negociação entre o Diretor, a seguradora e o segurado, a um nível de preço bem menor daquele que deveria ser pago, se tudo estivesse conforme, essa exposição foi feita e a Diretoria, que ela sempre trabalhou em uníssono, acatou aqueles dois primei-

ros passos dados sendo feito o terceiro. Ou seja, o terceiro é uma coisa pró-forma, Deputado. Porque já havia sido--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mas é importante. Qual foi o Diretor que negociou?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: O Diretor Técnico, na época, era o Diretor Murilo. O doutor Murilo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então o senhor afirma o que doutor Murilo fez essa negociação?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, eu não afirmo. Era responsabilidade dele, se ela foi feita eu não vi, mas se ela foi feita só pode ter sido feita através do doutor Murilo com a assessoria jurídica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor disse que dois Diretores fizeram a negociação, puseram o processo debaixo do braço e foram negociar. Quem foram os dois Diretores?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Eu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ou foram resolver?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, o responsável pela área é o doutor Murilo. Talvez o doutor Apolônio tenha o ajudado. Eu não sei, eu sei que, no processo, falava em doutor Apolônio, porque eu li o processo. Mas a responsabilidade da negociação era da Diretoria, bom, pode ser que o organograma mudou, então pode ser que eu esteja errando algum, alguma data aí. Mas a responsabilidade que me consta era do doutor Murilo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, vamos para outro ponto. Investimento no exterior. O senhor conhece o empresário Marcos Valério?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Eu o conheci no IRB. Doutor Marcos Valério esteve no IRB para visitar o Diretor Financeiro, se não me engano, não estava, me pediram que eu o atendesse. Eu atendi, quando eu vi que o assunto era eminentemente da área de finanças, eu encaminhei ao Presidente. O Presidente o atendeu, coisa de 5 minutos, disse para ele que o assunto deveria ser tratado com o doutor Alberto Paes, que era o Diretor Financeiro à época. E doutor Marcos Valério voltou ao IRB para conversar com o doutor Alberto Paes. Esse foi o meu contato com o Marcos Valério.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Qual que era o assunto?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: O assunto era investimentos. Mas como não era da minha área eu encaminhei ao Presidente e o Presidente, da mesma forma, encaminhou ao Diretor Financeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor não teceu detalhes de que investimento, qual investimento?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, em momento algum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Qual o investimento? Nada?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, em momento algum. Não é a minha área. Eu apenas o atendi para ele, como atendo todo mundo. Porque era o único Diretor presente naquele momento, as secretárias pediram para eu atendê-lo, eu atendi, encaminhei ao Presidente e o Presidente, e ele voltou para falar com o Diretor Financeiro uma semana depois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Aí o senhor não teve contato mais com ele?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: No outro, no retorno dele ele passou para agradecer, teve e só foram esses dois contatos. Essas duas visitas, se não me engano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Como a Diretoria é solidária até na hora de pedir demissão, o senhor não tem conhecimento do que foi tratado, o que foi resolvido? Se foi feito algum investimento, se foi indicado algum investimento?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, o doutor Alberto Paes relatou que ele havia ido, que, porém que o IRB não ia modificar os investimentos como estava fazendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Em 2005.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Inclusive, todos os investimentos do IRB eram aprovados pelo comitê de administração. Pelo conselho de administração, desculpe. Presidido pelo doutor Marcos Lisboa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor apresentou à Diretoria uma proposta de investimento no exterior?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Apresentei--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Através de um investimento Bank e do inter Boston Mest(F) Bank.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Eram alguns securities grandes. O que aconteceu?

Desde o início, toda a Diretoria estava descontente com o retorno financeiro que o IRB estava recebendo. O retorno financeiro do IRB estava na casa de 1%, 1.2, 1.3, através do Banco do Brasil ou outro security, nós não tínhamos acesso a isso. Apenas todos os Diretores do IRB eram Diretores, foram Diretores de outras empresas e são pessoas de nível. E que conhecem o assunto. Não me lembro de nenhuma reunião, esse assunto não vir à baila. Ou seja, o descontentamento com o retorno dos investimentos do IRB era geral. Tanto que o resultado financeiro do IRB foi negativo no ano de 2003, no ano de 2004 ele teve um resultado pífio positivo, em função de uma realização de venda de ações. Mas muito pequeno mesmo. Normalmente, para vocês entenderem, o mercado segurador trabalha com resultado na operação até negativo. O financeiro é que respalda porque, quando você recebe o prêmio, leva um tempo para você pagar um sinistro se ele vier a ocorrer e esse período você tem um ganho financeiro grande. Então a Diretoria estava descontente e, pelos meus conhecimentos dentro do mercado, disse: “Eu vou mandar para você um e-mail e você tenta ajudar lá o pessoal”. E de uma forma de contribuir, eu levei um investimento, se não me engano da ordem de 4 a 5%. Ao invés do 1 e pouco que o IRB estava recebendo. Com securities como CITIBANK, UBS, tudo security classe AAA, ou seja, Triple A(F) como nós chamamos. Esse foi o motivo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Essa proposta foi após a visita do Sr. Marcos Valério ou anterior à visita do Sr. Marcos Valério?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, não tem nada a ver. Nada a ver, isso daí foi um--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Quero saber se foi antes ou se foi depois?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Acredito que tenha sido bem depois porque--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Depois da visita do Sr. Marcos Valério?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Eu acredito que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor era Diretor de--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Eu era Diretor, dentro no primeiro organograma o Diretor Comercial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E depois do segundo organograma?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:

Do segundo organograma era Diretor, que chamava Técnico de Risco e Propriedade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Risco e Propriedade do IRB. Bom, se o senhor atendeu o Sr. Marcos Valério, não era da área do senhor, o senhor indicou o Marcos Valério depois para--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, não indiquei, Deputado, por favor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Apresentou.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Isso, eu atendi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Para que tratasse do caso.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Por favor, por favor, peço permissão. Eu atendi doutor Marcos Valério, como era a minha função como Comercial do IRB, não tinha outro Diretor para atendê-lo. Eu atendi, ele queria falar com o Presidente, e eu chamei o Presidente pelo telefone. E ele pediu dois minutinhos porque ele estava acabando uma reunião. Tão logo ele acabou a reunião, eu o dirigi a sala do Presidente, onde o Presidente, na minha frente, falou a ele que o assunto de investimentos era para ser tratados com o Dr. Alberto Paes. E assim foi feito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O doutor Alberto era o Diretor de Investimento?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Tá.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Aí ele foi encaminhado. Aí voltou ao IRB alguns dias após.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor não acha estranho que mesmo o senhor não sendo, ou seja, não sendo da esfera de Vossa Senhoria esta atribuição de investimento, o senhor apresentou uma proposta de investimentos da UBS e da WINTERBOTTOM.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, não acho estranho não. Porque dentro da minha posição, Diretor do IRB, eu estava totalmente incomodado com o retorno do IRB. Que era muito baixo para aquilo que é normal dentro do mercado. Não só eu, como todos os outros Diretores. Estavam, como eu disse, o assunto vinha à baila todos, ou seja, o IRB fazia o timing depósito a um e pouco. Agora, até não sei se o senhor reparou também, se os senhores analisaram bem, os investimentos do IRB dobraram e triplicaram

naquele mês que a gente estava pressionando. Ou seja, se não me engano, no mês de abril ele passou de 1 e alguma coisa para 2 e alguma coisa e depois para 3 e alguma coisa. Ou seja, isso foi uma pressão, não só minha, isso, inclusive, eu coloquei por carta, fiz questão de levar à Diretoria e ainda fiz uma correspondência interna a título de contribuição para a área financeira. Em função dos meus conhecimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Essas instituições financeiras que o senhor fez a proposta, como foi esse relacionamento? Como foi esse contato do senhor com eles?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Relacionamento nenhum. Foi, amigos meus do mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então é amigos de mercado.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, foi seguradora de mercado, onde eu trabalhei como SUL AMÉRICA, como AIG, como Unibanco, que têm conhecimento muito mais do que o meu, que indicaram, fizeram uma proposta, assim como se fosse fictícia, do que o mercado estava oferecendo. Somente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Direto para o senhor?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Direto para mim, para a minha máquina.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Mas houve algum contato, houve alguma reunião, discutiu-se, apresentou para o senhores os dados.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, o broker lá mandou para mim, telefonou parou mim: “Olha, estou este respondendo em função de tudo aquilo que foi conversado, estou te mandando o que o mercado está oferecendo, o que pode acontecer. A nível de internacional”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Qual que era o montante sugerido nesses investimentos?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Eu acho que era alguma coisa em torno, o montante não, o importante é o retorno. Estava falando alguma coisa em torno de 250 milhões, uma coisa assim. O IRB tem no exterior quase um bilhão, tinha 900 e tantos milhões de dólares. Investimento no exterior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então o montante sugerido para os investimentos se ia ter um retorno de 250 milhões de dólares, pelo que o senhor apresentou--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Isso era um exemplo, Deputado, isso foi um exemplo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Deixa eu repetir a pergunta. Qual era o montante sugerido para esse investimento? O senhor participou de uma reunião de Diretoria e fez a proposta de um investimento. Qual era o valor sugerido para esses investimentos?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não fiz a proposta de investimento. Inclusive na ata está como contribuição da Diretoria, uma taxa de retorno bem acima daquela que o IRB estava praticando. Não tinha proposta de investimento. Existia uma proposta de uma taxa de retorno melhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A taxa de retorno. A proposta do senhor foi aprovada?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Foi... Pediram que eu a encaminhasse para o Diretor Financeiro. E assim foi encaminhada. Foi registrada em ata como uma contribuição da Diretoria e colocada em ata que fosse encaminhado ao Diretor Financeiro para análise.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E o senhor conhece o desdobramento?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, desconheço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não voltou a discutir mais na reunião?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, nunca mais. Inclusive porque nós, logo eu, um mês depois saímos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Em 2002 o IRB fez um investimento de 240 milhões de reais nesses mesmos moldes. O senhor estava lá na época?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não? Então o senhor não sabe dizer se essa proposta deu certo ou deu errado.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Qual a proposta? Essa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Essa que o senhor encaminhou.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, essa proposta foi, como eu estou afirmando, foi uma proposta para mostrar que a gente poderia conseguir melhores retornos com securities, ou seja, com bancos mais fortes que aquele que a gente estava operando. Não era com base no... Esses 250 milhões de dólares, inclusive, foi feito em outra gestão, não tem

nada a ver com a nossa gestão. O senhor está tentando fazer um comparativo dos 250 com--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não, os 250 são só valores. O senhor me disse que são mais de 900.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: São só--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A política de investimento em vigor era a mesma da época ou houve algum investimento modificado? Em EURO, notas, alguma coisa nesse sentido?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não sei porque todos os investimentos do IRB eram aprovados, apenas a gente recebia a informação, mas ele era aprovado pelo Conselho de Administração do IRB. Era da autonomia do Conselho de Administração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não tinha nenhuma participação do senhor?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não. A gente apenas escutava aquelas renovações do timing depositary que era feito por 30 dias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Se o senhor tivesse 240 milhões de reais o senhor aplicaria dessa forma?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, com certeza não. Aplicaria na forma-- [Risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Qual a graça?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, porque eu acho a taxa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor não tem 240 milhões ou porque o senhor concorda o que investimento é mal feito?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: É que eu acho, Deputado, que a gente pode conseguir muito mais. Entende? Então a minha contribuição foi nesta direção. Eu falava em nome dos outros Diretores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Por que o senhor acha que se poderia ter um investimento que dava maior rentabilidade, por que o senhor acha que o IRB realizou esse investimento?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Ah, eu acho que isso o senhor deve perguntar, desculpe a franqueza, ao Diretor Financeiro porque ele que fazia todas as aplicações do IRB aprovadas pelo Conselho de Administração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor fazia parte do Conselho de Administração?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, não, não. Eu fiz parte do que a gente chamava de comitê de investimentos, que era um comitê que se reunia esporadicamente com Diretores vice-Presidente da BRADESCO, da ICATU, com vice-Presidente Administrativo. Mas era um comitê apenas consultivo e estranho também porque eles todos, tanto o doutor Falcão, que é o Presidente da ICATU, quanto o doutor Samuel que é vice-Presidente Financeiro da BRADESCO, eles diziam que o anterior que eles tinham era muito maior do que aquele que o IRB estava conseguindo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor fez alguma crítica em reunião de Diretoria a respeito desse investimento?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Diversas vezes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então para que o senhor não peça para eu perguntar a alguém eu vou ser mais direto. O senhor acha que o IRB quis favorecer alguém?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Não, acredito que não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Não?

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Acredito que não. Acredito que não. O Dr. Alberto Paes é uma pessoa ilibada, no meu modo de ver, profissional competente. Só o retorno que nós estávamos tender muito pequeno. Volto a dizer e afirmo que os resultados do IRB não foram com base financeira. A base financeira, ela trouxe até um resultado negativo para o IRB. Os resultados históricos do IRB no ano de 2003, 2004 foram resultados que superavam, superaram a expectativa. O 2004 superou o 2003 e o 2003 teve um resultado financeiro negativo e 2004, volto a dizer, teve um resultado financeiro positivo, em função de uma realização de venda de ações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, essa aplicação já apon-tada e, através de gráfico, ela dá um prejuízo muito grande ao IRB. Ainda mais que a única garantia o que IRB tem é a após 5 anos ter o dinheiro de volta.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Qual aplicação?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Essa aplicação dos 250, 240 milhões de dólares.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Foi aplicado na época do doutor Demóstenes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Dr. Demóstenes, essa que surge todas essas críticas. Se o senhor tivesse hoje condições, o senhor já disse que não reinvestiria, existem aplicações melhores. O senhor acha que buscar este recurso hoje, lá de fora, e aplicar aqui dentro no Brasil mesmo, através do Banco do Brasil, perdendo--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Eu acho que a gente já perdeu tempo esperando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Poderia--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Vou tentar explicar. Existia uma franquía, quer dizer, isso como eu estou informando aos senhores, isso tudo é informação do Dr. Alberto Paes, que vinha, relatava isso na Diretoria. Um instantinho só. Ah, sim, existia uma franquía nessa aplicação do doutor Demóstenes, na época do doutor Demóstenes, franquía essa de dois anos. Você não podia mexer no investimento durante um--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Tinha uma carência.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Tinha uma carência, uma franquía de tempo. Se eu não me engano, no final de 2004, se não me engano, outubro de 2004, essa carência venceu. E no março de 2005 ou abril de 2005, por aí, que foi descoberto que a gente não tinha feito absolutamente nada em fazer uma modificação. Porque o retorno na época era um e o retorno naquela ocasião, de 2004, já podia ser outro. Não, era 2004, pode ser que eu esteja errando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): 2004, dois anos. Foi feito em 2002.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Foi feito em 2002, em 2004 venceu. Então, em abril de 2005 ou março de 2005 foi descoberto que a gente não fez nada. Ou seja, levou esse tempo todo para tentar fazer alguma coisa e acabamos não fazendo. Porém, eu não sei do desdobramento disso. Eu, com certeza, não teria o meu dinheiro ali. Eu com certeza, porque quando esse dinheiro foi para fora o dólar estava num patamar muito mais elevado, e se nós recuperássemos esse dinheiro agora, nós iríamos recuperar menos real do que recuperamos. Mas, porém, eu não sou o técnico do assunto, mas é só fazer conta. Ver o que é melhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Dr. Luiz Eduardo, eu acho que a sua presença aqui colaborou muito para que nós pudéssemos avançar no nosso relatório. Eu agradeço o senhor, a presença, e franqueio para que o senhor

possa fazer alguma consideração final se for do seu desejo.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA: Eu, primeiro lugar agradeço a oportunidade. Eu já estava, como disse no início, ansioso para estar aqui para poder tentar, nesse espaço pequeno de tempo, passar essa informação aos senhores, de como funciona o IRB, como funcionava. Frisar aos senhores que nada foi modificado e afirmar aos senhores que o IRB sempre teve um processo bastante cristalino. Ou seja, a desconcentração eu acho que é um bem para o IRB. Inclusive, essas corretoras citadas pelos senhores, elas continuam operando com o IRB. Inclusive o contrato de properties, que é o maior contrato, ela, as corretoras participam do contrato. Viu, Deputado? As corretoras, inclusive citadas, elas continuam operando com o IRB. Ou seja, porque são corretoras extremamente importantes para o mercado. Por sua vez, o IRB tinha, acredito que continue a ter, o seu, as suas normas de autorização, de colocação. Um detalhe importante: eu, a Diretoria anterior a minha tinha um grau de autorização ilimitado. A minha Diretoria foi cortada e quem fez foi o Conselho de Administração. Ou seja, o meu nível de autorização era de 500 mil reais, o do Gerente, se não me engano, era 100. No IRB tem mais de 3 mil processos colocados avulsamente. Então, é impossível se trabalhar um a um, ou seja, o Gerente tem o seu grau de autonomia, o Diretor tem o seu grau de autonomia e tudo aquilo que lhe excede é transferido para a decisão ou do Presidente ou da Diretoria. Essa forma, ela modificou a partir, se não me engano, de outubro de 2004, passou a funcionar um comitê de colocação onde todos os Diretores participavam, inclusive aquelas aéreas que nós comentamos foram renovadas, algumas foram melhor distribuídas. Mas todas elas renovadas com aqueles corretores que nós estávamos comentando. Enfim, isso tudo vem a mostrar a clareza como o processo era feito dentro de uma cristalinidade, ou seja, o mercado respondia. Enfim, para terminar, agradecer mais uma vez essa oportunidade e dizer aos senhores que eu estou à disposição. Gostaria de saber como faço, porque eu vou averiguar isso, com certeza esses números não são meus. Gostaria de entender por que estão aí. Vou verificar e mando todos os meus extratos para o senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Olha, eu gostaria, até mesmo porque a movimentação que nós temos nessa conta, essas aí foram as que chamaram mais atenção. Mas existem outras movimentações que nós consideramos ser uma movimentação, vamos dizer, de relevância financeira. Movimentações de 75 mil reais, movimentação--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:

Agora como--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): De 100 mil reais.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:

Agora eu estou com o meu--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Movimentação de 70 mil reais.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:

Eu tenho a minha conta toda ela muito aberta, muito clara. Tanto que eu disse por carta que poderia abrir qualquer sigilo meu. E eu, como eu afirmei, eu tenho um dinheiro que eu recebi da EMPLOYERS, mas já tem tempo. Então, 2004 eu não me recordo. Tenho o meu acordo fechado com a GOLDEN CROSS dentro da lei trabalhista, tudo direitinho, onde eles estão me pagando em parcelas tudo aquilo que me deviam. Tenho, enfim, eu presto qualquer esclarecimento que os senhores quiserem. Eu, infelizmente, eu não tenho, como eu vim do interior, estava, fui passar o carnaval com a minha família, vim de peito aberto aqui, não tenho nada a temer, não trouxe nenhuma documentação, não trouxe nenhum processo, tudo o que eu estou respondendo aqui a vocês, tudo que eu ainda tenho na minha mente, ou seja, o meu arquivo. Enfim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É, nós precisamos só de esclarecer, Dr. Luiz Eduardo, porque, na verdade, existe uma dúvida muito grande porque a maioria dos depósitos feito nesta conta é exclusivamente do IRB, pagamento deve ser pagamento de salário. Porque--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:

Na minha conta do BANCO DE BOSTON, não, Banco do Brasil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Essa é do Banco do Brasil.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:

Conta salário é Banco do Brasil, que era onde eu recebia pelo IRB. No BANCO DE BOSTON eu poderia até transferir de uma conta para outra, naturalmente, se eu movimentava mais o BANCO DE BOSTON, mas a--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Porque, na verdade, o que vem aqui são o seguinte: essas movimentações altas elas não têm as informações nem da pessoa que creditou esse dinheiro e nem da pessoa que sacou esse dinheiro. Vem dizendo que é não informado. Não informado.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:

É, mas com certeza--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Porque normalmente se o

senhor sacou, quando tem outros saques aqui, por exemplo, vem quem sacou foi o senhor mesmo, Luiz Eduardo Pereira. Um saque, por exemplo, de não, um crédito de 74 mil 445.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:

Tem alguma coisa equivocada, eu vou trazer aos senhores todo o meu, todos os meus extratos, é só o senhor--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Só peço uma brevidade para o senhor, porque nós estamos com o nosso prazo--

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:

Só preciso saber como fazer porque eu tenho, eu pedi um levantamento do banco, eu tenho tudo isso e muita coisa ainda tenho até original do banco. Então não tenho, eu não tenho o que temer quanto a isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Ok. Mais uma vez eu agradeço ao senhor. Não tendo mais nada a ser tratado eu agradeço a presença de todos os senhores, Advogados diretos e indiretamente. Ao senhor, aos colaboradores da imprensa e dou por encerrada essa sessão.

SR. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA:

Muito obrigado, senhor.

Sessão encerrada às 16h30

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS –
EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 6ª Reunião, realizada em 14.03.2006.

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às quatorze horas e cinquenta minutos, na sala treze, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Carlos Willian, com a presença dos Senadores Luiz Otávio e Valdir Raupp e dos Deputados Jorge Bittar, Nelson Meurer e Onyx Lorenzoni, reúne-se a Sub-Relatoria da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência declara abertos os trabalhos e esclarece que a pauta desta reunião destina-se à oitiva dos Senhores Demóstenes Madureira de Pinho Filho

e José Eduardo Batista e solicita a presença do Senhor Demóstenes Madureira de Pinho Filho à mesa, o qual comparece acompanhado de sua advogada, Dra. Tathiana de Carvalho Costa, OAB/RJ nº: 119.367. O Depoente inicia com declarações explicativas gerais acerca da atividade que desempenhava, a qual é objeto da presente reunião, delineando acerca das aplicações do IRB. A Presidência indaga esta Secretaria se o outro depoente (Sr. José Eduardo Batista) está tendo acesso ao depoimento, ressaltando que isto não pode ocorrer. Em seguida, indaga o presente depoente sobre sua formação, o qual esclarece que é advogado e que foi indicado ao IRB pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ato contínuo, esclarece quais eram suas funções no IRB, deixando claro que sua função básica, no início, era cuidar para que o IRB não tivesse envolvimento político e, depois, atuando na sua administração, fazendo um pouco de tudo, inclusive representando-o. Ato contínuo, relata o motivo pelo qual saiu do IRB em dezembro de 2002. A Presidência, em seguida, passa a palavra ao Deputado Jorge Bittar. O Deputado Jorge Bittar finaliza, devolvendo a palavra para a Presidência. Às treze horas e cinco minutos o Sub-Relator Deputado Carlos Willian suspende a reunião por cinco minutos. Às treze horas e vinte e um minutos a reunião foi reaberta, quando a Presidência convidou o Sr. José Eduardo Batista para compor a mesa, o qual comparece acompanhado da mesma advogada do outro depoente, Dra. Tathiana de Carvalho Costa, OAB/RJ nº: 119.367. O Presidente pede explicações sobre operações que geraram perdas ao IRB. O depoente inicia suas explanações se apresentando, inclusive quanto a sua formação profissional, dizendo que é economista, e quanto a sua trajetória profissional, esclarecendo que ficou no IRB de 2001 até julho de 2003. Passa então a prestar esclarecimentos sobre aplicações realizadas pelo IRB, que eram feitas com base em análise no histórico ideal de rentabilidade. Diz que foi para o IRB no ano de 2001 a convite do então Presidente Demóstenes, como o aval do então Ministro da Fazenda, Pedro Malan. Diz que hoje trabalha na área de consultoria para o mercado de seguros e passa a explicar como funciona sua atual atividade, relata que teve uma reunião, em Nova Iorque-EUA, com o diretor de um banco onde foi realizado investimento pelo IRB, não se recorda do seu nome, mas se compromete a remetê-lo para esta CPMI. A Presidência passa a palavra ao Deputado Jorge Bittar para interpelar o depoente. A Presidência agradece o depoente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dez minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada,

será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Senhoras e Senhores, boa tarde. Queria pedir desculpa pelo atraso. Foi devido às últimas oitivas da Sub-Relatoria da CPMI dos CORREIOS, da Sub-Relatoria do IRB na CPMI. Essa é a sexta reunião da Sub-Relatoria do IRB e a vigésima reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção e a sétima da Sub-Relatoria do IRB, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento número 3 de 2005, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Encontra-se sob à Mesa as Atas das reuniões anteriores das duas Subcomissões as quais colocamos em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovados.

Esclareço que a pauta dessa reunião em conjunto com a Sub-Relatoria de Normas é a exposição do Senhor Marcos de Barros Lisboa, Renê de Oliveira Garcia Júnior, Robert Bittar, João Elísio Ferraz Campos e Otávio Damásio. Eu convido para fazer parte aqui na Mesa conosco os Senhores Marcos de Barros Lisboa, representante do IRB, Presidente do IRB. Senhor Renê de Oliveira Garcia Júnior, Superintendente da Susep. O Senhor Robert Bittar, Vice-Presidente da FENACOR. O Senhor João Elísio Ferraz de Campos, Presidente da Fenaseg. Cabe. E o Dr. Otávio Damásio, Secretário Adjunto de política econômica do Ministério da Fazenda. Nós estamos aqui reunidos e desde já eu agradeço pela presença, senão todas, a maioria do representante do mercado de resseguros no Brasil. E quando a instalação da CPMI dos CORREIOS e noticiado amplamente pela imprensa, vários indícios de irregularidades no IRB, nós fomos autor de uma CPMI Mista, que a pedido do Senador Renan Calheiros, nós não criamos a CPMI mesmo já tendo todos os elementos necessários para a feitura, e nos enquadrámos dentro da CPMI dos CORREIOS, que já estava com estrutura montada e onde fizemos uma Sub-Relatoria. E dentro de agora terminada há poucos minutos, as últimas oitivas para que nós possamos fazer o nosso relatório final e apresentar ao excelentíssimo Deputado Osmar Serraglio, que é o Relator da CPMI, nós conseguimos, Deputado Onyx Lorenzoni, detectar três focos de malversação no Instituto de Resseguros do Brasil, minha nobre colega, Deputada Denise

Frossard, que foi: Uma, a emissão e a liquidação de apólice fraudulenta.

O outro aspecto foi de favorecimento aos blockers(F) e o outro foi investimento no exterior. E dentro de um trabalho exaustivo dos técnicos do Tribunal de Contas, a quem eu faço uma referência pela colaboração que deu a esta CPMI, nós descobrimos que essa malversação do erário público, ela é permitida principalmente pelo modelo de administração do IRB. Com alguns reparos e adequações de modernidades feitas recentemente pelo atual Presidente. Portanto, o motivo desta reunião, que é um convite que nós fizemos, é para nós discutirmos o modelo existente no Brasil e a colaboração que essas autoridades do setor possam trazer, porque o objetivo desta CPMI não é somente apontar os erros, é também apresentar soluções e principalmente sugestões para mudar, se possível, a legislação. E o Brasil é um dos poucos países que ainda detém o monopólio de resseguros. E existe no Congresso Nacional uma lei de autoria do Executivo a qual propõe estas mudanças. Portanto, nós vamos abrir o nosso trabalho concedendo a cada um dos presentes para que possa se apresentar e fazer os comentários que acharem convenientes, dos órgãos que representam, da forma de mercado para que nós possamos iniciar os nossos trabalhos. Portanto, não por ordem de inscrição, mas por ordem colocado na lista de presença, eu passo a palavra para o Dr. Marcos de Barros Lisboa, que é o Presidente do IRB.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Obrigado, Deputado. Acho que talvez para, se o Senhor me permitir, talvez para auxiliar o nosso debate e quero agradecer a oportunidade de estar fazendo esse debate, participar dessa Comissão. Eu acho que é um ponto importante para o país, é importante para o custo do investimento, é importante para o nosso crescimento econômico, é escrever, como é um tema bastante técnico, dois minutos, rapidamente, sobre as principais características do resseguro, o que é que nós já conseguimos fazer dentro da atual legislação e que mudanças são, necessitam de um Projeto de Lei, como o Senhor disse, está no Congresso hoje, Projeto de Lei Complementar 249.

A gente está muito acostumado no Brasil com os nossos riscos individuais, pessoais, de incêndio, de saúde, etc. Mas o Brasil também tem grandes riscos, como toda economia, grandes riscos industriais, uma planta automobilística, uma grande fábrica, uma grande hidroelétrica, as grandes unidades produtivas requerem apólices de valores muito elevados. E o mesmo ocorre com a possibilidade de catástrofes, as grandes catástrofes que o Brasil, felizmente, tem muito pouco, mas como grandes chuvas, enchentes, em outros pa-

íses furacões, terremotos. Como se precaver desses grandes riscos e qual é a dificuldade? A dificuldade é que esses riscos podem chegar a casa de bilhões de dólares. Uma grande planta, unidade produtiva, pode valer, uma planta automobilística, uma grande siderurgia pode valer alguns bilhões de dólares, como se proteger disso? É um valor que nenhuma seguradora do mundo é capaz de aceitar esse risco. Esse é um risco extremamente elevado. A regra de bolso do mercado segurador é que ninguém aceita mais que 3% do seu capital no risco. Então uma seguradora muito grande que valha aí um bilhão de dólares, talvez o Brasil nem tenha uma seguradora com esse valor, poderia pegar no máximo 30 milhões de dólares numa apólice de seguro. E o que fazer com as grandes plantas industriais? E isso é uma questão fundamental para o investimento no país, é um custo direto do investimento na produção.

A solução que o mercado inventou para isso no mundo, foi o resseguro. A seguradora retém uma pequena parcela desse risco, até o limite da sua capacidade técnica e ela transfere o restante para o ressegurador. O Brasil tem a peculiaridade de possuir o monopólio das operações de resseguro. Isto é, o único órgão permitido pela legislação atual que pode aceitar o resseguro é o Instituto de Resseguros do Brasil, o IRB BRASIL RE SA. Essa é a legislação que vem de 38, se não me falha a memória, e... 39? Fim de 39, que foi implementado? Tem toda razão. E o Brasil hoje é o único grande país que ainda tem o monopólio das operações de resseguro. Porque todos os demais países, alguns países tiveram restrições nas operações de resseguro, durante meados do século XX, todos abriram. A Coreia abriu, a Argentina abriu, o Chile abriu, a China abriu, a China está num processo final de abertura e o último outro grande país que ainda detinha o monopólio era a Índia, que está no processo de abertura.

Qual é o ponto da abertura e quais são as dificuldades existentes do nosso mercado atual? O IRB, como as grandes seguradoras não tem condições de absorver todos os riscos. Estamos falando aí de riscos na ordem de bilhões de dólares, centenas de bilhões de dólares. A seguradora então ela repassa grande parte para o IRB e o IRB, obrigatoriamente, dada a sua restrição de capital, ele repassa e porque é boa a gestão para o país, eu falo isso em seguida, ele repassa grana parte desses riscos para outros resseguradores e outros mercados internacionais. O IRB hoje repassa cerca de 40 a 45% do seu risco para outros mercados. Isso é bom para o país. É importante deixar claro que essa é uma decisão adequada e saudável para o país. O resseguro não, à toa, é em geral onde se dá a abertura nos mercados de resseguro do mun-

do. O mercado de resseguros é um mercado aberto. Por que isso? Estamos falando de grandes riscos industriais, uma plataforma de petróleo, uma grande planta, se ocorre uma catástrofe, ou um desastre com alguma grande unidade produtiva, o país além de perder a unidade produtiva, ele ainda tem que pagar a conta daquela perda. Por exemplo, a plataforma de petróleo da Petrobrás que afundou há alguns anos, é uma perda da ordem de 500 milhões de dólares. Felizmente para o país, todo o resseguro da Petrobrás estava feito no exterior. Como consequência, na hora que houve o acidente, o país perdeu a plataforma de petróleo, mas ele recebeu recursos do exterior. Então essa é uma atividade saudável e, até recentemente, o IRB, ao receber o risco das seguradoras, negociava integralmente a colocação desse risco, esse é o jargão do mercado, no exterior. Então ele negociava para onde transferir o risco, eventualmente alguns mercados precisam de corretores, os corretores fazem um papel importante nesse mercado.

Alguns lugares como Loydes(F) em Londres só opera via corretor e além disso, alguns contratos são muito complexos e realmente o corretor dá um auxílio técnico fundamental. O IRB escolhia do corretor aos resseguradores e fazia a transferência. Quais foram as mudanças recentes que o Deputado mencionou? Desde junho do ano passado, a nova Diretoria do IRB preservando o monopólio legal, todas as operações tem que passar pelo IRB, fez as seguintes modificações do funcionamento das operações de resseguro: Em primeiro lugar quem indica corretor de resseguro hoje é a seguradora e o seu cliente. O IRB não mais indica corretores de resseguro. E o princípio básico da operação é: O cliente que paga pelo serviço que é o segurado, é o segurado junto com a seguradora, eles são os clientes que estão pagando pelo serviço, têm o direito de escolher a forma mais adequada desse serviço ser oferecido. Então o que nós fizemos foi, em primeiro lugar, as seguradoras brasileiras desde junho estão autorizadas a cotar os preços do mercado internacional. Quer dizer, até então, ela chegava no IRB com o risco a ser segurado, o IRB ia nos mercados internacionais, viam os preços, botava as suas comissões e entregava um preço fechado para as seguradoras. Olha, o preço dessa colocação é tanto e as condições são essas. Desde junho isso mudou. Desde junho as seguradoras podem ir ao mercado internacional, elas podem contatar diretamente inclusive as corretoras de resseguro, ir ao mercado internacional, verificar as condições do mercado, verificar os preços, elas trazem essas propostas ao IRB, que pode acompanhar a oferta feita pelo exterior ou não e deixar, fazer toda

a intermediação como manda a lei, mas aos preços fixados na negociação com o exterior.

Além disso, todos os custos da empresa hoje são abertos. Quer dizer, nós temos como política a total transparência das operações de resseguro no IRB. Então hoje, qualquer seguradora pode chegar no IRB e ela tem todo o detalhamento de todos os custos envolvidos na operação. Isso nos parece ser o melhor compliance, a melhor regra de conformidade possível no caso de um monopólio. O cliente que está pagando pelo serviço escolhe e total abertura dos custos envolvidos.

O resultado dessas modificações tem sido extremamente favoráveis. Grandes empresas têm vindo a público na imprensa, noticiar que o custo do seu resseguro, alguns casos chegou a cair até 40% nos últimos seis meses, nas suas renegociações. É exatamente pela agilidade que ela ganha, pela possibilidade de cotejar diversos... Mas hoje ainda, essas foram as mudanças, mas hoje ainda o que nós temos? Nós temos ainda o monopólio legal da operação de resseguro e isso acaba sendo prejudicial tanto para o IRB quanto para o mercado brasileiro. Ele é prejudicial para o IRB, porque o melhor estímulo, a melhor maneira de você garantir que uma empresa trabalhe com a máxima eficiência, tenha acesso aos melhores padrões de governança, as melhores tecnologias é a competição. A competição força o aperfeiçoamento, a competição, a disponibilização de técnicas no mercado, na hora que várias empresas operam no mercado, a mão-de-obra se amplia, o conhecimento se difunde, técnicas novas são introduzidas.

O Brasil, por exemplo, nunca desenvolveu a área de resseguro de vida, que é uma área ainda muito pequena no Brasil. Estamos na casa da previdência aberta, por exemplo. A competição ela estimula a inovação tecnológica, ela estimula novos produtos, ela estimula a difusão de conhecimento e ela estimula a eficiência das empresas. Infelizmente esse foi um benefício que o Brasil não teve. Sobretudo, no mercado que naturalmente é tão internacionalizado quanto o mercado de resseguros. O melhor para o país é que esse seguro seja feito internacionalmente, porque senão você tem um duplo prejuízo. Você tem o prejuízo da planta que quebrou, da catástrofe que ocorreu e do desembolso financeiro para pagar pela catástrofe. O prejuízo para o país é em dobro e na hora que você faz o resseguro internacional, esse prejuízo é diminuído. Por essa razão, os países em geral abriram o seu mercado de resseguro. O Brasil hoje é o único país emergente relevante, que ainda tem o mercado fechado. O mercado já foi aberto na maioria dos países há 10, 20, 30 anos e o Brasil permanece a exceção com os custos decor-

rentes dessa opção. O mercado ainda com imenso potencial não utilizado, capacidade da empresa crescer e se fortalecer num ambiente competitivo, não integralmente é utilizado. Bom, faço com isso uma apresentação rápida do que foi feito e acho que com o tempo a gente pode debater mais os aspectos de Projeto de Lei, sobretudo com o representante do Ministério da Fazenda, Otávio Damásio. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pois não, nós passamos a palavra para o Dr. Renê de Oliveira Garcia Júnior, Superintendente da Susep.

SR. RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR: Deputado Carlos Willian, Deputado Onyx Lorenzoni, é um prazer estar aqui para poder falar um pouco sobre, não só sobre o projeto de resseguro, mas também sobre o próprio mercado de seguros. Eu acho que como o Dr. Marcos Lisboa colocou, os fundamentos teóricos do projeto que estão, acho que vem bem elencados, a situação de pró e contra da atual situação. O que ocorreu é que ao longo dos últimos anos nós temos uma percepção que de alguma forma o mercado de seguros ele não só, ele, o monopólio do resseguro causou um prejuízo em termos competitivos a alguns setores, mas também ele acabou sendo um fator de dificuldade de avanço tecnológico. E isso acabou se refletindo de alguma forma também no aparato normativo que rege o mercado de seguros.

A primeira coisa que nós fizemos quando chegamos na política de seguros privados na Susep, foi desenvolver um enorme esforço no sentido de procurar padrões internacionais para a busca de elementos normativos, a adaptação das normas brasileiras aos padrões internacionais. Para isso o Ministro da Fazenda fez o contato e nós acabamos recebendo um empréstimo do BANCO MUNDIAL, que nos serviu de suporte para um amplo projeto de pesquisa financiado pelo BANCO MUNDIAL de adequação das normas brasileiras aos padrões internacionais, de adequação das normas brasileiras no que diz respeito a questão de controles internos, de risco, de avaliação de provas de negócios das companhias e o próprio reaparelhamento do órgão de supervisão, no caso a Susep.

Como os Senhores sabem a Área de Seguros ela tem uma duplicidade aí, uma separação das funções, quem supervisiona e regulamenta a área de resseguro é o IRB e a Susep é responsável exclusivamente pela Área de Seguros, captação e previdência. Então essa separação desse marco regulatório e para que haja um início de um processo de abertura exige, e faz-se necessário que haja também toda uma mudança normativa no sentido, não só da adaptação das normas brasileiras aos padrões internacionais, mas também

de adaptação das empresas brasileiras aí esse padrão regulamentar e de supervisão. E isso está sendo feito de uma forma a garantir, não só que o processo se dê com a menor, com o menor custo de transação possível, mas também garantindo a transparência e a plena capacidade de competição das empresas brasileiras nesse ambiente de regulamentação. E isso, nós acreditamos que dentro do escopo do projeto, aliás, é bom que se diga que o projeto foi melhorado e muito na Câmara dos Deputados. O Deputado Nelson Marquezelli, não só ele agregou um valor adicional ao projeto, mas também melhorou a própria qualidade do próprio normativo, incorporando elementos muito importantes do projeto que não estavam contemplados no projeto original do Governo. Então nós achamos, do ponto de vista da superintendência, que não só o projeto ele é fundamental nesse momento, como ele tem os elementos necessários para garantir a transição. O sistema de proteção adequado ao mercado brasileiro e ele também dá através dos dispositivos normativos que estão contidos no projeto, condições para que o órgão regulador possa exercer a sua atividade de supervisão a fiscalização de forma eficiente.

É claro que algumas mudanças adicionais vão se fazer necessárias, principalmente no que diz respeito ao Decreto de Lei 73 nas atribuições e funções da Susep. Para isso, o Ministério da Fazenda já está desenvolvendo, acho o que Dr. Otávio Damásio pode falar depois, uma proposta que nós Estado estudando de um Projeto de Lei adicional, que possa também melhorar a qualidade da supervisão na Área de Seguros.

Do ponto de vista de aparato normativo nós temos já um esboço feito até pela gestão anterior, do que seriam as resoluções e circulares num ambiente de regulamentação, que daria suporte para esse processo de abertura e temos também hoje uma conexão com o mundo exterior bastante desenvolvida, no que diz respeito a possibilidade também da gente trocar informações com outros, outras agências reguladoras de outros países do mundo, para aprendermos não só a tecnologia, como também desenvolvermos também tecnologia nacional. A Susep tem investido muito na qualificação dos funcionários nesta área, já há questão de 3 anos nós estamos patrocinando cursos no exterior para os funcionários. Recentemente, dois funcionários ficaram 45 dias nos Estados Unidos estudando modelo de regulação norte-americana e as adaptações deste modelo ao mercado brasileiro.

Nós fizemos um convênio também e estamos desenvolvendo um convênio com o órgão de fiscalização da Espanha, para que funcionários nossos passem um período de 3 meses na Espanha, aprendendo o modelo de supervisão para poder adaptar às normas

brasileiras. Eu pessoalmente fiz uma série de visitas a outros países do mundo, para conhecer a sua realidade, verificar as dificuldades de interpretação de um regime de abertura de resseguro. E hoje eu diria que nós temos mapeado de forma bastante precisa, não só a forma de atuação do órgão regulador, mas também os mecanismos necessários de proteção ao mercado doméstico, para evitar algum tipo de trauma durante a transição. Era isso que eu queria falar inicialmente, me coloco à disposição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado, Dr. Renê. Passo a palavra para o Dr. Roberto Bittar, que é o Vice-Presidente da FENACOR.

SR. ROBERT BITTAR: Obrigado, Deputado Carlos Willian, Deputado Onyx Lorenzoni. A posição da Federação Nacional dos Corretores vai ficar restrita, aos aspectos da intermediação do seguro, Deputado, porque é realmente aquilo que nos cabe representar. Obviamente, que como instituição de mercado vem há muito tempo debatendo com toda a sociedade, com a comunidade de seguros em especial, a necessidade desta almejada abertura do mercado de resseguros. Entendemos, realmente, como uma abertura absolutamente necessária para permitir o melhor desenvolvimento e o melhor desempenho do mercado de seguros como um todo, e obviamente, que o modelo desta abertura, independentemente daquilo que já foi debatido no passado, que seria o modelo de privatização, mas hoje muito mais pela quebra do monopólio, que é o defendido inclusive pela proposta enviada pelo executivo. O pensamento da federação nacional dos corretores com relação a esta abertura foi consubstanciada neste documento que produzido pela FUNASEG, que é o plano Diretor para o mercado de seguros, do qual tenho aqui material disponível para aqueles que tiverem acesso, quiserem ter acesso, de um capítulo nas páginas 12 a 34, versa sobre a proposta de abertura e incluindo um texto de sugestão de Lei Complementar a qual foi debatida à época ainda com o Sr. Marcos Lisboa na Secretaria de Política Econômica.

No aspecto tocante, concernente a intermediação, nós entendemos que a regulamentação dada ao setor de intermediação de corretagem, pela lei 4594 pelo Decreto Lei 7366, são absolutamente suficientes para amparar e normatizar a atividade também do corretor de resseguros. O resseguro, ele nada mais é do que uma forma diferente da prática de seguros e nós entendemos que esses dois instrumentos legais são suficientes para regulamentar a matéria, obviamente, que com algum critério adicional, porque nos faltaria nesses instrumentos legais um elemento imprescindível, que seria o seguro de responsabilidade civil, que

no caso do corretor de resseguros, ele passa a ser um instrumento imprescindível, realmente, para a defesa dos interesses do segurado.

Quero apenas, para finalizar, comentando em cima daquilo que foi dito pelo Dr. Marcos Lisboa, que na minha atividade como corretor, eu experimentei esta prerrogativa que o IRB concedeu nos últimos tempos de consulta direta ao mercado internacional. E o resultado foi extremamente positivo, mostrando que realmente o caminho da abertura, ele tem que ser irreversível. As colocações de risco que tive necessidade de discutir com o exterior, basicamente no setor portuário é um setor que está em grande desenvolvimento no Brasil, as exportações exigindo modernização dos portos e dinamismo nessa atividade, o seguro veio a reboque. E nesse setor portuário de todas as consultas que fizemos ao exterior, obtivemos desenhos técnicos mais favoráveis, moldados à necessidade do consumidor, com significativa redução de custo em relação aos prêmios pagos em anos anteriores. Essas cotações foram obtidas no exterior, colocadas à disposição dos departamentos técnicos do IRB, aceitos e referendados pelo IRB com absoluto sucesso de colocação. Mostrando, realmente, que foi um grande acerto desta atual Diretoria do IRB, permitindo nos dar liberdade de consulta e colocação direta. Fico também à disposição daqueles que quiserem perguntar. Seria apenas essa a exposição. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado, Sr. Robert. Passamos a palavra para o Dr. João Elísio Ferraz de Campos, Presidente da Fenaseg.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: Srs. Deputados, em primeiro lugar, agradecemos aqui a oportunidade e eu tenho pouco a acrescentar do que já foi dito. O Professor Marcos Lisboa, que é o Presidente do IRB, já colocou aos Senhores da forma como o IRB está sendo conduzido, como está sendo administrado, os benefícios que tem feito. O Professor Renê, como Superintendente da Susep também. O Bittar colocou, fez uma colocação sobre os corretores e eu não gostaria de ser repetitivo. Eu gostaria de levantar alguns aspectos que, quem sabe, para nós termos mais alguns argumentos. O primeiro que eu gostaria, antes de levantar esses aspectos, é dizer que nós só estamos aqui hoje devido a um trabalho que o ex-Deputado Cunha Bueno fez, de retirar da Constituição a palavra resseguradora oficial. Porque naquele furor estatizante de 1989, foi colocado na Constituição. E pelo trabalho do Deputado, que está aqui hoje presente, a essa Casa, votou há alguns anos atrás e retirou da Constituição essa palavra “resseguradora oficial”.

Eu diria aos Senhores, de tudo o que foi feito, em 1939 e não foi, ou melhor, foi muito pouco modificado e existe até hoje, não deve ser moderno. Deve ser completamente ultrapassado. Então o modelo que nós vivemos hoje no Brasil e nós estamos lutando isto, a federação de seguros há alguns anos, para em primeiro a privatização, o segundo a abertura do mercado, porque não tem sentido nenhum um dos poucos países do mundo e já foi falado isso aqui, que tem o resseguro estatal e monopólio, é o Brasil.

Então se fala muito em modernização, se fala muito em custo Brasil e eu também gostaria também de ressaltar, infelizmente ou felizmente não é culpa desse Governo, o Governo passado já mandou uma Emenda, já mandou uma lei para o congresso, a lei era ordinária, agora tem que ser, ser lei que está sendo feita agora. Uma Lei Complementar. Agora esse atual Governo mandou essa Lei Complementar para o Congresso. Então nós estamos nessa expectativa, porque, na verdade, isso tudo que foi falado aqui e eu gostaria de acrescentar, alguém está pagando essa conta e na verdade quem está pagando essa conta é o segurador, enfim, é o consumidor, é o contribuinte quem está pagando essa conta. Porque mesmo com todas essas referências que o Professor Marcos Lisboa fez, das aberturas que ele fez, do custo de resseguro que baixou, podia ter baixado muito mais.

Eu gostaria de levantar dois, só dois aspectos. Um, a quem interessa o IRB? Claro que a nós seguradores interessa, porque 50% do capital do IRB são das companhias de seguros. E outro aspecto, todo o nosso excedente é feito no IRB. Quer dizer, toda a nossa excedente de responsabilidade é feita no IRB. Então, é só a nós que interessa. Na verdade não interessa a mais ninguém. E depois eu gostaria de colocar aos Senhores o seguinte: Eu tenho uma pequena seguradora que opera só no Sul do Brasil. Portanto, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande. Para dar um exemplo prático, se eu criar um tipo de seguro novo, eu tenho que passar a mão na pasta, pegar um avião, ir ao Rio de Janeiro, sentar no IRB, contar o meu produto e esperar que o IRB concorde ou não de ressegurar aquele produto. Dentro do mercado aberto, como é que funcionaria isso? Eu ficaria na minha empresa em Curitiba e teria na minha sala de espera, 15 pelo menos, resseguradores me oferecendo qualquer tipo de resseguro que eu pudesse imaginar. Então, é uma diferença, é um paradigma novo, entre eu pegar uma pasta e viajar 800 quilômetros e ficar na frente de um burocrata, do que eu na minha empresa receber os meus clientes que são resseguradores. Essa é a verdade. Então é necessário, Srs. Deputados, é necessário.

E outra coisa, essa lei que está sendo hoje discutida aqui na Câmara é para transferir a responsabilidade de controle do IRB para a Susep. Que pelo amor de Deus, a Susep é o órgão que regula o mercado. O IRB é um órgão operador! Então, na verdade, é o cabrito comendo, que cuida da horta! Ele regula e ele opera! Claro, volto a dizer, não é erro deste Governo, é erro de todos esses anos que se passaram. Então o que é que nós estamos pretendendo? Que essa lei passe e a responsabilidade de regular o mercado, para o órgão regulador, que é a Susep. Que é como se fosse o Banco Central das seguradoras. Então é para isso que nós estamos, vamos dizer assim, trabalhando bastante para alcançar essa nossa finalidade, que seria fazer com que a gente conseguisse aumentar a nossa participação no produto interno brasileiro. O seguro ainda é muito pequeno no Brasil devido alguns entraves que no Brasil tem e em outros países não. Nós já poderíamos ter um volume de seguros muito maior do que nós temos hoje. Aí os Senhores podem pensar: Bom, então os Senhores querem crescer mais, querem que as companhias cresçam? Os Senhores têm que imaginar que nós, seguradores, somos empresas que tem 140 bilhões de recursos aplicados, que são os recursos de nossas reservas técnicas. Ninguém tem, nenhuma indústria outra tem, nós temos.

E as seguradoras junto com os Fundos de Pensão, nos países desenvolvidos, são os maiores instituidores institucionais. Então é para isso que nós debatemos, quanto mais seguro, mais reservas nós somos obrigados a fazer e essa reserva são aplicadas no quê? No mercado brasileiro. Então para isso que nós debatemos, estamos tentando para nós aumentarmos a nossa participação no mercado, que hoje regula em torno de mais ou menos 3 e poucos por cento e um país do porte do Brasil já devia ter pelo menos o dobro. Então os Srs. Deputados, eu não quero cansá-los mais, agradeço muito a atenção dos Senhores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Dr. João Elísio, o Senhor não está nos cansando, o Senhor está nos dando uma contribuição muito importante para nós avançarmos na modernização e, principalmente, na proposta de uma modificação na legislação junto à CPMI. Eu passo a palavra para o Dr. Otávio Damásio, Secretário Adjunto de Política Econômica, representando o Ministério da Fazenda.

SR. OTÁVIO DAMÁSIO: Srs. Deputados Carlos Willian e Deputado Lorenzoni, Srs. Deputados e Deputadas aqui presentes é um prazer participar do trabalho dessa Comissão e poder contribuir, principalmente para o aperfeiçoamento do marco legal do setor de seguros. O papel do Ministério da Fazenda nesse trabalho é

conduzir o Projeto de Lei Complementar, que está em tramitação aqui no Congresso. Esse projeto ele entrou na agenda de reforma micro econômica do Governo em 2003, 2004, à época que o Secretário Marcos Lisboa, era secretário de política econômica. Naquela ocasião fizemos um amplo debate interno dentro do Governo, principalmente com a Susep que já tinha inclusive uma experiência do processo de abertura que foi tentado em 97 e 98. E dele resultou uma primeira minuta que, naturalmente, seguiu todo o trâmite dentro do Governo, passou pela Casa Civil, teve um debate com a Casa Civil, na Câmara de Política Econômica, junto com o Ministério da Fazenda, Banco Central e todos os órgãos envolvidos. E, no início de, no primeiro semestre de 2005 foi encaminhado ao Congresso. A princípio, quer dizer, todas as recomendações que eu escuto a respeito do projeto são favoráveis, até hoje eu não vi nenhuma recomendação contrária contra ele. Praticamente unânime o apoio que existe ao andamento desse projeto.

E a gente teve a felicidade também de na tramitação na Câmara dos Deputados, ter apanhado excelentes Relatores, tanto na Comissão de desenvolvimento econômico social quanto na Comissão de Finanças e Tributação, no primeiro caso o Deputado Nelson Markezelli que estava aqui presente e agora o Deputado Francisco Dornelles que, sem dúvida alguma, trouxeram contribuições positivas para o projeto, aperfeiçoando ele de forma significativa também. Fora um amplo debate técnico que ocorreu nesse período, inclusive com apresentação de propostas que vieram de diversas entidades de forma formal ou informal. Então o projeto hoje se encontra na Comissão de Finanças e Tributação e a princípio, a posição do Governo, é extremamente favorável ao encaminhamento dele, se possível, com celeridade dada a demanda que o mercado tem por esse projeto.

Esse projeto de abertura é um projeto relativamente simples, ele tem alguns objetivos principais. Primeiro é a própria abertura do mercado de resseguros, que hoje é um monopólio exercido pelo IRB e todas as deficiências que um monopólio traz para a economia como um todo, acho que não precisa aqui complementar o que todos os palestrantes aqui já falaram, em especial o Marcos Lisboa. Esse processo de abertura ele delimita 3 tipos de resseguradores, o ressegurador local no qual a empresa vai vir e se instalar efetivamente aqui no Brasil e dois outros que são intermediários, que são admitidos e eventuais. O projeto prevê uma transição gradual, numa primeira fase com critério de preferência para os resseguradores locais, é uma forma até de, e adaptando o mercado a abertura. Bem como se possível atrair resseguradores estran-

geiros para que eles se instalem efetivamente aqui. Ele tem um segundo objetivo que eu acho que vários Depoentes aqui já colocaram, mas é de fundamental importância ressaltar que é, finalmente, quer dizer, você vai transferir de forma definitiva a competência da regulação para o órgão regulador de seguros, que é o Conselho Nacional de Seguros Privados, e a fiscalização para a Susep.

Hoje, dado o monopólio do IRB, o IRB ele em tese ele tem, não só a prerrogativa de operar o monopólio, de operar a operação em si, mas ele também regula e fiscaliza ele próprio. Ele exerce 3 coisas ao mesmo tempo e se perde um pouco nisso. Um modelo que nitidamente é um modelo ineficiente. Esse projeto ele estende todas as regras de prudência e de fiscalização e de penalidades que hoje existem para as seguradoras e para o resseguro. Mesmo porque a operação de resseguro nada mais é que um tipo especial de uma seguradora, ele tem características quase iguais a uma seguradora normal com algumas peculiaridades. Enfim, e traz outros aperfeiçoamentos no marco legal, voltado especificamente para a questão do resseguro e sem dúvida nenhuma, será muito positivo para o desenvolvimento do mercado. As expectativas que em especial o Ministério da Fazenda tem em relação a esse projeto são as melhores possíveis. A gente como todos aqui falaram, além dos benefícios que já foram feitos recentemente na gestão do IRB, a gente tem uma expectativa de que haja uma redução ainda maior nos custos e isso, principalmente, para o consumidor, principalmente para as grandes empresas, que demandam seguros para a proteção de suas plantas industriais, enfim, todos os tipos de seguro. Há uma expectativa grande também que com a abertura do mercado de resseguro, novos ramos de seguros sejam implementados no país.

Hoje, dada a deficiência e dada a morosidade que o IRB e o monopólio representa em si, alguns modernos, mais eficientes e outros que detêm algum tipo de expertise que as seguradoras locais não querem necessariamente compartilhar com o ressegurador monopolístico que é o IRB, simplesmente não são ofertados no Brasil. Num caso até que a gente sempre ressaltou muito com o Deputado Nelson Markezelli, um que o Governo e toda a sociedade gostaria... Que desenvolveu a questão do seguro rural, sem dúvida nenhuma, a abertura vai trazer novos concorrentes, novos resseguradores que operam internacionalmente, para operar nesse ramo de seguro que hoje é extremamente pequeno aqui no Brasil. E pensando num caso brasileiro, você ainda tem uma agricultura extremamente competitiva, avançada, nada justifica você ter um nível de seguro rural que você tem hoje no Brasil.

Enfim, e a própria abertura do mercado, ele vai trazer uma nova vida para o ramo de seguros. A expectativa é que o mercado de seguros brasileiros cresça de forma significativa, de uma forma mais eficiente do que opera hoje, dado a expertise que os resseguradores vão trazer e vão demandar das seguradoras. Enfim, todos os benefícios, inclusive do que o João Elísio comentou agora que é, agora as resseguradoras vão procurar as seguradoras pelos bons produtos, com certeza, quando o mercado abrir e tiver funcionando efetivamente, o consumidor brasileiro vai perceber isso. E isso, sem dúvida, vai se traduzir em novos investimentos e novos negócios para o Brasil. Então é um projeto extremamente positivo para o país.

Enfim, são esses comentários complementares aos dos demais que eu gostaria de fazer e me coloco à inteira disposição para qualquer dúvida, questionamento, em específico em relação ao Projeto de Lei que está em tramitação no congresso, obrigado, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado. Passamos a palavra para o nobre Deputado Onyx Lorenzoni, Sub-Relator da Sub-Relatoria de Normas e Combate à Corrupção.

SR. SUB-RELATOR DEP. ONYX LORENZONI (PFL-RS): Primeiro, eu gostaria também de justificar, porque brevemente eu vou ter que me retirar, Deputado Carlos Willian, por conta de uma audiência dando cumprimento ao trabalho da Sub-Relatoria de Normas e Combate à Corrupção que terei com o Ministro Edson Vidigal, agora às 15 horas e 45 minutos. Então eu vou ter que ser bem rápido e bem objetivo. Primeiro, também tenho a priori, concordância com a abertura do mercado brasileiro, isto é, por toda a sinalização isso daria melhores condições ao que o mercado de resseguros pudesse ainda se ampliar e melhorar, inclusive, a obtenção de taxas e negociação que seriam mais favoráveis ao processo do resseguro no Brasil, mas eu queria fazer uma pergunta que diz respeito a questão do acompanhamento e da transparência, principalmente, das ações das companhias seguradoras, das corretoras, nós deveremos desencadear logo ao final dessa CPI um processo que vai convidar a sociedade brasileira para abrir uma verdadeira guerra contra a corrupção no Brasil. Nada é mais importante do que lutar contra a corrupção no setor público brasileiro. Até pela circunstância de que com todo o esforço fiscal que faz o Brasil, com essa carga tributária que sufoca empresas, estão aí as matérias do dia de hoje, dizendo da perda do poder aquisitivo da classe média brasileira, que vem sendo sufocada e não há exemplo no mundo de país que conseguiu prosperar sem estar lastreado numa ampla classe média. O Bra-

sil faz o processo inverso da maioria dos países que conseguiram espantar a miséria. Isso é algo que tem que ser refletido pelas autoridades brasileiras e por nós, por esta Casa.

E por esta razão, quando nós tivemos aqui a Receita Federal, a Receita Federal informou que o Brasil nesse brutal esforço fiscal e é bom lembrar também que não há, em todos os países emergentes do mundo, todos conseguem crescer 7 a 8% ao ano, são aquelas taxas que nós temos a boa inveja, porque é a inveja do crescimento, do emprego, da oportunidade. Esses países tem uma média entre 25 e 27% do seu PIB da incidência tributária e o Brasil de todos os emergentes é o único, o único que tem uma taxa próxima de 39%, nós temos incidência tributária de Primeiro Mundo, com economia, com incapacidade de responder a essa incidência tributária. E na medida que seja assim, consegue amealhar 20 bilhões de reais novos a cada ano para o caixa da União. A corrupção medida pela Getúlio Vargas carrega 100 bilhões por ano. E se nós formos ao número da transparência internacional, nós vamos encontrar números que podem chegar a 200 bilhões por ano. Então o Brasil arrecada 20 e perde 5, 6 ou 10 vezes mais por falta de controle.

O Presidente da CGU, o Ministro Waldir Pires, disse aqui que a ausência de controle no setor público brasileiro beira à irresponsabilidade para com o país. Então buscar mais transparência é algo absolutamente imprescindível. Estabelecer uma guerra contra a corrupção pode significar que em dois ou três anos do Brasil conseguindo tapar os ralos da corrupção, consiga poupar 80 ou 90 ou 100 ou mais bilhões por ano o que poderia significar, Deputado Carlos Willian, afrouxar esse garrote que sufoca a economia e a sociedade brasileira do ponto de vista da carga tributária.

Então, eu gostaria de questionar, como funciona hoje o processo de aferição, controle, a garantia de transparência e fiscalização nos atos na área do mercado segurador. A pergunta é clara, ela é muito mais direcionada a própria Susep, mas poderíamos ouvir também manifestações, os nossos técnicos estão presentes aqui nesse momento, das demais instituições que estão aqui, no sentido de como viabilizar para que cada vez mais o setor segurador seja o setor mais imune à corrupção e ao tráfico de influência.

SR. RENÉ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR: O processo normativo, no que diz respeito à questão da transparência das seguradoras, seja nos seus balanços, seja nos seus atos, foi mudado de forma extremamente, eu diria, violenta, ao longo dos últimos 3 anos. Não só no que diz respeito a dar mais celeridade aos processos administrativos no âmbito da Susep, porque é uma coisa que se percebe, porque o fato, o jul-

gamento dos fatos tem que se dar muito próximo do fato ocorrido, com uma forma de punição a eventuais irregularidades e nisso nós conseguimos que um estoque de praticamente 6 mil processos na Susep no ano de 2001, 2002, nós conseguimos acelerar e mudar os procedimentos, nós estamos conseguindo fazer com que os processos sejam julgados num prazo médio de um ano, um ano e meio. Seja em termos de punições por atos praticados contra os consumidores, seja por irregularidades praticadas pelas seguradoras no seu âmbito interno.

Como também mudamos os procedimentos de forma a criar a obrigatoriedade que as seguradoras tenham mecanismos de controles internos adequados às normas de padrões internacionais. Mudamos e lidamos melhor qualidade no que diz respeito a própria transparência contábil das seguradoras, que é uma responsabilidade na função dos auditores, criando, inclusive, relatórios padronizados no que diz respeito a que tipo de perguntas eles devem responder. Porque o que se percebia é que anteriormente os relatórios dos auditores eram praticamente uma página, está certo? Assim como também criamos responsabilidade dos auditores, para os atuários e, enfim, criamos também agora, estamos desenvolvendo mecanismos adicionais para mudar a norma para os próximos anos de forma adequar também a questão da adequação de capital das companhias aos riscos por elas tomados, porque no Brasil a norma ainda segue padrões um pouco equivocados em função, até eu acho que do próprio monopólio do IRB é que a margem de solvência das seguradoras ainda é fixado em valores fixos, está certo. O que acaba sendo uma coisa que não é muito compatível com os riscos assumidos por elas.

Então nós estamos mudando as normas, porque soube que a partir de 2007 nós vamos ter as seguradoras tendo, tem que ter capital adequado aos riscos assumidos por ela em consequência da própria abertura do resseguro, porque hoje, com o monopólio do IRB, o resseguro tem risco de crédito praticamente zero. E estamos fazendo um grande esforço também no sentido da adaptação dos próprios procedimentos interno das seguradoras. Por exemplo, estamos exigindo agora que as seguradoras ao se construírem, tenha um plano de negócios detalhado por um prazo de 3 anos. E a cada ano ela se submetam a uma aprovação ou uma, simplesmente uma apresentação desse plano de negócio. O próprio IRB está fazendo isso também de forma complementar. Para que ele conheça a política de negócio da companhia, para poder aferir o risco da companhia.

Agora como, Deputado, todo esse processo é um processo que tem que se dar de uma forma, a veloci-

dade tem que ser compatível com a própria realidade do mercado. Porque uma das reclamações que as seguradoras freqüentemente nos fazem é justamente da velocidade desse processo, que ele sendo muito rápido, ele acaba sendo oneroso para as companhias e acaba criando assimetrias em termos de resultado. Por que as companhias grandes estrangeiras, elas têm um tipo de perfil que é muito mais fácil adaptar às normas do que as companhias pequenas. Se a gente caminhar numa velocidade rápida, acaba estimulando a concentração. Mas o que a gente procura tudo isso também é buscar uma certa conformidade de comportamento de seguradoras nacionais e estrangeiras, até como uma forma também de dar para as seguradoras estrangeiras também um tipo de conforto, porque elas sempre reclamavam que elas tinham um nível de cobrança muito elevado na sua matriz, enquanto a instituição brasileira era mais flexível com os concorrentes domésticos o que acabaria criando um viés favorável às nacionais. Então com isso nós estamos, quebrando essa assimetria. Agora a questão é a velocidade, o custo que isso implica para as instituições e a dificuldade de nós não estarmos contribuindo para diminuir a concorrência, que é uma coisa que o Ministério da Fazenda tem uma preocupação sempre freqüente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Ok, Deputado Onyx Lorenzoni tem uma audiência agora. Eu agradeço o prazer e o privilégio em trabalhar em conjunto. Nós vamos ouvir mais dois nobres colegas, Deputado e Deputada, e posteriormente vamos quebrar um pouco o protocolo de reunião de CPMI e vamos passar mais para um debate, uma discussão de um com o outro, porque senão fica muito formal, né, nobre colega? Então nós passamos a palavra para a nobre Deputada, Juíza Frossard. Denise Frossard.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sr. Presidente, Dr. Marcos Lisboa, Professor Renê, Dr. Bittar, Dr. João Elísio de Campos, Dr. Otávio Dalmásio, minhas primeiras palavras são no sentido de parabenizar V.Ex^a. por esta aula que V.Ex^a. proporciona aí acerca de uma instituição jurássica que nós temos aqui no país. E que muitas vezes a gente não é levado a pensar sobre ela. E V.Ex^a. trouxe aqui, Deputado Carlos Willian, o que as cabeças pensantes da área, para trazer uma contribuição para nós que somos representantes do povo. Então eu fiquei pensando aqui, quando o Dr. Marcos Lisboa começou, o Professor Renê, o Dr. Bittar, Dr. João Elísio que inclusive fez a colocação dele como segurador, e eu fiquei pensando aqui o seguinte, me assustei quando diante da nossa solidão, segundo o Dr. Marcos Lisboa, nós somos o único país, o Senhor disse Cuba também tem? Ou já abriu?

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Ainda tem.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Ainda tem. E Costa Rica. Quem mais?

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Costa Rica.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Só?

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: A Índia está abrindo. E a China já abriu.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Ainda está abrindo. Quer dizer, dos briques só nós? Tá bom, muito bem. Eu, nesta CPI, eu tenho me preocupado com o dinheiro nosso. Eu pago 40% do que eu ganho. São mais de 4 meses de trabalho que eu tenho que pagar para o Estado. E pelo que eu ouvi o Senhor dizer aí, quando o Senhor chegou, o Senhor deixou que o cliente buscasse a sua corretora, porque até então era feita pelo IRB essa indicação. O que viola, naturalmente, a iniciativa privada e na área pública não tem razão de existir quando tem o dinheiro público, porque isso se faz por licitação. Onde há empresa que tenha o dinheiro público, a licitação é indispensável, porque deve dar a todas as corretoras igualdade de oportunidade. Afinal de contas, eu também sou dona da empresa pública que está lá. Ou a estatal, enfim. Bom, perplexa, eu também não vejo por que, quando o resseguro é essa operação financeira que empresta dinheiro à capital asseguradora, porque na verdade é isso, não tem nenhum aspecto social aí. E na hora que o Senhor falava sobre isso, Dr. Marcos Lisboa. O Deputado Cunha Bueno sorriu e fez um comentário e eu ouvi. Eu ouvi e dizia respeito a uma atividade da época, que quando eu tinha a minha atividade outra, que me lembrou muito as bancas de bicho. Desculpa, mas me lembrou. Com aquele descarrego, sabe? Não é isso aí? Me lembrou a banca de bicho, embora eu não seja especialista nessa área. Mas continuo sem saber como é que se joga no bicho. Tentei ler o manual que eles imprimem, entendeu? Mas não consegui.

Agora, eu consegui através do depoimento do Senhor, eu consegui entender o que é descarrego de banco de bicho, o Senhor me explicou. Bom, mas a questão que eu coloco é o seguinte: O que é que o Senhor com a sua atividade, Presidente do IRB, qual a dificuldade, porque é de uma clareza solar que isso é jurássico e que só interessa, agora aí me permita que eu vou dizer da experiência minha aqui. Que só interessa a um sistema de corrupção, onde o mal hábito político se vale da indicação de corretoras, para privilegiar esta ou aquela em detrimento da livre concorrência do mercado. Eu só posso atribuir a isso. Por que, me desculpa, a desgraça desse Projeto de

Lei complementar 249 não anda? Não é discutido? A que o Senhor atribui isso? Não pode ficar um país ao lado de Cuba e Costa Rica e deixando o meu dinheiro como contribuinte que sou desde os 18 anos de idade, sendo julgado no interesse de alguns políticos com p minúsculo, que vão alcançar o dinheiro público, que nós vimos nessa CPI aqui, através de sistemas organizados de corrupção. Porque só devem interessar a eles, porque quem tem a sua seguradora e sabe que pode competir a eles, não interessa isso. Quem pode entrar numa licitação, também não interessa isso. O Senhor mesmo disse aqui que o mercado é a melhor coisa e é verdade. Ele regula. Vai lá e vem cá e vamos indo e a empresa estatal inclusive compete com isso também. Ela tem que ser competitiva. Então não há nada melhor do que isso.

Então, quer dizer, eu queria que o Senhor me esclarecesse aqui, eu não sou da política, eu sou um gato que está aqui no forno, mas gato no forno não é biscoito, é gato. Mas estou aqui no forno. Então como é que é isso? Tem algum problema aqui? Porque é claro para mim que só interessa esse tipo de coisas, que a gente viu na CPI. O privilégio interessa a corrupção. Interessa a sistemas organizados, mas certamente não interessa a empresas saudáveis, como eu sei que é a empresa do Dr. João Elísio e outras. Não interessa essas. Então queria o que Senhor me explicasse como é que é isso, que dificuldade o Senhor tem? Se tem alguma dificuldade. O que a gente pode fazer aqui na Câmara? Quer dizer, dizer que é jurássica? O que mais que pode fazer? O que é que impede o Senhor de ir, onde lhe aperta o calo? Quer dizer, eu sei que as vezes é até difícil. Eu dizia sempre como Juíza, as vezes tinha ameaça contra mim, tive 3 atentados, etc. E tal, imagino que tenha até contra o Senhor também, porque o Senhor deu umas aberturas aí que deve ter contrariado muita gente. Mas é preciso que o Senhor fale. É até em benefício da sua, da sua posição mesmo. Porque muita gente aqui quer ajudar. Tem gente muito boa aqui. Agora, tem de tudo aqui, só não tem bobo. Vamos lá, Dr. Marcos. [risos]

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Bem, Deputada, sempre um prazer. Obrigado pela pergunta--

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Eu só queria, só um adendo aqui, que essa presença do monopólio já foi quantificada, quer dizer, qual a implicação no investimento? Quantificadamente, isso inibe o quê? Quanto? Porque se a gente não tomar providência aqui, Dr. Marcos, eu lido com a questão da criminalidade, que é um lado. Criminalidade se combate com impunidade. Mas violência se combate com oportunidades de trabalho e renda. E investimentos. E aí é que é a minha preocupação. Tá bom? Obrigada, Dr.

Marcos Lisboa e eu estendo a pergunta a todos, viu? Dr. Otávio estava doido aí para responder também, já levantou o dedo ali. [risos]

SR. OTÁVIO DAMÁSIO: A bola é minha.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Passar para o Otávio em seguida. Obrigado, a pergunta, acho que a colocação é muito boa, é uma surpresa. Eu acho que todo mundo que analisa a questão do resseguro no Brasil toma um susto. Até meado dos anos 70 era raro, mas não tão raro o monopólio de resseguro no mundo. Era raro. Não era freqüente. Os países desenvolvidos não tinham, tinham alguns países emergentes, Coréia tinha, Brasil, Argentina, Chile, Índia. Muito mais. Os países médios, Cuba, Costa Rica vamos deixar as ilhas e montanhas de lado. E já, a partir dos anos 80 isso mudou radicalmente. A partir dos anos 80 isso mudou de maneira radical, em 15 anos estavam todos abertos, o único país grande que ainda tem, não iniciou um processo de abertura, o Brasil, a China está incluindo o seu e a Índia já começou. Quer dizer, o que é que houve com o Brasil que perdeu esse monte? O que é que houve que ele ficou?

Na realidade tem dois aspectos aqui, 3 aspectos pelo menos importantes. O primeiro é que nós começamos a modernizar a nossa legislação de seguros e resseguros no Brasil muito tarde. Se lembrar até os anos, até meados dos anos 80, preço de seguro ainda era fixado pela Susep, que coordenava todo o mercado. No fundo tinha uma política de tarifas mínimas, não havia competição, o mercado de seguros era fechado. O Brasil começou tarde, realmente. É verdade. Nós perdemos, e foi um processo difícil. O Dr. João Elísio acompanhou esse processo, isso gera muito ineficiência, gera um custo, o custo do seguro era extremamente elevado no Brasil, era 3 ou 4 vezes do que é hoje. Era muito elevado o custo do seguro. Nós começamos tarde. Então o Brasil realmente começou a modernizar a sua regulação nessa área, muito depois do resto do mundo.

Em segundo lugar, nós demos um azar, teve um debate jurídico, esta Casa já aprovou a abertura do mercado de resseguros. Essa Casa já aprovou a abertura de resseguros em 97 ou 98, 98. Já aprovou, já votou, já deliberou, já aprovou há 9 anos ou 8 anos. Já teve a primeira Emenda que foi do Deputado Cunha Bueno que tirou da Constituição o “resseguradora oficial”, foi em 95 ou 6, né? 6. E dois anos depois aprovou um longo debate e aprovou a abertura. E aí caímos num longo debate jurídico sobre se a regulamentação do mercado de seguros deve ser por Lei Complementar ou Lei Ordinária e esse debate paralisou ações judiciais de um lado, do outro. Mas isso, então, nós caímos nisso. E eu acho isso foi certamente muito importante. E eu

acho que um outro fator que contribuiu também bastante para isso, isso ocorre em várias áreas na nossa economia, é um certo descrédito sobre o impacto de melhorias institucionais. Eu acho que nós ainda temos um certo ceticismo, de que melhorias institucionais podem melhorar a vida das pessoas, pode de fato reduzir custo, melhorar o bem-estar social. Eu lembro muito quando eu estava no Ministério da Fazenda, os debates sobre as reformas na área de crédito, que são semelhantes. Então o crédito consignado, as medidas do mercado imobiliário, a lei de falências, as medidas de securitização, algumas várias, vários projetos de lei que essa casa aprovou por debates, debates semelhantes, eram reformas institucionais. Quebrar amarras, permitir novos desenhos e o ceticismo que existia que essas medidas pudessem de fato melhorar a qualidade, por exemplo, do crédito ao resseguro no Brasil. Há um ceticismo grande.

Eu acho que no caso do crédito esse ceticismo foi superado. A gente viu o impacto do crédito consignado, o *spread* caiu a 1/3 do que era. O *spread* do crédito pessoal era 7, 8 pontos, antes da lei e hoje a mesma família vai ao mesmo banco e consegue um *spread* de 2 e meio. Essa foi a queda imensa do *spread*, o que gerou um volume de crédito, um crescimento aí sem precedente do crédito no país. Isso é só um exemplo.

A mesma coisa ocorreu no resseguro. Eu acho que durante muito tempo, Deputada, as pessoas não acreditavam que uma melhoria institucional pudesse ter um impacto tamanho que está tendo. E eu acho que esses últimos 8 meses que foram bem difíceis, como a Senhora lembrou, foram, no entanto, muito saudáveis para o debate. Eu lembro quando eu cheguei ao IRB em junho, um momento difícil, começamos a discutir como melhorar o funcionamento do mercado, dada a legislação atual, o IRB é um órgão regulador do mercado, então ele pode aprimorar as regras, preservando o monopólio e havia um debate. Debatia-se muito. Se de fato essas mudanças iriam melhorar, alguns eram céticos que de fato isso podia levar a uma melhora, melhorar a qualidade do resseguro no Brasil. De fato pudesse reduzir o custo das empresas, as próprias empresas eram céticas. O que nós fizemos? Não, a empresa não indica mais corretor, ela não indica, quem indica é quem está comprando serviço.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Mas nesse momento aí, deixa eu fazer uma pequena observação. No caso das empresas estatais, por exemplo, a Petrobrás, ela tem que fazer a licitação. Isso tem sido obedecido. Para--

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Isso, ela vai para a seguradora. Ela faz a licitação para a seguradora.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Isso.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Aí ela paga um preço para a seguradora e a seguradora vai ver: “Olha, esse é um seguro da área de aviação tem que ser o Lydes (F)(1:07) em Londres”. Tem que ter um corretor especializado. E a seguradora privada escolhe quem ela achar mais adequado. E quando a seguradora não indica a ordem na empresa hoje, pergunte para ela. Quer dizer, o cliente que está pagando pelo serviço que escolhe o provedor do serviço. Esse é o princípio que nós instauramos. E o que eu acho que foi extremamente saudável nesse processo, porque tem uma experiência aí de 9 meses, e não somos nós. Quer dizer, não comento o dado das gerações das empresas, dos nossos clientes com a empresa, estaria rompendo um sigilo profissional. Mas eu posso comentar de quem vai a público falar. E várias empresas foram, desde o fim do ano passado, desde setembro, que várias empresas foram a público comentar como caiu o custo do resseguro. Caíram 32%, caiu 40%, um ano que teve grandes catástrofes e o preço subiu, empresas indo, falando: “Não piorou, melhorou em relação ao ano passado, apesar do mercado internacional estar muito mais difícil, pela seqüência de furacões e Tsunamis que houve ano passado. Eu acho que teve essa vantagem das pessoas verem que de fato pode melhorar e muito a relação de seguro e resseguro para o investimento.

E, completando, um último ponto que a Senhora levantou que é extremamente importante, resseguro é uma atividade técnica, é uma atividade complexa, eu não conheço o jogo do bicho, então--

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Nem eu.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Nunca compreendi. Aliás, parece que a Senhora pegou exatamente essa operação de dividir o risco entre vários parceiros. Agora, o benefício da melhoria do resseguro do país é o crescimento. Quer dizer, o Brasil tem essa mesma, essas falhas que permeiam a nossa economia, a nossa estrutura adicional, elas acabam tornando mais caro produzir e investir no país. Quer dizer, na hora que um resseguro de uma grande empresa de porte internacional cai 40%, o seguro que é a atividade essencial, o seguro surgiu para viabilizar o crescimento econômico. O seguro surgiu na Inglaterra, na expansão comercial inglesa, que tinha que financiar a expansão de navios. E as pessoas falavam: “Eu não posso botar o navio, porque ele pode afundar e eu

perco todo o meu patrimônio. Então eu não invisto em navios”. E as pessoas se reuniam e falavam: “Vamos fazer um seguro disso. Se o navio afundar eu pago um pedacinho”. E isso foi um elemento fundamental para a expansão comercial inglesa no século XVIII e o seguro se difundiu.

O resseguro é uma atividade fundamental para o investimento. Ele reduz a insegurança associada ao investimento, ele dá tranquilidade ao empresário, permite que o empresário invista e investimento gera renda. Como o João Elísio mencionou, a gente pode estimar isso. O Brasil tem de metade a 1/3 de mercado de seguros e resseguro em relação a América Latina. Eu não estou comparando com os grandes países do leste asiático, não estou comparando com os países desenvolvidos. Comparando o Brasil com os países em desenvolvimento da América Latina, o nosso mercado de seguros e resseguros com fração do PIB é de metade a 1/3 menor. Nós somos menores que a Argentina, menores que o México, menores o que Chile, menores que países muito menores que o Brasil. Então só o mercado de seguros e resseguros tem um potencial de crescimento imenso nesse processo. Para não falarmos os efeitos benéficos sobre o investimento produtivo e o crescimento econômico. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pois não.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Claro, mas cuidei dessa matéria aqui desde, há muitos anos, desde 80.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Gostaria só que o Senhor identificasse então.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Antônio Henrique Cunha Bueno, ex-Deputado Federal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Já ia mencionar o Senhor agora, Deputado.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Nos últimos 8 mandatos.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Deixa eu consignar aqui, que é uma honra ouvi-lo, inclusive pela sua experiência na área.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Eu sempre tive, sempre combati muito o IRB ao longo desses anos. Tanto é que a Emenda que permitiu a abertura foi de nossa autoria em 96, mas é preciso também fazer um reparo. Porque quando o IRB foi criado, foi criado para fazer a defesa das reservas brasileiras. Ele prestou, sem dúvida, o seu serviço. Se hoje alguém entende de resseguros, são exatamente os funcionários do IRB ou que lá foram formados. Sem

dúvida, o IRB continua sendo ainda hoje uma grande escola. E a Deputada perguntou quais as razões que o IRB ainda não foi extinto, não foi aberta a atividade, etc. Quebrado o monopólio. E ficou, deu a impressão de que parece que tudo que aconteceu lá não foi certo, por isso é que se manteve aquilo, porque interessava a alguém.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Me permita um aparte só?

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Sim.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): No início da minha fala, eu classifiquei como jurássico, mas ele teve a função dele lá atrás.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Exato, exato.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Mas hoje está... Por isso que eu disse jurássico.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Mas um dos problemas também de que não houve abertura é um problema técnico que talvez o Dr. Lisboa pudesse até dizer para a gente, que ele deve estar bastante atualizado nisso, é o problema do renofe, porque ao longo desses anos, Deputada está ao telefone, ao longo desses anos, o IRB foi vendendo riscos para o exterior. E foi também comprando riscos do exterior. Ou seja, um banqueiro que entrega parte do risco do seu jogo para o outro, ele também assume uma parte do risco do outro.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): O Senhor se refere a dos bichos?

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Na sua banca.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Hein? Banqueiro dos bichos.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Dos bichos. [risos]

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: E a recolocação do resseguro no exterior não deixa de ser uma mão dupla. Então o Brasil se vendeu riscos do navio ou da usina hidroelétrica, da ferrovia, da frota de automóvel, que o Brasil têm, etc. Ele também comprou risco de outros países. Então isso cria uma relação aonde se nós falarmos: Vamos extinguir o IRB hoje, vamos extinguir. O projeto que está aí, está muito bem equacionado, porque vai ao longo do tempo diminuindo as suas atividades, dando oportunidade a seguradoras brasileiras, aos corretores brasileiros de ir entrando devagar nesse processo, tal. Mas se extinguir o IRB hoje, o Dr. Marcos Lisboa tem que assinar um cheque e mandar para o exterior. Qual é o valor do cheque, Dr. Lisboa hoje, que o Senhor teria que assinar se nós tomássemos uma medida radical aqui

e nós extinguissemos o IRB? Talvez isso responda o porquê da morosidade da abertura do IRB.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Deputado Cunha Bueno, a quebra do monopólio não implica na extinção dele.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Não, sim. Mas se nós formos extinguir o jurássico--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Só para organizar, vamos passar o debate para a próxima fase?

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Só o valor, o Senhor tem uma idéia, Dr. Lisboa, hoje?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Tem um bilhão de dólares em reservas.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Sim, mas quanto é que nós temos que assinar e mandar para o exterior? [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: Eu acho que a pergunta da Deputada, ela disse que perguntava a todos nós membros da Mesa, eu gostaria de dizer o seguinte: Aqui está o Deputado Nelson Marquezelli, que foi o primeiro Relator e, por sinal, não querendo lisonjeá-lo nem nada, mas ele conseguiu fazer um substitutivo, no meu modo de ver, melhor do que aquele que ia receber do Governo. Agora eu gostaria de lhe dizer o seguinte, para ser bem prático, o que nós precisávamos hoje é que o projeto se tornasse com urgência. Se a gente conseguir urgência e para isso nós teríamos que convencer o PSB, o PDT e o PT. Se a gente conseguisse esses 3 partidos nós conseguiríamos a urgência e aí o projeto--

DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP): Já estou com um pedido de urgência no colégio Líderes, já encaminhei o pedido de urgência. Sr. Presidente, eu queria aproveitar aqui a oportunidade para poder, nós ficamos com um projeto 6 meses preparando esse substitutivo. Mas houve uma participação muito grande da própria Susep, o Dr. Renê está aí junto com a equipe dele, a equipe do Ministério da Fazenda, o Otávio Damásio está aí. O pessoal do IRB nos ajudou maravilhosamente e nós fomos ver aí na Espanha, no Canadá, em vários países, nós procuramos fazer o melhor. O melhor para o Brasil. Eu acho que a peça que está aí encaminhada não resta dúvida nenhuma, é o melhor. Eu acho que a nova gestão do IRB está só nos deixando com orgulho, com um certo respeito do trabalho. O mercado, através da equipe do João Elísio, nos ajudou bastante, o Cunha Bueno está aqui, foi um dos que colaborou bastante conosco. Foi um projeto

substitutivo feito, o pessoal fala sempre a quatro mãos, foi a 20 pares de mãos. Fizemos, eu apenas coordenei e coordenamos da melhor maneira possível para dar ao IRB até esses 2 e 40%, até 40%, essas condições de ele devagarzinho competir no mercado também e virar mais uma empresa de seguradora no mercado. Esse foi o objetivo que nós fizemos. É evidente que tem algumas empresas ainda reclamando. Que ainda não está tendo o carinho que tinha no passado no IRB, queria ter o mesmo carinho não, pode competir, já até fiz gestões para fazer com que esse pessoal tivesse a mesma praia do passado, mas é necessário que nós saibamos que a regra do jogo é outra hoje e nós temos certeza que o país vai trazer desses 160, 170 bilhões de dólares que gira na área de resseguro no mundo, nós vamos sair daqui de 700, arredondando, milhões de dólares que tem no Brasil. Nós vamos logo, logo para uma marca aí de 6, 7, 8 bilhões de dólares com rapidez. E o que é mais importante, o que é mais importante, só o fato que o Governo dá um passo a frente, só o fato de ser aprovado o primeiro substitutivo, o Dornelles já acabou o trabalho dele, já está pronto já também, alterou muito pouca coisa de comum acordo com o pessoal todo, duas mexidinhas pequenas que ele deu. Já está no grupo. Mas é o fato de isso já está acontecendo, nós já temos proposta de resseguro de 30, 40% mais barato para o Brasil. É isso que nós precisamos. Nós temos de ver que o importante é o custo Brasil. Além de nós termos incluído o seguro agrícola, a responsabilidade das auditorias que não tinha no passado, hoje elas estão com essa responsabilidade nesse projeto, nós incluímos as cooperativas para fazer concorrência até com o próprio IRB e com o próprio mercado. Então tudo isso foi importantíssimo e importantíssimo para poder participar nesse mercado que é importante para todo o brasileiro.

Quando eu vejo hoje aqui a presença do Dr. Lisboa, a presença do João Elísio, a presença da Susep que vai regulamentar, vai ser, quem vai fiscalizar todo esse encaminhamento que vai ter no mercado da melhor forma possível, quando eu vejo aqui o mercado, os principais que atuam no mercado, eu vejo que finalmente, finalmente no Brasil, nós todos entramos no mesmo barco. Não era só o Governo determinando “É assim que vai fazer e vocês se virem”. Não. Está todo mundo no mesmo barco. Tentando fazer que a gente possa ter no custo Brasil, um custo de concorrência internacional. E a modalidade que nós tivemos hoje e o Dr. Lisboa deve ter acompanhado isso no projeto, através do Otávio, a turma toda, nós temos hoje uma peça que eu tenho certeza absoluta, que ela vai ter um resultado pelo que nós analisamos nesses 6 meses, um resultado de um país, de um país grande, de um país

com um setor que o seguro vai ser o seguro universal. O seguro nosso aqui ele vai ser universal. Porque logo já vem o seguro rural, já vem o projeto do seguro rural e aí completa. Aí completa. Por quê? Porque tudo que acontece na minha propriedade, eu venho aqui em Brasília reclamar. Quando eu devia ter um seguro para reclamar com a minha seguradora, esse é o trabalho. É sair da sociedade, a sociedade ela tende fazer isso ela mesma, o próprio segmento acertar.

Então eu quero aqui como o Relator aí, como primeiro projeto, não teceloa a nós, é agradecer, agradecer a colaboração dessa Mesa que está aí, certo? Essa Mesa que está aí nos ajudou muito. Ajudou muito o Brasil. Eu, pela primeira vez, vi uma Diretoria de IRB dizendo o seguinte: “Olha, precisa fazer mais contra nós aqui, precisa fazer, precisa fazer isso, precisa diminuir o nosso tamanho”. Primeira vez, eu vi isso no passado, eu sou do PTB, hein, eu vi isso no passado, eu vi completamente diferente, não é Cunha? Nós tínhamos isso daí completamente diferente. E agora o Cunha ajudou, sentamos juntos, pega lá, pega aqui, mas pensando sempre Brasil. E acho que vamos ter sucesso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado, Deputado Nelson Marquezelli. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade também e registrar com prazer a presença do nosso colega, ex-Deputado Antônio Mazureki e também do Mário Petrelli que é Conselheiro na Fenaseg.

DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP): Obrigado, eu esqueci. Foi uma mão direita nossa, o braço direito nos ajudou bastante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Inclusive também, o nosso ex-colega Antônio Mazureki, se quiser fazer uso da palavra. O Senhor que colaborou muito e que tem colaborado.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO MAZUREKI: Eu saúdo, em primeiro lugar, Deputado Carlos Willian que preside essa Sessão. Ilustre Deputada Juíza Denise Frossard, Dr. João Marcos Lisboa, Renê, Bittar, Otávio Damásio, meu caro Marquezelli, Dr. Petrelli, Cunha Bueno, ex-Deputado. Eu procurei o Deputado Carlos Willian, procurando resgatar a história dessa caminhada que hoje prossegue. E por gentileza ele me dá a oportunidade de viva-voz resgatar a história dessa trajetória.

Eu lembro bem quando na primeira gestão do Governo Fernando Henrique, aportar aqui as Emendas Constitucionais, as propostas de Emendas Constitucionais, no sentido da quebra dos grandes monopólios nacionais, telecomunicações, energia elétrica, petróleo, transporte de cabotagem. Deputado Cunha Bueno

que é ligado a área e conhece muito bem, constatou: “Espera aí, ficou para trás um monopólio aqui que precisava ser discutido”. E propôs ele próprio, por iniciativa dele, uma proposta de Emenda Constitucional, coletou as assinaturas todas na Câmara dos Deputados, todos nós sabemos que o Processo Legislativo em termos de PECs, de Emendas Constitucionais na Câmara é complexo, que passa por uma Comissão especial, que tem o prazo de 40 sessões para se pronunciar, deliberar sobre a matéria e tudo isso foi conduzido pelo Deputado Cunha Bueno com o apoio de tantos outros Parlamentares, inclusive o Marquezelli. E então começou o primeiro passo nessa grande caminhada. Já se disse que toda a caminhada começa no primeiro passo. Avançou, posteriormente, o próprio Poder Executivo enviou para a Casa um Projeto de Lei ordinário, que o congresso também cumprindo a sua parte, aprovou. E que teve o questionamento no Supremo em função de uma ação direta de inconstitucionalidade impetrada junto ao Supremo. Felizmente, se retoma agora a discussão. E o Parlamento Brasileiro tem a oportunidade de ouro para fechar com chave de ouro esse processo que se iniciou com a Emenda do Cunha Bueno. Eu louvo essa iniciativa, porque quem sabe não tivesse sido apresentada a PEC do Cunha Bueno, nós não estaríamos discutindo esta etapa do processo, no sentido da abertura do mercado ressegurador brasileiro. Na busca da quebra do monopólio. Eu lembro de um artigo o que Dr. João Elísio escreveu, foi publicado em todas as revistas da aviação, revistas de bordo da aviação comercial brasileira e em alguns jornais de grande circulação, numa idéia imaginária, o que seria um dia sem seguro na vida das pessoas. E lá no artigo ele descrevia: “Provavelmente, os aviões não decolariam. Os navios não zarpariam nos portos, os trens não circulariam, as indústrias não produziriam, a circulação de cargas também não se realizaria”. Daí nós percebemos perfeitamente a importância do seguro na vida dos povos, das sociedades todas.

E agora, por último, acompanhando o Deputado Marquezelli, tem uma virtude, gostaria de registrar, porque em primeiro lugar ele sabe ouvir, ouviu a todos, e mais do que ouvir, sabe interpretar a mensagem. Levou tudo em consideração, construiu uma bela peça substitutiva ao texto original, sem prejuízo da proposta original, mas aperfeiçoando o seu texto. De forma que, está, o Congresso Nacional eu diria, está com a faca e o queijo na mão para fechar com chave de ouro, meu caro Deputado Carlos Willian, essa questão. E gostaria de registrar, tive a oportunidade de conversar alguma vez com o Deputado Carlos Willian, o interesse em acelerar a tramitação dessa matéria e eu creio que é isso que inspirou o Deputado a promover essa reunião

para aprofundar o debate e buscar uma compreensão maior do que isso significa para os interesses do país. De forma que estão todos de parabéns, eu só queria resgatar a história com a iniciativa do Cunha Bueno.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado, Deputado Antônio Mazureki. Eu vou trabalhar hoje a noite, já trabalhei até às 3 e meia da manhã, recomecei às 6 horas da manhã, junto com técnicos do Tribunal de Contas da União, estamos fazendo o relatório final da Sub-Relatoria e essa aqui, não vou dizer que é a oitiva ou as duas últimas oitivas nós tivemos acerca de, antes de começarmos esse trabalho e aqui nós, é uma Audiência Pública, vamos dizer assim, e não oitiva. Inclusive, para eu terminar este relatório, eu vou fazer alguns questionamentos e eu vou fazê-lo de forma abrangente, vou fazer uns 4 ou 5 de uma vez e a pessoa que estiver apto a responder e quiser colaborar, de uma forma também um pouco rápida para dar tempo de nós terminarmos o relatório, e no final eu concluo, e vamos passar a ter uma participação mais abrangente sem muita determinação nos termos regimentais. Vamos fazer uma audiência, não é Deputado? Mais aberta aonde a gente possa participar todas. Primeiro é o seguinte, dentro do projeto, haveria necessidade ou não agora, a Susep iria se transformar em praticamente uma agência reguladora? Depois, existe um conflito de competência hoje entre o IRB e a Susep, esse Projeto de Lei regulariza essa situação, clarearia? O que é que pode fazer para fortalecer o mercado segurador brasileiro? E inclusive dar mais transparência? Eu acredito que essa é para o nosso Presidente, Dr. João Elísio. O nosso não, porque eu não tenho seguradora, nosso carinhosamente, aqui presente. E inclusive a preocupação de nós abriremos o capital e desprotegermos o mercado nacional. É outro questionamento. Depois, o IRB está preparado para participar deste mercado aberto de seguros? O que é que vai acontecer com os servidores públicos? Tanto do IRB quanto da Susep? Que o normal é fazer o encolhimento. O patrimônio da empresa, a metade é da união, outra metade da iniciativa privada. Eu acho que com estes questionamentos, daria para nós fecharmos o relatório. Depois dele clareado, a gente volta a dizer. Então fica a vontade, quem quiser participar e responder.

SR. RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR: Eu acho que os pontos colocados pelo Senhor fazem muito sentido e do ponto de vista formal, eu acho que o decreto de 73, ele foi feito numa outra realidade e eu acho que sem dúvida alguma haveria necessidade não só de nós avançarmos com relação a parte do resseguro e esse projeto ele contempla a transferência do ambiente regulatório e de supervisão de fiscalização

para os entes, que sejam o CNSP, seja Susep, mas também eu acredito que para o próprio bom funcionamento do futuro mercado de seguros ou de resseguro, deveria ser também encaminhado um Projeto de Lei para uma reformulação do órgão de supervisão, no caso da Susep. É uma opinião pessoal, já conversei diversas vezes com o Ministério da Fazenda, nós temos discutido isso bastante. Mas também a bem, só para esclarecer um pouco da história, eu acho que o Deputado Cunha Bueno colocou bem, o IRB teve o seu papel histórico, não só no passado, mas também no momento ainda detém essa tecnologia. Mas também é importante ressaltar que o próprio, os atores dos mercados de seguros não estavam preparados para um ambiente de abertura feito, se eu tivesse ocorrido de uma forma açodada no passado recente.

Isso quer dizer o seguinte: Que, primeiro, o ambiente regulatório no Brasil ainda era um pouco confuso, as atribuições dos órgãos, as normas no Brasil não seguiam os padrões internacionais, o critério de transparência das seguradoras estava bem aquém da transparência internacional. A questão do próprio ambiente de supervisão e fiscalização tinha deficiências estruturais, para os Senhores terem uma idéia, até 2002 a Susep estimulava os produtos padronizados, aqueles padrões feitos praticamente para diminuir a concorrência no mercado. Eram produtos específicos para que todas as seguradoras tivessem os produtos padronizados, o que era uma recomendação dentro do próprio ambiente em que ela funcionava.

Até a década de 80, 85, mais ou menos, a Susep aprovava a publicidade das seguradoras. Ou seja, o ambiente era muito pernicioso nesse sentido da competição e também não havia elementos necessários para uma abertura. Ou seja, que há um tempo para sorrir e para chorar, está certo? Eu acho que o momento agora é possível sorrir, porque foram criadas condições não só do ponto de vista institucional em termos de supervisão, mas também as seguradoras brasileiras se prepararam para esse ambiente. Seja através da captação maior, seja através do ganho de tecnologia e o IRB também se preparou, eu acho que o momento é muito adequado, que estamos num vetor muito favorável. Para os Senhores terem uma idéia, acho que contribuição favorável a esse novo ambiente é tão positiva, que a rentabilidade média das seguradoras brasileiras no ano de 2005, subiu quase que 63% quando comparado a 2004, o que mostra que elas ganharam eficiência e ganharam também uma melhora nos seus padrões internos. Assim também como melhorou também a qualidade não só dos seus controles, mas também no que diz respeito a transparência do contábil, de mecanismo de controle e até

mesmo de relacionamento possível com as resseguradoras no exterior. Porque um dos pressupostos para o relacionamento entre seguradores e resseguradoras no exterior é que ocorre que o ambiente da seguradora tenha controles internos bastante rígidos e que os balanços sejam transparentes e já que a política de precificação dos seguros se dê de uma forma correta. Caso contrário vai ser muito difícil as seguradoras locais terem colocação no exterior.

Então eu acho que nós agora temos um ambiente favorável. Nós não tínhamos, eu acho que esse ambiente no ano passado um pouco próximo. Então, ou seja, porque o efeito de imediato do processo de abertura desorganizada, como nós podemos possibilidade de falar, de aberturas bancárias, aberturas de seguro, é que elas podem levar a uma série, uma cadeia de possíveis quebras de seguradoras, como exemplos que ocorreram em outros países do mundo. Esse ambiente que nós estamos vivendo, nós temos mecanismos suficiente de controle e de adequação para evitar que haja esse efeito no Brasil, coisa que nós não teríamos num passado próximo, se tivéssemos feitos o processo de abertura de forma não muito pensada e refletida.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: O Senhor perguntou sobre a relação entre a Susep e IRB e se o IRB está preparado para essa fase. O Senhor tem toda a razão que a legislação atual, ela tem uma peculiaridade, tem algumas peculiaridades que são surpreendentes. O IRB não apenas tem o monopólio das operações de resseguro, mas também tem a atribuição de regulamentar e fiscalizar as operações de resseguro, na parte de fiscalização há realmente uma ambiguidade no papel IRB, a Susep fiscaliza as operações de seguros e o CNSP regula. Quer dizer, o adequado é fortalecer o aparelho do Estado. Tem uma agência de Governo, aí eu defendo isso já há bastante tempo, que tenha uma agência de Governo capaz de regular todo esse mercado e seja uma agência de Estado, mais que uma agência de Governo. Experiência com mandatos e com uma força para poder regular e isso vai ser bom para o mercado, para permitir o mercado se desenvolver e acho que é no mínimo problemático, a própria empresa que tem o monopólio se regular ao mercado em que ela atua. Eu acho que é uma questão que gera uma certa dúvida. Quanto a empresa estar preparada. O IRB, eu tenho dito isso com frequência, eu entendo que muitas pessoas têm receio do IRB no processo de abertura. Tem medo do IRB não ser forte o suficiente. Eu acho que o IRB tem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Ou ser forte demais.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Não, o medo que tem, mas acho que num processo de abertu-

ra o IRB tem força, o IRB tem capacidade de competir no mercado aberto. A empresa ela é bastante enxuta, ela tem um corpo técnico extremamente qualificado. Ela tem um corpo técnico muito qualificado e ela tem grandes bases de dados. Infelizmente, esse potencial da empresa não estava sendo inteiramente utilizado. Mas todos esses processos, debates, a empresa acabou, é razoável, momentos de grande insegurança desde meados da década de 90, não foram feitos investimentos de modernização da empresa. Mas ela tem esse grande ativo que são funcionários muito qualificados e grande base de dados. E nos últimos 8 meses, quer dizer, o que nós procuramos fazer na instituição da empresa, foi trazer práticas de governança corporativa mais modernas e a empresa reagiu muito bem. Quer dizer, uma empresa que tinha uma governança típica das empresas públicas dos anos 80, então todos os processos em papel, a ausência total de conselho, de decisões colegiadas, de compliance--

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Doutor, o Senhor disse, só um parênteses aí, porque o Senhor disse que ela é uma empresa pública. Mas o IRB não é--

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Desculpe, eu fui impreciso, eu errei. Ela é uma empresa de economia mista, a União tem 100% das ordinárias, as seguradoras privadas têm 100% das preferenciais. E o capital é meio a meio, eu peço desculpa.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Agora ela, o IRB além de ser operador ele também é regulador. Não é isso?

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Também é regulador.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Não existe um conflito aí não? Como é o que Senhor fica, eu sei que o Senhor é um homem excepcional, mas como é o que Senhor fica dentro desse conflito que para mim seria ingovernável.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Olha, por sorte o IRB tem um Conselho de Administração e eu acho que o papel primordial é definir regras que sejam melhores para a sociedade brasileira. E dada as regras boas brasileiras, tomar as melhores decisões para a empresa. Mas a Senhora tem razão, não é uma atribuição simples. Mas, agora o que eu quero ressaltar é que uma empresa que não tinha nenhum desses, não tinha indicadores de compliance, não tinha indicadores de desempenho, não tinha alçadas colegiadas, em 8 meses tudo isso ser implementado com o apoio dos funcionários. Quer dizer, essa participação dos funcionários tem permitido que hoje, hoje nós temos um livreto de quase 100 páginas com indicadores de desempenho por [corte do áudio] E isso foi implementado

em apenas 8 meses. Então eu acho que a empresa tem muitas condições de competir em pé de igualdade, como as grandes estatais brasileiras ou empresa de economia mista, como é o caso do Banco do Brasil e outras grandes empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Eu até desculpo, eu peço desculpa de não ter convidado, talvez, um representante dos funcionários para estar aqui discutindo, mas é porque o nosso objetivo primeiro é a discussão técnica. Depois a discussão técnica, mas eu acho que essa colocação pode ser suprida se o Senhor puder me ajudar, que existem até manifestações contrárias de alguns funcionários com algumas críticas ao sistema. Aqui, eu acabo de receber um e-mail agora, mas existem outros lá no meu gabinete. Como que a maioria do corpo de funcionários está vendo a tramitação desse projeto? Que, aliás, está tramitando, mas vagarosamente.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Quer dizer, quantos são os funcionários do IRB? Só um parênteses aqui, posso complementar, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Fica a vontade.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Porque eu venho da área pública e sei que até pela origem dos pandectas, eles guardam essas informações que são incrivelmente preciosas para nós. Tudo isso a gente vai aprimorando. Agora, em algumas áreas, quer dizer, eu não vejo nenhum interesse social para que seja o IRB um monopólio Estatal, não vejo. O Professor Renê está lá balançando a cabeça também. Eu conheço as propostas do Professor Renê há muitos anos, enfim, sei que... Mas a questão é: Quantos funcionários são? Esse corpo naturalmente, eu acredito, como todo corpo deve ser da melhor qualidade, enfim, o Senhor já disse que é. E quantos são esses funcionários? Só para resposta.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: O IRB passou muitos anos, passou 28 anos, 27 anos sem concurso público.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): São todos concursados?

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: A imensa maioria, pequenos cargos assessoria da Diretoria e esse número está se reduzindo com muita rapidez. O IRB chegou a ter quase 1500 funcionários, hoje está na faixa de 400, deve chegar no fim do ano com 300, pelas aposentadorias que estão ocorrendo. É uma empresa bastante enxuta. Com uma empresa que é uma das 150 maiores empresas brasileiras, é uma empresa bastante enxuta com 300, 400 e poucos funcionários.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): E de altíssima qualidade.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Boa qualidade e que tem uma boa formação. Em relação ao Projeto de Lei, pelo que eu tenho conhecimento, o sindicato encaminhou poucas sugestões para o Projeto de Lei. Ela é essencialmente passando o prazo da proteção para empresas locais de 2 para 3 anos, eram pontos, quer dizer, ficaria surpreso se tivesse alguma resistência ao projeto mais substantivo, dado que isso em 8 meses de tramitação do projeto, não resultou em nenhuma proposta mais radical. E no passado, se o Deputado me permite, tem um ponto que não mencionou nessa Mesa, que as vezes se levantava, em geral quando se falava em abertura de mercado levantava-se a questão de evasão de divisas, essa era a preocupação que se tinha, alguns fazem, mandam e-mails, é a evasão de divisas. E os números, talvez no passado fosse importante, atualmente os números são bastante ínfimos, quer dizer, o IRB movimenta de prêmio de resseguro no Brasil por ano um bilhão e 300 milhões de dólares. E ele já manda para fora cerca de 500 a 600 milhões de dólares. 600 milhões de dólares por ano não é meio-dia de exportações brasileiras. Mas, para cada prêmio que vai volta pagamento de sinistro. O fluxo anual do mercado de resseguros, isto é, quanto sai, menos quanto entra, não está na ordem de 100 milhões de dólares, por ano. Então o número é virtualmente ínfimo, talvez nos anos 30 fosse uma preocupação. Mas hoje, certamente, uma chuva forte em São Paulo mexe mais na divisa do que todo o mercado de resseguros durante um ano inteiro. [pronunciamento fora do microfone]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Entra mais do que sai.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Ah não, nos últimos anos, segundo dados do Banco Central, tem entrado mais dinheiro do que saído no mercado de resseguros, porque teve dois sinistros vultosos e como esse resseguro foi todo feito no exterior saiu o prêmio, mas voltou todo o pagamento do sinistro. A plataforma foi sozinha 500 milhões dólares no ano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): O Dr. João Elísio está aqui, quando fala de sinistro do exterior, quando é retrocessão ele fica, ele não liga muito. Mas quando começa a entrar para dentro do Brasil, o negócio de sinistro, ele tem pavor.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: Mas Deputado, só um detalhezinho aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pois não.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: Eu gostaria de dizer o seguinte: O mercado sim, está preparado para um crescimento, eu gostaria até de salientar, dar um exemplo. Quando houve a instalação do Plano Real no Brasil, o mercado segurador teve um comportamento fantástico, em nenhum momento precisou de nenhuma ajuda do Governo. Não houve uma quebra de nenhuma seguradora e o mercado se adaptou. O nosso mercado se adapta a qualquer coisa. Aí o Senhor falou no aumento o que mercado deveria ter. É tirar os entraves, é privatizar o que tem que ser privatizado. Por exemplo, é o caso que estamos discutindo hoje, o mercado de resseguro precisa ter quebra do monopólio, precisa ter a quebra do monopólio de um outro seguro que nós pleiteamos há muitos anos e o Governo se faz de surdo, que é o seguro de acidentes do trabalho, que é uma outra celeuma, um outro problema que se eu comesse a contar aqui, eu lhe garanto que já teria o apoio da Deputada Denise Frossard, porque o Brasil é campeão mundial de acidentes do trabalho.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Esse eu fui Juíza. Eu fui Juíza dessa vara. Eu conheço bem.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: E o que o Governo faz com o trabalhador brasileiro é um dos maiores absurdos e eu não vejo, e nós não tivemos até agora em nenhum momento nós conseguimos na reforma da previdência des..., tirada a Constituição.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Desconstitucionalizar.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: E hoje nós precisamos, isso seja regulamentado, mas é um negócio muito complicado, porque todo mundo sabe que é um problema filosófico. Mas o acidente de trabalho, o Brasil é campeão e é tão mal feito que a diferença entre um escritório de advocacia e uma fábrica de pólvora é quase a mesma, a taxa. Não tem nenhum tipo de prevenção de acidentes e nem nada, coisa que deveria ter. Qualquer país do mundo já adiantou e o Brasil continua na rabeira. Então se a gente terminar com isso que está, quer dizer, desestatizar o seguro, já nós teríamos um grande crescimento.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Eu coloco aí para o Senhor também, se me permite, Deputado Carlos Willian.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Fica a vontade Excelência.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Eu coloco aí para o Senhor também, qual o interesse social que justificaria a intervenção Estatal a protegê-lo? Quer dizer, seguro é uma atividade, em tese, privada. Em tese, privada. Partes sendo maio-

res, capazes, enfim, não tendo a Estatal, a Estatal, no caso, vai pela licitação. É complicado, o Senhor tem razão. Eu acho que é mais jurássico ainda o mercado do que eu pensava. É--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Deputado Carlos Willian, só mais uma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pois não, Deputado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Porque está em discussão a questão do acidente de trabalho. O Deputado Cunha Bueno realmente foi um Deputado operoso. É dele a subemenda que também quebrou o monopólio Estatal do resseguro. Então sob o ponto de vista constitucional está arrumado, está na legislação o acidente de trabalho. Sobre o ponto de vista infraconstitucional é que nós temos essa lacuna. Mas, Deputado, aqui está o decano do mercado segurador brasileiro que sabe tudo de seguro, sobretudo, a sua história, Dr. Mário Petrelli. Eu acho que se o Senhor pudesse conceder--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Já concedo a palavra, para nós é uma honra o Professor Mário Petrelli. Eu só gostaria, Professor, que a própria Bíblia fala, a cada dia basta o seu sofrimento. Então, vamos sofrer agora pela proposta que nós estamos com ela aqui e depois dela passada, aí nós passamos para a segunda etapa que é a desconstitucionalização do seguro do trabalho. Mas, por favor.

CONSELHEIRO MÁRIO PETRELLI: Deputado Carlos Willian, quando se fala em IRB nós temos que voltar 1939. O IRB foi uma invenção de João Carlos Vital, exatamente porque havia uma preocupação monumental da evasão de divisa brasileira. O mercado brasileiro de seguro era pobre, era efetivamente um mercado muito pobre e as companhias estrangeiras é que avançavam permanentemente no crescimento. E o IRB foi a primeira instituição criada no Brasil em que o Q.I. não foi de quem indica, foi qualidade intelectual pelo concurso público. E desenvolveu, teve efetivamente, um fato muito importante no desenvolvimento da indústria do seguro brasileiro. O Decreto Lei 2063 de 1943, só foi modificado pelo Decreto Lei de 73 de 1966. E o Decreto Lei 73 comete uma anomalia que foi feito, que foi feito sob um aqodamento do regime autoritário e que teve, indiscutivelmente, algumas coisas muito bem feitas, mas teve procedimentos absolutamente errados. Primeiro, o instituto de resseguro do Brasil era uma sociedade de economia mista, de 50% capital privado, 50% capital público. Ele tinha um conselho técnico, altamente competente e qualificado. Que tinha a responsabilidade quase que de regulamentar. Esse conselho técnico, entendeu, René? Ele

era eleito pelo mercado segurador 3 representantes, e 3 representantes do Governo. E houve períodos em que o IRB foi presidido pela iniciativa privada. Houve períodos em que o Governo entregou a iniciativa privada, vários períodos. Aí o que é que aconteceu? Por um procedimento de uma figura muito forte, que veio do regime militar, do nosso, meu querido amigo Deputado José de Campos, que não gostava de questionar, se extinguiu o conselho técnico, se tirou o poder do conselho técnico. E aí é que começam as anomalias, Professor. Começam os erros do IRB. A instalação do IRB em Londres, que é um erro histórico, em vez do IRB ter aberto uma empresa em Londres, o IRB vai a Londres sem experiência. E chega em Londres e tem um prejuízo monumental. Todo o resseguro que os ingleses não queriam fazer, a experiência internacional do Brasil foi lá e resolveu aceitar os resseguros que ninguém queria. E aí começa as hecatombes, quer dizer, então é como disse o Cunha Bueno, nós não podemos... O quadro técnico do IRB foi, sem dúvida alguma, o fomentador do melhor quadro técnico das seguradoras brasileiras. O IRB e por quê? Formado pelo concurso público. Então essa história do IRB ela precisa ser, é mais ou menos como o Decreto Lei 73 que ele tem coisas excepcionais. Ele tem um artigo que define o seguinte: Dentro de 6 meses o Governo deverá regulamentar as entidades que operam planos de saúde e isso só foi regulamentado, só se começou a discutir no Governo passado, o Fernando Henrique, com o Serra como Ministro da Saúde. Agora se levou de 1966 a 1996 ou 97, sem se regulamentar a área do seguro saúde e a área do serviço médico de saúde. E aí está hoje o grande problema, o caos do seguro saúde e da medicina de grupo. A extinção dos montepios, no Decreto Lei 73 se previa a extinção dos montepios e a sua regulamentação. Porque o montepio nada mais era, naquele tempo, do que uma apropriação indébita com publicidade pública, dizendo o seguinte: Compre uma pensão de um Coronel que depois soldava de soldado raso. Quer dizer, o que faltou foi na realidade... O Decreto Lei 73 é o primeiro passo importante na revogação do 2063 de melhorar a substituição do seguro no Brasil. Mas ele foi como a Constituição de 46, que tinha várias disposições transitórias que nunca chegaram, Juíza Denise, a serem votadas. Se lembra da Constituição de 46, que depois, na primeira Constituição, já no regime autoritário, elas não tinham sido votadas a exposição de transitórias, foi a mesma coisa que aconteceu com 73.

Então, quer dizer, eu acho que o fato histórico precisa sempre ser lembrado, porque não é culpa de um Governo, é culpa de um sistema. O que aconteceu no Brasil, o IRB foi necessário, foi altamente importante,

ele teve uma função fundamental no processo econômico brasileiro, quando as companhias de seguros não estavam preparadas para a competição internacional e ele teve exatamente essa visão. Que foi a visão do Getúlio quando criou siderúrgica nacional, que foi a visão do Getúlio, quando criou na realidade a previdência, que foi a visão do Getúlio que volta e cria o BNDES, são fatos que a gente precisa sempre procurar lembrar e que não se pode culpar um Governo. Tem que se discutir a história do país. Eu acho que o mercado ficou, cresce agora com essa medida do Governo e eu faço até um comentário elogiando o Ministro Palocci, que foi quem teve a ousadia de efetivamente procurar resolver o problema do IRB, mandando a Medida Provisória, a Lei Complementar, a Lei Complementar exatamente para se resolver um impasse que estava há vários anos parado e que já tinham erradamente sido enviados por uma Lei Ordinária e que os próprios membros da Comissão de Constituição e Justiça diziam: Vamos aprovar, mas vai ser derrubada. Porque era efetivamente irregular.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Professor Mário Petrelli, o Senhor realmente não poderia nos punir com a falta de suas palavras. O Dr. Otávio.

SR. OTÁVIO DAMÁSIO: Bem, queria aproveitar só a oportunidade para esclarecer alguns aspectos da tramitação do projeto e até complementando um posicionamento da Deputada Denise Frossard. Essa discussão do projeto nessa nova fase de abertura, ela teve um início primeiro com a Emenda Constitucional que alterou o artigo 192 da Constituição, que abriu o espaço para que o Supremo Tribunal Federal se manifestasse. Então, entre a Emenda que eu acho que correu em 2003 e 2004, foi o período que a gente ficou esperando o Supremo Tribunal Federal se manifestar e ele se manifestou sem julgar o mérito. Então 2004, como se manifestou sem julgar o mérito, ficou entendido que, o próprio mercado também entendeu isso, que não adiantaria a gente ficar com a 9932, que é a lei que realmente abriu o mercado, porque ninguém tinha a segurança jurídica nela. E ela está em vigor hoje, mas ninguém faz nada, porque não tem...

Então em 2004, teve início então com essa decisão do STF à discussão no âmbito do Governo e no primeiro semestre de 2005, foi quando o projeto já estava maduro dentro do Governo, quer dizer, menos de um ano a gente fez a discussão e encaminhou para o Congresso. E a tramitação no Congresso, eu tenho aqui, tem uma certa experiência aqui de tramitação de projetos, dado que a minha área lá da parte de reforma micro econômicas, acho que a tramitação foi excepcional. Muita gente fala: “O projeto está parado”. Mas não,

nesses 6 meses que a gente fez a discussão sobre a coordenação do Deputado Nelson Markezelli é de Lei Complementar. Foi praticamente reuniões quase todas as semanas, primeiro que era um insulto hábil, pouco conhecido e então fez todo um primeiro esclarecimento do que era o projeto, conhecer o que era o projeto, quais os detalhes, qual era o objetivo e então teve todo esse aperfeiçoamento e durante esses 6 meses quando todo mundo falava que o projeto estava falado, eu até assusto, porque ele na verdade, deu muito trabalho. Foram 6 meses de trabalho intenso. E coincidiu o primeiro semestre de 2005, o final do ano foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico e agora está com o Deputado Francisco Dornelles, também está praticamente pronto. E é uma posição do Governo, do Ministério da Fazenda, especial, o projeto ele está 99,9% esclarecido. Quer dizer, 100%, o Governo está de acordo com esse projeto. Então ele realmente ele está assim pronto para ser--

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): E pelo que eu ouvi aqui, Dr. Otávio, apenas o PT, PDT e PSB estariam opondo algum tipo de resistência ao projeto, não é isso?

SR. OTÁVIO DAMÁSIO: Eu falo pelo lado técnico, o lado político já foi um pouco da--

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Não importa aqui por que razões, cada um tem as suas, mas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Mas é isso mesmo, foi colocado aqui pelo Presidente João Elísio.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): É, então quer dizer, os demais partidos não teriam oposição?

SR. OTÁVIO DAMÁSIO: Bem.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): O que já antevê aí uma favorável, uma discussão.

SR. OTÁVIO DAMÁSIO: Em termos de tramitação, na Comissão de desenvolvimento econômico foi relativamente tranquilo. Eu, inclusive, esse projeto dado o pouco conhecimento do assunto e do “coiso”, ele foi um projeto que não teve sequer uma Emenda formal acho que Comissão. Ele teve sugestões que a própria Fenaseg, as entidades encaminharam, mas Emenda formal não teve. Se não me engano na Comissão de Finanças Tributação também não foi apresentada nenhuma Emenda formal. Teve também contribuições. Então em termos de existência não consigo ter uma avaliação completa. Mas eu acho que é relativamente, se foi pontual. E essa questão de discussão política junto a liderança do Governo, aí é um assunto

que a gente está conversando em termos técnicos, esclarecendo, mas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A vontade.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Agora eu quero fazer uma pergunta, o Senhor permite?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Fique a vontade, Excelência.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Uma pergunta paroquial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A quem?

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): A todos. Exceção do Dr. Otávio que está aqui em Brasília. E o Dr. Bittar também. O IRB tem sede no Rio de Janeiro, assim como a Susep, assim como a Fena-seg. Quer dizer uma eventual quebra de monopólio, o IRB permaneceria como uma empresa altamente competitiva. Conheço alguns quadros do IRB e tenho certeza que o mercado ficaria de olho nos quadros do IRB, porque são realmente de top de linha. Agora, a minha pergunta é, até foge um pouco, mas a minha preocupação com o meu Estado é a respeito da permanência desses órgãos no Rio. Quer dizer, nós temos no Rio de Janeiro hoje poucos serviços, áreas de serviço que ainda estão no Rio de Janeiro. A maioria está indo para São Paulo, empresas. A Fenaseg continua, algumas empresas de seguro também. Nós temos a SUL AMÉRICA, enfim, tradicionalmente ali na esquina da rua do ouvidor. A minha pergunta é: Permaneceriam, é a intenção permanecer no Rio de Janeiro, é isto?

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: Bom, Deputada, eu não posso responder por todos. Mas a Senhora tem razão. Quem sabe o setor de seguros seja o que mais, vamos dizer assim, prestigie o Rio.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sem dúvida alguma.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: Como a Senhora falou, o IRB é no Rio, a Susep é no Rio, a Fenaseg é no Rio, a Agência Nacional de Saúde Suplementar é no Rio. A SUL AMÉRICA que é uma das grandes companhias, é no Rio. A Bradesco que é a maior seguradora, também no Rio. Então, realmente.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): O Mercado de seguro é no Rio de Janeiro.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: O Rio tem assim uma preferência bastante grande. Eu acho que isso aí realmente pode, deve continuar. Pode continuar.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Por que eu estou perguntando isso? Porque eu tenho visto, eu tenho visto nos últimos anos e para ser

justa aqui, é nos últimos anos mesmo que eu digo, é nos últimos 20 anos, para não deixar dúvida aqui, para não parecer alguma conotação política. Não, não é. Nos últimos 20 anos ou mais até, o meu Estado vem tendo um esvaziamento que me assusta. Se nós tirarmos do Estado do Rio de Janeiro a receita do petróleo que não é nossa--

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: É verdade.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): E que é finita. Nós somos um deserto de Saara. Um deserto absoluto é isto. E vem decaindo 20% nos últimos anos. Quer dizer, a minha preocupação, quer dizer, todo mundo se espantou até alguns olharam para mim ali e disseram assim: "O que é que esta figura está fazendo aqui na Área de Seguros? Que ela não é da Área de Seguros. É criminalista". Alguns até olharam para mim e disseram: "Será que está acontecendo alguma coisa?" Não, não está acontecendo nada, o Rio de Janeiro é meu Estado. E a área de seguro está no Rio de Janeiro. É a área que mais traz benefícios para o Rio de Janeiro. Então eu estou aqui absolutamente preocupada, porque os Senhores ainda são aqueles, os últimos, os últimos dos moicanos que estão no meu Estado. É verdade.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: Mas sabe, Deputada, nós estamos inclusive estudando juntamente com o IRB, a Susep, para colocar no Rio um centro internacional de resseguros. Isso aí é realmente para dentro disso que a Senhora está falando, cabe muito bem a cidade do Rio de Janeiro.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Cabe.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: Está em estudo ainda, porque realmente com o monopólio, o resseguro centralizado é difícil manter um centro, mas de qualquer forma, nós já começamos a estudar para fazer do Rio de Janeiro a sede do centro internacional de resseguros.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Quer dizer, vamos recapitular, quebrando-se o monopólio, o que está a caminho, nós teríamos no Rio de Janeiro, sim, deixa eu colocar, deixa eu colocar.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: É uma possibilidade a mais.

DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP): Denise, São Paulo paga.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Marquezelli, espera aí.

DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP): O Rio de Janeiro recebe. [risos]

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Deixa eu colocar aqui uma situação, porque não

é um bairrismo só. O Rio de Janeiro, gente, é preciso que vocês entendam e vocês vão entender, o Rio de Janeiro é um patrimônio nacional. Ele não pertence ao carioca. O Rio de Janeiro pertence a todos os Estados da federação, porque é a história do Brasil. Foi a primeira capital do império, a primeira capital da república e que me perdoe até JK, porque eu tenho assim uma grande simpatia por ele e tal, mas não foi naquele momento visto com a atenção devida o rombo que se provocaria no Rio de Janeiro a mudança da capital. Não estou dizendo que não deveria mudar, mas a preocupação com o rombo que lá se deixaria, como nós também não tivemos uma preocupação com o rombo lá em Niterói. A sorte é que Niterói... É. Inclusive, eu penso Dr. João Elísio, que o Rio de Janeiro, já que o Senhor disse, um centro, o Rio de Janeiro também pode se pensar num futuro como um mercado internacional, Rio de Janeiro tem que internacionalizar a moeda. E nada mais próprio do que o Rio de Janeiro, e não competira, Marquezelli, com o sistema bancário que está em São Paulo. Então você pode me ajudar nisso.

E mais. É, a bancada paulista tem esse dever. Agora, por que isso? Porque é preciso que o Brasil entenda que há uma dívida histórica sim com o Rio de Janeiro. E quem diz é uma mineira. Que representa o Rio de Janeiro. Com muita honra para mim. Sou conterrânea do Deputado Carlos Willian. Agora quem diz isso é uma mineira que entende a necessidade histórica do país se juntar no Rio de Janeiro e reerguer o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro não tem condição de fazer indústrias, a não ser ali no pólo de Itaguaí, tal. Mas nós temos que ter, evidentemente, uma recuperação para aquele Estado, porque é a nossa história. Quer dizer, quando você vai lá fora e todos aqui conhecem, eles falam a porta de entrada é o Rio de Janeiro. Então, para que todos tenham benefício, vamos cuidar da porta de entrada. É nossa, de Minas, é nossa de Paraná, é nossa de São Paulo e não vamos competir. Mas dar as mãos e você me ajuda e eu te ajudo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Está certo.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Deputada, nos entendemos a presença da Senhora aqui, não só para defender os interesses do Brasil, mas também do Estado do Rio de Janeiro. Preservando, logicamente, a nossa Minas Gerais e o nosso Juscelino Kubitschek.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Não se preocupe, Deputado Carlos Willian, porque Minas Gerais já ultrapassou o Rio de Janeiro na coleta de ICMS, viu? Já ultrapassou o Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): É um grande trabalho que está sendo feito pelo ex-colega Deputado e atual Governador Aécio Neves.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): E tem que render homenagem a ele sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado, encerrando a minha participação, obviamente não dos Senhores, fiquem a vontade, os microfones estão franqueados. Eu, dentro daquele elenco que eu preciso de fazer o relatório, só ficou uma pergunta sem resposta. Que é referente a proteção do mercado nacional. Aí, com essa, não quero confrontar a maioria das perguntas elaboradas pelos técnicos iria ter um confronto e eu acho que não é o objetivo nosso, mas eu gostaria de perguntar ao Dr. Marcos Lisboa e também ao Dr. João Elísio. Primeiro ao Dr. Marcos Lisboa. A retrocessão de seguros internacionais, elas foram aplicadas extremamente técnicas? Poderia ter privilegiado um pouco mais o mercado nacional? O Senhor abriu o mercado nacional? Ou o Senhor, vamos dizer, não o Senhor como Presidente do IRB, o IRB nos últimos, vamos supor, 5 anos, ou vamos colocar nos últimos 10 anos, o IRB contribuiu para que o retrocesso interno no mercado nacional fosse feito ou deu uma preferência a retrocessão internacional? E logo após, gostaria de perguntar ao Dr. João Elísio, se na verdade, na verdade o IRB poderia ter, obviamente, prevalecendo os custos para o segurado, ter aberto mais o mercado nacionalmente?

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Obrigado pela pergunta. A retrocessão, o IRB recebe o seguro, uma parte do seguro das seguradoras e ele retrocessa, ele transfere para outros agentes, até meados dos anos 90, ele obrigava as seguradoras a aceitarem parte desse risco. Era a chamada retrocessão doméstica, ela era compulsória. Na discussão do processo de abertura, suspendeu essa obrigatoriedade, ela é incompatível com o mercado aberto, essa compulsoriedade e depois o IRB tentou fazer isso de forma facultativa. Isto é, ele oferecia às seguradoras a retrocessão doméstica. As seguradoras não se interessaram. Elas não queriam. Então o IRB ofereceu, ofereceu, e as seguradoras falaram: "Não queremos, não queremos". Esse ano, na verdade, o ano passado, já com a nova administração do IRB, nós propusemos uma nova forma de retrocessão doméstica. Nós pegamos um pedaço do contrato de *properties*, é uma coisa bem técnica, nós pegamos aí um pedaço do contrato e nós oferecemos um *pull* para o mercado e pela primeira vez, a gente conseguiu retomar a retrocessão doméstica, foi aceito, teve um excesso de demanda, a gente ofereceu um valor

e a demanda foi de 3 vezes o que foi oferecido. Então a retrocessão doméstica voltou a ser feita a partir do ano passado, nesse caso do contrato de *properties* e ela foi bastante bem sucedida nesse processo.

Agora, é natural que o resseguro seja internacional. É natural que as seguradoras não aceitem e que ele seja internacional. Porque se todo o resseguro for feito ou boa parte dele for feita no país, o país fica mais frágil. Porque em caso de sinistro, além da perda material quem arca com o custo é o país, então você fragiliza o país no momento que ele já está frágil. Então a retrocessão internacional ela é muito natural, eu compreendo as seguradoras que não aceitavam a retrocessão doméstica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esse, inclusive, a questão da retrocessão do mercado interno, foi um aperfeiçoamento que está sendo feito na Câmara já com o Deputado Nelson Markezelli e ratificada pelo Deputado Francisco Dornelles. O projeto original veio omitindo essa questão da retrocessão interna. E na discussão na Câmara a retrocessão interna está sendo facultada de novo. Isso não significa que vai ter negócio, depende dos interesses das próprias seguradoras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Dr. João Elísio. Esse assunto é um pouco delicado, é essa a forma, o Senhor acha que nessa abertura o mercado nacional vai estar--

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: Não, eu acho que o Professor Marcos Lisboa falou claramente. É isso que ele explicou, é isso mesmo. Sobre o aspecto da empresa nacional, nós não diferenciamos se a empresa tem capital estrangeiro ou o capital nacional. Desde que, ela seja instalada no Brasil. O que nós condenamos são as seguradoras que vêm aqui fazer o seguro e não têm nenhum escritório no Brasil, não têm nenhuma responsabilidade com o povo brasileiro, não fazem suas reservas aqui. Se a companhia estrangeira vier ao Brasil e quiser trabalhar aqui, nós não temos nenhum, não nos incomodamos em termos nenhum. Na verdade, o que a gente condena, vamos dizer, seria uma abertura para o mercado internacional é se não respeitando as regras.

Isso só não é o Brasil, o mundo inteiro é assim. Nos Estados Unidos se você quiser fazer o seguro de uma companhia de fora, você não pode fazer, você tem que fazer numa companhia americana. E na União Européia é a mesma coisa, dentro da União Européia você pode fazer e fora disso você não pode e os nossos vizinhos aqui também. Volta e meia a gente escuta que nesses acordos internacionais, gostariam de que abrisse o mercado brasileiro para que fosse fazer o

seguro fora. Isso sim. Mas o nosso posicionamento é contrário, porque é contra os interesses do Brasil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só complementando, inclusive nesse ponto, o Projeto de Lei, na questão do resseguro propriamente dito, ele cria a preferência para o ressegurador local, que aí é o capital nacional, estrangeiro, mas instalando aqui. E cria também algumas travas em relação a retrocessão no caso da preferência. Se ele fizer o exercício da preferência e executar, ele tem que obedecer algumas regras. Vão ser estipuladas pelo órgão regulador de seguros para fazer a retrocessão externa também, já que ele se beneficiou da questão da retrocessão. Então ele tem uma preocupação também com o desenvolvimento do mercado local nesse aspecto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Continua franqueado. Por minha parte, da Sub-Relatoria, já estou satisfeito com as colocações.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Uma pergunta só para o doutor Lisboa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele fez um bom trabalho no IRB nesses 8 meses, tudo, o mercado está meio inquieto aí, está se correndo o rumor que o Senhor está deixando a presidência do IRB, é verídico isso? É uma promoção? Uma promoção a vista?

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Boatos são tema natural na imprensa, temos que conviver com os boatos. [risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Hoje é o dia do Fico.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Continuar os nossos trabalhos. Alguns anos lá. Esse é o trabalho. Agora o mercado abriu e ele tem que ficar no IRB, né?

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): É evidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Deputado Carlos Willian começou as suas atividades trabalhando na área de seguro. Eu tenho a satisfação de dizer que foi comigo. [risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Atlântica Boa Vista de seguros, né? Aliás, depois que, depois que o cidadão, um homem aprende a vender seguro, ele não passa mais aperto na vida, porque-- [risos]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, eu quero cumprimentá-lo pela Sessão de hoje, cumprimentar a Mesa toda aqui composta. Eu acho que

nós tivemos uma tarde proveitosa e o país agradece e espera que todos colaborarem nesse sentido. Quero cumprimentá-los.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado. Deputada.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Eu vou na mesma linha, Sr. Presidente, cumprimentá-lo. Seguramente é uma das melhores Sessões, quer dizer, um Congresso Nacional ele tem que funcionar desta forma também, esta é a nossa missão aqui, esta é a nossa função. Estou satisfeítíssima hoje. Quando eu ouço as várias observações, sugestões que nos vêm, para que a gente possa melhorar o funcionamento do nosso país. De modo que eu parablenizo a V.Ex^a. por esta iniciativa e pela escolha dos nomes que são aqui de brasileiros que somente honram o país e especialmente o meu Estado do Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado. Senhores. Bom, finalizando essa nossa Audiência Pública, o que eu pude notar durante esses árduos dias de oitavas e somado a outros fatos que foi o alvo de investigação dessa CPMI, onde nós descobrimos principalmente que alguns desvios ocasionados no IRB nos últimos tempos foram praticados por agentes do IRB e, principalmente, por causa de uma legislação eficaz. Porque o mercado mudou, o mundo mudou e o IRB continuou. Não se modernizou. Exceto, recentemente, que é visto a olho nu por todos nesta gestão de agora. Portanto, além dos apontamentos das falhas dos responsáveis, dos indiciamentos que nós vamos fazer, nós também vamos propor a mudança na legislação. E esta mudança na legislação não precisa ser mais trabalhada do que já existe e do que já está colocado.

E aqui eu queria colocar e louvar os trabalhos do Deputado, ex-Deputado Cunha Bueno, do ex-Deputado Antônio Mazureki, atualmente, pelo trabalho do Deputado Nelson Marquezelli e agora somado com o meu apoio, deste Sub-Relator Carlos Willian e da Deputada Denise Frossard. Nós vamos, se permite o Deputado, apresentar o nosso Sub-Relatório. As mudanças da legislação, mas a legislação essa que já está bastante amadurecida e trabalhada nessa Casa. E dentro deste relatório, nós vamos argüir e pedir para que o nosso Relator, Deputado Osmar Serraglio, apóie e depois nós conseguimos dos nossos páreos da CPMI, a aprovação do art. 155 que diz o seguinte: “Poderá ser incluído automaticamente na Ordem do Dia, para a discussão e votação imediata, ainda que iniciada a Sessão em que for apresentada, proposição que verse sobre a matéria de relevante e inadiável interesse nacional”. Repetindo: “Proposição que verse sobre a

matéria de relevante e inadiável interesse nacional. A requerimento da maioria absoluta da composição da Câmara ou dos seus líderes, que representam este número aprovado pela maioria absoluta dos Deputados, sem restrição contida neste artigo”. Portanto, a modernização da legislação, o combate à corrupção, eu entendo que é matéria relevante, inadiável de interesse nacional.

Acredito que vou ter apoio dos meus pares, esse pedido de urgência já foi pedido, mas foi retirado e agora com a força da CPMI, que é o somatório de todos os Deputados dessa casa e de todos os partidos políticos, eu acredito que nós vamos dar uma arrancada gigantesca, para que nós possamos dar a contribuição para a modernização do mercado. Diante disso, eu convoco também, agradeço a imprensa, aos técnicos desta Casa, que, pela colaboração dada durante este período. Convoco a imprensa também, que é um braço direito do Congresso Nacional, para que acompanhe este trabalho da votação deste Projeto de Lei 242, que realmente vai modernizar este país. Agradeço ao Senador Renan Calheiros, pela oportunidade de ter me designado como Sub-Relator dessa Subcomissão, ao Presidente da Comissão, Senador Delcídio Amaral, ao Deputado Osmar Serraglio que é o Relator, ao Diretor do TCU, Dr. Rodrigo Caldas, ao Secretário, Dr. Jorge Pereira, os Analistas Jones, Gomes, a todos os técnicos dessa CPMI, a todos vocês o nosso muito obrigado e dou por encerrada essa Sessão.

Sessão encerrada às 17h10

REUNIÃO CONJUNTA

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 7ª Reunião do IRB em conjunto com a 20ª Reunião do Combate à Corrupção, realizada em 14/03/2006.

Ao décimo quarto dia do mês de março do ano de dois mil e seis, às 14 horas e 49 minutos, na sala seis da ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Carlos Willian e sob sub-relatoria do Deputado Onyx Lorenzoni e ainda com as presenças do Senhor Senador Romeu Tuma e da Deputada Juíza Frossard, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA

DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à exposição dos Senhores Marcos de Barros Lisboa (IRB), Renê de Oliveira Garcia Júnior (SUSEP), Robert Bittar (FENACOR), João Elísio Ferraz Campos (FENASEG) e Otávio Damásio (Secretário-Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda). O Presidente convida a todos para compor a mesa e posteriormente passa a palavra para o Senhor Marcos de Barros Lisboa que faz uma breve apresentação pessoal e faz uma explanação sobre o IRB e seus negócios. A palavra é passada para o Doutor Renê de Oliveira Garcia Júnior, e em seguida aos senhores Robert Bittar, João Elísio Ferraz de Campos e Otávio Damásio. A palavra é passada ao Sub-relator que indaga algumas questões aos depoentes. A palavra é passada por ordem da lista de inscrição a Deputada Juíza Denise Frossard, ex-Deputados Cunha Bueno e Nelson Marquizezelli. Após a participação dos Deputados inscritos, o presidente abre a sessão para debate entre os expositores e parlamentares. Agradecendo a presença de todos e nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às 17 horas e 10 minutos. E, para constar, eu, **Wanderley Rabelo da Silva**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Senhoras e Senhores, boa tarde. Queria pedir desculpa pelo atraso. Foi devido às últimas oitivas da Sub-Relatoria da CPMI dos CORREIOS, da Sub-Relatoria do IRB na CPMI. Essa é a sexta reunião da Sub-Relatoria do IRB e a vigésima reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção e a sétima da Sub-Relatoria do IRB, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento número 3 de 2005, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Encontra-se sob à Mesa as Atas das reuniões anteriores das duas Subcomissões as quais colocamos em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovados.

Esclareço que a pauta dessa reunião em conjunto com a Sub-Relatoria de Normas é a exposição do Senhor Marcos de Barros Lisboa, Renê de Oliveira Garcia Júnior, Robert Bittar, João Elísio Ferraz Campos e Otávio Damásio. Eu convido para fazer parte aqui na Mesa conosco os Senhores Marcos de Barros Lisboa, representante do IRB, Presidente do IRB. Senhor Renê de Oliveira Garcia Júnior, Superintendente da Susep. O Senhor Robert Bittar, Vice-Presidente da FENACOR. O Senhor João Elísio Ferraz de Campos, Presidente da Fenaseg. Cabe. E o Dr. Otávio Damásio, Secretário Adjunto de política econômica do Ministério da Fazenda. Nós estamos aqui reunidos e desde já eu agradeço pela presença, senão todas, a maioria do representante do mercado de resseguros no Brasil. E quando a instalação da CPMI dos CORREIOS e noticiado amplamente pela imprensa, vários indícios de irregularidades no IRB, nós fomos autor de uma CPMI Mista, que a pedido do Senador Renan Calheiros, nós não criamos a CPMI mesmo já tendo todos os elementos necessários para a feitura, e nos enquadrámos dentro da CPMI dos CORREIOS, que já estava com estrutura montada e onde fizemos uma Sub-Relatoria. E dentro de agora terminada há poucos minutos, as últimas oitivas para que nós possamos fazer o nosso relatório final e apresentar ao excelentíssimo Deputado Osmar Serraglio, que é o Relator da CPMI, nós conseguimos, Deputado Onyx Lorenzoni, detectar três focos de malversação no Instituto de Resseguros do Brasil, minha nobre colega, Deputada Denise Frossard, que foi: Uma, a emissão e a liquidação de apólice fraudulenta.

O outro aspecto foi de favorecimento aos blockers(F) e o outro foi investimento no exterior. E dentro de um trabalho exaustivo dos técnicos do Tribunal de Contas, a quem eu faço uma referência pela colaboração que deu a esta CPMI, nós descobrimos que essa malversação do erário público, ela é permitida principalmente pelo modelo de administração do IRB. Com alguns reparos e adequações de modernidades feitas recentemente pelo atual Presidente. Portanto, o motivo desta reunião, que é um convite que nós fizemos, é para nós discutirmos o modelo existente no Brasil e a colaboração que essas autoridades do setor possam trazer, porque o objetivo desta CPMI não é somente apontar os erros, é também apresentar soluções e principalmente sugestões para mudar, se possível, a legislação. E o Brasil é um dos poucos países que ainda detém o monopólio de resseguros. E existe no Congresso Nacional uma lei de autoria do Executivo a qual propõe estas mudanças. Portanto, nós vamos abrir o nosso trabalho concedendo a cada um dos presentes para que possa se apresentar e fazer os comentários que

acharem convenientes, dos órgãos que representam, da forma de mercado para que nós possamos iniciar os nossos trabalhos. Portanto, não por ordem de inscrição, mas por ordem colocado na lista de presença, eu passo a palavra para o Dr. Marcos de Barros Lisboa, que é o Presidente do IRB.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Obrigado, Deputado. Acho que talvez para, se o Senhor me permitir, talvez para auxiliar o nosso debate e quero agradecer a oportunidade de estar fazendo esse debate, participar dessa Comissão. Eu acho que é um ponto importante para o país, é importante para o custo do investimento, é importante para o nosso crescimento econômico, é escrever, como é um tema bastante técnico, dois minutos, rapidamente, sobre as principais características do resseguro, o que é que nós já conseguimos fazer dentro da atual legislação e que mudanças são, necessitam de um Projeto de Lei, como o Senhor disse, está no Congresso hoje, Projeto de Lei Complementar 249.

A gente está muito acostumado no Brasil com os nossos riscos individuais, pessoais, de incêndio, de saúde, etc. Mas o Brasil também tem grandes riscos, como toda economia, grandes riscos industriais, uma planta automobilística, uma grande fábrica, uma grande hidroelétrica, as grandes unidades produtivas requerem apólices de valores muito elevados. E o mesmo ocorre com a possibilidade de catástrofes, as grandes catástrofes que o Brasil, felizmente, tem muito pouco, mas como grandes chuvas, enchentes, em outros países furacões, terremotos. Como se precaver desses grandes riscos e qual é a dificuldade? A dificuldade é que esses riscos podem chegar a casa de bilhões de dólares. Uma grande planta, unidade produtiva, pode valer, uma planta automobilística, uma grande siderurgia pode valer alguns bilhões de dólares, como se proteger disso? É um valor que nenhuma seguradora do mundo é capaz de aceitar esse risco. Esse é um risco extremamente elevado. A regra de bolso do mercado segurador é que ninguém aceita mais que 3% do seu capital no risco. Então uma seguradora muito grande que valha aí um bilhão de dólares, talvez o Brasil nem tenha uma seguradora com esse valor, poderia pegar no máximo 30 milhões de dólares numa apólice de seguro. E o que fazer com as grandes plantas industriais? E isso é uma questão fundamental para o investimento no país, é um custo direto do investimento na produção.

A solução que o mercado inventou para isso no mundo, foi o resseguro. A seguradora retém uma pequena parcela desse risco, até o limite da sua capacidade técnica e ela transfere o restante para o ressegurador. O Brasil tem a peculiaridade de possuir o monopólio das

operações de resseguro. Isto é, o único órgão permitido pela legislação atual que pode aceitar o resseguro é o Instituto de Resseguros do Brasil, o IRB BRASIL RE SA. Essa é a legislação que vem de 38, se não me falha a memória, e... 39? Fim de 39, que foi implementado? Tem toda razão. E o Brasil hoje é o único grande país que ainda tem o monopólio das operações de resseguro. Porque todos os demais países, alguns países tiveram restrições nas operações de resseguro, durante meados do século XX, todos abriram. A Coreia abriu, a Argentina abriu, o Chile abriu, a China abriu, a China está num processo final de abertura e o último outro grande país que ainda detinha o monopólio era a Índia, que está no processo de abertura.

Qual é o ponto da abertura e quais são as dificuldades existentes do nosso mercado atual? O IRB, como as grandes seguradoras não tem condições de absorver todos os riscos. Estamos falando aí de riscos na ordem de bilhões de dólares, centenas de bilhões de dólares. A seguradora então ela repassa grande parte para o IRB e o IRB, obrigatoriamente, dada a sua restrição de capital, ele repassa e porque é boa a gestão para o país, eu falo isso em seguida, ele repassa grana parte desses riscos para outros resseguradores e outros mercados internacionais. O IRB hoje repassa cerca de 40 a 45% do seu risco para outros mercados. Isso é bom para o país. É importante deixar claro que essa é uma decisão adequada e saudável para o país. O resseguro não, à toa, é em geral onde se dá a abertura nos mercados de resseguro do mundo. O mercado de resseguros é um mercado aberto. Por que isso? Estamos falando de grandes riscos industriais, uma plataforma de petróleo, uma grande planta, se ocorre uma catástrofe, ou um desastre com alguma grande unidade produtiva, o país além de perder a unidade produtiva, ele ainda tem que pagar a conta daquela perda. Por exemplo, a plataforma de petróleo da Petrobrás que afundou há alguns anos, é uma perda da ordem de 500 milhões de dólares. Felizmente para o país, todo o resseguro da Petrobrás estava feita no exterior. Como consequência, na hora que houve o acidente, o país perdeu a plataforma de petróleo, mas ele recebeu recursos do exterior. Então essa é uma atividade saudável e, até recentemente, o IRB, ao receber o risco das seguradoras, negociava integralmente a colocação desse risco, esse é o jargão do mercado, no exterior. Então ele negociava para onde transferir o risco, eventualmente alguns mercados precisam de corretores, os corretores fazem um papel importante nesse mercado.

Alguns lugares como Loydes(F) em Londres só opera via corretor e além disso, alguns contratos são muito complexos e realmente o corretor dá um auxílio

técnico fundamental. O IRB escolhia do corretor aos resseguradores e fazia a transferência. Quais foram as mudanças recentes que o Deputado mencionou? Desde junho do ano passado, a nova Diretoria do IRB preservando o monopólio legal, todas as operações tem que passar pelo IRB, fez as seguintes modificações do funcionamento das operações de resseguro: Em primeiro lugar quem indica corretor de resseguro hoje é a seguradora e o seu cliente. O IRB não mais indica corretores de resseguro. E o princípio básico da operação é: O cliente que paga pelo serviço que é o segurado, é o segurado junto com a seguradora, eles são os clientes que estão pagando pelo serviço, têm o direito de escolher a forma mais adequada desse serviço ser oferecido. Então o que nós fizemos foi, em primeiro lugar, as seguradoras brasileiras desde junho estão autorizadas a cotar os preços do mercado internacional. Quer dizer, até então, ela chegava no IRB com o risco a ser segurado, o IRB ia nos mercados internacionais, viam os preços, botava as suas comissões e entregava um preço fechado para as seguradoras. Olha, o preço dessa colocação é tanto e as condições são essas. Desde junho isso mudou. Desde junho as seguradoras podem ir ao mercado internacional, elas podem contatar diretamente inclusive as corretoras de resseguro, ir ao mercado internacional, verificar as condições do mercado, verificar os preços, elas trazem essas propostas ao IRB, que pode acompanhar a oferta feita pelo exterior ou não e deixar, fazer toda a intermediação como manda a lei, mas aos preços fixados na negociação com o exterior.

Além disso, todos os custos da empresa hoje são abertos. Quer dizer, nós temos como política a total transparência das operações de resseguro no IRB. Então hoje, qualquer seguradora pode chegar no IRB e ela tem todo o detalhamento de todos os custos envolvidos na operação. Isso nos parece ser o melhor compliance, a melhor regra de conformidade possível no caso de um monopólio. O cliente que está pagando pelo serviço escolhe e total abertura dos custos envolvidos.

O resultado dessas modificações tem sido extremamente favoráveis. Grandes empresas têm vindo a público na imprensa, noticiar que o custo do seu resseguro, alguns casos chegou a cair até 40% nos últimos seis meses, nas suas renegociações. É exatamente pela agilidade que ela ganha, pela possibilidade de cotejar diversos... Mas hoje ainda, essas foram as mudanças, mas hoje ainda o que nós temos? Nós temos ainda o monopólio legal da operação de resseguro e isso acaba sendo prejudicial tanto para o IRB quanto para o mercado brasileiro. Ele é prejudicial para o IRB, porque o melhor estímulo, a melhor

maneira de você garantir que uma empresa trabalhe com a máxima eficiência, tenha acesso aos melhores padrões de governança, as melhores tecnologias é a competição. A competição força o aperfeiçoamento, a competição, a disponibilização de técnicas no mercado, na hora que várias empresas operam no mercado, a mão-de-obra se amplia, o conhecimento se difunde, técnicas novas são introduzidas.

O Brasil, por exemplo, nunca desenvolveu a área de resseguro de vida, que é uma área ainda muito pequena no Brasil. Estamos na casa da previdência aberta, por exemplo. A competição ela estimula a inovação tecnológica, ela estimula novos produtos, ela estimula a difusão de conhecimento e ela estimula a eficiência das empresas. Infelizmente esse foi um benefício que o Brasil não teve. Sobretudo, no mercado que naturalmente é tão internacionalizado quanto o mercado de resseguros. O melhor para o país é que esse seguro seja feito internacionalmente, porque senão você tem um duplo prejuízo. Você tem o prejuízo da planta que quebrou, da catástrofe que ocorreu e do desembolso financeiro para pagar pela catástrofe. O prejuízo para o país é em dobro e na hora que você faz o resseguro internacional, esse prejuízo é diminuído. Por essa razão, os países em geral abriram o seu mercado de resseguro. O Brasil hoje é o único país emergente relevante, que ainda tem o mercado fechado. O mercado já foi aberto na maioria dos países há 10, 20, 30 anos e o Brasil permanece a exceção com os custos decorrentes dessa opção. O mercado ainda com imenso potencial não utilizado, capacidade da empresa crescer e se fortalecer num ambiente competitivo, não integralmente é utilizado. Bom, faço com isso uma apresentação rápida do que foi feito e acho que com o tempo a gente pode debater mais os aspectos de Projeto de Lei, sobretudo com o representante do Ministério da Fazenda, Otávio Damásio. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pois não, nós passamos a palavra para o Dr. Renê de Oliveira Garcia Júnior, Superintendente da Susep.

SR. RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR: Deputado Carlos Willian, Deputado Onyx Lorenzoni, é um prazer estar aqui para poder falar um pouco sobre, não só sobre o projeto de resseguro, mas também sobre o próprio mercado de seguros. Eu acho que como o Dr. Marcos Lisboa colocou, os fundamentos teóricos do projeto que estão, acho que vem bem elencados, a situação de pró e contra da atual situação. O que ocorreu é que ao longo dos últimos anos nós temos uma percepção que de alguma forma o mercado de seguros ele não só, ele, o monopólio do resseguro causou um prejuízo em termos competitivos a alguns setores,

mas também ele acabou sendo um fator de dificuldade de avanço tecnológico. E isso acabou se refletindo de alguma forma também no aparato normativo que rege o mercado de seguros.

A primeira coisa que nós fizemos quando chegamos na política de seguros privados na Susep, foi desenvolver um enorme esforço no sentido de procurar padrões internacionais para a busca de elementos normativos, a adaptação das normas brasileiras aos padrões internacionais. Para isso o Ministro da Fazenda fez o contato e nós acabamos recebendo um empréstimo do BANCO MUNDIAL, que nos serviu de suporte para um amplo projeto de pesquisa financiado pelo BANCO MUNDIAL de adequação das normas brasileiras aos padrões internacionais, de adequação das normas brasileiras no que diz respeito a questão de controles internos, de risco, de avaliação de provas de negócios das companhias e o próprio reaparelhamento do órgão de supervisão, no caso a Susep.

Como os Senhores sabem a Área de Seguros ela tem uma duplicidade aí, uma separação das funções, quem supervisiona e regulamenta a área de resseguro é o IRB e a Susep é responsável exclusivamente pela Área de Seguros, captação e previdência. Então essa separação desse marco regulatório e para que haja um início de um processo de abertura exige, e faz-se necessário que haja também toda uma mudança normativa no sentido, não só da adaptação das normas brasileiras aos padrões internacionais, mas também de adaptação das empresas brasileiras aí esse padrão regulamentar e de supervisão. E isso está sendo feito de uma forma a garantir, não só que o processo se dê com a menor, com o menor custo de transação possível, mas também garantindo a transparência e a plena capacidade de competição das empresas brasileiras nesse ambiente de regulamentação. E isso, nós acreditamos que dentro do escopo do projeto, aliás, é bom que se diga que o projeto foi melhorado e muito na Câmara dos Deputados. O Deputado Nelson Marquezelli, não só ele agregou um valor adicional ao projeto, mas também melhorou a própria qualidade do próprio normativo, incorporando elementos muito importantes do projeto que não estavam contemplados no projeto original do Governo. Então nós achamos, do ponto de vista da superintendência, que não só o projeto ele é fundamental nesse momento, como ele tem os elementos necessários para garantir a transição. O sistema de proteção adequado ao mercado brasileiro e ele também dá através dos dispositivos normativos que estão contidos no projeto, condições para que o órgão regulador possa exercer a sua atividade de supervisão a fiscalização de forma eficiente.

É claro que algumas mudanças adicionais vão se fazer necessárias, principalmente no que diz respeito ao Decreto de Lei 73 nas atribuições e funções da Susep. Para isso, o Ministério da Fazenda já está desenvolvendo, acho o que Dr. Otávio Damásio pode falar depois, uma proposta que nós Estado estudando de um Projeto de Lei adicional, que possa também melhorar a qualidade da supervisão na Área de Seguros.

Do ponto de vista de aparato normativo nós temos já um esboço feito até pela gestão anterior, do que seriam as resoluções e circulares num ambiente de regulamentação, que daria suporte para esse processo de abertura e temos também hoje uma conexão com o mundo exterior bastante desenvolvida, no que diz respeito a possibilidade também da gente trocar informações com outros, outras agências reguladoras de outros países do mundo, para aprendermos não só a tecnologia, como também desenvolvermos também tecnologia nacional. A Susep tem investido muito na qualificação dos funcionários nesta área, já há questão de 3 anos nós estamos patrocinando cursos no exterior para os funcionários. Recentemente, dois funcionários ficaram 45 dias nos Estados Unidos estudando modelo de regulação norte-americana e as adaptações deste modelo ao mercado brasileiro.

Nós fizemos um convênio também e estamos desenvolvendo um convênio com o órgão de fiscalização da Espanha, para que funcionários nossos passem um período de 3 meses na Espanha, aprendendo o modelo de supervisão para poder adaptar às normas brasileiras. Eu pessoalmente fiz uma série de visitas a outros países do mundo, para conhecer a sua realidade, verificar as dificuldades de interpretação de um regime de abertura de resseguro. E hoje eu diria que nós temos mapeado de forma bastante precisa, não só a forma de atuação do órgão regulador, mas também os mecanismos necessários de proteção ao mercado doméstico, para evitar algum tipo de trauma durante a transição. Era isso que eu queria falar inicialmente, me coloco à disposição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado, Dr. Renê. Passo a palavra para o Dr. Roberto Bittar, que é o Vice-Presidente da FENACOR.

SR. ROBERT BITTAR: Obrigado, Deputado Carlos Willian, Deputado Onyx Lorenzoni. A posição da Federação Nacional dos Corretores vai ficar restrita, aos aspectos da intermediação do seguro, Deputado, porque é realmente aquilo que nos cabe representar. Obviamente, que como instituição de mercado vem há muito tempo debatendo com toda a sociedade, com a comunidade de seguros em especial, a necessidade desta almejada abertura do mercado de resseguros.

Entendemos, realmente, como uma abertura absolutamente necessária para permitir o melhor desenvolvimento e o melhor desempenho do mercado de seguros como um todo, e obviamente, que o modelo desta abertura, independentemente daquilo que já foi debatido no passado, que seria o modelo de privatização, mas hoje muito mais pela quebra do monopólio, que é o defendido inclusive pela proposta enviada pelo executivo. O pensamento da federação nacional dos corretores com relação a esta abertura foi consubstanciada neste documento que produzido pela FUNASEG, que é o plano Diretor para o mercado de seguros, do qual tenho aqui material disponível para aqueles que tiverem acesso, quiserem ter acesso, de um capítulo nas páginas 12 a 34, versa sobre a proposta de abertura e incluindo um texto de sugestão de Lei Complementar a qual foi debatida à época ainda com o Sr. Marcos Lisboa na Secretaria de Política Econômica.

No aspecto tocante, concernente a intermediação, nós entendemos que a regulamentação dada ao setor de intermediação de corretagem, pela lei 4594 pelo Decreto Lei 7366, são absolutamente suficientes para amparar e normatizar a atividade também do corretor de resseguros. O resseguro, ele nada mais é do que uma forma diferente da prática de seguros e nós entendemos que esses dois instrumentos legais são suficientes para regulamentar a matéria, obviamente, que com algum critério adicional, porque nos faltaria nesses instrumentos legais um elemento imprescindível, que seria o seguro de responsabilidade civil, que no caso do corretor de resseguros, ele passa a ser um instrumento imprescindível, realmente, para a defesa dos interesses do segurado.

Quero apenas, para finalizar, comentando em cima daquilo que foi dito pelo Dr. Marcos Lisboa, que na minha atividade como corretor, eu experimentei esta prerrogativa que o IRB concedeu nos últimos tempos de consulta direta ao mercado internacional. E o resultado foi extremamente positivo, mostrando que realmente o caminho da abertura, ele tem que ser irreversível. As colocações de risco que tive necessidade de discutir com o exterior, basicamente no setor portuário é um setor que está em grande desenvolvimento no Brasil, as exportações exigindo modernização dos portos e dinamismo nessa atividade, o seguro veio a reboque. E nesse setor portuário de todas as consultas que fizemos ao exterior, obtivemos desenhos técnicos mais favoráveis, moldados à necessidade do consumidor, com significativa redução de custo em relação aos prêmios pagos em anos anteriores. Essas cotações foram obtidas no exterior, colocadas à disposição dos departamentos técnicos do IRB, aceitos e referendados pelo IRB com absoluto sucesso de colocação.

Mostrando, realmente, que foi um grande acerto desta atual Diretoria do IRB, permitindo nos dar liberdade de consulta e colocação direta. Fico também à disposição daqueles que quiserem perguntar. Seria apenas essa a exposição. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado, Sr. Robert. Passamos a palavra para o Dr. João Elísio Ferraz de Campos, Presidente da Fenaseg.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: Srs. Deputados, em primeiro lugar, agradecemos aqui a oportunidade e eu tenho pouco a acrescentar do que já foi dito. O Professor Marcos Lisboa, que é o Presidente do IRB, já colocou aos Senhores da forma como o IRB está sendo conduzido, como está sendo administrado, os benefícios que tem feito. O Professor Renê, como Superintendente da Susep também. O Bittar colocou, fez uma colocação sobre os corretores e eu não gostaria de ser repetitivo. Eu gostaria de levantar alguns aspectos que, quem sabe, para nós termos mais alguns argumentos. O primeiro que eu gostaria, antes de levantar esses aspectos, é dizer que nós só estamos aqui hoje devido a um trabalho que o ex-Deputado Cunha Bueno fez, de retirar da Constituição a palavra resseguradora oficial. Porque naquele furor estatizante de 1989, foi colocado na Constituição. E pelo trabalho do Deputado, que está aqui hoje presente, a essa Casa, votou há alguns anos atrás e retirou da Constituição essa palavra “resseguradora oficial”.

Eu diria aos Senhores, de tudo o que foi feito, em 1939 e não foi, ou melhor, foi muito pouco modificado e existe até hoje, não deve ser moderno. Deve ser completamente ultrapassado. Então o modelo que nós vivemos hoje no Brasil e nós estamos lutando isto, a federação de seguros há alguns anos, para em primeiro a privatização, o segundo a abertura do mercado, porque não tem sentido nenhum um dos poucos países do mundo e já foi falado isso aqui, que tem o resseguro estatal e monopólio, é o Brasil.

Então se fala muito em modernização, se fala muito em custo Brasil e eu também gostaria também de ressaltar, infelizmente ou felizmente não é culpa desse Governo, o Governo passado já mandou uma Emenda, já mandou uma lei para o congresso, a lei era ordinária, agora tem que ser, ser lei que está sendo feita agora. Uma Lei Complementar. Agora esse atual Governo mandou essa Lei Complementar para o Congresso. Então nós estamos nessa expectativa, porque, na verdade, isso tudo que foi falado aqui e eu gostaria de acrescentar, alguém está pagando essa conta e na verdade quem está pagando essa conta é o segurador, enfim, é o consumidor, é o contribuinte quem está pagando essa conta. Porque mesmo com

todas essas referências que o Professor Marcos Lisboa fez, das aberturas que ele fez, do custo de resseguro que baixou, podia ter baixado muito mais.

Eu gostaria de levantar dois, só dois aspectos. Um, a quem interessa o IRB? Claro que a nós seguradores interessa, porque 50% do capital do IRB são das companhias de seguros. E outro aspecto, todo o nosso excedente é feito no IRB. Quer dizer, toda a nossa excedente de responsabilidade é feita no IRB. Então, é só a nós que interessa. Na verdade não interessa a mais ninguém. E depois eu gostaria de colocar aos Senhores o seguinte: Eu tenho uma pequena seguradora que opera só no Sul do Brasil. Portanto, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande. Para dar um exemplo prático, se eu criar um tipo de seguro novo, eu tenho que passar a mão na pasta, pegar um avião, ir ao Rio de Janeiro, sentar no IRB, contar o meu produto e esperar que o IRB concorde ou não de ressegurar aquele produto. Dentro do mercado aberto, como é que funcionaria isso? Eu ficaria na minha empresa em Curitiba e teria na minha sala de espera, 15 pelo menos, resseguradores me oferecendo qualquer tipo de resseguro que eu pudesse imaginar. Então, é uma diferença, é um paradigma novo, entre eu pegar uma pasta e viajar 800 quilômetros e ficar na frente de um burocrata, do que eu na minha empresa receber os meus clientes que são resseguradores. Essa é a verdade. Então é necessário, Srs. Deputados, é necessário.

E outra coisa, essa lei que está sendo hoje discutida aqui na Câmara é para transferir a responsabilidade de controle do IRB para a Susep. Que pelo amor de Deus, a Susep é o órgão que regula o mercado. O IRB é um órgão operador! Então, na verdade, é o cabrito comendo, que cuida da horta! Ele regula e ele opera! Claro, volto a dizer, não é erro deste Governo, é erro de todos esses anos que se passaram. Então o que é que nós estamos pretendendo? Que essa lei passe e a responsabilidade de regular o mercado, para o órgão regulador, que é a Susep. Que é como se fosse o Banco Central das seguradoras. Então é para isso que nós estamos, vamos dizer assim, trabalhando bastante para alcançar essa nossa finalidade, que seria fazer com que a gente conseguisse aumentar a nossa participação no produto interno brasileiro. O seguro ainda é muito pequeno no Brasil devido alguns entraves que no Brasil tem e em outros países não. Nós já poderíamos ter um volume de seguros muito maior do que nós temos hoje. Aí os Senhores podem pensar: Bom, então os Senhores querem crescer mais, querem que as companhias cresçam? Os Senhores têm que imaginar que nós, seguradores, somos empresas que tem 140 bilhões de recursos aplicados, que são os recursos

de nossas reservas técnicas. Ninguém tem, nenhuma indústria outra tem, nós temos.

E as seguradoras junto com os Fundos de Pensão, nos países desenvolvidos, são os maiores instituidores institucionais. Então é para isso que nós debatemos, quanto mais seguro, mais reservas nós somos obrigados a fazer e essa reserva são aplicadas no quê? No mercado brasileiro. Então para isso que nós debatemos, estamos tentando para nós aumentarmos a nossa participação no mercado, que hoje regula em torno de mais ou menos 3 e poucos por cento e um país do porte do Brasil já devia ter pelo menos o dobro. Então os Srs. Deputados, eu não quero cansá-los mais, agradeço muito a atenção dos Senhores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Dr. João Elísio, o Senhor não está nos cansando, o Senhor está nos dando uma contribuição muito importante para nós avançarmos na modernização e, principalmente, na proposta de uma modificação na legislação junto à CPMI. Eu passo a palavra para o Dr. Otávio Damásio, Secretário Adjunto de Política Econômica, representando o Ministério da Fazenda.

SR. OTÁVIO DAMÁSIO: Srs. Deputados Carlos Willian e Deputado Lorenzoni, Srs. Deputados e Deputadas aqui presentes é um prazer participar do trabalho dessa Comissão e poder contribuir, principalmente para o aperfeiçoamento do marco legal do setor de seguros. O papel do Ministério da Fazenda nesse trabalho é conduzir o Projeto de Lei Complementar, que está em tramitação aqui no Congresso. Esse projeto ele entrou na agenda de reforma micro econômica do Governo em 2003, 2004, à época que o Secretário Marcos Lisboa, era secretário de política econômica. Naquela ocasião fizemos um amplo debate interno dentro do Governo, principalmente com a Susep que já tinha inclusive uma experiência do processo de abertura que foi tentado em 97 e 98. E dele resultou uma primeira minuta que, naturalmente, seguiu todo o trâmite dentro do Governo, passou pela Casa Civil, teve um debate com a Casa Civil, na Câmara de Política Econômica, junto com o Ministério da Fazenda, Banco Central e todos os órgãos envolvidos. E, no início de, no primeiro semestre de 2005 foi encaminhado ao Congresso. A princípio, quer dizer, todas as recomendações que eu escuto a respeito do projeto são favoráveis, até hoje eu não vi nenhuma recomendação contrária contra ele. Praticamente unânime o apoio que existe ao andamento desse projeto.

E a gente teve a felicidade também de na tramitação na Câmara dos Deputados, ter apanhado excelentes Relatores, tanto na Comissão de desenvolvimento econômico social quanto na Comissão de

Finanças e Tributação, no primeiro caso o Deputado Nelson Marquezelli que estava aqui presente e agora o Deputado Francisco Dornelles que, sem dúvida alguma, trouxeram contribuições positivas para o projeto, aperfeiçoando ele de forma significativa também. Fora um amplo debate técnico que ocorreu nesse período, inclusive com apresentação de propostas que vieram de diversas entidades de forma formal ou informal. Então o projeto hoje se encontra na Comissão de Finanças e Tributação e a princípio, a posição do Governo, é extremamente favorável ao encaminhamento dele, se possível, com celeridade dada a demanda que o mercado tem por esse projeto.

Esse projeto de abertura é um projeto relativamente simples, ele tem alguns objetivos principais. Primeiro é a própria abertura do mercado de resseguros, que hoje é um monopólio exercido pelo IRB e todas as deficiências que um monopólio traz para a economia como um todo, acho que não precisa aqui complementar o que todos os palestrantes aqui já falaram, em especial o Marcos Lisboa. Esse processo de abertura ele delimita 3 tipos de resseguradores, o ressegurador local no qual a empresa vai vir e se instalar efetivamente aqui no Brasil e dois outros que são intermediários, que são admitidos e eventuais. O projeto prevê uma transição gradual, numa primeira fase com critério de preferência para os resseguradores locais, é uma forma até de, e adaptando o mercado a abertura. Bem como se possível atrair resseguradores estrangeiros para que eles se instalem efetivamente aqui. Ele tem um segundo objetivo que eu acho que vários Depoentes aqui já colocaram, mas é de fundamental importância ressaltar que é, finalmente, quer dizer, você vai transferir de forma definitiva a competência da regulação para o órgão regulador de seguros, que é o Conselho Nacional de Seguros Privados, e a fiscalização para a Susep.

Hoje, dado o monopólio do IRB, o IRB ele em tese ele tem, não só a prerrogativa de operar o monopólio, de operar a operação em si, mas ele também regula e fiscaliza ele próprio. Ele exerce 3 coisas ao mesmo tempo e se perde um pouco nisso. Um modelo que nitidamente é um modelo ineficiente. Esse projeto ele estende todas as regras de prudência e de fiscalização e de penalidades que hoje existem para as seguradoras e para o resseguro. Mesmo porque a operação de resseguro nada mais é que um tipo especial de uma seguradora, ele tem características quase iguais a uma seguradora normal com algumas peculiaridades. Enfim, e traz outros aperfeiçoamentos no marco legal, voltado especificamente para a questão do resseguro e sem dúvida nenhuma, será muito positivo para o desenvolvimento do mercado. As expec-

tativas que em especial o Ministério da Fazenda tem em relação a esse projeto são as melhores possíveis. A gente como todos aqui falaram, além dos benefícios que já foram feitos recentemente na gestão do IRB, a gente tem uma expectativa de que haja uma redução ainda maior nos custos e isso, principalmente, para o consumidor, principalmente para as grandes empresas, que demandam seguros para a proteção de suas plantas industriais, enfim, todos os tipos de seguro. Há uma expectativa grande também que com a abertura do mercado de resseguro, novos ramos de seguros sejam implementados no país.

Hoje, dada a deficiência e dada a morosidade que o IRB e o monopólio representa em si, alguns modernos, mais eficientes e outros que detém algum tipo de expertise que as seguradoras locais não querem necessariamente compartilhar com o ressegurador monopolístico que é o IRB, simplesmente não são ofertados no Brasil. Num caso até que a gente sempre ressaltou muito com o Deputado Nelson Marquezelli, um que o Governo e toda a sociedade gostaria... Que desenvolveu a questão do seguro rural, sem dúvida nenhuma, a abertura vai trazer novos concorrentes, novos resseguradores que operam internacionalmente, para operar nesse ramo de seguro que hoje é extremamente pequeno aqui no Brasil. E pensando num caso brasileiro, você ainda tem uma agricultura extremamente competitiva, avançada, nada justifica você ter um nível de seguro rural que você tem hoje no Brasil.

Enfim, e a própria abertura do mercado, ele vai trazer uma nova vida para o ramo de seguros. A expectativa é que o mercado de seguros brasileiros cresça de forma significativa, de uma forma mais eficiente do que opera hoje, dado a expertise que os resseguradores vão trazer e vão demandar das seguradoras. Enfim, todos os benefícios, inclusive do que o João Elísio comentou agora que é, agora as resseguradoras vão procurar as seguradoras pelos bons produtos, com certeza, quando o mercado abrir e tiver funcionando efetivamente, o consumidor brasileiro vai perceber isso. E isso, sem dúvida, vai se traduzir em novos investimentos e novos negócios para o Brasil. Então é um projeto extremamente positivo para o país.

Enfim, são esses comentários complementares aos dos demais que eu gostaria de fazer e me coloco à inteira disposição para qualquer dúvida, questionamento, em específico em relação ao Projeto de Lei que está em tramitação no congresso, obrigado, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado. Passamos a palavra para o nobre Deputado Onyx Lorenzoni, Sub-Relator da Sub-Relatoria de Normas e Combate à Corrupção.

SR. SUB-RELATOR DEP. ONYX LORENZONI

(PFL-RS): Primeiro, eu gostaria também de justificar, porque brevemente eu vou ter que me retirar, Deputado Carlos Willian, por conta de uma audiência dando cumprimento ao trabalho da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção que terei com o Ministro Edson Vidigal, agora às 15 horas e 45 minutos. Então eu vou ter que ser bem rápido e bem objetivo. Primeiro, também tenho a priori, concordância com a abertura do mercado brasileiro, isto é, por toda a sinalização isso daria melhores condições ao que o mercado de resseguros pudesse ainda se ampliar e melhorar, inclusive, a obtenção de taxas e negociação que seriam mais favoráveis ao processo do resseguro no Brasil, mas eu queria fazer uma pergunta que diz respeito a questão do acompanhamento e da transparência, principalmente, das ações das companhias seguradoras, das corretoras, nós deveremos desencadear logo ao final dessa CPI um processo que vai convidar a sociedade brasileira para abrir uma verdadeira guerra contra a corrupção no Brasil. Nada é mais importante do que lutar contra a corrupção no setor público brasileiro. Até pela circunstância de que com todo o esforço fiscal que faz o Brasil, com essa carga tributária que sufoca empresas, estão aí as matérias do dia de hoje, dizendo da perda do poder aquisitivo da classe média brasileira, que vem sendo sufocada e não há exemplo no mundo de país que conseguiu prosperar sem estar lastreado numa ampla classe média. O Brasil faz o processo inverso da maioria dos países que conseguiram espantar a miséria. Isso é algo que tem que ser refletido pelas autoridades brasileiras e por nós, por esta Casa.

E por esta razão, quando nós tivemos aqui a Receita Federal, a Receita Federal informou que o Brasil nesse brutal esforço fiscal e é bom lembrar também que não há, em todos os países emergentes do mundo, todos conseguem crescer 7 a 8% ao ano, são aquelas taxas que nós temos a boa inveja, porque é a inveja do crescimento, do emprego, da oportunidade. Esses países tem uma média entre 25 e 27% do seu PIB da incidência tributária e o Brasil de todos os emergentes é o único, o único que tem uma taxa próxima de 39%, nós temos incidência tributária de Primeiro Mundo, com economia, com incapacidade de responder a essa incidência tributária. E na medida que seja assim, consegue amearhar 20 bilhões de reais novos a cada ano para o caixa da União. A corrupção medida pela Getúlio Vargas carrega 100 bilhões por ano. E se nós formos ao número da transparência internacional, nós vamos encontrar números que podem chegar a 200 bilhões por ano. Então o Brasil arrecada 20 e perde 5, 6 ou 10 vezes mais por falta de controle.

O Presidente da CGU, o Ministro Waldir Pires, disse aqui que a ausência de controle no setor público brasileiro beira à irresponsabilidade para com o país. Então buscar mais transparência é algo absolutamente imprescindível. Estabelecer uma guerra contra a corrupção pode significar que em dois ou três anos do Brasil conseguindo tapar os ralos da corrupção, consiga poupar 80 ou 90 ou 100 ou mais bilhões por ano o que poderia significar, Deputado Carlos Willian, afrouxar esse garrote que sufoca a economia e a sociedade brasileira do ponto de vista da carga tributária.

Então, eu gostaria de questionar, como funciona hoje o processo de aferição, controle, a garantia de transparência e fiscalização nos atos na área do mercado segurador. A pergunta é clara, ela é muito mais direcionada a própria Susep, mas poderíamos ouvir também manifestações, os nossos técnicos estão presentes aqui nesse momento, das demais instituições que estão aqui, no sentido de como viabilizar para que cada vez mais o setor segurador seja o setor mais imune à corrupção e ao tráfico de influência.

SR. RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR: O processo normativo, no que diz respeito à questão da transparência das seguradoras, seja nos seus balanços, seja nos seus atos, foi mudado de forma extremamente, eu diria, violenta, ao longo dos últimos 3 anos. Não só no que diz respeito a dar mais celeridade aos processos administrativos no âmbito da Susep, porque é uma coisa que se percebe, porque o fato, o julgamento dos fatos tem que se dar muito próximo do fato ocorrido, com uma forma de punição a eventuais irregularidades e nisso nós conseguimos que um estoque de praticamente 6 mil processos na Susep no ano de 2001, 2002, nós conseguimos acelerar e mudar os procedimentos, nós estamos conseguindo fazer com que os processos sejam julgados num prazo médio de um ano, um ano e meio. Seja em termos de punições por atos praticados contra os consumidores, seja por irregularidades praticadas pelas seguradoras no seu âmbito interno.

Como também mudamos os procedimentos de forma a criar a obrigatoriedade que as seguradoras tenham mecanismos de controles internos adequados às normas de padrões internacionais. Mudamos e lidamos melhor qualidade no que diz respeito a própria transparência contábil das seguradoras, que é uma responsabilidade na função dos auditores, criando, inclusive, relatórios padronizados no que diz respeito a que tipo de perguntas eles devem responder. Porque o que se percebia é que anteriormente os relatórios dos auditores eram praticamente uma página, está certo? Assim como também criamos responsabilidade dos auditores, para os atuários e, enfim, criamos

também agora, estamos desenvolvendo mecanismos adicionais para mudar a norma para os próximos anos de forma adequar também a questão da adequação de capital das companhias aos riscos por elas tomados, porque no Brasil a norma ainda segue padrões um pouco equivocados em função, até eu acho que do próprio monopólio do IRB é que a margem de solvência das seguradoras ainda é fixado em valores fixos, está certo. O que acaba sendo uma coisa que não é muito compatível com os riscos assumidos por elas.

Então nós estamos mudando as normas, porque soube que a partir de 2007 nós vamos ter as seguradoras tendo, tem que ter capital adequado aos riscos assumidos por ela em consequência da própria abertura do resseguro, porque hoje, com o monopólio do IRB, o resseguro tem risco de crédito praticamente zero. E estamos fazendo um grande esforço também no sentido da adaptação dos próprios procedimentos interno das seguradoras. Por exemplo, estamos exigindo agora que as seguradoras ao se construírem, tenha um plano de negócios detalhado por um prazo de 3 anos. E a cada ano ela se submetam a uma aprovação ou uma, simplesmente uma apresentação desse plano de negócio. O próprio IRB está fazendo isso também de forma complementar. Para que ele conheça a política de negócio da companhia, para poder aferir o risco da companhia.

Agora como, Deputado, todo esse processo é um processo que tem que se dar de uma forma, a velocidade tem que ser compatível com a própria realidade do mercado. Porque uma das reclamações que as seguradoras freqüentemente nos fazem é justamente da velocidade desse processo, que ele sendo muito rápido, ele acaba sendo oneroso para as companhias e acaba criando assimetrias em termos de resultado. Por que as companhias grandes estrangeiras, elas têm um tipo de perfil que é muito mais fácil adaptar às normas do que as companhias pequenas. Se a gente caminhar numa velocidade rápida, acaba estimulando a concentração. Mas o que a gente procura tudo isso também é buscar uma certa conformidade de comportamento de seguradoras nacionais e estrangeiras, até como uma forma também de dar para as seguradoras estrangeiras também um tipo de conforto, porque elas sempre reclamavam que elas tinham um nível de cobrança muito elevado na sua matriz, enquanto a instituição brasileira era mais flexível com os concorrentes domésticos o que acabaria criando um viés favorável às nacionais. Então com isso nós estamos, quebrando essa assimetria. Agora a questão é a velocidade, o custo que isso implica para as instituições e a dificuldade de nós não estarmos contribuindo para diminuir

a concorrência, que é uma coisa que o Ministério da Fazenda tem uma preocupação sempre freqüente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Ok, Deputado Onyx Lorenzoni tem uma audiência agora. Eu agradeço o prazer e o privilégio em trabalhar em conjunto. Nós vamos ouvir mais dois nobres colegas, Deputado e Deputada, e posteriormente vamos quebrar um pouco o protocolo de reunião de CPMI e vamos passar mais para um debate, uma discussão de um com o outro, porque senão fica muito formal, né, nobre colega? Então nós passamos a palavra para a nobre Deputada, Juíza Frossard. Denise Frossard.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sr. Presidente, Dr. Marcos Lisboa, Professor Renê, Dr. Bittar, Dr. João Elísio de Campos, Dr. Otávio Damásio, minhas primeiras palavras são no sentido de parabenizar V.Ex^a. por esta aula que V.Ex^a. proporciona aí acerca de uma instituição jurássica que nós temos aqui no país. E que muitas vezes a gente não é levado a pensar sobre ela. E V.Ex^a. trouxe aqui, Deputado Carlos Willian, o que as cabeças pensantes da área, para trazer uma contribuição para nós que somos representantes do povo. Então eu fiquei pensando aqui, quando o Dr. Marcos Lisboa começou, o Professor Renê, o Dr. Bittar, Dr. João Elísio que inclusive fez a colocação dele como segurador, e eu fiquei pensando aqui o seguinte, me assustei quando diante da nossa solidão, segundo o Dr. Marcos Lisboa, nós somos o único país, o Senhor disse Cuba também tem? Ou já abriu?

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Ainda tem.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Ainda tem. E Costa Rica. Quem mais?

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Costa Rica.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Só?

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: A Índia está abrindo. E a China já abriu.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Ainda está abrindo. Quer dizer, dos briques (F) só nós? Tá bom, muito bem. Eu, nesta CPI, eu tenho me preocupado com o dinheiro nosso. Eu pago 40% do que eu ganho. São mais de 4 meses de trabalho que eu tenho que pagar para o Estado. E pelo que eu ouvi o Senhor dizer aí, quando o Senhor chegou, o Senhor deixou que o cliente buscasse a sua corretora, porque até então era feita pelo IRB essa indicação. O que viola, naturalmente, a iniciativa privada e na área pública não tem razão de existir quando tem o dinheiro público, porque isso se faz por licitação. Onde há empresa que tenha o dinheiro público, a licitação é indispensável,

porque deve dar a todas as corretoras igualdade de oportunidade. Afinal de contas, eu também sou dona da empresa pública que está lá. Ou a estatal, enfim. Bom, perplexa, eu também não vejo por que, quando o resseguro é essa operação financeira que empresta dinheiro à capital asseguradora, porque na verdade é isso, não tem nenhum aspecto social aí. E na hora que o Senhor falava sobre isso, Dr. Marcos Lisboa. O Deputado Cunha Bueno sorriu e fez um comentário e eu ouvi. Eu ouvi e dizia respeito a uma atividade da época, que quando eu tinha a minha atividade outra, que me lembrou muito as bancas de bicho. Desculpa, mas me lembrou. Com aquele descarrego, sabe? Não é isso aí? Me lembrou a banca de bicho, embora eu não seja especialista nessa área. Mas continuo sem saber como é que se joga no bicho. Tentei ler o manual que eles imprimem, entendeu? Mas não consegui.

Agora, eu consegui através do depoimento do Senhor, eu consegui entender o que é descarrego de banco de bicho, o Senhor me explicou. Bom, mas a questão que eu coloco é o seguinte: O que é que o Senhor com a sua atividade, Presidente do IRB, qual a dificuldade, porque é de uma clareza solar que isso é jurássico e que só interessa, agora aí me permita que eu vou dizer da experiência minha aqui. Que só interessa a um sistema de corrupção, onde o mal hábito político se vale da indicação de corretoras, para privilegiar esta ou aquela em detrimento da livre concorrência do mercado. Eu só posso atribuir a isso. Por que, me desculpa, a desgraça desse Projeto de Lei complementar 249 não anda? Não é discutido? A que o Senhor atribui isso? Não pode ficar um país ao lado de Cuba e Costa Rica e deixando o meu dinheiro como contribuinte que sou desde os 18 anos de idade, sendo julgado no interesse de alguns políticos com p minúsculo, que vão alcançar o dinheiro público, que nós vimos nessa CPI aqui, através de sistemas organizados de corrupção. Porque só devem interessar a eles, porque quem tem a sua seguradora e sabe que pode competir a eles, não interessa isso. Quem pode entrar numa licitação, também não interessa isso. O Senhor mesmo disse aqui que o mercado é a melhor coisa e é verdade. Ele regula. Vai lá e vem cá e vamos indo e a empresa estatal inclusive compete com isso também. Ela tem que ser competitiva. Então não há nada melhor do que isso.

Então, quer dizer, eu queria que o Senhor me esclarecesse aqui, eu não sou da política, eu sou um gato que está aqui no forno, mas gato no forno não é biscoito, é gato. Mas estou aqui no forno. Então como é que é isso? Tem algum problema aqui? Porque é claro para mim que só interessa esse tipo de coisas, que a gente viu na CPI. O privilégio interessa a corrupção.

Interessa a sistemas organizados, mas certamente não interessa a empresas saudáveis, como eu sei que é a empresa do Dr. João Elísio e outras. Não interessa essas. Então queria o que Senhor me explicasse como é que é isso, que dificuldade o Senhor tem? Se tem alguma dificuldade. O que a gente pode fazer aqui na Câmara? Quer dizer, dizer que é jurássica? O que mais que pode fazer? O que é que impede o Senhor de ir, onde lhe aperta o calo? Quer dizer, eu sei que as vezes é até difícil. Eu dizia sempre como Juíza, as vezes tinha ameaça contra mim, tive 3 atentados, etc. E tal, imagino que tenha até contra o Senhor também, porque o Senhor deu umas aberturas aí que deve ter contrariado muita gente. Mas é preciso que o Senhor fale. É até em benefício da sua, da sua posição mesmo. Porque muita gente aqui quer ajudar. Tem gente muito boa aqui. Agora, tem de tudo aqui, só não tem bobo. Vamos lá, Dr. Marcos. [risos]

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Bem, Deputada, sempre um prazer. Obrigado pela pergunta--

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Eu só queria, só um adendo aqui, que essa presença do monopólio já foi quantificada, quer dizer, qual a implicação no investimento? Quantificadamente, isso inibe o quê? Quanto? Porque se a gente não tomar providência aqui, Dr. Marcos, eu lido com a questão da criminalidade, que é um lado. Criminalidade se combate com impunidade. Mas violência se combate com oportunidades de trabalho e renda. E investimentos. E aí é que é a minha preocupação. Ta bom? Obrigada, Dr. Marcos Lisboa e eu estendo a pergunta a todos, viu? Dr. Otávio estava doido aí para responder também, já levantou o dedo ali. [risos]

SR. OTÁVIO DAMÁSIO: A bola é minha.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Passar para o Otávio em seguida. Obrigado, a pergunta, acho que a colocação é muito boa, é uma surpresa. Eu acho que todo mundo que analisa a questão do resseguro no Brasil toma uma susto. Até meado dos anos 70 era raro, mas não tão raro o monopólio de resseguro no mundo. Era raro. Não era freqüente. Os países desenvolvidos não tinham, tinham alguns países emergentes, Coréia tinha, Brasil, Argentina, Chile, Índia. Muito mais. Os países médios, Cuba, Costa Rica vamos deixar as ilhas e montanhas de lado. E já, a partir dos anos 80 isso mudou radicalmente. A partir dos anos 80 isso mudou de maneira radical, em 15 anos estavam todos abertos, o único país grande que ainda tem, não iniciou um processo de abertura, o Brasil, a China está incluindo o seu e a Índia já começou. Quer dizer, o que é que houve com o Brasil que perdeu esse monte? O que é que houve que ele ficou?

Na realidade tem dois aspectos aqui, 3 aspectos pelo menos importantes. O primeiro é que nós começamos a modernizar a nossa legislação de seguros e resseguros no Brasil muito tarde. Se lembrar até os anos, até meados dos anos 80, preço de seguro ainda era fixado pela Susep, que coordenava todo o mercado. No fundo tinha uma política de tarifas mínimas, não havia competição, o mercado de seguros era fechado. O Brasil começou tarde, realmente. É verdade. Nós perdemos, e foi um processo difícil. O Dr. João Elísio acompanhou esse processo, isso gera muito ineficiência, gera um custo, o custo do seguro era extremamente elevado no Brasil, era 3 ou 4 vezes do que é hoje. Era muito elevado o custo do seguro. Nós começamos tarde. Então o Brasil realmente começou a modernizar a sua regulação nessa área, muito depois do resto do mundo.

Em segundo lugar, nós demos um azar, teve um debate jurídico, esta Casa já aprovou a abertura do mercado de resseguros. Essa Casa já aprovou a abertura de resseguros em 97 ou 98, 98. Já aprovou, já votou, já deliberou, já aprovou há 9 anos ou 8 anos. Já teve a primeira Emenda que foi do Deputado Cunha Bueno que tirou da Constituição o “resseguradora oficial”, foi em 95 ou 6, né? 6. E dois anos depois aprovou um longo debate e aprovou a abertura. E aí caímos num longo debate jurídico sobre se a regulamentação do mercado de seguros deve ser por Lei Complementar ou Lei Ordinária e esse debate paralisou ações judiciais de um lado, do outro. Mas isso, então, nós caímos nisso. E eu acho isso foi certamente muito importante. E eu acho que um outro fator que contribuiu também bastante para isso, isso ocorre em várias áreas na nossa economia, é um certo descrédito sobre o impacto de melhorias institucionais. Eu acho que nós ainda temos um certo ceticismo, de que melhorias institucionais podem melhorar a vida das pessoas, pode de fato reduzir custo, melhorar o bem-estar social. Eu lembro muito quando eu estava no Ministério da Fazenda, os debates sobre as reformas na área de crédito, que são semelhantes. Então o crédito consignado, as medidas do mercado imobiliário, a lei de falências, as medidas de securitização, algumas várias, vários projetos de lei que essa casa aprovou por debates, debates semelhantes, eram reformas institucionais. Quebrar amarras, permitir novos desenhos e o ceticismo que existia que essas medidas pudessem de fato melhorar a qualidade, por exemplo, do crédito ao resseguro no Brasil. Há um ceticismo grande.

Eu acho que no caso do crédito esse ceticismo foi superado. A gente viu o impacto do crédito consignado, o *spread* caiu a 1/3 do que era. O *spread* do crédito pessoal era 7, 8 pontos, antes da lei e hoje

a mesma família vai ao mesmo banco e consegue um *spread* de 2 e meio. Essa foi a queda imensa do *spread*, o que gerou um volume de crédito, um crescimento aí sem precedente do crédito no país. Isso é só um exemplo.

A mesma coisa ocorreu no resseguro. Eu acho que durante muito tempo, Deputada, as pessoas não acreditavam que uma melhoria institucional pudesse ter um impacto tamanho que está tendo. E eu acho que esses últimos 8 meses que foram bem difíceis, como a Senhora lembrou, foram, no entanto, muito saudáveis para o debate. Eu lembro quando eu cheguei ao IRB em junho, um momento difícil, começamos a discutir como melhorar o funcionamento do mercado, dada a legislação atual, o IRB é um órgão regulador do mercado, então ele pode aprimorar as regras, preservando o monopólio e havia um debate. Debatia-se muito. Se de fato essas mudanças iriam melhorar, alguns eram céticos que de fato isso podia levar a uma melhora, melhorar a qualidade do resseguro no Brasil. De fato pudesse reduzir o custo das empresas, as próprias empresas eram céticas. O que nós fizemos? Não, a empresa não indica mais corretor, ela não indica, quem indica é quem está comprando serviço.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Mas nesse momento aí, deixa eu fazer uma pequena observação. No caso das empresas estatais, por exemplo, a Petrobrás, ela tem que fazer a licitação. Isso tem sido obedecido. Para--

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Isso, ela vai para a seguradora. Ela faz a licitação para a seguradora.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Isso.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Aí ela paga um preço para a seguradora e a seguradora vai ver: “Olha, esse é um seguro da área de aviação tem que ser o Lydes (F)(1:07) em Londres”. Tem que ter um corretor especializado. E a seguradora privada escolhe quem ela achar mais adequado. E quando a seguradora não indica a ordem na empresa hoje, pergunte para ela. Quer dizer, o cliente que está pagando pelo serviço que escolhe o provedor do serviço. Esse é o princípio que nós instauramos. E o que eu acho que foi extremamente saudável nesse processo, porque tem uma experiência aí de 9 meses, e não somos nós. Quer dizer, não comento o dado das gerações das empresas, dos nossos clientes com a empresa, estaria rompendo um sigilo profissional. Mas eu posso comentar de quem vai a público falar. E várias empresas foram, desde o fim do ano passado, desde setembro, que várias empresas foram a público comentar como caiu o custo do resseguro. Caíram 32%, caiu 40%, um ano

que teve grandes catástrofes e o preço subiu, empresas indo, falando: “Não piorou, melhorou em relação ao ano passado, apesar do mercado internacional estar muito mais difícil, pela sequência de furacões e Tsunamis que houve ano passado. Eu acho que teve essa vantagem das pessoas verem que de fato pode melhorar e muito a relação de seguro e resseguro para o investimento.

E, completando, um último ponto que a Senhora levantou que é extremamente importante, resseguro é uma atividade técnica, é uma atividade complexa, eu não conheço o jogo do bicho, então--

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Nem eu.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Nunca compreendi. Aliás, parece que a Senhora pegou exatamente essa operação de dividir o risco entre vários parceiros. Agora, o benefício da melhoria do resseguro do país é o crescimento. Quer dizer, o Brasil tem essa mesma, essas falhas que permeiam a nossa economia, a nossa estrutura adicional, elas acabam tornando mais caro produzir e investir no país. Quer dizer, na hora que um resseguro de uma grande empresa de porte internacional cai 40%, o seguro que é a atividade essencial, o seguro surgiu para viabilizar o crescimento econômico. O seguro surgiu na Inglaterra, na expansão comercial inglesa, que tinha que financiar a expansão de navios. E as pessoas falavam: “Eu não posso botar o navio, porque ele pode afundar e eu perco todo o meu patrimônio. Então eu não invisto em navios”. E as pessoas se reuniam e falavam: “Vamos fazer um seguro disso. Se o navio afundar eu pago um pedacinho”. E isso foi um elemento fundamental para a expansão comercial inglesa no século XVIII e o seguro se difundiu.

O resseguro é uma atividade fundamental para o investimento. Ele reduz a insegurança associada ao investimento, ele dá tranquilidade ao empresário, permite que o empresário invista e investimento gera renda. Como o João Elísio mencionou, a gente pode estimar isso. O Brasil tem de metade a 1/3 de mercado de seguros e resseguro em relação a América Latina. Eu não estou comparando com os grandes países do leste asiático, não estou comparando com os países desenvolvidos. Comparando o Brasil com os países em desenvolvimento da América Latina, o nosso mercado de seguros e resseguros com fração do PIB é de metade a 1/3 menor. Nós somos menores que a Argentina, menores que o México, menores o que Chile, menores que países muito menores que o Brasil. Então só o mercado de seguros e resseguros tem um potencial de crescimento imenso nesse processo. Para

não falarmos os efeitos benéficos sobre o investimento produtivo e o crescimento econômico. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pois não.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Claro, mas cuidei dessa matéria aqui desde, há muitos anos, desde 80.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Gostaria só que o Senhor identificasse então.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Antônio Henrique Cunha Bueno, ex-Deputado Federal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Já ia mencionar o Senhor agora, Deputado.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Nos últimos 8 mandatos.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Deixa eu consignar aqui, que é uma honra ouvi-lo, inclusive pela sua experiência na área.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Eu sempre tive, sempre combati muito o IRB ao longo desses anos. Tanto é que a Emenda que permitiu a abertura foi de nossa autoria em 96, mas é preciso também fazer um reparo. Porque quando o IRB foi criado, foi criado para fazer a defesa das reservas brasileiras. Ele prestou, sem dúvida, o seu serviço. Se hoje alguém entende de resseguros, são exatamente os funcionários do IRB ou que lá foram formados. Sem dúvida, o IRB continua sendo ainda hoje uma grande escola. E a Deputada perguntou quais as razões que o IRB ainda não foi extinto, não foi aberta a atividade, etc. Quebrado o monopólio. E ficou, deu a impressão de que parece que tudo que aconteceu lá não foi certo, por isso é que se manteve aquilo, porque interessava a alguém.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Me permita um aparte só?

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Sim.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): No início da minha fala, eu classifiquei como jurássico, mas ele teve a função dele lá atrás.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Exato, exato.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Mas hoje está... Por isso que eu disse jurássico.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Mas um dos problemas também de que não houve abertura é um problema técnico que talvez o Dr. Lisboa pudesse até dizer para a gente, que ele deve estar bastante atualizado nisso, é o problema do

renofe, porque ao longo desses anos, Deputada está ao telefone, ao longo desses anos, o IRB foi vendendo riscos para o exterior. E foi também comprando riscos do exterior. Ou seja, um banqueiro que entrega parte do risco do seu jogo para o outro, ele também assume uma parte do risco do outro.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): O Senhor se refere a dos bichos?

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Na sua banca.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Hein? Banqueiro dos bichos.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Dos bichos. [risos]

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: E a colocação do resseguro no exterior não deixa de ser uma mão dupla. Então o Brasil se vendeu riscos do navio ou da usina hidroelétrica, da ferrovia, da frota de automóvel, que o Brasil têm, etc. Ele também comprou risco de outros países. Então isso cria uma relação aonde se nós falarmos: Vamos extinguir o IRB hoje, vamos extinguir. O projeto que está aí, está muito bem equacionado, porque vai ao longo do tempo diminuindo as suas atividades, dando oportunidade a seguradoras brasileiras, aos corretores brasileiros de ir entrando devagar nesse processo, tal. Mas se extinguir o IRB hoje, o Dr. Marcos Lisboa tem que assinar um cheque e mandar para o exterior. Qual é o valor do cheque, Dr. Lisboa hoje, que o Senhor teria que assinar se nós tomássemos uma medida radical aqui e nós extinguissemos o IRB? Talvez isso responda o porquê da morosidade da abertura do IRB.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Deputado Cunha Bueno, a quebra do monopólio não implica na extinção dele.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Não, sim. Mas se nós formos extinguir o jurássico--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Só para organizar, vamos passar o debate para a próxima fase?

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Só o valor, o Senhor tem uma idéia, Dr. Lisboa, hoje?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Tem um bilhão de dólares em reservas.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO: Sim, mas quanto é que nós temos que assinar e mandar para o exterior? [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: Eu acho que a pergunta da Deputada, ela disse que per-

guntava a todos nós membros da Mesa, eu gostaria de dizer o seguinte: Aqui está o Deputado Nelson Marquezelli, que foi o primeiro Relator e, por sinal, não querendo lisonjeá-lo nem nada, mas ele conseguiu fazer um substitutivo, no meu modo de ver, melhor do que aquele que ia receber do Governo. Agora eu gostaria de lhe dizer o seguinte, para ser bem prático, o que nós precisávamos hoje é que o projeto se tornasse com urgência. Se a gente conseguir urgência e para isso nós teríamos que convencer o PSB, o PDT e o PT. Se a gente conseguisse esses 3 partidos nós conseguiríamos a urgência e aí o projeto--

DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP): Já estou com um pedido de urgência no colégio Líderes, já encaminhei o pedido de urgência. Sr. Presidente, eu queria aproveitar aqui a oportunidade para poder, nós ficamos com um projeto 6 meses preparando esse substitutivo. Mas houve uma participação muito grande da própria Susep, o Dr. Renê está aí junto com a equipe dele, a equipe do Ministério da Fazenda, o Otávio Damásio está aí. O pessoal do IRB nos ajudou maravilhosamente e nós fomos ver aí na Espanha, no Canadá, em vários países, nós procuramos fazer o melhor. O melhor para o Brasil. Eu acho que a peça que está aí encaminhada não resta dúvida nenhuma, é o melhor. Eu acho que a nova gestão do IRB está só nos deixando com orgulho, com um certo respeito do trabalho. O mercado, através da equipe do João Elísio, nos ajudou bastante, o Cunha Bueno está aqui, foi um dos que colaborou bastante conosco. Foi um projeto substitutivo feito, o pessoal fala sempre a quatro mãos, foi a 20 pares de mãos. Fizemos, eu apenas coordenei e coordenamos da melhor maneira possível para dar ao IRB até esses 2 e 40%, até 40%, essas condições de ele devagarzinho competir no mercado também e virar mais uma empresa de seguradora no mercado. Esse foi o objetivo que nós fizemos. É evidente que tem algumas empresas ainda reclamando. Que ainda não está tendo o carinho que tinha no passado no IRB, queria ter o mesmo carinho não, pode competir, já até fiz gestões para fazer com que esse pessoal tivesse a mesma praia do passado, mas é necessário que nós saibamos que a regra do jogo é outra hoje e nós temos certeza que o país vai trazer desses 160, 170 bilhões de dólares que gira na área de resseguro no mundo, nós vamos sair daqui de 700, arredondando, milhões de dólares que tem no Brasil. Nós vamos logo, logo para uma marca aí de 6, 7, 8 bilhões de dólares com rapidez. E o que é mais importante, o que é mais importante, só o fato que o Governo dá um passo a frente, só o fato de ser aprovado o primeiro substitutivo, o Dornelles já acabou o trabalho dele, já está pronto já também, alterou muito pouca coisa de comum acordo

com o pessoal todo, duas mexidinhas pequenas que ele deu. Já está no grupo. Mas é o fato de isso já está acontecendo, nós já temos proposta de resseguro de 30, 40% mais barato para o Brasil. É isso que nós precisamos. Nós temos de ver que o importante é o custo Brasil. Além de nós termos incluído o seguro agrícola, a responsabilidade das auditorias que não tinha no passado, hoje elas estão com essa responsabilidade nesse projeto, nós incluímos as cooperativas para fazer concorrência até com o próprio IRB e com o próprio mercado. Então tudo isso foi importantíssimo e importantíssimo para poder participar nesse mercado que é importante para todo o brasileiro.

Quando eu vejo hoje aqui a presença do Dr. Lisboa, a presença do João Elísio, a presença da Susep que vai regulamentar, vai ser, quem vai fiscalizar todo esse encaminhamento que vai ter no mercado da melhor forma possível, quando eu vejo aqui o mercado, os principais que atuam no mercado, eu vejo que finalmente, finalmente no Brasil, nós todos entramos no mesmo barco. Não era só o Governo determinando “É assim que vai fazer e vocês se virem”. Não. Está todo mundo no mesmo barco. Tentando fazer que a gente possa ter no custo Brasil, um custo de concorrência internacional. E a modalidade que nós tivemos hoje e o Dr. Lisboa deve ter acompanhado isso no projeto, através do Otávio, a turma toda, nós temos hoje uma peça que eu tenho certeza absoluta, que ela vai ter um resultado pelo que nós analisamos nesses 6 meses, um resultado de um país, de um país grande, de um país com um setor que o seguro vai ser o seguro universal. O seguro nosso aqui ele vai ser universal. Porque logo já vem o seguro rural, já vem o projeto do seguro rural e aí completa. Aí completa. Por quê? Porque tudo que acontece na minha propriedade, eu venho aqui em Brasília reclamar. Quando eu devia ter um seguro para reclamar com a minha seguradora, esse é o trabalho. É sair da sociedade, a sociedade ela tende fazer isso ela mesma, o próprio segmento acertar.

Então eu quero aqui como o Relator aí, como primeiro projeto, não teceloa a nós, é agradecer, agradecer a colaboração dessa Mesa que está aí, certo? Essa Mesa que está aí nos ajudou muito. Ajudou muito o Brasil. Eu, pela primeira vez, vi uma Diretoria de IRB dizendo o seguinte: “Olha, precisa fazer mais contra nós aqui, precisa fazer, precisa fazer isso, precisa diminuir o nosso tamanho”. Primeira vez, eu vi isso no passado, eu sou do PTB, hein, eu vi isso no passado, eu vi completamente diferente, não é Cunha? Nós tínhamos isso daí completamente diferente. E agora o Cunha ajudou, sentamos juntos, pega lá, pega aqui, mas pensando sempre Brasil. E acho que vamos ter sucesso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado, Deputado Nelson Marquezelli. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade também e registrar com prazer a presença do nosso colega, ex-Deputado Antônio Mazureki e também do Mário Petrelli que é Conselheiro na Fenaseg.

DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP): Obrigado, eu esqueci. Foi uma mão direita nossa, o braço direito nos ajudou bastante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Inclusive também, o nosso ex-colega Antônio Mazureki, se quiser fazer uso da palavra. O Senhor que colaborou muito e que tem colaborado.

EX-DEPUTADO ANTÔNIO MAZUREKI: Eu saúdo, em primeiro lugar, Deputado Carlos Willian que preside essa Sessão. Ilustre Deputada Juíza Denise Frossard, Dr. João Marcos Lisboa, Renê, Bittar, Otávio Damásio, meu caro Marquezelli, Dr. Petrelli, Cunha Bueno, ex-Deputado. Eu procurei o Deputado Carlos Willian, procurando resgatar a história dessa caminhada que hoje prossegue. E por gentileza ele me dá a oportunidade de viva-voz resgatar a história dessa trajetória.

Eu lembro bem quando na primeira gestão do Governo Fernando Henrique, aportar aqui as Emendas Constitucionais, as propostas de Emendas Constitucionais, no sentido da quebra dos grandes monopólios nacionais, telecomunicações, energia elétrica, petróleo, transporte de cabotagem. Deputado Cunha Bueno que é ligado a área e conhece muito bem, constatou: “Espera aí, ficou para trás um monopólio aqui que precisava ser discutido”. E propôs ele próprio, por iniciativa dele, uma proposta de Emenda Constitucional, coletou as assinaturas todas na Câmara dos Deputados, todos nós sabemos que o Processo Legislativo em termos de PECs, de Emendas Constitucionais na Câmara é complexo, que passa por uma Comissão especial, que tem o prazo de 40 sessões para se pronunciar, deliberar sobre a matéria e tudo isso foi conduzido pelo Deputado Cunha Bueno com o apoio de tantos outros Parlamentares, inclusive o Marquezelli. E então começou o primeiro passo nessa grande caminhada. Já se disse que toda a caminhada começa no primeiro passo. Avançou, posteriormente, o próprio Poder Executivo enviou para a Casa um Projeto de Lei ordinário, que o congresso também cumprindo a sua parte, aprovou. E que teve o questionamento no Supremo em função de uma ação direta de inconstitucionalidade impetrada junto ao Supremo. Felizmente, se retoma agora a discussão. E o Parlamento Brasileiro tem a oportunidade de ouro para fechar com chave de ouro esse processo que se iniciou com a Emenda do

Cunha Bueno. Eu louvo essa iniciativa, porque quem sabe não tivesse sido apresentada a PEC do Cunha Bueno, nós não estaríamos discutindo esta etapa do processo, no sentido da abertura do mercado ressegurador brasileiro. Na busca da quebra do monopólio. Eu lembro de um artigo o que Dr. João Elísio escreveu, foi publicado em todas as revistas da aviação, revistas de bordo da aviação comercial brasileira e em alguns jornais de grande circulação, numa idéia imaginária, o que seria um dia sem seguro na vida das pessoas. E lá no artigo ele descrevia: “Provavelmente, os aviões não decolariam. Os navios não zarpariam nos portos, os trens não circulariam, as indústrias não produziriam, a circulação de cargas também não se realizaria”. Daí nós percebemos perfeitamente a importância do seguro na vida dos povos, das sociedades todas.

E agora, por último, acompanhando o Deputado Marquezelli, tem uma virtude, gostaria de registrar, porque em primeiro lugar ele sabe ouvir, ouviu a todos, e mais do que ouvir, sabe interpretar a mensagem. Levou tudo em consideração, construiu uma bela peça substitutiva ao texto original, sem prejuízo da proposta original, mas aperfeiçoando o seu texto. De forma que, está, o Congresso Nacional eu diria, está com a faca e o queijo na mão para fechar com chave de ouro, meu caro Deputado Carlos Willian, essa questão. E gostaria de registrar, tive a oportunidade de conversar alguma vez com o Deputado Carlos Willian, o interesse em acelerar a tramitação dessa matéria e eu creio que é isso que inspirou o Deputado a promover essa reunião para aprofundar o debate e buscar uma compreensão maior do que isso significa para os interesses do país. De forma que estão todos de parabéns, eu só queria resgatar a história com a iniciativa do Cunha Bueno.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado, Deputado Antônio Mazureki. Eu vou trabalhar hoje a noite, já trabalhei até às 3 e meia da manhã, recomecei às 6 horas da manhã, junto com técnicos do Tribunal de Contas da União, estamos fazendo o relatório final da Sub-Relatoria e essa aqui, não vou dizer que é a oitiva ou as duas últimas oitivas nós tivemos acerca de, antes de começarmos esse trabalho e aqui nós, é uma Audiência Pública, vamos dizer assim, e não oitiva. Inclusive, para eu terminar este relatório, eu vou fazer alguns questionamentos e eu vou fazê-lo de forma abrangente, vou fazer uns 4 ou 5 de uma vez e a pessoa que estiver apto a responder e quiser colaborar, de uma forma também um pouco rápida para dar tempo de nós terminarmos o relatório, e no final eu concluo, e vamos passar a ter uma participação mais abrangente sem muita determinação nos termos regimentais. Vamos fazer uma audiência, não é Deputado? Mais aberta

aonde a gente possa participar todas. Primeiro é o seguinte, dentro do projeto, haveria necessidade ou não agora, a Susep iria se transformar em praticamente uma agência reguladora? Depois, existe um conflito de competência hoje entre o IRB e a Susep, esse Projeto de Lei regulariza essa situação, clarearia? O que é que pode fazer para fortalecer o mercado segurador brasileiro? E inclusive dar mais transparência? Eu acredito que essa é para o nosso Presidente, Dr. João Elísio. O nosso não, porque eu não tenho seguradora, nosso carinhosamente, aqui presente. E inclusive a preocupação de nós abriremos o capital e desprotegermos o mercado nacional. É outro questionamento. Depois, o IRB está preparado para participar deste mercado aberto de seguros? O que é que vai acontecer com os servidores públicos? Tanto do IRB quanto da Susep? Que o normal é fazer o encolhimento. O patrimônio da empresa, a metade é da união, outra metade da iniciativa privada. Eu acho que com estes questionamentos, daria para nós fecharmos o relatório. Depois dele clareado, a gente volta a dizer. Então fica a vontade, quem quiser participar e responder.

SR. RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR:

Eu acho que os pontos colocados pelo Senhor fazem muito sentido e do ponto de vista formal, eu acho que o decreto de 73, ele foi feito numa outra realidade e eu acho que sem dúvida alguma haveria necessidade não só de nós avançarmos com relação a parte do resseguro e esse projeto ele contempla a transferência do ambiente regulatório e de supervisão de fiscalização para os entes, que sejam o CNSP, seja Susep, mas também eu acredito que para o próprio bom funcionamento do futuro mercado de seguros ou de resseguro, deveria ser também encaminhado um Projeto de Lei para uma reformulação do órgão de supervisão, no caso da Susep. É uma opinião pessoal, já conversei diversas vezes com o Ministério da Fazenda, nós temos discutido isso bastante. Mas também a bem, só para esclarecer um pouco da história, eu acho que o Deputado Cunha Bueno colocou bem, o IRB teve o seu papel histórico, não só no passado, mas também no momento ainda detém essa tecnologia. Mas também é importante ressaltar que o próprio, os atores dos mercados de seguros não estavam preparados para um ambiente de abertura feito, se eu tivesse ocorrido de uma forma açodada no passado recente.

Isso quer dizer o seguinte: Que, primeiro, o ambiente regulatório no Brasil ainda era um pouco confuso, as atribuições dos órgãos, as normas no Brasil não seguiam os padrões internacionais, o critério de transparência das seguradoras estava bem aquém da transparência internacional. A questão do próprio ambiente de supervisão e fiscalização tinha deficiências

estruturais, para os Senhores terem uma idéia, até 2002 a Susep estimulava os produtos padronizados, aqueles padrões feitos praticamente para diminuir a concorrência no mercado. Eram produtos específicos para que todas as seguradoras tivessem os produtos padronizados, o que era uma recomendação dentro do próprio ambiente em que ela funcionava.

Até a década de 80, 85, mais ou menos, a Susep aprovava a publicidade das seguradoras. Ou seja, o ambiente era muito pernicioso nesse sentido da competição e também não havia elementos necessários para uma abertura. Ou seja, que há um tempo para sorrir e para chorar, está certo? Eu acho que o momento agora é possível sorrir, porque foram criadas condições não só do ponto de vista institucional em termos de supervisão, mas também as seguradoras brasileiras se prepararam para esse ambiente. Seja através da captação maior, seja através do ganho de tecnologia e o IRB também se preparou, eu acho que o momento é muito adequado, que estamos num vetor muito favorável. Para os Senhores terem uma idéia, acho que contribuição favorável a esse novo ambiente é tão positiva, que a rentabilidade média das seguradoras brasileiras no ano de 2005, subiu quase que 63% quando comparado a 2004, o que mostra que elas ganharam eficiência e ganharam também uma melhora nos seus padrões internos. Assim também como melhorou também a qualidade não só dos seus controles, mas também no que diz respeito a transparência do contábil, de mecanismo de controle e até mesmo de relacionamento possível com as resseguradoras no exterior. Porque um dos pressupostos para o relacionamento entre seguradores e resseguradoras no exterior é que ocorre que o ambiente da seguradora tenha controles internos bastante rígidos e que os balanços sejam transparentes e já que a política de precificação dos seguros se dê de uma forma correta. Caso contrário vai ser muito difícil as seguradoras locais terem colocação no exterior.

Então eu acho que nós agora temos um ambiente favorável. Nós não tínhamos, eu acho que esse ambiente no ano passado um pouco próximo. Então, ou seja, porque o efeito de imediato do processo de abertura desorganizada, como nós podemos possibilidade de falar, de aberturas bancárias, aberturas de seguro, é que elas podem levar a uma série, uma cadeia de possíveis quebras de seguradoras, como exemplos que ocorreram em outros países do mundo. Esse ambiente que nós estamos vivendo, nós temos mecanismos suficiente de controle e de adequação para evitar que haja esse efeito no Brasil, coisa que nós não teríamos num passado próximo, se tivéssemos feito o processo de abertura de forma não muito pensada e refletida.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: O Senhor perguntou sobre a relação entre a Susep e IRB e se o IRB está preparado para essa fase. O Senhor tem toda a razão que a legislação atual, ela tem uma peculiaridade, tem algumas peculiaridades que são surpreendentes. O IRB não apenas tem o monopólio das operações de resseguro, mas também tem a atribuição de regulamentar e fiscalizar as operações de resseguro, na parte de fiscalização há realmente uma ambigüidade no papel IRB, a Susep fiscaliza as operações de seguros e o CNSP regula. Quer dizer, o adequado é fortalecer o aparelho do Estado. Tem uma agência de Governo, aí eu defendo isso já há bastante tempo, que tenha uma agência de Governo capaz de regular todo esse mercado e seja uma agência de Estado, mais que uma agência de Governo. Experiência com mandatos e com uma força para poder regular e isso vai ser bom para o mercado, para permitir o mercado se desenvolver e acho que é no mínimo problemático, a própria empresa que tem o monopólio se regular ao mercado em que ela atua. Eu acho que é uma questão que gera uma certa dúvida. Quanto a empresa estar preparada. O IRB, eu tenho dito isso com frequência, eu entendo que muitas pessoas têm receio do IRB no processo de abertura. Tem medo do IRB não ser forte o suficiente. Eu acho que o IRB tem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Ou ser forte demais.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Não, o medo que tem, mas acho que num processo de abertura o IRB tem força, o IRB tem capacidade de competir no mercado aberto. A empresa ela é bastante enxuta, ela tem um corpo técnico extremamente qualificado. Ela tem um corpo técnico muito qualificado e ela tem grandes bases de dados. Infelizmente, esse potencial da empresa não estava sendo inteiramente utilizado. Mas todos esses processos, debates, a empresa acabou, é razoável, momentos de grande insegurança desde meados da década de 90, não foram feitos investimentos de modernização da empresa. Mas ela tem esse grande ativo que são funcionários muito qualificados e grande base de dados. E nos últimos 8 meses, quer dizer, o que nós procuramos fazer na instituição da empresa, foi trazer práticas de governança corporativa mais modernas e a empresa reagiu muito bem. Quer dizer, uma empresa que tinha uma governança típica das empresas públicas dos anos 80, então todos os processos em papel, a ausência total de conselho, de decisões colegiadas, de compliance--

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Doutor, o Senhor disse, só um parênteses aí, porque o Senhor disse que ela é uma empresa pública. Mas o IRB não é--

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Desculpe, eu fui impreciso, eu errei. Ela é uma empresa de economia mista, a União tem 100% das ordinárias, as seguradoras privadas têm 100% das preferenciais. E o capital é meio a meio, eu peço desculpa.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Agora ela, o IRB além de ser operador ele também é regulador. Não é isso?

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Também é regulador.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Não existe um conflito aí não? Como é o que Senhor fica, eu sei que o Senhor é um homem excepcional, mas como é o que Senhor fica dentro desse conflito que para mim seria ingovernável.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Olha, por sorte o IRB tem um Conselho de Administração e eu acho que o papel primordial é definir regras que sejam melhores para a sociedade brasileira. E dada as regras boas brasileiras, tomar as melhores decisões para a empresa. Mas a Senhora tem razão, não é uma atribuição simples. Mas, agora o que eu quero ressaltar é que uma empresa que não tinha nenhum desses, não tinha indicadores de compliance, não tinha indicadores de desempenho, não tinha alçadas colegiadas, em 8 meses tudo isso ser implementado com o apoio dos funcionários. Quer dizer, essa participação dos funcionários tem permitido que hoje, hoje nós temos um livreto de quase 100 páginas com indicadores de desempenho por [corte do áudio] E isso foi implementado em apenas 8 meses. Então eu acho que a empresa tem muitas condições de competir em pé de igualdade, como as grandes estatais brasileiras ou empresa de economia mista, como é o caso do Banco do Brasil e outras grandes empresas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Eu até desculpo, eu peço desculpa de não ter convidado, talvez, um representante dos funcionários para estar aqui discutindo, mas é porque o nosso objetivo primeiro é a discussão técnica. Depois a discussão técnica, mas eu acho que essa colocação pode ser suprida se o Senhor puder me ajudar, que existem até manifestações contrárias de alguns funcionários com algumas críticas ao sistema. Aqui, eu acabo de receber um e-mail agora, mas existem outros lá no meu gabinete. Como que a maioria do corpo de funcionários está vendo a tramitação desse projeto? Que, aliás, está tramitando, mas vagarosamente.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Quer dizer, quantos são os funcionários do IRB? Só um parênteses aqui, posso complementar, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Fica a vontade.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Porque eu venho da área pública e sei que até pela origem dos pandectas, eles guardam essas informações que são incrivelmente preciosas para nós. Tudo isso a gente vai aprimorando. Agora, em algumas áreas, quer dizer, eu não vejo nenhum interesse social para que seja o IRB um monopólio Estatal, não vejo. O Professor Renê está lá balançando a cabeça também. Eu conheço as propostas do Professor Renê há muitos anos, enfim, sei que... Mas a questão é: Quantos funcionários são? Esse corpo naturalmente, eu acredito, como todo corpo deve ser da melhor qualidade, enfim, o Senhor já disse que é. E quantos são esses funcionários? Só para resposta.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: O IRB passou muitos anos, passou 28 anos, 27 anos sem concurso público.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): São todos concursados?

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: A imensa maioria, pequenos cargos assessoria da Diretoria e esse número está se reduzindo com muita rapidez. O IRB chegou a ter quase 1500 funcionários, hoje está na faixa de 400, deve chegar no fim do ano com 300, pelas aposentadorias que estão ocorrendo. É uma empresa bastante enxuta. Com uma empresa que é uma das 150 maiores empresas brasileiras, é uma empresa bastante enxuta com 300, 400 e poucos funcionários.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): E de altíssima qualidade.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Boa qualidade e que tem uma boa formação. Em relação ao Projeto de Lei, pelo que eu tenho conhecimento, o sindicato encaminhou poucas sugestões para o Projeto de Lei. Ela é essencialmente passando o prazo da proteção para empresas locais de 2 para 3 anos, eram pontos, quer dizer, ficaria surpreso se tivesse alguma resistência ao projeto mais substantivo, dado que isso em 8 meses de tramitação do projeto, não resultou em nenhuma proposta mais radical. E no passado, se o Deputado me permite, tem um ponto que não mencionou nessa Mesa, que as vezes se levantava, em geral quando se falava em abertura de mercado levantava-se a questão de evasão de divisas, essa era a preocupação que se tinha, alguns fazem, mandam e-mails, é a evasão de divisas. E os números, talvez no passado fosse importante, atualmente os números são bastante ínfimos, quer dizer, o IRB movimenta de prêmio de resseguro no Brasil por ano um bilhão e 300 milhões de dólares. E ele já manda para fora cerca de 500 a 600 milhões de dólares. 600 milhões de dólares por

ano não é meio-dia de exportações brasileiras. Mas, para cada prêmio que vai volta pagamento de sinistro. O fluxo anual do mercado de resseguros, isto é, quanto sai, menos quanto entra, não está na ordem de 100 milhões de dólares, por ano. Então o número é virtualmente ínfimo, talvez nos anos 30 fosse uma preocupação. Mas hoje, certamente, uma chuva forte em São Paulo mexe mais na divisa do que todo o mercado de resseguros durante um ano inteiro. [pronunciamento fora do microfone]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Entra mais do que sai.

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Ah não, nos últimos anos, segundo dados do Banco Central, tem entrado mais dinheiro do que saído no mercado de resseguros, porque teve dois sinistros vultosos e como esse resseguro foi todo feito no exterior saiu o prêmio, mas voltou todo o pagamento do sinistro. A plataforma foi sozinha 500 milhões dólares no ano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): O Dr. João Elísio está aqui, quando fala de sinistro do exterior, quando é retrocessão ele fica, ele não liga muito. Mas quando começa a entrar para dentro do Brasil, o negócio de sinistro, ele tem pavor.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: Mas Deputado, só um detalhezinho aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pois não.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: Eu gostaria de dizer o seguinte: O mercado sim, está preparado para um crescimento, eu gostaria até de salientar, dar um exemplo. Quando houve a instalação do Plano Real no Brasil, o mercado segurador teve um comportamento fantástico, em nenhum momento precisou de nenhuma ajuda do Governo. Não houve uma quebra de nenhuma seguradora e o mercado se adaptou. O nosso mercado se adapta a qualquer coisa. Aí o Senhor falou no aumento o que mercado deveria ter. É tirar os entraves, é privatizar o que tem que ser privatizado. Por exemplo, é o caso que estamos discutindo hoje, o mercado de resseguro precisa ter quebra do monopólio, precisa ter a quebra do monopólio de um outro seguro que nós pleiteamos há muitos anos e o Governo se faz de surdo, que é o seguro de acidentes do trabalho, que é uma outra celeuma, um outro problema que se eu comesse a contar aqui, eu lhe garanto que já teria o apoio da Deputada Denise Frossard, porque o Brasil é campeão mundial de acidentes do trabalho.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Esse eu fui Juíza. Eu fui Juíza dessa vara. Eu conheço bem.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: E o que o Governo faz com o trabalhador brasileiro é um dos maiores absurdos e eu não vejo, e nós não tivemos até agora em nenhum momento nós conseguimos na reforma da previdência des..., tirada a Constituição.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Desconstitucionalizar.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: E hoje nós precisamos, isso seja regulamentado, mas é um negócio muito complicado, porque todo mundo sabe que é um problema filosófico. Mas o acidente de trabalho, o Brasil é campeão e é tão mal feito que a diferença entre um escritório de advocacia e uma fábrica de pólvora é quase a mesma, a taxa. Não tem nenhum tipo de prevenção de acidentes e nem nada, coisa que deveria ter. Qualquer país do mundo já adiantou e o Brasil continua na rabeira. Então se a gente terminar com isso que está, quer dizer, desestatizar o seguro, já nós teríamos um grande crescimento.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Eu coloco aí para o Senhor também, se me permite, Deputado Carlos Willian.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Fica a vontade Excelência.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Eu coloco aí para o Senhor também, qual o interesse social que justificaria a intervenção Estatal a protegê-lo? Quer dizer, seguro é uma atividade, em tese, privada. Em tese, privada. Partes sendo maiores, capazes, enfim, não tendo a Estatal, a Estatal, no caso, vai pela licitação. É complicado, o Senhor tem razão. Eu acho que é mais jurássico ainda o mercado do que eu pensava. É--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Deputado Carlos Willian, só mais uma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pois não, Deputado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Porque está em discussão a questão do acidente de trabalho. O Deputado Cunha Bueno realmente foi um Deputado operoso. É dele a subemenda que também quebrou o monopólio Estatal do resseguro. Então sob o ponto de vista constitucional está arrumado, está na legislação o acidente de trabalho. Sobre o ponto de vista infraconstitucional é que nós temos essa lacuna. Mas, Deputado, aqui está o decano do mercado segurador brasileiro que sabe tudo de seguro, sobretudo, a sua história, Dr. Mário Petrelli. Eu acho que se o Senhor pudesse conceder--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Já concedo a palavra, para nós é uma honra o Professor Mário Petrelli. Eu só gostaria, Professor, que a própria Bíblia fala, a cada dia basta

o seu sofrimento. Então, vamos sofrer agora pela proposta que nós estamos com ela aqui e depois dela passada, aí nós passamos para a segunda etapa que é a desconstitucionalização do seguro do trabalho. Mas, por favor.

CONSELHEIRO MÁRIO PETRELLI: Deputado Carlos Willian, quando se fala em IRB nós temos que voltar 1939. O IRB foi uma invenção de João Carlos Vital, exatamente porque havia uma preocupação monumental da evasão de divisa brasileira. O mercado brasileiro de seguro era pobre, era efetivamente um mercado muito pobre e as companhias estrangeiras é que avançavam permanentemente no crescimento. E o IRB foi a primeira instituição criada no Brasil em que o Q.I. não foi de quem indica, foi qualidade intelectual pelo concurso público. E desenvolveu, teve efetivamente, um fato muito importante no desenvolvimento da indústria do seguro brasileiro. O Decreto Lei 2063 de 1943, só foi modificado pelo Decreto Lei de 73 de 1966. E o Decreto Lei 73 comete uma anomalia que foi feito, que foi feito sob um aodamento do regime autoritário e que teve, indiscutivelmente, algumas coisas muito bem feitas, mas teve procedimentos absolutamente errados. Primeiro, o instituto de resseguro do Brasil era uma sociedade de economia mista, de 50% capital privado, 50% capital público. Ele tinha um conselho técnico, altamente competente e qualificado. Que tinha a responsabilidade quase que de regulamentar. Esse conselho técnico, entendeu, René? Ele era eleito pelo mercado segurador 3 representantes, e 3 representantes do Governo. E houve períodos em que o IRB foi presidido pela iniciativa privada. Houve períodos em que o Governo entregou a iniciativa privada, vários períodos. Aí o que é que aconteceu? Por um procedimento de uma figura muito forte, que veio do regime militar, do nosso, meu querido amigo Deputado José de Campos, que não gostava de questionar, se extinguiu o conselho técnico, se tirou o poder do conselho técnico. E aí é que começam as anomalias, Professor. Começam os erros do IRB. A instalação do IRB em Londres, que é um erro histórico, em vez do IRB ter aberto uma empresa em Londres, o IRB vai a Londres sem experiência. E chega em Londres e tem um prejuízo monumental. Todo o resseguro que os ingleses não queriam fazer, a experiência internacional do Brasil foi lá e resolveu aceitar os resseguros que ninguém queria. E aí começa as hecatombes, quer dizer, então é como disse o Cunha Bueno, nós não podemos... O quadro técnico do IRB foi, sem dúvida alguma, o fomentador do melhor quadro técnico das seguradoras brasileiras. O IRB e por quê? Formado pelo concurso público. Então essa história do IRB ela precisa ser, é mais ou menos como o Decreto Lei 73

que ele tem coisas excepcionais. Ele tem um artigo que define o seguinte: Dentro de 6 meses o Governo deverá regulamentar as entidades que operam planos de saúde e isso só foi regulamentado, só se começou a discutir no Governo passado, o Fernando Henrique, com o Serra como Ministro da Saúde. Agora se levou de 1966 a 1996 ou 97, sem se regulamentar a área do seguro saúde e a área do serviço médico de saúde. E aí está hoje o grande problema, o caos do seguro saúde e da medicina de grupo. A extinção dos montepios, no Decreto Lei 73 se previa a extinção dos montepios e a sua regulamentação. Porque o montepio nada mais era, naquele tempo, do que uma apropriação indébita com publicidade pública, dizendo o seguinte: Compre uma pensão de um Coronel que depois soldava de soldado raso. Quer dizer, o que faltou foi na realidade... O Decreto Lei 73 é o primeiro passo importante na revogação do 2063 de melhorar a substituição do seguro no Brasil. Mas ele foi como a Constituição de 46, que tinha várias disposições transitórias que nunca chegaram, Juíza Denise, a serem votadas. Se lembra da Constituição de 46, que depois, na primeira Constituição, já no regime autoritário, elas não tinham sido votadas a exposição de transitórias, foi a mesma coisa que aconteceu com 73.

Então, quer dizer, eu acho que o fato histórico precisa sempre ser lembrado, porque não é culpa de um Governo, é culpa de um sistema. O que aconteceu no Brasil, o IRB foi necessário, foi altamente importante, ele teve uma função fundamental no processo econômico brasileiro, quando as companhias de seguros não estavam preparadas para a competição internacional e ele teve exatamente essa visão. Que foi a visão do Getúlio quando criou siderúrgica nacional, que foi a visão do Getúlio, quando criou na realidade a previdência, que foi a visão do Getúlio que volta e cria o BNDES, são fatos que a gente precisa sempre procurar lembrar e que não se pode culpar um Governo. Tem que se discutir a história do país. Eu acho que o mercado ficou, cresce agora com essa medida do Governo e eu faço até um comentário elogiando o Ministro Palocci, que foi quem teve a ousadia de efetivamente procurar resolver o problema do IRB, mandando a Medida Provisória, a Lei Complementar, a Lei Complementar exatamente para se resolver um impasse que estava há vários anos parado e que já tinham erradamente sido enviados por uma Lei Ordinária e que os próprios membros da Comissão de Constituição e Justiça diziam: Vamos aprovar, mas vai ser derrubada. Porque era efetivamente irregular.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Professor Mário Petrelli, o Se-

nhor realmente não poderia nos punir com a falta de suas palavras. O Dr. Otávio.

SR. OTÁVIO DAMÁSIO: Bem, queria aproveitar só a oportunidade para esclarecer alguns aspectos da tramitação do projeto e até complementando um posicionamento da Deputado Denise Frossard. Essa discussão do projeto nessa nova fase de abertura, ela teve um início primeiro com a Emenda Constitucional que alterou o artigo 192 da Constituição, que abriu o espaço para que o Supremo Tribunal Federal se manifestasse. Então, entre a Emenda que eu acho que correu em 2003 e 2004, foi o período que a gente ficou esperando o Supremo Tribunal Federal se manifestar e ele se manifestou sem julgar o mérito. Então 2004, como se manifestou sem julgar o mérito, ficou entendido que, o próprio mercado também entendeu isso, que não adiantaria a gente ficar com a 9932, que é a lei que realmente abriu o mercado, porque ninguém tinha a segurança jurídica nela. E ela está em vigor hoje, mas ninguém faz nada, porque não tem...

Então em 2004, teve início então com essa decisão do STF à discussão no âmbito do Governo e no primeiro semestre de 2005, foi quando o projeto já estava maduro dentro do Governo, quer dizer, menos de um ano a gente fez a discussão e encaminhou para o Congresso. E a tramitação no Congresso, eu tenho aqui, tem uma certa experiência aqui de tramitação de projetos, dado que a minha área lá da parte de reforma micro econômicas, acho que a tramitação foi excepcional. Muita gente fala: “O projeto está parado”. Mas não, nesses 6 meses que a gente fez a discussão sobre a coordenação do Deputado Nelson Markezelli é de Lei Complementar. Foi praticamente reuniões quase todas as semanas, primeiro que era um insulto hábil, pouco conhecido e então fez todo um primeiro esclarecimento do que era o projeto, conhecer o que era o projeto, quais os detalhes, qual era o objetivo e então teve todo esse aperfeiçoam e durante esses 6 meses quando todo mundo falava que o projeto estava falado, eu até assusto, porque ele na verdade, deu muito trabalho. Foram 6 meses de trabalho intenso. E coincidiu o primeiro semestre de 2005, o final do ano foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico e agora está com o Deputado Francisco Dornelles, também está praticamente pronto. E é uma posição do Governo, do Ministério da Fazenda, especial, o projeto ele está 99,9% esclarecido. Quer dizer, 100%, o Governo está de acordo com esse projeto. Então ele realmente ele está assim pronto para ser--

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): E pelo que eu ouvi aqui, Dr. Otávio, apenas o PT, PDT e PSB estariam opondo algum tipo de resistência ao projeto, não é isso?

SR. OTÁVIO DAMÁSIO: Eu falo pelo lado técnico, o lado político já foi um pouco da--

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Não importa aqui por que razões, cada um tem as suas, mas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Mas é isso mesmo, foi colocado aqui pelo Presidente João Elísio.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): É, então quer dizer, os demais partidos não teriam oposição?

SR. OTÁVIO DAMÁSIO: Bem.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): O que já antevê aí uma favorável, uma discussão.

SR. OTÁVIO DAMÁSIO: Em termos de tramitação, na Comissão de desenvolvimento econômico foi relativamente tranquilo. Eu, inclusive, esse projeto dado o pouco conhecimento do assunto e do “coiso”, ele foi um projeto que não teve sequer uma Emenda formal acho que Comissão. Ele teve sugestões que a própria Fenaseg, as entidades encaminharam, mas Emenda formal não teve. Se não me engano na Comissão de Finanças Tributação também não foi apresentada nenhuma Emenda formal. Teve também contribuições. Então em termos de existência não consigo ter uma avaliação completa. Mas eu acho que é relativamente, se foi pontual. E essa questão de discussão política junto a liderança do Governo, aí é um assunto que a gente está conversando em termos técnicos, esclarecendo, mas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A vontade.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Agora eu quero fazer uma pergunta, o Senhor permite?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Fique a vontade, Excelência.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Uma pergunta paroquial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A quem?

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): A todos. Exceção do Dr. Otávio que está aqui em Brasília. E o Dr. Bittar também. O IRB tem sede no Rio de Janeiro, assim como a Susep, assim como a Fena-seg. Quer dizer uma eventual quebra de monopólio, o IRB permaneceria como uma empresa altamente competitiva. Conheço alguns quadros do IRB e tenho certeza que o mercado ficaria de olho nos quadros do IRB, porque são realmente de top de linha. Agora, a minha pergunta é, até foge um pouco, mas a minha preocupação com o meu Estado é a respeito da perma-

nência desses órgãos no Rio. Quer dizer, nós temos no Rio de Janeiro hoje poucos serviços, áreas de serviço que ainda estão no Rio de Janeiro. A maioria está indo para São Paulo, empresas. A Fenaseg continua, algumas empresas de seguro também. Nós temos a SUL AMÉRICA, enfim, tradicionalmente ali na esquina da rua do ouvidor. A minha pergunta é: Permaneceriam, é a intenção permanecer no Rio de Janeiro, é isto?

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: Bom, Deputada, eu não posso responder por todos. Mas a Senhora tem razão. Quem sabe o setor de seguros seja o que mais, vamos dizer assim, prestigie o Rio.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sem dúvida alguma.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: Como a Senhora falou, o IRB é no Rio, a Susep é no Rio, a Fenaseg é no Rio, a Agência Nacional de Saúde Suplementar é no Rio. A SUL AMÉRICA que é uma das grandes companhias, é no Rio. A Bradesco que é a maior seguradora, também no Rio. Então, realmente.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): O Mercado de seguro é no Rio de Janeiro.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: O Rio tem assim uma preferência bastante grande. Eu acho que isso aí realmente pode, deve continuar. Pode continuar.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Por que eu estou perguntando isso? Porque eu tenho visto, eu tenho visto nos últimos anos e para ser justa aqui, é nos últimos anos mesmo que eu digo, é nos últimos 20 anos, para não deixar dúvida aqui, para não parecer alguma conotação política. Não, não é. Nos últimos 20 anos ou mais até, o meu Estado vem tendo um esvaziamento que me assusta. Se nós tirarmos do Estado do Rio de Janeiro a receita do petróleo que não é nossa--

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: É verdade.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): E que é finita. Nós somos um deserto de Saara. Um deserto absoluto é isto. E vem decaindo 20% nos últimos anos. Quer dizer, a minha preocupação, quer dizer, todo mundo se espantou até alguns olharam para mim ali e disseram assim: “O que é que esta figura está fazendo aqui na Área de Seguros? Que ela não é da Área de Seguros. É criminalista”. Alguns até olharam para mim e disseram: “Será que está acontecendo alguma coisa?” Não, não está acontecendo nada, o Rio de Janeiro é meu Estado. E a área de seguro está no Rio de Janeiro. É a área que mais traz benefícios para o Rio de Janeiro. Então eu estou aqui absolutamente preocupada, porque os Senhores ainda são aqueles,

os últimos, os últimos dos moicanos que estão no meu Estado. É verdade.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: Mas sabe, Deputada, nós estamos inclusive estudando juntamente com o IRB, a Susep, para colocar no Rio um centro internacional de resseguros. Isso aí é realmente para dentro disso que a Senhora está falando, cabe muito bem a cidade do Rio de Janeiro.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Cabe.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: Está em estudo ainda, porque realmente com o monopólio, o resseguro centralizado é difícil manter um centro, mas de qualquer forma, nós já começamos a estudar para fazer do Rio de Janeiro a sede do centro internacional de resseguros.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Quer dizer, vamos recapitular, quebrando-se o monopólio, o que está a caminho, nós teríamos no Rio de Janeiro, sim, deixa eu colocar, deixa eu colocar.

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: É uma possibilidade a mais.

DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP): Denise, São Paulo paga.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Marquezelli, espera aí.

DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP): O Rio de Janeiro recebe. [risos]

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Deixa eu colocar aqui uma situação, porque não é um bairrismo só. O Rio de Janeiro, gente, é preciso que vocês entendam e vocês vão entender, o Rio de Janeiro é um patrimônio nacional. Ele não pertence ao carioca. O Rio de Janeiro pertence a todos os Estados da federação, porque é a história do Brasil. Foi a primeira capital do império, a primeira capital da república e que me perdoe até JK, porque eu tenho assim uma grande simpatia por ele e tal, mas não foi naquele momento visto com a atenção devida o rombo que se provocaria no Rio de Janeiro a mudança da capital. Não estou dizendo que não deveria mudar, mas a preocupação com o rombo que lá se deixaria, como nós também não tivemos uma preocupação com o rombo lá em Niterói. A sorte é que Niterói... É. Inclusive, eu penso Dr. João Elísio, que o Rio de Janeiro, já que o Senhor disse, um centro, o Rio de Janeiro também pode se pensar num futuro como um mercado internacional, Rio de Janeiro tem que internacionalizar a moeda. E nada mais próprio do que o Rio de Janeiro, e não competira, Marquezelli, com o sistema bancário que está em São Paulo. Então você pode me ajudar nisso.

E mais. É, a bancada paulista tem esse dever. Agora, por que isso? Porque é preciso que o Brasil

entenda que há uma dívida histórica sim com o Rio de Janeiro. E quem diz é uma mineira. Que representa o Rio de Janeiro. Com muita honra para mim. Sou conterrânea do Deputado Carlos Willian. Agora quem diz isso é uma mineira que entende a necessidade histórica do país se juntar no Rio de Janeiro e reerguer o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro não tem condição de fazer indústrias, a não ser ali no pólo de Itaguaí, tal. Mas nós temos que ter, evidentemente, uma recuperação para aquele Estado, porque é a nossa história. Quer dizer, quando você vai lá fora e todos aqui conhecem, eles falam a porta de entrada é o Rio de Janeiro. Então, para que todos tenham benefício, vamos cuidar da porta de entrada. É nossa, de Minas, é nossa de Paraná, é nossa de São Paulo e não vamos competir. Mas dar as mãos e você me ajuda e eu te ajudo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Está certo.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Deputada, nos entendemos a presença da Senhora aqui, não só para defender os interesses do Brasil, mas também do Estado do Rio de Janeiro. Preservando, logicamente, a nossa Minas Gerais e o nosso Juscelino Kubitschek.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Não se preocupe, Deputado Carlos Willian, porque Minas Gerais já ultrapassou o Rio de Janeiro na coleta de ICMS, viu? Já ultrapassou o Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): É um grande trabalho que está sendo feito pelo ex-colega Deputado e atual Governador Aécio Neves.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): E tem que render homenagem a ele sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado, encerrando a minha participação, obviamente não dos Senhores, fiquem a vontade, os microfones estão franqueados. Eu, dentro daquele elenco que eu preciso de fazer o relatório, só ficou uma pergunta sem resposta. Que é referente a proteção do mercado nacional. Aí, com essa, não quero confrontar a maioria das perguntas elaboradas pelos técnicos iria ter um confronto e eu acho que não é o objetivo nosso, mas eu gostaria de perguntar ao Dr. Marcos Lisboa e também ao Dr. João Elísio. Primeiro ao Dr. Marcos Lisboa. A retrocessão de seguros internacionais, elas foram aplicadas extremamente técnicas? Poderia ter privilegiado um pouco mais o mercado nacional? O Senhor abriu o mercado nacional? Ou o Senhor, vamos dizer, não o Senhor como Presidente do IRB, o IRB nos últimos, vamos

supor, 5 anos, ou vamos colocar nos últimos 10 anos, o IRB contribuiu para que o retrocesso interno no mercado nacional fosse feito ou deu uma preferência a retrocessão internacional? E logo após, gostaria de perguntar ao Dr. João Elísio, se na verdade, na verdade o IRB poderia ter, obviamente, prevalecendo os custos para o segurado, ter aberto mais o mercado nacionalmente?

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Obrigado pela pergunta. A retrocessão, o IRB recebe o seguro, uma parte do seguro das seguradoras e ele retrocessa, ele transfere para outros agentes, até meados dos anos 90, ele obrigava as seguradoras a aceitarem parte desse risco. Era a chamada retrocessão doméstica, ela era compulsória. Na discussão do processo de abertura, suspendeu essa obrigatoriedade, ela é incompatível com o mercado aberto, essa compulsoriedade e depois o IRB tentou fazer isso de forma facultativa. Isto é, ele oferecia às seguradoras a retrocessão doméstica. As seguradoras não se interessaram. Elas não queriam. Então o IRB ofereceu, ofereceu, e as seguradoras falaram: “Não queremos, não queremos”. Esse ano, na verdade, o ano passado, já com a nova administração do IRB, nós propusemos uma nova forma de retrocessão doméstica. Nós pegamos um pedaço do contrato de *properties*, é uma coisa bem técnica, nós pegamos aí um pedaço do contrato e nós oferecemos um *pull* para o mercado e pela primeira vez, a gente conseguiu retomar a retrocessão doméstica, foi aceito, teve um excesso de demanda, a gente ofereceu um valor e a demanda foi de 3 vezes o que foi oferecido. Então a retrocessão doméstica voltou a ser feita a partir do ano passado, nesse caso do contrato de *properties* e ela foi bastante bem sucedida nesse processo.

Agora, é natural que o resseguro seja internacional. É natural que as seguradoras não aceitem e que ele seja internacional. Porque se todo o resseguro for feito ou boa parte dele for feita no país, o país fica mais frágil. Porque em caso de sinistro, além da perda material quem arca com o custo é o país, então você fragiliza o país no momento que ele já está frágil. Então a retrocessão internacional ela é muito natural, eu compreendo as seguradoras que não aceitavam a retrocessão doméstica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esse, inclusive, a questão da retrocessão do mercado interno, foi um aperfeiçoamento que está sendo feito na Câmara já com o Deputado Nelson Marquezelli e ratificada pelo Deputado Francisco Dornelles. O projeto original veio omitindo essa questão da retrocessão interna. E na discussão na Câmara a retrocessão interna está sendo

facultada de novo. Isso não significa que vai ter negócio, depende dos interesses das próprias seguradoras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Dr. João Elísio. Esse assunto é um pouco delicado, é essa a forma, o Senhor acha que nessa abertura o mercado nacional vai estar--

SR. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS: Não, eu acho que o Professor Marcos Lisboa falou claramente. É isso que ele explicou, é isso mesmo. Sobre o aspecto da empresa nacional, nós não diferenciamos se a empresa tem capital estrangeiro ou o capital nacional. Desde que, ela seja instalada no Brasil. O que nós condenamos são as seguradoras que vêm aqui fazer o seguro e não têm nenhum escritório no Brasil, não têm nenhuma responsabilidade com o povo brasileiro, não fazem suas reservas aqui. Se a companhia estrangeira vier ao Brasil e quiser trabalhar aqui, nós não temos nenhum, não nos incomodamos em termos nenhum. Na verdade, o que a gente condena, vamos dizer, seria uma abertura para o mercado internacional é se não respeitando as regras.

Isso só não é o Brasil, o mundo inteiro é assim. Nos Estados Unidos se você quiser fazer o seguro de uma companhia de fora, você não pode fazer, você tem que fazer numa companhia americana. E na União Européia é a mesma coisa, dentro da União Européia você pode fazer e fora disso você não pode e os nossos vizinhos aqui também. Volta e meia a gente escuta que nesses acordos internacionais, gostariam de que abrisse o mercado brasileiro para que fosse fazer o seguro fora. Isso sim. Mas o nosso posicionamento é contrário, porque é contra os interesses do Brasil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só complementando, inclusive nesse ponto, o Projeto de Lei, na questão do resseguro propriamente dito, ele cria a preferência para o ressegurador local, que aí é o capital nacional, estrangeiro, mas instalando aqui. E cria também algumas travas em relação a retrocessão no caso da preferência. Se ele fizer o exercício da preferência e executar, ele tem que obedecer algumas regras. Vão ser estipuladas pelo órgão regulador de seguros para fazer a retrocessão externa também, já que ele se beneficiou da questão da retrocessão. Então ele tem uma preocupação também com o desenvolvimento do mercado local nesse aspecto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Continua franqueado. Por minha parte, da Sub-Relatoria, já estou satisfeito com as colocações.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Uma pergunta só para o doutor Lisboa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele fez um bom trabalho no IRB nesses 8 meses, tudo, o mercado está meio inquieto aí, está se correndo o rumor que o Senhor está deixando a presidência do IRB, é verídico isso? É uma promoção? Uma promoção a vista?

SR. MARCOS DE BARROS LISBOA: Boatos são tema natural na imprensa, temos que conviver com os boatos. [risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Hoje é o dia do Fico.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Continuar os nossos trabalhos. Alguns anos lá. Esse é o trabalho. Agora o mercado abriu e ele tem que ficar no IRB, né?

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): É evidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Deputado Carlos Willian começou as suas atividades trabalhando na área de seguro. Eu tenho a satisfação de dizer que foi comigo. [risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Atlântica Boa Vista de seguros, né? Aliás, depois que, depois que o cidadão, um homem aprende a vender seguro, ele não passa mais aperto na vida, porque-- [risos]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, eu quero cumprimentá-lo pela Sessão de hoje, cumprimentar a Mesa toda aqui composta. Eu acho que nós tivemos uma tarde proveitosa e o país agradece e espera que todos colaborem nesse sentido. Quero cumprimentá-los.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado. Deputada.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Eu vou na mesma linha, Sr. Presidente, cumprimentá-lo. Seguramente é uma das melhores Sessões, quer dizer, um Congresso Nacional ele tem que funcionar desta forma também, esta é a nossa missão aqui, esta é a nossa função. Estou satisfeitíssima hoje. Quando eu ouço as várias observações, sugestões que nos vêm, para que a gente possa melhorar o funcionamento do nosso país. De modo que eu parablenizo a V.Ex^a. por esta iniciativa e pela escolha dos nomes que são aqui de brasileiros que somente honram o país e especialmente o meu Estado do Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado. Senhores. Bom, finalizando essa nossa Audiência Pública, o que eu pude notar durante esses árduos dias de oitivas e somado a outros fatos que foi o alvo de investigação dessa CPMI, onde nós descobrimos principalmente

que alguns desvios ocasionados no IRB nos últimos tempos foram praticados por agentes do IRB e, principalmente, por causa de uma legislação eficaz. Porque o mercado mudou, o mundo mudou e o IRB continuou. Não se modernizou. Exceto, recentemente, que é visto a olho nu por todos nesta gestão de agora. Portanto, além dos apontamentos das falhas dos responsáveis, dos indiciamentos que nós vamos fazer, nós também vamos propor a mudança na legislação. E esta mudança na legislação não precisa ser mais trabalhada do que já existe e do que já está colocado.

E aqui eu queria colocar e louvar os trabalhos do Deputado, ex-Deputado Cunha Bueno, do ex-Deputado Antônio Mazureki, atualmente, pelo trabalho do Deputado Nelson Marquezelli e agora somado com o meu apoio, deste Sub-Relator Carlos Willian e da Deputada Denise Frossard. Nós vamos, se permite o Deputado, apresentar o nosso Sub-Relatório. As mudanças da legislação, mas a legislação essa que já está bastante amadurecida e trabalhada nessa Casa. E dentro deste relatório, nós vamos argüir e pedir para que o nosso Relator, Deputado Osmar Serraglio, apóie e depois nós conseguimos dos nossos páreos da CPMI, a aprovação do art. 155 que diz o seguinte: “Poderá ser incluído automaticamente na Ordem do Dia, para a discussão e votação imediata, ainda que iniciada a Sessão em que for apresentada, proposição que verse sobre a matéria de relevante e inadiável interesse nacional”. Repetindo: “Proposição que verse sobre a matéria de relevante e inadiável interesse nacional. A

requerimento da maioria absoluta da composição da Câmara ou dos seus líderes, que representam este número aprovado pela maioria absoluta dos Deputados, sem restrição contida neste artigo”. Portanto, a modernização da legislação, o combate à corrupção, eu entendo que é matéria relevante, inadiável de interesse nacional.

Acredito que vou ter apoio dos meus pares, esse pedido de urgência já foi pedido, mas foi retirado e agora com a força da CPMI, que é o somatório de todos os Deputados dessa casa e de todos os partidos políticos, eu acredito que nós vamos dar uma arrancada gigantesca, para que nós possamos dar a contribuição para a modernização do mercado. Diante disso, eu convoco também, agradeço a imprensa, aos técnicos desta Casa, que, pela colaboração dada durante este período. Convoco a imprensa também, que é um braço direito do Congresso Nacional, para que acompanhe este trabalho da votação deste Projeto de Lei 242, que realmente vai mode... 249, que vai modernizar este país. Agradeço ao Senador Renan Calheiros, pela oportunidade de ter me designado como Sub-Relator dessa Subcomissão, ao Presidente da Comissão, Senador Delcídio Amaral, ao Deputado Osmar Serraglio que é o Relator, ao Diretor do TCU, Dr. Rodrigo caldas, ao Secretário, Dr. Jorge Pereira, os Analistas Jones, Gomes, a todos os técnicos dessa CPMI, a todos vocês o nosso muito obrigado e dou por encerrada essa Sessão.

Sessão encerrada às 17h10